

**história
em
tempos
sombrios:**

**estudar
pesquisar
ensinar**

Anais

**VIII Encontro de Pesquisa
em História da UFMG**



Álvaro Augusto Lourenço, Anna Carolina Alves Viana, Fabiana Léo, Gabriela Fischer Fernandes Corradi, Henrique Dias Sobral Silva, Iago Veloso, Igor de Lima e Silva, Isabela de Oliveira Dornelas, Ívina Guimarães, João Batista de Oliveira, Natalia Casagrande Salvador, Rute Guimarães Torres, Samuel Antunes de Souza, Stephanie Nunes de Lima (Org.)

ANAIS

VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

História em tempos sombrios: estudar, pesquisar, ensinar

1ª Edição

ISBN: 978-85-54944-33-9

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2019

VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS-UFMG

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG – Brasil
Site: www.ephisufmg.com.br
E-mail: ephisufmg2019@gmail.com

Organização:

Álvaro Augusto Lourenço,
Anna Carolina Alves Viana,
Fabiana Léo,
Gabriela Fischer Fernandes Corradi,
Henrique Dias Sobral Silva,
Iago Veloso,
Igor de Lima e Silva,
Isabela de Oliveira Dornelas,
Ívina Guimarães,
João Batista de Oliveira Dias,
Natalia Casagrande Salvador,
Rute Guimarães Torres,
Samuel Antunes de Souza,
Stephanie Nunes de Lima

Normatização, Revisão e Diagramação:

Format – Assessoria Acadêmica
Rute Torres

Concepção artística da Capa e Logotipo do EPHIS 2019:

Rafael Amato

Observações:

1. A adequação técnico-linguística dos textos apresentados nos Simpósios Temáticos e Comunicações Livres é de responsabilidade dos autores.
2. Foram feitas interferências dos editores para adequação dos textos às normas de publicação dos Anais e às regras da ABNT.

E56 VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG – EPHIS (8º: 2019: Belo Horizonte, MG).

Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História, Belo Horizonte, MG, 13 a 17 de Maio de 2019 [recurso eletrônico] - História em Tempos Sombrios: estudar, pesquisar, ensinar. / Organizadores: Álvaro Augusto Lourenço et al. - Belo Horizonte: UFMG, 2019.

2449 p.; 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-85-54944-33-9

Modo de acesso: www.ephisufmg.com.br

1. Anais - Encontro. 2. História. 3. EPHIS 2019. 4. UFMG. I. Lourenço, Álvaro Augusto. II. Viana, Anna Carolina. III. Léo, Fabiana. IV. Corradi, Gabriela Fischer Fernandes. V. Silva, Henrique Dias Sobral. VI. Veloso, Iago. VII. Silva, Igor de Lima e. VIII. Dornelas, Isabela de Oliveira. IX. Guimarães, Ívina. X. Dias, João Batista de Oliveira. XI. Salvador, Natalia Casagrande. XII. Torres, Rute Guimarães. XIII. Souza, Samuel Antunes de. XIV. Lima, Stephanie Nunes de.

CDD: 900

CDU: 981.058

Como citar (ABNT): SOBRENOME, Nome. Título. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 13 a 17 de maio de 2019, UFMG, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2019.

VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Orestes Diniz Neto

Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Chefe do Departamento de História

Alexandre Almeida Marcussi

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

Mauro Lúcio Leitão Condé

Coordenador do Colegiado de Graduação em História

Luiz Duarte Haele Arnaut

Realização

Comissão Organizadora do VIII EPHIS / Corpo Discente do Curso de História –
UFMG

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH-UFMG
Programa de Pós-Graduação em História - UFMG
Programa de Graduação em História – UFMG
Centro Acadêmico de História - CAHIS
Centro de Estudos Mineiros - CEM
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno
Núcleo de História Oral - NHO
Oficina de Paleografia - UFMG
Projeto Brasiliana
Projeto República
Scientia
Temporalidades
Varia História

COMISSÃO ORGANIZADORA

Álvaro Augusto Lourenço
Anna Carolina Alves Viana
Fabiana Léo
Gabriela Fischer Fernandes Corradi
Henrique Dias Sobral Silva
Iago Veloso
Igor de Lima e Silva
Isabela de Oliveira Dornelas
Ívina Guimarães
João Batista de Oliveira Dias
Natalia Casagrande Salvador
Rute Guimarães Torres
Samuel Antunes de Souza
Stephanie Nunes de Lima

MONITORAS E MONITORES

Adriel Marques Nunes	Isabella Caroline de Souza
Alice Ananda de Almeida Kummer	Izabela Gomes Oliveira
Aline Pereira Lopes	João Carlos Starling do Nascimento Passos
Amanda Ribeiro dos Santos	João Victor Laurindo Brandão
Ana Caroline Nogueira da Silva	João Vítor Marques Lima
Ana Vitória Miranda Pacífico	Júlia Kern Castro
Anna Luiza Lobo Urzedo	Juslane Gomes Oliveira
Átila Augusto Guerra de Freitas	Kelly Morato de Oliveira
Bárbara Deoti Silva Rodrigues	Luciana Versiani de Oliveira Mota
Bárbara Samyra de Melo Silva	Luíza Lima Dias
Bernardo Lucas Lucchesi dos Santos	Maria Júlia Viana Matoso
Brenda Oliveira Batista	Maria Luíza de Sousa Lopes
Camila Neves Figueiredo	Matheus Saez Magalhães e Silva
Camila Rossi	Paula Alves Melo dos Santos Pacheco
Clara Lima Borges	Renata Alves Pinto Lemos
Clara Duarte Lara	Roberta Ornelas Oliveira
Débora Oliveira Amaral	Roberth Daylon dos Santos Freitas
Déborah Soares da Silva	Sady Simões Ribeiro
Eric Serbinenko	Sara Rodrigues Handeri Araújo
Estela Gontijo da Cruz	Tamires Celi da Silva
Franklin de Souza Sabino	Thaís de Souza Galindo
Gabriella Abgail Gomes Mendes	Vívian Maria de Almeida Gomes
Gabriella Oliveira Araujo	Ygor Gabriel Alves de Souza
Giovana Souza Guimarães do Nascimento	Yuri Ricardo Ferreira Cruz
Igor Giovanni Murta de Sousa	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Apresentação	21
--------------------	----

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 01 - História intelectual em debate: práticas, problemas e perspectivas . 23

Formação e transculturação: a América Latina de Pedro Henríquez Ureña / Cairo de Souza Barbosa	24
O discurso científico como combate à pseudociência nos Estados Unidos (1960 – 2010) / César Haueisen Zimerer Perpétuo	31
José Honório Rodrigues: objeto de historiografias / Cesar Leonardo Van Kan Saad.	39
Crise democrática e nostalgia autoritária: o vocabulário político do bolsonarismo / Daniel Pinha Silva	50
A querela do método histórico no epílogo do século XIX: Georg Simmel e o estatuto científico da história / Edmo Videira Neto.....	58
A última historiografia conservadora: a obra de João Camilo de Oliveira Torres / Érick Luiz Wutke Ribeiro.....	69
“Tudo é colonial na colônia”. Alberto Guerreiro Ramos e a construção da teoria da sociedade brasileira (1950-1966) / Gabriel Felipe Oliveira de Mello	75
O ISEB e as Ciências Sociais: o labirinto da crítica / Hugo Dante Cyro M. Müller.....	83
Mulheres iranianas na história intelectual e os dilemas dos estudos de gênero / Júlia Carolina de Amorim Benfica.....	94
Mário de Andrade e o modernismo alemão no Brasil / Liszt Vianna Neto.....	100
Gramsci no jardim das aflições / Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira.....	108
Os vícios de virtudes fora de lugar: história e verdade no discurso militar sobre 1964 / Yan Bezerra Fonseca.....	119

ST 02 - Imprensa lugar de memória: práticas historiográficas e fontes históricas 130

O golpe militar no Chile: uma análise da cobertura do <i>Times</i> nova-iorquino / Emmanuel dos Santos.....	131
Contribuições da imprensa nos estudos sobre a agroindústria canavieira alagoana /	

Fábio Barbosa da Silva	137
Balé e Imprensa: uma possibilidade de estudo / Franciara Sharon Silva do Carmo	149
<i>O Pobre</i> : As representações da pobreza na imprensa de Juiz de Fora em fins do século XIX / Iolanda Chaves	156
Periódico <i>Goitacaz</i> e a formação do estado nacional brasileiro / Laura Junqueira de Mello Reis	165
Alguns apontamentos sobre as representações da guerrilha da Serra do Caparaó na grande imprensa / Lívia Bruna da Silva	175
Os jornais e a construção da História Local: desafios e potencialidades para o Ensino de História / Luan Pedretti de Castro Ferreira (autor/apresentador); Anderson Ferrari (coautor/orientador)	186
O jornal <i>A Imprensa</i> e o projeto da arquidiocese paraibana para o cinema (1937-1942) / Luiz Araújo Ramos Neto	197
Folia na “Bahia de Minas”: contextualização do carnaval de Itabirito 1990-2010 / Marcelle Rodrigues Silva	205
Arthur Bernardes: disputas políticas e imprensa no final do XIX / Natália Fraga de Oliveira	216
Escrita (s) feminina (s) no periódico “Semanário Maranhense”: Uma janela para o passado / Natália Lopes de Souza	224
As influências econômicas e os discursos de poder sobre o desenvolvimento urbano de Arapiraca / Rodolfo José Oliveira Lima	235
O alvorecer da república e sua afirmação: o papel dos jornais na primeira década republicana (1889 – 1899) / Sávio da Silva Abreu	247
O tráfico de drogas sob o olhar dos periódicos pernambucanos (1964-1976) / Stênio Ricardo Carvalho dos Santos	256
ST 03 - História da África e seu ensino no Brasil	72
Consciências Nacionais em diálogo: Frantz Fanon e sua influência no pensamento político nacionalista da FRELIMO / Camila Lobato Rajão	268
“Quem te matou?”: Jabacouses e os ritos públicos na Senegâmbia dos séculos XVI e XVII / Fabrício Emanuel Silva Vailante	281
O racismo e o racialismo nos projetos coloniais portugueses do século XIX / Gabriel Felipe Silva Bem	290
Relatos de viagem: percepções e uso na História da África ocidental pré-colonial / Lucas Aleixo Pires dos Reis	301
A trajetória negra contada e cantada por meio do samba / Maraísa Inês de Assis Martins; Tatiane Kelly Pinto de Carvalho	308
Os ferreiros na África e a produção de ferro em Minas Gerais / Paulo Cesar da Costa Pinheiro	318
“Porque vi e sobretudo me informei bem”: A tradição oral nos estudos da	

Senegâmbia / Roberth Daylon dos Santos Freitas	331
Da torre de marfim à sala de aula: o marfim africano como objeto de ensino para a História da África / Rogéria Cristina Alves	341

ST 04 - História dos Museus, Coleções e Exposições..... 351

Relatos Subvertidos - (des)construindo narrativas / Ana Paula Barbosa; Sormani da Silveira Vasconcelos	352
Análise da exposição <i>Infâncias: diferentes modos de ver e sentir</i> (MARGS 2017) / Andressa Cristina Gerlach Borba	360
Cultura material identitária nos museus / Augusto Luis Fidencio; Sâmmya Nicolle da Cruz Dias	366
A Comunicação do legado científico e cultural de Peter Lund pelo Museu de Ciências Naturais da PUC Minas / Bianca Rezende Godói	377
Instalações de arte ao ar livre e suas conexões com o entorno: reflexões acerca da preservação / Camilla Ayla Oliveira dos Anjos	388
Análises preliminares da atuação de Claude Henri Gorceix na Escola de Minas de Ouro Preto: a formação de um patrimônio de ciência e tecnologia / Carlos Augusto Ribeiro Jotta	399
O colecionismo e a Biblioteconomia: reflexões epistemológicas / Cláudia Pereira de Jesus Carvalho	410
Percurso museológico “História de Mulheres”: diálogos com a sociomuseologia de gênero / Daiana Maria da Silva; Silvani dos Santos Valentim	421
As amarras da colonialidade e os museus históricos: debates necessários / Eric Barbosa Fraga; Vanessa Ferreira Lopes	433
Relatos de uma experiência na preservação e organização de um acervo e percepções sobre a utilização do patrimônio documental na pesquisa acadêmica / Isabela Francisconi	444
A arte não catalogada – Um estudo sobre o processo de musealização da coleção de Arte Postal da XVI Bienal de São Paulo de 1981 / Jessica Dalcolmo	452
Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos: reflexões acerca de um museu de território / Juliana dos Santos Rocha; Alessandra Maria da Silva Gomes	461
Manual de João Stooter: contribuições históricas e museológicas / Stephanie Nunes de Lima; Igor Cândido Costa; Rita de Cássia Cavalcante	469

ST 05 - História e linguagens: literatura, biografia e teoria da história em tempos sombrios..... 475

História, escrita e sobrevivência palestina na obra <i>Manhãs em Jenin</i> , de Susan Abulhawa (2010) / Carolina Ferreira de Figueiredo	476
O Holocausto entre o testemunho e a poesia em Sylvia Plath / Derick Davidson Santos Teixeira	486
A virtude como forma de conhecimento e autorreflexão: o ético-político e as emoções políticas / Edson Silva de Lima	493

Memórias de resistência: reflexões histórico-literárias em <i>A hora próxima</i> (1955), de Alina Paim / Gabriel Moura Silva	504
José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997): um editor de intelectuais brasileiros em tempos de ditadura militar / Hugo Quinta	514
Antecedentes e reflexões sobre escritas autobiográficas femininas e religiosas: o caso de irmã Dubost / Melina Teixeira Souza.....	524
<i>Moisés e o monoteísmo</i> : um romance (histórico) freudiano / Patrícia de Oliveira Bastos	535
Subalternidade de Testemunho: um novo pacto social / Roberta Crsitina de Oliveira Saço	543
“A contrapelo da história”: alegorias benjaminianas por uma narrativa revolucionária / Rodrigo Rocha Rezende de Oliveira	549
Empatia, humanidade e compreensão histórica em <i>Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?</i> de Philip K. Dick / Taynna Mendonça Marino	557

ST 06 - Entre Memória e História: Usos, fontes e análises sobre a memória no fazer histórico..... 565

Entre caminhos e pegadas: os lugares de memória escrava em Diamantina-MG / Ana Rosa Silva Lima	566
“Viva – A Vida É Uma Festa” e a transformação da tradição: como uma animação pode nos ensinar sobre patrimônio cultural / Andrezza Alves Velloso; Thiago Lima Pereira	573
História oral e relação de gênero: na formação de professoras primárias na Escola Normal de Caetité/BA / Angelita de Souza Leite (autora/apresentadora); Luciano Mendes de Faria Filho (colaborador/orientador)	584
No rastro da FEB: a formação da Associação de Ex-Combatentes em Belo Horizonte / Edilan Martins de Oliveira	594
A construção da narrativa histórica no processo de patrimonialização: Estudo de caso da Catedral Ôura, Japão / Joanes da Silva Rocha	604
A atuação da Igreja Católica progressista na mobilização sociopolítica dos bairros Jardim Felicidade (Belo Horizonte) e Rosário (Mariana) nas décadas de 1980-90 / Marcone de Souza Guedes	616
Memória e identidade numa comunidade remanescente de quilombo do Norte de Minas / Nathália da Silva Borges	626
A história do tempo presente e a emergência do testemunho no cone sul / Samuel Torres Bueno	635
A problemática da memória no <i>Leite Derramado</i> , de Chico Buarque / Wemerson Felipe Gomes; Tamires Celi da Silva	643

ST 07 - Cidadania, democracia e política na América Latina do século XIX ao XXI 655

Uma análise do peronismo na argentina: reflexões a partir do uso de conceitos /	
---	--

Amanda Monteiro Diniz Carneiro	656
A greve dos caminhoneiros de 2018 e a pretorianização da sociedade brasileira / Brenda Harris Broch	664
Moderação na Província de Minas Gerais: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei (1831-1835) / Cláudia Maria dos Santos Falco	675
Em meio a luzes, sombras e incertezas: a linguagem política do periódico <i>La Aurora</i> (Província Cisplatina, 1822-1823) / Fabíula Paulo de Freitas Manhães	684
O debate sobre participação e emancipação popular em Ernesto “Che” Guevara / Felipe Palazzo Rodrigues	696
O processo criminal dos irmãos Naves: uma perspectiva da micro-história e do direito / Guilherme Marchiori de Assis	704
Exílio e latino-americanismo: o brasileiro Newton Carlos no semanário <i>Ercilla</i> , no Chile (1964-1973) / Iasmin do Prado Gomes	714
Violência e coerção na construção do Estado Nacional Argentino no segundo governo de Juan Manoel de Rosas (1839-1852) / Juliana Sabatinelli	726
A visão de "Brasil" nas campanhas políticas de Jânio Quadros: concepções e formulações de identidade (1953-1961) / Luis Eduardo Bove de Azevedo	735
A questão indígena no Peru: Resistência e tolerantismo cultural nos anos 1824 a 1844 / Paula Ribeiro (autora/apresentadora); Victória Ballardin (autora/apresentadora); Elma Lopes Martins (coautora)	742

ST 08 - Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média..... 754

Tomás de Aquino e o discurso em relação ao ornato exterior feminino / Cícera Leyllyany Fernandes de Lira Freitas Müller	755
Colonialismo e Idade Média: o medieval como antítese do moderno / Eduarda Moysés Temponi	766
Mixofobia e mixofilia em Constantinopla: a ação popular frente à Questão Ariana / João Pedro Rodrigues de Andrade	776
De Diego Gelmírez (1101-1140) à Berenguel de Landória (1317-1330): revoltas urbanas na cidade de Compostela / Jordano Viçose	784
Usos e funções da iconografia da última ceia no ocidente medieval / Karolina Santos da Rocha	793
O poder e o lúdico: apontamentos sobre o estudo de festividades da nobreza na baixa Idade Média / Lucas Werlang Girardi	802
Exército romano: uma investigação conceitual e analítica / Maraísa Inês de Assis Martins	810
Santo Anselmo e as provas do Monologion / Moisés Romanazzi Tôrres	820
Lutas de representações entre teólogos e “filósofos” na Universidade de Paris - 1270/1277 / Pedro Henrique Pereira Silva	829

O imaginário demonológico ocidental na transição da Idade Média (Séc. XIV a XVI) / Rossiano Henrique Oliveira Vilaça	838
Homenagem de Afonso Henriques ao papa Inocêncio II na carta <i>Claves Regni</i> : do contexto de uma alternativa a uma prerrogativa? / Savius Miguel Povaluk	848

ST 09 - Coagir, consentir, resistir, imaginar: atuação e representação em experiências fascistas, autoritárias e totalitárias 859

(Sobre)vivendo em tempos não contemporâneos: Ernst Bloch e a ascensão do partido nazista / Danilo Araujo Marques	860
A censura nas telas da TV: a ação da Divisão de Censura Diversões Públicas nas telenovelas na década de 1970 / Emilla Grizende Garcia	867
Fechamento do Espaço Civil e o Direito de Protestar / Fernando Lana Ferreira ...	877
Modulações da memória do autoritarismo em sonhos/pesadelos com a eleição de Bolsonaro (2018-2019) / Hugo Ricardo Merlo	883
“A esperança brilha mais quando alvorece do medo” Fahrenheit 451, resistência e disseminação de ideias / João Victor Brandão	891
Repressão, controle e expurgo na UFC / Jônathas Assunção de Oliveira	896
A educação contra a barbárie em Theodor Adorno / Letícia Palazzo Rodrigues ...	908
Três tons sobre o <i>apartheid</i> : as fotografias sitiadas da África do Sul / Marcela Chaves do Valle	914
“Não morra na sala de espera do futuro”: Um paralelo entre as experiências Punk no Brasil e na Alemanha Oriental nas décadas de 1970 e 1980 / Marcus Vinicius Damasceno de Moraes	927
“Menina, pensa que um dia deverás ser mãe alemã” – A mulher e a maternidade no Terceiro Reich / Nathália Aparecida Ferreira	937
“Esses prazeres violentos têm finais violentos” Westworld e a banalidade do mal em perspectiva / Sara Rodrigues Handeri Araújo	947

ST 10 - História oral e as múltiplas possibilidades de pesquisas 953

Representações da travessia clandestina de mineiros rumo aos EUA (2001-2016) / Carolina Silva Horta Machado	954
“De novo na esquina os homens estão”: O uso da memória para uma biografia da formação do Clube da Esquina / Ciro Augusto Pereira Canton	964
O presente colorindo o passado: uso da história oral no registro de histórias de vida de docentes negras / Jéssyca Silveira Souza	974
A história oral como fonte de pesquisa na história da educação / Júlio Resende Costa	982
A voz dos silêncios: a história oral de mulheres / Keyse Valéria Barbosa Diniz ...	991
A história oral como instrumento contra a invisibilidade de comunidades negras / Nathália da Silva Borges	1001

ST 11 - Diálogos entre a História e a Comunicação Social..... 1009

- História e Memória na sociedade: análise em distopias do cinema infanto-juvenil / Anna Beatrice da Costa Dalcerro Raeder da Rocha 1010
- Perfil e produção discursiva do periódico sanjoanense “O Resistente” (1895-1898) / Arthur Marinho Silva Vargas 1022
- Entre economia, distinção e tecnologia: a crise econômica e social brasileira nas publicidades da revista *Veja* (1974-1994) / Beneângelo Soares Chagas 1030
- “Diga isto ao seu marido!” – Uma discussão histórica sobre cuidados, imprensa e propaganda na década de 1940 em Belém do Pará / Flaviana Moraes Pantoja 1041
- “Palácio das Fadas”: as representações sobre o Hospital Colônia de Barbacena nos jornais (1922 -1926) / Marina Rocha Guilarduci 1051
- Todo poder ao povo! A arte revolucionária de Emory Douglas para o jornal *The Black Panther* / Vinícius Novaes Ricardo 1061

ST 12 - Educação para além do espaço escolar 1072

- Projeto História Regional / Ana Paula Mendes Motta De Souza 1073
- O governo varguista a partir do patrimônio cultural de Juiz de Fora (MG) / Dalila Varela Singulane 1082
- A Educação Popular e o ensino de história dentro dos cursinhos populares da UFMG / Frank Lucas Xavier; João Batista de Oliveira Dias; Samuel Antunes de Sousa. 1091
- Ensino de história no Arquivo Público Mineiro: relatos de experiências / Isabela Rodrigues Silva Ribeiro 1098
- Ensino de História, patrimônio e memórias: o distrito de São Pedro de Caldas – MG / Isaías Gabriel Franco 1105
- Remição pela leitura em São João de Rei: políticas públicas e interdisciplinaridade em uma escola prisional / Juliano de Melo Gregório 1111
- O ensino de História da cidade de Piraquara-PR por meio de seus espaços de memória, destacando a Colônia Santa Maria e o Hospital São Roque / Pamela F. Andrade 1121

ST 13 - História, gênero e sexualidade: existências e resistências em tempos 1131

- Domesticação da ciência ou cientificação do doméstico: criação e desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Viçosa, feminilidade, doutrina e representações de gênero / Fábio Luiz Rigueira Simão. 1132
- Interface entre os conceitos foucaultianos: sexualidade/gênero, corpo, práticas de si e resistências e os conceitos de agência e performatividade da Teoria Queer de J. Butler / João Marcelo de Oliveira Cezar 1142
- Papéis de gênero e vida política na peça grega *Lisístrata* / Mariana Lopes Trindade 1151
- Defloradas e desonradas: um estudo sobre o comportamento “ideal” feminino /

Mônica Euzébio da Costa	1159
<i>Mil rosas roubadas</i> de Silviano Santiago: um romance da exterioridade / Pedro Henrique Alves de Medeiros (autor/apresentador); Edgar César Nolasco (colaborador/orientador)	1168
Escola Sem Partido, pânico morais e a sociedade disciplinar foucaultiana / Rafael dos Reis Aguiar	1178
ST 14 - Raças e Identidades no Brasil: (séculos XIX e XX)	1189
O Cinquentenário da Abolição da Escravatura: comemorações e debates no Brasil / Heloísa Maria Teixeira	1190
Pós-abolição, trabalho e classe operária em Belo Horizonte (1895-1919) / Ricardo Fernandes Di Bernardi	1199
ST 15 - Rupturas e continuidades da Época Moderna (XV-XIX)	1210
“A mais feliz das repúblicas”: reflexões sobre a disciplinarização dos corpos na Utopia de Thomas Morus / Ana Luisa Ennes Murta e Sousa	1211
Miguel Vaz e a conversão de Goa/ Gustavo Nascimento Rocha Dias	1223
A “Época Pombalina” entre rupturas e continuidades: um estudo de caso / Júlia de Cássia Silva Cassão	1233
Narrativas de crimes femininos nas <i>Broadside Ballads</i> inglesas (sécs. XVI e XVII) / Lucas Pinheiro Silva	1245
A experiência miguelista na perspectiva de Giorgio Agamben e os exilados liberais no Brasil contra o (antigo) regime de D. Miguel, 1828-1834 / Luiz Gustavo Martins da Silva	1253
O Brasil Independente no embate entre as ideologias liberais e a realidade escravista e subalterna / Marcus Vinícius Duque Neves	1265
A educação feminina no século XVIII segundo Luís António Verney / Nelian Karolina Belico Marques	1276
Edmund Burke: Homem, Sociedade e Governo / Petrus Albino de Oliveira	1287
A venalidade de ofícios como prática social: o papel dos agentes em Portugal e Espanha / Rafael Jose de Paula Braga	1298
Ciências Náuticas Portuguesa: Artistas mecânicos versus liberais no Século XVI / Rafael Vinicius da Fonseca Pereira	1308
Mulheres Desregradadas: Narrativa de Crimes Femininos na Inglaterra dos séculos XVI e XVII / Thamara Shintya Dias Souza Cardoso	1315
ST 16 - Comida e sentidos: uma perspectiva sociocultural da História da Alimentação	1322
A rua dos quitutes: o dia a dia das negras escravas e libertas no Rio de Janeiro de Debret / Bruno Willian Brandão Domingues	1323
Doçaria e Turismo no Monasterio de Nuestra Señora de la Consolación (Espanha) /	

Rosana Eduardo da Silva Leal 1329

ST 17 - História e linguagens da imaginação: artes em tempos sombrios – séculos XX e XXI..... 1340

“O futuro a Deus pertence”: representações da fé cristã em filmes e livros de ficção-científica na Guerra Fria / Aline Pereira Lopes 1341

Arte e Estado: Candido Portinari e a exaltação da brasilidade na pintura a serviço da construção de uma identidade nacional (1930-1945) / Ana Carolina Machado Arêdes 1352

Binh Danh e seus *Altars Ancestrais*: exumando presenças aniquiladas pelo Khmer Vermelho / Anderson dos Santos Batista 1363

Consequências da censura nas obras fotográficas de artistas mulheres no Brasil / Arlane Gomes Marinho 1375

Análise da música *Killing In The Name*: preconceito, luta por direitos civis e a contraofensiva conservadora nos Estados Unidos / Célio Barbosa de Freitas 1385

Descobrimo um país: Uma abordagem analítica da obra “Blues” de Robert Crumb / João Paulo Gualberto Silva 1394

Silêncios, Mira Schendel na X Bienal / Luisa de Godoy Alves 1405

Como cantar a memória do esquecido? Representações de resistência na obra de Cecilia Vicuña / Natália Rezende Oliveira 1414

Superpolitização das artes: a construção de uma esfera pública própria / Nathalia Guimarães e Sousa 1423

Da *T.H.U.G. L.I.F.E.* à Vida Loka: o conceito de marginalidades conectivas no *hip-hop* global / Vinícius Novaes Ricardo 1434

ST 18 - O mundo colonial luso americano e as diversas estratégias de conquista e dominação: século XVI – XIX..... 1445

Nos mais recônditos confins de dentro: conquista, ocupação e formação de uma sociedade sertaneja na antiga capitania de Pernambuco (1654-1750) / Ana Paula Nunes da Silva 1446

Território, conflito e acomodação na demarcação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo - Campanha do Rio Verde:- 1790 -1820 / Edna Mara Ferreira da Silva 1453

Do urbano ao rural - as transformações nas possibilidades de mobilidade social dos negros no século XIX em Ouro Preto e Piranga, Minas Gerais / Flavia Alves Santos 1464

Um campo científico a favor do reino Mariano / Igor Dutra Baptista; Marina Galvão Prezotti 1472

O financiamento da “Guerra dos bárbaros”: apontamentos sobre guerra e fiscalidade no Rio Grande (c. 1680-1720) / Lívia Brenda da Silva Barbosa 1480

Governo e câmara: um panorama da relação de Dom Lourenço de Almeida e a Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana) / Luís Roberto da Silva Cruz 1492

O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais / Paulo Cesar da Costa Pinheiro 1501

ST 19 - (Cancelado) 1513

ST 20 - Interfaces imagéticas: a História em diálogo com a História da arte e da imagem 1514

Documentos de trabalho – dispersão e esquecimento: processos formativos da imagem em Fercho Marquéz-Elul / Anderson dos Santos Batista 1515

Muralismo mexicano no século XX: representações de uma sociedade em construção / Bruna Carolina da Silva; Mateus Gomes da Silva; Natália Cristina Silva Morais 1527

A representação infantil na vivência religiosa das Minas (séculos XVIII e XIX) / Denise Aparecida Sousa Duarte; Wesley Fernandes Rodrigues 1538

Artistas na rua: Yabarte e os processos de veiculação de arte feminina negra através do meio urbano / Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora); Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora) 1549

Gonçalo Francisco Xavier: O mais novo dos velhos mestres na pintura religiosa das Minas / João Paulo A. Fonseca 1563

Das prensas de Augsburg às igrejas de Ouro Preto: Arte e arquitetura em Minas Gerais e seus contatos com a tratadística centro-europeia / Liszt Vianna Neto ... 1573

Um conjunto singular: O Oratório da Família Campos Coelho e seus escultores como pista de uma escola e múltiplas oficinas - O caso do crucifixo central / Lucas Rodrigues 1579

O medo do desconhecido e a fantasia como resistência: análise de "A Forma da Água" e "O Monstro da Lagoa Negra" / Matheus Dal Bem Busetto 1590

A invenção de uma imagem e de um mapa para o Rio Grande do Norte e Parahyba no primeiro "Atlas do Imperio do Brazil" (Século XIX) / Rosenilson da Silva Santos 1598

Leonardianos como Fenômeno Representativo da Cultura Milanese / Sara Tatiane de Jesus 1610

A mulher negra e mãe como temática de produção na arte contemporânea brasileira / Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora); Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora) 1621

A imagem da mulher através do cinema da cultura de massa na primeira parte do século XX / Tatiana de Carvalho Castro 1634

ST 21 - Escravidão e liberdade nas Américas 1642

Mãos negras: expressões e usos da violência praticada pelos negros em Mariana na segunda metade do século XVIII / Beatriz Castro Miranda 1643

Significados de cidadania, Justiça e trajetórias de ex-escravos no pós-abolição por meio da análise criminal (Oliveira, Minas Gerais, 1888-1905) / Cleudiza Fernandes de Souza 1650

Oficiais cativos: o trabalho mecânico na Vila Real do Sabará (1735-1829) / Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres	1660
A Sabará de Avelino Fóscolo no pós-abolição: os negros e os jornais (1888 – 1890) / Mateus Roque da Silva	1669
De Quendendê a Candendê: memória, história e resistência. (Barbacena- séc. XIX e XX) / Roseli dos Santos	1679
Francisco e Caetano Baeta Neves: Dois irmãos portugueses residentes em Minas Gerais e envolvidos no tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX – formas de atuação no mercado e redes comerciais / Ulisses Henrique Tizoco..	1690
As Mercês crioulas: dinâmicas confraternais e constituição de capelas no cenário urbano das Minas Gerais (Mariana, século XVIII) / Vanessa Cerqueira Teixeira.	1703

ST 22 - Os usos políticos da educação ao longo do tempo e o ensino de História no Brasil atual..... 1713

O ensino da História, entre a produção historiográfica e a cultura escolar / Antonio Carlos Figueiredo Costa	1714
História das mulheres e o currículo do ensino médio no Brasil / Carolina Giovannetti	1723
Escola sem Partido: luta pelo revisionismo anti-acadêmico / Hugo Clemente Palmier	1733
Democracia em risco: Os impactos do governo Bolsonaro ao ensino de história e à construção da cidadania / Lohan Lima Ventura; Luise Ramos Gomes de Araujo....	1742
A contribuição das “pessoas-livro” na Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) / Luíza Rabelo Parreira	1752
Os movimentos afro-brasileiros (1960-1990) e sua representação em livros didáticos: contrastes e perspectivas / Vitor Emanuel Maia Ferreira	1760

ST 23 - Desmantelando o racismo estrutural brasileiro: diagnósticos e possibilidades de novos marcos civilizatórios 1771

A educação no Brasil e os pactos da branquitude / Adelina Malvina Barbosa Nunes (autora/apresentadora); Margareth Diniz (colaboradora/orientadora)	1772
Estratégias de não nomeação da raça e do racismo na construção de políticas públicas / Aline Cristina Campos de Souza	1783
Cantos de capoeira e resistência: temporalidades e memórias da população afro brasileira do cativo ao pós-abolição / Ângelo de Oliveira Gomes Teixeira	1792
Narrativas Negrascentes nas Artes Visuais: YABARTE e a produção feminina negra contemporânea / Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora); Maria Claudineide Alves Macêdo (coautora); Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora)	1803
Análise da disponibilização de referencial bibliográfico acerca de História Africana: contribuição a partir da obrigatoriedade da Lei 11.645/08 / Larissa Karla Guimarães Brandão; Stephanie Moreira de Souza Dias	1816

E então que discutamos gênero: não como fim, mas como meio de equilíbrio vital da comunidade preta / Thiago Henrique Borges Brito (Kwame Ankh) / Walkiria Gabriele Elias da Costa (Kulwa Mene) 1822

ST 24 - De crise a crise: nação, política, sociedade e cultura no Brasil oitocentista..... 1834

Panorama quantitativo das mulheres indiciadas em processos criminais da cidade de Formiga. MG, 1841-1871 / Elimar C. E. Santo 1835

Sob o sol das estradas: impacto social do tropeirismo nas Minas Oitocentistas (1801-1811) / Fernanda Mendes Santos; Mariana Brescia Cruz 1847

As caracterizações dos sertões e sertanejas (os) na modernidade brasileira: da construção do outro ao elogio à mestiçagem / Leliane Amorim Faustino 1857

Solapando a escravidão: a abolição segundo Joaquim Nabuco no livro *O Abolicionismo* (1883) / Luiz Henrique de Paula Ottoni 1868

O Correio Paulistano e a solução da questão escravista no Brasil (1885-1888) / Maraisa Medeiros Nascimento 1878

O lugar das carreiras jurídicas entre as duas “cidadanias” do Império (1830-1870 e 1870-1889) / Marcus Vinícius Duque Neves 1885

Pareceres do militar Luís Augusto May na capitania do Grão-Pará e Rio Negro (1810-1814) / Myriam Paula Barbosa Pires Gouvêa 1896

Entre representações e requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas Gerais / Pâmela Campos Ferreira 1904

Criminalidade e violência em perspectiva histórica: Santa Luzia do Carangola 1873-1892 / Randolpho Radsack Corrêa 1914

O traçado da guerra: a caricatura como arma na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) / Theo de Castro e Carneiro 1924

Por “cachaçadas e ciuadas”: a rua do Sapé (em Formiga-MG) sob a perspectiva dos crimes com mulheres indiciadas. 1852-1864 / Elimar C. E. Santo 1936

ST 25 - Reflexões sobre a Era Vargas 1948

O Clube 3 de Outubro se apresenta: uma proposta “revolucionária” orgânico-corporativista / Allony Rezende de Carvalho Macedo 1949

Santos Dumont em pedra e bronze: monumento do governo Vargas ao vulto nacional da aviação / André Barbosa Fraga 1962

O dever cumprido: uma análise dos editoriais publicados por Última Hora sobre a reforma do Departamento Federal de Segurança Pública (1954) / Caio César Cuozzo Pereira 1971

A nação na literatura: apoio e oposição de literatos na era Vargas / Cristina Dias Malveira 1980

Reflexos da Era Vargas na educação mineira nos anos de 1930 a 1945 / Gilma Maria Rios (autora/apresentadora); Gilda Gonçalves Rios (coautora) 1991

- A campanha eleitoral Getúlio Vargas x Eduardo Gomes: a partir da visão da imprensa gaúcha / Roberta Teixeira Antunes 2002
- A Roda da Baruel e a perseguição estado-novista / Silvio Tamaso D’Onofrio; Pedro Henrique Menegoli Tamaso 2010

ST 26 - História da Educação e das práticas educativas no diálogo entre campos do saber: diversidades e espaços sociais em evidência..... 2019

- O Grande Anganga Muquixe* Chico Rei: a presença do mito heroico negro no Reinado do Alto da Cruz e na educação escolar de Ouro Preto/MG / Amanda Melissa dos Santos 2020
- Antecedentes da educação formal brasileira, a partir do Serro/MG (1702-1807) / Danilo Arnaldo Briskievicz 2032
- Homens de letras no iluminado século XVIII: trajetórias formativas/educativas de escreventes na comarca de Sabará / Fabrício Vinhas Manini Angelo 2042
- Um panorama das pesquisas sobre educação militar no Brasil / Felipe Osvaldo Guimarães 2053
- Educação, diversidade e deficiência: reflexões sobre o ensino para cegos no Brasil oitocentista / Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa Leão 2062
- A história da Educação de Jovens e Adultos da colônia à república no Brasil / Isamara Grazielle Martins Coura
- A História Cultural como instrumento de análise dos processos e práticas educativas nas associações religiosas leigas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX na Capitania de Minas Gerais / Juliano Henrique Soares Andrade 2083
- Autismo e deficiência mental na revista *Infante*: uma análise / Luciana Pereira Braga (autora/apresentadora); Adriana Araújo Pereira Borges (coautora/orientadora)... 2094
- Educação de Jovens e Adultos na Universidade Federal de Minas Gerais: o Projeto de Ensino Fundamental Jovens e Adultos- 2º Segmento - PROEF-2-CP/UFMG / Meiriele Cruz 2104
- A educação do surdo em Minas Gerais: aspectos legais / Tales Douglas Moreira Nogueira (autor-apresentador); Adriana Araújo Pereira Borges (coautora/orientadora) 2113

ST 27 - Ditadura militar brasileira: ensino, pesquisa e continuidades.... 2122

- Acampados e resistindo entre a memória e o silenciamento: Notas acerca da luta pela terra no RS, através de olhares midiáticos sobre o Acampamento na Fazenda Sarandi / Bárbara De La Rosa Elia (autora/apresentadora); Profa. Dra. Alessandra Gasparotto (colaboradora/orientadora) 2123
- Memórias da ditadura pelo olhar do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: lembranças e reflexões a respeito do Marechal Teixeira Lott / Daniela de Miranda dos Santos 2134
- Anos sombrios: um olhar sobre o relatório final da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais / Danielle Dias Gatti 2143

Disciplina militar na universidade: a federalização da Escola de Educação Física de Minas Gerais / Gabriela Fischer Fernandes Corradi	2153
O conservadorismo no <i>YouTube</i> e a Ditadura Militar Brasileira / Geraldo Homero do Couto Neto	2163
A música sertaneja raiz de Duduca e Dalvan na ditadura militar: análise das músicas “Espinheira” e “Massa Falida” / Guilherme Guedes Carvalho	2171
Interseccionalidade e violências de Estado: uma análise da colonialidade do poder na ditadura empresarial-militar (1964-1985) em MG / Isadora Helena Alves de Almeida; Rafael dos Reis Aguiar	2177
Resistência de professores: as greves de 1979 e 1980 em Divinópolis – MG / Larissa Virgínia Veiga	2187
Luta pela terra no povoado de Cachoeirinha: subversão, repressão e relações institucionais no norte de Minas Gerais (1964-1985) / Lerrannya Lasmar Teixeira	2197
Como estão as figuras que marcaram o regime civil-militar / Manoel Carlos Lira de Brito	2207
A vigilância do SNI sobre o movimento negro brasileiro (1978-1985) / Maria Tereza Dantas Bezerra Soares	2219
Reflexões sobre a atuação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade / Natália Aparecida Godoy da Silva	2229
Ditadura Militar e censura: uma análise semiótica da dicção na canção <i>Corrente</i> (1976) de Chico Buarque / Rafaela Domingues Pereira; Rodrigo Valente Pascale	2244
“Amai aos irmãos. Temei a Deus. Honrai o rei”: o pensamento político de igrejas evangélicas na ditadura militar brasileira / Samuel Antunes de Sousa	2254

ST 28 - História, religião e religiosidade: cultos, narrativas, instituições e práticas religiosas

A religião na cidade idealizada por Platão no diálogo <i>As Leis</i> / Antonio Gouveia de Souza Neto	2262
Percepções da direita cristã no Brasil sobre a questão palestino-israelense / Bianca Bastos	2271
O padre e o curandeiro: a arte da cura dos males no Rio de Janeiro de Jean-Baptiste Debret / Bruno Willian Brandão Domingues	2280
O canto das Musas: memória ilustre ou doce esquecimento / Ívina Silva Guimarães	2287
Arrefecendo a fúria dos mares: Atená no Mediterrâneo antigo (séc. VIII a.C.) / Martinho Guilherme Fonseca Soares	2294

COMUNICAÇÕES LIVRES

01 a 15 - Mesas de Comunicações Livres	2302
Uma breve reflexão sobre modelos culturais: discussão sobre seu conceito e uso na história / André Alcântara Aguiar	2303
Caça aos “Tesouros Transmitidos pela Tradição Oral” / Fabricio Emanuel Silva Vailante; Roberth Daylon dos Santos Freitas	2315
Lei 10.639/03 - a educação contra os alicerces do racismo / Fernando Lana Ferreira	2325
Perspectivas de futuro profissional dos (as) alunos (as) do ensino médio / Icaro Assis Cruz; Floriza Beatriz de Sena Paula	2332
Trabalhadores do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva-PR (1920-1940) / Francielle Uchak	2338
Confortavelmente entorpecido: os romances de folhetim Rocambolo como estudo base na caracterização do início de uma cultura de entretenimento em massa / Gleyzer Omar Almeida Ferreira	2346
Isotopias e heterotopias no Livro III da <i>Geografia</i> , de Estrabão / Guilherme de Aquino Silva	2353
Rap e resistência: o rap como forma de resistência a violência institucional e policial contra a população afro-americana (1985-1996) / Gustavo Martins Mota	2360
A relação <i>Homo sapiens e Aedes aegypt</i> em perspectiva historiográfica: uma história de vários <i>frames</i> no Brasil / Huener Silva Gonçalves	2371
“Relatório Figueiredo”: disputas de memória / Letícia Costa Marcolan; Juliana de Souza Soares	2384
Justiça estatal e justiça negociada: furto de gado, ação penal e justiça não estatal no Brasil (1860- 1899) / Lucas Ribeiro Garro Lourenço	2394
Opulência e ruínas: a fazenda do Mau Cabelo num contexto de longa duração / Márcio Mota Pereira	2403
Paz e guerra expressas no discurso da carta de Cristóvão Colombo / Maria Fernanda Melgaço Almeida	2412
“Pé do meu samba, chão do meu terreiro”: a África que resiste no samba brasileiro / Patrícia Nogueira Silva	2419
A Revista Prisma como veículo de difusão dos discursos dos delegados de polícia federal (1988-1994) / Pollyanna Rodrigues Alves Chaves	2431
Entre o “interior” e a capital: a trajetória biográfica do literato mineiro Belmiro Braga (1872-1937) Sérgio Augusto Vicente	2437

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS) é um evento de periodicidade anual que acontece desde o ano 2012, organizado por membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação e Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. O EPHIS-UFMG tem por objetivo proporcionar um espaço de divulgação e debate de trabalhos acadêmicos em História e áreas correlacionadas.

Em 2019, a oitava edição do EPHIS ocorreu entre os dias 13 a 17 de maio, com o tema *história em tempos sombrios: estudar, pesquisar, ensinar*. Como Comissão Organizadora, como estudantes, pesquisadores e professores dos diversos níveis da educação, preocupou-nos os impactos ensejados por medidas neoliberais e suas consequências na relação do fazer da história, que se constitui entre o estudo, a pesquisa e o ensino, bem como a manutenção das instituições públicas ou privadas voltadas para a educação e guarda patrimonial, bibliográfica e documental, como as universidades, os museus, os arquivos, as bibliotecas, os centros de memória. Por tempos sombrios entendemos as ameaças de extinção do diálogo e do projeto democrático da nossa área e demais campos de produção científica. O “estudar, ensinar e pesquisar”, como facetas que constituem o âmago do nosso existir no mundo, encontram-se em xeque no contexto contemporâneo e sofrem diferentes desafios de ordens distintas e que nos afetam como coletividade.

Em concordância com a missão do EPHIS e o tema geral da edição, cuja problemática que embasa toda a construção do evento, apresentamos os *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*. Ao longo da semana do evento, em que foram apresentados centenas de trabalhos, distribuídos nos Simpósios Temáticos e nas mesas de Comunicações Livres, a Comissão Organizadora reafirmou seu compromisso em garantir um evento docente organizado por e, principalmente, para estudantes. Neste ano, O VIII EPHIS-UFMG assumiu o compromisso ainda maior de promover o diálogo não só com a construção do fazer histórico acadêmico, mas de abertura para com o fazer da história e do ensino de história, entre jovens pesquisadores, professores da rede pública e particular, bem como mobilizando todos os profissionais envolvidos com a produção, difusão e construção do conhecimento histórico na contemporaneidade. Assim, o evento se manteve como um espaço de construção coletiva onde se exprime a luta pela construção plural e pela democratização do conhecimento histórico.

As comunicações que abrem os *Anais* fazem parte dos vinte e sete *Simpósios Temáticos* que abarcaram trabalhos diversos relacionados às várias linhas de produção historiográfica. Em seguida, temos as comunicações livres que formaram quinze mesas temáticas cujos trabalhos puderam dialogar entre si.

Convidamos todos a refletirem a partir dos textos que discutem nossa área de formação acadêmica e atuação profissional na conjuntura nacional do presente. Boa leitura!

Comissão Organizadora

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

**Simpósios
Temáticos**

ST 01
**História intelectual em
debate: práticas, problemas e
perspectivas**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Formação e transculturação: a América Latina de Pedro Henríquez Ureña

Cairo de Souza Barbosa

Doutorando em História Social da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
cairosbarbosa@gmail.com

Resumo: O presente texto pretende apresentar, de forma breve, a figura de Pedro Henríquez Ureña (1884-1946), ensaísta e crítico literário nascido na República Dominicana, cuja vida foi quase sempre atrelada à condição do exílio e do deslocamento espacial. A circulação por diversos países do continente fez com que seu locus de observação e enunciação intelectual não se cristalizasse em torno dos limites nacionais. Desse modo, nosso objetivo é discutir, de maneira sucinta, em especial na obra *La utopía de América* (1925), como o crítico dominicano formulou uma interpretação da cultura latino-americana que partia, em primeiro lugar, da tópica do ‘eclipse da civilização europeia’. A partir desse declínio do “centro do sistema”, seriam abertas brechas e oportunidades à América Latina, que deveria se embrenhar na busca por expressões culturais de caráter autônomo em relação aos efeitos da colonialidade, sem subscrever a ingenuidade da subtração das influências externas na conformação de uma historicidade periférica. Nossa hipótese é que Henríquez Ureña operava, já no início do século XX, com algumas noções próximas aos conceitos de formação e transculturação, tanto para dar conta do processo de consolidação histórica do espaço continental latino-americana, quanto para falar da relação cultural entre centro e periferia.

Palavras-chave: Pedro Henríquez Ureña, América Latina, História Intelectual

Do sepulcro à exumação

Pedro Henríquez Ureña nasceu em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1884. Filólogo, filósofo, ensaísta, escritor e crítico literário, é autor de obras como *Horas de estudio* (1910), *Nacimiento de Dionisios* (1916), *En la orilla: mi España* (1922), *Seis ensayos en busca de nuestra expresión* (1928), *Sobre el problema del andalucismo dialectal de América* (1937), *Las corrientes literarias en la América hispana* (1945) e *Historia de la Cultura en la América Hispana* (1949), dentre outras. Circulou entre México, Cuba, Estados Unidos da América e Argentina, local onde faleceu em 1946. Viveu quase sempre sob o signo do exílio, do desenraizamento nacional e do deslocamento espacial. A despeito dos prejuízos à vida, foi esta condição de viajante que o possibilitou construir um olhar pautado em pontos de observação móveis, não reificados e não cristalizados, capazes de enxergar a cultura latino-americana a partir de uma ampla variedade de prismas e perspectivas, sem ater-se a leituras essencializantes, reificadas ou a-históricas.

A região de onde provém, pertencente ao grande Caribe, na América Central, recebeu e continua recebendo pouco ou quase nenhum estudo no campo das humanidades. Especificamente no caso da República Dominicana, isso se agrava ainda mais, se levados em consideração as pesquisas acadêmicas brasileiras. Do ponto de vista de sua produção de pensamento ou ideias, por exemplo, este país, situado no antigo arquipélago das Antilhas, tem sido relegado a segundo plano, merecendo pouquíssimo tratamento dos espaços especializados da universidade. Contudo, dessas regiões emergiram intelectuais com obras de densidade crítica impressionante. Nomes como Aimé Césaire, Roger Gaillard, Frantz Fanon, Jacques Roumain, além do próprio Ureña.

A vida intelectual de Pedro Henríquez Ureña foi construída em espaços diversos e de maneiras distintas: atuou como crítico literário em jornais, periódicos e revistas, como a argentina *Sur*, fundada em 1931 pela escritora Victoria Ocampo; enquanto funcionário público, atuou em órgãos governamentais, a exemplo do convite que recebeu de José Vasconcelos para atuar na Secretaria de Educação do México entre 1921 e 1924; como professor, lecionou na Universidade de Minnesota (EUA) entre 1916 e 1921, além de ter se vinculado, a partir de 1925, ao *Colégio Nacional de La Plata* e ao Instituto de Filologia de la *Universidad de Buenos Aires*, ambos na Argentina. Era, portanto, um intelectual dotado de ampla erudição, mas que também, não se restringindo aos “espaços de gabinete”, atuou em diversos lugares da esfera pública.

Tengo la impresión de que Henríquez Ureña - claro que es absurdo decir eso- había leído todo, Todo. Y al mismo tiempo, que él no usaba eso para abrumar en la conversación. Era un hombre muy cortés, y -como los japoneses- prefería que el interlocutor tuviera razón, lo cual es una virtud bastante rara, sobre todo en este país, ¿no? (BORGES & FERRARI, 2005, p. 187)

Algumas questões fundamentais, portanto, devem ser levadas em conta: a relação entre a grandiosidade e a diversidade da obra crítica e a condição de exilado e expatriado constante; as relações que estabeleceu com vários Estados-nação e vários intelectuais do continente; a elaboração de um pensamento denso sobre a modernidade e sobre a formação cultural latino-americana a partir de um referencial teórico e intelectual próprio ao continente; por fim, a mobilização de um debate sobre a tópica do desterro a partir da ideia de uma história movediça, fruto de uma espécie de passado plástico latino-americano, que tem a ver com a tentativa de construir uma utopia continental.

Mesmo mobilizando discussões de vulto; mesmo atuando em locais de extrema importância do ponto de vista político e social; mesmo circulando em diversos contextos

continentais em um momento de extrema efervescência sociocultural, nem assim a figura de Pedro Henríquez Ureña teve espaços nos estudos de história intelectual, teoria da história e história da historiografia. As perdas, assim, são irreparáveis. Senão, vejamos.

Formação e transculturação na *Utopia de América*

Pedro Henríquez Ureña elaborou uma obra entre 1905 e 1946 que se foi deslocando de seu interesse primigênio pela filosofia e a estética literária até alcançar um novo centro na filologia e na história cultural. Elaborada em sua maior parte por meio de interpretações parciais e fragmentárias vertidas em ensaios de ocasião, resenhas, prólogos e discursos, seus livros, com raras exceções, consistiram sempre em recopilações de escritos. Mais ainda, sua reflexão, embora ancorada numa perspectiva explicitamente americanista, nunca deixou de versar sobre um leque muito variado de temas: o pensamento social de Espinosa, o pragmatismo filosófico norteamericano, a mexicanidade de Juan Ruiz de Alarcón ou a pronúncia em São Domingos, para dar só alguns exemplos da amplitude temática de sua obra. No entanto ele tendeu a condensar-se em núcleos fortes que imprimem uma unidade geral a seu pensamento, sobretudo àquela porção que tratou da problemática da cultura ibero-americana. (MYERS, 2005, p. 5)

Assim Jorge Myers definiu a figura do dominicano. Uma das reflexões mais importantes de Ureña, no bojo das discussões arielistas¹, se orienta pela análise do lugar da América Latina em uma espécie de “concerto das civilizações mundiais”. Para tanto, procura, de um lado, estabelecer uma forte crítica às sociedades europeias no contexto pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A tópica do “eclipse da Europa” e do declínio das “civilizações-fonte”, notadamente epicêntricas², colocava à unidade latino-americana, em primeiro lugar, uma obrigação: resguardar as ruínas do “velho mundo”.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma

¹ Diz respeito às formulações em torno do pensamento do uruguaio José Enrique Rodó elaborado em *Ariel* (1900). A obra - uma apropriação do livro *A Tempestade* (1611), de William Shakespeare, especialmente dos personagens centrais: Ariel, Caliban e Próspero - procura estabelecer duas tipologias sobre a historicidade e o “modo de ser no tempo” dos americanos: uma mais espiritualista, ligada à América Latina, “terra do espírito”; outra mais “materialista”, ligada à herança anglo-saxã, a América do Norte. Cf. RODÓ, 1991 e SHAKESPEARE, 1991.

² Categoria que, em nossas pesquisas, temos tentando elaborar. A ideia é apontar o procedimento etnocêntrico europeu não somente como uma busca por partir sempre de suas próprias elaborações para pensar as diversas experiências espalhadas pelo mundo, mas sim, e sobretudo, pela capacidade de elaborar um conjunto de procedimentos de difusão, desde o centro, de determinados saberes, valores e epistemes, cristalizando sua própria figura, o “velho mundo”, como o epicentro/centro difusor de ondas intelectuais.

tempestade (...) o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto um amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é chamada de progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226)

Na tese benjaminiana, o anjo da história encontra-se duplamente afetado: de um lado, pelo olhar lançado ao passado, que enxerga na história não uma simples consecução de acontecimentos e fatos amontoados e disponíveis à narração no presente, mas sim uma potência catastrófica única que concebe um acúmulo de ruínas (restos e fragmentos); porém, de outro lado, o narrador, o “anjo da história”, é arrastado por uma tempestade, um vendaval do progresso, que o impele à condição de constante futuridade, sem que com isso consiga juntar os destroços que avistava. Para Pedro Henríquez Ureña, a América Latina tinha a missão de não ceder totalmente à condição irresistível da narrativa que olha (e mira) em direção apenas ao futuro; antes, a função histórica latino-americana seria a de salvaguardar o que havia sobrado do espaço europeu após o “declínio civilizacional” que teria se colocado no contexto pós 1ª Guerra Mundial.

Porém, para o dominicano, esse “eclipse” também colocava uma oportunidade à América Latina: ocupar o vácuo deixado por esse declínio do espaço europeu. Desprendidos da “tutela velho-mundista”, dever-se-ia agora, segundo ele, aprender a pensar autonomamente, a desenvolver um sistema de valores próprios que fosse capaz de dar conta de uma situação tida, até então, como periférica, com dilemas e tarefas singulares e específicas. Em outros termos, tratava-se de expressar-se no mundo a partir de recursos elaborados na nossa própria realidade local. A formulação disso, que se encontra em *Utopía de América* (1925), indicava desde já uma postura teórica de abertura de horizontes diante da constatação do potencial contido na condição pós-colonial da unidade continental.

La unidad de su historia, la unidad de propósitos en la vida política y en la intelectual, hacen de nuestra América una entidade, una magna pátria, una agrupación de pueblos destinados a unirse cada día más y más. Si conserváramos aquella infantil audacia con que nuestros antepasados llamaban Atenas a cualquier ciudad de América, no vacilaría yo en compararnos con los pueblos, políticamente disgregados pero espiritualmente unidos, de la Grecia clásica y la Italia del Renacimiento. Pero sí me atreveré a compararnos con ellos para que aprendamos, de su ejemplo, que la desunión es el desastre. Nuestra América debe afirmar la fe en su destino, en el porvenir de la civilización (HENRÍQUEZ UREÑA, 1978, p. 5)

O caminho em busca da utopia, desse modo, passava pela confluência entre Europa e América. Dito de outra forma, era necessário não perder de vista o pertencimento ao mundo universal, já que a civilização americana, formada também a partir do impulso colonizador

européu, operou com uma modificação de todo o repertório externo que inundava o continente. O objetivo, portanto, era criar um conjunto de mecanismos de conciliação que fossem capazes de construir. Em Ureña, o nacionalismo é, no fundo, um americanismo, que deveria conciliar não somente o tronco latino comum, advindo das colonizações espanhola e portuguesa, mas também a existência indígena. Esta confluência formadora deveria, portanto, pautar-se em uma conciliação integradora, colocando em relação tanto o caráter original da América quanto as influências do espaço estrangeiro.

Por lo tanto, más que rechazar todo lo europeo a causa de la herencia colonial — corte total que no sería viable — Henríquez Ureña opta por una posición práctica al declararse partidario de un regionalismo universal, que busca el equilibrio “entre añejas tradiciones y nuevos impulsos,” aprovechando lo europeo como elemento enriquecedor. Y de forma quizás optimista, califica de naturales las confluencias y las combinaciones—un pensar circular e inclusivo que marca su forma de mirar (y que Gutiérrez Girardot tilda de dialéctico). (STROHSCHÄNK, 2008, p. 20)

A necessidade de consolidar a “salvaguarda” das ruínas europeias, se levava ao risco de se cair em um jogo imitativo desse repertório “velho-mundista”, por outro lado abria espaço à reformulação da continuidade entre as experiências dos colonizadores e as dos colonizados, percebendo a necessidade a “produção cultural própria” periférica adotar uma “personalidade literária” preocupada, antes de tudo, com as tarefas de reapropriação e a ressignificação dessa matriz discursiva formulada nos termos da Europa, não com o isolamento e a recusa do que vem de fora. A consolidação desta tradição, aqui no cenário latino-americano, permitiria aos escritores e intelectuais do continente construir, de forma gradual, identidades mais autônomas e, por conseguinte, produções mais críticas do ponto de vista estético, formal e temático.

Deste modo, ao invés de rechaçar o cenário europeu por conta da herança colonial, algo forte nas tradições mais nacionalistas e conservadoras; ao invés de também abrir-se completamente à internacionalização e à matriz cultural europeia como fundamentos da vida periférica, algo comum nas leituras mais “cosmopolitas”, Henríquez Ureña defende um “regionalismo universal”, que busca o equilíbrio entre “antigas tradições e novos impulsos”, aproveitando do europeu, de forma otimista, seus elementos enriquecedores, mas mirando, de fato, na tradição latino-americana e na produção de seu próprio pensamento crítico, sem insistir na tópica da inferioridade da dimensão regional do continente.

Dito de outra forma, Pedro Henríquez, assim, procura interpretar a América Latina a partir da tópica do fortalecimento das expressões culturais de caráter autônomo em relação

aos efeitos da colonialidade, sem subscrever a ingenuidade da recusa ao repertório externo na conformação de uma historicidade, enquanto modo de ser no tempo, das regiões periféricas do sistema-mundo. Desse modo, evidencia-se uma operação intelectual, por parte do dominicano, que leva em consideração a ideia de que todo sentido de formação periférico se faz de forma dúplice: como busca por autonomização do repertório local e como transculturação, transformação e apropriação do repertório que vem de fora. Ureña, portanto, não se filia às duas tradições intelectuais mais comuns ao largo do continente no século XX: a nacionalista, de recusa completa do afluxo externo; e a “universalista”, que procura pautar-se pelo sentimento de abertura completa à Europa e, depois, aos EUA. Ocupa, nesse sentido, talvez uma “linhagem dialética”, que enxerga na cultura latino-americana um processo complexo de fusão e hibridização histórica, econômica e social entre a “localidade e a universalidade”, de apropriação e recusa do repertório externo, de elaboração e ressignificação dos materiais, formas e conteúdos, os compósitos da nação e do continente.

Abstract: The present text intends to briefly present the figure of Pedro Henríquez Ureña (1884-1946), essayist and literary critic born in the Dominican Republic, whose life was almost always tied to the condition of exile and spatial displacement. Circulation by various countries of the continent made its locus of observation and intellectual enunciation does not crystallize around national boundaries. In this way, our objective is to briefly discuss in the work *La Utopía de América* (1925), how the Dominican critic formulated an interpretation of Latin American culture that started, first, from the topical ‘eclipse of civilization european’. From this decline of the “center of the system”, gaps and opportunities would be opened up to Latin America, which should engage in the quest for autonomous cultural expressions in relation to the effects of coloniality without subscribing to the naivety of subtraction of external influences in conformation of a peripheral historicity. Our hypothesis is that Henríquez Ureña operated, at the beginning of the 20th century, with some concepts close to the concepts of formation and transculturation, both to account for the process of historical consolidation of Latin American continental space, and to talk about the cultural relationship between center and periphery.

Keywords: Pedro Henríquez Ureña, América Latina, História Intelectual

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Jorge Luis & FERRARI, Osvaldo. **En Diálogo I**. México: Siglo Veinteuno, 2005.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. **La utopía de América**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

MYERS, Jorge. Gênese "ateneísta" da história cultural latino-americana. **Tempo Soc**, v..17, n.1, 2005, p. 9-54.

QUIÑONES, Arcadio Díaz. Pedro Henríquez Ureña y las tradiciones intelectuales caribeñas. **Letral**, n. 1, 2008, pp. 64-80.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Tradução: Denise Bottman. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991

SHAKESPEARE, William. **A Tempestade**. tradução Geraldo Carneiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

STROHSCHÄNK, Lise-Annes. **Las corrientes literarias en la América Hispánica: la propuesta canónica de Pedro Henríquez Ureña**. Tesis (Grado de Magíster en Literatura com Mención en Literatura Chilena e Hispanoamericana) - Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, Departamento de Literatura, Santiago, 2008.

O discurso científico como combate à pseudociência nos Estados Unidos (1960 – 2010)

César Haueisen Zimerer Perpétuo
Mestre e Doutorando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
cesasrhzp@hotmail.com

Resumo: O objetivo do artigo que se segue é o de realizar uma análise da narrativa por trás da divulgação científica estadunidense entre a segunda metade do século XX e o início do século XXI, e mostrar como esse período pode ser dividido em duas fases: a primeira seria marcada pela tentativa de aproximação da ciência com o público leigo através da crítica à pseudociência e a segunda marcada pelo movimento neoateísta que surgiu a partir dos eventos que levaram à queda das torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Palavras-chave: História da Ciência; Divulgação Científica; Pseudociência;

Nos últimos anos tem se observado um extensivo crescimento de discussões acerca do que muitos estão chamando de “movimentos anti-intelectuais”. Tais movimentos aparentemente possuem forte relação, ao menos no Brasil, com o avanço de um conservadorismo que tem visto progressos na academia com certo desdém. Assim, não tem sido estranho presenciar o surgimento e avanço de discussões defendendo o *terraplanismo*, *movimento antivacina*, *negação da evolução* ou *negação do aquecimento global*, por exemplo.

Nas ciências humanas, em especial na História, temos visto a tendência de relacionar o avanço desses movimentos com o atual momento político em que vivemos no país. O historiador e professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Valdeci Araújo, por exemplo, veio em um de seus meios de comunicação com o público¹ buscar explicar o que está acontecendo. Ele parte de uma análise de um artigo de Jurandir Malerba (2014, p. 27-50) em conjunto com um recente documentário sobre terraplanismo² lançado em 2018 para defender uma evidente crise da ciência que tem afetado todos os meios acadêmicos. Para Valdeci, essa crise é fruto do capitalismo contemporâneo que tem destruído comunidades e vínculos, criando nas pessoas um sentimento de solidão, como se elas não pertencessem a lugar algum.

¹ Me refiro aqui ao canal privado do professor no YouTube. Link: https://www.youtube.com/watch?v=BilfWqf_S10

² Me refiro aqui ao documentário “A terra é plana” (Behind the Curve), lançado nos EUA dia 15 de novembro de 2018 e criado por Daniel J. Clark.

Essas pessoas, então, buscariam nesses “grupos de crença” (terraplanismo, para usar o exemplo do documentário) interações sociais básicas.

Com as redes sociais, essas comunidades crescem rapidamente. Por trás delas estão diversas instituições conservadoras que, possuindo interesses próprios, incentivam direta ou indiretamente esses grupos. A ciência acabou por se tornar um símbolo de algo progressista, pois está constantemente questionando posturas e postulados vigentes e, portanto, se torna algo a ser combatido por grupos conservadores. O surgimento dessas *pseudociências*³ para Valdeci, estaria relacionado a uma aliança entre a “direita alternativa” (a direita atual que busca ignorar as destruições provocadas pelo capitalismo contemporâneo) e a indústria cultural (alguns canais de televisão e internet que propagam pseudociência). Assim, cria-se uma avalanche de desinformação: a sociedade, já conservadora, órfã de instituições tradicionais fracassadas e resistente a tendências progressistas, se deixa facilmente influenciar por meios de comunicação que espalham desinformação e ideias pseudocientíficas, pois essas contestam uma onda progressista que acompanha o desenvolvimento científico.

Apesar de concordar, em grande parte com essa análise, meu objetivo com essa comunicação é mostrar que nas ciências duras (naturais e exatas) essa discussão já é antiga, e o surgimento de pseudociências e movimentos anti-intelectuais é creditado a um outro motivo: o simples afastamento do público leigo em relação à ciência moderna.

A partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, vimos o amplo crescimento de uma área da ciência dedicada a tentar estreitar a relação do público leigo com os principais desenvolvimentos e descobertas científicas que eram realizadas: a divulgação científica. Isso começou a acontecer ao mesmo tempo em que vimos o surgimento e propagação de uma nova ciência, a *Big Science*.

Em 1961 o termo *Big Science* apareceu pela primeira vez. Foi publicado em um artigo intitulado *Impact of Large-Scale Science on the United States* (WEINBERG, 1961, p.161) por Alvin M. Weinberg e tinha como objetivo descrever uma nova fase da ciência nos Estados Unidos, que consistia em uma série de mudanças em larga escala feitas no campo científico após a segunda guerra mundial, marcadas pelos grandes foguetes e invenções

³ Pseudociência, segundo os divulgadores científicos é tudo aquilo que se diz ciência, mas não respeita as principais diretrizes do método científico, como a necessidade de evidências e experimentações. Ver mais em: (SHERMER, 2011).

monumentais. Como Weinberg explica, a ciência realizada em pequena escala⁴ ainda era imprescindível e, de fato, permanece importante até hoje, mas com o aparecimento da *Big Science*, a própria fisionomia da ciência e o seu contato com o público leigo foi transformado. Não mais seria possível ignorar os seus avanços e em poucas décadas o mundo iria sofrer uma revolução tecnológica tão vasta como nunca antes visto em sua história.

Entretanto, mesmo com o advento da *Big Science*, o contato do público leigo com a ciência e suas teorias mais complexas não poderia ser mais distante. De fato, desde a revolução científica que ocorreu entre os séculos XVI e XVIII (HENRY, 1988), a ciência nunca possuiu um compromisso muito grande em se tornar palatável para os iletrados ou para quem simplesmente não se interessasse sobre as suas descobertas. Os cientistas, ao menos em sua maioria, não sentiam obrigação nenhuma em tornar os seus estudos e pesquisas altamente complexas em algo simples o suficiente para que o cidadão comum pudesse compreender (WEART, 2008). Isso gerou um fenômeno peculiar: aos poucos a sociedade tornou-se altamente dependente da ciência e tecnologia, mas sem compreender praticamente nada sobre tais coisas. Tal fenômeno não é exclusivo da segunda metade do século XX, pelo contrário, no início da década de 1930, o famoso intelectual e revolucionário bolchevique Leon Trotsky escreveu as seguintes palavras sobre a Alemanha:

Não é apenas nas casas dos camponeses, mas também nos arranha-céus das cidades, que o século XIII vive ao lado do XX. Cem milhões de pessoas usam a eletricidade e ainda acreditam nos poderes mágicos de sinais e exorcismos [...]. As estrelas de cinema procuram médiuns. Os aviadores que pilotam mecanismos milagrosos criados pelo gênio do homem usam amuletos em seus suéteres. Como são inesgotáveis as suas reservas de trevas, ignorância e selvageria! (MANDEL, 1995. p. 110)

No entanto, foi a partir dos desenvolvimentos científicos que aconteceram após a Segunda Guerra Mundial que essa distância entre o público leigo e a ciência se tornou ainda mais evidente e passou a ser combatida por cientistas e intelectuais que hoje chamamos de divulgadores científicos. A *Big Science* havia levado o homem à lua, trazido para o mundo grandes foguetes, satélites e os primeiros computadores, mas o público leigo continuava a se apoiar em misticismos e superstições. O objetivo dos divulgadores científicos era, de certa forma, bem direto: tentar explicar a ciência e como ela funciona (seus métodos e práticas) da forma mais simples possível para o público leigo. Acredito ser seguro dizer que, para a maioria deles, é a ignorância científica que provoca o afastamento do público leigo da ciência,

⁴ Ciência em pequena escala, segundo Weinberg, seria aquela realizada em laboratórios fechados e que não se preocupava em grandes invenções como foguetes, armamentos grandiosos ou algo do tipo. Exemplos práticos são pesquisas sobre curas de doenças ou sobre anatomia de novas espécies de animais.

e isso é um problema tão grave que afeta até mesmo o entendimento desse público em relação a conceitos básicos como o de *método científico*, *teoria científica* e até mesmo o próprio conceito de *ciência* em si.

Em um primeiro momento, a divulgação científica nos EUA teria como principal alicerce Carl Sagan. Com doutorado em astronomia e astrofísica, Sagan publicou mais de 600 trabalhos acadêmicos e 20 livros autorais que vão desde a ficção científica (Como o livro *Contato* (SAGAN, 1997), que depois virou filme) até livros de divulgação científica que servem como base de debates sobre a área até hoje. Talvez o seu livro mais famoso na área de divulgação seja o *O mundo assombrado pelos demônios* (SAGAN, 1995), publicado em 1995, um ano antes de sua morte. Nessa obra, Sagan realiza um ataque feroz às inúmeras pseudociências que se desenvolveram ao longo da história da humanidade, creditando o seu surgimento e crescimento à ignorância científica. O afastamento do público leigo do conhecimento científico seria o motivo deste público acreditar em soluções fáceis e confortáveis, não embasadas em nenhuma evidência concreta.

Pode-se afirmar que a pseudociência é adotada na mesma proporção em que a verdadeira ciência é mal compreendida. Se alguém nunca ouviu falar de ciência (muito menos de como ela funciona), dificilmente pode ter consciência de estar abraçando a pseudociência. Está apenas adotando uma das maneiras de pensar que os seres humanos sempre empregaram. (SAGAN, 1995. p. 32)

Sagan defende que a crença em pseudociências e a rejeição do conhecimento científico provocam um afastamento que fez surgir ao longo do século XX diversos movimentos que tem impactos reais e diretos na vida das pessoas. A negação do aquecimento global, a vacina como causadora de autismo, o terraplanismo e a ignorância em relação ao verdadeiro impacto de pesquisas realizadas no espaço são apenas alguns exemplos de tais ideias. Além disso, a ignorância científica se torna ainda mais perigosa quando ela se faz presente nas principais lideranças mundiais, pois tais figuras serão responsáveis por tomar decisões que possivelmente irão impactar a vida de milhões de pessoas.

A partir do início do século XXI, houve uma pequena mudança de foco em relação ao trabalho dos principais divulgadores científicos norte-americanos. Programas educativos na TV, revistas, livros e documentários, continuam cumprindo a sua função original mas, os divulgadores científicos que tiveram mais impacto, que mais publicaram, que mais venderam livros e que mais foram convidados para participar de debates e palestrar em universidades ou em programas na mídia em geral, foram aqueles que focaram os seus esforços na crítica à religião.

Isso aconteceu, acredito, após o 11 de Setembro de 2001, quando parte eloquente (e em geral conservadora) da mídia norte-americana⁵ começou uma campanha de ataques diretos ao islamismo e, para legitimar os seus discursos, buscou convidar conhecidos cientistas que já haviam criticado as religiões organizadas no passado. De fato, criticar religiões organizadas não é nenhuma novidade para divulgadores científicos, o próprio Carl Sagan já havia feito isso antes (SAGAN, 2008. p. 189-208), mas, no geral, era uma crítica tímida e nem de longe caracterizava-se como o foco principal das suas publicações. No entanto, nomes de peso que se tornaram evidentes no século XXI, como o do biólogo britânico Richard Dawkins ou o do filósofo e neurocientista americano Sam Harris, se tornaram campeões de vendas com obras que tinham o objetivo claro de criticar duramente todas as formas de religião organizadas ou até mesmo a crença em qualquer entidade sobrenatural.

Esses, então, seriam – de forma claramente resumida – os principais aspectos da divulgação científica moderna nos EUA. Esse posicionamento, porém, enfrenta constantemente duras críticas vindas das ciências humanas que enxergam com certo ceticismo essa visão de que o pensamento científico, através dos seus métodos e técnicas, era o único capaz de buscar a verdade de fato e, portanto, divulgar a ciência e espalhar o seu pensamento inevitavelmente faria do mundo um lugar melhor⁶.

Como nos explica Michel Foucault (2016. p. 171-175), desde o século XVII, mas principalmente no XVIII e XIX, o pensamento científico se apoiou na noção de *vontade de verdade*, ganhou extrema força e acabou por influenciar praticamente todas as áreas do conhecimento ao redor do mundo. Os movimentos que surgiram a partir do Iluminismo foram potencializados pelas descobertas de Darwin e o método científico ganhou notoriedade e passou por tentativas de aplicação até mesmo nas humanidades. A história, por exemplo, viu o avanço do positivismo que permaneceu hegemônico nos EUA ao longo de grande parte do século XIX e início do XX.

‘Essa *vontade de verdade* debatida por Foucault faz parte da sua ideia de que todos os diversos discursos encontrados em uma dada sociedade, ou em um grupo social específico, exercem funções de controle, limitação e validação das regras de poder desta mesma sociedade.

⁵ Canais de destaque que geralmente apresentam uma visão conservadora e/ou republicana como a Fox News são os principais exemplos.

⁶ Aqui, apenas fazendo uma alusão à interessante obra de Karl Popper (1898).

Através do discurso da busca pela verdade, o saber científico teria então ganhado força e se tornado hegemônico, dando-o autoridade para decidir aquilo que poderia ou não ser considerado a verdade e permitindo que divulgadores científicos ao redor de todo o mundo legitimassem os seus trabalhos através do argumento de que, ao levar o pensamento científico para um maior número de pessoas, estariam por consequência levando a verdade para as mesmas. O próprio Foucault viria a prever os impactos futuros que a vontade de verdade teria na ordem do discurso:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi o terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modifica-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (FOUCAULT, 2016. p. 19).

Ao mesmo tempo que concordo com o posicionamento de Michel Foucault, acho importante enxergarmos a postura dos divulgadores científicos como resultado de um longo processo de disputa que os cientistas passaram desde o surgimento da ciência moderna a partir do século XVII. Concordo que é essa vontade de verdade, então, que está por trás do discurso dos divulgadores científicos alvos dessa minha análise. Não devemos excluir as explicações dadas pelos mesmos, pois acredito que a ignorância científica é realmente fonte de diversos problemas como demonstrados por eles, mas, como Foucault nos mostra, também não devemos ignorar que existe uma grande disputa por poder através do discurso científico de que só a verdade pode trazer o progresso e evitar desastres futuros. Entretanto, acredito que esse discurso é fruto de uma constante disputa que os cientistas inevitavelmente tiveram que travar desde que a ciência começou a brigar por espaço. São muitos os exemplos que a história nos dá de cientistas que foram perseguidos, presos e até mortos por defenderem e propagarem ideias que iam contra o conhecimento e poder vigente de uma determinada época.

Giordano Bruno foi queimado vivo em 17 de fevereiro de 1600, condenado pela inquisição por defender o heliocentrismo. Galileu Galilei, só evitou a morte pois retirou o que disse frente à inquisição, mas viveu o resto de suas vidas em prisão domiciliar. René Descartes deixou de publicar suas próprias visões acerca do heliocentrismo após ter presenciado a condenação de Galilei. A maioria das obras desses e outros autores foram proibidas pelo *Index Librorum Prohibitorum* o que prejudicou bastante a sua propagação. Até 1925, no Tennessee, EUA, o ensino de qualquer teoria que negasse a história da criação

divina do homem como é explicado na Bíblia era amplamente proibido, o que levava ao impedimento do estudo da obra de Charles Darwin nas escolas.

Esses são apenas alguns exemplos. Como Paolo Rossi (2001) e Alexandre Koyré (2006) nos mostram, a história da ciência foi construída sobre uma fundação de constantes e sangrentas disputas. Fazer ciência significava contrariar a autoridade vigente, destruir visões hegemônicas e, muitas vezes arriscar a vida para tal. Assim, me parece natural que ao longo dos anos os cientistas tentaram se apoiar na ideia de busca pela verdade, pois apenas essa verdade poderia desafiar uma ordem vigente e aparentemente intocável.

Concluindo, acredito que tanto a visão proposta por historiadores como Valdeci quanto a visão dos divulgadores científicos a respeito do surgimento e crescimento de pseudociências são válidas. De fato, elas não se cancelam, mas sim se complementam. O avanço de um conservadorismo que busca novas instituições antiprogressistas somado a uma profunda ignorância de como a ciência funciona é, provavelmente o berço desses estranhos fenômenos anti-intelectuais que tem ganhado força nos últimos anos.

Referências Bibliográficas

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DAVIES, S. R. Constructing communication: Talking to scientists about talking to the public. **Science Communication**, n. 29, 2008.

DAWKINGS, Richard. **Deus, um Delírio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARRIS, Sam. **A Morte da Fé**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HEMPEL, Carl. *Aspects of Scientific Explanation: And Other Essays in the Philosophy of Science*. New York: Free Press, 1965.

HENRY, John. **A Revolução Científica e as Origens da Ciência Moderna**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos*

debates sobre Public History. **Revista História da Historiografia**, Mariana/MG, UFOP, 2014, p. 27-50.

MANDEL, Ernest. **Trotsky as alternative**. Londres: Verso, 1995.

OUELBANI, Melika. **O Círculo de Viena**. São Paulo: Parábola, 2009.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.

_____. **Em Busca de Um Mundo Melhor**. Curitiba: Fragmentos, 1989.

SAGAN, Carl. **Contato**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Variedades da Experiência científica: uma visão pessoal da busca por deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WEINBERG, Alvin M. Impact of Large-Scale Science on the United States. **Science, New Series**, New York, v. 134, n. 3473, 1961.

José Honório Rodrigues: objeto de historiografias

Cesar Leonardo Van Kan Saad

Doutorando em História

UFMG

cesar_van_kansaad@hotmail.com

Resumo: Na presente comunicação pretendo propor uma análise de mediação entre a história intelectual e a história da historiografia brasileira. De modo específico, almejo investigar de que modo a produção de José Honório Rodrigues (1913 – 1987), historiador brasileiro de ampla produção historiográfica no século XX, foi transformada, e respectivamente, enredada enquanto objeto de investigação acadêmica e historiográfica. Nesse sentido, a intenção perpassa em aventar, a partir de um levantamento dos trabalhos acadêmicos a respeito do historiador (pretendo trabalhar especificamente com teses, dissertações e monografias, deixando de lado os artigos acadêmicos), os respectivos quadros interpretativos que se criaram ao longo do tempo em torno de sua “obra”. E com isso, se perguntar quais os qualificativos, objetivações, interpretações se criaram ao signo “obra/autor”, e respectivamente, qual foi o lugar na historiografia brasileira que tais trabalhos imputaram a figura de José Honório Rodrigues. Ao passo, que pretendo ainda interrogar sobre a representação construída pelo campo historiográfico acadêmico em torno da figura de José H. Rodrigues. Desse modo, o presente trabalho tem como escopo dois eixos interpretativos. Em primeiro lugar, uma série interpretativa que teve como ponto de incidência e desenvolvimento a tese de Raquel Glezer, “O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues”, defendida em 1976, na universidade de São Paulo. E em segundo lugar, os trabalhos que seguem uma interpretação de Rodrigues, a partir das colocações de Manoel Luiz Salgado Guimarães, entre os anos de 1980 e 1990. A investigação sobre essas pesquisas, e respectivamente, sobre a interpretação que elas estabelecem sobre a historiografia de Rodrigues são indicativas de um corte geracional, e acima de tudo, permitem aventar sobre uma leitura de formação, de um lado, e de consolidação de outro, da pós-graduação brasileira, bem como a consolidação teórica e da prática historiográfica do fazer da história da história ou história da historiografia na segunda metade do século XX brasileiro.

Palavras-chave: História da historiografia brasileira, História intelectual, José Honório Rodrigues.

Penso que se é verdade que a história é feita de documentos e textos, não é menos importante conhecer os resultados mais modernos dados ao público por autoridades no assunto, de modo que não se caia no perigo de descobrir de novo a América (RODRIGUES, 1945, p.8).

Parte I

A intenção do presente trabalho consiste em delinear em linhas gerais, duas interpretações divergentes a respeito da produção historiográfica de José Honório Rodrigues (1913-1987)¹. Ao

¹ José Honório Rodrigues, nasceu em 1913, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em direito em 1937, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Naquele mesmo ano, conquistara, ao lado de Joaquim Ribeiro, o

longo dos anos, um arquivo historiográfico se formou a partir de monografias, teses e dissertações, que tomaram a obra do referido historiador como objeto de análise. O objetivo aqui, dada a dimensão de tal produção, é marcar a constituição de um certo consenso interpretativo, e ao mesmo tempo, apresentar uma linha de fuga perante o mesmo.

O ponto de partida, portanto, estrutura-se a partir de um balanço historiográfico que desenvolvi em dissertação de mestrado, defendida em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul². Intitulada “Um teorista nos trópicos: a escrita de *Teoria da História do Brasil* de José Honório Rodrigues”, o referido trabalho versa sobre o conceito de “teoria da história” que estruturou e foi estruturado por Rodrigues em sua *Teoria da História do Brasil* (1949). Em linhas gerais, o meu argumento em torno de José Honório e de sua concepção teórica de uma “teoria da história”, pode ser colocado nos seguintes termos:

(...) a noção de teoria da história que estrutura a história é a da história como um conhecimento interpretativo guiado pela ação compreensiva. Essa ação compreensiva do historiador o leva a construção do objeto, que só é possível por meio de regras disciplinares, ou por meio da metodologia histórica. Aliado a isso, Rodrigues apresenta o que, em sua concepção, pode ser entendido como um vocabulário disciplinar da construção do objeto histórico, e do qual os historiadores, de modo geral, não devem abster-se. Ou seja, as questões que conectam a compreensão com a metodologia levam a refletir sobre a casualidade, periodização, tipos de história, e por fim, a certeza histórica (SAAD, 2016, p.224).

O que está prescrito na leitura do conceito de “teoria da história” em José Honório Rodrigues, em geral, e com a escritura de *Teoria da História do Brasil*, em específico, é a compreensão da emergência de uma proposição que delinea um percurso de constituição do ser historiador no Brasil. Proposição que acarreta uma consequência temporal, isto é, projeta um horizonte de definição epistemológica ao campo historiográfico que é sintetizada em uma identidade pragmática do profissional da história.

A escritura de *Teoria da história do Brasil* é composta de diferentes séries narrativas que dão densidade ao *corpus* de enunciados referentes, não só ao fazer historiográfico, mas também, a

prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. Em 1940, a Editora Companhia Nacional, publicaria esse trabalho na coleção Brasileira, com o título *Civilização Holandesa no Brasil*. Em 1949, Rodrigues, publicaria *Teoria da História do Brasil* e em 1952, *A pesquisa histórica no Brasil*, cuja proposição de renovação dos estudos históricos apareceria figurada como um novo projeto teórico-prático da operação historiográfica brasileira. Rodrigues, ainda, publicou inúmeros outros títulos ao longo do século XX, e veio a falecer em 1987, deixando inacabada sua monumental *História da história do Brasil*.

² Os trabalhos que compuseram o balanço historiográfico sobre a produção de José Honório Rodrigues, situam-se entre os anos de 1976 e 2012. São eles: GLEZER, 1976; MARQUES, 2000; GUIMARÃES, 2005; ALVES JUNIR, 2010; FREIXO, 2012; SAAD, 2016. Na presente comunicação, discutirei a diferença de minha própria interpretação, com a que Raquel Glezer constituiu, pois, essa interpretação gerou um consenso que só foi quebrado com a tese de André de Lemos Freixo. A esse respeito, ver primeiro capítulo de SAAD, 2016.

uma nova maneira de se referir e se de se refletir a esse mesmo fazer. Ambas as operações, passam, a partir de então, a integrar um mesmo horizonte de formação de uma dada subjetividade historiadora. Por meio da divisão das séries, e de suas composições, o conceito de “teoria da história” ganha densidade. As diferentes séries podem ser ordenadas do seguinte modo: *epistemologia da história* (significação cultural da história) (RODRIGUES, 1949, p.15); sentido do conceito da história (Ibid, p. 24), hermenêutica histórica e ciência da história (Ibid, p.24-33); *vocabulário historiográfico* (causalidade histórica (Ibid, p.50), periodização (Ibid, p.58), tipos de história (Ibid, p.66), certeza histórica (Ibid, p.79); *a razão disciplinar ou das regras inalienáveis do meio* – preceitos metodológicos do fazer historiográfico – que implicam na delimitação de um espaço, isto é, de um arquivo disciplinar da historiografia³ (metodologia (Ibid, p.105), fontes (Ibid, p.113), disciplinas auxiliares (Ibid, p.123-163), crítica histórica (Ibid, p.163-182), crítica interna e externa (Ibid, p.221-236), forjicação ou teoria da falsidade (Ibid, p.182-191), crítica de atribuição (Ibid, p.191-205), crítica de textos (Ibid, p.205-221), e por fim, *teorias da expressão* (compreensão, síntese, narrativa) (Ibid, p.236-247). Em meio a essas diferentes e múltiplas séries pode-se localizar enunciados teóricos gerais sobre o conhecimento histórico, ao mesmo tempo, que é possível visualizar reflexões em torno da matriz epistêmica do saber historiográfico. Ainda, figuram nas séries reflexões de ordem temporal, no sentido do devir do processo histórico e suas respectivas possibilidades de significação, o que permite compreender, também, enunciados de “filosofia da história”. E por fim, os instrumentos inalienáveis, pelos quais a prática historiográfica se instrumentaliza como prática de si. No entanto, todas essas séries, bem como os três conjuntos de “séries de séries” que apresento, formam uma multiplicidade de operadores e de operações da produção do conhecimento, e são agrupadas em uma dada (auto)imagem disciplinar da História. Essa multiplicidade é delimitada, e ao mesmo tempo, filtrada para um determinado núcleo. Ou vice-versa, uma vez que elas operam em saída e entrada a esse mesmo núcleo. O núcleo, ou a unidade prescrita pelo mesmo, colocaria em movimento as séries entre si e suas sobreposições de “séries de series”. Assim, as séries, bem como, as “séries de séries” formam um determinado “quadro”. Esse quadro evidencia o dispositivo que as integra em um sistema unitário de significação, e que dá fundamento escriturário para THB. A esse núcleo ou a esse vetor central, forma-se uma visão integradora em que se pode compreender o próprio sentido instrumental de “teoria da história”. Logo, o conceito de “teoria da história” constitui-se em THB, por uma função. Essa função é prescrita pela união da dispersão das séries.

³ A respeito do conceito de arquivo historiográfico, ver: SAAD, 2017.

Assim, esses enunciados de “séries de séries” constituem em termos gerais uma epistemologia historiográfica que se sintetiza através do conceito de “teoria da história”. As consequências dessa leitura são as seguintes: “filosofia da história”, “epistemologia da história” e “metodologia” dão densidade como “series de séries” ao quadro que constitutivo do conceito de “teoria da história”. O sentido de “teoria da história”, assim, é prescrito na materialidade enunciativa, e ao mesmo tempo, é cindido pelas junções paradoxais dessas mesmas “séries de séries”. “Paradoxais” porque não há relação definitiva entre as séries e as séries de séries. No sentido de que por mais que o vetor “teoria da história” se constitua como uma unidade, as séries, bem como as “series de séries” são contingentes em suas relações, não existindo uma relação mecânica ou definitiva de articulação. Elas existem, de modo agrupado, apenas no funcionamento geral do que vem a significar o vocábulo “teoria da história” e a *economia narrativa* de THB. Desse modo, em THB, a identidade historiadora é composta por essa complexidade, medidas por essas múltiplas séries que acarretam uma concepção da subjetivação historiadora, em que ser historiador ou historiadora, é aliar em uma mesma prática historiográfica a escrita, bem como, a reflexão sobre as condições de produção dessa mesma escrita da história.

Outro ponto que é necessário destacar paralelo a essa primeira leitura, diz respeito a maneira como situo José Honório Rodrigues e a trajetória de seus textos, problemas e reflexões. Em distinção ao trabalho que discutirei na sequência, compreendo a dispersão da produção de Rodrigues – a dificuldade aqui é a de enunciar uma representação em torno do signo “obra” enquanto um dado fechado – marcada pela presença de temas, objetos e problematizações que tomam a história da própria história enquanto um horizonte reflexivo, isto é, a presença de uma preocupação, não só constante mas fundacional de sua produção em torno da pesquisa historiográfica, bem como a de uma sensibilidade às reflexões teóricas e filosóficas do ofício e do conhecimento histórico como um todo. Cito:

Nos anos de 1940, [José Honório] havia publicado alguns textos que já ensejavam uma atitude reflexiva perante a Historiografia Brasileira. São eles: *Historiografia brasileira em 1945*; *Historiografia brasileira em 1946*; *Historiografia Pernambucana*; *Historiografia Cearense*; *Rodolfo Garcia e Afonso Taunay, História e Atualidade*. Por meio desses textos, lança luz a uma vontade que o acompanharia ao longo de sua trajetória, pois indica modos de ler e refletir que estarão presentes em seus textos dos anos 1950-1960, como também nas publicações de 1978-79. Não quero, com tal afirmação, sustentar que se trata de uma obra que se fecha em si mesma, caindo em uma leitura teleológica, em que os textos de 1940 teriam seu fim em 1978-79. Contudo, o que o torna interessante é que, por meio de uma visão geral, pode-se afirmar que sempre fora sua preocupação a de refletir e historiar a produção historiográfica brasileira. Principalmente, no que toca *Teoria da História do Brasil e Pesquisa histórica do Brasil* (SAAD, 2016, p.8).

Desse modo, José Honório Rodrigues, em minha leitura, constitui-se cindido na imagem do historiador, que além de produzir história, a produz historicizando, bem como constituindo um pensamento teórico sobre a mesma. Não é gratuito o título de meu próprio trabalho “um teorista nos trópicos”, que por mais que contenha uma ironia, pois teorista pode ser lido como aquele que produz ou reproduz uma determinada teoria, é contundente o esforço, a partir da escritura de José Honório de uma persistência, e ao mesmo tempo, de uma abertura para a produção teórica e epistemológica da historiografia brasileira. Assim, essa leitura se sustenta na ideia de que, as reflexões teóricas não são um elemento a serem isoladas em sua trajetória, mas são partes integrantes da prática historiográfica de Rodrigues.

Parte II

O foco dessa seção está estruturado no primeiro trabalho que merece menção, e que foi defendido em 1976, na Universidade de São Paulo (USP), e que teve como autora Raquel Glezer. Intitulado “O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise”, a autora se vale de um arsenal da bibliometria para sistematizar, e igualmente, analisar o conjunto da produção de José Honório Rodrigues. E mais do que isso, ela é responsável por construir uma monumentalização sobre a produção de Rodrigues, de tal modo, que o seu “modelo” de análise constituiu um consenso que perdurou por várias décadas⁴. Valendo-se do conceito de *colégio invisível*, uma das contribuições da bibliometria, Glezer sobre os proceitos de Derek Price, em *Some Remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon* (1971), objetiva que os participantes do *colégio invisível* formariam uma elite hierárquica, resultante de desigualdade conhecida e esperada na população total de pesquisadores, regularizando uma frente de pesquisa. Em suas palavras:

A análise objetiva deste fenômeno é muito complexa; entretanto, como ele também existe em História, preocupamo-nos em localizá-lo e apresentá-lo, através da seleção dos autores escolhidos pelo historiador em estudo e dos que escolheram-no como objeto de atenção. Utilizando apenas o nome do autor relacionamos todos os autores citados por José Honório Rodrigues no título de suas obras e depois separados os historiadores que viveram entre 1936-1975 [...] fizemos a mesma coisa para os documentos referentes à repercussão de sua obra, excluindo igualmente os de apenas uma citação [...] comparando os nomes dos historiadores [...] encontramos aí relacionados os de mais projeção no período. Portanto, podemos afirmar que existe colégio invisível em História do Brasil, tanto aqui como no exterior (GLEZER, 1976, p.45-47, grifos meus).

As citações funcionam como justificativa para a existência de um colégio invisível e para a identificação de uma frente hierárquica dos estudos históricos em história do Brasil. A seleção

⁴ Ver nota 3.

soa arbitrária, pois ela descarta as relações materiais, presenças institucionais, redes de intelectuais, produção, influência e uma série de outros fatores, resumindo a existência desse colégio invisível simplesmente pelo fato de JHR ser citado ou não, ou pelo próprio JHR citar outros autores. Segundo Glezer, o *colégio invisível* a que Rodrigues pertence é formado pelos seguintes historiadores:

Em termos brasileiros, o colégio invisível é formado por Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Américo Jacobina Lacombe, Artur César Ferreira Reis, Caio Prado Junior, Francisco Iglesias, Gilberto Freyre, Guilherme Auler, Hélio Viana, João Camilo de Oliveira Torres, Nelson Werneck Sodré, Pedro Calmon e Sérgio Buarque de Holanda, além do próprio José Honório Rodrigues. Em termos internacionais, além de Jaime Cortesão, Magnus Mörner, R. Koneztke e Virginia Rau, encontramos um grupo de historiadores norte-americanos especializados em História do Brasil, os “brazilianists”: Alan K. Manchester, Alexander Marchant, Charles R. Boxer, Clarence Haring, Edward B. Burns, George C. A. Boehrer, H.V. Livermore, Manoel Cardozo, Richard Graham, Richard Morse, Robin A. Humphreys, Rollie E. Poppino, Roscoe E. Hill e Stanley J. Stein. (GLEZER, 1976, p.48).

O agrupamento desses autores, incluindo brasileiros e estrangeiros, é justificado somente pelo fator citação, sem levar em conta a história de cada um e o significado de suas produções intelectuais. Glezer sustenta, então, que o grupo forma uma “elite hierárquica” da produção em História do Brasil. Géssica Góes Guimarães em “José Honório Rodrigues: por uma história combatente” (2005), considera a respeito da operação de Glezer, o seguinte:

A historiadora pretende, seguindo este modelo de análise, demonstrar o enraizamento histórico da obra, voltando à discussão sobre a *visão de mundo* de um grupo e das condições históricas, que não determinam, mas delineiam limites, impondo à toda produção cultural – entendendo a historiografia como um componente deste conjunto – características próprias de seu tempo. Portanto, *a autora acredita poder analisar a obra de José Honório através do desenvolvimento do pensamento histórico no Brasil*, assim como o estudo da obra específica deste historiador permite perceber características do todo. Ou seja, segundo a estrutura de análise defendida por Raquel Glezer, *a produção de um historiador pode ser analisada como metonímia da produção cultural que o cerca, no tempo e espaço* (GUIMARÃES, 2005, p.18, grifos meus).

A análise delineada por Guimarães sobre Glezer toca na operacionalidade e expõe o projeto desta, perguntando-se como é possível desenvolver uma leitura da produção intelectual de um historiador entendendo a sua historicidade e, por meio desta, visualizar toda uma época. E mais, como é possível traçar tais considerações por meio das citações, e somente por elas? Na sequência, viria a crítica, demonstrando o ponto fraco do modelo desenvolvido por Glezer:

A análise de Raquel Glezer está de acordo com os enunciados teóricos a que segue, a historiadora impõe ao seu olhar crítico o rigor capaz de identificar o enraizamento histórico das idéias [sic] de José Honório, contudo, *Glezer compara conceitualmente a produção de Rodrigues a um “colégio invisível” de*

intelectuais e um “universo cultural” que a própria autora afirma ser um grupo heterogêneo e suas relações complexas à análise. O grande problema engendrado por tal imprecisão consiste no fato de que o conjunto da obra de José Honório e, principalmente, o desenvolvimento de suas idéias [sic] acerca da história – história do Brasil – são mensurados a partir do desenvolvimento das idéias [sic] de um grupo que podem comportar *visões de mundo dispares*. Torna-se, destarte, difícil mensurar a relevância de um autor apenas através da quantificação das vezes em que seu nome é citado em livros de outros autores (GUIMARÃES, 2005, p.20, grifos meus).

Essa dificuldade denuncia o empreendimento. O conjunto das citações, entre aquelas que José Honório engendra em seu texto e aquelas em que ele se torna presente em textos de outros autores não inscreve uma coesão. Porém, segundo Glezer, indicam um direcionamento substancial em uma frente de pesquisa, em uma tópica homogênea e encadeada por um todo a representar uma época. Tal desenvolvimento só mostra a ambiguidade, ou mesmo a disparidade das relações intelectuais em uma dispersão de ideias. A proposta em tentar localizar a precisão de uma “época” através da análise de um único autor falha em termos de generalização, pois acaba soando um empreendimento a-histórico, uma vez que toma a produção de um autor, como José Honório Rodrigues, como sendo expressiva e quantitativa, a fim de abarcar uma imagem de época tão limpa e ordenada. No que diz respeito a noção de “frente de pesquisa”, Glezer operacionaliza sua análise através de um montante de 1053 documentos, sendo todos de autoria de Rodrigue. Em suas palavras: “(...) apenas 170 tiveram alguma forma de repercussão, isto é, 16% do total. E podemos então afirmar que cerca de 16% da produção é relevante, isto é, pode ser submetida aos critérios de relevância. Estes 170 documentos abrangem 80 títulos, o que dá uma média de publicação de 2,1 para cada um” (GLEZER, 1976, p.54). A indicação de uma frente de pesquisa concentra-se em 24% da produção sintetizada em 63% das citações, a isto é somado um grupo denominado “barulho de fundo” (IDEM, 55), ou que repercute com pouca relevância, tendo um total de 44%, atraídos por 33% das citações, e finalmente, o grupo denominado “morte rápida” (GLEZER, 1976, p. 55) que concerne 32%, sendo apenas 4% das citações. Ou seja, tal divisão estabelece que somente 24% da produção de José Honório é relevante. Um dado somente quantitativo que não presta nenhum cuidado para com o conteúdo ou analiticidade da produção. A frente de pesquisa é identificada nos seguintes títulos:

[...] Brasil e África, Teoria da História do Brasil, Aspirações Nacionais, Interesse Nacional e Política Externa, Civilização Holandesa no Brasil, Vida e História, A pesquisa histórica no Brasil e Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês. Neles devem estar formuladas as linhas diretrizes do trabalho do autor em questão e os conceitos que o regem (GLEZER, 1976, p.55, grifos meus).

Com isso, Glezer estabelece uma linha norteadora, o fio condutor de uma identidade da produção de Rodrigues com base somente no conjunto das citações, sem levar em conta a própria historicidade do empreendimento, ou de quem o cita. Tais considerações comporão a base “empírica” para a divisão e significação da produção de Rodrigues como “obra”, e na sequência esclarece a divisão em períodos. Um outro conjunto de problemas aparece atrelado ao que até aqui foi enunciado, e eles dizem respeito a noção de “periodização” e ao significado da produção de Honório Rodrigues como “obra”. De início, Glezer dá o direcionamento da análise: “Assim, quando iniciamos a análise da obra em si, deixamos claro que neste Capítulo trabalhamos com as publicações autônomas em bloco quanto à categorização [...] que possuam dados relevantes para a análise” (GLEZER, 1976, p.62). Assim, o que Glezer, nessa etapa de seu argumento, oferece ao leitor é o desenvolvimento “permanecendo informação pela informação, desligada do todo da análise” (GLEZER, 1976, p.62). Desse modo, o agrupamento oferecido pela autora se dá em três ordens distintas, promovendo uma divisão por períodos: obras informativas, formativas e interpretativas. O que Glezer entende por cada uma delas? Segundo a autora:

Obras informativas são aquelas que transmitem ao leitor informações consequentes, historicamente e fundamentadas em sólida base bibliográfica e documental, *sem preocupação quanto aos conceitos do autor e interpretação pessoal*. Elas são de dois tipos: históricas e bibliográficas (GLEZER, 1976, p.63).

No grupo ordenado por Glezer, para as obras informativas, podem ser encontrados os seguintes títulos de autoria de Rodrigues: *Civilização Holandesa no Brasil*, de 1940, *Brasil: Período Colonial*, de 1953, *O Continente do Rio Grande*, de 1954, e *Assembleia Constituinte de 1923*, de 1974. As obras informativas bibliográficas são: *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, de 1949, *As fontes da História do Brasil na Europa*, de 1950, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, de 1956, *Historiografia del Brasil. Siglo XVI*, de 1957, *Historiografia del Brasil. Siglo XVII*, de 1963, *A situação do Arquivo Nacional*, de 1959, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, de 1961. Destacando ao final do grupo das obras informativas que “não há limitação temporal na produção destas obras” (GLEZER, 1976, p.64), e indicando-as como uma constante na produção de Rodrigues, pelo caráter de informar o leitor a respeito do passado por meio de um trabalho erudito e documental, Glezer estabelece um recorte, uma separação perante os demais trabalhos de José Honório. Tal recorte indica uma significação a estes textos, sendo os mesmos somente considerados como “informativos”. Segundo a leitura de Glezer, a ausência de conceitos e interpretação pessoal, gera uma qualificação duvidosa, uma vez que informação, trabalho conceitual ou mesmo interpretação sugestionam um trabalho narrativo

conjunto à escrita da história. Dando sequência, as obras formativas são identificadas do seguinte modo: “[...] a propiciar aos iniciantes nos estudos históricos, mas não só a eles, a oportunidade de conhecer áreas especializadas no trabalho do historiador, como a metodologia histórica e a história da história” (GLEZER, 1976, p.65). Nesse grupo, é integrado por Glezer, os textos que ela significa como sendo aqueles que indicam ao leitor os pressupostos dos estudos históricos, ou da disciplina da história. *Teoria da História do Brasil*, de 1949, e *A pesquisa histórica no Brasil*, de 1952, são colocados lado a lado, devendo ser notado a repetição novamente para o segundo título, neste segundo grupo ordenado por Glezer. Ao lado destes títulos, ainda ordena os textos de história da história: *Notícia de Varia História*, de 1951, *História e Historiadores do Brasil*, de 1965, *Vida e História*, de 1966, *História e Historiografia*, de 1970. Vale lembrar que *História do Brasil* só sairia em 1978, estando fora do recorte estabelecido por Glezer. E por fim, as obras interpretativas, são significadas por Glezer, pela preocupação por parte de José Honório em interpretar a realidade nacional, procurando compreender as atitudes brasileiras, levando em conta problemas ideológicos da interpretação histórica. Nesse grupo entram *Brasil e África*, de 1964, *Aspirações Nacionais*, de 1962, e *Interesse Nacional e Política Externa*, de 1966. Esse último recorte é o mais problemático. Excluindo *Conciliação e Reforma*, de 1965, que forma a trilogia a respeito da interpretação do caráter nacional, Glezer estabelece uma periodização que tem os anos de 1960 como marco fundamental em sua leitura da produção de José Honório Rodrigues, como ideólogo e historiador interpretativo. Em suas palavras:

Este grupo de obras data de um momento bem marcado historicamente no estudo da realidade nacional, a década de 1960, e no contexto global da produção do autor, são inovadoras. A partir delas o autor começa a ser citado como ideólogo, isto é, como um historiador que faz reflexões críticas sobre a interpretação da realidade brasileira que estuda (GLEZER, 1976, p.65).

Esse modo de interpretar e significar a produção de José Honório Rodrigues por Raquel Glezer é indicativo de uma leitura redutora. Se num primeiro momento apresentei o modelo de seleção, ou melhor, de interpretação que a autora executou pela bibliometria, é interessante perceber agora a periodização que ela estabelece e o significado que dá aos períodos que dão forma a essa produção. José Honório, nessa acepção, só se tornaria um historiador interpretativo, ou, nesse caso, “reflexivo” dos aspectos nacionais, a partir dos anos de 1960. Ficando a produção precedente entre o caráter informativo ou de formação, que em termos gerais, tem sentidos equivalentes, uma vez que na acepção de Glezer, os textos informativos e os textos formativos, teriam um caráter “pedagógico” ao público leitor. Desse modo, fica claro que Glezer, sobre o nome de análise e interpretação do conjunto documental produzido por José Honório Rodrigues, estabeleceu uma forma de monumentalização, naturalizando o que era problemático e esvaziando

boa parte da produção, e conseqüentemente, da relevância de um determinado período, ou melhor, o caráter reflexivo, interpretativo e teórico da produção de Rodrigues.

Parte III

O breve exercício historiográfico que se pretendeu com essas páginas é marcado por uma demanda que alia a história intelectual, de modo geral, e a história da historiografia, em específico, entendendo a segunda como um ramo da primeira. Problematizar a constituição imagética, e ao mesmo tempo, a figuração que uma determinada escrita da história ganhou ao longo do tempo, em sua suplementação interpretativa, é fundamental para se compreender a constituição de linhas e de segmentações de uma dada concepção canônica da história. Desestabilizar os pontos comuns, juntamente com os estratos interpretativos que sedimentam uma determinada territorialidade historiográfica é fundamental para constituirmos outras possibilidades de passado, juntamente com a reflexão sobre os sinalizadores da própria constituição disciplinar da história.

Assim, o consenso interpretativo, concomitante com o signo de uma monumentalização constituída por Raquel Glezer, e replicada de modo pouco problematizado por Ana Luiza Marques, Géssica Guimarães e Paulo Alves Junior, a respeito de José Honório Rodrigues é sintomático de uma dada maneira de conceber a história da historiografia como o simulacro da união acordada entre as categorias de “autor” e “obra”. Nesse modelo, as possibilidades de significabilidade são reduzidas em um modelo biográfico-antropologizante de transparência unitária marcadas pela noção de um sujeito autoconsciente e centrado sobre si mesmo, resultando em uma compreensão de sua produção intelectual como o efeito dessa causalidade originária. A baixa densidade da reflexão sobre a escritura, bem como sua tentativa de transparência pela noção de intenção autoral, é também marca desse modo de argumentação.

Portanto, é fundamental, para além de uma história da historiografia que pense os pressupostos no/do passado da escrita da história, e de sua correlativa historicização, a reflexão do presente historiográfico estar inscrito em um mesmo horizonte reflexivo, constituindo assim, uma agenda de problemas e demandas do fazer da historiografia.

Referências bibliográficas

ALVES JUNIOR, Paulo. **Um Intelectual na Trincheira**: José Honório Rodrigues, Intérprete do Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, 2010.

FREIXO, André de Lemos. **A Arquitetura do Novo: Ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GLEZER, Raquel. **O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: Um modelo de Análise Historiográfica**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2v., 1976.

GUIMARÃES, G.G. **José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues: Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2000.

PRICE, Derek. Some Remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon. **Journal of American Society of information Science**, March-April, 1971.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. Uma Viagem de Pesquisas Históricas. Rio de Janeiro. Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 188, 1945.

SAAD, Cesar L. V.K. **Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2016.

_____. A figuração de um arquivo historiográfico: José Honório Rodrigues e a escrita de história da História do Brasil (1979-1988). In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, Maringá, 2017. **Anais...**, Maringá, p. 2577-2587, 2017.

Crise democrática e nostalgia autoritária: o vocabulário político do bolsonarismo

Daniel Pinha Silva

Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio

Professor do Departamento de História da UERJ

danielpinha@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto se ancora no repertório teórico da história intelectual para analisar o vocabulário político posto em circulação pela candidatura presidencial vitoriosa de Jair Messias Bolsonaro em outubro de 2018. Partindo de uma análise da crise política da democracia liberal representativa – em diálogo com os trabalhos de Marcos Nobre (2013), André Singer (2018), Luis F. Miguel (2017), Paulo Arantes (2010) e Jesse Souza (2016) – crise evidenciada (em parte) pelas Manifestações de Junho de 2013 e (fundamentalmente) nos movimentos pelo impeachment de Dilma Rousseff em 15 e 16, identifico na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro – construída ao longo do quadriênio 2014-2018 e não somente no período propriamente eleitoral – a síntese e expressão política de um projeto de dissolução democrática nos termos conceituais delimitados pela redemocratização brasileira da década de 1980. Diante da elasticidade semântica de “democracia” (Pierre Rosanvallon, 2010; Steven Levitsky, 2018) e das disputas políticas em torno deste conceito no caso brasileiro, examinarei parte do vocabulário político do bolsonarismo – notadamente o investimento no desgaste de valores democráticos como o Parlamento, a imprensa, tratamento às oposições, processo eleitoral, dentre outros – entendido como sintoma e expressão da crise democrática no presente e de um movimento de nostalgia autoritária em relação a Ditadura Militar, vistos como antídotos para a superação da corrupção e da violência urbana contemporâneas.

Palavras-chave: Brasil no tempo presente, Crise democrática, Jair Bolsonaro.

Tempos sombrios e história intelectual

O mote desta apresentação, evidentemente, é o tema deste VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG, cujo título “História em tempos sóbrios: estudar, pesquisar, ensinar”, nos remete à experiência política brasileira contemporânea e do modo pela qual essa experiência de crise afeta os modos de fazer história, seja por meio da pesquisa acadêmica, da aula de história ou dos diversos meios pelos quais a história é narrada. Vivemos aqui uma experiência concreta de crise, que envolve o conceito de democracia, mas que avança pelo próprio exercício da política: no Brasil, “fazer política”, “organizar-se politicamente” tem sido visto, por vezes, como prática necessariamente corrupta.

A democracia, quase sempre valorizada como adjetivo universal por matizes ideológicos dos mais diversos, transita discursivamente por experiências e práticas políticas das mais dissonantes no contexto contemporâneo, e isto não é bem uma novidade do caso

brasileiro, se lembrarmos de experiências da história republicana brasileira, tais como a da Ditadura Militar de 64 e da Ditadura Vargasista do Estado Novo. Em ambas, há a utilização de uma retórica democrática a impregnar os discursos políticos dos ditadores, de um lado para conter uma possível ameaça comunista e de outro para reorientar rumos de experiências democráticas existentes na Primeira (dita Velha) e da Terceira (dita populista) Repúblicas, cujas “frágeis democracias eram insuficientes para garantia da paz, ordem e desenvolvimento nacionais.

Há uma recorrente disputa política em torno do conceito de democracia, daí a vitalidade dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da história intelectual, motivo central de reunião dos pesquisadores neste Simpósio Temático. Tais pressupostos e procedimentos nos instrumentalizam para pensar as circunstâncias de ascensão de discursos e ideias antidemocráticas no Brasil contemporâneo e, em particular, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, um político profissional notabilizado por discursos negacionistas em relação à experiência da Ditadura Militar, legitimação da prática da tortura por parte do Estado, tratamento dos adversários políticos como inimigos e perseguição a minorias. Sem a pretensão de avançar em um debate mais extenso, é possível afirmar, desde os trabalhos de Skinner (2005), Pocock (2003) e Koselleck (2006), referências seminais neste debate, a história intelectual se conforma a partir da relação entre repertório conceitual e experiência histórica, isto é, enfatizando os discursos, palavras, conceitos e atos de fala em sua historicidade, no jogo entre permanência/ estrutura intelectual e ruptura/ circunstâncias políticas. O vocabulário político de uma época é resultado de um acúmulo intelectual, passível de mudança, mas conformador de moldes discursivos a partir dos quais os enunciadores se movimentam, em função de seus objetivos políticos e de como pretendem agir quando falam/escrevem, e que efeitos políticos pretendem alcançar. Nestes termos, o discurso não é só a forma de apresentação de uma ação política, o discurso é a própria ação política.

É em diálogo com estas prerrogativas que o presente texto dialoga e se abre ao debate, compreendendo o lugar da nostalgia autoritária da Ditadura Militar na conformação do discurso bolsonarista enquanto um molde a mover-se em função das circunstâncias de oportunidades políticas abertas pela crise democrática. Deste modo, o passo inicial é compreender as circunstâncias políticas de instauração da crise, tendo em vista a geração de um *tribunal moral*, a partir do qual tal discurso pôde se movimentar.

O tribunal moral da crise e o avanço do discurso bolsonarista

Estamos falando de uma certa forma de experimentar a crise, condicionada nos termos das expectativas engendradas por um *tribunal moral da crise*, conjunto discursivo que busca determinar a direção da opinião pública. Um tribunal formado pela combinação entre: movimentos sociais e manifestações de rua de grupos de direita – inconformados com o resultado eleitoral de 2014 (SOUZA, 2016); segmentos do poder Judiciário animados pela possibilidade de “passar o Brasil a limpo” em função dos desdobramentos da Operação Lava-Jato (SINGER, 2018); referendando tais ações, os grandes meios de comunicação dão forma e coesão a este tribunal, mantendo centralidade em meio a difusão possibilitada pelas redes sociais e internet de modo geral (SINGER, 2018). Isto que estou chamando de *tribunal moral da crise* costura uma narrativa única: a necessidade de superação da corrupção do sistema político, do PT em particular, e da gestão intervencionista do Estado na economia, aquela que gerou a crise e “quebrou o Brasil”. O discurso bolsonarista responde a essas expectativas e as incorpora à retórica antidemocrática que caracterizou sua atuação parlamentar.

A crise é, sobretudo, a crise do peemedebismo, uma categoria explicativa central presente no argumento de Marcos Nobre (2013) para compreender a experiência democrática brasileira pós-88. O autor entende o peemedebismo como um conjunto de práticas políticas norteadas pelo PMDB – partido que teve papel central no processo de democratização no início da década de 1980, na condução da Constituinte e elaboração do texto constitucional, e também na consolidação da experiência democrática, oferecendo a base parlamentar tanto para PSDB quanto para PT – mas que atravessa a todo o sistema representativo brasileiro pós-88. Um sistema que produziu uma blindagem, endógena e auto representativa, anulando a possibilidade de disputas políticas e produzindo uma acomodação amorfa e mantenedora das hierarquias e privilégios da política brasileira – refletindo as próprias condições de hierarquia e privilégio presentes no interior da sociedade brasileira. As manifestações de 2013, neste sentido, representariam uma tentativa da sociedade brasileira em furar este bloqueio. Em meio a diversidade de pautas e narrativas dispostas nas ruas em 2013 – que começa com a diminuição das tarifas de ônibus de grandes centros urbanos como mote para debater o direito à cidade, passando pelos gastos públicos com os grandes eventos esportivos a ocorrerem no Brasil (Copa do Mundo de 2014) e Rio de Janeiro (Olimpíadas 2016), até chegar ao combate à corrupção do sistema político – é possível identificar como ponto de unidade neste diversidade uma tentativa de fraturar o peemedebismo, algo que se fortaleceu nos anos posteriores.

Tanto o *tribunal moral da crise* quanto o vocabulário político bolsonarista interagem com esta fratura, ainda mais aguda após a experiência de Michel Temer na presidência – figura expoente do peemedebismo – marcada por grande impopularidade, aumento da blindagem e denúncias de corrupção.

Paulo Arantes (2010) nos ajuda a entender outra dimensão do problema: trata-se de uma crise que expõe os limites do processo de redemocratização brasileira, marcado por um pacto de esquecimento da violência de Estado cometida durante o período da Ditadura Militar de 64, ancorado na Lei de Anistia de 1979. Um pacto que levou os militares que construíram a Ditadura a não serem julgados nem punidos por seus crimes, autorizados por leis criadas por eles que conformavam um regime de exceção. Como desdobramento desta redemocratização marcada pela negociação sem ruptura, Arantes destaca permanências autoritárias no interior do Estado Democrático de Direito estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Neste sentido, é sugestivo o título do texto de Arantes, “1964: o ano que não terminou”, nos provocando a pensar sobre a longa noite de 64 e seus impactos na estrutura de Estado montada no pós-88.

Dentre os impactos mencionados por Arantes, nos interessa destacar dois aqui. Primeiro a militarização da segurança pública, garantindo constitucionalmente às Forças Armadas o uso da violência em nome da garantia da lei e da ordem e mantendo uma estrutura militarizada para as polícias. Deste modo, ainda no pós-88, são os próprios tribunais militares responsáveis por investigar e punir crimes cometidos por “colegas de farda”, dando margem para prevalectimento de espírito corporativo – e, neste sentido, cabe lembrar o recente caso de morte do músico Evaldo Rosa e do catador Luciano Macedo, alvejados e mortos com oitenta tiros disparados por agentes do Exército no Rio de Janeiro, e que serão julgados por tribunais militares. Segundo aspecto: a posição do Estado pós 88 enquanto fiador de crises econômicas internacionais, a emendar a Constituição Federal à medida da necessidade de manutenção e expansão dos interesses econômicos do capital. Sintomática desse movimento, segundo Arantes, é a força das medidas provisórias e projetos de emendas constitucionais editadas pela presidência da República nos anos 90 e 2000 com o objetivo de submeter o Estado ao domínio dos interesses do capital financeiro e industrial. O modelo democrático pós 1988 é marcado por estas duas presenças: do aparato repressor do Estado e condições especiais para as corporações militares; gestão econômica em função da ordem do capital.

O discurso bolsonarista se construiu e se expandiu a partir das brechas antidemocráticas abertas por este projeto de redemocratização. Em sua atuação parlamentar

Bolsonaro atendia não só aos interesses corporativos dos militares, mas em um profundo investimento retórico na negação da experiência ditatorial durante os anos de regime militar e na tentativa de legitimação da ação repressiva e violenta do Estado no contexto contemporâneo. Não se tratava apenas de justificar a tortura do passado, mas também a do presente. Bolsonaro experimentava, ao seu modo, a longa noite de 64.

Em outra oportunidade investigarei com mais cuidado a constituição desta nostalgia autoritária no período de formação política de Bolsonaro durante a sua experiência no Parlamento. Neste momento, o mais importante é identificar a permanência deste discurso no vocabulário político que permitiu a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República.

Vocabulário político bolsonarista: nostalgia autoritária e crise democrática

Jair Bolsonaro construiu uma campanha eleitoral presidencial, entre 2014 e 2018, respondendo, pela direita, ao contexto de crise democrática. Apesar do acúmulo de vinte e oito anos de atividades parlamentares, lançou-se como *outsider* político, um candidato que expressava um desejo de mudança. A mudança no estado de coisas peemedebista, na superação do petismo e da ideologia esquerdista, a invadir as diferentes dimensões da vida do brasileiro, tanto na vida política quanto na vida privada, no interior da casa e domínio da família. Tais “combates contra a esquerda” são a presença de uma recorrente tópica autoritária de 64, elevando a experiência conciliadora de classes do petismo ao status de manifestação do comunismo na América. Com isso, ele trazia de volta ao debate público, o “fantasma do comunismo”, ausente do debate político polarizado entre PT e PSDB sob a lógica do peemedebismo. Reativam, igualmente, sentimentos presentes durante a Ditadura Militar, a defesa de uma concepção de homem gerada no interior do debate político, por meio da “defesa da família brasileira”, dos políticos corruptos, dos “bandidos e marginais” – segurança pública para defesa da propriedade privada – e dos novos valores e costumes disseminados pelo campo ideológico da esquerda, a destruir a família tradicional e a religião – em claro contraponto e reação ao avanço contemporâneo da agenda política de multiplicação de identidades periféricas de negros, indígenas, mulheres e LGBT. Estava em jogo, portanto, o atendimento às expectativas do *tribunal moral da corrupção* instaurado no contexto da crise democrática e a permanência do discurso de nostalgia autoritária de 1964.

Leiamos Jair Bolsonaro em dois momentos distintos. O primeiro, em 28 de outubro de 2018.

Conhecereis a verdade e a verdade os libertará. Nunca estive sozinho, sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro, orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil acima de tudo. Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido, não é a palavra de homem, é um juramento a Deus. A verdade vai liberar esse grande país e vai nos transformar em uma grande nação. A verdade foi o farol que nos guiou até aqui e vai seguir iluminando nosso caminho. (...)

O Estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito à propriedade. Reafirmamos aqui o respeito e a defesa desse princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo. (...)

Não perdemos a convicção de que juntos poderíamos chegar à vitória. É com essa mesma convicção que afirmo: oferecemos a vocês um governo decente, que trabalhará verdadeiramente por todos os brasileiros. Somos um grande país e agora vamos, juntos, transformar esse país em uma grande nação, uma nação livre, democrática e próspera. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. (BOLSONARO..., 2018)

Em seguida, em 1 de janeiro de 2019.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas. (...)

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. (...)

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. (BOLSONARO..., 2019)

O primeiro discurso é o da vitória presidencial, no dia da divulgação do resultado eleitoral, quando Bolsonaro venceu Fernando Haddad com 55% dos votos válidos. O segundo é o discurso de posse presidencial. Neles é possível sintetizar as linhas mestras do discurso bolsonarista, herdeiro direto da longa noite de 64 e da crise democrática do modelo representativo, isto é, a crise da hegemonia peemedebista – um vocabulário que se apresenta de diversas formas em entrevistas, manifestações públicas, no programa de governo

bolsonarista e outros meios, modificando-se ao sabor das ocasiões de enunciação, mas sem perder o binômio nostalgia autoritária/crise democrática.

Destaco aqui dois pontos centrais deste discurso. Primeiro, a defesa de valores/concepção de mundo baseada na edificação de um novo homem, tanto para a vida política quanto para a vida privada. Tais valores representavam uma combinação entre princípios religiosos – em resposta ao crescimento das religiões evangélicas neopetencostais, compatíveis com os princípios de defesa da família em nome de Deus – e resposta aos apelos do tribunal moral da crise, livre da corrupção das práticas políticas peemedebistas baseadas no “toma-lá-dá-cá” e no loteamento do Estado com a distribuição de cargos. Segundo, a defesa de princípios liberais de uma economia de mercado, baseada na superação do intervencionismo estatal, principal responsável pela crise e “travamento” da economia – ampliando, neste sentido, o escopo de atuação do Estado enquanto fiador das crises do capital e mantenedor dos desequilíbrios e privilégios constituintes da sociedade brasileira, nos termos de Arantes, já destacados aqui. O armamento do cidadão (“de bem”), grande marca discursiva de Bolsonaro, é desdobramento destes dois pontos: garantia da segurança da família e do direito sagrado a propriedade, este um princípio fundamental da ordem liberal. Atravessando todos os pontos do percurso discursivo, o combate ideológico contra a esquerda, entendida como inimiga, não adversária. Um discurso que oculta o próprio viés ideológico por meio da exaltação da “neutralidade técnica” e da capacidade de administrar sem a contaminação política. Em suma, um discurso que responde, ao seu modo, ao impulso contemporâneo de caracterização da prática política em termos democráticos como atividade essencialmente corrupta.

Considerações finais: abertura para o debate sobre os tempos sombrios

O presente texto se coloca na discussão proposta por este VIII Encontro de Pesquisa em História como uma intervenção voltada para uma abertura ao debate, tendo em vista o instrumental teórico-metodológico da história intelectual, a demandar análises de maior fôlego a partir dos pontos aqui levantados. Analisar a ascensão do discurso bolsonarista envolve compreender um traço mais amplo não só da nossa crise democrática contemporânea, mas da própria formação social e política brasileira, marcada pela recorrência do autoritarismo nas práticas e ações políticas. A ascensão de Bolsonaro nos traz este desafio, como também o desafio de pensar o funcionamento destas prerrogativas bolsonaristas sob a vigência democrática, a partir do modelo de democracia gestado na década de 1980 e

sintetizado na Constituição Federal de 88. Estaria a democracia brasileira caminhando, com Bolsonaro, para o precipício, de forma lenta e gradual e “por dentro” – nos termos descritos por Levitsky e Ziblatt (2018), em suas reflexões acerca de como as democracias morrem – sem tanques nas ruas, aviso nos jornais, sem a instauração de um golpe violento que a interrompa, como nas formas tradicionais de ruptura?

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOLSONARO, Jair. **Discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral**, 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml> [acesso em 20 de maio de 2019]

_____. **Discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro**, 2019. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial> [acesso em 22 de maio de 2019]

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Steven. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da redemocratização ao governo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

SINGER, Andre. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016) São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKINNER, Quentin. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2005.

SOUZA, Jesse. **A radiografia do golpe**: entenda como e porque você foi enganado. Rio e Janeiro: Leya, 2016.

A querela do método histórico no epílogo do século XIX: Georg Simmel e o estatuto científico da história

Edmo Videira Neto

Mestrando em história

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

edmo.videira@gmail.com

Resumo: A existência ou não de uma possível cientificidade da história, e a possibilidade desta disciplina estar mais próxima da forma científica ou da forma artística, foram questões que mobilizaram diversos debates acadêmicos entre historiadores e não historiadores ao longo dos últimos séculos. Neste sentido, o presente trabalho buscará analisar estes debates metodológicos sobre a epistemologia da história através dos trabalhos de Georg Simmel (1858 - 1918) durante a virada do século XIX para o século XX. O contexto cultural de produção acadêmica do autor estudado é a Alemanha, lugar onde estes debates tiveram uma grande repercussão durante o período estudado. Buscaremos refletir sobre como a teoria da história simmeliana se situa em um momento marcado por intensos conflitos em torno dos métodos investigativos das ciências humanas e, conseqüentemente, da história. Sendo assim, perpassaremos por questões centrais como o contexto histórico do debate epistemológico a respeito do estatuto científico da história, a crítica de Simmel ao Realismo histórico e as disputas entre as ciências naturais e as “ciências do espírito” na transição do século XIX para o século XX, a partir das ideias e conceitos de nosso autor sobre uma questão central: a existência ou não de leis históricas. Acreditamos que refletir sobre parte da obra de Simmel onde o mesmo aborda alguns dos problemas da história é de extrema relevância para um debate teórico-metodológico que ainda permanece atual. O intuito deste trabalho não é buscar respostas fechadas para as inúmeras questões que irão surgir, mas sim, lançar luz sobre as propostas teóricas de um autor ainda pouco estudado no Brasil, principalmente no que tange suas contribuições para a teoria da história. Entendemos que este trabalho é uma importante tentativa de explorar Simmel pelo viés da chamada “História intelectual”, buscando identificar suas importantes contribuições para a História enquanto campo de pesquisa e disciplina acadêmica.

Palavras-chave: Georg Simmel, História, Estatuto científico.

O século XIX, tido por muitos historiadores como o “século da história”, notabilizou-se historicamente por ser o século do progresso, da divisão do trabalho, do desenvolvimento tecnológico, da chegada do homem moderno ao “futuro” e, conseqüentemente, pela marcada predominância das ciências naturais como meio de se explicar o mundo. A racionalidade, os cálculos e a potencialidade de conhecer o mais íntimo do ser humano dominaram a mentalidade da época. Diante deste cenário, onde a supremacia das ciências naturais estava posta, restou aos diversos pensadores do período refletir sobre os vários métodos investigativos e epistemológicos presentes na história e na grande área das ciências humanas.

Sobre esta necessidade, vemos no historiador Karl Lamprecht a tentativa de aproximação extrema da história com a ciência natural, principalmente a partir de seu método que se referia à uma noção de *Kulturgeschichte*, entendida como uma História universal do desenvolvimento histórico com bases positivistas. A busca de Lamprecht era por uma “verdadeira ciência histórica” que tinha como objetos “os contornos regulares, típicos, do comportamento humano”. (DAMAS, 2013, p. 26). Além disso, vemos nas ideias de Lamprecht, a “busca de um sistema que permitiria a síntese entre a economia política, a moral e a dimensão artística da experiência alemã nos períodos históricos sucessivos” (DAMAS, 2013, p. 25), a partir do qual o historiador pudesse encontrar uma “tendência psicológica dominante”. (DAMAS, 2013, p. 25). Desta forma, Lamprecht entendia que a história não poderia abster-se das generalizações em suas análises. Era, portanto, uma concepção de história calcada na análise de estruturas, leis de condicionamento humano, estágios de desenvolvimento histórico, causalidades e história universal, que o historiador alemão buscava trazer para a epistemologia do conhecimento histórico.

Neste cenário, as ciências humanas passavam por ataques em duas frentes: tanto pela predominância das ciências naturais, quanto pelas tentativas de alguns intelectuais do período em aproximar o conhecimento histórico do conhecimento natural. Tendo em vista este problema de caráter epistemológico foi necessário que as ciências humanas reagissem. Como nos aponta Ringer em *O declínio dos Mandarins alemães*, a solução para os problemas metodológicos das “ciências do espírito” partiu de uma série de pensadores que estavam mergulhados diretamente neste problema no fim do século:

A controvérsia dos métodos na economia e na política social, o debate Lamprecht, a nova preeminência concedida à história social e intelectual, o nascimento da sociologia e a “filosofia cultural” dos neokantianos de Baden: tudo isso parecia exigir um reexame da tradição histórica alemã e das disciplinas humanistas de um modo mais geral. O resultado foi um debate metodológico que transpôs as fronteiras disciplinares, influenciando todo o campo do saber fora das ciências naturais. (RINGER, 2000, p. 295).

É justamente esse debate metodológico que “transpôs fronteiras disciplinares” que escolhemos como pano de fundo em nosso trabalho. Acreditamos que uma pergunta em especial tenha permeado todas essas disputas em torno do conhecimento histórico no século XIX e continua nos cobrando respostas até os dias de hoje: qual é o estatuto científico da história?

Cientes e interessados nos debates em torno da Querela do método de finais do século XIX, estavam os chamados neokantianos, que contribuíram para a necessidade de se pensar

novas perspectivas sobre o conhecimento histórico. Em um final de século marcado pela predominância das ciências naturais e por tentativas de historiadores como Lamprecht de transformar a disciplina histórica em algo comparável, ou imitável, às disciplinas da natureza, a posição destes filósofos neokantianos de Baden, como Rickert, Windelband, Dilthey, e principalmente, Georg Simmel, a respeito do estatuto científico da história, surge aqui como fundamentais. A importância destes pensadores reside na tentativa de uma reflexão sobre os componentes metodológicos, sobretudo à representação histórica, constitutivos do trabalho do historiador e da sua epistemologia. Vemos nesses filósofos neokantianos (muitas vezes denominados de “filósofos da vida”), um esforço teórico de refletir e sistematizar o campo de conhecimento, os objetos, os objetivos e os métodos das diversas áreas das ciências humanas ou, para usar aqui o termo cunhado por Dilthey, das “ciências do espírito”. O final do século XIX se depara com uma série de tratados a respeito das disciplinas humanísticas que, diante de uma renovação conceitual, buscaram firmar seus territórios frente ao grande crescimento das ciências naturais. Sobre esta “renovação metodológica” humanista, Fritz Ringer nos diz que:

Em 1883, Wilhelm Dilthey publicou sua famosa introdução às disciplinas humanistas. Em 1892, Georg Simmel o seguiu com importante ensaio sobre os problemas da filosofia da história. O ano de 1894 viu a publicação da obra de Dilthey sobre psicologia descritiva e analítica e o discurso do reitor Wilhelm Windelband sobre história e ciência natural, que para Meinecke foi uma “declaração de guerra ao positivismo”. A discussão de Heinrich Rickert sobre a conceituação científica e suas limitações foi publicada em 1896. Em 1910, um ano antes de sua morte, Dilthey deu ao público seu tratado da Academia de Berlim sobre a construção do mundo histórico nas disciplinas humanistas. Finalmente, entre 1903 e 1919, Max Weber escreveu uma série de tratados metodológicos. (RINGER, 2000, p. 295).

Percebemos, então, que as reflexões em torno das disciplinas que compunham as ciências do espírito estavam em voga no período com a eclosão de várias publicações que visavam, basicamente, discussões em torno dos métodos científicos. Além disso, mesmo no final de um século marcado por um mal estar generalizado, por uma crise social, cultural, histórica e pela assim chamada “tragédia da cultura”, vemos a emergência de diversas obras clássicas de grandes pensadores e de ideias que remodelaram a concepção de ciências humanas no decorrer dos séculos seguintes.

Imerso neste debate estava Georg Simmel, que se colocava contrário ao modelo de história positivista que postulava um curso regular nos fenômenos e épocas históricas. Além disso, criticava as teorias que propunham a descoberta de leis históricas que buscavam encontrar a regulação do comportamento humano. O autor de ascendência judia notabilizou-

se em seus escritos por pensar as diferentes áreas do conhecimento, incluindo a história, e estabelecer para elas métodos de análise e pesquisa. Em Simmel, cabe-nos reconhecer a empreitada rumo à busca do entendimento de duas questões fundamentais para a teoria da história: a subjetividade do historiador e a tarefa da compreensão histórica. A respeito da primeira questão, temos no pensamento simmeliano o entendimento de que só a racionalidade, a objetividade e o empirismo não dariam conta de explicar a tarefa de historiar. Sendo assim, Simmel define a subjetividade histórica, como:

A subjetividade da formação histórica não significa, portanto, de modo algum, uma aplicação arbitrária de seus conceitos, mas depende de uma relação ideal, se quiser teleológica, com a realidade vivida de maneira totalmente heterogênea, em uma latitude circunscrita. (SIMMEL, 1950, p. 70).

Percebemos nesta passagem, a análise do elemento subjetivo nas interpretações históricas e que seu uso não necessariamente conduziria a arbitrariedades de representações, mas sim, se mostrava como parte inerente do ofício do historiador. Simmel estava situado dentro do debate em torno do estatuto científico da história e da querela do método no final do século XIX e, além de enfatizar o caráter subjetivo da história, abriu espaço para que novas “visões sobre a história” fossem possíveis.

A respeito deste cenário onde Simmel produzira suas obras, em meio a uma disputa entre as ciências naturais *versus* ciências humanas e a localização da história neste embate, Wolf Lepenies nos mostra que: “tratar a história cientificamente – como se fosse uma ciência natural – era um contrassenso: a natureza se deixava analisar, mas a história era mais poesia que ciência”. (LEPENIES, 1996, p. 252). É justamente neste sentido que as duas principais obras de Georg Simmel sobre a teoria da história se situam. O autor irá analisar tanto em *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* [Problemas da Filosofia da história] – publicado originalmente em 1892 e reeditado em 1905 – quanto em *Ensaio sobre teoria da história* – que reúne uma série de ensaios escritos entre 1916 e 1918 – a relação entre a subjetividade, a arte, a imaginação, a questão do realismo histórico e a representação histórica no trabalho do historiador. Sendo assim, Simmel abriu uma nova chave de interpretação para os problemas e as críticas que a história vinha lidando no século XIX.

Na esteira das interpretações simmelianas a respeito da teoria da história, uma pergunta elencada pelo autor é central no debate estabelecido em nosso trabalho: é possível representar o passado, tal como ele realmente foi? Esta indagação norteia grande parte da obra de Simmel e diz respeito a uma possível metodologia histórica, pois vai ao encontro de um

dos temas mais problematizados pelo autor: o realismo histórico. Denominado por Simmel de “Realismo ingênuo”, este seria um dos principais problemas da história. O historiador segundo ele deveria romper com a pretensão de acesso total ao passado “real” enquanto existência e verdade. Com relação a esta questão, Simmel nos aponta:

A partir do momento em que a vida toma a forma intelectual da história, o realismo histórico, que julga reproduzir os acontecimentos tal como efetivamente ocorreram, mostra-se uma visão redutora que violenta a realidade dos fatos. (SIMMEL, 2011, p. 26).

Desta maneira, Georg Simmel se colocava em uma posição contrária a de muitos historiadores alemães da virada do século XIX para o século XX, tidos como positivistas, que consideravam a história uma reprodução da realidade vivida e buscavam uma aproximação dos métodos históricos com as ciências naturais.

Diante do problema central da história, que segundo Simmel, era de caráter epistemológico, a solução encontrada pelo autor foi uma tentativa de “eliminar o realismo ingênuo”. (SIMMEL, 1950, p. 53). Tal procedimento era de suma importância caso o historiador quisesse desenvolver seus métodos interpretativos com relação ao passado. A crença do historiador em um acesso total a realidade passada dilacerava a possibilidade de reflexão sobre o caráter imaginativo dos trabalhos históricos. Fugir da chave tacanha que busca analisar a História a partir de uma pretensa realidade era abrir espaço para a subjetividade, a hermenêutica, a imaginação e a fantasia no ofício do historiador.

Em referência ao problema de o historiador tentar acessar a “realidade” do passado, Simmel mostra que “o realismo do conhecimento que considera a verdade como a correspondência do pensamento, no sentido de uma imagem refletida, com o objeto externo a ela em um sentido absoluto é reservado para as ciências naturais.” (SIMMEL, 1950, p. 53). De novo nos remetemos à disputa entre os métodos naturais e históricos de compreender o mundo, uma vez que, a busca por uma verdade absoluta, para Simmel, deveria ser reservada às ciências que lidam com o natural, com o dado, com a causa e o efeito. A ciência histórica, ao contrário, lida com emoções, sentimentos, paixões, amores e ódios, sendo assim, “uma outra coisa além do real”. (SIMMEL, 1950, p. 57). Sobre esta questão, temos que:

Como vimos, se a teoria do conhecimento parte do fato de que o conhecimento consiste formalmente em representar e seu sujeito é uma alma, também a teoria do conhecimento histórico é determinada como tal; isto é, para que seu material seja a representação, querer e sentir de personalidades, seus objetos são almas, afirma Simmel. (FLAMARIQUE; KROKER; MÚGICA, 2003, p. 107).

Como o historiador representa “sentimentos” e “almas”, a busca por uma realidade última da História – “o que realmente aconteceu” – passa a ser questionável. Este fato figura como uma das problemáticas mais importantes dentro da teoria da história simmeliana.

Estas reflexões sobre a possibilidade ou não de acesso ao real, nos transporta para uma aventura mais complexa dentro da obra e do pensamento de Simmel que diz respeito a um duplo movimento entre realidade vivida e conhecimento construído. De acordo com o autor, o historiador deve reconhecer um certo distanciamento entre a vivência de um passado histórico e a representação constituída a partir dele:

Não é preciso enfatizar que essa distância entre a vivência e sua imagem cognitiva se manifesta mais claramente em relação ao eu, mas não de forma diferente em princípio do que em qualquer realidade histórica. É decisivo romper com o naturalismo epistemológico que busca transformar o conhecimento em uma reflexão da realidade e nos convencer de que esse conhecimento é um produto completamente novo, encerrado em si mesmo por categorias particulares, regidas por nossas próprias leis. (SIMMEL, 1950, p. 57)

Vale ressaltar aqui, a ênfase na diferenciação simmeliana entre “vivência” e a sua “imagem cognitiva”, pois são justamente estes dois conceitos que serão mobilizados em busca de um afastamento do naturalismo epistemológico. Para Simmel, a vivência e a experiência histórica de sujeitos pertencentes ao passado já se esgotou em seu tempo. O que resta ao historiador é constituir imagens sobre estas vivências, seja a partir de eventos e fatos, ou através de uma reconstituição “psicológica” dos indivíduos históricos.

As reflexões simmelianas em torno do realismo histórico conduzem a sua investigação em direção ao conceito de verdade. Este conceito é fundamental para o autor realizar sua crítica ao realismo histórico, uma vez que “o problema do conhecimento histórico é o da verdade prática”. (FLAMARIQUE; KROKER; MÚGICA, 2003, p. 105). Na tentativa de resolver este problema, Simmel busca ressignificar o conceito de verdade para aplica-lo às interpretações históricas. A verdade para o historiador não pode ser o “acontecimento tal como realmente foi” (SIMMEL, 1950, p. 54) porque isto era algo impossível de ser alcançado. “A verdade histórica não é uma mera reprodução, mas uma atividade espiritual” (SIMMEL, 1950, p. 54), sendo ligada diretamente à alma do historiador e dos sujeitos representados.

Ao abrir espaço para a interpretação subjetiva da História, para a imaginação e a fantasia, Simmel afasta a possibilidade de uma “cientifização” da disciplina histórica nos moldes do conceito de ciência estabelecido pelas ciências naturais no século XIX. Negar a

existência de um acesso direto à realidade cria uma abertura para outros olhares sobre o passado, a História, e a tarefa de “historiar”. As pulsões anímicas que, para Simmel, são a base do conhecimento histórico, não podem ser mensuradas por um naturalismo epistemológico, nem quantificadas ou calculadas, porque ao lidar com sentimentos de seres do passado, o historiador necessariamente lança mão de sua habilidade imaginativa. É importante ressaltarmos que o fato de Simmel recorrer ao valor da subjetividade nas interpretações históricas não invalida automaticamente um possível estatuto científico da história. Mais do que isso, o autor alemão entendia que o subjetivo possuía uma posição central dentro do trabalho do historiador e era parte constituinte do mesmo.

Olhar para as dimensões do irracional e da intuição, como fez Simmel, ao invés de “diminuir” a história, pelo contrário, “aumenta” suas potencialidades de investigação e seus campos teóricos. “Simmel não pretende acomodar forças irracionais, mas mostrar que a racionalidade consciente não é uma única – nem necessário para a primeira – fonte de significados para a vida humana.” (FLAMARIQUE; KROKER; MÚGICA, 2003, p. 106). Negar o realismo histórico e problematizar o caráter especulativo e subjetivo do trabalho do historiador traz a possibilidade de refletirmos sobre o estatuto científico da história fora da chave simplista que pressupõe, de um lado, uma ciência “dura” equivalente a uma verdade histórica a ser alcançada através de um realismo do passado, e de outro, uma arte completamente subjetiva relacionada a “ficção” e a liberdade criativa. Como nos aponta Simmel sobre a história, “não alcançar a realidade não significa uma falha de sua força, uma impotência” (SIMMEL, 1950, p, 190), mas sim, nos ajuda a entender que, quando falamos de História, falamos automaticamente, e ao mesmo tempo, de passado e da representação deste passado. Além disso, o historiador não poderia renegar completamente o caráter imaginativo da história, pois se “relegasse essa subjetividade como tal, tomada em grau absoluto, suprimiria totalmente o conhecimento histórico”. (SIMMEL, 1950, p, 72). A subjetividade era, para Simmel, algo constitutivo do trabalho do historiador e impossível de ser suprimida.

O autor alemão entendia a arte e a história como criações espirituais da alma humana que estariam diluídas no processo de formação cultural, sendo assim, inseparáveis uma da outra. A respeito desta relação, vemos nos escritos simmelianos uma das passagens mais polêmicas relacionadas ao historiador e ao seu trabalho: “O historiador é e deve ser um artista”. (SIMMEL, 1950, p, 72). Tal afirmação não busca desmerecer ou diminuir o trabalho e a função da história, mas, pelo contrário, nos força a pensar justamente sobre “o produto espiritual que chamamos de história”. (SIMMEL, 1950, p, 212).

Esta relação do historiador com o artista apresentada por Georg Simmel é algo bastante presente em seus trabalhos. Fugindo sempre de rótulos acadêmicos e científicos, nosso autor era um “pensador do múltiplo”, um intelectual preocupado com as várias facetas da vida e do homem moderno. Desta maneira, a aproximação de Simmel com o campo artístico é algo extremamente presente e notável. Vale destacar, aqui, os vários textos simmelianos que transitam pelo universo artístico e que vão desde análises das exposições de arte moderna, até um célebre livro sobre Rembrandt (SIMMEL, 2005) e a sua chamada “filosofia da arte”, passando também por ensaios constituídos de um olhar artístico refinado e relatos de experiências sobre suas viagens e andanças por cidades artisticamente pulsantes como Veneza, Roma e Florença.

Talvez esta relação próxima de Simmel com a arte nos traga alguns elementos para lançarmos hipóteses sobre a questão da afinidade entre o historiador e o artista. Para Simmel refletir sobre a figura do historiador, também é entendê-lo enquanto um possível poeta, visto que: “ao interpretar, configurar e organizar os fatos de modo a oferecer uma imagem coerente de um processo psicológico, a atividade do historiador se aproxima da do poeta”. (SIMMEL, 1950, p. 75). A ressalva que nos é feita nesta comparação é apenas com relação à liberdade do poeta e do historiador. Segundo o autor alemão, em seus respectivos trabalhos de criação e configuração, o poeta seria livre no começo e preso no final de seu trabalho, e o historiador, ao contrário, preso no começo – graças à limitação das fontes e a necessidade de partir delas – e livre no final – visto que é onde atua sua liberdade narrativa de imaginação e criação. De qualquer forma, o importante aqui é entender que, de acordo com Simmel, a história também é uma criação estética pertencente ao espiritual, ao subjetivo – assim como a poesia –, mas que nem por isso perde seu caráter de objetividade presente no início do trabalho do historiador que se encontra “preso” em sua criação.

Esta relação apresentada entre o historiador e o poeta, entendido aqui enquanto um artista, não diz respeito a uma hierarquização de conhecimentos e possui um caráter fundamental dentro do pensamento de Georg Simmel, uma vez que é no processo de representação do passado que o historiador passa a assumir uma certa “condição” de artista. É pois, o problema da representação histórica que se abre como uma das chaves da compreensão da teoria da história de Simmel, porque, para o autor, a mesma é realizada através de imagens, sendo estas possuidoras de fortes dimensões artísticas e subjetivas:

Transformar o acontecimento vivo em imagem assim o exige. Entre todos os modos de proceder científicos, o do historiador é o mais comparável ao artista. Isso se justifica por motivos mais fortes que os habitualmente citados.

Um dos mais importantes é que, na representação histórica, a extensão – multíssimo variável – dos acontecimentos é, por assim dizer, envolvida num único olhar interior. (SIMMEL, 2011, p. 103).

Temos então, que é na tarefa de representar e dar forma ao passado que o historiador utiliza suas dimensões artísticas e subjetivas na tentativa de formar um olhar histórico geral sobre aqueles sujeitos perdidos no emaranhado temporal.

Para Simmel, a tarefa de representar era algo difícil e permeado de desafios. Como representar pessoas mortas há muito tempo? Tal indagação tem uma função central no pensamento do autor, visto que, se a “missão” da história é olhar para as pessoas do passado e “contar as suas histórias”, isto só seria possível através de uma força psicológica espiritual, pois estas almas já estariam há muito perdidas no espaço e no tempo. Instaura-se, portanto, um dos principais problemas dentro da teoria da história de Simmel: como “reconstruir mentalmente pessoas desaparecidas há muito tempo”? (SIMMEL, 1950, p. 81). A solução para este impasse de representar algo que já foi, algo que não temos acesso direto tal como pressunha o realismo histórico, parte do princípio de que “nosso espírito contém os resultados e características dos processos psíquicos remotos das diferentes etapas da evolução das espécies.” (SIMMEL, 1950, p. 80). Temos então que, segundo Simmel, nosso espírito abriga algo das almas passadas em uma espécie de condensação e sobrevivência de memória e forças anímicas coletivas. O que garantiria a possibilidade de uma representação histórica era aquilo que Simmel chamou de “paralelismo latente” (SIMMEL, 1950, p. 81) entre as nossas almas com “personalidades totalmente heterogêneas”. (SIMMEL, 1950, p. 81). Percebemos que estaria na psicologia e na forma da representação a solução para os problemas de ter que representar um passado do qual o historiador não possui acesso direto.

É na representação do passado histórico que encontramos em Simmel a maior aproximação da história com a arte e do historiador com o artista. Representar, dar forma, configurar, elaborar: estas são palavras corriqueiramente presentes nos vocabulários tanto de um historiador, quanto de um pintor, poeta ou músico. Como é apresentado por Simmel, o historiador configura a representação do passado histórico graças a imaginação presente na sua alma e, a partir dela, elabora um quadro com imagens de um determinado período:

Precisamente por isso se esboça com clareza a exigência que lhe é própria [história]: a de unir um conjunto de acontecimentos para deles fazer uma imagem, isto é, uma imagem, que se completa quando se produz em suas bordas (superiores, inferiores, laterais) um afluxo ou uma condensação de conteúdos que formam um quadro – enfim, o arranjo do acontecimento e da vida imediata por um a priori. (SIMMEL, 2011, p. 105).

É na comparação da representação histórica com um quadro pintado por um artista que reside a aproximação máxima – e consequentemente o distanciamento – entre estes dois campos do conhecimento. Enquanto o artista utiliza sua maior genialidade na construção de uma obra prima pintada a mão e parte da liberdade criativa para finalizar sua obra, o historiador não. Por mais que dentro de sua “pintura representacionista de um passado” percebamos a liberdade criativa, a imaginação e a subjetividade, o “quadro” pintado pelo historiador ainda terá uma série de restrições, pois as cores já estão “dadas”, o formato do quadro e a figuras constituintes também, restando ao historiador pincelar as formas da História e transformá-las em uma imagem que diga algo referente a um passado.

Aqui, mais uma vez, enuncia-se o enigma do estatuto científico da história: seria o trabalho do historiador uma arte ou uma ciência? Simmel não nos traz uma resposta ou solução direta, mas abre caminho para aprofundarmos nossas reflexões. Estas discussões levantadas até este momento são um convite para que possamos pensar em uma outra problemática importante dentro da teoria da história simmeliana e que diz respeito à noção de leis históricas. Seria possível a existência de leis que regulariam o curso histórico? Sobre esta pergunta Simmel nos mostra que, qualquer tentativa de encaixar o conhecimento histórico em leis ou processos cerrados não daria conta da complexidade do conceito de história, muito menos de produzir um conhecimento sobre a realidade vivida, pois: “a história da humanidade não transcorre como um capítulo fechado em si” (SIMMEL, 1950, p. 110), sendo necessário ao historiador avaliar as várias partes constitutivas do passado.

Sendo assim, Simmel não via espaço para leis de causalidade dentro da epistemologia histórica, uma vez que “as relações temporais de fenômenos complexos não devem ser consideradas como leis, quando se pretende que a lei indique realmente a causa que funciona em cada fenômeno particular”. (SIMMEL, 1950, p. 96). A História, portanto, para que seja compreendida, não pode recorrer a leis gerais, pois a constituição de sua forma diz respeito a cada acontecimento particular, sujeito ou evento histórico, sendo impossível atribuir uma mesma lei de desenvolvimento a cada um destes objetos.

Para além de uma resposta simples, e um enquadramento tacanho da história entre a arte ou a ciência, acreditamos que o pensamento de Simmel nos abre a possibilidade de mudarmos a chave de nossa pergunta: o que seria arte e o que seria ciência? Neste sentido, consideremos que o conceito de ciência largamente utilizado no século XIX, diz respeito a algo pertencente às ciências naturais que, como nas palavras de Simmel, “inquerem sobre a lei”. (SIMMEL, 1950, p. 160). Ao contrário dessa premissa, a atividade do historiador é

refletir sobre o caso da lei. Por não possuir uma correspondência direta com seu objeto, a história enquanto disciplina, na visão de Simmel, não poderia ser equiparada às ciências naturais uma vez que ela teria uma dinâmica própria.

Referências Bibliográficas

DAMAS, Naiara. **As formas da História: Johan Huizinga e a História da Cultura como morfologia.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FLAMARIQUE, Lourdes; KROKER, Robert; MÚGICA, Fernando. **Georg Simmel: Civilización y diferenciación social (I).** Cuadernos de Anuario Filosófico, 2003.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

RINGER, Fritz. **O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890 – 1933.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SIMMEL, Georg. **Ensaio sobre teoria da história.** Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Problemas de filosofia de la historia.** Buenos Aires, Editorial Nova, 1950.

_____. **Rembrandt: An Essay in the Philosophy of Art.** Routledge, 2005.

A última historiografia conservadora: a obra de João Camilo de Oliveira Torres

Érick Luiz Wutke Ribeiro¹
Mestrando em História
UFOP
erickluizw@gmail.com

Resumo: A obra do historiador e cientista político mineiro João Camillo de Oliveira Torres (1915-1973) é composta por uma variedade de segmentos que totalizam mais de 30 livros. Despontou como historiador regional, mas logo se consagrou como historiador da política imperial e especialmente como historiador das ideias políticas brasileiras. A seu tempo foi lido e citado. Após sua morte, sua obra padeceu de um quase esquecimento. Foi catalogado, no entanto, por José Honório Rodrigues em "História da História do Brasil. A historiografia conservadora" (1988) como autor conservador, mas não "de direita". Embora esse posicionamento de José Honório possa ser discutido, nota-se notar, olhando o índice do livro, que João Camillo é praticamente o último historiador estudado, um dos poucos e o mais tardio do século XX, sendo todos os anteriores contemporâneos ao período imperial. É lícito chamá-lo de último, também, porque desde a publicação da compilação de Rodrigues, nenhum historiador tenha se estabelecido como representante do conservadorismo a nível historiográfico, embora os acontecimentos recentes tenham revelados diversos intérpretes que se encaixam nesse espectro em outras áreas; e especialmente porque se realiza antes um desejo de recuperação e releitura de João Camilo do que uma "completamente nova" historiografia conservadora, como se percebe pelo esforço de compilação de ensaios e artigos de jornal escritos pelo autor no recém publicado "O Elogio do Conservadorismo" (Arcadia, 2016). É este novo impacto e nascente releitura do historiador mineiro que este estudo deseja trazer à luz e demonstrar o impacto num dos principais grupos que compõem o atual quadro macropolítico brasileiro.

Palavras chave: Historiografia brasileira, conservadorismo, historiografia conservadora

Última historiografia conservadora?

Em *História da História do Brasil*, José Honório Rodrigues (1988) dedica o segundo volume à Historiografia Conservadora. Sendo ela dividida em dois tomos: o segundo todo dedicado a Oliveira Viana, e o primeiro a vários autores. Olhando o sumário, vemos que dos 14 autores analisados, somente 3 faleceram após 1930 (1951, 1972 e 1973). Ou seja, o livro publicado em 1988 quase não analisa autores que poderiam ter refletido sobre o período Vargas, o populismo, os inícios do Regime Militar - isso se supormos que por simplesmente ter morrido numa certa data, o historiador terá deixado alguma reflexão articulada de seu tempo, o que nem sempre é o caso. Observação: importante lembrar que José Honório

¹ Bolsista CAPES.

Rodrigues não inclui Gilberto Freyre na análise. Também não o incluiremos justamente porque, sendo o principal da sua obra concentrado no Brasil colonial, com incursões até o início do período republicano, a data de sua morte, apenas alguns anos antes da publicação do livro de José Honório Rodrigues, não determina reflexão historiográfica sobre seu tempo. E é bom lembrar que foi ao falar de seu tempo -apoio aos militares já avançado na ditadura e proximidade com o salazarismo- de maneira não acadêmica que lhe rendeu a categorização de conservador, e que a projeção desse posicionamento na obra do sociólogo é posterior e delicada. (BENZAQUEN, 1996).

O que Rodrigues procura não é somente uma historiografia Conservadora produzida *no* Brasil, e por brasileiros, mas uma historiografia conservadora que fale *do* Brasil. Se notarmos que nenhum nome de vulto (ou de igual produção) se juntou a esse rol desde os mais de 30 anos entre a publicação do livro e este estudo, podemos dizer seguramente que a última grande interpretação do Brasil histórico de viés conservador é mesmo a de Torres. Ser a última não é nenhum mérito. O que queremos dizer com isso é que ela é a ponte mais próxima e mais larga pela qual uma interpretação do Brasil que se diga conservadora no século XXI pode caminhar – e que esse movimento já se inicia.

Não que o “movimento conservador” não possa beber de fontes mais antigas, e de fato o faz, como prova a produção de um documentário sobre José Bonifácio feito totalmente com dinheiro privado por crowdfunding². A promoção da vaquinha se deu principalmente dentre os perfis das redes conservadoras, monarquistas e similares.

Torres, no entanto, tem algumas características que o tornam mais próximo à verve do atual conservadorismo brasileira. Primeiro, no que o distancia. A proximidade entre conservadorismo e liberalismo é um fato relativamente atual. Sinal disso é a crítica extensa que o (ainda) principal intelectual do Partido Conservador inglês, Roger Scruton (2015) fez à sua primeira-ministra Margareth Thatcher logo que ela alcançou o poder com um discurso de forte apoio ao liberalismo econômico. Esse fato se repete na formulação do governo atual e do movimento que o precedeu, primeiro como corrente subterrânea há mais de uma década, e então vindo luz a partir de 2015: uma busca de um equilíbrio dinâmico e delicado, em meio

² O filme, *Bonifácio – o Fundador do Brasil* (2018), de Mauro Ventura, é exemplar do que se deseja mostrar aqui. Não só o filme utilizou a rápida adesão do público conservador e/ou monarquista ao financiamento prévio do projeto como estratégia de marketing de que não seria utilizado dinheiro público para “fazer cultura” no país, como se nota que o nome da produtora do longa, IVIN (2019), remete à expressão latina “Idem Velle, Idem Nolle” encontrada na citação de Tomás de Aquino na Suma Teológica (I.42.3) sobre a “verdadeira amizade”. Dada a fórmula compacta da expressão e o uso que esse público faz dela, pode-se afirmar que compartilham das mesmas referências intelectuais.

compromissos de princípios que resulte num conservadorismo nos costumes sociais e liberalismo na economia. Torres, cujo Conservadorismo é melhor caracterizado como saquaremismo (RAMIRO JR., 2017): uma posição que se apoia no estado grande – ou ao menos, é lícito no caso de Torres, não nega seu papel passado e presente, mesmo que o Estado mínimo seja mais desejável. O fato de não defender algum minarquismo ou Estado liberal a ser implantado *hic et nunc*, embora concorde com a superioridade da maioria dos argumentos desses ideários também ajuda na sua caracterização como conservador. O pensador político prefere encarar o Estado grande como uma realidade, a ser transformada a passos lentos muitas vezes contraditórios, do que condená-lo por ter diante de si a forma pura do ideal (se fosse do campo da esquerda poderia dizer-se “utopia”).

Seu conservadorismo não é aquele exatamente aquele que pode ser chamado de conciliatório e influenciado pelo ecletismo de Victor Cousin que Paulo Mercadante (2003) apontou – embora Torres seja, como visto acima, um conciliador de oposições também. Como dito, ele realiza a ponte entre esse saquaremismo que buscou as formas mais estáveis para construir o império e mantê-lo indiviso (MATTOS, 2004) e o diálogo com o Conservadorismo estrangeiro e seus próceres, como tem-se feito no atual “momento” conservador.

A ponte de Torres

O autor mineiro tem sido um dentre vários que tem sido recuperados, de um público leitor seletivo e específico, para um público mais amplo e que encontrou foro comum. De 2013 até hoje, foram publicados 12 livros do já citado Roger Scruton, lançaram-se mais duas traduções de *Reflexões sobre a Revolução na França* de Edmund Burke, pelo menos 5 livros de Russel Kirk, principal referência do Conservadorismo americano pós-Guerra. E desde 2008, 21 obras de e sobre Eric Voegelin, filósofo alemão que não tinha posicionamento político de fácil definição, mas cujo ataque aos movimentos ideológicos de massa fizeram dele o autor mais lido pelos intelectuais conservadores americanos (e assim, brasileiros) deste início de século XXI. Torres já citava Burke, Gilbert Keith Chesterton (outro autor que teve um boom editorial na última década)³ e outros.

³ Levantamento editorial mais difícil de se fazer, dado que Chesterton sempre foi muito publicado e republicado no Brasil, e por várias editoras e traduções diferentes dos mesmos livros. Mas a título de exemplo, nota-se que nesse mesmo recorte fluido – a década de 2010, mas especialmente a partir de 2013 – o que começou como um blog e página de redes sociais que traduzia textos curtos do jornalista inglês se converteu em editora, que associada a outros parceiros lançou alguns volumes de revista sobre ele e com textos traduzidos seus, e lança a

Seu conservadorismo passa pelas origens do direito brasileiro no escolasticismo tardio de Francisco Suárez, sendo oposto à tese da “vontade popular” rousseauiana como fundamento da democracia. Segue de perto os “construtores do Império” (TORRES, 2017) Bernardo Pereira de Vasconcelos, Pimenta Bueno, Ouro Preto, Visconde de Cairu, etc. Até chegar às influências intelectuais estrangeiras já citadas. Outra característica de Torres que se alinha ao movimento hoje observado é o de reconhecimento sem desvalorização do passado ibérico, monárquico, estatista, personalista, etc.

Luiz Carlos Ramiro Jr. comenta:

Quais são esses traços fundamentais do Brasil? Trata-se de um ponto de partida político, de que o país nasce com uma doutrina política subjacente ao conjunto das instituições do Império Brasileiro. Dos discursos, livros, pareceres, da orientação geral do Conselho de Estado, da Sagração, Aclamação e Coroação de D. Pedro I, da Constituinte de 1823, da Constituição de 1824, enfim, de toda essa pesquisa João Camilo demonstrou ter reconhecido a *weltanschauung* política brasileira, que deu os contornos íntimos da organização imperial. O acerto do Partido Conservador no Império, tratado em “Os Construtores do Império”, e o dado do seu sucesso, portanto, teria se dado porque os saquaremas compreenderam essa evidência fundamental, portanto, do que precisava ser preservado. De modo geral, o autor aponta que sob diferentes perspectivas a devida compreensão sobre o Brasil corresponde ao reconhecimento de sua realidade, política, cultural, religiosa, racial, democrática, ibérica. (RAMIRO JR., 2018, p. 6)

Essa leitura de Torres tenta conciliar Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, concordando com as críticas do primeiro e ao mesmo tempo defendendo o “mito da democracia racial” à lá Sorel: aporte simbólico que mobiliza a sociedade, não como interpretação histórica. (TORRES, 1973).

Nessa transmutação em que encontrar *pela historiografia* o fundamentos do Brasil abre caminho para a valorização desses traços, especialmente *para a política*, tem-se o projeto *Brasil Paralelo*, que ficou conhecido recentemente pelo lançamento do documentário *1964 - O Brasil entre Armas e Livros* (2019). O projeto é um portal multimídia com material gratuito e pago que incluem cursos, análises, documentários, etc. Dois historiadores que sempre são chamados a participar da produção de conteúdo são Rafael Nogueira e Thomas Giulliano. O primeiro ministra cursos de ciência política, conservadorismo e sobre José Bonifácio, realiza diversos elogios à monarquia brasileira, e tem Torres como uma de suas referências. O outro causou algum barulho quando organizou o livro *Desconstruindo Paulo*

cada mês ou dois uma obra sua pelo menos desde começo de 2018 – já contando com 6 livros em seu catálogo e mais 4 programados até o fim de 2019, no momento de envio deste texto, (Sociedade Chesterton Brasil, s.d.). Além de outras editoras que se alimentam do mesmo público que também lançaram algo aproximado, como a Editora Ecclesiae: 13 livros, no mesmo período.

Freire (GIULIANO, 2016), também dá cursos presenciais e online pagos em seu site pessoal (HISTÓRIA EXPRESSA, s.d), tendo inclusive um curso de 8 aulas intitulado *O homem e a montanha: um estudo sobre a historiografia de João Camilo de Oliveira Torres*. Tão logo comecem a publicar livros de História, e em suas redes isso é confirmado, essa será a nova historiografia Conservadora, debitária direta de João Camilo de Oliveira Torres.

Referências Bibliográficas

BENZAQUEN, R. **Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BONIFÁCIO - O Fundador do Brasil. Brasil: IVIN Filmes, 2018. 1 DVD.

GIULLIANO, T. **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: Expressão Gráfica. 2017

HISTÓRIA Expressa por Thomas Giulliano. Disponível em: < <https://historiaexpressa.com.br> >. Acesso em 20 de junho de 2019.

IVIN FILMES. **Sobre nós**. [S. l.], 2019. Disponível em: < <https://ivinfilms.com/sobre/> >. Acesso em 20 de junho de 2019.

MATTOS, I. R. de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora no Brasil**. São Paulo: Topbooks, 2003. 4ª ed., ver e aum. 318 p.

RAMIRO JR., L. C. Entre a crise e a restauração: o significado do conservadorismo de João Camilo de Oliveira Torres [Inédito; manuscrito] - Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política. (ALACIP). Montevidéu, 26 a 28 de julho de 2017. 36 p.

RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. A historiografia conservadora. Vol. II, t. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

RIBEIRO, É. L. W. **Historiografia conservadora no Brasil: O Homem e a Montanha (1944) de João Camillo de Oliveira Torres**. 2016. 65p. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU), Uberlândia, 2016.

Sociedade Chesterton Brasil. Disponível em: < <https://www.sociedadechestertonbrasil.org> >. Acesso em 20 de junho de 2019.

SCRUTON, R. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015. 328 p.

TORRES, J. C. de O. **O homem e a montanha: Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

_____. **Interpretação da Realidade Brasileira:** introdução à história das ideias políticas no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973. 2ª ed.

_____. **O Elogio do Conservadorismo e outros escritos.** Daniel Fernandes (org.). Curitiba: Arcádia, 2016.

_____. **Os construtores do Império.** Brasília: Edições Câmara, 2017.

“Tudo é colonial na colônia”. Alberto Guerreiro Ramos e a construção da teoria da sociedade brasileira (1950-1966)

Gabriel Felipe Oliveira de Mello

Mestrando em História Social - PPGHIS

Universidade Federal do Rio de Janeiro

oliveiramellogabriel@gmail.com

Resumo: O presente trabalho procura discutir o processo de formulação e a defesa deliberada da construção de uma teoria histórico sociológica para a compreensão da realidade do Brasil ao longo da década de 1950 e início de 1960, nas palavras de Alberto Guerreiro Ramos, uma “Teoria da sociedade brasileira”. O Brasil da década de 1950 vivenciou um momento de intenso crescimento econômico e social, marcado por grandes transformações, rupturas e disputas, tanto no âmbito cultural quanto no político. Ou seja, uma verdadeira “sociedade em movimento”, marcada pelo sentimento de urgência e aceleração do tempo histórico. A despeito desse visível processo de mudanças, o país ainda manteve grandes permanências: no âmbito social, com a pobreza e a desigualdade, no plano intelectual acadêmico a manutenção de um saber de cunho bacharelesco, dogmático, reprodutor e mecanicista de teorias formuladas na Europa e nos EUA. Será criticando essa última questão que alguns intelectuais, como Guerreiro Ramos, procuraram formular uma Teoria do Brasil, nas palavras do autor uma “Teoria da sociedade brasileira” que visava dar conta de criar uma interpretação histórico-sociológica para a modernidade periférica brasileira. É nessa direção que nossa reflexão aponta, procurando analisar e debater do que se tratava essa teoria e as questões que a perpassava.

Palavras chave: Intelectuais, nação, sociedade, teoria, urgência.

Introdução

A frase que abre o título desse trabalho “tudo é colonial na colônia” num primeiro momento pode parecer uma constatação um tanto óbvia. Ora, se falamos de uma colônia, toda a dinâmica que a envolve possui relação própria com o mundo colonial. Não obstante, nesse caso, essa afirmativa adquire um sentido mais amplo, e só pode ser entendido completamente quando devidamente relacionada à certa construção contextual.

A frase presente no título deste trabalho é creditada a Roland Corbisier (1914-2005). Intelectual de origem paulista ligado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB¹.

¹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, foi criado pelo decreto presidencial 37.608 de 14 de julho de 1955, pelo então presidente da República Café Filho, que havia substituído Vargas após seu suicídio. Teve seu fim em abril de 1964 semanas posteriores ao golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Tinha como sede um casarão antigo na rua das Palmeiras, nº55, sediado no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, a lógica central da afirmativa – o esforço de analisar e propor a constituição de uma consciência nacional (CÔRTEZ, 2008, p.204) acaba por expressar um debate profundo existente no pensamento político brasileiro das décadas de 1950 e 1960; quiçá, guardada a devida historicidade, presente nas produções intelectuais desde fins do século XIX. Questões como a existência ou não de um pensamento brasileiro; dos motivos de nosso “atraso” frente aos outros países; dos caminhos para se tornar uma nação central, entre outras. De modo geral, podemos identificar essas indagações dentro do plano de fundo do par modernização/identidade presente no pensamento político latino americano desde o XIX (DÉVES VALDÉS, 1992, p.75).

No caso do Brasil, obras como *A Ideologia do Colonialismo* do militar, historiador e nacionalista Nelson Werneck Sodré (1911-1999); *A Redução sociológica* (1958) do próprio Alberto Guerreiro Ramos e mesmo *Formação e Problema da cultura brasileira* de Roland Corbisier, são seminais para o entendimento da discussão elencada anteriormente no campo intelectual brasileiro da década de 1950. Em seu livro, Corbisier, assim como outros intelectuais oriundos do ISEB, procura identificar e constatar qual empecilho, mais diretamente no plano da cultura, fazia com que o Brasil não conseguisse viver um processo pleno de desenvolvimento. Nesse caso não se constituindo ainda como uma nação autoconsciente com possibilidades de romper não só com sua condição de país subdesenvolvido economicamente, mas também no plano da cultura e de sua produção intelectual.

É importante salientar que nas décadas de 1950 e 1960, conceitos como os de desenvolvimento, nacionalismo e revolução sofreram uma intensa disputa de sentido pelos diversos grupos políticos da sociedade civil brasileira de então. O entendimento acerca do conceito de desenvolvimento na acepção dos autores isebianos não se limitava a uma perspectiva meramente economicista. Neste caso era mais ampla, ligando crescimento econômico, distribuição de renda, reformas sociais e sobretudo a superação da chamada “consciência alienada”(RAMOS, 1995).² Ou seja, a perspectiva isebiana do conceito de

Janeiro, então distrito federal. O ISEB congregou intelectuais oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo, das mais variadas matizes políticas, sendo o nacionalismo ponto em comum e tendo como objetivo pensar o desenvolvimento do Brasil. O Instituto era subdividido em departamentos dirigidos por cada membro¹ fixo, sendo respectivamente: Ciência política, chefiado por Hélio Jaguaribe; Economia, Ewaldo Correia Lima (variou de ano pra ano, tendo Ignácio Rangel e Celso Furtado como membros da cadeira); Filosofia, Álvaro Vieira Pinto; História do Brasil, Nelson W. Sodré; Filosofia do Brasil, Roland Corbisier; Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos e História Geral, Cândido Mendes. O órgão também contava com palestras abertas ao público geral, que era ministrada por intelectuais de renome da época. (PEREIRA, 2005; PECAUT, 1990)

² A ideia de consciência alienada tem por base a filosofia hegeliana e a fenomenologia de Husserl e Karl Jaspers. Parte da premissa que ainda era existente no Brasil de então uma produção intelectual de cunho bacharelesco não

desenvolvimento, guardada as devidas variações de intelectual para intelectual, presava por questões sociais e culturais, principalmente de cunho existencial. Desenvolvimento foi um conceito em disputa nesse Brasil do pós 1945, desde suas acepções mais liberais como nos escritos de Roberto Campos, passando até por uma perspectiva autoritária e conservadora na figura de Golbery do Couto e Silva.

Devemos chamar atenção para o fato que o Brasil de fins da década de 1940 e mais precisamente nos anos 1950 vivenciava um intenso processo de industrialização³, urbanização e crescimento, uma verdadeira “sociedade em movimento”(BOTELHO, 2008, p.15). Fato esse que perpassa fortemente a produção intelectual do período; sentimento de aceleração da história, urgência e esperança para com o futuro, foram tópicos que apareciam expressas em grande parte da produção intelectual do período. A produção intelectual de Alberto Guerreiro Ramos, não ficou imune a esses fatos. Ora, mais adiante será discutido como esses sentimentos transparecem na obra do referido autor, inclusive no processo de formulação da chamada Teoria da sociedade brasileira.

Para uma melhor compreensão dessa tópica presente na produção intelectual do período formulamos a categoria de *Weltanschauung* do desenvolvimento. Ou seja, uma visão social de mundo calcada no sentimento de urgência, aceleração do tempo histórico e na ideia de singularidade do período histórico em que se vivia. A descrição de *Weltanschauung* proposta pelo alemão Wilhelm Dilthey cabe perfeitamente para a junção da lógica do desenvolvimento e a criação de uma categoria explicativa. Na medida em que esse conceito não explicita apenas uma mera produção intelectual, mas sim uma concepção de mundo elaborada a partir das contingências e contradições da vida material configurando dessa maneira o pensamento e as sensibilidades de uma época (DILTHEY, 2014). Essa visão foi constitutiva e perpassou a produção intelectual de Guerreiro Ramos.

Por uma teoria histórico-sociológica do Brasil

Diante do exposto, de que forma o fato descrito acima se liga à produção intelectual de Alberto Guerreiro Ramos? Ora, na medida em que o sociólogo baiano identificava que o

identificada com a realidade histórico social brasileira. Sendo assim reprodutora de um cosmopolitismo abstrato e focado nos países centrais. Podemos identificar também a origem dessa crítica na leituras que Ramos fez de Oliveira Viana, principalmente no esse autor chama de idealismo utópico.

³ Em consulta a bibliografia que se debruça sobre o período é possível identificar o processo de urbanização e industrialização, crescimento econômico, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Não obstante, apesar do fato descrito, não podemos deixar de mencionar a inflação gritante que assolava o país no período, os arrochos salariais, momento também de intensas greves operárias. Não advoga-se aqui de uma visão idílica, “de anos dourados”, sobre esse período.

processo de mudanças estruturais que o Brasil estava vivenciando em fins da década de 1950 e início de 1960, bem como o aparecimento de um novo fenômeno social, o povo, por si só não seriam capaz de realizar a tarefa de romper com o pensamento intelectual alienado e a necessidade de criar uma autoconsciência nacional. Desta maneira o desenvolvimento econômico por si só não levaria o país a um projeto de nação autônoma. Animado por certo sentimento de urgência e necessidade de ação intelectual, Guerreiro, propõe a construção de uma teoria de cunho histórico sociológico que contribuísse para a formação de uma consciência nacional: a chamada Teoria da sociedade Brasileira.

Alberto Guerreiro Ramos foi figura central e de grande importância na sociedade brasileira da década de 1950. Por si só, Guerreiro, representou um ponto fora da curva do injusto Brasil da primeira metade do século XX: homem negro, de origem humilde, nordestino, que por um acaso da vida consegue estudar num colégio de elite na cidade de Salvador. Nascido em 1915, na cidade de Santo Amaro da Purificação, Bahia. Após estudar no colégio, Ramos ganha uma bolsa de estudo, vindo para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, estudar Sociologia e Direito na Universidade do Brasil, hoje UFRJ (BARIANI, 2011).

A década de 1950 dentre outras coisas foi marcante também pelo processo de institucionalização das ciências sociais, sobretudo a sociologia. Essa ciência figurou como a linguagem científica a fim de compreender os problemas do país e auxiliar na promoção de desenvolvimento. Nesse sentido, ao longo de congressos como o I Congresso Latino Americano de Sociologia, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes se constituíram como dois grandes representantes da sociologia brasileira, cada um com uma perspectiva distinta de sociologia. No que nos interessa, a sociologia guerreiriana é fundamentalmente constituída pela ideia de práxis e intervenção na realidade concreta. Nota-se que não se despreza os procedimentos de validade científica.

A questão central é a posição que a produção intelectual deve ocupar na sociedade, servindo diretamente para a reflexão dos problemas sociais e auxiliando para a promoção do planejamento em vista do desenvolvimento. Não apenas como produção acadêmica. É importante frisar a importância da sociologia de Karl Mannheim na démarche guerreiriana. A ideia de planejamento social e de ação intelectual dentre outras questões podem ser

encontradas na obra desse autor, principalmente em *Ideologia e Utopia* (1929) e *Liberdade, Poder e Planificação democrática* (1950).⁴

Acerca da Teoria da sociedade brasileira, é de grande importância algumas considerações iniciais a fim de sua melhor compreensão na obra de Guerreiro Ramos. Primeiramente a produção intelectual de Ramos para além da especificidade de sua concepção sociológica, possui outra peculiaridade; algo inclusive que não é um ponto fora da curva no campo intelectual brasileiro da década de 1950 e 1960. Os artigos presentes nos livros não correspondem à data de edição do mesmo; são artigos escritos e preparados para palestras públicas, aulas no ISEB e/ou até mesmo para a publicação em colunas de jornais, sendo assim os artigos reunidos, por exemplo, em *O problema nacional do Brasil* de 1960 possui artigos que datam de 1955 até 1960, não postos em ordem cronológica e respondendo diretamente a questões do momento em que foram escritos.

Para completar, não há nenhum livro específico sobre a Teoria da sociedade brasileira, apenas sua discussão epistemológica está publicada em um livro específico *A Redução sociológica* de 1958. Não obstante, como demonstra o cientista político Christian Lynch é possível através de uma análise sistemática dos artigos de Guerreiro Ramos recuperar os aspectos centrais dessa teoria e realizar uma análise mais aprofundada sobre a mesma (LYNCH, 2015, p.73-74). Para além desse apontamento central, entendemos que os aspectos fundamentais, que abordaremos adiante, da Teoria da sociedade brasileira fazem parte dos elementos centrais da própria concepção guerreiriana de sociologia. Dito isto, podemos afirmar que em grande medida a própria concepção da Teoria da sociedade se confunde com o *démarche* sociológica do autor.

Diante do exposto, o ponto central da sociologia de Guerreiro e que acreditamos também ser a questão fundamental da Teoria da sociedade brasileira é a concepção da primazia do local frente ao universal. Sobre essa questão afirma o sociólogo baiano:

No Brasil, dizíamos, o trabalho sociológico reflete também a deficiência da sociedade global, a dependência. No caso, a dependência se exprimia sob a forma de alienação, visto que habitualmente o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio que lhe granjeava exibir ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importadas. 'Sociologia enlatada', 'sociologia consular', era em grande medida o que se fazia por aqui. (RAMOS, 1996, p. 9-10)

⁴ As obras de Karl Mannheim, bem como de outros autores alemães chegaram no Brasil por via das traduções para o espanhol organizadas pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica, ao longo das décadas de 1940 e 1950.

Esse trecho é retirado do livro *A redução sociológica* (1958). Nele o autor está discutindo a situação pregressa da sociologia de então. A partir do trecho, o debate sobre a primazia do local frente ao universal fica evidente e expressa no debate sobre a sociologia alienada e a sociologia crítica. Na medida em que a primeira, segundo o autor, é alheia à realidade local, é eurocêntrica e se baseia mecanicamente nas teorias sociais dos países centrais. Ou seja, não está calcada no processo histórico social local; diferentemente da segunda. Diz Guerreiro Ramos “o sociólogo brasileiro tem realmente assumido uma atitude perfeitamente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto nacional e em função deste nos interpreta” (RAMOS, 1995, p.41).

Na segunda, é crítica, porque não se apropria mecanicamente dos conceitos externos, procura assim realizar a redução sociológica, uma espécie de síntese dialética entre o processo histórico local, com as categorias externas, produzindo assim uma conceituação alinhada com a realidade histórico-sociológica local. Para Guerreiro um suposto status de universalidade do pensamento político europeu nada mais é que uma questão política. Ou seja, não existe teoria universal no sentido abstrato porque não existe uma sociedade universal. Para Guerreiro:

as ciências sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia da dominação [‘de uma minoria de empresários capitalistas europeus que constituem o centro dominante do Ocidente e do mundo’], na medida em que seus enunciados gerais estão afetados do que se pode chamar de ilusão etnocêntrica ou ptolomaica e, ainda na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo. (RAMOS, 1995, p.159)

Como podemos observar, na teoria sociológica de Guerreiro o mais importante e o garantidor de validade não está no uso de teorias e reflexões estrangeiras, mas sim na apreensão do processo histórico local; na historicidade local. É importante frisar que o sociólogo não está advogando de uma perspectiva nativista ou mesmo nacionalista acrítica e isolacionista. Não visa negar a importância da produção intelectual externa, mas sim sua apropriação de uma forma acrítica. Sendo assim, para Guerreiro, apenas os “enunciados gerais” de uma teoria sociológica podem ser universalizados. É possível entender essa questão através da chave em que os “enunciados gerais” podem ser compreendidos como categorias com fim heurístico e o conteúdo central que deve obedecer a historicidade local os conceitos, com fim hermenêutico.

A resolução da problemática do universal frente ao local se resolve através do procedimento da redução sociológica, desenvolvido em livro homônimo. A redução seria um

procedimento metodológico visando justamente possibilitar ao sociólogo incorporar de forma crítica as produções estrangeiras em sua análise social. De modo geral poderíamos comparar a perspectiva guerreiriana à ideia da antropofagia de Oswald de Andrade. Segundo o crítico literário Benedito Nunes:

porque é um ser engajado com uma determinada realidade, o sociólogo, compreendendo esse comprometimento, que é existencial e não doutrinário, deverá exercitar a redução, como método que habilite a reconhecer a importância das vivências sociais e históricas, e a aproveitar essas vivências como base preliminar de suas formulações teóricas de caráter universal. O sociólogo alcançará o universal através do particular (NUNES, 1996, pp. 196-197).

Como é possível observar, não há negação do externo e sim uma positivação do local. Essa perspectiva está imbuída de uma preocupação política na medida em que aponta que as nações subalternas só chegarão a uma lógica de universalidade na medida em que compreenderem suas próprias realidades histórico-sociais.

Algumas conclusões possíveis

Em síntese procuramos ao longo desse trabalho discutir o que a nosso ver é o ponto central da chamada Teoria da sociedade brasileira. Evidentemente o debate abordado nesse escrito, bem como a complexidade da obra de Alberto Guerreiro Ramos não se esgotam em um artigo. É importante salientar também que a partir das reflexões sobre local e universal, da crítica à suposta universalidade das filosofias políticas europeias e a ideia da contemporaneidade do não coetâneo presente na obra de Guerreiro Ramos poderíamos fazer um comparativo com as teorias pós-coloniais e decoloniais presentes nas reflexões intelectuais latino-americanas da atualidade. Algo que já começou a ser apontado através de trabalhos como os de Chistian Lynch (2015). No nosso caso, entendemos que a Teoria da sociedade brasileira foi um esforço intelectual para a construção de uma reflexão a fim de compreender a modernidade periférica brasileira. Por fim, ao abordamos o debate da sociologia guerreiriana, principalmente a partir da redução sociológica nos possibilita renovar e fortalecer a defesa da necessidade de nós, os habitantes de Sur global, cada vez mais buscarmos por nós mesmo a compreensão de nossa realidade.

Referências Bibliográficas

BARIANI Jr, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS BÔAS, Glaucia (Orgs.). **O Moderno em questão** – a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CÔRTEZ, Norma. A Ideologia do Colonialismo. In: SILVA, Marcos (Org.) **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2008

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. Modernização e identidade: as ideias na América Latina. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.9, 1992, p. 75-83. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2330/1469> > Acesso em: 02 jul. 2018.

DILTHEY, Wilhelm. **A essência da filosofia**. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2014.

LYNCH, Christian E. C. Teoria pós colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). In: **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n. 73, p. 27-45, Jan/Abril, 2015.

MELLO, Gabriel F. O. de. **O nacionalismo visto do lado de cá**. Alberto Guerreiro Ramos e a busca pela superação do subdesenvolvimento no Brasil (1955-1964). Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro: IFCH-UERJ, 2017.

NUNES, Benedito. Considerações sobre a redução sociológica. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil** – a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil** – entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. [1957]. **Introdução Crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. **A redução sociológica**. [1958]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

_____. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

_____. **Crise do Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.

_____. **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**. [1963]. Santa Catarina: Ed. Insular, 2015.

O ISEB e as Ciências Sociais: o labirinto da crítica

Hugo Dante Cyro M. Müller

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

hugomuller.rj@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa debater como que as Ciências Sociais se debruçaram sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros após a sua extinção. A partir de um balanço crítico de obras referenciais sobre o Instituto, apontaremos alguns recursos teóricos e analíticos que tornaram-se constantes. Proporemos a distinção entre duas fases das Ciências Sociais brasileira acerca do ISEB: a “fase crítica” e a “fase de reabilitação”.

Palavras-chave: ISEB, nacionalismo, ideologia.

Introdução

Pretendemos fazer um balanço crítico sobre o tratamento que a área das Ciências Sociais dispensou ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros.¹ Neste sentido, identificaremos dois momentos distintos. Uma primeira fase, durante toda a década de 70, que formulou duras críticas ao Instituto, tanto em seu caráter político quanto teórico; e uma segunda fase, que se inicia em meados da década de 80 e vai até os dias atuais, reabilitando o ISEB na sua dimensão política e teórica. Nomeamos, respectivamente, de “fase crítica” e “fase de reabilitação”. Como veremos ao longo do artigo, tais fases não significam períodos impenetráveis de visões dissonantes, porém, caracterizadas por perspectivas sociológicas dominantes em relação ao ISEB. Esse trabalho não pretende realizar um levantamento bibliográfico sobre o Instituto, portanto, muitas obras que relacionadas ao tema não foram incluídas², assim como não se trata de um balanço crítico total, mas depreendemos elementos e características desta trajetória sociológica que, ao menos, são capazes de formar um panorama geral da crítica nos últimos 50 anos.

¹ Ao nos referirmos às Ciências Sociais estamos englobando, de forma mais ampla, os estudos do pensamento social e político brasileiro que vão além da área estrita da sociologia. Abarcando filósofos e historiadores.

² Nas décadas de 1950 e 1960 houve escritos que envolviam visões críticas a respeito da produção de determinados isebianos. Em 1958, Florestan Fernandes discordou da concepção de sociologia desenvolvida por Alberto Guerreiro Ramos. Em 1963 será a vez de Gérard Lebrun escrever um artigo com apontamentos críticos as formulações epistemológicas de Álvaro Vieira Pinto. Porém, as críticas mais aprofundadas, sistematizadas e que abarcaram o Instituto como um todo foram iniciadas na década de 1970. Em relação às décadas posteriores, citamos aqui algumas obras relevantes que não foram incluídas, porém, sem prejuízo ao balanço crítico proposto por este artigo: *Por uma sociologia das Ciências Sociais* (1989), de Sérgio Miceli; *Ideologia da cultura brasileira* (1975), de Carlos Guilherme Mota; *Da Sociologia em mangas de camisa à túnica inconsútil do saber* (1995), de Clóvis Brigagão. *Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964* (1997), de Ricardo Bielschowsky.

A fase crítica: os críticos da ideologia

Os primeiros estudos sobre o ISEB no Brasil ocorreram na década de 1970 e partiram da sociologia paulista, com a tese de Caio Navarro de Toledo *ISEB: Fábrica de Ideologias*, de 1974 e publicada em 1977; o livro *Ideologia da cultura brasileira*, de 1975 de Carlos Guilherme Mota; e “O tempo das Ilusões” de Maria Sylvia de Carvalho Franco, de 1976. O intuito central de tais obras era realizar uma crítica à produção da “ideologia de desenvolvimento” por parte dos isebianos que escamoteava a luta de classes no Brasil. Para além de criticar a opção pelo desenvolvimento do capitalismo nacional, a crítica uspiana atinge a epistemologia isebiana ao se referir às suas produções enquanto ideológicas e não científicas, sendo reservado à Instituição o papel de promotor de ideologia da classe dominante. Portanto, a categoria de ideologia era cara a esta fase crítica ao ISEB. Constitui-se como uma fase, pois tais críticas consolidam um determinado pensamento da época que partem de um lugar intelectual específico, porém, que influencia toda a intelectualidade brasileira.

Gostaria de salientar, também, que este trabalho retoma, na produção ligada ao Departamento de Filosofia da USP, a pesquisa sobre o pensamento brasileiro, a associando-se a esse exame particular, a preocupação mais de estudo e crítica das principais correntes teóricas modernas, procurando captar as ligações entre as determinações particulares de nossa sociedade e o movimento de universalização do próprio capitalismo. (FRANCO, 1977, p.14).

Caio Navarro de Toledo em sua referida obra parte das perspectivas de Althusser para discutir a categoria de ideologia, nas quais a ideologia está intrinsecamente ligada ao conceito de luta de classes. Vale ressaltar que essa é uma visão geral do marxismo e não somente do marxista francês. Mas especificamente, como bem escreve Toledo, Althusser irá compreender a ideologia como um “falseamento” da realidade e obra da burguesia, instrumento de domínio sobre a classe trabalhadora. Em contraposição à ideologia, o instrumento de libertação da classe trabalhadora seria a ciência para realizar a luta de classes.

Portanto, a luta de classes e a luta ideológica aqui se transmutam na oposição entre ciência e ideologia. A ideologia – que é entendida como a ideologia em geral de uma sociedade de classes (não se fala, pois, em ideologias de classe) – é a ideologia da classe dominante: mistificadora, dissimuladora, deformadora etc. A Ciência se transforma, assim, no aliado ou no instrumento natural das classes dominadas. A ela se confere uma função bem determinada: “subversão” da relação de dominação ideológica. (TOLEDO, 1977, p.22).

Toledo irá problematizar a concepção althusseriana, a distinção entre ideologia e ciência, em dois pontos: No primeiro ponto critica a visão “idealista” da ciência, alertando que esta é controlada, também, pelas camadas dominantes da sociedade. No segundo ponto relativiza uma visão abstrata e formal da distinção entre ideologia e ciência, afirmando que a ideologia pode conter certa parcela de conhecimento e não ser inteiramente “enganosa”, assim como a própria ciência pode ser “ideologizada”. Sendo assim, o autor defende que a melhor delimitação entre ideologia e ciência se dará a partir de uma análise da experiência concreta desta categoria. Nesta perspectiva teórica althusseriana, que Toledo analisou a produção ideológica do ISEB, qualificando-a no campo da ideologia e não da ciência, o termo “fábrica” em seu título já alude a uma produção de caráter mecânica, desposada do ofício artesanal de se pensar cientificamente.

O autor afirma que o ISEB promoveu as ideologias em uma perspectiva contrária à tendência das ciências sociais da época. Em uma pesquisa de fôlego, Toledo identifica as concepções acerca da ideologia desenvolvidas pelos isebianos e a construção da ideologia do desenvolvimento. Toledo aponta que Jaguaribe, mentor do conceito de ideologia dentro do IEB, opera a categoria no sentido da “representatividade” e “autenticidade”, ou seja, a ideologia pode ou não representar os interesses de uma determinada classe social e são mais ou menos autênticas dependendo se ela promove ou não a evolução da sociedade. Na então atual etapa do país, segue Toledo acerca das formulações isebianas, a ideologia do desenvolvimento seria representativa para todas as classes e autêntica para o Brasil.

Ou seja, os setores dominantes de todas as classes sociais têm os mesmos interesses situacionais (transformação social) e estes interesses situacionais, por sua vez, coincidem com as necessidades objetivas de todo o país (a expansão das suas forças materiais de produção). (TOLEDO, 1977, p. 42).

A ligação do isebianos – e sua ideologia do desenvolvimento – à conciliação de classes, permitindo qualificá-los enquanto produtores de uma ideologia dominante, era a tônica desta primeira fase crítica da sociologia sobre o ISEB. Porém, tal imprecisão acima mencionada se explica pela própria crítica do autor à ausência de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre as classes sociais por parte do Instituto. “Estas são invocadas pela análise apenas para ressaltar a contradição dominante ou principal da sociedade brasileira e justificar o projeto ideológico nacional desenvolvimentista.” (TOLEDO, 1977, p. 120).

A ideologia do desenvolvimento enquanto condição fundamental para o desenvolvimento do Brasil seria promovida pela inteligência nacional, neste sentido, os

isebianos se imanavam de uma grande responsabilidade de agir enquanto uma *intelligentsia*. Destacamos e identificamos dois argumentos, que estão vinculados entre si, que sustentam a tese de Toledo e Maria Sylvia de Carvalho Franco de que o Instituto produziria ideologia e não ciência. O primeiro argumento foi explícito em um subtítulo da referida obra de Toledo, refere-se à “ciência tutelada”, ou seja, a ideologia isebiana passou dos limites de ser um instrumento de transformação da realidade e virou condição, um caminho, para o conhecimento, iluminando-o, o que seria papel da própria ciência. O conhecimento enquanto função da ideologia residiria no projeto prévio de desenvolvimento da nação para a transformação da consciência da sociedade.

A ideologia parece, assim, desempenhar a mesma função cognoscente da ciência (“decifrar”), ou antes, tem ela o privilégio de ser simultaneamente, de um lado prática, ação, e, do outro lado, conhecimento. (TOLEDO, 1977, p. 52).

Desta forma, Toledo afirma que ocorre uma “ideologização” da ideologia, consistindo na hegemonia da ideologia do desenvolvimento sobrepondo-se às outras categorias sociológicas e até mesmo à ciência.

O segundo argumento aponta que a produção isebiana contém imprecisões e equívocos de cunho teórico, como afirma Franco na apresentação da obra *ISEB: Fábrica de Ideologias*:

Longe de ser uma frouxa, despropositada, inocente fraseologia, o pensamento isebiano está firmemente amarrado num sistema cujas inconsistências teóricas mesmas o sustentam em sua eficácia prática, confluindo no processo de afirmação do capitalismo. (CARVALHO, 1977, p.14).

Tais “inconsistências teóricas”, que afastam os isebianos de um trabalho científico, se referem ao mau uso de categorias clássicas do marxismo. Sendo, para os críticos paulistas, o conceito de “alienação” a principal “vítima” dos “arranjos indigenistas”, como qualifica Franco (1985, p. 165).

Luiz Eduardo Motta em seu artigo “O ISEB no banco dos réus” (2000), valendo-se do conceito de “campo intelectual” de Pierre Bourdieu, compreende a postura desta primeira fase crítica ao ISEB como uma luta pela “legitimidade científica/institucional” e pela “posse” do “aparato conceitual marxista”:

Compreende-se então que havia entre os isebianos e seus críticos “à esquerda” uma luta pela “classificação do mundo real” (Bourdieu, 1990:167), visto que os críticos ao denegarem um conjunto de obras de

inspiração marxista por estas serem “insuficientemente” marxistas ou revolucionárias, estabeleceram uma “linha de demarcação” entre algo que se entendia por ser um “marxismo autêntico” em contraste com um marxismo entendido como “falso”. (MOTTA, 2000, p.137.)

Se, por um lado, a delimitação do período do ISEB analisado por esta primeira fase crítica permitiu um aprofundamento e uma densidade analítica sobre o objeto de estudo, por outro, gerou uma incapacidade de analisar as transformações teóricas e políticas da Instituição ao longo de sua existência. As formulações de Toledo e Franco se baseiam, principalmente, na fase desenvolvimentista do ISEB, de 1956 a 1960. Porém, não foi uma escolha voluntária, tratou-se da possibilidade de acesso às fontes, Toledo justifica que não analisou o ISEB em sua última fase, de 1961 a 1964, pois não teve acesso a tais materiais por causa da ditadura empresarial-militar, ou por “razões de Estado”, como se refere o autor (TOLEDO, 1977, p. 18).

A fase da reabilitação: os pensadores do “nacionalismo”

As primeiras obras que trouxeram reflexões alternativas às produções da fase crítica do ISEB não tardaram a chegar. Ainda, em um período de forte influência da sociologia paulista sobre o tema, Renato Ortiz, na obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (1984), seguido de Daniel Pécaut, com a obra *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (1990). Luiz Eduardo Motta irá produzir o artigo “O ISEB no banco dos réus” (2000) e Angélica Lovatto escreve sua tese de doutorado “Os Cadernos do Povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira” (2010), com o recorte temporal voltado para a última fase do ISEB, se distanciando das análises críticas da década de 1970 sobre o Instituto.

Uma primeira característica desta fase da sociologia sobre o ISEB é que todos esses autores citados estabeleceram um diálogo com a primeira fase crítica, principalmente com o clássico *ISEB: Fábrica de Ideologias*, e produziram uma perspectiva alternativa, quando não em oposição, sobre o ISEB. Todavia, ao contrário dos primeiros críticos, os intelectuais da segunda fase não compartilham, necessariamente, das mesmas influências teóricas e possuem interesses em dimensões variadas do Instituto. Tal fato se explica por partirem de lugares diversos de produção intelectual³, ao contrário da primeira fase que partiu de um centro

³Ortiz tem formação acadêmica na França, era docente da UFMG quando escreveu sua referida obra, influenciada pelos debates realizados na ANPOCS. Pécaut fez sua carreira acadêmica na França e se tornou um “latino-americanista”. Motta se formou nas Ciências Sociais da UFRJ e tornou-se docente da mesma instituição. Lovatto tem a sua formação de cientista social na PUC-SP.

intelectual específico, a USP. A respeito das visões serem “alternativas” à primeira fase, o contexto político, a partir da redemocratização na década de 80, torna-se importante fator explicativo. Com a volta de bandeiras políticas identificadas com o nacionalismo desde a perspectiva da esquerda e a reorganização dos movimentos sociais que operavam narrativas que envolviam conceitos como “povo” e “nação”, as ciências sociais passaram a estudar a categoria de “nação”, suas derivações e seus operadores, com base em novos pressupostos teóricos – no caso do ISEB ocorre um deslizamento dos debates/conceitos de “ideologia” para “nacionalismo”.

Portanto, a fase de reabilitação do ISEB parte de perspectivas analíticas diferentes da primeira e chegará a uma conclusão distinta sobre o Instituto: não se tratava de um “aparelho ideológico” a serviço da hegemonia da classe dominante. Identifico e destaco dois argumentos fortes que norteiam essa tese.

O primeiro argumento diz respeito ao fato de que as formulações isebianas não foram implementadas pelo Estado brasileiro, pelo contrário, as políticas de Estado, muitas vezes, caminharam em oposição às desenvolvidas pelo ISEB. Ortiz aponta que o ISEB não se tornou uma “fábrica de ideologias” do governo Kubitschek. Como indica o sociólogo, o Governo JK realizou uma abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro enquanto os isebianos procuraram produzir um “ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais.” (ORTIZ, 1994, p. 47).

Se de fato o Estado desenvolvimentista procurou uma legitimação ideológica junto a um determinado grupo de intelectuais, não é menos verdade que os avatares desta ideologia caminharam em um sentido oposto ao do Estado brasileiro. (ORTIZ, 1994, p.46).

Daniel Pécaut retira os isebianos de um local incólume aos debates e disputas políticas da sociedade, por causa de um suposto poder estatal, longe de estarem em uma “torre de marfim”, como escreve alegoricamente o sociólogo francês.

Os isebianos também não estavam acima das disputas, mesmo quando falavam em nome de toda a nação; estavam presos às cisões que dividiam tanto as elites quando as classes médias. E não há dúvida de que se situavam do lado das “forças progressistas”, sendo assim percebidas tanto por seus aliados como por seus adversários. (PÉCAUT, 1990, p.124).

O segundo argumento diz respeito à ideologia produzida pelo ISEB, indicando que ela não serviu em prol da hegemonia da classe dominante. Ortiz concorda com a tese da primeira fase que afirma que a centralidade da nação no conceito de alienação “encoberta” a luta de

classes, porém se distancia de qualificá-la enquanto instrumento da classe dominante sob o argumento de que tais ideias não seguiram o curso da “oficialidade”, ou seja, do Estado, “mas encontrou um caminho de popularização que ganhou pouco a pouco terreno junto a setores progressistas e de esquerda.” (ORTIZ, 1994, p. 47). Será neste sentido, que o autor se refere à transição da primeira para a segunda fase do ISEB. Inclusive, para o sociólogo, a atualidade de ISEB reside neste curso popular de suas ideias, onde uma série de conceitos isebianos foi internalizada e compartilhada.

Refiro-me ao Movimento de Cultura Popular no Recife e ao CPC da UNE. Se tomarmos, a título de referência, dois intelectuais proeminentes desses movimentos, Paulo Freire e Carlos Estevam Martins, observamos que as relações com o ISEB são substanciais. (...) A teoria isebiana, ou pelo menos parte dela, penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico. (ORTIZ, 1994, p. 48)

Portanto, Ortiz não somente descarta o curso das ideias isebianas enquanto “conservadoras”, como as qualifica enquanto influenciadoras no campo “progressista” da época. Daniel Pécaut, compartilhando da visão do antropólogo sobre a função da ideologia isebiana, irá apontar que esta transição de um “nacional-desenvolvimentismo” para um “nacional-marxismo” não representa uma ruptura com os ideais de desenvolvimento, pelo contrário, trata-se do seu alargamento sob influência de um contexto do Terceiro Mundo. Talvez a maior ruptura resida na postura intelectual diante da política (em seu sentido amplo). Como aponta Pécaut: “No final dos anos 50, a palavra de ordem foi a adesão voluntária dos intelectuais às causas populares.” (PÉCAUT, 1990, p.5).

Para explicar a função da ideologia isebiana dentro do campo “progressista”, os autores desta fase da reabilitação do ISEB fazem comumente duas correspondências: ao contexto interno, da relação do Instituto com forças políticas progressistas, o CPC da UNE, Ligas Camponesas, etc; e ao contexto externo, do pensamento político e teórico em comum dos chamados movimentos de libertação do Terceiro Mundo.

A tese de doutorado de Angélica Lovatto, a partir da análise dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, produzidos pelo ISEB de 1962 a 1964, trata-se de um bom exemplo da correspondência entre o Instituto e as forças políticas internas, citada no parágrafo anterior. A sua conclusão é que o ISEB, mais especificamente na dimensão dos *Cadernos do povo brasileiro*, cumpriu um papel de divulgador de conhecimento histórico no Brasil, visto o teor de sua coletânea, e desempenhou importante agitação e propaganda na luta de classes. “Prova disso foi a discussão que suscitaram a partir da inserção da publicação nos sindicatos, nas

fábricas, nas Ligas, na UNE, no CPC, no CGT, nos partidos, nas universidades etc.” (LOVATTO, 2010, p. 353). Lovatto irá definir o caráter político dos *Cadernos do povo brasileiro* enquanto uma “estratégia etapista da revolução democrática-burguesa”, na qual apontava uma luta de características mais democráticas do que socialistas.

Por sua vez, a obra de Renato Ortiz e o artigo de Luiz Eduardo Motta são exemplos da correspondência entre o ISEB e os movimentos terceiro-mundistas. Ortiz afirmará que “(...) chama a atenção nos escritos de Fanon e do ISEB é que ambos se estruturam a partir dos mesmos conceitos fundamentais: o de alienação e o de situação colonial” (ORTIZ, 1994, p. 50). Apesar de descartar um conhecimento dos isebianos por parte de Fanon, o interessante para Renato Ortiz consiste nas correspondências de tais intelectuais a um contexto de Terceiro Mundo. O antropólogo aponta que tanto Fanon quanto Vieira Pinto foram fortemente influenciados pelos estudos de Balandier e Sartre sobre a situação colonial.

O existencialismo francês, portanto, é transportado à realidade objetiva dos intelectuais periféricos e pensado a partir da categoria de “nação”, ausente das formulações francesas. Portanto, a proposta de leitura da realidade racial, e mais tarde nacional, por parte de Fanon e também nacional por parte dos isebianos, revela a necessidade da busca por uma “consciência autêntica”.

Luiz Eduardo Motta destaca a importância das correspondências feitas por Ortiz, pois insere o ISEB num contexto mais amplo, que ia além de reproduzir ideologias “burguesas” no interior da sociedade brasileira, se inserindo numa trincheira de luta anticolonial através de seu caráter nacionalista:

Essa observação de Renato Ortiz é importante porque insere a obra isebiana num contexto global. Com efeito, o nacionalismo isebiano se inseria num processo amplo e não restrito à nossa formação social, o que nos leva a perceber que os trabalhos do ISEB, mais do que reproduzir uma ideologia localizada num aparelho de Estado para fomentar a hegemonia burguesa, expressava uma concepção de mundo que correspondia aos valores e questões daquela época. (MOTTA, 2001, p. 131-32).

Portanto, o “nacionalismo” e/ou a “ideologia nacional” se tornam uma das categorias centrais nos estudos dos autores desta fase da reabilitação do ISEB, sendo limitadora ou ampliadora da ação política dos isebianos. Para Ortiz e Motta, o nacionalismo filia esta última fase do ISEB em um movimento mais amplo terceiro-mundista. Motta vai além, definindo enquanto um “nacionalismo revolucionário” que lhe “abriu portas” com a esquerda no país.

“E foi esse segundo tipo de nacionalismo - o revolucionário da última fase do ISEB que obteve grande receptividade nos movimentos da esquerda engajada” (MOTTA, 2001, 135).

Por outro lado, Angélica Lovatto aponta que o nacionalismo do ISEB, em sua última fase, expressados nos *Cadernos do povo brasileiro*, estava predominantemente relacionado à luta de cunho democrática, e não, diretamente, socialista:

(...) prevaleceu um nacionalismo apresentado como uma luta do povo, no sentido de uma luta democrático-popular acreditando que uma fração da burguesia nacional pudesse estar efetivamente interessada mais na autonomia de seu desenvolvimento do que em se aliar ao imperialismo e ao latifúndio. (LOVATTO, 2010, p. 355).

Por fim, cada um dos autores refuta, a sua maneira, a tese de que os isebianos operavam equivocadamente as categorias sociológicas. Ortiz afirma que seria difícil entender a hegemonia de um pensamento que se enraíza na esquerda brasileira sendo a base deste uma “leitura sem rigor”. Luiz Eduardo Motta refuta a crítica negativa de que os isebianos teriam feito um “coquetel filosófico” envolvendo o marxismo. Para o cientista político, as diversas correspondências de categorias provindas de filiações teóricas distintas enriquecem o pensamento teórico e não são exclusividades do ISEB:

No campo teórico, a contribuição e a riqueza do marxismo ocidental é enorme devido à aproximação dos vários intelectuais identificados com essa corrente com outras perspectivas teóricas não marxistas, a exemplo de Lukács, da Escola de Frankfurt e de Della Volpe em relação à sociologia de Max Weber; de Gramsci com o historicismo de Benedetto Croce e o realismo político de Maquiavel e dos elitistas italianos; de Althusser com o estruturalismo francês (...). (MOTTA, 2001, p. 138).

Angélica Lovatto também irá rejeitar as críticas de imprecisão teórica com motivações ideológicas aos *Cadernos*, longe de considerá-los um primor teórico, porém, a autora está preocupada, como já foi exposto, com a função ideológica desenvolvida pelos *Cadernos*, mais do que um “rigor científico” acadêmico:

Portanto, de fato contestamos aqueles que consideram os *Cadernos do povo brasileiro* apenas como uma mera agitação e propaganda de baixo nível, com estilo pedagógico autoritário, de caráter histórico-panfletário e resultado político-manipulatório. Já pudemos deixar claro que não consideramos a coleção o supra-sumo do conhecimento científico, nem a versão mais acabada das propostas nacionalistas do período. (LOVATTO, 2010, p. 363).

Conclusão

Assim, os debates das Ciências Sociais sobre o ISEB apresentam um longo e tortuoso trajeto nos últimos 45 anos, sedimentado por críticas ao Instituto, sua reabilitação e, principalmente, de variados debates entre os autores que se debruçaram sobre este grupo de intelectuais. Podemos concluir que na trajetória desta sociologia identificamos duas fases: 1) A fase crítica, na década de 70, promovida por intelectuais uspianos (TOLEDO, 1974; FRANCO, 1976; por exemplo), marcada por críticas às “imprecisões teóricas” dos isebianos, relacionando-as a uma produção ideológica que escamoteava a luta de classes e conferindo-lhes um status de aparelho ideológico da classe dominante. O eixo central de tais análises gira ao entorno da categoria de ideologia; 2) A fase da reabilitação, com obras espaçadas de meados dos anos 80 até a atualidade, com um local de escrita difuso por intelectuais leitores das primeiras críticas ao Instituto (ORTIZ, 1985; PÉCAUT, 1990; MOTTA, 2000; LOVATTO, 2010; por exemplo), privilegia uma análise que relaciona o Instituto ao contexto político do Brasil e/ou dos países de do chamado Terceiro Mundo, a partir daí conferindo-lhe uma função política importante com um determinado lugar no “campo progressista”, incluindo as transformações teóricas e políticas ocorridas na transição de fases do ISEB. A categoria de “nacionalismo” torna-se uma referência importante para esta fase.

Tais fases não são nitidamente demarcadas através de uma ruptura entre a “crítica” e a “reabilitação”, não se trata de dois momentos estanques de críticas “contra” e depois “pró” ISEB em sua totalidade. Descartada essa visão pueril, auferimos ambas as fases como uma maneira de melhor compreender as Ciências Sociais sobre o ISEB ao longo das últimas cinco décadas. Em decorrência da variedade de temas estudados pela Instituição, a heterogeneidade de ideias, o grande número de intelectuais mobilizados e o seu tempo de existência, torna-se de difícil tarefa estabelecer uma análise do Instituto que seja unívoca e hegemônica. Se é verdade que houve perspectivas hegemônicas na década de 70 e início de 80, por outro lado, o panorama que se constitui a partir da metade da década de 80, apesar de “reabilitar” o Instituto no cenário intelectual e político, foi de análises críticas diversas e, às vezes, conflitantes a respeito do ISEB, que oram se chocam e oram trilham a mesma direção. Longe de apontar uma visão única sobre tal objeto de estudo, os estudos sobre o Instituto se aproxima muito mais de um labirinto de múltiplas saídas, porém, com trajetos complexos, do que de um caminho bem direcionado, com um destino específico.

Referências Bibliográficas

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In: **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo, SP: CEDEC/Paz e Terra, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA (IBESP). Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981. P.171-273.

LAMOUNIER, Bolívar. **O ISEB**: notas à margem de um debate. São Paulo: Ed. Discursos, 1979.

LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do Povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. Tese (Doutorado) - PUC-SP, São Paulo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MICELI, S. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: **História das Ciências Sociais**. São Paulo: Vértice, 1989

MOTTA, Luiz Eduardo. O Iseb no banco dos réus. **Comum**, Rio de Janeiro, v.5, n. 15, ago/dez 2000. p. 119 a 145.

MÜLLER, Hugo Dante Cyro Macedo. **Hélio Jaguaribe, pensamento político em tempos isebianos**: populismo, desenvolvimento nacional e nacionalismo (1952-1958). 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALTI, Elias. La nueva historia intelectual y sus repercusiones em América Latina. **Revista História Unisinos**, v. 11, n. 3, setembro/dezembro de 2007.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PERICÁS, Luis Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs). **Intérpretes do Brasil, clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, 2 vols. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Editora Ática, 1977.

_____. (org). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Mulheres iranianas na história intelectual e os dilemas dos estudos de gênero

Júlia Carolina de Amorim Benfica
Mestranda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
juliabemfica@gmail.com

Resumo: Durante o século XX, as influências políticas do Ocidente chegaram ao Irã agindo no movimento de mulheres, inspirando a ascensão a instâncias de destaque político durante o governo modernizador do Xá Mohammad Reza Pahlavi. Essa ascensão dependeu de fatores econômicos e políticos internos e externos, como também dos fatores culturais desta sociedade. Para compreender a emergência de um movimento político de mulheres é preciso que ele seja inserido dentro das suas particularidades, assim como as demais políticas públicas e limites aos quais estavam suscetíveis. Para o Ocidente, a Revolução de 1979 representou o retrocesso das conquistas alcançadas. Entretanto, para mulheres islâmicas que vivenciaram o período e apoiaram a revolução, esta se tratou da real emancipação, inibindo as influências ocidentais e abrindo espaço para a cultura local. Compreendendo todo o movimento como um processo de influências globais para contextos locais, assim como políticas locais que influenciaram e influenciam até hoje no contexto global, esta comunicação tem o objetivo de estimular os debates sobre gênero a partir dos estudos pós-coloniais, promovendo novas perspectivas sobre as teorias que orientam as ações políticas e sociais das mulheres no contexto da Revolução de Iraniana.

Palavras-chave: Mulheres; Política; Revolução Iraniana.

Iranianas, gênero e sociedade

Durante o século XX as influências políticas do Ocidente chegaram ao Irã e entre elas, debates sobre direitos civis e emancipação das mulheres, incentivando a participação das mesmas em instâncias de destaque político e econômico. Para compreender a emergência de um movimento político de mulheres é preciso inseri-lo nas particularidades do ambiente em que é regido, como as políticas públicas, as influências religiosas, a cultura patriarcal da sociedade, a falta de acesso a educação e as relações de poder as quais as mulheres estavam suscetíveis. A modernização do Estado, o desenvolvimento econômico e a participação religiosa compõem uma sociedade complexa com limitações teóricas e pragmáticas na busca por um movimento independente.

A participação das mulheres iranianas na história intelectual

Relações de poder foram muito bem elucidadas por Edward Said em *Orientalismo*, ao empreender uma pesquisa sobre a maneira como o Oriente é considerado lugar da experiência ocidental europeia (SAID, 2007). Para o autor, o Oriente deve ser compreendido como portador de uma história e tradição de pensamento, sendo a cunhagem do termo Orientalismo uma forma de estudar outro contexto consciente da existência de redes de interesses, em muitos momentos como empreendimento cultural britânico e francês. Ao iniciar uma abordagem sobre a desmistificação das mulheres não-ocidentais é preciso compreender as relações de poder presentes no Oriente Médio de acordo com “as ideias, as culturas e as histórias” incapazes de ser “seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força suas configurações de poder também sejam estudadas” (SAID, 2007, p. 32).

A compreensão dos indivíduos como correlacionados na sociedade permite que análises mais abrangentes sejam feitas sobre eles. Enfatizar apenas na história das mulheres através de sua participação no âmbito doméstico, corre o risco da prevalência da imagem de submissas ou até mesmo excluídas de qualquer aspecto da vida pública; ao considera-las como heroínas e guerreiras pode-se sujeitar a participação feminina na sociedade em parâmetros que excedem a realidade do ambiente ao qual participavam, levando a uma interpretação que ignore o contexto da época estudada, qualificando-as em termos e participações que eram inexistentes em certos recortes. A utilização do termo gênero como categoria de análise para as mudanças no cenário iraniano durante o século XX possibilita compreender as conquistas por direitos, as formas para que os alcançaram, as nuances entre os aspectos políticos e religiosos alterados à medida que novas organizações iam sendo criadas para reivindicar direitos.

O professor da *University of Michigan–Dearborn*, Camron M. Amin, reforça a importância desses debates ao falarmos do exemplo iraniano, adotando uma posição um pouco mais crítica em relação a como essas discussões teóricas são estabelecidas ao tratar do Oriente, principalmente quando o sexo feminino é tido como exemplo de opressão e submissão sem que seu contexto cultural seja avaliado. Amin traz algumas observações sobre a ampliação dos debates, como eles tem possibilitado alcançar mulheres em todo o mundo Ocidental e Oriental. A semelhança entre essas discussões é o meio social em que surgiram: entre as participantes de posições econômicas favoráveis, educadas e com acesso a informação muito mais palpável, ao contrário das mulheres localizadas nos setores mais afastados da sociedade.

A imagem essencialmente disseminada do Oriente quase sempre traz consigo uma série de estereótipos, ignoram as relações hegemônicas de poder e dominação estabelecidas entre o Ocidente e o Oriente dentro de um contexto político. Porém é a cultura, o “exótico” e diferente que este local distante apresenta, foi responsável por uma atuação simultânea das lógicas políticas, econômicas e militar. Para Said, há a *distribuição* de uma consciência geopolítica e *elaboração* de uma distinção dentro dos textos produzidos na tentativa de compreender toda a filosofia, psicologia e sociologia que o Oriente produz como o oposto complementar do Ocidente (SAID, 2007, p. 40), com a intenção de assimilar e algumas vezes tentando até mesmo controlar essas diferenças através dos discursos.

A partir das formas de análises estabelecidas para o estudo das mulheres iranianas, a autora estudada está sujeita aos limites teóricos e metodológicos propostos. Mahnaz Afkhami possui uma longa trajetória nas atividades relacionadas a emancipação feminina no Irã. Por ter residido durante doze anos nos Estados Unidos, conseqüentemente as ideias de tentar construir um movimento de mulheres no Irã propostas por Mahnaz Afkhami possuem influências ocidentais. Mulher de classe média e bem instruída, exceção dentro da sociedade iraniana, ao retornar ao seu país de origem em 1967 empenhou-se no desenvolvimento de estudos e ações sociais, com o intuito de compreender a realidade das mulheres de seu país.

Apesar dos impactos das ideias ocidentais em seus programas, a originalidade do pensamento da autora está na busca por reinterpretações que melhor se adequem as necessidades locais.

Em 1967, depois de viver e estudar nos Estados Unidos por doze anos, eu voltei para o Irã para ensinar literatura inglesa na *National University of Iran*. Lá eu percebi minhas alunas energizadas pelas histórias descritas de liberdade e direitos que as mulheres estavam desfrutando. Entretanto, eu também percebi que minhas alunas não queriam fazer uma cópia fiel daqueles direitos. Elas queriam encontrar um jeito de definir e se posicionar sobre esses direitos de acordo com sua própria cultura (AFKHAMI, [s.d], p. 2).

Mahnaz Afkhami argumenta que as medidas de ocidentalização presentes do país não significam grandes mudanças estruturais dentro da sociedade, assim como a tentativa de trazer à tona direitos humanos não correspondia as necessidades imediatas das mulheres. Desta forma, a mesma viajou pelo Irã “a fim de escutar o que mulheres de diferentes locais precisavam, trabalhando para ajuda-las a descobrir quais eram suas prioridades e como alcança-las” (Ibid, p.

3). Assim seria possível compartilhar visões a respeito dos direitos das mulheres e mapear uma estratégia eficiente para conquista-los.

O objetivo de Afkhami era então, colocar as mulheres como a parte mais importante, tentando ganhar apoio dos setores mais conservadores, através de uma mobilização da população oferecendo serviços úteis para conseguir alcançar um número maior delas com políticas de alfabetização, cursos de formação profissional, assistência jurídica, atividades culturais e esportivas de acordo com as áreas foram as medidas imediatas tomadas por essas mulheres (AFKHAMI, 1984, p. 330).

Particularidades dos estudos de gênero: O caso iraniano

A mobilização pela mudança de *status* das mulheres iranianas, constituídas a partir de parâmetros Ocidentais que se discutia no período anterior a revolução de 1979, foram reinterpretadas para as especificidades locais. Segundo Afkhami, esse processo demonstrou linguagens e conceitos utilizados por feministas ocidentais eram menos atraentes para as mulheres iranianas. Havia também a ideia de a troca de experiência e de opiniões das feministas ocidentais com as próprias iranianas ajudaria a encontrar medidas que funcionassem para as mesmas. Entretanto, ainda segundo Afkhami, nenhum dos modelos parecia funcionar para elas.

Isso a levou a perceber os problemas estruturais que afetavam as mulheres pelo mundo eram basicamente os mesmos e, sendo assim, a universalidade dessa condição das mulheres deveria ser abordada por diversas rotas e por diversas circunstâncias, através da solidariedade e a troca de experiência entre essas perspectivas tão diferentes e ao mesmo tempo parecidas na base de suas estruturas. Mas, apesar das aspirações similares, as prioridades e estratégias deveriam caber em circunstâncias específicas, levando a escolher rotas diferentes de acordo com sua própria cultura, a fim de estabelecer mudanças.

Uma das alternativas encontradas em 1973 entre Mahnaz Afkhami e suas colegas, foi o convite para que feministas ocidentais fossem até o Irã para conhecer os projetos desenvolvidos e assim, quem sabe, ampliar esses diálogos. Entre as convidadas a comparecerem ao Irã estavam Betty Friedan, Germaine Greer e Helvi Sipilä Deste diálogo com feministas ocidentais, duas das três experiências merecem destaque para dar continuidade ao argumento de Mahnaz Afkhami sobre a necessidade de reinterpretação das teorias feministas para outro contexto cultural.

Segundo a autora, as visitantes demonstraram diferentes níveis de compreensão das complexidades, do contexto cultural e das limitações para os trabalhos realizados. Uma das visitas a um centro da WOI localizado em uma favela na zona sul do Teerã, em que Betty Friedan perguntou a uma mulher “por que você está estudando para ser cabelereira? Essa é uma habilidade tradicionalmente feminina.”. Nas palavras de Afkhami,

Nós não poderíamos esperar que ela compreendesse o imenso esforço feito para que uma mulher semi alfabetizada, pobre e da periferia ganhasse consciência apenas para querer sair de sua casa e ir a uma aula, nem ela poderia perceber o que uma mulher deve fazer para obter o acordo dos homens em sua casa para fazê-lo (AFKHAMI, [s.d.], p. 8).

A segunda situação se trata de um encontro organizado em Shiraz a pedido de Germaine Greer, juntamente com as estudantes da *Pahlavi University*. Seu discurso começou em um tom calmo, falando sobre os problemas das mulheres e suas necessidades, como se aquelas mulheres fossem muito parecidas com as que participavam de suas aulas. Porém, segundo Afkhami, seu discurso não funcionou com as iranianas. Era incomum as estudantes desafiarem um palestrante, especialmente uma visitante de fora, mas uma delas se levantou e disse “Como você pode pressupor o que nós precisamos? Por que você está pregando para nós sobre as nossas escolhas de vida?”

Germaine ficou surpresa. Não era como se ela estivesse dizendo algo terrivelmente radical. Foi a impressão que ela deu de que, de alguma forma, elas precisassem de alguma direção ou orientação do Ocidente. Para seu crédito, a mesma explicou que não havia tal intenção, então a moça se acalmou e a conversa foi retomada (Ibid, p. 8).

Ambos exemplos citados tratam-se de mulheres influentes sobre teorias feministas ocidentais, Betty Friedan escreveu a obra *Mística Feminina* a qual é prestigiada por narrar o cotidiano e as novas perspectivas das mulheres americanas ao longo do século XX. A incompreensão das autoras a respeito da realidade iraniana está intimamente ligada ao fato de existirem poucas obras produzidas sobre elas e as existentes tratarem as particularidades orientais como inferiores.

Hoje se tem uma grande produção por parte de autores pós-colonialistas que contribuem para a historiografia com novas abordagens sobre seus respectivos países e vivências, contribuindo para novas análises sobre o Oriente Médio. A conclusão percebida desses fragmentos citados por Afkhami é a existência de estigmas e visões sobre as mulheres não

incluídas no eixo dos debates teóricos, por isso o tratamento de base, de conquistas econômicas e educacionais.

Conclusão

Os fatores de suma importância que podem ser compreendidos a partir disso são, primeiro e mais importante, a necessidade de se abandonar o paradigma de submissão existente substituindo-o por uma análise profunda da sociedade iraniana, compreendendo as multiplicidades culturais de cada lugar não apenas por estereótipos, mas sim por aprofundamento em suas particularidades. Consequentemente, isso leva a desmistificação de um estereótipo criado e abre espaço para debates sobre as convergências e divergências deste movimento social.

Referências Bibliográficas

AFKHAMI, Mahnaz. **Iran: A Future in the Past: The ‘Prerevolutionary’ Women’s Movement.** Robin Morgan. New York: Anchor, v. 335, 1984.

_____. **The Women’s Organization of Iran: Evolutionary Politics and Revolutionary Change.** Disponível em: <<http://fis-iran.org/en/women/organization/introduction>>

_____. **Women’s Human Rights from Global Declarations to Local Implementation.** Disponível em: <<https://goo.gl/qbFPzg>>

AMIN, Camron M. **The Making of the Modern Iranian Woman: Gender, State Policy, and Popular Culture, 1865-1946.** University Press of Florida, 2002.

KEDDIE, Nikki R. **Women in the Middle East: Past and present.** Princeton University Press, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Editora Companhia das Letras, 2007.

VAKIL, Sanam. **Women and politics in the Islamic republic of Iran: Action and reaction.** Bloomsbury Publishing USA, 2011. p. 27.

Mário de Andrade e o modernismo alemão no Brasil

Liszt Vianna Neto¹

Doutorando em História
Universidade de Leiden
lisztvianna@gmail.com

Resumo: "Augusto acadêmico" modernista, Mário de Andrade atuou como um verdadeiro intelectual total, versado nas mais diversas artes, como a etnografia da música popular brasileira, ou até mesmo, como demonstraremos, as vanguardas alemãs. Apesar de sua proeminência no modernismo brasileiro, Mário se mostrou francamente disposto ao intercâmbio com matrizes estrangeiras no Brasil. Um exemplo de tal disposição é sua carta de abertura à revista Base, criada pelo bauhausler Alexander Alberg. Judeu, comunista e exilado do nazismo, Alberg havia imigrado para o Rio de Janeiro há menos de um ano - o que demonstra quão desinteressada era a postura de Mário. Também exemplar da abertura de Mário ao intercâmbio cultural é sua contribuição à exposição de Theodor Heuberger, jovem marchand bávaro muito próximo à Deutscher Werkbund. Para a "Exposição Alemã", Mário emprestou gravuras de Käthe Kollwitz de seu acervo pessoal - fato que demonstra seu alto grau de confiança na empreitada desse jovem imigrado. Imerso na rede modernista de São Paulo, Mário de Andrade teceu contatos com modernistas alemães no Rio de Janeiro através de paulistanos imigrados, como Gregori Warchavchik e seu concunhado Lasar Segall. Sócio-fundador do SPAM, Segall estreitou os laços dessa sociedade com a Pró Arte no Rio de Janeiro através de Heuberger, um dos idealizadores da associação. Heuberger, por sua vez, emprestou objetos de decoração de sua galeria de arte para decorar a primeira casa modernista carioca de Warchavchik. Como Heuberger, Alberg era sócio da Pro Arte, e participou da organização do primeiro apartamento modernista de Warchavchik no Rio de Janeiro. O contato de Alberg com Warchavchik, do qual se estendeu a Mário de Andrade, se originou de uma carta de recomendação que trouxera para Lasar Segall da Alemanha, onde o artista passou muitos de seus anos formativos. No entanto, o alinhamento de Mário de Andrade ao modernismo alemão não era automático. Suas análises das obras de artistas alemães imigrados, como Friedrich Maron, ou a artistas proeminentes das vanguardas alemãs, demonstram claramente os limites críticos do intercâmbio de Mário. Em muitas de suas críticas, Mário coloca matrizes modernistas brasileiras e alemãs lado-a-lado - evidenciando abertamente as contradições do modernismo brasileiro, entre o nacional e o estrangeiro, em plena Era Vargas.

Palavras-chave: Modernismo brasileiro, modernismo alemão, Mário de Andrade

Um dos mais proeminentes modernistas brasileiro, Mário de Andrade atuou no campo cultural nacional como um verdadeiro intelectual total, dedicando-se ao estudo das mais diversas expressões artísticas - que vão desde à etnografia da música popular brasileira até, como demonstraremos, à crítica das vanguardas alemãs.

¹ Mestre em História pela UFMG; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG.

Ainda que despontando no campo literário brasileiro, Mário de Andrade sempre demonstrou-se aberto ao franco contato com as vanguardas alemãs no Brasil. Imerso na rede modernista paulistana, Mário também teceu relações com artistas alemães imigrados para o Rio de Janeiro - se valendo do seu contato imigrados em São Paulo, como Gregori Warchavchik e Lasar Segall. Sócio-fundador da Sociedade Pró Arte Moderna (SPAM), Segall estreitou os laços do grupo paulistano com a Pro Arte através de Theodor Heuberger, fundador desta associação teuto-carioca. Por sua vez, Heuberger, *marchant* nascido em Munique, emprestou objetos de decoração de sua galeria de arte para decorar a Primeira Casa Modernista no Rio de Janeiro, projetada por Warchavchik, concunhado de Segall. Como Heuberger, Alexander Altberg, também sócio da Pro Arte, colaborou com Warchavchik, na organização da Exposição de um Apartamento Moderno no Rio de Janeiro (LIRA, 2011).

Nesta rede modernista, que aproximou emigrados paulistanos e cariocas, insere-se Mário de Andrade. Posteriormente, Mário colaborou com as exposições de Theodor Heuberger e com eventos da Pro Arte. Ainda, Mário de Andrade contribuiria com a carta de abertura do primeiro fascículo da revista *Base*, criada por Alexander Altberg, arquiteto ex-aluno da vanguardista escola *Bauhaus*.

A proximidade entre Mário de Andrade e artistas alemães imigrados, no entanto, nunca pautou-se em uma adesão incondicional, mas em sua crítica artística. Suas análises de obras de artistas alemães, como o pintor imigrafo Friedrich Maron, demonstram claramente os limites críticos da apreciação de Mário. Em muitos de seus comentários, Mário coloca matrizes modernistas brasileiras e alemãs lado-a-lado - evidenciando em seu discursos as contradições do modernismo brasileiro, entre a defesa nacional e a influência estrangeira.

Tendo a Pro Arte como centralidade e Mário de Andrade como um de seus mediadores, os contatos entre os imigrados eslavo-paulistanos, como Warchavchik e Segall, e os teuto-cariocas, como Heuberger e Altberg, se desenvolveram ao longo da década de 1930.

Mário de Andrade e a Pro Arte

Criada em 1931 como uma associação de artistas e admiradores das artes alemães, a Pro Arte dependeu desde sua fundação dos esforços de Heuberger - organizador das bem-sucedidas Exposições Alleãs que circulavam pelo Brasil desde 1924. Sua Exposição Alleã dos Livros e Artes Gráficas, por exemplo, foi um empreendimento de grande porte que envolveu diversos atores e vultuosos recursos. Divididas em 21 departamentos, as exposições

abrangiam amplamente livros, artes gráficas e artes plásticas em geral, contando com exemplares de manuscritos do séc. XIII, com encadernações góticas, com obras que remontam às primeiras impressões gráficas de Guttemberg, além de um grande número de águas-fortes, xilo- e litogravuras, incluindo de grande mestres como Dürer.

A exposição circulou pela América do Sul, sendo inauguradas pessoalmente pelos presidentes da Argentina e do Uruguai, atraindo, no Brasil, a atenção de Mário de Andrade. Mário, ainda que muito elogioso à exposição, pontuou a superioridade dos ilustradores e gráficos franceses, em detrimento dos avanços técnicos e científicos alemães:

[Reconheço o] progresso e estado formidável de perfeição em que estão as artes gráficas na Alemanha [demonstrando] a riqueza, a probidade e a força da literatura científica alemã [...]. [Quanto às gravuras e edições de luxo, se comparadas aos livros científicos,] Confesso que aí já a superioridade alemã é mais discutível. Já não estamos mais na força subterrânea dos alicerces, já não é mais o domínio das leis astronômicas. É o trabalho das estrelas agora, e nisso os franceses vencem brilhantemente [...] como ilustradores, apesar dum Slewgt, dum Orlik, que são incontestavelmente dois mestres da ilustração livresca, e de George Grosz que é um gênio, a França internacionalizada apresenta uma riqueza, uma força criadora que põe, não apenas a Alemanha, mas o mundo inteiro num chinelo, como os alias admiráveis xilógrafos ingleses inclusive (AMARAL, 1981).

Além de seu contato com o modernismo alemão, Heuberger estabeleceu à época relações importantes com a rede modernista paulistana. Por ocasião da comemoração do quarto centenário de morte do artista renascentista alemão Albrecht Dürer, em 1928, Heuberger organizou um evento que contou com palestrantes como Menotti del Picchia, Afonso D'Escragnolle Taunay, diretor do Museu do Ipiranga, Quirino da Silva, membro da Sociedade Brasileira de Belas Artes, além da presença de Mário de Andrade. Como as primeiras exposições de Heuberger, a exposição da obra de Dürer foi um evento que ocorreu sem auxílio de instituições alemãs: as 147 gravuras originais expostas não vieram da Alemanha, mas estavam há mais de cem anos no Arquivo da Biblioteca Nacional - adquiridas pela Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro (LACOMBE, 2009).

Outras exposições de Heuberger que circularam por São Paulo contaram com o mecenato da elite paulistana. Uma das Exposições Alemãs, por exemplo, contou em seu comitê de honra com Olívia Guedes Penteado - uma importante mecenas do modernismo paulistano, muito próximo de Segall e do SPAM. Mário de Andrade também colaborou a Exposição Alemã de 1928, emprestando gravuras alemãs de George Grosz de sua coleção particular para Heuberger – o que indica um alto grau de sua confiança na empreitada do jovem imigrante.

À época da fundação da Pro Arte, os contatos de Heuberger com o modernismo paulistano se aprofundam ainda mais. A Pro Arte foi importante mediadora entre o modernismo fluminense e o modernismo paulista - organizando eventos com o Sociedade Pró Arte Moderna (SPAM) e com o Clube de Arte Moderna (CAM) em São Paulo -, envolvendo sempre Gregori Warchavchik, Lasar Segall e Mário de Andrade. Da mesma forma, os modernistas paulistanos foram acolhidos pela Pro Arte e por Heuberger no Rio de Janeiro. Um exemplo é a primeira exposição de Lasar Segall, organizada pela Pro Arte no Rio de Janeiro quando o artista retornava da França. Durante a inauguração da Primeira Casa Modernista do Rio de Janeiro, projetada por Gregori Warchavchik para a família Nordschild em 1931, as obras de arte e de decoração importadas por Heuberger foram emprestadas para a organização do evento. Trata-se de um fato invulgar, dado que a decoração da Primeira Casa Modernista de São Paulo, por exemplo, contara com obras de Tarsila do Amaral, Lasar Segall e John Graz, integrando arquitetura, decoração, arte e paisagismo em um espaço estritamente modernista. Recebendo o arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright no Brasil, a inauguração da Casa Modernista do Rio de Janeiro foi um evento basal para a formação do modernismo carioca - aproximando os então sócios Warchavchik e Lúcio Costa. Como veremos, tais laços tramados entre a Pro Arte e o modernismo paulistano prenunciaram contatos ainda mais estreitos em eventos futuros.

Mário de Andrade e os artistas da Pro Arte

Outras artistas da Pro Arte contaram com a apreciação crítica de Mário de Andrade nos primeiros anos da década de 1930. Através desta associação, Mário de Andrade teceu seus primeiros contatos com Alberto da Veiga Guignard - artista brasileiro cuja formação artística europeia se fundou por anos na Alemanha. Organizador dos quatro Salões Pro Arte entre 1931 e 1934, Guignard articulou o popular baile de carnaval da Pro Arte de 1931 - que aparentemente influenciou os bailes do SPAM, organizados e decorados por Lasar Segall.

Graças ao contato entre a Pro Arte e Segall, Guignard expôs no Segundo Salão do SPAM (1933), que contou com a presença de outros sócios da Pro Arte como a poeta Cecília Meireles e o pintor alemão Rothkirch, além de outros pintores, como Orlando Teruz, Di Cavalcanti e Portinari. Guignard exporia novamente pelo SPAM no Salão Paulista de Belas Artes (1935), ocasião na qual Mário de Andrade adquiriu uma de suas duas obras de Guignard: o "Vaso de flores" - sendo a outra sua icônica "Família de fuzileiro". Dois anos antes, Mário de Andrade já se impressionara com a Guignard no chamado "Salão

Revolucionário” da Escola Nacional de Belas Artes (1931), tecendo uma crítica efusivamente positiva sobre o pintor:

Guignard parece hesitar ainda entre a pincelada construída e a pintura... destruída. Povoada-se de fantasmas e de fluidez. A sua pincelada parece ter remorsos de abandonar a plasticidade gorda do óleo e se esgueira num frufu delicioso de quase crepe-da-china. É encantador (PERLINGEIRO, 2005, p. 24).

Reconhecido como revelação por Mário de Andrade, Guignard se destacou no "Salão Revolucionário”, que recebeu o vulto impressionante de 27 pinturas do artista - de longe o artista com maior número de obras expostas, formando praticamente uma mostra individual. Além de bem relacionado entre artistas e intelectuais brasileiros, Guignard recebeu críticas muito positivas de Mário de Andrade, o que representou uma importante chancela do "augusto intelectual" do modernismo brasileiro.

Ainda que em contato com a Pro Arte, a admiração de Mário de Andrade pelo modernismo alemão não era incondicional. Como Guignard e outros sócios da Pro Arte, Friedrich Maron também participou do "Salão “Revolucionário”, organizado pelo diretor da ENBA Lúcio Costa. Do evento, Mário de Andrade relembra dois retratos de Manuel Bandeira, um executado por Maron, outro por Cândido Portinari - ambos expostos no mesmo dia, no mesmo salão, figurando o mesmo retratado. A crítica de Mário de Andrade, no entanto, pende em direção ao pintor brasileiro e revela muito sobre embate nacional-estrangeiro em desenvolvimento na década de 1930:

Entre os modernos, tanto escritores como artistas plásticos, logo se estabeleceu forte discussão a respeito de um retrato do poeta Manuel Bandeira, pintado por um artista alemão que vivia aqui. Era com efeito uma obra impressionante, que procurava seguir os princípios baixamente sensuais da *Neue Sachlichkeit*, que já devastava reclamisticamente a pintura nazista de então[...]. Mas a uma contemplação mais atenta logo o quadro principiava a fatigar pelo abuso dos truques sem motivo, pelo realismo quase repulsivo, a teatralidade banal e anedótica da composição. E havia mesmo alguns erros pueris da técnica, como principalmente o dos verdes da montanha de segundo plano, que embora admiráveis de luminosidade isoladamente, o artista não conseguira ajustar no conjunto e “jogar” para trás a figura, e desmoronavam sobre esta [...] resolvi voltar à exposição, para, assim sozinho, examiná-la mais profundamente [...] O recinto estava quase vazio na calma pesada das quatorze horas e pude observar tudo com sossego. Numa das salas menores, havia outro retrato de Manuel Bandeira, sem grande parecença talvez e nenhum brilho. Todo em tons baixos, de grande segurança na obtenção dos valores, obra muito boa. Percorri o catálogo. Era de um tal Cândido Portinari, artista de que nunca ouvira falar, naturalmente um “novo” Ao lado, ainda outro retrato, o Violinista, do mesmo autor, era já uma obra admirável, pela composição e a firmeza extraordinária do desenho, e deixei-me empolgar, entusiasmado (MICELI, 1996, p. 112).

O relato do próprio retratado, Manuel Bandeira, acerca dos dois retratos expostos no Salão, não é mais condescendente com Maron do que a crítica de Mário:

Com a mesma cara que Deus me deu, a mesma gravata que Dodô me deu, posei para Frederico Maron. Muitas vezes posei de tarde para Maron depois de ter posado pela manhã para Portinari. No mesmo estado de espírito. Mas com o alemão o tête-à-tête assumia não raro o caráter de luta. Os esforços do pintor, que é nervosíssimo, aumentavam a meu contragosto essa força de inércia peculiar a todos os modelos. Maron avançava e recuava, observava longamente, e quando ia tocar a tela eis que se detinha sobressaltado. O seu trabalho é um debate dramático. Em certas ocasiões toma as proporções de um *match* de *box* ou de uma demonstração de esgrima. A espontaneidade lírica é coisa que exclui sistematicamente de suas criações. Tudo nele é relação precisa. Nunca mistura as tintas no gesto reflexo que já é do domínio do instinto .

Portinari, com o meu retrato, começa a pintar por si, já emancipado das influências que recebeu na Europa. (...) Que rapaz tranquilo este Cândido Portinari, que na realidade não é tão cândido assim! Recordo as manhãs tão agradáveis em que posei para ele na salinha magra da rua do Catete. (...) Portinari é um pintor repousante que não cansa nunca o seu modelo. Deixa mexer, conversa. Quase imóvel e ligeiramente apoiado sobre a direita, vai tirando da "paleta de Velázquez" as tintas com que preliminarmente "dá matéria" à carnadura: os olhos ficam para depois e nem sempre os faz. (...) Tudo nele respira placidez, frescura, sutil facilidade. A sua pintura, que pode não impressionar à primeira vista, tem no entanto um encanto de penetração lenta, mas segura. É por todas essas qualidades que o meu retrato é também retrato dele: ajudou-me a conhecê-lo. (BANDEIRA, 1931)

Devemos levar em consideração, contudo, o conteúdo simbólico dos retratos de Manuel Bandeira exposto no Salão Revolucionário: Junto a Rodrigo M. F. de Andrade, Bandeira colaborou com a nomeação de Lúcio Costa como diretor da Escola Nacional de Belas Artes e, por conseguinte, com a realização do próprio Salão. Desta forma, não se pode desvencilhar as duras críticas a Maron das questões em pauta nesta exposição fundadora do modernismo no Rio de Janeiro.

Mário de Andrade e a revista Base

Finalmente, um dos mais importantes contatos entre Mário de Andrade e os imigrantes alemães no Rio de Janeiro se deu através da revista *Base*, concebida e realizada por Alexander Altberg. Imigrado no Rio de Janeiro há pouco mais de um ano, Altberg teceu rapidamente relações efetivas com modernistas paulistanos. Além de seus próprios projetos arquitetônicos, Altberg contribuiu com a organização da Exposição de um Apartamento Moderno (1932) de Warchavchik - segundo projeto do arquiteto no Rio de Janeiro. Em São Paulo, Altberg conhecera Segall, concunhado do arquiteto, através de uma recomendação que trouxe da

Alemanha. Através de Segall e Warchavchik, Altberg foi apresentado a Mário de Andrade - de quem recebeu a carta de abertura da *Base* pessoalmente.

Apesar de não conceber um manifesto próprio, a *Base* alinha claramente seu editorial ao modernismo arquitetônico alemão. Escapando de uma fórmula prescritiva e autoral própria dos manifestos, a *Base* foi concebida para ser aberta à coletividade de seus colaboradores. A crítica arquitetônica presente na revista, entretanto, é diretamente alinhada ao funcionalismo. Altberg, por exemplo, ataca duramente a arquitetura de “belas fachadas”, o uso do ornamento e a liberdade artística individual exagerada - externando seu estranhamento com o panorama geral da arquitetura carioca. Altberg propõe a racionalização da arquitetura, na qual a beleza é consequência do uso e da função - aproximando a arquitetura da “máquina de morar”, como vislumbrada nos CIAMs e por Le Corbusier:

Hoje em dia o arquiteto, de acordo com a essência da arquitetura moderna, tornou-se mais engenheiro do que artista. Alegra-o tudo quanto é claro e sincero. construir significa plasmar processos vitais (ALTBURG, 1933, p. 27).

A tônica internacionalista do editorial da *Base* é reafirmada pelo artigo do arquiteto Alcides Rocha Miranda, então estagiário do escritório Costa & Warchavchik, que critica os devaneios nacionalistas nos quais artistas e arquitetos brasileiro se entregavam: “O nacionalismo é para o povo o mesmo que o egoísmo é para o indivíduo, si o egoísta é pernicioso à sociedade, o nacionalista é nocivo ao universo”.

Também a carta de abertura, intitulada “Esta revista” e assinada acronimamente por Mário de Andrade, posiciona-se em consonância com a proposta modernista da *Base*. O texto discorre sobre a função da razão e da ciência em favor da arte e em consonância com a vida:

A arte é uma atividade social tao importante e imprescindível como qualquer outra. as suas manifestações penetram todas as circunstancias de existência do indivíduo socializado, quer como pertencente da família, quer como participante dum grupo étnico, quer ainda como fator molecular da humanidade. e é justamente nos períodos históricos em que a sociedade humana toma consciência mais nítida de si mesma, que a arte se torna mais lógica, mais necessária, conformando melhor o indivíduo ás manifestações da coletividade, ao mesmo tempo em que ameniza em graça e espiritualidade a aspereza das contingências sociais.

(...) Hoje a arte quer penetrar os escaninhos mais ásperos da vida coletiva; entra nos laboratórios, nos hospitais, nas fabricas. nunca se fez tanta arte no mundo, e jamais os problemas dela, não apenas puramente de ordem estética, mas problemas científicos, étnicos(sic), sociológicos, preocuparam tanto a humanidade (ANDRADE, 1932, p. 3).

Mário de Andrade disserta, ainda, sobre a construção de um homem contemporâneo - que busca extinguir com a clivagem entre artista e público: "A cisão que ainda nalguns países persiste, entre o público e o artista, ha-de acabar então. Essa nova harmonia, essa integridade necessária do ser humano é que a "base" proclama e defenderá".

O fato da revista *Base*, criada por um exilado judeu alemão recém chegado ao Rio de Janeiro, ser aberta pelo texto de um modernista da magnitude de Mário de Andrade é algo da maior relevância, quando tratamos de seus contatos com as vanguardas alemãs. O franco contato que Mário de Andrade manteve com as vanguardas modernistas europeias, através de imigrantes alemães no Rio de Janeiro, representa a contra-forma da política cultural propagada pela Era Vargas. Tal política fundada no nacionalismo, especialmente durante o Estado Novo, afetou a trajetória de imigrantes - não apenas através de sua política imigratória, ou da política política, mas também pela pressões xenófobas sobre o campo artístico.

Referências bibliográficas

ALTBERG, Alexander. [Sem título]. **Base**, n. 1, 1933.

ANDRADE, Mário de. Esta revista. **Base**, n. 1, 1932.

AMARAL, Aracy. **Theodor Heuberger**: A presença alemã no meio artístico contemporâneo brasileiro. Das exposições da Deutscher Werkbund e dos expressionistas alemães nos anos 20 aos Festivais de Teresópolis (1950-1980). Arquivo FESO - Pro Arte.

BANDEIRA, Manuel. Retratos de Meus Pintores. **Bazar**. Rio de Janeiro, 7 outubro 1931. apud VERBETE Cândido Portinari, **Salão de 31**, Disponível em <<https://www.salao31.com/>>. Acessado em 13 de maio de 2009.

MICELI, Sergio. **Imagens negociadas**: retratos da elite brasileira (1920-40). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. 1924: Uma Exposição de Arte e Arte Decorativa Alemã no Brasil. **Baleia na Rede**, Revista do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura, v. 1, n. 6, Ano VI, Dez/2009.

LIRA, José Tavares Correia de. **Warchavchik**: fraturas da vanguarda. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

PERLINGEIRO, Max (org.). **Alberto da Veiga Guignard (1896-1962)**. Rio de Janeiro: Pinakothek Cultural, 2005.

Gramsci no jardim das aflições

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Doutor em História

UNESP

marcus_oliveira1991@hotmail.com

Resumo: Nos últimos anos, em meio ao cenário eleitoral que conduziu Jair Bolsonaro à presidência da República, a figura de Gramsci aparece nos meios conservadores e reacionários, ao lado de intelectuais como Paulo Freire, como um espectro negativo a ser terminalmente extirpado da cultura brasileira. Tal compreensão é estimulada, sobretudo, pela atuação intelectual do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. Diante disso, esse trabalho pretende discutir a interpretação do pensamento gramsciano produzida por Olavo de Carvalho ao longo das décadas de 1990 e 2010. Para tanto, iremos utilizar enquanto fonte histórica principal a obra “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci” que, em suas novas edições, além dos ensaios sobre Gramsci e Capra, reúne diversos artigos do autor produzidos no período supracitado. Nesse sentido, pretendemos demonstrar que as considerações de Carvalho sobre Gramsci se inserem dentro de um determinado sistema filosófico orientado por uma experiência temporal reacionária. O reacionário, na definição de Mark Lilla (2018), é um exilado no tempo. Incapaz de vivenciar o tempo presente, a mente naufragada dos reacionários experimenta a contemporaneidade a partir de uma radical sensação de decadência, dentro da qual os eventos da modernidade anunciam a obscuridade dos novos tempos. Assim, para Olavo de Carvalho, a contemporaneidade se configura enquanto um jardim das aflições, onde “furtando-se ao combate espiritual que o amedronta, mas que poderia vencer com a ajuda de Jesus Cristo, o homem se entrega a perigos de ordem material no cenário sangrento da história.” (CARVALHO, 2014:13) Nesse jardim aflitivo da História, Antonio Gramsci figura, na concepção do autor, como uma das mais venenosas flores, uma vez que, por meio de mecanismos de manipulação psicológica, o pensamento gramsciano se espalharia globalmente, realizando uma revolução cultural que acentuaria o distanciamento dos indivíduos de uma matriz transcendental, aprofundando a devastação historicista característica da contemporaneidade. Portanto, o combate a Gramsci, orientado pela experiência temporal reacionária, representa a recusa da modernidade e, em certa medida, da própria historicidade do contemporâneo.

Palavras-chave: Gramsci, Olavo de Carvalho, Reacionário.

Introdução

Em meio aos processos políticos que conduziram Jair Bolsonaro à presidência da República, intelectuais como Antonio Gramsci emergiram no debate público como espectro negativo a ser combatido e extirpado da cultura brasileira. Tal leitura, estimulada por setores conservadores e reacionários, elege Gramsci, além de outros intelectuais como Paulo Freire, como representantes do avanço de um amplo processo de doutrinação responsável por introduzir veladamente as ideias comunistas no Brasil. Nesse movimento, o autoproclamado

filósofo Olavo de Carvalho é fundamental, uma vez que, a partir de seus cursos e seminários, bem como sua presença nas redes sociais, tornou-se representante intelectual desses setores conservadores e reacionários. Diante disso, o presente trabalho procura compreender as interpretações construídas acerca de Gramsci produzidas por Olavo de Carvalho ao longo das últimas décadas, tomando como fontes históricas as obras *A nova Era e a revolução cultural* e *O jardim das aflições* (CARVALHO, 2014, 2015). Portanto, a partir da leitura das fontes pretendemos demonstrar como tais interpretações se encontram condicionadas por uma experiência temporal reacionária, marcada pela recusa da história e da política que se ancora em uma leitura transhistórica da decadência da sociedade Ocidental. Assim, nesse imenso jardim das aflições vivenciado por Olavo de Carvalho, Gramsci aparece como uma das flores mais danosas, uma vez que, na ausência dos modelos tradicionais e violentos de revolução, seu pensamento seria capaz de operar um longo processo de Revolução Cultural, agravando os sintomas da decadência Ocidental. Em reação a isso, Olavo de Carvalho, nos anos 2010, passa a considerar a possibilidade da formação de uma militância de direita capaz de penetrar uma outra cultura na sociedade brasileira aproveitando-se da debilidade da esquerda gerada pela crise brasileira.

A questão editorial dos *Cadernos do Cárcere*

Desde suas primeiras publicações no imediato pós-guerra as leituras das notas carcerárias de Gramsci suscitaram inúmeras discussões, orientadas a partir de todos os espectros políticos. Isso se deve não somente a amplitude das reflexões produzidas por Gramsci, mas também à forma com as quais Gramsci as produziu. Aquilo que conhecemos por *Cadernos do Cárcere* é, na verdade, a transformação dos manuscritos, redigidos em dezenas de cadernos escolares, em obra (OLIVEIRA, 2018). Nessa transformação, a ação de outros intelectuais é essencial, uma vez que estes são responsáveis pela elaboração e edição dos textos do autor. Em virtude disso, a disposição das notas nas diferentes publicações e edições influencia decisivamente em suas formas de leitura.

Isso se evidencia no processo de edição dos *Cadernos* na Itália. Quando da morte de Gramsci, em 1937, seus manuscritos carcerários, após guarda soviética, terminaram sob os cuidados de Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI – Partido Comunista Italiano – que, em conjunto com Felice Platone, iniciou o primeiro projeto editorial dos cadernos. Nessa edição, conhecida como edição temática, lançada entre 1948 e 1951, Togliatti e Platone dispuseram os cadernos em seis volumes ordenados a partir de temas. Tal edição apresentava diversos

problemas. Conforme afirma Giuseppe Vacca (2005), a edição temática, além de apagar a heterodoxia de Gramsci, contribuía para a falsa impressão de sistematicidade da obra.

Diante disso, ainda na década de 1950, se aventa a necessidade de uma nova edição dos *Cadernos* que respeitasse o modo pelo qual os textos foram redigidos. Após intenso trabalho de pesquisa, Valetino Gerratana, em 1975, publicou a edição crítica dos *Cadernos do cárcere*. Diferentemente da anterior, essa edição procurava retomar o ritmo de pensamento de Gramsci no cárcere, bem como dispor os textos em sua ordem cronológica. Contudo, nos anos 1980, Gianni Francioni (1984, 2009, 2016), a partir de um denso cotejamento de fontes que reconstruíam o cotidiano carcerário de Gramsci, ofereceu uma nova datação interna dos textos que compunham os cadernos. Em razão das leis italianas, os prisioneiros não poderiam portar consigo nas celas mais que quatro ou cinco volumes, o que implicava, no caso de Gramsci, uma ampla rotatividade na escrita dos cadernos. Além disso, Francioni também aponta para um certo ritmo de pensamento de Gramsci. Para captar esse ritmo é preciso um método diacrônico e filológico, capaz de compreender os significados dos conceitos em suas várias enunciações ao longo dos cadernos. Com isso, está ainda em curso na Itália a publicação de uma nova edição da obra, conhecida como edição temática, que disporá os textos segundo essa datação interna iniciada por Francioni e aprofundada por outros pesquisadores.

Portanto, acompanhar o percurso editorial dos *Cadernos* na Itália implica na percepção de que as formas pelas quais o texto é editado influenciam decisivamente nos modos em que é lido. No Brasil, ainda não há um projeto para a publicação de uma nova edição adequada aos estudos gramscianos produzidos na Itália. Atualmente, a edição disponível em português iniciou sua publicação em 1999. Nesse momento, os editores procuram revisar alguns problemas da primeira edição, datada dos anos 1960. Conforme publicada nos anos 1960, a primeira edição brasileira dispõe os textos de modo bastante semelhante à edição temática italiana. Nos anos 1990, a estrutura temática, dividida ainda em seis volumes é mantida. Contudo, como afirma Carlos Nelson Coutinho (2004), os critérios cronológicos e filológicos próprios aos estudos gramscianos italianos são considerados nessa edição.

Diante disso, podemos refletir acerca de como as leituras produzidas por Olavo de Carvalho se situam frente a esse debate. Originalmente, as obras *A nova era e a revolução cultural* e *O jardim das aflições*, foram publicadas, respectivamente, em 1994 e 1995. Deste modo, por razões cronológicas, o autor poderia somente ter acesso, ao menos em língua portuguesa, às primeiras edições dos anos 1960. Todavia, consultando as edições mais atuais das obras, respectivamente publicadas em 2014 e 2015, mesmos nos textos e entrevistas

editados em apêndice, Olavo de Carvalho não cita ou faz qualquer menção à nova edição brasileira ou mesmo aos estudos gramscianos elaborados na Itália. Não é possível determinar com exatidão se essas ausências, mesmo décadas após a publicação original, se explicam por desconhecimento ou recusa do autor. Em ambos os casos, há um prejuízo inegável em relação às possibilidades de leitura por parte de Carvalho.

A revolução cultural de Antonio Gramsci

“A conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da história nacional dos últimos trinta anos.” (CARVALHO, 2014, p. 23), escreve Olavo de Carvalho em prefácio à segunda edição de *A nova era e a revolução cultural*, escrito em junho de 1994. Para justificar sua afirmação, o autor elabora uma narrativa em torno das transformações das estratégias da esquerda após o fracasso da luta armada durante a ditadura militar. Enquanto inspirada em Lenin, a esquerda propunha a via insurrecional armada como forma de tomada do Estado e controle do poder. Contudo, na visão do autor, com o fracasso desse modelo, há uma ampla adesão da esquerda ao gramscismo. Com isso, distante dos mecanismos explícitos de poder, a esquerda, trabalhando nas sombras, opera um longo processo de transformação mental na população. Nesses termos, Gramsci aparece para Olavo de Carvalho como a continuidade do comunismo, em termos ainda mais perversos, em substituição a estratégia leninista. Nessa virada estratégica promovida pela esquerda gramscista há, na visão do autor, um deslocamento da política para a psicologia. Na medida em que não declara seus interesses políticos explicitamente, a construção da hegemonia em Gramsci se torna, nessa leitura, um mecanismo sutil de alteração psicológica das massas.

Para operar essa virada, Gramsci estabeleceu uma distinção das mais importantes, entre “poder” (ou, como ele prefere chamá-lo, “controle”) e “hegemonia”. O poder é o domínio sobre o aparelho do Estado, sobre a administração, o exército e a polícia. A hegemonia é o domínio psicológico sobre a multidão. A revolução leninista tomava o poder para estabelecer a hegemonia. O gramscismo conquista a hegemonia para ser levado ao poder suavemente, imperceptivelmente. Não é preciso dizer que o poder, fundado numa hegemonia prévia, é o poder absoluto e incontestável: domina ao mesmo tempo pela força bruta e pelo consentimento popular – aquela forma profunda e irrevogável de consentimento que se assenta na força do hábito, principalmente dos automatismos mentais adquiridos que uma longa repetição torna inconscientes e coloca fora do alcance da discussão e da crítica. (CARVALHO, 2014, p. 57)

Gramsci (2014), em suas várias elaborações do conceito de hegemonia parte precisamente do cancelamento das perspectivas revolucionárias explosivas. Diante do

surgimento da democracia e do fortalecimento da sociedade civil, o assalto ao Estado, característico do leninismo, se tornaria anacrônico. Nesse sentido, a perspectiva política de Gramsci pretende apontar para a hegemonia enquanto elaboração do consenso. Através do debate político, profundamente ancorado em uma política democrática, os vários atores políticos disputam o consenso dentro da sociedade.

A análise de Olavo de Carvalho é obviamente distante da formulação gramsciana original. Em primeiro lugar, há erros conceituais graves. Termos como controle e revolução cultural não pertencem ao léxico dos *Cadernos do cárcere*. Ainda, ao transformar o conceito de hegemonia em uma batalha pelo inconsciente da população, o autor negligencia o caráter político da hegemonia, que reside exatamente em sua permanente disputa. Por fim, Carvalho transforma a hegemonia em uma dominação psicológica irresistível, recusando qualquer função ativa da população que, diante da repetição de determinados hábitos, se coloca inerte diante de um poder absoluto. Assim, uma vez exitosa, essa revolução cultural operada pelo gramscismo irá promover uma inversão de valores, contribuindo para que as heranças tradicionais das sociedades antigas sejam substituídas por um historicismo absoluto.

Nesse processo, fortemente em voga na esquerda brasileira, o autor compreende que o triunfo da revolução significa, além do reforço da decadência do Ocidente, a vitória das ideologias sobre as verdadeiras tradições filosóficas ligadas à especulação teórica. Em virtude disso, é preciso estabelecer uma definição acerca daquilo que Carvalho compreende por ideologia. Distante de defini-la como um conjunto de ideias, o autoproclamado filósofo compreende as ideologias como retóricas coletivistas empenhadas em transformar o mundo em vez de compreendê-lo:

Filosofias que recuam da especulação teórica para a proposição de ações práticas são filosofias da decadência; marcam as épocas em que os homens já não conseguem compreender o mundo e passam a agitar-se para escapar de um mundo incompreensível. (...) E assim prossegue a história do pensamento Ocidental, numa pulsação entre o empenho da compreensão teórica e a queda no ceticismo praticista. O fundo comum de onde emergem o positivismo, o marxismo e o neotomismo é a dissolução do racionalismo clássico, levado a um beco sem saída pela crítica kantiana e que tem no idealismo alemão o seu canto de cisne. Positivismo, marxismo e neotomismo são as filosofias de uma época que não tem filosofia nenhuma; de uma época que anseia por transformar o mundo na medida mesma em que é incapaz de desempenhar o esforço teórico necessário para compreendê-lo. (CARVALHO, 2014, p. 70-71)

Há, portanto, na definição de Olavo de Carvalho um momento de queda da filosofia Ocidental. Seu pecado original reside no abandono da especulação em torno da prática. Nessa

leitura, o mundo Ocidental aparece como a reprodução desse pecado original, sendo a repetição da decadência a partir de diferentes perspectivas. É precisamente esse raciocínio que anula a compreensão das diferenças entre as várias filosofias contemporâneas, fazendo com que o autor as coloque no interior de um fundo comum indistinto.

Ainda, nesse trecho o autor parece fazer uma referência às *Teses sobre Feuerbach*, escritas por Marx (2007). Na célebre décima primeira tese Marx anuncia que “os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo.” (MARX, 2007, p. 29) Ao criticar o abandono da especulação teórica Olavo de Carvalho deseja recusar ou inverter a tese de Marx. Se na modernidade os filósofos passaram a transformam o mundo, importa é apenas compreendê-lo.

Portanto, nessa leitura, a própria filosofia anunciada por Olavo de Carvalho precisa escapar ao pecado da ideologia. Para tanto, o autor nega que seu pensamento seja ideológico. Isso ocorre porque, ao rejeitar o coletivismo, afirma que a compreensão do mundo reside apenas no indivíduo em sua busca pela universalidade e pela eternidade a partir de uma instância transcendental. Em razão disso, o marxismo, sobretudo em sua versão mais perversa, o gramscismo, é a reprodução total do pecado, uma vez que, por meio de mecanismos ideológicos, pretende causar uma transformação psicológica coletiva, gerando o afastamento dos homens das verdades universais e eternas. Diante disso, é possível, por fim, compreender a rejeição do historicismo absoluto proposto por Gramsci. Na medida em que a história figura como um processo de construção imanente, distante de qualquer transcendência, as verdades eternas e universais se encontram relativizadas, de modo que a ação do homem dentro da história se encontra plenamente aberta.

Nesses termos, Olavo aborda suas reflexões a partir de um tom alarmista e profético. Coloca-se, concomitantemente, como o homem capaz de escapar ao pecado e anunciá-lo aos pecadores que, inebriados pelos mecanismos psicológicos da dominação gramscista, são incapazes de vislumbrar o próprio estado. Assim, nessa interpretação, profundamente angustiada com o tempo e com a história, Olavo de Carvalho vaticina que “o fato é que a inteligência nacional está indo ladeira abaixo, ao mesmo tempo em que sobe, das ruas, dos campos, o rumor sombrio de uma revolução em marcha. Sim, o Brasil está inequivocamente entrando numa atmosfera de revolução comunista.” (CARVALHO, 2014, p. 21)

No jardim das aflições

Essa experiência de decadência da cultura Ocidental discutida em *A nova Era* é consideravelmente ampliada em *O jardim das aflições*, onde Olavo de Carvalho compõe uma longuíssima e ziguezagueante narrativa em torno da história do Ocidente, marcada constantemente pela tentativa de recuperação de uma noção imperial na terra. Essa narrativa, em vez de iniciar-se no passado, principia no presente, em um conferência sobre Epicuro proferida no MASP em 1990 por José Américo Motta Pessanha.

Em meio as palavras de Pessanha, o autor afirma ter sido tomado por um angustiante estupor. Os participantes da conferência, inebriados pela fala do palestrante, aceitavam de bom grado a entrada no jardim das delícias prometido pela filosofia de Epicuro. Carvalho, por sua vez, “só encontrara pesares e aflições” (CARVALHO, 2015, p. 27). É, portanto, diante desse imenso choque causado por Pessanha que o autor inicia, em estado torpe, a escrita frenética e dispersa do livro:

Eu saíra dali em estado de estupor, sem crer no que acabara de presenciar. Em casa, tentando adormecer, via em alucinações as poltronas do MASP lotadas de zumbis sem olhos. Saltava da cama com a cabeça fervilhando. Tudo o que a plateia não quisera ver parecia ter se condensado no meu subconsciente, exigindo vir à tona. Querendo ou não, eu me tornara o sintoma denunciador de uma neurose coletiva. (CARVALHO, 2015, p. 27-28)

É precisamente a partir dessa profunda angústia que Olavo de Carvalho adentra em seu imenso Jardim das Aflições. Esse extremo incômodo com a fala sobre Epicuro desencadeia em Olavo de Carvalho a recuperação temporal de todas as suas aflições que parecem ter se condensado naquele momento na fala de Pessanha. Com isso, a partir desse ponto de condensação, o autor prossegue sua narrativa operando um retorno a Antiguidade. Nesse retorno, em uma análise da filosofia de Epicuro, o autor encontra o momento da queda e a consequente entrada no jardim das aflições. Para Carvalho, Epicuro, ainda na Antiguidade, seria responsável por elaborar um princípio materialista para a filosofia, baseado na recusa dos deuses.

Esse retorno inicia sua conexão com a contemporaneidade a partir de Marx, que em sua tese de doutoramento investigou as filosofias de Epicuro e Democrático. Nesse estudo, Olavo de Carvalho compreende a continuidade das aflições iniciadas por Epicuro, desejando demonstrar a continuidade de Marx em relação ao princípio materialista anunciado desde a Antiguidade. Portanto, nesse raciocínio, o evento de Pessanha não é o anúncio da queda, mas o sintoma que desencadeia as aflições dessa queda que se perpetua no tempo.

Portanto, seguindo esse raciocínio, é possível perceber que Gramsci não se configura como uma ameaça solitária no mundo contemporâneo. Seus riscos, para Olavo de Carvalho, não dizem respeito somente ao fracasso da luta armada no Brasil e a adoção de novas estratégias de dominação por parte da esquerda. Gramsci, nessa leitura, é equiparado a Epicuro na medida em que ambos, partindo de um princípio materialista, procuram a dominação da sociedade a partir da relativização de suas normas morais e pela divinização da história. Portanto, nesse imenso jardim das aflições, Gramsci é uma daquelas flores venosas que crescem em solo fertilizado pelas angústias de Olavo de Carvalho que, incapaz de vivenciar o tempo e a história, deseja sua recusa e a reintegração do homem com a eternidade.

Assim, os erros conceituais e as aproximações impossíveis entre filósofos produzidas por Olavo de Carvalho se explicam a partir de uma experiência temporal reacionária. Mark Lilla (2018), em seu estudo sobre o pensamento reacionário, aponta para a radicalidade desse espectro político, marcando sobretudo sua relação com o tempo e com a modernidade. Nessa radicalidade, aproximada daquela dos mais aguerridos revolucionários, o reacionário se mostra como um exilado do tempo. Na brilhante definição de Lilla:

A mente reacionária é uma mente naufragada. Onde os outros veem o rio do tempo fluindo como sempre fluiu, o reacionário enxerga os destroços do paraíso passando à deriva. Ele é um exilado do tempo. O revolucionário vê o futuro radioso que os outros não são capazes de ver, e com isto se exalta. O reacionário, imune às mentiras modernas, vê o passado em todo seu esplendor, e também se sente exaltado. Sente-se em mais forte posição que o adversário por se julgar guardião do que de fato aconteceu, e não profeta do que poderia ser. (...) A combatividade de sua nostalgia é o que torna o reacionário uma figura tipicamente moderna, e não tradicional. (LILLA, 2018, p. 12)

Em sua acepção, Lilla aponta que o reacionário, embora exilado, não pode encontrar-se totalmente fora do tempo. Por isso, o reacionário necessita da modernidade para existir. É precisamente por existir nessa modernidade que o reacionário é capaz de vislumbrar sua recusa a partir dos sentimentos nostálgicos do passado. Nesse sentido, as sensações de perda e decadência constituem a angústia basilar do jardim das aflições de Olavo de Carvalho. Incapaz de vivenciar o tempo em seu fluxo contínuo, Carvalho enxerga no historicismo absoluto de Gramsci um dos sintomas mais graves dessa decadência do Ocidente. Assim, com a radicalidade de um revolucionário, Olavo de Carvalho enfrenta o peso de um tempo que se acumula e se condensa no presente. Para derrotá-lo, é preciso anunciar-se como o profeta das verdades que nunca deveriam ter esvaído no tempo.

Para tanto, há uma quase destruição do tempo na proposição de sua reintegração no fluxo transcendental da eternidade, no qual somente o indivíduo, em busca pela religiosidade, pode atingir o conhecimento. Diante disso, podemos concluir essa angústia reacionária com algumas reflexões anunciadas por Kierkegaard (2015). Para o filósofo dinamarquês, a angústia está conectada a própria origem do homem. Por isso, Kierkegaard retoma a narrativa da gênese bíblica no intuito de marcar a angústia original de Adão e Eva diante de suas possibilidades de vida. Em virtude disso, a definição kierkegaardiana diz respeito a uma vertigem da liberdade, às possibilidades de realização do homem. A salvação diante desse pecado original que se adensa quantitativamente no mundo terreno é, para Kierkegaard, uma questão ligada às possibilidades da fé. No entanto, esse salto para fé significa a vivência da angústia ao paroxismo, significa alcançar a própria vertigem da liberdade humana. Certamente, Olavo de Carvalho vivencia seu salto da fé. Todavia, incapaz de vivenciar as vertigens da liberdade do mundo moderno, busca seu refúgio em uma esfera transcendente que abole qualquer perspectiva da liberdade humana. Diante da vertigem, Carvalho prefere não olhar para a maçã ou para o abismo; deseja o retorno de uma vida apenas contemplativa, na qual o homem recuse seu papel de agente histórico.

As aflições no século XXI

Nas reflexões acima procuramos demonstrar como em meados dos anos 1990, Olavo de Carvalho elabora determinadas leituras acerca da figura de Antonio Gramsci, situando-a dentro de uma reflexão transhistórica acerca da decadência do mundo Ocidental, orientada por uma experiência temporal reacionária, na qual Gramsci aparece como um dos sintomas dessa decadência que se acumula e condensa no angustiante jardim das aflições. Também marcamos uma determinada postura intelectual do autor, na medida em que este aparece como pregador solitário no deserto. Conforme é portador de uma verdade esotérica, inacessível a maioria inebriada, Olavo de Carvalho se coloca como aquele que denuncia, mesmo que solitariamente, a verdade sobre o real.

Com essa postura, o autor se apropria de uma cultura característica aos meios intelectuais, nomeada por Elide Rugai Bastos e Walquíria Leão Rêgo (1999) como a moralidade do compromisso. Nessa apropriação, a postura do autor parte da necessidade da denúncia da falência da intelectualidade brasileira. Praticamente sozinho, essa moralidade o coloca como uma espécie de profeta que se encontra acima ou à margem dessa sociedade em razão da posse desse saber esotérico.

Contudo, observando os materiais produzidos pelo autor ao longo da década de 2010 podemos notar uma transformação nessa postura intelectual vivenciada nos anos 1990. Em *A nova era*, há ao final da publicação uma entrevista concedida pelo autor ao editor Silvio Grimaldo em maio de 2014. Por meio dessa conversa é possível notar como o autor mantém seus posicionamentos acerca da decadência cultural, mas com alterações significativas em torno de sua narrativa histórica acerca da revolução cultural no Brasil.

Em relação aos anos 1960, data de início do combate gramscista no país, Olavo de Carvalho nota um forte esmorecimento da revolução cultural. Isso se deve, em sua perspectiva, ao declínio da intelectualidade esquerdista, incapaz de continuar exercendo seu domínio como o fazia outrora. Com a esquerda em crise, os intelectuais poderiam somente firmar-se em uma agenda comportamental, ligada sobretudo a pautas relativas à sexualidade ou a legalização das drogas. Diante disso, a postura intelectual de Carvalho se inverte. Se nos anos 1990 era o pregador solitário no deserto anunciando os perigos de uma iminente revolução comunista, em 2014, emerge um intelectual que deseja angariar forças para um movimento cultural de restauração capaz de ocupar o vácuo deixado pelo declínio da esquerda.

Para o autor, essa espécie de restauração cultural esbarra em diversos problemas. A esquerda, por mais que esteja combalida, enfrenta uma direita que é ainda inexistente. Isso significa que sua vitória, nos anos 2010, não se dá por sua força, mas pela ausência de resistência para a direita. Nesse momento, o entrevistador pergunta o que seria preciso para criar esse movimento político e o autor responde:

As etapas são as seguintes: num primeiro instante é preciso criar um movimento de intelectuais que discutam intensamente a situação e criem uma espécie de diagnóstico consensual. Na segunda etapa, é preciso coletar dinheiro para formar uma militância. A terceira etapa é a formação da militância propriamente. A quarta etapa é a penetração na sociedade. Quanto tempo levaria para fazer tudo isso? Vinte anos. (CARVALHO, 2014, p. 239)

A resposta é bastante curiosa. Em primeiro lugar porque anuncia a possibilidade de formação de uma militância de direita para se contrapor à de esquerda, embora o autor não deposite suas esperanças na confecção desse movimento. No entanto, o que mais desperta atenção é o modo como Olavo de Carvalho trata as possibilidades de formação dessa militância direitista. A partir de determinados intelectuais que, penetrando na sociedade a partir de um diagnóstico consensual, serão capazes de organizar essa militância. De uma certa maneira, aquilo que se criticou em relação aos intelectuais gramscianos aparece em Carvalho com sinal trocado, como uma aceitação tácita de uma espécie de revolução cultural que deve

ser operada à direita, evidentemente, na perspectiva do autor, fora de qualquer ideologia, em nome das verdades atemporais.

Nesse sentido, entre os anos 1990 e 2010, é possível notar o crescimento e a penetração social das ideias de Olavo de Carvalho, certamente impulsionadas pela crise brasileira, responsável por expandir a sensação de decadência e angústia, bases do pensamento reacionário. Diante disso, é possível compreender a aposta do autor no governo Bolsonaro, bem como suas indicações ministeriais. Resta saber, portanto, se o governo será, para Carvalho, a formação da militância ou mais uma das flores no seu longo jardim das aflições.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai (org.) REGO, Walquíria Leão (org.). **Intelectuais e política: A moralidade do compromisso**. SP: Olho d'água, 1999.

CARVALHO, Olavo de. **O jardim das aflições: De Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil**. Campinas: Vide Editorial, 3ª edição, 2015.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci**. Campinas: Vide Editorial, 4ª edição, 2014.

FRANCIONI, Gianni. Come lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**: Edizione anastatica dei manoscritti. Cagliari: Biblioteca L'unione Sarda, 2009.

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"**. Napoli: Bibliopolis, 1984.

FRANCIONI, Gianni. Un labirinto di carta (Introduzione alla filologia gramsciana). **International Gramsci Journal**, v. 2, n.1, 2016.

KIERKEGAARD, Soren. **O conceito de angústia**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LILLA, Mark. **A mente naufragada: Sobre o espírito reacionário**. SP: Record, 2018.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** RJ: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Furtado da Silva. **A arquitetura fractal de Antonio Gramsci: História e política nos "Cadernos do Cárcere"**. SP: Unesp – Franca, 2018 (Tese de doutorado).

VACCA, Giuseppe. Introduzione. In: DANIELE, Chiara (org.) **Togliatti editore di Gramsci**. Roma: Carocci, 2005.

Os vícios de virtudes fora de lugar: história e verdade no discurso militar sobre 1964

Yan Bezerra Fonseca

Mestrando em História

PPHR - UFRRJ

yanfonseca92@gmail.com

Resumo: Para que, para quem, por que e por quem, falam os algozes? Passado mais de meio século do início do último período ditatorial vivenciado no Brasil, as vozes vindas da caserna parecem ressoar com renovada intensidade. Reverberam em meio aos debates contemporâneos, interagindo para muito além dos grupos diretamente envolvidos nas contendas por memória, justiça e reparação. Instrumentalizadas, essas versões positivas sobre o regime ditatorial tornam-se afiadas ferramentas discursivas que revelam em si e nos seus usos, maneiras de observar, compreender e agir no mundo, na sociedade e no meio natural. Nesta breve intervenção, pretende-se aventar sobre as correlações que essas narrativas parecem travar com determinadas noções de história, verdade, historiografia e ciência. Seu objetivo central é ensejar um debate ao redor das aproximações de produções de segmentos militares altamente intelectualizados a determinados parâmetros regulatórios comuns a narrativas historiográficas, numa tentativa de adquirir uma espécie de "revestimento intelectual" que permitiria a estas narrativas a possibilidade de adentrarem nos debates públicos de forma mais propositiva. Tendo em vista o acima exposto, fica patente que esta proposição responde a um sensível fenômeno recente: o crescimento de discursos públicos em defesa a ditadura inaugurada pelo golpe de 1964, em consonância a ascensão política de figuras ultraconservadoras. Intento, ao me debruçar sobre esta questão, obter uma visão mais ampla e complexa sobre os lugares ocupados, reservados e contestados, tanto pelos historiadores quanto pelo produto de seu ofício, tendo sempre em perspectiva a influência das redes de sociabilidade que dão forma as inúmeras manifestações de cultura histórica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Usos do passado, pensamento militar brasileiro, memória da ditadura militar brasileira.

Fundado em 26 de junho de 1887, período em que a chamada “Questão Militar” embalava o furor republicanista abolicionista de jovens oficiais positivistas insatisfeitos com os rumos tomados pela monarquia, o Clube Militar é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter representativo, assistencial, social, cultural, esportivo e recreativo, com atuação em todo território nacional, sediada na região central da cidade do Rio de Janeiro. Tem, hoje, como a sua primeira e principal missão, “estreitar os laços de união e de solidariedade entre os oficiais das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)”.¹ A

¹ Conforme consta nos autos do Estatuto do Clube Militar. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/o-clube/o-clube-estatuto/> (acessado em 12/12/2018)

fundação, consolidação e atuação desta organização representativo-corporativa, autointitulada “a casa da República”, mescla-se fundamentalmente a uma parte significativa da história do Brasil Republicano. Descrevendo-se como um espaço onde a classe militar pode “advogar os seus direitos, dentro da órbita legal”, o Clube Militar, doravante denominado “Clube”, exerceu uma função bastante peculiar no arranjo institucional castrense do final do século XIX e primeira metade do século XX.

Até meados de 1964, a entidade serviu de palco principal para as movimentações de diferentes tendências políticas articuladas a vida no interior dos quartéis. Em meio a processos e acontecimentos históricos marcantes, esta instituição foi, para além de sua faceta lúdica, um espaço de acirrados debates.² Assumiu assim, mesmo que informalmente, a responsabilidade de zelar pela manutenção da unidade, valor tido como indispensável ao funcionamento das corporações militares, impedindo que disputas estimulassem clivagens internas e rompimentos da cadeia hierárquica. Considerando-se este breve histórico, torna-se patente a ideia de que movimentos, discursos e projetos gestados e discutidos no interior do Clube, não se restringem a questões exclusivas às forças de segurança nacional. Caminhando em direção aos grandes problemas nacionais, sem deixar de lado os procedimentos e singularidades próprios às corporações castrenses, os integrantes do Clube reformularam, para termos militares, questões centrais da vida política nacional. Estas noções podem ser verificadas no texto do ECM, que estabelece, dentre os diversos objetivos da agremiação:

[...] IV – promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas, bem como estudo e discussão de assuntos nacionais de alta relevância; [...] VIII – estudar os assuntos relevantes de interesse coletivo e propor soluções que, após aprovação do Conselho de Administração, serão encaminhadas, pelo Presidente do Clube, às autoridades competentes; [...] XIII – Defender os interesses nacionais relevantes, podendo, para tanto, promover ações nas esferas administrativa e judicial (CLUBE MILITAR, 2007).

² Durante o período 1945 - 1964, o clima de crescente polarização político-ideológica registrado em todo país também se manifestou no seio do Clube Militar. Temos como exemplo o uso da agremiação, notadamente pós-1947, como um dos espaços de ampliação das discussões ao redor da “questão do petróleo”, tema considerado estratégico para a organização da defesa nacional. Esses debates pautaram as eleições de 1950 para a presidência da instituição, verdadeiro palco de uma acirrada disputa entre a candidatura de tendências nacionalistas do general Newton Estillac Leal, alinhada aos projetos de nacionalização da exploração petrolífera, e a chapa encabeçada pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, integrante da corrente das forças armadas que julgava necessária a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. A chapa nacionalista, representante da situação, sairia vencedora, mas enfrentaria constante oposição de setores “internacionalistas”, que se reorganizariam na Cruzada Democrática, vencedora das eleições de 1952 e grupo hegemônico de oposição ao varguismo e a seus herdeiros. A situação só se apaziguaria com a chegada do general João de Segadas Viana a presidência em 1955 e o alinhamento da diretoria a postura legalista adotada pelo Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. No entanto, a eleição do marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira para o biênio 1962-1964 traria novamente o Clube à luz do cenário político nacional, alinhando sua diretoria e estrutura a conspiração em curso contra o mandato do presidente João Goulart.

Face a estes propósitos declarados, surge a necessidade do Clube Militar em ampliar sua área de atuação, agindo de forma a repercutir seus ideais, propostas, endossos, projetos e intervenções em meio ao espaço público de debates. Esta é uma das principais finalidades do principal canal de comunicação do Clube, a “Revista do Clube Militar: a casa da República” (abreviada como RCM). Editada pela primeira vez cerca de trinta e nove anos após a fundação do Clube, o primeiro número da RCM data de 15 de novembro de 1926. Próxima a completar seu primeiro centenário, a publicação teve suas atividades interrompidas somente em dois momentos: por volta de 1950-1951 e no período de 1964 a 1969.³

Apesar de servir de porta-voz a uma instituição composta quase que exclusivamente por oficiais das Forças Armadas, é comum que as páginas da RCM reservem espaços a material de época, ensaios e intervenções produzidas por membros da sociedade civil, “que externam suas opiniões livremente, quer sobre aspectos voltados para a História do Brasil e das Forças Armadas, em especial sobre a Força Terrestre, quer sobre aspectos conjunturais de interesse nacional e internacional”. Atualmente o veículo de comunicação do Clube é publicado trimestralmente, impresso em uma tiragem de cerca de 14.500 exemplares, sendo distribuído fisicamente por todo o país e disponibilizado gratuitamente no portal do Clube Militar. Atuando em consonância a um dos objetivos da associação, elencado no Artigo 2º, Seção II, Capítulo I, Título I, do Estatuto do Clube Militar (ECM), a publicação se dedica a “colaborar com as Forças Armadas na preservação da memória de seus feitos”.⁴

É possível notar, a partir de determinados termos utilizados nos excertos acima citados, a existência de uma espécie de “postura guardiã”, com a qual o Clube Militar assume o papel de defender as tradições e o prestígio de que gozam as Forças Armadas no interior da sociedade brasileira. O Clube, através de um dos seus principais e mais longevos veículos de comunicação, parece arrogar-se da função de preservar a memória das instituições militares, bem como de tratar dos aspectos que julgar relevantes sobre a história do país, submetendo-os ao crivo da perspectiva da instituição. Isto é, além do intuito de narrar o passado, provendo-o de significados e sentidos, este grêmio se propõe a representar a visão da totalidade das Forças Armadas sobre determinados acontecimentos e processos históricos, mesmo que essa pretensão, ao menos oficialmente, não pareça se concretizar. Na prática, o Clube Militar

³ Entre 1950 e 1951, a circulação foi brevemente interrompida por conta das tensões decorrentes da publicação das edições de nº 107 e 109, onde os oficiais na direção do Clube, de postura nacionalista, publicaram uma série de artigos tecendo considerações acerca da intervenção estadunidense na Península da Coreia e a possibilidade da participação da Forças Armadas Brasileiras nesse conflito.

⁴ Estatuto do Clube Militar. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/o-clube/o-clube-estatuto/> (acessado em 12/12/2018).

representa, hoje, uma pequena, porém estridente, parcela do militarismo brasileiro, apresentando grandes dificuldades em obter a adesão de novos membros que possam renovar seus quadros, repletos de indivíduos em idade avançada.⁵

É justamente uma operação discursiva nos moldes acima descritos que estimula a tessitura desta pesquisa. Em seu número 452, datado do primeiro trimestre de 2014, a Revista do Clube Militar publicou um dossiê especial, dedicado a contar “a verdade” sobre os eventos ocorridos em abril de 1964 e seus desdobramentos. Nas cento e quarenta e quatro páginas que compõem a edição, o corpo editorial da RCM costura uma narrativa histórica através de materiais de época, intervenções originais de articulistas, entrevistas, listas e fragmentos do Projeto ORVIL.⁶ Opondo-se a certos consensos historiográficos, construídos através de anos de pesquisas científicas sobre o período, o tipo de interpretação organizada a partir desta narrativa parece vir ganhando espaço não somente no Brasil,⁷ repercutindo sensivelmente pelos novos espaços de sociabilidade inaugurados com o desenvolvimento e popularização de novas tecnologias de informação e comunicação. Construídas a partir de uma postura relativamente anti-intelectual, que vê na historiografia profissional corrente uma espécie de conspiração que se nega a abordar “a verdade dos fatos de forma isenta e imparcial”, e um forte anticomunismo, que reedita sob matizes tupiniquins a fase mais aguda do macarthismo

⁵ No Relatório Anual da Diretoria do ano de 2014 (que compreende o período de julho de 2013 a junho de 2014), seção 2.2.3 do capítulo relativo a atuação da 1ª Vice-Presidência, onde se trata da atuação da Secretaria Geral, responsável pelo Quadro Social, lê-se: “De início, deve-se assinalar que a média de idade entre os sócios Efetivos, Remidos e Beneméritos, está muito elevada, em torno de 70 anos e constitui-se preocupação constante da Diretoria do Clube a diminuição progressiva do número de sócio efetivos contribuintes e o aumento de gratuitos (Remidos e Viúvas). Os levantamentos mensais vêm comprovando o progressivo envelhecimento do Quadro Social, a falta de renovação na categoria de Efetivos, e o aumento de falecimentos, remissões e demissões, apesar do esforço atual da Diretoria no sentido de conquistar novos sócios Efetivos, na faixa de Aspirantes e 2º Tenentes, fazendo a cooptação dos mesmos ainda como Cadetes da AMAN. O motivo mais alegado para fuga de sócios tem sido a baixa remuneração dos militares e a moradia fora da sede”. O relatório completo pode ser acessado em: <<https://pt.calameo.com/read/001819598832c2eeb330a>> (o texto citado encontra-se na página de número 8)

⁶ Finalizado em 1988, trata-se de um relatório detalhado, preparado pela Divisão de Inteligência do Centro de Informações do Exército (CIE), com base em informações secretas dos serviços de inteligência do Exército Brasileiro sobre a luta armada no Brasil. Inclusive documentos que o regime ditatorial alegou não mais existirem. O projeto teria sido encabeçado pelo então Ministro do Exército do governo de José Sarney (1985-1990), o general-de-exército Leônidas Pires Gonçalves, como uma resposta direta dos militares às denúncias arroladas no projeto Brasil: Nunca mais. Permaneceria supostamente secreto por alguns anos, por ordem do general que coordenou sua feitura, que teria julgado a obra “polêmica demais”. Teria circulado por círculos de oficiais com o título de O livro negro do terrorismo, em quantidade bastante reduzida (estima-se que cerca de 15 exemplares somente). Hoje pode ser facilmente encontrado na íntegra na internet, disponível para download graças ao trabalho de uma comunidade de memória composta por apoiadores, participantes do regime e familiares de vítimas do “terrorismo”, o grupo TERNUMA (acrônimo para Terrorismo Nunca Mais).

⁷ Argentina, Chile e Uruguai vivem processos similares, cada qual com suas especificidades, manifestações próprias, causas e diferentes intensidades. O tema foi abordado recentemente pelo historiador Marcos Napolitano, doutor em história pela USP, em entrevista ao Jornal Nexo, que pode ser encontrada no link: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/09/02/Por-que-ha-uma-onda-revisionista-das-ditaduras-sul-americanas>>. Acessada em 19/12/2018.

estadunidense, essas “versões” justificam, quando não positivam, o golpe, a ditadura que dele emanou e as medidas dos presidentes-generais durante os vinte e quatro anos em que ocuparam arbitrariamente o poder.

Mas se o Clube Militar é, na atualidade, uma entidade pouco representativa, para que dedicar atenção e esforços a analisar seus discursos históricos? O interesse surge, primeiramente, da singularidade do fenômeno descrito acima: enquanto a postura oficial das instituições militares tem adotado, na ampla maioria dos casos, um tom conciliador, reiterando a repactuação manifesta pelos autos da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e abordando o período como uma “página virada da história”, o Clube, entidade civil composta majoritariamente por oficiais da reserva, prossegue preservando e disseminando uma interpretação muito próxima a que o próprio regime buscou estabelecer. Essa persistência intransigente, e por vezes combativa, sua circularidade, estruturas e formas, instigam a curiosidade investigativa que motiva este projeto.

Um segundo ponto de interesse está na percepção de similitudes entre os argumentos presentes nos textos que compõe o dossiê, as recentes manifestações públicas a favor de uma “intervenção militar constitucional”,⁸ registradas principalmente nos movimentos que tomaram as ruas por volta de 2015 e 2016, e o discurso de determinados grupos em proeminência na cena política nacional. Publicada em um contexto político marcado pela tônica da crise, a RCM nº 452 parece ser concebida em função de uma possível utilização do seu conteúdo como recurso de orientação e legitimação a ações políticas e formas de pensar a história no tempo presente de sua enunciação. Neste tocante, há algumas considerações a serem feitas.

2014 foi um ano de intensas agitações políticas e sociais. Nas ruas, as vozes dos movimentos de julho de 2013 ainda ecoavam, protestando contra as remoções decorrentes de transformações urbanas que preparavam o país para sediar a Copa do Mundo. A crise do modelo democrático-representativo vigente desde a Carta de 1988 se aprofundava. Um

⁸ A grande maioria dos especialistas na área atestam a inexistência deste termo no texto constitucional. Na realidade, pedidos como estes podem ser considerados uma afronta à Constituição vigente, crime previsto pela Lei nº 7170, a Lei de Segurança Nacional (assinada em 1983, antepenúltimo ano com a presidência de um militar) com punição prevista de até quatro anos de reclusão. O artigo 142 esclarece que as Forças Armadas “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Estabelece assim que as saídas de possíveis crises devem se dar pela via constitucional e não prescindir dela. Uma intervenção dessa modalidade figuraria como uma ação contrária aos poderes instituídos ao Presidente da República, a quem as Forças Armadas são subordinadas, e, portanto, um ato inconstitucional que rompe o Estado de direito estabelecido constitucionalmente.

Executivo acuado, pressionado por inúmeras acusações de envolvimento de aliados seus em escândalos de corrupção, vacilava, respondendo com truculência às reivindicações dos movimentos sociais em ação. A divulgação do polêmico Projeto de Lei nº 499/2013, que define e tipifica o crime de terrorismo, contribuía para aumentar a tensão. As denúncias de permanência de entulho autoritário nas ações coercitivas de forças de segurança, comparavam a violência policial de hoje à repressão do período ditatorial, trazendo à pauta do dia as continuidades do aparato ditatorial em práticas e instituições.

Em meio a crescente polarização ideológica decorrente deste panorama, a *cibercultura* impulsionou uma democratização radical dos debates. Estes processos transcorrem em um momento de profundas transformações na forma como nos relacionamos uns com os outros, com o que consumimos e com o acesso à informação. As redes sociais, esses novos e amplos espaços, redimensionaram a pluralidade de vozes de forma jamais vista. Alargaram-se os horizontes de acesso a conteúdos, agora descentralizados, o que incrementou vertiginosamente a velocidade e a variedade de formas de apreensão, produção, reprodução e apropriação do passado. Configuram-se assim as condições de possibilidade para que o discurso de positivação de valores, costumes, projetos e práticas do regime ditatorial se dissemine, passando a ser instrumentalizado como ferramenta nas contendas políticas atuais.

Este processo de reemergência de leituras apologéticas foi antes de tudo reativo. O procedimento de revisão histórica passou a ganhar fôlego em resposta às primeiras movimentações no sentido de compor o que Mateus Pereira denomina de inscrição frágil ou inscrição tênue da memória da ditadura (PEREIRA, 2015). Esta operação, diretamente ligada aos efeitos da abertura de arquivos decorrente da aprovação e aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011), bem como à instauração e relatoria da Comissão Nacional da Verdade (CNV),⁹ demarcaria o primeiro passo de um longo percurso catártico rumo à elaboração do passado-presente autoritário. Tais políticas de memória, concebidas e instituídas durante o período de treze anos em que setores associados ao campo das esquerdas estiveram à frente do governo, tornam-se alvos de ataques por parte de grupos de oposição, que criticaram as medidas alegando parcialidade e “revanchismo” em sua constituição.

O que fica claro a partir deste cenário, é que disputas sobre o passado ditatorial não se restringem a contendas de grupos diretamente afetados por acontecimentos daquele período,

⁹ Organizada em 2012 com a finalidade de apurar violações graves aos direitos humanos praticadas por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro, ocorridas no período entre 1946 e 1988, o trabalho da CNV se estendeu por cerca de dois anos, desdobrando-se na formação de várias comissões estaduais, municipais e institucionais.

como é o caso de familiares de desaparecidos e algozes pressionados a prestarem contas de seus atos arbitrários no passado. Estas discussões estão também nas ruas, diretamente imbricadas às lutas sociais do presente. As diferentes perspectivas através das quais se busca dotar de sentidos e significados o período da Ditadura Militar, articulam-se a projetos e propostas em voga na cena política atual. Vide a chapa vitoriosa na corrida presidencial de 2014, que se utilizou intensivamente da trajetória de sua candidata, participante da luta armada de oposição à ditadura e ex-presa política torturada, como material para a campanha.

É igualmente interessante notar que a emergência de figuras com discursos de teor conservador e militarista se deu concomitante ao momento de rememoração coletiva ao redor do quinquagésimo “aniversário” do golpe de 1964. A expansão do número de sujeitos provenientes do mundo militar ocupando cargos políticos parece ocorrer em consonância a recente emersão de narrativas positivas sobre a Ditadura Militar. Nos últimos dois pleitos eleitorais houve um significativo aumento na quantidade de candidatos castrenses. A expressiva taxa de sucesso entre eles é digna de nota. Pela primeira vez desde o fim período ditatorial, um indivíduo de carreira militar ocupa o posto mais elevado do Poder Executivo. A presença de um general no posto de vice-presidente e a composição de uma cúpula governamental formada por um grande número de militares, tanto da reserva quanto da ativa, reforçam a sensação de um retorno dos militares ao epicentro da política brasileira.

Inclusive o atual presidente, cuja figura pública tornou-se reconhecida justamente pela defesa convicta que faz ao movimento golpista e a ação brutal do aparato repressivo do Estado ditatorial, parece pautar seus discursos sobre bases argumentativas muito próximas as que são utilizadas no trabalho do corpo editorial da Revista do Clube Militar. Ambos desenvolvem interpretações que em muito se assemelham àquelas que os governos dos generais buscaram construir e legitimar sobre si mesmos, atualizando-as para novas audiências, que se mostram ávidas por conhecer melhor um período histórico que ainda busca espaço nos comprimidos currículos das escolas brasileiras. A ascensão meteórica que catapultou o ex-vereador, ex-deputado federal e capitão da reserva ao Palácio da Alvorada, pode indicar não só uma mudança de rumos no que tange às formas de se fazer política no Brasil, mas também o início de um possível processo de reconfiguração da incipiente memória social sobre a Ditadura Militar brasileira, algo que inclusive parece estar em pauta no horizonte do planejamento educacional do novo governo.

Tendo em vista estas considerações, torna-se possível delinear, em linhas gerais, o objeto central deste trabalho: operações discursivas de teor histórico empreendidas por

segmentos militares intelectualizados, ligados ao Clube Militar, acerca do golpe de 1964 e do período ditatorial de vinte e quatro anos que dele se originou. Esta é uma pesquisa profundamente movida por implicações ético-políticas intrínsecas ao ofício de historiar. Embebida por problemas sensíveis ao contexto de sua confecção, assume-se como uma “tentativa de manter um diálogo com o passado”, mantendo em foco a “noção de que estamos lidando com processos que não se encerraram, e sim, apesar das críticas, com uma grande demanda social” (MAYNARD, 2014, p. 286). Se compromete então a responder a flagrante necessidade de retomarmos os debates sobre os significados da Ditadura Militar, bem como a dimensão pública e os efeitos da circulação desse conhecimento. A historiografia, num esforço de reafirmação de sua relevância em meio a um mundo onde cresce a sensação de desorientação, se renova, assumindo novas premissas, perspectivas e missões. As memórias, campo fértil às disputas políticas do presente, são grande objeto do interesse dos historiadores de hoje, motivados e desafiados por olhares que põem em cheque a ruptura e o antagonismo que se convencionou estabelecer entre história-ciência e memória-subjetividade. Soma-se a estas motivações um conjunto de inquietações de foro epistemológico.

Se o interesse pela fonte aqui analisada surge primeiro da percepção da singularidade da posição justificadora-positivadora por parte do Clube Militar em comparação às demais instituições ligadas às Forças Armadas, uma observação mais atenta revela outro curioso aspecto nesse material. Repleto de referências a textos referendados em âmbito acadêmico, os artigos da RCM nº 452 parecem procurar revestir as narrativas ali engendradas de parâmetros de cientificidade. Citações a intelectuais como Joanna Potts, Tony Judt, Lucien Febvre, Dênis de Moraes, Luís Mir, Jacob Gorender, Norberto Bobbio, Eric J. Hobsbawm, Alfred Stepan, Alfred Cobban, François Furet, Albert Soboul, Marco Antônio Villa, Adriana Lopez, Carlos Guilherme Mota, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., surgem como uma espécie de argumento de autoridade, buscando aproximar as visões ali defendidas à produção intelectual, conferindo-lhe assim bases de sustentação atreladas a uma ideia específica de verdade nos discursos sobre o passado.

Esta característica pode revelar uma tentativa de sofisticação intelectual no pensamento de segmentos do alto oficialato sobre o golpe e a ditadura, um movimento que vem se desenhando desde meados da década de 1980. As intervenções que compõe a revista parecem estar inseridas nesse movimento. São produtoras de um enredo conduzido através de um fio condutor, tecido em respeito a determinados critérios teórico-metodológicos. Dessa noção desenvolve-se a hipótese de que, mais do que a soma de simplificações tacanhas

arranjadas como exposição de interpretações a respeito de determinados eventos e processos históricos, há por trás do dossiê uma forma de compreender o passado e a escrita da história. E a adoção de determinadas perspectivas que norteiam a confecção desta “história” estaria longe de ser espontânea ou ingênua, ela é arregimentada de forma a conferir legitimidade e coesão a um conjunto de ideias elaboradas enquanto teoria explicativa para a sociedade, para o homem e para o meio natural. Toda a operação parece ser pensada em função da possibilidade de circulação desses discursos, tanto em comparação às interpretações consensuais da historiografia acadêmica quanto como perspectiva passível de instrumentalização em meio a espaços de debate mais amplos.

Pode-se perceber através do percurso traçado até aqui, que o conteúdo da Revista do Clube Militar está sendo abordado enquanto expressão ideológica de pretensão historiográfica. O que se pressupõe a partir desta concepção, construída pelo diálogo entre observações resultantes do contato com a fonte e reflexões provenientes de abstrações teóricas, é que estes escritos são edificados sob uma condição dual: valem-se de elementos do campo da Teoria da História e da Historiografia, produzindo trabalhos que parecem aspirar à entrada na arena de debates historiográficos, ao mesmo tempo em que assumem postura belicosa, “combatendo” os esforços de pesquisa empreendidos por profissionais da área e acusando os autores desses trabalhos de promoverem distorções motivadas por filiações partidário-ideológicas. Advogam, portanto, serem mais adequados ao que se compreende comumente por ciência, dotando-se assim de atributos que julgam desejáveis a uma escrita da história assentada em parâmetros de isenção e imparcialidade. Dessa maneira, passam a integrar um cenário de disputas pela hegemonia de narrativas que remetem ao passado, concorrendo por áreas de influência sobre a memória coletiva a respeito de temas de acentuado interesse público.

O entendimento sugerido por situações como esta é o de que o conhecimento do passado está longe de ser dado natural. Menos que uma faculdade humana ou estrutura universal, é um efeito, um acontecimento, gesto político, resultado histórico e pontual de determinadas condições de possibilidade. Manifesto nos discursos, constitui-se como um terreno fértil a disputas e interesses, “numa rede complexa em que, se o saber significa poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos” (GUIMARÃES, 2002, p. 184). Sendo assim, é possível afirmar que “história e poder são como irmão siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível” (FALCON, 1997, p. 91). À luz desses pressupostos gerais, características

como historicidade, dimensão performática, intencionalidade e estruturação, ganham destaque.

Seguindo por esta linha de raciocínio, objetiva-se que as discussões e reflexões aqui levantadas interpelem tensões entre diferentes modalidades contemporâneas de representação do passado. Partindo da noção de que as formas disciplinares não são capazes de abarcar por completo as múltiplas possibilidades de configuração das narrativas históricas, acredita-se haver nos usos do passado praticados em textos aqui analisados uma privilegiada oportunidade investigativa. O intento é perscrutar problemáticas e imbricações mutuamente determinantes entre o poder, essa gama de relações sociais de natureza plural que se manifestam em diversas configurações e intensidades, e a história, conjunto de expressões discursivas que a partir da articulação entre categorias de passado, presente e futuro, contribuem decisivamente no que individualidades e coletividades concebem de si e de suas relações com aqueles que são categorizados como os “outros”. Neste tocante, nossa última ditadura, um “tema quente”, condicionante sensibíllimo do pensar, agir e organizar de nossa realidade atual, torna-se rica fonte de reflexões.

Julga-se que um diagnóstico das estruturas discursivas de narrativas positivas sobre a Ditadura Militar brasileira possa contribuir para uma melhor compreensão das motivações por trás do apoio a medidas autoritárias. Tendo em vista essas considerações, cabe dizer que o intuito desta pesquisa não é o de somar somente a produção historiográfica sobre o período ditatorial. Seu principal foco está em cooperar no aprofundamento das reflexões epistemológicas sobre implicações ético-políticas nos usos que são feitos do passado. Partindo de uma modalidade discursiva de pretensão historiográfica, que vem sendo produzida, divulgada e consumida entre grupos de leitores não-especialistas, o objetivo é identificar características que conformem concepções de história e de historiografia em campos para além da área de influência mais direta dos especialistas dedicados a esse saber.

É construído, assim, como uma tentativa de contribuição ao campo da teoria e história da historiografia, transitando por noções, conceitos e abordagens comuns à história intelectual, história pública e história do tempo presente. A ideia é colaborar com as reflexões sobre lugares, configurações e usos do conhecimento histórico nas sociedades atuais, profundamente e radicalmente transformadas pela desconcertante aceleração temporal característica da vida na Era Virtual. Por conta disto, apresenta-se também como uma agenda, uma tomada de posição em defesa do engajamento do métier dos historiadores em prol de uma escrita que assume e abraça seus limites e seu caráter militante, sem para isso se render

ao paroquialismo, às redundâncias, distorções e falseamentos. Um fazer historiográfico responsável pelo mundo de onde o mesmo se cria, dedicado a suscitar a promoção do radical aprofundamento das experiências democráticas, baseadas na coexistência negociada entre as diferenças. Uma história à serviço, antes de tudo, da vida.

Referências bibliográficas

CLUBE MILITAR. **Estatuto do Clube Militar (ECM)**, 2007. Disponível em <<http://clubemilitar.com.br/o-clube/o-clube-estatuto/>>. Acessado em 01/02/2019.

CLUBE MILITAR. **Revista do Clube Militar: a casa da República**, Ano LXXXVI, n. 452, Fevereiro-Março-Abril de 2014.

FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História**. 1ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v. 1, p. 61-90.

GUIMARAES, M. L. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 184-200, 2002.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. História do Tempo Presente: Simbioses, tessituras e conectividade. Uma entrevista com o professor Dilton Cândido Santos Maynard. [Entrevista realizada em 14 de outubro, 2014]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 284 - 298, set./dez. 2015. Entrevistadores: Daniel Alves Boeira e Felipe Salvador Weissheimer.

PEREIRA, Mateus. H. F. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, 2015. p. 863-902.

ST 02
**Imprensa lugar de memória:
práticas historiográficas e
fontes históricas**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

O golpe militar no Chile: uma análise da cobertura do *Times* nova-iorquino

Emmanuel dos Santos

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

emmanuelufmg@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo da cobertura do golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, nas páginas do jornal *The New York Times*. Nos principais momentos de tensão política na América Latina, o *Times* usualmente dedicava considerável espaço para analisar e cobrir os principais acontecimentos, como foi o caso do conturbado processo político do governo da Unidade Popular (1970-1973). Buscaremos compreender a atuação política do diário norte-americano observando sua capacidade de influenciar debates e escolhas, de contribuir na construção de consensos e para a legitimação (ou crítica) de políticas de Estado. Ao veicular visões de mundo, ideias, valores e representações sobre a América Latina, o *Times* constitui-se em fonte relevante para o estudo dos imaginários e da cultura política que orientaram as ações da política externa dos Estados Unidos no hemisfério.

Palavras-chave: *The New York Times*, Unidade Popular, política Externa dos EUA

O golpe militar no Chile: uma análise da cobertura do *Times* nova-iorquino

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise inicial sobre como o *New York Times* (*NYT* ou *Times*) cobriu o golpe militar no Chile em 1973. Como parte de uma pesquisa mais ampla que se encontra em desenvolvimento e dado o caráter limitado deste trabalho, nossa intenção é apenas esboçar brevemente os principais aspectos dessa cobertura. O próprio aprofundamento da questão, localizando e discutindo com maior propriedade os editoriais e textos dos correspondentes do *Times* em relação à política externa dos EUA, aos movimentos internos de dissenso, aos debates intelectuais da época e sua relação com as culturas políticas é o tema de nossa pesquisa de doutorado, que abrange o período entre 1964 e inícios da década de 1980, tendo como objeto central as formas como o *Times* cobriu os principais eventos políticos na América Latina. Portanto, por ora procuraremos discutir os textos do *Times* publicados nas semanas que circundaram a data do golpe, apresentando ainda uma análise bastante inicial da questão.

Os três primeiros anos da década de 1970 foram marcados por acirrados debates políticos que mobilizaram e polarizaram a sociedade chilena em torno da tentativa de realização do singular projeto político da Unidade Popular (UP). A UP pretendia alcançar o

socialismo por meio da institucionalidade democrática, respeitando as instituições vigentes. Mais do que uma coalizão partidária, a UP expressava uma conflitiva unidade política forjada entre setores das esquerdas chilenas após décadas de debates teóricos e programáticos. O Partido Socialista (PS), do qual Salvador Allende era integrante e por duas vezes fora eleito senador, e o Partido Comunista (PC) constituíam as duas principais forças políticas dessa unidade.

A UP chegou à Presidência da República com a vitória de Allende nas eleições de setembro de 1970, derrotando Jorge Alessandri, candidato do Partido Nacional (PN), e Radomiro Tomic, da Democracia Cristã (DC). O Poder Executivo, assim, foi assumido por uma coalizão política de significativa base popular que anunciava a pretensão de construir o socialismo no país. Para isso, o projeto da UP apresentava como principal característica a intenção de realizar a transição ao socialismo por uma via não armada, nos marcos do Estado de Direito, visando o respeito às instituições democráticas, às liberdades civis, ao pluralismo partidário e à liberdade de imprensa. Desse modo, todas as transformações e reformas pretendidas, incluindo as próprias mudanças nas formas de participação democrática e das instituições políticas, deveriam acontecer em conformidade com as normas constitucionais vigentes. Esses foram aspectos essenciais do projeto que ficou conhecido como “via chilena para o socialismo”, ou simplesmente “via chilena”.

Sem nos determos em demasia em questões teóricas e metodológicas, é preciso apontar que a análise dos textos publicados pelo *Times* parte do pressuposto de que as notícias não são simples narrativas de fatos (DARNTON, 2010). É necessário superar, sem descartar, a busca de verdades ou falsidades nos textos jornalísticos, percebendo como os conteúdos são mobilizados nos discursos e posições editoriais do jornal com intencionalidades subjacentes. Ao superar a perspectiva de identificar a grande imprensa como mera portadora de fatos e verdades, os historiadores vêm utilizando-a cada vez mais como fonte e objeto principal de seus estudos. Tal uso, contudo, demanda uma série de cuidados por ser necessário evitar apropriações simplistas, observar as influências que os veículos de comunicação sofrem do Estado, da opinião pública, do mercado e das convicções pessoais de proprietários e editores. Isso faz com que, muitas vezes, a trajetória política dos jornais seja marcada por ambiguidades e contradições (MOTTA, 2013).

Para o estudo do imaginário e do ideário político dos jornais, dialogamos com a categoria de representação com base em enfoque de sentido amplo, configurando “um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia e mobilizam,

portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (MOTTA, 2014, p. 21). Ademais, entendemos representação no sentido apontado por Francisco Falcon: “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (FALCON, 2000, p. 72).

No início dos anos 1960, a política externa dos EUA para os países ao sul de suas fronteiras passou por significativas mudanças, marcando um período de intensificação da intervenção e da interferência norte-americana na América Latina. Em meados do século XX, inicia-se uma reorientação de táticas, formas de conduta, discursos e ações que oscilariam, nas décadas seguintes, entre a prevalência de duas posturas paradigmáticas. A primeira, a necessidade de uma política externa centrada em uma retórica legitimadora, baseada nas ideias de “excepcionalismo norte-americano” e de “destino manifesto”, visões que sugerem a originalidade e o ineditismo do experimento republicano dos EUA e a missão que o país teria a cumprir de promotor da democracia e liberdade em suas áreas de influência. A segunda, uma postura de contornos mais pragmáticos, calcada na necessidade de intervenções sistemáticas mais contundentes nos assuntos externos como forma de garantir a hegemonia norte-americana. Desse modo, com diferentes graus e formas, essas duas posturas combinaram-se na definição da política externa dos EUA no contexto da Guerra Fria, marcada pelo consenso em torno da estratégia de contenção ao comunismo e à URSS. Além disso, como afirma Cristina Pecequilo, as ações dos EUA tiveram uma lógica própria na América Latina, “sendo influenciadas por perspectivas tradicionais sobre o hemisfério e por acontecimentos específicos no continente e no mundo” (PECEQUILO, 2005, p. 216). Nessas questões, a imprensa cumpriu papel privilegiado, seja na legitimação ou na crítica de condutas adotadas pelo governo, ou ao veicular discursos e imagens sobre a América Latina, mobilizando a produção de reportagens e opiniões sobre a política externa dos EUA, e da leitura singular que seus correspondentes faziam da realidade latino-americana principalmente durante os principais eventos e crises políticas no hemisfério.

O *NYT* acompanhava com atenção os acontecimentos no Chile de Allende e dedicou ampla cobertura ao golpe de 11 de setembro de 1973. Nesse momento, o jornal contava em Santiago com a correspondente Marvine Howe que logo foi acompanhada de Jonathan Kandell, que dias após a intervenção militar partiu de Buenos Aires para cobrir os eventos no Chile. O golpe foi noticiado na capa do jornal, com diversas outras reportagens internas dedicadas a contar a dinâmica que levou ao desfecho. A partir de 12 de setembro, a cobertura

sobre o Chile ocupou diversas páginas do *Times*, com publicações diárias que se seguiram nas semanas seguintes. Nesse período, os correspondentes publicaram vários artigos tentando traduzir a situação política para o público norte-americano. O jornal já vinha publicando matérias quase diárias sobre o Chile, nas quais ressaltava a constante polarização do país; as mobilizações dos diversos segmentos da sociedade, tanto de oposição quando de apoio ao governo. Um dos focos da narrativa era a classe média enfurecida com Allende, trazendo textos com títulos sugestivos como “A derrota de Allende: uma classe média atormentada pelas fortunas em declínio” (ALLENDE’S..., 15. set. 1973, p. 7).

Três dias após o golpe, o *Times* publicou, em um quarto de página, um esboço biográfico do general Augusto Pinochet, intitulada “O homem forte do Chile”. Em tons laudatórios, destacando que seus colegas o qualificavam como inteligente, ambicioso e profissionalmente competente, fazia um breve relato de sua vida, destacando seu fiel patriotismo, seu apoliticismo, e ressaltando que o general havia servido como adido militar na embaixada do Chile em Washington (CHILE’S..., 15. set. 1973, p. 13). Esse tom elogioso a Pinochet está em consonância com a forma como o *Times* lidou com a ruptura democrática no Chile.

Marcando a posição do jornal sobre o golpe, o *Times* dedicou alguns editoriais para analisar o acontecimento. De forma surpreendente para um veículo de comunicação que se coloca como um dos promotores dos valores democráticos nos EUA, o *NYT* não teve uma posição inicial de condenar a ação dos militares que instalaram uma nova junta de governo por meio da violência armada. Embora lamentasse o fato da intervenção militar ter representado uma “tragédia” para a sociedade chilena, a posição editorial esteve focada em buscar responsabilizar Allende e a UP pelo desfecho que levou ao bombardeio de *La Moneda*. Nessa perspectiva, para o *Times* foi o projeto socialista que acelerou a marcha dos acontecimentos e abriu caminho para o golpe. Não há uma clara recriminação ou condenação das ações efetuadas pelos militares golpistas. Além disso, o *Times* apressou-se em afirmar que os EUA e a administração Nixon não tinham nenhuma relação com a intervenção golpista e advogava que o país não interferisse nos assuntos internos do Chile (TRAGEDY..., 12. set. 1973, p. 46). Sem deixar espaço para qualquer questionamento, o *Times* preferiu sair em defesa do Pentágono (THE CHILENEAN..., 16. set. 1973, p. 218), relegando a escassas matérias de suas páginas internas um espaço para vozes dissonantes que denunciavam a participação dos EUA no golpe. Participação essa que foi fundamental para as intenções dos

golpistas, aspecto que posteriormente foi amplamente documentado e discutido pela historiografia.¹

O correspondente do *Times* Jonathan Kandell sintetizou assim sua visão sobre o golpe no Chile: “Essencialmente, o golpe militar foi uma contrarrevolução da classe média enfurecida, que viu seus padrões de vida e expectativas desabarem sob o regime de Allende.”²

É importante ressaltar, que nesse momento, dentro dos EUA existiram inúmeros atos de protesto contra a junta militar chilena e estabeleceu-se uma ampla rede de solidariedade aos chilenos que passariam a ser perseguidos pela ditadura, muito deles se exilando em terras norte-americanas.

Todavia, apesar de sua posição editorial condescendente com os militares golpistas, o *Times* não deixou de publicar notícias que informavam sobre denúncias de execuções sumárias e da ampla violência empregada contra os antigos apoiadores da UP praticada pelas Forças Armadas. Dessa forma, no dia 20 de setembro, a correspondente Marvine Howe enviou matéria sobre os relatos de dois britânicos que estiveram presos por dois dias no Estádio Nacional junto com milhares de outros chilenos e estrangeiros. Segundo eles, havia uma “sistemática brutalidade”, dando conta que muitos presos estavam sendo severamente agredidos e torturados (2 BRITONS..., 20. set. 1973, p. 3). Dessa forma, diferentemente do que ocorrera em 1964 no Brasil, o *Times* não demorou para informar a opinião pública nos EUA sobre a brutal violência política contra os que eram opositores de mais um golpe militar na América Latina.

Essa análise inicial aponta para uma ambiguidade das posições editoriais do jornal, que combinaram condescendência com os militares e o golpe, sem deixar de reportar as violações aos Direitos Humanos cometidas pelas Forças Armadas. Todavia, é necessário ampliar essa análise para compreender como o jornal se posicionou diante da aproximação do governo dos EUA e da junta militar chilena, estudo que pretendemos realizar.

Fontes

ALLENDE’S undoing: a middle class stung by declining fortunes. **The New York Times**, Nova York, 15. set. 1973, p. 7.

CHILE’S strongman. **The New York Times**, Nova York, 15. set. 1973, p. 13.

¹ Sobre isso, ver Kornbluh (2003).

² “Essentially, the military coup was the counterrevolution of an enraged middle class, which had seen its living standards and expectations plummet under the Allende regime.” (Tradução nossa).

TRAGEDY in Chile. **The New York Times**, Nova York, 12. set. 1973, p. 46.

THE CHILENEAN tragedy. **The New York Times**, Nova York, 16. set. 1973, p. 218

BRITONS freed in Chile report brutal conditions. **The New York Times**, Nova York, 20. set. 1973, p. 3.

Referências bibliográficas

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**. Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

KORNBLUH, Peter. **Los EEUU y el derrocamiento de Allende**. Una historia desclasificada. Santiago: Ediciones B, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). **Cuando hicimos historia**. La Experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.

Contribuições da imprensa nos estudos sobre a agroindústria canavieira alagoana

Fábio Barbosa da Silva

Mestrando em História Social

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

xp.fabiobarbosa@gmail.com

Resumo: A Zona da mata alagoana foi cenário de uma acentuada expansão da agroindústria canavieira durante a segunda metade do século XX. O avanço dos canaviais sob as terras dos tabuleiros, principalmente no Sudeste do estado, marcou um quadro de profundas rupturas nas relações de trabalho e nos meios de acesso à terra na região, o que possibilitou uma nova configuração da sociedade local que passou a depender cada vez mais da monocultura canavieira representada, sobretudo, pelas usinas. Tais mudanças levaram a constantes disputas de interesse entre os diversos segmentos da sociedade envolvidos de forma direta ou indireta nos rumos tomados pelo setor canavieiro. Assim, o presente trabalho propõe analisar o papel assumido pela imprensa em suas múltiplas dimensões na medida em que contribuía para a consolidação do poderio dos industriais através da apresentação das usinas como lócus de desenvolvimento, ou funcionava como veículo de propagação das demandas dos trabalhadores e das demais camadas da sociedade afetadas pelos problemas decorrentes da intensificação da monocultura canavieira.

Palavras-chave: Imprensa, Agroindústria canavieira, Alagoas.

Introdução

A história do desenvolvimento econômico e social de Alagoas está fortemente vinculada a atividade canavieira, dão testemunha disso os trabalhos já consagrados de Diegues Junior (2012) e Moacir Medeiros de Sant’ana (1970). Ainda assim, é necessário considerar que o espaço que compreende o atual estado não é homogêneo no que diz respeito aos aspectos geoclimático e pedológicos. Do mesmo modo, a malha fluvial alagoana influencia as regiões em torno dos vales dos rios com intensidades diferentes, se considerarmos as porções Norte e Sul do mesmo estado. Este último aspecto é de crucial importância para este estudo, uma vez que o elemento rio exerceu um papel imprescindível no desenvolvimento da atividade canavieira em todo o Nordeste brasileiro, servindo, como ponto em torno dos quais se concentravam as terras adequadas ao cultivo da cana: o massapê, como força motriz de algumas fábricas (ANTONIL, 2007) e como uma das principais vias de transporte da matéria prima até os engenhos, assim como do produto final desde os engenhos até os portos, a partir dos quais o açúcar era levado para os mercados consumidores (FREYRE, 2006; ANDRADE, 1973).

A segunda metade do século XX foi marcada por profundas transformações no cenário econômico mundial. Ao fim da II Guerra Mundial, a Europa se apresentava como mercado consumidor de açúcar em potencial uma vez que teve seu setor produtivo arruinado. A Revolução Cubana de 1959 levou ao rompimento entre Cuba e Estados Unidos, este deixou de comprar o açúcar cubano, o que levou a abertura do promissor mercado Norte-americano para um novo produtor/vendedor (CARVALHO, 2009). Ao mesmo tempo, o Brasil buscava melhorias em seu polo açucareiro cujo parque industrial vinha sendo modernizado desde fins do século XIX, dentre outras medidas, através da implantação dos engenhos centrais, e posteriormente das usinas (ANDRADE, 1994). Já durante a II Guerra, o Estado brasileiro passou a estimular a produção de açúcar também no Sudeste do país, uma vez que o cenário de guerra dificultava o abastecimento dessa região com o produto nordestino, operação feita por vias marítimas (SZMRECSÁNYI, MOREIRA, 1991). O regime instalado no Brasil pelos militares alimentou ainda uma “política de ‘modernização da agricultura’” (HERÉDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010, p. 159) que acabou estimulando de forma significativa a produção açucareira, com a instalação de novas usinas e ampliação do espaço de cultivo.

Foi neste contexto que o cultivo de cana se intensificou em toda Zona da Mata alagoana. Chama atenção de modo particular a porção Sudeste do estado onde predominam os rios poucos caudalosos, e por isso não navegáveis na maior parte do curso, e a presença de vastos tabuleiros formados por terra imprópria à cana de açúcar. Este estudo concentra a atenção nesta área de tabuleiros que, a partir de meados do século XX passou por um processo de adaptação para o cultivo de cana. Diante do cenário otimista, a usina Sinimbu se tornou, na década de 1950, pioneira na adaptação das terras de tabuleiros para a produção canavieira através de sistemas de fertilização (ANDRADE, 1959; HERRÉDIA, 1988). Este processo permitiu a ampliação da área cultivada e abriu a região à instalação de novas usinas, provocando uma verdadeira “revolução agrária” (ANDRADE, 1994, p. 110) que afetou a dinâmica social das populações que até então viviam no espaço, levando a sérias rupturas nas condições de trabalho, moradia e nas relações estabelecidas entre os homens e o espaço a sua volta.

Em todo processo de modernização e ampliação do parque industrial açucareiro, o Estado ocupou um papel imprescindível. Através do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, o Estado interviu de forma direta no setor, estimulando o surgimento de novas fábricas e o aumento da produção das unidades através do sistema de cotas de produção. Pelo Decreto-Lei nº 1186 de 27 de agosto de 1971, o IAA concedeu “estímulos à fusão, incorporação e

relocalização de unidades industriais açucareiras” (HERÉDIA, 1988, p. 69). Tais incentivos eram de ordens fiscais e financeiros e pressionavam as unidades com cotas de produção inferiores a 400.000 sacos de açúcar a tomarem medidas que visassem o aumento de sua capacidade produtiva, seja através da fusão ou incorporação das cotas de outras unidades, ou, do deslocamento da unidade para outras áreas, caso o espaço onde se encontrasse não oferecesse as condições necessárias para o aumento da produção. Assim, só o Sul da Zona da Mata alagoana apresentou-se na década de 1970 como atrativo para mais quatro unidades que vinham somar às seis já existentes.

A intensificação da produção canavieira no espaço em estudo viabilizou o aumento populacional e um crescimento acentuado do êxodo rural e das populações urbanas. Centros urbanos que tiveram usinas instaladas em suas imediações se expandiram. Conforme apresentou Silva (2016), a população urbana de Junqueiro, por exemplo, chegou a crescer 435% na década de 1970. A forma como as usinas se desenvolveram na região levou também a reestruturação da pirâmide social, neste processo, os usineiros entram em cena tomando o topo da pirâmide que outrora pertencera aos senhores de engenho. Estes últimos, ainda que pleiteassem em alguns casos um posto de usineiro, no contexto do espaço em estudo terminaram todos, no máximo, como fornecedores de cana, uma vez que os donos das usinas instaladas eram, em grande parte, industriais vindos de fora da região ou mesmo do estado. Tal reestruturação levou ao estabelecimento de relações entre usineiros e fornecedores que podem ser caracterizadas, ora como amistosas e complementares no âmbito do projeto de modernização da atividade canavieira, ora como verdadeiras quebras de braços, onde muitos fornecedores, fazendo uso do prestígio que portavam como senhores de engenho, buscavam defender seus interesses econômicos e privilégios como latifundiários e autoridades locais.

A imprensa e o desenvolvimento da atividade canavieira em Alagoas.

Ao recorrer as produções da imprensa como fontes para um estudo no campo da história, alguns aspectos destas produções devem ser levados em conta. Ainda que o princípio da imparcialidade seja apresentado como compromisso declarado de grande parte dos veículos de comunicação, é preciso considerar que o material publicado foi produzido por um grupo de pessoas com interesses específicos, e que a circulação do material produzido depende, com frequência, de investimentos provenientes de patrocinadores ou pessoas e grupos que, ao aplicar recursos financeiros em um jornal, por exemplo, espera algum tipo de retorno, seja financeiro, seja na divulgação de uma ideia ou informação que julgue necessária,

quando não conveniente. A questão da imparcialidade das fontes, porém, já não pode ser tido como apanágio do material produzido e divulgado pela imprensa, tão pouco deve representar um obstáculo intransponível à investigação histórica. De acordo com Cruz e Peixoto:

Já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 258).

É necessário olhar para tais fontes e questionar sobre a intencionalidade contida nas informações por ela vinculada. Neste sentido, a investigação em curso busca averiguar quais as dimensões do processo de expansão dos canaviais foram abordadas pela imprensa, quais agentes históricos são objetos de suas preocupações, e quais razões podem motivar seus posicionamentos. Para tanto, foram explorados números de dois jornais que circulavam em Alagoas no recorte temporal analisado, um de circulação diária e outro semanal, a saber, o Jornal de Alagoas e o Jornal de Serviços, ambos impressos na Capital. Para completar o estudo foram consultados também os números de um boletim mensal da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – ASPLANA, que circularam durante a década de 1970. O curso da pesquisa mostrou necessário a consulta de números de jornais que circularam fora do espaço em estudo, com o objetivo de verificar as impressões sobre Alagoas a partir de um olhar que mantinha certo distanciamento. Assim, foram consultados números do Folha de São Paulo, jornal de ampla circulação, editado na cidade de São Paulo e tomado nesta pesquisa como um ponto de vista do Sudeste sobre a problemática estudada.

Além das dimensões da circulação, a escolha do Folha de São Paulo é justificada pelo fato de que, São Paulo, no Sudeste, junto com Pernambuco e Alagoas, no Nordeste, compunham na década de 1970 os maiores produtores de cana e seus derivados no Brasil. Deste modo, é possível defender que a atividade canavieira, naquele estado, passava por um momento semelhante ao que era vivido em Alagoas, conseqüentemente, o cenário social desenhado pela expansão canavieira poderia encontrar paralelos nos dois estados. Assim, a comparação entre o material publicado pela imprensa, em São Paulo e em Alagoas, pode fornecer pistas sobre o papel que atividade canavieira assumia em ambos estados e as formas como eram percebidas e difundidas, através dos jornais, nos dois polos produtivos. Tanto o Jornal de Alagoas, Jornal de Serviços, quanto o Boletim Técnico Informativo da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas foram acessados através do acervo do Arquivo Público

de Alagoas – APA. A seleção do material levou em consideração os períodos de maior efervescência da atividade canavieira em Alagoas. Tendo em vista que os anos entre 1973 e 1978 foram marcados pela intensificação do número de usinas no estado, principalmente no Sul da Zona da Mata, buscou-se selecionar matérias publicadas neste período que pudessem ajudar na compreensão da imagem da atividade canavieira transmitida pela imprensa naquele período.

A investigação procura identificar quais agentes se manifestam nas fontes, considerando o fato de que as opiniões expressas são, com frequência, apresentadas como gerais ainda que representem apenas as visões e aspirações de um grupo. Aqui, os interesses do privado (dono do veículo de comunicação) costuma ser confundido com os interesses do público (CAPELATO, 1988). Deste modo, busca-se entender, na medida do possível, o grau de aproximação entre o privado que veicula as informações e o público que as consome.

Dentre os aspectos que podem ser destacados quanto a presença da atividade canavieira no Jornal de Alagoas, chama atenção a intensidade com que elementos a ela vinculados passam a aparecer no jornal a partir dos primeiros anos da década de 1970. As propagandas de marcas de açúcar, Relatórios das diretorias de usinas com produção, gastos e rendimentos, matérias relacionadas a produção açucareira local e as impressões sobre o mesmo produto no cenário nacional e internacional, são mais frequentes durante a década de 1970. Tendo em vista que parte destas publicações eram condicionadas pelo pagamento de um valor por parte das usinas aos jornais, nota-se que a participação do dinheiro dessas empresas nos meios de produção e circulação do jornal aumentou significativamente no período em que o papel das usinas se tornava mais expressivo no cenário econômico do estado. Pelo menos entre os anos de 1973 e 1974 a propaganda do açúcar Leão, produzido na Usina Central Leão, passou a ocupar um lugar de destaque nas primeiras páginas das edições do Jornal de Alagoas. Sempre posicionada no Cabeçalho, à esquerda do título do Jornal. A propaganda do açúcar Leão era apenas a primeira dentre muitas chamadas que aludiam à produção açucareira no jornal.

A introdução de um espaço intitulado Coluna do Açúcar, assim como de uma série de matérias publicadas, quase que diariamente, fazendo referência direta e indireta à produção açucareira, reflete o papel que a agroindústria canavieira assumia em Alagoas naquele momento. Nas matérias relacionadas à produção agrícola, fica claro a preocupação em modernizar e expandir a área cultivada apoiando-se em ideais de progresso e desenvolvimento. Em matéria de 1973, o jornal discorre sobre o processo de modernização da

agricultura no Brasil: “A modernização da agricultura brasileira, sobretudo com a recuperação de diversas áreas consideradas de excelente qualidade, é o caminho que deveremos continuar trilhando, certos de que será ele o caminho da prosperidade. ” (JORNAL DE ALAGOAS, 13/11/1973, p.4). Mesmo quando a agricultura é tratada de um ponto de vista genérico, percebe-se que a monocultura canavieira sobressai como representante desta agricultura moderna e desenvolvimentista na qual se deposita a confiança da prosperidade econômica. Afinal, em Alagoas, nenhum outro ramo da agricultura cresceu tanto quanto a canavieira na segunda metade do século XX, foi também a cana de açúcar o único produto beneficiado com a recuperação da área dos tabuleiros e sua adaptação para a agricultura a partir da década de 1950. Ou seja, falar de progresso através da agricultura, naquele momento, era reportar à atividade canavieira que se expandia através de meios que não foram estendidos a outras culturas.

No início da década de 1970, durante o governo de Afrânio Lages, algumas medidas visando o aumento da produção agrícola de gêneros alimentícios foram tomadas. O Jornal de Serviço, claramente empenhado em propagar as obras do governador, divulgou amplamente o programa de revenda de sementes a preço de custo empreendido pelo governo do estado.

A Secretaria de Agricultura de Alagoas informou, que já tem assegurada para a presente safra, uma reserva de quatrocentos e dez toneladas de sementes selecionadas de algodão, arroz, feijão, milho, soja e sorgo, que serão revendidas aos agricultores do estado.

A Sudene firmou convenio com o Estado de Alagoas envolvendo recursos da ordem de duzentos e oitenta mil cruzeiros, destinados a aquisição de sementes selecionadas de feijão, arroz e milho. (JORNAL DE SERVIÇOS, 11/02 a 18/02/74, p. 4).

As medidas, somadas a incidência de chuvas em Alagoas naquele período, parece ter contribuído para o aumento da produção de arroz, feijão e milho, por exemplo. Porém, percebe-se através de matérias do mesmo jornal que os espaços destinados ao cultivo desses gêneros ficavam fora do complexo canavieiro, no Sertão e no Vale do São Francisco, o que contribuiu para a polarização da produção no estado, reservando a zona da mata para os canaviais.

Os valores dos investimentos empregados na monocultura canavieira, de um lado, e nas demais culturas, de outro, evidenciam o cenário de apostas na cana de açúcar por parte dos governos estadual e federal. Uma semana antes da matéria citada, o mesmo jornal havia publicado um pequeno informe na eclética coluna *Flagrantes de Alagoas*, no qual anunciava a aplicação de recursos “na ordem de quatro milhões de cruzeiros” para combate da cigarrinha

nos canaviais alagoanos (JORNAL DE SERVIÇOS, 04/02 a 11/02/74, p. 4). Deste modo, o valor destinado apenas para o controle de uma praga dos canaviais era 14 vezes superior àquele destinado à compra de sementes de gêneros alimentícios para revenda.

A expansão da indústria canavieira dificilmente seria possível sem a ampla proteção financeira oferecida pelo Estado. De acordo com Carvalho (2009, p. 6), em Alagoas, o setor foi estruturado e manteve-se “sob um modelo fortemente amparado pelo Estado”. Através do IAA, foi facilitado o acesso de industriais e fornecedores à incentivos fiscais e financeiros visando a modernização do setor e aumento na produtividade. Os bancos públicos, sobretudo o Banco do Brasil, desempenharam papel crucial na concessão de créditos que viabilizassem o projeto de expansão e modernização da agroindústria canavieira alagoana. Não obstante, as propagandas de bancos que reportavam à investimentos na agricultura, evidenciam que essa agricultura beneficiada era, sobretudo, aquela que gerava exportáveis. No caso específico de Alagoas, era a da cana de açúcar.

Em propaganda do Banco do Brasil, veiculada pelo Jornal de Alagoas em 1974, essa sintetização da agricultura como monocultura canavieira fica bastante evidente. Com o título “Plante cana e assovie ao mesmo tempo”, a propaganda oferecia créditos para investimentos na agricultura de um modo geral, ainda assim a cana de açúcar é apresentada como uma espécie de produto agrícola modelo.

No Banco do Brasil você resolve o problema de sua lavoura. E o seu problema pessoal. Com a mesma facilidade com que obtém financiamento (para adquirir fertilizantes, máquinas ou implementos) você obtém um empréstimo pessoal. Seja qual for a sua lavoura, o Banco do Brasil mantém um programa permanente de assistência à sua disposição. Use o Banco do Brasil. E você vai plantar mais. Plantar melhor. E assoviar de alegria. Tudo isso ao mesmo tempo (JORNAL DE ALAGOAS, 15 ago. 1974, p. 5).

Ainda que o banco se coloque a disposição de todos os agricultores, independente do produto cultivado, a cana aparece como síntese dos produtos agrícolas para os quais os créditos eram destinados. Além do título, que faz um trocadilho entre as facilidades para a concessão de créditos e um conhecido ditado popular¹, a figura associada à propaganda representava um instrumento musical de sopro, possivelmente um pífano, confeccionado em gomos de cana.

¹ Em algumas regiões do país, quando alguém tenta fazer duas coisas inconciliáveis ao mesmo tempo, diz-se que a tentativa é o equivalente a “assoviar e chupar cana ao mesmo tempo”. Deste modo, a propaganda procura transmitir a mensagem de que, ainda que não seja possível assoviar e chupar cana ao mesmo tempo, é amplamente possível assoviar, elemento que reporta ao estado de tranquilidade, e plantar cana, desde que se recorra aos créditos que o banco oferece.

Esta, entre outras propagandas chamam atenção para o grande empenho do Estado em estimular através de créditos bancários a modernização do parque canavieiro. Para Fonseca (1945, p. 48), já na década de 1940, os incentivos financeiros fornecidos pelo Estado, e intermediado pelo IAA, para estimular a modernização das usinas eram tão vantajosos à quem os adquirisse, que “levando-se em conta os índices inflacionários dos últimos três anos, pode-se notar que as taxas de juros adotadas tornam-se negativas”. No curso dessa pesquisa, não foi identificado nenhum elemento que aponte a concessão de benefícios semelhantes para o desenvolvimento de outro ramo da agricultura em Alagoas.

O entusiasmo com que a atividade canvieira é apresentada nos jornais alagoanos reflete um cenário de apostas no setor por parte do Estado, que tinha na modernização da agricultura e industrialização, sobretudo de exportáveis, uma das bases do programa desenvolvimentista ao qual o governo militar buscou se associar. Nos jornais analisados, foram notadas as impressões de entusiastas do desenvolvimento canvieiro², os esforços do Estado em promover a modernização no setor, a predisposição das instituições financeiras em oferecer subsídios para melhorias no campo e na indústria. No entanto, esteve ausente as transformações às quais estavam sendo submetidas as populações no entorno da zona açucareira em expansão.

Enquanto o jornal Folha de São Paulo tratava de temas sensíveis, como greves de trabalhadores rurais canvieiros e preocupações com a tomada do espaço de produção de alimentos pelos canaviais, os jornais alagoanos analisados, no mesmo período, insistiam em associar a expansão da monocultura canvieira às expectativas de progresso e desenvolvimento. Dentre os impactos sociais, fruto da intensificação da produção canvieira, é possível destacar o êxodo rural e as condições com que o contingente expropriado do campo passou a morar nas zonas urbanas que se desenvolveram em torno das usinas (HERÉDIA, 1988). A omissão dessa temática nos jornais de Alagoas pode ser explicada, em parte, pelo vínculo que esses jornais possuíam com as usinas, as quais, como clientes, representavam uma parcela significativa dos lucros dos jornais através das constantes propagandas, prestações de contas e avisos.

O papel dos fornecedores de cana através dos boletins da ASPLANA

² Neste sentido, chama a atenção, inclusive, a apresentação de resultados de pesquisas científicas apresentando os benefícios do açúcar para a saúde, afim de estimular o seu consumo.

Neste processo de expansão da agroindústria canavieira, chama a atenção o papel assumido pelos fornecedores de cana. Diante do crescimento da importância das usinas, e conseqüentemente dos usineiros, essa categoria, composta, sobretudo, por antigos senhores de engenhos, se associou já em 1942 com o claro intuito de defender seus interesses diante do quadro de reestruturação da pirâmide social, na qual os usineiros passaram a ocupar o topo. Os números do Boletim Técnico Informativo da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas permitem o desenvolvimento de um discurso em torno dos anseios e pontos de vista dessa categoria, interposta entre os usineiros e os demais agentes envolvidos no cultivo e processamento da cana de açúcar.

Ao tentar descrever a visão que o órgão tinha sobre o fornecedor de cana e seu papel crucial no desenvolvimento da atividade canavieira, foi publicado em 1977, no periódico, um texto intitulado “Dia-a-dia do fornecedor de cana”, no qual o fornecedor é apresentado como uma espécie de mártir da economia canavieira.

Aí está um cidadão que nasceu para sofrer. Vítima de injustiças e incompreensões. Um atleta na diuturna corrida de obstáculos que enfrenta a cada instante. Um colecionador de frustrações. Um pescador de miragens.

Administrador. Sociólogo. Economista. Relações Públicas. Sacerdote. Executivo. Matemático. Psicólogo. O fornecedor de cana é, antes de tudo, um acrobata de talentos polivalentes. Um faz tudo. É um otimista (LYRA, dez. 1977, p. 5)

Percebe-se que a primeira parte do enunciado lembra ao leitor desavisado uma alusão aos trabalhadores envolvidos na labuta dos canaviais, como os cortadores de cana. Essa era, possivelmente, uma das imagens apresentadas pelos fornecedores no momento de cobrar benefícios em relação aos usineiros, ou de justificar-se aos subalternos diante de eventuais cobranças por melhores salários ou condições de trabalho.

Além da autoimagem dos fornecedores, a análise desses periódicos permitiu a percepção de um clima desconfortável estabelecido entre os produtores de cana nordestinos e a imprensa do Sudeste. Na matéria “Imprensa desinformada” (ASPLANA, dez. 1977, p. 5), entre outras, a ASPLANA rebate a crítica feita pelo jornal Estado de São Paulo e pela revista Veja, através da qual estes órgãos atribuíam a crise vigente no setor sucroalcooleiro à irresponsabilidade dos produtores nordestinos. Ao isentar os fornecedores e usineiros de qualquer culpa, a ASPLANA repassou-a para o IAA, e mesmo para o setor mecânico instalado no Sudeste, apontando-o como responsável por parte do endividamento dos produtores nordestinos que adquiriam empréstimos para comprar os produtos fornecidos por São Paulo, por exemplo. Como o açúcar não conseguia preços favoráveis, o Sudeste saía

como único beneficiário dos investimentos para modernização e ampliação do parque produtor nordestino. Este aspecto chama atenção para a dinâmica da indústria açucareira no Sudeste, onde o setor mecânico buscou acompanhar o desenvolvimento das usinas fornecendo peças para a própria região e para o Nordeste.

É certo que não se pode mensurar o alcance desses boletins mensais da ASPLANA, ainda assim, se atentarmos para o fato de que grande parte dos fornecedores era composta por antigos senhores de engenhos, devemos levar em conta que o grau de proximidade entre esses fornecedores e os trabalhadores do setor canavieiro, sobretudo os trabalhadores rurais, ainda se mantinha em certo grau semelhante à relação entre senhores de engenho e seus trabalhadores. Afinal, a comunicação entre senhores de engenhos, seus subordinados e/ou pequenos produtores próximos se dava de forma direta, e, a presença destes senhores no cotidiano local se manifestava nos elementos mais emblemáticos das comunidades em torno dos engenhos (HERÉDIA, 1988). Deste modo, os referidos boletins não representavam apenas o veículo dos pontos de vistas dos fornecedores, mas também uma síntese da imagem que esses fornecedores já construíam sobre si mesmo no meio rural, através da relação direta com outros seguimentos da sociedade envolvidos de alguma forma com o setor canavieiro.

Considerações finais

A visão apresentada nas fontes consultadas sobre o desenvolvimento da atividade canavieira em Alagoas reflete apenas as impressões de parte dos grupos envolvidos, como os grupos políticos, associações de classe, patrocinadores, etc. Ainda assim, a ausência de uma discussão acerca dos problemas sociais relacionados a esse processo chama atenção para o quadro de dependência em relação à cana de açúcar ao qual o estado de Alagoas se submetera. Ainda que esses grupos, com direito à fala através da imprensa local, se dignassem em perceber os problemas enfrentados por trabalhadores insatisfeitos e populações deslocadas, naquele período, o sacrifício do espaço físico e das populações era feito “em nome do desenvolvimento e do fortalecimento do sistema capitalista” (ANDRADE, 1994, 43). A intensidade e/ou ausência com que certos temas são apresentados pela imprensa tem muito a dizer sobre o contexto histórico em que tais fontes foram produzidas.

A utilização do material produzido e divulgado pela imprensa mostra-se claramente útil ao estudo do desenvolvimento da agroindústria canavieira em Alagoas. Porém, faz-se necessário uma crítica profunda quanto o perfil de quem produziu e divulgou, assim como o público alvo. Além de apontar para o interesse de difusão de uma ideia, ou conjunto de ideias,

as fontes exploradas podem representar a síntese de um conjunto de opiniões já difundida por outros meios, como as relações diretas entre pessoas e grupos.

Referências bibliográficas

ASPLANA. Imprensa desinformada. **Asplana**, Boletim Técnico Informativo, Maceió, n. 8, dez. 1977, p. 5.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

_____. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seus impactos ecológicos e sociais**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº1.186, de 27 de agosto de 1971**. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. Brasília, 27 de agosto de 1971.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo:Contexto/Edusp, 1988.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2009.

DIEGUES JUNIOR, Manoel. **O banguê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

FONSECA, Augusto César da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. **Brasil Açucareiro**, ano 44, v. 86, n. 4, outubro de 1975, p. 41-51.

HERÉDIA, Beatriz A. de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988.

HERÉDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **RBCS**, v. 25, n. 74, 2010.

JORNAL DE ALAGOAS. Modernização da agricultura. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 13/11/1973.

_____. Plante cana e assovie ao mesmo tempo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 15/08/1974.

JORNAL DE SERVIÇOS. Flagrantes de Alagoas. **Jornal de Serviços**, Maceió, 04/02 a 11/02/1974.

_____. Flagrantes de Alagoas. **Jornal de Serviços**, Maceió, 11/02 a 18/02/1974.

LYRA, Mário. Dia-a-dia do fornecedor de cana. **ASPLANA**, Boletim Técnico Informativo. Maceió, n. 8, dez. 1977, p. 5.

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970.

SILVA, Fábio Barbosa da. **Entre o Vale e os Tabuleiros: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970)**. 2016. 113 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2016.

SZMRECSÁNYIE, T.; MOREIRA, E.P. O desenvolvimento da agricultura canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**. v. 11, n. 5, 1991.

Balé e Imprensa: uma possibilidade de estudo

Franciara Sharon Silva do Carmo

Mestre em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

franciarasharon@hotmail.com

Resumo: O trabalho submetido é um apanhado das conclusões da pesquisa ao qual me debrucei durante o mestrado e a qual gerou a dissertação “*Giselle – O Ballet por trás das cortinas.*” O Ballet teve seu ápice durante sua época romântica iniciada em 1831, uma das últimas artes a adentrar no movimento, porém este período foi extremamente frutífero. Em 1841, o que é considerado até hoje a obra prima do ballet romântico, *Giselle* estreou nos palcos. Théophile Gautier, poeta e crítico de arte e dança, inspirou-se em uma passagem da obra *De l’Allemagne* do poeta Heinrich Heine, em que se é contada a lenda das Wilis. Teve-se como objetivo colocar em discussão como foi o seu diálogo com a sociedade deste período. A Biblioteca Nacional da França, por meio do website *Gallica*, disponibilizou online grande parte da sua documentação, dentre os arquivos estão jornais, revistas e folhetins, os quais foram utilizados para o desenvolvimento do trabalho. Foram trabalhados jornais parisienses publicados entre o período de 5 de abril de 1841, dia que o qual foi divulgado o início da montagem do balé, até o final do ano em questão, tendo em vista que sua estreia fora a 28 de junho e permaneceu em cartaz durante um longo período, o intuito de analisar este período de nove meses foi verificar quais foram as primeiras reações que este balé gerou. Também se foi levantadas matérias que faziam propaganda do balé, críticas e matérias que se vinculem ou façam referência ao mesmo. O Romantismo foi um movimento que influenciou todas as artes e também a sociedade, o balé *Giselle*, influenciou a moda e o cotidiano burguês, a proposta foi colocar em discussão a importância dessa arte para a sociedade e até que ponto uma influenciou a outra. É importante frisar que o que consideramos como crítica moderna nasce na França do século XIX, sob a luz do romantismo, temos que destacar alguns elementos, tais quais, Théophile Gautier foi um influente literato do período romântico, além de trabalhar como folhetinista do jornal *La Presse*, foi um importante crítico de arte, e chegou a trabalhar com alguns balés em suas críticas. Também é necessário destacar que neste período não havia críticos de dança especializados, desta forma as pessoas as quais faziam críticas de dança poderiam ser admiradores de arte, ou artistas.

Palavras-chave: Balé, Dança, Arte, Imprensa, História.

O Balé *Giselle* foi apresentado ao público pela primeira vez na *Ópera de Paris*, em 1841, desde sua estreia é considerado uma obra prima do balé romântico. A dissertação que inspirou este trabalho propõe uma análise que reflete a relação deste balé com a sociedade francesa, através de matérias publicadas em jornais, folhetins e revistas, durante os nove meses posteriores a primeira divulgação do balé. O Ballet foi uma arte relegada a ser apresentada juntamente com apresentações de ópera, entretanto teve seu ápice durante sua época romântica iniciada em 1831. Foi uma das últimas artes a adentrar no movimento, porém teve grande influência na sociedade burguesa deste período. Durante o século XIX a estrutura

do ballet clássico é modificada onde houve uma consolidação no cenário francês, onde são criadas escolas específicas para o ensino da técnica desta dança. A Ópera de Paris foi um grande incentivador do balé, sua escola formava inúmeros bailarinos e os melhores dançavam em seu palco, a dança francesa influenciava toda Europa. Neste contexto é interessante analisar como *Giselle* contribuiu para a consolidação do romantismo no balé francês.

O sucesso do Balé foi tão grande que *Giselle* se tornou um apelo publicitário: um modista parisiense lançou uma flor artificial batizada com seu nome. Um fabricante inventou um tecido estampado, ‘ tecido sedoso, gracioso como a senhoria Carlotta Grisi; sob suas feições, surgiu para nós a ninfa Giselle. ’ (Journal des Femmes, outubro de 1841). (BOURCIER, 1987, p.208)

Para melhor entendimento do trabalho é necessário uma breve contextualização. O Ballet teve seu ápice durante sua época romântica iniciada em 1831, uma das últimas artes a adentrar no movimento, porém este período foi extremamente frutífero. Teve-se como objetivo colocar em discussão como foi o seu diálogo com a sociedade deste período. Durante o século XIX a estrutura do balé é modificada e a partir deste período podemos notar sua consolidação no cenário francês, são criadas escolas específicas para o ensino da técnica desta arte. Neste período há uma mudança de no que diz respeito às fontes de inspiração, se antes o balé seguia o que a ópera pedia, neste momento ele poderia ser influenciado por demais temas, logo, “vão procurar novas emoções no desarraigamento, nas literaturas estrangeiras: o fantástico de Byron, o férico medieval de Walter Scott, os encantos brumosos da poesia alemã são mais conformes à sensibilidade da época.” (BOURCIER, 1987, p. 200). A Ópera investiu em vários ballet deste gênero, mas somente em 1841, o que é considerado até hoje a obra prima do ballet romântico, *Giselle* estreou nos palcos. Théophile Gautier, poeta e crítico de arte e dança, inspirou-se em uma passagem da obra *De l’Allemagne* do poeta Heinrich Heine, em que se é contada a lenda das Wilis, e escreve para a bailarina, Carlota Grissi, a história do repertório. “É importante destacar que neste período o balé era feito para a estrela e não ao contrário.” (BOURCIER, 1987, p.205). *Giselle* foi um desses casos, o autor da história Théophile Gautier era apaixonado por Carlota e o coreógrafo de suas variações era o seu então marido, Jules Perrot.

Além de entender como se deu a produção e o contexto que este ballet foi escrito o principal intuito foi analisar a repercussão do repertório *Giselle* no período de sua estreia. Os jornais sempre foram grandes aliados da pesquisa histórica, foram trabalhados jornais parisienses publicados entre o período de 5 de abril de 1841, dia que o qual foi divulgado o

início da montagem do balé, até o final do ano em questão, tendo em vista que sua estreia fora a 28 de junho e permaneceu em cartaz durante um longo período, o intuito de analisar somente este período de nove meses, é que assim foi possível analisar as primeiras reações que este balé gerou. Conseguimos levantar matérias que fizeram propagandas do balé, críticas e matérias que se vincularam de alguma forma ao mesmo. O Romantismo foi um movimento que influenciou todas as artes e também a sociedade, com a citação inicial podemos ver que o balé *Giselle* e sua bailarina principal Carlota Grisi, influenciaram a moda e o cotidiano burguês, a proposta foi sempre colocar em discussão a importância dessa arte de palco para a sociedade e até que ponto uma influenciou a outra.

Para George Balanchine:

Assim como Hamlet, *Giselle* é um clássico: não é apenas importante historicamente, também é bom (...). Pessoas vão assistir *Giselle* e bailarinas representando-a, pela mesma razão que vão assistir a novas representações de Hamlet: o trabalho é tão bom, que sempre descobrimos algo que não havíamos visto antes. (BALANCHINE, 1975, p.193)

Balanchine compara *Giselle* a um clássico da literatura e do teatro, o que os mesmos podem ter em comum além de pertencerem às artes de palco é que ambos são considerados historicamente importantes. *Giselle* continua sendo o principal repertório representante do movimento romântico, o mesmo é reencenado amplamente por todas as grandes companhias de dança e suas melhores bailarinas. O bailarino fala da importância histórica, para que este objetivo fosse possível de se realizar foi necessário entender esta importância para a sociedade francesa do período e até que ponto a mesma participou para a solidificação deste repertório como principal representante do balé no movimento romântico.

Os estudos acerca do balé e seus reflexos sobre a sociedade ainda são sucintos, todavia foi usada as vertentes historiográficas da História da Imprensa e da História da Arte como um viés de apoio e entendimento das artes em geral e do contexto em que estavam sendo publicados tais materiais, no que condiz com o Romantismo, utilizamos o viés da arte para entender este movimento para assim pontuá-lo com esse estilo no balé. Entender elementos do romantismo nas artes em geral pode contribuir para avaliar os reflexos do mesmo no balé, tendo em vista seu considerado atraso a adentrar no movimento, ocorrendo apenas em 1831, e sua principal obra sendo apresentada em 1841, como esse cenário romântico pôde influir no repertório de *Giselle*. Vez que a história que é contada é a parte central do balé, é dedicamos uma parte do trabalho inteira para também entender e compreender sua produção, foi necessário abordar os assuntos referentes à sua criação em termos gerais, que em parte

podemos constatar que foi uma das explicações da repercussão do mesmo.

A crítica pode contribuir com o sucesso ou o fracasso de qualquer produto, desta forma a análise da mesma foi necessária para também nos ajudar a compreender o que se era esperado para este balé e se este requisito fora atendido, a opinião crítica pode influenciar o público, já sabemos que o balé se perpetuou, mas como se deu isto, é um dos pontos altos do trabalho. Os jornais são amplamente usados na pesquisa histórica e as críticas das artes nos dão uma perspectiva da opinião pública, foi desenvolvido neste meio o viés principal da pesquisa. Outra produção que pode contribuir para o desenvolvimento foram as diversas propagandas que se vincularam com o balé *Giselle* e na sua primeira bailarina Carlota Grisi, pela citação inicial do trabalho podemos ver que houve a criação de produtos que se inspiraram em *Giselle*, ao levarmos em consideração este apelo comercial foi possível partir para premissa que havia uma demanda a qual este produto poderia atender. Foi feito um levantamento dos primeiros produtos criados, a partir do bale.

Ao contrário, algumas publicidades do perfume Chanel nº5 justapunham o perfume a atriz Catherine Deuveve. Seu encanto faz quase que desaparecer o produto, encorajando espectadoras do sexo feminino a identificar-se com ela e seguir o seu exemplo. (Burke, 2004, p.118)

Burke nos traz a questão da identificação para a propaganda, porém isso só é possível quando há um objeto a qual as pessoas querem se inspirar, a ninfa *Giselle* se transformou em sinônimo de delicadeza e pureza a qual poderia influenciar pessoas da época? Há possibilidade de mapear outros produtos ou propagandas os quais usam *Giselle* como ponto de referência? Essas são outras questões as quais o trabalho buscou também responder.

A ideia para o trabalho surgiu após a leitura do livro *História da Dança no Ocidente* de Paul Bourcier, o qual abarca de forma concisa as principais questões da dança ao longo da sua história, desde suas primeiras manifestações há mais de quinze mil anos e suas evoluções, tendo como fonte o que o autor chama de uma documentação rigorosamente controlada. Paul Bourcier foi um historiador e professor de História da Dança da Universidade de Paris e esta obra é considerada uma obra substancial sobre o tema, desde sua publicação em 1987, traduzida para o português neste período, porém passou por uma reedição em 2001 e outra em 2011.

“Com essas novas edições, também podemos verificar um crescente interesse pelo tema, vez que há uma maior produção sobre a história do corpo a partir dos anos 1980.” (BURKE, 2008, p. 95). Após os anos dois mil há a criação de diversos cursos

profissionalizantes de danças e até mesmo o bacharelado e a licenciatura em instituições públicas e privadas brasileiras. Podemos notar que há uma institucionalização da dança no país, sendo assim cursos os quais tem história da dança em sua grade, que inclusive utilizam este livro como bibliografia base. A dança que tem maior ênfase em todo o livro é o balé e podemos notar no capítulo *A dança Romântica*, que muitas das bases fundamentais do balé que ainda hoje são trabalhadas nos estúdios de dança, foram aqui fundadas e desta forma consolidadas. Neste contexto uma das intenções principais deste trabalho é trazer novas questões para o estudo da História da Dança, que pode ser relevante para as três áreas (História, Arte e Dança) o resultado deste estudo.

Paris durante o século XIX foi o berço das artes, artistas de diversas especialidades e locais iam para as escolas francesas aprenderem suas técnicas, e ao voltar para seu local de origem ali disseminavam o método francês, com o balé não foi diferente. A *Ópera de Paris* contava com uma escola de dança e um forte corpo de balé, os melhores bailarinos europeus dançavam em seu palco. Mestres de balé formados saíam da escola francesa e seus respectivos alunos, ou também podendo ser os próprios bailarinos que após sair da *Ópera de Paris*, iam para outros palcos importantes levando consigo toda a sua bagagem de repertórios do estilo. Neste contexto a técnica francesa se expande, perpetuando cada vez mais o estilo.

Se no contexto Europeu o balé é importante, foi interessante analisar também o quanto importante o mesmo foi para a sociedade a qual ele estava inserido. Como esta sociedade se relacionava com este tipo de arte, como eram as críticas feitas em cima dela e como foi a publicidade em relação ao balé são perguntas pertinentes que esse trabalho têm em sua essência. Outras formas de arte, plásticas, literárias e teatrais, já tiveram tipos de estudos como este direcionado para elas, desta forma será interessante analisar o balé neste âmbito. É interessante destacar que este estudo contribui para construção de uma bibliografia em português sobre este tema. Deste balé já se foi explorado a área coreográfica, musical e a história de seu repertório, esta questão fora dos palcos gera resultados interessantes, que pode contribuir para uma releitura destas áreas, pois cada vez mais é cobrado dos profissionais da dança um arcabouço teórico e metodológico, o qual a história pode contribuir.

Sobretudo o tema foi viável de ser estudado, pois o *Arquivo Online Gallica da Biblioteca Nacional Francesa (BNF)* possui materiais disponibilizados que contribuíram para a pesquisa, dentre eles jornais, folhetins e revistas do século XIX, dos quais 16 títulos deste acervo foram utilizados na pesquisa. Vale ressaltar que o objetivo principal deste trabalho é analisar, através do estudo das críticas e propagandas referentes ao balé *Giselle*, o impacto

que o mesmo possuiu para a sociedade francesa na época de sua estreia, em 1841. E por consequência a análise traz outras questões como: compreensão do meio social em que o balé foi escrito e a história que o mesmo veio a apresentar. Trazer em voga as propagandas vinculadas ao balé e a importância social de tais produtos. E a análise da consolidação de *Giselle* como uma principal obra do balé romântico.

Foram filtrados os arquivos que possuem citação ao balé *Giselle* e a sua protagonista Carlota Grisi, é importante frisar que neste período o balé era escrito para a bailarina, para a leveza que a mesma possuía. Desta forma temos uma ligação balé- bailarina que contribuiu com as fontes primárias. Após filtrar as fontes que possuem essas citações, foram discernidas as que possuem data de publicação entre abril e dezembro de 1841, sendo abril o mês que o balé foi anunciado e os meses subsequentes os quais a *Ópera* poderia divulgar o espetáculo, os críticos recepcionariam e haveria maior reação do público, inclusive o apelo comercial como o qual esse projeto se iniciou. Também foi uma etapa do trabalho traduzir essas informações, também é interessante pensar que a partir daqui pode se fazer uma construção de um anexo com esse material, tendo em vista que não há algo semelhante a este trabalho em português.

É importante frisar que o que consideramos como crítica moderna nasce na França do século XIX, sob a luz do romantismo, desta forma temos que destacar alguns elementos, tais quais: Théophile Gautier foi um influente literato do período romântico, além de trabalhar como folhetinista do jornal *La Presse*, foi um importante crítico de arte, e chegou a trabalhar com alguns balés em suas críticas, desta forma o mesmo pode ter sido influenciado por obras do período ao escrever sua obra prima. Em segundo lugar é necessário destacar que neste período não havia críticos de dança especializados, o balé era uma arte nova, desta forma as pessoas as quais faziam críticas de dança poderiam ser admiradores de arte, ou artistas de diversas áreas. No início do trabalho pensamos em uma rede de conexão destes balés e até mesmo do literato para averiguar quais elementos estavam em voga no período e quais Gautier pode ter usado em sua obra. Além disso, a crítica de arte irá avaliar tecnicamente a composição geral do repertório, esta análise contribui trazendo um dos motivos pelos quais o balé conseguiu se consolidar como uma obra prima do balé romântico. Em outro momento as propagandas contribuíram para o estudo de forma a qual nos mostra em parte como a sociedade reagiu ao balé, e de outro lado, as propagandas relacionadas à *Ópera* nos trás a importância que a mesma deu ao seu balé, o apelo ao público. As propagandas que de alguma forma referenciavam *Giselle*, trazem um apelo comercial, e quando o mesmo existia, também

havia um público que se identificava e seria influenciado por tal. Estas fontes são importantes em determinadas situações que o trabalho nos trouxe para que assim fosse possível responder as questões que este trabalho visou deste seu projeto.

Para realização do trabalho fez-se necessário um levantamento bibliográfico como suporte para desenvolvimento e enriquecimento do tema, sendo assim alguns autores da área da dança foram de vital importância na bibliografia, pois a partir deles o tema começou a ser desenvolvido, dentre eles temos Paul Bourcier que trabalha em seu livro *A História da dança no ocidente* a dança ainda de forma evolutiva. Como um dos principais autores da área Bourcier faz um levantamento dos principais dados e fatos da dança ocidental e faz comparações de como esses fatos foram importantes para a construção do cenário que vemos hoje. *Histórias dos grandes Ballets* de George Balanchine & Francis Mason. Balanchine criou seu próprio método de estudo e ensino da dança clássica, para ele *Giselle* foi o balé mais importante criado no período romântico e a emoção passada transcende as décadas, sua obra trabalha o libreto dos balés e o passo a passo coreográfico e cênico em um viés crítico. Ambos dedicaram sua vida a melhorar o ensino da dança e deixaram um legado extenso em suas respectivas áreas. Além disso, verificou-se a bibliografia sobre a arte romântica, as abordagens referentes ao balé e, sobretudo, sua relação com a sociedade.

Referências Bibliográficas

- BALANCHINE, George. **101 stories of the great ballets**. New York: Anchor Books, 1989.
- BOURCIER, Paul. **História da Dança no Ocidente**. 2ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

O Pobre: As representações da pobreza na imprensa de Juiz de Fora em fins do século XIX

Iolanda Chaves
Mestranda em História
UFRJ
iochavesferreira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como principal objeto de análise o jornal juizforano *O Pobre*, propriedade da União Catholica Pão de Santo Antônio. A intenção desse estudo é buscar compreender através do periódico qual percepção da pobreza está presente e sendo veiculada, percebendo principalmente o posicionamento cristão referente a essas questões que a permeiam, e observar como acontecem no município as dinâmicas de caridade e filantropia. É importante atentar para o contexto em que o jornal é publicado: cidade de Juiz de Fora anos 1899 e 1900, momento em que o município passava por um processo de acumulação de capitais, promovendo uma salutar expansão socioeconômica, resultando em um projeto de modernização, como vinha ocorrendo em outras localidades, como São Paulo, e a capital, Rio de Janeiro. Sendo assim, os setores políticos e economicamente mais distintos passam a se preocupar não somente com as reformas modernizadoras do espaço urbano, mas também com as consequências desse rápido e desordenado processo de crescimento que agravaram o desemprego, a criminalidade e a miséria na região. Busca-se entender a partir desse jornal, que é uma parte de um conjunto de fontes, como são construídas as representações da pobreza na imprensa juiz-forana, e como isso nos possibilita entender em parte as nuances e complexidades da pobreza no município, bem como as ressonâncias desse processo em um sentido mais amplo, ou seja, como os setores marginalizados são representados em uma escala maior, e qual o significado disso em termos sócio-políticos.

Palavras-chave: Pobreza, imprensa, caridade.

A “Princesa de Minas” quer civilizar-se: modernidade e pobreza em Juiz de Fora

A iniciativa modernizadora que se intensificou no Brasil a partir do período republicano possui características muito próprias acerca do que, naquele momento, era ou não moderno, as inovações que deveriam ser feitas e preconizadas, bem como o que não poderia ser mais aceito e até mesmo as práticas e condutas que teriam de ser abandonadas. No plano prático, esses parâmetros se manifestaram de forma contundente no discurso oficial da República, como também nos setores políticos e empresariais locais das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e compõem duas frentes principais em que se apoiou esse processo de modernização no país: o reordenamento do espaço urbano dentro dos moldes e parâmetros modernos; e o empreendimento sanitário, que pretendia higienizar não apenas as cidades enquanto espaço físico, mas trazia consigo valores de higienização sócio-moral.

A remodelação das cidades, sobretudo nas grandes capitais, provocou intensas mudanças não só na malha urbana, como também no cotidiano e no estilo de vida dos seus habitantes. Contudo, essa nova configuração que se espalhava pelas cidades contava com um forte apelo estético das novas construções e normatização do espaço urbano. Por outro lado, essa modernidade “à brasileira” era carente em políticas públicas em termos de cidadania, saúde, assistência e organização social, em termos mais gerais.

A cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais é um exemplo oportuno de município de médio porte que aderiu ao discurso da modernidade, tendo promovido intervenções no espaço urbano, medidas sanitárias e intercedeu através dos aparatos legais e legislativos que lhe competiam a favor de uma nova ética trabalhista e educacional, correspondentes a essa nova “fase” do país. Em uma coluna do periódico *O Pharol* no ano de 1890, que discutia sobre a possibilidade de ser ali construída uma universidade, Ambrósio Vieira Braga, prefeito do município entre 1898 e 1900, exalta esse caráter moderno declarando que a

localidade de clima invejável, oferecendo todas as comodidades e confortos da vida moderna, a cidade de Juiz de Fora, pelos seus progressos, adiantamento e população já densa parece-me ser aquela, neste Estado, que reúne as condições de preferência...

A historiografia produzida sobre Minas Gerais remonta principalmente ao século XVIII e ao período minerador, se estendendo até o momento em que a atividade entra em crise, resultando conseqüentemente em uma decadência econômica expressiva em toda a capitania. Essa abordagem foi sendo repensada, e novos caminhos historiográficos no fim do século XX questionam essa ideia de estagnação econômica no fim do século XVIII e início do XIX abrindo espaço para a ideia do desenvolvimento de uma economia que se adaptou e internamente se tornou dinâmica e mercantilizada (PINTO, 2008, p. 7), permitindo que novas regiões intensificassem seu sistema produtivo. O surgimento da Vila de Santo Antônio do Paraíbuna, e em 1856, elevada a categoria de cidade, Juiz de Fora, é parte importante dessa economia interna e diversificada na Zona da Mata mineira.

Sonia Regina Miranda identifica duas vias de expansão do município, que mais tarde, já nas últimas décadas do século XIX, permitiu um processo endógeno de acumulação de capitais que viabilizaram o investimento em industrialização: a primeira delas, nas primeiras décadas do século XIX, com a ocorrência da expansão das áreas cultiváveis da Zona da Mata, logo, nos arredores da então vila, que lentamente se converte de entreposto comercial e zona de abastecimento em polo cafeeiro a partir da tríade – disponibilidade de terras, oferta de mão-de-obra escrava e preço do café – possibilitando que a vila fosse elevada já na metade do

século à categoria de cidade; a segunda via, decursiva da primeira, que contribuiu na ampliação de espaços e atividades que apresentam Juiz de Fora como o *locus* de novas atividades e investimentos, ainda que originalmente vinculados a uma base agropecuária (MIRANDA, 1990, p. 90). Essa dinamização do núcleo urbano junto ao desenvolvimento de uma estrutura administrativa e policial, através da aparelhagem do fórum e da cadeia municipal, estruturam as atividades de controle e normatização do espaço e da população serviram de assento para que fosse garantido o estatuto de cidade em 1856. A partir desse momento os investimentos podiam ser realizados independentemente da propriedade fundiária e se apresentar de formas diferenciadas em relação ao espaço urbano e rural. Nesse sentido, a autora entende que partindo dessa dinâmica as relações de propriedade no espaço urbano se tornam mais complexas, acompanhando o fluxo nacional suscitado pela Lei de Terras, ampliando na cidade a mercantilização da área urbana (MIRANDA, 1990, p. 91).

A partir de 1870 a cidade assiste a um crescimento vertiginoso propiciado por um massivo investimento de capitais endógenos provenientes das lavouras, resultando em um processo de industrialização pioneiro em Minas Gerais, o surgimento de uma classe mercantil e comercial próspera e, acompanhando esses processos, um movimento de urbanização rápido e desordenado, que não dá conta de absorver o imenso contingente de mão-de-obra disponível, resultando em um aprofundamento do desemprego, da pobreza e da mendicância.

Em termos de governabilidade, o poder local, representado pela Câmara Municipal estabelecia diálogos interessantes com outras instituições da cidade. A Sociedade de Medicina e Cirurgia, fundada em 1889, evidenciando a expansão do campo científico em Juiz de Fora atribuída à efervescência econômica e cultural, visando atender aos novos padrões de modernidade. A relação entre as duas instituições se apresentava de forma bastante amigável, não raro constando nas atas da SMCJF e na imprensa a disponibilidade da Sociedade em cooperar e prestar serviços referentes à higienização da cidade e medidas sanitaristas, embora nem sempre a convivência fosse tão amistosa, já que foram diversas as situações em que a Câmara relega as propostas de saneamento e higienização em detrimento de interesses empresariais que se mostravam mais lucrativos (LANA, 2006). A Associação Comercial formada pelo setor empresarial em 1896 a fim de articular os interesses dos grupos comercial e industrial, exercendo um papel fundamental de sustentáculo do poder local, tendo formulado projetos de cunho político, ligados à edificação de uma ideologia do trabalho, sobretudo formal e assalariado, da reordenação urbana, de maneira que esta comportasse estruturalmente o avanço industrial e ampliação dos investimentos preconizado por esses grupos. Sonia

Miranda observa que tanto no campo discursivo, quanto nas intermediações com a Câmara Municipal essas duas instituições convergiam muitas vezes, entretanto, como colocado anteriormente, em alguns momentos os interesses da Associação Comercial, tenham se sobrepujado à SMCJF, quando a lucratividade era mais atrativa que as medidas relacionadas à salubridade (MIRANDA, 1990, p.129).

Nesse contexto em que ocorria um processo de modernização em termos concretos e simbólicos, frente a uma turba de grupos pobres e marginalizados, a municipalidade se ocupa em lançar mão dos aparatos legislativos e jurídicos que lhes cabiam para conter e coibir as condutas, sociabilidades, práticas de sobrevivência desses segmentos, recolocando-os no campo da vagabundagem e depravação moral. Estes viam sua circulação pela cidade engessada pelas atribuições das Resoluções Municipais, mesmo que muitas vezes fossem burladas, e se viam cercados pelo contingente policial que agia com autorização do poder local com a finalidade de coibir suas práticas nefastas, e impeli-los a uma ocupação, como sugere a nova ideologia do trabalho.

A caridade em perspectiva: jornal *O Pobre* e suas ressonâncias

No município muitas associações caritativas perpassaram o cenário no princípio do século XX até aproximadamente a década de 1930, com trajetórias similares, ao menos em alguns pontos, e tiveram bastante destaque e contaram com o apoio do poder local da população, tais como a Santa Casa de Misericórdia, a Associação “Fé, Humildade e Caridade”, de vertente espírita kardecista fundada em 1901, e a Sociedade São Vicente de Paulo, que chega a cidade na primeira década do século XX realizava obras de recolhimento e abrigo dos indigentes.

Nos chama a atenção uma agremiação que compartilhava das tradições vicentinas, a União Catholica Pão de Santo Antônio, que a primeira menção pode parecer uma associação oriunda dos setores eclesiásticos, mas foi fundada em 1898, por um dos comerciantes e empreendedores mais prósperos da cidade, além de grande benfeitor, Francisco Batista de Oliveira, entre outras distinções, fundou o Banco de Crédito Real e a Academia de Comércio.

A associação foi fundada com o propósito de distribuir alimento às famílias pobres e aos indigentes, sobretudo o pão, através da arrecadação mensal dos membros e sócios. A União foi responsável pela edição de um periódico que circulou de 1899 a 1901, *O Pobre*, atravessado por um viés católico e teve como colaborador o padre Júlio Maria – pároco da

igreja de São Sebastião e formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo – e também um dos principais articuladores do editorial. A epígrafe do jornal trazia a sentença “A esmola é capital do pobre e o juro do rico”, atribuída ao referido padre.

Na coluna de abertura no primeiro número publicado, coincidentemente ou não, no dia 25 de dezembro de 1899 escrita por Júlio Maria, a pobreza é classificada como a melhor e mais nobre das causas, e que a magnífica fecundidade de obras católicas nesse sentido é um dos melhores empreendimentos do século, e demonstram “a solicitude pelos proletários, a compaixão do pauperismo, o amor do pobre” com o único objetivo de “aliviar a pobreza e dignificar o pobre”. O padre acrescenta que a suprema identificação do pobre com a figura de Jesus Cristo que torna a esmola, ao menos na esfera religiosa, ao mesmo tempo um direito e uma justiça, e termina dizendo que “levantar o pobre contra o rico – é socialismo. Consorciar o rico com o pobre na permuta da gratidão pela esmola – é amor, é justiça, é christianismo”.

A comparação dos pobres com a figura de Jesus não é um artifício novo, já nas sociedades medievais essa relação era estabelecida, a ideia do desvalido como o “pobre de Cristo” (SCHMITT, 2005, p. 273). Mas nesse caso especificamente esse ideal é empregado aparentemente como uma tentativa de naturalizar a condição de pobreza, ou, ao menos, tratar a questão sob panos quentes já que a sua erradicação não estava nem perto de acontecer, afinal, Jesus é o homem que desposou a pobreza.

Outra característica marcante presente nessa fala é a expectativa social em torno de um pobre dócil, domesticado, resignado, pois aquele que se levanta contra o rico – que através da esmola garante o capital desse pobre, como sugere a epígrafe do periódico – que não acata a sua condição é o verdadeiro pobre (GEREMEK, 1995, p. 8). Consta uma notícia n’*O Pharol*, de 1915 relata que um velho que vivia na cidade às custas da caridade alheia deu uma cacetada em uma velha cega que negou-lhe trocar 400 réis por notas miúdas, ficando a notícia com a seguinte chamada: *O mendigo Feroz*; sem entrar no mérito da agressão vemos que há um estigma (GOFFMAN, 1988: 12), isto é, uma conduta esperada e incentivada pela maioria da sociedade civil dominantes em termos sociais, econômicos e culturais desses desclassificados, e quando essa expectativa é quebrada se institucionalizam práticas coercitivas e o medo. A condição de medo que a existência desses sujeitos gera, a possibilidade da sublevação e quebra da ordem e estruturas estabelecidas que esses marginalizados poderiam causar, associadas ao socialismo, às movimentações dos trabalhadores, como no episódio relatado em que se propõem a construção de casas

proletárias na cidade pois já havia ali articulações trabalhistas e sindicais consideradas perigosas.

O jornal não contava apenas com esse tipo de coluna de veia ensaística, também se ocupava com notícias da cidade, tendo uma curadoria editorial bem parecida com a imprensa “comum”. Em uma coluna fixa, denominada *A semana*, como o próprio nome sugere, trazia um resumo de pautas importantes que ocorriam no município entre um número e o próximo. Em uma dessas, o redator se ocupa principalmente de um assunto, que de acordo com a sua opinião reclamava medidas enérgicas da polícia e das demais instituições: a jogatina. Esta estaria flagelando grande parte da população fossem homens, mulheres, velhos ou crianças, tomando dos estabelecimentos sérios braços necessários ao trabalho, entretanto a polícia fechava os olhos diante dessa “miséria”. Na mesma edição, outra coluna do padre Júlio Maria discorria sobre o que seriam *Os Inimigos do Pobre*, ele discorre sobre a enfermidade principal do século, que é a preponderância dos interesses materiais em detrimento da moral, e um dos principais inimigos do pobre, que atinge os homens de bom coração, entretanto, com uma educação incompleta e valores deturpados, é a avareza. Porém, acrescenta que na sociedade em que vivem o pobre se depara com “maiores e mais terríveis inimigos”, ocultos em boas intenções, são eles o jogo, o luxo e a gula.

Muito provavelmente colunas distintas tocando no mesmo problema na mesma edição não é um fato arbitrário, e sim uma escolha. Percebe-se que esses “inimigos”, não se aplicam somente em prejudicar o pobre, embora estes sejam os mais prejudicados. Estes são acometidos duas vezes, primeiro por se entregarem a esse vício nefasto ao invés de se aplicarem o trabalho, e segundo pela forma como isso afeta a solidariedade e a caridade dos homens que ao se entregarem a esses inimigos deixam de contribuir com a esmola. Dessa forma, observamos que determinadas práticas consideradas perniciosas eram desestimuladas não só entre os grupos marginalizados como também se estendia para toda a sociedade. Há um desejo evidente de normalizar os corpos e condutas de uma maneira geral, descartar aquilo que não condizia com a figura do sujeito – sobretudo do trabalhador – moralmente correto, higienizado, cristão, de bem. Afinal não só as cidades e as pessoas devem ser esteticamente asseadas, mas também a sua moral, como atesta a própria medicina higienista nesse momento (COSTA, 1999).

São poucas as edições disponíveis, mas a partir desses números podemos observar que no discurso veiculado por esse periódico em ocupar esses pobres, de fazer com que estes se entreguem ao trabalho, acrescentando um sinal positivo nessa nova ideologia do trabalho.

Além disso, essa postura não se concentra apenas no editorial d'*O Pobre*, mas em outras instituições, como o próprio Asilo de Mendigos, que como afirmou o padre João Emílio ao rebater as críticas ao empreendimento o local se destinava não só a abrigar esses mendigos, mas também a dar-lhes trabalho, respeitando seus limites físicos. Se olharmos as metáforas entre o pobre e a figura de Jesus, pensando que a figura desse Cristo que permeia o discurso do jornal é aquele mundano, o carpinteiro, que não se revolta com essa condição, ao contrário, a acolhe, evidencia essa tentativa de alinhar o discurso religioso, cristão, ao homem/trabalhador de bem, moralmente correto, livre de vícios. Essa posição não é arbitrária, e mesmo supondo que essa seja uma posição geral da Igreja Católica, perceber que esse discurso é veiculado justamente por uma associação caritativa que tem como fundador e principal benemérito a figura de Batista de Oliveira, esse que é um dos nomes centrais associados ao comércio e empreendedorismo na cidade, e mais tarde dará o nome a uma das principais ruas da região central, em que o nome anterior coincidentemente ou não é rua do Comercio, demonstra que há um consórcio de valores entre esse setor comercial e igreja, ou a apropriação de um discurso em benefício de um grupo seletivo de indivíduos no plano local.

Essa tendência de sacralizar a pobreza, mais evidente no posicionamento do periódico, mas presente nesse movimento caritativo da cidade pode ser explicado pela origem dessas agremiações, que são majoritariamente cristãos, mas não deve ser a única interpretação. Como pudemos perceber existiu um movimento de apropriação e alinhamento desse discurso religioso por esses grupos empresariais, seja fundiário ou comercial/industrial. Como foi apontado, o uso desse discurso por parte dessa elite revela uma tentativa em positivar essa ideologia do trabalho que vinha se consolidando e como uma forma de civilizar e docilizar esses trabalhadores, e em certos momentos, se estendia aos demais grupos do tecido social, como vimos na questão da jogatina, e, ao mesmo tempo, transmitir uma imagem positiva do trabalho.

Esse mutualismo entre a igreja e a elite empresarial também nos faz pensar em um antagonismo com outro setor: os movimentos trabalhistas e sindicais da cidade. No fim do século XIX vereadores na câmara municipal já se referiam aos proletários urbanos como articulados e perigosos, e a partir de 1900 começam a surgir no Brasil as primeiras movimentações de organização do proletariado, as Ligas Operárias, a formação do movimento sindical, com certa influência das ideias socialistas e anarquistas, que chegavam muitas vezes em função dos imigrantes europeus que já tinham um contato prévio com essas ideias nos seus países de origem. Quando o padre Júlio Maria afirma que levantar o pobre

contra o rico é socialismo, vemos que nesse momento já existia uma conotação negativa em torno dessas ideias, talvez em razão de uma percepção radical e subversiva com que essas ideologias eram interpretadas pelas classes dominantes.

Se existia uma tradição que atravessava séculos em que setores religiosos são em certa medida responsáveis pelo cuidado com os pobres, tem um papel importante nas obras de caridade não só nesse recorte local, mas atua por várias regiões do globo, esses movimentos sindicais e suas mutuais por outro lado visam e exigem melhores condições de vida e de trabalho, proporcionam assistência aos “seus”, mas atuam fora e em desacordo das vias estabelecidas, causando incômodo, preocupação e medo nesses setores dominantes, sejam dos governos, patrões ou da própria igreja. Se grupos de empregadores sustentam o discurso religioso como uma forma de enaltecer e justificar essa ideologia do trabalho, e esperam trabalhadores domesticados e resignados com as condições que lhes são oferecidas, e mesmo uma turba pobre e marginalizada que sobrevive através de obras de caridade e crê que a melhor saída possível dessa condição seja o trabalho, no outro lado os movimentos trabalhistas sustentados por essas ideologias exigem novas e melhores condições, não se contentam com o que é ofertado, e acabam se tornando um perigo eminente que precisa ser eliminado. Esse processo também é visto como inconveniente pelos olhos da igreja, pois seu discurso e sua doutrina em certa medida deixa de fazer sentido em muitos momentos para esses trabalhadores, mesmo que esses sejam e permaneçam fieis a sua religião, esta já não cabe na totalidade da vida e do cotidiano desses indivíduos.

Os processos em torno da caridade em Juiz de Fora movimentam, em alguma medida, muitas, senão todas as categorias sociais: o poder público, os cidadãos “comuns”, cidadãos “ilustres”, imprensa, igreja, enfim, um tecido social emaranhado a partir dessas questões acerca da filantropia. A municipalidade teve uma participação pouco ativa em termos de assistência, subsidiava em parte a Santa Casa de Misericórdia e arcava com pagamentos extras a médicos e farmacêuticos pelo tratamento de doentes e medicações necessárias; no entanto, se fez bastante presente através das instituições policiais e dos aparatos jurídico e legislativo que intentam coibir e eliminar do espaço urbano esses miseráveis. A imprensa cumpre um papel interessante tanto de denúncia do péssimo estado em que se encontravam muitos desses sujeitos, serve como um meio que parte desse grupo possui de ter alguma voz e buscar ajuda, e ao mesmo tempo expõe a moral depravada e o desprezo pela norma e pelas leis dos vagabundos. Além de mostrar como não há uma racionalidade explícita e única nesse veículo, evidencia como esses marginalizados são um contingente profundamente

heterogêneo sem delimitações precisas. O destaque no trato e cuidado com a mendicância são das associações caritativas, predominantemente de cunho religioso, e através dessas agremiações se articulam os grandes benfeitores da cidade, demonstrando um protagonismo desse grupo não só no campo econômico, como também sócio-político.

Quanto aos pobres, estes eram evidentemente um grande incômodo em termos práticos e simbólicos, adoecendo o projeto de cidade moderna e civilizada que buscavam construir, como uma mazela social contagiosa. Criminalizados por suas formas de vida, culpabilizados pelas doenças que os atingiam e pela estrutura de um sistema que não os absorvia, existia uma clara tentativa de eliminá-los, se não completamente, pelo menos das vistas, do centro da cidade, como uma sujeira que se varre pra debaixo do tapete.

Fontes

Hemeroteca Digital Brasileira, “O Pharol”, 21 de Janeiro de 1890.

Hemeroteca Digital Brasileira. “O Pharol”, 24 de Abril de 1915.

Arquivo Público Mineiro. “O Pobre”, 25 de Dezembro de 1899.

Arquivo Público Mineiro. “O Pobre”, 8 de Janeiro de 1900.

Referências Bibliográficas

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Tradução de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, p. 12.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no “interior das Gerais”**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889-1908). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). 2006. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas Públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SCHMITT, Jean- Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques; CHARTIER, Roger (orgs.). **A História Nova**. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

Periódico *Goitacaz* e a formação do estado nacional brasileiro

Laura Junqueira de Mello Reis

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

laurajunqueiramreis@gmail.com

Resumo: Procuramos perceber através do jornal *Goitacaz*, o processo de formação do Estado brasileiro após a abdicação de D. Pedro I, no dia 07 de abril de 1831. A partir da leitura das 24 edições do periódico buscamos compreender a maneira que essa imprensa do interior fluminense entendia a formação do Brasil e escrevia a respeito da importância da segurança pública e educação para a nova nação, tendo a vila de Campos como o lugar em que o jornal se situava. O periódico abordava os questionamentos nacionais que apareceram depois do evento de 7 de abril de 1831. Para além dos escritos do redator do jornal, procuramos também analisar as cartas recebidas pelos leitores, a fim de identificar a opinião dos campistas sobre como se daria a configuração do Estado depois da abdicação de D. Pedro I. Julgamos, portanto, como fundamental, compreender que o papel dos periódicos nesse período era prioritariamente doutrinador, como afirma Marco Morel: "a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo. Nosso objetivo é compreender de que forma o jornal servia como um meio de questionar a política nacional, mesmo sendo publicado no interior da província fluminense, e de que maneira ele tentava despertar questões que afetavam a população local.

Palavras-chave: Nação, Campos, *Goitacaz*.

A pesquisa histórica, às vezes, nos leva a caminhos que não esperávamos. Quando iniciamos nossa busca por periódicos fluminenses da década de 1830, buscávamos encontrar um jornal que nos levasse a fazer reflexões sobre os poderes locais e como eles influenciavam nos poderes intermédios, inicialmente os conselhos gerais e posteriormente as assembleias províncias. Encontramos então o periódico *Goitacaz*, um jornal de Campos, que surgiu em 1831, publicando mais duas edições em 1832. Tendo sua primeira tiragem no dia 23 de julho de 1831, pela tipografia de A. J. S. Arcos, continha o formato de 4 páginas, saía aos sábados, tendo como subtítulo: "O Brasil será dos brasileiros, e livre." O jornal era composto por notícias do Brasil e do exterior e cartas de leitores, vendia-se avulso nas boticas do Sr. Manuel Joaquim Pires, do Sr. Francisco de Paula Pinto França e no armarinho do Sr. Clemente de Magalhaes Basto.

Quando começamos a ler as duas primeiras edições do jornal percebemos que havia críticas à ideia do Brasil vir a se tornar um país de regime federalista, após 07 de abril de

1831. Ao lermos as demais edições do periódico, que serão comentadas ao longo do artigo, concluímos que ele não estava abordando assuntos sobre os poderes locais e a chegada desse novo poder que intermediava as transições entre as câmaras municipais e a assembleia geral. Mas sobre esse ‘novo’ país, o novo sentimento de pertença que o brasileiro estava criando, e um afastamento da relação do Brasil com Portugal.

O redator do jornal, publicou logo na primeira edição uma crítica a maneira como os portugueses tratavam o Brasil, e viam neste país “hum arrimo contra a sua velhice, e pobreza, usou com este de huma política sempre oppressiva, para entorpecer, e retardar o progresso de sua grandesa, e civilização.” (GOITACAZ, Campos, n.1, 23 de julho de 1831). O autor defendia que a situação do Brasil havia melhorado após a mudança da família real para sua colônia americana. E então contou a história da independência brasileira e criticou D. Pedro I, principalmente suas ações contra o povo, como a dissolução da Assembleia, resultando em uma desunião das província e obrigando-o a oferecer uma constituição ao povo brasileiro. Por fim, o autor pedia para que as rivalidades diminuíssem, visto que esse governo, pós 7 de abril de 1831¹, seria inteiramente brasileiro e faria com o que o Brasil fosse grande (GOITACAZ..., n.1, 23 de julho de 1831).

É na segunda edição que o jornal publicou um artigo criticando o governo federativo. Nesse texto, o autor afirmou que apresentou uma proposta a câmara dos deputados contra o governo federativo e qualquer alteração que viria a ser feita na Constituição. O autor também se mostrou contra as assembleias provinciais, que compunham-se de duas câmaras, uma de Senadores e outra de deputados provinciais e:

Compete-lhes fazer leis peculiares para as suas Provincias, fixar as despesas dellas, estabelecer impostos, etc, cujas leis terão vigor, depois de sancionadas pelo presidente. O seu número não excederá a quarenta, e nem será menos de vinte... He huma paixão innata ao homem o desejo de querer ter superioridade sobre os outros; pensar-se ocontrário he não si ter estudado o coração humano; quando hum povo tem adquirido bastante luzes, virtudes cívicas, capazes de fazer callar os gritos daquela paixão, e preferir, em todas occasões, o bem comum ao ser amor próprio, á seus interesses particulares, então a paz não he alheia do governo popular. (GOITACAZ, Campos, n.1, 23 de julho de 1831)

A partir da análise desse trecho e do texto completo no jornal, é perceptível a descrença do autor com o governo federativo, pois para ele nenhum homem pensaria em prol da nação e sim em prol de seus interesses pessoais. Critica essa que também podemos transpor para pensarmos nos poderes locais. Por fim, o autor do texto tentou convencer seus

¹ Abdicação de D. Pedro I.

leitores que não seria necessário um governo federativo pois D. Pedro I já havia saído do poder e o governo estava em novas mãos.

Ainda na segunda edição, um leitor que assinou sob o pseudônimo de ‘Phylo-ordinis’ criticou a maneira constitucional do novo governo, pois, segundo ele, a vila de Campos ficou abandonada após a saída do governo chamado, também por ele, de absolutista. O redator do jornal ao responder o leitor, concordou que a condição de Campos alterou-se, mas citou como um dos fatores, para essa alternância, a influência da rede de familiares no local, como o mesmo escreveu: “todos sabem a influência, os respeito que infudião nesta Villa, certas famílias, só porque possuíam matores cabedaes” (GOITACAZ..., n. 2, 30 de julho de 1831).

Na terceira edição há um longo texto em que o autor teceu críticas a atitude dos militares, que estavam querendo expulsar por suas próprias vias os inimigos da nação. Para o autor, isto foi uma infâmia diante do governo constitucional, já que o governo era regido por uma constituição, devia segui-la, e por isso, os inimigos da nação deveriam ser punidos somente através da lei. O governo, e a assembleia, que segundo o autor era regida pela opinião pública, foram contra tal desordem militar, fazendo com que o autor do artigo fizesse elogios a essa decisão. O leitor ‘Phylo-ordinis’ escreveu novamente uma carta para a folha, onde ele discordou do autor da publicação e afirmou a necessidade da ação militar para proteger a nação de inimigos (GOITACAZ, n.3, 6 de agosto de 1831). Essa necessidade de ações militares e controle a partir do Estado para com a nação, muito nos lembra do artigo de José Subtil, em que ele escreveu a respeito do estado de polícia e sua substituição ao antigo regime com essa ideia de disciplinalidade, e que o Estado deveria intervir em vários âmbitos na vida do cidadão para que fosse possível atingir a ordem (SUBTIL, 2013). Apesar de Subtil escrever a partir da realidade portuguesa, essa condição de ordem e necessidade de intervenção também é encontrada nessa publicação aqui analisada.

Na quarta edição, a discussão que tomou conta da publicação principal da folha, foi sobre a reforma e aposentadoria dos empregos públicos, que seriam nocivos a causa política. Segundo o autor do artigo, essa medida parecia justa, mas era “injusta, anticonstitucional, e creadora de grandes males.” (GOITACAZ..., n. 4, 13 de agosto de 1831). O autor demonstrou que concordava com a opinião do deputado Sr. Martim Francisco, que tinha sido exclamada na Assembleia: para ele essa era uma medida que não deveria ser tomada pelo governo ou pelo presidente da província, pois era de cunho do poder judiciário, dentre outras várias razões, transcritas em partes no jornal, através de uma longa publicação.

Na quinta edição, o autor discorreu sobre a passagem do estado de natureza que o Brasil encontrava-se para o estado civilizado que se transformaria com o novo governo e com os liberais no poder. Nessa publicação, o autor frisou a necessidade de se educar o povo para que conseguisse atingir a civilidade, a abertura de estradas e navegações de rio para a prosperidade do comércio, atraindo e unindo as mais distantes partes desse país tão extenso. O autor não esqueceu de mencionar a importância da imprensa livre e da maneira como ela serviria de instrução pública para os seus leitores (GOITACAZ..., n. 5, 20 de agosto de 1831.)

Como podemos perceber, a questão de unir o país estava presente na ideia do autor. A educação como forma de atingir o progresso também foi constantemente abordada no jornal, lembramos que os artigos presentes nesse periódico realmente abordavam a questão educacional como educação e não como instrução, ou seja, a educação para o autor ia além de aprender a escrever e ler, mas se apresentava como uma forma de educar os novos cidadãos conforme uma nação civilizada. As duas questões, suscitadas através do jornal, aparecerem para que a formação da nova nação fosse efetuada.

Na sexta edição encontramos a carta de um leitor que intitulava-se ‘o philanthropico’ em que este criticava a atuação dos juizes de paz com relação a mendicância que estava presente em Campos. Ao que recebeu uma resposta que os homens pobres e velhos que mendigavam mereciam pena do philanthropico, porém os preguiçosos não trabalhavam porque não desejavam e então mereciam o ódio do público (GOITACAZ..., n. 6, 27 de agosto de 1831). Na oitava edição, o juiz de paz da Villa de São João da Barra, Francisco Duarte Cruz, respondeu a publicação do philanthropico sobre um mendigo que rodava a vila de Campos, segundo o juiz ele havia o prendido uma vez pelo crime de mendicância, mas “com protestos de viver de honesto trabalho, foi relaxado da prisão, antes do tempo” (GOITACAZ..., n. 8, 10 de setembro de 1831) e assim conseguiu viver sua vida em liberdade. A ideia de uma nação civilizada não deveria incluir a mendicância.

Na sétima edição, havia uma longa publicação defendendo o Brasil dos perigos dos ‘anarquistas’². O autor comentou como os mineiros e paulistas já estavam elaborando a defesa de suas províncias, e considerava que essa tentativa de desordem podia gerar más consequências para o país. O autor acreditava que com essa ameaça ao governo brasileiro as relações entre as províncias se entrelaçariam e adquiririam novos hábitos e costumes (GOITACAZ..., n.7, 3 de setembro de 1831). A união das províncias seria vista com bons olhos para a formação do estado brasileiro.

² Anarquistas no sentido de desordem com o governo nacional.

O jornal trabalhado, *Goitacaz*, por vezes, também tocava na questão da escravidão em suas páginas. Alguns artigos solicitavam aos donos de escravos mais cuidados com seus cativos, para que esses não se rebelassem. O medo da rebelião escrava aparecia constantemente no periódico. Na nona edição, um leitor denunciou um jogo que acontecia entre escravos na casa de um senhor, denunciou os escravos pelos jogos e o senhor por não delatar esse acontecimento. Segundo o autor, apesar da queixa ninguém sofreu uma punição. Para o autor da correspondência, era por conta dessas impunidades, que havia na vila de Campos tantos ladrões e também por conta dela que os escravos não tinham o devido respeito aos homens brancos (GOITACAZ..., n.9, 17 de setembro de 1831). Enquanto o redator respondeu que nada poderiam fazer, a solução seria apenas aguardar uma atitude da segurança pública. Percebemos ao longo da leitura como era constante as publicações a respeito dos cuidados que a segurança pública deveria fornecer a população.

Ainda na mesma edição, para o ‘patriota’ uma solução seria permitir que todo o cidadão que tivesse voto nas assembleias primárias pudesse utilizar de uma espada para se defender ou defender o próximo. Na solução dele, todos aqueles que fossem considerados cidadãos pela nação teriam o direito de se defender, visto que a segurança pública não elaborava medidas necessárias.

Na décima edição, o texto principal do jornal, foi sobre poder popular. Segundo a publicação, os governantes deveriam entender que o povo compreendia o que era melhor para si e, então, deveriam apenas seguir as crenças da população. Para o autor da publicação: “mas quem melhor poderá conhecer as necessidades das Províncias; os desejos de seus habitantes; o melhor meio de as conter unidas, do que seus representantes?” (GOITACAZ..., n. 10, 24 de setembro de 1831). Percebemos que esse texto trazia uma ideia contrária a uma outra publicação apresentada no mesmo jornal, visto que a partir da leitura desse artigo conclui-se que o autor acreditava que os representantes de fato representariam os desejos da população e não os de si próprio.

Na décima primeira edição havia uma publicação em que se colocava na sociedade patriarcal a culpa de vários males, e culpava também o povo, por escolherem mal quem os regia. Era uma grande crítica a maneira que a sociedade se formou, a construção da escravidão como algo natural, aos governos déspotas e ao próprio leitor, que no auge da ignorância dos povos, se transformava em um alicerce que estava por baixo de todas as mazelas comentadas na publicação (GOITACAZ..., n. 11, 01 de outubro de 1831).

Em uma das cartas de leitores da décima primeira edição, o leitor reclamava de uma das ações da câmara municipal quanto a punição para escravos. Acreditamos que essa carta demonstrava que além da formação de opinião pública, a imprensa também era uma maneira do povo reivindicar aquilo que considerasse injusto.

Na décima segunda edição, uma publicação discutia a possibilidade do Brasil voltar a ser dependente de Portugal. Considerando essa uma opção absurda, o autor escalou razões para que isso não acontecesse: o comércio exterior com Inglaterra e França, as guerras europeias formadas de maneira diferente na América, e a própria população brasileira que estava construindo um sentimento de nação e jamais aceitaria isso, como exposto no seguinte trecho transcrito:

A vida de expellido entrará na cabeça de alguém que o Brasil será ainda presa de Portugal? Para operar-se coisa tão espantosa seria preciso aniquillar-se o último brasileiro; ou apagar-se do seu coração essa rivalidade, que sempre existirá entre este e o Portuguez; assim como existirá sempre entre os Americanos Inglezes, e Hespanhois, e os Inglezes e os Hespanhois europeus. (GOITACAZ..., n. 12, 08 de outubro de 1831)

Na décima terceira edição, a principal publicação do jornal, que ocupava a primeira página, denunciou a desordem na corte. Além disso a publicação questionava os periódicos: *Nova Luz*, *Exaltado*, *Sentinella*, *Voz da Liberdade* e *Jucujuba*, que prometeram ao Brasil um vitorioso futuro pós 07 de abril e em outubro criticavam o povo e o novo governo; opinião contrária ao periódico *Goitacaz*, que considerava o novo governo como um governo de confiança da nação. Ainda segundo o autor da publicação, com momentos conturbados no Rio de Janeiro, o comércio de Campos sofria, já que a corte era a principal receptora dos produtos exportados da vila, e por isso ansiava-se pela tranquilidade na corte. (GOITACAZ..., n. 13, 22 de outubro de 1831).

A principal publicação do jornal não poderia deixar de lado a importância da educação no seio dessa nova nação. E na décima quinta edição, foi publicado um artigo que enaltecia o significado de uma boa educação, demonstrando o quanto a educação era essencial para a formação da nação. Segundo o texto: o Estado deveria proporcionar uma educação que dedicava-se a questão nacional e que sacrificasse os interesses particulares em benefício aos interesses públicos. Em outras publicações da mesma edição, afirmava-se que quem pregava a desordem sobre o novo governo não estava sendo patriota (GOITACAZ..., n. 15, 05 de novembro de 1831).

Na décima sexta edição, a publicação principal do jornal retomou a questão da educação. Segundo essa publicação, deveria educar os meninos na idade tenra e o Estado precisava mostrar-lhes o verdadeiro caminho da educação, caso seus pais não o tivessem feito. Havia de se educar, conforme o querer da nação, antes que o menino formasse suas opiniões e seus princípios. O que o autor queria dizer nessa passagem, é que era possível convencer um menino que havia outras verdades, para além das mostradas pelos pais, e por isso o texto enaltecia a importância da educação pública. (GOITACAZ..., n. 16, 19 de novembro de 1831). Nessa edição, essa publicação nos mostrou que a educação pública também tinha como objetivo influenciar os jovens aos pensamentos construídos a partir da nação, o que na publicação, eles colocam como o pensamento ‘correto’.

Na décima sétima edição, se discutia sobre a reforma constitucional, que foi aprovada pelos deputados, e aguardava a aprovação do senado. Enquanto a maioria da população se mostrava contra tal reforma; outros a viam como sendo efetiva em um momento ideal, já que o povo ainda não estava acostumado com o novo governo. Para o jornal: “quanto a nós he isso huma forte razão, que reclama pela refórma Constitucional: he para remover-se qualquer motivo de rivalidades entre as Províncias que os nossos Representantes a julgará necessária (GOITACAZ..., n. 17, 26 de novembro de 1831).

Na décima oitava edição, apareceu novamente uma publicação defendendo o governo da regência. Nessa publicação, comentou-se do 7 de abril e da maneira que D. Pedro I saiu do governo brasileiro, ademais, o autor tentou acalmar os leitores ao afirmar que as especulações sobre um possível golpe articulado pela regência, não passava de calúnias. Ainda nessa edição, publicou-se uma crítica a respeito da exclusão de pessoas de cor do alistamento da Guarda Nacional na vila de Campos, pois “o homem livre seja qual for sua côr póde ter talentos, e virtudes; são estas as únicas qualidades que todo o cidadão de bem deve procurar nos, que vivem na sociedade para tributar-lhes a estima de que são dignos.” (GOITACAZ..., n. 18, 3 de dezembro de 1831).

Na décima nona edição, dedicou-se grande parte para falar novamente da importância da educação na formação da nova nação brasileira. O autor, citou então um trecho do pensador Rousseau:

He a educação que deve dar ás almas a fôrma nascional, e dirigir de tal fôrma suas opiniões, e seos gostos, que ellas sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Hum menino, abrindo os olhos dever ver a Pátria, e até a morte só a ella ver. Todo o verdadeiro constitucional bebeo, com o leite de sua mãe o amor da sua Pátria, quero dizer das leis, da

liberdade. Este amor faz toda a sua existência; elle não ve si não a Pátria, não vive si não para ella; logo que está só, he nullo; huma vez que não tem mais Patria não existe mais, e si não está morto, he peor. (GOITACAZ..., n. 19, 10 de dezembro de 1831).

Na vigésima edição, publicou-se um artigo em que o autor versava sobre o amor ao poder. Em vários tipos de governo, como a monarquia ou governos déspotas. Ainda nessa edição, apareceu um elogio ao papel dos ministros desse governo, e elogiou a maneira como eles tratavam a significância da educação pública, que para os déspotas era algo negativo, pois era aonde criavam-se os maiores tiranos. (GOITACAZ..., n. 20, 17 de dezembro de 1831).

Na última edição do ano de 1831, a vigésima primeira, havia um artigo criticando o fato das leis, no Brasil, estarem apenas no papel. Ou seja, no papel o cidadão tinha garantias e sabia que seria protegido, mas na prática não era isso que estava acontecendo, e percebiam privilégios que alguns homens tinham sobre outros. Criticou a lei que não estava garantindo igualdade entre os homens. Na sessão de correspondência, tal constatação foi provada através de uma história contada por um leitor (GOITACAZ..., n. 21, 24 de dezembro de 1831).

Em 1832, o jornal continuou a publicar escritos que abordavam a questão da legislação no país. Em um artigo na primeira edição do ano, o autor questionou a versatilidade das leis. Questionou então, aos leitores, se eles acreditavam que, com o passar do tempo, conforme mudavam os costumes dos lugares, as leis também deveriam mudar. Elas deveriam se adaptar? Elas deveriam ser diferentes em diferentes lugares? (GOITACAZ..., n. 22, 18 de janeiro de 1832).

Nessa mesma edição ainda vimos anúncio de uma escola, que aceitava meninos e meninas. Vemos que o jornal, ao falar da importância da instrução para a formação da nação, estava alcançando o público e fazendo com que os leitores percebessem o quão significativo era ter e dar aos seus filhos uma educação de melhor qualidade, para que fossem formados bons cidadãos.

Na última edição³, a vigésima quarta, o autor expõe sua opinião a respeito de uma questão que estava presente na sociedade de então, em nome do patriotismo, alguns brasileiros estavam excluindo nascidos em Portugal ou em outras nações europeias, de aproveitar dos benefícios do Brasil. Para o autor isso era uma lástima, ele acreditava que o lugar de nascimento não interferia na maneira que o homem se comportava. Com essa ideia, ele se mostrou preocupado com a província e esperava que não ocorressem confusões, em

³ Ressaltamos que a edição 23 não se encontra na hemeroteca digital.

virtude desse exclusão dos portugueses. Esse texto, apesar de não apresentar autoria, foi escrito por um mineiro, conforme exposto ao decorrer da publicação (GOITACAZ..., n. 24, 6 de fevereiro de 1832). Em um artigo de Antônio Manuel Hespanha identificamos que esse problema de nação como lugar de pertencimento ou não, aparecia no processo de formação de nações (HESPANHA, 2003).

Essa foi a última edição do periódico que analisamos ao longo desse artigo. Na última publicação do jornal, o redator explicou o porquê do jornal cessar suas atividades, segundo ele: “a ausência da typographia obriga-nos a interromper o curso do nosso trabalho, que em melhor ocasião, podendo, tornaremos a tomar.” (GOITACAZ..., n. 24, 6 de fevereiro de 1832). Apesar do redator escrever que esperava um retorno, não foi possível identificá-lo em nossa pesquisa.

O Brasil de 1831 era um Brasil recém independente, que tinha acabado de ver D. Pedro I renunciar ao governo, passando o país a ser governado pela regência. O país estava vivenciando várias questões que são colocadas no jornal e que encontramos na historiografia (HESPANHA, 2003), como: transformações nas ideias de pátria e nação, no jornal eles também parecem entender a justiça como um grande civilizador do que era a sociedade; transformações geográficas, economias e de representação política; o povo participando ativamente da política, como com a opção de votar em seus representantes; a tentativa de centralizar o Estado como uma forma de manter a ordem; pensam no que é o conceito de cidadania, para além do direito ao voto; a instrução pública como função do Estado; noção de construir o Estado e ter que conviver com a escravidão; além desse novo sentido de pertença que precisava ser criado.

A pesquisa através da imprensa nos levou a um caminho de perceber e analisar essa ‘ponte’ entre o governo e o cidadão, entender como as transformações se passaram nesse novo Estado, que estava em constante formação. Para pensarmos melhor na imprensa e no conceito de opinião pública nos valem da concepção de que: “É na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública” (MOREL e BARROS, 2003, 17). A opinião pública ultrapassava os limites do privado.

Um problema que encontramos durante a nossa pesquisa foi de não conseguirmos determinar quem eram os leitores do jornal. Sabemos que não devemos correr o perigo de ‘elitizar’ esses leitores, e corroboramos com a ideia que os escritos dos jornais alcançavam

além dos leitores, pela cultura oral. O que nos foi possível constatar, através da sessão carta de leitores, é que o periódico era lido por homens envolvidos na política da vila de Campos, e muito provavelmente compartilhava leitores com outro jornal local, *O Correio Campista*, visto as muitas cartas de leitores que identificavam a leitura desse periódico.

Também consideramos importante lembrar que: “a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo” (MOREL e BARROS, 2003, 49). Através do jornal que pesquisamos percebemos essa questão, o redator estava mais preocupado em doutrinar os leitores, do que noticiar os acontecimentos do período.

Fontes e Referências Bibliografia

Goitacaz e O Correio Campista, Periódicos acessados através do site da Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

HESPANHA, Antônio Manuel. Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o antigo regime e o liberalismo. IN: JANCSÓ, Istaván. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MOREL, Marco e MONTEIRO DE BARROS, Mariana. **Palavra, imagem e poder – o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SUBITIL, José. O direito de polícia nas vésperas do Estado liberal em Portugal. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org). **As formas do direito, ordem, razão e decisão**. Curitiba: Ed. Juruá, 2013.

Alguns apontamentos sobre as representações da guerrilha da Serra do Caparaó na grande imprensa

Lívia Bruna da Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del-Rei

E-mail: livia-bruna@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação propõe-se abordar e analisar, de maneira inicial, as representações sobre a Guerrilha na Serra do Caparaó na grande imprensa durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Com ênfase nos anos de 1966 e 1967 e nos noticiários do *Jornal do Brasil* e do *Última Hora*, busca-se compreender qual era a visibilidade dada pela imprensa ao evento que marca o início das ações armadas contra a ditadura e identificar as abordagens e discursos nestes periódicos em relação às esquerdas envolvidas na luta armada. A Guerrilha na Serra do Caparaó sinaliza o contexto de lutas contra a ditadura. O próprio ano de 1967 demarca o início da movimentação e de ações dos grupos de oposição de diversas formas. Aquele contexto de embates de forças políticas e sociais propiciaram a formação de frentes, grupos de oposição, e várias organizações de luta armada. Neste sentido houve a formação de projetos revolucionários, dentre eles o que nos interessa aqui, a revolução pela via armada. Este foco guerrilheiro contou com ex-militares expulsos das Forças Armadas após o golpe civil-militar de 1964. Essas ações estavam ligadas a Leonel Brizola e ao Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR. Levantamentos feitos até então nos mostram que a guerrilha de fato não ocorreu, foi desarticulada pelas forças policiais. Este fato nos diz bem como ocorria a repressão aos grupos opositores. E compreender as ligações e relações de dois dos periódicos de grande circulação infere sobre a opinião pública que se pretendia construir sobre os grupos de luta armada e mais, contribuir para os trabalhos relacionados à história da esquerda brasileira e da grande imprensa. Os estudos relacionados à imprensa e o espaço de representação construído neste âmbito é amplamente discutido no campo historiográfico, e estudar a imprensa, “no e por meio dos periódicos” está relacionado ao aprofundamento dos estudos sobre imprensa e representação, por exemplo, e a inúmeras possibilidades de investigação. Consideramos assim o conceito de “representação” como prática discursiva. Por fim, é preciso ressaltar que discutir os periódicos e seu espaço de circulação cultural e política é de extrema importância para a historiografia que se propõe analisar a imprensa, principalmente no que tange à política. Nesse sentido, a ditadura civil-militar constitui um eixo peculiar pelo qual, não só os jornais, mas os diversos âmbitos culturais passaram por condições políticas que o influenciaram.

Palavras-chave: Imprensa, representação, ditadura civil-militar.

Introdução

Os estudos relacionados à imprensa e o espaço de representação construído neste âmbito é amplamente discutido no campo historiográfico e em estudos relacionados à mídia de

maneira geral. Estudar a imprensa, “no e por meio dos periódicos”¹ se refere ao aprofundamento das pesquisas que buscam abordar os jornais não somente enquanto fonte, mas também como objeto. Objeto esse que se constitui como um amplo espaço para investigações políticas, sociais e culturais, por exemplo.

Por isso propomos compreender, de maneira inicial, qual era a visibilidade que a grande imprensa deu à tentativa de guerrilha na Serra do Caparaó em 1967 através da análise do *Jornal do Brasil* (JB) e do jornal *Última Hora* (UH).

Jornais: fonte e objeto

No Brasil, a imprensa e sua circulação sempre tiveram espaço dentro dos estudos historiográficos, no entanto, a relevância girava sobre a trajetória dos periódicos. A ideia de escrever a História por meio dos jornais era limitada. (LUCA, 2005, p. 111)

Os traços de importância adquiridos pela imprensa dentro dos estudos históricos estão diretamente ligados à busca pela objetividade histórica, nas palavras de Tania Regina de Luca,

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. (LUCA, 2005, p. 112)

Dessa maneira, os jornais não se constituíam como fonte privilegiada, pois “forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.” (LUCA, 2005, p. 112) A partir de 1930, a *Escola dos Annales* contribuiu para a relevância documental adquirida pelo jornal. Foi a partir desse momento que não só os jornais, mas também outros meios de compreensão das ações humanas, como filmes e músicas, passaram a pertencer o conjunto de fontes que fariam parte do trabalho de historiador.

Para Maria Helena Capelato,

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1988, p. 24-25)

¹ Referência ao capítulo do livro: LUCA, 2005.

Outro ponto importante são as transformações no campo jornalístico. As mudanças administrativas e o layout das páginas são dois exemplos simples dos vários pontos de mudança. É possível compreender a reforma e modernização da imprensa brasileira a partir da fundação de um mercado empresarial dos jornais, responsável pelas mudanças no “fazer jornalístico”. (RIBEIRO, 2007, p. 17) Esse quadro está relacionado com as mudanças econômicas ocorridas no Brasil nos anos de 1950 e que impulsionaram o novo modelo no campo da imprensa. (RIBEIRO, 2007, p. 48)

Quando pensamos a imprensa como objeto é preciso dizer que,

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios. (NEVES et al., 2006, p. 10)

Nesse sentido, os jornais constituem-se como formadores de opinião pública quando são tidos como o veículo de comunicação. A imprensa e sua constituição como ramo empresarial é cercada por diversos fatores que possibilitam a compreensão de suas funções sociais, nas palavras de Maria Helena Capelato,

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). (CAPELATO, 1988, p. 17-18)

Dessa maneira, podemos inferir que os jornais são, além de meios políticos e de comunicação, empresas comprometidas com sua manutenção através do lucro. E, esse fator é crucial nas reflexões sobre as representações que a imprensa produz sobre determinado tema ou grupo social.

História política, representação e ditadura

A conjuntura em análise neste trabalho foi marcada por tensas relações entre a imprensa e o estado autoritário. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade. (MOTTA, 2013, p. 63)

A partir desse exemplo e da ideia de imprensa como espaço de representação, consideramos o conceito de “representação” como prática discursiva – narração – e estratégia

cultural através da análise da narração. Roger Chartier afirma que as representações “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam”. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Segundo Chartier,

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011, p. 16)

Desse modo podemos identificar ao menos algumas noções relacionadas à análise dos jornais, ou seja, devemos considerar que, a título de exemplo, um editorial em condições de censura sofrerá influencia de pressões políticas externas, ou ainda, e mais simples é considerar que um periódico, como já foi mostrado, é uma empresa que está sujeita às condições sociais. No caso dos textos, como jornais, a alerta na análise da construção do discurso deve ser reafirmada.

Em condições de autoritarismo, por exemplo,

É possível, portanto, compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e por apostas. (CHARTIER, 2011, p. 20)

Nesse sentido, há o embate de forças pelo poder no meio jornalístico e nos espaços midiáticos de maneira geral. O que corrobora e influencia diretamente na atuação dos jornais. A imprensa em períodos como o da ditadura civil-militar era marcada por uma série de embates que não se resumem apenas em publicações de apoio ou contestadoras. Há de se considerar o caráter e significado que os periódicos possuem na sociedade.

Este é o contexto em que se insere a Guerrilha na Serra do Caparaó. Um foco guerrilheiro organizado em sua maioria por militares cassados após o golpe civil-militar. Eram marinheiros e sargentos que apoiaram dentre outras coisas, as reformas de base do governo João Goulart, além de civis que formavam o MNR. As movimentações do grupo em torno da serra – localizada entre Minas Gerais e Espírito Santo - se iniciaram em 1966, com o reconhecimento da região, transporte de equipamentos. O grupo ficou na serra até abril de 1967, quando se deu as prisões, fazendo com que de fato a guerrilha não se concretizasse. (GUIMARÃES, 2016)

A Guerrilha na Serra do Caparaó: a grande imprensa e “os acontecimentos sem importância”

No *Jornal do Brasil* o levantamento foi feito com base nas datas do evento retiradas da bibliografia específica sobre o tema e através de buscas por palavras-chave na plataforma digital da Biblioteca Nacional. Destes, a maioria são noticiários, mas também há ocorrência de editoriais, colunas e charges. Analisamos edições entre 5 e 12 de abril de 1967, e edições posteriores as prisões dos guerrilheiros na Serra do Caparaó.

Deste material, podemos fazer algumas análises sobre o que foi veiculado no jornal sobre a tentativa de Guerrilha na Serra do Caparaó. Primeiramente, nos noticiários de 1967 é evidente o negacionismo e a tentativa de apagamento do ocorrido em Caparaó. Isso pode ser visto através das versões de autoridades militares publicadas pelo periódico.

Dessa maneira, a partir dos primeiros noticiários temos os esclarecimentos do governo em relação ao ocorrido através de entrevistas com ministros, fala de assessores e declarações extraoficiais de pessoas ligadas a essas autoridades. Exemplo disso são duas matérias: “Os presos de Caparaó não representavam perigo à Segurança Nacional”² e “o governo diz que foi uma ação isolada e que não teve nenhum apoio do povo, visto que a população local denunciou várias vezes a presença do grupo.”³

Outro ponto abordado são as questões geográficas da Serra do Caparaó e seu entorno enquanto lugar estratégico para uma guerrilha.⁴ Consta que desde antes do golpe de 1964 a localidade já era vista como um ponto de resistência dos militares que tentasse destituir Jango, além de ser um local de treinamento da PMMG. Na mesma página há um mapa detalhado da localização e pontos principais da serra. É dada ênfase em Caparaó como um lugar ideal, de acordo com as teorias, para essa tática, como facilidade para fuga, perseguição, distância e as implicações por ser um local de mata fechada.

O movimento aparece bem detalhado na edição de 4 de abril, com noticiários e menções no editorial e na *Coluna do Castello* apresenta-se como foram as prisões, quem eram os guerrilheiros, a localização, a perseguição, ligações com outros grupos, caracterização do líder, Amadeu Felipe e alguns antecedentes.⁵ No entanto, não consta o nome do grupo, o

² JB, 4 de abril de 1967 – p. 1.

³ Ibid., p. 3.

⁴ Ibid., p. 3.

⁵ Ibid., p. 3.

Movimento Nacional Revolucionário (MNR), talvez por desconhecimento ou por não necessidade de veiculação.

Podemos verificar certa afirmação do “desconhecimento” das autoridades militares sobre as prisões. Em versões extraoficiais ligadas ao Ministério do Exército as notícias de que havia um movimento armado em Caparaó são desmentidas ⁶, e que isso seria ruim para a imagem do país. Aqueles homens presos seriam apenas “bandoleiros primários” ⁷

É possível perceber a ridicularização do evento, principalmente pelo fato de serem poucas pessoas envolvidas em um movimento de guerrilha: “Exército considera ridículo que só oito façam guerrilha” ⁸

Diversas vezes, autoridades militares afirmam nas fontes que as prisões e os motivos para as mesmas eram apenas um problema regional que já estava sendo resolvido pela PM. E mais adiante, o jornal mostra que equipes de militares vão até a região para fazer uma “limpeza do local” ⁹ e na *Coluna do Castello* é afirmado que o presidente Costa e Silva seria capaz de “desarmar qualquer coisa até os Guerrilheiros da Serra do Caparaó.” ¹⁰ O que pode indicar o “poder” do governo sobre os opositores.

Sobre as versões do líder Amadeu Felipe no jornal, podemos dizer que através das mesmas as causas que levaram ao fim a guerrilha são apresentadas. A peste negra que atingiu o grupo, aparece com relativo destaque e até mesmo como fator principal para o desfecho e prisão do grupo de ex-militares na Serra do Caparaó. E o fato de Castelo Branco ter saído do poder, visto que era o fato pelo qual se organizou a guerrilha, ainda de acordo com as informações do líder.

No material de análise também se percebe a associação dos presos com outros crimes e IPMs. Sendo a maioria dos homens presos militares cassados após o golpe de 1964 era óbvio a implicação dos mesmos em inquéritos policiais. No entanto a divulgação de detalhes deste tipo nos noticiários que cobriram os eventos três anos depois precisa ser questionada. Seria talvez uma tentativa de influenciar a opinião pública sobre os indivíduos que participaram das movimentações em Caparaó.

⁶ Ibid., p. 03.

⁷ Ibid., p. 03.

⁸ JB, 5 de abril de 1967, p. 03.

⁹ Ibid., p. 03.

¹⁰ Ibid., p. 04.

A presença de fotografias, mapas, charges contribui para a formação de discursos em relação aos significados da guerrilha. As charges, por exemplo, reduzem o movimento a uma mera ação isolada e de pouco significado.¹¹ As fotografias permitem a visualização da localidade, dos presos, do material apreendido, das tropas, dos moradores.

A partir desta cobertura inicial, o destaque fica em torno da presença das Forças Armadas na Serra do Caparaó. Ocorrem bombardeios e intensas buscas na região. No entanto, o grupo de guerrilheiros já estava sob custódia da justiça. Neste sentido temos uma ambiguidade da demonstração dos poderes militares

As buscas terminam em 16 de abril de 1967 de acordo com o periódico. Já a partir de maio os noticiários são sobre alguns desdobramentos do ocorrido em abril do mesmo ano. Questões sobre os julgamentos e penas a serem cumpridas, sobre os líderes e a associação de Leonel Brizola à Guerrilha se sucedem. Tal figura tem grande destaque a partir do surgimento de seu nome nos debates entre parlamentos e nos inquéritos.

No *Última Hora* o levantamento também foi feito com base nas datas do evento retiradas de bibliografia sobre a guerrilha e datas já pesquisadas a partir do *Jornal do Brasil*. Destes, a maioria são noticiários, mas também se tem artigos, colunas e charge. Foram analisadas edições matutinas e vespertinas entre o dia 4 e 12 de abril de 1967.

Nos primeiros dias do mês de abril, momento em que ocorre a prisão do grupo de homens que estavam na Serra do Caparaó, o UH dá destaque e relevância para o evento. Isso pode ser observado, por exemplo, pelo fato do jornal ter enviado correspondentes especiais na região de Manhuaçu, em Juiz de Fora, em Belo Horizonte e em Brasília. A maior parte dos noticiários foi feito pelos jornalistas Oscar Cardoso e Sebastião Marinho e com base em informações coletadas pelos mesmos.

No conjunto de edições analisadas é possível identificar que o jornal publica dentro dos noticiários versões de várias autoridades militares sobre o ocorrido. Em um primeiro momento, se não durante todos os dias que se sucederam às prisões, as autoridades militares – tanto em versões oficiais como extraoficiais – mantiveram um discurso de apagamento e negação das problemáticas envolvendo as prisões na Serra do Caparaó. Isso pode ser visto em

¹¹ Ibid., p. 03.

uma matéria de capa “Exército não vê importância no acontecimento”¹² Aqui percebemos semelhanças com as veiculações do *Jornal do Brasil*.

Essa tentativa de manter discursos que negassem a importância ou as consequências que os acontecimentos na Serra do Caparaó poderiam representar dentro do governo militar pode estar associada à preocupação com o tipo de repercussão que o evento traria para a imagem da ditadura, tanto internamente quanto internacionalmente. Como pode ser visto no dia 4 de abril: “A prisão dos guerrilheiros provocou reações desencontradas no Exército”: a tarde eles negaram “qualquer movimento rebelde” e a noite disse que aguardava mais informações.¹³

Nas primeiras edições de abril de 1967 tem-se a produção de noticiários que englobavam o maior número de detalhes, principalmente no dia 4 de abril. Podemos perceber isso, através da caracterização de diversos temas. Desde o tipo de alimentação dos guerrilheiros, a presença de um avião teco-teco que reabastecia o grupo, até descrições dos cadernos e livros de campanha apreendidos pela PM aparecem nos noticiários, “Avião teco-teco localizou para a Polícia Mineira os 11 de Manhuaçu”¹⁴

Outro ponto importante é a construção de noticiários baseados em declarações do líder Amadeu Felipe da Cruz, principalmente no sentido de informar, a partir de sua fala, como foram os dias em que os homens permaneceram na serra e os motivos que os levaram a organizar a guerrilha. Ainda na edição de 4 de abril, seguem dois noticiários que exemplificam “Líder dos prisioneiros confessa que guerrilha era para Castelo”¹⁵ e “Última Hora ouve o líder dos prisioneiros”¹⁶

Diversas vezes o jornal coloca que a guerrilha foi organizada unicamente contra o governo de Castelo Branco. E sem dúvidas a figura de Amadeu recebe grande destaque, quando, por exemplo, o jornal dedica espaço para foto do líder sorrindo com o seguinte título “O bom humor do homem mau”¹⁷

¹² UH, 4 de abril de 1967, capa.

¹³ Ibid., p. 03.

¹⁴ Ibid., capa.

¹⁵ Ibid., p. 03.

¹⁶ Ibid., p. 08.

¹⁷ Ibid., p. 08.

Ao mesmo tempo em que as autoridades militares de várias instâncias negavam o possível caráter de periculosidade da guerrilha de Caparaó para a Segurança Nacional, as forças militares se diziam preparadas para acabar com qualquer movimento guerrilheiro em território nacional. Como podemos ver na capa de 5 de abril: “Exército se afirma apto a esmagar qualquer surto da guerrilha no país”¹⁸ e “PM amplifica caça a guerrilheiros: Exército vê fantasia em Caparaó”¹⁹

O destaque a partir do dia 5 de abril é em torno da chegada de outras forças militares nas cidades em torno da Serra do Caparaó que já aparecem noticiadas na capa, “Exército chega hoje à Caparaó” / “Operação limpeza nas serras de Minas Gerais”²⁰ Nesse sentido são deflagradas operações de varredura e busca por remanescentes guerrilheiros na Serra do Caparaó.

Há desencontros nas versões da Polícia Militar e do Exército quanto ao emprego das forças militares na busca por Caparaó. Houve a chegada de armamentos, viaturas e realização de treinamentos de homens na região. Essas variações podem estar ligadas, mais uma vez, ao tipo de discurso que o Exército queria que fosse divulgado: “Minas: novo choque no Caparaó”/ “Exército: ação apenas policial”²¹

A partir do dia 10 de abril o destaque fica em torno das tropas que estão no alto da serra e enfrentam dificuldades para continuar as buscas. Isso deve-se ao fato da região ser de difícil acesso por conta de suas condições geográficas e climáticas. Assim aparece no dia 12 de abril: “Frio e fome no Caparaó: patrulhas ficam isoladas”²² e “Frio e isolamento são “inimigos” de Caparaó”²³

O jornal também aborda as relações entre população local em torno da serra e o evento, isso pode ser visto, por exemplo, na coluna “*Hora H*”: “População civil: do bom humor ao medo”²⁴. Se antes a população desacreditava na ocorrência de guerrilha naquele local, passados alguns dias, e com a prisão de civis suspeitos de ajudarem os guerrilheiros, colocava em dúvida o que antes era levado com bom humor.

¹⁸ UH, 5 de abril de 1967, capa.

¹⁹ UH, 6 de abril de 1967, capa.

²⁰ UH, 5 de abril de 1967, capa.

²¹ UH, 6 d abril de 1967, capa.

²² UH, 12 de abril de 1967, capa.

²³ Ibid., p. 02.

²⁴ UH, 10 de abril de 1967, p. 03.

Não menos importante foi a utilização do termo “guerrilheiros” para designar os homens presos na Serra do Caparaó. O grupo preso foi frequente assim qualificado nos noticiários e colunas.

Podemos dizer que o jornal UH faz uma intensa cobertura de fotos. No período aqui citado em praticamente todos os noticiários tinha-se a presença de fotografias. A presença do fotógrafo Sebastião Marinho foi fundamental para a construção deste tipo de noticiário.

Como pode ser observado através da análise das fontes até aqui, a representação da Guerrilha na Serra do Caparaó na grande imprensa brasileira é marcada por detalhes, relativo espaço nas páginas, presença de imagens e matérias com correspondentes no local. O mês de maior destaque ao evento foi o próprio mês de abril.

Considerações Finais

A partir das representações apresentadas aqui buscamos mapear como os eventos na Serra do Caparaó eram vistos por dois grandes órgãos formadores de opinião pública, o que sem dúvidas influenciava na percepção da sociedade sobre os movimentos oposicionistas à ditadura.

E mediante as primeiras análises feitas, podemos inferir que os dois jornais deram bastante destaque e espaço aos acontecimentos. Detalhes, fotografias, produção de outros textos jornalísticos ligados ao evento para além dos noticiários são pertinentes em todo o recorte de análise. Nesse primeiro momento, o de ocorrência das prisões, percebe-se a intensa reprodução de fotografias, o que contribui para a compreensão e divulgação dos eventos em mais de uma categoria.

O assunto também foi abordado várias vezes na capa, praticamente em todas as edições, seja como manchete principal da página ou como assunto secundário. Por isso a preocupação das autoridades militares nas notícias - que os próprios classificavam como falsa e que gerariam um clima artificial de crise no país - e ao mesmo tempo a necessidade das mesmas em demonstrar a capacidade e poder do governo militar em esgotar as oposições.

O anseio é de que as reflexões apresentadas até o momento e que serão continuadas em trabalho futuros possam contribuir para a compreensão, mesmo que mínima, das esquerdas brasileiras.

Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>> Acesso em 16 de julho de 2018.

GUIMARÃES, Plínio F. Entre a violência e o afago: as ações da Polícia Militar de Minas Gerais na repressão à Guerrilha do Caparaó (1966-1967). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE (ANPUH-MG), 20, 2016, Uberaba. **Anais...** Uberaba, 2016. Disponível em: <<http://encontro2016.mg.anpuh.org/site/anais>> Acesso em março de 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013, p.63. Disponível em: <www.revistatopoi.org> Acessado em 22 de novembro de 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

Os jornais e a construção da História Local: desafios e potencialidades para o Ensino de História

Luan Pedretti de Castro Ferreira¹ (autor/apresentador)

Graduando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
luanpedretti@gmail.com

Anderson Ferrari² (coautor/orientador)

Resumo: O presente texto é resultado de uma pesquisa mais abrangente, realizada desde 2018, que consiste em discutir a relação entre as manchetes dos principais jornais que circularam na cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XX e sua contribuição para a escrita da História Local. Mais especificamente estamos trabalhando com os fatos ocorridos na cidade e que se transformaram em manchetes, entre os anos de 1960 até 2000. Trata-se de uma pesquisa documental, transformando as manchetes em objetos históricos, tendo como objetivo perceber em que contexto a cidade de Juiz de Fora é abordada e retratada como notícia. A pesquisa se desenvolve em três principais jornais que circularam no recorte espacial e temporal, que são: Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde. O procedimento metodológico consiste em selecionar e analisar quando Juiz de Fora é manchete de capa e relacionar esta manchete com o aspecto político, econômico e social, que marcou a história da cidade. Para esse texto elegemos como foco de análise a discussão teórica da contribuição dos jornais para a construção da história local, ou seja, quais as potencialidades e os desafios do trabalho com jornais para a construção da história de Juiz de Fora? Nossa aposta é que essa pesquisa possa contribuir para que essa história seja mais presente nas escolas da cidade, compreendendo a importância, as potencialidades e os desafios de se trabalhar um jornal em sala de aula. Até o momento percebe-se a pouca produção que relaciona as manchetes dos jornais com as potencialidades desses instrumentos enquanto documentos a serem investigados em sala de aula através do Ensino de História. Para além deste fato percebe-se a potencialidade de os jornais enquanto fontes históricas se apresentarem enquanto outro olhar à história oficial da cidade de Juiz de Fora referente ao período.

Palavras-chave: Jornais, História local, Ensino de história.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa mais abrangente que tem como tema central a construção da História local nos jornais da cidade. Mais especificamente trabalhamos com as manchetes e primeiras páginas dos jornais, espaços em que buscamos as notícias sobre a cidade de Juiz de Fora no período entre 1960 e 2000. Partimos da concepção de História entendida como discurso. Segundo Keith Jenkins (2011),

¹ Bolsista de Iniciação Científica (BIC) no projeto: “Ensino de História: as fotos que fizeram a História de Juiz de Fora 1900-2000.”

² Professor da Faculdade de Educação da UFJF e professor permanente do PPGE/UFJF, coordenador do projeto de Iniciação Científica “Ensino de História: as fotos que fizeram a História de Juiz de Fora 1900-2000”.

a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (a coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm.” (JENKINS, 2011, p. 23).

Com isso queremos assumir que a História é construção e o que mesmo objeto de investigação pode ser problematizado a partir de diferentes práticas discursivas.

O trabalho com essa concepção de História como discurso e como construção nos aproximou dos jornais locais que circulavam na cidade para analisar que cidade surge como construção nestes jornais? Que histórias aparecem como discurso nestes jornais? Que sujeitos e fatos históricos são merecedores de estarem nas primeiras páginas e nas manchetes dos jornais? Quando a cidade aparece nas primeiras páginas e nas manchetes, o que se diz dela? Fora essas questões que direcionaram nossos olhares investigativos para os jornais, entendendo que o trabalho com esse tipo de fonte parte do pressuposto de que eles – os jornais – não pertencem a um grupo homogêneo e, assim, como a história também são construções discursivas. Metodologicamente, o trabalho nos obrigou um afastamento de qualquer ingenuidade em lidar com essa fonte, afirmando que seus discursos de objetividade e imparcialidade em dar a “informação” não tem nada de neutralidade. Há um discurso político e relações de poder que atravessa a construção das matérias e mesmo as escolhas daquilo que está na primeira página. O que se torna notícia e como essa notícia é construída diz dessa relação de poder que está nesse processo de seleção. O jornal, assim com a História não visa a totalidade, eles são resultado de processo de seleção.

Em se tratando de uma pesquisa de Iniciação Científica, também tínhamos outro interesse nessa investigação que associava a construção da História local nos jornais da cidade com o Ensino de História. Nossa pretensão era construir um material a partir das análises históricas das manchetes e quando a cidade aparecia, de alguma forma, na primeira página que chegasse as salas de aula, auxiliando o trabalho dos professores e das professoras de História no trabalho com jornais e com a História local. O trabalho com jornal e com História local eram dois pontos de destaque na Proposta Curricular para o Ensino de História da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, em vigor desde 2012. Seguindo essas diretrizes, podemos problematizar que a compreensão dos aspectos sociais, políticos e culturais da cidade passa pelo conhecimento da História e, principalmente, da História local. Como ressalta Raphael Samuel

A história local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é

lida. Tudo pode variar, desde a escolha do tema até o conteúdo dos parágrafos individuais(...). O valor dos testemunhos depende do que o historiador lhe traz, assim como daquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento e entendimento do qual elas derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica; como o morto. (SAMUEL, 1989, p.237-239)

O ensino de História se apresenta enquanto espaço que essas manchetes podem ser utilizadas, contribuindo e possibilitando a construção do conhecimento histórico e a reflexão, quando utilizadas enquanto fonte histórica de cunho documental dentro das salas de aula. Portanto, a objetivo principal foi elencar manchetes e construir algo semelhante à um inventário, facilitando o trânsito de informações entre a produção acadêmica em História e em Ensino de História com a educação básica. Neste sentido,

O objetivo não é ensinar as coisas, dar conta de uma grande lista de conteúdos estabelecida por alguém em algum momento no passado. O objetivo maior é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas de que a história dispõe na vida prática, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas. (CERRI, 2011, p.81-82)

A necessidade de construir algo que seja voltado para o Ensino de História ocorre quando existe determinado distanciamento entre a produção acadêmica em História e a utilização destes conhecimentos no ensino básico; e até mesmo o não reconhecimento das escolas primárias enquanto lugares produtores de conhecimento e reflexão capazes de contribuir para a construção do conhecimento. Outra possibilidade levantada por esta pesquisa é a recuperação do espaço do arquivo enquanto espaço de depositário de fontes primárias que possibilita a realização de pesquisas acadêmicas sobre períodos determinados. Também estamos investindo na aproximação do arquivo com o espaço da escola, sendo mais um elemento a ser utilizado pelos professores e pelas professoras, espaço a ser explorado pelos alunos e pelas alunas, incentivando a curiosidade e apresentando de forma física e palpável o contato com a produção do conhecimento em história e a produção deste conhecimento.

Para o presente trabalho, surge a necessidade de discussão introdutória sobre o papel das manchetes na construção da história local e a introdução de tais elementos no cotidiano do ensino de história. Seleciona-se quatro exemplos de primeiras páginas para refletir e exemplificar as possibilidades e potencialidades dos trabalhos dentro das salas de aula.

Contextualização dos jornais

Selecionados os objetos de análise, houve a necessidade de delimitação temporal e geográfico-espacial. A cidade de Juiz de Fora, local onde se desenvolve a pesquisa, foi definida enquanto principal fonte de análise e para isso, selecionamos trabalhar com os principais jornais que circularam na cidade durante o período dos anos de 1960 e 2000. Esse recorte temporal se justifica pelas condições de preservação dos jornais nos dois principais arquivos da cidade: o setor de memória da Biblioteca Murilo Mendes e o Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Inicialmente, tínhamos a pretensão de trabalhar com o recorte do século XX, investigando jornais que circularam entre 1900 a 2000. Mas em função das condições de preservação e manutenção dos jornais só foi possível pesquisar nos jornais da segunda metade do século XX, que foram classificados enquanto fontes para contribuir com a reflexão sobre a memória deste período histórico. Encontramos todos os jornais muito bem preservados, o que facilitou o manuseio e a pesquisa, revelando um grande número de possibilidades de trabalho, o que nos exigiu estabelecer como seleção o foco nas primeiras páginas, seja quando a cidade aparece como manchete dos jornais ou mesmo quando se apresenta na primeira página. Assim, no que se refere a metodologia, nosso objetivo principal consistiu em selecionar e elencar as principais notícias que ocorreram no período.

Em relação aos objetos, tivemos acesso à três diários que circularam na cidade no período recortado: O *Diário Mercantil*, o *Tribuna de Minas* e o *Tribuna da Tarde*. O *Diário Mercantil* circulou de janeiro de 1960 a novembro de 1983. *Tribuna de Minas*, de setembro de 1981 a dezembro de 1985, voltando depois a circular entre dezembro de 1992 e dezembro de 2000, considerando o recorte que nos interessa na pesquisa. O *Tribuna da Tarde* esteve presente na construção da história local entre junho de 1986 a novembro de 1992. Estes jornais em seus períodos específicos se caracterizavam como a principal fonte de notícia, para públicos específicos; em alguns casos até mesmo moldando o pensamento social acerca de determinado fato ocorrido, como pretendemos analisar mais à frente. A comparação entre os três será inevitável, por mais que o período em que circularam concomitantemente seja mínimo – o *Diário Mercantil* e o *Tribuna de Minas* entre setembro de 1981 e novembro de 1983, por exemplo.

Refletindo especificamente sobre cada periódico, o *Diário Mercantil* é um jornal que foi fundado no ano de 1912 e sua primeira edição foi publicada no ano de 1917. Um jornal fundado, principalmente para trazer notícias sobre o PRM (Partido Republicano Mineiro), as ações e ideologias do partido. Portanto, entende-se que este periódico, tinha o interesse de atender à determinada elite política que estava vinculada ao partido. Como destacado por

Christina Musse (2008), a primeira edição do jornal deixava explícita as filiações do periódico com determinado grupo social que se encontrava em ascensão no período:

É evidente que não poderíamos pretender esse apoio [da opinião pública] se não afirmássemos desde logo que os interesses das classes produtoras do paiz, quando legitimos, terão em o “Diário Mercantil” um advogado solícito e fiel.

E de defensores solícitos e fieis precisam sempre, especialmente nesta hora, a lavoura, o commercio e a industria, as tres grandes forças de onde promanam a riqueza particular e publica, e, portanto, o bem-estar do paiz. [...]

Em um paiz novo a acção dos governos tem de se orientar no sentido de amparar e fortalecer a iniciativa particular, de modo que lhes cumpre planejar e executar medidas tendentes a esse nobre e proveitoso fim: quaes sejam ellas, eis o que teremos de indicar pelo tempo afóra, inscrevendo-as como parte importante do programa que teremos de realizar. (EDITORIAL, 1917, p.1).” (APUD, Musse, 2008).

O periódico, dessa forma, seguirá a mesma linha ideológica até o recorte temporal delimitado na nossa pesquisa. Em tempos de Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar, é perceptível a participação do jornal na construção da narrativa sobre os acontecimentos para a sociedade e o posicionamento deste periódico. Cosette de Alencar, um colaborador do jornal, na comemoração dos 56 anos de atividade do periódico, considerou o *Diário Mercantil* como o “alter ego de Juiz de Fora, porta-voz e guia da opinião pública”. (MUSSE, 2008, p.4).

O periódico, não resistiu ao padrão econômico global que fragilizou àqueles que tinham recorte local e determinou um diferente modelo de concorrência, dependente cada vez mais da tecnologia e da circulação de notícias ao nível global. Sendo produzido artesanalmente até o final de sua circulação, o *Diário Mercantil* tentou se adaptar às exigências do mercado de produção em massa, recebendo retorno não tão positivo, sendo fechado em novembro de 1983. Dessa forma, devemos recordar do *Diário Mercantil* enquanto “um veículo da elite conservadora, que ajuda a ordenar o espaço público e dá voz àqueles que representam o poder político e econômico [...]” (MUSSE, 2008, p.8).

Seguindo com o recorte delimitado para a reflexão da pesquisa em geral e do trabalho aqui objetivado, temos o jornal *Tribuna de Minas*. Este apareceu em setembro de 1981, fazendo concorrência com o principal jornal de circulação de notícias locais da região de Juiz de Fora e da Zona da Mata Mineira, que no caso era o *Diário Mercantil*. Seu dono, que também era o dono da Empresa Gráfica Esdeva, uma das maiores empresas da região, deixava explícito em seu primeiro editorial a proposta ao qual surgiu o *Tribuna de Minas* que era de modernizar o jornalismo local, atender a todos os públicos consumidores de jornais diários,

estimular aqueles que estavam desencantados com o que lhes era oferecido até então, fazer publicação de notícias para todos os públicos voltando-se para os serviços, cobrar as autoridades e políticos sobre os problemas cotidianos da cidade e, acima de tudo, não emitir opinião política. (FERNANDES, 2005).

Em 1986, o jornal com o objetivo de expandir o seu público e seu recorte espacial, muda sua sede para a capital do estado de Minas, Belo Horizonte, deixando de ter enquanto foco principal de notícia a cidade de Juiz de Fora e sua região. Em Juiz de Fora, cria-se o *Tribuna da Tarde* que tinha o mesmo propósito do jornal *Tribuna de Minas*, apenas o substituindo enquanto periódico com o foco principal na cidade e região. Em 1992, após não obter o sucesso esperado em Belo Horizonte, o periódico retorna para Juiz de Fora, se torna a principal fonte de notícia escrita e cada vez mais expande sua forma de comunicação com o leitor - criando seu website, suas redes sociais, entre outras.

Detalhando as características físicas de cada jornal, elas se iniciam de forma parecida: 8 páginas e a medida do tempo estes expandem, chegando à números distantes do inicial, a exemplo do *Diário Mercantil* que chega a edições com 32 páginas ou mais. Estes jornais, apesar de diários, circulam apenas seis dias na semana - de terça à domingo, sendo a edição de domingo a que contém mais páginas e traz maior variedade notícias assim como publicidades.

Um elemento que chama atenção em relação a estes jornais e que conseqüentemente é motivo de comparação, se encontra em relação à política e ao posicionamento daquele periódico. Discutir imparcialidade nos jornais se coloca como algo quase impossível, devido ao fato de este estar associado à lógica mercadológica, principalmente após a reforma que a imprensa brasileira passou após a década de 1950. A ideia de imparcialidade não se apresenta como uma possibilidade a partir do momento que é possível a compra de editoriais por grupos sociais, econômicos e até mesmo políticos.

A comparação ocorre quando é perceptível todo o posicionamento e a defesa do *Diário Mercantil* frente ao regime militar, tendo jornalistas que acompanham as tropas que saem da cidade de Juiz de Fora em direção ao então Estado da Guanabara, agora Rio de Janeiro. O trabalho de memória feito pelo jornal em todos os dias 31 de março após o ano de 1965, destacando o papel central de Juiz de Fora enquanto “capital Revolucionária” e a defesa do regime militar como um todo, até mesmo tranquilizando a população com relação à aos presos políticos e aos rumores de tortura que acontecia na 4a região militar, no presídio de

Santa Terezinha e no Presídio de Linhares. Em contraste com este jornal, temos o *Tribuna de Minas* que, na primeira publicação, demarca o fato de este ser um periódico sem nenhuma função de emitir opinião política.

Os jornais, sendo elementos de grande circulação de opinião, também se configuram enquanto elementos que possibilitam o uso de elites políticas, intelectuais ou econômicas com o objetivo de moldar e cercear a possibilidade de pensamento da população. O caso do *Diário Mercantil* se configura enquanto emblemático para refletir sobre como este construiu uma narrativa acerca do golpe civil-militar que viria a se tornar uma ditadura militar que duraria cerca de 21 anos, perseguiria e executaria opositores ao regime, com o discurso de “combate ao comunismo”. O jornal definiu inimigos sociais, que seguiam ideologias diferentes da sua, possibilitando que a condenação destes acontecesse de forma pública através das notícias, antes mesmo do julgamento que ocorreria de forma arbitrária a condenar sujeitos simplesmente por sua ideologia política.

O Jornal e a história local

Essa relação entre a pesquisa com os jornais e a construção da história local da cidade de Juiz de Fora está ancorada no entendimento do jornal como fonte histórica e de seu uso como fins educativos. Com isso, estamos apostando no uso do jornal em sala de aula, que ocorre na medida em que esse meio de comunicação seja reconhecido como fonte histórica e que adquira um fim didático na relação de ensino-aprendizagem nas salas de aula. Olhando para o conjunto das primeiras páginas selecionadas destacamos a construção do cotidiano da cidade. Uma história do cotidiano que se relaciona com um contexto mais abrangente. Neste diálogo queremos selecionar um dos momentos mais significativos na história da cidade em relação com os acontecimentos nacionais.

Esse momento diz da participação das forças militares sitiadas na cidade no golpe civil-militar de 1964. O fato histórico foi a manchete do dia 01 de abril do ano de 1964, quando a reportagem do jornal *Diário Mercantil* acompanhou a saída das tropas desde a cidade de Juiz de Fora, até o Rio de Janeiro, para a consumação do Golpe Militar e a instauração a Ditadura militar, que teria duração de 21 anos no país. “*O General Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da força de defesa da democracia em Minas Gerais*” foi a manchete da data destacada. Percebe-se o posicionamento do jornal perante os acontecimentos, demarcando sua linha política, que continuaria seguindo a partir daquele evento, de tal maneira que temos ao longo de todo ano de 1964 o acompanhamento

quase diário dos acontecimentos daquilo que foi classificado como “revolução” e “manutenção da democracia”, pelo jornal. Neste sentido, este jornal em especial parece se constituir como um material de análise importante para pensar os reflexos deste fato histórico para constituição da memória da cidade, o que reforça a defesa de Maria Alice Faria (2009) que aponta o jornal como um subsídio para potencializar o aprendizado em sala de aula, sobretudo se pensarmos sobre a estrutura e linguagem do jornal.

É perceptível também, como este jornal tem a potencialidade de moldar o pensamento de seus leitores, que contribuíram com o golpe em si e a instalação deste poder militar a frente do governo brasileiro. Diante disso temos a manchete de 07 de abril de 1964, “*A população de JF veio para a rua confirmar o seu NÃO ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade*”, nos indicando a participação e o apoio popular no estabelecimento do golpe, nos levando a entender a ideia de Golpe Civil-militar, sendo esta ação não somente praticada pelas forças militares, mas também contando com apoio social.

Uma terceira possibilidade de reflexão a partir das capas do *Diário Mercantil* está na manchete do dia 28 de abril de 1964, quando esta apresenta “*Comando Revolucionário ordena à Câmara Municipal de Juiz de Fora a cassação dos mandatos dos edis comprometidos com o governo de Jango*”. Sobre esta manchete percebemos que o jornal já apresenta juízo de valor referente aos vereadores que estavam de acordo com o governo de João Goulart e conseqüentemente contrários ao processo de golpe que se iniciaram algumas semanas antes, além de levar o seu posicionamento pessoal para os leitores contribuindo com a criação de um imaginário sobre os sujeitos favoráveis às medidas de reformas apresentadas pelo governo do presidente deposto.

As reportagens selecionadas aqui nos convidam a reflexões sobre a história da cidade de Juiz de Fora a partir das relações desse cotidiano e as possibilidades de ressignificação de alguns conteúdos tradicionais da cultura escolar como, por exemplo, o golpe civil militar. Para Viñao Frago (2000), a cultura escolar é um conceito entendido como

modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas – no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico – e integrar-se na vida cotidiana das mesmas. (VIÑAOFRAGO, 2000, p. 100).

A cultura escolar diz daquilo que é difundido nas escolas às novas gerações. Estamos partindo do pressuposto que existem relações fundamentais entre cultura, escolas e sujeitos.

As características do cotidiano escolar é o que Forquin (1993) chamou de “cultura da escola”, que pode ser entendida como “mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz”. (FORQUIN, 1993, p. 168). Diferente da Cultura da Escola, o autor também nos apresentou outro conceito importante para pensar as relações possíveis entre o uso dos jornais e o ensino de história – Cultura Escolar – como sendo o conjunto de saberes organizado para os fins didáticos e que compõe a base de conhecimentos que organiza a relação entre professores-alunos-currículos que devem ser trabalhados.

O que essas definições nos convidam a pensar na relação com o uso dos jornais é que esses instrumentos podem e devem ser incorporados no ensino de história como forma de ampliar o uso das fontes e dos suportes didáticos para as aulas. Como nos alerta Kátia Maria Abud (2010) “não significa que jornalistas são historiadores; estes estudam o passado baseados em conceitos e métodos específicos, os jornalistas, por sua vez, produzem narrativas que são registradas e lidas em jornais, revistas, sites, rádio e televisão” (ABUD, 2010, p. 27). O que estamos defendendo, portanto, é que o ensino de história se faz na diversificação das propostas que devem ser usadas na construção das aulas, na relação entre professor-aluno, na circulação na cidade, etc. A leitura e escrita tida como atividade fundamental nas escolas envolve a leitura e escrita de mundo, que no que tange ao ensino de história, precisa ser acompanhada de debates, visitas aos espaços na cidade, trabalho em arquivos com jornais e outras fontes de construção de sentido e memória da cidade, projeção de filmes, enfim, um conjunto de procedimentos que façam os alunos e alunas compreenderem a história como uma construção humana do conhecimento.

Conclusões

Após breve discussão sobre as potencialidades que os jornais possibilitam para a construção do conhecimento histórico, sendo apresentadas e utilizadas enquanto fontes históricas dentro de sala de aula e na própria sociedade, chegamos a algumas conclusões parciais. Inicialmente entendemos que é possível recuperar uma história local, que ainda é pouco explorada dentro de pesquisas acadêmicas, na sociedade e nos espaços de educação básica dentro dos recortes estabelecidos para este trabalho. Os jornais se apresentam como grandes concentrações de eventos históricos relacionados com a cidade de Juiz de Fora, permitindo que as correlações, a reflexão e o incentivo à pesquisa aconteçam.

Outro ponto relevante dessa pesquisa, que nos permite apontar conclusões parciais é a recuperação do arquivo enquanto um espaço de aprendizado extraescolar, disponível para ser utilizado por estudantes de diversos segmentos e níveis escolares. A terceira conclusão parcial se apresenta no sentido da ação direta na escola, entendendo este espaço também com construtor de conhecimento, contribuindo com o questionamento consequentemente com o conhecimento histórico e a produção de História. A utilização dos jornais enquanto fontes históricas nas escolas básicas e em pesquisas acadêmicas apresentam diversos caminhos e diversas potencialidades para a contribuição e reflexão destes elementos enquanto fonte primária.

Fontes

- DIÁRIO MERCANTIL. 01/04/1964. **General Mourão sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Força de Defesa de Democracia em Minas Gerais.** P. 1. Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora
- DIÁRIO MECANTIL. 07/04/1964. **A população de JF veio à rua para confirmar o seu NÃO ao comunismo. O povo em lágrimas e com flores recebeu a tropa da liberdade.** P. 1. Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora
- DIÁRIO MERCANTIL. 28/04/1964. **Comando Revolucionário ordena à Câmara Municipal de Juiz de Fora a cassação dos mandatos dos edis comprometidos com o governo de Jango.** P. 1. Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora
- DIÁRIO MERCANTIL. 06/05/1964. **Não há clima de terror em Juiz de Fora e nem arbitrariedade contra presos políticos.** P. 1. Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora

Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. **Ensino de história.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- FARIA, Maria Alice. **Para ler e fazer jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Como usar o jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2009.
- FERNANDES, Livia. **As manchetes que fizeram a história da Tribuna de Minas.** In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – Intercom Júnior, Rio de Janeiro, 2005. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2005, 12p.
- FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). In: Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação da região sudeste, 2008, Juiz de Fora. **Anais...**, Juiz de Fora UFJF, 2008.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1989.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico. **Contemporaneidade e Educação** (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000.

O jornal *A Imprensa* e o projeto da arquidiocese paraibana para o cinema (1937-1942)

Luiz Araújo Ramos Neto

Mestrando em História

PPGH/UFPB

luizaraujoramosneto@gmail.com

Resumo: Esta proposta de comunicação se propõe a discutir o projeto desenvolvido pela arquidiocese da Paraíba em relação ao cinema, tendo como foco principal, o discurso produzido por seu impresso oficial, o jornal “A Imprensa” entre os anos de 1937 e 1942 no tocante à sétima arte. O processo de desenvolvimento e profissionalização do cinema não passou despercebido por setores influentes da Igreja Católica, que desde as primeiras exibições cinematográficas, já demonstravam interesse nas possibilidades oferecidas pela mesma para a propagação da fé cristã, ao mantê-la dentro dos desígnios morais defendidos pelo catolicismo. Tal preocupação ofereceu subsídios para um posicionamento oficial da Igreja Católica Apostólica Romana em relação ao cinema, materializado em julho de 1936 com a encíclica *Vigilanti Cura*, assinada pelo Papa Pio XI, que estabeleceu como diretrizes para a ação dos católicos, o estabelecimento de uma classificação moral para os filmes e da criação de cineclubes nas paróquias e nas associações pastorais. Na Paraíba, as discussões acerca de tal projeto de moralizar o cinema tinham no jornal “A Imprensa”, de propriedade da Arquidiocese, um ponto de convergência, visto que, respondendo às recomendações do Vaticano presentes na bula papal de 1936, incluiu no ano seguinte, uma sessão do jornal para os assuntos de cinema, teatro e rádio (LEAL, 2007, p. 122). Tal segmento, intitulado “Cinema e Teatro” passa a figurar nas edições do jornal desde sua primeira aparição no dia 16 de janeiro e se tornou um espaço tanto para a divulgação da programação dos cinemas da capital paraibana, quanto para se discutir a sétima arte dentro dos parâmetros morais defendidos pela Igreja, através de colunas que se debruçavam sobre diversas questões que partiam, tanto da denúncia de supostas “imoralidades e excessos” presentes em produções de grande repercussão, como também ensaiavam discussões que viriam a ser aprofundadas com a crítica especializada formada a partir da década de 1950. Desta forma, buscamos compreender o projeto moralizante desenvolvido pela Igreja Católica na Paraíba a partir da análise de matérias, colunas e editoriais do jornal “A Imprensa”, cuja temática, centralize-se no debate sobre a sétima arte.

Palavras-chave: Cinema, Imprensa, Igreja Católica.

A presente comunicação, deriva de resultados preliminares obtidos em relação ao trabalho que desenvolvo, na qualidade de mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB), que busca analisar o projeto desenvolvido pela Igreja Católica em relação ao cinema no Estado da Paraíba entre os anos de 1937 e 1942 a partir do jornal “A Imprensa”, editado pela arquidiocese do estado.¹

¹ Utilizo como objeto, e principal fonte de pesquisa, o jornal “A Imprensa”, de propriedade da Arquidiocese da Paraíba, tendo sido fundado no ano de 1897. Ao todo, configuram mais de mil edições entre os anos de 1937 e 1942, a serem analisadas para a presente pesquisa de mestrado.

O surgimento do cinema se dá na efervescente segunda metade do século XIX, como a instância final de todo um processo de inovações tecno-científicas, que, através dos esforços empreendidos por inúmeros artistas e cientistas, objetivaram a reprodução da realidade através de meios artificiais, incorporando em seus resultados, o conceito de imagem em movimento surgido ao longo do oitocentos².

O mérito de tal invenção, apesar da frequente atribuição aos irmãos Lumière com a apresentação de seu *cinematographe* em 1895, não pode ser resumida apenas a um contexto, visto que as inovações inerentes aos processos de filmagem e exibição cinematográficas derivam de descobertas em torno do aperfeiçoamento das técnicas fotográficas, do surgimento da celuloide e da aplicação de métodos de maior precisão na construção dos aparatos de projeção (COSTA, 2012, p.18).

As produções relativas à este primeiro cinema, cunhado pelo historiador Tom Gunning de “cinema de atrações” consistiam, não em uma habilidade narrativa, mas no objetivo de utilizar-se de tal novidade tecnológica para maravilhar e espantar o expectador, fato justificado pelos locais escolhidos para as primeiras exibições, que eram feiras, exposições e parques de diversões (COSTA, 2012, p.24). Tanto a natureza itinerante referente a tais espaços, como também a possibilidade de se gravar e reproduzir o material audiovisual através do mesmo aparelho (possibilidade oferecida pelo cinematógrafo) foi fundamental para a proliferação da sétima arte ao redor do mundo, inclusive no Brasil, que teve sua primeira exibição em 08 de julho de 1896, no Rio de Janeiro (LEAL, 2007, p. 29).

No ano posterior, em 1897, o cinema chega à então cidade da Parahyba (futura João Pessoa), sendo importado da França para complementar as atrações da festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, conforme afirma Adeílma Carneiro Bastos (2009, p. 25):

Tais experiências localizam-se no campo da exibição de filmes. O primeiro aparelho de exibição do qual se tem notícias no estado, veio da França. O cinematógrafo foi instalado na Rua Nova, nº 2 e funcionava como um complemento às atrações da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves, ou, como é popularmente conhecida, Festa das Neves.

O responsável pela importação do aparelho de exibição cinematográfica e pela sua exibição para o público da capital paraibana, foi o italiano Nicolau Maria Parente, sendo pioneiro na área em todo o estado, o que torna evidente, seguindo o padrão que ocorreu nas

² Segundo Flávia Cesarino Costa (2012), as origens do cinema se encontram tanto nas práticas de representação visual pictórica, quanto nos inventos ópticos surgidos ao longo do século XIX, como o Taumatrópio (1825), o Fenaquistiscópio (1832) e o Zootrópio (1833).

demais regiões do Brasil, a importância da presença estrangeira (no caso, italiana) em tal período inicial do cinema na Paraíba, conforme afirma Leite (2005, p. 21):

Assim pelo menos no início, a introdução do cinema no país coube, segundo os historiadores, aos imigrantes italianos, que trouxeram certa experiência da Europa para realização de tarefas tão avançadas para os habitantes de um país que recentemente abolira o trabalho escravo. Porém, alguns anos mais tarde, os brasileiros, principalmente os oriundos da profissão recente de fotógrafo, aprenderam manejar a sofisticada e revolucionária câmera cinematográfica e enveredaram para o instigante e criativo mundo do cinema.

A partir de tal período inicial, o intervalo de tempo entre os anos 1900 e 1940, foi marcado pelo surgimento de vários avanços tecnológicos em relação à exibição cinematográfica, cuja profissionalização ocasionaria a consolidação de um mercado de salas de exibição, que surgem em várias localidades na capital, onde podemos destacar a importância do histórico teatro Santa Roza que, passa realizar a exibição de filmes entre os anos de 1911 e 1941, sendo responsável, em 1931, pela primeira exibição do cinema falado no estado, segundo relata Bastos (2009, p. 27-28):

O cine-teatro Santa Roza funcionou de forma sistemática de 1911 até 1913, entretanto, a partir de 1913, foi obscurecido, voltando a exibir filmes só em 1914 [...] funcionando até 1917, quando o teatro foi fechado para a primeira reforma do edifício, desde sua inauguração em 1889. Contudo, o retorno da sala de exibição do cine-teatro Santa Roza, em setembro do mesmo ano, já não causou tanto impacto, no sentido de continuar a arrebatar frequentadores (...) essa perda de prestígio aprofundou-se ainda mais e, durante a década de 1920, a programação deste cine-teatro foi preenchida apenas com concertos e recitais. Porém, a partir de 1931, o teatro ressurgiu como cinema, inclusive, sendo responsável pela primeira exibição do cinema falado na Paraíba, com o filme *O tenente sedutor* (Ernst Lubithsh, 1931). Mesmo assim, parece que já havia se passado o período do cine-teatro Santa Roza. Sua última exibição oficial, datada de 21 de dezembro de 1941.

No entanto, os avanços alcançados pela sétima arte em território paraibano, não se situaram apenas no campo exibidor, visto que o período também protagonizaria o surgimento dos primeiros cineastas paraibanos, dentre os quais, destaca-se o trabalho de Walfredo Rodrigues que, sendo considerado o fundador do cinema paraibano, teve importante contribuição no gênero do cinema documentário com as obras: *Carnaval de 1923, no Recife* (1923), *Sob o céu nordestino* (1928) e *Reminiscências de 30* (1931).

O contexto de avanço nos campos da exibição e da produção cinematográfica ofereceu subsídios para que fossem publicados os primeiros diálogos de com o cinema, através do surgimento de matérias, colunas e editoriais de conteúdo exclusivo para a sétima arte (LEAL, 2007, p.116-117). Tais primórdios de uma crítica especializada surgiram entre os periódicos

que tinham circularidade na capital, sobretudo na revista “Era Nova” que, buscando elucidar sobre outras faces do audiovisual, para além do entretenimento, criou, a partir de sua quarta edição (em 1921), sessões destinadas para ensaios sobre cinema como “*Echos da Arte*” e “*Telas Parahibanas*”. Contudo, apesar de buscarem o diálogo com a sétima arte, os textos publicados centravam suas preocupações, em relação à distribuição de filmes na Paraíba, na qualidade das películas e no estado dos locais de exibição, sendo a higiene dos mesmos, sempre alvo de problematização (LEAL, 2007, p. 118–119).

Tal processo de desenvolvimento e profissionalização do cinema, ocorrido, sobretudo na Europa e no continente americano, não passou despercebido por setores influentes da Igreja Católica, que já demonstravam, desde as primeiras exibições cinematográficas, o interesse nas possibilidades oferecidas pela sétima arte para a propagação do cristianismo, ao mantê-la dentro dos desígnios morais defendidos (CHAVES, 2012, p. 02).³ Segundo Claudio Aguiar Almeida (2002, p. 36), a consolidação de uma vocação comercial no setor audiovisual, ocasionou uma diversificação de “gêneros que iam das Paixões de Cristo à pornografia, passando por documentários de viagens, aventuras e “filmes de truque”, que incluíam, entre outros personagens, o próprio demônio”; fato que levou os católicos a sistematizarem sua preocupação com o cinema através do surgimento de organizações voltadas para tentar manter o cinema dentro dos desígnios morais defendidos pela Igreja.⁴

A presente preocupação por parte dos católicos, ofereceu os subsídios necessários para um posicionamento oficial da Igreja Católica Apostólica Romana em relação ao cinema, que se materializou em julho de 1936, com a encíclica *Vigilanti Cura*, assinada pelo Papa Pio XI em que, reconhecendo o papel exercido pela sétima arte na formação de consciências, estabelece diretrizes para a ação dos católicos, sobretudo ao conclamar a necessidade do estabelecimento de uma classificação moral para os filmes e da criação de cineclubes nas paróquias e nas associações católicas (CHAVES, 2012, p. 04-05). Na Paraíba, as discussões acerca de tal projeto de moralizar o cinema tinham no jornal “A Imprensa”, de propriedade da Arquidiocese, um ponto de convergência.

³ Inimá Simões (1999), destaca que a primeira manifestação de censura cinematográfica em território nacional foi realizada 1908 na cidade de São Paulo, no teatrinho do Grêmio São Paulo, mantido pela Igreja Católica. Neste local, trechos de fitas impróprias aos princípios da moral católica eram editados para não serem vistos pelo público. Para mais informações, ver: SIMÕES, 1999, p. 21.

⁴ Chaves (2012) destaca a atuação, em âmbito internacional, da *Legion of Decency*, grupo católico americano responsável pela formulação do Motion Picture Production Code, conjunto de regras morais aplicadas às produções americanas entre os anos de 1930 e 1968.

O jornal foi criado em 1897 pela Igreja Católica paraibana com o nome *A Imprensa Católica* (Que posteriormente seria renomeado apenas para *A Imprensa*), teve grande circulação, chegando, a partir de 1912, a possuir uma tiragem de 2.000 (dois mil) exemplares, cuja cobertura abarcava todo o estado da Paraíba. Teve funcionamento até o ano de 1968, com períodos de hiato entre 1905 e 1912, e entre 1942 e 1946 (ARAÚJO, 1986; p. 334). Nas palavras de José Pereira de Souza Jr (2015, p. 1), o jornal:

foi um ato de promover a Igreja através de seus escritos, assim como disseminar entre seus leitores as bases de uma conduta moral, social e religiosa. Foi ainda, uma das estratégias de ação para a romanização, além de ser porta-voz dos interesses confessionais católicos. Era um jornal a serviço da Igreja e em defesa da “verdade” pautada na religião católica.

A partir de 1937, em resposta às recomendações do Vaticano presentes na bula papal *Vigilanti Cura* de 1936, o impresso, que na época possuía periodicidade diária, passou a incluir uma sessão do jornal para os assuntos de cinema, teatro e rádio (LEAL, 2007, p. 122). Tal segmento, intitulado “Cinema e Teatro” passou a figurar na vasta maioria das edições do jornal, a partir de sua primeira aparição no dia 16 de janeiro, e se tornou um espaço tanto para a divulgação da programação dos cinemas da capital paraibana, quanto para se discutir a sétima arte dentro dos parâmetros morais defendidos pela Igreja, através de colunas que se debruçavam sobre diversas questões que partiam, tanto da denúncia de supostas “imoralidades e excessos” presentes em produções de grande repercussão, como também ensaiavam discussões que viriam a ser aprofundadas com a crítica especializada formada a partir da década de 1950.

Desta forma, as edições do jornal *A Imprensa* escolhidas para análise no presente trabalho, correspondem ao intervalo entre os anos de 1937 e 1942, momento posterior à bula papal, em que se percebeu na publicação uma maior efervescência das discussões relacionadas ao projeto de moralização da sétima arte. As análises aqui produzidas, aparecem de forma preliminar, visto que a pesquisa desenvolvida ainda se encontra em seus estágios iniciais, vindo a ser aprofundada em produções posteriores.

Ao longo dos seis anos analisados, a sessão destinada pelo impresso para cobrir questões relativas à sétima arte sofreu reformulações, alterando sua formatação, seu título, seu tamanho, seu local de aparecimento no jornal, e chegando a incluir cobertura de outras mídias (como o teatro e o rádio). Surge em 05 de janeiro de 1937 sob o título *Cinema & Teatro*, figurando, durante todo seu primeiro ano, na última página do jornal (página 08), no quadrante superior esquerdo (onde já se poderia supor uma preocupação editorial com a

percepção de tal segmento, que aparecia de maneira intuitiva ao olhar do leitor, no passar de página) (A IMPRENSA, 05 de janeiro de 1937). Em relação à sua diagramação, a sessão se dividia em duas partes, sendo a primeira composta por uma coluna discursiva, assinada pelas iniciais F.A.N., seguida pela programação dos cinemas e teatros da capital. No mês seguinte, em 14 de fevereiro também foi incluída a programação das emissoras de rádio que funcionavam em território paraibano, passando o segmento a chamar-se *Cinema - Teatro - Rádio* (A IMPRENSA, 14 de fevereiro de 1937).

Com aparição diária nas edições do jornal até 29 de outubro de 1937, a coluna assinada por F.A.N. (cuja autoria ainda não foi identificada no momento da escrita deste artigo), apesar de ocasionalmente se debruçar sobre questões referentes à outras mídias cobertas pelo segmento, centralizou os debates sobre a sétima arte, onde se pode perceber, dentre as discussões promovidas nos textos, uma organização em três eixos temáticos (A IMPRENSA, 29 de outubro de 1937). O primeiro eixo, consistiu na defesa do projeto da Igreja Católica para a moralização da sétima arte, no qual se destacava a importância de se combater os chamados atentados contra a moral cristã, nos conformes da encíclica *Vigilanti Cura*, como se pode ver no exemplo abaixo, datado do dia 01 de abril de 1937:

Ainda recentemente o Santo Padre Pio XI endereçou ao mundo católico uma encíclica sobre o cinema, em que condena os espetáculos atentatórios contra a moral, a tendência perversora do cinema, o desvirtuamento de uma realização que tantos bens poderia ocasionar. Com efeito, todo mundo de bom senso reconhece que as películas exercem influência decisiva sobre os frequentadores dos salões cinematográficos. E todos sabem que, infelizmente, o comum dos filmes deixa muito a desejar quanto à moral, o que vale dizer que, aquela decisiva influência se processa num sentido mal e condenável. É de lamentar que não disponhamos de outra arma para combater o mau cinema, sinão do “boycot” e que não disponhamos de organização de bons filmes da maneira que bem ou mal dispomos de bons jornais. Verdadeiramente, o “boycot” é um empreendimento que ficará restrito a uma minoria e isso não convencerá os empregados cinematográficos da necessidade de melhorar, as suas produções do ponto de vista moral. (A IMPRENSA, 01 de abril de 1937)

O segundo eixo temático, se dá em torno dos embates de representação entre o modelo de censura moral proposto pelos católicos e a censura oficial do Estado Novo, sobre a qual o jornal se posiciona de maneira crítica, sobretudo em relação à eficiência da legislação estatal em se fiscalizar tanto as questões morais referentes às produções, quanto a presença de menores em filmes impróprios:

(...) Aqui em João Pessoa os cinemas exibem tudo, para todos pelo menos praticamente. As limitações impostas pela censura são, na prática, inexistentes. (...) Onde está a nossa legislação de proteção à infância? Quais

as autoridades encarregadas de cumprir o código de menores? (A IMPRENSA, 08 de janeiro de 1937)

Por sua vez, o terceiro eixo apresenta uma discussão mais geral, que se distancia um pouco do projeto moralizante (embora não o esqueça), para discutir questões relativas aos méritos artísticos das produções, aos avanços do cinema nacional e para noticiar eventos ou acontecimentos importantes da vida cinematográfica da capital paraibana, antevendo o que será o foco de uma crítica especializada que surgirá nas décadas posteriores.

A partir da edição de 15 de março de 1938, o segmento sofre uma grande reestruturação, passando a situar-se na segunda página do jornal, no quadrante inferior, com um espaço maior dedicado. As colunas assinadas por F.A.N. foram substituídas por críticas cinematográficas de filmes presentes em circulação na capital paraibana (sob o nome de “censuras”), acompanhadas, ao final de uma cotação moral, que definia se os mesmos seriam recomendáveis ou não, de acordo com os preceitos estabelecidos pela Igreja Católica e pela arquidiocese do estado. Apesar de ainda não ser possível estabelecer a metodologia utilizada em tais cotações, os termos utilizados indicam que a mesma tenha sido importada de outros grupos que também se encontravam empenhados em moralizar a expectativa cinematográfica, como a Ação Católica Brasileira ou a americana *Legion of Decency*.

Desta forma, apesar de preliminares, os resultados adquiridos até o presente momento já tornam clara a importância do jornal *A Imprensa* para um projeto desenvolvido pela Igreja católica e pela arquidiocese do estado, que visava a moralização da sétima arte nos processos de expectativa cinematográfica.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO Fátima. **Paraíba: imprensa e vida.** Jornalismo Impresso (1826 - 1986). 2.ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937.** Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2002.

BASTOS, Adeilma Carneiro. **Paisagem Cinematográfica: O NUDOC e a Produção Cultural nas Décadas de 1980-1990.** Dissertação (Mestrado em História) - UFPB, João Pessoa, 2009.

CHAVES, Geovano Moreira. O cinema além do filme: o projeto da Igreja Católica brasileira para a formação de educadores cinematográficos via Cineclubes Belo Horizonte. In: **Revista de História e Estudos Sociais**, Belo Horizonte, Ano 9, n. 2, mai/jun/jul/ago.2012.

COSTA, Flávia Cesarino. O primeiro cinema. In: MASCARELLO, Fernando (Org.) **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papyrus, 2012.

LEAL, Wills. **Cinema na Paraíba/ Cinema da Paraíba**. Livro - álbum em dois volumes, João Pessoa, 2007.

LEITE, Sidney Ferreira. **Cinema Brasileiro: das origens à retomada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: SENAC, 1999.

SOUSA JR, José Pereira de. O Jornal “A Imprensa Católica” e seus escritos de combate a maçonaria e o espiritismo na primeira república paraibana (1890-1930). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, UFSC, Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. **Anais...**, Florianópolis, 2015

Folia na “Bahia de Minas”: contextualização do carnaval de Itabirito 1990-2010

Marcelle Rodrigues Silva

Mestre em Estudos Interdisciplinares do Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais

marcelleturismo@gmail.com

Resumo: Este artigo é fruto da dissertação de mestrado “Bahia de Minas”: o carnaval de Itabirito (MG) de 1990 até 2010 e apresenta o carnaval de Itabirito entre os anos de 1990 e 2010, dando destaque a sua organização, espaços destinados à realização do evento, manifestações culturais, investimentos e relevância econômica da festa para o município, além dos impactos do turismo na festa. A partir da abordagem historiográfica, embasada na história do presente, foram analisadas 295 reportagens sobre o carnaval de Itabirito, encontradas em 16 títulos de jornais pertencentes ao Arquivo Público Municipal de Itabirito (APMI). Também foram utilizados manuais; revistas e *clippings* de documentos para o prefeito, encontrados nesse mesmo acervo que tratavam do tema deste estudo, bem como livros de memorialistas de Itabirito e decretos-lei publicados pela Câmara Municipal de Itabirito que regulamentavam a festa. Situado em Minas Gerais, na região turística do Circuito do Ouro, Itabirito se destaca na execução do carnaval, a mais antiga festividade da cidade, ocorrendo desde o século XIX (JUNQUEIRA, 2016), quando a região ainda era distrito Ouro Preto. Desde seus primórdios, o carnaval de Itabirito se constituiu por diferentes manifestações, como desfile de corso, blocos, bailes nos clubes sociais, práticas que ora ficam em evidência, ora não. Porém, a partir dos anos de 1990, ele adquire novas características dadas, especialmente, pela presença de blocos sonorizados e trios elétricos, que passaram a tomar conta das ruas da cidade. No período de 1990 a 2010, a festa foi marcada por mudanças em sua organização e em suas manifestações culturais, privilegiando o desenvolvimento da atividade turística na cidade. Neste momento a festa, em Itabirito, passou a se espelhar especialmente nos carnavais da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, com a introdução de novos ritmos musicais, como o axé, o frevo, a lambada e a zumba; houve ampliação do espaço geográfico destinado à festa, devido ao aumento gradativo de público; incremento nos investimentos em infraestrutura, contratação de pessoal e aporte financeiro para a execução do carnaval; além de mudanças na programação da festa, que passou a ser realizada quase exclusivamente nas ruas da cidade. O artigo dá destaque ao carnaval de Itabirito nos estudos científicos, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento do carnaval de Itabirito e sua relação com o turismo no município.

Palavras- Chave: Lazer, Turismo, História.

Introdução

O carnaval de Itabirito é uma tradição da cidade. A festa ocorre desde o início do século XIX, no entanto, entre 1990 e 2010, novos investimentos no carnaval de rua deram rumos diferentes ao carnaval de Itabirito, levando a cidade a receber um grande número de turistas. Naquele momento, o carnaval de Itabirito foi marcado pela presença de trios elétricos, blocos sonorizados, blocos caricatos, cordões, escolas de samba, clubes sociais,

entre outras manifestações culturais, que fizeram parte das opções de lazer da festa. Estas atrações se revezavam pelas ruas centrais cidade, desfilando do entardecer de um dia, até a madrugada do dia seguinte, seguindo uma programação pré-determinada pela Prefeitura.

O carnaval de Itabirito tomou tal proporção que, no ano de 1992, a cidade ficou conhecida como “Bahia de Minas”; e seu carnaval foi considerado “um dos melhores carnavais do interior de Minas Gerais”.

O Carnaval é importante para Itabirito devido ao público que a cidade recebe; à identificação da população com o evento, participando ativamente de bandas, blocos e trios elétricos que se exibem durante a festa; e aos investimentos: financeiro, de mão de obra, de logística, de infraestrutura e de fomento ao turismo, realizados pela prefeitura de Itabirito e por financiadores para a realização da festa.

Para a realização desta pesquisa foram selecionados 16 jornais pertencentes ao acervo do Arquivo Público Municipal de Itabirito (APMI), com edições disponíveis no período de 1990 a 2010. Estes jornais foram escolhidos por apresentarem reportagens pertinentes ao tema da pesquisa, sendo eles: A Gazeta, Cidade Viva, Jornal Conviva, Jornal Corporação Musical Santa Cecília, Jornal Estado de Minas, Faz Acontecer, Giramundo, Integração, Jornal Itabirito Imagens, Jornal O Grito, Jornal O Liberal, O Periquito, Jornal Retrospectiva, O Repórter e Jornal Voz de Minas (SILVA, 2017).

Manifestações culturais do carnaval de Itabirito – de 1990 a 2010

As manifestações culturais do carnaval de Itabirito deram ritmo à festa entre os anos de 1990 e 2010, atraindo centenas de foliões e turistas que prestigiaram o carnaval de Itabirito. Nesse período as escolas de samba, por exemplo, se enfraqueceram e transformaram-se em blocos caricatos, em contrapartida, os blocos sonorizados, se fortaleceram, tornando-se cada vez mais parecidos com os blocos de trios do carnaval da Bahia, comprando seus próprios trios elétricos e realizando apresentações musicais ao-vivo com a presença de bandas regionais. Os cordões permaneceram no carnaval de Itabirito, tendo adesão do público e novos blocos caricatos passaram a fazer parte do carnaval da cidade.

Em Itabirito, nas décadas de 1990 a 2010 desfilaram 14 blocos caricatos. Um dos mais conhecidos era Bloco dos Gatinhos que desfilava atrás do Cordão da Velha, formado por 100 músicos da Banda Santa Cecília. Esse Bloco, junto ao Cordão da Nova, a Bandalheira, a Banda-Ré-Sem-Dó, o Grupo Banda Anos Dourados e o conjunto Vieira e Sua Orquestra, resgatou o retorno às tradições dos antigos carnavais de Itabirito, entre os anos de 1990 e

1995, com a apresentação de marchinhas de carnaval e dos hinos dos clubes sociais da cidade, trazendo para a folia uma animação “simples e espontânea” (SILVA, 2017).

Entre 1990 e 2010, Itabirito teve 12 blocos sonorizados que desfilavam pelas ruas da cidade com pequenos caminhões ou tratores puxando enormes caixas de som improvisadas, seguidos por foliões fantasiados. Os primeiros blocos sonorizados criados na cidade foram: Estranhos no Ninho e Os Invasores, surgidos em 1978. Entre os blocos importantes de Itabirito estavam: o Pembas, criado em 1980, que desfilava pela cidade com seu trio elétrico e foliões uniformizados de abadá nas cores preto e laranja, com um tridente; e o Simbora Uai fundado em 2009, cujo nome agrega a gíria baiana “Simbora” com a mineira “Uai”. O bloco desfilava com membros vestidos de abadá branco com a sua logomarca (SILVA, 2017).

O ano de maior importância para os blocos, no carnaval, foi 1994, quando cada bloco sonorizado da cidade levou para as ruas uma média de 150 pessoas interessadas nos ritmos baianos. Um dos grupos musicais mais famosos de Itabirito foi o Axé-Igbá, banda de afro-reggae inspirada pelo Bloco Olodum, Ilê Ayê e pelo Bloco filhos de Ghandi que desfilavam em Salvador, tocando instrumentos de percussão (BLOCO AXÉ-IGBÁ, 2011).

Os Trios Elétricos que desfilavam em Itabirito eram caminhões adaptados com aparelhos de sonorização para a apresentação de música ao vivo. Os dois primeiros Trios Elétricos de Itabirito, contratados pela prefeitura em 1990, foram o Trio Elétrico Trifuzia, que desfilou pela cidade nos anos de 1990 e 1992 e o 1.000 Som, criado por ex-foliões do bloco Jetsons em parceria com membros da Banda de afro-reggae Axé-Igbá. Esse bloco passou a se chamar Trio Elétrico e Banda 1.000, em 1994, consolidando-se como um dos maiores trios elétricos da década de 1990 em Itabirito. Posteriormente, em 2006, foi criado um terceiro trio elétrico em Itabirito, o Bloco MPB, “marelo parecendo bacate” (SILVA, 2017).

As Escolas de Samba itabiritenses foram influenciadas pelas surgidas no Rio de Janeiro, no século XX, e que aos poucos se espalharam por todo o território nacional (TURETA; ARAÚJO, 2013; DUARTE, 2016). Entre 1990 e 2010, o carnaval contou com quatro escolas de samba: a Escola de Samba Império da Saudade, a Escola de Samba União Popular e a Escola de Samba Em Cima da Hora, criadas na década de 1970; e o Grêmio Recreativo Artístico Cultural e Esportivo Acadêmico Novo Horizonte, que de acordo com as fontes pesquisadas desfilou nos carnavais de 2001, 2002 e 2003, tendo enfrentado dificuldades como a falta de verbas e de organização, que prejudicaram sua continuidade.

Os clubes sociais também foram protagonistas de mudanças culturais no carnaval de Itabirito entre 1990 e 2010. No início do ano de 1990, os diretores dos clubes sociais fizeram o anúncio: pela primeira vez, desde sua fundação, não realizariam os bailes noturnos para comemorar o carnaval. Isso porque, em 1989 tiveram prejuízos financeiros, pois o público esperado não compareceu aos bailes.

A decisão dos clubes de não realizar bailes se manteve em 1991, 1992 e 1993. No entanto, em 1993 os diretores dos clubes sociais não quiseram ficar de fora da festa, criando seus próprios Blocos Caricatos e Casas Reais, compostas por Rei Momos e Rainhas.

Além das manifestações culturais já apresentadas, o carnaval de Itabirito possuía ainda outras, como apresentações musicais de banda e DJs (disc jockeys); e exposições sobre o carnaval e atividades infantis.

Construção do espaço carnavalesco

Em Itabirito o espaço dedicado ao carnaval adquire um significado diferente com a presença do turista, que traz novas perspectivas e necessidades para este espaço, dando a ele os contornos do “espaço turístico” (MARQUES; BASTOS, 2014, p. 12). Na festa, a rua é onde morador e turista se encontram, onde os primeiros realizam seus lazeres e os segundos usufruem da cultura local. Na rua há a mobilização para o convívio social, a observação, a socialização, o entretenimento e o consumo (CARR *et al.*, 1992; SILVA; LAY, 2012).

Desde o final do século XIX, o carnaval de Itabirito é vinculado ao “novo” centro da cidade, “a planície mais próxima do Rio Itabirito” (CLÍMACO, 2011) sendo realizado nas principais ruas desse centro.

Entre 1990 e 2010 o carnaval de Itabirito era realizado no centro da cidade, englobando avenidas, ruas e praças que durante a festa, se transformam em espaços cheios de purpurina, bonecos gigantes, fantasias, som e luz, trazendo aos foliões o compasso cadenciado das marchinhas, do samba e do axé (OLIVEIRA, 2007).

Durante a festa, o Largo dos Imigrantes, rotineiramente usado como área de estacionamento, transfigurava-se em Praça de Alimentação; a Travessa Domingos Pereira transformava-se em palco musical a céu aberto; a Avenida Queiroz Júnior, a Rua Dr. Guilherme e a Rua João Pessoa, ruas comerciais da cidade, metamorfoseam-se no Quarteirão do Samba.

A expansão geográfica do Carnaval ocorreu timidamente ao longo dos anos. Desde o início do século XX, até 1990, o carnaval ocorria no trecho de aproximadamente 300 metros, entre a Praça das Bandeiras (Pirulito) e o prédio do Banco do Brasil, localizado em um pequeno largo na Rua Dr. Guilherme. Os blocos e escolas de samba desfilavam nesta área que era chamada, nos primeiros anos da década de 1990, de Quarteirão do Samba.

Em 1992, a Prefeitura Municipal de Itabirito propôs a expansão do espaço dedicado ao carnaval, prevendo um aumento de público, baseado no número de foliões de 1990. O Quarteirão do Samba aumentou sua extensão de 300 para 700 metros, seguindo da Praça das Bandeiras, ao Banco do Brasil e indo até a sede do Clube Usina Esperança, onde funcionava o banco Bradesco. Essa nova área foi apelidada de Savassinha, em homenagem à região da Savassi em Belo Horizonte.

Em 1994 a área dedicada ao carnaval de Itabirito sofreu nova expansão, passando a ter 1 km de extensão, pois o público do carnaval não parava de crescer. Os trios elétricos passaram a sair da frente da Prefeitura, desfilando em direção à Praça Dr. Guilherme. O Largo do Axé permaneceu em frente ao Banco do Brasil.

O espaço dedicado ao carnaval de Itabirito se expandiu ao longo dos anos estudados, acompanhando a dinâmica de desenvolvimento do carnaval, que a cada ano contou com um número maior de foliões e atrações. Este espaço refletiu as necessidades do público, que desejava se divertir e ouvir músicas sem a interferência de outros ritmos em sua fruição e se alimentar com qualidade, em espaços mais tranquilos.

Investimentos Financeiros no Carnaval

Os investimentos financeiros no carnaval de Itabirito foram majoritariamente realizados pela prefeitura municipal de Itabirito e por empresas parceiras capazes de financiar equipamentos, infraestrutura, pagamento de horas extras e contratações de terceirizados e bandas. Vendedores ambulantes e comerciantes também se dedicavam a vender alimentos, bebidas, fantasias e outros produtos para os foliões. Bares, restaurantes, meios de hospedagem e outros serviços turísticos ofereciam seus préstimos aos turistas da cidade.

A Prefeitura Municipal de Itabirito investiu de Cr\$ 11 milhões (R\$ 4 mil) no carnaval de 1991. Com este dinheiro a Prefeitura executou todo o Carnaval/91, inovando em cartazes, camisas, telão, palanque oficial e divulgação da festa por meio da radiodifusão. Para chegar a este valor de investimento, foram feitas diversas negociações com fornecedores. No final, o

valor gasto com toda a produção do carnaval foi equivalente ao preço inicial cobrado por um único trio elétrico que queria se apresentar na cidade.

Segundo o Jornal Imagens (1991), a quantia investida em todo o carnaval de Itabirito, em 1991, foi equivalente a um doze avos do valor gasto pela Mocidade Independente de Padre Miguel, Escola de Samba do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento de seu enredo. A Escola de Samba União Popular, de Itabirito, gastou Cr\$ 1 milhão e 500 mil (R\$ 545,45) para montar suas alegorias e fantasias, valor 133 vezes menor do que o gasto pela escola carioca.

A arrecadação do comércio com o carnaval de 1991 foi de Cr\$ 120 milhões (R\$ 43.636,37), um valor aproximadamente 10 vezes maior do que o valor investido pela prefeitura. Esse valor foi angariado durante quatro dias de festa, entre o sábado e a terça-feira de carnaval, sendo recebidos Cr\$ 30 milhões (R\$ 10.909,09) por dia.

Em 1992 a Prefeitura de Itabirito aumentou seus investimentos em 500%, em relação a 1991. A PMI investiu Cr\$ 55 milhões no carnaval (R\$ 20 mil), tendo, ainda, doado Cr\$ 45 milhões (R\$ 16.363,64) para cada escola de samba que desfilou no Carnaval/92, totalizando Cr\$ 135 milhões (R\$ 49.090,91) em doações. Os blocos também receberam doações de tecidos e materiais, conforme a solicitação de cada bloco. A arrecadação municipal com o carnaval foi de Cr\$ 1 bilhão (aprox. R\$ 364 milhões), quase cinco mil vezes o valor investido.

Já 1993 cada escola de samba da cidade, recebeu cerca de Cr\$ 44 milhões (R\$ 16 mil). Ao todo foram gastos aproximadamente Cr\$ 1 bilhão (R\$ 364 milhões) no carnaval. Já a arrecadação municipal foi de Cr\$ 20 bilhões (R\$ 7,272 mil milhões). Comparativamente, entre outubro e setembro de 1993 a prefeitura gastou Cr\$ 1,673 milhão (R\$ 61 mil) com o Departamento de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - um valor 5.970 vezes menor do que o gasto com o carnaval.

Em 1994 os investimentos na festa foram mais modestos. Ao todo a prefeitura gastou Cr\$ 7 milhões (R\$ 2.545,45), uma quantia 143.000 vezes menor do que a de 1993. A festa de 1994 foi considerada um sucesso ao trazer mais de 15 mil turistas para a cidade e cerca de US\$ 1 milhão (Cr\$ 2 bilhões, ou R\$ 727 milhões) ao comércio local, o equivalente a 285.607 vezes o valor investido.

Em 1996, Itabirito passou por uma crise financeira, que impactou o carnaval. Esta crise persistiu durante os anos de 1997, quando uma enchente assolou o município, destruindo, inclusive, alegorias das Escolas de Samba; e de 1998, quando uma série de assaltos ocorridos durante o carnaval, incluindo uma agência bancária, assustaram moradores e

visitantes. As crises, aliadas ao crescimento do carnaval das repúblicas de Ouro Preto, levaram a uma queda no movimento de Itabirito, nos primeiros anos da década de 2000. A cidade, no entanto continuou a investir no carnaval.

Em 2004, o valor investido pela prefeitura no carnaval foi de R\$ 1,275 milhão e o valor arrecadado foi de aprox. R\$ 25 milhões (19 vezes maior do que o investimento). De todos os anos para os quais os dados puderam se extraídos dos jornais, este ano teve o maior valor arrecadado em número absoluto, comparando o valor investido com o valor arrecadado.

Em 2007 foram investidos R\$ 2,87 milhões na festa e a arrecadação foi de R\$ 7 milhões, 2,5 vezes o valor investido. Houve um aumento de 40% nas vendas dos ambulantes cadastrados e foram contratados mais de 1.000 empregados temporários para trabalhar no evento, sendo: seguranças, barraqueiros, auxiliares da equipe de iluminação, sonorização, montadores de palcos e músicos. Além deles, todos os dias, 41 funcionários da prefeitura higienizaram banheiros e ruas da cidade.

O carnaval de Itabirito recebeu importantes investimentos municipais que geram retornos para o município, em emprego, desenvolvimento econômico e geração de impostos.

Investimentos em Infraestrutura Turística

Em Itabirito, a infraestrutura turística composta por hospedagens, alimentação, equipamentos de lazer; é fornecida por empreendimentos privados, à exceção da sinalização turística e o fornecimento de informações turísticas, propiciados pela prefeitura. Na cidade, o setor público e o setor privado trabalham em conjunto na tentativa de atender bem ao turista e fazer com que ele retorne ao município.

Em 1990, houve certo despreparo do município no fornecimento da infraestrutura municipal e turística, durante o carnaval. Naquele ano, barracas, bares e restaurantes proibiram os foliões de usar os banheiros de suas instalações e os banheiros públicos mantidos pela prefeitura fecharam mais cedo, deixando as pessoas sem ter como fazer suas necessidades; atitude desaprovada pelos foliões (IMAGENS, 1990).

E não foram apenas os banheiros que apresentaram problemas, faltaram também vagas nos hotéis da cidade. Os turistas se viram prejudicados pela falta de meios de hospedagem, já que a cidade dispunha de apenas dois hotéis, o Primus, com somente 28 quartos, e o Itabirito Palace; além do Camping Club Brasil, situado no distrito de Acuruí, a 25 km do centro da cidade. A falta de vagas nos empreendimentos levou turistas a alugar quintais nas casas de moradores e a acampar em qualquer lugar na cidade, como praças e pontes.

O turismo foi meta do carnaval de 1992, mas segundo o Prefeito Waldir, a cidade não queria de modo algum o turista farofeiro, que em suas palavras “é aquele que viaja sem dinheiro no bolso, faz bagunça, estraga a cidade e não nos traz nada” (Waldir Salvador Jr. – na “Voz do Prefeito”) (IMAGENS, 1992, p.2).

Em 1992 o município se preparou para capitalizar por meio do turismo, investindo na “máquina publicitária” para a impressão de cartões postais e folders, que foram distribuídos em agências de turismo do Estado e aos turistas que foram ao carnaval da cidade. A cidade investiu também em *bottons* e camisetas para venda e em um frevo, composto por Alfredo Uchoa e Luiz Guilherme Praxete, divulgado nas emissoras de rádio e nos bares centrais de Itabirito. Foram montados ainda postos de atendimento ao turista na Casa de Cultura Maestro Dungas, no Terminal Rodoviário e na indústria Laticínios Ita.

40 mil pessoas estiveram em Itabirito para curtir o Carnaval/92, a “maior festa popular que esta cidade já viu em toda a sua história”, naquele ano Itabirito recebeu 16 mil turistas de Ouro Preto, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Carmópolis de Minas, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Congonhas, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Mais de 100 casas, quartos e salas foram alugados por turistas e os hotéis da cidade ficaram lotados. Muitos turistas ficaram sem abrigo e acabaram por dormir nos ônibus turísticos que os levaram à cidade ou em seus próprios carros.

O carnaval de Itabirito, de 1994, foi considerado expoente do carnaval mineiro, naquele ano as ruas de Itabirito ficaram inundadas de turistas e moradores. O carnaval da cidade atraiu 25 mil turistas em seis dias de festa, superando as expectativas da prefeitura. Além dos turistas de BH, Itabirito recebeu pessoas de Contagem e Sete Lagoas.

As opções de hospedagem, de 1994, incluíram hotéis centrais, o *camping* em Acuruí, áreas de *camping* em loteamentos e casas de moradores do centro de Itabirito e uma Pousada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), improvisada na sede da instituição para abrigar os turistas. Mesmo com mais opções, os meios de hospedagem na cidade não foram suficientes para comportar os foliões. Nesse ano o preço cobrado por uma diária em uma casa no centro da cidade foi de Cr\$ 180 mil (R\$65,45), preço requerido em aluguéis em imóveis nas praias do Brasil. Mesmo com preços mais altos, tanto em 1994 quanto em 1995, os meios de hospedagem continuaram sem conseguir atender a demanda.

No carnaval de 2002 a prefeitura investiu na divulgação da festa na mídia local e regional, o que permitiu lotar com rapidez e antecedência todos os hotéis urbanos e rurais do município, além do aluguel de imóveis particulares.

Em 2003, a prefeitura, por meio da Casa de Cultura Maestro Dungas, realizou um carnaval com boa infraestrutura, investindo em segurança, com apoio da Polícia Militar, e a presença do Corpo de Bombeiros, além de segurança privada. Foi criado um ponto de apoio para divulgação da programação do evento e informações turísticas, com a colaboração do Conselho Municipal de Turismo. A Secretaria de Saúde fez uma campanha de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas. Houve também cuidado com as melodias apresentadas ao público sob a forma de determinações oficiais que excluíram do carnaval músicas obscenas, resgatando o carnaval histórico e familiar.

Em 2005, 80 mil pessoas estiveram no carnaval, de acordo com a prefeitura de Itabirito. A prefeitura trabalhou a venda de pacotes turísticos para cachoeiras de Itabirito e para o centro histórico, além de fornecer por meio do CRIT dicas sobre a hotelaria e o que fazer no município. Quase 500 turistas usaram esse serviço de informação. Nesse ano, os turistas lotaram hotéis, pousadas e inúmeras residências.

Turistas de Contagem, de Belo Horizonte, de Guarapari, no Espírito Santo e dos Estados Unidos marcaram presença no carnaval de 2006. Ao todo, 100 mil pessoas pularam o carnaval em Itabirito naquele ano. Os foliões afirmaram que o carnaval de Itabirito estava dando um *show* no carnaval de Ouro Preto. Itabirito foi intitulado pelos foliões como a “Salvador mineira” em alusão à qualidade do carnaval da cidade, em comparação com o carnaval da Bahia.

Em 2007, 6.000 turistas e moradores foram atendidos pelo Centro de Informações Turísticas. Foram distribuídos 2.000 kits com camisinhas e informações sobre a cidade e sobre o circuito do carnaval. Ao todo, foram abordados 1.700 carros na blitz de turismo, realizada na primeira entrada da cidade.

O sucesso do carnaval de Itabirito foi comprovado pelos dados do carnaval de 2010, que encerra o período pesquisado. Naquele carnaval 200 mil pessoas estiveram em Itabirito e aproximadamente duas mil pessoas pularam atrás de cada bloco ou trio elétrico que passou pela cidade. Em 2010, Itabirito foi finalmente reconhecido como um dos melhores carnavais do interior de Minas Gerais. A Prefeitura Municipal comemorou a presença da Rede Globo de Televisão na cidade para registrar a confecção dos adereços de rua, a organização dos trios

elétricos e o ensaio do grupo *Axé-Igbá*, destacando, pela primeira vez, Itabirito no roteiro de cobertura sobre os carnavais no interior de Minas.

Considerações Finais

Em relação à sua constituição, o carnaval de Itabirito entre 1990 e 2010 foi palco para mudanças e permanências ocorridas em suas manifestações culturais: que passaram a contar com trios elétricos, novos blocos caricatos, blocos sonorizados, blocos dos clubes sociais de Itabirito; no espaço destinado à festa, que teve sua extensão aumentada de 300m para 1,2km; no aporte financeiro, que passou de Cr\$ 11 milhões (IMAGENS, 1991, p.7), valor que equivale a R\$ 4 mil, em 1991 para R\$ 2,87 milhões em 2007; e no envolvimento do público com a festa, que se tornou cada vez maior ao longo dos anos.

Itabirito é influenciado por carnavais de outros municípios, como Rio de Janeiro, com suas Escolas de Samba, e principalmente, Salvador, com seu carnaval baseado em trios elétricos, o que, inclusive, deu à cidade de Itabirito o título de “Bahia de Minas”.

A prefeitura municipal de Itabirito realizou diversos investimentos no carnaval de Itabirito de modo que a festa agradasse moradores e turistas, tudo isto com o objetivo de angariar recursos financeiros para o comércio da cidade, e em consequência impostos que pudessem ser revertidos em benfeitorias para o município.

Desse modo, o carnaval de Itabirito mostrou-se importante para a cidade, mobilizando vários atores: turistas, moradores, o mercado e planejadores turísticos; além de manifestações culturais, espaços e investimentos, financeiros, infraestruturais e de fomento ao turismo.

Referências Bibliográficas

BLOCO AXÉ-IGBÁ. **Histórico da criação do Bloco Afro Axé-Igbá**. Itabirito, p.1, 2011b. Disponível em: <http://axeigbasitebloco.webnode.com.br/historico%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20bloco%3a/>>. Acesso: 12 out. 2017.

CARNAVAL atrai 25 mil turistas. **Imagens**, Itabirito, n.51, p. 1, fev. 1994.

CARNAVAL consolida o turismo. **Imagens**, Itabirito, n.20, p. 12, fev. 1991.

CARNAVAL é marcado pela animação. **Imagens**, Itabirito, n.32, fev./mar. 1992.

CARNAVAL. **O Repórter**, Itabirito, n.35, p. 7, fev. 2002.

CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne; STONE, Andrew. **Public space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CLÍMACO, Bianca P. D. **Se essa rua fosse minha:** patrimonialização dos conjuntos urbanos em Itabirito (MG). 139 p. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

CULTURA analisa falhas. **Imagens**, Itabirito, n.10, p. 10, mar. 1990.

DUARTE, Ulisses C. **Carnavais além das fronteiras:** circuitos carnavalescos e relações interculturais em escolas de samba no Rio de Janeiro, nos Pampas e em Londres. 2016. 391 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FRASES. **Imagens**, Itabirito, n. 34, p. 2, mai. 1992.

ITABIRITO carnaval 2005. **Cidade Viva**, Itabirito, n. 1, p. 19, mar. 2005.

ITABIRITO. Decreto-lei nº 7676, de 08 de fevereiro de 2006. Autoriza e regulamenta o funcionamento do comércio permanente, temporário, barracas e ambulantes, durante o CARNAVAL 2006. Itabirito, 2006.

JUNQUEIRA, Thaís L. **Itabirito Velhos Carnavais.** Itabirito: prefeitura municipal de Itabirito, 2016. 4 p.

MARQUES, Fernanda C. S.; BASTOS, Sênia R. carnaval, turismo e hospitalidade: a Escola de Samba Camisa Verde e Branco. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO – ANPTUR, 11, 2014, Fortaleza. **Anais ANPTUR 2014.** Fortaleza: Universidade do Parlamento – UNIPACE, 2014.

O MELHOR carnaval de Rua. **Cidade Viva**, Itabirito, n. 11, fev. 2006.

OLIVEIRA, Iranilson B. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura história nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). João Pessoa: **SAECULUM** – Revista de História, n. 16, p. 59–68, jan./jun. 2007.

PREFEITURA prepara o melhor carnaval, diz prefeito. **Imagens**, Itabirito, n. 9, p. 4, fev. 1990.

SILVA, Aline M.; LAY, Maria C. D. A realização de eventos no espaço público da cidade: lazer e transformação da paisagem. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7, 2012, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1–13.

SILVA, Marcelle Rodrigues. **“Bahia de Minas”:** o carnaval de Itabirito (MG) de 1990 até 2010. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TURETA, César; ARAÚJO, Bruno F. V. B. de Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade.** Salvador, Universidade Federal da Bahia, vol. 20, núm. 64, p. 111-129, jan./mar.2013.

UNIÃO Popular muda o toque da bateria e conta história da cidade. **Imagens**, Itabirito, p. 7, jan. 1991.

Arthur Bernardes: disputas políticas e imprensa no final do XIX

Natália Fraga de Oliveira

Mestra em História

Universidade Federal de Ouro Preto

nataliafraga84@hotmail.com

Resumo: Nesta comunicação, tomamos como base a ideia de que o político pode-se manifestar-se de diversas formas na sociedade. A imprensa é uma dessas e demonstra-se como local atrativo. Com o objetivo da utilização dos jornais impressos do final do século XIX como fonte histórica buscamos estudar a inserção política do jovem mineiro Arthur da Silva Bernardes em Viçosa através do semanário *Cidade da Viçosa*. Para a melhor exploração da imprensa como fonte foi realizado um laboratório do jornal que foi fundado em 1892 pelo deputado do Império, Carlos Vaz de Melo, que mais adiante será o sogro de Arthur Bernardes. Desde os tempos iniciais que o jornal teve posicionamento político republicano, sendo primeiramente intitulado como “Órgão do Partido Constitucional” e, posteriormente como “Órgão do Partido Republicano” com muitas notícias que exaltavam a República nascente. Mais adiante, em 1905, Arthur Bernardes se tornará o redator chefe do *Cidade da Viçosa*, no qual se intensificará mais as disputas políticas locais. Desse modo, foi fundamental compreender as origens do jornal e identificar os grupos que dialogavam diretamente com a direção do semanário, sendo alguns deles os militares e os bacharéis em direito. Sendo assim, foi constatado, que desde a sua fundação o semanário *Cidade da Viçosa* era utilizado para as ditas disputas políticas locais, assim como, a construção dos “inimigos políticos” e dos “heróis” ou aliados republicanos. Neste sentido, quando a narrativa do jornal estava voltada para a construção dos “heróis” ou aliados republicanos foi percebido que as palavras utilizadas eram adjetivos superlativos que remetiam a um alto padrão de qualidade e comprometimento administrativo. Por outro lado, quando a narrativa estava direcionada para ataques aos opositores locais, eram utilizadas construções frasais que rebaixavam a moralidade e colocavam em descrédito o compromisso com o sistema republicano. Logo, as origens do período republicano foram marcadas por intensas disputas políticas entre os diversos grupos existentes que extrapolaram para o campo da imprensa.

Palavras-chave: Arthur Bernardes, *Cidade da Viçosa*, imprensa, disputas políticas.

A vida pública de Arthur Bernardes e sua relação com a imprensa.

O mineiro Arthur Bernardes nasceu no dia 8 de agosto de 1875 no município de Viçosa no estado de Minas Gerais. Foi obrigado a abandonar os estudos para ingressar no mundo do trabalho. Em 1894, após um decreto do presidente do Estado Minas Gerais, Afonso Pena, que permitia a matrícula avulsa no externato do colégio mineiro, restaurou a possibilidade a Arthur Bernardes de regressar aos seus estudos, e assim o fez, abandonou o emprego e mudou-se para Ouro Preto, então Capital de Minas Gerais, para dar prosseguimento aos seus estudos e ingressar na Universidade Livre de Direito, onde, já de

início, participou da direção do jornal estudantil Academia. Em 1900, recebeu o diploma de bacharel em Direito e retornou a Viçosa, sua terra de origem. Abriu seu escritório de advocacia no mesmo ano e começou a colaborar no semanário *Cidade da Viçosa* (MALIN, 2015).

O semanário possuía, em média, quatro páginas e os cargos de diretores, colaboradores, redatores e gerentes do jornal eram destinados, predominantemente, às autoridades que faziam parte do poder executivo, legislativo e judiciário do município. A circulação era normalmente aos domingos e algumas seções eram permanentes: *Cidade da Viçosa*, *A Pedidos*, *Editaes*, *Expediente*. Ademais, existiam as seções temporárias, que variavam muito os conteúdos: *O Jornal*, *Parte Oficial*, *Declarações*, *Carteira de Ouro e Variedades*, sendo muito destacada a *Seção Agrícola*, na qual o redator procurava dialogar de forma técnica com as oligarquias rurais de Viçosa, na tentativa de alcançar melhoria da atividade agrícola. Sendo assim, para identificar as manifestações do político no semanário, procuramos transitar pelas diversas seções, selecionando as mais variadas notícias, com o objetivo de compreender a inserção de Arthur Bernardes na política local.

Em 1903, Arthur Bernardes casou-se com Clélia Vaz de Mello, filha do então senador Vaz de Mello (MALIN, 2015). Após o casamento, o senador Vaz de Mello procurou estimular a vida pública do seu novo genro almejando fazê-lo deputado federal, porém Bernardes preferiu iniciar sua trajetória política como vereador, eleito pelo então distrito de Teixeiras, pertencente ao município de Viçosa (LIMA, 1983). Tal escolha de Arthur Bernardes pela eleição para o cargo de vereador pode ser interpretada pela grande importância política que os municípios possuíam naquele momento. Uma vez que o jovem político conseguisse consolidar uma forte base eleitoral no plano municipal, seria mais fácil conquistar outros cargos eletivos.

A partir de 1905 Arthur da Silva Bernardes passou a ser redator-chefe do *Cidade da Viçosa*. Sob nova direção, o jornal vivenciou uma reformulação política, noticiando, além dos fatos oriundos da capital da República, Rio de Janeiro, notícias internacionais norte-americanas, voltadas para política agrícola. Desse modo, a partir do momento que Bernardes assumiu a chefia do jornal e passou a divulgar suas ideias, que poderiam interessar as oligarquias viçosenses, um novo chefe local poderia surgir e, conseqüentemente, conquistar as eleições municipais para o cargo de vereador.

Neste sentido, sob a nova chefia, o semanário ressurgiu ainda dotado de características políticas, pois, desde a sua 314ª edição, em seu layout aparecia o *slogan* “Órgão do Partido Republicano”. Na sua origem, o slogan era “Órgão do Partido Republicano Constitucional”, sendo seus editores, seus redatores, seus colaboradores e seus gerentes homens ligados a grupos militares, bacharéis em direito, políticos e magistrados. Em razão desta verificação, podemos refletir que o semanário *Cidade da Viçosa* era produzido por elites locais, o que não impedia a ocorrência de divergências de interesses particulares entre os seus colaboradores. Além disso, após a identificação da seção *Carteira de Ouro*, local que era divulgado a relação dos assinantes, ficou perceptível o grande interesse dos grupos militares pela folha.

É visível ainda que as letras possuíam uma importante função na formação da sociedade e atraíam os sujeitos com altos *status* sociais, com a finalidade de moldá-los a seu favor. Sendo assim, a imprensa foi usada como peça fundamental para a divulgação e consolidação do regime republicano. Ademais, o uso da imprensa ganhou um notório papel neste novo “espaço público” que surgia em meio às disputas de poder pelos grupos oligárquicos existentes. Desse modo, o semanário *Cidade da Viçosa* demonstra ser de extrema importância na fase inicial da carreira política de Arthur Bernardes, uma vez que, o mineiro pode demonstrar seu apoio aos interesses das oligarquias rurais de Viçosa.

Em seus artigos, publicados aos domingos na Seção *Cidade da Viçosa*, a temática era voltada para os conflitos políticos municipais, assuntos de interesses da sociedade de Viçosa e região e os diversos assuntos que envolviam o mundo rural, muitos deles apontando novos caminhos e a modernização da agricultura como forma de geração de receitas para o Estado. Logo, seu posicionamento de diálogo com as oligarquias que possuíam interesses, muitas das vezes divergentes entre si, pode ter sido o canal da sua conquista para o cargo de vereador pelo distrito de Teixeiras.

Breves apontamentos na discussão historiográfica na Primeira República

A história política foi muito prestigiada durante o século XIX. Porém, foi acusada pelo materialismo histórico de focar somente no domínio das relações elitistas, não estando com o olhar voltado para outras possibilidades de pesquisa. Na segunda metade do século XX, houve uma tentativa de resgate da história política pelos alemães. Seguindo esta perspectiva, no final dos anos 80, ao seguir algumas tendências, o francês René Rémond publicou o livro *Por uma história política* com o objetivo de renovação da história política a partir da

multidisciplinaridade, tendo em vista que os artigos da coletânea permitem a reflexão da nova história política.

Neste sentido, a obra procurou uma ressignificação do conceito do político que é interessante em nosso estudo pelo fato de buscarmos uma nova interpretação para Primeira República brasileira. Ao utilizarmos o jornal *Cidade da Viçosa* como nossa fonte primária, observamos a existência de notícias que mencionam disputas políticas entre as oligarquias rurais de Viçosa e, ao mesmo tempo, percebemos que o redator-chefe procurava atender as diferentes demandas dessas oligarquias.

Retornando assim o debate, para a segunda metade do século XIX, ao refletirmos a construção da Primeira República brasileira, muitas são as interpretações. Num primeiro momento, a historiografia posicionou-se no sentido de cristalização e homogeneidade das oligarquias existentes, no qual ocorreria harmonia entre os grupos que ocupavam o poder. Em, um segundo momento, houve a tentativa de revisar tais interpretações e, que na Primeira República sustentada por uma grande parte das elites agrárias, havia divergência de interesses entre elas.

Neste sentido, numa das primeiras interpretações historiográficas, Lessa (1988) argumenta que a Primeira República, particularmente o governo de Campos Sales, ficou muito perceptível à herança institucional deixada pelo Império. Para o autor, o golpe de 1889 foi marcado pelas ausências do povo e de sentido, ou seja, os militares não fizeram um projeto de República, não havia uma ordem para o novo curso do Brasil. Tais ausências geraram um ambiente de incertezas políticas nos dez anos iniciais da Primeira República, que já tinham sido sanadas no período do Império. Na concepção desse mesmo autor, um dos motivos do sucesso da monarquia na cura das incertezas políticas foi à criação do poder moderador, na qual, tecnicamente, o Imperador teria o controle de “todos” os conflitos políticos (LESSA, 1988).

Nesta lógica, o estudioso, acima mencionado, projeta, no pacto oligárquico realizado por Campos Sales, os mesmos efeitos do poder moderador, “acreditando” na sua total “eficácia”, considerando-o como peça fundamental nos limites da dinâmica política e no controle dos atores políticos legítimos. Igualmente, o presidente teria o controle das competições políticas semelhante ao Imperador. Neste sentido, boa parte do texto constitucional trazia o conservadorismo elitista.

Uma boa exemplificação do que vem sendo exposto pode ser encontrado na seção referente às *Qualidades do Cidadão Brasileiro*, o texto faz referência aos cidadãos que não poderiam fazer alistamento eleitoral: analfabetos, mendigos, praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, os religiosos sujeitos às regras de renúncia da liberdade individual, sendo inelegíveis os cidadãos não alistáveis. Porém, o artigo não menciona aspectos de carácter social voltado para o povo. Basicamente, assegura a forma de organização do Estado. O modelo constitucional de 1891 enfrentou muitos questionamentos e houve manifestos para sua revisão. Dentre os muitos solicitadores da revisão da Constituição de 1891, encontre-se Arthur Bernardes, reafirmando suas demandas em artigos anteriores ao assumir a chefia do *Cidade da Viçosa*.

Nas produções historiográficas, mais voltadas para o revisionismo das interpretações referentes à Primeira República, uma questão relevante é a reflexão acerca da construção da nomenclatura “República Velha”. A partir desta questão, Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu levantaram alguns questionamentos em relação a tal terminologia, relacionando-a com o ato de detenção de poder com a finalidade da delimitação de espaço de tempo. A autora argumentou que a construção do termo foi realizada pelos ideólogos autoritários do Estado Novo. Logo, fica perceptível a existência de grandes disputas políticas, ao ponto de serem projetadas para o campo da memória com o auxílio de projetos intelectuais para a sua produção (GOMES, ABREU, 2009).

Ao considerarmos que as disputas políticas foram tão intensas, a ponto de serem projetadas para o campo da memória, fica evidente que o Estado Novo – que surgiu da disputa entre elites da Primeira República – buscava fortificar-se de forma moderna e inovadora, procurando desqualificar totalmente o primeiro projeto republicano. Observamos que o uso de tal recurso foi o meio de legitimação de seus programas de governo na esfera política, econômica e cultural. Até o momento de ruptura através do golpe do Estado Novo, consequentemente, todo o projeto republicano construído até o momento foi tido como velho, retrógrado e ultrapassado. Por isso, a necessidade de uma revisão historiográfica que questione a cristalização e harmonia entre as elites e, ao mesmo tempo, que não negue as ocorrências de fraudes eleitorais e a dificuldade da participação popular no processo eleitoral por diversos fatores, dentre eles a baixa escolaridade.

Cidade da Viçosa e a política viçosense

Para melhor entendimento das manifestações políticas ocorridas no semanário *Cidade da Viçosa*, selecionamos a leitura da seção denominada *Cidade da Viçosa*, local onde eram publicados os editoriais, alguns deles assinados por Arthur Bernardes, esses editoriais, na maioria das vezes, eram relacionados aos assuntos ligados a política local, estadual e federal. O editor sempre procurava exaltar as ações do Partido Republicano Mineiro (PRM), dando maior ênfase às notícias relacionadas ao município de Viçosa.

Desse modo, encontramos muitas notícias referentes aos diretórios do Partido Republicano Mineiro, aos nomes dos candidatos para concorrerem às eleições pelo mesmo, alistamentos dos eleitores, convocações dos eleitores para a votação. Sendo assim, podemos perceber que existia uma grande preocupação do semanário no que se refere às eleições, o que nos faz pensar os conflitos políticos locais entre as elites de Viçosa, pois o *Cidade da Viçosa* trazia muitas notícias referentes à grande lavoura e outras atividades agrícolas, além da pequena participação do comércio e da indústria, o que sugere divergências de interesses das lideranças locais.

A oposição política liderada por Pacheco resultou na criação do jornal *A Reação*, no ano de 1905. Neste sentido, o *Cidade da Viçosa*, de acordo com primeira edição sob a chefia de Arthur Bernardes, afirmava-se um jornal tolerante e com o compromisso com a verdade, noticiando, em paralelo, a estreia do jornal *A Reação*. Já nas boas-vindas, o jornal *Cidade da Viçosa* realizava críticas sutis ao novo veículo, por este não se afirmar como republicano, o que, mais tarde, resultará no foco dos ataques.

E, assim, em um estudo mais focado nas notícias da seção *Cidade da Viçosa*, percebemos a existência de conflitos políticos entre o redator-chefe Arthur Bernardes, que passou a representar o Partido Republicano Mineiro no lugar de seu sogro o senador Carlos Vaz de Mello, e José Teotônio Pacheco, que foi advogado eleito deputado geral pelo Partido Liberal no ano de 1889 pelo distrito da Província de Minas. Pacheco foi, em outra época, aliado político da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello, todavia o rompimento político ocorreu devido à eleição do vereador republicano Arthur Bernardes para o cargo de Presidente da Câmara de Viçosa, por este fato, o monarquista Teotônio Pacheco, que em 1892 também ocupou o mesmo cargo, organizou uma oposição local, resultando em duas correntes dentro do município de Viçosa: uma “pachequista” e outra “bernardista” (LIMA, 1983).

Respingando. (...) O sr. Araújo Junior sempre fez neste município oposição ao Senador Vaz de Mello e ao dr. Pacheco. Ao senador Vaz de Mello oposição política; ao dr. Pacheco, política e pessoal. Falece, porém, o Senador Vaz de Mello; substituem-lhe na direção da política seu filho e

genro; dr. Pacheco, separa-se na política do filho e genro daquele Senador e funda um partido de oposição. O sr. Araújo Junior mantendo-se, se mentem, contra o dr. Pacheco está em concorrência consigo mesmo, e ligando-se com o partido do dr. Arthur Bernardes e outros contra o dr. Pacheco, continua ainda nessa concorrência que não se quebrou (...). (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 643. 1906. Digitalizado pelo Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa).

Após noticiar o aparecimento do periódico *A Reação*, o semanário *Cidade da Viçosa* iniciou ataques contra a folha dirigida por Teotônio Pacheco. O *Cidade da Viçosa* justificava seus ataques afirmando defender-se de acusações políticas “infundadas” pelo *A Reação*. Neste sentido, na seção nº 642 de julho de 1906 foi aberta uma coluna dentro da seção *Cidade da Viçosa* com a finalidade de discorrer sobre as eleições para o cargo de vereador geral.

Neste sentido, em todo processo eleitoral, percebemos a presença de conflitos políticos entre os redatores políticos do *Cidade da Viçosa* e *A Reação*. Das notícias encontradas verificamos a importância dada ao cargo de vereador. Logo, podemos refletir acerca da escolha de Arthur Bernardes, ao optar por iniciar sua carreira política no legislativo municipal. Essa alternativa seria com base nas exposições feitas até aqui, para consolidar os laços com os correligionários locais para, mais tarde, projetar sua carreira política no âmbito da federação.

Considerações finais

Os estudos sobre disputas eleitorais viçosenses no jornal *Cidade da Viçosa* nos permitem algumas considerações sobre a imprensa brasileira e a política municipal na Primeira República. Sendo uma dessas reflexões o novo “espaço público” que surgiu com a maior popularização dos jornais e dos novos leitores que passaram a se interessar por diversos temas, dentre eles o político.

Desse modo, ao darmos maior atenção para a seção *Cidade da Viçosa*, foi possível observarmos o diálogo do seu redator-chefe com alguns grupos dominantes do município de Viçosa. Esses grupos eram representados, principalmente, pelos fazendeiros, militares e comerciantes da região de Viçosa. Sendo assim, uma das possíveis interpretações para a inserção política de Arthur Bernardes poderia ser sua aproximação com esses grupos dominantes de Viçosa, uma vez que na Primeira República o município era fundamental no processo de consolidação do poder, pois havia a existência de chefes locais que eram extremamente influentes na política.

Por fim, concluímos que, foi pelo grande engajamento no Partido Republicano Mineiro que Arthur Bernardes tornou-se presidente da Câmara de Viçosa. Tal cargo resultou em divergências políticas com o antigo chefe-local, até então aliado da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello, José Teotônio Pacheco. Logo, o estudo do semanário *Cidade da Viçosa*, nos permitiu entender mais profundamente as disputas políticas que ocorriam nos municípios na Primeira República brasileira e compreender melhor a inserção de Arthur Bernardes na política viçosense.

Referências bibliográficas

CONSTITUIÇÃO DE 1891. Título IV. **Dos cidadãos brasileiros**. Seção I. Da qualidade do cidadão. Disponível em: <<http://www.ufop.br/eventos>>. Acesso em: 05 maio, 2019.

GOMES, Ângela de Castro. ABREU, Martha. A nova República Velha: um pouco de história e historiografia. **Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 11-24, 2009.

Jornal Cidade da Viçosa. Localizado em formato digital, no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. 1892 a 1910.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LIMA, Alberto de Souza. **Arthur Bernardes Perante a História**. Belo Horizonte: I. Oficial, 1983.

MALIN, Mauro. Bernardes, Arthur. In: ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015

REMOND, René. Do político. In REMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 2010.

Escrita (s) feminina (s) no periódico "Semanário Maranhense": Uma janela para o passado

Natália Lopes de Souza

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

naty.lopes94@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende pesquisar a existência de mulheres de letras e suas produções literárias contidas no periódico *Semanário Maranhense* (1867 – 1868). Este, que circulou aos domingos, tinha como principal objetivo, segundo a edição de nº1, ser arquivo dos esforços dos filhos da terra através da Literatura e das Artes, ou seja, o jornal se dedicava em sua maioria a discutir e publicar textos literários. Portanto, através das narrativas literárias, tentaremos rastrear as pegadas femininas contidas no presente jornal para tentarmos entender o lugar social que a(s) autora(s) estava inserida, bem como o grau de inserção e a abertura para as mulheres neste periódico. Para além disso, tentaremos vislumbrar a existência (ou não) de crítica social através dessas produções femininas e como elas representavam ou não aspectos do que era ser feminino no período, além de vislumbrar em suas produções o comportamento aceito pela sociedade maranhense. A historiografia mais recente, vêm cada vez mais se debruçando sobre as diversas mulheres que participavam do espaço público da imprensa, seja como colaboradora ou estando a frente de periódicos no Oitocentos. Em razão disto, e em confluência com este campo, pretendemos, através dos escritos femininos, tentar entender a sociedade em que estas escritoras estavam inseridas e a abertura do espaço da imprensa, sem deixar de perceber as nuances das relações de poder dentro do periódico.

Palavras-chave: Mulher de letras; Semanário Maranhense; produções femininas.

Introdução

O Maranhão teve sempre no jornalismo órgãos da política, do commercio e do clero, mas actualmente apresenta a grande lacuna de não ter um jornal literário e que represente a aspiração dos que se interessão pelo progresso e engrandecimento da literatura pátria. (*Semanário Maranhense*, nº1, 1 de setembro de 1867).

O trecho acima, pertence a primeira edição do periódico *Semanário Maranhense* (1867 – 1868). Nele, percebemos que o objetivo da folha era proporcionar ao público, um jornal que valorizasse a literatura. Além disso, seus redatores promoveram uma crítica em relação a imprensa como um todo, pois, afirmavam que um dos motivos da fundação do mesmo teria se dado pela falta em relação a literatura. Tal crítica, se baseia sobretudo em um cotidiano de exaltação a literatura e a grandes literatos. A província do Maranhão vivia neste período, viveu uma efervescência cultural que originou o nome de “Athenas maranhenses” para São Luís.

Sobre esse status, segundo Borralho, a Athenas, não foi criação de uma única mente, foi uma aspiração de frações de classes conforme mudava o jogo político no Brasil e no Maranhão. Tais figuras, que fizeram parte deste fervor intelectual e cultural, ocuparam espaços de legitimação social, estâncias de poder e decisão, quer na estrutura administrativa da província, na imprensa, na educação formal enquanto educadores e na literatura (BORRALHO, 2009, p.19). Ou seja, este período proporcionou a cidade de São Luís um ambiente favorável de valorização dos intelectuais e da Literatura como um todo. Por isso, que a crítica realizada pelo *Semanário Maranhense* ia de encontro a uma sociedade que exaltava a intelectualidade, porém faltava folhas periódicas sobre este assunto. Portanto o *Semanário Maranhense* assume o objetivo de resgatar e valorizar a literatura que o *Semanário Maranhense* se apresenta a sociedade.

A província possuía uma experiência no campo da imprensa em geral. Isso se deve a intensa atividade tipográfica que se instalou ali na primeira metade do século XIX. A gênese da imprensa maranhense ocorreu na década de 1820, com o periódico maranhense chamado *O Conciliador do Maranhão*¹, transformando São Luís na quarta capital do país a ter imprensa. Fundado em meio à luta entre brasileiros e portugueses, divididos quanto à Independência do Brasil (PINHEIRO, 2004, p.19), ou seja, tinha como objetivo ser um instrumento político.

Galves (2010) nos diz que a cidade de São Luís possuía uma circulação e produção de ideias que eram absorvidas por um público crescente, isso é confirmado pela profusão de folhas noticiosas que apareceram ao longo de todo o século XIX. As folhas, representavam este espaço de vozes polifônicas, o que acabou contribuindo para o surgimento de outros formatos de periódicos, incluindo jornais que tinham como objetivo a literatura. Segundo Martins, “os jornais literários, fruto de uma intensa atividade tipográfica na região, contribuíram para uma consolidação da atividade letrada no Maranhão.” (MARTINS, 2010, p.108). Portanto, os jornais literários atuaram no auxílio a atividade letrada, e era isso a proposta do *Semanário Maranhense*.

Enquanto um órgão disseminador de ideias e de ajuda a atividade letrada no Maranhão, o periódico por nós estudado, participou de um campo público ao qual dava visibilidade para os escritos de intelectuais maranhenses. Podemos perceber esse esforço de valorização no trecho abaixo:

¹ O primeiro periódico maranhense que circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, era um jornal oficial e noticioso. Era o primeiro número impresso, segundo Joaquim Serra, se ocupava de assuntos próprios, dava notícias resumidas do exterior, fazia algumas transcrições e trazia anúncios de caráter oficial. Ver mais em serra (1883, p.13), e JORGE (2000).

O *Semanário Maranhense* é um jornal modesto. Não ambiciona glórias, nem aspira altas nomeadas; apenas quer ser o arquivo, onde se encontrem vestígios dos esforços empregados por alguns filhos desta terra, em bem da literatura e das artes. (*Semanário Maranhense*. São Luís. Nº1. 1 de setembro de 1867)

Deste modo, partindo da perspectiva de valorização de produções da província, procuraremos entender como se deu a participação feminina na folha literária, bem como as estratégias utilizadas ou não por elas para participarem deste espaço. Além disso, buscaremos pensar até que ponto os escritos femininos estavam ausentes de uma interferência masculina em tal periódico. Portanto, é neste ponto que este trabalho se situa, para além da condição biológica, as mulheres existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; “suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder” (TILLY, 1994, p.31).

Pensaremos então, que a inserção de produções femininas no periódico se deu através de relações de poder. E para nos ajudar a pensar isso, contaremos com uma análise de todo os números da folha, nos atentando para seu conteúdo e para elementos exteriores ao texto do periódico, além disso, através da história social voltada para uma análise de problemas, tentaremos perceber as experiências das mulheres no passado de modo geral. Deste modo, a pesquisa buscou pensar as relações de inserções de textos femininos no periódico *Semanário Maranhense*.

O *Semanário Maranhense*

Como já vimos, o *Semanário Maranhense* era um jornal que tinha como objetivo ser literário. Ele teve duração de um ano, estreou no dia 1 de setembro de 1867 e circulou sua última vez no dia 8 de setembro de 1868. A folha saía pela tipografia B de Mattos² circulada aos domingos. Além disso, o periódico custava dois mil réis por trimestre ou 13 números. Notamos que a folha não era tão barata, pois possuía oito páginas, contudo sua circulação pode ter atingido todos os espaços de sociabilidades, pois,

As tipografias e as primeiras livrarias eram [...] freqüentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade

² Era conhecida como gráfica Belarmino de Mattos², e que teria funcionado de 1860 a 1868. Ver mais em Santos (2016, p. 80).

política, local de fazer compras. Pontos-de-venda dos impressos, leituras coletivas (MOREL, 2008, p.38).

Ainda sobre isso, Patrícia Pina (PINA, 2010), nos informa que o jornal enquanto suporte de informação poderia suprir as necessidades intelectuais do leitor podendo ser lido em qualquer lugar.

O editor do jornal foi Bellarmino de Mattos³, e seus redatores eram Joaquim Serra⁴, que fundou o periódico e Gentil Homem de Almeida Braga⁵ sob os respectivos pseudônimos Pietro de Castellamare e Flavio Reimar. Os três decidiam quais conteúdos iriam ser publicados ou não, isso denota as relações de poder presentes no interior dos jornais, pois, tudo o que era publicado possuía uma intenção. A imprensa “marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras” (MOREL, 2008, p.26). Para além disso, ao ler as páginas da folha verificamos que o mesmo circulava em outras localidades, como na cidade de Vianna e outras cidades no Maranhão.

“Estão, portanto, francas as colunas do semanário aos artigos que digão respeito a literatura, artes, e indústria.” (*Semanário Maranhense*, São Luís. nº1, 1 de setembro de 1867.). isso quer dizer que a estrutura da folha possuía um conteúdo que abarcava desde poesias, romances e contos até cursos bíblicos, textos sobre a História do Maranhão e sobre indústrias e cartas dos leitores. Além disso, as últimas páginas continham as crônicas, interna e externa. A crônica interna era realizada por Pietro de Castellamare, e buscava comentar as notícias da província, desde festas religiosas até fofocas do cotidiano, tudo isso aparecia nas páginas da crônica. Já a crônica externa, escrita por Flavio Reimar, continha notícias do exterior, sobretudo no que diz respeito as notícias e consequências da Guerra do Paraguai.

Percebemos então, que o *Semanário Maranhense*, se revestia de uma aura que assumia para si a função de divulgar trabalhos intelectuais, para além de textos de literaturas, vimos

³ Bellarmino de Mattos (1830 - 1870). Aos dez anos começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Temperança de Manuel Pereira Ramos d’Almeida. Em 1863 abre sua oficina tipográfica. Fundou juntamente com outras pessoas a Associação Tipográfica Maranhense. Ver mais em Costa (2013, p.79 e 80).

⁴ Joaquim Serra (1838 – 1888) jornalista, professor, político, teatrólogo. Em 1862, com alguns amigos, fundou o jornal Coalizão, que advogava em política o Partido Liberal. Em 1867, fundou o *Semanário Maranhense*. Foi professor de Gramática e Literatura, por concurso, no Liceu Maranhense, deputado provincial (1864-67), secretário do Governo da Paraíba (1864-67) e foi Deputado geral de 1878 a 1881. (ACADEMIA BRASILEIRA..., 22 junho de 2019).

⁵ Gentil Homem de Almeida Braga (1835 – 1876) Bacharelou-se em Direito pela Academia de Olinda, tendo exercido a função de secretário do Governo da Província do Rio Grande do Norte. Regressando ao Maranhão, exerceu o Ministério Público nas comarcas de Codó e Caxias e a judicatura na de Guimarães. Tornou-se famoso pelos folhetins que escreveu num estilo mordente e loução, numa prosa agradável de ler, levemente pontilhada de humorismo. Assinava-os com o pseudônimo de Flávio Reimar. (ACADEMIA MARANHENSE ..., 22 junho de 2019).

que traz produções intelectuais referentes as artes, história, indústrias, trazia notícias do exterior, ou seja, se revestia de uma ilustração cara aos jornais literários e a imprensa como um todo, pois, “A imprensa periódica ao lado das sociedades literárias e científica, bibliotecas, teatros, entre outros, assumiu para si a função de educar seu público através da capacidade de erigir e disseminar ideias, conceitos e valores” (GOMES, 2009, p.13).

A folha por nós trabalhada, fazia parte de uma crescente imprensa literária no Maranhão, que se deu sobretudo a partir dos anos 1839 com o aparecimento do *O Recreio dos Maranhenses (1839)*⁶. A aparição de variados periódicos literário esteve diretamente relacionada com o desenvolvimento da província e mais ainda, para uma demanda crescente na sociedade. Isso se confirma pelas razões destacadas pelo *Jornal de Instrução e Recreio* para o aparecimento de tais jornais. “Não foi certamente incessante desejo de vangloria, que nos obrigou a publicar um Jornal: o estado de inercia a que tem chegado a nossa Litteratura, o desanimo geral nas artes e sciencias, nos incitarão esta publicação” (*Jornal de Instrução e Recreio*. 15 de fevereiro de 1845, vol.1.).

Portanto, o *Semanário Maranhense* participou deste movimento de disseminação da intelectualidade e valorização da literatura da província, além disso, ao lado de outros periódicos, ajudou na legitimação de um conteúdo caro a sociedade, ajudando a promover uma saída da inércia intelectual ao qual a imprensa maranhense estava inserida. Além disso, a estruturação e conteúdo do periódico nos ajuda a entender que ele não era uma singularidade, mas uma demanda da própria sociedade para com a imprensa.

Escrita (s) Feminina (s)

Socorro Barbosa (BARBOSA, 2007) nos diz que o jornal pode ser visto como um espaço de diálogo onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade. Baseado nisso, localizamos algumas vozes que diziam respeito a um público específico, o feminino. Por mais que o periódico em questão não fosse voltado para as mulheres, as publicações destinadas a elas continham as mesmas diretrizes de jornais femininos. Deste modo, variados artigos produzidos por e para as mulheres constavam noções e conhecimentos sobre assuntos como moralidade, polidez, tarefas domésticas, virtudes, criação dos filhos. “Em outras palavras, ideais, valores e comportamentos capazes de

⁶ Durante a segunda metade do XIX, a província maranhense conheceu variados tipos de jornais como *A Revista: Folha política e literária (1843 – 1850)*, *Jornal de Instrução e Recreio (1845 – 1846)*, *A época: Periódico político e literário (1849)* e outros.

estimular as qualidades de submissão, do trabalho, da obediência, da simplicidade, da passividade, do recato, da castidade e da dedicação.” (GOMES, 2009, p.124).

No periódico lemos: “Para o *Semanário Maranhense* aceita-se e agradece se a colaboração de todas aquelas pessoas, que queirão auxiliar esta publicação, no sentido de seu programma.” (*Semanário Maranhense*. São Luis, nº1. Setembro de 1867.). Fica nítido que a redação aceitava a colaboração de qualquer artigo, independente do gênero, o que para nós pode se encaixar como uma oportunidade de inserção de textos produzidos por mulheres. Mais ainda, outra hipótese pode ser levantada, a partir da década de 1850, vimos uma crescente de produções femininas na imprensa tanto da Corte quanto de outras províncias⁷. Portanto, o aumento do consumo do público leitor feminino, pode ter sido usado como estratégias pelos redatores para que o *Semanário Maranhense* atingisse variados públicos. No que diz respeito as publicações que estão diretas ou indiretamente ligadas as escritas femininas, a primeira menção a algum trabalho feminino constou na sessão Chronica interna do Pietro de Castellamare em novembro de 1867. Na sessão lemos:

Em outro lugar d’este jornal estão publicados alguns versos de uma senhora maranhense, que cultivava as belas letras com assiduidade e muito bom gosto. Não são estes os primeiros versos da autora de *Úrsula* e o *Semanário* sente especial prazer archivando os trabalhos de tão talentosa colaboradora. (*Semanário Maranhense*, nº 10, 3 de novembro de 1867.).

Pelo trecho não fica claro quem é a autora mencionada, contudo pela leitura diária sabemos que o fragmento se refere a professora pública Maria Firmina dos Reis⁸. Notamos que o autor de tal texto vem evidenciando a satisfação pela colaboração da autora em destaque. Além disso, faz um elogio a escrita dessa senhora maranhense. Contudo, percebemos também que sua produção estava diretamente ligada a opinião masculina, legitimada pelo periódico em questão. As produções de Maria Firmina foram apresentadas

⁷ A década de 1850 se tornou um marco importante pois, em 1852 surgiu o primeiro periódico redigido por uma mulher no Brasil, intitulado *Jornal das Senhoras*. Depois disso, outros periódicos surgiram como a Revista *Belo Sexo* (1862), *O Domingo* (1874), *Eco das Damas* (1879), *O Sexo Feminino* (1873). Deste modo vemos uma crescente produção de mulheres nos jornais e nas redações do mesmo, o que ajudou a abrir espaço para as mulheres na imprensa.

⁸ Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) foi uma poetisa e escritora maranhense. Ela publicou obras como o romance *Úrsula* (1859), o conto *Gupeva* (1861), este possuiu três edições publicadas em jornais, o conto *A Escrava* (1887) dentre outras variadas poesias, charadas e músicas como o *Hino a libertação dos escravos*. Obteve notoriedade em seu tempo participando como colaboradora de jornais e de antologias como o *Parnaso Maranhense* (1861). Ver mais em Morais Filho (1975).

através de uma fala masculina. Tal acontecimento ocorria pelo fato de não existirem jornais em São Luís escrito por mulheres⁹ (ABRANTES, 2013, p.3).

A segunda menção a escritos femininos aparece em uma carta a Flavio Reimar onde o leitor vai discorrer sobre o seu poema *Uma primavera de Mulher* de Maria Amália Vaz de Carvalho¹⁰. Em uma espécie de resenha, o autor da carta afirmou que, “Acabo de ler um livro, que me deixou impressionado o mais agradavelmente possível. [...]fico surpreso da inteligência descommum d’essa interessante moça” (*Semanário Maranhense*. São Luís, nº12, 17 de novembro de 1867.). Ao longo de sua escrita, o autor evidenciou o espanto em relação a autora, tal comentário, deixou explícito a surpresa pela produção ter sido bem feita afirmando que a inteligência da autora era diferenciada das demais mulheres. Isso se explica, pois, a educação feminina só conseguiu assentar suas bases tardiamente no império. Além disso, ao afirmar ser “descommum” o autor a coloca em um patamar onde só uma exceção poderia alcançar.

Contudo, a carta ao redator se tornou contraditória pois seu autor afirmou

O poema não é de grande alento e nem tão pouco de complicado maquinismo; mas que importa isso? [...] Verdadeiro poema escripto por uma mulher, o coração mais do que a imaginação é quem dictou aquelas estancias, tão orvalhadas de lagrimas” (*Semanário Maranhense*. São Luís, nº12, 17 de novembro de 1867).

Aqui vemos, que apesar dos elogios, os trabalhos femininos sempre estão sendo associados a emoção e não mais a razão. Além disso, houve uma crítica em relação a forma de escrita da autora, mas afinal “que importa isso?”

A próxima produção feminina com quem vamos tratar se denomina *Fragments de um livro*, o interessante de tal obra é observar a forma com que ele aparece no jornal. O texto apareceu no periódico mediante o intermédio de um leitor que disse:

não sei se cometto uma indiscrição, atirando essas paginas intimas de um coração de moça, ao publico, ou se melhor fizera, conservando-as comigo. Como seja, falou-me mais alto o desejo de vel-las apreciadas por juízos mais competentes do que o meu, do que o egoísmo de conserval-as eternamente entre os meus papeis. (*Semanário Maranhense*. São Luís, nº17, 22 de dezembro de 1867.).

⁹ O periódico *O Chrysalida: Publicação mensal – Redacção de Meninas* de 1884, foi um jornal editado por mulheres em Caxias no Maranhão. Na ferramenta Hemeroteca Digital, só existe disponibilizado a edição de número 12 do mesmo.

¹⁰ Maria Amália Vaz de carvalho (1847 – 1921) foi uma escritora portuguesa. Ficou conhecida pela sua faceta de educadora, tendo deixado obras acerca da formação de crianças e mulheres. Escreveu crônicas, artigos políticos, folhetins de críticas e traduções. Ver mais em *Carvalho* (2003-2019).

Aqui notamos que a divulgação do texto se deu pela vontade do leitor de dividir com a sociedade o texto que recebera de alguma moça. Deste modo, podemos pensar que nem sempre houve uma agência feminina no que diz respeito a divulgação de sua produção, muitas vezes, se dava pelo intermédio masculino. E isso, é o que acontece com a publicação do texto *Sonhando*. Esta produção, levada pelo pai da moça sem seu consentimento para a publicação, veio resguardada pelo pseudônimo “E”. Tal utilização segundo o autor, foi uma proibição imposta pelo pai da moça. Sobre o pseudônimo o autor nos fala que “A inicial que serve de assinatura indica a modéstia de uma joven e inteligente maranhense, que vae ficar surpreendida vendo a publicação d’estas paginas que ella supunha guardadas com muito recato.” (*Semanário Maranhense*. São Luís, nº24, 9 de fevereiro de 1868.). Nas duas produções acima, tanto *Sonhando* quanto *Fragments de um livro* tiveram suas páginas divulgadas na imprensa através de uma intermediação masculina. Além disso, tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato social (TELLES, 2008, p.341), e as duas publicações acima refletem a moralidade e o recato em suas linhas, reforçando os papéis de boas filhas, regidos pela emoção.

Por fim, destacamos as produções de duas professoras públicas maranhenses, Maria Firmina dos Reis e Herculana Firmina Vieira de Souza¹¹. Mesmo elas tendo em comum a profissão, suas produções no *Semanário maranhense* eram completamente diferentes. Maria Firmina dos Reis, trouxe a público uma poesia intitulada *Lua Brasileira*, na edição de número 27 do dia primeiro de março de 1868.

A Lua Brasileira (Guimarães)

E'tam meiga, tam fagueira,

Minha lua brasileira;

E'tam doce, e feiticeira,

Quando airosa vai nos ceos;

Quando sobre almos palmares,

Ou sobre a face dos mares,

Fixa, nivea, seus olhares,

Ou'enfeitiçam os olhos meus; [...](Semanário Maranhense. São Luís, nº27, 1 março de 1868.)

Em seu poema, não percebemos relação com a moralidade ou recato encontrados nos textos anteriores ditos serem femininos. Encontramos, uma exaltação a natureza, o que evidenciava a aproximação dessa escritora com o Romantismo. Além disso, não vemos nenhum tipo de intermédio ou fala masculina a respeito de tal produção, ela fala por si. Isso

¹¹ Herculana Firmina Vieira de Souza (?), professora pública da Vila de Cururupú.

pode ter relação pois o texto de Maria Firmina não tocava em questões que envolviam relações ou papéis sociais assumidos pelos gêneros. Já Herculana Firmina, teve sua produção anunciada na *Chronica interna* de Flávio Reimar. Lemos:

Que bello exemplo é este! Uma senhora cujo trabalho diário é a educação do sexo feminino na villa de cururupú, roubou as suas horas de descanso o tempo preciso para escrever um voluminho didactico de incontestável merecimento [...] Que o saibamos é dona Herculana Firmina Vieira de Souza a primeira dentre as professoras publicas da província que deu a lume um livro de instrucção elemental [...] o Resumo da Historia do Brazil - da distincta professora é realmente cheio de merecimento. (*Semanário maranhense*. São Luís, nº35 26 abril de 1868).

Como já mencionamos, a obra dessa professora foi comentada por Flávio Reimar com grandes elogios, pois se tratava de uma produção voltada para o ensino. Além disso, percebemos uma exaltação de sua carreira na docência. Outro ponto de destaque é a valorização da utilização do tempo de descanso para prover a sociedade com obras de instrução, o que acabava por ser uma crítica implícita a ociosidade.

Ao longo dos trechos que dizem respeito a produções femininas no periódico *Semanário Maranhense*, vimos as variadas formas de inserção e divulgação de textos. Notamos também, que por mais que a folha em questão não coloque empecilhos para que mulheres colaborassem, suas escritas estavam permeadas e entrelaçadas as vozes masculinas. Além disso, percebemos que mesmo com uma certa abertura no que diz respeito a aceitação e publicação feminina, baseada na intenção, o periódico não deixou de fazer campanhas pela educação da mulher, como vimos no trecho sobre Herculana Firmina e muito menos deixou de promover esforços ligados ao papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa (TELLES, 2008, p.357).

Conclusão

A guisa de conclusão, podemos inferir que a expansão da imprensa pode ser problematizada enquanto espaço de relações de poder e de diálogo bem com ferramenta de legitimidade no que diz respeito a circulação de ideias e a formação de opinião pública. Além disso, destacamos as variadas vozes femininas através da escrita, na multiplicidade de assuntos abordados bem como as diversificadas maneiras que tais escritos aparecem no periódico *Semanário Maranhense*. Contudo, esta presença se tornou ambígua pois, em sua

maioria, as vozes femininas se encontram imbricadas com as vozes masculinas, excetuando Maria Firmina dos Reis, única mulher que não teve a voz masculina ligada a seus escritos.

Deste modo, podemos perceber que mesmo com a abertura tanto deste periódico quanto de outros, as escritas femininas assumem características diferenciadas e de certa forma, buscam seu espaço dentro da imprensa, porém ainda estão atreladas aos homens em sua maioria. Ou ainda, tais escritos também podem ter sido produzidos por homens para tentar atingir o público feminino, sobre isso, não temos como dar certeza. O que podemos dizer é, que tanto pela agência dos escritos partirem de mulheres ou serem produzidas por homens, houve um aumento na demanda de textos voltados para este público, deste modo, percebemos que as estruturas dos jornais se tornam dinâmicas para abarcarem a presença de mulheres e de suas produções no espaço da imprensa.

Fonte:

Semanário Maranhense - edições de (1867 – 1868).

Referências Bibliográficas:

ABRANTES, Elisabeth Sousa. Conselho para as moças – a educação feminina nos periódicos do século XIX. III SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA Impressos no Brasil do século XIX. UEMA, **Anais...**, São Luís. 2013.

ACADEMIA BRASILEIRA. **Joaquim Serra Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-serra/biografia>>. Acesso em: 22 junho de 2019.

_____. **Gentil Homem de Almeida Braga**. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/gentil-braga/>>. Acesso em: 22 junho de 2019.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa periódica no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: A fundação de um maranhão no Império Brasileiro**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. UFF, Niterói-Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, *Maria Amália Vaz de*. **Artigos de apoio Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$maria-amalia-vaz-de-carvalho](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$maria-amalia-vaz-de-carvalho). Acesso em: junho de 2019.

COSTA, Odaleia Alves da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2013.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, Rio de Janeiro. 2010.

GOMES, Gisele Ambrósio. **Entre o público e o privado**: A construção do Feminino no Brasil do oitocentos, 1827-1846. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2009.

JORGE, Sebastião B. **Política movida a paixão** – o jornalismo polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social/UFMA, 2000.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve Panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus** - revista interamericana de comunicação midiática, v 18, 2010.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida**. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. **Labirintos**: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses, Bahia, UEFS, n. 8, 2010.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Impressos no Maranhão: uma primeira leitura sobre a fundação da imprensa local. II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, Florianópolis. **Anais...**, abril de 2004.

SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis**: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SERRA, Joaquim [Ignotus]. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. (1820-1880). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. PINSKY, Carla B. **História das Mulheres no Brasil**. 9ed. São Paulo: UNEP. 2008. P.341.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História social. **Cadernos Pagu**, v. 3, pp. 29-62, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/Gleice/Downloads/cadpagu_1994_3_3_TILLY.pdf>. Acesso em: Junho de 2019.

As influências econômicas e os discursos de poder sobre o desenvolvimento urbano de Arapiraca

Rodolfo José Oliveira Lima¹

Mestrando em História

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

rjoliveira.lima@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho pretende-se demonstrar como o poder econômico vem influenciando o crescimento da cidade de Arapiraca-AL nos últimos anos e como vem sendo construída as narrativas do grupo político dominante a partir da análise das mídias locais. É sob a justificativa do desenvolvimento que os discursos de poder das elites para seus projetos que excluem as camadas populares do acesso à cidade, em benefício dos grupos ligados ao comércio de grande e médio porte e a especulação imobiliária, buscam se legitimar, sendo os moradores de áreas que passaram por um processo de valorização vítimas dessa política. É possível observar através das mídias locais como em Arapiraca foi sendo construída uma narrativa por esses atores de que “a cidade está se tornando moderna, a metrópole do futuro”, justificando assim várias obras de urbanização na cidade que mais favorecem as elites do que as classes populares. Arapiraca carece de jornais impressos próprios, desse modo, a imprensa local concentra seus meios de divulgação na internet, cujos principais patrocinadores são, obviamente, o empresariado local. Destarte, temos uma variedade de site de notícias da qual podemos extrair material para a nossa pesquisa, além do veículo oficial da Prefeitura de Arapiraca que se caracteriza como o principal propagador do discurso político hegemônico. De modo a estabelecer um método para busca dos periódicos virtuais, optou-se por observar como ao longo dos anos a população se conectou à internet, para se ter uma noção de como e quanto as informações divulgadas por esse meio poderiam chegar a uma significativa parcela da população. Para isso, fizemos uma análise das pesquisas disponibilizadas pelo IBGE. À esse discurso pretende-se apresentar material midiático (posts de redes sociais, folhetos, vídeo-documentário) colhido de movimentos sociais e das classes que são afetada pelo “desenvolvimento” da cidade, isso nos permite encontrar uma contraposição à narrativa hegemônica trazida pelas mídias da cidade. São conflitos de classe que ficaram registrados na história da cidade que mostram o preço do seu crescimento.

Palavras-chave: Influências econômicas, Discursos de poder, Desenvolvimento de Arapiraca.

É sob a justificativa do desenvolvimento que os discursos de poder das elites para seus projetos que excluem as camadas populares do acesso à cidade, em benefício dos grupos ligados ao comércio de grande e médio porte e a especulação imobiliária, buscam se legitimar, sendo os moradores de áreas que passaram por um processo de valorização vítimas dessa política. É possível observar através das mídias locais como em Arapiraca foi sendo construída uma narrativa por esses atores de que “a cidade está se tornando moderna, a metrópole do futuro”, justificando assim várias obras de urbanização na cidade que mais

¹ Bolsista CAPES/FAPEAL.

favorecem as elites do que as classes populares.

Arapiraca carece de jornais impressos próprios, desse modo, a imprensa local concentra seus meios de divulgação principalmente na internet, cujos principais patrocinadores são, obviamente, o empresariado local. Assim, é perceptível que a imprensa comum é um veículo de reprodução da ideologia dominante, afinal, historicamente ela nasce com a burguesia e, ao se afirmar como empresa capitalista, liga-se visceralmente as grandes forças econômicas e sociais (NOGUEIRA, 1999).

Destarte, temos uma variedade de site de notícias da qual podemos extrair material para a nossa pesquisa, além do veículo oficial da Prefeitura de Arapiraca que se caracteriza como o principal propagador do discurso político hegemônico. De modo a estabelecer um método para busca dos periódicos, optou-se por observar como ao longo dos anos a população se conectou à internet, para se ter uma noção de como e quanto as informações divulgadas por esse meio poderiam chegar a uma significativa parcela da população. Para isso, fizemos uma análise das pesquisas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Não há dados específicos sob o uso de internet na cidade de Arapiraca, as informações da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD – do IBGE remetem às Unidades da Federação no geral, uma vez que foi esse o método utilizado pela entidade. Assim, observando os dados referentes à Alagoas, percebemos que o grande aumento no número de pessoas com acesso à internet se dá a partir de 2011, data de realização de uma nova PNAD, onde constatou-se um crescimento de quase 200% em relação a 2008, e de quase 500% em relação a 2005, quando esse fato foi investigado pela primeira vez. Como demonstram as pesquisas, o acesso à internet em 2005 era de apenas 7,6% da população (IBGE, 2007), de 17,8% em 2008 (IBGE, 2009) e de 34,3% em 2011 (IBGE, 2013). Mesmo nosso objetivo sendo apenas demonstrar o avanço da presença da internet na vida dos alagoanos para justificar a escolha do período temporal de coleta dos jornais (sendo esses dados já suficientes), achamos por bem trazer os percentuais das últimas pesquisas divulgadas, pois as mesmas trazem novos dados que também são pertinentes, uma vez que o IBGE passou a pesquisar a partir de 2013 outros meios de acesso à internet além de microcomputador: os aparelhos celulares. Os números da pesquisa de 2013 revelam um aumento para 37,1% no acesso à internet nos últimos três meses que antecederam a pesquisa “somente” por meio de microcomputador, enquanto as pessoas que utilizavam a internet “somente” por meio de celular eram menos da metade dessa porcentagem, 17,7% (IBGE, 2015); o total dos

domicílios com acesso à internet foi de 65% por meio de banda larga fixa e 53,5% por banda larga móvel (IBGE, 2015). Já os dados de 2014, apenas um ano depois, revela uma inversão, o percentual de acesso à internet “somente” por meio de microcomputador caiu para 14,2% e o de “somente” por meio de celular subiu para 32,8%, sendo o total dos domicílios com acesso à internet por banda larga fixa ou móvel, respectivamente, 64,3% e 65,4% (IBGE, 2016).

Tendo essas informações por base, constata-se com números o quanto a internet se tornou expressiva entre a população, principalmente no triênio após 2008, período de maior crescimento, assim, achamos justo que os noticiosos pesquisados fossem de datas posteriores a esta. Sabemos que tais notícias também circulam por outro grande meio de comunicação muito comum na cidade que são as rádios (os programas de notícias sempre reproduzem os boletins dos jornais em sua programação), isso serve para reforça o alcance das mesmas, mas não iremos analisar essa dimensão neste trabalho.

Em Arapiraca, o grupo político dominante, excetuando as possíveis contradições internas inerentes a qualquer processo que também não cabem ser analisadas neste trabalho, vinha, até as eleições de 2016, se mantendo no poder ao longo das duas últimas décadas, assim, acreditamos que os elementos aqui trazidos representam os traços da ideologia transmitida (ou onde a mesma culminou) nesses 20 anos em que estiveram à frente do executivo municipal.

Uma matéria de um periódico nacional (VEJA, 2010) que citou Arapiraca como uma das cidades médias que se tornarão futuras metrópoles dado seu crescimento, levou a uma maior promoção por parte do Poder Público dessa narrativa como política de governo para à cidade. Na prática, isso é consequência da forma como a região vem se desenvolvendo já que, no final de 2009, por exemplo, houve a aprovação pela Assembleia Legislativa de Alagoas da lei complementar que criou a Região Metropolitana do Agreste (Lei complementar nº 27/2009). Podemos observar isso nas considerações da Prefeitura de Arapiraca ao publicizar a matéria da revista Veja:

O prefeito Luciano Barbosa (PMDB) disse que a reportagem da revista Veja reforça o que a Gazeta Mercantil e o Instituto Florenzano Marketing já haviam descoberto há cerca de dois anos, com a publicação de pesquisa sobre os municípios brasileiros mais dinâmicos. [...] “A publicação da revista Veja mostra, mais uma vez, que estamos no caminho certo, fazendo as intervenções necessárias, com a participação da iniciativa privada e o apoio dos diversos segmentos da sociedade, para melhorar cada vez mais a qualidade de vida do arapiraquense”, afirmou o prefeito Luciano Barbosa (ARAPIRACA, 30/08/2010, np., grifos originais).

Esse trecho também nos traz elementos para observar como os agentes políticos claramente percebem o olhar do capital exterior para o potencial que a cidade vem se tornando enquanto mercado consumidor e fonte de mão de obra (barata).

Analisando outras matérias publicadas no veículo oficial da Prefeitura podemos identificar mais traços dessa narrativa, como na publicação de 15/06/2013:

Em seu discurso, o viceprefeito Yale Fernandes lembrou do compromisso da administração municipal com o desenvolvimento da cidade e destacou a importância de empresários de Arapiraca estarem investindo em empreendimentos ousados.

“Arapiraca está se consolidando como metrópole do futuro. Isso graças a grandes empresários como o Jadielson, o Genildo e o Edvaldo, do Grupo Ouro Verde, e o João Texeira, da Contrato Engenharia, que estão investindo na nossa cidade. Arapiraca não pode parar, tem que continuar crescendo, e esse residencial mostra isso”, disse (ARAPIRACA, 15/06/2013, np., grifos originais).

“Arapiraca não pode parar”, esse se tornou um dos principais slogans político da cidade nesse período. Outra publicação, cerca de um ano após esta, traz as mesmas características:

Para Célia, seu retorno a Prefeitura de Arapiraca aconteceu durante um período de mudança. “Voltamos para passar esse momento de transição da província para metrópole do futuro. E não é apenas nas políticas públicas, mas também na educação das pessoas. Esta cidade não comporta mais que coloque-se entulho ou lixo em qualquer lugar ou que carros sejam estacionados de todo jeito. Cada um tem que respeitar o espaço do outro. Precisamos aprender uma nova realidade”, disse (ARAPIRACA, 28/07/2014, np., grifos originais).

Quando entendemos que o espaço urbano também se torna uma mercadoria no capitalismo, fica claro o que está por trás desse fenômeno. Trata-se de uma notável estratégia de marketing urbano onde o espaço é o produto e os compradores são os grandes investidores:

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2000, p. 78).

Podemos observar de forma explícita as relações de subserviência do poder público ao poder econômico no local que vem sendo o principal alvo do capital imobiliário na cidade: as

imediações do Açude do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), atualmente denominado "Lago da Perucaba". Nessa área, famílias tradicionais de pescadores estão sendo ameaçadas de expulsão de seu local de moradia e sustento para dar lugar a um hotel de luxo que faz parte do empreendimento "Perucaba Bairro Planejado".

Nos últimos 20 anos e, mais aceleradamente na última década, o Açude do DNOCS, localizado no atual Bairro Zélia Barbosa Rocha, uma área periférica da cidade, passou a ser um dos locais mais valorizados de Arapiraca. Isso é reflexo da ação do Poder Público que, sob os interesses do capital imobiliário e também inserido no contexto nacional do país (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Minha Casa Minha Vida, etc.), passou a enxergar com olhos diferentes esse lugar. Assim, várias obras de urbanização e drenagem passaram a ocorrer na área principalmente com a utilização de recursos federais. A importância dada ao local pode ser percebida através da quantidade de convênios firmados entre Arapiraca e o Ministério do Turismo: de oito convênios concretizados, entre 2008 e 2016, seis estão voltados a obras que abrangem a área do Lago da Perucaba (BRASIL, 2017).

Claramente os objetivos por trás dessas ações não eram favorecer as camadas da população que historicamente viveram ali, e sim grupos empresariais que anteriormente já haviam adquirido (enquanto ainda era uma área desvalorizada) parte das terras que localizam-se nas imediações do Açude, ficando nítida uma comum relação onde a máquina estatal se torna um instrumento que serve para atender aos interesses da classe hegemônica.

É possível analisar como a Prefeitura atende claramente aos interesses do capital imobiliário quando a mesma move em 2014 um processo pedindo a reintegração de posse da área do Açude (cuja propriedade oficialmente é do DNOCS) alegando que pescadores que residem no local há mais de meio século a estariam "monopolizando". Como podemos ver nos argumentos utilizados pela procuradoria municipal:

O que pode parecer algo inofensivo está se tornando um enorme problema para o Município de Arapiraca. A área é importante para o Município, pois se trata de um bem de uso comum do povo e também área de preservação permanente. A importância da área para o Município e para sua população é tamanha que existe um grande projeto, cujo objetivo é a execução de obras, serviço de urbanização e infraestrutura nas áreas degradadas da margem e do entorno do Lago da Perucaba. Esse projeto imenso, que conta com repasses de verbas federais, já se encontra em sua segunda etapa e foi justamente nessa fase que a obra estagnou, pois esbarrou na tal estrutura montada irregularmente pelos pescadores (PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, 2014, p. 5).

Ao mesmo tempo em que essa ação é movida, o empreendimento Perucaba Bairro

Planejado já divulga em seus *folders* de propaganda um projeto de construir um hotel de luxo exatamente no local onde fica a vila dos pescadores como mostra a figura 01:



Figura 01: Imagem ilustrativa do Perucaba Bairro Planejado. Destaque em círculo da área onde atualmente se localiza a Vila dos Pescadores na qual pode-se ver o projeto de um Hotel à beira do Açude. Disponível em: <<http://perucababairroplanejado.com.br/static/images/localizacao.jpg/>>. Acesso em: 19/01/2018.

Esse empreendimento localiza-se numa área que segundo o Plano Diretor Participativo de Arapiraca (Lei nº. 2424/2006) deveria ser de Zona Especial de Interesse Ambiental cujas características são: “Art. 77. Poções do território destinadas à proteção e recuperação do patrimônio ambiental natural e do patrimônio ambiental cultural, onde qualquer intervenção será objeto de análise especial (ARAPIRACA, 2006)”. A recuperação dos mananciais e da vegetação nativa parecem ter sido deixados em segundo plano em benefício da especulação habitacional da área. Santos et al., observam que em Arapiraca a cidade “legal” está prospectada muito diferentemente da cidade “real”:

Em Arapiraca, assim como outras cidades interioranas de porte médio, nota-se que a expansão urbana descontínua do tecido consolidado da cidade, com a existência de diversos vazios urbanos, tem apontado um fator de grande relevância para que um estudo mais aprofundado venha ser desenvolvido. Nesse contexto, a atuação do mercado imobiliário tenta se beneficiar de uma parcela da cidade, desrespeitando leis de instrumentos norteadores de expansão e de desenvolvimento urbano (SANTOS et. al., 2016, p. 11-12).

Isso nos levou a tentar entender um pouco mais da relação do empresariado local com as gestões da prefeitura, para isso, optou-se por analisar as doações de campanha das eleições municipais. Para este trabalho, consultando as contas eleitorais das eleições de 2012, cujos

documentos possuem uma acessibilidade mais fácil por estarem disponíveis na internet, identifica-se através da análise das planilhas de doadores, que os empresários (pessoa física) e grupos empresariais (pessoa jurídica) que são direta ou indiretamente ligados ao empreendimento Perucaba Bairro Planejado foram responsáveis por cerca de 1/4 das doações para a campanha da candidata vitoriosa no pleito (TSE, 2012a). Curiosamente o candidato que ficou em segundo lugar na disputa, também recebeu do mesmo grupo empresarial, excetuando os recursos advindos das pessoas físicas dos empresários, uma doação de mesmo valor (TSE, 2012b). Esses dados nos servem de apoio para uma hipótese bem evidente: que não se tratam de "doações", mas de "investimentos" dos quais se espera um retorno e, dentro dessa lógica, a figura do político que esteja no poder não é o ponto mais significativo, já que há apostas nos dois lados. Isso é um fato que achamos prudente considerar, uma vez que:

Os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político) (FERNANDES, 2013, p. 54).

Várias notícias publicitárias do empreendimento podem ser encontradas. As mesmas destacam suas características modernas, as grandes vantagens sociais e a importância de ter um projeto como este para Arapiraca:

O diretor da CIA, empresa especializada em bairros planejados, Paulo Mariano explicou como vai ser o funcionamento do sistema independente de rede de água e esgoto do Perucaba Bairro Planejado. “Tudo foi pensado e planejado para que o nosso sistema de esgoto possa durar no mínimo 40 anos. Nós pensamos também na possibilidade de ampliação da capacidade deste sistema no novo complexo residencial que iremos construir aqui em Arapiraca. Os bairros planejados existentes precisam ser construídos longe das grandes cidades. Estamos trazendo um conforto e um produto de qualidade”, disse (MELO, 13/11/2013, np., grifos originais).

Outras reportagens dispensam comentários:

Não é mais sonho. A cidade que mais se desenvolve em Alagoas, Arapiraca, já vê o futuro sendo construído às margens do Lago Perucaba. Depois do sucesso do primeiro empreendimento lançado no fim do ano passado e com obras das áreas de lazer quase concluídas, os empresários José Levino e Junior lançam em julho o Jardins Perucaba, que terá lotes de 300 a 500 m² na nova área de desenvolvimento de Arapiraca (MINUTO ARAPIRACA, 26/06/2014, np.).

Há ainda aquelas que já nos títulos deixam claro essas características: “Empreendimento imobiliário deve transformar setor em Arapiraca” (SETE SEGUNDOS, 06/11/2013, np.).

Para quem seria todos esses benefícios? quais camadas sociais teriam acesso a todos esses avanços da engenharia? O discurso generalista da mídia mascara as relações de classe onde observamos a criação de um espaço de habitação para os que detêm melhores condições financeiras enquanto as camadas mais baixas se localizam nos conjuntos habitacionais mais periféricos e com infraestrutura mais precária, sem falar naquelas que realmente são vistas como um empecilho ao andamento das obras.

A ideologia dominante se afirma em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado (MÉSZÁROS, 2012), ela precisa ser incorporada como algo natural, os momentos de quebra nessa reprodução são justamente os períodos de afloramento das contradições sociais onde esses valores perdem parte da sustentação material que possuíam. Quando falamos em algo crucial para a reprodução do capitalismo – a concretização da circulação que se traduz no que Harvey (2005) vai chamar de “ideologia do crescimento” – temos uma ação mais direta dos mecanismos ideológicos. Não é à toa que essa ideia do desenvolvimento é hoje tida naturalmente como algo positivo; aí daquele político clássico que em seu discurso não adota esse viés. Essa objetividade que tais discursos ganham, também é conservadora do *status quo* (MÉSZÁROS, 2012):

Podemos observar também uma clara ação das horizontalidades e verticalidades tal como conceitua Milton Santos (2014). As primeiras referem-se ao substrato da vida material de um determinado meio, o conjunto das relações entre os indivíduos, instituições e etc., diretamente ligados aquela espacialidade, onde também se geram políticas próprias e relações solidárias. As verticalidades (diretamente ligadas ao poder econômico) são relações impostas a partir de fora pelas forças dominantes que trazem sua interferência ao local, são um vetor perturbador, pois implicam a mudança, é estranha aos habitantes locais. Porém, as forças horizontais não deixam de impor resistências, como se percebe com o surgimento do movimento “Perucaba para os Pescadores” que contou com forte apoio de outros setores da sociedade, principalmente estudantes universitários.

Registros orais condensados num documentário produzido por esse movimento (PERUCABA PARA OS PESCADORES, 2015a) trazem os relatos dos pescadores do Lago da Perucaba sobre os impactos que essas ações da Prefeitura tiveram sobre os mesmos. As

narrações expõem que suas casas (na área onde inicialmente moravam) foram derrubadas pelas máquinas utilizadas nas obras, obrigando-os a se deslocarem para a outra margem do Açude que não seria alcançada por essa primeira etapa do urbanização; pescadores também tiveram grandes prejuízos com a morte de peixes de criatórios devido ao escoamento de resíduos químicos da pavimentação para as águas, sem receber qualquer indenização.

Um panfleto distribuído pelo Movimento Perucaba para os Pescadores traz os seguintes dizeres:

A prefeitura nunca nos deu a mínima atenção. Vivemos todo esse tempo sem água encanada, energia elétrica ou saneamento básico. Agora para atender aos interesses de grandes empresários que desejam construir um ambicioso condomínio de luxo, ferem nossa dignidade e nos colocam em uma situação de risco (PERUCABA PARA OS PESCADORES, 2015b, np.).

Acreditamos que o principal mérito dessas fontes não está em descobrir o quanto elas falam a “verdade” sobre como os fatos ocorreram, afinal não estamos aqui assumindo um papel de juízes, mas sim como elas demonstram uma contraposição à narrativa hegemônica trazida pelas mídias da cidade. São conflitos de classe que ficaram registrados na história da cidade que mostram o preço do seu desenvolvimento.

A urbanização da cidade de Arapiraca possui singularidades próprias, mas de forma alguma deixa de ser influenciada pelos vetores econômicos presentes na conjuntura nacional ou, melhor dizendo, na forma como vem se desenvolvendo o capitalismo brasileiro.

As forças econômicas vêm agindo na cidade e construindo uma narrativa para justificar suas intervenções, utilizando, para isso, o poder midiático e a máquina estatal representada no Poder Público Municipal. Percebemos isso como uma tendência geral do capitalismo da qual Arapiraca não escapa. Obviamente este não poderia ser um processo sem contradições, vemos que há conflitos de classe na cidade, as vezes difíceis de identificar dado o pequeno porte da mesma e, por vezes, a escassez de fontes para pesquisa. É preciso uma observação atenta para encontrar os vestígios do contraditório processo pelo qual Arapiraca vem se desenvolvendo, encontrar atores sociais que fazem parte do dia a dia da cidade, mas que deixam poucos vestígios de sua passagem.

Tal tarefa possui uma relevância social significativa quanto ao tipo de cidade que pensamos/queremos, destacar os problemas e ajudar na construção de projetos alternativos. Muito se fala na sociedade que queremos no “geral”, quase como um projeto ideal (que ao ser pensado acaba fugindo de uma determinada realidade material), ou mesmo como idealismo

puro, mas sem pensar as singularidades de cada contexto, estaremos longe de por essa sociedade em prática, mesmo com uma mudança qualitativa no poder político. A História, no caso específico deste trabalho, traz uma singela colaboração para a compreensão da realidade local podendo contribuir também para a organização das tarefas que precisam ser feitas.

Referências bibliográficas

ALAGOAS. **Lei complementar nº 27, de 30 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Agreste – RMA, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Agreste – CRMA e dá outras providências. Alagoas 30/11/2009. Disponível em: <https://sapl.al.al.br/sapl_documentos/norma_juridica/14_texto_integral>. Acesso em: 19/01/2018.

ARAPIRACA. Dep. Imprensa. Arapiraca será metrópole do futuro, destaca revista Veja. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 30/08/2010. Governo. Disponível em: <http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/news_html.php?notid=2672> Acesso em: 15/10/2015.

_____. Dep. Imprensa. “Estamos nos consolidando como metrópole do futuro”, afirma Yale. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 15/06/2013. Vice-prefeito. Disponível em: http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/news_html.php?notid=5656. Acesso em: 15/10/2015

_____. Dep. Imprensa. Célia: “Estamos no momento de transição para virar metrópole”. **Prefeitura de Arapiraca – Site Oficial**. Arapiraca, 28/07/2014. Prefeita. Disponível em: http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/news_html.php?notid=7641. Acesso em: 15/10/2015.

_____. **Lei 2424 de 23 de janeiro de 2006**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca. Arapiraca: Centro Administrativo, 2006.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Convênios por órgão concedente**: Ministério do Turismo e Município de Arapiraca. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/convenioslista.asp?uf=al&tipoconsulta=1&codorgao=54000&orgao=ministerio%20do%20turismo&codmunicipio=2705&municipio=arapiraca&periodo=>. Acesso em 26/10/2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para uso pessoal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv33982.pdf>>. Acesso em 05/01/2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para uso pessoal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv43025.pdf>>. Acesso em 05/01/2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para uso pessoal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63999.pdf>>. Acesso em 05/01/2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.** Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para uso pessoal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>>. Acesso em 05/01/2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.** Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para uso pessoal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>>. Acesso em 05/01/2018.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

MELO, Sandro. Perucaba Bairro Planejado está orçado em R\$ 500 milhões. **Alagoas Em Tempo Real**, 13/11/2013. Arapiraca. Disponível em: <<http://www.alagoastempo.com.br/noticia/46310/arapiraca/2013/11/13/perucababairroplanejadostaorcadoemr500milhes.html>>. Acesso em: 05/06/2016.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MINUTO ARAPIRACA. Perucaba Bairro Planejado lança segundo empreendimento. **Minuto Arapiraca**. Arapiraca, 26/06/2014. Cidade. Disponível em: <<http://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/13911/2014/06/26/perucaba-bairro-planejado-lanca-segundo-empreendimento#>>. Acesso em: 19/01/2018.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, n. 2, jul./dez. 1999. P. 7-18.

PERUCABA PARA OS PESCADORES. Direção e produção: Rodolfo Oliveira; Cleviton dos Anjos; Henrique Felix; Leandro Alves; Daniel Alves. Arapiraca: Movimento Perucaba Para os Pescadores, 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSfUyM7VMEg>>. Acesso em 26/10/2017.

_____. **Folheto:** Movimento Perucaba Para Os Pescadores. 17/04/2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/perucabaparaospescadores/posts/927898183897054>>. Acesso em 26/10/2017.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. 4ª Vara Civil de Arapiraca. **Reintegração / Manutenção de Posse, processo número 0000992-62.2014.8.02.0058**, Município de Arapiraca versus Omoacir Fernande da Silva e outros, P. 210. 15/02/2014

SANTOS, J. C. et al. Estudo da evolução da malha urbana de Arapiraca-AL, Brasil: um comparativo entre a cartografia do plano diretor e os mapas georreferenciados contemporâneos. In: Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional Integrado e Sustentável: Pluris: Contrastes, Contradições, Complexidades: Desafios Urbanos no Século XXI, 7, 2016. Maceió. **Anais...** Maceió: Viva Editora, 2016. P. 1 – 12.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2014. (Coleção Milton Santos).

SETE SEGUNDOS. Empreendimento imobiliário deve transformar setor em Arapiraca. **Sete Segundos**. Arapiraca, 06/11/2013. Arapiraca. Disponível em: <<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2013/11/06/26747/empreendimento-imobiliario-deve-transformar-setor-em-arapiraca.html>>. Acesso em: 05/11/2017.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE Web. Prestação de contas eleitorais. **Consulta aos doadores e fornecedores de campanha de Candidatos**. Nº Controle: 0001427057AL2871120. Data da entrega: 05/11/2012a

_____. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE Web. Prestação de contas eleitorais. **Consulta aos doadores e fornecedores de campanha de Candidatos**. Nº Controle: 0004527057AL0293662. Data da entrega: 29/11/2012b.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Emínia. (Orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 75 - 104.

VEJA. **Cidades Médias**. São Paulo: Abril, 01 de setembro de 2010. (Edição especial).

O alvorecer da república e sua afirmação: o papel dos jornais na primeira década republicana (1889 – 1899)

Sávio da Silva Abreu
Especializando
UNIFSJ
savioabreu@gmail.com

Resumo: As últimas décadas do século XIX assinalam a crise do modelo imperial e a emergência de um novo pensamento político: o ideário republicano. Este estudo delimita-se à Primeira Década Republicana (1889-1899) – por tratar-se de uma fase profícua para a emergência dos interesses em pauta (pela recém-proclamada República) – e pretende caracterizar a imprensa como canal e esfera de afirmação e reprodução do projeto Republicano. Nos últimos anos do Império, incrementou-se a circulação de jornais, revistas e panfletos pela sofisticação dos equipamentos de impressão. Seu protagonismo vem desde as lutas pela Independência, consolidando-se também em outros cenários, atrelada ao papel de crítica e contestação a ordem. A imprensa acolherá inúmeros debates e será o canal para os ardorosos propagandistas da geração de 1870. Essa dinâmica será observada de modo mais específico ao longo da Primeira Década Republicana (1889-1899), à medida que o projeto republicano usará dessa mídia como forma de anúncio, proselitismo, e evocação dos fundamentos da doutrina Republicana. A fim de demonstrarmos isso, elencou-se amostras de sínteses jornalísticas de grande circulação da época como os periódicos: *A Federação*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *O Democrata Federal*. Para tanto, foram utilizadas fontes primárias de cunho qualitativo para se mensurar recorrências da propaganda republicana.

Palavras-Chave: Republicanismo, Jornais, Primeira Década Republicana (1889-1899).

Introdução

A imprensa esteve sempre presente nas manifestações históricas, principalmente para disseminar ideologias e concepções. Trilhou por caminhos de caráter político ideológico. A redução teórico-ideológica e funcional do jornal identifica os interesses econômicos e políticos. Desse modo, nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo o mapeamento da imprensa por meio do movimento histórico ocorrido nos anos iniciais da primeira década da Primeira República (1889-1899), levantando suas ações a fim de se afirmar um projeto de Estado que não fora homogêneo, apresentando-se o ideário Jacobinista, o Positivista e o Liberal Norte Americano, valendo-se como ferramenta os jornais para sua legitimação e perpetração no imaginário social.

Nesta direção este estudo está situado no campo da História das Mentalidades e do Imaginário Social. Assim, em um primeiro momento analisar-se-á os anos iniciais do referido contexto bem como os projetos e as mentalidades de época. Em segundo plano, promove-se um balanço da presença e interlocução da afirmação do Republicanismo sobretudo o Liberalismo.

Os Anos Iniciais da República: Projetos e Mentalidades

As disputas engendradas nos anos iniciais da República sinalizam mais que a instauração de um novo regime; o que estava em jogo era a tentativa de pôr em práticas agendas que outrora foram motivos de insatisfações frente a Monarquia.

Marcada por instabilidade e incertezas políticas e sociais, sob o comando do Exército e instituída através de um golpe de estado, visava-se a constitucionalidade bem como um respaldo teórico ou filosófico oriundo do campo das ideias. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam quanto à concepção e organização da forma de governar a República. Assim, percebe-se que além da tentativa de perdurarem nos campos elementares do tecido social, vislumbra-se que há variados projetos e mentalidades de um modelo de República.

Desta forma, nota-se que o projeto republicano surgido nas últimas décadas do século XIX não foi uníssono, nem se reduziu a um “Republicanismo”, mas há um seletivo grupo de ideias, que irão se digladiar em espaços de comunicação pública como os jornais, e por meio de veículos estatais como a Constituinte de 1891, e reuniões parlamentares.

Este estudo se encontra na esfera da história do imaginário. Aqui a representação, o imaginário, os símbolos têm igual importância quanto às lutas políticas, necessárias para se compreender a realidade do mundo social. Entretanto, faz-se mister ressaltar que este fenômeno historiográfico é recente, surgido por volta dos anos 1960. Seu objetivo fora de desenvolver uma nova categoria de pesquisa das ciências humanas: a do imaginário social. Esta é, de forma recorrente, usada para instrumentalizar estudos de cunho cultural e sociológico. Porém, muitos pesquisadores têm deslocado estes métodos para outros cenários, como por exemplo ao campo político, passando a possuir novas funções e aplicabilidade enquanto teoria do sistema social.

Barros (2007, p.27), aponta que a o imaginário pode ser considerado como “ um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens

visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas”.

Dentre os expoentes deste novo campo estão Roger Chartier (1945), com sua tese de campo social, como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de grupos sociais de acordo com a posição de cada um em determinado espaço da sociedade. E Bronislaw Baczko (1924-2016) com seus estudos acerca do imaginário social e mentalidades, destacada a natureza política marcada por conflitos entre apropriações e utilizações de representações coletivas associadas ao poder. Estes estudos surgem em decorrência da “Nova História”, da necessidade de se apresentar novas formas e abordagens historiográficas.

A discussão não perpassará pelo prognóstico de “república que não foi”, mas sim visará quais os mecanismos de afirmação e legitimação seus interlocutores utilizarão e por meio de quais esferas. A arena política viabilizará por meio dos jornais a sua propaganda na tentativa de criar elementos valorativos positivos do novo regime. Para Bordieu (2007, p. 164), é nesta arena que “[...] se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. O universo político é onde ocorre a concorrência pelo poder, onde há as disputas pelo direito de falar e agir em nome de alguém ou grupo e instituição. Neste estudo será produzidas amostras jornalísticas a fim de caracterizar a ação desse campo no intuito de se perpetrar no imaginário social, aspecto que será analisado mais à frente.

As representações, conceitos e teorias que se apresentarão na última década do século XIX, sofrerão um processo de triagem: serão percebidas e analisadas por um grupo “intelectualizado”. As doutrinas serão selecionadas por um critério político, capazes de oferecer subsídios para compreender o estágio que viviam e desvendar linhas pragmáticas de ação política (ALONSO, 2002).

Os matizes como expressão dos ideais que se fizeram presentes no cenário político e no imaginário social da Primeira República, são: a vertente Jacobina, representada por uma ala intelectualizada, defensora de agendas de cunho social, como participação popular, igualdade social e seu lado mais extremista, militares de baixa patente defensores da reforma agrária. Indo de encontro, aponta-se o pensamento Positivista imaginada por boa parte dos militares e alguns grupos políticos, que enfatizavam questões científicas tecnocratas, concebia

o caminho da sociedade em um sentido evolutivo comandada por uma autocracia que a levaria ao progresso.

Como corrente majoritária, consolidou-se o projeto Liberal de matriz Norte-Americana – cujos fundamentos previam o fim da intervenção estatal frente ao mercado econômico, tendo como forma de organização do Estado o princípio do Federalismo inspirado na constituição estadunidense – que reforçava o regionalismo, consolidando assim o poder das oligarquias regionais (CARVALHO, 1990).

As ideologias Jacobinista, Positivista e Liberal produziram símbolos e ícones republicanos como: a bandeira, o hino, a constituição, e alguns mitos como a figura de Tiradentes. “Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos. Por eles e com eles lutaram com dedicação apostólica” (CARVALHO, 1990 p. 129). Tudo isto no intuito de consolidar uma visão de mundo formando uma rede de sentidos por um complexo sistema simbólico pelos quais os homens constituem identidades coletivas e relações com instituições. “Em cada formação social, as representações ideológicas da classe dominante constituem, também, a ideologia dominante, no sentido em que esta é vinculada e imposta por instituições tais como o Estado, a Igreja, o ensino, etc.” (BACZKO, 1985, p. 304).

O proselitismo e propaganda ficarão visíveis em recortes jornalísticos, onde o republicanismo será exaltado, e o ideário liberal será condecorado e sairá vencedor. De certo, este aspecto não anulará e muito menos calará os demais projetos; estes ganharão novos contornos e novos agentes em seu nome no decorrer da Primeira República (1889-1930).

Os Jornais e a Afirmação de um Ideário

Herdeiro dos modos de se fazer imprensa no Império e um dos instrumentos que puseram abaixo o regime Monárquico, os jornais, no início da República, serão o principal canal de difusão em massa da em voga elite letrada, possuindo plena capacidade de voto e de legitimar governos. Nos anos iniciais do regime, verifica-se um multiplicar de jornais, revistas e folhetins em circulação com toda sorte de correntes filosóficas, políticas e ideológicas.

Desse modo, se faz necessário ressaltar que um marco substancial do pensamento republicano se dá com a publicação do *Manifesto Republicano* em 1870. O documento apresentou severas críticas ao regime vigente e apontou objetivos. “Percebe-se, dessa forma, uma estratégia escolhida pelos autores do manifesto para se fazerem ouvidos: a de serem porta-vozes de uma aspiração nacional, de uma vontade coletiva, de uma cultura política

compartilhada pela maioria da nação” (VISCARD, 2011, p. 146). Dentre seus signatários ganharão destaque redatores, políticos e intelectuais e por esse intermédio serão configurados partidos políticos e novos editoriais. Os posicionamentos destes jornais variaram de acordo com seus próprios postulados de oposição, como uma iniciativa combativa, anunciadora, proselitista e evocadora das benevolências de suas doutrinas, partidos e representantes.

O que se pode perceber é que em anos iniciais do regime republicano, percebe-se uma gama de ações e textos positivos ao novo sistema político. É o caso preponderante do Liberalismo, que usará essa ferramenta de difusão a seu favor durante a última década do século XIX. Conforme expõe Capelato (1988, p. 37), “Num país frágil de estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los”.

É por meio destes veículos que a república irá se fazer representar, legitimar e se afirmar no imaginário social. Nesse contexto, as representações, embora com discursos aparentemente neutros, não os são, pois sempre estarão articulando estratégias de poder e dominação, conforme se vê em destaque:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...]. As percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHATIER, 1988, p. 17)

Essas representações das tais categorias do imaginário, além dos ícones, serão visíveis nos jornais. Desse modo, e para a confirmação das hipóteses levantadas, foram selecionados alguns jornais que possuíam grande circulação e estavam atrelados ao governo, como o *Gazeta de Notícias*, fundado em 1875, com o principal objetivo de lutar pelo fim da escravidão e pela implantação da República. Teve como redatores, José do Patrocínio, entre outros, que, conclamando o novo regime, sua posição será antimonárquica e defensora das elites agrárias. Outro jornal, dentro do mesmo enfoque, será *O Paiz – RJ*. Também engajado nas questões de mão-de-obra e de governabilidade – com destaque para Rui Barbosa, o seu

primeiro redator-chefe. A *Federação*, foi criado em 1884, em Porto Alegre, para ser um dos instrumentos *PRR (Partido Republicano Rio-Grandense)*, tendo correspondentes em outros estados. Entre tantos outros que exerceram o papel de militância acerca de seus ideais.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19)

É por meio da imprensa, nos discursos veiculados, nas publicidades e na repercussão das notícias, que a classe dominante revela os seus interesses. Neste canal podem-se observar o caráter político-ideológico disseminado pelo grupo social, pois a imprensa é rica em dados que permitem melhor compreender a sociedade, suas condições e suas manifestações (NASCIMENTO; ZANLORENZI, 2011). A imprensa não só é um veículo de informação como também é porta-voz de opiniões, interesses. O jornal é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião. Dependendo da abordagem de pesquisa, ele se apresenta como a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades e de suas manifestações econômicas, culturais e políticas.

O quadro abaixo pretende demonstrar os jornais como canais de disseminação de uma ideologia predominante e, ao mesmo tempo, evidenciar os interesses de classe para a manutenção da hegemonia do regime, utilizando-se muitas vezes de discursos que enfatizaram a democracia, o federalismo e o liberalismo.

Tabela 1

JORNAL	DATA DA PUBLICAÇÃO	PÁG.	SÍNTESE
A FEDERAÇÃO	13 de Janeiro de 1890	1	“[...] Querem a liberdade de cultos, a descentralização administrativa? A Republica fez mais: decretou a federação dos estados brasileiros e consagrou a plena liberdade espiritual, instituindo o regimen da separação da igreja do estado.[...]”
O REPUBLICANO	30 de Março de 1890	2	[...] O nosso espelho, o nosso modelo hoje é o imenso paiz de Washington e Franklin, que nos transmitiu a sua democracia, que nos enriqueceu com o seu federalismo, que o enfim nos americanizou. Livres, iguaes, professando o dogma da fraternidade, senhores da soberania que procede do baixo, porque despedaçamos o throno, onde se acastellava a soberania que vem de cima [...]
A REPÚBLICA	02 de Abril de 1890	1	“[...] Fazemos, entretanto, observar que de dia em dia a Republica no Brasil se mostra mais forte, mais seria e mais liberal [...].”
O PAIZ	14 de Novembro de 1891	2	“[...] A federação foi o grande alicerce em que se fundou a Republica, e o precidencialismo a melhor forma politica para garanti-la[...]”

O PAIZ	01 de Agosto de 1891	1	“[...] O Governo Republicano, que em oito mezes de extraordinario labor conseguiu realizar quase todas as principais ideias que formam o codigo do Liberalismo Moderno - de modo que tal orientação do espirito opposicionista será não mais para avançar e sim para retroceder na estrada percorrida [...]”
GAZETA NOTICIAS	18 de Janeiro de 1891	1	“[...] Applaudes os actos do governo, que se tem inspirado sempre no mais puro liberalismo[...]”
O DEMOCRATA	20 de Setembro de 1895	1	“[...] O nosso ideal em politica é o mais puro liberalismo. Desejamos que cada vez mais se amplie na legislação pratica o circulo das liberdades do cidadão, e que cada vez se restrinja mais a orbita do poder coercitivo.[...]”
A NOTÍCIA	08 de Abril de 1897	4	“[...] Eram os liberaes que pelo adiantamento de suas ideias mais se aproximavam dos Republicanos e o Governo Provisório, representado no Rio de Janeiro por um dos mais progressitas e cultos homens [...]”

Elaboração Própria. Fonte: HEMEROTECA DIGITAL/BIBLIOTECA NACIONAL.

Deste modo, pelo que se pode notar, todas as amostras são de jornais republicanos com características bem delineadas, destacando-se a exaltação ao liberalismo e a admiração aos Estados Unidos da América – parâmetro e fundador de um paradigma. Esses recortes foram encontrados a partir de busca por palavras-chave na plataforma da Hemeroteca Digital. Por conta da estrutura do texto foi necessário sintetizar os resultados obtidos pela inserção nas fontes. É importante observar que a caricatura da Monarquia como um símbolo de retrocesso, destaca-se no jornal Federação e apresenta-se como sendo o melhor estruturante da ação administrativa. Elementos como civilidade, experiência histórica, política de mercado e economia farão com que a cultura norte-americana seja importada pela elite brasileira. Como se percebe este movimento intelectualizado expressa anseios de grupos sociais específicos, tendo por objetivo primordial a estabilização política e a modernização da economia e da geografia urbana. Este raciocínio equaliza-se com as “classes médias” ou “a burguesia”. (ALONSO, 2002)

Dessa forma, o liberalismo se acomodará sobre os contornos e realidades brasileiras. René Remond (1986) apontará que os preceitos liberais poderão ser declarados ou ocultos, e que o objetivo do liberalismo é sempre o poder mais fraco possível, e o governo invisível – aquele cuja ação não se faz sentir. Esse corolário funcionará como máscara de interesses de uma classe, sendo estreita a correspondência entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses burgueses. Como se pode perceber, o “15 de Novembro” representará mais do que um Golpe de Estado liderado pela parcela dos militares e civis. Será o ápice desses ideais modernos que pregavam o progresso, a civilização, e um otimismo sem limites. Elencados tais balanços, cabem as considerações finais.

Considerações Finais

Para examinar a primeira década republicana, deve-se ter a compreensão de que, neste recorte histórico, configura-se um difuso e extenso processo de reestruturação do Estado. É a afirmação de novos agentes e uma elite no poder, que unirão os seus esforços a fim de se afirmarem no imaginário social e dar legitimidade e ares democráticos ao regime. É importante salientar que nessa época havia um grande número de analfabetos e os jornais eram acessíveis apenas para uma minoria de leitores.

Entretanto, os jornais serão, sobretudo, formadores de opinião e de eleitores. Para tanto, os projetos, sobretudo o liberal norte-americano, usarão dessa mídia como forma de anúncio, proselitismo e evocação das benevolências de suas doutrinas.

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades dentro desse campo de estudos, as informações veiculadas pela imprensa permitem uma melhor compreensão de qual a concepção estabelecida pela sociedade na época, enquanto norteadora de suas práticas. A ideologia de classe esteve sempre presente, pois a imprensa atua como ferramenta que possibilita a manutenção dos pensamentos dominantes a fim de afirmar uma mentalidade no imaginário social e assegurar seus interesses.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./jun. 2007, p. 11-39.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 eds. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil: Do Império à Primeira República. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 19, n. 1/2, p. 37-52, dez.2011.

REMOND, René. **A Idade do Liberalismo**. In _____. O século XIX (1815-1914). São Paulo: Cultrix, 1976.

VISCARD, CLAUDIA. **Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)**. Revista Tempo, 2011.

Periódicos

A FEDERAÇÃO - RJ. 1890 hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pesq=Liberalismo>. Acesso em 08 abril. 2019.

A REPUBLICA - RJ. 1890 hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=755699&pesq=Liberalismo>. Acesso em 06 abril. 2019.

A NOTICIA - RJ. 1895 hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pesq=Liberalismo>. Acesso em 10 abril .2019

GAZETA NOTICIAS - RJ. 1891 hemeroteca digital. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900&pesq=Liberalismo>:. Acesso em 11 abril .2019.

MANIFESTO REPUBLICANO. In: _____. **O Programa dos Partidos e o 2 Reinado**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

DEMOCRATA - RJ. 1895 hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=308048&pesq=Liberalismo>Acesso em 15 abril. 2019.

O PAÍZ - RJ. 1890 hemeroteca digital. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=sociedade%20auxiliadora%20da%20ind%C3%BAstria%20nacional. Acesso em 07 abril .2019.

O tráfico de drogas sob o olhar dos periódicos pernambucanos (1964-1976)

Stênio Ricardo Carvalho dos Santos

Mestrando em História Social da Cultura Regional

Universidade Federal Rural de Pernambuco

steniocarvalhos@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como proposta analisar os discursos veiculados nos periódicos pernambucanos acerca do tráfico de drogas na cidade do Recife. Nosso recorte temporal se insere tanto em meio a ditadura civil-militar brasileira, quanto em um período de reordenamento da política interna para tratar da questão de drogas, com a alteração do artigo 281 do código penal em 1964, que irá equiparar o usuário ao traficante, como também a promulgação de legislações específicas em 1971 e 1976 para tratar da política de drogas em âmbito nacional, além de ratificação de acordos internacionais sobre a questão. Desta forma, elegemos como fontes principais o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, buscando entendê-los enquanto formadores da opinião pública, não isentos de um caráter manipulador e ligados às instâncias de poder; nos quais os discursos buscam construir uma verdade acerca dos fatos e assuntos narrados (Charaudeau, 2006). Com maior relevância para a maconha, as manchetes, quase que cotidianas, narram com certo sensacionalismo a trajetória de perseguição dos agentes da Delegacia de Costumes a traficantes considerados como ‘reis’ e/ou ‘príncipes’ do tráfico em Pernambuco. Também pudemos observar a veiculação de matérias que buscavam relacionar o uso de entorpecentes à degradação dos valores morais e ao comunismo, além de artigos assinados por médicos que abordavam os ‘malefícios’ que o uso de drogas causaria ao indivíduo e a sociedade, resgatando discursos da medicina formulados na primeira metade do século XX. Em suma, nos interessa problematizar o modo de como estes periódicos buscarão produzir efeitos de verdade e constituir um imaginário social acerca das drogas, dos usuários e do espaço público, legitimando assim as práticas de repressão.

Palavras-chave: Discurso, Drogas, Crime

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns discursos veiculados pela imprensa pernambucana acerca do tráfico de drogas entre os anos de 1964 e 1976. No entanto, antes de adentrarmos no debate proposto se faz necessário evidenciar os contextos nos quais tais matérias foram produzidas. No âmbito da história política brasileira, o ano de 1964 continua sendo significativo por conta da deposição do então presidente João Goulart através de um golpe civil-militar que instaurou uma ditadura que veio a perdurar por 21 anos.

Um dos aspectos deste regime fora justificar suas ações cerceadoras em nome da Doutrina de Segurança Nacional¹, na qual podemos “localizar onde se respalda a lógica policial-militar que irá agir junto à sociedade no combate às forças identificadas por ela como ameaças à segurança do país” (SILVA, 2007, p.26). Há de se ressaltar a influência dos Movimentos de Lei e Ordem (MLO), que ganharam destaque na década de 1960, promovendo a erradicação de tudo que se opusesse aos “princípios éticos, morais e cristãos da sociedade ocidental” (CARVALHO, 2016, p. 85), o que vem a enquadrar a questão drogas.

No âmbito da política de drogas, o ano de 1964 também é significativo, pois neste ano mudanças na legislação serão debatidas e implementadas para se abordar a questão. Uma das primeiras medidas tomadas pelo então governo fora a promulgação da Convenção Única de Entorpecentes de 1961, por meio do decreto nº 54.216/1964, marcando o ingresso “definitivo do Brasil no cenário internacional de combate às drogas e de intensificação da repressão” (BOITEUX, 2006, p. 142). No mês de novembro deste mesmo ano, o artigo 281 do Código Penal - que versava sobre o comércio, uso e posse de entorpecentes - será alterado pela lei nº 4.451/1964, acrescentando o verbo “plantar” em seu primeiro parágrafo, tipificando de forma explícita mais um ato delituoso. Esta alteração pode ser considerada como um “marco inicial do novo modelo proibicionista” (TORCATO, 2016, p. 312) brasileiro.

Cabe ressaltar que tanto a ratificação da Convenção Única de Entorpecentes como a alteração do art. 281 do Código Penal, já vinham sendo debatidos no Congresso Nacional antes da instauração da ditadura civil-militar. O projeto de lei que propôs alterar a redação do art. 281, por exemplo, fora apresentado à Câmara dos Deputados ainda no ano de 1959, pelo deputado Coutinho Cavalcanti, levando cerca de cinco anos para ser aprovado, três dos quais ficou parado na Câmara sem ser debatido em plenário.²

Este mesmo artigo do Código Penal veio a ser alterado novamente em 1968. Poucos dias depois de ser baixado o Ato Institucional nº 5, o então ditador Artur da Costa e Silva se utiliza das atribuições do parágrafo 1º do art.2º do AI5, que lhe conferia o direito de legislar, e sanciona o Decreto-Lei 385/1968. A nova redação do art. 281 do Código Penal buscou equiparar o usuário ao traficante, marcando um quebra com a Ideologia da diferenciação, a qual buscava traçar uma “nítida distinção entre consumidor e traficante, ou seja, entre doente e delinquente, respectivamente” (CARVALHO, 2016, p. 54).

¹ Engendrada no seio da Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional sofrerá influência norte-americana, tendo também recebido respectivo apoio de parcela da sociedade. Ver: SILVA, 2007.

² O dossiê completo do projeto de lei pode ser encontrado no site da Câmara dos Deputados. Ver: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/181028>> Acesso: Maio de 2019.

Embora a legislação buscasse promover uma maior repressão, Rodrigues (2017) aponta que em vez de haver um encarceramento em massa, houve um aumento no número de absolvições por parte do judiciário. Segundo o cientista social,

Os juízes, privados da competência para encaminhar para tratamento o processado por posse (que para os padrões sanitários oficiais era quase sempre considerado dependente), passaram a absolver um número crescente de indivíduos processados pelo Ministério Público. Entre as opções de condenar à prisão ou absolver o réu, boa parte do corpo de juízes passou a liberar a maioria dos acusados. Assim, quando constatada a dependência (por laudo pericial), os tribunais passaram a apelar para o recurso da soltura. (RODRIGUES, 2017, p. 153)

Ficando evidente que a simples promulgação da lei não significará seu cumprimento. Becker (2008) alerta que o cumprimento de determinada regra irá depender dos interesses daqueles que tem a obrigação de executá-la e dos contextos no qual se insere, neste caso os próprios agentes da lei, ou o próprio Estado, poderão torná-la ineficaz.

Já na década de 1970, o poder executivo, sob o comando de Garrastazu Médici, enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que dispôs sobre “Medidas Preventivas e Repressivas ao Tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e da outras providencias”, o qual tramitou por quatro meses até ser transformado na Lei nº 5.726 de 1971.

Com o caráter bélico, sua redação irá convocar a sociedade para o “combate” às drogas, considerando a questão no âmbito da Segurança Nacional, nesta perspectiva “cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder” (FOUCAULT, 2011, p. 165). A nova legislação também buscou reaver o “discurso médico-jurídico da década de 1960 com a identificação do usuário como dependente (estereótipo de dependência) e do traficante como delinquente (estereótipo criminoso)” (CARVALHO, 2016, p. 57), revogando assim o artigo 281 do Código Penal. A legislação ainda previa, dentre as várias as sanções, o trancamento da matrícula escolar de alunos surpreendidos com substância entorpecente; havendo também destaque para o papel da Educação nas atividades preventivas.

Embora o dispositivo promulgado tenha sido considerado moderno “com avanços pontuais em termos de capacidade ampliada do Estado para a intervenção da sociedade” (RODRIGUES, 2017, p. 156), ele fora alvo de críticas, sendo considerado desde a sua promulgação como defasado. Um dos motivos seria o fato da não abordagem da repressão ao uso de alucinógenos, que foram debatidos na Conferência sobre Psicotrópicos da ONU de 1971, a qual atualizou as determinações da Convenção Única de 1961.

Frente a essa questão, em 1974 foi criada uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) na Câmara com a finalidade de “investigar as causas do uso e tráfico de substâncias classificadas genericamente de alucinógenas” (RODRIGUES, 2017, p. 156). O trabalho da CPI das Drogas – como ficou conhecida – propôs, dentre as suas conclusões, a reformulação da Lei de 1971, propondo um anteprojeto que serviu de base para a elaboração da Lei nº 6.368 de 1976, que deu novo reordenamento da política de drogas brasileira.³ Na análise de Luciana Boiteux, o novo modelo implementado pela lei de tóxicos de 1976, “traçou novos estereótipos e nova legitimação repressiva com a estigmatização do inimigo interno, que seria o traficante de drogas, ao mesmo tempo em que flexibilizou a punição do usuário” (BOITEUX, 2006, p. 151-152).

“O combate” ao tráfico em Pernambuco

Tendo o “ato desviante” sido criado, descrito e referendado⁴ pelas várias legislações as quais debatemos brevemente acima, ações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas serão propostas pelos órgãos policiais em Pernambuco, de modo especial pela Delegacia de Vigilância e Costumes. Tais ações serão divulgadas quase que cotidianamente pela imprensa, que buscará formar a opinião pública sobre os fatos noticiados, no entanto, se faz necessário “dar conta das motivações que levaram [os periódicos] à decisão de dar publicidade” (LUCA, 2008, p. 140) aos casos de tráfico e levar em consideração que as matérias produzidas não estão isentas de um caráter manipulador (CHARAUDEAU, 2006).

Nas matérias jornalísticas, casos envolvendo o tráfico e uso de maconha serão os mais comuns. A erva fora alvo de vários discursos desde o começo do século XX⁵, e antes de se tornar um problema público, o seu uso fora considerado primeiramente um problema médico (SOUZA, 2012), tendo o médico José Rodrigo da Costa Dória em suas colocações⁶ buscado construir a figura do homem degenerado, louco, usuário de entorpecentes e com pré-disposição ao crime, associando em estudos posteriores à população negra, sendo a difusão do

³ A lei de drogas de 1976 só virá a ser totalmente revogada trinta anos depois, com a promulgação da lei nº 11.343/2006, no governo do então presidente Lula, que até o momento rege a política de drogas no Brasil.

⁴ Para o sociólogo Howard Becker, o ato desviante é um fator social criado a partir da iniciativa de alguém, pois “antes que qualquer ato seja visto como desviante, e antes que os membros de qualquer classe de pessoas possam ser rotulados e tratados como outsider, alguém precisa ter feito a regra que define o ato como desviante” (BECKER, 2008, p. 167)

⁵ O uso de maconha só foi criminalizado no Brasil em 1932, com o decreto 20.930, no governo provisório de Getúlio Vargas.

⁶ Em 1915, Dória representara o Brasil no II Congresso Científico Pan-Americano, que ocorrera na cidade de Washington nos Estados Unidos, apresentando o trabalho *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*.

uso da maconha uma forma uma forma de vingança encontrada pelos negros por terem sido escravizados (SOUZA, 2012).

Outros intelectuais buscarão realçar os suposto malefícios físicos, morais e sociais do uso da maconha, considerando o seu uso um fator criminológico. Uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, que buscou ressaltar a necessidade de acabar com as plantações de maconha para que as iniciativas de repressão surtisses efeito, afirmara que: “Raro o crime selvagem por aqui [no Recife] praticado que não traga a suspeição de que o autor estava sobre o efeito de liamba. Dize-se que os gatunos a fumam para adquirir coragem para os seus assaltos” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 29/03/1964, p.4). A afirmação feita pelo periódico não será um caso isolados, em outras oportunidades novas matérias buscarão associar o uso de maconha à prática de crimes.

O combate ao tráfico e uso de entorpecentes, principalmente da maconha, será tido como prioridade pelo Delegado de Costumes Mario Tomás de Alencar que tomara posse no final do ano de 1968. No ano subsequente, determinara que fosse feito “um levantamento de todos os lugares onde possa existir plantações de maconha, para poder iniciar em grande escala” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 18/09/1969, p. 8)

Na capital pernambucana, serão noticiadas várias apreensões de traficantes e usuários pela ação do referido delegado de costumes, que também estava empenhado em combater a prostituição e os jogos de azar. Dada a “grande demanda” da Delegacia de Costumes, Mário Tomás requisita mais dez investigadores para compor o Setor de Tóxicos, pois o mesmo só disporia de quatro policiais e uma viatura, o que ele considerada insuficiente “para fiscalizar os viciados” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 24/10/1969, p.8)

E ressalta em entrevista que

O parque 13 de Maio, que era o local preferido pelos viciados, voltou a ser um logradouro tranquilo. Isso ocorreu devido ao intenso policiamento existente naquele local. Outros ambientes que também eram freqüentados por maconheiros, não mais têm esse problema, nem são freqüentados por essa classe. Temos feito o que é possível, porém o número de agentes designados para combater os viciados é muito pequeno. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 24/10/1969, p. 8)

É interessante ressaltar que o número de matérias veiculadas sobre a atuação da polícia no que se refere ao tráfico cresceu desde a posse do então delegado, e busca a cada dia demonstrar sua ação saneadora da cidade. Uma matéria do dia 05 de dezembro de 1969 estampa: “Quarenta mil viciados em entorpecentes no Recife”, e diz que:

Mais de quarenta mil recifenses são toxicômanos e cerca de duas mil se dedicam ao tráfico de entorpecentes e psicotrópicos, segundo levantamento feito pela Delegacia de Costumes. O entorpecente, que tem sido o causador de inúmeros homicídios e roubos, tornou-se um flagelo sem precedentes em nossa capital (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/12/1969, p. 8).

Ainda segundo a matéria:

Os traficantes estão radicados em diversos bairros do Grande Recife, porém, os arrabaldes preferidos por eles são os seguintes: Coque, onde José Monteiro montou sua fortaleza. Esse bairro ainda continua sendo o lugar ideal para os traficantes em face do grande número de desocupados e marginais que ali residem. No Canal de Santo Amaro, Alto do Pascoal, Bairro do Recife e Mustardinha existem vários traficantes considerados perigosos.

Casa Amarela, São José, Pina, Afogados e Água Fria são os bairros onde reside a maioria dos toxicômanos [...] (DIARIO DE PERNAMBUCO, ibidem)

Se constituindo o efetivo policial insuficiente para dar conta da demanda explicitada.

O que fica evidente é que o delegado Tomás se utiliza da imprensa para tentar passar a ideia de que o trabalho contra o consumo e tráfico de drogas em Pernambuco não avança por conta do baixo contingente de agentes, se eximindo da culpa e colocando a responsabilidade no secretário de Segurança Pública, o qual deveria equipar o setor de tóxico da delegacia de costumes. Outro ponto a ser evidenciado, é que os locais nomeados como “esconderijo de traficantes” são bairros da periferia do Recife, que serão alvo nas décadas seguintes de constantes ações policiais.

Antes mesmo da promulgação da lei de tóxico de 1971, a qual destacará ações de prevenção no campo da Educação, a Delegacia de Costumes se voltou a promoção de palestras em ambientes escolares para buscar prevenir o uso e tráfico de drogas. O Jornal do Commercio noticiou as ações do então delegado de costumes Genivaldo Marques da Fonseca, destacando que

vários educandários receberão a visita não somente de sua pessoa como também de médicos e estudiosos do assunto, oportunidade em que aquelas autoridades além de mostrar os produtos tóxicos aos alunos, os advertem contra a ação de traficantes de drogas e entorpecentes (JORNAL DO COMMERCIO, 03/10/1971, p. 17)

A integração de vários especialistas na empreitada de buscar ‘conscientizar’ os indivíduos de seu papel de combatente ao tráfico e uso de substâncias consideradas ilícitas, ficará prevista com a promulgação da lei nº 5.726/1971 . O saber especializado dará garantia do que seja certo ou errado, numa relação de saber-poder, como nos recorda Foucault (2012,

p. 52) “a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem [...] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos”.

O interior do Estado de Pernambuco também será alvo das políticas de prevenção, onde palestras foram realizadas fora do ambiente escolar. Os jornais não cansavam de denunciar que lá, no interior, estaria o foco de tráfico e plantio de maconha, e

por acreditar que muita gente do interior cultivava maconha sem saber que está cometendo um delito, o delegado Genivaldo Fonsêca, de Costumes, programou uma série de palestras nas principais cidades do Estado, a fim de alertar os agricultores, exibindo amostras da planta para que eles saibam identificá-las e não aleguem futuramente, ignorância do assunto.

Alem das palestras, ele revelará as penalidades a que estão sujeitos os plantadores de maconha, advertindo-os ainda sobre o mal que praticam, destruindo a vida de jovens inexperientes (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/11/1971, p. 2)

As ações de repressão e prevenção se estenderam ao longo da década, sendo promovidos cursos de formação para professoras da educação básica, como também a convocação das mães para que prestassem atenção no comportamento dos seus filhos, pois seriam “dotada[s] de um sexto sentido que lhe permite ver muitas coisas que, para os homens, passam despercebidas” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/08/1971, p. 14).

Os reis do tráfico

A constituição de personagens tidos como “reis da maconha” será algo comum na veiculação das prisões de supostos traficantes. José Monteiro de Gois, fora um dos que ganhara o rótulo de rei da maconha. Segundo seu prontuário da Casa de Detenção⁷, teria nascido em 12 de dezembro de 1912, de cor parda e seria filho de Rosa Maria da Conceição. Quando fora assunto de matéria por parte do Diário de Pernambuco pela primeira vez, em 27 de outubro de 1965, estaria com 52 anos e residia na Avenida Central, no Bairro de São José, na cidade do Recife.

Seu nome ficará nas crônicas policiais por cerca de quatro anos, tendo ele sido preso e liberto por diversas vezes sob a acusação de gerenciar uma rede de tráfico de maconha na capital pernambucana e no interior do estado, tendo também recebido o vulgo de “rei da sorte” por parte do promotor Sinésio de Menezes, pois segundo ele, “dispondo de vários

⁷ Os prontuários dos detentos da Casa de Detenção do Recife se encontram dispostos no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE/PE)

recursos nunca encontrou dificuldade para fugir à ação da justiça” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/02/1965, p. 5)

Entre prisões e solturas, uma nova autuação da polícia em 1967 apreende novamente José Monteiro, e desta vez seu funcionário, João Batista de Sá, conhecido como Gago também será preso. O fato da prisão será assunto na coluna “Retratos da cidade” de Severino Barbosa, onde irá tecer o seguinte comentário:

Ah sina infeliz. Mais uma vez, pegado pela polícia na sua “fortaleza do vício”, o Rei da Maconha – José Monteiro de Gois – é levado triunfalmente para a Casa de Detenção. E isso acontece, temos a impressão, pela milionésima vez. Interessante. Prendendo e soltando, soltando e prendendo achamos nós que a Casa de Detenção, cobrando entrada a 500 pratas ao Rei da Maconha, fazia um dinheirão besta. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/09/67, p. 3)

A recorrência de processos contra José Monteiro fará com os jornais busquem confirmar a tese de que ele seria realmente um rico traficante de maconha e que por isso teria dinheiro para pagar bons advogados, que receberiam altíssimos honorários. No entanto, levando em consideração as denúncias feitas acerca do dia a dia na Casa de Detenção, e se considerarmos ele um traficante gabaritado como os periódicos o nomeiam, o seu recolhimento na referida cadeia de pouco ou nada adiantaria para conter o comércio da “erva maldita”.

A Penitenciária, situada no centro da capital pernambucana, será considerada pela imprensa como um local onde “os viciados aprendem novos vícios. São todos tratados como feras (...). Até uma rede de traficantes de maconha age na Casa de Detenção sem que as autoridades possam desbaratar” (JORNAL DO COMMERCIO 21/11/1966, p. 6), tendo ela o seu próprio rei da maconha, que seria, segundo o Diário de Pernambuco (09/04/1967, p. 3), “Clarício Delfino da Gama, pernambucano, de 32 anos”; este dividiria as honras de rei com José Monteiro.

Depois de José Monteiro, outros sujeitos receberam o título de reis ou príncipes da maconha pela imprensa. O próprio Diário de Pernambuco irá destacar que talvez José Monteiro não tenha deixado substitutos, muito embora “Cidinho, que ocupava o ‘lugar tenente’ [...], poderá herdar-lhe o reinado. Todavia, sem aquela penetração e audácia características do ‘rei da maconha’” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/03/1969, p. 20). Entretanto, no ano seguinte o Diário noticia que João Batista de Sá, o Gago, tenha lhe sucedido José Monteiro no tráfico, tendo sido

o traficante de maconha que mais trabalho deu aos policiais que fazem repressão ao uso e tráfico de entorpecente. Ele montou seu QG (Quartel General) no Coque, onde tinha uma legião de ‘olheiros’ que o avisava da aproximação da polícia. Durante dois anos, ‘Gago’ burlou a vigilância policial, porém no dia 18 de março foi preso em flagrante com vários quilos do entorpecente dentro de duas malas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/06/1970, p. 12).

No mesmo ano da prisão do “Gago”, outro rei “fora coroado” pela imprensa. Desta vez Moacir José da Silva, o “Abanal”, fora acusado de tráfico, muito embora tenha refutado a acusação, alegando que “fora preso em setembro, por que os policiais queriam envolvê-lo em um crime e como não conseguiram, vingaram-se prendendo-o como negociante de maconha” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/08/1970, p. 6).

O que fica em suspenso é se esses indivíduos teriam sido realmente grandes traficantes de maconha, como a imprensa e as autoridades policiais os acusavam, ou seriam perseguidos como alguns se diziam. O fato é que eles ocuparam as páginas dos periódicos pernambucanos, sendo sucedidos por outros a cada prisão, em um contexto onde as políticas proibicionista de drogas e a busca por moralizar a cidade estavam “a todo vapor”.

Considerações

Como já fora ressaltado, não podemos deixar de perceber que os periódicos não são apenas a “expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência, de grupos políticos ou financeiros” (BECKER, 2003, p. 196). Desta forma, a imprensa pernambucana ao construir os “personagens” da trama policial, buscou em seu discurso exaltar a atuação policial, e quando esta não surtira o efeito esperado pela “opinião pública”, eram evocadas medidas mais rígidas para se abordar o “problema” do tráfico e uso de drogas em Pernambuco.

O fato é que a atuação policial na repressão ao tráfico deu preferência a bairros periféricos do grande Recife, sendo estes estigmatizados pela imprensa nas décadas subsequentes como locais de tráfico, crime e desordem, a exemplo dos bairros do Coque e Santo Amaro, que persistem no imaginário coletivo como locais perigosos. Como nos recorda Teun Van Dijk (2008), a recepção dos discursos formam os modelos mentais (no campo subjetivo) dos indivíduos acerca de determinados fatos e temas, o que nos faz ressaltar o quanto esse discurso de “guerra as drogas” ainda reverberam em nosso tempo presente. Ignora-se que substâncias consideradas de uso lícito também são nocivas à saúde, que por trás do mundo do tráfico há questões de ordem social que se arrastam por séculos, e que inúmeros

indivíduos têm seus direitos sociais negados e são apenas rotulados como criminosos. O direito penal e o encarceramento em massa ainda hoje continuam sendo resposta dada pelo Estado para se abordar a questão.

Fontes⁸

Campanha de esclarecimento vai mostrar maconha a agricultores. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de novembro de 1971. Segundo Caderno, p. 2.

Delegado de Costumes faz palestra em educandários sobre uso de entorpecentes. **Jornal do Commercio**. Recife, 3 de outubro de 1971. Primeiro caderno, p. 17

Delegado quer acabar plantações da “erva maldita” no interior do Estado. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de setembro de 1969. Primeiro Caderno, p.8.

Descobertos novos traficantes de maconha na detenção. **Jornal do Commercio**. Recife, 21 de novembro de 1966, p.6.

José Monteiro não deixou substituto para o reinado. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de março de 1969. Primeiro Caderno, p. 20.

Mil mulheres fazem campanha contra tóxicos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 de agosto de 1971. Segundo Caderno, p. 14.

Novos agentes no setor de tóxicos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de outubro de 1969. Primeiro Caderno, p. 8.

O mal pela raiz. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de março de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

Quarenta e um mil viciados no Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 de dezembro de 1969. Primeiro Caderno, p. 8.

Rei da Maconha nega seus Crimes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de agosto de 1970. Segundo Caderno, p. 6.

Rei da Maconha será levado a presença do juiz Nelson arruda. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de fevereiro de 1965. Primeiro caderno, p. 5.

Rei da Maconha vai ficar detido um ano. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de junho de 1970. Segundo Caderno, p. 12.

Retratos da Cidade. Maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de setembro de 1967. Segundo Caderno, p. 3.

Tráfico de maconha na detenção gera reinado do vício. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1967. Terceiro caderno, p. 3.

⁸ O Diário de Pernambuco pode ser consultado na hemeroteca digital no site da Biblioteca Nacional, enquanto o Jornal do Commercio encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE/PE) e na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-211.

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 165.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**: uma genealogia do narcotráfico. São Paulo: Desatino, 2017.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História). CFCH, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos de diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil**: da colônia a república. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ST 03
**História da África e seu
ensino no Brasil**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Consciências Nacionais em diálogo: Frantz Fanon e sua influência no pensamento político nacionalista da FRELIMO

Camila Lobato Rajão

Mestranda em estudos de Linguagens – CEFET-MG
camilarajao@gmail.com

Resumo: Este artigo tenta descobrir diálogos possíveis entre o modelo de *consciência nacional* construído pela FRELIMO durante a luta de libertação (1964-1975) e o conceito dentro das reflexões teóricas de Frantz Fanon, procurando perceber as semelhanças, discordâncias e recriações entre essas consciências nacionais. O conceito é central na obra de Fanon, já que orienta as visões acerca dos processos de independência das colônias africanas, ocorridos ao longo do século XX, pautando quais ações e posicionamentos poderiam tornar essas lutas vitoriosas e efetivas. A FRELIMO também se debruça sobre o conceito para pensar e construir seu próprio projeto de nação. Essas ideias podem ser encontradas nos discursos oficiais e ecoam nas decisões políticas da Frente durante a guerra. O trabalho segue o caminho que conecta o projeto de emancipação nacional da FRELIMO às reflexões teóricas de Fanon.

Palavras-chave: FRELIMO, Fanon, *consciência nacional*.

Nação, nacionalismo, consciência nacional e suas desventuras

O processo de desenvolvimento e transformação da consciência do sujeito subalterno é um dos principais problemas na obra de Frantz Fanon. As mudanças realizadas no caminho de maturação dessa consciência para a libertação adquirem inúmeras facetas como a desalienação e a politização do colonizado. As experiências de opressão colonial possibilitam a emergência da ideia de nação para as sociedades exploradas, uma nação que ainda não se encontra desenhada e delimitada em totalidade, mas que aparece em potência para essas sociedades. É a partir das experiências revolucionárias da luta pela libertação dos povos colonizados que é possível verificar a criação e consolidação da nação em ato e para as consciências desses povos.

O colonizado, em situação colonial, é alijado de suas posses, dignidade, valores e cultura, sendo obrigado a reconhecer o poder do colonizador e seus sistemas econômicos, culturais e representativos. O colonizado sufocado e paralisado pelo racismo europeu, se nega como raça diferente, aceitando as doutrinas da raça superior e das formas de ver e de existir

no mundo. Chamamos este processo de alienação ou assimilação do colonizado (FANON, 1980, p. 42).

As contínuas demonstrações das desigualdades e interdições do mundo colonial vão pouco a pouco demonstrando aos colonizados que alcançar as posições hierárquicas e simbólicas dos colonizadores não é tarefa possível dentro das estruturas do colonialismo. Neste momento, as práticas culturais autóctones voltam a ganhar destaque e são reafirmadas enfaticamente como forma de resistência, mesmo que, para Fanon, essas práticas não tenham dinamismo vivo e sejam parte de uma cultura congelada pelo colonialismo.

Tomando como exemplo a situação argelina, Fanon continua a análise da percepção da desigualdade e violência do contexto colonial pelo colonizado, como descrito acima. Esse movimento ganha mais corpo na Argélia a partir das tentativas de emancipação argelinas lideradas pelos partidos nacionalistas que buscavam uma solução conciliatória com a França, entretanto, tentativas repetidamente infrutíferas para o alcance da independência. Ao lado das investidas dos partidos nacionalistas burgueses, surge a Frente de Libertação Nacional, a FLN que traz uma linha de ação mais radical em direção ao rompimento com o poder colonial.

O esgotamento das vias pacíficas de negociação pela independência, a repressão aos movimentos da FLN e a elevação do uso de violência extrema por parte do exército francês no combate aos militantes pela libertação transformam o contexto argelino em verdadeira guerra total em que se objetivava a conquista da independência argelina, por parte dos militantes da FLN, ou a manutenção da situação colonial argelina, por parte do governo francês.

A mudança do quadro argelino para uma situação mais radical de guerra possibilita a emergência de um movimento revolucionário de base. É na luta pelo fim do domínio colonial efetuada pela guerra de libertação que a consciência nacional argelina vai se desenvolver no seio do próprio processo revolucionário. A consciência nacional informa e é informada pela experiência revolucionária, ela se dá na práxis revolucionária para a libertação.

Para o autor, o processo revolucionário argelino criaria um novo sistema de valores em que cada cidadão é convidado a tomar posição dentro da Revolução. Este sistema se basearia em outra forma de humanidade, rejeitando o racismo do colonizador e também a tradição congelada do colonizado, ambos vistos como fatores limitantes à libertação do mundo.

O processo da passagem da luta anticolonial para o desenvolvimento da consciência nacional em *Os Condenados da Terra* não é linear ou imediato e muitas vezes não se torna

efetivo por conta da interferência de fatores como a existência de uma burguesia nacional não revolucionária incapaz de racionalizar a práxis popular. Em relação à situação argelina, seria necessário a construção de uma etapa além. Esse fator pode ser explicado pela maior complexidade da clivagem racial dentro da administração colonial existente em várias regiões do continente africano, em especial nas colônias da África meridional onde indivíduos negros ocupam posições importantes da administração colonial na medida em que não há colonos estrangeiros ou colonos descendentes destes em número suficiente para os postos necessários. Essa situação faz com que as classes urbanas dos colonizados tenham privilégios econômicos, políticos e sociais em relação às classes rurais, principalmente para aqueles indivíduos submetidos aos processos de assimilação propostos em alguns estatutos de indigenato.

Na Argélia, a independência significaria a resolução da questão racial e econômica, sendo incorporados à nova nação somente aqueles indivíduos brancos que partilhassem dos ideais revolucionários. Portanto, a construção da consciência nacional liberta aconteceria ao mesmo tempo e compasso da práxis revolucionária da luta de libertação. Fato que não podemos verificar nas outras colônias, nas quais a independência nacional não seria sinônimo da libertação total, pois as estruturas de exploração colonial não teriam sido destruídas, apenas haveria uma troca de quem passaria a ocupar a posição dos exploradores, antes os colonos estrangeiros, agora a burguesia nacional e o proletariado urbano.

A burguesia nacional dos países colonizados não possui capitais, meios de produção industriais e está estacionada no terceiro setor, vivendo dos privilégios dados pela administração colonial. Fator que retira as possibilidades de ação revolucionária, na medida em que a permanência de sua posição privilegiada é dependente da manutenção de relações econômicas do sistema colonial após a independência. A consciência nacional burguesa é ainda reprodutora das hierarquias e desigualdades do colonialismo, mantendo as relações de dependência e exploração das camadas sociais menos favorecidas e das nações globalmente.

Em *Os Condenados da Terra* o processo revolucionário de descolonização só pode se efetivar com a participação decisiva de uma camada da sociedade até então congelada em seu dinamismo pela colonização, o campesinato rural. Para Fanon, a essência da força de transformação revolucionária não se encontraria nas cidades, nem na burguesia nacional, nos profissionais liberais, funcionários públicos ou demais indivíduos que compõem os quadros administrativos do governo. Essa força se encontraria naqueles sob os quais pesaram a total violência da exploração colonial, sem vantagens ou privilégios dentro da situação colonial, aqueles que eram a força produtiva do sistema, os trabalhadores rurais. É o campesinato destituído de suas terras, alijado do produto de seu trabalho, envolto em relações

compulsórias, violentas e desumanas quem possui a potência revolucionária para a libertação da sociedade colonizada e destruição do mundo colonial, é ele quem nada tem a perder e tudo a ganhar.

As massas são vistas, ao longo dos *Condenados da terra*, como uma categoria complexa e ambígua, são elas quem são depositárias da verdadeira potência revolucionária, na medida em que são as detentoras do trabalho e quem sofre a exploração profunda. Ao mesmo tempo em que são infantilizadas necessitando serem politizadas, instruídas para realizar sua potência.

A única práxis revolucionária que iria conduzir a colônia à libertação seria aquela que dialeticamente conciliaria a militância e liderança políticas urbanas com a participação das massas rurais, politizando as massas, canalizando a sua força de transformação. O contato com povo explorado garantiria a adoção de posições com viés maior de igualdade e desenvolvimento social das lideranças políticas urbanas. Passamos da ideia de um nacionalismo fruto de uma proto consciência nacional que objetiva a independência do território da administração colonial metropolitana para uma consciência mais elaborada, uma consciência política e social que verdadeiramente libertará o colonizado de todo tipo de exploração humana.

Podemos também analisar o papel da cultura no processo revolucionário. A situação colonial desqualifica, condena e inibe o desenvolvimento da cultura nacional na medida em que estabelece seus padrões simbólicos e representativos como os únicos modelos aceitáveis e positivados. Nesse sentido, a cultura nacional durante a experiência colonial não se desenvolve, não pode se reinventar, se rearticulando, criando o novo e questionando o mundo posto.

De forma paradoxal, é nessa cultura petrificada e sem vida pela ação do colonialismo que irá se agarrar o intelectual colonizado em suas primeiras tentativas de resistência à opressão colonial. A cultura nacional inerte é reafirmada e exaltada, mas somente produz a reprodução de velhas formas estanques que não atuam de forma significativa para a reflexão ou modificação do tempo presente. É a acentuação da exploração colonial, trazendo miséria profunda, fome generalizada e degradação progressiva das condições materiais dos colonizados, aliada aos movimentos internacionais para a descolonização, que promovem o fortalecimento da luta pela libertação colonial e o desenvolvimento concomitante da consciência e da cultura nacionais.

A cultura e consciência nacionais se relacionam intimamente, uma informando a outra, sendo fundamental o desenvolvimento da cultura nacional durante o processo revolucionário para o desenvolvimento da consciência nacional. Essas formas são indissociáveis, sendo duas faces da manifestação da nação à consciência colonizada em libertação (FANON, 1980, p. 275).

A cultura nacional necessita da existência da nação independente como condição primeira para o seu desbloqueio e desenvolvimento. A luta de libertação, entretanto, não irá retomar a cultura nacional no estágio petrificado em que se encontrava durante a dominação colonial. A práxis revolucionária, modifica o indivíduo colonizado, eliminando a consciência colonizada e criando um novo humanismo construído sobre as bases da necessidade do povo e da emancipação deste povo de qualquer outra forma de dominação. (FANON, 1980, p. 281).

A consciência nacional, para Frantz Fanon, é a forma mais elaborada da cultura. É somente a partir das formas nacionais, especificamente da consciência nacional, que podemos ter uma dimensão internacional dentro de um contexto global de emancipação da consciência das mais variadas formas de dominação. Em África, a consciência nacional também adquire um aspecto de consciência africana, sendo a cultura nacional também parte da cultura negro-africana, pois o processo revolucionário de luta pela libertação das nações africanas se retroalimenta a cada exemplo bem-sucedido de independência e enfraquecimento do poder colonial. Cada vitória da libertação das colônias africanas é um importante golpe no sistema colonial como um todo, no racismo institucionalizado e na subalternização dos povos colonizados e do terceiro mundo. A emergência da consciência nacional é o campo aberto para a emergência de uma consciência internacional humanista e universal no que diz respeito à libertação das consciências individuais e dos povos colonizados e colonos.

A consciência nacional na luta pela independência de Moçambique

Para Frantz Fanon, é no processo da luta revolucionária que se encontra as sementes férteis para o nascimento de uma forte e saudável consciência nacional, calçada não no tradicionalismo autóctone ou no racismo e exploração do colonizador, mas em uma síntese dialética dos melhores valores culturais e sociais dos europeus e povos colonizados.

O desenvolvimento da consciência nacional se dá ao longo da luta pelo fim do domínio colonial, pois é por meio do confronto às contradições do colonialismo e ao aumento da violência metropolitana que o colonizado consegue quebrar a alienação de sua condição

servil e elaborar valores novos para a construção de sua liberdade política, econômica e existencial.

Em Moçambique, a tomada de consciência dos colonizados acontece de diferentes formas nos variados contextos sociais da colônia, ganhando progressiva força até se estruturar de forma mais organizada na luta pela independência liderada pela Frente de Libertação Moçambicana, a FRELIMO, fundada em 1962.

Ao longo da luta e da guerra de libertação, a FRELIMO se depara com as problemáticas da construção da identidade nacional moçambicana. Seus discursos se orientaram e reforçaram, em muitos momentos, o pertencimento a uma unidade nacional que estava acima das diferenças étnicas, culturais, linguísticas e religiosas dos diversos grupos que integravam aquele Estado.

No processo de tentativa de construção da identidade nacional moçambicana, a FRELIMO tanto reprime as identificações aos grupos regionais quanto estimula a adesão ao conjunto de elementos que constitui a base deste sentimento de pertencimento e unidade nacional, a língua oficial – o português, a memória e a história oficial principalmente voltadas para a experiência colonial e o processo de luta armada da Guerra de Libertação.

Ao longo deste artigo, pretendemos investigar preliminarmente quais eram os recursos discursivos utilizados pela Frente para realizar as tarefas expostas. Pretendemos iniciar o estabelecimento das conexões entre as ideias e ações frelimistas e os conceitos fanonianos em circulação naquele contexto. Gostaríamos de apontar possibilidades para entender qual era a leitura frelimista da obra de Fanon e como esta influenciou as ações e decisões da Frente. Esta temática do trabalho, ainda se encontra em construção e necessita de reflexões mais apuradas a seu respeito. O que será exposto a seguir iniciará o debate para o amadurecimento do tema.

Utilizaremos ao longo da análise a obra *Lutar por Moçambique* (MONDLANE, 1995), escrita por Eduardo Mondlane, como forma aprofundarmos o debate das questões que objetivamos retratar. Sabemos, entretanto, que a FRELIMO era diversa ideologicamente na composição de seus membros, o que resultava em disputas internas para a definição de linhas teóricas e práticas para o seguimento do processo revolucionário. Por isso, entendemos que a visão de Eduardo Mondlane acerca da formação da FRELIMO e do contexto moçambicano da luta de libertação não representa a totalidade ou a única visão dentro da Frente.

A contestação da estrutura violenta do mundo colonial adquire contornos de um discurso nacionalista moçambicano que defende ações a nível nacional, principalmente a

partir da década de 1920. Este movimento acontece majoritariamente no meio urbano, atingindo uma diminuta parte da sociedade composta em sua maioria por negros e mulatos assimilados que são intelectuais e assalariados, indivíduos que perderam as conexões dos laços étnicos e assim podem desenvolver sentimento de união com outros indivíduos colonizados independentemente da origem de cada um (MONDLANE, 1995, P. 89). O elemento integrador desses indivíduos partiria, segundo Mondlane, da experiência da opressão colonial racista, violenta e segregadora.

É importante salientar a distância dos intelectuais e artistas urbanos da população colonizada no meio rural submetida ao controle e violência do colonialismo nas imposições do trabalho forçado e das culturas obrigatórias. Até este momento, os intelectuais moçambicanos não possuíam nenhuma forma concreta de comunicação efetiva, relações estreitas e possibilidade de mobilização das populações do campo. A consciência nacional embrionária que se desenvolvia era uma idealização de uma parcela minúscula da sociedade colonial moçambicana que apenas circulava no espaço das cidades, atingindo poucos indivíduos negros e mulatos que possuíam alguma escolarização e eram em sua maioria assimilados.

A distância entre intelectuais moçambicanos engajados nos primeiros esforços de independência da nação e as massas camponesas era fator limitante ao impacto e sucesso das ações nacionalistas para a promoção da luta revolucionária, na visão de Frantz Fanon, pois o caráter revolucionário verdadeiro se encontra somente nas massas rurais, mesmo que estas ainda sejam despolitizadas e muitas vezes infantilizadas na visão do autor.

Na zona rural, o trabalho forçado deslocava milhares de homens durante meses para servirem de mão-de-obra em propriedades privadas dos colonos portugueses, recebendo baixa remuneração, sob a constante vigília e repressão dos recrutadores, dos capatazes, dos cipaios e muitas vezes dos régulos que apoiavam o governo colonial. Apesar do controle, as formas de resistência dos trabalhadores eram várias como a deserção, o absentismo, o não cumprimento das tarefas delegadas, aliado à má interpretação das orientações para o corte da cana e do sisal que proporcionava prejuízos econômicos para o proprietário (CHILUNDO, 1999, p. 214).

Entretanto, estas formas de resistência citadas não possuíam elementos de ação ou crítica organizados por uma consciência nacional que intencionava a independência da colônia de Moçambique para a formação de um novo país livre da exploração. Eram ações de

articulação e extensão locais, embora partissem de uma experiência de exploração colonial comum à maioria das populações rurais de Moçambique.

Embora considerasse as massas rurais como o segmento revolucionário por excelência, Frantz Fanon, nos aponta para a necessidade de orientação e lideranças política dessas massas para a canalização da sua força em ações objetivas voltadas para o ataque da situação colonial.

O homem político não deve ignorar que o futuro ficará bloqueado enquanto a consciência do povo for rudimentar, primária, opaca. Nós, homens políticos africanos, devemos ter ideias muito claras sobre a situação do nosso povo. Mas essa lucidez deve continuar a ser profundamente dialética (FANON, 2005, p. 223).

A politização das massas precisaria ser realizada de forma dialética para Fanon, assim seria possível aproveitar a potência revolucionária do campesinato em situação de exploração extrema de seu trabalho e corpos e a bagagem teórica política dos intelectuais e militantes dos partidos urbanos. Estes últimos sendo limitados nas tentações de continuidades dos privilégios dos quais gozavam, passando a ter como principais interesses o trabalho pelo povo e pela nação.

Politizar é abrir o espírito, despertar, fazer nascer o espírito. É como dizia Césaire, “inventar almas”. Politizar as massas não é, não pode ser, fazer um discurso político. **É dedicar-se obstinadamente a fazer com que as massas compreendam que tudo depende delas, que se estagnamos é por sua culpa e que se avançamos também é por sua culpa**, que não há demiurgo, não há homem ilustre e responsável por tudo, mas que o demiurgo é o povo e que as mãos mágicas são apenas, definitivamente, as mãos do povo. Para realizar essas coisas, para encarná-las verdadeiramente, repetimos, é preciso descentralizar ao extremo. **A circulação da cúpula para a base e da base para a cúpula deve ser um princípio rígido**, não por preocupação de formalismos, mas porque simplesmente o respeito a esse princípio é a garantia da salvação. É da base que sobem as forças que dinamizam a cúpula e lhe permitem, dialeticamente, dar um novo salto (FANON, 2005, p. 227).

O quadro da luta anticolonial moçambicana se altera sensivelmente no final da década de 1950 e inícios de 1960 por dois fatores primordiais, o surgimento de diversas associações políticas e assistenciais de moçambicanos nos países vizinhos à Moçambique e pela experiência cooperativista realizada no norte de Moçambique, mais precisamente no planalto de Mueda, unindo cooperados colonizados na produção agrícola diminuindo o impacto do rígido controle colonial realizado pelas companhias majestáticas.

Uma das experiências que influenciaram a situação política moçambicana foi a criação das sociedades camponesas de produção e comércio agrícola no Tanganyka, incentivadas e

difundidas pela TANU – Tanganyka Africa Nation Union. As ideias sobre as sociedades rurais atingiram a colônia de Moçambique penetrando junto as ondas de migração e meios de comunicação, atingindo principalmente a província de Cabo Delgado e o Planalto de Mueda.

O papel das associações de trabalhadores foi essencial para o fortalecimento de alguns grupos étnicos contra o colonialismo. As associações constituíram uma das condições base para a erupção de um movimento político organizado e de abrangência nacional em Moçambique poucos anos mais tarde que lutaria contra o colonialismo, reivindicando a independência, mas que teria como objetivo também construir uma nação moçambicana a partir da libertação.

No ano de 1960, acontece um fato decisivo no planalto de Mueda que ficaria marcado como o Massacre de Mueda. As tensões políticas na região foram se agravando desde 1958, colocando de um lado os trabalhadores do campo, a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, a União dos Makonde de Tanganyka e Moçambique e do outro as autoridades coloniais que intensificaram as formas de repressão aos movimentos políticos. O Massacre de Mueda se transformou num símbolo para a luta anti-colonial não apenas para a região do Planalto de Mueda ou da província de Cabo Delgado. Reforçando ainda a convicção de que a resistência pacífica ao governo colonial era uma atitude inútil tendo em vista as ações violentas do estado português contra a população colonizada. A ideia da luta armada ganhou com o Massacre de Mueda um importante argumento a seu favor.

Os acontecimentos seguintes ainda no decurso do ano de 1960 e 1961 contribuíram para o aumento da movimentação política em Moçambique criando as condições para a formação de um movimento de luta nacional pela independência. No contexto internacional influenciaram as independências de outras colônias africanas.

Em 1960, na Rodésia do Sul, foi fundada por trabalhadores moçambicanos a União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO. No mesmo ano no Malawi, ocorreu a criação da União Nacional Africana de Moçambique Independente – UNAMI. Em 1961, as antigas associações dos Makonde e Makua no Tanganyka e Zanzibar – Tanganyka-Mozambique Makonde Union e Zanzibar Makonde and Makua Union - se fundem em apenas uma organização a Mozambique African National Union – MANU.

As associações de trabalhadores têm importante caráter na internacionalização da luta pela libertação no continente africano, expandindo as fronteiras nacionais e caminhando para

a transformação da nascente consciência nacional e consciência social e política de um projeto universalista e humanista, idealizada por Frantz Fanon.

Se o homem é o que ele faz, então diremos que a coisa mais urgente hoje para o intelectual africano é a construção da sua nação. Se essa construção for verdadeira, isto é, se traduzir a vontade manifesta do povo, se revelar em sua impaciência os povos africanos, então a construção nacional se acompanhará necessariamente da descoberta e da promoção de valores universalizantes. Longe, pois, de afastar-se das outras nações, é a libertação nacional que torna a nação presente no palco da história. É no coração da consciência nacional que se eleva e se vivifica a consciência internacional. E essa dupla emergência e apenas, definitivamente, o núcleo de toda cultura (FANON, 2005, p.283).

Em 25 de julho de 1962, os três movimentos moçambicanos MANU, UDENAMO e UNAMI em Tanganyka se reúnem em Dar-es-Saalam e fundem-se criando a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO. Para a união destes movimentos, a participação de Eduardo Mondlane foi fundamental, ele que havia se mudado para o Tanganyka neste mesmo ano. Foi marcado para setembro de 1962 uma conferência que iria definir os objetivos, formas e planos de ação da FRELIMO (MONDLANE, 1995, p 99).

A experiência das sociedades camponesas e das associações de trabalhadores moçambicanos foram fundamentais para possibilitarem a criação posterior de um movimento que conseguisse ao mesmo tempo mobilizar as populações do campo, os intelectuais, burocratas e a pequena burguesia das cidades para uma ação coletiva que intencionasse o fim do estado colonial, a independência moçambicana e a criação de uma nova nação.

As ações dos agentes coloniais portugueses e o aumento das operações de vigilância e repressão da PIDE, assim como o acirramento das tensões entre colonos e colonizados e a formação da frente única de luta pela libertação de Moçambique, a FRELIMO, contribuíram para a adoção da opção de luta armada contra o colonialismo português em Moçambique, influenciada também pela eclosão dos movimentos armados na Argélia e em Angola. As vias diplomáticas e pacíficas para a negociação da independência moçambicana, perante os fatores apontados, foram desacreditadas pela maioria dos integrantes da FRELIMO, prevalecendo a opinião da necessidade da luta armada para o êxito da libertação moçambicana. Observamos essas semelhanças entre o contexto argelino e o contexto moçambicano no processo de luta pela independência, levando as frentes condutoras dos dois movimentos, a FLN e a FRELIMO, respectivamente, a justificarem a adoção da luta armada como reação ao aumento

da violência colonial por parte dos colonos como tentativa de abafamento dos movimentos insurgentes.

A partir do que foi exposto, podemos concluir de forma preliminar que tanto para Frantz Fanon, quanto para a FRELIMO, a partir da voz de Eduardo Mondlane, é na práxis da revolução que se desenha os contornos mais nítidos da consciência nacional e da nação em emergência. Ambos nos chamam atenção para o caráter transformador e para a potência revolucionária das massas camponesas. Além, de apontarem para a necessidade da construção política dialética dos movimentos entre as massas urbanas e rurais.

As tendências internacionalizantes da luta anticolonial são presentes na teorização de Frantz Fanon e em Eduardo Mondlane quando analisa o processo de formação da FRELIMO ocorrido em grande parte no exterior de Moçambique, contando com a ajuda e articulação de órgãos internacionais e associações de trabalhadores ligados aos moçambicanos por laços que transcendem as barreiras étnicas ou nacionais.

Entendemos que o direcionamento do trabalho para a análise de apenas uma voz dentro da FRELIMO nos limita nas possibilidades de percepção das disputas políticas internas ao movimento. Deixando de lado a possível existência de correntes ideológicas que divergem do pensamento fanoniano no que diz respeito à condução do processo revolucionário de libertação. Entretanto, ao escolhermos o discurso do primeiro presidente da Frente e um dos principais responsáveis para articulação da FRELIMO no exterior, podemos ter um estudo significativo de uma das principais correntes de pensamento da FRELIMO.

Abstract: This paper attempts to uncover the possible dialogues between the frames of *national consciousness* build by FRELIMO during the War of Independence (1964-1975) and the concept how it is among the theoretical observations of Frantz Fanon. In this effort it will look for similarities, discrepancies and recreations of the ideas of *national consciousness*. The concept is pivotal to Fanon's work, since it guides the perceptions of the independence processes of the African colonies, during the XX century, determining which actions and decisions could lead to the victory and effectiveness of those fights. FRELIMO also approaches the concept to build its own national project. Those ideas can be found in the official speeches of the Front, and have echoes in its political decisions during war. The work follows the path that connects FRELIMO's national emancipation project and Fanon's theoretical propositions.

Key words: FRELIMO, Fanon, *national consciousness*.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Vera Ribeiro. Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. Confrontações culturais. In: **Civilizações**. Entrevistas Le Monde. São Paulo, Ática, 24 de janeiro de 1982.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Myriam Ávila. Eliana Lourenço de Lima Reis. Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES COELHO, João Paulo. **Abrir a Fábula**: Questões da política do passado em Moçambique. Coimbra, 1 de julho de 2011.

BRAGANÇA, A. E DEPELCHIN, J. Da idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique. In: MONDAINI, Marco (Org). **É preciso sonhar. Aquino de Bragança**: independência e revolução na África Portuguesa. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo. Editora Unesp, 2009.

CHILUNDO, Arlindo et al. **História de Moçambique**. Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária, 1999, p. 202.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **História de Moçambique**. Volume 1. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

_____. **Sociología de una revolución**. Cidade do México: Educaciones Era, 1968.

FRELIMO. **História de Moçambique**. Porto: Afrontamento, 1971.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas**: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

MACHEL, Samora Moises. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria**. Maputo: FRELIMO Departamento do Trabalho Ideológico, 1978.

_____. **Estabelecer o poder popular para servir as massas.** Maputo: FRELIMO Departamento do Trabalho Ideológico, 1979.

_____. **A nossa luta e uma revolução:** nacionalizações – Moçambique. Lisboa: CIDA-C, 1976.

_____. **A vitória constrói-se a vitória organiza-se.** Maputo: FRELIMO Departamento do Trabalho Ideológico, 1977.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique.** Maputo: CEA, 1995.

PELISSIER, René. **História de Moçambique:** Formação e oposição (1854 – 1918). Manuel Ruas. Lisboa: Editora, 1987.

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem:** textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011

“Quem te matou?”: Jabacouses e os ritos públicos na Senegâmbia dos séculos XVI e XVII

Fabício Emanuel Silva Vailante
Graduando em História
UFMG
fabriciovailante@hotmail.com

Resumo: A apresentação da literatura de viagem produzida nos séculos XVI e XVI sobre a região da Senegâmbia junto ao detalhamento da metodologia pela qual analisaremos o produto desse esforço é de onde partimos para este ensaio. Tendo realizado este recorte geográfico - e temporal - sinto-me a vontade para propor uma análise sobre uma figura bastante importante nas cerimônias e, de maneira mais ampla, na manifestação pública da fé: os jabacouses. Me nutrindo especialmente do Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde de André Almada - 1594 - e do Memorial de André Donelha - 1625 - busco relacioná-los dialogicamente para compreender a agência tanto dos jabacouses e ervanários quanto da população.

Palavras-chave: Jabacouse, Senegâmbia, África.

Introdução

O contato com a literatura de viagem produzida nos séculos XVI e XVII é bastante instigante e nos apresenta uma série de descrições e interpretações feitas por aqueles que os escrevem. Para nós resta a responsabilidade sobre a escolha da metodologia pela qual analisaremos o produto desse esforço e todo o trabalho necessário ao tratamento de fontes dessa natureza. A partir dessas fontes, buscamos contribuir para uma construção sólida de parte da historiografia que se dedica à História da África e dos africanos de maneira bemorientada.

Sendo este trabalho resultado da historiografia analisada dentro de disciplinas e grupos de estudo que discutem História da África, o apresentamos como forma de tradução em alguma medida do que de mais sólido foi possível confeccionar a partir de nossa apresentação e dos comentários a respeito dela na comunicação realizada neste EPHIS. Também é razoável adiantarmos que das bases destas discussões é que partimos para uma interpretação e um trabalho sobre as fontes que aqui pretendemos utilizar. O trabalho detido sobre fontes produzidas no século correspondente ao que a disciplina se propõe (XVII), apesar de não ter sido o foco das discussões realizadas, aqui ocupa parte de nossas análises.

Esta possibilidade é, portanto o motivo pelo qual, neste trabalho não nos preocupamos em construir recortes temporais mais específicos dentro das fontes ou determinações geográficas mais bem delimitadas do que aquilo que conseguimos trabalhar em primeiro

momento com a denominação “Rios de Guiné” (HORTA, 2005, p. 2.). De fato algumas escolhas neste momento renderiam ótimas elaborações teóricas que serviriam ao trabalho de maneira geral, mas aqui não as fizemos por compreender a possibilidade ampla de trabalho sobre a expressão social religiosa dos Jabacouses.

Primeiros passos com as fontes e metodologias

Para tanto nos detemos em duas fontes das quais faremos uso de maneira pontual à medida que desenvolvemos o diálogo com a historiografia selecionada para realização deste trabalho. Trata-se dos relatos de André Álvares Almada (1594) e de André Donelha (1625). Jeocasta M. de Freitas, em sua dissertação de mestrado apresentada em 2016 na UFMG, fez uso destes documentos – dentre outros -, e é a partir deste uso que pensamos aqui nosso recorte temporal de análise.

Aqui tentando estabelecer algum diálogo entre os textos base para esta discussão e as fontes, entendemos que o estabelecimento de um tema é de suma importância para que seja um trabalho coeso. Trazemos então das fontes a figura dos Jabacouses como um elo para que se desenvolva esta discussão. Aqui introduzimos de maneira pontual parte do nosso eixo temático porque ele é fundamental para a discussão sobre o recorte temporal do qual aqui utilizamos.

A dissertação de Jeocasta M. de Freitas, além de íntima relação com nosso tema, apresenta-nos uma balisa temporal bastante útil. O recorte que ela nos apresenta é baseado nos dois relatos que aqui apresentamos: André Álvares Almada e André Donelha. Sendo o relato de Almada escrito em 1594 e o de Donelha em 1625, seria razoável que a escolha de um trabalho como o nosso se orientasse por estes marcos, mas a autora nos chama atenção a um aspecto que tem relação com as condições de produção e divulgação das fontes.

Em Almada encontramos a principal razão para este cuidado pois, apesar de seu *Tratado Breve dos Rios da Guiné e do Cabo Verde* ser datado de 1594, o texto serve como uma espécie de compilação descrições daquilo que o cabo verdiano observou em suas viagens ao continente africano realizadas desde a década de 60 do século XVI (FREITAS, 2016, p. 63). Nos afastamos de discussões que seriam bastante longas - e talvez produtivas – sobre a natureza dos relatos de viagens e as categorias que podem ser atribuídas a estes (relatos, memoriais, tratados e outros), mas entendemos ser importante salientar essa distância temporal entre o começo das incursões comerciais de Almada e a escrita de seu relato, o que é fundamental para parte da nossa localização temporal junto às fontes.

André Donelha também é interessante no que diz respeito a estas diferenças de datas,

mesmo que neste caso, por ser posterior à Almada, as viagens que este afirma ter realizado à Guiné antes da composição de seu relato não interferiram diretamente no limite posterior de nosso recorte temporal. Com a *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, de Donelha, e com *Tratado Breve dos Rios da Guiné e do Cabo Verde*, de Almada percebemos a importância de pensar as condições de produção destas fontes como fundamentais para a compreensão das dinâmicas de representação que ali se desenvolvem (HORTA, 1995, p. 193).

Compreendemos que ainda sim, feitas todas as ressalvas iniciais, trata-se de um período bastante extenso para uma análise nos moldes deste artigo. A solução para este percalço nos leva ao nosso tema inicial mais uma vez. A construção baseada na figura do jabacouse nos permite uma abordagem menos vaga das fontes e nos permite caminhar sem a necessidade de justificativa constante sobre a escolha das fontes, já que trata-se de um objeto que pode ser analisado perspectivamente por meio de observações bem específicas ou de comparações entre as expressões.

Bibliografia

A Bibliografia que aqui procuramos utilizar é aplicada pontualmente para que nos ajude na compreensão dos meandros das construções de cada uma das narrativas dentro das fontes e também na nossa tentativa de contribuir para a historiografia africanista. Dentre os trabalhos que aqui serão tratados mais cuidadosamente estão Walter Rodney (RODNEY, 1970), a partir do qual podemos avaliar a geografia da Alta Guiné, os roteiros e as preocupações dos viajantes ao longo da composição documental.

Rodney, sendo o trabalho que analisamos aqui publicado em 1970, nos ajuda a pensar preocupações bastante importantes para o que se seguiria depois de seus trabalhos. Com ênfase nas descrições portuguesas sobre o território da Guiné, o autor consegue levantar discussões interessantes que vão além de um tratamento exclusivamente voltado ao contato entre europeus e africanos. Walter Rodney avalia processos de ocupação territorial buscando compreender as dinâmicas entre as sociedades ali presentes em detrimento da influência europeia.

Este autor consegue este percurso argumentativo por meio da análise comercial, o que faz com que, para este presente artigo, nossos objetivos dialoguem somente após um longo esforço. Mas ainda assim vale ressaltar a importância deste estudo para a afirmação de uma ampla rede de comércio e sociabilidade entre interior do continente, costa e os estrangeiros europeus que viriam pelo Atlântico. Mesmo que o trabalho de Rodney viesse a ser discutido e retrabalhado mais tarde por outros autores, compreendemos ser importante marcar sua

contribuição.

Da longa bibliografia que pode nos auxiliar com o tratamento das fontes de maneira mais detida, escolhemos inicialmente um dos capítulos dentre os que foram divulgados em 1995 como parte das atas do colóquio “Construção e Ensino da História de África”. Nos referimos à obra de José da Silva Horta (1995) em que o autor aponta para a importância da dimensão representativa dentro das fontes portuguesas – objetos recorrentes do trabalho deste autor. As características dos registros, mesmo que de diferentes naturezas, têm relação íntima “com as categorias culturais e mentais de quem viu, ou(e) de quem escreve” (HORTA, 1995, p. 189).

O exercício de construir uma história da África é então parte do desafio do acesso à representação a partir da qual tentamos compreender o representado. A representação por si já proporcionaria uma longa jornada discursiva sobre os relatos; não fosse o bastante, as representações que temos em mãos são resultado de traduções mentais bastante melindrosas sobre o espaço físico e sobre os africanos, o que é um desafio um pouco diferente do que usualmente é feito na historiografia que analisa os discursos europeus, mas também um ingrediente a mais para a elaboração de uma História da África que se pretende dentro da perspectiva africanista.

Nossa forma de contribuição para a historiografia busca se alinhar a preceitos como estes. A necessidade de não realizarmos uma História dos discursos sobre os africanos e sim uma História sobre estes nos leva a pensar os marcadores identitários, geográficos, religiosos e sociais – de maneira ampla. Para tanto, aqui nos dedicamos a um objeto que nos possibilita construir amarrações bibliográficas e documentais que nos proporcionem um bom ambiente para desenvolvimento de tais estratégias.

A expressão social religiosa dos Jabacouses

Os Jabacouses, tendo uma expressão social bastante reconhecida, são nosso foco ao redor do qual pretendemos desenvolver nossas observações. Estas figuras aparecem recorrentemente nas fontes* que separamos para este trabalho e que, com seu amplo reconhecimento social, possibilitam que se entenda melhor a expressão pública da religião dos autóctones na região dos Rios de Guiné.

É bastante usual, dentro da historiografia que se dedica à religião em África, a constante necessidade de se tratar dos Jabacouses, justamente por serem eles centrais em muitos dos processos religiosos e despontarem sempre como tais nas fontes. Também usual são as

definições que aparecem logo quando estes são apresentados, a mais recorrente entre estas é a categorização “sacerdote” seguida da contextualização que se pretende dentro do trabalho. Essa estratégia nos ajuda muito a responder uma pergunta básica: “O que são os Jabacouses?”, mas pode também ser um problema insolúvel se trazida de maneira displicente.

Em certa medida esta pergunta é o que se pretende responder em estudos como o nosso. Por outro lado, o que apontamos aqui é o cuidado necessário com a sobreposição de categorias que nos trazem a sensação de resposta mesmo sem necessariamente sê-la. Nossa preocupação aqui é basicamente o risco de sobreposição de sentidos por meio destas categorias dentro de uma historiografia que ainda se encontra em situação incipiente de desenvolvimento.

Parte destes problemas de tradução de sentido dentro da historiografia fica evidente na dissertação de mestrado de Carlene Recheado, na qual esta, realizando um estudo sobre as missões franciscanas na Guiné do século XVII, aponta para a existência de jabacouses em Cabo Verde (RECHEADO, 2010. p. 28). Esta assertiva ainda não foi mais detalhadamente trabalhada, mas nos parece sintomático o uso indiscriminado desta nomenclatura dentro de um trabalho no qual a própria autora parte da premissa de que as expressões religiosas no arquipélago de Cabo Verde são bastante diferentes daquelas observadas na Guiné.

Imprecisões como esta são naturais de um campo de pesquisa como o nosso, mas devem ser apontadas na medida em que são resultado de um movimento questionável de análise documental. Na referida dissertação de mestrado de Carlene Recheado a autora parece se apropriar da categoria “sacerdote” - ou qualquer outra correlacionada dentro da percepção ocidental cristã de religião - para observar nas fontes expressões correspondentes à expectativa; somado a isto, a utilização irrestrita de categorias encontradas nas fontes, mas sem realizar uma análise mais cuidadosa para avaliar os usos feitos da terminologia nos relatos de viagens (ou cartas, regimentos e outros).

Recuando um pouco na historiografia, temos autores como Jan Vansina, Hampatê Bá. Nos textos destes autores, veiculados por meio do primeiro volume da coleção História Geral da África, percebemos uma preocupação latente com a dimensão da oralidade, especialmente por fazerem parte do volume que discute metodologias para construção de uma História da África. Aqui não nos entrincheiramos nas querelas da oralidade, mas, independente do estudo que se siga a textos como estes, é importante reafirmar a centralidade das tradições orais e seus usos, sobretudo nas análises das fontes para as quais grande parte das informações mobilizadas pelos europeus são provenientes do contato falado com os africanos.

A consideração que mais nos interessa ao trazer estes dois autores é a de caráter metodológico. Para desenvolver seus estudos sobre “tradição oral” os autores necessariamente discutem o que eles entendem por “tradições”, e é a partir destas discussões que somos lembrados dos cuidados necessários para o “fazer história da África”. Vansina e Hampatê Bá destacam a importância de “ser iniciado” no modo de pensar da sociedade para que só então se construa um conhecimento condizente com aquilo que de fato a sociedade é.

Em *A tradição Oral e sua Metodologia*, Jan Vansina afirma uma noção de verdade intrínseca nas tradições, e, com isso, a necessidade da realização do trabalho do historiador para a observação da expressão da tradição sempre observando aquilo que se aproxima – ou se afasta – da “verdade”. Com Hampatê Bá, *A tradição Viva*, o objetivo final do estudo sobre as tradições é “trazer ao presente um evento passado” (HAMPATÊ BÁ, 1980, p. 208), uma transposição incontestada realizada por meio da tradição.

O período de realização destes trabalhos é bastante singular, o que nos ajuda na compreensão dos objetivos de cada um dos autores ao desenvolver interpretações desta natureza. Muito do que estes autores fazem foi seguidamente reiterado ou contestado por autores subsequentes, mas eles aqui são ressaltados para que possamos demarcar a diferença fundamental entre a ideia de “ser iniciado à cultura” e a que aqui desenvolvemos. Procuramos nos afastar de modelos explicativos amplos - como temos os exemplos dos trabalhos de James Sweet em *Recreating Africa* (SWEET, 2003) em explicações sobre a espiritualidade na porção central do continente africano e de Walter Hawthorne que, para a região costeira da Alta Guiné argumenta a existência de um conjunto de “crenças centrais” – e buscamos descentralizar as observações entendendo que, para um contato inicial, seja mais seguro olharmos para as fontes sem expectativas que podem prejudicar o resultado das análises.

Dentre os trabalhos que recentemente foram realizados discutindo pontos comuns aos nossos e dos quais partimos para muitas de nossas observações destacamos a dissertação de Jeocasta M. Freitas, que aqui já apresentamos, e a tese de doutorado defendida por Manuel Bivar na Universidade Federal de Campinas em que o autor busca discorrer sobre a historiografia que aponta como central a existência da organização política do Kaabu¹. Para Bivar a construção deste como um estado herdeiro da tradição de organização política do Mali é um esforço argumentativo que não se sustenta quando questionado a partir do trabalho de articulação de diferentes fontes históricas. A conjugação entre as fontes que indicam a existência de diferentes e numerosos farins e as que remontam uma tradição que parece ser

¹ Destaque para Carlos Lopes, Lisboa, 1999.

centralizada são contrapostas, sendo questionadas de acordo com suas condições de produção e reprodução bem como de acordo com a natureza do suporte documental, seja um tarikh, um relato de viagem ou uma tradição oral.

Manuel de Bivar, no decorrer do longo tratamento sobre algumas fontes, acaba concluindo a ineficiência e o reducionismo da utilização de elementos homogeneizantes, especialmente quando estes são construídos em contraposição a outros. Este é o caso do Kaabu que aglutina na explicação de sua constituição uma série de povos e organizações diferentes sob o pretexto de serem mansayas, comprometendo assim a compreensão das particularidades organizacionais do interior da região da Senegâmbia.

Bivar apresenta uma crítica historiográfica que serve também de base para o que ele constrói. Esta crítica é bastante fundamentada na tentativa de escapar aos binarismos “Interior e costa, estado e acefalia, manguezal e savana, animismo e Islão.” (BIVAR, 2018, p. 2) e compreendê-los como categorias que dizem mais sobre a natureza dos estudos sobre a região do que sobre a Senegâmbia de fato.

O que pretendemos é exercício que caminha até as fontes e delas parte, sem pretensões prévias de aplicação de categorias que pouco dizem sobre as populações oeste-africanas, e com a consciência de que nossas ferramentas, dentre elas nosso vocabulário, nos dizem muito mais sobre os lugares de onde partimos do que sobre aqueles que analisamos. Cuidados semelhantes devemos ter também no tratamento das representações nas fontes. Compreender as condições de produção destas é fundamental para pensarmos inclusive os questionamentos que faremos sobre os documentos.

No relato de Almada por exemplo, os jabacouses aparecem em texto corrido no qual o autor escreve, da posição de observador o seguinte trecho: “[...]. E há outros negros, a que chamam Jabacoses, que falam com o morto e lhe faz[em] pergunta que diga quem o matou.” (ALMADA, 1594, p.294). Com este trecho sendo apontado para os Casangas, população localizada entre os Rios Cacheu e Casamansa (tradução do *Tratado Breve dos Rios de Guiné* para o inglês em 1984, por Avelino Teixeira da Mota, junto com P. E. H. Hair e Jean Boulègue), utilizamos então da dimensão imaginativa para fazer com que a pergunta voltasse para onde ela parece ter saído: para a fala daquele que parece ser determinante dentro da cerimônia fúnebre, cuja atuação inclusive define o futuro do possível acusado e de sua “geração” dentro dorito.

Thiago Mota (mestrado, 2014 – no cap. 5 *A outra cor de Mafamede*) nos chama atenção para uma diferença pontual entre este mesmo relato de Almada e o de André Donelha. Ao descreverem a tradição que dá bases à estrutura matrilinear entre os jalofos (habitantes da região

do Rio Gâmbia), distinguem-se quando o primeiro deles atribui a cura do Rei, com sacrifício de sobrinhos seus, a um caciz (bexerim) e o segundo, a um jabacouse em uma sequência idêntica de acontecimentos. O objetivo de T. Mota é perceber as condições de assimilação do Islã e a maleabilidade nas atribuições de responsabilidades mesmo em ritos tão centrais como este.

Nosso objetivo, porém, trata-se de recuar um pouco neste mesmo trabalho. Ao vermos esta distinção logo questionamos a natureza dessa diferenciação. Se a postura assumida é a de observador, como seria possível a confusão que envolvesse os atores mais determinantes em um dos processos que explica o “porque” das sucessões dos chefes jalofos serem de caráter matrilinear. A única explicação seria a de que eles “tiveram notícia” por meios distintos, com objetivos distintos e, portanto, mobilizando a tradição também de maneiras distintas.

Últimos passos

O nosso exercício de alteridade, que melhor se define pelo movimento entre códigos culturais⁸ com especial atenção à religião, tem algumas particularidades. Dentre elas a necessidade da compreensão dialógica das fontes que temos em mãos. Particularidades estas que nos indicam uma forma de se pensar os documentos; diferente da proposta de “iniciação à cultura” de Vansina e de muitos outros analistas de história da África, compreender as possibilidades de trabalho sobre a documentação e nossos horizontes para produção historiográfica nos parece fundamental.

Alguns trabalhos como a dissertação de mestrado de Jeocasta M. Fritas são fortes testemunhos da possibilidade de assimilação das particulares dificuldades em se trabalhar religião e a sociabilidade a partir dos jabacouses, talvez por isso o esforço da autora em avaliar a presença destes em povos diferentes na região da Guiné. Vale ainda ressaltar a necessidade de se retrabalhar modelos explicativos amplos e interpretações que tratem os jabacouses de forma transversal correndo riscos de sobreposição e confusão de sentidos. A expressão social dos jabacouses, fundamental em muitos dos processos, sobretudo religiosos deve ser compreendida em cada um dos lugares onde a identificamos para que então se possa discutir as expressões entre si.

Referências Bibliográficas

ALMADA, André Álvares. Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana. In: BRÁSSIO, Antônio. **Monumenta Missionária Africa**, s. II, v. 3, d092, [1594], 2011, pp. 229-286.

BÂ, A. Hampatê. A Tradição Viva. In: Ki-Zerbo, J. (coord.). **História Geral da África**. São Paulo: Unesco, 1980.

- BARRY, B. Senegâmbia: **O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: SEPHIS – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.
- BIVAR, Manuel. Kaabu. **A história de um império do início ao fim**. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2018.
- DONELHA, A. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição, introdução, notas e apêndices: Avelino. T. da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1977.
- FREITAS, Jeocasta Juliet O. M. **A Religião dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Papeis nos Relatos de Viagem Na Guiné (1560-1625)**. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2016
- HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brasil**. Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, (Col. African Studies)
- HORTA, José da Silva. “O Nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos. XVI-XVII)”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGOREGIME: PODERES E SOCIEDADES”, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005. **Actas...**, Lisboa, 2005.
- HORTA, José da Silva. Entre História Europeia e História Africana, Um Objecto de Carneira: as Representações. In: COLÓQUIO CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA, Lisboa. **Actas...**, Lisboa: Linopazes, 1995, pp. 189-200.
- HORTA, J.; MARK, P. Judeus e Muçulmanos na Petite Côte Senegalesa do início do século XVII: Iconoclastia Anti-Católica, Aproximação Religiosa, Parceria Comercial. **Cadernos de Estudos Sefarditas**, n. 5, 2005, pp.29-51.
- LOPES, Carlos. **KAABUNKÉ: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: [s.i] 1999.
- RECHEADO, Carlene. **As missões Franciscanas na Guiné (Século XVII)**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010
- RODNEY, Walter. **A History of the Upper Guinea Coast (1545 to 1800)**. Oxford: Clarendon Press, [Reprint of the 1970 ed.]. (in series: Oxford studies in African affairs).
- SANTOS, Vanicléia. Bexerins e Jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné. **Métis: história & cultura**, v. 10, n. 19 p. 187-213, jan/jun 2011.
- SWEET, James H. **Recriar a África: Cultura, Parentesco e Religião no Mundo Afroportuguês (1441-1770)**. Lisboa: Edições 70. 2007.
- MOTA, Thiago Henrique. A Outra cor de Mafamede. In: **A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594- 1625)**. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2014, pp. 207-250.
- VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KIZERBO. Joseph (ed.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 139-166.

O racismo e o racialismo nos projetos coloniais portugueses do século XIX

Gabriel Felipe Silva Bem

Mestrando em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.f.bem@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho pretende apresentar e discutir as visões racista e racialista de três autores portugueses que influenciaram ou criaram políticas coloniais portuguesa durante o século XIX. São eles: Marquês de Sá da Bandeira, João de Andrade Corvo e Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Os três se aproximam e se distanciam em certos pontos dos seus projetos coloniais, mas a perspectiva racista e racialista é uma constância desses autores ao enxergarem o Outro colonial, que, na maioria dos casos, era a população autóctone, denominada por eles como indígenas. Apesar de os três autores apresentam uma visão racista e racialista, ela não se manifesta da mesma forma. Eles mobilizam elementos de diferentes teorias raciais de maneira singular e misturada, em uma complexa narrativa sobre a colonização, que podia pender de uma visão culturalista e evolucionista para uma visão racial determinista, o que afetava diretamente os seus objetivos com a colonização. Os três autores são os principais nomes de paradigmas sobre a política colonial portuguesa, sendo que as três visões conviveram juntas, mas também tiveram algum período de hegemonia durante o século XIX. Essas perspectivas justificaram mudanças estruturais na colonização, tornando-a mais ou menos violenta, por exemplo. O conceito de racialismo e racismo é complexo e muito discutido. Para fazer justiça a essa complexidade, esse trabalho mobilizará a visão, por vezes destoantes, de autores como George W. Stocking Jr, Léon Poliakov, Frantz Fanon, Tzvetam Todorov e Kwame Anthony Appiah.

Palavras-chave: Racismo; Racialismo; Colonização; Portugal

Introdução

Esse trabalho pretende apresentar e discutir as visões racista de três autores portugueses que influenciaram ou criaram políticas coloniais portuguesa durante o século XIX. São eles: Marquês de Sá da Bandeira, João de Andrade Corvo e Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Os três autores têm pontos divergentes em seus projetos e em sua visão sobre o Outro, mas a perspectiva racista é uma constante. Essa era aplicada sobre as populações autóctones das colônias, principalmente da África, sendo que foi mobilizada de maneira diferente visando a legitimação de diferentes projetos coloniais. A legitimação de diferentes projetos colônias tendo como fundamento diferentes visões racistas é o que pretendo analisar aqui.

Antes de começar a discutir a questão principal, gostaria de fazer uma ratificação em relação ao título desse trabalho. Eu pretendia fazer uma distinção entre categorias de

pensamento racistas e racialista através das ideias de autores como Appiah (1997) e Todorov (1993), mas, após analisar melhor os textos, entendi que essas categorias eram anacrônicas, ou seja, não levavam em consideração os diferentes contextos históricos, e podiam ser redutoras. Em Todorov, por exemplo, racismo significa o ódio e o desprezo com o outro e o racialismo é uma doutrina de pensamento esquematizada baseado na diferença, os dois até poderiam andar juntos, como na experiência nazista, mas isso não acontece necessariamente. O perigo desse tipo de visão é entender o racialismo como se fosse uma espécie de racismo mais brando ou menos perigoso, por mais que os autores não entendesse dessa forma, esse tipo de distinção abre espaço para essa leitura. Tendo como objetivo evitar esse equívoco, decidi abolir o termo racialismo desse trabalho e usar apenas o termo racista. Esse sendo entendido como qualquer prática que prega a distinção e a hierarquização de grupos humanos a partir de um discurso racial, mobilizado junto com um discurso de violência e ódio explícito ou não, pois entendo que o racismo, independente da sua forma, sempre carrega ódio e violência. Por causa dessa mudança, alguns autores mencionados no resumo não chegaram a ser usados.

Também cabe aqui uma pequena apresentação dos autores. O Marques Sá da Bandeira (26 de setembro de 1795 - 6 de janeiro de 1876) é lembrado tanto como líder militar quanto como líder político (MONTERIO; PIMENTEL; LOURENÇO, 2013). Entrou no Exército aos 14 anos de idade, durante as Invasões Francesas no início do século XIX. Na Guerra Civil Portuguesa, lutou ao lado dos liberais, tendo sua mão direita amputada em uma das batalhas. Fora dos campos de batalha, foi “a mais importante personalidade da política colonial portuguesa de todo século XIX” (ALEXANDRE, 2004, p. 962), entrou para a Câmara dos Pares em 1834, e com a ascensão do movimento conhecido como Setembrismo,¹ chegou aos altos cargos no governo ainda na década de 1830. Ao longo da sua vida foi cinco vezes presidente do Conselho de Ministros e sete vezes Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Entre os vários pontos das reformas que tentou empreender durante o seu governo, o principal foi a abolição da escravatura, que para Sá da Bandeira era uma questão fundamental para o desenvolvimento moral e econômico das colônias. O tráfico de escravos foi abolido com o decreto de 10 de dezembro de 1836 e a condição de escravo foi abolida em 25 de fevereiro de 1869, enquadrando todos os então escravos na condição intermediária de liberto, sendo obrigados a servir de maneira compulsória seus antigos senhores até 1878. O processo de abolição em Portugal foi marcado pela forte influência dos traficantes e dos senhores de escravos, o que fez com que os projetos abolicionistas do Marquês fossem

¹ O Setembrismo foi um movimento liberal mais radical herdeiro do movimento constitucionalista de 1822, chegou ao poder através de um golpe que se deu em setembro de 1836.

considerados radicais demais, sendo sabotados internamente ou então drasticamente alterados (MARQUES, 2008).

No livro aqui em questão, *O trabalho Rural Africano e a Administração Colonial* (1873), publicado três anos antes da morte de Sá da Bandeira, ele buscou responder à uma publicação chamada: *Algumas palavras sobre a questão do trabalho nas colônias portuguesas da África, especialmente nas ilhas de S. Thomé e Príncipe*,² que trazia um projeto destinado ao Rei pedindo a prorrogação do prazo para o fim do trabalho compulsório do liberto. Em sua complexa análise, o ministro faz um balanço legislativo e dos impactos das suas reformas nas colônias, e também faz considerações sobre a agricultura, o comércio, o processo de “civilização dos indígenas”, o trabalho europeu e os limites territoriais das colônias, fazendo apontamentos para o futuro.

Por sua vez, João de Andrade Corvo (30 de janeiro de 1824 - 16 de fevereiro de 1890) é uma figura bem menos estudada, apesar da sua importância. Agrônomo e intelectual, escrevia livros de romances históricos, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871 e 1878, pasta que acumulou com o Ministério da Marinha e Ultramar, durante o período que ficou conhecido na História Portuguesa como Fontismo.³ Durante seu governo, visando a modernização, tentou empreender reformas estruturais nas colônias, como a criação de ferrovias (PEREIRA, 2015).

O livro aqui estudado, *Estudos sobre as províncias ultramarinas* (1883-1887), é um balanço do governo dele, tendo como foco principal um projeto de viabilidade econômica das colônias, através da quebra de monopólios e defesa de obras públicas, principalmente as sanitárias e de viação. Estrutura sua obra de forma que as colônias sejam analisadas individualmente, fazendo considerações sobre o passado e as realidades presentes, também se interroga sobre o papel do indígena na colonização e na missão civilizadora e sobre o direito aos territórios ocupados.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins (30 de abril de 1845 - 24 de agosto de 1894) foi um influente historiador do período, chegou a ser membro Instituto de Antropologia de Paris. Em Portugal ele é reconhecido como o maior expoente do darwinismo social, publicando

² Sá da Bandeira dá a entender que o texto foi publicado em algum jornal, mas não informa o nome desse nem o seu local, apenas uma data, junho de 1872. Por causa disso, apesar dos esforços, não foi possível localizar o documento.

³ Fontismo foi como ficou conhecido o Governo Português das décadas de 1870 e 1880, sobre a liderança de António Maria de Fontes Pereira de Melo, que ficou marcado pelas tentativas de modernização da infraestrutura do país.

diversos trabalhos de cunho racistas que postula a inferioridade irrestrita e irrecuperável da raça negra (HENRIQUES, 2017). Sua atuação mais destacada é na carreira intelectual, mas também teve uma pequena carreira política, atuando como deputado entre 1886 a 1894 e foi nomeado Ministro da Fazenda em 1892 (MATOS, 2015?). O período em que suas ideias foram mais influentes foi após o Ultimato Inglês de 1890⁴, quando o paradigma desenvolvimentista de Andrade Corvo começou a perder força, sendo que suas ideias ajudaram a legitimar as violentas Campanhas de Conquista e Pacificação⁵.

O livro aqui em questão, *O Brazil e as Colonias Portuguezas* (1880) pretende ser um livro de história que analisa a função dos territórios colônias em Portugal. Essa obra é um marco da segunda fase do pensamento de Oliveira Martins, em que ele foi abandonando uma visão de nação inspirada pelo federalismo de Proudhon, presente em seus primeiros textos da década de 1870, e foi ganhando espaço uma visão de nação marcada pela ideia de raça. Com isso, Oliveira Martins se mostrou crítico a concepção de que os direitos constitucionais deveriam ser expandido para os negros na África e, em grande parte, inspirou o Regulamento de 9 de novembro de 1899, que estabeleceu condições diferente de trabalhos para os africanos, inclusive com possibilidade de trabalho forçado (ALEXANDRE, 2000).

Acredito que a importância dos três se explica porque eles ajudaram a criar os principais paradigmas dos projetos colônias portuguesas do século XIX, Sá da Bandeira e Andrade Corvo, que na posição de ministro, foram de fato os realizadores de projetos e Oliveira Martins agindo mais como um inspirador. Esses paradigmas que serão analisados nos próximos tópicos de maneira individual.

Sá da Bandeira: racismo e abolição (1830 – 1870)

Sá Bandeira tem como maior objetivo político durante seus momentos no posto de Ministro de Ultramar a abolição do tráfico de escravos, em um primeiro momento, e da abolição da escravatura de um modo geral nas colônias. Sá da Bandeira acreditava que o fim do comércio de escravo traria grandes benefícios para Angola e Moçambique. Esses se dariam através de uma mudança da concentração da atividade econômica e de capitais de investimentos, que sairiam do tráfico e iriam para a produção agrícola. Além disso, a abolição

⁴ O Ultimato Inglês de 1890 foi a exigência, por parte da Inglaterra, da retirada das forças militares portuguesas do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola, o episódio foi considerado como humilhante por parte dos portugueses

⁵ Essa é o nome dado a uma série de campanhas militares empregadas por Portugal no interior das suas colônias entre 1884 e 1917 que tinham como objetivo o controle efetivo do território colonial e o enfraquecimento dos Sobas e dos reinos africanos.

também daria um duro golpe na economia brasileira, que não contaria mais com os cativos para plantar, nem teria a renda proveniente do comércio de escravos, diminuindo assim a oferta de produtos tropicais no mercado, abrindo espaço para produtos vindos da África (RIBEIRO, 2013, p. 55).

No livro aqui estudado, Sá da Bandeira defende que o trabalho escravo era improdutivo, mais caro e mais perigoso para o senhor do que o trabalho livre. Ele argumenta que regiões como Serra Leoa e Libéria só se desenvolviam mais que as colônias portuguesas por causa do trabalho livre. Ele inclusive chega a comparar financeiramente o trabalho dos crumanos, como ele chama as pessoas contratadas na região da Libéria, com o trabalho dos libertos, o Marquês usa como base o relato do funcionário público Francisco de Lencastre para escrever o seguinte:

Em 1866 o mesmo funcionario escrevia, que na ilha de S. Thome os libertos haviam assassinados cinco ou seis donos, ou feitores das roças. Elle comparava o custo do trabalho de um liberto com o de um crumano. O primeiro, que havia sido escravo, comprado em Angola, custava em S. Thomé, pelo menos, 20 libras (90\$000 reis); e o segundo custava, alem do salario, a importancia de duas passagens, ou 4 libras (18\$000 réis): e calculando detalhadamente o custo do trabalho do liberto e do crumano, em um praso de tres annos, conclusis que a despeza diaria feita pelo cultivador seria, com o liberto de 50 réis, e com o crumano de 73 réis, differença 23 réias; devendo attender-se a que o trabalho d'este é feito superior ao d'aquelle. E obervava que o pequeno proprietario que quizesse começar uma plantação, bastava-lhe ter a importancia de dez passagens ou 90\$000 réis para ter dez crumanos; e que para ter dez libertos precisaria de 900\$000 réis, quantia de que pagaria juros. (BANDEIRA, 1873, p. 91)

Além dessa vantagem financeira para a agricultura, Sá da Bandeira afirma que quando a escravatura for abolida, as colônias passariam a atrair os trabalhadores brancos portugueses, que estavam na época emigrando para fora do Império Português, como para o Brasil, os EUA e as Guianas Inglesas. Com a abolição, o trabalho deixaria de ser visto como coisa de escravos e não existiria nenhum impedimento para o branco trabalhar ao lado do negro. Esses brancos, no entanto, não trabalhariam nas mesmas condições que os negros, eles deveriam agir em empregos especializados ou cultivar um pedaço de terra próprio, o que ajudaria a desenvolver e a dinamizar a economia local. Além disso, Sá da Bandeira considera que a emigração branca seria fator fundamental para a civilização, já que esses trabalhadores europeus poderiam civilizar o indígena apenas pelo exemplo.

Para Sá da Bandeira a abolição teria uma clara ação positiva nas colônias, tanto na questão econômica quanto na questão civilizacional. A abolição era vista como condição para a prosperidade colonial, nas palavras do Marquês: “Sem a abolição completa do trabalho

forçado, não poderá estabelecer-se nas nossas colonias um systema duravel, que as leve á prosperidade.” (BANDEIRA, 1873, p. 102- 103)

Considerando esse plano, Sá da Bandeira apresenta uma visão racista que permite com que ele seja realizável. Para ele, as populações autóctones da África, principalmente os que foram escravos, estavam sim em condição civilizacional inferior aos brancos Europeus, mas seria totalmente plausível a sua regeneração em pouco tempo. Ele escreve da seguinte forma:

Dê-se aos negros completa segurança de pessoa e propriedade; faça-se desenvolver entre elles a instrucção, creando escolas numerosas; haja seminários em que se habilite um clero indígena, que espalhado entre os povos possa contribuir para a sua civilização; abram-se vias de comunicação que facilitem as transacções commerciaes, e pelas quaes a força armada possa marchar sem embraço, para manter a ordem publica, ou para repellar aggressões estranhas. Por estes meios e por outros que se empreguem, se farão aumentar as necessidades dos indígenas; as quaes estimularão os mesmos a buscarem, pelo seu trabalho, os meios de se satisfazer. Mas para isto se poder conseguir, é preciso fazer effectiva a prohibição de que os brancos continuem a explorar o serviço dos negros, como o têm feito há séculos. Sem esta medida serão baldados todos os esforços que um governo benéfico queira empregar. (BANDEIRA, 1873, p. 83-84)

Sá da Bandeira apresenta uma visão racista que é pautada por um evolucionismo imediato, para ele bastaria introduzir o negro na sociedade que eles se tornariam civilizados no padrão europeu. Ele defende várias vezes que os mesmos direitos constitucionais dos portugueses na metrópole sejam aplicados aos das colônias, independente da sua raça. Em uma obra posterior, que é uma resposta à uma crítica sobre o seu livro que estamos estudando aqui, ele afirma que nenhuma distinção deveria ser feita em relação ao regime trabalhista de um branco e de um ex-escravo, além disso ele tem uma visão unitária sobre o que seria a Raça Negra, ele escreve nos seguintes termos:

Nas nossas colônias ha pretos e mulatos livres quo gosam dos mesmos direitos que têm os brancos; e alguns delles são tão civilizados que têm ocupado importantes empregos públicos, emquanto que outros trabalham por ajustes que fazem com quem os emprega. Não ha pois rasão politica ou econômica para que na mesma colônia, uma parte da gente de côr seja privada das garantias constitucionaes, emquanto que outra parte da mesma gente, d’ellas está gosando. (BANDEIRA, 1874, p. 06)

Como se pode ver nesses trechos, apesar de Sá da Bandeira ser um notório abolicionista, ele ainda cultivava uma visão racista, na medida que entende que os negros estavam em um estágio inferior aos brancos. Apesar disso, eles poderiam ser facilmente regenerados se fossem inseridos na sociedade. Com isso, Sá da Bandeira nega as teorias raciais que postulavam a incapacidade da Raça Negra de evoluir, seja de maneira parcial ou

total, que estavam ganhando força na época. Isso que faz com que o seu projeto de abolição, como via do desenvolvimento, seja, na sua concepção, não só realizável, mas indispensável. Creio que esse paradigma racial, do negro como uma espécie de criança na escala civilizacional esperando os ensinamentos de um professor europeu, tenha pautado as políticas coloniais durante as gestões de Sá da Bandeira no Ministério do Ultramar e foi responsável por dar legitimidade as políticas abolicionistas que foram elaboradas no período.

Andrade Corvo: racismo e modernização (1870-1890)

Seguindo uma linha semelhante à de Sá da Bandeira, o projeto civilizacional de Andrade Corvo também assumiu um caráter tecnicista e também tinha um fator que seria uma condição incontornável, a melhoria da infraestrutura das colônias. Em grande parte, o que Corvo queria realizar nas colônias era parte do ideário saintsimoniano. O autor francês Saint-Simon acreditava que através da industrialização seria possível promover a criação de riqueza, a associação e a igualdade democrática entre os povos, sendo necessária para isso a realização de grandes obras públicas e o estabelecimento de vastas redes de comunicação. O período ministerial de Corvo foi durante o governo de Fontes Pereira de Melo, que absorveu as teorias de Saint-Simon, sendo a marca de seu governo a expansão de obras de infraestruturas em Portugal, como a construção de pontes e caminhos de ferro (PEREIRA, 2017). O grande projeto de Corvo, já que ele considera superada a questão do trabalho escravo, era levar essa expansão para as colônias

Para Corvo, a civilização viria através da promoção de infraestrutura que pudessem gerar melhores condições de extração do trabalho e da renda das colônias. Visando alcançar esse objetivo ele criou a Comissão de Obras Públicas. Essa seria formada por vários engenheiros e técnicos que deveriam atuar em todas as colônias de maneira temporária, fazendo estudos, viabilizando obras estruturais de viação, comunicação e sanitárias, além de realizar outras de caráter emergencial. Em relação as populações autóctones, Corvo também prevê para ela uma modernização. Ele escreve a “fórmula” para se chegar na civilização nos seguintes termos:

Ensinar os negros a serem úteis, a compreenderem as vantagens do trabalho, e os benefícios do commercio: crear nos negros as necessidades, que representam melhoramento na vida material, desenvolvimento na vida moral: abrir aos negros horizontes, por onde se possam expandir as suas limitadas aptidões, a fim de lhes transformar a natural indolência em actividade productiva: ensinar os negros pelo exemplo, atrair-os pela benevolência, domar-lhes as ruins paixões pela justiça, impressionar-os pelas maravilhas da civilisação, ministrar lhes na escola e na officina, um

ensinamento que os persuade de que elles podem seguir as praticas dos brancos, com vantagem própria: eis o que temos a fazer na Africa portugueza. E proseguir, aprefeiçoando-o, no systema, ha séculos iniciado pelos portuguezes n'aquellas regiões. (CORVO, 1884 p. 389)

Para Andrade Corvo, essa evolução não se daria em um curto espaço de tempo, se daria sim através de século de preparação e de educação. Isso fica evidente em vários pontos do seu livro, um exemplo é quando discute a presença de missionários católicos na África, ele se coloca contra investimentos que visavam a propagação da fé no continente africano, com a justificativa de que o negro ainda não estaria pronto para esse tipo de pensamento complexo. Ele coloca da seguinte forma:

Não se julgue de quanto fica dito, que desconhecemos a importância da propaganda religiosa na Africa. Julgamos, ao contrario, que a benéfica influencia da moral christã deve exercer a mais pura e mais civilisadora acção no espirito d'aquelles povos; que a queda da idolatria e o desaparecimento do fanatismo e das suas praticas barbaras, ferozes muitas vezes, necessariamente hão de preceder a completa transformação social dos negros. O que, porém, não julgamos possível é que, no cérebro por assim dizer incompleto do africano, possam, sem longa preparação, sem um longo e prévio trabalho de educação moral e physica, entrar outras idéas, para receber as quaes o selvagem não está preparado, e que necessariamente repugnam á sua índole brutal. (CORVO, 1884 p. 119-120)

Uma marca do pensamento de Andrade Corvo, que o difere de Sá da Bandeira, é a presença muito mais forte das teorias raciais mais deterministas, citando vários nomes de pessoas que escreveram sobre o assunto, como Charles Darwin, Edward B. Tylor e Antônio Francisco Nogueira. Para Corvo, o negro seria sim passivo de evolução, mas não todos, alguns grupos estariam condenados a extinção por causa da sua incapacidade de se adaptar a modernização.

Vemos, em diversas partes do mundo, os povos selvagens fugirem diante da civilização, e por fim extinguirem-se. Verdade é, que o espirito cubiçoso e brutal dos colonos europeus tem contribuído muito para isso ; mas, é certo também, que parece haver allí a acção de uma lei mysteriosa e fatal, a qual condemna á destruição as raças inferiores, que não tem responsabilidade e não podem amoldar-se ao systema que lucha pela existência; systema social que consiste em tomar, por assim dizer, posse das forças da natureza, e usar d'essas forças em serviço próprio. Ha aqui alguma coisa d'aquella lei de Darwin: “Pode dizer-se, metaphoricamente, que a selecção natural está a cada instante buscando no mundo as mais insignificantes variações, rejeitando as que são más, preservando e accrescentando as que são boas; silenciosamente e insensivelmente trabalhando, cada vez que a occasião se offerece, no melhoramento de cada ser organico; em relação ás suas condições de vida, quer orgânicas, quer inorgânicas.” As formas que não prestam extinguem-se; as outras desenvolvem-se e progridem. Na Africa encontramos também raças que evidentemente tendem a extinguirse; mas ha

muitas outras, que parece quererem desenvolver se e progredir. (CORVO, 1875, p. 55-56)

O que se pode tirar da Obra de Andrade Corvo é que seu projeto de modernização vem junto com teorias raciais mais deterministas, que postulava a inferioridade e a extinção de determinados grupos, sendo que quando a evolução fosse possível, essa se daria ao longo de um longo período. Esse foi o paradigma racial que guiou a sua política ministerial, que está fortemente ligado a uma ideia de que os portugueses não estavam mais provendo a abolição nas colônias, essa estaria superada, mas sim a sua modernização através de grandes obras de infraestrutura e de um lento melhoramento da população autóctone.

Oliveira Martins: racismo e domínio (1890-1914)

Oliveira Martins é o grande nome do darwinismo social em Portugal, ele representa o pensamento racial mais determinista, aquele que não acreditava que os negros fossem biologicamente capazes de chegar ao nível dos brancos. As teorias raciais não foram criadas no século XIX, mas ganharam mais espaço e se radicalizaram nesse século, algumas teorias duvidavam até que brancos e negros fossem da mesma espécie ou tivessem um desceite em comum, esse eram chamados de poligenistas (POLIAKOV, 1971, p. 119 - 130). Oliveira Martins se insere nesse grupo, ele chega a emitir opiniões que até negavam a condição de homem do negro:

Não haverá, porém, motivos para supor que esse facto do limite da capacidade intellectual das raças negras, provado em tantos e tão diversos momentos e lugares, tenha uma causa intima e constitucional? Ha de certo, e abundam os documentos que nos mostram no negro um typo anthropologicamente inferior, não raro proximo do anthropoide, e bem pouco digno do nome do homem. (MARTINS, 1880, p. 257)

Para ele, a missão civilizadora era inútil, o negro não poderia ser educado, a única via de melhoramento seria uma mistura como o sangue árabe. Considerando isso, qual seria a missão dos europeus na África? Ele responde no seguinte trecho.

Que farão entretanto os europeus ? Lerão a Biblia e venderão algodões aos duzentos milhões de negros: satisfazendo assim a um tempo as exigencias poeticas e as mais praticas necessidades industriaes. Emquanto a acção dos cruzamentos das raças acclimataveis fôr caminhando, de um modo tão lento que só é apreciavel no decurso de seculos; caminhará, porém, com a rapidez que a força e os recursos da civilização europêa proporcionam, a exploração commercial do continente. As feitorias espalliar-se-hão por toda a parte onde puder chegar uma lancha, uma estrada, um caminho de ferro . . . e as espingardas e canhões : porque o commercio interno da Africa será feito á sombra das armas, como foram sempre e em toda a parte as transacções com os povos selvagens. A Europa fabril adquirirá um mercado vastissimo para

certos dos seus productos; e a Africa pagar-lhe-ha, barateando pela abundancia os preços dos generos ultramarinos. A civilização pelo cruzamento continuará a vir do Oriente; porque o Occidente só póde dár ás raças africanas pannos para se vestirem, aguardente para se embriagarem, polvora para se exterminarem. (MARTINS, 1880, p. 259-260)

Como se pode ver, suas concepções legitimam a violência e a exploração dos povos nas colônias, o que sempre existiu, mas agora aprecem de forma descarada e até justa. Por isso creio que essas ideias estavam na base da política colonial após 1890, que foi marcado por guerras que chegavam a se aproximar de uma guerra de extermínio, além de legislações que postulavam diferentes tratamento entre negros e branco, como o Regulamento de 9 de novembro de 1899, algo que Sá da Bandeira era ruidosamente contrário.

Conclusão

A visão dos portugueses sobre os povos das colônias foi marcada pelo racismo, na medida que postulava sua inferioridade em relação a Civilização Europeia, mas ela se manifestava de modo diferente e foi evoluído ao longo do século XIX. O que era uma visão evolucionista em um curto espaço de tempo, sendo que o tratamento paritário entre negros e branco que garantiria isso, em Sá da Bandeira, passou para um evolucionismo em um longo prazo em Andrade Corvo e chegou no determinismo racial de Oliveira Martins.

Essas visões existiram de maneira concomitante e concorrentes, mas cada uma teve seu tempo de hegemonia em relação as outras. Isso se explica pelo fato delas terem sido mobilizadas para justificar e discursivamente legitimar diferente política colônias. Com isso, quero dizer que o objetivo principal de uma determinada política colonial e as teorias raciais eram mobilizados conjuntamente para formar o todo da narrativa colonial, se influenciando mutuamente e formando discursos singulares sobre o outro e sobre a colonização. Apesar disso, é possível perceber uma constância: durante o século XIX a colonização sempre foi associada ao racismo, independente da sua forma.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXXVIII, P. 959-979, 2004.

_____. **Velho Brasil novas áfricas: Portugal e o império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai:** a África na filosofia da cultura. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. 1ª edição; 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BANDEIRA, Marquês Sá da. **O trabalho rural africano e a administração colonial.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1873

BANDEIRA, Sá da. **A emancipação dos libertos:** carta dirigida ao excellentissimo senhor Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes presidente da relação de Loanda pelo Marquez de Sá da Bandeira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874

CORVO, João de Andrade. **Estudos sobre as províncias ultramarinas.** Lisboa: Typographia da academia Real das Sciencias. 1883 -1887. 4 vols.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Colonialismo e história.** Instituto Superior de Economia e Gestão. ISEG – CesA. 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7815>. Acessado em 14 de julho de 2019.

MARQUES, João Pedro. **Sá da Bandeira e o fim da escravidão:** Vitória da moral, desforra do interesse. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **O Brasil e as Colónias Portuguesas.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

MATOS, Sérgio Campos. Oliveira Martins. **Camões [2015?].** disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/oliveira-martins.html#.XQPpR1xKi1v> acessado em 14 de julho de 2019.

MONTEIRO, Maria do Rosário; PIMENTEL, Maria do Rosário; LOURENÇO, Vitor Marçal. *Marquês de Sá da Bandeira e o seu tempo.* Lisboa: Academia Militar, 2013.

PEREIRA, Hugo Silveira. Fontismo na Índia portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão. *Revista Portuguesa de História.* V: XLVI, P. 237-262, 2015.

_____. O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos. **Revista de História da Sociedade e da Cultura,** Coimbra, V.17, 2017. P. 229 – 252

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano:** ensaios sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências:** os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888). São Paulo: Alameda, p. 201.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros.** A revolução francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 107-181.

Relatos de viagem: percepções e uso na História da África ocidental pré-colonial

Lucas Aleixo Pires dos Reis

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

lucas.aleixo228@gmail.com

Resumo: Do contato estabelecido entre europeus e africanos a partir da costa atlântica, vários relatos de viagem foram produzidos por viajantes europeus preocupados em registrar informações de seu interesse sobre aquelas terras. Dentre os inúmeros relatos, podemos destacar o Manuscrito de Valentim Fernandes e o Tratado breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde de André Álvares Almada. Esta apresentação tem como objetivo discutir o estatuto de fonte conferido aos relatos de viagem produzidos por europeus bem como a sua utilização e relevância para a produção de uma História da África Ocidental pré-colonial. Em primeiro lugar, é necessário refletir sobre as mudanças ocorridas na visão da historiografia africanista acerca da utilização de documentos produzidos por europeus. Por muito tempo, tal tipologia documental teve sua utilização desencorajada, pois se argumentava não ser possível a construção de uma História africana a partir de documentos europeus, uma vez que a análise ficaria limitada a visão que o europeu tinha sobre a África. As reflexões e conclusões que esta exposição procura levantar englobam as mudanças metodológicas que tornaram possível a utilização de fontes europeias. Uma nova compreensão e preocupação volta nossa atenção a este tipo de documento. A partir de metodologias próprias para a análise do discurso e da alteridade, é possível desconstruir o mesmo e realizar análises coerentes sobre as relações vividas e as transformações ocorridas região, o que nos permite estudar a fundo as sociedades africanas.

Palavras-chave: Relatos de viagem, História da África Ocidental pré-colonial, Metodologia.

Esta comunicação tem o intuito de discutir percepções, usos e lógicas teórico-metodológicas para a utilização de documentos europeus para o entendimento/construção da história da África Ocidental pré-colonial.

Do contato estabelecido a partir da costa atlântica, vários relatos de viagem foram produzidos por europeus com o objetivo de registrar informações de seu interesse sobre aquelas terras. Dentre os inúmeros relatos, podemos destacar os produzidos por Eanes Zurara, João de Barros, Alvise Cadamosto, André Álvares Almada, André Donelha, Diogo Gomes, Lemos Coelho, etc. Em seus relatos de viagens, tais viajantes e comerciantes registraram tudo que viram, ouviram e experimentaram em território africano e estes documentos apresentam um forte caráter informativo.

Por muito tempo, tal tipologia documental teve a sua utilização desencorajada, pois se alegava não ser possível a construção de uma História africana a partir de documentos europeus. Argumentava-se que a análise ficaria limitada a visão que o europeu tinha sobre a África – visão esta contaminada pelo eurocentrismo e por uma percepção racista das sociedades africanas. Tal preocupação era apresentada por pesquisadores em meados da década de 1960. Os estudos africanos haviam chegado a um ponto importante de seu desenvolvimento e apresentaram novas preocupações – oriundas do contexto político dos pesquisadores. Esse período, onde se deu o início da elaboração da História Geral da África da UNESCO, é marcado por uma historiografia que se comprometeu em elaborar uma compreensão descolonizada e se preocupava com dinâmicas interna do continente africano, ou seja, a busca por uma perspectiva africana. Pelas razões e perspectivas de produção historiográfica apresentada, o uso de documentos europeus (relatos de viagem) para a elaboração de uma História africana era desencorajado.

Tal visão sobre o uso de documentos europeus para a construção de uma História da África sofreu grandes alterações após a inserção da análise de discurso nos estudos historiográficos. Durante os anos de 1980, pesquisadores como Adam Jones e Beatrix Heintze apontaram sobre a importância e a possibilidade do uso de fontes europeias para a construção de uma História da África. A principal contribuição desses encontros e novas análises para a área foi a abertura para novas metodologias de análise de documentos. Adam Jones e Beatrix Heintze “apontam a necessidade de perceber, nos documentos europeus, a emergência de filtros culturais” (MOTA, 2014, p.3). Assim, para sua utilização, era necessária uma nova concepção sobre a natureza dos relatos de viagem quando transformados em fonte. Estes passaram a ser vistos como representações e objetos de análise de discurso.

Quando utilizamos os relatos de viagem, devemos estar conscientes sobre o olhar e visão de mundo empregado pelo autor ao registrar aquilo que viu, ou seja, o desconhecido. Para tanto, utilizamos o relato de viagem enquanto representação de uma realidade traduzida pelo observador para a sua cultura. De acordo com José da Silva Horta,

a representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percebeu e que, vai ser evocada-oralmente, por escrito, por um ícone – estando ausente. Dando-se natural primazia ao que mais interesse, poderá despertar no eventual leitor – aquilo que aos seus olhos é novo, estranho à sua realidade vivencial – a tarefa de transmitir torna-se difícil. (...) Realiza-se, desde logo, pelo ato de classificar, cujo ponto de partida mais geral é uma matriz civilizacional de base ocidental cristã, com que o africano é confrontado, num jogo de semelhanças e diferenças (HORTA, 1995; p.190).

Horta afirma que o estudo das representações deve ser feito com o conhecimento acerca das redes culturais do viajante a fim de conseguirmos entender a visão de mundo na qual este se insere, ou seja, de todos os aspectos culturais, econômicos e sociais.

Olhando para esses documentos através do conceito de representação e através da análise atenta do discurso, podemos levantar algumas indagações sobre seu uso:

Ao transformar um determinado documento em fonte para a pesquisa histórica, o historiador deve fazer uso de metodologias capazes de ajudá-lo a tratar o documento e realizar uma análise coerente. Na análise de qualquer tipo de documento, buscam-se entender o contexto e os objetivos/interesses que levaram a este foi produzido. No caso dos relatos de viagem, preocupa-se em relativizar a posição ocupada pelo autor como testemunha ocular e/ou compilador.

Os contatos estabelecidos através da costa atlântica construíram o espaço para o registro do desconhecido. Tais registros são marcados pelos parâmetros europeus de classificação. Muitos que acompanharam as missões comerciais acabaram por registrar o que viam ou o que ouviam dizer. A literatura do “descobrimento” nos apresenta evidências relativas à história da África, mas que devem ser analisadas com o devido rigor metodológico.

As narrativas construídas pelos viajantes e compiladores, além de serem voltadas aos interesses de seu público alvo, são marcados pelos esquemas de inteligibilidade intrínsecos a cultura destes. Ao tentar retratar o desconhecido para seu leitor, que faz parte do mesmo esquema de inteligibilidade, o viajante deve tornar compreensível o que viu, ou seja, a construção narrativa “faz-se de acordo com as categorias culturais e mentais de quem viu ou (e) de quem escreve” (HORTA, 1995, p. 189). Ao lidar com este tipo de fonte, devemos analisar as representações, a elaboração de uma determinada realidade exterior.

O conhecimento do africano se faz no limite dos referenciais culturais do observador, ou seja, a visão presente na narrativa é condicionada pela alteridade. Neste sentido, o estudo das representações só é viável à medida que construímos um entendimento sobre aquelas sociedades presente no discurso.

De acordo com José da Silva Horta, um dos caminhos para decodificação das fontes é, como dito anteriormente, a familiaridade com a lógica de pensamento da cultura e sociedade das quais o viajante é membro tentando assim compreender como que o que foi observado faria sentido dentro de seu sistema de valores. Devemos salientar que a reconstituição das representações não pode ser confundida com a reconstituição histórica, mas um olhar atento

às estas representações pode contribuir para uma manipulação crítica dos escritos europeus. Faz-se então o processo de descodificação da narrativa do viajante europeu para que de fato se consiga estudar, no presente caso, a história do Oeste africano. Corrêa concorda ao afirmar que “nos relatos de viagem, a história da África pré-colonial subjaz nas estruturas narrativas” (CORRÊA, 2008, p. 4).

Como dito anteriormente, os relatos de viagem são produtos não apenas do olhar, mas também do ouvir. De acordo com José D’assunção Barros, entende-se como fontes dialógicas aquelas que apresentam dentro de si vozes sociais diversas. Nos relatos dos comerciantes europeus como Almada e Donelha, há a presença de relatos e descrições que muitas vezes partiram da relação que estes tiveram com africanos e euro-africanos, ou seja, eles ouviram sobre determinado fato através dos habitantes e registraram tais falas. A presença de informações colhidas por André Álvares Almada através de seu contato com africanos é bem explícita uma vez que este nos informa claramente a origem de suas informações:

[...] vi a maior parte dela e tratei de muitos Rios, metendo-me por eles muitas léguas (como foi pelo Gâmbia 150 léguas), e sobretudo informei-me bem de todas as dúvidas, assim de nossos homens práticos nas ditas partes como dos próprios negros, colhendo deles notícias das coisas acontecidas nas mesmas (ALMADA, 1841, p.1).

Outro caso interessante é o apresentado por André Donelha, quando este escreve sobre a expansão Mane: “Eu ouvi isso a três Manes [...] que só oito homens muito velhos entraram na Serra Leoa que saíram de Mandimansa mancebos e algumas mulheres, e os demais morreram a ferro nas guerras e de velhice” (DONELHA, 1625, p. 108).

Mais uma vez, as informações contidas nos relatos de viagem são mais bem compreendidas quando as analisamos, além do produto do olhar, como o produto do ouvir. Com isso é possível compreender a pluralidade de agentes envolvidos na produção deste documento, chamado por José D’assunção Barros como “multiplicação de vozes no plano síncrono” (BARROS, 2012, p. 12). Temos a partir de tais considerações a definição de polifonia presente no relato de viagem

Percebe-se a “atuação direta dos africanos na produção de sentido sobre a história e sociedade diante de questões locais e globais” (MOTA, 2014, p. 2). O que nos leva ao conceito de agência africana, presente na construção destes relatos que, por sua vez, possuem fortes evidências da cultura oral provenientes das sociedades africanas com as quais o viajante manteve contato. Os relatos de viagem analisados apresentam uma forma mais intensa de

dialogismo devido à presença marcada das diferentes vozes. Denominamos estes casos de dialogismo explícito uma vez que o autor colocou por escrito as falas de outros.

A dificuldade em lidar com tais tipos de fonte consiste no fato de o historiador ter que lidar com filtros culturais não só dos agentes presentes em sua fonte, mas com os seus próprios filtros culturais. O historiador deve realizar o exercício de alargamento de alteridade tanto em relação ao passado, para compreender a realidade do autor da fonte a fim de compreender o discurso e desconstruí-lo. Há a presença de três polos dialógicos: o historiador, o viajante e o que este descreve.

José D'assunção Barros aponta procedimentos a serem seguidos para a análise de fontes dialógicas. As primeiras etapas consistem no levantamento geral sobre o contexto de produção e circulação, no nosso caso, dos relatos de viagem. Em todo o processo de desconstrução do discurso, a ênfase se dá na identificação da polifonia interna da fonte feita através da identificação dos diferentes agentes e classificação das construções narrativas de acordo com seus interesses. Tal processo é importante para a identificação de outro tipo de dialogismo, o implícito.

O dialogismo implícito se encontra nos silêncios das fontes, naquilo que não é dito e ou compreendido pela viseira cultural do viajante. Os silêncios das fontes informam ao historiador muitos aspectos da sociedade como as redes de poderes presentes por baixo da construção do discurso. A junção dos diferentes dialogismos nos ajuda a pensar a agência africana presente da relação entre o europeu e o africano, no que tange a percepção, através do não dito nas fontes, do controle comercial africano e, conseqüentemente, o não domínio político exercido pelos europeus neste período.

Considerações finais

Concluindo a minha comunicação, a partir de metodologias próprias para a análise do discurso, é possível desconstruir o mesmo e realizar análises coerentes sobre as relações vividas e as transformações ocorridas na região. A preocupação em relação às fontes dialógicas e a identificação de sua polifonia nos fornecem “as vozes que [...] excedem às suas (dos viajantes): são muitas, colhidas na prática cotidiana e no trato comercial, social e político na África”. (MOTA, 2014, p. 7) e que nos permitem estudar a fundo as sociedades dessa região africana.

De acordo com Felipe Malacco, “por meio da descodificação e recodificação das fontes, procura-se chegar ao ‘outro’ e entender quais foram as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas” (MALACCO, 2017, p. 26). A utilizarmos fontes europeias para a construção de uma História da África, devemos nos atentar para a análise de discurso e das representações que se fazem presentes. Tais representações são utilizadas pelo autor de nossas fontes para traduzir mentalmente a realidade que ele está, vendo, ouvindo e experimentando. Dito isso, é de extrema importância que desenvolvimento do estudo do imaginário presente na sociedade da qual o autor da fonte veio, uma vez que, o imaginário estará presente nas formas de representação que o mesmo fez do desconhecido.

O interesse do viajante e o público alvo que este busca atingir acabam por definir e/ou delimitar as informações presentes no relato de viagem. O olhar do viajante condiciona às informações que podemos obter com seu relato e o público alvo dita às representações que este precisa fazer para entender a realidade diferente, pois, é necessário que o membro de sua cultura o entenda.

A busca incessante pelo Outro, que está sendo representado, se dá através da desnaturalização ou do estranhamento e desconstrução do discurso presente no relato aliado a busca pelas demais vozes. Tais vozes, principalmente de africanos com os quais os viajantes europeus fizeram contato, nos apresentam a agência africana na construção do conhecimento sobre eles mesmos. É na identificação do que o autor do relato de viagem conseguiu ouvir é que jaz a construção de uma perspectiva africana. Devemos partir do pressuposto que a informação contida no documento não é fruto apenas do europeu que a escreveu. É neste aspecto da metodologia utilizada que se encontra a busca pela perspectiva africana ao se utilizar os relatos europeus.

Fontes

ALMADA, A. **Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde desde o Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana**. Porto: Tipografia comercial portuguesa. Largo de São João Novo nº 12. 1841.

DONELHA, A. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição, introdução, notas e apêndices: Avelino. T. da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. **Expedições**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 9-37, jul. 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.
- CHOUIN, Gérard. Seen, Said, or Deduced? Travel Accounts, Historical Criticism, and Discourse Theory: Towards an "Archeology" of Dialogue in Seventeenth-Century Guinea. **History in Africa**, v. 28, 2001.
- CORREA, Sílvio Marcus. Evidências de História nos Relatos de Viajantes sobre a África Pré-Colonial. **AEDOS**, v. 1, n. 1, 2008. 10p.
- HORTA, José da Silva. Entre História Europeia e História Africana, Um Objecto de Charneira: as Representações. In: COLÓQUIO CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA, Lisboa, 1995. **Actas...**, Lisboa: Linopazes, 1995, pp. 189-200.
- JONES, A.; HEINTZE, B. Introduction. In: European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse. **Paideuma**. v. 33, 1987, p. 1-17.
- MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. **O Gâmbia no Mundo Atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MOTA, Thiago Henrique. Oralidades africanas e/em escritas europeias: Considerações metodológicas para a escrita da história do noroeste africano. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, ANPUH-MG, 2014. **Anais**, Juiz de Fora: 2014 pp. 1-9.

A trajetória negra contada e cantada por meio do samba

Maraísa Inês de Assis Martins

Graduanda em História

Universidade do Estado de Minas Gerais - Divinópolis

maraisainesassis@gmail.com

Tatiane Kelly Pinto de Carvalho

Doutoranda em Educação

Universidade Federal de Ouro Preto

tkpcarvalho@yahoo.com.br

Resumo: A História e Cultura Afro-Brasileira, por muito tempo, não eram temáticas trabalhadas nas escolas brasileiras. Essa situação só veio a alterar-se após a Lei nº. 10.639, sancionada em janeiro de 2003, que incluiu no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade de estudos mais direcionados a África. Dito isso, a partir de uma relação dialógica entre a Universidade do Estado de Minas Gerais e a Escola Estadual Martin Cyprien, o projeto extensionista desenvolvido ao longo do ano letivo de 2018 teve como objetivo central resgatar a importância da cultura negra na formação dos estudantes, inclusive no que diz respeito à aceitação das diversidades e, assim, desconstruir possíveis estereótipos e preconceitos. Para tal fim, o percurso metodológico considerou uma revisão bibliográfica de autores, como: Ferreira *et. al* (2003) e Santos (2010) e a realização de encontros com duas turmas de terceiro ano do Ensino Médio da referida escola. Nessa perspectiva, ao longo dos encontros, foram realizadas aulas expositivas sobre a história do samba e seu contexto histórico-social e as respectivas heranças da escravidão. Sendo, para isso, utilizadas, como recurso didático, músicas de samba, slides ilustrativos e a apresentação de alguns dos principais instrumentos usados no samba. Nesse sentido, com as músicas, reflexões e através dos diálogos e questões levantadas, foi possível notar que uma grande parte dos alunos se mostra sensibilizados e alguns até se identificam ao exporem, por exemplo, relatos e indignações sobre certas situações vivenciadas. Além disso, outro fato observado é o relato dos discentes no que se refere a notícias com caráter midiático sobre o tema que, inclusive, depreciam a história dos negros no nosso país. Desse modo, o projeto visa contribuir para a formação identitária dos jovens concluintes do ensino médio reafirmando, assim, sua postura enquanto agentes produtores de cultura, num momento essencial de suas trajetórias pessoais, escolares e profissionais, isto é, a finalização da educação básica.

Palavras-chave: Trajetória negra, samba, cultura afro-brasileira.

Debate inicial

Durante muito tempo a História e Cultura Afro-Brasileira não eram temáticas trabalhadas nas escolas brasileiras, podendo ser consideradas como temas transversais no currículo da disciplina de História. Essa situação sofreu alterações após a promulgação da Lei

nº. 10.639¹, sancionada em janeiro de 2003, estabelecida a partir do intuito de estimular projetos educacionais direcionados às manifestações e expressões mais autênticas da cultura brasileira. Esta Lei, ainda, aderiu no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade de estudos mais direcionados sobre a África e as contribuições dos afrodescendentes na cultura brasileira. Em virtude dessa situação o, o projeto de extensão em questão teve como objetivo resgatar a importância da cultura negra na formação dos estudantes, inclusive no que diz respeito à diversidade.

Nessa perspectiva, segundo Santos (2010, p. 01): “A temática africana e afro-brasileira remete a uma longa trajetória de debates e polêmicas, constituindo-se como tema de fortes significações políticas e sociais, no âmbito da sociedade brasileira”.

Dito isso, contar a história do samba foi uma possibilidade em que os sujeitos puderam apreciar a musicalidade brasileira oriunda de raízes africanas. Não menos importante, o projeto que foi executado esteve em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana². Nesse aspecto, a intenção era contribuir para o (re) conhecimento da história dos negros no Brasil e seu papel de suma importância na formação da identidade e constituição do povo brasileiro, bem como tinha por intenção valorizar as diferenças, romper preconceitos e visões negativas sobre a cultura afro-brasileira, por meio da valorização da música popular brasileira.

Corroborando com Ferreira *et. al* (2003) a história do negro em Minas Gerais e no Brasil sempre foi mal contada pelos livros; não se mencionava a luta contra a escravidão e a resistência dos africanos e seus descendentes, desconsiderando os heróis anônimos, embora desde que aqui chegaram, os negros construíram respeitáveis patrimônios culturais da humanidade. Os autores ainda reforçam que mesmo após a abolição da escravidão em 1888 a estigmatização do negro ganhou nova densidade negativa, pois esse “processo não foi acompanhado por uma política na qual a população negra tivesse acesso a terra e à educação” (FERREIRA *et. al*, 2003, p. 14). Desse modo, essa discussão nas escolas pode propiciar momentos de desconstrução do negro como ser subjugado e inferior:

¹Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 13/01/2019.

²Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em 21/01/2019.

No ensino médio, situar o surgimento do racismo como projeto científico e político, utilizando estratégias que permitam aos alunos desconstruir e reconstruir idéias mediante pesquisas orientadas, júris simulados, dramatizações. Debater as formas do colonialismo europeu na África, as transformações que operou – discutir fronteiras, territórios e conflitos, temas da história contemporânea. E, articulando com a nossa história, assinalar a fratura exposta da desigualdade racial brasileira. Nunca é demais repetir: nossa pobreza tem cor, nossa exclusão tem cor (LIMA, 2006, s/p.).

A partir dessas considerações, o projeto se pautou nos seguintes questionamentos: mesmo com a tradição que o samba possui na sociedade brasileira, quais as concepções que os jovens têm sobre este estilo musical? Em que medida o samba pode conscientizar os jovens sobre a história de lutas e conquistas dos nossos antepassados?

Mediante a tais questões apresentadas, o objetivo geral do projeto extensionista se pautou em estabelecer o reconhecimento do samba como uma das manifestações culturais de resistência do povo negro em nossa história. Já os objetivos específicos foram: resgatar a contribuição da população negra para a história e cultura do Brasil; valorizar a memória social e musical do samba; compreender a situação de marginalização vivenciada pelos negros na sociedade brasileira; perceber e visões eurocêntricas e preconceituosas relacionadas às músicas de origem africana; compreender a música popular brasileira como produto cultural e histórico; reconhecer que a produção cultural tem relação com o contexto histórico e cultural de determinado grupo social.

Desenho metodológico

A metodologia de um projeto pode ser brevemente compreendida como um conjunto de etapas ordenadamente organizadas com o intuito de ajudar ao pesquisador interpretar e explicar o objeto de investigação. Considerando que a intenção era usufruir do conhecimento prévio dos alunos sobre a história do samba, enfatizando a importância de resgatar a contribuição negra para a história e cultura do Brasil, a investigação teve como foco a abordagem qualitativa que, segundo Oliveira (2005, p.37) pode ser compreendida como um “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico ou segundo sua estruturação”. Ademais, nesse tipo de pesquisa, segundo de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p.131), há uma busca incessante do pesquisador para com a tradição compreensiva ou interpretativa em que “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores”.

No primeiro momento, foi selecionada uma instituição escolar situada na cidade de Divinópolis (MG), contemplando jovens³ que estavam concluindo a educação básica, ou seja, o foco era realizar o projeto de extensão com turmas do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual. Ademais, a escolha pelo *locus* de investigação levou em consideração que:

[...] a grande maioria da população negra vive nos bairros das periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação; não tem casa própria, mora de aluguel, com baixa qualidade de vida [...], constituindo, portanto, maiorias excluídas das cidades e cidadania (FERREIRA *et. al.*, 2003, p. 17).

No contato com a instituição escolar, o professor de História dos 3º anos indicou duas turmas para que fossem contempladas com o projeto: uma das turmas, em sua visão, era considerada a mais disciplinada nesta série e a outra, ao contrário, era a que apresentava maiores problemas disciplinares. O projeto atingiu cerca de sessenta discentes através de encontros quinzenais que totalizaram 9 (nove) momentos. O recurso metodológico didático utilizado em grande parte dos encontros foi à roda de conversa, uma vez que essa possibilita:

[...] uma comunicação dinâmica e produtiva entre alunos adolescentes e professores no ensino médio. Essa técnica apresenta-se como um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano pedagógico (MELO, 2011, p.1).

A seguir, listamos as atividades realizadas durante a execução do projeto extensionista numa escola estadual da cidade de Divinópolis (MG):

Objetivos	Estratégias	Atividades/Culminância
Reconhecer a diversidade étnica brasileira e a origem do estilo musical samba.	-Ouvir, interpretar e debater sobre a história da cultura africana e do samba no Brasil;	-Discussão sobre valores éticos e morais e problematização da importância do samba.
Classificar os sambas e suas ramificações.	-Conhecer os variados tipos de samba e apresentar músicas do samba e suas ramificações.	-Conceituação sobre as ramificações e divisão dos estudantes para realização de uma atividade didática
Problematizar a herança da escravidão no Brasil.	-Discutir o fator racial/étnico como elemento na distribuição de oportunidades.	- Realização de uma roda de conversa com os alunos sobre a desigualdade racial no país.
Compreender os sambas-enredos utilizados pelas escolas de samba ao longo da história e os atuais.	-Apresentar composições dos sambas-enredos que retratem a situação do negro na sociedade brasileira.	-Discussão e interpretação das canções carnavalescas produzidas ao longo da história.

³ O projeto visou contribuir para a formação identitária dos jovens concluintes do ensino médio, reafirmando sua postura enquanto agentes produtores de cultura, num momento essencial de suas trajetórias pessoais, escolares e profissionais, isto é, a finalização da educação básica.

Comparar os diversos tipos de samba no processo histórico brasileiro.	-Proporcionar aos alunos oportunidade de valorizar o samba como presença viva da expressão cultural afro-brasileira.	-Realizar uma gincana cultural.
Cantar a história do samba.	-Problematizar as principais ramificações do estilo musical: samba.	- Permitir que os alunos saibam identificar os estilos musicais do samba.
Orientação para os trabalhos da “Semana da Consciência Negra”.	-Desenvolver uma atividade com os alunos buscando compreender o que foi realizado e estudado ao longo do projeto de extensão.	-Divisão das ramificações do samba (grupos de alunos) para apresentação na atividade da semana de consciência negra.
Execução dos trabalhos na “Semana da Consciência Negra”.	-Apresentar trabalhos realizados.	- Exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos.
Finalização do projeto.	- Estabelecer um diálogo com os alunos a respeito do projeto desenvolvido ao longo do ano.	- Roda de conversa sobre o projeto de extensão desenvolvido.

Quadro (1): Atividades do projeto de extensão no ano 2018.

O samba como estilo musical de resistência: analisando resultados

O projeto de extensão teve seu início no dia 13 (treze) de junho de 2018, abordando o tema: “O reconhecimento da diversidade étnica brasileira, e a origem do estilo musical samba”. Nesse encontro inicial foi realizada uma breve introdução do tema do projeto e dos seus respectivos objetivos, destacando a valorização da cultura negra e reconhecendo o samba como uma das manifestações culturais de resistência do povo negro em nossa história. Na realização da primeira atividade pedagógica com os discentes, verificou-se que o respeito às diferenças foi ressaltado pelos estudantes. Nesse aspecto, é necessário entender a importância de compreender esses jovens como sujeitos sócio-culturais:

Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, dando-lhe um outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios (DAYRELL, 2002, p. 141).

Além disso, neste primeiro encontro, buscou-se aproximar a discussão do que é proposto por Reis (2011, p.196): “Conhecer os processos históricos do preconceito racial contra o negro ajuda na construção de uma nova percepção social do indivíduo. A valorização dos afrodescendentes possibilita a aceitação do outro”.

Nos próximos encontros foi trabalhada a classificação do samba, bem como suas ramificações, evidenciando o nascimento oficial do samba em 1917, tendo como marco inicial a composição de Donga (Ernesto Joaquim Maria dos Santos) e Mauro de Almeida, “Pelo

Telefone”. Essa discussão pautou-se na reafirmação de que “foi na Casa da Tia Ciata- centro de resistência adotado pela comunidade negra e espaço dinâmico de reelaboração da tradição cultural africana- que surgiu o ‘Pelo Telefone’, que retratava a realidade vivida pela comunidade” (FERREIRA *et. al*, 2003, p. 31).

Nessa perspectiva, visando à construção de um raciocínio cronológico e conceitual dos alunos, foi contada a história do samba desde suas origens, como o samba de roda na Bahia, sua expansão e desenvolvimento. A intenção era mostrar que havia a influência de outros estilos musicais no território brasileiro como o Choro e o Lindu, de forma que foram se diversificando e ramificando em vários e distintos “tipos de samba”.

Num dos encontros a letra de samba de Zé Kétti (1956), “A voz do morro”, foi apresentada e discutida com os alunos, de forma a traçar alguns aspectos da história e resistência do negro:

Cantar e contar a historia do samba é fortalecer um movimento de resistência e de afirmação do povo negro, que, a partir das batidas do tambor das rodas d candomblé e capoeira da Bahia, estendeu-se pelo Brasil. No Rio de Janeiro, por meio das casa tradicionais das ‘tias’ baianas, esse povo que, após a abolição do trabalho escravo, exerceu as mais variadas atividades profissionais, trabalhando de sol a sol e morando nos cortiços do centro da cidade, tinha o samba como espaço de interação, sociabilidade e diversão (FERREIRA *et. al*, 2003, p. 28).

Após tais explicações foram apresentados aos alunos as principais e mais influentes ramificações do samba: Enredo, Breque, Rock, Partido Alto, Exaltação, Choro, Reggae e a Bossa Nova. O objetivo era ilustrar o contexto, os seus compositores notáveis e as mais evidentes marcas de cada ramificação, de modo a conseguir um melhor entendimento e aprendizagem dos discentes. Percebeu-se que os alunos reconheceram a importância desse assunto que abarcava o respeito à cultura negra e suas manifestações culturais, bem como houve entrosamento com os dois dos principais instrumentos usados no samba que foram levados para o encontro: cavaquinho e o pandeiro.

Um dos encontros realizados permitiu que fosse trabalhada a herança da escravidão no Brasil, bem como os processos históricos que remetem o samba enredo, ramificação essencial na consolidação dos desfiles de carnaval, festa popular tão renomada e valorizada pelo povo brasileiro. Vale ainda pontuar que diversas atividades pedagógicas foram desenvolvidas nos nove encontros, como a orientação e produção de uma letra de samba por parte dos discentes.

A finalização do projeto se deu no dia 20 (vinte) de novembro de 2018, na semana da Consciência Negra; cada uma das duas turmas contempladas pelo projeto expôs trabalhos

para a comunidade escolar, ilustrando e caracterizando determinadas ramificações do samba. É importante destacar o empenho dos alunos do 3º ano na realização desta atividade, recorrendo à criatividade na decoração das salas, na utilização de imagens e cenários que demarcavam significativamente o samba.

A visão discente sobre a africanidade: relatos estudantis sobre preconceito, discriminação e desafios dos negros na sociedade contemporânea

Ao longo dos encontros ministrados durante o referido projeto de extensão, observaram-se algumas situações em que os alunos se expressaram de maneira significativa sobre as temáticas discutidas ou mesmo propostas, evidenciando suas opiniões e, também, descontentamento a respeito de questões que envolviam a trajetória negra no Brasil.

A título de exemplificação, num dos encontros foi proposto um debate que se pautou na interpretação da letra da música de Nelson Sargento, produzida em 1978: “Agoniza, mas não morre”. Caracterizada como uma das músicas que melhor representa a resistência cultural do samba carioca, esta canção é considerada um verdadeiro hino dos sambistas. A canção ao longo dos seus versos faz um forte protesto através de uma filosofia de defesa ao samba e respectivamente a cultura negra, duramente perseguida nos anos que traçam a história do Brasil. Essa análise permitiu e possibilitou aos discentes pensarem, questionarem e conversarem sobre o tema.

Após a apresentação dessa música foram levantadas algumas questões que nortearam as discussões ao longo do encontro, como, por exemplo, a continuidade da herança e persistência da cultura do samba na nossa história. Adiante, foi debatido a respeito dos traços marcantes causados pela escravidão e que ainda persistem na sociedade brasileira, mostrando aos alunos elementos ainda presentes, como a influência exercida pelas línguas africanas sobre o português falado no Brasil; festas populares; cantos e danças; culinária; religião e folclore, dentre outros. Além disso, outros pontos foram levantados para a discussão: as desigualdades sócios-raciais, preconceito e mesmo atitudes que exaltam um dito “racismo velado”, muito presente na sociedade brasileira.

É necessário salientar que em um momento durante o referido debate, uma aluna se pronunciou a respeito de uma situação de racismo que aconteceu na própria instituição escolar recentemente, declarando: “*Estou inconformada com a situação, a escola não fez nada, a supervisora ficou sabendo, mas não quis chamar a polícia, para não chamar a atenção da escola*”. A partir deste comentário os alunos se alteraram em uma discussão acalorada o que,

conforme aponta Reis (2011), é uma situação observada com freqüência, uma vez que “o preconceito racial contra o negro está presente em nossa sociedade e, portanto, no universo escolar, o qual impõe desafios para todos: pais, alunos e profissionais da educação.” (p.197).

Esse episódio descrito revela a importância da discussão de semelhantes temáticas sobre cultura africana na sala de aula, visando colaborar para amenizar e/ou excluir casos de racismo e preconceito que podem se perpetuar para além dos muros da escola. Vale ainda ressaltar que grande parte dos alunos se mostrou sensibilizada com o relato da estudante sobre o caso de racismo na escola, permitindo, inclusive, que alguns estudantes se sentissem confortáveis em expor relatos de indignação sobre certas situações vivenciadas no cotidiano, escolar ou não. Por fim, é importante dizer que os próprios discentes se referiram a notícias midiáticas sobre o tema que, inclusive, depreciam a história dos negros no país.

Como o último encontro se pautou na finalização do projeto, o objetivo principal era receber um retorno dos alunos quanto às atividades realizadas ao longo do ano de 2018. As turmas pontuaram a relevância do projeto enquanto valorização de uma cultura que não é tão trabalhada nas escolas (ou trabalhada secundariamente). Como relatou uma aluna:

O projeto visa ensinar coisas que a própria escola não ensina e também a desenvolver a gente pessoalmente, culturas que a gente nem imaginava ter. É importante a gente saber a nossa cultura, as nossas raízes. (Turma 302).

Além disso, os alunos expuseram como pontos positivos do projeto a explicação e contextualização histórica do racismo estrutural no Brasil, bem como a noção de patriotismo tão exaltadas em algumas letras de samba, enquanto símbolo nacional. Os estudantes ainda ressaltaram que seria relevante o projeto ter continuidade com outras turmas da educação básica, por permitir que sejam debatidos casos de denúncias contra a trajetória negra, por meio de canções que eram pouco conhecidas e mesmo ouvidas por eles, até aquele momento. Segundo o relato de uma estudante:

Eu gostei muito do trabalho, como já foi dito, eu acho que é muito importante trabalhar o racismo nas escolas, porque isso é um tema muito pouco debatido, e eu gostei muito de conhecer a história do samba, principalmente nosso samba, que foi o samba exaltação, me fez realmente conhecer um pouco mais do Brasil e da questão do patriotismo e enriqueceu bastante esse projeto e como eu falei se for continuar melhorar só a questão da didática, tentar trazer coisas que façam os alunos interagirem mais no projeto, mas na questão da apresentação e de tudo eu gostei muito, foi muito bom (Turma 305).

Assim, diante desses depoimentos, é nítida a importância das temáticas que foram trabalhadas ao longo do projeto extensionista. Discutir o preconceito racial nas escolas, por

meio do samba ou outros recursos, colabora consideravelmente na construção de uma nova percepção social da cultura negra, possibilitando concomitantemente a aceitação do outro.

Considerações finais

A realização de um Projeto de Extensão dessa natureza sem dúvidas é um desafio, pois demanda uma série de adaptações necessárias para realizar o objetivo de aproximar a universidade e a educação básica. Além disso, a tríade ensino, pesquisa e extensão é um dos pilares da formação do estudante das licenciaturas.

O projeto demonstrou que discutir o preconceito racial, pautado na história do samba, colaborou para que os alunos pudessem construir uma nova e diferenciada percepção social da cultura afrodescendente, tão importante e essencial na formação cultural da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, debater a temática sobre africanidade possibilita a aceitação do outro e suas respectivas e simbólicas diferenças.

Notou-se a importância de re(contar) a história da formação territorial do Brasil a partir da presença de outros atores que a compuseram. Nessa perspectiva, o samba pode conscientizar os jovens sobre a história de lutas e conquistas dos nossos antepassados, colaborando para que os sujeitos possam se posicionar para além dos muros da escola.

Referências Bibliográficas

ALVES -MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.

FERREIRA, E. L.; SANTOS, E. D.; CARDOSO, M. A. **Contando a história do samba**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

LIMA, M. A. **África na sala de aula**. 2006. Disponível em: <https://maralanez.wordpress.com/2006/04/02/materia-publicada-na-revista-nossa-historia/>. Acesso em: 14/02/2018.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: Uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

REIS, L. M. Estigma, preceito de cor e violência nas escolas. In: FRAGA, F. C. B; ROSA, J. H. A; ARÃO, L. **Dez olhares sobre: juventude e cultura**. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa – FGR. 2011, p. 193-197.

SANTOS, Lorene dos. **Saberes e práticas em Redes de Trocas: a temática africana e afro-brasileira em questão**. Tese (Doutorado) – FaE, UFMG, Belo horizonte, 2010.

Os ferreiros na África e a produção de ferro em Minas Gerais

Paulo Cesar da Costa Pinheiro

Bacharel em História

Universidade Federal de Minas Gerais

pinheiro@demec.ufmg.br, PauloCCPinheiro@Gmail.com

Resumo: Apesar da proibição de manufaturas no Brasil colonial, devido a grande necessidade de ferramentas para a mineração e agricultura, houve uma significativa produção de ferro em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Esta produção era realizada por escravos, que trouxeram da África para o Brasil uma tecnologia de produção de ferro. Este artigo mostra o surgimento e desenvolvimento da metalurgia na África, as tecnologias empregadas e os primórdios da produção de ferro em Minas Gerais.

Palavras-chaves: História da África, produção de ferro, metalurgia, Minas Gerais, escravidão.

Introdução

A primeira referência à existência de minério de ferro no Brasil é atribuída ao Padre José de Anchieta que na carta de Piratininga (1554) relatou ao rei de Portugal: “... agora finalmente se descobriu uma grande cópia de ouro, prata, ferro e outros metais, até agora inteiramente desconhecida (como afirmam todos) [...]” (CALÓGERAS, 1972, p. 8).

Em 1589 Afonso Sardinha descobriu minério de ferro na Fazenda Ipanema, em Araçoiaba (Sorocaba), freguesia de Santo Amaro, perto de São Paulo. Em 1590 seu filho Afonso Sardinha Filho construiu duas forjas¹ catalãs para a produção de ferro que operaram até 1616. É a primeira fábrica de ferro que se tem registro no Brasil, e em todo continente Americano. Após essa data, a siderurgia brasileira entrou em um período de estagnação que durou até o século seguinte (PIZOL, 2009).

Na carta régia de 23 de março de 1688, o Rei de Portugal D. Pedro II, em resposta ao governador do Maranhão, declarou que não convinha a manufatura de ferro, porque os gentios poderiam fabricá-lo com grave dano ao comércio do reino. Uma vez que era proibida a produção de ferro, os artefatos de ferro chegavam às regiões das minas com alto preço, devido

¹ Estes fornos produzem uma massa pastosa de ferro e escória (Lupa), que é retirada e forjada (martelada) na bigorna, para remoção da escória misturada, origem do nome "forja" para o processo como um todo.

ao custo dos transportes marítimos e terrestres, impostos², lucro dos comerciantes de Lisboa e Rio de Janeiro³. O alto preço do ferro importado levou à produção clandestina nas minas.

Segundo CALÓGERAS (1972), foram os escravos que introduziram a metalurgia do ferro em Minas Gerais, em forjas africanas e com técnicas africanas. Segundo LIBBY (1988) "o elemento africano foi responsável pela introdução da fundição de ferro no Brasil", na passagem do século XVII ao XVIII.

A principal origem dos escravos trazidos para a região sudeste do Brasil eram os chamados Mina ou Guiné⁴. A designação Mina é bastante imprecisa. A origem do termo está associada ao Castelo de São Jorge de Mina, erguido em 1482 pelos portugueses, na costa da atual Gana. A região passou então a ser chamada de Costa da Mina. Os escravos embarcados nos portos existentes nessa região eram, então, chamados de Mina, mas muitos deles eram oriundos de outros lugares da África, tanto da costa, quanto do interior (PAIVA, 2002).

A Produção de Ferro na África

A África subsaariana passou diretamente da Idade da Pedra para a do Ferro, sem passar pela Idade do Bronze. A produção de ferro na África começou na região da atual Nigéria por volta de 300 a.C. Apesar de alguns historiadores serem partidários da idéia da descoberta independente do processo de produção de ferro na África subsaariana (BOCUM, 2002, ALPERN, 2005), a maioria acredita que a metalurgia do ferro chegou à África subsaariana oriunda de Cartago através do Saara até a África do oeste, ou a partir de Meroe (capital do reino de Kush, Núbia), através do alto Nilo até a África Central, e talvez pelos dois caminhos (MERWE, 1980).

A introdução da metalurgia do ferro modificou a produção agrícola, e a existencia de excedentes resultou no aumento das trocas comerciais, no desenvolvimento de sociedades estruturadas, e o surgimento de lideranças e governantes. Num segundo momento, surgiram organizações urbanas e proto-estados tribais. Por volta desta época, alguns povos África Ocidental, começaram a deixar a região e se deslocar para o leste, através das pradarias da

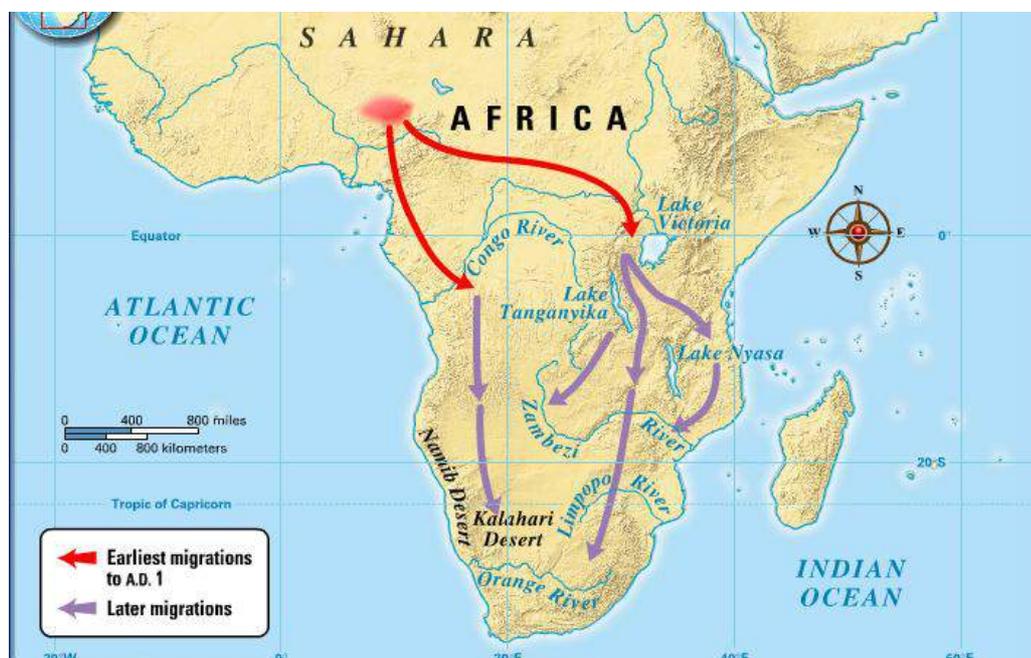
² Os "direitos de entrada" foi um imposto criado em 1710 cobrado sobre a entrada de mercadorias no território das Minas divididas em carga seca, o que não se come, nem bebe e serve de vestir; carga molhada, comestíveis, ferro, aço, pólvora e tudo mais que não se veste.

³ 1 quintal [58,982 kg] de ferro custava em Portugal cerca de 3\$800, em Minas chega ao preço de 19\$200 e em Goiás e Mato-grosso 28\$800 (MORAIS, 1942, p.255). "A arroba de ferro bruto é vendida, aqui e na vizinhança [Congonhas, 1817], por mil e oitocentos réis" [7\$200 o quintal] (SPIX e MARTIUS, 1976, v.1, p.74)

⁴ Essa expressão [Guiné] compreendia todos os países da África que outrora abasteciam o mercado do Brasil de escravos (ALMEIDA, 1870). "Escravos da Guiné" é o nome oficial e popular pelo menos nos séculos XVI e XVII.

África ao sul do deserto do Saara, e para o sudeste através da floresta tropical (figura 1). Provavelmente não saíram de uma só leva, mas em pequenos grupos, ao longo do tempo, movendo-se gradualmente para leste e sul para a África. Esses povos são geralmente chamados de Bantus, que significa "pessoas" em seu idioma. Os Bantus eram conhecidos como "o povo que detinha o segredo da metalurgia". As armas de ferro ajudaram os Bantus a dominar as comunidades que encontraram. Provavelmente devido a migração dos Bantus, a tecnologia do ferro, a cultura de cereais (milho, sorgo) e a fabricação da cerâmica se difundiram conjuntamente a partir do século I a.C desde o sul da Tanzânia e o norte da Zâmbia em direção ao sul, até a região do cabo da África do Sul, onde chegaram no século III ou IV (SILVA, 2015).

Figura 1. Mapa da Migração Bantu



Fonte: Nairaland Forum⁵.

A importância dos ferreiros aparece nos diversos mitos referentes a eles, presentes toda África central. Geralmente estes mitos relacionam os ferreiros à realeza, ao poder e ao mundo invisível (SILVA, [s.d.]). Para BALANDIER (1992, p.98) no século XVII na região do reinado do Congo, os ferreiros eram líderes espirituais e militares respeitados, donos dos segredos da arte sagrada que proviam suas comunidades de armas de guerra e implementos agrícolas. Entre os Bakongo existe a crença de que o próprio reinado do Congo foi fundado por um "maître de forje". O ferreiro não era visto apenas como um homem que dominava a técnica, mas o conhecimento da metalurgia possuía um significado religioso e sagrado.

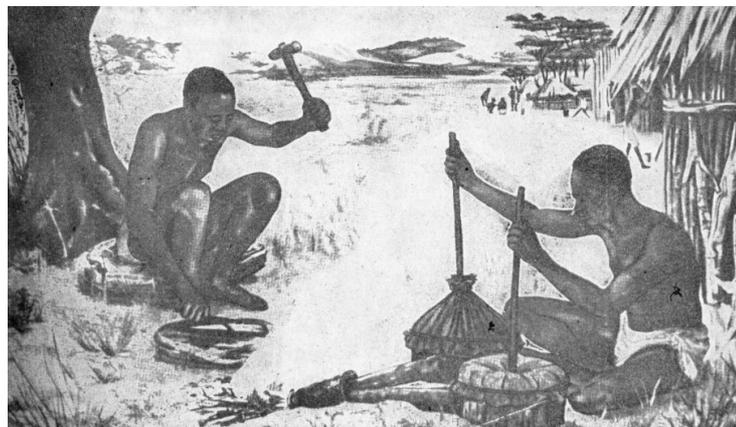
⁵ https://sites.google.com/site/wwwbantumigration/_/rsrc/1364865634923/home/bantumigration.jpg

Os ferreiros ocupam uma posição importante e muitas vezes ambígua, em muitas sociedades africanas. Eles são tanto reverenciados quanto temidos, além de possuírem uma grande influência social devido ao seu conhecimento secreto, não somente da metalurgia, mas também de cura, adivinhação, circuncisão e pacificação. Em algumas sociedades os ferreiros desfrutavam de grande status e são as pessoas mais ricas. Entre os Mbundu (centro-oeste Angola), o martelo do ferreiro personificava a própria condição de líder ou chefe guerreiro. Em outras sociedades, são temidos, difamados e acusados dos infortúnios sociais. A forja e o ferreiro desempenham um papel central na comunidade como um local de fabricação de ferramentas, de refúgio da violência, da purificação e da cura. KUSIMBA (1996) estudou o contexto social dos ferreiros da costa do Quênia, enfocando o seu papel na economia, o ciclo de vida dos ferreiros, a instituição do aprendizado, o poder ritual e técnico dos ferreiros. Apesar dos ferreiros costeiros serem marginais e desprezados, eles detêm importantes poderes rituais e espirituais na sociedade.

A Tecnologia Africana de Produção do Ferro

Registros arqueológicos mostram evidências de que os antigos povos africanos possuíam uma sofisticada técnica de produção de ferro. Este ferro produzido foi empregado nas artes, moedas, ferramentas e armas. A existência de um comércio inter-africano de metais é um aspecto que se encontra atualmente em estudo, e acredita-se que os povos africanos ocidentais forneciam ferro até as regiões do vale do Nilo.

Figura 2. Produção de Ferro em Cadinhos

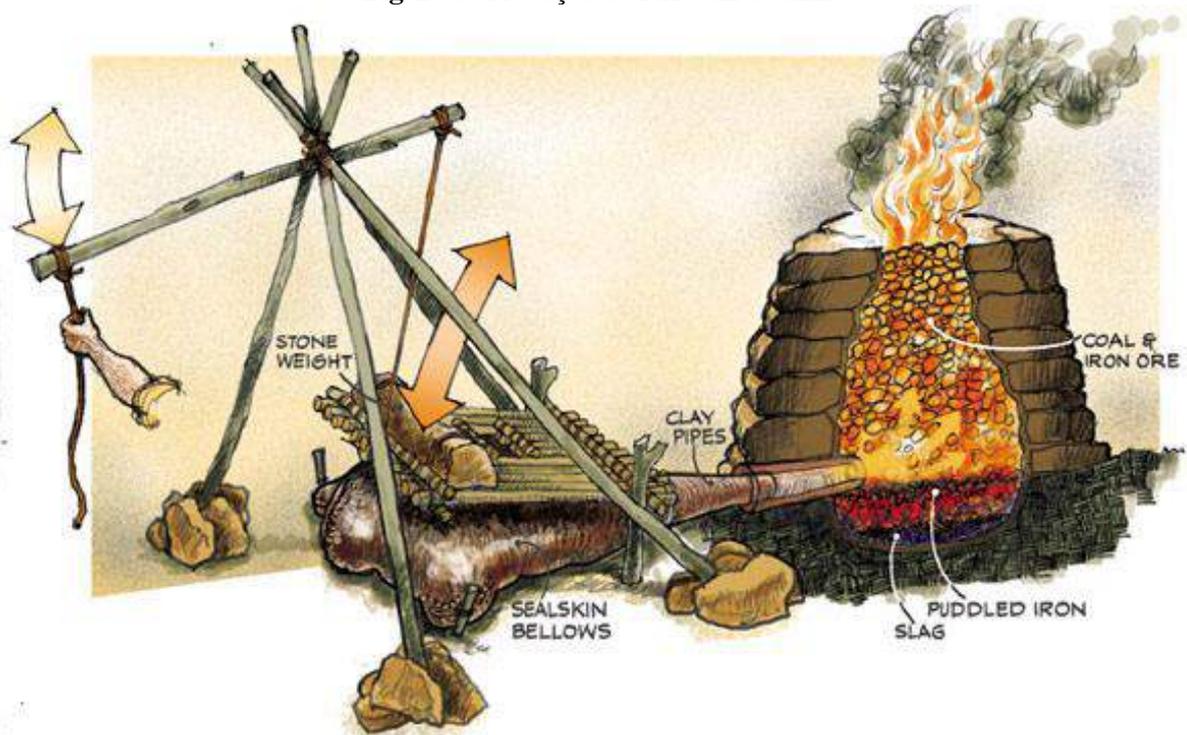


Fonte: ARAÚJO, 1967.

Todas as técnicas nativas africanas de produção de ferro são variantes da técnica de baixo-forno. Os baixo-fornos possuem menor produtividade que os alto-fornos, mas são mais

polivalentes, podendo trabalhar com diferentes tipos e qualidades de minérios. Na África existe uma grande diversidade de técnicas de baixo forno, maior do que no resto do mundo. Isto é provavelmente devido ao fato de continuarem a ser utilizadas até o século XX em vários lugares da África subsaariana, enquanto que no resto do mundo foram substituídas pelos alto-fornos. A grande variedade de fornos africanos é provavelmente devido à adaptação à qualidade dos minérios disponíveis, às condições sociais, bem como da disponibilidade de mão de obra. CLINE (1937) compilou informações sobre os fornos utilizados na África nos últimos 250 anos. Os fornos utilizados na África durante os séculos XIX e XX vão desde fornos pequenos, cavados no solo e ventilados por foles (figura 2), a fornos cadinho (figura 3) de até de 1,5 m de altura, e fornos maiores (de até a 6,5 m de altura) a tiragem natural (sem ventilação forçada).

Figura 3. Produção de ferro em Cadinho



Fonte: writershouseart⁶.

Os fornos africanos não utilizam roda-d'água para acionar os foles, devido ao desconhecimento da tecnologia para transformar o movimento rotativo da roda-d'água em movimento linear e também devido ao pequeno potencial hidráulico. Os metalurgistas da África desenvolveram fornos a tiragem natural, que graças ao efeito chaminé permitiram atingir as temperaturas necessárias à formação e drenagem das escórias sem injeção de ar. Os

⁶ Fonte: <http://www.writershouseart.com/wp-content/gallery/jan-adkins/myster-iron-smelter.jpg>

fornos a tiragem natural são característicos das savanas africanas. O mais antigo forno a tiragem natural encontrado se situa no Burkina Faso e data do século VII ou VIII. As grandes quantidades de escória encontradas no Togo, Burkina Faso e Mali testemunham a expansão da produção do ferro na África Oeste após o século X, é associado aos fornos de tiragem natural.

O minério mais utilizado na África para a produção do ferro é a Laterita, devido à sua grande disponibilidade. São também utilizados a Hematita, a Magnetita encontrada as areias e pedras dos rios, e a Limotita (bog iron) encontrada em pântanos e lagos (PENA, 2004).

O redutor utilizado é sempre carvão vegetal e o baixo-forno produz uma massa pastosa de metal (Lupa), que é extraída e martelada para retirar a escória misturada, produzindo assim uma quantidade de ferro. Estas técnicas de produção de ferro foram abandonadas na África subsaariana durante a primeira metade do século XX, devido à crescente disponibilidade do aço originário da Europa, sendo mantidas somente em algumas regiões bem isoladas da Etiópia. Os ferreiros continuaram a exercer a profissão nas zonas rurais, fabricando e reparando ferramentas agrícolas, mas utilizando metal importado ou reciclado.

A Produção de Ferro em Minas Gerais

A descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII criou uma alta demanda por implementos de ferro a serem utilizados no trabalho das minas. O alto custo do transporte até Minas e a alta carga tributária favoreciam a produção de ferro local, e dezenas de pequenas forjas estavam em funcionamento no último quartel do século XIX. Estas forjas dependiam sobretudo do trabalho habilitado de escravos e forros (BOVET, 1883). Devido a oferta limitada e alto custo do ferro, surgiram forjas de ferro por toda parte, a maior parte delas formadas por aprendizes e oficiais negros, que começaram a produzir os implementos necessários à mineração e agricultura. PAIVA (1996) diz: “A fabricação de ferramentas de ferro e aço deve ter sido um componente bastante importante da economia caseira de Minas Gerais. Pequenas forjas de tecnologia rudimentar trabalhavam o minério no século XVIII.”

Não é possível precisar onde e quando se produziu ferro pela primeira vez em Minas Gerais, mas como as ferramentas e artefatos de ferro registrados nos inventários *post mortem* de meados do século XVIII, possuem uma baixa avaliação, isto sugere que já existia uma produção significativa deles na província (MAGALHÃES, 1986).

Von Eschwege visitou em 1810 várias fábricas de ferro na região mineradora central da capitania de Minas Gerais. Ele relatou que processo de fabricação de ferro em cadinhos era

muito comum na região, com tecnologias de origem africana, introduzidas pelos escravos africanos. Considerou essas tecnologias rudimentares, se comparadas às que se praticava em outras partes do mundo, e as chamou de "processo bárbaro de fabricação de ferro". Uma destas fábricas estava em operação há mais de três décadas e, segundo declarações, foi criada por um ferreiro que era escravo mina (ESCHWEGE, 1944, v.2, p.340-343).

[...] foram os escravos africanos que introduziram em Minas Gerais e São Paulo [...]

Na província de Minas, a fabricação do ferro tornou-se conhecida no começo deste século, através de escravos africanos. O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira, por um escravo do capitão-mor Antônio Alves, e também e Inficionado, por um escravo do capitão Durães (o mesmo senhor que achara cobre nativo arenoso). Ambos disputavam a honra da prioridade.

O Governador da Capitania (1780-1783) D. Rodrigo José de Meneses, pediu à Corte autorização para a implantação de fábricas de ferro, de modo a produzir as ferramentas necessárias a mineração. A Rainha D. Maria I negou a solicitação, e a emitiu o alvará da "Proibição das Manufaturas no Brasil" (05 de janeiro de 1795), que não só tornava ilegal a instalação de novas fábricas produtoras de ferro na Colônia, como também mandava desativar todas as existentes. Portugal não produzia ferro, e o ferro e aço que chegava as Minas era originário da Catalúnia e Biscaia (Espanha) e Suécia.

Somente pelo Aviso do Reino de 27 de maio de 1795⁷, dirigido ao então governador da província de São Paulo, se excluiu a metalurgia do ferro desta proibição. Entretanto, as oficinas deveriam pagar uma contribuição para cobrir as perdas dos direitos do ferro (bruto ou em barra) importados de Portugal. Para ZEMELLA (1951) quando a coroa resolveu levantar a proibição de produção de ferro ela estava apenas se curvando a uma situação de fato.

Com a vinda da Família Real, em 1808, foi permitido a criação de manufaturas no Brasil. Neste contexto o intendente do distrito Diamantino, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt⁸, conseguiu autorização para usar parte do faturamento da extração dos diamantes na construção de uma usina siderúrgica, de modo a substituir o ferro e o aço importados da Europa a altos preços. O local escolhido foi Morro do Pilar, rico em minério de ferro e próximo ao Rio Doce, por onde a produção poderia ser escoada.

⁷ "Ofício do secretário de Estado Luiz Pinto de Souza ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena sobre a remoção dos impostos sobre o sal e o ferro". 27 de maio de 1795. In: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1898, vol. 25, pp. 133-135. Idem. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1924, vol. 45, pp. 466-468.

⁸ Primeiro brasileiro nomeado intendente do distrito diamantino. Estudou na Universidade de Coimbra, e passou oito anos visitando os principais centros acadêmicos e de metalurgia da Europa, chegando até à Rússia.

Em 1809 foi iniciada a Fábrica Nacional do Pilar (Fábrica de Gaspar Soares ou Forjas Reais do Pilar). Foi construído um alto-forno com cerca de 9 metros de altura, com produção estimada em 450 kg de gusa por corrida. Foram realizadas 3 campanhas neste alto-forno, que foi abandonado, e foram construídos fornos do modelo catalão (ARAÚJO, 2014). Os tijolos utilizados no forno foram produzidos com materiais locais e não resistiram à temperatura de operação. O intendente importou tijolos refratários da Inglaterra, que chegaram ao Rio de Janeiro, mas o alto custo e o tempo (4 anos) para o transporte destes até o Pilar inviabilizaram o projeto. O local da usina também foi mal escolhido, de modo que não havia vazão de água suficiente para operar as máquinas. Em 20 anos de funcionamento, a fábrica do Morro do Pilar nunca foi lucrativa, sendo inventariada em fevereiro de 1831.

Com a revogação do alvará que proibia a manufatura de ferro houve um grande desenvolvimento do setor (PRADO Júnior, 1977, p.108; CALÓGERAS, 1905, t.2, p.52). A permissão de explorar as minas de ferro criou na visão de Saint-Hilaire uma feliz revolução em Minas Gerais: Domingos Barbosa teria sido o primeiro a fabricar o ferro perto de Mariana, e a partir desta iniciativa, foi logo seguido "pelos homens ricos" e pelos ferreiros da povoação, e foram instaladas outras doze forjas na região. Em 1817 Saint-Hilaire visitou 5 forjas: Itabira, Girau, Penha, Bonfim e Ribeirão. Essas forjas tinham como produtos: machados, ferraduras e outros implementos agrícolas, atendendo ao mercado regional. Uma delas, a de Manoel Fernandez Nunes em Itabira do Mato Dentro, incluía uma manufatura de espingardas, com apoio do governo. Diversos proprietários declararam que a produção poderia ser maior, mas devido a falta de estradas e de comunicações, não havia mercado (SAINT-HILAIRE, 1938).

Outras tentativas de produção industrial de ferro em Minas são a fábrica de ferro Patriótica ou do Ribeirão da Prata (Congonhas do Campo), de Eschwege, que possuía fornos suecos⁹ e a de Monlevade em São Miguel (1831) que possuía fornos catalãos¹⁰, considerada nos fins do XIX, a maior e mais importante fábrica de ferro da província (SENA, 1881).

Tabela 1. Fábricas de ferro na região central de Minas Gerais (adaptado de SENA, 1881)

Fábrica	Tecnologia	kg/dia	Fábrica	Tecnologia	kg/dia
São Miguel [do Piracicaba]			Conceição		

⁹ Uma variante do forno catalão e do forno italiano.

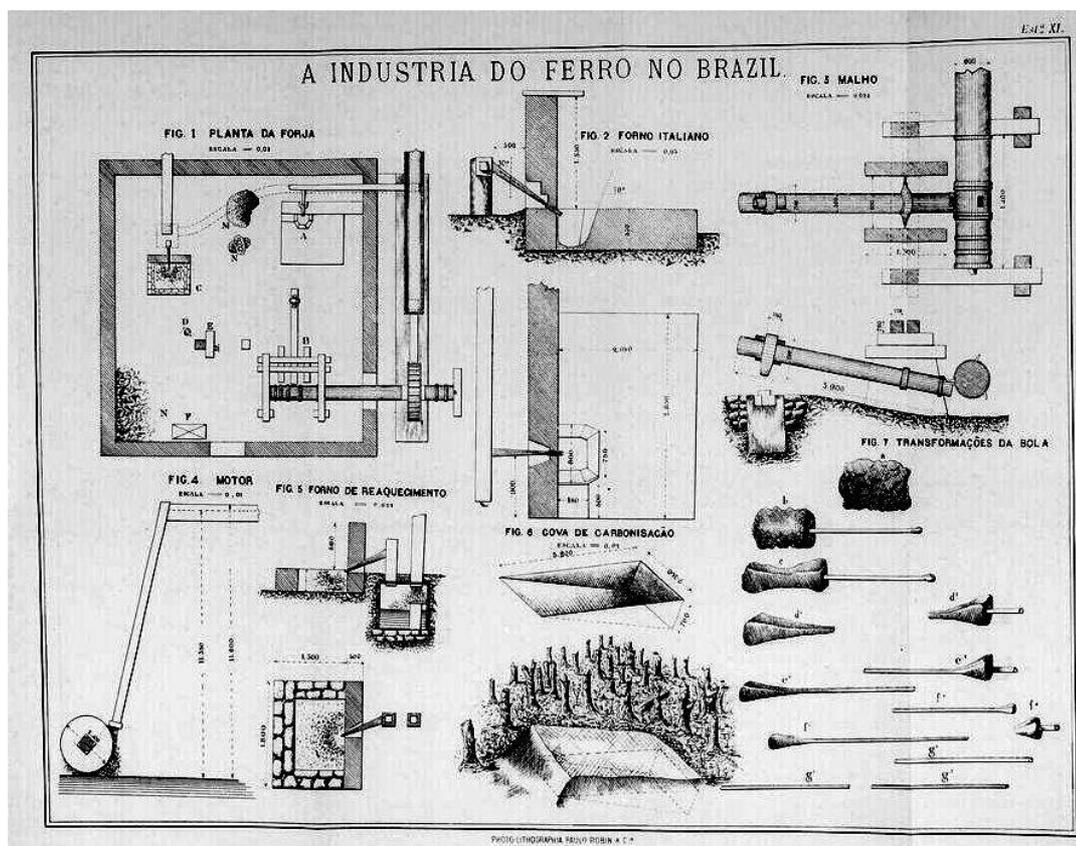
¹⁰ Com a morte de Monlevade em 1872, a família contratou um mestre italiano que, converteu as forjas para o método italiano (LIBBY, 2003)

D. Lucinda	Cadinho	60 - 75	João Utsch	Cadinho	abandon
Manoel de Araújo	Cadinho	60 - 75	Joaquim Batista	3 Cadinhos	60 - 75
João de Araújo	Italiano	150 - 180	Cap. Modesto	4 Cadinhos	60
João Carneiro	Italiano	120	Eduardo Felix	4 Cadinhos	abandon
D. Anna	Italiano	75 - 90	Cubas	Italiano	abandon
Vicente Augusto	Cadinho	120 - 210	Portuguez	3 Cadinhos	45
Eduardo	4 Cadinhos	90 - 105	Cap. Domingos	Italiano	90 - 135
Francisco Ferreira	3 Cadinhos	60			
Ignácio Pereira	2 Cadinhos	75			
Cap. Vicente Pessoa	4 Cadinhos	90			
D. Luzia	4 Cadinhos	165 - 180			
Monlevade [1831]	2 Italiano ¹⁰	180 - 270			
Itabira			Morro do Gaspar Soares		
Girau	4 Cadinhos	75	Ten. João Martins	Cadinhos	90
Onça	Italiano	135	Antônio Rodrigues	Cadinhos	75 - 90
			Ten. Jorge	4 Cadinhos	60

Em 1821 existiam na Província de Minas Gerais trinta forjas, com a produção diária de cem a duzentas arrobas¹¹ cada uma, ou 120 toneladas de ferro. Em 1864 existiam cento e vinte fábricas distribuídas nas seguintes cidades: Itabira, Conceição, Araxá, Pium-í, Mariana, Caeté, Pitangui, Diamantina, Ubá, Santa Bárbara, São Francisco de Chagas, Minas Novas, Rio Pardo, Sêro e Pará de Minas, que fabricavam diariamente, cerca de 300 a 800 arrobas de ferro, vendidos em barras, à razão de quatro mil réis (SOARES, J. Crispiniano *aplud* MORAIS, 1942, p.258). Segundo Monlevade em 1853 "desde o município de Ouro Preto até a cidade de Itabira existem 84 oficinas onde se funde o ferro, sem contar as numerosas tendas onde se elabora o ferro comprado nas fábricas, as quais entre forros e cativos empregam ao menos 2000 pessoas e produzem anualmente 145 a 150 mil arrobas de ferro (MONLEVADE, 1853, *aplud* IGLÉSIAS, 1958, p.97). Em 1883 Bovet estimava a produção anual em 1500 a 1600 toneladas, e cerca de 75 fábricas no centro da província (BOVET, 1883). A diversidade das tecnologias utilizadas é apresentada na tabela 1.

¹¹ Arroba = 14,5 kg.

Figura 4. Planta de uma indústria para produção de artefatos de ferro



Fonte: FERRAND, 1885.

A figura 4 mostra a planta típica de uma indústria de ferro com forno Italiano ¹², existente na Província de Minas Gerais neste período (FERRAND, 1885). Estes fornos possuíam, geralmente, um metro de altura, e o ar soprado por meio de foles de couro, acionados manualmente, ou por tração animal ou hidráulica, produzindo aproximadamente 15 quilos de metal por corrida. Como combustível e redutor nestes fornos, utiliza-se de carvão vegetal, produzido em covas ou em medas.

Em 1891 foi inaugurada em Itabira do Campo (Itabirito) a Usina Esperança, primeira usina siderúrgica moderna, com um alto-forno a carvão vegetal (9 m e produção superior a 1t/dia). Esta usina foi também pioneira na produção de tijolos refratários para o revestimento do alto-forno. Em 1893 entrou em operação a usina Wigg em Xiqueiro (Miguel Burnier), também operada com alto-forno.

Considerações finais

A produção de ferro em Minas Gerais fez largo uso do trabalho escravo. Nas forjas do

¹² O forno italiano pode ser considerado uma variante do forno catalão (FERRAND, 1885, p.167).

Girau, metade dos trabalhadores eram escravos. Nas forjas do Bonfim, o proprietário "queria só homens livres como trabalhadores, mas não conseguiu levar seu objetivo adiante. Os homens livres e pobres nessa região dispõem de meios muito fáceis de viver sem trabalhar para se submeter ao trabalho das forjas" (SAINT-HILAIRE, 1938), e a maioria dos operários era escravo. Eschwege também tentou utilizar só trabalhadores livres nas forjas do Ribeirão da Prata, mas retornou ao trabalho escravo. Spix e Martius observaram que o maior problema desta forja era "a repugnância da classe pobre do povo em se engajar numa ocupação fixa" (SPIX e MARTIUS, 1976). Morro do Pilar além do pessoal regular, usava uma força suplementar de 120 escravos alugados. Sobre Morro do Pilar Saint-Hilaire escreveu "nada é tão difícil como reter os trabalhadores livres": com uma força de trabalho de mais ou menos cem jornaleiros, a empresa registrava mil ausências por mês, uma taxa de absenteísmo de quase a metade das jornadas (SAINT-HILAIRE, 1938). Monlevade em sua fábrica de ferro São Miguel produzia em 1853 trinta arrobas de ferro por dia e empregava 150 escravos (DORNAS, 1957, p.203). Seu espólio, em 1872, incluía nada menos de 200 escravos, muitos dos quais mestres fundidores (IGLÉSIAS, 1958).

A implantação no Brasil nos fins do século XIX das indústrias de ferro em grande escala, implantação das estradas de ferro, que provocaram uma grande queda no preço dos transportes e a abolição da escravatura foram alguns dos fatores que contribuíram para encerrar a produção de ferro por estas tecnologias tradicionais. Ao longo do tempo esse conhecimento foi se perdendo, sendo as últimas forjas descritas nos anos 1920, quando já era difícil encontrar fundidores "e raros os indivíduos que sabem dirigir a operação e, por isso, os que conhecem os segredos dessa arte, fazem exigências descabidas ou então manifestam um quase ódio ao trabalho (SILVEIRA, 1931, p.175)", (QUINTÃO, 1985, p.77).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações e leis do Reino de Portugal**: Rio de Janeiro: Typ. Inst. Philomatico, 1870, 1487p. (nota refere-se ao parágrafo 7, livro 4, título XVII). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>.

ALPERN, Stanley B. Did they or didn't invent it? Iron in sub-Saharan Africa. **History in Africa**, v.32, p.41-94, 2005.

ARAÚJO, Luiz Antônio de. **Siderurgia**. São Paulo: Ed. FTD, 1967, v.1, 214p.

ARAÚJO, Paulo Eduardo Martins. Fabrica de Ferro do Morro do Pilar. As três campanhas experimentais e o colapso estrutural do alto-forno na noite de 21 de agosto de 1814. In: 14º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, Belo

Horizonte, UFMG, 08 a 11 de outubro de 2014. **Anais eletrônicos...**, Belo Horizonte, 2014. 15p.

BALANDIER, Georges. **La vie quotidienne au royaume de Kongo du XVI^e au XVII^e siècle**. Paris: Hachette, 1992, 284p.

BOCOUM, Hamady (Org). **Aux origines de la métallurgie du fer en Afrique: Une anciennité méconnue**. Afrique de l'Ouest e Afrique centrale. Ed. Unesco, 2002, 204p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001264/126414f.pdf>

BOVET, A. A Indústria Mineral na Província de Minas Gerais. **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, n.2, 1883, p.25-99. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717703&PagFis=184>

CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905, t2, 243p.

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1972, 7 ed., 410p. (Brasiliense; v.42).

CLINE, W. W. **Mining and Metallurgy in Negro Africa**, Menasha, WI, George Banta publishing co., 1937, *Aplud...* ASHLEY-MONTAGU, M.F. Reviewed Work: Mining and Metallurgy in Negro Africa by Walter Cline. **Isis**, v.28, n.2 (Maio, 1938), p.522-528. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/225727>.

DORNAS Filho. **O Ouro das Gerais e a civilização da Capitania**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1957, 238p.

ESCHWEGE, Wilhelm L. von. **Pluto brasiliensis**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1944, 2v. (Brasiliense, v.257). Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/343>

FERRAND, Paul. A indústria de ferro no Brasil (Província de Minas Geraes). **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, n.4, 1885, p.167-188.

IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835 -1889)**. Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Livro, 1958, 233p.

KUSIMBA, Chapurukha M. The social context of iron forging on the Kenya coast. **Africa**, v.66, n.3 July 1996, p.386-410.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, 136p.

_____. **Metalurgia**. MAO, 2003, 20p. Disponível em: https://www.mao.org.br/wp-content/uploads/libbi_01.pdf

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **La Societé ouopretaine selon les inventaires "post mortem" (1740-1770)**. Tese (Doutorado em História) - Université de Paris VI, Paris:, 1986.

MERWE, N. J. van der. The advent of iron in Africa. In: WERTIME, T.S.; MUHLY, J.D. (ed) **The Coming of the Age of Iron**. New Haven: Yale University Press, 1980, p.463-506.

MORAIS, Geraldo Dutra de. **História de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942, 290p.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 228p, 1996.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e Mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). **O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p.187-207. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemesticagemnonovomundo.pdf>

PENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. In: XVII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - O lugar da História. Campinas: ANPUH/SP-Unicamp, 6 a 10 de Setembro 2004, **Anais... Cd-rom**, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2a ed, 1977, 368p.

PIZOL, Helton de Bernardi. **A fabricação do ferro no começo do século XIX em Ipanema no período de Hedberg e Varnhagen**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), PUC-SP. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/13426>. Acesso Nov 2018.

QUINTÃO, José Maria. **Aquidabam, ponte e vau (no ontem e no hoje de Ferros)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p.197.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/208>

SENA, Joaquim Cândido da Costa. Viagem de estudos metalúrgicos no centro da Província de Minas Gerais. **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, v.1, p.95-150, 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717703>

SILVA, Marco Pólo Teixeira Dutra Pheneé. **História da África – Holoceno Inferior**. [s.d.] Disponível em: www.marcopolo.pro.br/historia/afr_HoloInf.htm. Acesso 10/11/2016.

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de ferro - Os ferreiros na África Central no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, 206p.

SILVEIRA, Alvaro Astolpho da. **Florália Montium II Volume**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931, 639p.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 3v., 3a ed, 1976.

ZEMELLA, Mafalda P. **O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII**. Tese (Doutorado em História da Civilização Brasileira), USP. São Paulo, 1951, 275p. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2a ed, 1990, 247p.

“Porque vi e sobretudo me informei bem”: A tradição oral nos estudos da Senegâmbia

Roberth Daylon dos Santos Freitas
Graduando em História
UFMG
roberthdaylon@gmail.com

Resumo: O excerto que serve de título a essa apresentação foi retirado do relato de viagem de André Alvarez Almada. O objetivo do autor é descrever o espaço geográfico chamado por ele de Rios da Guiné, e referido pela historiografia como Sengâmbia. Almada deixa claro em trechos como esse que os acontecimentos que narra em seu tratado se baseiam em conhecimentos dele e de outros portugueses e africanos à que ele teve acesso por vias orais. Na leitura da documentação fica clara a mobilização do autor das tradições orais da senegâmbias, elas aparecem registradas no tratado por diversos motivos, ora para exotizar os grupos e regiões que estão sendo descritos, ora para fornecer explicações sobre aspectos culturais e políticos dessas sociedades. Uma dessas tradições orais vem sendo objeto de uma pesquisa de iniciação científica da qual faço parte. Tratam-se de narrativas sobre a expansão dos Mane, um grupo de africanos falantes da língua mande e possivelmente dissidentes do império do Mali, sobre um território habitado e governado pelos Sapes, múltiplas nações falantes da língua Sapi da qual genericamente recebem o nome, que ocorreu durante o século XVI. A análise das muitas versões desse mito, a partir de metodologia como a utilizada por Manuel Bivar Abrantes em sua tese de doutorado, nos permite compreender diferentes aspectos tanto das sociedades Mane quanto das sociedades Sape pr'além da sua relação com europeus. Os relatos de viagem demonstram a importância das tradições orais para a compreensão da realidade senegâmbiana, mas o uso dessas mesmas tradições pela historiografia foi tardio e é ainda incipiente. Essa apresentação tem por objetivo, ao expor as narrativas de expansão Mane sobre os Sapes, levantar uma discussão sobre o uso das tradições para o estudo da história. Não uma discussão sobre sua legitimidade, mas sobre as metodologias, potencialidades e limitações dessas fontes em relação à história da África. Não obstante as narrativas que serão utilizadas na apresentação foram retiradas de relatos de viagens de europeus sobre o acontecido. Isso enriquece a apresentação na medida que apresenta novas questões metodológicas complexas. Como acessar a tradição oral através desse tipo de fonte? Como conhecer o interlocutor africano o suficiente para problematizar seu relato? É possível fazer história da África e dos africanos a partir de fontes europeias?

Palavras Chave: Serra-Leoa, Mane-Sumba Sapes, tradição-oral

Introdução

Essa apresentação tem como objetivo evidenciar a presença de tradições orais em relatos de viagens de europeus e cabo-verdianos sobre suas expedições à região da Senegâmbia durante os séculos XVI e XVII, principalmente. Entende-se como Senegambia (ou Guiné), o espaço, como compreendido por José da Silva Horta, de integração comercial que se estende do Rio Senegal (ao norte) até e inclusive a região de Serra Leoa que tem como limite Sul o cabo do Monte (HORTA, 2005). A integração da Serra Leoa com os espaços ao norte não se dava apenas em âmbito econômico, mas também em âmbito socio-cultural e

político. Por esse motivo o espaço deve ser compreendido, usando também os termos de Horta e Eduardo Costa Dias como um espaço de “conveniência e convivência” e, portanto, integrante da macro-região Senegâmbia ou da “Grande Senegâmbia”. (DIAS; HORTA, 2007).

Os séculos XVI é marcado pela inserção e intensificação da presença dos europeus, principalmente portugueses, nas rotas e dinâmicas de comércio já existentes na região da senegâmbia, principalmente após 1560 (HORTA, 2005, p. 6). O aumento das relações comerciais durante esse século e, portanto, o aumento das viagens de europeus e caboverdianos (fortemente ligados ao comércio europeu) implicou a produção de importantes relatos e memoriais de viagem no século XVI e XVII. Além disso, na primeira metade do século XVII a presença de missionários cristãos de diversas ordens religiosas e nacionalidades são designados para a evangelização na região. (RECHEADO, 2010). A presença de missionários também gerou uma rica produção de relatos, cartas e relatórios.

José da Silva Horta utiliza o termo “literatura de viagem” para tratar esses diversos tipos documentais que citamos (HORTA, 1991). Esses documentos, aliados aos relatos de mesmo tipo de origem árabe, e os documentos da administração colonial são as fontes mais utilizadas pela historiografia para a produção de uma história da senegâmbia e dos senegambianos. Acreditamos que a antiga predileção historiográfica pelos documentos escritos, a barreira da língua e atribuição de confiabilidade fizeram com que a literatura de viagem suplantasse as tradições orais enquanto fontes de conhecimento acadêmico sobre a região.

A Tradição Oral na Historiografia da Senegâmbia.

A historiografia sobre o continente africano, por décadas considerou as fontes escritas, em sua maioria de europeus e árabes como as únicas fontes possíveis para a produção da História do continente africano. Essa perspectiva ao fim levava à máxima de que “A África não tem história” pr’além da presença dos europeus e árabes no continente. Alinhada com a lógica historicista alemã ou com a historiografia positivista francês, essa corrente historiográfica e sua predileção por documentos escritos, data do século dezenove (período de consolidação da história enquanto disciplina) e se estende até a metade do século XX.

A partir de 1945 passou a ser produzida uma historiografia sobre o continente africano que superou a vigente percepção de uma c Segundo Carlos Lopes a corrente da historiografia africana nascida no pós-guerra, pode ser compreendida pela alcunha “superioridade africana”

em oposição ao anterior período de apagamento histórico chamado pelo autor de corrente da “inferioridade africana” (LOPES, 1995). Essa segunda corrente da historiografia africana tem como principal insígnia a publicação, pela Unesco, dos primeiros tomos da coleção “História geral da África”, bastante criticada por seu caráter ideológico excessivo e pela transposição de modelos e conceitos históricos europeus sobre os contextos africanos. Apesar disso, essa publicação traz, dentre suas principais contribuições, os usos das Tradições Oraís Africanas na produção da História da África e de seus habitantes, o que foi chamado por alguns de uma “*virada para as tradições orais*” que se deu principalmente da década de 1960 (BÍVAR, 2018).

Inserido nessa “virada para as tradições orais” um dos textos de maior expressão publicado na coleção de 1981 o capítulo de Hampaté-Bá, “A Tradição Viva”. Presente no Volume I da coleção (“Metodologia e Pré-História da África) organizado por KI-ZERBO, o capítulo em questão trata especificamente dos usos da tradição oral e de metodologias que permitem seu uso na produção historiográfica. O texto é centrado no papel da oralidade para as sociedades africanas e na figura dos tradicionalistas (*doma*) que são detentores e transmissores das Tradições. Seu foco visa reafirmar a confiabilidade dessas narrativas enquanto fontes históricas tão passíveis de uso quanto as escritas. Hampaté Bá afirma que a tradição oral não se resume à esfera da rememoração do acontecimento, para o autor, as tradições “*trazem o passado para o presente*” (HAMPATÉ BÁ, 1981, p. 208).

Pensando também a tradição oral e seus usos, Boubacar Barry a caracteriza como “*o dever do não esquecimento*”. A postura desses historiadores ilustra como a inclusão das tradições orais enquanto fontes para a história suscitou um grande debate teórico metodológico ainda não superado. Enquanto Hampaté Bá se esforça para dar as tradições orais o mesmo status de confiabilidade dos documentos escritos, Barry afirma, por exemplo, que dentre os erros metodológicos na abordagem das narrativas das Tradições o principal é “considerar as tradições orais como o equivalente ou o complemento dos documentos escritos” (BARRY, 2000, p. 30) erro que também consideramos presente em trabalhos de historiografia atual. Para o autor, e tendemos a concordar com ele nesse aspecto, as tradições “antes de tudo constituem discursos históricos” e devem ser analisadas dessa maneira. (BARRY, 2000, p.31).

De forma semelhante, Manuel Bívar Abrantes, em tese de doutorado defendida em 2018 pensa as tradições orais como construções de seu tempo e mais especificamente como construtoras de uma realidade social e principalmente historiográfica. Sua tese concentra-se

nas tradições e historiografias sobre o império do Kaabu, que esteve localizado em parte da região hoje compreendida como Senegal, Gâmbia e Guiné Bissau. Suas críticas recaem sobre o pouco rigor metodológico nas análises das tradições orais e os usos demasiadamente políticos dos produtos dessa análise. (BIVAR, 2018). O autor também critica a predileção ou exclusividade das tradições orais veiculadas por griôs, uma vez que as vê enquanto inseridas numa lógica ideológica que por vezes simplifica a complexidade histórica de seu objeto. (BIVAR, 2018, p. 22) Por esse motivo, seu trabalho é marcado por tradições orais de origens diversas a que teve acesso em arquivos e principalmente em trabalho em campo.

Apesar das discussões em torno dos métodos e da confiabilidade das tradições orais sua potencialidade enquanto fonte histórica é um consenso entre a grande maioria dos autores após 1960. Apesar disso, acessar as tradições orais, principalmente outras versões que não as dos importantes griôs, ainda é bastante difícil para o pesquisador que não pode ir a campo realizar sua pesquisa. A esses resta as tradições publicadas, possivelmente tradições de gritos já conhecidas, e as transcrições, quando há, das tradições presentes em arquivos públicos ou universidades.

Tal dificuldade não inviabiliza os usos dessas tradições. Trabalhos recentes (JULIET, 2016; MOTA, 2014; MALACCO, 2016) utilizam-se de tradições orais contidas em relatos de viagem a fim de enriquecer suas pesquisas.

A Tradição Oral nos Relatos de Viagem

Como dito, trabalhos recentes apontam para a presença de tradições orais em relatos de viagem. Pr' além da tese e dissertação supracitadas, Thiago Motta explicita a presença da oralidade em relatos de viagem em artigo específico. (MOTA, 2014) Sua exposição aborda a presença de fontes orais diversas nos relatos de viagem e evidencia o quanto os autores da literatura de viagem por vezes incluíram em seus escritos informações, narrativas e percepções que não eram necessariamente suas, mas que lhes foram transmitidas por interlocutores africanos. José D'Assumpção Barros, desenvolve a importante noção de fonte dialógica que igualmente trata de fontes (como a literatura de viagem) onde são possíveis perceber, implícita ou explicitamente, vozes sociais além da do enunciador (BARROS, 2012)

[...] que vi a maior parte dela e tratei de muitos Rios, metendo-me por eles muitas léguas (como foi pelo Gâmbia 150 léguas), e sobretudo informei-me bem de todas as dúvidas, assim de nossos homens práticos nas ditas partes como dos próprios negros, colhendo eles notícias das coisas acontecidas nas mesmas (ALMADA, 1594, p. 22)

O trecho em questão também mobilizado por Mota, ilustra bem o que Barros define enquanto dialogismo explícito, ou seja, uma evidência de que há outros enunciadores nas fontes dialógicas, nesse caso no relato de viagem do cabo-verdiano André Almada. Juliet e Mota se utilizam também de outra tradição presente nos relatos de Almada e André Donelha sobre a matrilinearidade entre os Jalofos. Seus usos demonstram que há nos relatos de viagem a alteração de uma importante personagem na narrativa da tradição oral, o Jababouce na versão de Donelha (importante figura para a religião local) dá lugar ao Bexerin na versão de Almada (comerciante e ministro muçulmano), ambos os autores justificam a alteração pela crescente influência do islã entre os Jalofos. (JULIET, 2016:110. MOTA, 2014:) Para eles, a mudança não é apenas uma diferença entre as fontes escrita, mas sim duas tradições orais diversas, ou duas versões de uma mesma tradições, a que os viajantes cabo-verdianos tiveram acesso.

Por vezes, essas tradições não estão completamente acessíveis para os viajantes. Como percebemos nos registros de Valentim Fernandes e André Almada sobre a expansão Mane Sumba.

[...]queriam dizer que o principal Capitão desta gente era mulher, e afirmavam ser assim. Seja o que for, a sua retaguarda, tanto que eles chegaram a esta Serra, não marchou mais para ela. Se é mulher ou não, não tenho notícia certa, mais que chamarem eles a esse general que fica atrás, mestre, e a esse e aos mais Capitães que ficaram com ele mandam o mareie, que são os direitos reais. (ALMADA, 1594, p. 361)

[...]e teve com ele uma briga mui travada, na qual matou [o] capitão Bolão ao capitão Macarico; e posto que houve aquela vitória não usou (s) a esperar o fim dela ao diante, [...] (ALMADA, 1594, p. 366)

Os excertos de Almada indicam conhecimento parcial, fragmentado de uma tradição oral que no período em que escreveram ainda está se consolidando ou com que ele que ele não teve acesso. O “capitão Macarico” que ela afirma morto em combate é em outras tradições_ A descrição de Donelha, por exemplo_ o capitão mulher que ele questiona a existência no primeiro excerto. Macarico aparece na tradição de Donelha como uma mulher que sai da corte de Mansa Mussa e se dirige, no comandando um grande exército, à Serra Leoa (DONELHA, 1625, 109). No combate que descreve Almada quem morre na versão de Donelha é o filho de Macarico.

Esses embates narrativos nas tradições dos relatos de viagem, assim como os embates narrativos mobilizados por Manuel Abrantes em sua tese de doutorado são, se devem a diferentes interlocutores, ou melhor, à interlocutores que pertencem a diferentes grupos e tem

categorias identitárias que os diferem. Além disso é essa contradição que deixa as tradições, mesmo encontradas em relatos de viagem, extremamente férteis para a produção de conhecimento sobre Senegãmbia.

As tradições Oraís da Expansão Mane-Sumba nos Relatos de Viagem, novas questões para a historiografia sobre Serra Leoa

É pensando nisso que apresentarei em seguida uma proposta de pesquisa que se utiliza das tradições orais, principalmente em relatos de viagem para instigar questões para a historiografia de Serra Leoa. A expansão de que tratam os excertos de Almada e Donelha é conhecida historiograficamente como a expansão (ou avanço) Mane-Sumba sobre os Sapes, de Serra Leoa

São chamados Sapes diferentes *nações*¹, entre eles “*Bagas, Tagunchos, Sapés, Bolões, Temenes, Limbas, Itales, Jalungas*” (ALMADA, 1594, 353). Almada afirma que “são como os espanhóis”, grupos diversos, mas que são identificados como Sapes. A tradição oral sob a qual nos debruçamos narra a suposta expansão de um grupo ou nação de origem Mandé², chamado nas fontes que analisamos de *Manes*. Tal grupo aparentemente *Soninqué*³, Mandé não muçulmano realiza um processo de expansão sobre os territórios sapes durante o século XVI e ao fim desse século já existem indícios de consolidação desse processo.

Como indicado nos excertos as diferentes fontes trazem narrativas diferentes sobre elementos da expansão Mane-Sumba, seus agentes e seu desenvolvimento. Essas diferenças narrativas geram questões sobre o evento histórico e, principalmente, sobre a forma como ele foi analisado pela historiografia. Três pontos comuns e de grande importância aparecem nas fontes de André Almada, André Donelha e Valentim Fernandes. Chamei esses pontos de consensos, apesar de estarem longe disso, apenas para demonstrar sua presença comum nas três descrições sobre o avanço Mane-Sumba.

- *O Primeiro Consenso, A Herança Mandé*

Todos os autores lidos em fonte e historiografia sobre o assunto afirmam que a expansão foi de um grupo de origem Mandé. A associação dos Manes e de Macarico com a

¹ Utilizaremos o termo nação a fim de preservar a forma com que essas nações são identificadas em nossas fontes pelos viajantes cabo-verdianos nos séculos XVI e XVII.

² Termo que designa diferentes grupos identitários no Noroeste africano, falantes da língua Mandé e associados ao império do Mali, como os Mandinga no Gâmbia, ou Susus em Casamance e os Bamana (Bambara) da Costa do Marfim (Ver BROOKS, 1993, p.31; LOPES, 1999, p. 70)

³ Apesar das críticas tecidas por Manuel Bivar Abrantes quanto às aplicações do termo Soninqué, acreditamos que a preservação de seu sentido dado pelas fontes “bebedor” e a sua aplicação generalizante para caracterizar grupos Mandé não muçulmanos cabe para o uso que realizamos do termo (BÍVAR, 2018, p. 65).

corte do Mansa Mussa (importante figura do reino do Mali) é um consenso nas descrições das fontes.

A partir desse consenso é possível pensar as identidades da região. Quem eram de fato os Manes? Soninqués? Muçulmanos?

Sua expansão está geralmente associada à uma sobreposição de suas organizações políticas e sociais sobre as regiões conquistadas de forma semelhante ao que ocorre com outras narrativas de expansão Mandé por todo o território da Senegâmbia. Bivar (2018) porém, questiona a homogeneidade com que essa narrativa é apresentada no caso do Kaabu. Em que medida as narrativas sobre a Expansão Mane-Sumba não segue o mesmo padrão de diminuição e mudança de agentes, simplificação das complexidades internas dos Manes e apagamento das resistências e influências Sapes sobre o grupo invasor?

A associação da expansão Mane com a ideia de aculturação ou mais especificamente de malinkização se percebe de fato nas fontes históricas? O que acontece com o povo subjulgado? Seriam os Sapes apenas uma nação? Eles eram realmente um grupo que se enxergava enquanto unidade ou essa identidade lhes foi atribuída externamente seja por Manes ou por estrangeiros de além-mar?

A historiografia por muito tempo privilegiou o estudo dos Manes devido à sua estrutura de intelegibilidade mais próxima da europeia, incorrendo no erro de entender a expansão Mane-Sumba a partir da dicotomia *Interior x Costa, Estado X Não Estado*, diagnosticada por Manuel Abrantes. Nações Sapes se juntaram aos Mane como é o caso dos Bolões e outros resistiram a eles com sucesso como os Bagas, Tagunchos. Grupos Mandé de Serra Leoa, os Sussus e os Putazes, resistiram ao avanço Mane-Sumba, segundo Almada. Essas complexidades por vezes não estão expressas na historiografia sobre o ocorrido que privilegia a descrição de Donelha sobre a expansão.

- *O Segundo Consenso*, a figura da Macarico.

Outro consenso das narrativas é a liderança feminina do exército Mane-Sumba, que na narrativa de Donelha é atribuída à Macarico.

A figura de Macarico desperta igualmente muitas questões. Qual a importância da mulher no mito e na sociedade em que ele emerge? Como é sua representação nos relatos de viagem e em que medida as expectativas de gênero europeias são perceptíveis nessa representação? A tradição intenciona com a figura de Macarico construir uma figura feminina por associação ou oposição?

- *O Terceiro Consenso, O exército Sumba e a antropofagia*

O terceiro e último consenso que abordaremos nessa apresentação são os Sumba. Descritos como parte do exército Mane esses indivíduos de origem não Mandé são importantes para expansão por seu barbarismo e implacabilidade simbolizados por sua prática antropofágica

Seja nos casos Sumba em Serra Leoa ou o caso Jaga em Angola, as descrições europeias afirmam que pessoas se vendem como escravos ou se matam por medo de serem comidos em rituais de antropofagia. Por outro lado, Silvio Marcos Correa (2008) aponta como os discursos de antropofagia nos relatos europeus eram fruto de um imaginário do barbarismo africano e mobilizado por intermediários comerciais africanos para manter alguns grupos sem estabelecer contato entre si.

A antropofagia entre os Sumba, como afirma George Brooks (1993,) pode ser interpretada como literal ou simbólica. Seja qual for o caso, é interessante o uso que se faz dela nas narrativas das tradições orais por despertar as seguintes perguntas:

Qual o papel da antropofagia no mito Mane-Sumba: A Construção de uma imagem de da barbárie ou descrição de uma prática real? Quais as intenções dos interlocutores de nossos viajantes ao mobilizar esse discurso? Porque o medo, entre os africanos, da prática antropofágica? Que lugar ocupa a antropofagia no imaginário de morte e sepultamento entre os Sapes?

Conclusão

As perguntas que elencamos em alguma medida vem sendo respondidas por uma nova historiografia sobre a região produzida no início do século XXI. Trabalhos como os de Walter Rodney, Peter Mark, Keneth Wyle, José da Silva Horta e Felipe Malacco vêm reconsiderando a invasão Mane-Sumba enquanto uma expansão implacável e apontando resistências culturais e políticas que ressaltam a agência dos povos Sapes durante a expansão. Manuel Bivar Abrantes, apesar de tratar de região mais ao norte de Serra Leoa, é um importante expoente para repensarmos o modelo de interpretação de expansões Mandé proposto por Carlos Lopes (1999).

Acreditamos que, embasados nesses novos trabalhos e utilizando uma diversidade de fontes em sua complexidade, é possível utilizar as tradições orais em relatos de viagem para responder à essas e outras perguntas da historiografia da Senegâmbia. Mobilizando o conceito

de *representação*⁴ podemos suplantarmos em alguma medida o filtro de alteridade dos viajantes europeus e com isso fazer história dos africanos e não de sua representação. Valendo-nos do conceito de *dialogismo*⁵, poderemos evidenciar vozes sociais pr'além da dos autores nas fontes escritas e acessar as tradições orais que nela estão contidas. A partir da percepção e análise das *tradições orais enquanto discurso histórico*⁶, atentos às suas dinâmicas de recordação e esquecimento, suas rupturas permanências e dos embates entre as versões à que tivermos acesso e com fontes de diferentes naturezas, acreditamos conseguir realizar um uso metodologicamente coerente das fontes orais em relatos de viagem no que tange a expansão Mane-Sumba como nos mostram possíveis muitas das obras supracitadas.

Fontes

ALMADA, André Álvares. Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana. In: BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionária Africana**, s. II, v. 3, d092, 1594.

DONELHA, André. Memorial de André Donelha a Francisco Vanconcelos da Cunha. In: BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionária Africana**, s. II, v. 5, d036, 1625.

Referências Bibliográficas

BIVAR, Manuel. **Kaabu, história de um império do início ao fim**. 165 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

BARROS, José Costa D'Assumpção. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, ano 3, n.4, Julho 2012, p. 9-36.

BARRY, Boubacar, Reflexão sobre os Discursos Históricos das Tradições Orais em Senegâmbia, In:_____ Senegâmbia: O Desafio da História Regional. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiático s d UCAM, 2000. p. 5-34.

BROOKS, George. **Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630**. Colorado: Westview Press, 1993.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456). **Politeia, Vitória da Conquista**, v. 2, n. 1, p. 99-129, 2002.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A antropofagia na África Equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 37, p. 9-41, 2008.

⁴ Ver Horta (1995).

⁵ Ver Barros (2012).

⁶ Ver Barry (2000).

DIAS, Eduardo Costa; HORTA, José da Silva. La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un object d'étude réévalués. **Mande Studies**, n.09, 2007.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (coord.) **História Geral da África. I. Metodologia e Pré-História da África**. São Paulo, UNESCO; 2010.

HORTA, José da Silva. A **“Guiné do Cabo Verde”**: Produção textual e Representações (1578 -1684). Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e Tecnologia. APPACDM. Novembro 2010.

_____. **A representação do africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)**. Lisboa: Mare Liberum, n. 2, 1991.

_____. Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: COLÓQUIO CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA. **Actas...**, Lisboa: Linopazes, 1995.

_____. O nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (sec. XVI-XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: Poderes E Sociedades, Lisboa, 2 a 5 nov. 2005. **Actas...**, Lisboa, 2005

_____. **Nações, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem**. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300002 em: 17 Jun. 2019.

LOPES, C. A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana Feita por Africanos. In: COLÓQUIO CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA. **Actas...**, Lisboa: Linopazes, 1995, pp. 21-30.

_____. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n. 32, 2005.

MALACCO, Felipe. **O Gâmbia no Mundo Atlântico**: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno. Curitiba: Prismas, 2017

MOTA, Thiago Henrique. **A outra cor de Mafamede**: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 2014. 281f.

_____. **História atlântica da islamização na África Ocidental**: Senegâmbia, séculos XVI e XVII. 373 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

RECHEADO, Carlene. **As missões franciscanas na Guiné (século XVII)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Nova de Lisboa, Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, Lisboa-PT, 2010.

Da torre de marfim à sala de aula: o marfim africano como objeto de ensino para a História da África¹

Rogéria Cristina Alves
Doutoranda em História - UFMG
Professora da Fae/UEMG
rogeria.alves@uemg.br

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar algumas possibilidades de estudos sobre a História da África, a partir de uma pesquisa acadêmica que tem como enfoque o estudo sobre os marfins de origem africana. A pesquisa acadêmica em questão integra os trabalhos do grupo internacional de pesquisa *Marfins africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso africanos*, composto por pesquisadores de diferentes nacionalidades. Os esforços de pesquisa deste grupo, já originaram dois livros e vários artigos na área da História, que colocaram em xeque aspectos fundamentais sobre a elaboração e circulação dos objetos lavrados em marfim, de origem africana. No intuito de colaborar com as discussões sobre a implementação da lei nº 10.639/2003 e de construir um diálogo de proximidade entre desenvolvimento de pesquisas acadêmico/científicas e a educação, propõe-se uma reflexão sobre as possíveis abordagens e metodologias que poderiam ser empregadas, tanto na educação básica, como no ensino superior, para o ensino de História da África, tendo como fundamento uma pesquisa científica. Os desafios impostos pela tarefa de equacionar produção de conhecimento acadêmico e abordagens pedagógicas eficazes, são muitos. Contudo, indubitavelmente, faz-se urgente e imprescindível a aproximação entre o universo de pesquisa e a prática pedagógica.

Palavras-Chave: Marfins, História da África, Educação.

Introdução

A lei nº10.639 de 2003 — que tornou obrigatório na Educação Básica brasileira, o ensino de Histórias e Culturas afro-brasileira e africanas, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de nº 9.394/96, em seus artigos 26 e 79-B:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

¹ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*, PTDC/EPHPAT/1810/2014. E também pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), através da chamada nº4/2018, PCRH.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996)

A promulgação dessa lei, posteriormente alterada pela lei nº 11.645/08, na qual incluiu-se também como obrigatório o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas brasileiros, foi impulsionada pelas atuações históricas do Movimento Negro no Brasil — que contribuiu para que a questão racial fosse incorporada de forma positiva, aos poucos, às legislações do Estado, em especial no tocante às políticas educacionais (GOMES, 2017, p. 34).

Segundo Munanga (2014, p. 44), ensinar a história do negro e dos povos indígenas na escola brasileira é romper com a visão eurocêntrica, predominantemente adotada nos currículos escolares, que exclui outras raízes culturais formadoras do Brasil, enquanto povo e nação. Nesse sentido, as leis nº 10.639/03 e 11.645/08 podem ser compreendidas como parte de uma política nacional de ações afirmativas. As chamadas políticas de ações afirmativas são definidas, de acordo com a extinta Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)², como "políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos." No ensejo desta discussão, a implementação das referidas leis impulsionaram, no Brasil, os estudos sobre o continente africano e as relações estabelecidas entre África e Brasil, ampliando aquilo que Boaventura de Souza Santos nomeou de "epistemologias do sul":

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo de saberes, chamamos ecologia de saberes. (SANTOS e MENEZES, 2009, p. 5)

Entretanto, embora muitos materiais e estudos tenham sido produzidos ao longo dos últimos 16 anos de existência da lei nº 10.639/03, ainda existem lacunas no tocante à práticas

² A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi um órgão do Poder Executivo do Brasil, instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Em outubro de 2015, através de uma medida provisória (nº 696), enviada ao Senado, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

pedagógicas efetivas, que possam trabalhar a história do continente africano para além de aspectos conhecidos e estereotipados, como a questão do tráfico de escravizados.³ Indubitavelmente, a questão do tráfico é relevante e as implicações sociais do regime de trabalho escravista são sentidos até hoje na estrutura social brasileira. Mas as possibilidades de estudo sobre um continente, composto por mais de 50 países, vão muito além desta vertente. A obrigatoriedade do Ensino de História e Culturas africanas e afro-brasileiras, na Educação Básica encontrou e ainda encontra diversos fatores complicadores para sua efetiva implementação: Afinal, o quanto as nossas escolas e profissionais da educação realmente avançaram em termos de aplicação da lei nº 10.639/03?

Um argumento frequentemente evocado para justificar a ausência de trabalhos com lei nº 10.639/03, é a escassez de informações e formações consistentes para os futuros professores — os estudantes dos cursos superiores de licenciatura. Mas será que esse é um argumento válido? De 2003 até os dias atuais pode-se afirmar que a supressão desta lacuna foi em partes resolvida, haja vista o crescimento da área no Brasil, em programas de graduação e pós graduação de reconhecimento nacional e internacional. Destaca-se, também neste sentido, a publicação da Coleção História Geral da África (HGA), produzida e publicada pela UNESCO e de livre acesso no Brasil, em língua portuguesa, desde 2010. A Coleção História Geral da África (HGA), além de apresentar uma visão de dentro do continente, cumpre a função de mostrar à sociedade que a história africana não se resume ao tráfico de escravos e à pobreza. Para disseminar entre a população brasileira esse novo olhar sobre o continente, a UNESCO no Brasil, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), viabilizaram a edição completa em português da Coleção, considerada até hoje a principal obra de referência sobre o assunto. Os primeiros oito volumes desta coleção contabilizam quase dez mil páginas e suas versões impressas, também foram distribuídas gratuitamente para as bibliotecas públicas das universidades e escolas brasileiras. Recentemente foi anunciada a conclusão de mais três volumes da Coleção História Geral da

³ Adotou-se neste estudo o uso do termo escravizado ao invés do termo escravo. O termo escravo foi mantido nas citações literais, apenas. O termo escravizado deve ser utilizado para fazer referência às populações que foram submetidas ao trabalho forçado, por um determinado período de tempo. O vocábulo escravo conduz ao sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social frente à escravidão e reforça a noção de cativo — que prevê uma condição de vida atemporal sob a opressão de outrem. O uso do termo escravizado, em substituição ao vocábulo escravo, objetiva resgatar o contexto e a relação histórico-racial referente ao período escravista, enfatizando a resistência e o protagonismo das populações que foram escravizadas. Nos dizeres de La Taille e Santos: “A substituição do vocábulo escravo por escravizado significa a instauração de um novo ponto de vista, uma pequena conquista, porém, com potencialidade para se desdobrar em outras mais significativas.” Para saber mais, veja: HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2016.

África, que conta com a participação de dois pesquisadores brasileiros em seu comitê científico autoral: os professores Valter Roberto Silvério (UFSCar) e Vanicléia Silva Santos (UFMG).

Objetiva-se neste ensaio demonstrar como uma pesquisa produzida no âmbito de um programa de pós-graduação em História, que tem como objeto a história dos marfins de procedência africana, pode ser relida e utilizada como fundamento para o ensino de História e Culturas africanas, na Educação Básica. A pesquisa em questão é desenvolvida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa "História Social da Cultura". Intitulada de "*No rastro do marfim*": a circulação de marfim entre Angola, Brasil e Lisboa (século XVIII), essa investigação integra uma proposta mais ampla de estudos sobre a circulação do marfim de elefantes, de origem africana e participou do projeto internacional "*African Ivories in the Atlantic World: A Reassessment of Luso-African Ivories*" entre os anos de 2016 e 2019 — uma iniciativa que reuniu pesquisadores de diferentes países, em torno do estudo do marfim de origem africana. Dirigido pelo Prof. Dr. Peter Mark (Wesleyan University) e coordenado pelos Profs. Drs. José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais), o projeto realizou o levantamento, em diferentes tipologias e acervos documentais, das referências ao marfim de origem africana, preocupando-se com as peças lavradas neste material, mas também investigou as dinâmicas de circulação do marfim, em estado bruto — também chamado de *in natura*. No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, o projeto foi chamado de "*Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*", e foi composto por docentes e discentes dos Departamentos de História (FAFICH), de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes (EBA) e do Departamento de Museologia, da Escola de Ciências da Informação (ECI).

Os estudos sobre a presença do marfim de origem africana, ao longo do período moderno, empreendidos pela equipe do projeto "*African Ivories in the Atlantic World: A Reassessment of Luso-African Ivories*", foram publicados, em 2017, em dois livros. Essas pesquisas visaram preencher a lacuna acerca do comércio, produção, posse e tipologia destes marfins. O primeiro livro publicado pelo projeto, "*O marfim no mundo moderno: comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX)*", é composto por dez capítulos, divididos em duas partes: "o comércio de marfim na África Atlântica e no Índico (séculos XV-XIX)" e "a circulação e os usos do marfim no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XIX". O segundo livro publicado, "*O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos*

XV a XIX)”⁴ trouxe avanços significativos para o desenvolvimento das pesquisas em torno da circulação de marfins pelo atlântico. Também composto por dez capítulos e dividido em duas partes, nesta fase do projeto, quinze autores debateram acerca do marfim, a partir de diferentes evidências e dados. Este segundo livro está totalmente disponível no formato de e-book, para acesso gratuito e livre.

Os resultados destas pesquisas sobre os marfins de origem africana dialogam com conteúdos e habilidades previstos para serem trabalhados na Educação Básica. A construção de uma co-relação entre as possibilidades de trabalho destes conteúdos e habilidades, a partir dos textos produzidos pelos pesquisadores, revela-se uma tarefa desafiadora, mas totalmente possível. Sugerimos que, a partir da leitura dos textos publicados nos referidos livros e dos diferentes artigos publicados pelos pesquisadores do grupo, possa-se desenvolver, a partir da temática "marfins de origem africana", possibilidades de trabalho com diferentes disciplinas escolares, numa perspectiva que contemplem a lei nº 10.639/03.

Descer da torre de marfim: como o marfim de origem africana pode se relacionar com a Educação Básica?

Relacionar a pesquisa acadêmica com as possibilidades de aprendizagem e ensino sobre a História e culturas do continente africano, em especial na Educação Básica, requer uma reflexão sobre o conceito de popularização da ciência, numa perspectiva que contemple a implementação da lei nº 10.639/03. A construção desta reflexão visa desmitificar a ideia de que o conhecimento produzido academicamente está apartado da Educação Básica, por uma série de fatores, além de contribuir para dismantelar a visão de que a produção científica do conhecimento encontrar-se-ia numa "torre de marfim" — num mundo ou atmosfera onde os intelectuais se envolvem em questionamentos desvinculados das preocupações práticas do dia-a-dia. Neste sentido, concorda-se com Germano e Kuleska (2007, p.20-21), acerca do entendimento sobre a popularização da ciência, que prevê que os conhecimentos de cunho científico sejam colocados no campo da participação popular e em diálogo com os movimentos sociais, para que se possa estabelecer uma comunicação reflexiva e um diálogo em torno de questões simples do cotidiano, até avançar para a compreensão metódica e mais elaborada da realidade, considerando-se as experiências e conhecimentos de senso comum, e

⁴ Disponível em: https://ufmg.br/storage/b/6/9/4/b694eaea8cfaabe9e69c498a5c66c6de_15296019131342_1525989102.pdf. Acesso em 01/06/2019.

dando visibilidade a saberes diferenciados. Esta visão também coaduna com a proposição de uma "ecologia de saberes", posta em evidência por Santos (2009, p. 5).

Atualmente, a fundamentação para os conteúdos que devem compor os currículos educacionais brasileiros encontra-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — documento mandatório da Educação Básica brasileira, instituído para as etapas da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em 22 de dezembro de 2017; e para o Ensino Médio, em 14 de dezembro de 2018. A existência da BNCC já estava prevista na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 210, antevia: "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também faz menção em seu Artigo 26, a existência de uma base nacional comum para a Educação Básica.

O trabalho com a temática dos marfins africanos, a partir da pesquisa acadêmica apresentada, poderia se relacionar com os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Fundamental, nas disciplinas e propostas de habilidades a serem desenvolvidas/trabalhadas, de acordo com a BNCC, dispostas no Quadro 1.

A metodologia proposta é a leitura e estudo, pelo professor, de um texto de referência sobre a pesquisa dos marfins africanos — todos os textos indicados foram produzidos pelos pesquisadores ligados ao grupo. Em seguida, haveria a apresentação de tópicos presentes no texto, que conversem diretamente com as habilidades apontadas pela BNCC, para os estudantes, a partir de uma linguagem adequada e utilizando-se de recursos variados: fotografias, pesquisas on-line, vídeos, entre outros recursos.

Essa proposta de trabalho contemplaria as disciplinas de Artes, Geografia e História, cumprindo uma orientação fundamental da lei nº 10.639/2003: "§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras." Mas haveria também a possibilidade de trabalho com outras disciplinas escolares, como por exemplo Ciências da Natureza/Biologia, para se estudar a origem do marfim de elefantes, as espécies de elefantes existentes e a proibição do comércio internacional de marfins, frente à ameaça de extinção dos elefantes. Esses temas, relacionados aos debates e discussões sobre meio ambiente e ecologia, poderiam também, integrar uma proposta de prática

interdisciplinar, entre ciências da natureza e história, ressaltando aspectos da chamada história ambiental:

A história ambiental foi-se constituindo basicamente, em torno de um objetivo comum: investigar como os homens, em diferentes sociedades, ao longo dos séculos, foram afetados pelo meio ambiente e, de maneira recíproca, como o ambiente foi afetado pelos homens (BITTENCOURT, 2011, p. 259).

Quadro 1: Relação da pesquisa sobre os marfins de origem africana com conteúdos propostos pela BNCC (Ensino Fundamental)

Disciplina	Etapa de Ensino	Habilidade a ser desenvolvida/trabalhada de acordo com a BNCC	Possibilidades de trabalho a partir da pesquisa sobre os marfins de origem africana
Artes	1º ao 5º Ano	<i>(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.</i>	Identificar os diferentes tipos de objetos, feitos em marfim africano, que estão expostos em diferentes museus do mundo; Texto de referência: ALVES, R. C. Fascinante marfim: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, séculos XVIII E XIX). Revista Ars Histórica, v. 14, p. 137-156, 2017.
Geografia	6º ao 8º ano	<i>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.</i>	Discutir sobre as formas e possibilidades de produção dos objetos em marfim africano, elaborados pelos africanos. Texto de referência: MOTA, T. H. Múltiplos de papel e marfim: Islã, cultura escrita e comércio atlântico na Senegâmbia (século XVI - XVII). In: SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. (Orgs.) <i>O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção</i> (séculos XV a XIX). Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017.
História	6º ao 8º ano	<i>(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.</i>	Discutir sobre os impactos da exploração comercial do marfim africano no âmbito social e ambiental, durante o período moderno. Texto de referência: MALACCO, Felipe. “A caça de elefantes e o comércio de marfim no Rio Gâmbia, 1580-1630”. In: SANTOS, V. S. (Org.) <i>O marfim no mundo moderno. Comércio, circulação, fé e status social</i> (séculos XV - XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
		<i>(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e</i>	Discutir sobre a circulação comercial e humana ocorrida entre o continente africano e o Brasil, durante o período moderno, tendo

		<p><i>da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.</i></p> <p><i>(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.</i></p> <p><i>(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.</i></p>	<p>em vista o comércio de marfim transatlântico .</p> <p>Textos de referência:</p> <p>ALVES, R. C.. Marfins africanos em trânsito: apontamentos sobre o comércio numa perspectiva atlântica (Angola, Benguela, Lisboa e Brasil, Séculos XVIII-XIX). Faces da História, v. 3, p. 8-21, 2016.</p> <p>DIÓRIO, R. R. ; ALVES, R. C. “Na rota do marfim”: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII). In: REIS, R. B. dos; RESENDE, T. A. G DE; MOTA, T. H. (Orgs.). <i>Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos</i>. 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.</p> <p>SANTOS, V. S. Introdução. Marfins no Brasil e no Atlântico. In: SANTOS, V. S. (Org.). <i>O marfim no mundo moderno. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV - XIX)</i> 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.</p>
--	--	---	--

Fonte: BNCC (Ensino Fundamental), 2017.

Com relação à diversidade de recursos que os professores poderiam utilizar para conduzir as propostas de aulas, citamos alguns exemplos referentes ao uso didático de documentos não escritos, em sala de aula, como: os objetos em museus históricos; fotografias e filme. O uso de objetos de museus, enquanto material didático para aulas de história, liga-se ao conhecimento da cultura material. O estudante deve ser introduzido na compreensão do objeto como integrante de uma organização social, relacionando-o a outros (BITTENCOURT, 2011, p. 358). Nesta perspectiva, os objetos produzidos em marfins de origem africana, estão expostos em diversas coleções museológicas do mundo e poderiam ser pesquisados a partir de uma busca online, orientada pelo professor. Destaca-se a coleção de objetos de marfins africanos presente no Museu de Arte Metropolitana de Nova York, que pode ser vista através do site: <https://www.metmuseum.org/> . Tal proposta também seria pertinente, se utilizássemos fotografias destes objetos, como materiais didáticos. Nesta perspectiva é preciso que o professor esteja atento para os processos de observação e leitura das imagens e dos objetos, chamando a atenção dos estudantes para os pontos que pretende ressaltar e trabalhar.

Com relação ao uso de filmes, que poderiam ser trabalhados a partir da pesquisa sobre os marfins africanos, tem-se duas indicações que poderiam problematizar a temática e auxiliar os professores no trabalho de reflexão sobre as habilidades propostas pela BNCC. O primeiro

filme, seria o documentário “*The Ivory Game*” (Netflix, 2016), exibido no Brasil como “*O extermínio do marfim*” — o longa faz uma denúncia sobre a existência do comércio ilegal do marfim e o rápido extermínio dos elefantes africanos. Outro filme que poderia ser trabalhado é o longa “*Pantera Negra*”(2018), que apesar de seu caráter ficcional, traz em suas cenas iniciais uma reflexão sobre a apropriação de peças de arte de origem africana por museus europeus — o que poderia ser uma chave para o debate sobre o colonialismo, em especial para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Apontamentos Finais

A aproximação entre a pesquisa acadêmica e a educação básica, tendo por base a implementação da lei nº 10.639/2003 não é uma tarefa fácil. Contudo, revela-se possível e urgente. Ao fomentar os estudos e pesquisas sobre a história e culturas africanas e afro-brasileiras, espera-se contribuir para o desenvolvimento social dos estudantes, que poderão conhecer outras experiências de culturas, histórias e saberes inegavelmente silenciados em nossos currículos escolares.

Ainda, a proposta que brevemente aqui apresentamos, busca contribuir com a quebra de discursos hegemônicos, voltados para a manutenção do pensamento abissal, que nega radicalmente a co-presença de pluralidades e de formas diversas de conhecimentos e cosmogonias (SANTOS, 2007). Neste sentido, acredita-se que as possibilidades de aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, em consonância com a BNCC e a partir de reflexões acadêmicas, constituem-se em vias possíveis, inovadoras e desafiadoras para professores e estudantes. Tais iniciativas são, a nosso entender, formas de descolonizar os currículos escolares, abrindo-os para reflexões plurais e inclusivas.

Referências Bibliográficas

ALVES, R. C.. Marfins africanos em trânsito: apontamentos sobre o comércio numa perspectiva atlântica (Angola, Benguela, Lisboa e Brasil, Séculos XVIII-XIX). **Faces da História**, v. 3, p. 8-21, 2016.

_____. “Fascinante marfim: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, Séculos XVIII e XIX)”, **Revista ARS Histórica**, jan-jun, 2017, pp.137-156.

BITTENCOURT, C. M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

DIÓRIO, R. R. ; ALVES, R. C. “Na rota do marfim”: a circulação do marfim africano em terras brasileiras (Século XVIII). In: REIS, R. B. dos; RESENDE, T. A. G DE; MOTA, T. H. (Orgs.). **Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos.** 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

GERMANO, M. G; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v.24, n.1, p.7-25. 2007.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

_____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. dos. **Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade.** Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_AILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em 20/09/16.

MALACCO, Felipe. A caça de elefantes e o comércio de marfim no Rio Gâmbia, 1580-1630. In: SANTOS, V. S. (Org.) **O marfim no mundo moderno.** Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV - XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MOTA, T. H. Múltiplos de papel e marfim: Islã, cultura escrita e comércio atlântico na Senegâmbia (século XVI - XVII). In: SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. (Orgs.) **O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX).** Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017.

MUNANGA, K. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política.** v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014. p. 34 – 45.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** Coimbra. Almedina , 2009.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, 2007.

SANTOS, V. S. (Org.). **O marfim no mundo moderno.** Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV - XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. (Orgs.). **O comércio de marfim no mundo atlântico: circulação e produção (séculos XV a XIX).** Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017.

ST 04
**História dos Museus,
Coleções e Exposições**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Relatos Subvertidos - (des)construindo narrativas

Ana Paula Barbosa

Graduanda em Teoria Crítica e História da Arte
Universidade de Brasília
anaearte@hotmail.com

Sormani da Silveira Vasconcelos

Graduado em Teoria Crítica e História da Arte
Universidade de Brasília
sormani_vasconcelos@yahoo.com.br

Resumo: A comunicação pretende mostrar nossa experiência como curadores na construção da exposição Relatos Subvertidos, realizada de agosto a setembro de 2018 na Casa da Cultura da América Latina (CAL), instituição ligada à Universidade de Brasília. Chamados a realizar, enquanto estudantes de graduação do curso de História da Arte, a curadoria de uma exposição de artes visuais, estávamos ali, diante do acervo da CAL, formado a partir de doações realizadas no I Festival Latino Americano de Arte e Cultura – FLAAC, em 1987, momento de inauguração da casa. Trinta anos após sua fundação, o acervo possuía mais de duas mil peças oriundas de diversos países, as quais poderíamos agrupar, de modo didático, em arte popular, arte moderna, arte contemporânea e acervo etnográfico, ou seja, bastante diversificado e para além do que é convencionalmente chamado de produção artística. Entretanto, em um primeiro contato com o catálogo, aliado à uma breve pesquisa sobre a história da formação do acervo da CAL, algumas questões ficaram evidentes. Afinal, estávamos em uma instituição cultural que possui a América Latina em seu nome e a produção a ser exposta era, em sua maioria, de artistas latino-americanos. Logo nos colocamos a tentar alinhar algumas questões ali expostas naquela variada vitrine. O tema que se apresentou de imediato foi o político, podendo ser observado nas produções de artistas de diversos países como, entre outros, Paulo Cheida Sans, Aniko Herzkovitz, Jaguar, Paulo Bruscky e Marília Rodrigues. O outro núcleo, que se tornou evidente, foi o de questões relativas à mulher, vistas, por exemplo, nas produções de Stella Maris, Pedro Pablo Oliva, Tarsila do Amaral e Marcelo Feijó. Ambos pontos suscitados, associados a um amplo acervo de peças etnográficas, desencadeou o conceito de resistência. Resistência fosse dos povos originários, dos quais procederam tais peças fosse dos quilombos que tiveram que ceder territórios para a construção de Brasília e de tantas outras cidades, dos escravos, da mulher em busca da igualdade de direitos, da liberdade de expressão. Resistência para simplesmente ser. A exposição foi, então, nomeada Relatos Subvertidos, pois embora a história oficial da região tente ocultar experiências e ações de resistência política e territorial dos grupos mencionados, subvertendo a vivência e a importância da história oral, parte significativa da produção das artes visuais latino-americanas subverte a história oficial, trazendo tais demandas ao observador.

Palavras-chave: América Latina; territorialidade; mulher.

No início do mês de julho de 2018, fomos convidados, enquanto alunos do Bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte da Universidade de Brasília (UnB), a realizar a curadoria de uma exposição na Casa da Cultura da América Latina (CAL),

instituição ligada à UnB. A partir do seu acervo, deveríamos pensar uma exposição comemorativa aos 30 anos de fundação da casa da cultura. O desenvolvimento da perspectiva curatorial seria realizado pelos alunos Ana Paula Barbosa, Carla Cruz e Sormani Vasconcelos, sob a coordenação da professora Cinara Barbosa¹. A exposição ficaria em cartaz de 15 de agosto a 25 de setembro de 2018, e ocuparia duas galerias da instituição.

A Casa da Cultura da América Latina (CAL) foi idealizada em 1987, durante o I Festival Latino-Americano de Arte e Cultura e teve sua criação oficializada em dezembro de 1988. Sua função inicial era a promoção da arte e cultura latino-americana, não obstante haver se consolidado como um espaço voltado ao fomento das culturas ibero, latina e africana, em todas as suas vertentes e linguagens. É atualmente uma das diretorias do Decanato de Extensão da UnB. Por sugestão do reitor, à época da sua constituição, está localizada no Setor Comercial Sul, área de grande circulação de pessoas. Possui três galerias de arte: CAL (subsolo), Acervo (2.º andar) e de Bolso (vitrine); e um auditório. Segundo Oliveira e Ferreira (2013, p. 100), “ao lado da Biblioteca Central da UnB, a CAL ocupa, sem dúvida, o posto de mais importante instituição museológica da UnB. Sua coleção é oriunda, quase que na totalidade, da economia da doação e da permuta expositiva”.

Ainda de acordo com Oliveira e Ferreira (2013, p. 100):

Podemos dividir o acervo da CAL em dois grupos distintos – e por vezes estranhamente exclusivos – uma coleção etnográfica e outra tipificada como artística. No caso da primeira coleção, temos pouco mais de 235 peças oriundas das duas primeiras edições do Festival Latino Americano de Arte e Cultura (FLAAC), em 1987 e 1989. Eventos que serviram, de fato, para a própria criação e consolidação da instituição. Nos últimos dez anos, o acervo foi ampliado com a assimilação da Coleção Galvão e com a guarda da Coleção do Centro Nacional de Referência Cultural (IPHAN).

No caso da coleção identificada como “de Arte”, encontramos prioritariamente obras de artistas brasileiros de diferentes partes do país, assimiladas, sobretudo, depois de 1996. [...] Como é dependente do sistema de doação, a representação latino-americana é restrita, contrariando a função primeira da CAL. Há uma pequena parcela de obras de outros continentes, geralmente doações dos corpos diplomáticos estrangeiros. No tocante à representação quantitativa dentro da coleção, vale ressaltar a presença de alguns artistas, como: Maciej Babinsky, Milan Dusek, Francisco Cuoco,

¹ Cinara Barbosa é curadora e pesquisadora. Professora Adjunta do Departamento de Artes Visuais (VIS) da Universidade de Brasília (UnB). Idealizadora e coordenadora do BSB Plano das Artes, projeto que envolve espaços independentes e ateliês de Brasília para formação de público e consolidação de circuito de arte na cidade. É diretora artística do Elefante Centro Cultural (DF), espaço autônomo de artes visuais. Dedicar-se também ao acompanhamento crítico de artistas. É professora convidada do curso de especialização Design Estratégico no tema Gestão de Equipes Criativas e Interdisciplinares da Universidade Federal de Goiânia que aborda, entre outras questões, arte e mercado. Interessa-se curatorially por pesquisas artísticas com enfoque nas relações de influência e contaminação entre produção artística contemporânea e História da Arte Brasileira. Fonte: <http://www.premiopipa.com/cinara-barbosa/>

Charlotte Gross, Zélia Swain, Johann Georg Scheuerman, Diô Viana, Stela Maris (com um fundo documental destacado) e um pequeno acervo de obras-xerox e poemas visuais de Paulo Bruscky.

O acervo da CAL é composto, atualmente, por 2.738 peças, divididas conforme quadro abaixo:

ACERVO CAL

ACERVO ETNOGRÁFICO

Coleção	Peças
Coleção Inicial	219 peças
Coleção Galvão	346 peças
Coleção CNRC	315 peças
Coleção Chocó	162 peças

ACERVO ARTÍSTICO

Coleção	Peças
Coleção CAL	509
Coleção Stella Maris	293 obras da artista e
	199 obras coletivas
Coleção Marília Rodrigues	421 obras da artista e
	221 outros artistas e
	53 sem identificação

Segundo informações contidas no catálogo Acervo da Casa da Cultura da América Latina (Silva; Ferreira, 2016):

A Coleção Inicial é composta por objetos doados pelas embaixadas do Chile, da Costa Rica, do Equador, do México e do Uruguai, participantes do primeiro e do segundo Festival Latino-Americano de Arte e Cultura; também por peças do artesanato brasileiro doados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, Funai e Casa do Ceará; por doações das embaixadas do México, Paraguai e Cuba. São 150 peças representativas da cultura latino-americana e caribenha e 69 objetos de diferentes grupos indígenas.

A Coleção Galvão reúne acervo etnográfico coletado na década de 1960, sob coordenação do antropólogo Eduardo Enéas Gustavo Galvão (1922-1978), que dirigiu o Instituto Central de Ciências Humanas da UnB até 1965. Em 1977, a coleção passou para a guarda do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC/IPHAN, e foi devolvida à UnB em 2002. Tem um total de 346 peças.

A Coleção CNRC foi constituída em 2002, quando a CAL recebeu, para guarda, a coleção etnográfica do CNRC, formada por peças reunidas entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 por técnicos do Centro, em visita a diversas aldeias indígenas de Mato Grosso e Goiás. O maior número de peças é do grupo Krahô (TO), com 190 objetos de um total de 315 peças.

A Coleção Chocó reúne objetos de dois grupos indígenas do Departamento Chocó na Colômbia: os Cuna do golfo de Urabá e os Waunana do rio San Juan. A pesquisa, seleção e aquisição das peças foram realizadas pelo antropólogo colombiano Álvaro Chavez Mendoza (1930-1992), e doadas para guarda da CAL em 1989. Tem 163 peças no total.

A Coleção de Arte foi formada ao longo da existência da CAL a partir de doações pessoais e institucionais e de transferências de outros setores da UnB. Em 1991, a coleção ganhou impulso com o recebimento das obras doadas para o “Seminário Indignação maior que o medo, violência não!”. Incluiu obras de artistas como Abdias Nascimento, Athos Bulcão, Fayga Ostrower, Glênio Bianchetti, Lívio Abramo e Oscar Niemeyer. Em 1995 e 1997, recebeu obras por transferências realizadas pelo Banco Central do Brasil, com destaque para as gravuras de Maciej Babinski, Alfredo Volpi, Cícero Dias e Tarsila do Amaral. Ao longo de sua existência, recebeu doações feitas pelos artistas Milan Dusek e Paulo Bruscky; por professores artistas do Instituto de Artes da UnB, e por embaixadas sediadas em Brasília. Total de peças: 509.

Em 2001, com a morte da artista Stella Maria, sua família inicia o processo de doação de seu acervo pessoal à UnB. Sob a guarda da CAL estão as obras de arte da artista: gravuras, colagens, desenhos, esculturas e estudos, desde o início da sua carreira até seus últimos trabalhos. Estão também as obras coletivas, resultado de projetos desenvolvidos por ela em parceria com alunos e artistas do Núcleo de Gravura da UnB. Total de peças: 492. Stella Maris de Figueiredo Bertinazzo chegou à UnB em 1979, onde organizou o Ateliê de Xilogravura. Foi professora do Departamento de Artes Visuais até 1995, quando se aposentou, tendo permanecido na UnB como pesquisadora.

A Coleção Marília Rodrigues foi constituída em 2013, após doação de parte do acervo da artista, falecida em 2009, por sua família. O conjunto das obras abrange todo o período de atuação artística de Marília Rodrigues e inclui também obras de outros artistas gravadores: Farnese de Andrade, Yara Tupinambá, Anna Bella Geiger, Léo Dexheimer, Maciej Babinski, entre tantos outros nomes. Tem ao total 695 peças. Marília Rodrigues participou da criação do Instituto Central de Artes (hoje Instituto de Artes) da UnB em 1963. Foi professora de desenho e gravura e orientadora do Núcleo de gravura, quando desenvolveu uma experiência inovadora como artista e educadora. Em 1966, retorna ao Rio de Janeiro após a demissão coletiva dos professores da universidade. É reintegrada à UnB em 1988, quando volta a morar em Brasília, permanecendo na cidade até sua aposentadoria.

A primeira reunião entre os curadores, a coordenação e a equipe da CAL aconteceu em 04 de julho de 2018. Teríamos pouco mais de 30 dias até a data prevista para início da montagem. Neste encontro inicial, surgiu a ideia de montar uma exposição a partir do catálogo da CAL, tendo como direção pensar o espaço a partir do olhar de fora: ideia do público sobre o acervo, sobre a reserva técnica, e a motivação das escolhas para a catalogação de peças ao acervo, frente ao desafio da conservação e da construção de memória. Diante do desafio de pensar a mostra num espaço de tempo tão reduzido, convidamos o colega Paulo Lannes, graduado em Teoria, Crítica e História da Arte pela UnB, para atuar como assistente de curadoria e nos ajudar nas pesquisas e discussões.

Após estudo inicial do catálogo e da formação do acervo da instituição, o tema que se apresentou de imediato foi o político, podendo ser observado nas produções de diversos artistas como, entre outros, Aniko Herzkovitz, Marília Rodrigues, Paulo Bruscky e Jaguar. O outro núcleo que se tornou evidente foi o de questões relativas à mulher, apresentadas, por exemplo, nas produções de Stella Maris, Tarsila do Amaral, Marcelo Feijó e Bia Medeiros. Diante destes temas, alguns pontos foram levantados:

- existe uma arte latino-americana?
- o que define arte popular?
- o que é América Latina?
- como se dá a representação do corpo da mulher num acervo predominantemente formado por artistas homens?
- é possível pensar num protagonismo feminino na arte a partir do acervo da CAL?
- que princípios nortearam a aquisição inicial do acervo etnográfico?

Ambas questões suscitadas, associadas a um amplo acervo de peças etnográficas, desencadeou no conceito de resistência. Resistência fosse dos povos originários, dos quais procederam tais peças, fosse dos quilombos que tiveram que ceder territórios para a construção de Brasília e de tantas outras cidades, dos escravos, da mulher em busca da igualdade de direitos, da liberdade de expressão. Resistência para simplesmente ser. A exposição foi nomeada Relatos Subvertidos, pois embora a história oficial da região tente ocultar experiências e ações de resistência política e territorial dos grupos mencionados, subvertendo a vivência e a importância da história oral, parte significativa da produção das artes visuais latino-americanas subverte a história oficial, trazendo tais demandas ao observador.

Para compor a mostra, foram selecionadas 46 peças de 41 artistas e 8 povos indígenas, divididas entre as Galeria CAL e Acervo. Na Galeria CAL, foram dispostas as obras que compunham o eixo temático da Mulher, onde destacamos as obras das artistas Bia Medeiros, Marília Rodrigues (figura 1), Stella Maris (figura 2) e Tarsila do Amaral, bem como a produção etnográfica do grupo indígena Cuna, da Colômbia. Na Galeria Acervo, cujo eixo temático era o Território, o visitante tinha contato com obras dos artistas Jaguar, Abdias Nascimento, Graciela Iturbide, Hugo Pistilli, Athos Bulcão, entre outros, e peças dos grupos

indígenas Wayana (figura 3) e Karajá, entre outros. Em ambas as galerias, a expografia foi elaborada buscando reforçar, junto ao público, o conceito da resistência.



Figura 1 - Marília Rodrigues. Álbum Registros, 1977



Figura 2 - Stella Maris. De como faço evas e destruo ilusões a respeito, 1967

No texto curatorial, optamos por trazer à reflexão a definição de América Latina, o histórico de violência na sua constituição enquanto território, e o desafio de ser mulher num ambiente historicamente desigual e hostil:

América Latina. Termo imposto para determinar a região menos favorecida economicamente das Américas. Separação geográfica em decorrência da origem da língua. Exclusão de indígenas e africanos. Ficcionalizada ou não, a questão sobre o território, ainda em discussão, permeia a busca do entendimento sobre a região. A construção de identidades e de vínculos com o continente latino-americano não se desenvolveu de forma pacífica. Indígenas expulsos de suas terras, juntamente com o ingresso de outros povos, obrigados ou não a se reterritorializar em lugares desconhecidos, não poderia ser isenta de conflitos. Em uma reflexão especialmente brasileira, não poderíamos desperceber em nosso percurso um processo de desterritorialização e reterritorialização mais recente, como foi a construção de uma nova capital no centro do país: Brasília.

Na América Latina, por seu histórico marcante de violência social e política, a cultura hegemônica patriarcal se apropriou das diferenças existentes entre os gêneros para justificar e manter as desigualdades, impondo a posição de subordinação às mulheres. A afirmação da masculinidade no contexto latino-americano, exaltando o uso da força, do comportamento violento, o uso de armas, o abandono das atividades domésticas e da criação dos filhos, torna-se um antivalor social. O desafio de se pensar o protagonismo da mulher no

campo das artes dentro da América Latina se torna ainda mais acentuado quando nos deparamos com os dados de estudos da ONU que confirmam a nossa vivência cotidiana dentro da região mais violenta do mundo para as mulheres. Como protagonizar a própria existência em meio à violência física e cultural? Como subverter o sistema masculino de representação?

O olhar sobre o acervo da Casa da Cultura da América Latina (CAL) em busca de conexões não foi dissociado da história da própria região, da Instituição e da formação do seu acervo. Sua constituição não se limita apenas à memória e à conservação, mas a uma pesquisa que visa atender amplo espectro de acontecimentos relacionados à formação, aquisição, eventos culturais, políticos e econômicos do continente. Nesta busca, realizada em meio ao convívio e à colaboração dos responsáveis pelo tema na CAL, ficaram evidentes as relações entre as obras dentro de uma perspectiva inclusiva e crítica, a qual esta curadoria optou por colocar em discussão a partir de diferentes vertentes da produção artística latino-americana. (BARBOSA; CRUZ; VASCONCELOS, 2018):



Figura 3 - Máscara Tamoko (sem data). Wayana – PA

Por fim, as discussões levantadas pela exposição encaminhavam para outros questionamentos, os quais nos motivaram a promover um seminário, organizado pelo assistente de curadoria Paulo Lannes. Foi realizado durante um dia, com a participação de 8 mulheres, professoras e/ou pesquisadoras ligadas à UnB, e com o título “A arte

contemporânea na América Latina: a questão da territorialidade e da mulher na atualidade”.

Referências Bibliográficas

SILVA, Ebnézer Maurílio Nogueira da (org.); FERREIRA, Anelise (org.). **Acervo da Casa da Cultura da América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília – Decanato de Extensão, 2016.

BARBOSA, Ana Paula; CRUZ, Carla; VASCONCELOS, Sormani. **Texto Curatorial da Exposição Relatos Subvertidos**. Brasília, Agosto, 2018.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio; FERREIRA, Analise. A construção de um acervo: princípios e estratégias de classificação. **Revista Patrimônio e Memória**, UNESP, Assis, v. 9, n. 1, p. 96 – 112. Janeiro – Junho, 2013.

Análise da exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir* (MARGS | 2017)

Andressa Cristina Gerlach Borba

Bacharela em História da Arte UFRGS

Licencianda em Artes Visuais UFRGS

andressa.gerlach@gmail.com

Resumo: Segundo a museóloga Marília Xavier Cury “A exposição museológica [...] é a forma de comunicação que melhor expressa e define a linguagem museológica” (CURY, 2013, p.20). Expandindo essa ideia em direção a uma perspectiva sócio-política, especificamente no âmbito do sistema da arte, a pesquisadora Ana Maria Albani de Carvalho considera a exposição como dispositivo, ou seja, um fenômeno cultural que se manifesta como instrumento de poder; resultado de uma complexa rede de relações que desempenha um papel fundamental como agente legitimador de discursos, passível de promover e influenciar revisões e consolidações de cânones na arte, tornando-se “[...] de ordem constitutiva para o campo das artes visuais, tanto no que concerne à produção artística, quanto à teórico-crítica” (CARVALHO, 2012, p. 48). Dentre as diferentes vozes que compõem uma exposição, procuro, através da minha pesquisa, privilegiar o papel desempenhado por educadores de museus de arte nesse processo, por crer que testemunham de forma mais orgânica o contato do público com a exposição e, em última instância, o que ela de fato foi. Busco analisar as implicações contidas em exposições de arte que tiveram sua curadoria — aqui entendida como organização, proposta e elaboração teórica, expográfica, discursiva e prática — feita por setores educativos de museus de arte em suas respectivas entidades, levando em conta o perfil desses espaços; o trabalho desenvolvido por esses setores; e a influência gerada pela rede de informações e interesses que envolve essa movimentação. Para tanto, apresento como estudo de caso a exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir*, que aconteceu no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS), entre 18 de abril e 23 de maio de 2017, com curadoria do Núcleo Educativo MARGS. Composta por 33 obras integrantes do acervo produzidas por 26 artistas entre os séculos XIX e XX, diferencia-se por abordar a criança não apenas como tema, mas como espectadora e produtora de arte. Além de rever o acervo da instituição, propôs novos meios de narrativa histórica a partir dele, na esteira de um processo revisionista verificado em outras instituições, como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o qual, com justificativas teóricas e metodológicas muito próximas ao caso em questão, realizou a exposição *Histórias da Infância* (2016), evidenciando como podemos obter novas leituras da História da Arte a partir do estudo e análise de exposições.

Palavras-chave: Exposição de arte, Arte-educação, MARGS.

A exposição *Infâncias: Diferentes Modos de Ver e Sentir* ocorreu entre 18 de abril e 21 de maio de 2017, nas galerias Pedro Weingartner e Ângelo Guido, no piso superior do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS). Contou com curadoria do Núcleo Educativo da instituição, formado na época pela ex-coordenadora Vera Lúcia Machado da Rosa, pela atual coordenadora Carla Adriana Batista da Silva, e pelas estagiárias

Nívia Ferreira de Souza e Luana da Silva. Composta por 33 obras integrantes do acervo do museu – entre pinturas, litogravuras, xilogravuras, aquarelas e outras técnicas – produzidas por 26 artistas nacionais e estrangeiros — com destaque para nomes consagrados do modernismo brasileiro, como Cândido Portinari e Lasar Segall — a proposta curatorial teve como tema a infância embasada nos conceitos de Philippe Ariès expressos em *História Social da Criança e da Família* (2014). Para tanto, foram escolhidas imagens de crianças nas mais diversas atitudes e contextos sociais (fig. 01), com a intenção de “confrontar e relativizar algumas das inúmeras visões do que seria infância, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotá-las” (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 05).

Figura 1. Vista parcial da exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir*.



Foto: Nívia Ferreira de Souza. Disponibilizado pelo Núcleo Educativo MARGS.

O pesquisador Igor Simões destaca em seu artigo *História da arte e exposições: a narrativa como articuladora de escritas contemporâneas da arte* (2017) como as exposições de arte podem se tornar uma ferramenta para novas formas de abordagem da História da Arte. O autor cita a exposição *Infâncias* (...) como exemplo, ao demonstrar que a proposta do Núcleo possibilitou uma forma inusitada tanto de perceber a infância no conceito social e artístico, mas também uma maneira de rever o acervo da instituição, através de novos meios de narrativa histórica.

Situando a infância como uma construção histórica e social, agruparam-se trabalhos de diferentes épocas, estilos e modalidades para dar a ver uma série de recorrências e afastamentos que deslizavam de uma a outra proposição, mais uma vez, estabelecendo narrativas que implodem a leitura da obra como uma verdade totalizante e inserindo-a em uma montagem que escreve e inscreve possibilidades dadas pelas particularidades do acervo da instituição e pelas escolhas do grupo de agentes que ergue a exibição. [...] Mais uma vez vemos trabalhos de diferentes procedências reunidos no

espaço expositivo e trazendo narrativas que mais do que negar a história da arte canônica e seus agrupamentos recorrentes por autoria, cronologia, estilos ou escolas, nos faz pensar em outras formas de contar a história, desde um argumento construído na instituição apoiado em suas peças que reagrupadas possibilitam vias possíveis a partir da exposição (SIMÕES, 2017, p. 2550-2551).

Uma questão apontada pelo pesquisador e mencionada pela equipe organizadora da exposição¹ foi a aproximação temática e temporal da exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir* e *Histórias da Infância*, que aconteceu de 08 de abril a 31 de julho de 2016, no Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), com curadoria de Adriano Pedrosa, Fernando Oliva e Lilia Schwarcz. A exibição também reuniu “múltiplas e diversas representações da infância de diferentes períodos”² em um projeto da instituição que propunha novas leituras da História da Arte a partir da promoção de diversas exposições – *Histórias da Loucura* e *Histórias Feministas* (2015), *Histórias da sexualidade* (2017) e *Histórias Afro-atlânticas* (2018) – que promoviam uma revisão do modo de tratamento de certas temáticas. Ou seja, a mostra era integrante de um projeto maior da entidade que buscava reavaliar as narrativas tradicionais, questionando os parâmetros eurocêntricos, colonizadores e dominantes da cultura ocidental que ainda reverberam no campo artístico. No caso do MARGS, *Infâncias (...)* era um projeto pensado independentemente da programação do museu, planejado com um ano de antecedência, e previsto para ocorrer em outubro de 2017. Contudo, a exposição foi adiantada para abril, em função de uma mudança no cronograma da instituição em razão da organização da exposição *A arte é a melhor parte da infância*, com curadoria de Valeska Karsten, que teve lugar na Galeria João Fahrion do MARGS, no mesmo período da exposição *Infâncias (...)*. Nesse caso, a exposição contou com 15 obras de grandes formatos em óleo sobre tela de 15 diferentes artistas de renome do Rio Grande do Sul em plena atividade³.

Tomando para si a liberdade permitida dentro do que chamaram de um “exercício curatorial” (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 02), a exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir* tinha como propósito contemplar a criança a partir de três diferentes perspectivas: como objeto da arte, sendo o tema/assunto representado nas obras

¹Para a elaboração desta análise realizei uma entrevista em 03/09/2018 com a equipe do Núcleo Educativo MARGS, que pode ser encontrada transcrita na íntegra nos apêndices do meu Trabalho de Conclusão de Curso, disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193846>> Acesso em 29/06/2019.

²Disponível em: <<https://www.masp.org.br/exposicoes/historias-da-infancia>> Acesso em 21/11/2018.

³Disponível em: <<http://www.jornaldacapital.com.br/v1/a-arte-e-a-melhor-parte-da-infancia/>> Acesso em 25/04/2018.

expostas; como espectadora da arte, ao visitar a exposição; e como produtora de arte, expressando-se artisticamente e ocupando um lugar na parede do museu (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 07). O primeiro eixo, estaria ligado à perspectiva histórica, mostrando os diferentes tratamentos dados às crianças através de representações presentes nas mais diversas temporalidades contempladas pelo acervo do MARGS. A expografia foi planejada levando o público infantil em consideração, especialmente a partir do segundo eixo. Para tanto, os quadros foram colocados “na altura dos olhos de uma criança, tornando a experiência com o objeto artístico mais pessoal e envolvente” (fig. 02), conforme divulgado no *site* do museu⁴. Por fim, em relação ao terceiro eixo, o educativo justapôs espaço expositivo e espaço educativo, apropriando-se das galerias com iniciativas inovadoras para a instituição — não apenas no campo discursivo, mas na prática — com a criação de um pequeno local com mesa, bancos, papéis e material para que as crianças pudessem desenhar; acompanhado de dois *displays* nas paredes próximas para exporem seus trabalhos, como parte integrante da mostra (fig. 02) – visando uma maior condição de igualdade entre a produção infantil e as obras da sala.

Figura 2. Vista parcial da exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir*. Ao centro, espaço destinado às atividades de desenho das crianças.



Foto: Nívia Ferreira de Souza. Disponibilizado pelo Núcleo Educativo MARGS.

Essas ações foram repetidas pelo Núcleo na exposição *Livros e leitores no acervo do MARGS*, que também contou com curadoria do setor educativo no mesmo ano, entre o período de 10 de outubro a 26 de novembro, na galeria Oscar Boeira do MARGS.

⁴Disponível em: <<http://www.margs.rs.gov.br/midia/margs-discute-os-diferentes-modos-de-ver-a-infancia-a-partir-da-arte/>> Acesso em 25/04/2018.

Paralelamente, estratégias parecidas foram adotadas na expografia da exposição *Histórias da infância*, do MASP, que da mesma forma rebaixou as obras em até 30 cm menos do que a média padrão do olhar, e exibiu, lado a lado com obras de artistas icônicos — como *O escolar* (1888), de Van Gogh e *Rosa e azul* (1881), de Renoir — desenhos infantis integrantes do acervo do museu.

Por fim, cabe ainda mencionar que através de uma parceria com a Associação de Amigos do MARGS (AAMARGS), o educativo foi responsável por coordenar uma mesa-redonda que contou com a participação de Maria Helena Wagner Rossi, arte-educadora que trabalha com análise de desenho infantil, atendendo ao aspecto da criança como produtora de arte; Adriana Ganzer, pesquisadora que estuda o comportamento e a percepção de grupos de crianças que visitam museus, atendendo ao segundo viés; e, por fim, a historiadora da arte Joana Bosak, com a perspectiva histórica trazida pelo primeiro eixo. Além desse encontro, houve sessões comentadas do documentário *A arte através da Infância*, dirigido pela jornalista Gabriela Bordasch.

Percebemos, com esses dados, que a exposição *Infâncias* foi claramente endereçada ao público infantil, o que fica evidente no próprio texto curatorial, ao afirmar que: “embora a exposição se destine a públicos de todas as faixas etárias, este projeto se propõe a colocar a criança e suas representações frente a frente, como num espelho, mirando-se mutuamente e recriando infinitas manifestações deste encontro” (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 06). Como consequência desse enfoque específico, conforme indicado no relatório anual de atividades do Núcleo, do total de visitantes mediados, 5% referiu-se ao público de educação infantil (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 44), – ou seja, relativo à primeira infância, período que abrange do nascimento até os primeiros seis anos de vida do indivíduo – sendo este o maior número absoluto (436 crianças) atendido desde o princípio da contabilização sistemática feita pelo setor, iniciada em 2014. Nesse sentido, merece atenção a seguinte colocação, encontrada no primeiro dos relatórios de atuação do Núcleo: “Alunos de Educação Infantil não são frequentadores habituais do museu. No ano de 2014, recebemos somente três turmas de um mesmo colégio, o que equivaleu a apenas 1% do total de visitantes mediados” (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2014, p. 13). Portanto, este não costuma ser o público mais frequente do setor educativo do MARGS, o qual sinaliza também um acréscimo do número de agendamentos solicitados especificamente para visitar a exposição *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir* (NÚCLEO EDUCATIVO MARGS, 2017, p. 08).

Essas informações asseveram a possibilidade de adesão e/ou ampliação de novos públicos quando seus interesses são diretamente contemplados pelo discurso proposto pela exposição. Cabe ressaltar que, nesse sentido, não apenas as crianças, mas educadores e professores da educação infantil foram públicos bastante mobilizados pela temática abordada. Nessa perspectiva, ressalta-se como consequência direta do projeto, uma série de *deslocamentos*: do educador que exerce a função de curador; assim como do público, que passa de espectador passivo à agente ativo, em um espaço museal que torna-se um ambiente de experimentação e criação, não apenas de exibição. Com isso, podemos considerar que a análise de *Infâncias: diferentes modos de ver e sentir* justifica a proficuidade do campo de estudos de História das Exposições, o qual propõe indiscutivelmente novas leituras da(s) História(s) da Arte, sendo um exemplo de exposição que não se limitou a reafirmar tradições, mas a tensionar narrativas.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe Ariès. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- BORBA, Andressa Cristina Gerlach. **Curadoria educativa em museus de arte: três perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Curso de História da Arte. Porto Alegre, 2018.
- CARVALHO, Ana Maria Albani de. A exposição como dispositivo na arte contemporânea: conexões entre o técnico e o simbólico. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. I, n. 2, p. 47-58, jul/dez 2012.
- CURY, Marília Xavier. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p.13-28, jan./jun 2013.
- NÚCLEO EDUCATIVO MARGS. **Relatório Núcleo Educativo**. MARGS, 2014.
- NÚCLEO EDUCATIVO MARGS. **Relatório Núcleo Educativo**. MARGS, 2017.
- SIMÕES, Igor Moraes. História da arte e exposições: a narrativa como articuladora de escritas contemporâneas da arte, In: 26º ENCONTRO DA ANPAP, Campinas. **Anais do 26º Encontro da Anpap**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p.2540-2552

Cultura material identitária nos museus

Augusto Luis Fidencio.

Graduando em Museologia
Universidade Federal de Minas Gerais.
auguslfd@gmail.com

Sâmmya Nicolle da Cruz Dias.

Graduando em Museologia
Universidade Federal de Minas Gerais.
saamdias@gmail.com

Resumo: Apesar dos esforços pós-positivistas e pós-coloniais, é necessária uma constante atenção metodológica para que a pesquisa histórica não retorne invariavelmente para história dos detentores do poder, vencedores das guerras e heróis que não representam a vida popular. O seguinte trabalho pretende mostrar como abordagens investigativas centradas na cultura material são capazes de somar precisão e profundidade nas conclusões, assim como dar valiosas pistas sobre as identidades culturais. O objetivo é sintetizar algumas maneiras pelas quais traços identitários são/podem ser encontrados em objetos e artefatos históricos, e a importância dessa atenção especial. Este trabalho é uma revisão bibliográfica comparativa das obras de autores relacionados à museologia, cultura material e identidade, e traz também exemplos na forma de estudo de caso sobre abordagens metodológicas, usando como objeto para análise o Museu do Cotidiano, fruto do trabalho do “objeteiro” Antônio Carlos Figueiredo. O presente trabalho será dividido em três blocos: 1. Museus e Coleções, Coleções e Identidade, Identidade e Museus: onde serão expostas as funções museais, a importância dos museus na sociedade e formas de construção identitária através de objetos de uso cotidiano. 2. A Historização da Memória e a Definição das Identidades: onde será feita uma exposição das formas como o patrimônio se relaciona com a construção de cultura e identidades passando por autores como Richard Boyer, Bourdieu e Gramsci. 3. Abordagens Investigativas: onde trataremos dos temas vistos anteriormente sob o viés da pesquisa histórica, usando como estudo de caso a metodologia aplicada no Museu do Cotidiano segundo visita e entrevista com seu gestor.

Palavras-chave: Cultura material, Identidade cultural, Museus.

Introdução

Entre as primeiras plantas introduzidas no Jardim Botânico, presente de Luiz de Abreu Vieira e Silva a D. João, havia uma palmeira (*Roystonea oleracea* Cook), que foi plantada pelo próprio Príncipe Regente. Ela ficou conhecida popularmente como palmeira real ou imperial. Em 1829, a palmeira floresceu pela primeira vez. Para que o Jardim Botânico tivesse o monopólio dessa espécie, o diretor Serpa Brandão mandava tirar e queimar todos os seus frutos. Entretanto, à noite, os escravos subiam na árvore, colhiam os frutos e vendiam, na clandestinidade. Foi assim que a espécie se dispersou por todo o país, tornando-se mais

conhecida até do que palmeiras da flora nativa. O espécime plantado por D. João recebeu o nome de *Palma Mater*. Em 1972, a *Palma Mater* foi fulminada por um raio. Tinha, naquela época, 38,70 metros de altura. O tronco foi preservado e encontra-se em exposição no Museu Botânico. Em seu lugar, foi plantado outro exemplar, simbolicamente chamado de Palma Filia. [Extraído do Site do Jardim Botânico do Rio de Janeiro].

O acontecimento acima narrado é uma analogia para como lidamos com a narrativa histórica e com a cultura material na função de documento histórico. Busca-se através do domínio dos símbolos e das instituições de legitimação [BOURDIEU, 1989] controlar o acesso e alcance das culturas. Assim como o diretor do jardim botânico planejava ter o monopólio das sementes da palmeira, há igualmente um conflito, muitas vezes sutil, pelo monopólio das narrativas. Ainda que as histórias oficiais estejam sob poder de grupos específicos, o conhecimento sobre as histórias paralelas, narrativas orais, objetos sagrados, lugares de devoção, são como os frutos roubados clandestinamente durante a noite pelos escravos.

A cultura é algo vivo e dinâmico, e sua materialidade pode servir como um meio de transmissão e perpetuação muito além da história oficial. Quando o raio, um poder externo e inesperado, fulminou a *Palma Mater*, restou dela um tronco queimado, mas sua espécie já estava mais comum no Brasil que a palmeira nativa. Assim também são os saberes culturais, que em um fluxo constante e marginal à narrativa oficial sobrevive e se espalha silenciosamente.

É um desafio para os museus pesquisar a historicidade das culturas enquanto trabalha como um mantenedor de uma narrativa histórica única, mas, cada vez mais, a pesquisa histórica valoriza e busca incluir as narrativas silenciadas pelo tempo e pelo poder. Uma forma de fazê-lo é voltar-nos para a cultura material e buscar nela as identidades e saberes, e o museu tem a função por excelência de lidar com a cultura material e com a criação e legitimação narrativas.

Museus e Coleções, Coleções e Identidade, Identidade e Museus

A palavra museu origina-se na Grécia Antiga. *Mouseion* era o termo utilizado para referir-se ao templo das nove musas, filhas de Zeus e *Mnemosine*, as quais representavam as diversas vertentes ligadas às artes e ciências. Diferentemente de hoje, esses espaços não tinham como finalidade reunir coleções para a fruição de visitantes, mas serem locais de contemplação, estudos científicos, literários e artísticos. Os museus há muito estão presentes

na sociedade, porém encontram-se em constante transformação. Dessa forma, entramos em contato com estudiosos da área e suas teorias.

Segundo a definição mais difundida e aceita, escrita por Peter van Mensch, museus são instituições voltadas essencialmente para três funções interconectadas: a pesquisa, a preservação e a comunicação.

Objetos, artefatos e documentos históricos são pesquisados, para que gerem conhecimento, preservados fisicamente (através de restauração ou conservação), ou através de registro, para que sua existência e o contexto de sua existência sejam conhecidos, e comunicados, para que o conhecimento gerado pela pesquisa possa ser transmitido, ora entre a comunidade acadêmica ora entre a comunidade leiga, e os seus registros, frutos da preservação, possam continuar atuais.

Como é possível perceber, a museologia tem em seu âmago tanto a função imaterial quanto uma base material indissociável. Museus são instituições conectadas intimamente, quiçá mais que qualquer outra, à cultura material.

A expressão “Cultura Material” pode ter uma gama de definições, comumente caindo sobre coisas, objetos e bens de forma genérica. Para o presente trabalho, utilizaremos principalmente a definição de Pearce e Deetz, segundo a qual mesmo o que transcende aos objetos está incluso. Paisagens, animais e plantas, refeições, lugares, posses, e toda extensão da realidade física que direta ou indiretamente sofreu influência da humanidade. De acordo com Deetz (1996, p.35) “Cultura material é o segmento do ambiente físico humano que foi propositalmente moldado de acordo com um plano culturalmente estabelecido” (*apud* MENSCH, 1992).

Se pensarmos que: “Os objetos refletem vivências e simbolismos que envolvem universos mentais, e desde a experiência de existência até experiências culturais estão entre as atribuições de sentido de um único objeto” (DOHMANN, 2013) podemos inferir que a cultura material também se debruça sobre o estudo das atribuições de sentido que podem ser extraídas de um objeto.

São possíveis vários ângulos de estudos antropológicos sobre objetos: sua função social, a história de sua produção, a mudança de significado ao longo do tempo, o status que eles evocam, etc. Similarmente, é possível realizar os mesmos caminhos tendo como centro as coleções. Coleções possuem um nível ainda mais profundo de subjetividade, uma vez que seu conceito hermético e estético é também um constructo social (PEARCE, 2005 / BAUDRILLARD, 1968). Para Susan Pearce, compreender os princípios de organização de

uma coleção é tão importante quanto as qualidades internas dos objetos. Pode ser dito que tais princípios organizacionais são até mais importantes que os objetos individualmente, pois o colecionador é capaz de evidenciar ou esconder características intrínsecas de objetos individuais com sua escolha de objetos no entorno, sua quantidade, repetição, assim como, digamos, o curador de uma exposição direciona o olhar do visitante através da expografia.

Coleções também possuem funções sociais, e em diferentes sociedades apresentam diferentes implicações. A coleção de cabeças de animais na parede de um caçador, a coleção de vestidos da duquesa guardada pelo museu, ou a coleção de objetos da família guardada num baú, expostas para os seletos visitantes, para um pequeno grupo de familiares, ou para toda a população uma cidade, apesar das diferenças, os três exemplos compõem a identidade do colecionador.

Se a coleção é o espontâneo fruto de uma “natureza acumuladora”, ou a consequência inevitável de uma imposição social, não é o objetivo deste trabalho responder, mas entender a importância da relação que os objetos fazem com a identidade, é sim necessário.

Em seus estudos antropológicos sobre cultura material, Daniel Miller traz à tona a miríade de atribuições dadas para objetos de uso cotidiano, entrando com profundidade ontológica nas roupas, acessórios, carros e casas: “as roupas passam a mais que representar pessoas, passam a construí-las.” (MILLER, 2010).

Deste conceito em diante, são vistas várias situações onde a identidade é construída pelas coisas. O autor compara como pessoas de diferentes países afirmam mais que seus gostos pessoais e condição financeira através das roupas: o sári indiano se tornou uma extensão do corpo feminino e pode demonstrar o estado de humor, indicar o status de relacionamento e, em situações onde o contato físico é visto com desaprovação, tocar o tecido pode ser uma alternativa para mostrar um laço íntimo. Em Trinidad, a autenticidade nas combinações de cores, texturas e a criatividade geral do visual da vestimenta são os pontos importantes, pois tal sociedade possui seus próprios rituais de julgamento das indumentárias. São julgadas as roupas, acessórios, e também a capacidade de cada um em receber críticas sobre seu visual.

Em cidades como Londres, a preocupação com a vestimenta passa pelo caminho contrário. A ideia intencionada por algumas pessoas é demonstrar que “não se importam” com o que vestem, ainda que, para isso, precisem organizar deliberadamente um estilo centrado

nesse conceito. Torna-se claro que a construção identitária passa pela materialidade, e que a cultura material é, em certo ângulo, indissociável de dada cultura numa visão mais ampla.

Como exemplo, uma ferramenta usada por um cidadão romano pode não representar a particularidade de uma pessoa ou afirmar sua identidade, mas em nível macroscópico, entender os processos de produção daquela ferramenta, suas rotas de comércio, preço médio e a sua utilização dá pistas sobre o comportamento de uma sociedade e conseqüentemente da distância entre o comportamento de um cidadão genérico e o comportamento padrão. A construção identitária passa pela materialidade ainda que de forma indireta.

Baseando-se nisso, é esperado que as funções museais recebam uma nova camada de importância. Os processos de pesquisa, preservação e comunicação não estão lidando apenas com coisas, mas com todas as eventuais identidades relacionadas, de pessoas e de momentos históricos inteiros, temporalmente e espacialmente.

A pesquisa histórica, dessa forma, tem a potencialidade de aprimorar a preservação e a comunicação do museu. Além disso espera-se que o museu seja um ambiente onde acontece a relação homem-realidade apontada por Marília Xavier Cury, através dos objetos e coleções. Tal relação passa pelo objeto como seu foco material, e requer ampla pesquisa sobre outras épocas e contextos culturais.

A pesquisa histórica tem também o valor de pensar e problematizar o próprio método. Nas palavras de Cury, o museu é também um “desprestidigitador”, pois deve demonstrar para o visitante seu método. É de suma importância que o visitante compreenda o processo de construção da narrativa. Dada a relação entre a função dos museus e a cultura material, é importante comentar a perspectiva de alguns autores sobre identidade e cultura, e sua relação com o patrimônio.

A Historização da Memória e a Definição das Identidades

Para Richard Boyer, em seu genial trabalho *Respect and Identity: Horizontal and Vertical Reference Points in Speech Acts* podemos pensar na identidade utilizando dois eixos: no eixo horizontal temos a relação de dado membro de um grupo com sua família, seus amigos, seus vizinhos, essencialmente pessoas da mesma “casta” ou “qualidade”. Enquanto no eixo vertical temos a relação de dado membro de um grupo com seus superiores hierárquicos: patrões, pessoas da lei, líderes religiosos.

O mais surpreendente deste estudo é que para Boyer, os verdadeiros guardiões da identidade são os membros horizontais de um grupo. Ainda que os superiores hierárquicos tenham o poder de torturar e tirar a vida de um subordinado, o poder de deslegitimar, ostracizar e afastar um membro está no eixo horizontal, isto é, seus semelhantes.

Identity is discursive, the self as mediated (and shaped) by language and values. Individuals drew on the collective ground of cultural convention to define themselves. Insiders were the guardians of identity because they possessed the collective memory that kept track of the complex balance sheet of calidad. (BOYER, 1998)

Esse pensamento já era percebido na passagem:

A identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma 'auto-identidade' definida por si mesmo e uma 'hétero-identidade' ou uma 'exo-identidade' definida pelos outros [Simon, 1979, p.24,].

É dito ainda por Cuché, em *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais - 1966*, em uma leitura de Simon, que a

[...] auto-identidade terá maior ou menor legitimidade que a hétero-identidade, dependendo da situação relacional, isto é, em particular da relação de força entre os grupos de contato - que pode ser uma relação de forças simbólicas. (CUCHE, 1966).

Antes de Stuart Hall trabalhar com a pós-modernidade e as múltiplas identidades que as pessoas podem adotar em contextos diversos, já era notado o poder externo do meio em cada um.

É especialmente tocante aos museus quando Cuché prossegue "(...) em uma situação de dominação caracterizada, a hétero-identidade se traduz pela estigmatização dos grupos minoritários. Ela leva frequentemente neste caso, ao que chamamos de uma identidade negativa." (CUCHE, 1966).

Os avanços da museologia na década de 70, com a chamada "Nova Museologia", se direcionaram para uma atitude mais inclusiva, social e crítica, dessa forma, atenta às relações de opressão simbólica e à estigmatização de identidades.

Tal perspectiva precisa ser pensada sob a luz de sociólogos como Bourdieu e Gramsci, para que seu alcance potencial seja atingido. Para Gramsci, a sociedade capitalista é dividida em duas esferas, a sociedade política, cujo poder é a força, e a sociedade civil, cujo poder é o consenso. Em tal perspectiva, a hegemonia é produzida sob encomenda dos burgueses através da mídia e outras instituições legitimadoras, como igrejas e partidos, e se torna um consenso impossível de ser combatido (HEYWOOD, 1994).

Em *O Poder Simbólico*, Bourdieu desenvolve e define com precisão tais ideias de instituições legitimadoras dos consensos da realidade, e inclui entre elas os museus.

Retornando ao pensamento de Boyer, a verdadeira identidade das pessoas é construída por seus semelhantes, membros da mesma casta, mas o arcabouço de onde é extraída a convenção cultural identitária é algo maior, hierarquizado e financiado pelos poderosos. Símbolos e explicações são criados para justificar a manutenção do poder nas mãos de seus detentores, fato que está intrinsecamente ligado à formação e fortalecimento do museu como fenômeno e como instituição.

Pode-se dizer que tal “arcabouço identitário” teve sua consolidação com a constituição dos Estados Nacionais. Concebidos dentro do “espírito nacionalista”, os espaços museais se inserem num quadro de “surto de nacionalismo” (MENDES, 2009 *apud* ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila, 2012), e adquirem adicionalmente uma identidade e função pedagógica.

O conhecimento de símbolos e do passado deveriam ser os alicerces da construção de um legítimo cidadão. Houve então uma busca e revisão pelos heróis nacionais, datas comemorativas e símbolos da nação, numa cruzada por legitimar simbolicamente quais seriam os atributos dos Estados Nacionais que ascendiam. Os ícones escolhidos deveriam moldar toda uma mentalidade civil, que seria não apenas aceita na época, mas passada de geração em geração, criando memórias e, muitas vezes, transformando esses signos em patrimônios. Dessarte, torna-se inegável que as identidades são construídas individualmente, mas o delineamento destas é macroscopicamente feito por um constructo social maior, muitas vezes além da compreensão do pesquisador que investiga o comportamento de um sujeito ou de um grupo isoladamente.

As construções de identidade e buscas de símbolos na memória coletiva dos povos passam direta e indiretamente pelo patrimônio. O museu é, portanto, uma instituição única na construção e manutenção de uma realidade simbólica por meio do patrimônio musealizado (CURY, 2011).

Os espaços de coleta, preservação e conservação de memória, como arquivos, museus, bibliotecas, memoriais e monumentos, sobrevivem devido à necessidade humana de “documentar” aquilo que é vivido, aquilo que é vivenciado. Hoje pensamos que guardar, registrar, não são “substâncias” inerentes ao homem, pelo contrário, são construções. Sem essa “vigilância” – um tipo de Panóptico, como descrito por Jeremy Bentham, no qual a memória seria o prisioneiro, e a documentação o vigilante – o passar dos séculos

varrerá todas essas lembranças para debaixo do tapete. Por isso o ser humano sente a necessidade de criar datas comemorativas, monumentos e até mesmo realizar uma constante restauração de certos bens.

O medo da perda seria o que faz o homem sentir o desejo de salvaguardar. A história modifica esses lugares, e até mesmo os deforma, mas a tentativa de captar e preservar as memórias é o que torna tais espaços vivos e capazes de fomentar diálogos com o presente.

Podemos pensar no conto *Funes, o Memorioso*. O personagem descrito é um homem capaz de guardar tudo: todos os segundos vividos por ele tornam-se memória. No fim do conto, Funes decide se trancar em seus aposentos, no escuro, pois o simples fato de enxergar torna-se um fardo para ele. Cada momento é uma nova lembrança: o simples fato de pensar em ter mais informação, já se caracteriza como uma nova lembrança.

Esse conto ilustra a relação complementar entre memória e esquecimento, relação presente em nossa forma de lidar com patrimônio.

Além disso, o patrimônio é fundamental no processo de transformação da memória em história.

A “historização” da memória é um efeito da sociedade pós-moderna, na qual os sujeitos são cada vez mais individualizados: nos tornamos um solitário numa multidão de solitários [BAUMAN, 2001].

A memória tem deixado de ser um fenômeno social e globalizante para tornar-se um fato individual e subjetivo. Ela deixa de ser uma expressão espontânea e passa a ser tratada como um dever, apoiada por bases precisas, materiais e com registros visíveis, palpáveis. Quanto menos interiorizada, maior torna-se a necessidade de suportes físicos e referências tangíveis que só existem através dela [NORA, 1993]. A memória transforma-se em arquivos, e assim perde seu caráter mágico: torna-se apenas uma questão de história.

Com a passagem da memória para a história, a questão identitária entra em cheque. Os registros formais, arquivos, documentação, substituem as tradições de transmissão informal, e cobram um aporte físico, palpável. Essa “historização” da memória faz com que os grupos realizem mudanças em sua identidade para que ocorra a manutenção de sua cultura e suas narrativas não sejam perdidas.

Abordagens Investigativas - Antônio Carlos e o Museu do Cotidiano

Partindo dos conceitos abordados, a relação do homem com as coisas pode ser o diferencial marcante para encontrar culturas marginais quando traduz os hábitos das pessoas comuns.

Para historiadores como Soizic Croguennec, *Université de Guyane*, conseguimos acesso a relatos históricos do cotidiano de pessoas comuns quando buscamos por registros sociais que os incluam, e os incluam majoritariamente. Pensando na relação entre a composição de identidade e as coisas, um caminho é buscar justamente pelas relações entre pessoas e suas posses.

Nos registros históricos de uma cidade teremos talvez acesso apenas aos feitos relevantes de pessoas consideradas relevantes, e as cartas trocadas em certas épocas refletem a realidade seleta de pessoas que sabem ler e escrever. Do lado oposto, os registros legais de compra e venda, documentos de posses e dívidas, recibos e cobranças, assim como inventários, resumem o dia-a-dia das pessoas comuns, e um ponto positivo adicional é o fato de muitos desses registros serem feitos por terceiros (comerciantes, juízes, legisladores, etc), então representando pessoas sem acesso à escrita.

Antônio Carlos, curador e dono do Museu do Cotidiano (Rua Bernardo Guimarães 1296, Belo Horizonte - MG) teve isso em mente quando decidiu iniciar uma busca específica por catálogos das décadas passadas para seu acervo. Antes de sua popularização, havia menos de uma centena de aparelhos telefônicos em Belo Horizonte, e os catálogos telefônicos acompanharam progressivamente seu crescimento. O mesmo acontece com catálogos de endereços, documentos que registram em suas páginas o crescimento da cidade.

O conceito do Museu do Cotidiano é realizar o contato do visitante com o dia-a-dia do cidadão brasileiro, promovendo uma conexão com objetos que trazem histórias de diferentes lugares e momentos.

Pessoas se relacionam com coisas num laço que torna impossível pesquisar uma e desconsiderar a outra. A metodologia empregada por Antônio Carlos para investigar os itens de seu acervo - mais de 100 mil objetos ainda em processo de catalogação - é conversar com as pessoas no momento da venda. Em suas palavras, há um método que ele aprimorou ao longo dos anos para pesquisar sua coleção. Se a pessoa com quem adquiriu o objeto não souber sua história, pergunta-se para um vizinho, para alguém da cidade que viveu no momento de uso do objeto, ou recorre-se a registros como livros, fotos e gravações.

Sendo museus instituições num abraço tão íntimo com a materialidade da história, fornecer através de suas pesquisas uma base compreensível para as relações materiais de dado momento se torna uma de suas mais importantes funções, e uma obrigação por excelência. O caso do Museu do Cotidiano é atípico por ser um acervo grandioso cuja pesquisa é feita *'in-loco'*, informalmente através de conversas.

Tal atitude investigativa é associada por Pesavento em *Muito Além do Espaço – Por uma História Cultural do Urbano* com as considerações de Carlo Ginzburg sobre o historiador-detetive, que através de fragmentos de discursos e recortes históricos tenta criar deduções e desvelar significados sobre outro contexto, outro momento, outro lugar.

Sandra Jatahy Pesavento comenta sobre o entendimento da historicidade do espaço urbano dialogando com Sennet: “Ante a neutralidade imposta pela ação do urbanista, a cidade não se revelaria tão transparente. A própria cotidianidade da vida é, também e ela, um elemento de alteração do espaço e de transformação do meio ambiente.” [PESAVENTO, 1995].

Considerações Finais

Encontrar a identidade cultural de objetos nos direciona para uma visão mais completa e intimista da história. Museus têm em seus acervos, nas auras e significados dos objetos e coleções, indícios de realidades e de relações específicas do homem com a realidade. Pesquisar historicamente esses traços pode ser feito por uma miríade de possibilidades, mas torna-se imperativo que as metodologias sejam constantemente revisadas e atualizadas, para que estejam sempre dialogando com as novas descobertas e respeitando as narrativas invisibilizadas.

O Museu do Cotidiano representa um caso único de concepção museal, e mostra como seu objetivo principal o profundo significado que a cultura material tem ao tocar nosso cotidiano e moldar nossas vidas.

Partindo dos conceitos e situações deste trabalho, espera-se um aprofundamento nas técnicas de pesquisa histórica nos museus, possível apenas com o conhecimento da importância e peculiaridade da cultura material como objeto de estudo.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica Museologia e Patrimônio**, PPG-PMUS, Unirio MAST, v. 5, n. 2, 2012.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2002. 4. ed. 230p.
- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand. Rio de Janeiro.1989. 311 p.
- BENTHAM, Jeremy et al. **O Panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 199p.
- BOYER, Richard. Respect and identity: horizontal and vertical reference points in speech acts. **The Americas**, v. 54, n. 4, Apr.1998.
- COUCHÉ, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CURY, Marília Xavier. Museus em transição. In: **Museus: o que são, para que servem?** Brodowski, SP: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. p.18 -19
- DOHMANN, Marcus. **A experiência material: a cultura do objeto**. Núcleo de estudos do Objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. 269 p.
- HEYWOOD, Andrew. **Political ideas and concepts: an introduction**. New York: Palgrave Macmillan, Maio 1994. 284 p.
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, 2014. **Nosso Jardim, Plantas**. Disponível em: <<https://aplicacoes.jbrj.gov.br/historic/palmater.htm>>. Acesso em: 04 de fev. de 2019
- MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology**. Tese (Doutorado) - University of Zagreb, 1992. 68p.
- MENDES, José Amado. **Estudos do patrimônio: museus e educação**. Coimbra: Univ. Coimbra, 2009. 234 p.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Zahar, Rio de Janeiro, 2010. 244 p.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p.7- 28, Dez de 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p.279-290, 1995.
- PEARCE, Susan M. **Interpreting objects and collections**. Taylor & Francis e-library, 1994.
- SIMON, Pierre- Jean. Aspects de lethnicité bretonne. **Pluriel-débat**, n. 19, p. 23- 43, 1979.

A Comunicação do legado científico e cultural de Peter Lund pelo Museu de Ciências Naturais da PUC Minas

Bianca Rezende Godói

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

biancarezende.historia@hotmail.com

Resumo: A comunicação da Ciência e do conhecimento científico pode se dar de diversas formas. Mesmo nossa educação ainda sendo marcada pelo método de ensino tradicional, fechada e circunscrita à sala de aula, existem outras formas de conhecer e aprender Ciência de maneira divertida e interativa, onde o conhecimento científico, como o da Arqueologia e Paleontologia, são comunicados a diversos públicos. O Museu de Ciências Naturais da PUC Minas é um exemplo desta divulgação e diálogo interativo do conhecimento científico, onde aborda em sua exposição permanente: “Peter W. Lund - Memórias de um Naturalista” a vida e pesquisas deste importante naturalista dinamarquês, que estudou inúmeros fósseis pleistocênicos na região de Lagoa Santa no século XIX, e suas teorias e legado científico ainda hoje contribuem para pesquisas atuais neste campo do conhecimento. Nesta apresentação de trabalho, pretende-se analisar a difusão do conhecimento científico através dos Museus, tendo como estudo de caso o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, buscando enxergar como o Legado científico de Peter Lund é comunicado ao público por este museu. Para isso, serão utilizados inicialmente como referencial teórico Marandino (2008) e Nascimento (2013), que irão abordar a comunicação realizada pelos museus de seu conhecimento ao público e quais são as estratégias que estes utilizam na sua realização. No que tange à exposição aqui estudada, será analisado como fonte o Projeto da exposição permanente de Peter Lund, intitulado “Bicentenário 1801 – 2001 Peter W. Lund, Memórias de um Naturalista”, para entender como a exposição foi planejada e quais são suas estratégias. Além disto, reportagens de jornais da época referentes à inauguração da exposição, como as do Jornal Estado de Minas, Jornal Minas Gerais, Jornal do Comércio e o Informativo mensal PUC Minas, também serão examinados para compreender quais foram as repercussões e os impactos desta exposição no seu tempo. Algumas destas reportagens nos mostram que a exposição da “sala Lund” fez grande sucesso à sua época, e que grandes nomes da Arqueologia e Paleontologia daquele momento, como Castor Cartelle, participaram de sua organização e se empenharam na divulgação deste grande acervo presente no Museu. Sendo assim, é expressamente importante resgatar a memória e o conhecimento guardado pelos museus no cenário atual brasileiro, onde o país se encontra em uma crise cultural e identitária.

Palavras-Chave: Conhecimento científico, Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, Peter W. Lund

Introdução: Museus como espaços de educação e conhecimento

O conhecimento e o desejo de conhecer sempre moveram a curiosidade do homem. Ele o estimulou a manejar o fogo, a melhorar e potencializar a agricultura no passado, e no presente continua instigando o homem a investigar e continuar a fazer pesquisas para

conhecer não só o seu passado, mas também entender como os seus desdobramentos refletem no presente. Atualmente, muito do conhecimento científico produzido e investigado pelo homem pode ser divulgado de diversas maneiras, sendo uma delas a comunicação da Ciência com o público realizada pelos Museus.

Para além dos pesquisadores, que são especializados e tem como trabalho aprender e fazer ciência, através de livros acadêmicos, artigos, etc., existem outros curiosos em nossa sociedade que não fazem Ciência, mas que também almejam conhecê-la. Estudantes, jovens, crianças, entre outras pessoas, buscam este conhecimento científico de forma mais palatável ao seu entendimento, e neste âmbito, os Museus de Ciências são de grande importância nesta aquisição. Diante disso, a autora Chagas (1993, p.3) afirma que:

As mudanças sociais observadas no início deste século, a evolução da museologia a partir dos anos vinte e o crescente impacto da ciência e seus produtos nas presentes sociedades, alertaram para a importância do papel educativo dos museus como divulgadores da ciência ao grande público. (CHAGAS, 1993, p.3).

O desenvolvimento e crescimento das instituições museológicas passaram por grandes transformações do século XVIII ao XXI. Se no início refletiam apenas na exposição de grandes obras monumentais e relíquias, voltadas para a atração e lazer de um público urbano e burguês, atualmente estas instituições tomaram outros propósitos, tendo um público mais amplo e de diversas camadas sociais, assim como seus temas, que hoje em dia irão tratar de questões importantes para a contemporaneidade. Neste âmbito, segundo Nascimento (2013):

A criação dos museus, na sociedade moderna ocidental, acompanhou o processo de democratização da cultura, abrindo as portas das grandes coleções privadas de relíquias religiosas e artes plásticas. A expansão industrial, nos séculos XVIII e XIX, criou um novo sujeito de exposição – a tecnologia, e um novo público - o cidadão urbano em seu tempo de lazer. (...) No século XX, a museologia mudou seu foco e quebrou o paradigma de formação de grandes coleções para promover a fruição da cultura e dar acesso aos bens culturais e as tecnologias do mundo contemporâneo. A nova museologia passou assim, a produzir uma própria cena de apresentação de objetos muitas vezes criados unicamente no processo de musealização. (NASCIMENTO, 2013, P.3).

Já no século XXI, a autora Nascimento (2013) afirma o surgimento de novas tendências e temáticas em relação aos Museus, voltadas para o contemporâneo:

As novas tendências museológicas apontam para a diversidade das práticas sociais e em geral, se afastam de formas consagradas de edifícios majestosos e reluzentes e se aproximam de uma arquitetura ousada e integrada ao contexto do visitante. Os museus pensados para o século XXI buscam

abordar os temas a partir da contemporaneidade e simultaneidade da sociedade e conciliam questões que, até então, eram consideradas separadas: a ciência, a técnica, a arte e o homem. (NASCIMENTO, 2013, p.3).

É fato que os museus contemporâneos têm preocupações para além de única e exclusivamente exibir uma determinada obra ou relíquia. Estes atualmente têm também como missão contextualizá-las em seu tempo e espaço, dando à suas exposições um significado mais profundo.

Os museus, de modo geral, se apresentam então como lugares de conhecimento, onde as pessoas buscam observar e apreender informações de formas visuais, sonoras ou táteis, fugindo geralmente do padrão de aprendizagem pré-estabelecido pela escola. Neste sentido, os Museus se tornam locais de lazer e interação com o saber, onde os diálogos entre as pessoas são múltiplos e também as interpretações que estas formulam. Ainda aos olhos da autora Nascimento (2013), está também elucidada que:

As instituições museológicas no século XXI enfrentam desafios decorrentes do desenvolvimento da sociedade de informação e do constante processo de inovação social e tecnológico. Novos tempos e novas formas de interação promovem encontros de olhares contemplativos e educativos ao mesmo tempo em que transformam as cidades e seus espaços culturais em territórios educativos. Os museus, dentro desse novo cenário, além de abrigar coleções de objetos de arte e de artefatos, se tornaram locais de difusão de conhecimentos e de promoção de saberes. Assim, essas instituições assumiram mais fortemente uma função social de síntese buscando interagir o passado, o presente e o futuro. (NASCIMENTO, 2013, p.2).

Pensando neste aspecto, devemos levar em consideração o importante papel dos museus como espaços educativos. Mesmo atualmente ainda persistindo certo preconceito em relação a este ambiente como sendo um lugar de aprendizagem, ou que este seria exclusivo ao campo do lazer e não da Educação, muitos autores defendem os Museus como espaços de “Educação não-formal”, sendo esses lugares de conhecimento, assim como a Escola, mas que se dão fora do ambiente escolar. Sobre estas diferentes formas de educação, a autora Chagas (1993) explica:

A educação formal caracteriza-se por ser altamente estruturada. Desenvolve-se no seio de instituições próprias — escolas e universidades — onde o aluno deve seguir um programa pré-determinado, semelhante ao dos outros alunos que frequentam a mesma instituição. A educação não-formal processa-se fora da esfera escolar e é veiculada pelos museus, meios de comunicação e outras instituições que organizam eventos de diversa ordem, tais como cursos livres, feiras e encontros, com o propósito de ensinar ciência a um público heterogêneo. A aprendizagem não-formal desenvolve-se, assim, de acordo com os desejos do indivíduo, num clima especialmente concebido para se tornar agradável. Finalmente, a educação informal ocorre de forma espontânea na vida do dia-a-dia através de conversas e vivências

com familiares, amigos, colegas e interlocutores ocasionais. (CHAGAS, 1993, p.2).

Portanto, existem diferentes formas de educação e os museus se apresentam como espaços de educação não formal. Mesmo sem apresentar a forma tradicional de educação das escolas, onde os alunos se encontram sentados em carteiras, em silêncio, ouvindo apenas os professores transmitirem o conhecimento, os museus conseguem comunicar esta mesma educação, mas de forma interativa e divertida, onde as pessoas podem interagir com o monitor e com as obras, observando cada peça no seu tempo, conversando com outras pessoas e tirando fotos. Esta forma descontraída de aprendizagem cativa e atrai, e é o que faz os museus serem também importantes espaços de aprendizagem e de conhecimento. Diante disto, a autora Marandino (2008) afirma que:

Em uma exposição de museu, as informações que aparecem na forma de textos, imagens, aparatos interativos, objetos contemplativos, entre outros, têm a função de cativar o público, ensinar e divulgar conhecimentos. Estas informações recebem um tratamento específico para torná-las acessíveis e fazerem sentido para os variados públicos que visitam os museus. (MARANDINO, 2008, p. 21).

Os Museus exercem, desta forma, um importante papel na sociedade, não só na educação e difusão do conhecimento, mas também na construção de uma memória sobre determinado local, pessoa ou objeto. Sobre este assunto, a autora Marandino (2018, p. 29) explica que: “O papel social dos museus é, sem dúvida, o de formação do indivíduo. Sob a óptica educativa, o museu deve, como uma de suas principais funções, permitir a esse indivíduo tornar-se sujeito de sua aprendizagem”.

O Museu de Ciências Naturais da PUC Minas e seu papel na divulgação do Legado Científico de Peter Lund

Muitos Museus de Ciências, na atualidade, se empenham neste compromisso de divulgar um determinado conhecimento científico a um público leigo. O Museu de Ciências Naturais da PUC Minas é um exemplo, onde este está há mais de 30 anos divulgando saberes não só da Ciência em geral, mas do conhecimento científico encontrado e produzido em Minas Gerais em específico.

Vinculado ao Departamento de Ciências Biológicas, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas foi inaugurado em 3 de julho de 1983. Com o crescimento do acervo, a medida do tempo, o espaço deste departamento foi se tornando insuficiente, o que restringiu o acesso

apenas a comunidade acadêmica. Com apoio financeiro de algumas empresas, foi possível a construção da fase I de uma nova sede, iniciadas em 1998, com uma área projetada de 4.500m².

Após sua construção, em setembro de 2001, o Museu iria abrir suas portas para divulgação de sua primeira exposição permanente: “Peter W. Lund - Memórias de um Naturalista”, em homenagem ao “pai da Paleontologia brasileira”. O próprio Informativo mensal PUC MINAS ANO 11 N°194 já anunciava, anteriormente, com a manchete “Museu de Ciências Naturais terá sala Lund” a inauguração desta exposição:

Com o objetivo de ampliar o conhecimento do passado paleontológico mineiro, o Museu de Ciências Naturais da PUC vai instalar a Sala Peter W. Lund, descobridor de inúmeras espécies de fósseis nas regiões de relevo calcário de Minas. Na sala, ficarão expostos objetos pessoais do cientista e peças coletadas por ele em suas inúmeras viagens pelo país. (CARNEIRO, 1997, p.1).

Outros jornais, como o Jornal Minas Gerais – Quarta Feira, 9 de julho de 1997, explica o objetivo primordial do Museu, com a manchete de “Museu resgata pré-história mineira”:

Mas o grande objetivo dos empreendedores, antes mesmo de inaugurar o Museu de Ciências Naturais PUC/MG, é resgatar a pré-história de Minas Gerais a partir de Peter Lund, o pioneiro da paleontologia na América do Sul e o Patrono do novo museu. Ele será homenageado com a criação da Sala Peter Lund. (GOULART, 1997, p.4).

Esta exposição deu origem ao projeto “Bicentenário 1801 – 2001 Peter W. Lund, Memórias de um Naturalista”, ocorridos nos dias 25 a 28 de setembro de 2001, que teria como objetivo a implantação desta “Sala Lund” como homenagem ao naturalista dinamarquês. Segundo este mesmo Projeto (2001):

O trabalho realizado pelos naturalistas e as pesquisas desenvolvidas atualmente ainda continuam distantes da maioria das pessoas. Muitos desconhecem a riqueza do patrimônio natural, histórico, científico e cultural de Minas Gerais. O MCN-PUC Minas tem como tarefa primordial o resgate e divulgação deste patrimônio, estimulando e promovendo ações voltadas para sua preservação e estreitando, cada vez mais, os laços com a comunidade em geral. (BICENTENÁRIO, 2001).

Nesta exposição dedicada a Peter Lund se encontram diversos itens, como fotografias e desenho do naturalista do século XIX, objetos da época de Lund, como a cruz original de seu túmulo, a lápide de Andréas Brandt, livros e publicações originais e de autoria de Lund, além de uma grande quantidade de fósseis encontrados pelo dinamarquês em suas viagens ao Brasil.

Figura 1 - Busto de Peter W. Lund



Fonte: fotografia, Museu de Ciências Naturais da PUC Minas – 2019.

Figura 2 - Objetos e simulação do gabinete de Lund de sua residência em Lagoa Santa.



Fonte: fotografia, Museu de Ciências Naturais da PUC Minas – 2019.

Muitas doações foram feitas para a construção e enriquecimento desta exposição, muitas delas vindas da própria Dinamarca, como registra o Informativo mensal PUC.MINAS ANO 11 N°194 – BH/MG Abril de 1997 com a manchete “Museu de Ciências Naturais Homenageia Lund”:

A Curadora do Museu (Zoologisch Museum de Copenhagen), Tove Hating, já enviou para a PUC, lâminas coloridas, pequenos pacotes com fósseis, papéis de embrulhos originais, assim como o livro do desenhista de Lund, Andreas Brandt. O doutor Andreas Lund, em nome da família, doou quatro lâminas originais desenhadas pelo próprio cientista quando ele ainda era estudante (ambas datadas de 1820). (CARNEIRO, 1997, p.3).

Figura 3: Arca contendo materiais fósseis achados por Peter Lund vindos da Dinamarca.



Fonte: fotografia, Museu de Ciências Naturais da PUC Minas – 2019.

Em agosto de 2002, o Museu foi definitivamente aberto ao público, apresentando sete exposições temáticas. Após sua inauguração e abertura ao público, o museu procurou sempre inovar e acrescentar novas formas de atração ao público, como eventos culturais e criação de novas exposições.

Em janeiro de 2013, o Museu de Ciências Naturais sofreu um grande incêndio, o que fez com que fechasse suas portas para a recuperação de suas exposições, sendo este reaberto apenas em dezembro do mesmo ano. Mesmo com uma História marcada por muitas dificuldades, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas conseguiu se tornar referência nacional e internacional. Contendo um dos acervos de História Natural mais importantes da América Latina. Este também guarda importante conhecimento arqueológico e paleontológico da história natural de Minas Gerais, mais especificamente da região de Lagoa Santa, um dos mais notáveis sítios arqueológicos do Brasil.

Tendo em destaque uma grande coleção de mamíferos do Pleistoceno, no período compreendido entre 1,8 milhões e 11 mil anos atrás, muitos destes animais foram encontrados pelo naturalista Peter Lund, e estão nas exposições e laboratórios do Museu para a educação e pesquisa, animais como preguiças terrestres e, tatus gigantes, tigre-dentes-de-sabre,

toxodonte, mastodonte, espécies inéditas de macacos, dentre outros. Esta coleção representa a segunda maior da América do Sul sobre o tema, sendo, desta forma, importante objeto de pesquisa e produção para muitos pesquisadores da área. Esta coleção também inclui exemplares de invertebrados e peixes, além de réplicas de espécies importantes que permitem a compreensão do processo de evolução no planeta.

O Museu de Ciências Naturais da PUC Minas se apresenta então como um importantíssimo centro de pesquisa sobre os achados de Peter Lund e também sobre a Arqueologia Mineira. Mas, mais do que isso, ele também corresponde a um grande difusor deste conhecimento científico e acadêmico para diferentes públicos, que podem de maneira interativa conhecer as riquezas faunísticas dos milhares de anos antecedentes que Minas Gerais percorreu.

Considerações finais

Sendo assim, podemos inferir a importância do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas na divulgação da Ciência a diferentes públicos, que este transmite o conhecimento científico de forma atrativa e prazerosa. Além disso, o Museu também enriquece a cultura histórica, científica e arqueológica dos visitantes sobre nossa região de Minas Gerais, principalmente referentes aos estudos e legado do naturalista dinamarquês Peter W. Lund, provenientes da região de Lagoa Santa. Por fim, devemos lembrar a importância científica que este Museu possui como centro de destaque e de continuidade de pesquisas na área de Paleontologia e Arqueologia, muitas delas baseadas nos materiais e pressupostos deixados por Lund.

O Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, desta forma, se apresenta em constante diálogo com a Ciência e especificamente com a História Natural mineira. Neste âmbito, a sessão do Museu reservada ao naturalista dinamarquês Peter Lund é de grande riqueza para difusão deste conhecimento científico mineiro. Em sua exposição, podemos encontrar um pouco de sua História na Dinamarca, antes de sua vida ao Brasil, um pouco sobre sua vida privada e de Lagoa Santa, cidade em que Peter Lund decidiu fixar residência aqui no Brasil. No campo científico, a exposição nos mostra também algumas peças de sua coleção, que foi devolvida da Dinamarca para vários Museus de Minas Gerais. Dentre as peças, encontramos várias espécies Pleistocênicas nativas do cerrado mineiro, que foram encontradas em Lagoa Santa por Lund, como Preguiças Gigantes, Macacos, Tatus, Cachorro do mato, etc.

Apesar de ser um conhecimento rico e muito específico sobre a Ciência Natural, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas consegue comunicar aos visitantes todas estas informações sobre a Paleontologia e Arqueologia mineira explorada por Lund e seu Legado Científico.

Sendo assim, para aprender e adquirir conhecimento científico não precisamos apenas de livros, pesquisas aprofundadas ou horas e horas em bibliotecas. Hoje, o conhecimento se encontra em diversos meios e espaços de comunicação, e se difunde, sem restrições, para diferentes públicos e faixas etárias. Os Museus, de maneira geral, são importantes lugares de conhecimento científico, e o Museu de Ciências Naturais, em específico, é um importante espaço que retrata a História Natural Mineira e o Legado de nosso querido Naturalista Dinamarquês Peter Lund de maneira objetiva e interativa, direcionando e simplificando algo tão vasto e complexo como os conhecimentos arqueológicos e a paleontológicos descobertos em Lagoa Santa por Lund. Em suma e em consonância com as palavras da historiadora Marchesotti (2005, p. 25): “Se Lund estava em sintonia com seu tempo, também deixou suas marcas individuais na História”.

Abstract: The Science communication and scientific knowledge can take place in a variety of ways. Even though our education is still marked by the traditional teaching method, closed and circumscribed to the classroom, there are other ways to know and learn Science, like a fun and interactive way, where scientific knowledge, such as Archeology and Paleontology, is communicated to diverse the public. The Museum of Natural Sciences of PUC Minas is an example of dissemination and interactive dialogue of scientific knowledge. It contains a permanent exhibition: "Peter W. Lund - Memories of a Naturalist" the life and research of this important Danish naturalist, who studied numerous Pleistocene fossils in the Lagoa Santa region in the 19th century, and his theories and scientific legacy still contribute to current research in this field of knowledge. In this article, it is intended to analyze the diffusion of scientific knowledge through the Museums, containing as a case study the Museum of Natural Sciences of PUC Minas, seeking to see how the scientific Legacy of Peter Lund is communicated to the public by this museum. Therefore, the Project of this permanent exhibition, titled "Bicentennial 1801 - 2001 Peter W. Lund, Memoirs of a Naturalist", will be analyzed to identify how the exhibition was planned and what are its strategies. In addition, newspapers of the time referring to the inauguration of the exhibition will also be examined to comprehend the repercussions and impacts of this exhibition in its time. It is expressively relevant to rescue the memories and to keep the knowledge thru museums, especially in the current Brazilian scenario: in a cultural and identity crisis.

Keywords: Scientific knowledge, Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, Peter W. Lund

Referências Bibliográficas

BICENTENÁRIO 1801 – 2001 Peter W. Lund, Memórias de um Naturalista. Belo Horizonte: Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, 2001.

CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências. Relações entre os museus de ciências e as escolas. **Revista de Educação**, 1993. p. 51-59.

CARNEIRO. Informativo mensal PUC Minas. **Museu de Ciências Naturais homenageia Lund**, Belo Horizonte, ano 11, n. 194, 1997, PP. 1-3.

GOULARD. Museu resgata pré-história mineira. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 09 jul 1997, p.4.

MARANDINO, M.; Silveira, R. V. M.; Chelini, M. J.; Fernandes, A. B.; Garcia, V. A. R.; Martins, L. C.; Lourenço, M. F.; Fernandes, J. A. & Florentino, H. A. A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz. IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS – SP, Bauru, 2013. **Anais...**, Bauru, 2013, p. 1-13.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciências, 2008.

MARCHESOTTI, Ana Paula Almeida. **Peter Wilhelm Lund (1801-1880): o naturalista, sua rede de relações e sua obra, no seu tempo**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

NASCIMENTO, S.S. A relação museu e escola: um duplo olhar sobre a ação educativa em seis museus de Minas Gerais. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v.20, n.1, 2013, p. 179–191.

Instalações de arte ao ar livre e suas conexões com o entorno: reflexões acerca da preservação

Camilla Ayla Oliveira dos Anjos

Mestre em Artes pela EBA/UFMG

Conservadora-Restauradora de Bens Culturais Móveis

camillayla@gmail.com

Resumo: A proposição da presente comunicação é fruto do recém finalizado Mestrado em Artes na linha de pesquisa Preservação do Patrimônio Cultural com a dissertação intitulada “Instalações de Arte ao ar livre e suas conexões com o entorno: reflexões acerca da preservação” que tem como objeto o acervo de *site-specifics* ao ar livre do Museu do Açude, no Rio de Janeiro. O museu tem sua gênese na doação de um acervo particular numeroso e diversificado à União nas décadas de 1960-1970 resultando em dois espaços que compõe os Museus Castro Maya: o Museu Chácara do Céu, no bairro de Santa Teresa, e o Museu do Açude, no Alto da Boa Vista, no interior da Floresta da Tijuca, ambos na cidade do Rio de Janeiro. O Museu do Açude iniciou sua trajetória como um museu-casa que abrigava parte das coleções de Castro Maya: azulejarias portuguesas e maranhenses, arte devocional e decorativa oriental, desenhos de Debret, como também cenários do dia-a-dia de como fora os tempos em que era utilizada como residência de campo e local de recepções sociais. No início da década de 1990 foi considerado pela diretoria dos Museus Castro Maya que tanto quanto as obras e bens culturais – móveis e imóveis – que constituem o acervo da instituição, o seu entorno natural é um patrimônio. Com esta consideração e a articulação do artista Tunga junto a diretoria foram propostas as primeiras instalações de *site-specific* ao ar livre, em 1994. Em 1999, com a curadoria de Marcio Doctors, foi iniciado o então *Espaço de Instalações Permanentes* inaugurado com as obras de Anna Maria Maiolino e Iole de Freitas. Durante os anos 2000 o museu contou com diversas aquisições de obras para este acervo permanente ao ar livre de artistas como Hélio Oiticica, Lygia Pape, Nuno Ramos, José Resende, Waltercio Caldas dentre outros que constituem a coleção de dez instalações. Discutiremos como o *Espaço de Instalações Permanentes* está condicionado a consideração do entorno natural como patrimônio para sua existência, e ao mesmo tempo como esta localização contribui para seu apagamento material contínuo e acelerado. Além disso, são consideradas as práticas museais que estão diretamente ligadas a disponibilização de recursos públicos extremamente escassos, além de sugerirmos um método de documentação e análise específicos para as particularidades do acervo de instalações de arte contemporânea do Museu do Açude.

Palavras-chave: Museu do Açude; Instalações de arte contemporânea; Preservação do Patrimônio Cultural.

O Museu do Açude – localizado no Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – é fruto tanto das ações culturais, quanto ambientais, de Raymundo Ottoni Castro Maya na cidade do Rio de Janeiro. Juntamente com o Museu Chácara do Céu – no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro – o Museu é parte do conjunto denominado Museus Castro Maya, sendo que ambos consistem em antigas residências do patrono, provenientes do seu legado familiar, e transformadas em espaços museais a partir de 1964.

Desde que as propriedades foram tombadas, em 1974¹, pela Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), os Museus fazem parte do escopo de bens atrelados ao, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1982, e ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) não sendo mais responsabilidade da Fundação Raymundo Ottoni Castro Maya, que foi extinta. Hoje os Museus Castro Maya se encontram sob administração estatal e contam com orçamentos advindos de políticas público-privadas e de repasses do, hoje extinto, Ministério da Cultura.

O caráter inicial do Museu do Açude era de um museu histórico que abordava, principalmente, a temporalidade vivida naquele espaço por Castro Maya. As salas foram configuradas cenograficamente para parecerem que estão em uso: a mesa posta, as louças separadas e a cozinha mantida fidedignamente ao tempo de que adveio. De modo diferente, nas outras salas há espaços expositivos, com vitrines e totens, que exibem e dão destaque a coleção de arte oriental, azulejaria e arte sacra no interior da residência principal. A mudança de espaço museológico histórico para uma instituição na qual obras contemporâneas são alocadas permanentemente denota questões referentes às transformações de perspectivas institucionais em relação ao que era considerado como patrimônio. Tais visões são essencialmente ligadas à localização ímpar da instituição: no interior de uma floresta urbana tropical.

O hoje denominado *Circuito de Arte Contemporânea*² tem como seu precursor a exposição temporária *Potências do Orgânico*, realizada no ano de 1994 com a curadoria de Marcio Doctors e participação dos artistas Tunga, Arthur Barrio, Adriana Varejão, Claudia Bakker e Fernanda Gomes.

Anteriormente às novas proposições artísticas para o ambiente museal, a gestão do Museu do Açude, durante suas primeiras duas décadas de existência, esteve focada em propiciar as melhores condições para exibição, difusão e conservação do acervo deixado por Castro Maya, assim como as locações no entorno do Museu.

O curador da exposição temporária *Potências do Orgânico*, Marcio Doctors, ressalta que a consideração do entorno do Museu como patrimônio integralizado foi essencial para nortear as novas maneiras de ocupar a espacialidade disponível e evocar as novas manifestações artísticas contemporâneas:

¹ “Quando o Professor Pedro Calmon presidiu a instituição, os museus da Fundação Castro Maya foram, à sua instância, tombados pelo SPHAN (em 24-9-74), juntamente com os respectivos acervos e parques paisagísticos”. (MUSEUS CASTRO MAYA, 1984, p. 17)

² Denominado até o ano de 2016 como *Espaço de Instalações Permanentes*

Foi a partir desse conceito museológico, de que **a mata que envolve o Museu é um acervo visual tão importante quanto as peças reunidas em seu interior**, que foi gestada a ideia de que era possível convidar artistas plásticos que **estabelecessem uma fricção entre suas obras e o que está em torno do Museu, como espaço museológico**. (DOCTORS, 1999, p.5, grifos nossos).

Tais propostas começaram a ser gestadas a partir de articulações de Tunga junto ao diretor do Museu do Açude na época: Carlos Martins e, assim, a artista inglesa Shelagh Wakely foi convidada a ser a primeira a promover este diálogo do entorno com seu trabalho de arte contemporânea.

Em variadas passagens dos catálogos das exposições, ao longo das quase duas décadas de existência do Circuito de Arte Contemporânea, é possível perceber um uníssono, principalmente nos primeiros momentos de experimentação desta nova tipologia artística integrada na coleção, o apontamento de que as circunstâncias às quais as obras estão expostas na sua locação são únicas: ao ar livre e em meio à floresta, e estas influem tanto a apreciação, apresentação, conservação e permanência. A existência das obras é referência direta aos espaços que ocupam e suas características são sempre mutáveis, sendo que não é a obra que determina ou tenta dominar o ambiente, mas coexiste e se modifica com ele.

As primeiras instalações de site-specific foram executadas em 1999 por Anna Maria Maiolino e Iole de Freitas, no projeto denominado *A Forma na Floresta*. No ano de 2000, a obra de Hélio Oiticica, *Magic Square nº 5 – De Luxe*, foi instalada em uma clareira do Museu do Açude, sendo a terceira obra a integrar o circuito expositivo, e permanece até os dias de hoje.

Vera de Alencar – atual diretora dos Museus Castro Maya desde 1995 – demarca no catálogo referente às obras de José Resende, Lygia Pape e Nuno Ramos, inauguradas em 2002, que tais aquisições consolidam a instauração de um espaço museológico que corrobora para a afirmação do dinamismo do Museu. Assim com a promoção de um espaço “[...] preocupado em associar a preservação do patrimônio à sua função de difusão social da cultura e da arte”. (ALENCAR, 2003, p. 7). No mesmo catálogo, Doctors aponta o que estas novas aquisições representam plasticamente para a continuidade da ideia de ocupação iniciada em 1999, e demarca a singularidade do espaço nas instituições museológicas brasileiras.

Em 2005 inaugurou-se a obra *Garota de Ipanema*, de Piotr Uklanski. O artista polonês propôs a obra no ano da Polônia no Brasil e esta foi integrada ao Espaço de Instalações

Permanentes do Museu do Açude. No mesmo ano a obra de José Resende foi destruída em consequência das fortes chuvas sazonais.

Em 2008 foi inaugurada a obra *Passarela*, de Eduardo Coimbra, esta trabalha a relação direta entre paisagem e trabalho artístico, promovendo a interação com entorno como experiência artística.

Em 2010 a obra de Iole de Freitas foi destruída por consequência também das chuvas e da queda do muro acima da piscina em que a obra estava alocada. No mesmo ano o Museu é fechado visto que as chuvas não causaram danos somente à obra de Iole de Freitas, mas também a outros bens e estruturas da instituição. Com a reabertura do Museu do Açude em 2012, uma nova instalação de Iole de Freitas foi inaugurada, agora não mais habitando a piscina, mas o muro de contenção acima desta, que destruiu sua obra anterior.

Em 2016 foram inauguradas as últimas três obras do *Circuito*: José Resende foi convidado para realizar uma nova instalação e escolheu alocá-la não mais em uma clareira dentro da Floresta que é parte do Museu, mas ancorá-la na escada de concreto ao lado da casa principal. Também foram inauguradas obras de Angelo Venosa e Waltercio Cladas que, cada uma ao seu modo, representam a trajetória e poética dos artistas e, ao mesmo tempo, modificam o dialogam com o espaço natural-construído da instituição.

As instalações componentes do Circuito de Arte Contemporânea ao ar livre do Museu do Açude, apresentam uma multiplicidade de materiais e propostas artísticas diversas entre si. Como estudo de casos para as pontuações apresentadas na pesquisa de mestrado aqui sumarizada, elegemos três instalações para uma análise de aspectos concernentes a suas características individuais da materialidade, proposta artística, localização e contextualização na produção de seus autores.

Além disso, estas mesmas obras terão suas questões ampliadas para análise dos riscos aos quais estão expostas, seus diagnósticos de conservação e as medidas para sua preservação.

A escolha destas obras se deu pelo fato de que, quando consideramos somente suas questões materiais, seu processo de deterioração se encontra em um estado mais avançado do que as outras instalações presentes no Circuito. Deste modo, presumimos que seja importante o seu estudo imediato, visto que possivelmente são as que necessitam de maiores e mais urgentes cuidados.

Como base para a análise aqui realizadas, utilizaremos as diretrizes propostas para gestão de risco e outros meios de documentação presentes nos apêndices desta pesquisa. As

diretrizes apresentadas por Ankersmit, Brokerhof e Ligterink (2016)³ na publicação da *Cultural Heritage Agency* auxiliarão na escolha de possibilidades de utilização de ferramentas para confecção da gestão de risco das três obras selecionadas do Circuito de Arte Contemporânea do Museu do Açude. A aplicação dos modelos promove argumentos para escolha de prioridades em tratamentos de conservação-restauração, além de sugestão de protocolos de preservação com medidas a curtos, médios e longos prazos.

A gestão de riscos não envolve somente a análise dos riscos imediatos aos quais a obra está exposta, mas também eventos – como incêndios, enchentes e roubos –, além dos processos cumulativos de deterioração, como descoloração pela exposição à luz (ANKERSMIT; BROKERHOF; LIGTERINK, 2016). Enfatizamos que “A gestão de risco não se sustenta por si só, sendo uma parte do processo de tomada de decisão” (ANKERSMIT; BROKERHOF; LIGTERINK 2016, p.9, tradução nossa).

Um dos métodos indicados pela publicação acima citada é o ABC⁴ do *Canadian Conservation Institute* (MICHALSKI, 2016) que consiste em uma avaliação quantitativa, através de logaritmos, dos cenários de risco. Cenários de risco são todas as possibilidades do que pode vir a causar danos nas obras e/ou no acervo. Através da identificação, descrição e análise dos cenários, é possível traçar prioridades baseadas na magnitude e urgência dos riscos e definir entre medidas de conservação ou restauro, sendo “[...] particularmente útil quando comparamos perdas de valores resultantes de uma inação com uma futura perda de valor mitigada através da conservação ou o reestabelecimento de valores perdidos por meio da restauração e os possíveis efeitos destas escolhas” (ANKERSMIT; BROKERHOF; LIGTERINK, 2016, p. 10, tradução nossa).

A partir da gestão de risco das três obras elegidas – as instalações de Anna Maria Maiolino, Lygia Pape e Nuno Ramos – observamos que cada obra possui particularidades que necessitam de ser contempladas para que um diagnóstico de risco que envolva não somente a materialidade (que também é única em cada uma delas) seja realizado. As obras contemporâneas por vezes possuem proposições que envolvem esferas imateriais e estas também têm de ser esmiuçadas para que não ocorra uma preservação somente da esfera material, que pode estar em dissonância com as propostas artísticas, promovendo assim a descaracterização da instalação de arte.

³ Disponível em <https://cultureelerfgoed.nl/publicaties/risk-management-for-collections>

⁴ Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2017/pch/CH44-157-2016-eng.pdf e em https://www.iccom.org/sites/default/files/2017-12/risk_manual_2016-eng.pdf

Nos debruçamos além destas questões ao estado de conservação atual das obras elegidas e, deste modo, apontamos as discrepâncias das propostas e o estado atual das instalações.

Daremos destaque a dois riscos comuns a todas as instalações do *Circuito de Arte Contemporânea*, que são os danos resultantes das fortes chuvas sazonais e a falta de documentação das obras, assim como a falta de recursos e pessoal na instituição.

Destacamos que a gestão de risco não é um processo único, em que a análise se finda no momento de produção de documentos, mas um processo cíclico em que são necessárias revisões, manutenção e atualização da documentação. Além disso, como já apontado, é uma análise que pode sempre ser ampliada de acordo com o escopo de profissionais ligados à sua produção.

Um fator determinante para escolha e aplicação de medidas de caráter preventivo ou curativo é o orçamento disponível. Um dos riscos aos quais todas as instalações do Circuito de Arte Contemporânea do Museu do Açude estão sujeitas é a falta de recursos e pessoal. Sendo que as “[...] instalações não podem ser entendidas separadamente das práticas museais e cenários em que elas circulam” (VAN SAAZE, 2011, p. 249, tradução nossa), é preciso afirmar que práticas de preservação são completamente dependentes da disponibilização de recursos e servidores capacitados para realizá-las.

O Museu do Açude possui especificidades de preservação não somente quando consideramos a unicidade de cada instalação ao ar livre, mas principalmente ligadas à sua localização: a Floresta da Tijuca.

A proposta principal do projeto de ocupação do espaço externo com arte contemporânea, assim como a tipologia de instalação – site-specific – evocam e referenciam este entorno, ao mesmo tempo que o modificam e são modificadas por ele. As proposições também estão intimamente ligadas ao reconhecimento desta área de vegetação como patrimônio do Museu, sendo a escolha de alocar instalações ao ar livre uma ferramenta para preservação, difusão e integração dos espaços museológicos da instituição com o entorno.

Considerado também que, “O contexto físico auxilia a definir uma obra, mas isto torna-se ainda mais radical no caso de instalações que utilizam o entorno para estruturar a experiência do espectador” (MOLOTCH; WHARTON, 2009, p. 211, tradução nossa), não devemos classificar as instalações do Museu do Açude como obras externas descoladas de sua contextualização, mas como obras pertencentes a uma reserva ambiental e que têm, dentro de

suas inúmeras propostas, o intuito de preservar e valorizar o local em que estão. A ambientação externa está diretamente ligada às proposições apresentadas pelos artistas componentes do Circuito de Arte

Contemporânea. As instalações dialogam diretamente com o ambiente natural e condicionam a experiência tanto da obra em si, quanto do local no qual estão de formas complementares e ao mesmo tempo paradoxais. Não há uma intenção somente estética ao alocar as instalações nas áreas externas, mas sim uma proposta de nova relação ambiental do espectador através da arte contemporânea.

Como o ambiente não pode ser modificado para redução dos riscos aos quais as obras estão expostas, outras medidas de preservação se tornam necessárias. É notável que todos os materiais possuem vida útil distinta, e ao serem expostos em condições externas, em que não há controle do ambiente, a vida útil é ainda menor. De acordo com Szibor (2014), temos de aceitar a vida útil limitada de alguns materiais e considerar que algumas medidas de conservação-restauração, nestes casos específicos, podem ser mais invasivas ou tardiamente solicitadas.

Cada um dos componentes das instalações têm um comportamento frente aos riscos por elas sofridos, acarretando em uma tipologia diferente de dano. É necessário a identificação e análise destes pontos por meio do processo de gestão de riscos. Quando consideramos a materialidade em conjunto com as proposições artísticas, contexto e histórico da instalação, podemos apontar quais seriam as principais características a serem preservadas, e deste modo relacioná-las com este entorno que não pode ser modificado, contudo, naturalmente, sofre mudanças diárias.

A partir destas reflexões, algumas medidas podem ser tomadas em ordem de prolongar as obras, principalmente as que já passaram por processo de restauro. O fato de as obras terem sido restauradas corrobora com a ideia de que há um limite de modificação estética e material e que após esse limite, tais modificações materiais precisam ser revertidas. Assim, consideraremos que mesmo que algumas alterações sejam esperadas e projetadas, há um limite para tanto nos casos analisados.

A interação com o ambiente não tem como ser limitada ou amenizada, porém medidas de mitigação de danos, ou até mesmo intervenções, podem contribuir para continuidade das instalações. E mesmo as propostas artísticas de decadência material e interação com o entorno

podem ser facilitadas por proposições de conservação (MOLOTCH; WHARTON, 2009, p. 218).

Um ponto essencial e indispensável, seja qual for a proposta artística – de permanência ou de decadência – é documentar a existência da instalação e sua passagem no tempo, assim como os processos construtivos e conceituais.

A principal sugestão de medida preventiva aplicável a coleção ao ar livre do Museu do Açude é sua documentação. O Museu não possui nenhum tipo de registro sistematizado das obras, sendo que os arquivos, físicos e digitais, consultados durante o trabalho de campo em janeiro de 2018, não têm uma ordem e são compostos majoritariamente por fotografias.

Mesmo sabendo que as condições financeiras e de pessoal são escassas na realidade do Museu do Açude, é factual que todas as proposições consumirão recursos financeiros, além de tempo e pessoal. A documentação é prioritária e necessária já há muito tempo, fato que, mesmo as obras mais antigas – com quase 20 anos – não possuem quaisquer registros sistemáticos ou catalogação. Dentre todas as possibilidades de preservação que podem ser aplicadas, a formulação de modelos para sistematização da documentação é a de menor custo e o qual todas as práticas de preservação devem se embasar.

A partir da utilização de modelos – *The Model for Data Registration* proposto pela *Foundation for the Conservation of Modern Art* de Amsterdã, Holanda, na publicação *Modern Art, Who Cares?* (2005, p. 179-190) e como também o modelo destinado a artistas presente no livro *Public Art By The Book* (GOLDSTEIN, 2005, p. 222-227) – em que são descritas as principais possibilidades de lidar com identificação, histórico, de interpretação das propostas artísticas, assim como quais são os principais dados internos a serem investigados. Grande parte deste processo se dá de maneira análoga a algumas das pontuações dos capítulos anteriores, pois foram utilizadas como ponto de partida para as considerações lá presentes. Tais modelos possuem apontamentos acerca de propostas de conservação-restauração, assim como indicam o acompanhamento regular do estado de conservação e descrição dos processos de manutenção, conservação e restauro. A partir destes modelos, sintetizamos seus pontos principais e aplicáveis ao *Circuito de Arte Contemporânea* do Museu do Açude e proporemos como medida de documentação inicial uma ficha que abrange os principais pontos a serem observados para tal processo.

A proposição primeira de nossa pesquisa estava ligada principalmente a análise das obras presentes no Circuito de Arte Contemporânea a partir de sua construção, passagem no

tempo e estado de conservação no tempo corrente. Visto que, pelos meios utilizados na conservação de arte – seja ela contemporânea ou não – em que o registro da obra desde de seu momento de concepção e sua transcorrência no tempo são essências para estas considerações, nos deparamos com uma situação problemática no Museu do Açude que é a realidade de tantos outros museus brasileiros: a falta de documentação e registros concernentes a conservação e medidas de preservação da obra. No caso das instalações contemporâneas a documentação de aspectos imateriais é essencial para perpetuação destes, visto que, como denominados, não se apresentam em aspectos tangíveis.

Deste modo, caminhamos para considerações que possibilitassem uma análise a partir de documentações secundárias – como catálogos institucionais, projetos das instalações submetidas à arguição de recursos federais presentes no Museu do Açude, vídeos institucionais, notícias, bibliografia acerca da produção dos artistas constituintes do Circuito, fotografias presentes nos arquivos dos Museus Castro Maya, documentação financeira, além de conversas e troca de correspondências com as servidoras. Com a investigação destas fontes foi possível traçar uma sugestão de registro da produção e montagem das obras, assim como pontuar primariamente os aspectos intangíveis.

Outro ponto de imensa importância é a preservação do meio em que as obras estão alocadas, a Floresta da Tijuca, um patrimônio natural que circunda e está presente no Museu do Açude. Ao mesmo tempo em que contemplamos a preservação das instalações, é de imensa importância considerarmos a preservação do seu entorno que, ao mesmo tempo que não pode ser modificado para se adequar as obras, condiciona suas existências.

Finalmente, acreditamos que a constituição do acervo, assim como missão e visão institucionais estão diretamente ligadas aos processos de preservação. As instalações particularmente não foram catalogadas ou acompanhadas durante os anos pois são consideradas transitórias e perecíveis e, falaciosamente, estas características levam a negligências referentes a continuidade histórica e estética das obras. Além disso, o caráter do Museu do Açude – museu-casa com obras clássicas asiáticas e peças de azulejaria – nos faz considerar que o Circuito de Arte Contemporânea ao ar livre não seja uma das prioridades devido ao caráter de museu, voltado mais para questões de historicidade. Sendo assim, é intuído que por questões de valoração de componentes do acervo, as obras ao ar livre podem não ser contempladas com uma secção dos escassos recursos para preservação.

As proposições apresentadas em nossa pesquisa como meios de sanar, ou atenuar, alguns dos problemas presentes e não têm o intuito de findar-se em si mesmas. São propostas fruto de uma interpretação específica do acervo ao ar livre, uma leitura potencial que pode sempre ser complementada e editada de acordo com as necessidades específicas do Museu. Porém, em caso de tais adaptações, elas devem ser feitas em consonância com as particularidades das instalações e suas proposições, assim como a seleção de um modelo metodológico que deve ser seguido em todas as obras.

As escolhas dos estudos de caso das obras de Anna Maria Maiolino, Lygia Pape e Nuno Ramos propiciaram a aplicação de um mesmo método que suscitou diferentes conclusões de acordo com as particularidades de cada uma das instalações, tanto no que concerne a materialidade quanto aos aspectos conceituais. Mesmo que as propostas de preservação sejam múltiplas existem prioridades de necessidade de ações em todas as obras presentes no *Circuito de Arte Contemporânea*, sendo uma destas a urgência de uma documentação adequada as particularidades de cada instalação.

Reiteramos que a documentação é o ponto chave para preservação de qualquer acervo, e sua utilidade é imprescindível nos processos de conservação e restauro das obras contemporâneas. Além de sanar discrepâncias e promover um olhar que vá além da presença corrente da obra, a documentação promove a memória institucional, a historicidade de um segmento da produção artística de seus autores, como também das instalações contemporâneas produzidas para instituições públicas no Brasil.

Em um cenário ideal as características das instalações seriam arguidas por profissionais advindos de várias áreas do conhecimento, proporcionando assim uma leitura plural e que abarque as características múltiplas desta tipologia de arte.

O principal propósito das obras de arte é serem vistas, experienciadas, contempladas. A sua preservação também perpassa por sua exibição, sendo que ser exibida é ser conservada dentro daquela janela temporal, ser vista/experimentada é promoção desta preservação, para tanto, contudo, é necessária uma continuidade que condiz a preservação dos aspectos múltiplos da instalação e sua difusão, para que o que vemos hoje e no futuro esteja em consonância com as proposições das instalações naquele espaço.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Vera; DOCTORS, Marcio; MUSEU DO AÇUDE (RIO DE JANEIRO). **José Resende, Lygia Pape, Nuno Ramos**. Rio de Janeiro: Museu do Açude, 2003, 80 p.

ANKERSMIT, Bart; BROKERHOF, Agnes; LIGTERINK, Frank. Risk management for collections. **Cultural Heritage Agency of the Netherlands**, Amersfoort, July 2016.

DOCTORS, Marcio; MUSEU DO AÇUDE (RIO DE JANEIRO). **A forma na floresta: espaço de instalações permanentes**: Iole de Freitas, outubro, 1999; Anna Maria Maiolino, novembro, 1999. Rio de Janeiro: Museu do Açude, 1999, 55 p.

GOLDSTEIN, Barbara. **Public Art By The Book**. Washington: University of Washington, 2005, 376 p.

HUMMELEN, Yjsbrand; SILLÉ, D. **Modern Arts: Who Cares?** London: Archetype, 2005.

MICHALSKI, Stefan. **The ABC Method**: A risk management approach to the preservation of cultural heritage. Government of Canada, Canadian Conservation Institute and ICCROM, Ottawa, Canada, 2016.

MOLOTCH, Harvey; WHARTON, Glenn. The Challenge of Installations of Art. In BRACKER; Alison; RICHMOND, A. **Conservation: Principles, Dilemmas and Uncomfortable Truths**. London: Butterworth-Heinemann, 2009.

SZIBOR, Florian. **“Not for Eternity maybe...”**: Franz West’s Flause and Considerations on Outdoor Painted Sculpture. In: BEERKENS, Lydia; LEARNER, Tom (Ed.). **Conserving Outdoor Painted Sculpture**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2014.

VAN SAAZE, Vivian. Acknowledging Differences: a Manifold of Museum Practices. In: SCHOLTE, Tatja; WHARTON, Glenn. **Inside Installations: Theory and Practice in the care of complex artworks**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011.

Análises preliminares da atuação de Claude Henri Gorceix na Escola de Minas de Ouro Preto: a formação de um patrimônio de ciência e tecnologia

Carlos Augusto Ribeiro Jotta
Doutorando em História
PPGHIS UFMG
carloaug_@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca avaliar a atuação do fundador e diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, com base nos seus registros, para identificar a formação de um conjunto de objetos que foram utilizados para ensino e demonstração da ciência bem como o seu posterior reconhecimento enquanto um bem cultural. Essa proposta de investigação tem como recorte temporal, os anos de atuação de Claude Henri Gorceix na Escola de Minas de Ouro Preto. Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se como fontes as correspondências de Gorceix e D. Pedro II, os livros e atas dos Ministérios do Império, além dos registros escolares na Escola de Minas de Ouro Preto. Após o levantamento e análise das fontes, cruzaram-se os dados obtidos com os registros da coleção existente no atual Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP. Os resultados contribuirão para o entendimento da formação da coleção de objetos de ciência e tecnologia da Escola de Minas.

Palavras-chave: Patrimônio de Ciência e Tecnologia, Escola de Minas de Ouro Preto, Claude Henri Gorceix.

Introdução

O presente trabalho apresenta uma proposta de análise acerca da atuação do fundador e diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, com base nos seus registros, para identificar a formação de um conjunto de objetos que foram utilizados para ensino e demonstração da ciência bem como o seu posterior reconhecimento enquanto um bem cultural.

Delimitou-se para essa análise o período em que Gorceix esteve à frente da Escola de Minas de Ouro Preto. O objetivo dessa pesquisa é analisar a trajetória de Gorceix e formação de uma coleção de objetos de ciência e que tecnologia na Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) que posteriormente foram reconhecidas enquanto bem cultural por meio de ações museológicas, que buscaram a institucionalização e divulgação da coleção. Entende-se por ações museológicas a guarda e a exposição dos objetos com o intuito de divulgação e preservação da memória.

Para essa análise, levantou-se fontes ainda não utilizadas em pesquisas anteriores como, correspondências trocadas entre Gorceix e D. Pedro II, atas do Ministério do Império,

Registros Escolares da EMOP e a coleção do atual Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas.

Para introduzir ao recorte temático, é importante retomar o ano de 1876, que após dois anos de estudo e muito trabalho o geólogo e mineralogista francês Claude Henri Gorceix, contratado pelo império, inaugura a Escola de Minas em Ouro Preto (LIMA, 1977). A Escola, projetada nos moldes francês com adaptações para a realidade social, econômica e natural do Brasil, passaria a formar engenheiros com a incumbência de produzirem ciência e contribuírem com o avanço científico, tecnológico e industrial no Brasil.

Durante sua atuação como diretor e professor da Escola de Minas de Ouro Preto, Claude Henri Gorceix gerou registros materiais cuja finalidade era o ensino da geologia para futuros engenheiros brasileiros. O programa de aulas pretendido visava uma grade de disciplinas que intercalavam a técnica com a teoria. Para implantar esse projeto, Gorceix manteve contato com políticos importantes como o Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira (FIGUERÔA, 1997). Essas relações eram de extrema importância pois a implantação da Escola de Minas de Ouro Preto precisaria de verbas para o seu funcionamento bem como para a aquisição de equipamentos científicos para os laboratórios recém implantados.

Durante os anos contemplados pela pesquisa, Gorceix ministrou disciplinas práticas e teóricas divididas em dois módulos. As disciplinas eram intercaladas com trabalhos sistemáticos em campo, bem como a análise técnica nos laboratórios e gabinetes. Os alunos eram submetidos a testes e avaliações para averiguação de Gorceix. Os resultados eram anotados e enviados ao Imperador do Brasil D. Pedro II como uma forma de prestação de contas. Para além do trabalho inicial com as disciplinas, gerou-se registros materiais dessa atuação, que ainda não foram estudados e avaliados enquanto patrimônio científico.

Tais registros como, livros, atas, documentos, objetos de uso científico, ficaram sob guarda da Escola de Minas de Ouro Preto. Com o passar dos anos e o avanço do pensamento sobre Patrimônio Cultural e preservação da Memória, a Escola de Minas busca em seus registros uma forma de proteger e divulgar a memória científica de Claude Henri Gorceix. Dessa forma, algumas iniciativas tentaram recuperar parte dos registros da atuação de Gorceix, para a formação de uma coleção de ciência e tecnologia que seria exposta no *Museu Gorceix* na década de 1970 e posteriormente em 1995, no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas de Ouro Preto.

Atuação de Gorceix

Ao desembarcar no Rio de Janeiro no mês de julho do ano de 1874, Gorceix já estava incumbido de viajar para o Rio Grande do Sul na companhia de Ladislau de Souza Mello Netto. Na ocasião, Ladislau Netto era diretor do Museu Nacional, possuía formação em botânica e havia frequentado os laboratórios da Sorbone e do Museu de História Natural de Paris (LOPES, 2009). Cientista e diretor de uma importante instituição de pesquisa científica, acompanhou Gorceix em sua excursão com o intuito de mostrar a vasta e variada base mineira do Rio Grande do Sul.

A província do Rio Grande do Sul era conhecida por abrigar os principais depósitos de carvão, conhecimento esse que se estende até os dias atuais. Nesse sentido, como primeiro passo para construir um projeto sólido de implantação de uma escola de minas e metalurgia, Gorceix deu início à busca por fragmentos minerais e amostras geológicas do solo.

Tal excursão proporcionou a Claude Henri Gorceixa oportunidade de reunir uma coleção de amostras mineralógicas de variados tipos. Essas amostras reunidas e estudadas teriam a função de modelos didáticos para o ensino da geologia na futura escola. Tal excursão lhe rendeu uma monografia sobre o solo e a geologia brasileira, com o desejo de incorporar ao seu percurso de estudos já oriundos da França.

Entretanto, o trabalho de Gorceix como excursionista de campo não se encerra com a visita ao Rio Grande do Sul. Sua primeira tarefa como responsável pela implantação da Escola de Minas, seria definir um local adequado. Tal incumbência vinda do Imperador D. Pedro II (LIMA, 1977) solicitava um relatório completo de possíveis cidades que abrigariam a instituição, bem como um parecer favorável à uma das cidades.

Após seu período de excursão em campo para uma longa avaliação do campo geológico do Brasil, Gorceix gera um robusto relatório para o Império, com anotações importantes sobre as províncias visitadas (LIMA, 1977). Tal relatório embasou a decisão de Gorceix pela implantação da futura EMOP na região de Minas Gerais. Dessa forma, com a escolha do local em que Gorceix julgava ser perfeito pelas condições geológicas e climáticas, iniciou-se os trâmites técnicos e legais no Império, para a operacionalização da Escola.

O ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto

Quando inaugurada em 12 de outubro de 1876 a Escola de Minas de Ouro Preto já iniciava seu plano de aulas. Com base na análise de fragmentos e dados publicados nos Anais da Escola de Minas e revisitados por outros pesquisadores, observamos a ligação das

disciplinas teóricas e práticas com a formação de laboratórios e aquisição de aparatos científicos.

O planejamento das disciplinas, aprovados pelo império tinha como marca de Gorceix à imersão em campo, tendo em vista a pluralidade do solo em que se encontrava a Escola de Minas de Ouro Preto (FIGUERÔA, 1997). Desde o início, a necessidade de adaptação do modelo desejado por D. Pedro II foi necessária, levando em consideração o perfil dos alunos que ingressavam no curso, as condições econômicas do Império e a estrutura da EMOP. Além disso, muitos precisavam passar por um estágio preparatório pois segundo Gorceix “não tinham aptidão necessária para a o exercício de um mineiro. Apenas reproduziam o conhecimento decorado” (MENEZES, 2005).

Para alcançar a fase final de implantação da Escola de Minas de Ouro Preto, no final do século XIX e no início do século XX, um grande número de aparelhos, equipamentos científicos e modelos de ensino começam a ser importados de países da Europa e dos Estados Unidos para equipar os laboratórios (NUNES *et al* 2010).

Para tal, foi de suma importância o apoio do Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. O Ministro reuniu-se com presidentes das províncias e demais representantes do império, para encomendar os equipamentos necessários ao funcionamento da Escola de Minas (FIGUERÔA, 1977). A aquisição de materiais importados, dentre eles objetos de demonstração e ensino das ciências como instrumentos científicos, fizeram parte do planejamento didático proposto por Claude Henri Gorceix.

No primeiro ano, as disciplinas se dividiam em dois módulos. No primeiro eram obrigatórias as matérias: Física, Química Geral e Mineralogia. No segundo módulo os alunos deveriam cursar: Exploração de Minas, Noções de Topografia e Levantamento dos Planos de Minas (MENEZES, 2005).

Nesse sentido, pode-se inferir que a grade curricular da época da implantação da Escola de Minas dividia-se em dois módulos. Abordavam-se questões mais introdutórias com algumas excursões para campo no primeiro módulo, e no segundo as aulas possuíam um caráter mais prático. Essas disciplinas de campo geraram registros materiais e anotações que foram feitas pelo Prof. Gorceix, sistematizadas em “Cadernetas de Campo¹”. Essas cadernetas subsidiavam a construção de materiais bem como a reunião de dados para a apresentação posterior ao Imperador.

¹ Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto (Fechado para consulta).

As disciplinas implantadas nos anos iniciais, tinham como objetivo proporcionar o conhecimento acerca da mineralogia e seus processos básicos. Dessa forma, era estritamente necessária a análise em laboratório dos fragmentos e modelos recolhidos nas excursões de campo (MENEZES, 2005). O estudo dos aspectos externos e físicos dos materiais levou a Escola de Minas a implantar um laboratório de mineralogia com base no projeto de Gorceix. Para o laboratório foram importados equipamentos como o goniômetro para caracterizar a geometria dos cristais, microscópio de luz polarizada para a análise de micro amostras de minerais e o maçarico, utilizado para a preparação de amostra (MENEZES, 2005 p.78).

Com base nas informações sistematizadas até o momento e realizando o cruzamento de dados entre a grade curricular proposta por Gorceix e os equipamentos adquiridos para a execução do programa científico, pode-se observar a formação de uma coleção de modelos científicos e aparatos didáticos. A construção e aparelhamento dos laboratórios faziam parte do projeto de Gorceix, oriundo da influência francesa para o ensino de minas e metalurgia no Brasil (FIGUERÔA, 1997).

As demais disciplinas práticas como Metalurgia, Preparação Mecânica dos Minérios, Explorações Geológicas, Ensaio Metalúrgicos, também entraram nos projetos de Gorceix. O rigor técnico e científico, observado em suas anotações, demonstravam a necessidade de aprofundamento dos estudos por parte dos alunos. Dessa forma, foram importados com verba do Império, alguns aparatos técnico-científicos para o ensino e demonstração da técnica em mineralogia, química e análises microscópicas.

A Escola de Minas, já estruturada administrativamente (LIMA, 1977) adquiriu os equipamentos de fabricantes majoritariamente europeus, como aponta o inventário e recibos de compras analisados e que se encontram sob guarda do Arquivo Permanente da Escola de Minas. Podemos observar na passagem escrita por Menezes (2005 p.81):

As aulas práticas da disciplina Geologia, do segundo ano, que inicial, a partir da 10ª lição, com os estudos petrográficos, embora utilizassem os caracteres visuais na determinação dos minerais que entram na composição das rochas, inclusive o microscópio de luz polarizada, enfatizam também ensaios e análises químicas de minerais e rochas.

Dessa forma, analisando o trecho que aborda a formação das aulas práticas, nota-se a necessidade de utilização de equipamentos científicos. Esse aspecto demonstra a persistência de Gorceix para criar um curso em que os alunos aprendessem a prática com rapidez sem que lhes faltassem rigor e técnicas utilizadas pelos países com tradição nos serviços geológicos.

Durante o primeiro ano de funcionamento da Escola até o término das primeiras aulas e avaliações, Claude Henri Gorceix tomou nota de todos os processos e resultados dos seus alunos. Em 29 de Setembro de 1877 escreve à D. Pedro II ressaltando que a escolha de Ouro Preto como a sede da Escola de Minas estaria cada vez mais “racional”, apresentando o resultado dos trabalhos de campo dos alunos e concluindo como satisfatória a primeira avaliação global de desempenho (LIMA, 1977 p.161).

Pode-se observar com base nos registros de disciplinas, planos de estudo, trabalhos de campo e criação de laboratórios para aulas práticas que Gorceix trabalhou sob forte influência do modelo francês. Esse modelo seguia o conceito de “geologicalsurveys” ou serviços geológicos, que se baseavam no mapeamento geológico para a pesquisa em Geologia com foco em apresentar resultados. Na França, esse modelo foi desenvolvido e aprimorado, com início em 1868 (FIGUERÔA, 1997 p. 148). Uma característica marcante, foi o caráter prático do “geologicalsurvey” e seus resultados acerca do trabalho geológico. Gorceix teve amplo contato com esse modelo e estava decidido replicá-lo com adaptações para ao Brasil.

Apesar das adaptações iniciais, a criação de um curso preparatório para o ingresso na Escola de Minas, o modelo prático com aulas teóricas e carga horária de estudos, integral, Gorceix conseguia colocar em funcionamento seu projeto.

Como parte do projeto de divulgação dos resultados da Escola de Minas de Ouro Preto após cinco anos de funcionamento da Escola de Minas, Gorceix lança o periódico intitulado *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. Esse periódico trazia resultados de pesquisa desenvolvidas pela Escola e primeiros trabalhos dos alunos. Na primeira publicação, Gorceix enfatiza a necessidade de compilar e divulgar os resultados das pesquisas e dos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Minas (GORCEIX 1881 p.2):

A criação de uma revista periodica que se ocupe com o estado da industria das minas no Brazil é completamente natural e necessário da organização da Escola de Minas de Ouro Preto. Uma e outra tem por fim, estudar, tornar conhecidas as riquezas mineraes do paiz e vulgarizar os meios de aproveitá-las.

A preocupação de Gorceix era fazer com que esse material desenvolvido e produzido pelos alunos e professores da Escola se tornasse também um material básico de aula. Posterior à publicação o conteúdo dos Anais foi incorporado aos estudos teóricos das disciplinas.

O ensino implantado por Gorceix tinha como premissa básica a experimentação e o trabalho de campo. Os alvos dos estudos eram amostras e minerais já estudados por outros profissionais. Sua tarefa seria o avanço no conhecimento geológico para gerar riquezas ao

país. Seus conhecimentos, passados aos alunos durante as aulas, eram reproduzidos nas aulas técnicas para dar continuidade ao plano educacional proposto.

Procurava aplicar as técnicas e métodos ensinados nas aulas práticas das disciplinas geológicas, principalmente os ensaios pirométricos e o levantamento de plantas e desenhos das ocorrências como estratégias de pesquisa. (MENEZES, 2005 p.111)

Para completar, Gorceix ainda havia dito que as ocorrências minerais da província eram o seu maior laboratório e que as minas seriam os melhores livros de sua biblioteca. Nota-se, que como geólogo e professor, seu perfil profissional é pautado pela prática disciplinar e pelo trabalho de campo, atrelado aos estudos em laboratórios.

Nesse sentido, a prática com experimentos e as constantes excursões à campo, tornaram-se sua marca nos primeiros cinco anos de funcionamento na Escola de Minas de Ouro Preto. Tal análise foi pautada no discurso de Claude Henri Gorceix em suas publicações, bem como a análise e o cruzamento de dados de compra de objetos técnicos com a grade curricular proposta por Gorceix.

A influência francesa acompanhada do toque pessoal de Gorceix para a criação do programa de aulas, visava transformar o ensino das ciências geológicas no Brasil em um campo do conhecimento que atrelasse à teoria, um conjunto de práticas de campo. Dessa forma, Gorceix conseguiu imprimir sua marca nos anos iniciais da Escola de Minas de Ouro Preto e contribuir para o posterior avanço da geologia e da Escola.

Desenvolvimento e metodologia

Mapeou-se o processo de implantação da EMOP com base na análise de fontes que indicam a compra de materiais para os laboratórios, contratação de professores, recebimento de coleções e amostras naturais e geológicas, criação de disciplinas, trabalhos de campo, anotações de Gorceix e os resultados do trabalho que foram publicados nos “Annaes da Escola de Minas”. As fontes estão sob guarda do Arquivo Permanente da Escola de Minas da UFOP e da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da UFOP. Para a análise das atas do Ministério do Império, utilizou-se o repositório online da Biblioteca Nacional.

Como segunda análise, iniciou-se uma busca pelo processo de institucionalização dos objetos que se tornaram registros da atuação de Gorceix na Escola de Minas. Entende-se por institucionalização, a organização dos objetos, preservação e divulgação da informação obtidas por meio de estudos e pesquisas museológicas.

Tal institucionalização demonstra o reconhecimento do trabalho de Claude Henri Gorceix como parte fundamental para o avanço da ciência e da tecnologia em Minas Gerais e sua contribuição para o ensino das ciências geológicas no Brasil.

As fontes são divididas entre:

- Correspondências entre o Imperador D. Pedro II e Gorceix;
- Correspondência entre o Imperador D. Pedro II e Pasteur;
- Relatórios do Ministério do Império do período que compreende o trabalho de Gorceix à frente da Escola de Minas de Ouro Preto (1875 a 1888);
- Recibos de compra de instrumentos e materiais didáticos para a Escola;
- Relatórios da Escola de Minas de Ouro Preto;
- Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto;
- Produção científica de Claude Henri Gorceix no período de 1875 a 1888;
- Análise na documentação da coleção do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP.

A análise aponta para a aquisição de manuais técnicos, instrumentos científicos e amostras mineralógicas para os gabinetes de ensino. Partes desses objetos podem ter se tornado peças do museu, na tentativa de preservar a memória científica da Escola de Minas de Ouro Preto.

A pesquisa empírica, cruzou inicialmente os dados levantados nas fontes, com o processo que culminou na formação da coleção do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP. Acredita-se que muitos objetos se perderam ou foram descartados por sua obsolescência. Todavia, as fontes apontam para um início de pensamento museológico que tinha como finalidade a criação de um “Museu Gorceix” na década de 1970 na Escola de Minas da UFOP, dedicado à memória e atuação de Claude Henri Gorceix e pela salvaguarda e reconhecimento desses vestígios enquanto bem cultural.

Considerações

Nesse sentido, a pesquisa em andamento busca sistematizar fontes sobre o processo de criação da Escola de Minas de Ouro Preto e analisar a institucionalização dos registros da atuação de Claude Henri Gorceix. Sua relevância se pauta no ineditismo do tema ainda não abordado no campo do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia.

Para a busca das informações necessárias, levantou-se fontes inéditas referentes ao processo de implantação da EMOP, registros escolares e correspondências trocadas entre Gorceix e D. Pedro II. As informações foram sistematizadas em um primeiro momento, com o

intuito de verificar os registros da atuação de Claude Henri Gorceix, nos anos em que foi diretor e professor da EMOP.

Dessa forma, acredita-se que os registros da atuação de Claude Henri Gorceix podem estar relacionados com a formação de uma coleção de objetos de ciência e tecnologia na Escola de Minas de Ouro Preto. A coleção formada durante os anos iniciais, foi utilizada para demonstração e ensino das ciências no período em que Gorceix esteve à frente da EMOP. Posteriormente, os dados apontam para o início de um processo de institucionalização das coleções e sua abertura para a visitação no “Museu Gorceix” na década e 1970.

As contribuições dessa pesquisa levam ao entendimento sobre a formação da coleção de objetos de ciência e tecnologia, como resultado da atuação de Claude Henri Gorceix na EMOP. A trajetória da coleção de objetos de C&T da EMOP, é um registro fundamental para a compreensão da formação de um patrimônio de ciência e tecnologia em Minas Gerais.

Title: Records of Claude Henri Gorceix's activity in the School of Mines of Ouro Preto: the formation of a patrimony of science and technology

Abstract: the present work seeks to evaluate the performance of the founder and director of the School of Mines of Ouro Preto, based on their records, to identify the formation of a set of objects that were used for teaching and demonstration of science as well as its later recognition as a cultural asset. This proposal of investigation has as temporal cut, the years of performance of Claude Henri Gorceix in the School of Mines of Ouro Preto. In order to carry out this research, the correspondence of Gorceix and D. Pedro II, the books and minutes of the Ministries of the Empire, as well as the school records in the School of Mines of Ouro Preto were used as sources. After the survey and analysis of the sources, the data obtained with the records of the existing collection in the present Museum of Science and Technique of the School of Mines of UFOP were crossed. The results will contribute to the understanding of the formation of the collection of objects of science and technology of the School of Mines.

Keywords: Heritage of Science and Technology, Ouro Preto School of Mines, Claude Henri Gorceix.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm <acesso em 29/06/2018>

BRASIL. LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm <acesso em 29/06/2018>

BRASIL. DECRETO No 3.166, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999. Promulga a Convenção da UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, concluída em Roma, em 24 de junho de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3166.htm <acesso em 29/06/2018>

BRASIL. DECRETO Nº 80.978, DE 12 de DEZEMBRO de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80978-12-dezembro-1977-430277-publicacaooriginal-1-pe.html> <acesso em 29/06/2018>

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Trad: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 230 p.

BARRETO, A. M. Memória e Sociedade: apontando tendências. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, p. 161-176, 2007.

DAMASCENO, Wagner. Miquéias. Felix: Uma abordagem sócio-histórica das coleções principescas e dos gabinetes de curiosidades. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 2, p. 35-53, 2014.

DELICADO, Ana. Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. VII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIA SOCIAIS, Coimbra-PT, Set. 2004. **Anais...**, Coimbra, 2004.

DINIZ, Dilma Castelo Branco: Cartas Inéditas de D. Pedro II a Henri Gorceix: Tradução e Comentário. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 125-142, 2010.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **A formação das ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. v. 1. 270p .

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o patrimônio da ciência e tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio Ferreira (Org.). **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**, v. 1, 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. p. 78-103.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires; OLIVEIRA, Pedro Louvian de Campos; SANTOS, Liliane Bispo; HANDFAS, EthelRosemberg. Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro: Resultados de Pesquisa. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Florianópolis, 2013. **Anais...**, Florianópolis, 2013. 20 p

GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. [online], 2010. Disponível em www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede <acesso em 27/06/2018>

GUEDES, Manuel Vaz. Instrumentos Científicos. **Revista Eletricidade**, Portugal, n.370, out. 1999.

GORCEIX, Claude Henri. Coleções de Memórias e de Notícias sobre a Mineralogia, a Geologia e as Explorações das Minas no Brasil. In. **Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto**, n. 1. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1881.

GOLDEMBERG, José. Museus de Ciência. In.: CRESTANA, Silvério; CASTRO, Miriam Goldman de; PEREIRA, Gilson R. de M. (org). **Centros e Museus de Ciénciavisões e experiência**: subsídios para um programa nacional de popularização da ciência. São Paulo: Ed. Saraiva, Estação Ciência, 1998. p. 33 a 35.

LIMA, Margarida Rosa de. **Dom Pedro II e Gorceix**: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977. 291 p.

LOPES, Maria. Margareth.. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: as ciências naturais e os museus no século XIX. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, UnB, 2009. 369p

LOURENÇO, Marta C.: O Patrimônio da Ciência: Importância para a pesquisa. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO/MAST**, Rio de Janeiro, v. II, n.1, jan/jun. 2009.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Representação e museu científico**: o instrutivo aparelho de hegemonia. 2000. 189p. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p.10

MARANDINO, Martha. A Pesquisa Educacional e a Produção de Saberes nos Museus de Ciências. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 161-181, 2005.

MENEZES, Messias Gilmar de. **Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império**. 2005. 176p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2005.

NUNES, Gilson Antônio; RAINHO, Mercedes Estela; REZENDE, Edson Fialho; GANDINI, Antônio Luciano; DELICIO, Maria Paula; JOTTA, Carlos Augusto; HOFFMAN, Felipe Eleutério. As Coleções do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP. In. GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta. (ORG) **Coleções Científicas Luso-Brasileiras**: patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro: MAST. 2010.

RUIZ-CASTELL, Pedro. Una Aproximación Al Patrimonio Científico en España. In GRANATO, Marcos; RANGEL, Márcio (org). **Cultura Material e Patrimônio de C&T**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.64-77:

VOGT, Carlos (org). **Cultura Científica**: Desafios. São Paulo. Editora Edusp. FAPESP 2006. 231 p.

O colecionismo e a Biblioteconomia: reflexões epistemológicas¹

Cláudia Pereira de Jesus Carvalho
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Estadual Paulista
claudia.pjc@yahoo.com

Resumo: O colecionismo, entendido como a tendência a fazer coleções, esse desejo e prática humana de selecionar, reunir e guardar coisas é um fenômeno com possibilidades de ser estudado pelos mais diversos ramos do conhecimento, pois envolve uma amplitude de elementos capazes de serem abordados sob diversas perspectivas. Neste trabalho buscamos desenvolver um novo olhar sobre as coleções no âmbito da Biblioteconomia, inquirindo sobre suas origens e os encadeamentos advindos de sua institucionalização. Trabalhamos com a hipótese de que o colecionismo bibliográfico impulsionou o surgimento da biblioteca enquanto instituição social, do bibliotecário enquanto profissional responsável por administrar essas coleções e, conseqüentemente, da Biblioteconomia enquanto campo do conhecimento científico. De modo resumido, a linha de raciocínio foi a seguinte: o colecionismo, mais precisamente o colecionismo bibliográfico, levou à necessidade de um local para armazenamento (biblioteca) e de pessoas que cuidassem dessas coleções (bibliotecários). Com o aumento dessas coleções e das mudanças e avanços naturais da sociedade, esses profissionais precisaram desenvolver métodos, ferramentas, técnicas, conceitos teóricos que apoiassem suas atividades (Biblioteconomia). Podemos, então, partir do pressuposto que a Biblioteconomia é uma espécie de resultado do colecionismo bibliográfico, ou, em outras palavras, o colecionismo está na base epistemológica da Biblioteconomia. O objetivo geral da pesquisa é verificar as relações associativas entre o colecionismo, mais especificamente o colecionismo bibliográfico, e a Biblioteconomia. A pesquisa é de natureza qualitativa, de abordagem teórico-bibliográfica, com propósito exploratório descritivo. Almeja-se buscar aspectos epistemológicos do colecionismo na área da Ciência da informação, capaz de englobar não apenas bibliotecas, como também arquivos e museus; estimular o debate teórico sobre o tema; contribuir com uma reflexão científica sobre as bases epistemológicas das bibliotecas, e por conseguinte, da Biblioteconomia e da profissão bibliotecária.

Palavras-Chave: Colecionismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação.

Introdução

A prática humana de escolher, agrupar e armazenar coisas, denominada colecionismo, é um fenômeno com possibilidade de ser estudado pelos mais diversos ramos do conhecimento, pois envolve uma vasta gama de elementos que podem ser analisados a partir de inúmeros prismas.

¹ Agradecimentos: Este trabalho foi realizado com o apoio da **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo** (Processo 2018/16154-0) e sob a orientação do professor **Dr. Carlos Cândido de Almeida**.

Sobre suas origens e alcance, temos as práticas colecionistas penetrando os mais diversos territórios da vida e da mente humana, sendo um procedimento inerente ao existir, uma “atividade fundadora do nosso modo de pensar e ser”, possível de ser incorporada em diversos quadros epistemológicos (MENEGAT, 2005, p. 7).

Portanto, entendemos a importância em se aprofundar as discussões sobre o colecionismo dentro da Ciência da informação, visto que a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, basicamente se ocupa em desenvolver, organizar e disponibilizar coleções. Neste trabalho buscamos desenvolver um novo olhar sobre as coleções no âmbito da Biblioteconomia, inquirindo sobre suas origens e os encadeamentos advindos de sua institucionalização.

A pesquisa é de natureza qualitativa, de abordagem teórico-bibliográfica, com propósito exploratório descritivo. Define-se como objetivo geral as relações entre Biblioteconomia e colecionismo com vistas a identificar uma proposta epistemológica à Ciência da Informação.

Trabalhamos com a hipótese de que o colecionismo bibliográfico impulsionou o surgimento da biblioteca enquanto instituição social, do bibliotecário enquanto profissional responsável por administrar essas coleções e, conseqüentemente, da Biblioteconomia enquanto campo do conhecimento científico.

Colecionismo

O historiador e filósofo Pomian (1984, p. 53) apresenta uma definição bem singular de coleção, citada em boa parte dos estudos sobre colecionismo: “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao público”. Esses locais, no âmbito institucional, costumam ser museus, arquivos e bibliotecas, possuindo cada um suas coleções características, apesar de terem pontos e objetos em comum. Assim, essas instituições teriam o que Pomian denomina de “coleção de coleções”, reunindo diversos tipos de coleções em um mesmo espaço.

O dicionário Larousse (2007) define coleção como “reunião de objetos escolhidos por sua beleza, raridade, valor, preço, ou apenas porque despertam a vontade de colecioná-los.”. A partir disto, podemos concluir que são diversos os motivos pelos quais pode se iniciar uma coleção, alguns mais e outros menos tangíveis.

Conforme aponta Camargo (2005) colecionar não é apenas acumular, o colecionador estabelece também “condições para observar, conviver, experimentar, desvendar e conhecer.”. Colecionar envolve uma decisão racional e lógica, ainda que permeada de subjetividade, implica na definição de regras, especificações, critérios. Requer ainda o dispêndio de dinheiro, tempo e dedicação; é necessário planejar, pesquisar, organizar, cuidar, preservar e, em certos casos, expor.

Fonseca (2005, p. 183) adverte que, para se entender uma coleção é necessário considerar os “múltiplos sentidos que se encontram ali condensados”, e por mais ampla que possa ser essa análise, será sempre incompleta, pois, muitas vezes, nem o próprio colecionador está ciente das motivações e significados por trás do seu desejo de colecionar.

Uma coleção pode se iniciar por acaso, mas não continua pelo mesmo motivo, é necessário que alguém invista tempo, dinheiro, cuidado para seu crescimento e manutenção. O intuito colecionador pode até estar ausente num primeiro momento, mas ele será despertado, ou não continuará existindo uma coleção.

As modalidades de coleções podem ser tantas quanto o número de coisas existentes no mundo, ou seja, infinitas. Praticamente tudo o que há no universo é passível de ser colecionado. Dentre essa multiplicidade, algumas acabam se destacando mais, ganhando uma maior visibilidade devido ao número maior de adeptos, como as coleções bibliográficas.

Livro e bibliofilia

O livro, suporte da escrita e do pensamento humano, é um dos alvos preferidos de colecionadores. Conforme afirma Mindlin (2004, p. 15), “o livro exerce uma atração multiforme, que vai muito mais além da leitura, embora esta seja um ponto de partida fundamental”.

A prática de colecionar livros também é conhecida como bibliofilia, palavra etimologicamente composta pelos termos gregos “βιβλίον (transliteração para o latim biblion) – livro – e φιλία (transliteração para o latim philia) – amor, significa amor aos livros” (MELO; RIBEIRO, 2017, p. 284). De modo que ser um bibliófilo é ser alguém apaixonado pelos livros, é ter uma relação emocional com esses suportes.

Costa (2009, p. 13) afirma que “O vício, a paixão, a mania de se adquirir e colecionar livros – ou seja, a bibliofilia – é tão antiga quanto à própria criação do registro da escrita.”.

Bragança (1999, p. 187) considera que os bibliófilos formam “um círculo restrito que cultua o livro não só como conteúdo de informação e arte, mas também como objeto”.

Lima (2007) destaca que o colecionador pode valorizar o livro enquanto objeto, pelas suas características físicas, com a mesma intensidade que aprecia o seu conteúdo, a sua parte textual. A autora destaca ainda que “o colecionismo de livros também não depende da leitura, não necessariamente passa pela leitura nem ocorre em função desta” (LIMA, 2007, p. 86).

Como destaca Costa (2009, p. 24), “o que está por trás da Bibliofilia não é o apego excessivo à leitura, mas o amor pelos livros, simplesmente por serem livros”. À vista disso, depreende-se que embora a escolha possa se basear tanto pela parte interior quanto exterior do livro, a leitura de todos os livros da coleção não é demanda primordial, o imprescindível é a posse da obra desejada.

Para Philipp Blom (2003), o objeto que desejamos é, na realidade, uma representação, uma personificação de algo maior que buscamos. Assim, podemos entender que o colecionismo bibliográfico encontra-se ligado ao desejo de saber, de cultura, de erudição e do poder associado ao conhecimento que os livros podem proporcionar.

Biblioteca

As definições de biblioteca, da mais antiga a mais moderna, sempre envolve um local (físico ou digital) onde se encontra uma ou mais coleções organizadas tentando-se a recuperação e utilização de seus itens (LEMOS, 2008).

Logo nas duas primeiras definições da palavra biblioteca no dicionário de Ferreira (1986) podemos encontrar laços com o termo coleção: “biblioteca: coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta. Edifício ou recinto onde se instala essa coleção.” (FERREIRA, 1986, p. 253).

O dicionário UNESP (BORBA, 2004) apresenta biblioteca como “espaço público ou privado, onde se instalam grandes coleções de livros, acessíveis a frequentadores ou sócios.”. Arruda e Chagas (2002) definem biblioteca como “coleção de livros, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com facilidade”.

O papel primário das bibliotecas era ser uma instituição física que abrigasse uma coleção de livros. Assim as primeiras bibliotecas tinham o intuito de custodiar coleções (ARAÚJO, 2014). Mas ressalte-se que

nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. (LEMOS, 2008, p. 101)

Dessa maneira, advindo da necessidade de um local para armazenar e preservar coleções de livros, nasce o primeiro conceito, ainda muito restritivo, de biblioteca como caixa de livros (do grego *biblíon* - livro - e *theka* - caixa) (FONSECA, 1992). Faz-se necessário também alguém que cuide, organize e possibilite o acesso aos itens dessas coleções, nasce o bibliotecário.

Burke (2002, p. 176) relata sobre o aumento da importância dos bibliotecários nesse novo cenário: “A multiplicação dos livros criou imediatamente um problema para um grupo profissional, o dos bibliotecários, embora seja óbvio que eles se tornaram ainda mais indispensáveis.” Portanto, com a criação da imprensa, aumenta-se significativamente o conhecimento registrado e a acumulação, reunião, coleção desses materiais, tanto a nível pessoal quanto institucional ou público. O aumento dessas coleções bibliográficas levou à necessidade de profissionais e sistemas para geri-las cada vez mais capacitados e complexos.

A necessidade de evolução das bibliotecas também é destacada por outros autores:

A invenção da imprensa por Gutenberg foi um marco para a ampliação do conhecimento, pois possibilitou a construção de coleções particulares. Os livros passaram a ser material de consumo e de uso doméstico deixando de ser privilégio de poucos. Todo esse caminho fez com que as bibliotecas, por sua vez, tomassem novos rumos, ganhando novas atribuições (PIMENTEL, BERNARDES e SANTANA, 2007, p. 19)

Milanesi, refletindo sobre a história das bibliotecas, também fala dessa questão, concluindo que “quanto mais o homem gera documentos, mais os profissionais especializados no controle da informação buscam instrumentos e técnicas que permitem a cada homem encontrar o dado que procura.” (MILANESI, 1998, p. 16-17).

Milanesi (1998) destaca que na era pré-Gutenberg as bibliotecas eram pertencentes à realeza ou ao clero (Estado e Igreja), mas após a invenção da imprensa passou-se a ter livros produzidos em série, como material de consumo, dando origem às bibliotecas caseiras.

Para Lemos (2008, p. 101) “Uma das principais consequências sociais da invenção da escrita e de suportes de baixo custo, duráveis e portáteis, para os registros escritos, foi a

formação de coleções desses registros. Coleções que viriam a ser conhecidas pelo nome de bibliotecas.”.

No dicionário terminológico de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) elencam diversas possibilidades de uso do termo coleção, todas ligadas a acervo. Coleção, para Biblioteconomia e Arquivologia, seria então, o acervo ou parte do acervo de uma biblioteca, reunida sob algum título que expresse sua característica principal.

Então, concluímos que a existência de qualquer biblioteca pressupõe a existência de alguma coleção, independente do seu caráter quantitativo ou qualitativo, esteja ela em formato físico ou digital.

Biblioteconomia

A Biblioteconomia pode ser definida como "área que se destina ao estudo dos princípios racionais para realizar, com a maior eficácia e o menor esforço possível, os fins específicos das bibliotecas" (BUONOCORE, 1976)

Galvão (1993, p. 101) analisa que a Biblioteconomia, apesar de ter passado por transformações, continua sendo ainda hoje uma “atividade essencialmente voltada para servir leitores com uma coleção de materiais contendo informações (usualmente livros), através da organização da coleção e contanto que haja alguma indicação de autoridade nesta coleção.”.

O colecionismo, conforme aponta Murguia (2007; 2009; 2014), é um assunto necessário para se refletir sobre a epistemologia da Ciência da Informação, pois as coleções de recursos informacionais são base para se entender a produção, organização e uso da informação; para o autor apenas conhecendo o nascimento e a evolução das coleções é que conseguiremos a posteriori mantê-las e administrá-las.

Em relação aos estudos sobre desenvolvimento de coleções em bibliotecas, Vergueiro (1997, p. 104) explica que isso foi uma preocupação recente da área, por volta da década de 1970, e consagradamente “significou a definição de critérios que justificassem um determinado agrupamento de documentos em um ou mais espaço(s) físico(s) determinado(s).”

Continuando a análise sobre os estudos de coleções na área de Biblioteconomia, Lima (2007, p. 18) afirma que tradicionalmente eles “têm privilegiado o aspecto do conteúdo informacional dos livros, enfocando questões de seleção, aquisição e avaliação do uso, portanto, sob uma perspectiva administrativa, de gestão das coleções”. De outra maneira, o que mais importa, o fator determinante para uma obra ser escolhida para constar na coleção de

uma biblioteca formal, é o assunto que o livro trata, dentro de qual temática ele se insere e se isso é do interesse da comunidade de usuários daquela biblioteca.

Dias (2000, p. 72) reflete sobre a necessidade de desenvolvimento da biblioteconomia enquanto campo teórico-científico que amparasse as práticas bibliotecárias que já aconteciam há séculos: “[...] mas alguns dos problemas foram se tornando de uma tal complexidade que as soluções exigiam mais que uma abordagem intuitiva.” Assim conseguimos compreender o nascimento da biblioteconomia-ciência.

Está entre as funções do bibliotecário a formação, desenvolvimento e organização das coleções, é uma atividade meio das bibliotecas para poder cumprir a atividade fim que é a dinamização do uso das coleções (FERREIRA, 1977).

O museólogo Peter Homulos (1990) argumenta que bibliotecas, arquivos e museus são instituições que se fundamentam no ato de colecionar. Para o autor, as três são organizações que colecionam documentos, cada uma com foco em determinado conteúdo informacional. De modo que, a base de formação é a mesma, o que muda é: a natureza das coleções, o conteúdo informacional dessas coleções e a interação do público com as mesmas.

Assim, entende-se que para atingir seus objetivos e cumprir sua função social, estas instituições necessitam formar coleções, ainda que de propriedades físicas e semânticas diferentes e com tratamentos e organização peculiares a cada área. Disto, podemos inferir que estudar as coleções, os colecionadores e as práticas colecionistas deveriam fazer parte da construção teórica dos três campos.

Desta maneira, as três disciplinas acolhidas pela Ciência da Informação, possuem várias possibilidades de diálogo e entendemos que a formação, organização e disponibilização de coleções específicas é uma delas. Conforme salienta Araújo (2014, p. 6), desde seu surgimento, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se tornaram as “ciências dos acervos, das instituições que os custodiam e das técnicas de seu processamento” (ARAÚJO, 2014, p. 6). Para o autor, a constituição dos três campos partiu, necessariamente, dos elementos concretos que abrigavam e que ao se concentrar no tangível, chega-se ao intangível. Os conceitos abstratos só podem ser estudados por meio de outros fenômenos de existência concreta: “pensar no pós-custodial não significa negligenciar a importância da constituição de coleções, acervos. O pós-custodial não é uma negação da custódia, é um prolongamento dela” (ARAÚJO, 2014, p. 158).

Ortega (2004) faz uma breve análise da história da Biblioteconomia, mostrando a

origem do que depois veio a ser um campo sistemático do conhecimento. A autora nos traz que a primeira biblioteca remonta a antes de Cristo, a Biblioteca de Ebla, considerada uma das primeiras coleções organizadas de documentos de existência comprovada. Ademais cita também as mais famosas bibliotecas da antiguidade, do período medieval. Uma importante constatação feita pela autora, que reforça o núcleo comum da Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia é que

Durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos. Esta entidade manteve-se inalterada até a Idade Moderna quando a produção dos livros tipográficos, entre outros motivos, levou a que as bibliotecas passassem a existir separadamente e a adquirir maior relevância enquanto elemento social. (ORTEGA, 2004, p. 2).

É somente no contexto pós tipográfico que surge a Biblioteconomia como disciplina que se ocupa da organização, gestão e disponibilização de livros e outros tipos de documentos, assim como a instituição da profissão de bibliotecário e de arquivista (SIQUEIRA, 2010). A primeira ocorrência do termo "biblioteconomia" data de 1839, em obra do livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse, e é no século XIX que os métodos e práticas bibliotecárias começam a ser estruturadas efetivamente. (ORTEGA, 2004).

Portanto, embora ao longo do desenvolvimento das bibliotecas e da Biblioteconomia, sobrevieram transformações e acréscimos aos seus conceitos, características, atividades e função social, em suas origens, a Biblioteconomia está intrinsecamente ligada ao colecionismo. Acreditamos que estudar os primórdios da Biblioteconomia, marcado pela institucionalização das coleções, auxilia na busca de identidade e constitui-se uma importante reflexão para a área.

Considerações parciais

O propósito desta comunicação foi apresentar as ideias centrais de uma pesquisa de iniciação científica, ainda em desenvolvimento, que busca investigar as relações associativas entre as práticas colecionistas e o surgimento da Biblioteconomia.

Assim, trouxemos uma concepção geral de colecionismo e algumas perspectivas de interpretação desse fenômeno. Abordamos o livro enquanto elemento colecionável, um pouco da bibliofilia e seu papel na formação de bibliotecas particulares. Por último apresentamos uma discussão sobre o surgimento da Biblioteconomia e sua posição perante as coleções.

Com base no exposto, entendemos que a Biblioteconomia surge primeiramente enquanto um fazer profissional daqueles responsáveis por cuidar das coleções bibliográficas, e posteriormente como uma ciência desenvolvida por estes profissionais que se viram impelidos a buscarem embasamento teórico e a criarem ferramentas que os auxiliassem.

Deste modo, procuramos com este trabalho ampliar as concepções sobre colecionar, sobre como e porque surgem as coleções e suas implicações históricas, sociais, culturais e até mesmo científicas; demonstrando como o passar do colecionar individual ao coletivo resulta na criação de instituições como bibliotecas, arquivos, museus e, conseqüentemente na necessidade de profissionais e campos do conhecimento mais específicos que sustentem essas práticas profissionais.

As investigações deste trabalho possibilitam identificar e caracterizar um elemento que permeia não somente a Biblioteconomia como também a Arquivologia e a Museologia, porém sob uma perspectiva diferente do usual, partindo não da informação ou do documento, mas da institucionalização das coleções.

A gênese das coleções não costuma ser discutida no âmbito da Biblioteconomia, pois se examina a coleção prioritariamente de uma ótica burocrática, de gerenciamento, desconsiderando as relações com a gênese da coleção. Não estamos afirmando que este tipo de estudo usual, da administração de coleções, não seja necessário e importante, no entanto, não é suficiente, não abrange toda a amplitude e riqueza de significados presentes nas coleções. Existem outros tipos de abordagens que podem ser realizadas, sem detrimento das já existentes, e que enriqueceriam não só o corpus teórico da Ciência da Informação, como também as práticas de organização e representação da informação.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARRUDA, S. M.; CHAGAS, J. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

BLOOM, Philipp. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções**. Rio de Janeiro: Record, 2003

BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAGANÇA, Aníbal. **Livraria ideal: do cordel à bibliofilia**. Niterói: Pasárgada: EDUFF,

1999.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecologia**. 2 ed. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação na Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n.44, jan./abr., 2002.

CAMARGO, Téa. Colecionismo, Ciência e Império. In: VI JORNADA SETECENTISTA, Curitiba, 2005, Universidade Federal do Paraná, Centro de Documentação e Pesquisa em História. **Anais...**, Curitiba, 2005, p. 576-587.

COSTA, F. M. **Bibliofilia**: a eterna devoção aos livros. 2009. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10760/16905>>. Acesso em: 11/02/2019.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, E. W. . Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n.especial, p. 67-80, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 253.

FERREIRA, G. P. **A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica**. Recife: Convênio MEC/UFPe, 1997.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FONSECA, Paulo. Considerações de um colecionador. **Episteme**, Porto Alegre, v. 1, n. 20, suplemento especial, p. 181- 184, jan./jun. 2005.

GALVÃO, M. C. B. Os conceitos dos termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1/2, p. 100-114, 1993.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

LEMOS, A. A. B. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. (org.) **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 101-119.

LIMA, V. R. **Fundamentos e andamentos**: uma reflexão sobre as bibliotecas a partir da formação de coleções de livros. Marília: UNESP, 2007.

MELO, Kelly Castelo Branco da Silva; RIBEIRO, Leila Beatriz. Para cada universo colecionista, suas fontes: dinâmicas informacionais nas tramas de Clifford Janeway. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 279-302, set./dez. 2017.

MENEGAT, Rualdo. A epistemologia e o espírito do colecionismo. **Episteme**. Porto Alegre, n. 20, p. 5-12, jan./jun., 2005.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MINDLIN, José. **Memórias esparsas de uma biblioteca**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Florianópolis, SC: Escritório do Livro, 2004

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma reflexão sobre o livro para além da informação. VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Salvador, 2007. **Anais...**, Salvador, 2007. p. 87-104.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. A03, 2004.

PIMENTEL, G.; BERNARDES, L.; SANTANA, M. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

POMIAN, K. Coleção. In: GIL, Fernando (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 Memória-História. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

VERGUEIRO, Waldomiro. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 93 - 107, jan./jun.1997.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n.3, p.52-66, set./dez, 2010.

Percurso museológico “História de Mulheres”: diálogos com a sociomuseologia de gênero

Daiana Maria da Silva

Mestranda em Educação

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

daiana2707@hotmail.com

Silvani dos Santos Valentim

Ph.D em Educação/Estudos Interdisciplinares Urbanos,

Gestão Educacional e Políticas Públicas, Temple University, USA.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

silvani@cefetmg.br

Resumo: Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento. Propõe-se a refletir, considerando as possibilidades e limitações, as discussões sobre sociomuseologia de gênero à luz do Percorso Museológico “História de Mulheres”, uma formação de professoras/es da rede municipal de educação de Belo Horizonte, que tem como propósito a elaboração de um projeto que conecte a escola pública a três espaços museais da cidade. O percurso faz parte das ações pedagógicas da Secretaria Municipal de Belo Horizonte para facilitar a aproximação e resignificação de espaços museológicos, assim como contribuir para o debate sobre as relações de gênero.

Palavras-chave: História de mulheres; museologia; gênero.

Abstract: This work is part of an ongoing research project. It aims at reflecting, considering possibilities and limitations, the discussions on gender sociomuseology in the light of the Museological Route "History of Women", a teacher's formation program of Belo Horizonte's Board of Education, whose purpose is the elaboration of a project that connects the public school to three museum spaces of the city. The course is part of the pedagogical actions of the Municipal Secretariat of Belo Horizonte to facilitate the approximation and reframing of museological spaces, as well as contributing to the debate on gender relations.

Keywords: History of women; museology; gender

Sociomuseologia de Gênero: Uma Práxis em Construção

A construção do conceito de sociomuseologia, de acordo com Moutinho (2007, 2008), passa pelo esforço de adequar as estruturas museológicas aos desafios postos pela sociedade contemporânea. A potência da sociomuseologia é apresentar-se, simultaneamente, como uma área disciplinar de ensino, investigação, atuação nos espaços museais e que procura dialogar com diferentes áreas do conhecimento, tendo como premissa principal a interdisciplinaridade. (MOUTINHO, 2007).

Tal característica assenta-se numa mudança de paradigma¹ vivenciada pelo campo de estudos museológicos, que desde a década de 1970, por meio da produção de vasta documentação², procura refletir sobre o papel dessas instituições bem como dos bens patrimonializados. A tentativa é de trazer para a centralidade das discussões a potencialidade dos museus em contribuir para o desenvolvimento da sociedade, tendo como principal recurso o patrimônio cultural. Logo, existe um deslocamento do foco nas coleções para focar-se na pessoa/sujeito. Para tanto, tem-se como campo de pesquisa “a hibridação cultural, a relação entre a memória e o poder, os impactos da globalização nos patrimônios culturais a preservar” (RECHENA, 2011, p.105).

Ternário matricial da sociomuseologia e as relações de gênero

Diante dessa nova perspectiva museológica, muitos desafios surgem, assim como a construção de possibilidades de respostas, mesmo que transitórias, haja vista que entende-se os museus como organismos vivos, afetado pelos movimentos da sociedade. Uma proposição analítica é apresentada por Mário Moutinho e será adotada para a análise do Percurso “História de Mulheres”. O autor defende a existência de um ternário matricial da museologia, cujo baluartes são: o sujeito, o objeto/bem cultural e o território/cenário. (MOUTINHO, 2007 e 2008).

Apropriando-se do modelo analítico apresentado por Moutinho, Rechená (2011, 2014) procura relacioná-lo com as discussões sobre relações de gênero. O primeiro contributo apresentado por ela ao trazer a categoria gênero para a sociomuseologia é garantir o direito à nomeação, ou seja, não falaremos mais de um sujeito supostamente neutro³, mas sim das contribuições e experiências de homens e mulheres em cada sociedade, tempo e espaço. A segunda contribuição apresentada, quando do diálogo da categoria gênero com o objeto/bem cultural, é “repensar o processo de constituição das coleções patrimoniais e incluir o ponto de vista feminino na análise das mesmas” (RECHENA, 2014, p.165). A autora pontua que, historicamente, a seleção de bens patrimoniais tem um forte componente masculino e consequentemente de exclusão de diversas categorias, dentre elas, a das mulheres. Logo,

¹ Essa mudança faz parte de um fenômeno descrito por Boaventura de Sousa Santos (1989) como “transição paradigmática” das ciências sociais, fruto de importantes mudanças epistemológicas nessa área do conhecimento.

² Podemos citar a Declaração de Santiago, de 1972; a Declaração de Québec, de 1984 e a Declaração de Caracas, de 1992. Além disso, em 1985, foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que procura discutir os desafios e possibilidades dessa área do conhecimento aplicada.

³ De acordo com Foucault, quando utiliza-se uma linguagem supostamente neutra em um processo de comunicação, está sendo dito, implicitamente, de um modelo em que o masculino é dominante.

defende-se que utilizar as discussões sobre relações de gênero possibilita maiores reflexões sobre que bens patrimoniais serão recolhidos para salvaguardar as memórias e identidades de mulheres e homens nas suas complexas relações sociais atravessadas por outros marcadores, como etnicidade, geração, classe social, etc. Por fim, ela traz o debate para o espaço, ou seja, o território museu. Essa instituição foi criada como símbolo de poder político do homem branco europeu e tinha uma função educadora no contexto de formação das identidades nacionais na Europa do século XVIII (ALENCAR, 2015). Rechená afirma que, ao utilizar o conceito de gênero, pode-se problematizar qual imagem que mulheres e homens constroem do museu, bem como a experiências vivenciadas nesse espaço e em seu entorno. Além disso, também permite questionar as funções exercidas por homens e mulheres nessas instituições, sendo o lugar do pesquisador, por muito tempo ocupado somente por homens e as mulheres exercendo somente funções ligadas ao cuidado. Tais questionamentos já alteraram alguns quadros, mas ainda existe uma desigualdade marcante quando se intersecciona o campo de estudo da museologia com a categoria gênero. De acordo com Oliveira e Queiroz,

as relações de gênero são estruturantes também das práticas relativas ao patrimônio, à memória e aos museus. É preciso perceber que existem forças de ação e interação entre as estruturas e os indivíduos, pois ao mesmo tempo em que gênero estrutura as práticas patrimoniais e culturais, essas mesmas práticas consolidam e enrijecem os papéis e lugares de mulheres e homens e de suas identidades nas dinâmicas de construção da memória e das práticas culturais das quais participam de modo mais amplo (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2017, p.65).

Vaquinhas (2014) afirma que ainda há muita suspeição quando se discute essa relação. Todavia, segundo a autora, ela faz-se necessária para concretização de políticas de boas práticas, isto é, trazer o feminino para compor o eixo estruturante das coleções e atividades desenvolvidas em museus. Além disso, essa necessidade estende-se as funções de curadoria e direção nos espaços museais.

Para Vaquinhas a museologia de gênero é um campo de pesquisa recente, datado da década de 1990, fruto da articulação da epistemologia feminista na academia, bem como da sua ação enquanto movimentos sociais de luta por equidade, com as mudanças propostas para a museologia que discute o papel social e inclusivo dos museus. A autora define a museologia de gênero como

um discurso crítico sobre o papel social e político dos museus na sociedade contemporânea, procurando, sobretudo, resgatar a memória e os patrimônios femininos e dar visibilidade à participação ativa das mulheres na vida social, política, cultural e cotidiana, tanto no passado como no presente. Visa igualmente valorizar as expressões culturais e artísticas femininas, prestar

reconhecimento a todas as mulheres que, ao longo do tempo, constituíram coleções, bem como a todas aquelas que, através do exercício de práticas museológicas, impulsionaram a organização de fundos (VAQUINHAS, 2014, p.02).

Ela também diz que reconhecer e dar visibilidade ao protagonismo feminino é um ato de justiça e uma forma de contribuir para construção de uma sociedade equânime, inclusiva e democrática.

Perspectiva brasileira

Ao trazer a discussão das implicações do debate sobre relações de gênero e a museologia para o cenário brasileiro, Oliveira e Queiroz (2017) afirmam que existe um protagonismo das mulheres no campo museal no país, que passa pela formação na área, mercado de trabalho e implantação de museus e pelo associativismo da classe e na regulamentação da profissão de museólogo. As autoras lamentam que, mesmo com esse protagonismo, ainda existam poucos trabalhos que discutam a temática sob o viés das relações de gênero e do feminismo. A presença majoritária das mulheres não está somente na formação e no mercado de trabalho, mas também entre o público visitante. De acordo com Köpcke, Cazelli, Lima e Marino, ao analisar dados relativos à visitação em museus do Rio de Janeiro, existe uma predominância de visitação de mulheres.

A presença feminina nos museus parece respeitar as condições sociais do acesso à cultura cultivada, indicando que se trata prioritariamente de um público feminino com alto capital escolar, assim como o aumento do acesso feminino à educação superior também no Brasil (KÖPCKE *et al.*, 2008, P.10).

Apesar de existir uma crescente feminização das práticas culturais, como um fenômeno global, desde a década de 1970, é muito diminuta a representatividade feminina no tocante às coleções. Oliveira e Queiroz afirmam que, apesar da produção artística das mulheres ser bastante significativa na história da arte brasileira, isso não se reflete no número de exposições permanentes em museus. O mesmo ocorre em museus de história e ciências, que, segundo as autoras, ainda carregam uma lógica androcêntrica, na qual ocorre uma universalização dos saberes e experiências masculinas, subjugando experiências, práticas e saberes do feminino. Outro apontamento feito é o histórico das instituições museais no Brasil, que foram criadas como “‘instituições do saber’ constituídas pela elite e para a elite branca e letrada, o que excluía tecnicamente negros e mulheres, funcionando como espaço do ‘culto ao desenvolvimento, e como promotora da memória’” (OLIVEIRA, QUEIROZ, 2017, p.71). Tais instituições reproduzem discursos influenciados por essa mentalidade ainda hoje,

dificultando a percepção da existência do feminino nesse universo reiteradamente masculinizado.

Logo, faz-se necessário buscar o feminino nas ausências e silêncios e também questionar quais fontes, referências e ideologias norteiam a elaboração dos discursos museais e, assim, reescrever essa história de maneira mais respeitosa e valorativa com as contribuições de mulheres e homens para a sociedade. Para Rechena, os museus são espaços privilegiados para refletirmos sobre a relação entre pessoa/comunidade e os bens culturais. Por meio de uma museologia social que dialoga com a categoria gênero

um museu [...] abandona de imediato a linguagem neutra, habitualmente utilizada para representar o/a visitante ideal. Os/as visitantes deixam de ser considerados como público geral, indistinto, massificado, um observador desapaixonado e passam a sujeitos dotados de uma identidade de gênero. [Além disso] ao museu deixa de estar atribuído o papel de intérprete dos bens culturais expostos e a instituição museal passa a existir para difundir o conhecimento partilhando com os/as visitantes a responsabilidade da interpretação dos bens culturais (RECHENA, 2014, p.168. Grifos nossos).

Percurso Museológico História de Mulheres: Vozes e Silêncios

Por meio dessas reflexões, propõe-se analisar uma experiência de formação de professores/as da rede municipal de educação de Belo Horizonte, que tem como mote a utilização de três espaços museais da cidade para discutir as relações de gênero.

A rede municipal de educação de Belo Horizonte tem um histórico de investimento na formação continuada de professores/as. De acordo com Diniz-Pereira e Soares (2010), a própria rede construiu mecanismos para ser formadora. Tal característica é vista de maneira positiva, especialmente, porque priorizou a escola como *locus* de formação, além de valorizar o saber docente produzido na própria escola. Obviamente, muitos limites foram apresentados, especialmente, a descontinuidade das ações mediante mudanças na gestão política, além da não garantia, em alguns casos, das condições do trabalho docente.

No tocante às formações sobre relações de gênero e sexualidade, Batista d'Andrea (2014) e Alves (2017) destacam que elas ocorrem na rede desde a década de 1980, em conexão com políticas públicas macro e com disputas sociais sobre a temática. Inicialmente de maneira esporádica e muito vinculada a perspectiva da prevenção de doenças, bem como da gravidez precoce. Já na década de 1990, especialmente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as abordagens adquirem caráter multidisciplinar e menos biologizantes. Coincide também com a criação do Centro de Aperfeiçoamento dos

Profissionais da Educação (CAPE) na Secretaria Municipal de Educação (SMED), que formou uma equipe para compor o Núcleo de Sexualidade que por meio de várias abordagens era responsável pela formação docente na rede sobre as relações de gênero e sexualidade. Alves (2017) destaca que na virada do século XXI houve um arrefecimento nas ações mais centralizadas e constantes, devido à mudança de gestão do município. Tais ações foram retomadas a partir de 2004, com a criação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, que por meio de abordagens interseccionais, trazem novamente formações mais sistemáticas para a rede. Desde então, o autor pontua que muitas parcerias foram feitas com universidades, movimentos sociais e programas governamentais para fomentar o debate e ações em Belo Horizonte.

Com a ampliação do debate e das demandas das escolas sobre formações, em 2013, foi criado o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGDS), fortalecendo o compromisso da rede com uma política pública de superação das assimetrias de gênero. Nesse sentido, merece destaque a publicação do caderno com as Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, em 2015. O material é dividido em três partes: 1) Referencial teórico sobre equidade de gênero, cultura de paz e direitos humanos; 2) sugestões de oficinas pedagógicas e rodas de conversação para discentes da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos; e indicações de artigos, livros, links, textos e atividades complementares na temática de gênero e educação (BELO HORIZONTE, 2015).

Uma das propostas de atividade do caderno de Diretrizes intitula-se “Por que a mulher não está no museu?” Na introdução do tópico é dito que a escola não é o único local de apropriação do conhecimento na sociedade, sendo importante, para promoção da articulação entre educação, cultura e gênero, o intercâmbio com outros locais de produção cultural, tais como os museus. A atividade sugere que o/a professor/a faça a mediação de uma visita em espaços museais da cidade junto com seus estudantes problematizando a presença do feminino. A ideia é perceber se o feminino é visível, está em segundo plano ou invisibilizado nesses locais. Sugere-se também a articulação da atividade em um projeto maior, com atividades prévias e posteriores à visita. Como exemplo de como desenvolver essa atividade é apresentado o Percorso Museológico História de Mulheres: Vozes e Silêncios, sobre o qual discutir-se-á no próximo tópico.

Caracterização do percurso museológico

Na rede municipal de educação de Belo Horizonte a utilização de espaços museais faz-se presente. Merece destaque as ações pedagógicas do chamado Circuito de Museus, que desde 2011, procura “incentivar e facilitar a apropriação de espaços museológicos pelo público escolar [...]. O projeto permite que estudantes das escolas municipais visitem três instituições culturais ao longo do ano, a partir de um percurso temático” (BELO HORIZONTE, 2018)⁴.

Um dos percursos temáticos é o “História de Mulheres: vozes e silêncios”, construído ao longo de 2013 pelo NUGDS com apoio de uma assessoria especializada em história e museologia e em parceria com equipes multidisciplinares dos espaços museais da cidade (SOARES, ALVES, 2017). Em 2014 foi apresentado à rede como uma das políticas para as relações de gênero e de formação docente.

Ouvidos atentos. Prontos a perceber e escutar. Ora o sussurro, ora a fala gritada. Ambos revelando a sua maneira trajetos, espaços, consciências, caminhos de mulheres. Foi com a escuta e o coração desarmados que nos colocamos como ouvintes dessas mulheres distintas, diversas, de carne e osso ou de barro, encontradas em três espaços museais: Memorial Minas Gerais-Vale, Museu de Artes e Ofícios e Centro de Arte Popular (BELO HORIZONTE, 2013).

É assim que o Percurso é apresentado no material de apoio ao docente que tem seu projeto aprovado para participar do Percurso. A partir daí são realizados encontros de formação nos espaços junto com as equipes dos educativos dos museus. A participação é voluntária e tem como objetivos: 1) Promover uma articulação entre educação e cultura por intermédio de visitas orientadas aos museus da cidade; 2) Fornecer suporte pedagógico para o trabalho com a temática de gênero no espaço escolar, a fim de dar visibilidade ao papel da mulher na construção da vida social e de propiciar a problematização de práticas sexistas; 3) Ampliar a discussão das relações de gênero na história do Brasil, fazendo um contraponto com a contemporaneidade; 4) Contribuir para a formação de hábitos culturais entre discentes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (SOARES, ALVES, 2017, p.35).

Para cada museu foi sugerido caminhos de visitação e provocações para se pensar o feminino: No Memorial Minas Gerais-Vale foram sete salas: 1) Celebrações, na qual é apresentada a potencialidade de discutir os estigmas e paradigmas que circundam o sagrado das religiões e as relações de poder; 2) Vale do Jequitinhonha, que discute o protagonismo da mulher artista/artesã, bem como diferentes formas de representação na arte popular; 3) Panteão da Política Mineira: por meio de narrativas sobre a Conjuração Mineira problematiza

⁴ Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/circuito-de-museus>.

a atuação política de mulheres nesse importante episódio da história; 4) Casa da Ópera: a representação de um lugar de espetáculos possibilita a discussão sobre o longo período de ausências das mulheres, bem como disputaram esse espaço ou nele foram representadas; 5) Vilas Mineiras: possibilita uma discussão interseccional, na qual o protagonismo da mulher negra é destacado no cotidiano desses territórios; 6) A Fazenda Mineira: apresenta o espaço privado da vida rural e problematiza a presença feminina no trabalho, na diversão, no sagrado; 7) Lygia Clark, na qual o protagonismo feminino na arte é espaço de profícuo debate sobre convenções, comportamentos, trabalho.

No Centro de Arte Popular (CAP) foram apontados dois andares para visita dentro do Percurso. Nos terceiro e quarto andares são sugeridas discussões sobre a mulher e a tradição, problematizando estereótipos, paradigmas e lugares sociais. Tendo como mote a arte popular, também permite abordar as representações das e sobre as mulheres em diferentes suportes, tais como bonecas, utensílios domésticos, pinturas. Além de possibilitar o debate sobre arte e artesanato, ampliado para as relações de trabalho e étnico-raciais.

Por último, no Museu de Arte e Ofícios (MAO), por meio de três ambientes, suscita questões relativas às atividades econômicas, relações étnico-raciais, de trabalho e geracionais. Problematizações sobre invisibilização das mulheres em diferentes momentos da história do Brasil, bem como suas ações de resistência, a exemplo das negras de tabuleiro que vendiam seus quitutes e ocupavam as ruas podem ser feitas. Além disso, como ofícios tidos como femininos foram ensinados de mãe para filha e imprimem a marca do feminino perpassando o tempo. O Percurso montado nos três espaços museológicos, procura, nas palavras dos seus idealizadores: “[...] pensar a mulher fora do lugar comum, livre das amarras do gênero e do sexo, longe dos espaços óbvios e hierarquizados pelas relações desiguais de poder ainda impostas pela sociedade contemporânea” (SOARES, ALVES, 2017, p.29).

Análise do percurso à luz das contribuições da sociomuseologia de gênero

O ternário matricial da sociomuseologia apresenta três vértices: o sujeito, o objeto/bens culturais e o território/museu. Ao relacioná-lo com o debate sobre as relações de gênero percebe-se a potência que os espaços museais têm em contribuir para o combate às assimetrias de gênero. Logo, o ‘Percurso Museológico História de Mulheres: vozes e silêncios’ pode ser interpretado à luz dessa práxis. Mesmo sendo uma elaboração recente dentro do campo da museologia, como afirma Vaquinhas (2014), é de fundamental importância significar política e socialmente a instituição museal. Sendo assim

Tornar visível o protagonismo feminino aos níveis museal e patrimonial é também entendido como um ato de justiça e um passo em frente na construção de uma sociedade mais justa, que aplica os conceitos de igualdade de gênero, de inclusão social e democracia participativa. Por outras palavras, a museologia de gênero não é neutral e contém uma dimensão interventiva que valoriza a equidade social e a luta contra estereótipos dando visibilidade às mulheres e às suas realizações (VAQUINHAS, 2014, p.2).

Nesse sentido, o percurso museológico em questão tem muito a contribuir. Merece destaque ele ser parte da política pública da prefeitura da cidade para as relações de gênero e na formação continuada dos/as professores/as da rede. Logo traz o sujeito para a centralidade da experiência, uma vez que o docente que se inscreve na formação vivencia previamente atividades nos museus e precisa elaborar um projeto que conecta a escola aos espaços. Os objetivos apresentados pelos docentes são encaminhados ao educativo dos museus, o que possibilita uma mediação mais focada na proposta a ser desenvolvida na escola junto aos discentes. Para além disso, Rechená (2014) apresenta uma série de questões para o vértice sujeito/gênero, dentre elas destacamos: “Existe uma cultura feminina preservada nos museus? Devemos constituir acervos femininos ou complementar os existentes com os testemunhos da participação feminina na sociedade? Como documentar a presença da mulher na sociedade, a sua relação com os bens culturais e ainda como produtora de memórias? Os atuais processos de comunicação em museus são inclusivos das mulheres?” (RECHENA, 2014, p.164). O Percurso enseja responder, em alguma medida, a tais questionamentos, pois, por meio dessa iniciativa, contribuíram para que os três espaços museais ressignificassem seus acervos e trouxessem as mulheres para a cena, mesmo que em suas ausências. Os educativos dos museus tiveram que construir formas de comunicação que traziam a memória das mulheres, assim como os/as docentes precisaram significá-las em seus projetos.

Tais ações ocorreram em consonância com os outros vértices. Ao pensarmos a relação com os objetos/bens culturais/gênero, a idealizada neutralidade na escolha do que preservar cai por terra, seja por identificar o privilégio que historicamente foi dado a preservação daquilo que se identifica com o masculino, denunciando o forte componente de exclusão no tocante à seleção dos bens patrimonializados, seja por demonstrar que cortes marginais das áreas patrimoniais, como a domesticidade, as relações de parentesco, a maternidade, as exposições etnográficas, são as que, geralmente, portam a memória do feminino (RECHENA, 2014). Nesse sentido, o Percurso traz muitos objetos/bens culturais da arte popular, inclusive

por meio da discussão sobre arte/artesanato⁵, que perpassa o debate sobre relações de poder, e que afeta grandemente as mulheres que, por vezes, são tidas como artesãs e não artistas. Outro fator a ser destacado é que em exposições que abordam o espaço público, como a política institucional e trabalho remunerado, as mulheres são mais identificadas nos silêncios, demonstrando uma marginalização das suas contribuições também nos processos de musealização. Todavia deve-se destacar a tentativa de buscá-las nos acervos e valorizar outras memórias em tais processos, como exposições dedicadas ao doméstico e de trabalhos que mostram as resistências femininas.

No tocante ao último vértice, o território/museu/gênero, Vaquinhas (2014) aponta a década de 1990 como o período de intensificação da disputa por uma valorização do feminino nos espaços museais. A autora traz alguns questionamentos postos desde então: “Que imagens das mulheres transmitem as exposições? Que atividades são reservadas ao sexo feminino que trabalham nos museus e como podem ser melhoradas as perspectivas de carreira? Como é que os museus podem contribuir para melhorar a condição feminina?” (VAQUINHAS, 2014, p.3). Algumas dessas questões não são contempladas pela discussão posta neste artigo, mas já estão em debate no Brasil, como apontam Oliveira e Queiroz (2017). A mesma autora faz um levantamento sobre museus da mulher e de gênero numa abordagem quantitativa e qualitativa, tendo com fonte a rede internacional *Womenninmuseum* e o site *Museos de la Mujer, Patrimonio Feminino*. Ela identifica 71 espaços que fazem essa abordagem no mundo. Tomando essa referência como horizonte, entende-se o “Percurso Museológico Histórias de Mulheres” como uma ação de vanguarda, tanto por provocar os museus da cidade a discutir questões relacionadas ao gênero, como por ser uma proposta formativa para os docentes que atuam na rede municipal de educação. Sendo assim, ela tem a potencialidade de ser multiplicadora, pois espera-se que ao participar dessa formação, o sujeito passe a refletir sobre as relações de gênero em outros espaços e suscite tal debate junto aos seus estudantes. Para além disso, o terceiro vértice problematiza também a instituição em si, pois, como é sabido, os museus são desde sua criação símbolo do poder político, comumente associado aos homens, logo um poder androcêntrico (RECHENA, 2011). Nesse sentido, a historicidade dos três espaços que compõem o Percurso nos confirma isso. O prédio do Memorial Minas Gerais-Vale foi construído para ser sede da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais e data de 1897, ano da fundação da cidade de Belo Horizonte. Assim como o prédio que abriga Museu de Artes e Ofícios, um dos primeiros projetos da nova capital mineira. Já o prédio do

⁵ Para melhor entendimento dessa diferenciação ver FIGUEIREDO, MARQUESAN (2012).

Centro de Arte Popular é da década de 1920, construído inicialmente para uso residencial, também já foi sede de um hospital. O Memorial e CAP compõem o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, localizado numa das áreas mais nobres da cidade. Já o MAO fica no centro e foi construído para ser o pórtico da nova capital. Logo, essas características ao serem questionadas sob a perspectiva das relações de gênero nos permite analisar como mulheres e homens vivenciam esses territórios, enquanto suporte de memórias, sensações e experiências.

Considerações finais

A escuta das vozes e silêncios das mulheres contribui, por meio de uma abordagem interseccional, para ressignificarmos as instituições museais, construídas como símbolo do poder masculino. Por meio das contribuições da sociomuseologia, sintetizadas no vértice matricial: sujeito, objetos/bens culturais e território/museu, e das discussões sobre as relações de gênero, espera-se que os museus contribuam para construção de uma sociedade equânime, na qual as memórias das mulheres, assim como a dos homens, sejam (re)conhecidas. Nesse sentido, apresentamos o “Percurso Museológico História de Mulheres: vozes e silêncios”, como parte da política pública da PBH para relações de gênero e formação docente. Obviamente toda política pública apresenta seus limites, o que também será objeto de análise dessa pesquisa em andamento, por meio da investigação da experiência de docentes que participaram da formação.

Por hora, apresentamos nesse artigo o levantamento que fizemos para caracterização do nosso objeto de pesquisa, tendo como fonte o material de apoio ao docente, as Diretrizes da Educação para as relações de Gênero na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e a visita aos espaços museais que compõem o percurso. A partir delas, entendemos que a iniciativa de utilizar espaços de educação não-formal para o debate das relações de gênero como promissora, especialmente no atual contexto político, em que tal debate tem sido alvo de disputas por diferentes atores sociais.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Valéria P. **Mediação cultural em museus e exposições de história: conversas sobre imagens/histórias e suas interpretações.** Tese (Doutorado em Arte) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2015.

ALVES, Cláudio E. Resende. Histórico das ações da Rede Municipal de Belo Horizonte no trabalho pedagógico com gênero e sexualidade. In: ALVES, Cláudio E. Resende e SOUZA, Magner Miranda de. **Educação para as relações de gênero: eventos e letramento na escola.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

ALVES, Cláudio E. Resende; SOARES, Cláudia Caldeira. Percurso Museológico História de Mulheres: vozes e silêncios. In: ALVES, Cláudio E. Resende e SOUZA, Magner Miranda de. **Educação para as relações de gênero: eventos e letramento na escola**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

BATISTA D'ANDREA, Anna Cláudia E. **Movimentos e articulações: uma análise das iniciativas de formação de educadoras/es em sexualidade na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (1989-2009)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

BELO HORIZONTE. Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. 2015.

_____. **História de Mulheres: vozes e silêncios**. 2013.

FIGUEIREDO, Marina D., MARQUESAN, Fábio F. S. **Artesanato, Arte, Design... Por Que Isso Importa aos Estudos Organizacionais?**. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2012.

KÖPCKE, Luciana S., CAZELLI, Sibebe, LIMA, José M., MARINO, Leandro L. **A presença feminina nos museus: perfil sociocultural e modalidades de visitas**. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

MOUTINHO, Mário. **Os museus como instituições prestadoras de serviços**. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº12. Lisboa: ULHT, 2008.

_____. **Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão**. Lisboa: Cadernos do CEOM, ano 27, nº 41, setembro 2007.

OLIVEIRA, Ana C. A., QUEIROZ, Marijara S. **Museologia – substantivo feminino: reflexões sobre a museologia e gênero no Brasil**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. Nº 5. Setembro 2017.

RECHENA, Aida. **Museologia social e gênero**. Cadernos CEOM. Ano 27, n. 41. Junho 2014.

_____. **Sociomuseologia e gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses**. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.

VAQUINHAS, Irene. **Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história**. Midas, nº3, 2014.

As amarras da colonialidade e os museus históricos: debates necessários

Eric Barbosa Fraga

Graduando em Ciências Sociais
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
ericbfraga@gmail.com

Vanessa Ferreira Lopes

Graduanda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
vanessaloopes13@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir, de forma geral, as amarras da colonialidade presentes nos espaços museológicos históricos. O conceito de museu se baseia na sociedade institucional que transforma objetos materiais em documentos contextualizados em seus momentos históricos e suas problemáticas, celebrando e construindo uma memória coletiva. Museu em si é uma instituição de intermediação entre o indivíduo e os objetos materiais, que em grande parte são desnaturalizados de suas funções e recebem o papel de documento e construtor de conhecimento. É preciso compreender a colonialidade como uma das violências herdadas e reformuladas do período colonial, apropriada pelo sistema capitalista de forma a explorar e subjugar grupos específicos que não atendam os parâmetros hegemônicos em vigor, - de cunho exclusivamente europeu, moderno, cristão e patriarcal. Se tratando da colonialidade do saber, que para além da questão epistemológica, influi diretamente nos discursos, organizações sociais e museológicas, tem como reflexo também a marginalização e sub-representação de grupos fora do eixo colonizador. A população afrodescendente, que historicamente tem seu corpo, mentalidade e cultura perseguida, nos espaços museológicos contemporâneos ocupa lugar de subalternidade, - com silenciamento ou representações estereotipadas e racistas. Todo museu representa um discurso, é a institucionalização da perspectiva recortes históricos. Seguindo a linha pós-colonial, buscamos questionar as amarras e influências da colonialidade presentes na construção de discursos e representações museológicas. A reflexão teórica é embasada por Ulpaino T. Bezerra de Meneses, no que tange a análise de museus históricos. Como também a contribuição de Aníbal Quijano e Boaventura Sousa Santos relacionado a colonialidade, discurso e produção de conhecimentos como objetos de disputas e armas ideológicas. Através dessas leituras como ferramenta de análise para questionar e visualizar os museus como espaços capazes de desconstruir as amarras da colonialidade presentes na perspectiva artística, na construção da exposição e mais precisamente no discurso que o exposto e a instituição perpetuam.

Palavras-chave: Museus históricos, Colonialidade, Discursos.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo a discussão e reflexão ligada às amarras da colonialidade presentes nos espaços museológicos modernos. O conceito moderno de museu

se baseia na sociedade institucional que transforma objetos materiais em documentos contextualizados em seus momentos e problemas históricos, celebrando e construindo uma memória coletiva. Museu em si é uma instituição de intermediação entre o indivíduo e os objetos materiais, objetos que são desnaturalizados de suas funções e recebem o papel de documento e construtor de conhecimento. Originalmente pensado a abrigar o patrimônio material, o museu também se propõe como espaço de discussão e construção conjunta de conhecimentos sobre os objetos expostos.

Construir memória faz parte de toda sociedade, também como a construção de uma consciência histórica. Os museus se relacionam com este processo sendo um dos fatores-chave no mesmo. É impossível que um único museu engloba toda história de uma sociedade e toda a sua cultura (material ou imaterial), por isso é necessário que hajam cortes cronológicos dentro de uma perspectiva e cortes de “interesses”, como a qual campo das problemáticas históricas engloba tal objeto. O presente trabalho busca problematizar, questionar e argumentar os problemas relacionados a esses recortes dos museus brasileiros. Todo museu representa um discurso, é a institucionalização da perspectiva recortes históricos. Seguindo a linha pós-colonial, buscamos questionar as amarras e influências da colonialidade presentes na construção de discursos museológicos.

É preciso compreender a colonialidade como uma das violências herdadas e reformuladas do período colonial, apropriada pelo sistema capitalista de forma a explorar e subjugar grupos específicos que não atendam os parâmetros hegemônicos em vigor, - de cunho exclusivamente europeu, moderno, cristão e patriarcal. Se tratando da colonialidade do saber, que para além da questão epistemológica, influi diretamente nas relações e rearranjos sociais, moral e comportamental, categorizando e dividindo espaços, influenciando diretamente na marginalização e exclusão de grupos fora do eixo historicamente colonizador. A população afrodescendente, que reconhecidamente é perseguida, marginalizada e assassinada, - seja no corpo físico, mentalidades e cultura - nos espaços museológicos modernos, ocupa lugar de subalternidade, com representações estereotipadas e racistas nas artes e museus em geral.

A reflexão teórica é embasada por Ulpiano Bezerra de Meneses, contribuição de Aníbal Quijano e Boaventura Sousa Santos, contribuindo para a análise da influência da colonialidade dentro da construção do discurso museológico.

É preciso subverter a lógica da hierarquização dos saberes a fim de democratizar os espaços museológicos, de forma que a população se aproprie do espaço que cotidianamente os é negado e o qual os pertence.

O Museu Histórico

A instituição social entendida como Museu Histórico tem a função de institucionalizar, documentar e democratizar o acesso a memória. O surgimento dos museus históricos está atrelado a necessidade de criação de uma identidade nacional, as concepções de nação e a ideia de História Universal, tendo a História nacional como o ápice da civilização na Europa do século XIX. Era necessária uma forma de “tornar comum” um conjunto de ideias que ao mesmo tempo formaria a geração atual e permaneceria como um marco às gerações futuras, era necessário a contribuição a formação nacional. Intrínseco a necessidade de “dar fim” a acervos pessoais das elites e expandir o processo de “civilização”. A partir desse processo, era conveniente às elites utilizarem desse espaço para institucionalizar e tornar público sua visão de mundo. Agora o que antes era referente a esfera particular de um seletivo grupo, era apresentado a toda uma sociedade que necessitava ser educada quanto a “cultura”, aqui o termo aparece exatamente como suas primeiras traduções no Brasil onde o termo era atrelado a “civildade”.

Como Ulpiano T. Bezerra de Menezes (2005), em seu artigo “A exposição museológica e o conhecimento histórico” apresenta que todo museu é um museu histórico pela sua capacidade de operar e racionalizar o espaço e tempo, usando de categorias analíticas para segmentar e analisar o tempo, sendo capaz de exibir as periodizações e criar categorias. Intrínseco ao museu é a documentação e a democratização da memória, a fruição de bens e a capacidade de racionalizar este processo, o museu tem a responsabilidade documental, mas que não deve ficar só em si, deve ter alguma integração com o meio social, sendo capaz de interagir e democratizar o conhecimento. É necessário salientar o papel desempenhado pelo museu na criação e fomentação de conhecimentos, interligado à prática educacional. O museu, hoje, agrega diferentes papéis que só a de exposição do acervo.

O autor reitera as duas conceituações principais de Museu Histórico, mas pontuando sua abrangência e que outros conceitos acabam por se tornar simplistas, e que as duas vertentes apresentadas diferem quanto ao campo semântico que provêm. A primeira sendo museu a instituição que opera objetos históricos, sendo objeto histórico construído sociologicamente, e a segunda é a construção que leva em conta os problemas históricos como

determinante de qualquer prática do museu. As duas vertentes podem coexistir dentro de uma mesma instituição, mas uma conceituação definitiva de museu histórico, para Ulpiano, seria redutivista e simplista.

Bezerra de Menezes (2005) também nos apresenta à dicotomia de ação do museu: Teatro ou Laboratório da memória? Em linhas gerais, o Teatro da Memória, apresentado pelo autor, se baseia na exaltação e celebração da memória. Não existe capacidade de se trabalhar com a memória, ela é algo dado e inflexível que se deve absorver. Entender o museu como Laboratório da Memória é entendê-lo como espaço onde a memória é *objeto* do visitante, o visitante pode trabalhar com esta, tecer seu próprio sentido, entendimento e raciocínio crítico quanto ao objeto apresentado e o discurso da exposição.

O entendimento de objeto histórico segue a necessidade de se desnaturalizar o sentido e o contexto presente no objeto, retirá-lo da vida cotidiano e propriamente institucionalizá-lo como objeto histórico, carregado de sentido e contexto para o acervo e o espaço do museu. Quase que elevá-lo para um plano superior à sociedade, quase etéreo, onde neste espaço o objeto assume outro caráter, sentido, contexto tudo ligado a como ele será trabalhado na instituição.

Existe, hoje, o falso dilema de duas categorias básicas para o objeto. A primeira é a categoria sociológica do objeto histórico, considerando seu sentido prévio e imutável derivados da realidade externa e que tem sua prevalência, valor do objeto está diretamente relacionado à “vivência” do objeto. Ele se torna um objeto histórico principalmente devido a por onde passou, quem utilizou e para que. O valor histórico do objeto está atrelado a figuras externas com certo prestígio social, como exemplo, as indumentárias, armas, móveis que são preservados como objetos históricos, mas que foram objetos cotidianos de figuras históricas. O que, indiretamente, acaba por favorecer as classes altas, as elites e grupos dominantes, como será discutido e explorado mais à frente.

A segunda categoria proposta e apresentada é a de “objeto puro”, livre de qualquer ideologia, apresentado como de livre apreensão e que o próprio valor é dado por quem observa, o que, em si, é irreal devido ao caráter discursivo do museu. Como toda instituição, o museu não escapa da necessidade de um discurso intrínseco às ações, exposições e espaços. Não existe “sentido original”, de sua produção, muito menos o sentido da individualização, existe o sentido produzido através de sua trajetória histórica, incluindo como e quando foi exposto previamente. O conceito de contexto causa a deslegitimação da transformação do

objeto em documento. A reprodução de contextos que são puramente visuais subverte o sentido da exposição, permanecendo no sentido superficial que é empiricamente verificável, incapaz de instigar outras produções de sentido. A exposição para além do discurso é a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte de coisas materiais.

Colonialidade

Ainda hoje no século XXI, estamos emerges na continuidade de formas coloniais de organização na sociedade, mesmo após as independências dos países com histórico de colonização. Aníbal Quijano (1989) desenvolveu o conceito de colonialidade do poder para a análise dos mecanismos de perpetuação das hierarquias sociais, econômicas, políticas e culturais que mantém as estruturas desiguais da sociedade e local de subalternidade para específicos grupos (no que tange etnia, gênero, sexualidade e religião). A colonialidade é compreendida como um mecanismo de exploração do sistema capitalista, herdado e reformulado com o fim do colonialismo, perpetuando as estruturas do sistema mundo capitalista moderno/colonial, articulando lugares periféricos a determinados grupos: na Divisão Internacional do Trabalho e na hierarquia étnico-racial global. A referida classificação étnico-racial dos diversos grupos populacionais do mundo é utilizada como padrão de poder, operando em todas as dimensões cotidianas, científicas, culturais, políticas e econômicas.

Quijano sinaliza para a diferença do colonialismo com a colonialidade, quando o primeiro relacionada especificamente a uma estrutura de exploração/dominação, autoridade política, recursos de produção e mão de obra de um grupo de determinada origem e identidade distinta daquela tida como hegemônica. Essa forma de poder, obviamente, mais antigo que a colonialidade, que se manteve em vigor por 500 anos. A colonialidade, em contraponto, implica necessariamente relações racistas de poder e se mostra ainda mais profunda, duradoura e de difícil combate do que o colonialismo, justamente por sua intersubjetividade de forma aprofundada no mundo e mentalidades.

Tais discussões são enfoque do grupo Modernidade/Colonialidade, formado no final dos anos 90, por intelectuais latino-americanos e, em destaque, a reimpressão em 1992 do texto de Aníbal Quijano, “Colonialidad y modernidad-racionalidad”. Esse movimento epistemológico de renovação crítica das ciências sociais humanas na América Latina do século XXI. Descolonização intelectual, com suas realidades políticas, sociais e culturais os

intelectuais do grupo estabelecem críticas para além dos argumentos e estudos pós-coloniais, trazendo especificidades do contexto e geografia latino-americana, fundando o debate decolonial. O contexto de dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina e com os projetos revolucionários em voga, democratização e proliferação dos meios de comunicação em massa com a nova ordem mundial, faz com que estes intelectuais sejam convidados a buscar novas formas de pensar e atuar politicamente.

Se até o século XIX, a preponderância na geopolítica era tida por grupos de países europeus, hoje, é somado a influência e controle norte americano, relacionado a padronização de comportamentos, organização, concepção de cultura e tudo mais envolvido. A esse respeito, Mignolo estende o conceito de colonialidade para todas as esferas: poder, autoridade, economia, natureza, gênero, subjetividade e conhecimento. A tripla dimensão: poder, saber e do ser. A colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (Mignolo, 2003, p. 3). Um grupo moderno e superior a um Outro, esse tal devendo seguir os padrões ditados pela Europa e EUA. A consequência direta, dessa proposta vendida como civilizatória, é inevitável dizimação de vítimas, com suas culturas, modos de organização, estruturação, corpos, mentes, silenciamento e ocultamento de suas próprias histórias. Nessa mesma linha, Dussel argumenta que a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica uma “práxis irracional da violência” (Dussel, 2000, p. 49).

Para além de grandes estruturas, Mignolo sinaliza para a geopolítica do conhecimento, como uma violência epistêmica, racismo epistêmico. Eurocentrismo, cientificismo, positivismo século XIX, modernidade, tecnologias, padronização. O discurso da ciência transvestida de um caráter de neutralidade absoluta, a linguagem científica do iluminismo dentro das ciências humanas e museus. Estrutura universal da razão, sexista e racista. Esse suposto “neutro e absoluto” por meio da linguagem científica desde o Iluminismo assume-se “como a mais perfeita de todas as linguagens humanas” e que reflete “a mais pura estrutura universal da razão” (Castro-Gómez, 2005c, p. 14). Dessa forma, os sujeitos que não aqueles dentro do eixo colonizador, são apagados e esvaziados de suas sexualidades, gênero, etnia, classe, localização epistêmica e de nenhuma relação de poder.

Museus e a colonialidade

Se tratando da colonialidade do saber, que para além da questão epistemológica, influi diretamente nos discursos, organizações sociais e museológicas, tem como reflexo também a marginalização e sub-representação de grupos fora do eixo colonizador. A população

afrodescendente, que historicamente tem seu corpo, mentalidade e cultura perseguida, nos espaços museológicos contemporâneos ocupa lugar de subalternidade, - com silenciamento ou representações estereotipadas e racistas. As relações históricas da colonialidade, perpassando a distribuição geocultural de poder gera o caráter eurocêntrico dentro dos espaços museológicos e suas representações. Tal hegemonia, nessa perspectiva propõe uma interpretação e organização socioespacial numa proposta universal, que para além de um discurso dominante, é apresentado como única possibilidade. A isso é chamado de “naturalização das categorias sociais”, que são organizadas dentro desses elementos de poder, originado de um produto histórico-social vazio.

A constituição do valor simbólico da arte, conseqüentemente de sua institucionalização através do museu, perpassa também a construção de sentido da colonialidade. Arte não é descolada de contexto ou significado, têm seu caráter histórico atrelado a propaganda e veiculação de ideias por se tratar de um meio de “fácil” entendimento e lidar com o poder político e simbólico. Portanto, não escapa da influência da colonialidade, se materializando, muitas vezes, pela ditadura do Belo, que se pauta na necessidade de reproduzir os padrões eurocêntricos de arte. Conseqüentemente sendo tombados como patrimônio e articulando a sua circulação valor simbólico aos espaços e museus que percorreu, de maneira a agregar seu discurso também ao do museu.

Ulpiano discorre sobre o afastamento dos museus e sua adaptação a “demanda de público”, que pode funcionar como “marketing cultural” mas que o autor reafirma a necessidade de se afastar destas questões. Muito do processo de afastamento pode ser ligado a construção de exposições e seus discursos veiculados, que afinal são processos, desta maneira opera através de uma hegemonia de sentido. Qual afinal? Quem tem direito à História? O autor questiona a presença comum do pensamento acadêmico eurocêntrico como monopólio de sentido. Porém o polo também não é desejado por cair diretamente no senso comum. A exposição deve expor a si mesma, deixando de ser instrumento de tutela para se aproximar da dimensão crítica.

Eilean Hooper-Greenhill (1988), especialista em educação em museu, faz a analogia do museu com “um teatro da memória”, devido a seleção imposta na sua organização, registro e interpretação daquilo que está exposto, contribuindo assim como instrumento pedagógico. Contudo, é sabido que esse “teatro” se faz como uma via de mãos duplas: seja colaborando para a popularização de histórias, diversidades e maior subjetividades de grupos, sociedades ao longo da história, seja também para silenciamento, marginalização, extermínio e

estereotipação de sujeitos e suas narrativas. Um exemplo clássico, que perpassa as primeiras críticas e discussões sobre as propostas dos museus, em maio de 1968, durante as rebeliões estudantis francesas, a proposta era “incendiar o Louvre”, considerado por eles como um “protótipo do almoxarifado de um patrimônio burguês”, servindo apenas para perpetuar os valores da burguesia.

Quando Ulpiano aponta a exposição como um discurso, denunciando problemas humanos, desenvolvidos com suporte das coisas materiais (2005), tal discurso é construído pela colonialidade do saber, no contexto da geopolítica do conhecimento. As disputas de narrativas são historicamente emblemáticas e conflitantes. Os debates historiográficos de um mesmo tema ou até mesmo um único conceito serve para exemplificar. Se a História como ciência, é estabelecida apenas no século 19 por meio do positivismo, com critérios e metodologias extremamente específicas (fontes documentais, narrativas de grandes acontecimentos e heróis nacionais), a contribuição posterior das discussões do movimento dos Annales veio a questionar e trazer novas discussões, atores e perspectivas (história oral, método indiciário, cotidiano, subalternos). Esse movimento, presente na metodologia e historiografia da História, também chega na museologia. A importância de tudo isso é a ampliação e englobar cada vez maiores grupos de sujeitos, com suas subjetividades e particularidades. A pretensão neutralidade e universalidade da colonialidade é limitante, uma vez que impõe o cientificismo europeu/norte-americano.

A discussão que Ulpiano faz sobre a categoria dos museus históricos, com sua vinculação biográfica ou temática de um feito ou ator excepcional do passado (figuras reconhecidas pelo Estado como vencedores ou ao menos moralmente superiores). O autor aponta para a necessidade de conceber o museu histórico como uma instituição voltada para os problemas históricos, não limitando-os aos objetos históricos. Reconhecendo que, se o museu pretende ser efetivamente histórico (atrelado ao objetivo de reconstituir e/ou explicar as transformações e funcionamentos da sociedade), deverá além de evocar o passado por si só, também organizar-se de forma que uma determinada sociedade possa ser compreendida como um organismo vivo, mutável e subjetivo; rompendo das generalizações e enquadramentos da colonialidade. Isso leva a necessidade de promoção da consciência histórica, uma vez que contribui como instrumento pedagógico para a percepção da vida social, de forma transformadora.

Reflexões finais

Todo museu representa um discurso, é a institucionalização da perspectiva recortes históricos. Seguindo a linha pós-colonial, buscamos questionar as amarras e influências da colonialidade presentes na construção de discursos e representações museológicas. A classificação étnico-racial embasa as narrativas perpetuadas historicamente nos museus. O termo “giro decolonial” foi cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres (2005), como uma proposta de movimento de resistência teórico, prático, epistemológico e político em contraposição à modernidade/colonialidade.

Apagar traços históricos ideológicos presentes no passado é tão anti-histórico quanto queimar arquivos, mas deve-se trabalhá-los como objeto histórico, submetendo ao discurso crítico e não incorporá-los ao discurso do museu. Disto se faz o museu que mobiliza problemas históricos, o primeiro documento histórico dentro do museu deve ser a própria instituição. O museu histórico não deve ser singular como forma e sentido, pois se permanecer assim se esvazia de sentido.

Como o museu “deve” agir não deve estar imerso e irredutivelmente presente no que o museu “é”, tendo a instituição como fixa e imutável. Tornar problemas históricos como plataforma e pesquisa não implica, absolutamente, a transformação do museu em instituto de pesquisa, ou seja, no recurso de fazer história enquanto objeto, mas Ulpiano propõe que, dentre todos os outros compromissos do museu, ele operasse sim no fazer da História. A identidade é um processo, não uma substância, portanto mutável.

Boaventura de Sousa Santos (2007) apresenta a proposta da “ecologia dos saberes”, tendo como premissa a diversidade epistemológica do mundo, pautando o reconhecimento de diversidades de conhecimentos para além do cientificismo produzido pela Europa e EUA. A ecologia dos saberes renúncia qualquer epistemologia geral, propostas totalizantes, universalizantes e de neutralidade. É a defesa da diversidade sociocultural do mundo. O objetivo é cruzar todos os tipos de saberes sem hierarquias (científicos e não-científicos). Isso se dá com a interdependência, e comparação dos conhecimentos aprendidos, esquecidos e desaprendidos dentro da lógica de modernidade/colonialidade capitalista. A ideia pragmática de reavaliação das relações dos conhecimentos, discursos construídos e legitimados, concretude da sociedade e intervenções.

Dentro dessa concepção, ligando com a ideia de museus históricos de Ulpiano, os museus precisam ser comprometidos em incentivar e dar materialidade para o exercício de

aguçar de consciência crítica e de criar condições para o seu exercício, a fim de controlar o autoritarismo mascarado, a colonialidade, que os museólogos historicamente impõem nas exposições e nos “teatro da memória”.

Na contextualização de objetos, construção de narrativas dos espaços museológicos, considerar a coexistência de diferentes temporalidades e diversidade de práticas e teorias de conhecimento, de forma a não hierarquizar as subalternas com as de ação estatal moderna política. O engajamento na luta contra essa dominação reformulado do colonialismo implica, para Aníbal Quijano (2009, 113-114), em primeiro lugar, em um “engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocêntrico”. Nos espaços de resguardo da memória, os museus precisam promover espaços e exposições que, nas ideias de Ulpiano “os objetos se transformam todos em documentos, objetos assumindo papel de fornecer informação” de forma a “Evocação e celebração da memória com a responsabilidade de promover a consciência histórica”.

Abstract: The present work aims to discuss, in a general way, the moorings of coloniality present in historical museum spaces. The museum concept is based on the institutional society that transforms material objects into documents contextualized in their historical moments and their problematic, celebrating and building a collective memory. Museum itself is an institution of intermediation between the individual and material objects, which are largely denatured from their functions and given the role of document and knowledge maker. It is necessary to understand coloniality as one of the inherited and reformulated violences of the colonial period appropriated by the capitalist system in order to exploit and subjugate specific groups that do not meet the hegemonic parameters in force, exclusively European, modern, Christian and patriarchal. When dealing with the coloniality of knowledge, which, in addition to the epistemological question, directly influences discourses, social and museological organizations, has as a reflection the marginalization and under-representation of groups outside the colonizing axis. The Afro-descendant population, which historically has its body, mentality and culture pursued, in contemporary museological spaces occupies place of subalternity, - with silencing or stereotyped representations and racist. Every museum represents a discourse, it is the institutionalization of perspective historical cuts. Following the postcolonial line, we seek to question the moorings and influences of coloniality present in the construction of discourses and museological representations. The theoretical reflection is based on Ulpiano T. Bezerra de Meneses, regarding the analysis of historical museums. As well as the contribution of Aníbal Quijano and Boaventura Sousa Santos related to coloniality, discourse and production of knowledge as objects of disputes and ideological weapons. Through these readings as a tool of analysis to question and visualize museums as spaces capable of deconstructing the moorings of coloniality present in the artistic perspective, in the construction of the exhibition and more precisely in the discourse that the exposition and the institution perpetuate.

Keywords: historical museum, coloniality, discourse

Referências Bibliográficas

FABRIS, Annateresa. Arte e Política: algumas possibilidades de leitura. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Arte & Política: algumas possibilidades de leitura**. São Paulo: FAPESP; Belo Horizonte C/Arte. 1998.

FIGUEIREDO, Betânia G., VIDAL, Diana G.(orgs). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: [s.n], 2009, pp. 73-118

_____. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires-AR: ColecciónSurSur, CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais Do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 2, n. 1, pp. 9-42, 1994.

_____. **Museus Históricos: da celebração à consciência Histórica. Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

Relatos de uma experiência na preservação e organização de um acervo e percepções sobre a utilização do patrimônio documental na pesquisa acadêmica

Isabela Francisconi

Graduanda em Teatro

Universidade Federal de São João del Rei

aisafrancisconi@gmail.com

Resumo: A presente comunicação, fruto de duas pesquisas de Iniciação Científica financiadas pelo CNPq e desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em História, Política e Cena-GPHPC (CNPq) da UFSJ, sob orientação dos profs. Drs. Berilo L D Nosella (UFSJ), Fabiana Siqueira Fontana (UFSM) e Cláudio Guillarduci (UFSJ), tem como finalidade apresentar o trabalho desenvolvido, por dois anos, nos acervos do Clube Teatral Artur Azevedo e do amador Antônio Guerra, sob guarda do Grupo de Pesquisa em Artes Cênicas-GPAC (CNPq)/CEDOC-UFSJ. Desta forma, uma vez que todos os conjuntos ali presentes compõem capítulos da história cultural do teatro brasileiro em São João del Rei – MG, a importância da conservação e da organização de tal conjunto documental deve ser frisada, enfatizando a necessidade da prática de preservação de documentos sob guarda de uma Instituição de Ensino Superior Federal, assim com suas dificuldades, esforços e conquistas. Pretende-se, também, apresentar aspectos do debate acerca da importância do acesso ao patrimônio documental como exercício de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: História e historiografia do teatro, preservação da memória do teatro, acervo teatral, acesso ao patrimônio documental.

Para início deste relato é preciso conhecer a história que os documentos evocam, para isso apresento-lhes primeiramente Antonio Manuel de Souza Guerra (1892–1985), Guerra teve ao longo de sua vida várias ocupações, dentre as quais foi gerente da fábrica de máquinas de costura Singer; no teatro foi: “[...] ator, ensaiador, ponto, um dos fundadores, em 1905, do Grupo Dramático 15 de Novembro [...]” (LIMA, 2012, p.10).

Além disso é autor do livro *Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei - 1917 a 1967*.

Em seguida, é imprescindível a apresentação do Clube Teatral Artur Azevedo, que surgiu em São João del Rei no ano de 1905, tendo primeiramente o nome de Grupo Dramático 15 de Novembro. Sua durabilidade é extensa, ainda que marcada por uma série de

interrupções, tendo fim somente em meados de 1985, quando Antonio Guerra veio a falecer. (LIMA, 2012)

Além dos conjuntos derivados desses dois “personagens” também se encontram registros referentes ao Dr. Ribeiro da Silva, presidente do Clube Teatral Arthur Azevedo no ano de 1918; Inacio Bassi, dramaturgo mineiro; e o arquivo pessoal da artista Maria Lysia Corrêa de Araújo (1921 – 2012). Essa merece aqui um destaque:

Atriz e escritora mineira [...] produziu uma literatura diversificada, apresentando um conjunto de composição literária em variados gêneros como a crítica teatral, a crônica, o romance e o conto. [...] como atriz, esteve presente em montagens expressivas à época, sendo premiada pela Escola de Arte Dramática de São Paulo. Em sua vida artística, itinerou por várias cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, participando de grupos teatrais importantes como o Arena, o Oficina, a Cia Maria-Della Costa, a Cia. Tônia-Autran, entre outras. Trabalhou com diretores como José Celso Martinez, Augusto Boal, Alfredo Mesquita [...] (MOURA, 2015, p.8)

Todos esses conjuntos documentais estão sob custódia do *GPAC– Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas da UFSJ*.

Mudança e preservação

O trabalho, que se desenvolveu no âmbito do GPHPC, surgiu a partir da necessidade de mudança física do acervo, antes localizado no prédio da biblioteca do campus Dom Bosco da *UFSJ* em São João del Rei – MG, para o prédio do CEDOC (Centro de Documentação) da *UFSJ* também no campus Dom Bosco. Antes da entrada na nova sala, era então preciso submeter os documentos há um diagnóstico e procedimentos de conservação, sendo que esta última consiste num: “[...]conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).” (CASSARES, 2000, p. 12).

Enquanto encaixotávamos os documentos, separamos os que necessitavam de restauração e novos acondicionamentos, além de retirar todos os grampos e bailarinas que os documentos possuíam e intervir com pequenos reparos em algumas peças de estado mais crítico.

Imagem 1: Antes e depois de um texto restaurado em papel japonês.

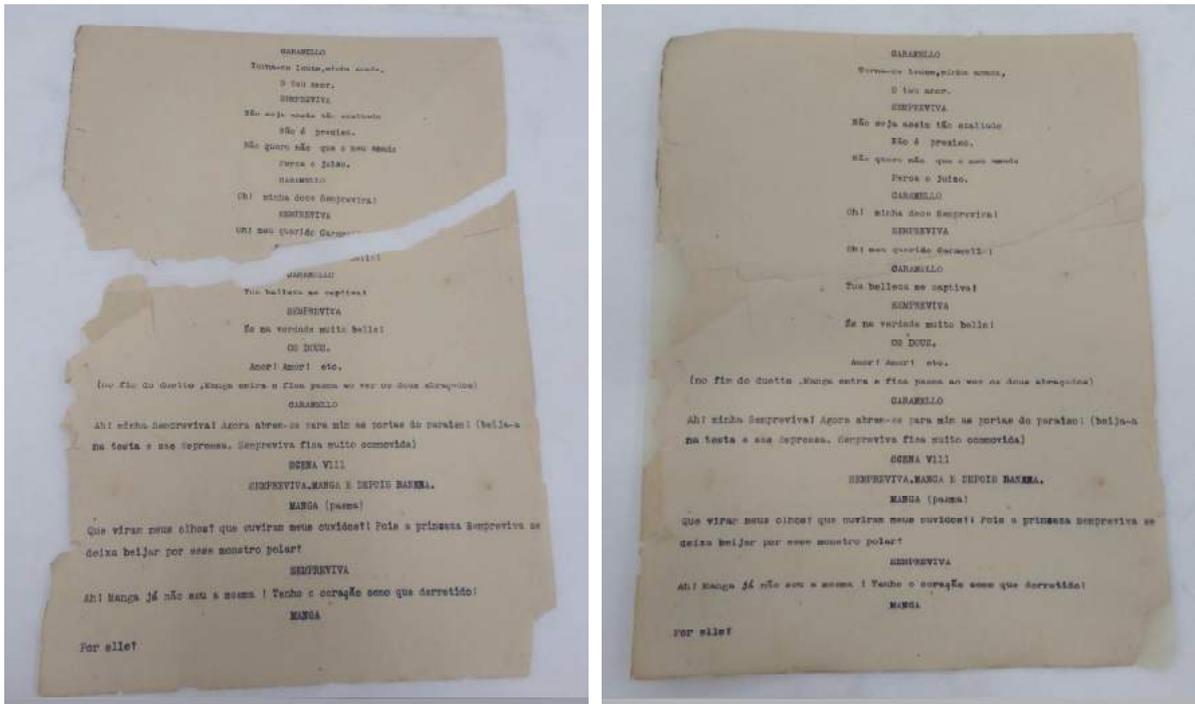


Foto da autora, s/d.

Já no novo prédio, fomos auxiliados pelo técnico do LABDOC – Laboratório de Conservação e pesquisa Documental da UFSJ, Saul Ferdinando Carvalho na desinfestação de agentes biológicos, utilizando o método de congelamento.

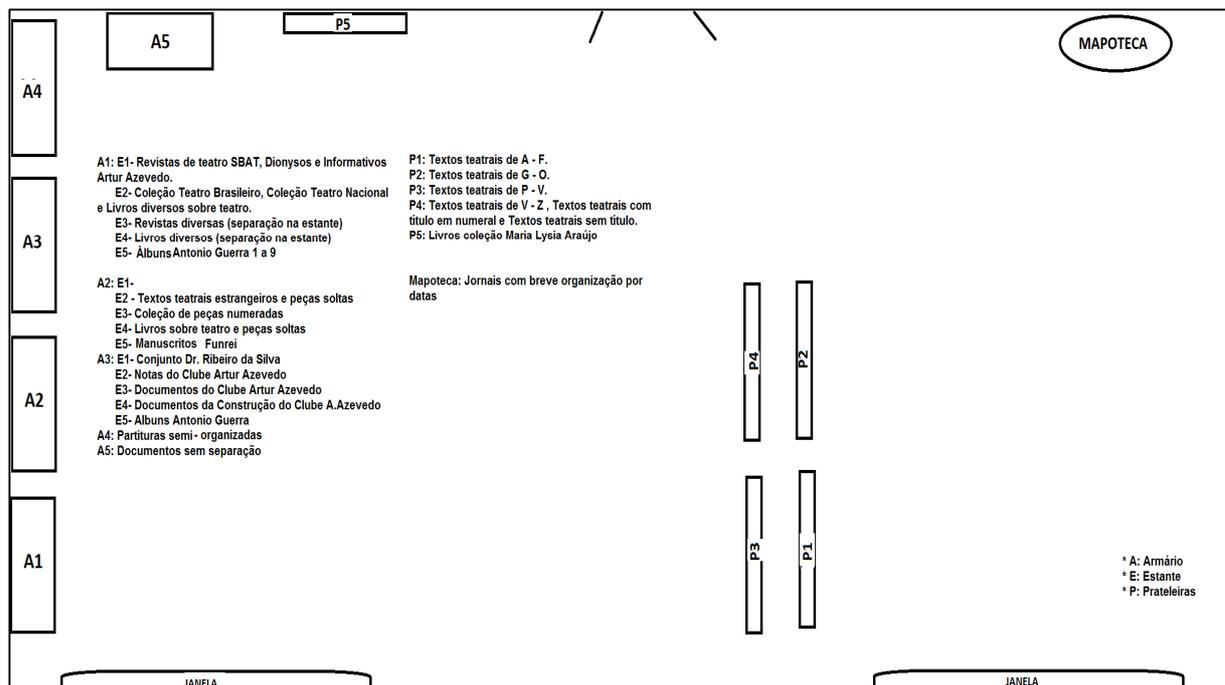
Findado este procedimento, iniciou-se um processo de organização dos documentos pelo espaço.

Organização e mapeamento

Primeiramente, foi necessário separar os documentos em algumas categorias amplas de classificação, como por exemplo: revistas, jornais, textos teatrais, entre outros. Isso facilitou numa subdivisão: as revistas foram separadas por títulos e organizadas por número de edição, os textos teatrais estão organizados por ordem alfabética e, assim, aconteceu com a maioria do Acervo, uma vez que nem todo documento tinha sua espécie facilmente identificada num instante mais imediato

Depois deste processo, um mapa foi criado para facilitar a localização dos registros para futuros preservadores e pesquisadores que vierem a ter contato com o Acervo do Clube Teatral Artur Azevedo e de Antônio Guerra.

Figura 2 - Mapa da sala Antonio Guerra



Documentos que podem ser encontrados no Acervo do Clube Teatral Artur Azevedo e de Antônio Guerra:

- Revistas

Podemos encontrar um grande volume de revistas, com temáticas diversas. Importante destacar alguns títulos importantes para as artes e o teatro, produzidos no século XX. Nesse sentido, há uma grande coleção de revistas da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que inclui a edição N° 428 de Março/Abril de 1979 na qual há uma matéria sobre o Teatro em São João del Rei. Edições da Revista *Dionysios*, *Filmelândia* e do *Anuário da Casa do Artistas*, são exemplos de títulos encontrados, no mais, são revistas que tratam de assuntos como cinema, museus, teatro, música, mágica e algumas relacionadas a demais assuntos.

A maioria das revistas se encontram em ótimo estado de conservação, isso se da principalmente por se tratar de documentos mais recentes que os demais

- Textos Teatrais

O maior volume do acervo se enquadra nesta categoria. Estima-se mais de 500 títulos entre nacionais e estrangeiros, e se encontram nas mais diversas formas: manuscritos, livros, cópias datiloscritas, etc.

Os datilografados e manuscritos estão, em sua maioria, alocados em invólucros específicos e ordenados em ordem alfabética. Neles encontramos vários indícios de como se davam as montagens dos espetáculos, no contexto em que o grupo estava inserido. Os textos apresentam rabiscos que denotam marcações de palco, marcações de contrarregragem e organização de cenários.

As versões impressas estão organizadas em maior parte pelas coleções as quais pertencem. Encontramos diversos números da *Coleção Teatro Brasileiro* e da *Coleção Teatro Nacional*, mas que compreende textos em português e em espanhol.

O estado de conservação destes é, em maior parte, bom, tendo alguns desses documentos passados por restauração na primeira etapa, já referenciada neste relatório. Porém ainda há cuidados que precisam ser tomados.

- Livros

A mudança dos livros pertencentes ao acervo ainda está em andamento, mas dos volumes que já se encontram no novo local, podemos destacar diversos livros com a temática artística e teatral, como vários títulos de Martins Pena. Além de títulos relacionados à História geral e do Brasil, e ainda volumes de relevância para as Letras.

Os livros abrangem um grande período, indo de volumes mais antigos e em estado mais precário de conservação, até números mais “recentes”.

- Partituras

Assim como os textos, o conjunto de documentos dessa espécie é bem volumoso. O que se justifica pelo fato do Grupo ter sua trajetória estabelecida, em grande parte, em expressivos momentos do teatro musicado, na primeira metade do século XX.

Essa parte do acervo, ainda pouco explorada, está, em parte acondicionada em invólucros específicos, organizados em ordem alfabética. O restante ainda não foi objeto de organização. As partituras, no geral, são partes de revistas, estão publicadas enquanto impressos, ou foram encontradas em formato de cadernos. Há também documentos manuscritos que se configuram como páginas soltas.

Logo, o estado de conservação das partituras, no geral, é bom, mas encontramos documentos em estado precário ou necessitando de reparos.

- Jornais

Com um recorte temporal que se inicia nos anos 40, até por volta dos anos 80, de diversas cidades e regiões do país, e alguns internacionais. Alguns possuem diversas edições, o que indica uma possível assinatura do periódico, é o que ocorre com os títulos “*Movimento*” e “*Ponte da Cadeia*”.

Eles estão semi-organizados por ano e título, e se encontram num estado de conservação surpreendente para este tipo de documentação.

- Documentos referentes ao Clube Artur Azevedo

De diversos tipos e oriundos de diferentes setores, como o administrativo, são registros como relatórios e notas fiscais da época em que o Clube possuía um cinema. A maioria destes documentos são referentes a aluguéis de filmes que foram reproduzidos nesse local.

O Clube funcionou com um número de sócios, o que nos possibilita também encontrar certificados de sociedade, mesmo que em branco, e boletins informativos que eram enviados para divulgar o que o Clube estava realizando. Há um grande número de réplicas da edição comemorativa de 50 anos do Clube.

Quanto a estrutura da sede do Clube, encontramos plantas do interior e da fachada, documentos de cartório referentes a doação do terreno, memorial com as informações da construção e fotografias do processo. Além de algumas correspondências e folhetos de divulgação de peças.

Os documentos se encontram em um ótimo estado de conservação, porém sem grande organização.

- Documentos pessoais de Antônio Guerra

O grande foco aqui é, sem dúvida, os álbuns escritos por Guerra. Estes são constituídos, majoritariamente, por recortes de jornais e programas dos espetáculos relacionados às atividades realizadas pelo Clube. Além disso, encontramos neles registros das atividades culturais de São João del Rei e região, além de algumas fotografias. Foi a partir deles que Antonio Guerra escreve seu livro.

Esse material passou por um trabalho de descrição e acondicionamento, realizado em outros projetos dentro do acervo.

Graças a esse cuidado anterior com os álbuns, eles se encontram em um bom estado de conservação, precisando apenas de alguns reparos.

É possível também, encontrar correspondência e documentos de outros membros da família Guerra, como alguns pertencentes a Duílio Guerra.

- Não Organizados

Há ainda muitos documentos que não foram organizados, isso se deu, pelo tempo da pesquisa e por não conhecermos previamente como, exatamente, aqueles documentos foram acumulados, agregando dificuldades para as atividades de preservação. Tal trabalho deverá ser feito em continuidade, senão por esta equipe, por outra, certamente.

. São eles pedaços de jornais e impressos diversos, folhetos de missa, cartas sem remetentes ou destinatários, mapas, calendários, fotos, coleção de selos, cadernos e diversos achados.

O estado desses registros varia muito.

Conclusão

Durante todo o trabalho descobertas significantes para a minha vida acadêmica foram feitas, pude me deparar com exemplos de textos que ilustram como o fazer teatral acontecia no passado, e assim além compreender melhor o que eu estudava em sala de aula em disciplinas de história teatral, também passei a entender melhor o presente.

Com essa experiência percebi a importância que o acesso a este tipo de material tem para o pesquisador, de qualquer área do conhecimento e não só das artes. Sendo assim, ele deve ser difundido e incentivada a pesquisa, assim como devem ser permanentes os cuidados a serem tomados junto ao acervo. Pois quando tratamos de um patrimônio documental geralmente estamos nos referindo a documentos frágeis, únicos, de diversos tipos e, portanto, insubstituíveis. Acredito que nada melhor para nos contar um momento histórico do que os documentos produzidos neste.

O acervo Antonio Manuel de Souza Guerra é rico em registros sobre a memória, a história e as tradições do teatro brasileiro, enquanto práticas realizadas, na maior parte dos casos, na circunscrição da região de São João del Rei (MG).

Preservando um acervo de relevância histórico-cultural no âmbito das artes cênicas, preserva-se também a memória através da salvaguarda de documentos únicos, de diversos tipos e, portanto, insubstituíveis.

Referências Bibliografia

LIMA, Maria Tereza Gomes de Almeida. **A Narrativa memorialística dos álbuns de Antonio Guerra**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós- Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MOURA, Heleniara Amorim. **Passagens da memória: ensaio biográfico sobre a artista Lysia de Araújo**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

A arte não catalogada – Um estudo sobre o processo de musealização da coleção de Arte Postal da XVI Bienal de São Paulo de 1981

Jessica Dalcolmo

Mestranda em Artes

Universidade Federal do Espírito Santo

dalcolmojs@gmail.com

Resumo: A presente comunicação versa sobre a pesquisa acadêmica em andamento no Programa de Pós-graduação em Artes-UFES, na área Teoria e História da Arte, que disserta sobre os desafios da musealização da arte contemporânea, mais especificamente sobre a coleção de Arte Postal da XVI Bienal de São Paulo. Neste sentido, a pesquisa se organiza a partir da seguinte problemática: de que maneira as etapas do processo de musealização se veem desafiados diante da pluralidade de suportes e linguagens da arte contemporânea e postal? Ao pensarmos nos acervos ligados às novas manifestações artísticas, logo nos deparamos como o desencontro na forma como a museologia vê a preservação do bem musealizado, ligado à proteção da memória e a salvaguarda quase imortalizada do objeto, indo de encontro às características da arte postal, comumente ligadas a efemeridade, transitoriedade, reprodutibilidade, conceitualismo e imaterialidade. Desta forma, os procedimentos que abarcam a musealização, vê nas novas poéticas artísticas um desafio constante, pois os novos e materiais e técnicas colocam em xeque padrões museológicos de catalogação, preservação e exibição. A arte postal, produção de cunho conceitual, ao se institucionalizar, propõe uma problemática aos métodos elencados pela museologia, pois o objeto artístico não é enquadrado facilmente nos parâmetros de gestão de acervo, assim navegando entre os setores de arquivo e a biblioteca. As questões abordadas na presente pesquisa, apresentam impasses atuais que norteiam a relação museu-poéticas contemporâneas, refletindo na forma como a museologia opera na documentação e salvaguarda dos mesmos. Para tanto, a pesquisa discute o desenvolvimento dos museus, atreves de uma revisão histórica da instituição, tangendo o museion à museália, discutindo a prática do colecionismo e a formulação dos museus de arte e como os mesmos funcionaram como um pilar fundamental para a afirmação do moderno, desencadeando nos desafios da musealização das novas poéticas. A pesquisa se justificada, portanto, pela possibilidade de problematizar e propor uma dinâmica dos processos de musealização para a produção artística de arte postal, oferecendo contribuições para o âmbito dos museus e da arte contemporânea. Além da contribuição para os processos museais, a pesquisa pretende ainda desenvolver referencial para os campos acadêmicos tangenciais na qual se inscreve: teoria e história da arte, museologia e história.

Palavras-chave: Museus, Musealização, Arte Postal.

O presente artigo faz parte de pesquisa acadêmica em andamento que tem como objetivo investigar as relações entre os trâmites museais e a produção artística contemporânea, através de um estudo de caso com a coleção de Arte Postal da XVI Bienal de São Paulo. Portanto, dissertamos em um primeiro momento, sobre o objeto de estudo da museologia. Para Guarnieri (2010), o objeto de estudo da museologia é o fato museal.

[...] na relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão audição, tato, etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objeto” (GUARNIERI, 2010, p.123).

A relação entre homem-objeto acontece em um ambiente institucionalizado, no caso o museu, que se configura em ato cultural ideal para a relação. Para Guarnieri (2010), o homem, sujeito conhecedor, ao selecionar objetos e retirá-los do contexto original, age alterando a função utilitária, inserindo-os em uma realidade construída de acordo com suas necessidades. É comum elencarmos o museu como um local de memória e salvaguarda, visto que, preservar o objeto é documentar a própria trajetória do homem e seu entorno, transformando o museu em um lugar ideal para a realização desta missão (GUARNIERI, 2010).

Os apontamentos em relação ao fato museal, para Bruno (2006), reforçam o viés patrimonial da museologia e colocam a disciplina em fronteiras multidisciplinares, permitindo o diálogo com a história, a ciência, a arte e a antropologia. Assim, o Museu transforma-se em um fenômeno histórico e a Museologia em um fenômeno epistemológico, que possibilitam um cruzamento de análises sobre função social, pertencimento, ressignificação e memória (BRUNO, 2006). A possibilidade de realizar a conversão e a análise é possível pela vocação preservacionista da instituição museal e do campo da museologia. Para Bruno (2006), todas as operações museológicas devem consolidar as bases de pesquisa e de preservação, tornando-as em parâmetros elementares no campo de ação museológica.

Propomos, como ênfase desta reflexão, que ações deste campo essencial sejam orientadas para os caminhos preservacionistas. Assim, consideramos que *pesquisa e preservação* constituem os parâmetros definidores e elementares, enquanto os parâmetros delimitadores do campo essencial de ação museológica se consolidam a partir da dinâmica da cadeia operatória dos procedimentos de *salvaguarda e comunicação*, sempre amparados pelas perspectivas delineadas pelas ações de *planejamento e avaliação*. (BRUNO, 2006, p. 15)

A noção de coleção implica em uma operação de seleção e preservação, que transforma os objetos em semióforos, que para Pomian (1984) não devem ser manipulados e devem ser expostos ao olhar. Nesta estratégia, o autor atesta que quando um objeto é protegido ou conservado, o mesmo é revestido de novos significados. Essa transferência e ressignificação dos objetos é o que a museologia chama de processo de musealização. Podemos compreender a musealização como uma estratégia de preservação, como um

conjunto de processos ou como uma prática de caráter seletivo (LOUREIRO e LOUREIRO, 2013), entretanto no que concerne à pesquisa, entendemos que,

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, apud, LOUREIRO e LOUREIRO, 2013 p. 6).

Em síntese, o processo de musealização funciona como uma série de ações por meio das quais o objeto é submetido para adentrar em uma coleção museológica; como: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. Para Cury (2006), o processo inicia-se no ato de seleção do objeto e completa-se ao exibi-lo por meio da exposição. Considera-se, assim, que a museologia opera em dois eixos: a salvaguarda e a comunicação. A salvaguarda incumbe-se de questões relativas à documentação e à conservação, já a comunicação, compreende as exposições e atividades socioeducativas (CURY, 2006). Em relação aos procedimentos da documentação, os mesmos operam a partir do conceito de documento, que considera suportes materiais, ou seja, objetos, como uma forma de evidência histórica.

Defendida por documentalistas, a prática da documentação museológica no que tange aos objetos musealizados, como Ferrez (1994) e a Declaração dos Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos do Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus (2014), salienta que a informação extraída dos objetos deve levantar dados intrínsecos e extrínsecos de cada bem musealizado. As informações intrínsecas ou referentes à constituição do próprio objeto, dizem respeito às suas dimensões, à técnica, aos materiais, dentre outras questões. Já as extrínsecas, são atribuídas ou adquiridas segundo o meio, oriundas de pesquisas sobre o objeto em questão (FERREZ, 1994, p.2)

Até a Arte Moderna os objetos eram concebidos por uma materialidade física e simbólica, e quando inseridos no processo de musealização não suscitavam desafios, pois era possível levantar dados extrínsecos e intrínsecos e as operações de preservação e exibição não encontravam grandes impasses. Entretanto, como dissertado por Freire (2006), com a mudança da materialidade, suporte e processos artísticos, a partir da metade do século XX pela Arte Conceitual, que passava a operar com ideais e conceitos outros, questionando a

arte objetual, contrapondo-o as novas poéticas; como: a arte postal, a performance, a instalação, a *land* arte, a videoarte e o livro de artista.

Em suma, a Arte Conceitual dirige-se para além de formas, matérias ou técnicas. É, sobretudo, uma crítica desafiadora ao objeto de arte tradicional. A preponderância da ideia, a transitoriedade dos meios e a precariedade dos materiais utilizados, a atitude crítica frente às instituições, notadamente o museu, assim como formas alternativas de circulação das proposições artísticas, em especial durante a década de 1970, são algumas de suas estratégias. (FREIRE, 2006, p.10)

A dicotomia e a ambiguidade norteiam a relação estabelecida entre museu e arte conceitual, pois muitos dos objetos são confeccionados com o intuito de não durar, o que fez com que o caráter preservacionista do museu encontrasse na poética artística uma problemática. Para Freire (1999), a arte conceitual quando musealizada, nega suas características próprias, como a desmaterialização e a transitoriedade, que são atributos que contestam a perenidade exigida pelos museus. Para a autora, a incorporação do transitório não significa torná-lo duradouro, visto que os mesmos, são confeccionados com materiais que tendem a desaparecer ou tornam-se obsoletos, como fotocópias e o vídeo. A problemática na institucionalização e na musealização da arte postal é um dos casos desafiadores descritos por Freire (2006), pois a manifestação artística tem sua essência ligada à transitoriedade, à reciprocidade entre a arte e a política, colocando a arte como comunicação, voltada para o público, desconsiderando uma legitimação institucional de museus ou galerias, substituindo o valor de exposição pelo de circulação (FREIRE, 2006, p.57).

Cauquelin (2005) também vincula a produção da *mail art* com seu potencial comunicacional. Para a autora, a arte postal funciona como um suporte em meio a rede de atores, que favorece um intercâmbio entre participantes, colocado foco na comunicação e na troca artísticas entre os componentes da rede.

Matéria-prima da comunicação, essa troca permite construir uma obra a diversas vozes, abalando assim a noção de autor único; o tempo da produção é posto em evidência, e a referência é questionada. Ligada à transmissão, a *mail art* destaca a importância contemporânea da informação e da necessidade de construir redes. Nisso reside seu aspecto sociológico. (CAUQUELIN, 2005, p. 151-2).

Entretanto, a arte postal, quando institucionalizada, questiona os trâmites museais como o de preservação e de documentação, visto que a gestão de acervo define a produção artística em categorias hierárquicas, como a pintura, desenho, gravura, desconsiderando

manifestações processuais e coletivas, como a arte postal, ocasionando um ruído em relação à salvaguarda de acervos ligados a essa poética (FREIRE, 1999).

Para Crimp (2005), as instituições museológicas constroem uma ilusão de história universal ao tratar seus objetos como independentes e fora de seu contexto de origem, compreendendo o museu como uma instituição que abriga uma coleção como uma resposta natural à avidez do colecionador. Desta forma, o autor questiona o viés colecionista da instituição e afirma que a arte contemporânea no final dos anos 1960, tenta escapar dessa asfixia imposta pela institucionalização e da leitura do objeto como um produto único e essencialmente material (CRIMP, 2005, p.188).

Freire (1999) dialoga com questões elencadas por Crimp (2005), que permeiam a dificuldade de preservar e tratar a arte conceitual musealizada como um produto independente e fora do seu contexto de produção, reforçando a problemática da salvaguarda. Para a autora, a preservação do objeto deve envolver uma reconstituição da rede simbólica que os engendra, envolvendo o contexto político-cultural, social e a intenção do artista (FREIRE, 1999).

Desta forma, a incorporação de trabalhos conceituais requer das instituições um exercício de reflexão em relação aos seus procedimentos e princípios de legitimação, questionando o conceito de arte em que o museu justifica sua prática (FREIRE, 1999). Sendo assim, ao pensarmos na arte postal e nas questões dissertadas, refletimos: como as instituições museológicas e culturais atuam em relação ao processo de musealização da poética? Como proceder em relação à catalogação e a preservação? A arte postal quando institucionalizada, deve ser acondicionada e catalogada como obra ou documento? As instituições compreendem a arte postal como um objeto artístico?

Essas questões permeiam o objeto de estudo da pesquisa acadêmica em andamento, que propõe averiguar e refletir sobre os procedimentos de musealização da arte postal bem como os desafios em seu processo de institucionalização, refletindo especialmente sobre a coleção de Arte Postal da XVI Bienal de São Paulo de 1981.

Em 1981, Walter Zanini inaugura a era dos curadores na Bienal de São Paulo, quando é convidado para realizar a curadoria geral da mostra naquele ano. O conceito chave da exposição, foi a analogia por linguagem. Desta forma, Zanini rompe com limites de representação geográfica de países e constrói um território poético que introduz no espaço institucional, diversas formas artísticas que estavam sendo difundidas no âmbito da arte mundial.

A nova forma de expor proposta por Zanini trouxe para a Bienal um novo fôlego. A mostra passava por um momento delicado devido às fortes censuras da ditadura militar. Além de nova museografia proposta, Zanini cria uma comissão internacional, formada por representantes do Chile, México, EUA, Itália e Japão. O intuito principal era estreitar a relação entre a Bienal e os artistas internacionais, fomentando um tímido processo de abertura política (RUPP, 2010).

A mostra foi dividida inicialmente em três núcleos expositivos. O núcleo I, como um espaço exclusivo para a arte postal. O segundo, o núcleo II, era destinado a artistas que já haviam tido destaque no âmbito artístico. Já o núcleo III, destinava-se à exposição de artistas com uma produção que acentuasse os aspectos da cultura latino-americana.

Destacamos a atuação de Zanini, em abrir espaço para a poética da arte postal, que ganha um núcleo exclusivo e um curador próprio. Júlio Plaza é convidado por Zanini e torna-se o responsável pela curadoria e organização do núcleo de arte postal da mostra. Plaza já havia trabalhado com Zanini em exposições do MAC-USP, como: Prospecta-74 em 1974 e Poéticas Visuais em 1977 (CARVALHO, 2013).

Com o término da mostra, em dezembro de 1981, a coleção de arte postal formada pela XVI Bienal de São Paulo, fica sem um destino certo, permanecendo no Pavilhão Ciccillo Maratazzo. Em 1984, a coleção é transferida para Centro Cultural São Paulo (CCSP), uma instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura (ELIAS, 2010). Para a autora, a doação da coleção não foi efetivada pelo fato de que o CCSP ser um espaço adequado para salvaguarda, mas pelo fato de Gabriel Borba, artista multimídia, ser o então diretor da Divisão de Artes Plásticas do CCSP (ELIAS, 2010, p.183). Atestando uma prática comum em instituições, em que as doações são vinculadas diretamente à pessoa.

Isis Baldini Elias (2010), estima que cerca de 8.000 obras de 586 artistas foram doadas, nesse montante incluía vídeos, filmes, super-oito, objetos, microfilmes, gravuras, fotocópias, fotografias, impressões e livros de artistas. Entretanto, a equipe responsável pela gestão da coleção, salienta a dificuldade de afirmar um quantitativo assertivo em relação ao número de obras doadas, visto que, as mesmas quando transferidas para o CCSP em 1984, não foram catalogadas ou tombadas pela instituição.

Após a doação do acervo, o CCSP, que já realizava a guarda de coleções artísticas e etnográficas, cria o Escritório de Arte Postal, que funciona durante os anos de 1984 a 1989. Durante os anos de atuação do Escritório, duas outras coleções são adicionadas ao acervo de

arte postal da XVI Bienal, a coleção da exposição “Como você limpa a sua boca?” de Ozeas Duarte (1986) e a coleção da exposição “Brutigre” de Maurício Villaça (1986). Salientamos que a instituição também não realizou um arrolamento quantitativo nem a catalogação de obras que entraram na coleção existente, assim dificultado questões de gestão e preservação.

Entretanto os impasses institucionais, para Baldini (2010), começam em 1986, quando após uma temporada de exposições, a coleção de arte postal é deixada sobre a mesa de um funcionário responsável pela gestão de acervo do Escritório de Arte Postal, porém o mesmo se encontrava de férias. Durante esse tempo, a coleção permaneceu em um local fechado, sem vistoria ou qualquer ação de manutenção e acondicionamento. Neste período, que é caracterizado por muitas chuvas na região de São Paulo, a sala que mantinha o acervo é comprometida por questões estruturais, como goteiras, que acabam por danificar uma parte da coleção do Escritório de Arte Postal, conseqüentemente, a coleção de arte postal da XVI Bienal de São Paulo.

A pesquisa que está em andamento, pretende discorrer sobre outras problemáticas do percurso institucional, elencando pontos e contrapontos do processo de gestão de acervo. Segundo a instituição, a coleção de arte postal da XVI Bienal de São Paulo, hoje catalogada, conta com 2.795 obras e documentos, totalizando aproximadamente 5.100 itens. Desta forma, identificamos um número relativamente inferior em relação ao estimado no momento de doação.

Notamos que a arte conceitual é um ponto de inflexão, uma ruptura em relação à definição de objeto artístico, modos de produção, materiais de confecção e meios de circulação. Sendo assim, a arte conceitual é capaz de articular uma revisão das práticas institucionais e através do estudo de caso, podemos elencar os impasses em relação a musealização e o despreparado institucional em relação às poéticas conceituais. Dessa forma, a pesquisa propõe compreender de forma crítica os meandros das redes que compõem o sistema institucional de arte, operando em uma observação ampla, envolvendo museus, arte postal, musealização e objeto artístico.

Referências Bibliográficas

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Museus: Os inevitáveis caminhos entrelaçados.** Cadernos de Sociomuseologia, [S.I], n.25, 2006. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/419>> Acesso em: 02 mar 2019

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Ananda. WALTER ZANINI: Experimentações e Procedimentos Curatoriais. In: 12º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARTE E TECNOLOGIA: Prospectiva poética (#12.ART), 2013, Brasília. **Anais do 12º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia: Prospectiva poética (#12.ART)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. v. 1. p. 1-10.

CRIMP, Douglas. **Sobre as Ruínas do Museu**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.

ELIAS, Isis Baldini. **Conservação e restauro de obras de arte com valor de contemporaneidade: A arte postal da XVI Bienal de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14032014-164411/pt-br.php>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **CADERNOS de ensaios**, nº 2. Estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/ Iphan, 1994, p. 64 – 73.

FREIRE, Cristina. **Poéticas do processo: arte conceitual no museu**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. **Arte Conceitual/Cristina Freire**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p.123-126.

_____. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o Patrimônio industrial (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 147-159.

ICOM. **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC/ Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM); tradução Roteiro Editorial e Documentação; revisão técnica Marilúcia Bottallo – São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO José Mauro Matheus. **Documento e musealização: entretecendo conceitos**. *MIDAS* [Online], 1|2013. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/midas/78>>. Acesso em: 26 dez 2018.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Enaudi: memória história**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 51-86.

RUPP. Betina. **Curadorias na Arte Contemporânea: precursores, conceitos e relações com o campo artístico.** Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24761/000748989.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jul 2018.

Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos: reflexões acerca de um museu de território

Juliana dos Santos Rocha

Mestranda em Educação e Formação Humana
Universidade do Estado de Minas Gerais
julliannarocho@gmail.com

Alessandra Maria da Silva Gomes

Mestranda em Educação e Formação Humana
Universidade do Estado de Minas Gerais
alessandra@medicina.ufmg.br

Resumo: Este trabalho além de apresentar o Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos - MUQUIFU propõe discutir as concepções de patrimônio, de cultura e de memória que orientam as ações de patrimonialização desse espaço cultural, fazendo inferências com conceitos e perspectivas teóricas e metodológicas, tais como decolonialidade, cultura, interculturalidade crítica e educação; memória (individual, coletiva, social; memória, esquecimento, silêncio, memória e poder, memórias em disputa). O MUQUIFU é uma referência pioneira na iniciativa de museologia social. Foi criado com o objetivo de garantir o reconhecimento das favelas como lugares não apenas de dor e privações, mas principalmente, como um espaço de memória coletiva. Como local de resistência, identifica-se como museu de território e simboliza um espaço de pertença ao reunir um grande acervo constituído por objetos biográficos, fotografias de festas, danças, celebrações e histórias que retratam a vida cultural e a tradição dos moradores das comunidades do Aglomerado Santa Lúcia que perante o risco iminente de expulsão dos centros urbanos instituíram este espaço como instrumento de resistência ao mesmo tempo em que funciona como local de preservação do patrimônio, da história, da memória e de bens culturais destes moradores. Ao mobilizar a comunidade para proteção e potencialização da importância da memória social e coletiva, cuja iniciativa partiu dos próprios moradores, de predominância negra, da qual, origem, história e valores dão vazão a promoção de exposições, debates e oficinas, percebe-se a forte presença da museologia social, uma vez que, a comunidade participa ativamente das atividades do dia a dia do museu. É importante lembrar que durante muito tempo os museus conservavam apenas os registros de memória e a visão de mundo das classes dominantes. Somente a partir do século XXI, esse panorama foi alterado devido às transformações ocorridas nas políticas patrimoniais que deixaram de lado a primazia da valorização da influência de Portugal para o Brasil que excluía qualquer influência indígena e\ou africana, passando a valorizar a patrimonialização das diferenças. Tal fato possibilitou um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural, passando a valorizar a preservação da história dos diversos grupos étnicos, sociais, religiosos entre outros.

Palavras-chave: Museu de território, Museu social, MUQUIFU.

Conhecendo o Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – MUQUIFU, localizado na Rua Santo Antônio do Monte, n. 708, na Vila Estrela no bairro Santo Antônio na cidade de Belo

Horizonte\MG é uma referência pioneira na iniciativa de museologia social, sendo o primeiro museu do estado de Minas Gerais e o terceiro do país a retratar a favela.

Não possuindo nenhum financiamento do governo, se mantém por meio de campanhas de financiamento coletivo e doações. Foi fundado com o propósito de assegurar o reconhecimento das favelas como locais não apenas de sofrimento e privações, porém, sobretudo, como um ambiente de memória coletiva.

Desde a sua criação, no ano de 2012, a curadoria da exposição permanece sobre a responsabilidade do Padre Mauro Luiz da Silva, museólogo formado pela Universidade de Pádua e hoje, pároco da Paróquia Jesus Missionário, no bairro Vista Alegre, BH/MG. De maneira bem acolhedora, o Padre Mauro recebe os visitantes do Museu, apresentando o ambiente, contando a história do lugar, dos objetos e das pessoas que criaram esse espaço, além de relatar as vivências ocorridas no Museu durante as visitas. O agendamento para visita pode ser feito pelos telefones 3296-6690\3296-6583 ou pelo e-mail padremauro@hotmail.com. As visitas guiadas ocorrem habitualmente as quartas-feiras, de 14 às 17 horas e aos sábados, de 10 às 16 horas.

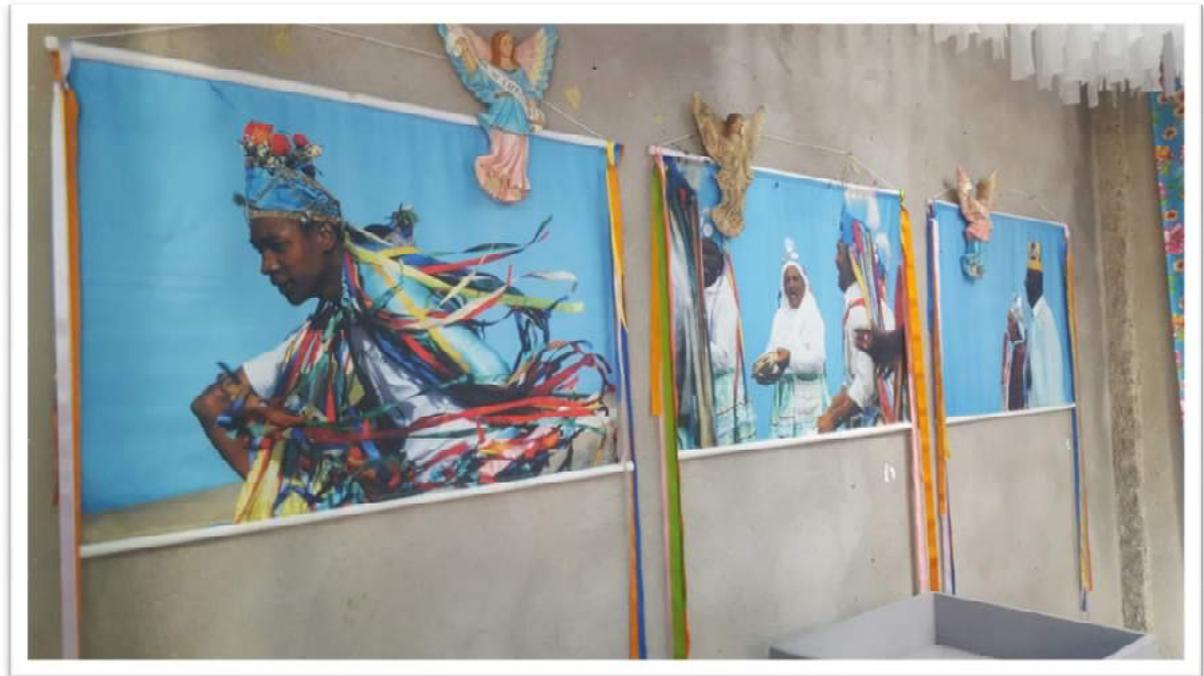
É impressionante a quantidade de significado presente dentro de um mesmo espaço. Chama bastante atenção à árvore que fica no passeio na entrada do museu, pois, ao mesmo tempo em que acolhe, impõe toda a sua grandeza e esplendor; Como homenagem as moradoras do aglomerado que criaram esse espaço, existe um carrinho de pipoca posicionado estrategicamente em frente à Capela dos Santos Pretos, contendo bonecas de pano negras, cheias de detalhes, exprimindo a identidade cultural do lugar. Essas mesmas mulheres, também são retratadas nos afrescos da capela que representam as sete dores e as sete alegrias vividas por Nossa Senhora, inseridas em cenas do dia a dia do Morro. Além disso, como fato curioso, ressalta-se a presença de uma cozinha dentro da capela, ou melhor, como diz o Pe. Mauro, “uma capela dentro da cozinha”. Esse espaço além de ser usado como um ambiente de oração, também pode ser visto como um local de encontro em que se pode colocar a conversa em dia.

No museu, fazendo parte da exposição permanente, ainda existem, duas salas temáticas ligadas às profissões que são muito comuns na favela, à empregada doméstica e o pedreiro. No quartinho de empregada, além de se permitir visualizar um ambiente cuidadosamente montado com objetos, móveis e bonecas que representam as trabalhadoras vestindo uniformes, o visitante que tem\teve algum familiar que trabalha\trabalhou com esse

ofício, encontra um espaço reservado para a escrita de uma mensagem que fica como parte da exposição.

Já a sala voltada para o ofício dos pedreiros, o chão é repleto de britas, lonas, ferramentas de trabalho e fotos que representam, de maneira bem significativa, o cotidiano nas obras e de quem trabalha nesse espaço. Além disso, o MUQUIFU possui um ambiente voltado para expressão religiosa e cultural de matriz africana - Congado - onde o teto é decorado com tirinhas de papel crepom colorido, as paredes repletas de fotografias, instrumentos musicais e bonecos vestidos com as tradicionais roupas dessa manifestação.

Imagem 1 – Representação do Congado



Fonte: Fotografia das autoras.

No espaço destinado à exposição temporária chama atenção, uma estante composta por objetos, carregados de história, que foram dados, pelos patrões, aos seus funcionários, e são denominados, no museu, como “presente da patroa”.

Destarte que como esfera de resistência, o MUQUIFU caracteriza-se como museu de território e retrata um lugar de pertença ao unir um amplo acervo composto por objetos

biográficos¹, fotos de festas, danças, celebrações e histórias que representam a vida cultural e o legado dos residentes das comunidades do Aglomerado Santa Lúcia.

O aglomerado é composto pela Vila Esperança, Vila São Bento, Vila Estrela e Morro do Papagaio que diante da iminente expulsão dos centros urbanos, estabeleceram este local como instrumento de resistência enquanto funciona como lugar de conservação da história, do patrimônio, da memória e de bens culturais destes cidadãos.

Ao sensibilizar a comunidade para salvaguardar e otimizar com relevância a memória social e coletiva, em uma iniciativa dos próprios moradores, de primazia negra, da qual, origem, história e princípios dão vazão ao fomento de exposições, mesas-redondas e oficinas, constata-se a forte presença da museologia social, posto que, a comunidade participa fortemente das atividades cotidianas do museu.

Nesse contexto, Silva (2018) esclarece que a participação da comunidade nos processos de patrimonialização, renovando de modo contínuo o que se compreende por patrimônio, só foi possível, devido à dessacralização do patrimônio. É importante destacar que durante muitos anos os museus preservavam somente os registros de memória e a perspectiva de mundo das classes dominantes. Nesse sentido, Freitas complementa que:

Historicamente, os museus no Brasil foram fomentados por classes e visões hegemônicas, os “povos negros, etnias indígenas, herdeiros quilombolas, herdeiros caboclos, trabalhadores camponeses, favelados e pobres” foram deixados na inexistência ou tiveram suas histórias deformadas por discursos hegemônicos propagados por ideais, voltados para a celebração do poder e para a manutenção do pensamento abissal que é a negação radical da co-presença de pluralidades, de formas diversas de conhecimentos e cosmogonias (FREITAS, 2016, p.15).

Com o início do século XXI, esse cenário foi modificado em função das mudanças ocorridas nas políticas patrimoniais que deixaram de lado o predomínio da valorização da influência de Portugal para o Brasil, que suprimia qualquer influência africana e/ou indígena, passando a prestigiar a patrimonialização das diferenças. Tal fato propiciou um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural, passando a valorizar a preservação da história dos diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos entre outros. Foi nesse contexto que o MUQUIFU teve origem.

¹ Os objetos biográficos são testemunhas significativas da vida de alguém e, no espaço do museu, podem assumir os mais variados sentidos.

Atualmente, este espaço é uma das referências mais importantes dessa nova concepção de museu ao privilegiar a preservação das memórias de pessoas que historicamente foram esquecidas e excluídas dos tradicionais espaços de preservação da cultura. A partir da visita ao MUQUIFU, é possível refletir sobre alguns conceitos, tais como, decolonialidade², cultura, interculturalidade³ crítica e educação, bem como, a importância da memória coletiva, individual e social. Além disso, pode-se pensar nas transformações econômicas, socioculturais e educacionais transcorridas nas políticas e nos modos pelos quais se emergem novos processos de patrimonialização.

Dessa forma, este museu social e comunitário, repleto de significado, convida a ultrapassar os limites da museologia tradicional ao propiciar uma relação mais próxima entre o acervo, à comunidade local e os diversos sujeitos que visitam este ambiente tão rico. Ao oportunizar a compreensão das relações que se estabeleceram na comunidade, a partir da exibição dos objetos, imagens e dos ambientes criados, considerando a conservação de informações por meio da preservação da memória, dos diversos sujeitos, representados no Museu, reflete-se sobre o entendimento das relações culturais, simbólicas e sociais.

Na perspectiva de construção e reconstrução de sentido, pondera-se sobre suas diversas significações ao traduzir o sofrimento demonstrado no decurso da história e no uso que lhe são atribuídos. A partir da relação entre história e memória, considerando-se a memória como meio de representações em diferentes épocas e realidades sociais, dota-se o presente de significado ao entender o sentido do que ocorreu, bem como, o conhecimento do ocorrido, de maneira a restituí-lo de modo inteligível, de forma argumentativa e de acordo com o espaço de experiência e horizonte de expectativa de uma dada época, conforme afirma Reis,

A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na interpretação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante “temporal”, um ponto de vista, em um presente vê-se a partir de um lugar social e um tempo

² O vocábulo “decolonial” é utilizado no lugar de “descolonial” em virtude da indicação de Walter D. Mignolo “para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos” (ROSEVICS, 2017, p. 191). “O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (COLAÇO, 2012, p. 8).

³ O conceito de interculturalidade, usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, “fomentando o potencial criativo e vital, resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (FLEURI, 2005, p.26).

específicos. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem. Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. (REIS, 2003, p. 9).

Ao longo da visita ao MUQUIFU, pode-se perceber a importância da memória individual e coletiva, em suas diversas formas de representação que aferem significados ao que permanece na memória desta população, conduzindo a uma nova leitura e interpretação, evitando um processo de apagamento e exclusão desta memória e de suas significações para a história coletiva, evitando assim, padecer no esquecimento da história sob um viés social e político.

Como esfera de preservação e difusão do patrimônio cultural, o MUQUIFU representa um discurso, composto de conceitos duais e ambíguos como o som e silêncio, a presença e ausência, a lembrança e o esquecimento, o colonial e o decolonial, o poder e a subalternidade. Na compreensão deste discurso, nesta realidade, tem-se a tradução do enunciado da fala e de suas lacunas, daquilo que faz falar e de quem fala e principalmente do lugar de onde fala, por conseguinte, remetendo a função de transmissão, às novas gerações, dos fatos e vivência que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência destes grupos.

Considerações finais

A importância de visitar um museu como o MUQUIFU está diretamente ligada a oportunidade de conhecer e valorizar um tipo de Museu diferente do que se está acostumado a ver na maioria dos tradicionais espaços culturais do país. Nesse ambiente, o negro não possui um papel subalterno, pelo contrário, é o protagonista, o que é extremamente importante para o fortalecimento da identidade cultural dessa população. Esse espaço possibilita a desconstrução do conceito que se tem de museu, ampliando a visão de cultura e patrimônio.

O MUQUIFU convida a pensar, sentir e refletir a cultura negra. Repleto de significado, esse Museu de território, valoriza o simples que não deixa de ser belo. A maior parte do seu acervo foi constituída por meio de doações de objetos\imagens dos moradores da própria comunidade, fato que propiciou maior identificação destes residentes, por se verem representados, nesse ambiente, que lhes oportunizou contar suas histórias as próximas gerações. No entanto, apesar desses objetos\imagens carregarem a memória individual, em

virtude do enquadramento da memória, também reflete a coletividade ao representar os moradores do Aglomerado Santa Lúcia, fato muito importante, para a valorização da população negra, que em diversos momentos passa por situações de violência, carência e sofrimento nos morros e favelas, mas que encontra no MUQUIFU um espaço de acolhida e pertença.

Além disso, os educadores podem notar a necessidade do desenvolvimento de um trabalho voltado para a cultura, memória e patrimônio nas escolas desde os anos iniciais do ensino fundamental, pois, além de favorecer a valorização e preservação da história individual, possibilitaria maior compreensão e respeito à cultura do outro.

Por fim, destaca-se que a visita ao Museu é extremamente valiosa ao ajudar a perceber as mudanças ocorridas no âmbito da educação, que são baseadas em novas ideias que só podem ser processadas pela mente humana, ao originar uma confrontação da ótica de mundo que privilegia outras formas de percepção da realidade, tendo como foco as ações culturais do indivíduo e sua subjetividade. Assim, o MUQUIFU, representa uma ação de estímulo e demanda que faz reconhecer os espaços de cultura que extrapolam os conceitos e discursos tradicionais, políticos- institucionais cumprindo com uma importante tarefa que é a de reconhecimento, significação, memória individual e coletiva tão preciosa para a formação humana. O museu convoca a um exercício de pensamento do pesquisador, convidando a uma reflexão crítica sobre os papéis de protagonistas dos diversos sujeitos constituintes de uma história de luta e resistência, ao demonstrar uma inovação nos modos de ver, ser, fazer, sentir, interpretar, construir e reconstruir, relacionar e agir sobre o mundo.

Referências Bibliográficas

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Palestra proferida no V Colóquio Internacional Paulo Freire**. 2005. Disponível em: <www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FREITAS, Kelly Amaral de. **As forças culturais do museu de quilombos e favelas urbanos e o poder de ressonância nos objetos biográficos**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1, v. 1, p. 12-32, 2017.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (Org.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, 2018.

Manual de João Stooter: contribuições históricas e museológicas

Stephanie Nunes de Lima

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
stephanielinunes@yahoo.com.br

Igor Cândido Costa

Mestrando em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
igorcandidoc@gmail.com

Rita de Cássia Cavalcante

Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
ritaufmg@gmail.com

Resumo: A busca pelo florescimento da arte de fabricação de vernizes na marcenaria e na eboraria portuguesas foi o que motivou João Stooter a escrever um manual dedicado a ensinar o manuseio de ingredientes e materiais usados em receitas de colas e vernizes para o acabamento de obras artísticas. Seu intuito era o de aprimorar o trabalho de marceneiros, torneiros, escultores e pintores portugueses que tinham a oportunidade de produzir obras em marfim e madeiras nobres do Brasil e da África, que chegavam à Europa, no século XVIII. Intitulado “Arte de brilhantes vernizes, & das tinturas, fazelas, & o como obrar com ellas...”, o livro foi publicado originalmente em Antuérpia, no ano de 1729 e, posteriormente, a obra recebeu alterações e foi republicada em Lisboa, na Oficina de José de Aquino Bulhões (1786) e na Tipografia de Nunes Esteves (1825). A despeito de suas reedições, atualmente, o manual é uma obra de grande raridade. A presente pesquisa está sendo desenvolvida pelo RARIORUM – Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus da Universidade Federal de Minas Gerais e pretende apresentar a investigação, em andamento, sobre a vida do autor, seu ofício e a forma como foram produzidas as várias edições de seu livro, gerando um aprofundamento da compreensão do conteúdo técnico e artístico apresentado no manual e de seu contexto histórico. Além disso, será apresentado um estudo multidisciplinar desenvolvido entre as áreas de Museologia, História, Química e Conservação e Restauro de Bens Móveis sobre os termos empregados nas formulações dos vernizes e um painel das formas como estas matérias-primas foram comercializadas nas regiões portuárias do Brasil oitocentista naquele período, contribuindo para o desenvolvimento da história da arte, história da arte técnica e dos processos de conservação de bens artísticos nos espaços museais, no que diz respeito à salvaguarda de coleções de marfins e a plena exibição dos objetos em exposições de arte por meio da produção de uma edição comentada dos manuais aqui citados.

Palavras-chave: História; Museologia; Conservação; Arte; Vernizes.

Introdução

João Stooter escreveu um manual dedicado a ensinar o manuseio de ingredientes e materiais usados em receitas de colas e vernizes para o acabamento de obras artísticas. Seu

intuito era o de aprimorar o trabalho de marceneiros, torneiros, escultores e pintores portugueses que tinham a oportunidade de produzir obras em marfim e madeiras nobres do Brasil e da África, que chegavam à Europa, no século XVIII.

O livro foi publicado originalmente em Antuérpia, no ano de 1729, pela editora da viúva de Henrico Verdussen. Posteriormente, a obra recebeu alterações e foi republicada em Lisboa, na Oficina de José de Aquino Bulhões (1786) e na Tipografia de Nunes Esteves (1825).

A presente pesquisa está sendo desenvolvida pelo RARIORUM - Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus da Universidade Federal de Minas Gerais - e pretende apresentar a investigação, em andamento, sobre os diversos aspectos do Manual “Arte de Brilhantes Vernizes...”, incluindo a forma como foram produzidas as várias edições, buscando compreender o conteúdo histórico, técnico e artístico em que o livro foi produzido. Através de um estudo interdisciplinar entre as áreas de Museologia, História, Química e Conservação e Restauração, a pesquisa pretende contribuir para o desenvolvimento da história da arte, história da arte técnica e dos processos de conservação de bens artísticos nos espaços museais.

João Stooter e o manual de vernizes

João Stooter foi lapidador de diamantes e viveu entre os séculos XVII e XVIII em Antuérpia, na Bélgica. Como homem de negócios, percorreu a Europa para coletar informações para o desenvolvimento de seu manual de vernizes, que seria publicado com o nome “Arte de brilhantes vernizes, e das tinturas, fazellas, e como se deve obrar com ellas. : E dos ingredientes de que os ditos se devem compôr: huma larga explicação, da origem, e naturezas; propria para os mestres torneiros, pintores, e escultores. Como tambem huma offerta, de 18, ou 20 receitas coriozas, e necessarias para os ourives de ouro, prata, e os relojoeiros, e mais artistas.”. O título de sua obra fornece o objetivo central de Stooter, que era o de juntar técnicas de utilização dos vernizes e demais matérias-primas e trazer esse conhecimento para profissionais interessados nesses materiais, como pintores, escultores e torneiros.

No manual, Stooter se define como apenas um curioso, afirmando não ser especialista na área. Para o autor, era importante ver pessoalmente como eram as técnicas, quais materiais eram utilizados, conhecer diferentes técnicas de lugares diversos e como a coleta dessas

informações e sua sistematização em forma de manual poderiam contribuir para o aprimoramento de diversos ofícios.

O texto é estruturado de forma didática, tal qual um livro de receitas, e se divide em soneto, breve introdução, prólogo ao leitor, madeiras encontradas fora e dentro do reino de Portugal, receitas com vernizes, ouro, prata, cobre, madeiras e demais matérias-primas, advertências e sugestões.

Com a análise do contexto em que o manual foi produzido, é possível compreender a relevância do manual, visto que estava em voga a produção e publicação de manuais com caráter didático. O manual de vernizes de Stooter, por exemplo, pode ser examinado à luz de sua significação histórica e museológica, no que tange à sua função.

No que diz respeito a participação da Museologia durante os processos investigativos do estudo, podemos observar a crescente relação dos espaços museológicos com a sistematização das práticas contemporâneas de análise do objeto museal a partir da sua biografia. Isto é, os procedimentos metodológicos que estão sendo postos para os objetos de museus, envolvem o entendimento quanto a vida e obra desses artefatos e como essa prática pode auxiliar na proposição de ações que envolvam a musealização, documentação museológica, concepções e curadoria de exposições entre outras.

O objeto biográfico é uma testemunha significativa da vida de alguém e, no espaço do museu, pode assumir os mais variados sentidos. O modo de expor o objeto biográfico depende da configuração que se quer dar à biografia daquele que era dono desse objeto, o qual lhe deu utilidades, sentimentos e sentidos. Não há portanto a essência do objeto biográfico, pois qualquer artefato depende de sua circunstância, do espaço onde se localiza. E, como se sabe, ao assumir a condição de objeto exposto, qualquer objeto entra em metamorfose que dependem dos modos pelos quais as memórias são historicamente constituídas. Afinal, o museu não se define simplesmente como lugar de guardar e expor artefatos. Antes de tudo, o que acontece no espaço museológico é a metamorfose de objetos em simbiose com o poder da memória e a memória do poder, nas suas mais variadas manifestações. (RAMOS, 2004, p-114)

Para tanto, este estudo visa fazer um levantamento sobre a biografia do manual de Stooter por meio dos processos de transformação do objeto em suas diversas edições e volumes anotados, tomando-os como fontes de informação privilegiada sobre a circulação de matérias-primas nobres, ideias e saberes, entre a África, a América e a Europa.

Além disso, para que seja feita a compreensão dos ingredientes e técnicas empregadas nas formulações de vernizes apresentadas no manual em seus aspectos semântico e técnico a pesquisa está desenvolvendo um plano metodológico que visa promover a atualização do léxico e da caracterização química das formulações dos vernizes, como forma de contribuir para a preservação da informação em arte e da conservação de objetos artísticos.

Panorama dos materiais e técnicas apresentados por João Stooter

Na primeira parte do manual publicado em 1786, João Stooter faz um levantamento dos materiais que serão empregados no preparo da madeira e na elaboração das receitas de vernizes e tinturas. As tipologias de materiais apresentados no manual são as madeiras, os ingredientes para desgastar, alisar e dar lustre, gomas e resinas, solventes, tinturas e minerais.

As madeiras citadas são divididas em duas categorias: as de fora e as que são encontradas em solo português. As madeiras de fora do Reino de Portugal, aqui descritas de acordo com a nomenclatura da época, são: ebenio, carvoeiro, gateado, violete, sassafrax ou sassafrax, jacarandá, páo santo, páo campexe, quicongo, páo de santa Luzia, sandalo, páo erable. Dentre as doze madeiras citadas, cinco são provenientes do Brasil, sendo elas: gateado (Maranhão e Paraíba), violete, sassafrax, jacarandá e páo sancto. O autor expõe sobre a falta de nomes certos para as madeiras brasileiras, o que poderia levar a erros na identificação: “Nota, que em Portugal pelo nome páo preto, se entende, e compreende muitas qualidades de madeiras do Brazil, como todas as ditas, (excepto o Sassafrax), e estas generalidade faz huma bem grande confusão.” (STOOTER, 1786, p. 12)

As madeiras que se encontram em Portugal são: buxo, lorangeira, platano, romeira, murta, zambujo (oliveira brava), oliveira mansa, noqueira, pereira, marmeleiro, alemo (ulmo ou olmo). O autor relata as principais características das madeiras com relação à aparência, cor, odor, dureza, poros (se abertos ou fechados), facilidade de tornear, rosquear e lixar, poder tintorial, aceitação do verniz, e traz as principais aplicações de cada uma delas.

Após a apresentação das madeiras, o autor descreve a preparação da cola para selar a madeira porosa e apresenta os materiais empregados para lixar e dar lustre não apenas à madeira, mas também aos “metais, coquilho, alambre, osso etc”. O autor apresenta questões para que o leitor norteie a escolha do melhor material para dar acabamento à superfície. Os materiais apresentados são, conforme texto da época: lixas de pelle de peixe, pelles de huns peixes chamados leitoes, esmeril, esportel, putéa, giz branco, pedra tripolitana, pedra lage e pedra ruton.

A partir da madeira já tratada, o autor se debruça sobre os ingredientes utilizados nas receitas de vernizes que aparecem sem uma ordenação por classe de material ou natureza química. Agrupando-os por classe, são descritas as gomas e resinas: mastice em lágrimas, resina branca, goma anime, goma sandarack (graxa almecega ou goma graxa), goma lace (goma lacque ou schellack), goma eleime, goma bejoim, alambre, rom (goma gut ou gulla gambia), goma copal; os solventes: juniperi oleo, oleo espique, oleo de tormentina, espírito de

juniperi, óleo ben (ou behen), espírito de vinho; as tinturas: mera, archote (proveniente do Pará e Pernambuco) e os minerais: barrilha e pedra hume.

O autor faz a descrição das principais características dos ingredientes, sua origem, função, dicas de como identificar a qualidade dos materiais e, em alguns casos, a tradução em outras línguas.

São apresentadas as receitas das tinturas nas cores encarnado, amarelo (que cita uma madeira proveniente de Pernambuco, páo Tartajuba, como colorante), azul, verde, violeta e castanho e ensina a técnica de pintura que imita a pedra jaspe e casco de tartaruga.

Nesta edição são apresentadas treze receitas denominadas pelo autor como espírito de vinho verniz, seis de vernizes de óleos, seis de tintura para vernizes (o pintar e dourar sobre o envernizado), uma de verniz mordente e uma receita de cola indicada para selar madeiras porosas.

Além disso, o autor apresenta dezoito receitas para envernizar metais, a qual vale destacar “Do ouro de concha, ou para escrever, e pintar dissolvido em azougue, ou como pôde ser burnido, e de como envernizaõ por sima”. O autor emprega o sistema de medidas da cidade do Porto, onde ele escreve o manual e realiza as experiências.

O conteúdo apresentado no manual demonstra a importância do seu estudo em perspectiva interdisciplinar. Analisar o manual “Arte de Brilhantes Vernizes...” sob a ótica da preservação da informação em arte e dos objetos artísticos será o próximo passo a ser dado nesta pesquisa.

A perspectiva é restituir os termos empregados no manual e realizar um estudo comparativo com outros manuais e dicionários produzidos no período, gerar uma base de dados para identificação dos materiais e técnicas artísticas empregados no passado, auxiliar na adequação das novas formulações de vernizes que poderão ser aplicados em processos de restauração e, por fim, compreender como esses materiais e técnicas circularam nos espaços do mundo moderno e alteraram a forma de produção e transmissão do conhecimento.

Conclusões

Atualmente o manual é uma obra de grande raridade, com exemplares recolhidos em acervos de obras raras em várias partes do mundo. Parte desse acervo é formada por exemplares anotados pelo próprio autor, com informações adicionais sobre materiais e técnicas utilizados nas receitas.

Com o desenvolvimento e a publicação do manual, João Stooter contribuiu para o

trabalho dos ofícios artísticos, indicando - com seu conhecimento não profissional, segundo o próprio Stooter - as receitas e matérias-primas que melhor serviriam a cada tipo de material e obra-prima. Para o autor, que se considerava um curioso, era imprescindível disseminar todo o conhecimento que adquiria durante suas viagens por toda a Europa.

A valorização da memória é um dos objetivos centrais do trabalho desenvolvido pela museologia. Em diálogo com a história, os dois campos científicos podem corroborar a promoção dos processos técnicos elaborados por Stooter. Neste caso, o manual de João Stooter é um exemplo factível da importância de propostas que estejam em consonância com a produção e disseminação do conhecimento por meio da estruturação de pesquisas que debruçam em destacar as práticas sociais e culturais da sociedade.

Portanto, os resultados para esta pesquisa estão em torno da produção de plano estratégico de divulgação científica da análise do manual, por meio da elaboração de uma edição comparada e/ou comentada do material que poderá contribuir para o campo da museologia, história das coleções e dos museus, conservação e restauração, história e demais áreas afins do conhecimento.

Referências Bibliográficas

DO NASCIMENTO, Nicole Medeiros Costa. **Coleção de coleções: Antropologia do objeto museal no Instituto Ricardo Brennand.** 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERRAZ, Angela Sofia. **Materiais e técnicas da pintura à óleo em Portugal (1836-1914): Estudo das fontes documentais.** 2017. 342 f. Vol. 1. Dissertação (Doutorado em Conservação e Restauro do Patrimônio) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber.** 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003

PASQUALUCCI, Luciana. **As contribuições do espaço museológico para uma construção interdisciplinar do conhecimento.** 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó, Editora Argos, 2004.

STOOTER, João. **Arte de brilhantes vernizes, & das tinturas, fazelas, & o como obrar com ellas...** Antuérpia, 1729.

_____. **Spingardeiro com conta, pezo, & medida...** Antuérpia, 1719.

ST 05
**História e linguagens:
literatura, biografia e teoria
da história em tempos
sombrios**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

História, escrita e sobrevivência palestina na obra *Manhãs em Jenin*, de Susan Abulhawa (2010)

Carolina Ferreira de Figueiredo

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com

Resumo: Em sua obra, *Manhãs em Jenin*, da edição em inglês de 2010, *Mornings in Jenin*, a escritora palestina Susan Abulhawa, ao fazer um comentário no final do livro, estabelece uma relação entre história e memória, entre fato e ficção: informa que seus personagens são fictícios, mas que a Palestina não é, e tampouco são os eventos históricos que coloca durante a escritura do romance. Este comentário faz surgir uma série de problemáticas no campo da história, e esta comunicação tem como proposta apresentar parte dessas reflexões, que por sua vez, estão relacionadas a uma pesquisa mais ampliada acerca da produção literária por escritoras palestinas na contemporaneidade, pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A produção cultural na Palestina ao longo das últimas décadas tem se destacado como resultado da vivência e resistência à ocupação do território por Israel, desde 1948. Nesse sentido, autores e autoras dessa experiência podem ser pensados a partir da ideia colocada por Evaristo Conceição de ‘escrevivência’ (2006), isto é, na relação intrínseca entre a produção com a vida vivida, complexificando os sentidos de história, memória e ficção. Na obra analisada, Susan Abulhawa cria um ambiente histórico, com datas e fatos cronológicos, para tecer a história de Amal e de sua família, em uma longa jornada pela sobrevivência sob ocupação e violência. Ao mesmo tempo em que Abulhawa disserta sobre uma narrativa histórica, portanto uma realidade e também uma afirmação da existência da Palestina, a escritora também produz sentidos de identidade aos palestinos, ao abordar questões relativas ao modo de vida e cultura, ainda que tensionando as relações com a linguagem, com o nacionalismo e com o gênero, uma vez que Amal faz questionamentos acerca de seu papel enquanto menina/mulher em todo este cenário catastrófico. O trabalho em questão, portanto, busca analisar o romance escrito por Susan Abulhawa atentando para a produção de sentido da história palestina, investigando aspectos da identidade palestina em relação a sua constituição histórica, as suas narrativas e seus usos de memória – coletiva e de cunho biográfico, e trazendo na centralidade a construção da narrativa literária como fonte de estudo para o campo historiográfico.

Palavras-chave: Literatura palestina, Identidades, História e ficção.

Este artigo tem por objetivo analisar uma obra literária, mais especificamente um romance, atentando para os aspectos da construção da narrativa literária dentro do campo historiográfico, que discutem as noções de realidade e ficção, de memória e história. O ponto de partida de investigação parte do próprio livro analisado, intitulado *Mornings in Jenin*, traduzido livremente como *Manhãs em Jenin*, já que a escritora propõe questionamentos relacionados à própria escritura do texto. Ao final do romance, em uma parte de ‘notas da

autora', identifica-se que Abulhawa afirma que “embora os personagens sejam ficcionais, a Palestina não o é” (ABULHAWA, 2010, Pos. 4626)¹. Também, em sua estrutura narrativa, a autora combina os acontecimentos dos seus personagens com acontecimentos históricos “reais” na Palestina, como alguma guerra em especial, ou mesmo um acordo assinado entre países, além de seguir em seus capítulos, uma ordem cronológica por data, inserindo o Nakba – data que marca 1948, a Naksa – data que marca 1967, entre outros, compondo um período que vai de 1941 até 2003. Estas e outras questões, que serão desenvolvidas neste artigo, propõem-se a pensar sobre esta fonte histórica; e, especificamente, a reflexão sobre as dimensões da memória, da história e dos atributos ficcionais que ajudam a conformar uma história específica, constituída como uma produção que conta uma história (possível) da experiência palestina. Assim, é possível falar de um relato ficcional sobre a condição da Palestina?

Esta investigação parte de uma pesquisa mais ampliada, que tem por objetivo analisar a produção cultural palestina na contemporaneidade, observando diferentes tipos de fontes e recortes analíticos diversos². A Questão Palestina, como denomina Edward Said, dando este mesmo nome ao seu livro (2012), diz respeito ao problema enfrentado pela população palestina desde 1948 – pelo menos do ponto de vista nacional – com a criação do Estado de Israel. Desde esta data, até o presente, palestinos tem vivido em condições diferentes: dentro de Israel, na Cisjordânia, em Gaza, em outros países do Oriente Médio, diferentes partes do globo, e para todos os cenários, em situação de refúgio ou não. A ocupação de terras e o caráter violento do Estado de Israel em diversas ocasiões nestas últimas décadas, tem colocado um problema de ordem nacional, de identidade e de direitos humanos para os palestinos³. Ainda, Said afirma que a Questão Palestina tem, sobretudo, a sua raiz no reconhecimento, na existência: “[...] a própria ocupação física da Palestina são epistemologicamente transmutados – porque a Palestina carrega um fardo imaginativo e doutrinal – de uma realidade para uma não realidade, de uma presença para uma ausência” (SAID, 2012, p. 12). Com isso, narrar a Palestina ganha outro respaldo, o que vai ao encontro da problemática proposta neste artigo.

¹ Tradução livre do original: “although the characters in this book are fictitious, Palestine is not [...]” (ABULHAWA, 2010, Pos. 4626).

² Pesquisa em andamento desenvolvida no doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Para estudos mais específicos que tratam da história da Palestina nos séculos XIX e XX, sugere-se o livro de Rashid Khalidi, *Iron Cage* (2007) e de William Cleveland e Martin Bunton, *A History of the Modern Middle East* (2009).

O livro *Mornings in Jenin* foi publicado em inglês, no ano de 2010, pela escritora palestina e ativista Susan Abulhawa. nascida Kwait em 1970, após a expulsão de seus pais palestinos de Jerusalém em 1967. O livro foi anteriormente publicado com o título de *The Scar of David*, em tradução livre, *A Cicatriz de David*, no ano de 2006. Depois que foi publicado com o novo título em 2010, o livro foi traduzido para dezenas de países, e trata da vida palestina após 1948. No enredo, acompanha-se a história da família Abulheja, delineando quatro gerações e as diversas experiências dos personagens. A família, que vivia em uma vila palestina chamada Ein Hod, sofreu o processo de expulsão de suas terras em 1948 e foi deslocada para um campo de refugiados em Jenin, na Cisjordânia. Durante a fuga, a família perde um dos filhos, Ismael, que foi raptado por um soldado israelense, ganhando o nome de David. A partir da personagem principal, Amal, filha de Hasan e Dalia, que aparece no início do romance, no seu tempo presente – o ano de 2002 – e depois volta em meados da narrativa (já que esta retorna a um tempo anterior ao nascimento de Amal), acompanha-se a trajetória de uma família palestina que luta pela sobrevivência, ao mesmo tempo que constrói uma vida de afeto e resistência em sua difícil condição.

Questões sobre história e literatura

Ao refletir acerca das relações entre história e literatura, pode-se propor duas ramificações de problematização, ainda que relacionais: a primeira delas diz respeito à escritura em si, isto é, nas similaridades e diferenças entre um texto que se diz tratar de uma realidade e outra de uma ficção – e seus limiares; e a outra questão relaciona-se ao papel da produção literária realizada por um determinado grupo e tempo, atrelando às motivações, retóricas e a própria produção cultural e memória histórica. A partir da análise do romance de Susan Abulhawa, *Mornings in Jenin*, pretende-se aqui estabelecer breves reflexões sobre estes dois aspectos, uma vez que a própria construção da narrativa da autora dá indícios de um entrelaçamento entre pessoas, lugares e acontecimentos reais e não-reais ao mesmo tempo.

A historiadora Gabrielle Spiegel, já na introdução do seu livro *The Past as Text* (1997)⁴, ressalta a importância *linguistic turn*⁵, um movimento que transformou epistemologicamente uma série de debates acadêmicos e relevantes para se pensar a análise da produção literária: a autora alerta para o fato de que a linguagem é uma força que media a

⁴ O livro escrito por Gabrielle Spiegel trata de problemáticas da História Medieval, mas ressalta-se a introdução a Parte 1 deste livro como relevantes para este trabalho, pois assume um caráter mais teórico.

⁵ Traduzido como 'giro linguístico', trata de uma linha epistemológica do século XX centrada na linguagem e na filosofia. Ver mais: PROST, 2008.

construção do passado, e com isso, para se comunicar com o tempo passado se faz necessário aproximar-se do estudo do discurso (1997, p. XVI). Na mesma direção, o historiador Nicolau Sevcenko (1999), ao tratar da formação da literatura brasileira no início do período republicano, destaca que a realidade se conforma a partir das palavras: “falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso” (SEVENCEKO, 1999, p. 19). Seguindo com o autor, a literatura seria o espaço máximo do discurso, que se situa sob ângulo estratégico (p. 20), e ao mesmo tempo marginal, para se expressar acerca da sociedade, ou seja, como uma “avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social” (p. 20). Esta perspectiva é cara à análise proposta, já que o romance em questão trata exatamente deste limiar, onde o relato se propõe realidade sob uma ótica singular, que traz as fissuras e a árdua vida palestina, ainda que teça sua narrativa com uma proposta discursiva sobre o tema. Nesse sentido, o discurso e a realidade não são opostos nem paradoxais, os dois são articulados como formadores de uma cena possível, e com isso, há abertura para que a autora do romance intercale “fatos históricos” com o devir de seus personagens – aquilo que poderia ser. Assim, a literatura tem o potencial, por natureza narrativa, de se propor enquanto uma testemunha da sociedade, de um grupo e um tempo, ao mesmo tempo em que se estabelece na expectativa – e é este elemento que traz o aspecto mais fictício da literatura, e nesse âmbito, o texto incorpora as realidades sociais e linguísticas.

Paul Ricoeur, no clássico livro *Tempo e Narrativa* (1995), no Tomo II, trata especificamente da conformação da linguagem do romance, um tipo de narrativa que rompeu com vários modos de se contar histórias, a exemplo das epopeias e tragédias, de tradição grega, e nesse sentido, os romances tornaram-se um campo de experimentação⁶. O autor destaca que há um novo sentido da *mimesis*⁷ com o romance, mais direcionado ao da verossimilhança. Isto porque a narrativa do romance “pode ser caracterizada por um equilíbrio precário entre a intenção cada vez mais fortemente afirmada de fidelidade à realidade e a consciência cada vez mais aguda do artifício de uma composição bem-sucedida” (RICOEUR,

⁶ Cabe ressaltar que o autor analisa romances europeus do século XIX, a que atribui como o tempo de ouro para este tipo de literatura. Entretanto, compreende-se que pode ser uma dimensão trazida para as discussões contemporâneas, especialmente no que tange aos aspectos discursivo e criativo.

⁷ *Mimesis*, do grego, significa imitação, cópia ou representação. Dentro da tradição filosófica, é um termo crítico que abarca diferentes linhas de estudo acerca dos conceitos de representação, retórica, discurso, imitação, mímica, semelhança e outros.

1995, p. 24). Desse modo, quanto mais se precisou em relatar a realidade, mais se necessitou da linguagem para se criar uma realidade persuasiva, uma realidade possivelmente real.

Esta dimensão é importante pois permite refletir sobre a construção de fatos e processos históricos, produzidos pelos historiadores, já que compreende-se que o passado não está pronto para ser lido, ele é construído para depois ser interpretado; diferentemente das produções literárias, que não formam fatos, mas eventualmente fazem uso dos mesmos, sinalizando, entre outras questões, as diferenciações entre texto e contexto (SPIEGEL, 1997, p. 50). Entretanto, na formação do texto não há um fluxo que segue um contexto rígido, mas que se utiliza de elementos históricos associados à narrativa que conformam novos sentidos ao texto, revelando então diversidade de interpretações da cultura e sobre a produção cultural.

Nessa perspectiva, a cultura não se revela como una e acabada, e portanto, não pertence a uma categoria destacada, mas como uma própria rede de signos e significantes, como desenvolve Clifford Geertz, em seu livro *A interpretação das culturas* (2008), a partir da ideia de ‘teia de significados’, que se arranjam e modelam a partir de seus produtores e da interpretação dessas produções. Nesse sentido, é possível pensar que as narrativas produzidas pelas escritoras palestinas, em especial no romance analisado, revelam, na tessitura do seu texto, o acionamento de signos, de comunicação simbólica, as quais compreendem como parte de sua teia de significados, que fazem um duplo trabalho: o de inscrever certa interpretação de cultura – ou culturas palestinas, no plural – ao mesmo tempo forjam discursivamente novas significações, portanto, novos fios para essa teia não uniforme. Esta dimensão corrobora com a teoria desenvolvida por Spiegel, já que considera-se que a identificação de signos e significados perpassa pela linguagem, pela compreensão do discurso, por isso, embora a cultura pareça algo inerente aos grupos sociais, ela é na verdade um sofisticado mecanismo de negociação interpretativa.

A fim de somar à esta discussão, o conceito de *escrevivência*, cunhado pela escritora negra brasileira Conceição Evaristo (2006), apresenta-se como uma outra abordagem, de viés antropológico, e relevante para se pensar sobre a problemática assinalada neste artigo. O conceito de *escrevivência* se estabelece no entremeio de história e memória, de fato e criação, já que embaralha a narrativa histórica: é uma escrita a partir de uma vivência, ou seja, é uma história que se constrói pela autoria, pela experiência, pela realidade, e que ganha significado a partir dessa contaminação, revelando um entre-lugar que gira o foco da narração para o próprio narrador. Assim, “na *escrevivência* afrofeminina, observa[mos] as histórias, os acontecimentos, os registros dessa memória, o que vem a ser a estratégia de sobrevivência e

reelaboração da história e da cultura afro-brasileira” (FERREIRA, 2013, p. 15). Este conceito tem relevância para se analisar a escrita de mulheres palestinas, na medida em que suas narrativas são contaminadas de realidade: da ocupação, da violência, de arranjos familiares e de questionamentos sobre a cultura, que inscrevem realidades ao mesmo tempo em que constroem narrativas que não precisam ter o objetivo de espelhar uma realidade “real” em seus personagens. Nesse âmbito, é possível inferir que Susan Abulhawa transmitiu uma série de percepções, experiências próprias como sujeito que vive(u) realidades específicas, externalizando sua escrevivência, ao mesmo tempo em que produziu elementos criativos ao texto, que acionam tanto a realidade quanto a imaginação. Ainda, ressalta-se que a narrativa de si pode se estabelecer como ferramenta e estratégia, como por exemplo a partir da conclusão da Conceição Evaristo (2006), que atribui a escrevivência como resistência e como produtor de sentido que questiona a história hegemônica. Para o caso palestino, a estratégia de narrativa se estabelece no sentido de reconhecimento, como é possível perceber na fala da própria Susan Abulhawa em uma entrevista (2017):

[...] literatura é uma faceta da sociedade e quando você pertence a um povo cuja própria existência é negada, a quem o mundo diz "você não é real, você não existe", escrever sua história e criar sua arte se torna um ato de descolonização. O que a arte palestina e a literatura palestina fazem nesse tipo de contexto político é afirmar nossa presença, nossa existência, nossa humanidade e nossa história antiga, tudo isso a que nos pertence⁸.

Esta fala é interessante pois remete à produção literária palestina enquanto uma resistência, externalizados pela autora como uma afirmação de existência, dimensão já mencionada anteriormente a partir dos estudos de Edward Said. Nesse sentido, a utilização de datas e de acontecimentos, bem como a ênfase ao caráter geracional do romance pode ser analisado como um modo de visibilizar a história palestina, por vezes criando a noção de uma história antiga, como menciona Abulhawa; e mais evidentemente, como um símbolo da resistência da ocupação e da violência. Assim, a escrita do romance se torna um veículo para tratar de realidades sociais marginais, que por sua vez, são contadas por meio de uma literatura que constrói personagens possíveis, e que se estabelecem através da construção testemunhal da vida palestina e da construção histórica da região.

⁸ Tradução livre do original: “[...] literature is a facet of society and when you belong to a people whose very existence is denied, to whom the world says “you’re not real, you do not exist”, writing your story and creating your art becomes an act of decolonisation. What Palestinian art and Palestinian literature does in this sort of political context is to assert our presence, our existence, our humanity and our ancient history, all of which belong to us”. Entrevista realizada pelo jornal Qantara.de, entrevista conduzida por Miriam Abdollahi, no ano de 2017.

Diáspora e identidade(s)

A narração onipresente de Amal e o acompanhamento de sua história revelam traços elementares desenhados por Susan Abulhawa para falar sobre a condição da diáspora e do deslocamento, bem como a construção de identidades – tensões, negociações, esquecimento e lembrança. A personagem principal, Amal, nasce na condição diaspórica, já em Jenin, onde passa grande parte da sua vida lidando com a ocupação e a violência. Ali, um espaço árduo, também se estabelece a vida, com as experiências afetuosas de Amal, como a leitura de poemas com seu pai, amizades, amor, questionamentos, reflexões sobre suas relações sociais e papéis a serem cumpridos, como por exemplo o fato do seu irmão mais velho Yousef dever (ou querer) entrar para a resistência armada.

Seus pais e seus avós, no entanto, expulsos de Ein Hod em 1948, tem de lidar com a perda propriamente, além do pesar da memória de uma vida normal, interrompida. A figura de Yehya, avô de Amal, é um símbolo da expulsão: mantém em seus diálogos a constante relação com a terra, com a natureza, e tem o desejo incessante de retorno, o que o faz, clandestinamente, uma vez com sucesso. Outro elemento interessante é que Yehya rejeita a instalação no abrigo em Jenin: “Ele preferiria ter ficado na casa de pano [em referência aos abrigos provisórios], seu teto com vazamento e chão lamacento confirmando apenas um exílio temporário” (ABULHAWA, 2010, Pos. 664)⁹. A sua impermanência apresenta-se como uma forma de resistência à ocupação, incorporando a condição de exílio – mais do que a diaspórica – para reafirmar a sua luta de retorno.

Em outro momento do livro, é possível observar que um novo sentido de diáspora é empregado neste episódio vivido por Amal, durante a Guerra de Seis Dias, em 1967, em que há um novo processo massivo de expulsão com a ocupação da Cisjordânia por Israel: “agora nossa espera era por liberdade. As esperanças originais para retornar para casa se tornaram pedidos por direitos elementares” (ABULHAWA, 2010, Pos. 1253)¹⁰. Ou ainda, sob uma outra ótica, a do viver, Amal reflete: “nós todos rastejamos dos poços de desapropriação e tentamos sobreviver da melhor forma possível sob ocupação israelense. Nossos maiores prazeres eram momentos de normalidade” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2442)¹¹. Nesse sentido,

⁹ Tradução livre do original: “He would rather have stayed in the cloth dwelling, its leaky top and muddy floor confirming only a temporary exile” (ABULHAWA, 2010, Pos. 664).

¹⁰ Tradução livre do original: “now our waiting was for freedom. The original hopes to return home became pleas for elemental rights” (ABULHAWA, 2010, Pos. 1253).

¹¹ Tradução livre do original: “we all crawled from the pits of dispossession and tried to survive as best we could under Israeli occupation. Our greatest pleasures were moments of normalcy” (Abulhawa, 2010, Pos. 2442)

viver a vida, e tratá-la como algo normal, cotidiano, tornou-se uma forma de resistência aos que vivem na diáspora¹². Este deslocamento territorial também se constituiu junto à construção da identidade palestina, o que por sua vez relaciona-se com a própria ideia de nação.

Amal se constrói na centralidade do conflito e, portanto, está sempre em negociação com a sua identidade, balizada pela relação com o outro – o soldado, o israelense, o estadunidense, o palestino e a si própria. Acompanhando sua história, com o passar dos anos, Amal tem a oportunidade de estudar, primeiro em Jerusalém, em um orfanato, e depois nos Estados Unidos. Suas reflexões no continente americano são marcantes para a construção da sua identidade: “A Palestina se levantaria dos meus ossos para o centro da minha nova vida, sem ser anunciada. Na aula, em um bar, passeando pela cidade” (ABULHAWA, 2010, Pos. 1545)¹³. E continua ao concluir que “Foi uma atração persistente, vivendo nas células do meu corpo, me chamando para mim mesmo. Então, voltaria à latência” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2545)¹⁴.

As memórias de Amal ativam a Palestina em solo estrangeiro, quase sem controle. Como destaca Ayman Abu-Shomar (2015), “o lapso de tempo das memórias de Amal se tornaria desagradável, pois evoca a estranheza de sua experiência de diáspora através de uma série de ideias familiares como meia-vida [...]” (p. 131)¹⁵, promovendo uma repetição de sua vida de seu local de origem, mas de maneira não idêntica, abrindo espaço para a transformação, em seu aspecto negativo e positivo. Com sentidos ambivalentes, de estranhamento e libertação, de anonimato e identificação estigmatizada, à distância, Amal foi se aprofundando na cultura do novo país, que embora nada lhe acrescentasse, promovia um sentido de pertencimento “fácil”. Esta mudança na percepção em relação a si rompeu dimensões de seu passado e presente: “Eu me deixei ser conhecida como Amy – Amal sem a esperança. Eu era uma palavra drenada de seu significado. Uma mulher esvaziada de seu passado. A verdade é que eu queria ser outra pessoa” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2590)¹⁶.

¹² Este é um dos temas do livro de Sophie Richter-Devroe, ao analisar as formas de políticas feitas por mulheres na contemporaneidade. Para a autora, “viver a vida” tem sido uma das estratégias de resistência à ocupação. Ver mais: RICHTER-DEVROE, 2018.

¹³ Tradução livre do original: “Palestine would just rise up from my bones into the center of my new life, unannounced. In class, at a bar, strolling through the city” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2545).

¹⁴ Tradução livre do original: “It was a persistent pull, living in the cells of my body, calling me to myself. Then it would slouch back into latency” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2545).

¹⁵ Tradução livre do original: “The time lag of Amal’s memories would become unhomey as it evokes the uncanniness of her experience of diáspora through a series of familiar ideas like-half-life [...]” (ABU-SHOMAR, 2015, p. 131).

¹⁶ Tradução livre do original: “I let myself be known as Amy – Amal without the hope. I was a word drained of its meaning. A woman emptied of her past. The truth is that I wanted to be someone else” (ABULHAWA, 2010, Pos. 2590).

Percebe-se, portanto, que o sentido da história adotado por Amal se constitui incessantemente no presente, onde ela cria ferramentas cotidianas para sobrevivência de si, entoando a própria condição diaspórica. Além disso, uma junção íntima entre história e memória, já que, nesse sentido, deixar de lembrar passa a ser uma negação da história. Entre trânsitos e deslocamentos, Amal – por vezes Amy – se constrói enquanto sujeito. Estas experiências lhe permitem viver e refletir sobre o que significa ser palestina, em uma construção ampla entre o pertencer no/com o outro, em sua cultura de origem e na diáspora.

Considerações Finais

Este artigo procurou analisar elementos da obra da palestina Susan Abulhawa, a partir de dois focos principais: primeiro, a discussão das relações entre história e literatura, a partir do diálogo com parte da historiografia que reflete sobre o tema. A partir disto, considera-se que a problemática principal se refere a análise do texto, no sentido de sua escritura: no seu caráter do discurso, no sentido de conformação semântica, na análise da autoria, no potencial comunicativo acerca de estruturas sociais e tensões reveladas. Ainda que se conceba que a narrativa histórica e literária tenha procedimentos diferentes, porquanto, promovem escritas diferenciadas, ressalta-se aqui que são relacionais, e podem ser usadas como ferramentas para construir uma narrativa, a exemplo do livro de Susan Abulhawa. De fato, as relações entre história e literatura são entremeadas como estratégia de trazer realidade à narrativa, bem como de marcar um posicionamento da autora frente à Questão Palestina. Ainda, ressalta-se que, nas discussões contemporâneas acerca de grupos marginalizados, a ideia da escrevivência pode ser uma importante chave de leitura para conhecer os sujeitos escreventes dessas histórias, e como suas experiências também se traduzem na tessitura de suas produções literárias.

A outra dimensão tratada no artigo foi acerca da condição diaspórica e da construção de uma identidade – que perpassa pela memória – dos personagens do livro, em especial da personagem principal, Amal. Entre a afirmação de ser palestina, o questionamento de aspectos da vida e de sua identidade, Amal transita entre vários mundos, de contato com o outro e de estranhamento. Dentre a violência e o trauma, entre deslocamentos e a diáspora, Amal se constrói e se desconstrói, tensionando seus sentimentos de comunidade, suas memórias próprias e seus fardos familiares. Amal talvez represente vários indivíduos deste mundo – e não só palestino, que são fruto do deslocamento contemporâneo e na resistência por existência.

Referências Bibliográficas

ABULHAWA, Susan. Mornings in Jenin. **Bloomsbury USA**, 1 edition July 1, 2010. Kindle Edition.

_____. Entrevista com Susan Abulhawa. **Jornal Qantara**. Disponível em: <<https://en.qantara.de/content/interview-with-palestinian-american-writer-susan-abulhawa-literature-is-a-facet-of-society>>. Acesso: 28/04/2019.

ABU-SHOMAR, Ayman. Diasporic Reconciliations of Politics, Love and Trauma: Susan Abulhawa's Quest for Identity in Mornings in Jenin. **Advances in Language and Literary Studies**, N . 6 No. 2; April 2015, pp. 127-136.

CLEVELAND, W; BUNTON, M. **A History of Modern Middle East**. Westview Press: 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. 2013, 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte: 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KHALIDI, Rashid. **The iron cage: the story of the palestinian struggle for statehood**. UK: Oneworld Oxford, 2007.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa – Tomo II**. Campinas: Papyrus, 1995.

RICHTER-DEVROE, Sophie. **Women's political activism in Palestine: peacebuilding, resistance and survival**. Urbana: University of Illinois Press, 2018. Edição E-book (Kindle).

SAID, Edward. **A questão palestina**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999

SPIEGEL, Gabrielle. **The Past as Text: the theory and practice of medieval historiography**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

O Holocausto entre o testemunho e a poesia em Sylvia Plath

Derick Davidson Santos Teixeira

Doutorando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada
UFMG

derick.davey@gmail.com

Resumo: A obra da poeta norte-americana Sylvia Plath, em especial seus poemas produzidos na década de 1960, é conhecida pelo uso marcante de imagens referentes a acontecimentos históricos. Dentre os acontecimentos utilizados como tema da poesia, o mais polêmico e comentado é o uso que a poeta fez dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. A criação de seu último livro, *Ariel*, coincidiu com o fervoroso debate que sucedeu à divulgação das atrocidades cometidas nos campos de concentração. Ao valer-se do tema para sua poesia, Plath contribuiu para o debate sobre as relações entre a literatura e a História. Nessa perspectiva, enquanto seu poema “Papai” (“Daddy”) foi exaltado pelo crítico literário e teórico Georg Steiner como “Guernica da poesia moderna” – numa clara alusão a obra do pintor Pablo Picasso que retrata a cidade de Guernica durante a Guerra Civil Espanhola – no mesmo movimento, o crítico, adiantando a reação de estudiosos futuros, não pôde evitar indagar-se acerca da legitimidade da poesia, uma vez que a poeta não participou diretamente dos acontecimentos que são temas de seus poemas. Para muitos, a poeta é culpada de ilegitimidade no que concerne à representação dos acontecimentos históricos ou de aproveitar-se do trauma histórico do Holocausto para expressar sentimentos de ordem totalmente pessoal. O presente trabalho pretende elucidar a forma com a qual uma poeta pode dar um testemunho com valor histórico de algo que excede as suas vivências. Aproximaremos, então, a escrita poética de Sylvia Plath de um testemunho histórico. Fazendo valer a famosa afirmação de Walter Benjamin, em “Sobre o conceito da história”, segundo a qual não há “documento de cultura que não seja documento de barbárie” poderemos analisar a escrita de Sylvia Plath como uma produção literária que deixa ouvir, como escreveu Benjamin, “ecos de vozes que emudeceram”. Elucidando as particularidades desta obra, será possível ver como a poeta pôde transpor o campo da vivência individual e abordar o tema do Holocausto o transmitindo de forma mais viva que a de outros discursos. Nesse percurso, faremos uso, principalmente, de formulações de Walter Benjamin, principalmente aquelas desenvolvidas em “Sobre o conceito da história” e em “O narrador”, em cotejamento com formulações de seus críticos, em especial, Jeanne Marie Gagnebin. Será igualmente essencial para este percurso o livro do filósofo italiano Giorgio Agamben, intitulado *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*.

Palavras-chave: Poesia, testemunho, holocausto, Sylvia Plath.

No início da década de 1960, quando a literatura norte-americana ainda era influenciada pelos preceitos críticos e teóricos do *New Criticism*, cujos dogmas colocavam autor e obra como figuras antitéticas, o livro *Ariel*, de Sylvia Plath, publicado postumamente, chamou a atenção da

crítica pelo notável uso de material biográfico mesclado ao uso de fatos históricos. A partir da publicação impactante de *Ariel*, Plath passou a ser considerada uma das mais importantes poetisas do século XX. Veremos, neste trabalho, qual é a especificidade da poesia de Plath no que concerne à relação entre a escrita poética e a história.

O solo histórico no qual se deu a escrita de *Ariel*, era composto pelo o fervoroso debate que sucedeu à divulgação das atrocidades ocorridas nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Alguns anos antes da publicação de *Ariel*, o filósofo Adorno ainda discorria sobre a impossibilidade da poesia depois de *Auschwitz*. Em 1962, período durante o qual a poeta escrevia boa parte dos poemas que compõem seu livro, o caso Eichmann era televisionado e acompanhado por pensadores que, dele, derivavam, material para suas filosofias; é este, por exemplo, o caso de “Eichmann in Jerusalem”, de Hannah Arendt. Ao utilizar imagens do holocausto para compor sua poesia, Plath contribuiu para o debate, em meio anglófono, sobre as relações entre a poesia e a história.

O crítico literário e teórico da literatura George Steiner publicou, em 1965, um artigo dedicado à *Ariel*, intitulado “Dying is an art” (“Morrer é uma arte”), uma clara alusão ao poema “Lady Lazarus”. Discursando sobre dois dos mais famosos poemas de Plath, a saber, “Lady Lazarus” e “Daddy”, Steiner escreve, em referência aos campos de concentração, que nesses poemas “os homens mortos choram fora da cerca de teixo. O poeta se torna o alto clamor de seus silêncios sufocados” (1965, p. 54).¹

Em *Lady Lazarus*, A voz que nos fala no poema diz morrer uma vez a cada década, no momento da enunciação, estamos presenciando a terceira:

Tentei outra vez.
 Um ano em cada dez
 Eu dou um jeito-

 Um tipo de milagre ambulante, minha pele
 Brilha feito abajur nazista,^[SEP]
 Meu pé direito

 Peso de Papel,^[SEP]
 Meu rosto inexpressivo, fino
 Linho Judeu.

 (PLATH, 2010, p.46)

¹ Tradução minha de: “*The dead men cry out of the yew hedges. The poet becomes the loud cry of their choked silence*”.

Por um lado o poema alude às muito conhecidas tentativas de suicídio da autora. Por outro, a suposta referência ao elemento biográfico no poema não exclui as famosas alusões da poeta aos acontecimentos da Segunda Guerra, uma vez que o corpo reificado da mulher que se exhibe é composto por alusões aos rumores sobre objetos feitos a partir dos corpos dos judeus nos campos de concentração. A estrutura do poema pode ser entendida, assim, como um amalgama que funde vestígios biográficos com restos históricos.

O poema “Daddy”, por sua vez, conforme escreve Steiner, “traduzindo uma mágoa privada, obviamente intolerável,” em um discursos com “imagens públicas que concerne a todos nós”, chega “próximo do último horror”, tornando-se, segundo ele , o “Guernica da poesia moderna” (STEINER, 1965, p. 54).² Apesar de abdicar do esforço mimético, isto é, um esforço de representação realista, e seguir as distorção das figuras, sabe-se que *Guernica* é tomado como referência ao bombardeio da cidade espanhola, feito pela força aérea alemã (*Luftwaffe*) na época já governada por Hitler. Da mesma forma, em “Daddy”, sem que haja um discurso que pretenda retratar fielmente a realidade, surgem fragmentárias imagens da Segunda Guerra no discurso belicoso de uma filha para o pai. Em seu texto, Steiner nos convida a um debate crítico: estes poemas finais são inteiramente legítimos? Em que medida, alguém que não participou dos acontecimentos pode apropriar-se de tais eventos para seu próprio projeto? Para muitos, a poeta é culpada de extremismo metafórico e de ilegitimidade no que concerne à representação de tais eventos. Irving Howe, por exemplo, escreveu que há algo de “monstruoso e profundamente desproporcional” na metáfora estendida de “Daddy” a partir da qual filho e judeu coincidem ao lado de um pai nazista (1989, p.30).³

Com o ritmo de canção de ninar, infelizmente perdido na tradução para o português, somado às rimas obsessivamente repetidas ao longo do poema [*do, Jew, you...*], o poema evoca um infantilismo linguístico. A infantilidade do estilo balbuciante da voz que nos fala é oposta à soberania da língua paterna, o alemão, e às imagens do trauma histórico da Segunda Guerra. Na língua pátria, o eu lírico é silenciado, não pode se expressar:

Nunca pude conversar com você.
 A língua presa no maxilar.
 Na armadilha de arame farpado.
 Ich, Ich, Ich, Ich.

² Tradução minha de: “*come near the last horror*”, “*instantaneously public images which concern us all*”. “*It is the Guernica of modern poetry.*”

³ Tradução minha de: “*There is something monstrous, utterly disproportionate*”.

Mal podia me exprimir.
 Pensava que todo alemão era você.
 E a linguagem obscena

Um motor, um motor
 Me cuspiendo como uma Judia.
 Uma judia com destino a Dachau, Auschwitz, Belsen.
 Dou para falar como uma judia.
 Vai ver sou mesmo uma judia.

[...]
 Eu sempre tive medo de você,
 Com sua Luftwaffe, seu linguajar posê.
 E seu bigode asseado,
 Seu olho ariano, azul forte.

[...]
 Em vez de Deus, uma suástica
 Tão Negra que nem o céu podia atravessar.
 (PLATH, 2010, p.153).⁴

Como diversos outros trechos do poema, a conclusão é intensamente polissêmica. Para a crítica Cristina Britzolakis, por exemplo, apesar de toda a raiva em relação ao pai –ou ao patriarcado– contida no poema, “Daddy” pode ser lido como um poema de amor. Isso se deve não só pelo masoquismo presente no poema, posto que o pai alemão é comparado com o marido escolhido, mas, também, pela expressão final: (“Daddy, daddy, you bastard, I’m through.”) “Papai, papai, seu putto, eu acabei”. “I’m Through”, neste contexto, pode ser lido de diversas formas: “Estamos quites. Acabou o poema. O eu lírico está acabado. É o fim da atuação (*act out*), como a poeta sugere em uma introdução à leitura do poema. Está farta do pai ou farta da vida? Na pluralidade dos sentidos evocados, evidencia-se não uma transmissão de sentido unívoco, mas um ponto de silêncio ao fim do texto. Apesar das imagens evocadas no poema, a fragmentação das imagens e sua polissemia colocam em cheque a representação. O poema evidencia, assim, mais um vazio de semântico que uma transmissão de sentido, escapando, então, à lógica do utilitarismo comunicacional.

Essa transmissão de um silêncio evidenciada pelo vazio de sentido e o fracasso da representação possuem uma relação de importância com os acontecimentos da Segunda Guerra. Em *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben escreve acerca da essencial lacuna que há no centro do testemunho daqueles que experienciaram o horror dos campos de concentração. Essa

⁴ Para que o leitor possa observar o ritmo e as rimas (importantes para o comentário que segue a citação), cito o original: “*You do not do, you do not do/ Any more, black shoe/ In which I have lived like a foot/ For thirty years, poor and white,/ Barely daring to breathe or Achoo./ Daddy, I have had to kill you*”.

Lacuna é oriunda não só do fato de que aqueles que experienciaram o horror, até o fim, não puderam falar, mas, sobretudo, da ineficiência da língua frente à magnitude dos eventos. O testemunho continha – conforme nos escreve o filósofo – como sua parte essencial, uma lacuna, ou seja, os sobreviventes que testemunhavam davam testemunho, sobretudo, de algo que não podia ser testemunhado.

Comentar o testemunho, segundo, significou, necessariamente, interrogar aquela lacuna – ou, mais ainda, tentar escutá-la. Assim, para ele “o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes” (AGAMBEN, 2015, p. 43). A verdadeira autoridade sobre o assunto está com as testemunhas integrais, ou seja, “os sobreviventes, como pseudo testemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta” (AGAMBEN, 2015, p. 43). Em seu estudo sobre o julgamento de Eichmann, Arendt retoma o dito dos juízes segundo o qual um sofrimento em escala assim tão gigante está “além da compreensão humana” sendo um assunto “para grandes autores e poetas” (1965, p. 209). Após constatar que o testemunho é aquele que evidencia o fracasso da representação e a falta de um testemunho integral, ou seja, o testemunho é aquilo que dá evidência do que sempre resta a ser dito, Agamben escreve:

Não causa surpresa que o gesto testemunhal seja também o do poeta, do autor por excelência. A tese de Holderlin, segundo a qual “o que resta, fundam-no os poetas” não deve ser compreendida no sentido trivial, de acordo com o que a obra dos poetas é algo que perdura e permanece no tempo. Significa, sim, que a palavra poética é aquela que se situa, de cada vez, na posição de resto, e pode, dessa maneira, dar testemunho. Os poetas – as testemunhas – fundam a língua como o que resta, o que sobrevive em ato a possibilidade – ou à impossibilidade – de falar (AGAMBEN, 2015, p. 160).

Podemos dizer que a autoridade da poeta, é restituída, então, não só por aquilo que a poesia diz, mas, sobretudo, pelo silêncio que ela é capaz de prolongar. Não é, portanto, somente de uma fiel representação dos acontecimentos históricos que se trata, mas da evidência de uma lacuna, em suma, trata-se do testemunho daquilo que resta a ser dito, isto é, o eco de um silêncio.

A linhagem a qual a poesia de Plath pertence, pode ser localizada por volta do século XVIII, período no qual os escritores passam ao âmbito do indivíduo e ao engajamento com a língua e afastam-se do comum histórico. Esse é o período no qual Walter Benjamin localizou o depauperamento da experiência comum e sua substituição gradual pela experiência vivida. Jeanne-Marie Gagnebin, no seu prefácio às *Obras Escolhidas vol. I* (2012, p.9), esclarece que

“uma reconstrução da *Erfahrung* deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade” Tal forma seria originada por aqueles que, reconhecendo a impossibilidade da experiência na modernidade, ainda assim, recusaram fixar-se no âmbito da experiência individual. Nesse ponto, Benjamin recorre à obra literária de Marcel Proust (2012, p.37), obra na qual, como ele escreve, “a absorção do místico, a arte do prosador, a verve do autor satírico, o saber do erudito e a concentração do monomaniaco se condensam numa obra autobiográfica”. Contudo, lembra Benjamin (2012, p.37), essa obra ultrapassa o gênero autobiográfico; sendo um caso excepcional entre as autobiografias, torna-se uma das “menos classificáveis”. É valiosa, neste ponto, a explicação de Jeanne-Marie Gagnebin (2012), a qual nos diz que, ao mergulhar na experiência pessoal, Proust a transcende, liberta-se do limitado vivido e chega, assim, ao ilimitado, que está situado para além do indivíduo e que nos permite ver, no presente, aquilo que concerne ao passado. Em “A imagem de Proust”, Benjamin (2012, p.38) escreve que “o principal, para o autor que rememora, não é absolutamente o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração”. Nessa perspectiva, ao mesclar biografia e história a poesia de Plath, em proximidade formal com a obra de Proust, exalta, também, os restos da história. Em suma, a escrita da poeta ergue-se levando os vestígios da destruição, isto é, mostrando sua face de documento de barbárie.

Benjamin nos lembra, também, que Proust atinge uma perpetuação da experiência a partir de sua forma narrativa, lançando mão, além de formas mais ou menos sintéticas de experiências, da fusão entre individual e coletivo. Dessa forma, o coletivo, após atingir o individual, é transmitido pelo escritor como uma forma de experiência. Os binarismos individual/coletivo, público/privado dão lugar a uma confluência das polaridades, dando fim, assim, à “exclusividade recíproca” dessas polaridades (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Surge, aqui, uma paradoxal historicidade da poesia, pois ainda que não se esforce para retratar objetivamente a história e ainda que não tenha participado diretamente dos acontecimentos, o escritor a trata por meio de uma experiência mais tocante do que, por exemplo, a linguagem jornalística. Por uma volta da espiral, a História não objetivada pode ser transmitida de forma mais viva, visto que não tolhe a relação do leitor com o fato narrado. Se Benjamin pôde inspirar o método do historiador materialista na estética proustiana, é porque, ao contrário do que poderia se supor, a escrita literária, ainda que sustentada por uma consciência individual, muitas vezes às voltas com a própria linguagem, não deixa de concernir, de maneira singular, à história. No que diz respeito à poesia de Plath, todos os restos, históricos e biográficos, são integrado e

transmitido, a partir da união entre o público e privado, como uma forma singular de experiência ao leitor.

Tal estratégia permite que a poesia possa ser tomada como discurso histórico. Assim, o discurso poético deixa ler em seu corpo as marcas da violência característica da época. Todavia, é plausível ressaltar que, se a poesia pode dar algum testemunho histórico, ela o faz por estratégias diferentes das que coordenam o discurso de um historiador ou de um jornalista. Como Marcos Siscar escreve: “sempre pareceu intragável para os poetas aquilo que é descrito como atitude comunicativa ou jornalística [...] que na prática limita o desafio literário de poder (ou querer) dizer tudo” (SISCAR, 2016, p. 71). Como resposta aquilo que Steiner nos convida a pensar, acerca da legitimidade da poesia, podemos dizer que, como a especificidade de seu discurso, a ética da poesia no que diz respeito à história também é singular.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha.** Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil.** New York, The Viking Press, 1965.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas Vol. III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** Tradução de Tradução: José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. Editora Brasiliense, 1989.

_____. A imagem de Proust. In: **Obras escolhidas vol. 1: magia e técnica, arte e política.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol. 1: magia e técnica, arte e política.** Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HOWE, Irving. The Plath Celebration: a partial dissent. In: BLOOM, Harold (Ed.). **Modern critical views: Sylvia Plath.** New York: Chelsea House Publishers, 1989.p. 5-15.

PLATH, Sylvia. **Ariel.** Tradução Rodrigo Garcia Lopes e Maria Cristina Lenz de Macedo. 2. ed. São Paulo: Versus (Edição Bilíngue), 2010.

SISCAR, Marcos. **De volta ao fim.** O fim das vanguardas como questão da Poesia contemporânea. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

STEINER, Georg. Dying is an art. **The reporter**, outubro 7, 1965. p 51-53. Disponível em:< <http://www.unz.org/Pub/Reporter-1965oct07-00051>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

A virtude como forma de conhecimento e autorreflexão: o ético-político e as emoções políticas

Edson Silva de Lima

Doutorando em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

edson_hist@yahoo.com.br

Resumo: Nesse artigo faremos uma aposta que coloca a virtude como uma possibilidade de reorientar a dinâmica classista (luta de classes), para uma relação contingente a partir da Phrônesis (prudência). Em outras palavras, apontamos a necessidade de debatermos o caráter ético-político das relações humanas. Privilegiando a autonomia, o fomento ao pensamento crítico e, de alguma maneira, enfrentando as acusações e maldizes para nos centrarmos numa real formação e disputa das consciências coletivas a partir daquilo que Helena Modzelewski (2012) chamou de educabilidade das emoções e sua importância para o desenvolvimento de um ethos democrático. Para tanto, a linha divisória que evocamos entre a compreensão dos conteúdos e a compreensão histórica com suas nuances problemática, incerta e ambígua, são fundamentais para que consigamos produzir consciências de diversas cores.

Palavras-Chave: Emoções políticas, ética, teoria da história, virtude.

Quando falamos de emoções, em um primeiro momento, não parece ser um objeto de pesquisa muito seguro, ou mesmo, o caminho mais objetivo para se analisar uma conjuntura política e social. Nós historiadores estamos acostumados a nos ancorar em fatos concretos, ou pelo menos, aqueles com maior grau de concretude. Um acontecimento que nos permita fazer questões com uma certeza quase imediata de que obteremos a resposta esperada. Nem que, para isso, tenhamos que tensioná-lo até o limite de afirmações nem sempre acertadas. Nosso ofício nos exige certezas que nem sempre são possíveis de obter. Minha aposta nesse artigo é, exatamente, apontar que embora o lugar mais seguro e confortável não seja o mais radicalmente racional; pode ser nele que encontraremos algumas poucas respostas. Sempre ouvimos e reproduzimos, com frequência, que as perguntas são mais importantes que as respostas. Não posso dizer que essa afirmação é um equívoco, talvez porque a resposta seja demasiadamente simples, ou não atenda as nossas expectativas.

Doravante, essa tem sido minha incursão na história social das emoções. Nessas curtas linhas que tenho para dissertar, quero, no entanto, centrar em uma dimensão que me salta aos olhos nesses dias sombrios, de desgoverno, desmandos e ataques diretos às humanidades ou, se preferirem, às ciências humanas. Essa dimensão compreende as emoções políticas. O historiador francês, Christophe Prochasson, nos mostra que “a parte emocional

que governa a atividade social [intelectual] é, hoje, deixada de lado na maior parte das pesquisas” e, ainda, afirma que esse afastamento se deve ao receio dos historiadores em relação “a psicologia possuir má reputação [...] uma vez que é remetida, pura e simplesmente, ao desconhecido e, até mesmo, ao irracional” (PROCHASSON, 2005, p. 30630-7). Ele acusa a história social de ser desconfiada desse tipo de abordagem, por se perderem em formas negativas de individualismo e de psicologismo. Nessa esteira faremos uma aposta que coloca a virtude como uma possibilidade de reorientar essa dinâmica classista, para uma relação contingente a partir da *Phrônesis* (prudência). Em outras palavras, apontamos a necessidade de debatermos o caráter ético-político das relações humanas. Privilegiando a autonomia, o fomento ao pensamento crítico e, de alguma maneira, enfrentando as acusações e maldizes para nos centrarmos numa real formação e disputa das consciências coletivas, a partir daquilo que Helena Modzelewski (2012) chamou de educabilidade das emoções e sua importância para o desenvolvimento de um ethos democrático. Para tanto, a linha divisória que evocamos entre a compreensão dos conteúdos e a compreensão histórica com suas nuances problemáticas, incertas e ambíguas são fundamentais para que consigamos produzir consciências de diversas cores.

Nesse tocante definimos a *Phrônesis*, em sua origem grega, como exercício da capacidade de aplicar verdades sobre o que é bom em certos tipos de situação. Essa palavra foi livremente traduzida por prudência, que seria a virtude aplicada a casos concretos que teriam caráter humano por ser contingente e variável em relação a indivíduos e suas circunstâncias. Nesse sentido, a *Phrônesis* foi usada por Aristóteles na construção da sua **teoria da justiça**. A prudência aristotélica e sua significação teórica seriam uma espécie de senso moral, capaz de orientar a ação no caminho daquilo que é considerado justo. O filósofo grego insistiu em sua vocação prática e na preocupação de que as ações humanas, consideradas justas e virtuosas, haveriam de ser pautadas na prudência. Em vista disso, ao discorrer sobre a virtude, Aristóteles, segundo Pierre Aubenque (2008), nos mostrou pelo menos duas faces que não seriam definidas apenas em sua disposição subjetiva, mas também a uma determinada situação. Em outras palavras, as virtudes dependeriam das situações das circunstâncias, para se manifestarem e florescerem. Portanto, ser virtuoso não é apenas agir como é preciso, mas também com quem é preciso, quando for preciso e onde for preciso. Essa condição nos mostra uma dimensão “histórica” das virtudes que, em seu ato genuíno, corresponde à conjuntura que se apresenta ao sujeito operador, aquele do ato virtuoso. No entanto, deve-se notar que o fato de certos tipos de situações exigirem certos tipos de

comportamento, não significa a determinação do ânimo virtuoso humano como se não fosse possível um horizonte de virtude humana geral.

Assim, devemos procurar a definição deste horizonte no objeto da prudência, uma vez que não é uma virtude particular, mas a virtude retora, que determina a missão das outras virtudes (AUBENQUE, 2008, p.109). A prudência, por esse ângulo, seria quem apreciaria e julgaria as situações e, portanto, não pode ser entendida como uma virtude situada. Ela se distinguiria da sabedoria por ser uma ciência que diz respeito ao necessário, às realidades imutáveis. Já a prudência se movimenta no domínio do contingente. Ao passo que, enquanto a sabedoria estaria relacionada ao eterno, a prudência seria relativa aos seres submetidos à mudança. Portanto, a prudência aristotélica é também sujeito da contingência, do variável. Aristóteles, nessa acepção, procurou demonstrar que a prudência e a justiça não poderiam ser reduzidas à ciência, levando em consideração que a ciência seria uma explicação total e não se desenvolveria em um ambiente de contingência, sendo necessária sua supressão. No entanto, é na contingência que a prudência pode se desenvolver e, talvez, essa condição explique a sua abertura para arte. São as condições de ação e produção, para Aubenque, que permitiram, de algum modo, que Aristóteles tenha chegado a este posicionamento. Agir e produzir é transformar o mundo, pois, tanto o objeto da ação quanto o da produção pertencem ao domínio daquilo que pode ser diferente. Parafraseando Aubenque, se a disposição para produzir, acompanhada de regra, chama-se arte, a disposição para agir, acompanhada de regra, chama-se prudência.

Ele nos mostra também que, na ética aristotélica, haveria uma forma de fazer o bem, porém, muitas são as maneiras de cometer incorreções e erros. A mais importante estaria relacionada ao tempo de ação, podendo ser demasiadamente cedo, ou pior, tarde demais. Seria preciso “bom senso”, adequação, equilíbrio e oportunidade para que a ação fosse ágil, eficaz e radical. A coincidência entre a ação humana e o tempo tem um termo específico para os gregos: *καιρός* (*kairós*). A ocasião favorável pertinente e oportuna (AUBENQUE, 2008, p.156-157).

Ao falar sobre a contingência, o filósofo grego elabora sua relação com o acaso. Diz ele que o acaso, na sua própria indeterminação, solicita a iniciativa produtora dos homens e autoriza a eficácia de suas deliberações. O acontecimento casual é aquele que deriva das causas, embora indefinidas e indeterminadas, ou seja, do gênero de causas do qual não pode haver ciência. A contingência seria residual. Ela não é a ausência de lei, mas a distância que separa a lei, a qual seria geral e abstrata de sua realização no caso particular. Desse modo, o

homem não pode se tornar indiferente às circunstâncias porque lhe é permitido, na medida em que essas circunstâncias são moldáveis, moldá-las humanamente. A contingência tanto pode ser compreendida como um mal ou como um remédio, tendo em vista que ela torna possíveis as iniciativas humanas em vista do bem, e que a indeterminação da razão universal seria uma abertura à ação racional do homem.

A virtude moral seria a disposição de caráter para escolher bem, consistente em relação a nós, a qual seria deliberada racionalmente pelo sujeito da ação prudente, em outras palavras, o prudente seria o homem capaz de deliberar e de bem deliberar. A deliberação não é uma noção ética, mas técnica e política. Uma vez que o prudente delibera tendo em vista a boa vida. Em geral, terá como resultado da boa deliberação, o bem. Para Aristóteles, não deliberamos sobre todas as coisas, apenas sobre aquelas que dependem de nós. A deliberação seria uma espécie de pesquisa que diz respeito às coisas humanas, consistindo em procurar os meios para realizar um fim previamente proposto. Ao deliberar, o indivíduo está reduzido às conjecturas (abstrações) e somente comparando-as deverá procurar, entre os meios possíveis, “o mais rápido e melhor”.

A deliberação combina meios eficazes em vista de fins realizáveis. Ela é uma espécie de investigação e, como toda investigação, requer um ponto de partida não deliberado, função cumprida pelo fim (*doxa*). O fim seria aquilo que daria início ao processo deliberativo; seria em vista dele e por causa dele, que a deliberação se faria e que estes e não aqueles meios seriam adotados. Se o fim exerce o papel do ponto de partida, então, não pode figurar no processo deliberativo, na medida em que funciona como fundamento desta deliberação, não pode ser demonstrado; ou seja, nós não deliberamos sobre os fins, mas sobre os meios. Pois como Aubenque exemplifica, um médico não delibera se ele deve curar, nem um orador se ele deve persuadir, nem o estadista se ele deve produzir a lei e a ordem, nem qualquer outra pessoa delibera sobre o seu fim. Tendo-o estabelecido, eles consideram como e por quais meios ele pode ser alcançado e, se parece poder ser produzido por muitos meios, eles consideram por qual ele será mais facilmente e melhor produzido; entretanto, se o fim é alcançável por apenas um meio, consideram como será alcançado por ele e por quais meios este pode ser alcançado, até que eles chegam na primeira causa, a qual, a ordem do descobrimento é a última (ARISTOTELES, 2005, p.12).

Estes “fins” a que Aristóteles se refere seriam os fins intrínsecos e sobre eles não haveria deliberação. Todavia, se estes fins forem compreendidos como constituintes do fim ou

conjunto de fins em vista à *eudaimonia*¹, podem e devem ser tomados como meios e, consequentemente, passíveis de deliberação. Também é importante considerar que a teoria do discurso deliberativo implica a eficácia da deliberação humana, o que é uma forma de pressupor a contingência dos futuros. Ou seja, se o futuro estivesse escrito, não haveria necessidade do discurso deliberante dos homens. Aqui há um claro afastamento da profecia e um patente desafio às Moiras (*Μοῖραι*).

No contexto social, nem tudo é possível e nem tudo é impossível. O mundo não é nem inteiramente racional, nem inteiramente irracional. Essa perspectiva amplia, inclusive, a possibilidade de renovação quanto a atuação do sensível no mundo cognoscível, de modo a não mais delegar as emotividades à pura fragilidade. A deliberação está no meio do caminho entre a ciência e a adivinhação, a ordem da opinião (*doxa*). Assim, nenhuma deliberação seria infalível, mesmo a ação bem deliberada conteria o risco do fracasso. A deliberação representaria a via humana, aquela de um homem que não é completamente sábio, nem inteiramente ignorante. É, pois, a condição sem a qual a ação humana não pode ser boa ação, ou seja, virtuosa, uma vez que diz respeito aos meios e não diz respeito aos fins. Podemos afirmar, desta forma, que seria próprio do homem prudente, bem deliberar. O que nos leva perceber que a importante é a qual escolha chega a sua deliberação.

A prudência governa a ação humana e pode ser considerada uma espécie de sabedoria prática oposta à sabedoria teórica, já que o saber prático, envolvido na prudência, não é um mero saber, mas saber agir de uma maneira certa. Por outro lado, a prudência não pode ser classificada somente como disposição prática, uma vez que existe um caráter intelectual da prudência destacado no momento da deliberação na preparação da escolha. É preciso que o agente saiba a função que tem uma regra de conduta e qual o lugar das virtudes na ideia geral da boa vida. Ainda que o agente tenha em mãos todas essas informações, é necessário que ele realize as ações que busquem a *eudaimonia*, o que consiste em aprender a agir virtuosamente.

Na contramão desse argumento, Martha Nussbaum nos mostra que o exercício deliberativo humano é diferente do animal, por não estar vinculado a condição instintiva, mas se ancora na autorreflexão explicitamente ou em um caso particular, contingencial. Para ela há uma lógica que daria os contornos próprios de uma emoção humana. Isso acarreta em afirmar que há estímulos externos e internos que encaram o objetivo das emoções como inadequadas

¹Eudaimonia (do grego antigo: εὐδαιμονία) é um termo grego que literalmente significa “o estado de ser habitado por um bom daemon, um bom gênio”, e, em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar.

ou irracionais, desse modo, revelam emoções inapropriadas ou feias. É bem verdade, que são esses fatores incongruentes das emoções que possibilitam o surgimento da deliberação autocrítica e possivelmente ansiedade como propriedade do humano. Segundo Modzelewski, as “emoções humanas, então, estão sujeitas a deliberação e revisão em conexão com uma deliberação mais geral sobre os próprios projetos e metas”. (MODZELEWSKI, 2012, p.612).

Nos argumentos da filósofa uruguaia, é no espaço deliberativo que, atuando na ansiedade manifestada, as emoções corporificam o que é próprio da essência da autorreflexão para uma educação democrática das emoções (MODZELEWSKI, 2012, p.613). Ao se aproximar do pensamento de Martha Nussbaum, sobre a propriedade intelectual e epistemológica das emoções, Modzelewski acentua que a propriedade da linguagem atribuída pela filósofa norte-americana, canalizada nas travessias da primeira consciência (consciência de vigília) e da segunda consciência (inconsciente)² sustentaria sua aposta na auto-reflexão que a educação possibilita.

Helena Modzelewski (2012) afirma que a autorreflexão preenche as reflexões de Martha Nussbaum sem estar no centro de seus argumentos centrais; muito embora esteja preocupada com o papel da educação para uma formação cidadã e democrática, a possibilidade de educar as emoções é uma aposta que não aparece com clareza em sua obra. Em *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education* (1997, p.301), ela argumenta que o ensino deve ter como objetivo criar uma comunidade de pessoas que desenvolvam o pensamento crítico, que busquem a verdade além das barreiras de classe, gênero e nacionalidade, que respeitem a diversidade e a humanidade dos outros. Ela mostra que Sócrates e Sêneca acreditavam nesse modelo de educação e educabilidade. Uma aposta que tentamos apresentar aqui, não como solução ou novidade, mas enquanto possibilidade de ampliação da educação humana e histórica em oposição a educação lucrativa e, conseqüentemente, contra o estabelecimento de práticas educativas que endossem uma ausência do “político” em favor de um indivíduo alienado, embora “dono de si” e produtor de identidades e história. Em outras palavras, um sujeito imerso em si e numa contradição de si; que não compreende mais a importância de deliberar sobre a vida e no mundo.

²Entendemos consciência de vigília como aquela em que o nosso ser social se apresenta ao mundo, condicionado pelas regras sociais que orientam nosso ser no mundo. A segunda consciência no entanto, é esse espaço em que o rompimento com a primeira se mostra central na compreensão daquilo que não se deixa ser visto pois sobrepujado devido os condicionamentos sociais. Essa teoria é desenvolvida por Freud em seu estudo sobre a histeria e sua interpretação dos sonhos.

Os fundadores do sistema universitário norte-americano acreditavam que ofereciam mais do que carreiras específicas, mas uma preparação geral para se tornar um bom cidadão (dimensão ética). E isso acredita em Martha Nussbaum, que aqui estabelece os três valores fundamentais do que ela entende por educação liberal: o exame crítico de si mesmo, o ideal do cidadão do mundo e o desenvolvimento da imaginação narrativa; desenvolvido, principalmente no seu livro *Poetic Justice* (1996), mas não exclusivamente. Nos interessa, no entanto, apontar que, para Nussbaum, estudar e aprender sobre um assunto não é correr nosso julgamento moral e deliberativo sobre ele.

A filósofa americana disse, uma vez, que os seres humanos experimentam as emoções de formas diferentes moldadas por sua história individual, bem como pelas normas sociais. Se de algum modo podemos laudar as emoções como uma experiência universal (devido a sua condição neurológica), de modo algum podemos condená-las ao presentismo ahistórico³. Em outras palavras, precisamos colocá-las em perspectiva, historicizando-as como experiência no mundo em sua condição social e performática como propósito de intencioná-las e torná-las significativas. Isso quer dizer que o sentido não se limita ao seu sentido tematizado, pois ele é dinâmico, histórico e, portanto, consciente e inconsciente. A significação do mundo não corresponde a imaginação de um único sujeito, mas é obra subjetiva composta por uma pluralidade de indivíduos, visto que é intencionado por essa pluralidade, revela-se assim, uma relação intersubjetiva na qual a significação é atribuição de uma comunidade de pessoas e portanto histórica.

Segundo Helena Modzelewski, a condição cognitiva das emoções no papel da linguagem em sua expressão, a narrativa que possibilita a reconstrução das origens de uma emoção para possibilitar uma modificação, parece ter a autorreflexão como base. Helena Modzelewski compreende a autorreflexão, portanto, partindo da análise do que Harry Frankfurt chamou de “auto-avaliação reflexiva” e que, para efeitos de sua tese, explora o que Hegel apresenta: que esta refere-se a autoconsciência.

Para Frankfurt, a autoconsciência inclui uma autoavaliação no autoconhecimento. Em outras palavras, na busca de uma definição de “persona”, ele apresenta uma estrutura que seria como a diferença essencial entre as pessoas e outras criaturas. (MODZELEWSKI, 2012, p.620).

³ Cf. em ROSENWEIN, 2011 [2010].

Seu argumento nos mostra que nesta estrutura do desejo típico de uma pessoa está no “desejos de segunda ordem”, ou seja, “além de querer escolher e ser induzido a fazer isto ou aquilo, você pode também querer que os homens tenham (ou não) certos desejos e motivações. Eles são capazes de querer ser diferente em suas preferências e seus propósitos do que eles são” (MODZELEWSKI, 2012, p.621). A formação dos desejos de segunda ordem demonstra nossa capacidade de executar uma ação “reflexiva de autoavaliação” (MODZELEWSKI, 2012, p.622), que é o que Helena Modzelewski tem chamado de autorreflexão, que teria o propósito de combinar os diferentes termos que diferentes autores usam para se referir ao mesmo.

Se por um lado nos deparamos com a dimensão internalista das emoções que compõe nossa presença no mundo, em seu caráter de mundaneidade, por outro lado, há emoções que estão diretamente ligadas com a ação. A raiva e o ódio não poderiam ser consideradas emotividades (exercício da emoção)⁴ se não vierem acompanhadas de uma ação ou expressão violentas. Caso isso não aconteça, ambas ganham qualificativos de ausência de sentido. Quando as emoções se internalizam, permitem que o caráter antropológico de suas manifestações se ancore na mobilização do corpo, sem o qual, sua atuação seria meramente discursiva. A misericórdia seria outra manifestação que pressupõe a corporeidade de outra forma, acompanhada de uma dispensa de punição; por tanto, a ação é reversa, no lugar de mover, se torna imóvel. Dessa maneira, o corpo como aquele que catalisa as ações dessas emoções, carrega a dimensão fisiológica como prescrição de ação, mas também como impulso para provocar ou controlar uma emoção, que inclui no processo de ativação a autorreflexão.

A autorreflexão sobre este tipo de emoções em si carrega uma volição de segunda ordem, pois, o desejo de segunda ordem para ter ou não uma emoção particular deve levar ao empreendedorismo de uma ação, para que o assunto seja definido como possibilidade deliberativa e, portanto, virtuosa. Mas a **aprendizagem** para agir virtuosamente requer experiência como condição sem a qual a aquisição de regras gerais de conduta e o desejo pela virtude não são possíveis. Nesse ponto, precisamos apontar uma clara oposição com relação à compreensão ética platônica. Apenas por meio da experiência o agente pode julgar corretamente a respeito das situações particulares e decidir o que fazer. Assim, podemos perceber que prudência é uma virtude e não uma ciência, mas o fato de ser uma virtude não significa que não possa ser intelectual, apenas não quer dizer que por isso ela deva ser uma

⁴ Para uma leitura vertical sobre as emotividades Cf. REDDY, 2001.

ciência. A prudência é uma virtude do intelecto da parte racional e irracional da alma. Ela requer mais do que apenas a perfeição das nossas capacidades racionais para que possa promover um juízo acertado do que fazer. Aristóteles investigou e apresentou a inteligência, o juízo e a razão intuitiva, assim como a prudência, relacionados com os particulares.

Estas são capacidades racionais necessárias ao exercício de julgar, e que estão presentes naquele que é prudente. A inteligência, ou seja, a capacidade do homem inteligente, possui uma extensão que não permite assimilá-la a uma ciência particular. Esta inteligência não tem por objeto os seres eternos e imutáveis, mas somente as coisas que são passíveis de deliberação. Trata-se de uma capacidade de analisar e discernir as situações concretas. O homem inteligente usa esta capacidade para fazer julgamentos justos sob o ponto de vista prático, mas a inteligência se limita a julgar. É uma capacidade neutra do ponto de vista da moral, da normatividade. A inteligência é a capacidade que temos de julgar bem a respeito das coisas com relação às quais a prudência se põe como capacidade de prescrição, “não é nem a posse nem a aquisição da prudência” (ARISTÓTELES, 2005, p.12). A prudência, enquanto virtude do intelecto prático, comanda, isto é, dá ordens e apresenta como necessárias as ações que são julgadas pela inteligência. (...) assim como o ato de aprender é chamado um ato de inteligência, este significando o exercício da faculdade de conhecer, também a “inteligência” é aplicável ao exercício da faculdade de opinar com o propósito de julgar a respeito das questões com as quais a prudência está relacionada.

As pessoas inteligentes são aquelas capazes de exercitar, de alguma maneira, a sua racionalidade e que estão fazendo uso da sua capacidade de avaliar circunstâncias e opinar bem. Desse modo, podemos ver nestas duas características dois tipos de inteligência: a primeira diz respeito ao uso teórico da inteligência; e a segunda, ao seu uso prático. Outro ponto interessante para ser analisado é o que Aristóteles entende por juízo ou discernimento, o que seria “a correta discriminação do equitativo” (ARISTÓTELES, 2005, p.15). É através do discernimento que distinguimos e podemos determinar o que é justo a ser feito.

Essa capacidade pode, a princípio, ser confundida com a inteligência, mas em verdade, o que há é uma certa união e colaboração entre elas. O discernimento e a inteligência podem assumir uma mesma função; a de julgar sobre as ações que o prudente comanda. Assim, do mesmo modo que o julgar por intermédio da inteligência, o discernir não ordena, mas está ligado à função de estabelecer o lugar exato em que o justo se encontra. Só a prudência ordena; apenas ela é normativa. O último ponto a ser analisado por Aristóteles para explicar o conhecimento prático é a razão intuitiva. Esta pode ser compreendida como uma

capacidade racional responsável por apreender o “fato último” e variável, ou seja, os particulares. Esta razão não julga, não delibera, assim como não demonstra. A razão intuitiva concerne ao que é último em ambas as direções; pois tanto os primeiros quanto os últimos termos são objeto da razão intuitiva e não de argumento. E a razão intuitiva que é pressuposta nas demonstrações apreende os termos primeiros e imutáveis, enquanto que a razão intuitiva envolvida no pensamento prático apreende o fato último e variável.

A razão intuitiva opera, assim, na identificação e apreensão do fim em que consiste a *eudaimonia*, uma vida feliz, e opera particularmente em cada apreensão dos fins particulares nas situações concretas. Trata-se de uma percepção imediata de fim que deve ser feito. (...) Se é característico do prudente deliberar bem, a excelência da deliberação será a correção com relação ao que conduz ao fim que a prudência apreende verdadeiramente (ARISTÓTELES, 2005, p.15). No entanto, a apreensão e identificação do fim só ocorrem porque há uma avaliação das circunstâncias nas quais o agente se encontra, tanto no momento em que a ação ocorre quanto durante toda a sua vida. Esta avaliação acaba por compor a ação que será julgada por ele como a que deve ser feita, a qual consistirá no fim a ser alcançado. Cabe, esclarecer, que há avaliação e reflexão no processo de estabelecimento deste fim e este processo é racional. Portanto, a razão intuitiva exerce um papel fundamental na atividade da prudência. Em outras palavras, são as relações que estabelecemos em conjunto que nos permitem compreender, interpretar e agir no mundo. No entanto, as condições de atuação estariam constantemente tensionadas pela situação e portanto, pela conjuntura histórica em que os sujeitos estão imersos. É preciso interrogar as normas sociais como produtoras de repressão e, portanto, de limitações para vislumbrarmos a interpelação das emoções políticas que não estariam delimitadas a uma condição de passividade, mas motora e produtora de ação, de mobilização e de mudança; diríamos mais enfaticamente como promotoras de múltiplas consciências.

Referências Bibliográficas

- AUBENQUE, Pierre. **A prudência em Aristóteles**. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- BARASH, A. Jeffrey. **Heidegger e seu Século: Tempo do Ser, Tempo de História**. Trad. André do Nascimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. A teoria da história de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores. **Revista História Hoje**, vol. 4, nº 8, 2015. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/200/147>>. Acesso em: 02/06/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

DROBNIIEWSKI, Helena Modzelewski. **La educabilidad de las emociones y su importancia para el desarrollo de un ethos democrático**. La teoría de las emociones de Martha Nussbaum y su expansión a través del concepto de autorreflexión. Tese (doutorado) - Universidad de Valencia, Facultad de filosofía y ciencias de la educación, Departamento de filosofía del derecho, moral y política, Programa de doctorado en ética y democracia, Valencia, 2012.

IASI, Mauro. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013.

_____. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NUSSBAUM, Martha Craven. **A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades**. Tradução: Santos, Fernando – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NUSSBAUM, Martha C. **Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education**. Cambridge, Massachusetts and London, Harvard University Press, 1997.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, July 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752005000200004>.

WHITE, Hayden. A interpretação na história (1972-1973). In: **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo, Editora da USP, 2014.

ROSENWEIN, B. H. **História das emoções: problemas e métodos**. SP: Letra e Voz, 2011 [2010]

REDDY, W. **The Navigation of Felling**. A Framework for the History of Emotions. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2001.

Memórias de resistência: reflexões histórico-literárias em *A hora próxima* (1955), de Alina Paim

Gabriel Moura Silva

Mestrando em História – Cultura e Identidade
Universidade Federal de São João del-Rei
gabrielmslv@hotmail.com

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre as greves operárias ligadas a Rede Mineira de Viação (RMV), entre 1949 e 1953, nas cidades de Cruzeiro (SP), Soledade de Minas (MG), Itajubá (MG), Divinópolis (MG) e Barra Mansa (RJ), tendo como objeto o romance proletário *A hora próxima* (1955), da escritora sergipana Alina Paim. Para tanto, dedicamos a primeira parte deste trabalho, para uma breve consideração sobre a vida e obra de Alina Paim, consultando trabalhos acadêmicos que se dedicaram a esta proposta, como Gilfrancisco (2008) e Menezes (2016). Em seguida, apresentamos uma reflexão sobre os objetivos do Realismo Socialista, projeto cultural destinado à produção de materiais que fomentassem a difusão ideológica socialista, de forma simples, dentro das camadas populares pelo mundo, criado por Andrei Zhdanov, intelectual próximo a Stalin e membro do Partido Comunista Soviético, e tendo a obra de Paim, como sua representação no Brasil. Por fim, destacamos os principais pontos sobre as causas da greve e a atuação dos ferroviários e suas famílias no movimento, fazendo uma interlocução entre a obra e periódicos que retratam as manifestações, como *O Momento*, *Imprensa Popular* e *Momento Feminino*. Em suma, esperamos demonstrar que o romance *A hora próxima* de Alina Paim, é também produto de um registro histórico, pois recupera histórias e memórias, individuais e coletivas, daqueles que lutaram por uma causa em um determinado contexto histórico.

Palavras-chave: História, Literatura, Alina Paim.

Introdução

Durante toda a segunda metade do século XX, observamos a eclosão generalizada de diversos movimentos grevistas pelo Brasil. Não somente os operários, mas também suas famílias se envolviam neste processo, reivindicando “o pagamento dos salários atrasados e o abastecimento dos armazéns” (BARRETO, 2010, p. 31), além de “passe livre para os familiares, recebimento integral de férias, aumento de salários, tolerância de atrasos” (BARRETO, 2010, p. 31). Assim, greves e paralisações foram estratégias que passaram a ser adotadas pelo proletariado na tentativa de forçar os patrões a cederem a algumas exigências.

Nesse sentido, buscando uma originalidade em nossa análise, propomos um estudo tendo como objeto o romance *A hora próxima* (1955), da escritora sergipana Alina Paim, que coloca em evidência a atuação das mulheres dos ferroviários ligados a Rede Mineira de Viação (RMV), durante as greves deflagradas pelos seus companheiros nas cidades de

Cruzeiro (SP), Soledade de Minas (MG), Três Corações (MG), Itajubá (MG), Divinópolis (MG) e Barra Mansa (RJ)¹. Tal romance é resultado de um trabalho de campo realizado pela autora, que conviveu com as famílias dos ferroviários durante as manifestações. Assim, embora a narrativa esteja condicionada ao gênero romance proletário, podemos destacar de certa forma, o trabalho da escritora como a de uma antropóloga, pois percorreu as cidades em que estavam ocorrendo às greves, observando e colhendo informações para escrita de sua obra. Nesse sentido, fica nítida a relação indissociável entre História e Literatura presente em seu texto.

O interesse pela temática apresentada tem sua origem nas atividades como bolsista em um projeto de extensão, financiado pelo Programa de Apoio à Projetos de Extensão (PAEx), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Tal projeto, intitulado *Organização, Digitalização e Divulgação virtual do acervo pessoal de José Valério*, foi realizado dentre os meses de maio e dezembro de 2017, sendo, portanto, durante nossa graduação em História na referida instituição. O trabalho realizado consistiu, como o título do projeto deixa claro, na organização, digitalização e divulgação virtual do acervo em questão, que apresentava uma compilação de memórias de seu titular, através de diversas tipologias de documentais, relacionadas a história da cidade de Divinópolis (MG). Dentre essa documentação, nos chamou atenção os periódicos que circularam na cidade, especificamente aqueles que tratavam da greve operária ocorrida no início da década de 1950, envolvendo os funcionários e familiares, em especial suas esposas, subordinados a RMV.

Por conseguinte, também era de nosso conhecimento, os trabalhos realizados pela professora Dr.^a Batistina Corgozinho², profissional vinculada durante anos a mesma instituição a qual fizemos nossa graduação. As pesquisas realizadas por esta, *Pelos caminhos da Maria Fumaça: o trabalho ferroviário – formação e resistência pelo trabalho (1989)* e *Nas linhas da modernidade: continuidade e ruptura (2003)* tiveram como fonte e objeto a história de Divinópolis, a partir da implementação do entroncamento ferroviário na cidade, em 1910. Nesse sentido, a autora dissertou sobre diversos aspectos relativos à ferrovia, demonstrando representações relacionadas ao trabalho e vida cotidiana de indivíduos

¹ Este ensaio busca apresentar breves considerações sobre nossa pesquisa de Mestrado (em andamento), intitulada *ENTRE TRILHOS E TRENS: representações do movimento grevista ferroviário da Rede Mineira de Viação (1949-1953), a partir do romance proletário A hora próxima (1955), de Alina Paim*, orientada pelo professor Dr.^o Danilo J. Zioni Ferretti, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PGHis) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Aproveitamos a oportunidade para dedicar este ensaio *in memoriam* da professora Dr.^a Batistina Corgozinho, falecida em 2013.

diretamente ligados ao sistema ferroviário na cidade. Com isso, observamos nos trabalhos da pesquisadora, uma gama infinita de considerações direcionada ao trabalho do ferroviário; como viviam suas famílias; condições de vida e subsistência; conflitos de classe, dentre outras particularidades que envolviam suas vidas públicas e privadas. Assim, os eventos que marcaram as greves operárias da década de 1950 na cidade não passaram despercebidos pela autora, que dedicou parte substancial de seus trabalhos a análise deste tema, trazendo a tona o testemunho daqueles que dele participaram notícias veiculadas por periódicos da época, enfim, um trabalho de grande relevância para a História Cultural, Social e Política de Divinópolis-MG e, conseqüentemente, do Centro-Oeste mineiro.

Desse modo, quando pensamos em propor o estudo aqui apresentado, acreditávamos que faltava certa originalidade na proposta, tendo em vista os trabalhos já citados, dentre outros que também tratavam da temática em questão. Foi então que surgiu o romance *A hora próxima* (1955), de Alina Paim. Nosso encontro com essa fonte aconteceu de forma natural e inesperada, dentro de um “sebo” localizado na área comercial do Conjunto Archangelo Maletta em Belo Horizonte (MG). Primeiramente, nos chamou atenção a capa da obra, representada por um grupo de mulheres se manifestando de frente a uma locomotiva, como se realmente estivessem impedindo esta de seguir pelos trilhos da ferrovia. Ao lermos o resumo contido na contracapa do livro, observamos que se tratava de uma narrativa sobre as greves ferroviárias desencadeadas pelos funcionários da RMV no final da década de 1940 e início dos anos 1950. No entanto, a questão central do romance apontava para a atuação das mulheres no movimento, ou seja, esposas, mães, filhas, tias e familiares do sexo feminino eram protagonistas de sua narrativa, demonstrando além da luta da classe proletária, uma representação de gênero em um contexto amplamente patriarcal, considerando que estas não eram funcionárias da empresa, mas eram afetadas pela situação que esta se encontrava. Sendo assim, acreditamos ter encontramos um ponto de originalidade para esta proposta de pesquisa, buscando uma relação analítica entre História e Literatura.

Posteriormente, nos debruçamos à procura de produções que dialogassem com a temática em questão, considerando, especificamente, àquelas que de alguma forma apresentassem a obra *A hora próxima* como fonte. Inicialmente, nos deparamos com a dissertação de Mestrado de Ilka Maria de Oliveira, *A literatura na revolução - Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim* (1998), que embora destacasse a fonte por nós proposta neste estudo, não apresentava uma confrontação com outras fontes, confiando na responsabilidade fiel dos fatos narrados no romance. Por outro lado, em *O imaginário mítico-*

simbólico na narrativa ficcional de Alina Paim (2010), Euller L. Telles e Ana Maria L. Cardoso, analisam a fonte sob um viés mítico-simbólico, personificado em uma personagem feminina, que não poderia gerar filhos e que adere as greves ao ver as crianças, filhos (as) dos ferroviários, passarem por situações precárias. Numa outra visão, Cíntia Schwantes, em *Como romancear a revolução ou A hora próxima, de Alina Paim (2012)*, disserta sobre a fidelidade de Alina Paim em estabelecer os objetivos do Realismo Socialista em sua obra, transformando a história em um romance. No mesmo sentido, Fabiana Lisboa Ramos Menezes, em *Pelos trilhos da memória: Alina Paim e o Realismo Socialista em A hora próxima (2016)* apresenta uma relação entre Literatura e Memória, no entanto, em uma análise mais preocupada com a estética do texto, do que uma busca por verossimilhança entre História e ficção.

Ainda sobre as produções relacionadas à nossa temática, destacamos *A romancista Alina Paim (2008)*, de Gilfrancisco dos Santos, reunindo uma biografia da autora, além de entrevistas com a mesma. Por fim, ressaltamos o trabalho *A obra de Alina Paim (2009)*, de Ana Maria Cardoso Leal, talvez a maior pesquisadora sobre a obra de Alina Paim que temos conhecimento, sendo sua referida obra dedicada a uma análise geral das obras da autora e, uma discussão sobre o esquecimento social e negligência acadêmica de Paim e seus escritos.

Diante destas considerações, observamos que embora encontremos estudos dedicados sobre Alina Paim e conseqüentemente sua obra *A hora próxima (1955)*, trata-se de pesquisas literatas, focando seus estudos em aspectos estruturais e internos das obras. Por outro lado, nós historiadores, por mais que até possamos fazer o mesmo, devemos nos atentar aos conteúdos históricos e sociais delas e, isso exige consulta de outras fontes da época. Com isso, dedicamos este ensaio para apresentar algumas breves considerações a respeito da autora, sua obra, e conseqüentemente sobre como pretendemos dar seguimento na pesquisa em questão.

Trajatória pessoal e profissional de Alina Paim

Nascida em 10 de outubro de 1919, Alina Andrade Leite é natural de Estância, estado de Sergipe. Órfã por parte de mãe ainda quando criança, Alina foi criada pelos avós maternos, pois seu pai, caixeiro-viajante, passava longos períodos nas estradas por força de seu trabalho. Em 1929, com a morte da avó, Alina muda-se para Salvador, onde no Convento Nossa Senhora da Soledade, tem seu primeiro contato como escritora, elaborando textos para o jornal interno da instituição, a qual permaneceu por anos, como interna e, posteriormente, como professora. Em 1943, casou-se com o médico Isaías Paim, passando a ser reconhecida como Alina Leite Paim. (GILFRANCISCO, 2008)

Casada, mudou-se com o marido para a cidade do Rio de Janeiro, onde continuou lecionando e publicou seu primeiro romance, *Estrada da Liberdade*, em 1944. Em 1945, Alina Paim ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir de então, divide sua vida entre a carreira literária e organização partidária, integrando o corpo editorial da revista *Momento Feminino*, sendo este um “um órgão educacional e orientador da mulher brasileira. E todo o jornal é um desenvolvimento dos problemas nossos, das mulheres de todas as condições sociais, desfilando no palco de papel” (MOMENTO FEMININO, 1950, p.8). Posteriormente, em 1949, publicou o romance *Simão Dias*, e no ano seguinte, *A sombra do patriarca*, ambas as obras com forte aspiração ao movimento feminista e de mulheres que ganhava força neste contexto.

Dentro do Partido, desempenhou a função de difundir os ideais socialistas através da literatura, seguindo a proposta do Realismo Socialista, criado por Andrei Zhdanov, intelectual próximo a Stalin e membro do Partido Comunista Soviético. Os objetivos do Realismo Socialista eram em linhas gerais, produzir materiais literários que fomentassem a difusão do imaginário do Partido, de forma simples, dentro das camadas populares pelo mundo. Nesse sentido, a ação de Alina Paim foi debruçar-se sobre os acontecimentos que ocorriam em uma greve ferroviária do sudeste brasileiro, em 1949, e que contava com participação efetiva das mulheres dos operários dentro do processo revolucionário. Nesse sentido:

A literatura deve tornar-se partidária. Em oposição aos costumes burgueses, em oposição à imprensa empresarial e mercantil burguesa, em oposição ao carreirismo e ao individualismo literários burgueses, ao (anarquismo aristocrático) e à corrida ao lucro, o proletariado socialista deve avançar o princípio da literatura de partido, desenvolver este princípio e aplicá-lo da forma mais completa e integral possível. (LENIN, 1905, [s.p.]).

O resultado da ação foi o romance *A hora próxima*, produto das experiências vividas pela autora no período em que conviveu com as famílias que participaram da greve em questão. O movimento grevista em questão, que se estendeu da cidade de Cruzeiro, no estado de São Paulo, até Barra Mansa, Rio de Janeiro, é mais um dos inúmeros ocorridos no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950, buscando entre outras reivindicações, melhores condições de trabalho por parte dos operários, além de uma assistência maior à sua famílias, vinculados à RMV. Sobre tais experiências, relatou a autora em entrevista ao jornal *O Momento*, em 1955:

Percorri primeiro os entroncamentos da Rede em Minas: Divinópolis, Soledade, Três Corações e Itajubá. Onde chegava não fazia nenhum segredo de meus objetivos. Falava-lhes francamente de minha ideia, de meu desejo. Não sabia ainda se daria certo. Muitas vezes ouvi com pequenas variantes

essas frases: “É da greve? Dá um romance, nem se duvida. Aconteceu tanta coisa”. Foi então que recebi dos ferroviários e de suas companheiras a maior contribuição e estímulo. “Se não aparecesse logo receberia um telegrama chamando, que Cruzeiro tem história. Foi a gente que encabeçou a greve de setembro. Cruzeiro sozinho dá um romance inteiro”. E tudo isso foi me puxando para dentro de suas vidas, fazendo nascer em mim a necessidade íntima que não seria possível fazer o romance (O MOMENTO, 05/06/1955, p. 6).

Nesse sentido, Alina Paim vislumbrou na revolução dos ferroviários, objeto qualitativo para uma obra que demonstrasse a luta dos trabalhadores em busca de maiores assistências da empresa; o envolvimento das mulheres no movimento; além é claro, de concretizar os ideais propostos pelo Realismo Socialista, mostrando através de um romance a organização do proletariado contra as imposições de um sistema. Por outro lado, as ações da escritora em prol de seu trabalho, foram consideradas subversivas pelos órgãos públicos e, numa clara tentativa de censurar suas atividades, teve um mandato de prisão decretado em seu nome, regando a revolta da imprensa que apoiava o movimento grevista:

O que esta justiça inquisitorial procura impedir é a ligação entre os escritores e a classe operária, numa luta comum. Assim procedendo, o juiz de Cruzeiro atenta contra um direito sagrado. É necessário que se faça uma mobilização urgente para anular esse ato monstruoso, garantindo a Alina Paim a liberdade e o direito de escrever. (IMPRENSA POPULAR, 29/03/1951, p. 3).

Protestamos contra essa medida nitidamente fascista copiada dos julgamentos de opinião nos Estados Unidos e, nos solidarizamos com Alina Paim, a quem nos habituamos a querer bem pela sua modéstia e bondade, e a quem admiramos pela sua firmeza em defender o direito de fazer literatura popular. (O MOMENTO, 04/1951, p.8).

Com a pressão da imprensa e apoio popular, a prisão foi revogada, e superando os obstáculos pelos órgãos públicos, a autora finalmente publica em 1955, o romance *A hora próxima*, enfatizando que “isso deve ser saudado calorosamente por todos aqueles interessados em conhecer os novos caminhos do realismo brasileiro, nesta fase de lutas e mudanças, dentro da sociedade brasileira” (O MOMENTO, 05/06/1955, p. 4).

Posteriormente, Alina Piam publicou ainda diversos outros trabalhos, todos eles dedicados a lutas sociais, valorização de protagonistas femininas como em *A Correnteza* (1979), rompendo com padrões culturalmente enraizados na literatura e imaginário social brasileiro, dedicando toda sua vida e obra a uma causa coletiva, estabelecida através da relação entre História e Literatura. Alina Paim faleceu em 2011, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Luta de classe e gênero em *A hora próxima* (1955)

Publicado em 1955, como a XI obra da *Coleção Romances do Povo*³, pelo Editorial Vitória, o romance *A hora próxima*, foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação vinculados ao PCB. Seguindo as atribuições do Realismo Socialista, a obra é apresentada como despreocupada com a estética, narra um momento de grande importância na história do Brasil e registra a luta dos trabalhadores num contexto de intensa repressão política, forte crise econômica em meio a acontecimentos que mudaram o mundo. (MENEZES, 2016).

O motivo primário que levou os manifestantes a aderirem ao movimento foi à fome. A situação era crítica devido aos atrasos dos salários em quatro meses, gerando um estado de miséria dentro do proletariado. No entanto, os operários apesar de estar diante de uma situação de calamidade, vendo suas famílias perecer, não sustentavam uma organização efetiva dentro de sua classe. Desse modo, Paim destaca seus primeiros personagens, visando justamente, ordenar os nomes que de alguma forma organizaram o movimento. Assim, temos o vereador e líder partidário Sílvio, conhecedor das clássicas obras de Marx e Engels; Sebastião, homem negro e profundo conhecedor no *Manifesto Comunista*, atuando como instrutor das teorias marxistas entre os operários; e Hergemônio, o grande responsável por iniciar os dois primeiros dentro da militância. Nessa perspectiva, observamos claramente o ideal do Realismo Socialista presente na obra, cumprindo a missão de fortalecer o sistema nas camadas populares, como mostra a fala do personagem Zé de Barros:

É questão de pegar um jornal, mesmo esses falsos, que o Cavaleiro mandou se ler pelo avesso. Que está escrito neles? Notícia de operário da raiz ao topo: greve na estiva dos ingleses, greve nas minas dos franceses, revolução na China e tanta coisa que deixa o coração desfogado esperando a hora próxima, a nossa, aqui do Brasil. Fiz esse rodeio todo para lembrar a fraternização dos soldados de Taubaté com os grevistas. Isso foi importante. (PAIM, 1955, p. 312)

Ainda na cidade de Cruzeiro, as mulheres dos operários entram no protagonismo do romance. Durante a madrugada, um grupo delas, estagnadas à frente da locomotiva, deu a ordem de parada ao maquinista, enquanto os homens subiam na mesma e lhe apagaram a fornalha., logo, a greve estava iniciada. Nesse sentido, a notícia de uma manifestação operária se estendeu para outras estações, chagando até o entroncamento de Soledade de Minas, onde as mulheres logo aderiram ao movimento:

³ “Durante o período em que o realismo socialista ficou em evidência no Brasil, a Coleção Romances do Povo foi sua maior expressão literária. A representação brasileira na coleção atende pelo nome de Alina Paim, com o romance *A hora próxima*, que seguiu cuidadosamente os passos elencados pela corrente” (MENEZES, 2016. p. 62).

O arrojo das companheiras repercutia dentro dela, espicaçando lhe o orgulho. Se as mulheres de Cruzeiro tinham a audácia de se atravessar nos trilhos, em que lhes ficavam devendo em coragem as mulheres de Soledade, que não fizessem o mesmo? Não seria, certamente, por falta de fome e de agonia (PAIM, 1955, p. 63).

Conforme a greve avançava o movimento também se estruturava. Chegando a Itajubá, podemos dizer que as manifestações já estão amadurecidas, tendo como apoiadores uma grande maioria do proletariado e suas famílias. Assim, as ações dos grevistas não ocorrem apenas dentro das oficinas e trilhos dos trens, mas também dentro dos setores administrativos da RMV, pois segundo o personagem Tião, “olho no pessoal do escritório. A administração fez do escritório o ninho dos afilhados, aquilo é diferente, é cabide de emprego dos políticos” (PAIM, 1955, p.118).

Após passar por Três Corações e Divinópolis, e com a promessa de atendimento aos manifestantes, a greve seguiu em *A hora próxima* (1955), passando por Barra Mansa, no Rio de Janeiro e retornando ao seu ponto inicial, a cidade de Cruzeiro. Assim, o que ficou de lição sobre as manifestações, foi que enquanto se conquistaram alguns direitos, outros foram adiados, sempre esperando o próximo chamado para uma nova revolução. Enfim, o romance deixa a certeza que a luta do proletariado em busca de seus direitos e conquistas, sempre continua à procura de uma “hora próxima”.

Considerações finais

Esperamos ter apresentado, mesmo que forma superficial, algumas considerações em relação ao romance *A hora próxima* (1955), bem como a respeito de sua autora, Alina Paim. Como visto, existe uma relação indissociável entre aspectos internalistas e externalistas quando pensamos em métodos e teorias de análise da cultura. Nesse sentido, acreditamos na possibilidade de reflexões diversas em de tal objeto. Para tanto, pretendemos abordar aspectos relativos à “História dos Intelectuais” (SIRINELLI, 2003) e à “História Intelectual” (DOSSE, 2004), além de perspectivas relacionadas à “História do Livro” (DARNTON, 2010) e, se possível, refletir um pouco sobre “recepção e leitura” (JAUSS, 1994; DE CERTEAU, 1994).

Por conseguinte, a narrativa apresentada por Alina Paim em *A hora próxima* (1955), contempla os fatos históricos sobre a greve dos ferroviários da RMV, bem como, apresenta uma estreita relação entre história e literatura, utilizando a primeira como referência, e com liberdade para apresentar as propostas literárias do Realismo Socialista. Assim:

É inegável que o romance de Alina, com todos os exageros partidários que possa conter, traz uma vantagem da faceta dúplice que pretende levar a cabo: há tentativa de historicização da experiência do povo anônimo, de elevar seus feitos ao plano da História, ainda que isto se efetive, paradoxalmente, em uma moldura de obra de ficção (OLIVEIRA, 1998, p. 101).

Por outro lado, o grande destaque da obra, é sem dúvidas o protagonismo das mulheres em seu enredo. Mesmo não sendo funcionárias da RMV, poderiam ter um papel secundário dentro da narrativa. No entanto, observamos a liderança feminina como destaque, reivindicando direitos de seus maridos e estabelecendo um papel de igualdade social, dentro de um contexto dominado amplamente pelo sexo masculino. Assim, destacamos que autora não escolheu uma mulher em especial, mas sim uma coletividade de mulheres, compostas por diversos nomes, rostos, sentimentos e com um sofrimento comum, os impactos causados pelo abuso do trabalho de seus maridos.

Em suma, podemos afirmar que para além dos registros históricos, como em jornais, por exemplo, as greves dos ferroviários da RMV também nos deixou um romance, que mesmo carregado de valores ideológicos que o Realismo Socialista exigia, permite uma revisitação ao imaginário daqueles que delas participaram. Assim, *A hora próxima* (1955), de Alina Paim, se apresenta como peculiar objeto memorial e pedagógico de análise, em um momento histórico marcado pela efervescência de movimentos que acima de qualquer outra causa, buscavam seus direitos pelas memórias de uma resistência.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. Solidariedade a Alina Paim. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, 18 abr 1951, p. 2,

BARRETO, Joalice Maria. **Tramando pequenos fios de um longo tecido**: as costureiras de Divinópolis. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC/SP, São Paulo, 2010.

CARDOSO, Ana Maria Leal. A obra de Alina Paim. **Interdisciplinar**: Revista de Estudos em Língua e Literatura, v. 8, p. 35-45, 2009.

CASTRO, W. O caso Alina Paim. **O Momento**, Salvador, 15 de abril de 1951, p. 3.

CORGOZINHO, B.M.S. **Pelos caminhos da Maria Fumaça**: o trabalho ferroviário – formação e resistência pelo trabalho. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

_____. **Nas linhas da modernidade**: continuidade e ruptura. Divinópolis: Summus, 2003.

- DARNTON, Robert. O que é a história dos Livros. In: **O Beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- DE CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. In: **A invenção do cotidiano: I – as artes de fazer**. 12ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: DOSSE, François. **História e ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.
- GILFRANCISCO. **A romancista Alina Paim**. Aracaju: Edições GFS: 2008.
- III CONGRESSO. Brasileiro de Escritores. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, 02 mai 1950, p.4.
- JAUSS, Hans. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.
- LÊNIN. Wladimir. **A organização do partido e a Literatura de partido**. Moscou: Nóvaia. 1905. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/11/13.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.
- MENEZES, Fabiana Lisboa Ramos. **Pelos trilhos da memória: Alina Paim e o realismo socialista em A hora próxima**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.
- OLIVEIRA, Ilka Maria de. **A literatura na revolução: Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim**. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1998.
- PAIM, Alina. **A hora próxima**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1955.
- _____. Fala sobre “A hora próxima”. **O Momento**. Salvador, 05 jun 1955, p. 4-6.
- SCHWANTES, Cíntia. Como romancear a revolução ou A hora próxima, de Alina Paim. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, n, 20, Julho-Dezembro de 2012.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2003.
- TELES, E. L.; CARDOSO, A. M. L. O imaginário mítico-simbólico na narrativa ficcional de Alina Paim. **Scientia Plena**, Alagoas, v. 6, n. 12 (125701), p. 1-4, 2010.

José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997): um editor de intelectuais brasileiros em tempos de ditadura militar

Hugo Quinta¹

Doutorando em História

UNESP/Assis

hugocarvalhoquinta@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é investigar a trajetória de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) na edição de livros de intelectuais brasileiros, entre 1975 e 1985, a frente da Livraria e Editora Duas Cidades, empreendimento cultural que ele fundou na cidade de São Paulo em 1954. Filho de um tabelião e de uma dona de casa, Santa Cruz nasceu em São Luís do Quitunde, interior do Estado de Alagoas, cursou o ensino secundário em Recife, ingressou na Faculdade de Direito da capital pernambucana e abandonou o curso para se dedicar à vida religiosa, o que o levou a residir na França de 1938 a 1941 e estudar Filosofia e Teologia no convento de Saint-Maximin. Ele concluiu o noviciado, mudou-se para São Paulo em 1942 e realizou uma série de atividades na ordem dominicana. A formação intelectual de Santa Cruz foi crucial para ele edificar a Duas Cidades e difundir o pensamento progressistas de frades franceses e brasileiros no decorrer dos quinze primeiros anos de existência da editora, período em que foram publicados livros relacionados à temática religiosa. Em 1969, a empresa foi envolvida no assassinato de Carlos Marighella, episódio que o provocou a modificar, paulatinamente, o catálogo da editora, que passou a publicar as pesquisas universitárias de intelectuais consagrados, como Antonio Candido, dos alunos do professor e crítico literário, dos teóricos e escritores da poesia concreta, como Décio Pignatari e os irmãos Campos, além dos estudos de mestres e doutores da área de filosofia, história, sociologia, psicologia, tecnologia, música e de outras áreas do conhecimento. Em pleno regime militar, Santa Cruz editou uma série de obras cujas pesquisas problematizavam temas e problemas originais e inéditos, livros que discutiam o Brasil e demonstravam as deficiências do governo militar. Assim sendo, o percurso desta comunicação aborda a importância da figura do editor para a construção e profusão do conhecimento, depois trata da trajetória intelectual do editor da Duas Cidades, e, por último, apresenta alguns dos livros que ele editou entre 1975 e 1985, com a finalidade de verificar a importância de Santa Cruz para a publicação e formação de intelectuais brasileiros durante a ditadura militar.

Palavras-chave: José Petronilo de Santa Cruz, figura e trajetória de editor, Livraria e Editora Duas Cidades, intelectuais brasileiros, ditadura militar.

Introdução

Esta comunicação tem a pretensão de abordar a trajetória de José Petronilo de Santa Cruz como editor de livros universitários do selo Livraria Duas Cidades, a editora e livraria que ele fundou na cidade de São Paulo em 1954 e dirigiu até 1997. Escolhemos o interregno

¹ Bolsista FAPESP.

de 1975 a 1985 como recorte temporal desta apresentação por ser a década em que ele editou obras decorrentes de pesquisas universitárias, publicou autores que eram professores, pesquisadores e escritores que discutiam tecnologia, literatura, política e outras temáticas que envolviam, direta ou indiretamente, os rumos e os destinos do país. Ainda que panoramicamente, o percurso da presente comunicação problematiza o modo como historiadores, cientistas sociais e pensadores da área da comunicação retratam a figura do editor, depois discorre sobre a formação intelectual de Santa Cruz até chegar no período em que ele publicou livros de (e para) autores e estudantes do ensino superior, durante os anos de abertura do regime militar brasileiro.

Sobre a figura do editor

Enquanto categoria analítica, historiadores, cientistas sociais e intelectuais da área de comunicação pensam e discutem a figura do editor. Durante séculos, o editor tem sido um dos responsáveis por contribuir com a construção e profusão do conhecimento, de tornar público livros, revistas, jornais e outros tipos e gêneros textuais. Os impressos tornaram-se objetos de entretenimento, apego, admiração, educação, informação, e de formação política, social, cultural e intelectual para gerações de pessoas. O dado concreto é que a materialidade da escrita ganhou alcance a partir de Johannes Gutenberg (1398-1468), homem que revolucionou os hábitos e as práticas sociais por ter criado a máquina de imprensa com tipos móveis, tipógrafo que potencializou a difusão dos textos na sociedade (CHARTIER, 2014, p. 121). A galáxia de Gutenberg causou transformações profundas na produção e circulação dos textos, fomentou o surgimento de um mercado que modernizou as formas de publicação e provocou a especialização dos agentes atuantes no campo editorial e livreiro.

As cidades impulsionaram as trocas comerciais, a burguesia passou a investir na educação, aumentou o número de leitores, de livros disponíveis e qualificou o conjunto de saberes técnicos que envolviam a produção do livro. O aperfeiçoamento da comercialização exigiu dos livreiros mais habilidades e competências, momento em que também se tornaram livreiros-editores (BRAGANÇA, 2005, p. 225-227). No século XVIII houve uma mudança de paradigma em relação à figura do editor porque os ingleses criaram o *copyright* (CHARTIER, 2014 p. 104 e 139), viabilizando os direitos de o autor ter a propriedade de sua obra. Essas são circunstâncias que alteraram a correlação de forças do poder na Europa e fez com que os editores negociassem a publicação dos livros diretamente com os autores, modificando a prática anteriormente estabelecida.

Pierre Bourdieu (2018, p. 198) defende a tese do editor como homem duplo,

[...] condenado a conciliar a arte e o dinheiro, o amor à literatura e a meta de lucro, por meio de estratégias que se situam em algum lugar entre dois extremos: a submissão cínica aos critérios comerciais e a indiferença heroica ou desatinada às necessidades econômicas.

Bourdieu propôs a análise do editor inserido na estrutura do campo editorial, o qual vivencia as relações e as coerções dos agentes que atuam no interior desse campo, bem como das condições econômicas, sociais e culturais que influenciam na definição dos planejamentos editoriais das empresas de pequeno, médio e grande porte.

Se os ensinamentos de Bourdieu (2018) nos educa a analisar a figura do editor e da estrutura mercado editorial sem edulcorar um campo prenhe de conflitos e disputas, a contribuição de Roger Chartier (2014, p. 38-39) para a história da cultura escrita demonstra a relevância de abordar os aspectos que envolvem a materialidade do impresso, a diversidade de operações usadas na publicações de textos, das escolhas feitas pelo editor, passando pelo trabalho de revisão, composição e impressão na gráfica, até chegar à forma livro. Nesse sentido, o sociólogo e o historiador demonstram, cada qual a partir de sua especificidade, a centralidade do editor no processo de publicação de livros.

A formação intelectual do editor da Duas Cidades²

Nesta etapa apresentaremos alguns episódios que marcam a formação intelectual de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997). Tratamos dos lugares onde ele estudou, o ingresso na ordem dominicana, a participação no movimento Economia e Humanismo, o que o motivou a fundar a livraria e editora até às razões que o fizeram abandonar a vida religiosa e alterar a linha editorial da Duas Cidades. O que nos motiva a conjugar e alinhar os aspectos da vida pessoal e profissional de Santa Cruz, identificando os relacionamentos que ele estabeleceu com os freis dominicanos da França e do Brasil e com intelectuais e professores de diversas localidades do nosso país, está guiado pela publicação da coleção *Editando o editor* (1989-2018). Esta coleção colhe e edita os depoimentos de editores brasileiros da segunda metade do século XX, personagens que coordenaram selos editoriais pequenos, médios e grandes. Um ponto de encontro entre todas as entrevistas é a dimensão das relações familiares, sociais e do tempo de ofício como variáveis que formam um editor. A coleção

² Boa parte das informações enunciadas nesta parte do texto foram extraídas do arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Duas Cidades, dois acervos centrais na pesquisa intitulada “Entre fé, autores e leitores: Frei Benevenuto e a Livraria e Editora Duas Cidades (São Paulo, 1954-2006).” A pesquisa é financiada pela FAPESP (processo nº 2017/14191-3).

infelizmente não colheu o testemunho de Santa Cruz, mas a convergência dos depoimentos comprova o quanto é crucial reconstituir os laços pessoais e profissionais de um editor. Ademais, Pierre Bourdieu (2018, p. 221) defende que a compreensão do campo editorial está atrelada às idiossincrasias que distinguem os editores: “[...] tanto as características objetivas, como a origem social, o capital escolar e a trajetória social; quanto traços mais difíceis de definir, como as disposições éticas, a competência específica – literária, técnica e comercial.”

A nossa hipótese é que a formação religiosa, intelectual e profissional de Santa Cruz é a espinha dorsal do ímpeto que o estimulou a fundar a Duas Cidades em 1954. José Petronilo foi um nordestino nascido no interior do Estado de Alagoas, em 1918, e desde a infância foi fortemente influenciado pelo catolicismo, sendo batizado na capital alagoana em 1937. Na adolescência estudou no colégio Marista de Recife e na juventude iniciou o curso de Direito na capital pernambucana. Abandonou a carreira jurídica para cursar Filosofia e Teologia em um convento religioso fincado no sudeste da França, onde estudou de 1938 até 1941. No ano seguinte, ele retornou ao Brasil e passou a residir no Convento Santo Alberto Magno, em São Paulo. Ainda que não tenhamos fontes que confirmem as atividades que ele desenvolveu na ordem dominicana durante os anos 40, é possível afirmar sobre o envolvimento de Santa Cruz com o movimento Economia e Humanismo, liderado pelo padre francês Louis-Joseph Lebret, dominicano que passou a frequentar o Brasil desde 1947. Padre Lebret proferiu classes sobre a teoria da economia humana (ANGELO, 2010, p. 60-67) e formou uma equipe que pudesse propagar suas ideias no país. Frei Benevenuto de Santa Cruz (nome religioso de José Petronilo) foi o “escolhido” do religioso francês para conduzir o movimento em território nacional. Em julho de 1947, Benevenuto foi um dos fundadores e diretores da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), entidade criada em São Paulo com o propósito de promover pesquisas em torno da realidade social das grandes cidades do país, sociedade que congregou estudantes universitários, políticos e jovens católicos.

A década de 50 foi extremamente pulsante no que diz respeito às manifestações culturais que ocorriam na capital paulistana, contando como a participação e o mecenato dos industriais no financiamento de projetos culturais (NEVES, 2011). Foi nesse contexto que Santa Cruz fundou a Duas Cidades. Ele partia do pressuposto de que era necessário fundar uma editora e livraria com a missão de propagar e publicar livros ligados ao pensamento religioso progressista, de padres franceses e brasileiros que discutiam a economia humana e temas de filosofia e teologia. Os relacionamentos que frei Benevenuto construiu com políticos

e industriais foram importantes para ele iniciar a sua empresa em duas salas cedidas por Olívio Gomes (proprietário da Tecelagem Paraíba), na praça da Bandeira, centro de São Paulo, onde ele dirigiu a Duas Cidades de 1954 a 1966. No ano seguinte, a empresa foi para rua Bento Freitas, n. 158, na Vila Buarque, local onde funcionou até 2006.

De 1954 a 1969, o selo editorial Livraria Duas Cidades publicou 86 títulos em primeira edição, dos quais 70 eram relacionados à temática da religião, da economia humana e da religião aliada à filosofia, sociologia e política, e apenas 16 eram vinculados exclusivamente à temática da filosofia, filosofia do direito, sociologia, história, ética, política e biografia. Existia a predominância da edição de livros religiosos, de autores dominicanos que escreviam obras ligadas a uma linha progressista da religiosidade. Houve, porém, um evento que incitou uma inflexão no catálogo da editora. Frei Fernando de Brito, um dos editores da Duas Cidades em 1969, conversava com Carlos Marighella por meio do telefone da livraria e editora. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo grampeou o telefone da empresa de Santa Cruz, desvendou o contato do frei com o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) e a colaboração de alguns dominicanos com aqueles que eram perseguidos pela ditadura. A interceptação telefônica descobriu que no dia 1º de novembro de 1969, frei Fernando estaria no Rio de Janeiro para uma reunião com o editor da Vozes (BETTO, 1987, p. 143). A política militar chefiada pelo sanguinário delegado Fleury levou a cabo a segunda fase da operação intitulada “Bata Branca” (BETTO, 1987, p. 99), que prendeu frei Fernando e outros membros da ordem da dominicana. O DOPS interrogou e investigou a vida de frei Benevenuto, porém não encontrou nenhuma conexão entre ele, Marighella e a ALN. Santa Cruz não foi preso nem torturado, suspeitamos, porém, que o ocorrido tenha sido um dos fatores preponderantes para ele sair da ordem dominicana em 1972.

O editor e os livros publicados pela Duas Cidades entre 1975 e 1985

Agora chegamos ao ponto central desta comunicação: verificar a importância de Santa Cruz para a publicação de intelectuais durante os dez últimos anos de tempos sombrios. Nós abordamos a figura do editor, a trajetória de Santa Cruz e alguns aspectos da editora Duas Cidades com o propósito de aferir o capital simbólico (BOURDIEU, 2018, p. 212) da editora e de seu nome, levando em consideração o tempo de existência, o local de funcionamento da empresa e o reconhecimento do fundo editorial. Assim, antes de analisar os livros publicados pela Duas Cidades entre 1975 e 1985, nós vamos examinar a influência dos fatores políticos,

econômicos, sociais e culturais na história do livro brasileira de 1950 a 1980, retratando o crescimento e os investimentos na educação superior pública e as ações do governo civil-militar em relação à comunidade acadêmica.

Na década de 50, as incitativas do governo federal duplicaram o número de ingressantes no ensino superior, chegando ao número aproximado de 45 mil estudantes universitários. O governo JK foi um dos grandes responsáveis por esse crescimento porque investiu na criação de uma rede de instituições custeadas pela união e estimulou um bom desempenho econômico, alavancado, inclusive, a produção editorial, que triplicou o número de livros publicados de 1955 a 1962 (HALLEWELL, 2012, p. 599). O golpe civil-militar de 1964 deu continuidade ao processo crescimento do número de estudantes das universidades. Segundo Laurence Hallewell (2012, p. 416), o quantitativo cresceu, no final dos anos 70, “[...] para quatrocentos mil (em mais de sessenta instituições), e em 1980, para cerca de um milhão e meio [...]. A última tendência foi a expansão da educação em nível de pós-graduação, que aumentou de 1983 pós-graduandos em 1959, para perto de vinte mil, em 1979 [...]” Hallewell (2012, pp. 592-59) chama a atenção para o surgimento de editoras progressistas entre 1945 e 1964, a exemplo da Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira, da Zahar, de Jorge Zahar, da Brasiliense, de Caio Prado Júnior. Essas editoras publicavam desde títulos nacionalistas, passando pela filosofia, ensaios literários, psicologia, antropologia, história e ciências sociais. Houve uma diminuição no crescimento editorial logo no início do governo militar, as medidas deflacionárias acabaram deflagrando uma longa recessão no mercado editorial e livreiro. Em meados da década de 70, o regime militar reduziu a inflação, estabilizou a economia e promoveu uma fase favorável para indústria editorial brasileira, de modo a realizar “[...] a isenção de todos os impostos, exceto o de renda, [...] a todos os estágios da produção e venda de livros.” (HALLEWELL, 2012, p. 609).

No campo da cultura e do ensino, o convívio das universidades com a ditadura militar ocorreu sob o paradoxo da modernização e da repressão como forma de acomodar o projeto de poder do regime, que era fortemente questionado por estudantes e professores universitários. Os militares ampliaram o ensino superior, criaram a carreira docente com tempo integral aumentaram os recursos para pesquisa, edificaram as cidades universitárias, entre outras medidas. “A modernização e a reforma universitária implantadas pela ditadura levaram ao crescimento exponencial das matrículas no ensino superior, o que fez a população universitária multiplicar-se por dez entre 1964 e 1979.” (PATTO SÁ MOTTA, 2018, p. 94) O caráter paradoxal da ditadura em relação às universidades reside no posicionamento dual do

governo civil-militar, seja modernizando o ensino superior público, seja criando projetos para formar culturalmente a juventude, seja perseguindo os opositores. Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 104) reflete sobre esse espaço intermediário de atuação dos militares no campo universitário, dentro da

lógica do jogo de acomodação [que] implicava manter alguns espaços abertos à participação de intelectuais pertencentes ao campo esquerdista, tanto no mundo privado (editoras, televisão, jornais, teatro) quanto no próprio Estado (universidades, instituições de pesquisa).

No que diz respeito às editoras universitárias (HALLEWELL, 2012, p. 698), o crescimento ocorreu quando o ministério da educação criou projetos de desenvolvimento do trabalho editorial nas universidades durante os anos 70. Neste decênio houve a industrialização e segmentação da cultura; em 1975 começou a ser formulada a Política Nacional de Cultura, a sociedade civil começou a se reorganizar, sucedeu a queda na taxa de analfabetismo e o crescimento abrupto do número de universitários (REIMÃO, 2018, pp. 26-39). Sandra Reimão (2018, p. 52) nos ensina que o início dos anos 80 sinalizou o interesse do público leitor por livros que tratavam de política e de economia, levando essas temáticas a “[...] ser primeiro lugar no segmento autor nacional e terceiro lugar no segmento autor estrangeiro, [o que] sublinha a importância dos escritores brasileiros como ‘decodificadores’ do próprio país.”

Diante desse contexto, lançamos os seguintes questionamentos: quais os tipos de livros que a Duas Cidades publicou entre 1975 e 1985? Quem eram os autores e o público leitor dos livros publicados? Ela foi uma editora de oposição ao regime militar? O atual estágio da nossa pesquisa nos permite afirmar que houve uma inflexão no catálogo da editora a partir de 1970, e uma das hipóteses para essa mudança tem a ver com a amizade de José Petronilo de Santa Cruz com Antonio Candido. Foi através do crítico literário e de outros docentes da USP, da UNICAMP, da PUC de São Paulo e de outras instituições do país, que houve a mudança da linha editorial, passando a publicar títulos relacionados à crítica literária, filosofia, psicologia, história, política, sociologia, economia, tecnologia, poesia, música. No último decênio do regime militar, o selo Livraria Duas Cidades publicou 101 títulos em primeira edição, um amplo leque de variedades temáticas e nem um mísero lançamento relacionado à religião, apenas reedições de obras religiosas.

Ao analisar o catálogo da editora, saltam aos olhos a presença de Antonio Candido e o perfil dos autores e dos livros editados. A amizade de Santa Cruz com o professor de

literatura brasileira da USP se desenrola desde o tempo em que o editor era frei. Antonio Candido publicou três livros pela Duas Cidades. O primeiro, *Vários Escritos*, em 1970, o segundo, *Parceiros do Rio Bonito*, em 1971, e o terceiro *O discurso e a cidade*, em 1993, e de 1975 a 1985 houve apenas as reedições dos livros do crítico literário. É interessante notar, porém, que foi nesse decênio que os orientandos de Candido tiveram suas dissertações e teses publicadas pela Duas Cidades, como, por exemplo, *1930: a crítica e o modernismo*, de João Luiz Lafeté, *A imitação da forma: uma leitura de João Cabral de Melo Neto*, de João Alexandre Barbosa, ambas de 1975; depois *Saco de Gatos: ensaios críticos*, de Walnice Nogueira Galvão, *Caos e Cosmos: leituras de Guimarães Rosa*, de Suzi Frankl Sperber, *A Mascarada Sublime: estudo de Quincas Borba*, de Tereza Pires Vara, as três de 1976; e no ano seguinte foi a vez de *Ao vencedor as Batatas*, de Roberto Schwarz, *O coro dos contrários: música em torno da semana de 1922*, ambas de 1977. Outro aspecto que nós podemos investigar parte dos estudos realizados Flamarion Maués (2013) sobre as editoras de oposição no Brasil e o livros contra a ditadura entre 1974 e 1984. Ele defende que em meados da década de 70 houve um conjunto de editoras no país que tiveram um perfil editorial de frontal oposição ao governo civil-militar, e publicaram livros de oposição: “[...] um número suficiente [de publicações] na produção daquela editora, para que fique claro que tais livros representavam parcela importante da produção da empresa.” (MAUÉS, 2013, p. 27) Segundo Flamarion Maués (2013, p. 13), “o objetivo fundamental é que elas deram expressão a iniciativas de oposição.” E ele inclui a Duas Cidades (MAUÉS, 2013, p. 36) no rol de editoras de oposição, de editoras que tiveram esse perfil entre meados de 70 até meados de 80. Maués (2013, p. 253) lista 12 títulos publicados pela empresa de Santa Cruz, os quais, na visão do autor, são os livros de oposição ao regime militar. Citamos cinco obras dessa lista, como *Tecnologia e desenvolvimento nacional*, de Rogério Cerqueira Leite, em 1976, *Os cangaceiros*, de Maria Isaura Pereira Queiroz, em 1977, *Ordem burguesa e liberalismo político*, de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1978, *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*, em 1979, e *Entre o passado e o futuro*, de Severo Gomes, em 1982. Fizemos questão de trazer esses exemplos para questionar o fato de Flamarion Maués incluir a Duas Cidades como uma editora de oposição ao regime. Na nossa opinião, os doze títulos mencionados não tem um claro perfil de oposição ao regime, mas, a rigor, são obras que discutem as contradições do país liderado por militares, são livros que refletem sobre o valor da democracia, que questionam os mecanismos exploratórios do trabalho, as limitações econômicas, tecnológicas e culturais do regime. Além disso, a lista de livros de Maués representa um pouco mais de 10% dos livros que a Duas Cidades publicou de

1975 a 1985. Assim, nós defendemos que a empresa de Santa Cruz não era uma editora de perfil oposicionista, e sim uma editora progressista, que publicava livros e autores de forte perfil universitário, obras que pensavam o Brasil de tempos sombrios.

Considerações finais

O tempo da comunicação é curto para exaurirmos, em profundidade, a figura do editor, a trajetória de Santa Cruz e uma amostra dos livros que ele editou entre 1975 e 1985. O que nós buscamos foi realçar a importância do editor enquanto um agente do campo da cultura, um profissional que publica livros das mais distintas áreas do conhecimento. E procuramos alinhar a formação de Santa Cruz ao perfil editorial da Duas Cidades, ressaltando a inflexão do catálogo, ocasião em que ele passou a publicar obras do âmbito universitário e a atender um público consumidor de livros importantes para a sua formação intelectual. Obras importantes para refletir sobre as contradições nacionais vivenciadas em um regime sombrio e militarizado.

José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997): un editor de intelectuales brasileños en tiempos de dictadura militar

Resumen: El objetivo de esta comunicación es investigar la trayectoria de José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) en la edición de libros de intelectuales brasileños, entre 1975 y 1985, al frente de la Librería y Editora Duas Cidades, un proyecto cultural que él fundó en la ciudad de São Paulo en 1954. Hijo de un notario y de una ama de casa, Santa Cruz nació en São Luís do Quitunde, ciudad en el interior del Estado de Alagoas, cursó a la escuela secundaria en Recife, ingresó a la Facultad de Derecho de la capital de Pernambuco y abandonó el curso para dedicar a la vida religiosa, lo que le llevó a residir en Francia desde 1938 hasta 1941 y estudiar filosofía y teología en el convento de Saint-Maximin. Después del noviciado, él se trasladó a São Paulo en 1942 y realizó una serie de actividades en la orden de los dominicos de Brasil. La formación intelectual de Santa Cruz fue crucial para él construir la Duas Cidades y difundir el pensamiento progresista de los frailes franceses y brasileños en los primeros quince años de existencia de la editora, un período en el que se publicaron libros relacionados con el tema religioso. En 1969, la librería-editora fué involucrada en el asesinato de Carlos Marighella, un episodio que le ha provocado a modificar, gradualmente, el catálogo de la editora, que comenzó a publicar las investigaciones universitarias de los intelectuales consagrados, como Antonio Candido, de los estudiantes del profesor y crítico literario, de los teóricos y escritores de la poesía concreta, como Décio Pignatari y los hermanos Campos, además de los estudios de maestros y doctores en el área de filosofía, historia, sociología, psicología, tecnología, música y otras áreas del conocimiento. En el régimen militar, Santa Cruz editó una serie de trabajos cuyas investigaciones problematizaron temas originales e inéditos, libros que discutieron las idiosincrasias de Brasil y demostraron las deficiencias del gobierno militar. Así, el camino de esta comunicación aborda la importancia de la figura del editor para la construcción y la profusión del conocimiento, luego se ocupa de la trayectoria intelectual del editor de la Duas Cidades, y, por último, presenta algunos de los libros que él

editó entre 1975 y 1985, con el fin de verificar la importancia de Santa Cruz para la publicación y formación de los intelectuales brasileños durante la dictadura militar.

Palabras-clave: José Petronilo de Santa Cruz; figura y trayectoria de editor; Librería y Editora Duas Cidades; intelectuales brasileños; dictadura militar.

Referências Bibliográficas

ANGELO, Michelly Ramos de. **Les Développeurs:** Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. São Carlos, 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2010.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue:** Guerrilha e Morte de Carlos Marighella . 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 66-67 e 124-140.

BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. **Política & Sociedade.** Florianópolis, v. 17, n. 39, pp. 198-249, mai./ago. de 2018.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para a sua história. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** Tradução George Schlesinger. São Paulo: EdUNESP, 2014.

FERREIRA, Jerusa Pires (dir.). **Editando o editor.** São Paulo: EdUsp/Com-Arte, 1989-2018. (Coleção Editando o editor; 9 vol.).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. 3. ed. Tradução Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP, 2012.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura:** editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: PUBLISHAR Brasil, 2013.

NEVES, Juliana. São Paulo no segundo pós-guerra: imprensa, mercado editorial e o campo da cultura na cidade. **RBCS,** n. 75, p. 119-132, fevereiro de 2011.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. Universidades e cultura na ditadura militar brasileira. **Revista Estudos del ISHiR,** Año 8, n. 20, pp. 92-106, 2018.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro** [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018.

Antecedentes e reflexões sobre escritas autobiográficas femininas e religiosas: o caso de irmã Dubost

Melina Teixeira Souza
Doutoranda
Universidade Federal Fluminense
melufsj@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo buscar realizar um mapeamento da extensa produção escrita autorreferencial da freira Dubost, tornada madre superiora da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Brasil, orientando-se pelo seguinte questionamento: por que e/ou para quem a irmã escreve? Para tanto, foi necessário investir em um breve histórico que privilegiou a abordagem de antecedentes e reflexões sobre a escrita autobiográfica, feminina e religiosa em especial. Tal esforço garantiu que a investigação fosse inspirada pelo conceito de “biografia coral”, favorecendo uma análise preocupada com a reconstituição do passado histórico em toda a sua pluralidade e caráter multifacetado, acessível por meio de um enfoque na interseção entre o “todo”, no caso o pertencimento à Companhia vicentina, e “as partes”, as fragmentárias elucubrações e punções individuais de irmã Dubost. Assim, ganha relevância a ideia de que a escrita de irmã Dubost se constrói a partir do intento da edificação da obra vicentina no Brasil, não caracterizando-se, no entanto, pela constância e uniformidade. A análise preliminar da parte da narrativa que privilegia a travessia marítima da França ao Brasil revela um formato próximo ao diário íntimo, cujo aspecto central é a dedicação de irmã Dubost à ênfase/fomento da união institucional vicentina, ação muito provavelmente deliberada e estratégica, na medida em que a confraria pioneira na rejeição à vida enclausurada devia estar ciente da importância de se investir em uma sólida unidade das irmãs em torno dos valores congregacionais, para que a aventura missionária aumentasse suas perspectivas de êxito.

Palavras-chave: vida religiosa feminina, escrita autobiográfica, gênero.

Por que irmã Dubost escreve? A edificação da obra vicentina no Brasil

A produção escrita de irmã Dubost – designada madre superiora da congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Brasil desde a partida das freiras do porto de Havre, no norte da França – é extensa, além de rica em detalhes e passagens interessantes. A madre inicia a narrativa descrevendo o cotidiano na longa travessia marítima, relata também a estadia das freiras no Rio de Janeiro, não deixa de escrever durante a penosa viagem a cavalo até o município de Mariana, em Minas Gerais além de trocar correspondências em frequência mensal com a Casa-Mãe na primeira década de existência do colégio Providência, o primeiro do Império voltado à instrução feminina, fundado pelas vicentinas. Os escritos são construídos e datados sob o formato de cartas, entretanto, até mesmo pelas condições em que

são produzidos, os textos não se apresentam de forma contínua e uníssona, são divididos em partes de acordo com as etapas da viagem. No navio, a freira parece escrever com frequência quase diária, assim como na breve permanência no Rio de Janeiro. A regularidade da escrita diminuiu consideravelmente na travessia a cavalo até Mariana, quando as freiras se hospedavam em casas e fazendas nos lugarejos ao longo do caminho.

Ao trabalhar com os arquivos privados de duas congregações católicas francesas instaladas em São Paulo no início do século XX, Paula Leonardi busca “olhar de dentro” dessas organizações, afinal tais textos “foram produzidos para uma circulação interna e não para o público externo e tinham por objetivo a *edificação* da congregação, palavra que abrange os significados de construção, elevação, criação; enfim, são ‘documentos/monumentos’ que erigem imagens e representações”¹A historiadora demarca três aspectos que, presentes nos textos escritos pelas freiras, conferem uma “forma específica” a essa escrita:

Recordare, imitare, deprecare, recordar, imitar, louvar/orar. [...] A tríade é praticada na própria ação de escrever. Ao praticar a escrita das histórias das congregações elas recordam, imitam e rezam. E é sempre a partir da recordação que as outras práticas se desenvolvem” (LEONARDI, 2008, p. 26).

A vicentina Dubost confere grande relevância à sua escrita, associando o início da história da “cara missão” ao relato que produz dos acontecimentos. Parece claro que a iniciativa da produção era uma estratégia adotada pelos Superiores Gerais, visando o acompanhamento detalhado da fundação de novas casas em locais distantes e, conseqüentemente, da submissão dos soldados de São Vicente aos preceitos institucionais da Companhia; mais que isso, a escrita autorreferencial de madre Dubost conquista papel de destaque na *edificação* da primeira morada vicentina no Novo Mundo. Porém, cabe destacar que, sobretudo por associar-se à *edificação* da casa vicentina no Brasil, a escrita autobiográfica de irmã Dubost era objeto de especial atenção por parte de seus Superiores: como um processo construído em conjunto, eles gozavam da prerrogativa de aprovar e até mesmo interferir nos textos, bem de acordo com princípios vicentinos que valorizam a obediência e a simplicidade.

Margareth Rago detecta a ausência feminina na produção de autobiografias tradicionais: a historiadora baseia-se em teorias feministas para explicar essa lacuna (KOSTA, 1994; SMITH, WATSON, 1998), afirmando que a autobiografia seria um gênero literário

¹ A expressão “documento/monumento” pode ser melhor compreendida em Foucault (1972) e Le Goff (2003).

historicamente masculino, cuja característica principal tratar-se-ia da celebração da “vida unitária de um indivíduo exemplar”, interdita, logo, às mulheres, que comumente se colocariam em posições periféricas em relação à vida dos que as cercam. A historiadora chega a mencionar os papéis ocupados tradicionalmente pelas mulheres como mães, enfermeiras, professoras ou missionárias, os quais incentivariam um olhar voltado à dedicação ao outro, em prejuízo da reflexão sobre a própria existência (RAGO, 2013, p. 63-64). De acordo com Andréa Lisly, a via pela qual as mulheres são inseridas progressivamente nas diversas manifestações do escrito foi a correspondência, tendo em vista sua associação ao âmbito privado, principal palco consentido à vivência feminina (GONCALVES, 2015, p. 101). Outra manifestação comumente relacionada à esfera privada, os diários, proliferaram-se e se tornaram uma espécie de febre no século XIX, especialmente entre as mulheres, no entanto, Andréa Lisly observa que tais escritos foram muito mais frequentes nos Estados Unidos e em alguns países europeus que professavam a fé protestante, justamente pois, “no catolicismo o exame da consciência está tutelado na confissão pela autoridade sacerdotal” (MELO apud GONÇALVES, 2015, p. 105).

Assim, a rara ocorrência feminina na escrita autobiográfica tradicional, em que o narrador está centrado em seu próprio eu, é confrontada de forma brilhante na obra de Natalie Davis, *Nas Margens* (DAVIS, 1997). A historiadora estadunidense recompõe a trajetória de três mulheres que viveram do início da Europa moderna: a judia Glikl bas Judah Leib, a bióloga protestante Maria Sibylla Merian e ursulina Marie de L’Incarnation, que deixa o filho e a pequena cidade de Tours, na França, para realizar a sua vocação missionária no Canadá. A opção por mulheres que professavam três tipos de fé distintas não é sem razão, pois Natalie Davis intenta perceber como a religião guiava suas escolhas e percepções de mundo, além de listar as facilidades e/ou dificuldades enfrentadas por cada uma delas, que, de todo modo, assemelhavam-se em seus métodos de trabalho, que revelavam “indubitável perícia”: “estavam sempre prontas para entrar rapidamente em ação, para utilizar suas habilidades a fim de suprir as necessidades do momento” (DAVIS, 1997, p. 189).

Uma questão perpassa a análise da autobiografia de Marie de L’Incarnation: no novo tipo de sensibilidade religiosa adquirida no Novo Mundo, haveria espaço para uma autêntica descoberta do outro, uma abertura real não centrada em julgamentos preconcebidos e impressões cristalizadas? Não se pode dizer que as brechas de intercâmbio cultural corresponderem à autenticidade da experiência de abertura para o outro, já que é muito provável que as culturas ameríndias descrevessem a história de sua conversão de modo muito

diferente daquele elaborado pela ursulina (DAVIS, 1997, p. 119). Assim, a autobiografia de Marie de L'Incarnation pode ser classificada como uma escrita espiritual, uma narrativa de conversão com limitações em sua abertura para o contato com o outro, limitação essa que, de alguma forma mostra-se inevitável em quaisquer processos de trânsito cultural, mas tende a ser ainda mais marcante no caso de agentes religiosos missionários. A ursulina dedica-se a escrever a história e os percursos de sua fé a partir de uma posição marginal aludida por Natalie Davis, em que a distância dos poderes constituídos e o fato de tratar-se de uma mulher imprimem certa especificidade em sua trajetória, marcada especialmente pelo não usual “abandono” do filho no Velho Mundo, em nome da vivência de uma autêntica experiência religiosa. Essa escrita autobiográfica emerge, portanto, como um acerto de contas com o passado construído sob o olhar de Deus, e é esse mesmo veículo de comunicação com o sagrado que intermedia a reconciliação de Marie com o filho, também entregue à vocação religiosa. A autobiografia tem o sentido de um ato de perdão, e a sua produção é indissociável da relação de Marie e Claude.

Marie percorreu esses caminhos ao máximo, aprimorando-se na disciplina ascética, na visão mística e depois, num apostolado heroico, levando seus conhecimentos a um lugar distante. Desde o início, tais práticas se refletiram sobre sua eloquência e percepção de si mesma. A punição corporal, as conversas com Cristo e as visões teológicas logo se traduziram em conversas com seu confessor e em textos sobre um “eu” que passava da atividade intensa à passividade. Ao longo desse processo a religião forneceu-lhe palavras para interpretar o abandono de seu filho e suas fases de desespero. No final ela compusera a história de um “eu” passivo e ativo ao mesmo tempo e aprendera a falar sobre os mistérios de Deus em quatro línguas. (DAVIS, 1997, p. 191)

A experiência de viajante, de se colocar frente ao desconhecido e ao inesperado, inevitavelmente têm repercussões na espiritualidade de Marie de L'Incarnation. Por isso, assevera-se que sua narrativa autobiográfica expressa um amálgama da “sensibilidade ursulina e de uma sensibilidade resultante de seu intercâmbio com os ameríndios” (DAVIS, 1997, p. 127), elaboração não desprovida de mal-entendidos e erros de tradução, que dizem respeito, sobretudo, à posição de Marie como religiosa integrante de um sistema de crenças e valores muito potente na imposição de modelos de comportamentos. Portanto, afirma-se que, embora tratar-se de uma autobiografia espiritual próxima ao modelo confessional, a trajetória de Marie de L'Incarnation, marcada pela sua vocação religiosa sempre aflorada, o sacrifício da separação do filho em busca do encontro com Deus no convento em Tours, e, finalmente a partida para o Novo Mundo para viver as aventuras do trabalho missionário, abrem espaço para algum trabalho de construção de si, em oposição à fixação da própria identidade. É

possível supor que a experiência da viagem e da adaptação ao desconhecido, inerentes ao sucesso do trabalho missionário, favoreçam algum grau de construção de si.

Letras de irmã Dubost e interseções entre “as partes e todo”

A partir de agora, pretende-se verificar como tais variáveis repercutiram na experiência de irmã Dubost, bem como partir para uma análise mais centralizada em sua escrita autorreferencial. Uma das primeiras ideias defendidas pela pesquisa é a de que a motivação central da escrita de irmã Dubost seria a *edificação* da obra das Filhas da Caridade no Brasil, preocupação compartilhada e acompanhada de perto pelos superiores vicentinos na França. Tal arranjo por si só já desautoriza a classificação de sua obra escrita como uma autobiografia espiritual de conversão, de característica reconstitutiva, como um acerto com o passado e recomposição de trajetória de vida. O percurso espiritual e espacial mais importante na vida de Dubost acontecia de forma simultânea a sua narração, era objeto dela, além de que o foco do relato não estava em sua própria espiritualidade e compreensão da fé católica – mesmo que alguns trechos abordem a temática – , mais sim na travessia e desventuras das vicentinas rumo à fundação de um novo lar no Brasil.

É necessário destacar que a Companhia das Filhas da Caridade amplia suas atividades e conhece inegável crescimento na esteira do projeto ultramontano e de sua ambição de recristianizar o mundo moderno, movimento simultâneo a uma transformação observada nos princípios da religiosidade católica, a qual passa a valorizar (em detrimento do ato contemplativo associado ao discurso místico) a prática das virtudes, sendo a mais notável delas o exercício da caridade cristã (BUARQUE, 2011, p. 06). Sobretudo a partir da primeira metade do XIX, as congregações femininas de *vida ativa* que expressavam uma espiritualidade mais “pragmática” por assim dizer, baseadas em princípios como a caridade e o cuidado com o outro, vivenciam uma expansão em escala mundial, processo em que as vicentinas se incluem como agentes de espaços educacionais e hospitalares (LAGE, 2011, p. 48-49).

Natalie Davis fundamenta-se na ideia de que o estudo de suas personagens femininas ilustra novas formas de se viver nas margens, primeiramente pelo recorte de gênero, mas também pelo fato de as três mulheres estarem afastadas dos núcleos de poder, maiormente “longe dos centros formais de aprendizagem e de instituições voltadas para a definição cultural” (DAVIS, 1997, p. 195). No caso de Dubost, tal perspectiva ganha novos contornos. Pode-se dizer que, assim como a freira Marie de L’Incarnation, irmã Dubost opta por deixar a

terra natal com o propósito de evangelizar fiéis em uma terra distante, além disso, ambas experimentam uma ascensão hierárquica favorecida pela missão (no caso da vicentina logo que é recrutada para a viagem, já Marie de L'Incarnation viveu esse processo de forma mais gradativa), de todo modo, as trajetórias das duas religiosas possuem aspectos muito particulares. Enquanto Marie parte para o Canadá no longínquo século XVII, encorajada por uma visão quase sobrenatural que ilumina seus impulsos religiosos, tornando-se uma das pioneiras no contato com as ameríndias e no estabelecimento de uma instituição católica na América do Norte, a freira Dubost segue rumo ao desconhecido na dianteira de uma organização habituada ao trabalho missionário, que passara por inegável fortalecimento e burocratização no contexto no ultramontanismo. Esse movimento católico do Oitocentos tinha como principal bandeira a retomada da influência da Igreja católica no mundo moderno, entre outras estratégias, pela via da monopolização dos espaços educacionais. Assim, irmã Dubost, mesmo afastada do núcleo das vicentinas em Paris, estava longe de estar apartada de instituições de definição cultural, pelo contrário, ela era uma agente com a missão de fundar e viabilizar um centro formal de aprendizagem que atuaria na delimitação e propagação de comportamentos femininos chancelados pela hierarquia ultramontana, ou seja, uma entidade voltada à definição cultural.

No entanto, sua posição de mulher em um mundo dominado pelos homens não deixa de imprimir contradições a esse percurso. Irmã Dubost funcionava como uma agente do poder estabelecido em uma das poucas, quiçá únicas instituições que abriam brechas ao protagonismo feminino, as congregações religiosas de *vida ativa*, que ofereciam oportunidades para as mulheres se dedicarem-se à uma causa fora do espaço do lar, ainda mais na conjuntura do século XIX, em que o enclausuramento feminino era a regra (LANGLOIS apud LAGE, 201; ALGRANTI, 1993). O pertencimento à Companhia das Filhas da Caridade, em posição de destaque, significava acesso a prerrogativas tradicionalmente interdidas às mulheres, como liberdade para viajar, presidir uma corporação, ser responsável pela tomada de decisões estratégicas. Todas essas prerrogativas encaminhavam-se para a realização do encargo principal de Dubost no Brasil: fundar um instituto educacional para ensinar mulheres sem subverter-las, como forma de controle e promoção de um ideal feminino que não ameaçasse a ordem estabelecida (MANOEL, 1996, p. 29-30). Não obstante, é bom lembrar, tal espaço seria um dos únicos locais em que mulheres pobres poderiam aprender a ler, escrever e fazer operações matemáticas básicas.

A opção por analisar a produção autobiográfica de irmã Dubost a partir do propósito da edificação da Companhia vicentina no Brasil associa a sua escrita a tal “forma de sujeição ao olhar da autoridade e da fixação da própria identidade” (RAGO, 2013, p. 265), aludida por Michel Foucault ao descrever as narrativas autobiográficas confessionais. Não parece exagerado supor que a freira Dubost escrevia a quatro, até mesmo seis mãos, já que logo no início de seu relato ela convida os superiores vicentinos a interferirem no texto, ocultando prováveis excessos e aprovando a versão final, muito provavelmente para divulgação interna entre os membros da congregação. Contudo, assevera-se que o caráter de “fixação da própria identidade” deve ser relativizado em alguma medida. É certo que a posição da freira enquanto uma das muitas soldadas católicas recrutadas em nome da expansão do ultramontanismo, ainda mais na direção de uma das primeiras instituições preocupadas com a instrução feminina no Brasil, faz com que o seu entendimento doutrinário e adoção de estratégias para concretização de objetivos, sigam rigorosamente as orientações da cartilha ultramontana. Mas, assim como ressaltou-se que a experiência da viagem, o contato com o exótico e o desconhecido tiveram repercussões na construção diária da espiritualidade de Marie de L’Incarnation, é possível supor que mesmo as missões mais bem conduzidas pela hierarquia católica ligada ao ultramontanismo, para serem bem sucedidas, necessitariam contar com algum grau de improviso e adaptação às culturas locais que abriam brechas para a construção de uma identidade vicentina com tonalidades e nuances particulares, percebidos na própria escrita autobiográfica de irmã Dubost. Assim, a sua posição como uma mulher em um universo dominado pelos homens adquire centralidade. A historiadora italiana Sabina Loriga foi responsável pela elaboração do intrigante conceito de “biografia coral”:

Enquanto a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral [...] a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo: a instituição, a comunidade, ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiam à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam ou modificam as relações de poder. (LORIGA, 1998, p. 249)

A questão de fundo mais importante para Sabina Loriga é restituir a pluralidade do passado, povoá-lo, para, dessa forma, salvaguardar o componente ético da história. Nesse trabalho incessante o foco principal do historiador deveria estar na interseção entre o todo e as

partes, entre o global e o particular, sem pender para nenhuma das duas instâncias, pois a história seria antes de tudo a disciplina da circulação, do trânsito, em que “entre os dois elementos – o singular e o geral – há uma relação de construção e compreensão recíproca” (LORIGA, 2012, p. 34). São essas percepções que irão orientar o estudo da produção autobiográfica de irmã Dubost, que, mesmo identificada com a descrição do modelo narrativo confessional descrito por Michel Foucault, não se atém a generalizações estanques que poderiam levar a uma simplificação da complexa relação entre “as partes e o todo”, mesmo em se tratando de uma religiosa inserida na influente teia ultramontana.

Diário de bordo de uma freira: tormentas e graças entre a França e o Brasil

A narrativa correspondente à viagem marítima da França ao Brasil aproxima-se mais do formato de diário, uma vez que Dubost organiza sua escrita a partir da descrição dos eventos no dia-a-dia em alto mar. Tal característica pode ser justificada pelo tempo que poderia ser dedicado ao ato de escrever, além disso, a travessia marítima possui certa especificidade que repercute e propicia alguns elementos particulares na escrita autobiográfica de Dubost. Logo no início da viagem, mal tendo deixado a França, irmã Dubost se depara com um problema que não conseguiria resolver sozinha nos limites do navio. Narrando “ondas impetuosas” e “ventos que redobravam sua fúria”, a freira prossegue:

Uma de nossas irmãs ficou de tal modo aterrorizada, que sofreu um desequilíbrio mental. Cada batida do mar parecia ser a última. Vamos perecer, disse o capitão, e ela o escutou dizendo isso. Durante dois dias, com a imaginação exaltada, divagava. Afirmava que, para a própria honra e a de suas companheiras devia atirar-se no mar. E com essa ideia se jogou com tal ímpeto, que uma das pernas chegou a ficar de fora da grade que contorna o navio. Ela se atiraria realmente, se uma de nossas irmãs não gritasse pedindo socorro. Imediatamente, acorreram vigorosos marinheiros que a tiraram da grade e fizeram-na descer ao camarote.²

O caso parecia de fato grave. A situação não se acalmou, Dubost conta que a “pobre irmã” passara uma noite angustiante, debatendo-se fortemente, o que levou as freiras a se reunirem e pedirem ao capitão que aportasse o navio, para que a convalescente pudesse ser levada de volta. O pedido foi atendido (“apesar de ser a primeira vez que isso acontecia em sua vida, ele consentiu”³) e a embarcação lançou âncora em Portland, Inglaterra. Dubost designou irmã Rouy para levar a freira de volta à comunidade vicentina, juntamente com

² AEAM, *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 15-16.

³ AEAM, *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 16.

padre Monteil, que fez questão acompanhar as duas mulheres. Assim, Dubost pede que irmã Gabriela Rouy registre tudo por escrito.⁴ A volta à França ocorre sem maiores contratemplos, irmã Rouy apenas faz questão de descrever a atenciosa recepção da família de um cônsul francês em Weymonth, Inglaterra, cujos adultos eram protestantes e as crianças se diziam crianças católicas: “não se continham de alegria vendo um padre. Logo que ficaram a sós conosco, disseram: “padre, nós somos católicos”⁵. É interessante observar como os religiosos da congregação vicentina valorizam a “missão”, comportando-se como soldados a serviço da expansão católica em quaisquer circunstâncias, como por exemplo na despedida da família francesa:

Dirigimo-nos à residência do cônsul para oferecer-lhes alguns objetos de piedade, testemunhando-lhe nosso reconhecimento. Recebeu-nos com alegria, padre Monteil ofereceu à senhora uma medalha de S.S. Virgem. Ela recebeu-a prometendo guardá-la como preciosa lembrança e afirmou ser a mesma, a sua e a nossa fé, só não gostava das nossas igrejas. Padre Monteil disse-lhe: “Senhora um dia virá, eu o espero, estaremos unidos na mesma fé, e no mesmo credo e então, todos esses preconceitos desaparecerão.” Ela, que muito pouco sabia de francês, disse apenas: “padre eu vos amo” e, em seu olhar transparecia o que lhe ia na alma.⁶

O relato minucioso de um problema de tamanha gravidade e, maiormente, a necessidade de que a volta de irmã Rouy para a França fosse devidamente documentada, revelam a importância dos registros escritos para as Filhas da Caridade, tanto para o acompanhamento de momentos tensos e potencialmente prejudiciais à ordem cotidiana pelos Superiores Gerais, como também enquanto testemunhos de capítulos cruciais na história da fundação da casa brasileira. É provável que o próprio sucesso da missão seja atribuído ao olhar vigilante dos Superiores Gerais, ou, em outras palavras, à propagada união vicentina, unidade que era propiciada e estimulada pela constante interlocução entre os membros da Companhia por meio da escrita. Neste sentido, o aspecto central a ser evidenciado no diário de bordo da madre é o destaque conferido à ênfase/fomento da união institucional vicentina. Antes de se dedicar à narrativa da viagem propriamente dita, irmã Dubost descreve os momentos que antecederam a partida da França, realçando a aliança e o envolvimento da família vicentina:

⁴ Ana Cristina Lage considera que irmã Gabriela Rouy exerceu o papel de grande assessora de freira Dubost, destacando-se desde o início da viagem e demonstrando facilidade para aprender a língua portuguesa. Posteriormente foi escolhida “a primeira Irmã Visitadora da Província Brasileira das Filhas da Caridade, ou seja, passou a mediar todas as questões das instituições brasileiras com a Casa Mãe de Paris, tornando-se a Superiora de todas as vicentinas brasileiras.” (LAGE, 2011, p. 99).

⁵ AEAM, *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 18.

⁶ AEAM, *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 18

Restava visitar o nosso Pai São Vicente: no dia 20 de novembro, junto aos restos mortais de nosso santo fundador, nosso Pai Geral celebrou o Santo Ofício pela colônia. A igreja de São Lázaro estava repleta de cornetas. Era realmente uma festa de família. Nossos superiores nos ofereceram a Nosso Senhor e todas as irmãs rezavam por nós. E nós, no silêncio do coração, fazíamos a Deus o sacrifício daquilo que tínhamos de mais caro – a Pátria...⁷

Nota-se que o contato das viajantes com o divino de certa forma é intermediado pela relação com seus superiores, que as “oferecem a Nosso Senhor” e pedem que os demais membros da família vicentina façam o mesmo, por meio de suas orações e pedidos de graças. Não é demasiado supor que a “pátria” mencionada por irmã Dubost não estava relacionada a nacionalidade francesa, e sim ao seu pertencimento à Companhia das Filhas da Caridade. Como não poderia deixar de ser, o tema da pregação de despedida de padre Etienne, superior geral da congregação, versa sobre a dádiva da vocação missionária, e o seu apoio em profundas raízes:

No dia seguinte, após o Santo Sacrifício, oficiado por nosso honoratíssimo Pai, tivemos, de sua parte, algumas palavras relativas à sublimidade de nossa vocação, à grandeza da missão a qual fomos chamados. Ele nos fez compreender o fundamento de sua importância em bases sólidas. Esse bom Pai nos lembrou também que a fidelidade às práticas e usos da Casa-Mãe, o amor das virtudes que compõem o nosso espírito, a fiel observância de nossas Santas Regras, uma grande caridade e união entre nós, eram meio infalíveis para atrair do céu sobre nossas obras as mais abundantes graças. Esse bom Pai nos deu avisos por escrito, exprimindo o desejo de que fossem lidos por nós uma vez por mês, depois nos deu a benção com grande efusão de coração.⁸

O sólido pilar sobre o qual a missão se ancorava não deveria ser outro que à fidelidade aos preceitos institucionais da casa vicentina, tendo, entre eles, importância capital, o sentido dúplice atribuído ao princípio da caridade, no qual se incluía a ideia da unidade entre as freiras. Para estimular o sucesso da empreitada e fomentar a poderosa ferramenta da união institucional, padre Etienne ainda fornece o que Dubost chama de “avisos escritos”, que deveriam ser lidos mensalmente pela comunidade. O primeiro e mais destacado desses avisos também aborda o princípio da caridade, associando-o à união dos congregados vicentinos e a uma bem-vinda convivência pacífica e harmoniosa, que serviria para fortalecer as irmãs e oferecer consolação e resignação nos momentos adversos. Vale a transcrição integral:

De início eu lhes recomendo uma grande união no relacionamento comunitário: a caridade que faz a felicidade dos santos no céu, será para

⁷ AEAM [Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana], *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 13.

⁸ AEAM [Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana], *Casa da Providência*. DUBOST, Irmã, A bordo do “Estrela da Manhã”. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848 a fev/1849. p. 13.

todas um tesouro de alegre convivência, capaz de fazê-las muito felizes no meio das privações e dos perigos. Sabemos que, para São Vicente, a caridade era o maior bem e o maior dever. Assim, todas terão o cuidado de se amarem sinceramente e se tratarem com respeito e amabilidade, de se suportarem em seus defeitos e limitações, como nosso Divino Salvador nos suporta e como suportava a ignorância de sua discípulos. Numa palavra, façam tudo para que todos que as virem possam dizer o que se dizia dos primeiros cristãos: “vejam como eles se amam”, e, deste modo, sentir-se-ão comovidos, edificados e convertidos.⁹

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BUARQUE, Virgínia. Autobiografias eclesiásticas: para além da representação de si. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. n. 9, p. 3-20, 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Petrópolis, Vozes, 1972.

GONÇALVES, Andréa. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LE GOFF, **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas**: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos**. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LORIGA, SABINA. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MANOEL, Ivan. **A Igreja e a educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

⁹ AEAM [Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana], *Casa da Providência*. ETIENNE, Superior Geral. Minhas caríssimas irmãs. Tradução de Irmã Celza Kubitschek de Figueiredo. Nov/1848. p. 5.

Moisés e o monoteísmo: um romance (histórico) freudiano

Patrícia de Oliveira Bastos¹

Mestranda em História Social da Cultura
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
bastos.po@gmail.com

Resumo: O presente texto se dedica a ensaiar uma análise da tensão na escrita freudiana entre os horizontes da história e da ficção, tendo como objeto privilegiado de exame a obra *Moisés e o monoteísmo* (1939), do psicanalista austríaco Sigmund Freud. Inicialmente um homem da ciência, como provavelmente ele próprio julgou-se até o final da vida, Freud efetuou um inegável deslocamento em direção ao gênero poético ou romanesco – deslocamento este que, segundo Michel de Certeau, foi estável e não cessou de acentuar-se até a última obra de Freud, *Moisés e o monoteísmo*, inicialmente designada pelo próprio autor como um “romance histórico” (DE CERTEAU, 2016). Ao mesmo tempo, De Certeau também afirma que apesar de seu retorno ao gênero do romance, a interpretação freudiana não deixa de ser histórica, uma vez que considera seus materiais como efeitos de sistemas e que tem como objetivo elucidar as operações temporais. Assim, os modelos provêm do campo literário (tragédia e retórica), mas são transformados por sua introdução em um campo histórico, deixando de pertencer a qualquer um desses campos (DE CERTEAU, 2016). Posto isso, gostaria de explorar essas e outras tensões e ambiguidades em *Moisés e o monoteísmo*, um dos últimos trabalhos de Freud e um de seus grandes mitos – não apenas um livro sobre o exílio do povo judeu, mas um livro do exílio, iniciado em Viena e concluído apenas em Londres, atravessado pela perseguição nazista que se intensificava sucessivamente.

Palavras-chave: Sigmund Freud; história; ficção.

O presente trabalho, elaborado graças ao apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), se empenha em ensaiar uma análise da tensão na escrita freudiana entre os horizontes da história e da ficção na obra “Moisés e o monoteísmo”. Aquele que se dedica a estudar a obra de Sigmund Freud, ou pelo menos conheça algo sobre suas principais ideias, provavelmente já deve ter se deparado com aquela que talvez seja a principal crítica dirigida ao autor: a de que sua teoria psicanalítica se baseia em pura especulação – ou, numa tentativa de desmerecer completamente o trabalho do chamado “pai da psicanálise”, considerar esta como invenção ou ficção de sua parte.

Inicialmente um homem da ciência, como provavelmente ele próprio julgou-se até o final da vida, Freud efetuou um inegável deslocamento em direção ao gênero poético ou romanesco – deslocamento esse que, segundo Michel de Certeau em *História e psicanálise*

¹ Bolsista FAPERJ.

(2016), foi estável e não cessou de acentuar-se até a última obra do psicanalista austríaco, *Moisés e o monoteísmo* (1939), a princípio designada pelo próprio autor como um “romance histórico”.

A obra, publicada como livro em 1939, resulta da reunião de três ensaios de Freud, tendo sido os dois primeiros publicados originalmente em dois números da revista *Imago*, em 1937. No primeiro deles, o autor procurou demonstrar uma verdade que, segundo ele, fora preterida até então em razão de interesses nacionais: a de que o homem Moisés era egípcio. Curiosamente, sua interpretação é, como indica De Certeau, majoritariamente histórica. E aqui eu cito Freud (FREUD, 2018, p. 83-85):

Eis aqui, então, o pano de fundo histórico dos acontecimentos que atraíram o nosso interesse. Mediante as conquistas da XVIII dinastia, o Egito se tornou um império mundial. O novo imperialismo se reflete no desenvolvimento das concepções religiosas, se não de todo o povo, pelo menos da camada mais elevada, dominante e intelectualmente ativa. Sob a influência dos sacerdotes do deus-sol em On (Heliópolis), e talvez reforçada por estímulos vindos da Ásia, surge a ideia de um deus universal, Aton, que não conhece mais a restrição a um país e a um povo. Com o jovem Amenófis IV, chega ao poder um faraó que não tem interesse maior que o desenvolvimento dessa ideia de deus. Ele promove a religião de Aton a religião do Estado e torna o deus universal o deus único; tudo o que se fala sobre os outros deuses é mentira e engano [...]

É o primeiro e talvez mais puro caro de religião monoteísta da história humana [...]. Mas cuidou-se para que não nos chegassem muitas informações sobre essa religião. Já sob os débeis sucessores de Akhenaton acabou-se tudo o que ele havia criado [...] [a religião de Aton foi abolida]. Por volta de 1350 a.C. extinguiu-se a XVIII dinastia. Após um período de anarquia, o general Haremhab restabeleceu a ordem, reinando até 1315. A reforma de Akhenaton parecia um episódio fadado ao esquecimento.

Isso é o que se acha estabelecido historicamente; agora vem a nossa continuação hipotética.

Em sua consideração hipotética, Freud estabelece que dentre as pessoas próximas a Akhenaton, havia um homem que ocupava uma alta posição e era adepto convicto da religião de Aton, e para quem a morte de Akhenaton e a extinção de sua religião significavam o fim de todas as esperanças. Esse homem, que talvez se chamasse Tutmés ou possuísse qualquer outro nome – não importa muito o nome, mas seu segundo componente – mose. Esse homem Moisés, enérgico e passional, no transe da decepção e do isolamento, se voltou para os estrangeiros semitas e buscou neles a compensação para suas perdas: escolheu-os como seu povo, procurou realizar neles suas ideias, abandonou o Egito juntamente com eles, santificou-os com o sinal da circuncisão, deu-lhes leis, e iniciou-os nos ensinamentos da religião de Aton, que os egípcios haviam rejeitado.

Entretanto, sendo a religião de Moisés ainda mais rígida do que a anterior, e sendo este líder extremamente exigente e dominador, em determinado momento os judeus sob seu comando rebelaram-se contra ele, e o mataram. A tribo que retornou do Egito se uniu depois, na região entre o Egito e Canaã, com outras tribos aparentadas, que lá haviam se estabelecido há mais tempo. Essa união, da qual surgiu o povo de Israel, achou expressão na nova religião adotada por todas as tribos, a de Jeová – acontecimento que se deu (conforme E. Meyer) em Cades, sob influência midianita. Depois disso, o povo se sentiu forte o suficiente para empreender a invasão da terra de Canaã (FREUD, 2018, p. 55).

A ideia monoteísta, que brilhara subitamente com Akhenaton, obscureceu-se de novo e ficaria ainda muito tempo na penumbra. Sem dúvida, Jeová era mais adequado para um povo que se dispunha à ocupação violenta de novas terras. Além disso, tudo o que no deus mosaico era digno de veneração escapava à compreensão da massa primitiva (FREUD, 2018, p. 89). Contudo, o fato central do desenvolvimento da religião judaica foi que o deus Jeová perdeu suas características próprias ao longo do tempo e adquiriu semelhança cada vez maior com o antigo deus de Moisés, Aton (FREUD, 2018, p. 90).

Nesta altura do texto, Freud inicia um certo jogo de perguntas e respostas que conduz seu leitor de volta para a psicanálise. Primeiro, o autor questiona se é realmente necessário invocar a influência de Moisés na forma final da concepção judaica de Deus, se não bastaria a hipótese de uma evolução espontânea para uma espiritualidade mais elevada (FREUD, 2018, p. 92). A resposta vem pela própria pena de Freud: além dessa hipótese nada explicar, os próprios relatos e escritos judaicos apontariam, sem contradições, que a ideia de um deus único foi dada ao povo por Moisés.

Freud, então, chega a um ponto de inflexão: o que ganhamos ao fazer o monoteísmo judaico derivar do egípcio? Segundo ele, “não se trata de ganho, mas de investigação. Além disso, talvez aprendamos algo se conhecermos o curso real dos fatos” (FREUD, 2018, p. 94). E esse curso real dos fatos só poderia passar pela psicanálise, naturalmente. A hipótese de Freud é de que “uma tradição caída no esquecimento voltou a ter um efeito poderoso na vida psíquica de um povo” – entretanto, não sendo esta uma ideia familiar, era preciso buscar analogias para melhor compreendê-la (FREUD, 2018, p. 99).

Essa analogia é encontrada na psicopatologia, na gênese das neuroses humanas; ou seja, num âmbito que pertence à psicologia individual, enquanto os fenômenos religiosos se incluem naturalmente na psicologia das massas. Veremos que essa analogia não é tão surpreendente como se poderia

pensar à primeira vista, que, na verdade, constitui um postulado (FREUD, 2018, p. 103).

Já em *Totem e Tabu* (1912), Freud apresentara a ideia de que os fenômenos religiosos só podem ser compreendidos segundo o modelo de nossos conhecidos sintomas neuróticos do indivíduo – o que significa dizer que as origens dos fenômenos religiosos estariam no retorno de acontecimentos significativos, há muito esquecidos, da pré-história da humanidade. O autor nos relembra, então, do processo que leva ao desenvolvimento de uma neurose:

Trauma antigo – defesa – latência – irrupção do adoecimento neurótico – retorno parcial do reprimido: eis a fórmula que apresentamos para o desenvolvimento de uma neurose. O leitor é agora convidado a dar este passo: supor que na vida da espécie humana ocorreu algo semelhante ao que sucede na dos indivíduos (FREUD, 2018, p. 113).

Ou seja: uma vez que se observa um intervalo entre a religião mosaica e a entrada em operação da sua doutrina, o longo intervalo entre esses dois tempos significaria, para Freud, a equivalência ao mecanismo do recalque, verificado na psicologia individual. A verdadeira nacionalidade de Moisés, assim como seu assassinato se ligaria ao que foi “recalcado” na história da religião judaica.

Naturalmente, parece bastante claro que os critérios de juízo sobre um trabalho histórico ou historiográfico são diversos daqueles destinados à análise de obras ficcionais². Entretanto, isso talvez não seja claro o suficiente se pensarmos pela seguinte chave: não contém também a história um quê de ficcionalidade?

Em *História e psicanálise: entre ciência e ficção* (2016), Michel de Certeau afirma que “é ‘ficção’ não o que bate a fotografia do desembarque lunar, mas o que o prevê e o organiza” (DE CERTEAU, 2016, p. 47). O capítulo inicial do livro de Certeau é dedicado a sublinhar quatro funcionamentos possíveis da ficção no discurso do historiador, e, para tanto, começa por delinear certos limites: entre ficção e história; entre ficção e realidade; entre ficção e ciência; e entre a ficção e o “limpo”.

Devido ao tempo reduzido, não poderei entrar nos pormenores da argumentação do autor, mas empreendo, então, uma tentativa de resumo. No que se refere ao primeiro tópico, De Certeau aponta que a querela entre a historiografia ocidental e a ficção remonta a épocas bem recuadas, sendo marcada pelo esforço daquela de se livrar da fabulação genealógica, dos

² A linguagem se realiza sobre formas discursivas, e a forma discursiva ficcional remete a imagens, enquanto a forma discursiva não-ficcional se extrema nos conceitos. Logo, os critérios de juízo que se aplicam à forma discursiva ficcional não se aplicam à forma discursiva não-ficcional.

mitos e lendas da memória coletiva, e das derivas da circulação oral. Tal procedimento, entretanto, não revelaria, para De Certeau, uma pretensão do historiador de dizer a verdade, mas de rechaçar o erro. Assim, o trabalho de produção da verdade se daria muito mais pela identificação e exclusão do falso – (in)justamente associado à ficção pela historiografia.

A partir do ponto em que a historiografia se estabeleceu, de acordo com os próprios critérios, como “o discurso técnico capaz de determinar os erros característicos da ficção”, ela estava autorizada, “por isso mesmo, a falar em nome do real” (DE CERTEAU, 2016, p. 46). Desde então, a ficção foi transferida para o lado do irreal.

A seguir, observa-se uma reviravolta – a ficção está presente também no campo da ciência, pois esta passou a se aplicar também ao que, por seu intermédio, se torna possível. Eis, então, uma nova espécie de ficção: a do artefato científico. Essa nova espécie de ficção, diz-nos De Certeau, não se julga pelo real que, supostamente, lhe faz falta, mas pelo que ela permite fazer e transformar.

Nesse sentido, também a historiografia faz uso desse tipo de ficções quando, por exemplo, faz funcionar hipóteses e regras científicas presentes no espaço de um passado. Entretanto, nada disso teria colaborado para que o historiador deixasse de alimentar certa desconfiança em relação a essa “ficção que se tornou científica” (DE CERTEAU, 2016, p. 46). Resta, além disso, o último dos itens aos quais De Certeau se dedica: das distinções entre a ficção e o “limpo”. Segundo o autor, a ficção é ainda acusada de não ser “transparente”, de carecer da “limpeza” científica. Por não ser um discurso unívoco, a ficção configura-se em uma linguagem da qual extrai, indefinidamente, efeitos de sentido que não podem ser circunscritos – ela movimenta-se, imperceptível, no campo do outro, e o saber, não encontrando lugar seguro, precisa constantemente analisa-la de maneira a reduzi-la ou traduzi-la em elementos estáveis e combináveis.

E onde Freud entraria Penso que o mais adequado colocar a associação Freud – ficção nos seguintes termos: uma vez que ele não é aqui visto como autor de textos ficcionais, me parece, ao mesmo tempo, que o elemento ficcional é algo incontornável quando lidamos com seus textos, seja na forma (linguagem) ou no conteúdo (teorias psicanalíticas) – que, sabemos, não se descolam.

O estilo freudiano

Afirmou-se anteriormente que a forma discursiva não-ficcional se liga diretamente aos conceitos, enquanto a forma discursiva ficcional remete a imagens. Além disso, De

Certeau fornece-nos outros elementos para caracterizar esta última: lida com estratificação de sentido, extrai efeitos de sentido que não podem ser circunscritos ou controlados, “movimenta-se no campo do outro”. A partir de certo ponto, e aos poucos, a linguagem freudiana incorpora elementos diversos da forma discursiva ficcional, mas sem se desligar da forma não-ficcional.

Este “certo ponto” é difícil de ser determinado com precisão, mas tanto Michel de Certeau quanto Jean-Bertrand Pontalis e Edmundo Gómez Mango indicam que sua virada em direção à (formação da) psicanálise pode ser interpretada como uma virada em direção ao literário. É importante notar, portanto, que a mudança de objeto força Freud a repensar a própria forma como o trataria – vê-se aqui, claramente, como a suposta separação entre forma e conteúdo é, na verdade, muito menos rígida do que se possa imaginar.

Nesse sentido, é possível observar um paradoxo muito interessante no estilo freudiano: apesar de “fugidio” como a forma ficcional, procura praticamente o tempo todo determinar conceitos, tal como a forma não-ficcional. Por um lado, Pontalis observa que esse paradoxo se revela também nas observações que Freud faz em relação à literatura – apesar de reconhecer sua profunda admiração e “dívida” para com as obras literárias, questiona o “valor de conhecimento” destas e exalta o caráter científico da psicanálise, ponderando que não se deve tentar dar literatura em lugar de saber (PONTALIS; MANGO, 2013, p. 214).

De Certeau, por sua vez, considera que esse deslocamento em direção ao gênero poético ou romanesco foi estável e não cessou de acentuar-se até a última obra de Freud, *Moisés e o monoteísmo*, inicialmente designada pelo próprio autor como um “romance histórico” (DE CERTEAU, 2016, p. 94). O intelectual francês parece enxergar a mudança no estilo freudiano com lentes mais permissivas do que Pontalis, em especial ao afirmar que

Ao mostrar a significação fundamental dos romancistas e poetas, ao mesmo tempo que a proximidade deles com seu próprio discurso, Freud sabe que, em sua companhia, ele “teve a ousadia de tomar partido em favor da antiguidade e da superstição popular contra o ostracismo da ciência positiva (PONTALIS;MANGO, 2013, p. 105).

Entretanto, no lugar de me afiliar a uma das duas visões acima apresentadas, procuro conjugá-las da seguinte maneira. Se Pontalis adverte que “Freud é inflexível, seu deus é o *Logos*; é o primado da inteligência que ele almeja, é à ciência que ele dá crédito” (PONTALIS; MANGO, 2013, p. 214), a afirmação de Freud a respeito de sua tomada de partido contra o ostracismo da ciência positiva deve ser entendida de maneira tão radical quanto possível. Aqui pode haver ambivalência, mas não há paradoxo algum. É bastante

(re)conhecido o desejo de Freud de elevar suas teorias à condição de ciência, mas é preciso perguntar-se que tipo de cientificidade ele almejava.

No prefácio à edição hebraica de *Totem e tabu*, Freud afirma esperar “achar-se unido a seus leitores na convicção de que a ciência livre de pressupostos não pode permanecer uma estranha para o espírito do novo judaísmo”. Uma vez que, já em 1907, Freud se colocava contra o que chamou de ostracismo da ciência positiva, pode-se presumir que “a ciência livre de pressupostos” a qual alude em 1930 não se confunda com esta. E que ciência seria essa, então? A própria Psicanálise, apartada dos pressupostos positivistas que não a incluíam no *hall* das ciências do início do século XX, e que, recorrendo aos “detritos da racionalidade” (DE CERTEAU, 2016, p. 103) como as paixões, a retórica e a literatura, se colocava como uma outra cientificidade possível.

Nesse sentido, acredito que a atitude inicialmente vacilante de Freud em relação ao universo ficcional deva-se principalmente ao medo de que a sua preciosa “criação” fosse confundida com romances e, portanto, não levada a sério do ponto de vista científico. Seu empenho em ser um pesquisador sério e respeitado o teriam motivado, dessa maneira, a buscar diferenciar-se da figura do *Dichter*³ e apoiar-se na autoridade da ciência. Entretanto, o próprio autor sabia que, pela natureza que seus trabalhos assumiam, essa figura lhe era inescapável, fosse como aliado ou rival em potencial.

Tanto Michel de Certeau como Edmundo G. Mango apontam para a relação intrínseca entre ficção e teoria na elaboração da “nova ciência” freudiana. De acordo com o primeiro:

De fato, o discurso freudiano é a ficção que retorna à seriedade científica, não só como objeto de análise, mas também como sua forma. A ‘maneira’ do romance torna-se a escrita teórica. [...] Ao exumar as relações que assombram o intercâmbio do saber com seu objeto, Freud atraiçoa a norma científica; ele volta a encontrar o gênero literário que, outrora, na Bíblia, era o discurso ‘teórico’ dessa relação (DE CERTEAU, 2016, p. 95)

Para o segundo:

A escrita romanesca é o novo instrumento que lhe permite ao mesmo tempo explorar o objeto de sua investigação e transmitir o seu resultado. Como se o ‘romanesco’ fosse uma qualidade da vida psíquica que só o *Dichter* é capaz de apreender e representar. Essa transformação “espantosa” da escrita de Freud introduz outra singularidade característica da “nova ciência”: seu discurso, sua fala e sua escrita não podem mais pretender a neutralidade com relação à linguagem.

³ “Os termos alemães *Dichtung* e *Dichter* não possuem equivalentes na língua francesa nem em outras línguas europeias. As expressões ‘criação literária’ e ‘atividade poética ou do imaginário’, para a primeira, e ‘criador literário’ e ‘criador de ficções’, para a segunda, são frequentemente utilizadas na tentativa de acercar-se o máximo possível de seu significado” (PONTALIS; MANGO, 2013, p. 13).

[...] O criador da psicanálise deve ser necessariamente sensível à linguagem, não só quando escruta a fala do paciente, mas também quando escreve para divulgar sua descoberta (PONTALIS; MANGO, 2013, p. 220).

Todavia, se por um lado Freud pareceu ter conciliado, no final da vida, as tensões entre ciência e ficção, a história aparece como um problema que ainda precisa ser solucionado. Em toda sua obra, a **verdade** aparece como um eixo condutor, como um ideal que justificasse desafiar as fronteiras entre os horizontes científico e poético. De fato, os modelos freudianos provêm do campo literário (tragédia e retórica), mas são transformados por sua introdução em um campo histórico, deixando de pertencer a qualquer um desses campos. E, ao longo de sua trilogia ensaística, Freud parece atribuir à história ares de verdade, uma vez que afirma, por exemplo, que a historiografia de seu tempo reconhece a obrigação da veracidade inflexível (FREUD, 2018, p. 97). Entretanto, nesta mesma passagem, Freud afirma que “no começo ela [historiografia] não teve escrúpulos em moldar seus relatos conforme suas necessidades e tendências do momento, como se ainda não estivesse presente o conceito de falsificação” (FREUD, 2018, p. 97), e que fora omitido ou modificado na redação poderia ter se conservado intacto na tradição – e que esta, por sua vez, seria tanto o complemento quanto a contradição da historiografia.

Apesar da sua suposta confiança na historiografia, Freud parece deixar de lado o seguinte: como algo que aparentemente desaparecera do campo do imediato se torna latente; ou seja, como algo pontencial e momentaneamente esquecido, mas não desaparecido, tem a capacidade poderosa de modificar a história que se julgava conhecer. Nesse sentido, se o vigor das teorias freudianas é inseparável da liberdade que a ficcionalidade lhes confere, é também a ficcionalidade que nos permite repensar os lugares-comuns da prática historiográfica

Referências bibliográficas

DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Coleção História e Historiografia; 3).

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Coleção Obras completas; vol. 11).

PONTALIS, J.-B.; MANGO, Edmundo G. **Freud com os escritores**. Tradução de André Telles. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Subalternidade de Testemunho: um novo pacto social

Roberta Crsitina de Oliveira Saçco
Doutoranda em Estudos Literários
Universidade Federal de Juiz de Fora
robertasacco@bol.com.br

Resumo: Essa corrente emerge dos estudos culturais e traz para o campo de estudos literários a discussão sobre a subalternidade sob a ótica do testemunho na América Latina. Nossa proposta é discutir esse conceito a partir do livro *La voz del outro: testimonio subalternidad y verdad narrativa* organizado por John Beverly e Hugo Achugar e artigos acadêmicos que versam sobre o tema. A partir dessas leituras, elencaremos aspectos do testemunho que estimulam a discussão entre os críticos: a institucionalização, a estética literária, a representação, a verdade narrativa e a questão política e ideológica. O deslocamento do narrador do centro para margem, o discurso periférico, a contestação da história oficial são marcas dessa literatura. A institucionalização acadêmica do gênero se deu com o testemunho de Rigoberta Menchú, uma indígena guatemalteca, que narra sua própria história através de um interlocutor letrado, o historiador guatemalteco Arturo Taracena e a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos. Menchú foi Nobel da Paz de 1992, pela sua campanha pelos direitos humanos, especialmente a favor dos povos indígenas, sendo Embaixadora da Boa-Vontade da UNESCO e vencedora do Prêmio Príncipe das Astúrias de Cooperação Internacional. É importante destacar que essa corrente se volta para o processo produção, neste caso a narrativa é autoral, mas mediada por um interlocutor letrado, que reproduz com fidelidade o discurso do outro. A discussão é tensionada também pelo fato do testemunho trazer ao centro figuras periféricas que representam uma classe: camponeses, indígenas, guerrilheiros, vozes até então oprimidas e silenciadas na sociedade. Dessa forma, a história é contada por quem viveu ou de alguma forma participou da violência do Estado e tem em outro sujeito, letrado, o mediador nesse processo oralidade e escrita. A abertura para essas vozes ignoradas levam ao questionamento do poder constituído e através do discurso marginal trazem uma nova interpretação da história oficial, na qual a testemunha tem o poder da enunciação. Por meio do testemunho a literatura se abre para os problemas sociais, cooperando para a construção de uma nação mais homogênea, democrática e igualitária.

Palavras-chave: Testimonio, América Latina, Rigoberta Menchú

Rigoberta Menchú em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*

A terceira referência data na década de 1980, a partir do testemunho de Rigoberta Menchú em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, cuja linha de pesquisa abarca os estudos da academia norteamericana, segundo a qual o testemunho está inserido no debate sobre as práticas culturais subalternas, na qual é dado aos sujeitos sociais silenciados o direito de contar sua própria história, o que na maioria das vezes traz uma nova interpretação

da história oficial. A institucionalização acadêmica do gênero se deu com o testemunho de Rigoberta Menchú, uma indígena guatemalteca, que narra sua própria história através de um interlocutor letrado, o historiador guatemalteco Arturo Taracena e a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos. Menchú foi Nobel da Paz de 1992, pela sua campanha pelos direitos humanos, especialmente a favor dos povos indígenas, sendo Embaixadora da Boa-Vontade da UNESCO e vencedora do Prêmio Príncipe das Astúrias de Cooperação Internacional.

Na América Latina a discussão sobre testemunho passa pela subalternidade e a escola norteamericana vai desenvolver uma ampla pesquisa nessa perspectiva. O deslocamento do narrador do centro para margem, o discurso periférico, a contestação da história oficial são marcas dessa literatura. Utilizaremos como referencial teórico o livro *La voz del outro: testimonio subalternidad y verdad narrativa* organizado por John Beverly e Hugo Achugar e artigos acadêmicos que versam sobre o tema.

É importante destacar que essa corrente se volta para o processo produção, neste caso a narrativa é autoral, mas mediada por um interlocutor letrado, que reproduz com fidelidade o discurso do outro. A discussão é tensionada também pelo fato do testemunho trazer ao centro figuras periféricas que representam uma classe: camponeses, indígenas, guerrilheiros, vozes até então oprimidas e silenciadas na sociedade. Dessa forma, a história é contada por quem viveu ou de alguma forma participou da violência do Estado e tem em outro sujeito, letrado, o mediador nesse processo oralidade e escrita. A abertura para essas vozes ignoradas levam ao questionamento do poder constituído que através do discurso marginal trazem uma nova interpretação da história oficial, na qual a testemunha tem o poder da enunciação. Por meio do testemunho a literatura se abre para os problemas sociais, cooperando para a construção de uma nação mais homogênea, democrática e igualitária.

De acordo com Achugar (2002, p. 65, tradução nossa), “o testemunho se constitui como forma de narrar à história alternativa ao monológico discurso historiográfico do poder”.¹ Segundo o autor esse discurso é, sobretudo, um de discurso branco, masculino, heterossexual, letrado e burguês. Em relação à forma, o testemunho é uma narrativa contada em primeira pessoa, na qual narrador e protagonista incidem sobre a mesma figura.

Para o autor, a transformação dos parâmetros críticos e teóricos das últimas décadas, sobretudo após a eclosão dos estudos culturais movimentou os estudos sobre o gênero. Isso porque a discussão em torno da revisão do cânone literário, central para que avancemos nos

¹ “el testimonio se constituye como una forma de narrar la historia de un modo alternativo al monológico discurso historiográfico en el poder” (ACHUGAR, 2002, p. 65)

estudos sobre a literatura de testemunho, se abre com a eclosão dos Estudos Culturais. Esse movimento que emerge nos anos 60, no pós guerra, concentra-se na problematização da cultura, no questionamento de valores conservadores, na contestação e na busca por identidade própria, sobretudo de grupos marginalizados e minorias.

Nesse sentido, os Estudos Culturais na América Latina têm sido marcados simultaneamente pelo florescimento de uma literatura de resistência e denúncia. Isso se deve ao fato do continente ter vivido, nessa época, um período de regimes ditatoriais e de graves violações de direitos humanos. Portanto, de acordo com Achugar, “a história não oficial surgirá como uma resposta ante os silenciamentos realizados pela versão hegemônica” (2002, p.66, tradução nossa)². Em outras palavras, o testemunho expressa a opressão dos grupos subalternos que vêm na literatura uma forma de revelar ao mundo o outro lado da história, da sua história.

Handall (2002), nos leva a pensar na etimologia da palavra testemunho. Segundo a autora, testemunho tem relação com testemunha, aquela que atesta, dá prova de algo, afirma com convicção, depõe. De acordo a autora, testemunha é quem declara em juízo, sobre algo real, não ficcional e que tenha com ela relação direta. Esse conceito de testemunho remete ao campo jurídico, não o artístico, o literário.

No entanto, ao se aproximar-se, ora das ciências jurídicas, ora das ciências humanas, neste caso, as artes, a literatura, a sociologia, o teatro, a história; o testemunho se mistura em busca de representação. Nas palavras de Handall, “os gêneros artísticos tendem a entremesclar-se” (2002, p. 34, tradução nossa)³.

Assim, conforme Beverly (2002), o testemunho busca outras formas de representação que não sejam as tradicionais burguesas.

O desejo e a possibilidade de produzir testemunhos e a crescente popularidade do gênero indicam que no mundo de hoje existem experiências vitais que não podem ser adequadamente representadas nas formas tradicionais da literatura burguesa, que em certo sentido seriam traídas por eles (BEVERLY, 2002, p. 22).⁴

² “Por lo mismo la historia no oficial sólo surgirá como una respuesta ante los silenciamientos realizados por la versión hegemônica” (2002, p.66)

³ “los gêneros artísticos tienden a entremezclarse”

⁴ “El deseo y la posibilidad de producir testimonios y la creciente popularidad del género indican que en el mundo de hoy hay experiencias vitales que no pueden ser representadas adecuadamente en las formas tradicionales de la literatura burguesa, que en cierto sentido serían traicionadas por éstas”

Outro questionamento em relação ao testemunho é em relação a verdade narrativa. De acordo com Beverly (2002), apesar de o testemunho ser guiado pelo critério da verdade, muitas vezes a ficção é objeto de grande discussão. O antropólogo americano David Stoll questionou em *Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemalcos pobres*⁵ a representatividade no testemunho de Menchú. Stoll viveu durante um ano na região de onde vem Rigoberta Menchú e estudou o processo de evangelização das comunidades indígenas por religiões protestantes. Segundo ele, a descrição que ela faz sobre a tortura e o assassinato de seu irmão e outras vítimas pelo exército guatemalteco não coincide com relatos que ouviu do povo Chajul e nem aparecem na documentação das comissões de direitos humanos, por isso, segundo ele se trata de invenção literária. No relato de Menchú, o irmão não foi queimado diante de sua família e sim fuzilado junto com demais pessoas da comunidade.

De acordo com Beverly (2002), há algumas deduções que podem ajudar a entender essa divergência nos relatos. Em primeiro lugar o tempo, as entrevistas de Stoll ocorreram dez anos após o relato de Menchú, a derrota pode ter afetado a forma como os fatos foram lembrados. Outrossim, a própria violência repressiva pode ter provocado uma espécie de escuridão, um apagamento de memória. Ou seria a própria Menchú que procurou desconstruir em sua prática como narradora a ilusão de que estamos sendo entregues "toda a realidade" de seu povo.

Mas e se, de fato, for uma invenção literária? Embora o próprio Stoll mencione que uma das histórias que ouviu reforçam o que diz Menchú, Beverly (2002) aponta que as descrições de tortura e morte em Menchú pode ser classificado como uma espécie de "realismo mágico" testemunhal. Mesmo recebendo críticas, ele defende que essa possa ser a possibilidade de se produzir a experiência estética, uma vez que em suas descrições a autora tenta passar ao leitor a força da violência que destruiu além de seu irmão, a maioria de sua família.

Segundo George Yúdice,

o testemunho não responde ao imperativo de produzir verdade cognitiva - ou desfazê-la - seu modus operandi é a construção comunicativa de uma práxis solidária e emancipatória. Assim, a dicotomia verdade / ficção carece de sentido para entender o testemunho (BEVERLY, 2002, p. 25, tradução nossa)⁶.

⁵ Não há tradução do livro para o português.

⁶ el testimonio no responde al imperativo de producir la verdad cognitiva —ni tampoco de deshacerlo—; su modus operandi es la construcción comunicativa de una praxis solidaria y emancipatoria. De ahí que la dicotomía verdad/ficción carezca de sentido para entender el testimonio (BERVELY, 2002, p. 65)

A respeito dessa relação verdade/ ficção, por se tratar de um objeto de grande discussão, Beverly (2002) resalta que esse nexos tem mais a ver com a relação entre testemunho como gênero e modo de pensar e articular a ideia de nação. Segundo o autor, da mesma maneira em que seus autores são considerados intrusos no mundo letrado, a ideia da subalternidade desautoriza a cultura dominante hegemônica. A medida que guerrilheiros, camponeses, indígenas, sindicalistas, presos políticos, estudantes pobres podem ter a prerrogativa da fala, outros elementos sócio-culturais são recobrados nesse discurso, como conceitos de gênero, etnia, casta, classe dentre outros que trazem para o âmbito acadêmico discussões sobre as desigualdades sociais.

O que ocorre é que o modo de produção e recepção do testemunho coloca em dúvida a autoridade da testemunha. O autor segue seu discurso tendo como base a supremacia da escrita em relação à oralidade, ao privilegiar em certo sentido a oralidade e seu discurso marginal, o testemunho vai contra a literatura culta, canônica e hegemônica. Nesse sentido, o debate não é tanto sobre a verdade e sim sobre quem tem autoridade para narrar a história. O próprio Stoll reconhece que os erros na narrativa de Menchú são poucos e que, em linhas gerais, a narrativa é verdadeira.

De acordo com Beverly,

O que parece se preocupar Stoll é que Menchú não escolhe ser uma "informante nativa" que se presta ao seu desejo como antropólogo de observação e interpretação, mas assume a autoridade e a responsabilidade de narrar sua própria história através de um interlocutor instruído (o historiador guatemalteco Arturo Taracena y a antropóloga venezuelana, Elizabeth Burgos) (BEVERLY, 2002, p. 10, tradução nossa).⁷

Portanto, a posição de Beverly (2002) é que a autoridade do depoimento não está atrelada ao processo de produção tampouco ao deslocamento da testemunha do centro para margem, mas sim, ao fato de o narrador ser alguém que testemunhou direta ou indiretamente, através de parentes e amigos, os eventos que ele narra. Para além disso, o que dá forma ao testemunho é a sequência temporal do evento e a sequência da vida do narrador incorporada na estrutura verbal do texto testemunhal.

⁷ Lo que parece preocupar a Stoll es que Menchú no selimita a ser un "informante nativo" que se prestaría a su deseo como antropólogo de observación e interpretación, sino que asume la autoridad, y la responsabilidad, de narrar su propia historia a través de un interlocutorletrado (el historiador guatemalteco Arturo Taracena y la antropóloga venezolana, Elizabeth Burgos) (BEVERLY, 2002, p. 10)

Outra questão que se coloca nesse discurso sobre a verdade narrativa é a questão ideológica. Stoll questiona a autoridade de Menchú dado seu envolvimento no que ele chama de agenda política explícita, ele alega que a falta de objetividade em seu discurso tem relação com a agenda ideológica que ela tenta promover. Na posição de antropólogo, Stoll se declara imparcial e apto para recontar essa história. Contudo, ele também defende uma agenda política e carrega seu discurso dos valores que defende. A tentativa de dismantelar o discurso de Menchú está relacionada ao fato dele ser contra a luta armada promovida por parte da esquerda na Guatemala, que segundo ele foi um erro que deixou a população aprisionada entre o exército e a guerrilha. Ele justifica a violência do Estado como se essa tivesse sido uma contrapartida ao movimento guerrilheiro. O fato é que a verdade da narrativa é o que menos importa, sua crítica a veracidade do testemunho é, na realidade, uma crítica a luta armada. Mesmo que ele busque na ciência autoridade acadêmica para sua posição, não se trata da defesa de um discurso objetivo versus um discurso subjetivo, mas sim uma diferença entre duas posições políticas.

O que de fato remete o discurso de Stoll é uma estratégia conservadora de culpar a vítima e desqualificar o discurso que emerge da margem para o centro e que de alguma forma desprestigia a autoridade do escritor letrado. Dessa forma, o autor conclui que o discurso de Stoll é eco de uma sociedade amarrada um passado que não passa e que sempre se repete.

O que vemos no discurso de Stoll é uma disputa de ideologia em que ele usa a dimensão parcial da verdade como justificativa para introduzir no meio acadêmico a sua concepção ideológica. Na prática, são os que detinham o poder da enunciação da grande literatura questionando seu espaço perdido, para isso colocam em questão a dimensão da verdade no discurso dos sujeitos sociais que até aquele momento foram silenciados e ignorados pela história oficial.

Referências Bibliográficas

ACHUGAR, Hugo; BEVERLEY, John (Orgs.). **La voz del otro: testimonio subalternidad y verdad narrativa**. Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002.

“A contrapelo da história”: alegorias benjaminianas por uma narrativa revolucionária

Rodrigo Rocha Rezende de Oliveira
Mestrando em Filosofia
Universidade Federal de Ouro Preto
rodrigorochedoliveiracod@gmail.com

Resumo: Nesta abordagem procuramos expor a intermediação dialética entre a escrita alegórica adotada por Benjamin no contexto de escrita das teses “Sobre o conceito de história” (1940), e o posicionamento crítico político do autor; objeto que é tomado por nós como atividade transversal a inteireza do corpus benjaminiano. Viemos estimar assim, o que há de conformação ou, afinidade entre, a apresentação do texto e o seu conteúdo (ideológico) engajado, considerado isso como um momento que se dá em torno das transformações sociais e históricas pertinentes à construção da obra. A partir da leitura basilar de Michael Lowy (2003), compreendemos que a decisão promovida por alguns círculos hermeneutas (na França e nos EUA) entre o perfil intelectual de Benjamin situado nos campos estético e lingüístico, apartado de seu trabalho estritamente crítico e marxista, com enraizamento na teoria social, permanece passível de superação. Isto significa para nós outra via interpretativa, desenvolvida justamente através do preenchimento dessa lacuna, qual aparece aberta entre a teoria da alegoria (BENJAMIN, 2013); o espólio das imagens dialéticas e, sobretudo, a narrativa histórica (BENJAMIN, 2012) — o que descarta atribuir fases periódicas tão limitantes ao pensamento do autor. Além do mais, nos dedicamos em alargar as possibilidades de análise a partir da teoria da alegoria situada no coração da modernidade, a fim de abordar essa mesma modernidade enquanto fator pertinente à frente estético-vanguardista com a qual Benjamin interage diretamente. Portanto, assumimos antemão, que o aspecto textual (estilístico) das alegorias, leva o leitor das “teses” ao contato com uma composição que acentua o movimento revolucionário denominado por Benjamin “a contrapelo da História” — expressão que aparece inscrita na tese de número VII. Porque Benjamin está imbuído de certa reformulação extremamente prolífica nas formas de escrita da textualidade filosófica — desde a sua preocupação metodológica — o que devemos inspecionar afinal, passará por uma consonância às diversas matrizes que foram religadas neste documento segundo a experiência da escrita benjaminiana.

Palavras-chave: História, Walter Benjamin, alegoria

Introdução

Os anos finais da curtíssima vida de Walter Benjamin (1892-1940) são marcados por episódios que nos ajudam a esboçar toda uma atmosfera de extrema opressão e mazelas às quais o pensador alemão de origem judaica sofreu na pele o mais radicalmente. Episódios que recontam um tempo de sombras que assolaram a Europa e o mundo, e levaram a cabo uma força de destruição inestimável, de caos e desgraça aterrorizantes para toda a humanidade.

O fascismo posto em ato também no Brasil, que desde os anos 20, sob a presença do Departamento de Ordem Política e Social o “DOPS”, realizava a censura, anota ao “canto de rodapé” uma passagem lamentável neste infeliz inventário biográfico.

Ocorre que Benjamin quase veio para USP sob a intermediação de Eric Auerbach, num trâmite registrado em carta datada de 23 de setembro de 1935.¹

Nos comentários de Michael Lowy (2005), melancolicamente, o autor explora uma imagem relacionada ao curioso caso logo na “Apresentação à edição brasileira” para o título: *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*. O estudioso da obra de Benjamin recria uma atmosfera de tensão em que a possibilidade do filósofo alemão vir para o país se esfumara nas redes da burocracia que tanto conhecemos. Lowy remonta a um episódio fictício de uma intervenção violenta na qual o próprio “DOPS” prenderia e julgaria o ameaçador personagem comunista.

Alguns escritores brasileiros deveriam inventar um conto com a história imaginária da estadia do ilustre exilado antifascista no Brasil dos anos 1930: sua chegada a Santos em 1934, onde teria sido recebido por alguns colegas da USP de sensibilidade progressista; suas primeiras impressões sobre o país e sobre São Paulo, a Universidade [...] sua prisão pelo Dops em 1935, denunciado como agente do comunismo internacional; seu interrogatório policial, na presença de um representante da Embaixada Alemã; seu encarceramento em um navio-prisão, onde encontra e se torna amigo de Graciliano Ramos; as notas que toma num caderno, tendo em vista um ensaio comparando Graciliano com Brecht [...] (LOWY, 2005, p.9).

Factualmente, daí a alguns anos, entre os meses de setembro e novembro de 1939, Benjamin fica preso na França e é enviado a um “campo de trabalhadores voluntários”, situado próximo a cidade de Nevers, a duzentos e sessenta quilômetros de Paris. Todavia, sob a influência política de amigos franceses, Benjamin consegue uma liberação para retornar à capital, onde já encontra uma cidade em situação de alerta geral.

Doente do coração e cansado, Benjamin hesita entre aqueles trabalhos que escolheria renunciar ou terminar durante o período de perseguição. E neste contexto, Benjamin procura até o fim uma fuga para as Américas, dialogando juntamente ao consulado americano, o Instituto de Pesquisa Social e especialmente Horkheimer. Num processo desesperado sem muito sucesso inicial. Que veríamos terminar, em um desfecho macabro e inevitavelmente impresso na produção última do filósofo.

¹ Segundo Michael Lowy: “Este documento foi descoberto alguns anos atrás pelo pesquisador Karlheinz Barck, nos arquivos de Benjamin conservados na Academia de Artes da República Democrática Alemã” (LOWY, 2005, p. 9).

Apesar de tudo, na primavera de 1940, Benjamin escreve as teses *Sobre o conceito de história*, “pensadas ao mesmo tempo como reflexão fundamental sobre a essência do tempo histórico e sobre as tarefas do historiador materialista [...]” (WITTE, 2017, p.140). Em letra de espírito combativo e completamente imerso na sua vivência de refugiado, o texto foi primeiramente endereçado apenas aos colegas mais próximos, dentre os quais estão Theodor Adorno e Hanna Arendt — justamente por conta da sua conjuntura política e social.² Preservado segundo o teor previsivelmente controverso que alimentaria no universo de leitores judeus e marxistas que o pensador visionário, inevitavelmente atingiria, com suas imagens e alegorias com dimensões catastróficas.

Finalmente, já nos seus estertores, com as tropas nazistas em território francês, Benjamin consegue o tão esperado visto para os Estados Unidos, mas uma retenção policial na fronteira franco-espanhola de Portbou o levou a se decidir pelo suicídio na data 27 de setembro do mesmo ano em que escreveu as teses.

Sobretudo, reiteramos que a carga afetiva e biográfica a que nos referimos nessa brevíssima introdução, parece estar completamente ligada às escolhas interpretativas que cada um dos comentadores transpõe nas chaves que recriam para adentrar o hermetismo da última obra de Walter Benjamin.

Encruzilhada: religião, política e estética nas teses *Sobre o conceito de história*

Dentre os mais variados problemas que as teses *Sobre o conceito de história* trazem na sua complexidade de colorações e tonalidades literárias, também em termos de articulação polissêmica das vertentes especulativas atrelados a ela, está sua matéria heterodoxa. Ao adentrar no seu âmbito conceitual por diferentes motivos, um dos motivos que enxergamos como dos mais importantes é o fato de que Benjamin trata da esfera política, com a voz poética, de um judeu revolucionário. Seu aparato conceitual toma direções que invocam toda a experiência de um coletivo massacrado; e que nas palavras do crítico marxista dispõe da figura alegórica e mística no seu profundo engajamento.

² Podemos conferir nesta breve passagem de J. M. Gagnebin: “A esperança era que esse ruído se tornasse um grito que todos escutariam: que essas mortes não fossem em vão, mas anunciasse um novo devir que nos cabia realizar. [...] Esperança e exigência profundamente benjaminianas como a leitura das teses *Sobre o conceito de história*, último texto do autor, o mostra. Ao lado desse último esboço (em cartas, Benjamin diz claramente que não pensa em publicar as “teses” tais quais, porque, nessa sua forma, elas poderiam suscitar muitos mal entendidos)” (GAGNEBIN, 2018, p.9)

Neste sentido, Michael Lowy (2005) defende que não poderíamos relegar a Benjamin nada menos que sua liberdade intelectual atestada, nos limites daquilo que vivenciou em termos de identidade e políticos. O que nos revela que nenhuma escola com seus portões cerrados o limitariam na sua fortuna crítica.

Didaticamente Lowy (2005) nomeia algumas destas tendências hermeneutas aos comentários benjaminianos para nosso conhecimento prévio, antes de procurar desfazer a concepção equivocada que cada qual delas incorre:

1. A escola materialista: Walter Benjamin é um marxista, um materialista conseqüente. Suas formulações teológicas devem ser consideradas como metáforas, como uma forma exótica que acoberta verdades materialistas. É a posição que Brecht já enunciava em seu Diário.
2. A escola teológica: Walter Benjamin é antes de tudo um teólogo judeu, um pensador messiânico. Para ele, o marxismo é apenas uma terminologia, uma utilização abusiva de conceitos como o de “materialismo histórico”. É o ponto de vista de seu amigo Gershom Scholem;
3. A escola da contradição: Walter Benjamin tenta conciliar marxismo e teologia judaica, materialismo e messianismo. Mas como todos sabem, os dois são incompatíveis. Daí o fracasso de sua tentativa. É a leitura que fazem tanto Habermas quanto R. Tiedemann. (LOWY, 2005, p.36).

Contrariamente a tais divisões, Lowy retoma esses momentos para sugerir que Benjamin permaneceria naturalmente inadequado aos quadros formulados. Diria Lowy, “W. Benjamin é marxista e teólogo.” (LOWY, 2005, p.36). Isto é, sua formação heterodoxa, portanto, viria suplantando as molduras impostas por um tipo de caracterização que carece de uma maior *dialetização* histórica. Porquanto, uma ótica fixada em caracteres isolados e não compreendidos na sua complexidade e devir, seriam estranhas ao seu potencial crítico.

Ainda, ao largo deste reparo, a professora Jeanne-Marie Gagnebin contesta tal alternativa e procura interpretar a obra mais proximamente dos conceitos concatenados pela filosofia da história em questão. Destarte, Gagnebin acorda outra tarefa para abordagem do texto benjaminiano que escaparia de todos aqueles comentários supracitados — inclusive da margem que Lowy explora. Sobremaneira, segundo Gagnebin, o comentário de Lowy também declinaria a um novo princípio de enquadramento que assalta o verdadeiro alcance da constelação conceitual sobrevinda em Benjamin.³

³ Sobre isso J. M. Gagnebin anota: “As análises de Lowy são muito ricas e muito esclarecedoras do ponto de vista histórico, mas não conseguem, parece-me, dar verdadeiramente conta da consistência teórica da reflexão benjaminiana.” (GAGNEBIN, 2013, p8).

No seu desenvolvimento interpretativo, Lowy denomina Benjamin um “romântico revolucionário”, ou ainda, “um nostálgico do passado que sonha com o futuro” (LOWY, 2005, p.14). Um marxista inspirado nas fontes do comunismo primitivo para fundamentar uma nova agenda revolucionária.

Tipologia esta, que Gagnebin critica na sua figura mais forte de interpretação sob o seu excessivo esforço realista no resgate de um espectro arcaico apoiado especialmente sobre o conceito de origem. Ditado por um tópico que prejudica a verdadeira abertura ao conceito de origem firmado não na cronologia (passado/presente/futuro), mas quando sim, na característica intensiva do tempo. E para entendermos melhor essa transição, cito o trecho de Gagnebin que discorre sobre o problema conceitual em que estão envolvidos os comentários entrecruzados:

Lowy insiste sobre o lado arcaizante desse conceito e, embora mencione a crítica de Adorno a este respeito, continua a defender este arcaísmo latente como uma contribuição decisiva e positiva para a teoria da história e da revolução em Benjamin: “sua démarche, característica do romantismo revolucionário, tece relações dialéticas entre o passado pré-capitalista e o futuro pós-capitalista, a harmonia arcaica e a harmonia utópica, a experiência antiga e a futura experiência liberada. (GAGNEBIN, 2013, p.8).

Sendo assim, Gagnebin desloca para o centro das discussões, a fim de recriar uma ótica mais apurada, que revele o lugar epistemológico ainda mais fiel ao texto de Benjamin, o conceito de história original, ou *Urgeschichte*. Conceito que modifica o módulo dos comentários e implica uma diferença radical entre o que cada qual destes releva sobre a compreensão do tempo que sustêm o pensamento benjaminiano e sua filosofia da história.

Se por um lado, Lowy destaca o sentido arcaizante da noção de origem (*Ursprung*) pertinente ao conceito de história que está em vigor, Gagnebin enxerga nesse ponto do seu plano certa tendência a uma fixidez cronológica estranha à teoria implicada.

Para Gagnebin, o conceito de história provindo do texto benjaminiano nos indicaria uma “apreensão do tempo histórico em termos de intensidade e não de cronologia” (GAGNEBIN, 2013, p.8). Ou seja, a noção de origem, não estaria sobre uma linha estendida que interliga o passado, ao presente e o futuro, *au-delà*.

Enfim, da cesura que perfaz o conceito de origem e pré-história, ao salto entre as revisões que acessamos, podemos precipitar, enfim, a teoria sobre as alegorias, por outra

corrente interpretativa que interliga o *Prefácio de Origem do Drama Barroco Alemão* (1923) às “teses”.⁴

Alegoria e redenção

As teses *Sobre o conceito de história* escritas abaixo das sombras fascistas, distribuídas aos cuidados dos poucos e seletos amigos, nos chamam atenção também para sua forma sibilina e alegorizante. Na sua forma de apresentação (*Darstellung*), no texto alegórico das “teses”, transporta-se uma recepção que acompanham rupturas e renovado fôlego.

Uma espécie de repercussão imaginária nas alegorias se torna potencialmente múltipla no decurso temporal, e cada aparecimento imagético se torna outro, contrariamente ao símbolo que traduz a imediatez dos fenômenos. Este procedimento que tem a ver com um anseio pela destruição, no encaminhamento estético da imagem justamente de um mundo impregnado por uma revelada realidade catastrófica.

Na descrição de Maria João Cantinho:

O olhar saturnino do alegorista tende à dissipação e à desintegração ínsitas à própria significação (a ordem da significação é a da repetição infinita), pois, seduzido pela promessa de um saber infinito, livre e transcendente, pela promessa da *lúmen natural* e do saber, move-se no *reino das significações*, perdendo-se dialeticamente de símile em símile, em direção ao abismo do mal e do saber, isto é, em direção ao reino de Satã, onde apenas reina a noite eterna da tristeza e da melancolia, iluminada pelo clarão subterrâneo que irrompe das profundezas da terra. Trata-se da ilusão de um saber que descobre nele próprio a sua aniquilação. (CANTINHO, 2015, p.77).

Olhar o passado sob esse prisma requer da rememoração nos faz romper com a brutalidade de todo discurso hegemônico que na sua pretensão de verdade, destaca uma causalidade histórica a partir da narrativa retilínea e positiva.⁵ Pretensão que passa por uma adoção de determinada textualidade que elimina qualquer nuance ensaística, a guisa da descrição finalista e fatalista de todos os fatos históricos.

O que chamamos atenção enquanto esfera estética das “teses” requer a percepção de que uma alegoria para além da sua artificialidade escritural pautada pelo desenrolar temporal, e principalmente, traduz uma filosofia contaminada pela arte. Seu engajamento contra os

⁴ Anteriormente, notamos que Gagnebin registra esse movimento na obra de Benjamin ao dizer que: “[...] o movimento constitutivo da origem, ao mesmo tempo de restauração e de dispersão, caracteriza vários momentos essenciais da reflexão de Benjamin, em particular sua teoria da alegoria” (GAGNEBIN, 2013, p.9). “Restauração e dispersão” que são próprios ao pensamento alegórico rearticulados no jogo da modernidade e que estão associados intimamente aos valores da “efemeridade e eternidade” (GAGNEBIN, 2013, p.9) presenciados, enfim, no pensamento de Benjamin.

⁵ Sobre a forma do ensaio estamos nos referindo à ADORNO, 2003.

ideais de progresso e o positivismo de que falamos, está diretamente apresentado enfim, no teor poético de cada uma das “teses”.

Tomemos a seguir o exemplo da emblemática tese de número VII — parcialmente mutilada por força de nosso intuito contextual:

[...] Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas também à corvéia dos seus contemporâneos. Nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN *apud* LOWY, 2005, p.70).

Os termos relacionados à exploração do trabalho e à transmissão narrativa da história atestam o insumo da diferença que o historiador materialista exercita ao se distanciar tanto do materialista “grosseiro” e ortodoxo, quanto do cientificista “caolho” e objetivo. E na imagem da escovação “a contrapelo da história” entrevemos, não somente o movimento que dirige a ótica crítica e complexa, mas concomitantemente, uma metáfora reflexiva, que acompanha a revolução no seu estado latente.

Na escovação que age na direção contrária do pêlo assentado, inscreve-se alegoricamente a resistência do instrumental hermenêutico para uma atividade historiográfica crítica. Toda a sujeira da caspa que está armazenada ali se espalha no ar enquanto o engano do brilho aparente, que reluzia na passividade conforme, coloca à disposição do vento, aquilo que o vencedor friamente defendera como posse.

Conclusão

Analisar as teses *Sobre o conceito de história* interpõe ao comentário o descaminho por sendas que, como em todo texto crítico, abrem-se indeterminadamente, a perspectivas inesperadas. A forma da alegoria alardeia este impasse e a quebra da intencionalidade o caráter de desvio que Benjamin afortunava no *Prefácio Epistemológico Crítico* do texto sobre o *Drama Barroco Alemão*. Em nossa pesquisa, visamos religar o movimento dessa cadeia de ensaios e imagens ao teor fragmentário que Benjamin defendeu como fundamento para o desmonte do positivismo historicista. Todo esforço que empregamos vai ao encontro da

concepção de constelação que Walter Benjamin indicou à posterioridade com a ponta dos dedos e a língua afiada.

Referências Bibliográficas

ADORNO. **Ensaio como forma**. Notas sobre literatura I. São Paulo: Editora 34, 2003.

BENJAMIN, Walter, **O Anjo da História**, Tradução de João Barrento, São Paulo. Autêntica, 2ª Ed., 2012.

_____. **Origem do Drama Barroco alemão**. Tradução de João Barrento, São Paulo. Autêntica, 2ª Ed., 2012.

CANTINHO, Maria João, **O Anjo Melancólico: Ensaio sobre o conceito de alegoria na obra de Walter Benjamin**, Paris. Nota de Rodapé Edições: 2015.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie, **História e narração em Walter Benjamin**, São Paulo. Perspectiva, 2009. (Estudos; 142 / série dirigida por J. Guinsbourg).

LOWY, Michael, **Walter Benjamin: Aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant; Tradução das teses, Jeanne-Marie Gagnebin; Marcos Lutz Muller, Paulo. São Paulo: Boitempo, 2005.

Empatia, humanidade e compreensão histórica em *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* de Philip K. Dick

Taynna Mendonça Marino

Mestranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo

taynnammarino@gmail.com

Resumo: Essa comunicação consiste em um estudo partindo da análise da obra de ficção científica *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* de Philip K. Dick, visando evidenciar de que forma ela fomenta o debate posto no pós-guerra em torno do uso da ciência e da tecnologia para aprimoramento humano, para levantar de que forma essas transformações tem afetado, ou podem vir a afetar, a própria possibilidade de compreensão histórica. O problema sobre o qual me debruçarei será especificamente de que modo o conceito de empatia foi mobilizado nessa narrativa distópica enquanto uma habilidade ou faculdade inerente à humanidade, mas que por muitas vezes é posta em xeque. Assim, pretendo compreender o problema da empatia atrelando-o ao problema da própria concepção de humanidade e de História que está em transformação.

Palavras-chave: História, empatia, humanidade, compreensão.

Nessa comunicação, pretendo apresentar em linhas gerais a pesquisa que estou desenvolvendo na minha dissertação de mestrado e que ainda estou afinando o argumento por meio de leituras. A proposta da minha dissertação é desenvolver um estudo sobre o conceito de empatia a partir da obra de ficção literária distópica *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* de Philip K. Dick, articulando às ideias de humanidade e compreensão. Meu intuito é analisar de que forma a ideia de empatia é mobilizada na obra ficcional para depois historicizá-la enquanto conceito desde sua presença na matriz hermenêutica até suas transformações nas últimas décadas do século XX.

Nas últimas décadas, o conceito de empatia tem assegurado um espaço bastante proeminente tanto no discurso acadêmico quanto no público, ganhando papel central em áreas como psicologia, psicanálise, antropologia e neurociência, assim como em diferentes campos de pesquisa social e cultural. O meu intuito é problematizar a empatia relacionando-a com concepção de humanidade inventada pela História singular e com o debate sobre a compreensão histórica, de modo a trazer a empatia para o campo da Teoria da História como uma forma de instrumentalizar a noção de compreensão do outro e da própria História.

Fazendo uma breve apresentação do livro sobre o qual partimos com a análise. A obra *Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?* publicada em 1968 pelo autor americano Philip K. Dick, retrata um futuro distópico após o acontecimento apocalíptico da denominada Guerra Mundial Terminus que gerou catástrofes ambientais e ecológicas sem precedentes, dizimando inúmeras espécies de animais e plantas, além de ter carregado a atmosfera terrestre de partículas radioativas que mesmo após anos do fim da guerra, ainda surtia efeitos desastrosos capazes de modificar geneticamente seres humanos ou até causar infertilidade. Com o fim da guerra, a Terra se tornou um lugar inóspito e a humanidade se viu forçada a migrar para colônias em Marte. O cerne da obra sobre o qual pretendo me debruçar é a relação conflituosa entre humanos remanescentes na Terra e androides fugitivos das colônias que resolveram habitar a Terra clandestinamente. Os androides, que inicialmente teriam sido desenvolvidos como arma de guerra, tornaram-se obsoletos com o fim dela e passaram a ter uma nova utilidade: servir aos humanos que migrassem para as colônias. Dessa forma, a imigração forçada poderia ser menos dolorosa com o incentivo de ter um androide como servo. Na Terra, só permaneceram alguns humanos que não quiseram emigrar ou os que foram modificados pela radiação, vistos como “especiais” por terem desenvolvido algum tipo de deficiência mental. Nesse cenário em que humanos remanescentes e androides fugitivos habitavam a Terra, caçadores de recompensa tinham o trabalho de “aposentar” (leia-se, eliminar) os androides que se passavam por humanos, tendo em vista que eles ofereciam uma “ameaça” à humanidade. Os androides eram robôs humanoides com características orgânicas idênticas aos humanos e por isso poderiam passar despercebidos entre eles. Por conta disso, escalas de detecção, tal como o teste de Turing, foram desenvolvidas para identificar androides disfarçados. Dada a ineficácia de testes de inteligência, haja vista que os androides evoluídos poderiam ser tão ou mais inteligentes que os humanos, uma nova escala foi desenvolvida e o seu princípio de diferenciação consistia em identificar a ausência em androides de uma habilidade genuinamente humana: a empatia. A empatia se apresenta como um elemento que serve tanto para diferenciar humanos e androides quanto para resgatar uma coesão social perdida da humanidade com o trauma do pós-guerra. A humanidade não mais se reconhecia, a guerra não a dividiu em vencedores e vencidos, todos haviam perdido. Ainda assim, amparada pela ideia de empatia, a humanidade considerava os androides como inimigos que precisavam ser derrotados.

A partir da relação conflituosa entre humanos e androides na obra de Philip K. Dick, temos que a ideia da empatia suscita reflexões tanto sobre sua contribuição para o caráter da

humanidade quanto sobre a sua serventia para com a compreensão histórica. O argumento teórico que pretendo desenvolver é compreender a empatia como a habilidade pela qual o ser humano compreende o outro e o mundo externo e relacioná-la aos conceitos de humanidade e compreensão em uma tríade em que todos eles estão interconectados. É sobre isso que pretendo discorrer doravante.

Desde a sua institucionalização, a História disciplinar tem sido atrelada à história da humanidade. De acordo com as investigações de Koselleck (2006), o surgimento da história da humanidade coincide com o próprio nascimento do conceito ocidental moderno da História, no final do século XVIII e início do XIX, momento no qual pode-se observar a gradual substituição do termo *Historie*, pluralizável, pelo singular *die Geschichte*.

A história da humanidade foi contada pelas recém-criadas filosofias da história de diversas formas e com várias ênfases, que vão desde o pensamento iluminista e sua ideia de “perfectibilidade” dos seres humanos, até os críticos dessas tendências universalizantes e de seu excesso de confiança na razão. As filosofias da história da modernidade ocidental subsequentes, mesmo que não compartilhassem das mesmas esperanças do Iluminismo, tinham a humanidade como seu assunto central. Aliás, elas ou discordaram amplamente sobre a questão de qual faculdade ou capacidade particular definiria os seres humanos e forneceria o terreno para unir todos e cada ser humano na coletividade da humanidade, ou, em algumas versões, nem sequer sustentaram necessariamente a opinião de que existiria uma certa capacidade ou faculdade que essencialmente definiria a humanidade.

Com as críticas proferidas à história da humanidade, que tentaram fragmentá-la e descentralizá-la, a história em si passou a ser criticada por sua pretensão ao universalismo e alguns autores, como é o caso de Foucault, passaram a profetizar o desaparecimento do humano como algo que precisaria ser ponderado nas narrativas sobre o passado. Foucault fecha *As palavras e as coisas* (1966) alegando que à medida em que certas disposições do conhecimento desaparecem, “então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (2007, p. 536), afirmando que a própria figura do humano constituído por esses mesmos arranjos também deveria desaparecer.

A partir da década de 1960, reverberaram-se discussões em torno do caráter irrealista da ideia de que a humanidade estaria progredindo em direção a um futuro melhor, do ceticismo em relação a esse progresso no interior da História, da incoerência do esforço da filosofia da história para moldar tal noção de História e do fim já proclamado das ideologias e

visões utópicas. Nas décadas de 1970 e 1980, foi a vez dos estudos pós-coloniais e de gênero criticarem essa concepção de história e humanidade assentadas no universalismo ocidental. Nas palavras de Zoltán Boldizsár:

Ao todo, a crítica pós-colonial e de gênero revela a história da humanidade como a história que ou exclui os outros tratando-os como “a-históricos” ou “não-históricos”, ou reforça violentamente sua posição particular sob o disfarce de universalidade em relação aos “outros” que são comprometidos com posturas diferentes e particulares. Por um lado, tal crítica implica dizer que não existe humanidade; que não existe coisa tal qual a maior narrativa histórica da própria história para a qual a humanidade poderia dar integridade como seu tema central. Por outro lado, não pode deixar de afirmar que as ferramentas conceituais que poderiam possibilitar histórias alternativas de sujeitos alternativos são necessariamente aquelas da história da humanidade; assim fragmentar e descentrar a história da humanidade por dentro é a melhor opção que existe (BOLDIZSÁR, 2018, p. 9).

No mesmo período em que o conceito de humanidade sofria duras críticas pelos estudos de gênero e pós-coloniais, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do pós-guerra passava a projetar a humanidade para um futuro pós-humano. O movimento transumanista, buscava criar algo “melhor que o humano”, transcendendo-o por meio da tecnologia. Zoltán Boldizsár sustenta que para além de um novo capítulo na história da humanidade, o transumanismo propõe-se como uma alternativa à história tal como o Ocidente a construiu e representa um sério desafio ao pensamento histórico. O caso do transumanismo indica muito fortemente como as projeções tecnológico-científicas do pós-guerra lidaram com a noção de humanidade e ao mesmo tempo profetizaram o seu fim. Para a pós-humanidade, a humanidade é universal mas não aparece como a promessa de um futuro melhor. Em vez disso, ela aparece como o obstáculo e uma limitação para o “não-humano melhor que o humano”. De todo modo, o desafio da pós-humanidade está longe de romper com a ideia de humanidade que sempre esteve atrelada à história da História em si. Em outras palavras, a pós-humanidade aparece como “o outro temporal da humanidade” e o desafio de sua natureza paradoxal reside no confronto entre o aspecto da temporalidade e o aspecto da alteridade.

Em *Androides Sonham*, a humanidade é aprimorada por meio de aparatos tecnológicos, como o sintetizador de ânimo (um aparelho onde é possível programar o que se quer sentir) e a caixa de empatia (uma espécie de videogame que tem a função de conectar virtualmente as pessoas, produzindo uma sensação de conforto e integração), que modificaram a forma como ela se identificava e interagia com o mundo, tornando-a programável, apática, tal como o androide supostamente seria. Apesar da pretensão de aprimorar a existência humana, a distopia de Philip K. Dick retrata uma pós-humanidade

fracassada e que encontra nos androides um bode expiatório para todas as mazelas do mundo. Enquanto a humanidade se vê cada vez mais parecida com a máquina, desumanizando-se, o androide por vezes se parece com o humano, não apenas em aparência, mas ao demonstrar emoções que só humanos seriam capazes de ter, tal como alegria, medo, tristeza. De todo modo, a empatia na obra de Dick é a habilidade que pretensiosamente definiria esse “outro temporal” da humanidade e a diferenciaria do androide.

O conceito de empatia contém diversas conotações baseados em diferentes explicações sobre afetos humanos, estrutura fisiológica do indivíduo e comportamento emocional em relação a outros pares e mundos externos. Para Sigrid Weigel (2017), a empatia pode ser entendida tanto como parte da interdependência entre membros de um determinado grupo como forma de coesão social, quanto como uma atitude humana dos indivíduos em relação ao estado emocional do outro como um modo de intersubjetividade. É nessa segunda dimensão que pretendo relacionar empatia com a ideia de compreensão.

Nas primeiras décadas do século XIX, Schleiermacher (2003) deu forma sistemática e geral à hermenêutica, trazendo-a para o campo da filosofia. A hermenêutica passou a ser compreendida como uma teoria geral da compreensão, a partir da qual se poderia estabelecer os princípios gerais de toda e qualquer compreensão e interpretação de manifestações linguísticas.

No fim do século XIX, momento em que a escrita histórica passou a ser discutida como produto da profissionalização da disciplina, surgem as primeiras historiologias sistemáticas, a saber, os conjuntos de discursos meta-históricos preocupados em compreender o trabalho feito pelos historiadores. Tal com assevera Allan Megill (2016), as historiologias emergem de uma preocupação a partir da tensão entre a proclamação científica e a crescente influência cultural da ciência natural e do positivismo. No entanto, a reivindicação dos positivistas de possuírem o método científico correto opôs-se à reivindicação da História de ser uma ciência, já que os historiadores não se viam como articuladores de leis universais e acreditavam que a história envolvia considerações éticas e espirituais, além daquelas materiais.

Nessa esteira podemos destacar as proposições de Droysen e Dilthey como diametralmente opostas às do positivismo. Droysen (2009) sustentou que a história preocupava-se com um mundo ético irreduzível ao mundo ideal ou material e Dilthey (2010) propôs que as Ciências Naturais seguiam o método da imparcial explicação (*Erklären*), enquanto as

Ciências Humanas seguem o método da compreensão (*Verstehen*). Neste último, o objetivo do investigador é compreender o espírito incorporado aos produtos culturais e eventos históricos, bem como as intenções que estão por trás de tais produtos e eventos.

A partir das formulações de Schleiermacher, Droysen e Dilthey, tenho buscado inserir e desenvolver as contribuições da hermenêutica para a compreensão do outro e da História em si, buscando conectá-la ao surgimento do conceito de empatia (*Einfühlung*) do campo da teoria estética do século XIX.

O recorte da minha pesquisa corresponde à historicização do conceito de empatia desde sua aparição ainda no contexto alemão do século XIX com a ideia de *Einfühlung* até o século XX com a tradução para o inglês e as consequentes adaptações para outras línguas, para, por fim, atentar às transformações do conceito no período do pós-guerra, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, influenciadas sobretudo por estudos pós-coloniais e de gênero, momento em que é publicada a obra de Dick.

Minha pesquisa se organiza em três seções (ou capítulos): a primeira em que mapeio o campo semântico do conceito de empatia bem como este foi desenvolvido na obra de ficção literária que é o objeto de meu trabalho; em seguida, pretendo produzir uma história do conceito de empatia dentro da matriz hermenêutica-historicista a partir de um estudo da ocorrência do conceito nas obras de Schleiermacher, Droysen, Dilthey, Husserl, Edith Stein, Walter Benjamin, entre outros; para, por fim, conectá-la às discussões sobre epistemologia conectada à produção de alteridades, compreensão do outro e, em última instância, compreensão histórica – noções dependentes da conformação de uma determinada ideia de empatia.

À luz dos movimentos sociais do final da década de 1960 e início de 1970, a ideia de empatia sofreu uma ampliação prática e passou a ser vista como uma precondição social necessária para o comportamento pró-social, aproximando-a dos conceitos de compaixão, altruísmo e solidariedade. A definição corrente da empatia como “a habilidade de pôr-se nos sapatos de outro”, em que o indivíduo coloca-se na situação de outro ou experimenta as mesmas emoções, é formada por múltiplos processos cognitivos e afetivos. Catrin Misselhorn (2009) os divide em três: saber o que a pessoa está sentindo; sentir o que a pessoa está sentindo; e responder compassivamente à angústia ou sofrimento dela. Assim, saber o que o outro sente não implica em partilhar do mesmo sentimento ou em reagir de forma solidária. Empatia não é o mesmo que identificação. Da mesma forma, a ideia de que haveria uma “falta

de empatia” significa dizer que a humanidade estaria esquecendo de sua capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender o outro e seus estados emocionais como uma “transposição imaginativa” ou uma “tomada de perspectiva” em que o outro não é compreendido em sua semelhança com o “eu”, mas em sua alteridade.

Por fim, a ideia de empatia se relaciona com os conceitos de humanidade e compreensão. Acredito que essa tríade me oferece uma chave de resposta, onde é possível empreender a empatia como uma faculdade do método histórico que permite acessar a compreensão do outro. Apesar de que “pôr-se nos sapatos do outro” é apenas uma metáfora para uma habilidade que requer esforço de compreensão e labor imaginativo, não podemos dizer que não é possível, apenas que a empatia nos oferece uma ferramenta que tem possibilidades e limites de atuação.

O que tenho buscado nessa pesquisa é investigar o papel da empatia para a compreensão histórica, remontando às teorias de compreensão da hermenêutica romântica e contemporânea. Se a própria História está atrelada à história da humanidade, a compreensão do outro e de si próprio da humanidade é dependente da capacidade ou da tarefa empática. O ser humano é empático na medida em que lhe é possível compreender o outro e a si mesmo.

Referências Bibliográficas

BOLDIZSÁR, Zoltán. The Story of Humanity and the Challenge of Posthumanity. **History of the Human Sciences**, July 2018.

DICK, Philip K. **Andróides sonham com ovelhas elétricas?** São Paulo: Aleph, 2017.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Trad. Marco Casanova. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DROYSEN, Johann G. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HARRINGTON, Austin. Dilthey, Empathy and Verstehen: a contemporary reappraisal. **European Journal of Social Theory**, v. 4, n.3, p.311-329, August 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LUX, Vanessa; WEIGEL, Sigrid. **Empathy: Epistemic Problems and Cultural-Historical Perspectives of a Cross-Disciplinary Concept**. Bochum: Palgrave Studies in the Theory and History of Psychology, 2017.

MEGILL, Allan. Historiologia/Filosofia da escrita histórica. In: MALERBA, Jurandir. **História e narrativa: a ciência e arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MISSELHORN, Catrin. Empathy and Dyspathy with Androids: Philosophical, Fictional and (Neuro-)Psychological Perspectives. **Konturen**, v. 2, 2009.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. D. E. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. Trad. Celso Reni Braidá. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

ST 06

**Entre Memória e História:
Usos, fontes e análises sobre
a memória no fazer histórico**

Entre caminhos e pegadas: os lugares de memória escrava em Diamantina-MG

Ana Rosa Silva Lima

Graduanda em História

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

arqueoana@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca compreender a cidade de Diamantina-MG enquanto lugar de memórias escravas. Levando em consideração o significativo contingente escravista que aqui viveu entre os séculos XVIII e XIX, pretende-se associar os conceitos de memória, história e identidade às paisagens da cidade. Embora o foco da pesquisa esteja voltado para o Caminho dos Escravos, no intuito de entender este lugar como (re)produtor de memórias dos que ali viveram e socializaram, toda a cidade de Diamantina é vista como patrimônio imbuído de significados e, dessa forma, os lugares são entendidos como testemunhos históricos.

Palavras-chave: Memória, patrimônio, escravidão.

Introdução

Há diferenças fundamentais entre memória e história. Embora as duas evoquem um tempo comum, ou seja, o passado, elas não se confundem. Segundo Pierre Nora (1984), a memória é um processo vivido, em evolução permanente levando em consideração que esta é conduzida por grupos vivos. A história, no entanto, é registro, problematização, distanciamento, crítica, e reflexão.

A história remonta ao passado e quer conhece-lo, enquanto a memória “é um fenômeno sempre atual” por ser vivida. Esta última não tem passado porque se reporta eternamente à herança, à tradição. Enquanto a história é consciente porque racionaliza e, nesse sentido, é sempre relativa (NORA, 1984).

No entanto, acredita-se que também haja relatividade em torno da memória, no sentido que não se lembra de tudo que foi vivido. Assim, há escolhas por trás das lembranças mesmo que, por algumas vezes, involuntárias. Sabe-se que memória diz respeito a capacidade biológica/psicológica de guardar informações, não obstante, não é este o sentido que se pretende enforçar neste trabalho e sim discutir a memória enquanto elemento fundamental de um lugar.

Os lugares de memória são, antes de tudo, lugares de identidades. Compreender a paisagem enquanto memória é buscar um sentido identitário do sujeito com a paisagem,

entendendo que os indivíduos transformam os lugares que habitam ao mesmo tempo em que se deixam transformar por eles. Segundo Poulet, “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado” (POULET, 1992, 54:55).

Neste sentido, pretende-se compreender a memória enquanto coletiva e formadora de identidades grupais, ressaltando que este entendimento grupal “é afetivo e não, exclusivamente, físico” (D'ALÉSSIO, 1992-1993). Assim, os lugares físicos que perpetuam na paisagem da cidade de Diamantina-MG serão analisados enquanto lugares de memórias compartilhadas e preservadas.

A cidade de Diamantina foi escolhida para o foco da pesquisa não apenas pelo seu caráter patrimonial expressivo; mas, principalmente, pela quantidade de lugares de memórias silenciados em sua paisagem. Entre os séculos XVIII e XIX, Diamantina recebeu centenas de escravos, que viveram e (re)construíram suas identidades pelas ruas do Tejuco. Essas marcas deixadas pela sociabilidade fazem da cidade como um todo um lugar de memória coletiva.

Isto posto, pretende-se observar lugares específicos com o intuito de, a partir deles, observar dinâmicas sociais materializadas. Os objetos produzidos e/ou utilizados pelas pessoas que ali viveram dizem muito sobre os seus modos de vida. E, mais que isso, a paisagem que se formou no entorno desses lugares são imbuídas de memórias. A conclusão evidente é que o patrimônio, neste sentido, seria um lugar de memória, não a própria memória.

O *Caminho dos Escravos*, por exemplo, foi, no século XVIII, uma das principais vias de ligação entre Norte de Minas e Sul da Bahia. Era a trilha para animais e tropeiros, além de rota para os diamantes do velho Arraial do Tijuco. Leva o nome de *Caminho dos Escravos* por ter sido calçado por escravos no século XIX (de 1807 a 1823), a mando de Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, primeiro Intendente, de nacionalidade brasileira, facilitando o percurso entre Diamantina e o Distrito Minerador de Mendanha (SOUZA, 1993).

No entanto, sabe-se muito pouco sobre as relações de trabalho e sobrevivência que se formaram neste lugar. Por muito tempo, a história dos grupos subalternos foi silenciada pela historiografia. Não obstante, estes grupos falavam, muitas vezes a partir de suas ações. O objetivo é que, a partir do Caminho dos Escravos, dinâmicas da vida destes cativos possam vir a tona, a partir da história deste caminho e, de maneira especial, a partir da paisagem que se formou por trás desta sociabilidade.

Dessa forma, este projeto pretende unir a ideia de patrimônio, como preservador de uma memória, e do espaço, como veiculador da mesma. Assim, usaremos a categoria “lugares de memória” que observa o espaço físico (material) como suporte para a formação de uma memória coletiva, ou seja, imaterial.

Objetivos

Tem-se o objetivo de desvincular a imagem de lugares de memória apenas a museus, cemitérios e patrimônios tombados pelo IPHAN, partindo do pressuposto que todo o espaço onde houve sociabilidade compartilha memórias. Pois, como afirma Fortuna (1997 p.130), “a cidade é a imagem alegórica da sociedade” e esta é formada por “[...] múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem urbana.

Assim, as vivências sociais, principalmente relacionadas a cativos, ocorreram em todo o território brasileiro. Dessa forma, todos esses ambientes são lugares de memórias escravas e devem ser entendidos e preservados enquanto lugares de história(s). Atualmente, esta junção entre lugares de memórias, de histórias e de identidades passou a atrair um número muito maior de pessoas, que olhando, vivendo, reconhecendo e valorizando a cultura de outros povos, começaram a desejar transformar suas histórias, seus monumentos, suas manifestações culturais em patrimônio.

Portanto, não há sociabilidade que não tenha deixado marcas na paisagem. Entender estas “marcas” como reprodutoras de histórias de vidas é o fio norteador deste projeto. Assim, tendo como foco da pesquisa a cidade de Diamantina-MG, pretende-se identificar os seguintes pontos:

- De que forma a cidade como um todo pode ser entendida e preservada enquanto um lugar de memória.
- Reconhecer quais lugares foram marcados pelo contingente escravista que aqui viveram entre os séculos XVIII e XIX.
- Compreender como se deu a construção e o uso do Caminho dos Escravos e, principalmente, a relação afetiva entre os cativos e este lugar.

Pretende-se a partir da junção entre fontes escritas e fontes materiais perceber contextos intrínsecos à vida dos escravizados, levando em consideração que, no Brasil, apenas um em cada mil escravos sabia ler, portanto, a grande maioria dos registros escritos acerca deste contingente foi produzida pelo colonizador. Assim, “qualquer indício que revele a

capacidade dos escravos de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado” (REIS & SILVA, 1989, p. 15).

Por este motivo, os monumentos produzidos e/ou utilizados por este contingente muito tem a dizer sobre suas histórias e memórias. Mais que isso, toda a paisagem formada ao entorno destes lugares são marcadores destas identidades pois a paisagem também é formada por elementos nostálgicos que invadem sua essência e permitem se contaminar por outras memórias, outras recordações, outros lugares da memória evocadores de fragmentos do passado (COSTA 2008).

Justificativa

Entre os tópicos mnemônicos que mais tiveram destaque, os lugares de memórias tomaram forma de jargão, principalmente por instrumentalizarem a simpatia dos historiadores desejosos de entender e “dar voz” às populações que não teriam história, aqueles que outrora os historiadores chamavam dos “excluídos da história”. No entanto, este não foi um conceito criado no Brasil (SANTIAGO, 2015).

Devemos ir à historiografia da França para entender a emergência do lugar de memória. A sociologia francesa já transformara a memória em tema, quando Maurice Halbwachs realizara um salto epistemológico ao considerar que mais do que faculdade humana interior, a memória era marcada por um funcionamento coletivo.

Lugar de memória: história que ainda tem restos de memória. Não é apenas memória porque não é mais vivida, porque já houve uma ruptura com o eterno e o passado já foi reconhecido a ponto de se tornar arquivado, registrado como, por exemplo, em monumentos e museus. No entanto, é ainda memória porque comemora, sacraliza e celebra (D'ALÉSSIO, 1992-1993).

A razão principal de um lugar de memória é parar o tempo, impedir a morte e negar o esquecimento. Desta forma, os lugares de memória são o registro da identificação dos sujeitos com os lugares onde vivem e as possíveis relações descendentes desta identificação (LIMA, 2012).

A grande relevância em estudar estes lugares vai de encontro ao esquecimento. Pois, quando a memória de acontecimentos não tem mais o grupo que o viveu ou suportou suas consequências como suporte, ou seja, quando ela se fragmenta perante uma sociedade que não

se interessa por seus fatos, o único meio de salvar tais lembranças é escrevê-las pois “os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Em princípios do século XXI, os conceitos de história, memória e patrimônio começaram a ser repensados numa tentativa de assegurar a especificidade e a aproximação entre eles. A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades atuais. No Brasil, esta tendência reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes.

Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a "memória urbana"(ABREU, 2003).

Um importante motivo de entender a importância destes lugares perpassa a noção de passado e presente. É inegável o quanto ambientes usados concomitantemente entre senhores e escravos podem trazer a tona dinâmicas da sociedade diamantinense oitocentista. Não obstante, é preciso compreender, também, a relevância destes ambientes ainda para os dias atuais.

Não apenas como patrimônio turístico, estes lugares de memórias devem ser enxergados como preservadores de identidades. Levando em consideração que negros aqui escravizados eram, muitas vezes, de locais e etnias distintas, esta paisagem que hoje se formou refere-se a uma pluralidade de outros muitos lugares. Atualmente, onde há ruínas, deve-se perceber esta como uma forma de reconhecer o passado.

A percepção das relíquias, aparentemente, é tornada mais simples pela clara diferença entre as ruínas e o mundo atual, entre seus materiais e modos de representação tão diversos e tão ambicionados pelos atuais. As ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o corrido e o presente. As ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente (SANTIAGO, 2015, p. 258).

Muito se discute sobre patrimônio e seus variados tipos enquanto veiculadores de memória. Um dos debates mais famosos deste contexto é o proposto por Alois Riegl numa conceituação que tem sido atualizada por muitos autores dos estudos patrimoniais, nele o patrimônio pode carregar: valor de antiguidade, de comemoração e valor histórico. Este

último refere-se à capacidade do objeto e/ou do lugar em construir uma narrativa para o passado do qual é prova, preservando sua história e sua memória (CHOAY, 2001).

No intuito de justificar o estudo de lugares de memórias escravas, para além da (re)construção de histórias perdidas pelas fontes escritas clássicas, pode-se inferir uma melhor preservação destes ambientes. O *Caminho dos Escravos* é hoje um ponto turístico que ainda precisa ser melhor aproveitado pelos moradores e visitantes. A falta de um entendimento mais profundo da significância deste ambiente para a sociedade diamantinense entre os séculos XVIII e XIX pode ser um dos motivos que torna o lugar pouco aproveitado.

Um estudo acerca destes lugares tende a atrair atenção de um número significativo de pessoas que entendendo o contexto sociocultural destes lugares, pode melhor preservá-los. Dessa forma, entender a cidade de Diamantina-MG como um lugar de memórias escravas é reconhece-la enquanto um lugar de testemunho histórico.

Metodologia

Para a metodologia, optou-se pela combinação entre pesquisa bibliográfica e visita a campo. É preciso, no entanto, atentar para as dificuldades impostas pela pesquisa interdisciplinar, levando em consideração os diferentes tipos de fontes disponíveis. O cruzamento de informações empíricas extraídas de fontes distintas é uma estratégia metodológica tão fértil quanto perigosa no desenvolvimento de estudos interdisciplinares (FEINMAN Apud, AGOSTINI, 2011, p. 15).

É importante ressaltar que o pesquisador deve ir a campo que, neste caso, refere-se a lugares de memória em Diamantina (em especial, o *Caminho dos Escravos*), com questionamentos, pois a fonte sem contexto pouco diz. Dessa forma, é preciso adentrar nos ambientes em questão tendo em vista os traços que podem ser relacionados ao contingente escravista.

Até então, a bibliografia encontrada sobre o *Caminho dos Escravos* retrata os cativos apenas como a força de trabalho usada no calçamento do caminho. No entanto, os homens e mulheres escravizados foram peça fundamentais em todo o contexto sociocultural diamantinense e não devem ser vistos apenas como mão de obra pois viveram, trabalharam, se alimentaram e produziram diversos tipos de materiais enquanto eram explorados no Tejuco.

Não obstante, é preciso ressaltar que esta exploração não impediu estes escravos de serem agentes sociais do seu tempo. Esta agência pode ser acessada em visitas com foco na

paisagem formada, nos objetos deixados e, principalmente, nas memórias não mais silenciadas pelo lugar.

Referências Bibliográficas

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGOSTINI, C. A vida social das coisas e encantamento da mundo na África Central e **Diáspora**, Métis (UCS), v. 10, p. 165-185, 2011.

COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15-30, fev. 2002.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

D'ALÉSSIO, M. M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 97-103, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, M. C. S. M. **Cidade, identidade e os lugares de memória**. Montes Claros: Unimontes Científica, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 12. 1993.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212 (1-15).

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTIAGO, F.C. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

SOUZA, J. M. **Cidade: momentos e processos**. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. 1. ed. ANPOCS, 1993.

“Viva – A Vida É Uma Festa” e a transformação da tradição: como uma animação pode nos ensinar sobre patrimônio cultural

Andrezza Alves Velloso

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

andrezza.velloso@gmail.com

Thiago Lima Pereira

Licenciado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

thiagolimapereirapl@gmail.com

Resumo: A animação computadorizada “Viva – A Vida é uma Festa” conta a história de Miguel, um garoto de 12 anos que deseja realizar o impossível sonho de se tornar músico. Segundo a história, Miguel faz parte da família Rivera, reconhecida pela confecção e comércio de calçados. A prática apresentada como uma tradição familiar foi a alternativa encontrada pela matriarca, e tataravó de Miguel, Imelda Rivera de superar o abandono que sofrera do marido. Este, que ansiava se tornar um músico famoso, deixou a esposa e a pequena filha em prol de seu objetivo. Magoada, Imelda acaba abolindo a música do ambiente familiar e apaga a memória do marido de sua família. Com o passar das gerações, a ausência da música também se torna uma prática para os Rivera – até a chegada de Miguel. Dessa forma, o filme apresenta a tradição ligada à sapataria como contrária ao desejo do jovem protagonista. O presente projeto busca analisar as possibilidades de utilização do longa-metragem como metodologia para a educação patrimonial com crianças e adolescentes. A personagem Coco Rivera, filha de Imelda e bisavó de Miguel, torna-se chave fundamental para compreender a relação entre memória, pertencimento e transmissão da tradição oral na preservação de uma prática cultural. Ao mesmo tempo, a adaptação da atividade às demandas da nova geração promove a permanência dos costumes, sendo identificada como um ponto de ligação entre Coco, a velha geração, e Miguel, a nova.

Palavras-chave: Educação patrimonial, história e cinema, patrimônio cultural.

Cinema como ferramenta didática na Educação Patrimonial

Nos últimos anos, a relação com a educação e os espaços por ela ocupados vêm sendo amplamente discutidos e transformados através de pesquisas desenvolvidas, principalmente, nas áreas da Educação e História. Como apresentado por Fabiana de Amorim Marcelo e Rosa Maria Bueno Fischer (2011), educação e escola não estão limitadas entre si enquanto sinônimos. As reflexões acerca da escola tornam-se complexas à medida em que as metodologias didáticas se diversificam, expandindo as formas, aplicações e finalidades da educação.

Para Lucia Fernanda da Silva Prado (2010), o confronto diário do professor encontra-se no palco de disputas existente entre a sala de aula tradicional e as tecnologias atuais que dinamizaram a juventude e podem implicar ao clássico ambiente escolar um espaço desinteressante e pouco explorado pelos alunos. Além disso, o advento da internet potencializou o acesso ao conhecimento e abriu precedentes para que a forma como o conteúdo é transmitido dentro da sala de aula, através do quadro negro e o giz de cera, se tornasse obsoleta para as novas gerações.

Dessa forma, o papel do professor não é mais restrito ao ato de ensinar a estudantes completamente leigos sobre determinado assunto. Conforme defendido por Prado (2010), atualmente o educador não tem apenas a função de transmitir as informações para os alunos, mas também, e principalmente, a de desenvolver nestes a capacidade de leitura e posicionamento crítico, além da aplicação prática de todo o conhecimento que é absorvido nos múltiplos espaços de aprendizado que frequentam. Novas técnicas e novas abordagens são adotadas para o enriquecimento do ensino e a compreensão sobre espaço e territorialidade por parte dos estudantes.

Partindo de tais processos de dinamização do ensino e desenvolvimento crítico e social, a Educação Patrimonial surge como uma das vias de aprendizado que podem despertar nos alunos o envolvimento com o meio onde estão inseridos e enriquecer a experiência em sala de aula com um conteúdo que pode ser atrativo e transmitido de forma não-tradicional. Conforme apresentada por Flávio Leonel Abreu da Silveira e Márcia Bezerra (2007), a Educação Patrimonial está situada na interdisciplinaridade, possuindo os benefícios e malefícios consequentes da indefinição que permeia o próprio conceito de *interdisciplinar*¹.

Formulada pela primeira vez no país em 1983 em seminário realizado no Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, a Educação Patrimonial tinha o objetivo inicial de apresentar uma proposta didática implementada na Inglaterra, composta pela junção de objetos próprios de culturas materiais que foram utilizados como instrumento de aprendizado dentro da sala de aula. Silveira e Bezerra (2007) afirmam que tal projeto foi aceito e adotado com efetividade, fazendo com que as visitas técnicas e guiadas a museus ou centros históricos fossem incluídas nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental no Brasil.

¹ Compreendemos a interdisciplinaridade enquanto o processo resultante da ligação entre múltiplas disciplinas e áreas do conhecimento convergidas em uma mesma metodologia de ensino. Por transitar em diversos campos, a interdisciplinaridade é um “processo que precisa ser vivido e exercido” constantemente, não sendo limitada a formas de ensino únicas ou determinantes (FAZENDA, 1994). Ela tem a liberdade de se adaptar às metodologias de qualquer área ou disciplina.

A utilização de objetos e materiais lúdicos no ensino interdisciplinar manteve-se através de aprimoramentos e o estabelecimento da Educação Patrimonial que, por não estar restrita a um conceito determinante, torna-se palco para o desenvolvimento de uma práxis docente que une os alunos e suas vivências à sala de aula e à escola, ainda segundo Silveira e Bezerra (2007). Através desta, é possível o ensino das Ciências Humanas e Sociais através de objetos que dialogam com o dia-a-dia dos alunos. Diante de tal campo de possibilidades, elaboramos o presente artigo a fim de refletirmos sobre os possíveis usos do filme *Viva – A Vida é uma Festa* como estratégia didática no ensino de Educação Patrimonial.

Pela proposta de trabalhar conceitos como memória, pertencimento e relação com as gerações mais antigas, escolhemos o filme pela reconstrução estética de passado. Compreendemos, ainda à luz de Prado (2010), que a obra cinematográfica reflete mais sobre o contexto de sua criação do que o que se pretende retratar em si. Acreditamos, contudo, que *Viva – A Vida é uma Festa* pode contribuir para o aprendizado com elementos que estão dentro e fora das telas.

O filme, a memória e o patrimônio cultural

Lançado em 2017 pela Walt Disney Studios Pictures e produzido pela Pixar Animation Studios, *Viva – A Vida É Uma Festa* (nome original: *Coco*) é uma animação norte-americana computadorizada que conta a história de Miguel, uma criança de 12 anos que tinha o sonho de se tornar músico. De classificação etária livre, o longa-metragem procura dialogar com crianças e adultos ao transmitir uma mensagem consciente de forma lúdica para se encaixar no entendimento de todas as faixas etárias.

Miguel é integrante da família de mexicanos Rivera. A matriarca Imelda Rivera foi abandonada com a pequena filha do casal pelo marido que ansiava em se tornar um músico famoso. Magoada, Mama² Imelda acaba abolindo a música da família e foca todos os seus esforços na confecção e comércio de sapatos, os meios encontrados por ela para superar o abandono e criar a filha. A prática logo se tornou tradição na família quando Mama Coco, a filha de Imelda, passou os conhecimentos adquiridos com a mãe para o marido e, posteriormente, aos filhos. Com o crescimento das novas gerações, a relação com a confecção de sapatos foi intensificada à medida que a música era esquecida no espaço familiar.

Imerso na jornada de Miguel, o filme apresenta inicialmente a tentativa do garoto de se tornar músico apesar do conflito com a prática tradicional. Depois de uma discussão com

² Tratamento utilizado por Miguel no longa-metragem ao se referir às trisavó Imelda, bisavó Coco e avó Elena.

sua avó Mama Elena, filha caçula de Coco, onde a mesma acaba quebrando o instrumento de Miguel, ele resolve se desligar completamente das tradições familiares e fugir de casa para participar de um concurso de músicos. Contudo, como estava sem o instrumento necessário para efetivar sua inscrição, a única opção plausível para a criança foi roubar o violão que ornamentava o túmulo do famoso cantor de mariachi³ Ernesto de La Cruz, aquele que Miguel acreditava ser quem abandonou Mama Imelda. Como castigo por profanar um túmulo em pleno *Dia de los Muertos*⁴, o garoto é transportado para o mundo dos mortos.

A partir desse momento, acompanhamos a tentativa da criança de quebrar a maldição e voltar para a casa. A condição era simples: receber a benção de um de seus familiares. Rapidamente ele encontra com a matriarca Mama Imelda, mas essa apenas lhe concederá tal benção se o menino prometer não se tornar músico. Como Ernesto de La Cruz também está no plano sobrenatural proposto pela animação, cabe à Miguel ir atrás daquele que acredita ser o familiar que lhe concederá a benção necessária para retornar em segurança para o mundo dos vivos sem precisar abrir mão de seu sonho.

A busca do garoto pelo suposto trisavó nos apresenta às regras daquele universo celestial que abrem possibilidades de compreender a obra a partir de uma análise dentro do Patrimônio Cultural. Para reencontrar com o trisavô, Miguel recebe a ajuda de Hector, um dos falecidos que vive no lugar. Fugindo do tradicionalmente pregado pela mitologia cristã, o filme justifica que a recompensa pós morte é implícita às memórias que os vivos têm dos mortos, e não em suas ações durante a vida. Ou seja, Ernesto de La Cruz é um espírito possuidor de muitos bens e vive na parte nobre da cidade dos mortos por causa da quantidade de fãs que continuam a homenageá-lo, em vida, através de relatos orais que rememoram os seus feitos. Enquanto isso, Hector é marginalizado e vive à sombra da sociedade divina porque, em vida, não existe ninguém que conte suas histórias. A dualidade céu-inferno é apresentada através da desigualdade social: os mais lembrados vivem de forma luxuosa, enquanto os menos recordados são marginalizados, sendo alocados em aglomerações e regiões periféricas.

As obrigações dos vivos para que tal encontro do *Dia de los Muertos* aconteça são enfatizadas a todo instante no longa-metragem. Além do ato de construir um altar que conste

³ Gênero musical popular do México que incorpora ritmos e harmonia provenientes da Europa e dos astecas. É mais comum entre trabalhadores rurais e de baixa renda.

⁴ Popular no México, a celebração de origem indígena honra os falecidos no dia 2 de novembro. Em cerimônia realizada em Paris no dia 7 de novembro de 2003, a comemoração foi reconhecida pela UNESCO como Obra Mestra do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade.

as fotografias de todos os parentes que receberão as preces na celebração, as famílias também devem preparar um banquete que comporte todos os convidados da ceia que é realizada ao fim do dia. Além disso, há também o momento de visitação no cemitério, onde são postas coroas de calêndulas que estão ligadas a um caminho de pétalas da mesma flor que liga o sepulcrário às residências das famílias. Referenciando ao real significado da tradição mexicana, a trilha de flores serve para ajudar os espíritos a encontrarem o caminho até seus entes queridos.

Outra característica interessante, é o fato de que o filme apresenta a relação entre vivos e mortos com o uso da fotografia como alegoria. Na animação, os mortos têm o direito de descer ao mundo dos vivos para reencontrarem seus familiares e gozarem de um momento com eles. Entretanto, só são liberados para tal passagem aqueles espíritos que tiveram sua fotografia posta, por um dos parentes vivos, em um altar de prece por aqueles que se foram. Héctor, como o esperado, nunca conseguiu a autorização para fazer a passagem e, desde sua morte, não pôde se conectar com seus entes porque ninguém, segundo o filme, se lembrava dele.

Para Joel Candau (1998), a memória possui caráter político, cultural e individual, estando presente e sendo elemento primordial em alguns processos de inteiração e organização social. Auxilia o ser humano na criação de significado e significante, mediando as relações entre o indivíduos ou o grupo e a cultura. Concomitante à construção de memória, divididas por Candau enquanto coletiva ou individual, há a identificação das tradições, saberes e expressões que justificam as narrativas a respeito de si e do outro – fundamentais para a construção identitária de um indivíduo. Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2009), o espaço das manifestações culturais cria a memória cultural, baseada na disseminação de valores e tradições enraizados. Sua intenção é a perpetuação das práticas através da transmissão de sua narrativa, garantindo assim a preservação de determinado grupo social. Aqui, percebemos a memória retratada no filme como instrumentos de conexão com as tradições daqueles que já se foram.

O aspecto que inspirou e definiu o presente artigo está no título original do filme, *Coco*⁵, indicativo de que o foco da história é a bisavó de Miguel, apesar de ser este o protagonista da obra. Mama Coco é a integrante viva mais antiga da família, a atual matriarca.

⁵ Apenas o Brasil recebeu uma tradução para o título original da obra, pois consideraram que a sonoridade do título prejudicaria a divulgação e desvirtuaria a mensagem do filme. Na dublagem brasileira, o nome da personagem Coco também foi mudado para Lupita, a fim de evitar o mesmo problema.

O fato de sua filha mais nova, dentre seis irmãos, já ser avó indica que pode se tratar de uma personagem centenária.

Na trama, Mama Coco está debilitada e vive em uma cadeira de rodas. Em determinado momento, Miguel chega a esconder o violão próximo à bisavó, que não parece se incomodar com a presença de música naquele ambiente. O roteiro do filme não apresenta o diagnóstico da idosa, mas o próprio Miguel define a bisavó como alguém “que não se lembra bem das coisas”. Além disso, Mama Coco sempre fica inquieta quando a figura de seu pai é citada, mas ela nunca consegue expressar o que sente, pois não consegue formular frases completas. Subtende-se que Mama Coco sofre com a doença de Alzheimer⁶, a qual os familiares associam ao abandono parental que Coco sofreu quando criança.

É interessante observar a relação apresentada entre memória, tradição e identidade nos portadores da doença de Alzheimer e como isso, na animação, simboliza a necessidade de conexão entre as novas e velhas gerações para a permanência de práticas culturais. Compreendemos isso pois em todas as cenas que aparece na obra, Mama Coco está com Miguel.

A presente leitura é legitimada durante o desfecho da trama, aonde a criança percebe que existiam momentos em família que foram felizes. Apesar da paixão pela música, a tradicional prática da sapataria também fazia parte dele. Cruzando a leitura de teóricos como Candau (1998), Meneses (2009) e Michael Pollak (1989), compreendemos que a construção de identidade se dá através do campo de disputas entre as lembranças coletivas, geralmente moldadas por órgãos institucionais e nacionalistas, e as memórias subterrâneas, que exprimem a individualidade de cada grupo ou agente social que foram excluídos da construção da memória coletiva. Na reivindicação da própria memória, o indivíduo consegue identificar os elementos que foram fundamentais para a construção identitária que possui no presente.

O desenrolar da história também nos revela que Hector era o verdadeiro trisavô de Miguel e estava começando a desaparecer por causa da doença que acometia Mama Coco, a única pessoa da família Rivera que tinha memórias dele. Ao retornar para casa, Miguel tentou se comunicar com a bisavó para incentivá-la a se lembrar do pai. Em uma tentativa final, ele começa a tocar no violão uma música que seu pai costumava cantar para ela. A música possibilitou que a personagem acessasse suas memórias sobre o pai.

⁶ Também conhecida como Mal de Alzheimer, é uma doença neurodegenerativa, de evolução lenta e progressiva, que provoca atrofia do cérebro e declínio global das funções mentais, levando pacientes idosos à demência. Gradativamente, os portadores perdem a capacidade de raciocínio, julgamento e memória.

Conforme apontado pela psicóloga Rosemyriam Cunha (2007), a musicoterapia é uma metodologia utilizada com portadores do Alzheimer por ser eficiente no resgate de fragmentos de memória. Tal eficiência se dá pela relação individual e coletiva presente na vida cotidiana, refletindo o meio cultural o qual as pessoas estão inseridas. Diante da lembrança, os demais familiares se reúnem em volta de Mama Coco e começam a ouvir as histórias sobre Hector e Imelda. Dessa forma, o espírito daquele seria salvo na animação enquanto, nessa análise, Mama Coco ilustra a valorização da tradição oral na perpetuação das práticas tradicionais.

Dessa forma, a animação *Viva – A Vida é uma Festa* torna-se um interessante instrumento para compreender o Patrimônio Cultural enquanto aspecto formador do indivíduo e a conexão que este possui com seus antepassados. A valorização de características como o relato oral, o recurso da memória como fio condutor da narrativa e a conexão entre mais jovens e mais idosos reforça a hipótese de que o longa-metragem extrapola o objetivo de divertir os espectadores, podendo ser utilizado como material didático para ensinar a importância de se relacionar com o passado.

A transformação da tradição

O filme também nos permite refletir sobre o emblemático palco onde a tradição encontra com a modernidade a partir dos elementos que estão dentro e fora das telas. Logo no início da obra, somos apresentados à clássica abertura dos filmes da Disney, com o castelo da Cinderela e o arco feito pelo pó de *pirilimpipim*, sob a música tema da distribuidora tocada ao estilo mariachi. Fazemos a leitura dessa cena como um indicativo de que o filme pretende abordar a inserção de novas práticas, aqui simbolizado pela música mexicana, àquilo que é tradicional. Os produtores também tiveram o cuidado de escalar um elenco majoritariamente composto por latino-americanos, a fim de chegar o mais próximo possível da nacionalidade dos personagens retratados. Além disso, os elementos que compõem a cultura mexicana sobre o Dia dos Mortos foram inseridos na história de forma orgânica e não identificamos na obra a reprodução de estereótipos com o fim de caçar as etnias e práticas envolvidas, o que pode ser interpretado como um filme que reinventou a própria forma de fazer filmes Hollywoodianos, frequentemente criticados pela prática de *whitewashing*⁷.

⁷ Do inglês, significa *embranquecimento*. O ato de substituir personagens históricos ou fictícios de etnias estrangeiras por atores caucasianos (CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE).

Para Maria Cleci Venturini (2009), a memória ganha materialidade e se torna história ao ser comemorada através da rememoração. Contudo, tal comemoração só tem significado quando possui relação com aqueles que a comemoram. Uma vez que os objetos culturais são dados como aquilo que passa de pai para filho, a memória é tida como uma representificação, retornando de acordo com as necessidades do presente. Dessa forma, o filme apresenta a rememoração como algo valioso para o acesso às memórias, que atribui sentido tanto àqueles que estão vivos quanto para os que já se foram.

Tal interpretação é enfatizada ao descobrirmos que existe um terceiro plano nesse universo, para além do primeiro, dos vivos, e o segundo dos mortos. Aqueles espíritos que são completamente esquecidos no plano dos vivos deixam de existir no plano dos mortos, sendo transportados para um terceiro plano desconhecido. Este plano é apresentado como uma morte definitiva, uma vez que nunca houveram relatos de espíritos que retornaram de lá. Dessa forma, o filme enfatiza a necessidade de um culto relacionado à rememoração dos entes e de suas tradições para que as mesmas continuem existindo, apesar da morte, através dos mais jovens.

Segundo Pollak (1989), as novas gerações podem estar suscetíveis à narrativa que foi construída pela memória nacional excludente e invisibilizante. Segundo o sociólogo, o processo de construção da narrativa institucional é doloroso e massificador, pois durante o processo de seleção das memórias individuais relevantes para a construção da memória nacional, os discursos das minorias são descartados e alterados em prol de uma narrativa oficial inflexível. Algumas práticas, alheias ao processo modernizador e massificador da cultura e economia, acabam se tornando desinteressantes por não possuírem características dinâmicas ou tecnológicas.

Através da obra, percebemos que a tradição, aqui apresentada como o ofício de sapateiros, não consegue por muitas vezes alcançar as novas gerações porque é associada a algo chato, antigo. Além disso, há também a relação de imposição que é associada às práticas tradicionais. Sem a abertura de um diálogo com o novo, a prática cultural pode cair em um engessamento que a condena por não encontrar novos praticantes, ainda segundo Meneses (2009). Assim como Miguel, existem indicativos para a existência de muitas crianças e jovens que têm dificuldade em se aproximar das atividades tradicionais por não conseguirem se identificar com o ofício e acabam reproduzindo um comportamento excludente e repressor devido ao processo de silenciamento das memórias subterrâneas, conforme apontado por Pollak (1989). Sendo assim, a transformação da prática pelos mais jovens a fim de manter o

ato da rememoração pode ser uma das alternativas para a permanência de certas tradições e narrativas.

Na sequência de cenas que podem ser interpretadas como prólogo do filme, somos reapresentados à família Rivera no *Dia de Los Muertos* do ano seguinte àquele acompanhado ao longo do longa-metragem. Muitos aspectos se parecem com a sequência vista no início da obra. A residência dos Rivera continua funcionando como uma sapataria, aonde alguns familiares trabalham. O altar com as fotografias dos membros que receberão as preces continua preparado, com as mesmas pétalas de calêndulas que ligam as residências ao cemitério.

Percebemos que a residência da família Rivera celebra o *Dia de Los Muertos* ao som da música mariachi tocada por Miguel e alguns outros familiares. Ao contrário do primeiro encontro apresentado entre os vivos e mortos, que foi feito no cemitério de um modo formal e desanimado, este dia dos mortos apresentou uma verdadeira festa entre todos os entes. Apesar de se tratar do encerramento feliz do filme, podemos interpretar também como a transformação de uma tradição que ressignificou a relação que existia entre esta e os seus praticantes, indicando que ela encontrou um novo meio de continuar existindo. Essa mensagem parece-nos clara, principalmente na narrativa proposta que mescla características do tradicional às novas práticas.

Dessa forma, acreditamos que a animação *Viva – A Vida é uma Festa* é uma estratégia didática interessante e enriquecedora no ensino do Patrimônio Cultural. A ampla comunicação da obra com um público composto por diversas faixas etárias e a popularidade da Disney, presente na infância e ambientes familiares de muitas pessoas, permite-nos uma abordagem potencialmente atraente, agradável, íntima e que dinamize o espaço da sala de aula, incluindo no espaço escolar as memórias e vivências de cada aluno e transformando o aprendizado em uma troca de experiências e percepções.

Abstract: The CG animation “Coco” tells the story of Miguel, a 12 year old boy who wishes to realize the impossible dream of becoming a musician. According to the story, Miguel is part of the Rivera family, recognized for the confection and trade of footwear. The practice presented as a family tradition was the alternative found by the matriarch, and Miguel’s great-great-grandmother, Imelda Riverato overcome the abandonment she had suffered from her husband. This one, who longed to become a famous musician, left his wife and little daughter for the sake of his goal. Heartbroke, Imelda end up abolishing music from the familiarenviroment ande erases the memory of her husband. With the passing of generations, the absence of music also becomes a practice for the Rivera - until the arrival of Miguel. In

this way, the film presents the tradition linked to the shoe store as contrary to the young protagonist's desire. This project aims to analyze the possibilities of using the feature film as a methodology for heritage education with children and teenagers. The character Coco Rivera, daughter of Imelda and Miguel's great-grandmother, becomes a fundamental key to understanding the relation between memory, belonging and transmission of oral tradition in the preservation of a cultural practice. At the same time, the adaptation of the activity to the demands of the new generation promotes the permanence of customs, being identified as a point of connection between Coco, the old generation, and Miguel, the new.

Keywords: Patrimonial education, history and cinema, cultural heritage.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 205-230.

BÃ, A. Hampaté. A Tradição Viva. In: **História Geral Da África: Metodologia e Pré-história da África**. São Paulo: Ática, 1983.

CAMBRIDGE Dictionary Online. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/us/>>. Acessado em 05 jun. 2019.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, jan/jul.2009. p. 43-58.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Rosemyriam. Musicoterapia na abordagem do portador de doença de Alzheimer. **Revista científica/fap**, Curitiba-PR, v. 2, jan.-dez., 2007.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação/ASPHE**, Pelotas, Ed. da UFPel, n. 8, p. 140-174, 2000.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.55, pp.367-376.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: UNICAMP, 2001.

JORGE, Virgolino Ferreira. Patrimônio: memória e identidade. In: **Poética da Razão**. Homenagem a Leonel Ribeiro dos Santos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 795-802,

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEMAIRE, Rita. Tradições que se refazem. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 35, p. 17-30, jan.- jun. 2010.

MENEZES, Ulpiano. Cultura política e lugares de memória. In: AZEVEDO, Cecília (et.al.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Lúcia Fernanda da Silva. **Cinema como proposta educativa**. V EPEAL, 1981. Disponível em: <<https://www.sociologiaemos.pro.br/wp-content/uploads/2019/03/CINEMA-COMO-PROPOSTA-EDUCATIVA.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre o conceito de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/search/results>>. Acesso em 29 jun. 2019.

SILVA, Acildo Leite da. **Memória, Tradição Oral e a Afirmação da Identidade Étnica**. UERJ/PENESB, 2011. Disponível em: < <http://27reuniao.anped.org.br/gt21/t211.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2019.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra, 2007. p. 81-97.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educ. Soc.** [online]. 2000, vol.21, n.71, pp.166-193.

ZALPA, Genaro. Cultura, Patrimônio Cultural e Globalização. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, 2017. Disponível em: < <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/7759/4811>>. Acesso em 29 jun. 2019.

História oral e relação de gênero: na formação de professoras primárias na Escola Normal de Caetité/BA

Angelita de Souza Leite (autora-apresentadora)

Doutoranda

FaE / UFMG

angelitaleite55@gmail.com

Luciano Mendes de Faria Filho (colaborador/orientador)¹

Resumo: Este resumo tem o propósito de mostrar como a história oral tem contribuído com o trabalho de pesquisa de doutorado que busca compreender os processos históricos referentes à formação de professoras primárias a partir da relação entre o ensino e a aprendizagem da matemática e as relações de gênero na Escola Normal, no município de Caetité-BA, no período 1926-1956. Para a produção dos dados, foram adotados alguns pressupostos metodológicos, voltados para o levantamento de documentos oficiais e para a História Oral. Com a análise documental propõe-se entender os aspectos de cunho mais teórico-administrativo relacionado à formação matemática das professoras. A História Oral, como metodologia de pesquisa, oferece a possibilidade do uso da memória e a inserção da subjetividade no contexto da pesquisa, possibilitando o levantamento de dados referentes aos eventos e aos fenômenos vividos pelas professoras. A metodologia da História Oral proporciona a “recuperação do vivido, concebida por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p. 23). Autores como Bosi (2003), Alberti, Fernandes e Ferreira (2000) e Meihy e Hiolanda (2017) chamam atenção para as questões que envolvem a *memória*, pois existe uma relação de tempo, o presente e o passado, determinante nas narrativas das pessoas envolvidas no contexto histórico, que precisa ser considerada no decorrer da produção e análise dos dados. Esses autores retomam as discussões a partir da escola dos Annales, movimento historiográfico que surgiu na França no início nos anos 30 do século XX, que defende o combate ao positivismo histórico e se pauta no desenvolvimento de uma História que permita a inclusão de novas fontes de pesquisa. As questões subjetivas que envolvem a trajetória de formação e atuação das professoras na escola primária serão apreendidas através das Entrevistas Narrativas, nos relatos orais de mulheres com idade entre 80 e 94 anos, que frequentaram a Escola Normal de Caetité. As idosas, ao falarem sobre sua história, enquanto ex-normalistas e ex-professoras primárias, são fontes inesgotáveis, falam compulsivamente, de forma quase ininterrupta, sobre suas concepções e representações do aprender e ensinar matemática em meados do século XX. A paixão que as envolve quando discorrerem sobre suas lembranças encanta a pesquisadora, por conta do entusiasmo que depositam ao falar do papel de ser uma professora naquele período. Daí a importância de se estar atento às emoções depositadas pelo narrador, ao afeto e aos sentidos que constroem ao emitir opinião sobre fatos que as marcaram.

Palavras-chave: História oral, Gênero, Formação de professores, Escola Normal.

¹ Doutorado – USP. E-mail: lucianomff@uol.com.br

Neste texto, apresento as contribuições da história oral para um trabalho de pesquisa que mobiliza diversas fontes de arquivos e narrativas relacionadas à Escola Normal de Caetité-BA no período 1926-1956. Trabalhei com documentos salvaguardados no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira e em arquivos particulares de egressas da Escola Normal de Caetité. Mobilizo também, aqui, narrativas de egressas da Escola Normal, produzidas mediante entrevistas da história oral.

A princípio, com o propósito de elaborar uma compreensão acerca do ensino, da aprendizagem da matemática e das relações de gênero que permeiam as ideias referentes ao raciocínio matemático “exclusivo do sexo masculino”, propusemos identificar e analisar os discursos sobre a relação entre o ensino e a aprendizagem da matemática na formação de professoras primárias no período 1926-1956 na cidade de Caetité-BA.

A delimitação do recorte temporal, aqui definido, se apoia inicialmente na primeira passagem de Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública na Bahia, quando ocorre a instalação da Escola Normal em 1926, prevista pela Lei 1.846 aprovada em 14 de Agosto de 1925 e, no ano de 1956, considerando que no governo de Octávio Mangabeira Anísio Teixeira retorna ao cenário educacional da Bahia. Dessa forma, movido pelo desejo de uma educação integral, contempla a população caetiteense com um projeto destinado à ampliação do ensino, ocasionando, assim, modificações no sistema da Escola Normal de Caetité, a exemplo: mudança para um novo prédio, ampliação do funcionamento de várias classes, cursos e séries diferenciadas, alteração do nome, passando a ser chamada de Instituto de Educação Anísio Teixeira. De tal modo, o recorte temporal incidirá sobre um período de 30 anos.

Frente ao objeto de pesquisa esboçado, apresentamos como questão principal de pesquisa: como se deram as relações de gênero na formação matemática e na atuação de professoras primárias em Caetité, no interior da Bahia (1926-1956)?

Vivenciei uma série de obstáculos ao tentar levar adiante a pergunta de pesquisa, dentre os quais cito as restrições referentes ao acesso aos documentos impostas pelos organizadores dos acervos. Então, os documentos localizados, na sua maioria de caráter administrativo, e os documentos pedagógicos, focos primordiais do recorte, foram encontrados em número reduzido.

Os documentos contribuíram para a emergência de lacunas que dificultaram a sistematização de dados e, por conseguinte, colocaram em risco o percurso da pesquisa. Ao

seguir um caminho de diálogo com os moradores da cidade, entendi que as histórias registradas nos documentos abrigados nos arquivos pareciam corresponder aos interesses de grupos relacionadas à organização dos acervos, especialmente aos grupos entendidos como portadores da intelectualidade historiográfica local, deixando de fora, a meu ver, experiências de pessoas que participaram e presenciaram os episódios de interesse para a presente pesquisa.

Mediante as restrições dos documentos e a riqueza de detalhes das narrativas, produzidas a partir de entrevista da história oral, passei a fazer uma história não mais focada apenas nos documentos, mas somando a eles as experiências vividas, sentidas por ex-normalistas e professoras primárias do Alto Sertão baiano reveladas nas narrativas.

As participantes da Pesquisa

A escolha dos participantes da pesquisa levou em consideração o ano de conclusão do curso na Escola Normal de Caetité. Na busca por egressas da referida escola, encontrei senhoras que nasceram no período de 1926 e 1939, algumas delas ingressaram na Escola Normal com 6 anos de idade, tendo vivido toda trajetória escolar na referida instituição, outras ingressam a partir do curso de admissão, necessário para matrícula no Curso Normal – são mulheres que vivem imersas em suas lembranças, no recanto dos seus lares.

A participação das colaboradoras se dará através de entrevistas da História Oral, que possibilitam a interação do pesquisador com a entrevistada. Essa interação irá determinar o percurso das narrativas.

O que é dito pelo narrador é mediado pela relação que se estabelece no processo de interlocução entre as duas partes, entrevistador e entrevistado, a partir daí as narrativas vão ganhando sentido para ambos os lados. O dito pelo narrador é medido pela percepção de gestos, interrupções, indagações do entrevistador.

As experiências narradas pelas egressas da Escola Normal são marcadas por nostalgia, sentimentos de alegria, interrompidas por emoções, pautadas não na veracidade dos fatos, mas na configuração dada às lembranças daqueles que através da memória refazem as suas lembranças. É o que torna verdadeiros os eventos mencionados pelos sujeitos, é a forma como são lembrados psicologicamente (THOMPSON, 1992).

Na memória das ex-normalistas, as lembranças do passado são convocadas ao presente, mas estas são reelaboradas ao longo do tempo, envolvem subjetividade. No entanto,

ao lembrar-se das experiências vividas, as colaboradoras, de alguma forma, passam a contar uma história da qual participaram, mas não são consideradas nos documentos oficiais. Suas histórias são emocionantes, ricas de detalhes, comovem quem as ouve pela veracidade que colocam nos fatos.

Referencial teórico-metodológico

Interessa-me fugir dos paradigmas essencialista e mecanicista acerca da ação e da experiência para pensar minha pesquisa como um movimento de revezamento entre teoria e prática (FOUCAULT, 1979). “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 12), assumindo também com Michel Foucault que a verdade nunca funciona fora do poder ou sem poder e sua dimensão pragmática no uso da narrativa genealógica como possibilidade de desestabilizar práticas e tradições.

O poder, nesses termos, não utiliza um discurso de verdade proibitivo, mas coercitivo: o poder produz discursos, produz coisas e induz ao prazer. Assim, todas as narrativas são versões que em muitas ocasiões instauram discursos que silenciam vozes de mulheres de espaços de poder, como a matemática.

Falar sobre gênero e ensino de matemática é um desafio e requer a construção de diálogos com aliados, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, em estudos que oscilam de abordagens mais nitidamente afinadas com a história e a filosofia (em Foucault) para abordagens afinadas com a sociologia e a antropologia (em Bourdieu). Nesses diálogos, a relação entre gênero e sexualidade emerge como uma questão que não pode ser desconsiderada.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental com análise qualitativa dos documentos encontrados no arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira em Caetité-BA (IEAT), que guarda parte do acervo da Escola Normal de Caetité. Os diversos documentos (livro de ata, livro de registro de correspondência, pastas de alunos e alunas, pastas de professores e professoras, recorte de jornais, dentre outros) encontrados foram produzidos desde os anos 20 do século XX e a primeira década do século XXI. Embora a finalidade, os objetivos e as condições de produção desses documentos sejam distintos do que pretende esta pesquisa, os documentos localizados apresentam possibilidades de descobrir vestígios referentes ao ensino da matemática, às relações culturais referentes a gênero, às concepções

de ensino da matemática e aos aspectos relacionados ao processo ensino aprendizagem no contexto do Curso Normal.

Os documentos localizados trazem a memória escrita, os quais se constituem em um conjunto de narrativas, mas por si só não conseguem dar resposta aos questionamentos da pesquisa. No entanto, somados à memória não escrita, referente às recordações e representações das ex-normalistas da Escola Normal e ex-professoras primárias do Alto Sertão da Bahia, fornecem condições para compreender as relações de gênero, estabelecidas no interior da Escola Normal de Caetité, além de contribuírem com elementos esclarecedores que, combinados com as memórias das docentes, corroboram a escrita da história da formação das referidas professoras.

A história oral e a pesquisa em questão

Os fatos vividos no passado e no presente possibilitam a compreensão dos mais diversos acontecimentos da atualidade. Nos últimos tempos, intensificou-se a busca por novos métodos/técnicas de pesquisa, como novas alternativas para investigar os fenômenos históricos e contemporâneos da sociedade, o que vem proporcionado alterações no campo da pesquisa histórica. Dessa forma, os pesquisadores da história podem trilhar por distintos caminhos de estudo, transitando por diversas áreas do conhecimento.

Os debates em torno de novas metodologias de pesquisas histórica rompem com a ideia de uma história produzida apenas mediante a consulta de documentos oficiais, elaborados ao longo da história, guardados em arquivos públicos ou privados. As novas metodologias de pesquisa permitem o uso da memória para resgatar as informações referentes aos eventos e aos fenômenos vividos pelos sujeitos, muitas vezes, excluídos da história contada nos documentos oficiais. Assim sendo, ouvir esses sujeitos é fundamental para compreender o passado e os fenômenos da atualidade.

Nessa perspectiva de resgate da memória dos protagonistas da história, as fontes orais têm se destacado por permitirem a inserção da subjetividade no contexto da pesquisa e por trazer as lembranças e as recordações vividas pelos sujeitos da história para o centro das questões mitológicas, muitas vezes esquecidas na elaboração dos documentos, produzidos no decorrer da história, trazendo novos pontos de vista para a historiografia.

Alguns estudiosos, como Bosi (2003), Alberti, Fernandes e Ferreira (2000) e Meihy e Hiolanda (2017), consideram que a História Oral se constitui com base em relatos de

indivíduos, da memória e dos elementos da subjetividade, o que pode possibilitar a construção/reconstrução da história, a fim de ajudar na compreensão dos fenômenos socioculturais da atualidade.

A História Oral, nesta pesquisa, passa a ser a metodologia principal para produção das fontes documentais, uma vez que o contato com as colaboradoras possibilitou à pesquisadora um olhar mais atento para as questões que envolvem suas *lembranças* pessoais e coletivas. Assim como os autores mencionados no parágrafo acima, Bosi (2003) infere a importância de o pesquisador estar atento aos detalhes das informações, que são reveladas através das fontes orais.

A autora Ecléia Bosi chama atenção para as questões que envolvem a memória, pois existe uma relação de tempo, o presente e o passado, determinante nas falas dos colaboradores. Nesse sentido, o pesquisador não pode se descuidar, pois “a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais” (BOSI, 2003, p. 20).

Nessa mesma perspectiva, Alberti, Fernandes e Ferreira (2000) e Alberti (2004) asseguram que a história oral como metodologia de pesquisa se justifica pela importância da *subjetividade* e das *experiências individuais* para a compreensão do passado, além disso, permite pensar que os fatos e fenômenos vividos por cada indivíduo são lembrados de diferentes formas, visto que, ao relatar os acontecimentos, trazem diferentes sentidos para a importância dos fatos ou para a forma de percebê-los.

Meihy e Hiolanda (2017, p. 17) reforçam a concepção de uma história oral como um “recurso moderno usado na elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes às experiências sociais de pessoas e grupos”. A história oral permite a construção de uma história no *tempo presente* que passa a ser reconhecida com *história de vida*.

A pesquisa em questão baseia-se na História Oral, como metodologia de pesquisa, com o propósito de elaborar documentos escritos que permitam analisar as relações de gênero na formação matemática das professoras primárias do Alto Sertão da Bahia no período de 1926-1956, uma vez que essa metodologia possibilitou apreender de diversas maneiras como as professoras relatam no presente as experiências relacionadas à formação na Escola Normal de Caetité e atuação como docente, atuando no ensino primário.

A análise das narrativas das ex-normalistas e ex-professoras primárias do Alto Sertão da Bahia possibilitou a reconstrução de episódios, fatos que ocorreram em determinada época,

sendo possível contar novas histórias que possibilitem compreender questões relacionadas ao Ensino da Matemática do tempo presente. É importante salientar que as lembranças dessas egressas da Escola Normal são atravessadas pela temporalidade, por sentimentos diversos, que levam ao apagamento de muitas lembranças, em alguns casos por provocar sentimentos indesejados.

As narrativas

As ex-normalistas trazem, em suas narrativas, as lembranças das suas experiências, de forma muito lúcida. Conduzem-nos ao cenário das experiências mais distantes, sempre atravessadas pelas diversas etapas de sua vida. Estão sempre dispostas a ensinar algo de novo àqueles que as ouvem. É perceptivo nas narrativas das colaboradoras a presença da professora sempre disposta a ensinar à pesquisadora como educar os alunos e os filhos, mesmo aquelas que não vivenciaram a maternidade, trazendo como exemplo a experiência de educar seus irmãos e seus alunos, considerados filhos.

Ao expor o motivo da minha visita e os objetivos da pesquisa, uma das colaboradoras passa a relatar algumas de suas lembranças da juventude. Em suas palavras: “As lembranças da juventude servem para espantar os pensamentos ruins que surgem à noite, principalmente quando se é velha, ajuda a não pensar em besteira, foi um tempo muito bom” (diário de bordo, 10/07/2017). Ela guarda em sua memória episódios e momentos que marcaram sua história, acontecimentos que são selecionados de acordo com as suas lembranças individuais ou coletivas.

As colaboradoras, quando solicitadas a contar suas experiências enquanto egressas da Escola Normal de Caeté e professoras primárias, abordaram as mais diversas experiências vividas no percurso da formação e atuação profissional. Registraram em sua memória acontecimentos, fatos, modos de vida que são lembrados sem apresentar uma sequência cronológica, tecidos ao logo do tempo, e revelam uma nova história sobre a condição de ser uma normalista na primeira metade do século XX.

No momento da entrevista, é a relação estabelecida entre pesquisadora e colaboradora que vai definindo o percurso das narrativas, mesmo que *a priori* a pesquisadora tenha um roteiro estabelecido e a colaboradora saiba o que deseja contar; no entanto, o desejado vai se moldando de acordo com a relação estabelecida, com o contexto. Esse momento é

experencial, não sendo possível garantir que um lado ou outro da interlocução defina previamente o percurso da narrativa.

Desse modo, a história oral permitiu a elaboração de documento a partir da reminiscência de um tempo passado, acerca da formação matemática e das relações de gênero no contexto da Escola Normal de Caetité. Isso revela indícios acerca de informações históricas, que não estão registradas em documentos, e apresenta elementos instigadores, que, muitas vezes, se exibem na formação de indícios, presentes nas entrelinhas dos eventos passados, narrados pelas colaboradoras.

A história oral, enquanto metodologia de pesquisa, ajuda a compreender a ideia referente ao tempo registrado na memória, como uma ação do presente, marcado por etapas da vida que são apresentadas positivamente ou negativamente. É na memória que se torna visível o tempo na sua cronologia, pessoal, geracional. Tempo que se dá na produção da historicidade das experiências.

Um das colaboradoras, Maria Costa Moura, conhecida como Dona Rica², chama a atenção para a incerteza de suas lembranças e não tem certeza que suas experiências possam colaborar muito com a pesquisa. Situa-nos em relação ao tempo que distancia o hoje do dia da sua aposentadoria e para o período em que estudou na Escola Normal. Verbaliza constantemente: “a gente esquece muita coisa com o passar do tempo”; no entanto, em suas narrativas, encontramos evidência de acontecimentos referentes às relações de gênero e ao ensino da Matemática que não foram apagados da memória pela ação do tempo, não foram registrados nos documentos encontrados no arquivo Público Municipal e no arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira, ambos no município de Caetité/BA. São acontecimentos que ajudam a compreender as relações de poder estabelecidas no contexto das aulas de Matemática.

Dona Rica fala sobre a disposição dos alunos e das alunas na sala de aula, homens em posição de destaque em relação às mulheres, ela reforça que os rapazes se sentavam nas cadeiras da frente, porque “eles precisam aprender”. Caso as moças se sentassem à frente ou ao lado dos rapazes, colocariam em risco a aprendizagem dos mesmos, segundo Dona Rica “*as moças tira a atenção dos rapazes*” (diário de bordo, 19/10/2018).

² Quando nos referirmos à professora Maria da Costa Moura, iremos chamá-la Dona Rica, como a mesma gosta de ser tratada.

Dona Rica apresenta um enfoque nas relações de gênero, evidencia a relação de dominação do masculino sobre o feminino. A princípio, quando aborda a disposição dos alunos e das alunas. Em seguida, a postura do professor de Matemática, ao narrar um episódio referente a uma questão de matemática, quando o professor pergunta quem havia acertado: ela diz que se levantou juntamente com um dos rapazes, mas o professor a acusou de ter “pescado” do colega que sentava na fila da frente e ela na fila do fundo. Ao relatar esse episódio, ela não se reconhece merecedora dos mesmos tratamentos concedidos aos rapazes. Narra que o colega obteve uma nota 10 e ela uma nota 9, ele foi dispensado da prova do mês, ela não. Segundo Dona Rica, o professor alegava que ela errou outro problema ao qual foi submetida no decorrer do mês, no entanto o colega não foi submetido a outra avaliação. Acredita que era punida por ser uma jovem “impossível” e gostar de “jogar bola”, mas se orgulha de saber o conteúdo, o conteúdo de matemática, que lhe foi ensinado pelo pai.

O episódio ocorrido na aula de matemática revela o poder que acontece à vista de todos, na sala de aula, além das relações de gênero que abrangem os sujeitos envolvidos no processo de formação das professoras e professores primários. Poder exercido sobre o controle do corpo do discente; da valorização do “bom aluno em matemática”, representado pela figura masculina; da avaliação dos conteúdos, através de exames (provas escritas e arguição); das premiações destinadas aos rapazes e do esforço de mostrar que as moças não têm habilidades para a matemática.

As lembranças de Dona Rica assinalam uma história que não está registrada nos documentos oficiais. Nesse caso, constatamos que a metodologia da história oral torna-se proveitosa para a escrita da história da educação, uma vez que permite alcançar a realidade instituída por caminhos trilhados pelas egressas da Escola Normal de Caeté.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **Ouvir contar**. Textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, v. 1. 194 p.

ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

MEIHY, J. C. S. B.; HIOLANDA, F. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2 ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MOURA, M. C. [2018]. **Entrevista com Maria Costa Moura**. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. Caetité/Ba, 19 de outubro de 2018.

No rastro da FEB: a formação da Associação de Ex-Combatentes em Belo Horizonte

Edilan Martins de Oliveira
Mestrando em História
Universidade Federal de Viçosa
edilantotal@gmail.com

Resumo: Em 1946, um ano após o término da Segunda Guerra Mundial, aqueles que haviam pertencido a Força Expedicionária Brasileira (FEB), os veteranos de guerra, fundaram a “Associação de Ex-Combatentes de Minas Gerais” em Belo Horizonte. Impulsionados pela aspiração de manter viva a “memória do front” e sob os efeitos perniciosos da rápida desmobilização da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), os veteranos buscaram congregar os companheiros que prestaram o “tributo de sangue” no conflito. Nesse contexto, a tentativa de reunir os “irmãos de guerra” seguia uma tendência nacional, a qual se iniciou a partir da formação da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) no Rio de Janeiro em Outubro de 1945. Logo nos princípios de funcionamento da agremiação na capital mineira, tiveram de enfrentar novas batalhas para manter a coesão e a solidariedade da coletividade em questão. Mais do que isso, por meio das constantes práticas, representações e apropriações ocorridas nesse lugar de memória, houve um ordenamento (seleções e cristalizações) que esteve submetido à dialética da lembrança e do esquecimento. Nesse sentido, as fontes da pesquisa ancoram-se principalmente nos arquivos dessa instituição e da imprensa do período. Após análise preliminar do material, ficou em evidência o fato de que nos primeiros anos de existência da agremiação preponderaram as dificuldades organizativas e novas batalhas pela sobrevivência simbólica e material do grupo. Além disso, pôde-se verificar que os ex-expedicionários belo-horizontinos mantinham relações profícuas com o Exército e as instituições congêneres espalhadas pelo país. Não é exagero afirmar que, motivados por discursos laudatórios à memória da FEB e pela necessidade de representatividade da categoria social, vislumbravam-se como verdadeiros “embaixadores” das associações de veteranos localizadas no estado de Minas Gerais. Assim, este trabalho pretende descortinar em meio ao campo de memórias da Segunda Guerra Mundial, o modo pelo qual se elaboraram narrativas excepcionais que se tornaram objeto e instrumento de luta na AECB. Nesse processo, as memórias constantemente revistas, reavivadas e mobilizadas, corroboraram em demasia para a construção da identidade de coletividades específicas na cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: FEB, memória; Belo Horizonte.

Para o presente trabalho procurou-se a partir das atas de reuniões da “Associação de Ex-Combatentes de Minas Gerais”, esmiuçar as peculiaridades do pensamento dos veteranos do ponto de vista institucional. Nesse sentido, deve-se considerar que as ideias e mensagens veiculadas nos textos redigidos acerca das reuniões efetivadas, expressam majoritariamente a percepção daqueles que tinham por função essencial: conduzir e direcionar as atividades associativas. Os indivíduos que gerenciaram e assessoraram a Associação, formularam

normas a serem seguidas ou colocadas em prática e estabeleceram linhas de ação para o conjunto dos associados. A investigação da adesão dos veteranos às propostas tornou-se ponto fundamental a ser explorado nesta pesquisa, e, não se pode desprezar o fato de que tomamos conhecimento do que fora discutido nas reuniões através do ponto de vista de um indivíduo: o redator das atas. É preciso tomar cautela, pois não se deve admitir o ponto de vista do ator histórico que redigiu os textos como verdade única e absoluta, portanto é preciso buscar estabelecer a verossimilhança na análise.

Torna-se necessário ter em mente que há diversas questões implícitas nas atas analisadas e que as fontes expressam uma parcela fragmentada de ideias e concepções sobre a realidade. Para construir uma “narrativa ideal” que considerasse também os posicionamentos dos indivíduos acerca da memória abarcada nos textos, os quais tinham por meta reverberar o pensamento coletivo, seria preciso realizar o cruzamento de informações e a utilização de outras fontes (orais e escritas). Ao fazê-lo, seria possível discriminar as similitudes e diferenças da comunidade de memória dos veteranos em relação aquilo que fora construído e materializado nas atas por aqueles que ocuparam a gestão da agremiação em questão. Isso, porém, é dificultado pela senilidade ou falecimento na atualidade dos agentes sociais que gestaram essa memória: os veteranos. Entretanto, neste trabalho se procurará estabelecer a crítica interna do pensamento depositado no “Livro de Atas Nº1” da Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais, o qual contém informações relativas aos quatro primeiros anos de transcurso das atividades, buscando descortinar e esmiuçar as o conteúdo implícito das fontes.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os historiadores também ousaram adentrar no campo de estudo sobre a memória dos homens, buscando decodificar as lembranças coletivas em meio às generalidades e especificidades dos grupos sociais. Segundo Halbwachs (1990), a memória perpassa a singularidade dos indivíduos e reverbera nesses as imagens e noções sociais. Os pontos de contato existentes entre as concepções e pensamentos dos membros de um determinado grupo são os responsáveis pela formação de uma memória coletiva (Halbwachs, 1990, p.34). Assim, a coesão e solidariedade social estabelecida em meio ao conflito pelos combatentes da Força Expedicionária Brasileira propiciou a constituição de um campo fecundo para o enfrentamento das questões que atingiram os veteranos. A experiência-limite vivenciada desde o aquartelamento do efetivo na Vila Militar (Morro do Capistrano) no Rio de Janeiro, passando pelas seleções médicas, o embarque, as

especificidades da viagem e os confrontos com o inimigo, contribuíram para a constituição de uma comunidade imaginada por excelência¹.

No pós-guerra, estimulados pela memória da contenda, os soldados brasileiros que lutaram no norte italiano contra as tropas nazifascistas (entre 1944 e 1945) constituíram comunidades que se propunha a manter os laços e a camaradagem desenvolvidos em meio à carnificina. Diferentemente das grandes nações beligerantes como os Estados Unidos, a Inglaterra, França e a Alemanha, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial com apenas uma divisão de combate². Segundo Francisco Ferraz, em meio às carências sanitárias, higiênicas e socioeconômicas, o país à época do conflito era o retrato do atraso social (FERRAZ, 2012, p.46). Embora o recrutamento militar tenha abrangido todas as regiões do país e a imprensa nacional sob a vigilância do Estado Novo (1937-1945) tenha difundido o conflito, prevaleceu o afastamento populacional das questões concernentes aos soldados e à guerra que se desenrolava em terras além-mar (CYTRYNOWICZ, 2000, p.82,196-197,278-280). O povo brasileiro se envolveu no conflito quando escassearam gêneros alimentícios e inflacionaram-se os produtos voltados a subsistência, mas também a partir do momento que teve de tomar parte na chamada “Batalha da Produção” para incrementar a produção voltada ao esforço de guerra (FERRAZ, 2005, p.23). Cessadas as hostilidades na Europa, os agora “ex-expedicionários” depararam-se no retorno à terra natal com coletividades que não vivenciaram o horror da guerra, as quais possuíam imagens difusas e sedimentadas pela imprensa acerca do “tributo de sangue” prestado pelos veteranos. Embora vários monumentos tenham sido erigidos em honra da Força Expedicionária Brasileira (FEB) pelo país (ROSENHECK, 2008), a tônica memorial da Segunda Guerra Mundial esteve preponderantemente relacionada aos grupos de memória que se formaram em torno dos ex-expedicionários.

Assim, os veteranos formaram as Associações de Ex-Combatentes³. Destinadas a congregá-los, constituíram-se em lugares de memória (NORA, 1993), uma vez que, para além

¹ Os soldados estiveram unidos por elementos simbólicos de camaradagem, os quais camuflaram a hierarquia social em relações horizontais, criando um “nós coletivo”, um apego que os povos têm das suas imaginações e uma capacidade de morrerem por suas invenções. (ANDERSON, 2008, p-14).

² O Brasil enviou uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e mais alguns órgãos de exército: Depósito de Pessoal, a Agência do Banco do Brasil, os Grupos Hospitalares, o Depósito de Intendência, Pagadoria Fixa, o Correio Regulador e o Serviço de Justiça. Os cinco escalões de embarque da FEB transportaram 5000 homens, cada um; totalizando 25000. Os três primeiros compunham a 1ª DIE e os outros dois formavam o Depósito de Pessoal.

³ Emergiu dentre os que participaram da campanha da Itália uma diferenciação entre “veteranos da FEB” e “ex-combatentes”, termo este usado a partir da década de 1960 para referir-se tanto aos que efetivamente lutaram na Itália quanto aos que, por força da legislação federal, tiveram suas atividades de patrulhamento do litoral

de “ponto de encontro”, difundiam e atualizavam permanentemente as lembranças coletivas do grupo em questão. Havia um amplo escopo de ações dessas instituições no cenário nacional, lograram empreender vários meios para atingirem a meta de manter viva a “chama expedicionária”: realizaram comemorações de datas emblemáticas da FEB na guerra; divulgação de memórias (orais e escritas); ereção de monumentos; realização de exposições; visita a instituições governamentais e sociais; efetuação de protestos; busca por melhores condições de vida para os companheiros desfavorecidos; o estabelecimento de um profícuo diálogo com agremiações congêneres.

Embora o contingente expedicionário tenha representado uma pequeníssima parcela da população brasileira à época do conflito (40 milhões de habitantes), as associações canalizaram o esforço de unificação do grupo social e constituíram um verdadeiro baluarte na nova luta com a qual os veteranos se depararam: a busca pelo reconhecimento social de seus feitos. Nessa lógica, diferentemente das agremiações do gênero nos países da Europa e Estados Unidos do pós-guerra (nações beligerantes que mobilizaram milhões de combatentes), no Brasil essas instituições não exerceram profundas pressões políticas e sociais sobre os governos constituídos. Paradoxalmente, no cenário nacional, converteram-se em locais memorialísticos que tinham por função majoritária manter a sobrevivência simbólica e assistir materialmente aos outrora “irmãos de guerra”.

Assim, após o retorno dos escalões da Força Expedicionária Brasileira, foi fundada em Outubro de 1945 a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, a AECB, no Rio de Janeiro. Movidos pelo ímpeto organizativo, pelo ideal de reunir os veteranos em torno do projeto instaurado no então Distrito Federal, outras cidades na nação se moveram no mesmo sentido. Foi o caso da capital mineira. Em Belo Horizonte, após os grandes festejos realizados na volta dos expedicionários à terra natal, houve intensas comemorações⁴. Entretanto, passados os momentos eufóricos, deu-se lugar à apatia e ao esquecimento popular com relação aos ex-expedicionários. Isso despertou em meio ao grupo dos veteranos o desejo por “revitalizar” os laços e as conexões estabelecidos no front e motivou-os a restabelecer um espaço de convivência.

brasileiro, segurança das unidades militares em zonas consideradas de guerra e navegação em áreas de ataque potencial por submarinos inimigos, considerados “serviços de guerra” e equiparados ao serviço dos que estiveram na campanha da Itália. Considerando que no princípio de funcionamento da AECMG havia, segundo o que as atas indicam, um grande efetivo ligado à FEB nos quadros associativos, já que por sucessivas vezes eram empregadas nos documentos o termo “ex-combatentes da FEB”, optou-se por utilizar no trabalho a expressão “ex-expedicionários” para identificá-los.

⁴ O general Mark Clark, comandante do V Exército americano, grupo de tropas ao qual a FEB esteve submetida, foi inclusive carregado triunfalmente pelas ruas belo-horizontinas. (CLARK, 1970, p. 468-469).

Nesse sentido, no início de 1946, no auditório da rádio Guarani realizou-se uma reunião que contou com a presença de 128 ex-expedicionários com o propósito de fundarem a “Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais”⁵. A AECMG coadunou os associados por meio da mobilização de memórias da luta travada na Segunda Guerra Mundial. Isso ficou em destaque na primeira sessão extraordinária, em que foram exibidos filmes cedidos pelo Consulado Americano nos quais “se podia ver parte das lutas do ‘front’ e bem como aviadores brasileiros nas Escolas de Aeronáutica Norte Americanas”⁶.

Ao longo do seu primeiro ano de funcionamento, as reuniões ocorreram em diferentes locais, e, quase sempre os ex-expedicionários tiveram de contar com a boa vontade de agentes e instituições que cediam seus respectivos espaços para que transcorresse as reuniões da associação. No mais, contavam com a permanente necessidade de comunicar aos associados sobre a existência de reuniões, o que era feito via imprensa, e, por vezes, era preciso reforçar aos presentes nas deliberações sobre “a importância da assiduidade e da unificação em torno das questões da Associação”⁷. Não é possível mensurar o número exato de participantes nas reuniões, porém pôde-se notar através das reiteradas vezes nas quais membros da Diretoria reafirmaram e conclamaram os veteranos a tomarem parte dos debates semanais, que a intermitência e a fluidez eram a regra quando o assunto se referia à frequência nas associações. Apenas quando havia eleições para escolha de novas diretorias e comemorações de datas distintivas da FEB que ocorria um grande número de associados aos eventos e reuniões da Associação. E, depreende-se que muitos foram até lá em busca de assistência material.

Além disso, momento de distinção no cotidiano associativo se fazia notar na realização de comemorações das batalhas grandiosas da FEB. Nesse sentido, vale destacar a primeira festividade relacionada à vitória obtida em Montese (Abril de 1945) a qual congregou representantes do General Olímpio Falconiére da Cunha (um dos outrora comandantes da FEB), Miss Berenice (esposa do cônsul americano) e membros do poder executivo local. O presidente Reny Rabelo solicitou aos presentes “a colaboração e compreensão para com esta agremiação, uma vez que se propunha a auxiliar aos ex-combatentes, bem como trabalhar para a conservação dos princípios democráticos por eles

⁵ Cf. AECMG. Livro de Atas das reuniões, Belo Horizonte, n.1, sessão de 20 jan./1946, p.1, AECB-BH.

⁶ AECMG..., p.2-3.

⁷ AECMG..., sessão de 03 maio/1946, p.4-6; 15 de jun./1946, p.7-9; 17 de out./1946, p.17; 31 out./1946, p.18-19; 07 nov./1946, p.19-20; 21 nov./1946, p.20-21.

combatidos”⁸. E, ainda nesta mesma ocasião, discursou o expedicionário Álvaro Celso que, para além dos discursos laudatórios, “falou da necessidade de ser amparado pelo governo, os ex-combatentes mutilados ou enfermos, tendo sido imensamente aplaudido pelos presentes”⁹.

Como eixo norteador da associação em seu princípio, estava a memória da luta, a qual era permanentemente atualizada como um princípio de ação para o presente. Construía-se uma memória exemplar (TODOROV, 1995), a qual oferecia por meio dos enfrentamentos do passado (os combates da guerra) meios para lidar com as dificuldades impostas na realidade da agremiação. Nessa lógica, é elucidativa a explanação do expedicionário Onozor Fausto Gomes sobre os “Nossos mortos na Itália”, o qual segundo Othon Arruda Lopes (redator) “foi bem concatenado, cheio de justos e fundados sentimentos”¹⁰. Além disso, vale destacar os constantes filmes cedidos pelo Consulado Americano que foram assistidos pelos ex-expedicionários nas reuniões da associação. Segundo o escritor da ata, após uma exibição, o consultor jurídico da Associação, o desembargador Washington Floriano:

Tendo se baseado no assunto dos filmes cujos enredos mostravam o acatamento por parte dos lavradores americanos às sábias orientações dos agricultores e engenheiros governamentais e da grande calamidade que há pouco assolou a Europa, o Sr. Washington Floriano articulou deste modo uma grande admoestação a que todos os expedicionários associados se unissem em torno das resoluções da diretoria da Associação para o prosseguimento da nossa grande obra de assistência aos necessitados ex-combatentes da FEB (AECMG..., sessão de 18 jul./1946, p. 11-12.).

Nesse contexto, também se enquadram as primeiras exposições organizadas para valorizar a memória da guerra na capital mineira. Tendo em vista a organização de uma exposição por uma empresa da capital, “o presidente Reny Rabelo pediu aos associados que possuíssem recordações da guerra para trazê-las acompanhadas de um cartão com o nome e o motivo porque foi o troféu trazido para o Brasil”¹¹. Ainda como ações de memória em Belo Horizonte, destacam-se as visitas empreendidas pelos associados a instituições governamentais e autoridades, como ao General Olímpio Falconiére, o qual recebeu o título de presidente de honra da AECMG¹². A miss Berenice Donaldson (esposa do consul americano na capital), também foi homenageada em sessão extraordinária realizada à época

⁸ AECMG..., sessão de 14 abr./1946, p.3-5.

⁹ AECMG..., sessão de 14 abr./1946, p.3-5.

¹⁰ AECMG..., sessão de 27 jun./1946, p. 9-10.

¹¹ AECMG..., sessão de 20 jun./1946, p.8-9.

¹² AECMG..., sessão de 11 jul./1946, p. 10-11.

no Instituto de Educação¹³. Também enviaram “telegrama de congratulações e felicitações ao general Mascarenhas de Moraes (outrora comandante supremo da FEB), por sua recente promoção ao posto de Marechal do nosso Exército¹⁴”.

Além disso, receberam a visita de representantes de instituições congêneres como: o senhor Milton Vaz, vice-presidente da Associação de Ex-Combatentes (Rio de Janeiro); a senhora Joacilha Filho, presidente da Legião Brasileira de Assistência em Manhuaçu¹⁵; o senhor José Lopes Dias, diretor responsável pela “Folha Expedicionária”, periódico que era redigido na cidade de Campo Belo. Adiciona-se a isso, o fato de que os integrantes da AECMG mantinham relações de proximidade com veteranos em Minas Gerais. Vale citar dois exemplos elucidativos sobre esse íntimo relacionamento. Ao serem informados via correspondência de que havia a mãe de um ex-expedicionário necessitava ser internada para tratamento médico em Divinópolis, trataram de nomear uma comissão para avaliar os meios para viabilizar o procedimento¹⁶. Em outro momento, demonstraram tristeza ao ficarem cientes por meio de uma carta enviada pelo senhor Carlos Otelo Barbosa que, o seu irmão, o ex-expedicionário Aristides Martins dos Santos havia cometido um crime em Patos de Minas¹⁷.

Também se unificaram em torno da questão de amparo aos companheiros necessitados. Promoveram constantes visitas aos companheiros tuberculosos que se encontravam hospitalizados, e lograram propor ações para auxiliá-los como: a organização de uma festa em prol do ex-combatente tuberculoso¹⁸; a fundação de uma cooperativa para beneficiar a situação do ex-combatente¹⁹; o associado Othon Arruda sugeriu “que fosse colocado nos cinemas e pontos da cidade, cofres com os respectivos nomes de nossos colegas hospitalizados a fim de angariar fundos para os mesmos hospitalizados”²⁰. As iniciativas apresentadas dão mostras de algumas tentativas colocadas por membros da instituição para propiciar melhores condições de vida aos companheiros.

¹³ AECMG..., sessão de 27 jun./1946, p.9-10.

¹⁴ AECMG..., sessão de 16 set./1946, p.14.

¹⁵ AECMG..., sessão de 08 ago./1946, p.12. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria.

¹⁶ AECMG..., sessão de 20 jun./1946, p. 8-9.

¹⁷ AECMG..., sessão de 05 dez./1946, p. 21-22. O crime em questão não foi explicitado no texto.

¹⁸ AECMG..., sessão de 07 nov./1946, p.19.

¹⁹ AECMG..., sessão de 23 set./1946, p.14-15.

²⁰ AECMG..., sessão de 17 out./1946, p. 17-18.

Entretanto, o alcance do poder de resolução das questões que afligiam os veteranos por parte dos associados era limitado. Os recursos que possuíam eram escassos e a fonte de renda advinha principalmente do pagamento de mensalidades por parte da massa daqueles que se vincularam a agremiação. Assim, no segundo semestre de 1946, a receita da AECMG estava no vermelho. Reiteradamente os membros da Diretoria apelaram aos veteranos para que quitassem seus respectivos débitos, frequentassem assiduamente as reuniões e contribuíssem com as deliberações empreendidas na agremiação. No entanto, desde o princípio de funcionamento da AECMG, houve uma dificuldade para angariar recursos que custeassem as obras de assistência desenvolvidas. Os constantes obstáculos encontrados contribuíram para que os ex-expedicionários buscassem “meios radicais” para alcançarem êxito em seus propósitos organizativos: a idealização e realização de protestos. Desse modo, teve início nas palavras do associado Divaldo Medrado, “a nossa terceira guerra” (MEDRADO, 2009, p.132).

Com efeito, os protestos organizados pelos ex-expedicionários tiveram um caráter multifacetado e expressam não somente a unificação da categoria social, mas revelam as discordâncias que se instauraram em meio ao pensamento do grupo. Logo no princípio organizativo da AECMG, o sócio Odil Correia “fez a sugestão no sentido de que, em tempo oportuno, a Associação lance um protesto contra a rearticulação integralista no Brasil, a lembrança de suas congêneres do Rio, São Paulo, Barra do Piraí e outras”²¹. Seu pedido foi acatado pelos associados, e revela a postura antifascista que à luz das lutas travadas no norte italiano contra nazifascismo congregavam os veteranos. O mesmo se sucedeu, tendo a aprovação massiva dos presentes, com a manifestação do sócio Wagner Costa em relação ao perdão concedido aos “traidores da pátria” que desempenharam serviços para o nazismo²². Entretanto, mais radical foi a postura de formular uma “subvenção” a ser apresentada ao Interventor Federal, o que gerou entre alguns associados a ideia discordante de que a mesma deveria ser enviada também ao Presidente da República. Porém, a ideia não ressoou entre os associados e logo declinou, o memorial seria endereçado apenas ao Interventor em Minas Gerais. Assim, o “presidente Reny Rabelo pediu para que o maior número possível de associados fosse até a associação para entregarem o pedido de auxílio ao interventor”²³.

De outro ângulo, não tendo sido atendidos em suas propostas, também alguns dos veteranos procuraram atuar politicamente, e, assim, adentrar em conflito com normas

²¹ AECMG..., sessão de 18 fev./1946, p. 2-3.

²² AECMG..., sessão de 08 ago./1946, p-11-12.

²³ AECMG..., sessão de jan./1947, p. 23-24.

estabelecidas no estatuto da agremiação: a atuação político-partidária era terminantemente proibida. Ao ter participado de uma convenção da União Democrática Nacional (UDN) na capital, o vice-presidente Antônio Caldeira Vitral foi acusado verbalmente, submetido a inquérito e então demitido de seu cargo²⁴. O próprio presidente Reny Rabelo havia sido convidado pela sua “ausência dos trabalhos e candidatura a um partido político a pedir sua demissão”²⁵. Assim, verifica-se que mesmo entre membros da Diretoria vigorou uma expressiva cisão no que tange ao envolvimento partidário, o que se acirrou a partir do momento no qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado novamente na ilegalidade, em 1947. Constatou-se que predominava o viés conservador na agremiação.

Após todo esse panorama, verificou-se que os fundamentos das lembranças traumáticas, as quais se formaram em meio à coletividade dos veteranos, estiveram profundamente ligados às dificuldades de inserção de suas narrativas numa memória popular mais ampla. O complexo processo de reintegração social, o esquecimento popular, e as dificuldades encontradas no cotidiano da Associação dos Ex-Combatentes de Minas Gerais (AECBMG) deram a tônica dos conteúdos depreciativos que irromperam na identidade e trajetória da coletividade em questão.

Abstract: In 1946, one year after the end of World War II, those who had belonged to the Brazilian Expeditionary Force (FEB), the war veterans, founded the "Association of Former Combatants of Minas Gerais" in Belo Horizonte. Driven by the aspiration to keep alive the "memory of the front" and under the pernicious effects of the rapid demobilization of the Expeditionary Infantry Division (DIE), the veterans sought to gather the companions who paid the "blood tribute" to the conflict. In this context, the attempt to reunite the "war brothers" followed a national trend, which began with the formation of the Association of Former Combatants of Brazil (AECB) in Rio de Janeiro in October 1945. In the mining capital, had to face new battles in order to maintain the cohesion and solidarity of the collectivity in question. More than this, through constant practices, representations and appropriations occurred in this place of memory, there was an ordering (selections and crystallizations) that was subjected to the dialectic of remembering and forgetting. In this sense, the sources of the research are mainly anchored in the archives of this institution and the press of the period. After preliminary analysis of the material, it was evident that in the first years of existence of the group preponderated the organizational difficulties and new battles for the symbolic and material survival of the group. In addition, it was possible to verify that the ex-expeditionary beautiful-horizons maintained fruitful relations with the Army and the similar institutions scattered by the country. It is no exaggeration to say that, motivated by laudatory speeches to the memory of the FEB and by the necessity of representativeness of the social category, they glimpsed themselves as true "ambassadors" of the associations of veterans located in the state of Minas Gerais. Thus, this work intends to

²⁴ Ibid., sessões de 11 jul./1946 e 18 jul./1946, p.10-13.

²⁵ Ibid., sessão de 15 nov./1947, p. 35-36.

unveil in the middle of the field of memories of World War II, the way in which exceptional narratives have been elaborated that have become object and instrument of struggle in AECB. In this process, memories constantly reviewed, revived and mobilized, corroborated too much for the construction of the identity of specific collectivities in the city of Belo Horizonte.

Keywords: FEB; Memory; Belo Horizonte.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p-14.

CLARK, Mark. **Risco calculado.** A história da guerra no Mediterrâneo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970, p. 468-469.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra:** a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **A Guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. de “La mémoire collective” por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

MEDRADO, Divaldo. **Nos bastidores da Força Expedicionária Brasileira.** Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, n. 10, dez. 1993.

ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. In: **Militares e Política**, n. 3, p.7-16, jul –dez. 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória.** Espanha: Ariela, 1995(digital) (26pp.)

A construção da narrativa histórica no processo de patrimonialização: Estudo de caso da Catedral Ōura, Japão

Joanes da Silva Rocha

Mestre em Teoria e História da Arquitetura

Universidade de Brasília

Joanesrocha@gmail.com

Resumo: Sucintamente, a história do cristianismo no Japão pode ser dividida em três fases. Primeiramente, da chegada de Francisco Xavier até a expulsão dos jesuítas pelo xogum Tokugawa Ieyasu (1539-1614). Seguido pelo período de perseguição ao cristianismo durante o xogunato Tokugawa e formação dos cristãos ocultos (*senpuku kirishitan* 潜伏キリシタン) (1614-1854). E, por fim, a reabertura dos portos e construção de novas igrejas em estilo neogótico (após 1854). Com base nesta construção temporal, o governo japonês submeteu em janeiro de 2015 como candidato à Patrimônio Mundial a inscrição do projeto intitulado “Igrejas e sítios cristãos em Nagasaki”. O esboço introduzia as duas primeiras fases como antecedentes histórico e focava nos aspectos materiais, arquitetônicos e históricos de catorze igrejas construídas na terceira fase (após 1854). Todavia, por orientação da UNESCO, ou imposição para alguns autores, o governo japonês anulou a inscrição e modificou o escopo do projeto passando a privilegiar os aspectos intangíveis e antropológicos dos cristãos ocultos da segunda fase (1614-1854). De forma que, as igrejas foram excluídas da nomeação final com exceção da Catedral de Ōura, palco do evento conhecido por *Shinto hakken* (信徒発見), ou “a descoberta dos cristãos escondidos”. Este novo projeto intitulado “Sítios dos cristãos ocultos na região de Nagasaki” foi submetido em 2017 e aprovado como Patrimônio Mundial em 14 de março de 2018. No entanto, o que o processo como um todo nos revela e a presente comunicação buscará apresentar, é o dilema e embate entre o governo japonês e os órgãos internacionais acerca do papel das igrejas e a construção da narrativa histórica no processo de patrimonialização. Isso porque, para o governo japonês, as igrejas seriam a prova material da persistência dos cristãos ocultos, enquanto para o corpo técnico internacional ICOMOS elas estariam desconectadas temporalmente e estilisticamente. Em suma, uma querela sobre o “devido” uso do critério (iii) do *Outstanding Universal Value*. Critério este que, em última instância, é o item que conecta os elementos e os legitima dentro de uma narrativa e do processo de inscrição.

Palavras-chaves: Patrimônio mundial, Narrativa histórica, Catedral de Ōura.

Introdução

Em um artigo publicado no *The Newsletter, Heritage expertise across Asia*, Tomoe Otsuki (2018), levantou a seguinte questão: como especialistas em patrimônio, incluindo o próprio quadro consultivo da UNESCO (ICOMOS), devem lidar com as heranças religiosas que implicam em narrativas e histórias extremamente delicadas? E como os fabricantes de

patrimônio local podem se comunicar efetivamente com os especialistas do ICOMOS, especialmente em países não europeus como o Japão, com diferentes origens e a necessidade de ser reconhecidos, classificados e aprovados? Diante de tal provocação, o presente estudo buscará investigar como a Agency for Cultural Affairs (ACA) do Japão lidou com os desafios de harmonizar os pedidos da “comunidade local” e das “organizações internacionais” em um espaço onde a herança é essencialmente cultural e intangível.

A campanha para designar as igrejas de Nagasaki como patrimônios da humanidade foi iniciada por um grupo de voluntários em 2001 e continuada pela Nagasaki World Heritage Scholarly Conference (NWHSC) a partir de 2007 com o apoio de universidades, ICOMOS-Japan e prefeitura de Nagasaki. (MATSUI, 2013) Essa conferência listou 14 locais históricos e apresentou uma proposta intitulada *Churches and christian sites in Nagasaki* (長崎の教会群とキリスト教関連遺産) ao Comitê do Patrimônio Mundial em 2015. No entanto, no ano seguinte, o painel consultivo da UNESCO (ICOMOS Interim Report) respondeu que a submissão não seria aprovada, forçando o governo japonês a retirar a proposta em fevereiro de 2016 e convidar uma missão consultiva do ICOMOS três meses depois para ajudá-los em uma nova proposta.

A missão consultiva manteve a “sugestão” do painel consultivo, ou imposição para alguns autores japoneses, de incluir o termo “cristãos escondidos” no título e remover todos os sítios que não estivessem relacionados ao período de proibição da fé cristã e formação dos cristãos ocultos entre 1614 e 1873. Conseqüentemente, os lugares relacionados com a primeira fase de propagação do catolicismo pelos portugueses (1539-1614) e as igrejas construídas após a suspensão da proibição em 1873 foram excluídas. Em seguida, o governo apresentou uma nova proposta, denominada *Hidden christian sites in the Nagasaki region* (長崎と天草地方の潜伏キリシタン関連遺産) em 2017. O projeto foi finalmente aprovado pelo ICOMOS como patrimônio mundial da humanidade no ano seguinte.

Com base em extensa pesquisa bibliográfica e visitas pessoais a Nagasaki durante meu período de intercâmbio no Japão, o presente estudo se debruçará sobre o dilema e embate entre o governo japonês e os órgãos internacionais acerca do papel das igrejas e a construção da narrativa histórica no processo de patrimonialização, isso porque, para o governo japonês, as igrejas seriam a prova material da persistência dos cristãos ocultos, enquanto para o corpo técnico internacional elas estariam desconectadas temporal e estilisticamente. Em suma, uma querela sobre o “devido uso” do critério (iii) do *Outstanding Universal Value* (OUV), critério

este que, em última instância, é o item que conecta os elementos e os legitima dentro do processo de inscrição, em suma, a própria narrativa histórica.

Contextualização histórica

O jesuíta Francisco Xavier chegou a Kagoshima, sul do Japão, em 15 de agosto de 1549 e logo foi seguido por outros missionários que começaram a chegar para espalhar o catolicismo (BOXER, 1986; ELISONAS, 2006). Inicialmente, os missionários se aproximavam dos senhores locais chamados *daimyō* (大名) e tentaram convertê-los do budismo para o catolicismo. De fato, eles foram bem acolhidos no início porque muitos dos novos conversos aparentemente acreditavam que o catolicismo fosse apenas mais uma seita do budismo, já que os portugueses vinham de Goa, Índia, terra ancestral do budismo e, pelo menos no início, utilizavam nomes e expressões do budismo e do xintoísmo para se referir aos princípios teológicos e escatológicos do cristianismo.

Assim, em poucos anos, os missionários expandiram seu trabalho da região de Kyūshū, ilha ao extremo sul, para a região de Yamaguchi e depois avançaram em direção leste até Kinai, conhecidas como “as províncias de origem” por incluir a então capital imperial Miyako, atual Kyōto. (BITŌ, 2006; MUNSI, 2018) Alguns estudiosos observaram que o número de adeptos do catolicismo alcançou mais de 370 mil pessoas em meados do chamado “século cristão” (1543-1640), termo cunhado por Charles Boxer (1986).

Ao mesmo tempo em que o trabalho missionário prosseguia, Toyotomi Hideyoshi seguia os passos de Oda Nobunaga e se tornava o líder militar mais influente do Japão. Em 24 de julho de 1587 (TENSHŌ, 15/6/19), Hideyoshi emitiu um decreto anticristão (*bateren tsuihourei* バテレン追放令) visando a expulsar todos os missionários católicos de Hakata, atual Fukuoka, e assim assumir o controle total da região que servia como porta do comércio lusitano entre a prata japonesa e a seda chinesa de Cantão, atual Guǎngzhōu, por meio de Macau. De fato, igrejas foram destruídas e os missionários tiveram que reduzir o escopo de suas atividades públicas, contudo, enquanto permanecessem discretos e pagando os tributos devidos, poucos tiveram que efetivamente deixar o Japão como resultado do decreto de 1587, pois o objetivo final de Hideyoshi era assumir o controle direto sobre o comércio para financiar sua conquista interna e guerra na então península coreana.

Brevemente, após a morte de Hideyoshi, Tokugawa Ieyasu assegurou o domínio militar e inicialmente foi receptivo ao comércio com Portugal e Espanha a ponto de permitir

que os missionários católicos convertessem mais japoneses. Em 1614, no entanto, para promover uma unificação social e ideológica em todo o Japão, o *bakufu* (幕府) emitiu uma proibição nacional sobre o cristianismo e a prática ritual cristã (MURAI, 2002). Inquisições e perseguições severas foram realizadas, igrejas demolidas, missionários e cristãos expulsos para Manila e Macau por decreto (*kirishitan kokugai tsuihōrei* キリシタン国外追放令), forçando as comunidades cristãs remanescentes a se esconderem, marcando o início dos chamados “cristãos ocultos” (*senpuku kirishitan* 潜伏キリシタン)¹.

Durante o regime do terceiro xogun, Tokugawa Iemitsu, o sistema anticristão do *bakufu* foi incrementado por meio de duas políticas: 1) encontrar e punir os cristãos já dentro do Japão; 2) fechar o país para impedir que outros entrassem, o que veio a ser conhecido como *sakoku* (鎖国). Segundo a historiografia japonesa, 75 missionários foram executados publicamente e mais de mil morreram durante intensas perseguições entre 1617 e 1644 (MURAI, 2002). Além disso, na década de 1640 o escritório central da Inquisição foi estabelecido em Edo, atual Tōkyō, com a missão de fornecer uma compilação completa do “registro do censo de inquerito religioso”, ou *shūmon aratame ninbetsuchō* (宗門改人別帳). O objetivo do censo era classificar os indivíduos de acordo com sua afiliação religiosa e determinar se havia algum ramo cristão em sua árvore genealógica. Segundo Elisonas (2006), cerca de 3 mil cristãos japoneses morreram por sua religião, incluindo cerca de 600 capturados somente no domínio Ōmura em 1657-58.

Durante a proibição ao cristianismo, os cristãos ocultos na região de Nagasaki mantiveram organizações religiosas que vinham se arrizando desde o século dezesseis dentro das pequenas comunidades que foram retratadas nos documentos lusitanos como *confrarias*. Essas pequenas organizações tinham líderes religiosos que conduziam os rituais e ensinavam o Catecismo. A pessoa encarregada de manter o calendário litúrgico chamava-se *chōkata* (帳方), literalmente “pessoa com o caderno”, e os responsáveis pelos batismos, realizados por eles mesmos na ausência de missionários, eram chamados de *mizukata* (水方), ou “pessoa com a água”. Em meados do século dezoito, a política anticristã se intensificou e todas as famílias tiveram que se registrar em um templo budista. Assim, para apresentar uma imagem de budistas para a comunidade e manter-se vivos, os cristãos ocultos oravam secretamente para

¹ Apesar de utilizados em conjunto na atual bibliografia brasileira é importante fazer uma distinção clara entre *senpuku kirishitan* (潜伏キリシタン) e *kakure kirishitan* (隠れキリシタン). O primeiro termo diz respeito aos cristãos que se escondiam do governo entre 1614 e 1854, ao passo que o segundo diz respeito aos cristãos que após 1854 decidiram permanecer com sua forma de culto e não regressar para os seios da Santa Sé, enquanto alguns *senpuku kirishitan* abandoaram seus aspectos do sincretismo com o budismo e xintoísmo e se autodenominaram católicos.

estátuas de divindades budistas, como Kannon, representando a Virgem Maria (SHEN, 2011; SHIN, 2011). Isso é visto nas aldeias de Shitsu e Ono, em Sotome, onde há uma oração especial que mistura japonês, latim e português chamada *orasho* (オラシヨ), da palavra latina *oratio*.

No fim do século dezoito, a pressão externa começou a se tornar uma questão interna para o *bakufu* Tokugawa. Primeiro, foram os russos, seguidos pelos europeus e, então, os americanos no século dezenove. Mas foi o comodoro Matthew Perry que, em 1853, e novamente em 1854, forçou o *bakufu* Tokugawa a abrir um número limitado de portos ao comércio internacional (KURIHARA; NISHIZAWA, 2009). Nagasaki foi um desses portos e logo que os primeiros franceses se estabeleceram na região começaram a construir uma igreja para o culto dominical na baía de Nagasaki em 1864, conhecida hoje como Catedral de Ōura ou *Ōura tenshudō* (大浦天主堂).

Todavia, apesar da abertura econômica, o governo Meiji continuou a política de não liberdade religiosa e outros 3 mil cristãos foram torturados até renunciar à sua fé. Tal tratamento aos cristãos ocultos foi condenado pelos países ocidentais e o governo Meiji suspendeu a proibição do cristianismo em 1873. Nessa época, a fé praticada pelos cristãos ocultos era caracterizada por uma fusão idiossincrática com o budismo e o xintoísmo que resultou na divisão em três grupos após a suspensão da proibição: 1) aqueles que aceitaram o catolicismo sob a orientação dos missionários e se uniram à Igreja Católica, deixando para trás os aspectos do budismo e do xintoísmo; 2) aqueles que se converteram inteiramente ao xintoísmo ou budismo e abandonaram os aspectos cristãos; e 3) aqueles que se recusaram a se submeter à autoridade dos missionários e continuaram com suas próprias práticas, os *kakure kirishitan* (隠れキリシタン).

O dilema das igrejas e o primeiro projeto de nomeação

Segundo o governo japonês, apesar do estilo claramente europeu, as igrejas presentes no primeiro projeto *Churches and christian sites in Nagasaki* demonstravam a propagação do cristianismo no Japão e foram construídas usando materiais locais e tecnologia tradicional. Como exemplo, na vila Egami, em Naru Island, elas foram construídas com tecnologia tradicional para melhor adaptação ao clima e à topografia da ilha. Enquanto isso, outras igrejas foram construídas usando materiais de estilo ocidental, como tijolos e pedras na Igreja de Ono, ou porcelanas em Arita ao redor do altar da igreja de Kuroshima. Algumas igrejas

incluem tatames e teto baixo a fim de adaptar-se ao costume japonês de se sentar ajoelhado. A imagem de uma camélia japonesa, que cresce na ilha Goto, pode ser encontrada em uma variedade de ornamentações porque, durante o período de proibição, ela era usada no lugar das rosas para representar a Virgem Maria. (MATSUI, 2013)

Não apenas na técnica, mas as igrejas possuíam uma relação profunda com o trabalho árduo e os sentimentos da população local. Por exemplo, a atual igreja da aldeia Sakitsu, em Amakusa, foi construída no local da casa do antigo chefe de aldeia usando donativos e trabalho voluntário da comunidade católica local. O missionário francês Padre Halbout escolheu esse local porque foi onde ocorria o *fumi-e* (踏み絵)² durante o período de proibição. Agora, portanto, os moradores rezam nos mesmos lugares onde seus ancestrais foram perseguidos e mortos. Por isso, mais que pedras frias, o projeto do governo japonês envolvia a valorização da cultura local ao indicá-la a patrimônio mundial da humanidade com base no uso combinado dos critérios (ii), (iii) e (iv) que são:

Critério (ii): mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem;

Critério (iii): mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;

Critério (iv): ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustra significativos estágios da história humana; (ICOMOS, 2018b)

De acordo com o governo japonês, o projeto *Churches and christian sites in Nagasaki* visava a ser aprovado pelo critério (ii) porque demonstrava um legado de intercâmbio de valores entre o Japão e o Ocidente dos quais emergiram tradições e a paisagem formada desde o período da proibição do cristianismo, bem como um estilo arquitetônico singular de igrejas. Também seriam vistas como critério (iv) porque estavam diretamente associadas a eventos de notável significado universal, como a expansão do comércio internacional e o intercâmbio cultural durante a era da exploração no século dezesseis, a política nacional excludente e a supressão do cristianismo no século dezoito e a reabertura do Japão como parte de uma onda mais ampla de globalização no século dezenove.

Sobre o critério (iii) o governo japonês buscou apresentar os sítios como testemunhas

² *Fumi-e* (踏み絵), ou “pisando (*fumi*) a imagem (*e*)” era um evento anual desenvolvido para expor os cristãos. Basicamente, uma pessoa acusada de ser cristã era forçada a pisar uma imagem de Cristo ou da Virgem Maria, na suposição de que os cristãos, ou pelo menos os católicos, não gostariam de realizar tal sacrilégio.

excepcionais das tradições religiosas e culturais que emergiram do encontro do Japão com o cristianismo por mais de 450 anos e que se demonstravam como exclusivas junto ao ambiente vivo, natural e costumes populares do Japão. Em verdade, esse foi o único item que encontrou espaço junto ao ICOMOS dentro do segundo projeto intitulado *Hidden christian sites in the Nagasaki region*, visto que o novo projeto foi aprovado como patrimônio da humanidade exclusivamente pelo critério (iii), como veremos na próxima subseção deste texto.

O primeiro projeto apresentado pelo governo do Japão foi baseado em três momentos diferentes de uma mesma história. No entanto, o comitê consultivo questionou os fundamentos do *Outstanding Universal Value*³ da primeira e terceira fases, já que o contato entre os europeus e japoneses no século dezesseis e a dita globalização no século dezanove foram ambos vistos como um efeito global e não um caso específico do Japão que justifica ou legitima sua singularidade. Por isso, o segundo projeto focou a idiossincrasia de um grupo de japoneses e sua resistência perante o governo central. Como resultado, não há como questionar Honda Yōko (2016) quando ela escreve que “(...) Não é uma questão de remover um componente específico, mas se trata de um ponto muito importante que é ‘repensar a história ou origem do componente’. (...) Assim, eles priorizaram a história e o enredo selecionado em vez de efetivamente proteger o patrimônio da humanidade (como um todo). E isso é preocupante”⁴.

O ponteiro do tempo e uma nova narrativa: o segundo projeto e a nomeação

Em fevereiro de 2016, o ICOMOS recomendou que o governo japonês revisasse drasticamente sua aplicação, pedindo que a proposta se concentrasse no período de proibição do cristianismo no Japão. Assim, o governo do Japão retirou a proposta e fez uma redução no escopo de projeto que unia os aspectos materiais das igrejas (critérios (ii) e (iv)) junto com elementos imateriais (critério (iii)), para um projeto essencialmente imaterial, ou intangível, apoiado unicamente no critério (iii).

De 25 de abril a 3 de maio de 2016, o Japão recebeu uma missão consultiva que

³ Para ser considerado um *Outstanding Universal Value*, além de atender a um dos dez critérios, a propriedade indicada também deve cumprir condições de integridade e autenticidade. A integridade diz respeito à integridade da propriedade patrimonial e como ela transmite os valores que detém. O requisito de autenticidade refere-se apenas a propriedades culturais. Em termos gerais, exige uma expressão cultural original, autêntica ou verdadeira segundo os valores de uma propriedade, seja material ou conceitual, e não pode ser representada por uma cópia ou recriação.

⁴ (...) 特定の構成資産を外すかどうかということではなく、「ストーリーや構成資産を見直しなさい」というもののため、非常に重い指摘と言えるだろう。(...) それらは、世界遺産として守るべきものというよりは、ストーリーを優先して後付けで選んだ、という懸念を生む。(tradução nossa) (HONDA, 2016)

incluía Tara Sharma (ICOMOS Índia) e Thomas Coomans (ICOMOS Bélgica). A missão manteve o conselho anterior, pedindo para excluir os sítios que não fossem relevantes à proibição do cristianismo entre 1614 e 1854 e também aconselhou incluir o termo “cristãos ocultos” no título da propriedade patrimonial. Dessa forma, todas as igrejas, com exceção da Catedral de Ōura, foram removidas. Para Tomoe (2018), o ICOMOS afirmou que a Catedral de Tabira era irrelevante para o período de proibição do cristianismo já que Tabira tornou-se uma aldeia católica após o fim da proibição, ignorando o tremendo esforço e sacrifícios feito pelos ex-católicos escondidos a fim de transformar a terra devastada em uma terra de Deus.

O governo do Japão, então, reconfigurou a nomeação, concentrando-se unicamente no aspecto histórico sob o critério (iii). Após a revisão, o Estado-parte apresentou uma nova lista ao Comitê do Patrimônio Mundial em 1º de fevereiro de 2017, indicando o seguinte *Outstanding Universal Value*:

The nominated property bears unique testimony to the history of people and their communities who secretly transmitted their faith in Christianity during the time of prohibition spanning more than two centuries in Japan, from the seventeenth to the nineteenth centuries. Hidden Christians gave rise to a distinctive religious tradition that was seemingly vernacular, yet which maintained the essence of Christianity, and they survived continuing their faith over the ensuing two centuries (ACA, 2017a).

Em agosto de 2017, o governo japonês enviou ao ICOMOS o documento *Supplementary material on the nomination of hidden christian sites in the Nagasaki region*, fornecendo mais informações sobre a nomeação. Uma missão de avaliação técnica visitou os locais de 3 a 14 de setembro de 2017 para verificar suas condições de integridade e autenticidade. Depois de outra rodada de perguntas e respostas entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, o ICOMOS aprovou a inscrição dos *Hidden christian sites in the Nagasaki Region (Nagasaki to Amakusa-chihō no senbuku kirishitan kanren'isan 長崎と天草地方の潜伏キリシタン関連遺産)* como patrimônio mundial de número 1.495 em 14 de março de 2018. (ACA, 2017a)

Na opinião do ICOMOS, a seleção dos componentes fornece uma boa cobertura dos “quatro estágios”⁵ do cristianismo no Japão e sua variedade de locais ilustra a proibição inicial do cristianismo, diferentes tipos de adoração cristã e o desenvolvimento de diferentes

⁵ O ACA e o ICOMOS se referem a quatro estágios porque eles subdividiram o período dos cristãos ocultos (1614 e 1854) em dois tendo, como baliza 1797, quando os cristãos começam a migrar da ilha maior de Kyūshū para ilhas menores como Goto por conta de dificuldades agrícolas. Eu faço uma análise mais clara desse aspecto em meu artigo: *The triumph of perseverance: kakure kirishitan in Japan and its inscription on the world heritage list* (ROCHA, 2018).

tradições secretas, migração estratégica e as respostas das comunidades cristãs ocultas em relação à proibição do cristianismo até 1873. O ICOMOS também considerou que os 12 componentes não só incluem todos os elementos necessários para expressar o *Outstanding Universal Value* da propriedade, mas, inclusive, estão em bom estado de conservação.⁶

No geral, na visão do ICOMOS, a propriedade mantém um alto grau de integridade e autenticidade por meio de uma gama de atributos tangíveis e intangíveis. Os principais elementos construídos dentro da propriedade, incluindo a Catedral de Ōura e outras oito igrejas, mantêm um alto grau de autenticidade em sua forma e design, tanto interna quanto externamente. (ICOMOS, 2018; ACA, 2017a). Houve mudanças para facilitar a adoração, como a introdução de bancos, e para a proteção, como sistemas de detecção de incêndio, mas isso não afetou a integridade do projeto. Todavia, apesar dos elogios, elas foram excluídas do texto de inscrição como patrimônio mundial devido a uma alteração drástica no espectro temporal.

Como relatamos anteriormente, a Catedral de Ōura foi uma das primeiras igrejas a ser construída no Japão após a reabertura dos portos na Era Meiji, mas o motivo de sua fama foi porque, logo após a cerimônia de dedicação, em março de 1865, um grupo de japoneses da vila de Urakami se dirigiu até a catedral e revelou sua fé secreta ao padre Petitjean, dizendo: “Temos o mesmo sentimento em nossos corações que você.” Esse evento ficou marcado na história como *shinto hakken* (信徒発見), ou “a descoberta dos cristãos ocultos” (MUNSI, 2014; KIMURA, 2007). A partir desse momento, os cristãos escondidos começaram a surgir e construir suas próprias igrejas com orientação de missionários franceses e, conseqüentemente, Ōura se tornou o ponto inicial do primeiro projeto por ter sido a primeira igreja e modelo para as outras.

Todavia, como o segundo projeto estava centrado no período de proibição e vicissitudes dos cristãos escondidos, a Catedral de Ōura passou de marco inicial para ponto final, ou seja, quando os cristãos não estavam mais escondidos. Em outras palavras, como escrevemos no título desta subsecção, análoga a um ponteiro de relógio travado no centro no ano de 1865, a Catedral de Ōura mudou drasticamente sua direção, do ponto inicial para o ponto final, daí sua importância dentro de ambas as narrativas. Todavia, o mais importante aqui é lembrar que no primeiro projeto a catedral foi incorporada por dois motivos: 1) como

⁶ Medidas de proteção complementares foram tomadas para cada um dos componentes de acordo com as leis e regulamentos nacionais e locais relevantes, incluindo a *Law for the Protection of Cultural Properties* e a *Landscape Act* (ACA, 2017b).

arquitetura, ou seja, um patrimônio material; 2) como palco do *shinto hakken* e início dos movimentos nacionais e internacionais em prol da liberdade religiosa, ou seja, um espaço de memória coletiva e patrimônio imaterial. Já no segundo projeto, a Catedral de Ōura perde seu status material arquitetônico e é referenciada apenas como o cenário do acontecimento, aos moldes do conceito de lugar de memória sem materialidade.⁷

Conclusão

Como vimos, a história do cristianismo no Japão pode ser dividida em três fases, sendo que o primeiro projeto a patrimônio mundial apresentava as duas primeiras fases como antecedentes históricos e enfatizava a terceira fase e seus aspectos arquitetônicos e culturais. Contudo, a pedido da UNESCO e do ICOMOS, o projeto foi revisto e passou a valorizar os aspectos culturais intangíveis dos cristãos ocultos entre 1614 e 1854. Ao término, notamos como o ICOMOS de fato reconheceu as igrejas como parte de um projeto de patrimonialização local, mas não as incorporou na narrativa central, que passou a ser o sofrimento de um grupo de cristãos que enfrentou dificuldades e risco de morte por dois séculos e meio, lembrando o próprio cristianismo primitivo nas catacumbas antes da conversão de Constantino.

Como resultado, as igrejas, outrora parte central da narrativa que ia até meados do século vinte e ressaltavam o encontro entre europeus e japoneses, passaram a ser apenas o *backstage* de uma nova narrativa a qual Satoshi e Ji-Hyun (2018) chamaram de *dark tourism*, ou turismo sombrio, isso porque houve uma mudança completa na narrativa patrimonial não mais valorizando o encontro entre o Ocidente e o Oriente, mas, juntamente com Auschwitz-Birkenau, inscrito como patrimônio mundial em 1979, e Hiroshima Peace Memorial, inscrito em 1996, passou a nos lembrar não apenas do sofrimento de alguns, mas, além disso, da natureza cruel de outros.

Referências bibliográficas

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS (ACA). **Comprehensive Preservation and**

⁷ Os lugares de memória podem ser organizados em diversas subcategorias, contudo, cabe-nos aqui pensar na materialidade do Lugar de memória. 1) Um lugar de memória com materialidade seria, por exemplo, a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789, no qual existe um edifício, nesse caso uma bastilha. 2) Um lugar de memória sem materialidade, como, por exemplo, o grito de “Independência ou morte!” em 7 de setembro de 1822 como retratado pelo artista brasileiro Pedro Américo não possui esse lugar arquitetônico ou bem definido que demonstra o evento ou fenômeno.

Management Plan. Hidden Christian Sites in the Nagasaki Region. Japan: Cultural Properties Department, Monumental and Sites Division. 2017a.

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS (ACA). **Executive summary:** Hidden Christian sites in the Nagasaki Region. Japan: Cultural Properties Department, Monumental and Sites Division. 2017b.

AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS (ACA). **Main document:** Hidden Christian sites in the Nagasaki region. Japan: Cultural Properties Department, Monumental and Sites Division. 2017c.

BITŌ Masahide. Thought and religion, 1550-1700. In: HALL, John W. (org.) **The Cambridge History of Japan**, Vol. 4. Early modern Japan, p. 373-376. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BOXER, Charles Ralph. **Portuguese merchants and missionaries in feudal Japan, 1543-1640.** Aldershot: Variorum, 1986.

ELISONAS, Jurgis. Christianity and the daimyō. In: HALL, John W. (org.) **The Cambridge History of Japan**. Vol. 4. Early modern Japan. p. 301-372. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HONDA Yōko. **Naze “Nagasaki no kyōkai-gun” wa seikaiisan he no suisen torisage ni naru no ka?** (なぜ「長崎の教会群」は世界遺産への推薦取り下げになるのか). 2016. Disponível em <<https://news.mynavi.jp/article/20160205-heritage/>>. Acessado em 07 setembro de 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Evaluations of nominations of cultural and mixed properties.** Report for the World Heritage Committee, 42nd ordinary session, Manam, June 24–July 4, 2018a.

_____. **Preparing World Heritage nominations.** 2nd Edition. Paris: UNESCO World. Accessed February 17, 2018b. <<https://whc.unesco.org/en/preparing-world-heritage-nominations>>. Acessado em 14 fevereiro de 2019.

KIMURA, Katsuhiko. Nagasaki ni okeru Katorikku kyōkai junrei to tsūrizumu (長崎におけるカトリック教会巡礼とツーリズム), **Nagasaki kokusaidagaku ronsō.** (長崎国際大学論叢) vol. 7, 2007.

KURIHARA, Akiko; NISHIZAWA, Hiroko. **Breve história do Japão.** São Paulo: Empresa Jornalística Internacional Press Brasil, 2009.

MATSUI Keisuke. Seikaiisan, Nagasaki no kyōkai-gun, shūkyō-teki chiiki bunka, manazashi (世界遺産, 長崎の教会群, 宗教的地域文化, まなざし). **Tsukubadagaku jinmonchiri-gaku kenkyū** (筑波大学人文地理学研究), 31, 2013.

MUNSI, Roger Vanzila. Kirishitan jinja — nihondokuji no shūkyō shisetsu (キリシタン神社 — 日本独自の宗教施設). **Nanzandagaku toshokan Katorikku bunko tsūshin** (南山大学図書館カトリック文庫通信), 29, 2014.

MURAI Sanae. **Kirishitan kinsei to minshū no shūkyō** (キリシタン禁制と民衆の宗教). Tōkyō: Yamakawa shuppansha, 2002.

ROCHA, Joanes da Silva. The triumph of perseverance: Kakure kirishitan in Japan and its inscription on the world heritage list. **Historical Yearbook**, vol. XV, 161-173, 2018.

SATOSHI Fukami; JI-HYUN Sim. World heritage and dark tourism: A case study of “hidden Christian sites in the Nagasaki region,” Japan. **Academia Journal of Environmental Science**, 6(1), 11–19, 2018.

SHEN Weiwe. Maria kan'on to tengusa no kakure kirishitan shinkō: Santa maria kanshozō shiryō wo chūshin ni (マリア観音と天草の隠れキリシタン信仰: サンタ・マリア館所蔵資料を中心に). **Amakusashotō no bunka kōshōgakukenyū** (天草諸島の文化交渉学研究), 2(15), 39–47. 2011.

SHIN, Junhyoung Michael. Avalokitesvara's manifestation as the Virgin Mary: The Jesuit adaptation and the visual conflation in Japanese Catholicism after 1614. **Church History**, 80(1), 1–39, 2011.

TOMOE Otsuki. A critical review of Catholic heritage sites in Nagasaki, Japan. **The Newsletter: Heritage expertise across Asia**, 80, 2018.

YOSHIMURA Motohide; MIYAHARA Kozue. Nagasaki no kyōkai-gun to kirisutokyō kanren isan dōga ākaibushisutemu no sakusei (長崎の教会群とキリスト教関連遺産動画アーカイブシステムの作成), University of Nagasaki, **Kenkyūkiyō** (研究紀要), 15, 2014.

A atuação da Igreja Católica progressista na mobilização sociopolítica dos bairros Jardim Felicidade (Belo Horizonte) e Rosário (Mariana) nas décadas de 1980-90

Marcone de Souza Guedes

Graduado em História

Universidade Federal de Ouro Preto

marconeguedes@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação abordará o processo de configuração socioreligiosa de duas comunidades mineiras – a do bairro Jardim Felicidade, na cidade de Belo Horizonte, e a do bairro Rosário, localizada na cidade de Mariana, tomando como principal referência as expressões de memória dos sujeitos que constituíram suas respectivas trajetórias biográficas nessas espacialidades. Essas duas comunidades compartilham um traço sócio-cultural comum: a participação de agentes de pastoral da Igreja Católica progressista em sua constituição jurídico-administrativa e política, na década de 1980. No caso da comunidade Jardim Felicidade, seu surgimento ocorreu a partir de uma mobilização de dezenas de famílias “sem casa”, sob lideranças católicas progressistas, em um contexto político de redemocratização no Brasil, iniciado em 1985. Conquistando junto aos governos federal e municipal a desapropriação de antiga fazenda, então repartida em lotes, tais famílias deram início à construção de suas residências, em regime de mutirão, a despeito de não contarem com nenhum serviço público elementar (nem água/esgoto, nem luz, nem coleta de lixo etc.). Junto com a edificação das casas, foram sendo constituídos núcleos religiosos que fortaleciam uma específica modalidade de pertencimento ao bairro, a exemplo da paróquia São Francisco Xavier. Já o bairro Rosário pode ser remetido ao século XVIII, com a ereção da igreja dessa irmandade por escravos e escravas da cidade de Mariana, associada a uma devoção de cunho étnico-cultural que foi recebendo diferentes facetas ao longo dos séculos, como a prática dos congados. Ao final da década de 1980, com o episcopado de D. Luciano Mendes de Almeida, a comunidade vivenciou uma dupla e, de certa forma, paradoxal mudança: por um lado, as vivências religiosas foram reinterpretadas sob um viés de comprometimento social com os grupos subalternizados, mediante atuação das pastorais sociais (como a pastoral da criança), junto com a legitimação de vínculos identitários ainda mantidos sob ressalva, como a missa conga; em paralelo, a devoção ao Rosário cedeu lugar à devoção romanizada do Sagrado Coração de Jesus, com a transferência da condição de matriz para o novo templo que passou a ser construído. Refletir sobre as singularidades, as contradições e as potencialidades dessas comunidades, em sua inter-relação com a Igreja Católica progressista, a partir dos depoimentos provindos das memórias, mostra-se, portanto, o intento desta comunicação.

Palavras-chave: História urbana, Igreja Católica, Memória

Bairro Jardim Felicidade, Belo Horizonte, Minas Gerais:

Em 1985, de forma concomitante ao início do processo de redemocratização do Brasil, um grupo de seis mulheres (Neuza da Purificação Silva, Eva Moraes da Silva, Inês Maria de

Oliveira Freitas, Edima Siqueira dos Santos Cristo, Irene Martir Alves), com apoio do padre “Piggi” (Pier Luigi Bernareggi), reunia-se “no bairro Primeiro de Maio, [...] onde residiam, iniciando discussão sobre a questão da moradia. [...]” (SILVA; GOMES, 2013, p. 9). Em tais encontros, foi traçada a proposta de obter-se junto à Prefeitura de Belo Horizonte a desapropriação de terreno da antiga “Fazenda Tamboril”.

Iniciadas as mobilizações junto aos poderes municipal e estadual, de forma articulada ao GDECOM (Grupo de Desenvolvimento Comunitário), finalmente foi obtida tal aquisição, com verba repassada para a Prefeitura (mandato de Sérgio Ferrara) pelo Ministério do Planejamento. A partir daí, famílias “sem casa” que até então residiam em outros bairros localizados na periferia belo Horizontina foram convidados a participar do movimento que requisitava a obtenção de moradia própria. Com isso, em final de 1986, foi possível organizar as famílias que desejavam urbanizar o terreno em regime de mutirão na Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL). Em seu relato, Libertina Rosa Garcia, moradora do bairro há 30 anos, descreve sua opção em se unir a este processo: “Aí meu marido veio pra Belo Horizonte e falou: ‘Eu vou pra Belo Horizonte, você fica aqui eu vou pra lá e depois te busco’. Meu pai já tinha vindo, ele já veio com trabalho. Daí na mesma semana eu vim, eu tinha 18 anos quando eu vim por aqui, e aqui eu estou até hoje, criei meus filhos aqui. As pessoas saem de lá pra conseguir trabalho aqui” (Depoimento concedido em 3 mar. 2018). Verifica-se, efetivamente, que grande parte dos moradores do bairro é oriunda de pequenas cidades mineiras, e por ali não conseguir emprego ou outra fonte de renda, acabava por migrar para a capital.

Em 1987, os lotes começaram a ser distribuídos entre as famílias cadastradas, tendo como critério atender prioritariamente aquelas que tinham mais filhos abaixo de 14 anos: “Todos tiveram 45 dias para construir um barracão de dois cômodos. Inicialmente construíram fossas e, posteriormente, jogaram todo esgoto domiciliar no córrego Tamboril” (SILVA; GOMES, 2013, p. 9-10). A Prefeitura, em parceria com o governo federal, doou o material básico para a construção. Assim, um grupo inicial de 200 famílias inaugurou o bairro, construindo também um posto policial e dois galpões, um para guarda do material de construção e outro utilizado como creche comunitária.

Em 1993, foi oficialmente constituída a paróquia São Francisco Xavier, pois até então a região integrava-se à paróquia Cristo Operário: “O pe. Francisco Gomes da Silva, SJ, conhecido popularmente por pe. Chico, foi designado pela Companhia de Jesus e assumiu, como primeiro pároco [...]. Dom Serafim [arcebispo de Belo Horizonte naquela ocasião], por

reconhecer a tradição missionária dos jesuítas, entregou a eles a [área] que tinha maiores desafios sociais, com população mais carente. Então as lideranças das comunidades foram reunidas para a escolha do nome. Foi sugerido que fosse um nome de santo jesuíta. Escolheram São Francisco Xavier, o patrono das missões” (depoimento do padre Marco Antônio) (OBSERVATÓRIO DA EVANGELIZAÇÃO, 2014). Segundo a moradora e coordenadora comunitária da Pastoral da Criança, Marilene Torres de Brito, a presença dos jesuítas foi essencial para a união da comunidade em prol da construção das casas e da reivindicação dos serviços básicos. Em entrevista, ela afirma: “A gente quando veio pra aqui, o objetivo da gente era construir a morada. E passadas semanas, a gente viu que não era só aquilo que a gente queria, a gente queria algo a mais. Unir o povo, unir a comunidade, então eu já senti a necessidade de algo que se chama religiosidade. [Por]Que se tivesse alguém ali pra falar de Deus pras pessoas ia unir aquele povo, tanto pra construir o bairro quanto pra construir a igreja que somos nós. Então o nosso pensamento era esse, de fazer as duas coisas junto, e era um povo que parecia ter muita fé, muita força, muita garra” (Depoimento concedido em 3 mar. 2018).

Após a construção das casas, os moradores mobilizaram-se para conseguirem escola para seus filhos. Foram formadas duas associações: a SCOMFE (Sociedade Comunitária do Bairro Felicidade) e a ABAFE (Associação Comunitária do Bairro Felicidade), vinculada à fundação da Escola Municipal Jardim Felicidade. Surgiam também novos grupos de reivindicação social, como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que identificou, através de entrevistas com moradores, já no ano de 2008, os principais problemas apontados acerca do bairro: desemprego, violência e saúde. Outra grave dificuldade era a limitação no fornecimento da luz elétrica e a ausência dos títulos de propriedade, as quais foram enfrentadas com novas reivindicações junto aos poderes públicos. Assim, em 2010, foram entregues cerca de 2.800 títulos de propriedade dos imóveis, acrescidos, em 2011, por pouco mais de 1000 títulos.

Bairro Rosário, Mariana - MG:

Um dos mais significativos marcos culturais e religiosos de Mariana, situado no alto de uma das colinas da área central da cidade, consiste, sem dúvida, na Igreja do Rosário dos Pretos, erguida em meados do século XVIII. Nesse sentido, Maria Raquel Cardoso dos Reis, moradora do bairro há 66 anos, afirma: “Porque quando a gente fala a comunidade do Rosário, a gente tem como referência a igreja. Então, é através da igreja que a gente vai

soltando, vai olhando, vai vendo o que precisa lá fora. Então, o forte dela, o centro é aqui a igreja, querendo ou não”.¹

A construção da Capela do Rosário dos Pretos de Mariana era um empreendimento caro e difícil, e para realizá-la três Irmandades juntaram suas forças: a do Rosário, a de São Benedito e de Santa Ifigênia. Não foi possível precisar quando essas duas últimas confrarias surgiram, mas deve ter sido em período muito próximo à instituição da Irmandade do Rosário, em torno dos anos de 1704-1715. Como esta última detinha maior número de membros, conquistou o direito de nomear a Padroeira da Capela. Os documentos não indicam se o terreno da futura igreja foi comprado ou recebido por doação, descrevendo apenas o grande adro onde ela seria erguida. José Pereira dos Santos e sua oficina foram contratados em janeiro de 1752 para a edificação do prédio, que deveria estar pronto em quatro anos (PINHEIRO, 2006, p. 31).

A Capela Nova do Rosário foi entregue à Confraria em 10 de fevereiro de 1756 e, após a conclusão de alguns detalhes que faltavam, em dezembro de 1758, sendo considerado apto para a celebração do culto religioso, o templo foi sagrado, em empolgante festa (PINHEIRO, 2006, p. 33).

Os maiores esforços para construção da Capela procederam de escravos e forros, que para isso contribuíram com a tarifa de ingresso e o pagamento de taxas anuais, além da participação nos “petitórios”. Os escravos formavam o grupo mais numeroso inscrito na Irmandade do Rosário (em torno de 64%), sendo os forros ou libertos pouco menos de 27% e os homens livres menos de 2%. (PINHEIRO, 2006, p. 65-70). Uma questão interessante, no tocante aos cativos do Rosário, é que eles estavam distribuídos, entre as décadas finais do século XVIII e início do XIX, por mais de 350 propriedades ou plantéis, o que significa que sua inserção na Irmandade, longe de ser um ato coletivo, por imposição dos senhores, consistia em uma escolha pessoal. Podemos interpretar tal opção como uma tentativa de autoatribuição, por parte de indivíduos tão subalternizados na sociedade escravista, de uma valiosa identidade socioreligiosa, a qual lhes dava acesso, por sua vez, a uma rede particular de sociabilidades caritativas, ainda que tal decisão acarretasse compromissos financeiros e religiosos significativos. Afinal, pertencer ao Rosário implicava em contar com uma associação que deveria responder pelo cuidado com os Irmãos desamparados (inclusive comprando alforrias), com os órfãos e também com os falecidos, já que a vida não findava

¹ Depoimento da senhora Maria Raquel Cardoso dos Reis, em entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2013, na Igreja do Rosário, Mariana – MG, a Luciano Conrado Oliveira e Julliano Mendes.

neste mundo, e competia à Confraria interceder pela salvação eterna de seus integrantes (SOARES, 2000). Daí também a importância do cemitério ao lado da Capela, expressão de esperança e solidariedade, amparada na certeza da “comunhão dos santos”.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é uma construção simples, mas possui grande expressividade artística nos detalhes da talha folheada a ouro, nas cores delicadas, nas paredes brancas. Uma vez construída a Capela, a Irmandade do Rosário, com a ajuda das confrarias de São Benedito e Santa Ifigênia, viu-se na responsabilidade de prover sua manutenção e promover o culto religioso, com celebração de missas cotidianas e a festa da Padroeira.

Pastoral e espiritualidade

Na década de 1920 foi fundado no bairro do Rosário o Convento Santo Estevão, que funcionava como Casa de Noviciado das Irmãs Carmelitas da Divina Providência. Estas religiosas prestavam grande assistência à Comunidade, atuando na catequese, promovendo aulas de datilografia, acompanhando famílias carentes... Além delas, vários leigos da Comunidade também empenhavam-se nas atividades da Capela, integrando distintos grupos que haviam sido recentemente criados com incentivo da Igreja, a exemplo do Apostolado da Oração e da Pia Associação das Filhas de Maria. Destacaram-se também os Vicentinos, que fundaram uma Conferência na comunidade desde 1916 (IGREJA EM AÇÃO, 2013, p. 02).

De acordo com antigos moradores da Comunidade, aquele foi um período de grande dinamismo, apesar da simplicidade de vida: eram celebradas missas diárias, geralmente presididas, nas tardes de sábado, pelo padre José Dias Avelar; havia também a oração diária do terço e uma vez por semana rezava-se o Ofício de Nossa Senhora. Nas palavras de Raquel Reis,

Nossa comunidade terminava aqui na esquina da igreja, só tinha o sapé, pra lá era tudo mato. Então era gostoso a amizade que existia dentro da comunidade, então a gente, os rapazes preocupavam muito conosco, toda vida nossa era tudo unido, brincava de pique, brincava pras rua abaixo, era uma vida mesmo de comunidade. Então a gente tinha oração, tinha os terços, aqui todo dia rezava o terço, dona Odete mais Seu Eloi, a família do Nonô, rezava o terço, nas quartas feiras rezava o ofício de Nossa Senhora. Então ela tinha vida de oração e a vida de lazer.²

² Depoimento da senhora Maria Raquel Cardoso dos Reis, em entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2013, na Igreja do Rosário, Mariana – MG, a Luciano Conrado Oliveira e Julliano Mendes.

Em 1948, a Igreja do Rosário foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que fora instituído pelo governo federal apenas nove anos antes, num claro indicativo da importância cultural atribuída por esse órgão ao templo do Rosário de Mariana no cenário brasileiro. Mas, infelizmente, o estado de conservação da Capela mostrava-se bastante precário, o que suscitou obras de restauração já na própria década de 1940, sucedidas por novas reformas no final dos anos 1950.

E, mais uma vez, na década de 1980, houve novo fechamento da Igreja, a fim de que novas intervenções fossem promovidas, ficando as portas cerradas por seis anos. Mas, no decorrer desse período, as atividades religiosas e sociais da Capela do Rosário não foram interrompidas. As missas passaram a ser celebradas no adro da Igreja ou nas garagens das casas; a catequese continuava a ser ministrada, muitas vezes até em cima das caixa d'água, pois não havia outro lugar para comportar as pessoas! Os Vicentinos e a Legião de Maria também persistiam com a assistência espiritual e material aos mais despossuídos. Segundo Raquel Reis,

Aí quando foi um tempo, fechou essa igreja pra fazer a restauração dela, ela ficou seis anos fechada e nada de restaurar porque ela está desse jeito, porque não restaurou mesmo. [...]Então a gente ficou com as celebrações, com as atividades, todas a gente fazia na garagem das casas, catequese era dada aqui na caixa d'água, em cima da caixa d'água, porque a igreja tava fechada e não podia ficar sem catequese, as vezes ela era dada na casa das pessoas.³

Porém, uma significativa alteração institucional veio a ocorrer ao longo desses seis anos: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário paulatinamente extinguiu-se, face ao falecimento de seus antigos membros e a não renovação de seus quadros. Assim, em 1988, quando a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus veio a ser fundada, a Comunidade do Rosário passou a integrá-la, sem a vinculação pregressa àquela Irmandade.⁴ O primeiro desafio do padre Ângelo, nomeado pároco, foi o de reativar o prédio da Igreja, e para tanto, mais uma vez, o esforço da comunidade mostrou-se imprescindível. A reabertura da Igreja do Rosário ocorreu após um grande mutirão de limpeza e ornamentação, seguida por uma celebração religiosa em grande estilo, acompanhada por uma animada festa.

³ Depoimento da senhora Maria Raquel Cardoso dos Reis, em entrevista realizada no dia 20 de janeiro de 2013, na Igreja do Rosário, Mariana – MG, a Luciano Conrado Oliveira e Julliano Mendes.

⁴ Lamentavelmente, os documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário relativos ao período em que a Igreja esteve fechado apresentam-se extraviados, apesar dos esforços promovidos pela Paróquia do Sagrado Coração de Jesus junto aos moradores da localidade para encontrar qualquer registro porventura existente.

Mas não bastava retomar o espaço físico da Capela do Rosário, era preciso dinamizar sua vida pastoral e espiritual sob a inspiração do Concílio do Vaticano II (1962-1965), sucessivamente encampado pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979) (ZEPEDA, 2011). Com o apoio de D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana desde 1988, e a condução do padre Ângelo, a Comunidade do Rosário passou a conhecer um modelo diferenciado de organização, fundamentado na reflexão da realidade à luz do Evangelho, por sua vez desdobrado num esforço coletivo pela melhoria das condições de vida, destacando-se o papel das lideranças leigas.

Um fator que se apresentou como imprescindível ao amadurecimento religioso-pastoral da Comunidade foi o suporte oferecido por seminaristas que ali atuaram. Afinal, se toda mudança traz insegurança, hesitação, resistências, com o Rosário não foi diferente: vários dos participantes da Comunidade estranharam um pouco essa história de “protagonismo dos leigos” e “opção preferencial pelos pobres”, tão apregoadas nos anos 1980 e início da década de 1990. Com jeitinho, os seminaristas foram contribuindo para entrelaçar novas e antigas concepções, na busca da interpretação dos sinais do Reino de Deus nos tempos presentes. Nesse sentido, ajudaram a Comunidade do Rosário a continuar fiel ao processo de inclusão, agora atentando para a posição a ser ocupada pelas mulheres, crianças, idosos e segmentos étnicos-culturais até então desvalorizados.

Atualmente, encontra-se em vias de implementação a criação do Museu Vieira Servas, a ser inaugurado em futuro próximo no consistório (andar acima da sacristia) da Igreja do Rosário. Este projeto encontra-se em fase final de avaliação pelo Ministério da Cultura, sendo uma iniciativa promovida em parceria entre a Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana, a Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Comunidade do Rosário) e Instituto Cultural Flávio Gutierrez. Percebe-se, dessa maneira, que a Igreja do Rosário de Mariana continuamente reinventa-se como comunidade. Herdeira de uma tradição de coragem e luta, advinda das confrarias de escravos e libertos, negros e pardos, os esforços da comunidade do Rosário de Mariana ganham novas conotações no tempo presente.

Conclusões

O cotejamento da incidência da devoção religiosa em bairros de dois municípios mineiros – Jardim Felicidade, em Belo Horizonte, e Rosário, em Mariana, pautando-se na proposta metodológica da história oral, especificamente à prática de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com moradores do bairro, permitiu a formulação de

algumas conclusões à pesquisa realizada. Em primeiro lugar, destacamos que perdura, a despeito de todo processo de laicização, a importância da atuação das paróquias entre os grupos católicos da atualidade. Assim, segundo o teólogo Cleto Caliman, subsistem cinco desafios diretamente relacionados à vida pastoral e de fé das comunidades católicas:

1. [...] o nosso *desafio* é fazer da paróquia um ‘laboratório’ de comunidades, grupos etc.;
2. [...] o nosso *desafio* será buscar um modelo mais evangelizador, mais participativo, de co-responsabilidade e comunhão, um modelo que seja capaz de ir além das próprias fronteiras, articulando-se com os vários níveis eclesiais. Esse modelo começa com a fé: conversão, adesão, compromisso com a comunidade e vai ao ponto de chegada: a vida sacramental, como alimentadora da inserção do batizado no mundo;
3. [...] o nosso *desafio* é recuperar o verdadeiro sentido de comunidade: pensar a paróquia como ‘comunidade de comunidades e movimentos...’ ou ‘rede de comunidades, grupos e movimentos’, em que os participantes se sintam e sejam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo;
4. [...] o nosso *desafio* é animar comunidades em processo de discipulado: centrado na Palavra. Assim, a matriz muda: ela é uma das comunidades, e pode ser um centro de serviços para o conjunto de comunidades; o padre muda: ele não é o ‘dono’, mas o primeiro servidor, animador da(s) comunidade(s), ele não é só ‘celebrante’, mas formador e referência da caminhada da comunidade;
5. [...] o nosso *desafio* é construir paróquias descentralizadas, sob os princípios da autonomia, da co-responsabilidade, da subsidiariedade.

Só assim teremos uma oportunidade importante de mudar a história da paróquia! (CALIMAN, 2007, p. 40-41).

A perspectiva apontada por Cleto Caliman apresenta-se, por sua vez, endossada pelas diretrizes do Vaticano II (1962-1965), e, em data bastante contemporânea, pelas diretrizes emanadas da 51^a. Assembléia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB:

Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Conferência, ao comentar o tema central da Assembleia, afirmou: ‘Só existe Igreja quando existe comunidade, não apenas a comunidade geográfica, mas formada por aqueles que creem em Jesus Cristo, aqueles que foram revestidos de Jesus Cristo, como nos diz São Paulo’. E acrescentou: ‘O Documento de Aparecida pede da paróquia uma mudança de perspectiva. E essa mudança de perspectiva é justamente que ela seja a expressão de comunidades. Quando a paróquia for expressão de comunidades, de rede de comunidades, ela será sempre paróquia viva, acolhedora e que sai ao encontro dos irmãos e das irmãs e será também, certamente, uma expressão consolo tão forte no evangelho’. (COLETIVA DE IMPRENSA – 51^a. Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, 11/04/2013).

Tais orientações mostram-se referenciais às duas comunidades estudadas, São Francisco Xavier e Sagrado Coração de Jesus, desde sua fundação, a despeito dos percalços e ambigüidades implicados em suas trajetórias.

Um segundo aspecto comum entre as duas comunidades foi o de que para que ambos projetos de autonomização pudessem ser implementados, mostrou-se fundamental investir na preparação dos agentes, sobretudo no campo das pastorais sociais, mas também na dimensão litúrgica, como fator de congraçamento e tradução identitária das comunidades.

Por fim, como hipótese levantada para futuras pesquisas, pode-se sugerir que as comunidades estudadas vêm respondendo bem aos desafios elencados por Cleto Caliman porque cada uma delas não abriu mão de sua especificidade na vivência da fé, repleta de experiências criativas e inusitadas. O seu pertencimento a uma mesma paróquia, assim, não veio a ser processado por justaposição, e menos ainda por uma padronização a esquemas unívocos de atuação pastoral e missionária, mas por uma troca dialógica sobre escolhas particulares, que ao serem também adotadas por outros grupos, necessariamente passam a assumir contornos diferenciados.

Renunciar à tentação do controle, numa confiança respeitosa à caminhada das comunidades, não é opção simples, ainda mais numa cultura católica que primou, durante séculos, por erigir uma representação do clero como autoridade inquestionável, por vezes também encarnada por leigos que assumem as coordenações locais – coitado daquele que ousar discordar deles! Mas talvez por ir diluindo tais concepções é que as comunidades puderam apresentar alternativas pastorais inovadoras e, mais importante ainda, uma predisposição à escuta dos anseios dos fiéis.

Por fim, afirma-se que as comunidades estudadas, longe de serem entendidas como o patrimônio intocável de uma experiência passada, e que por isso mesmo deve ser mantido a todo custo, sob o risco de esfacelamento de sua identidade religiosa, podem ser compreendidos como espaços socioreligiosos dinâmicos, dispostos a incorporar a mudança e a particularidade.

Referências bibliográficas

CALIMAN, Cleto. Evangelizar em mundo plural: paróquias evangelizadoras? **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 32-42, jun. 2007.

COLETIVA DE IMPRENSA – **51ª. Assembléia Geral dos Bispos do Brasil**, 11/04/2013. Disponível em <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/atualidades/noticias/coletiva-de-imprensa-51a-assembleia-geral-dos-bispos-do-brasil/>> Acesso em 16 fev. 2018.

OBSERVATÓRIO DA EVANGELIZAÇÃO, dez. 2014. Disponível em: <<https://observatoriodaevangelizacao.wordpress.com/2014/12/12/parouquia-sao-francisco->

xavier-uma-rede-de-comunidades-em-processo-permanente-de-autoconstrucao/>. Acesso em 3 mar. 2018.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário**: sociabilidade e identidade étnica em Mariana, Minas Gerais (1745-1820). Dissertação (Mestrado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SILVA, Janice Antério da Rocha; GOMES, Maria do Carmo. **Jardim Felicidade**: várias histórias em uma história. Belo Horizonte, O Lutador, 2013.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IGREJA EM AÇÃO. **Órgão Informativo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Mariana – MG**. Ano III, n. 34, Janeiro 2013. p. 2.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Las conferencias episcopales en el debate teológico postconciliar. **Revista Iberoamericana de Teología**, Universidad Iberoamericana, Distrito Federal, México, v. VII, n. 13, julio-dic. 2011, p. 31-55.

Memória e identidade numa comunidade remanescente de quilombo do Norte de Minas

Nathália da Silva Borges

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

nath.borges@yahoo.com.br

Resumo: De um modo geral, o uso da memória, nomeadamente no que se relaciona ao reconhecimento de populações quilombolas, tem guiado o conhecimento da história de muitas comunidades, bem como a compreensão da forma como suas representações foram se alterando no contexto da modificação de suas identidades no decorrer do tempo. Neste trabalho, que se encontra em construção, entende-se a memória enquanto discurso e, em face disso, ela elege aquilo que a representa e lhe confere legitimidade. Assim sendo, as comunidades tradicionais têm como instrumento de poder o uso da memória coletiva. Para esse estudo adotou-se a definição de lembrança ofertada por Halbwachs (1990), que a percebe como uma reconstrução do passado auxiliada por elementos cedidos pelo presente. Aqui fica claro que a ação de lembrar, assim como a representação da lembrança em si, sempre está impregnada de subjetividade. No caso de uma comunidade remanescente de quilombo tem-se uma constituição coletiva, haja vista que é no repertório da memória que a família e os grupos buscam seus contatos com o cotidiano. Nesse panorama, pretende-se trabalhar com a memória dos moradores de Monte Alto, primeira Comunidade Remanescente de Quilombo a ser reconhecida na cidade de Montes Claros- MG, partindo do pressuposto de que, como esclarece Mattos (2006), a memória coletiva se forma, nessa conjuntura, como um agrupamento de referências históricas comuns, que propicia a representação inventiva basal de fundação do território. Destarte, os envolvidos estão elaborando positivamente sua identidade quilombola, o que demanda uma estável cumplicidade entre os integrantes, de modo que a partir dessa composição entre contador/ouvinte, o velho e o novo se complementam, perpetuando a construção indenícia a partir dos processos de significação atribuídos às práticas sociais e culturais da supracitada comunidade, bem como suas permanências e reformulações ao longo do tempo a partir da memória de seus integrantes. Nesse ponto, há a concordância com os pressupostos de Pollak (1989, p.4), quando este ressalta que ao beneficiar a análise dos excluídos, assim como dos marginalizados e das minorias, a história oral enfatizou a importância de memórias subterrâneas que, como componente basilar das culturas dominadas, se contrapõem à “memória oficial”, que costumeiramente invisibiliza grupos minoritários, como a comunidade negra em questão.

Palavras-chave: Memória, Identidade, Comunidades remanescentes de quilombo.

O território brasileiro caracterizou-se pela presença de comunidades negras, tanto no contexto anterior quanto posterior à abolição da escravatura. Tais comunidades, mesmo contemporaneamente, ainda estão submetidas às pressões de latifundiários e, não raramente, até do poder público pela posse de seus territórios. Assim sendo, a garantia da territorialização quilombola embasa-se, na maioria das vezes, na constante luta pela manutenção de sua

existência, bem como na reinvenção de uma identidade política garantidora de direitos, sendo esta pautada por uma memória ancestral (GOMES, 2015).

Os debates acerca da temática concernente às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) e seus integrantes aludem a histórias que transcorrem os séculos, adquirindo uma nova roupagem mediante ao desenvolvimento das discussões empreendidas nas últimas décadas. Em verdade, a escravidão constitui um estigma na história do Brasil, de modo que as suas implicações ainda reverberam no cotidiano de uma considerável parcela da população do país.

A rememoração das histórias de luta e resistência dos ascendentes destas comunidades remete a um passado que, ainda que distante temporalmente, se mostra vivo no seu presente. Aqui se torna plausível relembrar as contribuições de Walter Benjamin (1994, p. 201) ao colocar que “o narrador retira de sua experiência o que ele conta: sua própria experiência, ou a relatada por outros”. Portanto, a narrativa oral propicia uma aproximação da experiência, tal como é vivida pelo narrador e transmitida, articulando passado e presente. Nesse panorama, a memória adquire uma elevada importância, haja vista que, costumeiramente, as comunidades em questão são iletradas, contando com forte tradição oral. Em certa medida, foram tais ponderações que suscitaram o desejo de conhecer a história de Monte Alto, que se configura como a primeira comunidade remanescente de quilombo a ser reconhecida na cidade de Montes Claros-MG, em outubro de 2017.

Nesse horizonte, o estudo, ainda em andamento, do qual derivou este trabalho nasceu da intenção de entender os sentidos atribuídos à história da referida comunidade negra a partir da sua oralidade e memória, desvelando suas versões sobre a origem, seus sujeitos, seu cotidiano, seus costumes e o seu reconhecimento como remanescente de quilombo. Consoante a tradição oral, ela teria sido formada em meados da década de 1920, por ex-cativos que fugiram de uma fazenda na região do Vale do Gortuba, no norte de Minas, na qual ainda viviam sob os moldes da escravidão.

Não obstante, não há aqui a pretensão de apresentar um quadro mais amplo da pesquisa, haja vista que esta se encontra ainda em andamento. Nesse sentido, optou-se pela discussão de aspectos e problemáticas referentes à relação existente entre memória e identidade nas aludidas comunidades. Nesse horizonte, na dinâmica em que existem hoje, as comunidades remanescentes de quilombos precisam ser entendidas dentro do contexto presente, sem que se avalie apenas as trajetórias do passado. Aqui estão instaurados seus

costumes, valores e sentimentos de identificação coletiva entre si e com seu lugar. São estes elementos que demandam pesquisas para que haja um melhor entendimento sobre seu cotidiano, mas também parte da própria história da cidade (GOMES, 2006).

Ainda segundo Gomes (2006, p. 9), “comunidades negras rurais se multiplicaram em várias regiões mesmo depois do fim da escravidão no país. Elas se disseminaram nas últimas décadas de escravidão e avançaram após a emancipação (1888)”. Desse momento em diante, as representações de quilombos e quilombolas sofreram modificações a partir da nova representação social apresentada pela Constituição de 1988¹, que reconheceu direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro.

Todavia, a compreensão da redação do Artigo 68 e sua inserção nas disposições transitórias da constituição demanda considerar, antes de tudo, o fortalecimento dos movimentos negros no país, no decorrer da década de 1980, assim como a sugestão de revisão da memória pública da escravidão e da abolição proposta por eles. Nesse âmbito, estabeleceu-se uma oposição à ideia, solidificada pelos livros didáticos nacionais, da princesa branca destruidora dos grilhões que afligiam escravos submissos e bem tratados. Ao contrário, veio à tona a imagem de um sistema violento e cruel, que despertava nos cativos o anseio de resistência, principalmente pela fuga e formação de quilombos.

Ademais, diversos autores que tratam da temática concordam que o termo “remanescente” presente no texto cunhado pela constituição alude a uma noção residual, referente a algo que já foi e do qual restaram somente reminiscências, constituindo assim grupos que não mais existem em sua plenitude. Sobre isso, historiadores, juristas, antropólogos e de modo especial a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) exerceram um importante papel nessa discussão (MATTOS, 2006). Considerando o crescimento do movimento quilombola a partir de final dos anos 1990, houve o predomínio, no campo antropológico e jurídico, de interpretações que ponderavam acerca da ressemantização da palavra quilombo para fins do emprego da constituição, enfatizando a conjuntura de resistência cultural que propiciou a existência histórica de tais comunidades (REIS; GOMES, 1996). Nesse sentido, as Comunidades Remanescentes de quilombo (CRQs) remetem a grupos que apresentam como características comuns o uso comum da terra, a partir do modo

¹ O artigo 68 da Constituição Federal, que reconheceu “propriedade definitiva das terras” aos remanescentes, se configurou como uma renovação no plano fundiário do país, assim como no imaginário social que não dispensou debates historiográficos, sociológicos e antropológicos, cujos resultados incidiram diretamente no plano das políticas locais, estaduais e federais em todo país.

de vida camponês, estabelecendo atividades de sustento relacionados à natureza, resistência na conservação de seus territórios, bem como iniciativas de politização da identidade no processo de auto-identificação quilombola (MOURA, 2001).

Nesse horizonte, nas comunidades tradicionais, a história oral tem a função de rememorar o passado. Ao trazer o testemunho enquanto fonte, tal metodologia evidencia elementos da experiência dos integrantes das comunidades que, de outra maneira, poderiam ser negligenciados, como outrora ocorria. No que concerne à memória, o abandono das perspectivas pejorativas anteriormente atribuídas às fontes orais, preteridas em relação às fontes escritas/oficiais, foi de grande valência para a valorização de estudos embasados na oralidade.

Ao saírem do plano secundário, no qual eram tidas apenas como complementos para as fontes usualmente utilizadas, as fontes orais abriram caminhos para a produção de pesquisas relacionadas a grupos suprimidos por estudos anteriores. As comunidades remanescentes de quilombo compõem o conjunto desses objetos que passaram a receber a merecida atenção outrora negada em face da experiência do cativo, bem como das repercussões decorrentes disso. Certamente, a história oral e a memória contribuem decisivamente para a formação da identidade de um povo por trazerem uma carga de culturas, crenças e valores éticos e morais que servirão de sustentáculo para a (re)construção dessa identidade que está em constante transformação, aspecto importante para o desenvolvimento da presente pesquisa (ARRUTI, 2006).

O estudo pautado nessa iniciativa tem como foco as experiências dos sujeitos que compõem essas comunidades à procura de compreender como são forjadas as novas identidades que formam as CRQs. Para tanto, parte-se da concepção de identidade utilizada por Stuart Hall, que compreende que os sujeitos não têm uma identidade fixa, pelo contrário, ela é móvel e transforma-se continuamente, sendo, portanto, constituída historicamente. Assim, identidade é entendida, neste contexto, enquanto uma construção social, sofrendo mutações com o transcorrer do tempo e, desta maneira, associando-se intimamente ao pertencimento étnico da localidade (HALL, 2006). Ainda em consonância com as ideias do supracitado autor ao ratificar o caráter dinâmico e variável das identidades, os indivíduos, durante a sua vida, são submetidos a uma série de mudanças, o que faz com que seus referenciais socioculturais sejam alterados, levando-os a aderir a outros modos de identificação. Destarte, “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não

fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos” (HALL, 2014, p. 109).

Nessa conjuntura, a história oral² se apresenta como um elemento metodológico fundamental por possibilitar a apreensão acerca do modo como os sujeitos vivem e concebem a realidade. Partindo da relação instituída entre a história oral, a memória, e remetendo ainda à formação identitária de um dado grupo, Alberti (2004, p.27) ressalta a importância dessa metodologia:

A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade.

Dessa forma é que se buscará entender, a partir das narrativas orais sobre as vivências e lembranças dos sujeitos históricos, os modos como os entrelaçamentos dessas memórias contribuem para a instituição de uma forma própria de representar o passado da comunidade Monte Alto, ponderando igualmente acerca dos processos de significação e permanências das relações sociais e culturais lá vivenciadas.

A memória, categoria fundamental para esta pesquisa, é vislumbrada enquanto um elemento formulador do sentimento de identidade, seja em sua face individual ou coletiva, ao passo em que ela também se apresenta como um aspecto vital ao sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou mesmo de uma comunidade no reconhecimento de si (POLLAK, 1992). Nesse aspecto, este estudo parte da hipótese de que a memória dos integrantes de um dado grupo social opera na reconstrução de fatos registrados, reconstituindo assim uma perspectiva do passado através do presente, realizando um processo perene de atualização dos fatos e eventos. Dessa maneira, acredita-se o estudo da memória se fará capital para o entendimento os processos de significação e permanência nas práticas sociais e culturais da comunidade de Monte Alto.

Como é sabido, o uso da memória, especificamente no que tange ao reconhecimento de populações quilombolas, tem conduzido o conhecimento da história de diversas comunidades, assim como propicia o entendimento do modo como suas representações foram

² O entendimento primário que foi direcionado à história oral remete-se ao um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Nesse sentido, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores (ALBERTI, 2004, p. 18).

se modificando, seguindo a lógica das alterações vivenciadas em suas identidades com o passar do tempo. Nesse âmbito, a memória é vislumbrada enquanto discurso, posto que ela seleciona aquilo que de algum modo a representa, tornando-a legítima. Portanto, as comunidades tradicionais, objeto de estudo de variadas áreas do saber, têm como instrumento de poder o uso da memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Segundo Pierre Nora (1993), memória é o vivido e a história é o elaborado. Nesse caso, como já exposto, a memória propicia uma atualização constante da história. Ele enfatiza que os lugares de memória nascem e vivem, remetendo à ideia de não há memória espontânea, sendo necessária a criação de arquivos. Já Michel Pollak (1992) apresenta a percepção de que a memória – essencialmente seletiva – e a identidade podem ser negociadas.

Um esclarecimento essencial para o estudo da memória, seja individual ou coletiva, concerne ao entendimento de lembrança, que alude ao ato de relembrar o passado, trazendo em si um conjugado de representações que o indivíduo elabora de si, e também do momento que é rememorado. Para esse estudo parece conveniente a definição de lembrança ofertada por Halbwachs (1990), que a percebe como uma reconstrução do passado auxiliada por elementos cedidos pelo presente. Aqui se evidencia que a ação de lembrar, bem como a representação da lembrança em si, sempre está impregnada de subjetividade. No caso de uma comunidade remanescente de quilombo tem-se uma constituição coletiva, uma vez que é no repertório da memória que a família e os grupos buscam seus contatos com o cotidiano.

Maurice Halbwachs (1990) assinala ainda a ideia de que a memória não seria única, como se pensara outrora. Em verdade, para ele, esta contém elementos coletivos e individuais, cujas análises deveriam ser distintas e, necessariamente, compatíveis com suas peculiaridades. A respeito disso ele explica ainda que:

Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que uma tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitimos que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e se o quisermos memórias coletivas. Em outros termos o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. (HALBAWACHS, 1990, p.53)

A análise desse excerto denota o empenho do autor em esclarecer a heterogeneidade da memória, bem como suas formas de organização em face dos diversos posicionamentos que os sujeitos podem tomar em relação a ela. Dando continuidade ao seu raciocínio, ele

adverte que há a possibilidade de que ora se aglutine as suas lembranças em uma memória individual, que pode vir a mesclar-se com a grupal, uma vez que existe o risco de o indivíduo assumir lembranças coletivas, incorporando-as, ainda que inconscientemente. Da mesma forma, a memória coletiva pode absorver elementos da individual, realocando-as em um agrupamento que não mais concerne à consciência pessoal. Ponderando ainda sobre a relação entre as memórias, ele conclui que a individual nunca está isolada e fechada. Sob essa óptica, o sujeito ao rememorar seu passado o faz lançando mão, também, das lembranças de outrem, ou de um grupo, como é o caso das comunidades remanescentes de quilombo (HALBAWACHS, 1990).

O sociólogo francês afirma ainda que o sujeito que lembra é necessariamente um indivíduo incorporado por grupos de referência, o que implica que a memória é imperiosamente formada em grupo. Entretanto, é também uma ação do indivíduo, de modo que o limite estabelecido entre a memória pessoal e a memória coletiva é sempre dotado de uma considerável fragilidade. Sobre isso, ele ainda ressalta que:

Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância (HALBWACHS, 1990, p.71-72).

Halbwachs (1990) discorre também sobre elementos inerentes à ação de rememorar, a partir da qual o sujeito lembra, edificando assim uma narrativa do passado, e pode, por ventura, valer-se de aspectos externos de forma inconsciente, enfatizando alguns em face de outros. Tal situação pode configurar o preenchimento de lacunas da memória, através de aglutinações e reinterpretções, formando, por conseguinte, outra variante dos acontecimentos. Em verdade, há a possibilidade de tais circunstâncias serem convenientes e benéficas a um determinado grupo. Porém, é papel do historiador refletir e ajuizar acerca desses pormenores do testemunho oral em prol de seu devido uso enquanto objeto e fonte de investigação.

Diante do exposto, é presumível que uma possível interpretação associada a práticas utilitaristas possa ser direcionada ao funcionamento da memória. Sobre isso, Arruti (2006) esclarece que tal juízo se mostra precipitado por não considerar o fato de que a plasticidade da memória não se refere somente às estratégias do contexto momentâneo, estando também ligada a um processo de consolidação paulatina, que deve associar-se à coletividade. Tal fato

correspondeu concomitantemente a uma constante consulta entre os detentores de uma memória de longo termo acerca da comunidade e também a um processo de acomodação lógica, responsável por completar as lacunas de conhecimento factual através de deduções relacionadas a outros fatos que corroboravam ou não certas interpretações. Aliás, dinâmica que, se bem observada, associa-se ao trabalho de qualquer historiador, mesmo aqueles que ainda mantêm um apego à ideia de “verdade histórica” (ARRUTI, 2006, p. 122).

Nesse panorama, pretende-se trabalhar com a memória dos moradores da comunidade de Monte Alto partindo do pressuposto de que, como esclarece Mattos (2006), a memória coletiva se forma, nessa conjuntura, como um agrupamento de referências históricas comuns, que propicia a representação inventiva basal de fundação do território. Destarte, os envolvidos estão elaborando positivamente sua identidade quilombola, o que demanda uma estável cumplicidade entre os integrantes, de modo que a partir dessa composição entre contador/ouvinte o velho e o novo se complementam, perpetuando a construção indenitária a partir dos processos de significação atribuídos às práticas sociais e culturais da comunidade remanescente de quilombo de Monte Alto, bem como suas permanências e reformulações ao longo do tempo a partir da memória de seus integrantes.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc: 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 201.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed. Vértice, São Paulo. 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103-133.

MATTOS, Hebe Maria. Terras de quilombos: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho Livre, Trabalho Escravo**. São Paulo: Annablume, 2006.

MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A história do tempo presente e a emergência do testemunho no cone sul

Samuel Torres Bueno

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

samueltorresbueno@gmail.com

Resumo: O seguinte trabalho pretende abordar os vínculos entre o fenômeno do boom da memória, que obteve uma enorme atenção por parte da esfera pública após a Segunda Guerra, e os debates em torno da história do tempo presente. Essa é uma abordagem que realiza questionamentos incisivos aos preceitos de cunho positivista que guiaram a constituição da história como ciência durante o século XIX, tais como a pretensão de objetividade, separação entre sujeito e objeto e a primazia dos registros escritos em detrimento das fontes orais. No entanto, a preservação da memória, especialmente aquela que diz respeito às experiências traumáticas provocadas pelo terrorismo de Estado, tornou-se uma das preocupações mais importantes nas sociedades ocidentais, ocupando um lugar de destaque na cultura contemporânea em diversas partes do mundo. Dessa forma, a visibilidade conferida para um dos muitos tipos de discursos memorialísticos, o testemunho, iniciada a partir da revelação e dos julgamentos dos crimes nazistas, foi impulsionada no contexto das décadas de 1970 e 1980, no qual processos como as transições democráticas no Cone Sul e surgimento das teses negacionistas da Shoah na Europa se entrelaçaram. Assim, os historiadores não passaram incólumes diante dessa conjuntura e as narrativas autobiográficas foram revalorizadas. Nesse sentido, essa legitimidade conferida à experiência pessoal tornou-se fundamental para a construção do campo da história recente, especialmente nos países no Cone Sul. Nos países desse subcontinente, que passaram por ditaduras militares recentes, esses regimes autoritários possuem efeitos que se prolongam até hoje. Dessa forma, as situações traumáticas geradas pelos mecanismos repressivos das ditaduras no Brasil, Chile, Uruguai e Argentina são um “passado vivo”, isto é, é um passado que conta com os seus partícipes em condições de oferecer seus relatos aos pesquisadores e que mobiliza diversos atores em torno do quê e de como se lembrar (ou esquecer). Por conseguinte, a história do tempo presente é um espaço privilegiado para abordar, através da centralidade dos testemunhos, diversas questões relativas às funções ética, pública e política do conhecimento histórico e das relações que a historiografia mantém com as demandas por justiça e reparação.

Palavras-chave: Memória, Tempo presente, Testemunho.

Guerras civis, genocídios, campos de concentração, extermínios, regimes ditatoriais, o apartheid. Todos esses processos de usos extremos da violência política, que tanto caracterizaram o século XX, são segundo as reflexões de Seligmann-Silva (2000), apoiadas em Sigmund Freud, eventos-limite e traumáticos, uma vez que se referem àquilo que excede, em muito, a habilidade de recepção de um dado evento, que torna-se algo amorfo, incapaz de ser absorvido. Outrossim, Sarlo (2007) ilustra essa condição quando se reporta ao ensaio *O Narrador: Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov*, de Walter Benjamin. Neste texto,

o filósofo alemão expõe que a Primeira Guerra induziu o fim do relato. O conflito entre as potências europeias liquidou a possibilidade de transmitir a experiência, na medida em que as formas convencionais de narrativa simplesmente não eram suficientes para abordar todo o horror das trincheiras.

Essas situações-limite, então, fazem com que Seligmann-Silva (2005, 2008) identifique o século XX como a “era das catástrofes”. Dessa maneira, esses acontecimentos traumáticos, através das ações da memória, prolongam-se para além de recortes temporais estanques e as suas consequências são consideradas incessantes. Nesse sentido, as memórias desses eventos-limite constantemente trazem até a atualidade as angústias deste passado doloroso. Bauer (2015) demonstra várias expressões que fazem referência à tal condição: “passados presentes”, “passados eternos”, “passados que não passam”, “passados estendidos”. Todas essas expressões, cunhadas por diferentes autores, possuem algo em comum: indicam justamente a forte presença das questões relativas a passados sensíveis no presente.

Mas, então, ficam as perguntas: o que seria, de fato, o presente? Como se pode conceituar adequadamente essa temporalidade? Uma das possíveis definições é a seguinte: o presente é “aquele conjunto de experiências que não se tornaram ainda uma alteridade para nós” (LÜBBE, 2003, p. 402 *apud* MATA; PEREIRA, 2012, p. 15). Dessa forma, a história do tempo presente depara-se com fatos que estão “vivos”, que possuem partícipes que, a despeito da passagem do tempo, não deixam com que os problemas deste passado, que se arrastam, sejam ignorados. O presente, de acordo com essa acepção, pode ser entendido como sendo a temporalidade na qual as fronteiras entre o passado e o tempo corrente são estreitas. Então, o pretérito não é considerado como “um outro”, uma vez que as suas questões frequentemente irrompem e desafiam as pretensas estabilidade e distância do hoje em relação às insistentes cobranças realizadas pelo ontem. Apresentaremos, então, ainda que sinteticamente, o percurso trilhado pelo campo da História do Tempo Presente (HTP) para entendermos melhor as suas singularidades.

A escrita da história da Antiguidade utilizou-se largamente dos relatos produzidos em primeira mão sobre fatos contemporâneos e até mesmo presenciados pelo narrador. Entretanto, o uso das fontes orais (a exemplo do testemunho), bem como a atenção a acontecimentos recentes, foram elementos ausentes no momento no qual houve a consolidação da história enquanto uma ciência. Assim, essa rejeição a esses elementos é consequência do triunfo do modelo positivista de história durante o processo de consolidação de tal área do conhecimento como uma disciplina universitária. (FERREIRA, 2002).

Ao longo da segunda metade do século XIX, observamos na Europa (especialmente na França) a tentativa de conferir cientificidade à história. Assim, os historiadores, que agora afirmam-se na qualidade de profissionais, estabeleceram o marco que distinguia o ofício da história dos outros campos que se referiam ao passado: a visão retrospectiva (FERREIRA, 2002). Esse pressuposto conferiu uma primazia incontestável aos documentos escritos e a necessidade de distanciamento dos problemas de um passado que se estendem no presente. Assim, seria preciso aguardar por anos o “esfriamento” dos fatos para que eles pudessem ser incluídos nos temas passíveis do ofício de Clío. Ou seja, apenas o afastamento temporal em relação ao próprio tempo no qual o historiador atua poderia assegurar uma análise adequada às regras da escrita dita científica do passado.

Até mesmo a consagrada “Escola dos Annales”, identificada com a denominação de “nova história”, mesmo sendo responsável por profundas renovações no campo historiográfico (a exemplo da necessária crítica à história política tradicional, considerada como elitista e factual ao extremo e da centralidade dada às manifestações das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos), não rompeu com os ditames positivistas da objetividade, da necessidade de separar radicalmente tempo no qual o historiador vive e atua do tempo passível de ser objeto de pesquisa histórica e do descrédito atribuído à memória.

Então, a “Escola dos Annales”, assim como aquilo que ela combateu (a história excessivamente factual) concentrou suas atenções nos períodos medieval e moderno (DOSSE, 2012; FERREIRA, 2012). Assim, os processos contemporâneos poderiam fazer da realidade de outras áreas, como as ciências sociais ou o jornalismo, mas não da história, essa ciência que deveria, segundo estabelecer uma nítida ruptura entre o passado estudado e o tempo corrente.

No entanto, esse cenário começou a se transformar a partir da Segunda Guerra, momento no qual houve o notável fenômeno da explosão dos discursos memorialísticos em diferentes formatos e linguagens (literatura, artes plásticas, cinema, obras jornalísticas...) que obtiveram uma enorme atenção por parte da esfera pública. Assim, segundo Andreas Huyssen (2000), a memória, especialmente aquela vinculada a experiências violentas e autoritárias, tornou-se uma das preocupações mais importantes nas sociedades ocidentais, ocupando um lugar de primazia na cultura contemporânea em diversas partes do mundo. Dessa forma, a proliferação do testemunhos dos vitimados pela violência política, iniciada a partir da revelação e dos julgamentos dos crimes nazistas, foi impulsionada no contexto dos anos 1980 e 1990, no qual eventos como as transições democráticas no Cone Sul, após anos de ditaduras

militares e o fim do apartheid na África do Sul se entrelaçaram ao surgimento das teses revisionistas/negacionistas da Shoah na Europa.

Assim, Seligmann-Silva (2005) aponta depois do fim da Segunda Guerra e da explosão dos testemunhos referentes ao Holocausto, as categorias que postulavam uma explicações de cunho universais já não faziam tanto sentido e, no lugar dessas categorias totalizantes, observamos que nessa “era das catástrofes”, cada vez menos o sentimento de pertencer à uma dada coletividade muitas vezes, não acontece em função dessas “grandes narrativas”, mas sim de vivências e memórias compartilhadas. Nesse sentido, Seligmann-Silva (2003) defende inclusive, então, que está se estabelecendo uma “nova ética e estética da historiografia”, na qual o registro memorial ocupa um lugar de destaque.

Deste modo, os historiadores não passaram incólumes diante dessa conjuntura. A história oral e as narrativas autobiográficas tornaram-se fontes e objetos legítimos para a análise histórica, uma vez que as memórias, especialmente as de acontecimentos traumáticos, para além de uma dimensão particular, possuem um conteúdo eminentemente político. Sarlo (2007) denomina essa mudança epistemológica que ocorreu no interior das ciências humanas de “guinada subjetiva”, que consiste na revalorização do ponto de vista subjetivo em detrimento do privilégio dado anteriormente às estruturas econômicas e sociais. Em suma, podemos dizer que:

[...] a atual tendência acadêmica [...] se propõe a reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva [...] a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado nos anos 1960, pelas estruturas [...] Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida. (SARLO, p.18/19)

Outrossim, depois de Auschwitz, houve a percepção de que a história não deve ser tomada como radicalmente oposta à memória e que o ofício de Clio deve questionar com afinco não só os pressupostos de cunho positivista típicos do século XIX, mas igualmente as noções de temporalidade linear e progressista advindas do Iluminismo. Então, a quebra com a cronologia linear e com as narrativas pretensamente universais baseia-se em dois itens. O primeiro corresponde ao fato de que o horror sem limites envolvido no Holocausto faz com que tal processo seja constantemente visto como um algo que supera em muito as habilidades de compreensão e como uma experiência histórica incapaz de ser representada devido justamente à dor e violência incomensuráveis (SELIGMANN-SILVA, 2000). Já o segundo,

relaciona-se à chamada crise dos paradigmas “tradicionais” das ciências sociais, descrita por Franco e Levín (2007), como sendo um conjunto de fortes críticas às noções positivistas de objetividade e de “verdade” histórica, que foram consideradas como simplesmente inviáveis e ilusórias.

Portanto, diante dessa notável acolhida das manifestações memorialísticas, especialmente àquelas que possuem como pano de fundo experiências dos vitimados durante essas situações-limite, houve a percepção de que seria preciso desenvolver um novo campo historiográfico. Então, em 1978, surgiu na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), que consistia em um grupo de pesquisa ligado ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Conforme aponta Dosse (2012), um dos fundadores do Instituto, François Bédarida, afirmava que a existência deste campo se devia justamente a dois fatores supracitados: a crise dos paradigmas e as mudanças epistemológicas dentro do interior do fazer historiográfico provocadas pela ascensão da memória.

Portanto, os pesquisadores ligados à história do tempo presente necessitam estabelecer métodos próprios para o exame do contemporâneo. Uma das dificuldades encontradas na construção de perspectivas específicas deste campo reside no recorte temporal. Segundo Ferreira (2012), esse período estudado não é fixo, pois, se para alguns autores trata-se da última grande ruptura; para outros, a HTP contempla o período no qual estamos ou àquele que possui testemunhas vivas.

Também há aqueles que defendem que a própria cronologia não é obrigatoriamente uma ferramenta útil para entender as singularidades da HTP. Nesse sentido, muitos historiadores afirmam que esse é um campo historiográfico marcado pelos seguintes aspectos: a presença daqueles que vivenciaram um determinado passado e que podem oferecer os seus relatos para o historiador; uma memória social bastante intensa sobre esse passado e a proximidade e até mesmo a coincidência entre o tempo de vida e de atuação do historiador e o tempo alvo da pesquisa (FRANCO; LEVÍN, 2007).

Franco e Levín (2007) argumentam também que o universo de temas possíveis de serem abordados na HTP inclui justamente as situações-limites. Ainda que tais eventos não sejam os únicos tratados nessa área, nos países do Cone Sul da América Latina, que passaram por regimes autoritários durante as décadas de 1960 a 1980, tais fatos sensíveis, traumáticos e dolorosos são centrais na configuração desse campo historiográfico no subcontinente. Em resumo, a HTP se desenvolve

[...] a partir de cuestiones siempre subjetivas y siempre cambiantes que interpelan a las sociedades contemporáneas y que transforman los hechos y procesos del pasado cercano en problemas del presente. En ese sentido, sin duda, los acontecimientos considerados ‘traumáticos’ o de fuerte presencia social en el presente son objetos privilegiados de esta historia, aunque no por ello los únicos”. (FRANCO, LEVÍN, 2007, p.35)

Entretanto, a HTP não foi vista com bons olhos, especialmente por parte de uma historiografia mais conservadora. Bresciano (2010) aponta os três principais argumentos utilizados para repreender a HTP: o cognitivo, referente ao comprometimento dos princípios da neutralidade e impessoalidade; o heurístico, que versa acerca do grau de confiabilidade das fontes e o hermenêutico, que diz respeito à necessidade de se esperar a resolução dos processos do presente. Sobre o primeiro, pode-se dizer que a proximidade com os fatos estudados não faz com que o historiador abandone o rigor teórico e metodológico. Em relação ao segundo, muito mais importante do que a suposta natureza mais “fidedigna” de determinados registros históricos, é a crítica apurada de toda e qualquer fonte e finalmente, acerca do terceiro, é difícil mensurar quanto um determinado passado se torna um processo acabado e superado.

Diante de tudo que já foi exposto até aqui, é pacífico dizer que memória, especialmente aquela expressa na forma do testemunho, tem sido uma categoria fulcral para o ofício de Clio nas últimas décadas. Mas o que seria, de fato, o testemunho? Como podemos compreender de forma apurada esse conceito? Partindo de uma de uma conceituação inicial, o testemunho seria “uma narração [...] contada na primeira pessoa gramatical, por um narrador que é ao mesmo tempo o protagonista (ou a testemunha) de seu próprio relato”. (JOHN BEVERLEY apud SELIGMANN-SILVA 2005, p.90). Dessa forma, tal definição ressalta que o ato de testemunhar caracteriza-se pelo fato do enunciador e o autor das ações descritas são os mesmos e assim, o resultado é uma narrativa repleta das marcas do “eu vi, eu vivi”.

Seligmann-Silva (2008) nos oferece ainda uma definição profícua: o testemunho seria uma atividade terapêutica para quem sofreu, uma vez que impulsiona uma necessidade de se narrar e compartilhar os traumas, gerando as condições para a reintegração aos outros e à comunidade. Sarlo (2007) argumenta que além de permitir a religação dos vínculos afetivos, o testemunho possui também uma função judicial, pois foram fundamentais para comprovar as graves violações de direitos humanos e responsabilizar os agentes da repressão:

Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado [...] Os crimes das ditaduras foram

exibidos em meio a um florescer de discursos testemunhais, sobretudo porque os julgamentos dos responsáveis [...] exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer”. (SARLO, 2007,p.45/46)

Outra característica importante do testemunho é a sua vinculação com as especificidades de cada região, conforme indica Seligmann-Silva (2005). Enquanto na Europa o conceito versa sobre aos sobreviventes da Shoah, na América Latina ele é associado às vítimas recentes de experiências ditatoriais. No entanto, o termo vem sendo utilizado para se referir a outras temáticas e sujeitos: mulheres, negros, minorias étnicas, homossexuais etc. Há outra dimensão deste termo que é possível destacar: todo testemunho possui uma condição de ser único e a sua mensagem é absolutamente singular (SELIGMANN-SILVA, 2008) e revela diferentes maneiras pelas quais os sujeitos vivenciaram determinados períodos históricos tendo em vista às especificidades, entre outras, de gênero, de raça, de classe, de origem regional.

Por fim, concluímos reafirmando que a HTP é uma perspectiva particularmente instigante nos países do Cone Sul da América Latina, essa região na qual as memórias das recentes ditaduras militares constituem um tema que constantemente vem à tona em diferentes espaços e contextos: os debates públicos, manifestações culturais (filmes, livros, peças teatrais, exposições...), políticas governamentais, ações de organizações de direitos humanos e obras acadêmicas.

Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. O Debate Legislativo Sobre a Criação da Comissão Nacional da Verdade e as Múltiplas Articulações e Dimensões de Temporalidade da Ditadura Civil-Militar Brasileira. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n. 42, dez. 2015, p.115-152. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/53185>. Acesso em: 24 mar. 2019

BRESCIANO, Juan Andrés. Introducción. In: _____ (org). **El Tiempo Presente Como Campo Historiográfico: Ensayos Teóricos y Estudios de Caso**. Montevideú, Ediciones Cruz del Sur, 2010, p. 9-16

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.4, nº 1, jan/jun. 2012, p.5-22. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>. Acesso em 24 mar. 2019

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas Sociais e História do Tempo Presente. In: MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia (orgs). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p.101-124.

_____. Tempo Presente e História Oral. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, dez./2002, Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso em 24 mar. 2019

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El Pasado Cercano En Clave Historiográfica. In: _____ (orgs). **Historia Reciente: Perspectivas y Desafíos Para Un Campo En Construcción**. Buenos Aires, Editorial Paidós, 2007, p.31-65.

HUYSEN, Andreas. Passados Presentes: Mídia, Política, Amnésia. In: **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano: 2000. p. 9-40.

MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de. Introdução: Transformações da Experiência do Tempo e Pluralização do Presente. In: _____; MOLLO, Helena Miranda; _____; VARELLA, Flávia (orgs). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p.9-30.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. Trad. de Rosa Freire D'aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A História Como Trauma. In: _____; NESTROVSKI, Arthur. **Catástrofe e Representação: Ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000, p.73-98.

_____. Narrar o Trauma: a Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. In: **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, pp. 65-82, 2008, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05>. Acesso em: 24 mar. 2019

_____. Reflexões Sobre a Memória, a História e o Esquecimento. In: _____ (org). **História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.59-88.

_____. Testemunho e a Política da Memória: O Tempo Depois Das Catástrofes. In: **Projeto História**, v. 30, p.71-97, dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255>. Acesso em: 24 mar. 2019

A problemática da memória no *Leite Derramado*, de Chico Buarque

Wemerson Felipe Gomes
Graduando em Letras
CEFET/MG
wemersonfelipe10@gmail.com

Tamires Celi da Silva
Graduanda em História
UNI/BH
tamiressceli@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é discutir o tratamento literário dado a determinados elementos que constituem o fenômeno da memória e, ainda, apresentar as possibilidades de desdobramentos dessa perspectiva tanto numa apreensão teórica (filosófica) da memória - como a que acontece na teoria da literatura, na teoria da história e na história da historiografia - quanto metodológica - como acontece, por exemplo, na história oral. Para tanto, num primeiro momento, mobilizaremos toda uma trajetória literária, em especial no romance, que tematiza ficcionalmente a problemática da memória, i.e., narrativas que tomam num primeiro ou segundo plano as questões, os dilemas, as ambivalências, ambiguidades, distorções, manipulações, usos etc., aos quais a memória é susceptível e em relações aos quais ela precisa se proteger. Dentre essas relações problemáticas que a memória estabelece com os elementos que a constituem, focalizaremos dois aspectos ao analisarmos o romance de Chico Buarque: a imaginação e a ficção. Se, por um lado, a memória se quer antípoda da imaginação e da ficção, já que tem a presunção de que seu conteúdo coincida com a realidade das coisas que se passaram; por outro, a imaginação e a ficção, embora distintas, são condições da - ou ao menos são contíguas à - memória, visto que potencializam um processo mais amplo de resgate de experiências passadas. O romance *Leite Derramado*, de Chico Buarque, narra a história de um senhor centenário que de um leito de hospital e já a beira da morte rememora toda sua trajetória de vida. Neste livro, é notável a forma com que os elementos que constituem o fenômeno da memória são mobilizados. A tematização desses elementos aparece tanto num movimento interno (quando o narrador que conta suas lembranças se põe a refletir sobre os dilemas e as contradições implicadas nesse ato) como externo (que tem que ver com o processo de organização e estruturação da narrativa). Nesse segundo momento, o primeiro aspecto é o que mais nos interessará. De tal forma que o objetivo será o de compreender a problemática da memória durante o fluxo discursivo e interpretativo da personagem. A percepção da personagem diante das distorções e imprecisões provocadas por sua própria memória, associada à organização formal do texto - que traduz essas mesmas dimensões -, serão de grande valia na compreensão da memória enquanto um fenômeno da consciência e suas implicações em outros campos do conhecimento.

Palavras-chave: Memória, História, Chico Buarque.

Introdução

Em ampla medida, essa pesquisa configura um esforço inicial em acompanhar certa tendência da literatura contemporânea, em especial da literatura de memória (em suas diversas

modalidades), que consiste em explicitar o que Pierre Bourdieu (2006) chamou, certa vez, de uma “ilusão biográfica”; em outras palavras, o que se observa é que obras com claros traços biográficos, autobiográficos e memorialísticos - obras que, portanto, reivindicam um status epistemológico (ou cognitivo, como prefere Fernando Catroga) como produtoras de um discurso verdadeiro sobre experiências passadas - têm assumido, com toda a sua potência e contradição, a alcunha de ficcional e/ou romanesco. Silviano Santiago, por exemplo, não parece constrangido em caracterizar sua mais recente biografia - *Machado*, em que ele discute os últimos anos de Machado de Assis (1904-1908) - como um romance. Por outro lado - como observa Julián Fuks (2018) -, o que se vê numa parcela também significativa da produção cultural contemporânea é uma espécie de “cansaço da ficção”, ou seja, certo desinteresse por narrativas demasiadamente fantasiosas (embora esse tipo de literatura ainda mobilize algum interesse) e, em consequência, uma busca por aquilo que W. G. Sebald nomeou de um “ideal de verdade”. Nesse sentido, ainda para Fuks, seria possível afirmar se rompeu a dicotomia entre fictício e o documental, de tal forma que a alcunha de “baseado em fatos reais”, por exemplo, se torna obsoleta e mesmo desnecessária. São significativas, nessa lógica, obras como *A Resistência*, do próprio Julián Fuks, *Filho Eterno*, de Cristovão Tezza, *Irmão Alemão*, do Chico Buarque, várias das obras de Conceição Evaristo e Ricardo Lísias - para ficarmos apenas algumas das obras mais premiadas nos últimos anos.

Portanto, o que se observa nessas obras ficcionais e naquelas biográficas é um entrelaçamento profundo entre, por um lado, a *ficção* e a *imaginação* e, por outro, a memória, a história, a historiografia, o documentário etc. Para Gilles Deleuze (2011, p. 85), “o imaginário e o real devem ser antes como que duas partes, que se pode justapor ou superpor, de uma mesma trajetória, duas faces que não param de intercambiar-se, espelho móvel”. Essa intuição que reconhece o lugar do ficcional e da *imaginação* nos processos de construção dos discursos sobre a realidade; e da força da realidade na estruturação de narrativas ficcionais, atravessa várias obras da literatura mundial (tanto na ficção quanto na não-ficção) e, em função de uma sensibilidade muito própria ao nosso tempo, se explicita neste momento com uma força vital. Esse processo acaba evidenciando, ainda, outra questão importante, em se tratando do debate sobre memória, a saber: qual seria, então, o lugar da *ficção* e da *imaginação* no âmbito daquilo que Paul Ricoeur nomeia como o “trabalho da memória”? E quais seriam, também, as possibilidades de desdobramentos dessa perspectiva tanto numa apreensão teórica (filosófica) da memória - como a que acontece na teoria da literatura, na

teoria da história e na história da historiografia - quanto metodológica - como acontece, por exemplo, na história oral.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é de acompanhar e compreender o que chamamos de a “problemática da memória” durante o fluxo discursivo e interpretativo de Eulálio Montenegro d’Assumpção, personagem central no romance *Leite Derramado*, de Chico Buarque. Assim, antes de projetarmos na literatura uma dimensão teórica, buscaremos nela conteúdos intra-filosóficos ou intra-teóricos (como diria Alain Badiou (2002)), i.e., buscaremos *na literatura* elementos que nos auxiliem na compreensão do lugar da *ficção* e da *imaginação* no âmbito da dinâmica da memória. De modo geral, o que o romance nos mostra é que embora *imaginação* e *ficção* se apresentem, num primeiro momento, como elementos problemáticos no âmbito da dinâmica da memória, eles são, em contrapartida, elementos essenciais a essa mesma dinâmica: se, por um lado, a memória se quer antípoda da *imaginação* e da *ficção*, já que tem a presunção de que seu conteúdo coincida com a realidade das coisas que se passaram; por outro, a *imaginação* e a *ficção*, embora distintas, são condições da - ou ao menos são contíguas à - memória, visto que potencializam um processo mais amplo de resgate de experiências passadas (REIS, 2010, p. 35).

Aspectos teórico-metodológicos

No sentido de materializar nossos objetivos, mobilizaremos uma perspectiva teórico-metodológica descrita como “uma hermenêutica fenomenológica” (REIS, 2010, p. 31), i.e., pensaremos a memória como um fenômeno da consciência que, por não ter forma definida ou definitiva, é puro conteúdo, pura *presença* (GUMBRECHT, 2016); em outras palavras, sustentamos que a memória, enquanto um fenômeno da consciência, se preenche pelos elementos que a constituem (tal qual a consciência se preenche pelos fenômenos que percebe). A relação entre a forma e o conteúdo da memória se daria, nessa perspectiva, a partir da própria dinâmica entre os elementos que conformam a memória; para dizê-lo como um estruturalista, bastaria acrescentar que “o conteúdo tira sua realidade da estrutura, e o que se chama forma é a estruturação das estruturas locais que constituem um conteúdo” (LEVI-STRAUSS, 1976, p. 140 apud AZZAN JÚNIOR, 2011, p. 106). Nessa lógica, a forma da memória seria, antes de qualquer coisa, uma “estruturação das estruturas locais” que, nesse sentido, corresponderia objetivamente ao que chamamos de “elementos” da memória, cuja dinâmica inextricavelmente complexa a constituiria, ou seja, possibilitaria que ela aparecesse e, conseqüentemente, fosse percebida pela consciência. Fenomenologia e hermenêutica são

mobilizadas, aqui, porque possibilitam uma busca atenta por detrás da aparente superficialidade de um fenômeno cuja simplicidade - já que a memória poderia ser confundida como um mero ato de lembrança - guarda, entretanto, uma série de equívocos, enigmas e duplos sentidos (REIS, 2010, p. 31).

Contudo, se a memória se configura a partir da dinâmica dos elementos que a constitui, como insistimos aqui, restaria pensar em quais seriam, de fato, esses elementos. Mesmo que nem todos possam ser percebidos ou mensurados, em função de uma limitação própria à consciência, outros elementos se nos aparecem com maior ou menor clareza. Para Pierre Nora (1993, p. 9), por exemplo, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Para o autor de *Les lieux de mémoire*, portanto, *lembrança e esquecimento* são os eixos centrais da dinâmica da memória (envolvendo, por consequência, todas as vulnerabilidades da memória, como suas diversas modalidades de usos e abusos). Como também já demonstrou Jorge Luis Borges, em *Funes, o memorioso*, o que interessa perceber, aqui, é que embora o *esquecimento* coloque, de certa forma, em risco o status epistemológico - ou, como prefere Fernando Catroga (2015, p. 26), a “pretensão cognitiva” - da memória enquanto produtora de um discurso verdadeiro sobre as experiências passadas, é forçoso (para não dizer vital) reconhecer que o *esquecimento* se apresenta como um elemento indissociavelmente ligada à dinâmica da memória; ou, numa linguagem mais sóbria, “que a memória e o esquecimento se exigem reciprocamente” (CATOGRÁ, 2015, p.20); ou ainda, segundo Teixeira (2010, p. 73), retomando o conto borgeano, que “o esquecimento ganha um novo sentido; torna-se condição essencial sem a qual o conhecimento [do passado] não é possível”. De todo modo, se a assimetria lembrança-esquecimento é fulcral na configuração da dinâmica da memória, um olhar mais atento em busca de outros elementos que, embora laterais ou de somenos importância, também participam do processo, poderia esclarecer ângulos ainda pouco explorados da memória enquanto uma fenômeno da consciência e seus desdobramentos no campo do social, do coletivo etc.

Para uma melhor percepção do modo como os elementos que constituem o fenômeno da memória se organizam, mobilizaremos, num primeiro momento, toda uma trajetória literária, em especial no romance, que tematiza ficcionalmente o que chamamos de a “problemática da memória”, i.e., narrativas que tomam num primeiro ou segundo plano as questões, os dilemas, as ambivalências, ambiguidades, distorções, manipulações, usos etc., aos quais a memória é susceptível e em relações aos quais ela precisa se proteger, por um

lado, mas que, por outro, podem potencializar a representação (ou, como prefere Ricoeur e Catroga, a *re-presentificação*) de experiências passadas.

Incursões literárias: A problemática da memória em Machado de Assis e Graciliano Ramos

A questão da memória, e em especial o da “problemática da memória”, é ponto quase que incontornável - embora nem sempre percebido com clareza - na trajetória intelectual do ocidente. Tanto Aristóteles e Platão, quanto Santo Agostinho, passando por filósofos e historiadores modernos e/ou contemporâneos como Henri Bergson, Martin Heidegger, Walter Benjamin, Paul Ricoeur, Fernando Catroga, entre outros, se interessaram, de diversas formas e por diversos ângulos, pelo fenômeno da memória. Na literatura, como não poderia ser diferente, a memória sempre causou certa inquietação. Não foram (e não são ainda) poucas as obras que de alguma forma tematizaram (e tematizam) os dilemas implicados na capacidade humana de tornar presente coisas ausentes. Recordemos, portanto - com todas as ausências implicados nesse ato -, alguns exemplos na literatura brasileira; dois na verdade, que abordaram as obras de Machado de Assis e Graciliano Ramos. Esses exemplos servirão como indicadores iniciais da função que a *imaginação* e *ficção* exercem na literatura de memória no Brasil.

Talvez seja com alguma surpresa que alguém se dê conta do lugar especial que a memória ocupa na obra daquele que é, certamente, o autor matriz da literatura brasileira (ROCHA, 2013, p. 25). Em obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, Machado de Assis refletiu e deu trato literário a uma série de questões centrais às discussões sobre memória. Para sermos sintéticos, fiquemos apenas com as duas primeiras obras que, além de tudo, possuem uma densidade estética, histórica e estrutural não superada pelas posteriores.

Machado de Assis, nos parece, foi alguém absolutamente consciente dos dilemas implicados no ato de lembrar/esquecer. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* a questão da memória aparece cercada, como não poderia deixar de ser, por outros dois conceitos que lhe são indissociáveis: o tempo e a narrativa. Já notava Santo Agostinho, e antes dele Aristóteles, o caráter temporal da memória: toda memória é do passado, mas toda memória é no presente. Passado-presente, embora se constituam enquanto temporalidades distintas, estão em permanente articulação: “qual fase da história foi vivida só de instantes presentes, pura e abstrata contemporaneidade, sem memória nem projeto, sem as sombras ou as luzes do

passado, sem as luzes ou as sombras do futuro?”, pergunta Alfredo Bosi (2000, p. 13); do mesmo modo os sujeitos: a nossa experiência de tempo - que é a do presente - é atravessada pelas outras dimensões de temporalidade. Desse modo, a memória, enquanto fenômeno, é afetada pelo caráter determinante temporal das experiências humanas. Machado, ciente desses dilemas, inova: Brás Cubas não é um simples memorialista, ele é um defunto-autor (ASSIS, 2017, p. 11), ou seja, é alguém que fora das determinações de tempo (porque morto) escreve sobre sua vida. Num primeiro momento, “trabalhando cá no outro mundo” (ASSIS, 2017, p. 10), Brás Cubas parece disponível para reivindicar para seu relato um status epistemológico (ou cognitivo) isento de qualquer suspeita: se já não é deste mundo, nada tem a esconder; se pode se mover por sua própria história (como um transeunte que, montado no dorso de um rinoceronte, passeia pelo túnel do tempo), seu relato seria objetivo, porque contemporâneo a descrição. No entanto, como nota Pesavento (1996), e antes dela autores como Paul Ricoeur (2007; 2012) e Benedito Nunes (1995), a capacidade da literatura de tornar inteligível, através de seus instrumentos narrativos, determinadas experiências de tempo, e mesmo o de sua (aparente) ausência, talvez seja uma estratégia absolutamente viável de compreensão da “dinâmica interna de cada período [e de cada sujeito] com todas as suas nostalgias, angústias e expectativas”. Assim, mesmo fora das determinações de tempo, é através da narrativa que a memória de Brás Cubas ganha vida. No entanto, se a narrativa é a melhor forma de dar conta de experiências porosas como as de tempo e da memória, ela tem suas próprias contradições. Desse modo, só é preciso acompanhar, a contrapelo, a narrativa de Brás Cubas para que se perceba como sua memória, tal qual a dos estão deste lado do mundo, é atravessada por toda sorte de ambivalências, ambiguidades, distorções, manipulações, usos, nostalgias e angústias.

Em *Dom Casmurro*, a dimensão de tempo não é suspensa, daí que a problemática de memória se apresente com maior vigor. Desde de *Otelo Brasileiro de Machado de Assis, de Helen Caldwell*, se sabe, por exemplo, que o modelo de *Dom Casmurro* é Shakespeare. Assim, dando outra forma ao princípio ficcional shakespeariano, diz Machado, iluminando os artifícios discursivos de Bentinho: “O que faço, em chegando ao fim [de livros omissos e confusos, como toda memória], é cerrar os olhos e evocar todas as cousas que não achei nele!” (ASSIS, 1996, p. 79). O verbo evocar - como tudo em Machado - não é gratuito: a evocação (*anamnese*) é a capacidade de resgatar, num determinado presente, experiências passadas. O que Bentinho faz na leitura de livros alheios, ele faz também com sua vida: como o esquecimento (conciente ou inconciente) é invertível, é imprescindível, portanto, que se preencha as lacunas do relato memorialístico com o que não se acha nele, ou seja, é preciso

mobilizar elementos como a *ficção* e *imaginação* que, como insiste José Carlos Reis (2010, p. 35), “podem realizar um resgate mais pleno da experiência passada”.

De qualquer modo, é Graciliano Ramos que expôs de forma mais clara a função que *ficção* e *imaginação* exercem no trabalho memorialístico: “Desse antigo verão que me alterou a vida restam ligeiros traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade” (RAMOS, 1981, p. 26). Esse trecho de *Infância* é, nesse sentido, absolutamente significativo: fatos imaginados ganham realidade no trabalho da memória. Em outro momento, diz ainda o narrador: “Reunimos elementos considerados indispensáveis, jogamos com eles, e se desprezamos alguns, o quadro parece incompleto” (RAMOS, 1981, p. 26). Tal qual Bentinho que preenche as ausências do discurso com a *imaginação*, Graciliano esboça o mesmo movimento: a dinâmica entre os elementos que constituem o fenômeno da memória é, num certo sentido, o que dá vida e movimento à memória, o que potencializa sua função cognitiva: “se desprezamos alguns [desses elementos, poderíamos dizer], o quadro parece incompleto”.

A problemática da memória no *Leite Derramado*

No sentido de perceber o caráter determinante do entrelaçamento entre *ficção* e documentário (ou *ficção* e memória), talvez fosse mais interessante uma análise sobre o *Irmão Alemão*, romance “baseado em fatos reais” de Chico Buarque. No entanto, o *Leite Derramado* é muito mais sensível em relação a essas questões, embora atue num viés totalmente ficcional. O romance narra a história de um senhor centenário que de um leito de hospital e já a beira da morte rememora toda sua trajetória de vida. Nesse livro, é notável a forma com que os elementos que constituem o fenômeno da memória são mobilizados (tanto o esquecimento e seus sucessivos usos e manipulações quanto a *ficção* e *imaginação*). A tematização desses elementos aparece tanto num movimento interno (quando o narrador que conta suas lembranças se põe a refletir sobre os dilemas e as contradições implicadas nesse ato) como externo (que tem que ver com o processo de organização e estruturação da narrativa).

Eulálio Montenegro d’Assumpção, é alguém marcado por uma necessidade quase patológica de narrar: a história de sua vida é narrada às enfermeiras, à filha, à gente do povo e, às vezes, até mesmo para o teto e as paredes, ou seja, tanto para todo mundo como para ninguém: tudo o que importa é essa articulação narrativa, discursiva, sobre a própria vida; o que se vê, portanto, é a necessidade de - nas palavras de outro grande memorialista - “atar as duas pontas da vida”. No entanto, esse processo não é pacífico: se o passado consola ou

reconforta (nostalgia), ele também escancara feridas, diz Eulálio: “E qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é uma vasta ferida” (BUARQUE, 2009, p. 10). Dar um lugar para essa ferida - para um trauma - é parte fundamental do processo de luto, como ensina Freud. Paul Ricoeur se apropria dessa perspectiva freudiana para propor um trabalho com a memória, ou seja, um processo de perlaboração da memória. O que a psicanálise chama de “associação livre de ideias” implica, justamente, na capacidade do sujeito em articular discursiva e espontaneamente sua própria trajetória numa narrativa pessoal. Nesse sentido, o resultado do trabalho com a memória não necessariamente coincide com as coisas tais como efetivamente se passaram (coisa de todo modo impossível): os silêncios, as ausências, as distorções, os esquecimentos constituem, assim, a narrativa; ou, em outras palavras, constituem o que Gabriele Rosenthal chama de gestalt da narrativa. Para nossa personagem, nesse mesmo sentido:

A memória é deveras um pandemônio, mas está tudo lá dentro, depois de fuçar um pouco o dono é capaz de encontrar todas as coisas. Não pode é alguém se intrometer, como a empregada que remove a papelada para espanar o escritório. Ou como a filha que pretende dispor minha memória na ordem dela, cronológica, alfabética, ou por assunto. (BUARQUE, 2009, p. 41)

No artigo “A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas”, do livro *Usos e Abusos da História Oral*, Gabriele Rosenthal argumenta que o trabalho com a história oral (com memória, portanto) não pode se dar como se o historiador fosse um inquisidor, sempre a espreita de algum deslize na narrativa de seus entrevistados, i.e., o historiador, como representante da história escrita, em busca de aspectos imaginários, ficcionais, distorcidos da memória de outrem. A narrativa possui uma gestalt própria, insiste a historiadora, a memória também, ou seja, a memória possui não apenas um ritmo próprio, um modo de enunciação próprio, mas também possui esquecimentos (seletivos ou não), usos e abusos (conscientes ou não), desvios, enfim, possui toda sorte de distorções que, não apenas potencializam o processo de re-presentificação (como sugere o conto de Borges - em que o esquecimento aparece como potência da lembrança), mas também configuram uma narrativa que tem suas especificidades: “em vez de percebermos as vantagens de analisar a história de vida como entidade em si mesma, o que fazemos frequentemente é destruir a sua gestalt” (ROSENTHAL, 2006, p. 194). A ideia de entidade implica não só na percepção de o ato de memória é puro conteúdo, pura presença, como também tem uma dinâmica de funcionamento que, embora problemática, lhe constitui. Daí porque, segundo Eulálio, o que não pode é alguém de fora interferir na dinâmica (digamos interna) da memória (isso a despeito do fato

de que a memória - enquanto fenômeno da consciência - se articule com instâncias externas, como a memória social, coletiva etc.).

Eulálio tem consciência dessa dimensão peculiar da memória: sua memória tem uma dinâmica própria: “Não é culpa minha [diz ele] se os acontecimentos as vezes me vêm à memória fora da ordem em que se produziram” (BUARQUE, 2009, p. 188). Como Bentinho, em *Dom Casimiro*, de Machado de Assis, que, atualizando o princípio ficcional shakespeariano, preenche as lacunas do relato memorialístico com o que não acha nele; ou Graciliano Ramos, em *Infância*, que na ausência de uma memória efetiva “cria um ambiente, imagina fatos a que atribu[e] realidade” (RAMOS, 1981, p. 26), Eulálio também preenche as lacunas de sua memória e atribui realidade aos eventos que cria: “Era uma agonia, mais eu a puxava [a Matilde] pela memória, mais sua imagem se desfiava. Restava dela algumas cores, um outro lampejo, uma lembrança fluida, meu pensamento nela tinha formas vagas, era pensar num país e não numa cidade” (BUARQUE, 2009, p. 136). A memória se distingue da pura *imaginação* porque, ao contrário dessa, mobiliza o argumento da anterioridade. Mas o fato de que uma coisa tenha sido, não a torna destituída de lacunas: a *ficção* e imaginação são essenciais à memória justamente porque possibilitam esse processo de preenchimento de ausências (sem o qual nenhuma narrativa é possível): por que a memória é a presença de uma ausência (ou a ausência de uma presença) sempre existe um espaço intermediário, indeterminado, a ser preenchido. O risco, no entanto, é sempre a fabulação, a fantasia: “Ou quem sabe [a enfermeira] já se engraçou lá dentro com outro, algum canalha que a engambela forjando memórias mais fabulosas que as minhas” (BUARQUE, 2009, p. 183).

As memórias são forjadas, trabalhadas, construídas: se algumas vezes parecem tão espontâneas (como as reminiscências no *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust), outras vezes são resultado de um esforço, de uma busca. Aquele risco, entretanto, é sempre uma presença a assombrar a memória: “São tantas as minhas lembranças, e lembranças de lembranças de lembranças, que já não sei em qual camada da memória eu estou agora”. (BUARQUE, 2009, p. 138-9). Em outra passagem, insiste ainda Eulálio: “Na velhice a gente dá para repetir casos antigos, porém jamais com a mesma precisão, porque cada lembrança já é um arremedo da lembrança anterior” (BUARQUE, 2009, p. 136). Não só a memória implica no esquecimento, como já o demonstrou Irineo Funes, como também a sombra das lembranças se voltam contra o sujeito, forjando isso que o narrador chama de “lembranças de lembranças”. Esse processo atua de tal forma que, como em *Infância*, não se sabe bem se a lembrança foi vivenciada efetivamente, projetada por terceiro ou simplesmente inventadas,

naturalizadas e articuladas discursivamente. No entanto, insistimos: não se trata de confundir *imaginação* com memória (já se sabe suficientemente bem que essas coisas são distintas), nem de permitir os abusos e distorções da *imaginação* (que leva a fantasia e ao devaneio) mas sim de reconhecer o lugar de potência que a *imaginação* e a *ficção* ocupam no âmbito da dinâmica memória.

Considerações finais: História, Memória, Literatura

Para Luiz Costa Lima (2006), a *ficção* é um princípio gerador cuja regra básica é duvidar de si mesmo. A *ficção* faz, portanto, esse movimento de voltar-se contra si mesmo: se a memória diz: “sei, por que estava lá”; a *ficção* insiste: “tem certeza?” e imaginação fornece outras imagens (a partir das guardadas na consciência) Esse que questionamento - muitas vezes interdito a favor da manutenção do status epistemológico da memória, visto que explicita sua fragilidade - curiosamente pode fortalecê-la: a sensibilidade do nosso tempo não aceita mais narrativas que reivindicam incisivamente a verdade do acontecido: há sempre um suspeita nesse tipo de discurso. Foi o que aprendeu a História: a historiografia, por exemplo, é justamente um processo em que a História se volta contra si mesma, se questiona a respeito do que diz sobre o passado. Esse questionamento fortalece a História (enquanto disciplina e processo social). Para José Carlos Reis, “para continuar crítico, não há outro recurso, o historiador precisa aceitar a crise, as limitações, a precariedade dos resultados de sua “ciência” (REIS, 2009, p. 17). Do mesmo modo a memória: o que a literatura contemporânea tem mostrado é que mesmo narrativas que se querem verídicas não tem abrido mão da *ficção* e da *imaginação*; não caem mais naquela “ilusão biográfica”. Uma narrativa de memória será, portanto, tão ou mais verídica na medida em que e tanto mais quanto se voltar contra si mesma, duvidar de si mesma. Eulalio, embora confie na sua memória, sabe que “lembança de velho não é confiável” (BUARQUE, 2009, p. 38).

Uma compreensão mais precisa do lugar da *imaginação* e da *ficção* no âmbito da dinâmica da memória pode, assim, contribuir decisivamente no entendimento da memória enquanto um fenômeno da consciência e seus desdobramentos em outros campos do conhecimento. Este curto artigo é, tão só, um passo inicial nesse sentido.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AZZAN JR, C.. Estruturalismo e hermenêutica Lévi-Strauss e seu humanismo sem sujeito: uma reflexão inspirada em Paul Ricoeur. In: PAULA, Adna Cândido de; SPERBER, Suzi Frankl (Org.). **Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível**. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011, p. 106.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. 6º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUARQUE, Chico. **Leite Derramado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê, 2002. [A obra foi originalmente publicada em 1960 nos Estados Unidos.]

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. 2.ed. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

FUKS, Julian. **Café Filosófico - O cansaço da ficção**. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=updbqKZBTAo>. Acesso em 05/04/2019.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Serenidade, presença e poesia**. Seleção e tradução Mariana Lage. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.

NUNES, B. **O tempo na narrativa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. **Rev. Bras. de His.** v. 16, n. 30 e 31, p. 108-118, 1996.

RAMOS, Graciliano. **Infância**; posfácio de Octávio de Faria, ilustrações de Darcy Penteado. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981. 275 p. ilustr.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 (coleção FGV de bolso. Série História).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis: Por uma poética da emulação**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROSENTHAL, G. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 193-200.

TEIXEIRA, H. S. **Concepções de tempo e memória em Jorge Luis Borges: uma análise dos contos “Funes, el memorioso” e “La biblioteca de Babel”**. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2010.

ST 07
**Cidadania, democracia e
política na América Latina do
século XIX ao XXI**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Uma análise do peronismo na argentina: reflexões a partir do uso de conceitos

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

Doutoranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

amanda.monteiro@ich.ufjf.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir e problematizar os usos do conceito de populismo como categoria explicativa do peronismo. Como sabemos, o conceito de populismo apresenta enfoques genéricos que impossibilitam a recuperação dos eventos em sua plena historicidade. O peronismo é entendido como um elemento complexo, se localiza em um processo amplo e é cercado por inúmeros elementos que o moldam e o transformam em sua essência profunda. Nesse sentido, analisá-lo sob enfoques e perspectivas genéricas, em que personagens distintos se misturam e se confundem em um mesmo rotulo, nos levam a resultados incompletos dos processos históricos. Partindo desse pressuposto, apresentamos uma reflexão, incorporando a utilização do conceito de cultura política, entendido como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva.” (MOTTA, 2013, p. 11-12). Desse modo, a utilização do conceito de cultura política nos proporciona compreender as motivações dos atos e comportamentos políticos de uma época. Por conseguinte, nos permite compreender a riqueza de elementos que constituem o peronismo, tanto em seus aspectos políticos como culturais.

Palavras-chave: Populismo, Peronismo, Cultura política.

Introdução

A utilização do conceito de populismo para explicar questões relacionadas à política não é algo novo e restrito à academia. O referido conceito, fez parte de um contexto muito mais amplo. De acordo com Ferreira (2017), a expressão se espalhou pelas páginas da imprensa e até mesmo pela linguagem cotidiana da população. Dessa forma, o conceito se apresenta em um primeiro momento “como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2017, p. 9). Nesse sentido, o populismo se desenvolveu a partir de ideias oriundas da conjuntura política de uma época. O conceito surgiu, para explicar o apoio do povo aos líderes denominados populistas. A manipulação, a demagogia, a propaganda política e a repressão policial, colocava a sociedade em posição de vítima, enquanto o estado, por outro lado, assumia a posição de doutrinador e vilão. Assim, a sociedade civil era incapaz de se auto organizar e destituída de consciência de classe, portanto era manipulável e corrompida, estava dessa forma, impossibilitada de reagir e se manifestar. (FERREIRA, 2017)

Apesar de não ser objetivo desse trabalho investigar a história do populismo, é imprescindível entendermos o contexto político em que apareceram suas primeiras formulações. Apenas a partir da compreensão da trajetória política da época, é que podemos entender o sucesso e legitimação desse conceito por tanto tempo.

Por conseguinte, dividimos o texto em três momentos, em um primeiro, realizamos uma rápida abordagem do contexto da época com o objetivo de compreender as relações deste com as primeiras formulações do populismo. Em seguida, desenvolvemos uma discussão problematizando as utilizações do conceito. Em um segundo momento, apresentamos algumas especificidades do peronismo na Argentina, buscando destacar suas complexidades e indicando problemas de utilização de conceitos tão amplos e generalizantes como o de populismo. Por último, fazemos uma reflexão, incorporando o conceito de cultura política, com o intuito de compreender a riqueza de elementos do peronismo, tanto em seus aspectos políticos como culturais.

Entendendo e problematizando o conceito de populismo

Em virtude da crise do liberalismo, marcada principalmente pela Queda da Bolsa de Nova York em 1929, ideias favoráveis à intervenção estatal na economia se fizeram presentes em muitos países, inclusive em alguns da América Latina, como é o caso do Brasil e Argentina. Nesse cenário, os regimes liberais perderam espaço político e passaram a criar estratégias para denegrir a imagem dos novos regimes¹ (CAPELATO, 2017). Foi a partir daí que as ideias negativas e desmerecedoras de alguns políticos se desenvolveram e posteriormente se transformaram no que conhecemos hoje por populismo. Assim, é importante ressaltar que as primeiras formulações do populismo foram desenvolvidas pelas oposições liberais, somente mais tarde foram apropriadas e utilizadas pela academia como categorias explicativas (FERREIRA, 2017).

Desse modo, o conceito de populismo surgiu englobando personagens e contextos diversos em um mesmo espaço, sem considerar as múltiplas peculiaridades desses, tão caras à compreensão dos processos históricos. Sobre o assunto afirma Ferreira:

(...) Além do desconhecimento das peculiaridades e da anulação de historicidades, projetos políticos que fincaram tradições políticas, e que ainda hoje se manifestam na sociedade brasileira, como o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista, dissolvem-se e confundem-se em um mesmo rótulo: tratar-se-ia do populismo. (FERREIRA, 2017, p.11)

¹ Os novos regimes se caracterizavam pela presença de um líder carismático, pela promoção de legislações sociais e por um estado forte, capaz de planejar, organizar e dirigir o desenvolvimento econômico (CAPELATO, 2017).

Em um outro aspecto a situação foi ainda mais grave. O conceito de populismo reuniu em um mesmo rótulo regimes de governo de países distintos (CAPELATO, 2017). Nessa circunstância, regimes como o varguismo, o cardenismo e o peronismo por exemplo, foram analisados em conjunto e considerados expressões do populismo, como se as conjunturas políticas, econômicas e culturais desses países fossem idênticas. Sobre o assunto afirma Capelato:

(...) considero que os modelos e tipologias construídos por cientistas sociais (sociólogos e cientistas políticos especialmente) para caracterizar o populismo latino americano trouxeram grande contribuição para o estudo do problema, mas não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais. O enfoque genérico impossibilita a recuperação do evento na sua plena historicidade. Mesmo quando analisadas como casos isolados, as grandes sínteses abarcam períodos muito extensos. (CAPELATO, 2017, p.132).

E ainda:

(...) os problemas enfrentados pelo conjunto dos países [da América Latina] encontraram soluções similares, mas também específicas que dificultam a aproximação em certos casos. Agrupar os diferentes personagens e movimentos e defini-los a partir de um mesmo conceito implica a homogeneização de políticas muito distintas como por exemplo a de Vargas no Brasil, Cárdenas no México e Perón na Argentina (CAPELATO, 2017, p.135).

Além dos problemas de abordagens amplas e genéricas, podemos destacar um outro problema em relação à utilização do conceito de populismo. A polarização entre estado e sociedade, ou seja, a noção do estado dotado de plenos poderes, e a sociedade passiva e vítima desse estado opressor. Nessa lógica, as relações entre estado e sociedade são destituídas de interação e reciprocidade. Esse tipo de abordagem, que trata as relações entre estado e sociedade de forma vertical, dando poderes desmedidos ao estado, causa sérios problemas para a compreensão dos processos históricos, pois reduz elementos fundamentais ao entendimento desses processos como um todo. Logo, abordagens que pretendem explicar fenômenos sociais sob perspectivas simplistas e reduzidas além de deixar na sombra elementos de extrema relevância, chegam a resultados insatisfatórios.

Dessa maneira, a partir do que foi exposto, podemos considerar que o populismo, com pretensões de englobar regimes, personagens e contextos distintos em um mesmo espaço de análise, acabou por explicar muito pouco, principalmente sobre os fenômenos sociais e as questões políticas. Para Ferreira (2017, p. 13), “a noção de “populismo” tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco”.

A seguir, vamos apresentar algumas especificidades do peronismo na Argentina e simultaneamente, apontar alguns problemas de utilização do conceito de populismo.

Reflexões a partir da utilização do conceito de populismo para explicar o peronismo

Juan Domingo Perón foi presidente na Argentina nos períodos de 1946-1955 e 1973-1974. Sua inserção na política começou a partir da década de 1940, inicialmente como diretor do Departamento Nacional do Trabalho, em seguida transformado em Secretaria de Trabalho e Previdência Social. Posteriormente, tornou-se vice-presidente do regime militar instaurado em 1943, resultado de um golpe sobre o então governo de Ramón Castillo (1942-1943). Esse golpe colocou fim à chamada Década Infame². Essa década está diretamente ligada ao sucesso da política de Perón, principalmente no que se refere ao apoio das camadas mais pauperizadas, uma vez que, em virtude do histórico de desfavorecimento dos referidos setores e o “exclusivo” favorecimento dos setores com maior poder aquisitivo, Perón - com a inserção de políticas voltadas para o social - ganhou apoio e sucesso político, principalmente das classes pobres. Em 1946, se candidatou à presidência da Argentina e foi eleito com 52,4% dos votos. Ao assumir a presidência as medidas de apoio aos trabalhadores se intensificaram ainda mais. De acordo com Adamovsky (2012), a expansão de benefícios de aposentadoria, melhores indenizações por acidentes de trabalho, maior quantidade de dias de férias pagas e novas cláusulas de defesa da estabilidade para vários sindicatos, foram algumas das medidas colocadas em prática por Perón. Além de tudo isso, ainda criou um novo foro judicial, com tribunais do trabalho a cargo de juízes especialmente dedicados a proteger os direitos dos trabalhadores.

No entanto, os direitos trabalhistas conquistados com o apoio de Perón não explicam, isoladamente, o forte apoio recebido pelos trabalhadores. Questões que ultrapassavam os ganhos materiais também se faziam presentes na referida conjuntura e a mudaram profundamente. A inserção social dos indivíduos das classes menos favorecidas (que eram oprimidos, explorados, excluídos e humilhados) na sociedade, como pessoas de respeito e dignidade como quaisquer outras, era inédita na história da Argentina. (ADAMOVSKY,

² A chamada Década Infame compreende o período de 1930 a 1943. Foi assim chamada em virtude da grande corrupção e das enormes fraudes eleitorais que ocorriam com frequência. Sobre o assunto, afirma Daniel James: “En la ‘década infame’, que en rigor se extendió desde 1930 hasta el golpe militar de 1943, se asistió a la reimpresión y el mantenimiento del poder político de la elite conservadora mediante un sistema de fraude y corrupción institucionalizados. Era la época del ‘ya votaste, rajá pronto para tu casa’, impuesto por los matones a sueldo de los comités conservadores” (JAMES, 2010, p. 28).

2012). Os indivíduos pobres que constituíam a sociedade e que viviam nas periferias, agora podiam ocupar os espaços públicos argentinos sem pedir permissão à “elite branca”, eram legitimados pela política inclusiva de Perón. Dessa forma, Perón inovou em vários aspectos sociais, trazendo à tona, não apenas no discurso, mas também na prática, a minimização das diferenças entre as classes sociais até então separadas rigidamente em termos de direitos sociais e acesso aos bens públicos.

A partir do que foi exposto podemos considerar a inviabilidade do conceito de populismo para explicar o peronismo, principalmente no que se refere às relações entre estado e sociedade. Concluir que essas relações são verticalizadas e destituídas de reciprocidade é um erro. As conquistas sociais alcançadas nesse período não foram promessas irrealizáveis, foram reais, transformaram a vida de milhares de trabalhadores. O peronismo se desenvolveu sob a figura do homem desprezado, o homem do interior que a “classe culta” chamava de “cabecita negra” e que foi desprezado até encontrar um chefe que o compreendia (CAPELATO, 1998). Além disso, o vocabulário do peronismo, utilizando as palavras de Capelato, era crível e simples, e por essa razão era facilmente captado pelas massas (CAPELATO, 2017). Dessa maneira, as relações entre estado e sociedade não podem ser vistas como vias de mão única, haja vista as realizações dos trabalhadores, tanto no âmbito material quanto no aspecto subjetivo.

Nesse sentido, podemos entender, em parte, a complexidade do fenômeno peronista, que não pode ser compreendido apenas em um aspecto, tendo em vista a pluralidade de atores, de estratégias e, principalmente, as relações de reciprocidade que, de alguma forma, estabilizaram o regime. Desse modo, como destaca Gené (2005, p. 6), “O intercâmbio simbólico entre Perón e as massas não se restringe somente às modalidades que assume a prática política. Os imaginários sociais constituem redes amplas e complexas, irredutíveis a um único campo”. O peronismo portanto, trouxe, além de ganhos reais, benefícios subjetivos aos trabalhadores, que se viram como cidadãos e sujeitos de sua própria história ao aparecerem de forma privilegiada na política. (CAPELATO, 2017).

Dessa maneira, considerando a complexidade do fenômeno peronista em distintos aspectos, apresentamos adiante, uma reflexão utilizando o conceito de cultura política, que nos permite compreender, além de outras coisas, aspectos políticos e culturais ligados diretamente ao comportamento e aos atos dos indivíduos.

O peronismo como cultura política na Argentina

De acordo com Motta (2013), o conceito de cultura política pode ser definido como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Nesse sentido, o conceito de cultura política nos proporciona compreender as motivações dos atos e comportamentos políticos em determinado contexto histórico, na medida que,

[...]supõe a convicção de que os homens agem também movidos por paixões e sentimentos, como medo ódio e esperança; são mobilizados por meio de representações e imaginários que constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos; e tomam decisões por influência de valores construídos em torno da família da nação ou religião. Assim, a atuação política dos homens não decorre apenas da apreensão racional de interesses e/ou da aceitação de ideias e projetos sistemáticos e coerentes, mas por determinação também de fatores culturais (MOTTA, 2013, p. 11).

Nesse contexto, como vimos anteriormente, o peronismo contribuiu para mudar o processo de compreensão e interpretação da política na Argentina. Se tornou um sistema de representação social coerente e mobilizador que respondeu demandas colocadas pela sociedade. O processo de rompimento de diferenças entre classes até então separadas rigidamente em termos de direitos sociais e acesso aos bens públicos, é um exemplo. Um outro exemplo, se refere ao setor empresarial, com o processo de nacionalização (substituição das importações), colocado em marcha por Perón a partir de 1946, o desenvolvimento do mercado interno favoreceu os empresários argentinos em detrimento de empresas internacionais. Nesse sentido, ao solucionar problemas concretos e apresentar respostas coerentes a boa parte da sociedade, o peronismo foi se consolidando como cultura política. Conforme nos lembra Berstein (1998, p. 355),

o nascimento de uma Cultura Política não é fortuito ou acidental, corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e as grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações.

Ademais, é importante salientar, que o peronismo, além de reunir setores distintos em torno de si, com o tempo se atualizou e se adaptou a novas conjunturas políticas, estabelecendo-se como uma cultura política argentina. Como nos lembra (DUTRA, 2002), as culturas políticas evoluem na história em funções de determinadas conjunturas e também devido a influência de culturas políticas vizinhas.

Em virtude disso, a análise minuciosa de uma cultura política, nos permite compreender o sentido de ações e comportamentos de indivíduos, que muitas vezes, examinados sob perspectivas simples são considerados contraditórios. O fato de grupos armados com objetivos ligados ao socialismo encontrar soluções/respostas no peronismo, que se apresenta como uma política voltada para o desenvolvimento econômico pela via capitalista, é um exemplo. Quando analisamos este fato sem a compreensão do peronismo em seus distintos aspectos, dentro de uma lógica simplista, chegamos à conclusão que esta situação é contraditória. No entanto, ao considerarmos alguns elementos inerentes ao peronismo, compreendemos uma coerência dentro complexidade da referida situação. A cultura política peronista é marcada, entre outras coisas, pelo nacionalismo e pela diminuição das hierarquias entre as classes, assim, a identificação desses grupos com o peronismo se inscreve na interpretação de o peronismo ser a única solução capaz de trazer justiça social e igualdade para os indivíduos menos favorecidos naquele momento.

Assim, consideramos a cultura política peronista, o resultado de uma multiplicidade de fatores, uma composição de influências diversas, oriunda dos vários vetores por onde passam a integração da cultura política.

Considerações Finais

A partir das discussões acima, consideramos frágeis e débeis análises que abordam o peronismo como um regime destituído de reciprocidade, manipulador e opressor. Esse tipo de análise não explora questões fundamentais de interações e interlocuções entre as partes envolvidas no processo, atingindo assim resultados simples, incapazes de explicar fenômenos tão complexos como o peronismo. Como afirma Ferreira, (2017, p. 88) “não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade”. Em outro aspecto, a utilização do conceito de populismo para explicar o peronismo é extremamente problemática, pois equaliza e reduz a complexidade do mesmo. O peronismo é entendido como um elemento complexo, se localiza em um processo amplo e é cercado por inúmeros elementos que o moldam e o transformam em sua essência profunda, a redução e homogeneização do mesmo, compromete totalmente sua compreensão.

Nessa lógica, é essencial nos afastarmos das aparências e buscarmos reflexões conflituosas e aprofundadas dos processos, que nos possibilite compreender as relações e os

contextos históricos como um todo complexo. Em face disso, consideramos que a utilização do conceito de cultura política nos oferece contribuições significativas, visto que desvela comportamentos arraigados nas tradições políticas que se manifestam na longa duração histórica (MOTTA, 2013).

Referências Bibliográficas

- ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)**. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre et al. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge *et al.* **O populismo e sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 127-165.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/historiaeculturaspoliticas_ElianaDutra.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: idem (org). **O populismo e sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 61-124.
- GENÉ, Marcela. **Un mundo feliz**: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo. 1946-1955. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2005.
- JAMES, Daniel. **Resistencia e integración**: el peronismo y la clase trabajadora argentina. (1946-1976). Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.
- MOTTA, R. P. S. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: A influência da cultura política. In: ABREU, L. A & MOTTA, R. P. S (org.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGC; Edipucrs, 2013. p. 9- 32.

A greve dos caminhoneiros de 2018 e a pretorianização da sociedade brasileira

Brenda Harris Broch

Graduanda em Relações Internacionais
Universidade Federal Fluminense.
bhbroch@id.uff.br

Resumo: Através de uma breve revisão bibliográfica das Relações Cívico-Militares, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os pedidos de Intervenção Militar anunciados pela mídia brasileira e internacional durante a Greve dos Caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018. Durante a greve, foram observadas diferentes vozes, através de manifestações políticas tradicionais e também de redes sociais, simpatizantes ou desejosas de uma intervenção direta das *Forças Armadas* como solução para a crise econômica e social causada pela paralisação dos caminhoneiros brasileiros. Embora a possibilidade de uma intervenção direta das *Forças Armadas* tenha sido refutada pelo *Governo Federal*, e mesmo por Generais das *FA* brasileiras, chamou atenção dados quantitativos sobre as crenças da Sociedade Civil Brasileira nas instituições liberais e na própria democracia representativa. Dessa forma, a contribuição das análises de autores como Amos Perlmutter (1969), Alfred Stephan (1971) e Edmundo Campos Coelho (2000) serviu de vetor para uma reflexão a partir dos anseios e demandas da Sociedade Civil Brasileira, utilizando o evento da Greve dos Caminhoneiros de 2018 também como um indicador para as análises da participação política e pensamento social brasileiro. A partir de Perlmutter (1969), estabeleceu-se a perspectiva de que a Sociedade Civil brasileira, assim como suas *FA* apresentam características de uma sociedade pretoriana. Em seguida, através de Stephan (1971), recorre-se à crença das *FA* brasileiras como um eterno ‘Poder Moderador’, no imaginário da Sociedade Civil brasileira. Por fim, a perspectiva de Campos Coelho (2000), apresenta a crescente busca das *FA* brasileiras por autonomia e uma agenda própria, o que é corroborado pelos dados relativos às eleições legislativas de 2018, com o aumento no número de militares eleitos. Embora reconheça-se que os dados e a reportagem correspondam a uma visão generalizada da Sociedade Civil Brasileira, no dado momento, a pesquisa justifica-se por contribuir para o campo das Relações Cívico Militares no Brasil, em particular em um momento onde a participação militar nas instituições políticas tem aumentado.

Palavras-chaves: Pretorianismo, relações cívico-militares, greve-caminhoneiros.

Introdução

Em maio de 2018, o Brasil vivenciou uma intensa paralisação das atividades dos caminhoneiros, responsáveis pela circulação de quase a totalidade dos insumos e produtos consumidos no país. De acordo com dados oficiais, os prejuízos causados à economia brasileira foram estimados em R\$15,9 bilhões, afetando o resultado do PIB previsto para o ano de 2018. Para além dos custos econômicos, é importante pensar nos impactos políticos e morais que a Greve dos Caminhoneiros deixou para a já instituída crise política na sociedade

brasileira. Embora estes não sejam quantificados em reais, expressam o sentimento de diferentes camadas da população brasileira em matéria de condução política do Estado. Afinal de contas, a Greve chamou atenção, no Brasil e no Mundo, por servir de palco para manifestações que pediam a volta das *Forças Armadas*, tanto para efetuar a retirada do presidente Michel Temer do poder, quanto para resolver os problemas de corrupção enfrentados pelo País.

A contribuição de autores das relações civis-militares, enquanto área de conhecimento dos Estudos Estratégicos, ajuda a compreender melhor nuances deste fenômeno. As relações civis-militares podem ser entendidas como os as dinâmicas entre a Condução Política e a Condução Militar da Sociedade Civil, e conseqüentemente, do Estado. Soma-se a essa relação a estrutura democrática liberal, que condiciona a Sociedade Civil à sua Condução Política, ao mesmo tempo que é condicionado por ela, e relaciona-se de maneira institucionalizada com as *Forças Armadas*. A preocupação principal dessa relação é com a Segurança, a depender da agenda, do Estado, ou da Sociedade Civil, ou das próprias *Forças Armadas*.

Ao longo deste artigo pretende-se contribuir para as análises do recente evento, cujos impactos na sociedade brasileira ainda estão se evidenciando. A justificativa central para esta produção é que a Greve dos Caminhoneiros deve ser analisada como um termômetro das tensões no fluxo das Relações Civis-Militares no Brasil. Especialmente em se considerando as novas dinâmicas no uso das redes sociais nas manifestações e movimentos políticos, quanto no surgimento e fortalecimento de figuras políticas pró-militaristas no cenário político brasileiro.

Um breve panorama sobre a Greve dos Caminhoneiros

Os 10 dias que deram espaço à greve foram marcados por escassez no abastecimento dos mais variados produtos, para a indústria e comércio, tentativas de negociação por parte do *Governo Federal* e da própria Petrobras em tentar reduzir, ainda que temporariamente, o preço do óleo diesel, e de atender a outras demandas dos grevistas, como uma tabela de preço mínimo dos fretes. Tentativas estas marcadas pela dificuldade dos órgãos federais em dialogar com um movimento descentralizado, que apesar de não possuir uma figura central, ou porta-voz oficial, foi acusado pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, de se tratar de um locaute, paralisação forçada de trabalhadores organizada por empresários.

Durante a paralisação, a crise provocada pelo desabastecimento de postos de gasolinas e mercados aqueceu os ânimos da população, contou com apoio popular apesar dos transtornos provocados pela mesma. Desde o terceiro dia, a pauta da greve havia sido ampliada com a reivindicação de melhorias na oferta de saúde e educação pública, insatisfação com o presidente Michel Temer, e principalmente contra a corrupção. Nesse sentido, a greve dos caminhoneiros serviu como um momento catalisador de insatisfações coletivas experimentadas por diversos grupos da população brasileira, em particular aqueles mais afetados pelo desemprego e pela inflação.

O contato via redes sociais teve um papel central nas articulações da greve, mobilizando tantos os grevistas quanto a sociedade civil. Entre os discursos que compunham as mensagens compartilhadas estavam denúncias aos escândalos de corrupção, o sentimento de descrença nas instituições, a solidariedade com os grevistas, cujo movimento assumiu um caráter messiânico, e principalmente, pedidos por uma intervenção militar.

A partir da crença de que mediante o estado de calamidade que em que o país se encontrava, devido a prática da corrupção por ‘políticos’ das três esferas do poder, as vozes que pediam por intervenção militar justificavam que somente as *Forças Armadas* seriam capazes de resolver a crise social, política, econômica e moral que o país enfrentava. Mais que isso, as reportagens que cobriram o ocorrido contém declarações de grevistas e manifestantes que fizeram elogios à Ditadura Militar de 1964-1985, e que evidenciam descrença tanto nas instituições democráticas, ao mesmo tempo que sinalizam apoio à candidatos e figuras políticas com discursos autoritários e aproximação, ou vínculo, com as *FA*, tal como, na época, o candidato à presidência Jair Bolsonaro do *Partido Social Liberal (PSL)*.

Convém recordar que a Greve dos Caminhoneiros, em 2018, não foi necessariamente inovadora por trazer em seu bojo discursos intervencionistas. Em 2015, durante os atos de paralisação de caminhoneiros também havia vozes que pediam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, além da insatisfação com o preço do combustível e demandando melhores condições de trabalho. É inegável porém que as proporções do movimento de 2018 tenham sobrepujado aquelas da última paralisação, e promovido impactos que foram percebidos mesmo após sua finalização, tal como o aumento da rejeição ao presidente Michel Temer, que chegou a 82% em pesquisa divulgada em junho pelo Datafolha.

Não há um consenso, entre os professores e pesquisadores entrevistados, de que as manifestações por intervenção militar eram uma pauta genuína dos grevistas. A professora

Rosana Pinheiro-Machado, em entrevista para o jornal El País, julgou tratar-se da infiltração de grupos radicais militaristas, que aproveitaram o movimento para difundir sua pauta intervencionista. Para ela, o endosso aos pedidos por intervenção militar não se trataram de um pedido por uma nova ditadura, mas de manifestações de descrença na democracia representativa e insatisfação com a crise moral e política da corrupção. O que é corroborado pela pesquisa divulgada pelo Datafolha em junho de 2018, que mostrou que as *Forças Armadas* são a instituição mais confiável para a população brasileira, com cerca de 78%, contra as instituições que contam com a maior desconfiança da população, sendo os *Partidos Políticos*, o *Congresso Nacional* e a *Presidência da República*, com respectivos 68%, 67% e 64% de desconfiança.

Independentemente da organicidade dos pedidos de intervenção militar por parte dos grevistas, houve, de fato, uma acentuação da aproximação da Sociedade Civil de suas *Forças Armadas*, em detrimento das suas Lideranças Políticas. Nesse sentido, os professores Claudio Couto e Heloísa Starling reforçam que os pedidos por intervenção militar são motivo de preocupação, por estarem associados a uma queda no apoio a democracia, de 62%, em 2016, para 56% em 2017, segundo dados do Datafolha, evidenciando, portanto, pouco apreço pela democracia e a permanência de um imaginário popular onde o autoritarismo é uma alternativa para solucionar problemas sociais.

Os dados apresentados, sobre o desenrolar da paralisação, demonstraram que a Greve dos Caminhoneiros alimentou um momento de inflexão nas relações entre a Sociedade Civil brasileira e suas *Forças Armadas*. Se afinal ‘não foi pelos R\$0,46, o que esteve por trás da guinada autoritária do movimento? De acordo com uma pesquisa encomendada pelo *Governo Federal*, no auge da Greve dos Caminhoneiros, um terço da população brasileira era favorável à intervenção militar. Sendo incitado por grupos intervencionistas ou não, o que explica a adesão de uma expressiva parcela da sociedade brasileira aos apelos por intervenção militar durante a Greve dos Caminhoneiros?

Pretorianismo na experiência brasileira

De acordo com a definição de Amos Perlmutter (1969), um Estado pretoriano moderno seria aquele onde as *Forças Armadas* tendem a interferir no sistema político, podendo potencialmente dominá-lo, e onde as instituições civis ou possuem pouca legitimidade ou podem ser dominadas pelos militares (p.383). Caracterizado por uma formação profissional, essas *Forças Armadas* se desenvolveriam tanto como um grupo

principal, como teria aspirações de condução política, o que geralmente se traduziria em militares de patentes altas atuando importantes cargos em instituições e estruturas políticas. A partir destas premissas, o autor trabalha as características de uma sociedade pretoriana e das *Forças Armadas Pretorianas*.

As características do tipo ideal de sociedade pretoriana para Perlmutter (1969) são o baixo grau de coesão social, a existência de classes fraticidas, a polarização social e a não consolidação da classe média, e baixos níveis de recrutamento e mobilização de recursos. Basicamente, trata-se de uma sociedade que apresenta desordem econômica ou social, lideranças civis com pouca legitimidade, alta polarização entre as camadas mais ricas e mais pobres, a falta de articulação forte e coesa (ou inexistência) da classe média, e a dificuldade em se mobilizar recursos humanos e materiais na sociedade, devido sua falta de identificação como grupo. O autor aponta ainda que, havendo uma classe média forte e coesa, o caso latino-americano mostra que ela pode ainda assim voltar-se para o intervencionismo militar, e que busca nos militares um aliado político.

Como apontado na abordagem da introdução deste artigo, as características do Brasil, durante a greve dos Caminhoneiros, aproximam-se de forma satisfatória das características apontados no tipo ideal de sociedade pretoriana para Perlmutter. Os dados que demonstram a descrença da sociedade brasileira nas suas 3 mais importantes instituições democráticas, por si só já evidencia o pretorianismo social. Além disso, porém, convém ressaltar a baixíssima legitimidade do presidente Michel Temer, no momento da paralisação.

Além disso, há nas sociedades pretorianas um baixo nível de institucionalização política, assim como uma falta de suporte para estruturas políticas, acompanhado de uma alta politização da sociedade. Perlmutter chama atenção de que nessas sociedades “traditional political institutions, incapable of dealing with social and economic changes, have been eliminated and new institutions are not yet accepted as legitimate” (1969, p. 389). Igualmente, os partidos políticos seriam fracos ou ineficientes, reforçando o baixo nível de institucionalização política. Por fim, o autor reforça que, nessas sociedades, seriam frequentes as tentativas de intervenção da sociedade junto aos militares, solicitando seu apoio político em casos de falhas nas estruturas e instituições civis.

Aqui, são recordados tanto o papel fundamental que as redes sociais desempenharam em ser o meio através do qual os grevistas e manifestantes favoráveis à paralisação comunicavam-se e articulavam-se, tendo em vista que mecanismos formais não atendiam às

necessidades do movimento. Além disso, a tentativa constante da sociedade em, por não poder contar com as instituições democráticas, nem com partidos políticos ou sindicatos, voltar-se às *Forças Armadas* também caracteriza uma postura da sociedade brasileira como pretoriana.

As *Forças Armadas* pretorianas, em contrapartida, se dividiriam em dois tipos. O tipo árbitro, aproxima-se mais do caso brasileiro, que se caracterizaria por um perfil de guardião da autoridade civil e da estabilidade política, e que atuaria tanto de forma ativa, quanto passiva no governo. Suas características seriam a aceitação da ordem social vigente, a boa vontade em retornar para a caserna quando a instabilidade do poder civil for sanada, crença de que os militares governariam por um tempo limitado, como uma alternativa até que um regime “aceitável” fosse estabelecido, a preocupação com sua profissionalização, a tendência em operar como grupo de pressão, escondido dos holofotes.

Nas definições de Perlmutter sobre *Forças Armadas* Pretorianas também é possível identificar muitos traços das *Forças Armadas* brasileiras, principalmente, em se considerar o histórico da Ditadura Militar (1964-1985) e mesmo as declarações de oficiais das *Forças Armadas* que encarnam o tipo ideal da Força Armada pretoriana de Perlmutter: atuando nos bastidores da política brasileira, porém dispostas a intervir de forma explícita caso tenham sua estrutura/instituição ameaçada ou caso seu objeto eleito de defesa, a ordem social do país, esteja em risco.

Com relação à abordagem de Perlmutter no contexto da Greve dos Caminhoneiros, a principal lição a ser obtida diz respeito à urgência, por parte do Estado brasileiro, em repensar suas instituições democráticas, a partir da própria estrutura, e do contato com a sociedade civil. Tanto por conta de um arrasto de desconfiança e legitimidade sentido há anos, quanto pela emergência de novos meios de comunicação que dinamizam os processos de mobilização social, e que, eventualmente, podem tanto ser cooptados por interesses de elites, quanto podem acentuar a descrença nas instituições e valores compartilhados pela sociedade e Estado.

A crença nas Forças Armadas Brasileiras como o novo Poder Moderador

Referindo-se ao contexto de 1945 a 1964, a tese do “Poder Moderador” das *Forças Armadas* brasileiras defendido por Alfred Stephan (1971) baseia-se na ideia de que as os militares brasileiros atuam como moderadores das atividades políticas. Para este autor, a

sociedade brasileira também seria pretoriana – altamente politizada, com instituições políticas fracas, o que acentuaria o processo de moderação. Entre os componentes principais deste padrão Moderador estariam a constante tentativa de atores políticos em cooptar as *Forças Armadas*, a relevância que atores políticos dariam à atuação de moderação das *Forças Armadas* na política brasileira, a aprovação das elites civis tanto em golpes de Estado, quanto em intervenções militares em processos políticos, desde que não por longos intervalos de tempo.

As análises de Stephan (1971) atribuem a alta politização das *Forças Armadas* brasileiras à sua diversidade interna, devido a sua pluralidade de origem: as *Forças Armadas* foram, por muitos anos, um lugar de ascensão social e ainda hoje são sinônimo de estabilidade profissional visado principalmente pelas camadas mais pobres da sociedade. E retomando a participação civil, o autor defende que há basicamente três grupos civis que disputariam a cooptação das *Forças Armadas*. Para esta análise, convém observar dois grupos: o presidente, ou seja, o próprio governo, e elites civis favoráveis ao regime, mas que não estão satisfeitas com o governo, ou a legislação, por exemplo. No caso do próprio governo, o apoio dos militares é buscado como uma tentativa de fortalecimento, em disputas contra o *Congresso* ou elites. Já no caso das elites civis, trata-se majoritariamente das pessoas que esperam que as *Forças Armadas* atuem como moderadores das ações do poder executivo.

A teoria do Poder Moderador de Stephan (1971) está relacionada ao intervalo entre os anos 1945 a 1964, porém, sua análise evidencia um similaridades ainda com a condução política e militar da sociedade, nos dias atuais. A principal diferença, porém, é que, na tese de Stephan (1971), são as elites que legitimam a intervenção, e não à menção às massas da sociedade. É compreensível que sejam as elites a desempenhar este papel, pois se tratando de mobilização política em uma sociedade pretoriana, outros grupos não teriam condições materiais de cooptar as *Forças Armadas* ou de mobilizar civis.

A análise se comprova, pois, de fato, não aconteceu a intervenção militar que os manifestantes e grevistas pediram. O apelo emocional não foi suficiente para cooptar as *Forças Armadas*. O papel das massas nas dinâmicas da Greve dos Caminhoneiros, porém, foi bastante expressivo. E embora não tivesse os recursos necessários para garantir a cooptação das *Forças Armadas*, pode-se dizer que a mesma causou oscilações na estabilidade política e econômica do país. Nesse sentido, a Greve dos Caminhoneiros chama as atenções para acompanhar, se nas próximas manifestações, o papel legitimador das elites teria sido afetado pelas articulações das camadas mais pobres da sociedade, visto o inegável impacto destes

apelos por intervenção militar noticiados por jornais brasileiros e diversos jornais estrangeiros.

O paradoxo do abandono e da independência das Forças Armadas

A tese defendida por Edmundo Campos Coelho (2000) se baseia, em primeiro lugar, na ideia de que as *Forças Armadas* são uma organização que possui interesses próprios e autonomia, e não uma entidade dependente das marés do Estado Brasileiro. Além disso, Campos Coelho (2000, p.19) segue comentando o mito de dupla orfandade dos militares brasileiros, que se caracterizaria por um sentimento de abandono da sociedade e do Estado, por teriam perdido sua funcionalidade, já que não há eminência de conflitos externos, e também sua institucionalidade, já que não receberiam por parte da sociedade o prestígio que considerariam de direito. Dessa forma, as *Forças Armadas* se veriam obrigadas pelas circunstâncias do abandono a defender de forma autônoma seus objetivos e interesses.

Campos Coelho (2000) observa que o sentimento de abandono sofrido pelas *Forças Armadas* a motivou a buscar uma nova identidade, própria. Passando pelas disputas sobre sua atuação, as *Forças Armadas* teriam encontrado na Doutrina de Segurança Nacional, datada da Guerra Fria, as características que absorveriam para sua nova identidade, entre elas a percepção de que as *Forças Armadas* são um órgão essencialmente político, e que, em vez de fazer política nas *Forças Armadas*, deveriam fazer a política das *Forças Armadas*.

Com relação à abordagem oferecida convém observar dois pontos importantes que marcaram a Greve dos Caminhoneiros: o primeiro deles, a menção direta ao então candidato Jair Bolsonaro, como o candidato que representaria as demandas da sociedade de candidatos que fossem ‘anti-sistema’, portanto não maculados pela corrupção, e com vínculos militares. O segundo ponto deve ser a análise da eleição de mais de 70 candidatos declarados militares, para ocupar cargos legislativos nas eleições de 2018

A intervenção militar, que poria fim à crise política da corrupção não veio, mas em outubro, ao menos 990 militares declarados se candidataram à cargos no legislativo. No sentido indicado por Campos Coelho (1976), estes militares adotaram bem sua nova identidade, convertendo sua politização nas instituições políticas. Com discursos que corroboravam a idoneidade das *Forças Armadas* e o compromisso com a luta anticorrupção a pautas de segurança pública, os militares eleitos, sem excluir a chapa presidencial que contou com um Capitão reformado e um General da Reserva, garantiram a legitimidade da validação das instituições democráticas para construção de sua própria agenda.

O fato de que esses 72 nomes ocuparão por, pelo menos, 4 anos, cargos no legislativo, poder responsável pela criação das leis, também confere à organização das *Forças Armadas* maior poder e autonomia com relação, tanto à Sociedade Brasileira, quanto ao Estado, ao passo que o cargo ocupado, em questão, intensifica seu poder de definir tanto a agenda das *Forças Armadas*, quanto eventualmente, a agenda civil promovida nas duas casas do *Congresso Nacional*.

Conclusão

Ao longo deste artigo, foram evidenciadas três análises sobre as percepções de relações civis militares na Greve dos Caminhoneiros, orientadas por três respectivas abordagens das relações civis-militares. Na primeira análise, a avaliação de que o Brasil é uma sociedade pretoriana, com *Forças Armadas* igualmente pretorianas, foi corroborada pelos dados que demonstram que ao mesmo tempo que a crescente politização da sociedade brasileira se dá num cenário onde é crescente tanto a descrença com as instituições democráticas liberais, quanto a participação de militares, ou de civis pró-militaristas, na política.

Na segunda análise, a teoria do Poder Moderador foi revisitada, reforçando sua validade nos dias atuais, devido à presente crença de que as *Forças Armadas* ainda são a instituição que ‘guarda’ os valores nacionais, e que seria capaz de resolver os problemas que os poderes legislativo, executivo ou judiciário não conseguiriam, no caso, a corrupção. Com relação a essa teoria, foi questionada ainda a importância das massas para o processo de cooptação das *Forças Armadas* pelos movimentos civis, tendo em vista que dessa vez o movimento foi motivado por insatisfações de uma classe média empobrecida, e não pela elite. O que, embora explique o porquê de um ‘golpe militar’ não ter ocorrido, não faz jus ao impacto desse movimento das massas na percepção das tensões entre civis e militares no Brasil e no exterior.

Na terceira análise, a construção da identidade política e autônoma das *Forças Armadas* foi utilizada para ampliar a compreensão do fenômeno recente de militares eleitos no pleito realizado em outubro de 2018. Somadas aos dados de que a sociedade brasileira confia pouco nas suas instituições democráticas liberais, e que tem nas *Forças Armadas* seu maior depósito de confiança, a vitória eleitoral de mais de 70 militares declarados para cargos legislativos representa um alarmante movimento por parte da sociedade, ao manifesta transferir seu controle civil para as *Forças Armadas*, ainda que por vias institucionais.

O flerte da sociedade brasileira com o autoritarismo, evidenciado nas reportagens que acompanharam a greve, tinha interesse na intervenção não como um fim, em si, mas como um meio – de acordo com os analistas mais otimistas. Afinal de contas, não se trata apenas de uma crise política, ou de representatividade: a crise da corrupção é também uma crise moral. A medida em que se aproximou das *Forças Armadas*, a crença na efetividade do controle civil diminuiu. E em nome da luta contra a corrupção, nêmesis da sociedade brasileira, foram sacrificados valores do controle civil, quando parte da população demonstrou-se favorável a uma intervenção militar, no auge da greve, e também quando elegeu um número expressivo de militares nas eleições de 2018.

Sem pretender esgotar as análises sobre o tema, procurou-se demonstrar neste artigo que o contexto da Greve dos Caminhoneiros de 2018 deve ser visitado por analistas das relações civis militares como um momento importante para a compreensão das relações civis militares brasileira, tanto como um refluxo do movimento que pressionou pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, quanto como um prenúncio do teor das escolhas da sociedade civil nas eleições de 2018.

Referências Bibliográficas

BBC Brasil. **Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BETIM, F. Rosana Pinheiro-Machado: **Pedidos por intervenção militar são grito de socorro de uma população descrente.** Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/02/politica/1527911856_961934.html> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

BERGAMO, M. **Pesquisa do governo mostra que 2/3 da população querem militares ou Diretas-Já.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/06/pesquisa-do-governo-mostra-que-23-da-populacao-querem-militares-ou-diretas-ja.shtml?loggedpaywall>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. A relação civil militar e os Estudos Estratégicos. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 21, jan/jul. 2014.

COSTA, F., NETTO, J.C. **Temer diz que PIB atingiria 3,5% em 2018 se não tivesse ocorrido a greve dos caminhoneiros.** <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/12/temer-diz-que-pib->

atingiria-35-em-2018-se-nao-tivesse-ocorrido-a-greve-dos-caminhoneiros.ghml> Acesso em 12 de dezembro de 2018.

COWIE, S. **Brazilf aces calls for return to military dictatorship amid truckers' strike.** Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2018/may/30/brazil-truckers-strike-protest-military-dictatorship>> Acesso em 10 dezembro de 2018.

DATAFOLHA. **Partidos, Congresso e Presidência são instituições menos confiáveis do país.** Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

GIELOW, Igor. **Apoio à paralisação é de 87% dos brasileiros, diz Datafolha.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/apoio-a-paralisacao-e-de-87-dos-brasileiros-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

MORENO, A.C., TENENTE, L., REGADAS, T. e FAJARDO, V. **Greve dos caminhoneiros: diferenças e semelhanças do protesto de 2018 com os de 2015 e 2013.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/ greve-dos-caminhoneiros-diferencas-e-semelhancas-do-protesto-de-2018-com-os-de-2013-e-2015.ghml>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

PRAZERES, L. **Candidaturas de militares crescem 11% em quatro anos.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/21/candidaturas-de-militares-crescem-11-em-quatro-anos.htm>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

PERLMUTTER, Amos. The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities. **Comparative Politics**, v. 1, n. 3, 1969.

STEPHAN, Alfred. **The Military in Politics: changing patterns in Brazil.** New Jersey: Princeton University Press, 1971.

UOL. **Na esteira de Bolsonaro, 72 militares são eleitos para cargos legislativos.** Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/militares-eleitos-2018-camara-senado-assembleia-legislativa.htm>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

VENTURINI, L. **Por que a demanda da ‘intervenção’ preocupa, mesmo sem fazer sentido.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/05/Por-que-a-demanda-da-%E2%80%98interven%C3%A7%C3%A3o%E2%80%99-preocupa-mesmo-sem-fazer-sentido>> Acesso em 10 de dezembro.

Moderação na Província de Minas Gerais: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei (1831-1835)¹

Cláudia Maria dos Santos Falco

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del-Rei

claudiasantosfalco.cs@gmail.com

Resumo: A presente comunicação visa tornar pública a pesquisa de mestrado em andamento sobre a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei, comarca do Rio das Mortes, assim como suas congêneres no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi criada logo após a Abdicação de D. Pedro I, ocorrida em sete de abril de 1831, com a intenção de manter a ordem e de ser sustentáculo da Regência no seio do espaço público. A Defensora cumpriu importante papel na realização das reformas, não só por conta da pressão que exercia sobre a Assembleia, mas também pela expressiva presença de seus sócios entre os parlamentares e pela manutenção do poder político. A Defensora governou o Brasil de forma verdadeira pelo espaço de quatro anos e sua ação era mais poderosa que a do governo se estendendo por todos os ângulos do Império, por conta de sua influência. Esta afirmação de Augustin Wernet pode se configurar como um exagero, pois a defensora foi uma associação política que congregou diversos matizes dos liberais moderados. Ela não constituía um espaço de decisão e poder, mas muito mais de sociabilidade e visibilidade política. Creio que a interpretação mais adequada para o trabalho seja a da Lúcia Paschoal Guimarães, embora seja muito importante dialogar com o estudo e os resultados encontrados por Augustin Wernet. Mas os espaços políticos por excelência eram o parlamento, o senado, os ministérios e o poder moderador.

Palavras-chave: elite política, associações políticas, Minas Gerais.

A proposta da pesquisa é compreender atuação política da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade da vila de São João del-Rei, através do estudo prosopográfico de seus sócios, de suas atuações tanto na esfera local como na Corte, no período de 1831 a 1835, tendo em vista a manutenção do poder político em Minas Gerais.

A escolha do período de 1831-1835 como marco cronológico fundamenta-se na atuação da Sociedade Defensora dentro deste espaço temporal, que foi marcante no Período Regencial, “comumente entendido como um interregno entre o Primeiro e o Segundo Reinado”, que ainda não mereceu muita atenção por parte dos historiadores, “talvez

¹ Esta pesquisa está sendo realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

justamente pela complexidade e variedade de sinais que nos transmite”, sendo tachado como “caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos” (MOREL, 2003, p.7).

No discurso dos dirigentes da época, em busca de legitimação do exercício do poder, o período regencial é apresentado como um labirinto sendo perpetuado pela historiografia, “sem levar em conta os paradoxos, a riqueza das possibilidades e as dissonâncias do processo em curso no período” (RESENDE, 2008, p. 19). No entanto, este foi o momento das grandes disputas políticas, das definições de posicionamento no interior do grupo dos liberais, que se dividiam entre moderados e radicais. Segundo Morel,

O período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberais em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigorosas retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas [...] A lista seria interminável (MOREL, 2003, p.9).

O Período Regencial é um momento chave para a construção da nação brasileira e consolidação do estado nacional. É um momento histórico complexo e também o das grandes disputas políticas, das definições de posicionamento no interior do grupo dos liberais, que se dividiam entre moderados e radicais. Neste momento a arena política encontrava-se acirradamente dividida em três facções, que disputavam o poder e os cargos públicos, dotadas de princípios e propostas bastante distintos: na posição de centro, os liberais moderados, que controlavam o novo governo e tinham maioria na Câmara dos Deputados; à esquerda, os liberais exaltados, que promoveram, ao lado dos primeiros, o movimento da Abdicação, mas foram logo alijados e perseguidos, gozando de fraca representação parlamentar; e, à direita, os caramurus, simpatizantes do ex-imperador, que tinham forte apoio no Senado. Os moderados seguiam os postulados clássicos do liberalismo, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Constant suas principais referências; pretendiam, e conseguiram, efetuar reformas político-institucionais que reduziam os poderes do imperador, conferiam maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantiam a observância de direitos previstos na Constituição, almejando uma liberdade moderna, que não ameaçasse a ordem imperial. Já os exaltados, adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, inspirado sobretudo em Rousseau, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais

democráticos, pleiteando profundas reformas políticas e sociais, como uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos sociais livres, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até um tipo de reforma agrária. Por sua vez, os caramurus filiavam-se à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke; críticos ferozes da Abdicação e avessos a qualquer reforma na Constituição, vistas como quebra arbitrária do pacto social, almejavam uma monarquia constitucional fortemente centralizada, ao estilo do Primeiro Reinado e, excepcionalmente, nutriam anseios restauradores.²

No início do século XIX a comarca do Rio das Mortes já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da então capitania de Minas Gerais, tendo como sede a vila de São João del-Rei que era um pólo comercial importantíssimo, centralizando o fluxo de mercadorias de diversas regiões, juntamente com Barbacena. “Sede da Comarca do Rio das Mortes, e com situação geográfica privilegiada, São João Del Rei era servida por diferentes canais de escoamento” (LENHARO, 1979, p. 90). Contudo, São João del-Rei não se destaca apenas pela intensa atividade agrícola – mercantil, organizada para abastecimento da Capital. Concomitantemente econômica deve-se, de acordo com Alcir Lenharo,

[...] entender a descida de políticos mineiros para a Corte, onde desempenharam significativo papel na primeira etapa do período regencial. Enquanto estreitavam os laços mercantis de interdependência entre a Capital e as regiões produtoras do Centro-Sul, correspondentemente ganhavam maior destaque os políticos do interior, muitos dos quais envolvidos nas tarefas de comercialização dos produtos originários de suas próprias propriedades (LENHARO, 1979, p. 90).

Lenharo analisa a questão do abastecimento de Minas com um enfoque político em que a formação de um novo setor social advindo da distribuição dos gêneros alimentícios para o mercado interno, articulou-se politicamente gerando uma importante projeção na Corte. O estudo mais recente e detalhado do ponto de vista econômico e que traz uma contribuição historiográfica importante é o de Afonso de Alencastro Graça Filho demonstrando um quadro de prosperidade, dinamismo na primeira metade do oitocentos. Em seu trabalho são analisadas as intrincadas redes de relações comerciais entre a elite mercantil de São João del-Rei com a praça do Rio de Janeiro (GRAÇA FILHO, 2002).

Esta pesquisa enfocará o agrupamento político moderado que se congregava em torno da sociedade defensora, considerada a mais organizada, sendo a Sociedade Defensora uma entidade moderada para prestar força legal ao governo. Embora seja um período rico e de

² Cf. Basile (2004), capítulos I, II, V, VI, VII e XI; e Morel (2005), capítulo 3.

muitas pluralidades em termos de organizações e propostas políticas, é pequeno o volume de estudos sobre os grupos políticos e seus espaços de ação.

Pioneiros são os trabalhos de Augustin Wernet e de Lúcia Guimarães. O primeiro compreende as sociedades políticas do período regencial como grupos de pressão, comparando-as com os partidos políticos modernos, com os quais apresentam maior similitude, do que as facções políticas que naquela ocasião eram denominadas de partidos (WERNET, 1978). Já Lúcia Guimarães teve como objetivo recuperar a trajetória da Sociedade Defensora através de suas práticas políticas e dos postulados ideológicos que foram veiculados pela referida agremiação (GUIMARÃES, 1990). Idealizada para atuar como um foro privilegiado onde seriam debatidas as diretrizes que deveriam orientar o governo instalado após a abdicação e para auxiliar as novas autoridades constituídas na manutenção da segurança pública, essa associação civil representou uma tentativa organizada de um grupo de personalidades oriundas das camadas dominantes da sociedade imperial com o propósito de evitar que o movimento político de 7 de abril se transformasse numa revolução social que iria certamente comprometer a integridade do Império. Há também o estudo sobre a Sociedade Federal Fluminense, de Marcelo Basile e de Werneck da Silva sobre uma entidade de natureza não-política, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Não obstante essas valiosas contribuições, o período das Regências ainda tem muitas possibilidades de investigação, especialmente o objeto de pesquisa proposto, ou seja, a atuação das sociedades políticas na formação do estado imperial brasileiro.³ A história política da província mineira apenas recentemente está sendo investigada sendo importante citar o trabalho de Francisco Iglesias, pioneiro sobre a política mineira em seu trabalho de 1958 no qual analisou o impacto da política imperial na administração mineira; o de Marcos Ferreira de Andrade que descortina como se deram a inserção e as articulações das elites regionais locais na política do Estado imperial e a importância das rebeliões escravas no contexto de intensificação e expansão da escravidão no sudeste do Império e do tráfico transatlântico e o de Edna Maria Resende investigou a atuação e as características das elites políticas regionais e locais, identificando seus posicionamentos em torno dos projetos políticos em embate no processo de construção do Estado imperial ((IGLESIAS, 1958; ANDRADE, 2008; RESENDE, 2008).

A sociedade política moderada situada no centro do campo político imperial definia como um de seus postulados básicos no *justo meio* princípio aristotélico apropriado pelo

³ Esta discussão encontra-se na introdução de Basile (2004, p. 10).

constitucionalismo inglês do século XVII e que significava, em sentido genérico, o ponto de equilíbrio racional entre os excessos passionais extremos que seriam características do exaltamento. Toda ação moderada seria assim, no sentido de estabelecer equilíbrio, divisão de poderes do imperador, mediante reformas político-institucionais. Para os moderados (a facção mais organizada) o jusracionalismo de matriz lockeana contrapondo o jusnaturalismo aristotélico, era o fundamento jurídico-filosófico. Sustentavam os moderados que os direitos universais dos indivíduos encontravam seus limites na instituição da sociedade organizada mediante o pacto social, defendendo a liberdade privada à pública, da civil à política, da participação restrita e mediada pela representação à generalizada e direta (BASILE, 2004, p. 42).

A partir desses princípios gerais é que os moderados irão formular seu projeto político e seu ideal de nação, baseados na incorporação daquelas concepções que buscavam limitar o poder dos governantes e assegurar a observância dos direitos civis de cidadania, por meio de garantias constitucionais, instituições representativas e divisão de poderes, com uma visão moderna de liberdade. Na nação moderada, os indivíduos seriam iguais apenas em termos jurídicos (perante as leis). Plebe e massa são sinônimo de desorganização, propensa à desordem. “Povo miúdo” nunca pode ter opinião, esta deve ser formada por homens pensantes.⁴

Lúcia Maria Paschoal Guimarães, afirma que os adeptos da moderação também apelidados de *chimangos*, “careciam de um programa definido de documentos públicos sujeitos a verificação e registro” (GUIMARÃES, 2001, p. 105). Portanto, não constituíam um grupo coeso, como os partidos políticos que existem nas formações contemporâneas. Augustin Wernet abre novas perspectivas enfocando uma estreita articulação entre o surto de movimentos associacionistas, após a abdicação de D. Pedro I e a gênese dos partidos políticos no país. As sociedades políticas do período regencial foram alvo de diferentes considerações e interpretações sem, entretanto, existir publicada documentação específica sobre as mesmas (WERNET, 1978, p. 9). “Cada associação estava ligada a uma corrente política: a Sociedade Defensora à facção dos liberais moderados ou liberais monárquicos; a Sociedade Federal aos liberais exaltados,” (WERNET, 1978, p. 11). O pensamento político dos liberais moderados e exaltados baseia-se quase exclusivamente em artigos de periódicos e jornais e estes tinham função significativa e importante na luta política, na formação da opinião pública, na divulgação das ideias filosóficas e políticas.

⁴ Para melhores esclarecimentos sobre a política moderada, consultar o Capítulo II do trabalho de Marcelo Otávio Neri de Campos Basile (2004, p. 45).

A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835) foi uma referência para todas suas filiais no país, tendo superado a de São Paulo surgida a 29 de março de 1831, “formando uma poderosa rede nacional de defensoras, que, com centro na Corte (que então assume o lugar da pioneira paulista)” (BASILE, 2004, p. 90), chegou a ter uma centena de filiais em todo o país. Poucos historiadores se debruçaram sobre esse organismo, em geral limitam-se a registrar a grande influência que exerceu no cenário político da primeira metade do período regencial.⁵

A associação fluminense que a princípio funcionou na residência de Borges da Fonseca reuniu a fina flor das elites dirigentes. No início seu propósito era:

Contribuir para a preservação da ordem e tranquilidade pública, tão periclitantes na época, constituindo-se em sustentáculo da Regência no seio do espaço público, vista como único governo legal, legítimo e capaz de assegurar a decantada liberdade e independência nacional; e, neste sentido, combater todos aqueles que representassem uma ameaça a este ideal. (BASILE, 2004, p. 85)

O espírito de conagração político que animou a criação da Defensora tanto em São Paulo como na Corte era de um organismo inicialmente suprapartidário. Houve um grande incentivo na criação de filiais, promovendo uma intensa rede de comunicações e transformações do espaço público, como diz Marco Morel,

Pode-se dizer que essas associações políticas, não apenas maçônicas, secretas ou reservadas, mas também públicas e com objetivos explícitos, foram elemento-chave nas transformações dos espaços públicos e na consolidação das liberdades modernas na política. Diante delas, os governos não podiam simplesmente reprimir ou coibir, pois as mudanças na cena pública eram irreversíveis. Por isso assistiremos a um duplo jogo: de repressão, de tentativa de influência na organização e de movimentos que visavam apoio e controle sobre grupos que, como se vê, não se limitavam à esfera governamental (MOREL, 2005, p. 278).

Lúcia Guimarães afirma que o movimento associacionista dos defensores foi uma das diversas manifestações que se alastrou pelo país naquele período em decorrência da inquietação política, social e econômica gerada pela Abdicação. Concebida como um organismo suprapartidário, seu estabelecimento foi uma tentativa organizada, de um conjunto de indivíduos vindos das camadas dominantes de pôr um freio na insurreição que eclodiu na Corte em 07 de abril culminando com o término do Primeiro Reinado e sua criação está intimamente relacionada com a vacância do trono, propiciando a abertura de um espaço político para que outros segmentos da população trouxessem à tona os seus reclames

⁵ Só existem dois trabalhos: Wernet (1978) e Guimarães (1990).

(GUIMARÃES, 1990). Acreditamos que os propósitos da Sociedade Defensora de São João del Rei possa ter objetivos similares, mas cabe ressaltar, com diferenças.

Os sócios das defensoras eram bastante diversificados, Lúcia Guimarães traça um perfil prosopográfico de vinte e quatro membros quanto à escolaridade e revela que 54,2% possuíam curso superior, dos quais 38,4% em Medicina, 23,1% em Direito, 15,4% em ciência Exatas e mesmo percentual na área militar, sendo que 46,2% eram formados no rio de Janeiro e 38,4% em Portugal; sobre a ocupação, 54,2% eram deputados, 20,8% médicos e 8,3% militares; a respeito da origem socioeconômica, 42,1% eram ligados à propriedade da terra e 21% ao comércio; e, em relação à naturalidade, havia 79,2% de brasileiros (entre os quais, 36,8% fluminenses, 21% mineiros e 15,8% paulistas) e apenas 4,21% português (BASILE, 2004, p. 87). A Defensora possuía muito de seus sócios no parlamento. Os principais colégios eleitorais responsáveis pela vitória tinham sido aqueles onde a malha da Defensora era mais estendida e os moderados tinham seus maiores redutos – Minas Gerais, São Paulo e o interior fluminense (BASILE, 2004, p.109).

Portanto para compreender a atuação da Sociedade Defensora em Minas Gerais propõe-se investigar a Defensora da vila de São João del Rei, através do estudo prosopográfico de seus sócios, uma elite local pensada de forma concreta, de suas atuações tanto na esfera local quanto na Corte. Considerando como elite política sanjoanense os indivíduos que obtiveram cargos político-administrativos. Buscar traçar as semelhanças entre as posições e trajetórias dos indivíduos que serão pesquisados na intenção de analisá-los como um grupo.⁶ Traçar um panorama da criação da Defensora em outras vilas como Serro, Vila Rica, Sabará, Campanha, etc. Montar um quadro das Defensoras nas vilas de Minas e centrar a discussão na de São João del Rei.

A Sociedade Defensora da Vila de São João Del Rei foi criada em 03 de outubro de 1831 na Casa da Câmara no qual compareceram sessenta e um voluntários:

S.João d'El Rei 3 de outubro

Domingo se reunirão nas casa da Câmara Municipal desta Vila os Cidadãos, que voluntariamente se haviam oferecido em N. de 61, para formarem numa Sociedade com o título de Sociedade Defensora da Liberdade e Independência. O Sr. Francisco Antonio da Costa recitou hum Patriótico Discurso análogo ao objeto, e lendo os Estatutos, pelos quais se deveria reger a Sociedade, foram estes unanimemente aceitos. Passou-se à formação

⁶ Maria Elisa Ribeiro Delfim em sua dissertação de mestrado *Viva a Independência do Brasil!:* a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822) apresentado ao programa de pós graduação da Universidade Federal de São João del Rei em 2011, faz um estudo prosopográfico de uma elite sanjoanense no qual alguns membros farão parte de Defensora.

da Mesa, foram nomeados por aclamação, para Presidente o Sr. Antonio Joaquim Fortes para 1.º Secretario o Sr. Marianno Carlos de Souza Corrêa, e para 2.º o Sr. Francisco Joaquim de Araújo, os quais ocuparam imediatamente os seus lugares, e passarão a apuração das listas para formação do Conselho da Sociedade. Suscitou-se a questão se se deveriam aceitar votos sobre pessoas, que não tinham comparecido nesta reunião. O Sr. Sales apresentou carta do Sr. José Joaquim Corrêa declarando, que se oferecia para Membro da Sociedade, e acrescentou que o dito Sr. não comparecia por molesto. Venceu-se quanto à questão, que se executassem os Estatutos, os quais ordenavam fosse o Conselho tirado dos Sócios presentes: e quanto ao ponderado pelo Sr. Sales que se remetesse ao Sr. J.J. Corrêa o respectivo Livro para nele se assinar. Continuou-se na apuração das listas; e saíram eleitos Membros do Conselho os Srs. *Antonio Joaquim Fortes, Antonio Joaquim de Medeiros, Francisco Antonio da Costa, Francisco José de Sales, José Alcebíades Carneiro, Antonio Fernandes Moreira, João Martins de Carvalho, Antonio Joaquim da Costa, Luiz Alves de Magalhães, Francisco de Paula d'Almeida Magalhães, Caetano Alves de Magalhães, João Ferreira Leite. Immediatos: Antônio dos Reis Silva Rezende, José Joaquim de S. Anna, Francisco José d'Alvarenga, Francisco José da Silva.* (**Astro de Minas**. São João del-Rei, n. 602, 04.10.1831, grifos meus)

Quem eram essas pessoas, quais posições ocupavam na sociedade local? Estavam atuando na Câmara? Na Defensora fluminense não há menção de uma única mulher apesar de não haver restrição à participação delas e na Defensora sanjoanense há várias senhoras como sócias honorárias, qual o papel representativo delas na sociedade? Qual o papel desempenhado por essa associação? Promover a instrução, constituir milícias com intenção de manter a ordem como a Defensora do Rio de Janeiro, pois esta teve forte atuação na construção da casa de correção para os que infringissem a lei, ou atuaram com mais força nos colégios eleitorais? Por que depois de ampla movimentação nos três primeiros anos (1831 – 1833), a partir de 1834 esta aparece timidamente nos jornais? São as questões iniciais que norteiam a investigação proposta.

Fonte

Astro de Minas, São João del-Rei, n. 602 de 04.10.1831.

Referências Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira, SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). In: **Almanack**, Guarulhos, n. 4 p.130-148, 2º semestre de 2012.

_____. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **O império em construção**: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese (Doutorado em História) - UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2004. 490 f.

DELFIN, Maria Elisa Ribeiro. **Viva a Independência do Brasil!**: a atuação da elite política sanjoanense no processo de independência. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação**: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

_____. (Org) et al. **O Liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

IGLESIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: MRC/INL, 1958.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1480). Tese (Doutorado em História) - FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, Delfim Maria Elisa. **Viva a Independência do Brasil!**: a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João del Rei, 2011

SILVA, Wlamir José da. **Liberais e povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). Tese (Doutorado) - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002

_____. “Amáveis patrícias”: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, n.55, p.107-130 – 2008.

WERNET, Augustin. **Sociedades políticas**: 1831-1832. São Paulo: Cultrix, 1978.

Em meio a luzes, sombras e incertezas: a linguagem política do periódico *La Aurora* (Província Cisplatina, 1822-1823)

Fabiúla Paulo de Freitas Manhães

Graduanda em História

Faculdade Saberes

fabiula.freitas99@gmail.com

Resumo: Partindo dos pressupostos metodológicos estabelecidos pela Escola de Cambridge, pretende-se analisar a linguagem política do periódico independentista *La Aurora*, que circulou na cidade de Montevidéu entre dezembro de 1822 e abril de 1823. Objetiva-se compreender como o jornal aborda temas-chave do contexto em questão, tais como o papel civilizatório das *Luzes* e a importância da opinião pública. Busca-se, ademais, salientar as peculiaridades de tal publicação, lançando luz sobre elementos contextuais de extrema importância para o entendimento de sua linguagem política, como as ligações de seu redator, Antonio Díaz, com uma associação secreta de caráter político denominada *Sociedad de los Caballeros Orientales*, a situação política, econômica e social da então Província Cisplatina e o cenário de incertezas acerca do futuro daquela região.

Palavras-chave: *La Aurora*, Cisplatina, Imprensa independentista.

Introdução

O início da década de 1820 foi marcado por um significativo aumento na circulação de impressos na região que seria futuramente denominada como Província Cisplatina. O Congresso Cisplatino, reunião de deputados *orientais* incumbidos de decidir pelo futuro da Província, ocorreu em agosto de 1821, menos de um mês após d. João VI dar seu aval à Lei de Liberdade de Imprensa, redigida e votada anteriormente pelas Cortes lisboetas (GONZÁLEZ DEMURO, 2016, p. 4). Sendo a partir desse momento parte constituinte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a Cisplatina passou a gozar dos benefícios dessa nova liberdade, bem como notou-se no Rio de Janeiro, onde o *boom* editorial também foi expressivo: de somente uma publicação periódica em 1820 passou-se a 11 no ano de 1821, de acordo com levantamento feito por Marco Morel (2016, p. 240). Ainda segundo Morel, é nesse momento que se consolida no Reino do Brasil um espaço público marcado profundamente pelos debates na imprensa, o que permitia a formação de uma “opinião pública de caráter mais abstrato”, constituída pelo julgamento crítico de cada “cidadão-leitor”. Algo parecido foi percebido na pequena província situada ao extremo sul do território luso-brasileiro.

O contexto de maior facilidade para a atuação editorial chamou atenção de grupos possuidores de diferentes objetivos na cena política. Partidários da ocupação luso-brasileira expressaram seu apoio por meio de publicações como o famoso *Pacífico Oriental de Montevideo*, redigido por Francisco de Paula Pérez. Outros atores históricos, interessados pela saída dos portugueses e eventual anexação da Província Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata, também lançaram mão da palavra impressa, atuando na cena pública montevidéana com bastante vigor. Foi esse o caso do comerciante e ex-general Antonio Díaz, redator do periódico intitulado *La Aurora*. Tendo circulado entre dezembro de 1822 e abril de 1823, *La Aurora* insere-se no rol dos jornais “independentistas”, ou seja, os aqueles que faziam a apologia da emancipação política da Província Cisplatina (*alias Oriental*). Junto com *El Pampero*, *El Aguacero*, *El Ciudadano* e o folheto *Los Amigos del Pueblo*, *La Aurora* foi uma das publicações que aproveitaram a oportunidade gerada pelas turbulências advindas da recepção da Independência do Brasil na Cisplatina: o general Carlos Frederico Lecor, Barão da Laguna, converte-se em ferrenho apoiador de d. Pedro I, reunindo suas tropas e marchando em direção a San José, enquanto a capital Montevideú fica sob a vigilância de Álvaro da Costa e os Voluntários Reais do Rei, fiéis súditos de d. João VI. Estando as tropas segregadas, estavam também fragmentadas as opiniões acerca do destino político da Província Cisplatina.

Nosso trabalho tem como objetivo compreender a atuação de *La Aurora* nesse contexto de efervescência política e de incertezas acerca do futuro dos habitantes da região ao leste do rio Uruguai, lançando luz sobre as maneiras pelas quais Díaz abordará em seu periódico temas-chave daquele período, tais como o papel civilizatório das *Luzes* e a capital importância da opinião pública para a legitimação de projetos políticos. Nosso aporte metodológico é provido por John Pocock e Quentin Skinner, sistematizadores da metodologia do Contextualismo Linguístico. Tal método pressupõe que um constante passeio entre o texto escrito e o contexto no qual foi produzido possui extrema importância para o trabalho do historiador do discurso político. Consideramos este conjunto de ferramentas de leitura adequado a nosso trabalho, tendo em vista a ênfase que coloca na “variedade de ‘linguagens’ em que o debate político pode se desdobrar” e na construção de uma historiografia “sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos” (POCOCK, 2003, p. 25). Pretendemos aqui compreender não apenas o que significavam os termos tratados por Díaz em seu periódico, mas também a relação de seu discurso político com os demais atores históricos de sua época, bem como as influências do contexto

sociopolítico vivido sobre seus textos, principalmente no que toca à vinculação do redator com uma sociedade secreta independentista denominada *Los Caballeros Orientales*, que possuía grandes interesses em alterar e influir na cena pública da Província – alterações e influências estas efetuadas principalmente por meio da veiculação dos ideais do grupo na imprensa periódica.

O contexto político e a imprensa

Ao longo do processo de Independência da América ibérica no século XIX a imprensa irrompeu como um dos principais “âmbitos de discussão pública” e também como uma eficaz ferramenta para se “fazer política”, segundo Paula Alonso (2003, p. 8). A importância do trabalho editorial, dessa forma, não diz respeito apenas à quantidade de impressos publicados ou ao número de leitores que cooptavam, mas ao fato de que a imprensa era “o veículo de projetos, o instrumento de debate, o propulsor de valores, um dos principais meios de fazer política, de reproduzir e criar imagens da sociedade nesses anos” (ALONSO, 2003, p. 10). Compreendemos, portanto, que a análise de periódicos nos fornece um importante quadro de referências políticas, ideias, ocorrências e problemas que marcaram o Oitocentos da Iberoamérica (PIMENTA, 2006, p. 22).

A criação da Província Cisplatina se insere num momento de intensas tentativas de se erigir novos corpos políticos na América ibérica (PIMENTA, 2006, p. 194). Enquanto no recém-criado Império do Brasil lutava-se pelo estabelecimento de uma configuração político-territorial, na Bacia do Prata procurava-se, ainda, meios de se reunir os interesses provinciais em torno de um centro de poder, isto é, Buenos Aires, sendo a questão da Cisplatina um novo ponto de encontro para esses antigos problemas (PIMENTA, 2006, p. 192-3). Tal processo, marcadamente conflituoso, culminará no início da Guerra da Cisplatina, em dezembro de 1825.

Nesse contexto de efervescência política a atividade editorial emergiu com robustez, especificamente a partir da proclamação da Independência do Brasil. As contendas políticas assumiram um outro tom quando tal notícia adentrou as muralhas de Montevidéu. A opção do Barão da Laguna por apoiar o novo Império e a fidelidade de Álvaro da Costa ao rei de Portugal inauguram um estado de fragmentação de ideias, projetos e opiniões sobre o futuro da Cisplatina. Os habitantes da Província deveriam seguir a quem, tendo em vista que a incorporação fora firmada de acordo com o constitucionalismo e as propostas colocadas por Portugal (PIMENTA, 2007, p. 50)? Não por coincidência, nesse período houve um

incremento expressivo na quantidade de jornais que circulavam na cena pública montevideana. Conforme Wilson González Demuro (2016, p. 4), ao longo da década de 1820 a atividade de imprensa na Província Cisplatina seguiu algumas etapas, ora marcadas por uma profusão de papéis, ora por seu completo desaparecimento. O período aqui estudado caracteriza-se por uma intensa movimentação editorial. Mas, afinal, quais eram esses jornais e quais discussões veiculavam?

1822 – 1823: um boom editorial em Montevidéu

Em sua *Historia de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay*, Antonio Zinny apresenta uma extensa lista de periódicos publicados na região correspondente ao atual Uruguai entre 1807 e 1852. Segundo Zinny, 13 impressos foram criados em Montevidéu no período de 1822 a 1823. Como citado anteriormente, a divisão das tropas de ocupação provocou também a fragmentação de opiniões em Montevidéu. Os jornais publicados nesse período, assim, buscaram demarcar alguns posicionamentos – um tanto quanto imprecisos, mas minimamente discerníveis: o dos partidários da anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata, dos “patriotas orientais”, que defendiam a independência absoluta, dos “portugueses” e dos “espanhóis”, que apoiavam a união da Província a alguma das monarquias ibéricas (GONZÁLEZ DEMURO, 2008, p. 13). Os assuntos de ordem política, como podemos inferir, dominavam tais publicações. González Demuro (2008, p. 9) afirma que o repertório das discussões ocorridas dentro e fora dos jornais naqueles anos era formado, principalmente, por temas como “o combate ao despotismo (em chave absolutista) e ao anarquismo (como sinônimo de revolução), a nova institucionalidade e sua construção, as luzes e seu papel civilizador e a ideia de pátria”.

O espaço e o momento eram propícios, portanto, para a abertura de cada vez mais debates políticos, sendo a Lei de Liberdade de Imprensa um elemento crucial para a conformação desse cenário. Muitos grupos e atores históricos, assim, se beneficiaram desse “estado de ânimo” para fazer apologia de seus projetos e ideais. O já citado *Pacífico Oriental de Montevideo*, por exemplo, foi uma importante base de apoio para os luso-brasileiros, embora seu próprio título bem evidenciava as identidades que adotara o redator Francisco de Paula Pérez (GONZÁLEZ DEMURO, 2016, p. 13). Outros partícipes da vida política de Montevidéu, no entanto, encontravam-se insatisfeitos com a ocupação da região. Era o caso de importantes homens como Santiago Vázquez, Manuel Oribe, Francisco Solano Antuña, Tomás de Iriarte, Carlos de Alvear, Juan Francisco Giró e Antonio Díaz, sendo este grupo

composto por militares, membros do *cabildo* e editores (FREGA, 2016, p. 58). Para além da postura contrária à permanência das tropas *imperiais* em território *oriental*, um outro laço unia esses indivíduos: a pertença a uma sociedade secreta denominada *Los Caballeros Orientales*, criada por Alvear em meados de 1817. Inicialmente dedicada a minar o governo de Juan Martín de Pueyrredón em Buenos Aires, a associação, segundo palavras de Solano Antuña, viu na emancipação do Brasil a oportunidade de a Banda Oriental “voltar a integrar a República Argentina” (PIERROTTI, 2013, p. 47). O modo de atuação dos *Caballeros Orientales*, desde seus primórdios, foi marcado pelo intenso emprego da imprensa como arma política. Em suas *Memorias*, Tomás de Iriarte afirma que em 1817 a sociedade secreta declarou uma verdadeira “guerra tipográfica” a Pueyrredón, sendo Iriarte um dos responsáveis por espalhar papéis incendiários pelas ruas de Montevidéu durante a noite (IRIARTE, 1946, p. 170-1). Embora em 1822 seu alvo tenha se deslocado de Pueyrredón para os *brasilienses*, os *Caballeros Orientales* mantiveram seu *modus operandi*: atacar o inimigo por meio das letras.

Os jornais publicados pelo grupo não possuíam identificação, no entanto, autores como González Demuro (2008), Nelson Pierrotti (2013), Carlos Real de Azúa (1991), Murillo Winter (2014) e o próprio Antonio Zinny (1883) apontam Santiago Vázquez, Juan Francisco Giró e Antonio Díaz como os redatores de dois dos principais veículos impressos ligados aos *Caballeros Orientales*, com forte influência na arena política de Montevidéu: os periódicos *El Pampero* e *La Aurora*, sendo a redação deste último atribuída apenas a Díaz (PIERROTTI, 2013, p. 55; WINTER, 2014, p. 342; ZINNY, 1883).

Antonio Díaz, *La Aurora* e a oposição aos *imperiais*

Antonio Felipe Díaz nasceu em La Coruña, Espanha. Radicado na região do Prata desde os 13 anos, atuou como comerciante e, posteriormente, destacou-se no âmbito militar, tendo lutado contra os britânicos nas invasões de 1807 e se incorporando ao exército artiguista como capitão. Antonio Díaz possuía muitos contatos em Buenos Aires, onde viveu entre 1812 – quando deixa as tropas de Artigas – e 1815 – quando da queda de Carlos de Alvear como Diretor Supremo. De volta a Montevidéu, Díaz retoma suas atividades como comerciante, se tornando em breve um dos periodistas de maior expressão na capital (FERNANDEZ SALDAÑA, 1945, p. 404).

Embora nascido na Península, Díaz não hesitou em abraçar a causa independentista. Além de juntar-se aos *Caballeros Orientales*, escolha que já expressava um impetuoso desejo

por agir no âmbito político, um dos principais jornais editados pelo militar, *La Aurora*, dedicou-se a defender a liberdade dos *pueblos orientales*. Bem como os demais jornais “independentistas”, *La Aurora* lançou mão de uma linguagem inflamada, efetuando *lances* que buscavam demarcar as diferenças entre *orientais* e *brasilienses*. A construção desta alteridade se baseava na ideia de que os *imperiais* haviam levado para a Banda Oriental “as piores características de um regime despótico”, transformando os *orientais* em “escravos da política brasileira”, que perseguia seus opositores, extraía sem nenhuma compensação os recursos naturais da região e ali erigia uma gestão opressora (WINTER, 2014, p. 335). O periódico também abordou em suas páginas os já citados temas-chave do período, tais como o combate ao despotismo e à anarquia, as luzes e o patriotismo. Embora fossem estes temas comuns às publicações montevidéanas, é de grande importância analisa-los dentro das linguagens criadas por grupos ou atores históricos específicos.

A imprensa montevidéana de caráter independentista, conforme Winter (2014, p. 336), elegeu logo de início os dois principais alvos de suas críticas: a “política imperialista e despótica” do Brasil e o comando do Barão da Laguna sobre a província, enfatizando sobretudo este último. Segundo o argumento de tais redatores, o Barão seria o grande responsável pela pintura de um quadro lastimável na Cisplatina, sendo os problemas de cunho econômico frequentemente evocados pelos periódicos. Ademais, Lecor era acusado de favorecer a elite montevidéana, esta que foi sua principal aliada quando da ocupação (FREGA, 2011, p. 331). Por conta disso, em seu primeiro número, *La Aurora* desferiu duras condenações à administração de Lecor e a seu “bando”:

De repente, vimos aparecer una faccion de Aristócratas asociada al general Lecor, que alimentándose de oro y orgullo se habia organizado en el seno mismo de la patria para disponer a su antojo del destino de sus conciudadanos. Desde aquel momento todos los miembros del cuerpo social empezaron a resentirse de la opresion de un despostismo calculado, y los pueblos mismos vieron claramente, en la aplicacion de los nuevos principios de la administracion política, el proposito infalible de la suerte que les preparaba (INTERIOR..., 1822, n. 1).

Notamos que o redator busca associar a figura do Barão – e sua administração política e militar, conseqüentemente – a termos como “despotismo” e “opressão”. Além disso, um tom de desilusão marca a fala de Díaz sobre a “sorte” que o povo *oriental* teria sendo governado pela tirania e decadência inerentes a Lecor e aos *imperiais*. A leitura das ações de Lecor como despóticas já vinha se elaborando desde o Congresso Cisplatino, quando muitas vezes *orientais* se levantaram para classificar o ato como ilegítimo, visto que os deputados não haviam sido eleitos diretamente pelos *pueblos* e as sessões teriam ocorrido sob pressão das

tropas de ocupação (FREGA, 2016, p. 57). Além disso, para periodistas independentistas como Díaz, a permanência das tropas *brasilienses* na província feria diretamente o princípio da *retroversão da soberania*, que pressupunha o retorno do poder às mãos do povo quando da ausência de um Monarca (WINTER, 2014, p. 334; CHIARAMONTE, 2016, I. 1012). A gestão de Lecor e a presença dos *imperiais*, nesse sentido, retratariam a face mais vívida do absolutismo, do regime de opressão em que teriam vivido os *americanos* quando ainda encontravam-se sob o jugo colonial – concepção que adquire ainda mais peso quando os dois grandes inimigos são um português afeito à monarquia e um imperador nascido na Europa (WINTER, 2014, p. 337).

A superação da condição de colônia por parte dos *americanos*, na argumentação de Díaz, surge estreitamente vinculada à chegada das *Luzes* no continente. Em sua segunda publicação, *La Aurora* traz uma reflexão sobre a conduta dos habitantes da Banda Oriental em tempos anteriores, isto é, em tempos coloniais, quando encontravam-se envoltos em “trevas mentais” e, por isso, aceitavam subjugar-se a governos despóticos. Os povos *orientais*, ludibriados por ideias e palavras turvas

imaginaban que debia ser ciegamente obedecido por ellos todo cuanto llevase el signo del poder: pero cuando las luces de la filosofia han destruido los resortes del prestigio; despues que estos pueblos saliendo, como otros muchos, del error en que se les mantenía sacudieron en el año 10, el yugo de la dependencia, y juraron sostenerla a costa del sacrificio de sus vidas y fortunas, intentar ponerles nuevos grillos, incomparablemente mas pesados y ominosos que los que entonces quebrantaron, sujetarlos á la dominacion de los colonos brasilienses, que apenas han dado um passo fuera del caos de la ignorancia, y cuya ilustracion viene machando tras nosotros un siglo, quando menos [...] (POLÍTICA..., 1822, n. 2)

O Brasil, identificado com o vocábulo *colônia* – “colonos brasilienses” –, nesse sentido, representava um contraponto aos povos *americanos*, que a essa altura já estariam sob o domínio da razão, da ilustração. Na perspectiva de Díaz, a imprensa, como fruto do advento das *Luzes*, teria a incumbência de “ilustrar a opinião” e trabalhar “publicamente pela paz, a ordem, a felicidade do país”, como assevera um leitor em uma carta publicada no primeiro número do jornal. O objetivo de nosso redator, dessa forma, assimila-se ao da personagem do “publicista” do século XIX, que se empenhava em dar voz a uma opinião criada supostamente por ele mesmo (GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998, p. 16). Esse “homem de letras” surge como possuidor de uma missão pedagógica e política; compromete-se com a difusão do patriotismo, das ideias modernas e encontra em períodos como o que aqui analisamos – ou seja, períodos repletos de transformações e incertezas – um “terreno fértil” para seus embates impressos

(MOREL, 2016, p. 191). Podemos compreender, dessa forma, que Díaz intencionava concretizar o projeto independentista por meio de uma atuação de caráter pedagógico, enfocando a propagação de ideais ilustrados que viriam a rasgar o véu que estaria impedindo que os *orientais* percebessem o estado de opressão e calamidade em que se encontravam. Ao conclamar seus compatriotas à luta contra a “escravidão” e a “tirania”, Díaz pondera:

¡La opinion! Ella es imperiosa, ella es eficaz en todas partes [...] respetemos, sigamos las lecciones de esa maestra del mundo; ella os clama, seguid lo que el corazón os inspira em secreto. Nuestro corazón es el órgano del cielo: el Autor del universo gravó em él su mano celestial, y si una impresion de tanta dignidade, há sido antes confundida con las marcas do fuego de la servilidade y esclavitud, ahora, la opinion, la mentora del hombre, la que es el terror del servilismo, ahora esa diosa de la luz, con su antorcha luminosa, hizo desapareciesen las tinieblas, y deja ver con claridad el sello sagrado de la divindad en nuestros pechos (IMPERIO..., 1822, n. 2).

A opinião, assim sendo, seria a chave para a libertação dos *orientais*. Além disso, a “mentora do homem” representa a ilustração, as *Luzes* que doravante deveriam guiar as ações humanas, *Luzes* estas que são constantemente colocadas em contraposição a um passado marcado pela servidão e pelo obscurantismo. Ao contrário de jornais independentistas como *El Aguacero*, *La Aurora* preocupou-se em apresentar ao público uma linguagem “formal e aguda”, nas palavras de González Demuro (2008, p. 15), o que explicaria os longos espaços reservados a discussões filosóficas, extensas citações de Montesquieu – que, conforme Díaz, embasariam sua defesa da construção de uma “república confederada” (POLÍTICA..., 1823, n. 15) – e a preocupação com a “ilustração da opinião”. Aqui nos deparamos com um debate que permeou a vida política de ambas as margens do Prata, seja durante o Congresso Constituinte em Buenos Aires, entre 1824 e 1827 (GOLDMAN, 2000, p. 15 e ss), ou nos debates da imprensa montevideana, principalmente a partir do período artiguista (GONZÁLEZ DEMURO, 2013).

González Demuro (2013, p. 117) aponta que já em 1818 os periódicos *El Hurón* e *Gazeta de un Pueblo del Río de la Plata a las Provincias de Sud América* associavam as noções de liberdade política a liberdade de imprensa, soberania popular e império da lei. Editados durante o já mencionado contexto de combate ao governo de Pueyrredón, os jornais afirmavam que a autêntica liberdade se vinculava diretamente à liberdade de escrever e a uma opinião pública que gozasse de influência efetiva na cena política (GONZÁLEZ DEMURO, 2013, p. 118). Embora com algumas diferenças contextuais e mesmo textuais, Antonio Díaz também apresenta nas páginas de *La Aurora* a noção de opinião pública coadunada a ideais de justiça, obediência à lei e independência. Ademais, para além de salvaguardar a liberdade no

presente, a opinião pública seria responsável por assegurar os direitos das futuras gerações de *orientais*.

Como miraremos en la mas fria indiferencia, popular la libertad de nuestros vecinos? Se dirá que el fuego de su ejemplo, nada puede sobre el yelo de nuestros corazones? ¡Orientales! La opinion trayendo en su apoyo la justicia, os habla del modo mas imperioso para que querrais ser independientes e seais. Vuestras leyes deben ser vuestras; vosotros débeis reglar vuestros destinos, la próxima generacion y las demas que le suceden, en imnos de gratitud bendeirán vuestra memoria, y arrebatados de la dulzura de la libertad que gozen, recordarán en su entusiasmo a los autores de sus dichas por que supieron seguir la luz de la opinión, por que com estol es aseguraron sus derechos (CONCLUYE... 1823, n. 3).

Percebemos, assim, que a ideia de opinião pública veiculada em *La Aurora* possui ambivalências, bem como em outros casos, seja em debates entre editores ou em discussões em Congressos, o que dificulta uma definição unívoca deste conceito – marcadamente polissêmico (GONZÁLEZ DEMURO, 2013, p. 118; GOLDMAN, 2009, p. 982-3). Noemí Goldman (2000, p. 15), reafirmando a multiplicidade de significados do conceito, aponta para a existência de uma concepção que apresentava a opinião pública como uma irradiadora da ilustração, um instrumento utilizado para esclarecer os povos portenhos. Tal acepção também surge nas páginas de *La Aurora*, quando Díaz, criticando a ausência de eleições para o *cabildo* desde a instalação das tropas luso-brasileiras, declara que “La opinión pública, mas tarde o mas temprano, hallará ciudadanos dignos de su confianza, con suficiente energia y virtudes para combatir, en el desempeño de sus cargos, las empresas de la arbitrariedad” (CABILDO... 1823, n. 3). Aqui é perceptível a supracitada ideia de que a opinião pública deveria ser fundada sobre o esteio da razão, selecionando homens virtuosos para dar-lhe voz, estabelecendo, ainda, uma “tarefa política bem definida” (MOREL, 2016, p. 235) – neste caso, o combate à arbitrariedade da administração luso-brasileira.

O apelo à opinião pública nesse contexto, em última instância, objetivava legitimar práticas e projetos políticos, homogeneizando opiniões individuais ou setoriais até que se transformassem – ou ao menos aparentassem – em opinião geral (MOREL, 2016, p. 233; DARNTON, 2010, I. 2046; GOLDMAN, 2000, p. 19). O caso do periódico aqui analisado não seria diferente. Percebemos em diferentes momentos o apelo de Antonio Díaz ao “espírito público” e à “opinião dos habitantes”, que, segundo suas palavras, estariam todos dispostos a mobilizar-se contra a ocupação luso-brasileira, sacudindo o jugo da escravidão que os oprimia. A opinião, assim, cobra a forma de lei moral, possuidora de força suficiente para influenciar nos negócios públicos, julgando o que neles era correto ou incorreto – sempre

relembrando que tal opinião era construída por um público letrado, restrito (MOREL, 2016, p. 234; KOSELLECK, 1999, p. 52).

Considerações finais

A análise do caso do periódico *La Aurora* nos proporciona a reflexão sobre alguns importantes temas e fenômenos históricos que possuíram grande ingerência sobre os processos de Independência e construção de novos corpos políticos na América ibérica, principalmente no que concerne à difusão de ideias. Um deles, ainda pouco estudado e que surge de maneira sutil e, ao mesmo tempo, fundamental em nosso trabalho, é o papel assumido pelas sociedades secretas políticas. A atuação dos *Caballeros Orientales* no contexto da ocupação luso-brasileira é um fator importante não apenas por terem seus membros lutado contra os invasores, mas também, e talvez principalmente, por terem contribuído para a circulação de ideias e para o desenvolvimento da imprensa periódica na Província Cisplatina. Considerando que as sociedades secretas, como as maçônicas ou sociedades patrióticas, foram espaços propícios para o exercício do pensamento crítico fora do âmbito propriamente estatal, como coloca Morel (2016, p. 284), não seria estranho que tais associações investissem na difusão de impressos, muito pelo contrário: a confecção de papéis manuscritos ou impressos, sejam livros ou periódicos, era uma estratégia bastante comum às lojas maçônicas e demais sociedades secretas (FLORES ZAVALA, 2010, p. 1155; MOREL, 2016, p. 294-5). Ainda conforme Morel (2016, p. 295), o retorno ao contexto, resgatando e contrastando movimentos, agitações e discursos políticos, com jornais e outros impressos detentores de linguagens e objetivos precisos, permite que o historiador tenha um conhecimento ainda mais elaborado sobre a identidade de tais associações.

No que concerne à principal “arma” utilizada pelos *Caballeros Orientales*, a imprensa, a análise dos *lances* efetuados por Antonio Díaz no contexto linguístico no qual estava inserido nos permite uma compreensão ainda mais complexa e multifacetada sobre as lutas independentistas na América ibérica. O empenho do redator em fomentar uma contraposição entre *orientais* – ademais, *americanos* – e *brasilienses*, foi, em última instância, um esforço pela concretização da emancipação da Província Oriental. As artimanhas linguísticas utilizadas por Díaz, assim, seriam suas “armas”; a imprensa de Montevidéu, seu campo de batalha. Estudar a linguagem política forjada por tal ator histórico, como em muitos outros casos, é como compreender suas táticas de guerra num cenário marcado por disputas, transformações aceleradas e muitas incertezas.

Fontes

La Aurora. Montevideu, 1822-1823. Periódicos disponíveis no portal online da Biblioteca Nacional de Uruguay (BIBNA)

Referências bibliográficas

ALONSO, Paula (Org.). **Construcciones Impresas:** panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales em América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Raíces históricas del federalismo latino-americano.** Buenos Aires: Sudamericana, 2016. (E-book)

DARNTON, Robert. **Poesia e polícia:** Redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (E-book)

FERNANDEZ SALDAÑA, José María. **Diccionario uruguayo de biografias:** 1810-1940. Montevideo: Amerindia, 1945.

FLORES ZAVALA, Marco Antonio. Periódicos francmasónicos mexicanos: apuntes para la construcción de un corpus hemerográfico masónico. In: FERRER BENIMELI, José Antonio (Coord.). **La Masonería Española:** Represión y Exilios II. Zaragoza: Cometa, 2010, p. 1153-1167.

FREGA, Ana. La vida política. In: CAETANO, Gerardo; FREGA, Ana (Coords.). **Uruguay.** Revolución, independencia y construcción del Estado. Tomo I – 1808/1880. Montevideo: Planeta S. A., 2016, p. 31-86.

_____. **Pueblos y soberanía en la revolución artiguista:** La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

GOLDMAN, Noemí. Legitimidad y deliberación: el concepto de opinión pública en Iberoamérica, 1750-1850. In: FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). **Diccionario político y social del mundo ibero-americano:** La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 981-999.

_____. Libertad de imprenta, opinión pública y debate constitucional en el Río de la Plata (1810-1827). **Primas**, Buenos Aires, n. 4, p. 9-20, 2000.

GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. La prensa en tiempos de la Provincia Cisplatina: *El Pacífico Oriental de Montevideo* y los ecos del constitucionalismo portugués en el Río de la Plata. **Improntas de la historia y la comunicación**, La Plata, n. 2, p. 1-33, 2016.

_____. Periodismo y libertad de imprenta en vísperas de la independencia uruguaya: la coyuntura de 1822 a 1823. In: 3as JORNADAS DE HISTORIA DE LA PATAGONIA, Bariloche 6 -8 de noviembre de 2008. **Anais...**, Anáfora, Universidad de La Republica Uruguay, 2008.

_____. “Un juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos”: El concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). **Humanidades**, Montevideo, v. 12, p. 97-124, 2013.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas (Siglos XVIII-XIX)**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

IRIARTE, Tomás de. **Memorias: la independencia y la anarquía**. Buenos Aires: Sociedad Impresora Americana, 1946.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. 2. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PIERROTTI, Nelson. Volver a la Cisplatina (1817-1828): Una aproximación a los “estados de opinión” de los orientales sobre la independencia del Uruguay. **Humanidades**, Montevideo, v. 13, p. 17-69, 2013.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1825). In: PAMPLONA, Marco Antonio; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-56.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REAL DE AZÚA, Carlos. **Los orígenes de la nacionalidad uruguaya**. Montevideo: Arca: Nuevo Mundo, 1991.

WINTER, Murillo Dias. O déspota e os escravos: a alteridade brasileira na independência do Uruguai (1821-1828). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 326-347, 2014.

ZINNY, A. **Historia de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay: 1807-1852**. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1883.

O debate sobre participação e emancipação popular em Ernesto “Che” Guevara

Felipe Palazzo Rodrigues

Graduando em História

Universidade Federal de Uberlândia

felipe.palazzo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende apresentar pontuações iniciais a respeito das obras do pensador argentino Ernesto Guevara, percorrendo principalmente o texto “*El socialismo y el hombre en Cuba*” (1965) e alguns de seus escritos econômicos produzidos nos últimos anos de sua vida (1963-1966), a fim de analisar o tema da participação popular na política e na economia, essenciais para a consolidação do que seria o projeto socialista. A crítica ao capitalismo e ao socialismo soviético feita por Guevara contém elementos que podem ser significativos para a reflexão a respeito do tipo de debate que acontecia em Cuba revolucionária da década de 1960 em relação aos mecanismos de real efetivação e manutenção da presença das camadas populares na criação de uma nova sociedade e de um “novo homem”. Neste sentido, partimos de autores como Fernando Martínez Heredia, Michael Lowy e Luiz Bernardo Pericás, colocando-os em diálogo, para se buscar por possíveis pistas e estabelecer conexões a respeito da validade e importância que as formulações teóricas de Che Guevara podem ou não ter para a compreensão daquele contexto, e por suas contribuições para o desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina.

Palavras-chave: Marxismo; Transição Socialista; Che Guevara

Foram vários os autores que recorreram ao estudo profundo e sistemático daquele momento que constituiu um abalo e uma transformação significativa na maneira de se pensar a política e os projetos de futuro para a América Latina: a Revolução Cubana, deixando como “herança” todo um conteúdo de transformações profundas, de enfrentamento direto e de resistência anti-imperialista, assim como suas simbologias e influências na cultura política não apenas no nosso continente, mas também do mundo todo.

Nos dedicaremos aqui ao estudo das contribuições teóricas do chamado “guerrilheiro heroico”, que dedicou sua vida e um profundo empenho na construção e efetivação de um projeto nacionalista, anti-imperialista, socialista. Os escritos do argentino Ernesto Guevara nos oferecem um importante material para analisar o desenvolvimento do pensamento marxista latino americano nos anos 60, momento em que este alcança um significativo processo de formulação e autonomia, além de servir como fontes importantes para se pensar os desdobramentos da revolução cubana, em especial, no debate econômico que se trava na ilha entre 1962-63, no qual Guevara assume uma postura central, na época no comando no Ministério da Indústria

Para refletir sobre um de seus principais textos, *El socialismo y el hombre en Cuba*, publicado em 1965, ano em que Che deixa o cargo no Ministério da Indústria, recorreremos aqui principalmente a 3 autores: 1) Luiz Bernardo Pericás, a fim de elucidar a história do debate econômico que aconteceu em Cuba, a partir de seu livro *Che Guevara e o debate econômico em Cuba* (2018). Nele há um tratamento profundo sobre a defesa de Che em torno do Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF); 2) Michel Lowy, um dos mais importantes autores a elucidar em conjunto a contribuição teórica de Che, em seu livro lançado na década de 1970, *O pensamento de Che Guevara*, e, em contribuição com Olivier Besancenot, *Che Guevara: uma chama de continua ardendo* (2009); 3) Fernando Martínez Heredia, pensador cubano cuja contribuição teórica nos parece de especial importância para compreender em profundidade os escritos do pensador argentino. Heredia participou ativamente enquanto militante e estudioso dedicado a propor caminhos às ciências sociais e ao socialismo desde uma perspectiva crítica, apoiada no marxismo e nas contribuições de autores cubanos.

Marínez Heredia (2005), ao refletir sobre o potencial encontrado em Guevara para se pensar projetos futuros do socialismo, aponta que tomar essa obra como referência poderia fornecer, dentre outros aspectos: 1) um referente ético-político geral socialista único; 2) a confiança, que é vital hoje, de que é possível fazer e tentar se fazer superior às circunstâncias; 3) um extraordinário instrumento teórico – conceitos, perguntas, ideias, hipóteses, princípios – e o método dialético marxista de Che em suas análises dos países coloniais, neocoloniais e dependentes, além das críticas ao capitalismo e ao socialismo existente.

Assim, pensar o caráter da Revolução que se almejava é fundamental. Che nos oferece significativo aporte teórico e prático para pensar a própria dinâmica, não apenas de tomada do poder, mas de seu exercício, da consolidação do processo revolucionário, ou seja, a análise de sua obra fornece elementos para a “superação dos desafios da transição uma vez alcançado o poder.” (DA SILVA; JOHNSON, 2012, p. 155). É em parte disso que se trata a análise da economia política de Che. Dessa forma, a perspectiva de uma democracia econômica, a partir da centralidade da soberania do povo é aspecto fundamental, o que possibilita a democracia real:

O povo não pode nem sonhar com soberania se não existir um poder que responda a seus interesses e aspirações; o poder popular não significa só que o Conselho de Ministros, a polícia, os tributos e todos os órgãos do governo devam estar nas mãos do povo; significa também que os órgãos econômicos devem passar para as mãos do povo. O poder revolucionário, ou a soberania política, é o instrumento da conquista econômica para que a soberania

nacional seja plenamente realizada. (BESANCENOT; LÖWY, 2009 p. 53 apud GUEVARA, 1971)

A virada para o século XXI colocou novas dimensões para o debate em torno do socialismo, em que se faz necessário debater e aprofundar a temática da Revolução e de seus desdobramentos possíveis. O apelo à integração latino-americana, as heranças do guevarismo e a apropriação desse símbolo político importante para a cultura política comunista, e apelos a retomada de um marxismo humanista e revolucionário, são perceptíveis em diversos movimentos de rebeldia atuais, em que as reivindicações por direitos e por maior autonomia e participação popular assumem direções novas. Assim, a reflexão de Che pode fornecer elementos para pensar um novo paradigma de organização da sociedade, desde uma perspectiva profundamente anticapitalista. Desta forma, apresentamos aqui de forma geral em que se baseava fundamentalmente o marxismo de Che, e em que consistia sua defesa da construção do Sistema Orçamentário de financiamento, o que permite apreender as dimensões que Guevara sintetiza em seu texto de 1965.

O marxismo de Che e a transição socialista

Há autores que apontam determinadas carências em relação a leitura que se faz do conjunto de textos de Che. Um dos motivos é o contexto das publicações, em que conteúdos importantes só foram publicados e devidamente divulgados em fins dos anos 90 e começo dos anos 2000. O outro ponto seria numa leitura insuficiente e superficial de que o guerrilheiro era simplesmente um “voluntarista” e com foco na teoria do “foquismo”, que acabou tomando um sentido pejorativo, interpretações essas que minimizam o debate econômico e circunstâncias históricas das quais Che teve um grande rigor ao analisar e propor alternativas (DA SILVA; JOHSON, 2013).

Segundo Fernando Martínez Heredia (2010), a leitura do pensamento de Che deve ter em conta a centralidade filosófica do fator político, não necessariamente ético, ou de uma moral de um guerrilheiro extremamente disciplinado. Um dos aspectos que chama atenção em seu pensamento, para o autor, é a reflexão profunda da realidade, mas com vistas a forçá-la a ser outra, dentro do objetivamente possível. Em Mariátegui encontra a concepção de que é preciso construir heroicamente uma alternativa.

Muitas vezes mal interpretado, desenvolveu um marxismo dinâmico, heterodoxo, antidogmático e anti-burocrático, com um marcante caráter internacionalista e libertário. Sua concepção:

unia Marx, Engels e Lênin ao integracionismo latino-americano, ao nacionalismo cubano, ao internacionalismo, ao anti-imperialismo e ao ‘humanismo proletário’ [...] continuador e herdeiro político e intelectual de homens como Simón Bolívar, José Martí, Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui.” (PERICÁS, 2018, p. 193)

Além da leitura de Frantz Fanon, principalmente da obra *Condenados da Terra*, de 1961, em que é possível perceber afinidades em torno do tema político da violência dos oprimidos, da perspectiva anti-imperialista e terceiro mundista do socialismo, dentre outros aspectos.

Abordando o tema do Humanismo revolucionário, ou proletário, em LÖWY (2012, p. 27), a discussão aparece da seguinte maneira: Che apreende profundamente a dimensão humanista das obras de Marx, construindo uma perspectiva de classe operária, “contra todo o humanismo abstrato que se pretende para além das classes” - o burguês -, assim,

[...] a libertação do homem e a realização das suas potencialidades não podem ser alcançadas senão pela revolução proletária, que elimina a exploração do homem pelo homem e instaura o domínio racional dos homens sobre o seu processo de vida social. (LÖWY, 2012, p. 29-30)

Trata-se de uma postura que coloca a humanidade como valor, implica valorização central da vida humana, em que se assenta a visão do homem novo e da ética comunista no papel dos homens da revolução. A questão da violência do oprimido, portanto, se coloca como uma resposta necessária à violência institucionalizada dos opressores, possibilitando a consequente ruptura revolucionária com as contradições que produzem a alienação dos homens.

Na Revolução, em que a emancipação real é obra dos trabalhadores, a partir do trabalho com a consciência, em íntima relação e mobilização com a vanguarda (mais avançada politicamente), o povo, multifacetado, converte-se em um conjunto consciente disposto a engajar-se por uma mesma causa, um objeto político comum. “O indivíduo, por sua vez, ‘ator deste drama estranho e apaixonante que é a construção do socialismo’, deve ser compreendido ‘em sua dupla existência de ser único e membro da comunidade’.” (BESANCENOT; LÖWY, 2009, p. 36-37). O indivíduo e coletivo aparecem numa relação complementar e dialética.

Este é um dos aspectos que chama mais atenção no texto *El socialismo y el hombre em Cuba*. Em Guevara (2011), a efetivação da democracia socialista tem como uma de suas condições que o povo, em um constante processo de autoeducação, possa debater democraticamente e determinar as grandes escolhas socioeconômicas, a orientação da

produção e distribuição, dentre outros aspectos, o que se articula em um movimento de luta contra a miséria e alienação, em que os indivíduos alcancem um efetivo desenvolvimento da consciência, o que seria possível no processo de transição socialista.

Ideias econômicas de Che

Em Ernesto Che Guevara, aparece desde cedo em seus textos a preocupação com a superação do subdesenvolvimento e com a industrialização. A soberania política e nacional é indissociável da independência econômica, e o meio para isso era o desenvolvimento da economia planificada. Para Che (2001), e para outros revolucionários da época, nos países que sofreram com o colonialismo e o neocolonialismo, era necessário construir o socialismo primeiro, para depois aspirar ao desenvolvimento, em que a consciência socialista possibilita aquilo que seria a criação de riquezas, da abundância material.

Como coloca Pericás (2018), o esforço destinado a industrializar o país é questão chave para se interpretar o pensamento de Che. Assim, o aspecto do subdesenvolvimento e a leitura da proposta do “homem novo” e da transformação do trabalho na sociedade socialista coloca 3 momentos fundamentais deste projeto político econômico: o sistema de incentivos morais, e não apenas materiais (papel de criar um estímulo de grupo, de coletividade e atuar na consciência), o trabalho voluntário (que se insere no âmbito de gerar uma nova disciplina do trabalho e de coesão, possibilitando a conversão do trabalho como um dever social) e a emulação socialista (campanha publicitária com objetivo de aproveitar ao máximo a mão de obra do país e incrementar a produtividade), elementos ligados entre si e partes intrínsecas do projeto. As preocupações de Guevara expressam uma ordem prática constante, frente as adversidades e carências constantes encontradas, o que cobra da população e de seus dirigentes um grande empenho e “sacrifício” na planificação econômica, em que o fio condutor é a consciência socialista.

Nesse sentido que a participação dos trabalhadores na direção da fábrica é um ponto que ganha foco para Che ao teorizar sobre o Sistema Orçamentário de Financiamento (HEREDIA, 2018, p. 1096). Na centralização planificada da economia que Che (2001) defendia, o homem rompe a submissão com a lei do valor (de forma geral, na interpretação de Guevara, ela atua como tendência no mercado, em que o trabalho passa a ser portador de valor, e as relações entre os indivíduos passa a ser regulada pela lei do mercado, organizando a produção e rentabilidade), fazendo-a atuar de forma marginal, e age conscientemente na

alocação dos recursos disponíveis da economia de acordo com fins sociais e na distribuição do trabalho social.

De acordo com Pericás (2018), no SOF, a organização das empresas, em torno de unidades com uma base tecnológica similar, um destino comum para sua produção ou então uma localização geográfica limitada em que há um financiamento unificado, seria um necessário instrumento de racionalização da produção, o que permite maior possibilidade de escolher o que produzir e como produzir. Essa forma de gestão exigiria maior possibilidade de eficiência, e combate a burocratização, em que o sistema de direção nacional da economia deve se pautar por princípios e adequar sua aplicação, desde as bases até as camadas altas do governo, ou seja, o centralismo democrático, a unidade da direção, a discussão coletiva e responsabilidade, com participação e controle em todas as instâncias.

O economista Luiz Henrique Marques Gomes (2016) sintetiza a concepção de Che da seguinte maneira: 1) não há proeminência do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações sociais de produção, de acordo com a visão “etapista” de construção do socialismo; 2) na construção do socialismo tem papel importantíssimo a atuação da vanguarda revolucionária e a formação política da população; 3) a planificação econômica significa um ato auto-consciente de domínio da sociedade sobre o seu destino, negando a submissão às leis objetivas que agem no capitalismo; 4) não se constrói o socialismo com elementos típicos do capitalismo sem a degradação do *ethos* socialista; 5) a construção da subjetividade revolucionária, do homem e da mulher novos é a chave de todo o processo e fio condutor na obra de Che.

El socialismo y el hombre en Cuba (1965)

Deste o título deste artigo de Che, há uma retomada da dialética necessária para a criação do comunismo. Ernesto Guevara realiza uma síntese neste texto de suas principais ideias, em que trata de temas como: a participação das massas e do indivíduo na revolução socialista e seu processo de institucionalização; o desenvolvimento da consciência e o processo de autoeducação necessário para a criação do homem e a mulher novos; nova condição do trabalho e perante ele, ou seja, do dever social; apontamentos para uma reflexão da investigação cultural; as tarefas da juventude e da vanguarda no Partido; do internacionalismo proletário; de Cuba como vanguarda da América; dos valores necessários ao revolucionário; e dos perigos do dogmatismo.

Che (2011) busca, de acordo com a experiência da revolução, responder essencialmente a respeito da inserção do indivíduo na construção da nova sociedade, ser único e membro da comunidade, é um ser inacabado. E faz um apontamento essencial: das carências de uma estrutura institucional mais efetiva que garanta uma relação mais “estreita” e “dialética” entre os dirigentes, os indivíduos e a coletividade, ou seja, uma real identificação entre governo e comunidade.

A aventura prática da época da Revolução Cubana, uma revolução socialista de liberação nacional, segundo Heredia (2005), que buscava desatar o combate contra a dominação burguesa em um processo de sucessivas revoluções culturais que efetivassem a criação de um horizonte superior que não fosse o capitalista, teve no texto *El socialismo y el hombre en Cuba*, uma formulação a favor das ideias mais revolucionárias dentro da batalha travada por Che na sua vida política. Assim, Guevara busca apresentar uma orientação para uma questão que permaneceria ao longo do processo revolucionário, frente as crises e necessidades de renovação/avaliação do regime: qual socialismo assumir, quem o criará, e de que forma esses agentes se criarão a si mesmos durante o processo. Assim reclama, portanto, que o fator subjetivo, da consciência, seja o dominante em toda a época histórica da transição socialista, e que ela ocupe um lugar central no ser humano em revolução e revolucionado pela prática, que busca mudar a si mesmo de forma conjunta com a sociedade, e que se realiza na atividade revolucionária e ultrapassa individualismo e ao egoísmo ao exercer o trabalho, a organização, o sacrifício e a solidariedade.

Desta forma, Heredia (2018) aponta: a consciência no poder (indispensável para aplicar o programa revolucionário) é o fator fundamental para fazer com que as forças produtivas e os meios de produção deixem de ser meios para perpetuar a dominação. Na transição socialista, a consciência é a forma para lidar com o pior do capitalismo desenvolvido como mercado universal, de pessoas e coisas, e o pior do desenvolvimento desigual, do subdesenvolvimento, e os costumes coloniais e neocoloniais.

Partindo das colocações apresentadas aqui, temos que: as contribuições teóricas de Guevara colocam na centralidade a discussão sobre a lei do valor, da consciência socialista e dos valores morais e coletivos necessários à organização social. De acordo com Heredia (2018), o pensador argentino argumenta que o manejo consciente do poder, da participação popular, e da riqueza social, possibilita assentar um caminho em que o trabalho seja convertido em um hábito novo, em um dever social. O conceito de democracia econômica em Che não se pautava em mera distribuição de recursos e de resultados materiais para fortalecer

e dar continuidade a construção do socialismo, mas sim em um trabalho concomitante de construção da autonomia produtiva e da consciência no processo de transição socialista com vistas a alcançar o comunismo.

Referências Bibliográficas

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. **Che Guevara: uma chama que continua ardendo**. Tradução Maria Leonor Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DA SILVA, Marcos Antonio; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Che Guevara e o Marxismo Latino-Americano: a crítica da Economia Política. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 2, n. 3, 2012, p. 149-158.

GOMES, Luiz Henrique Marques. A Economia Política da Transição ao Socialismo: a Contribuição de Ernesto Che Guevara. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n.1, 2016, p. 84-106.

GUEVARA, Ernesto. **Textos revolucionários**. Tradução Aton Fon Filho. 4. ed. São Paulo: Global editora, 2009.

_____. **Che Guevara presente: antologia mínima**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

_____. **Ernesto Che Guevara: obras escogidas 1957-1967**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2001.

HEREDIA, Fernando Martínez. **En el horno de los 90**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

_____. **Las ideas y la batalla del Che**. La Habana: Casa Editorial, 2010.

_____. La concepción del Che. In: **Pensar en Tiempo de Revolución: antología esencial**. Comp. Magdiel Sánchez Quiróz, 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 1086-1164.

LÖWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NERCESIAN, Inés. Ernesto Che Guevara: el antiimperialismo y la construcción del socialismo en Cuba. **História & luta de classes**, ano 6, n. 9, Brasil, junho de 2010, p. 55-60.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2018.

O processo criminal dos irmãos Naves: uma perspectiva da micro-história e do direito

Guilherme Marchiori de Assis

Doutorando em História do Direito

Universidade de Coimbra e Universidade Federal do Espírito Santo

guilherme1marchiori@gmail.com

Resumo: O suposto crime que deu início ao processo criminal dos irmãos Sebastião Naves e Joaquim Rosa Naves ocorreu na comarca de Araguari/MG, durante o período do Estado-Novo. Os irmãos foram inquiridos pelo delegado-tenente Francisco Vieira dos Santos, sendo acusados pela morte do primo da esposa de Sebastião, Salvina Olina de Jesus, cujo nome era Benedito Pereira Caetano. Este desaparecera levando consigo noventa e dois mil contos de réis, sacados de um banco local. Durante a investigação policial, nenhum vestígio do crime fora encontrado: nem o cadáver, tampouco o dinheiro, supostamente roubado. Sob tortura, violência e privação de liberdade, os irmãos confessaram o crime de latrocínio. O advogado João Alamy Filho os defendeu, mas todas as decisões favoráveis para a soltura dos acusados decididas pelo juiz de Uberlândia/MG não foram acatadas pela polícia. Condenados a cumprir uma pena de vinte e cinco anos e seis meses de reclusão, os dois irmãos foram postos em liberdade condicional. Joaquim faleceu num asilo e Sebastião reencontrou o “morto-vivo” em Nova Ponte/MG.

Palavras-chave: Tortura, erro judiciário, humanidade da pena.

Considerações iniciais

Para melhor compreender a dimensão dos fatos, do inquérito e dos posteriores julgamentos, dois pelo Tribunal do Júri (26 e 27 de agosto de 1938 e 21 de março de 1939) e três pelo Tribunal de Apelação de Minas Gerais (21 de outubro de 1938, 20 de abril de 1939 e 12 de maio de 1939), importante é apresentar um método de abordagem que esteja entrelaçado com as terríveis consequências aqui discutidas. Sendo assim, apresenta-se a micro-história como uma abordagem condizente com os eventos que serão expostos, assim como a mentalidade dos personagens envolvidos e a dura consequência advinda do enredo. O historiador italiano Carlo Ginzburg oferece uma importante análise crítica da chamada história cultural. No uso de sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, o autor busca dimensionar através da vida de um moleiro friulano, Domenico Scandella, mais conhecido por Menocchio, uma documentação ampla através da narrativa pessoal do personagem, assim como os dois processos inquisitoriais movidos em face desse indivíduo, apontando não menos uma vasta documentação que permite ao leitor entender as ideias, fantasias e aspirações do condenado (GINZBURG, 1998,

p. 31). Para o caso em tela temos alguns “Menocchios”, tal qual Sebastião Naves, Joaquim Rosa Naves e Ana Rosa Naves. A pacata cidade de Araguari/MG é palco de uma tragédia jurídica que vincula esses três indivíduos, além de suas respectivas esposas e filhos. De uma fonte primária, o processo de três volumes desenvolvido em face dos irmãos, é possível verificar a transformação de toda uma região que ultrapassa o limite territorial de Araguari, chegando à capital da República em seus momentos finais (1972) (*Os autos do processo dos irmãos Naves*: disponibilizada no site do MEJUD – MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO). Não menos, a vida dos acusados é determinada ou dimensionada por atos inquisitoriais do Tenente Vieira, que os dilacerou a ponto de perderem sua identidade. Pela análise da vida cotidiana da pequena cidade de Araguari/MG, não é difícil esclarecer as profundas contradições do processo e dos eventos factíveis relacionados a essa perseguição sem sentido. Fato é que a confissão forçada, a ausência do corpo do suposto morto e dos 92 contos de réis, foram suficientes para essa *via crucis*. Aponta-se o erro judiciário como um ponto norteador do caso dos irmãos Naves e de suas consequências. Contudo, é importante afirmar que o presente artigo irá nortear-se através de um caso de latrocínio que teria ocorrido na pacata cidade de Araguari, interior de Minas Gerais, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1937 tendo sido considerado pela imprensa, como também pela Justiça, posteriormente, como um dos casos mais célebres de injustiça e erro judiciário de nosso país. Com o presente artigo pretende-se contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre o caso dos Irmãos Naves, particularmente no que se refere a confissão mediante ameaça e tortura, o uso ilícito de provas forjadas, a ausência de corpo de delito da vítima e dos réus, todas essas práticas justificadas na sentença de pronúncia em folhas 156 a 160 do primeiro volume dos autos. Dentro dessa mesma perspectiva é necessário averiguar como o Estado totalitário dos anos 30 fomentou essa mesma violência contra os acusados, que somente tiveram uma defesa condigna pelo primeiro julgamento perpetrado pelo tribunal popular do júri entre os dias 26 e 27 de junho de 1938. E, por fim, verificar até que ponto a confissão está atrelada ao sujeito que a profere e em qual momento do processo penal é possível retratar-se. Como se verá, para os irmãos Naves essa possibilidade surge com o interrogatório realizado no primeiro julgamento mencionado. Todavia, no caso em tela, somente na análise do livramento condicional essa mudança factual ocorreu.

O processo e o erro judiciário

O referido Caso ocorreu na cidade de Araguari/MG (1937), em plena ditadura Vargas, quando os irmãos Sebastião Naves e Joaquim Rosa Naves foram indiciados pelo tenente

Francisco Vieira dos Santos de terem sido os responsáveis pela morte do primo da esposa de Sebastião, Salvina Olina de Jesus, cujo nome era Benedito Pereira Caetano. Benedito desaparecera levando consigo noventa e dois mil contos de réis. Durante a investigação, nenhum vestígio do crime fora encontrado: nem o cadáver, tampouco o dinheiro. Sob tortura, violência e privação de liberdade, os irmãos confessaram o crime de latrocínio. O advogado João Alamy Filho os defendeu em dois júris, mas todas as decisões favoráveis para a soltura dos acusados foram indeferidas de plano pela polícia. O inquérito policial fora maculado pela tortura e tratamento degradante dos réus, testemunhas e de seus familiares, culminando em declarações controvertidas pela mente de um delegado-militar arbitrário. A opinião pública sensacionalista da época e pelo regime político em formação, em fase de investigação já havia julgado os réus, impondo-lhes uma pena sobre o corpo e mente, destruindo-lhes a identidade social e culminando no erro judiciário que viria, indubitavelmente (FOUCALT, 2003, p. 31). Durante a fase inicial do processo criminal vigia a Constituição Federal de 1937, ou “polaca”, pois baseara-se no regime semi-facista polonês. Era a quarta Constituição do Brasil e a terceira da república de conteúdo pretensamente democrático. Será, no entanto, uma carta outorgada e mantenedora das condições de poder do presidente Getúlio Vargas. Outra legislação que fora utilizada, denomina-se Consolidação das leis penais: Decreto 22.213 de 14 de dezembro de 1932. Era uma tentativa de reunir as leis penais vigentes ao tempo do Império e combinar essas mesmas leis com o Código Penal Republicano de 1890. Os irmãos Naves foram pronunciados nos arts. 359 c/c 18, § 1º dessa Consolidação que no Código Penal Republicano referia-se ao crime de latrocínio. Importa também anunciar que ao tempo dos fatos havia uma transição entre a Legislação derivada da Constituição Republicana de 1891, onde os Estados Federados passaram a ter suas próprias Constituições e Leis, inclusive as de caráter processual, mas poucos se utilizaram dessa faculdade legiferante. Minas Gerais publicou seu próprio Código de Processo Penal, mas valiam-se os juízes do antigo Código de Processo Criminal do Império de 29/11/1832, alterado pela Lei 261 de 03/12/1841, nos casos de omissão. Com o advento da Constituição de 1937 foi outorgado o novo Código Penal através do Decreto-lei 2.848 de 07/12/1940 e o novo Código de Processo Penal através do Decreto-lei 3.689 de 30/10/1941 ambos de autoria de Francisco Campos, passando a vigorar esses diplomas legais em 01/01/1942, aplicando-se aos autos a partir dessa data, após a *vacatio legis*¹. É importante observar que os depoimentos dos réus e de suas esposas foram

¹ Refere-se ao período de tempo que o legislador afere nas Disposições Finais e Transitórias de um diploma legal para que a população tenha tempo suficiente para se adequar ao novo modelo legislativo.

retratados em razão da proteção que o julgamento do júri oferecia. Mesmo tendo o Tenente Vieira comparecido ao primeiro dia do julgamento e saído em seguida, os acusados e os membros de sua família puderam expor pela primeira vez os fatos de acordo com suas reais versões, sem a influência de torturas, vexações ou outros meios odiosos. A Sentença de pronúncia (fls. 156 a 160 do primeiro volume) foi proferida pelo Dr. Merolino Raimundo de Lima Corrêa em 21 de março de 1938. Dentre muitos outros eventos, a corda e a caixa de soda para guardar a vultosa quantia foram criadas pelo Tenente Vieira que obrigou o acusado Sebastião Naves a procurar a desdita caixa de soda que não existia, dentre os diversos pontos que existem no sertão de Araguari. Outra construção destrutiva do Tenente Vieira e da promotoria foi a denúncia como partícipe no crime de latrocínio. Diz-se destrutiva porque segundo os testemunhos dos autos a Sra. Ana Rosa Naves esteve todo o tempo em casa, sem jamais ter mantido contato com os supostos acusados e a suposta vítima. De qualquer sorte, o juiz a impronunciou. Sob esse mesmo aspecto é possível enfatizar que em todo processo penal existe uma lógica, onde uma prova ou indício de uma, não pode contradizer o fato em si. Foi justamente o que ocorreu no processo em tela (MALATESTA, 1927, p. 10). O indício de autoria e materialidade do suposto crime baseava-se, desde o início na investigação policial e na confissão forçada dos acusados, que estavam diariamente sob incessante tortura, e mesmo diante de tais fatos, foram balizados pelo juiz prolator da sentença. A referida decisão pode ser verificada nas folhas 157 e 158 do Primeiro Volume. A tortura é utilizada pelo tenente e seus capangas para retirar a dignidade e a própria dignidade de Sebastião, fazendo com que seus atos tenham certa legitimidade, pugnando de Sebastião os malditos 90 contos. Levado à desértica região ao norte de Araguari, o tenente Vieira surra Sebastião até o limite do possível, vez que para o militar, o acusado saberia onde estava escondido a vultosa quantia. Dado como morto pelo tenente, Sebastião é ajudado pelo fazendeiro Zeca Pólvora e retorna após alguns dias de convalescença à delegacia, por conta própria. O ponto motivador de Sebastião é a prova de sua inocência e de sua família. Contudo, o que está por trás de todos esses fatos é a honra do homem surrado, enganado e diminuído. No dia 16 de abril de 1938 o escrivão Moisés Rodrigues Alves consigna nos autos que o réu Sebastião fora recapturado (Autos do processo, folha 5 do segundo volume). Após a “recaptura” de Sebastião, termo usado nos autos, inicia-se o primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri (páginas 40 a 59 do primeiro volume dos autos), nos dias 26 e 27 de junho de 1938. Para a acusação, movida pelo Promotor de Justiça Dr. Moisés Rodrigues Alves e pelo e o auxiliar de acusação Dr. Oswaldo Pieruccetti, não havia dúvida da existência de autoria e materialidade do crime, assim como não obstaram ao juiz em requerer a pena máxima aos réus, ou seja, trinta anos, por roubo,

seguido de morte e ocultação de cadáver. Importa salientar que em nenhum momento abordam as torturas sofridas pelos acusados durante o Inquérito Policial em suas peças acusatórias. No que diz respeito à defesa oral promovida pelo Dr. João Alamy Filho são necessárias algumas observações que transcendem o próprio julgamento. Cabe ressaltar a repentina aparição no dia 26 de junho de 1938 do Tenente Vieira ao julgamento, com o objetivo profícuo de interferir na liberdade de expressão que parecia transcorrer no julgamento. Essa aparição revela-se, contudo, de suma importância. Até o momento de sua entrada em plenário, o Dr João Alamy Filho partiu para uma defesa técnica, com análise das provas e dos supostos indícios, assim como a manipulação das testemunhas de acusação. De súbito, vendo ele o delegado militar, resolve modificar a linha de defesa, partindo para a análise das torturas realizadas contra a família dos irmãos Naves e deles próprios, insuflando nos jurados o sentimento de piedade ao próximo. Ora, a confissão era nula de pleno direito, obtida que fora por meio de tortura, ainda que justificada pelo juiz na pronúncia, como acima foi posto. Antes da réplica o juiz determinou a oitava das testemunhas de acusação (6 ao todo) e da defesa (4 ao todo). Após a réplica da acusação e do assistente ocorreu a tréplica da defesa. A grande questão aqui é que o testemunho das pessoas arroladas pelo advogado, todas presas juntamente com os irmãos Naves na delegacia de Araguari, marcaram dolorosamente os autos, influenciando no convencimento dos jurados. Até mesmo a testemunha de acusação Miguel Camarano afirma veementemente que a tortura como forma de obtenção da confissão dos acusados era do conhecimento geral do povo de Araguari e de usual utilização pela polícia. Como o processo foi instruído e julgado antes da promulgação do Código de Processo Penal de 03/10/1941, sob a égide da Consolidação das leis penais de 1932, a instrução do processo valorizava mais o debate da acusação e da defesa do que propriamente a oitava das testemunhas. Atualmente, o Código de Processo Penal em seus arts. 473 a 475 prediz que a instrução em plenário começa com a oitava do acusado, após as testemunhas de acusação e de defesa. Só então ocorre o interrogatório do acusado, dando-se fim a instrução. Após iniciarem-se os debates. O tempo destinado à acusação e à defesa é de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica. Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica. (arts. 476 a 481). Após a análise dos quesitos e questionados pelo juiz presidente, os irmãos Naves foram absolvidos por 6 (seis) votos a 1 (um). O testemunho dos presos arrolados pela acusação contribuiu grandemente para o resultado, assim como as declarações dos réus. Diante da absolvição dos acusados, e por determinação oficial da Procuradoria Geral do Ministério Público de Minas Gerais que exigia o recurso em todos os

processos em que houvesse absolvição, o Dr. Pedro Sanches Louzada interpõe recurso de apelação e os autos são encaminhados para o Tribunal de Apelação. É de crucial importância elencar, que não é mencionado em nenhum momento pelo órgão acusador, a ausência do exame de corpo de delito, como já se disse, obrigatório nos crimes que deixam vestígios, focando apenas nas confissões dos réus e na sentença de pronúncia que havia justificado as torturas infligidas aos mesmos. O promotor aponta, ainda, que não há nulidades no processo e que tudo ocorreu da melhor forma de direito. O ponto justificador das razões da apelação foi a discordância do veredicto com as provas dos autos. O dr. João Alamy Filho apela para questões de ordem políticas, em suas contrarrazões. A Revolução Constitucionalista de 1932 dera margem à criação da Constituição de 1937 que suprimiu direitos e garantias processuais e individuais e propiciou os eventos transcorridos aos irmãos Naves. Não havia Legislativo e um Judiciário independente (COPPOS, 1996, p. 89). Foi lembrado pelo causídico aos juízes de segunda instância, a ausência do exame de corpo de delito, bem como as torturas e ausência de provas. Gritou nos autos a inocência dos réus, repetindo o que já havia feito largamente nas páginas anteriores. Importa lembrar que os réus confessaram sob tortura uma vez na delegacia de polícia, à exceção de sua mãe Ana Naves Rosa, porém se retrataram nos dois júris em que foram absolvidos, assim como o desrespeito do Tenente Vieira ao não cumprir o alvará de soltura dos acusados em dois *habeas corpus* impetrados pela defesa, conforme certidão nos autos, página 177 do primeiro volume e 128 do segundo volume. Sendo assim, ocorre a distribuição dos autos ao Procurador-Geral em 26 de outubro de 1938 exarando parecer no sentido de anular o julgamento pelo júri em 08/11/1938 pelo MM. Juiz não ter apresentado o quesito de autoria incerta² que na visão do Procurador-Geral era imperiosa ao caso (página 73 do segundo volume dos autos). No acórdão proferido em vinte e cinco de novembro de 1938 o Tribunal acolhe o parecer ministerial e anula o júri anteriormente feito (páginas 74 e 75 do segundo volume dos autos). Importa ressaltar que a própria lei 167/1936 não autorizava a anulação do júri, salvo quando o veredicto era estritamente contrário às provas dos autos ou quando não encontrava nenhum apoio nos mesmos. Não foi o que havia ocorrido, mas para o Tribunal de Apelação o parecer do Procurador-Geral era mais incisivo que o julgamento em si. Os autos retornam aos dois de fevereiro de 1939 para a Comarca de origem, retomando-se o trabalho do júri em 21 de março de 1939 pelo MM. Juiz Merolino Raimundo de Lima Corrêa. O Conselho de Sentença é

² Autoria incerta no contexto específico do júri realizado em face dos irmãos Naves, refere-se à necessidade do juiz presidente do Tribunal do Júri indagar aos jurados se o suposto homicídio fora cometido por um agente desconhecido.

selecionado no mesmo dia. Compareceram ao julgamento os réus que já haviam sido recolhidos à prisão, bem como o advogado de defesa Dr. João Alamy filho, o Dr. Promotor de Justiça adjunto e farmacêutico Moisés Rodrigues Alves e o auxiliar de acusação Dr. Oswaldo Pieruccetti (páginas 91 a 108 do segundo volume dos autos). É muito importante o testemunho da esposa de Joaquim, Antônia Rita de Jesus, porque esclarece a tortura sofrida por ela e sobre seu esposo e cunhado de uma forma distinta, ou seja, de alguém que não fora ré em nenhum momento do processo, mas mesmo assim sofreu agressões físicas e verbais. Vale lembrar que a mesma não prestou oitiva no primeiro julgamento pelo júri, por questões de saúde. A resposta dos jurados aos quesitos formulados pelo juiz presidente foi a mesma: 6 votos negando os fatos e 1 afirmando. A única diferença fora em relação ao primeiro quesito, referente à questão do roubo dos 92 mil contos de réis, onde os jurados votaram 4x2 em relação a Joaquim. Não obstante, a segunda absolvição, a acusação novamente recorre ao Tribunal de Apelação de Minas Gerais em 31 de março de 1939, agora subscrita somente pelo Dr. Moisés Rodrigues Alves, promotor adjunto. A nova questão trazida pelo recurso é pautada no delegado civil Dr. Ismael Nascimento à frente do inquérito. Para a acusação esse não teria competência técnica para apurar os fatos, além de ter posto em liberdade os acusados que teriam subtraído o dinheiro e desaparecido com os vestígios do crime (página 118 do segundo volume dos autos).

Aos vinte de abril de 1939 o Dr. João Alamy Filho interpõe suas contra-razões recursais. O ponto específico da autoria incerta é rebatido pelo advogado, causador da anulação do primeiro júri e posta na quesitação do segundo júri. Alega também que não houve exame de corpo de delito como formalidade essencial que era e ainda hoje é nos crimes que deixam vestígios. Outro ponto novo: a presença do auxiliar de acusação gerava nulidade no julgamento, como ditava o art. 12 do Código de Processo Criminal de Minas Gerais (Lei Estadual 1.050 de 28 de setembro de 1928), não tendo alegado essa nulidade antes porque os réus foram absolvidos. Caso fossem condenados no terceiro júri, caberia agora tal alegação, o que favoreceria em muito os mesmos (Páginas 119 a 124 do segundo volume). Em sua análise do recurso e contrarrazões pelo Tribunal de Apelação em doze de maio de 1939, o Tribunal entende que os irmãos Naves devem ser novamente julgados, pois não houve uma análise “fria” dos autos, ou seja, o juiz em sua quesitação influenciou os jurados a tomar a decisão que lhes cabia. Na verdade, entendeu também o Tribunal de Apelação que como não havia corpo e/ou dinheiro, mesmo com as iminentes torturas e demais questões envolvendo os

acusados e o Tenente Vieira, entendeu por bem o Tribunal *ad quem*³ em anular o julgamento, pois não houve provas convincentes da inocência dos acusados. O Dr. João Alamy filho aponta a questão do erro judiciário como uma forma de súplica ao Tribunal de Apelação. Contudo, não houve o terceiro julgamento pelo júri. Com o recurso de apelação da acusação em 4 de julho de 1939 contestando a absolvição pelo júri e reafirmando a sentença de pronúncia anteriormente prolatada, o Tribunal reforma indevidamente a referida sentença e condena os réus a 25 anos e 6 meses com base no art. 359 da Consolidação das leis penais, atendendo praticamente na íntegra ao parecer da Procuradoria-Geral de Minas Gerais de (páginas 129 a 131 do segundo volume). A anulação do julgamento pelo segundo júri, violou diretamente a soberania dos veredictos, e altera a formação de culpa dos acusados (PAINÉ, 2005). Ao atentar para uma possível nulidade, incoerente a nosso ver, deveria o tribunal *ad quem* remeter os autos ao Tribunal do Júri pela terceira vez. Houve uma violação à soberania dos veredictos, apenas prevista nominalmente na Constituição Federal de 1937.

Considerações finais

Feita uma análise do processo, é importante apresentar seu desfecho, conforme proposta. Diante da condenação proferida pelo Tribunal de Apelação, o Dr. João Alamy filho propõe a Revisão Criminal em vinte de janeiro de 1940, redigida na Penitenciária de Neves e subscrita pelos condenados (páginas 2 a 23 do terceiro volume dos autos). O advogado de defesa procura apontar os erros, nulidades e violências perpetradas contra os réus e suas famílias, bem como novas provas produzidas de ainda mais violências contra os réus na penitenciária com a justificação do juiz. Sendo assim, os autos são encaminhados para análise do Tribunal de Apelação. O julgamento do pedido de revisão criminal ocorreu em 14 de agosto de 1940 (páginas 26 e 27 do terceiro volume dos autos). Manteve-se a condenação, tendo em vista serem as confissões corroboradas pelas demais provas dos autos na visão dos julgadores, mesmo que tenham entendido ter havido as coações físicas e verbais contra os mesmos. Diante de todos os episódios aqui narrados os irmãos Neves rejeitam pedido de indulto ao Presidente Vargas em 18 de outubro de 1942, por se considerarem inocentes. O maior objetivo do indulto era a liberdade para poderem procurar e encontrar Benedito, mas não os absolvía. De qualquer sorte, fora protocolizado no Conselho Penitenciário a 25 de maio de 1943, Diário da Justiça 1ª S/P 25.026/42 nº 4596 (página 28 do terceiro volume dos

³ Entende-se por Tribunal *ad quem* aquele ao qual se dirige um recurso e *a quo* aquele do qual o recurso é proveniente.

autos). A motivação da rejeição do pedido de indulto posta acima, somente foi possível diante da obra escrita pelo Dr. João Alamy Filho, intitulada *O caso dos irmãos Naves: o erro judiciário de Araguari*, onde essa necessidade de demonstrar a inocência é explicitamente apontada (ALAMY, 1960, p. 332). Diante do comportamento exemplar dos condenados e parecer favorável do promotor de justiça, Dr. João Nascimento Godoy, o pedido de Livramento Condicional proposto pelo advogado de defesa é deferido pelo Conselho Penitenciário que resolve aprovar por unanimidade o livramento em 25 de maio de 1946. Os condenados cumpriam todos os requisitos do Código Penal de 1940, já em vigor, para terem direito ao benefício (página 28 do terceiro volume dos autos). Aos 25 de maio de 1948 morre o Tenente Vieira. Quase um ano após sua morte, esse tenente que brutalmente o torturou, humilhou e tolheu sua liberdade, Joaquim também vem a falecer, aos 28 de agosto de 1949 (página 32 do terceiro volume). Com a revisão criminal e análise dos autos, os irmãos são inocentados da morte de Benedito, que reaparece somente em 1952. O lapso temporal entre os julgamentos pelo Tribunal do Júri e o reaparecimento de Benedito em 1952 é horrivelmente longo e terrível para os acusados, que apenas com o aparecimento da suposta vítima conseguiram provar a inocência devida, Joaquim Naves *post mortem*. Prova de que Benedito estava vivo realmente foi a juntada aos autos com um pedido de justificação feito pelo advogado de defesa (página 29 a 31 do terceiro volume). Diante de tais acontecimentos, ocorre a expulsão de todos os militares que participaram das torturas e vilipêndios aos Naves. Consta nos autos na página 51 do terceiro volume, datado em 21 de janeiro de 1953 e subscrita pelo Coronel Nélio Serqueira Gonçalves, mas que traz elogios ao Tenente Vieira como exemplar pai de família e cumpridor dos deveres, que havia falecido em 25 de maio de 1948.

Referências Bibliográficas

ALAMY, João filho. **O caso dos irmãos Naves: o erro judiciário de Araguari**. São Paulo, Círculo do Livro, 1960.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. V. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.

BRASIL. **Código de Processo Criminal do Império de 1832**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1832.

_____. **Código Penal de 1940**. São Paulo: Saraiva, 2000.

- _____. **Código Penal Republicano de 1890.** Espírito Santo: Arquivo Público do Estado, 1890.
- _____. **Código Penal de Processo Penal de 1941.** São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **Consolidação das leis penais:** Decreto 22.213 de 14 de dezembro de 1932. Belo Horizonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, 1932.
- _____. **Constituição (1891):** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **Constituição (1937):** Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **Constituição (1988):** Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **Lei 167 (1938).** Espírito Santo: Arquivo Público do Estado, 1938.
- _____. **Código de Processo Criminal do Estado de Minas Gerais:** Lei Estadual 1.050 de 28 de setembro de 1928. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1928.
- COPPOS, Odette. **A Revolução Constitucionalista de 1932** (Setor Leste). Itapira: Linhas gerais, 1996.
- DWORKIN, Ronald. **O império do direito.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.
- MALATESTA, Nicola Framarino dei. **A lógica das provas em matéria criminal.** Lisboa: Livraria Clássica, 1927.
- MEJUD – MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO. Os autos do processo dos irmãos Naves: disponível para consulta. **Sempre Memória**, MEJUD, 27/04/2017. Disponível em: <http://museudojudiciariomineiro.com.br/o-caso-do-irmaos-naves-disponivel-para-consulta/>
- OLIVEIRA FILHO, João de. **Código de Processo Penal de Minas Gerais.** São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1927.
- PAINE, Thomas. **Direitos do Homem:** tradução e textos adicionais Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005.

Exílio e latino-americanismo: o brasileiro Newton Carlos no semanário *Ercilla*, no Chile (1964-1973)

Iasmin do Prado Gomes

Graduada em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: iasminpgomes@hotmail.com

Resumo: Nas décadas de 1960 e 1970 a América Latina vivenciou uma onda autoritarista protagonizada por governos militares. O deslocamento forçado foi uma das ações características do período. O contexto possibilitou a integração entre exilada(o)s latino-americana(o)s sendo, os impressos, importante instrumento de fortalecer tal ação; redes intelectuais foram estruturadas e formas de manejar a circulação impressa estabelecidas. A produção protagonizada por esses sujeitos constitui-se meio de resistência frente aos regimes ditatoriais; o latino-americanismo, manifesta-se nessa produção e se consolida como forma de questionar o imperialismo e a colonização. O brasileiro Newton Carlos e a revista chilena, *Ercilla* participaram do movimento e são as principais fontes deste trabalho. Promovida a semanário em 1936, *Ercilla* começou a ser publicada em abril de 1932 em pequena escala, restringindo-se a um boletim literário mensal. O papel do intelectual, assim como o da cultura e dos livros foi discutido desde seu início de formação (FÁVARO, 2012). *Ercilla* contou com o trabalho de exilados da América do Sul sendo, Newton Carlos, o redator e exilado brasileiro, de maior destaque. Pouco se sabe sobre esse indivíduo, iniciou suas publicações em 1968, que diminuíram consideravelmente a partir de 1970. Em decorrência da ditadura militar chilena, é afastado do cargo que ocupava. Ao ser expulso da pátria o exilado experimenta dor, medo e solidão, ao mesmo tempo, vivencia oportunidade de crescimento e (re)formulação de identidade. Múltiplas identidades constituem o eu exilado inclusive, as enraizadas em seu país de origem. A necessidade de construir novas condutas para sobreviver e resistir em sua atual situação política e social requer um processo de constante renovação (PINEDO, J. SANHUEZA, C; 2010). Entre as “estratégias” de resistência e talvez, de construção identitária de Newton Carlos temos seus escritos para *Ercilla* e a promoção da integração latino-americana, por eles defendida. O brasileiro e o espaço que ocupa abrem espaço para problematizarmos o conceito de América Latina e suas disputas por poder. Seus textos, provavelmente influenciados por intelectuais idealizadores de uma revolução latino-americana e autores pós-colonialistas, também possibilitam interligação entre movimentos de libertação protagonizados por colônias francesas e o latino-americanismo.

Palavras-chave: Newton Carlos, exílio, latino-americanismo.

*Soy la fotografía de un desaparecido
 La sangre dentro de tus venas
 Soy un pedazo de tierra que vale la pena
 Soy una canasta con frijoles
 Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
 Soy lo que sostiene mi bandera
 La espina dorsal del planeta es mi cordillera
 Soy lo que me enseñó mi padre
 El que no quiere a su patria no quiere a su madre
 Soy América Latina
 Un pueblo sin piernas pero que camina, oye
 Latinoamerica – Calle 13*

Introdução

O autoritarismo constitui-se característica marcante dos processos históricos vivenciados pela América Latina na segunda metade do século XX. As ditaduras militares instaladas na região corroboraram para aumento de estudos que buscassem pensar a complexa estrutura militar e seu impacto na sociedade atual. As políticas de memória somadas à justiça histórica propiciaram espaço para que a historiografia latino-americana abarcasse temáticas relacionadas à tortura, censura, prisão e o exílio ou desterro, foco deste trabalho.

Apesar da produção de trabalhos sobre a temática (COELHO, 2002; COUTO, 2013; LEITE, 2014; ROLLEMBERG, 1999) o exílio compreende em abordagem não consolidada na historiografia brasileira. Recentemente estudos dos exílios brasileiros foram anexados em coletâneas produzidas por autoras e autores de diferentes países (SANHUEZA; PINEDO, 2010; VIZ QUADRAT, 2011; SZNAJDER; RONIGER, 2013; RONIGER, 2014). Porém, é válido propor análises que levem em consideração a heterogeneidade do desterro e particularidades das experiências dos sujeitos que atuaram nesse cenário. Esse artigo se aterá ao estudo da temática sobre o exílio e suas relações com o mercado impresso e a circulação de ideias na América Latina. Como já salientado, exilados latino-americanos dialogam com tal processo, sendo a revista chilena *Ercilla* e um de seus colunistas, o brasileiro, Newton Carlos, essenciais para desenvolvimento dessa pesquisa.

O exílio será aqui concebido como possibilidade de re(construção) de identidades, ideologias e projetos para Newton Carlos. No geral, essa experiência engloba questões homogêneas comuns aos que por ela passaram, porém não se pode negar o quanto a mesma significou saída da zona de conforto e confronto com o desconhecido para exilados brasileiros. Logo, a heterogeneidade que carrega será evidenciada. Heterogeneidade entrelaçada à dor, medo e desilusão diante de um cenário inédito e conturbado. O indivíduo “sem pátria” busca recorrente reformulação do mundo a fim de suplantar toda a angústia ocasionada pelo desterro (PINEDO, J. SANHUEZA, C; 2010). Ao contrário de personagens heroicizados pela literatura ocidental, experimenta sensações não gloriosas diante dessa condição criada pelo homem para negar a dignidade e identidade do outro – o exilado (SAID, 2003).

Nos atentaremos, sobretudo, à primeira fase do exílio datada de 1964 a 1973. Inicia-se com a ditadura militar brasileira e tem fim com a queda de Allende e materialização do golpe liderado por Pinochet, no Chile. O exílio brasileiro é dividido em duas gerações: a de 1964 e a de 1968. A primeira, caracterizada por exilados experientes envolvidos em atividades

políticas pré-1964. O golpe significou impacto maior para esse grupo, visto que, a luta desenvolvida estava consideravelmente interligada ao contexto anterior ao golpe. A segunda é caracterizada por militantes jovens, a maioria do movimento estudantil. O intenso enaltecimento da ação revolucionária faz parte do seu aparato ideológico – a luta armada consistia em instrumento imprescindível para consolidação da revolução. O maior número desses exilados encontrava-se em Santiago e Paris. O diálogo entre ambas as gerações foi impossível, objetivos e utopias divergiam-se, assim como o projeto político pensado para o Brasil. Enquanto a de 1968 se via como recomeço, a de 1964 a julgava sem perspectiva de futuro (ROLLEMBERG, 1999).

Já o latino-americanismo desencadeado por Newton Carlos será entendido como fenômeno que potencializa e problematiza a América Latina e suas implicações políticas, econômicas e culturais conferindo-lhe unidade e, ao mesmo tempo, diferença. A formação de redes intelectuais entre membros da região é uma maneira de pensar nesse conjunto e estabelecer união e identidade (REIS, 2015).

Ercilla e o contexto chileno

Ercilla foi fundada em 1932 com produções em pequena escala. O papel intelectual e político do leitor esteve presente em suas discussões desde os anos iniciais de sua formação, proporcionando debates heterogêneos que envolviam o ambiente literário. *Ercilla* conquistou espaço no mercado editorial chileno tornando-se semanário em 1936 (REIS, 2014). Como toda revista, continha orientações ideológicas não estáveis e acompanhantes das conjunturas históricas das sociedades. Além disso, participou do que Beigel (2003) nomeia de *editorialismo programático*, o ato de materializar discussões do campo cultural ligadas à militância e a ação revolucionária. O perfil de intelectual comprometido com abordagens políticas, construído pela classe letrada alcança destaque com a Revolução Cubana e a intensa disseminação de ideais de esquerda por ela desencadeados.

A revista possibilitou o que Reis (2014, p. 849) nomeia como *conexões intelectuais transnacionais*, o conteúdo produzido permitiu que parte da sociedade chilena não acadêmica conhecesse os demais países latino-americanos. As identidades dos mesmos, assim como os debates políticos e culturais que canalizaram operaram na construção desse conhecimento e, provavelmente na concepção de latino-americanismo (ARDAO, 1986; FUNES, 1996) dos que integravam essa sociedade.

Ercilla contava com um corpo editorial misto, na direção encontrava-se o argentino Laureano Rodrigo. Luis Alberto Sánchez, Manuel Seoane, Ciro Alegria e outros integrantes da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA)¹ também eram membros desse corpo. Sánchez assumiu o posto de vice-diretor em 1934 enquanto Seoane de diretor em 1937. Como esperado, as trajetórias individuais desses agentes assemelham-se ao conteúdo materializado na revista. A relação de proximidade com Haya de la Torre² permitiu que o primeiro anexasse obras de exilados da instituição em publicações. Já o conhecimento do segundo sobre as realidades argentinas e chilenas corroboraram para fomentação do latino-americanismo construído no semanário. Dessa forma, o Chile conquistou espaço na história da APRA através de *Ercilla* e seu corpo editorial.

A maneira como o impresso concebe e estabelece relações com o exílio contextualiza-se diante das situações políticas nacionais e internacionais. Se, ao sujeito exilado, eram atribuídos estereótipos marginalizados pela sociedade chilena, no contexto revolucionário pós 1950 a situação mudou consideravelmente a ponto da revista construir ambiente de recepção amistosa para os mesmos.

Faz-se necessário compreender por que Santiago concentrou expressivo número de exilados brasileiros e a importância do contexto histórico chileno não só para o Brasil, mas para a América Latina como um todo. Em 1970, o Chile elegeu Salvador Allende, o primeiro socialista a ocupar o cargo presidencial de forma democrática na região. O mesmo adotou medidas concebidas como socialistas por grupos conservadores. Em seu projeto, intitulado *via chilena para o socialismo* realizou medidas que abrangeram reforma agrária, nacionalização da grande mineração, congelamento dos preços, aumento dos salários, inserção dos trabalhadores na política e controle do comércio. As ditas ameaçavam a estrutura capitalista e almejavam transição gradual para o socialismo (BORGES, 2013; SADER, 1992).

Em 11 de setembro de 1973 o *Palácio de La Moneda* foi bombardeado e Allende morto. O chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet, assume o cargo de maior autoridade do país e instaura uma ditadura que duraria até 1990. Exilados latino-americanos deslocam-se do Chile para a França. Uma nova fase do exílio tem origem, novas ideias e identidades são formadas (RODRIGUES DA SILVA, 2007), o que ultrapassa os limites e debates propostos neste trabalho.

¹ Foi fundada no Peru em 1930, a organização almejava a construção de um movimento (de tendências socialistas) a ser expandido por toda a América Latina.

² Fundador e líder histórico da APRA.

Estabelecida a ditadura militar, *Ercilla* modifica o corpo editorial e apoia o governo de Pinochet. Os ideais disseminados pela Revolução Cubana somados aos debates que acaloravam esquerdas latino-americanas, construíram o imaginário de que o termo América Latina implicava em “subversão”. Dessa forma, as publicações de *Ercilla* tomaram rumos distintos dos de sua proposta inicial. A partir de 1971, o vocábulo foi suplantado de suas publicações (FÁVARO, 2012), fato impactante para o trabalho de Newton Carlos e sua relação com o país anfitrião. O Chile não foi o único país onde o termo foi visto como algo pertencente as ideologias dos militantes de esquerda. Diversas obras foram censuradas por fazerem menção à região. Na Argentina, exemplares de *As veias abertas da América Latina* de Galeano (1971) foram queimados. Mencionar o nome América Latina em trabalhos acadêmicos, impressos e de outras funções era desautorizado pelos serviços de inteligência do país (FUNES, 2007).

Newton Carlos

É importante destacar que o presente trabalho não almeja escrever uma biografia sobre Newton Carlos e sim analisar como seus escritos para *Ercilla*, operam na construção do latino-americanismo; reconhece-se que o exilado, antes de fonte para este trabalho, é uma pessoa sujeita à dor, emoções e traumas. Além disso, carecemos de testemunhos do redator, documentos e outros materiais que proporcionam a consolidação de uma pesquisa histórica-biográfica.

Vale ressaltar que, até o momento, não foram encontrados trabalhos sobre esse indivíduo (Newton Carlos); muito menos, sobre sua atuação no semanário. Plataformas de pesquisa trazem poucas informações sobre o exilado e nenhuma delas menciona o exílio no Chile e participação em impressos do país. Sabemos que é um jornalista atuante na imprensa brasileira pré-1964. Publicou livros, tem carreira consolidada e continuou trabalhando com política internacional mesmo após o exílio. Entre suas produções temos: *A Guerra da América Latina* (1965), *A conspiração de Kennedy ao Vietnam* (1966), *Peru: o novo nacionalismo latino-americano* (1969), *Chile com Allende: para onde vai?* (1970), *América Latina: dois pontos* (1978), *Camelot, uma guerra americana* (1991) e *Bush e a doutrina das guerras sem fim* (2003). Nota-se que todas as obras dialogam com os assuntos por ele abordados em *Ercilla*.

Outro apontamento é que também não é almejado mitificar Newton Carlos e o indivíduo deslocado. Como já destacado, os sentimentos de dor, angústia e medo estão

presentes na vida do exilado. A não mitificação desse sujeito é importante para que possamos ter em mente que para muitos latino-americanos o desterro foi consequência de processos históricos autoritários e lhes proporcionou experiências traumáticas (SANHUEZA; PINEDO, 2010; VIZ QUADRAT, 2011; SZNAJDER; RONIGER, 2013; RONIGER, 2014). A literatura sobre a temática, em grande parte, narra episódios excepcionais da condição de um exilado buscando superar a angústia. Mesmo sendo, momento de tristeza e desesperança, o ocidente cultua acervo de obras cuja temática é o ser deslocado (SAID, 2003).

Ao chamar atenção para o exílio de massas, Said (2003) salienta como deve-se pensar a categoria exilado para além dos personagens literários heroicizados. Camponeses refugiados, sobreviventes de guerras de libertação, sujeitos sem documentos e “história para contar” também pode se enquadrar nesse grupo. Paris foi a mais famosa das capitais do exílio, mas não apenas a classe média se encontrava lá. É importante ter em mente que existem exilados de classes subalternizadas que, em grande parte, não tiveram suas histórias contadas, muito menos, enaltecidas.

Latino-americanismo e descolonização

Já foi aqui abordado que a proposta de integração latino-americana materializada nos escritos de Newton Carlos perpassa a luta anticapitalista, anti-imperialista e antirracista. Ser *Latinoamérica* implica em romper com posições de dependência em relação aos países desenvolvidos sobretudo, os Estados Unidos da América. Além disso, entrelaça-se ao ideal de solidariedade continental de Che Guevara. O guerrilheiro em questão concebe como imprescindível a união entre os povos do Terceiro Mundo - América Latina, África e Ásia - contra amarras colonialistas. Sendo assim, a descolonização torna-se instrumento de aproximação entre, usando termos de Fanon (1968), *Os condenados da terra*. A solidariedade continental conquistou espaço entre grupos das esquerdas latino-americanas, consagrando-se pauta em congressos, entidades e é claro, nos impressos.

Os escritos de Newton Carlos nos permitem pensar, *os condenados da terra* de Fanon (1968) como uma coletividade; dessa forma, a América Latina deveria juntar-se a luta contra o imperialismo protagonizada pelos demais continentes subalternizados pelo conhecimento europeu. A violência torna-se ferramenta de transformação geopolítica em momento que a região é caracterizada por crescimento de movimentos guerrilheiros. A Revolução Cubana, grande inspiração para desencadeamento dos mesmos, é concebida como grande marco da

luta contra o capitalismo, dando origem a heróis e utopias em prol de uma *Latinoamérica* justa e desenvolvida³.

Ao refletir qual o lugar da violência para Fanon (1968) e todas as implicações que suas ideologias acarretam podemos pensar até qual ponto povos do *Terceiro Mundo* são *os condenados da terra*. Newton Carlos usa essa expressão em determinados momentos (Terceiro Mundo) e escreve sobre diversas partes do globo. De qual forma a ideia de solidariedade entre América Latina, África e Ásia correspondia a um projeto político que ele acreditava? Qual leitura fazia dos discursos de Che Guevara e do próprio Fanon?

Assim como o guerrilheiro, Newton Carlos realça, em sua narrativa, o caráter unificador entre os colonizados e diferenças entre os mesmos. Intelectuais desse período almejavam a formação de uma consciência revolucionária que alcançaria proporções continentais (CABRAL, 1980). A ideia de unidade é ressaltada em concomitância com a de diferença e multiplicidade entre continentes. Em discurso publicado pela revista *Tricontinental*, Che Guevara (1967) reafirma o preceito de conjunto ao salientar como a língua une os países latino-americanos e também, destaca diferença ao se referir ao Brasil.

En este continente se habla prácticamente una lengua, salvo el caso excepcional del Brasil, com cuyo pueblo los de habla hispana pueden entenderse, dada la similitud de ambos idiomas. Hay una identidad tan grande entre las clases de estos países que logran una identificación de tipo “internacional americano”, mucho más completa que en outros continentes. Lengua, costumbres, región, amo común, los unen (GUEVARA, 1967, p.7).

Voltemos a Fanon (1968). Pensar a violência para o mesmo também pode nos ajudar a pensar a mesma para Newton Carlos que, em seus textos, denuncia a forma como a dita opera perante os povos subalternizados. Em *Escalada de violencia* (1972) evidencia o quanto atos de guerra estão crescendo e proporcionando destruição massiva. Articula as manobras atômicas desenvolvidas em concomitância com os gestos de rebeldia desencadeados pela juventude sudafricana frente o racismo institucional. Além disso, atenta para a morte da população negra em diversas partes do globo, fica visível que, para o exilado, a violência

³ O conceito de desenvolvimento precisa ser problematizado, visto que, ele engloba um paradigma modernizante que busca emancipação e, ao mesmo tempo, enfoca dependência em relação aos países europeus. Devido à crise de 1929 a América Latina foi orientada por um modelo econômico que valorizava a produção nacional em detrimento dos produtos oferecidos pelas grandes potências mundiais. *A Teoria da Dependência*, surgida na década de 1960, buscou enfatizar o desenvolvimento socioeconômico da região iniciado em 1930 (SANTOS, 2000). A afirmação do desenvolvimento latino-americano perpassou concepções de progresso e estruturas ocidentais, o que é um paradoxo se levarmos em consideração a independência frente aos países colonizadores que almejam enfatizar. Essa discussão não será aprofundada neste trabalho, porém é importante ter em mente que intelectuais compraram essa ideia e a fizeram circular. Inclusive, grupos que atuaram na construção do latino-americanismo.

interliga-se às questões étnico-raciais. Porém seria arriscado afirmar que o mesmo acredita na luta armada como potencial de transformação geopolítica da mesma maneira que Fanon (1968) e movimentos guerrilheiros cubanos.

Ao que tudo indica, assim como Fanon (1968), Newton Carlos entende a miséria e o analfabetismo como produtos do capitalismo. O uso de leituras pós-coloniais evidencia que o exilado busca rumos teóricos que expliquem desigualdades sociais. Da mesma forma que o martinicano, utiliza números para tratar de analfabetismo e economia em países subalternizados. Quão importante Fanon (1968) é para Newton Carlos? Em qual medida, latino-americanos são *os condenados da terra* de Fanon? Responder tais perguntas ultrapassaria os limites desse artigo, visto que, demandam maior aprofundamento teórico.

Newton Carlos publica uma reportagem intitulada *Colonialismo y Poder Negro* (1973), nela escreve sobre como o colonialismo é solidificado nas Antilhas Holandesas, ressaltando a importância da oposição negra na *Frente Trabalhadora*. Outro destaque são os movimentos existentes na Honduras Britânica, região próxima de Cuba, fato preocupante para os Estados Unidos. A efervescente luta travada por descendentes de escravizados nas colônias americanas e a necessidade de cultivar costumes da África materna é outro exemplo citado e consiste em instrumento de ação antirracista e anticapitalista. Uma soma, de movimentos libertários são evidenciados, o que fortifica a importância que assumem frente a descolonização e articulação do latino-americanismo.

Provavelmente influenciado por Fanon (1968), Newton Carlos retrata movimentos de emancipação protagonizados por colônias francesas nas Américas e a tradição negra por eles carregada. Mais uma vez, pode-se pensar no projeto de união entre *os condenados da terra*. O redator cita Césaire (que também critica o imperialismo estadunidense) já no começo de sua passagem por *Ercilla* em 1969. O poeta martinicano aparece novamente em 1973:

En las colonias que Francia tiene en América existe también una tradición negra: pero se trata más bien de un movimiento cultural, que tiene entre sus expresiones al poeta martinicano Aimé Césaire, combatiente anticolonialista. Se considera fatal la contaminación de Martinica, Guadalupe y Guayana Francesa por la influencia del poder negro. La situación de estas colonias se puso más crítica aún al revelarse los términos del proyecto que les concedía un status especial (CARLOS, 1973, p. 53).

Colonialismo entre nosotros (1969) enfatiza como o colonialismo foi trabalhado na *Conferência da Organização da Unidade Africana*⁴, salientando como a dominação colonial

⁴ A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em 1963, na Etiópia, com a finalidade de combater o colonialismo. Para tal recebeu o aval de 32 governantes de países africanos independentes.

característica da região não está tão distante de países latino-americanos como Brasil e México. Argumenta que o processo colonizador não produz apenas mal estar mas, também violência para com o sujeito oprimido. Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa são territórios franceses na América Latina que, de acordo com o exilado, movimentam atos de independência desencadeados por Césaire. De forma recorrente lutas anticolonialistas são destacadas como maneira de fortificar e disseminar para o público o entrelaçamento entre descolonização e latino-americanismo.

Considerações Finais

Os escritos de Newton Carlos mostram sua preocupação em conhecer e reportar para o público de *Ercilla* os três continentes considerados atrasados em relação à Europa. A sensação de pertencimento e reparação histórica para com povos oprimidos fica evidente em sua narrativa, assim como a necessidade de união entre os mesmos. Outro fator a ser levado em consideração é que o Brasil também faz parte dessa luta, escreve número considerável de textos denunciando a ditadura militar brasileira e seus desdobramentos, sendo a tortura e a violência destacadas.

Os textos desse indivíduo são importantíssimos para refletirmos como o não pertencimento pode gerar o pertencimento. Newton Carlos era um sem pátria e, a partir dessa condição e todos os processos que emana, identificou-se como latino-americano. A análise de suas produções nos permite concluir que ser *Latinoamérica* é mais que habitar a América Latina, consiste em conhecer a cultura e os povos da região. Lutar por uma América Latina unida implica em entender por que ela foi marginalizada pela colonização e projetada como subalterna pelo pensamento europeu. Significa estabelecer estratégias intelectuais e econômicas para acabar com a exploração imposta pelas grandes potências ao continente americano.

O conhecimento de si, latino-americano necessita que reconheçamos o outro, também terceiro mundista. África e Ásia também são oprimidas, marginalizadas. Não seriam os três continentes mais fortes juntos? Mesmo não citando Che Guevara, o contexto histórico e o destaque ocupado pela Revolução Cubana nos levam a crer que Newton Carlos comprou seu ideal de solidariedade continental.

O quanto os textos do exilado fariam a sociedade brasileira refletir sobre si mesma nos dias atuais? O quão mostram como somos mais parecidos com nossos vizinhos argentinos, chilenos e uruguaios que com europeus? Newton Carlos corrobora para desmonte do

complexo colonial de inferioridade que impregna no imaginário dos brasileiros e nos faz imaginarmos o outro europeu como “melhor”, detentor do conhecimento e da razão universais. A partir desse pensamento podemos traçar uma série de problemas sociais gerados pelo desejo do colonizado de tornar-se colonizador. Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras brancas* discorre muito bem sobre esse movimento que percorre a mente e as ações do sujeito oprimido.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende**. História, Franca, v. 22, n. 2, 2003, pp. 151-166.
- ARDAO, A. Panamericanismo y latinoamericanismo In: ZEA, Leopoldo (coord.). **América Latina en sus ideas**. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986, pp. 157-171.
- AVELAR, Alexandre. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, v. 24, 2010, pp.157-172.
- BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, año 8, n. 20, 2003, pp. 105-115.
- BORGES, Elisa. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, 2013, pp.85-109.
- CABRAL, A. **A arma da Teoria**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. pp. 21-52.
- CARLOS, N. **A conspiração de Kennedy ao Vietnam**. Belo Horizonte: Encontro, 1966.
- _____. **A Guerra da América Latina**. Belo Horizonte: José Álvaro, 1965.
- _____. **América Latina: dois pontos**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- _____. **Bush e a doutrina das guerras sem fim**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. **Camelot, uma guerra americana**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1991.
- _____. **Chile com Allende: para onde vai?**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1970.
- _____. **Peru: o novo nacionalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.
- CARLOS, Newton. Colonialismo y poder negro. **Ercilla**, Santiago: Ed. Zig-Zag, 1973, p. 53.
- CARMICHAEL, S. **Tercer mundo, nuestro mundo**. Tricontinental, Havana, n.1, jul-ago 1967. pp. 15-22.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, Editora: Letras Contemporânea, 1978.
- CRESPO, R. A. (Coord.). **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. México: UNAM/Eón, 2010.

FANON, F. **Os condenados na terra**. Da violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 23-85.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Editora: Edufba, Salvador, 2008.

FUNES, P. Del Mundus Novus al novomundismo. Algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina. IN: DAYREL, Eliane Garcindo, IOKOI, Zilda M. Gricoli (coords.). **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 77-95.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, v.900, 2018.

GUEVARA, E. Crear dos, tres... muchos Viet Nam. Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental. **Revista Tricontinental**, La Habana, Cuba, Supl., 16 de abril de 1967.

LEITE, M. C. M. O exílio no imediato pós-golpe: mecanismo de exclusão política. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2014, pp. 131-139.

MARQUES, T. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017, pp.239-279.

QUADRAT, S. **Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

REIS, M. **Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla (Uruguai e Chile, 1932-1974)**. Tese (Doutorado) - UFMG, Belo Horizonte, 2012.

_____. Si, somos latinoamericanos: o papel dos semanários Ercilla e Marcha para a construção do conceito de América Latina no Chile e no Uruguai (1939-1974). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA, 2014, São Paulo, **Anais ...** São Paulo: USP, 2015, pp.846-859.

ROLLEMBERG, D. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, L. **Destierro y exilio en América Latina**. Nuevos estudios y avances teóricos. Buenos Aires: Editorial EUDEBA, 2014.

SADER, E. **Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina**. Chile: Socialismo como radicalização da democracia? São Paulo: Série História Viva, 1992. pp.34-53.

SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 46-60.

SANHUEZA, C; PINEDO, J. **La Patria Interrumpida: Latinoamericanos em el exilio. Siglos XVIII-XX**. El exilio latinoamericano, una historia permanente. Santiago, Chile: LOM Ediciones , 2010. pp. 7-12.

SANTOS, T. **Da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema Mundial**. A Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 6-49.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, 2004, p.135.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [En ligne], Débats, mis en ligne le 07 juin 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>> Consulta em 31/05/2019.

SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **Política y exilio en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TODOROV, T. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Impresso

ERCILLA. Chile: Editorial Zig-Zag (1933-1971) / Sociedad Editorial Revista Ercilla Ltda (1971-1991). 1961-1974.

Sites

FOLHA ONLINE. Pensata: Carlos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/carlos.shtml>> Acesso em: 29 de junho de 2019.

JORNAL DA NOITE. Newton Carlos comenta as mudanças políticas na América Latina. 26 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/14806277/newton-carlos-comenta-as-mudancas-politicas-na-america-latina.html>> Acesso em: 29 de junho de 2019.

NETSABER BIOGRAFIAS. Newton Carlos. Disponível em: <<http://biografias.netsaber.com.br/biografia-4581/biografia-de-newton-carlos>> Acesso em: 29 de junho de 2019.

Violência e coerção na construção do Estado Nacional Argentino no segundo governo de Juan Manoel de Rosas (1839-1852)

Juliana Sabatinelli

Mestranda em História

PUC-RIO

ju.sabatinelli@gmail.com

Resumo: Entre 1835 e 1852, Juan Manoel de Rosas estruturou seu governo através de amplos poderes, forte propaganda, censura, coerção política e violência. Seu objetivo era criar uma esfera de unanimidade, entendendo que esse caminho levaria as Províncias Unidas do Rio da Prata à ordem republicana, tão desejada desde a década de 1820. Dessa forma, por meio da imprensa governamental, das festas, dos símbolos de adesão ao governo e da perseguição aos considerados opositores Rosas procurou enaltecer os princípios federais atrelados à sua imagem política. Tal caminho fez com que um cenário de terror nos âmbitos público e privado se consolidasse na cidade de Buenos Aires até sua queda na Batalha de Caseros, em 1852. A construção desse cenário se deu, também, devido ao trabalho violento de *La Mazorca*, braço armado da *Sociedad Popular Restauradora*, principal grupo político do governo rosista que difundia os princípios do federalismo através de expressões públicas de apoio ao líder e de atos de violência em busca dos considerados opositores. O presente trabalho pretende, então, destacar determinadas ações do aparato governamental rosista, a partir de 1839, à luz do conceito de violência, procurando analisá-las fora da leitura de uma brutalidade comumente destacada nos processos históricos de construção das nações na América Latina e aproximando-as de uma noção voltada à ideia de participação política via cidadania que fortaleceu a fidelidade a Rosas e que procurava justificar o uso da força nesse contexto. A ideia é pensar esse período histórico sob a perspectiva que procura conectar o uso das armas à atuação cidadã dos grupos sociais daquele contexto, entendendo essa atitude como uma forma de demonstrar adesão ao governo. Ainda que o governo de Juan Manoel de Rosas seja um tema bastante explorado na historiografia argentina, observar o segundo governo em Buenos Aires na chave da violência e da coerção é compartilhar dessa historiografia, mas também contribuir para a historiografia brasileira que pouco debate a questão entendendo que isto possibilita novos horizontes historiográficos para a organização de um campo transnacional sobre o tema.

Palavras-chave: Política rosista, Federalismo, Violência.

O presente trabalho é composto por ideias e questões que permeiam a dissertação de Mestrado em desenvolvimento. Aqui se encontra o contato tímido com uma fonte para entender algumas questões e um estudo inicial de reflexões que serão mais bem estendidas na dissertação.¹

¹ É importante destacar que o texto que se segue apresenta algumas mudanças devido ao aprofundamento do trabalho. Entre a submissão e a apresentação em si, o projeto foi qualificado e os caminhos para entender a relação de Rosas com as províncias ganhou novos contornos, apresentados neste trabalho.

O século XIX para as Províncias Unidas do Rio da Prata se constituiu como um período decisivo para a formação territorial e a organização política da região. Após o processo de independência em 1816, o que se seguiu foi uma série de governos que de diferentes maneiras procuraram estabelecer um Estado e uma Constituição, delimitar as fronteiras e organizar a nação. Dentre as tentativas que se colocaram naquele contexto, o governo de Juan Manuel de Rosas pode ser considerado um modelo de governo autoritário, respondendo às tentativas fracassadas de organização política anteriores e firmada nos princípios do Federalismo, que durante seu governo se difundiu de maneira bastante particular. Podemos afirmar que o que se configurou entre 1829 e 1852 no Rio da Prata foi um grande acordo entre as províncias que afirmou o poder das províncias e um comando pautado na violência, de forma a estabelecer elementos que mantivessem um clima de poder, ordem e estabilidade a partir da cidade de Buenos Aires. (TERNAVÁSIO, 2013, p. 162-163).

A consagração de Rosas como governador da província de Buenos Aires em 1829 foi um episódio natural diante de um contexto marcado pelas disputas políticas entre unitários e federais, tanto no âmbito da cidade de Buenos Aires como nas províncias. Para seus partidários, foi sinônimo de paz e organização, desejos antigos de uma população marcada pela instabilidade política. Na prática, contou com as Faculdades Extraordinárias – medida política utilizada desde 1820 em cenários de crise que dava a capacidade do governador de tomar decisões rápidas sem consultar a Legislatura, ou seja, um poder executivo alargado – e com o apoio das camadas urbanas.

No primeiro governo, Rosas procurou estabelecer acordos políticos e econômicos internos, responder à algumas medidas do governo anterior e se aproximar dos líderes provinciais. Paralelamente, envolveu-se na Guerra Civil contra os unitários, importante conflito que determinou a organização do mapa político das Províncias Unidas, com a maioria de líderes ligados aos princípios federais. Em 1832, Rosas foi reeleito governador de Buenos Aires diante da vitória sobre os unitários, mas renegou o cargo tendo em vista que as Faculdades Extraordinárias não lhe foram atribuídas, já que o cenário se encontrava mais estável. Desse momento até 1835, Rosas ficou afastado do cenário político portenho urbano. A cidade de Buenos Aires, portanto, seguiu com disputas pela consolidação do federalismo dentro da Assembleia e o cenário de instabilidade permaneceu. Em finais de 1833, a “Revolución de los Restauradores” mobilizou setores da cidade de Buenos Aires contra o governo da época, levando à renúncia do governador Juan Balcarce. Na necessidade de novas eleições, Rosas foi convocado a assumir o governo, já que durante o primeiro governo, conseguiu pacificar, principalmente, a cidade de Buenos Aires. O assassinato do *caudillo*

Facundo Quiroga, um de seus principais aliados, aumentou as tensões em Buenos Aires, de forma que, outra vez convocado a assumir o governo de Buenos Aires, Rosas aceitou governar sob a condição da *Suma de Poder Publico*, a soma do Executivo, Legislativo e Judiciário na condução política, a fim de garantir a paz e a ordem a partir de 1835.

Esse trabalho, portanto, pretende entender o uso da violência durante o segundo governo de Rosas. Nesse momento histórico, considerado a consolidação efetiva do regime rosista, se torna mais interessante observar a relação de Buenos Aires com as províncias do que propriamente a formação de um Estado Nacional como se entende atualmente, já que a preocupação de Rosas estava em garantir a unanimidade política e a manutenção de seu poder por meio da institucionalidade, da burocracia. Além disso, atrelar a violência ao processo de organização estatal nesse contexto é se aproximar de uma historiografia que por anos procurou explicar a consolidação política latino-americana pós independência nesse viés, focando, por vezes, no papel exitoso dos *caudillos*, o que, ao longo da pesquisa, se mostrou um caminho distante da produção historiográfica revisionista argentina. Dessa forma, pretende-se observar as relações políticas que Rosas estabeleceu com as províncias do Rio da Prata diante do uso de elementos visuais, linguísticos, gráficos, políticos e ideológicos a partir de Buenos Aires entre 1835 e 1840.

No segundo governo a postura rosista foi de buscar a ordem republicana e a unanimidade federal, conforme comenta Jorge Myers em “*Orden y virtud*” (1995). Assim, fazer com que as províncias e a sociedade de Buenos Aires mantivessem apoio à causa federal eram os esforços do governo que contou com censura, símbolos, festas e demonstrações públicas de adesão ao federalismo. A ideia de consenso em Buenos Aires foi desenvolvida por meio do seguimento ao líder nos âmbitos público e privado e com a ajuda dos seguidores, associados ou não, à *Sociedad Popular Restauradora*. Além disso, o braço armado desse grupo, *La Mazorca*, fez com que as ruas tivessem um clima de tensão principalmente em 1840, perseguindo os considerados inimigos, denunciando possíveis partidários do unitarismo, afirmando a violência política no âmbito privado. Nos documentos oficiais e nos jornais que se mantiveram em circulação, as expressões “*Mueran los salvajes unitarios*”, “*Viva la Federación*”, “*Viva el Restaurador de las Leyes*” reforçavam a opção federal, mexendo com o imaginário dos líderes e partidários do regime na cidade e nas províncias.

Por meio das imagens, atividades políticas diárias, da linguagem e da mobilização popular, o aparato governamental trabalhou para reconstruir o cenário político e as relações sociais conforme a ideia que procurou seguir. Buscaram conscientemente romper com o

passado marcado pela crise e estabelecer a base para uma nova comunidade política. Partindo deste pressuposto, a manipulação dos símbolos deu condições para a adesão ao novo regime, numa verdadeira politização dos objetos cotidianos. Os recursos utilizados não expressavam simplesmente posições políticas; eram os meios pelos quais as pessoas tornavam pública suas posições políticas, possibilitando a adesão, a oposição e a indiferença ao inimigo, que no caso rosista foram os unitários, membros da facção contrária ao federalismo, mas também, ao longo do tempo de governo, os que se posicionavam contra Rosas ou contra a federação. Dessa maneira, a busca pelo consenso em Buenos Aires por meio da manipulação dos símbolos e politização de objetos constituíram um campo de luta política diante de uma sociedade pouco letrada em meados do século XIX.

Somado a isso, a presença de grupos armados fortaleceu a busca pelo consenso no âmbito social. Registros apontam que, principalmente em 1840, a atuação de *La Mazorca* saiu da esfera governamental e partiu para o uso da força em nome da causa federal numa situação desmedida. O que começou com o fomento do próprio Rosas na eliminação dos inimigos, se tornou símbolo de terror e medo pelas ruas de Buenos Aires.

Para entender melhor a importância desse braço armado, destaca-se a ideia de cidadania em armas, desenvolvida pela historiadora argentina Hilda Sabato (2008, p. 231). De acordo com a autora, “as milícias foram uma força militar concreta, que podiam atuar nas disputas políticas” (tradução livre), caracterizando-se como uma força personalizada que, por vezes, dispensava a institucionalidade necessária, já que a adesão e/ou fidelidade à causa armada se pautava no apadrinhamento, garantia de proteção e cidadania. A ideia de participação política por meio das armas fez com que grupos como *La Mazorca* no período rosista contribuíssem para o uso da violência como forma de manter um cenário unânime de adesão à causa do governo.

Se principalmente na cidade de Buenos Aires os recursos apresentados procuraram desenvolver o consenso à causa federal na esfera pública e privada, em um contexto de valorização da soberania provincial dentro do projeto federal, é interessante pensar de que maneira Rosas conseguiu o apoio de todos os líderes províncias a partir da cidade de Buenos Aires por tanto tempo, sem o recurso da Constituição ou da organização do Estado, comumente utilizados como característica de ordem política.

Rosas consolidou sua hegemonia durante o largo período em que se manteve no poder com a *Suma de Poder Publico*, colocando em prática – e às vezes impondo – algumas medidas utilizadas por governos anteriores e implementando outras, fruto dos acontecimentos do passado que o governo procurava responder. A *Suma*, dada a Rosas via plebiscito,

permitiu o endurecimento da política do terror na cidade de Buenos Aires e nas províncias, que ainda contavam com alguns focos de organização unitária durante o segundo governo.

Na ordem provincial, os conflitos com os considerados inimigos foram permanentes durante quase todo o período. A organização federal de certa forma oficializada com o Pacto Federal de 1831 estabelecia, *em teoria*, a soberania e independência das províncias, exceto nas relações exteriores, atrelada a Buenos Aires. Ainda que Rosas defendesse a autonomia das províncias, algumas cartas escritas de próprio punho refletem o modo pelo qual ele criou um poder de fato através de uma complicada rede de relações, barganhas, fofocas, intrigas e acordos que lhe permitiu o controle sobre os governos provinciais. Por si só essa postura chama a atenção para o sistema político utilizado nesse contexto, pautado no título de “Confederação”, mas com aspectos marcadamente federais de intervenção provincial por meio de correspondências e força armada. De toda forma, esses dispositivos permitiram combinar a ideia de consenso à ordem federal com apoio pessoal dos governadores, dos *caudillos* e de pequenas lideranças, utilizando-se da violência e da coerção para acabar com a ideia do unitarismo.

Em algumas correspondências destaca-se a fala de Rosas, governador de Buenos Aires, como um presidente em casos de governo republicanos, com palavras e pedidos que permitem perceber essa complicada e desigual relação interprovincial. Como exemplo, em uma carta ao senhor Estanislao Lopez, governador da província de Santa Fé, em 7 de março de 1836, Rosas comenta que as eleições dos governadores de La Rioja e Catamarca pareciam “acertadas” e que não deveriam demorar muito no reconhecimento dessas nomeações para que fossem publicadas no diário *La Gaceta Mercantil* em Buenos Aires. Na mesma carta, Rosas reclama do extravio das correspondências e aponta certa frequência dessa situação entre os governos do interior, dos quais ele mesmo comenta que precisa aumentar notavelmente o trabalho que “já é árduo”. Tendo em vista que as províncias do interior possuíam certa adesão às ideias unitárias, justifica-se o aumento de trabalho do líder nesse momento. Ainda nesse medo, Rosas comenta da necessidade de eleições em Córdoba a fim de manter a causa federal. Ele entende que para pavimentar essa decisão e impor o quanto antes aos eleitores o nome do qual defende, seria preciso um artigo editorial na *Gaceta* comunicando aos habitantes da província a importância dessas eleições e a opção de um cordobês “digno do posto que ocupa” já que agiu com amor e respeito aos compatriotas e com os demais governos da república (TERNAVASIO, 2005).

Ainda observando algumas cartas, em 28 de maio de 1837, Rosas escreve a Alejandro Heredia, de Tucumán, sobre o decreto do que ele chama de “guerra al Cholo”, o manifesto

que o justifica e o interesse na circulação nesses documentos para fins de adesão popular. Rosas comenta ainda que “sem dúvidas” a vitória virá com dignidade, crédito e respeito e segue a carta advertindo que por trás das aspirações territoriais envolvidas no conflito, se encontram os principais dirigentes do unitarismo. O conflito no qual a carta se refere é contra o general Andrés “Cholo” Santa Cruz, autoridade governamental da Confederação Peru-Boliviana, que Rosas enfrenta entre 1837-1840 pela posse de terras ao norte. Como representante das relações exteriores das províncias, foi o próprio Rosas que declarou guerra à região e convocou os governadores em nome da causa federal.

Por isso, Rosas escreve uma série de cartas para Heredia, entre maio e julho de 1837, para que o governador de Tucumán se cuide das ameaças unitárias e que seja mais entusiasmado com o espírito da Federação e da causa federal. Na carta de 16 de julho de 1837, Rosas comenta que “é de absoluta necessidade que em seus ofícios e proclamas e em todos os atos oficiais soe sempre a Federação com ânimo, procurando mencioná-la quantas vezes seja possível” (tradução livre) e mesmo que pareça algo violento, é preciso seguir porque é “diante da generalidade do Pueblo que a Federação se torna uma ideia que ocupa e mexe com o coração de quem fala” (tradução livre). Para isso, seguindo o texto, Rosas aponta para o uso de expressões como “todo argentino federal, los buenos argentinos federales, todo patriota federal”, porque a ausência do adjetivo federal torna a expressão “ambígua e suspeita” denotando unitarismo.

Em uma primeira análise, é possível perceber o uso do principal jornal de circulação do governo, *La Gaceta Mercantil*, como meio de controle político e manutenção do poder de Rosas nas províncias. Além disso, a firmeza na escrita e na convicção das palavras utilizadas para demonstrar seu poder chamam a atenção, fazendo com que o líder permita ser classificado como um grande articulador político, a ponto de interferir nos discursos e documentos oficiais dos governadores a fim de garantir a adesão à causa federal. Esses exemplos denotam também que o uso da violência e da coerção foi um importante motor durante o governo rosista, ajustando as relações políticas entre as províncias e afirmando o federalismo como ideia maior para garantir a ordem territorial. A adoção de medidas que fortalecessem esse uso pode ser considerada uma resposta à instabilidade política que assolava a região desde a década de 1820. Também é possível pensar esses aparatos dentro da história das províncias diante da formação das fronteiras e da consolidação de seus governos, situações que nos contextos envolvidos, apresentaram a violência como um caminho para o cumprimento de determinados desejos políticos.

Ainda que essas visões se façam presente e sejam legítimas diante do constante recorrência às armas e à violência na vida política argentina do século XIX, Hilda Sabato, no livro *“Buenos Aires en armas”* (2008), chama a atenção para o fato de que este é um tema pouco estudado pela historiografia argentina, e quando o é, as análises são superficiais e quase sempre preconceituosas. Para esclarecer, a autora se baseia em uma suposta tendência latino-americana à anarquia e à desordem política, causada pela imaturidade ou por uma determinada herança política. Neste contexto, guerras civis, revoluções, golpes de Estado e crimes políticos são entendidos como evidências de uma trajetória traumática para a governabilidade e para a consolidação dos Estados Nacionais. A origem dessa interpretação estaria, por exemplo, numa suposta natureza ou “cultura autoritária” que teria raízes na herança da colonização ibérica.

Ao colocar foco no problema da violência, Sabato problematiza a questão da disputa entre as províncias e Buenos Aires no período de formação do Estado Nacional argentino, discutindo o papel central conferido à nação por uma historiografia nacionalista que durante muito tempo analisou a história da América no século XIX unicamente a partir deste viés. Essa historiografia considerou os episódios revolucionários como interrupções no caminho progressivo que resultaria na consolidação do Estado nacional, o que deveria implicar uso massivo de coerção do governo e violência por parte de autoridades locais.

A partir dessas ideias, o fato de que após as revoluções de independência tenha se iniciado um longo período de conflitos e experiências de formação de nações - durante os quais o poder estatal se mostrou fraco ao fazer uso da força -, foi interpretado como obstáculo ou resistência à construção do Estado Nacional, ou como caos que demonstrava a incapacidade da região de alcançar civilizadamente o progresso. Tais ideias questionam o caráter especialmente violento da história latino-americana, demonstrando que a região não foi mais ou menos violenta que outras do mundo. Além disso, mostram a importância do olhar para o contexto a fim de entender as características específicas das violências, mostrando a violência como resposta aos acontecimentos e não motivadora principal dos mesmos. Dessa forma, se torna possível descolar a história de formação do Estado Argentino dos atos puramente violentos, entendendo que parte dos levantes e do aparato de força que foi utilizado respondeu à demanda de ordem e estabilidade desejada pelas facções no contexto de suas atuações.

Encaixando essas ideias no cenário do segundo governo de Rosas, é possível pensar que o uso das violências foi utilizado para estruturar o Federalismo rosista, mas também para coibir as ações dos inimigos, restringir o crescimento de ideias contrárias ao plano de

governo, trabalhar junto à sociedade de Buenos Aires, garantir a ordem republicana e federal entre as províncias. A consolidação da ordem passou longe da herança republicana embasada na participação popular e da “coisa publica” romana no qual o próprio Rosas se baseou e pautou-se no enaltecimento do líder, da causa e nas violências

Diante de um governo que se utilizou de ações e palavras com significados adversos, é possível entender a importância da experiência rosista para as províncias em busca da organização da República em meados do século XIX. O que se viu entre 1835 e 1852 foi o fortalecimento de um governo inteligente, articulador e focado em mudar o cenário político, marcado por um passado repleto de Constituições fracassadas, de acordos desobedecidos, de instabilidade política e construção tardia da união das províncias. Contou-se com a violência pela conquista da ordem através de um processo novo, porém carregado de heranças políticas e históricas que contribuiu para certo amadurecimento político entre as províncias.

Referências Bibliografia:

- CAPASSO, Verónica. El discurso visual durante el régimen rosista: imbricaciones entre lo público político y lo privado. In: VI JORNADAS DE INVESTIGACIÓN EN DISCIPLINAS ARTÍSTICAS Y PROYECTUALES, La Plata. **Anais...**, 2012.
- DI MEGLIO, Gabriel Marco. *¡Mueran los salvajes unitarios!:* a Mazorca en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. **Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político.** Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- MANSILLA, Lucio V. Rozas. Ensayo histórico-psicológico. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1925, p. 124. IN: FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELDMAN, Jorge Daniel. **Juan Manuel de Rosas: La construcción de un liderazgo político.** Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 25.
- GONZÁLEZ, Pilar. **Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: lãs sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862.** 2a ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- GOLDAM, Noemí. Los orígenes del Federalismo rioplatense (1820-1831). In: **Revolución, República y Federación (1806-1852).** Buenos Aires: Sudamericana, tomo 3, p. 105-124.
- LYNCH, John. **Caudillos en Hispanoamérica 1800-1850.** Madri: Editorial Mapfre, 1993.
- MYERS, Jorge. **Orden y Virtud.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.
- SALVATORE, Ricardo. Fiestas Federales: representaciones de la República en La Buenos Aires rosista. In: Entrepasados: **Revista de História**, ano VI, n. 15, 1994, p.45-68.

TERNAVÁSIO, Marcela. **Historia de la Argentina**. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

TITTO, Ricardo J. de (comp). **El pensamiento de los federales**. Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

ZUBIZARRETA, Ignacio. **Unitarios**. Historia de la facción política que diseñó La Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

A visão de "Brasil" nas campanhas políticas de Jânio Quadros: concepções e formulações de identidade (1953-1961)

Luis Eduardo Bove de Azevedo

Mestrando em História

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

luis.azevedo@gmail.com

Resumo: Jânio da Silva Quadros foi um político brasileiro que teve grande parte de sua vida inserida na atividade pública. Foi eleito presidente do Brasil em outubro de 1960, assumindo o cargo em janeiro do ano seguinte. Em meio a um ambiente de instabilidade social desde a década de 1950, o Brasil vivenciava um novo cenário político, ainda sob os reflexos do suicídio de Getúlio Vargas (1954). Diante disso, as disputas eleitorais nas décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo uso, de sua parte, de recursos como slogans e jingles eleitorais, que se tornaram muito populares na sociedade por apresentarem uma visão de Brasil identificada, sob a óptica de Quadros, contrária à bandalheira, à corrupção, aos privilégios dos mais ricos e à desesperança da população. Neste sentido, Jânio procurava divulgar uma imagem de si como capaz de combater e “varrer” estes problemas da nação brasileira, trazendo, por sua vez, uma nova esperança e moralidade. Dessa forma, recursos como o jingle “Varre, varre, vassourinha” apresentam a ideia formulada por ele acerca da concepção do que deveria ser o Brasil sob o seu governo. Muito além de apenas sair vitorioso, o objetivo das suas campanhas era, também, propagar ideias de nação por ele formuladas, presentes até os dias de hoje em estratégias eleitorais. O intuito desta pesquisa, portanto, é compreender como as campanhas políticas de Quadros e os mecanismos por ele adotados representam uma nova concepção de identidade nacional, e como os estudos de sua trajetória permitem compreender os discursos políticos em torno desta específica ideia de nação.

Palavras-chave: Jânio Quadros; Nação brasileira; Século XX.

Introdução

A política brasileira entre os séculos XIX e XX guarda inúmeras peculiaridades. Tendo iniciado em 1889, com o fim do período monárquico (1822-1889), a República Brasileira foi proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto fruto da crise da Monarquia e do escravismo brasileiro, essencialmente após a Guerra do Paraguai, findada em 1870, e das crises de caráter religioso, militar e econômico.

O historiador Marcos Napolitano, neste sentido, nos apresenta um breve resumo do contexto republicano do início do século XX, marcado por divergências ideológicas e políticas. Segundo ele:

De fato, a história da República no Brasil envolve múltiplos processos, eventos e personagens que, muitas vezes lutando por um mesmo objetivo – a modernização das estruturas arcaicas legadas pelo passado – encontraram caminhos ideológicos e políticos diferentes para alcançá-lo: mais à esquerda, mais à direita, mais radicais, mais conciliadores, mais democráticos ou mais autoritários, mais inclusivos ou menos inclusivos. (NAPOLITANO, 2017, p. 8).

Assim sendo, é inegável que a República Brasileira, que passou por governos militares logo em seu início (com Deodoro da Fonseca e, posteriormente, Floriano Peixoto, entre 1889 e 1894), seguida de governos oligárquicos, nos quais os grandes proprietários de terras se revezavam na presidência do Brasil (naquela que ficou conhecida como a *República das Oligarquias*, entre 1894 e 1930), serviu aos interesses políticos e econômicos de determinadas camadas sociais, especificamente daquelas mais abastadas.

Neste cenário, é notável o uso de estratégias políticas de *marketing* eleitoral através da visão que determinados candidatos possuem daquilo que é o Brasil e, conseqüentemente, daquilo que o Brasil virá a se tornar a partir de sua eleição: em nosso caso, analisaremos as medidas adotadas por Jânio Quadros em suas campanhas à prefeitura e ao governo de São Paulo, em 1953 e 1954, respectivamente, e à presidência da República, entre os anos de 1959 e 1960, cujos símbolos e práticas estão associados à construção de sua figura pública.

Diante disso, procuraremos destacar como a sua imagem compreendia o Brasil e de que forma a sua visão de nação foi formulada e divulgada em suas campanhas, pensando-se na concepção de nacionalismo projetada a partir da iconografia por ele utilizada, como, por exemplo, na criação de *slogans* do tipo “Tostão contra o milhão”, em 1953, e na associação de símbolos às práticas políticas, sobretudo na figura de sua vassoura, que deveria “varrer a corrupção” do país, utilizada desde a campanha ao governo do Estado de São Paulo, em 1954.

Neste cenário, é essencial apresentarmos, mais detalhadamente, o ator principal deste trabalho: Jânio da Silva Quadros (1917-1992) foi um dos grandes nomes da política republicana brasileira. Nascido em Campo Grande (atual Mato Grosso do Sul), este paulista de Mato Grosso (BENEVIDES, 1981, p. 12) teve uma participação política significativa na sociedade brasileira, tanto para vereador, deputado estadual, prefeito da cidade de São Paulo e governador do estado paulista, sendo que a sua vida pública foi marcada por uma rápida ascensão, chegando à presidência do Brasil nas eleições ocorridas em outubro de 1960.

Através de seu personalismo político, Quadros conseguiu trazer para perto de si o apoio e a simpatia de diferentes camadas sociais, sobretudo graças à sua habilidade em ressaltar, criticar e, de forma eloquente, apontar os problemas que o cercavam, sejam eles de ordem social, política ou econômica, em busca do apoio no jogo político.

A carreira política

Quando, em 1953, candidata-se à prefeitura de São Paulo, utiliza-se do *slogan* que ficou conhecido como o “Tostão contra o milhão”. Por meio dele, argumentava que “[...] tem ou não tem razão o homem da rua quando diz que quem rouba um tostão é ladrão, quem rouba um milhão é barão?” (BENEVIDES, 1981, p. 13).

Com a expressão utilizada em sua campanha, Jânio criticava a tradição política brasileira, baseada na concentração de riquezas nas mãos de grandes proprietários de terras e dos barões de café, sobretudo da região sudeste do país. Tem-se que a formulação desta expressão buscou, além dos aspectos supracitados, apresentar uma aproximação às camadas mais populares da sociedade, em consonância com a transmissão de uma imagem que se desejava ter do Brasil: antes de tantos outros problemas, o país deveria se tornar livre das amarras da concentração do poder, por meio da valorização da população menos favorecida social e economicamente, em conjunto com o fim da corrupção e dos privilégios dos mais ricos.

Sob tal popularidade, Quadros foi eleito prefeito de São Paulo e, com todo o apoio que recebeu, encabeçou uma nova candidatura, desta vez para o governo do Estado de São Paulo, no ano de 1954. Concorrendo com um de seus opositores diretos, o paulista Ademar de Barros, nesta campanha Jânio lançou um novo *slogan*, conhecido como “Não desespere, Jânio vem aí”, além de um *jingle* eleitoral que ficaria muito conhecido e seria repetido, também, nas eleições para a presidência, em 1960: Varre, varre, vassourinha.

Em sua campanha ao governo do Estado de São Paulo, Jânio se aproveitou de sua popularidade e do apoio que ganhava da sociedade. Através de uma visão de Brasil ligada ao popular, ao humilde, ao simples, ele construiu toda uma campanha que o levaria à vitória. A forma como se vestia, como discursava, bem como as suas atitudes em público nos dão a ideia do Brasil visto por Jânio Quadros: uma nação carente, subjugada às mazelas sociais, que necessitava de uma personalidade que transformasse a situação da população – e, como ele próprio esperava, esta pessoa viria a ser ele.

No que concerne à sua campanha para a presidência do Brasil, realizada entre 1959 e 1960, é importante destacar a organização de um grupo de simpatizantes, então denominados de Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que surgiu a partir do idealismo de funcionários, estudantes e velhos combatentes de partidos políticos, em busca de uma organização que se pretendesse apartidária em apoio a Jânio Quadros. (QUELLER, 2010). Fundado no dia 20 de abril de 1959, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro, o Movimento também marca o lançamento oficial da campanha

janista para Presidente do Brasil, com Juarez Távora como seu patrono e Carvalho Pinto como presidente de honra do movimento. (ARAÚJO, 2009).

Paulo Markun e Duda Hamilton elucidam, em seu livro “1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil”, algumas das práticas realizadas por Quadros em meio ao grande público, o que o colocava enquanto mais próximo das pessoas e dos problemas do cotidiano. No excerto abaixo, observamos alguns destes exemplos:

Tomava injeções em público, simulava desmaios, comia sanduíches de mortadela e muita banana. O final era sempre o mesmo: saía de cena nos braços da multidão, que lotava as praças com vassouras e velas acesas, não importando o frio ou o horário, muitas vezes tarde da noite.

Os discursos tinham o molho adicional de seu português precioso, de sílabas escandidas. O visual era outra arma infalível: paletós escuros surrados e amassados, cabelos compridos, os ombros cheios de caspa, barba por fazer. Enfim, um homem do povo, jamais um representante da elite. (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 33).

Neste sentido, apresentava-se como uma nova esperança ao Brasil, em busca de um país que deveria se tornar moralizado, em oposição, por exemplo, ao que ele considerava imoral: proibiu, em seus poucos meses enquanto Presidente, as brigas de galo, as corridas de cavalo e, até mesmo, o uso de biquínis nas praias.

O seu mandato como presidente do Brasil, contudo, durou apenas 7 meses, quando renunciou ao cargo de chefe do Executivo sob a alegação de que “forças terríveis” se levantavam contra ele (as quais não foram por ele reveladas até a sua morte, no ano de 1992). Em sua carta-renúncia, datada de 25 de agosto de 1961, podemos observar o seu relato acerca do Brasil que ele desejava, verificando, também, a situação do país que ele movimentava e que o movimentava:

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. [...] Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração.

[...]

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros. (MUNIZ, 2009, p. 33-34).

Tais características nos possibilitam inferir que Jânio Quadros possuía atitudes que o aproximavam bastante do povo, ou seja, a sua ascensão política resultou da forma como ele olhou para tais camadas sociais mais humildes, nelas enxergando uma possibilidade de crescer politicamente e, a partir de então, instituir medidas que fariam com que o Brasil se transformasse de acordo com a sua concepção de nação e nacionalidade.

Objetivos de suas campanhas

Partindo do pressuposto de que as suas campanhas desempenham um papel fundamental para a compreensão de muitos dos costumes e práticas de uma época, consistindo na formulação de uma identidade nacional, percebe-se que a elaboração de um discurso político, inicialmente voltado às camadas mais populares, e que depois ganharia apoio também entre os setores mais elevados da sociedade, enquanto uma narrativa acerca da História do Brasil, ganhou destaque ao longo de sua vida política.

Neste sentido, é salutar determinar quais foram os mecanismos utilizados nestas campanhas para a propagação dos ideais de nação, os quais vão desde a elaboração de frases de efeito populares (os *slogans*), a criação de músicas eleitorais (os *jingles*), até a forma como Jânio compreendia os problemas enfrentados pelo país e, de forma mais concreta, como ele acreditava que o Brasil deveria ser a partir da sua eleição.

Mais ainda, entender como as estratégias políticas adotadas em suas campanhas contribuíram para a sua rápida ascensão, associando a imagem de Quadros à figura popular do brasileiro, é uma característica fundamental para os estudos sobre a figura pública de Jânio. Sua estética (roupas abarrotadas, modo pausado de falar, barba por fazer e cabelos despenteados) nos possibilita verificar, também, que tal imagem o associaria mais facilmente ao cidadão brasileiro.

Conclusões

Apresentando-se como a personagem principal de nossos estudos, as pesquisas aqui realizadas buscam atribuir uma nova interpretação acerca da vida de Jânio Quadros, colocando-o sob o referencial dos estudos que tratam da elaboração de uma narrativa sobre o Brasil através da visão de uma figura pública.

Com isso, procuramos compreender o que tal visão representa, de fato, sobre a nação brasileira, e como ela aponta para os problemas sociais, econômicos e políticos vivenciados no país através dos textos aqui apresentados. Além de tais aspectos, buscamos analisar qual era, essencialmente, o “Brasil de Jânio Quadros”, ou seja, como as suas medidas políticas, amplamente divulgadas em suas campanhas, são reflexo de uma sociedade desigual e que, segundo Jânio, deveria se tornar moralizada e “varrida” de toda a corrupção.

Muitas vezes consideradas controversas, as atitudes evidenciadas em Jânio não foram exclusivas apenas à sua época, mas estão presentes ao longo da história da política brasileira, deixando em primeiro plano, portanto, que o caráter de contestação aos problemas sociais (tais como a corrupção, os roubos e a imoralidade) é notável e representa as críticas e exaltações através das campanhas eleitorais, construindo, dessa forma, um discurso acerca do que é e do que pode vir a se tornar o país, criando-se, finalmente, uma identidade entre povo e nação sob a óptica daqueles que a constroem.

Buscamos, assim, realizar uma escrita histórica por intermédio de tais análises, as quais se mostram de ampla relevância conceitual e possuem uma significativa contribuição para os estudos das práticas comuns à época em questão, com o intuito de compreender as atitudes de Jânio acerca da sociedade brasileira e de seus ideais de Brasil, buscados em suas campanhas ao longo da década de 1950.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Brás José de. **Movimento popular jânio quadros (mpjq)**. FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-popular-janio-quadros-mpjq>. Acesso em: 08 maio. 2019.

BANDEIRA, Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- BRANCO, Carlos Castello. **A renúncia de Jânio**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. **Jânio Quadros**: memorial à História do Brasil. São Paulo: Rideel, 1996.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.
- MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar (Org.). BRASIL. Presidente (1961). **Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.
- QUADROS, Jânio; ARINOS, Afonso. **História do Povo Brasileiro**. São Paulo: Quadros Editores Culturais, 1967. 6 v.
- QUELER, Jefferson José. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 59-84, junho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2019.

A questão indígena no Peru: Resistência e tolerância cultural nos anos 1824 a 1844

Paula Ribeiro (autora-apresentadora)
Graduada em História
PUC-MG
paulasr22@bol.com.br

Victória Ballardin (autora-apresentadora)
Graduada em História
PUC-MG

Elma Lopes Martins (coautora)¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas perspectivas referentes à questão cultural indígena no Peru no período pós-Independência, enquanto elemento relevante ao estudo da formação dessa sociedade.

Palavras-chave: Peru, Indígenas, Perspectivas.

Introdução

*Es mi Patria querida, el rincón donde nací,
a la que venero y canto cada día con amor,
desde Los Andes que cruzan avecillas hasta el mar,
pasando por la espesura de la Selva y su calor;
le canto a toda mi Patria porque en ella hay riquezas,
los corales en el mar, la minería y la pesca,
la dulzura de la caña, su sol y su primavera,
todo lo tiene mi Patria desde la Sierra a la Selva (...).*
Patria Querida, de Lilian Goicochea Ríos²

Neste artigo, busca-se apresentar a cultura como um dos elementos que contribuíram, de certa forma, para a mobilização e resistência sócio-cultural que se percebe na comunidade indígena do Peru, dado o período da pós-Independência.

Os séculos em que decorrem a colonização espanhola e portuguesa na América Latina são marcados por embates de interesses políticos e econômicos; além destes, através da nova historiografia social, compreende-se que há também embates provenientes das diferenças culturais indígenas e *criollas*/europeias pois, apesar de se miscigenarem ao longo do tempo,

¹ Graduada em História pela PUC-MG.

² Cajamarca, publicado em 25 de julho de 2016. Disponível em: http://www.cajamarca-sucesos.com/2009/fiestas_patrias/poemas_autores_cajamarca.htm#Lilian%20Goicochea%20Rios-Patria%20querida

ainda mantinham seus traços mais profundos e característicos, o que gerava diversos conflitos em meio ao processo da busca por uma sociedade mais igualitária.

O fenômeno da associação entre a cultura e a mobilização social se encontra, como veremos, tal qual um fator ou mesmo um meio de importante influência no pensamento e ações dos sujeitos históricos. A comunidade indígena peruana, assim como muitas outras comunidades nativas localizadas na América Latina, exerceu, em face da opressão e do tolerantismo das classes *crioullas* e europeias, uma resistência cultural muito significativa e que nos chega, hoje, como uma parte muito rica – e, ainda, pouco estudada - da sociedade latino-americana.

Metodologia

Para a realização deste estudo, nos dispusemos de diversas referências bibliográficas e audiovisuais, em busca de traços da resistência cultural indígena no que tange ao contexto político-social peruano, em meados do século XIX.

Procurou-se, também, dar maior destaque ao apontamento de possíveis elementos culturais indígenas que perduraram e exerceram influência em outros âmbitos da dinâmica social peruana desse período.

Consideramos, no momento da escolha do objeto de pesquisa, que poucos são os estudos feitos sobre o âmbito cultural e sua relevância ao estudo das sociedades latino-americanas e, somando este fato ao interesse pela questão indígena, em especial, do Peru após a declaração de sua Independência buscamos, então, trazer um breve estudo sobre tal âmbito em um contexto melhor delimitado espacialmente e temporalmente.

Breve conceituação sobre o papel da cultura na formação de uma sociedade:

Para compreendermos melhor a questão cultural indígena no Peru, faremos aqui uma breve conceituação da definição de ‘cultura’ e seu papel na sociedade.

Segundo Anthony Giddens³ (2005), o conceito de cultura aplicado na Sociologia pode ser descrito como “um sistema de inter-relações que conecta os indivíduos uns com os outros”. Sob o olhar histórico, é possível ainda associar o aprofundamento que o autor faz sobre este conceito:

³ Sociólogo, famoso por sua Teoria da Estruturação.

Quando os sociólogos se referem à cultura, estão preocupados com aqueles aspectos da sociedade humana que são antes aprendidos do que herdados. Esses elementos culturais são compartilhados por membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação. Formam o contexto comum em que os indivíduos numa sociedade vivem as suas vidas. A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que formam o conteúdo da cultura – como também aspectos tangíveis – os objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo. (GIDDENS, 2005, p.38)

No caso peruano dos séculos XVIII e XIX, em decorrência de seu processo histórico de mestiçagem entre os colonizadores espanhóis e seus descendentes, indígenas e negros africanos, pode-se dizer, sumariamente, que a estratificação social e a desigualdade de direitos eram grandes. Identifica-se neste contexto a necessidade do que Félix Carrillo⁴ (2009) chama de uma evolução institucional, que implica nos termos de transição e consolidação à um sistema mais democrático.

A partir de uma demanda como tal, se percebe a mobilização social. Este fenômeno, segundo o autor, é resultado de uma organização dos atores sociais e políticos que se unem em um ideal que supõe a restauração da democracia, algo que Carrillo nos traz que:

(...) entende-se por democracia algo mais que um arranjo institucional – ou, melhor ainda, se tem presente que tal arranjo necessita sustentar-se sobre uma certa trama simbólica coincidente com ele -, a questão da cultura se revela crucial para a compreensão das transições políticas. Não obstante, há que se entender o cultural, nessa ordem de reflexões, antes como uma dimensão da arquitetura sociopolítica da construção da democracia do que como um domínio autônomo ou como um reino a parte. (CARRILLO, 2009, p.33-34)

Em face das dificuldades e revoltas peruanas no período que antecede a Independência, Eusebio Soldán⁵ (2015) aponta a movimentação vivida pela sociedade, abarcando um ideário que se tornaria, futuramente, uma forma de consciência nacional:

Em médio de esta difícil situación y necesidades se fue configurando una nueva sociedade em lo étnico y biológico como em lo social; una sociedade mestiza em el amplio sentido del término como lo expresó el Inca Garcilaso de La Veja al reconocerse como mestizo. Esta nueva sociedade se desarrolló lejos de la metrópole española a pesar de la presencia de las autoridades virreinales. La distancia y las limitaciones a los nascidos aqui hicieron lo suyo; se impulso una consciência diferente – nacional – como expresó Pablo Macera (...) (SOLDÁN, 2015, p.1)

⁴ Sociólogo, Instituto de Democracia e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

⁵ Vice-presidente acadêmico da Universidad La Salle, no Peru.

Lembramos aqui, ainda, da importância da memória social, entendida também como um recurso simbólico que está relacionado às políticas culturais defendidas por Carrillo (2009). Estas, juntamente ao processo de consolidação da democracia e, portanto, da cidadania, se apresentam, segundo o autor, como um passo fundamental para a compreensão da cultura enquanto elemento ativo nas transições vividas em uma sociedade:

Essa relação consiste, em seus termos mais estritos, na possibilidade de modificar e de transformar as representações simbólicas mais gerais sobre a base das quais se organiza o regime político – o regime de poder – numa sociedade. (...). Nos dois eixos possíveis – o vínculo dos sujeitos com o Estado e vice-versa, e o vínculo dos sujeitos entre si –, a questão central e última é a da existência ou não de uma relação cidadã. (CARRILLO, 2009, p.34)

Por fim, segundo a sociologia, a cultura, em sua diversidade numa mesma sociedade – como é o caso do Peru –, faz com que haja, de certa forma, uma ampliação conceitual da cidadania, sendo esta inteirada pelos valores simbólicos e imagens que se encontrarão conceituadas como aceitáveis ou não na sociedade em sua constituição.

A visão da Independência peruana pelos crioulos e europeus:

Na visão dos crioulos, a Independência do Peru, assim como em toda a América espanhola, se “pautaria nas práticas de livre comércio, prosperidade econômica, liberdades políticas, fim das barreiras sociais e da opressão das camadas populares.” (PRADO, 1986, p.7) Os crioulos eram descendentes de europeus, mas nascidos na colônia, faziam parte de uma elite poderosa economicamente, composta de proprietários de escravos, arrendatários de minas, grandes fazendeiros e comerciantes, mas nem todos eram ricos. Aos crioulos não era permitido se ocuparem de cargos públicos, fazerem parte nas fileiras do exército, ou pertencerem a Igreja, sendo esses reservados aos espanhóis de origem, o que causava grandes descontentamentos.

A Igreja na colônia se revelou opressora e aliada da Coroa, na obtenção e a retenção de riquezas, e cobrança de impostos, o que fazia da mesma uma defensora da manutenção do sistema vigente; o baixo clero ficava de fora desses tratados, e se igualavam aos pobres da sociedade, gerando situações radicais e conflitantes. No exército, os oficiais e suboficiais tinham foro particular, que os livravam de se submeterem a justiça, mas os sem patente não eram contemplados. Na Espanha, no fim do período colonial, fundou-se academia militar para os nobres da colônia, de onde se originou alguns dos futuros líderes da Independência.

Sem poderes políticos (concentrados nas mãos dos peninsulares) os crioulos viviam em conflitos com a metrópole espanhola, as decisões eram tomadas em favor da Coroa, desfavorecendo a colônia, como o aumento da pressão na colônia toda vez que a coroa se via em dificuldades.

Para os europeus a Independência da América espanhola representaria o livre comércio, travado pela metrópole nos moldes do Pacto Colonial, o acesso as terras e aos minerais nelas contidos, matérias primas para o desenvolvimento de suas indústrias, e o mercado consumidor para escoar a produção. Bem coerente com os interesses econômicos da América espanhola e da Europa. Em meio a isto, o espírito revolucionário viria à tona:

Certamente, a Independência não teria se realizado se não tivesse contado com geração heroica e sensível à emoção de sua época, com capacidade e vontade para desenvolver uma verdadeira revolução nesses povos. (MARIÁTEQUI, 2008, p.36)

Os ideais de Independência já faziam parte do imaginário da elite crioula, mas há certos elementos que fazem avolumar essas ideias: a Constituição dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as invasões napoleônicas, direcionaram essa elite que já transitava pela Europa, estudava, tinha contatos com pensadores, com livros, com sociedades livres e a burguesia europeia, tal como mostra José Carlos Mariátequi⁶.

A visão da Independência peruana pelos indígenas

Pierre Chaunu⁷ (1973, p.11 apud GUAZZELI, 2010, p.118) já apresentava que a historiografia sobre a independência da América Latina - um dos assuntos prediletos dos autores hispano-americanos - é cercada de mitificações, tanto no que tange aos abusos coloniais quanto a influência dos chamados movimentos precursores.

Considerados como parte das "classes perigosas", os indígenas peruanos também aproveitaram o momento de movimentação da sociedade para tentar ganhar visibilidade quanto às suas demandas.

Durante o final do século anterior –XVIII–, houveram diversas revoltas das populações indígenas, como forma de resistência contra as relações de servidão. Além da

⁶ José Carlos Mariátequi La Chira nasceu em 1894 no Peru. Foi um escritor, jornalista, sociólogo e ativista político. É considerado um dos grandes nomes do pensamento marxista que surge no séc. XX na América Latina.

⁷ Pierre Chaunu foi um historiador nascido em 1923, na França. Especialista em América espanhola e história social e história religiosa da francesa durante o Antigo Regime (séculos XVI, XVII e XVIII).

questão do trabalho compulsório na colônia, em geral, essas populações tinham uma ligação muito forte com a terra e procuravam receber de volta os direitos que tinham acerca dessa questão.

Nas rebeliões que eventualmente esses indígenas promoveram foram sempre muito marcantes as reivindicações relacionadas acerca da terra, cuja perda paulatinamente comprometia a própria razão de ser dos indivíduos enquanto membros de uma comunidade (...). (GUAZZELLI, 2010, p.127)

Contextualizando, as revoltas indígenas desse período estavam envoltas em um cenário de aumento das cidades, em consequência ao grande número de pessoas que migravam visando fazer fortuna com os metais peruanos, as missões cristãs, e um sistema onde a concentração de poder estava mão dos encomenderos e da nobreza dentro das populações indígenas, como os caciques ou curacas, que possuíam privilégios dentro de suas funções (DUVAL, 2014, p.106)⁸. É importante frisar a importância que essas rebeliões tiveram para unir os dominantes, peninsulares ou crioulls, mesmo com suas diferenças, devido ao temor dos mesmos.

Voltemos então – para compreender um pouco mais – no tempo e à rebelião de Túpac Amaru, em 1780. A revolução durou poucos meses, entretanto, como visava a desestruturação da ordem colonial vigente, deixou cicatrizes profundas na história peruana e fez com que, a partir de então aqueles que detinham o poder ficassem em alerta contra qualquer movimento que ameaçasse sua existência e sua colocação no sistema:

Os representantes das ‘classes decentes’ coloniais fizeram causa comum com os espanhóis e os setores do clero preocupados com os desmandos em relação aos indígenas apoiaram o Estado, tendo-se desencadeado uma violenta repressão aos insurretos (...). (GUAZZELLI, 2010, p.132)⁹

A emancipação peruana, que deixou de lado as classes menos favorecidas, e foi uma troca de poder da coroa espanhola para as mãos da elite local, trouxe o tema do "problema indígena" para a construção da "nação peruana" pelos crioulls durante o século XIX. O primeiro motivo que dificultava a assimilação cultural entre ambos é o elemento demográfico, já que o século XIX foi o único período onde a população indígena não apenas compunha a maioria da população, mas também aumentava (Em 1795 eram 58% da população, de 1826 a

⁸ Fabio Amaro da Silveira Duval é professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

⁹ Cesar Augusto Barcellos Guazzelli é professor titular no Departamento de História e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em História da UFRS. Atua nas áreas de História da América e História do Rio Grande do Sul, com foco no período do século XIX, dentre outras áreas. É também coordenador do GT “Fronteiras Americanas da AMPUH (Associação Nacional de História).

1854, 59%, chegando a 60% durante os anos de 1830). Em segundo lugar, o caos no processo de independência não acabou com a atividade econômica indígena e esta se manteve estável, além de ainda possuírem o controle sobre uma porção considerável de terra. O último motivo é que o novo sistema político não submeteu as populações indígenas à sua burocracia, assim ainda havia autoridades próprias dessas regiões e que se mobilizaram contra a submissão total indígena, retardando esse processo. (LARSON, 1999 apud DUVAL, 2014, p. 115-116)

Em encerramento a esta análise de perspectiva, é significativo mencionar a importância que o simbólico, o que inclui de certa maneira a terra e a religiosidade, possui nesses processos. Têm-se uma noção disso quando logo no início da colonização, foi a religião o maior foco dos espanhóis na tentativa de mudar a sociedade indígena (BETHELL, 2009, p.284), e o que dá "força" aos líderes indígenas nas revoltas é justamente essa retomada ao passado incaico e seus personagens míticos que representam a resistência indígena em oposto aos colonizadores. (GUAZZELLI, 2010, p.131)

O período pós-Independência no Peru (1824-1844):

Ao falarmos da questão indígena peruana no período pós-Independência, em seu âmbito cultural, não se pode ignorar o fenômeno da *aculturação*. Considerando que a invasão espanhola provocou profundas mudanças nas comunidades nativas latino-americanas, em todos as esferas de suas relações sociais.

Percebe-se ainda a permanência da relevância que aquela sociedade atribuía à religião. Em 1822 é publicado pela imprensa peruana, *La Abeja Republicana*, o seguinte manifesto: “A religião do país deve ser a base do governo” (*La Abeja Republicana* nº24, 1822 apud MORÁN, 2010, p.50)¹⁰. Ademais, é a questão da religião que leva à outras rebeliões indígenas durante o século XIX após o processo de independência.

O Estado que surgia pós-independência procurava implantar fatores como a fim do regime de monopólios, restrições ao comércio e outros itens relacionados à produção. Além disso, queria o fim dos foros especiais do Exército e da Igreja, briga que só foi acabar, quando, ao fim do século, o Estado separou-se totalmente da Igreja e essa submeteu-se a este. (PRADO, 1994, p.17)

¹⁰ Daniel Morán é licenciado em História pela UNMSM (*Universidad Nacional Mayor de San Marcos*) e é aluno do Mestrado em História pela IDAES-UNSAM (*Instituto de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín*), em Buenos Aires.

Na educação, juntamente à religião, encontram-se pertinentes traços de aculturação, por mais que este processo tenha sido permeado por hesitações especificações contextuais. As oportunidades de ascensão social neste cenário mercantil/colonial não contemplavam a sociedade como um todo, a despeito dos espanhóis e crioulos. A autoridade dos caciques foi bastante enfraquecida, muito em função dos cabildos. Entretanto, Leslie Bethell¹¹ (2009) traz que as massas das comunidades indígenas, em decorrência deste cenário, puderam manter muitos de seus hábitos culturais:

As massas indígenas, ao contrário dos caciques, não necessitavam de motivação para preservar poder e posição social, porque não tinham poder ou posição social a preservar. Eram impedidos por proibições espanholas de adotar medidas para uma hispanização devido à sua própria pobreza e seus poucos bens e as suas lealdades muitas vezes ardorosas à sociedade indígena tradicional. (BETHELL, 2009, p.303)

Os ideias e discursos que permeavam a América espanhola, no início do século XIX davam voz à liberdade; em decorrência da estratificação político-econômica e das conturbadas relações com a Metrópole.

Todavia, como aponta Maria Lígia Prado¹² (1994), esta mesma palavra – *liberdade* - tomava diferentes conceituações naquela sociedade:

Na América espanhola, homens como Bolívar, San Martín, Mariano Moreno, Bernardo de Monteagudo, José Cecilio Del Valle e frei Tereza Servando de Mier apontavam oposições bastante claras. O mundo novo que surgia era para eles o lugar da liberdade, que se opunha à Espanha, reino do despotismo, da opressão e do arbítrio. A América era o espaço do novo, da esperança, do futuro. (PRADO, 1994, p.14)

Com os processos de Independência, os quatro vice-reinados da Colônia espanhola se transformaram em países independentes entre si. Como nos diz Galeano¹³ (2016, p.167): “A Independência não recompensou, traiu a esperança dos que tinham derramado seu sangue, os donos da terra e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto aumentava a pobreza das massas populares”.

¹¹ Historiador. Brazilianista especializado no estudo da América Latina dos séculos XIX e XX, com destaque no Brasil. É Bacharel em Artes e Doutor em História na Universidade de Londres. Atualmente, é diretor do Center of Brazilian Studies da Universidade de Oxford, na Inglaterra.

¹² Professora, Historiadora. Especializada em História da América Latina, autora de diversas obras sobre o tema, com enfoque especial sobre o século XIX. É Professora Emérita da FFLCH/USP.

¹³ Eduardo Hughes Galeano é jornalista e escritor. Nascido no Uruguai em 1940, tem em seus trabalhos temáticas da análise política e da História, além de outros segmentos literários.

Com as revoltas tanto indígenas quanto da parte dos escravos e camponeses, o Estado tentou oferecer calmarias como por exemplo quando, mais tarde, é abolido o tributo indígena e delegam a eles os direitos e deveres que cabiam ao resto de toda a população.

Mesmo com um discurso mascarado de cidadania, as elites guardavam certo desprezo pelos indígenas de modo que nada efetivo foi feito para a integração real dessas populações à sociedade. De toda maneira, como afirma Duval em referência à Larson (1999, p. 654-658):

Assim, o legado do século XIX para o Peru do século seguinte seria, na verdade, um dilema social, (...) das tortuosas experiências de construção nacional no Peru no século XIX, emergiriam, no século XX, novos movimentos indígenas capazes de se engajarem politicamente e contestar os caminhos pelos quais se propunha a modernização do Estado. (DUVAL, 2014, p.120-121)

O Peru, então, se liberta da dominação espanhola e se deixa dominar pelas relações comerciais com a Europa capitalista, já adiantada nas inovações industriais, e do seu capital monetário traduzido nos empréstimos dos banqueiros de Londres.

Em Londres foram criadas mais de quarenta sociedades anônimas interessadas em explorar os recursos naturais, minas, agricultura e os serviços públicos, e no ano de 1836 fundou-se 48 bancos, em terras britânicas, para os assuntos financeiros com a América. As ferrovias partiram da Inglaterra para a América para levar progresso e também levar dependência do capital inglês.

O livre comércio tão idealizado transformou-se em intenso aumento das importações, importava-se entre outras coisas o luxo das classes abastadas, e os governos contraíam empréstimos que sempre geravam a necessidade de novos empréstimos, os países hipotecavam de antemão seus destinos, alienavam a liberdade econômica e a soberania política (GALEANO, 2016, p.278).

Maria Ligia Prado também diz sobre o período que segue à Independência:

A independência do Peru levou-se tempo para consolidar, a dominação social permanece, a escravidão não desaparece, e o indígena é mantido fora do processo de independência. A dependência econômica continua impostas pelo capitalismo do comércio internacional, em primeiro momento a Inglaterra mantém esse controle, depois entra em cena os EUA. (PRADO, 1986, p.2)

Levando-se em consideração que a Independência atendia primeiramente dos interesses das classes mais altas, a questão indígena, de maneira geral foi suplantada por tais interesses.

Segundo Bethell (2009), as proibições feitas pelos espanhóis aos índios somavam-se ao aspecto conservador destes últimos. Os incas peruanos são um exemplo disto. Em seus elementos culturais mais característicos, residiu visível resistência, como o autor salienta:

A própria comunidade indígena era uma instituição conservadora, o que dificultou a aculturação. A nostalgia dos esplendores desaparecidos do passado nativo era mais característica das cidades do Peru do que do México, pois os governantes incas continuavam a ser lembrados no teatro, nos cenários, nas descrições e na retratação da vida do antigo império inca. (BETHELL, 2009, p.303)

Relacionando também a geografia física do território peruano, temos que o fato de a Cordilheira dos Andes ter sido de difícil acesso aos colonizadores contribuiu para resistência cultural:

As sociedades populosas e organizadas das montanhas mexicanas e andinas resistiram valentemente à conquista espanhola, mas sucumbiram relativamente intatas. Caíram nas mãos espanholas com suas estruturas internas e suas instituições ainda em vigor, pelo menos no âmbito local. Isso significou que raramente as famílias indígenas e os índios individualmente entravam em contato direto com os espanhóis. (BETHELL, 2009, p.306)

Sobre isso, Bethell (2009) ainda complementa que:

(...). Assim, as regiões montanhosas e as planícies, devido às suas condições climáticas diferentes e devido aos diferentes tipos de sociedade nativas que abrigavam, podem ser amplamente distinguidas com relação à história dos índios sob o domínio espanhol. (BETHELL, 2009, p. 307)

Conclui-se que, por mais que grandes transformações tenham sido causadas pelos colonizadores espanhóis, os indígenas protagonizaram uma tal resistência cultural que tem seus traços em evidência desde os primeiros séculos da colonização até os dias atuais, sendo os planos de vida individual, familiar e comunitária os que mais se destacam quanto à essência cultural incaica ainda presente, como traz Bethell (2009):

(...). Mas os sobreviventes das aldeias apoiavam uns aos outros na resistência à mudança. Mantiveram, tanto quanto puderam, suas próprias formas de atividade na cultura, no vestuário, na vida diária, na alimentação e nos costumes locais. Evidentemente, é um erro conceber o que aconteceu na América indígena exclusivamente em termos do que sobreviveu e do que não sobreviveu. Estamos lidando com um conjunto de relações, dentro do qual mera sobrevivência é apenas um dos aspectos importantes de qualquer traço. Outros são o local desse traço na configuração total, sua origem e significado, ênfase ou não- ênfase posta nele e sua convergência, ou interação ou desligamento com respeito a outros traços. Essas questões, e as modificações de todas elas a tempo, ainda estão nos primeiros estágios de entendimento. (BETHELL, 2009, p. 308)

Ainda se faz necessário que haja um diálogo maior entre áreas como a Sociologia, a Antropologia e a Geografia com a História, para que as pesquisas na linha sociocultural tenham continuidade e alcancem um número maior de sociedades latino-americanas. Na historiografia, como pudemos perceber, temos também ideias e metodologias que, advindas de seu tempo, muitas vezes refletem um “embate” e necessitam ser analisadas e complementares, para um melhor aprofundamento dos estudos. Elementos como a música, a poesia, a literatura e artes visuais podem em muito contribuir para o enriquecimento da perspectiva histórico-cultural.

Considerações Finais

Este estudo possibilitou uma maior compreensão da importância da esfera cultural nas relações político-sociais e sua contribuição para a formação da identidade e especificidades encontradas no Peru, país este que é resultado da interligação de diferentes visões de mundo e que, ainda assim, possui uma tal singularidade cultural que nos impressiona e encanta.

Ressalta-se que este estudo tem potencial para ser levado adiante pois, muitas são as questões indígenas – e mesmo culturais – que tiveram importantes contribuições à História político-social das nações latino-americanas, visando maiores complementações ao debate sobre as sociedades da América Latina do século XIX.

Abstract: This article has aimed to present some perspectives referring to indigenous cultural question in Peru in the post-Independence period, as a relevant element for this society's studying.

Keywords: Peru, Indigenous, Perspectives.

Referências Bibliográficas

BETHELL, Leslie (org.). A aculturação. In: **América Latina Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2009. VOL. 2, P.300-308.

_____. A religião. In: **América Latina Colonial**. vol. 2. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 284-287.

CARRILO, Félix Reátegui. Memória Histórica: O papel da cultura nas transições. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, 2009, p. 32-35.

DUVAL, Fábio Amaro da Silveira. **Os movimentos e povos indígenas e a politização da etnicidade na Bolívia e no Peru**: das etnogêneses às esquerdas no poder. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo: L & PM Pocket, 2016.

GIDDENS, Anthony. Cultura e Sociedade. In: **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005. p. 38-44.

GUAZZELLI, Cesar Barcellos. A crise do sistema colonial e o processo de independência. In: **História da América Latina: Cinco Séculos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 118-133.

MARIÁTEQUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORÁN, Daniel. "Sem religião não pode haver Estado algum" - O fenômeno religioso e a ideologia providencialista no Peru durante as guerras de independência, 1810-1825. In: **CSOnline** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 11, 2010.

ORELLANA, Juan Eduardo Moron. La Independencia del Perú: Antecedentes, sus impactos y el bicentenario. In: **Cultura, Ciencia y Tecnología**. [online] ASDOPEN – UNMSM, n. 2, p. 3 -13, 2012.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994. 11ª ed.

_____. **A formação dos Estados Latinos Americanos**. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.

SOLDÁN, Eusebio Queiroz Paz. **La Independencia del Perú como resultado de um processo histórico**. [online]. Universidad La Salle, 2015.

ST 08
**Poder e fé na Antiguidade
Tardia e na Idade Média**

Tomás de Aquino e o discurso em relação ao ornato exterior feminino

Cícera Leyllyany Fernandes de Lira Freitas Müller¹
Mestranda em História
UFES
cissal.muller@gmail.com

Resumo: Tomás de Aquino, um dos maiores pensadores da escolástica medieval do século XIII, exerceu um forte discurso referente as normas de conduta esperada da sociedade ocidental cristã. Em sua obra, Suma Teológica, no Tratado sobre a Temperança, o Aquinate dedica a Questão 160, 168 a virtude da Modéstia, mas a Questão 169, que também fala sobre o assunto, se debruça mais especificamente sobre a problemática do ornamento no que tange ao ornato exterior das mulheres. Essas, que eram consideradas pelo mesmo como, “machos imperfeitos”, deveriam se trajar de maneira simples e discreta para não instigarem o pecado da lascívia nos homens. Pretendemos nesse artigo evidenciar de maneira breve a fala do Aquinate para justificar o impedimento dos adornos nas vestimentas femininas e como essas, dentro do possível, aplicavam essas normas em seu dia a dia.

Palavras-chave: Tomás de Aquino, Discurso, Mulher, Ornamentos.

Abstract: Tomas de Aquino, one of the greatest thinkers of the medieval scholasticism of the thirteenth century, had a strong discourse concerning the standards of the conduct expected of the Western Christian society. In his work, Summa Theologia, in the Treaty on Temperance, Aquino dedicates Question 160, 168 to the virtue of Modesty, but Question 169, which also deliberates on the subject, focuses more specifically on the matter of ornament in women's outer adornment. Those, who were considered by him as "imperfect males," should dress in a simple and discrete manner so they do not instigate the sin of lust in men. We intend in this article to briefly evidence the speech of Aquino to justify the impediment of adornments in women's clothing and how, as far as possible, they applied these norms in their day to day.

Keywords: Tomas de Aquino, Speech, Woman, Ornaments.

Vários historiadores medievalistas apontam que o século XIII, foi um período de profundas transformações sociais, econômicas e religiosas na Europa ocidental. É nesse espaço temporal que o velho mundo vai começar a abandonar suas características rurais e vai aos poucos, se urbanizar. Simultâneo a isso, as feiras de produtos e alimentos ficaram cada vez maiores, transformando vilas em grandes centros comerciais, culturais e religiosos. As Universidades, filhas desse período de profundas transformações, modificaram a dinâmica social europeia fazendo com que os intelectuais da época, em sua grande maioria ligados à

¹ Bolsista FAPES.

Igreja, discutissem métodos que reafirmassem os dogmas cristãos. Essas grandes corporações intelectuais, caminharam junto com o contexto de criação das corporações, próprio do século XIII, como afirma Jacques Le Goff (2016), tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da teologia cristã, que com o auxílio de outros saberes, comprovassem as verdades cristãs como únicas e verdadeiras e para tal, a criação do método escolástico foi de grande valia.

Carlos Arthur Ribeiro Nascimento (2011), em *Um mestre no ofício* nos fala que Tomás de Aquino (1224-1275), nasceu em um período de profundas transformações sociais, principalmente no que tange, como ele mesmo coloca, a indústria da construção, ou seja, as organizações de ofícios, como pedreiros, carpinteiros, mestres de obras e tantas outras profissões que cresceram e se organizaram como escolas de aprendizagem. O autor ainda afirma que Aquino pode ser considerado como um grande arquiteto das ideias, e faz uma comparação entre a estrutura de sua maior obra, a saber, a *Suma Teológica* e as fabulosas catedrais góticas. Pensamento similar é feito por Erwin Panofsky (1991, p. 4-15), em *Arquitetura Gótica e a Escolástica*, mas a comparação não é destinada diretamente a obra máxima do Aquinate e sim ao gênero literário que ela representa. Afinal, a *suma*, é própria da escolástica medieval do século XIII, mesmo período em que segundo ele, houve o apogeu do estilo gótico nas grandes cidades de Chartres e Soissons. Para ele esse gênero literário e a arquitetura gótica partilham de características análogas no tocante a suas fases iniciais, comungando do mesmo período inicial e da mesma complexidade estrutural.

Oriundo de família bem abastada da região situada entre as cidades de Roma e Nápoles, Tomás de Aquino nascido no castelo da Roccasecca, era o caçula dos quatro filhos homens da família, mas possuía ainda cinco irmãs. Desde idade muito tenra, cinco anos para sermos mais exatos, o menino Aquino foi mandado para a abadia de Monte Cassino na condição de oblato e lá permaneceu até seus quinze anos aproximadamente, mas após a morte de seu pai, sua mãe Teodora, mandou seus filhos mais velhos raptarem o jovem Tomas o encarcerando no alto de uma torre e urdindo planos a fim de que ele desistisse da vida monástica, mas isso não aconteceu, ele resistiu a todos os artifícios engendrados por sua genitora e se tornou um dos maiores nomes da teologia cristã e principal representante da Escolástica medieval (NASCIMENTO, 2011).

Possuidor de uma vasta obra, a *Suma Teológica* de Tomás de Aquino é uma das mais utilizadas no meio acadêmico, principalmente nos cursos de História e Filosofia, mas também há trabalhos que a utiliza na área da Educação, Psicologia e Direito, isso porque ela possui

uma gama de assuntos que foram abordado pelo seu criador. A *Suma teológica* de Aquino é dividida em três partes: a primeira versa sobre Deus e sua natureza divina; a segunda fala sobre o Homem e sua moral e está dividida em duas partes longas e desiguais; a terceira se debruça sobre Jesus Cristo e os sacramentos. Importe ressaltar que, de acordo com Martinho Grabmann em *Introdução a Suma teológica de Tomás de Aquino* (1944, p. 133-156), Aquino faleceu em 1275, antes de terminar a escrita dessa terceira parte. Ele escreveu da Questão 1 até a 90, e foi Reginaldo de Piperno, um de seus discípulos e secretário por anos, que escreveu o restante da obra, porém, essa parte que ele escreveu por completo é chamada de Suplemento. Acreditamos que apesar disso, o *Suplemento* é digna de ser considerada como ressoante do pensamento do Aquinate, pois Piperno é sempre referenciado como um de seus pupilos mais fiéis a linha de raciocínio. É comum que para obtermos uma compreensão adequado das ideias expostas na obra tenhamos que recorrer a leitura de outras questões espalhadas pelos seus três volumes, divididas geralmente em cinco livros, cada um com aproximadamente oitocentas páginas.

Mesmo que nosso objetivo principal seja a análise do discurso tomista em relação ao uso dos adornos exteriores femininos, não há como fazer isso de modo coerente se não levarmos em consideração a complexidade da *Suma Teológica* no tocante as conexões que as questões fazem entre si. Por isso, para alcançarmos nosso propósito, elencamos três questões que julgamos as mais eficazes para expor o pensamento do Aquinate em relação aos adornos exteriores das mulheres. Devemos ressaltar que é de nosso conhecimento que o tema ao qual escolhemos falar é reiterado em outras questões ao longo da *Suma*, no entanto não iremos explorar todas as possibilidades argumentativas, o que seria interessante, mas inviável para o espaço que dispomos aqui. Com tudo para não ficarmos na superfície da argumentativa de Aquino em relação ao ornato exterior feminino iremos focar em três questões situadas na segunda parte da *Suma Teológica*, começando do ponto mais abrangente da virtude, a saber, a Modéstia e afunilando para o cerne de nossa análise, as proibições impostas as mulheres quanto ao ato de se adornarem.

No segundo volume da *Suma Teológica*, no Tratado sobre a Temperança, há três questões que versam diretamente sobre o controle dos corpos e que são interligadas entre si, pois são responsáveis por controlar em nós, as ações mais fáceis de serem contidas. A primeira é a Questão 160 que fala sobre o que é a Modéstia e quais são seus objetivos; a segunda é a Questão 168 onde é abordado a atuação mais direta dessa virtude sobre os movimentos exteriores do corpo; a terceira e última, é referente a Questão 169, intitulada Da

modéstia enquanto reguladora do ornato exterior, que se debruça sobre o comportamento esperado em relação ao vestuário e aos ornamentos. Nesta última fica claro que, ora o Aquinate se refere a ornato como vestimenta, ora como adornos, botões, pérolas, broches, fitas coloridas, laços, sapatos etc., em outros momentos, na mesma questão, como penteados, maquiagens e qualquer coisa que altere a forma natural do indivíduo. A questão se desdobra em dois artigos: o primeiro, Se há vício ou alguma virtude em matéria de ornato exterior e o segundo, Se os ornatos femininos constituem pecado mortal. Focaremos aqui mais especificamente no segundo artigo que versa sobre o feminino.

Eduardo Olivera Rios (2008), nos aponta que para Tomás de Aquino a Modéstia é uma virtude menor, porém importante para todas as outras virtudes, pois as controla e modera. O autor fala que para o Aquinate, uma pessoa deveria seguir uma postura modera, contida, educada e equilibrada aos moldes do filho de Deus. Isso era o que se esperava de um bom cristão e se esse quisesse alcançar a vida eterna, ele deveria frear seus movimentos corporais para elevar a alma. Sendo assim, a Modéstia, dentro dessa ótica cristã tomista, ocupa-se dos prazeres mais fáceis de serem domados, tanto no interno, referente ao espírito, quanto ao externo, ou seja, ao corpo. Acreditamos que a importância de tal virtude não é em vão na perspectiva de Tomás de Aquino, pois é de nosso conhecimento que para ele não havia uma separação entre corpo e alma. Eles estavam interligados, um dependia necessariamente do outro para existir, afinal como ele mesmo expõe da seguinte forma:

Em si, convém à alma estar unida ao corpo, assim como, em si, convém ao corpo leve o elevar-se. E assim como este permanece certamente leve, quando separado do lugar próprio, conservando, contudo, a aptidão e a inclinação para esse lugar; assim a alma humana permanece no ser, quando separada do corpo, conservando a aptidão e a inclinação natural para a união com o mesmo. (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, Ia q. 76 a. 1 ad. 6)

Sendo assim, o que deve ser controlado é o comportamento em todas as esferas da vida do indivíduo, inclusive na forma como o ele deve se apresentar e se portar na sociedade, pois como afirma Terezinha Oliveira e Marcelo Augusto Pirateli (2008), para o Aquinate o homem precisa viver em sociedade porque ele é social e político. O argumento levantado pelos autores para nós é válido porque endossa o pensamento tomista em relação ao saber se comportar de modo contido para não desarmonizar a sociedade, assim como também esboça Olivera Rios: “La modestia es una virtud exigida directamente por el trato social, pero también por el trato con Dios” (2008, p. 124). Devemos também chamar a atenção para o fato de que diferente de outros pensadores eclesiásticos medievais, Tomás de Aquino não coloca o

corpo como algo inferior, desnecessário e pérfido, mas sim algo que precisa ser valorizado, cuidado e vigiado porque não podemos em nenhum momento abandonar a unidade corpo/alma que se faz presente na leitura de nossa fonte. Sendo assim, por essa íntima ligação entre corpo e alma o homem deveria cuidar da matéria da alma porque o caráter moral dela seria denunciada no corpo.

É interessante percebermos que Aquino diz: “(...) ora, o vestuário externo comporta uma certa virtude. Pois, diz Ambrósio: Que o ornato do corpo não seja exagerado, mas natural; simples negligente de preferência a rebuscado (...) sem se cair no exagero” (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-IIae q. 169, a. 1). Isso aponta que para nossa fonte, o bom cristão deveria se vestir de modo fulcral, pois Jesus Cristo, seu maior exemplo na terra, era sinônimo de simplicidade. E Richard Sennett (2016, p. 166), afirma que durante a Idade Média houve um grande movimento de “Imitação de Cristo”. Homens e mulheres desse período procuraram, dentro do possível, reproduzir ações cotidianas que Jesus havia tido e isso se colocava em todos os aspectos, desde o modo de se vestir, falar e andar até mesmo no tocante ao sofrimento físico, pois através da dor imputada a carne que se elevaria o espírito, assim como aconteceu com o filho de Deus.

Carla Casagrande (1993), na obra *História das Mulheres* escreve um capítulo referente a custódia feminina. Nesse, a autora nos aponta que dentro de uma vasta gama de mecanismos de controle, clérigos medievais baseados nos primeiros padres da cristandade, tentaram ao máximo controlar as mulheres e isso estendia-se desde a forma como elas comiam, andavam, falavam e riam até o cerceamento da cultura e trabalho. A autora nos mostra que os ornamentos, sobretudo nas mulheres, eram vistos como objetos que se usados sem controle e em demasia eram pecaminosos. Podemos perceber que a análise de Casagrande está aliada com o discurso proferido por Aquino, pois este nos fala que: “(...) em geral, relativamente ao vestuário exterior (...) os ornatos femininos provocam mais os homens à lascívia, segundo as Escrituras (Pr 7, 10): Eis que lhe sai ao encontro uma mulher ornada à moda das prostitutas, prevenidas para caçar as almas” (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-IIae, q. 169, a. 2).

Segundo Jacques Delumeau (2009), as mulheres na Idade Média eram vistas como agentes de Satã, demônios domésticos, infiéis, vaidosas, viciosas e predestinadas ao mal, por isso era preciso controlá-las ao máximo. Podemos observar na Questão 92, artigo 1, situada na primeira parte da *Suma Teológica* que para Tomás de Aquino a mulher foi feita por Deus para ser adjutório do homem. Ela possuía a função específica de genitora, deveria ser submissa ao homem, observada a todo tempo, pois como não havia sido feita diretamente de Deus, e sim

de um osso curvo, por isso sua razão não era reta, possuía tendência ao incorreto, ao mal e ao pecado. Mario Pilosu (1995), em *A mulher, a luxúria e a igreja na Idade Média*, nos aponta que no medievo de fato as mulheres pareciam ser encaradas como um perigo para os homens, isso devido a sua natureza espiritual e porque seus corpos despertavam neles, os seus instintos mais baixos, ou seja, desejos sexuais. O autor também ressalta que até o mais simples dos contatos físicos com elas era capaz de colocar em risco a tão estimada castidade, já Jeffrey Richards (1993), em *Sexo desvio e danação*, argumenta que desde o século XII, já vinha acontecendo uma discussão dentro da Igreja sobre a amor e seus vários aspectos. E foi no tempo de Tomás de Aquino que se estabeleceu o conceito de casamento como um companheirismo amoroso e que esses deveriam viver um para o outro, em prol do lar e que a cópula carnal poderia ser prazeroso, desde que o fim último para esse, fosse a geração da prole e que apesar de homem e mulher terem sido feitos um para o outro, como ela havia sido feita da costela dele, ela devia obediência total a ele.

Dentro desse contexto de inferiorização feminina no século XIII, Uta Ranke-Heinemann (1996) em *Eunucos pelo Reino de Deus*, afirma que Tomás de Aquino juntamente com seu mestre Alberto Magno foram responsáveis em grande parte pelo período ter sido considerado como o auge da difamação e misoginia. É interessante assim, analisarmos qual era o discurso tomista sobre como as mulheres deveriam se comportar em relação ao ato de se adornarem. Na Questão 169, fica claro que o ato de se adornar, de se embelezar poderia ser tanto pecado mortal quanto venial. Alegava-se que era permitido as mulheres casadas se enfeitarem para seus maridos, assim eles não cometeriam adultério. Era imputado a elas, a responsabilidade da infidelidade matrimonial masculina, mas mesmo o Aquinate dando esta concessão era preciso ser feito com parcimônia e cautela para não incorrerem em pecado. A mesma permissão, no entanto, não era dada a mulheres solteiras porque no caso delas, não haveria um motivo justo e legítimo para se adornarem. Estariam assim, somente procurando levar os homens à lascívia e a concupiscência, como é referido em nossa fonte:

Mas, se as mulheres, que não têm marido, nem os querem ter e vivem em estado de não os poderem ter, não podem sem pecado querer agradar os olhos dos homens, para o fim da concupiscência, pois, seria dar-lhes o incentivo de pecar. Se, pois, se ornarem com a intenção de despertar nos outros a concupiscência, pecam mortalmente. (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-IIae q. 169 a. 2)

Tomás de Aquino também pontuava que era pecado a pessoa se vestir em desacordo com sua condição de gênero, sendo assim, era pecado uma mulher se vestir com trajes

masculinos e vice-versa, a não ser que o motivo seja por falta de opção ou para se proteger de algum inimigo, mas nossa fonte frisa que o ato era mais pecaminoso para as mulheres, pois seria causa de lascívia. Diane Owen Hughes (1993) em *As modas femininas e o seu controle*, nos chama a atenção que cronistas, desde o século XII, já teriam percebido sinais de uma moral desviante entre os homens. Isso porque eles estavam se vestindo como mulheres, já no século seguinte, estes passaram a prestar mais atenção na moral feminina e as condenaram por estarem se vestindo e se comportando feito rapazes. A autora ainda afirma que na França do século XIII, homens e mulheres tinha a mesma voracidade pelos ornatos extravagantes e suntuosos. Isso era uma das condenações do Doutor Angélico, pois fazendo eco as palavras de Gregório, afirma que o bom cristão deveria se vestir com modéstia porque:

(...) há certos que não julgam pecado a preocupação em trazer vestes finas e preciosas. Ora, se isso não fosse pecado, certamente a palavra de Deus não teria tão veementemente dito, que o rico atormentado no inferno, estivera vestido de linho fino e de púrpura. Pois, ninguém se veste de roupa preciosa, isto é; que lhe excedem o estado próprio, senão em vista da vanglória (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-II q. 169 a. 1).

No artigo 2, em relação ao segundo argumento, em que Cipriano afirma que as mulheres não deveriam alterar aquilo que Deus as deu, Aquino afirma que as pinturas as quais este faz referência é uma espécie de alteração e não poderia ser desvinculada do ato pecaminoso, e citando diretamente Agostinho de Hipona: “(...) Pintar a pele, para parecer mais corada ou mais branca é uma falácia adúltera (...)” (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-IIae q. 169 a. 2), mas apesar do discurso proferido pelo Aquinate, José Rivair Macedo (1998) em *A face das filhas de Eva - os cuidados com a aparência num manual de beleza do século XIII*, aponta para uma popularização dos manuais de beleza no século XIII. Isso nos mostra que apesar do discurso na *Suma Teológica*, na prática os cristãos do século em questão e posteriores não estavam preocupados em seguir à risca as ordens clericais. Macedo (1998) ainda fala que com base em um manual de beleza escrito nesse período, o *Ornatus Mulierum*, mostra que esse em particular, contava com cerca de 309 receitas em sua maioria destinadas aos problemas de pele e cabelos. Essas receitas ensinavam as mulheres a cuidarem desde machas na pele até como encorpar os fios, tingi-los e evitar infestações de piolhos. A cabeleira, aliás, possuíam um lugar especial dentro do imaginário medieval, pois era vistos como a moldura do rosto feminino, sinal de sua virtude, obediência e pureza. Danielle Régner-Bohler (2009), em *História da vida privada*, comunga com as ideias de Rivair Macedo (1998) em relação ao *Ornatus Mulierum* e a importância dada aos fios nesse documento. Ela nos aponta que a cor do cabelo trazia em si uma expectativa quanto ao gênio

da mulher. Se as madeixas fossem claras, feito fios de ouro, elas seriam consideradas angelicais, caso fossem acastanhadas seriam elegantes, no entanto, se carregavam uma cabeleira cor de fogo provavelmente seriam vistas como mulheres perigosas, luxuriosas e provocantes.

Outro ponto interessante a se destacar no discurso tomista em relação a vestimenta é a argumentativa dada aos artífices. Nossa fonte considera, ao contrário de Cipriano, que os artesãos de ornamento não necessariamente pecavam, porque o objeto que eles fabricavam nem sempre eram usados incorretamente. Aquino salienta que caso os adornos fossem usados para as mulheres casadas assegurarem seu estado conjugal ou para corrigirem alguma coisa em si, a fim de agradarem seus maridos, o uso dos adornos seria lícito e por essa razão, elas não estariam incorrendo em pecado, por consequência, os artífices também não estariam pecando. No entanto uma ressalva é feita:

(...) salvo se vierem a fabricar coisas supérfluas e vãs. Por isso, Crisóstomo diz que também as artes de fabricar sapatos e tecidos deveriam ser impedidas de fabricar muitas coisas. Pois, levaram a arte a servir a luxúria, corrompendo-lhes a necessidade, misturando a arte boa com a má. (TOMÁS DE AQUINO, 2016, ST, IIa-IIae q. 169 a.2).

Hugles (1993), aponta que apesar do discurso tomista em relação a modéstia sugerida para as vestimentas e adornos percebe-se, desde o século XI, um aumento do consumo de artigos de luxos na Europa Ocidental e que por causa de uma crescente ideologia patrilinear, os enxovais matrimoniais passaram a ocupar lugar de destaque no comércio de luxo, a ponto das autoridades colocarem regulamentações sobre eles. Com o desenvolvimento das cidades e juntamente do comércio, a população europeia passou a dispor de um capital monetário maior passando a ter acesso a mercadorias que antes eras mais difíceis de serem encontradas, como é o caso dos tecidos nobres e de cores diversificadas. A autora observa que com as rotas comerciais mais fortes os tecidos do mundo árabe, ricos em sua diversidade e exuberância, começaram a ser utilizados pela classe social que estava nascendo -a burguesia- e que os tecidos tornaram-se uma marca de estatuto social e um sinal de mobilidade social. E isso nos parece bastante plausível se analisarmos as inúmeras transformações sociais, política e econômica do período, mas é preciso ressaltar que não achamos que havia uma farta mobilidade entre os estratos sociais, mas sim uma situação mais favorável para essa possível ascensão social.

Thaiana Gomes Vieira (2017) em *Moda e controle: as vestimentas e adornos nas leis Suntuárias em Valladolid na baixa Idade Média*, afirma que a partir do século XIII, as

vestimentas passaram também por transformações. Elas deixaram de ser somente uma proteção para o desnudamento e ganharam caráter de marcador social, prestígio e status. Ambas as autoras fazem referências as leis Suntuárias, evidenciando ao nosso ver que, uma coisa era o discurso proferido pelos clérigos e outra era o que acontece na prática das dinâmicas sociais, pois acreditamos que só faz sentido a criação de uma lei, de uma proibição ou qualquer coisa que o valha se o delito estiver acontecendo com uma certa frequência (HUNGLES, 1993, p. 198; VIEIRA, 2017, p. 48). Essas leis tinham por objetivo evitar, ou pelo o menos, tornar menos visíveis a mobilidade social e eram mais destinadas as camadas em ascensão e as mulheres. Sua definição pode ser posta como: “(...) atas parlamentares, proclamação dos monarcas, ordenações locais e até éditos religiosos que regulamentavam sobre o consumo de alimentos, móveis, tapeçarias, roupas adornos, matéria-prima e outros itens comercializados nessas sociedades”, (VIEIRA, 2017, p. 48-52).

Interessante percebermos que essas leis, como afirma Vieira (2017), possuíam um caráter global e na Europa estavam presentes desde os períodos clássicos, mas que a partir do século XIII, elas se intensificaram. Logicamente que em cada região elas eram cumpridas de formas diferentes, mas é fato que a sociedade europeia estava incorrendo em pecado, segundo o discurso tomista, tendo em vista que o uso dos adornos e das vestimentas estavam indo contra as suas orientações. Outro fator digno de nota é a afirmativa de Hugles (1993) que as mulheres italianas foram as que mais combateram as Leis Suntuárias. Essas utilizavam-se de todos os argumentos possíveis para pedirem a isenção das normas, algumas, obviamente as mais nobres, pediam diretamente ao papa essa concessão e a recebiam. São vários os exemplos femininos dado pela autora na tentativa de nos mostrar que apesar do discurso clerical e das normas seculares para impedir que os cidadãos se vestissem com ostentação, principalmente em relação as mulheres, estas nem sempre foram cumpridas, muito menos aceitas deliberadamente por elas. Dentro da medida do possível, elas lutaram contra essas imposições clericais e sociais e fizeram de sua astúcia e paciência suas maiores armas.

Referências bibliográficas

BOHLER, D. R. Ficções. In: DUBY, G. (Org.). **História da Vida privada, vol. 2:** da Europa feudal à Renascença. 3. ed. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. cap. 3, p. 313-410.

CASAGRANDE, C. A mulher sob custódia. In: DUBY, G; PERROT, M. (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente, vol. 2:** A Idade Média. Tradução de Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento, 1993. cap. 3, p. 99-141.

DELUMEAU, J. Os agentes de Satã: A mulher. In:_____. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: Uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. cap. 10, p. 462-522.

GRABMANN, M. Plano da Suma teológica. In:_____. **Introdução à Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Francisco Lage Pessôa. Rio de Janeiro: Vozes, 1944. cap. 4, p. 133-156.

HEINEMANN, U. R. O século XIII: A Idade Àurea da Teologia: e o apogeu da difamação misógina. In:_____. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja católica. 3. ed. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1996. cap. 15, p. 191-197.

HUGHES, D. O. As modas femininas e o seu controlo. In: DUBY, G; PERROT, M. (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente, vol. 2**: A Idade Média. Tradução de José S. Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1993. cap. 5, p. 185-213.

LE GOFF, J. O século XIII: A maturidade e seus problemas. In:_____. **Os intelectuais na Idade Média**. 7. ed. Tradução por Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. cap. 2, p. 91-148.

MACEDO, J. R. **A face das filhas de Eva** – os cuidados com a aparência num manual de beleza do século XIII. Disponível em: <https://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Artigos/Sociedade/Cuidados_com_a_Aparencia_num_Manual_de_Beleza_do_Sec_XIII.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

NASCIMENTO, C. A. R. **O Um mestre no ofício**: Tomas de Aquino. São Paulo: Paulus, 2011. 120 p. (Coleção como ler filosofia)

OLIVEIRA, T; PIRATELI, M. A. Breves ponderações sobre o conceito de pessoa em Santo Tomás de Aquino. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 30, n. 1, p. 105-113, 2008. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/1943/1943>>. Acesso em 30 abr. 2019.

OLIVERA, E. R. **La virtud de la modestia y las formas corporales de expresión en santo Tomás de Aquino**. 2008. Disponível em:< <http://dadun.unav.edu/handle/10171/6886>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PANOFSENKY, E. Arquitetura Gótica e a Escolástica. In:_____. **Arquitetura Gótica e Escolástica**: sobre a analogia entre arte, Filosofia e teologia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991. cap. 1, p. 4-15.

PILOSU, M. A mulher tentadora. In:_____. **A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média**. Tradução de Maria Dolores Figueira. Lisboa: Estampa, 1995. cap. 1, p. 29-72.

RICHARDS, J. Sexo na Idade Média. In:_____. **Sexo, desvio e danação**: As minorias na Idade Média. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. cap. 2, p. 33-52.

SENNETT, R. Comunidade: A Paris de Jehan de Chelles. In: _____. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 4. ed. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016. cap. 2, p.161- 258.

TOMAS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Vol 3: IIa-IIae pars. Tradução de Alexandre Correia (1890-1984). Campinas, SP: Ecclesiae, 2016, 1112 p.

VIEIRA, T. G. **Moda e controle**: as vestimentas e adornos nas leis Suntuárias em Valladolid na baixa Idade Média. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/6867>> Acesso em: 3 mai. 2019.

Colonialismo e Idade Média: o medieval como antítese do moderno

Eduarda Moysés Temponi

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

eduarda.temponi@gmail.com

Resumo: Esta comunicação visa discutir a relação entre o medieval e o colonialismo dos séculos XIX/XX a partir das noções trabalhadas nos estudos de Margareth Greer e John Dagenais, para os quais a Idade Média é um período colonizado pela modernidade. Este tema dialoga com o campo de estudos chamado medievalismo, que debate a contínua produção e reprodução da Idade Média ou do conceito de medieval em épocas posteriores à dita Idade Média. Para a pesquisa, foram utilizadas fontes escritas europeias/coloniais, em especial partes da obra *Comprehensive History of India* (1862), analisadas em diálogo com a bibliografia de teóricos do medievalismo e dos estudos pós-coloniais. Buscou-se, até o momento, explorar a relação inerente entre o medieval e o moderno, visto que foram os homens ditos modernos que primeiro fizeram uso do termo “medieval” a fim de descrever pejorativamente um tempo que acreditavam ser obsoleto. A definição de uma Idade Média colonizada passa então, primeiramente, pelo fato de que a terminologia posterior “Idade Média” carrega a concepção negativa de passagem, transição, interrupção. Em paralelo, percebe-se a que nova era de colonizações, que impôs o domínio europeu do globo, delimitou o início da modernidade e ajudou a definir o que veio a ser medieval. A obra do britânico Henry Beveridge utilizada como fonte, *Comprehensive History of India* (1862), pretende discutir o período que, segundo ele, era o de maior importância na história indiana até então - o período do domínio britânico; apesar disso, o primeiro volume conta com uma considerável descrição da temporalidade indiana que ele denomina “medieval”. Com isso, questionou-se o que significa estar alocado num tempo medieval e, ao mesmo tempo, interrogaram-se as motivações do autor ao se debruçar sobre esse período que aparece rodeado de estereótipos negativos. Nesse sentido, a relação de poder desenvolvida entre colonos e colonizados foi, então, vista na pesquisa em paralelo à relação de poder criada entre a Idade Média e a modernidade, já que pôde-se observar que o medieval, na obra em questão, é colocado como subalterno à modernidade definida pela colonização. Com vistas à continuidade e complementação da pesquisa, novas fontes para além do recorte indiano/britânico vêm sendo cogitadas e trabalhadas, com a finalidade de explorar mais a fundo a relação entre colonização e Idade Média.

Palavras Chaves: Medievalismo, pós-colonialismo, colonialismo.

Uma vez que pretende-se aqui falar a respeito do medieval em antítese ao moderno, é importante para o entendimento da temática a ser trabalhada explicar o que está sendo chamado de modernidade. O “moderno” aqui referenciado não diz respeito ao período histórico geralmente denominado “Idade Moderna”, localizada entre os séculos XVI e XVIII. Modernidade, ao invés disso, engloba todo o espaço temporal que se desenvolve desde o iluminismo até os dias atuais; o termo não se associa todavia com o tempo, mas com uma

forma de pensar que foi desenvolvida e redesenhada (ainda que sempre como “moderna”) nas diferentes conjunturas que atravessaram o tempo. Cronologicamente, o recorte desta pesquisa se insere nos séculos XIX/XX, e, a partir dessa temporalidade, serão trabalhadas algumas mobilizações da Idade Média feitas durante a colonização, especificamente dos países africanos e asiáticos ocorrida nesse período. Esse contexto de situação colonial foi caracterizado por diversas traduções, nas quais povos europeus utilizaram de termos e conceitos próprios com a finalidade de compreender os povos então colonizados. Essa compreensão passava, muitas vezes, pela necessidade de dominação material, e o intuito da discussão aqui proposta é analisar como o enquadramento de uma Idade Média nos espaços coloniais muitas vezes significou inserir populações colonizadas em uma história linear majoritariamente europeia, e como isso se deu em prol ou não da colonização. Isso porque em muitos casos essas mobilizações pró-colonização foram invertidas, e a Idade Média imposta às colônias foi utilizada subvertendo a ideia inicial – o exemplo de Frantz Fanon (1968) poderá mostrar os dois lados da moeda.

Para essa discussão serão utilizados exemplos do livro *Condenados da Terra*, escrito por Frantz Fanon, e também do livro *A Comprehensive History of India* (Uma História Abrangente da Índia), fonte que deu origem a essa reflexão. Para desenvolver essas ideias serão utilizados também de conceitos e ideias de Homi Bhabha (1998), Dipesh Chakrabarty (2008) e Edward Said (2007). Ademais, esse trabalho se insere num campo de estudos denominado estudos do medievalismo, que se propõe a repensar as apropriações, mobilizações e reproduções feitas do período medieval após aquilo que se convencionou chamar de Idade Média (BERNS; JOHNSTON, 2011). Nesse sentido, uma parcela dos acadêmicos que se inserem nessa discussão trabalham a partir da chave que a Idade Média é um período colonizado pela modernidade – que utiliza muitas vezes do “medieval” como bode expiatório para seus próprios desejos e aflições (DAGENAIS; GREER, 2000). Essas construções da Idade Média em contextos coloniais estão aqui divididas entre “atitudes textuais”¹ (SAID, 2007) e “atitudes pragmáticas”, cujas definições serão explicadas no decorrer das análises.

Primeiramente, peguemos alguns trechos do livro *Condenados da Terra*, escrito pelo martinicano Frantz Fanon (1968) em 1961, durante a Guerra de Libertação da Argélia, no

¹ É importante ressaltar que o autor não fala de formas de construção da Idade Média, mas de formas de construção do Oriente, que apropriamos para falar da temática medieval

período que ele trabalhou como médico psiquiatra da F.L.N. (Frente de Libertação Nacional, partido que dirigiu a Guerra de Independência argelina):

O colono faz a história. Sua vida é uma epopeia, uma odisseia. Ele é o começa absoluto: “Esta terra, fomos nós que a fizemos”. É a causa contínua: “Se partirmos, tudo estará perdido, *esta terra regredirá à Idade Média*”. (FANON, 1968, p. 38, grifo nosso)

O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Convém que não nos esqueçamos disto. Quando um país colônia lista, coagido pelas reivindicações de independência de uma colônia, proclama diante dos dirigentes nacionalistas: “*Se querem a independência, ei-la, voltem à Idade Média*”, o povo recém-emancipado tende a aquiescer e aceitar o reptio. (FANON, 1968, p. 76, 77, grifo nosso)

Os trechos entre aspas, seriam, na retórica construída por Fanon, falas de colonos a colonizados em meio ao processo de independência. Percebe-se que Fanon coloca o colono como aquele que reivindica o papel de feitor da história, deixando subentendido que, no discurso colonial, a história só se movimenta para o colonizado uma vez que a colonização começa. A modernidade só pode chegar com a força da civilização europeia, que retira aqueles povos da condição de “medievais” e os trás para a história não monolítica, para o movimento. Esse movimento acaba quando o colonizador sai: os povos regridem à Idade Média, lugar onde pertencem e onde ficarão, mesmo após a independência – de acordo com Fanon (1968), após a libertação, surge outra forma de dependência às antigas metrópoles.

Nessas duas passagens, Fanon traz o discurso colonial como mobilizador de uma ideia de uma Idade Média que só pode ser superada com a ajuda do europeu. Não referencia essas falas, podendo ser apenas analogias ou invenções; pode ser que os europeus usavam ou não esse discurso. O que importa aqui é que um martinicano, dentro da Guerra de Libertação argelina, escreve um livro que coloca no europeu essas palavras, e quando o faz, subverte a lógica. A Idade Média está colocada no texto fanoniano, não apenas como aquilo que o colonizador impõe ao colonizado, mas como uma rejeição a esse discurso. Nessa lógica, não é o colonizador que tira o colonizado da Idade Média, mas é somente com a colonização que a modernidade passou a significar algo para a Europa – não podemos esquecer que o início da Idade Moderna coincide com a primeira colonização europeia (DAGENAIS; GREER, 2000). A modernidade, portanto, só se concretiza com a colonização, o progresso europeu só se constrói a partir dos corpos colonizados (FANON, 1968).

Este próximo trecho também foi retirado da mesma obra de Fanon (1968), do último capítulo do livro, dedicado a explicar as formas a partir das quais a colonização afetava

psicologicamente os colonizados e os colonizadores. Mais especificamente, na parte da qual o fragmento foi retirado, o médico martinicano discute as estratégias de tortura utilizadas contra pessoas consideradas subversivas (principalmente aqueles que consideravam ser da F.L.N.) durante a Guerra de Independência:

Em centros como Berrouaghia, não se parte mais da subjetividade para modificar as atitudes do indivíduo. Busca-se apoio, pelo contrário, no corpo, que é preciso debilitar com a esperança de que a consciência nacional se desmantele. É uma verdadeira domesticação. A recompensa traduz-se na ausência de torturas ou na possibilidade de se alimentar.

a) O indivíduo tem de confessar que não é da F.L.N. Tem de proclamá-lo aos gritos e em grupo. Tem de repetir isso horas e horas.

b) Em seguida, tem de reconhecer que foi da F.L.N. e que compreendeu que isto estava errado. Portanto: abaixo a F.L.N.

Depois dessa etapa, vem uma outra: o futuro da Argélia é francês, não pode ser senão francês.

Sem a França, a Argélia retorna à Idade Média.

Enfim, passa-se a ser francês, Viva a França. (FANON, 1968, p. 248, grifo nosso)

A cena descrita ocorre em um dos centros de tortura coloniais, e descreve especialmente uma tática de lavagem cerebral utilizada para os não intelectuais suspeitos de colaboração com a revolução. Ainda que as perturbações encontradas nos torturados após o método descrito não sejam graves, eles demonstram algumas sequelas como corpo enfermo e dolorido, além de reclamarem por repouso e alívio. Aqui, novamente, a ideia de medieval está sendo pintada por Fanon como uma estratégia colonial. A diferença é que dessa vez, essa mobilização teria ocorrido durante um processo de tortura contrária à independência dos argelinos. A Idade Média está então agindo, aqui, diretamente a favor do discurso colonial, que coloca os povos colonizados, a partir de uma lógica maniqueísta, no lugar de não-moderno, de medieval. Ao mesmo tempo, a inversão da lógica explicada acima também é válida aqui: a cena é descrita por um sujeito colonizado, que trabalha e escreve a favor não somente da independência argelina, mas da libertação generalizada das diversas situações coloniais (BALANDIER, 2014).

Chama-se aqui de “atitude pragmática” esse tipo de mobilização da Idade Média feita a partir do maniqueísmo da colonização. É remetendo ao conceito de Edward Said (2007) de “atitude textual” em relação ao Oriente que utilizamos aqui a ideia de “atitude pragmática”: ao contrário da atitude textual, essa é utilizada como um meio, não um fim, não há uma busca de criar/conhecer algo através de uma retórica de ciência ou de conhecimento. Essa atitude

pode ou não acontecer em simultaneidade com a textual. Em Frantz Fanon, a Idade Média é utilizada como metáfora para o atraso, não como período histórico a ser conhecido, e sistematizado. No exemplo que será tratado em seguida, a Idade Média e o Oriente são bases para uma produção textual, mas, ao mesmo tempo, a Idade Média também é utilizada como fim: contextualizar a modernidade.

Para entender melhor essa aproximação com Said, deve-se, antes de mais nada, compreender que o Orientalismo consiste de forma geral nos conhecimentos e instituições a partir dos quais a cultura europeia controlou, administrou, produziu e principalmente inventou a ideia de um Oriente, que é em grande parte definida pelo estereótipo. A “atitude textual” seria, nesse contexto, a atitude europeia de sistematização em relação a tudo aquilo que eles acreditavam ser o conhecimento da realidade viva, uma quase transposição do real para o papel. Os grandes manuais sobre o Oriente, os mapas, estatísticas, livros de história, enciclopédias, expedições arqueológicas se enquadram nessa categoria. Essa atitude textual em relação ao Oriente gera vários impasses, já que busca-se conhecer todo um “Oriente”, categoria extremamente vaga, a partir de um conjunto de detalhes observáveis no cotidiano. Isso acaba por produzir generalizações, em grande medida criadas partindo da ideia que existe uma diferença essencial entre o Oriental e o Ocidental; ou, na chave aqui trabalhada: entre o colonizado e o colonizador, entre o medieval e o moderno. Além disso, os conhecimentos sobre o Oriental, sobre o colonizado, acabam sendo produzidos por meio de conceitos europeus que não poderiam ser simplesmente transpostos como categoria de análise para esses grupos. Um desses conceitos, que os indianos nunca tinham utilizado para demarcar sua história, é a Idade Média. O que seria então a Idade Média na Índia? Todos os lugares tiveram uma Idade Média?

Sem levantar para si essas dúvidas, Henry Beveridge (1862/1974) escreve a *História Abrangente da Índia* em 1862, quatro anos após o estabelecimento da colonização no subcontinente indiano, isto é, da administração britânica formal na Índia, geralmente datada de 1858, após a Revolta dos Sipaiois. O autor, ao se propor produzir uma história abrangente da Índia, diz ser necessário, para fins de contextualização, tratar de outros os períodos que não o moderno, por ele denominados “antigo” e “medieval”: muito pouco é falado sobre a dita antiguidade, ao passo que para abordar a chamada Idade Média um espaço um pouco maior é gasto. Seu interesse é, todavia, tratar especialmente da modernidade britânica, por ele considerada um período de grande importância para o império britânico e seus súditos (BEVERIDGE, 1862/1974). A obra se situa cronologicamente entre dois historiadores

importantes para definição da historiografia indiana, sendo esses: James Mill, que escreve em 1817, e não chega a mobilizar as categorias de medieval e antigo como definidores de uma cronologia indiana; e o outro, Vincent Smith, que em 1904 mobiliza essas categorias, e vai, inclusive além, ao afirmar que o subcontinente se situava na Idade Média até o século XIX (ALI, 2012; 1998). A ruptura seria, para Smith, similar àquela evocada no *Condenados da Terra*: a chegada do colonizador oitocentista.

Henry Beveridge se insere entre os dois historiadores tanto teoricamente quanto cronologicamente, ainda que não seja categorizado como um marco historiográfico tão forte. Isso se deve não somente ao fato de que o autor escreve em 1862, e, mas, por ele localizar, teoricamente, o fim da Idade Média com a chegada dos portugueses, no século XV. Aqui, novamente, percebe-se a relação fundamental entre o período medieval e a colonização. Sobre o discurso propriamente dito do autor, pode-se dizer que se dá sob as métricas e as fórmulas orientalistas. Além de fazer uso recorrente de estereótipos e conceitos traduzidos, busca criar textualmente uma narrativa que abranja toda a história da Índia e que explique e exprima sua realidade viva. O uso do termo maometanismo demonstra alguns desses aspectos:

O maometanismo, que progrediu pouco até o momento em que utilizava apenas da persuasão para se propagar, logo que começou a empunhar a espada espalhou-se rapidamente por todos os lados. (BEVERIDGE, 1862, p. 39)

Para além de deixar implícito que a expansão do islã se deu unicamente por meio da guerra, termo utilizado por Beveridge para se referir aos muçulmanos é “maometanos”, não apenas nessa passagem como em diversos outros trechos do livro. Em uma versão posterior, o termo é substituído por “muhammadanismo”, o que potencialmente ocorre em função dessa publicação ter sido realizada na Índia, acarretando a modificação na escrita desse e de outros nomes ao longo da obra². Dessa forma, o termo “Maomé” foi substituído por “Muhammad”, não modificando a lógica implícita por trás do conceito. Para explicar essa lógica, Said (2007) afirma que ao se referir ao islã como “maometanismo”, aqueles que escreviam buscavam identificar o islamismo ao cristianismo, e, assim, comparar Maomé a Jesus Cristo, numa lógica que coloca o primeiro como falsificação do segundo. Logo, Maomé seria um Jesus falso, uma figura que representaria para a fé islâmica o mesmo que Jesus representa para a fé cristã, mas de forma distorcida. Longe de exprimir a realidade, esse conceito foi utilizado por grande parte dos teóricos europeus (SAID, 2007) anteriores e posteriores à *História Abrangente da Índia*.

² As únicas mudanças identificadas no corpo do livro são os nomes e o fato de que a edição de 1974 não é ilustrada.

Utiliza-se aqui essa obra como expoente do discurso colonial não somente porque ela foi escrita por um britânico que faz uso de estratégias Orientalistas. Fala-se aqui de discurso colonial, primeiro porque o objetivo da obra, explicitado por Beveridge, é narrar a modernidade, que será por ele “tratada com a abundância proporcional à sua importância intrínseca e ao interesse que deriva da sua conexão íntima com a história britânica” (BEVERIDGE, 1862/1974). Além disso, o autor faz elogios à dimensão e força do império britânico nas duas primeiras páginas do livro³, nas quais também afirma que os súditos desse império têm a obrigação conhecer os territórios colonizados; não fisicamente, mas historicamente, geograficamente. Para isso seria necessário atitudes textuais em relação a esses territórios – sua história da Índia seria produzida, então, sob essa lógica. Nesse mesmo texto inicial, Beveridge menciona a Revolta dos Sipaiois, já citada como aquela que teria marcado o início da colonização britânica na Índia. Diante de tudo isso, podemos afirmar que Beveridge fala a partir de uma ótica e de uma lógica colonial, comprando os maniqueísmos da colonização, e reproduzindo-os em sua obra. Consciente de ter escrito logo após a Revolta, e consciente de estar inserido nesse período inicial da colonização, Beveridge produz essa narrativa com intuito que seja mobilizada por britânicos, para que esses conheçam a história de seu reino e de suas possessões.

Com essa finalidade, o autor traz categorias criadas para o continente europeu e as encaixa na Índia. A história é ao mesmo tempo única, porque todos os lugares passaram pelos mesmos períodos históricos, mas não tão única assim, visto que a administração britânica é essencialmente da administração que vigorava no período de domínio muçulmano. Essa ideia é traduzida ao longo de toda a obra, e para isso o sujeito colonizado (especialmente o muçulmano) é estereotipado. Para Homi Bhabha (1998), o estereótipo é a principal estratégia do discurso colonial, e é composto desse movimento essencial: uma associação inicial aos colonizados – eles também tiveram Idade Média –, e um afastamento posterior, ou melhor, de uma aproximação cuja falta é sempre subjacente ao discurso – eles não são como nós éramos na Idade Média, eles são mais bárbaros, são muçulmanos. Nessa lógica, o medieval, o bárbaro, o muçulmano, é o Outro em relação ao moderno, que é, por sua vez o britânico, aquele que julga deter o conhecimento sobre esses povos. Para explicar como isso é feito ao longo da obra, serão discutidos alguns trechos em que essa diferença primordial é destacada por meio da aproximação incompleta com os moldes e com a moral europeia:

³ Esse texto não possui assinatura, portanto pode ser que tenha sido escrito pelo editor do livro. De toda forma, não estaria ali se não cumprisse as funções das quais falo; caso Beveridge discordasse de tudo que foi dito, esse texto não estaria colocado logo primeiras páginas do primeiro volume de sua obra.

Ghiyas-ud-din Tughluk reinou por pouco mais de dois meses. Ele devia sua coroa à sua honra como guerreiro, e a assegurou por sua fama de governante sábio e justo. Os incidentes de seu reinado são poucos. (...)

Um dos rumores que havia circulado era a morte do rei. Os autores do rumor, sendo descobertos, foram condenados a serem enterrados vivos, e o rei, jocosa, mas barbaramente assegurou ‘que assim como eles o enterraram zombando, ele os enterraria de fato’. (BEVERIDGE, 1862, p. 106)

Nesse trecho, primeiro Beveridge aponta ser Gheias-u-din Toghlak um governante sábio, justo, honroso, possuidor de todas as melhores qualidades, para depois apontar que não era bem assim: era bárbaro ao ponto de enterrar pessoas vivas. Palavra utilizada nessa passagem, bárbaro, é uma categoria que aparece repetidamente na obra para tratar dos “medievais” e, especialmente, dos muçulmanos medievais.

Foi selecionado ainda outro trecho em que a estratégia do estereótipo, que aparece de forma recorrente ao longo do texto, é utilizada de maneira muito semelhante à primeira citação:

Aluf Khan, o filho mais velho do falecido rei, sucedeu sob o título de Mahomed Toghlak. Dizia-se que ele era o príncipe mais estudado, eloquente e bem-sucedido do seu tempo. Ele era muito versado em história, tendo uma memória tão retentiva, que armazenava nela toda data e evento sobre o qual leu alguma vez; escrevia boa poesia; e tinha feito da lógica, matemática, astronomia e medicina suas especialidades. A filosofia das escolas gregas também era muito conhecida para ele. Com todos esses êxitos literários, ele ainda era um guerreiro habilidoso e valioso, e então unia qualidades tão opostas que seus contemporâneos o descreviam como uma das maravilhas dos seus tempos. Eles também o louvavam por sua piedade, que ele atestava por um cumprimento dos ritos ordenados, e severa abstinência da embriaguez e outros vícios proibidos pelo Corão. Esse é o lado bom do seu caráter: pois também havia as características obscuras. Ele era severo, cruel e vingativo. Como Ferishta expressa, “Ele hesitava tão pouco para derramar o sangue das criaturas de Deus, que quando qualquer coisa que ocorria o entusiasmava a essa extremidade horrível, alguém poderia supor que seu objetivo era extinguir completamente a espécie humana.”. (BEVERIDGE, 1974, p. 107, 108)

Em primeiro lugar, é importante explicar que Ferishta é um autor persa, que Beveridge utiliza como base para escrever seu texto. Todavia, possivelmente a versão lida por ele não condiz com a obra inteira do historiador persa, que foi traduzida pela primeira vez em 1829, décadas antes da *História Abrangente da Índia* ser escrita. Nessa versão foram retiradas deliberadamente várias passagens, e outras foram acrescentadas. Por isso, simplesmente afirmar que ele se baseou em Ferishta para escrever sobre a história “antiga” e “medieval” da Índia não basta – Beveridge se baseia provavelmente numa versão filtrada e traduzida da obra. O exemplo, porém, trabalha no mesmo esquema do primeiro. Inicialmente trata Aluf Khan

como um homem maravilhoso, depois mostra sua “real faceta”, aproximando-o num primeiro momento aos ideais europeus, e após isso, deixando claro a sua falta em relação à moral europeia – e humana.

Em alguns momentos, uma estratégia semelhante é utilizada. Ferishta é citado como forma de discordar concordando: ele aponta o que o autor persa fala, mas não diz que concorda com ele: “De acordo com Ferishta, ‘Raziyya Begum era dotada de toda virtude principesca; e aqueles que escrutinam suas ações mais severamente não vão achar nela defeito algum além de ela ser uma mulher.’” (BEVERIDGE, 1974, p. 78, 79). Aproxima portanto, da narrativa construída pelo autor persa, mas se distancia dela, construindo um conhecimento que é, em sua retórica, necessariamente mais próximo à verdade do que o primeiro. Outra estratégia utilizada para produzir o afastamento se manifesta quando Beveridge recorre à noção de ‘inclinação natural’: “Após a emblemática vingança, Ala-ud-din agiu como se a parte heróica da sua vida já tivesse acontecido; e se retirando para a velha Ghurite, capital de Feruz Coh, seguiu sua inclinação natural, entregando-se ao prazer.” (BEVERIDGE, 1974, p. 68). Nesse exemplo, é deixado claro que o que afasta o indiano medieval do europeu moderno é algo inato, e portanto, ele será entregue a essa inclinação caso tiver chance – diversos personagens do livro se entregam aos prazeres quando são permitidos. Essas inclinações são tratadas então, como inerentes à condição desses sujeitos como seres humanos.

A partir do que foi discutido, percebe-se que não somente há uma Idade Média na Índia, mas há uma Idade Média que é essencialmente muçulmana. Em todos esses exemplos o autor trata dos muçulmanos, e em quase todos os casos os indivíduos estereotipados a partir das estratégias explicitadas, professam a fé islâmica. Essa Idade Média não acaba com a chegada dos britânicos, mas quando outros europeus, os portugueses, chegam ali, por volta de 1500. Ao contrário da Idade Média que aparece no *Condenados da Terra*, essa data se aproxima cronologicamente da Idade Média estudada pelos medievalistas.

A hipótese aqui proposta, porém, é que a Idade Média acaba ali, mas os medievais continuam, na forma dos muçulmanos que permanecem naquele território. Mesmo na parcela do livro⁴ que não mais se fala de uma Idade Média propriamente dita, as referências aos bárbaros permanecem sendo majoritariamente direcionadas aos muçulmanos, as características “medievais” também. Para discutir isso, uma frase retirada de um artigo do New York Times de 1996, citada por Dipesh Chakrabarty (2008), pode ser utilizada: “Os indianos são capazes de viver diversos séculos ao mesmo tempo”. Para Chakrabarty, essa

⁴ O “livro” aqui citado diz respeito apenas ao primeiro volume da *Comprehensive History of India*

frase só faz sentido quando inscrita numa lógica europeia, os diversos séculos só são identificáveis com tamanha precisão devido ao fato de que o escritor vê os períodos como separados e claramente colocados em alguma outra história. Só isso o permite falar que num lugar como a Índia todos esses tempos vivem juntos, condensados em um mesmo instante (CHAKRABARTY, 2008). É assim que supomos que Beveridge vê os muçulmanos após o começo da modernidade. Como um resquício da Idade Média. E assim também entende-se as mobilizações da Idade Média feitas por Frantz Fanon: a independência só significa o retorno à Idade Média, e ela só pode ser identificada aos novos governos das ex-colônias, uma vez que essa se inscreve numa lógica europeia. Os períodos históricos só podem conviver no mesmo instante, ou ir e voltar, quando são coisas separadas do tempo, quando representam algo mais do que a temporalidade. Não acreditamos que a Idade Média seja, nesses casos, uma marca do tempo, mas sim uma ideia.

Referências Bibliográficas

- ALI, Daud. Recognizing Europe in India: Colonial master narratives and the writing of Indian History. In: COX, Jeffrey; STROMQUIST, Shelton (eds.). **Contesting the Master Narrative: Essays in Social History**. Iowa City: University of Iowa Press, 1998. p. 95-113.
- _____. The historiography of the Medieval in South Asia. In: **Journal of the Royal Asiatic Society**, v. 22, n. 1, 2012.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: **Sociologia da África negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central**. Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2014, p. 17-48.
- BERNS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: A very short introduction. **European Journal of English Studies**, v.15, n.2, p. 97-100, jul. 2011.
- BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862.
- _____. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. New Delhi: Associated Publishing House New Delhi, 1974.
- BHABHA, Homi K. Da Mímica e do Homem: a Ambivalência do Discurso Colonial; A Outra Questão: o Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. trad. Eliana de LL Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- DAGENAIS, John; GREER, Margaret Rich. Decolonizing the Middle Ages: Introduction. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, v. 30, n. 3, 2000.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

Mixofobia e mixofilia em Constantinopla: a ação popular frente à Questão Ariana

João Pedro Rodrigues de Andrade
Mestrando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
joaopedro.andrader@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo analisar a situação da população de Constantinopla durante o governo de Constâncio II (337-361) sob a perspectiva da chamada Questão Ariana, observando as dinâmicas de interação social de mixofobia e mixofilia. A Questão Ariana, de cunho teológico e político, pode ser apreendida na cidade a partir do conflito entre os bispos Paulo, niceno, e Macedônio, ariano, pelo bispado. O embate entre os dois bispos suscitou a formação de dois grupos populares de apoio, que se confrontaram no espaço urbano a fim de defender seus respectivos candidatos e identidades. O engajamento da população em eventos de violência, como tumultos e sedições, revela uma série de problemáticas acerca da divisão dos espaços citadinos, sendo disputadas ruas e igrejas, alterando o cotidiano social e materialmente. Nesse sentido, o medo em se misturar (mixofobia) pode ser avaliado como fator preponderante nos episódios violentos, ao mesmo tempo que podem ser constatadas ações que prezem pelo contato com o diferente (mixofilia). Também é objetivo da comunicação discutir acerca da legitimidade da ação popular autônoma, tendo em vista a coordenação inicial dos grupos por parte de membros da *Ecclesia* e as intervenções do poder estatal no cotidiano da cidade. Tais reflexões são fundamentadas na investigação do segundo livro da obra *História Eclesiástica* de Sócrates Escolástico.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, arianismo, ação popular.

Introdução

O presente artigo é fruto da comunicação de mesmo nome apresentada no VIII Encontro de Pesquisa em História, na Universidade Federal de Minas Gerais, dentro do simpósio temático de nome “Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média”. Os dados e reflexões selecionados para este texto são frutos de dois anos de iniciação científica voluntária sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, que culminaram na atual pesquisa “A atuação popular em Constantinopla no contexto da disputa entre Paulo e Macedônio (337-360): um estudo com base nas *Histórias Eclesiásticas*” em nível de mestrado, sob a orientação do mesmo professor. A pesquisa ainda se encontra em estágios iniciais, mas se debruça sob a problemática popular dentro da chamada Questão Ariana, baseando-se nos relatos contidos nas *Histórias Eclesiásticas* e tendo a espacialidade como dimensão fundamental de estudo. Até o dia presente, a pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-

Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e conta com o financiamento da CAPES.

A escolha por tratar do conflito ariano sob a perspectiva popular se deve, em grande parte, a seleção da *História Eclesiástica*, de Sócrates Escolástico, como fonte de pesquisa. O autor cristão do século V traça um panorama da história da cristandade entre os anos de 306 e 439, voltando-se para as principais dissidências e querelas no interior da Igreja, não deixando de fora as histórias dos fiéis que a constituíam. Sócrates desenvolve sua narrativa a partir dos conceitos de harmonia e equilíbrio dentro da Igreja, ou seja, as heresias seriam atribuições a serem superadas com o passar da história (ROHRBACHER, 2002). Mesmo sendo acusado de erros quanto a datação e localização dos eventos retratados, o autor é de grande valor para os escritos cristãos por mesclar em sua narrativa trechos de fontes variadas, como cartas, documentos sinodais e conciliares, e até mesmo relatos transcritos de contemporâneos que vivenciaram os episódios retratados, tornando sua obra multidimensional e intimamente relacionada à história de Constantinopla, cidade natal do autor e na qual foram escritos os sete volumes que compõe a *História*. Cada um dos volumes, ou Livros, dá conta do período de governo de um Augusto – exceto o Livro Terceiro, que trata de Juliano e Joviano conjuntamente. A utilização dos governos como limites cronológicos para o encadeamento dos Livros nas *Histórias Eclesiásticas* é uma prática comum dentre os escritores cristãos, como atestado nas obras de Sozomeno e Teodoreto de Ciro. Assim como os demais historiógrafos cristãos, Sócrates também referênciava Eusébio de Cesareia, primeiro a produzir uma história cristã, e se coloca como continuador de seu trabalho.

No segundo dos sete livros que compõe a História de Sócrates, recorte principal deste trabalho, o autor narra um conjunto de episódios relacionados à Questão Ariana, tendo como palco a porção oriental do Império Romano durante o governo de Constâncio II. Tal disputa que se iniciou como uma questão doutrinária, mas reverberou por diversas instâncias daquele contexto, consistiu no questionamento de bispos e presbíteros acerca da natureza, *ousia*, em grego ou *substantia*, em latim, da pessoa de Cristo (MARROU & DANIELOU, 1984, p. 274). Os ditos arianos, aqueles que seguiam as formulações do presbítero Ário, de Alexandria, acreditavam numa diferenciação da natureza de Cristo e do Pai, dissociando-os, assim, em substância e poder; enquanto o grupo opositor, fiel ao credo formulado no Concílio de Niceia (325), professava a consubstancialidade entre as figuras do Pai e do Filho, evitando, de certa maneira, a hierarquização da Trindade. Tal discussão acerca da divindade foi mote para diversos sínodos e concílios, além de extrapolar as paredes destes e tomar ruas e praças, sendo

debatida por membros da casa imperial, das elites e das camadas populares. Rubenstein (2001, p. 216-217) descreve a Questão Ariana dentro de uma tendência da Igreja na parte oriental do Império em definir por parâmetros filosóficos precisos o cerne da religião, tendência que se dá por conta da proximidade dos autores da Patrística com as escolas de pensamento helenísticas. O autor também afirma que a futura cisão entre cristãos gregos e latinos está correlacionada à esta abordagem filosófica dos ditames religiosos.

A disputa entre os dois grupos, arianos e nicenos, em ordem de estabelecer uma ortodoxia, uma maneira correta de interpretação das Escrituras e uma prática religiosa comum a toda a Igreja, coincide com as intenções de Constâncio II, no que diz respeito à religião como instrumento de unificação imperial (SILVA, 2001, p. 99). A intervenção do imperador nas questões doutrinárias foi determinante para a institucionalização ou marginalização das proposições teológicas, e, no caso de Constâncio, percebe-se uma proximidade entre o poder estatal e a visão teológica ariana. Sendo assim, as considerações dos membros da *Ecclesia* em suas reuniões levaram em conta o posicionamento da casa imperial, tendo o próprio imperador comparecido diversas vezes nos concílios. Além disso, Constâncio tinha em mãos a autoridade de legitimar ou não os bispos de cada Sé, dando suporte àqueles que estivessem em sintonia com seus planos de governo e mantendo possíveis dissidentes sob vigilância, sob a pena de exílio (STEVENSON, 2014).

Concomitantemente à tentativa de configuração da ortodoxia pela elite eclesiástica, amparada pelo poder imperial, um terceiro grupo participava ativamente dos esforços para definir e preservar sua identidade como cristão: o conjunto de fiéis. O engajamento popular na controvérsia entre arianos e nicenos é perceptível nas manifestações de violência em defesa de uma visão teológica, ocorrendo majoritariamente nos espaços urbanos. No caso de Constantinopla, entre os anos de 337 e 360, os levantes e choques entre grupos populares tomaram conta das ruas e praças, e devem ser analisados de maneira particular, pois a segunda capital do Império é caracterizada por sua fundação e dedicação também sob o signo do cristianismo, como apontam Sarah Basset (2004) e Richard E. Rubenstein (2001, p. 140). Sócrates, constantinopolitano, deixa explícito em sua obra a íntima ligação dos cristãos com o espaço urbano, elencando no Livro Segundo uma série de sítios, em sua maioria igrejas, que foram disputados por arianos e nicenos. Por conta da dinâmica estabelecida entorno das duas proposições opostas, podemos compreender os grupos populares a partir do conceito de identidade trabalhado por Kathryn Woodward (2000), em que a posição assumida pelos sujeitos constitui uma identidade, valorizando a si mesmo e marginalizando a posição oposta,

aquilo que é diferente, o que é forasteiro ou estrangeiro. Arianos e nicenos constituem, então, um sistema binário no qual cada posição se considera a única alternativa válida para a cristandade, construindo sua identidade a partir de atributos positivos ao mesmo tempo que negativa a adversária, produzindo uma alteridade.

A Questão Ariana em Constantinopla entre 337 e 360

No Livro Segundo, Sócrates relata a disputa sucessória pelo bispado de Constantinopla, processo em que a participação popular foi crucial, sendo percebida através da formação de duas facções em apoio aos sacerdotes concorrentes. A morte do bispo Alexandre em 337, bispo responsável pela comunidade desde 313, abriu espaço para uma conturbada disputa pelo cargo entre os prelados Paulo e Macedônio. Paulo, de inclinação nicena, era considerado o sucessor natural de Alexandre, como destaca o autor (SÓCRATES, *Historia Ecclesiastica*, II, 6); enquanto Macedônio foi aclamado por um grupo de membros da elite eclesiástica de inspiração ariana como bispo sucessor daquela cidade. Em torno destas duas figuras formaram-se grupos populares opostos em apoio tanto aos dois bispos quanto as visões teológicas que cada um encarnava, grupos que batalharam diversas vezes pela ordenação e manutenção de seu favorito. O poder imperial teve de intervir em tais disputas, por conta da dimensão violenta dos choques de rua empreendidos pelos grupos em questão. Mais notavelmente, Constâncio interfere três vezes em favor da facção ariana, expulsando Paulo da cidade em todas elas. Em um destes episódios de deposição de Paulo, um general chamado Hermógenes, enviado especial do imperador para escoltar a saída do candidato niceno, teve a casa incendiada, foi morto e arrastado pelas ruas da cidade pelos apoiadores nicenos. Constâncio puniu a população da cidade diminuindo pela metade a quantidade de grãos doados pela casa imperial e distribuídos pelos membros da *Ecclesia* – das 80.000 medidas de trigo de origem alexandrina foram entregues somente 40.000. A violência dos cidadãos neste episódio pode ser interpretada à luz da definição de Mário Stoppino (1998, p. 1297), como um instrumento político que visa minar a coesão do grupo opositor e alterar a configuração do poder estabelecida, ao mesmo tempo em que contribui para a formação da consciência de um grupo em torno de sua própria identidade. Gilvan Ventura da Silva (1999, p. 160) caracteriza esses atos de violência como procedimentos de alto risco, mas que expressavam nitidamente os objetivos daquela população, mesmo os tumultos e sedições não sendo atos previamente roteirizados. Nessa esteira, soma-se o pensamento de Julia (1998, p. 225), que define os atos de violência popular a partir de uma lógica intrínseca sendo “possível

distinguir comportamentos diferenciados, lógicos, organizados e adaptados aos lugares e às circunstâncias, sob a aparência de impulsividade”.

Em 350, no entanto, após sucessivos episódios de embate urbano, Paulo, foi executado por determinação imperial, posicionando Macedônio definitivamente como bispo da cidade por um período de aproximadamente 10 anos. A ascendência deste bispo inaugurou um momento de perseguição aos cristãos de ideias divergentes ao arianismo, não só nicenos como também novacianos, sendo estes últimos de menor expressão dentro deste contexto de análise. Mesmo que nicenos e novacianos possuíssem algumas concepções religiosas divergentes, neste período, foram agrupados e classificados como inimigos da visão ariana, respaldada pelo próprio imperador.

As camadas populares em embate buscavam preservar e se apropriar tanto dos espaços sagrados, como as igrejas, como também dos espaços tidos como profanos, como praças e ruas. O controle desses espaços citadinos equivaleria ao sucesso de uma visão teológica, uma vez que passavam a ser ocupados e significados sob a visão nicena ou ariana. Aqui somamos a percepção de Martina Löw (2013, p. 29) acerca do conceito de espaço, na qual a autora pondera que “é através de constituições de espaços que se negociam relações de poder e dominação”. Alexandre Guida Navarro (2007, p. 8) complementa essa noção apontando que a busca pelos espaços, pela conquista e estabelecimento nele, é a procura por uma “delimitação claramente definida que garantiria tanto a proteção física quanto psíquica”, sendo o espaço, em certa medida, a manifestação material dos esquemas mentais produzidos por em sociedade.

Desta forma, ao observar as dinâmicas identitárias inseridas no espaço, percebemos que os grupos perseguidos se alinham na perspectiva de resistência, em um quadro de mixofilia, enquanto tanto arianos quanto divergentes (nicenos e novacianos) procuraram evitar-se mutuamente e competiram por espaços comuns, configurando situações de mixofobia. As identidades religiosas podem então ser entendidas como demarcadoras de fronteiras no interior da cidade. Para Zygmunt Bauman (2009, p. 27), a mixofobia, o medo gerado quando do contato com o outro se manifesta como um “impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença”. Tais ilhas remetem a divisão espacial pela imposição de fronteiras, que se instituem por conta das diferenças ao mesmo tempo que produzem tais diferenças. Ao mesmo tempo, a mixofilia, os laços de solidariedade e convivência estabelecidos entre aqueles que não são iguais, também podem ser observados na cidade, como vemos nos episódios de ajuntamento dos nicenos com

os novacianos. Posto isso, mixofobia e mixofilia são dinâmicas identitárias sempre coexistentes, variando sua intensidade, mas nunca se extinguindo completamente. Bauman (2009) concebe a cidade como um campo de batalha destas duas tendências por ser um local privilegiado historicamente para o encontro com os estrangeiros, por ser um espaço atrativo às diferenças.

Exemplo máximo da perseguição de Macedônio e das dinâmicas de mixofilia e mixofobia em Constantinopla é o caso da remoção da Igreja dos Novacianos, descrito por Sócrates com riqueza de detalhes. Por volta de 358, em ordem de desestabilizar os dissidentes do arianismo, Macedônio ordenou a destruição de uma das três igrejas dos novacianos na cidade, situada na região de *Pelargus*. Entretanto, quando os populares arianos que concordavam com o bispo se aproximaram da edificação para destruí-la, a população que atendia a tal igreja, ajudada por simpatizantes – aqui interpretados como nicenos –, desmontou toda a estrutura, transferindo-a para a região extramuros que o autor chama de *Sycae*.

Pois quando os emissários de seus inimigos urgiram para completar sua destruição, uma multidão de novacianos, ajudados por numerosos outros que tinham sentimentos similares, tendo se reunido ao redor desta devota igreja, desmontaram-na e transportaram seus materiais para outro lugar [...] Esta remoção foi efetuada em pouquíssimo tempo, por conta do extraordinário ardor das numerosas pessoas engajadas: um carregava as telhas, outro as pedras, um terceiro as vigas; alguns carregavam consigo uma coisa, e outros algo diferente. Até mulheres e crianças ajudaram no trabalho, tendo em mente a realização de seus melhores desejos e estimando esta ação como uma grande honra a ser contabilizada para os fiéis guardiões das coisas consagradas à Deus. (*Sóc. His. Eccl.*, II, 38, tradução nossa)

Sócrates afirma que somente após a morte de Constâncio, sob o governo de Juliano, a igreja pôde ser reconstruída em seu sítio original, sendo rebatizada para Anastasia, termo grego que significa ressurreição.

Conclusão

Pode-se significar a participação popular nos conflitos citados mediante o papel exercido pelos bispos no interior das comunidades. Como figuras políticas, os membros da *Ecclesia* influenciavam de maneira significativa o cotidiano dos fiéis, como visto no cuidado com as viúvas e virgens, no apoio aos pobres e até mesmo na responsabilidade pela distribuição de donativos imperiais, já citada (RUBENSTEIN, 2001, p. 76; 108). Os bispos, de certa forma, representavam determinadas parcelas da população, garantindo-lhes voz e

proteção no cenário político. Por este viés interpretativo, o conflito urbano poderia ser resumido a um esforço propagandístico por parte dos membros do alto escalão da igreja, que controlariam e usufruiriam da ação dos populares para o estabelecimento da ortodoxia.

Entretanto, analisar o envolvimento da população na disputa teológica também diz respeito à compreensão da identidade cristã, ou melhor, das identidades cristãs como fundamentais para o processo de consolidação de uma ordem, uma vez que os populares disputam não só pelos líderes locais de suas comunidades, mas também por visões acerca daquele mundo do qual faziam parte. De modo geral, a população encontrava-se livre para alinhar-se às diversas perspectivas de cristianismo; razão pela qual não é possível afirmar que os bispos detinham o controle estrito sobre o comportamento dos cidadãos a ponto de eliminar o protagonismo destes últimos. O engajamento das camadas populares também deve ser lido a partir de suas motivações próprias, por exemplo a busca pelo cumprimento correto das escrituras e, em última instância, pela salvação – como teoriza Maria Isabel Loring García (2004).

A pesquisa de mestrado em desenvolvimento pretende analisar as características identitárias dos grupos populares mediante uma série de episódios compilados não somente por Sócrates Escolástico, mas também por Sozomeno e Teodoreto de Ciro no século V, no intuito de conferir o caráter de agente histórico à população de Constantinopla nos conflitos vivenciados entre 337 e 360, ano em que Macedônio é expulso da cidade. Para além, procura-se atentar para a relação entre a *Ecclesia*, o Império e a população dentro da Questão Ariana, considerando o arianismo como fator de movimentação política das três partes em diálogo. Para além, busca-se compreender o espaço urbano de Constantinopla não somente como pano de fundo para as sedições e tumultos, mas também como parte ativa na dinâmica histórica, uma vez que foi ativamente modificado no contexto de disputa ao mesmo tempo que interferiu nas formas de ação dos envolvidos.

Fontes e Referências Bibliografia

BASSETT, S. **The urban image of late antique Constantinople**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GARCÍA, L. M. I. Alcance y significado de la controversia arriana. **Clio & Crimen**, n.1, p. 87-114, 2004.

- JULIA, D. A violência das multidões: é possível elucidar o desumano? In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.) **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998. p. 217-232.
- LÖW, M. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2013.
- MARROU, H. I.; DANIELOU, J. **Nova história da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- NAVARRO, A. G. Sobre El concepto de espacio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 3-21, 2007.
- ROHRBACHER, D. **The Historians of Late Antiquity**. New York: Routledge Press, 2002.
- RUBENSTEIN, R. **Quando Jesus se tornou Deus**. Rio de Janeiro: Ficus, 2001.
- SILVA, G. V. Violência e intolerância religiosa no Baixo Império: os levantes de Constantinopla sob o governo de Constâncio II (337-361). **Boletim do CPA**, n. 11, p. 97-120, 2001.
- _____. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV Século. **Phoînix**, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- SOCRATES SCHOLASTICUS. Ecclesiastical History. Text Translated by A.C. Zenos. In: SCHAFF, P.; WACE, H. (Eds.). **A Selected Library of the of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers**. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995, p. 2-451. s. 2, v. 2.
- STEVENSON, W. Exiling Bishops: The Policy of Constantius II. **Dumbarton Oaks Papers**, n. 68, p. 7-27, 2014.
- STOPPINO, M. Violência. In. BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. p. 1291-1298.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

De Diego Gelmírez (1101-1140) à Berenguel de Landória (1317-1330): revoltas urbanas na cidade de Compostela

Jordano Viçose¹

Doutorando em História Social das Relações Políticas

PPGHIS /UFES

jordanovicose@gmail.com

Resumo: As revoltas urbanas que ocorreram em território ibérico na Idade Média Central e na Baixa Idade Média constituem elementos importantes para o estudo das relações senhoriais evidenciando parte das tensões existentes entre as principais instâncias de poder do mundo medieval: Igreja, reino e senhorio. Nesta comunicação, analisaremos três insurreições ocorridas na cidade de *Santiago* de Compostela a fim de apresentarmos apontamentos iniciais a respeito das semelhanças e diferenças que as caracterizaram. As duas primeiras aconteceram nos anos 1116-1117 e 1136 durante, respectivamente, o bispado e arcebispado de Diego Gelmírez (1101-1140). Já a terceira ocorreu entre os anos 1318 e 1320, no arcebispado de Berenguel de Landória (1317-1330). Sabemos dos riscos que envolvem o estudo de temporalidades distintas, todavia, temos em nossa defesa as pesquisas mais recentes desenvolvidas acerca do conceito de cultura política as quais corroboram o uso do método comparativo como forma de estabelecer conexões e circulações entre diferentes processos históricos. Em termos documentais, utilizaremos a *Historia Compostelana* e os *Hechos de Don Berenguel de Landoria, Arzobispo de Santiago*. Trata-se de duas obras encomendadas e com finalidades parecidas: ambos os prelados desejam imortalizar, por meio do registro escrito, suas realizações à frente da sé de Compostela. Enquanto a primeira foi elaborada na primeira metade do século XII, a segunda foi composta no segundo quartel do século XIV.

Palavras-chave: Revoltas urbanas, *Santiago* de Compostela, séculos XII e XIV.

O tema *revolta* tem atraído o interesse de pesquisadores dedicados ao mundo medieval em decorrência, principalmente, dos novos olhares lançados pela historiografia que visa elucidar e suprir realidades outrora ignoradas², além da própria atualidade do conceito para as sociedades democráticas contemporâneas, como esboçou o historiador francês Patrick Boucheron, em recente ensaio publicado no Brasil.

A principal referência dos historiadores brasileiros, quando a temática revolta é abordada tendo como contexto histórico o período conhecido como Idade Média, tende a ser

¹ Mestre em História Ibérica. Universidade Federal de Alfenas (PPGHI/UNIFAL-MG).

² No século XX, em virtude das transformações ocorridas na historiografia, passou-se a valorizar uma pluralidade de abordagens e de perspectivas nas pesquisas historiográficas, como a história das massas (aquilo que ficou conhecido como a “História vista de baixo”) que está atrelada ao estudo de grupos sociais ignorados pela História Política praticada no século XIX.

as sublevações³ camponesas da Baixa Idade Média, ocorridas no atual território francês. Todavia, menos conhecidas, inclusive no meio acadêmico, são as revoltas cidadinas irrompidas no medievo. Chamamos a atenção, de modo especial, àquelas verificadas em território ibérico nos séculos XII e XIV. A região norte da Península Ibérica, na qual se desenvolveram núcleos urbanos e comerciais, ainda no século XI, em virtude da construção do Caminho⁴ de *Santiago*⁵, fez surgir uma burguesia⁶ enérgica e ativa que protagonizou levantes contra a autoridade principal do senhorio⁷.

Sendo o conceito de revolta fundamental para a operacionalização deste estudo, torna-se preciso o seu esclarecimento. Nesse sentido, entendemos revolta primordialmente como um movimento interno e individual o qual acontece primeiro na linguagem desarticulada, mas que aos poucos se transforma em discurso para no momento seguinte culminar em rompimento. Tal desarticulação tende a satisfazer reivindicações imediatas de caráter político e econômico, não havendo uma preocupação com transformações profundas da ordem constituída. Ademais, podemos entender esses movimentos revoltosos que ocorreram em Compostela como “conflitos característicos de um sistema social – o feudalismo – em que as cidades não são uma ‘exterioridade interna’, mas um de seus componentes essenciais” (PORTELA & PALLARES, 2000, p. 108). As discrepâncias se delineavam e se alimentavam, sobretudo, nos (e dos) períodos de extrema instabilidade na política geral do reino geralmente ocasionadas pelo intervalo de reinados (*interregnum*) nos quais distintas possibilidades abriam espaço para negociações, disputas e alianças.

O dissenso invariavelmente resultante abalava os territórios da monarquia, quando não eram eles próprios, por meio dos seus cidadãos, os causadores e/ou um dos cenários principais em que os enfrentamentos aconteciam. As revoltas que se sucederam nos séculos XII e XIV, na cidade de *Santiago*, tinham em comum, além da situação de crise política no reino, o desejo dos revoltosos de subtrair a urbe da condição episcopal para torná-la realenga a fim de

³ Os termos sublevação, rebelião e insurreição serão utilizados, nesta comunicação, como sinônimos para o conceito de revolta.

⁴ No transcorrer do século XI, por intermédio, sobretudo do poder régio se intensificou a construção de estruturas físicas – pontes, hospitais, hospedarias, albergues – para atender aos peregrinos que rumavam à igreja de Compostela. A partir dos anos 1070-1080 essa iniciativa ganhou novo fôlego por iniciativa dos reis Alfonso VI (1065-1109) e Sancho Ramírez de Aragão (1063-1094) que mobilizaram recursos na criação de um itinerário terrestre ao longo dos Pirineus inspirado nas histórias do imperador Carlos Magno. O Caminho terrestre seguia o traçado da antiga via romana setentrional que ligava o mar mediterrâneo à Galiza pelo curso do rio Ebro e depois seguia pelo norte da Meseta.

⁵ Optamos por manter a grafia *Santiago*, como no castelhano.

⁶ O termo burguesia é utilizado no seu significado original: diz respeito aos habitantes dos burgos.

⁷ No caso de Compostela, a autoridade principal do senhorio era o bispo/arcebispo. No ano de 1120, devido à conquista da dignidade metropolitana, Compostela se tornou um arcebispado sendo o dirigente dessa igreja, portanto, um arcebispo.

exercerem, a mando do rei, isto é, baixo a dependência direta da monarquia, o senhorio sobre a cidade. A progressiva radicalização das insurreições em ataques diretos contra a vida dos arcebispos denota o seu caráter anti-episcopal e deixa transparecer o objetivo central da disputa: a chefia do senhorio compostelano (PORTELA, 2016, p. 332).

Seguindo a proposta dos professores Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares (2000, p. 109), podemos delimitar uma organização partilhada pelas três revoltas em um “triângulo conflitivo” formado pelo bispo, enquanto chefe, por concessão régia, do senhorio da cidade e do complexo de terras de *Santiago*; pelos burgueses, clérigos e laicos, habitantes do burgo; e pelo rei, fonte da legitimação política, cuja aliança e proteção eram disputadas pelos compostelanos e por seu senhor imediato. A posição final assumida pelos monarcas, ou por aqueles que representavam a monarquia, foi crucial nos desfechos dos conflitos. O apoio dado aos revoltosos pela autoridade régia e/ou pelos agentes do poder monárquico no começo das sublevações foi contrastado com a posterior repreensão e violência que visaram à manutenção do *status quo*.

As intervenções dos papas e dos seus legados junto aos reis também contribuíram nos desdobramentos dos acontecimentos. Os papas, Pascual II (1099-1118), Inocêncio II (1130-1143) e João XXII (1316-1334) não abriram margens para negociações e acordos com reis, rainhas e infantes que inicialmente se opunham aos interesses da santa sé; optaram, todavia, pela defesa e guarnecimento dos seus ungidos diante dos acontecimentos turbulentos que ameaçavam o poder eclesiástico. Na rebelião de 1318-20, Sánchez Sánchez (2008, p. 203) destaca a ação de João XXII, sustentada em três pilares: a) reforço da autoridade arcebispal no referente ao seu poder político; b) ferrenha condenação dos sublevadores; e c) concessões econômicas e pastorais ao prelado para facilitar seu trabalho e incrementar seus recursos. O interesse do pontífice era implantar um novo sistema de arrecadação na Península Ibérica e para isso dom Berenguel era considerado de suma importância. Diante da situação de ingovernabilidade que acometia a sé compostelana, o papa não deixaria de ajudá-lo com os meios possíveis; além disso, o bispo de Roma não queria perder poder frente à monarquia: desejava a manutenção da cidade de *Santiago* como episcopal.

Apesar das ajudas recebidas por Diego Gelmírez e Berenguel de Landoria do papado, há mudanças sensíveis entre eles que, mesmo sendo iniciais, devem ser salientadas. Enquanto o primeiro ascendeu à cátedra do apóstolo Tiago por consentimento do conde de Galiza, Raimundo de Borgonha (1070-1107) e do rei de Castela e Leão, Afonso VI (1065-1109), o segundo foi nomeado por João XXII, em 1317, “constituindo um dos principais episódios de

intervenção do poder pontifício na história da sede compostelana”⁸ (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2008, p. 198). As raízes de Diego Gelmírez na política galega e na política central do reino podem ser consideradas mais vigorosas e profundas quando o comparamos ao pouco conhecido dominicano, de origem “francesa”, Berenguel de Landória. Não só por se tratar de um bispo nativo, mas também de um homem de confiança da monarquia⁹. Gelmírez iniciou seus estudos na escola catedralícia de Compostela e passou parte da sua *adolescência* na corte do conquistador de Toledo¹⁰. Sua subsequente trajetória como administrador do senhorio compostelano, em dois momentos de vacância da sede, reforçam a dispensa do favor régio em seu benefício¹¹. As duas revoltas que encarou tanto a de 1116-1117 quanto a de 1136 acreditamos que foram estimuladas, prioritariamente, pelas crises atravessadas pelo reino. Os sucessos enfrentados por Berenguel se diferem.

Berenguel de Landoria sucedeu o arcebispo Rodrigo de Padrón (1307-1316) à frente da Igreja de *Santiago*, porém decorreram cerca de dois anos até a sua chegada em Compostela¹². Os burgueses compostelanos tiveram tempo suficiente para se organizarem e conseguir a convivência do infante dom Felipe (1292-1327) e do tenente das fortalezas arcebispais, Alonso Suárez de Deza (?-1320). Quando o antigo superior dos dominicanos chegou a Melide, em novembro de 1318, a revolta foi deflagrada¹³. Os cidadãos encontraram na ausência da autoridade eclesiástica a oportunidade para retirar o senhorio da cidade da condição episcopal (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2008, p. 198).

Diferente das revoltas ocorridas em tempos de Diego Gelmírez, o episcopado de Berenguel de Landoria teve de lidar, logo no seu início, com uma sublevação dos cidadãos da urbe para a qual foi destinado. A aspiração burguesa de inclusão da cidade de Compostela na categoria de realengo foi potencializada com a divisão dos seus clérigos. Após o falecimento de Rodrigo de Padrón, formaram-se duas facções que alçaram, concomitantemente, à cátedra

⁸ O papa João XXI desejava, com a eleição de Berenguel de Landoria, por um lado, conseguir apaziguar e controlar a sé compostelana em meio a uma crise sucessória e, por outro, levar a cabo sua política fiscal de captação de recursos destinados ao pontificado.

⁹ Diego Gelmírez foi progressivamente, desde os tempos da juventude, tornando-se personagem de importância na política galega. Nos dizeres do conde Raimundo, quando o fez seu *chanceler* e secretário, Gelmírez era um “jovem homem perspicaz, dono de bons modos e dotado de um espírito vivo”.

¹⁰ Afonso VI (1065-1109) conquistou a antiga capital visigótica, a cidade de Toledo, no ano de 1085.

¹¹ Diego Gelmírez administrou por duas vezes o senhorio (*honor*) da Igreja de *Santiago* de Compostela. A primeira delas durante um ano, entre 1093 e 1094, momento que a cátedra estava vacante desde a morte do abade Pedro, de Cardeña, em 1090. A segunda administração foi entre os anos de 1096 e 1100, após o curto bispado de Dalmacio, monge de Cluny (1994-1996).

¹² Berenguel de Landoria foi nomeado no dia 15 de julho de 1317 como bispo da Igreja de *Santiago* de Compostela pelo papa João XXII. Antes da sua eleição, Berenguel ocupava o cargo de superior dos dominicanos.

¹³ Berenguel de Landoria chegou a Melide com o importante privilégio, outorgado pela consorte real Maria de Molina (1282-1321), de manutenção do senhorio da cidade nas mãos da Igreja.

episcopal, Rodrigo Yáñez de Parada e Alfonso Eanes, porém elas acabaram se degenerando em ofensas, divergências e excomunhões. A crise sucessória eclesiástica provocada pela cisão do cabido era um ingrediente novo na revolta do século XIV, o mesmo não pode ser afirmado sobre as dissensões e a participação de religiosos nos movimentos sediciosos. Gelmírez, dois anos após assumir o posto de bispo de *Santiago*, exigiu dos seus cônegos a prestação de um juramento deixando transparecer suas incertezas acerca da fidelidade a ele outorgada¹⁴.

As dúvidas eram prudentes e se confirmaram nas décadas seguintes com a participação direta de membros do capítulo diocesano nas insurreições contra o domínio de dom Diego. O senhorio que foi o ponto central da promessa era questionado. O êxito momentâneo das revoltas urbanas e até mesmo a sua maior ou menor duração acreditamos que se deveu, em grande medida, a já citada anuência monárquica nos seus estágios iniciais. Urraca I (1109-1126) apesar de firmar pacto com Gelmírez, em 1116¹⁵, “não rompeu seus laços com os revoltosos” favorecendo a progressiva radicalização do levante que amedrontou até mesmo o poder régio¹⁶ (PORTELA, 2016, p. 334). Alfonso VII (1126-1158) não condenou explicitamente o impulso sublevador dos cidadãos compostelanos no ano de 1136, aliás, estava mais propenso a aceitar as três mil marcas de prata a ele oferecidas pelos revoltosos, caso destituísse e enviasse ao exílio o bispo (FLETCHER, 1993, p. 232). María de Molina (1282-1321) embora tenha concedido, em outubro de 1318, a dom Berenguel a confirmação do status de urbe episcopal à Compostela não “emitiu uma condenação verdadeiramente firme em relação à revolta” (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2008, p. 203).

O prolongamento das insurreições citadinas em uma Compostela aquartelada acarretou consequências danosas e destrutivas aos edifícios da cidade e aos dos arredores. Na primeira revolta enfrentada por Diego Gelmírez, o palácio episcopal e a torre das campanhas ficaram

¹⁴ O juramento prestado a Gelmírez, pelos setenta e dois canônicos da Igreja de *Santiago*, no dia 22 de abril de 1102, revela o sentimento de desconfiança que sentia o bispo por uma parte dos seus clérigos, certamente, aqueles que não apoiaram a sua candidatura e/ou estavam descontentes com as suas primeiras medidas como bispo, como foi o caso da destruição do altar velho da catedral.

¹⁵ Este foi o momento no qual Diego Gelmírez recebeu de Urraca, como símbolo da reconciliação, a cabeça de são Tiago, maior, trazida desde Jerusalém pelo então bispo de Coimbra, Mauricio Burdino.

¹⁶ Como os revoltosos não entregaram a cidade ao seu *dominus*, Diego Gelmírez, Urraca retornou à Compostela para reaver a autoridade perdida pelo bispo. Com a chegada da rainha, em finais da primavera, os dias seguintes foram, extremamente, tensos. Acuados dentro do que restou do palácio episcopal, Gelmírez e Urraca viram-se obrigados a se deslocar para a torre das campanhas devido à aproximação violenta dos revoltosos. Insatisfeitos com a resistência feita pelos protetores do bispo e da rainha, os sitiadores incendiaram a torre causando momentos de absoluta incerteza. Incitada, pelos soldados, a sair para não perecer no fogo, Urraca encorajou-se e encarou a turba que rasgou suas vestimentas, deixando-a nua, além de feri-la com uma pedra.

gravemente prejudicados¹⁷. A principal fortaleza, desde o século XIII, dos preladados compostelanos, o castelo de Rocha Forte, foi, em 1319, queimado e danificado pelos sublevadores. Os enfrentamentos, além de dismantelar a urbe e as fortalezas da prelatura, incidiam negativamente em uma de suas principais fontes de renda: as peregrinações. Aliás, foram os deslocamentos humanos ao santuário protetor das relíquias do apóstolo Tiago, junto à conseguinte construção de rotas terrestres, as principais causas para o desenvolvimento de marcos urbanos no norte ibérico. A burguesia formada, em decorrência desse processo, tornou-se um elemento extremamente, ativo, enérgico e hábil no plano econômico e político das cidades peninsulares.

A burguesia compostelana, desde os tempos do conde de Galiza, Raimundo de Borgonha, recebeu um estatuto jurídico que lhes concedeu, de acordo com Portela (2016, p. 335), “carta de natureza política”. Em 1095, diante dos abusos da aristocracia laica, os mercadores da *villa burgensis*, foram autorizados, por meio de um édito outorgado pelo conde, de comercializarem livremente (salvo-conduto). O rei, Alfonso VI além de confirmá-lo, lavrou o direito dos cidadãos de serem julgados pelas leis de sua cidade e ademais salientou a dependência ao episcopado. A mensagem era clara: os habitantes de *Santiago* estavam submetidos à sede apostólica. Entre a monarquia e os súditos urbanos estavam os clérigos da catedral e o seu prelado; “(...) a *civitas* era e permaneceria sendo episcopal, também no plano político” (PORTELA, 2016, p. 335). Entretanto, era interesse dos burgueses um exercício menos familiar e mais flexível das competências senhoriais mediante a participação deles nas decisões do conselho¹⁸. A ausência de dialogo gerou um acúmulo de tensão que se manifestou nas revoltas.

Os diferentes desfechos das insurreições cidadinas direcionadas ao poder senhorial exercido pelos preladados compostelanos, Diego Gelmírez e Berenguel de Landoria, tiveram em comum a derrota dos seus dirigentes e de seus correligionários. Em 1117, ao menos cinco exércitos convergiram bloqueando as saídas de Compostela:

El hijo de la reina, Alfonso, puso cerco a Compostela por la parte del monte Pedroso con un gran ejército de infantería y caballería, acompañado de su

¹⁷Após a conquista da dignidade metropolitana, em 1120, Diego Gelmírez empreendeu a reedificação e ampliação do palácio episcopal praticamente destruído na revolta burguesa, em 1117, mais adequado, segundo o seu entendimento, a um arcebispo e legado da igreja de Roma.

¹⁸Na revolta urbana de 1116-7, o assassinato de pessoas muito próximas a Diego Gelmírez, a saber: Gundesindo Gelmírez, irmão do bispo; Rodrigo Oduáriz, mordomo de dom Diego; Ramiro, cozinheiro do palácio; e Diego el Bizco, vigário da cidade, permite-nos enxergar uma insatisfação pela forma como era conduzida a administração da cidade, especialmente a participação de familiares. Além de Gundesindo, Pedro, sobrinho de Gelmírez, era o prior da igreja de *Santiago*. Dessa forma, o prelado controlava os dois pilares básicos do senhorio urbano: igreja e mercado.

ayo, el conde Pedro, y de sus hijos Fernando, Bermudo y Rodrigo y sus cuñados el conde Gutierre, Gómez Núñez y otros próceres. Por la parte de Iria puso sitio el obispo con un gran ejército de caballeros y con un infinito número de soldados de a pie. Por la parte del Pico Sacro asedió la ciudad el conde Alfonso con el ejército de los de Limia, acompañado de los de Castela, los de Deza y otros muchos. Por la parte del monasterio de San Pedro puso sitio el conde Munio con todo su ejército. Y por la parte de Penelas puso cerco a la ciudad el conde Rodrigo y los de Lugo con un gran ejército (HC, 1994, p. 286-287).

Muitos cidadãos, entre eles cônegos e laicos, não simpatizantes das ações promovidas pela irmandade (*germanitas*) ou, por medo do confronto, abreviaram o cerco quando deixaram a urbe e foram ao encontro de Diego Gelmírez pedindo-lhe misericórdia e perdão. Apesar do desejo de sangue e vingança atribuído, pela *Historia Compostelana*, a Urraca, o bispo tratou de convencer a rainha em amenizar os efeitos destrutivos do ataque, afinal era ele “que teria que conviver com as consequências” (FLETCHER, 1993, p. 228). Os termos da concórdia não demoraram a se delinear¹⁹.

A busca pelo controle do senhorio sobre a cidade de *Santiago* que se reavivou na década de 1130 teve no concílio celebrado em Burgos um dos seus últimos encontros. Após escapar, não totalmente ileso, das pedradas disparadas pelos revoltosos na catedral de Compostela, Diego Gelmírez, naquele momento um ancião de aproximadamente setenta anos, foi prestar queixas diante do imperador Alfonso VII, dos nobres do reino e do cardeal-legado romano, Guido, dos episódios vividos nos últimos meses²⁰. Embora Gelmírez tenha chegado à cidade burgalesa em situação desfavorável devido à proposta sedutora feita pelos dirigentes da revolta ao monarca, os acontecimentos tomaram rumos diferentes. Diante da negativa do papa Inocêncio II, Guillermo Seguí e seus comparsas foram excomungados²¹. O prelado conseguira o que objetivava: manteve-se, até o fim de sua vida, no posto de governante da urbe e das terras de *Santiago*.

Em 1320 o desenlace foi narrado em tons de sangue pelos *Hechos*. María de Molina, depois da morte dos infantes Juan (1312-1319) e Pedro (1312-1319) em uma campanha

¹⁹ Entre os termos da concórdia estavam a entrega das cartas que firmavam o pacto entre os integrantes da irmandade, assim como todas as armas e bens usurpados do bispo e da rainha. Além disso, o pagamento indenizatório de mil e cem marcos de prata e a entrega de cinquenta jovens, das mais importantes famílias compostelanas, como reféns; posteriormente, foi realizada a devolução da catedral e dos lugares fortificados da cidade. Após retomarem o controle, Diego Gelmírez e Urraca, na igreja de santa Susana, exigiram dos cidadãos perdoados a prestação do juramento de fidelidade, submissão e obediência, bem como, a firma de compromisso em não acolherem aos exilados sem a devida autorização.

²⁰ Diego Gelmírez foi duramente apedrejado pelos revoltosos quando buscava refúgio na parte inferior do altar da catedral. Uma das pedras atingiu sua orelha.

²¹ Inocêncio II foi consultado, por intermédio do clérigo Bosón, sobre a possibilidade de destituição de Diego Gelmírez.

militar contra o reino de Granada, alterou seu posicionamento no referente à revolta cidadina que se estendia em Compostela²² (PALLARES & PORTELA, 2000, p. 122). A postura de combate e repreensão assumida pela rainha consorte gerou um acordo entre ela, o infante dom Felipe, dom Berenguel e Alonso Suárez de Deza, tenente do senhorio de *Santiago* no período de vacância da sé; porém, com o rompimento do pacto por esse último, a resposta de Berenguel não tardou em acontecer. Segundo sua crônica:

Llamó [o mordomo do arcebispo] a todos los escuderos y a los que sabían manejar las armas de entre los que vivían allí, a todos los que se hallaban en los campos por haber sido desterrados de la ciudad de *Santiago*, a los que, tanto clérigos como laicos, habían servido fielmente en la guerra y en otras situaciones al santo varón, y a todos los que aquel impío personaje había forzado al destierro y a cuyos amigos y parientes había dado muerte. Les ordenó que se armasen y preparasen rápidamente para poder lograr a base de espadas, cuchillos y esfuerzo varonil, lo que el mencionado padre y señor no podía obtener de los ciudadanos y del traidor [Alonso Suárez de Deza] con palabras y tratos suaves, a la larga sólo beneficiosos para aquéllos y éste. (...) Así pues, luego que aquellos hombres se armaron, dirigidos en todo por la virtud del beatísimo Apóstol, la justicia y la venganza divinas cayeron sobre el referido satélite de Satanás, el traidor Alfonso, y sobre sus cómplices (HECHOS, 1983, p. 127-129).

Segundo os *Hechos* (1983, p. 127), o mordomo do arcebispo, “agiu sem que se inteirasse de todo o santo varão” aproveitando-se que a trégua havia sido rompida pelo próprio Alonso Suárez de Deza. O tenente desejava converter Compostela em cidade de realengo, porém o fato de não ter recuado quando as condições se mostraram desfavoráveis custou sua vida e a de alguns dos seus companheiros. O final sangrento, em setembro de 1320, acarretou o fim da revolta e das projeções de subtrair a urbe da condição episcopal durante o governo de dom Berenguel.

Assim como em 1117, Berenguel de Landoria realizou na igreja de santa Susana a delimitação dos termos de concórdia. Nela recebeu “as chaves da cidade, o selo e outros símbolos que como se sabe respondem ao reconhecimento do domínio temporal segundo o direito” (HECHOS, 1983, p. 137). Diego Gelmírez e Berenguel de Landoria, na condição de prelados da diocese compostelana, foram os principais agentes políticos responsáveis, em suas respectivas épocas, pela ordem, administração e exercício da justiça no senhorio urbano e nas terras de *Santiago* e, por conseguinte, estavam entre os principais interessados na permanência delas em mãos episcopais. O que acabaram por conseguir.

²² Maria de Molina desejava desvincular a monarquia da rebelião que atingia Compostela em 1318-20. Além das mortes dos infantes, Juan e Pedro, o papa João XXII pressionava fortemente os soberanos de Castela e Leão.

Fontes

Hechos de Don Berenguel de Landoria, Arzobispo de Santiago. Introducción, Edición Crítica y Traducción. Manuel C. Díaz y Díaz, traducción ao castelán da crónica Gesta Berengarii de Landoria archiepiscopi Compostellani. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de *Santiago* de Compostela, 1983.

Historia Compostelana. Introdução, tradução, notas e índices de FALQUE REY, E. Madrid: Akal, 1994.

Referências Bibliográficas

BOUCHERON, Patrick. **Como se revoltar?** São Paulo: Editora 34, 2018.

FLETCHER, R. A. **A vida e o tempo de Diego Xelmírez.** Santiago de Compostela: Galaxia, 1993.

RUIZ GÓMEZ, Francisco. El camino de *Santiago*: circulación de hombres, mercancías e ideas. IV SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, Nájera, 2 al 6 de agosto de 1993. **Anais...**, Nájera, 1994, p. 167-188.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel. **La Iglesia de Santiago y el pontificado en la Edad Media (1140-1417).** Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago – Universidade de Santiago de Compostela, 2013.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel. La intervención del poder pontificio en la revuelta de 1318-1320 en territorio compostelano. Juan XXII y Berenguel de Landoira. **Territorio, sociedad y poder**, v. 3, p. 203-220, 2008.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel. La peregrinación a Santiago de Compostela y el poder pontificio entre los siglos XII y XV. **Ad Limina**, *Santiago* de Compostela, v. 1, n. 1, p. 181-200, 2010.

SILVA, Ermelindo Portela. **Diego Gelmírez (1065-1140):** El báculo y la ballesta. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2016.

SILVA, Ermelindo Portela y PALLARES, María Carmen. De Gelmírez a los irmandinos. Conflictos sociales en la ciudad de *Santiago*. En: ESTEPA DÍEZ, Carlos. MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. PÉREZ-ALFARO, Cristina Jular (coords.): **El camino de Santiago:** estudios sobre peregrinación y sociedad. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 2000. p. 107-132.

SILVA, Ermelindo Portela. Diego Gelmírez. Los anos de preparación (1065-1100). **Studia Historica:** Historia Medieval, Salamanca, n. 25, p. 121-141, 2007.

SILVA, Ermelindo Portela y PALLARES, María Carmen. Revueltas compostelanas del siglo XII. Un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal. En: VILLARES, R. (Ed.), **La ciudad y el mundo urbano en la historia de Galicia.** Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia: Tórculo Edicions, 1988, p. 89-105.

Usos e funções da iconografia da última ceia no ocidente medieval

Karolina Santos da Rocha

Graduanda em História

Universidade Estadual de Montes Claros

karolina.ssantos@yahoo.com

Resumo: O aumento das discussões e usos de imagens como fontes em pesquisas sobre o período medieval é notável. Tal perspectiva, contudo, exige um conhecimento teórico-metodológico que sustente as análises imagéticas e não comprometa as circunstâncias históricas. Durante muito tempo, a função das imagens no medievo bastou-se como “Bíblia dos iletrados”, termo elaborado a partir de uma interpretação ingênua da carta de Gregório Magno dirigida ao Bispo Serenus de Marselha no ano de 600. Além da clara valorização dos documentos escritos, essa ideia evoca um paralelismo simplista entre texto e imagem, reduzindo a natureza complexa dos elementos visuais à ilustração de um texto. Dessa forma, essa pesquisa se propõe a investigar uma série de imagens da Última Ceia produzidas no Ocidente Medieval em diferentes regiões e contextos. Notamos a presença de um traslado do tema do Oriente para o Ocidente, que se reflete em diversas funções, composições iconográficas e modos de operação que ultrapassam o âmbito religioso e adquirem sentido a partir da investigação social, política ou ideológica. Para a análise iconográfica foi necessário considerar a materialidade da imagem, retomando o termo Imagem-Objeto consolidado por Baschet. Assumindo tal identidade, a imagem se insere em um conjunto de espaços, situações e relações sociais, e, dessa forma, é possível identificar a função que desempenha em cada dinâmica. Ademais, consideramos a serialização e as inúmeras obras com o mesmo tema e, conseqüentemente, o significado a partir da repetição de elementos comuns. Além do arranjo cênico interno: gestos, cores e simbologia, e externo: o lugar que a imagem ocupa em relação às outras, relacionando a iconografia ao contexto e às discussões intelectuais do período.

Palavras-chave: Iconografia, Última Ceia, Idade Média.

Um dos arranjos cênicos mais famosos da Iconografia do Cristianismo foi inspirado pelas seguintes passagens neotestamentárias ((Mt 26, 26-28; Mc 14, 22-25; Lc 22, 14-20; Jo 6, 48-56): trata-se do estabelecimento da Eucaristia, um dos principais rituais cristãos, como representação e representificação da assim chamada, Santa Ceia.

A partir de uma análise geral e quantitativa de imagens com a temática da Última Ceia no Ocidente medieval, percebemos que muitas das primeiras imagens encontradas confluem para uma região específica: o Sul da Itália, especialmente entre as localidades de Rossano (século VI), Otranto (século X), Cápua (século XI) e Monreale (século XII), além de que a maior parte das imagens se situam entre os séculos X e XII. Com isso, identificamos um traslado do modelo de representação bizantino da Última Ceia do Oriente para o Ocidente.

Mas não se trata de propor, a partir dessa leitura, a existência de uma reprodução sistemática da fonte original, conforme será explicado detalhadamente mais adiante.

O sul da Itália medieval manteve uma interlocução e diversidade constante em termos culturais e religiosos com diferentes povos. Como mostra o Graham Loud:

O sul da Itália era uma fronteira cultural e religiosa, e muitas vezes muito porosa. Era um ponto de encontro para os cristãos do rito latino e do grego, dos cristãos e muçulmanos, especialmente na ilha da Sicília, com cristãos cuja língua e cultura cotidianas eram o árabe. (LOUD, 2007, p. 11)

Como se vê, a região não era exclusivamente latina. Havia uma transculturalidade, mistura e interação linguística e cultural entre esses diferentes grupos sem muita hostilidade. Para Loud, a hostilidade e as disputas apresentavam-se apenas nos campos político e militar. A região era receptiva em relação às práticas religiosas e culturais orientais e atuava como um instrumento mediador entre o mundo Oriental e Ocidental. Dessa forma, costumes religiosos, práticas linguísticas e culturais se cruzavam constantemente. Tratava-se, portanto, de um contexto favorável à circulação e propagação de um modelo.

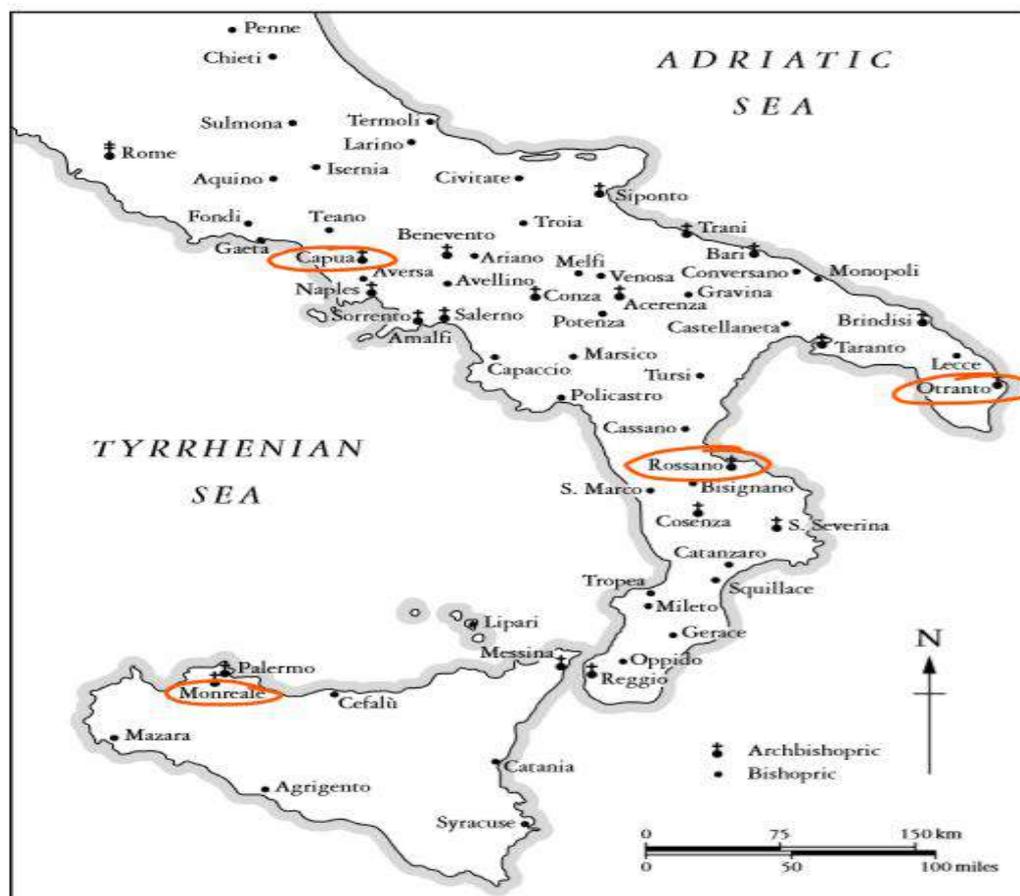


Figura 1: Itália meridional (Loud, G. (2007). List of maps. In *The Latin Church in Norman Italy* (p. IX). Cambridge: Cambridge University Press.)

Apresentaremos agora nosso *corpus* documental, que consiste em uma série de imagens, originárias de diferentes suportes (manuscritos, mosaicos e afrescos), concentrados nas regiões supracitadas e a seguir serão discutidas.



Figura 2: *Codex Purpureus Rossanensis*, Rossano, Itália.

A figura 2 está contida no manuscrito denominado *Codex Purpureus Rossanensis*; que teria sido produzido aproximadamente no século VI na atual Síria e transladado para o monastério de Rossano posteriormente, através da imigração de monges orientais ou como presente de aristocratas, possivelmente como resultado da iconoclastia no império do oriente.

Tomamos como base esta imagem para exemplificar o modelo iconográfico bizantino. Isso se deve ao posicionamento de cada personagem na mesa (reclinados, como em um triclínio, divã oriental utilizado desde a antiguidade clássica para refeições), os gestos, a mandorla na cabeça de Cristo, os elementos textuais em grego, a mesa semicircular, as vestes e o estabelecimento de uma linha reta entre Cristo e Judas, que conduz a uma significação a partir da articulação e conflito entre esses dois personagens. Esses são alguns componentes presentes nesse modelo iconográfico.

Nesse mesmo período, é compreensível que tenha surgido um mosaico com componentes semelhantes ao modelo mencionado, na cidade de Ravena (Norte da Itália). Pois, o governo bizantino recorreu ao estabelecimento do exarca com base em Ravena.

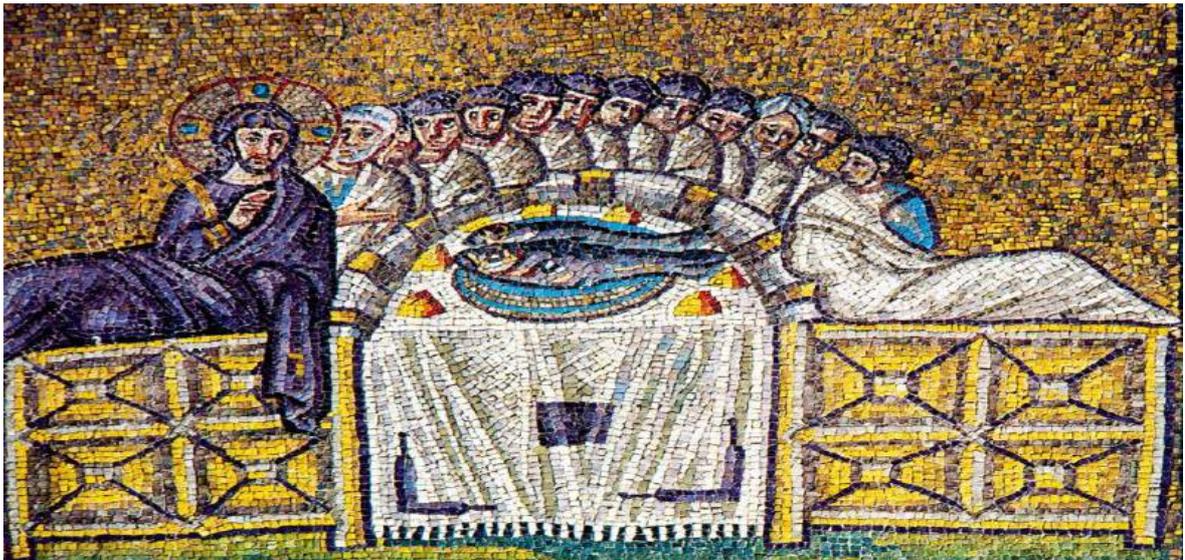


Figura 3: Mosaico na Basílica de Santo Apolinário Novo, Ravena.

O mosaico da Basílica de Santo Apolinário Novo está inserido na nave conjuntamente a variadas representações dos Evangelhos. Próximas a ela estão imagens do milagre de Caná e o milagre da multiplicação dos pães. Essas imagens dialogam entre si na medida em que incentivam a recordação de episódios comemorativos, bem como da ideia de sacrifício e do milagre alimentar. Ademais, “a posição vital da imagem acima da área do altar confirma a sua relação com a alimento espiritual de comunhão” (SAXON, Elizabeth, 2012, p. 133).

Novamente, há uma mesa semicircular, remetendo-se às refeições no *triclinium* romano, de forma que, o que antes era visto como profano e pagão, agora é entendido como sagrado. Cristo é o único representado com uma mandorla na cabeça. Este faz um gesto pertencente à retórica antiga, indicando que tem algo a dizer. Na mesa há peixes e pães, e dessa forma, a representação da Última Ceia faz referência a episódios neotestamentários.

Isto posto, apresentaremos agora três representações da Última Ceia baseadas no modelo bizantino que surgiram posteriormente ao século VI.

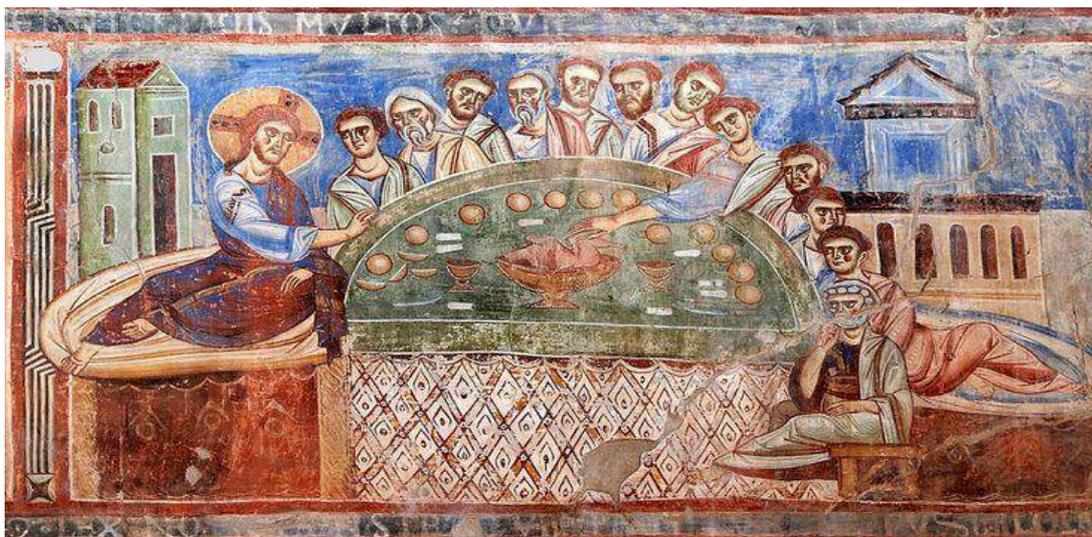


Figura 4: Afresco na igreja de Sant'Angelo em Formis, Cápua.

Conforme este afresco, que se encontra na nave central de Sant'Angelo em Formis (Cápua) e foi produzido na segunda metade do século XI, é possível observar uma enorme influência do *triclinium* romano na iconografia da Última Ceia. Além do estilo da figura, as inscrições, a mesa, as vestes, a mandorla que ornamenta Cristo. Todos esses elementos indicam a ideia de uma mesma referência. No entanto, a imagem também passa a incorporar novos elementos: um dos apóstolos é representado fora da mesa, em um plano inferior, longe do conjunto harmonioso composto por Jesus e seus outros 11 discípulos ao redor da mesa. A disposição desse personagem que, evidentemente, representa Judas, não é aleatória. Para uma melhor compreensão dessa perspectiva, é fundamental ressaltar a importância da mesa. Segundo Thomas O'Loughlin (2014), “a Eucaristia é muitas coisas, mas em sua forma fundamental é uma refeição de comer e beber, um banquete, um *sacrum convivium*, e seu foco visível é o foco visível de uma refeição: a mesa.”

Desse modo, a forma como os personagens estão dispostos em relação à mesa, indica também o papel que eles ocupam nessa dinâmica. O'Loughlin acrescenta que somente quando eles estavam à mesa eram uma comunidade, e só então alguém poderia abençoar a todos. Aqui, portanto, Judas é representado de forma a causar no receptor a ideia de que o apóstolo não faz parte apenas do rito Eucarístico e da Última Ceia, mas também de que não faz parte da própria comunidade (cristã), permanecendo alheio ao que ocorre a sua volta.

A mesa contém pão, taças de vinho, facas e o que parece ser um animal. A respeito da paleta de cores utilizada para a produção do afresco, a cor azul se destaca, evidenciando uma grande mobilização de recursos financeiros para a elaboração da imagem, bem como de todas

as outras que compõem a Igreja. Dessa forma, esse afresco dialoga com um programa imagético que representa passagens do Evangelho. Ela se encontra especificamente na nave central, próxima a entrada.



Figura 5: Mosaico na Catedral de Monreale, Sicília.

A quarta imagem parece seguir a tradição bizantina, conforme as características já indicadas. Este mosaico se encontra na Catedral de Monreale (Sicília), foi produzido no século XII, por ordem de Guilherme II da Sicília. A imagem demonstra claramente a diferença entre Judas, os 11 apóstolos e Cristo. Jesus é o personagem mais valorizado na imagem (tamanho, mandorla, luminosidade) seguido pelos que estão ao seu lado à mesa e, por fim, Judas inferiorizado. Este não se encontra integrado ao redor da mesa e possui um tamanho inferior em relação aos outros personagens, o que denota inferioridade perante os outros. Ademais, a mesa contém peixes e pães, simbolizando o mistério eucarístico através da referência à multiplicação de pães e peixes.



Figura 6: Afresco na igreja de San Pietro em Otranto, Lecce.

A quinta imagem selecionada (e segundo afresco) foi produzida no século IX ou X e se encontra na Igreja de San Pietro em Otranto (Lecce), ao lado da absida e próximo ao altar. A figura possui dois eixos: superior- composto por Cristo e os 11 discípulos à mesa com mandorlas; e inferior: Judas em miniatura. A mesa torna-se cada vez menos circular e é composta apenas por peixes.

Tendo demonstrado as diferenças e semelhanças figurativas de cada imagem em relação ao modelo bizantino, cabe agora ressaltar as funções desempenhadas por estas imagens. No medievo, não há como separar o estudo da imagem de suas funções. Através delas identificamos as intenções do grupo social que a produziu e sua relação com a sociedade.

Por isso, podemos nos indagar acerca da necessidade de “reproduzir” um modelo. Ao levarmos em consideração um conjunto imagético produzido segundo um modelo, precisamos lembrar que a Idade Média só poderia tomar como modelo “algo que fosse considerado conveniente e digno de ser reproduzido e, sobretudo, adequado ao lugar onde se encontrava.” (PINCINATO, 2016, p.30).

Mesmo em áreas livres do controle Bizantino, percebemos uma clara permanência e predomínio cultural de Bizâncio. Havia, de fato, uma supremacia simbólica evidente, mas que não deve ser confundida com um domínio político. Apesar disso, devemos ressaltar que “a arte bizantina possuía um estreito parentesco com o dispositivo do poder imperial.” (SCHIMITT, 2007, p.53). Logo, a supremacia simbólica não indica uma supremacia política, mas o uso desses símbolos reflete uma ação política. O Sul da Itália possuía grandes centros

de peregrinação e uma posição estratégica no Mediterrâneo que facilitava o circuito das trocas materiais e imateriais. A imagem, portanto, poderia operar como um meio de Bizâncio influenciar a região.

Paradoxalmente, Paul Oldfield (2014) afirma que os governos latinos locais esperavam transmitir a mensagem de que a veneração aos santos gregos refletia a aprovação de suas reivindicações territoriais sobre os antigos territórios bizantinos. Além de demonstrar a existência do esforço normando para afirmar sua hegemonia política a partir do uso de símbolos que carregavam grande capital político e religioso entre os bizantinos. Tal abordagem indica a complexidade das relações de poder que orbitam em função de um mesmo conjunto de imagens.

Além disso, as leituras nos mostram que o papa Urbano II pretendia, a partir de seus discursos, uma reaproximação entre as Igrejas grega e latina. Um claro exemplo é o seu discurso em Clermont (1096) no contexto da 1ª Cruzada. Acreditamos que uma devoção e apropriação de vários santos e imagens bizantinas poderia incentivar os latinos a desenvolver opiniões mais positivas em relação às comunidades gregas e Bizâncio. Tal abordagem, desempenharia, portanto, uma estratégia política.

Há que se mencionar ainda, a função litúrgica intrínseca à imagem da Última Ceia. Conforme apresentado, a maioria das fontes analisadas se encontram na Igreja (edifício físico). Aqui, a relação entre a imagem e o seu suporte é fundamental. Há um diálogo entre a arquitetura eclesial e o ritual da missa. Isso é especialmente válido para a Eucaristia, na medida em que é o principal ritual encenado na Igreja. Além de que, a maior parte das imagens se encontram próximas ao altar, reforçando essa relação. Segundo Hans Belting (1974), o padrão básico da linguagem litúrgica é a sobreposição entre passado e presente/ realidade terrestre e realidade celeste.

Nesse sentido, o programa iconográfico de uma igreja confere certa temporalidade, através do eixo narrativo da vida de Cristo, e o momento do ritual eucarístico na missa reflete outra temporalidade. No momento em que se identifica a ligação entre os dois planos, os fiéis se sentem como parte do “Universo de Deus” (macrocosmos).

Por fim, as representações da Última Ceia possuem também uma função pedagógica e moralizante por intermédio da figura de Judas. Aquele que observa a imagem percebe a inadequação de Judas à mesa da Última Ceia. Isso poderia fornecer “uma advertência salutar

para aqueles que viriam à mesa em um estado de espírito inadequado.” (WAWRYKOW, 2012, p.66), o que reforça sua função pedagógica vinculada a prática eucarística.

Em suma, identificamos várias funções e modos de operação em representações da Última Ceia. O estudo desse conteúdo iconográfico evidencia a complexidade das próprias imagens e, especialmente, que elas não se limitam a uma única função, mas múltiplas funções. Ademais, é evidente que a investigação do tema garante uma ampla compreensão de processos históricos presentes no Sul da Itália medieval, especificamente no século XI, período em que há uma maior difusão do modelo identificado.

Referências bibliográficas

BELTING, Hans. Byzantine Art among Greeks and Latins in Southern Italy. **Dumbarton Oaks Papers**, v. 28, 1974.

LOUD, Graham. **In The Latin Church in Norman Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

OLDFIELD, Paul. **Sanctity and pilgrimage in medieval southern Italy, 1000–1200**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

O’LOUGHLIN, Thomas. **The Lord’s table** — at the centre of the assembly, [s.l: s.n] 2014.

PINCINATO, Mariana Quadros de Souza. **Uma imagem entre dois mundos: um estudo sobre o mosaico do Juízo Final de Torcello (Veneza – século XI)**. São Paulo: USP, 2016.

SAXON, Elizabeth. Art and the Eucharist. In: **A Companion to the Eucharist in the Middle Ages**. [s.l]: Ed. Brill,, 2012.

SCHIMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. São Paulo: Edusc, 2007.

WAWRYKOW, Joseph. The Heritage of the Late Empire: Influential Theology. In: **A Companion to the Eucharist in the Middle Ages**. [s.l]: Ed. Brill, 2012.

O poder e o lúdico: apontamentos sobre o estudo de festividades da nobreza na baixa Idade Média

Lucas Werlang Girardi
Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense
lucaswgirardi@hotmail.com

Resumo: A proposta de comunicação, e o artigo da qual resulta, buscará apresentar alguns apontamentos e reflexões de cunho teórico acerca do estudo de festividades e sua relação com o poder e dinâmicas políticas na Idade Média. As questões levantadas partirão dos objetivos da pesquisa recém iniciada de doutorado, obedecendo, portanto, seu enfoque no espaço ibérico, e de forma mais estrita ao reino de Castela, observando as manifestações festivas relacionadas ao grupo nobre e à monarquia quatrocentista. Os estudos sobre festividades, jogos e rituais, seja na História ou em outras áreas das ciências sociais, já ressaltaram das interrelações e reverberações entre a vida cotidiana e as práticas festivas ou a realização de jogos. Neste aspecto, o lúdico não se apresenta como um momento de alienação ou isolamento, mas inversamente, ressalta aspectos sociais, inverte papéis, subverte padrões e hierarquias, ou mesmo as reforça. Portanto, ainda que se apresentem em um tempo, espaço e com práticas singulares, os jogos, festividades e rituais tratam de questões cotidianas de forma excepcional. Com isso, compreende-se que as relações de poder e as dinâmicas políticas de certos grupos e da sociedade tendem a refletir em suas festividades. Da mesma forma, entende-se que o lúdico também possuía este espaço na sociedade medieval, cujas festividades podem ser constatadas em documentações diversas, como crônicas, literaturas, códigos de leis e cantigas, para citar algumas, ainda que, por vezes, apresentadas de forma breve ou superficial. A partir destes enunciados que se pretende travar as reflexões propostas, abordando sobre possibilidades teóricas, diálogos com a bibliografia e o trabalho com as fontes.

Palavras-chave: Festividades, Lúdico, Nobreza.

A reflexão proposta visa demonstrar as bases teóricas para o estudo da esfera lúdica, os jogos e as festividades, com especial atenção às práticas da Idade Média, e de forma mais estrita, enfocando nas atividades realizadas pela nobreza e monarquia castelhana dos séculos XIV e XV. Será abordado o espaço lúdico em relação à vida cotidiana e de que forma este reverberaria as dinâmicas políticas e relações de poder de seu contexto. Este artigo é parte da incipiente pesquisa de doutorado, cujos objetivos perpassam as questões aqui expostas.

Ao tratar do lúdico enquanto temática de pesquisa, se faz necessário mencionar o trabalho do historiador holandês Johan Huizinga, *Homo Ludens*, publicado em 1938. Em sua obra, utilizando-se do termo “jogo”, Huizinga (1980, p. 1) defende que este não é apenas uma manifestação cultural, pelo contrário, a cultura teria em si mesma um caráter lúdico. Para o autor, o jogo seria uma atividade que ultrapassa os limites da atividade física ou psicológica,

para além das necessidades cotidianas, ele se encerra em um sentido: no jogo, algo está “em jogo”. Assim, o jogo seria como uma essência da vida humana, para além do racional (HUIZINGA, 1980, p. 3). O conceito de “jogo” do historiador é abrangente e ainda que o autor aborde sobre as relações deste com os conceitos de “rituais” e “festas”, sua argumentação tende a mostrar mais as semelhanças entre elas do que diferencia-las, mas o lugar do jogo parece estar sempre em destaque (HUIZINGA, 1980, pp. 19-21). O principal aspecto relatado pelo autor para aproximar os jogos, os rituais e as festas, é o da separação espacial e temporal da vida cotidiana, a noção de que seriam “uma evasão da vida ‘real’ para uma esfera temporária de atividade com orientação própria” (HUIZINGA, 1980, p. 8).

Neste sentido inserem-se as considerações do sociólogo francês Roger Caillois, que em seu livro *Man, Play and Games*, de 1958, determina algumas características gerais dos jogos, e entre elas está a separação destes da “vida real”, compreendendo que há a definição de um tempo e um espaço para jogar, destacados do cotidiano (CAILLOIS, 2001, pp. 9-10). O conceito de “jogo” de Caillois não é genérica como a de Huizinga, uma vez que busca estabelecer uma classificação mais específica acerca dos jogos e suas diferentes manifestações. Para o sociólogo, é possível distinguir quatro formas fundamentais: os jogos competitivos, os de sorte, de simulação e os de vertigem, podendo ser combinados entre si, a depender da prática, e nivelados entre seu maior ou menor controle através de regras (CAILLOIS, 2001, p. 36). Por outro lado, a mesma noção de um destaque da vida cotidiana também é encontrada na definição de Caillois para os festivais, em seu livro *Man and the Sacred*, publicado pela primeira vez em 1939. Para o autor, os festivais seriam momentos de reunião de massas, em que se permitiriam transgressões e rompimento de superstições, excessos e exacerbações diversas, até o ponto da exaustão (CAILLOIS, 1959, p. 97). É evidente que Caillois está se referindo aos festivais como os carnavais e festas populares, podendo ser exemplificados pelo conhecido estudo do filósofo russo Mikhail Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, publicado em 1965, que destaca a subversão das festas populares enquanto um dos pontos centrais da obra. Mas esta noção não é a única para se perspectivar as festividades, pois como menciona Bakhtin (1987, p. 8), haveria também as “festas oficiais”, que segundo o autor, “apenas contribuía para consagrar, sancionar o regime em vigor, para fortifica-lo”.

Antes de seguir o raciocínio, compreende-se que a fluidez entre os conceitos de “jogo” e “festa” pode tornar as análises propostas confusas, motivo pelo qual se deverá tomar a orientação proposta pelo historiador espanhol Miguel Ángel Ladero Quesada, em seu livro

Las fiestas en la cultura medieval, de 2004. Para o autor, o jogo é um elemento presente em muitas festas, mas a festa costuma ir além, com outras manifestações e significados. Ladero Quesada (2004, pp. 26-27) destaca que, ainda que uma festa possa ser composta unicamente por um jogo, as duas atividades se diferenciam pela maneira em que são perspectivadas, as festas são definidas pelo que elas são e o que significam, e o jogo é sempre um “como”, uma forma de atividade, um fim em si mesmo, como fora colocado por Huizinga.

A indicação de Bakhtin sobre o que denominou de “festas oficiais” demonstra a existência de dois aspectos das festividades. Elas permitiriam, por um lado, a crítica social e a ruptura da ordem estabelecida, e por outro, a exaltação e manutenção de hierarquias. No contexto medieval permanece esta lógica, sendo os jogos e as festas um ambiente de disputa, seja na prática em si, seja no “como” ou no “quem” participa. Durante o período medieval existiriam tentativas de condenar a realização de jogos, como afirma o historiador francês Jean-Michel Mehl, no verbete *Jogo* do *Dicionário analítico do Ocidente medieval*, de 1999. Como informa o autor, para as autoridades eclesiásticas os jogos seriam a encarnação do mal, perda de tempo, geradora de distúrbios morais e sociais (MEHL, 2017, p. 40). Entre as restrições está o caso dos torneios, atividades intrínsecas à cavalaria, mas que sofreram proibições por parte da Igreja desde o século XII, como explica o historiador francês Jean Flori, autor de *A Cavalaria*, livro publicado em 1998. Segundo o autor, aqueles que percessem durante a prática de torneios não poderia receber um enterro cristão. As tentativas de proibição fracassariam, haja vista que o prestígio dos torneios não diminuiu (FLORI, 2005, p. 104). Na impossibilidade de proibir os jogos, os poderes públicos também tentariam controlá-los, buscando tirar proveito material ou moral deles, como explica Jean-Michel Mehl (2017, pp. 40-41). Neste sentido, retomando a questão subversiva das festas populares, o historiador francês Jérôme Baschet, em *A civilização feudal*, publicado em 2004, traz uma perspectiva diferente, se contrapondo à ideia de Bakhtin de uma cultura popular autônoma e oposta à oficial. Para Baschet, haveria uma inter-relação entre as expressões socioculturais da cultura popular e da Igreja, afirmando inclusive da existência de um caráter dominante por parte da segunda. Dentro desta concepção, o Carnaval seria uma transgressão autorizada e a Quaresma o sucederia como o triunfo do cristianismo sobre o paganismo (BASCHET, 2006, pp. 231-233).

Para definir as festas no ambiente medieval, Ladero Quesada (2004, p. 16) entende que ainda que haja um tempo e um espaço para a festa, ela não é separada do cotidiano, no sentido de que ela o integra e o organiza, permitindo que ele flua de forma contínua. Desta

forma, o autor elenca a influência das festas em diversas esferas: elas servem para medir o tempo, estando dispostas de forma variada no calendário (BASCHET, 2006, pp. 17-18), se relacionam com o sistema econômico em que se manifestam (BASCHET, 2006, pp. 18-19), estão atreladas à religião cristã (BASCHET, 2006, pp. 21-22), se estabelecem dentro de uma sociedade e, por fim, seu controle está à mercê das relações de poder (BASCHET, 2006, pp. 19-21). Acerca desta última esfera apresentada, levanta-se a questão sobre quais poderiam ser os usos políticos atrelados às festas na Idade Média. De acordo com Ladero Quesada (2004, p. 19), o poder buscaria controlar as festividades assim como o faz com a realidade social. Entre a diversidade de tipos de festas que menciona o autor, por exemplo, estão as de caráter político: meios de exaltação e propaganda do poder monárquico ou senhorial, de seus fundamentos doutrinários e de seus ritos (BASCHET, 2006, p. 9). Neste tocante, destacam-se os jogos e festividades relacionadas à monarquia e a nobreza, que frequentemente estavam vinculadas a demonstrações de poder e manutenção de hierarquias, além de reproduzir conflitos dentro dos próprios grupos dominantes. Como classifica Ladero Quesada (2004, p. 100), as atividades relacionadas a estes grupos seriam as festas de Corte e de cavalaria, entre elas os torneios, as justas, os grandes banquetes, danças, a caça, entre outros.

Dentro das disputas acerca destas atividades, o historiador francês Jacques Heers, em seu livro *Fêtes, Jeux et Joutes dans les Sociétés d'Occident à la fin du Moyen-Âge*, publicado em 1982, refere-se à prática das justas enquanto oportunidades para a nobreza demonstrar não apenas habilidades, mas também, e principalmente, afirmar sua posição social e posses (HEERS, 1982, p. 34). As festas das Ordens de Cavalaria orientavam-se no sentido de reafirmar a ordem social, e ainda que buscassem um sentimento de fraternidade entre seus participantes nobres, como coloca Heers (1982, p. 39), também suscitava hierarquias e competição entre os mesmos, fator que poderia ser utilizado politicamente pelos monarcas. As monarquias, como explica Ladero Quesada (2004, p. 100), pretenderam absorver e coordenar a maior parte das festas relacionadas à cavalaria, principalmente porque as próprias Ordens de Cavalaria eram de fundação régia, ainda que outros agentes pudessem patrocinar a realização de festividades.

O aumento na frequência de festividades patrocinadas pela monarquia nos séculos XIV e XV teria ocorrido, segundo Ladero Quesada (2004, p. 103), por uma maior utilização da Corte enquanto lugar de “teatro político”, sendo as festas um símbolo do poder real. O autor observa esta tendência na Corte de Juan II, monarca de Castela, lugar que teria sido palco para múltiplas festividades (LADERO QUESADA, 2004, p. 102). Esta percepção pode

ser corroborada pelas considerações da historiadora espanhola Rosana de Andrés Díaz, que em seu artigo *Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara*, de 1986, aborda o reinado de Juan II enquanto a “idade de ouro das justas”, dado o apego do monarca e de seu condestável, Álvaro de Luna, a estas atividades (ANDRÉS DÍAZ, 1986, p. 96). Este cenário é abordado pelo historiador espanhol José Manuel Nieto Soria no artigo *Ceremonia y pompa para una monarquía*, de 2009, em que apresenta sua teoria de “cerimonialização da vida política” para o reinado da dinastia Trastâmara em Castela e Aragão. O autor se utiliza da noção de “cerimônia”, que se assemelha ao exposto neste artigo enquanto festas ou festividades. Para ele, observa-se no período uma tomada de consciência, tanto da monarquia quanto dos sujeitos pertencentes às altas hierarquias, da utilidade política de expor publicamente sua posição dominante através da implementação de determinados recursos cerimoniais (NIETO SORIA, 2009, p. 57). Estudar este contexto sob seu aspecto lúdico torna-se, portanto, um potencializador das análises.

A pesquisa sobre jogos e festividades na Idade Média levantará diferentes tipos de fontes, a depender dos recortes temporal e espacial, do tipo de atividade que se investigará, o grupo social que praticava determinada atividade, entre outros. Como explica Jean-Michel Mehl (2017, pp. 38-39), todos os sujeitos jogam na sociedade medieval, ainda que, via de regra, os jogos se desenvolvam dentro de um mesmo grupo social. Por isso, é importante discernir o tipo de documentação a selecionar para as diferentes pesquisas.

Tomando por exemplo o estudo anteriormente mencionado de Mikhail Bakhtin (1987), o autor buscou acionar as festividades e a cultura popular através da literatura, os romances de François Rabelais. Como nota Jean-Michel Mehl, em seu livro *Les jeux au royaume de France*, publicado em 1990, a literatura ficcional é um tipo de fonte importante, pois comumente apresenta elementos lúdicos. O autor, que pesquisa sobre jogos no reino da França entre os séculos XIII e XVI, destaca como fonte para estudo dos jogos as cartas de remissão, atos que partem do rei ou de um grande senhor feudal para suspender, integral ou parcialmente, uma sentença. Nestas cartas, descreve-se a origem da condenação, que muitas vezes se relacionam aos jogos. Os diversos tipos de regulamentações para proibir ou coibir a prática de jogos, sejam civis ou eclesiásticas, também são ferramentas de grande valor para reconhecer a prática de jogos e festejos. Mehl também comenta sobre a permanência de jogos infantis no tempo, que seriam praticados desde a Idade Média, e cuja memória coletada por folcloristas dos séculos XIX e XX também pode ser utilizada (MEHL, 1990, pp. 20-21). No estudo de jogos específicos, como os de baralho, dados, tabuleiro e xadrez, pode-se tomar

como base produções como o *Libro de los Juegos*, encomendado no século XIII por Alfonso X de Leão e Castela, ou o livro moralizante sobre o xadrez (*Liber de moribus hominum et officiis nobilium ac popularium super ludo scacchorum*), do dominicano italiano Jacopo da Cessole, produzido por volta do século XIII. Ainda, deve-se considerar a arqueologia. O uso da cultura material é relevante para reconhecer objetos, equipamentos, apetrechos, entre outros, vinculados ao âmbito lúdico.

As fontes para estudo de jogos e festividades da nobreza e monarquia tendem a ser mais generosas, uma vez que a documentação priorizava o registro destes grupos. Assim como apontado sobre o estudo da cultura popular, as literaturas ficcionais também são terreno fértil para a pesquisa de hábitos festivos da nobreza, principalmente ao considerar as literaturas voltadas para a cavalaria, no qual podem ser constatadas, de diversas maneiras, práticas habitualmente vinculadas à nobreza e seu estatuto de cavalaria. Crônicas particulares sobre monarcas e nobres destacados também podem abordar a prática de jogos e festas em seus relatos, ainda que, de acordo com os historiadores ingleses Richard Barber e Juliet Barker, em livro denominado *Tournaments*, de 1989, muitos cronistas tendiam a ignorar as justas e torneios, registrando, quando muito, os acontecimentos mais grotescos, como a morte de algum personagem (BARBER; BARKER, 1989, p. 2). Atividades lúdicas da nobreza também podem ser encontradas em inventários, cartas de desafio, manuais e tratados voltados para as mesmas. Um dos tratados conhecidos sobre torneios é o *Traicte de la Forme de Devis d'un Tournoi*, do rei René d'Anjou, produzido na França do século XV. Outro documento é o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, escrito por Dom Duarte I de Portugal no século XV. Além disso, a pesquisa pode servir-se da cultura material, como mencionado, e de fontes de tipo iconográfico. As imagens dos jogos e festividades nobres podem ser encontradas tanto em iluminuras e miniaturas de manuscritos, como também em suas margens, a exemplo do *Romance de Alexandre* reproduzido no MS. Bodley 264, da Biblioteca Bodleiana, produzido por volta do século XIV. Dentro do arcabouço imagético, podem-se encontrar algumas gravuras sobre a temática dos torneios, entre elas *O terceiro torneio*, de Lucas Cranach, o Velho, e *O torneio*, de Matthäus Zasinger, ambas do início do século XVI.

Ao estabelecer o recorte para a Península Ibérica, e especificamente o reino de Castela, pode-se assinalar que registros de atividades como os torneios e as justas só começam a aparecer a partir do século XIII. Como observam Richard Barber e Juliet Barker (1989, p. 91), nas *Siete Partidas*, produzidas no reinado de Alfonso X de Leão e Castela, está uma das primeiras menções aos “torneos” e “torneamientos”, onde há a explicação de que o primeiro

se trataria de uma manobra de guerra, e o segundo um jogo com a finalidade de treinamento com as armas. É no reinado de Alfonso XI que surge um momento de profusão destas festividades. O monarca criou a Ordem de Cavalaria denominada “Orden de la Banda”, na primeira metade do século XIV, e produziu um conjunto de regras para seus cavaleiros, sistematizando e determinando a prática dos torneios e justas. A fonte onde se encontram estas regras é o *Libro de la Orden de la Banda*. Outro momento de furor festivo está no período em que reinou Juan II de Castela, no século XV, como indicado anteriormente. Evidenciam-se as crônicas, como a *Crónica de Juan II*, a *Crónica del Halconero*, a *Crónica de Álvaro de Luna*, o *Libro del Passo Honroso*, entre outras, além de literaturas, manuais de cavalaria e epistolografia da época, para a investigação dos jogos e festas da nobreza e monarquia castelhana quatrocentista.

O estudo das práticas lúdicas, aqui compreendidas de forma branda pelos jogos e festividades, é válido para a análise de qualquer contexto e sociedade, desde que se considerem suas particularidades e características diversas. Se nestas expressões sociais se estabelece um destacamento temporal e espacial da vida cotidiana, lugar onde se extravasa emoções, cometem-se excessos não aceitos em outras ocasiões, e ampliam-se as normas e hierarquias a ponto de permitir sua ruptura, mas também manutenção, então os jogos e festividades não podem ser outra coisa além de um ponto de vista privilegiado para a investigação de uma sociedade. Em vista disto, evidentemente, estes espaços não são de alienação e divertimento inócuo, o lúdico também é político, lugar de disputa, de crítica e enaltecimento. Nele reproduzem-se as diversas relações de poder exercidas no cotidiano. Como apontado por Huizinga (1980, p. 179), a vida medieval estava saturada de jogo. Assim, estudar a Idade Média através de suas práticas lúdicas é potencializar a análise, ainda mais ao deparar-se com períodos de maior profusão festiva, como destacou-se sobre o período trastamarista em Castela e Aragão. Em termos documentais, o trabalho com festividades por vezes pode depender de fragmentos encontrados nas fontes, mas estas também podem se apresentar em diversas formas, tipos e gêneros, acionando um extenso leque de informações para uma variedade de pesquisas.

Referências bibliográficas

ANDRÉS DÍAZ, R. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. **En la España Medieval**, v. 8, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARBER, R; BARKER, J. **Tournaments**: jousts, chivalry and pageants in the Middle Ages. Suffolk: Boydell Press: 1989.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CAILLOIS, Roger. **Man and the Sacred**. Illinois: The Free Press of Glencoe, 1959.

_____. **Man, Play, and Games**. Illinois: University of Illinois Press, 2001.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

HEERS, Jacques. **Fêtes, Jeux et Joutes dans les Sociétés d'Occident à la fin du Moyen Âge**. Montréal: Inst. D'Études Médiévales, 1982.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: a study of the play-element in culture. Londres: Redwood Burn Ltd, 1980.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Espanha: A&M Grafica S. L, 2004.

MEHL, Jean-Michel. Jogo. IN: LE GOFF, J.; SCHMITT, J-C. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. **Le jeux au royaume de France**: du XIII au début du XVI siècle. Paris: Fayard, 1990.

NIETO SORIA, J. M. Ceremonia y pompa para una monarquía: los Trastámara de Castilla. **Cuadernos del CEMyR**, 17, 2009.

Exército romano: uma investigação conceitual e analítica

Maraísa Inês de Assis Martins

Graduanda em História

Universidade do Estado de Minas Gerais (Divinópolis)

maraisainesassis@gmail.com

Resumo: O Exército Romano é relembrado até os dias atuais como umas das forças militares mais forte que já existiu e como travou importantes guerras foi responsável pela considerável expansão do Império Romano, considerado um dos mais vastos impérios da história da humanidade. Os cidadãos romanos que por sua excelência também eram considerados soldados compunham o exército em seus diferentes patamares hierárquicos e os orquestravam perante o passar do tempo. De fato, é importante analisar cada aspecto do militarismo romano, que estava de certa forma impregnado em todas as camadas sociais de Roma, seja de forma positiva ou negativa. De modo que o soldado tinha seus deveres e compunha como uma peça fundamental do exército romano. Dito isso, as campanhas gigantes que o exército promovia; as táticas de guerra; as cores que eles defendiam tudo eram pensadas e desenvolvidas para que os inimigos fossem cruelmente massacrados. Contudo, o que Roma menos esperava é que ela decairia por inúmeras falhas de quem tanto lhe promovera glória e riqueza, o exército. Mediante a isso, o presente estudo visa promover uma investigação descritiva e analítica do Exército Romano como um todo, destacando e demarcando, portanto, os pontos e acontecimentos que mais tiveram impactos nessa instituição tão poderosa e influente na civilização romana antiga, bem como a sua "participação" e influência na queda do Império Romano do Ocidente em 476 a.C.

Palavras-chave: Cidadão romano, Exército romano, Roma.

Debate inicial

A história da civilização romana se estende desde a fundação da cidade de Roma em 752 a.C., até 476 d.C. com o fim do Império Romano do Ocidente. E, a política dessa civilização antiga se divide em três fases, sendo elas: Monarquia (752 a.C., a 509 a.C., quando ocorreu a expulsão dos Etruscos); República (509 a.C. a 27 a.C) e o Império que durou até o ano de 476 d.C.

A sociedade romana antiga teve uma vasta contribuição nos aspectos que regem o governo, o estabelecimento de direitos, a política, a engenharia, as artes, a literatura, a arquitetura, a guerra, as religiões, as línguas, a tecnologia bem como na constituição das sociedades modernas e seus respectivos preceitos formadores. Desse modo, Roma enquanto uma civilização altamente desenvolvida promoveu no decorrer dos séculos a

profissionalização e expansão das forças armadas, bem como a criação de um inovado sistema de governo, denominado por *Res pública*.

Nessa perspectiva, cabe a seguinte observação: em toda história da humanidade não houve um único império que não se apoiasse em algum tipo de superioridade militar, isto é, no número, na organização ou na maior eficácia do seu armamento, bem como, o domínio territorial pela força e pela astúcia. Assim, se consolidou o Império Romano.

Dessa maneira, à medida que a conquista avançava, mais organizado se tornava o exército romano. Endurecido pelas vitórias contra Etruscos, Gregos e Cartagineses, sua força só aumentava, bem como os territórios conquistados. Entretanto, Roma estava longe de ser assim nos seus primórdios, de modo que os romanos estavam sempre se adaptando e modificando o seu *modus operandi*, sua forma de guerrear, buscando insistentemente o aprimoramento de suas forças armadas, consolidando-as como uma forte aliada na constituição de seus feitos, guerras e intensas expansões territoriais.

Assim, o presente artigo trás uma abordagem sistemática e analítica sobre o exército romano e sua relação com a sociedade. Além disso, é posto em foco a figura do soldado romano, uma vez que esse teve uma importância crucial na instituição militar romana, e, entretanto, não é tão bem retratado nos registros e literaturas romanas sobre a questão.

Descrição geral do exército romano

O exército romano se consolidou como uma das bases para o desenvolvimento da civilização romana desde seu início, desempenhando um papel crucial na expansão romana, permitindo a consolidação de Roma bem como a manutenção de seu vasto império que se constituiria anos após seu estabelecimento.

Dito isso, tendo em vista que o exército romano passou por uma série de adaptações e mudanças estruturais e organizacionais ao longo de sua constituição, marcada por sua origem por volta de 800 a.C. até a queda do Império Romano do Ocidente. Cabe ressaltar ainda, que no início da constituição da civilização romana somente os patrícios podiam se alistar para os trabalhos militares, havendo, portanto, uma exclusão dos plebeus das atividades militares romanas. Contudo após o fim do período monárquico romano, por volta de 509 a.C., todos os cidadãos passaram a ser obrigados a se alistarem para os serviços militares.

De modo que, no início do século I a. C. o exército passou por um estágio de profissionalização, de maneira que os soldados passaram a receber soldos¹ para exercerem as respectivas atividades de caráter militante. E para aqueles soldados, considerados como veteranos, isso é, que já haviam cumprido o tempo de serviço militar, era cedido um lote de terras, podendo adquirir, àquele que porventura ainda não a detinha, a cidadania romana.

Era considerado motivo de prestígio a participação no exército. Além disso, no período do Império Romano, o exército tornou-se o principal instrumento para o exercício do poder político pelos imperadores. De modo que, o comandante supremo do exército, o imperador era sempre apontado como o responsável pelas vitórias nas guerras.

Mediante a tais questões históricas evidenciadas, no século IV a.c, o exército romano foi organizado pelo rei Servius Tullius, sendo criada a famosa Centuria (unidade militar com 80 a 100 soldados). Em que no século III evoluiria para o sistema de Políbio, onde o “coração” do exército republicano romano estaria na renomada legião.

As legiões eram forças permanentes, sendo formadas por cidadãos convocados sempre que surgia uma emergência militar. Sendo a partir do século I a.C. houve a reformulação de amplas reformas implantadas pelo general Gaius Marius, que incorporou a força armada destacamentos de cavalaria e máquinas de artilharia, como catapultas.

Diante dessas mudanças propostas e realizadas por Marius, a legião podia ter até seis mil homens, dividida em unidades menores chamadas coortes. No início do século do mesmo século (I a.C) uma legião consistia em nove coortes com 480 homens e uma maior com 800 soldados. Nas extremidades das coortes ficavam as forças auxiliares de cavalaria. Além de contar ainda com uma *balista*², entre cinco e seis *Scorpions*³ e mais cinco catapultas. Essas máquinas de guerra eram desmontáveis e podiam ser transportadas.

Assim, com toda sua força, organização e longas campanhas militares o exército romano conquistou inúmeras terras e expandiu seu território durante quase um milênio, chegando a ter 76 milhões de cidadãos, cerca de 21% da população mundial do período.

Exército e a sociedade romana

¹ Remuneração dada aos romanos que exerciam atividades militares, espécie de salário atribuído aos componentes do exército romano, nessa época.

² Atiradora de pedras

³ Lançador de flechas

Ao pensarmos em Roma, certamente nos vem à cabeça a imagem de um vasto exército com poderio militar descomunal, é claro que essa ideia foi implantada em nossas cabeças devido às inúmeras produções de Hollywood, na qual alcançam grande público.

Um fato interessante de analisarmos é não somente o exército em si, mas sim, exclusivamente o soldado romano em sua totalidade individual. Para isso, vale atentar-se a origem do militarismo em Roma, conforme Nicolet (1956, p.30):

O exército romano foi uma milícia cidadina recrutada anualmente para uma determinada campanha e, se possível dissolvida logo a seguir. O soldado recebe um soldo que não é um salário, mas uma indenização – cujo o montante é assegurado pela cobrança de um tributum, imposto directo sobre a riqueza pago pelos indivíduos que pode ser mobilizados.

Sendo importante ressaltar que Roma desejava algo fácil de dissolver, uma vez que logo após a campanha os próprios recrutados eram dissolvidos. Ademais, no início, se observa, também, que o soldado não um tinha salário, evidenciando que toda essa ação dos exércitos romanos era uma espécie de “esquema” em que era dada uma pequena recompensa ao militar romano, arrecadada por meio dos impostos recolhidos da população, em forma de indenização.

Após a guerra de Anibal ⁴ o exército romano teve uma grande perda em questão de combatentes, fato que explica nitidamente os problemas futuros que os militares enfrentaram. Assim, em virtude da intensificação da guerra foi necessária a implantação de exércitos/soldados permanentes, que segundo Nicolet (1956, p.31):

Dai derivam, naturalmente a falta de homens e as dificuldades crônicas do século seguinte, e, provavelmente a necessidade em que autoridades se encontravam de baixar progressivamente os números para as classificações censitárias dos indivíduos mobilizáveis. Mas, de futuro, a guerra trava-se no ultramar, o que leva ao aparecimento de facto de exércitos permanentes.

Dessa forma, quanto mais a guerra se tornava rentável mais o voluntariado dava espaço a soldados permanentes. Além dessas mudanças mencionadas, houve também a geração de uma irregularidade financeira, o que acarretou uma série de dissoluções de impostos. De modo que,

Os êxitos externos permitem, a partir de 167 a.C., suspender sem a suprimir juridicamente a cobrança de impostos directo. Assim, todos os cidadãos romanos se tornaram privilegiados fiscais, e por isso muito interessados no prosseguimento da conquista (NICOLET, 1956, p.31)

⁴Considerado um dos maiores estrategistas militares da história, Anibal foi o general mais ativo da segunda Guerra Púnica.

Logo, após esses acontecimentos reformas aconteceram, o que abre a outra discussão a respeito da remuneração dos soldados veteranos, na qual se dava a partir da distribuição de terras, o que obviamente também servia para o senado acalmar os generais, e garantir que os mesmos não incitassem uma revolta. É notável que houvesse uma disputa para ver quem ficava com as terras, já que algumas pertenciam a donos mortos e os soldados pensavam que deveria de ser redistribuídas para um uso melhor da mesma, visto que:

A quantidade de terrenos públicos ia diminuindo; por outro o senado abafava muitas vezes as pretensões dos generais para os seus soldados ou fazia-os esperar muito tempo. Daí um dos efeitos, se não um dos objetivos, das guerras civis; conseguir terras para distribuir aos soldados. (NICOLET, 1956, p.32).

E, em relação às práticas de guerras militares romanas:

... existiam quatro características militares essenciais: em primeiro lugar, havia o hábito romano de combate simples e a associação com a qualidade moral, *virtus*, coragem agressiva; opostamente a *virtus* estava a disciplina que permitia aos comandantes um controle sobre os soldados; em terceiro lugar, havia uma grande influência do passado grego sobre os romanos; e por último, existia um grande apego dos romanos ao passado.(LEDNON 2002, p. 312-3 apud GONÇALVES E TAVARES 2012, p.128)

Nessa perspectiva, observa-se nitidamente que Roma carrega características bélicas da Grécia. Assim como, é perceptível que o soldado romano é moldado para receber ordens de um comandante, o que não se difere dos militares atuais, cabendo analisar também que as forças bélicas atuais carregam consigo fortes características do exército romano.

Finalizando essa questão militante, o principal fator dessa força militar romana se sobressair tanto em relação aos outros exércitos da época estava no estabelecimento de um equilíbrio do exército romano. Ainda conforme Lednon (2002, p. 312 apud, GONÇALVES e TAVARES, 2012, p.129), “o segredo do sucesso do exército romano não se assenta sobre essa matriz [virtus], nem no treinamento e disciplina somente, mas exatamente na mistura de virtus e disciplina”.

Após uma breve análise do exército romano adentraremos na questão do cidadão romano, conforme Corassin (2006, p. 272) “o bom cidadão é representado pelo agricultor, proprietário que cultiva a terra e é o soldado” questão interessante de se observar, visto que não bastava ser apenas um comerciante rico ou influente, em Roma o cidadão que desejasse entrar na política, não tinha outra opção, tinha que ser por princípio um soldado, para somente depois alcançar cargos mais elevados. O que abre espaço para uma reflexão pertinente: a participação direta na política pelo cidadão romano se encontrava estritamente ligada e condicionada ao exercício militar prévio.

Outro ponto a se levar, foi que com a instauração da república a aristocracia rural se tornou algo mais concreto e comum, e “desenvolveu-se um conjunto de valores, praticamente um código de conduta, que implicava uma transmissão e que dizia respeito a quase todos os aspectos da vida” (CORASSIN 2006, p. 276). O que, não se difere muito nos dias atuais, pois fazendo uma comparação aos valores que os conservadores defendem atualmente não são brutalmente diferentes do que os romanos defendiam na história antiga, sendo um dos principias, senão o principal, a família patriarcal.

Ao estabelecer uma comparação com Grécia, no quesito educação física, para os gregos era uma forma de se exibir, tanto que a olimpíada para os gregos era algo quase que sagrado, já em Roma a própria educação física era visto com algo extremamente importante para ser um militar, fazendo outro paralelo com os dias atuais, portanto, para ser um militar, além da prova escrita existe a prova de aptidão física, evidenciando o quanto é surpreendente como Roma é influente até no contexto atual.

Em relação à organização militar,

O treinamento consiste em exercícios militares na várzea do Tibre, galopando sob o sol e na poeira, a nadar no Tibre. Não é o ágon grego, do atletismo, envolvendo a ideia de competição. A equitação é sempre nobre, mas aqui é exibida em desfiles em armas no Campo de Marte, com exercícios complicados. (CORASSIN 2006, p. 275)

Mediante a isso, vale ressaltar que o militarismo estava voltado a vida público, como já dito, o homem público era um soldado antes de tudo, nas palavras de Corassin (2006, p.276) “o soldado é o cidadão submetido à disciplina; indiretamente, é ele que elege seus comandantes, pois elege os magistrados que, em guerra, assumem o comando das legiões”.

Ser cidadão romano, logo soldado é tomar decisões na guerra, fiscalizar a urbes, impor os conceitos militares, de acordo com Corassin (2006, p.277) “ser cidadão é muito mais do que ter um simples status jurídico, é uma espécie de ofício e até um modo de vida.” Importante ressaltar o papel crucial do cidadão para a cidade, ou vice-versa, tanto que pode se dizer que havia uma espécie de força sobrenatural que adentrava na mente dos cidadãos compactuando seu dever de contribuir com dinheiro e sangue para que Roma florescesse.

O cidadão tido como “ideal” não era feito do dia para a noite, pois havia uma série de competências a serem compridas, visto que:

O sistema político requeria um mínimo de competência para as várias atividades que engloba: competência militar, financeira, diplomática e jurídica. O conteúdo de ensino e cultura antigos não dizia respeito

diretamente a essas habilidades. A experiência ao longo do *cursus honorum*⁵ garantia, então, uma aprendizagem gradual, impondo-se condições de idade para ocupar as magistraturas ao longo da carreira, suprimindo a inexistente formação teórica. (CORASSIN 2006, p. 282)

Ao analisar então, observamos que o *cursus honorum* garantia uma experiência satisfatória, fazendo um paralelo com os dias de hoje, isso não acontece. Porém, cabe um questionamento: será que se ao menos houvesse uma espécie de preparação para ser um político, isso ajudaria a nossa sociedade atual? Ou apenas a tornaria aristocrática a ponto de poucos poderem fazer esta preparação? A própria sociedade romana sanou esta dúvida a ponto de que eram somente os ditos “homens públicos”, preparados previamente que tiveram o privilégio de ocupar uma cadeira no senado romano.

Concluindo essa análise, ao observarmos o cidadão romano deve-se atentar a questão do militarismo que se envolve em toda a república. Logo, ser um soldado, ajudar nas guerras é algo necessário para alcançar cargos públicos mais altos. É nítido, que no contexto limitando as forças militares, há uma grande influência de Roma, seja na questão de organização, *virtus*, na educação física ou entre os demais aspectos. O soldado, também, era influenciado a sempre obedecer a seu comandante estabelecendo uma troca de confiança, sendo a moral que envolvia as legiões algo que praticamente nunca era corrompido, os legionários eram fiéis a Roma até o leito de sua morte. Portanto, o soldado cidadão foi um dos aspectos que mais contribuíram para que Roma se consolidasse em um dos mais poderosos impérios das sociedades antigas.

Análise da figura do soldado romano

O soldado romano foi um importante ícone da civilização romana antiga. De modo que, estudar esse personagem, senão o mais importante, do exército romano colaborará para uma melhor compreensão não só das atividades militantes da Roma antiga, mas também na formulação de um entendimento do contexto social que uma parcela considerável de romanos vivia naquele momento histórico, visto que o exército era composto por um grande número de indivíduos romanos.

Mediante a isso, historiadores se firmam em analisar tais peças-chaves do exército romano antigo e assim projetaram sobre o soldado romano as memórias das suas próprias

⁵ Designava ao percurso sequencial das magistraturas romanas exercidas pelos ditos aspirantes a políticos, isto é, uma série de cargos políticos que culminava, ao final, no consulado, cargo máximo da magistratura.

experiências militares, afirmando que “os legionários sofriam seguramente mais com o tédio e o isolamento do que com o inimigo” (CARRIÉ, 1992, p.89).

Herdados os métodos e preceitos dos gregos, a literatura romana não introduzia em seus escritos à figura do soldado, permanecendo, assim, isolado socialmente e literariamente se referindo. Nas palavras de Carrié (1992, p. 89): “A ausência de um espelho literário, que transpunha a realidade para um plano de fundo imaginário, torna ainda mais difícil à reconstituição de uma imagem do soldado romano”.

Entretanto, em alguns outros casos acontecia uma representação bem figurativa desse soldado, o que permitia uma análise superficial desse, como acontece no episódio de drama de Éfeso: “*O Asno de Ouro de Apuleio*”, que segundo Carrié (1992, p.89) refere-se a uma representação interesseira e:

[...] Os critérios de estatura e de aspecto geral que são tidos em conta na altura do recrutamento e, ao mesmo tempo,, exprime um componente de instintivo respeito, talvez ditada também por uma forma elementar de prudência, que o soldado selecionado para representar e defender a autoridade imperial devia inspirar nos civis.

Porém, a partir dessa análise de Carrié (1992) abre espaço para uma reflexão um tanto interessante, isto é, a importância e destaque louvável que o soldado adquiria após ser selecionado para servir no exército romano⁶ frente à população civil, que foi nitidamente ilustrada nessa obra de Apuleio.

É importante analisar o soldado, mesmo com essa escassa produção literária sobre ele, como um sujeito social; criador, difusor de ideias e princípios morais e éticos provenientes de suas famílias e locais de convivência.

Os soldados tiveram importâncias significativas que devem ser mensuradas: “em Roma, foi o soldado de profissão⁷ quem inventou a personagem do civil, completamente desconhecido até então, visto que cada cidadão era também um soldado potencial.” (CARRIÉ 1992, p.91). É necessário demarcar também a relação direta estabelecida entre o soldado e a cidadania romana, bem como sua conquista,

O soldado ocupa o lugar deixado vago pelo cidadão devido à sua decadência moral: por conseguinte, não pode ser considerado como cidadão por sua essa ideologia integralista, embora, de facto, os soldados do príncipe sejam na sua maioria cidadãos romanos, ou estrangeiros, que tudo fazem para o vir a ser. (CARRIÉ, 1992, p.92)

⁶ As discursões propostas nessa parte reflexiva sobre a figura do soldado romano estão se pautando, como base cronológica, na época do reinado de Augusto (27 a.C. a 14 d.C.)

⁷ Augusto (27 a.C. a 14 d.C.) tornou o exército romano em exército de profissão

Cabe ressaltar a forte relação do imperador e soldado evidenciada nitidamente no reinado de Augusto: “o laço que unia o soldado ao imperador estabelece as suas obrigações e os seus privilégios” (CARRIÉ, 1992, p.100), questão fortemente evidenciada nas relações cotidianas que se estabeleciam naquela época, uma vez que o exército, logo os serviços desempenhados pelos soldados tinha uma importância crucial no estabelecimento, dispersão bem como exercício do poder do imperador romano. Privilégios esses evidenciados pelas recompensas recebidas pelos soldados mediante a seus sacrifícios pessoais, sendo “o valor do preço a pagar atenua um pouco a inveja dos civis e o medo que o soldado lhes inspira, substituindo-os por um sentimento de condescendente superioridade.” (CARRIÉ 1992, p.100).

Portanto, após essa breve análise sobre a figura do soldado, cabe olhar para o soldado romano em sua magnitude, fora da estrutura de grande força romana: o exército. Uma vez que, somente a partir de uma análise sistemática, como a explicitada, será possível a reconstituição de quem realmente foi o soldado romano em sua totalidade e especificidade, enquanto um dos protagonistas na elevação do império romano a tamanha magnificência.

Exército do fim do Império Ocidental

Através da fraqueza política e financeira do império, especialmente na parte Ocidental houve a queda do Império, em 476 d.C. Por mais que seus soldados fossem experientes a miscigenação com as tribos germânicas e as forças do interior fizeram a máquina de guerra romana diminuir seu poder de fogo drasticamente. A distinção dos “puramente romanos” denominados como Legiões e *Cohortes*, juntamente com as unidades “não romanas” desapareceram quase que por completo.

Contudo, houve um aumento gigantesco da cavalaria romana, porém não fora suficiente para fazer com que as Legiões romanas mudassem sua postura, e a má administração dos exércitos juntamente com a queda do seu poderoso militar, acoplada com o surgimento de uma nova “Europa Germânica” corroborou com a queda de um dos impérios mais poderosos e temidos da história da humanidade.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos abordados: análise geral e descritiva do exército; a importância e influência dos soldados e uma análise da figura desses; guerras e as respectivas

observa-se exército romano foi se desenvolvendo e passando por diversas reformas até atingir seu apogeu.

Com o seu poderio militar, Roma também atingiu sua extrema expansão territorial e enriqueceu com os espólios de guerra. Desde o início de suas campanhas até às últimas que, por conseguinte teve efeitos na queda do próprio império. Mediante a tais questões e feitos dos romanos, muito do que se foi feito pelo exército romano antigo ainda são vistas em nossa sociedade como o equilíbrio e disciplina, fatores de extrema importância para aquela civilização e seu exército naquele momento e que fizeram com que a sociedade romana fosse tão respeitada nesse período e continua perpetuamente sendo lembrada até os dias atuais, como um dos maiores impérios que se estabeleceram em toda a história da humanidade.

Referências Bibliográficas

CORASSIN, Maria. **O Cidadão Romano na República**. Projeto História, São Paulo. 2006.

CARRIÉ, Jean-Michel. O soldado. In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Editora Presença: ed.3°. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueredo. 1992, p.89 a 115.

GONÇALVES, Ana. TAVAREA, Wendryll. A manutenção da disciplina nos exércitos romanos. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, pp.124-140, 2012.

NICOLET, Claude. **O Cidadão e o Político**. Editora Presença. 1956

Santo Anselmo e as provas do *Monologion*

Moisés Romanazzi Tôrres

Doutor em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

m.romanazzi@ig.com.br

Resumo: No *Monologion*, publicado em 1077, temos a primeira demonstração anselmiana da existência de Deus. Esta é desenvolvida nos capítulos I-IV. Santo Anselmo constitui então um conjunto de provas a partir de três caminhos diferentes: a) a perfeição verificada nos diferentes seres, b) a perfeição que eles, em graus diversos, possuem em comum e que é o ser; c) os graus de perfeição que as coisas possuem. Elas correspondem as chamadas provas anselmianas cosmológicas ou *a posteriori* da existência de Deus, pois Santo Anselmo procura então demonstrar que se partindo do mundo (efeitos) pode se chegar a Deus (causa).

Palavras-chave: Santo Anselmo, *Monologion*, Demonstração da existência de Deus.

Santo Anselmo e a Disputa entre Dialéticos e Antidialéticos no Século XI

É preciso situar historicamente a personagem filosófica de Santo Anselmo, para que possamos compreender o sentido de sua obra e, inclusive, entender sua proposta de demonstração da existência de Deus. Isto, naturalmente, implica em compreendê-lo a partir das preocupações filosóficas de seu tempo. Muito especialmente devemos entender o seu posicionamento na querela dita entre os dialéticos e os antidialéticos.

Foi durante os dez anos de seu priorado em Bec (1063 – 1073) que Anselmo desenvolveu sua atividade filosófica mais intensa, compondo suas obras principais, incluso o *Monologion*. Santo Anselmo tomou então atitude na questão das relações entre a razão e a fé e, assim, imiscuiu-se na querela dita entre os dialéticos e antidialéticos. Com efeito, como estudam Philoteus Boehner e Etienne Gilson (1991, pp. 249 e 250), o duelo entre dialéticos e antidialéticos marca uma escolástica ainda insipiente, caracteriza-se por uma disputa transformada num “mero brinquedo”, porém perigoso. Perigo, aliás, de proporções tanto mais alarmantes quanto mais lhes faltava uma distinção clara entre fé e razão e uma noção nítida de suas relações mútuas. Tal fato explica a existência simultânea de, por um lado, um racionalismo rígido e, por outro, um fideísmo simplista. Tal dialética, assim constituída, revelou-se totalmente estéril. A reação, que não fez-se esperar, como era natural, caiu no extremo oposto, condenando radicalmente toda a Dialética. Desta maneira, por algum tempo, dialéticos e antidialéticos defrontaram-se numa luta improfícua, de fato até que Santo Anselmo primeiro, e depois Abelardo, viessem a obter sínteses mais ou menos satisfatórias.

Para Santo Anselmo, duas fontes de conhecimento estão à disposição dos homens: a razão e a fé. Como entendia sua inter-relação? Ele sustentava, perante os dialéticos, a primazia absoluta da fé. Perante os antidialéticos, porém, defendia o protagonismo da razão para a compreensão da fé.

Contra o partido dos dialéticos, como analisa Etienne Gilson (1995, p. 292), Anselmo afirmava que primeiro é preciso estabelecer-se firmemente na fé, recusava, por conseguinte, a submeter as Sagradas Escrituras à Dialética. A fé é para o homem o dado de que este deve partir. Não é, no entanto, uma fé cega, ela busca compreender. Mas não se compreende para crer; ao contrário, crê-se para compreender. Ou, ainda, a inteligência pressupõe a fé. Para Santo Anselmo, como estuda Sérgio Ricardo Strefling (1997, p.23), só por amor podemos chegar até Deus, e apenas Deus é a verdade. Foi precisamente esse amor que o induziu a elaborar provas da existência de Deus. A fé em Deus, para Anselmo, é assim claramente uma exigência do amor. Portanto, o primado da fé sobre a razão, significa, em primeiro lugar e fundamentalmente, que a fé, vista não como simples ato, mas como regra de vida, consiste na pressuposição necessária para toda especulação frutífera sobre as verdades divinas.

De tal postura, Santo Anselmo dá provas no capítulo I de outra obra sua, o *Proslogion*:

Não tento, ó Senhor, penetrar a tua profundidade: de maneira alguma a minha inteligência amolda-se a ela, mas desejo, ao menos, compreender a tua verdade, que o meu coração crê e ama. Com efeito, não busco compreender para crer, mas creio para compreender. Efetivamente creio, porque, se não cresse, não conseguiria compreender (SANTO ANSELMO, 1988, p.101).

Mas, inversamente, Santo Anselmo também se colocou contra os adversários irredutíveis da dialética. Pois, para ele, todo aquele que primeiro se estabeleceu firmemente na fé não encontra inconveniente algum em se esforçar por compreender racionalmente aquilo em que crê. Para Anselmo, salienta Gilson (1995, p.292), entre a fé e a visão beatífica a que todos aspiramos há neste mundo um intermediário, que é a inteligência da fé. Compreender sua fé é aproximar-se da própria visão de Deus.

Como interpretam Giovanni Reale e Dario Antiseri (1990, p. 501), Santo Anselmo tem assim uma grande confiança na razão humana, que pode ser capaz de lançar luz sobre os mistérios da fé cristã e demonstrar sua coerência, conveniência e necessidade. Trata-se da fé que busca a inteligência (*fides quaerens intellectum*) e, em consequência, de uma contínua e sutil meditação racional sobre as razões da fé. No Prólogo do *Monologion*, o então monge em

Bec, esclarece claramente o método que deve ser utilizado para se meditar a respeito da essência divina e outras questões conexas, dizendo que desejava então que:

[...] sem, absolutamente recorrer, em nada, à autoridade das Sagradas Escrituras, tudo aquilo que fosse exposto [no *Monologion*] ficasse demonstrado pelo encadeamento lógico da razão, empregando argumentos simples, com um estilo acessível, para que se tornasse evidente pela própria clareza da verdade (SANTO ANSELMO, 1988, p.5).

O parâmetro da verdade, no entanto, continua ser sempre a fé, conforme encontra-se expresso nas Sagradas Escrituras. Manoel Vasconcellos (2004, pp. 201 e 211) nos explica que, para Anselmo, conforme se lê no *De Concordia*, se a razão não nega e nem contradiz as Sagradas Escrituras, se a razão não induz a erros, então as Sagradas Escrituras, com sua autoridade, atestam a veracidade do que se chegou através da razão. Porém, acrescenta Santo Anselmo, se as Sagradas Escrituras se opõem ao que foi alcançado pela razão, mesmo que o raciocínio humano pareça correto, deve ser rejeitado, já que as Sagradas Escrituras contém a autoridade de toda a verdade. Em resumo, como diz ainda Vasconcellos (2004, p. 211), para Anselmo o fruto da razão é verdadeiro quando seu resultado é afirmado, ou pelo menos não negado, pela autoridade incontestável das Sagradas Escrituras.

Em síntese, portanto, como observa Gilson (1995, p. 292), não dar precedência à fé como fazem os dialéticos, é presunção; não apelar em seguida para a razão, como nos proibem seus adversários, é negligência. Portanto, devemos evitar ambos os defeitos.

De fato, a observação de Roger Chartier de que nenhum discurso é neutro, que todo ele deve ser compreendido numa luta de representações, luta que é fundamental para se poder compreender “os mecanismos pelos quais um grupo se impõe ou procura se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são só seus e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17), tem a grande vantagem de impedir a construção de uma história da filosofia “desencarnada”, fechada sobre si mesma e dedicada em vão ao jogo das ideias puras, que tanto preocupava os historiadores dos *Annales* e especialmente Lucien Febvre.

Porém, as lutas de representações não pode ser compreendidas como a anulação dos indivíduos perante os grupos, pois concepções e valores podem ser produto, sim, da personalidade e originalidade dos primeiros. Ora, onde fica a inteligência e o livre-arbírio, a volição e sobretudo a criatividade do filósofo? Devemos, pois, entender como, em cada caso, o indivíduo pensante lida com as determinações vindas do grupo em que se insere quando se insere nalgum grupo, ou vindas da sociedade em que em todo caso se insere. Perspectiva esta

que devemos sempre guardar no sentido de evitar o extremo oposto das ideias puras, o “engessamento” do pensamento filosófico por um determinismo socio-histórico.

Aqui o exemplo de Santo Anselmo não deixa margem à dúvida. Não tendo jamais fugido ao debate, tendo se imiscuído vivamente na disputa entre dialéticos e antidialéticos, no entanto, não se enquadra em nenhum dos dois grupos, evitando tanto a presunção dos primeiros quanto a negligência dos segundos. Firme em suas convicções, sua posição é na verdade contrária ao radicalismo e a intransigência de ambas as perspectivas. Pois, embasado no pensamento platônico-agostiniano, constituiu uma fórmula de absoluta concordância entre fé e razão que tem por princípio central a unidade e perfeita correspondência entre linguagem, pensamento e realidade, fórmula esta que, além de fundamentar toda sua produção filosófica pessoal, se encontra na base de uma filosofia nascente, que, nutrida pelo pensamento aristotélico, iria se desenvolver muito nos séculos seguintes, a Escolástica.

As Provas do *Monologion*:

No *Monologion*, a demonstração da existência de Deus é desenvolvida nos capítulos I-IV. Santo Anselmo, para tanto, faz uso de três caminhos: a) a perfeição verificada nos diferentes seres, b) a perfeição que eles, em graus diversos, possuem em comum e que é o ser; c) os graus de perfeição que as coisas possuem. Estes três caminhos levam às provas cosmológicas ou *a posteriori* da existência de Deus, isto porque partem dos seres finitos existentes na natureza e são então formuladas subindo dos efeitos para a sua causa, que é Deus.

Para Reale e Antiseri (1990, pp. 495 e 496), estes três caminhos conduzem a quatro provas. A primeira deriva do fato de que cada um tende a se apoderar das coisas que julga boas. A segunda deriva da ideia de grandeza qualitativa. A terceira não deriva de um aspecto da realidade (bondade ou grandeza), mas do ser simplesmente. Finalmente, a quarta deriva da constatação dos graus de perfeição, apoiando-se sobre a hierarquia dos seres e exigindo a existência de uma perfeição primeira e absoluta. Tais provas, como salienta Etienne Gilson (1995, p. 294), supõem dois princípios: a) as coisas são desiguais em perfeição; b) tudo o que possui mais ou menos uma perfeição deve isto a sua participação nesta perfeição, tomada numa forma absoluta.

Santo Anselmo, de fato, principia o capítulo I do *Monologion*, intitulado *Que há algo Sumamente Bom, Grande e Superior a Tudo o que Existe*, chamando atenção para a figura do

ateu ou, numa referência bíblica, o insensato,¹ aquele que, por nunca ter ouvido falar sobre ou por simplesmente não acreditar, ignora existir uma natureza superior a tudo o que existe. Este insensato é, portanto, o alvo de sua argumentação. A questão central, no entanto, é que ele, apesar de sua inteligência medíocre, pode ter sido convencido em grande parte pela razão, daí ser necessário, igualmente pela razão, demonstrar o grande equívoco de sua interpretação. Várias, no entanto, são as maneiras desta “ilusão racional”, das quais Santo Anselmo procura indicar apenas a mais fácil, como considera. Vejamos em suas palavras:

É fácil que alguém pense em seu íntimo: Como há um número imenso de bens, cuja múltipla diversidade experimenta-se pelos sentidos corpóreos e discerne-se pela razão, será que devo acreditar que existe um ser único pelo qual, somente, são boas todas as coisas que são boas, ou, ao contrário, umas delas são boas por um motivo e, outras, por outro motivo? (SANTO ANSELMO, 1988, p. 8).

Porém, argumenta Santo Anselmo, é certo e evidente que, entre todas as coisas em que haja uma relação de mais ou menos ou de igualdade, são desta maneira devido a *algo* que é o mesmo em todas elas, não importando se aquilo que se encontra nas coisas esteja em proporção igual ou desigual. Por exemplo, para coisas boas, é necessário, independentemente de serem igualmente ou diferentemente boas, que elas sejam boas por um *algo* que é o mesmo em todas.

Naturalmente então, e não há como pensar diferente, é um grande bem aquilo pelo qual todas as coisas são boas. Com efeito, como salienta Santo Anselmo, ele é bom por si mesmo, uma vez que todos os outros bens derivam dele. Devido a isto, “conclui-se que os restantes bens não procedem de si mesmos e, sim, de outro e que ele é o único bem por si mesmo” (SANTO ANSELMO, 1988, pp. 8 e 9).

Mas o bem que deriva de outro não pode ser igual ao que é bom por si, muito menos maior do que ele. Somente o que é soberanamente bom por si poderá ser o único bem supremo, porque somente aquilo que supera todos os outros é supremo. Mas o que é soberanamente bom também é soberanamente grande. Daí a seguinte conclusão: “Existe, então, alguma coisa que é soberanamente [boa e] grande, vale dizer, sumamente superior a todas as outras que existem” (SANTO ANSELMO, 1998, p. 9).

O capítulo II é um resumo do anterior e, por isto, intitula-se: *Sobre o Mesmo Assunto*. Pois, como existe um ser soberanamente bom, uma vez que todas as coisas são de tal maneira

¹ Refere-se ao Salmo 14 (13), 1: “Diz o insensato em seu coração: ‘Deus não existe!’ [...]” (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1995, p. 959).

devido a um bem único, da mesma forma somos obrigados a induzir que há igualmente um ser soberanamente grande, pois todas as coisas que são grandes devem-no a um ser que é grande por ele mesmo. E, uma vez que não pode haver nada sumamente grande se não é sumamente bom, deriva disto que “deve existir um ser que, de igual maneira, é o maior e o melhor, ou seja, sumamente superior a todas as coisas” (SANTO ANSELMO, 1988, p. 9).

A interconexão do sumo bem e do sumo grande fecha a demonstração da existência de Deus. Como não pode haver nada sumamente grande que não seja sumamente bom, é necessário admitir que existe um ser que é, igualmente, o melhor e o maior, ou seja, “sumamente superior a todas as coisas” (“*summum omnium quae sunt*”) (SANTO ANSELMO, 1988, p. 9), que logicamente só pode ser Deus.

Com efeito, no capítulo III, *De como há uma Natureza pela qual Existe tudo o que Existe*, argumenta Santo Anselmo que, além de tudo que é bom e grande ser assim devido a uma coisa sumamente superior a todas as demais, parece também que tudo o que existe exista devido a uma única e mesma coisa. Temos aqui duas hipóteses: a) ou tudo o que existe provém de algo; b) ou tudo o que existe deriva do nada. Naturalmente, o nada não pode gerar nada e é inclusive impensável que algo não seja gerado senão por algo. Logo, tudo o que existe só pode existir por ter sido gerado por algo. Temos, porém, duas novas hipóteses: a) ou tudo o que existe é gerado por muitas causas; b) ou tudo o que existe é gerado por uma única causa. Se por muitas, ainda três hipóteses: a) ou elas convergem num princípio único pelo qual todas as coisas existem; b) ou elas existem por si; c) ou criaram-se mutuamente. Porém se muitas coisas procedem de um princípio único, logicamente não têm origem múltipla, mas única. Se elas existem cada uma por si mesma, é preciso supor a existência de uma força ou natureza que possui a propriedade de existir por si, de onde as coisas tiraram a propriedade de existir por si. Em tal caso, porém, são o que são devido àquela causa através da qual possuem a propriedade de existir por si mesmas. Logo, é mais correto dizer que existem todas por um princípio do que por muitos, pois, sem este, não poderiam subsistir.

Com relação à existência de muitas coisas por criação mútua, é totalmente contrário à razão que algo possa ser gerado por aquilo a que deu o ser. De fato, nem em se tratando de coisas relativas, ou seja, daquelas que não existem por si mas por outro, acontece que, mutuamente, uma gere a outra.

De fato, o dono e o escravo assim o são, respectivamente um ao outro, devido as suas condições relativas. Porém, como pessoas às quais aplicamos tais qualificações, eles não

existem porque, por criação mútua, um gerou o outro. Também, as próprias relações que decorrem entre eles não são produzidas por qualquer ação recíproca, uma vez que só existem devido aos sujeitos aos quais as atribuímos.

Então, se todas as coisas que existem derivam de uma mesma causa, certamente ela é única e existe por si. Também, se tudo o que existe procede de uma causa única, é necessário que esta exista por si enquanto tudo mais exista por outro. Porém, tudo o que se origina de outro tem de ser menor do que a causa que produz todos os seres e que existe apenas por si. Daí a grande conclusão, que, além de fechar a argumentação do segundo caminho, a articula à prova (ou provas) do caminho anterior. Vejamo-la nas próprias palavras de Santo Anselmo:

Assim, o que existe por si mesmo é superior a todas as coisas. Há, pois, uma causa que, única, é superior a todas as coisas existentes.

Mas, aquilo que é superior a todas as coisas, e que comunica o ser, a bondade e a grandeza a tudo o que é bom e grande, torna-se necessário que seja sumamente bom e grande e que esteja soberanamente acima de todas as coisas que existem.

Conclui-se, assim, que deve haver um ser perfeitamente bom e grande; enfim, superior a todas as coisas, quer se denomine ele essência, substância ou natureza (SANTO ANSELMO, 1988, pp. 10 e 11).

A dita segunda prova, no entender de Strefling (1997, p. 37), segue uma sequência natural, poderíamos o dizer: logo após o princípio do que é bom, e do que é grande, se pode considerar o princípio do que é simplesmente. Para Reale e Antiseri (1990, p. 496), a formulação da prova pode ser, resumidamente, entendida da seguinte maneira: parte ela da constatação de que tudo o que existe, existe em virtude de alguma coisa ou em virtude de nada, mas como do nada não provem nada, ou se admite a existência do ser em virtude do qual as coisas existem ou nada existe. Como a segunda hipótese é absurda, é preciso admitir a existência do ser *a priori*, do qual derivam todos os demais, ou seja, logicamente Deus. A conclusão anselmiana, conforme aborda Josep-Ignasi Saranyana (2006, p. 162), atesta então, a partir da consideração dos seres finitos que não tem o ser por si próprios, que existe uma causa única de tudo, existente por si.

Uma terceira demonstração é a quem tem por objeto os graus de perfeição que as coisas possuem. Argumenta Santo Anselmo, no capítulo IV (*Sobre o Mesmo Assunto*), que, examinando-se a natureza das coisas, a própria razão nos leva a convir que elas não se encontrem num mesmo patamar de dignidade, mas distinguem-se por diferença de graus. Se é

impossível contrariar o fato de que algumas naturezas ² sejam melhores que outras, é necessário haver entre elas uma que é tão superior às outras que não admite nenhuma que lhe seja superior.

Para esta natureza, contudo, há duas possibilidades: a) ou é única; b) ou há várias do mesmo gênero, iguais entre si. As coisas, no entanto, não podem ser múltiplas e iguais, entre si, por diferentes motivos, mas, ao contrário, por um só e idêntico motivo, que as torna igualmente grandes.

Porém, tal motivo pode ser: a) ou a sua essência; b) ou *algo* diferente da sua essência. Se for a sua essência, ou seja, aquilo por intermédio do qual receberam a existência, então, como há somente uma essência, há igualmente uma natureza. Se for por *algo* diferente de sua essência, já que é por este *idêntico* que essas várias naturezas são grandes, elas serão menores do que aquilo que lhes comunicou a grandeza, uma vez que tudo o que é grande por comunicação de outro, é evidentemente menor do que aquilo donde recebeu a grandeza. Destarte, elas não são tão grandes que não permitam nada acima de si.

Se não é possível que essas naturezas sejam iguais e supremas, nem por parte da sua essência nem por parte de um *algo* diferente dela, é preciso forçosamente concluir que não podem existir de maneira alguma. Portanto, essa natureza única é superior a todas as outras, e assim há uma natureza superior a tudo o que existe. Mas isto só é possível se tal natureza exista por si mesma e comunique a existência a tudo o mais, uma vez que aquilo que é por si, e pelo qual todas as coisas existem, é superior ao resto. Mas há ainda duas possibilidades: a) ou tal ser supremo é único; b) ou há vários. É, entretanto, evidente que não pode haver vários seres supremos. Daí Santo Anselmo poder definitivamente concluir:

[...] há uma natureza ou substância [ou essência] que é boa e grande por si, que é o que é por si, e pela qual existe a bondade e a grandeza e tudo o que há; e ela é o bem supremo, a grandeza suprema, o ser soberano ou subsistente, isto é, o ser por excelência entre todos os seres (SANTO ANSELMO, 1988, p. 12).

Porém, incomodava Santo Anselmo o fato do *Monologion* ser uma obra difícil de ser entendida devido ao entrelaçamento de muitas argumentações. De fato, suas provas, como aliás salienta Gilson, eram por demais tortuosas ou complicadas (GILSON, 1995, p. 296). Pretendia assim em encontrar um argumento único, bastante simples, que, sem ajuda de nada

² O século XI é marcado pela indefinição terminológica entre essência, substância e natureza. Nesta argumentação, no entanto, *natureza* é sinônimo de essência como o próprio Santo Anselmo atesta: “E aqui, entendendo por natureza o mesmo que por essência” (SANTO ANSELMO, 1988, p.11).

mais (ao contrário, do qual decorresse necessariamente todo o resto), pudesse demonstrar a existência de Deus. Daí escrever um novo opúsculo, praticamente na sequência do primeiro, coroando as demonstrações do *Monologion* com o que foi chamado, no século XVIII por Immanuel Kant, de “argumento ontológico”, na verdade, baseado na ideia de *Deus enquanto o máximo existente cogitável*, desenvolvido no *Proslogion*. Sua análise será meu objeto num estudo futuro.

Fontes e Referências Bibliográficas

ANSELME DE CANTONBÉRY. **Monologion/Proslogion**. Texte Bilingue (Latin – Français). Introductions, traduction et notes par Michel Corbin. Paris: Édition du Cerf, 2002.

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. **O Velho Testamento. Salmos. Salmo 14 (13), 1**. São Paulo: Paulus, 1995.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia. Volume I: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTO ANSELMO. Monólogo. Trad. e notas de Ângelo Ricci. In: SANTO ANSELMO & ABELARDO. **Seleção de Textos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Proslógio. Trad. e notas de Ângelo Ricci In: SANTO ANSELMO & ABELARDO. **Seleção de Textos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **A Filosofia Medieval, das Origens Patrísticas à Escolástica Barroca**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2006.

STREFLING, Sérgio Ricardo. **O Argumento Ontológico de Santo Anselmo**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1997.

VASCONCELLOS, Manoel. A Sagrada Escritura na Obra de Anselmo de Aosta In: DE BONI, Luís A.; PICH, Roberto H. (orgs). **A Recepção do Pensamento Greco-Romano, Árabe e Judaico pelo Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2004, p.209.

Lutas de representações entre teólogos e “filósofos” na Universidade de Paris - 1270/1277

Pedro Henrique Pereira Silva
Mestrando em História
UFSJ
pedrop.ufsj@gmail.com

Resumo: Objetiva-se, com o presente trabalho, explicitar de que maneira é possível compreender os debates de teólogos e artistas em torno de problemas filosóficos enquanto representações coletivas em conflito. Entre os anos de 1270 e 1277, a universidade parisiense era palco de debates relacionados à emancipação da filosofia da ciência divina. Tal proposta, cunhada na Faculdade de Artes, era justificada por meio de conceitos encontrados na filosofia de Aristóteles. Em contato com o pensamento cristão – fundamentado em uma unidade com a dogmática da Igreja Romana – esses conceitos desnovelavam problemas cruciais e colocavam em xeque fundamentos como a própria prova da *criação ex nihilo*. Nesse sentido, a defesa do estudo da Filosofia Natural de Aristóteles nas produções da Faculdade de Artes durante aqueles anos teria representado a possibilidade da emergência de uma categoria de *gen de savoir* que não mais necessariamente deveria se munir da Verdade Revelada para explicar a existência das coisas. Contra esse posicionamento, os teólogos mendicantes organizaram uma série de obras condenando os problemas enunciados e ressaltando a premissa de harmonizar o pensamento do Estagirita ao cristão e a submissão da Filosofia à Teologia. Além desse fato, as proposições dos *artista* foram alvo de condenações por parte do bispado de Paris, o que pode indicar até que ponto elas se constituíram um problema para a instituição universitária e eclesiástica. Na óptica da luta de representações de Roger Chartier, a realidade para o indivíduo seria o resultado de uma apropriação que ele mesmo teria realizado acerca daquilo que se lhe mostrava por meio de representações. Sua própria realidade seria reificada entre suas práticas sociais mais individuais. Apropriando-se desse “real”, o mestre pensa produz por meio da sua interpretação, que é uma maneira com que aquele real foi representado por um indivíduo. Em representações distintas e/ou opostas em um mesmo espaço, dão-se os conflitos. Portanto, as contendas entre os mestres universitários em questão significariam representações coletivas que se procuravam se afirmar e afirmar a sua identidade em um espaço comum.

Palavras-chave: Teólogos, Filósofos, Representações, Identidade.

As “lutas de representações”

O presente trabalho ocupa-se em observar uma tentativa de afirmação identitária teria se manifestado numa proposta de reconfiguração do “pensar”. A emergência da figura do filósofo dentro da Faculdade de Artes de Paris na década de 1270 teria representado a possibilidade de uma categoria de mestre universitário se ocupar da reflexão acerca das coisas por meio delas mesmas. Distinguiu-se do teólogo, que refletia por causa, por meio e para o divino, de modo a justificar tanto a evidência dessa divindade enquanto *Summum Esse* quanto

a própria existência das coisas. E naquela época, tal prerrogativa poderia significar muito mais do que uma explicação da crença e inspirações e interesses da Igreja. A finalidade daquilo que se considerava conhecimento seria um exemplo¹. Defender um espaço próprio para esse “agente do pensamento” na faculdade de Artes de Paris teria significado, portanto, defender a justificação discursiva desse espaço? E a defesa desse espaço na universidade envolvia, concomitantemente, sua inclusão no processo de desenvolvimento educacional e nos debates que tratavam do próprio processo de intelecção.

Nesse sentido, recorre-se às pontuações de Roger Chartier, e sua *demàrche* a respeito dos históricos paradigmas que estão no estudo do pensamento dentro da ciência histórica. Procurando dialogar com os problemas conceituais que esses paradigmas acarretaram, Chartier trazia uma nova maneira de acepção do real e a sua significância dentro do processo da construção do conhecimento histórico. Nas suas concepções, acredita que a realidade é significada pelos próprios indivíduos, que a interpretam com base naquilo que possuem como instrumentos de acepção, como valores, crenças, práticas culturais, ideologias e relações sociais. Só que esse “real”, na verdade, para o indivíduo, é algo que ele interpretou dessa completude que o significava, para depois ressignificar e agir de determinada forma no meio em que vivia, com os demais indivíduos com quem mantinha relações diretas, bem como com as estruturas de poder e as relações culturais em que se estabelecia. Esse processo seria, portanto, dinâmico. Nele, cada pessoa teria a faculdade criar o seu real e de colocá-lo dentro de um ambiente onde todos os demais indivíduos fazem isso (CHARTIER, 2002, p. 10).

Nesse sentido, a história voltava o seu olhar para as microrrelações, atendo-se às dinâmicas sociais em um grau suficiente para se observar fontes que pudessem elucidar como se davam as relações sociais em um âmbito mais próximo das relações entre indivíduos. De como se formava uma representação coletiva. Tal prerrogativa buscava explicitar como esses indivíduos, que possuem suas significações e interpretações e maneiras de ressignificar próprias e distintas, utilizavam-nas para estabelecer relações uns com os outros, das mais variadas formas e nos mais variados âmbitos. Tratava-se de uma noção sobre a qual se permite uma gama de análise de processos históricos, mas não se trata de um esforço pela homogeneização.

Nessas condições, enxerga-se as disputas empreendidas pelos “aristotélicos radicais” - e as posições oficiais defendidas a respeito da leitura e comentário das obras de Aristóteles na

¹ Esse é um ponto central da pesquisa, porque distinguir duas maneiras de entender a realidade envolvia, nos debates, questionar a quem caberia determinada forma de se conhecê-la.

segunda metade do século XIII - dentro desse quadro de “lutas de representações”, à proporção que esse embate teria representado uma tentativa de se estudar os pensadores aos quais os mestres em Artes estavam tendo acesso naquele período, naquelas condições.

Também representava uma tentativa de afirmação do próprio pensar as coisas e a realidade por si mesma dentro de uma instituição universitária, em que não necessariamente se precisasse admitir prontamente a evidência da “Verdade Revelada” ou um *Summum Esse*, um “Deus”, um simples “ser” que configura o sentido de tudo aquilo que “existe”, ou seja, que teve um começo e terá um fim. A crença nesse deus resgatou o sentido do fim das coisas quando lhes conferiu sentido sendo o seu princípio. A racionalização da crença cristã latinófona, naquele período, estava sendo desenvolvida pelo pensamento escolástico, que cuidava, portanto, de uma exegese daquilo que já fora revelado realmente pelo próprio Deus.

A instituição universitária

Entre os séculos XII e XIII consolidava-se na Idade Média Latina² o processo de instituição das universidades medievais³. Sua organização teve como um dos principais contribuintes o caráter corporativo que adquiria, somado ao patrocínio dos reis e do papado. Possuíam peculiaridades, que giravam em torno dos conteúdos e métodos de estudo. O reconhecimento institucional se dava, consoante Nunes, de duas formas: *ex consuetudine*, ou seja, por meio de uma organização espontânea ou eram criadas *ex privilegio*, por meio de concessões dos reis e de bulas papais (NUNES, 1979, p. 218). A universidade de Paris se configurava, como “o maior centro de estudos literários, científicos, filosóficos e teológicos da Idade Média” (NUNES, 1979, p. 224). Sua estruturação foi iniciada em meados do século XII. Em 1150 instalaram-se as escolas de direito e medicina, provavelmente atraídas pelo

² Maurício Alves Carrara considera “Idade Média Latina” um emprego mais coerente para se tratar do tema, elucidando a pluralidade de formas e olhares sobre o mundo entre os séculos V a XV. Tal termo também delimita o recorte espaço-temporal: trata-se de uma análise sobre grupos da Europa Ocidental que se comunicavam por meio do latim. Isso é muito importante para a nossa pesquisa. De acordo com Carrara (2012, p. 15), “a latinidade é também algo que transpassa os anos da Idade Média em seus amplos usos, ou seja, podendo ser uma linguagem oficial (régia ou imperial) ou até a expressão do meio intelectual. Esta agregação de valor que a idéia de ‘latina’ produz em nosso trabalho elenca o papel significativo e intelectual que a língua traz consigo. Como trataremos de textos e expressões em latim é esta língua um fenômeno e a ‘voz’ de um meio ou de um ‘campo’ específico em uma temporalidade. Com isto, mais do que um exercício de nomenclatura, a ‘Idade Média Latina’ é a expressão de uma rede de significações manifestas em uma língua, uma cultura e um meio intelectual”.

³ Ruy Nunes chama a atenção para a singularidade do termo *universidade* que, no sentido em que hoje se conhece, tem sua origem na época medieval. Na Roma antiga era empregado para denominar colégios e associações, enquanto que no medievo passou a ser utilizado tanto como pronome de tratamento nas cartas quanto – a partir do século XII – para designação de determinada corporação de ofício. No século XIII, o termo passou a designar uma corporação em particular: a dos mestres e estudantes (ver NUNES, 1979, p. 211-212).

considerável desenvolvimento filosófico e teológico, tornado famoso com grandes nomes de mestres, como Pedro Lombardo, o sistematizador das *Sentenças*.

A *licentia docendi*, concedida no III Concílio do Latrão, que se reuniu em março de 1179, foi importante para o estabelecimento do ensino nas cidades, paralelamente ao “oficial”, que se dava em mosteiros ou em locais reservados para os sacerdotes. Isso não quer dizer que se tratava de uma educação independente: além de o Concílio ter determinado a vaga de um mestre para cada catedral, os *literatti* lecionavam, inicialmente, em escolas episcopais, controladas pelo clero (FORTES, 2011, p. 243). O estabelecimento de certa autonomia com a fundação escolas cidadinas representava a existência de conflitos entre autoridades clericais e civis. Exemplo disso são os privilégios concedidos aos *literatti* na virada do século XII para o XIII. Por meio de Felipe Augusto, seriam submetidos a uma autoridade eclesiástica: o bispo de Paris. Em 1231, o papa Gregório IX edita *Parens Scientiarum*, uma bula que garante a autonomia regimental da *universitas maistorum et scholarium*. O apoio do papado seria uma via de mão-dupla. Ao passo que engajava a corporação universitária no sistema de privilégios, permitia intervenções de Roma tanto na estrutura quanto naquilo que se estudava.

O século XIII, além do progresso universitário, é marcado também pelo surgimento das ordens mendicantes, defensoras da pobreza e humildade, ocupando-se em “regenerar a Cristandade da ambição do lucro e do dinheiro, falta de fervor, riqueza do clero e de heresias” (VERGER, 2001, p. 281). Incumbidos do combate aos inimigos da Igreja, os dominicanos recebiam formação bíblica e teológica, adquirindo grande importância para o ensino universitário e protagonizando o combate à crise educacional vivenciada nas primeiras décadas do duzentos. Tal importância é atestada pela sua instalação na cidade de Paris em 1220, onde rapidamente granjeavam suas primeiras cátedras nas faculdades. Seus posicionamentos mediante os privilégios da instituição, bem como a afinidade que construíam com os estudantes acarretavam conflitos com os religiosos seculares (VERGER, 2001, p. 281)

Os estudos em Artes

Os estudos cultivados na faculdade de Artes parisiense ganhavam mais visibilidade a partir da década de 1230. Com as traduções de obras de Aristóteles e de comentadores muçulmanos, seu currículo sofreu alterações, fornindo espaço para a filosofia onde o ensino se resumia à lógica e dialética formal (FORTES, 2011, p. 181). Por se tratar de um novo campo de ensino, representava perigo à ortodoxia aos olhos da Cúria Romana, que se

esforçava em determinado período (de 1210 a 1263), para que leituras e aulas públicas sobre o estagirita fossem proibidas. No entanto, percebe-se que esse esforço não deu muito certo. Na década de 1240 já existia uma larga difusão do aristotelismo que, somada àquela de que a corporação universitária gozava em relação às autoridades da Igreja, possibilitou às Artes oficializarem o estudo de suas obras como *corpus* necessário para a obtenção de grau.

Essa nova guinada da faculdade de Artes sinalizava uma instabilidade das relações entre seculares e mendicantes, tendo a *universitas parisiensis* como ambiente. Mas o estudo artístico e filosófico era repudiado pelos frades pregadores. Nesse sentido, qual seria o fundamento dessa querela? Caroline Coelho aponta que era essa mesma consolidação de estudos filosóficos entre os “artistas”. Para que se pudesse iniciar os estudos em Teologia na universidade de Paris, os estudantes seculares teriam de obter o grau em Artes primeiro, ao passo que, nas escolas particulares dominicanas, era oferecida diretamente a formação teológica. O estudo das artes de forma propedêutica limitava os espaços de influência dos mendicantes, por não aderirem ao estudo da filosofia de Aristóteles constitucionalmente. Nesse sentido, houve uma reconfiguração da Teologia enquanto disciplina no interior das escolas dominicanas. A partir de então, a filosofia passaria a ser necessária para o pleno conhecimento de Deus. Nesse sentido, a Ordem dos Pregadores teria sofrido uma crise de identidade, dada a contradição de não admitir esse tipo de estudo em seu currículo, que se permeia porque a admissão da filosofia deslegitimava o discurso adotado por eles, que era o de que essa nova maneira de pensar a realidade deveria estar em função da afirmação da verdade revelada, e não do seu questionamento. Nas palavras da autora:

Nesse contexto, pode-se perceber que houve, paulatinamente, uma mudança no sentido de se estudar e ensinar. De acordo com Charles H. Lohr (2002, p. 15), o conhecimento nas sociedades da Idade Média latinófona era caracterizado por uma prática dominante: não eram os indivíduos (mestres) que pensavam, mas a Igreja, por meio do clero, um grupo de religiosos que se consagrava e participava institucionalmente da hierarquia eclesiástica, formado tanto por sacerdotes (que recebiam essa posição sacramentalmente por meio da ordenação) quanto por leigos que se consagravam a determinadas funções, como é o caso de grande parte dos *literatti*. Até o surgimento das universidades corporativamente, o estudo concentrava-se em escolas monásticas, ordenado em função do serviço a Deus e centralizado na compreensão da palavra sagrada, como era registrada nas escrituras e interpretada pelos Padres da Igreja.

A despeito dessa concepção, foi desenvolvido um método padrão de interpretação, fundamentado em uma concordância prévia com aquilo que era defendido por essas autoridades (bíblia, Pais da Igreja, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo e o papa São Gregório, o Grande). Nesse sentido, essas primeiras escolas, das quais seguirão as escolas catedráticas, cujo ensino dava-se no templo episcopal e não mais em mosteiros, ocupavam-se do treinamento de mestres que deveriam transmitir o conhecimento tradicional ao povo de Deus.

O pouco de filosofia que conheciam era proveniente de transmissões das ideias de Cícero, Martianus Capella e Isidoro de Sevilla, sendo que as traduções do estagirita que haviam sido feitas no século VI por Severino Boécio ainda não eram frequentemente estudadas. Com a consolidação do ensino citadino, novas escolas aparecem e junto com elas um novo tipo de professor, que procurava e iria reivindicar um novo modelo de escola e um novo modelo de interpretação do material que se estudava. Esse “novo mestre” não iria somente transmitir o conhecimento à maneira tradicional, mas questionar a própria autoridade de que se cerca. Nesse sentido, vagarosamente montaram partes de um estudo do que era disponível das obras de Aristóteles (excluindo as teorias sobre o surgimento do mundo), centrando-se na lógica (LOHR, 2002, p. 15).

O aristotelismo na *universitas parisiensis*

A entrada do estagirita⁴ na Idade Média Latina já consistia em um longo processo, acentuando e se constituindo como alvo de contendas ao longo do século XIII. Já em meados do século VI, Boécio tentava aliar o pensamento aristotélico às raízes patrísticas. Tal trabalho recebeu a continuidade de Santo Anselmo (século XI) e Pedro Abelardo (século XII) e foi adotado definitivamente por Alberto Magno e Tomás de Aquino (século XIII). Este, ao contrário de seu mestre, que procurou conciliar Aristóteles com o conhecimento tradicional enraizado em Santo Agostinho, adotou o novo método por completo, buscando uma afinidade entre razão e fé de forma peculiar (VERGER, 1979, p. 282).

De acordo com Luís Alberto De Boni, as obras de Aristóteles foram introduzidas na universidade de Paris por meio da faculdade de Artes (VERGER, 2001, p. 281). Até então, os estudos nela regulamentados possuíam como base o *trivium* e o *quadrivium*⁵, já que abraçava

⁴ Nome utilizado para se referir a Aristóteles.

⁵ O *trivium* e o *quadrivium* formavam o programa de estudos da faculdade de Artes de Paris no século XIII. O primeiro compreendia os estudos de Gramática, Lógica e Dialética, enquanto que o segundo era formado pela Matemática, Geometria, Astronomia e Música (ver DE BONI, 2010, p. 58).

a função propedêutica em relação às outras faculdades. O ensino das obras do estagirita se resumia, inicialmente, no estudo da Lógica e da Retórica, de forma agregada às duas disciplinas, que não tratavam, como explicitou De Boni, do cerne do pensamento do filósofo grego. A novidade e singularidade de tal pensamento abriram espaço para a incorporação de toda a obra do pensador nos ensinamentos da faculdade de Artes parisiense, ocorrida em 1255.

Ao abordar o histórico da penetração da filosofia aristotélica no Ocidente medieval europeu, De Boni destaca um caráter pacífico, sem restrições por parte do alto clero até o século XIII, até mesmo em se tratando das obras de seus comentadores, de origem muçulmana em sua maioria. Uma notável contraposição, de base eclesiástica, ocorre em 1210 com o Sínodo de Sens, onde são proibidas na universidade de Paris tanto as leituras da Filosofia Natural de Aristóteles quanto dos comentários islâmicos (DE BONI, 2010, p. 58-60). Um dos mais conhecidos pensadores árabes é Averróis, sendo muito utilizado para textos dos mestres das Artes.

Ainda que surgissem posições contrárias – de maior ou menor intensidade – tanto por parte da Igreja quanto dos poderes leigos, o pensamento do filósofo grego foi sendo incorporado gradualmente ao modelo tradicional⁶. O estudo de Aristóteles, na visão de De Boni, seguia sem grandes confusões até a última parte da década de sessenta do século XIII. Nesse período, Tomás e os demais comentadores imbuídos na exegese cristã do pensador encontravam-se fora da universidade de Paris, acontecimento que deu margem para a emancipação dos que patrocinavam outra leitura, fundamentada em hermenêuticas muçulmanas.

Considerações finais

A problemática da eternidade do mundo não era vista por Boécio com olhos paradoxais. Entretanto, ao pensar a ação livre de Deus no gesto criador, conclui que, pela criação *ex-nihilo*, o *Summum Esse* dispensaria a causa material, tornando-se causa eficiente, formal e final simultaneamente. Nessas condições, aceita a possibilidade de o mundo ser criado – tratamos de um *literatti* cristão, que procurava também reafirmar a sua crença frente

⁶ Cabe aqui nos reportarmos novamente à figura de Tomás de Aquino – e também a de Alberto, o Grande – que rompeu por completo com a metodologia tradicional. Segundo De Boni, a intenção de Tomás era constituir uma “filosofia” cristã, distinta da teologia, mas ambas articuladas segundo o método aristotélico. Julgava o método de Aristóteles superior ao platônico-agostiniano em vigência. Seguindo a trilha tomista (ver VERGER 2001, p. 284).

a esses problemas filosóficos – mas admite a impossibilidade de se provar tanto a eternidade do mundo quanto a sua criação por parte das ciências naturais.

O poder divino está acima de todo o conhecimento humano e todas as tentativas de provas da criação no tempo e da novidade da criação do mundo não podem ser respondidas senão pela ciência divina (CARVALHO, 1996, p. 15). Proposições dessa natureza se constituiriam, na visão de Moisés Romanazzi Tôrres (2014, p. 209), como uma tentativa de rompimento com a “Unidade da Sabedoria Cristã”, que se refletiu nos séculos posteriores. Houve retaliações por parte da Igreja, no âmbito jurisdicional, reforçadas pela série de obras de teólogos cristãos contra a eternidade do mundo. Como exemplo, a série de condenações expedida pelo bispado de Paris em 1277, considerando inúmeras teses como heréticas e propagadoras de crenças de inimigos da Igreja (DE BONI, 1995, p. 127).

Referências Bibliográficas

CARRARA, Maurício Alves. **A questão filosófica do indivíduo singular no campo do saber universitário medieval: o caso de João Duns Scotus (c.1285-1308)**. 231f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São João Del-Rei, Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, 2012.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DE BONI, Luís Alberto. As ressalvas das autoridades eclesiásticas ante o aristotelismo. In: **A entrada de Aristóteles no Ocidente medieval**. Porto Alegre: Editora Ulisses, 2010.

_____. As condenações de 1277: os limites do diálogo entre a Filosofia e a Teologia. In: **Lógica e Linguagem na Idade Média**. Col. Filosofia 23. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

DE LIBERA, Alain. **A Filosofia Medieval**. Coleção Cultura Contemporânea n°15. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FORTES, Caroline Coelho, **“Societas Studii”**: a construção da identidade e os estudos na Ordem dos Frades Pregadores do século XIII. 370 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **O espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOHR, Charles H. The ancient philosophical legacy and its transmission to the middle ages. A Companion to Philosophy in the Middle Ages, 2002, p. 15-22.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NUNES, Ruy Afonso Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Editora USP, 1979. Cap. 8: As Universidades.

TÔRRES. Moisés Romanazzi. **Dante e o princípio das duas Beatitudes** (texto-base de comentário à filosofia política de Dante Alighieri). São Paulo: Nelpa, 2014.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001. Cap. 12: Os conflitos institucionais e doutrinários.

O imaginário demonológico ocidental na transição da Idade Média (Séc. XIV a XVI)

Rossiano Henrique Oliveira Vilaça
Estudante de Graduação
Universidade Federal de Minas Gerais
rossianoh@yahoo.com.br

Resumo: Durante boa parte da Idade Média cristã, não esteve presente nos imaginários (tanto populares quanto eclesiásticos) o medo do demônio que fundamentaria as caças às bruxas nos primeiros séculos da Idade Moderna europeia. As mutações ocorridas no imaginário demonológico durante o século XIII (quando nasce de fato a demonologia europeia) são intimamente ligadas às mudanças econômicas e sociais da época, da mesma forma que as sucessivas mudanças na imaginação cristã acerca do demônio e seus servidores através dos séculos XIV e XV seriam muito influenciadas por eventos determinantes no nascimento da Primeira Modernidade: As reformas protestantes, disputas com muçulmanos, guerras religiosas, ou mesmo a descoberta do continente americano pelos europeus. Tais fatores de influência no imaginário demonológico são abordados tanto por medievalistas, como Alain Boureau (em ‘Satã Herético’, acerca do nascimento da demonologia no século XIV), quanto por historiadores(as) das Américas, como Laura de Mello e Souza (em ‘O Diabo e a Terra de Santa Cruz’ acerca da feitiçaria na América portuguesa). Assim, o objetivo desta pesquisa é estabelecer conexões entre reflexões acerca do imaginário europeu ocidental no tardomedieval e na primeira modernidade, entre os séculos XIV e XVI. O principal problema abordado pela pesquisa é a tradução das descobertas europeias nas Américas para o imaginário cristão tardomedieval, especialmente na questão demonológica, conceituando o imaginário como o conjunto de elementos simbólicos através dos quais as pessoas buscam compreender e organizar sua percepção da realidade em acordo com metodologias históricas do imaginário fundamentadas no pensamento de Gilbert Durand. Como recorte espaço-temporal, a pesquisa toma a Península Ibérica e suas extensões na América do Sul, nos séculos XV e XVI, analisando relatos de viagens nestes espaços (como o de Leon de Rosmithal na Ibéria, em 1461, de Yáñez Pinzón na Amazônia em 1500 ou das primeiras missões jesuíticas na América Portuguesa) no entendimento dos elementos de imaginário presentes nas fontes como consequência das descobertas geográficas e antropológicas das Américas e das concomitantes mudanças socioeconômicas no velho mundo, em tradução para o universo simbólico e cultural pré-existente na cultura de origem dos viajantes.

Palavras-Chave: Medieval, Imaginário, Descobrimientos.

Nascimento de um imaginário demonológico

O imaginário acerca da existência de demônios e seu poder de influência nas vidas dos seres humanos é largamente mobilizado pela historiografia tanto no estudo dos séculos finais da Idade Média quanto dos primeiros séculos da Idade Moderna (a exemplo de obras como *História Noturna*, de Carlo Ginzburg, ou *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza). A principal motivação do projeto de iniciação científica que origina este texto

é fazer uma conexão entre as reflexões historiográficas acerca do surgimento da demonologia nos últimos séculos do medievo e seu desenvolvimento nos primeiros séculos da Idade Moderna, no contexto de surgimento do colonialismo europeu e do crescimento das chamadas “caças às bruxas” (tanto na Europa quanto nas Américas).

Tangente à questão da presença do diabo no imaginário cristão, Jacques Le Goff chega a postular que “a longa Idade Média feudal [aproximadamente do século III ao XIX] é a luta do Diabo e do Bom Deus. Satã nasce e morre nas duas extremidades do período” (LE GOFF, 1997, p. 11 apud SOUZA, 2005, p. 237). De encontro a essa perspectiva da longa persistência do demônio no pensamento europeu, Alain Boureau argumenta (em seu livro *Satã Herético*) a favor de uma virada demonológica no final do século XIII, quando o pensamento teológico e jurídico europeu passaria a dar importância à figura do demônio - também passando a imaginá-lo como uma figura capaz de agência no mundo. Embora já na Bíblia haja menções a demônios, como Lilith, Asmodeus e Azazel, os demônios estariam quase ausentes da iconografia medieval até o século IX (BOUREAU, 2014, p. 116). Boureau argumenta ainda que “a teologia, até o final do século XIII, não tinha dado muita atenção aos demônios, que não colocavam nenhum problema especulativo particular”.

O interesse no demônio, que fundaria a demonologia medieval, surgiria nas obras de São Tomás de Aquino, como *Sobre o Mal*, em 1272. Posteriormente outros autores escolásticos continuariam a usar o demônio como caso-limite na reflexão acerca dos anjos, sendo Lúcifer um exemplo extremo para se pensar a natureza “boa ou má” destes seres (bem como a reflexão sobre seu livre-arbítrio). Nesse aspecto já é possível ver a forma como o interesse pelo demônio na teologia funciona de forma “espelhada”: o interesse pelo demônio é também o interesse pelos anjos. Essa ambivalência da demonologia é confirmada pelas reflexões sobre os casos de místicas femininas entre os séculos XIII e XIV: mulheres que afirmavam terem visões sobrenaturais e/ou proféticas. A investigação da época acerca dessas visões apresentava frequentemente a dúvida quanto à natureza de suas visões; se seriam inspiradas de fato por santos e anjos ou se estariam sendo enganadas e possuídas por demônios. (BOUREAU, 2014, p. 202)

A “dualidade” entre anjos e demônios como formas de entendimento de fenômenos sobrenaturais (como as referidas místicas) é relacionável com os conceitos de imaginário de Gilbert Durand. Segundo a metodologia do imaginário fundada pelo pensador, o imaginário seria o conjunto de elementos simbólicos e imagéticos produzidos e reproduzidos pelo ser humano na tentativa de compreender o mundo à sua volta, constituindo a estrutura sobre a

qual o pensamento se mobiliza (DURAND, 1997, p. 14 apud ANAZ; AGUIAR; LEMOS; FREIRE; COSTA, 2014). Nessa perspectiva, interpretamos que anjos e demônios seriam símbolos e imagens sistematizados e usados por pessoas do século XIII em suas operações cognitivas para entender fenômenos como as místicas - constituindo assim um imaginário demonológico.

Imaginários e o fim do medievo

Entendendo a formação de um imaginário demonológico na Europa da Idade Média tardia e tendo em vista o objetivo de constituir diálogos entre esta temporalidade e os primeiros séculos da Idade Moderna, o próximo passo da pesquisa seria encontrar fontes nas quais fosse possível enxergar elementos desse imaginário em meio às mudanças culturais e sociais que ocorriam entre os séculos XV e XVI. Laura de Mello e Souza (2009, p. 33) discute em alguns de seus trabalhos como a descoberta do continente americano pelos europeus causou debates em diversos níveis da sociedade acerca da natureza do novo continente, especialmente entre argumentos de “edenização” (segundo os quais as Américas seriam similares ao paraíso na terra, cheias de almas para a cristandade, em meio a uma natureza verdejante e frutífera) e narrativas de “demonização” (ressaltando que os indígenas seriam selvagens canibais que cultuavam demônios, com uma natureza cruel cheia de animais peçonhentos). Na perspectiva metodológica do imaginário a mobilização das imagens de céu e inferno para a compreensão europeia do novo continente seria o esforço de tradução dessa terra e seus habitantes para os termos da gramática simbólica pré-existente, formada no medievo.

Todavia, não necessariamente essa inclusão do novo continente nos sistemas imaginários europeus seria disruptiva. Todorov (2006, p. 232) argumenta que a recepção das Américas e suas sociedades no pensamento europeu não é chocante a princípio:

os europeus [...] já dispõem, por assim dizer, de um compartimento vazio [em seu imaginário] onde podem colocar as populações recém-descobertas, sem que isso perturbe sua imagem global de mundo” (2006, p. 233).

Além das imagens do céu e do inferno, antigos mitos de alteridade, como as amazonas (mulheres selvagens vivendo à margem do mundo conhecido dos gregos antigos) ou o reino de Preste João (um longínquo reino cristão, cercado por infiéis e inicialmente imaginado na Índia), seriam mobilizados pelos europeus da época das descobertas para compreender o novo continente. Tais mitos seriam movidos de um oriente imaginado para as Índias ocidentais em

que pisavam - sempre de forma a não colapsar os sistemas de imagens com que concebiam o mundo, confirmando o que esperavam (a exemplo do próprio Cristóvão Colombo, que acreditava que os indígenas que encontrava no Caribe fossem discípulos do Grande Khan).

Feitas estas considerações acerca dos imaginários recorrentes na época das descobertas, a pesquisa prosseguiu com a opção de recorrer a fontes de cronologias próximas à época dos descobrimentos (final do século XV e começo do século XVI) nas quais fosse possível observar os imaginários mobilizados nas visões de mundo daquele tempo. Para tanto, relatos de viagens foram escolhidos por serem trabalhos literários em que “se projeta o familiar sobre o desconhecido” (TODOROV, 2006, p. 233): para descrever os lugares, culturas, pessoas e sociedades que visitam, viajantes são forçados a mobilizar diversos símbolos e imagens de sua gramática cultural original. Visando um recorte inicial em torno do imaginário da Península Ibérica no final da Idade Média, foram analisados os relatos de Leon de Rosmithal (1466) e de Gaspar de Carvajal (1540).

Leon de Rosmithal e a Península Ibérica

Jaroslav Lev von Rosental und Blatna (ou Leon de Rosmithal, na forma latinizada) foi um nobre da casa de Rosmithal, enraizada no reino da Boêmia (atual República Tcheca). A serviço do rei Jorge de Prodebrady daquele reino, Leon e sua comitiva realizaram uma longa viagem entre os anos de 1465 e 1467 como embaixada para restabelecer contato com reis amigos do papado. Era parte do esforço do rei da Boêmia de se reinserir na comunidade católica da época, uma vez que o reino passava por diversas contendas religiosas com nobres da Igreja Hussita (FABIÉ, 1879). O itinerário de Leon saindo de Praga incluiria boa parte da Europa central seguindo o rio Reno antes de embarcar para a Inglaterra, em seguida retornando para a Europa continental e passando pelo oeste francês antes de cruzar os Pireneus e finalmente iniciar seu trajeto ibérico. Leon e sua comitiva seguiram até Segovia, então tomando parte em caminhos de peregrinos rumo a Santiago de Compostela - indo além e visitando ainda o Finisterrae (“fim da terra”), assim nomeado por ser então entendido como o ponto mais a oeste do continente europeu. A volta da jornada passa ainda por Portugal antes de seguir para Toledo, e dali para uma Barcelona inflamada durante uma revolta.

Ao longo do relato são explicitados diversos âmbitos dos espaços visitados por Leon e sua comitiva. Diversas vezes há comentários de natureza geográfica, como a presença de rios, montanhas, florestas e vales, mas também há descrições políticas detalhadas, como a presença de nobres nas cortes reais, a importância de determinados potentados em suas regiões (como

bispos, nobres ou ordens cavaleirescas). Há trechos em que o relato até descreve as tensões de guerras como a rebelião de Barcelona ou disputas entre dois pretendentes ao trono de Castela. O mais importante para a investigação desta pesquisa, no entanto, são trechos em que o autor reproduz lendas e histórias que ele presumivelmente ouve em conversas com os habitantes de locais por onde passa. Embora o imaginário presente em relatos de viagens seja majoritariamente aquele do autor (a exemplo dos imaginários mobilizados por Cristóvão Colombo para descrever o que acredita ver nas “Índias”), estes trechos podem ser vistos como janelas nas quais a percepção do autor encontra o imaginário dos habitantes do local por onde ele passa, vendo sentido em reproduzir as histórias destes em seu registro.

Ao visitar uma pequena vila na região do monte Finisterrae (na região da Galícia), o relato de Leon registra que:

Está escrito nos anais da História que um rei de Portugal mandou fazer três navios, os proveu com todas as coisas necessárias e pôs em cada um doze escrivães com mantimentos para quatro anos, a fim de que navegassem o mais longe que pudessem nesse tempo, mandando aos de cada navio que escrevessem todas as regiões a que aportassem e o que no mar se sucedesse. (ROSMITHAL apud FABIÉ, 1879, p. 104)

Presumivelmente, diante da falta de explicação de que anais da História seriam esses ou que rei teria sido, esta seria uma história ouvida pela comitiva de Leon na região costeira. Mais à frente o relato confirma esta presunção, escrevendo “segundo nos disseram” enquanto continua.

A história dos três navios do rei de Portugal prossegue descrevendo que os navegantes teriam chegado a “um lugar de trevas”, e ao sair das sombras teriam encontrado uma ilha cheia de casas “lavradas na terra” com hortos e vinhas nos telhados, totalmente desertas porém cheias de ouro e prata (ROSMITHAL apud FABIÉ, 1879, p. 105). Eles ali teriam ficado por três horas, e após mais contratempos apenas um dos três navios consegue retornar para Portugal sem se perder em meio a tormentas. Seus tripulantes desembarcaram em Lisboa, ávidos por voltar à sua terra, mas sofrem uma desgostosa surpresa. Por algum motivo, os navegantes que voltaram estavam muito mais velhos do que seus conhecidos que teriam ficado em terra: estes esperavam que retornassem os jovens de vinte e seis anos que partiram, mas todos retornaram como senhores.

Quanto a essa história é possível ver como as navegações ibéricas cada vez mais fundo na costa do continente africano e em busca das Índias povoavam imaginários na Península Ibérica (na época do relato já havia ocorrido a transposição do Cabo Bojador, de 1433). Além

disso, já é possível testemunhar nessa segunda metade do século XV a imagem de uma terra além-mar concebida pelos europeus como um lugar com uma temporalidade outra, separado da terra conhecida por tempestades e “lugares de sombras”, onde há muito ouro e prata. Notadamente há semelhança entre essa história e a lenda de El Dorado que anos mais tarde impulsionaria europeus a se embrenharem na floresta amazônica buscando confirmar relatos de uma cidade de ouro no meio da selva. A alteridade temporal dos espaços além-mar onde os navegantes envelhecem mais rápido também se assemelha com teorizações pós-coloniais acerca de espaços colonizados construídos pela modernidade europeia (DAGENAIS; GREER, 2000), segundo as quais as colônias no imaginário europeu não estariam apenas geográfica e culturalmente distantes, como seriam também temporalmente outras.

Quanto a imaginários demonológicos, muito pouco é atestável no relato de Rosmithal. Uma das únicas menções a figuras diabólicas é uma história de habitantes das redondezas de Segóvia segundo a qual uma ponte de pedra teria sido construída pelo diabo em uma única noite, durante a qual os habitantes sentiram grande temor (p. 68). Apesar disso, as outras histórias ibéricas recontadas por Rosmithal demonstram concordância com a anteriormente mencionada teorização de Todorov: os imaginários mobilizados pela descoberta das Américas seriam uma realocação de elementos anteriores, alguns dos quais notamos neste relato feito quase três décadas antes da primeira viagem de Colombo (como a similaridade da história dos navegantes com a lenda de El Dorado ou a presença de um entendimento de espaços além-mar como portadores de uma temporalidade outra).

Gaspar de Carvajal e as amazonas

O segundo relato de viagem utilizado como fonte primária nesta pesquisa já se passa na época do descobrimento das Américas pelos europeus. Gaspar de Carvajal era um missionário dominicano espanhol, participante da expedição de Gonçalo Pizarro, em 1540 (então governador de Quito), em busca de riquezas na região andina (MEDINA, 1894). Os escritos de Carvajal se iniciam quando parte das forças de Pizarro se separam do grupo principal (sob comando de Francisco Orellana) descendo rios a leste dos Andes em busca de alimento, mas não conseguem retornar correnteza acima e se veem obrigados a cruzar a floresta tropical até à foz do grande rio que percorrem. Esta seria a primeira expedição dos europeus através do rio, e seu relato originaria o nome do Rio Amazonas.

Assim como no relato de Leon de Rosmithal, há poucas menções diretas a demônios ou a imaginários semelhantes, e quando ocorrem são de forma banalizada. Um exemplo é

quando o grupo de Carvajal está sendo perseguido por indígenas hostis, e ele se refere a estes como “*gente diablada*” sem demonstrar qualquer medo em especial vindo de alguma relação imaginada entre os indígenas e o diabo. Boa parte dos escritos se detém à descrição das amazonas, um grupo de mulheres que avassalariam os povos indígenas em torno do rio, e seriam análogas às amazonas que, na Antiguidade, Heródoto afirmava viverem na Cítia. Indiretamente, entretanto, pode-se perceber confluências entre as imagens das amazonas que Carvajal mobiliza para compreender o espaço da floresta e os imaginários demonológicos que se desenvolvem na Europa.

Antes de encontrar as amazonas, Gaspar de Carvajal diz encontrar uma “cidade com torres altas” (CARVAJAL apud MEDINA, 1894, p. 49) cujos habitantes seriam tributários das amazonas. Na praça central da cidade, os indígenas “celebravam suas festas e dançavam quando queriam regozijar [...], e ali ofereciam seus sacrifícios com sua **danada intenção**” (p. 49, grifo nosso). Aqui o autor já faz um juízo de valor das intenções religiosas dos nativos, classificando suas intenções como essencialmente más. A expedição segue por dias tendo contato com supostos tributários das amazonas até que os espanhóis sequestram um indígena durante uma escaramuça, e supostamente lhe interrogam. É importante ressaltar que é muito improvável que tenha havido de fato um interrogatório ou sequer um diálogo entre os homens de Orellana e o cativo, uma vez que mesmo que os espanhóis estivessem familiarizados com as línguas indígenas dos arredores de Quito estas seriam muito distantes das línguas do baixo Rio Amazonas para que compreendessem.

Carvajal conta (através do interrogatório do prisioneiro) que as amazonas seriam mulheres solteiras, e que se reproduziam sequestrando homens da região através da guerra para que estes as engravidassem, a seguir libertando os escravos sexuais (p. 67). Ainda de acordo com ele, as amazonas assassinavam seus filhos caso nascessem com o sexo masculino, e enviavam o corpo para o pai da criança. As amazonas seriam muito ricas em ouro e prata, vivendo em enormes cidades de pedra (cuja descrição lembra a das cidades astecas já descobertas e invadidas pelos espanhóis nas décadas anteriores) e tendo uma hierarquia social bem definida, havendo “senhoras principais que não aceitam outro serviço senão de ouro e prata”, enquanto “as demais mulheres plebeias se servem com vasilhas de pau”. O indígena interrogado ainda desprezaria a idolatria das amazonas por ídolos de ouro e prata (destacando-se o gênero feminino das divindades), e mais à frente seriam descritos tributários das guerreiras que praticavam canibalismo.

A apropriação da imagem das amazonas da Antiguidade por Gaspar de Carvajal e sua movência para o espaço sul americano parece manter o teor de alteridade que ela carrega: as amazonas no imaginário europeu permanecem sendo o “outro”. Para os gregos elas eram bárbaras e nômades vivendo às margens do mundo civilizado, enquanto para Carvajal elas são uma grande civilização com cidades, hierarquia social e até aldeias tributárias, constituindo um “outro” imaginado em meio à ausência de cidades e estados que o missionário testemunhava. Uma vez que ele já conheceu civilizações e estados na América central e nos Andes, só lhe restaria imaginar algo semelhante ao longo do Rio Amazonas, fazendo-o através dos símbolos e imagens das amazonas apropriadas dos mitos antigos. Aqui interpretamos que ele tenha imaginado e projetado os mitos nesse espaço “vazio” devido a ele nunca encontrar de fato as amazonas, mas sempre buscar confirmação (como através do suposto interrogatório de um cativo).

Análises iconográficas (CHICANGANA-BAYONA, 2017) demonstram também outras formas com que o imaginário europeu constituído no medievo era mobilizado para a descoberta das Américas. Em *Imagens de Canibais e selvagens do novo mundo*, há comparações evidenciando a movência de motivos iconográficos como o canibalismo (outrora atribuído aos mongóis do oriente) para a compreensão da antropofagia nas Américas. O historiador Chicangana-Bayona analisa ainda as semelhanças quase arquetípicas entre imagens de mulheres indígenas, produzidas na segunda metade do século XVI, e as gravuras representando bruxas na mesma época, ressaltando por exemplo a recorrência de mulheres sempre jovens e lascivas induzindo homens ao pecado ou mulheres velhas e corrompidas com gosto pelo canibalismo (tanto entre as indígenas quanto entre as bruxas).

Em relação às amazonas imaginadas por Carvajal podemos pensar, então, como sua descrição de mulheres guerreiras, solteiras e infanticidas (cumprindo tudo que não seria desejável a uma mulher na moral européia da época) seria uma forma de demonizá-las e reforçar a alteridade do espaço em que elas se encontrariam. Pela análise iconográfica de Chicangana-Bayona, a própria imagem da mulher indígena já se apresenta cada vez mais associada ao mal e ao demoníaco ao longo da iconografia do século XVI, de forma que o imaginário que Carvajal produz e reproduz em seu relato também pode ser pensado como parte deste movimento. O canibalismo e a idolatria (citados e reforçados múltiplas vezes pelo autor) podem assim ser pensados também como formas de reiterar o tempo todo a selvageria e essencial malignidade dos nativos, operando como uma utilização de imaginários infernais

para a compreensão do continente americano que se descobria aos olhos europeus - bem como defendido por Laura de Mello e Souza.

Conclusão

Nas hipóteses iniciais da pesquisa, esperava-se uma grande presença de imaginários demonológicos (como a presença imaginada de demônios enganadores e seus adoradores) nos relatos de viagens dos séculos XV e XVI, em concordância com os componentes da demonologia tardomedieval, analisada em *Satã Herético* (BOUREAU, 2016) e *História Noturna* (GINZBURG, 2011). Diversos relatos presentes nas cartas jesuíticas dos anos 1590 e do século XVII, analisados em *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, apresentam tais elementos, a exemplo do padre Jerônimo Rodrigues que acredita ser perseguido pelo demônio (às vezes até assumindo a forma de animais) durante sua visita à missão dos Carijós nos primeiros anos do século XVII (SOUZA, 2009, p. 96).

A presença do imaginário demonológico explícitos nos relatos de viagens de Leon de Rosmithal e Gaspar de Carvajal foi bem menos explícito do que o esperado. No entanto, foi possível analisar como outros imaginários (especialmente vindos da Antiguidade clássica, como as amazonas) eram mobilizados para a imaginação e descoberta de espaços colonizados. Imaginação no caso da história dos navegadores reproduzida por Leon de Rosmithal, em *Finisterrae*, quando antes mesmo da chegada de Colombo às Américas era visível a existência de lendas acerca de um espaço “alterizado” além-mar. No relato de Gaspar de Carvajal, tanto a imaginação quanto a descoberta do espaço estão presentes: ao mesmo tempo o viajante imagina a existência de uma civilização de amazonas no meio da floresta e descobre povos nativos, tentando encaixá-los no universo simbólico de seu imaginário.

Uma hipótese explicativa para a diferença entre o imaginário demonológico presente nos mencionados relatos jesuíticos posteriores e quase ausente nos relatos analisados seria a pluralidade de imaginários correntes em uma mesma sociedade, elemento presente nas metodologias de imaginário (MAFFESOLI, 2001 apud ANAZ; AGUIAR; LEMOS; FREIRE; COSTA, 2014). Tendo a demonologia nascido no pensamento universitário tardomedieval (BOUREAU, 2016), faz sentido que esta se encontre inicialmente menos presente no imaginário popular, porém mais presente no imaginário de ordens eclesiásticas no começo da Idade Moderna - e fortemente associado aos projetos colonizadores que estas integram.

Na utilização de imagens da Antiguidade para compreensão do continente americano (a exemplo das amazonas de Gaspar de Carvajal) também foi possível notar certa articulação

com as imagens de bruxaria e demonologia que se formavam na Europa (como demonstrado através do argumento iconográfico de Chicangana-Bayona). Assim, as próximas etapas da pesquisa serão no sentido de compreender melhor a utilização de imagens demoníacas, infernais e de bruxaria nos processos de alteridade na Idade Média tardia a fim de compreender a mobilização prévia destes imaginários nos processos de formação de alteridade do pensamento europeu (como em relação a hereges, muçulmanos e judeus).

Fontes

FÉ, F.. **Viajes por España de Jorge de Eingen, del baron Leon de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero.** Traducidos, anotados y con una introducción por D. Antonio María Fabié, de la Academia de la Historia. Madrid: Librería de los Bibliófilos, 1879.

MEDINA, J.T. **Descubrimiento del rio de las amazonas según la relación hasta ahora inédita de fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco Orellana y sus compañeros publicados á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly.** Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894.

Referências Bibliográficas

ANAZ, S.; AGUIAR, G.; LEMOS, L.; FREIRE, N.; COSTA, E. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. **Revista Nexi**, n. 3, [s.p.], 2014.

BOUREAU, A. **Satã Herético: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330).** Tradução: Igor Salomão Teixeira; revisão técnica: Neri de Barros Almeida. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

CHICANGANA-BAYONA, Y. **Imagens de Canibais e Selvagens no Novo Mundo.** Campinas: Editora Unicamp, 2017.

DAGENAIS, J. e GREER, M. Decolonizing the Middle Ages: Introduction. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, Durham, v. 30, n. 3, p. 431-448, Fall 2000.

GINZBURG, C.. **História noturna: decifrando o Sabá.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SOUZA, L. M. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**, São Paulo, v. 1, p. 221-248, 2005.

_____. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TODOROV, T. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n. 1, 2006.

Homenagem de Afonso Henriques ao papa Inocêncio II na carta *Claves Regni*: do contexto de uma alternativa a uma prerrogativa?

Savius Miguel Povaluk

Mestrando em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

saviusp@gmail.com

Resumo: Através da Reconquista (século VIII em diante), a Cristandade do Ocidente teve sua expansão do norte da Península Ibérica em direção ao sul, vemos o surgimento e afirmação de reinos como Navarra, Leão e Castela. Neste sentido, os reis além de assegurarem a manutenção da Cristandade, almejavam a manutenção de seu poder e do reino. Nem sempre isso era possível, pois havia também famílias tão poderosas quanto à do rei que não aceitavam a submissão. É neste contexto que Afonso Henriques, a partir de 1128 assume o exercício do poder do Condado Portucalense e ao poucos vai formatando sua legitimidade mediante as conquistas não só militares, mas também diplomáticas. Alguns destes momentos significativos são quando ele consegue um acordo com o Imperador Afonso VII De Leão e Castela, conhecido como Tratado de Zamora e logo em seguida aproxima-se da Igreja Romana ao enviar uma carta para o legado da Santa Sé Guido de Vico e colocar-se como Cavaleiro de São Pedro, comprometendo-se a defender a Cristandade contra os inimigos de Fé – Muçulmanos – e também garantindo o pagamento de tributo em ouro. Além disso, coloca-se como vassalo do Papa, rompendo assim tanto o Pacto de Zamora, como também seus laços vassálicos com Afonso VII e submetendo-se apenas a Igreja, na figura do Papa. Pra elucidar estas questões, faremos uma análise do contexto e da carta *Claves Regni Celorum*, tendo como fio condutor o devir cronológico-histórico. Por fim, Veremos quais as reações tanto da Igreja Romana quanto de Afonso VII.

Palavras-chave: Afonso Henriques, vassalagem, feudalismo.

Introdução

Escolhemos como objeto deste estudo a carta *Claves Regni Celorum* datada de 1143, pela qual nossa personagem presta homenagem ao Papa Inocencio II, colocando-se como *miles*¹ de São Pedro. Isto quer dizer que não só estava sujeitando-se como vassalo apenas ao líder da Igreja Romana, como também “rei” e equiparava-se politicamente aos outros reis ibéricos de Aragão e Navarra, embora estes sujeitos a Afonso VII de Leão e Castela.

Para desenvolvermos este estudo, partiremos de uma contextualização do Condado Portucalense – espaço que posteriormente virá a ser o Reino de Portugal – no período em que nossa personagem, Afonso Henriques, passa a ser o protagonista, ao tomar para si o exercício

¹ Eduardo Brasão, que define o termo *miles* como vassalo (cf. O PAPADO..., 1979, p.92).

do Poder. Nesta contextualização, tentaremos mostrar certos acontecimentos que consideramos pertinentes e que forneceram elementos cruciais para resultar na homenagem de Afonso Henriques ao Papa, ao passo em que tomamos como fio condutor o devir histórico e a sucessão dos fatos aqui apreciados. Assim, mediante a análise da Carta, esperamos detectar evidências que justifiquem a importância de certa forma negligenciada pela historiografia para esta Homenagem.

Contexto

Escolhemos como ponto de partida a Batalha de São Mamede em 1128. Por quê? É neste momento em que percebemos certos resultados como frutos de alterações nas estruturas de poder da Península Ibérica. Até o século XI, havia uma super estrutura de poder que era constituída por representantes da autoridade leonesa, mas que dependia apenas de delegados de fidelidade relativa – os condes, e que se exercia a partir de centros de poder com articulação superficial com os níveis nobiliárquicos inferiores. A partir de então, observamos uma lenta alteração, onde os antigos infanções deixaram de exercer seu poder enquanto dependentes dos condes e *magnates*, que por sua vez o recebiam do rei, passando a baseá-lo na autoridade sobre os habitantes e apropriando-se de funções militares, judiciais e autoridade pública, tomando para si o que antes era delegado. Assim, criaram um vínculo mais forte com a população onde dominavam, substituindo aqueles primeiros. Todavia, é a partir do momento em que a autoridade da monarquia leonesa entra em crise, com a derrota de Zalaca em 1086 e pela morte de Afonso VI em 1108 é que se torna mais nítida essa mudança das relações feudais. Portanto, durante o reinado de D. Urraca (1108-1126) verificam-se várias coligações regionais de senhores em torno de personalidades eminentes (os galegos comandados por Pedro Froilaz, os castelhanos em torno dos condes de Lara, os leoneses liderados por Pedro Ansures e os aragoneses associados a Afonso I de Aragão). Foi este efetivamente, o “plano de fundo” que permitiu a criação de um reino a partir de um condado (Castela), a consolidação de outros dois (Aragão e Leão). É neste cenário que se encontra, já em 1096 o Condado Portucalense, com certa autonomia exercida por D. Henrique e depois com sua viúva, D. Teresa (MATTOSO, 2001, p. 54-57). Estas transformações que permitiram uma afirmação de poder regionalista possibilitaram também a estabilização de uma nobreza senhorial² num espaço definido.

² Tratam-se da maioria dos companheiros de armas de Afonso Henriques, cavaleiros advindos de segunda e terceira nobreza, sobretudo filhos segundos. Os nobres que se tornaram cavaleiros das ordens militares são também, em sua maioria, nobres de famílias secundárias.

Se por um lado a Batalha de São Mamede em 1128 é resultante de uma ação coletiva entre nobres portugalenses e o infante garantiu o “início” do processo de independência do Condado e também conferiu a autoridade de Afonso Henriques, por outro, indicou que a continuidade deste processo deveria ser ainda mais incisiva e ao mesmo tempo mais complexa. Foi assim que logo após assumir a autoridade do Condado, tratou de reorganizar a administração do mesmo:

De acordo com os documentos disponíveis, a nomeação para os mais altos cargos políticos, militares e administrativos do Condado Portucalense de todos os “barões” que haviam sido demitidos em 1121 e 1125 por Fernão Peres de Trava e que, por isso tinham entrado em revolta. Na verdade, logo nos documentos régios de 1128, no próprio ano de S. Mamede, aparecem de novo todos os nomes saneados nos últimos sete anos: o afastamento dos nobres galegos foi geral e imediato. [...] Nas novas nomeações efectuadas por D. Afonso Henriques conta-se ainda, como não podia deixar de ser, a confirmação do couto de Braga ao respectivo arcebispo, D. Paio Mendes, a quem foram concedidas numerosas outras mercês (Capela, Penafiel, Bastuço e outras terras). O próprio arcebispo foi nomeado, além de capelão-mor do Condado, chanceler-mor da Cúria Régia. No ano seguinte, o castelo de Soure (actual distrito de Coimbra), é concedido aos Templários, poderosa ordem militar europeia que assim faz sua entrada em Portugal. (AMARAL, 2000. p. 51-52)

Além disso, nos anos que se seguiram entre 1130 e 1137, o futuro monarca passou a combater na região da Galiza, que além de demonstrar insubordinação a Afonso VII (1126-1157), desejava reaver os territórios de Toronho e Límia, que em 1121 haviam sido concedidos à sua agora falecida mãe, D. Teresa e que por direito, eram seus (AMARAL, 2000. p. 56). No entanto, entre ganhos e perdas de territórios, outra atitude que demonstra a intencionalidade de Afonso Henriques se tornar soberano de um reino, foi que, além destas ações no plano político-militar, buscou estabelecer maior influencia na região ao sul do Condado, mais precisamente na cidade de Coimbra, quando passou a residir nesta cidade a partir de 1131. Com isso, proporcionou a instalação da corte e da cúria regia, transformando-a na nova “capital” do Condado (MATTOSO, 1997, p. 64). Com efeito, Bernardo Vasconcelos de Sousa salienta que esta atitude do futuro monarca trouxe outras mudanças que lentamente forneceriam as bases sólidas para atingir seu objetivo:

A ligação a Coimbra não foi, pois, casual e a acção de Afonso Henriques demonstra bem a importância conferida à cidade e os laços identitários que com ela teceu. O apoio do infante à fundação do Mosteiro de Santa Cruz, logo em 1131, e o papel central que este desempenhou do ponto de vista religioso, mas também político e cultural, nomeadamente na construção de uma imagem apologética de Afonso Henriques, constituíram elementos nucleares para a afirmação da futura monarquia portuguesa - de tal modo

que Santa Cruz de Coimbra viria a ser o seu primeiro panteão. (SOUSA, 2009, p. 30)

Durante anos de 1134 e 1135, ocorreram alterações políticas significativas na Península ibérica, pois com a morte do rei de Aragão Afonso I (1104-1134), que não deixou descendentes diretos para herdar o reino. Havia deixado um testamento que entregava a administração do seu reino às três ordens religiosas (Templários, Hospitalários e do Santo Sepulcro). Assim, quem assumiu o poder foi seu irmão, Ramiro II (1134-1137), o qual era monge beneditino e teve autorização papal para deixar o mosteiro e governar Aragão. Ao mesmo tempo, Garcia (1134-1150), restaurou o reino de Navarra, que estava sujeito à coroa de Aragão desde o fim do século XI. Por seu turno, Afonso VII aproveitou à situação instável dada a morte de Afonso I, e ocupou Zaragoza, fazendo com que Ramiro II reconhecesse sua soberania, por meio de casamento de sua filha, Petronilha com o filho de Afonso VII. Não obstante, ainda em 1135, após resolver as querelas com os reinos de Aragão e Navarra, foi a vez de Afonso VII coroar-se imperador na catedral de Leão, pelo papa Gregório VII, tendo os vários reis peninsulares lhe prestado vassalagem, com a exceção de D. Afonso Henriques (MATTOSO, 2007. p. 140-141). Isso significa que Afonso VII teria sua posição fortalecida e justificada, ao ter reis como vassalos, o que é compreensível para não recusar ou uso do título régio de Afonso Henriques; porém isto não significa que aceitou a independência de Portugal.

Além dos combates envolvendo Afonso VII e os nobres galegos, Afonso Henriques também teve que lidar com a ameaça muçulmana que praticava incursões no sul do território, chegando ao ponto em que os cristãos assinaram um acordo conhecido como Pacto de Tui em 1137³. É Neste momento em que Afonso Henriques está reunido com Afonso VII em Tui, que as forças muçulmanas promoveram um ataque ao castelo de Leiria, o qual havia sido construído por mando do infante por volta do ano de 1135 com o objetivo de fortalecer a defesa da cidade de Coimbra, mediante sua localização estratégica na zona de fronteira ante os muçulmanos. Então, após conquistar o local, Afonso Henriques incentivou povoadores a região, organizando também milícias vilãs por meio de concessão de dois forais⁴: um a Miranda do Corvo em 19 de Novembro de 1136, e outro a Penela em Julho de 1137.

Deste momento em diante, ele se dedicou a organizar suas forças para repelir os muçulmanos. Assim, Afonso Henriques organizou sua tropa para o confronto conhecido

³ Representou um acordo tácito com Afonso VII, para salvaguardar as fronteiras setentrionais, e um reconhecimento, por parte do Imperador, da autonomia do condado. Livre da preocupação com relação à integridade da fronteira setentrional, D. Afonso Henriques poderia se dedicar ao ataque aos muçulmanos.

⁴ Documento emanando do monarca, que concedia privilégios a pessoas ou instituições.

como Batalha de Ourique, ocorrida em julho de 1139 “E depois ouve batalha enos quamos d’Ourique e venceo-a. E des ally em diante se chamou el rey dom Affonso de Purtugal” (MATTOSSO, 2007. p. 168). A importância que a historiografia deu a esta batalha, pelo menos até meados do século XIX, foi pelo fato dela estar associada à aclamação de D. Afonso Henriques, pois logo após a batalha, surgem documentos intitulado Afonso Henriques como Rei dos Portugueses (SERRÃO, 1978. p. 86).

Saindo vitorioso da Batalha de Ourique, Afonso Henriques buscou reforçar sua autoridade perante os reinos vizinhos, e para isto, atacou novamente a região da Galiza, na intenção de ter como vassallos senhores de territórios que pertenciam a Afonso VII, e que este não estava disposto a perder. Assim, o Imperador também não podia esquecer a homenagem que Afonso Henriques tinha lhe prestado três anos atrás em Tui, e que neste momento considerou como rompida pelo fato do infante ter se apropriado de alguns de seus vassallos. O desfecho desta querela culminou em 1143 com um novo acordo, o Tratado de Zamora, onde foram restituídos os castelos que haviam tomado um do outro.

A Claves Regni Celorum

Diante do exposto, vemos que até o ano de 1143, Afonso Henriques buscou formatar uma estrutura para ter exercício de seu poder, que começou como vimos em 1128 (São Mamede) com o apoio de alguns nobres e, posteriormente, passou a alargar as fronteiras do território, não só através de conquista militar, mas também por políticas ora junto à Igreja, ora junto aos nobres; e também, por acordos “internacionais”. Neste sentido, Afonso Henriques decidiu buscar uma solução na questão da autonomia do Condado Portucalense, ao colocar o problema numa esfera diferente e superior ao poder que regulava a hierarquia feudal. Tratava-se assim de buscar seu reconhecimento através do poder espiritual regulado pela Igreja. Com efeito, é neste mesmo período – Tratado de Zamora – que o cardeal legado da Sé Apostólica Guido de Vico chegou à Península ibérica, no intuito de estabelecer novas diretrizes para as relações entre a cúria romana e os monges de Cluny que até então haviam sustentadas com os reis cristãos da Península, seja por causa das alterações políticas vividas na Itália e no Império, como também as transformações ocorridas na Hispânia após a morte de D. Urraca.

D. Afonso Henriques, ao redigir a carta, já se intitula como “Afonso (Alfonsus), por graça de Deus rei de Portugal” (BRITO, 1973. P. 136), declarando-se como verdadeiro cavaleiro de São Pedro (*Miles Sancti Petri*) e do Pontífice Romano. Percebemos aqui, que ele segue uma estrutura de formulação da carta vigente na época, sobretudo seguindo os ditames

que lhe conferia a imagem de bom cavaleiro cristão⁵. Não obstante, por estar acompanhado de seus prelados D. João Peculiar e S. Teotónio, admitimos ser verossímil que Afonso Henriques tenha conhecimento exortação de Alexandre II e principalmente em 1073 pela de Gregório VII para os príncipes “entrar na terra para honra de S. Pedro e arrancá[la] aos Pagãos” (FRENANDES e DIAS, 2009. p. 7). Assim, podemos entender porque Afonso Henriques se colocava como tal, basta recordarmos a trajetória das lutas contra os muçulmanos empreendidas por ele e seus cavaleiros. Além disso, percebemos que já no início da carta, é ele quem se aproxima do Papa, ao reconhecer que “as chaves do reino celeste foram concedidas por Nosso Senhor Jesus Cristo ao Bem-aventurado Pedro, dispus tê-lo por padroeiro e advogado junto de Deus onipotente, para experimentar na vida presente o seu socorro e o seu conselho” (BRITO, 1973. P. 136).

Um dos principais elementos desta carta é a prestação de homenagem que Afonso Henriques faz ao papa, colocando-se como vassalo do mesmo ao oferecer a “terra” como feudo “por mão do senhor G[uido] Cardeal, Legado da Sé Apostólica [e] de nosso senhor o Papa Inocêncio, ofereço também a minha terra ao Bem-aventurado Pedro e à Santa Igreja Romana” (BRITO, 1973. P. 136). Pra completar a homenagem, Afonso Henriques se compromete a pagar um tributo anual “de quatro onças de ouro, na condição, e acordo de que todos os que possuírem a minha terra, após a minha morte, paguem ao Bem-aventurado Pedro o sobredito censo” (BRITO, 1973. P. 136). Esta questão da vassalagem do rei e de seus sucessores e o compromisso de pagar uma quantia de tributos não era novidade na Igreja. Havia como precedentes exemplos semelhantes tal como, já na Península Ibérica, do rei Sancho Ramirez de Navarra e Aragão em 1068 e renovado pelo rei Pedro de Aragão em 1095. Assim, mesmo que houvesse o pagamento regular do censo, em contrapartida os reis não exigiam serviços especiais. Desta forma, não se caracterizava como uma relação feudo-vassálica, porque seus domínios não se tornaram feudos da Igreja Romana e tal pagamento era compensado pela proteção do papa sob a figura de *defensio*, *patrocinium* ou *tuitio*; sendo assim, situava-se no plano jurídico ou espiritual (MATTOSO, 2007. p. 214). Porém, a principal diferença na vassalagem de Afonso Henriques, é que ele impõe condições: a primeira é lembrar ao papa a sua posição e imagem “eu, como cavaleiro que sou do Bem-aventurado Pedro e do Pontífice Romano, tanto em mim próprio, como na minha terra, ou nas

⁵ Uma das atitudes que caracteriza o cavaleiro cristão é a de combater os inimigos de Cristo. Neste caso, tal luta pode ter adquirido, na Península Ibérica, um sentido de guerra santa quando, em 1063, após a morte do rei Ramiro I, o papa Alexandre II garantiu indulgência aos que lutassem pela Cruz em terras de Hispânia. RUNCIMAN, p. 91.

coisas que concernem à dignidade e à honra da minha terra, tenha a defesa e a consolação da Sé Apostólica” (BRITO, 1973. P. 136. grifo nosso). Fazendo esta ressalva de ser um bom cavaleiro cristão e aproximando-o do pontífice, Afonso Henriques também alude ao papa que, permeado pelo imaginário da época e da exortação feita por Gregório VII, batalhou, venceu e conquistou as terras do inimigo, sendo assim ele honrado, bem como a terra recuperada servia como demonstração de que servia a Deus. Portanto, acreditava que era seu dever defendê-la, e para tanto, era também necessária a defesa no âmbito espiritual da mesma, por isso evidencia que a coloca sob a proteção da Santa Sé.

Como dito mais acima, esta conduta de Afonso Henriques foi diferente do que as praticadas por outros reis, porque ao prestar essa vassalagem, em contrapartida ele também faz uma espécie de exigência, ou condição: “de que não receba nunca na minha terra nenhum sucessor de eclesiástico ou de senhor secular, salvo somente da Sé Apostólica ou de enviado da parte da mesma” (BRITO, 1973. p. 136). O que isto quer dizer? Na verdade, ele poderia colocar-se como vassalo da Santa Sé por motivos religiosos ou até mesmo políticos, sem pôr em causa sua dependência vassálica ao Imperador Afonso VII. No entanto, é precisamente esta última que ele pretende romper, e é justamente isto que ele se refere quando diz não mais aceitar senhorio secular – é não admitir mais a suserania feudal do Imperador de Leão; é trocar a vassalagem “temporal” ao Imperador Afonso VII pela vassalagem “espiritual” ao Papa. Neste sentido, ao solicitar a proteção pontifícia contra o poder de “qualquer senhorio secular” e acentua que pretende nunca receber, em suas terras, qualquer forma de poder temporal – declarando diretamente que não mais reconhece Afonso VII como seu senhorio, e mais, ao se colocar direta e exclusivamente a Santa Sé, coloca-se em igualdade com o Imperador, e com os demais poderes temporais. Ou seja, declara na carta a sua vontade, com o apoio do Papa, se tornar independente, ser Rei.

A resposta

Não demorou muito para Afonso Henriques ter uma resposta. Apesar das mortes seguidas tanto do papa para quem a homenagem foi feita (Inocencio II), como seu sucessor Celestino II, foi Lúcio II o papa que respondeu para Afonso Henriques através da bula *Devotionem tuam* em 1º de maio de 1144, ou seja, praticamente seis meses depois. Nesta carta, Lúcio II recebe com alegria e aceita a homenagem feita, associando Afonso Henriques como *Miles Sancti Petri*: “alegramo-nos muitíssimo com a tua devoção [...], Jesus Cristo, reconhecendo a ti mesmo de entre aquelas ovelhas, recomendou-te à guarda do bem-

aventurado Pedro, pois dedicado à expugnação dos pagãos” (AMARAL, 1996 p. 181). Na sequência da bula, o papa relembra do contexto que a carta havia sido destinada ao predecessor dele (Inocencio II) e que foi humildemente entregue a Pedro, o príncipe dos Apóstolos “tanto por cartas tuas como por intermédio do nosso venerável irmão João Arcebispo de Braga, [...] prometeste-nos também que tanto tu como os teus herdeiros haveis de pagar anualmente da mesma terra quatro onças de ouro ao Pontífice Romano” (AMARAL, 1996 p. 181. grifo nosso). Percebemos assim, que ao aceitar esta “promessa”, a mesma configura-se como a homenagem vassálica, ou “vincula o vassalo cristão a um juramento sagrado e por isso inquebrantável, sob pena de sacrilégio”. (FERNANDES e DIAS, 2009. p. 9. grifo do autor). No último trecho da bula, Lúcio II reforça o compromisso firmado, aceitando Afonso Henriques “recebemos-te tanto a ti como aos teus filhos e aos vossos sucessores entre os herdeiros do próprio príncipe dos Apóstolos, com a sua ajuda, para que permaneçais sempre na sua bênção e protecção tanto das almas como dos corpos” (AMARAL, 1996. p. 181). Protecção esta que seria não só nos assuntos espirituais “protecção das almas”, mas também nos temporais “protecção dos corpos”; garantia protecção também contra as tentações do pecado “inimigos invisíveis” e por último, a protecção contra os perigos da vida política e militar “defesa dos inimigos visíveis”.

Se num primeiro momento interpretamos a carta *Claves Regni Celorum* como a proposta de vassalagem do Afonso Henriques à Santa Sé, e depois observamos a bula *Devotionem tuam* como uma resposta a esta homenagem de maneira positiva – no tocante às garantias de protecção e confirmação do censo como tributo – resta ainda um último ponto a ser respondido ou confirmado pelo papa: o reconhecimento do reino e o título régio.

Claramente chamando Afonso Henriques de “Ilustre duque”, o papa Lúcio II “aceitou a homenagem e o censo prometido pelo rei, mas, na bula de resposta, deu-lhe apenas o título de *dux*, e não mencionou nenhum compromisso da Santa Sé quanto à *tuitio* papal. O rei deve ter considerado a bula *Devotionem tuam* como uma resposta humilhante”. (MATTOSO, 2007. p. 215. grifo do autor).

Nesse sentido, outros autores se posicionaram de maneira divergente. Para uns, a bula não teve nenhum valor na esfera política, pois não respondeu positivamente a nenhuma das demandas apontadas por Afonso Henriques (ERDMANN, 1935. P. 49-50). Já para outros, ela representou uma vitória política/diplomática, pois contém uma aceitação quase completa das pretensões do Rei de Portugal (AZEVEDO, 1942. P. 27-29). De nossa parte, podemos inferir que não foi nem uma nem outra. Ora, Lúcio II não concedeu o título régio para Afonso

Henriques nem chamou a “terra” como “reino”; também não negou a proteção espiritual e recusou o censo em ouro. O que o papa fez foi manter um “silêncio” ou não entrar no âmbito político.

Diante do exposto, resta conferir a reação por parte do Imperador Afonso VII.

Apresentamos no decurso deste estudo, a importância do Tratado de Zamora evidencia-se quando percebemos que o Imperador Afonso VII naquela ocasião não relutou em aceitar Afonso Henriques na condição de rei. Pelo contrário, para o Imperador Afonso VII, conceder o título lhe daria mais prestígio. Seria mais um rei na sua alçada, já que o Imperador de Leão e Castela contava com mais dois reis nas condições de vassalos. Além disso, “os documentos leoneses que mencionam a estada de Afonso Henriques em Zamora dão-lhe o título de rei, o que, sendo documentos da própria chancelaria de Afonso VII, não pode deixar de significar a benevolência no tratamento” (MATTOSO, 2007. p. 214).

Visto que o Imperador Afonso VII até então não apresentou nenhuma reação no evento de 1143 (Tratado de Zamora), será diferente após tomar conhecimento alguns anos mais tarde, já em 1147 ou 1148 (HERCULANO, 19--. p. 460-461) da homenagem feita por Afonso Henriques ao Papa, e principalmente após a resposta de Lúcio II na *Devotionem tuam*.

A reação de Afonso VII foi enviar ao papa (que já não era mais Lúcio II, mas sim Eugénio III desde 1145) um protesto político e eclesiástico alertando ao Pontífice que o mesmo estava reduzindo sua dignidade, subtraindo seu senhorio e quebrando os foros da

Considerações finais

Ao estudar a trajetória de Afonso Henriques, podemos perceber que desde jovem se mostrou perspicaz e com espírito de liderança, pois sabendo de sua posição nobre e estando cercado por pessoas hábeis desde sua criação, agiu com autonomia e foi respaldado pela nobreza ao assumir o exercício do poder após São Mamede. Nas décadas seguintes, seus atos políticos ocorreram na maioria das vezes, com resultados favoráveis, caracterizam-se como elementos fundamentais para a convergência do reconhecimento do reino em 1179.

Neste sentido, destacamos que a carta *Claves Regni* representou como um ponto de viragem para a História de Portugal e principalmente para o contexto peninsular. Ao verificarmos seu conteúdo, depreendemos dela algumas noções que permeavam a Cristandade do Ocidente, no sentido de perceber que cada vez mais, a Igreja buscava regular a questão jurídica com noções rigorosas e precisas. Assim, este pode ser um dos elementos que

justifiquem certas reticências para as “demandas” de Afonso Henriques – notadamente ser reconhecido como vassalo de São Pedro e assim retirar de si o jugo de Afonso VII. Porém na Península Ibérica o que determinava a condição política eram os fatos, e não os conceitos, basta recordarmos que após vencer os muçulmanos em Ourique, Afonso Henriques foi reconhecido pelos seus como Rei, ou quando em 1143, no Tratado de Zamora, ele foi tratado como rei pela chancelaria leonesa e que Afonso VII não apresentou nenhuma reação contrária. Verifica-se também, que, para os ibéricos, ser rei estava também em sua capacidade de fazer guerra aos inimigos, constituir uma corte, fazer se obedecer, governar concelhos e gozar de fidelidade da nobreza.

O segundo ponto da *Claves Regni* que nos chamou atenção, foi a afirmação de Afonso Henriques para o papa a condição de que não mais estar sujeito à outro senhorio secular: o Imperador Afonso VII, onde a estratégia de Afonso Henriques foi colocar sua “terra” como feudo da Santa Sé, pratica semelhante que Sancho Ramirez de Navarra havia feito em 1068 e Pedro Afonso em 1085 em Aragão.

Por último, ao conferirmos as Reações do Imperador Afonso VII, vimos que o mesmo sentiu-se prejudicado no plano político por sofrer o risco de enfraquecer seu senhorio e sua dignidade, sendo os direitos da coroa leonesa lesados por uma injustiça perpétua – o “desligamento” do Condado Portucalense para com a Coroa de Leão e Castela ao constituir Afonso Henriques e o Condado portucalense como Reino Cristão protegido pela Santa Sé - e também na esfera eclesiástica quando João Peculiar solicitou para o papa o reconhecimento da primazia da diocese de Braga sob Toledo. Com efeito, após o papa Eugenio III garantir á Afonso VII que não seria prejudicado, não observamos mais contestações diretas quanto a vassalagem de Afonso Henriques à Santa Sé. O que, de nossa parte, consideramos como um processo de aceitação da Parte Afonso VII que aos poucos foi se revelando.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Diogo F. **D. Afonso Henriques** – Biografia. Braga: 5. ed., Bertrand Editora, 2000.

AZEVEDO, Luis Gonzaga de. **História de Portugal**, IV. Edições Biblon, Lisboa, 1942.

BRITO, Bernardo de. **Monarquia Lusitana**. vol III, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1973, pp. 136 fl.e 136 fl. v.

ERDMANN, Carl. **O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa**. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

FERNANDES, Maria; DIAS, Ana Patrícia. **Em Torno da Claves Regni:** do Texto à Simbólica do Miles Sancti Petri, 34 p., Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009.

HERCULANO, Alexandre. **Historia de Portugal:** desde o começo da monarchia ate o fim do Reinado de Affonso III. - 8.ed. definitiva conforme com as edições da vida do auctor. 8. ed. Lisboa (Portugal): Bertrand Brasil, [19--].

MATTOSO, José. Portugal – um novo país ibérico In: CARNEIRO, R. (Dir). MATOS, A. T. (Coord). **Memória de Portugal:** O Milénio Portugues. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, 2001.

_____. **D. Afonso Henriques.** Rio de Mouro: Ed. Temas&Debates, 2007.

RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas.** Vol. I e II. São Paulo, Imago, 2002/2003.

SERRÃO, Joaquim V. **História de Portugal:** Estado, pátria e nação (1080-1415). 2 ed. rev. Póvoa de Varzim: Verbo, 1978.

SOUSA, Bernardo V. De condado Portucalense à monarquia portuguesa (séculos XI-XII) In RAMOS, Rui (Coord). SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G. **História de Portugal.** Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

O PAPADO e Portugal desde a Conferência de Zamora (1143) até à Bula de Alexandre III "M.P." (1179). In: 8°. CENTENÁRIO DO RECONHECIMENTO DE PORTUGAL PELA SANTA SÉ, Lisboa, Academia Portuguesa de História. **Anais...**, 1979, p. 92.

ST 09
**Coagir, consentir, resistir,
imaginar: atuação e
representação em
experiências fascistas,
autoritárias e totalitárias**

(Sobre)vivendo em tempos não contemporâneos: Ernst Bloch e a ascensão do partido nazista

Danilo Araujo Marques

Doutorando em História

UFMG

daniomarques.his@gmail.com

Resumo: O principal objetivo desta comunicação será apresentar a leitura da ascensão do partido nazista proposta pelo filósofo alemão Ernst Bloch no livro *Herança deste tempo*, publicado em 1934. Ao postular sua teoria da “não contemporaneidade dos tempos” (*Ungleichzeitigkeit*) sob a premissa de que “nem todos estão presentes no mesmo tempo presente”, Bloch perseguia dois propósitos muito claros: um de caráter mais teórico, fenomenológico; e outro de ordem ético-política. Por um lado, ele respondia à concepção de tempo histórico consolidada pelo senso comum historicista e identificava um composto dialético (*multiversum*) de temporalidades vividas que não estão orientadas na mesma direção. Por outro lado, Bloch tratava da relação dialética entre as diferentes temporalidades que subjazem às formas de oposição ao moderno racionalismo instrumental – tradições, mitos, símbolos e alegorias adversos à “máquina de morte do capitalismo” – e pretendia alertar seu leitor para o sucesso com que o Partido Nacional Socialista, na figura carismática de Adolf Hitler – em detrimento das esquerdas alemãs –, souberam capitalizar esse “elemento da vida”, mobilizando o excedente emancipatório de sua “pulsão anticapitalista” em benefício próprio. Afora o diálogo travado com questões epistemológicas próprias à tradição marxista de pensamento, a problemática tratada por Ernst Bloch passa também por uma espécie de disputa ético-política pelo conceito de *tradição*. “É tempo de arrancar as armas das mãos da reação”, dizia o filósofo alemão. Contrário à ideia da nostalgia restauradora de um passado desconfigurado, Bloch nos ensina que é possível sustentar uma outra forma de nostalgia, emancipatória, a memória de uma “tradição da esperança”. “É tempo de recuperar algumas velhas coisas, a urgência da hora nos ordena”. Por fim, sem deixar de levar em conta as diferenças históricas de tempo e lugar, gostaríamos de realizar um esforço de apropriação crítica da problemática proposta pelo pensador alemão para os tempos que vivemos. Pois se hoje ainda não chegamos a experimentar a “besta imunda” de que falava Brecht, parece muito fecundo o ventre que um dia a gerou.

Palavras-chave: Filosofia da história, Tempo histórico, Política.

Berlim, 30 de janeiro de 1933

Por volta das 11h da manhã um novo gabinete ministerial era oficializado no escritório do marechal Paul von Hindenburg. Há quem diga que o já octogenário presidente da República alemã mostrava sinais claros de senilidade. Pelo sim ou pelo não, fato é que quadros importantes do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – que já vinha se destacando no cenário político desde que se tornou o segundo partido com maior número de cadeiras no Parlamento em 1930 – passou a ocupar postos estratégicos à frente do país:

Wilhelm Frick recebeu o ministério do Interior e Adolf Hitler foi nomeado chanceler do Reich (KERSHAW, 2010, p.236; GAY, 1978, p.180). A recorrente denúncia da humilhante capitulação, fraqueza e falta de autoridade da República de Weimar, havia, enfim, conduzido seu maior representante ao centro do poder. “Hitler é chanceler do Reich” anotou Joseph Goebbels em seu diário. “É como se fosse um conto de fadas” (KERSHAW, 2010, p.236). Em discurso do seu primeiro dia como Chefe de Governo, Hitler sentenciou:

O Governo Nacional considerará como seu primeiro e principal dever o *restabelecimento* da unidade no espírito e na vontade do nosso povo. Vigiará e defenderá os princípios básicos sobre os quais se fundam a força de nossa nação. O cristianismo, como base de nossa moral, e a família, como célula germinal do povo e do Estado, gozarão de sua mais decidida proteção. (...) Quer fazer do *respeito ao nosso grande passado* e do *orgulho por nossas velhas tradições* a base para a educação da juventude alemã. Com isso declara uma guerra sem trégua ao niilismo espiritual, cultural e político. A Alemanha não deve nem quer unir-se ao comunismo anarquista. (Grifos meus) (BAYNES, 1969, p.113)

Dali a 26 dias, o Parlamento alemão seria incendiado. E como bem afirmou o historiador Peter Gay, o “resto é uma estória de medo, terrorismo, irresponsabilidade, oportunidades perdidas e traições vergonhosas” (GAY, 1978, p.181). É a história do Terceiro Reich como bem conhecemos. Um período que correu 12 anos de exceção embalado por um lema: “Alemanha acima de tudo” (*Deutschland Über Alles*).

De acordo com Slavoj Žižek, “em sua forma elementar, um acontecimento não é algo que ocorra dentro do mundo, mas *uma mudança no próprio arcaibouço pelo qual percebemos o mundo e nos envolvemos nele*” (Grifos no original) (ŽIŽEK, 2017, p.16). É neste sentido que começo minha apresentação com a narração deste acontecimento. Me parece que há nele algo que tende a alterar o nosso modo de percepção do mundo, sobretudo quando visto em perspectiva com o presente em que vivemos. O que nos confere, portanto, a oportunidade de seguir o conselho de Hannah Arendt e voltar ao passado para aprender com ele. E é sobre essa oportunidade que eu gostaria de refletir com vocês hoje, tendo como pano de fundo a debacle da República de Weimar – que, em termos de consciência histórica, talvez seja um dos momentos que mais se aproximam da nossa atual conjuntura. Minha proposta é fazer este movimento a partir de 2 pontos observados na ascensão de Hitler. E o primeiro deles é o do uso da nostalgia e de significantes que remetem a um passado idealizado como mote de um discurso político que se propõe novo.

Um dos primeiros a notar a instrumentalização política deste afeto na escalada nazista foi o filósofo judeu e marxista Ernst Bloch. Escrito desde o final dos anos 1920 – passando

pelas eleições de 1930 que deram protagonismo ao Partido Nazista –, o livro *Herança deste tempo* foi publicado em 1934, um ano, portanto, após a posse de Hitler no posto de Chanceler. Nele, Bloch oferecia uma interessante análise de conjuntura a respeito da explosão de popularidade e adesão ao discurso nazi, animado pela hipótese do que chamou de “não contemporaneidade dos tempos”¹ (*Ungleichzeitigkeit*). “Nem todos estão presentes no mesmo tempo presente”, dizia ele.

Aparentemente estão porque é possível vê-los aqui e agora. Mas não é só por isso que uns e outros vivem no mesmo tempo. O tempo de um indivíduo depende de onde ele está em carne e osso e especialmente da classe à qual ele pertence. Tempos mais antigos que os atuais continuam a viver nas camadas mais antigas [do presente].” (BLOCH, 1978, p.95)

Para Bloch, esta dimensão da realidade havia sido negligenciada de maneira irresponsável pelas esquerdas alemãs – tanto pela Socialdemocracia quanto pelo Partido Comunista –, envoltas nas polêmicas de suas diferentes leituras políticas e econômicas do processo histórico. Tudo isso naquele que seria um “país clássico da não contemporaneidade”, dizia ele, “de vestígios não superados de um ser econômico e de uma consciência antiga” – a herança recebida pelo seu tempo (BLOCH, 1978, p.104).

De acordo com o filósofo alemão, existiria uma evidente “pulsão anticapitalista” nas formas de oposição ao moderno racionalismo instrumental – como as tradições, mitos, símbolos e alegorias (BLOCH, 1978, p.7). Nas suas palavras, tratavam-se de “elementos subversivos e utópicos, a matéria reprimida do que não ocorreu”, um verdadeiro arsenal de excedente emancipatório que havia sido sistematicamente desconsiderado pela “subalimentação da imaginação socialista”. A mesma que estaria muito mais interessada em apresentar “seus números, suas análises, seus escritos muito exatos (...) àqueles que subjetivamente estão decepcionados com qualquer ‘economia’.” (BLOCH, 1978, p.139) A essa falta de sensibilidade comunicativa das esquerdas alemãs para com a grande massa não-contemporânea de uma população pauperizada – não raro de origem rural – somava-se ainda o desprezo com relação à sua visão de mundo. É por essa razão que, de acordo com Bloch, a “indolente arrogância com que um Kautsky zombava dos ‘heróis’ ou das ‘pequenas amostras da mística apocalíptica’ e se contentava em ridicularizá-las está ultrapassada, tanto na teoria quanto na prática.” (BLOCH, 1978, p.133) Essa era uma conclusão que decorria da observação de que a retórica demagógicamente nostálgica do Partido Nazista recebia muito

¹ A tradução da categoria *Ungleichzeitigkeit* neste texto (entendida como “não contemporaneidade”) acompanha a escolha feita pelas traduções francesa e inglesa, em vez de reproduzir a predileção de Arno Münster por “não simultaneidade” (Cf. MÜNSTER, 1997)

mais acolhida do que o tom “frequentemente frio, pedante e exclusivamente econômico”, resultado da afetação objetivista (*Sachlichkeit*) da propaganda socialista (BLOCH, 1978, p.118). Ou, para ficar nas palavras do próprio Ernst Bloch, o “inimigo viu melhor que o amigo que essas formas [de oposição ao moderno racionalismo instrumental] são extremamente eficazes” (BLOCH, 1978, p.133). “Os nazistas falam um idioma falacioso, mas para as pessoas, [enquanto que] os comunistas falam em uma linguagem totalmente verídica, mas a propósito das coisas” (BLOCH, 1978, p.139).

Mas para além dessa instrumentalização comunicativa de um afeto por parte dos nazistas, Bloch ia mais fundo e observava ainda uma outra característica na sua ascensão: o papel central exercido por elementos irracionais na cena política. Quando Adolf Hitler, em seu primeiro discurso como Chanceler, afirmou que “quatorze anos de marxismo arruinaram a Alemanha”, ele não estava interessado em explicar de que forma a Alemanha teria sido arruinada – seja pelo rombo aos cofres públicos provocado Primeira Guerra Mundial ou pelo recente impacto econômico da Quebra da Bolsa de Nova Iorque –; muito menos em especificar o que ele chamava de “marxismo” (BAYNES, 1969, p.115). Era preciso, antes de tudo, projetar um inimigo comum para a nação, retratá-lo como a raiz de todos os males, incitar o ódio e, como vingança, propor o retorno a uma condição original, anterior à sua chegada ao poder – papel que, no campo dos costumes, foi muito bem desempenhado pelo fantasma do “bolchevismo cultural”. Por isso mesmo, diz Bloch,

as massas também se dirigem para essa inaturalidade [nostálgica] porque o tempo presente intolerável parece pelo menos diferente com Hitler, porque Hitler pinta para cada um boas e velhas coisas. Poucas coisas são mais mal observadas, nada é mais perigoso, do que essa força que consiste em ser, ao mesmo tempo, ardente e miserável, contestador e não-contemporâneo.” (BLOCH, 1978, p.95-96)

Não se tratava mais de apelar à razão e explicar os fundamentos que levaram a economia alemã ao fundo do poço. Milhares de pessoas estavam desempregadas e famintas, a criminalidade e a insegurança só cresciam, famílias inteiras viviam na condição da mais degradante miséria. A cólera e o medo substituíam qualquer necessidade de reflexão. E, como disse Bloch, “de maneira única, o nazismo mobilizou para seus fins tanto a ignorância econômica, quanto a imagem de esperança [da mudança]” (BLOCH, 1978, p.128).

Diante do esboço desse quadro do presente alemão, a sugestão ético-política de Bloch tinha um sentido prático de sobrevivência: havia chegado, dizia, o “tempo de arrancar essas armas das mãos da reação” (BLOCH, 1978, p.8). É aqui que ele deixa bem nítida sua

intenção de disputar essa narrativa, através de uma reelaboração da noção de nostalgia e de uma dialética dos elementos irracionais. “É tempo de recuperar algumas velhas coisas”, dizia ele, “a urgência da hora nos ordena” (BLOCH, 1978, p.133). Mas o que seriam essas “velhas coisas”? Um pequeno ensaio publicado pela romancista e crítica literária Svetlana Boym em 2007 pode nos ajudar a responder essa pergunta. Logo na primeira frase, ela diz que “O século XX se iniciou com utopia e terminou em nostalgia” (BOYM, 2017, p.153). Acontece, para Boym, a ideia de “nostalgia” não seria algo estanque e fixo, mas um conceito com uma história própria, que carregaria consigo pelo menos duas variações. De um lado, a “nostalgia restauradora”, a mesma de que temos tratado até aqui, que enfatiza o retorno de *nostos* e busca operar uma reconstrução transhistórica daquilo que se perdeu. Por outro lado a “nostalgia reflexiva”, um tipo moderno que, animado muito antes pelo próprio anseio de *algos*, acompanha a mudança na concepção de tempo e história e interessa-se, nas palavras de Boym, “pelos sonhos não realizados do passado e visões do futuro que se tornaram obsoletas (...) possibilidades não realizadas, viradas imprevisas e encruzilhadas” (BOYM, 2017, p.156).

“As velhas formas”, dizia Bloch, “colaboram em parte para a novidade quando são bem colocadas” (BLOCH, 1978, p.133). Aí está o núcleo de sua proposta de ressignificação da ideia de nostalgia: uma mudança estratégica de percepção que seja capaz de estabelecer “uma aliança que libere no passado o futuro ainda possível que ele contém, inserindo-os unicamente no presente” (BLOCH, 1978, p.109). Além disso, ao contrário de todo marxismo de seu tempo, voltado cada vez mais para a defesa da “razão” e do “primado da realidade”, Bloch vai enfrentar de vez o protagonismo tomado por impulsos irracionais na cena política e postular seu resgate e transformação dialética. Diante das investidas nazistas neste campo, tratava-se, portanto, de “ocupar e racionalizar publicamente também os movimentos e elementos irracionais” (Cit. por PEIXOTO, 1982, p.186).

Eu diria que as semelhanças com nosso presente são mais do que notórias. Nostalgia restauradora e irracionalismo mostraram-se, respectivamente, como as duas faces instrumentais de um novo modo de performance política, que passou pelo processo de campanha até chegar na eleição presidencial de 2018. A nostalgia serviu como uma das formas de mobilização eleitoral e o irracionalismo tem ocupado um papel de destaque no novo governo. Já faz tempo que a política deixou de ser feita apenas na base do cálculo. Sem qualquer juízo de valor, impulsos irracionais, emoções e afetos mostraram-se fundamentais para o exercício da política; mas parece que ainda não sabemos como lidar com essa velha

novidade. Talvez tentar compreender nossa atual conjuntura a partir de elementos da análise blochiana seja uma saída possível. Com o peso de um passado escravista tão vivo na nossa memória coletiva e do recente trauma de uma ditadura militar – para ficar apenas em 2 exemplos –, não seria absurdo afirmar que o Brasil também se apresenta como um “país clássico da não contemporaneidade”. “Verdadeiras paisagens urbanas da Idade Média dormem na vida hoje”, dizia Ernst Bloch sobre a Alemanha de 1930 (BLOCH, 1978, p.100). Em tempos de “terraplanismo”, “olavismo” e aversão a princípios racionais elementares é espantoso constatar que o sentido deste trecho, hoje, pode não se restringir a um apelo meramente retórico.

Mas lembremos que “a urgência da hora nos ordena” e, como alertava Walter Benjamin: “Certamente as opiniões têm, apesar de tudo, grande importância, mas a melhor opinião de nada serve se não fizer alguma coisa de útil para aqueles que a partilham.” (Cit. por ABENSOUR, 1990, p.151) Lá pelas tantas de sua advertência em *Herança deste tempo*, Ernst Bloch afirma que “[t]ambém é hora de resgatar o bom núcleo da utopia (um conceito que, na pior das hipóteses, esteve no nevoeiro, mas nunca na mentira). E é a utopia dialética concreta, a utopia viva (...) que opera esse resgate” (BLOCH, 1978, p.137). Engana-se quem acha que essa recomendação não passa de um ingênuo *whishful thinking*. Para Bloch, utopia é coisa séria. É ela que nos ensina a criticar o presente tendo em vista a longa, subterrânea e por vezes esquecida “tradição da esperança” (BLOCH, 1973, p.100). Cabe, portanto, a nós, historiadores, cumprir com nosso compromisso ético e puxar o fio de um passado que inspire nossa luta presente, proporcionando a manifestação daquilo que Bloch chamou da “mais autêntica ‘reedição’” (BLOCH, 1973, p.6). Não como sacerdotes daquela nostalgia restauradora (que faz questão de acentuar a força reativa do “de novo”), nem como arautos de uma racionalidade sisuda e insensível que cheira a mofo no campo das humanidades, mas como possuidores daquele “dom”, indicado por Walter Benjamin, “de atçar no [e do] passado as centelhas da esperança” (BENJAMIN, 2012, p.12).

Referências bibliográficas

ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Urias (Org.). **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

BAYNES, Norman H. (Org.) **The speeches of Adolf Hitler**: April 1922 – August 1939. English translation of representative passages arranged under subjects and edited by Norman H. Bayes. Volume 1. New York: Howard Fertig, 1969.

BENJAMIN, Walter; BARRENTO, João (Org.). **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BLOCH, Ernst. **Thomas Münzer**: teólogo da revolução. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1973.

_____. **Héritage de ce temps**. Traduit de l'allemand par Jean Lacoste. Paris: Payot, 1978.

BOYM, Svetlana. O mal-estar da nostalgia. **História da historiografia**, n.23, Ouro Preto, abril, 2017.

GAY, Peter. **A cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MÜNSTER, Arno. **Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **A sedução da barbárie**: o marxismo na modernidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

A censura nas telas da TV: a ação da Divisão de Censura Diversões Públicas nas telenovelas na década de 1970

Emilla Grizende Garcia

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
milla_grizende@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como intuito analisar a ação e ingerência da Divisão de Censura de Diversões Públicas no meio televisivo, em especial, nas telenovelas buscando trazer reflexões acerca do cerceamento e da sistematização destas representações culturais das relativas às formas de organização e controle, conduzidas pelo Estado autoritário brasileiro. Após o golpe civil-militar, códigos simbólicos da cultura política conservadora deveriam ser afirmados, consolidados e resguardados a fim de assegurar a manutenção do status quo de qualquer ameaça. A ação da Censura federal por meio da vigilância, a coibição, a delimitação do que seria legal ou ilegal, foi imprescindível para assegurar a permanência do Estado de exceção, bem como de propagar seus posicionamentos à massa utilizando, para tanto, o potencial de mobilização da TV e o poder de persuasão da imagem. Assim, a Censura de Diversões Públicas passa a monitorar, vigiar e controlar produto mais influente da televisão brasileira, a telenovela. Este controle se mostrou tão rígido e sistemático que foi produzida uma vasta documentação sobre estas produções, sobretudo as telenovelas apresentadas no horário nobre e as de autoria de escritores e dramaturgos engajados. Neste sentido, direcionamos nossa análise legislação censória, juntamente com as normas e regras que regiam a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Por meios destes documentos, presentes no Arquivo Nacional – Brasília, Fundo DCDP –, se torna possível verificar como se estruturou a censura no meio televisivo e a este produto midiático e quais as principais tensões e critérios a serem observados pelos técnicos censores no exame das telenovelas veiculadas no Brasil na década de 1970.

Palavras-chave: Censura de diversões públicas; televisão; telenovela.

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de analisar e compreender a ação e ingerência da Censura de Diversões Públicas nas telenovelas, buscando verificar como se estruturou o controle a este produto midiático e quais as principais tensões e critérios a serem observados pelos técnicos censores no exame destas produções¹. Neste sentido, a análise foi direcionada

¹ Este trabalho apresenta algumas das reflexões da pesquisa, financiada pela CAPES, desenvolvida no doutorado História – PPGHIS- UFJF, intitulada “As telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo (1969-1979): espaços de negociação da Divisão de Censura de Diversões Públicas”, sob a orientação da Prof. Dr^a. Alessandra Souza Melett Brum.

para a legislação censória, juntamente com as normas e regras que regiam a Censura de Diversões Públicas, no período da ditadura militar.

A análise dos mecanismos da censura, segundo Robert Darton (2016), pode ser perigosa, uma vez que conceber este conceito de forma abrangente pode inviabilizar sua percepção, visto que “identificar a censura com coerções de todo o tipo é trivializá-la” (DARTON, 2016, p. 12). Por outro lado, analisá-la a partir de uma definição restrita demais pode distanciá-la de um feixe de relações sócio históricas:

Se a censura for definida de modo rígido demais, ela pode ser entendida como um fenômeno autônomo, que opera em toda parte da mesma forma, a despeito do contexto. Nesse caso, o historiador seria tentado a tratá-la como uma coisa e a tentar segui-la através de um corpo político, como se fosse algo análogo a uma substância radioativa rastreada ao longo da corrente sanguínea (DARTON, 2016, p. 273).

Assim, a censura é entendida como um fenômeno histórico, fruto de uma determinada época que, por sua vez, assume diferentes contornos. Ancorada por uma ideologia previamente estabelecida, o qual orienta sua atividade fiscalizadora e repressiva, a censura é empregada com a intenção de resguardar determinados interesses de setores da sociedade, sejam estes de natureza política, moral ou religiosa. Sob as prerrogativas do controle e vigilância a censura é exercida a partir do exame e supressão do que fosse considerado subversivo imoral, e ideologicamente dissonante dos critérios norteadores (VIEIRA, 2010, p. 3).

Beatriz Kushnir (2012, p. 38) ao analisar a censura institucionalizada no período do regime militar no Brasil, a compreende como um intrincado mecanismo que articula e atende tanto a política de segurança nacional do Estado Autoritário quanto a setores mais conservadores da sociedade brasileira. Guedes (2015, p. 3-4) constata ao discutir o funcionamento da censura política as artes nos anos finais da ditadura militar brasileira, que uma parcela da sociedade concordava e de certa forma colaborava com a atuação censória sobre as produções artísticas.

Após o golpe civil militar, as diversas manifestações culturais passam a ser cuidadosamente observadas e vigiadas pelo Estado, já que estas expressavam uma complexa teia social, nas quais estavam imersas, disputas ideológicas, posições e representações sociais. Alexandre Valim (2012, p. 285), argumenta que os produtos midiáticos são geradores de práticas sociais, podendo suscitar representações sociais e políticas favoráveis à estrutura

dominante, bem como são capazes de difundir posicionamentos de resistência, propiciando uma visão crítica da sociedade (VALIM, 2012, p. 285).

A censura foi a principal ferramenta empregada pelo Estado autoritário para sistematizar as representações culturais. A partir de 1964, com a imposição do novo regime, códigos simbólicos da cultura política conservadora deveriam ser afirmados, consolidados e resguardados de qualquer ameaça. O Estado assume assim, o papel de centralidade no controle e sanções a diversas manifestações culturais. A vigilância, a repressão, a coibição, a delimitação do que seria legal ou ilegal, a imposição de novas regras de conduta moral e ideológica são estratégias conduzidas pela censura federal imprescindíveis para assegurar a permanência do Estado de exceção, bem como de propagar a ideia de uma imaginária harmonia social. Em contexto violento, marcado por um alto nível de exploração das forças produtivas, era necessário propalar a ideia que o país estava imerso em um ambiente de estabilidade, bem estar social e prosperidade econômica².

Neste contexto, a Rede Globo foi a emissora que mais atendeu aos anseios do Estado autoritário, ao veicular massivamente as premissas e posicionamentos defendidos pelo regime militar. Todavia, buscando produzir criações artísticas inovadoras, a emissora contratou profissionais ideologicamente identificados com a esquerda. Estes autores encontraram um campo fortuito na telenovela e promoveram uma renovação do gênero. As telenovelas apresentadas no horário nobre e após as 22 horas, além de deter posicionamentos críticos a sociedade e política brasileira, representavam também uma onda de mudanças desencadeadas entre as décadas de 1960 e 1970. Transformações de valores no âmbito comportamental - como o choque entre as gerações, a emancipação feminina, liberdade sexual vinda com os métodos contraceptivos e o uso de drogas - passam a fazer parte das tramas das telenovelas.

A fim de controlar as representações desta “revolução de costumes”, a Censura de Diversões Públicas agiu cerceando as manifestações culturais com o objetivo de assegurar e preservar os valores e bons costumes, tão caros aos setores mais conservadores. Mesmo sob esta intensa vigilância, estes autores conceberam telenovelas que propagavam a todo país uma visão modernizante, como foi observado por Carlos Fico:

² No decorrer dos governos de Costa e Silva e de Médici foram criados, respectivamente, a Assessoria de Relações Públicas (ARP) e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgãos oficiais estratégicos que eram responsáveis pela propaganda ideológica, que tinham como missão, ampliar e consolidar o apoio de todos os segmentos sociais ao regime militar. Carlos Fico no livro *Reinventando o otimismo* (1997) analisou as produções destas agências que estruturaram campanhas publicitárias, com forte conotação pedagógica, buscando reforçar sentimentos de otimismo, coesão, nacionalismo e patriotismo (FICO, 1997, p. 23).

Do mesmo modo, a perspicácia da TV Globo a levou a criar o inovador produto que foi a novela de perfil realista-naturalista retratando, sobretudo, a vida urbana das grandes cidades brasileiras, gerando alguns dos maiores problemas de censura de costumes do período (FICO, 2004, p. 38).

Os folhetins eletrônicos, devido a sua grande audiência, foram (e, ainda são) uma vitrine privilegiada do “ser moderno”, compartilhando um mesmo repertório de valores, visões de mundo e de padrões estético-culturais, os quais muitas vezes contrastavam com o padrão de representação desejado pelo regime.

Assim, enquanto a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento sumário de supostos corruptos estavam fortemente imbuídos da dimensão saneadora da “utopia autoritária”, a Aerp e a DCDP primavam pela tópica pedagógica. Enquanto os primeiros eliminavam, mesmo fisicamente, comunistas, “subversivos” e “corruptos”, as duas últimas buscavam “educar o povo brasileiro” ou defendê-lo dos ataques à “moral e aos bons costumes” (FICO, 2004, p. 39).

Como apontado por Carlos Fico (2004), o controle e monitoramento do produto cultural mais influente da televisão brasileira, visava inibir qualquer manifestação contrária ao regime, buscando em última instância, transformar a telenovela em um difusor dos ideais morais, políticos e ideológicos conservadores.

Normatização do aparato Censório: das leis às telas

O regime militar fortaleceu o aparato repressor por meio de leis mais rígidas, objetivando abranger toda a produção da indústria cultural. De acordo com Miliandre Garcia (2009, p. 23), entre 1964 e 1965, houve uma sistematização do serviço censório realizado através da contratação de servidores, da adequação da estrutura do órgão ao regulamento policial, visando uniformizar os critérios da censura para a análise de publicações, letras musicais, roteiros cinematográficos, programas de rádio televisão e *scripts* de peças. Buscando atender as exigências do momento, a Censura de Diversões passa a assumir uma segunda função, para além da defesa da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira, voltada para o controle político-ideológico (BERG, 2002, p. 90).

Em novembro de 1964, entrou em vigor a lei 4.483, que institucionaliza o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) e o incorpora na rede de segurança e informação do Estado. Em 1966 foi estabelecida a exigência do Certificado de Liberação de Censura Federal, necessário para a exibição de espetáculos teatrais, filmes, apresentações musicais e programas televisivos. No próprio texto constitucional promulgado por Castelo Branco, em 1967, estava expresso que os meios de comunicação deveriam atender ao interesse do “regime

democrático”, bem como combater a subversão e, em caso de estado de sítio, poderiam ser empregadas entre as medidas coercitivas como a “censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas”³.

Promulgada em novembro de 1968, a Lei 5.536⁴ discorre sobre a proibição de veiculação, representação, exibição ou transmissão radiotelefônica de obras que contiverem os aspectos relacionados a:

- a) contiver qualquer ofensa ao decoro público; b) contiver cenas de ferocidade ou for capaz de sugerir a prática de crimes; c) divulgar ou induzir aos maus costumes; d) for capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes; e) puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos; f) for ofensivo às coletividades ou às religiões; g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacional; h) induzir ao desprestígio das forças armadas.

A lei supramencionada cria, também, o Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça, que detém o poder de submeter, avaliar e sujeitar as produções artísticas a inspeções locais, realizadas por agentes autorizados. No entanto, após a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, a atmosfera de controle e vigilância política cultural estabelecida pelo Estado se intensifica, fase em que a censura oficial atuou de maneira mais sistemática. O AI-5 concedia ao Poder Executivo Federal o direito de censurar todos os meios de comunicação, bem como o de estimular a prática da autocensura, evitando assim qualquer publicação ou transmissão que contrariassem os critérios morais e ideológicos defendidos pelo regime militar, sob pena do responsável pelo meio de comunicação ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (CARVALHO, 2002, p. 162). Devido à amplitude de público alcançado, a televisão sofre um monitoramento mais rigoroso por parte da Censura de Diversões Públicas que o teatro e o cinema. Deste modo, um filme que era exibido nos cinemas, quando ia para a televisão, poderia conter mais cenas censuradas.

Apesar de ser uma prática recorrente, a censura prévia para as emissões televisivas e radiofônicas foi formalizada apenas em 26 de janeiro de 1970, pelo Decreto nº 1.077⁹, e definiu que roteiros e *videotapes* deveriam ser apresentados para a análise do Serviço de Censura de Diversões Públicas antes de serem levados ao ar. A censura prévia estabelecia, também, a classificação indicativa e o horário de apresentação das produções televisivas.

³Constituição de 1967, Capítulo V, Art. 16 e Art. 152. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67. Acesso em 05 set. de 2018.

⁴A Lei 5.535, Capítulo IV, Art. 41, Disponível integralmente em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm>. Acesso em 12 out. de 2018.

⁹ Disponível integralmente em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em 01 ago. de 2016.

O processo de censura prévia para as telenovelas era inicialmente conduzido pela análise da *sinopse*. Posteriormente, era exigido o envio do texto dos dez primeiros capítulos para apreciação. O material audiovisual era assistido por censores, que poderiam sugerir mudanças para que a produção se adequasse à faixa de horário proposta (RIBKE, 2011, p. 664). Após a avaliação positiva da sinopse e dos dez primeiros capítulos a telenovela teria liberado o seu certificado de Censura Federal e poderia ser levada ao ar. Todavia, durante toda a apresentação da telenovela os *scripts* dos capítulos e o material gravado eram enviados para análise da censura, com no mínimo 72 horas de antecedência. Com relação ao critério de classificação aplicada em especial as telenovelas, estas foram definidas como livres ou proibidas para menores de 10 (dez), 12 (doze), 14 (quatorze), 16 (dezesesseis) ou 18 (dezoito) anos. Definida a classificação etária da produção, esta seria direcionada a um horário específico de exibição de acordo com a idade liberada.

O Serviço de Censura de Diversões Públicas foi reformulado em 1972 e passou a ser designado como Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), instância subordinada ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Polícia Federal. Com essa reorganização do aparato censório foram incorporados um novo grupo de profissionais qualificados para exercerem a função de técnico censor, além de tornar mais forte o controle, sobretudo de representações político-ideológicas (FICO, 2002, p. 254). No entanto, não havia uma precisão conceitual sistematizada por parte da DCDP para o controle sistematizado principalmente ao que se refere à esfera ideológica, possibilitando a cada agente da censura avaliar com certa independência.

Os critérios avaliativos da DCDP para telenovelas

Em 1975, com o intuito de homogeneizar os critérios avaliativos relativos às telenovelas a DCDP, juntamente com o Ministério da Justiça, elaborou uma diretriz - “Critérios Gerais para apreciação de novelas destinadas a televisão” - distribuída aos técnicos censores. Esta orientação visava fixar padrões uniformes para evitar que a decisão sobre a liberação de uma telenovela ou cena, seja elaborada a partir do padrão próprio de cada censor⁶. O documento estrutura-se por um plano de trabalho específico, por um projeto de constituição de grupos de trabalho de avaliação e por uma minuta de Portaria elaborada pelo Ministro da Justiça.

⁶ Arquivo Nacional Brasília– Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. Série Divisão de Censura de Diversões Públicas. Subsérie: Cursos. Critérios para exame analítico de telenovelas e fixação da classificação etária. Plano de trabalho. p. 6.

O Plano de Trabalho⁷ apresenta a justificativa do documento, pautado por um ponto de vista psicológico, que observava as principais interações e influências ideológicas e morais dos produtos midiáticos em relação com o público. Segundo o documento, estas diretrizes eram necessárias uma vez que o telespectador estaria submetido a uma sobrecarga de mensagens que poderiam:

alcançar uma mente desarmada, pronta para receber apelos de toda ordem, por força do ambiente familiar descontraído. Diante desse quadro, é evidente que deve haver, com relação às telenovelas, redobrada atenção, das autoridades⁸.

O texto prossegue evidenciando a influência que tais produções exerciam no cotidiano da sociedade, podendo ser prejudiciais com relação aos aspectos morais e emocionais, sobretudo, à juventude. Assim, os censores deveriam alertas frente ao “grande perigo que representam determinados assuntos tratados nas telenovelas e nas quais se devem concentrar a atenção”⁹. Entre os temas perigosos, descritos de forma exemplificada, estão:

a desestruturação familiar, adultério, liberdade sexual, conflito geracional, suicídio, uso de drogas e a prática de atividades promíscuas. A representação dessas temáticas poderia ser até certo ponto tolerada, no teatro e cinema, desde que a classificação etária fosse elevada, mas “DEVEM SER EXCLUÍDAS DA TELEVISÃO”¹⁰.

Assim, o exame integral na novela (texto e gravação) seria indispensável para poder limitar e avaliar globalmente os aspectos negativos, tanto na perspectiva político-ideológica quanto na esfera da moral e costumes. Centrando-se na dimensão política, o texto destaca os fatores ideológicos a ser avaliados pelos censores e expressamente vetados nas telenovelas:

subversão social direta, caracterizada pela violência política (terrorismo, sequestro, assaltos, guerrilha urbana, etc.); revolta estudantil com características técnica: reação de estudantes a ação preventiva; atitudes antissociais ostensivas com relação à juventude (deturpação da disciplina, hierarquia e autonomia, sob três aspectos: Estado, escola e família); luta de classes; discriminação racial; incitação contra o regime vigente e a ordem.¹¹

A partir dos critérios descritos é perceptível o rígido controle ideológico exercido pelo Estado com relação às telenovelas, que visava eliminar qualquer representação crítica da

⁷ O plano de trabalho foi elaborado por um representante de cada órgão: Divisão e Censura Pública; Serviço Nacional de Informações; Ministério e Educação e Cultura; Ministério das Comunicações; ABERT; Conselho Nacional de Segurança.

⁸ Idem, p. 3-4.

⁹ Idem, p. 4.

¹⁰ Idem, p. 5. Frase conforme o original, escrita em caixa alta.

¹¹ Arquivo Nacional Brasília– Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. Série Divisão de Censura de Diversões Públicas. Subsérie: Cursos. Critérios para exame analítico de telenovelas e fixação da classificação etária. Plano de trabalho, p. 6.

realidade política brasileira, bem como impor medidas disciplinadoras sustentadas pela estrutura - Estado, escola e família.

E, para dinamizar o controle e estabelecer diretrizes orientadoras de avaliação para telenovelas, foi criado um Grupo de Trabalho constituído por um representante de cada um dos órgãos representativos para o Estado autoritário: Divisão e Censura Pública; Serviço Nacional de Informações; Ministério e Educação e Cultura; Ministério das Comunicações; ABERT e o Conselho Nacional de Segurança. As deliberações deste Grupo de Trabalho embasavam-se legalmente nos Decretos 51.134, de 03 de Agosto de 1961 e no Decreto 1.077 de 26 de junho de 1971¹².

Por meio das resoluções deste Grupo de Trabalho, a liberação das telenovelas ficou condicionada à análise integral do texto e das gravações. Conjuntamente, foi estendido o prazo para o exame (de cada cem capítulos ou fração) para vinte dias úteis e foi determinado que a telenovela tivesse sua liberação condicionada ao certificado de Censura. Ficou deliberado que o gênero deveria ser de fácil compreensão e atender às exigências psicológicas dos diversos grupos etários e, principalmente, deveria preservar os princípios morais, éticos e religiosos, a fim de assentar valores espirituais como ser “democrata por deliberação e espírito cristão solidário”¹³.

A Minuta de Portaria elaborada pelo ministro da justiça Armando Falcão reitera os decretos determinados pelo Grupo de Trabalho e afirma:

Considerando que a chamada telenovela representa técnica apurada de comunicação social e forma peculiar de grande penetração popular, desenvolvendo importante influência de caráter cultural, podendo, por isso, de um lado ser valioso instrumento de educação e de outro, constituir perigosa arma de guerra psicológica adversa no desarmamento da consciência democrática pela deturpação dos valores da sociedade¹⁴.

A Minuta ainda considera o fato de que a legislação que rege a DCDP era de 1946, sendo imperativo “disciplinar adequadamente a programação das telenovelas” estabelecendo, para tanto, a censura prévia do texto integral da obra e das gravações¹⁵.

¹² Idem, p. 7.

¹³ Idem, p. 4.

¹⁴ Arquivo Nacional Brasília– Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. Série Divisão de Censura de Diversões Públicas. Subsérie: Cursos. Critérios para exame analítico de telenovelas e fixação da classificação etária. Minuta de Portaria elaborada pelo Ministro da Justiça Armando Falcão, p. 1.

¹⁵ Arquivo Nacional Brasília– Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. Série Divisão de Censura de Diversões Públicas. Subsérie: Cursos. Critérios para exame analítico de telenovelas e fixação da classificação etária. Minuta de Portaria elaborada pelo Ministro da Justiça Armando Falcão, p. 1-2.

Contudo, mesmo seguindo rigorosamente o protocolo, não implicava na liberação definitiva, pois enquanto a telenovela estava sendo exibida, sua veiculação ficava condicionada a pareceres regulares.

Considerações Finais

Incorporada na rede de segurança e informação do Estado Autoritário, o aparato censório foi estruturado para estabelecer o controle social e a desarticulação da veiculação de posicionamentos contrários ao regime. A Censura de Diversões Públicas no regime militar foi fortemente marcada por ideais de segurança nacional sendo, assim necessário coibir em qualquer manifestação artística, representações ou posicionamentos que pudessem subverter a ordem política vigente e/ou contrariassem os valores morais e comportamentais compartilhados pelos setores mais conservadores da sociedade.

Entre os meios monitorados pela Censura de Diversões Públicas, a televisão é rigorosamente vigiada, visto seu potencial de difusão de imagens e representações às massas. A telenovela, o produto da indústria cultural de maior audiência no Brasil, não passaria ileso pela atenta vigilância da censura. No entanto, a legislação que regulamentava a DCDP era anterior à implantação da TV no Brasil, fato este que contribuiu para a criação de novas instruções normativas que conduziria os técnicos censores para análise específica deste gênero televisivo. Era tão urgente e importante estabelecer a regulação censória voltada para as telenovelas que a DCDP, em conjunto com representantes de órgãos estratégicos ao regime militar elaboraram os “Critérios Gerais para apreciação de novelas destinadas a televisão”. Esta documentação riquíssima, disponível para consulta no Arquivo Nacional, nos oferece subsídios para análise e pesquisa de um viés, ainda pouco estudado da Censura de Diversões Públicas sobre o gênero mais popular da televisão brasileira.

Referências Bibliográficas

BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio:** expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EDUFSCar, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DARTON, Robert. **Censores em ação.** São Paulo: Companhia das letras, 2014.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n.º. 47, 2004.

GARCIA, Miliandre. **A censura de costumes no Brasil**: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

GUEDES, Wallace Andrioli. O caso da interdição do filme *Pra frente Brasil* e a continuidade da censura política as artes nos anos finais da ditadura militar brasileira. **Revista Contemporânea**, v. 1, n. 7, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBKE, Nadib. Telenovela writers under the military regime in Brazil: beyond the cooption and resistance dichotomy. **Magazine Media Culture & Society**, p. 659-673, 29 June 2011.

VALIM, Alexandre B. História e cinema. IN: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Fechamento do Espaço Civil e o Direito de Protestar

Fernando Lana Ferreira

Mestrando e cotista autodeclarado negro em Psicologia Social
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lana.psicologia@gmail.com

Resumo: Fechamento do Espaço Civil é uma expressão criada para expressar um problema típico de países do Sul do globo. Refere-se às práticas do Estado em elaborar e praticar políticas de controle sobre a sociedade civil. Esses mecanismos de controle obstruem a possibilidade da sociedade se defender e de reivindicar temas sobre o interesse público.

É possível verificar que o fechamento, ou encolhimento, são liderados quase sempre pelo Estado, atores não-estatais nacionais ou internacionais. Os mesmo processos vislumbrados no Sul também podem ser percebidos nos países do Norte. Mesmo em democracias consideradas sólidas, protestos têm sido coibidos com violência, legislações restritivas vêm sendo criadas e eleições estão apresentando resultados surpreendentes.

A definição de espaço civil indica uma esfera que deveria ser aberta, proporcionando a qualquer indivíduo as condições de se organizar, participar e se comunicar irrestritamente. Mas nota-se que em vários países esse ambiente não está sendo preservado. Por isso foi criado um modelo de catalogação da qualidade do espaço civil que varia entre aberto, estreitado, obstruído, reprimido e fechado.

É oportuno neste momento nos questionar também que, se olharmos para vários fatos históricos, talvez esse espaço jamais tenha sido realmente aberto, forçando ativistas e manifestantes a colocarem a própria segurança em risco. Mas atualmente estamos assistindo novas formas de barreiras como a vigilância e ataques cibernéticos, locais cada vez mais rodeados por segurança e medidas que se dizem contra o terrorismo.

As estratégias de repressão de protestos podem ser agrupadas em três categorias: legislação restritiva; aplicação exagerada das leis existentes pelos agentes do Estado e por formas não legais de restrição, como a utilização deliberada de discurso negativo que estigmatiza e desvirtua partes da sociedade civil. Justificamos a necessidade de discutir sobre o processo de encolhimento da sociedade civil, pois para complicar ainda mais esse cenário, líderes autocráticos estão sendo eleitos em vários países, conquistando apoio popular demonizando minorias e organizações responsáveis por garantir os Direitos Humanos.

Palavras-chave: Democracia, Direitos Humanos, Espaço Civil.

A repressão dos protestos

A expressão fechamento do espaço civil visa problematizar o conjunto de estratégias e práticas políticas realizadas pelo Estado com o intuito de controlar a sociedade civil. Esses mecanismos obstruem a possibilidade da sociedade civil reivindicar e de debater sobre as necessidades da comunidade (CERNOV, 2017, p. 52).

Os métodos principais para obstruir a reunião e as discussões sobre o interesse público podem ser agrupados em três categorias. O primeiro deles é instaurar uma legislação

restritiva. O segundo é a aplicação descontrolada de leis existentes por agentes do Estado e por último, uso de formas não legais de restrição, como a utilização de discurso negativo que estigmatiza e difama partes da sociedade civil (IBEZIM-OHAERI, 2017, p. 139).

Estigmatizar um grupo é infelizmente uma das estratégias que alcançam um maior grau de sucesso. Ao contrário das estratégias que buscam a unificação de um povo, apresentar a ideia de um inimigo ou de uma ameaça pode unir as pessoas urgentemente. As idealizações sobre os judeus e comunistas na literatura nazista são boas amostras desta estratégia, conhecida como expurgo do outro (THOMPSON, 2011, p. 87).

Uma importante organização internacional que defende os direitos humanos, afirmou em seu relatório publicado no início de 2019 que lideranças autocratas estão debilitando a democracia em vários países, demonizando minorias e as transformando em bodes expiatórios para obter apoio popular. Depois disso, atacam organizações responsáveis por garantir os direitos humanos, o Estado de Direito, enfraquecem a liberdade de imprensa e os grupos da sociedade civil (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019, p. 1).

O relatório destacou que o presidente norte-americano Donald Trump chamou com frequência “grande parte da mídia” de “inimiga do povo”. Embora os veículos de comunicação tenham denunciado esta situação e reivindicado suas garantias constitucionais de se expressar, uma tragédia aconteceu na capital do estado de Maryland – cinco funcionários de um jornal da cidade de Annapolis foram mortos a tiros em 2018 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019, p. 634).

Desobediência Civil

Uma das formas mais famosas de protesto da sociedade é a chamada Desobediência Civil. Henry Thoreau tornou o termo parte do vocabulário político após escrever *On The Duty of Civil Disobedience*, debatendo sobre a moral do cidadão em relação à lei no campo da consciência individual e do compromisso moral da consciência (ARENDRT, 1972/1999, p 57).

Arendt (1999, p. 55) destaca que embora seja pouco admitido, é improvável que desobediência civil praticada por um único indivíduo tenha algum resultado. Aquele que reivindica poderá inclusive ser visto como um excêntrico, alguém mais interessante de ser observado do que necessariamente alguém que deveria ser repreendido. Ela afirma que a desobediência civil relevante precisa ser apoiada por certo número de pessoas com identidade de interesses.

A desobediência civil surge quando um número significativo de cidadãos percebe que as formas normais para mudanças não funcionam mais, e que as queixas não serão ouvidas nem terão qualquer efeito. A desobediência pode nascer também quando o Estado está prestes de efetuar mudanças e os modos pelos quais o governo está agindo tem sua legalidade e constitucionalidade questionadas (ARENDDT, 1999, p. 68).

Outra característica da desobediência civil que é amplamente aceita é que ela preza pelo ideal de não-violência, embora seja notório que as mudanças que os movimentos procuram efetivar tenham consequências drásticas. É profícuo destacar ainda que o contestador civil age em nome e para o bem de um coletivo. Ele não questiona a lei e as autoridades almejando algum privilégio para si, para fugir com ele (ARENDDT, 1999, p. 70).

A força dos protestos

Vivemos e sobrevivemos dentro de uma sociedade onde o Estado possui seus deveres e os membros que a compõe possuem obrigações. Cumprimos uma espécie de consentimento tácito que é, no entanto, difícil de ser considerado voluntário. Todos nascem membros de uma comunidade particular e só consegue sobreviver se nela é bem-vindo e se sente à vontade. Desta forma, todo recém-nascido consente sobre uma forma de conformação às regras com as quais é organizada a vida no grupo particular a que ele pertence por nascimento (ARENDDT, 1999, p. 78).

Arendt (1999, p. 77) destaca que o século XVII associou sob o nome de “contrato social” três tipos de acordos entre sociedade e governo. O primeiro, o exemplo de convênio religioso, celebrado entre o povo como um todo e seu Deus, pelo qual o povo consentia em obedecer a quaisquer leis que uma divindade onipotente revelasse. Em segundo lugar, uma variante de Hobbes segundo a qual todo indivíduo aceita um acordo que autoriza uma autoridade secular para garantir a segurança e que em nome dessa proteção, os indivíduos renunciariam aos direitos e poderes. Esta seria uma versão vertical de contrato social.

E por último, teríamos um contrato denominado de aborígene. O termo idealizado por Locke não se referia a uma autoridade, mas a toda a sociedade. Seria uma aliança entre todos os indivíduos membros que depois de se comprometerem mutuamente, fazem um contrato de governo. Seria uma forma horizontal de contrato social. O poder de cada indivíduo é limitado e o poder da sociedade fica intacto. A sociedade estabelece um governo garantido por um contrato original entre indivíduos independentes. Mas o que a autora denuncia é que o

contrato entre o povo e seu governo pode ser visto como mera ficção (ARENDDT, 1999, p. 76-77).

Não é por acaso que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi criada exatamente para conter os abusos dos Estados e denunciar o descumprimento de suas obrigações. A comunidade internacional percebeu a necessidade de promover os direitos humanos e liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Paradoxalmente, era possível perceber discriminação racial na maioria dos 51 países fundadores da *Organização das Nações Unidas* na década de 1948. No mesmo ano, a África do Sul oficializou sua política de segregação racial – o *Apartheid* (DÁVILA, 2018, p. 154).

Mesmo com a criação de um conjunto de normas jurídicas para proteger a população e minorias de modo geral, Alexander (2017, p. 322) sublinha que as batalhas dos defensores de justiça racial não foram vencidas apenas com estratégias de advocacia. As mudanças também contaram com o consenso público. Ela relembra uma afirmação de Martin Luther King Jr. de 1965, que dizia que era mais importante mobilizar as massas do que ações judiciais. Ele dizia que era preciso ganhar o tribunal da opinião pública.

O ano de 1965 ficou marcado pelo assassinato de Malcolm X. Ele foi um dos maiores líderes do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, mesmo com uma opinião que divergia muito da de Luther King. Malcolm X pregava que era preciso unir os afro-americanos e não via urgência em juntar brancos e negros. Alguns de seus discursos eram vistos com desconfiança porque afirmavam que se necessário, a população negra deveria pegar em armas para lutar contra a opressão que sofriam (THURAM, 2013, p. 316).

Depois da morte de Malcolm X, alguns tentaram justificar sua morte pelo ditado de que aqueles que buscassem a espada pela espada acabariam morrendo. Mas Luther King, defensor da não-violência e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, também seria assassinado em 1968. A tática que Luther King mais utilizava era o *sit-in*. Consistia em uma espécie de ocupação em lugares em que, pelas leis segregacionistas, os negros não poderiam estar – bares, lojas ou restaurantes. Seu método era uma espécie de provocação à população que defendia a supremacia branca, incluindo os membros da *Ku Klux Klan*, que ao notarem a presença dos manifestantes negros, demonstravam a violência que Luther King queria denunciar para o mundo (THURAM, 2013).

Um dos casos mais famosos de desobediência civil foi protagonizado por Rosa Parks. Em 1955, ela estava em um ônibus em Montgomery, corretamente sentada em uma poltrona

reservada para os negros. As leis segregacionistas da época diziam que ela deveria se levantar caso algum passageiro branco precisasse do lugar e ela se negou a realizar isto. Ela foi presa, liberada depois de algumas horas, mas a população negra boicou os serviços de ônibus, proporcionando um enorme prejuízo às empresas durante 381 dias (THURAM, 2013, p. 311).

Quase um ano após o gesto de Parks, as leis segregacionistas nos transportes públicos foram declaradas inconstitucionais pelo *Supremo Tribunal de Justiça*. Com seu simples gesto de desobediência, ela foi batizada como a Mãe do movimento dos direitos civis e apresentou ainda a todo o país a eficácia de uma nova arma: a resistência pacífica (THURAM, 2013, p. 312).

Devemos ficar atentos ao fenômeno do fechamento do espaço civil. Embora o termo esteja em evidência neste momento histórico, é necessário reforçar que infelizmente militantes de várias causas tem sido vítimas de difamação, sequestro e assassinato há décadas e em todos os lugares. É preciso denunciar que um espaço aberto e pacífico para diálogo talvez nunca tenha existido (DORA; DANIEL; KLUGMAN, 2017, p. 66).

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARENDDT, Hannah, **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva. 1999.

CERNOV, Ana. A Sociedade Civil não é a inimiga. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 51-63, dez. 2017. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/revista-impressa-edicao-26/>>. Acesso em: 30 abr. 2018

DÁVILA, Roberto Rojas. Afrodescendentes como sujeitos de direitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 151-164, dez. 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-completo.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018

DORA, Denise; DANIEL, Ravindran; KLUGMAN, Barbara, O Sul em Transição. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 65-76, dez. 2017. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/revista-impressa-edicao-26/>>. Acesso em: 30 abr. 2018

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019: Events of 2018**. 2019. Disponível em <https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf>. Acesso em 07 jan. 2019.

IBEZIM-OHAERI, Victoria. A luta contra o fechamento do espaço civil na Nigéria. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 137-148, dez. 2017.

Disponível em: <<http://sur.conectas.org/revista-impressa-edicao-26/>>. Acesso em: 30 abr. 2018

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THURAM, Lilian. **As minhas estrelas negras**: de Lucy a Barack Obama. Tradução de Suzana Souza e Silva. Lisboa, Portugal: Tinta-da-China, 2013.

Modulações da memória do autoritarismo em sonhos/pesadelos com a eleição de Bolsonaro (2018-2019)

Hugo Ricardo Merlo

Doutorando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
hugormerlo@gmail.com

Resumo: buscamos, nessa comunicação, esboçar um pequeno estudo sobre a reconfiguração do tempo histórico quando do pleito eleitoral que se findou com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil. Optamos por fazê-lo tomando como base as formulações de Sigmund Freud e Reinhart Koselleck sobre o tempo e os sonhos – estes últimos elegemos como nosso objeto de análise. Partiremos, portanto, de relatos de sonhos de eleitores brasileiros para refletir sobre a influência de eventos acontecimentais na percepção do tempo histórico, a importância da dimensão afetiva e do inconsciente para o estudo da temporalidade e dinâmica da modulação da experiência em expectativa, especialmente do horizonte do Medo que se apresenta no imaginário de uma parcela da população brasileira atualmente.

Palavras-chave: Sonhos, Autoritarismo, Bolsonaro.

[Sonhei] que eu era perseguida por agentes do governo, na minha escola... [em] outro [sonho] estava na Ufes [Universidade Federal do Espírito Santo], que havia virado um campo de guerra, acampando e participando de uma batalha (C., 28 anos, professora)

Sonhei que minha casa era invadida por policiais em busca de (meus) livros (V., 30 anos, professora)

Eu e ela [minha namorada] saímos para dar uma volta, [...] apareceu um cara [...] a proferir palavras de ódio, apontando para [sua] arma [...] e nos seguiu até em casa. [...] Lá, ele efetuou disparos contra meus pais e minha namorada; seguiu correndo atrás de mim e atirou em mim também (Ps: tudo isso seguido por gritos consecutivos de: ‘É em nome DELE!’) (T., 17 anos, estudante secundarista)

Antes das eleições, eu sonhei que um dos filhos do Bolsonaro me dava um tapa por algo que eu tinha dito. (S., 26 anos, doutoranda)

Quando resolvi por em prática uma ideia de um pequeno ensaio que tinha tido a alguns meses, postei em minhas redes sociais pedindo para que os meus amigos que tivessem tido algum sonho ou pesadelo, pouco antes ou depois da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, que me enviassem um relato deste(s). A ideia original era a de mapear as variações do tempo histórico em um momento que um acontecimento “acontecimental”, capaz de provocar um certo grau de esvaziamento de sentidos postos (cf.

BADIOU, 2005), ocorria. Por conta do procedimento utilizado para a coleta de fontes, no entanto, recebi relatos de um recorte muito específico de nossa sociedade – efeitos da famigerada “bolha”, quando não da precariedade do meu espírito democrático, visto que se o *script* não dá conta de me proteger de discursos reacionários, eu tomo a liberdade de fazê-lo eu mesmo.

Curiosamente, os oito relatos recebidos são de autoria feminina, de mulheres de classe média e quase todas (sete deles) com educação superior. Seis são pós-graduandas ou pós-graduadas. Cinco estão na faixa de idade entre 25 e 34 anos. Esse é precisamente o recorte onde há maior índice de desaprovação com o Governo, segundo pesquisa de opinião da Datafolha, divulgada no dia 9 de abril (cf. DATAFOLHA, 2019). A amostragem que obtive não é o suficiente para mapear as alterações na percepção do tempo histórico no Brasil, mas nos permite ter uma ideia de como se relacionam com o tempo histórico as mulheres de esquerda nesse momento. Para desenvolver minha leitura, será necessário apresentar alguns pressupostos teóricos sobre a natureza complexa das fontes, o que faremos na parte que segue.

Antes de falarmos de uma ontologia dos sonhos, é necessário apresentar alguns aspectos da ontologia do tempo sobre a qual a primeira se assenta. Entendemos o sonho como uma manifestação do “futuro presente”, para usar uma expressão cara ao teórico Reinhart Koselleck. Ou seja, destarte, vale dizer que compreendemos o tempo aqui a partir dos postulados de uma matriz hermenêutico-fenomenológica que não vê o tempo de maneira espacializada, mas como temporalidade interna, como um fenômeno de natureza psicofisiológica. Para dar conta do estudo dos fenômenos do passado e do futuro, Koselleck cunha as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa; Heidegger chama a atenção para a Historicidade e Futuridade; e Freud analisa a disposição do aparelho psíquico em seus estudos de metapsicologia, chamando atenção para a natureza hereditária do Id e do Superego e para o trabalho da memória e as pulsões de desejo (cf. LEITE, 2017).

Passado e Futuro, figuram, portanto, como *sido* e *ainda não tendo sido*; tudo aquilo que diz respeito ao nosso campo da experiência e da memória e tudo aquilo que diz respeito ao nosso campo do desejo e da expectativa.

Sobre os sonhos, recuamos primeiro a Freud, em seu estudo pioneiro sobre o tópico, *Interpretação dos Sonhos* (1902). Segundo o autor:

Os sonhos se originam do passado em todos os sentidos. Não obstante, a antiga crença de que os sonhos preveem o futuro não é inteiramente

desprovida de verdade. Afinal, ao retratarem nossos desejos como realizados, os sonhos decerto nos transportam para o futuro. Mas esse futuro, que o sonhador representa como presente foi moldado por seu desejo indestrutível à imagem e semelhança do passado. (FREUD, SA, II, 588 apud LEITE, 2017).

Essas palavras finais da obra ecoam, de alguma maneira, um pressuposto legado por pensadores como Heidegger, Freud e Benjamin: o passado é a matéria mesma da existência, e, sendo assim, presente e futuro são diferentes modulações do passado.

Os sonhos são onde o campo da expectativa se realiza e se irrealiza, simultaneamente, tal como no campo ficcional (cf. ISER, 2002). É onde a imaginação assume contornos reais e o real assume contornos imaginativos. Doravante, quando nos referimos a possibilidade de extrair um estudo sobre o tempo histórico a partir da análise dos sonhos, nos referimos a sua natureza filiada ao campo do não-realizado e, ao mesmo tempo, como realização de algo em específico.

A questão que salta, neste momento, é à semelhança qual imagem do passado – a qual espaço de experiência, memória, a qual história – foram moldados esses sonhos, todos eles violentos?

Para arriscar a resposta, recuamos a dois dados fundamentais da biografia das autoras: a condição feminina em uma sociedade patriarcal e seu alinhamento ideológico e militância política à esquerda do espectro político.

Apesar de não estarmos falando de relatos do passado, mas de possíveis futuros, valemo-nos das perspicazes formulações de Bonnie G. Smith. A historiadora, em seu fundamental *The Gender of History* (1998), sugere que a escrita (historiográfica) feminina era caracterizada por uma série de especificidades que, quando da disciplinarização da História ao longo do século XIX, foram crescentemente consideradas formas baixas e superficiais de expressão historiográfica e associadas ao amadorismo. A tese central de Smith é a de que a ideia de História profissional que é construída no século XIX tem gênero, e esse gênero é masculino. Todo o sentimentalismo, a análise de pequena escala, do cotidiano, o retratar de objetos não quantificáveis é restringido gradativamente a uma noção de amadorismo feminizada.

O que nos interessa aqui, no entanto, é uma pequenez da introdução da obra de Bonnie G. Smith que sugere uma especificidade da escrita feminina: na época de seu surgimento, décadas antes do início da profissionalização da escrita historiográfica vivia-se

“um clima de violento derramamento de sangue, ebulição social drástica e crescente discriminação contra as mulheres” (SMITH, 1998, p. 4%). Eram tempos que excluía, de antemão, a objetividade insensível em matérias da vida social e política. Esses tempos revolucionários resultaram em “dor insuportável” e na modernidade, na qual “o clima político promovia a igualdade e os direitos universais, mais ao mesmo tempo existia uma crescente denegação e espoliação legal das mulheres” (SMITH, 1998, 4%). Em suma, “o que foi primeiramente chamado de ‘amadorismo’ feminino é sintomático de uma relação com o passado filtrada pelo trauma” (SMITH, 1998, 4%).

Como dissemos antes, não estamos aqui tratando de relatos de passados, mas de possíveis futuros. Mas, como também dissemos, não há nenhum relato de possível futuro que não esteja profundamente calcado em um passado. Em tempos nos quais a categoria de trauma foi habilitada na historiografia para dar conta dos eventos dolorosos do século passado, talvez pareça pouco especial afirmar que o sonho feminino, como modulação da experiência e da memória, é filtrado pelo trauma. Mas vale lembrar que não estamos falando de simples eventos traumáticos, mas de condições estruturais, profundas, que remontam pelo menos à construção do sexismo científico há pelo menos dois séculos.

Sobre a identidade política (que indicamos ser de “esquerda” para as autoras dos relatos), primeiramente devemos chamar a atenção para a relação entre memória e identidade. Jan Assman escreve

Indivíduos têm várias identidades, de acordo com os vários grupos, comunidades, sistemas de crença, sistemas políticos etc. aos quais pertencem, e igualmente variadas são as suas memórias comunicativas e culturais, resumindo: memórias coletivas. Em todos os níveis, a memória é um sistema aberto. Ainda assim, não é um sistema totalmente aberto e difuso; há sempre estruturas que relacionam a memória a horizontes específicos de tempo e identidade nos níveis individual, geracional, político e cultural. Onde essa relação é ausente, não estamos lidando com memória, mas com conhecimento. Memória é conhecimento dotado de um índice de identidade, é conhecimento sobre si, quer dizer, é a identidade diacrônica própria de alguém, seja como indivíduo ou como membro de uma família, uma geração, uma comunidade, uma nação ou uma tradição cultural e religiosa. (ASSMAN, 2008, p. 122)

E conclui, com o *insight* nietzscheano: “Lembrar-se é uma realização de pertencimento, até uma obrigação social. Uma pessoa tem que lembrar para pertencer [...]” (ASSMAN, 2008, p.122).

As disputas simbólicas entre apoiadores e opositores do presidente Jair Bolsonaro escancaram a importância do lembrar-se de determinados eventos e de lembrar-se desses

eventos de uma maneira ou de outra. Tomemos o mais paradigmático desses casos – e encaminhamos aqui nosso entendimento do que ocupa o campo da experiência e da memória nesses sonhos que analisamos – a ditadura civil-militar. Para ser de esquerda no Brasil, hoje, é imperativo lembrar do regime de 1964-1985 como um regime ditatorial, autoritário, fundado a partir de golpe de estado alimentado por forças anticomunistas. Enquanto entusiastas da Ditadura militar relativizam a perseguição política, a repressão, a censura, a tortura e a execução sumária de opositores (e mesmo de não opositores) do regime, para se ser de esquerda, a memória do regime é, necessariamente, ocupada fortemente por esse espectro.

“[...] Esse pesadelo me marcou muito devido a tudo que já estudei e relatos que ouvi e li da Ditadura brasileira e de outros países, não apenas latino americanos [...]” (V.)

Não cabe a nós discutir neste espaço os porquês exatos dessa clivagem, mas vale lembrar que estudos recentes apontam como a vitória da campanha pela Anistia foi a vitória de uma memória “liberal” do período da ditadura e que abriu a possibilidade para que um falso diferendo (cf. JENKINS, 2004) fosse estabelecido entre entusiastas e detratores do regime. De um lado, a nostalgia do apolítico ou a apatia do herdeiro de nosso positivismo republicano ou o anticomunismo dos conservadores, de outro, e apenas desse outro lado, o trauma, o medo e o terror. Na parte final dessa fala, gostaríamos de analisar um pouco mais esses fenômenos relacionados ao tempo histórico.

“Eu vivi, em um sonho, o pesadelo real de muita gente. [...] Nem o meu sonho conseguiu escapar de todo esse cenário de [...] insegurança, intolerância, desrespeito e ódio.” (T.)

Esse trecho do relato de um dos sonhos é particularmente interessante porque nos permite encaminhar uma parte fundamental de nosso argumento: o tempo, assim como nos sugere Heidegger, é uma unidade *ekstática*. Podemos decompor a temporalidade do Ser em estruturas existenciais num projeto de analítica do Ser, mas na prática não existe fenômeno que esteja ligado apenas a uma dessas estruturas.

O que vimos tentando argumentar ao longo de nosso trabalho é precisamente que não podemos isolar o sonho como pertencente somente ao passado ou ao futuro, mas como manifestação mesma de um conjunto de humores, relações de cuidado (*Sorge*), aberturas, propriedade ou impropriedade da relação do *ser-aí* com seu *aí*. O sonho não é apenas um testemunho ficcional do passado ou do futuro. Mais do que isso, nos lembra Koselleck:

Os sonhos [...] são mais do que um testemunho ficcional do terror e sobre o terror. [...] São formas de terror que se manifestaram corporalmente, sem que as testemunhas necessariamente tivessem que ser vítimas de violência física. Em outras palavras, precisamente como ficção eles foram um elemento da realidade histórica. Os sonhos não mostram apenas as condições que os tornaram possíveis – possíveis como ficção. Os próprios sonhos são formas de realização do terror. (KOSELLECK, 2006, p. 254)

O Terror ou o Medo é, por sua vez, um dos humores fundamentais analisados por Heidegger e que se origina como uma forma primária do *ser-aí* se relacionar com o mundo circundante [a disposição, ligada especialmente ao passado]; “antes de qualquer compreensão [ligada ao futuro], interpretação ou discurso, o *ser-aí* está em alguma disposição afetiva, afinado por algum clima [*Stimmung*]” (PEREIRA & ARAÚJO, 2018, p. 72). O que está em jogo, no Medo (terror, temor) é a dimensão do porvir como espera. “Tememos sempre algo que nos vem ao encontro, a expectativa de um mal que se aproxima é uma das estruturas temporais do medo” (PEREIRA & ARAÚJO, 2018, p. 74). Quer dizer, o medo não é a dimensão do temor do que o *ser-aí* vai ao encontro de, mas daquilo que vem ao encontro do *ser-aí* e de seu *aí*, ou seja, que ameaça a ele e a seu mundo circundante, estabelecido.

Esse medo futuro que ameaça o *aí* (mundo estabelecido) do *ser-aí* (humano) em suas ocupações com as coisas e cuidado com outras pessoas produz efeitos (afetos) como depressão, aflição, confusão e conturbação (PEREIRA & ARAÚJO, 2018, p. 74)

Valdei Araújo e Mateus Pereira, por razões bem distintas das nossas, se detém a comentar sobre a depressão e a confusão, que oportunamente são os dois afetos que nos interessam aqui. Tomamos a liberdade de fazer uma última citação:

Na *confusão* do medo, tendemos a esquecer de nossas possibilidades, reduzindo-as ao seu *aí* mais imediato, que imaginamos estar em risco. Ao confundir-se com seu *aí* o humano perde o que lhe é mais próprio, ou seja, seu poder ser. Nesse esquecimento ele se ocupa então exclusivamente do imediato, do que está à mão. Na depressão, o *ser-aí* relaciona-se com o seu estar-lançado, porvir, em sentido negativo, fechando-se para o futuro, esperando-o como um mal que se acerca, o que novamente lança em direção ao imediato em busca de proteção: “Por que se esquece de si e não apreende nenhuma possibilidade determinada, a ocupação que teme, salta do mais imediato para o mais imediato (PEREIRA & ARAÚJO, 2018, p. 74).

Concluindo, o que buscamos nessa visita ao pensamento Heideggeriano foi precisamente a relação que o pesadelo, como manifestação mesma do Terror e do Medo, que são humores fundamentais de nossa relação com o mundo, tem com o fechamento do horizonte da futuridade. Os articuladores do Bolsonarismo, de alguma maneira, parecem ter vencido uma curta batalha que antecedeu o início do governo real do presidente Jair

Bolsonaro – uma batalha pelo imaginário político brasileiro, manifesta nos sonhos que estudamos. Foram capazes de injetar esperança em seus apoiadores e medo em seus detratores. A esperança é o campo da abertura do futuro, enquanto o Medo o campo do fechamento da futuridade, do enclausuramento no agora, da tentativa de preservação mínima do aí ameaçado. Daí a importância dada por Jair Bolsonaro e seus asseclas à disputa pelo passado nacional recente, sobretudo a ditadura militar de 1964-1985.

A maneira como essa disputa é feita também é particularmente relevante: o bolsonarismo não nega que o regime tenha sido autoritário, violento. Bolsonaro até se lamentou, em diversos episódios, de que o regime não tenha sido mais duro. Ele se dedica a reler autoritarismo e violência como elementos positivos daqueles tempos por quê/e direcionados aos “subversivos” que ameaçavam o governo e a liberdade do povo brasileiro. Ou seja, fomenta deliberadamente a expectativa de um regime autoritário e violento para seu mandato.

O sonho faz parte da esfera do inconsciente. Isso não significa que não possamos matizar o papel dessas experiências na conformação dos afetos liberados por nossa experiência histórica. E muito menos que devemos abrir mão de disputar ativamente o passado num momento em que a vida prática sofre ameaças alimentadas pela luta simbólica em curso. Disputar o espaço dos sonhos é um caminho para reagir.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeir; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: SBTHH, 2018.

ASSMAN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016

BADIOU, Alain. **La ética**: Sobre la conciencia del mal. Cidade do México: Herder México, 2005

DATAFOLHA. **Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, abril de 2019. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987680-governo-bolsonaro-e-aprovado-por-32.shtml>>. Acesso no dia 10 de maio de 2019.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. vol. 2. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JENKINS, Keith. Ethical Responsibility and the Historian: On the Possible End of a History "Of a Certain Kind". **History and Theory**. v. 43, n. 4, Theme Issue 43: Historians and Ethics pp. 43-60, dezembro de 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. **História do "passado": da conceitualização tradicional à reconfiguração em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud**. Tese (Doutorado em História) - FAFICH. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017

SMITH, Bonnie G. **The Gender of History: Men, Woman, and Historical Practice**. Cambridge: Harvard, 1998. Versão digital.

“A esperança brilha mais quando alvorece do medo” Fahrenheit 451, resistência e disseminação de idéias

João Victor Brandão

Graduando

Universidade de Minas Gerais

Brandao110@outlook.com

Resumo: Um Estado ditatorial e repressivo em que a televisão, ou uma versão futurista do aparelho que dá ao telespectador a impressão de ser mais interativo, é utilizada para delinear comportamentos e pensamentos, uma verdadeira lavagem cerebral. Uma tentativa de controle que vai longe ao ponto de o governo tornar livros ilegais, montando esquadrões de busca e destruição de livros, ironicamente chamados de bombeiros, e os queimando em “praça pública”. Essa distopia futurista é retratada no filme de 1966, Fahrenheit 451, inspirado no romance de mesmo nome escrito por Ray Bradbury e lançado em 1953. Tanto o filme quanto o livro fazem referência às experiências totalitárias que a Europa havia vivido nas décadas anteriores, isso fica nítido com a burocratização enraizada nessa sociedade. A vida das pessoas foi politizada por completo, não havendo distinção entre o público e o privado, elas são ensinadas a como se portar e agir e até o que pensar a partir dos programas veiculados na televisão. Esse processo cria uma sociedade apática e incapaz de realizar um pensamento crítico ou de pensar por si só, tanto na realidade quanto na ficção. O impedimento da livre circulação de idéias também é nítido nesse mundo, a materialização mais expressa disso é o destacamento de um grupo exclusivo para a busca e destruição de livros, como se fossem algo perigoso demais para existir. Segundo Arendt, porém, o sentido da política é a liberdade, portanto, a autora desloca o conceito de liberdade do âmbito da vida contemplativa e do pensamento para o campo da ação, além de deslocá-lo da vida privada para a vida em comum, política e pública. Nesse sentido, apesar dessa força de repressão, ainda há resistência, a relação desses dois movimentos é expressa muito bem por um termo trabalhado por Michael Foucault, o agonismo. O agonismo é uma relação em que, ao mesmo tempo, é de incitação recíproca e de luta, a repressão gera a resistência e sua existência faz com que o regime tenha uma reação sistêmica. Uma vez que a simples força não é mais tão efetiva para evitar a disseminação das ideias que se queria combater, é necessária a criação de um imaginário substituinte. Esse novo conjunto de ideias é semeado pela televisão e fortalecido pelos atos evidentes de caça aos livros. Sendo assim, pretendemos analisar nesse trabalho a operação antagônica do regime totalitário com o acesso a informação e a luta caracterizada pela resistência presente no filme.

Palavras-chave: Fahrenheit 451, Resistência, Agonismo.

Um Estado ditatorial e repressivo em que a televisão, ou uma versão futurista do aparelho que dá ao telespectador a impressão de ser mais interativo, é utilizada para delinear comportamentos e pensamentos, uma verdadeira lavagem cerebral. Uma tentativa de controle que vai longe ao ponto de o governo tornar livros ilegais, montando esquadrões de busca e destruição de livros, ironicamente chamados de bombeiros ou *fireman* no nome original, e os

queimando em “praça pública”. A vida das pessoas foi politizada por completo, não havendo distinção entre o público e o privado, as pessoas são ensinadas a como se portar e agir e até o que pensar a partir dos programas veiculados na televisão. Esse processo cria uma sociedade apática e incapaz de realizar um pensamento crítico, incapaz de pensar por si só, tanto na realidade quanto na ficção. O impedimento da livre circulação de idéias também é nítido nesse mundo, a materialização mais expressa disso é o destacamento de um grupo exclusivo para a busca e destruição de livros (um veículo muito eficiente de disseminação de idéias), a destruição no local em que foram encontrados, como se fossem algo perigoso demais para existir nem quer que seja um segundo a mais. Uma vez que a simples força não é mais tão efetiva para evitar a disseminação das idéias que se queria combater, é necessária a criação de um imaginário substituinte. Esse novo conjunto de idéias semeado pela televisão e fortalecido pelos atos evidentes de caça aos livros. Nesse sentido, há uma espetacularização do ato de queimar os livros, algo que poderia ser feito com um simples fósforo é realizado com um lança-chamas em frente a uma grande multidão, o que causa efeitos diversos, para aqueles contra o regime seria a mais severa forma de intimidação, já para aqueles que foram ensinados a temer o conhecimento contido nos livros serve como uma prova de que o estado é capaz de expurgar a fonte do mal, além de ser um aviso para qualquer um que possa vir a pensar em se opor ao sistema.

Através das análises sobre poder, política e liberdade da filósofa Hannah Arendt, ela desenvolve a idéia de que em um ambiente político em que o Estado controla as relações de poder não é necessariamente preciso que se atrele a violência a ele como órgão detentor de poder, uma vez que, quando esta se mostra muito presente no controle social, significa que o poder do Estado não está funcionando de forma efetiva, portanto, a violência demonstra certa fragilidade da política em questão e do poder que a cerca. Sendo assim, o reconhecimento da desobediência civil como um exercício regular de direito fundamental, passa pela perspectiva de que o direito de desobedecer é fundante da comunidade política, o que mostra um caráter público e político, tendo em vista que expressa um novo poder em surgimento que questiona o anteriormente vigente. Dessa forma, a desobediência civil não caracteriza a negação do poder na política, mas sim a sua renovação, portanto, a dinâmica entre esse processo, o poder e a liberdade caracteriza a esfera da política.

Nesse sentido, a experiência com formas totalitárias de Estado, como a apresentada na distopia futurista, dirigida por François Truffaut, do filme Fahrenheit 451, lançado em 1966 e inspirado do livro de 1953, escrito pelo romancista Ray Bradbury, nas quais a vida dos

homens foi politizada por completo, uma vez que se perde a distinção entre a vida pública e a privada, gerou a percepção de que a liberdade começaria apenas a partir do ponto em que cessasse a política, de modo que, onde esta não encontrasse limites, não haveria liberdade. Segundo Arendt, porém, o sentido da política é a liberdade, portanto, na crítica de tal entendimento a autora desloca o conceito de liberdade do âmbito da vida contemplativa e do pensamento para o campo da ação, além de deslocá-lo também do âmbito da vida privada para o da vida em comum, política, pública.

Na obra pode-se perceber uma um caráter atemporal que tem muito a dizer sobre todos os presentes em que se foi ou será assistida. Funcionando como um espelho que mostra como os aspectos mais comuns do cotidiano podem se tornar mecanismos de controle. A exemplo desse espelho, temos a grande queima de livros ocorrida durante o regime nazista na Alemanha, que visava a destruição de livros que eram considerados nocivos para o regime nazista. Ou seja, o que se temia era a disseminação dessas ideias, destruindo o único meio de comunicação que o governo não poderia controlar, os livros. Entretanto, como forma de resistência, as pessoas passam a fugir dos grandes centros e a memorizar seus livros para que suas idéias sejam passadas a frente mesmo que seu papel seja destruído, esse grupo se auto intitulava como pessoas livro. A preocupação da obra com a imersão nesse contexto de combate às idéias e, conseqüentemente, da leitura é tamanho que os próprios créditos do filme são lidos para o público no início do filme, sendo as únicas palavras escritas na tela o clássico “the end” e o nome do estúdio que produziu o filme.

Tais considerações podem ser aplicadas na discussão que o filme propõe, tendo em vista que na sociedade apresentada os livros se tornaram de certa forma inimigos do Estado e da ordem vigente, por isso são destruídos e as pessoas que resistem ao possuí-los são perseguidas, como retratado no filme pelos bombeiros, que são responsáveis pela destruição massiva de livros. Dessa forma, a resistência mostrada no filme, chamada de *terra dos homens livro*, em que os seus integrantes memorizam o conteúdo dos livros para que eles não se percam e fiquem no passado, pode ser considerada uma forma de desobediência civil, uma vez que seus integrantes não se estagnam frente à repressão, mas sim atuam em sua liberdade para se opor ao poder vigente e à sua forma de tratar a política. Ademais, o cenário retratado no filme ao se aproximar bastante das experiências totalitárias na Europa e caracterizar um regime totalitário, implica que a repressão seja articulada pelo Estado e os seus mecanismos se tornam institucionalizados, como no filme é tratada a destruição dos livros, que na obra é uma forma de representar a coibição da disseminação das idéias, integrada ao Estado.

Paralelamente, a construção de um cenário em que a destruição dos livros e, portanto, a transmissão de idéias, é institucionalizada, torna-se uma objeção para que se desenvolva o que Pocock estabelece como uma análise da gramática das linguagens politicamente empregadas, uma vez que o autor define a Linguagem como um conjunto de signos compartilhados, fator que não se desenvolve no filme sendo assim impossível de ser formalizado. Além disso, Pocock define a língua como o contexto linguístico e a fala como o modo pelo qual o autor se apropria da língua, ambos os fatores que no cenário distópico não poderiam ser analisados, portanto, para o autor a linguagem seria mutável, tendo em vista que seria adaptada de acordo com o contexto em tempo e espaço transformando o vocabulário político em questão. Nesse sentido, para Pocock, uma análise histórica do discurso político passaria diretamente pela análise das influências das ações lingüísticas, através da língua e da fala, nas linguagens e no discurso político de diferentes contextos. Na obra cinematográfica, o contexto apresenta a impossibilidade de formalização de uma linguagem articulável, visto que a elaboração de um discurso escrito é suprimida pela autoridade do Estado, isso significa dizer que, com base no pensamento de Pocock, a formação de um discurso ou de uma linguagem política e a articulação das idéias são delimitadas pela conjuntura estabelecida.

Em contribuição a essa discussão levantada a partir do filme Fahrenheit 451 é oportuno levantar as ideias do historiador Quentin Skinner, tendo em vista a sua definição do conceito dos “atos de fala”, que segundo Skinner, os atos de utilização da linguagem são estabelecidos através da junção das intenções empregadas pelo indivíduo e do conteúdo da sua fala propriamente dito, sendo assim, estabelece a análise da construção do discurso e das suas motivações. Nesse sentido, é vital para a compreensão que ambos os falantes e os interlocutores tenham noção do seu contexto linguístico e das intenções discursivas articuladas, o que não é aplicável nas circunstâncias apresentadas no filme, visto que, frente à repressão de um regime autoritário, as pessoas que não participam da resistência à destruição dos livros perdem a capacidade de compreender os discursos e os atos lingüísticos dos autores, por serem separados desse tipo de linguagem.

Por conseguinte, a articulação desses conceitos nos permite elucidar as intenções do autor do livro Fahrenheit 451, bem como posteriormente dos produtores do filme, em que se mostra clara a utilização dos livros como inimigos do Estado como uma alusão ao cerceamento da disseminação de ideias. Apesar disso, a repressão não foi o suficiente para acabar com o que se combatia, foi necessária a construção de uma realidade que substituiria essa dinâmica, permeada sim pela repressão, mas também pela imposição de uma lógica de

pensamento, em que os livros eram atrelados a ideia de medo e por isso acarretava a sua negação. Para além das congêneres associações ao totalitarismo, o autor abre margem à mudança desse cenário, visto que o passado recente havia concretizado as aspirações de dissolução totalitária. Tal qual os governos autoritários foram desintegrados em fins da primeira metade do século XX, no filme o personagem central notou a insustentabilidade da ação de queimar livros, gerando assim uma fagulha de esperança que se transformou em resistência.

Esse combate a ideias que se deferenciam da doutrina pregada pelo sistema político vigente sempre ocorre em estados autoritários que atacam diretamente os fundamentos da democracia já que a pluralidade de idéias é fundamental num regime democrático. Essa perseguição ao intelectualismo é comum entre regimes autoritários já que a primeira coisa que o intelectualismo, aqui marcado e simbolizado pelos livros desenvolve é a capacidade pensar criticamente. Como diz o pensamento Arendtiano o pensamento leva ao julgamento das ações tomadas pelo individuo e pelos outros ao seu redor e esse julgamento leva à ação condizente com esse julgamento o que minaria o controle de um Estado totalitário à população.

Referências Bibliográficas

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Historia de las ideas, un estado del arte. **Prismas**, Revista de historia intelectual, n. 5, 2001.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión em la historia de las ideas. **Prismas**, Revista de historia intelectual, n. 4, 2000.

_____. **Ambrogio Lorenzetti**: the artist as political philosopher. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Repressão, controle e expurgo na UFC

Jônathas Assunção de Oliveira

Mestrando em História Social- UFC

Universidade Federal do Ceará- UFC

jonathasaoliveira@gmail.com

Resumo: A pesquisa, em construção, intitula-se: “Repressão, controle e expurgo na UFC”, visa entender os impactos causados pelos órgãos de repressão e informação instalados secretamente na Universidade Federal do Ceará (UFC) que trabalhavam em concordância, cooperação, acomodação e cooptação com diversos agentes universitários, objetivando desarticular e reprimir as ações estudantis consideradas “subversivas”, promovendo intervenção, vigilância e espionagem da rotina acadêmica num processo de modernização-autoritária, introduzido pelo comando militar, que simultaneamente reprimia e modernizava as instituições de ensino superior em todo país, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta. Ademais, utilizaremos os conceitos de controle e disciplinamento formulados pelo sociólogo de Michel Foucault, e de polícia política e espionagem do historiador Carlos Fico para entender o funcionamento das Assessorias de Segurança e Informações (ASI). A metodologia da pesquisa consistirá na análise da documentação produzida pelos órgãos de repressão (DOPS e IPM), informação (SNI, DSI e ASI-UFC) da Ditadura Militar presente no acervo do Arquivo Nacional (SIAN), dos decretos repressivos militares e das Atas do Conselho Universitário da UFC (CONSUNI- UFC) para captar o funcionamento do aparato repressivo e de informação presente na universidade, objetivando entender a repressão através dos documentos por eles produzidos, ressaltando os processos de repressão, controle, intervenção, vigilância e espionagem das atividades acadêmicas consideradas “subversivas” e que motivaram, segundo os ideólogos de Segurança Nacional, uma política nacional de repressão, controle e expurgo sobre as universidades federais do país.

Palavras-chave: Repressão, espionagem, cooptação e vigilância.

A eleição presidencial de 2018 resultou na vitória do candidato da chamada “Nova Direita” Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) sobre Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) trazendo novamente à tona frases que expressavam o descontentamento popular com a esquerda e a reafirmação de ideais de direita conservadora: “Intervenção Militar Já”, “Fora Comunistas”, “Vai pra Cuba”, “A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha”, “Não à Ditadura Comunista no Brasil”. Essas frases foram estampadas em cartazes e entoadas em manifestações lideranças pelas elites e classes médias urbanas nas ruas das principais capitais brasileiras representando o retorno dos valores conservadores no cenário político nacional.

Em 31/03/2019, completou-se cinquenta e cinco anos do golpe de Estado sobre o governo nacional do presidente João Goulart, iniciando a ditadura civil-militar que durou 21 anos, apoiada por setores da elite nacional liberal-conservadora, utilizando-se de instrumentos

autoritários: controle social, perseguição, espionagem, vigilância, repressão e expurgo para eliminar as manifestações contrárias ao regime. A partir do Ato Institucional nº1 (1964) constatou-se o ideal norteador do golpe de Estado “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil (FICO, 2001)”¹. O regime militar apresentou características ditatoriais, conservadoras, autoritárias, interventoras, repressoras, antidemocráticas e anticomunista, imprimindo vasto e irrestrito processo de expurgo sobre os grupos de oposição política, independentemente da matriz ideológica, conforme Motta “O golpe de 1964 não foi movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista”. (MOTTA, 2014, p.9).

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. (Ato Institucional nº1, 1964, p.1)

A partir do AI-1 (1964) as forças “revolucionárias” agiram em prol de interesses elitistas, consolidando a economia capitalista e afastando a “ameaça” aos padrões capitalistas, conservadores e tradicionais da sociedade brasileira da época. O golpe representou a vitória das forças conspiradoras desde o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 e das ideologias conservadoras e autoritárias, expressas nas Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade² que exigiam a retirada de João Goulart que “ameaçava” a legitimidade e status social com as *Reformas de Base*³. O governo militar apresentou duas tensões permanentes entre: as alas do movimento “revolucionário” linha dura (liderada por Costa e Silva que objetiva uma “limpeza permanente” da oposição em escala nacional) e castelistas (comandada por Castelo Branco que ambicionava implantar medidas mais moderadas, conciliatórias e legalistas para impedir o ímpeto repressor da linha dura e ganhar apoio popular), conforme Fico (2004, p.72); e entre as forças aliadas heterogêneas que apresentavam diferenças significativas e até contraditórias, unidas em prol da retirada do presidente que “representava”

¹ Carimbo oficial encontrado nos anexos da obra “*Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*” (2001) do historiador Carlos Fico, pertencente ao Arquivo Nacional.

² Foram uma série de manifestações públicas lideradas pelas elites nacionais conservadoras ocorridas entre 19 de março de 1964 a 08 de junho de 1964 nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, em resposta ao discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março 1964 em de apoio às Reformas de Base, demonstrando o apoio das elites nacionais civis, empresariado nacional e setores conservadores da sociedade ao futuro golpe de Estado militar em 31 de março de 1964.

³ Foram reformas estruturais, que ficaram conhecidas como Reformas de Base, em áreas essenciais: agrária, tributária, financeira, educacional e administrativa. Esse conjunto de reformas pretendia fazer uma justa distribuição de renda no país, contemplando os trabalhadores sindicais que buscavam apoio e visibilidade política. As reformas provocaram greves sindicais, manifestações civis e estudantis em todo o país.

a condução do país ao precipício (MOTTA, 2014). Essas tensões foram percebidas em diversos momentos: uns com maior ímpeto repressivo nas ondas repressivas de 1964-1968 nas universidades; e em outros com medidas mais conciliatórias para manter a estabilidade e a sustentação do governo.

A escolha de seu nome impediu a imediata ascensão de Costa e Silva, mas Castelo não conseguiu, como pretendia interromper a temporada de punições 'revolucionárias'.... Para bem compreender o regime militar, é fundamental sublinhar esse fracasso do governo Castelo Branco: a história do regime militar como sendo a trajetória do surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura e, em particular, das chamadas 'comunidades de segurança e informações. (FICO, 2004, p.72)

Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até reformistas moderados. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício. (MOTTA, 2014, p.8)

O Estado construído após o golpe de 1964 representou a tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias. Em lugar de fazer escolha clara e irrestrita por algumas opções, os dirigentes brasileiros preferiram atender a projetos diferentes e estabelecer compromissos. (MOTTA, 2014, p.15)

Percebeu-se, a partir de Fico (2001) e Motta (2014), que a ditadura militar estabeleceu complexas relações com a sociedade brasileira baseadas em: consenso e consentimento e coerção e repressão. A primeira se dava na perspectiva de acomodação das divergentes esferas de apoio ao novo regime, usando jogos de acomodação ou de cooptação para uni-los, fortalecendo a rede de apoio ao governo. Nas universidades foram utilizados jogos de acomodação em torno da Reforma Universitária (1966) que congregou esforços discentes e docentes para melhorar o ensino e as estruturas físicas. A segunda baseava-se na prática do "terrorismo de Estado" pela propagação do medo para inibir as ações de resistência e oposição, promovendo silenciamentos e o fortalecimento da guerra ideológica, cassando, punindo e reprimindo pela construção do imaginário de inimigos: internos (grupos de esquerda sob influência da URSS) e externos (infiltração direta de grupos comunistas no Brasil) para destruir os padrões da sociedade brasileira, subvertendo os costumes e as mentes juvenis universitárias, conforme documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Operações Políticas Sociais (DIOPS).

A partir do lema "A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil (FICO, 2001)" coletado nos ofícios sigilosos produzidos pela Divisão de Segurança e

Informações (DSI) no Ceará, constatou-se a intenção das agências de informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Polícia Federal (PF) em construir imagem negativa das ações estudantis de esquerda no país, definindo-os como “subversivos” e “terroristas”, de acordo com as Informações nº 03/20/DSI/MEC/85⁴ e nº 131/DR/DPF/CE/70⁵. Essas Informações tinham livre circulação entre as agências de inteligências das Forças Armadas e do aparato repressivo nacional (AC/SNI- CIE-CENIMAR- CISA- C1/DPF).

A ditadura civil militar se estabeleceu por quatro pilares: propaganda (buscava-se o consenso e consentimento de forma oficial ou oficiosa o apoio da imprensa e da mídia), censura (estabelecendo impedimentos sobre manifestações públicas e redações de jornais), espionagem (sobre o ambiente acadêmico pela comunidade de informações) e repressão (pela comunidade de segurança para garantir o controle e expurgo das forças ditas indesejáveis). Para a pesquisa focaremos nas ações de espionagem e repressão das ações estudantis ditas subversivas na Universidade Federal do Ceará (UFC), os estudantes de esquerda eram vistos com desconfiança e preocupação devido sua trajetória de lutas ligadas aos movimentos grevistas, sindicalistas, urbanos e rurais. Promovendo, em retaliação, ações estatais de controle da juventude universitária.

No intuito de controlar as universidades foram implantaram medidas que conquistassem o apoio da juventude ou pelo mesmo o consentimento através Projeto Rondon (1978)⁶, Reforma Universitária (1966)⁷ e ampliação das universidades brasileiras (1967). Essas medidas vinham atreladas ações repressivas sobre subversivos no meio acadêmico através da Operação Limpeza (1964), das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e do Decreto nº 477/1969. Pelo projeto de modernização- autoritária, a cúpula militar objetiva formar uma nova juventude de acordo com padrões conservadores, patrióticos, capitalistas, capitalistas, tradicionais e cristãos ensejados no golpe de 1964.

Não é novidade usar o termo modernização conservadora ou autoritária para explicar o que aconteceu no Brasil após o golpe; desde 1966 alguns analistas têm adotado a expressão para definir a essência do regime militar. O

⁴ Ofício confidencial da Divisão de Segurança e Informações (DSI) sob o assunto: Ação subversiva no Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Xapuri /Acre, datado de 25/02/1985, pertencente ao Fundo Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional.

⁵ Ofício confidencial do Ministério da Justiça da Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará sob assunto: Ação terrorista no Ceará datado de 25/09/1970, pertencente ao Arquivo Nacional.

⁶ Segundo Motta (2014, p. 87), o Projeto Rondon teve como objetivo principal desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar, oferecendo alternativa além da repressão.

⁷ Segundo Motta (2014, p. 78) os primeiros passos legais para a concretização da reforma universitária foram a partir dos Decretos-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 e da lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967.

conceito foi desenvolvido por Barrington Moore Jr., que, sob influência de ideias marxistas, produziu uma inflexão nas teorias da modernização norte-americana (...). Esse autor defendia o argumento de que os processos de modernização seguiriam **trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras**. Essencialmente, o modelo destacava a formação de alianças reunindo burguesia e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciaram processos de modernização conservadora conduzidos pelo Estado. (MOTTA, 2014, p.11)

Segundo Motta (2014), o regime militar se apropriou de ideias progressistas e reformistas vigentes, adaptando-as de forma autocrática e elitista, implantando a modernização-conservadora ou autoritária nas universidades brasileiras, mesclando iniciativas progressistas, reformistas e repressivas para controlar e modernizar as universidades, consideradas locais de formação das novas lideranças políticas, porém, seguindo preceitos de combate e repressão ao comunismo, esquerdismo contrário ao regime, reprimindo, controlando e expurgando as vozes dissonantes.

De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a ‘subversão estudantil’. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava ‘perigosos’. O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi e, juntamente com outros Órgãos de Informação (OIs), triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágio no exterior. (MOTTA, 2014, p.8)

O projeto ambicionava ramificar o controle e eliminar influências das forças de oposição, através da vigilância, censura, perseguição e repressão dos considerados “perigosos e subversivos”, aplicando a prerrogativa da Segurança Nacional, legitimando o combate, repressão e expurgo dos grupos de esquerda presentes nas esferas públicas, em especial nas universidades. Cassando, afastando, perseguindo, demitindo, vigiando, espionando e controlando ideologicamente as atividades estudantis e acadêmicas, materializadas na atuação das ASIs que triavam contratações, realizavam demissões, afastamentos, aposentadorias por critérios ideológicos. Elas eram o braço das forças militares dentro dos campi universitários brasileiros para viabilizar as ações repressivas e o controle sobre os estudantes, lançando mão de diversos instrumentos para garantir o controle dos principais lócus de formação das futuras lideranças.

As universidades brasileiras serviram de espelho para entender o experimento de modernização-autoritária apresentando contradições e ambiguidades nos campi brasileiros, ressaltando a diferença de classes e o tratamento dos conflitos, utilizando-se conciliação e acomodação entre membros da elite e repressão e expurgo sobre os estudantes “subversivos”, percebendo-se uma política que usou dois pesos e duas medidas, através do conceito de cultura política “conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos direcionados para o futuro”. (MOTTA, 2014, p.12)

Outros elementos tradicionais da política brasileira se fizeram presentes nesse período: o Estado autoritário lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes demonstraram flexibilidade em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos legais a confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Essas práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais proeminentes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais. Claro, nem sempre os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem, pois a depender do contexto, dirigentes universitários foram punidos por serem considerados tolerantes demais. Além disso, cumpre lembrar que muita violência ocorreu nos campi, sobretudo nos momentos de invasão policial, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não mencionar os membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. Ainda assim, nas universidades, muitas vezes as vozes moderadas prevaleceram, e os atos repressivos foram temperados com negociação e tentativas de cooptação. (MOTTA, 2014, p.17)

Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjos entre repressão/acomodação, repressão negociação e repressão/cooptação. (MOTTA, 2014, p.18)

A partir do curso de formação da Escola Nacional de Informações (ENI) “Aspectos da guerra contemporânea” captou-se com mais clareza a definição e extensão do conceito de subversão⁸: “consiste no emprego planejado de propaganda e de outras ações, principalmente de cunho ideológico com o objetivo de obter apoio da população para um movimento revolucionário” (Fundo Escola Nacional de Informações, “Aspectos da guerra contemporânea”, 1977, p.6). A definição de subversão aplicada pelos órgãos de inteligência militar baseava-se em ideais de direita-conservadora, burguesa e anticomunista, considerando *subversão*: prática de perversão da ordem estabelecida, moral, costumes e tradições cristãs

⁸ O conceito está presente nas anotações do curso de formação dos agentes dos órgãos de repressão e informação “Aspectos da guerra contemporânea” no Fundo do Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional sob título V8 TXT ESN. 3, p. 6, 1977) .

brasileiras. Subvertendo-as em prol da implantação da revolução comunista, infiltrando-se e modificando as mentalidades e práticas sociais, ramificando-se para alcançar o poder e apoio das mais diversas esferas da sociedade. Utilizando-se para efetivação de demandas populares como instrumento de manipulação social a favor da sociedade comunista, promovendo a extinção do Estado capitalista burguês e da supremacia do capital no Brasil.

A localização e identificação das ações subversivas se dava pela espionagem e vigilância estatal dos grupos de oposição: comunistas, socialistas, nacionalistas, trotskistas, maoístas, castristas e dentre outras vertentes sobre influência da União Soviética (URSS). Segundo as lideranças militares e conservadoras civis era necessário vigiar, controlar e punir quaisquer manifestações que desviassem das condutas e práticas morais consideradas “padrões” e “normais” da sociedade cristã brasileira, combatendo o uso de drogas, as práticas sexuais livres ou divergentes da normalidade cristã, comportamentos inadequados aos padrões capitalistas de trabalho, moradia, família e vida, promovendo forte repressão sobre estudantes, militantes de esquerda, desempregados, pobres, homossexuais, hippies, negros, índios, dentre outros. A intenção era “normatizar” a sociedade brasileira, inculcando valores de obediência civil, patriotismo, capitalismo, moralidade cristã e aversão aos ideias comunistas e socialistas, eliminando manifestações contrárias aos padrões da sociedade capitalista, de direita política, conservadora e cristã.

Figuravam entre os “subversivos”: secundaristas e universitários de esquerda, partidos políticos comunistas, socialistas, nacionalistas de esquerda, trabalhistas, grupos contrários ao governo militar, sindicalistas e grevistas. Na investigação concentraremos o olhar sobre os estudantes universitários ditos subversivos na Universidade Federal do Ceará (UFC) que sofreram repressão, controle, espionagem e expurgo por suas supostas ações em desacordo com ideias conservadores e anticomunistas do governo militar. Objetivando compreender os impactos dos órgãos de repressão e informação no controle, intervenção, repressão, vigilância, espionagem e expurgo da rotina acadêmica estudantil e recreativa, conforme Relatório da Divisão de Ordem Política e Social (DIOPS) do Estado do Ceará que vigiava reuniões, assembleia e festas da Representação Estudantil (R.E) na UFC em 17/06/1977.

Cumprindo determinação verbal do Diretor desta DIOPS, Bel. Roberto de Palácio Queiroz, deslocamo-nos, por volta das 19:00 horas do dia 17 JUN 77, ao auditório da Faculdade de Direito do Ceará, a fim de assistirmos a uma assembleia geral da REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL (R.E), na qual seria fornecido resultado da enquete anexa como tema para ser discutido e ao mesmo tempo ‘acharmos uma solução viável de encaminhar estes problemas às autoridades competentes, conforme palavras de um dos representantes estudantis. (Relatório DIOPS, 17/06/1977, p. 1)

Cumprindo determinação verbal do Diretor desta DIOPS, Bel. Roberto de Palácio Queiroz, comparecemos à sede da R.E, por volta das 21:00 horas de ontem, onde se realizava uma festa promovida pelo Centro de Estudos Sociais Aplicados, a fim de nos inteirarmos da hora da 2ª Assembléia Geral do Centro de Humanidades. (Relatório DIOPS, 17/09/1977, p. 1)

O relatório apresentado acima é um ofício confidencial produzido pela Divisão de Ordem Política e Social (DIOPS), componente da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, responsável pela execução e vigilância de ações do movimento estudantil na UFC, configurado na Representação Estudantil (R.E) que promovia reuniões, assembleias e festas para unir a classe estudantil na perspectiva de realizar mobilizações para obter mais participação e o retorno dos diretórios acadêmicos, proibidos desde a instauração do AI-5, sendo vetada qualquer organização e manifestação de natureza política no país. O ofício sigiloso analisado é um relatório de vigilância sobre a Assembleia Geral da R.E realizada no auditório da Faculdade de Direito da UFC no dia 17 de junho de 1977, solicitado pelo Delegado da Polícia Federal Bel. Roberto Palácio de Queiroz. Sob observação dos investigadores de Polícia: Raimundo Nonato de Souza Rafael e Francisco Carlos Araújo Crisóstomo que relataram ações, decisões, falas e as representações dos centros e faculdades componentes da universidade, no intuito de localizar, identificar e conter possíveis ações subversivas, eliminando a proliferação de ideias de esquerda presentes no corpo estudantil, buscando justificar as ações repressivas dentro do ambiente universitário, deixando as autoridades policiais a par das ações estudantis que pudessem ser classificadas como perigosas ou que necessitavam de intervenção diretas das forças de segurança do estado.

As ações repressivas durante a ditadura civil-militar eram desconhecidas do grande público, agindo secretamente por meio de espionagem e vigilância, ramificando-se para viabilizar o serviço de inteligência e fomentar as ações de cassação, prisão, impedimento, sequestro, desaparecimento, tortura e assassinato dos considerados “subversivos e terroristas”, que segundo a cúpula militar objetivava tomar o poder e fazer uma revolução de caráter socialista, de acordo com as anotações do curso de treinamento da Escola Nacional de Informações do SNI “Aspectos da guerra contemporânea” na página 6 que relatava os objetivos dos agentes subversivos no Brasil: “tomar o poder de forma pacífica e preparar clima para a revolução por meio da luta armada”. (Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional, V8 TXT ESN. 3, 1977, p. 6). O citado curso é composto por diversas anotações que objetivavam preparar os agentes dos organismos de informação para a produção de material utilizado nas comunidades de segurança, desarticulando as supostas

ações subversivas, intencionado eliminar e afastar a influência das forças de oposição, resultante do funcionamento harmônico e coordenado da estrutura repressiva e de informação nacional.

O documento em análise é um relatório produzido pela seção estadual do SNI de abril de sob título “Promoção de curso sobre marxismo- Fortaleza/CE” datado de 07 de abril de 1981, comunicando parecer sobre as atividades do curso de marxismo realizado no Centro Artur Ramos de Estudos Sociais (CARES) ao Chefe de Gabinete de Serviço Nacional de Informações, Dr. Euclides Pereira de Mendonça, contendo longa descrição da realização do curso, das falas proferidas, dos alunos e professores presentes, identificando-se possíveis alvos para as próximas ações de vigilâncias, concluindo o presente parecer como o comentário a seguir.

O referido curso levado a efeito na UFC reflete a determinação e o empenho dos comunistas, infiltrados no corpo discente daquela Universidade, de introduzir a pregação marxista como disciplina curricular, bem como desacreditar, perante os universitários, os professores que ainda se opõem a tal doutrina. (Ofício confidencial do SNI, p.5)

O historiador francês Pierre Nora (2003) auxilia a compreensão dos arquivos produzidos no regime militar brasileiro, acrescentando significância e entendimento ao exprimirem a um só tempo memória e história, provocando tensão entre a memória história e memória vivida, podendo ser reivindicados legitimamente por ambos, dificultando a análise e interpretação por estarem impregnados de emoções sociais e coletivas, constituindo-se disputas apaixonadas.

... Daí a noção de ‘arquivos sensíveis’: são aqueles onde se exprimem a um só tempo a memória e a história. É isso que provoca o desafio dramático e conflituoso dos arquivos contemporâneos: eles pertencem, plenamente, a esses dois tipos de memória história e a memória vivida, pois as duas podem legitimamente reivindicá-los e deles se servir. É esse drama e essa tensão entre esses dois tipos de memória que faz dos arquivos, impregnados de emoções sociais e coletivas, objeto de disputas apaixonadas. (Apud NORA, 2003, p.48)

Encontrou-se na documentação traços de conflitos apaixonados e tensões impregnadas de emoções sociais ao construir categorizações sobre os “inimigos do Estado”, “terroristas”, “subversivos” e “movimento revolucionário”. Conceituações baseadas em princípios autoritários, de extrema-direita, anticomunistas e antidemocráticos, captando-se nas palavras dos agentes de informações ao tecerem comentários e opiniões sobre as ações vigiadas. Impregnando princípios ideológicos, expressos em pareceres cheios de comentários e

anotações das atividades acadêmicas subversivas no interior da universidade, conforme apresentado no Ofício Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre a realização de um curso sobre marxismo na UFC em 07/04/1981.

A análise da documentação possibilitou captar fortes indícios de uma política estatal consonante com a ideologia de direita, autoritária, conservadora, anticomunista, antidemocrática e repressiva na identificação dos considerados “inimigos internos” do Estado, categorizando suas supostas ações, objetivos, organizações, influências na preparação para fomentar informações sobre as supostas pretensões de tomada do poder pela via armada ou pela revolução socialista, podendo-se perceber nas anotações do curso de formação da Escola Nacional de Informações do SNI “Aspectos da guerra contemporânea”(1977) no Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Arquivo Nacional sob título V8 TXT ESN. 3, 1977, p. 3) clara pretensão de identificação, cassação, contenção e eliminação das ações das organizações de esquerdas presentes na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1986.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais: um relato para a história**. 11ª ed. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1985.

ATON, Fon Filho. **A repressão militar-policial no Brasil: o livro chamado João**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica, Paris: 1986. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., 1996.

COELHO, Rebeca do Nascimento. Esquerda em Movimento: Estudantes em luta na resistência á Ditadura Militar (1964-1968). **Revista Ameríndia**, Fortaleza, v.10, p. 31-41, 2011.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2017.

FARIAS, José Airton de. **Além das Armas: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar**. Fortaleza- CE: Editora UFC, 2007.

FAVERO, Maria de Lourdes A. **Une em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versos e Controvérsias sobre a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Editora Ática, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva,** 2ed. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória,** 2ed. Campinas. Editora da Unicamp, 1996.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de Luta: ritos políticos no movimento estudantil universitário. (Fortaleza, 1962- 1969).** Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 429p.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p.30-67.

NAPOLITANO, Marcos, **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2017.

OLIVEIRA, Papito (org.). **Vozes Silenciadas.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PINSKY, Carla Bassanessi; LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015.

PIOVESAN, Greyce Kely. **Biografia, trajetória e história.** Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/> Acesso em 23/08/2010.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem- História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLLAK, Michael. Memória e Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, v.5, p. 200-212, 1992.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968) Rio de Janeiro- São Paulo- Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**, Vol.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. **Ditadura Militar e democracia no Brasil: do golpe de 1964 á constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANDER, Roberto. **1964: O verão do golpe**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Maquinaria Editora, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THIESEN, Iclésia (org.). **Documentos sensíveis: informação e verdade na Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **A UNE contra o SNI**. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1987.

A educação contra a barbárie em Theodor Adorno

Letícia Palazzo Rodrigues

Graduanda

Universidade Federal de Uberlândia

leticiapalazzo@ufu.br

Resumo: “A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.” Essa frase inicia a palestra “Educação após Auchwitz”, do filósofo Theodor Adorno, que foi transmitida pelo rádio em 1965. Acostumados à dicotomia entre barbárie e civilização na tradição grega, podemos facilmente interpretar as palavras iniciais de Adorno como mera repetição de algo esgotado; dificilmente alguém discordaria do título ‘barbárie’ atribuído a esse episódio ou do papel da educação de se opor ao que é monstruoso. Mas não é o caso que a formulação de Adorno seja somente esse lugar-comum. De que exatamente se trata, então, dizer que a educação deve se dirigir contra a barbárie? Uma leitura mais completa do problema deve envolver a premissa de educação como formação emancipada os conceitos de ajustamento e reflexão ou resistência subjetiva. Adorno critica a heteronomia, em favor da ideia de sujeito emancipado e autônomo herdada de Kant. Deixar o próprio entendimento sob a tutela do outro é não apenas um empobrecimento do que o ser humano poderia fazer de sua inteligência e vida, mas também correr o risco de seguir sugestões absurdas sem consciência. No entanto, a tradição de colocar a barbárie em dicotomia com o que é civilizado diria, a respeito da educação, que é preciso educar as pessoas para o bom uso de sua racionalidade e, à medida que esse uso aumentasse, a sociedade progrediria em conhecimento, política e moral. Adorno endossa, então, as afirmações de Sigmund Freud sobre o desenvolvimento da civilização simultaneamente originar e fortalecer o que é ‘anticivilizatório’. Não há sentido em dizer que essa educação “racionalizante” precisa ser mais intensamente aplicada para que combatamos a ameaça de regredir à barbárie. Não se trata de ameaça, pois Auchwitz já fora a regressão. Na civilização, o princípio de realidade em cada indivíduo pretende fazer com que os desejos sejam expressos de uma maneira aceitável no mundo. Mas a consequência da orientação exagerada para ‘adaptar-se à realidade’ é clara: os indivíduos se colocam passivos frente às situações, deixam-se convencer facilmente por qualquer discurso e suas subjetividades são pressionadas a caminharem na mesma direção. Adorno endossa a necessidade de que a educação oriente a resistência subjetiva a essa mesma realidade que permitiu, com tendências repressivas e uma tecnologia que não cumpre sua promessa de paz, torturar e matar sem que nada fosse sentido.

Palavras-chave: Educação, emancipação, ajustamento crítico

“A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.” Essa frase inicia a palestra *Educação após Auchwitz*, do filósofo Theodor Adorno, que foi transmitida por uma rádio alemã em 18 de abril de 1965. No conjunto de quatro campos de concentração nazistas, que funcionou por apenas três anos, chegavam a ocorrer cerca de 200 incinerações por dia, além dos inúmeros experimentos genéticos fatais realizados com judeus. O próprio Adorno rejeitaria essa descrição de Auchwitz por meio de números – já que seria

“humanamente indigno” e sintomático do tipo de racionalidade (a instrumental/calculadora) que despontou no século XVIII; mas, encerrada a segunda guerra mundial, dificilmente alguém discordaria do título barbárie ou monstruosidade atribuído ao episódio. A educação deve se dirigir contra a barbárie, pois. Acostumados à dicotomia da tradição grega (barbárie x civilização), reposta pelo período da modernidade filosófica/científica, podemos facilmente interpretar as palavras iniciais de Adorno como mera repetição de algo já esgotado. Não é esse o caso. Traremos então uma tentativa de leitura mais completa do problema, bem como a premissa de uma educação como formação emancipada e os conceitos de ajustamento e reflexão ou resistência subjetiva.

Em certo momento do diálogo *Educação pra que?*, também transmitido por rádio, Adorno toca no ponto da heteronomia, presente nos modelos ideais de indivíduo a serem atingidos pela educação. A determinação externa daquilo que se deve almejar, enquanto sujeito que está passando por um processo de formação, é criticada: “É de se perguntar de onde alguém se considera no direito de decidir a respeito da orientação da educação dos outros” (ADORNO, 1995, p. 140). O sucesso dessa heteronomia, pois, está na contramão da ideia de homem autônomo e emancipado. Adorno evoca Kant e sua exigência de que os indivíduos se libertem da minoridade, uma incapacidade de utilizar o próprio entendimento/razão sem a tutela do outro. Tal condição não seria propriamente falta de entendimento, mas uma passividade, frente à imposição, que oferece conforto e poupa do esforço e do pensamento. Kant está visando a situações desde a adoção irrefletida do que diz um livro até o “diretor espiritual que possui consciência em meu lugar” (KANT, 2012, p. 1). Trata-se não apenas de empobrecimento do que o ser humano poderia fazer de sua inteligência e vida, mas também do risco de seguir sugestões absurdas, perigosas ou absolutamente cruéis, sem consciência.

Algumas colocações importantes precisam ser feitas. A maior parte da educação formal de alguém é realizada entre a infância e a adolescência. Aquilo que a neurociência chama de ‘plasticidade cerebral’ – capacidade adaptativa do sistema nervoso central às experiências e estímulos, modificando a estrutura e o funcionamento cerebral por meio de novas conexões entre células nervosas e descarte das ramificações não utilizadas – se dá com maior intensidade justamente nessas fases. Ao longo dos anos, não é que essa plasticidade desapareça, mas atinge maior nível de estabilidade. Disso decorre que conteúdos, hábitos, crenças, sentimentos, formas de reação, comportamentos, raciocínios etc., fortemente estimulados durante o período inicial da vida serão modificados com maior dificuldade se

combatidos posteriormente. Está aqui parte da relevância de pensar a educação como formação e não meramente ensino de dados, fórmulas e regras. Considerando os problemas que já expomos na postura da minoridade, fica um primeiro esboço do motivo pelo qual, além de formar, a educação precisa formar e emancipar. Ainda em *Educação pra que?*, Adorno coloca sua concepção inicial de educação:

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir de seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda das pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (ADORNO, 1995, p. 140-141)

Voltemos então à questão da barbárie. A tradição de colocá-la em dicotomia com o que é civilizado diria, a respeito da educação, que é preciso educar as pessoas para o bom uso de sua racionalidade e, à medida que esse uso aumentasse, a sociedade progrediria em conhecimento, política e moral. Afinal, o abafamento daquilo que é instintivo e emotivo por meio de uma razão que faz cálculos só poderia, gradativamente, reduzir os problemas e as atitudes bárbaras causados por esses afetos. Em linhas muito gerais, é isso que propõe, por exemplo, o estoicismo, o idealismo e mesmo Kant. Mas Adorno endossa as afirmações de Sigmund Freud sobre o desenvolvimento da civilização simultaneamente originar e fortalecer o que é “anticivilizatório”. Não há sentido em dizer que essa educação “racionalizante” precisa ser mais intensamente aplicada para que combatamos a ameaça de regredir à barbárie. Não se trata de ameaça, “pois Auchwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão” (ADORNO, 1995, p.117).

Na terceira parte de *O mal-estar na civilização*, ao falar brevemente sobre liberdade, Freud aponta que os impulsos de liberdade que acometem as pessoas podem tanto ser fruto de revolta contra injustiças sofridas dentro das normas da civilização quanto sinal dos restos de uma personalidade não domada, que preservaria instintos inconscientes. É dito então que o preconceito de assumir a civilização como sinônimo de aperfeiçoamento humano será deixado de lado por ele, em vista de uma outra perspectiva. No desenvolvimento da cultura, alguns instintos seriam absorvidos – por não poderem expressar-se em sua forma original – e apareceriam em traços de caráter neuróticos (ou psicóticos). Na maioria dos casos, isso

coincide com uma sublimação instintiva que o processo civilizador impõe como destino e que – via de regra – gera frustração. Ou seja, não há de fato uma eliminação ou um refinamento desses desejos primitivos. A partir dessa descrição, Adorno afirma que, em uma civilização tecnológica (e que educa ensinando técnicas) que não cumpre sua promessa de paz, a falta de formação somada a uma agressividade primitiva resultam na barbárie reforçada. Nessas condições, as monstruosidades podem irromper.

Dada a tendência social repressiva, uma certa posição perante acontecimentos como Auschwitz é preocupante: considerar o fato como algo isolado, uma “aberração no curso da história”. Essa visão permite – ao sequer imaginar que exista conexão entre o acontecimento monstruoso e outras situações (aparentemente banais) que lhe antecedem, o contexto político, social, a disponibilidade tecnológica, a cultura, os discursos frequentes e o estado psicológico das pessoas – que os indivíduos acreditem que a tendência dominante é a do progresso. É como se tivéssemos deixado para trás nossos traços mais primitivos (sejam eles emoções, vontades ou raciocínios ingênuos/inválidos) e já não quiséssemos mais aniquilar uns aos outros. Assim, não há responsabilização pela barbárie e não há consideração de que, talvez, uma outra monstruosidade que torture, desumanize e mate milhares possa ocorrer em pouco tempo, porque condições suficientes persistiram e foram realimentadas. É claro que a segunda guerra mundial acabou; não é como se nada tivesse mudado. Mas minimizar a relevância de Auschwitz – ou associá-la a causas muito pontuais e que não podem ser recuperadas em nenhum sentido – é, para Adorno, a inconsciência ou a falta de reflexão que repõe a barbárie.

É dito, novamente em *Educação após Auschwitz*, que

Como hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo. (ADORNO, 1995, p. 120)

Esse movimento de voltar-se para o indivíduo, como única tentativa com possibilidade de sucesso na contraposição da barbárie, é denominado “inflexão sobre o sujeito”. Aqui inclui-se a necessidade de compreender os mecanismos psicológicos que tornam alguém capaz de perseguir e assassinar. Mas sabe-se que essas pessoas carregavam um ódio e fúria agressiva que, somados à falta de consciência do que estavam fazendo e de reflexão sobre si próprias, resultaram na crueldade. Adorno reforça: “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica” (ADORNO, 1995, p. 120). Isso desemboca em dois esforços. O primeiro diz respeito à educação infantil, que pelos motivos

que abordamos, já deve ser orientada para a emancipação. O segundo se refere aos indivíduos adultos, que não têm mais a possibilidade de formar-se sob essa direção. Deve-se, no entanto, trazer a público os elementos que alguns foram capazes de refletir acerca da barbárie e incentivar o exercício da crítica (e autocrítica). É preciso preparar as pessoas para a determinação de si mesmas.

Freud é conhecido por ter definido a estrutura psíquica em ego, id e superego e descrito-a como majoritariamente inconsciente. O id estaria presente desde o nascimento como fonte da energia, movendo-se instintivamente e buscando a gratificação de todos os desejos e necessidades, ou seja, o prazer. Também é preciso evitar o desprazer e a dor. Na civilização, essa busca é mediada por um princípio – o de realidade – que pretende fazer com que os desejos sejam expressos de uma maneira aceitável no mundo. Assim, o mesmo instinto que quer satisfação é capaz de ser agressivo e destrutivo quando frustrado. Aqui nota-se que, ao contrário da pretensão civilizatória e idealista de indivíduos que, com o tempo, passariam a agir de maneira absolutamente racional, o conflito de forças barbarizantes (os desejos tidos como primitivos) e civilizatórias (adaptação ao mundo que está posto do lado de fora) é intrínseco à estrutura psicológica humana. E mais: a agressividade e a violência não deixarão de existir nas pessoas; embora a educação tradicional – e mesmo a prática psicanalítica com intenção de cura – se esforce em fazer vigorar o “princípio de realidade” e a aceitação das condições do mundo como se fossem imodificáveis. Esse esforço é o ajustamento da personalidade.

A consequência da orientação exagerada para adaptar-se à realidade é clara: os indivíduos se colocam passivos frente às situações, aderem a elas e às condições que carregam, deixam-se convencer facilmente por qualquer discurso e suas subjetividades são pressionadas a caminharem na mesma direção – ironicamente, a de agir segundo apenas o que acreditam ser os próprios interesses. Adorno afirma que “pessoas que se enquadram cegamente em coletivos convertem a si próprios em [...] um material, dissolvendo-se como seres autodeterminados. Isso combina com a disposição de tratar outros como sendo uma massa amorfa” (ADORNO, 1995, p. 128). Obviamente, incentivar a desadaptação extrema à sociedade e aos acontecimentos não apenas impossibilitaria o convívio com outras pessoas como seria um apelo ao irracionalismo também bastante problemático, que deixaria de preparar os indivíduos para aquilo com que vão se encontrar. Mas o filósofo endossa a necessidade de que a educação oriente a resistência subjetiva a essa mesma realidade. Trata-se

de uma desaderência inicial, ou uma suspensão da aderência imediata a situações e discursos, até que se possa refletir sobre as condições que as compõem.

Dessa maneira, a violência individual pode voltar-se, refletidamente, contra a barbárie ou contra as coisas que mais tarde irromperão nela: a valorização da eficiência material em detrimento da relação com as outras pessoas, a desidentificação com outro, a desconsideração da dor alheia (que permite, em último caso, torturar e matar sem que nada seja sentido). É preciso lembrar que o nazismo matou milhares de pessoas e que o desenvolvimento tecnológico pode matar ainda mais. Isso significa um aumento do potencial destrutivo de toda a espécie humana. Combater a barbárie não é um objetivo que se pautem em melhorar as condições de vida ou as características do comportamento, mas em garantir sobrevivência. Por essas razões Adorno é tão enfático na demanda de uma educação que forme e que emancipe. É dito, quase ao final de *Educação após Auschwitz*, que “mesmo que o esclarecimento racional não dissolva diretamente os mecanismos inconscientes [...], ele ao menos favorece na pré-consciência determinadas instâncias de resistência, ajudando a criar um clima desfavorável ao extremismo” (ADORNO, 1995, p. 135). E pelo fato de que a crítica não dissolve – nem deve pretender dissolver – os instintos, o esforço de observar a realidade tendo em mente que ela poderia ser de outras maneiras deve ser contínuo e interminável.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução e introdução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GUIA PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA. **O desenvolvimento cerebral**. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>>. Acesso em: janeiro de 2019.

KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é esclarecimento? Tradução de Márcio Pugliesi. **Cognitio**: Revista de Filosofia, São Paulo, v.13, n.1, p.145-154, jan/jun. 2012.

Três tons sobre o *apartheid*: as fotografias sitiadas da África do Sul

Marcela Chaves do Valle

Doutoranda em Comunicação e Cultura
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 marcelachaves@gmail.com

Resumo: A proposta do trabalho é examinar, em perspectiva comparada, as sujeições e insurgências de três fotógrafos sul-africanos durante o regime do *apartheid*. De acordo com restrições e liberdades relativas ao tom de suas peles, podemos observar três atuações distintas que implicam em diferentes soluções políticas e estéticas para o problema em comum. Enquanto Peter Magubane expõe a dimensão explícita da violência policial ao registrar acontecimentos como o Massacre de Sharpeville (1960) e o Levante de Soweto (1976); Ernest Cole se dedica a documentar a violência contida no tratamento humilhante aos quais os sul-africanos negros eram constantemente submetidos em suas relações de trabalho e na cotidianidade das ruas. Sob outro ponto de vista, David Goldblatt caminhou para desvelar uma violência silenciosa através de uma fotografia simples capaz de iluminar o paradoxo existente nas cenas comuns da vida dos *afrikaners*. Com base nas teorias de Walter Benjamin, *Sobre o Conceito de História* (2012) e Didi-Huberman (2017) sobre a *tomada de posição* das imagens em *tempos sombrios* (BRECHT, 2002; ARENDT, 2008), serão analisados os gestos de resistência de fotógrafos e imagens, e seu potencial de escrita da história.

Palavras-chave: Fotografia e história, imagens sitiadas, tempos sombrios.

Voltamos a viver em *tempos sombrios*. O panorama atual do avanço da extrema direita no mundo contemporâneo é algo que provavelmente o próprio Bertolt Brecht, autor do termo em questão, consideraria inimaginável. Pois, quando cunhou a expressão que se tornaria tão emblemática de tempos turbulentos, tempos da desordem e da violência, como o qual vivera, Brecht almejava um futuro diferente, onde os homens seriam bons uns com os outros. Como podemos perceber nas últimas linhas de seu famoso poema *An die Nachgeborenen* (*Aos que vierem depois de nós*): “Vós, porém, quando chegar o momento / em que o homem seja bom para o homem, / lembrai-vos de nós / com indulgência” (BRECHT, 2002)¹. O vislumbre do poeta sobre um mundo futuro de solidariedade e paz nos parece, hoje, mais distante do que nunca.

Em consonância com o sentido mais amplo do termo, proposto por Hannah Arendt (2008), os tempos sombrios realmente “não constituem uma raridade na história”. Mais

¹ Importante obra literária alemã, o poema *An die Nachgeborenen* (*Aos que vierem depois de nós*) foi escrito por Brecht já no exílio, entre os anos de 1934 e 1938. Existem algumas versões traduzidas para a língua portuguesa. Aqui usamos a tradução feita por Manuel Bandeira, publicada no caderno Mais! Da Folha de São Paulo em 07 de julho de 2002. Disponível em: <http://releituras.com/bbrecht_aosquevierem.asp>. Acesso em 19 mai 2019.

frequentes do que gostaríamos, a barbárie parece apenas alterar-se no tempo e no espaço, a se extinguir completamente da face da terra. Há, portanto, certa urgência em ecoar as vozes de outrora, no intuito de provermos uma melhor compreensão do que origina e sustenta os horrores de uma época.

Portanto, o momento não poderia ser mais propício para nos lembrarmos do legado dos que viveram sob as sombras da intolerância. E conforme clama Walter Benjamin, a lembrança como sendo um dever, uma dívida para com os que tiveram suas vozes emudecidas. Tais apelos não podem ser simplesmente esquecidos, nem tampouco impunemente silenciados. Ao contrário, é preciso rememorar, inclusive e especialmente, as pequenas histórias que tanto nos iluminam sobre as injustiças e os horrores dos tempos obscuros. A escritura de Brecht denota, assim, sua *tomada de posição* face aos horrores de sua época. O que exige implicar-se, afrontar algo, “situar-se no presente e visar um futuro” (DIDI-HUBERMAN, p.15). O que se espera de um poeta exilado senão um poema político. Portanto, Mediante as incertezas de uma vida no exílio, o poeta se compromete com uma reflexão crítica e uma escrita engajada com a premência da atualidade.

Mesmo ciente de que sua contribuição pudesse ser pequena frente ao poderio destruidor do regime nazista, na época em plena ascensão, Brecht sentia como sua obrigação fazê-lo. Conforme argumenta Arendt (2008), “mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação”, e, sobretudo, “que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar”. Pois a luz que daremos ênfase neste trabalho provém da obra e da vida de fotógrafos que sofreram e atuaram, em suas trincheiras particulares, na resistência contra a catástrofe.

Em tempos de *apartheid*, a imagem interdita de mãos negras algemadas simboliza tão perfeitamente a sujeição impelida aos corpos sul-africanos; já portar uma câmera pelas ruas da cidade torna-se expressamente proibido, se a sua pele for negra. Foi driblando ou encarando prisões, atuando no fogo cruzado da linha de frente ou colocando um espelho simbólico diante da pretensa normalidade da vida cotidiana, que fotógrafos sul-africanos buscaram documentar o horror, mesmo cientes de que tais imagens apenas alcançariam a devida visibilidade no porvir.

O que se percebe em fotografias que nascem sitiadas são duas frentes de batalha: a resistência dos fotógrafos em gestos que desafiam as leis e ousam apontar para o que se deseja

oculto; e a resistência das imagens que esperam, pacientemente, por sua aparição. São imagens clandestinas que cruzam a fronteira como imigrantes ilegais, imagens proibidas que driblam a censura de um regime totalitário, e sobrevivem. Imagens que conduzem ao questionamento sobre de que maneira elas se tornam possíveis em meio à barbárie de uma época? A que custo? E se vale a pena correr tais riscos. Portanto, serão observados gestos e imagens de três fotógrafos sul-africanos entre dois marcos históricos que foram o Massacre de Sharpeville (1960) e o Levante de Soweto (1976). Por um lado, corpos com proibições e liberdades relativas aos tons de sua pele. Por outro, imagens que evidenciam distintos tons da violência perpetrada aos sul-africanos durante o regime do *apartheid*.

O *apartheid* e os tons de pele

O regime do *apartheid* constituiu-se como a política de segregação racial implementada oficialmente pelo governo nacionalista da África do Sul entre os anos de 1948 a 1994. O que se implementou no sul do continente africano foi um modo de vida até então sem precedentes². Quando os tons da pele passaram a ditar por qual caminho seguir e onde habitar, entoando privilégios possíveis ou cerceando liberdades civis, os brancos consentiram e a população negra se viu destituída de direitos. Expulsos de suas casas, proibidos de andar livremente pelas ruas, de exercer a cidadania, os negros foram relegados a uma educação servil, a trabalhos inferiores, e tiveram suas vidas subjugadas por um Estado totalitário e racista. Ao longo de 46 anos, os sul-africanos viveram sob as amarras da crueldade.

Diversas leis foram estipuladas³, dissolvendo pouco a pouco os direitos da população negra. O legislativo se embasou na classificação por raças para formalizar e impor, de forma sistemática, a segregação racial. Indivíduos eram obrigatoriamente ‘distribuídos’ entre quatro diferentes categorias: negro (ou nativo), *coloured* (mestiço), asiático ou branco; onde, por meio de identificação arbitrária, baseada em critérios de aparência, outorgavam-lhes distintos direitos sociais, econômicos e políticos. A Lei de Passes, como ficou conhecida, obrigava os não-brancos a carregar diariamente um passe, por todos os lugares e a todo momento, contendo sua identificação civil, categoria racial, histórico de trabalho e delimitação dos

² Desde os primeiros contatos entre europeus e o que se denominou posteriormente como África, a definição de raça serviu para legitimar injustiças e massacres no continente negro, sendo amplamente utilizada na época do comércio colonial e posteriormente adotada pelo imperialismo como prática política (ARENDRT, 2012, p.280). Todavia, Arendt elucida a declaração do lorde Selbourne, político britânico e administrador colonial, sobre ser um “fenômeno sem precedentes” a ampla constituição de uma sociedade racista como um “modo de vida” (Ibidem, p.303).

³ Mais informações sobre as diversas leis raciais em *Apartheid Legislation in South Africa*. Disponível em: <<http://scnc.ukzn.ac.za/doc/HIST/Apartheid%20Legislation%20in%20South%20Africa.htm>>. Acesso em 02 mai 2019

locais aonde estava temporariamente autorizado a circular. Constantemente inspecionados pela polícia nas ruas da cidade, a ausência do passe ocasionava em detenção policial.

Tamanha violação da liberdade de movimento fez com que esta se tornasse a lei mais odiada e a responsável por catalisar o sentimento coletivo de insatisfação e revolta que impulsionou os africanos a inúmeros protestos contra o regime separatista de brancos europeus. Como alegoria da servidão, o passe, em sua materialidade, adquire a dimensão simbólica das amarras da escravidão, operantes em plena modernidade. A fúria do passe reverberou o ímpeto da revolta nos corpos. Todavia, não havia medo e violência, mas bravura e calma. Somente em Sharpeville, estimou-se 7 mil pessoas se manifestando pacificamente e entoando cantigas. Em contrapartida, a reação do Estado foi enviar veículos blindados e jatos de combate da força aérea, promovendo uma atmosfera de tensão no ar que acabou em carnificina: um pequeno mal-entendido foi o estopim para que um policial atirasse contra a multidão desarmada e pacífica, e fosse imediatamente seguido por outros. O resultado, centenas de corpos estendidos no chão, muitos abatidos pelas costas, um total de 69 mortos e 289 vítimas, incluindo 29 crianças (BERRY, 2018). Mais de 18.000 manifestantes foram presos, incluindo Sobukwe e outros líderes políticos anti-*apartheid*, negros e brancos. O governo declarou estado de emergência, baniu os dois partidos políticos de oposição, endureceu a censura à imprensa e impôs toque de recolher, proibindo qualquer forma de aglomeração pública pelas ruas do país.

O Massacre de Sharpeville simbolizou um marco na história da África do Sul que jamais seria esquecido. Emblema da violência como política de Estado, o 21 de março é, na atualidade, feriado nacional em nome da luta pelos direitos humanos. Todavia, as injustiças e violências diárias continuaram. Era preciso resistir e seguir captando e expondo ao mundo tais atrocidades. Pois um dos fotógrafos empenhados nessa missão foi Peter Magubane. Dedicado a registrar os confrontos na linha de frente, podemos compreender um pouco mais do que foram as sujeições nos corpos negros e suas inúmeras manifestações de insurgência frente ao poder de Estado por meio de seu testemunho e de suas históricas fotografias.

Peter Magubane: da sujeição dos corpos ao levante da alma

No propósito de dar visibilidade global à barbárie promovida pelo *apartheid*, Peter Magubane se concentrou em documentar de perto os violentos e rotineiros conflitos na África do Sul. Apesar de trabalhar como fotojornalista para a revista Drum, devido ao tom negro de sua pele, Magubane era proibido de portar uma câmera e fotografar livremente pelas ruas das

idades. Para driblar a restrição, muitas vezes a câmera era escondida em sacos de papel, pedaços de pão, caixas de leite ou até em uma bíblia oca. Mesmo assim, o fotógrafo não escapou de ser preso e espancado diversas vezes, até acabar na solitária por 586 dias consecutivos, sem aviso prévio ou direito a visitas (MAGUBANE, 2015). Quando finalmente liberado, foi decretado que estaria proibido de exercer sua profissão por cinco anos, mesmo sem ter sido legalmente acusado de crime nenhum.

Ciente dos riscos que corria, Magubane continuou fotografando. Assim como para Brecht, sua tomada de posição se tornou inevitável. Por sua pele negra, a violência sentida pela sujeição dos corpos às práticas abusivas, perpetradas pelo regime de supremacia branca, não o deixava escolhas; senão, o de implicar-se na luta com as armas que tinha em mãos e afrontar o horror do presente visando um tempo onde outro mundo fosse possível. Pois de que outra forma se arrisca a vida, senão por acreditar que o futuro possa ser diferente. Acreditar que as imagens hoje não vistas possam reescrevam a história no porvir. Então, quando o Levante de Soweto aconteceu, Magubane (2015) partiu com sua câmera “e uma vingança. Por causa das minhas fotos, o mundo inteiro viu o que estava acontecendo”.

Em 16 de junho de 1976, os estudantes se reuniram para uma marcha pacífica. Desta vez, o catalizador da indignação coletiva surgiu da imposição da língua africâner ao lado do inglês como meio de instrução. Os estudantes já vinham se organizando e não pretendiam aceitar serem alfabetizados na língua do opressor. Embora a educação bantu tenha sido projetada para doutrinar os africanos à submissão ao regime, evitando o pensamento crítico e as ideias consideradas subversivas, a recusa em receber essa educação inferior tornou-se um dos principais focos de resistência dos jovens, culminando no sentimento coletivo de indignação e no ímpeto comum por manifestar-se.

Como Judith Butler (2017, p.23) define, um levante provém de “reações tão viscerais” de resistência e revolta, capazes de trazer à tona “a consciência e a convicção, por parte de um grupo de seres humanos” de que “os limites do que pode, ou deve, ser suportado” foram, há muito, ultrapassados. Os estudantes deixam a escola para trás, determinados em expressar sua indignação. De forma pacífica e com responsabilidade uns com os outros, caminham de mãos dadas pelas ruas de Soweto. A tomada de consciência se torna plena convicção quando uma multidão se une. O medo é menor que a certeza e a excitação pelo gesto compartilhado. Os corpos se levantam, as mãos se soltam para dar vez ao punho cerrado em simbologia à luta e ao poder negro. Reações viscerais que podem ser vistas e sentidas na fotografia de Magubane (Imagem 1).

Com tantos rostos sorridentes, a imagem torna explícita a alegria contagiante de uma justa manifestação por liberdade. Os pés da bela jovem quase não encostam mais no chão. O rapaz com cartaz clama contra a imposição do africâner em suas escolas. E apenas dois indivíduos apresentam uma expressão tensa, compreensível frente a uma imprensa supostamente conivente por não publicar as imagens dos horrores do *apartheid* nos jornais sul-africanos. Por vezes, Magubane teve que justificar sua posição, lembrando que o mundo verá suas imagens.

Imagem 1 – Peter Magubane. “Um grupo de estudantes protestam contra o uso do *afrikaans* como a única língua de instrução nas escolas durante a Revolta do Soweto, 16 de junho de 1976”.



MAGUBANE, Peter. The Unisa Timeline: The Apartheid Project 1948-1994. UNISA. Disponível em <<http://www.unisahistory.ac.za/timeline/periods/the-apartheid-project-1948-1994/>>. Acesso em 29 jun 2019

Com a tomada de consciência e de convicção, vem a tomada de posição de um povo que grita em uníssono: *basta!* A manifestação estudantil começou tranquila e alegre, jovens e crianças seguravam cartazes e entoavam cantigas. Contudo, no meio do percurso previsto, a força policial montou barricadas, lançou gás lacrimogêneo e abriu fogo contra aproximadamente 10 mil estudantes em idade escolar de Soweto. Ao fim do dia, milhares de feridos e 23 mortos, a maioria crianças.

Assim como as do Massacre de Sharpeville, as fotografias do Levante de Soweto foram amplamente divulgadas internacionalmente para que a dimensão da maldade cometida pela cegueira moral do racismo na África do Sul ganhasse visibilidade global. Hoje, a África do Sul rememora o 16 de junho como o Dia da Juventude. Através do levante dos corpos, a soltura das amarras. O *apartheid* precisava ser constantemente denunciado ao mundo. O levante dos corpos, as mãos para o alto, os sorrisos nos rostos; getos de insurreição que clamam pelo fim da sujeição aos corpos negros. Desta forma, as imagens de tais eventos fornecem um testemunho da resistência dos negros sul-africanos sob o *apartheid*.

As fotografias podem revelar inúmeras dimensões sobre um mesmo tema histórico. No recorte estipulado, vimos imagens que revelam os confrontos entre a reivindicação não-violenta dos insurgentes e a opressão violenta do Estado. Contudo, compreender o *apartheid* apenas por seus acontecimentos mais sangrentos deixa de fora uma violência tanto mais sutil quanto subterrânea, obliterando as forças que conduzem e controlam as ações humanas nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana. Pois, entre o Massacre de Sharpeville e o Levante de Soweto, tem o dia a dia. Foi em atenção às agressões diárias que Ernest Cole dedicou seu trabalho.

Ernest Cole: a vida cotidiana dos negros sob o *apartheid*

As fotografias de Ernest Cole surpreendem por sua dupla potência: a poética da forma e a espessura do sofrimento humano, compartilhado por ele em sua pele negra. Em sua concepção, torna-se imprescindível dar visibilidade não apenas às imagens da violência explícita de confrontos policiais, como também às cenas corriqueiras capazes de explicitar uma violência mais subterrânea, porém, onipresente na vida sob o *apartheid*. Assumindo os riscos, Cole foi em busca de evidências da desumanidade com que os corpos negros eram sujeitos nas ruas e em suas relações de trabalho. Portar uma câmera já era, por si só, um arriscado gesto de resistência e motivo de prisão. Apontar a câmera para os policiais, então, representava assumir sérios riscos. E, mesmo assim, Cole fotografou as regulares detenções dos que circulam pelas zonas destinadas aos brancos, sem a devida autorização em seu passe. É de um desses momentos sua fotografia emblemática de mãos negras algemadas. A imagem da prisão que pode levar à prisão quem fez a imagem (Imagem 2).

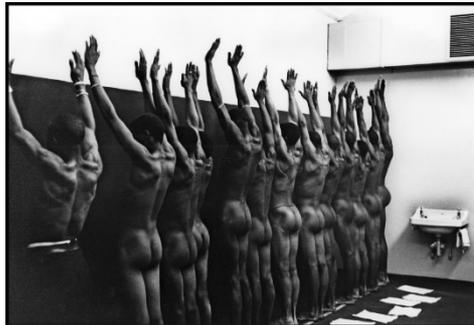
Imagem 2 - Ernest Cole - “Ernest Cole, 1960. Negros algemados foram presos por estarem em uma área branca ilegalmente. (Segundo Julián Bahula, a lei proibia que imagens como essa fossem tiradas de pessoas sendo algemadas pela polícia). África do Sul”.



ERNEST, Cole. The Power and Impact of Ernest Cole's Rediscovered Archive. **Magnum Photos**. Disponível em: <<https://www.magnumphotos.com/arts-culture/society-arts-culture/ernest-cole-rediscovered-archive/>>. Acesso em 01 mai 2019

Escondendo a câmera, quando possível, chegou a contrabandear o equipamento fotográfico para dentro do complexo de mineração, onde captou a imagem de uma fileira de homens nus, alinhados contra a parede, braços erguidos acima das cabeças: uma inspeção médica de rotina, realizada de forma humilhante (Imagem 3). Porém, com o passar dos anos, ele começou a ficar visado entre os policiais, tornando cada vez mais arriscado seguir vivendo e trabalhando na África do Sul.

Imagem 3 – Ernest Cole. “Durante o exame médico em grupo, os homens nus são conduzidos por uma série de consultórios médicos. África do Sul”.



COLE, Ernest. The Power and Impact of Ernest Cole's Rediscovered Archive. **Magnum Photos**. Disponível em: <<https://www.magnumphotos.com/arts-culture/society-arts-culture/ernest-cole-rediscovered-archive/>>. Acesso em 01 mai 2019

Cole tinha um plano. Por falar africâner, o fotógrafo se dirigiu a um posto de classificação racial e solicitou trocar a grafia de seu nome, anteriormente escrita Kole, para, desta forma, pleitear a mudança em seu passe de *black* para *coloured*. Assim, visto pelas autoridades não mais como um negro nativo, mas como um mestiço, ele aumentava seus direitos civis, ganhando autorização para deixar o país. E foi o que fez, levando consigo, clandestinamente, seus rolos de filme. No exterior, Cole parecia conseguir o que tanto almejava. Publicou, no ano seguinte de sua partida, em 1967, nos EUA, o livro *House of Bondage*, que foi imediatamente banido na África do Sul. Até então, o mundo apenas havia conhecido sobre os pontuais rompantes de extrema violência do regime, mas não sua extensão cotidiana e sorradeira. A dimensão poética e testemunhal do trabalho de Cole evidenciou a desumanização orquestrada pelo *apartheid* e imprimiu uma consciência visual na comunidade internacional. Em seu livro, o fotógrafo pôde, finalmente, desabafar: “trezentos anos de supremacia branca na África do Sul nos colocaram em cativeiro, nos despojaram de nossa dignidade, roubaram-nos nossa autoestima e nos cercaram de ódio” (COLE, 1967). Todavia, os sul-africanos não puderam, na época, escutar seu lamento.

Trinta e cinco anos precisaram passar para que as fotografias clandestinas, outroras banidas, conquistassem a permissão de voltar para casa, agora com o devido reconhecimento de seu valor político e histórico⁴. O Museu do *Apartheid* expõe algumas páginas ampliadas de seu livro, que as novas gerações têm a oportunidade de finalmente conhecer. Por fim, um desabafo do fotógrafo em seu livro autoral aponta para uma crítica franca e direta aos seus vizinhos brancos. “A crueldade essencial da situação não é que todos os negros sejam virtuosos e todos os brancos vilões, mas que os brancos sejam condicionados a não ver nada de errado nas injustiças que se impõem aos seus vizinhos negros” (COLE, 1967). Pois, enquanto Cole volta o seu texto para a comunidade branca, David Goldblatt volta as suas lentes.

David Goldblatt: uma insólita abstração da realidade

Apesar de sul-africano de pele branca, David Goldblatt não era de origem *afrikâner*⁵. Filho de imigrantes judeus, fora criado em meio a princípios morais como tolerância e antirracismo, valores familiares que embasaram a sua obra e que estavam sob ataque pela ascensão de um governo totalitário e segregacionista. Portanto, o decisivo momento da eleição do Partido Nacionalista, em 1948, representou para tantos brancos de esquerda “o fracasso da possibilidade de construir um país para todos os sul-africanos” (MOURA, 2018). Quando Goldblatt iniciou sua carreira, seu propósito foi o de fazer da fotografia uma atividade política, meta na qual o fotógrafo se manteve fiel até seus últimos dias.

Contudo, Goldblatt direcionou seu ímpeto ao que para ele era a grande questão: o que levou a África do Sul ao extremo de um regime separatista? Embora a luta contra o *apartheid* seja igualmente o tema central do trabalho, a abordagem de Goldblatt se difere dos outros dois fotógrafos ao ponto em que descentraliza sua investigação das consequências para pensar também nas causas do problema. A solução política e estética encontrada para comunicar a tirania foi mostrar o que não podia ser dito; suas poéticas fotografias elucidam, nas entrelinhas de suas cenas comuns sobre a vida cotidiana dos sul-africanos, seus profundos questionamentos sobre de que forma um modo de vida desumano e racista ganha contornos de normalidade?

⁴ O Museu do Apartheid promoveu, pela primeira vez na África do Sul, a exposição das fotografias de Ernest Cole, do livro *House of Bondage*. Disponível em: <<http://www.apartheidmuseum.org/life-under-apartheid>>. Acesso em 02 mai 2019

⁵ Os *afrikaners*, ou *africânderes*, são um grupo étnico sul-africano que descende de colonos holandeses, alemães e franceses do século XVII na África do Sul. Os *africânderes* desenvolveram lentamente sua própria língua e cultura quando entraram em contato com africanos e asiáticos. A palavra *afrikaners* significa “africanos” em holandês. Os *Boers* são *Afrikaners*, mas nem todos os *Afrikaners* são *Boers*.

Goldblatt inicia documentando a sua vizinhança, realizando retratos honestos de pessoas que posam e se revelam para as lentes do fotógrafo, almejando que seus espectadores as vejam assim, como elas são, sem as máscaras temerárias impostas pela estrutura social racista. O contraste do preto e branco das fotografias de pretos e brancos, a centralidade das pessoas no retrato, a intimidade conquistada pelo fotógrafo; soluções estéticas que exaltam a dramaticidade da oposição entre os tons de pele e que colocam as pessoas no cerne do problema. Ao investigar os bairros negros como Soweto, Goldblatt passa horas por dia, durante décadas, observando a vida nas ruas ou dentro de ônibus superlotados, na busca por revelar aquilo “que é mais comum e menos extraordinário e que, por isso mesmo, tem o poder de revelar as estruturas perversas do apartheid” (MOURA, 2018). Seu interesse é por expor não somente as dificuldades, mas também a resistência, a coragem necessária e, sobretudo, a dignidade de indivíduos há séculos vistos e tratados como desprovidos de humanidade, como não-pessoas.

Foi, então, que sua investigação o levou para o outro lado, para as origens e a perpetuação desse modo de vida, ele sim, tão desumano. Goldblatt se volta para os sul-africanos brancos e, em especial, os *africâners*, no intuito de compreender e expor uma pretensa normalidade em suas vidas cotidianas. Deste modo, através de uma fotografia simples, Goldblatt ilumina uma complexidade *secreta*. Sua preocupação primordial recai sobre os valores morais: como era possível ser tão aparentemente normal, cidadãos de bem, de uma forma tão anormal?

Tais imagens nunca foram duplicatas da realidade, mas a crítica à sua abstração, explica o fotógrafo. “Estou fotografando coisas reais, mas ao mesmo tempo é uma abstração da realidade. Sempre foi abstração da realidade” (GOLDBLATT, 2013). Como a fotografia de uma criança e sua babá. Uma relação onde se estabelece laços de confiança e afeto, mas que por outro lado sustenta a estrutura racial e racista sul-africana. (Imagem 4).

Imagem 4 – David Goldblatt - “Filho de um fazendeiro com sua babá, Heimweeberg, Nietverdiend, 1964”.



GOLDBLATT, David. Selected Works. **Goodman Gallery**. Disponível em: <<http://www.goodman-gallery.com/artists/david-goldblatt>>. Acesso em 29 jun 2019

Não se pode esquecer que ao redor do que fora enquadrado pela câmera em imagens da vida cotidiana dos brancos estava a precarização da vida dos negros, perpetuada em condicionamentos cotidianos por uma sociedade estruturada pelos princípios de segregação e pelo medo.

Em suas imagens, Goldblatt nos mostra compartilhar do ultraje de Brecht pela injustiça perpetrada e o desespero de quando havia apenas injustiça e não ultraje (ARENDR, 2008). O silêncio dos que consentem, quando nem todos conseguem enxergar a desumanidade de relações há muito naturalizadas. O que recai, ainda que sobre outro pano de fundo, no que Arendt (2008) argumenta quando “tudo era suficientemente real na medida em que ocorreu publicamente; nada havia de secreto ou misterioso sobre isso. E no entanto não era em absoluto visível para todos, nem foi tão fácil percebê-lo”. A obscuridade de tempos sombrios é dissimulada não apenas por censuras e silenciamentos, como em discursos oficiais rasos e sem sentido; a sombra reveste os saberes e contagia as práticas cotidianas dos que, de alguma forma, foram isentos do horror. “Quando pensamos nos tempos sombrios e nas pessoas que neles viveram e se moveram, temos de levar em consideração também essa camuflagem que emanava e se difundia a partir do *establishment* – ou do “sistema”, como então se chamava” (ARENDR, 2008).

A estranheza gerada pelas imagens de Goldblatt clama por uma pausa, uma interrupção em qualquer movimento. Um instante de quando se fecham os olhos e levantam-se as cabeças, um gesto de pura reflexão. Gesto comum ao próprio fotógrafo, que entre outras questões se pergunta: “Como chegamos a ser do jeito que somos?” (GOLDBLATT, 2018). Desta forma, as imagens da vida cotidiana na África do Sul durante o regime do *apartheid* irrompem como a luz dos relâmpagos de Benjamin, a riscar a imobilidade de todo o horizonte. Mais resistente que qualquer regime político, a dedicação de Goldblatt equivale a sete décadas documentando os sul-africanos para os sul-africanos.

Seja por meio de imagens poéticas que evidenciam o paradoxo da presumida normalidade, seja pelo intermédio de imagens atrozés que denunciam injúrias e crimes de Estado; a fotografia, mesmo sitiada, atua na visibilidade e contestação das diversas formas de violência cometidas diariamente em tempos sombrios.

Considerações Finais

Apesar do tom negro da pele o proibir de fotografar, Peter Magubane se dedicou a registrar os rompantes de violência explícita do Estado em confrontos com os corpos

insurgentes. Ernest Cole, por sua vez, usufruiu de seu passe *couloured* para dar voz global às imagens de uma violência mais subterrânea, contida na cotidiana humilhação da vida dos negros em seus trabalhos e nas ruas da cidade. E David Goldblatt, com maior liberdade de movimento por sua pele branca, buscou desvelar a violência silenciosa implícita na pura abstração da realidade, que pode ser percebida nas entrelinhas de suas cenas comuns da vida cotidiana dos sul-africanos brancos.

Gestos arriscados que dão vida às imagens em meio à barbárie de uma época. Assim como o poeta, os fotógrafos que se arriscaram a afrontar o regime com a convicção e as armas que possuíam. Implicaram a vida na missão de desvelar ao mundo pequenos fragmentos entrecortados da barbárie de sua época, munidos da crença de que, mesmo minúsculas, frágeis e intermitentes, as imagens, em algum momento futuro, iluminariam a história do que realmente foi viver sob o *apartheid*. Trajetórias de vida que narram a poética da resistência das imagens.

Assim como os fotógrafos, as fotografias resistem. Imagens que, ao nascerem sitiadas, filhas de tempos sombrios, precisam aguardar o momento onde o passado possa ser interrogado para que, finalmente, elas cumpram seu destino. Um tempo quando sua leitura se torna possível e o passado pode, a partir da atualidade, ser finalmente redimido. Pois a imagem que almeja o futuro carrega em si uma voz, o eco de um apelo a se conhecer a história que salta rumo ao passado, irrompe o presente e conclama sua leitura no tempo de agora.

Tais histórias minúsculas e complexas somam múltiplas dimensões para se pensar sobre o momento histórico em questão. O que se pode captar com essa constelação de imagens é a tessitura de um conhecimento pautado na sobredeterminação do fenômeno. O mínimo que podemos fazer é dedicar mais tempo a elas, multiplicando o eco de suas vozes. Pois, antes que pudesse haver um tempo histórico onde a solidariedade entre os homens independesse de tons de pele, onde valores como liberdade e direito à vida fossem respeitados, acima de tudo; novas sombras cinzentas de intolerância e incitação à violência voltam a pairar no ar. Para que a luz possa dissipar por completo a obscuridade destes tempos, é preciso reverberar as imagens das pequenas histórias que tanto nos dizem sobre a História da humanidade.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

_____. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras (Edição de Bolso), 2008

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERRY, Ian. On This Day in History: The Sharpeville Massacre. **Magnum Photos**. Politics. Texto Laura Havlin. Mar, 2018. Disponível em: <<https://www.magnumphotos.com/newsroom/politics/ian-berry-sharpeville-massacre/>>. Acesso em 4 mai 2019

BRECHT, Bertolt. *An die Nachgeborenen* (Aos que vierem depois de nós). Tradução Manuel Bandeira. Caderno Mais!, **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07 jul 2002. Disponível em: <http://releituras.com/bbrecht_aosquevierem.asp>. Acesso em 19 mai 2019.

BUTLER, Judith. Levante. In DIDI-HUBERMAN, G. **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017

COLE, Ernest. House of Bondage [1967]. **Magnum Photos**. Disponível em: <<https://www.magnumphotos.com/photographer/ernest-cole/>>. Acesso em 01 mai 2019

_____. The Power and Impact of Ernest Cole's Rediscovered Archive. **Magnum Photos**. Disponível em: <<https://www.magnumphotos.com/arts-culture/society-arts-culture/ernest-cole-rediscovered-archive/>>. Acesso em 01 mai 2019

GOLDBLATT, David. Apartheid, White Society and Photography – David Goldblatt is Interviewed at Arles, 2006. **Revista ASX**. 17 abr 2013. Disponível em: <<https://www.americansuburbx.com/2013/04/interview-david-goldblatt-interview-at-arles-2006.html>>. Acesso em 16 out 2018

_____. Selected Works. **Goodman Gallery**. Disponível em: <<http://www.goodman-gallery.com/artists/david-goldblatt>>. Acesso em 29 jun 2019

_____. David Goldblatt: Photographs 1948–2018. Exhibition. **Museum of Contemporary Art Australia**. Entrevistas e curadoria Rachel Kent. 2018. Disponível em: <<https://www.mca.com.au/artists-works/exhibitions/david-goldblatt/>>. Acesso em 27 out 2018

DIDI-HUBERMAN, George. **Quando as imagens tomam posição**. O olho da história, I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MAGUBANE, Peter. Peter Magubane's best photograph: a girl and her maid on a 'Europeans only' bench. **The Guardian**. Photography. Interview. Entrevista concedida a Sian Cain. 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2015/nov/12/peter-magubane-best-photograph-white-girl-black-maid-apartheid-south-africa>>. Acesso em 15 nov. 2017

_____. The Unisa Timeline: The Apartheid Project 1948-1994. **UNISA**. University of South Africa. Disponível em <<http://www.unisahistory.ac.za/timeline/periods/the-apartheid-project-1948-1994/>>. Acesso em 29 jun 2019

MOURA, Rodrigo. A Arte de se Indignar. **Revista ZUM #15**. São Paulo: Ispis Gráfica e Editora, out 2018

"Não morra na sala de espera do futuro": Um paralelo entre as experiências Punk no Brasil e na Alemanha Oriental nas décadas de 1970 e 1980

Marcus Vinicius Damasceno de Morais
Graduado em História
UFMG
marcusvdmorais@hotmail.com

Resumo: Desde a década de 1950, em sua gênese, o *rock* vem causando impactos e deixando legados dentro da cultura, moda e nos comportamentos das pessoas, nas formas de entretenimento e, é claro, na música. Para causar esses impactos, o *rock* sempre contou com a energia da juventude, e com o *punk*, não foi diferente. Em seu local de nascimento, a Inglaterra na década de 1970, a energia desses jovens era a raiva, a insatisfação com o sistema político e econômico e a falta de identificação com as produções artísticas da época. O desemprego e a falta de perspectiva de um futuro eram problemas de primeira ordem para esses jovens ingleses e o complexo e virtuoso *Rock Progressivo*, ou as mensagens de paz e amor dos *Hippies*, não correspondiam com a sua dura realidade. Deu-se início a um tempo em que as ideias presentes nas músicas eram mais importantes que arranjos e solos elaborados, as músicas eram palavras cantadas com poucos acordes que propunham o novo, propunham uma revolução, o lema do movimento era “faça você mesmo”. Os *Punks* se organizavam, criavam tendências de moda que chocavam a sociedade com sua aparência agressiva, organizavam fanzines para divulgar suas produções, bandas como os *Sex Pistols* e *The Clash*, com letras que refletiam suas vidas pobres e desconfortáveis da periferia inglesa, se popularizaram, servindo como disseminadores das ideias do *Punk* na Inglaterra e pelo mundo nas décadas de 1970 e 1980. Adaptado a realidade dos países que alcançou, o *punk* proporcionou a criação de movimentos de contracultura e quebra de padrões estabelecidos, seguindo o princípio: o que seria destruído pelo *punk*, seria reconstruído com mais honestidade. Em especial, serão analisados os movimentos no Brasil e na Alemanha Oriental, tendo como principal comparativo, as experiências dos jovens *punks* com seus governos autoritários, no caso brasileiro a Ditadura Civil – Militar e na Alemanha Oriental, o Regime Socialista. Será comparado como esses movimentos se relacionaram com a sociedade, como os governos tentaram reprimi-los, suas produções artísticas e políticas e o desejo de ruptura de sistema que os movimentos almejavam. Com base em biografias de integrantes do movimento e músicas produzidas por eles, analisaremos os perfis dos jovens e as insatisfações dentro da realidade de seus países, apresentando semelhanças e diferenças dentro dos movimentos que surgem de um lugar comum, o *punk* inglês, mas acaba tomando caminhos e construindo perfis diferentes de juventude.

Palavras-chave: Movimento Punk, Brasil, Alemanha Oriental.

Introdução

A década de 1950 nos apresentou com um fenômeno cultural que abalou as estruturas da sociedade causando impacto na moda, no entretenimento, nas atitudes e comportamentos e

é claro, na música e na dança. Esse fenômeno era o *Rock*. Em 1950, Elvis, nos anos 1960, os *Beatles*, foram exemplos das grandes febres que tomaram conta da juventude nos primeiros anos de desenvolvimento desse estilo musical. Jovens que sempre foram os maiores consumidores e produtores dessas composições. Porém, no fim da década de 1960 o rock deixa sua essência crua e contraventora de costumes para se tornar algo mais complexo, o rock se sofisticava. Músicos deixam de ser apenas jovens controversos para se tornarem performers de suas produções cheias de raios lasers e efeitos futurísticos. Músicas de longuíssimas durações e solos intermináveis com muitas notas e velocidades, tudo isso combinado a doses cavalares de ácido lisérgico, o LSD, deixavam o público em estado de êxtase. Porém a realidade dos jovens dos anos 1970 não correspondia com as extravagâncias desses músicos, nem mesmo com a paz e o amor pregado pelo movimento hippie na década anterior, e dessa insatisfação surge o barril de pólvora prestes a explodir, o punk.

Mas afinal, o que é punk?

Segundo BIVAR (1983), a palavra punk foi utilizada em diversos períodos da história, seu primeiro registro é datado de aproximadamente 1603~1604, na peça *Medida por Medida* de *William Shakespeare*. Em um período mais próximo ao nosso, temos o uso da palavra *punk* no filme *Juventude Transviada* (1955), com o icônico ator norte-americano *James Jean* (1931-1955). Em ambas as situações, a palavra *punk* representa algo negativo e desagradável. Segundo diversos dicionários da língua inglesa, o significado da palavra *punk* é “madeira podre usada para acender fogo” ou “vagabundo de pouca idade”. No rock, a primeira letra a utilizar a palavra *punk* foi a música *Wizz Kid* (1973) do grupo *Moot the Hoople*:

Little whizz kid mystified me, she was a New York City beat
 She came on flash - monster mash, motors in her feet
 Now we moved out of Manhattan to her home on the Brooklyn Heights
 Her dad's a street punk and her mum's a drunk, but we made out alright
 Far far from home, oh I felt so alone

(Mott the Hoople, 1973)

Nesse caso, assim como na peça de *Shakespeare* e no filme de *James Jean*, a palavra ainda indicava um substantivo comum e não carregava o significado de todo um movimento que viria a surgir. *Lou Reed*, músico nova iorquino de sucesso nos anos 1970, considerava que o termo *punk* incluía todos os excluídos e marginalizados na sociedade de uma Nova Iorque barra pesada. Mas como esse termo passa a representar um movimento é o que vamos entender a seguir.

A gênese do punk - Inglaterra

Quando esteve em Nova Iorque acompanhando a turnê da banda *New York Dolls*, *Malcon McLaren* conheceu o *Minimal*, corrente artística que defendia o artista trabalhar com o mínimo. Na música, isso representava que as composições deveriam ser mais simples, o melhor do básico.

Retornando para a Inglaterra, *Malcon* traz ideias relevantes que mudariam o cenário musical do país. As músicas não deveriam ser longas e suas letras seriam mensagens que carregariam os problemas sociais urbanos de uma juventude esquecida. *Malcon* acreditava que praticar a política do confronto e controvérsias seria uma ótima ideia para popularizar o estilo, e assim, Londres foi escolhida como o celeiro ideal para essa nova vanguarda musical. É com base nessas ideias que *Malcon* auxilia na formação, e se torna o empresário, da primeira e mais importante banda *punk* inglesa, o *Sex Pistols*. Banda que seria responsável pelo primeiro palavrão na TV aberta da Inglaterra e pela “homenagem” de *God Save the Queen* que chega no topo das paradas no dia do aniversário de 25 anos de reinado da Rainha em 1977, fazendo com que os *punks* “cuspiassem” na imagem da realeza com sua composição que chama a rainha e seu regime de fascista.

[...] God save the queen
 The fascist regime
 They made you a moron
 A potential H bomb [...]

(Sex Pistols, 1977)

“Nós não estamos interessados em música. Estamos interessados em Caos” dizia o vocalista dos *Sex Pistols*, *Johnny Rotten*. Seja esse caos nas atitudes quanto na vestimenta, os *punks* queriam chocar a sociedade com seu visual extravagante fabricado por eles mesmos. Cabelos coloridos, roupas rasgadas e acessórios improvisados, o “Faça você mesmo” ultrapassa a música e a composição e vai até o estilo dos membros do movimento. Segundo BIVAR (1982) o *punk* não é apenas visual ou musica cru e ríspido, mas um ataque frontal à sociedade. Uma sociedade que exclui o jovem pobre, uma sociedade que não dá uma perspectiva de futuro, acompanhada do desemprego e problemas sociais e econômicos. O manifesto de *Mark P*, publicado no fanzine inglês *Sniffing Glue* em janeiro de 1977, traz em poucas palavras a essência desse movimento que havia surgido na Inglaterra:

[...] Se as pessoas estão com medo do punk, a culpa é delas, porque não entendem a vida. A vida diz respeito ao concreto, ao fundo do poço, gente patética, aborrecida, e um índice de desemprego mais alto do que nunca. O punk está ajudando a galera a pensar. É disso que que todo mundo tem

medo, porque existem mitos garotos pensando, atualmente. O punk reflete a vida como ela é, nos apartamentos desconfortáveis dos bairros pobres, e não o mundo de fantasia e alienação que é o que a maioria dos artistas criam [...]. (apud BIVAR, 1988, p.59)

O movimento *punk* toma forma e ganha força entre os jovens mais pobres ingleses e acaba sendo disseminado pelo mundo alcançando vários países e chegando no território brasileiro no ano de 1977.

O punk em terras brasileiras

No Brasil, a responsável em apresentar o *punk* para a juventude foi a revista *POP* em 1977, que além de matérias sobre o movimento inglês, trazia um vinil com uma coletânea de músicas de bandas *punk*, entre elas claramente se encontravam os garotos ingleses do *Sex Pistols*.

Vivendo em condições até piores que os jovens pobres ingleses, os jovens da periferia de São Paulo se identificam com o movimento *punk* e o adaptam para sua realidade local, que já era marcada pela presença de gangues nos subúrbios. A música produzida na época, acompanhava a tendência mundial com composições complicadíssimas do *rock* progressivo. O cenário musical brasileiro ainda era ocupado pela erudição da MPB e os “*playboys*” da Jovem Guarda. Essas músicas não satisfaziam mais os jovens da periferia, não estavam de acordo com a realidade que viviam. Segundo ALEXANDRE (2017) o clima era insustentável e a música popular se dividia entre o engajamento político e a exaltação das belezas da vida. Para os *Punks*, a música deveria ser visceral, curta e grossa. A mensagem da música, com ou sem rimas, passou a ser mais importante que acordes e composições complexas.

As primeiras bandas a surgirem, sempre com o ideal do faça você mesmo, datam de 1978 como a AI-5, Condutores de Cadáver e o Restos de Nada. Os nomes agressivos das bandas já remetem a mensagem que esses jovens, insatisfeitos com sua condição e sem perspectiva de um futuro promissor, querem passar. O *punk* brasileiro surge em uma época de crise e desemprego, o chamado “Milagre Econômico” da ditadura civil militar já não dava mais resultado, jovens com idade média de 18 anos que possuíam empregos e participavam do consumo de diversão já não tem mais acesso a ela. A insatisfação era demonstrada em suas vestimentas, agressivas como as dos jovens ingleses: blusões pretos, coturnos, alfinetes e botons com os nomes e símbolos das gangues como uma forma de chamar atenção e se destacar na multidão. Em suas músicas, letras com protestos diretos contra o sistema vigente, ou, relatando sua luta pela sobrevivência. Era necessário derrubar uma cultura alienada e

acomodada que existia no país. Os valores de uma classe social branca e dominante deveriam ser dinamitados, tabus destruídos, porém, sem uma necessidade de construir outras regras ou outras propostas, pois não existia futuro e a vida para eles não fazia sentido. Queriam liberdade, para os corpos, para agirem e se portarem como quisessem, sem medo, sem repressão. Repressão essa que no início dos anos 1980 ainda existia por meio do Estado, a ditadura já durava por quase 20 anos e não existia uma esperança de melhora. Sabotava-se a liberdade de imprensa e as tentativas de redemocratização. Estudantes e manifestantes eram alvos da truculência e da força policial, e justamente deles, os *punks*, o jovem Clemente Nascimento – músico fundador do Inocentes - passar a noite na cadeia se tornara comum para um jovem, além de negro, *punk* e pobre.

Vagando pelas ruas tentam esquecer
 tudo que os reprimem e os impedem de viver
 Será que esquecer seria a solução
 Pra dissolver o ódio que eles tem no coração
 Forma de gritar... Sufocada no ar
 O medo causado pela repressão
 Tudo isso tenta impedir os garotos do subúrbio de existir
 Garotos do subúrbio, vocês não podem desistir de viver
 (Inocentes, 1982)

Esses jovens, que cresceram dentro do regime ditatorial brasileiro precisavam expor sua insatisfação e revolta. Segundo MARTINS (2018), a censura caminhando para o fim favorecia as composições mais diretas e sem a necessidade de metáforas para enganar os censores. Os garotos do subúrbio, como dizia a música do Inocentes de 1982, vivem com medo da repressão que tentava anular sua existência e podiam mostrar isso em suas composições.

Em meados da década de 1980, o movimento *punk* se aproxima das esquerdas, e muitos *punks* começam a colaborar com os anarquistas, direcionando parte do movimento para discussões mais ativas contra a mídia tradicional, ao Estado e às instituições religiosas. Redes de comunicação mundial entre os movimentos punks são criadas, por meio de cartas, os *punks* brasileiros se comunicavam com outros punks da América Latina, nos EUA e até mesmo na Europa, onde suas ideias e composições são compartilhadas e discutidas.

Em 1982 o movimento já havia ganhado a atenção da imprensa, mas claro que de uma maneira negativa. O jornal Estado de São Paulo publica uma série de reportagens de Luiz Fernando Imediato, chamada Geração Abandonada – que posteriormente dá origem a um livro com o mesmo nome - que trata os *punks* como marginais, e até mesmo como adoradores

do demônio. Os outros grandes veículos de mídia, como a Globo, veiculavam notícias montando um perfil delinquente e perigoso dos jovens punks. Essa imagem construída assusta a população e faz com que muitos *punks* perdessem seus empregos. O conservadorismo da sociedade se torna um dos inimigos dos *punks*. É claro que isso não agrada nem um pouco aos membros do movimento, e um deles, Clemente, escreve uma carta ao jornal que é publicada e ainda serve como ponte para que a imprensa conheça realmente o movimento *punk*. Muitos jornalistas, como Antônio Bivar despertam um interesse por esses jovens, e até Carlos Drummond de Andrade escreve uma crônica sobre o movimento, João Brandão adere ao *Punk*.

[...] Nós, os punks, somos uma nova face da música popular brasileira, com nossa música não damos a ninguém uma ideia de falsa liberdade. Relatamos a verdade sem disfarces, não queremos enganar ninguém. Procuramos algo que a MPB já não tem mais e que ficou perdido nos antigos festivais da Record e que nunca mais poderá ser revivido por nenhuma produção da Rede Globo de Televisão. Nós estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira, para dizer a verdade sem disfarces (e não tomar bela a imunda realidade): para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer. (apud PAIVA, 2016)

Muitos desses jovens não haviam nem concluído o primário, mas eram capazes de opinar sobre a realidade do Brasil, seja da pobreza até as usinas nucleares e política internacional - como as músicas das bandas Inocentes e Estado de Coma que falavam sobre a guerra civil em El Salvador - o *punk* se tornou a linguagem do jovem proletário. Suas ideias possuíam outra maneira de circular entre os membros do movimento, além das músicas e de suas reuniões. Fanzines, um tipo de publicação não oficial produzida por entusiasta de um movimento cultural, circulavam entre os *punks*, produzidos de maneira rudimentar, mas ainda seguindo o ideal do *punk* “Faça você mesmo”.

Até mesmo um festival unificando as gangues e bandas do movimento *punk* foi organizado em São Paulo – O Começo do fim do Mundo (1982) – produzido pelos próprios *punks* que acabou em pancadaria, primeiro entre os *punks* e depois com a participação da polícia. Sendo novamente um prato cheio para a mídia intensificar a imagem negativa desses jovens. Era nítido que existia uma descrença nessa juventude *punk* por parte da elite dominante, o desejo era que esses jovens desistissem de suas ideias e se encaixassem na lógica capitalista, se tornando força de produção para o sistema contra o qual lutavam.

Os próximos anos seriam marcado pelo início da decadência do movimento, as bandas que se destacavam caminhavam para outros estilos musicais - como o próprio Inocentes se

influenciando pelo *rock 'n roll* e o Ratos de Porão, se identificando mais com o metal - pois na maioria das casas de shows e gravadoras, os *punks* não eram bem vistos e as brigas constantes de gangues enfraqueceram as tentativas de unificação que surgiam dentro do movimento, tornando-o pouco expressivo politicamente. No meio artístico, o *punk* trouxe mudanças que revolucionaram a produção musical, abrindo caminho para as bandas de *rock* que surgiriam nos próximos anos, o ideal do faça você mesmo se tornou comum entre as bandas que estariam presentes no cenário musical brasileiro nos anos 1990.

O punk do outro lado do muro alemão

Nenhum país estava imune ao fenômeno do *punk*. Entre as décadas de 1970 e 1980, o *punk* alcança a Alemanha Oriental, sob o governo socialista da URSS e novamente, o vetor dessa influência foram eles, os *Sex Pistols*.

O medo da ameaça musical ocidental é um pouco mais antigo que o *punk*. Desde a década de 1960, a Beatlemania já era vista como um problema para as autoridades da Alemanha Oriental. O medo dos jovens tomarem gosto pela música ocidental e, com isso, acabarem se aproximando também da política ocidental fez com que as autoridades da RDA tentassem criar sua própria versão de cultura jovem. Foi criado o *Lipsi*, um estilo musical implantado pelo governo para tentar combater a cultura ocidental e controlar a cultura jovem na RDA. Além desse combate, cota de quantidade de músicas ocidentais podiam ser tocadas em festas e oficiais da polícia do estado – a STASI – infiltrados entre os jovens para verificar a aceitação da *Lipsi* pelos jovens e denunciar quem tentasse burlar as regras.

Desde antes do movimento *punk*, vemos que o *rock*, considerado um gênero musical decadente e moralmente sujo, era combatido no território da RDA, com isso, podemos esperar um combate também forte e organizado do Estado contra o libertário e provocador *punk*. Mesmo assim, os jovens resistiam e sintonizavam em seus rádios as frequências de emissoras ocidentais que transmitiam o perigosíssimo *rock* para seus ouvintes.

Segundo MOHR (2018) a paciente zero do movimento *punk* na RDA, o ano era 1977 e ela, uma jovem de 15 anos com o codinome *Major*. O nome de *Major* era *Britta Bergmann* e assim como ela, outros jovens estavam insatisfeitos com a o governo, sentiam que o estado estava usurpando suas escolhas e sendo impedidas de tomarem as decisões mais simples de sua vida. O estado impedia que eles decidissem quem eram e quem poderiam ser com suas escolhas já predefinidas. A atitude de *Major*, como as de outros jovens começaram a chamar a atenção das autoridades, e de jovens problemáticos, passaram a ser considerados inimigos do

Estado e investigados pela Stasi. As investigações geravam dossiês, e condenações como prisões e exílios temporários para a Alemanha ocidental, envio de jovens para servir no exército obrigatoriamente e assim, esvaziar o movimento e, nos casos mais críticos, exílio permanente, como aconteceu com *Major*.

O controle do Estado incomodava as bandas *punks* que deveriam pedir autorização sempre que quisessem se apresentar ao público, passar pela aprovação das autoridades quanto sua aparência, sua perícia técnica e se sua música era politicamente aceitável. A própria circulação de *punks* começou a ser perigosa, pois estavam constantemente sendo vigiados pelas autoridades, muitas vezes, infiltradas no próprio movimento, mas mesmo assim, muitos faziam questão de serem vistos em postos turísticos para chocar turistas e desafiar a ordem. Outras ações foram tomadas para que o movimento continuasse, shows em lugares escondidos, com poucas pessoas para não levantar suspeitas da STASI aconteciam com uma certa frequência. Desse modo, surge uma parceria inusitada entre o movimento *punk* e as igrejas protestantes da RDA. Era dentro dessas igrejas que muitos shows eram realizados, por se tratar de um espaço protegido da ação do Estado, muitos podiam ser presos entrando ou saindo de lá, mas dentro da igreja, estavam seguros para tocar sua música subversiva aos olhos do Estado.

A música se torna uma ferramenta de resistir e combater o autoritarismo e o *punk*, com sua ideia do faça você mesmo trouxe para esses jovens alemães mais que um incentivo para produzir sua própria música que questionava o sistema no qual vivia e externalizar a vontade de ter uma liberdade sobre eles mesmos, o punk trouxe uma centelha de esperança de que o futuro podia ser diferente. “Não morra na sala de espera do futuro” era uma frase que se encontrava em alguns grafites de Berlin Oriental, era como um protesto contra a aceitação do domínio do Estado sobre as decisões do indivíduo, e que esse indivíduo poderia sim arquitetar mudanças e não ficar apenas sentado esperando com que tudo aconteça. *Dagmar Hovestaedt*, pesquisadora do *Bundesbeauftragte für die Stasi-Unterlagen* (BstU) – Arquivo Federal alemão que reúne documentação da Stasi – em uma entrevista para a BBC em 2017 conclui que quando a música se torna um símbolo da liberdade ela pode destruir fronteiras e muros, entre eles, incluso o próprio muro de Berlim.

Comparando as duas experiências contemporâneas, tanto no Brasil, quanto na RDA nas décadas de 1970 e 1980 conseguimos notar uma insatisfação comum nos dois cenários. Ambas as juventudes desses países estavam insatisfeitas com as suas atuais situações dentro da sociedade que faziam parte. A busca pela liberdade do controle dos corpos e atitudes era

clara, tanto dentro de um moralismo defendido pela Ditadura Civil militar no Brasil, quando num modelo padrão de cidadão definido pelo governo autoritário socialista na RDA. O desejo de chocar e mostrar o contraditório também é comum nas duas experiências, visto pelo visual importado do movimento *punk* inglês e as composições de ambos os países. E fica claro também a importância do movimento na influência sobre a música que seria produzida nos países pós anos 1980, com esse aspecto sendo mais claro em terras brasileiras.

Mesmo com tantas semelhanças entre esses movimentos que surgem dentro de modelos políticos tão opostos, algumas diferenças são importantes a serem ressaltadas. Inicialmente, podemos verificar que diferente do modelo brasileiro, o *punk* na RDA possuiu uma estrutura mais unificada, não sendo permeada pelas gangues e as rivalidades destrutivas para o próprio movimento como no caso brasileiro, isso possivelmente pode ser um dos motivos para a continuidade e importância do movimento dentro das mudanças políticas na RDA. Outro ponto importante, é a parceria entre os punks da RDA e a igreja protestante, que em terras brasileiras seria impensável a união desses dois grupos, sendo a igreja considerada uma inimiga pelo movimento *punk* brasileiro.

Finalmente, dentro das diferenças entre o movimento, podemos pontuar a mais importante delas, a ideia de futuro defendida por cada movimento. No caso brasileiro, assim como em sua origem na Inglaterra, o *punk* assumia uma postura pessimista quanto ao futuro, os jovens se sentiam excluídos da sociedade e não acreditavam em um futuro onde essas diferenças acabariam, onde seriam incluídos na sociedade não só como mão de obra de um sistema capitalista. Como a própria composição do *Sex Pistols* dizia “no future for me” não existia futuro para os jovens que não se enquadram no padrão pretendido pela sociedade. Já na RDA o pensamento não era pessimista, mas sim esperançoso da existência de um futuro que poderia ser diferente, onde cada jovem poderia nutrir suas escolhas e definir o seu próprio futuro a partir de suas decisões livre sem as restrições de um governo autoritário.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de luta**. O rock e o Brasil dos anos 80. São Paulo: DBA 2013.
- ABRAMO, Helena W. **Cenas Juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1996, 172p.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A reunificação da Alemanha**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, 232p.

BIVAR, Antônio. **O que é Punk**. 4a Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos) 76p.

MARTINS, Bruno Viveiros. **Pro dia nascer feliz [manuscrito]: a Nova República e o rock brasileiro na década de 1980**. 2018, 324p.

MORH, Tim. **Burning Down the Haus: Punk Rock, Revolution, and the Fall of the Berlin Wall**. Nova Iorque: Algonquin Books, 2018, 384p.

PAIVA, Marcelo Rubens, NASCIMENTO, Clemente Tadeu. **Meninos em Fúria**. E o som que mudou a música para sempre. São Paulo: Alfaguara, 2016, 224p.

PRADO, Gustavo dos Santos. “**Não engavetem os zines**”- as contradições da cena punk underground presente nos fanzines. (Anos 80). 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462650377_ARQUIVO_Artigo-Fanzines.pdf> Acesso em 12 de março de 2019.

Documentários consultados

BOTINADA. **A origem do Punk no Brasil**. Direção de Gastão Moreira. São Paulo: ST2, 2006. 1 DVD. (136 min.).

Reportagens consultadas

BOWLBY, Chris. **Como o punk e o heavy metal desafiaram a polícia secreta da Alemanha Oriental e ajudaram a derrubar o Muro de Berlim**. BBC News. Berlim. Set 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41166116>>. Acesso em 11 de março de 2019.

MORH, Tim. **How the first Punk in east Berlin became na Enemy of the State**. Literary Hub. Set 2018. Disponível em: <<https://lithub.com/how-the-first-punk-in-east-berlin-became-an-enemy-of-the-state/>>. Acesso em 13 de março de 2019.

PAULICK, Jane. **O punk da Alemanha Oriental revisto**. DW. Ago 2005. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/77J9>>. Acesso em 11 de março de 2019.

PORTWOOD, Jerry. **How east German Punks helped destroy the Berlin Wall**. Rolling Stones. Set 2017. Disponível em: <<https://www.rollingstone.com/music/music-features/how-east-german-punks-helped-destroy-the-berlin-wall-722926/>>. Acesso em 13 de março de 2019.

Músicas citadas

INOCENTES, “**Garotos do Subúrbio**”. Clemente Nascimento (compositor) 1982

MOTT THE HOOPLE, “**Wizz kid**”. Ian Hunter (compositor). 1973

SEX PISTOLS, “**God save the queen**”. Glen Matlock / John Lydon / Paul Thomas Cook / Stephen Philip Jones (Compositores). 1977

“Menina, pensa que um dia deverás ser mãe alemã” – A mulher e a maternidade no Terceiro Reich

Nathália Aparecida Ferreira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

nathalyaaferreira@gmail.com

Resumo: A história recente da Alemanha, assim como outros períodos históricos, é marcada por permanências e rupturas. Após a Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar inaugurou na Alemanha grandes mudanças, sobretudo relacionadas a questões de gênero. Com a ascensão do período nazista, a liberdade e autonomia feminina recentemente conquistada foi resignificada como algo negativo e até mesmo danoso para o futuro do Terceiro Reich. Durante esse período, a imagem da mulher ideal foi forjada e oficializada pelo regime nacional-socialista. Tal qual ocorria em outras sociedades da época, fossem elas democráticas ou não, o papel atribuído para a mulher alemã nesse contexto esteve estritamente vinculado ao ambiente doméstico, podendo ser ilustrado pelo famoso jargão dos 3Ks: Kinder, Küche, Kirche, - os filhos para criar, a cozinha para cuidar e a igreja para orar. É provável que na propaganda o primeiro desses aspectos se sobressaísse aos demais, já que a maternidade durante o período nazista também passou por resignificações e idealizações. Ser mãe, na Alemanha das décadas de 30 e 40, não era apenas ser mãe no Terceiro Reich, mas sim ser mãe do Terceiro Reich. Por meio da propaganda e de discursos de lideranças nazistas, pousava sobre os ombros das mulheres a responsabilidade quanto ao futuro da nação e do povo do alemão. Assim como os homens deveriam lutar no front da guerra, as mulheres eram supostas a cumprir uma missão no front doméstico do lar. O objetivo deste trabalho, portanto, é o de refletir acerca da perspectiva sobre a mulher e a maternidade para os nazistas e para o próprio Adolf Hitler, figura central do regime. Assim, é importante nos questionarmos acerca das representações sobre o feminino e sua relação intrínseca com o ser mãe feitas pelo governo. Para isso, materiais de propaganda são importantes veículos de análise para vermos a materialização dessa concepção. Essa formação do ideário acerca da mulher também pode ser observado nos trechos de discursos do ditador nazista e em seu livro *Mein Kampf*.

Palavras-chave: Nazismo, Maternidade, Mulheres.

Durante a primeira metade do século passado, a Alemanha passou por profundas transformações, sobretudo no âmbito político. Para se ter uma ideia, em menos de 50 anos, o país vivenciou quatro diferentes formas de governo: começou o século XX sendo uma monarquia (que durou até 1918), se tornou uma república (de 1919 a 1933), entrou para um regime autoritário que gradativamente se converteu em totalitarismo (de 1933 a 1945) e se dividiu em dois Estados diferentes – capitalista e socialista – no pós-segunda guerra mundial.

A transição entre esses governos foi acompanhada por um desejo de autorrepresentação positiva do presente em detrimento do período anterior. É em boa parte

graças a isso que a República de Weimar é comumente retratada na cultura popular como tendo sido uma espécie de flor entre os dois abismos caracterizados pelo *Kaiserreich* de Wilhelm II e pelo nazismo de Adolf Hitler. De fato, como explica Wendy Lower (2014), a Alemanha da década de 20 experimentou uma expansão de poderes políticos, de avanços tecnológicos e de liberdades individuais, que garantiram maiores direitos ao sexo feminino e geraram a ideia de uma “Nova Mulher” alemã. Essa nova noção de mulher foi constantemente caracterizada pelo exercício do sufrágio, pela conquista do mercado de trabalho e pela conquista da sua autonomia. Isso nos sugere que houve uma ruptura com os tradicionais papéis de gêneros tão bem delineados no *Kaiserreich* (que foram retomados no período nazista) e nos faz questionar sobre como e por que a mulher emancipada voltou aos modos da feminilidade guilhermina durante o Terceiro Reich.

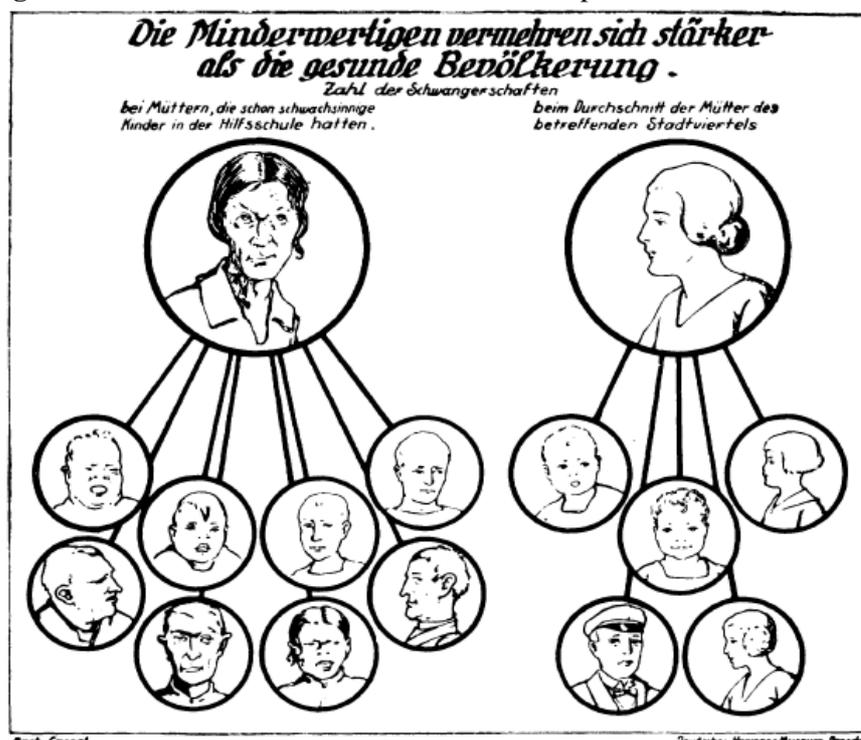
Marianne Walle defende que essa ruptura – seja do *Kaiserreich* para com a República de Weimar ou da República de Weimar para com o nazismo – na verdade nunca existiu da forma como imaginamos. De acordo com a pesquisadora, a conquista das mulheres no mercado de trabalho chegou acompanhada de profundas desigualdades de gênero no âmbito profissional e doméstico: as condições salariais sempre se mostravam desfavoráveis às mulheres, até mesmo quando elas trabalhavam por mais tempo do que os homens. Além disso, apesar de assumirem postos de trabalho, elas não conseguiam se livrar das suas obrigações domésticas, ficando assim profundamente sobrecarregadas. Dessa forma, associações femininas reivindicavam o reconhecimento da profissão de “dona de casa” e exigiam “prioridade para a ‘vocação natural’ da mulher, para a maternidade e o trabalho doméstico” (WALLE, 1993, p. 95). A emancipação, portanto, não havia chegado a todas, o que favoreceu para que a década de 20 abrigasse movimentos femininos sociais e, em contrapartida, alguns politicamente conservadores, que futuramente serviram como apoio aos nazistas.

Esses vieses conservadores podem ser notados na ideia que se tinha sobre maternidade durante a República de Weimar. O *Reichstag* (parlamento alemão), por exemplo, nunca aprovou nenhum dos muitos projetos de lei elaborados por partidos da esquerda em prol da legalização do aborto. Além disso, em 1926, a Alemanha converteu a pena de trabalho à pena de prisão para praticantes do aborto. Os únicos partidos que pareciam legislar a favor das mulheres eram os situados no espectro político da esquerda, já que apenas os partidos socialistas não se opuseram ao sufrágio universal antes de 1918 e o Partido Comunista (KPD)

foi o único contrário a uma medida que previa a demissão de mulheres casadas de cargos públicos no ano de 1930 (EVANS, 1976).

Para boa parte da população, a “Nova Mulher” que surge no âmbito da República de Weimar “se via ligada à percepção de degeneração dos valores tradicionais que seriam, para esta camada da sociedade, a verdadeira base da cultura e da civilização alemãs.” (MACHADO, 2018, p. 1). A degeneração, contudo, não estaria se instalando somente nos costumes tradicionais, mas também na própria raça alemã. O início do século XX foi marcado pela disseminação de ideias antissemitas e pela ideia de superioridade racial que se ancorava na eugenia. Tais concepções foram aceitas por parte da sociedade alemã antes mesmo da ascensão do partido nazista ao poder. Somada a elas, havia também a ideia de que a Alemanha, humilhada pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pelas duras condições impostas pelo Tratado de Versalhes, seria uma nação perseguida e que seus inimigos-perseguidores buscavam enfraquecê-la e derrotá-la por meio da raça e do “envenenamento do sangue”, conceito utilizado por Adolf Hitler para designar a mistura étnica entre alemães arianos e não-arianos (HITLER, 1983, p. 188). A crença vigente, assumida também pelo próprio ditador, era a de que, em caso de mistura das raças, a raça dita superior sempre seria a primeira a perecer. Assim, ilustrações como a Figura 1, reproduzida em um artigo escrito pela historiadora Gisela Bock (1983), eram de comum circulação na República de Weimar.

Figura 1. Caricatura de mães alemãs durante a República de Weimar, 1926.



Fonte: BOCK, 1983, p. 407.

Essa imagem, publicada em janeiro de 1926 em um periódico alemão, vem acompanhada pela seguinte legenda: “Os inferiores se multiplicam com mais força do que a população saudável.” Nela pode-se ver duas distintas árvores genealógicas: a primeira delas representa, em uma tradução livre, o número de gravidez de “mães que possuem filhos doentes mentais em escolas para crianças atrasadas”, enquanto a segunda representa “a média das mães nas mesmas áreas da cidade.” A primeira dessas mulheres, uma “mestiça” representada de forma caricatural, é retratada como mantenedora de oito filhos, todos retratados como portadores de algum tipo de deficiência física ou mental. Ela, por meio de suas feições e de sua roupa, representa a antítese da feminilidade valorizada no regime nacional-socialista. Já a segunda mulher, loira de feições pacatas, é representada como a mãe de cinco filhos saudáveis com ares igualmente serenos.

A ideia de degeneração da raça foi, como sabemos, potencializada durante o regime nazista, conforme mostra a Figura 2, integrante da exposição *Das Wunder des Lebens* (O milagre da vida) (ARQUITETURA..., 1989), inaugurada em março de 1935 – portanto, já no Terceiro Reich e nove anos após a publicação da Figura 1, – em Berlim.

Figura 2. Imagem apresentada durante a exposição “O milagre da vida”, realizada na Berlim do Terceiro Reich.



Fonte: Bundesarchiv, Bild 102-16748. Disponível em: <http://www.bild.bundesarchiv.de/archives/barchpic/view/1924266?switch_lang=de>. Acesso em 12 de maio de 2019.

Nela pode-se ler o seguinte título: “Assim terminaria: Declínio qualitativo da população por meio da fraca reprodução dos Superiores.” Em seguida, nos é mostrada a imagem de duas pessoas: uma ariana e, a outra, deficiente mental. Ambas as figuras são colocadas lado a lado sob a legenda: “Assim será quando os Inferiores tiverem 4 filhos e os Superiores tiverem 2.” O que esse gráfico busca retratar é que, se a quantidade populacional de arianos e não-arianos se mantivesse equivalente, conforme o documento sugere que está no início, haveria, ao longo do tempo, o desaparecimento dos arianos e o predomínio daqueles considerados como inferiores, que possuíam também uma capacidade reprodutiva mais forte.

Em meio a esse imaginário de extinção eminente da raça ariana, medidas pró-natalidade foram rigidamente estimuladas na Alemanha hitlerista. Porém, como explica Katherine Rossy, esses incentivos à maternidade não foram uma invenção nazista. Além de já existirem durante a República de Weimar, políticas pró-natalidade também eram comuns na União Soviética, na Itália fascista e em alguns países da Europa ocidental, como, por exemplo, a França. Na Alemanha, esses objetivos se concretizaram por meio de leis de incentivos matrimoniais, que ofereciam empréstimos financeiros ao casal desde que a mulher abandonasse o emprego para se dedicar ao lar. Posteriormente, estabeleceu-se o abono gradual do pagamento da dívida de acordo com a quantidade de filhos gerados na união (ROSSY, 2011). Discursos de líderes nazistas, como os do ministro da propaganda Joseph Goebbels, que pregava que “a missão da mulher é ser bonita e trazer filhos ao mundo” (MOSSE, 1973, p. 74, tradução nossa) e o de Gertrud Scholtz-Klink, líder da Liga das Mulheres Nacionais-Socialistas (*NS-Frauenschaft*), que conclamava o “ser mãe” como sendo um chamado e uma missão divina das mulheres alemãs (SCHOLTZ-KLINK, 2019), eram constantemente reproduzidos e propagandeados para estimular a natalidade entre as mulheres consideradas racialmente puras durante o Terceiro Reich. O próprio Adolf Hitler deixava claro a função da mulher ao conclamar a juventude feminina por meio de um diálogo mais direto com suas interlocutoras: “Menina, pensa que um dia deverás ser mãe alemã” (HITLER, 1983, p. 20). Esse imperativo aparece no primeiro capítulo de seu livro *Mein Kampf*, escrito em 1924, com a intenção de ser o manual ideológico do nacional-socialismo.

Uma outra forma de incentivo foi por meio da institucionalização da Cruz de Honra da Mãe Alemã (*Mutterkreuz*), condecoração oferecida em três modalidades às mulheres arianas que haviam gerado uma quantidade significativa de descendentes: mulheres com quatro filhos recebiam a cruz de bronze; as com seis, a cruz de prata; enquanto as mulheres com oito ou mais filhos recebiam a mais alta honraria, a cruz de ouro. Uma reportagem publicada no

jornal nazista *Völkischer Beobachter*, no natal de 1938, justifica a homenagem da seguinte maneira:

Essas honras à mãe alemã, especialmente às mães em idade madura, são não apenas uma expressão de agradecimento do Führer, mas também, ao mesmo tempo, indicam a confiança dele de que o povo alemão, e com ele, as mães alemãs, continuarão ajudando a cimentar a Nação [...] (MOSSE, 1973, p. 79, tradução nossa).

Dessa forma, chegamos à conclusão de que ser mãe na Alemanha nazista não era apenas ser mãe *no* Terceiro Reich, mas sim, ser mãe *do* Terceiro Reich, afinal, cabia às mulheres a competência de gerar indivíduos saudáveis e arianos para a prosperidade da nação alemã e formação de seus exércitos. A própria Scholtz-Klink afirmava que ser mãe na Alemanha nazista não era ser mãe apenas de seus próprios filhos, mas sim, ser mãe da nação. As pautas expansionistas e a necessidade de um *Lebensraum* (espaço vital) estimulavam também a procriação como meio de possibilitar a ocupação de territórios conquistados principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. A questão da maternidade na Alemanha nazista está estritamente ligada, e não pode, de modo algum, ser desvinculada da concepção de Raça do regime. Já pudemos perceber isso por meio das análises de propaganda visual feitas acima, mas esse aspecto se torna ainda mais perceptível nas páginas do já citado livro *Mein Kampf*.

No capítulo 4, intitulado Munique, Hitler se dedica à questão dos malefícios gerados pelo crescimento populacional e sobre como eles poderiam ser evitados. A primeira alternativa sugerida por ele, mas prontamente descartada, é a da limitação artificial do número de nascimentos, que interviria, assim, no processo natural de darwinismo social, teoria bastante influente entre os seus correligionários. A justificativa apresentada por ele é a de que, ao se delimitar o número máximo de nascimentos por família, a natural luta pela vida, na qual sobrevive o indivíduo mais forte, seria substituída pela

natural mania de conservar e “salvar” a todos, mesmo os mais fracos, a todo preço. Assim, se deixa a semente para uma descendência que será tanto mais lamentável quanto mais prolongado for esse escárnio contra a natureza e suas determinações. (HITLER, 1983, p. 92)

A alternativa viável para a solução do problema seria a expansão para novos territórios por meio do pangermanismo advindo do direito natural de conquista dos alemães. Caso esse direito não fosse respeitado, caberia então àquele povo tomar pela força o que lhe estava sendo negado. E, junto com a força, havia também o sacrifício individual em nome do coletivo e, para Hitler, a figura do ariano era, por excelência, a personificação desse sacrifício,

que não se manteve restrito apenas ao âmbito militar, mas se expandiu também para a retórica propagandística da maternidade. De acordo com um discurso do ditador feito em 1934 e apresentado por Wendy Lower (2014, p. 34), “O que o homem oferece em heroísmo no campo de batalha, a mulher iguala em constante perseverança e sacrifício” através da maternidade.

Ligado à noção de sacrifício estava também a noção de dever. É nesse sentido que, de acordo com Lenka Kopecká (2015), podem ser vistos dois tipos diferentes de mães retratadas na revista *NS-Frauen Warte*, publicação nazista voltada ao público feminino. O primeiro modelo é o a da jovem mulher que fica em casa cumprindo o seu dever de cuidar dos filhos enquanto o marido cumpre o seu dever militar durante a segunda guerra. Tratam-se de mães exemplares e dedicadas, retratadas cuidando de forma afetuosa dos seus filhos. Figuras proeminentes do séquito nazista, como Magda Goebbels, considerada a primeira-dama do Terceiro Reich, e até a já citada *Führerin* Gerturd Scholtz-Klink (Figura 3) se encaixam nessa categoria. O segundo grupo das mães representa as idosas, muitas vezes viúvas, que já criaram os seus filhos para o Nacional-Socialismo e que, durante a guerra, os veem partindo para o *front* de batalha e lidam com a incerteza – ou com a efetivação – de sua perda. Apesar disso, elas continuam fortes e perseverantes, pois sabem que contribuiram para o bem do seu povo e do nacional-socialismo.

Enquanto a jovem mãe representa o futuro do Reich por meio da maternidade, a mãe idosa é a representação do dever já cumprido pelo mesmo motivo. Apesar disso, ela não se dá por satisfeita e continua ajudando a disseminar a ideia de que suas perdas ocorreram por uma razão maior que garantirá a imortalidade da raça. Em comum, esses dois modelos de mães são retratados de acordo com a conduta esperada das mulheres no Terceiro Reich: discretas, com os cabelos quase sempre presos e sem nenhum tipo de adereço que demonstrasse vaidade.

A Figura 4, que apresenta uma dessas mães-modelos já na velhice, veio acompanhada, em tradução livre, da seguinte legenda na sua publicação original: “Em todos os distritos do Reich, mães velha e solitárias prestam uma pequena homenagem.” Pela fotografia, vemos que essa homenagem, feita em um altar ornamentado com a suástica, é prestada diretamente a Adolf Hitler, mostrando, desse modo, a devoção ao *Führer* que se esperava das mães alemãs. Tanto a Figura 3, quanto a Figura 4, foram extraídas de uma edição comemorativa de dia das mães de uma *NS-Frauen Warte*, de 1939.

Figura 3. Gertrud Scholtz-Klink, a liderança feminina do Terceiro Reich, aparece cuidando de seu filho durante uma viagem para a Inglaterra em 1939.



Fonte: NS-Frauen Warte, v. 7, n. 23, 1939, p. 723. Disponível em: < <http://bit.ly/FrauenWarteFig3>>. Acesso em 7 de julho de 2019.

Figura 4. Uma velha mãe alemã se orgulha por servir ao nacional-socialismo.



Fonte: NS-Frauen Warte, v. 7, n. 23, 1939, p. 723. Disponível em: < <http://bit.ly/FrauenWarteFig4>>. Acesso em 7 de julho de 2019.

Ao mesmo tempo em que havia uma política de valorização da figura forjada da mãe, responsável pelo futuro da raça, o regime nazista também promovia políticas anti-natalidade, só que voltadas às famílias de não-arianos. Como diz Gisela Bock, o que os nazistas pretendiam não era aumentar o número de mulheres grávidas, mas sim, aumentar o número de mulheres grávidas arianas. Em relação às não-arianas, essas deviam submeter-se, contra a sua vontade, à esterilizações. Já o mesmo procedimento feito de forma voluntária em arianas estava estritamente proibido (BOCK, 1983). Proibição, aliás, que se estendia para a questão do aborto.

Mas como funcionava na prática esse discurso sobre o que era e o que não era ser ariano? De acordo com os filósofos Philippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy (2002), a característica ariana se tratava de um mito, isto é, de uma representação que não surge de si, mas que deve ser mobilizada para poder existir. A raça ariana se liga, sob essa perspectiva, ao sangue e não à língua, como é comum nos demais mitos existentes. Além disso, esse mito só é possível de se concretizar graças à existência da negação do ariano, visto como “A Raça” por excelência e, portanto, a única passível de existência na Alemanha. O judeu, por exemplo, é o antípoda do germânico, não sendo considerado nem mesmo uma raça ruim, mas sim a negação total da raça. Para além da questão do sangue, havia também a classificação dos associas, compostos por criminosos, prostitutas, alcoólatras, mendigos e doentes mentais (MCDONOUGH, 2016). Mulheres arianas que faziam parte desse grupo também eram esterilizadas.

As políticas pró-natalidade instituídas no período nazista – com a exceção do projeto *Lebensborn* (fonte da vida) – não representaram algo novo, já que eram pregadas fora da Alemanha e no próprio país antes mesmo da ascensão de Hitler ao poder em 1933. A existência de programas artificiais pró e antinatalidade não representava, para os líderes nazistas, uma anormalidade, mas sim a aceleração de leis naturais que já estavam predestinadas a ocorrer. Dentre os princípios dos 3K’s – *Kinder, Küche und Kirche*, ou seja, Filhos, Cozinha e Igreja – pregados para as mulheres no Terceiro Reich, pode-se dizer que o primeiro desses aspectos foi o de maior destaque na propaganda nazista, seja ela feita por meio de discursos ou por meio de fontes visuais.

Diante do exposto, podemos concluir dizendo que estudar a maternidade durante o Terceiro Reich não é apenas estudar o “ser mãe” na Alemanha nazista, mas sim estudar também características mais abrangentes do regime, como, por exemplo, o racismo e o expansionismo.

Referências Bibliográficas

ARQUITETURA da destruição. Produção, direção e roteiro de Peter Cohen. 1989. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gDqGT4xepjQ> >. Acesso em 29 de maio de 2019.

BOCK, Gisela. Racism and Sexism in Nazi Germany: Motherhood, Compulsory Sterilization, and the State. **Signs**, Chicago, v. 8, n. 3, pp. 400-421, 1983.

EVANS, Richard. German Women and the Triumph of Hitler. **The Journal of Modern History**, v. 48, n. 1, pp. 139-151, mar. 1976.

HITLER, Adolf. **Minha Luta: Mein Kampf.** São Paulo: Moraes, 1983.

KOPECKÁ, Lenka. **Das Bild der Frau in der NS-Zeitschrift “NS-Frauen-Warte”.** 2015. 60p. [Bachelor Thesis] – Departement of German Studies, Philosophical Faculty, Olomouc, 2015.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. **O mito nazista.** São Paulo: Iluminuras, 2002.

LOWER, Wendy. **As mulheres do nazismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MACHADO, Yasmin Trindade. Os valores da nova mulher ariana: O lugar da mulher no Terceiro Reich. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18, 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2018. Disponível em: < <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares> >, Acesso em 7 de julho de 2019.

MCDONOUGH, Frank. **Gestapo: Mito e realidade na polícia secreta de Hitler.** São Paulo: LeYa, 2016.

MOSSE, George L. **La cultura nazi: La vida intelectual, cultural y social en el Tercer Reich.** Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.

ROSSY, Katherine M. Politicizing Pronatalism: Exploring the Nazi Ideology of Women through the Lens of Visual Propaganda, 1933-1939. **The Graduate History Review**, Victoria, v. 3, n. 1, pp. 49-77, 2011.

SCHOLTZ-KLINK, Gertrud. **To Be a German is to Be Strong.** Disponível em: < <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/scholtz-klink2.htm> >, Acesso em 7 de julho de 2019.

WALLE, Marianne. As berlinenses e seus combates. In: RICHARD, Lionel (org.). **Berlim, 1919-1933: A encarnação extrema da modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

“Esses prazeres violentos têm finais violentos” Westworld e a banalidade do mal em perspectiva

Sara Rodrigues Handeri Araújo

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

sarahanderi@hotmail.com

Resumo: O contexto da Alemanha nazista e a lógica totalitária forneceu o embasamento para Hannah Arendt na elaboração do conceito de banalidade do mal. Dentro disso, a partir de uma obra de ficção científica, a filósofa atribui como chave de ação o que caracterizaria o homem comum. Esse seria o que frente ao terror do regime totalitário, tem o seu ímpeto de reflexão coibido, cometendo o mal e disposto a fazê-lo sob a justificativa de uma ordem superior, além de não refletir com profundidade sobre as suas ações, o que contribuiria para que não sentisse o peso das consequências dos seus atos. Essa lógica fazia com que não houvesse pudor ao realizar ações consideradas monstruosas por serem centradas em um ato burocrático governamental, tendo em vista que toda a tese sobre a banalidade do mal gira entorno da ausência de pensamento. Nesse sentido, a série televisiva *Westworld* (HBO), mostra a realidade de um parque temático que propõe representar o Velho Oeste dentro de um contexto futurístico de tecnologia avançada. Nesse parque a ideia é a interação com a consciência artificial, através dos androides que o povoam. Tais relações se dão de acordo com as vontades dos visitantes e não sofrem qualquer tipo de restrição, sem o medo de alguma retaliação dos androides. A análise da série evidencia como o ambiente interfere no comportamento dos visitantes, que pela possibilidade de se comportarem de forma irrestrita aos seus desejos, revelam uma face violenta e até então desconhecida. Isso se dá devido aos anfitriões serem androides, logo, não sentiriam dor ou, em teoria, não terem uma consciência própria para refletir sobre esses acontecimentos. Sendo assim, pretendo analisar a lógica presente no sistema totalitário nazista dentro do universo de *Westworld*, na medida em que os visitantes não analisam as suas ações dentro do parque, revelando suas faces encobertas pela moralidade da sociedade externa. Assim, quando imersos na experiência, se mostram propensos a praticar o mal, tratando os androides como não-humanos, mesmo que esses demonstrem sentimentos e ajam como um igual. Portanto, é possível fazer um paralelo entre o homem comum de Hannah Arendt e personagens da série, visto que a possibilidade de cometer o mal sem nenhuma retaliação, aproxima tais ações da realidade aceitável. Tais fatores na série contribuem para a caracterização do mal banal, como defende Hannah Arendt, que se constrói na oportunidade e não se preocupa com o fator ético, de culpa ou responsabilidade.

Palavras-chave: *Westworld*, Banalidade do mal, Ética.

A série televisiva *Westworld* teve a sua primeira temporada lançada e transmitida pela HBO no ano de 2016, sendo produzida por Lisa Joy e Jonathan Nolan. A narrativa da série busca apresentar a realidade de um parque temático que tem como objetivo para os visitantes a vivência em um mundo do Velho Oeste, inserido em um contexto futurístico com tecnologia avançada destinada a aperfeiçoar a experiência dos visitantes. Dentro de *Westworld*, nome dado ao parque, o intuito é a interação dos visitantes com a consciência artificial com a qual se

trabalha, através do uso de androides que povoam o lugar, nesse sentido, os androides são chamados de anfitriões do lugar e os visitantes são conhecidos como os recém-chegados. A série apresenta alguns cenários diferentes disponibilizados pelo parque para a experiência dos visitantes, que são utilizados de forma correspondente à interação escolhida por eles para com os anfitriões, que se estrutura de acordo com os seus desejos, na medida em que a relação com cada um dos androides pode levá-los para uma narrativa e uma aventura diferente dentro do parque, podendo se tratar de narrativas que se encaixam mais em um âmbito familiar ou em situações relativamente mais perigosas, como perseguição de bandidos e caças ao tesouro. Essa interação é unilateral também no sentido em que os visitantes não sofrem qualquer tipo de restrição no que tange ao o que eles fazem com os anfitriões, muitos inclusive se restringem ao parque como um lugar para atirar em pessoas e estuprar mulheres, sendo uma das principais atrações da cidade central da série, *Sweet Water*, o bordel, Mariposa. Além disso, os visitantes ficam em uma posição em que não há a necessidade de temer algum tipo de retaliação dos androides, tendo em vista que eles podem machucá-los, mas nunca matá-los, aplicando no imaginário dos visitantes uma sensação de superioridade no sentido da força e no sentido da consciência. Essa última se ampara no fato de que todas as memórias dos androides são resetadas no fim do dia ou de uma narrativa, por isso, após esse processo eles repetem os mesmos diálogos e ações com pessoas diferentes sem lembrar de experiências anteriores não programadas, em teoria.

Nessa perspectiva, a análise da série nos permite perceber como a construção desse ambiente como um outro mundo, interfere no comportamento dos visitantes, que, em sua maioria, frente a possibilidade de se comportarem da forma como desejarem, revelam uma face violenta. Igualmente, os próprios funcionários do parque são instruídos a pensar nos anfitriões como máquinas, que não possuem sentimentos ou podem ser verdadeiramente feridas, uma vez que podem ser consertados e reestabelecidos em sua narrativa. Um bom exemplo dessa dinâmica se constrói em uma das cenas da série, na qual um dos funcionários, no processo de reparo dos androides o cobre com uma toalha para examiná-lo, sendo esse um reflexo em tratá-lo como um ser humano. Frente a essa situação um dos criadores do parque, conhecido como Ford, interpretado pelo ator Anthony Hopkins, se aproxima do funcionário e questiona sobre o uso toalha visto que, segundo ele, essa ação não faz sentido algum, pois ele está diante de uma máquina que não é capaz e não sente dor ou vergonha e por isso cobri-lo não é necessário, para demonstrar isso Ford usa uma das lâminas, que estão dispostas para o conserto, para fazer um corte no rosto do androide e retira a toalha que o cobre, depois disso ordena ao

funcionário que isso não se repita. Tudo isso se dá sob a justificativa de que os anfitriões são andróides e por isso a dor deles não seria efetivamente real ou que eles teriam uma consciência própria, para refletir sobre o que passam dentro do parque todos os dias, visto todos os tipos de violência a qual eles são expostos. Além disso, o fato de que no final do dia as suas memórias seriam reiniciadas para a sua narrativa original insinua uma situação de funcionários e visitantes como intocáveis, bem como o fato deles não terem acesso a essas memórias os impedem de realizar o processo completo do pensar.

Tendo em vista tais aspectos apresentados pelo parque me centrarei agora no contexto da Alemanha nazista e a lógica totalitária estruturada na época. A conjuntura apresentada pelo regime totalitário nazista do Terceiro Reich forneceu o embasamento para diversos pensamentos da filósofa Hannah Arendt, que era filha de judeus e se reconhecia como judia, ela no contexto de perseguição aos judeus na Alemanha fugiu para os Estados Unidos, onde pode publicar e perseguir a sua carreira acadêmica. Tendo uma carreira já consolidada na época a filósofa foi convidada pela revista *The New Yorker* para realizar a cobertura do julgamento de um dos fugitivos nazistas, Adolf Eichmann, em 1961, Eichmann era funcionário da SS, *Schutzstaffel*, organização paramilitar do regime nazista, e uma das figuras mais importantes e empenhadas na solução da questão judaica. Em seu julgamento, realizado em Jerusalém, Eichmann permaneceu o tempo todo em uma jaula de vidro e a organização do espaço lembrava a de um palco, onde ele permanecia, e de uma plateia, onde ficava o público, que em sua maioria eram judeus. Ao analisar todo esse evento e a sua construção, Hannah Arendt critica a modalidade do julgamento como um tipo de espetáculo e o tratamento do réu como uma pessoa louca, que tinha a necessidade de permanecer atrás de uma barreira de vidro, como se houvesse a possibilidade de atacar alguém a qualquer momento. Através dessa crítica, Arendt discute em seu livro *Eichmann em Jerusalém*, lançado em 1963, a transformação dos nazistas em figuras loucas e monstros, como forma de afastar o Holocausto e o regime nazista da realidade moderna. Visto isso, ela, assim como o sociólogo Zygmunt Bauman em seu livro *Modernidade e Holocausto*, publicado em 1989, irão trabalhar em contrapartida, a aproximação do regime totalitário nazista e do Holocausto do período moderno, na medida em que estes não podem ser analisados como eventos fora da curva, mas sim como uma consequência próxima da sociedade moderna e de aspectos correspondentes a ela, que, sendo assim, não foram inventados pelo regime nazista e pela lógica totalitária, se caracterizando como produtos da modernidade. Nesse sentido, em seu livro a autora vai trabalhar um dos seus conceitos mais importantes, a banalidade do mal. Hannah Arendt, ao desenvolver esse conceito, parte da sua noção sobre o

ato de pensar, uma vez que, para ela, pensar por definição é realizar um diálogo socrático consigo mesmo, processo que ela chama do “dois em um”, no qual o indivíduo deve pensar consigo sobre determinado assunto e através disso emitir um julgamento e opiniões, sendo assim, ele deve realizar esse processo para refletir sobre algo e para pensar de maneira plena. Contudo, através do aparato utilizado pela lógica totalitária durante o regime nazista, houve a construção do que podemos configurar como um mal administrativo, que impedia que os indivíduos realizassem esse processo e, por consequência, pensassem por conta própria para realizar quaisquer ações, esses funcionários então apenas seguiam ordens de um superior, pois precisavam viver de acordo com as leis, e nesse contexto o crime era legalizado. Além disso, no pensamento arendtiano defende-se que o mal nunca é radical, é apenas extremo e não possui profundidade e nem qualquer dimensão demoníaca, ele pode cobrir e deteriorar o mundo inteiro precisamente porque se espalha como fungo na superfície. Nisso, para ela, que se centra a banalidade do mal, no fato que ele pode se disseminar no dia a dia em pequenos atos que passam despercebidos pelos seus executores, visto que eles não sentem o peso da sua consequência ao concretizá-los. Dessa forma, Hannah Arendt defende que apenas o bem tem profundidade e pode ser radical, pois para isso é necessário o labor do pensar. Nesse sentido, conclui-se o que a filósofa chama de mal banal, que se perpetua em ações da lógica burocrática e se configura na tentativa de substituir e ocupar o lugar do comum, transformando assim o mal em regra e no que se passa como normal no cotidiano.

Dentro dessa ideia, a filósofa atribui como chave de ação, o raciocínio do que caracteriza como o homem comum. Este seria aquele que frente a aura do terror do regime totalitário tem o seu ímpeto de reflexão coibido. Sendo assim, esses indivíduos cometiam o mal e estavam dispostos a isso sob a justificativa de uma ordem superior, além de não refletirem com profundidade sobre as suas ações, fator que contribuía para que não sentissem o peso das consequências dos seus atos. Tal perspectiva entra novamente no que a filósofa atribui como etapas do pensamento, tendo em vista em que a última delas é o julgamento, que não é uma atividade direta do pensar, mas que abre o espaço necessário para isso, é nesse momento que decidimos o que é certo e errado e por isso a ação surge do julgamento, que representa a passagem para o mundo público, sendo assim, na lógica totalitária esse processo não acontece. Essa lógica, fazia com que os agentes não tivessem pudor em realizar ações consideradas monstruosas por serem representadas em um ato burocrático governamental, tendo em vista que toda a sua tese sobre a banalidade do mal gira entorno da atividade do pensar, porém, essas ações não exigiam isso.

Sendo assim, a lógica utilizada no sistema totalitário nazista pode ser percebida no universo de *Westworld*, na medida em que seus visitantes não pensam ou analisam as suas ações violentas e desumanas dentro do parque e, por isso, revelam diversas faces que são encobertas pela moralidade da sociedade externa. Assim, quando imersos nessa experiência, os visitantes são influenciados e se mostram propensos a praticar o mal, tendo que os anfitriões não são seres humanos como guia e proteção das suas ações, mesmo que estes demonstrem sentimentos a partir delas e ajam como um igual, sendo assim, algumas decisões e ações que são tomadas de forma deliberada são interpretadas por eles como o comportamento normal dentro do parque. Por conseguinte, nota-se a similaridade entre o homem comum de Hannah Arendt e alguns personagens da série, visto que a possibilidade de cometer o mal sem qualquer forma de retaliação ou sem necessariamente possuir responsabilidade por suas ações, ao mesmo tempo que retratar certos comportamentos como comuns dentro desse ambiente, aproximam essas ações de uma realidade aceitável. Tais fatores dentro da série contribuem para a caracterização do mal banal, como defende Hannah Arendt, que se constrói na oportunidade e não se preocupa com o fator ético, de culpa ou responsabilidade. Dentro dessa perspectiva temos na série um exemplo bastante expressivo dessa conceituação, que é o personagem do Will, que em sua primeira visita no parque é considerado por seu cunhado como ingênuo e o acusa de não conhecer a verdadeira essência do parque, isso porque ele se recusa a matar e machucar androides de maneira irrestrita, pois ele ainda os reconhece como iguais. Porém, ao longo da evolução do seu personagem ele passa pelo processo de pensar nos anfitriões como androides e isso faz com que eles sejam finalmente desumanizados por ele. Nesse sentido, o personagem do Will representa o colapso da moral trazido pela construção desse universo e a desumanidade dos corpos como função de distância social.

Tais questões também são conceitos trabalhados por Bauman no livro *Modernidade e Holocausto* e também pela Hannah Arendt, no qual bem e mal não são mais produtos de uma reflexão e julgamento, mas sim no que se impera a lógica do mal banal, uma vez que a violência é colocada como algo comum e necessário, principalmente por não haver consequências para os seus atos, e claro, pela motivação de que não haverá um julgamento moral pelas ações realizadas dentro do parque, diferente do mundo externo. Essa perspectiva se apresenta na série pois essas ações não são realizadas no mundo externo, mas sim apenas em uma realidade circunscrita que autoriza os visitantes as mesmas, já na lógica totalitária nazista, essas ações se pautam na subversão da moral da sociedade moderna proposta pelo regime.

Neste mesmo livro, Bauman analisa o afastamento dos corpos humanos no viés racional

para entender a desumanização das pessoas no regime totalitário, o autor faz isso a partir da análise da experiência de Milgram, estudo desenvolvido em 1961 pelo psicólogo Stanley Milgram, na Universidade de Yale, no qual o objetivo era analisar a tendência das pessoas a obedecer figuras de autoridade. Uma das suas conclusões de Bauman foi: “Quanto mais racional a organização da ação, mais fácil se torna produzir sofrimento — e ficar em paz consigo mesmo.” (BAUMAN, 1998, p.125). Nesse sentido, entende-se a separação racional realizada pela lógica do parque entre robôs e seres humanos para que a experiência seja vivida de forma plena. Para finalizar cito uma frase dita por um dos donos do parque, Ford, interpretado pelo Anthony Hopkins: "Não podemos definir a consciência porque a consciência não existe. Os humanos acham que há algo de especial na forma como entendemos o mundo, e ainda assim vivemos em círculos, tão apertados e fechados quanto os anfitriões, raramente questionando nossas escolhas, satisfeitos, em sua maior parte, a sermos informados sobre o que fazer em seguida.". Esta representa de forma clara a aproximação da incapacidade de pensar e refletir entre androides e seres humanos, bem como das análises da filósofa Hannah Arendt com o mundo de *Westworld* apresentado pela série.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (p. 125)

ST 10
**História oral e as múltiplas
possibilidades de pesquisas**

Representações da travessia clandestina de mineiros rumo aos EUA (2001-2016)

Carolina Silva Horta Machado
Mestranda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
lina.shm@hotmail.com

Resumo: A utilização das fontes orais possibilita trazer à luz aspectos sociais, históricos e principalmente subjetivos das experiências humanas, percebendo os sujeitos como únicos em sua vivência (OSMAN, 2007). Além disso, as fontes orais possibilitam o registro da subjetividade dos sujeitos por meio dos silêncios e emoções, já que, muitos significados só conseguem ser apreendidos se ouvidos, como, por exemplo, o tom e o ritmo do discurso (PORTELLI, 1997). Nesse sentido, a História Oral foi utilizada como principal metodologia durante a pesquisa sobre a emigração clandestina de mineiros rumo aos Estados Unidos entre 2001-2016, que buscava analisar as múltiplas representações desse processo por meio das narrativas de memória de emigrantes retornados. Para tanto, foram realizadas três entrevistas temáticas com membros de uma mesma família, natural da região de Governador Valadares/MG, que tem se destacado como região emigratória desde a década de 1980 (SOUSA, 2016). A análise das entrevistas nos levou aos conceitos de cultura da migração, riscos e vulnerabilidades, que nos auxiliam na compreensão do processo migratório ilegal. Por cultura da migração, partilhamos da conceituação de Sousa (2016), que afirma que ela se “estabelece publicamente quando o ato de migrar se torna socialmente legitimado” (SOUSA, 2016, p. 70), sendo a migração percebida como vantajosa ao possibilitar e/ou facilitar o alcance ao sucesso socioeconômico desejado. Já por riscos e vulnerabilidades compreendemos que os emigrantes clandestinos estariam expostos a coisas e/ou pessoas potencialmente perigosas, que ameaçariam prejudicar, as vezes irreversivelmente, o projeto de migrar (RUIZ, 2000). Ao mesmo tempo, estariam em uma “condição social multidimensional e multideterminada” (QUIROZ e PIÑEIRO, 2013, p. 33, tradução nossa). Tais riscos e vulnerabilidades, categorizados pelos autores Quiroz e Piñeiro (2013), foram identificados nas narrativas de memória dos emigrantes retornados, caracterizados por eles como obstáculos a realização de um sonho de uma vida melhor, que foi sendo cultivado desde a infância pela presença de uma cultura da migração na região de Governador Valadares/MG. Por meio das entrevistas, foi possível perceber também o que Thomson (1997) denomina de compor a memória, já que os entrevistados foram construindo suas reminiscências, dando forma ao já vivido a partir do repertório cultural existente, compondo uma identidade individual.

Palavras-chave: História Oral, Travessia Clandestina, Representação.

Introdução

Historicamente o Brasil é conhecido por ser um país receptor de imigrantes desde a Colonização, principalmente entre os séculos XIX e XX. Porém, essa realidade foi se alterando e a partir da década de 1980 grande parte da mão de obra brasileira passou a ser exportada a outros países, principalmente por questões socioeconômicas já que o país vivia

um período de recessão econômica (MAGALHÃES, 2003). Dentro desse cenário, a região de Governador Valadares, localizada no interior do Estado de Minas Gerais, destaca-se, por diversos fatores, como pioneira, sendo uma região representativa da emigração para os Estados Unidos (SOUSA, 2016; SOARES, 2002). Com o passar dos anos e o aumento dos empecilhos para a entrada de emigrantes nos EUA, novas alternativas para emigrar são criadas, inclusive por meios ilegais. Uma dessas alternativas é a travessia clandestina por terra, das fronteiras mexicanas para os EUA, que pretendemos abordar nesse trabalho.

Percebendo a travessia clandestina como um processo múltiplo e continuado, que permite diferentes olhares, esse trabalho se restringe a compreender de que forma ela é representada nas narrativas de memória de emigrantes retornados entre os anos 2001 e 2016. Para tanto foram realizadas três entrevistas temáticas, a partir da metodologia de história oral, que visa a valorização da experiência individual e da subjetividade, possibilitando trazer à luz aspectos sociais, históricos e principalmente subjetivos dessa experiência, que é por vezes conflituosa e/ou dolorosa (OSMAN, 2007). Além disso, na tentativa de recuperar a memória e a subjetividade dos sujeitos que vivenciaram essa experiência, o processo migratório foi apreendido como um deslocamento/movimento não apenas geográfico e linear (do país de origem para outro), mas múltiplo, movendo-se em diferentes sentidos (sociais, culturais, econômicos, etc.).

As entrevistas foram realizadas com emigrantes retornados, membros de uma mesma família, originária de Sardoá-MG. Dois dos entrevistados são irmãos – José¹, 42 e Breno, 46 – e realizaram a travessia clandestina juntos, em agosto de 2005. O terceiro entrevistado é Pedro, 30, primo dos outros entrevistados, e realizou a travessia clandestina acompanhado da irmã mais velha e de um primo, no ano de 2007.

Os entrevistados são moradores e ex-moradores da cidade de Sardoá, que se localiza a 331,4 km da capital, Belo Horizonte e a 72,7 km de Governador Valadares. Sardoá é uma pequena cidade com pouco mais de 5.500 habitantes e que faz parte da Microrregião de Guanhães, uma das 7 Microrregiões que compõem a Mesorregião do Vale do Rio Doce, a leste do Estado (IBGE, 2010). Apesar de não fazer parte da Microrregião de Governador Valadares, a população de Sardoá tem a cidade de Governador Valadares como referência, devido à sua proximidade. Assim, é em Governador Valadares que a maioria dos jovens sardoenses fazem um curso superior ou técnico, e também é para onde a população é

¹ Por se tratar de um processo que se dá em ilegalidade, os nomes foram alterados visando preservar a identidade dos entrevistados.

encaminhada para tratamentos mais complexos de saúde. Essa região é profundamente marcada pelo que Sousa (2016) chama de cultura da migração, que segundo ele se “estabelece publicamente quando o ato de migrar se torna socialmente legitimado” (SOUSA, 2016, p. 70), sendo a migração percebida como vantajosa ao possibilitar e/ou facilitar o alcance ao sucesso socioeconômico desejado. Por essa razão, a partir de agora, neste trabalho, será feita a referência à região de Governador Valadares, em termos culturais, não administrativos.

Restringindo-se, especialmente, à região de Sardoá, esse trabalho tem seu recorte temporal iniciado em 2001, quando aconteceram os atentados terroristas de 11 de setembro às “Torres Gêmeas” nos EUA. Partimos da hipótese de que, possivelmente, é a partir daí que a emigração ilegal, por meio da travessia clandestina das fronteiras, torna-se uma rota mais comum de entrada nos EUA para os brasileiros. Segundo Sousa (2016), nesse período ocorreu um endurecimento das políticas imigratórias, com a adoção de medidas restritivas à liberação de vistos de turista, dificultando a entrada legal de brasileiros no país. Nosso recorte estende-se até 2016, que é quando as entrevistas temáticas foram concluídas. Partimos, assim, do pressuposto de que a memória compõe-se no momento presente, sendo ele também elemento de análise nessa pesquisa – portanto, essa pesquisa insere-se na História do Tempo Presente.

A cultura migratória na região de Governador Valadares

São diversas as razões que levam indivíduos com uma vida estável e por se fazer, como os entrevistados, a largar tudo em busca do “sonho americano”. Apesar de o desejo de prosperar financeiramente ser evocado como principal motivo, a escolha em progredir por meio da migração para os Estados Unidos, está consolidada em uma cultura migratória que se formou na região de Governador Valadares. Segundo Sousa (2016), essa cultura migratória surgiu do intenso contato dos moradores com os norte-americanos desde a II Guerra Mundial, onde constituiu-se uma rede social da migração entre origem e destino. Além disso, a cultura migratória vem se perpetuando através da presença dos emigrantes retornados que alimentam os imaginários sobre a terra estrangeira como terra de inúmeras oportunidades (SOUSA, 2016; SOARES, 2002).

Assim, as interações cotidianas entre os migrantes e não migrantes, estrangeiros e nacionais, compartilhando símbolos e objetos característicos do chamado *american way of life*, elaborou as representações sociais que fundamentam a cultura migratória. Baseado no conceito de rede de significados, Sousa (2016) faz um mapeamento dos principais eixos que

compõem a cultura da migração na região de Governador Valadares. De acordo com o autor, “a intermediação dessa rede é principalmente regida pelos objetos Trabalho, Vida Melhor, Dinheiro, Saudade e Estados Unidos, isso significa dizer que estes itens gerenciam, quase que exclusivamente, o fluxo de representações sobre o objeto ‘migração internacional’” (SOUSA, 2016, p. 95). É a partir desses termos que se constituiu o imaginário social sobre imigração internacional na região de Governador Valadares, que, ao longo do tempo, se difundiu para os municípios vizinhos (SOUSA, 2016; SOARES, 2002), tal como Sardoá – como podemos perceber a partir das entrevistas realizadas.

Pedro: Bom, a gente saiu daqui um dia, nem lembro que dia que foi. Mas aí saiu uma van, com as pessoas que iam sair daqui de Sardoá e fomos pra Valadares. Aí, lá em Valadares, já era outra pessoa que estava recebendo a gente, aí já, já juntou com mais gente. Gente de outras cidadezinhas, iguais a essa cidade. Umas, vamos supor que Valadares era, era o polo onde reunia, sei lá, 5 de uma cidade, 5 de outra, 5 de Sardoá.... Aí juntou todo mundo entrou nessa van e foi embora.

O imaginário social que compõe a cultura do migrar, e que é disseminado entre a população da região de Governador Valadares por meio de redes de sociabilidade entre migrantes e não migrantes, exerce uma influência real e em graus variados sobre os comportamentos individuais e coletivos, produzindo muitas vezes escolhas que são “imaginadas como as únicas possíveis” (BACZKO, 1985, p. 312). É dessa forma que o desejo de migrar para o exterior está presente desde a infância dos moradores dessa região, como sendo parte de sua experiência de vida e determinando suas escolhas (SOUSA, 2016; SOARES, 2002). Assim, para apresentar o surgimento da ideia de migrar, os entrevistados aludem ao fato de nascerem e/ou viverem na cidade de Sardoá.

Pedro: É, na realidade, isso surgiu, tipo assim, vem, *isso vem criando na cabeça da, até de uma criança de uma cidade pequena igual Sardoá, porque desde que a gente se entende por gente, nessa região, todo mundo vai pra lá pra buscar é... é uma qualidade de vida, né?, pra, pra família e pra si próprio. Então isso já vem martelando na cabeça da gente até... sei lá, com a gente com 12 anos, 13 anos, a gente já tem essa ideia. Então surgiu a partir disso.*

Breno: Hum, ah então. *O fato né, de ter vindo da cidade do interior, de Sardoá, no Vale do Aço né?! E aquela região muitas pessoas vão para os Estados Unidos e, e trabalham e etc. e sempre tão comentando que é melhor, que você tem a condição de melhorar de vida e etc.*

José: Ah, eu fui por, por influência né, dos meus primos que... os meus primos não. *O pessoal lá do interior em geral né?, pessoal de Sardoá, em geral que todo mundo vai, e na época eu fiquei desempregado. Eu trabalhei, eu fiquei desempregado, e fiquei tipo... já, eu já tinha vontade de, de ir né, como eu fiquei desempregado, eu... eu optei por ir. [Grifos da autora].*

A cultura migratória estabelece a migração como um “rito de passagem”, associando a mobilidade populacional ao sucesso individual e coletivo. A migração é legitimada no imaginário social como sendo a norma e, conseqüentemente, transforma a imobilidade em antítese do sucesso (SOUSA, 2016).

A travessia clandestina no trabalho de memória

Para moradores e ex-moradores da cidade de Sardoá, localizada a 73 km de Governador Valadares, emigrar para os Estados Unidos faz parte da cultura local, sendo considerada condição necessária ao êxito individual, profissional e pessoal (SOUSA, 2016). A partir disso e com o aumento dos empecilhos para a entrada de emigrantes brasileiros no Estados Unidos, outros caminhos foram criados, entre eles a travessia clandestina por terra das fronteiras mexicanas.

Nas entrevistas realizadas, as narrativas de memória de emigrantes retornados aludiram a múltiplas representações da travessia clandestina, que giram em torno de dois conceitos-chave para compreensão desse processo. Yolanda Quiroz e Rodolfo Piñeiro (2013), ao investigar a imigração ilegal de menores retornados dos EUA, valem-se do conceito de vulnerabilidade para pensar as vivências desses sujeitos, categorizando níveis e tipos de vulnerabilidades e riscos aos quais os menores são expostos. Os autores compreendem a vulnerabilidade “como uma condição social multidimensional e multideterminada. As causas e conseqüências podem ser de vários tipos, os sujeitos implicados são diversos e seus efeitos ocorrem em diferentes âmbitos, momentos e magnitudes diferenciadas.” (QUIROZ; PIÑEIRO, 2013, p. 33, tradução nossa).

A vulnerabilidade está diretamente ligada ao conceito de risco, que segundo Olivia Ruiz (2000):

define-se, por um lado, como a exposição, no caminho, a uma coisa ou pessoa que é potencialmente uma ameaça ou um perigo, de tal forma que possa prejudicar ou causar danos, às vezes irreversíveis, ao projeto de migrar ou à integridade física do migrante, se ele entra em contato com essa coisa ou pessoa (RUIZ, 2000, p. 9, tradução nossa).

O eixo da definição se encontra na possibilidade de os migrantes sofrerem algum dano, seja ele físico, psicológico, ou ao projeto de migrar, que culmine no atraso ou anulação da viagem.

Olivia Ruiz (2000) buscou identificar “os danos sofridos, que não permitiram ao migrante continuar com seu projeto de migrar ou que comprometeram sua integridade física” (RUIZ, 2000, p. 9, tradução nossa). Dessa forma, a autora identificou três tipos de risco: as detenções-expulsões (que abrangem a apreensão de emigrantes ilegais pela polícia mexicana); os acidentes (ameaças à integridade física e à saúde corporal do emigrante) e as violações dos direitos humanos (RUIZ, 2000).

No relato dos emigrantes repatriados entrevistados no âmbito dessa pesquisa, é possível perceber que as dificuldades encontradas, por eles, durante o trajeto, podem ser classificadas em diferentes níveis de riscos e vulnerabilidades. Assim, apesar de os três entrevistados nesta pesquisa terem conseguido completar a travessia e chegar aos Estados Unidos, todos relataram situações em que sua integridade física correu risco de ser comprometida. Além disso, o terceiro entrevistado, Pedro, cuja narrativa, segundo ele “daria um livro”, relata que chegou a ser sequestrado durante a travessia clandestina. Na casa em que aguardava ordens para iniciar a travessia da fronteira, o grupo em que Pedro estava, foi dividido entre homens e mulheres, e as mulheres foram primeiro.

Pedro: Aí começou a atravessar as meninas, levou todas as meninas, aí isso mais ou menos umas 3 horas da tarde. E não tinham deixado comida para a gente. Aí foi, começou a demorar demais, né?, deu umas 8 horas da noite... 10 horas da noite... e nada do cara vir [nos buscar]. Aí, tinha um cara lá que estava meio que com o psicológico abafado, né? O psicológico dele estava meio, meio ruim, aí ele falou: “Ah, não estou nem aí não, se esses caras me pegam, eu vou. Vou sair aqui, vocês querem que compre alguma coisa?” Aí, o cara saiu de dentro da casa e procurou uma mercearia lá e fez uma compra. E a gente foi e comprou biscoito, comprou iogurte, comprou um monte de coisa, a gente foi e comeu, e achando estranho, né?, o fato do cara ter sumido, porque ele levou as meninas e não tinha ido buscar a gente... Aí, beleza. Deu, deu mais ou menos 1 hora, 2 horas todo mundo teve sono, então, e um calor infernal. Estava todo mundo, aquela peãozada de cueca dentro de casa... e não podia abrir janela, não tinha jeito nem de o vento cortar ali dentro. Aí ...todo mundo foi dormir. Deu sono. Aí daí a pouco, mais ou menos umas 3, 4 horas da manhã... a gente começou a ver um monte de *laser* cortando a casa: passa *laser* pra cá, passa *laser* pra lá... Aí a gente, né?, rapidinho vestiu a roupa tal, vestiu a roupa e já ficou né, só os olhos, o trem assustado. Aí acho que tinha um, um... não sei o que é que tinha na casa, assim... tinha um lugar, assim... aí uns caras desceram de cima, desceram dentro da casa e depois que a gente foi perceber né, porque os caras acenderam a luz, aí a gente foi perceber que era arma. As armas grandes assim e um monte de *laser*, cortando dentro da casa. Aí esses caras fizeram todo mundo tirar a roupa de novo, começou a... a... a revistar as roupas, procurando se tinha dinheiro e tal... e... e... colocou todo mundo de perna aberta, como se fosse um, um baculejo, né?, como se fosse dar uma geral, assim... todo mundo pelado é como se fosse dar uma geral na galera. E, enquanto isso, eles ficaram revistando. Aí eles estavam com aquela “arminha” de choque. Que eles davam choque na gente assim, nesses

tendões que a gente tem assim, nas costas, assim, perto da bacia assim, eles vinham e chegavam e davam choque na gente assim para assustar, né? Aí, depois que eles recolheram o dinheiro de todo mundo, eles foram e colocaram, pegaram essa, essa, eles estavam era numa Hilux, era uns, uns 5, 6 caras. Estavam em 2 carros, mas essa Hilux estava mais vazia, estavam só dois, aí ele fez 11 pessoas entrarem só na parte de traz ali do... da Hilux, para levar para outro lugar. Ou seja, ele, esses caras, eles, eles simplesmente extraviaram a gente, tipo assim... a gente é um produto, né?, na mão dos caras.

O relato continua, descrevendo a chegada em outra casa, onde eles foram avisados que haviam sido sequestrados do coioote que tinha sido contratado e que esse coioote teria que pagar para eles serem libertados. Após passar fome, sede e sentir medo de morrer, o grupo em que Pedro se encontrava foi liberado para continuar a viagem, pois o coioote havia pago a fiança. Os sequestradores são identificados como policiais mexicanos corruptos, além de possuírem armas mais sofisticadas. Após ser liberado, o grupo de Pedro se encontrou com as meninas que haviam ido na frente e descobriu que elas haviam sido sequestradas e tinham passado esses dias presas dentro de uma delegacia, o que confirmou que o sequestro foi feito por policiais.

Para Quiroz e Piñeiro (2013) a migração ilegal vincula os riscos às vulnerabilidades dos emigrantes, que são inúmeras, a começar pela própria ilegalidade da migração. Todos os três entrevistados se viram vulneráveis diante do risco de serem apreendidos pela polícia e deportados, já que se encontravam em situação de ilegalidade.

Os entrevistados viram-se também diante da vulnerabilidade econômica. Em certo trecho da viagem, Breno e José já não tinham mais como pagar as propinas policiais e só conseguiram seguir viagem porque outros emigrantes ainda tinham dinheiro.

Breno: Pararam e queriam dinheiro, e a sorte é que tinham um...porque a gente já não tinha mais nada... e tinha um casal de, um pessoal venezuelano... ah, eu não tenho certeza se é da Venezuela ou de Honduras. E que eles... a gente tipo...tipo assim, pegou eles bem no, no finalzinho já, né?, que, na saída de Houston é que a gente encontrou com esse pessoal, para ir no mesmo carro...e eles tinham dinheiro, e eles deram esse dinheiro para a polícia e eles deixaram a gente ir embora.

Já na viagem de Pedro, a vulnerabilidade econômica se deu por ter tido que optar pelo tipo de viagem mais barata, e isso se refletiu no transporte utilizado durante a travessia do México e na alimentação escassa durante todo o percurso.

Pedro: Então, contam...tem pessoas que contam... o que que aconteceu... mas é uma coisa muito complexa essa viagem, eu não sei nem como explicar... tem gente que paga menos. A pessoa que paga menos ela corre mais risco do

que quem paga mais. Às vezes, você está num lugar onde as pessoas, tem pessoas de, de diversos “coiotes”, né?, entre aspas, que estão levando. Você encontra com várias dessas pessoas, aí você vai ali escutando a história da pessoa, como que... quanto que ela pagou, aí a pessoa fala: “Ah, eu paguei 11 mil dólares”. A outra fala: “Eu estou pagando 17”, e tal. Aí você vai vendo que a pessoa, ela tem algum... algum tipo de regalia a mais do que quem paga menos.

Uma terceira vulnerabilidade que podemos identificar nas entrevistas é a chamada vulnerabilidade técnica que “se entende como a falta de conhecimentos ou técnicas necessárias para prover-se de meios de subsistência e possuir poucos conhecimentos para tomar decisões acertadas durante o trajeto” (QUIROZ e PIÑEIRO, 2013, p. 35). Todos os três entrevistados alegaram que não sabiam o que iriam enfrentar durante a travessia, que não imaginaram que seria como foi. Breno e Pedro, por exemplo, disseram que haviam comprado roupas para viagem, mas que elas ficaram pesadas para carregar nas longas horas de caminhada, o que fez com que se desfizessem de tudo ao longo do caminho.

Breno: Aí... de lá eles têm um, eles pediram pra gente... tentar proteger os documentos da forma possível, né?, o mínimo e tal. E... levar o mínimo de coisa possível... e, então eu tinha comprado roupa para viajar, isso e aquilo e tal. Eu acabei levando muita coisa né? Mas... durante a caminhada eu percebi porque que eles falaram que era para levar o mínimo de coisa. [risos]. Porque você vai jogando tudo fora no meio do caminho. É... tudo, qualquer coisa que você estiver carregando incomoda. Porque o cansaço é muito, o calor é muito, então...

Pedro: Aí, assim, a partir do momento que você vai andando, você tem que começar a esvaziar sua bolsa, né? Porque o cara fala: “Oh, vai ficar pesado e você já tem que andar um pouco, então é melhor você já ir esvaziando a bolsa”. E mesmo... até mesmo para ocupar menos espaço no carro. Aí, você vai jogando roupa fora, vai jogando, tudo que você tem você vai jogando fora.

Segundo Verena Alberti (2004), as fontes orais podem ser narrativas que ultrapassam o caso particular e nos oferecem uma chave para compreensão da realidade. Isso se dá quando a narrativa imobiliza os acontecimentos no tempo em imagens que nos informam sobre essa realidade. Assim, percebemos que apesar de cada narrativa e cada experiência migratória ser única, em todas as entrevistas identificamos diferentes tipos de riscos e vulnerabilidades, que, em grande parte, podem ser definidos a partir do momento sócio-político internacional e pela situação financeira.

Conclusão

No processo de acesso às subjetividades e narrativas dos sujeitos, com a história oral, o pesquisador está lidando diretamente com o registro de memórias por meio da linguagem.

Durante o discurso e provocado pelo entrevistador, o sujeito é instigado a compor suas reminiscências, dando sentido à sua vida passada e presente e à sua história pessoal e também coletiva. Assim, os entrevistados foram construindo suas reminiscências, dando forma ao já vivido a partir do repertório cultural existente, compondo [ou/e reafirmando] uma identidade (THOMSON, 1997).

Dessa forma, as narrativas sobre a travessia clandestina refletiam o passado no presente, tonalizando as entrevistas com as perspectivas atuais do que tinham sido aquelas experiências. Para Pedro, ainda jovem, a travessia clandestina tinha ar de uma grande aventura da qual era divertido se lembrar e que não afetara tanto o seu presente. No momento da entrevista ele já havia concluído o curso superior e se inseria no mercado de trabalho na mesma idade de seus colegas que permaneceram na cidade. Já para Breno e José, um pouco mais velhos, a narrativa toma outros tons com a clareza dos riscos que haviam sido enfrentados e os rumos que a vida havia tomado. Os planos iniciais de José – levar a esposa assim que estivesse instalado nos Estados Unidos – nunca chegaram a se concretizar e sua estadia no país estrangeiro foi breve sem gerar os lucros esperados. Para Breno, que permaneceu lá por 8 anos, a experiência, apesar de boa, não seria repetida novamente.

Nesse trabalho, a partir das narrativas de memória de emigrantes retornados, percebemos a presença de uma cultura do migrar na região de Governador Valadares, que submete o êxito pessoal e profissional à mobilidade, fazendo com que a travessia clandestina se apresente como uma possibilidade de alcançar o sucesso. Sendo a memória das experiências vivenciadas durante a travessia clandestina podendo ser compreendidas a partir dos conceitos de riscos e vulnerabilidades necessários à realização de um sonho.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em história oral. In: **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 71-90.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: Leach, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Imigração brasileira para o Sul da Flórida. **Proj. História**, São Paulo, v. 27, p. 283-294, dez. 2003.

OSMAN, Samira Adel. Imigração e o Tema Movedor. **Oralidades**, São Paulo, v. 1, p. 33-40, mai. 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto-História**. São Paulo: Educ, n.14,1997.

QUIROZ, Yolanda Silva; PIÑEIRO, Rodolfo Cruz. Niñez migrante retornada de Estados Unidos por Tihuana. Los riesgos de su movilidad. **Región y Sociedad**, Año XXV, n. 58. 2013.

RUIZ, Olivia Marujo. Los riesgos de cruzar. La migración centroamericana en la frontera México-Guatemala. **Frontera Norte**, v. 13, n. 25, p. 07-41. 2001.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 344p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUSA, Leonardo Gomes. **Redes Sociais, Mercado e Cultura Migratória** – Um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na Microrregião de Governador Valadares no Século XXI. 2016. 154p. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2016.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997.

“De novo na esquina os homens estão”: O uso da memória para uma biografia da formação do Clube da Esquina

Ciro Augusto Pereira Canton

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei

cirocanton@hotmail.com

Resumo: O que foi o Clube da Esquina? Tal questionamento emergiu de nosso trabalho diário com as fontes, sobretudo depoimentos de seus artistas, e ironicamente veio de nossa própria dificuldade inicial em responder de maneira objetiva à questão. No entanto, pudemos perceber que a dificuldade não era só nossa. Conversando com colegas também voltados ao estudo da história da música popular, verificamos a diversidade de interpretações (em alguns casos, a ausência delas) do que teria sido o famoso Clube. Em nossa pesquisa, optamos por dividir sua história em três fases. “Belo Horizonte I”, foco deste trabalho, fala da aproximação de Milton Nascimento e de seu parceiro Wagner Tiso de sujeitos, que juntos formarão aquilo que podemos chamar de “primeira geração” do Clube. “Rio de Janeiro” trata da mudança de importantes integrantes, em meados dos anos 1960, para a capital carioca. Finalmente, “Belo Horizonte II” traz Milton de volta a Minas para compor, ao lado dos irmãos Lô e Márcio Borges, a canção que batiza aquele grupo de artistas. Em seus primeiros versos, ela também dá título a este trabalho. Para tanto, fazemos uso da metodologia da História Oral, tendo como fontes as entrevistas realizadas com os artistas arrolados no *site Museu Clube da Esquina*, hoje lamentavelmente fora do ar. Também foram consultados o livro de memórias *Os sonhos não envelhecem: histórias do Clube da Esquina*, de Márcio Borges, um dos principais letristas do grupo, além do *Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina*, produzido pela associação responsável pelo extinto museu virtual. É importante destacar que nossa função aqui foi além da mera organização dos depoimentos numa espécie de biografia da formação do Clube da Esquina. Procuramos problematizá-los, tendo sempre em vista o caráter dinâmico da memória. Acima de tudo, nossa função foi dar voz aos próprios artífices dessa história.

Palavras-chave: Memória, Música popular brasileira, Clube da Esquina

No livro “A Escola de Frankfurt”, o francês Paul-Laurent Assoun introduz suas reflexões com a seguinte questão: “O que é a Escola de Frankfurt?”, e continua:

A pergunta pode parecer paradoxal, porque é comum reconhecer-se uma *existência* historicamente determinada a esta realidade batizada de “Escola de Frankfurt”, porque se lhe fez a *história*, se lhe consagraram estudos, se lhe referem *autores*. O que nos parece faltar é uma interrogação, ao mesmo tempo elementar e fundamental, sobre o *gênero de realidade* que constitui o fenômeno ideológico assinalado por este nome. (ASSOUN, 1991, p. 05)

De maneira semelhante, introduzimos este trabalho: o que é o Clube da Esquina? Em diferentes proporções, também “se lhe fez a *história*, se lhe consagraram estudos, se lhe

referem *autores*”. Qual seria então o “*gênero de realidade*” que constitui o fenômeno estético-ideológico assinalado pelo nome de Clube da Esquina? Tal questionamento emergiu de nosso trabalho diário com as fontes, sobretudo depoimentos de seus artistas, e ironicamente veio de nossa própria dificuldade inicial em responder de maneira objetiva à questão¹.

Amparados pelo método da História Oral (ALBERTI, 2004), utilizamos como fonte principal as entrevistas realizadas com os artistas arrolados no *site Museu Clube da Esquina*, hoje lamentavelmente fora do ar². Durante sua existência, o sítio eletrônico dividia os artistas em quatro seções: “Anos 60”³, que tratava da gênese do movimento, com depoimentos dos que viviam na Belo Horizonte do período e presenciaram os primeiros passos daqueles que seriam os protagonistas do Clube, estes organizados, por sua vez, na seção seguinte: “Clube da Esquina”⁴. As duas seções finais, “Clube da Esquina 2” e “Anos 80 em diante” excedem o recorte deste trabalho.

Ao remontar a história da Escola de Frankfurt, Assoun propõe a investigação de dois pontos: o fundador da Escola e seus *compagnons de route*, que podemos traduzir como “companheiros de estrada”. Trazendo esse critério para o caso do Clube, partimos da hipótese, confirmada nos depoimentos de grande parte dos entrevistados, de que Milton Nascimento teria sido o “agregador” do grupo. No entanto, como ressaltou Edwin Hollander: “a influência do líder supõe uma contribuição positiva para a obtenção dos objetivos do grupo, por isso qualquer ato de direção é uma forma de influência interindividual” (Apud SILVA, 1987, p. 693) – assim, ao privilegiar a atuação de Milton Nascimento no Clube, não reduzimos toda a sua diversidade a uma personagem única, apenas vemos no artista uma figura central. Afinal, como destaca Nelson Angelo: “O que agora é chamado Clube da Esquina era uma

¹ A dificuldade é certamente agravada pela variedade de referências diretas da alcunha Clube da Esquina, que nomeia não só o grupo de artistas, mas também duas de suas canções: “Clube da Esquina” e “Clube da Esquina 2”, e dois de seus álbuns: *Clube da Esquina* (NASCIMENTO e BORGES, 1972) e *Clube da Esquina 2* (NASCIMENTO, 1978).

² O *site* constituiu fonte preciosíssima para a pesquisa que resultou em nossa dissertação de mestrado. Àquela altura, imprimimos todo o material disponível. Uma rápida referência ao projeto que deu origem ao sítio encontra-se em <http://www.museudapessoa.net>. Acesso em: mai. 2019.

³ Entrevistados arrolados na seção “Anos 60”: Aécio Flávio, Célio Balona, Chico Lessa, Chiquito Braga, Frederica, Guttemberg Guarabyra, Helvius Vilela, José Serra, Lena Horta, Luiz Carlos Pereira de Sá, Marilton Borges, Nico Borges, Nivaldo Ornelas, Novelli, Pacífico Mascarenhas, Solange Borges, Túlio Mourão, Yé Borges, Yuri Popoff, Zé Rodrix.

⁴ Entrevistados arrolados na seção “Clube da Esquina”: Alaíde Costa, Beto Guedes, Cafi, Fernando Brant, Lô Borges, Luiz Alves, Márcio Borges, Milton Nascimento, Nelson Ângelo, Nivaldo Duarte de Lima, Robertinho Silva, Ronaldo Bastos, Rubinho Batera, Tavito, Toninho Horta e Wagner Tiso.

convivência em torno do Milton e de pessoas que gostavam de tocar uns com os outros” (ANGELO, 2007, p. 7)⁵.

Noutro momento, Assoun escreve:

O que a define [a Escola de Frankfurt] é uma linguagem e uma impressão que não são imediatamente classificáveis dentro das categorias conhecidas. *De que fala a Escola, como fala disso*, eis o que primeiro importa apreender. (ASSOUN, 1991, p. 06)

Antes, porém, o autor se atém àquilo que ele chama de “respostas imediatas”: os sujeitos que fizeram parte da Escola, seus encontros e desencontros. Isso é o que aqui nos interessa. Os conteúdos estético-ideológicos trabalhados pelo Clube da Esquina, que, por sua vez, seriam respostas à questão “de que fala o Clube e como fala disso?”, ficarão para uma próxima oportunidade.

Assim, busquemos nossas “respostas imediatas”.

Belo Horizonte I

Nascido no Rio de Janeiro em 1942, Milton Nascimento é levado pelos pais adotivos, aos dois anos de idade, para a cidade de Três Pontas, interior de Minas Gerais. Lá, o pequeno Bituca, seu apelido de infância, cresce em um ambiente bastante musical⁶. Ainda criança, Milton conhece um jovem trespontano de nome Wagner Tiso. Na adolescência, os dois formam com outros amigos o conjunto “Luar de Prata”, chamado posteriormente de “Milton Nascimento e seu conjunto”. Mais tarde, a família Tiso muda-se para Alfenas, o que faz com que Milton se desloque nos fins de semana para aquela cidade. Lá, é formado o conjunto de baile “W’s Boys”, já que todos os integrantes tinham seus nomes iniciados com a letra W. Assim, por um período, Milton torna-se Wilton.

Assim vão se revelando as primeiras referências musicais de Milton e Wagner, somadas àquilo que viam e ouviam nas manifestações populares do interior de Minas. Devido ao grande sucesso do W’s Boys, ambos são convidados, no começo dos anos 1960, para integrar o “Conjunto Holliday”, em Belo Horizonte. Já fixados na capital, Milton e Wagner instalam-se no Edifício Levy, o primeiro em uma pensão e o segundo no apartamento de seus

⁵ Na descrição, o *site* mencionava que os depoimentos haviam sido registrados em vídeo em Minas Gerais (Belo Horizonte e Três Pontas) e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, entre os anos de 2004 e 2007, e em seguida foram transcritos, revisados e indexados por uma equipe de pesquisadores, constando no sítio as transcrições e pequenos trechos em vídeo. Importante esclarecer que a paginação reinicia a cada uma das quatro mencionadas seções de artistas, por isso a recorrência, ao longo do texto, de citações de sujeitos diferentes com o mesmo número de página, tratando-se, na verdade, de seções diferentes.

⁶ Antes de migrar para Minas, Lília, mãe adotiva de Milton, foi aluna do grande Heitor Villa-Lobos.

tios. No último andar, morava a extensa família Borges: pai, mãe e 11 filhos. Não demoraria muito até que o primogênito, Marilton, esbarrasse com Milton pelas escadarias do edifício:

Então um dia eu estou tocando um violão na escada e respondeu outro violão, eu falei: “Uai?!”. Aí fui descendo... Encontrei com um sujeito magrelo, esquisito (risos): Bituca. Foi assim que eu e Bituca nos conhecemos. (Marilton BORGES, 2007, p. 5)⁷

Logo, os dois formariam, ao lado de Wagner Tiso e de um quarto componente, o conjunto vocal de nome “Evolussamba”. Com os ensaios do conjunto, Milton e Wagner tornam-se cada vez mais próximos dos demais membros da família Borges, como o futuro letrista Márcio e o pequeno Lô, com quem Milton dividiria, anos depois, a autoria do álbum *Clube da Esquina*. E é Lô Borges quem narra o primeiro encontro entre os dois:

Nessa mesma época em que me mudei para o Levy, eu conheci o Milton. A diferença de idade dele pra mim é de dez anos, eu tinha 10, ele tinha 20. Um dia minha mãe pediu pra eu comprar leite e, como qualquer garoto de 10 anos, eu dispensava elevador. Quando cheguei no quinto andar, estava lá um sujeito tocando um violão super legal e cantando com uma voz maravilhosa. Ele me perguntou de qual família eu era ali do prédio. Disse que era irmão do Marilton. Ele falou: “Ah, já conheço o Marilton, já conheço o Márcio. Como é que você se chama?”. “Lô.” Ele começou a pedir para eu cantar as coisas com ele, porque ele sacou; já que o Marilton era musical, o Marcinho era musical, ele quis testar a minha musicalidade também. Fiquei cantarolando algumas coisas com ele e ficamos super amigos à primeira vista. (Lô BORGES, 2005, p. 40-41)

Na mesma época, Lô encanta-se pelo patinete de um vizinho, aquele era o início de uma duradoura amizade. O dono do patinete era Beto Guedes. Também vindo de família de músicos (seu pai, Godofredo Guedes, tocava clarineta em rodas de choro), Beto junta-se a Lô, Yé (apelido de Marcos Borges) e a um quarto componente, e forma o conjunto “The Beavers”, inspirado no grande fenômeno musical dos anos 1960. De acordo com Lô:

Agora, os Beatles foram tão grandes pra mim, que pouco tempo depois que a gente viu o filme [“A Hard Day’s Night”, de 1964, lançado no Brasil com o título “Os Reis do Iê, Iê, Iê”], eu e o Beto fizemos uma banda com o meu irmão Yé e o nosso amigo Márcio Aquino. Fizemos uma banda que chamava “The Beavers”. Garotos de 12, 13 anos que cantavam músicas dos Beatles em programas de auditório, programas de televisão em Belo Horizonte e fizemos o maior sucesso na época... Então, eu acho que ali que se iniciou a primeira coisa semiprofissional, de se apresentar pra público, programas de auditório. Acho que ali que começou a se desenhar um pouco o que viria a ser a minha vida depois... (Lô BORGES, 2007, p. 6)

⁷ Em alguns casos, o primeiro nome foi adicionado à citação para fazer a distinção entre os entrevistados de uma mesma família.

Enquanto isso, os já mais experientes Milton e Wagner começam a transitar pelo cenário artístico da Belo Horizonte dos anos 1960, despertando a admiração de artistas já consagrados na cidade e com eles começam a se envolver, como conta o veterano Hélius Vilela:

O Bituca, eu conheci assim: eu era muito amigo do Assad de Almeida, que era da Rádio Inconfidência. Então um belo dia eu cheguei lá e o Assad falou assim: “Vem cá que eu vou te apresentar três meninos”. Um tocou uma música, era o Marilton Borges, o outro tocou uma outra música, e o terceiro tocou uma música dele, “Barulho de Trem”. Aí o Assad disse: “Tchau, obrigado. O que você achou?”. “Ah, os caras são bons, o que me impressionou foi o último, porque a música é dele e tal, não é?” Era o Bituca. (VILELA, 2007, p. 4)

Ao lado de outras três canções, “Barulho de Trem” integra o compacto de mesmo nome, gravado em 1964 pelo “Conjunto Holiday”, considerado um dos primeiros registros fonográficos de Milton e Wagner. Mais tarde, os dois são apresentados a Célio Balona, líder do grupo que levava seu nome. Segundo Márcio Borges, o “Conjunto Célio Balona” foi “um dos mais famosos da cidade”, incluindo definitivamente os jovens músicos no cenário artístico de Belo Horizonte. A aproximação é narrada pelo próprio Célio:

Em 1960, 61, eu já tinha o meu conjunto. Eu tinha um programa na TV Itacolomy no domingo à tarde. Desse grupo participavam o Nivaldo Ornelas, o Afonso Maluf, o Ildeu Soares, o Celinho do Trompete, o Helvius Vilela, que é outro campeão, depois entrou o Wagner Tiso. E o Pacífico [Mascarenhas] falou assim comigo: “Olha, tem um cara cantando lá no Maletta, num bar chamado Oxalá, vamos dar um pulo lá pra você ver”. Eu cheguei lá e era o Milton com o violão, magrinho. Ele acabou de tocar, veio na nossa mesa, o Pacífico apresentou e já no outro domingo ele estava cantando com a gente na televisão... (BALONA, 2007, p. 4)

Grupos como o de Célio Balona eram comuns na Belo Horizonte daquele período e normalmente eram constituídos por músicos arregimentados em um local específico da cidade, denominado Ponto dos Músicos. Mas não nos enganemos ao idealizá-lo numa sede própria e bem organizada. Ele era apenas uma calçada, “onde os profissionais da música se encontravam para fechar contratos de baile, montar pequenos grupos e também conversar sobre as novidades que ouviam” (TREDICE, 2005, p. 38). Por lá, passaram alguns dos nomes que, mais tarde, viriam a constituir o Clube da Esquina, como Milton, Wagner, Toninho Horta, Nivaldo Ornelas, etc. Outro veterano, Aécio Flávio, nos dá uma impressão de como funcionava o Ponto:

O Ponto dos Músicos era na Afonso Pena com Tupinambás. Então ali se contratava os músicos, ninguém se conhecia. De repente eu fui tocar com oito caras que eu nunca vi na minha vida, entendeu? E ali conheci muita

gente boa... Então, aprendi que ali era o lugar dos músicos e comecei a ir lá toda tarde. Cinco horas da tarde já estavam chegando os músicos, trocando ideias, às vezes até o pagamento se fazia lá. (FLÁVIO, 2007, p. 2)

Naquela época, a capital mineira já demonstrava grande efervescência cultural; além do Ponto, a cidade possuía outros polos de fomentação artística, como, por exemplo, o CEC (Centro de Estudos Cinematográficos), frequentado por Márcio Borges:

O programa das noites de sábado era encontrar o pessoal do CEC na sessão das oito e dali sair para o Maletta. Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais era praticamente isso: sábados à noite com Abel Gance, Griffith e Hitchcock, Jean Cocteau, Marcel Carné, Renoir e Bresson, Fellini, Antonioni, Visconti, cinema japonês, os grandes *westerns*, os grandes musicais, *nouvelle-vague*, neorealismo. Se havia uma coisa que funcionava exemplarmente na cidade, essa coisa era o CEC. Não se devia estar vendo, discutindo e estudando coisas muito diferentes na cinemateca de Paris ou no Centro Experimentale de Roma. (BORGES, 2002, p. 84)

Embora fossem separados por áreas específicas da arte, a música e o cinema, o Ponto dos Músicos e o CEC não constituíam, aparentemente, espaços estanques. A circulação de Milton (músico) e Márcio (aspirante a cineasta e futuro letrista) por ambas as agremiações demonstra que havia um trânsito entre elas. A estreia de *Jules et Jim*, de François Truffaut, é um bom exemplo: segundo Márcio, ao irem assistir ao filme, ele e Milton, maravilhados, permaneceram no cinema por mais duas sessões seguidas. De lá, partiram para o Levy, para o “quarto dos homens” da família Borges, onde compuseram, numa só noite, as três primeiras de uma série de canções que fariam juntos: “Paz do amor que vem” (que mais tarde veio a se chamar “Novena”), “Gira, girou” e “Crença”.

É por meio de um amigo do CEC, Sérvulo Siqueira, que Márcio e Milton conhecem um jovem estudante, colega de Sérvulo no Colégio Estadual: Fernando Brant. Lá, estudavam ainda outros sujeitos que viriam a integrar o Clube da Esquina, como o futuro letrista Murilo Antunes, os músicos Toninho Horta e Nelson Angelo, além do próprio Márcio. O Colégio Estadual desempenhou inclusive papel importante na formação de uma futura elite intelectual belo-horizontina: “O bom nível de ensino e o regime de ‘universidade’, pelo qual os alunos tinham liberdade para ir e vir, favoreceram o surgimento de várias gerações de artistas e escritores” (TREDICE, 2005, p. 70).

Desses encontros, nossos sujeitos passam a frequentar as casas uns dos outros, principalmente as dos Borges, dos Brant, dos Horta e dos Ornelas (do soprista Nivaldo). Assim, as casas passam a constituir importantes espaços de trocas entre artistas que nutriam afinidades estético-ideológicas, como conta Toninho Horta:

O Bituca ia lá em casa, eu tinha 15 anos, ele 19, 20. Isso seis, sete anos antes de o Clube acontecer. Eu fazia música com Marquinho Borges. O Lô era menino, jogava botão, usava calça curta. Mas com a orelha desse tamanho aqui, oh! Ficava ouvindo a gente tocar. (Toninho HORTA, 2007, p. 3)

⁶ Com o tempo, Lô Borges e Beto Guedes foram adentrando o círculo dos “mais velhos” e passaram a ter aulas de música com Toninho Horta. Esse momento é tido como emblemático por Márcio: “O Toninho ia lá pra casa, dar aula de violão e harmonia para o Lô e o Beto. E nisso, começou a surgir um embrião do Clube da Esquina” (Márcio BORGES, 2007, p. 10). Essa movimentação é também observada pela irmã de Toninho, Lena Horta:

Os músicos compunham e eles se encontravam para um mostrar a música para o outro. Eu acho que essa junção de um ir para a casa do outro, mostrar a música, ir para a casa dos Borges e ficar ali na esquina, na Divinópolis com a Paraisópolis... de ficar ali na esquina mostrando a música para o outro é que foi dando uma unidade. (Lena HORTA, 2007, p. 5)

Lena cita a famosa esquina do bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, como o lugar por excelência de encontro dos nossos sujeitos. No entanto, de acordo com alguns depoimentos, ela teria sido frequentada sobretudo pela geração mais jovem (Beto, Lô e outros irmãos da família Borges, principalmente), quando os mais velhos já teriam migrado para o Rio de Janeiro. De qualquer forma, a esquina era, volta e meia, também visitada pelos últimos e foi escolhida pelo grupo como a verdadeira síntese do que foi o Clube da Esquina.

Outro importante espaço de sociabilidade para a movimentação cultural belo-horizontina da época era o já citado Edifício Maletta: “Ponto de intelectuais, jornalistas, políticos e estudantes, que se reuniam nos bares Pelicano, Sagarana e Lua Nova, na Cantina do Lucas, nas livrarias, sebos e inferninhos” (TREDICE, 2005, p. 46). O Maletta reunia a classe intelectual e artística que viria a se destacar na cidade e no país, como ressalta Márcio Borges:

Ali tinha tudo, né? Desde o pessoal de cinema, o pessoal das artes plásticas, o pessoal da literatura, do jornalismo, todo mundo estava ali e foi o pessoal que saiu depois e aconteceu no Brasil. O pessoal do jornalismo fundou o “Jornal da Tarde” em São Paulo; o pessoal do cinema veio para o Rio de Janeiro... (Apud TREDICE, 2005, p. 46)

Dos bares do Maletta, que funcionavam como pontos de encontro entre intelectuais e artistas, aquele que mais nos interessa é o Berimbau Club, pelo qual Milton e Wagner são contratados como “conjunto da casa”. O episódio é narrado pelo primeiro:

O Wagner chegou e falou: “Bituca, nós fomos contratados pra tocar no Berimbau”, que era o máximo de Belo Horizonte. Eu fiquei muito feliz, aí ele falou assim: “Só que você vai tocar contrabaixo. E nós vamos começar

hoje” (risos). Aí eu falei: “Wagner, você está maluco, eu nunca toquei um contrabaixo na minha vida, não sei nem como é que pega naquilo e você quer pra hoje?” (risos). Ele falou: “É hoje, porque senão a gente não pega esse negócio. Se vira, sai atrás de quem tenha contrabaixo, pega emprestado”. Eu fui atrás do Ildeu [Ildeu Soares], que tinha uns dois ou três contrabaixos lá e falei: “Ildeu, como é que pega nisso?”, ele pegou, fez umas três posições diferentes lá. Aí eu aprendi e fui pro Berimbau de noite. Nos primeiros dias, o sangue escorria dos meus dedos, não adiantava botar esparadrapo nem nada que o sangue estava escorrendo. Depois foi melhorando e eu fui pegando gosto pela coisa, e eu acho que foi um dos instrumentos que eu toquei melhor na minha vida. (Apud TREDICE, 2005, p. 48)

Assim é formado o Berimbau Trio: Milton, Wagner e o baterista Paulo Braga. Nivaldo Ornelas, um dos sócios do Berimbau Club, aponta a casa e o conjunto como responsáveis pelo surgimento do Clube: “Do ponto de vista artístico, foi um sucesso. Agora, financeiro, fracasso total. Ficamos devendo, uma loucura. Também, durou um ano só... mas foi dali que resultou o Clube da Esquina”. Como pudemos notar até aqui, tal processo abrangeu um número muito maior de espaços e sujeitos, de todo modo, a “fase Berimbau” contribuiu para evidenciar a importante vertente jazzística do Clube. Outra contribuição daquela casa seria o estreitamento dos laços entre a capital mineira e outros grandes centros, segundo Ornelas: “... muita gente do Rio e de São Paulo, quando ia a Belo Horizonte, ia ao Berimbau. Já sabiam que existia esse lugar” (ORNELAS, 2007, p. 5).

É inclusive em meados dos anos 1960 que a turma de músicos mineiros é convidada para fazer uma apresentação na capital carioca, que ficou conhecida como o “I Festival de Música Popular de Minas Gerais no Rio de Janeiro”, apelidado pelos músicos de “festival da fome”, dada a pouca expressividade do evento, fruto, segundo eles, de falhas na organização. Apesar disso, a apresentação acabou rendendo o convite para a gravação do disco “Música Popular Brasileira em Expansão”, em 1965, reunindo Aécio Flávio Sexteto, Berimbau Trio e Quinteto Sambatida, como conta o próprio Aécio:

Nesse festival, nós tivemos o convite de um cara chamado Ismael Correia, que era o produtor da Philips. Ele nos convidou pra fazer um disco, estava lançando um selo. Depois do festival, a gente voltou pra Minas e marquei o dia da gravação. Mandaram uma Kombi pra pegar a gente. Era o Berimbau Trio, o Quinteto Sambatida... E o Bituca gravou comigo. Eu gravei “Canção do Sal”, que ele me mostrou ali e cantou. E ele estava tocando baixo acústico nessa música. Foi a primeira gravação de “Canção do Sal” que houve. (FLÁVIO, 2007, p. 4)

Fator também importante no estreitamento dos laços “Beagá-Rio” é o convite feito por Pacífico Mascarenhas a Milton e Wagner para que gravassem, na capital carioca, ainda em 1965, o segundo disco de seu Quarteto Sambacana, *Muito pra frente*. Mascarenhas é tido – ao

lado de outro compositor belo-horizontino, Roberto Guimarães – como uma das mais importantes figuras na difusão da Bossa Nova em Minas Gerais.

Com a gravação, Wagner demonstra sua vontade de permanecer na capital carioca, onde, segundo ele, teria maiores oportunidades de se desenvolver musicalmente. Milton, por outro lado, parecia não concordar com Wagner e preferiu adiar sua mudança, como relata o último:

Eu lembro que o Bituca me falou: “Wagner, não tá na hora ainda, falta não sei o quê...”. Eu falei: “Não, Bituca, eu sei, mas eu tô ansioso, eu quero ficar”. E eu fiquei. Eu sei que um ano depois ele foi pra São Paulo, teve lá a história dele em São Paulo. Aí só fui reencontrar com o Bituca na época do Festival [II Festival Internacional da Canção, de 1967]. (TISO, 2007, p. 7)

Esse momento coincide com a “debandada dos músicos de Belo Horizonte”, citada com frequência nos depoimentos, quando músicos como Wagner, Toninho Horta, Nivaldo Ornelas, Nelson Angelo, Paulo Braga, Helvius Vilela e Paschoal Meireles decidem se mudar para o Rio de Janeiro. Quase que simultaneamente, Milton muda-se para São Paulo, como disse Wagner, onde participa do “Festival Berimbau de Ouro”, defendendo a canção “Cidade Vazia”, de Baden Powel e Lula Freire. Logo, ele também teria que migrar para a capital carioca, por ocasião do “II Festival Internacional da Canção”, que viria a consagrá-lo como o compositor (ao lado do letrista Fernando Brant) e intérprete de um de seus maiores sucessos, a canção “Travessia”.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ASSOUN, P. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.

BORGES, M. **Os sonhos não envelhecem**: História do Clube da Esquina. 4. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

CANTON, C. **“Nuvem no céu e raiz”**: romantismo revolucionário e mineiridade em Milton Nascimento e no Clube da Esquina (1970-1983). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UFSJ, São João del-Rei.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

TREDICE, S. (Coord.). **Guia de Belo Horizonte**: roteiro Clube da Esquina. Belo Horizonte: Museu Clube da Esquina, 2005.

Discografia

HOLIDAY, C. **Barulho de trem** (compacto). Dex Discos do Brasil, 1964. LP

NASCIMENTO, M. **Clube da Esquina 2**. EMI-ODEON, 1978. LP

NASCIMENTO, M. **Milton**. ODEON, 1970. LP

NASCIMENTO, M. e BORGES, L. **Clube da Esquina**. EMI-ODEON, 1972. LP

SAMBACANA, Q. **Muito pra frente**. Odeon, 1965. LP

SAMBATIDA, Q.; SEXTETO, A. F.; TRIO, B. **Música Popular Brasileira em expansão**.
Produções Sonoras LTDA, 1965. LP

Internet

<<http://www.museudapessoa.net>>.

O presente colorindo o passado: uso da história oral no registro de histórias de vida de docentes negras

Jéssyca Silveira Souza

Mestranda

PPGHIS-UFRJ

jessyca_silveira@hotmail.com

Resumo: Este artigo, que fará parte da pesquisa intitulada *Professoras negras no ensino superior fluminense*, tem como objetivo analisar a utilização da história oral no registro de histórias de vida e na produção de dados acadêmicos sobre a presença de professoras negras de História no ensino superior fluminense. Introduzida no Brasil na década de 60, a História Oral subsidia investigações sobre histórias de grupos tidos como coadjuvantes e possibilita o registro das mesmas.

Palavras-chave: Docentes negras, história oral, histórias de vida.

Introdução

A História Oral passou a ser utilizada como fonte documental que agrega à reflexão histórica, amparada por outras correntes, como a História do Tempo Presente. O desenvolvimento teórico da História Oral a partir da década de 1960, em meio a mudanças de paradigmas da historiografia contemporânea, possibilitou que experiências de grupo fossem recuperadas, bem como as de setores sociais frequentemente apagados dos registros oficiais. A inserção de fontes orais se deu em uma perspectiva de valorização de trajetórias de vida e de depoimentos pessoais.

A presença de docentes negras no ensino superior – ainda que faça parte de um processo numericamente tímido de incorporação de intelectuais negras na academia brasileira e que represente por si só uma ruptura com o padrão marcado pelo racismo (estrutural e institucional) – passa muitas vezes despercebida pelos registros oficiais. Um sinal desta lacuna são os poucos e recentes censos (realizados pelas instituições de ensino e pelo governo) que incluem “cor” ou “raça” quando se traça o perfil docente no ensino superior, seja ele público ou privado. É justamente nesta lacuna de registros que a história oral se insere como uma possibilidade de trazer visibilidade para a presença de professoras negras e suas trajetórias.

Segundo Marieta Ferreira em *História, tempo presente e história oral*, a “história oral se afirmou como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social — uma história oral militante” (FERREIRA, 2002, p. 322), sendo uma das possibilidades de tal articulação o enfoque no indivíduo e sua valorização como sujeito da história. Para a historiadora, uma das abordagens possíveis no campo da história oral é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Ferreira, nesse sentido, afirma que

nessa vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. Conseqüentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e para a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. (FERREIRA, 2002, p. 328)

Analisaremos a trajetória de duas docentes negras entrevistadas buscando entender, a partir do que as depoentes compartilharam, como suas respectivas identidades se constituíram e como esses processos se transformaram e se resignificaram ao longo de suas vivências. Tais entrevistas e análises serão posteriormente incorporadas à pesquisa “Professoras negras no ensino superior fluminense”, que está ainda em fase inicial após a realização do levantamento de professoras negras de História, levantamento este que se estenderá para outros campos de conhecimento.

Pequena biografia das entrevistadas

Juçara da Silva Barbosa é professora de História e Ensino de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A família de seu pai mudou-se do Espírito Santo para Magé em busca de trabalho, assim como a de sua mãe, original de Macaé. Nascida em 03 de agosto de 1970 e criada em Santo Aleixo (distrito de Magé-RJ), lá estudou durante o ensino básico, fez o curso normalista e se tornou professora do 1º segmento através de concurso estadual para professor. Logo depois, aos 21 anos, se casou e afirma que naquele momento não tinha a menor perspectiva de cursar o ensino superior. De família pobre e filha de pais operários, teve sua vontade de estudar limitada pela realidade em que vivia (sem recursos financeiros e distante geograficamente de universidades públicas, não era possível dar continuidade aos estudos).

A possibilidade de prestar o vestibular se deu através de um sobrinho que a incentivou a se juntar a ele para realizar a prova para universidade pública. Foi inscrita por ele no vestibular da UERJ, aos 28 anos aproximadamente. Seleccionada, cursou a graduação em História na Faculdade de Formação de Professoras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Conciliou, durante esse período, a criação de seus dois filhos, empregos em escolas públicas e privadas e a graduação.

Formada em História, foi motivada por professores a se inscrever na seleção do programa de mestrado em História Social da UERJ que seria inaugurado em 2006. Ainda morando em Santo Aleixo, teve dúvidas sobre viabilidade de fazer mestrado e sobre o que significaria fazê-lo: como havia cursado a graduação sem poder se dedicar a atividades de pesquisa, tinha inseguranças sobre se envolver com essa experiência acadêmica. Aprovada em terceiro lugar, foi contemplada com uma bolsa da CAPES e decidiu continuar no mestrado a pesquisa que havia começado em sua monografia intitulada *O compasso da vida no ritmo da fábrica: identidade, memória e história em Santo Aleixo*.

Durante o mestrado e em uma parte do doutorado, dedicou-se a um projeto de educação à distância para professores leigos de quatro estados do nordeste brasileiro. Foi através dessa experiência que a entrevistada diz ter começado a ambicionar o cargo de docente no ensino superior. Novamente incentivada por colegas professores, a depoente antecipou em um semestre a conclusão de seu doutorado para que pudesse participar do processo seletivo para professor da PUC-RJ em um cargo que ela já ocupava como horista e que hoje ocupa como professora permanente.

A professora Suelen Siqueira Julio, segunda entrevistada da pesquisa, é natural de São Gonçalo, município localizado no leste fluminense. Aos 28 anos, é doutoranda na Universidade Federal Fluminense e professora no Colégio Pedro II, lecionando tanto no ensino fundamental II e ensino médio, quanto nas pós-graduações oferecidas pelo colégio. O Colégio Pedro II, que se tornou um Instituto Federal de Ensino em 2012, possui pós-graduações stricto e lato sensu, sendo estas últimas relacionadas majoritariamente à área de Educação. A entrevistada atualmente leciona na Especialização em Ensino de História da África, um curso de pós-graduação lato sensu; iniciativa do Departamento de História em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, tem como objetivo aprimorar a formação continuada de professores de História.

A mãe de Suelen se mudou de Cachoeiras de Macacú para São Gonçalo para trabalhar como empregada doméstica e o pai, natural de Itaboraí, também foi para essa cidade em busca de oportunidades de trabalho. A pobreza marca as memórias que a professora tem de sua infância, ainda que não seja por ela entendida de forma traumática. Era simplesmente a realidade que ela vivia, não havia outro modo de existir.

Estudou em um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) até a 7ª série, no bairro Jardim Catarina, criado no que ela chama de “apagar das luzes do governo Brizola”. O que aprendia na escola era o currículo mínimo, não como prevê a Base Nacional Comum Curricular, mas como o mínimo do que poderia ser ensinado e se ter aprendido em uma sala de aula em um bairro marginalizado. Na 8ª série passou a estudar no colégio Trasilbo Filgueiras, onde faria o curso normal (que na época tinha duração de quatro anos). Atualmente, Suelen participa da construção de um pré-vestibular social nesta mesma instituição.

Quando estava no quarto ano do curso normal, uma conhecida incentivou a entrevistada a se inscrever em um pré-vestibular comunitário. Em princípio, não pensava em seguir a carreira docente. Uma experiência que teve com um professor a fez enxergar a profissão como uma possibilidade. Cansada de buscar emprego sem êxito não só como professora, mas também no comércio, começou a refletir sobre fazer faculdade e se inscreveu no pré-vestibular recomendado. Saía da escola e ia direto para as aulas do curso à noite, tendo o transporte garantido devido ao passe escolar destinado a alunos de escola pública. Acostumada a tirar boas notas na escola, viu que a educação que recebia até então não era suficiente para que ingressasse no ensino superior. A depoente acredita que foi graças a essa vivência no pré-vestibular social que conseguiu passar no vestibular em História.

Ingressou na Universidade Federal Fluminense em 2009 e foi bolsista emergencial (auxílio destinado aos discentes de baixa renda) e bolsista de iniciação científica. Em 2013 ingressou no mestrado também na UFF, que foi a realização de um sonho, segundo a entrevistada. Aprovada em primeiro lugar, foi bolsista ao longo dos dois anos do mestrado. Doutoranda em História na UFF, pesquisa atualmente mulheres indígenas no Rio de Janeiro colonial. Interessada em estudar história das mulheres, viu que na história indígena poderia explorar um campo de conhecimento ainda pouco pesquisado.

Análise das narrativas

As entrevistas foram pensadas de modo que atravessassem questões centrais relacionadas à estrutura familiar, às experiências na educação escolar e na educação superior, ingresso no magistério e desafios ao longo da trajetória. Assim como Miguel Arroyo em *Narrativas do sistema escolar desde a condição de negro*, buscamos os “traços de trajetórias humanas, escolares e profissionais marcadas pela condição comum de membros de um coletivo negro” (ARROYO, 2009, p. 175).

Ao fazer uma reflexão sobre as similaridades das duas entrevistas já registradas, alguns pontos se destacam. Chama atenção o fato de ambas serem oriundas de famílias pobres, pobreza essa que marca as memórias sobre a infância e adolescência das professoras. Essas narrativas mostram como a naturalização de uma condição pode levar à não percepção da exclusão e marginalização como alienações de direitos subjetivos. Suelen conta que

era muito pobre em uma época em que você ser pobre significava não ter nada, isso foi na década de 1990. É a memória que eu tenho. [...] Era uma situação muito difícil e isso se refletia no modo de vida que a gente tinha. A gente tinha mal para comer, eles (os pais) brigavam muito. Eu era muito criança quando eles estavam brigando muito, aquilo para mim era normal e era o modelo de família que via também nas outras pessoas. Para mim, aquilo era normal, era a vida, era o que tinha. E a questão da pobreza também. Todo mundo era assim. Não era uma coisa que trazia exatamente um trauma.

As percepções que tinham à época sobre a realidade em que viviam estavam relacionadas à falta de recursos financeiros e à distância geográfica em relação às grandes cidades, mas não necessariamente à questões relacionadas ao fato de serem pessoas negras.

As famílias de ambas saíram de suas respectivas cidades natais e migraram em busca de oportunidades de trabalho. No caso de Juçara, o pai entendia que a filha deveria estudar e a mãe concordava, ainda que não pudessem auxiliar de forma concreta nos estudos. Por conta de tal entendimento, Juçara, aos 20 anos, fazia parte dos 13% da população brasileira que tinha o nível médio completo na década de 1990¹. Juçara conta que os filhos de operários não costumavam sair de Santo Aleixo; para uma filha de operário, terminar o ensino médio já era motivo de certo status. Tornar-se professora logo após completar o ensino básico era um grande orgulho para o pai. O apoio familiar se mostra fundamental nas trajetórias de Juçara e Suelen, sendo o estudo valorizado como a forma de melhorar de vida, para ter acesso à melhores condições socioeconômicas.

¹BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 18.

Outra característica que marca tais narrativas é o sobre-esforço para ter êxito em suas empreitadas. Sobre-esforço que compromete a qualidade de vida dos indivíduos, mas que em uma sociedade meritocrática é visto de forma romantizada, como que necessário para o êxito em uma empreitada. Enquanto muitos experimentam a possibilidade de dedicar-se exclusivamente aos estudos, sem preocupar-se com outras demandas, para a população negra tal vivência se torna muitas vezes um grande desafio. Desafio esse que fica nítido se observamos o número de ingressantes e de concluintes negros em um curso de graduação, por exemplo.

Para as entrevistadas se fez necessário conciliar duas ou mais jornadas de trabalho ou estudo, grandes distâncias, cursos noturnos, tempo de estudo e outras articulações para que fosse possível ingressar e permanecer no ensino superior. Tal sobre-esforço fica nítido quando Juçara conta sua jornada:

Fiz um malabarismo.[...] Acordava às 05:30 h e ia para o trabalho, arrumei uma pessoa para ficar com as crianças. Do trabalho, as vezes saía de uma escola e ia para a outra. Da escola eu já pegava o ônibus para a faculdade, para chegar lá às 18:30 h. Eu não sei se você tem essa noção de Magé para São Gonçalo! Eu pegava um ônibus de Santo Aleixo para Magé, de Magé para Alcântara e de Alcântara para São Gonçalo. Era uma viagem! Eu chegava atrasada e saía antes de terminar, porque se ficasse até o final, perdia o último ônibus de Magé para ir para casa. Fui fazendo assim e a cada semestre eu mexia em todo o meu horário. Não foi fácil.

A mesma rotina exaustiva foi vivida por Suelen no ano do vestibular; estudando em São Gonçalo à época, ela conta que

o pré-vestibular era no DCE da UFF, um curso de extensão da UFF, de 18:30 h às 22:30 h. Como eu tinha medo de pegar o ônibus que vinha pela BR, que era mais rápido, eu pegava o que vinha pela Alameda. Eu chegava em casa meia-noite, meia-noite e meia. Então ela (a mãe) morria de medo que eu ficasse andando de noite. Na escola era à tarde, de 13 h às 18 h. Eu tinha que pedir “pelo amor de Deus” para os professores me liberarem cedo para eu estar no DCE 18:30 h, porque eu não podia chegar atrasada. [...] Tinha dias que tinha estágio de manhã, então eu ficava o dia inteiro na rua.

A vivência escolar desse grupo, nesse sentido, não é experimentada em sua plenitude, mas em consonância com outras demandas que viabilizam e se tornam essenciais para que limitações não sejam intransponíveis. Como afirma Arroyo, “não há como separar o percurso escolar das condições de origem: trabalho, sobrevivência” (ARROYO, 2009, p. 177).

Os processos sociais que as constituíram enquanto negras ocorreram principalmente após a inserção em espaços majoritariamente brancos, como o ensino superior. Enquanto estavam em piores condições financeiras, em seus bairros de origem, sem ultrapassar limites

impostos pela classe econômica, o impacto do racismo não era entendido de forma consciente, atuando diretamente sobre suas vidas, justamente porque o racismo é estrutural e estruturante da sociedade brasileira. O que proporcionou entender como ele sempre operou foi uma releitura a posteriori. Suelen inclusive afirma que entende o racismo e a discriminação como algo estrutural, ao ser questionada se em algum momento se sentiu discriminada ao longo de sua trajetória; ela pontua que

geralmente quando se faz essa pergunta e quando a outra responde, a pessoa é muito impulsionada a dizer que não. Porque ninguém nunca chegou para mim e falou “ah, macaca!”, ninguém faz isso... Quer dizer, fazem, mas geralmente não fazem isso em um ambiente universitário, fazem, mas não é tão comum. Então, diretamente, não. Não estou dizendo que não aconteça. Estou dizendo que dessa forma, comigo, não. Mas como um dado estrutural, eu sou discriminada quando eu sou a única professora negra do departamento, quando na escola e na própria universidade, porque essa consciência do valor que você tem, do que você é, não nasce de você, é algo que vem de uma reflexão. E a reflexão racial que a gente tinha naquela época... [...] Era absolutamente sozinho você desenvolver uma reflexão sobre isso. Eu sabia que eu era negra, era só olhar no espelho! Mas saber do meu valor, saber da minha beleza... Isso não existia para mim até pouco tempo! Então eu continuei, na universidade inteira eu me sentia visivelmente inferior. Isso é evidente nas relações que se estabelecem, isso está posto!

Foi a experiência de estar em lugares que não foram pensados para corpos negros ocuparem que trouxe a tona a identidade negra como uma identidade que é também política.

Considerações finais

Nas entrevistas realizadas percebemos que a identidade racial aparece como elemento de coesão e de conflito, na medida em que a assimilação de padrões brancos e a ascensão social tem seu preço em uma sociedade estruturada pelo racismo. As respectivas identidades das entrevistadas se constituíram em processos que se transformaram e se ressignificaram ao longo de suas vivências, como enxergar a partir de uma outra perspectiva a infância, a experiência escolar e a experiência de vida de familiares.

O registro de tais narrativas permite, para além das análises realizadas neste artigo, outras mais, como análises relacionadas à experiência docente no ensino superior público e privado e diferenças geracionais. Tais análises farão parte da pesquisa *Professoras negras no ensino superior fluminense*.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. Narrativas do sistema escolar desde a condição de negro. In: PRAXEDES, Vanda; et.al (orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio Janeiro [online], 2002, v.3, n.5, pp.314-332. ISSN 1518-3319. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>.

A história oral como fonte de pesquisa na história da educação

Júlio Resende Costa

Doutorando em Educação
Universidade Federal de Uberlândia
jresendecosta@gmail.com

Resumo: Este texto tem como propósito central apresentar a história oral enquanto método de investigação e perspectiva de construção de documentos históricos e conhecimentos produzidos a partir de relatos orais. O trabalho se constituiu em um artigo de revisão, com enfoque qualitativo. Procurou-se conceituar história oral, apresentar sua importância para o campo das ciências sociais, os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam sua utilização como método de investigação, aplicações na pesquisa histórica, bem como os cuidados a serem observados pelo pesquisador durante seu emprego em um projeto de pesquisa. Para isso, o estudo fundamenta-se nas obras de Alberti (2004; 2005), Le Goff (2003), Le Goff, Ladurie, Duby, Certeau, Veyne, Ariès e Nora (1977), Meihy (1988), Meihy e Holanda (2010), Passerini (2011), Portelli (2010;2016), Prost (2017) e Thompson (1992). Os resultados permitem inferir que a história oral constitui um importante recurso para a pesquisa na história-social, sobretudo para os investigadores que desejam conhecer fatos ou elementos que não estão elucidados nos documentos escritos e iconográficos. A história oral trata-se de um recurso altamente significativo para a ampliação da produção científica no campo das Ciências Sociais, mas requer do pesquisador conhecer a episteme desse recurso, tanto como metodologia de pesquisa, quanto como método de investigação da história.

Palavras-chave: História oral, Perspectivas de pesquisa com a história oral, Produção de documentos orais.

Apontamentos prévios

A historiografia baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance. Por isso, os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada (PORTELLI, 2010, p. 216).

Começo este texto a partir deste trecho, adequado para iniciar minha discussão. Percebe-se, pelas palavras do autor, que a história oral não é a história da estória, mas uma nova forma de se fazer a história a partir de uma relação dialógica entre dois sujeitos. Trata-se de uma relação de confiança mútua entre os dois. O eu que conhece o outro e se projeta nele para produzir a sua narrativa, compreender a si mesmo e a sua história.

A existência da história oral confunde-se com a própria história, já que a oralidade foi a primeira forma de se registrar os fatos históricos. Durante muito tempo, a pesquisa em história da educação se sustentou, basicamente, em fontes documentais e imagens.

A invenção do gravador, nos meados do século XX, trouxe uma nova perspectiva para a produção de fontes de pesquisa para a história da educação: a história oral. A gravação de narrativas de pessoas que tiveram suas vozes silenciadas e excluídas do processo de construção do fenômeno histórico permitiu aos pesquisadores compreender a história a partir de uma nova contribuição, a dos relatos orais, das memórias e das versões produzidas pelos sujeitos históricos que participaram de fatos, contextos ou conjunturas históricas e que, nem sempre, é encontrada em outras fontes.

A história oral não se apresenta, na pesquisa em história da educação, como uma metodologia que nega as fontes documentais, iconográficas ou outras formas de registro histórico. Ela se constitui em um recurso que complementa outras fontes de dados e, muitas vezes, responde questionamentos e preenche lacunas apresentadas nos documentos escritos.

A história oral enquanto método e metodologia

A história oral pode ser dividida em três grupos, segundo seus fundamentos teórico-metodológicos: Tradição Oral, História de Vida e História Temática. Dependendo da forma como é utilizada, a história oral pode ser concebida como técnica de produção e tratamento de dados e informações, fonte de pesquisa, método de abordagem ou metodologia. Para Santos e Araújo (2007, p. 194) “utilizada como técnica, a História Oral é subsidiária de outra fonte. Comporta-se, no entanto, como recurso importante para completar falhas ou lacunas constantes de outra documentação”. Em outro trecho, os autores nos falam que:

Na acepção de método, tem o seu lugar como fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas, que funciona como amostragem significativa, expressiva, pela qual, elementos essenciais do universo em análise devem estar presentes. Como método, configura-se, então, como o fundamento da pesquisa com procedimentos claros (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 194).

A história oral tem como base o relato, a narrativa. A narrativa tem sua origem na memória e se constitui a partir da relação dialógica entre os sujeitos, ou seja, narrador e entrevistador, dentro de um contexto de pesquisa de campo, no qual “os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal” (PORTELLI,

2016, p. 15). Infere-se que a narrativa não é um documento estático, que nasce da coleta pura e simples de informações, mas um processo e uma performance (PORTELLI, 2016).

Dessa forma, a memória é o catalisador da história oral que se materializa sob a forma de linguagem. Sem a memória, não há relato oral. Portelli (2010, p. 19) destaca que “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador”.

A oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais culmina na densidade e na complexidade da própria linguagem. A tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes (PORTELLI, 2016, p. 21).

Ao transcrever a narrativa, o historiador deve ter o cuidado para conservar a linguagem utilizada pelo narrador, pois ela dá significado para o discurso e permite fazer outras leituras e interpretações (PORTELLI, 2016). É justamente essa riqueza polissêmica que caracteriza a história oral, emprestando a ela peculiaridades que não são encontradas em outras fontes.

Na obra *A memória entre política e emoção*, Luiza Passerini

[...] considera a memória como forma de subjetividade, já que a memória narrativa de que trato se só se constitui como diálogo, como troca entre sujeitos diferentes. Por conseqüência, a dimensão na qual essa memória se situa compreende sempre dois polos: um individual e um coletivo, que interagem e se influenciam mutuamente (PASSERINI, 2011, p. 7).

O trabalho do investigador que tem a história oral como método ou metodologia de pesquisa avança para além da simples tarefa de coletar dados ou informações orais do outro. Sua participação no processo de construção de um documento não se restringe ao ato de perguntar, observar, ouvir e gravar. O pesquisador é um coautor do produto final da história oral.

Portelli (2010) declara que o entrevistador

assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação (PORTELLI, 2010, p. 19-20).

Seguindo este raciocínio, depreende-se que as fontes orais não são achadas ao acaso, em estado “natural”, por persistência do historiador. Elas são o resultado de uma relação

estabelecida dialogicamente, em uma via de mão dupla, na qual os sujeitos se percebem, analisam um ao outro e interagem entre si, balizados pela entrevista.

[...] as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na pesquisa feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (PORTELLI, 2016, p. 10).

A narrativa não se encerra em si mesma. Não se trata de um momento estanque de uma entrevista em que dois sujeitos, entrevistado e entrevistador, cumprem papéis totalmente distintos, sem entrelaçamentos. Portelli (2010, p. 213) nos fala que “entre/vista significa olhar entre: é uma troca de olhares”.

O gravador media a sessão, mas há uma intersubjetividade que entrelaça o momento da entrevista e a relação entre os dois sujeitos. Essa intersubjetividade é responsável pela construção do documento a ser construído, enquanto produto da história oral.

[...] a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções (PORTELLI, 2010, p. 20).

Pode-se afirmar, dessa forma, e de acordo com Portelli (2012, p. 18), que a história oral “é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”.

Ao optar pelo uso de fonte orais em sua pesquisa, o historiador deve planejar seu trabalho procurando articular três aspectos diferentes, porém articulados entre si, e que constituem a trajetória a ser percorrida em busca do conhecimento: um evento histórico (fato do passado), um evento presente (narrativa) e uma relação dinâmica entre eles. Assim, o investimento intelectual do historiador oral envolve a recomposição de eventos pretéritos, a interpretação e análise crítica da entrevista e a maneira como esses eventos estimulam a produção de uma memória e a narrativa que dela decorre (PORTELLI, 2016, p. 18).

Com foco na memória e sua potencialização de contar a história sob uma perspectiva distinta da história oficial, a história oral pode revelar aspectos desconhecidos e permitir

novas análises e compreensão do passado a partir de sujeitos que foram excluídos desse processo ou tiveram suas vozes silenciadas, pois segundo Portelli (2016, p. 15), as “fontes orais nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História e o que não diz”. Nesta direção, Matos e Senna (2011, p. 96) assinalam que “a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

Em seu trabalho de investigação do passado, o historiador pode lançar mão de diversos tipos de fontes: fontes escritas, iconográficas, materiais e, sobretudo, as fontes orais. Para Portelli (2016, p. 9), “as narrativas orais e os testemunhos que constituem a história oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador”. Assim como outras fontes históricas, as fontes orais exigem do pesquisador acuidade interpretativa e crítica para que ele possa extrair do relato os aspectos mais importantes para a construção do documento, uma vez que as narrativas trazem consigo nuances de representatividades.

[...] as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares (PORTELLI, 2016, p. 10).

As fontes orais oferecem subsídios para o historiador complementar uma história sabida, abrir horizontes ou perspectivas para uma história ainda não conhecida. A narrativa não é o fim em si mesma, mas um caminho alternativo para a construção de um documento histórico:

[...] a entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a consequente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral (SELAU, 2004, p. 218).

O objeto resultante da história oral consiste em um documento produzido conjuntamente entre o entrevistador e o entrevistado. A narrativa é uma produção que deve obedecer a critérios éticos que incluem a anuência do depoente para publicação do relato, pois segundo Santos e Araújo (2007), “os documentos de História Oral são resultados de relatos, de projetos compartilhados, em que entrevistador/pesquisador e entrevistado/narrador são envolvidos e, nesta perspectiva, possuem aspectos individuais e coletivos”. Os autores

prosseguem afirmando que com Santos e Araújo (2007), “tais entrevistas são gravadas, transcritas, conferidas e com autorização para serem usadas” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 192).

Na entrevista, aspectos particulares e gerais se articulam e se intercomplementam, entre uma fala do depoente e sua memória diante do contexto histórico em que essa memória foi retomada. As falas são produzidas por sujeitos em um contexto sócio-histórico, que fazem uso da memória e da palavra, e isso implica o trabalho com o que é falado e com o não falado, com o que é silenciado.

Em suas pesquisas sobre migração feminina na Europa, Passerini (2011, p. 113) observou que “[...] em encontros orais, as hesitações e resistências têm significado, pois chamam atenção para o não dito ou para o que ainda não está completamente articulado”.

Essa afirmação é endossada pelas palavras de Portelli (2016, p. 10), quando o autor argumenta que “a história oral, então, é primordialmente, uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas”. O autor prossegue em seu discurso, alegando que enquanto arte da escuta, a história oral se estrutura em uma cadeia de quatro relacionamentos, articulados entre si:

1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo);
2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória);
3. A relação entre a esfera pública e a esfera privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e suas histórias;
4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (PORTELLI, 2016, p. 12).

A transcrição da entrevista requer alguns cuidados por parte do entrevistador. Somente ele presenciou a narrativa e pode observar alguns detalhes que podem passar despercebidos na fala ou na escrita:

Em relação a transcrição, é voz unânime entre os especialistas da área que esta se faça imediatamente após a realização da entrevista e que seja feita por pessoa diretamente envolvida no processo, prioritariamente o entrevistador. Toda entrevista é revestida de uma gama de detalhes: são sorrisos, lágrimas, gestos, reticências que devem ser anotadas pelo entrevistador (SOUZA, 1997, p. 62).

Devido à dimensão subjetiva que algumas vezes é atribuída à História Oral, alguns autores discutem esse argumento, supondo que ela está impregnada de subjetividade e pode comprometer a elucidação da verdade:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer” os fatos (PORTELLI, 2016, p. 17).

Entretanto, toda fonte de pesquisa é produzida pelo homem e, por isso, estão marcadas por subjetividade. Ou seja, por ser produzida pelo sujeito histórico, toda fonte apresenta subjetividade e podem não ser totalmente confiáveis (CAMARGO, 1993 apud SANTOS; ARAÚJO, 2007). No mesmo sentido, Thompson (1998) apud Santos e Araújo (2007) afirma que “não há fontes totalmente seguras. Tanto o oral como o escrito, podem ser modificados, corrompidos” (p. 195). Portelli (2016) também concorda com a posição desses autores e argumenta:

Em primeiro lugar, nem sempre é esse o caso. Ademais, como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte (PORTELLI, 2016, p. 17-18).

Prosseguindo seu discurso, o autor salienta que as fontes orais se distinguem das fontes tradicionais pelo seu movimento, que é mediado pela memória e pela linguagem incrustadas na narrativa, o que lhe emprestam um caráter de dinamismo e fluidez:

Em segundo lugar, e mais importante, os trabalhos em história oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientaram essa questão: o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem (PORTELLI, 2016, p. 18).

Da mesma forma, o “trabalho com a pesquisa qualitativa exige que o investigador se preocupe em compreender os eventos investigados, a partir sempre de seus contextos, sendo necessário, assim, uma descrição detalhada das condições de produção” (ALVES, 2016, p. 3).

Algumas considerações

Utilizar a história oral em pesquisa pressupõe um intenso trabalho de preparação, o que inclui o prévio levantamento de dados que subsidiará o roteiro de entrevista. Por outro lado, a história oral enquanto metodologia de pesquisa requer do entrevistador, além da acuidade investigativa, objetividade e clareza na condução da entrevista.

Utilizada como método ou como metodologia, a História Oral assume sua posição como uma nova perspectiva sócio-histórica de abordagem qualitativa na pesquisa em

Educação a partir de meados do século XX. A partir das narrativas de sujeitos que vivenciaram fatos ou fenômenos históricos, ela fornece elementos altamente significativos no processo de investigação do passado, permitindo reconstruir a história a partir de informações ou dados que nem sempre são encontrados nos documentos escritos ou na iconografia.

Sua utilização na investigação de fenômenos históricos requer do pesquisador domínio de sua estrutura teórico-metodológica, formas de abordagem e interpretação dos resultados obtidos por meio das narrativas. Requer do pesquisador crença na História Oral como estratégia para a produção do conhecimento. Ela não rivaliza, nem nega os documentos escritos, imagens ou outras fontes de registro, mas procura complementá-los, responder questionamentos e preencher lacunas que outras técnicas de pesquisa não conseguem elucidar ou explicar.

Como qualquer método ou metodologia, a história oral também apresenta limitação. Somente pode ser utilizada para investigar eventos históricos que delimitados temporalmente. Ou seja, podemos utilizar a história oral para conhecer um fenômeno que aconteceu em um passado relativamente recente. Não é possível utilizar a história oral para pesquisarmos fatos que aconteceram há mais de cem anos, por exemplo, porque não temos os sujeitos para entrevistar e dar sua narrativa.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, IV. Encontro de Ensino de História, 3. **Anais...**, Ituiutaba: UFU, 2016. Disponível em: <<http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 236p.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

_____. **História oral como arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 6, jan./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282/289>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SELAU, Maurício da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SOUZA, Carla Monteiro de. A incorporação de relatos orais como fontes na pesquisa histórica. **Textos e Debates**: Revista do Centro de Ciências Humanas da UFRR, Boa Vista, n. 4, 1997. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/986/794>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

A voz dos silêncios: a história oral de mulheres

Keyse Valéria Barbosa Diniz

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

keysevaleria.kvbd@gmail.com

Resumo: A história oral vem sendo cada vez mais utilizada como metodologia importante na construção da História de Mulheres, uma vez que, as mesmas foram silenciadas por muito tempo da historiografia. Uma das razões pelas quais se utiliza a História Oral como metodologia para escrever a História de Mulheres seria pela exclusão das mesmas dos documentos escritos, que em sua maioria eram consideradas as únicas fontes válidas para a história, além da maior parte do que compunha as produções intelectuais era feita por homens, onde as mulheres eram sempre ausentes ou se encontravam dentro dos discursos masculinos. O objetivo do presente trabalho consiste em elucidar a importância da utilização da História Oral pelas historiadoras feministas como aparato metodológico na apreensão dos discursos e experiências da vida privada e pública feminina, possibilitando a construção da História de Mulheres a partir de suas narrativas orais, e conseqüentemente a sua inclusão na ordem da produção historiográfica. Este ensaio tem como plano de fundo o projeto de pesquisa de dissertação “Representações e Resistências femininas na Polícia Civil de Montes Claros/MG” que se encontra em andamento. A metodologia de História Oral de Vida tópica será utilizada para apreender nos discursos dessas mulheres a construção das representações sobre si mesmas e as suas formas de resistência dentro da uma instituição marcada pelos signos do masculino, onde o machismo está presente desde o treinamento interno, até o dia em que elas assumem seus postos de trabalho. É possível através da analítica do gênero e das relações de poder perceber nos discursos a mudança que ocorre na vida de uma mulher policial, as transformações identitárias e as adaptações por quais passam para se adequarem a um trabalho “essencialmente masculino”. Entendemos que a história oral de vida possibilita inúmeras vias para se construir uma história de mulheres, possibilitando a escrita de uma nova história baseada dos discursos ausentes das mulheres. A história oral como metodologia permite ao(a) pesquisador(a) da vertente de História das Mulheres aprofundarem no seu cotidiano e apreender nas entrevistas sentimentos, sonhos, emoções e tudo o que compõe a subjetividade desses sujeitos. A história de mulheres e a história oral, nesse sentido, podem ser grandes aliadas no processo de construção deste conhecimento ainda pouco explorado no mundo acadêmico.

Palavras-Chave: História oral, história social, gênero.

“Silenciosas, as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutam, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora.” Já nos introduzia Michelle Perrot que em 1980 se perguntava sobre a possibilidade de fazer uma história das mulheres. Por muito tempo a participação feminina na história foi uma lacuna, uma história oculta que começou a ser feita, do ponto de vista da historiografia, tardiamente. (PERROT, 2005, p. 9)

Com a terceira geração da Escola dos Annales se inicia um movimento historiográfico pautado na pesquisa da história das minorias e das mentalidades e entre eles estão os estudos sobre mulheres, e que, posteriormente foi reforçado graças aos movimentos políticos feministas da década de 1970.

O silêncio das mulheres foi perpetuado na maioria das esferas da vida pública. Igrejas, assembleias políticas, na segurança pública, onde há predominância dos signos do masculino, elas foram marginalizadas e suas vozes caladas. “O silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e a uma atitude barulhenta demais como a da ‘vida fácil’.” (PERROT, 2005, p.10).

Evidentemente as mulheres não foram sempre coniventes com esse silêncio, elas fizeram dele, como afirma Perrot, uma arma (PERROT, 2005, p.10). O que se esperava de uma mulher era a postura da escuta, da conformidade, da submissão, imposta pela ordem simbólica que impossibilitava não só a sua fala, mas também as suas formas de expressão e o acesso ao conhecimento já que para Pierre Bourdieu essa violência simbólica se dá pela dominação masculina que sempre foi arbitrária na sociedade ocidental, violência essa que segundo ele é invisível às vítimas, exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. A lógica dessa dominação simbólica, segundo ele, é exercida em função de princípios simbólicos que atuam sobre a maneira de falar, de pensar ou de agir dos sujeitos femininos. (BOURDIEU, 2007, p.7-8)

O silêncio, além de ser uma forma de disciplina das famílias, dos corpos, das regras sociais, é também uma forma de disciplinar o próprio sujeito feminino. Para Perrot “a impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele”. (PERROT, 2005, p.10).

Para Maia “se as mulheres não tinham uma história, porque haviam sido silenciadas e apagadas por uma perspectiva androcêntrica de abordar o passado, era necessário integrá-las na história.” A solução não seria apenas incluir as mulheres nessa historiografia, e sim questioná-la e desconstruí-la e de acordo com a autora, esse movimento dependeu da construção do gênero como categoria de análise. As historiadoras feministas vão encontrar em Michel Foucault e nas suas análises sobre o sujeito, o poder e a sexualidade, o aparato teórico que possibilitou avançar a crítica sobre o modo de produção da historiografia. (MAIA, 2015, p. 209)

Joan Scott aponta que a utilização do termo gênero por pesquisadoras feministas era proposta para sustentar que, a pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas disciplinares assinalando que o estudo de mulheres acrescentaria novos temas de pesquisa, impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. A intenção de fazer uma nova história a partir das experiências femininas só poderia ser desenvolvida na medida em que o gênero fosse desenvolvido como categoria de análise, já que para Scott gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e também uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.73-86)

Podemos entender a partir da fala de Maia que:

A utilização do gênero, no âmbito da produção de conhecimento histórico, possibilita não apenas “integrar” as mulheres na história, mais vai além, ao problematizar a produção das diferenças sexuais, de papéis sociais normativos, ancorados em determinismos biológicos e denunciar a divisão binária, naturalizada e hierarquizada no mundo, pois conforme Judith Butler (2003) se afirmamos que o gênero é construído, devemos então identificar os mecanismos desta construção e nos perguntar se ela não poderia ser feita de outra maneira. (MAIA, 2015, p.211)

O ser feminino, formulador de inúmeras ideias e ideais, ficava à margem da produção científica, literária, artística, arquitetônica, dentre tantos outros segmentos que poderíamos citar. A sociedade patriarcal sempre foi algo dominador e forte influenciador de ideias que tendiam a disseminar a inferiorização feminina, intelectual e física. (DINIZ, 2017, p.1) Essa ausência feminina na construção da história é constituída por essas relações de poder e dos mecanismos que constroem o gênero, que ao universalizar a figura do homem acaba por marginalizar as mulheres.

Ao pensar sobre a narrativa feminina como fonte histórica, devemos pensar na subjetividade dos sujeitos que a constrói, assim como a formação dessas identidades pela analítica do gênero.

Stuart Hall afirma que o movimento feminista como crítica teórica e movimento social, foi um dos importantes descentramentos do sujeito cartesiano e sociológico, já que questionou a clássica distinção entre o público e o privado, abrindo esferas como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico para uma contestação de caráter político. O feminismo enfatizou como questão política e social o tema da forma como somos constituídos e produzidos como sujeitos genéricos, isto é, politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação dos sujeitos. O feminismo que começou como um movimento

dirigido á contestação da posição social das mulheres se expandiu para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero, além de questionar a noção de que homens e mulheres pertencem à mesma identidade, e substitui essa noção de “humanidade” pela questão da diferença sexual. (HALL, 2006, p.45-46). Conforme Tânia Swain:

Pensar a identidade e o sujeito como construções no seio de configurações sociais, como processos em curso, ao longo da vivência humana, traz-nos a perspectiva de uma identidade fluida, transitória (...). Uma cartografia identitária é afinal o que nos resta para observarmos o percurso de opções, movimentos e atuações ao longo de nossas histórias pessoais/sociais. (SWAIN, [s/d, s.p.]

Através da perspectiva histórica feminista percebemos que quanto às mulheres, a sua identidade está ligada aos seus corpos sexuados essencializada na tarefa social da maternidade. Esta tarefa dita “natural” cria um campo de silêncio em torno das ações políticas das mulheres que abrange de forma mais ampla os domínios socioeconômicos. (SWAIN, S/DATA)

O estabelecimento da categoria mulher-sujeito se revela problemático nos debates feministas devido à constatação da multiplicidade das experiências do sujeito mulher, na própria estrutura dos movimentos das mulheres. O sujeito “mulher” não existe; existem “mulheres” que enquanto indivíduos ou grupos, que carregam suas trajetórias singulares. (SWAIM, [s/d])

Para quebrar esses silêncios as historiadoras feministas irão mergulhar na História Oral, utilizando-a como aparato metodológico para apreender esses discursos e experiências da vida privada e pública das mulheres, possibilitando assim a inclusão desses sujeitos históricos na ordem da produção historiográfica.

A história oral e a história de mulheres desde os seus respectivos surgimentos, tem se mostrado próximas em seus propósitos e objetivos, e se assemelham quanto ao contexto de emergência pelos movimentos sociais e políticos do final dos anos 1960. Para, além disso, o que marca o início de ambas seria a ideia de resgatar uma história oculta. (SALVATICI, 2005, p. 29)

Michelle Perrot já denunciava os silêncios das mulheres, onde aponta que as falas femininas eram proibidas, sendo uma inovação do século XIX, e que mesmo assim, quando se remete ao passado essa lacuna ainda é existente e está diretamente ligada à desigualdade que marca a participação das mulheres na história. Não se encontram suas memórias já que por muito tempo as mulheres foram esquecidas por serem destinadas ao privado, a reprodução

materna, ou como coloca a autora é como se “elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.” (PERROT, 2005, p.9)

O objetivo dos historiadores orais era ressaltar a voz dos desfavorecidos com o intuito de criar uma “história vinda de baixo”. O propósito das feministas era demonstrar o importante papel desempenhado por mulheres por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas como agentes históricos. (SALVATICI, 2005, p. 29)

Uma das razões pelas quais é feito uso da história oral como metodologia para fazer história de mulheres seria pela exclusão das mesmas dos documentos escritos, que em sua maioria eram consideradas as únicas fontes válidas para a história, além da maior parte do que compunha as produções intelectuais era feita por homens, onde as mulheres eram sempre ausentes ou se encontravam dentro dos discursos masculinos.

O silêncio das mulheres estava marcado pela desigualdade de gênero, e esta desigualdade gera a ausência dos traços da mulher na história, dificultando sua apreensão no tempo, ainda que, segundo Perrot, esta ausência seja diferente dependendo do tempo histórico. Para Perrot, isso acontece porque as mulheres não apareciam nos espaços públicos, e falava-se pouco delas e quando se falava era sempre na perspectiva de um homem acostumado com essa ausência, que utiliza o estereótipo do masculino universal, e que dentro do binarismo dos sexos apenas pode existir outro sujeito universal, a mulher, desconsiderando que possa haver uma pluralidade de mulheres. (PERROT, 2005, p.11)

A falta de informações concretas sobre as mulheres, segundo Perrot, contrasta com a quantidade dos discursos e a proliferação de imagens. As mulheres são mais imaginadas do que contadas, e fazer a história de mulheres é necessariamente chocar-se contra essas representações sobre elas, e é preciso analisar antes de tudo como elas mesmas as viam, e qual o grau de adesão dessas mulheres sob essas representações feitas pelos homens sobre elas. (PERROT, 2005, p.11)

Salvatici (2005, p.30) cita Sherna Berger Gluck:

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é ‘historicamente importante’, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto à memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado. (GLUCK apud SALVATICI, 2005, p.30)

O interesse pela história das mulheres e o uso de fontes orais ampliaram de forma positiva o cenário da pesquisa histórica, introduzindo novos tópicos de investigação sobre a vida das mulheres, o que era de interesse do movimento feminista: a valorização de áreas específicas da experiência feminina. A história oral de vida é uma metodologia eficiente para captar esses aspectos particulares da experiência feminina, já que este gênero trata da narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa. A história oral forneceu bases teóricas e metodológicas para que isso acontecesse. (SALVATICI, 2005, p.31)

A história oral de vida, ao trabalhar com a experiência, sugere entradas para o entendimento do espaço pessoal subjetivo, supõe-se que também haja um roteiro menos factual e mais vinculado a alternativas que revelam, por exemplo, as narrativas das pessoas através de impressões, sentimentos, sonhos. Ou seja, o caminho da narrativa não precisa necessariamente obedecer à continuidade material dos fatos. (MEIHY, 2005, p.148)

Sendo considerada por Meihy como uma manifestação revolucionária pelo fato de a história oral de vida poder ser visitada por outras esferas da vida, e é onde reside o seu mérito e o seu maior risco. A oportunidade de exploração dos aspectos da intimidade individual é uma alternativa que ganha espaço na medida em que são mais cultivados os estudos sobre a vida privada. A história oral de vida é a personificação do depoente e a verdade é oferecida por ele, sendo soberano no ato de ocultar ou relevar os fatos. (MEIHY, 2005, p.148)

Sherna Berger Gluck ainda identificou o método de entrevista como um novo espaço de encontro de mulheres, afirmando que:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais. (GLUCK apud SALVATICI, 2005, p.31)

Com o entrelaçamento desses dois campos de conhecimento, surgiram novas questões com a finalidade de explorar as funções econômicas femininas em trabalhos domésticos, assim como as relações entre mulheres, e as conexões entre a vida pública e privada. Mas, com a empolgação política dos movimentos dos anos 1970 e sem ter um modelo padrão para se praticar esse tipo de história, os trabalhos feitos nessa década demonstravam a falta de crítica dos discursos, tornando as histórias faladas pelas mulheres como “verdades” devido à identificação das feministas com esses relatos. Com o crescimento desse campo, se intensificou o aparato crítico, além de fomentar questões teóricas sobre a memória e

representações numa perspectiva do gênero, complicando a relação entre história de mulheres e história oral. (SALVATICI, 2005, p.31-32)

A expansão da história oral de mulheres se desenvolveu em grandes proporções no ocidente, focando ainda mais nos discursos sobre diversidade cultural das diferenças de gênero, levando em conta a pluralidade que se tornou um conceito chave para fazer esse tipo de história. Para Salvatici, no entanto “o reconhecimento da pluralidade foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações de gênero e memória” e conseqüentemente isso modificou o jeito de tratar as narrativas orais de mulheres como era feita nos anos 1970, onde apenas se tomava como verdade. (SALVATICI, 2005, p.32)

Para Salvatici o conceito de pluralidade:

(...) destacou a possibilidade haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões, ou nações. O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes, e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade. (SALVATICI, 2005, p.32)

Mas, essa pluralidade afetou também a história oral, onde junto com o feminismo iriam convergir para desenvolver uma metodologia e um modo de interpretação. O mais importante então seria a descoberta da subjetividade dos discursos, conceito importante que se mostrou essencial para a análise das narrativas. Ao identificar a subjetividade das fontes orais, elas passam a ser vistas como um indício vital para a modificação da consciência história. Ao se tornar uma abordagem central dentro da pesquisa do campo de história de mulheres, a subjetividade logo se tornou importante para a história oral. (SALVATICI, 2005, p.33)

Perpendicularmente, a memória passou a ser entendida como parte de uma maneira de pensar, de modo que o foco de uma grande parte da pesquisa passou de formas individuais para coletivas de memória, e para a relação entre ambas. Isso significa que a atenção passou a ser voltada menos ao que é falado, e mais para o modo como as histórias são narradas. (SALVATICI, 2005, p.33)

Entende-se a partir do pensamento de Salvatici que a relevância da contribuição do encontro desses dois gêneros históricos foi:

(...) o desafio e a crítica da universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente tendemos a identificar o ser humano. A experiência humana tem sido fragmentada em realidades múltiplas, marcadas significativamente por divisões de gênero. (SALVATICI, 2005, p.35)

Podemos verificar a partir de estudos de caso o quanto a história oral de vida pode ser eficaz para o resgate das narrativas, e conseqüentemente transformá-las em fontes históricas. Em *Rompendo o silêncio – histórias de violência conjugal contra mulheres no Norte de Minas (1970-2007)*, Maia faz uso da história oral de vida para trazer à tona as narrativas de violência doméstica ocorridas com mulheres de diferentes perfis, onde, ao utilizar esta técnica pode explorar aspectos da intimidade, da vida cotidiana denunciando uma vida de agressões físicas e psicológicas.

Ao fazerem essas denúncias pela narrativa oral, essas mulheres se dispõem a revisitar os traumas de suas histórias individuais, causadas não só pela violência, mas por uma cultura que defende os espaços privados e públicos como esferas distintas. A falta de autonomia feminina na família instituição na qual a dominação masculina prevalece é fruto da ausência de conhecimento, publicização e debate público sobre as relações de poder que atingem todas as instancias sociais. (ROVAI, p.149)

Marta Rovai denuncia igualmente através da história oral as sobreviventes de violência domésticas que tiveram coragem para realizar denúncias, apesar do medo e ameaças. Para a autora, realizar entrevistas com teor traumático numa sociedade machista e patriarcal exige diferentes formas de abordagem com essas narrativas que normalmente não tem muito valor a não ser para o espetáculo midiático. (ROVAI, p.147)

Rovai denuncia que mesmo após 20 anos da criação da Delegacia de atendimento a mulher, o machismo e a omissão ainda se encontram presentes na atuação masculina dos agentes da segurança pública. O atendimento é geralmente marcado pelo preconceito contra as mulheres vítimas desse tipo de violência, apontando para a grande discrepância entre o que é salvaguardado pela Lei Maria da Penha e o tratamento oferecido pelo Estado. A autora ainda coloca em questão que a inserção de mulheres na polícia não é ainda suficiente para resolver os problemas de atendimento às vítimas de violência de gênero, e que mesmo havendo a grande presença de delegadas mulheres, o aparato da polícia por ser majoritariamente masculino ainda causa intimidação das vítimas para fazerem suas denúncias. (ROVAI, p.146)

Nesse sentido, segundo a autora:

O uso da história oral pode descortinar as subjetividades feridas e os silenciamentos que se encerram nos boletins e nas instituições e valorizar as ações corajosas daquelas mulheres que decidem – apesar dos obstáculos – testemunhar. (ROVAI, p.147)

Para além da questão da violência de gênero, a história oral de vida também pode dar visibilidade às narrativas de outras mulheres, que em suas trajetórias profissionais também sofreram algum tipo de discriminação baseada no gênero, e nas formas de resistência que se referem às relações de poder nas quais estão inseridas.

Em pesquisa anterior ao pensar no trabalho das policiais femininas da Polícia Civil de Montes Claros, utilizei da metodologia de história oral de vida tópica para apreender nos discursos dessas mulheres as suas formas de resistência dentro da uma instituição marcada pelos signos do masculino, onde o machismo está presente desde o seu treinamento interno, até o dia em que assumem seus postos de trabalho. É possível através da analítica do gênero e das relações de poder perceber nos discursos a mudança que ocorre na vida de uma mulher policial, as transformações identitárias, as adaptações por que passam para se adequarem a um trabalho “essencialmente masculino”, o preconceito e discriminação que enfrentam todos os dias dentro e fora das delegacias.

É possível através dessas narrativas, compreender os obstáculos das mulheres no mercado de trabalho, a segregação nos ambientes de trabalho, seja pela discriminação de gênero, seja pelo machismo instaurado nas grandes instituições de segurança pública, sem deixar de ressaltar o esforço diário dessas profissionais para mudar esses paradigmas e assumir cargos cada vez mais altos em sua hierarquia, seja na polícia ou em outras esferas do trabalho.

Concluimos que a história oral de vida possibilita inúmeras vias para se construir uma história de mulheres, possibilitando a escrita de uma nova história baseada dos discursos ausentes das mulheres. A história oral como metodologia permite ao(a) pesquisador(a) de história das mulheres aprofundarem no seu cotidiano e apreender nas entrevistas sentimentos, sonhos, emoções e tudo o que compõe a subjetividade desses sujeitos. A história de mulheres e a história oral, nesse sentido, podem ser grandes aliadas no processo de construção deste conhecimento ainda pouco explorado no mundo acadêmico.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kuhner 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.

DINIZ, Keyse Valéria B. **O trabalho das mulheres investigadoras na Polícia Civil de Montes Claros/MG**. Montes Claros. 2017. 61 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006, p.07-46.

MAIA, C.J. Gênero e historiografia: um novo olhar sobre o passado das mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2, p. 209-226, Jul./Dez. 2015.

MAIA, C.J. Rompendo o silêncio – histórias de violência conjugal contra mulheres no norte de Minas (1970-2007). In: MAIA, C.J; CALEIRO, R. C. (orgs.). **Mulheres, violência e justiça no norte de Minas**. São Paulo: Annablume, 2012.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5 ed. São Paulo: edições Loyola, 2005

MUNIZ, Diva G. do C. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. **OPIS**, Catalão, v.15, n.2, p. 316-329, 2015.

PERROT, Michelle. Introdução. In: **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p.9-26.

ROVAI, Marta G. de O. R.; BRANCO, Naira de A. C. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (ORG). **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 79-99, jul./dez.. 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SWAIN, Tânia Navarro. **Identidade, para que te quero?** Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/identidade%20p%20q%20te%20qyero.htm>

A história oral como instrumento contra a invisibilidade de comunidades negras

Nathália da Silva Borges

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros

nath.borges@yahoo.com.br

Resumo: A discussão em torno da temática referente a quilombos e quilombolas remete a histórias que perpassam os séculos e que ressurgem, contemporaneamente, com um novo vigor, em face do amadurecimento de debates e movimentos no decorrer dos séculos XX e XXI. De certo, a escravidão representa uma mácula na história brasileira e as suas decorrências ainda são vivenciadas em todos os segmentos étnicos e sociais que constituem o povo brasileiro. Nesse aspecto, os membros de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs), para além da luta por terras tradicionais e determinados tipos de políticas afirmativas acarretadas pela certificação de suas comunidades, empreendem um esforço moral a fim de que determinados fatos não caiam no esquecimento. Partindo dessa premissa, a pesquisa em andamento visa conhecer a história de Monte Alto, que se configura como a primeira CRQ a ser reconhecida na cidade de Montes Claros-MG. Busca-se, assim, entender os sentidos atribuídos à história da referida comunidade negra, a partir da sua oralidade e memória, desvelando as versões sobre sua origem, seus sujeitos, seu cotidiano e seus costumes. Consoante Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 52), “a história oral possibilita o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado”. Nesta perspectiva, os estudos referentes às comunidades negras têm utilizado tal metodologia em prol da constituição de uma historiografia quilombola, através da recuperação de vestígios do passado, usando a tradição oral e a memória, que corroboram ativamente para a formação da identidade de um povo, haja vista sua bagagem cultural, trazendo em si crenças e valores éticos e morais que atuarão enquanto alicerce para a (re)construção dessa identidade que se encontra em paulatina mutação, aspecto importante para o desenvolvimento do presente estudo. Ao saírem do plano secundário, no qual eram tidas apenas como complementos para os documentos usualmente utilizados, as fontes orais abrem caminhos para a produção de estudos relacionados a grupos anteriormente invisibilizados. Por meio delas é que se buscará conhecer as experiências e lembranças dos sujeitos históricos, os modos como os entrelaçamentos dessas memórias contribuem para a instituição de uma forma própria de representar o passado da comunidade Monte Alto, ponderando igualmente acerca dos processos de significação e permanência das relações sociais e culturais lá vivenciadas.

Palavras-chave: História Oral, Memória, Comunidades Remanescentes de Quilombo.

A partir da tentativa de traçar significados que contemplem a realidade dos quilombos, das terras de preto, dos povoados ou das comunidades negras na contemporaneidade, é notável a presença de uma gama variada de dificuldades, dentre as quais a atribuição de identidades a esses grupos adquire destaque, posto que suas composições e realidades são

diversas. Ainda que o que de fato interesse nesse debate seja as reflexões concernentes aos quilombos para além das conceituações de cunho jurídico e historiográfico, que têm sido amplamente difundidas, não há como fugir dessa discussão, que não raramente coloca em xeque até mesmo o próprio reconhecimento destas comunidades. Tal fato exige uma maior reflexão, diante de sua complexidade, haja vista que mesmo depois de tantas lutas nesse árduo caminho da efetivação da valorização negra na sociedade, ainda hoje, há que se pensar em estratégias que validem o reconhecimento conquistado.

De certo, a memória oral vem sendo recorrentemente usada, nas últimas décadas, nos estudos de comunidades empreendidos pelas diversas áreas de conhecimento. Nesse sentido, trabalhos sociológicos, antropológicos, históricos e de outras ciências afins se valem da investigação da memória em prol de uma melhor compreensão acerca da formação, das trajetórias históricas, das identidades culturais e de outros elementos de determinadas comunidades. Costumeiramente, tais estudos só podem ser empreendidos a partir da oralidade, tendo em vista o fato de que grande parte de tais comunidades eram iletradas. Associado a isso, tem-se ainda a tradicional posição marginal destinada aos estudos dos grupos minoritários, realidade que mesmo diante de todos os progressos ainda é vivenciada, corroborando assim para a invisibilidade de segmentos tão importantes para a formação da sociedade brasileira.

Mesmo atualmente, o espectro da escravidão se impõe à população afrodescendente, que de algum modo ainda remete o árduo passado ligado aos esforços em prol da reificação a que foram submetidos os africanos e seus descendentes escravizados a um presente ainda imerso em uma atmosfera senhorial, que marginaliza homens e mulheres negros, relegando-os a posições subordinadas em uma sociedade que mesmo se pautando em alicerces democráticos, ainda se mantém racista. Esta se configura como a vívida realidade em um país que até então não direcionou a atenção e o cuidado necessários à sua historicidade no que concerne à diáspora africana, bem como às etnicidades nativas e, de igual maneira, às questões sociais e fundiárias que influenciam diretamente o cotidiano de milhares de comunidades, sejam elas de origens negras ou não.

A escravidão no Brasil perdurou por mais de três séculos. Em diversas regiões do interior do país, contudo, mesmo a Lei Áurea não inibiu a continuidade de práticas escravistas a partir de novas configurações ao longo do século XX, mantendo assim os processos sociais do sistema escravocrata que diferenciavam os privilégios entre seres humanos (GOMES, 2006). Nessa perspectiva, enquanto um sistema fundamentado no uso da força e regido por

disparidades sociais descomunais, ele suscitou variados modos de resistência e conflito que confrontaram sua organização de forma direta. Quanto a isso, Moura (2001) afirma que o mais notável modo de enfrentamento ao sistema escravista no Brasil se manifestou por meio da organização de quilombos que, conforme este autor, se formavam onde quer que houvesse escravidão, estando então presentes em todo o território brasileiro.

Nessa conjuntura, os quilombos se associavam notoriamente à ideia de resistência ao paradigma de sociedade pautado na distinção e desigualdade, a partir do qual o padrão idealizado remetia ao modelo branco/livre em contraposição ao negro/escravo (BARROS, 2012). Desse modo, de uma forma geral, os remanescentes de quilombo contemporâneos, para além da luta por terras tradicionais e determinados tipos de políticas afirmativas acarretadas pela certificação de suas comunidades, empreendem um esforço moral a fim de que determinados fatos não caiam no esquecimento. Pelo contrário, o intuito é que tais acontecimentos sejam registrados enquanto patrimônios do grupo na memória pública do país, a partir da instituição de locais de memória ou ainda da inclusão destas memórias e tradições orais na história estudada nas escolas e universidades (MATTOS, 2006).

Nesse horizonte, a busca pela compreensão dessas comunidades remete ao conhecimento de seu presente, assim como de seu percurso histórico. Este, como já apontado, normalmente não está presente na maioria dos documentos escritos, expondo assim a necessidade de ser pesquisado com bases em outras fontes. Nesse sentido, a memória oral apresentou-se como uma oposição à ausência a que foram submetidas essas comunidades. Certamente, o fato de a memória oral se configurar como parte intrínseca da dimensão que forma essa própria realidade social, representada pelas comunidades negras, por si só já abaliza a necessidade de seu estudo referente à face associada à sociabilidade, o parentesco, a divisão social do trabalho, dentre outros elementos.

As orientações propiciadas pela Nova História Cultural possibilitaram a análise dos objetos de pesquisa, como o que aqui se discute, ao lançar mão da multiplicidade de fontes, métodos e abordagens que contemplam as dimensões que compõem o homem, dotado de memórias, histórias e sentimentos. Pensando na efetivação de uma história referente às trajetórias de indivíduos comuns, surge enquanto possibilidade para a pesquisa a utilização de elementos como a memória e a História oral. De certo, o uso da memória nos estudos históricos tem amadurecido nas últimas décadas, a partir de teorias e metodologias novas que oportunizaram novos rumos para a pesquisa na área (PESAVENTO, 2005). Notadamente, tal fato ocorre a partir da segunda metade do século XX, com as possibilidades ofertadas pela

História oral, haja vista que o relato oral proporciona uma visão especial dos acontecimentos por conter aspectos que ultrapassam os limites da narrativa simples, que visa a reconstituição do passado, viabilizando assim outras interpretações dos acontecimentos, por meio do olhar daqueles que os presenciaram (ALBERTI, 2004) e que, no caso das comunidades negras, foram silenciados, em sua maioria.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2006, p. 52), “a história oral possibilita o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado”. Nesta perspectiva, os estudos referentes às comunidades remanescentes de quilombo têm se utilizado de tal metodologia em prol da constituição de uma historiografia quilombola, por meio da recuperação de vestígios deste passado, usando a tradição oral e a memória. Em um contexto em que a parte majoritária dos escravos era analfabeta, e que mesmo após a abolição as condições educacionais se mantiveram desfavoráveis aos ex-cativos e seus descendentes, o modo principal de transmissão cultural foi baseado na oralidade.

Pensando na oralidade historicamente construída e situada, observamos que, numa sociedade na qual a cultura letrada exerce um papel hegemônico, articulada ao domínio da escrita, ainda temos refletido pouco sobre o papel da oralidade na constituição dos processos e dos sujeitos sociais. Estudos que se desenvolvem neste sentido têm se concentrado mais na dimensão oral e escrita, e no imbricamento e nas suas múltiplas interferências, do que na presença da oralidade nas práticas diárias das pessoas, no aprendizado, preservação ou transformação dos hábitos, na transmissão cotidiana e rotineira de costumes, tradições ou modo de trabalhar, etc., enfim, na constituição dos sujeitos sociais. (KHOHURY, 2001, p. 92)

Já no que diz respeito às fontes, por um considerável período esses indivíduos eram mencionados sobretudo em documentos de cunho policial, jornalístico e religioso. A partir destes registros, cristalizou-se uma visão externa às comunidades. Não obstante, as conjunturas acima descritas vêm se modificando a partir de novas metodologias e abordagens que têm possibilitado que a história destas comunidades seja realizada sob o ponto de vista interno.

Nesse panorama, entende-se que a tradição oral é pautada pela memória, e esta é constituída coletivamente em diálogo com o próprio modo de ser da cultura africana e afro-brasileira. Consoante o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga (2009), o ponto de vista sociológico ofertado por Maurice Halbwachs acerca da memória se apresenta como o mais plausível para o entendimento das tramas das identidades individual e coletiva dos grupos sociais, posto que o sociólogo francês entende a memória individual como

invariavelmente dependente de um grupo de referência, bem como do ambiente social a que está submetido (MUNANGA, 2009).

Maurice Halbwachs (1990) parte do pressuposto de que a memória não seria única, como se pensara anteriormente. Para ele, esta contém elementos coletivos e individuais, cujas análises deveriam ser diferentes e, sobretudo, compatibilizadas com suas peculiaridades. Sobre isso ele aponta ainda que:

Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que uma tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitimos que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e se o quisermos memórias coletivas. Em outros termos o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. (HALBAWACHS, 1990, p.53)

Tendo em vista o objetivo que quebrar o tradicional processo de invisibilização a que são submetidas várias das comunidades negras pelo país, a pesquisa original da qual esse trabalho deriva pretende trabalhar com a memória dos moradores da comunidade de Monte Alto partindo do pressuposto de que, como esclarece Mattos (2006), a memória coletiva se forma, nesse âmbito, como um agrupamento de referências históricas comuns, que proporciona a representação inventiva basal de fundação do território. A referida comunidade foi a primeira a ser reconhecida como remanescente de quilombo na cidade de Montes Claros, em outubro de 2017. Segundo relatório etnográfico apresentado para a certificação junto à Fundação dos Palmares, no século XX, quando a gripe espanhola se alastrou, vários escravos chegaram ao Norte de Minas, vindos da região de Gorutuba (que fica no extremo norte do estado, onde se localizavam muitas fazendas, que mesmo após a abolição, ainda mantinham os negros como cativos), fugindo pelos matos em busca de abrigo nas serras. Ainda conforme o laudo, feito a partir dos relatos dos moradores da comunidade, um grupo formado por oito ex-escravos, fugindo da perseguição de capangas que os seguiam dia e noite com cachorros, se fixaram nas serras próximas a uma região chamada Burarama, que hoje corresponde à cidade de Capitão Enéas.

A vinda desse grupo para Montes Claros consta como tendo sido em 1920, após conseguirem com o fazendeiro Manoel Souto a liberação de uma área em Furado Redondo. Plantavam milho, fava, abóbora, mandioca, algodão, mamona, pinhão bravo para fazer sabão e azeite. O milho era usado para fazer o famoso angu com fava, bolo de fubá com café de

fedegoso e rapadura, o algodão usavam para fazer suas próprias vestimentas, fabricando a linha com o fuso e a roda de fiar, tingindo com lama e cascas de árvores, e também para comercializar, assim como utensílios domésticos feitos de madeira (colher, pilão, gamela), brinquedos, violões, que eram vendidos ou trocados por aquilo que era necessário e eles não conseguiam produzir.

A comunidade se manteve bastante fechada, de modo que só na década de 1970 é que passaram a efetivar contatos sociais, a partir do contato de uma professora do Mobral. Posteriormente construíram a escola, em fins da década de 1980 a comunidade já contava com uma associação do local, e partir disso várias benfeitorias foram conquistadas. Anteriormente havia benzedadeiras, parteiras, e manifestações como danças de lundu, guaianá e festejos de fogueira. A prática de alguns dos artesanatos fabricados pelos primeiros integrantes ainda continua na comunidade, com os netos e bisnetos de seus fundadores. Atualmente, lá residem mais de 48 (quarenta e oito) famílias associadas, que plantam cana, milho, mandioca, fava e feijão e que, portanto, vêm sofrendo com os efeitos da seca prolongada que atinge a região, comprometendo suas principais fontes de renda.

Com o escopo de transgredir o silenciamento e produzir fontes que alarguem o arcabouço de registros documentais existentes, a pesquisa em questão será orientada pelas práticas da História Oral, embasando-se em sua legitimidade e singularidade, corroborando com Pollak (1992 p. 8) quando este afirma que “Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre a fonte escrita e a fonte oral”. Destarte, o alicerce teórico e metodológico que embasa a pesquisa em andamento parte do entendimento do uso da “narrativa da memória” enquanto contraventora das estruturas que invisibilizam as comunidades negras, pautando-se, obviamente, nos pressupostos éticos fundamentais para a garantia de que o oposto do desejado não se concretize.

Em verdade, ainda no que se refere à memória, há novamente a consonância com o exposto por Michael Pollak ao apontar que, sendo a memória seletiva, nem tudo fica gravado ou registrado (POLLAK, 1992, p. 200-212). Nesse sentido, para além dos aspectos subjetivos, como é ressaltado por Ecléa Bosi, a memória coletiva “se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (BOSI, 1994, p. 411).

A referida autora ainda alerta para o importante fato de que a memória não é acanhada somente pelo distanciamento dos suportes materiais. Antes disso, há um processo mais obscuro que acaba por sufocar a lembrança: a história oficial tradicionalista, que ainda teima em celebrar o êxito dos grandes vencedores em detrimento da mitigação dos oprimidos (BOSI, 1994, p. 19). Sobre esse aspecto, as memórias desses marginalizados, anteriormente relegados aos porões da história, dão luz às diversas experiências de remanescentes de quilombos outrora esquecidos. Há aqui, então, a concordância com o exposto por Le Goff, para quem “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (1992, p. 426).

Diante do exposto, os entendimentos aqui empregados se embasam ainda nos pressupostos de Pollak (1989, p.4), quando este ressalta que ao beneficiar a análise dos excluídos, assim como dos marginalizados e das minorias, a história oral enfatizou a importância de memórias subterrâneas que, como componente basilar das culturas dominadas, se contrapõem à “memória oficial”, que costumeiramente invisibiliza grupos minoritários, como o território negro em questão:

a despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas no silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5).

Partindo das afirmativas supracitadas, o desafio inicial imposto ao entendimento acerca das vivências destes grupos remete à apreensão, frente aos deslocamentos ocasionados pelos relatos ao longo do tempo, de seu mito de origem, a história simbólica da comunidade, aquela que será partilhada pelos membros da família e representará sua auto representação. É a partir disso que se forma uma memória pública, fruto de uma construção ideológica, que se formula de modo mais coesivo quando se apara as arestas daquilo que foge à narrativa linear, o que por sua vez não coloca em risco a sua legitimidade, posto que se edifica a partir das experiências.

Nessa conjuntura, crê-se que os direcionamentos teóricos ofertados pela história oral e memória subsidiarão de forma satisfatória o estudo da comunidade em questão, como vem sendo feito com tantas outras comunidades remanescentes de quilombo pelo país. Nesse sentido, há que se reconhecer o papel basilar desempenhado pelas pesquisas que partem da

oralidade, sobretudo nesses casos em que os sujeitos em questão por tanto tempo foram preteridos ou retratados de forma equívoca. Certamente, os produtos destes estudos ultrapassam os limites dos avanços acadêmicos, ao passo que permitem que mais um dos entraves impostos aos territórios negros seja paulatinamente suprimido, a invisibilidade. É com esse objetivo que se pretende conhecer a comunidade de Monte Alto, e de forma indireta uma parte ainda velada da história de Montes Claros/MG.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. **A Construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história oral. **Projeto História**, São Paulo, n.22, Junho de 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas/SP: Ed. Da UNICAMP, 1992.
- MATTOS, Hebe Maria. Terras de quilombos: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho Livre, Trabalho Escravo**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

ST 11
Diálogos entre a História e a
Comunicação Social

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

História e Memória na sociedade: análise em distopias do cinema infanto-juvenil

Anna Beatrice da Costa Dalcerro Raeder da Rocha

Licenciatura em História

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

beadalcerro@gmail.com

Resumo: O mundo moderno é marcado pelas indústrias culturais, e muito da formação dos conhecimentos populares é influenciado pelas mesmas. Os diversos filmes, músicas, novelas, livros de ficção, animes, entre outras, passam suas mensagens para um público cada vez maior, de forma que a mídia possui um controle enorme sobre o que as massas entendem acerca de inúmeros assuntos, incluindo históricos. Um gênero cinematográfico que veio crescendo sua popularidade é o das distopias infanto-juvenis, o qual é marcado por um público em que grande parte ainda está na sua formação escolar. Entretanto, mesmo não sendo filmes históricos, estes acabam abordando diversos fatores importantes para o historiador, como relações de poder, guerras, desigualdades e até conceitos fundamentais como História, memória e passado. Sendo assim, este artigo irá apresentar uma análise acerca de como são retratados os conceitos de História e Memória em duas distopias infanto-juvenis contemporâneas: O Doador de Memórias (2014) e a saga Jogos Vorazes (2012, 2013, 2014 e 2015).

Palavras-chave: História, Distopias, Conhecimento.

Introdução

O Cinema sempre foi visto além de uma forma de entretenimento como uma forma de aprendizado, por conectar imagens e textos faz sua mensagem ter uma fácil assimilação. Com o crescente consumo dessa indústria cultural e conseqüentemente a crescente produção, podemos pensar acerca de como esse consumo vem ajudando a construir aprendizados na grande quantidade de pessoas as quais consomem essa indústria.

Já os conceitos da ciência Histórica são comumente associados a algo que fica restrito aos muros das Universidades e que não aparecem na vida cotidiana, assim sendo o oposto da Indústria Cultural, que é consumida por todos os públicos e em grande quantidade. Assim, começo a me questionar se estes conceitos não podem acabar aparecendo nessas Indústrias, unindo deste modo o consumo de massa com conhecimento histórico.

Logo, nesse artigo, pretendo rapidamente fazer uma análise acerca de como o Cinema influencia os conhecimentos na sociedade, pensando nas diferentes formas de aprender para além dos conhecimentos escolares, pois é preciso lembrar que a sétima arte é consumida por públicos de todas as idades assim sendo uma construção de um aprendizado às vezes muito

distante das escolas. Para isso, decidi analisar os filmes da saga *Jogos Vorazes* e *O Doador de Memórias* e como aparecem conceitos de História e Memória da historiografia neles sem aparecer como um conceito historiográfico. Os filmes foram escolhidos por serem filmes que tiveram grande visibilidade e estarem num gênero cinematográfico com grande crescimento do consumo nos dias atuais a qual o público em grande maioria é jovem, que assim estão ainda nas escolas tendo acesso aos conhecimentos históricos escolares, podendo assim haver uma contribuição para a formação dos mesmos, caso haja um diálogo entre o professor e os conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola, nesse caso por meio das comunicações sociais.

O Cinema, produção de conhecimentos e a Ciência Histórica

Após a Revolução Científica Tecnológica de 1870 houve uma explosão de novas tecnologias, e estas passaram a fazer parte do cotidiano popular, tais como rádio, TV, e até o transporte, como trens e carros. Segundo Nicolau Sevcenko (2001) as inovações tecnológicas alteraram as estruturas econômicas, sociais e políticas, mudando a condição de vida das pessoas e suas rotinas, assim alterando seus comportamentos. Com essas mudanças tecnológicas permitiu o que depois se denominou de “revolução do entretenimento”, o que para Sevcenko redefiniu os padrões culturais das sociedades urbanas do século XX.

Acerca disso, o cinema está relacionado com essas mudanças tecnológicas e artísticas que ocorreram no século XX. Foi inventado em 1894, tinha destinação de proporcionar entretenimento para o maior número de pessoas por um preço pequeno, como afirma Sevcenko. Os filmes então exibiam a realidade “servindo para suprir o desejo humano de guardar fatos de um determinado tempo.” (CHRISTOFOLI, 2010, p.25). O cinema foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, se tornando uma das grandes expressões culturais contemporâneas e uma parte essencial da indústria cultural.

No Brasil o cinema chegou em 8 de julho de 1896, e desde então seu consumo só cresceu, segundo pesquisas¹ em 2018 com uma média de 181 milhões de telespectadores no ano de 2017. Hoje com a internet, o consumo de filmes não se limita apenas às salas de cinema, outras formas de consumir essa indústria cultural são plataformas como a Netflix, que

¹Disponível:<https://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticiashistoricas/2018/04/13/noticiasnoticiashistoricas,3681286/numero-de-brasileiros-que-vaao-cinema-cresceu-mais-de-60.shtml> <último acesso em 13/03/2019>.

em 2017 já possuía uma clientela de mais de 6 milhões de assinantes, chegando a dobrar a quantidade do ano 2016 para 2017², assim demonstrando a força do consumo dessa indústria.

Um dos gêneros que tem crescido muito na cinematografia é o das distopias, em 2016 marcou 500 anos do lançamento do livro *Utopia* de Thomas More e a distopia marca exatamente o contrário de Utopia, é o imaginário de um mundo futuro não marcado pela criação da sociedade perfeita e sim pela atmosfera opressiva, em uma sociedade autoritária com o Estado repressivo. A indústria cultural tem se apropriado desse interesse por distopias e produzidos produtos para esse público, em filmes como *O Planeta dos Macacos*, de Franklin J. Schaffner (1968), *Jogos Vorazes*, de Francis Lawrence e Gary Ross (2012), *O Doador de Memórias* de Phillip Noyce (2014) e *A Chegada*, de Denis Villeneuve (2016). Nas séries há os exemplos de *Black Mirror* (2011), *The Handmaid's tale* (2017) e a brasileira *3%* (2016). Segundo Perlatto (2017) essas produções nas diferentes matrizes atuam quase como “diagnósticos de época” ao representarem o mundo rumo ao caos.

É preciso compreender a relação dessas mídias e a sociedade contemporânea, ou melhor como essas mídias alteram, contribuem ou até modificam a percepção humana acerca de certas coisas. Toda essa indústria cultural então estão atirando informações o tempo todo no seu público consumidor, e segundo Huysen (2000, p. 36) “as novas tecnologias de transporte e comunicação sempre transformaram a percepção humana na modernidade”. Ou seja, a sobrecarga informacional é absorvida, e assim as mídias têm condição de serem produtoras de sentidos sociais (SOUZA & LEÃO, 2016). Pensando também nessa importância acerca da produção de conhecimento vale lembrar que um dos teóricos mais importantes da educação Lev Vygostky já ressaltara a importância do meio e da vivência no processo de aprendizado, ele afirma que para a criação de sentido o aluno então buscaria alguma coisa que ele já conhece; Para Vygotsky “o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia” (Vygotsky, 2000, p. 210).

No caso específico do cinema, a junção de imagens, narrativas, falas e todo adorno pode contribuir para além da forma de lazer e lucro para indústria cinematográfica, podendo contribuir nas reflexões e disseminação de conhecimento, e como afirma Ribeiro (2010) contribui no processo ensino-aprendizado devido a facilidade de compreensão das informações diferente do método didático-expositivo que permanece nas salas de aula. Assim

² Disponível em <https://canaltech.com.br/entretenimento/base-de-usuarios-da-netflix-no-brasil-dobra-em-um-ano-empresa-planeja-expansao-89080/> <último acesso em 13/03/2019>.

compreende-se que o cinema pode ser uma ferramenta possível para acessar diversos conhecimentos, estes que ultrapassam as barreiras escolares sendo uma soma de materiais de forma universal, contribuindo para criação de um imaginário social³ acerca de certas coisas pela sociedade.

Destarte o cinema é possível de ser usada muito bem como uma ferramenta didática em sala de aula, caso haja a infraestrutura necessária na escola, podendo haver como Barcelos (2009) afirma diálogo entre a dualidade do cinema e os outros saberes. Entretanto a sétima arte é consumida principalmente fora das salas de aula, fora de um espaço escolar e pelo mais diverso público de contextos sociais diferentes, e esse consumo é o que muitas vezes forma a visão dos espectadores acerca de algo, e isso não é diferente acerca do conhecimento histórico. Muito se compreende acerca de um período, ou de um acontecimento no imaginário social é pelas mídias, seja por novelas como “Novo Mundo” (2017)⁴, “Xica da Silva” (1996-1997)⁵, entre outras, ou como o caso que estamos abordando o cinema como “12 anos de escravidão” (2014)⁶, “O ano que meus pais saíram de casa” (2006)⁷, entre outros, o que interessa é o fator de se entender e internalizar um acontecimento histórico, ou um conceito histórico através dessa indústria cultural, que ao abordar esses assuntos pode ou não ter um Historiador do lado para dar o suporte necessário.

Esse conhecimento Histórico fora das escolas e Universidade é o que se conhece como História Pública, onde o conhecimento histórico escapa dos “muros de marfim” e contribui para a sociedade. Assim pode-se pensar que a História e seus conceitos estão cada vez mais presentes na sociedade, e conseqüentemente, nas indústrias culturais que vendem esses conhecimentos para uma massa cada vez maior precisando assim analisar a função social dos historiadores, da produção dessas obras e de como esses conhecimentos estão chegando para sociedade (e o que ela está fazendo com estes).

Na Historiografia há muitos debates acerca dos seus conceitos, como o que é História, a importância da Memória, a diferença entre História e Memória, a relação destas com o poder, os Esquecimentos, criação de símbolos e significados, entre outras coisas. Muitas vezes acredita-se que esses conceitos acabam ficando restritos aos muros das universidades não chegando à população de alguma maneira, de forma a não aparecer nos livros didáticos e

³ “Por imaginários, entendemos o conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social.” (COELHO, 1997, p. 212).

⁴ Novela da Rede Globo que aborda a vida de Dom Pedro I no Brasil e a Independência.

⁵ Novela da hoje extinta TV Manchete que aborda a vida da escrava Chica da Silva.

⁶ Filme do diretor Steve McQueen que aborda a escravidão americana.

⁷ Filme do diretor Cao Hamburger que aborda a ditadura no Brasil.

muito menos em outras formas de conhecimento, a não ser a Universidade. Pode-se acreditar que a História Pública é apenas a História fatural, aparecendo para a sociedade só como contos de uma época distante, porém acredito que as indústrias culturais apresentam também os conceitos da ciência Histórica mais do que se pode imaginar de primeira. Para pensar acerca disso, irei analisar as duas distopias cinematográficas infanto-juvenis *Jogos Vorazes* e *O Doador de Memórias*.

Jogos vorazes

A saga de filmes distópicos *Jogos Vorazes* com o diretor Francis Lawrence e depois Gary Ross, estreou nos cinemas no ano de 2012 e suas sequências *Jogos Vorazes: Em Chamas*, *Jogos Vorazes: A Esperança Parte 1* e *Jogos Vorazes: A Esperança Parte 2* em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Os filmes foram baseados na trilogia literária de mesmo nome, escrita por Suzanne Collins, com a única diferença do último não ser dividido em duas partes, os livros já passaram a marca de 50 milhões de unidades vendidas mundialmente, e só no Brasil foi mais de meio milhão. Os filmes foram um enorme fenômeno, só o primeiro filme lucrou cerca 884% do seu investimento inicial, tendo cerca de 1,9 milhões de espectadores nos cinemas brasileiros (STREHL, 2014). Os filmes tiveram como público-alvo jovens, assim a maioria ainda frequentava a escola e tinha contato com o saber histórico escolar.

A história de *Jogos Vorazes* é sobre uma sociedade em um futuro pós-apocalíptico, onde o país ditatorial Panem a qual dividido em 12 distritos e uma capital. A capital tem toda sua força autoritária assim explora os outros 12 distritos. O foco principal da história é acerca dos *Jogos Vorazes*, que seriam um *reality* show o qual 24 jovens (dois de cada distrito) entre 12 e 18 anos tem que lutar em uma arena até apenas um sobreviver. A história aborda questões acerca de ditadura, revolução, sociedade do espetáculo, entre outros.

Uma questão pouco abordada nos artigos acerca da obra é a questão de como aparece conceitos da historiografia de forma simples e discreta, mas que tem uma contribuição essencial na história, e pensando que o público-alvo são jovens estes conceitos podem acabar sendo apropriados pelos espectadores e assim contribuir nos seus conhecimentos sobre os mesmos.

O primeiro filme já começa com uma tela preta narrando a história dos “Dias Escuros” explicando a criação dos *Jogos Vorazes*, usando frases como “veio de um momento doloroso da nossa história”, “lembrança da rebelião, o preço que os distritos tinham que pagar, hoje nos

mantém unidos”. O filme segue então apresentando a personagem principal, Katniss Everdeen, e sua história no distrito 12.

Logo no início apresenta a colheita⁸ e novamente apresenta-se o discurso da História dos Jogos Vorazes, logo de Panem, dessa vez em um vídeo enviado pela Capital que todo ano deve ser visto antes do sorteio. O vídeo apresenta quão negativo foi a revolta a ponto de ter que destruir o 13º distrito para a paz voltar, graças a Capital, usando frases como “liberdade tem seu preço”, “traidores seriam lembrados do seu erro pelos Jogos”, “o vitorioso seria uma lembrança da generosidade e clemência da Capital” e “assim lembramos nosso passado, assim que guardamos nosso futuro”. Após essa cena é apresentado o sorteio o qual a protagonista se oferece para os Jogos para poder salvar sua irmã mais nova que havia sido sorteada, e então acontece uma cena muito importante onde todos do distrito ao invés de aplaudir como é o costume, fazem um sinal com três dedos levantados, que deixa todos da Capital sem saber reagir. O filme continua, mas o fato importante para nossa discussão é que quebram-se as regras do jogo e dois tributos⁹ vencem os jogos desta edição, criando um agravo contra a Capital e todo seu regime tirânico.

No segundo filme narra sobre a vida da Katniss após os jogos e tentando lidar com o fato de ser um símbolo da revolução, para nossa discussão o filme traz dois pontos importantes, os momentos que a protagonista tenta acalmar a revolta dos distritos e faz discursos enaltecendo a Capital e a história de Panem, enquanto isso o Estado está aumentando a repressão contra os distritos. E o segundo momento importante é a resposta que os distritos dão para esses comportamentos, quando símbolos proibidos (como os três dedos levantados do primeiro filme) e canções proibidas são utilizadas como uma forma de unir o povo contra a opressão da Capital. A Capital então decide matar Katniss para abafar o símbolo principal da revolução (após ela não dar conta com seus discursos de abafar as agitações dos distritos), levando ela para mais um Jogos Vorazes de uma edição especial comemorando os 75º Jogos Vorazes. O filme termina com a Katniss sendo resgatada da arena após explodir a mesma, e descobrindo que a Capital bombardeou o seu distrito.

Os últimos dois filmes contam sobre a revolução que os Distritos fazem contra a Capital. No primeiro a Katniss descobre que na verdade o Distrito 13 não foi destruído e sim foi contada essa história após um acordo entre Capital e Distrito 13 onde o Distrito ficaria

⁸ Momento o qual todos os jovens entre 12 a 18 anos se reúnem na praça principal do seu distrito para ver o sorteio, uma menina e um menino, para lutar nos Jogos Vorazes.

⁹ Jovem que está participando dos Jogos Vorazes.

livre da Capital, mas teria que sobreviver por si só e a Capital se mostraria como vitoriosa e continuaria governando. Este primeiro filme tem dois pontos fundamentais, primeiro a nova versão da História, contrariando o que sempre foi contado pela Capital vem o Distrito 13 e mostra outra coisa, e a transformação da Katniss em um símbolo da revolução, mostrando a construção de símbolos e heróis, com falas e roupas feitas para incentivar a revolução.

No último filme conta o desfecho da História de Katniss, onde a guerra está acontecendo, onde para união dos Distritos há o uso de vários símbolos destes e há muito o uso de expressões como nova era, fim da opressão e “fizemos história”, querendo reforçar a mudança. O filme termina com a Katniss falando sobre como estão vivendo um momento de paz após o fim da guerra, mas com a falta de memória é capaz de acabar repetindo os erros.

O doador de memórias

O filme O Doador de Memórias, também é uma distopia inspirada em um livro de mesmo nome, o filme foi dirigido Phillip Noyce e foi lançado no ano de 2014. O livro já teve mais 11 milhões de cópias vendidas segundo o site da Amazon¹⁰. O filme não teve números tão expressivos se comparado com a saga Jogos Vorazes, mas mesmo assim teve uma bilheteria de 66,9 milhões de dólares mundialmente¹¹.

O filme se passa em uma sociedade futurística a qual a igualdade é o princípio máximo da mesma. Todos estão inseridos numa sociedade extremamente autoritária a qual regula tudo, desde comida, roupas, profissão e até qual será sua família. O filme começa de forma semelhante ao primeiro de Jogos Vorazes, com uma tela preta a qual narra a História pela qual a Comunidade foi criada e segue com falas como “das ruínas foram construídas cidades, todas as memórias do passado foram apagadas”. Então segue para narrar a vida do protagonista, Jonas, e como ele vive nessa sociedade.

A história ganha força quando chega o dia do Jonas, e todos da sua idade, serem designados para uma profissão e o protagonista recebe a função de Recebedor de Memórias, uma profissão rara a qual só existe um, o Recebedor antigo, conforme uma nova pessoa é designada para Recebedor, se torna o Doador de Memórias. Esses seriam os únicos com acesso a história da humanidade e seriam conselheiros daqueles que governam. Quando Jonas chega para ter suas aulas de iniciação na sua função ele encontra o Doador e passa a receber

¹⁰ Disponível em <https://www.amazon.com.br/doador-mem%C3%B3rias-Lois-Lowry/dp/8580412994> <último acesso em 1 de março de 2019>.

¹¹ Disponível em <https://www.papodecinema.com.br/filmes/o-doador-de-memorias/curiosidades/> <último acesso em 1 de março de 2019>.

toda essas memórias, desde as coisas boas como felicidade, sensações, amor até coisas ruins como guerra e caça, todas essas coisas são reprimidas para o resto da sociedade.

No filme conforme o protagonista vai tendo mais acesso as memórias passa a ver as cores que até então enxergava em preto e branco. Durante esse acesso a História o protagonista chega a perguntar “o que tem em tão perigoso nessa memória de trenó?” (uma memória simples e feliz), assim passando a questionar o sistema, e a falta de Memória que faz com que ninguém possa se rebelar. Jonas ao longo do filme decide que iria romper com o sistema e liberar a sociedade daquela repressão, para isto ele decide passar pela “fronteira da memória” e assim que ele o faz (conforme todas as autoridades vão atrás dele e tentam acabar com ele) todos recebem a memória que estava guardada, assim acabando com o Estado que se formou em cima do esquecimento.

Conceitos historiográficos e os filmes

Assim pode-se analisar alguns conceitos da historiografia e estes não ficaram restritos as Universidades e sim estão em produtos da indústria cultural muito populares. O objetivo aqui não é entrar na discussão historiográfica acerca dos conceitos e sim apresentar de forma rasa e mostrar como estes aparecem.

O primeiro conceito que se pode observar é a questão da História Oficial, a qual aparece nos dois filmes. Segundo Hobsbawn (1998, p. 18) “a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas”, ou seja, para a formação de uma nação é necessário esse discurso oficial nacional, conhecido como a História Oficial, assim a História tida como verdadeira é influenciada por quem está no poder. Walter Benjamin (1987) chama essa História Oficial de História dos vencedores, e afirma que costuma ser lida como o passado verdadeiro usando argumentos políticos e ditando os “fatos históricos”. Esse conceito pode ser visto nos dois filmes como a História contada pelos governos, que eram ditas como verdadeiras e assim justificavam seus autoritarismos, usando o discurso constantemente e se baseando nestes como a verdade absoluta.

Um conceito que vem de frente com esse da História Oficial é o da Memória, nesse caso em específico as Memórias Subalternas, para Selligman-Silva (2003, p. 67) “a memória existe no plural”, portanto, no campo social se dá constantemente o embate entre diferentes leituras do passado e as diferentes formas de “enquadrá-lo”, assim a História Oficial não dá conta de abarcar todas as versões do passado, assim os “vencidos” tem uma versão diferente daquela Oficial, é importante também pensar que essa memória está em um contexto social

assim como afirma Roussou (2006, p. 94) “a memória, (...) é um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva”. Assim ela é uma memória coletiva, pois não é só a lembrança de um indivíduo e este não tem o controle individualmente do resgate do passado, mas sim o coletivo pensando acerca de um contexto histórico, como explicitou Halbwachs (2006). Essa questão podemos ver nos filmes da saga Jogos Vorazes com as outras versões da História vistas pelos Distritos que não era igual Oficial, sendo representadas por símbolos contra a capital como, por exemplo, com música proibidas pois contavam outra versão, e claro a versão do Distrito 13.

Um terceiro conceito é o do esquecimento, para Ricoeur (2000) a memória é o contrário do esquecimento, as quais se complementam. Quando há o apagamento/esquecimento de uma memória coletiva a sua visão da História se perde, e este coletivo acaba perdendo sua identidade coletiva, não podendo assim divulgar ou contrapor a História que lhes contam, a História Oficial, estando assim nas mãos do governo e no que ele irá dizer para você. No filme O Doador de Memórias podemos notar esse conceito, quando toda a sociedade não há acesso a memória o governo conta sua versão e esta é aceita, sendo uma forma de controle e reprodução do sistema opressor, sem possibilidade de revolta.

O último conceito que me saltou aos olhos foi o da produção de símbolos que aparece no 3º filme de Jogos Vorazes. Eric Hobsbawn no seu livro a Invenção das Tradições, explicita sobre o fato da maioria das tradições são inventadas para dar um sentido a alguma coisa coletiva, assim costumes quando repetidos várias vezes vão sendo aceitos e ganhando um sentido social para sociedade em que está inserido. Esse conceito pode-se ser visto quando há a tentativa de transformar a protagonista da saga em um símbolo da resistência, assim evocando memórias coletivas que não estavam inseridas na História Oficial, dando um sentido para elas e repetindo para o social, no filme sendo com falas da protagonista, ou símbolos como o tordo, ou canções proibidas ou até a tentativa de criar uma imagem para a protagonista que incentivasse o povo a entrar na luta.

Conclusão

Em suma, é preciso ressaltar algumas coisas, primeiro é que ainda é necessário muitos estudos acerca dessa conexão entre conceitos historiográficos e comunicação social. A indústria cultural e a ciência Histórica têm muito a contribuir se estudadas suas influências e o impacto das mesmas em conjunto na sociedade.

É necessária ressaltar também que apenas com o cinema pode-se ter todo o conhecimento histórico assim desmerecendo o conhecimento Histórico escolar, não é esse o caso, é de suma importância um diálogo entre os mesmos, já que na maioria das vezes o conhecimento histórico não-escolar o aluno vai absorver o conhecimento mas não vai saber que aprendeu, ou sequer perceber o conhecimento ali, assim por meio da mediação do professor pode-se evocar o conhecimento que o aluno já detém mas ainda não percebeu, o que Vygotsky chama de Zona de Desenvolvimento Proximal. Assim, como o teórico mencionado fala é preciso haver um diálogo entre professor x aluno, fazendo um paralelo entre conhecimento não-científico com o conhecimento científico.

Além disso, pode-se perceber a existência da presença de conceitos fundamentais da historiografia fora das Universidades, sendo uma forma de aprender esses conhecimentos. Assim a indústria cultural como uma fonte de divulgação e de cada vez mais fácil acesso, onde as pessoas consomem a 7ª arte de forma cada vez mais abundante.

Assim nesse artigo foi demonstrado como foi apresentado conceitos de História e Memória nas duas obras, mas ainda há muito mais o que abordar questões como democracia, autoritarismo, presentismo, revolução e diversos outros, estão cada vez mais presentes nas indústrias culturais e sendo cada vez mais consumidos, assim é preciso haver uma reflexão por parte da Historiografia acerca de como estes conhecimentos estão sendo representados, como estão sendo consumidos, como isso influencia a sociedade e como influencia o conhecimento Histórico.

Title: History and Memory in society: analysis of young-adult dystopia's movie

Abstract: The modern world is marked by cultural industry, and a lot of creation of popular knowledge is influenced by that industry. The several movies, music, novel, books, anime, among another, send their messages to their public which are every day bigger, this way the media has a giant control of what the people know about several subjects, including history knowledges. A cinematography genre that has been growing your popularity is the young-adult dystopias, which is marked by a public the majority still in school. Although, even this movies aren't Historic Movies, they still approaching several important concepts for Historian, as power relation, wars, social differences, even the fundamental ones, as History, memory and past. Thus, this article will introduce one analysis about how is represented the concept of History and Memory in two modern young-adult dystopia's movies: The Giver (2014) and The Hunger Games Series (2012, 2013, 2014 and 2015).

Key words: History, Dystopia, Knowledge.

Referências Bibliográficas

- A ESPERANÇA:** parte 1. Direção de Francis Lawrence. Estados Unidos: Color Force, 2014. (125 min.), 1 DVD, son., color.
- A ESPERANÇA:** parte 2. Direção de Francis Lawrence. Estados Unidos: Color Force, 2015. (113 min.), 1 DVD, son., color.
- BARCELOS, Patrícia. Cinema: temas contemporâneos - Imagens e sons: a construção de uma linguagem. **Cinema e educação:** um espaço em aberto. Publicação do Ministério da Educação, ano XIX, n. 4, p. 27- 37, maio de 2009.
- BARRETO FILHO, Mello. **Anchieta e Getúlio Vargas.** Rio de Janeiro: DIP, 1941.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHRISTOFOLI, Eduardo Pires. Um panorama tecnológico do cinema. In: **Transformações tecnológicas no cinema contemporâneo:** um estudo sobre a primeira década do século XXI. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/2210>. Acesso em: 26/02/2019.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- EM CHAMAS.** Direção de Francis Lawrence. Estados Unidos: Color Force, 2013. (146 min.), 1 DVD, son., color.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JOGOS vorazes.** Direção de Gary Ross. Estados Unidos: Color Force, 2012. (145 min.), 1 DVD, son., color.
- MOELLMANN, Adriana. Cinema: Educação e Ideologia – o foco na metáfora: as imagens do cinema. **Cinema e Educação:** um espaço em aberto. Publicação do Ministério da Educação, ano XIX, n. 4, p. 19-26, maio de 2009.
- O DOADOR de memórias.** Direção de Phillip Noyce. Estados Unidos: Waden Media, 2014. (89 min.), 1 DVD, son., color.
- PERLATTO, Fernando. Ficções e distopias políticas no tempo presente: antídotos reflexivos contra o caráter gradativo do mal. **Revista Online Escuta** - Revista Política e Cultural.

Dezembro de 2017. Disponível em <https://revistaescuta.wordpress.com/2017/12/12/ficcoes-e-distopias-politicas-no-tempo-presente-antidotos-reflexivos-contr-o-carater-gradativo-do-mal/> <último acesso em: 06 de março de 2019>.

RIBEIRO, Bruno Chapadeiro. Cine Capsia: A linguagem cinematográfica como associação livre. In: ALVES, Giovanni & MACEDO, Felipe. (Org.). **Cineclube, cinema e educação**. Londrina: Praxis, 2010, v.1, p. 195-207.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Márcio Seligmann (Org.). Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: **História, memória, literatura: o Testemunho na era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SOUSA, Cirlene Cristina de; LEÃO, Geraldo Magela Pereira Leão. Ser Jovem e Ser Aluno: Entre a escola e o Facebook. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.41, n. 1, p. 279-302, jan./mar. 2016.

STREHL, Jerônimo. **A obra jogos vorazes: o consumo ressignificado da estética nazista**. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo (ENEC), 2014, Rio de Janeiro. Anais do VII ENEC, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 6. ed. SP: Martins Fontes, 2000.

Perfil e produção discursiva do periódico sanjoanense “O Resistente” (1895-1898)

Arthur Marinho Silva Vargas
Graduando em História (Bacharelado)
Universidade Federal de São João del-Rei
arthurmsvargas@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo delinear o perfil e a produção discursiva do *Resistente*, periódico fundado na cidade de São João del-Rei por Severiano Nunes Cardoso de Rezende e Carlos Sanzio de Avellar Botelho, sendo o último, posteriormente, sua peça-chave, na figura de redator e diretor. Embora tenha sido veiculado entre 1895 e 1906, nossa análise se concentrará nos quatro primeiros anos de sua existência, por coincidir tal recorte com uma pesquisa maior do qual esta faz parte. Almeja-se demonstrar as mudanças identificadas no pensamento dos responsáveis pela folha, visto que no Império se apresentavam como dedicados monarquistas, para na República procurarem serem lidos como entusiastas da nova ordem. Para a realização de tal intento, faz-se necessário discutir a autoimagem do periódico, suas leituras do passado, suas análises do momento, seus contatos com outros órgãos de imprensa, sua difusão, bem como suas preferências políticas, examinando-se até que ponto adotavam o ideário e a práxis daquilo que visavam representar, notadamente o Jacobinismo, movimento que dera o tom dos acalorados debates públicos nos tempos iniciais do regime instalado em 1889.

Palavras-chave: Periódico, Imprensa, São João del-Rei.

Introdução

O presente trabalho, parte de uma pesquisa maior acerca das representações conferidas pelo impresso aqui tratado sobre a Guerra de Canudos, tem por objetivo delinear o perfil editorial do periódico sanjoanense *O Resistente*, publicado originalmente entre 1895 e 1896, compreendendo nosso recorte os anos de 1895 a 1898. Pretendemos identificar seus responsáveis, suas filiações políticas e ideológicas, suas leituras e difusão, de forma a entender como essas variáveis influíram na construção do perfil da folha por nós tratada. É importante salientar que o periodismo “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2006, p. 139).

Para compreender como se deu essa elaboração de falas e ideias, vamos nos amparar no conceito de “representação”, defendido por Roger Chartier. O intelectual francês aponta que a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Sendo nossa intenção apreender o pensamento difundido pelo

Resistente e a maneira como ele foi retransmitido aos leitores, usaremos da “representação” para analisar as maneiras pelas quais isso se deu. De fato, as representações do mundo social são determinadas pelos interesses do grupo pelo qual foram criadas; daí decorre a importância de se averiguar tanto os discursos quanto o meio daqueles que o fomentaram (CHARTIER, 1990, p. 17).

O perfil do *Resistente*

O *Resistente* teve o seu primeiro número, hoje perdido, publicado em Maio de 1895. Era, nesse início, um periódico semanal, de pequeno tamanho, com duas novas edições saindo por semana, ostentava no cabeçalho o título de “Folha Popular e Política”, na qual escreviam “colaboradores diversos”¹. Sua origem está em outros impressos publicados anteriormente em São João del-Rei. O primeiro deles é o *Aurato de Minas* (1877-1889), órgão do Partido Conservador local², monarquista³ e pró-católico, comandado por Severiano Nunes Cardoso de Rezende (1847-1920). Outro é *A Verdade Política*, de Carlos Sanzio de Avellar Botelho (1864-1911), também monarquista, mas defendendo uma facção do Partido Liberal da cidade⁴.

Com a chegada da República os dois periódicos encerram a publicação. Sanzio e Severiano se unem, então, para criar, em 1890, *A Renascença*, do qual nada nos restou. De acordo com outros periódicos⁵, é provável que já nessa época os dois jornalistas se apresentassem como defensores do novo regime, numa tentativa de sobrevivência política, bem-sucedida. É nesse ano também que Sanzio se casa com a filha de Severiano, Alice, selando, talvez, um compromisso político entre os dois⁶.

Em 1894 fundam tanto o Partido Republicano Constitucional de São João del-Rei⁷¹⁰, quanto encerram a publicação da nova folha. No ano seguinte começam a rodar o *Resistente*. Os dois figuravam na direção e redação, até a saída de Severiano, em meados de 1896. Outros nomes conhecidos envolvidos eram João Ignácio Coelho Júnior, gerente, representante comercial da folha e ocasional tipógrafo, Carlos de Araújo Padilha, paginador e Alfredo Sanzio, cujo papel profissional é desconhecido. Alfredo, Carlos Sanzio e João Ignácio tinham

¹ **O Resistente**, São João del-Rei, ano I, n. 6, 29 de Maio de 1895.

² Cf. AMARAL, 2008, p. 37.

³ Ibid, p. 40-41.

⁴ Ibid, p. 109.

⁵ **Minas Geraes**, Ouro Preto, ano III, n. 75, 19 de Março de 1894.

⁶ **A Ordem**, Ouro Preto, ano II, n. 85, 20 de Dezembro de 1890.

⁷ **O Estado de Minas Geraes**, Ouro Preto, ano V, n. 288, 25 de Abril de 1894.

negócios na *Sanzio, Coelho & C.*, sociedade responsável pela impressão e publicação do *Resistente*, até 1898, quando a folha ficou totalmente a cargo de Carlos Sanzio⁸.

O periódico surgiu como representante da facção de Sanzio e Severiano no PRC num contexto de eleições para vereador e Agente Executivo Municipal, pleito no qual Rezende, o candidato, fora derrotado. Na oposição, entre mudanças no formato e na periodicidade de publicações, sustentava polêmicas frequentes com adversários políticos. Após uma série de desavenças com outras figuras públicas locais, bem como por motivos relacionados à carreira parlamentar de Rezende, o periódico cessou a publicação por um breve tempo, retornando, em Novembro de 1896, agora unicamente sob o mando de Sanzio, com um novo programa. “A política e as lutas partidárias locais”, desde então, “são de vez banidas do programa do *Resistente*”⁹. Aparecia também um outro título no cabeçalho, ressaltando o novo momento da publicação, “Órgão do comércio, da indústria e da lavoura”¹⁰. A partir daí, a folha se colocava no campo da neutralidade, afirmando que a imprensa do tipo, “isenta de qualquer compromisso, desobrigada e livre”, poderia, com muito maior acuro, fazer uma análise desinteressada dos problemas que lhe ocupam, em “orientar e formar a opinião pública”¹¹.

A autoimagem do jornalismo como instituição neutra e a sua colocação enquanto elemento ordenador e regulador da sociedade são aspectos do periodismo de fins de séculos tratados por Marialva Barbosa (2010, p. 117) em sua preciosa história cultural da imprensa brasileira. A busca por uma análise isenta, neutra, imparcial e verídica da realidade é um padrão encontrado nos periódicos do Rio de Janeiro desde os anos 1880 e é de se crer que, com a mesma rapidez com saíam os jornais diários da Capital dos prelos, tal ideário se disseminou pela imprensa interiorana do Brasil, acolhida e reproduzida com orgulho pelo *Resistente*, em São João del-Rei.

Os responsáveis pela publicação se viam imbuídos da missão de ordenamento da sociedade, de luta contra as trevas, a barbárie e a ignorância, sempre no campo do progresso¹². O *Resistente* estava em plena consonância com a proposta civilizatória apregoada pelos homens de imprensa desse *fin de siècle*, na qual estes, dotados das credenciais propiciadas por sua própria profissão, vinham em reforço ao projeto modernizador dos grupos dominantes. Como nota Goodwin Jr., “assumindo os papéis de conselheira das elites, guia da opinião

⁸ *O Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 125, 20 de Janeiro de 1898.

⁹ *O Resistente*, São João del-Rei, ano II, n. 64, 12 de Novembro de 1896.

¹⁰ *O Resistente*, São João del-Rei, ano II, n. 64, 12 de Novembro de 1896.

¹¹ *O Resistente*, São João del-Rei, ano II, n. 75, 28 de Janeiro de 1897.

¹² *O Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 116, 11 de Novembro de 1897

pública e educadora das classes populares, a imprensa desempenharia uma de suas funções mais importantes: a tentativa de construir uma cosmovisão hegemônica” (GOODWIN JR., 2015, p. 112).

O *Resistente* tinha sua área de difusão pela região de São João del-Rei e municípios vizinhos, como Barbacena, Tiradentes, Ibertioga e Bom Sucesso. Chegava ao Oeste do estado, em Cláudio e Formiga, por exemplo, bem como na Zona da Mata, com leitores e anunciantes em Juiz de Fora e Bicas. Na região central, tinha seus assinantes em municípios como Ouro Preto, Sabará e Belo Horizonte. Já as permutas demonstram que era o *Resistente* enviado principalmente para as redações de jornais de municípios relativamente próximos a São João del-rei, como Barbacena, Bom Sucesso, Juiz de Fora e Oliveira, ainda que fosse citado por periódicos de terras para além de Minas Gerais, como Valença, no Rio de Janeiro e a distante Cachoeira, na Bahia. Sua tiragem parecia ser elevada se formos acreditar no colunista Tom Zé, que o colocava como o terceiro periódico de Minas, ao lado da *Gazeta de Oliveira* e o *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora¹³. Tinha como leitura principalmente publicações de Minas e da Capital Federal, como o *Pharol* e o *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, a *Gazeta de Oliveira*, a *Folha*, de Barbacena, o *Paiz*, o *Jornal do Commercio*, a *República*, a *Gazeta de Notícias*, a *Notícia*, do Rio, dentre outros.

Apesar de se assumir neutro, algumas características políticas do *Resistente* subsistiram a reformulação do seu programa. Em primeiro lugar, há o seu republicanismo. Falava do sistema implantado em 1889 “como uma instituição nova, desusada e superior demais para o estado de civilização política e educação cívica em que nos achávamos sob o Império”¹⁴. Republicou, certa feita, uma carta de Azevedo Júnior dirigida a periódico paulista no qual afirmava que “na América, o princípio monárquico é inaceitável, e não nos venha trazer o exemplo da Europa”, onde “existe ainda o privilégio idiota das linhagens”, em separações estamentais que o povo brasileiro não é capaz de admitir¹⁵. Surgido quando o país acabava de sair da Revolução Federalista e da Revolta da Armada, folgava em dizer que a República batera todos os elementos a ela refratários “em vitórias sucessivas e completas” e que os ataques dos inimigos só serviam para unir os seus apoiadores¹⁶. Chamava os adversários políticos de monarquistas, como meio para rebaixá-los diante da opinião pública. Do Império, elogia, todavia, as leis antiescravistas e a Abolição, chamando o 13 de Maio de

¹³ O *Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 90, 13 de Maio de 1897.

¹⁴ O *Resistente*, São João del-Rei, ano I, n. 35, 14 de Novembro de 1895.

¹⁵ O *Resistente*, São João del-Rei, ano I, n. 35, 14 de Novembro de 1895.

¹⁶ O *Resistente*, São João del-Rei, ano I, n. 35, 14 de Novembro de 1895.

“gloriosa data” que teria extinto esse “legado bárbaro da metrópole em tempos coloniais”, cabendo os méritos da conquista a luta do povo, da imprensa e do Parlamento¹⁷.

O *Resistente* também tratara de elencar sua galeria de heróis do novo regime, em um momento em que a República triunfante, ainda um tanto carente de um aparato simbólico capaz de introjetar na população brasileira o ideário do sistema, pelejava em fazê-lo (CARVALHO, 1990, p. 33). Temos, por exemplo, Tiradentes, “proto-mártir” e “herói precursor” do sistema de 1889¹⁸. Daqueles diretamente envolvidos com o seu estabelecimento e consolidação, o marechal Floriano Peixoto é visto como a figura mais importante. Seria “o mais eminente dos vultos políticos e militares da América”, o “Moisés da fé republicana”, “conduzindo as numerosíssimas falanges dos hebreus da legalidade e do patriotismo”¹⁹. Colocando-se como florianista, o *Resistente* faz a associação entre os seguidores do Marechal de Ferro com o jacobinismo, movimento político heterogêneo, nacionalista e republicano, surgido na época da Revolta da Armada e com força até o tempo de Prudente de Moraes, defendendo o legado de Peixoto (QUEIROZ, 1986, p. 18, 35 e 212). Os jacobinos seriam “os defensores da Constituição, os patriotas”, aqueles que defenderam a República durante a Revolta de 6 de Setembro. “Jacobino ou florianista – a mesma coisa”, assim resume²⁰.

Mas, ainda que se colocasse entre as hostes jacobinas, o *Resistente* não compartilha de toda política e ação do movimento. Este defendia um regime republicano forte e centralizado, por vezes descambando na perspectiva de um governo autoritário ou ditatorial²¹, algo que ao periódico sanjoanense não agradava, visto rejeitar tanto ditaduras civis, quanto militares²². O militarismo, a tendência de intervenção do elemento castrense na vida política, era de interesse dos jacobinos²³, mas não encontrava nem repúdio, nem adoção no *Resistente*, embora ele tivesse boas relações com militares e dispensasse elogios à instituição, como na sua atuação na Guerra do Paraguai²⁴. Rejeitava o nacionalismo xenofóbico do movimento²⁵, mantendo ótimos contatos com a colônia portuguesa local e conferindo boas características ao seu país natal²⁶. O nacionalismo econômico, de cunho protecionista²⁷, encontrava lugar no

¹⁷ *O Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 90, 13 de Maio de 1897.

¹⁸ *O Resistente*, São João del-Rei, ano II, n. 87, 22 de Abril de 1897.

¹⁹ *O Resistente*, São João del-Rei, ano I, n. 16, 3 de Julho de 1895.

²⁰ *O Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 114, 28 de Outubro de 1897.

²¹ Cf. QUEIROZ, 1986, p. 88-90.

²² *O Resistente*, São João del-Rei, ano III, n. 117, 18 de Novembro de 1897.

²³ Cf. QUEIROZ, 1986, p. 222-223.

²⁴ *O Resistente*, São João del-Rei, ano IV, n. 143, 26 de Maio de 1898.

²⁵ Cf. QUEIROZ, 1986, p. 99-102.

²⁶ *O Resistente*, São João del-Rei, ano IV, n. 143, 26 de Maio de 1898.

²⁷ QUEIROZ, 1986, p.

periódico quando este, por exemplo, criticava a dependência do Brasil aos empréstimos estrangeiros, nocivos a economia do país²⁸. O laicismo e o anticlericalismo dos jacobinos²⁹ não era compartilhado pelo impresso sanjoanense, pró-católico, sempre publicando notícias de festas religiosas ou textos de forte tom cristão. Rejeitava, igualmente o projeto do divórcio³⁰, apesar de não sabermos a opinião dos responsáveis pela folha sobre outros pontos da separação entre Igreja e Estado.

Um ponto que aproximava os jacobinos do *Resistente* era a oposição ao governo de Prudente de Moraes, tomado pelo periódico como um sujeito que concluiria “seu período sem impressão”³¹. Defendia rivais do então presidente, como seu vice, Manoel Vitorino, isentando-o, por exemplo, de qualquer responsabilidade no fracassado atentado a vida de Prudente no Arsenal da Marinha, em Novembro de 1897³².

O periódico queria para a Presidência uma figura de pulso firme, semelhante a Floriano, encaminhando suas aspirações a Júlio de Castilhos, governador gaúcho, vencedor da Revolução Federalista, e muito se decepcionou quando ele não foi escolhido na Convenção do Partido Republicano Federal glicerista que definiu o candidato à sucessão de Moraes no pleito de 1898³³. O nome da chapa oficial, Campos Sales, era rejeitado por sua falta de apoio popular e por ser originário de São Paulo, estado que, na opinião do redador, melindrava os interesses das outras unidades da federação no Executivo³⁴. Não obstante, quando da posse do paulista, saudou sua chegada ao poder³⁵.

Em Minas, se colocava ao lado de Bias Fortes³⁶ e de Silviano Brandão como nome para assumir a presidência do estado³⁷. Por causa da confusão instaurada pela minoria do PRC para a escolha daquele que assumiria o cargo em 1898, fez sua crítica ao modelo de convenção tomado como exótico para a realidade política nacional³⁸. Seu tom de julgamento também se estendia ao próprio modelo organizativo partidário. Talvez saudoso dos tempos dos partidos imperiais, se levanta contra o tipo dos seus congêneres republicanos:

ainda não há infelizmente partidos na República, e não passam de efêmeras

²⁸ **O Resistente**, São João del-Rei, ano II, n. 71, 31 de Dezembro de 1896.

²⁹ QUEIROZ, 1986, p. 126.

³⁰ **O Resistente**, São João del-Rei, ano IV, n. 164, 27 de Outubro de 1898.

³¹ **O Resistente**, São João del-Rei, ano IV, n. 167, 17 de Novembro de 1898.

³² **O Resistente**, São João del-Rei, ano III, n. 131, 03 de Março de 1898.

³³ **O Resistente**, São João del-Rei, ano III, n. 112, 14 de Outubro de 1897.

³⁴ **O Resistente**, São João del-Rei, ano III, n. 113, 21 de Outubro de 1897.

³⁵ **O Resistente**, São João del-Rei, ano IV, n. 167, 17 de Novembro de 1898.

³⁶ **O Resistente**, São João del-Rei, ano III, n. 131, 03 de Março de 1898.

³⁷ **O Resistente**, São João del-Rei, ano III, n. 104, 19 de Agosto de 1897.

³⁸ **O Resistente**, São João del-Rei, ano IV, n. 159, 15 de Setembro de 1898.

organizações circunstanciais de grupos partidários surgidos de choques de interesses pessoais e das dissidências sem programa no seio dos congressos legislativos [...].

Para ele, a organização dos partidos deveria ser o primeiro passo para o bom funcionamento do sistema político³⁹. Mas não foi o que aconteceu. O redator se deparava com a configuração do sistema oligárquico, cujo tom seria dado principalmente a partir do quadriênio Campos Sales. Tema interessante, mas que não cabe no presente trabalho.

Considerações finais

Nosso texto buscou delinear o perfil editorial do periódico sanjoanense *O Resistente*. Surgido em 1895 da atuação de antigas figuras do meio jornalístico local, a folha, que começou como representante dos interesses da facção de Severiano Nunes Cardoso de Rezende e de Carlos Sanzio de Avellar Botelho no Partido Republicano Constitucional local, emergiu, posteriormente, sob o comando único de Sanzio, como impresso pretensamente neutro empenhado na condução da opinião pública como forma de levar a sociedade no caminho do progresso.

Ainda que se revestisse com o manto da neutralidade, certas características políticas do periódico sobreviveram a reformulação do seu programa. Destaca-se o republicanismo que encontrava no movimento jacobino um elemento de identificação ideológica. Todavia, não compartilhava de todo o programa do Jacobinismo. É de se crer que, diante desse fato, a associação com o movimento se dava por estratégia política, como forma de diálogo com os grupos que, na Capital Federal, se opunham ao presidente Prudente de Moraes. Se assim é possível explicar a identificação do *Resistente* com o movimento, espera-se que pesquisas futuras possam esclarecer o motivo da escolha da folha aos grupos ligados ao florianismo e não às correntes identificadas com os representantes do civilismo e do federalismo, seus rivais no campo nacional.

Periódicos Consultados

O Resistente, São João del-Rei (1895-1898).

O Estado de Minas Geraes, Ouro Preto (1894).

Minas Geraes, Ouro Preto (1894).

A Ordem, Ouro Preto (1890).

³⁹ **O Resistente**, São João del-Rei, 14 de Outubro de 1897, Ano III, Número 112.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e chimangos: imprensa e política em São João del-Rei (1876-1884)**. Dissertação (Mestrado) - UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GOODWIN JR., James William. **Cidades de Papel: Imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz Fora (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Entre economia, distinção e tecnologia: a crise econômica e social brasileira nas publicidades da revista *Veja* (1974-1994)

Beneângelo Soares Chagas

Mestrando em História

Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: beneangelo_sc@hotmail.com

Resumo: Os suportes imagéticos há muito não são novidades na vasta seara da História. Com a ascensão da História Cultural, nos idos da década de 1970, os então existentes debates em torno do papel das imagens como fontes históricas ganharam intensidade e conquistaram o interesse de muitos pesquisadores, a perceber pela expressiva quantidade de produções que puseram as imagens no centro de suas discussões, tendo nestas sido utilizadas fotografias, cinema, pinturas, televisão e publicidades, entre outras. E é tomando como fonte de pesquisa principal um tipo destas últimas, os anúncios publicitários, aqueles veiculados pela revista semanal *Veja* entre 1974 e 1994, que o presente trabalho tem sido desenvolvido. Esse período ficou marcado, no Brasil e em muitos países da América Latina, África e Ásia ocidental como uma época de fortes crises inflacionárias e marcantes recessões econômicas. Nesses anos, no Brasil, todo um ciclo de (desigual) crescimento econômico encerrava-se e o chamado e propagado "milagre brasileiro" chegava ao fim. Nessas décadas, a economia brasileira desacelerou, entrou em recessão e a desigualdade social no país se agravou ainda mais. Como a expressão publicitária é marcada por um discurso otimista, que encontra em momentos de prosperidade econômica mais oportunidades para interagir socialmente, a pesquisa busca compreender como, em um período de crise, as publicidades traduziram o tempo, os conflitos, os anseios e as expectativas do cotidiano. Se demasiado dependente da estrutura social e muito sensível às mudanças desta, como a publicidade interagiu à crise pela qual passava o Brasil? E como se dava, no disputado espaço da *Veja* - então já a revista de maior circulação no país e também a com maior carga publicitária -, a relação entre o anunciar da crise e os anúncios dos tempos de crise? São essas, entre outras, as questões que norteiam a investigação. A metodologia empregada tem consistido na leitura das revistas e na interpretação dos anúncios no interior das mesmas, bem como na sua interação com o tempo em que foram produzidos e veiculados. Com base nas fontes já analisadas, a conclusão parcial da pesquisa é de que a retórica publicitária do período em questão foi construída principalmente sob os "conceitos" de economia, distinção e tecnologia. Entretanto, a partir da publicidade como resquício e indício do tempo, o que isso significa e o que mais é possível dizer do Brasil daqueles anos?

Palavras-chave: Crise brasileira, revista, publicidade.

Expressão de múltiplas faces, repleta de sutilezas e quase onipresente no cotidiano, a publicidade tem adentrado cada vez mais as searas de Clio. O seu reconhecimento e a sua crescente consolidação na discussão dos historiadores não se afasta da resposta que estes e outros estudiosos vêm dando à seguinte questão: além de produtos e serviços, o que vende a

publicidade? Compartilhamos da ideia de que todos os esforços e recursos engendrados na criação e na veiculação publicitárias atendem não apenas à venda de mercadorias e afins e à abertura de mercados, ainda que estes sejam os seus objetivos mais imediatos. Pensamos que ao lado de sabonetes, carros, geladeiras e cartões de crédito, entre outros, se promovem emoções, estilos de vida e visões de mundo. E mais: em suas tão diferentes formas e pelos mais variados meios, além de sensações e ideologias a publicidade também vende soluções para todo e qualquer problema que desponta no dia-a-dia. Mesmo em épocas de crises, e não raro contra as próprias crises.

Em outubro de 1983, um anúncio publicitário de uma loja de departamentos ocupava duas páginas inteiras da revista *Veja*¹. A suceder a capa da edição 788 do semanário, sobre o fundo branco dessa publicidade se destacava: “Vista-se na Riachuelo e dê uma banana para a crise.” (VEJA, 12 de outubro de 1983, p. 2) Abaixo de tais palavras, as figuras de quatro homens, organizados de modo a sugerir emoções contrárias. Em espaço distinto e oposto no corpo da peça, três deles sorriem e, com os seus dedos indicadores em riste, achincalham um sujeito sisudo, com maleta e sapatos de couro e casaco bege: “Mal humorado, sempre com cara de má notícia, esse senhor atende pelo nome de ‘Seu’ Crise. Para ele tudo é supérfluo. Inclusive bom gosto e felicidade.” (VEJA, 12 de outubro de 1983, p. 2) O esquadrihar da publicidade permite perceber que, além de portar óculos escuros e empunhar uma banana contra o seu torso, o homem tem sua mão direita algemada à maleta que segura. Seu corpo, retesado em uma posição fixa, parece tenso. Em contraste a ele, os três sujeitos do anúncio têm seus corpos em movimento, contorcidos em diferentes graus. Suas poses, portanto, em muito divergem. Assim como diferem as palavras que os ladeiam: “Qualquer crise tem explicação. Menos a crise de bom gosto.” (VEJA, 12 de outubro de 1983, p. 3) Tal como as diferentes direções de cada texto, a incongruência de posturas corporais é importante para a compreensão dos sentidos da imagem e, por extensão, da publicidade em questão. Seguindo pela vereda teórica indicada por Sant’Anna (1997, p. 90), “experiências históricas, as imagens são tributárias não apenas de determinadas formas de percepção e de recepção culturais, mas, também, de condições técnicas específicas a cada época e a cada cultura”. Assim, a historiadora aponta que, tanto a produção quanto a interpretação das imagens são condicionadas pela sociedade e pelo contexto histórico em que são produzidas e interpretadas. Portanto, se, no anúncio, imagens e textos compõem um sentido de superação de uma crise

¹ Idealizada por Victor Civita, Roberto Civita e Mino Carta, *Veja* é uma publicação semanal da Editora Abril. Revista brasileira de maior tiragem, *Veja* (até 1975 *Veja e Leia*) está no mercado editorial nacional desde setembro de 1968.

através do consumo individual em determinada loja, é possível supor que a noção de “crise” fosse facilmente apreensível naqueles tempos.

E isso porque, para potencializar as suas mensagens e fugir do risco de suas criações passarem despercebidas ou não convencerem, os publicitários lidam com ideias e questões de determinada época. Como os eventos esportivos, as tramas políticas e os conflitos das mais diferentes ordens, também as crises econômicas se tornam oportunidades para os jogos persuasivos das mensagens publicitárias. Ao se tornarem temas que transitam no cotidiano, Copas do Mundo de futebol, Jogos Olímpicos, eleições, crises e até guerras tornam-se vias de acesso e de ação entre a publicidade e o imaginário social.

Para o filósofo e historiador polonês Bronislaw Baczko (1985), o imaginário é um aspecto da vida social que constitui pontos de referência no vasto sistema simbólico que toda coletividade produz e por meio da qual ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. Argumenta ele que através dos seus imaginários sociais, “uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constroi uma espécie de código de bom comportamento” (BACZKO, 1985, p.309).

Assim, o imaginário social é uma das forças que regulam a vida coletiva e uma peça efetiva e eficiente do dispositivo de controle social, em especial no que se refere ao exercício da autoridade e do poder. Entretanto, segundo Baczko (1985, p.311), é preciso compreender como o imaginário social torna-se inteligível e comunicável. Diz ele que a inteligibilidade e a comunicabilidade do imaginário social se dão “através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem” (BACZKO, 1985, p.311). Ora, qual é a linguagem cujas representações coletivas designam identidades, papéis e posições sociais, crenças comuns, modos comportamentais e modelos sociais? É a publicidade, que “goza de possibilidades técnicas, culturais e políticas que permitem fabricar e manipular as emoções e imaginários colectivos, [...] fazer subir as angústias e esperanças colectivas” (BACZKO, 1985, p.314).

Nesse sentido, o imaginário social em torno da crise é ao menos em parte derivado da ação publicitária. Como vimos acima, tanto uma ideia de crise quanto uma suposta solução para superá-la foram comunicadas através de uma publicidade impressa de 1983. De forma concomitante e em grau diverso, na legitimação e na divulgação da crise as revistas também tiveram o seu papel. Sua contribuição na formação dos imaginários sociais não deve ser

subestimada, afinal, como sugere Baczko (1985, p.314), “os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na actualidade [...], as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes, etc.”. Em vistas disso, convém destacar que, nas páginas da revista *Veja*, a crise brasileira foi anunciada anos antes da publicidade da Riachuelo.

Com data de 2 de janeiro, sua primeira revista de 1974 (VEJA E LEIA, 2 de janeiro de 1974, p.1) expôs na capa um grande barril de petróleo gotejando sobre uma construção de tijolos que tridimensionalmente forma “1974”. As gotas do “ouro negro” atravessam o edifício numérico, manchando-o, antes de tocarem o solo arenoso de um deserto. Ao fundo, um céu amarelado contrasta com o verde escurecido do tonel metálico, num efeito semiótico que forma as cores da bandeira nacional brasileira. Esse jogo de imagens e de tons nada tem de natural. A começar pelo seu espaço no corpo daquele periódico. Além “de ser muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal [...] e o que fica relegado às páginas internas” (DE LUCA, 2008, p.140), naquela edição a sua diversidade de formas e de matizes em muito diferia da do conteúdo que a sucedeu, aproximando-se mais dos formatos e colorações de dez das vinte e oitos publicidades contidas nas páginas daquela revista. Porém, nem apenas de imagens foi composta a primeira página da *Veja* de 1974. Cindindo os mencionados barril e construção, eis a chamada de capa daquela edição, em letras escuras: “As marcas da crise na economia brasileira”. Desde setembro de 1968, mês em que *Veja* foi lançada, era a primeira vez que as palavras “crise” e “economia” figuravam juntas na capa da revista. Mas, afinal, que crise era essa que marcava a situação econômica nacional?

Era a Crise do Petróleo, desencadeada em fins de 1973. Como represália às nações que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kipur², os membros componentes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram os preços do barril do óleo que era – e que ainda é – um dos insumos básicos da economia mundial. Entre 1973 e 1979, o aumento foi da ordem de aproximadamente 830%, o que acarretou desequilíbrios econômicos em muitos países, como o Brasil, que tinha no petróleo o seu principal produto de importação. Abordado enfaticamente em somente duas ocasiões no quinquênio que sucede o lançamento de *Veja*, a partir de 1974 o petróleo passou a ser tema recorrente nas páginas do semanário. Nos sete anos seguintes, dezesseis edições da revista apresentaram capas e reportagens principais sobre a situação energética nacional, enfatizando as consequências no Brasil do encarecimento dos

² Conflito militar ocorrido em 1973 entre Israel, apoiado pelos Estados Unidos, e as forças de Egito e Síria, auxiliadas pela União Soviética.

preços desse combustível fóssil, assim como as ações do governo brasileiro para contornar a dependência do óleo importado. Atenta às tramas dos tempos, a publicidade em muito se fez ver e valer na Crise do Petróleo.

“Solução para a crise do petróleo? É fogo de palha!” (VEJA, 3 de dezembro de 1980, p.110) . Trata-se das fornalhas Kepler, que prometem provar que “a solução para a crise dos combustíveis é, realmente, fogo de palha.” (VEJA, 3 de dezembro de 1980, p.110) Os demais componentes desse anúncio de 1980 elucidam o seu público-alvo, isto é, o *target* a que ele se destinava: “A palha de trigo, milho e arroz, que forma a resteva das safras, constitui combustível fácil, abundante e barato para alimentar fornalhas de secadores de cereais.” (VEJA, 3 de dezembro de 1980, p.110) Localizada no espaço interno da portinhola da imagem de uma fornalha, a legenda permite intuir que essa publicidade era voltada para os grandes e médios agricultores brasileiros, dados os elementos por ela mobilizados: “trigo”, “milho”, “arroz” e principalmente “safras”. A constituir a imagem publicitária, há ainda duas fotografias menores, em preto e branco. A primeira, na parte esquerda, traz oito grandes rolos de feno, daqueles típicos de filmes *western*. A segunda, na mesma coloração que a inicial, localizada na parte central e logo abaixo da fornalha anunciada, alude à queima de um desses rolos de feno, embora numa fornalha visivelmente mais rústica e aparentemente bem mais antiga que as fornalhas Kepler. O agrupamento e o sequenciamento destas imagens no corpo do anúncio indicam um didatismo típico de muitas publicidades, um “como fazer”, um “como usar”, ausente no restante da legenda escrita na portinhola. Ali, informações técnicas e processos físico-químicos ganharam relevo, em especial o de “pós-combustão dos gases”. Na promoção publicitária das fornalhas Kepler, a expressão “fogo de palha” foi criativamente investida de duplo sentido: primeiro, é algo objetivo, é o fogo, a chama, o potencial energético decorrente da combustão da palha que se apresenta como possibilidade num contexto histórico em que está havendo uma crise dos combustíveis; segundo, é subjetividade, é o jogo de palavras, é o chavão, a expressão popular: é o “fogo de palha” que alude a algo efêmero, passageiro, como talvez se imaginasse ser aquela crise dos combustíveis. Segundo o antropólogo Édison Gastaldo (2013), a fim de comunicar e gerar identificação com maior eficácia e poder persuasivo, “o discurso publicitário frequentemente utiliza provérbios, imagens célebres, clichês e palavras de ordem repetitiva” (GASTALDO, 2013, p.22). Portanto, a polissemia da expressão “fogo de palha” foi explorada para promover tanto uma mercadoria quanto uma ideia, tanto um mecanismo de suposta superação da Crise do Petróleo quanto a sua efemeridade enquanto crise. Com efeito, naqueles anos de escassez e de

encarecimento recorde dos preços do óleo importado³, o imaginário em torno do “ouro negro” embasaria diversas outras publicidades, em especial as de automóveis, onde o argumento central dos anúncios passou a ser, de um modo geral, um dos mais frequentes daqueles tempos: a economia.

“Faça como o Maverick: economize gasolina” (VEJA E LEIA, 07 de agosto de 1974, p.99). Ou sinta o Opala SS4, “o carro esporte para quem quer mais desempenho por menos dinheiro” (VEJA E LEIA, 27 de março de 1974, p.10) – apenas “dirija com cuidado”, pois “segurança é economia!” (VEJA E LEIA, 11 de setembro de 1974, p.11). Mas, se curvas arrojadas e um *design* esportivo não lhe interessam tanto assim, aposte no prático e simpático FIAT 147, “o modelo econômico brasileiro” (VEJA, 14 de fevereiro de 1979, p.31). A propósito, em tempos de altas crescentes dos preços dos combustíveis, “quantos quilômetros você acha que o Ford Maverick faz com um litro de gasolina?” (VEJA E LEIA, 17 de julho de 1974, p.47). Carros não são tudo, é verdade. Afinal, quando a ideia é economizar, “surge um novo conceito de condução: Yamaha 100, a poupança sobre rodas” (VEJA E LEIA, 26 de junho de 1974, p.87). E por que não a Honda 125, essa “lição de economia” (VEJA, 26 de outubro de 1983, p.25)? Os verbos no imperativo se combinam com a racionalidade de argumentos técnicos, em dinâmica persuasiva que paira entre a ordem e a sugestão, essas nuanças demasiado volúveis em publicidade.

“Vamos economizar!” (VEJA, 26 de dezembro de 1979, p.16 e 17), asseverava um anúncio em fins de 1979. Em frente às palavras grafadas na parede, um jovem casal a sorrir sobre o capô do Corcel II, “o carro que você exige numa época em que o preço da gasolina sobe mais do que a gente espera” (VEJA, 26 de dezembro de 1979, p.17). Ocupando duas páginas inteiras da revista *Veja* de dezembro daquele ano, essa publicidade da Ford aponta que o veículo “ao mesmo tempo que economiza gasolina, esbanja conforto e segurança” (VEJA, 26 de dezembro de 1979, p.17), inserindo-se assim no amplo rol de anúncios publicitários do período que puseram a centralidade da economia como “conceito” principal das peças. Na imagem do Corcel II, onde o carro ocupa mais de um terço do espaço enunciativo da publicidade, o que se destaca é o apelo à economia que o cerca, mas também a felicidade daquele casal, uma vez que “no anúncio apresenta-se o produto como capaz de trazer ao consumidor todas as sensações, bens, posses e prazeres nele enunciados” (ROCHA, 2010, p.183). Em um ano de crise e desesperança nos rumos da economia nacional, quando a inflação anual brasileira acentuava o descontrole que a levaria aos quatro dígitos no final da

³ Entre 1973 e 1979, o preço do barril de petróleo saltou de US\$3 para US\$28.

década de 1980, prometia-se no anúncio a economia e a felicidade a partir do Corcel II, o carro que lhe deixa “um passo à frente”, *slogan* da marca naquela publicidade. No entanto, esta última ideia se atrela ao sentido de concorrência individual, basilar para outro “conceito” publicitário muito em voga naqueles anos: a noção de distinção.

Para a compreensão dos apelos distintivos nas publicidades, baseamo-nos nas reflexões de Pierre Bourdieu (1982; 2008) sobre a classe média urbana francesa. Para o sociólogo francês, nas sociedades modernas, onde a nobreza de sangue não é totalmente reconhecida, o consumo é o *locus* privilegiado de manifestação e de comunicação das distinções. (BOURDIEU, 1982, p. 89) Se, por um lado, essas sociedades são marcadas pelas necessidades de divulgação dos bens de consumo, por outro lado elas estimulam a lógica da distinção, contrapondo, aos efeitos massificadores, signos de diferenciação para os segmentos dominantes. Cabe às publicidades as tarefas de elaboração e divulgação dos sentidos distintivos. Assim, é através dos anúncios que os códigos de distinção são comunicados, de modo que nos produtos e serviços anunciados se destacam menos os seus aspectos funcionais do que o seu potencial constitutivo de estilos de vida, isto é, os “diferentes sistemas de propriedades em que se exprimem os diferentes sistemas de disposições” (BOURDIEU, 2008, p. 241), “sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1982, p. 82). Carros, vestimentas, obras de arte, livros, bebidas e cigarros, dentre outros, passam a ser vendidos sob os invólucros do prestígio, do bom gosto, enfim, da distinção.

“Ter é poder” (VEJA, 21 de setembro de 1988, p.21), apontava o cartão Diner’s Club. Enquanto o *champagne* Dé Greville se dizia “só para alguns” (VEJA E LEIA, 4 de dezembro de 1974, p. 5), a caneta Cross era anunciada como “símbolo de classe e de prestígio” (VEJA E LEIA, 21 de agosto de 1974, p. 98). Nos anúncios de automóveis, cujos preços são superiores aos demais produtos, recorreu-se significativamente aos apelos de distinção: “LTD quer dizer raro, exclusivo, produção limitada, automóvel para poucas pessoas” (VEJA E LEIA, 17 de julho de 1974, p. 131), dizia o anúncio do Ford Landau; “um carro para quem gosta de dirigir empresas, indústrias e automóveis” (VEJA, 23 de janeiro de 1980, p. 83) assinalava o do Alfa Romeo; enquanto o do Volkswagen Passat assegurava: “mais do que um carro, você está conquistando uma posição” (VEJA, 23 de janeiro de 1980, p. 8 e 9).

Sobre um fundo acobreado que remetia a um crepúsculo, entre duas páginas da revista *Veja* ele era o elemento central: “Ford Del Rey Scala 84. O máximo de requinte para quem vive na era da tecnologia” (VEJA, 7 de setembro de 1983, p. 10 e 11). Entre o carro e a

legenda publicitária, um extenso texto pormenorizava as características do veículo, destacando o seu motor: “É um motor tão avançado que vai levar o requinte do Del Rey Scala quilômetros à frente. Quer dizer também que o Del Rey Scala está usando o motor de 4 cilindros, a álcool ou gasolina, mais evoluído, testado e avançado tecnologicamente.” (VEJA, 7 de setembro de 1983, p. 10). Nesse anúncio da Ford, requinte e tecnologia se associam, conferindo um outro viés à distinção: o usufruto de aparatos tecnológicos sobressalentes à época, o final de 1983. Naqueles idos, a crise econômica e social no Brasil se acentuou: uma dívida externa de cerca de US\$95 bilhões levou os dirigentes brasileiros a assinarem, no início do ano, uma “carta de intenções” com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo, em troca de recursos financeiros do órgão, o Estado brasileiro se comprometeu a cumprir algumas metas, dentre as quais “a redução do crédito, do déficit público, dos subsídios, a desvalorização da moeda e restrições aos aumentos de salários” (RODRIGUES, 1994, p. 42). As tentativas de controlar a inflação e de estancar a sangria da dívida pública e do pagamento de seus serviços, no entanto, não surtiram os efeitos esperados pelo governo. Já no ano seguinte, 1984, a taxa inflacionária atingiu 223,8% (ROSTOLDO, 2014, p. 48). Em 1985, ao tomar posse, José Sarney herdou o que era a maior dívida externa do mundo, então calculada em US\$115 bilhões (RODRIGUES, 1994, p. 45). Quatro anos mais tarde, ao se encerrar a década, o montante do pagamento de juros alcançou a cifra de US\$123 bilhões, superando o valor líquido do endividamento, ali calculado em US\$112 bilhões (RODRIGUES, 1994, p. 45). Com isso, no Brasil, a década de 1990 teve início com um país às voltas com a dívida pública e com uma inflação ascendente. Porém, mesmo naqueles dias de malogros financeiros e mazelas sociais, a publicidade amplamente utilizou e corroborou o argumento central do anúncio supracitado: o culto à tecnologia, que interliga bem-estar individual e consumo de objetos, simplificando uma ideia de modernização pelo fascínio à industrialização (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 604 e 605).

“Tecnologia é conforto. Tecnologia é inovação. Tecnologia é domínio” (VEJA, 1 de junho de 1988, p. 55,58 e 61), definia a publicidade da Sharp. A Sony, por sua vez, fazia ode à “tecnologia que fala mais alto” (VEJA, 19 de abril de 1989, p. 121). No que a Volkswagen, com o Gol, proclamava: “tecnologia de líder” (VEJA, 24 de fevereiro de 1988, p. 96 e 97). No decorrer daqueles anos, inúmeras outras publicidades prometeriam a melhor tecnologia.

Nas linhas reflexivas aqui seguidas, tem-se que a publicidade é marca de um tempo. E que, portanto, traz marcas desse tempo. Isso implica que, para comunicar suas mensagens, os publicitários precisam dialogar com as questões da época em que criam e veiculam suas

peças. Mais uma vez, vale enfatizar que, do contrário, eles correm o risco de não serem entendidos, ou melhor, de seus anúncios não serem inteligíveis no cotidiano em que circulam. Nesse percurso, podemos tomar uma publicidade como um indício histórico, uma vez que “sua articulação com a realidade social só pode ser entendida e capturada quando relacionadas com o tempo que ela representa. Apenas nesse jogo seus sentidos podem ser tecidos” (SILVA, 2010, p. 92). Como vimos, os anúncios publicitários dialogaram (com) valores, frustrações e expectativas de uma época. Sob diferentes “conceitos” as publicidades (se) comunicaram (n)o tempo. Em 1994, após mais de vinte anos de sucessivos percalços, a situação econômica brasileira logrou êxito com a inflação superada (temporariamente!) a partir do Plano Real, implantado entre março e julho daquele ano. Não demoraria para que a publicidade jogasse com os efeitos da nova moeda, o Real, a sexta em menos de uma década. Contudo, outros traços daqueles tempos maximizariam as tramas publicitárias.

“Em 94 nasceu um novo país” (VEJA, 28 de dezembro de 1994, p. 90 e 91), destacava o anúncio da Caixa Econômica Federal veiculado na *Veja* em cuja capa se lia “Êta ano bom”. Em duas páginas, um bebê sorridente brinca com um globo terrestre. Seu dedo indicador aponta, na esfera, para o Brasil. Abaixo do globo, um texto em letras pequenas apresenta algumas das razões que auxiliam na compreensão da ideia de “novo” que se queria transmitir ali:

Um país que acabou com a paralisia infantil, que colheu sua maior safra de grãos, que se tornou campeão de basquete, que fez crescer a produção e diminuiu o desemprego. Um país com moeda forte. Um país tetracampeão. Este é o país que a gente quer. Feliz 95, Brasil. (VEJA, 28 de dezembro de 1994, p.91)

As realizações na saúde, na agricultura e no esporte são postas em conjunto com os resultados da política econômica brasileira daquele ano. Por mais que não guardem relação direta, esses vértices são intencionalmente agrupados para a formação de uma imagem do país: um Brasil novo, forte, que assistiu no ano que findava o nascimento de outro tempo de sua história. Vale frisar ainda que, ao passo que “um país com moeda forte” alude à força do Real, a expressão “este é o país que a gente quer” inscreve a noção de coletivo, atrelando-a a uma intencionalidade singrada pelo otimismo. O otimismo, que durante o apogeu econômico dos anos mais duros da ditadura militar brasileira teve traços e direcionamentos ufanistas (FICO, 1997; CARTOCE, 2017). Um otimismo, a propósito, em diferente sentido também anotado em outro anúncio daquela revista, dessa vez o de um alimento infantil.

“Maizena. Presente também nas fases de crescimento do Brasil” (VEJA, 28 de dezembro de 1994, p.52 e 53). No comercial do amido de milho, as diferentes expressões de um bebê ocupam a centralidade de duas páginas. À esquerda, o seu rosto está tenso. À direita, dele transborda um sorriso. Em ambas as partes dessa publicidade, dados percentuais enfatizam novamente a ideia de “novo”, dessa vez atrelada ao sentido de crescimento: “em 94, a indústria automobilística cresceu 21%, a produção agrícola cresceu 8,6% e o setor imobiliário cresceu 12%. Mas o melhor de tudo é saber que, em 95, ainda tem muito mais para crescer” (VEJA, 28 de dezembro de 2014, p. 53). Em destaque, no anúncio, ganha corpo a noção de evolução, presente através da repetição do verbo “crescer” e pela utilização da expressão “fases de crescimento”. Essa ideia é semioticamente corporificada pelo próprio bebê. Em ambas as publicidades, a ideia de Brasil é matizada pelos sentidos de “início” e de “novo” que uma criança transmite. Nelas, ela é alocada para espelhar o país que se queria enfatizar: um Brasil em crescimento, como um ser humano em idade infantil. Bebê e Brasil deviam ter, portanto, no ápice da leitura daquelas publicidades, os mesmos significados: novo, feliz e em crescimento.

Em contraste com os anúncios trabalhados no início desse texto, onde a ideia de desafio (a ser assumido pelo leitor/consumidor e a ser superado através do consumo) perpassa as mensagens, essas duas publicidades visam comunicar um senso de harmonia, de calma e de ausência de conflitos em um país que supostamente vivia um novo tempo. Esse ideário é, diga-se ainda, bastante característico das construções publicitárias, “onde o cotidiano se forma em pequenos quadros de felicidade absoluta e impossível, onde não habitam a dor, a miséria, a angústia, a questão” (ROCHA, 2010, p. 29). Como que a complementá-los, a capa da revista corroborava a noção de que se viveu no Brasil um ano especial, o que é desenvolvido nas matérias que se seguem. E também nas publicidades. Não é possível precisar exatamente por quanto tempo aquele otimismo durou, contudo se sabe que os anos seguintes trariam novos desafios para o país: o desemprego aumentou e as contas públicas outra vez se deterioraram (CARNEIRO, 2002, p.394), por exemplo. Mas a inflação, que há duas décadas era anunciada e combatida, naquele ano encolheu. Já não se tratava em demasia do petróleo, pois o álcool há anos se consolidara como fonte energética alternativa. Apesar do que se sucedeu, toda uma ideia de crise àquela altura enfraqueceu e desapareceu. E a publicidade, sensível aos tempos como é e traço desses próprios tempos, de nada disso esqueceu.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v. 5: Anthropos – Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2008.
- _____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 39).
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado: publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973)**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GASTALDO, Édison. **Publicidade e sociedade: uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 4).
- ROCHA, Everardo. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80: Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Editora Ática, 1994. (Série Princípios, 223).
- ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Brasil, 1979-1989: uma década perdida?** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Propaganda e História: antigos problemas, novas questões**. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- SILVA, Jailson Pereira da. **Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

“Diga isto ao seu marido!” – Uma discussão histórica sobre cuidados, imprensa e propaganda na década de 1940 em Belém do Pará

Flaviana Moraes Pantoja
Mestre em História
PPGHIS-UFRRJ
fla.hist@gmail.com

Resumo: Conforme os estudos feministas, por meio da chamada divisão sexual do trabalho se estabelecem que determinados trabalhos devam ser desempenhados por homens e outros por mulheres; e ainda, os trabalhos dos homens valem mais do que os das mulheres. Diante disso, a questão que relaciona os cuidados do lar, do marido, das crianças, dos enfermos (o *care*) à figura feminina vem sendo objeto de estudos feministas na Academia, tornando-se assim um recorte dos estudos de gênero, que evidencia ainda questões a respeito dos papéis masculinos e femininos nos âmbitos públicos e privados. Desta forma, estudar as questões dos cuidados, suas variações e permanências ao decorrer da história, permite também compreender desigualdades e hierarquias entre grupos sociais, no caso, homens e mulheres. Com base nestes apontamentos a respeito do *care*, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre cuidados/ *care* durante a década de 1940, em Belém do Pará, utilizando como fonte os jornais pertencentes à imprensa paraense: a Folha do Norte, diário e laico; e o católico A Palavra. Tendo como intuito analisar de que forma seus argumentos em notícias, reportagens, artigos e propagandas contribuíram para consolidar a ideia de que o papel feminino era associado aos cuidados do lar e das pessoas que nele viviam, destinando às mulheres o espaço doméstico.

Palavras-chave: cuidados; imprensa; gênero.

Introdução

Por meio dos jornais paraenses *A Palavra* e *Folha do Norte*, que circulavam durante dos anos de 1940 nas capitais e interiores da Amazônia, é possível entrar em contato com artigos, propagandas e anúncios que demonstram como papel dedicado das mulheres nos cuidados referentes aos filhos, ao marido e ao lar era de extrema importância na manutenção da ordem social. Tal perspectiva de direcionar os cuidados dos outros e do lar para as mulheres é nos dias de hoje um importante recorte que integram os estudos de gênero, o chamado *care*. A partir dos estudos do período escolhidos buscaremos apontar como na década de 1940, em Belém do Pará, os jornais apresentavam argumentos que contribuem para consolidar a ideia de que o papel feminino era associado aos cuidados do lar e das pessoas que nele viviam.

Antes, porém, é necessária uma breve apresentação dos jornais que escolhidos para a pesquisa: o jornal diário *Folha do Norte* e o católico *A Palavra*. A periodicidade do jornal católico era bissemanal, redigido por Paulino de Brito e Alfredo Chaves e em seu subtítulo: “órgão dos interesses da sociedade e da família”, revelava a intenção do jornal de não apenas se restringir aos católicos, mas difundir os valores e ideais católicos romanos para a sociedade abrangente. O periódico circulou sob a responsabilidade da Arquidiocese de Belém. Entretanto, no ano de 1943 – já no nosso recorte temporal - e em seu 32º ano de circulação, o jornal deixou de estar sob a responsabilidade da Arquidiocese que, em sua nova fase, o jornal contou com a direção do professor José Coutinho de Oliveira. Um sacerdote faria a revisão apenas sob o ponto de vista doutrinário ou dogmático.”¹ No ano de 1940, a assinatura do jornal custava anualmente 25\$00 e a semestral o valor de 15\$00. Também foi possível verificar no levantamento das fontes que havia a possibilidade de compras avulsas do periódico, custando o valor de \$ 0,40.

Os exemplares *d’A Palavra* a partir dos anos de 1940 estão armazenados na Cúria Metropolitana de Belém. Porém, a Fundação Cultural do Pará também disponibiliza alguns anos de suas publicações em sua hemeroteca, assim como na Biblioteca Nacional, os anos de 1940, 1941 e 1942 também podem ser encontrados em seu acervo.

O jornal *Folha do Norte* foi um jornal de circulação diária entre 1896 e 1974; noticioso, não religioso, político e literário, fundado por Enéas Martins, Cipriano Santos e outros intelectuais. O jornal apresentava como objetivo principal lutar pelo desenvolvimento político e social da região se contrapondo às políticas de Antônio Lemos, na época proprietário do jornal *A Província do Pará*. Portanto, o jornal era um instrumento político importante em favor da oposição do governo do então intendente. Entretanto, nos anos da década de 1940 o jornal dedicava principalmente suas publicações para o âmbito noticioso sendo possível perceber em suas páginas aspectos relevantes sobre os municípios do Pará, bem como a circulação maciça de anúncios e propagandas. As edições do jornal *Folha do Norte* encontram-se disponíveis para pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e ainda na Fundação Cultural do Pará, tendo algumas destas em um estado de conservação ruim, mas em sua maioria muito bem conservados.

Após a identificação dos jornais, e o levantamento de suas edições para análise, quanto ao editorial foi possível perceber que *A Palavra*, durante os anos de 1940 a 1945, poderia oscilar entre 8 a 12 páginas, e nelas estavam distribuídos sermões, notícias a respeito da

¹ *A Palavra*. Belém (PA), 06 de Março de 1943, p. 4.

comunidade católica local e mesmo vindas de Roma. Havia ainda pelo jornal colunas como “Rabiscos”, “Ironias da sorte”, por exemplo, onde eram narradas histórias que buscavam ensinar/ lembrar/ ressaltar ao leitor a doutrina católica. Anúncios de serviços, vendas eram espalhados por todo o periódico católico.

Por sua vez o diário *Folha do Norte* nos anos de 1940 tinha em média por publicação 10 páginas, na edição da manhã e na folha vespertina outras 8 páginas. Além disso, durante os domingos suas publicações podiam ser maiores haja vista que nessas edições havia colunas “Femininas” e “das crianças”. Nesta coluna feminina, no entanto, não havia se quer menções às escritoras femininas como autoras de artigos. Foi visto ainda na *Folha* algumas páginas que se dedicavam exclusivamente para anúncios e propagandas, entretanto, ao longo do jornal, as propagandas também dividiam espaços com os demais textos.

O *Folha do Norte* era considerado um jornal moderno, era impresso em sua própria tipografia: a *Typographer da Folha do Norte*. Com mais de 45 mil exemplares diários, na década de 1940, sua assinatura custava na capital paraense 75\$000 anualmente e 45\$000 semestralmente. Podemos afirmar que a assinatura do jornal não sairia barato para o paraense, considerando que em 1940 o salário mínimo, segundo o Decreto de Lei 2162 do mesmo ano, equivalia a 240\$000. Entretanto, frases como “Da choupana do pobre ao palácio do rico, a leitura da Folha precede ou acompanha o café da manhã,” encontradas ao longo de algumas edições do jornal, demonstra que para seus editores a *Folha* era um jornal acessível.

É importante apontar que sendo um dos mais importantes jornais da região Norte, a *Folha do Norte* apesar de não religioso, estabeleceu vínculos com a imprensa católica. O Padre. Florence Dubois, que foi redator- chefe do jornal *A Palavra*, entre os anos de 1940 e 1945, escreveu artigos para a *Folha*. Conforme aponta a historiadora Sheila Evangelista (2012), Dubois ao retornar da Primeira Grande Guerra:

[...] conheceu o então professor e jornalista Paulo Maranhão, que por esta época era diretor do jornal *Folha do Norte*, impressionado com o sacerdote, o convidou para escrever em seu jornal. Iniciou- se assim uma amizade que duraria quarenta anos.

O jornal *A Palavra* era distribuído pela Arquidiocese de Belém para outras paróquias do estado do Pará. Além disso, havia a possibilidade do leitor e fiel assinar o jornal para recebimento em casa, conforme fontes advindas do mesmo, onde o incentivo a ser um assinante era recorrente. Quanto à *Folha do Norte* também após informações ao decorrer das edições lidas foi possível inferir que este tinha suas assinaturas vendidas no prédio da

administração do jornal, mas também encontra-se disponível para vendas em bancas de jornal da capital.² Nos anos iniciais da década de 1940, em plena vigência do Estado Novo, provavelmente devido à censura travada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo varguista, tanto a Folha do Norte quanto A Palavra não demonstraram nenhum posicionamento contrário ao presidente, bem como ao interventor do Pará. Cabe lembrar que ambos os jornais estavam “registrados no D.I.P” e portanto, divulgavam notas, eventos e cartas que enalteciam o presidente. Outra questão notada nas páginas pesquisadas, é que ambos os jornais também traziam notícia da guerra então travada na Europa.

Por meio da diversidade de artigos, anúncios e propagandas presentes nos dois periódicos aqui destacados pretendem-se com embasamento nos estudos de gênero apontar como os jornais apresentavam argumentos que contribuem para consolidar a ideia de que o papel feminino era associado aos cuidados do lar e das pessoas que nele viviam. Neste sentido, buscamos apresentar um estudo a respeito dos cuidados/*care* que se encaixa nas discussões a respeito da divisão sexual do trabalho, que por sua vez estabelece que os trabalhos dos homens valham mais do que os das mulheres. Partindo dessa lógica, entende-se ainda que a divisão sexual do trabalho prescreva que o papel masculino e o papel feminino em sociedade são entendidos como complementares. Essa complementaridade é encarada como indispensável à reprodução e ao equilíbrio do sistema social sendo qualquer tentativa de desarticulação dessa divisão frequentemente compreendida como uma ameaça à própria sociedade, conforme aponta Sorj (2013). A questão que relaciona os cuidados à figura feminina vem sendo objeto de estudos feministas na academia, tornando – se assim um recorte dos estudos de gênero, que evidencia ainda questões a respeito dos papéis masculinos e femininos nos âmbitos públicos e privados.

Desta forma, estudar as questões dos cuidados, suas variações e permanências ao decorrer da história, permite também compreender desigualdades e hierarquias entre grupos sociais, no caso, homens e mulheres. Em produções acadêmicas que visam o estudo do cuidado, muitas vezes é utilizado o termo inglês *care*. Uma vez que cuidado, solicitude, atenção ao outro são traduções aproximadas do termo inglês, que por ser polissêmico, é um termo dificilmente traduzível, tal definição é apontada por Hirata (2012).

É importante apontarmos que nosso olhar dado às fontes a partir da perspectiva do cuidado/*care* irá adequar-se principalmente na vertente teórica que admite as atividades de

² Tais informações foram buscadas a partir dos apontamentos metodológicos indicados pelo artigo: CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, 2007.

cuidado e solicitude ao outro a partir de uma questão relacional: a abordagem do cuidado como *nurturance*³. Isso se dá devido às indicações das próprias fontes advindas dos jornais, que como veremos, irão tratar as mulheres “zelosas” com os outros principalmente, e aquelas que têm algum vínculo familiar, geralmente associando cuidados às mães e avós.

Com base nestes apontamentos buscaremos apontar aspectos nos periódicos destacados da década de 1940 que buscavam legitimar e delegar às mulheres os cuidados referentes aos filhos, enfermos, ao marido e de todas as atividades domésticas em geral.

Os cuidados com o lar e com os filhos.

Em meados do século XX, segundo Bassanezi (2008) , a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais - ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido - e ainda das características próprias da feminilidade, como o instinto materno, pureza, resignação e doçura. Diante disso, não era raro que os anúncios, propagandas e artigos dos jornais *A Palavra* e *Folha do Norte* utilizassem em seus conteúdos, a perspectiva de “Rainha do Lar”, direcionado os cuidados e afazeres domésticos às mulheres.

As propagandas encontradas utilizavam de maneira recorrente a figura das mulheres “donas de casa” para promover a venda de produtos dedicados ao lar. Frequentemente, no diálogo com o leitor, a figura feminina era evocada a partir do seu cuidado e devoção ao lar. É caso do anúncio das lâmpadas *Edison Mazda*, fabricadas pela *General Eletric*. Do mesmo modo que observado em outras propagandas, apresenta-se um modelo de mulher universal, a típica dona de casa branca norte americana. A representação de uma mulher branca remete a uma construção universal de um modelo de mulher embora tais propagandas estivessem presentes em jornais paraenses.

Ainda assim, a propaganda traz em destaque a frase “Receitas que interessam a toda dona de casa” e em letras bem pequenas, quase que imperceptíveis ao leitor a mesma frase é completada com “... e ao senhor também!”; desta forma, percebemos que, de fato, os problemas relacionados aos assuntos da casa diziam respeito principalmente às mulheres, ainda que remotamente, algum marido tivesse interesse nos problemas elétricos do lar. Dentro de casa os homens deveriam ser solicitados apenas para fazer pequenos reparos. Desta forma, tal propaganda reforça na sociedade paraense, leitora das páginas de jornal, a construção da ideia que os assuntos referentes ao ambiente privado dizem respeito às mulheres, fixando

³ Termo utilizado inicialmente por Paula England em 1992 e que Compreende o cuidado existente a partir de uma questão relacional. Ver mais a respeito do cuidado com *nurturance* em ENGLAND, 1992.

ainda a ideia de “donas de casa”. A atenção aos problemas de casa era responsabilidade das mulheres, eram elas que deveriam preservar e administrar a normalidade do ambiente do lar.

A mesma propaganda destaca a economia dada devido ao uso da lâmpada a ser vendida, demonstrando que tais donas de casas deveriam estar atentas também a questão das despesas do lar. Era responsabilidade das donas de casas cuidarem da saúde financeira do lar, enquanto que o homem tinha como responsabilidade ser o provedor. Conforme aponta Bassanezi (2008), ser econômica, administrar bem o orçamento doméstico e não discutir com o marido por questões de dinheiro eram tidas como posturas fundamentais para evitar desentendimentos no lar.

Figura 1: Propaganda Lâmpadas Edison Mazda. Folha do Norte 19/04/1942

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Ainda na propaganda da lâmpada, na tirinha “no escritório” é possível também apontar a questão dos cuidados delegados às mulheres, uma vez que, sendo a propaganda direcionada às donas de casas, estas precisavam estar atentas ao ambiente de estudo pois “a vista de seus filhos exige proteção, uma lâmpada de 150 watts no teto, uma de 100 para a mesa.”⁴ Neste

⁴ Folha do Norte, 19 de Abril de 1942.

sentido, é importante apontarmos a grande missão da mulher: a maternidade. Conforme aponta Freire (2006):

A condição materna qualificada como inerente à natureza feminina, evocava o conceito de instinto maternal, como sagrada missão, lembrava um dom divino; e como ação patriótica, incorporava os pressupostos da nacionalidade.

Diante disso, os cuidados que as mães deveriam dedicar aos filhos eram imensamente explorados pelas propagandas de remédios, alimentos e demais produtos. Estas traziam sempre a ideia de que tudo que estivesse relacionado ao desenvolvimento infantil e juvenil deveriam ser acompanhados pelas mães. Percebemos então que há uma significativa entrada de produtos - principalmente de marcas relevantes inclusive nos dias de hoje - no ambiente do lar, que por muita vezes prometem facilitar o cotidiano das donas de casa lhes promovendo melhorias ao exercer suas funções de cuidados com os filhos e o lar.

No dia 4 de fevereiro de 1940, duas propagandas de alimentos infantis, em destaque no jornal *Folha do Norte*, ilustram esta perspectiva. Tratam-se das propagandas do amido de milho *Maizena* e dos produtos da companhia *Nestlé*. Antes, porém, é conveniente mais uma vez destacar que principalmente nestas propagandas onde o “ser mãe” é posto em destaque, a compreensão do cuidado como *nurturance* fica ainda mais evidente. A relação de cuidado e dedicação, além da responsabilidade exigida das mães para com seus filhos é explorada pelos comunicadores de forma maçante, direcionando principalmente à elas o sucesso da criação dos filhos.

Em uma propaganda de amido de milho podemos ver uma mãe feliz com seu bebê, igualmente feliz, exclamando: “A esta criança lhe agrada comer!”, mostrando que a mesma fornece o alimento da marca “Maizena” que por sua vez dá desenvolvimento notável aos nenéns e se apresenta como adequada à digestão dos bebês. A partir da propaganda nos é permitido também refletir que os cuidados com a alimentação da criança estava sob responsabilidade das mães e, indo ao encontro da mesma linha de pensamento, os produtos *Nestlé* indicam ainda que a mãe preocupada com o bem de seus filhos devem seguir os conselhos dos médicos, que por sua vez, indicam a linha de produtos *Nestlé* para o uso das crianças. O ideal materno deveria acompanhar as mulheres em seu cotidiano, lembremos que sua valorização em sociedade dava-se de acordo com as habilidades para as prendas domésticas e cuidados com os filhos.

Os cuidados com o marido

É importante apontar que as mulheres não eram responsáveis somente pelos cuidados dos filhos, os maridos também deveriam receber a mesma atenção dos dedicada aos primeiros. Cabe lembrar que a mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações, o bem-estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da felicidade conjugal, a felicidade da esposa viria como consequência de um marido satisfeito. Portanto, a relação de cuidado aqui analisada remete à relação de desigualdade existente no âmbito do matrimônio.

Diante disso, também foram encontradas no corpo documental, propagandas onde os cuidados e a responsabilidades das mulheres casadas para com seus maridos eram explicitados, como na propaganda remédio *Ventre- Livre* “Diga Isto ao seu marido!”⁵:

Quando seu marido estiver sem apetite e se sentir indisposto ou adoentado, com empachamento, pêsso, dor, e outros desarranjos do estômago, a língua suja, mau gosto na boca de manhã ou durante o dia, pêsso, calor e dor de cabeça, tonturas, nervosismo, certas coceiras e irritações da pele, mal estar depois de comer, preguiça e moleza geral, dores, cólicas, e outras perturbações do ventre, muita sede e quentura na garganta, âncias e vontade de vomitar, mau hálito, indigestão, arrotos, gases, diga- lhes que todos estes sofrimentos são causados por substâncias infectadas e fermentações tóxicas no estômago e intestino, e que use *Ventre- Livre* sem demora.

A partir da propaganda do remédio de circulação nacional “*Ventre Livre*” percebemos que as empresas, ainda que distintas, volta e meia usavam as esposas donas de casas para chegar aos maridos, haja vista que estas eram as que se interessavam pelas compras. Mas, além de estar atentas a todos os diversificados sintomas apresentados por eles caso doentes, também era de sua responsabilidade apresentar o cuidado necessário para a melhoria da saúde do esposo. A boa companheira e esposa era aquela capaz de adivinhar os pensamentos do marido para fazê-lo se sentir bem.

Outro exemplo de propaganda neste sentido é a da *Magnésia Bisurada*, que no dia 25 de Abril de 1942, nas páginas do jornal *Folha do Norte* cobra a atenção das mulheres aos cuidados do marido:

Si o seu marido se irrita por um nada, se elle não tem apetite ou si se queixa de sua cosinha, é quasi certo que o estomago d'elle esteja desarranjado. Um estomago doloroso torna de mau humor o homem mais amável do mundo. A dor é aviso que dá a Natureza da existência de um mal que, se não for cuidado a tempo pode conduzir complicações graves. De modo a conseguir que seu marido venha a mesa com prazer, faça o tomar a *Magnesia Bisurada* que neutraliza o excesso de acidez e produz uma digestão sã e normal. Faz cessar as dores, a flatulencia, as azias e as sensações de pesadumes depois

⁵ A Palavra, 6 de Março de 1943.

das refeições. O seu esposo cumprimetela à pelos seus petiscos os quaes ele poderá digerir facilmente, e ele assimilará sem dificuldade todo o valor nutritivo da comida.

A partir da leitura da propaganda em questão percebemos que caso houvesse uma tensão no matrimônio onde o marido, por algum motivo (que aqui se configura por um problema no estômago), passa a destrar a esposa com reclamações ou deixando de ser amável com a mesma, era a esposa a responsável por buscar a estabilidade do matrimônio a partir de esforços que curariam não somente a saúde do marido, mas também as do casamento. Haja vista que nos anos de 1940, manter a felicidade conjugal significava principalmente manter longe um dos principais medos das mulheres casadas daquela época: a separação. Observamos ainda que apesar de distintos, Folha do Norte e A Palavra ao trazerem em suas páginas tais conteúdos em propagandas reforçaram igualmente esta ideia de que as mulheres deveriam dedicar-se a cuidar dos afazeres e problemas domésticos, incluindo cuidar do marido em razão de preservar o matrimônio. Segundo Bassanezi (2008), na metade do século XX : “As regras sociais ainda determinavam, a mulher que não se enquadra no ideal de boa esposa corre sérios riscos de perder o marido obrigando- o a buscar fora de casa a tranquilidade e harmonia que não sabe lhe proporcionar.” Portanto, as mulheres que colocassem os maridos em primeiro lugar estavam destinadas a ser felizes, enquanto que as descuidadas, exigentes ou dominadoras logo perderiam seus maridos de maneira justificável.

Conclusão

É notório que os meios de comunicação reforçavam e naturalizavam as diferenças hierárquicas existentes entre homens e mulheres nos anos de 1940. Na capital paraense, a imprensa e a grande circulação de anúncios e propagandas também exerceram este papel ante a vida de homens e mulheres, apesar da cidade não estar entre os maiores centros. Notamos que a educação diferenciada entre meninos e meninas, as atribuições de direitos distintos para homens e mulheres no âmbito do casamento, respaldados pela legislação vigente, contribuíram para, mesmo com os avanços da modernidade, as mulheres encontrassem dificuldades para a vida pública. Fato este, presente nos nossos dias, haja vista que mesmo presente em espaços públicos, exercendo as mais diversificadas atividades, ainda precisam conciliar suas vidas antes as exigências domésticas.

Deste modo, a partir desta breve análise de dois importantes jornais paraenses, percebemos as transformações sociais ocorridas ao longo dos noventa, eram percebidas com a entrada de inúmeras propagandas e produtos que ainda sim, reforçaram a ideia de que

os cuidados dos filhos, do lar, do marido e do matrimônio saudável estava nas mãos das mulheres. Apesar de antes, condicionalmente a maioria das mulheres fossem incentivadas ao domínio do lar, hoje em dia, em muitos casos, para que uma possa exercer uma carreira, ela precisar colocar outra mulher em seu lugar, terceirizando suas atividades domésticas e de certa forma, perpetuando a situação das mulheres como um todo no espaço doméstico. E portanto, este trabalho buscou apontar aspectos presentes na imprensa que contribuem para a manutenção de uma divisão social do trabalho onde as mulheres têm” como função social mais importante ser as “rainhas do lar”, cuidando de seus filhos e maridos.

Fontes documentais

A Palavra. Belém (PA), 06 de Março de 1943. p,4

Folha do Norte 19 de Abril de 1942.

A Palavra, 6 de Março de 1943.

Referências Bibliográficas

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, 2007.

ENGLAND, Paula. **Comparable worth**: theories and evidence. New York: Aldine De Gruyter, 1992.

EVANGELISTA, Sheila Izoete Mendes. **O arraial do Espiritismo**: a médium Anna Prado, positivistas, espíritas e católicos em Belém (1918-1923). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, p.53.

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1992. Mimeografado.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discursos maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2006.

HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya. **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012. p 1.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

“Palácio das Fadas”: as representações sobre o Hospital Colônia de Barbacena nos jornais (1922 - 1926)

Marina Rocha Guillarduci

Graduada em História (Licenciatura)
Universidade Federal de São João del-Rei
marina2765@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar as representações sobre o Hospital Colônia de Barbacena e suas relações com o jogo político republicano travado pelos bernadistas e nilistas durante o período de 1922 a 1926. Para alcançar esse objetivo dois jornais foram investigados, o *O Pharol* e o *Correio da Manhã*, sendo o primeiro fundado por Thomaz Cameron no ano de 1866 em Paraíba do Sul e extinto no ano de 1939, sendo que a partir do final da década de 1860 ele começou a circular na cidade mineira de Juiz Fora, devido à mudança de localidade do Cameron, e que se caracterizava como representante nilista. O jornal *Correio da Manhã* era carioca e foi lançado em junho de 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt e extinto em oito de julho de 1974, o diário apresentava como norte a defesa dos pensamentos bernadistas. Para a realização de tal intento, faz-se necessário compreender o corpo editorial dos jornais, suas filiações políticas e desta forma as mudanças efetivas de produções discursivas frente aos acontecimentos do período, destacando-se a disputa presidencial entre a chapa situacionista formada por Arthur Bernardes e Raul Soares e a dissidente composta por Nilo Peçanha e J.J Seabra.

Palavras-chave: Hospital Colônia de Barbacena, “Representações”, Jornais.

Introdução

O presente trabalho de pesquisa propõe a análise sobre a Assistência a Alienados de Barbacena (também denominada Hospital Colônia), por meio dos jornais do ano de 1922 a 1926. O nosocômio barbacenense foi criado no ano de 1903 com o intuito de controlar e solucionar a “degeneração” existente, uma vez que havia somente um local especializado para o tratamento de loucos até então no Brasil, o Hospício Pedro II inaugurado no ano de 1852 na cidade do Rio de Janeiro, que com a instauração da República passou a se chamar Hospício Nacional. Vale ressaltar que o contexto de criação do Hospital Colônia era de implementação da “ordem e do progresso” por meio de concepções higienistas e eugenistas. No ano de 1922, foi anexado ao nosocômio existente em Barbacena um complexo asilar mudando assim os *status* do Hospital Colônia.

O Objetivo do nosso trabalho foi entender as influências políticas nos discursos sobre o nosocômio barbacenense, pois se compreende que o Hospital Colônia de Barbacena foi

objeto do jogo político republicano entre os bernardistas e nilistas. Para atingir esse objetivo o recorte temporal escolhido foi o intervalo de tempo entre 1922 e 1926, caracterizado pelo período de mandato presidencial de Arthur Bernardes. Uma vez que este foi o responsável pela criação do complexo asilar no nosocômio barbacenense.

Ademais, o trabalho se ampara no conceito de “representação”, defendido por Roger Chartier. Segundo esse historiador as representações são “as classificações, exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço.” (CHARTIER, 1990. p. 27). Esse conceito sustenta nosso trabalho, posto que os discursos apresentam as práticas, experiências e interesses de quem produz.

As fontes analisadas para a execução do nosso objetivo foram os jornais, *O Pharol* e o *Correio da Manhã*. Sendo que o primeiro é da cidade de Juiz de Fora e o segundo do Rio de Janeiro demonstrando assim a nossa preocupação com entendimento das interpretações dos indivíduos sobre o Hospital Colônia no mundo externo ao da cidade em que ele se localiza. Mas para, além disso, esses dois jornais possuem opiniões divergentes sobre a candidatura e eleição de Arthur Bernardes, o jornal *O Pharol* defende a chapa situacionista, composta por Arthur Bernardes e Raul Soares, enquanto o jornal *Correio da Manhã* ampara a chapa dissidente formada por Nilo Peanha e J.J Seabra.

Ademais as edições de ambos os jornais estão digitalizados na Hemeroteca Digital.¹ A escolha pelo uso do jornal como fonte se deve pelo fato dele proporcionar a visualização e compreensão das representações, já que ele manifesta interesses, uma vez que se busca ter o poder nas lutas discursivas travadas no contexto político-social existente.(CAPELATO, 1988, p.15)

Para a consecução da pesquisa as fontes foram analisadas de forma exploratória, portanto a investigação será qualitativa, ou seja, penetrando nos discursos disseminados pelos jornais. Dessa forma se realizou o rastreio pelas reportagens sobre o Hospital Colônia tanto no *O Pharol* como no *Correio da Manhã* na Hemeroteca Digital, que foi realizado de forma automática pelo sistema utilizado pelo site após a consulta pelo termo “Barbacena” no campo de pesquisa, gerando assim uma lista de ocorrências. Sendo que as notícias encontradas foram organizadas em uma ficha descritiva que continha data de publicação, página, autoria (quando possui), diretor do jornal, assunto, título e resumo do artigo.

O Hospital Colônia nos jornais

¹ As edições dos jornais são encontrados no site <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O recorte temporal da pesquisa possuiu como marco inicial o ano de 1922 e o seu término ocorre em 1926. Essa escolha teve como justificativa principal o tempo de duração de mandato do presidente Arthur Bernardes, pois é sob o seu governo que em 1922 há a mudança de status do nosocômio, como já mencionado anteriormente.

As assertivas apontadas pelos jornais tanto sobre Arthur Bernardes quanto ao seu opositor Nilo Peçanha nos aponta as representações, pois ao tratar dos candidatos e seus aliados, se ressaltou as seleções de classificações advindas das práticas políticas e sociais articuladas pelos jornais, ou seja, ao mencionar o caráter calunioso, traidor e falsário dos nilistas e a moralidade e senso de justiça nos bernadistas o jornal *O Pharol*² evidencia tanto a sua opinião sobre os políticos como também destaca as características que possuíam relevância naquela época na sociedade. O mesmo ocorre quando o *Correio da Manhã* acusa os bernadistas de repressores³ e salienta a utilização do dinheiro público em sua campanha.⁴

Essas lutas discursivas são também “lutas de representações”, uma vez que os grupos buscam impor seus valores, domínios e concepção de mundo, portando estratégias e práticas com o intuito de justificar suas escolhas e condutas.(CHARTIER,1990, p. 17)

O jornal *O Pharol*, por meio de suas notícias nos proporcionou conhecer ainda mais o funcionamento, problemas e virtudes do Hospital Colônia. O diário juiz-forano abarcou em algumas de suas reportagens a relação entre a polícia e o internamento de indivíduos na instituição, evidenciando que Barbacena deveria estar com suas “portas” abertas para qualquer um que apresentasse um comportamento fora dos padrões estabelecidos e que portanto, “o louco era assunto de polícia.”

O sr. dr. Ribeiro de Abreu, delegado de polícia recebeu comunicação de que na Assistencia a Alienados, de Barbacena, falleceu, no dia 7 do corrente mez, o louco indigente de nome José Francisco Botelho, que se internava naquelle estabelecimento em 6 de abril de 1919.⁵

² Ver Artigo de opinião escrito na coluna “Notas e factos” publicado na primeira página do jornal *O Pharol*, do dia 6 de janeiro de 1922, sob a direção de Pedro Carlos da Silva/ Edição A00005

³ Ver Notícia escrita no jornal do dia 24 de fevereiro do ano de 1922 na coluna “Sucessão Presidencial” que ressalta a último comício organizado na cidade do Rio de Janeiro pelos membros da Reação Republicana da capital, que tinha como objetivo conquistar votos e enaltecer a chapa da reação. A notícia também destacou a busca pela liberdade de votos atribuída à Reação Republicana /Edição 08393

⁴Ver Artigo escrito na coluna “Topicos & Noticias” publicada na segunda página do jornal *Correio da Manhã* do dia 28 de fevereiro de 1922, sob a direção de Raymundo Silva /Edição 08397

⁵ Relato escrito na coluna “Notas & Factos” publicado na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 11 de maio de 1922, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=38812&Pesq=barbacena>. Ano 1922/ Edição B00002

Essa nota é um exemplo de relatos sobre os falecimentos ocorridos no Hospital Colônia, retirados do *O Pharol* que evidenciam a relação entre a instituição de saúde e a da polícia, uma vez que a primeira buscava dar satisfação sobre alguns acontecimentos, principalmente as mortes, aos responsáveis pelo envio dos indivíduos.

Vale ressaltar que os indigentes representavam uma categoria de internos admitidos na instituição, eles deveriam ser internados por uma autoridade competente, Chefes de Polícia, prefeitos, juízes ou religiosos, que deveria enviar ao Secretário do Interior uma ficha do louco contendo esclarecimentos de identidade, exposição de motivos da suspeita ou comprovação de alienação e atestado de indigência, para que esse enviasse o pedido para o diretor do nosocômio. A segunda categoria era a dos pensionistas que eram internados por seus familiares, tutores e chefes de corporações religiosas que precisavam apresentar um parecer médico. (DUARTE, 1996, p. 63) O jornal evidenciava os envios de indigentes, como pode se perceber pela seguinte notícia

O sr. dr. Ribeiro de Abreu fez remessa à chefia de polícia dos papeis necessários à internação, na Assistência a Alienados, de Barbacena, do louco indigente Pedro Pavão.⁶

Além de trazer informações sobre o transporte e pedidos de internação por parte das autoridades policiais, o jornal abarcava as informações recebidas pelos agentes de segurança sobre os momentos de superlotação no Hospital Colônia que impedia novos internamentos.

Para conhecimento de todas as autoridades policiaes do Estado e de quem mais possa interessar, declara-se que no Asylo-Colonia de Barbacena não existem vagas para internação de mulheres, visto achar-se, de há muito, excedida a lotação regulamentar.

Não devem, por esse motivo, ser encaminhados à chefia pedidos de internação nem preparados processos de recolhimento de mulheres, até que se verifiquem vagas e dellas seja dado conhecimento opportunamente.⁷

Podemos perceber por meio das notícias destacadas que não havia o compromisso, seja por parte do jornal, das autoridades policiais ou da diretoria do Hospital Colônia de revelar os motivos dos falecimentos e dos internamentos dos indigentes, apenas se noticiava o

⁶ Relato escrito na coluna “Notas & Factos” publicado na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 3 de abril de 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=42040&Pesq=barbacena>. Ano 1923/Edição 00272

⁷ Notícia escrita sob o título “Internação de loucos no Asylo-Colonia de Barbacena” na coluna denominada “Circular do chefe de policia do Estado” publicado na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 30 de novembro de 1925, sob a direção de Gilberto Alencar. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pesq=barbacena>. Ano 1925/ Edição 01080

ocorrido aos leitores para que eles soubessem que as “ameaças” estavam sendo recolhidas e que alguns haviam morrido nesse processo de higienização e modernização.

Para além das informações sobre o Hospital Colônia é perceptível no jornal *O Pharol* a relação entre o apoio ao Arthur Bernardes e a opinião sobre o nosocômio barbacenense, já que em uma coluna de opinião escrita por Lemos Britto em 1923, sob o título “Realizações Mineiras” o redator buscou apresentar as virtudes do estado mineiro adquiridas por administração de “gente moça”, para Lemos essa mocidade pode ter cabelos brancos, mas possui “alma intrépida, espírito firme, iniciativas ousadas e coragem para as mais arriscadas atitudes”⁸, por meio de duas obras, o mapa geral e estatístico do estado e a Colônia de Alienados de Barbacena. Sobre o Hospital Colônia o autor escreve

Os seus vastos pavilhões dormitórios, as suas salas de refeição e de descanso, tudo nella, até as casas fortes, são modelos e servirão de padrão às que se tiverem de levantar dora avante no paiz. **Tem-se a impressão de que se trata de palácio de fadas, nunca de um manicômio. Lá fora, nas terras adjudicadas ao hospício, os doentes trabalham.** Eles são lavradores e operários. De suas mãos sahiram o milhão e duzentos e cincoenta mil tijolos consumidos na imensa obra. O dr. Dutra de Castro, diector da Colonia, tem ali o segredo de sua vida. Nada quer da politica para exercer a sua benéfica influencia sobre a instituição que ajudou a crear. **Elle fala da dedicação do sr. Arthur Bernardes à causa da Saúde Publica Mineira com entusiasmo sincero.**

Quando visita a colônia sahe animado dos mesmos sentimentos. **Ella é uma obra soberba de caridade e de justiça,** e o nome que a Ella se vinculou não pode perecer.⁹ [grifos nossos]

O artigo de opinião revela um elemento importante sobre a instituição barbacenense, que foi a presença da Laborterapia como forma de tratamento, ou seja, o trabalho como terapia, em que a labuta cumpria a função de ocupar os pacientes, distraindo a atenção deles de suas moléstias e também proporcionava ao Hospital Colônia o benefício da utilização da mão de obra gratuita. (SILVA, 2008, p.47)

O trabalho é, desse modo, concebido não apenas como um remédio eficaz no tratamento das moléstias mentais, mas também como um elemento importante para assegurar o equilíbrio, a felicidade e a paz no interior da instituição asilar. Tais ideias trazem ainda embutida a perspectiva de recuperar o alienado internado, transformando-o em indivíduo ‘útil’ a si mesmo, ao estabelecimento e, portanto à sociedade. (ENGEL, 2001, p. 213)

⁸Frase escrita no artigo de opinião denominado “Realizações mineiras” redigido por Lemos Britto e publicada na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 18 de setembro de 1923. Ano 1923/Edição 00408

⁹ Opinião escrita sob o título “Realizações mineiras” por Lemos Britto publicada na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 18 de setembro de 1923. Ano 1923/Edição 00408

Para Lemos Britto o Hospital Colônia era um palácio das fadas, pois só possuiu virtudes e se apresentava como um modelo a ser seguido, essa representação é calcada no jogo político que reflete o apoio que o jornal ofereceu ao Arthur Bernardes. A obra foi de “soberba caridade e justiça” já que foi promovida pela administração bernardista.

Essa interpretação sobre o Hospital Colônia não vai ser encontrada no jornal *Correio da Manhã*, uma vez que ele, como já mencionamos anteriormente, fez oposição à Bernardes. A relação estabelecida entre o diário carioca e o nosocômio barbacenense é caracterizada pela ausência de notícias que se referem a ele dentro do recorte temporal estudado. Para buscar compreender essa inexistência ampliamos o período pesquisado, começamos a analisar a partir do ano de 1920, antes de Bernardes se candidatar, e seguimos até o ano de 1929, quando foi inaugurado o manicômio judiciário em Barbacena pelo aliado do jornal Antônio Carlos Andrada.

Esses marcos foram estabelecidos com o intuito de determinar se a ausência era devido ao desinteresse do jornal em relação ao Hospital Colônia e a psiquiatria mineira ou se estava vinculado com a postura política adotada pelo *Correio da Manhã*. Podemos atestar que a segunda opção é mais legítima, pois até a declaração de que Arthur Bernardes concorreria na sucessão presidencial o jornal redigia sobre a instituição. E logo após o término do mandato voltou-se a tratar desse tema. A psiquiatria mineira era assunto de interesse dos diretores, já que além de evidenciar o nosocômio barbacenense fora do período residencial de Bernardes, o *Correio da Manhã* trazia em suas folhas, em diversos momentos, notícias sobre a construção e inauguração do Manicômio Judiciário efetivada no governo de Antônio Carlos de Andrada.

Na edição do dia 07 de julho de 1920, o jornal publicou uma notícia sobre a ida, determinada pelo governo, de um bacteriologista à Barbacena para observar a disenteria que se alastrava entre os loucos internados na Assistência.¹⁰ Informação essa advinda do jornal “A Noite”. Para além dessa, o diário carioca também publicou em 10 de janeiro de 1921

Barbacena, 9 – Já estão iniciadas as obras de remodelação da Assistência a Alienados, melhoramento este que é **devido à segura orientação administrativa do sr. Arthur Bernardes**, presidente do Estado.¹¹ [grifos nossos]

¹⁰Publicada na sétima página, sob direção de Leão Velloso. Ano 1920/Edição 07798

¹¹Nota escrita sob o título “A Assistência a Alienados em Barbacena” publicada na terceira página do jornal *Correio da Manhã* do dia 10 de fevereiro de 1921, sob a direção de Leão Velloso. Ano 1923/Edição 07985

A frase “devido à segura orientação administrativa de sr. Arthur Bernardes” não se assemelha em nada com as assertivas encontradas sobre esse governante no período de campanha eleitoral, discursos esses que já foram mencionados anteriormente. Isso pode nos indicar, juntamente com os relatos recém ressaltados do *Correio da Manhã* sobre o Hospital Colônia, que as acusações a Arthur e desinteresse em relação ao nosocômio barbacenense começaram com a nomeação de Bernardes como candidato situacionista.

Indicação essa, que ficou mais forte quando diferentemente do Jornal *O Pharol* que no dia três de setembro de 1922 publicou uma nota sobre a inauguração do “Hospício de Alienados de Barbacena”¹², o *Correio da Manhã* nem menciona o fato. Voltando a comentar sobre o Hospital Colônia somente no dia 4 de dezembro de 1925¹³, quando foi publicada a mesma circular do jornal juiz-forano do dia 30 de novembro do mesmo ano, citada anteriormente, em que o chefe de polícia informa a impossibilidade de novas admissões de mulheres no Hospital por causa da superlotação.

Ademais foi somente a partir de 1927, por meio de uma correspondência, cujo remetente era Antônio Carlos, que o jornal carioca começou a ressaltar os gastos públicos com a melhoria do nosocômio barbacenense, sendo que *O Pharol* já disseminava o valor do custo da instituição sobre a Receita Federal no ano de 1923, por meio de uma mensagem enviada pelo Dr. Raul Soares [referenciar a notícia]

[...] Com as obras de reforma e melhoramentos do Asylo-Colônia de Barbacena o Estado despendeu 265:431\$900; as obras de reconstrução do Pavilhão de Observação da Colônia de Alienados estão autorizadas pela importância de 141:502\$600, [...]¹⁴

Para além disso, no ano de 1928, o *Correio da Manhã*, por meio de uma mensagem enviada pelo Antônio Carlos de Andrada, destaca a construção do Manicômio Judiciário estabelecido pelo Decreto n. 7471, de 31 de janeiro de 1927 e ressaltou as especificidades estabelecidas para cada instituição mineira psiquiátrica, juntamente com os gastos com as obras realizadas no ano anterior no Hospital Central e o seu anexo asilar de Barbacena.

Pelo decreto n. 7471, de 31 de janeiro de 1927, essa assistência está a cargo do Hospital Central, com a colônia anexa, em Barbacena, do Instituto “Raul

¹²Notícia publicada na coluna “Notas &Factos” na primeira página do jornal *O Pharol* do dia 3 de setembro de 1922. Ano 1922/Edição 00101.

¹³ Circular publicada na coluna “A vida mineira” na quinta página do jornal *Correio da Manhã* do dia 4 de dezembro de 1925, sob direção do substituto M. Paulo Filho. Ano 1925/Edição 09466

¹⁴ Informação publicada no artigo nominado de “Minas através a mensagem do presidente Antonio Carlos” na nona página do jornal *Correio da Manhã* do dia 19 de julho de 1927, sob a direção de Pinheiro da Cunha. Ano 1927/Edição 09971.

Soares”, de hospitaes psychiatricos e do Manicomio Judiciario já em construção bem adiantada.

A cada um delles foi conferida função especial. No Instituto “Raul Soares” são acceitos pensionistas e menores indigentes; no Hospital Central, indigentes adultos de ambos os sexos, e criminosos alienados no Manicomio Judiciario.

[...] No Hospital Central de Alienados, durante o anno de 1927, houve o seguinte movimento: existentes, 574; Internados, 450; total, 1024, Tiveram alta, 154; falleceram, 213

A Colonia de Alienados, annexa ao Hospital Central, accusou bem sensível augmento na produção de cereas, embora muittos asylados aptos para o trabalho fossem empregados na construcção da estrada de rodagem que liga a Colonia ao Hospital Central.

No Hospital Central e na Colonia de Aliendaos de Barbacena, foram effectuados obras no valor de 139:502\$600.

Quanto ao Manicomio Judiciario, cujas obras foram iniciadas após a minha ultima mensagem, espero vel-o concluído dentro de trez meses, devendo sua inauguração ser ainda feita no corrente anno. [...] ¹⁵

Para além do que já foi mencionado o presidente do estado de Minas Gerais salientou o funcionamento das instituições ressaltando a Laborterapia e as estatísticas de admissões, altas e falecimentos em busca de comprovar a efetividade das ações realizadas nos locais mencionados, apontando que os resultados são “animadores”.

A construção do Manicômio Judiciário se torna um momento especial para o *Correio da Manhã*, pois durante todo o mês de junho de 1929, quando aconteceu a inauguração da instituição, houve notícias sobre as excursões de Antônio Carlos pelas cidades de Minas Gerais para participar das inaugurações de obras do seu governo. ¹⁶

Por meio desses relatos juntamente com as notícias mencionadas e citadas anteriormente do jornal *Correio da Manhã* podemos destacar que a inexistência de informações sobre o Hospital Colônia de Barbacena e a psiquiatria mineira no período de governo executivo nacional de Arthur Bernardes não foi simplesmente causada por um desinteresse de tratar desses assuntos, mas por buscar um boicote sobre a obra do político mineiro, pois foi como se ela não existisse durante esse recorte temporal, para além desse desaparecimento havia em algumas edições do jornal propagandas sobre outros institutos

¹⁵Informação publicada no artigo nominado de “Minas através a mensagem do presidente Antonio Carlos” na nona página do jornal *Correio da Manhã* do dia 20 de julho de 1928, sob a direção de Paulo Bittencourt. Ano 1928/Edição 10286.

¹⁶Relato publicado sob o título “A excursão do sr. Antonio Carlos a S. João d’El-Rey e Barbacena” na segunda página do jornal *Correio da Manhã* do dia 21 de junho de 1929, sob a direção de M. Paulo Filho. Ano 1929/Edição10574.

psiquiátricos localizados em Barbacena, como o Sanatório Dr. Freire d'Aguiar¹⁷ e o Sanatório São Geraldo¹⁸, sendo necessário destacar novamente que o Hospital Colônia além dos indigentes recebia também os pensionistas.

As assertivas para se referir ao Hospital Colônia como “palácio das fadas” ou a negligência em relação à existência da Instituição são representações possibilitadas pelas experiências, principalmente políticas que promovem a produção discursiva e que são influenciadas por elas.

Considerações Finais

Em virtude dos elementos apresentados podemos concluir que o Hospital Colônia possuiu extrema importância no desenvolvimento da psiquiatria brasileira e teve como alicerce para a sua construção e funcionamento os preceitos defendidos pelos intelectuais da sua época que buscavam a modernização e civilização por meio de políticas higienistas e eugenistas que excluía as ameaças detectadas usando a teoria da degeneração como elemento legitimador.

As análises das notícias pesquisadas no *O Pharol* e *Correio da Manhã* nos apresentou uma luta discursiva norteadada pela disputa política envolvendo a chapa situacionista formada por Arthur Bernardes e Raul Soares e a dissidente composta por Nilo Peanha e J.J Seabra em que tinha como objetivo influenciar o maior número de leitores a votar nos candidatos que apoiavam. Essa luta se dava por meio de palavras que eram usadas com o intuito de desacreditar o oponente e atribuir somente virtudes aos seus aliados, pois é patente que assim como todos os jornais, as nossas fontes exercem e competem poder e influência.

O nosocômio barbacenense é retratado em ambos os jornais estudados, mas de forma diferente. Enquanto para a fonte juiz-forana a instituição é representada como se fosse um *palácio das fadas* durante o governo de Arthur Bernardes, para o diário carioca ela é inexistente durante o mesmo período, e se apresenta somente nos anos anteriores e posteriores ao mandato.

Não encontramos interpretações divergentes sobre o Hospital Colônia nas fontes analisadas, entretanto a ausência de representações sobre a Instituição apresenta-nos a

¹⁷ Ver exemplo da propaganda na décima quarta página do jornal *Correio da Manhã* do dia 29 de junho de 1924, sob a direção de Paulo Bittencourt . Ano 1924/09241

¹⁸Ver exemplo da propaganda na nona página do jornal *Correio da Manhã* do dia 27 de agosto de 1922, sob a direção de Raymundo Silva. Ano 1922/08575

representação negativa do jornal carioca sobre a obra de Arthur Bernardes. Nesse caso o silêncio foi sonoro.

Fontes

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1920 a 1929.

O PHAROL, Juiz de Fora, 1922 a 1926.

Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

DUARTE, Maristela Nascimento. **Ares e luzes para mentes obscuras: o Hospital Colônia de Barbacena: 1922-1946**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da Razão: Médicos, loucos e Hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SILVA, Mary Cristina Barros e. **Repensando os porões da loucura: Um estudo sobre o Hospital Colônia de Barbacena**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2008.

Todo poder ao povo! A arte revolucionária de Emory Douglas para o jornal *The Black Panther*

Vinícius Novaes Ricardo

Mestrando em História Social da Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais
vinicius_novaesricardo@hotmail.com

Resumo: O Partido dos Panteras Negras foi um importante movimento político antirracista estadunidense atuante entre as décadas de 1960 e 1980. Fundado por Huey Newton e Bobby Seale, a organização tinha como objetivo a proteção da comunidade negra contra a violência policial e ações comunitárias como assistência médica e alimentação gratuita. Simultaneamente, considerando primordial a conscientização e empoderamento da população negra e pobre dos EUA, utilizaram o jornal *The Black Panther* como um importante veículo de informação e divulgação ideológica. Produzido e distribuído semanalmente por membros do partido, alcançou seu ápice de circulação entre os anos de 1970 e 1971, momento em que atinge a marca de 400 mil tiragens. Seu sucesso residia na dimensão visual da comunicação, uma vez que a principal característica do jornal era a quantidade de imagens que possuía, aspecto que, segundo Emory Douglas, responsável pelas imagens veiculadas no jornal, justificava-se pelo objetivo de alcançar um público amplo e que não tinha hábito de leitura. Nesse sentido, o presente trabalho tem como cerne a apresentação e discussão da “arte revolucionária” de Emory Douglas para o *The Black Panther* e sua importância para o partido.

Palavras-chave: Emory Douglas, *The Black Panther*, arte revolucionária.

O Partido dos Panteras Negras

Os próprios historiadores dos Panteras Negras discutem com relação ao início e ao espírito do partido. Alguns dizem que começou há mais ou menos 400 anos, quando vocês decidiram pela primeira vez que não éramos seres humanos. Outros atribuem os fundadores aos 100 milhões ou mais que vocês mataram nos navios negreiros. Outros, atribuem a Gabriel Posser, Denmark Vesey, Nat Turner e, é claro, Toussand L’Ouverture. Alguns dizem até mesmo que começou na época da lei do escravo fugido e a decisão de Dred Scott. Mas todos concordam que esse espírito está lá e esteve por um bom tempo. E todos concordam sobre a sua adaptação moderna que Frantz Fanon colocou no papel, Malcolm X colocou em palavras e Huey P. Newton colocou em prática. É um espírito que foi sufocado por séculos, mas que não pode e não vai mais ser sufocado. (SHAKUR, 1969, p.1)

Fundado no ano de 1966 por Huey P. Newton e Bobby Seale em Oakland, o partido tinha como propósito combater a letalidade e truculência policial nos bairros pobres e de maioria negra da cidade. Conhecedor das leis do estado da Califórnia, Huey P. Newton elaborou uma estratégia dentro dos parâmetros legais para monitorar as incursões policiais e assegurar a defesa dos direitos dos sujeitos abordados. O procedimento adotado pelos

militantes do partido consistiu em acompanhar as ações dos policiais, respeitando uma distância mínima exigida, e intervir nas ocasiões em que verificaram alguma atitude ilegal por parte dos agentes do estado. A intervenção era verbal ou física e, como última alternativa, utilizavam as armas que legalmente portavam. Em suma, a tática consistia em policiar a polícia. Com exceção de alguns eventos – um deles envolvendo Newton que, inclusive, ocasionou sua prisão entre os anos de 1968 e 1970 – as armas eram utilizadas apenas para intimidação.

Essa estratégia foi crucial para o estabelecimento do cerne de sua motivação política, explicitado no nome original: Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa¹. O argumento central do partido era o da reação à opressão existente, aspecto responsável, segundo os fundadores, pela escolha da pantera como símbolo – além de ser um termo genérico para felinos de grande porte de coloração preta – por, supostamente, só atacar quando agredida. A simbologia do partido representava o posicionamento que assumiram dentro de uma discussão pública sobre os métodos de superação do racismo.

A década de 1960 nos EUA foi marcada pela mobilização política e cultural da população negra. Neste momento, a atuação de grupos vinculados ao Movimento pelos Direitos Civis e às lideranças religiosas Martin Luther King Jr. e Malcolm X – respectivamente, líder cristão que sonhava² com a harmonia entre os sujeitos de todas as cores alcançada por protestos não violentos, e líder muçulmano que cogitava o uso de qualquer meio necessário³ para superação imediata do racismo – resultou em mudanças legislativas sobre a segregação racial nos usos do espaço e acesso aos serviços públicos, como a escola. O assassinato de Malcolm X em 1965 foi fundamental para a fundação dos Panteras Negras que tomaram a iniciativa de desenvolver os meios necessários para suprir a falta de segurança, alimentação, saúde, moradia e educação.

Portanto, os militantes desenvolveram outras estratégias, como os programas de alimentação, vestimenta e saúde gratuitos, que foram mantidos até o encerramento das atividades do partido em 1982. Mesmo com sua estrutura centralizada em um comitê nacional, teve importantes seções regionais, como nos estados de Nova Iorque e Illinois, e uma internacional na Argélia. Ao longo de sua existência teve como principal instrumento de

¹ O artigo *Em defesa da Autodefesa* escrito por Huey Newton e publicado no jornal *The Black Panther* em 16/11/1968 justifica essa forma de atuação.

² O discurso *Eu tenho um sonho* foi realizado na cidade de Washington D.C. em 28/08/1963.

³ Discurso realizado na cidade de Nova Iorque no ato de fundação da OAAU (*Organization of Afro-American Unity*) em 28/06/1964.

informação e difusão de ideias o jornal *The Black Panther*, que tinha como objetivo a politização dos leitores e como principal característica a utilização da linguagem visual por meio das ilustrações, fotos e montagens elaboradas por Emory Douglas.

Todavia, no final de 1967 é aprovado o *Mulford Act*, um projeto de lei do estado da Califórnia que tornou exclusivo aos policiais o porte de armas com munição em público, decisão que impactou diretamente na estratégia principal do partido. Um ano mais tarde a tensão racial aumenta exponencialmente com o assassinato de Martin Luther King Jr., acontecimento que desencadeou vários protestos pelos EUA. A proibição do porte de armas municionadas em público, as constantes prisões de filiados do partido e o assassinato de importantes políticos negros tinham por objetivo o enfraquecimento e derrota de movimentos como o Partido dos Panteras Negras.

Entretanto, a proliferação de seções regionais em diversas cidades dos EUA já nos anos iniciais e as outras formas de atuação desenvolvidas, garantiram o crescimento do partido em estrutura e em número de filiados. Em vista disso, e com o objetivo de coordenar a atuação das regionais, foi elaborada uma lista com 26 regras de organização, funcionamento e comportamento dos militantes do partido. Ainda nesse sentido, já havia sido redigido no ano de 1966 o documento *Programa dos 10 pontos* em que foram listadas as exigências do partido para sua dissolução pacífica. O ponto de número 10 sintetizava as demandas do partido:

Nós queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz. E como nosso objetivo político principal, um plebiscito supervisionado pelas Nações Unidas a ser realizado em toda a colônia negra no qual só serão permitidos aos negros, vítimas do projeto colonial, participar, com a finalidade de determinar a vontade do povo preto a respeito de seu destino nacional. (Partido dos Panteras Negras, 1966, p.3)

Nesse sentido, foram organizados múltiplos programas de assistência gratuita, como o programa de café da manhã para as crianças que frequentavam as escolas. Os trabalhadores voluntários geriam as doações em dinheiro e alimento com o objetivo de oferecer comida todos os dias antes do turno escolar. Em decorrência no número elevado de crianças assistidas, esse programa mobilizava grande parte das comunidades, desde pequenos e médios comerciantes que doavam alimentos, passando por simpatizantes de classe média que davam dinheiro ao programa, até os sujeitos envolvidos com a preparação do local e do cardápio.

Outro programa desenvolvido foi o de assistência médica e primeiros socorros gratuitos. Exigência irreduzível especificada na regra de número 21 – “Todas as sucursais devem implementar Primeiros Socorros e/ou Quadros Médicos” (Partido dos Panteras Negras, 1966, p.3) – das normas do partido, os programas médicos tiveram um impacto positivo nas

comunidades, sendo responsáveis pelo diagnóstico de milhares de pessoas com anemia falciforme. Também era oferecido um serviço de vacinação básica e outros procedimentos dentro do campo da Medicina Familiar.

Por fim, com o objetivo de informar e instruir o público sobre as atividades e posicionamentos do partido, foi criado o *Black Panther Black Community News Service*. Mobilizando diversas mídias de circulação de informação como panfletos, entrevistas, comícios públicos e, principalmente, o jornal *The Black Panther*, o serviço de notícias foi responsável por toda a comunicação interna e externa. A identificação que o periódico buscou estabelecer com a população negra e pobre dos EUA lhe rendeu o apelido de “espelho do povo”.

The Black Panther

Não! O *Black Panther Black Community News Service*, não é um jornal comum. É a carne e o sangue, o suor e as lágrimas do nosso povo. É uma continuação da história da passagem do meio, da Denmark Vesey, de Nat Turner, de Harriet Tubman, de Malcolm X, e inúmeras outras pessoas oprimidas que colocaram a liberdade e dignidade além do ganho pessoal. O *Black Panther Black Community News Service* é verdadeiramente um espelho do espírito do povo. (WILLIAMS, 1970, p.4)

Fundado em 1967 para denunciar o assassinato de Denzil Dowell pela polícia de Richmond, o jornal se estabeleceu com publicações semanais que versavam sobre variados aspectos e formou um público leitor diverso interessado em notícias sobre o partido e suas deliberações, artigos de membros do partido defendendo seus posicionamentos políticos, editais de emprego, anúncios de comércios cujos donos eram das comunidades negras e pobres e também as ilustrações de Emory Douglas. Além disso, era comum que o partido veiculasse reportagens sobre os programas de assistência, seu funcionamento e formas de contribuição:

O Programa de Café da Manhã já foi iniciado em diversas células, e o nosso amor pelas massas nos faz perceber que deve continuar permanentemente e ser um programa nacional. Mas nós precisamos de sua ajuda e isso significa dinheiro, comida e tempo. Queremos que o programa sirva à comunidade, mas sem seus esforços e apoio não conseguiremos seguir. (*The Black Panther*, 26/03/1969)

Nessa perspectiva, o jornal interessou diversos grupos como os próprios militantes dos Panteras Negras, militantes de outros movimentos políticos coetâneos, pessoas interessadas em contribuir ou se beneficiar dos programas de assistência, sujeitos que buscavam material para formação política pessoal, indivíduos que consumiam a arte revolucionária de Emory

Douglas ou simpatizantes do partido que desejavam contribuir com os gastos financeiros adquirindo o periódico. Esta heterogeneidade de publicações e leitores é uma das explicações para o sucesso do jornal, que segundo Bobby Seale teve tiragem mensal de 400 mil exemplares (GLOVER, Danny; SEALE, Bobby; DURANT, Sam, 2012, p.19) no ápice do jornal durante os anos 1970 e 1971.

Sam Napier, editor-chefe do jornal, foi o responsável pelo estabelecimento do contrato com a gráfica que imprimia o periódico, os locais e formas de distribuição dos exemplares e pelo preço cobrado: *The Black Panther* era vendido por 25 cents e tinha o custo médio de produção de 12 cents. Os próprios membros do partido se organizavam para realizar a distribuição do jornal nas cidades, um esforço considerável em vista da amplitude geográfica em que circulava. Em decorrência disso, para viabilizar a distribuição em tempo hábil, eram utilizadas vans custeadas pelo partido.

Mesmo com sua morte prematura em 1971, Napier deixou marcas indeléveis no estilo e logística do jornal onde estabeleceu o lema “uma palavra são mil palavras para mil ouvidos” que sintetizava o anseio informativo central para o partido e para sua concepção de revolução. Tendo isso em vista, e considerando as condições materiais de produção e distribuição de periódicos, o desempenho de Napier é surpreendente, uma vez que o primeiro volume em 1967 teve tiragem de cerca de mil exemplares (GLOVER, Danny; SEALE, Bobby; DURANT, Sam, 2012). Todavia, isso não seria possível sem a recepção dos leitores, que identificavam no jornal do partido um estilo particular de fonte de informação.

Os demais periódicos direcionados para a população negra, como o *Muhammed Speaks* da Nação do Islã, caracterizavam o *The Black Panther* como radical em função das fortes críticas que veiculava sobre a polícia e o governo dos EUA. O jornal dos Panteras Negras se consolidou como uma forma distinta de jornalismo, como afirmou o militante Landon Williams em 1970 ao dizer que sua “história não se desenrola a partir dos salões perfumados da pequena burguesia. Ele conta a verdadeira história do que acontece nas selvas de concreto da Babilônia.” (WILLIAMS, 1970, p.1).

Entretanto, para satisfazer os objetivos do jornal e viabilizar a comunicação com o público amplo, era necessário recorrer à linguagem visual que permitia o acesso ao conteúdo das discussões promovidas no periódico por pessoas semialfabetizadas e com pouco costume de leitura. Nesta feita, os recursos imagéticos inseridos por Emory Douglas se consolidaram como um dos principais atrativos do *The Black Panther*.

A arte revolucionária de Emory Douglas

Emory Douglas ocupou o cargo de Ministro da Cultura do Partido dos Panteras Negras desde a fundação do jornal em 1967, aos 22 anos de idade, até 1979, pouco antes do encerramento das atividades do partido. Era um dos editores do jornal e foi o idealizador e supervisor da maioria dos recursos imagéticos publicados no periódico: fotografias, charges, caricaturas e tirinhas. Coursou arte publicitária como ensino médio profissionalizante no *Instituto de São Francisco*, formação que lhe permitiu o acúmulo de conhecimentos técnicos e tecnológicos sobre o processo de produção de folhetins, periódicos, cartazes e outras formas de mídia impressa que foram de crucial importância para o serviço de comunicação do partido.

Seus trabalhos obtiveram reconhecimento nacional e internacional: no ano de 1969 foi organizado na seção internacional dos Panteras Negras na Argélia, presidida por Eldridge Cleaver, o evento *Pan-African Cultural Festival*. A principal atração eram as obras de Douglas, que atraíram espectadores como as cantoras Miriam Makeba e Nina Simone.

A partir da consideração de que a luta pela libertação produziria novas políticas e, conseqüentemente, uma nova literatura e arte revolucionária (DOUGLAS, 1970), Emory dedicou-se ao uso da dimensão visual como forma de comunicação. A estratégia era de alcançar os sujeitos analfabetos ou com dificuldade de leitura, que sintetizava seu entendimento sobre a atuação do artista revolucionário:

Também a partir da luta pela libertação surgem uma nova literatura e uma nova arte. Baseada na luta popular, a arte revolucionária assume uma nova forma. O artista revolucionário começa a armar seu talento com aço, assim como a aprender a arte da autodefesa, tornando-se um ao ir para o seu seio do povo, não permanecendo à distância, e atuando na dureza da luta prática. (DOUGLAS, 1970, p.2)

Nesta feita, é possível observar em várias das obras de Douglas o compromisso com o posicionamento antirracista e com a comunicação dos aspectos fundantes do partido. Essa comunicação era estabelecida visualmente de maneira a ridicularizar os inimigos, frequentemente representando-os enquanto porcos⁴, e enaltecer os aliados e os próprios membros do partido. Isso se justifica pela assertiva de que:

A caricatura ajuda a traduzir os eventos, conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais palatáveis para os indivíduos iletrados e/ou socialmente excluídos. Ela contribui para desmistificar e dessacralizar o poder, mostrando líderes e chefes de Estado

⁴Na Califórnia não havia lei que tipificasse o desacato como crime. Em decorrência disso, os Panteras Negras passaram a chamar os policiais de *pigs*, associação que foi visualmente representada nas ilustrações de Douglas.

como seres humanos falíveis e, eventualmente, ridículos. Ao mesmo tempo, torna os assuntos políticos menos misteriosos e mais próximos do universo de compreensão do povo. (MOTTA, 2006, p.18)

Entretanto, o inovador da obra de Emory Douglas reside mais nos símbolos e estéticas que mobilizou do que na proposta de seu uso político. Portanto, para tangenciar a importância da obra de Emory Douglas para o jornal *The Black Panther* e para o Partido dos Panteras Negras, é necessário analisar alguns de seus trabalhos. Sendo assim, foram selecionados três trabalhos para análise.

Figura 1 – *Hallelujah*



Fonte: *The Black Panther* (25/07/1970)

O primeiro é um desenho veiculado no jornal em 1970 em que é representado uma mulher celebrando. Em primeiro plano destaca-se o contraste entre a cor preta e as cores branco e azul, utilizado para demarcar explicitamente a cor de pele preta da mulher no desenho. A mulher negra veste trajes típicos de uma dona de casa ou de uma empregada doméstica – ou seja, o entrecruzamento de raça, classe e gênero – simbolizados no avental sobre a blusa e na toca de cabelo.

Outro ponto de destaque é o bottom azul colocado em seu avental, que exibe dois rostos, Bobby Seale em primeiro plano e em segundo Eliane Brown, membros do partido que anos mais tarde, em 1974, concorreram nas eleições para prefeitura de Oakland. Os dois

punhos erguidos fazem referência ao símbolo do *Black Power* e em associação às expressões faciais buscam expressar a felicidade de uma comemoração que é reiterada pela legenda: *Hallelujah: the might and the power of the people is beggining to show*⁵.

Os traços assinados por Emory viabilizavam a comunicação, em parte, pelo processo de identificação do sujeito representado: a doméstica negra. Além das informações supracitadas, é de suma importância interpretar a carga religiosa contida no termo aleluia que, entre outras coisas, busca dialogar com os leitores cristãos.

Figura 2 – *We shall survive, without a doubt*



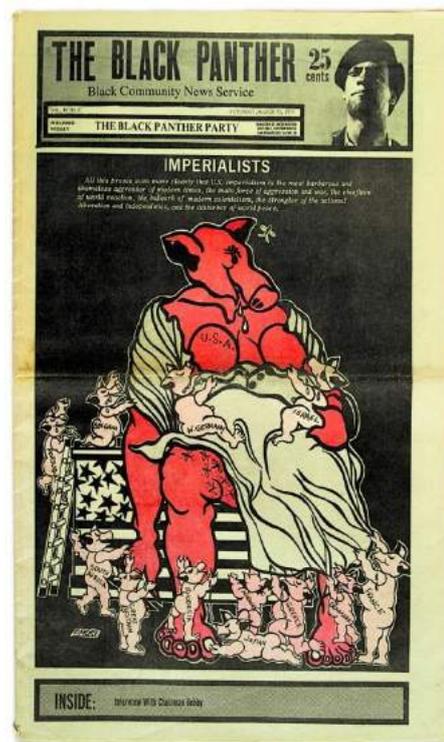
Fonte: *The Black Panther* (21/08/1971)

A tentativa de estabelecer a comunicação pelo reconhecimento dos sujeitos era também estabelecida pela utilização de representações de crianças. Na verdade, a atuação do partido tinha um impacto positivo principalmente nas crianças, público-alvo dos programas de alimentação, saúde e educação oferecidos pelos Panteras Negras. É justamente isso que esta publicação do ano 1971 tentou expressar através da colagem de fotografias: o espaço ocupado pelas lentes foi preenchido por duas fotos, do lado esquerdo dos óculos consta uma foto do programa de assistência médica em um procedimento de vacinação e do lado direito uma foto do programa de café da manhã grátis. O resultado dessas ações é representado pelo sorriso da

⁵Tradução minha: Aleluia: a grandeza e o poder do povo começam a aparecer.

criança portadora dos óculos e da criança estampada no bottom colocado em seu chapéu. O objetivo de enaltecer os impactos positivos da atuação do partido na vida das crianças é sintetizado na figura altiva dos dois meninos no canto inferior direito da página do jornal. A mensagem é coroada, no topo da página, pela afirmação *We shall survive, without a doubt*⁶.

Figura 3 – *Imperialists*



Fonte: *The Black Panther* (21/03/1970)

O último trabalho selecionado teve por objetivo principal expressar o posicionamento antiimperialista do partido. Ao representar os países imperialistas enquanto porcos⁷, Emory criou uma descrição visual do imperialismo estadunidense como uma porca que alimenta outros porcos, uma metáfora visual da participação dos EUA nos demais regimes opressivos no mundo. A representação visual do inimigo como um porco era frequente e tinha o objetivo de dessacralização do poder e ridicularização. Entretanto, são representados dois estilos diferentes de porco: os de menor tamanho tiveram sua estética baseada na forma como Emory frequentemente desenhava os inimigos e a de maior tamanho, que aparece alimentando seus filhotes, é de proporção e cor diferente da dos demais. Essa distinção tem por objetivo

⁶Tradução minha: Nós sobreviveremos, sem dúvidas.

⁷De baixo para cima: França, Dinamarca, Grécia, Japão, Noruega, Rodésia, Grã-Bretanha, África do Sul, Portugal, Bélgica, Alemanha Ocidental e Israel.

expressar visualmente o local hierárquico que os EUA ocupam no imperialismo mundial. Essa interpretação é reforçada pelo texto de título *Imperialists* no topo da capa:

Tudo isso prova de maneira mais clara que o imperialismo dos EUA é o mais bárbaro e sem-vergonha agressor dos tempos modernos, a principal força da agressão e da guerra, o chefe da reação, o baluarte do colonialismo moderno, o estrangulador da libertação nacional e da independência, e o perturbador da paz mundial. (*The Black Panther*, 1970, p.1, tradução minha)⁸

A escolha de destinar a maior parte da capa para o desenho desvela a importância dada por Emory para a linguagem visual e a linguagem textual. Demonstra também a compreensão de ambas como instrumentos de comunicação que estabelecem a inteligibilidade por distintas dimensões de significados e, portanto, devem ser mobilizadas de acordo com suas especificidades.

Conclusão

As reflexões realizadas ao longo do texto tiveram como objetivo tangenciar a importância das obras de Emory Douglas para o jornal *The Black Panther* e para o Partido dos Panteras Negras. Seus trabalhos buscavam expressar visualmente os posicionamentos do partido e se consolidaram como o principal mecanismo comunicativo mobilizado pelo jornal, aspecto que confluía com a compreensão que tinha da arte revolucionária e de seus usos.

Portanto, as estéticas e métodos de representação visual inseridos no periódico por Douglas, são indicativos de como a linguagem, textual ou visual, é performativa dos significados enunciados. Por fim, considerando a historicidade indissociável das condições materiais de produção do periódico e dos horizontes de inteligibilidade que fundamentam a comunicação, as publicações de Emory Douglas constituem um importante objeto de análise histórica em decorrência de sua importância sociocultural e dos símbolos que mobiliza.

Referencias Bibliográficas

DOUGLAS, Emory. **Sobre** a cultura revolucionária. In: **Antologia:** Partido dos Panteras Negras (vol. 1). São Paulo: Nova Cultura, 2018, p. 171-172.

GLOVER, Danny; SEALE, Bobby; DURANT, Sam. **Pantera negra:** el arte revolucionario de Emory Douglas. Ciudad de México: Alias, 2012. 186 p.

⁸All this proves even more clearly that U.S. imperialism is the most barbarous and shameless agressor of modern times, the main force of aggression and war, the chieftain of world reaction, the bulwark of modern colonialism, the strangler of the national liberation and independence, and the disturber of world peace.

MOTTA, Rodrigo Patto de S. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

NEWTON, Huey. Em defesa da Autodefesa. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 1). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 30-34).

PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS. Alimentar as nossas crianças. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 1). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 25-26).

_____. Programa de 10 pontos do Partido dos Panteras Negras. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 1). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 20-22).

_____. Regras do Partido dos Panteras Negras. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 1). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 17-19).

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. 302 p.

SHAKUR, Afeni. Venceremos!. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 2). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 34-39).

WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. **New Left Review**, Londres, n. 13, p. 41-60, jan/fev. 2002.

WILLIAMS, Landon. *The Black Panther: espelho do povo*. In: **Antologia: Partido dos Panteras Negras** (vol. 2). São Paulo: Nova Cultura, 2018. (p. 17-20).

Imagens

Figura 1: DOUGLAS, Emory, *Hallelujah*. 25/07/1970. Disponível em: <<https://culti-e-popi.blogspot.com/2014/11/emory-douglas-arte-radical-de-um.html>>

Figura 2: DOUGLAS, E., *We shall survive, without a doubt*. 21/08/1970. Disponível em: <<https://culti-e-popi.blogspot.com/2014/11/emory-douglas-arte-radical-de-um.html>>

Figura 3: DOUGLAS, E. *Imperialists*. 21/03/1970. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/media_versions/legacy/2017/img-1043024-todo-poder-ao-povo-emory-douglas-e-os-panteras-negras_lg.jpg>

ST 12
**Educação para além do
espaço escolar**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Projeto História Regional

Ana Paula Mendes Motta De Souza

Graduada e Especialista¹

Professora de Educação Básica – SEEMG

apmsouza@yahoo.com.br

Resumo: O Projeto História Regional tem como objetivo conscientizar os alunos sobre a Região do Médio Rio Piracicaba como parte importante da história de Minas Gerais e do Brasil na sua construção como nação. Desenvolvido com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental Nível II, conta com atividades individuais, grupo, pesquisas e aulas de Campo. Está vinculado ao conteúdo tradicionalmente denominado como Ciclo do Ouro e dentro construção do Circuito da Estrada Real, sendo a região influência deste circuito. Durante o seu desenvolvimento pesquisas individuais são realidades e registradas em caderno específico para os trabalhos da disciplina de História. Atividade em grupo com apresentação sobre a história das cidades da região e utilização de mídias e tecnologias aplicadas à educação. Em outro momento aulas de Campo com visita a cidade de Ouro Preto um patrimônio da Humanidade e parte importante da história do Brasil. Também são realizadas visitas em áreas de mineração de cidades da região. Algumas propostas não foram concluídas por falta de parceria, como visitação a em áreas de produção agrícolas da região. O projeto foi realizado por vários anos em escolas públicas do Estado de Minas Gerais, sendo que na Escola Estadual Padre Oswaldo de Modesta, na cidade de Bela Vista de Minas, teve um período maior de desenvolvimento.

Palavras-chave: História Regional, Aula de Campo e Práticas Pedagógicas.

Introdução

A sociedade evolui e a escola deve seguir quebrando paradigmas na formação de cidadãos consciente da sua função social para acompanhar as mudanças dos novos sujeitos da contemporaneidade. Considerando essas transformações e necessário compreender quem somos, onde estamos e para onde vamos, de qual forma iremos. Para essa conscientização de cada ser como sujeito não apenas de sua história e sim como parte de toda trajetória dos seres humanos, desenvolver trabalhos com abordagens pedagógicas das mais variadas, adequando-se o ensino ao novo sujeito/cidadão em processo de formação é imprescindível.

Neste sentido o projeto intitulado História Regional, consiste em pesquisar o Circuito Estrada Real, do qual a região onde está localizada a cidade de Bela Vista de Minas, é destaque como área de influência dentro do Caminho dos Diamantes. Buscando compreensão

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade do Noroeste de Minas; Especialista em Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar pela Universidade Candido Mendes.

da construção social do que é a micro e a macro história, do Brasil e de Minas Gerais, em específico a região do Médio Rio Piracicaba, tendo essa região “nascido/colonizada” no mesmo período do estado e integra um dos circuitos históricos mais importantes da trajetória como nação. Devido às riquezas encontradas em nestas terras, o estado ganhou o nome de Minas Gerais e não é apenas no passado sua importância na mineração, o estado destaca-se nesta contemporaneidade como grande polo minerador, sendo a empresa Arcelor Mittal, uma das maiores do país, em território da cidade Bela Vista de Minas, e muitos desconhecem o fato. Outra empresa de destaque nacional e internacional é a Vale, antiga Vale do Rio Doce, pertencente à macro região da qual a cidade relatada à cima é integrada.

Em virtude destes fatos mencionados e considerando as leis brasileiras sobre educação, de acordo com a Constituição da República de 1988, em seu artigo 205, afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em virtude dos fatos mencionados o trabalho apresentado neste artigo objetiva uma formação fundamentada e correlacionando o passado e o presente, na busca por um futuro melhor.

Desenvolvimento

Vivemos em uma era marcada pela competição e pela excelência, onde progressos científicos e avanços tecnológicos definem novos parâmetros e exigências aos jovens para ingressarem no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, na orientação dos trabalhos cotidianos realizados, pelos professores e especialistas em educação do nosso país.

Neste sentido e considerando aos dados apresentados foi desenvolvido o Projeto História Regional na Escola Estadual Padre Oswaldo de Podestá, em turmas de 8º anos do Ensino Fundamental Nível II.

Levando-se em consideração a legislação para educação em História, regulamentada nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) “o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos”.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Utilizar as diferentes linguagens: verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal. Como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

(Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998).

Seguindo orientações do *CBC (Conteúdo Básico Comum) do Estado de Minas Gerais*, “no atual contexto político, social e educacional é atribuído ao ensino da História o papel de formar o cidadão que, dentre outras características, seja capaz de compreender a história do País e do mundo como um conjunto de múltiplas memórias e de experiências humanas”. Considerando para isso o Eixo Temático I, Histórias de Vida, Diversidade Populacional e Migrações, o Tema 1: História de Vida, Diversidade Populacional (Ética, Cultura, Regional e Social) e Migrações Locais, Regionais e Intercontinentais, o subtema 2 – Transformações econômicas, diversidade populacional e colonização portuguesa no Brasil.

Levando em consideração todos estes pontos determinantes o Projeto de História Regional visa adequar o trabalho desenvolvido no ambiente acadêmico ao proposto pelas legislações vigentes. Esse foi um sucesso entre os alunos da devido os trabalhos de Campo e as pesquisas desenvolvidas em seu processo. Contando em alguns momentos com participação de outros funcionários da escola, de outros integrantes da comunidade escolar, pais, irmãos, prefeitura. Sem esquecer-se de parceira da direção, equipe pedagógica, o projeto foi desenvolvido durante todo o ano letivo, tendo etapas a cada bimestre e pontuações de acordo com o cronograma da escola, sendo avaliado quantitativamente e qualitativamente, durante os anos que esteve em vigor na escola.

Dentre os objetivos abordados seguem-se os seguintes norteadores:

- Levar os alunos a conhecerem melhor a História da Região do Médio Piracicaba (macro e micro).
- Mostrar aos alunos que eles também são uma importante parte na formação da identidade da cidade, estado, nação e do mundo.

- Demonstrar ao aluno como funciona o trabalho de pesquisa historiográfica.
- Mostrar quanto é importante à conservação do patrimônio cultural da cidade, não apenas físico, mas também vivo nas suas histórias.
- Desenvolver a noção de historicidade das ações dos homens da realidade social e dos processos históricos.

Das metodologias utilizadas:

- Aulas expositivas
- Pesquisa sobre a Estrada Real, Ouro Preto, Parati.
- Pesquisas sobre as cidades da região do Médio Rio Piracicaba, que fazem limite com a cidade de Bela Vista de Minas sendo: João Monlevade, Rio Piracicaba, Itabira, Nova Era, São Domingos do Prata.
- Aulas de campo
- Palestras
- Apresentação de trabalho em grupo
- Trabalhos individuais
- Montagem de caderno de relatos e pesquisa

Do processo de avaliação:

- Avaliação sobre o conteúdo curricular, dentro do cronograma estipulado pela escola previamente.
- Relatório/redação das aulas de campo.
- Leitura de livro *Um verso a cada passo – poesia na Estrada Real*
- Atividade de criar um desenho da Estrada Real, a partir do da leitura do livro.
- Avaliação do Caderno de Pesquisa.
- Avaliação das atividades em grupo e individual.

A primeira parte de projeto consta com aulas expositivas e atividades de revisão sobre a expansão da colonização portuguesa para terras das Minas Gerais, os Bandeirantes, a descoberta de ouro e pedras preciosas nestas terras, à transferência da corte para o Rio de Janeiro e prossegue durante o ano letivo, seguindo os conteúdos programados do Brasil Colônia.

Na primeira etapa após a explicação de conteúdo referente ao início da colonização em Minas Gerais, é realizado a leitura com a turma do livro *Um verso a cada passo – poesia na Estrada Real*, da autora Angela Leite de Souza, (o livro é do acervo da escola e faz parte dos encaminhados através do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento a Educação) publicado pela editora Autentica, e posteriormente realizam atividade vinculada ao projeto Literatura: Caminhos da História.

Segui uma pequena história da Estrada Real disponível no site <http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>

A Estrada Real é a maior rota turística do país. São mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, ela resgata as tradições do percurso valorizando a identidade e as belezas da região.

A sua história surge em meados do século 17, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas que foram delegadas pela realza ganharam o nome de Estrada Real CAMINHOS

Caminho Velho: Também chamado de Caminho do Ouro, foi o primeiro trajeto determinado pela Coroa Portuguesa e liga Ouro Preto a Paraty.

Caminho Novo: Criado para servir como um caminho mais seguro ao porto do Rio de Janeiro, principalmente porque as cargas estavam sujeitas a ataques piratas na rota marítima entre Paraty e Rio.

Caminho dos Diamantes: O caminho tinha a intenção de conectar a sede da Capitania, Ouro Preto, à principal cidade de exploração de diamantes, Diamantina.

Caminho Sabarabuçu: Distrito de Ouro Preto, o lugar é cercado por esplêndidas paisagens de montanha e lendas que permeiam o imaginário popular.



Bela Vista de Minas pertence à área de influência do “Caminho dos Diamantes”. E atualmente é integrada a região do Quadrilátero Ferrífero, importante área mineradora.

Em um segundo momento os alunos desenvolvem individualmente no caderno próprio para a disciplina de História, uma pesquisa sobre o Circuito Estrada Real, as cidades de Ouro Preto e Parati. Sendo o trabalho avaliado de modo individual. Durante o roteiro proposto uma aula expositiva e explicativa da importância do Circuito no passado e nos dias atuais, abordando questões culturais e econômicas incluindo a região do Médio Rio Piracicaba como importante área de ecoturismo.

Na terceira parte os alunos da sala são divididos em grupos, onde cada um ficará responsável por apresentar a turma com uso de Datashow, cartazes e maquetes, a história de

uma cidade da região sendo: Bela Vista de Minas (onde o trabalho foi desenvolvido), e as demais cidades limites: João Monlevade, Itabira, Rio Piracicaba, Nova Era e São Domingos do Prata. É dado um roteiro a ser seguindo para pesquisa adequando e fazendo um paralelo entre o passado e o presente sendo:

- Uma pequena história da Cidade
- Principais festividades culturais
- Personalidades de destaque do passado e presente
- Principais atividades econômicas do passado e do presente destacadas empresas com maiores tempo de existência.
- Principais entidades religiosas
- Curiosidades encontradas

Após pesquisa e montagem do material sobre orientação do professor, os alunos organizados em seus grupos, apresentam à turma o resultado de seu trabalho. E são avaliados individualmente e em grupo, contando para isso com a opinião dos demais alunos sobre o material apresentado e conversa com o grupo sobre a postura de cada um no decorrer dos trabalhos.

A quarta etapa do projeto são os trabalhos de campo, a parte preferida dos alunos. A ideia central seria a possibilidade de leva-los campo com viagens às cidades de Ouro Preto com visitas a museus. Posteriormente visita a áreas minas como: Mina de Água Limpa, na cidade de Rio Piracicaba, pertencente à área da empresa Vale e a Mina do Andrade, localizada em de Bela Vista de Minas, sendo a extração mineral da empresa Arcelor Mittal.

Referente à aula de campo em Ouro Preto – primeira cidade brasileira a ser tombada pelo Patrimônio Mundial, pela UNESCO -, caminhar pelas suas ruas é uma volta ao passado mineiro e brasileiro. A aula é direcionada por um guia o José Maria, este encanta os alunos com suas explicações da história oficial e não oficial da cidade. Locais visitados são: Igreja do Pilar, Museu dos Inconfidentes, Casa dos Contos, Museu de Ciências e Tecnologia da Escola de Minas (um dos pontos mais apreciados pelos alunos), uma antiga mina e a Praça dos Artesões com Pedra Sabão. A avaliação desta etapa consiste em uma redação/relatório.

Durante a visita as Minas os alunos participam de palestras, levando aos alunos à compreensão, mesmo de maneira resumida a importância para vida humana desde os primórdios da mineração e siderurgia de materiais diversos. Estando os produtos derivados deste trabalho presente em quase todas as áreas de nossas vidas como: carros, medicamentos,

materiais para construção, computadores, etc. Avaliação consiste em um relatório/redação com análise desta experiência.

Segue alguns pontos destacados durante as palestras nas visitas as minas.

- Trajetória da empresa e da mina visitada.
- Questões de segurança e ambientais.
- As técnicas utilizadas na mineração.
- Quais tipos de minérios são extraídos e em que são transformados.
- A relação do ser humano com planeta e ações de sustentabilidade.
- As diversas áreas profissionais necessárias para o funcionamento das empresas e das minas, deste o porteiro ao presidente. Despertando interesse dos alunos por uma profissão.

Seguindo essa ideia de mudanças educacionais é coerente destacar como afirmam MOUSINHO e SPÍNDOLA (2011):

Na Educação, a fragmentação do conhecimento, que recebeu o nome de “divisão disciplinar” e foi instituída no século XIX com a formação das universidades modernas, reconhece na compartimentalização dos currículos escolares em disciplinas que o atual modelo já não dá conta de responder as questões que a realidade mostra.

Vivemos em um período de transição, na tentativa de “juntar os pedaços” que as concepções positivistas do século XX legaram, fazendo-nos acreditar na dualidade corpo-mente, pensamento-sentimento, ciência-espiritualidade. O desenvolvimento de determinado setor não pode implicar perdas irreversíveis para outros setores de igual importância para o bem-estar da humanidade. É questão de sobrevivência buscar novos caminhos que confluem para uma profunda transformação nas relações do homem com o homem, do homem com a natureza e do homem com as suas criações, sem que uma se sobreponha à outra.

A educação é um processo essencialmente interior. Trabalhar visando à transdisciplinaridade é uma oportunidade ímpar de melhorar as formas de ensinar e de aprender, tornando-as muito mais prazerosas e eficientes. Quando tomamos consciência desse fato, a percepção e a sensibilidade nos conduzem à necessidade de transcender a especificidade disciplinar e enveredar por diferentes campos de conhecimento sem a identificação com apenas um deles. A flexibilização das propostas educacionais possibilita que o aluno construa os caminhos de sua aprendizagem com autonomia. Desse modo, o processo educativo contribui para formar a personalidade e o caráter do aluno, que se expressarão por meio dos seus valores e das suas escolhas, da sua postura diante da vida e do mundo.

Em conformidade com essa questão o estudo do Patrimônio Cultural, principalmente o que nos rodeia, amplia a formação discente na prática de cidadania. De acordo com MACHADO (2013), ao analisar a importância da relação pode-se afirmar:

[...] Com a Constituição de 1988, ocorreu a ampliação do conceito de patrimônio, que passou a ser mais abrangente e capaz de incorporar a diversidade social e cultural brasileira. A partir desse momento, a preocupação com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural vem se tornando cada vez mais recorrente, uma vez que a preservação do patrimônio passou a ser vista como questão de cidadania, e considerar a preservação do patrimônio como uma questão de cidadania implica reconhecer o direito à memória de nosso país. [...] Cabe destacar que a educação patrimonial diz respeito a um processo educativo que aborda o patrimônio cultural considerando a importância de sua preservação. Busca-se a apropriação dos bens culturais pela sociedade. [...] A educação patrimonial possibilita o acesso sistemático e concreto aos bens culturais, daí ser um instrumento importante para valorizá-los e preservá-los. Ao utilizar os lugares e suportes da memória no processo educativo desenvolve a sensibilidade dos cidadãos para a importância da preservação dos bens culturais. Cabe ressaltar que as práticas educativas, na esfera do patrimônio, devem considerar a sociedade como agente histórico-social produtor de cultura, possibilitando o desenvolvimento de reflexões em torno dos significados coletivos e plurais da história e das políticas de preservação. Pensar nas práticas educativas implica perceber que cabe à prática profissional revelar saberes, compreender como eles são integrados concretamente nas tarefas dos profissionais e como os incorporam, produzem, utilizam, aplicam e transformam no cotidiano de seu trabalho. Compreender as práticas educativas nos leva a perceber a natureza dos saberes docentes, assim como o papel que desempenham tanto no processo de trabalho docente quanto em relação à identidade profissional dos professores. [...] A prática pedagógica possui caráter social específico, de cunho histórico e cultural que vai além da prática docente, relacionando as atividades didáticas na sala de aula, abrangendo os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade [...].

Considerando as estratégias acima, fica claro ser o Projeto História Regional, não apenas uma busca pelo passado histórico e sim uma quebra de paradigmas nas abordagens pedagógicas. O trabalho leva aos alunos a várias reflexões, através de atividades múltiplas com outras áreas do conhecimento, ou seja, uma transdisciplinaridade necessária à formação do discente para a contemporaneidade.

Conclusão

Levando-se em consideração as legislações vigentes e as necessidades dos alunos da contemporaneidade, trabalhos como esse objetivando um paralelo entre passado e presente faz-se necessário. Considerando a importância da formação para cidadania e conservação do patrimônio cultural da nação brasileira. A proposta inicial seria a possibilidade de visitar as cidades em torno, porém não foi possível em todas, devido às condições econômicas e questões legais. Nos últimos anos algumas leis travam atividades de campo com alunos de escolas públicas em Minas Gerais. Dificuldades podem ser solucionadas através tecnologias

vigentes, levando uma viagem sem sair do lugar com os suportes de ambientes virtuais como do Google Earth. É válido destacar o estreitamento dos laços entre professor e aluno, no desenvolver de projetos como esse, tornando o ensino aprendizagem satisfatório para todas as partes envolvidas.

Referencia Bibliográfica

Brasil. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acessada em 25 de junho de 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf > Acessado em: 23 de julho de 2019.

Estrada Real. Disponível em <<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real>> Acessado em 23 de junho de 2019.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Conteúdo Básico Comum de História do Ensino Fundamental Nível II 6º ao 9º**. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?&usr=pub&id_projeto=27&id_objeto=38827&id_pai=38679&tipo=txg&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-%20CBC&n3=Fundamental%20-%206%C2%BA%20ao%209%C2%BA&n4=Hist%C3%B3ria&b=s&ordem=campo3&cp=994d99&cb=mhi> Acessado em 23 de junho de 2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >Acessado em 25 de junho de 2019.

MACHADO, Gilmar de Cássia. **Análise das práticas pedagógicas relacionadas ao patrimônio cultural**. Disponível em <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Cliente/Desktop/2379-5226-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Cliente/Desktop/2379-5226-1-SM%20(1).pdf)>

>Acessado em 26 de junho de 2019.

MOUSINHO, Silvia Helena e SPÍNDOLA, Márcia. **A transdisciplinaridade é uma opção de vida**. Publicado em 12 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0288.html> > Acessado em 26 de junho de 2019.

O governo varguista a partir do patrimônio cultural de Juiz de Fora (MG)

Dalila Varela Singulane
Licencianda em História
UFJF
dalilavarela.s@gmail.com

Resumo: Na obra *Cidade, Memória e Educação* (2013), organizada por Sônia Regina Miranda e Lana Mara Castro Siman, as autoras chamam a atenção para a potencialidade na cidade enquanto catalizadora educacional, instigando professores e professoras a se dedicar ao estudo e aplicação de uma visão crítica a partir do cotidiano dos estudantes. Assim, ao longo da obra os diversos autores apontam para a necessidade das aulas de história se transporem a divisão tradicional do ensino de “dentro” e o de “fora” da escola, pois “é justamente a aprendizagem que se processa ‘fora’ da escola que traz consigo os sentidos que derivam de processos sociais de produção e de compartilhamentos de memória (...), adquiridos na experiência com o urbano (...)” (MIRANDA E SIMAN, 2013, p. 21). Logo, o presente trabalho busca responder a esse chamado de *Cidade, Memória e Educação*, se atentando para o exercício de desnaturalizar em alunas e alunos o ambiente cotidiano, atentando-os para as multiplicidades temporais inerentes à cidade e, com isso, contribuindo com o que Lefebvre chama de direito a cidade. A partir do conteúdo proposto pela Base Nacional Comum Curricular, que pouco favorece o ensino de história, a presente proposta instiga os alunos do 9º ano do ensino fundamental a empreender um exercício reflexivo sobre a fase do Governo Provisório da Era Vargas, no período de 1930 a 1937, a partir do patrimônio cultural de Juiz de Fora (MG), afim de aproximar o conteúdo obrigatório à realidade dos estudantes. Para tanto, optamos por trabalhar a partir de imóveis, matérias de jornais e vídeo do Cine Jornal Carriço de 1936. Em suma, a intervenção tem por objetivo pensar a cidade enquanto bem cultural e fonte histórica, como aponta Menezes (2006), partindo do presente e da percepção sensorial, busca-se desenvolver nos alunos e alunas um novo olhar sobre a cidade cotidiana.

Palavras-chave: Ensino de história, Era Vargas, Juiz de Fora.

A cidade como catalizadora educacional

Um dos maiores desafios do ensino de História é a distância que se estabeleceu entre o conteúdo exigido e a realidade prática dos estudantes, gerado substancialmente pelo modelo europeu quadripartite de um tempo linear, que há muito tempo molda o ensino de História no Brasil. Ao longo dos anos, esse modelo levou a História a ocupar o lugar de uma ciência pouco interessante e monótona, visto que os alunos recebiam um conhecimento como já finalizado, um passado estático e imbuído de verdades absolutas.

Contudo, a reformulação da metodologia de escrita da História durante o século XX, refletiu também no ensino escolar, que vem se constituindo com pluralidade narrativa, cada

vez mais atenta a agência dos sujeitos no tempo, consolidando assim, a função da ciência histórica no campo de formação de uma consciência crítica, voltada a ampliação dos horizontes e simultaneidade dos fatos sociais. A partir de então, a história lidaria também com a série de eventos traumáticos que marcaram este século, bem como com as inúmeras inovações tecnológicas como alertou Laville (1999, p.137 *apud* CAIMI, 2016, p.88-9). O autor ao descrever os novos desafios da disciplina na virada do século coloca que esta “não teria mais tanto poder que a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes no ambiente em que se vive, mas sobretudo os meios de comunicação”, isto é, a memória se faria como componente marcante no ambiente escolar. Tais instâncias que Laville demarca podem ser entendidas como o conhecimento adquirido fora no espaço institucional da escola.

Nesse movimento de se (re)pensar o ensino de história como ferramenta para a formação crítica de estudantes, a obra *Cidade, Memória e Educação*, organizada por Sônia Regina Miranda e Lana Mara Castro Siman (2013), aparece como importante arcabouço reflexivo para professores na formação de metodologias para o ensino de História. Os textos que compõe o livro mostram de diferentes formas a importância da incorporação da memória e experiências ao ensino escolar, uma vez que “na sociedade e na vida, não há disciplinas escolares, tampouco áreas de conhecimento” (MIRANDA; BLANCH, 2013, p.78). Essa percepção ampliada do papel formador da história baseia a efetiva capacidade transformadora da educação que, para tanto, necessita da associação entre os saberes escolares e os ditos “não escolares”.

O conhecimento “não escolar” geralmente demarcado pelas experiências pessoais e memórias, quase sempre não encontra lugar dentro do ambiente escolar, principalmente no ensino de uma história tradicional, corrente na maior parte das escolas brasileiras. Assim, a escola se constitui como um espaço onde o aluno não encontra ressonância e por isso, pouco valoriza o conhecimento passado. Tais apontamentos se mostram, infelizmente, cada vez mais capilarizados na sociedade brasileira, que já vêm há algum tempo se desenhando num panorama polarizado ideológico e economicamente. Nessa conjuntura, conforme mostra Caimi (2016), ocorreu o processo de construção da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que num país de dimensões e pluralidades do Brasil se mostrou como um grande desafio aos profissionais da área para além das problemáticas inerentes a construção de currículos.

Apesar de num primeiro momento a Base ter sido formulada a atender esses novos chamados da ciência histórica, contemplando diversidades narrativas e uma história não

linear, ao se abrir para consulta pública uma nova comissão foi instituída para reformulação das diretrizes. De uma Base que corroborava para o desenvolvimento de um pensamento histórico crítico voltamos então para parâmetros conteudistas, “convencionais e canônicos” de uma história linear (CAIMI, 2016, p.90-1). Assim, com o cerceamento cada vez maior ao ensino de História e criminalização do ofício do professor – a partir de projetos como Escola Sem Partido, por exemplo –, se faz necessário pensar alternativas para um ensino de história crítico, que auxilie na formação dos indivíduos para o convívio em sociedade.

Assim, os apontamentos feitos em *Cidade, Memória e Educação* nos chamam ainda mais atenção, visto esses crescentes ataques à Educação, bem como à democracia no país. Repensar o ensino de História em tempos sombrios nos cobra uma atenção redobrada, requerendo novos caminhos e metodologias. Reconhecendo assim a inevitabilidade na atual conjuntura da aplicação dessa nova BNCC, a presente reflexão busca construir uma alternativa a partir do cotidiano, que auxilie no desenvolvimento do pensamento histórico crítico nos estudantes, entendendo que trazer a percepção que a História faz parte da realidade posta e que o arcabouço oferecido pela disciplina é essencial para a compreensão do presente.

Cidade e ensino de História

Observando a exigência da nova BNCC aos alunos do 9º ano do ensino fundamental e o cotidiano dos alunos, recortamos os seguintes pontos para desenvolvimento de um plano de aula voltado a estudantes da cidade de Juiz de Fora (MG): a emergência do fascismo e do nazismo; o período varguista e suas contradições; a emergência da vida urbana e a segregação espacial; o trabalhismo e seu protagonismo político.

As aulas foram pensadas tendo em vista a história de Juiz de Fora, cidade que sempre manteve estreita relação com o Rio de Janeiro, então capital federal no recorte temporal da Era Vargas. A proximidade geográfica e produção econômica, em grande medida, explicam tal relação, uma vez que localizada na Zona da Mata mineira a cidade escoava sua produção pelos portos cariocas, desde a segunda metade do século XVIII com a construção da estrada de rodagem União e Indústria. Tal proximidade teve continuidade durante todo século XX, e durante o governo de Getúlio Vargas não foi diferente, podendo ser observada hoje na própria composição urbana juiz forana, que guarda em seus prédios, ruas e simbolicamente a imagem getulista.

Este plano foi pensando de forma a abranger a cidade como um todo, visto a utilização do urbano, todavia especificou-se nos alunos das escolas da zona norte, que é uma região mais

afastada do centro e por isso se fazia mais interessante pedagogicamente pôr a localidade ser fruto dessa estreita relação de Juiz de Fora e Getúlio Vargas, narrativa não muito evidenciada e que evoca a memória.

A primeira aula é dedicada a retomar com os alunos o conteúdo anteriormente estudado, reforçando a situação conjuntural anterior ao momento da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Para tanto, começaremos com o seguinte recorte do periódico *A Batalha*, de 1930:



Figura 1: Major Nelson de Mello, comandante da coluna “Siqueira Campos”, organizada em Bello Horizonte, que com 20 homens e duas metralhadoras, poz em debandada 300 homens do general Azevedo Costa, em Bemfica, Juiz de Fora. Legenda da foto. Jornal *A Batalha*, Rio de Janeiro, 1930.

O jornal terá o papel de aproximar os acontecimentos estudados a realidade dos alunos, uma vez que relata a passagem de uma das colunas por Bemfica, principal bairro da zona norte de Juiz de Fora. Levando-os a conhecer um pouco mais da história local e especificamente do bairro onde residem ou que está em seu cotidiano, instigando memórias coletivas.

A emergência do fascismo e do nazismo do mundo será tratada nas aulas seguintes a partir da Ação Integralista Brasileira (AIB), observando que o estudo desses movimentos é essencial para o entendimento da cultura política da época e, conseqüentemente, do governo Vargas. Nesse momento, as ideologias, objetivos e tipo de atuação da AIB servirão de base para expandirmos o conteúdo para a origem e desenvolvimento do nazifascismo europeu, além de demonstrar a prática dessas ideologias concomitantemente ao varguismo.

Introduziremos o assunto com a matéria do jornal *O Juvenil*, que nos é interessante nesse momento não só pelo *slogan*, como também por ser um órgão do movimento em Juiz de Fora:



Figura 2: O Juvenil, dezembro de 1934 (apud GONÇALVES; CORRÊA, 2011, p.212).

Dentro ainda das questões referentes ao nazifascismo, vamos direcionar o conteúdo para a história local na aula seguinte. A ideia aqui é questionar aos alunos se eles conseguem se lembrar de algo em Juiz de Fora que seja resquício ou faça menção ao fascismo, em seguida sendo mostrada a imagem da Casa D'Itália, imóvel localizado na principal avenida da cidade, buscando evocar a memória do cotidiano dos alunos, uma vez que o prédio faz parte da paisagem do centro da cidade. Será, então, narrada a condição de imóvel tombado, explicitando o motivo – que foi arquitetônico –, dando especial ênfase nas características do estilo arquitetônico *Art Decó*, atentando para seu ideal de trazer a modernidade para as cidades dos anos 1930, sendo um estilo adotado não só nas obras públicas do governo Vargas, como também na Itália fascista e pelos Estados Unidos da América no mesmo período.

Passado esse primeiro momento, será explicitada a origem das Casas D'Itália e sua função, que remonta, segundo a historiadora Valéria Ferenzini (2008), ao governo fascista de Mussolini. O órgão Casa D'Itália tinha por objetivo manter certo controle sob os italianos imigrados nas diversas partes do mundo, fomentando a cultura e o sentimento de pertencimento a Itália. Juiz de Fora recebeu uma parcela de imigrantes italianos, sendo que alguns são considerados personalidades notáveis, como Pantaleone Arcuri, que abertamente tinha admiração por Mussolini (FERENZINI, 2008, p.153). Estando a empresa de Arcuri

responsável pelo projeto e grande parte da construção da Casa D'Itália em Juiz de Fora. Inaugurada em 1939, a Casa D'Itália tinha, além de uma sala do partido fascista, o *Fascio* em suas dependências, o símbolo estilizado do partido no alto da sua fachada.

Buscaremos a partir daí demonstrar mais claramente as estratégias políticas do governo Vargas para se legitimar no poder. Nos encaminhamos para as reformas empreendidas pelo governo provisório, com foco na questão trabalhista. A discussão será em torno da promulgação das leis trabalhistas e da problemática em torno do simbolismo criada por estas, que deram a Getúlio Vargas o título de “pai dos pobres”. Será lembrado com os estudantes a intensa luta dos trabalhadores desde o início do século por seus direitos, bem como a atuação dos sindicatos, que agora seriam incorporados ao Estado. A Constituição de 1934 será abordada nas duas aulas seguintes. O primeiro tema, seguindo a aula anterior, são as mudanças promovidas pela nova constituição, que reverberaram na economia, com foco na intensa industrialização do país empreendida por Vargas, bem como a vida do trabalhador urbano. A reflexão será iniciada a partir da implantação da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (F.E.E.A. atual IMBEL) em 1934 no bairro Benfica, em Juiz de Fora, com o recorte do jornal *A Noite*, de 1934:

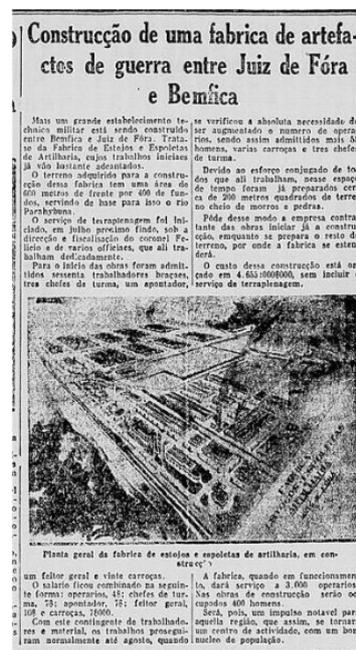


Figura 3: Notícia sobre a construção da F.E.E.A. em Benfica, que na época ainda era considerada distrito de Juiz de Fora. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Segundo processo de tombamento nº 02277/2004, a F.E.E.A. fazia parte do programa de criação de industrias estratégicas do governo, que pode ser notado já pela escolha de sua localização próxima a capital federal. Sua implantação na cidade se fez simultaneamente a

construção de conjuntos habitacionais em seu entorno, dedicados aos operários e oficiais que trabalhavam na fábrica. Em frente a fábrica também pode ser visto o Grupo Escolar (hoje E. E. Almirante Barroso), que remonta o projeto da Escola Nova do governo Vargas. Assim, esse exercício com os alunos busca compreender a modernização do país refletida na cidade de Juiz de Fora, uma vez que a zona norte da cidade sofreu grandes reformas e desenvolveu-se a partir da implantação da F.E.E.A. na região, sendo que o bairro é tradicionalmente composto pelos operários da fábrica. Juntamente a isso, também buscaremos refletir sobre os bustos e nomes das ruas do bairro, que em sua maioria se referem a militares e patronos do exército, buscando compreender a formação da mentalidade social pretendida pelo governo Vargas. Observando a edificação, nos atentaremos ao estilo arquitetônico escolhido para a fábrica, que também é o *Art Decó*.

Passaremos na aula seguinte aos aspectos simbólicos e de formação da imagem do governo, importantes dimensões para a compressão do período. Começaremos o assunto com a exibição do vídeo produzido pelo Cine Jornal Carriço, de 1936, que mostra a visita de Getúlio Vargas às instalações da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia. Os Cinejornais foram um artifício comum durante todo o período para propaganda ideológica do governo, como mostra Carlan (2015), onde se mostrava principalmente o interior do país para o Brasil urbano, reforçando a necessidade de integração e criação de uma unidade nacional. Nesse sentido, outro aspecto de formação social será abordado: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), buscando pensar junto os alunos sobre nacionalismo e a problemática da seleção de memórias.

Conclusão

Por fim, acreditamos que o tipo de metodologia utilizada para a construção das atividades expostas pode auxiliar no desenvolvimento de outras variadas estruturas que buscam agregar a cidade, a memória e a educação. Visto que, como mostra Miranda e Blanch (2013):

Os conteúdos escolares disciplinares, em sua quase totalidade, encontram aspectos tangíveis da manifestação dessa experiência no espaço urbano das periferias e dos centros urbanos que poderiam redimensionar, por completo, a relação com o saber escolar. (MIRANDA; BLANCH, 2013, p.62)

A cidade se faz então como espaço potencialmente educacional à medida que congrega multiplicidades e é essencialmente “viva e pulsante”, nos termos dos autores supracitados. É nela que podemos encontrar questões e desafios que fazem sentido a realidade

dos estudantes e que, por isso, evoca conhecimentos e ensinamentos multidisciplinares para tempos cada vez mais dinâmicos e fluidos.

Em suma, a intervenção tem por objetivo promover a cidade enquanto bem cultural e fonte histórica, partindo do presente e da percepção sensorial procuramos desenvolver nos alunos e alunas um novo olhar sobre o cotidiano e a História. Inevitavelmente, estabelecendo um paralelo entre o conteúdo e a história da cidade, promove-se também o que Lefebvre (2001) chama de Direito à Cidade, que é também o Direito à Memória, resultando na noção de pertencimento a cidade, além de instigar a reflexão sobre a preservação da memória.

Fontes

Um bravo da revolução. **A Batalha**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1930, p. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. PDF.

Construção de uma fábrica de artefactos de guerra entre Juiz de Fora e Bemfica. **A Noite**, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1934. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. PDF.

Cine Jornal Carriço. **Villegiatura Presidencial na Fazenda São Mateus**. Cinemateca Brasileira. Cine Jornal Actualidades n° 026, 2001.

FICHA ICMS CULTURAL. **Conjunto Paisagístico Praça Céu**. Pesquisa e elaboração: Dalila Varela Singulane. Prefeitura de Juiz de Fora, 2017.

Processo n° 02277/2004. **Tombamento das antigas instalações da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (FEEA)**. Divisão de Patrimônio Cultural (FUNALFA). Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Referências Bibliográficas

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n.4, v.3, jan/jun. 2016, p.86-92.

CARLAN, Leticia Amaral. Cinejornalismo na Era Vargas: ensinar ou doutrinar?. ALCAR 10° ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, UFRGS, Porto Alegre, 2015. **Anais...**, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BERTANTE, Rafael de Souza. **Um olhar sobre a sociabilidade italiana em Juiz de Fora: Italianos maçons e a "Unione Italiana Benso di Cavour"**. Dissertação (Mestrado) – UFJF, Juiz de Fora, 2017.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.). **O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FERENZINI, Valéria Leão. Os italianos e a Casa d' Italia de Juiz de Fora. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2008, p. 149-159.

GONÇALVES, Leandro Pereira e CORRÊA, Mauricio de Castro. Ação Integralista Brasileira: seus reflexos em Juiz de Fora, um resgate historiográfico. In: GONÇALVES, Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011, 432p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MIRANDA, Sônia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (org.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. 420p.

MIRANDA, Sônia Regina; BLANCH, Joan Pagès. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. MIRANDA, Sônia Regina, SIMAN, Lana Mara Castro (org.). **Cidade, Memória e Educação**. 1ªEd., Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.59-92.

REIS, Marcio Vinícius. **O art decó na obra Getuliana**: moderno antes do modernismo. Tese (Doutorado) – FAUUSP, São Paulo, 2014, 278p.

VAINFAS, Ronaldo [et. al.]. **HISTÓRIA: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2010.

A Educação Popular e o ensino de história dentro dos cursinhos populares da UFMG

Frank Lucas Xavier

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
fklxavier@gmail.com

João Batista de Oliveira Dias

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
jbdodias2@gmail.com.br

Samuel Antunes de Sousa

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
samuel.antunesh@gmail.com

Resumo: Esta apresentação tem como objetivo trabalhar as concepções de Educação Popular, no âmbito dos cursinhos populares, analisando e comparando a trajetória de dois diferentes cursinhos: O Equalizar, cursinho pré-vestibular e pré-técnico do Departamento de Engenharia Química, surgido em 2012; e o Humanizar, cursinho pré-vestibular do Departamento de História da UFMG, surgido em 2018. Além disso, buscaremos trabalhar as concepções de ensino de história possíveis dentro do contexto da educação popular. Estes cursinhos atualmente são os únicos projetos de extensão da UFMG cujo foco é a preparação de estudantes de baixa renda e de escola pública para o Enem e as provas para ingresso em colégios técnicos. Ambos são majoritariamente compostos por educandos de diversos cursos de graduação da universidade, sobretudo das licenciaturas e buscam integrar suas perspectivas pedagógicas aos saberes debatidos no espaço universitário, focando em especial nas discussões acerca da Educação Popular. A concepção de Educação Popular com a qual trabalhamos nos cursinhos segue as reflexões propostas por Carlos Rodrigues Brandão, que a partir de uma perspectiva freireana defende a educação enquanto prática que visa a construção de um senso crítico do aluno diante da sociedade e a sua autonomia diante do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido a aprovação nos vestibulares não é o único foco das práticas pedagógicas destes cursinhos, uma vez que acreditamos fortemente na necessidade de contribuir para o empoderamento dos educandos. Por fim, nossa comunicação busca trabalhar com as nossas experiências e práticas enquanto professores de história no contexto dos cursinhos populares. Preocupados na construção de um conhecimento histórico focado não apenas em seu uso instrumental nos processos seletivos, acreditamos em uma prática que se preocupa com o diálogo dos educandos com um saber que os ajude a interpretar e dialogar com a realidade na qual se inserem.

Palavras-chave: Educação Popular, Cursinho Popular, Ensino de História.

Introdução

O Cursinho Popular (CP) Equalizar foi fundado em 2012 por três estudantes do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estes estudantes se sentiam privilegiados por terem a oportunidade de estarem realizando um curso superior em uma universidade renomada como a UFMG e com isso resolveram criar um projeto com o objetivo de democratizar o acesso à mesma. Foi decidido, portanto, que esse projeto se assemelharia a um cursinho preparatório para o vestibular e ENEM. No primeiro ano, as aulas aconteciam em quinzenas para um pequeno grupo de alunos que estudavam as matérias de exatas e redação. Em 2013 o número de alunos atendidos era perto dos 25, terminando o segundo semestre do ano com 16. Em 2014 o cursinho ampliou o seu número de vagas para 90, contando com duas turmas de 45 alunos em cada uma. Em 2015, foi criado o Pré-Técnico com o objetivo de atender alunos de uma faixa etária menor que buscavam vagas em colégios técnicos como o Colégio Técnico da UFMG (COLTEC) e o Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET).

O CP Humanizar, por sua vez, teve uma criação e trajetória um pouco diferente do Equalizar. Fundado como projeto de extensão do Departamento de História da UFMG em 2018 e idealizado por anos, o Cursinho surgiu de uma vontade de um dos professores de história do CP Equalizar e de uma licencianda em história da UFMG, em integrar os professores das licenciaturas, uma vez que, o cursinho era composto em sua maioria por estudantes de engenharia e outras áreas. Além disso, não existia na UFMG um projeto educacional, nos moldes do Equalizar, que fosse de iniciativa das licenciaturas e que contasse em sua maioria com estudantes e professores desta modalidade de graduação. No seu primeiro ano, o Cursinho contou com cerca de 80 alunos vindos da lista de excedentes do CP Equalizar. Devido à grande taxa de evasão após o primeiro semestre letivo, foi feito um novo processo seletivo de alunos pelo próprio Cursinho, terminando o ano de 2018 com cerca de 20 alunos.

Diante do apresentado, se faz necessário destacar alguns elementos de divergência entre os dois cursinhos que, apesar de terem objetivos semelhantes, tem suas particularidades. O CP Equalizar possui sua estrutura administrativa semelhante a uma empresa júnior, com diversas diretorias encarregadas de cuidar de funções específicas. O Cursinho possui ainda uma equipe administrativa composta sobretudo por estudantes de engenharia. Desde sua fundação em 2012

até 2018 contou com uma prova de seleção de seus alunos que realizavam um teste contendo todas as matérias exigidas pelo ENEM, onde aqueles com as maiores notas eram aprovados para realizarem o Cursinho. O Humanizar, por sua vez, inicialmente era gerido por duas pessoas que dividiam as responsabilidades entre si. Os professores são em sua maioria de cursos de licenciatura da UFMG, onde apenas uma professora, da disciplina de matemática, é de uma das engenharias devido à falta de inscrições de licenciandos em matemática para atuarem como professores do cursinho. No primeiro processo seletivo de alunos do Humanizar, foi consenso entre os fundadores, que a admissão de alunos seria feito pelo critério de renda crescente até o preenchido todas as vagas.

Uma pesquisa realizada no mês de maio de 2019, feita através do preenchimento de um formulário online entre os dois cursinhos mostrou alguns dados interessantes. Daqueles que responderam ao formulário 67,5% ainda não concluíram o seu curso de origem, estando dando aulas ou monitorias no cursinho e cursando a graduação ao mesmo tempo. Dentre as principais causas que fizeram com que eles atuassem em um cursinho popular 92,5% responderam que o desejo de contribuir para a democratização da educação os motivou, enquanto que 67,5% ainda disseram que estavam trabalhando nos cursinhos por entenderem a importância desse tipo de iniciativa, mesmo não tendo sido aluno de cursinho popular. E Por último, quando questionados sobre os principais efeitos em termos profissionais e pessoais de participarem de um cursinho popular 97,5% responderam que o efeito era o de sentimento de contribuição social e ainda 75% alegaram obter uma satisfação pessoal. Tais dados nos mostram que as pessoas que estão nesses cursinhos como voluntários são em sua maioria alunos ou ex-alunos dos diversos cursos da UFMG que buscam uma democratização do ensino superior para indivíduos das camadas populares da sociedade.

Vale a pena mencionar que o número de cursinhos populares vem aumentando a cada dia. Em Minas Gerais, são cerca de 20 cursinhos que fazem parte da Rede de Cursinhos Populares de Minas Gerais, atendendo uma média de mais de 2000 alunas e alunos anualmente. O Instituto Equale, uma organização sem fins lucrativos, foi responsável pela criação de quatro destes cursinhos. Entretanto, ainda são longos os caminhos a serem percorridos para a ampliação de vagas e manutenção dos mesmos. Em São Paulo, por exemplo, existem cursinhos que sozinhos atendem a cerca de 1000 alunos por ano, evidenciando como iniciativas como essas devem ser estimuladas para que haja uma maior democratização ao acesso do ensino superior pelas camadas

populares da sociedade.

Os cursinhos populares e seu diálogo com a educação popular

Dentre as inúmeras especificidades do Humanizar e do Equalizar enquanto cursinhos populares vale a menção de serem cursinhos que ocorrem em um espaço universitário: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A UFMG se configura, assim como as outras universidades públicas no Brasil, como um espaço marcado pela contradição. Por mais que se constitua enquanto um espaço público, é perceptível o isolamento que ela possui da cidade ao seu redor e de grande parte de seus habitantes. Uma parcela significativa da população belorizontina tem pouco ou nenhum contato com o espaço da UFMG e não é incomum perceber que muitos não têm ao menos o conhecimento de que a mesma se trata de uma universidade gratuita.

Em grande medida este cenário se constitui pelo fato de que apesar de pública, a UFMG, assim como outras universidades públicas apenas muito recentemente começaram a ser pensadas enquanto espaços democratizados de formação da população e não apenas de uma elite econômica que se confundia com uma suposta elite intelectual, inserida em um meio educacional por meio de uma instituição de ensino, preocupados, sobretudo, com a manutenção de um quadro de desigualdade social. Como afirma Brandão (1981) ao detectar este fenômeno na América Latina:

A divisão social do trabalho faz, de quase todos os mundos sociais da América Latina, lugares onde o saber e a palavra que o conduz não estão igualmente distribuídos de modos diferentes, mas são desigualmente repartidos de modo hierárquico. São repartidos de tal forma que, sob a aparência de que todas as pessoas possam saber, em princípio, a respeito de tudo e, livres, dizerem todas as coisas, apenas poucas pessoas de fato alcançam e possuem níveis de saber de que equivalem ao poder do controle dos direitos de falar e saber de todos os outros. (BRANDÃO, 1981, p. 4)

Apenas recentemente políticas públicas pensadas e implementadas, em grande medida pelos governos petistas nas últimas duas décadas, tem começado a transformar tal cenário. Em termos de acessibilidade, o grande exemplo com certeza está na Lei 12.711 de 2012, ou *Lei de Cotas*, que institucionalizou definitivamente e de forma ampla nas universidades federais brasileiras a possibilidade de acesso para alunos vindos de escola pública, ou alunos negros provenientes deste espaço.

Contudo, em linhas gerais, isto ainda não foi suficiente para uma plena democratização das

universidades federais, em especial da UFMG. Ao lado de algumas outras universidades públicas, tanto federais quanto estaduais, como USP, UNICAMP, UFRJ e UNB, ela ainda é uma das universidades que apresenta algumas das melhores colocações em índices nacionais e internacionais de ensino e pesquisa. Como consequência, temos uma universidade de grande concorrência no processo de ingresso e, conseqüentemente, uma parcela significativa daquelas e daqueles que deveriam ser o principal público da Instituição são sendo adequadamente preparados para competir por este espaço.

É neste contexto de desigualdade de oportunidades que integra o espaço da universidade pública, que só pode ser explicada quando olhamos para além dela, como Carlos Brandão direciona nas palavras acima colocadas. Em tom crítico a uma perspectiva, e, sobretudo, a um modelo de educação que se integra neste *modus operandi*, o autor afirma:

Separando-a por vezes do mundo e de domínios sociais e culturais onde ela concretamente existe, ou, ao contrário, associando-a diretamente a amplas e longínquas “determinações sociais” o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a *cultura* — o lugar social das idéias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui. (BRANDÃO, 1981. p. 5)

Carlos Brandão, andando na contramão desta perspectiva educacional formal, burocratizada e utilitarista que por vezes coloca o aprender como tendo objetivo único a aprovação na universidade, quase sempre pensada em moldes meritocratas, que forma *instruídos* e *excluídos* (BRANDÃO, 1981), entende a necessidade de um projeto de educação que:

[...] tende a definir-se como um trabalho pedagógico retotalizador de todo o sistema da educação desde o ponto de vista das classes populares e a serviço de seu trabalho simbólico e político de transformação da ordem social dominante. (BRANDÃO, 1981. p.44).

Tal perspectiva, a qual o autor atribuiu a um projeto de *educação popular* é a base pedagógica a partir da qual cursinhos populares tais como o Equalizar e o Humanizar se sustentam. Tal projeto pedagógico, cujas bases remontam a movimentos políticos e pedagógicos da década de 1960 (BRANDÃO, 1981), se fundamenta em grande medida em ir contra a ideia de uma educação compensatória, uma opção à educação formal para àqueles que não tiveram acesso a ela, como se viu em iniciativas de educação para adultos deste mesmo período. (BRANDÃO, 1981)

A educação popular se entende como prática de transformação social, como um projeto

que extrapola a atuação pedagógica por si só. Esta perspectiva vai contra uma ideia de educação compensatória, como foi colocado, dialoga também com classes populares, sobretudo por esta não atuar de maneira concreta para superar o sistema de desigualdade que, inclusive, gerou a necessidade de sua existência. (BRANDÃO, 1981). A educação popular, a partir de uma perspectiva freireana, se entende enquanto prática libertadora que desde sua origem se pensa como “uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural, vigentes”. (BRANDÃO, 1981, p. 46).

Isso nos leva a pensar no cursinho popular enquanto um espaço pedagógico e, conseqüentemente, um espaço que busca dialogar com o conceito de educação popular abordado aqui. O ensino de história nesse contexto ganha dimensões específicas. Em primeiro lugar porque transitamos em um espaço que é ao mesmo tempo escolar e não escolar. Os nossos cursinhos populares enquanto práticas concretas emulam a situação da sala de aula, seus códigos e suas configurações espaciais. Marcas de uma “educação tradicional” se apresentam a todo o momento. Utilizamos inclusive espaços que concretamente são escolares, por serem universitários. Ao mesmo tempo não nos constituímos enquanto uma instituição escolar propriamente dita, existimos de forma a suprir, idealmente de forma temporária, a incapacidade do modelo escolar tradicional, buscando práticas de libertação que efetivamente contribuam para um processo de construção de uma sociedade igualitária.

Dessa forma, o primeiro elemento da prática docente que nós professores de história idealmente devemos levar em consideração é que a sala de aula é um espaço de diálogo e que o conteúdo e as habilidades que buscamos construir junto aos alunos devem ser trabalhados a partir do diálogo. Em perspectiva freiriana, devemos buscar partir da realidade dos alunos. A história é ferramenta de empoderamento, de libertação de indivíduos no presente. Dado isso, o passado é ferramenta de compreensão do presente, não apenas espaço de construção de habilidades cuja instrumentalização visa unicamente o bom resultado em processos seletivos.

Nesse sentido, o diálogo deve se pautar também em sua dimensão primordial: ele não existe se não houver tentativa de entender o outro e compreender sua realidade. Aqui o outro é o aluno, e é importante saber quem é ele, tal como a realidade que o permeia, além de entender que o mesmo se insere em um quadro social mais amplo ao qual visamos a transformação. As

realidades de boa parte dos estudantes são complexas e este desafio é posto na estrutura do cursinho, pois sendo projetos populares que selecionam seus estudantes por renda per capita, o desafio é o de ofertar condições de participação efetiva destas e destes indivíduos. As grandes causas de desistências encontram-se na falta de dinheiro para passagens de ônibus e metro, e a necessidade de alimentação, visto que muitas e muitos destes estudantes dirigem-se até o cursinho após seus trabalhos.

Nestas circunstâncias ser professor de um projeto popular, vai além da própria disciplina lecionada, pois isto exige sensibilidade para as diversas problemáticas do dia a dia que são imprescindíveis para a efetividade das atividades e matérias lecionadas. Desta forma, a docência da disciplina de história dentro de um Cursinho Popular, está intimamente ligada à tentativa tanto de democratização ao acesso do conhecimento, quanto de emancipação cidadã destes indivíduos em sua trajetória acadêmica. Sendo assim, um paradoxo complexo se faz perante toda professora e professor de Cursinho Popular, o de transmitir o conteúdo programado para o vestibular e ao mesmo tempo realizar uma reflexão político-cultural com estas e estes estudantes, da maneira mais horizontal e democrática possível.

Assim sendo, a democratização do ensino por meio de um Cursinho Popular vai além da construção de um mero Cursinho pré-vestibular, do contrário, a emancipação cultural, política, social e intelectual de todas e todos os estudantes assistidos por essas instituições, é uma prática diária. O ensino de história se enquadra dentro do projeto construtivo de uma educação libertadora, como propõe Paulo Freire, onde as e os estudantes tomam pra si uma autonomia intelectual e uma emancipação política frente à sociedade, enxergando-se dentro das complexas engrenagens sociais históricas. Os quadros de professoras e professores de cursinhos populares cumumente são compostos por ex-alunas e alunos de Cursinhos Populares, que ingressaram nas mais diversas Universidades. Isto revela o quanto esta estrutura tem sido capaz de transformar e emancipar diversas e diversos jovens, levando-os a espaços que durante muito tempo a eles eram cerceados. Faz parte da missão dos Cursinhos Populares romper estas barreiras e ultrapassar as fronteiras que nosso sistema educacional impõe, sem falsas expectativas e vãs ilusões, sempre acreditando no poder emancipatório que só a educação é capaz de promover.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981. 116 p.

Ensino de história no Arquivo Público Mineiro: relatos de experiências

Isabela Rodrigues Silva Ribeiro
Graduada em História
isabela.riba@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre o uso da instituição arquivística como espaço para o ensino de história. Para fazer essa análise, tomo como objeto de estudo o *Arquivo Público Mineiro*, centenária instituição cultural, e compartilho duas experiências docentes que vivenciei na Instituição. A primeira experiência foi a visita realizada com os alunos de pré-vestibular (2015), que foi formulada pensando nos “temas relevantes” para as principais provas de vestibular, principalmente o Enem. Os alunos tiveram a oportunidade de ter contato com documentos de diversos assuntos estudados: escravidão, revoltas de escravos, formação de quilombos, organização da administração colonial, Inconfidência Mineira, imigração, Construção da cidade de Belo Horizonte, Revolução de 30, Ditadura Militar, entre outros. Além da visita à Diretoria de Arquivos Permanentes, onde os alunos viram a documentação, ministrei uma aula de história sobre a ditadura militar brasileira. A visita realizada com os alunos da EJA (2016) também teve como um dos objetivos apresentar aos alunos documentos relacionados aos temas estudados em sala de aula. O objetivo principal, comum aos dois momentos, foi o de unir a prática docente em História às múltiplas experiências culturais que o ensino dessa disciplina pode proporcionar aos discentes. Além disso, ao pensar o ensino fora das quatro paredes da sala de aula, tive a oportunidade de franquear a esses cidadãos o acesso a essa Instituição centenária.

Palavras-chave: Ações educativas, Ensino de história, Arquivo Público Mineiro.

A Lei nº 8.159, do dia 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, define os arquivos públicos como conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. As instituições arquivísticas públicas possuem papel precípua de recolhimento, guarda e disponibilização para acesso desses documentos.

Os arquivos públicos brasileiros passaram a desempenhar também um caráter educativo, através da promoção de visitas e demais atividades educativas, inspirados em realidades de outros países, especialmente a França. Esse processo foi fortalecido com a redemocratização do país, após a ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964, momento em que os currículos da educação básica passaram por mudanças e os parâmetros utilizados apontavam para o desenvolvimento da habilidade de conhecimento e preservação do patrimônio cultural. Os conhecimentos que passaram a compor o currículo da educação

básica levavam à compreensão dos arquivos enquanto espaço para guarda e preservação da memória e dos documentos enquanto fontes para a percepção da memória, identidade e história da sociedade.

A promoção de atividades educativas por parte das instituições arquivísticas brasileiras ainda não é uma realidade difundida em todas as instituições. Neste trabalho, analisamos especificamente o caso do *Arquivo Público Mineiro* (APM).

Arquivo Público Mineiro

Um dos primeiros arquivos do Brasil e a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais, o *Arquivo Público Mineiro* foi criado em 1895 na cidade de Ouro Preto. Atualmente está atrelado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e é responsável pelo recolhimento dos documentos permanentes do poder executivo estadual.

Cerca de 1,6 quilômetro de documentos públicos e 94,34 metros de documentos privados estão disponíveis para acesso, totalizando uma média de 7.168.000 páginas, segundo dados da Diretoria de Arquivos Permanentes do Arquivo. Santos e Venâncio (2015, p.20), informam que, além de toda essa documentação que já foi recolhida, tratada e disponibilizada para acesso, existem em torno de 75 mil metros lineares de documentos acumulados pelo Poder Executivo desde a década de 1940, que não foram recolhidos (salvo algumas exceções), devido à falta de espaço e suporte técnico na Instituição.

Apesar de sua importância histórica, do fato de estar localizado em um prédio tombado como patrimônio cultural e de integrar o maior complexo cultural do país, o *Circuito Liberdade*, o APM está entre os arquivos brasileiros que não promovem atividades educativas de forma institucional e sistematizada. Não há um setor educativo estruturado no Arquivo e, conseqüentemente, são ofertadas poucas atividades educativas, das quais, se destacam as visitas técnicas, palestras e oficinas.

As visitas técnicas possuem objetivo de apresentar o histórico da Instituição, suas instalações, o trabalho realizado, bem como uma amostra de seu variado acervo. O APM recebe poucas visitas ao longo do ano e, proporcionalmente, poucas turmas da educação básica. Os grupos que visitam o Arquivo são, na maioria, alunos de graduação, principalmente os cursos de história, arquivologia, conservação e restauração, arquitetura, e alunos de cursos técnicos.

Para dinamizar suas atividades, a Instituição se empenha na participação de eventos como, por exemplo, a Semana Nacional de Arquivos, iniciativa do *Arquivo Nacional* e da *Fundação Casa de Rui Barbosa*, que em 2019 completou sua terceira edição, ocorrida de 03 a 08 de junho. Em comemoração ao dia internacional dos arquivos, 09 de junho, a semana é uma ação que visa promover eventos em arquivos e outras instituições de memórias de todo o país, com objetivo de aproximá-las da sociedade. A programação do APM deste ano contou com realização de visita noturna à Instituição, oficina de paleografia e de higienização e acondicionamento de documentos e palestras.

Experiências no *Arquivo Público Mineiro*

Trabalhei no Arquivo entre o período de setembro de 2013 a junho de 2018, em projetos desenvolvidos pela Diretoria de Arquivos Permanentes, pela Diretoria de Conservação de Documentos e pela *Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro* (ACAPM), entidade civil, sem fins lucrativos, que foi criada em 1995 com o propósito de apoiar o *Arquivo Público Mineiro* no desenvolvimento de projetos culturais e na dinamização de seus programas e atividades técnicas. A Associação é a principal parceira do APM, desempenhando um papel fundamental na captação de recursos e na administração de iniciativas firmadas entre o Arquivo e as agências de fomento, entidades governamentais e sociedade civil. A ACAPM atua no apoio à capacitação técnica, no desenvolvimento de projetos de pesquisa histórica e na conservação de acervos documentais auxiliando, ainda, na infraestrutura e manutenção do APM.

Ao longo dessa experiência, tive oportunidade de mediar algumas atividades e, inclusive, de promover duas visitas à Instituição. No ano de 2015, paralela à minha atuação no APM, trabalhei em um curso pré-vestibular da região metropolitana de Belo Horizonte. Dentre as minhas atividades, atuei ministrando aulas temáticas para aprofundar os temas mais frequentes no Enem e demais vestibulares. Disponibilizei fontes variadas como músicas, filmes, textos e documentos de arquivos, para fundamentar e enriquecer as aulas. Ao levar para a sala de aula a transcrição de documentos sobre diversas sedições que ocorreram em Minas Gerais no período colonial, os estudantes manifestaram o interesse de conhecer o local onde os documentos estavam arquivados e ter acesso a essas fontes. A partir dessas dúvidas e inquietações, marcamos, então, uma visita ao APM intitulada a “Aula de História no *Arquivo Público Mineiro*”, da qual participaram cerca de vinte alunos.

Para a “Aula de História no *Arquivo Público Mineiro*” foi elaborado um roteiro de atividade diferente do que é ofertado dentro das visitas técnicas habituais oferecidas no APM. Após a apresentação do histórico da Instituição, os alunos foram levados à sala da Diretoria de Arquivos Permanentes, onde tiveram a oportunidade de analisar diversas tipologias documentais. Foram separados documentos relacionados aos temas estudados no pré-vestibular, como escravidão, revoltas e sedições, imigração, Revolução de 30, visitas diplomáticas de ex-presidentes, ditadura militar, Diretas Já, entre outros. Nessa ocasião, recebeu destaque a vassourinha usada como símbolo na campanha presidencial de Jânio Quadros. O exemplar apresentado aos estudantes pertenceu ao seu ex-secretário particular, José Aparecido de Oliveira, cujo acervo foi doado ao Arquivo por sua viúva Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, no ano de 2008. Em seguida à análise dos documentos, foi ministrada uma aula sobre Ditadura Militar, que buscou resgatar com os alunos os documentos analisados.

A segunda visita foi realizada com os alunos da educação de jovens e adultos do *Centro Pedagógico* da UFMG (CP-UFMG), onde atuei como docente durante o segundo semestre de 2016. A proposta desta visita era levar os estudantes para conhecer um espaço onde muitos deles passavam em frente com frequência, mas não sabiam que se tratava do *Arquivo Público Mineiro*. Em sala de aula, ao falar do APM, a maioria dos alunos não sabia de suas atribuições ou, nem mesmo de sua existência. Durante a visita, por exemplo, uma das alunas afirmou: “eu passava aqui na porta todo dia e achava que a entrada era proibida”.

Assim como na primeira visita citada, conduzimos os estudantes da EJA à sala da Diretoria de Arquivos Permanentes para discutirmos e analisarmos os diferentes documentos. Além de contribuírem com seus conhecimentos sobre os assuntos trabalhados, os estudantes contavam casos de parentes, amigos e pessoas próximas que tinham vivenciado algum momento retratado ou abordado na documentação, o que foi bastante enriquecedor para o debate. Levar ao Arquivo uma turma de alunos mais velhos, na faixa dos 40 a 70 anos, se mostrou uma experiência bastante significativa, uma vez que se trata de uma geração mais próxima a acontecimentos tais como a imigração, aos primeiros anos de construção de Belo Horizonte, ao período Vargas, além de terem vivenciado a ditadura militar e o período de redemocratização, entre outros.

As visitas relatadas não são atividades realizadas de forma recorrente no APM, se trata de casos isolados. Conforme mencionado, não há uma diferenciação no formato das visitas

realizadas quanto ao público recebido, são sempre visitas técnicas. Isto é, por outras palavras, o Arquivo não possui atividades específicas voltadas para atender diferentes públicos.

Em contraponto a esta realidade, as duas visitas demonstram o quanto o espaço da instituição arquivística pode ser potencializado e se tornar essencial à prática docente. Ainda, vale destacar que o *Arquivo Público Mineiro* pertence à sociedade e deve, por conseguinte, ser apropriado e utilizado por todos os cidadãos. Devemos nos atentar, porém, às palavras de Heloisa Bellotto:

É preciso que fique bem claro para os administradores, os historiadores e para o público em geral que os arquivos das repartições públicas devem atender fundamentalmente às necessidades das administrações a que servem: representam o seu arsenal, constituem sua base operacional, seja na idade corrente, dos arquivos de gestão, seja já nas instâncias da inatividade, quando ainda – e sempre – guardam sua validade informacional. Nenhum arquivo público sobreviverá em prestígio e em dotações orçamentárias, se se esquecer dessa máxima. Não alcançará a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural onde bem-sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições. (BELLOTTO, 2004, p.227).

A atribuição de um papel educativo aos arquivos, não deve sobrepor às atribuições que justificam a sua existência. Mas, a dimensão educativa possui papel precípua para a difusão e manutenção dos arquivos, permitindo maior aproximação da instituição com a sociedade.

Ensino de história em arquivos

Enquanto espaço de guarda de memória, a instituição arquivística possui grande potencialidade para o ensino de história. Apesar disso, é notável a escassez de investimentos por parte do poder público para que os arquivos exerçam suas funções básicas e, tampouco para realização de atividades educativas. Quando comparado aos museus, os investimentos são considerados incipientes, como pontua Parrela (2013, p. 126). Somado a isso, há uma cultura muito forte da educação patrimonial voltada para as exposições que, ao contrário dos museus, nem sempre são encontradas nas instituições arquivísticas. Esse é um grande desafio para essas instituições, que devem pensar em outras formas de atendimento ao público visitante.

Portanto, há a necessidade primeira de aumentar os investimentos às instituições arquivísticas e melhorar sua difusão na sociedade, para que os cidadãos possam reconhecer suas funções e a sua importância, propiciando um ambiente mais favorável à realização das atividades educativas. A construção de um espaço público em que os cidadãos sejam mais

atuantes e participativos perpassa inexoravelmente pela conscientização destes acerca da importância da preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Neste sentido, o arquivo pode exercer, juntamente com outras instituições de cultura, um papel de protagonismo no que diz respeito à promoção de uma educação para a cidadania, preservação da memória e da história, contribuindo assim para a formação da identidade cultural e social da comunidade a que servem.

Conclusão

Através das experiências relatadas no *Arquivo Público Mineiro*, conclui-se que atuação dessa instituição tem sido limitada a uma pequena parcela da população. É necessária uma maior difusão do Arquivo, divulgação de suas atribuições e dos documentos sob sua guarda e as possibilidades de utilização deste acervo, seja para suporte à pesquisa, seja para auxiliar os professores em suas práticas docentes. Nesse sentido, um dos caminhos possíveis, que pode contribuir para estimular a utilização do APM, perpassa pelo uso do seu acervo pela rede de educação escolar básica.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História para os terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental apontam:

Ao longo da História brasileira existiram concepções diferentes para patrimônio histórico e cultural. Uma das correntes atuais define patrimônio em três grandes dimensões: natural ou ecológico, histórico-artístico e documental. Nesse sentido, há o esforço de preservar, como patrimônio: o meio ambiente; os conjuntos urbanos; os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as formas de expressão; e os modos de criar, fazer e viver. Por sua vez, há o esforço de preservar, como patrimônio histórico, o patrimônio arquitetônico, arqueológico, documental, arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico e todos os outros bens que documentam a História de uma sociedade. (BRASIL, 1998, p.90).

A concepção da importância de preservação e conhecimento do patrimônio arquivístico está, portanto, embasada nos próprios PCNs, diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar os professores no âmbito de cada disciplina da educação básica. Os diversos documentos que estão sob a guarda dos arquivos, tais como fotos, cartas, mapas, manuscritos, impressos, entre outros, permitem ao estudante se apropriarem de forma mais significativa do passado. Trata-se de suportes que, em certa medida, podem funcionar como

mediadores entre as diferentes épocas. Sem perder de vista, porém, que é a partir do presente que o historiador constrói o saber histórico.

O passado que explica e confere legitimidade ao presente é aquele visto como um processo de mudanças – um passado que não se apresenta como algo inerte e estático. A história deve ser vista e entendida como um processo, acontecimentos sociais resultantes de um conjunto de ações humanas e, nesse sentido, a instituição arquivística deve ser apropriada como o espaço de mediação nesse processo. O interesse da sociedade pelos arquivos depende inexoravelmente do reconhecimento da importância de se guardar e valorizar a história e a memória.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm#art22 Acesso: 29 nov. 2017

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História/Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. 2.ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PARRELA, Ivana Denise. Educação Patrimonial nos Arquivos Brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.124-133 jan./abr., 2013.

SANTOS, Vilma Moreira dos; VENANCIO, Renato Pinto. Patrimônio, pesquisa e cidadania. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano LI, nº1, jan.-jun. 2015.

Ensino de História, patrimônio e memórias: o distrito de São Pedro de Caldas – MG

Isaiás Gabriel Franco

Graduado em História

Pós-graduando em Música e Interdisciplinaridade

Universidade Federal de Ouro Preto

isaiasgabrielfranco@hotmail.com

Resumo: O trabalho a ser apresentado visa refletir sobre desafios e potencialidades na promoção de um ensino de história em interface com as memórias locais, bem como com a promoção de concepções e estratégias patrimoniais voltadas à consolidação e à legitimação de identidades histórico-sociais. A escolha de São Pedro de Caldas, integrante do município de Caldas, estado de Minas Gerais, como objeto desta apresentação deveu-se à reflexão e a estudos já previamente desenvolvidos acerca das identidades de perfil histórico-social atribuídas pelos moradores a esse distrito, no entrelaçamento de memórias e dados históricos. Nascido na localidade, dispus e trabalhei sob uma ampla gama de fontes inéditas (manuscritas, jornalísticas, iconográficas), juntamente com a realização de entrevistas com muitos habitantes. Não obstante, no tocante a esta pesquisa, duas problemáticas e hipóteses ganharam contornos próprios. Assim, quer em relação à produção de saber histórico, quer às memórias locais, indagou-se sobre os principais marcos simbólico-identitários do distrito de São Pedro de Caldas, sugerindo-se, como hipótese, que a fundação do distrito foi viabilizada não somente por fatores econômicos (a doação de parcela do terreno de uma fazenda para criação da vila), mas também ético-sociais, mais especificamente filantrópicos (a fundação de um distrito mais próximo aos pólos de atendimento médico no sul de Minas, já que antes da fundação da vila, os doentes deveriam viajar mais de um dia em carro de boi para obter tratamento). De forma concomitante, no âmbito das investigações acerca do ensino de história, sugere-se que a interface das memórias sociais com a educação histórica viabiliza que esta não se limite à cognição, mas também incorpore afetos e mobilizações, viabilizando uma ressignificação histórica não só dos espaços histórico-sociais, mas sobretudo das intersubjetividades daqueles que a promovem.

Palavras – Chave: História local, patrimônio, memória, identidades, São Pedro de Caldas.

A importância que a história local exerce na formação da cultura histórica é expressiva, inclusive no âmbito do ensino formal, na educação básica. Considera-se que o saber histórico escolar, para ser produzido de forma significativa e gratificante, carece de um prévio re-conhecimento das memórias e identidades portadas pelos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, compreende-se a produção de narrativas acerca da história local, no âmbito da educação histórica, como uma ética específica de pertencimento, associada ao compartilhar de práticas, acontecimentos e valores, necessariamente vivenciados ou comunicados no cotidiano, o que implica em uma

proximidade espacial e em uma contiguidade de relações sociais (como de vizinhança e até de parentesco). (GONÇALVES, 2007)

É procedente, portanto, a afirmar, que a história local tem se mostrado como uma abordagem de renovado interesse teórico-historiográfico, bem como no campo do ensino da história. Para tanto também tem contribuído a eclosão, na contemporaneidade, da crise de historicidade, em que mudanças cada vez mais aceleradas parecem diluir os fundamentos de sentido que até então haviam sido veiculados por grandes narrativas históricas, como o Estado Nacional e a racionalidade científica, ambos considerados, durante determinado período, como vetores do progresso humano. Dissociados, passado e futuro perdem sua força referencial, centrada agora um presente contínuo, mas esvaziado, porque geralmente desprovido de tradições e utopias. Daí também a importância da reflexão sobre um ensino de história que retome a questão das memórias e identidades sob o viés do pertencimento, a partir do qual os sujeitos se percebem como integrantes de uma comunidade, ainda que “imaginada”.

Enfim, reitera-se a validade do recurso à história local como uma das estratégias possíveis para a aprendizagem do conhecimento histórico. A resignificação das memórias e identidades locais, relidas a partir da educação histórica, pode alargar as escolhas da aluno quanto às modalidades de inserção na comunidade onde estuda ou reside, ao mesmo tempo em que colabora na promoção de atitudes investigativas, de forma não dissociada de seu cotidiano. Formula-se, assim, um saber histórico escolar mais multifacetado, mais tensional, e sobretudo, mais intersubjetivo e político (SCHMIDT, 2007).

No tocante ao ensino de história, o professor é instado a partir dessa articulação entre história e bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática a seu respeito, orientando os alunos da educação básica à produção de conhecimentos referentes ao território e aos bens culturais. Este é um conhecimento em escala local, propiciando aos estudantes uma melhor compreensão do cenário de sua vida.

É possível, não obstante, aprofundar-se ainda mais a dimensão reflexiva e ético-política do ensino de história, articulando ensino de história não apenas aos bens culturais, mas, de forma concomitante, às memórias portadas pelos sujeitos do processo ensino-aprendizagem sobre suas experiências intersubjetivas. Assim, a memória apresenta-se como um fator de crucial importância à formação histórica, sendo compreendida, no bojo deste projeto, como uma representação seletiva da experiência social, configurada em função de

questões que, presentes à sobrevivência ou à perpetuidade cultural-afetiva (ou até mesmo física) de um grupo ou comunidade, emergem no tempo presente. A memória, assim, procede ao encadeamento de lembranças, ao mesmo tempo que produz esquecimentos, a fim de gerar um suporte identitário, único em sua singularidade, a um conjunto de sujeitos (BOSI, 1983).

A maneira pela qual esta pesquisa buscou abordar a história local do distrito de São Pedro de Caldas, situado no município de Caldas, estado de Minas Gerais, é bastante peculiar. Optou-se por perspectivar tal historicidade, privilegiando as memórias dos moradores, mas segundo as alegorias e narrativas privilegiadas em um desfile realizado em junho de 2012. Tal evento foi idealizado pela Escola Estadual José Franco, voltada para o ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Essa instituição escolar, em fins de 2011, baseando-se no PPP (projeto político pedagógico) detectou o que lhe parecia ser uma lacuna na relação Escola-Comunidade. Então, em fevereiro de 2012, na reunião de planejamento anual da Escola, foi decidido que naquele ano se implementaria algo diferente, no sentido de favorecer a articulação proposta. Surgiu assim o projeto de abordagem da história do distrito de São Pedro de Caldas em parceria com a outra escola local (Escola Municipal Mauro Franco) e com a comunidade em geral, a partir das ações previstas no PPP (projeto político pedagógico) e no PIP (projeto de intervenção pedagógica).

Tal ação constitui-se basicamente de duas etapas: 1) a pesquisa da história local através de documentos (fotografias, impressos, relatos, entrevistas etc.), seguida pela interpretação didática dessas fontes em sala de aula; 2) a promoção de um desfile, encadeado por carros alegóricos, que seriam confeccionados em parceria da comunidade com a Escola.

Tendo em conta que o desfile é uma festa e que “a festa somente pode existir quando situada historicamente” (ORTIZ, 2006 *apud* FARIAS, p.11), faz-se necessário esclarecer alguns pontos que falem da tradição do desfile alegórico no Brasil. Oriunda de tempos remotos, a tradição do desfile (nos termos aqui analisados) chega ao Brasil com o carnaval em moldes europeus. É possível dividir essa tradição em dois tempos: “Há primeiro uma modernidade, que poderíamos dizer é “clássica”, pois emerge na Europa do século XIX. Translada para o Brasil ela encontra o seu nicho na cidade. Este é o lugar no qual as pessoas se juntam e a festa necessita desta aglomeração para ser espetacular” (ORTIZ, 2006 *apud* FARIAS, p.11). Assim, nesse primeiro momento, o carnaval do qual faz parte o desfile seria também “a antítese de tudo o que marca o desencantamento do mundo” (Ibidem, p. 9), além de privilegiar certos espaços urbanos tidos como signos da modernidade: “a avenida marca um novo espaço simbólico” (ORTIZ, 2006 *apud* FARIAS, p.11). Já

um segundo momento dessa modernidade associa-se à construção do Estado-Nação. Vargas, a ruptura com a oligarquia, a industrialização, a centralização política, a reforma do aparelho do estado. Todo esse processo pode ser lido no contexto da festa [...] Ao lado do futebol, da mulata e do samba, ela tem a função de soldar a população em torno do mesmo ideal. (ORTIZ, 2006 *apud* FARIAS, p.12)

Logo, embora vinculado à sua localização histórico-temporal, o desfile, simultaneamente, também “mantém sua continuidade ao longo do tempo, por isso é possível aprendê-lo historicamente, mas ele encontra-se em constante metamorfose, diferenciando-se do passado e deixando claro que uma época efetivamente passou” (ORTIZ, 2006 *apud* FARIAS, p.10). Deste modo, quando a Escola, em parceria com a Comunidade de São Pedro de Caldas, decide contar a história do distrito onde ela se situa, tal narrativa alegórica constitui-se em uma reelaboração ou ressignificação do passado, e não de uma representação objetiva “do que exatamente aconteceu”.

O projeto de desfile então aprovado implicava na apresentação de uma série de carros alegóricos e de pequenas alas, que abordavam a história do lugarejo sob diferentes temáticas. Foram contempladas diversos momentos e aspectos da trajetória do local - religiosidade, fundação, sociabilidade da antiga Vila.

Diante da experiência cultural empreendida pelo desfile, pode-se afirmar que as narrativas, não morreram como muitos teimam em afirmar, mas que ao contrário, elas somente precisam de outras formas para serem traduzidas à sociedade. E é diante disso que se perspectivou o objetivo da presente pesquisa aqui apresentada: interpretar histórias e memórias de São Pedro de Caldas, mas isto com base nas alegorias do desfile alí realizado em 30 de junho 2012.

Por isso, o conceito de memória, nesta pesquisa, encontra-se intimamente vinculado ao conceito de identidade, entendido como a representação produzida por um agente, individual ou coletivo, sobre si mesmo e continuamente expressa não apenas a ele próprio, mas aos demais agentes sociais. Mostra-se muito relevante que a identidade expresse tanto a maneira como o sujeito se autoconcebe como aquela com que deseja ser percebido. O sujeito, portanto, não detém o controle do processo de sua configuração identitária, a qual envolve delicados processos de aceitabilidade social (POLLAK, 1992)

Diante do desafio, constatou-se também que as fontes memorialísticas circulantes pelo distrito de São Pedro de Caldas claramente privilegiavam dados histórico-cronológicos,

geralmente associados ao protagonismo do Estado e aos recursos monetários. Contudo, uma atenção mais detida às narrativas dos moradores sobre a localidade, permite perceber que tais agentes privilegiam outros marcos simbólico-culturais, que não o poder político ou econômico, coisas percebidas pelo que foi desfilado. O religioso, o musical, o esportivo e o festivo são alguns desses marcos por exemplo.

Outro ponto importante que a pesquisa buscou levar em consideração foi a necessidade de se partir da realidade experimentada fora da sala de aula por sujeitos, eles próprios portadores de uma História que se relaciona com o espaço em que estão imersos:

Sem dúvida, a questão urbana no Brasil hoje é transversal e se interpõe como uma das mais importantes questões ligadas ao debate em torno da cidadania, da democracia e da interculturalidade. Isso significa dizer que a pesquisa no campo educacional não pode, de nenhum modo, se eximir desse debate em sua complexidade, ainda que tenhamos um caminho a trilhar, se pensarmos nos saberes escolares a partir da permanência de uma tradição curricular conteudista e que ainda encontra grandes resistências quanto a uma reflexão mais autônoma e criativa acerca do que se ensinar em relação a informações sobre o passado e o presente das sociedades em geral, e da brasileira em particular. Nesse caso, inequivocamente, os espaços da cidade se projetam como uma possibilidade dentre os vários *lugares de memória* ainda possíveis de existir na atualidade. (MIRANDA & SIMAN, 2013, p.19)

Sendo que ainda,

Na cidade a força dos objetos no estabelecimento de vínculos com o passado se amplia porque, além de se constituir, no cotidiano, como o esteio da construção das relações corriqueiras sobre as quais se operam os eventos significativos que se convertem em acontecimentos na vida de cada pessoa, a cidade fornece-nos um suporte espacial para a memória das paisagens e dos lugares onde a vida se realiza. Quando nos lembramos de algo, nos lembramos de uma cadeia de aspectos sensoriais e da imagem mental que temos do espaço no qual se dera aquele evento. Por outro lado, quando percebemos sinais do tempo na cidade, tais sinais se materializam em marcas visíveis, tangíveis, disparadoras de sensações e narrativas, mediadoras de relações entre diferentes tempos e sujeitos sociais.

Portanto, a cidade ancora a vida de cada um no tempo presente em sua multiplicidade de percepções simultâneas. (MIRANDA & SIMAN, 2013, p.16)

Ou seja, depois dessas reflexões emanadas da pesquisa chega-se à conclusão portanto de que ao professor de História caberia não apenas ensinar conteúdos previamente estabelecidos por parâmetros nacionais de educação e sim mostrar em interação com o ambiente os muitos processos de lutas e resistências, bem como as camadas de historicidade que resultaram e levaram a sociedade a ser o que é hoje partindo sempre da realidade experimentada pelo aluno, esse que afinal é o sujeito principal do processo educacional.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: T A. Queiroz, 1983.

FARIAS, Edson. **O desfile e a cidade**: o carnaval-espetáculo carioca. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o conhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2007.

MIRANDA, S. R.; SIMAN, Lana Mara Castro. A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: **Cidade, Memória e Educação**. 1 ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2013, v. 1.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2007.

Remição pela leitura em São João de Rei: políticas públicas e interdisciplinaridade em uma escola prisional

Juliano de Melo Gregório

Mestre em História

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

juliano.gregorio@educacao.mg.gov.br

Resumo: A educação ocupa a centralidade do debate público, seja ele realizado em espaços formais, por assim dizer, como no âmbito político ou acadêmico, seja ele realizado em espaços informais. Mas, ainda que a educação seja entendida como um dos direitos fundamentais de todo cidadão brasileiro e dever do Estado e da família – de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 –, os óbices ao acesso à escola e as complexas matizes dos parâmetros qualitativos da educação pública, assim como das políticas pedagógicas, são problemas de primeira ordem na construção da cidadania no Brasil. Inserida nesse contexto, a educação no ambiente prisional encontra, ademais, enredamentos específicos, tanto em função do espaço em que ela está inserida quanto em função da justaposição das políticas públicas de educação e de execução penal. Nesse sentido, a intervenção pedagógica interdisciplinar do “Projeto Remição Pela Leitura”, que foi efetivada no ano de 2018 no presídio de São João del Rei – Minas Gerais –, executada pelos professores da escola prisional Detetive Marco Antônio de Souza – em pareceria com Centro Universitário Presidente Tancredo Neves de Almeida (UNIPITAN) – e que é apresentada nesta publicação, constitui-se como um importante tema de análise, tendo em vista as particularidades da abordagem pedagógica e judicial da iniciativa sanjoanense. Sobretudo, o “Projeto Remição Pela Leitura”, em virtude de sua característica interdisciplinar, fomenta também uma profícua reflexão a respeito das possibilidades de congregação e da importância dos saberes literários, sociológicos e históricos no processo de ensino e de aprendizagem focados na promoção da cidadania e, consecutivamente, na reinserção social dos apenados no Brasil.

Palavras-chave: educação prisional; interdisciplinaridade; políticas públicas.

A educação escolar, em linhas gerais, está presente no ambiente prisional brasileiro desde o século XIX. Conforme apresenta o pesquisador Alisson José Oliveira Duarte (2017, p. 30) em sua dissertação de mestrado, a prática escolar nas prisões do Brasil pode ser entendida a partir de determinados períodos, que possuem características próprias, sendo tomado como a efeméride inicial o Decreto nº 678, de 6 de julho de 1850, em que ocorre pela primeira vez a menção a “uma educação intelectual formalizada destinada às pessoas em privação de liberdade [...]” – como disposto no artigo 167 do referido decreto: “criar-se-ha logo que for possível em cada huma das divisões da Casa de Correção huma escola, onde se

ensinará aos presos a ler e a escrever, e as quatro operações de arithmetica” (BRASIL, 1850, on-line).

Entretanto, nesse período inicial (que se estende até o governo republicano de Juscelino Kubitscheck, já na segunda metade do século XX), o que melhor caracteriza a prática da educação no ambiente prisional é o predomínio dos aspectos moral e religioso e, nesse contexto, cabia ao capelão as atribuições de professor. Conforme se lê no art.119 do Decreto nº 678 de 1850:

Ao Capellão da Casa de Correção, além do que lhe fica encarregado pelos Art. 95, 97 e 99, incumbe o seguinte: 1º Ajudar o Director na educação moral dos presos, e concorrer quanto em si couber para a sua correção e reforma. 2º Visitar os presos, exortando-os ao trabalho, e bom comportamento, ao menos huma vez por semana, e no meio dela, além do dia de guarda que possa haver (BRASIL, 1850, on-line).

Em um segundo momento, inserido em uma conjuntura de ampla transformação social, visto que o Brasil se abria ao desenvolvimento industrial – via, principalmente, capital estrangeiro –, e a população do país passava a ser majoritariamente urbana, o governo de Juscelino Kubitscheck tornou-se, em certa medida, responsável por realinhar as diretrizes educacionais brasileiras, uma vez que a escola deveria preparar seus educandos para os novos postos de trabalho, atendendo às demandas do mercado de mão de obra e auxiliando no desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o trabalho também foi norteador da educação nos ambientes prisionais, assumindo certo protagonismo no processo de readaptação do apenado no meio social, conforme se observa, principalmente, nos artigos 9º e 22 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957 (BRASIL, 1957, on-line), abaixo transcritos:

Art.9º O trabalho penitenciário será racionalizado, tendo-se em conta os índices psicotécnicos de cada sentenciado. § 1º Visando a habilitar o sentenciado ao aprendizado, ou aperfeiçoamento, de uma profissão, que lhe assegure subsistência honesta na recuperação da vida livre, [...].

Art. 22º Toda a educação dos sentenciados (art. 1º, inciso XVIII), levando se lhes em conta os índices psicopedagógicos (art. 9º) e orientada a sua escolha de uma profissão útil, objetivará readaptá-los ao meio social.

Posteriormente a essa fase, já no período da Ditadura Militar, o sistema educacional voltado ao atendimento de adultos recebeu seu primeiro traço de normatização: a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967, on-line), que tratava da alfabetização supletiva e continuada desse público. Tendo sido criado, a partir do artigo 4º dessa lei, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que objetivava executar o Plano de

Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos – previsto pelo artigo 3º – e que pode ser considerado o embrião do atual programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Por outro lado, contudo, não houve naquele período uma sistematização de estratégias educacionais voltadas aos adolescentes e adultos reclusos no sistema prisional. Na verdade, a educação no ambiente das prisões passou a ser tratada como uma obrigação, no sentido de uma imposição, via Lei de Execução Penal nº 7210/1984 (BRASIL, 1984, on-line).

Posteriormente, com a reabertura democrática do país e a publicação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser entendida como direito de todos e dever do Estado e da família, possibilitando, assim, a sua extensão aos apenados do país. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996 (LDB), em seu artigo 2º, endossa o caráter constitucional da educação enquanto direito de todos, acrescentando ainda os princípios de “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] e a liberdade de aprender” (BRASIL, 1996, on-line). Ou seja, dito de outro modo, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da publicação da LDB em 1996, a educação deixa de ser uma obrigação penal e torna-se um direito do condenado – embora o Código de Execução Penal de 1984 permaneça em vigor, com diversas alterações nesse sentido.

Por fim, em seu estágio atual, a educação ofertada no espaço prisional brasileiro é regulamentada pela Resolução nº 3, de 11 março de 2009, que prevê as diretrizes nacionais para o seu exercício, contemplando-a, como previsto pela LDB de 1996, como parte da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em síntese, de acordo com o artigo 2º, a resolução dispõe que as “[...] ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal [...]” (BRASIL, 2009, on-line).

Não obstante a trajetória histórica da prática educacional escolar nas prisões em contraponto ao seu atual entendimento enquanto direito constitucional e a sua regulamentação, que aqui foram sintetizados com base no estudo supracitado do pesquisador Duarte (2017), o exercício escolar no ambiente prisional encontra múltiplos enredamentos para a sua plena efetivação. Óbices que passam, por exemplo, por questões de ordem burocrática, ou seja, como cada Estado da federação interpreta as regulamentações da União, ou como cada unidade prisional adapta sua estrutura física e disciplinar à escola nela inserida. Com efeito, versar pormenorizadamente sobre tais complexidades extrapolaria os objetivos específicos deste estudo. Dessa forma, buscar-se-á, a seguir, abordar resumidamente as especificidades do contexto em que a Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza, de

São João del Rei, Minas Gerais, está inserida e como a iniciativa do “Projeto Remição pela Leitura” pode, de alguma maneira, lançar luz à prática educacional nas prisões.

Atualmente, de acordo com os dados oficiais da Agência do Estado de Minas Gerais, existem 124 unidades escolares que atendem as prisões e as unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) (AGÊNCIA MINAS, 2019, on-line), sendo elas consideradas um projeto da Secretaria Estadual de Educação (SEE – MG). Contudo, na verdade, tais unidades na maioria das vezes são uma espécie de filial de uma instituição regular. Dessa forma, por se tratar de um projeto governamental, as escolas prisionais mineiras não possuem caixa escolar próprio, programas específicos de capacitação de seus profissionais, materiais didáticos adaptados às suas vicissitudes e, sobretudo, elas são, em certa medida, suscetíveis à descontinuidade do programa. Consecutivamente, e também por ser, na maioria dos casos, uma extensão de instituições regulares, o Projeto Político e Pedagógico (PPP) das escolas prisionais se torna bastante limitado, especialmente se se considerar que as ações estratégicas escolares são balizadas ainda pelos regimentos de segurança das unidades prisionais em que estão inseridas.

Neste contexto, a própria estrutura física das escolas que atendem a população carcerária mineira é comprometida. Os poucos recursos financeiros destinados a essa questão geram óbices à estruturação de salas de aula, bibliotecas, auditórios e outros espaços voltados ao exercício da educação escolar. Soma-se a esse cenário a Resolução nº6, de 7 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017, online), que, dispondo “sobre a flexibilização das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal do Anexo 1 da Resolução nº 9 de 18 de novembro de 2011”, desobrigou os Estados da União de construir espaços destinados ao atendimento escolar, em obras de construção e reforma, nas unidades prisionais.

Ademais, a conduta disciplinar das prisões conflita, em grande parte, com as aspirações pedagógicas e disciplinares próprias da escola. Nos espaços prisionais, o poder de coerção, que é característico do Estado (BOBBIO, 1987, p.80), tende a suprimir as particularidades do indivíduo, vez que impõe normas e valores em detrimento das identidades pessoais e socioculturais dos condenados, aspectos esses que compõem a formulação teórica das prisões enquanto instituições totais, como analisa Erving Goffman (1974, p.24). Posto de outro modo, ao ser recluso em um presídio – ou em qualquer outra instituição total – o indivíduo, nas palavras do supracitado autor,

[...] chega com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é

imediatamente despedido do apoio dado por tais disposições [...]. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado.

Por outro lado, as escolas visam – por meio de suas atividades socio educacionais – fomentar o pensar autônomo do educando apenas, de modo que esse obtenha ferramentas, por assim dizer, para a efetivação de sua plena cidadania, especialmente quando, cumprida a pena, deixar o cárcere. De modo geral, em termos freireanos, quando empenhada a desenvolver uma prática pedagógica libertadora – uma pedagogia da autonomia – a “educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos”, seja dentro ou fora das fronteiras do ambiente prisional. Nisto consiste a principal contradição entre a conduta disciplinar dos presídios e os anseios da escola neles inseridos: a educação, enquanto prática libertadora, baseia-se na concepção dos “homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência intencionada ao mundo” (FREIRE, 1987, p. 67), ao passo que a prisão, enquanto instituição total, tende à mortificação sistemática do eu do sentenciado, como supracitado.

Em meio a esse cenário, a Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza foi criada em dezembro 2007 para o atendimento exclusivo da população carcerária de São João del Rei. No primeiro semestre do ano seguinte, 2008, iniciaram-se efetivamente as atividades escolares no presídio sanjoanense, ao passo que, na APAC, as atividades foram iniciadas no segundo semestre daquele mesmo ano. Posteriormente, nos anos de 2010 e 2012, o atendimento escolar foi estendido à Casa do Albergado e à unidade feminina da APAC, respectivamente. Atualmente, em 2019, a Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza – somando todos os seus quatro endereços: Presídio, APACs masculina e feminina e Casa do Albergado – conta com aproximadamente 323 alunos, que são distribuídos em 40 turmas.

De tal sorte, por se tratar de uma unidade escolar que atende apenas a população carcerária, a Escola Detetive Marco Antônio consegue, ao longo do ano letivo, desenvolver uma série de atividades socioeducativas em parceria com as direções das respectivas unidades prisionais e também com outras instituições. Uma delas é o projeto “Remição pela leitura”, instituído em 2018 e desenvolvido em companhia com o Centro Universitário Presidente Tancredo Neves de Almeida (UNIPITAN), que, com efeito, aborda de forma diferenciada a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 1984 (BRASIL, 1984, on-line).

Em São João del Rei, o projeto “Remição pela Leitura” é mais do que a indicação de um livro, a produção de uma resenha ou sua respectiva avaliação. Na verdade, consiste em um

plano de estudo bimestral que endossa a leitura de determinadas obras literárias com atividades interdisciplinares que contemplam um tema geral. Por exemplo, no terceiro bimestre de 2018 o projeto teve como tema a política e a sociedade, a partir da leitura da obra *Revolução dos Bichos* de George Orwell (2007). De modo que, ao longo do bimestre, foram realizadas reuniões semanais que abordavam o conceito de política e de Estado, ética, as regras eleitorais no Brasil contemporâneo, etc. Nessas ocasiões, ademais, foram realizadas algumas leituras paralelas ao próprio livro proposto, como textos filosóficos, sociológicos e históricos, bem como foram produzidos pelos participantes do projeto outros gêneros literários além de resenhas, como artigos de opinião, crônicas e poemas. Em resumo, tais reuniões foram essencialmente pautadas nas reflexões e nos debates feitos a partir das leituras e das atividades propostas. Em seu âmago, ao dar voz ativa aos alunos, o projeto sanjoanense rompe, em certa medida, com a disciplina prisional que, como supracitado, tende a despersonalizar o indivíduo e a ele impor uma conduta subserviente, em detrimento do pensar autônomo dos apenados – que, ao menos, no ambiente escolar e nas unidades da APAC são entendidos e denominados como recuperandos.

Nesse ponto, cabe destacar que as atividades do projeto foram elaboradas pelo diretor de ensino, pesquisa e extensão do UNIPTAN, Heberth Paulo de Souza, e executadas pelos graduandos do curso de pedagogia da mesma instituição de ensino superior e pelos educadores da Escola Detetive Marco Antônio de Souza. Aos primeiros, a participação no projeto foi designada como uma forma de cumprimento de estágio supervisionado, ao passo que, para os últimos, ela foi uma forma de cumprimento de suas cargas horárias de módulo extraclasse e/ ou como atividade voluntária.

Desse modo, além do desenvolvimento das habilidades e competências específicas das ações do “Projeto Remição Pela Leitura”, o envolvimento direto dos professores da Escola Detetive Marco Antônio de Souza certamente contribuiu e contribui para ao desenvolvimento das habilidades e competências de suas respectivas disciplinas – uma vez que possibilita intervenções transversais aos temas trabalhados em sala de aula diariamente – e, ainda, contribui para que a escola possa atingir as metas traçadas em seu Projeto Político Pedagógico e em seu planejamento estratégico anual, haja vista que, nas palavras de Odilse Grasselli Engel (2007, p. 13),

[...] a Literatura atua como instrumento de educação, de formação do indivíduo por estar ligada à representação do real. Dessa forma, é possível ao leitor, através da fruição literária, humanizar-se em sentido profundo e perceber-se como ser social que se produz a partir de suas relações.

Por sua vez, tomar a Literatura enquanto objeto de estudo para a produção dos saberes da História é um exercício de análise complexo, dada a longevidade da relação entre essas duas faculdades humanas e a compreensão da Literatura enquanto um profícuo instrumento para a reconstrução – ou a tentativa de reconstrução – da mentalidade coletiva das sociedades estudadas. Dito de outro modo, a narrativa literária e a narrativa histórica remontam tempos praticamente imemoráveis da própria história humana. Mesmo que na Antiguidade grega pensadores como Aristóteles, Heródoto e Tucídides tenham, à sua maneira, sugerido distinções, por assim dizer, entre o ficcional – a Literatura – e a descrição fidedigna do passado – ou seja, aquilo que acreditavam ser a História –, o *métier* de literários e historiadores permaneceu por muito tempo intrincado, sendo o segundo, em grande parte das vezes, considerado uma especificação de gênero do primeiro.

Contudo, entre os séculos XVIII e XIX, com o advento do positivismo e das chamadas Ciências Sociais à época emergentes, a Literatura e a História gradativamente ganharam contornos mais rígidos de distinção, passando a última a galgar um certo status de cientificidade. Este processo se consolidou mais claramente ao término do século XIX e início do século XX. Destarte, a História enquanto faculdade autônoma buscou, a partir de então, delinear seus procedimentos teóricos e metodológicos particulares, contando tanto com o trabalho dos historiadores e seus debates acerca da própria historiografia quanto com o auxílio do desenvolvimento de outros saberes afins, como a Sociologia, a Economia, e Geografia, etc. É nesse contexto que a Literatura e a História novamente se encontram, mas, a partir desse momento, a produção literária é entendida como uma fonte de estudo e análise para a escrita da História e, por isso, passa a contar com procedimentos teóricos e metodológicos próprios, constituindo-se, sobretudo, como uma importante fonte de estudo historiográfico das formas de pensamento individual e coletivo de época, ou seja, uma importante ferramenta de análise da chamada história das mentalidades.

O desenvolvimento da história das mentalidades, por seu turno, é quase sempre associado à historiografia francesa a partir das publicações da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que foi inaugurada em 1929 sob a orientação de Marc Bloch e Lucien Febvre e deu origem à famigerada escola dos *Annales* ou, como alguns de seus expoentes a denominaram com mais acuidade, o movimento dos *Annales* (BURKE, 1997, p. 12). Contudo, conforme adverte Philippe Ariès (2006, p. 271), alguns autores que não integraram efetivamente o dito movimento também contribuiram para seu desenvolvimento, como foram

os casos, por exemplo, de Nobert Elias, Johan Huzinga e Mario Praz. Embora não tenha sido reconhecido inicialmente como um dos percussores da área de estudo em questão pelos, por assim dizer, historiadores da mentalidade ligados aos *Annales*, Praz (2008) desenvolveu um importante ensaio, originalmente publicado em 1930 e intitulado: “*La carne, la morte e il diavolo nella letteratura romantica*”, que, basicamente sob o viés do erotismo, versou sobre a relação entre a expressão literária e o imaginário coletivo.

Entretanto, não obstante ao estudo das mentalidades ter recebido especial atenção dos fundadores dos *Annales*, em um primeiro momento essa seara não se constituiu como uma linha de pesquisa autônoma, mas como uma espécie de extensão da convencionalmente chamada história social dos *Annales*. Na verdade, partindo das contribuições ofertadas pelos estudos históricos demográficos dos sucessores de Bloch e Febvre, nos anos 1960 e 1970, com o advento da terceira geração do movimento, o termo história das mentalidades ganhou mais pujança e independência frente aos domínios da historiografia dos *Annales* (BURKE, 1997, p. 81). Dito de outro modo, a introdução do conceito de história das mentalidades provocou uma ampliação do território do historiador, possibilitando a este pesquisador um novo olhar acerca de suas fontes de estudo ou, nas palavras de Ariès (2006, p. 281), “uma história que retome os temas da reflexão filosófica, mas situados numa duração e num recomeço obstinados das empreitadas humanas”.

É também nesse contexto que podemos retomar a importância da Literatura como objeto de estudo da História – ou seja, conforme supracitado, a Literatura enquanto ferramenta de educação –, visto que “[...] a fonte literária favorece a compreensão da mentalidade de época, superando a fragmentação das análises historiográficas conjunturais [...]” (MORAES, 2009, on-line). Outrossim, é a partir deste entendimento que a realização do “Projeto Remição Pela Leitura” tem contribuído com o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História da Escola Estadual Detive Marco Antônio de Souza.

Para além dos ganhos mais específicos possibilitados pela aproximação entre os saberes literários e históricos, o referido projeto, que mal concluiu seu primeiro ano de implementação, também já tem dado indícios de que pode contribuir para que objetivos mais gerais da instituição escolar possam ser alcançados. Em 2018, dos 105 candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio destinado às pessoas privadas de liberdade (ENEM PPL) em São João del Rei, 7 alunos do “Projeto Remição Pela Leitura” obtiveram entre 640 e 700 pontos na prova de redação, conquistando, assim, as maiores notas da avaliação neste quesito.

Portanto, levando em consideração as parcerias estabelecidas entre a APAC sanjoanense e instituições de ensino superior que atualmente ofertam cursos de graduação à distância aos recuperandos, as atividades do projeto podem ser vistas também como um auxílio à continuidade das respectivas formações escolares. Ademais, amparados pelas iniciativas de assistência social, jurídica, médica e afins, poderão os recuperandos construir consciente e criticamente um novo rumo para suas trajetórias de vida – convergente com seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Em outras palavras, o projeto sanjoanense do Remição Pela Leitura, atrelado a outras iniciativas e assistências desenvolvidas nas unidades prisionais, lança luz à abordagem do tratamento dos apenados em um contexto mais amplo, senão nacional, pois mais do que a mera efetivação das leis de execução penal, ele se compromete, de fato, a ofertar instrumentos socioeducativos àqueles que, pelos mais variados motivos, foram privados de sua liberdade.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA MINAS. **Escolas nas unidades prisionais voltam às aulas**. Belo Horizonte, 27 fev. 2019. Disponível em: «<https://bit.ly/2YWbyrE>». Acesso em: 10 mai. 2019.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. 1 v. p.268-295.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 6, de 7 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre a flexibilização das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal...**, Brasília, DF, dez 2017. Disponível em: «<https://bit.ly/2vQHtMQ>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Decreto nº 678, de 6 julho de 1850. **Regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, jul 1850. Disponível em: «<https://bit.ly/2VdbssE>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957. **Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário**, Rio de Janeiro, DF, out 1957. Disponível em: «<https://bit.ly/2VuRKhd>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos**, Brasília, DF, dez 1967. Disponível em: «<https://bit.ly/2Vv9EAf>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**, Brasília, DF, jul 1984. Disponível em: «<https://bit.ly/2JfJrzc>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: «<https://bit.ly/2OxkYW4>». Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Ministério da Justiça. Resolução nº 03, de 11 de março de 2009. **Dispõe sobre as diretrizes nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais**, Brasília, DF, mar. 2009. Disponível em: «<https://bit.ly/2LJjdrk>». Acesso em: 10 mai. 2019.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2007.

DUARTE, Alisson José Oliveira. **Processo de constituição da identidade profissional de professores da educação escolar em uma unidade prisional de Minas Gerais**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

ENGEL, Odilse Grasselli. **Literatura e história: diálogos na sala de aula**. 2007. 97 p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) - Programa de Mestrado em Letras em Cultura Regional, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MORAES, Dislane Zerbinatti Moraes. Literatura e História na escola: aprendizagens e desafios mútuos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 2009, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: «<https://bit.ly/2LzkcKe>». Acesso em: 10 mai. 2019.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRAZ, Mario. **La carne, la morte e il diavolo nella letteratura romantica**. Milão: Biblioteca Universal Rizzoli, 2008.

O ensino de História da cidade de Piraquara-PR por meio de seus espaços de memória, destacando a Colônia Santa Maria e o Hospital São Roque

Pamela F. Andrade¹.

Mestranda - ProfHistória
Universidade Estadual do Paraná UEM
pamela-andrade1@hotmail.com

Resumo: Refletir sobre a educação histórica é uma tarefa importante em diferentes níveis da educação, principalmente no ensino fundamental I pois nessa etapa não há a necessidade dos professores possuírem formação específica na área de História, resultando assim em muitos docentes que apresentam dúvidas relacionadas a metodologia do ensino e funcionalidade da mesma, consolidar o entendimento de tais questões é fundamental para garantir uma educação histórica de qualidade. O objetivo principal será apresentar as considerações iniciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no ProfHistória, com a intenção de refletir sobre o ensino de história da cidade de Piraquara- PR com ênfase em dois espaços de memória dessa região a Colônia Santa Maria, exaltada com orgulho pelo discurso da história oficial da cidade, e o Hospital São Roque que não detém o mesmo prestígio na narrativa histórica oficial tal como o espaço anterior, mas que apresenta uma importância considerável para o desenvolvimento de alguns bairros do Município e que muitos estudantes das escolas que o circundam possuem uma relação convivência direta ou indiretamente com ele. Através de um conceito de literacia histórica que de acordo com Peter Lee (2016) refere-se a utilizar os conhecimentos históricos para realizar a leitura de mundo, analisando as possibilidades de pensar o ensino de história voltado as especificidades do Ensino Fundamental I a partir do trabalho direto com os espaços da cidade descritos anteriormente, de modo que venha a romper com a ideia de simples reproduções de narrativas oficiais como afirma Pacheco.

Palavras-chave: Ensino de História; Cidade; Ensino Fundamental I.

Introdução

O ensino de História é um campo de pesquisa fértil que possibilita uma reflexão de diferentes elementos que o compõem, desde sua funcionalidade social até questões próprias dos currículos formais. A partir das considerações iniciais da pesquisa que está em desenvolvimento para o Mestrado Profissional do ProfHistória, apresenta-se assim uma breve discussão relacionada a História ensinada ao ensino fundamental I. Abordando-se a necessidade dessa disciplina escolar voltar-se uma concepção de literacia histórica, possibilitando que os estudantes utilizem-na com uma funcionalidade concreta em seu cotidiano.

¹Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino de História –ProfHistória- Campus da Universidade Estadual de Maringá- UEM, Contato pamela-andrade1@hotmail.com.

Partindo de contribuições de autores como Peter Lee, Jörn Rüsen entre outros, é possível que o discente consiga compreender a importância da utilização dos documentos históricos provenientes da realidade sociocultural dos discentes. Pensando que os mesmos devem ser trabalhados pedagogicamente por meio do método própria da história enquanto ciência, o que se mostra como uma alternativa para romper com as metodologias tradicionais da disciplina. Os documentos oficiais voltados a educação brasileira, como o Parâmetro Curricular Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, enfatizam a necessidade do trabalho pedagógico da área do conhecimento de história com as vivências e realidades cotidianas presentes na localidade das crianças, e com isso os patrimônios oficiais e não oficiais da cidade podem ser ferramentas para concretizar essas demandas públicas educacionais.

Pretende-se pensar todos esses fatores apresentados nos parágrafos anteriores, partindo de dois espaços de memórias do Município de Piraquara- PR, a Colônia Santa Maria do Novo Tirol da Boca da serra, considerada como um patrimônio oficial da cidade, e o antigo Leprosário São Roque. O Hospital São Roque um espaço de memória com certa marginalidade no discurso histórico oficial mas, de importância significativa para compreender a história de determinados grupos que compõem a sociedade piraquarense.

Ensino de história e literacia histórica

Para que serve o ensino de História hoje? Uma questão que deveríamos nos fazer constantemente enquanto docentes e pesquisadores voltados a História ensinada. Ter uma definição clara da funcionalidade social da disciplina, determina os caminhos teóricos e metodológicos que a mesma deve abordar e seguir dentro da instituição escolar. Posto isto, se faz necessário compreendê-la como um importante instrumento para leitura, interpretação e ação no mundo, a partir das necessidades cotidianas dos diferentes sujeitos.

Segundo o historiador britânico Lee (2006), a disciplina escolar de História deve possibilitar ao discente uma utilização prática do passado, não apenas debruçar-se em uma aprendizagem de narrativas oficiais ² das quais não apresentam significância para a vida prática dos sujeitos, e que dificilmente serão recordadas quando esses indivíduos deixarem o

²Entende-se como História Oficial, a perspectiva que corrobora e consolida determinada memória coletiva ou mesmo historiografia baseada no conhecimento histórico como verdade obtida através da neutralidade e objetividade; tempo histórico associado à cronologia linear-evolutiva; história nacional ou regional que destaca eventos políticos, à ação de indivíduos extraordinários (em geral, homens, brancos e cristãos) e à contribuição, sem conflitos, de brancos, negros e indígenas na formação e progresso. Ver: NADAI, set. 92/ago. 93.

ambiente escolar. É primordial que o docente faça um link da História ensinada com a realidade social e cultural, de modo que sejam utilizadas para realizar uma navegação temporal crítica e com sentido, servindo como um fator importante em suas tomadas de decisão no presente, ou seja, utilizá-la para fazer sua leitura de mundo. Schmidt e Garcia (2005) apontam que o ensino dessa disciplina deve voltar-se a um repensar dos conteúdos, relacionando-os a realidade cotidiana dos estudantes, com outros tempos e espaços, principalmente problematizando e trazendo ao ensino grupos e sujeitos silenciados. Grupos esses que em diversas ocasiões encontram-se ligados as vivências pessoais ou coletivas das crianças. Tal perspectiva não seria possível de ser acessada por meio da História Oficial. Albuquerque Junior (2016) salienta que a funcionalidade social da História necessita objetivar uma desnaturalização do tempo presente, fazendo com que o passado seja utilizado para compreensão e formação da visão de mundo no presente, de modo que os diferentes sujeitos a utilizem em sua orientação para o futuro.

Essa disciplina escolar deve operar como formadora da consciência histórica dos indivíduos, realidade essa imprescindível desde as séries iniciais do Ensino Fundamental I. Segundo Cerri (2011) essa consciência é produto da relação dos sujeitos com o tempo, em decorrência dela se produz narrativas que servem de instrumentos para a orientação e tomada de ações temporais no dia-a-dia. A consciência histórica não é fruto apenas do trabalho escolar, ela se desenvolve na vida prática em diferentes situações e instituições, entretanto, é a escola que possui como obrigação social fundamental desenvolvê-la com base em conhecimentos científico. Esse desenvolvimento possibilita a junção entre a vida prática e a dimensão da História enquanto ciência, duas esferas que de acordo com Rüsen (2010) não podem ser entendidas de maneira distintas, e essa complementariedade de ambas fica evidenciada em sua matriz disciplinar³. Lee (2006) coloca que a operacionalização do conceito de literacia histórica ocorre de maneira mais eficaz através da matriz disciplinar proposta por Rüsen. Por meio dela trabalha-se com as necessidades e carências dos sujeitos no tempo presente, contemplando-as dentro dos conteúdos curriculares de História, desenvolvimento do trabalho pedagógico com o método científico histórico de pesquisa. Todos esses fatores necessitam resultar em narrativa histórica, que dê conta de realizar uma

³Segundo Jörn Rüsen (2010, p. 29-36), compreende-se como Matriz disciplinar o conjunto dos princípios do pensamento histórico que determinam a história como uma ciência especializada, compõem-se pela interdependência de cinco fatores que fazem a junção entre vida prática cotidiana e ciência histórica são eles: Interesses ou carências de orientação; Ideias ou perspectivas orientadoras do passado; Métodos ou regras da pesquisa empírica; Formas de apresentação e Funções de orientação. Um fator leva ao próximo e o quinto remete-se ao primeiro de modo que o processo se reinicia.

junção entre as temporalidades do passado, presente e futuro, que possibilite responder as indagações iniciais dos discentes. Ao obter as respostas de modo científico, elimina-se as ações pautadas em senso comum e pretende-se que esses sujeitos direcionem suas vivências cotidianas a partir desse conhecimento do passado, visando o seu futuro.

Segundo Lee (2016) aplicar pedagogicamente o método científico histórico, qualifica as crianças a pensar o passado historicamente e dificilmente elas terão essa oportunidade fora do contexto de uma educação formal. O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) referente a área do conhecimento de História, expõe a importância da instituição escolar para o desenvolvimento da concepção de mundo da criança.

As crianças desde pequenas, recebem um grande número de informações sobre as relações interpessoais e coletivas. Entretanto, suas reflexões sustentam-se, geralmente, em concepções de senso comum. Cabe à escola interferir em suas concepções de mundo, para que desenvolvam uma observação atenta do seu entorno, identificando as relações sociais em dimensões múltiplas e diferenciadas. (PCN, 1997, p. 39)

O excerto destacado do PCN deixa evidenciado que as crianças adentram a escola com essas representações do passado que são desenvolvidas em seus contextos locais, e suas vivências cotidianas, contudo, ela é composta por concepções do senso comum que devem ser colocadas à prova e trocadas por conhecimento construídos cientificamente.

Piraquara e seus espaços de memória: Colônia Santa Maria e Hospital São Roque

A História ensinada por meio da perspectiva da Literacia Histórica possibilita o abordar de diferentes contextos históricos e culturais das crianças, problematizando como elas representam seu contexto social e interagem nele. Uma das formas de possibilitar essa aproximação dos conteúdos a realidade dos discentes é o trabalho com os espaços de memórias e patrimônios históricos que compõem a cidade desses sujeitos. É necessário compreender a cidade como uma paisagem humana que representa a imposição dos indivíduos perante a natureza, e de acordo com Rolnik (1995) ela possui dimensões além da simples organização do território, influenciando na vida material e na identidade de quem ali se relaciona. Os espaços urbanos encontram-se carregados de história que evidenciam-se nos monumentos, espaços e na arquitetura, sendo a parte arquitetônica um produto fabricado e imperecível da cidade, estando repleto de vestígios tanto de quem os fez, quanto do período feito. Decorrente disso, a urbe possui uma diversidade de espaços de memória que remetem a

grupos e indivíduos distintos e auxiliam na construção simbólica e identitária de seus cidadãos.

O Currículo escolar municipal de Piraquara na área do conhecimento de História e mais recentemente a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ano de 2018, destinada aos anos iniciais, contemplam em seus conteúdos a necessidade de trabalhar os espaços de memória, bem como o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade dos estudantes. Utilizando-os como forma de aproximação do conhecimento a realidade dos discentes, possibilitando-os compreender a si e ao outro em diferentes tempos e espaços, além de abordá-los para refletir e problematizar sobre sua própria formação identitária.

No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos... Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. (BNCC, 2018, p.402)

O ensino de História nos anos iniciais do Fundamental deve abordar pedagogicamente os espaços de memória da cidade do estudante, abordando e problematizando junto com as crianças aqueles patrimônios e território de memória que fazem sentido e estão ligados a sua identidade. Espaços esses que algumas vezes encontram-se marginalizados da narrativa histórica oficial local.

O espaço urbano pode ser compreendido como um território que influencia diretamente na formação das crianças, uma vez que tais sujeitos se movimentam e interagem com os diferentes lugares e patrimônios que o compõe, alguns deles tendo significativa relação com suas vidas e já pertencentes a sua formação identitária em construção. Lynch (1960) expõem que os espaços da urbe são dotados de lembranças e histórias dos grupos aos quais pertence e que podem ser analisados por diferentes perspectivas relacionadas a construção da imagem da cidade por seus moradores, o autor afirma que “ Todos os cidadãos possuem numerosas relações com algumas partes da cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significados” (LYNCH, 1960, p. 11) .Trabalhar pedagogicamente com a perspectiva das crianças como sujeitos de direito, significa abordar primeiramente os espaços

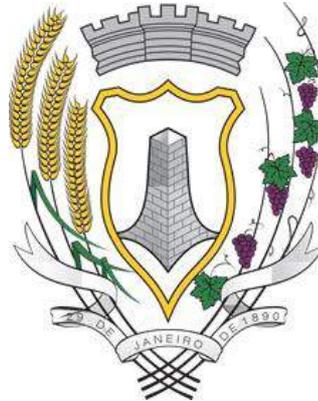
urbanos que eles possuem relação, isso impõe que o ensino de História contemple também espaços e memórias que não estão presentes na narrativa oficial da mesma.

Piraquara possui em sua narrativa histórica oficial o orgulho de suas origens da imigração italiana, que ali fixou território nas décadas finais do século XIX, de acordo com Cenni (2003) em 1878, aproximadamente 300 famílias provenientes de Trento e Vêneto na Itália fundaram a Colônia Santa Maria da Nova Tirol da Boca da Serra. Nos primórdios o território escolhido pertencia a São José dos Pinhais, segundo Tomaz e Tomaz (2000) até 1889, continuou a receber novos integrantes provenientes dos movimentos imigratórios europeus. Em 1890, uma porção de terra, da qual a Colônia estava inclusa, foi desmembrada de São José dos Pinhais passando a fazer parte do Município de Piraquara que se emanciparia politicamente no ano de 1929.

A Colônia Santa Maria entra em declínio populacional com a construção da ferrovia que ligava Paranaguá a Curitiba a partir de 1880, de acordo com Tomaz e Tomaz (1996) muitos colonos abandonaram esse território para acompanhá-la ou trabalhar em sua manutenção. Uma importante fonte de renda colonial naquele período, era o fornecimento de madeira para o trem denominado como Maria Fumaça. Quando se abandona a utilização dessa máquina os mesmos perdem uma fundamental fonte de renda e as famílias dificilmente conseguiriam se manter naquele espaço sem uma atividade econômica lucrativa. Tais fatores determinaram um abandono populacional significativo dos colonos e seus descendentes, restando poucos moradores nessa localidade.

A Cidade possui uma narrativa oficial que enaltece as origens e desenvolvimento do seu espaço proveniente dessa imigração Italiana, sendo que possui alguns mecanismos de perpetuação da ideia de uma identidade coletiva provenientes desse grupo imigratório. Mecanismos oficiais do Município como o brasão da cidade, festividades em comemoração à imigração e até mesmo um roteiro turístico destinado a uma glorificação das raízes trentinas.

Figura 1: Brasão do município de Piraquara de 1950 até os dias atuais.

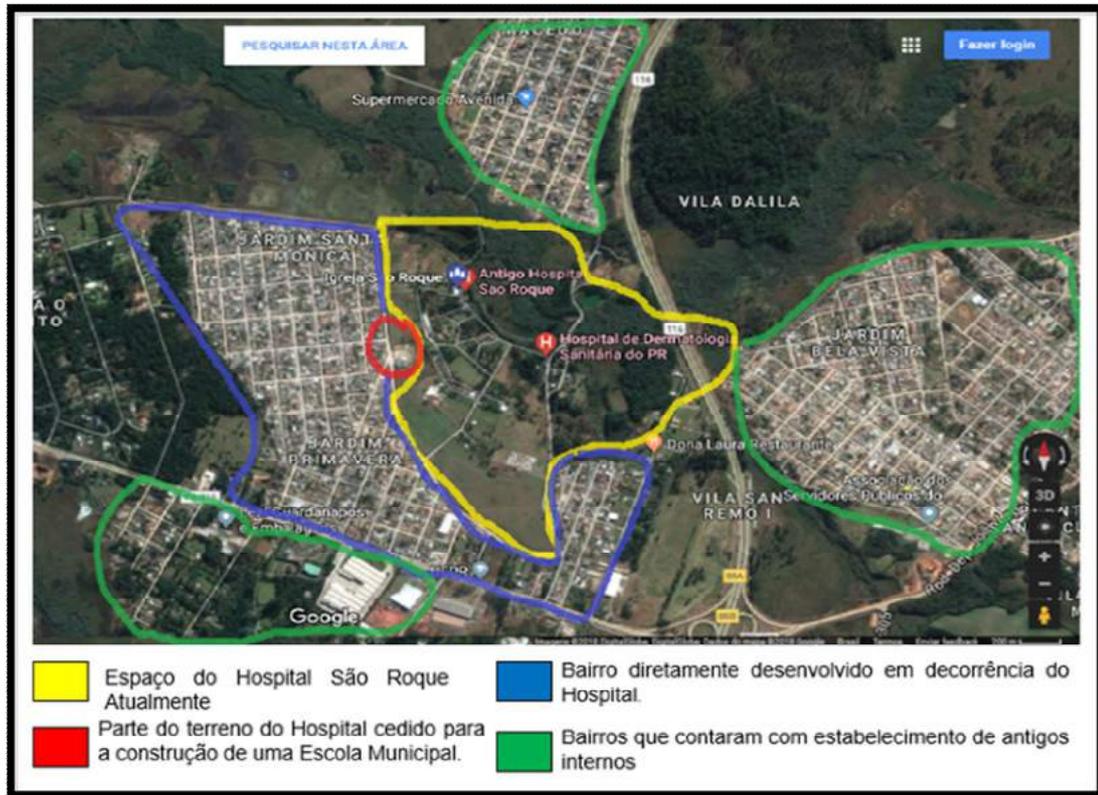


FONTE: Prefeitura de Piraquara, 2018.

É inegável a importância desse núcleo colonial para o desenvolvimento de alguns bairros de Piraquara, contudo, há outros grupos que também foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade e que até os dias atuais possuem espaços com patrimônios materiais imponentes na paisagem urbana, podendo transformar-se em importantes fontes para abordar e conhecer a História local. Um desses espaços é o Hospital São Roque, antigo leprosário estadual, inaugurado no ano de 1926, funcionando durante muitas décadas como um hospital colônia de internamento compulsório para o tratamento da Lepra. Recebeu indivíduos provenientes de diferentes locais do Estado do Paraná, que uma vez acometidos pela Lepra não tinham outra alternativa a não ser o isolamento, muitas vezes contra a sua vontade. O internamento compulsório vigorou até o final da década de 1970 e início de 1980, decorrente dele, muitos internos perderam contato com suas famílias que residiam em cidades distantes do São Roque, acabaram criando vínculo de trabalho ⁴e afetivos com a instituição. Algumas famílias fixaram moradias ao redor do São Roque com o intuito de ficarem próximo de seus parentes que estavam internados. Tais fatores contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento das regiões que o circundavam, dando origem a alguns bairros de Piraquara e seu espaço arquitetônico se mantém até os dias atuais com poucas modificações.

⁴De acordo com Serres (2011) o trabalho por parte dos internos nas Instituições de Isolamento fazia parte do Sistema Formal, todos deveriam cooperar para a organização e o bom funcionamento do Hospital, além disso as atividades de trabalho eram responsáveis por manter o estabelecimento funcionando normalmente e se configurava como um dos sistemas em que os doentes deveriam ingressar, ele tinha como função deixar os pacientes ocupados, criando assim uma rede de controle generalizada. Ver mais em SERRES, 2011, p. 23-56.

Figura 2: Mapa dos espaços de piraquara desenvolvidos direta ou indiretamente proveniente do Hospital São Roque



FONTE: Adaptado pelo autora, 2018.

Abordar em sala de aula espaços de memórias e patrimônios não oficiais da cidade, como o Hospital São Roque, seria uma forma de partir das memórias e significados que os estudantes possuem com a história daqueles lugares, colocando-os como protagonistas do processo de ensino, fazendo-os se reconhecer como sujeitos do processo histórico. Realiza assim, uma aproximação da história com a realidade cotidiana dos estudantes.

Considerações finais

As aulas de História precisam abordar as realidades das quais as crianças convivem, de modo que as mesmas sejam reconhecidas e promovidas, isso ocorre a partir do trabalho pedagógico que relaciona conteúdos e as trajetórias de vida dos grupos sociais aos quais ela faz parte, fazendo com que os mesmos se reconheçam na história. O trabalho histórico com os espaços de memória e patrimônios, tanto oficiais como não oficiais da cidade, apresentam-se como uma possibilidade para que isso ocorra. Os estudantes necessitam, a partir dos conhecimentos e habilidades adquiridas nas aulas de História, interferirem de maneira

qualitativa em seus diferentes espaços de convívios, dentre os quais o espaço urbano se encontra.

A cidade contemporânea é formada por contribuições de diferentes grupos que precisam distinguir seus espaços e patrimônios dos demais, isso significa que esses sujeitos criam uma identidade e dão a eles um sentido. Zanirato (2009) afirma que o patrimônio só pode ser considerado como tal se possuir elementos que são reconhecidos por determinados grupos, e que esses sujeitos encontrem suas identidades ligadas a ele. Nessa perspectiva, o Hospital São Roque possui a característica de patrimônio, uma vez que é um espaço de memória importante, e que se relacionam com a identidade dos grupos que se identificam com ele, e por tal motivo, apresenta relevância à História ensinada.

Trabalhar pedagogicamente com os patrimônios e as memórias consideradas como oficiais na urbe, como por exemplo a Colônia Santa Maria em Piraquara, não deve-se basear apenas nas reproduções dos discursos hegemônicos excludentes. A postura didática do docente precisa basear-se na perspectiva de uma literacia histórica, trabalhando esse patrimônio como um documento histórico e por meio do trabalho pedagógico com ele, seja possível munir os estudantes com habilidades interpretativas da sua realidade, capazes de compreender e problematizar as histórias e memórias que se ligam aquele documento e que apresentam resquícios na imagem da sua cidade. Não para simplesmente contemplar essa paisagem urbana mas, operar sobre ela e compreender que essa localidade da qual ele faz parte e se relaciona, é o resultado das ações de diferentes grupos no decorrer do tempo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). **Qual o valor da História hoje?**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, , p. 21-39.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. História. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: “Andiamo In’ Merica”**. 3 ed, Edusp, São Paulo, 2003.

CERRI, Luis F. **Cartografias Temporais: Metodologias de pesquisa da consciência histórica**. Porto Alegre: s.n, 2011, p.59-81.

GARCIA, Tania M. F.B; SCHMIDT, Maria A.M. A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em Aulas de História. **Cad.Cedes**, v.25, p. 297-308, 2005.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 107-146, 2016.

_____. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Educar, Curitiba, Ed. UFPR, 2006.p. 131-150.

LYNCH, Kevin. A Imagem do Meio Ambiente. In: **A Imagem da Cidade**. Lisboa, Edições 70, 1960, p. 11 -23.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**. Memória, História, Historiografia. Dossiê ensino de história. v. 13, n. 25/26, pp. 143-162, set. 92/ago. 93.

PREFEITURA DE PIRAQUARA. **Símbolos**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/SIMBOLOS-1-40.shtml>. Acessado em 19 de Fevereiro de 2019.

PIRAQUARA. **Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino de Piraquara-Ensino Fundamental - Anos Iniciais**. 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense. São Paulo, 1995.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2010.

SERRES, Juliane C.P. Expulsos do mundo dos são: Histórias de exclusão. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; MARQUES, Vera, R. B. (org). **Hansenise: A voz dos que sofreram o isolamento compulsório**. Curitiba, Ed.UFPR, 2011, p. 23-56.

TOMAZ, Antonio; TOMAZ, Ariel J. **Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra: 120 Anos de história 1878-1998**. Editare. Curitiba, 1998.

_____. **Família Tomaz Genealogia de Domeníco e Julia**. Curitiba, Editare, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**, Unesp, v.5, n. 1, 2009, p. 137 -152.

ST 13
**História, gênero e
sexualidade: existências e
resistências em tempos**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Domesticação da ciência ou cientificação do doméstico: criação e desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Viçosa, feminilidade, doutrina e representações de gênero

Fábio Luiz Rigueira Simão
Doutor em História UFJF
CAp-Coluni UFV
fabiolrsimao@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, estudamos a construção de um ideal de mulher difundido por propostas oficiais da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em 1940. Referimo-nos à criação e trajetória da *Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Viçosa*, cujo objetivo era instruir as mulheres a serem economistas domésticas com habilidades para influenciar e mudar a vida das famílias mineiras. O curso foi criado em cooperação do Brasil e EUA, sendo Ms. Dickson, grande nome da *American Home Economics* à época, sua primeira professora estrangeira. Os programas analíticos das disciplinas, jornais e revistas, periódicos estudantis, anais da Semana Feminina entre outras documentações históricas compõem a base de representações construídas a propósito das mulheres que estudamos. Cruzamos fontes oficiais com revistas, diários e entrevistas para compreender como essas mulheres assimilaram valores que as reservavam lugares simbólicos de submissão social, mas agora a partir da esfera acadêmica, um espaço público, antes reservado aos homens exclusivamente. Esse paradoxo nos permitiu compreender melhor a complexa dimensão de projeto e de processo em torno do qual a história do curso e a própria Economia Doméstica brasileira desenvolveram-se a partir de uma realidade particular. A pesquisa levou-nos a conhecer também o papel das estudantes e professoras cuja ação construiu identidades muitas vezes de resistência outras de acomodação à doutrina que receberam.

Palavras-chave: Gênero, Ciências Domésticas, Feminilidade.

Definição da proposta

A noção de gênero utilizada em ciências sociais na sua conotação moderna e no seio dos estudos sobre a feminilidade (e a masculinidade que lhe impõe contraponto) é tipicamente anglo-saxônica. Foi com Joan Scott (1989; 1994) que ganhou amplitude e operacionalidade entre os intelectuais norte-americanos e europeus a partir dos anos 1990 (FISCHER; MARQUES, 2001). Scott trabalha o conceito de gênero considerando-o elemento central das relações sociais de poder fundadas nas diferenças entre os sexos. Utilizar a noção de gênero tornou-se importante para pensar as relações sociais, de modo geral, e as dinâmicas

particulares que, neste universo, implicam relações de poder pautadas na concepção de papéis sociais ligados aos sexos, ou melhor, às noções de masculinidade e feminilidade.

Neste trabalho estamos a construção de gênero a partir de um universo em particular: a *Escola Superior de Ciências Domésticas – ESCD*, criada em 1948, e encampada à *UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais)*. O curso fora concebido com o objetivo de formar mulheres (cientistas domésticas), capazes de intervir e desenvolver a realidade sócio-econômica das famílias camponesas do estado de Minas Gerais. De certa forma cumpria o desígnio da própria universidade alicerçada na trilogia ensino, pesquisa e extensão, influência direta dos *Land Grant College* norte-americanos.

Nosso interesse para com a pesquisa é perceber como as concepções acerca da mulher se transformam na concretude da dinâmica histórica das relações sociais de poder, vista aqui, em particular, pelo espectro das relações de gênero. A fim de persegui-lo vejamos algo a respeito do projeto e concepção do curso de Ciências Domésticas. Segundo palavras de Pe. Mendes, professor e co-criador do novo instituto de ciências domésticas, em discurso proferido por ocasião de sua oficialização:

A ESAV pôde oferecer, na pujança de sua força, a espinha dorsal do novo organismo em redor do qual, (...) buscam realizar aquele grande esforço de trabalho que, a exemplo dela, só se faz por equipe, com sacrifício, com disciplina rígida, com devotamentos, às vezes, dignos de epopeia, com idealismo nutrido de realidades tangíveis (...). Eis aí, a Escola Superior de Ciências Domésticas (...) É uma novidade. Como tal, sofre dupla reação: a dos que aceitam a ideia e dela se fazem paladinos e a dos que descreem, atirando-lhe sempre o tempero de seu negativismo.¹

Observe-se que a ESCD, mesmo reconhecendo seus limites – especialmente a presença de opositores descrentes do projeto conforme sugere o discurso – devia pretender justificar-se pela amplitude geográfica e populacional de ação que as profissionais ali formadas haveriam de alcançar: a rigor, todo o território de Minas Gerais.

Além de combinar conhecimentos de ciências naturais, médicas e sociais à missão civilizadora, o papel dessa mulher pretendida pela ESCD ia além. Deveria abarcar o desenvolvimento da família e, por conseguinte, do homem, dos filhos, da comunidade e do próprio trabalho, sendo este, ao menos a princípio, ligado ao campo. Ouçamos as palavras de Mendes mais uma vez:

¹ “Discurso de Pe. Mendes por ocasião da formatura da primeira turma da *ESCD*, 1952”. *Arquivo Histórico Professor Padre Mendes, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV)*.

(...) essas moças vão trabalhar nas tarefas mais importantes e imperiosas do momento, como a *elevação dos níveis de vida do campo*. Para tratar a terra o agrônomo cursa uma faculdade superior. Para tratar a casa, o homem e a família, cursa a mulher uma escola superior. *A casa é mais importante que a terra*. Esta nem todos podem possuí-la. Aquela é bom que todos tenham. Mas, se a casa não superar o campo, o homem e a família não valerão bem mais que a gleba? Aqui está a exigência efetiva de nível para a ESCD: *formar o homem, orientar a família, humanizar os campos* (...) (grifos nossos).

Como vimos acima, à época desse discurso criaram-se estigmas sociais acerca da mulher e essas representações veiculadas na mídia especializada, ou mesmo no julgamento de intelectuais, concorrem para a consolidação de um ideal de mulher em que se lhe reserva um estatuto de fraqueza e subordinação, reclusão e funcionalidade apenas a partir do ideal e da prática masculinas. Nas palavras de Pe. Mendes a mulher que se pretendia formar na ESCD parece ganhar aparência nova, entremeada de uma nobre missão a qual perpetrava a formação do homem, a orientação da família, a humanização dos campos. Mesmo que permeie uma forma um tanto tradicional de conceber a mulher, repetindo os mitos ligados à “rainha do lar”, o discurso sobre essa mulher-estudante (senão cientista) reservar-lhe-ia, por suposto, o espaço público, primeiro o da própria escola em que formaria um ambiente de convivência, e depois o de seu próprio campo de atuação junto a famílias alheias. Que significados guardam essas considerações? A quem esses discursos serviram? Qual a realidade histórica dessas mulheres? Que caminhos tomaram-se? E quais foram os descaminhos? O que mudou e o que perdurou nessa trajetória encantadora e enigmática?

Considerações metodológicas e Fontes

Não se trata tão-somente de analisar o contexto de criação da escola. Pretendemos notá-la, antes, em sua dinâmica e perspectiva históricas, isto é, percebê-la no tempo, suas transformações, os percalços que enfrentou e a cultura que ora veiculara, a moral que condenou ou enalteceu. Esses elementos só podem ser perseguidos se os procurarmos no interior dos expedientes do curso, por entre as linhas das decisões administrativas e institucionais e por detrás das ações das jovens ingressantes e egressas, para consigo mesmas, em confissões íntimas que tenham porventura legado, em relatórios, ou cartas que enviaram umas às outras ou à família, para com o curso e para com a própria sociedade que se lhe apresenta como laboratório a ser explorado, conhecido e transformado. Seguimos, neste particular, os passos de Foucault (2007, p. 7, grifos nossos), que, em sua *Arqueologia do Saber*, refletindo sobre o deslocamento da concepção historicista para uma perspectiva mais aberta a novas interpretações, afirma, “a história mudou sua posição acerca do documento: ela

considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, *mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo*".

Acreditamos que a criação da *ESCD* é um evento sócio-histórico de relevo, tendo muito a dizer sobre as concepções e delimitações de papéis sociais, o que cria balizas genealógicas importantes, capazes de informar ações e comportamentos que vão além dos muros de uma instituição de ensino superior. Aliás, segundo conjecturamos, a partir do conhecimento mínimo acerca do *corpus* documental de que dispomos, trata-se de uma história de homens e mulheres, professores e alunas, diretores e órgãos diretivos e decisórios; trata-se da família enquanto instituição e de famílias concretas cujas realidades sofreram a intervenção de projetos de extensão e estágios das alunas da *ESCD*. Validamos e seguimos, pois, o que salienta Mary Del Priori (1997, p. 7), "a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da leitura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos".

Complementaríamos essa observação, notando que a história da mulher perpassa também esses projetos oficiais de Estado nos campos de educação, cultura, identidade, extensão e produção de conhecimento [muitas vezes fruto de iniciativa ideológica de homens (!)]; igualmente, ela se encontra entremeadada à ação de grupos interessados em tal ou qual imagem a ser combatida e/ou consolidada.

Nosso conjunto documental principal compõe-se do: a) *Arquivo Histórico Prof. Padre Mendes*, organizado por alunos do curso de *História da Universidade Federal de Viçosa*, no âmbito de projeto financiado pela *CAPES*, e encomendado pelo *Departamento de Economia Doméstica (DED)*; e b) do *Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa*. Ambos se encontram relativamente organizados e acessíveis ao público pesquisador. Lançamos também mão de entrevistas com as ex-alunas, algumas delas hoje professoras do *DED*.

A história oral pode contribuir decididamente em um projeto desta envergadura porque os depoimentos recolhidos podem servir como mostras basilares do que as mulheres experimentaram no interior dos processos históricos de rupturas e continuidades com relação ao papel da mulher na sociedade e nos seu universo de ação em particular.

Referimo-nos a todo tempo à mulher, mas isso não quer dizer que o homem esteja ausente dessa história. Aliás, é por notá-lo de maneira central neste trabalho que abrimos nossa análise para referenciais teóricos que contemplem essas noções discursivas, muitas

vezes veiculadas por homens, ou, se por mulheres, à luz da diferença e relação entre sexos. Pretendemos, ainda, orientarmo-nos a partir da noção de gênero proposta por Joan Scott, como já enfatizamos. Isso implica em duas operações analíticas: i) desvincular o conceito de gênero do sexo, que, a rigor, refere-se à identidade biológica de uma pessoa, uma vez que gênero “(...) é [uma] construção social do sujeito masculino ou feminino”; e, conseqüentemente a isso, ii) notá-lo (o gênero) como resultado de conflitos e relações sociais de poder, material e simbólico. A fim de contemplá-lo, Scott procura explicar, como salientam Fisher e Marques (2001, p. s/n, grifos nossos) “(...) a subordinação da mulher e a dominação dos homens, [analisando] o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder a partir de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva.

Conclusões

Nos anos 1960, e mais precisamente nas duas décadas seguintes, as ciências domésticas da antiga UREMG, então federalizada e tornada UFV (1969), voltam-se mais para si mesmas e para o espaço acadêmico em que se expandiam e desenvolviam. As professoras, ex-alunas do curso de bacharelado, assumem então a missão, ou, neste particular, a tarefa, o ímpeto de “reinventar” as ciências domésticas dando-lhe uma identidade nova e original a partir por vezes de suas matrizes estadunidenses.

O período dos anos 1970/80 é especial porque permitiu o desenvolvimento de uma nova figura feminina no espaço acadêmico da nascente UFV. Se fôssemos propor uma tipologia daquelas mulheres conforme a natureza de sua atuação e de seu envolvimento com as propostas curriculares da “*home economics* brasileira” encontraríamos duas categorias relativamente distintas. Primeiramente, a garota que, graduando-se no curso técnico em Administração do Lar, atuaria diretamente no campo por via dos programas de extensão como os da ACAR, levando padrões de desenvolvimento familiar, métodos de puericultura, nutrição, saúde da família, higienização e cuidados domésticos até as comunidades rurais do Estado de Minas Gerais. “Missionárias” naquele primeiro sentido que propusemos, e depositárias de uma proposta, enfim, de desenvolvimento e de vida em sociedade. Algo muito pautado nos ensinamentos de sua matriz estadunidense trazida inicialmente por Miss Dickson. Por outro lado, a recém-graduada no curso superior de Ciências Domésticas que, continuando os trabalhos das extensionistas, assume de modo pioneiro a linha de frente de um novo ofício: a consolidação da imagem feminina junto à comunidade acadêmica (masculina) e o

desenvolvimento da credibilidade do “doméstico cientificizado” ou, se vale o trocadilho, da “domestificação da ciência” no ambiente universitário. A primeira, mais ligada ao campo e à atividade prática propriamente dita, se coloca no corpo-a-corpo com a realidade rural que espreitava o seu currículo; a segunda, mais ligada ao ambiente institucional, se dedica à atividade de produção do saber científico, orientando alunas, fazendo mestrado e doutorado, publicando e, é claro, dando continuidade ao trabalho de extensão, porém, agora, voltado também para a vida urbana. Uma mulher mais acadêmica enfim.

Assim, ainda que em meio às suas diferenças, essas profissionais consolidaram o campo acadêmico da pesquisa e da produção científicas da economia doméstica, combinando-as ao caráter extensionista das origens, porém deslocando progressivamente o foco de suas atividades para a extensão urbana. Pode-se observá-lo nos convênios para o desenvolvimento do segmento de habitação e organização intrafamiliar (como o FUNARBE-CODEMIN/AS, de 1980) e os programas de educação do consumidor.

Não queremos com isso definitivamente dizer que aquelas mulheres apenas absorveram intenções de um projeto que se criou para inseri-las a sociedade conforme os papéis que se lhes reservaram discursos acerca de sua natureza pressuposta e seus compromissos pátrios. A expressão *missão* aqui tem caráter crítico e nós a utilizamos para colocar em relevo a um só tempo a forma como se concebeu a mulher no ambiente novo de sua presença e atuação e aquilo que ela realmente fez da realidade em que se circunscrevera.

As entrevistas com as professoras, além de nos clarear algumas questões com as quais nos debatemos através da documentação trabalhada, colocou-nos duas problemáticas importantes de se considerar a fim de propor uma conclusão que conecte a trajetória delas com a do próprio curso, a saber: *a)* a questão da domesticidade e o estigma que ela carrega; e *b)* a polarização do DED nos anos 1990 que levaria ao colapso do curso. A primeira questão nós a contemplamos aqui. A segunda abre-nos outras possibilidades de pesquisa já que o nosso recorte se encerra na entrada da década de 1990, em parte exatamente por causa das inflexões que o curso sofreria.

A tentativa de legitimar o curso e dar-lhe uma identidade que pudesse ser associada e reconhecida enquanto prática científica foi constante. Na fala das atuais profissionais, um dos mais imponentes motes da legitimação do curso nos anos 1970 e 1980 era ligá-lo ao bem-estar e do desenvolvimento do nível de vida das famílias. A própria professora Simone Mafra, em um discurso proferido por ocasião dos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis

em Economia Doméstica da UFV (e da América Latina), 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS – e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica² lembra e cita um trecho do projeto de criação do curso de mestrado em Economia Familiar do DED/UFV: “A *necessidade desta criação se faz premente (...) para abrir oportunidade de realização de pesquisas de interesse da área, melhoria da qualidade de vida dos brasileiros*”.³

O curso de mestrado foi criado em 1992 e esse apelo que faz o projeto de sua criação parece ser compartilhado por outras realidades que, embora pareçam distantes, aproximam-se dessa mesma ideia central. Ozioma Azubuike do Department of Home Economics do Federal College of (Technical) Education Umunze, Anambra State, Nigéria, afirma em artigo de 2012 que a economia doméstica define-se enfim por um conjunto de saberes interdisciplinares voltados ao bem-estar de indivíduos, famílias e da sociedade como um todo:

(...) Home economics is built upon many discipline (...) is a dynamic and evolving profession. This is because it focuses on the *welfare of individuals, families and the society*. The various Home economics related occupation makes provision of knowledge and skill to be diversified in the field of the study (UZUBUIKE, 2012, p. 39, grifos nossos).

O mesmo discurso aparece no Brasil dos anos 1970, no *V Seminário Nacional de Ciências Domésticas*, principalmente a partir da fala de Eleonor Cebotarev, socióloga canadense, e nos anos 1980 e 1990 pelo que notamos nas falas das professoras entrevistadas. A tônica é também a natureza desafiadora da ampliação do espectro de ação dos saberes domésticos. E sua justificativa central é a promoção do bem-estar. De volta a Mafra: “mais uma vez, a Universidade colocou desafios a seu crescimento, sobretudo ao crescimento da pesquisa nas Ciências Humanas em seu campus”.⁴

² Segundo FARIAS (2012) “[...] em 1985, o Pró-Reitor Acadêmico Prof. Clibas Vieira nomeou, pelo Ato 10/85/PAC, as professoras Nerina Aires Coelho Marques, Fernanda Fontes Braga, Neuza Maria da Silva, Sonia Coelho de Alvarenga e Lúcia Maria Maffia, para, sob a presidência da primeira, montarem o processo de criação do Curso de Pós-Graduação em Economia Familiar. Em 1991, o Vice-Reitor em exercício da Pró-Reitoria Acadêmica, Prof. Renato Mauro Brandi, alterando o Ato 10/85/PAC, indicou as professoras Maria Lúcia Simonini, Nerina Aires Coelho Marques, Maria das Dores Saraiva de Loreto, para, sob a presidência da primeira, procederem aos trabalhos de criação do Mestrado em Economia Familiar”. A aprovação aconteceria em 1992.

³ Discurso da Prof.^a Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.

⁴ Discurso da Prof.^a Simone Tavares Mafra, Chefe do Departamento de Economia Doméstica da UFV (2006), em comemoração aos 50 anos de formatura da primeira turma de bacharéis em Economia Doméstica da UFV e da América Latina, 25 anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS e 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, o único na América Latina.

Contrastam com esses discursos de conquistas, as repetidas tentativas de diminuir e desautorizar as ciências domésticas ou os fazeres domésticos como matéria de ciência. Maria de Fátima Lopes, em uma de suas entrevistas com as pioneiras da ESCD, logrou ouvir uma observação de primeira monta neste sentido da sedimentação de uma cultura da desqualificação da escola de ciências domésticas pelos próprios alunos. A ex-aluna entrevistada conta à autora de *O Sorriso da Paineira* que, em meados dos anos 1990 (!), ao encontrar com um ex-aluno da antiga UREMG com quem mantinha algum contato, ouviria algo mais ou menos assim: e, então, diga-me como anda aquela “fábrica de Amélias” (LOPES, 1995). O jornal dos estudantes da Escola de Agricultura, *O Bonde*, na edição 169 de 1956, por exemplo, diziam que a mulher era incapaz de prover meios que complementassem a renda do marido, senão “criando galinhas”.⁵ Os estigmas então parecem ter persistido.

A operação simbólica observável nesses juízos fundamenta-se na mesma lógica: desautorizar os saberes das ciências domésticas, negando-lhes o estatuto de verdadeira ciência, a partir de sua aproximação com a mulher e a domesticidade que se lhe coloca subjacente. Ao que as professoras responderiam com o esforço repetitivo de mostrar a utilidade de seu saber a fim de legitimar sua importância e existência. Elas procuravam apresentar os cursos como o de *Arranjo Floral e Decoração* no escopo das propostas regulares do *DED*, o que poderia autorizar a ideia de que o trabalho envolve técnicas, metodologias de execução, conhecimentos prévios de uma tradição oriental (o *Ikebana*), rigor teórico, noções de organização, estética, equilíbrio, simetria e pertinência com relação a espaços e circunstâncias sociais específicas. Elementos, enfim, constituintes de um saber científico, como se esforçava para afirmar.

Os anos 1970 e 1980 não permitiriam mais que se aceitassem as conquistas sociais das mulheres como fruto da ação de “reivindicadoras” que desviaram do que seria a “verdadeira mulher”. Parece que as conquistas femininas, não no campo do feminismo apenas, mas no das relações sociais de um modo geral, geraram – e ainda geram – uma espécie de desconforto simbólico, uma dificuldade de se rearranjar conceitos e sentidos, mudar pontos de vista, reconsiderar paradigmas de organização social. Foi assim, por exemplo, que os alunos (homens) da antiga *ESAV* reagiram à chegada das alunas da *ESCD*, como vimos nas páginas dos zines estudantis, *O Bonde* e *A Paineira*. Foi assim que se impôs a necessidade dos discursos de criação e consolidação do curso de ciências domésticas os quais funcionariam

⁵ O BONDE, ano 10, n° 169, 1956, p. 2.

como justificadores e legitimadores enfim num processo social que desafiava uma ordem então estabelecida a partir da ideia de que ciência era para homens e que o espaço doméstico e a domesticidade não eram dignos de estatutos científicos no espaço acadêmico.

Os discursos de identidade que lhes quiseram imprimir as falas pioneiras de Padre Mendes, da subsecretária Celina Passos e do então reitor Joaquim Fernandes Braga são o *projeto* de mulher cujos juízos estavam sedimentados socialmente naquilo que se esperaria das graduandas. As concepções observadas nos jornais e nos relatórios das profissionais da Economia Doméstica também não deixam de veiculá-lo. A grande questão, porém, é que, através dessa mesma semântica pretendida pelos discursos acerca dos papéis sociais numa perspectiva sexista, as professoras e alunas impuseram sua presença e sua autonomia no espaço acadêmico da UFV. Subjetivaram-se, é claro, em meio a estigmas com os quais tiveram de lidar e a partir dos quais superaram-se a si mesmas. Diferentes contextos e circunstâncias históricas mostram mulheres que digladiaram com discursos e condições, ao mesmo tempo em que os utilizaram e/ou vivenciaram conforme estratégias e escolhas pessoais.

Assim, a trajetória daquelas mulheres não envolve homens de um lado e mulheres de outro num conflito dual e maniqueísta em que elas tivessem de neutralizar enfim a ação dominadora, senão excludente, de discursos e práticas androcêntricas. Na verdade, conforme pudemos notar, elas não redarguíram sistematicamente uma “condição da mulher” veiculada pelos saberes domésticos simplesmente. Suas escolhas e as circunstâncias históricas em que se colocaram permitiram divergências em suas próprias posições e trajetórias. Dirigir jipe, calçar botas e abrir fronteiras para uma “missão civilizadora”, depois presidir mesas diretoras, alçar chefia departamental, criar periódicos científicos, organizar e participar de conferências, estabelecer convênios, mestrar-se, doutorar-se e conquistar a academia enfim. Assim, as “mulheres de campo” que se dedicaram à extensão rural colocando-se diretamente entre os homens, deram lugar às “mulheres acadêmicas”, que, uma vez vinculadas a outro tipo de espaço social, performatizariam outro tipo de profissional.

A história da ESCD e do DED, bem como das mulheres que por lá passaram (e especialmente das que lá permaneceram, seguindo carreiras acadêmicas), a sua atuação e a sua saga não são fluxo natural de uma realidade, mas uma experiência de permanências e rupturas. Uma série de conquistas e conflitos pessoais e profissionais por cujos grilhões se colocaram valores, estratégias, discursos e condições em constante movimento. Não queremos absolutamente defender a pretensa conclusão de que aquelas mulheres tiveram sucesso pleno

na sua vida acadêmica, nem tampouco que o seu discurso tenha sido libertário. Nem há que se notar *um* discurso entre elas; há divergências em suas falas, há escolhas pessoais, como pudemos observar. Mas definitivamente não podemos deixar de notar que o caminho das ciências domésticas representou um campo largo de possibilidades para experiências importantes – e, a princípio, improváveis – para mulheres cujas trajetórias estão repletas do que elas mesmas entendem como verdadeiras conquistas.

Referências Bibliográficas

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. Gênero e exclusão social. **Trabalhos para discussão**, n. 113, agosto, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PRIORE, Mary del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, Campinas/SP 1994.

_____. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.

Interface entre os conceitos foucaultianos: sexualidade/gênero, corpo, práticas de si e resistências e os conceitos de agência e performatividade da Teoria Queer de J. Butler

João Marcelo de Oliveira Cezar

Graduando em História

UNESP - Campus de Assis

joao0905@hotmail.com

Resumo: O projeto em questão visa identificar relações entre os conceitos foucaultianos "sexualidade/gênero, corpo, práticas de si e resistências" - buscando compreender a legitimação de determinados discursos e regimes de poder, que regulam corpos, gênero, sexualidade e também as subjetividades - com a Teoria *Queer*, que de certa forma surge como uma resposta à essa ordem regulatória. Assim como Foucault já havia problematizado o corpo, a sexualidade e o gênero como dispositivos históricos, constituídos pelo saber-poder, Judith Butler (teórica *queer*) irá afirmar que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas são apenas produzidos como efeitos de verdade de um discurso de identidade primária e estável, assim como a sexualidade e o próprio sexo. Portanto, Butler aponta que essas categorias são performativas, existindo modos de construir a nossa própria identidade, por meio nossa posição de agentes, que irá questionar as condições de construção do sujeito, reposicionando-o dentro das matrizes do poder. É patente, nas investigações de Foucault, a existência de uma rede de micro-poderes que atravessa a toda a estrutura social controlando as práticas de si (processos de subjetivação); e as formas de resistência à essa rede de saber-poder se reconhecem como práticas de liberdade pelas quais o sujeito torna-se ativo quanto à construção de si, se reposicionando dentro dessa inscrição cultural à qual teve como uma pré-condição. Essas conexões entre pontos trabalhados por Michel Foucault e Judith Butler podem ser analisadas em obras como *História da Sexualidade I, II e III; A arqueologia do Saber; Microfísica do Poder; Problemas de Gênero, Deshacer el Género*, entre outras que tenho com referenciais teóricos e metodológicos.

Palavras-chave: Judith Butler, Michel Foucault, Teoria *Queer*.

Introdução

O termo *Queer*, antes da década de 1980, era usado como algo pejorativo e para inferiorizar pessoas que não se encaixavam no padrão heteronormativo, fosse em relação aos seus desejos ou modos de se comportar e vestir; ou seja, sujeitos que desviavam do que se espera dos comportamentos e desejos “naturais” de um homem ou mulher. Uma tradução livre do significado de *Queer* para o português seria “Viado”, “Bicha”, “Sapatão”, entre outros. Esse termo, a partir da década de 1980, começa a ser ressignificado por parte da

Movimento Homossexual¹ de então, agora não mais como algo pejorativo, mas com um caráter de resistência, buscando-se força e reconhecimento no termo. (CARRILLO, 2010)

Antes de 1980 já haviam debates e trabalhos no meio acadêmico acerca do sexo, sexualidade e sujeito, que caminhavam junto ao Movimento Homossexual, porém ele e as discussões que se tinha já não afetavam o status quo da sociedade, mantendo os privilégios brancos, masculinos e a monogamia dentro dos próprios grupos minoritários. Depois do surto da AIDS surgem novos agrupamentos “preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual” (LOURO, 2001, p.546), e que iam contra os privilégios existentes dentro do movimento, entendendo que “o discurso político e teórico que produz a representação ‘positiva’ da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites” (LOURO, 2001, p.544), que não dão espaço para figuras como a da “bicha afeminada” ou as travestis.

Estudos relacionados aos trabalhados pela Teoria *Queer* começaram a se desenvolver desde os anos 80, como oposição aos estudos sociológicos normalizados acerca de gênero e sexualidade; sendo que a expressão *Queer Theory* é usada pela primeira por Teresa de Lauretis, em 1990, década em que essa linha de pesquisa e debate se consolida de fato (MISKOLCI, 2009, p. 151). De um ponto de vista prático, essa teoria é resposta à ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e das subjetividades (PELÚCIO, 2014, p.28). A Teoria *Queer* tem como objeto as relações entre sexo e gênero, mais especificamente, ela surge de uma aliança de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, que orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito, propondo-se a construir o espaço de desestabilização, subversão e emancipação para fenômenos relacionados com gênero e sexo (SALIH, 2002, p.19).

Quando apontamos que a Teoria *Queer* tem um caráter pós-feminista não significa que ela é antifeminista, mas sim que ela busca fazer o entrecruzamento de diversas opressões, formulando “estratégias para desafiá-las conjuntamente, apoiando-se na análise de como se articulam e se conectam” (CARRILLO, 2010, p.48); tida como uma “maturidade” do feminismo, já que o movimento tradicional não levava em consideração os diferentes tipos de

¹ Naquele momento, o atual Movimento LGBT+ era caracterizado como Movimento Homossexual; de modo que as várias subdivisões internas que o grupo possui hoje eram tidas como diferentes tipos de homossexualidades.

mulheres existentes e o quanto o próprio termo “mulher” reforça uma visão tradicional e heteronormativa de gênero.

O pensamento foucaultiano destaca-se como um dos principais inspiradores da Teoria *Queer*, pelo fato de Michel Foucault problematizar o corpo, a sexualidade e o gênero como dispositivos construídos historicamente, e constituídos de discursos e práticas de saber-poder. Sua obra é marcada por três fases: arqueologia, genealogia e a estética da existência, divididas em três eixos, respectivamente: saber, poder e subjetivação. A arqueologia propôs um modelo de descrição baseado nas transformações dos saberes. A genealogia procurou analisar o surgimento dos saberes e de que forma, através da experiência social, os indivíduos eram levados a reconhecer a si próprios como sujeitos de uma sexualidade, que se articulava em um sistema de regras e coerções relativas a relações de poder. Na terceira fase, estética da existência, Foucault trabalha, a partir da antiguidade greco-romana, as práticas de si, que apontam para a possibilidade da produção de si mesmo através de condutas historicamente situadas (VENTURA, 2008, p. 64).

A proposta do trabalho aqui apresentado se situa a partir da obra de Foucault em associação com Judith Butler, a respeito da performatividade dos gêneros e agência dos corpos, de fundamental importância para a Teoria *Queer*. Em sua obra, Butler põe em dúvida a categoria do “sujeito” - ao assinalar que o gênero é performativo -. Além disso, afirma que há modos de “construir” a nossa identidade, por isso o sujeito dispõe de “performatividade” quanto à construção do si. Dizer que o sujeito é constituído não significa que está determinado; ao contrário, a sua condição de constituído é mesmo uma pré-condição para a agência, pois o que informa uma reconfiguração de relações culturais e políticas é o fato de que existe a possibilidade de resistir, ou seja, deve-se questionar as condições da construção do sujeito, reposicionando o agente dentro das matrizes de poder.

Abre-se então, do ponto de vista dessa formulação foucaultiana que a Teoria *Queer* retoma, a possibilidade de questionar a própria definição da identidade que serve de base para a ação do sujeito através de sua sexualidade. Em sua obra *Problemas de gênero*, Butler argumenta que assim como acontece com o gênero, não há corpos antes da inscrição cultural, e o sexo, assim como o gênero, pode ser performativamente reinscrito de maneiras que acentuem seu caráter construído. Além disso, o voltar-se sobre si do gênero nas relações de poder que o estabelecem, mostra Foucault (2017, p.33), permite pensar que existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas como sujeito moral dessa ação.

Discussão e resultados

Foucault (2017) afirma, em sua fase genealógica, que a sexualidade é um “Dispositivo Histórico”, ou seja, ela é uma relação de poder, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. O dispositivo “sexualidade” é a rede de relações de poder-saber que se estabelece entre esses elementos objetivando processos de subjetivação (1993, p.244). E segundo o autor, esse poder que produz saberes deve ser entendido da seguinte forma:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) estão sempre em posição de exercer e de sofrer sua ação. (...) Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2000, p.183)

Em seus trabalhos, Michel Foucault discorre sobre o conceito da “Hipótese Repressiva”, que busca responder à questão “A repressão do sexo é mesmo uma evidência?”, e segundo ele a resposta é “Não”, já que, conforme seus escritos, desde o século XVII o que existe é uma “verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 2017, p.19). Já não se busca ocultar, mas fazer falar, e essa característica está diretamente relacionada a cultura da confissão, que é fortalecida com a contrarreforma. “O sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego” (FOUCAULT, 2017, p. 22).

Segundo Foucault, cria-se mecanismos de poder, na modernidade, que visam colocar o sexo em discussão, torna-lo público. E esse discurso moderno sobre o sexo e a sexualidade, que já não é só religioso, mas também científico, não tem como intenção a repressão, mas o controle e a classificação. Nesse momento, “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidades, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 2017, p.27), controlando as chamadas “práticas de si”, ou seja, os modos como as pessoas subjetivam a si mesmas, seus comportamentos, desejos, paixões, vestimentas e etc.

Para a análise feita nesse trabalho, é importante apontar que o poder, para Foucault, também nomeia e cria personagens, é o caso do homossexual, que até o século XIX não era categorizado dessa forma, como um sujeito, mas apenas como uma atitude, já que qualquer

pessoa podia cometer o ato da sodomia (ter relações sexuais com alguém do mesmo sexo). No século XIX, no entanto, o termo “Homossexualidade” passa a definir não um ato de pecado, mas uma natureza, um sujeito em que “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (FOUCUALT, 2017, p.48). Nesse sentido, o poder não irá excluir sujeitos com essas características desviantes, mas categoriza-los e caracteriza-los, utilizando a nomeação como forma de controle.

O poder, portanto, irá criar tecnologias que gerenciam a vida das pessoas, produzindo características sociais, formando saberes, induzindo prazeres e produzindo discursos. Essa sociedade moderna, em que o poder se mostra dessa forma, é nomeada por Foucault de “Sociedade Disciplinar”, que maximiza o controle dos indivíduos e cria o chamado “Biopoder”, que será responsável por fazer uma “gestão calculista da vida” e “administração dos corpos” das pessoas, através de

escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecendo, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e imigração, explosão; portanto de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. (FOUCUALT, 2017, p.151)

Tendo em mente que a sexualidade e o gênero são tecnologias/dispositivos que fazem parte da rede do “Biopoder”, é imprescindível apontar a relevância desses para a manutenção do poder existente na modernidade e pós-modernidade, de manter as pessoas vivas, já que “estamos em uma sociedade do ‘sexo’, ou melhor, ‘de sexualidade’: Os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCUALT, 2017, p.160).

Para Foucault, o sexo é um mecanismo criado pela instituição histórica que é a sexualidade, justamente para legitimá-la no carnal, ou seja, transformar o que era discurso em algo visível, portanto, não podemos

Situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões, a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção de sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade (FOUCUALT, 2017, p.171)

É nesse sentido que se pode afirmar que ao se praticar o sexo homossexual, ou “se assumir” enquanto gay/lésbica, não se está caminhando contra o poder, pelo contrário, ele é quem incentiva a confissão e a categorização, ele é quem ressalta características. É com tal

olhar que esse trabalho insere a Teoria *Queer* no debate, entendendo que a mesma irá apontar que ambos os polos, heterossexual e homossexual, se complementam, e necessitam um do outro para sua permanência, o que significa que a homossexualidade é produzida discursivamente por meio das normas sociais para legitimar a heterossexualidade, demarcando assim os “corpos que importam” (LOURO, 2001, p.549). Só é possível criar os sujeitos “normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos” (MISKOLCI, 2009, p.173).

Judith Butler aponta em *Problemas de Gênero* que o gênero é socialmente construído, assim como o sexo e o próprio corpo, que existem nas marcas do gênero. E essas categorias são construídas dentro de uma lógica binária, homem/mulher, hetero/homo, ativo/passivo, para suprimir “a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual” (BUTLER, 2018 p.47). Dessa forma, há a manutenção do que Monique Witting irá nomear de “Heterossexualidade Compulsória”, que cria uma ideia metafísica de gênero e desejo, de modo que todo ser humano que nasce com um pênis, é necessariamente um “homem” que se sente atraído sexualmente por “mulheres”.

Nesse sentido, Butler aponta que os corpos são entendidos como submissos aos gêneros, como se fossem passivos, prontos a serem inscritos por algo metafísico. Se venho ao mundo dentro da categoria “Mulher”, meu corpo necessariamente deve corresponder às normas sociais que caminham junto a essa categoria, nos modos de se vestir, agir ou desejar. Nesse sentido, a autora afirma que os gêneros são vistos como algo metafísico, porém, na realidade, não passam de construtos sociais criados nas malhas do poder para atender ao mesmo, de modo a serem performativos, como em um teatro, em que os movimentos, gestos, comportamentos e “*los variados actos de género crean la idea de género, y sin esos actos, no habría género alguno*”² (GROS, 2010, p.251), dessa forma

a “nomeação do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Witting, “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós (...) ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais”. (BUTLER, 2018, p.201)

Ao se entender que os gêneros, sexualidades, sexos e corpos são performativos, e construídos por meio de um discurso, e que àqueles considerados “anormais”, como os

² Tradução para o português: “os variados atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum.

homossexuais, também são criação do mesmo poder que formula os “normais”, heterossexuais, a questão que começa a existir é “Como escapar desse poder? Como subvertê-lo?”, e segundo Butler, a resposta dessas questões está na capacidade de agência que possuímos enquanto corpos, já que, como dizia Foucault, “contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres” (2017, p.171), só assim que se pode ter um papel de resistência frente as tecnologias do poder.

Butler coloca em questão a ideia de “Agência”, ao apontar que os corpos não são tabulas vazias prontas a serem preenchidas de forma extremamente passiva, pelos gêneros e suas performatividades, mas que podem ser agentes de ações que subvertam os ideais que lhe são impostos, por meio de atos, também performáticos e teatrais, que façam uma imitação do “original”, um exemplo disso são as travestis e *drags*, que ao parodiar o ideal “natural”, revelam que o próprio “original é uma imitação” (BUTLER, 2018, p.238), desnaturalizando e imitando o mito.

A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade (BUTLER, 2018, p. 137). As reinscrições do gênero que constituem a “agência” do sujeito no interior da lei dependem do corpo, na medida em que este é objeto material das relações de poder (SALIH, 2002, p.88). E esse corpo, para Butler, não é uma “facticidade muda” (2003, p.129), ou seja, não é um fato da natureza. Assim como o gênero ele é atravessado por discursos, isto é, o sexo e o gênero são construções culturais “fantasmáticas” que demarcam e definem o corpo (SALIH, 2002, p. 72). No caso do dispositivo da sexualidade, os pontos de resistência encontram-se nos corpos e nos prazeres.

Para a autora, “se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas” (BUTLER, 2018, p.164). Com esse apontamento pode-se notar que mesmo estando submetidos ao poder, mostrar o quanto as categorias criadas por ele são fantasiosas é uma possibilidade, se utilizando, inclusive, das mesmas, performando-as de maneira subversiva através da capacidade de agência que possuímos enquanto corpos, já que “*si soy alguien que no puede ser sin hacer, entonces las condiciones de mi hacer son, en parte, las condiciones de mi existencia*”³ (BUTLER, 2018, p.16).

³ Tradução para o português: “se sou alguém que não pode ser sem agir, então as condições do meu agir são, em parte, as condições de minha existência”.

Considerações finais

Com as interpretações levantadas aqui é possível apontar que a sexualidade é, para Foucault, uma tecnologia, criada como ferramenta do poder, para manter os corpos dóceis e uteis ao mesmo. Ferramenta essa que se utiliza de sexualidades, gêneros e sexos para moldar determinados corpos, faze-los praticarem apenas aquilo que lhes é criado e imposto discursivamente. Essa imposição, no entanto, pode sofrer resistências, quando o sujeito-corpo se utiliza do que Judith Butler chama de “Performatividade”, para parodiar ações e comportamentos que não cabem dentro do papel que lhe é imposto.

É através desse ato de agência dos corpos, que existe a possibilidade não de acabar com o poder, mas de subvertê-lo dentro de suas próprias malhas, mostrando através de uma imitação que o próprio é um mito, e não algo natural e ontológico como o discurso tenta, a todo momento, reforçar.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Deshacer el Género**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 375-405, abr. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644810>>. Acesso em: 08 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, V.1: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Microfísica do Poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GROS, Alexis Emanuel. Judith Butler y Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer, **Civilizar**, v. 16, n. 30, p 245-260, enero-junio de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 08 maio 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. *Florestan*, ano 1, n. 2, p. 26-45, 2014.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. **Belo Horizonte**: Autêntica Ed., 2016.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de *Ágape e êxtase: orientações pósseculares*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2017.

VENTURA, Rodrigo Cardoso. A estética da existência: Foucault e a Psicanálise. **Cogito**, Salvador, v. 9, n. 9, p. 64-66, out. 2008.

Papéis de gênero e vida política na peça grega Lisístrata

Mariana Lopes Trindade

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

marianalt2012@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por intenção utilizar a peça teatral Lisístrata, cuja autoria remonta ao famoso comediógrafo Aristófanes, como instrumento de análise para a percepção dos papéis ocupados pelas mulheres na sociedade grega Clássica e a forma como as mesmas eram vistas, seja na esfera pública ou na esfera privada. Uma vez que a peça em questão retrata uma greve de sexo organizada por mulheres exaustas da longa duração da guerra do Peloponeso, é possível entrever através de uma análise junto a outras fontes do período qual era o papel ocupado por mulheres socialmente; como eram vistas as relações sexuais homoafetivas, o estupro e a prostituição; qual a típica representação feminina em peças teatrais e outros escritos, com uma comparação específica entre tragédias e comédias; qual a justificativa para a permanência feminina no oikós e o não acesso à vida pública, além de ser possível perceber qual papel as relações sexuais desempenhavam para os homens e para as mulheres. Intenciono por meio da análise de uma personagem em específico, Cleonice, apontar a forma como as mulheres viam a si mesmas e às outras, além de discorrer sobre a peça ser um produto extremamente favorável a participação feminina na política pública ou reforçador de um discurso misógino e anti-feminino.

Palavras-chave: Lisístrata, Participação feminina, Papéis de gênero.

É crença comum e já estabelecida a de que as mulheres não possuíam espaço na vida pública grega, vindo daí os pares opostos homem/mulher e espaço público/espaço privado. Com tal crença posta, torna-se cômodo dizer que não há como estudar uma história das mulheres, visto que a ausência das mesmas do espaço público denota num silêncio, ou seja, as mulheres não diziam nada ou simplesmente não tinham o que dizer.

Tal crença, ainda que contenha alguns elementos concretos, não é de todo verdadeira. As mulheres de fato não ocupavam plenamente a vida pública ou sequer eram vistas como cidadãs, o que não significa que as mesmas não ocupavam nenhum espaço. Os rituais religiosos, que eram parte do calendário público da *pólis*, eram geralmente celebrados por mulheres, pois como defende Sourvinou-Inwood (2010, p. 11), “como sacerdotisas, mas também em outras funções, em cultos, as mulheres estavam executando seus papéis rituais, estavam agindo em favor de toda *pólis* ou uma de suas subdivisões”. Sourvinou-Inwood problematiza ainda o outro lado da afirmação, demonstrando que a mulher não era soberana

no *oïkos*, uma vez que a mesma se encontrava em posição de subordinação ao marido. Por fim, sua teoria é de que a exclusão e subordinação feminina se encontram diretamente atreladas a não participação de mulheres na esfera militar, que sendo um dos sustentáculos da civilização grega, acabava por ser o argumento legitimador da superioridade e supremacia masculina.

Dentro das teorias em voga na sociedade grega, elaboradas por homens, havia a crença de que a mulher era completamente desprovida de *lógos*, ou seja, não possuíam o mínimo domínio das palavras e qualquer discurso que tentassem fazer seria desconexo e desprovido de sentido. Sendo assim, seria completamente inapta de participar da vida política da pólis, uma vez que esta era diretamente conectada ao uso da retórica e da razão (LESSA, 1999).

Não bastando a indisposição das mulheres ao militarismo e a ausência de razão, as mesmas ainda tinham o funcionamento fisiológico de seus organismos depondo a favor de sua suposta inferioridade. Segundo a medicina da época, a diferenciação do masculino e do feminino poderia ser explicado pelos calores do corpos: as mulheres possuíam corpos frios, o que significava passividade, lentidão e fragilidade, enquanto os homens possuíam corpos quentes que os levava a serem participativos, enérgicos e dotados de força política (LESSA, 1999).

Sendo a mulher uma figura tão fraca, o que cabia a ela? Segundo Aristóteles em *Política* e Sófocles em *Ájax*, o maior presente que uma mulher poderia oferecer era o silêncio (LESSA, 1999). Em *Iambos*, Simônides se dedica a comparar os comportamentos femininos com comportamentos animais, sendo o único tipo admirável o da *mélissa*, a mulher abelha, que seria casta, discreta, silenciosa, submissa e reservada (FARIA; GONÇALVES, 2007)

Além do silêncio, cabia a *mélissa* o fundamental papel de povoar a pólis com cidadãos. Para tanto, havia uma lei, creditada a Sólon por Plutarco, que determinava que o marido deveria manter relações sexuais com sua esposa no mínimo 3 vezes por mês enquanto não houvessem filhos legítimos (BERQUÓ, 2014).

Importante lembrar que nem só de esposas viviam as cidades-estado gregas, estando as mulheres presentes em outras classes sociais, tais quais as prostitutas (*pornai*), as cortesãs (*hetairas*), as concubinas e as escravas. Uso um trecho do famoso discurso remetido a Demóstenes, intitulado *Contra Neera* para introduzir tais figuras “§122. (...) Com efeito, as *heteras* nós as temos para o prazer, as concubinas para o cuidado diário do corpo, mas as

esposas para que tenham filhos legítimos e mantenham a guarda fiel da casa” (BERQUÓ, 2014).

O primeiro grupo mencionado, as *hetaírai*, eram cortesãs que possuíam dotes artísticos e físicos cuja clientela era composta apenas por homens abastados, além de que nem sempre eram contratadas para fins sexuais. As relações que possuíam com homens não necessariamente era de uma transação comercial, mas sim de uma troca de favores, além de que possuíam uma certa liberdade, a ponto de escolher quem atenderiam. Geralmente frequentavam espaços que não eram permitidos às mulheres da família nuclear do sujeito, tal qual os banquetes. O principal elemento diferenciador de uma *hetera* e de uma *mélissa* estava na contracepção, visto que o primeiro grupo fazia uso de medicamentos com a finalidade de evitar uma gravidez indesejada (NETO, 2011).

As concubinas (*pallakai*) eram mulheres que viviam com um homem sem terem se submetido, contudo, aos rituais de casamento, geralmente porque seus familiares não possuíam a condição de pagar um dote. Era vantajoso para a concubina pois o “marido” seria seu responsável legal, além de possuir proteção garantida, uma vez que o homem deveria ser capaz de sustentar sua esposa oficial e a concubina em casas distintas, pois a lei proibia que as mesmas residissem juntas. O grande problema enfrentado pelas concubinas é o de que seus filhos não gozariam do status de cidadão, visto que este era reservado para filhos que fossem fruto de um casamento de fato (BERQUÓ, 2014)

Um quarto grupo, não citado no trecho acima era o das *pornai*, prostitutas de áreas mais pobres, geralmente portuárias. Não era uma profissão de grande prestígio, mas foi regulamentada no século VI a.C por Sólon, criador de bordéis públicos cujos lucros eram revertidos para o financiamento de obras públicas em Atenas. As prostitutas geralmente eram escravas ou ex-escravas, de origem estrangeira na maioria da vez. A prostituição de filhas legítimas de cidadãos só se daria em comprovação da perda de virgindade (BERQUÓ, 2014).

Entro agora no foco desta exposição, a comédia *Lisístrata*, escrita por Aristófanes em IV a.C, de forma a ironizar a contemporânea Guerra do Peloponeso. Em linhas gerais, a peça trata sobre mulheres que exaustas da longa duração da guerra e de suas consequências, se unem para tomar a acrópole e decretam uma greve de sexo, que só será encerrada caso os homens assinem o decreto de paz e encerrando a guerra de uma vez por todas.

Posto apenas a sinopse, já é possível realizar um questionamento inicial: A intenção de Aristófanes é produzir humor com o absurdo que seria um governo composto apenas por

mulheres ou sua peça é um elemento de propaganda que se põe favorável a questão feminina, partindo do pressuposto de que as mesmas seriam melhores gestoras dos que os homens que afundavam a Hélade em um longo e dispendioso conflito?

A peça tem início com sua protagonista, Lisístrata, esperando as outras mulheres enquanto reclama de como as mesmas eram frívolas e incapazes de serem pontuais quando se tratava de algo sério (vv. 1-4). Imediatamente após terminar sua reflexão, chega sua amiga Calonice, que é recebida com lamentos de Lisístrata (vv. 9-11), que diz “entre os homens temos fama de ser falsas”, o que Calonice confirma e concorda. Ao seguir com a lamúria de que as mulheres se ausentam para pauta tão primordial, é rebatida por Calonice (vv. 15-18), cuja argumentação é “Sabes muito bem que não é fácil para uma mulher sair de casa. Uma está trabalhando para o marido, outra tem de vigiar a criada, outra tem de fazer o filhinho dormir, ou dar-lhe banho, ou comida”. Ao decorrer da tal reunião, tem início uma série de piadas de conotação sexual, geralmente feitas por Calonice, o que pode pôr em xeque a visão médica do período de que o corpo feminino era frio, defendendo que as mulheres também possuíam intensos desejos sexuais, o que atinge o ápice com a dificuldade encontrada por Lisístrata de fazer com que as mulheres façam o juramento de promoverem uma greve de sexo até o final da guerra: “Não farei isso! Deixa a guerra continuar!” (MIRRINA, vv. 128) e “Qualquer outra coisa que quiseres. Estou disposta até a caminhar no meio do fogo. Qualquer coisa, contanto que não seja aquilo.” (CALONICE, vv. 132-134). Outro elemento fundamental para a análise neste primeiro ato é a forma como as mulheres falam de si mesmas, sempre de forma pejorativa: “De nós mulheres? Então, é uma dependência muito precária” (CLEONICE, vv. 33) ou ainda “Mas o que poderemos fazer de tão útil ou importante? Na verdade, não fazemos outra coisa senão ficarmos sentadas, metidas em vestes de seda, muito vistosas com as nossas túnicas de seda e as nossas sandálias” (CLEONICE, vv. 43-45). Cito também a frase “Ó raça vil e amaldiçoada! Não é de se admirar que façam tragédias a nosso respeito.” (LISÍSTRATA, vv. 138-139) e aproveito o gancho para falar sobre a relação entre mulheres, Aristófanes e tragédias. Nas tragédias, abundam peças protagonizadas por mulheres, que por desviarem do padrão social esperado das mesmas, acabam por trazer ruína e destruição. Já a relação de Aristófanes, um comediógrafo, com as tragédias está na rivalidade que o mesmo possuía com Eurípedes, um dos maiores dramaturgos gregos e autor de *Medéia*, peça que ilustra bem os males trazidos por mulheres que não seguem o padrão esperado. Extremamente sarcástico, Aristófanes ainda debocha de Eurípedes nos trechos “E hei de queimá-las, reduzindo a cinzas/Todas elas, sem dó, essas

mulheres/Detestadas por Deus e por Eurípedes” (CHEFE DOS HOMENS, vv. 297-299) e “Não há melhor poeta do que Eurípedes. ‘Não há animal tão desavergonhado como uma mulher’” (CHEFE DOS HOMENS, vv. 391-392).

Após muito esforço, Lisístrata (vv. 147-150) consegue com que as mulheres façam o juramento demonstrando como o sucesso poderia ser obtido “Se sentarmos em casa bem pintadas, trajando as nossas túnicas mais finas, perfumadas e depiladas, os nossos homens ficam excitados e fazem uso de nós; se, porém, não vos aproximardes deles, e, ao contrário, vos afastardes, não tardarão a fazer uma trégua”. Interessante notar que, pela sua lógica, caberia ao homem apenas a masturbação como solução a excitação sexual, estando o estupro marital completamente fora de cogitação, pois “eles não sentem prazer, quando têm de usar violência” (LISÍSTRATA, vv. 158-159). Parte então para a segunda parte do plano, a tomada da acrópole. Após a conquista da mesma, que devido à guerra estava sendo defendida apenas por homens idosos, ocorre um longo confronto entre homens e mulheres, e as mulheres alegam serem capazes de gerir o governo da cidade devido ao fato de terem experiência com administração, uma vez que a gestão do *oîkos* ficava na mão destas. A tomada do poder ocorre, pois as mulheres consideram os homens excessivamente incompetentes, uma vez que a guerra se arrastava há anos e não havia previsão de seu fim. Destaco a fala de Lisístrata (vv. 574-575), “A guerra vai ser um assunto para mulheres!”. Ao justificarem porque seriam as novas governantes da cidade e apresentarem argumentos que provavam a eficiência de sua administração, as mulheres a todo tempo se utilizam de metáforas do universo feminino, comparando o governo ao ato de tecer e expondo que “não leveis a mal o fato de eu ter nascido mulher, se contribuo com algo melhor do que as nossas dificuldades presentes. Pago os meus impostos, pois contribuí com HOMENS” (CHEFE DAS MULHERES, vv. 695-697). Ainda que enfrentando grande dificuldade e em certos momentos quase desertando a greve, as mulheres conseguem resistir com valentia por mais tempo que os homens, fazendo com que os mesmos assinem o tratado de paz, assim, encerrando a guerra. Ao decidirem pela paz, Lisístrata, que é tratada como “mais nobre das mulheres” (CHEFE DO CORO, vv. 1169) e como mulher mais notável, leva a estátua da Reconciliação, uma mulher nua que também era um mapa da Grécia, fazendo com que os chefes de cada cidade-estado pegassem uma parte do corpo para si. Acho importante também citar um trecho em específico do discurso que Lisístrata faz logo ao chegar na conferência de paz “Sou mulher, é verdade, mas tenho mentalidade forte; não fui mal aquinhoada quanto ao engenho natural, e, ouvindo o meu pai e os mais velhos, adquiri uma boa instrução” (LISÍSTRATA, vv. 1173-1175). Assim, logo após

Reconciliação ser dividida entre os homens, os mesmos são estimulados a pegarem suas esposas e finalmente irem comemorar o fim da greve de sexo.

Parte dos autores sobre estudos clássicos, tendem a enxergar as mulheres presentes em Lisístrata como cortesãs, usando o argumento de que as vestes utilizadas por estas, as táticas de sedução e a própria astúcia não condiziam com o que seria esperado de uma esposa comum. Segundo Faraone (2006), Lisístrata seria uma espécie de alcoviteira, uma vez que era ela quem controlava a jovens e atraentes mulheres gregas, além de que em inúmeros momentos as orações eram direcionadas a Afrodite e Eros ao invés das Duas Deusas. O principal exemplo para demonstrar essa suposta relação entre cortesãs e clientes estaria no jogo de sedução ocorrido entre Mirrina e Cinésias, além da própria etimologia do nome dos mesmos (Mirrina seria um nome comum para prostitutas, além de guardar semelhanças com uma gíria para vagina, enquanto Cinésias poderia ser traduzido como transudo). A parte de Cinésias e Mirrina na peça consiste na mesma atizando o mesmo sexualmente sem se deitar com ele de fato, sempre achando um pequeno problema que os impediria de manter relações sexuais (falta de um colchão, de travesseiros, de cobertores...), o que não passava de uma estratégia para ganhar tempo ao mesmo tempo em que deixava Cinésias num estado de vulnerabilidade, propenso a ajudar as mulheres em suas reivindicações.

Indo na contramão dessa vertente, McClure (2015) defende de que a visão de que as mulheres da peça seriam representação de *heteras* acaba por retirar o principal elemento motivador da peça: a manutenção da família e dos ideais do *oïkos*. As mulheres da peça não tomam controle das cidades por se acharem aptas ou por desejarem participar da vida política, elas o fazem pois não aguentam mais o afastamento dos maridos e o medo de que os filhos morram na guerra. Já o grande medo das mulheres solteiras é de que elas envelheçam sem ter passado pelo casamento e pela experiência da maternidade. A argumentação de McClure passa pelo fato de que as vestimentas citadas na peça não eram de exclusividade das *heteras*, além de que o erotismo não era uma característica desassociada das esposas. Contanto que limitado ao ambiente doméstico e privado, não havia problema algum na utilização de roupas tidas como sensuais para atrair os maridos. Em relação a Cinésias e Mirrina, argumenta que a cena entre eles tem início com Cinésias levando o filho do casal e tentando apelar para o lado maternal da esposa, fazendo com que ela se compadeça com a situação da criança e volte pra casa. Além disso, Mirrina se recusa a fazer sexo com Cinésias na frente da criança, o que demonstra muito mais uma mãe do que uma cortesã. O único caso de prostituição possível de

se retirar da comédia é o referente a Reconciliação, uma vez que seu corpo é dividido para o prazer dos outros.

Durante minha leitura, me intrigou que os homens não utilizassem nenhuma das inúmeras opções de sexo fora do casamento, tal qual as cortesãs, escravas ou relações pederásticas. Além do fato de que não haveria peça com solução tão simples, é preciso romper com o mito de que o sexo entre casados só ocorria até o nascimento de um herdeiro. As inúmeras opções de sexo fora do casamento, ainda que existissem, se restringiam as classes sociais mais abastadas, uma vez que os serviços de uma cortesã não eram baratos e para a relação de pederastia era necessário um cortejo com entrega de presentes por parte do homem mais velho para o homem mais novo. Um comentário importante a ser feito, é de que ao contrário do que usualmente se divulga acerca da homossexualidade nesse período, a mesma não era aceita de forma irrestrita, podendo ser praticada apenas entre um mais jovem e um mais velho e sendo completamente vetado qualquer tipo de comportamento tido como feminino, ou seja, homens afeminados ou sexo com penetração (CORINO, 2006).

Questionei também sobre a ausência de menções a homoafetividade feminina nesse processo, o que pode vir a ser respondido pela lógica de que a vida da mulher giraria em torno da existência de seu marido, assim como talvez seja possível relacionar com as rígidas leis sobre adultério.

Gostaria de concluir tentando de alguma maneira formular respostas aos questionamentos iniciais. Tendo a pensar que a peça, por mais que pareça favorável às mulheres, não o é. Primeiramente pela forma com que ela faz com que as mulheres se enxerguem (“Ah! Essas malditas mulheres! Suas atitudes e sua maneira de pensar me desesperam.” e “Chega de desculpas ridículas, desprezíveis criaturas!”), segundo pela forma como os próprios homens enxergam as mulheres (usam termos como prostituta, detestável ralé, megera). O último fator reside na construção da própria Lisístrata, que segundo algumas interpretações é a encarnação da figura da deusa Atena (o que em grande medida explicaria sua capacidade de impor respeito aos homens, ao mesmo tempo em que trata as mulheres com extremo desprezo e sequer se vê como uma delas), sendo seu nome uma referência a Lysimache, uma sacerdotisa real de Atena Polia. Toda a adoração dedicada a Lisístrata que mencionei anteriormente acabam por reforçar que a mesma ocupa um lugar único, impossível de ser atingido por outras mulheres. Lisístrata é tão reconhecida pois é a única dentre as mulheres. Além disso, todo o esforço mobilizado pelas mulheres tem por finalidade perpetuar a estrutura de dominação que as mantinham presas ao *oikos*, sendo seu esforço quase que

revolucionário apenas uma forma de manter a antiga forma de estruturação social. Ou seja, a representação que obtiam era através de um viés masculino, com a finalidade que continuassem cumprindo o que delas era esperado. Já que da mulher esperava-se o silêncio, cabia aos homens por elas falarem.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓFANES. **Lisístrata/ As nuvens**. Trad. David Jardim Júnior 1. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint SA, 1988, p. 13-49.
- BERQUÓ, Thirzá Amaral. Entre as heroínas e o silêncio: a condição feminina na Atena Clássica. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1984-2005, mai./2014.
- CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia Antiga: Homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, n. 1, p. 19-24, 2006.
- FARAONE, Christopher. Priestess and Courtesan: the ambivalence of female leadership in Aristophanes' Lysistrata. In: **Prostitutes and Courtesans in the Ancient World**. 1. ed. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2006. p. 207-223.
- FARIA, Keila Maria de. **Medéia e Méliça: realidade e idealização do feminino no imaginário ateniense do século V a.C.** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia- UFG, Goiânia, 2007.
- FOWLER, Robert L. How the Lysistrata Works. **Echos du monde classique: Classical Views**, Toronto, v. XL, n. 2, p. 245-249, 1996.
- LESSA, Fábio de Souza. Rompendo o silêncio: vozes femininas em Atenas. **Phoënix**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 155-162, 1999.
- MCCLURE, Laura. Courtesans Reconsidered: Women in Aristophanes' Lysistrata. **EuGeStA**, v. 1, n. 5, p. 54-84, 2015.
- NETO, E. M. G. Educação feminina, prazer e poder em Atenas (séculos VI-IV a. C.). **Phoënix**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 51-81, 2011.
- SOURVINOU-INWOOD, C. Male and female, public and private, ancient and modern. In: REEDER, E. (org.). **Pandora**, 111-21. Princeton: Princeton, University Press, 1995.

Defloradas e desonradas: um estudo sobre o comportamento “ideal” feminino

Mônica Euzébio da Costa

Doutoranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

monicacostajf@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as representações em torno das mulheres por meio de discursos sobre o comportamento feminino, a partir de processos de defloração e estupro na cidade de Juiz de Fora, no período que corresponde de 1889 a 1930. Desse modo, o estudo visa observar como os discursos moralizantes em torno do comportamento feminino, tentaram fazer com que se tivesse em nossa sociedade uma construção social de honra para a mulher muito diferente da do homem, gerando assim, uma diferenciação de conduta de acordo com o gênero. No final do século XIX e início do século XX, começou a surgir em nossa sociedade, discursos normatizantes da organização familiar, sendo eles, o médico, o jurista e o religioso, estes tiveram por finalidade construir representações para as mulheres, bem como a desqualificação do trabalho externo exercido por muitas, e a valorização do trabalho dentro de seus respectivos lares. Dessa maneira, dentro desse contexto, se propunha um modelo de família higienizada, onde o comportamento masculino e principalmente o feminino, tinham rígidas regras comportamentais. Para os homens, ficava reservado o espaço público, no qual, os mesmos deveriam ser os provedores de suas respectivas famílias. Já as mulheres, deveriam ficar no espaço privado de seus lares, exercendo suas principais “missões”, que seriam a de ser mãe, esposa, e dona de casa. Portanto, pretendemos fazer uma análise de como esses discursos normatizantes perante as mulheres, se refletiam nos processos de defloração e estupro. Logo, será escopo do referido estudo analisar as construções sociais em torno do comportamento “ideal” para as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres, Defloração, Representação.

Introdução

O presente artigo terá por escopo fazer um breve estudo acerca da construção social do comportamento feminino em nossa sociedade, partindo dos discursos normatizantes que permeavam nosso corpo social no início do regime republicano, bem como o médico, o religioso e o jurista e, como tais discursos poderiam interferir no julgamento de processos de defloração e estupro.

O referido trabalho será estruturado em dois tópicos, no primeiro nos concentraremos em fazer uma breve abordagem acerca da diferenciação existente em nossa sociedade entre os gêneros e, que essa construção social se deu por meio de discursos que tentavam colocar as mulheres em uma situação de inferioridade perante os homens, logo tínhamos uma sociedade

com rígidas fronteiras para as mulheres, que tinham sua honra questionada por meio de sua conduta. Já no segundo tópico, vamos nos ater a estudos que avaliaram como a representação de um modelo “ideal” de mulher interferiu no julgamento de processos de defloração e estupro, uma vez que quando uma mulher sofria algum tipo de violência carnal, e levava tal acontecimento a julgamento, vários autores indicam que em um primeiro momento antes de o crime em si ser avaliado, tínhamos a conduta dessa mulher colocada em questão.

Assim, o presente artigo fará uma breve discussão a respeito dos temas supracitados, para que possamos compreender como os processos de defloração e estupro na cidade de Juiz de Fora, poderiam ser julgados, pois a partir da análise dos assuntos acima, poderemos entender qual era o caminho seguido por juristas quando uma mulher acusava um homem de violência sexual.

A construção social do comportamento feminino em nossa sociedade

O presente estudo visa observar como os discursos moralizantes em torno do comportamento feminino, tentaram fazer com que se tivesse em nossa sociedade uma construção social de honra para a mulher muito diferente da do homem, gerando assim, uma diferenciação de conduta de acordo com o gênero. Desse modo, pretendemos fazer uma breve análise de como esses discursos normatizantes perante as mulheres, se refletiam nos processos de defloração e estupro.

Com a Proclamação da República no Brasil no ano de 1889, tinha-se por escopo fazer uma modernização do país. Partindo de modelos de sociedades que eram consideradas modernas, “[...] os modos de viver, os valores, as instituições, os códigos e as modas daquelas que então eram vistas como as nações progressistas e civilizadas”(NEVES,2011,p.19) deveriam ser um exemplo a ser seguido pela nossa jovem República.

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus e norte-americanos [...] Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexo co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas [...]. (SEVCENKO,1998,p.27)

Nesse contexto da chamada *Belle Époque*, onde determinados comportamentos e culturas eram valorizados em detrimento de outros, havia à intenção de ditar novas regras para a sociedade, e dentro desse cenário emerge em nosso corpo social, a burguesia, classe interessada em ser a reorganizadora das vivências familiares.

A cidade de Juiz de Fora, foi escolhida para esse estudo, pois a mesma se insere nesse contexto da “*Belle Époque Mineira*” como identifica a historiadora Maraliz Christo, pois o referido município faz parte desse cenário de modernização, no qual, a cidade vai se transformar em um pólo cultural, e vai disseminar várias representações para os gêneros, a partir de seus meios de comunicação. No entanto é importante enfatizar que em meio à mudança de regime político no Brasil, observamos muitas permanências nesse contexto, haja vista, que as construções sociais para os gêneros vão reforçar essa questão. Então, em meio a um país que projetava se modernizar tínhamos muitas permanências, políticas, sociais e culturais.

No final do século XIX e início do século XX, começa a surgir em nossa sociedade, discursos normantizantes da organização familiar, sendo eles, o médico, o jurista e o religioso, estes tiveram por finalidade construir representações para as mulheres, bem como a desqualificação do trabalho externo exercido por muitas e a valorização do trabalho dentro de seus respectivos lares.

Assim, como enfatiza a historiadora Margareth Rago, “[...] por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa [...]” (RAGO, 1985, p. 62). Desse modo, as mulheres que por ventura trabalhassem fora do ambiente doméstico, tinham sua honra questionada, visto que, “a rua simbolizava o espaço do desvio [...]” (SOIHET, 2009, p. 365), já que o espaço público de acordo com os discursos normantizantes da época era para os homens e o privado do lar deveria ser o espaço de atuação das mulheres.

Dessa maneira, dentro desse contexto, se propunha um modelo de família higienizada, onde o comportamento masculino e principalmente o feminino, tinham rígidas regras comportamentais. Para os homens, ficava reservado o espaço público, no qual, os mesmos deveriam ser os provedores de suas respectivas famílias. Já as mulheres, deveriam ficar no espaço privado de seus lares, exercendo suas principais “missões”, que seriam a de ser mãe, esposa, e dona de casa. Assim como identifica o historiador Sidney Chalhoub, “a mulher, assim, fica reduzida ao seu papel de mãe e esposa, enquanto o homem se dedica ao seu

trabalho, à posse da mulher e à fiscalização dos filhos [...]” (CHALHOUB, 2001,p. 178). Desse modo, temos toda uma representação em torno da relação entre os gêneros, no qual, cada um tem um papel a ser exercido em nossa sociedade de acordo com os discursos normatizantes da época.

Os discursos médico, jurista e o religioso, tinham por finalidade desqualificar qualquer atividade exercida pelas mulheres fora do ambiente doméstico. A linguagem médica enfatizava, “[...] o preconceito de que o cérebro do homem o capacitava para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas” (COSTA, 1999,p.14). Já o discurso jurista, tinha por base o próprio Código Civil de 1916, que distinguia as mulheres como honestas e desonestas de acordo com sua conduta e também, “[...] identificava as mulheres como incapazes e os homens como capazes” (GRINBERG, 2001, p.45). Por fim, a fala do poder eclesiástico, identificava que, “a ‘verdadeira mulher’ continuava sendo caracterizada, dentro dos padrões tradicionais [...] exaltada [...] como ‘rainha do lar’.” (AZZI, 2000, p.301). Logo, podemos observar que os discursos supracitados eram pautados pela permanência das mulheres no espaço privado de seus lares, e assim contribuíram para reforçar a proposta de família higienizada, na qual, o homem era detentor do espaço público e a mulher do privado.

Assim como identifica a historiadora Rachel Soihet, partindo dos pressupostos de Hannah Arendt, “[...] o espaço privado não como espaço de privacidade e da intimidade mas como o lugar da privação [...]” (SOIHET, 1989, p.113). Portanto, esses discursos normatizantes, nos quais, as mulheres deveriam ter funções somente domésticas e exclusivamente em seus lares, tinham por escopo limitar sua participação principalmente no mercado de trabalho, e definir também uma representação de mulheres honestas e desonestas, por meio do trabalho interno e externo.

A valorização do trabalho doméstico exercido pelas mulheres em seus lares em detrimento de atividades externas foi uma constante nesse período de estudo. Contudo, o trabalho feminino fora de casa sempre foi uma realidade para as mulheres pobres, pois, assim como enfatiza a historiadora Rachel Soihet, “a organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós [...]” (SOIHET, 2009, p.365). Desse modo, podemos identificar que o trabalho exercido fora de casa era normal para muitas, pois várias eram abandonadas por seus maridos, outras tinham que ajudar no sustento de casa, pois seus respectivos cônjuges não tinham condição de fazê-lo sozinhos, também é importante enfatizar que “[...] essa possibilidade de arrumar trabalho com

alguma facilidade colocava a mulher pobre em posição de relativa independência em relação ao seu homem [...]” (CHALHOUB, 2001, p.204). Entretanto, por mais que o trabalho fora de casa fosse algo comum entre as mulheres pobres, as mesmas tinham que conviver com vários estereótipos de nossa sociedade, bem como com o estigma da “mulher pública”, pois trabalhar fora do ambiente doméstico era algo que poderia questionar a honra das mesmas, que não estavam seguindo os padrões normativos de nossa sociedade. Logo, ao trabalhar fora de casa, sua moral e honra eram alvos para os discursos moralizantes do período, que prezavam pela família higienizada: mulher em casa e homem no trabalho.

Violência carnal: mulheres vítimas ou culpadas?

Dentro do contexto citado no tópico acima, temos por objetivo agora fazer um breve ensaio sobre como os processos de estupro e defloração, eram julgados no início do regime republicano, partindo da ideia que tínhamos um modelo comportamental bem rígido para as mulheres.

Logo, partimos do pressuposto que qualquer questionamento ou acusação que as mulheres fizessem a alguma pessoa, primeiramente sua conduta seria analisada e depois sua acusação, então em um primeiro momento ao mesmo tempo em que a mulher é vítima também é considerada suspeita. Pois, assim como identifica Boris Fausto ao analisar processos de violência carnal em São Paulo,

a definição do crime sexual contra a mulher se assenta em alguns pressupostos básicos que se realizam historicamente. Dentre eles, a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina através das instituições do casamento e da família (FAUSTO, 1984, p.174).

Desse modo, a sexualidade feminina estava exclusivamente voltada para seu casamento, assim uma mulher que tivesse relações com um homem e não fosse casada com o mesmo, era duramente criticada em nossa sociedade. Portanto, a honra feminina estava muito atrelada a sua conduta e dentre esses quesitos a virgindade era um item muito importante para a mesma ser considerada honrada e honesta.

É interessante observar que a honra da mulher não era algo individual, mas, sim coletivo estava atrelada a sua família. Tanto é que o Código Penal de 1890 deu aos delitos sexuais o nome de Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias. No referido Código, era definido estupro, o ato pelo qual o homem abusava de uma mulher,

sendo ela virgem ou não, e o defloramento o abuso contra uma mulher menor de idade (FAUSTO, 1984).

Em seu estudo o historiador Boris Fausto, identifica que os processos de violência carnal, traziam a tona uma visão masculina sobre as mulheres em nossa sociedade, já que o primeiro aspecto dos processos após a acusação da mulher era verificar se a mesma era honesta ou desonesta. A desonestidade da mulher era comprovada por meio de todo um arcabouço de representações, no qual, o modo de se vestir, de falar e os locais que frequentava eram pontos a serem investigados. As mulheres que trabalhavam fora de casa saíam em desvantagem nesse contexto, uma vez, que a rua era simbolizada como um lugar impuro para as mesmas.

Apesar da variedade dos relatos, um padrão se desenha, a partir de uma constatação básica que não é de mais repetir: o controle da sexualidade feminina através do casamento e da família atravessada todas as classes e categorias sociais, mas não tem o mesmo sentido nem é vivido da mesma forma por cada uma delas [...]. (FAUSTO, 1984, p.224)

Assim, podemos identificar uma preocupação muito grande com a conduta feminina nesses processos, muito em virtude de nesse período haver uma clara tentativa de regular o comportamento das mulheres. Logo, o casamento era visto como uma forma de controlar a sexualidade das mesmas, e também fazê-las serem consideradas honestas. Contudo, o matrimônio não era visto da mesma forma por todas, assim como o trabalho externo era comum para algumas e outras não. Desse modo, os discursos normativos que tentavam fazer essa universalização, não levavam em conta as especificidades de cada grupo social a que as mulheres faziam parte, contribuindo assim para uma visão estereotipada das mesmas.

Na mesma linha de pensamento de Boris Fausto, a historiadora Martha Abreu, identifica que nos processos de estupro e defloramento, as mulheres eram avaliadas por sua conduta e os homens por seus trabalhos. A pesquisadora observa que para as mulheres “[...] estar fora de casa ainda vinha impregnado de perigos” (ABREU, 1989, p.42). Então, o trabalho externo era visto como uma desonra para as mulheres, já que a partir do mesmo poderiam ter sua moral questionada.

As mulheres que, pelas mais diferentes razões, normalmente assentes na sobrevivência, precisavam trabalhar também estavam sujeitas, no momento de um julgamento, aos referenciais distorcidos, disciplinadores das saídas e dos locais frequentados [...]. (ABREU, 1989, p.45).

Contudo, por mais que o trabalho feminino fosse algo comum para algumas, isso era uma conduta questionada em nosso corpo social, logo a honra e moral dessas mulheres eram avaliadas a partir de todo um arcabouço simbólico construído em nossa sociedade.

Dentro desses processos de violência carnal, a família da vítima, também era analisada. No trabalho de Sueann Caufield, a pesquisadora identificou que filhas de mulheres solteiras eram os alvos preferidos dos advogados de defesa. Em um dos processos a historiadora nos relata um caso, em que uma mulher acusou um homem de deflorar sua filha, contudo, o mesmo foi absolvido da referida acusação, já que a mãe da vítima era separada de seu marido. Então, não tinha honra e nem tomava conta de sua filha direito, já que também trabalhava. Podemos observar então como as construções sociais em torno das mulheres eram debatidas nesse contexto, uma vez que, o próprio crime em si não foi avaliado, mas sim a conduta da mãe da vítima.

Desse modo, a partir da fala dos autores acima, podemos compreender que o julgamento dos processos de defloramento e estupro tinham *a priori* a análise da conduta das mulheres, uma vez que nossa sociedade estava permeada por discursos normatizadores que construíram uma simbologia em torno das mesmas e, que dentro desse contexto os processos de Juiz de Fora, seguiam a mesma linha, visto que os mesmos contavam com o depoimento de várias testemunhas, que em sua grande maioria falavam a respeito da conduta das mulheres que estavam acusando homens de violência carnal, como as mesmas se comportavam, se eram honestas e, se em alguma medida poderiam ter consentido a relação sexual. Logo, esses processos estavam cheios de construções sociais que eram colocadas sobre as mulheres, fazendo das mesmas vítimas e culpadas em processos de defloramento e estupro.

Considerações Finais

O principal objetivo do presente artigo foi fazer um breve ensaio a respeito das construções sociais colocadas às mulheres em nossa sociedade e, a partir desse estudo observar como eram conduzidos os julgamentos dos processos de defloramento e estupro pedido por mulheres, uma vez que em um corpo social marcadamente influenciado por discursos moralizantes para as mesmas, os processos também estavam nesse contexto, haja vista que a mulher que incriminava um homem por violência carnal, em um primeiro momento assim como vimos, tinha o seu comportamento avaliado e depois o crime.

Desse modo, foi possível observar que nosso corpo social estava permeado por discursos normatizantes, bem como o religioso, o jurídico e o médico que em suas falas construíram representações para as mulheres, que as colocavam em uma situação na qual sua honra era sempre questionada.

Portanto, podemos entender nesse breve ensaio que todo esse cenário também conduziu os processos de defloramento e estupro da cidade de Juiz de Fora, uma vez que nos mesmos também podemos observar as representações colocadas as mulheres, pois em alguns processos que foram verificados podemos observar que a conduta das mulheres era sempre questionada e, depois disso que o crime era avaliado. Desse modo, toda a construção social colocada as mulheres em nosso corpo social, fez com elas tivessem muitas dificuldades para comprovar a violência carnal, uma vez que seu comportamento, seu modo de vestir, falar, sua companhias eram critérios que os advogados de defesa usavam a favor de seus clientes. Logo, podemos observar que nesses processos as mulheres de acordo com seu comportamento poderiam ser vítimas ou culpadas.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal**: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres**: a Belle Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p.13-44.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (ORG.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.27.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

_____. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1820-1920**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

Mil rosas roubadas de Silviano Santiago: um romance da exterioridade

Pedro Henrique Alves de Medeiros (autor/apresentador)

Mestrando

UFMS

pedro_alvesdemedeiros@hotmail.com

Edgar César Nolasco (colaborador/orientador)¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo (re)ler o romance *Mil rosas roubadas* (2014) do intelectual, crítico e escritor mineiro Silviano Santiago na esteira dos conceitos de amizade (DERRIDA, 2003) (ORTEGA, 2009), exterioridade (NOLASCO, 2015) (MIGNOLO, 2003) e homossexualidade (LOPES, 2002) (ORTEGA, 2002) sustentados por uma epistemologia Crítica biográfica fronteira por excelência. Por Crítica biográfica fronteira, entendemos a confluência dos estudos pós-coloniais com os crítico-biográficos à luz de um lócus de enunciação brasileiro e exclusivamente latino-americano: a fronteira-sul. Assim, nosso intuito é refletir acerca da obra supracitada nos valendo de reflexões pertinentes às subjetividades tanto do romance quanto, sobretudo, da relação deste com a vida do autor, um sujeito homossexual que pensa, produz e cria a partir desse lugar identitário-biográfico, dessas sensibilidades biográficas. *Mil rosas roubadas* é um romance ambientado nos anos 1950, época em que o homoerotismo e a amizade masculina eram confundidos (ORTEGA, 2002), em Belo Horizonte a partir do entrecruzamento de vidas de dois rapazes amigos/amantes, Zeca e Silviano, que habitam os entre-lugares dos relacionamentos amorosos. Desse modo, nossa proposta se engendra em uma perspectiva compósita, transdisciplinar e metafórica oriunda da crítica biográfica (SOUZA, 2002) e, além disso, se assenta em uma visada transferencial (NOLASCO, 2010) entre nós críticos, também homossexuais, que pensamos da fronteira-sul do Brasil e o intelectual homossexual que erige sua literatura a partir de (MIGNOLO, 2003) um lugar marcado pela exterioridade, isto é, uma produção artístico-cultural extrínseca aos preceitos modernos, heteronormativos, hegemônicos e padronizados de subjetividade e identidade socialmente cristalizados. Para isso, nos valeremos de uma metodologia eminentemente bibliográfica assentada em teóricos, dentre outros, como Edgar César Nolasco, Juliano Garcia Pessanha, Francisco Ortega, Jacques Derrida, Walter Mignolo, Eneida Maria de Souza e Denilson Lopes.

Palavras-chave: Silviano Santiago, Crítica biográfica fronteira, Homossexualidade.

Digo de maneira bem direta e simples: nós dois propúnhamos um modelo de vida conjugal, a ser imitado. [...] Meu desejo era tê-lo vinte e quatro horas como observador consentido, por isso privilegiado. (SANTIAGO, 2014, p. 26-27)

“Perco meu biógrafo. Ninguém me conheceu melhor que ele. Nascemos um para o outro aos dezesseis anos de idade, em Belo Horizonte, nos idos de 1952.” (SANTIAGO, 2014, p. 07) Encoberto pelo manto fúnebre da morte do amigo-amado (DERRIDA, 2003) e

¹ Doutor, UFMS, ecnolasco@uol.com.br.

alicerçado pelo que entendemos à luz de Jacques Derrida e Francisco Ortega por *discurso do epítáfio*, Silviano Santiago gira a chave ficcional para (des)arquivar suas memórias da exterioridade narrando pelo crivo da *homo-bio-ficção*² suas/nossas *Mil rosas roubadas* (2014). Juliano Garcia Pessanha em *Recusa do não-lugar* (2018) afirma em um determinado poema que “Nasci[eu] surpreendido por saudade absurda.” (PESSANHA, 2018, p. 90). Compreendemos, portanto que, metaforicamente, as *Mil rosas roubadas*, *a priori*, por Silviano e, agora, por nós, se expõem ao mundo de maneira semelhante a do eu-lírico aposto.

Ensejamos neste texto (re)ler o romance *Mil rosas roubadas* (2014) do escritor, crítico e intelectual mineiro Silviano Santiago utilizando-nos dos conceitos de amizade (DERRIDA, 2003) (ORTEGA, 2009), exterioridade (NOLASCO, 2015) (MIGNOLO, 2003) e homossexualidade (LOPES, 2002) (ORTEGA, 2001) assentados em uma metodologia bibliográfica e respaldados pela *teorização* Crítica biográfica fronteiriça. Assim, dentre os teóricos que nos abalizam, podemos mencionar, a exemplo, Edgar César Nolasco, Francisco Ortega, Jacques Derrida, Gloria Anzaldúa, Walter Mignolo, Eneida Maria de Souza e Denilson Lopes. Isto posto, sob o crivo epistemológico Nolasco ressalta:

A denominação CRÍTICA BIOGRÁFICA FRONTEIRIÇA merece uma nota explicativa. Em meu livro *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza* (2013), como mostra o título, já me detinha acerca de uma crítica fronteiriça. Todavia, ali me valia mais da rubrica pós-colonial ou pós-ocidental como forma de atender melhor aos postulados teóricos empregados. Não abri mão de tais teorias, muito pelo contrário. Mas entendo, agora, que elas se voltavam muito mais para uma América Latina como um todo e que, ao seu modo, continua a excluir o Brasil ou, quando não, este vinha meio a reboque. Na tentativa de resolver em parte isso que me incomodava, fechei um pouco mais o recorte epistemológico e, em contrapartida, como ganho teórico na discussão que proponho agora, aproximei-me mais do meu *bios* e do meu *lócus*, posto que a fronteira-sul daqui de onde penso é tão real quanto epistemológica. (NOLASCO, 2015, p. 47)

Em linhas gerais, a *teorização* – e não teoria, explicaremos o porquê na sequência deste texto – Crítica biográfica fronteiriça congrega as reflexões advindas dos estudos pós-coloniais e da crítica biográfica respaldadas pelo biolócus (*bios* + *lócus*) dos críticos que engendram suas reflexões teóricas. Erigimos nossas considerações a partir da fronteira-sul, *lócus* geostórico³ e epistemológico, real e imaginário, a qual nos demanda um posicionamento crítico outro crivado em uma opção descolonial. Sob essa consciência, o

² A teorização acerca da *homo-bio-ficção* é discutida por nós a partir de um trabalho maior assentado na Crítica biográfica fronteiriça com base no projeto intelectual de Silviano Santiago.

³ Geostórico é um conceito discutido por Walter Mignolo em *História locais/projetos globais* (2003) na direção de (re)pensar os *loci* outros detentores de histórias e sensibilidades não contempladas pelos projetos globais coloniais.

olhar que lançamos para o romance *Mil rosas roubadas*, para Silviano Santiago e, sobretudo, para o seu projeto *homo-bio-ficcional* é fomentado por essa consciência epistêmica descolonial e biográfica de maneira essencial ao que se refere às discussões sobre exterioridade, amizade e homossexualidade.

Todavia, antes de adentrarmos essa tríade conceitual a partir do bojo ficcional de Silviano, julgamos necessário entender a discussão da crítica biográfica fronteiriça enquanto uma *teorização* pensada e erigida a partir do biolocus sul-fronteiriço alicerçado por nossas sensibilidades de homem-fronteira *homo-biográficos*⁴ e não apenas como mera teoria disciplinar. Para Nolasco, as *teorias pós-coloniais* não dão conta das idiosincrasias de um pensamento que emerge não apenas de um locus latino-americano como um todo, mas, primordialmente, brasileiro e sul-fronteiriço. O sentido atribuído à teoria não nos é produtivo na medida em que nos afastamos cada vez mais de estruturas disciplinares e redutoras. Para Mignolo, a *teorização* pós-colonial é “[...] um processo de pensamento que os que vivem sob a dominação colonial precisam empreender para negociar suas vidas e sua condição subalterna.” (MIGNOLO, 2003, p. 145)

Nosso fazer epistêmico-fronteiriço está para além dos discursos alocados em nossas produções acadêmicas, visto que vivemos, sentimos e rivalizamos a fronteira-sul em nossos corpos e, ademais, existimos a partir de (MIGNOLO, 2003) uma exterioridade latente, assim como Silviano e sua/nossas *Mil rosas roubadas*. Somos críticos biográficos fronteiriços homossexuais propondo reflexões críticas e construindo uma *persona*, um espectro de Silviano Santiago, também *gay*, nos valendo de um romance que narra formas de sociabilidade (ORTEGA, 1999) políticas outras de dois homens amigos-amantes. Dada essa aproximação metafórica, entendemos que transferencialmente nos aproximamos e nos distanciamos de Silviano e de seu projeto *homo-bio-ficcional* de maneira simbiótica e *canibalizadora* (PESSANHA, 2018). Falamos de nós através dele. Executamos o exercício (des)arquiviolítico a partir do arquivo *homo-biográfico* de Silviano que se abre com/a partir de nós.

Nossa perspectiva crítica se apropria do viés compósito e do metafórico (SOUZA, 2002, p. 111) da crítica biográfica ao diluir as fronteiras disciplinares entre vida/obra e teoria/ficção. Há o estabelecimento de pontes metafóricas entre fato e ficção ao englobarmos

⁴ A discussão do *homo-biográfico* está aliada às questões *homo-bio-fissionais* que, em linhas gerais, pontua nossa condição de homens fronteiriços homossexuais pensando e produzindo a partir da fronteira-sul, a partir dos seus próprios corpos e a partir das suas sensibilidades. Esse debate está sendo realizado em um projeto maior para além do recorte ensejado neste trabalho.

as complexas relações entre obra e autor, escritor e crítico (SOUZA, 2002). Criamos nossas formulações epistêmicas acerca de nossas *Mil rosas roubadas* na mesma medida em que somos criados por elas (PESSANHA, 2018). Sendo assim, a primeira acepção crítica que nos ajuda a (re)ler o romance de Silviano Santiago concerne ao conceito de exterioridade. Para tal, faz-se necessário repensarmos as questões de dentro e fora no que tange à nossa existência *homo-biográfica*:

Mas se a metafísica da presença pensou apenas o *Dentro*, devemos, agora, a começar a pensar o *Fora*. E devemos fazê-lo não porque isso seja apenas uma novidade ou um pensamento diferente no mercado das ideias. Não: pensar o Fora [...] [é] operar uma mutação na nossa maneira de existir. Somos, hoje, eticamente forçados a pensar diferente, porque estamos, pela primeira vez, numa situação capaz de perceber a violência e a agressão que dormitavam no pensamento metafísico. (PESSANHA *apud* NOLASCO, 2015, p. 48)

Com base na passagem de Pessanha, reiteramos a necessidade de pensarmos o *Fora* enquanto aquilo que foi desconsiderado pela história moderna, hegemônica, colonial e heterossexual europeia/norte-americana, isto é, a exterioridade criada pela interioridade. O discurso crítico academicista e disciplinar é exemplar em repetir teorias/narrativas itinerantes que grassam dos centros mundiais modernos para as bordas do planeta sem considerar as sensibilidades locais dos seus hospedeiros e, tampouco, seus *loci* geohistóricos. Narrativas de homens brancos, burgueses e heterossexuais se sustentam como temática universal no cerne dos estudos de literatura subsidiadas pela falácia de que *estas histórias* dão conta de narrar *todas as histórias*.

É sob a égide desse contexto colonial-moderno que tomamos *Mil rosas roubadas* (2014) na direção de um romance da exterioridade que escre(vi)ve (EVARISTO, 2017) através da abertura do arquivo de uma amizade real/ficcional as memórias de homens amigos-amantes que possuem sociabilidades extrínsecas à lógica dita universal e homogênea e que performatizam comportamentos que, *a priori*, não lhes seriam permitidos em detrimento a um princípio de masculinidade estabelecido pela interioridade patriarcal. Nossas sensibilidades e histórias se encontram com as de Silviano/*Mil rosas roubadas* em uma percepção de semelhança na diferença *homo-biográfica*. Ademais, o *locus* geohistórico tanto de Silviano quanto do romance é também da ordem do *Fora*, uma vez que a história se passa em Belo Horizonte nos anos 1950 atravessada pela crescente urbanização mineira. Essa informação é importante em virtude da capital de Minas Gerais estar extrínseca ao eixo geohistórico central brasileiro Rio-São Paulo.

Assim, entendemos que tanto o *bios* quanto o lócus de *Mil rosas roubadas*, de Silviano Santiago e os nossos estão alocados em uma lógica não considerada pelos discursos vigentes como universais e padrões (interioridade). Nossas histórias locais, sensibilidades e opções *bio*-epistêmicas se (re)verificam em uma lógica não considerada pela colonialidade. Sociabilidades homoafetivas/*homo-biográficas* de *díviduos*⁵ latino-americanos, brasileiros, sul-fronteiriços/mineiros são amplamente rechaçadas e relegadas ao esquecimento por não servirem à lógica da interioridade que dissipa aquilo que destoa da norma. Nem nossos *bios* nem nossos *loci* servem aos preceitos ditados pelo *Dentro*, fomos/somos expurgados para as margens, para as bordas, para a exterioridade. No plano das questões que chamamos de *homo-biográficas*, Francisco Ortega em *Genealogias da amizade* (2002) nos explicita:

A modernidade prolongou essa atitude de total abominação e condenação universal da homossexualidade, a qual se torna um problema médico e sociopolítico no século XIX, de tal maneira que *até hoje é quase impossível mostrar afeto nas relações de amizade, especialmente considerado homoerótico. “Para dizer ‘te amo’ a um amigo ou amiga é necessário atravessar até no próprio corpo inúmeras grades históricas, uma floresta imensa de proibições e distinções, códigos, cenários, posições”*. (DERRIDA *apud* ORTEGA, 2002, p. 91, grifo nosso)

O romance *Mil rosas roubadas* se insere na contracorrente do exposto pela modernidade colonial (interioridade) que primou pela exclusão da afetividade entre homens em detrimento a um padrão de masculinidade patriarcal e excludente. Desde os passos iniciais do (des)arquivamento das memórias de Silviano tornadas narrativa, já visualizamos a declaração que é repetida mais de uma vez no texto “Nascemos um para o outro aos dezesseis anos de idade [...]” (SILVIANO, 2014, p. 07). Dentro da lógica colonial que dissipa as sensibilidades outras, esse tipo de afetividade sensível entre homens é enxergado como imprópria e até pecaminosa – tendo em vista que o pensamento moderno-colonial é essencialmente cristão. Silviano ao falar a partir de (MIGNOLO, 2003) uma exterioridade sensível, biolocal e epistêmica narra sua história de amizade/amor com seu amigo-amado político e quase biógrafo.

Podemos, portanto, (re)ler a relação de Silviano com Zeca em *Mil rosas roubadas* sob o crivo metafórico da liberdade de uma borboleta-azul que voa para além da *floresta imensa de proibições e distinções, códigos, cenários e posições*. A imagem da borboleta-azul é um ponto fundamental na (boa) amizade política entre os rapazes – conceito que

⁵ O conceito de *divíduo* pode ser encontrado na obra *Recusa do não-lugar* (2018) de Juliano Garcia Pessanha. Em linhas gerais, o *divíduo* dissipa a gramática sujeito-objeto para tomar essa relação simbiótica como uma relação de animação, de aliado hospitaleiro, de ser um-em-dois ou um-no-outro.

desenvolveremos na sequência – uma vez que explicita um dos principais momentos de afetividade, pois, ao Zeca demonstrar interesse pelo exercício entomológico, Silviano se metaforiza em borboleta-azul a fim de chamar a atenção do amigo-amado: “Sinto-me uma borboleta-azul a esvoaçar em plena praça Sete. Ele riu.” (SANTIAGO, 2014, p. 67)

Para nós, a borboleta-azul representa esse voo de liberdade sensível-epistêmico que Silviano aquilata ao escre(vi)ver sua amizade/relacionamento, real e ficcional, com Zeca, sobretudo, de maneira sensível e que (de)marca um *estilo de vida gay* em 1950 (ORTEGA, 1999, 154) para além das *grades históricas* abordadas por Ortega. Para Denilson Lopes em *O homem que amava rapazes* (2002): “Ser um escritor gay é [...] uma forma de redefinir práticas políticas marcadas pelo cotidiano, uma ética de um sujeito plural e uma estética da existência.” (LOPES, 2002, p. 28). Além disso, o lócus epistêmico o qual Silviano produz e escre(vi)ve, assim como nós críticos fronteiriços *homo-biográficos*, está extrínseco a um lugar plenamente aceito e considerado pelos universalismos modernos. A exterioridade se dá em e a partir de nossos corpos *homo-biográficos* e brasileiros sul-fronteiriços. Walter Mignolo, na esteira de Gloria Anzaldúa, pontua:

Anzaldúa mostra a necessidade uma epistemologia fronteiriça [...] que permita pensar e construir pensamento a partir dos interstícios e que possa aceitar que os [...] homossexuais são categorias fora da lei desde uma epistemologia monotópica que normaliza determinados espaços (nacionais, imperiais), como espaços de contenção e de marginalização. (MIGNOLO *apud* NOLASCO, 2015, p. 50, tradução nossa)

Nesse sentido, a partir do contexto da exterioridade o qual nossa (re)leitura se assenta, entendemos que um dos pontos elementares que concernem ao romance *Mil rosas roubadas* é substancialmente a óptica da (boa) amizade política, sob a égide, nas nossas reflexões, de Jacques Derrida e Francisco Ortega. *Mil rosas roubadas* (des)arquiva as memórias de Silviano (re)afirmando o que Derrida e Ortega entendem por discurso do epitáfio (DERRIDA, 2003) (ORTEGA, 2009). Em linhas gerais, o discurso do epitáfio explicita a *possibilidade/um compromisso de uma amizade e um amor para além da morte e da vida* (ORTEGA, 2009, p. 69). Nesse contexto, o amigo é cópia/imagem de mim/de nós assinando uma oração fúnebre (ORTEGA, 2009, p. 69). Derrida pontua:

Não poderei amar por amizade sem me comprometer, *sem antecipadamente me sentir* comprometido a amar o outro para além da morte. Logo, para além da vida. Sinto-me, e de antemão, antes de todo e qualquer contrato, *levado [porté]* a amar o outro morto. Sinto-me assim (levado a) [(*porte à*)] amar, é assim que *me sinto* (amar). A autologia dá que pensar, como sempre: sinto-me amar, levado a o morto [...] (DERRIDA, 2003, p. 26)

Como explicitado, a declaração que abre as portas da narrativa das *Mil rosas roubadas* pode ser entendida, em menor ou maior grau, como uma espécie de oração fúnebre em relação à morte do amigo-amado. Sumariamente, a perda, a morte e a tentativa de lidar com a falta de um amigo amado delineiam o (des)arquivamento memorialístico de Silviano no romance aposto. Constitui-se uma amizade para além da vida a qual, *a priori*, a ausência se torna presença subsidiada pelo discurso ficcional de Silviano e agora pelo epistêmico ensejado por nós críticos biográficos fronteiriços.

Para Jacques Derrida em *Políticas da amizade* (2003) “[...] é preciso partir do amigo-amante e não e não do amigo-amado para pensar a amizade.” (DERRIDA, 2003, p. 23). É crivado na óptica do amigo-amado que Silviano narra sua história com Ezequiel Neves (re)afirmando de modo derridiano a possibilidade de *Mil rosas roubadas* se projetar enquanto um romance, essencialmente, sobre a amizade, mas também, acerca das sociabilidades *homo-biográficas*, das reflexões relacionadas ao ato de biografar e, dentre outras, do trabalho de luto daquele que sobrevive à morte do amado. Há uma tentativa de lidar com a sombra fantasmagórica da morte (real/ficcional) alicerçada pelo discurso literário-epistêmico de uma ficção teórica. Valendo-se da memória faltosa, lacunar e falha, Silviano supre essas faltas ficcionalmente a fim de narrar sua escrevivência *homo-biográfica* com Zeca a partir de sua (boa) amizade política. Por esse tipo de relação, entendemos:

A boa amizade supõe a desproporção. Exige uma certa ruptura de reciprocidade ou de igualdade [...] A boa amizade nasce da desproporção quando se estima ou respeita (*achtet*) o outro mais do que a si mesmo – e eis aqui uma segunda partilha, na amância, entre a amizade e o amor. A boa amizade supõe, claro, um certo ar, um certo toque (*Anstrich*) de intimidade, mas uma intimidade sem intimidade propriamente dita. (DERRIDA, 2003, p. 74)

Silviano e Zeca são, aos nossos olhos, amigos políticos na medida em que não (re)produzem um modelo fraternal de amizade, eles não apenas (re)afirmavam suas subjetividades um pelo outro, mas, politicamente, pelas personalidades e comportamentos extremamente opostos, transformavam-se pelos confrontos, pelos atritos ou, pelo que o próprio romance expõe, pelos desentendimentos passageiros e profundos (SANTIAGO, 2014, p. 215) estabelecendo o que os intelectuais da amizade supracitados entendem como o processo de *ascese*⁶ (DERRIDA, 2003) (ORTEGA, 2001).

⁶ Francisco Ortega, à luz de Foucault, em *Amizade e estética da existência em Foucault* entende a *ascese* enquanto a capacidade de efetuar determinadas operações sobre si para se transformar e propor para si uma forma de existência. (ORTEGA, 1999, p. 23).

A amizade, nesse prisma, representa um apelo a novas formas de experimentações de sociabilidades, um exercício do político, uma busca por alternativas alheias às normas tradicionais de relacionamentos (ORTEGA, 2001, p. 23). Silviano e Zeca explicitam escolhas de vida extremamente distintas, ficcional e biograficamente, visto que aquele, à nossa semelhança enquanto críticos e professores, opta por seguir a carreira acadêmica, dedicar-se à aposentadoria e à calmaria de uma vida comum, já Ezequiel escolhe experienciar os paraísos artificiais dos anos 1950, debruçar-se sobre as boêmias do mundo e, de maneira descortinada, levar a vida na posição de um artista sem grandes preocupações institucionais. Silviano e Zeca co-habitam lados distintos de uma mesma moeda *homo-biográfica* em que suas aproximações político-afetivas são crivadas na diferença.

Ainda no que convém ao plano da diferença entre os amigos-amantes, julgamos necessário pontuar, conforme a ideia de aproximar-se pela semelhança na diferença, que os amigos possuíam personalidades opostas e que em demasiados momentos se confrontavam não desestruturando, com isso, a amizade que, se alocada em uma perspectiva fraternalista e não transformadora, pudesse entrar em ruínas. O modo de sociabilidade político e *homo-biográfico* que Silviano e Zeca promoviam nos leva a compreender que a discórdia não deve ser considerada como algo que desestruture uma relação, mas que a fortaleça. Silviano afirma:

Demonstrava coragem suficiente para afirmar – diante de possível e inconveniente ruptura na amizade – que a discórdia entre amigos não deve ser considerada como algo de estranho à expansão infinita dos sentimentos fraternos. Aliás, acrescentava, que no terreno apimentado pelos afetos, há sempre que abrir espaço para os desentendimentos passageiros e profundos. (SANTIAGO, 2014, p. 215).

Sob a pluma de todas as reflexões apostas e já nos encaminhando para a conclusão deste trabalho, a exterioridade se apresenta como um lugar posto em nós, em nossos corpos *homo-biográficos*, em nossas reflexões epistêmicas e, sobretudo, em nossos projetos *homo-bio-ficcionais*. Silviano pensa, produz e escrever a partir de uma consciência que se abre para uma possibilidade descolonial crivada e subsidiada por uma *escrevivência* (EVARISTO, 2017) de homem *gay* erigindo suas produções à luz de suas sensibilidades, de seu biólócus e do seu próprio corpo *homo-biográfico* tal qual fazemos nós, críticos biográficos fronteirizos, que pensamos, sentimos e falamos de um lugar outro, subalterno e marginalizado: a fronteira-sul.

Conceição Evaristo em determinada entrevista propõe que “[...] todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opção.” (EVARISTO, 2017, s/p). Por isso, entendemos que a escrevivência

de Silviano e também a nossa se aproximam e se distanciam, uma vez que escrevi(ve)mos a partir de experiências e sensibilidades biolocalis específicas dos nossos próprios corpos políticos. *Mil rosas roubadas* enquanto um romance que (des)arquiva memórias fúnebres sobre/a partir da perda de um amigo-amor-político, fala marcadamente desse lugar outro (do *Fora*) não contemplado nem politicamente pelos padrões modernos, coloniais e patriarcais, nem pelas formas de existências, experiências e sociabilidades políticas construídas culturalmente – fraternas e não transformadoras. Ortega, nesse sentido, corrobora:

Ao passo que a amizade foi aceita social e culturalmente, a homossexualidade não representava problema, mas, desde que amizade se desfaz como forma de relação tolerada culturalmente, a seguinte pergunta torna-se atual: “Que fazem os homens juntos?”. A homossexualidade torna-se um problema médico e sociopolítico. [...] A amizade tem, para Foucault, principalmente o sentido de uma amizade homossexual. Sua atenção concentra-se, principalmente, nas possibilidades disponíveis hoje na cultura homossexual para criar novas formas de amizade. (ORTEGA, 1999, p. 165)

Por fim, Denilson Lopes em *O homem que amava rapazes* (2002) expõe que Silviano Santiago é um dos críticos/escritores desta geração que mais contribui/contribuiu para os estudos *gays* no Brasil. Para ele: “Silviano descortina o horizonte de uma sociedade em que outras diferenças foram excluídas [...]” (LOPES, 2002, p. 31-32). Isto posto, *Mil rosas roubadas* extrapola os limites culturais, políticos e sociais ao transpor para a figura do narrador homem o (des)arquivamento de suas memórias com/sobre o amigo-amado na tentativa de lidar com a perda e, conseqüentemente, com a ausência deste. A ausência, portanto, se torna presença na medida em que Silviano desloca a figura da morte do lugar de fim (re)alocando-a como uma possibilidade de início. A morte é a chave que ao ser girada por Silviano usurpa para si as *Mil rosas roubadas* e dá o tom inicial de um romance que, por vezes, deixa de ser um romance canonicamente concebido. Mas sim, uma tentativa *homo-bio-ficcional* de tentar lidar com a sombra fantasmagórica da morte que usurpa o amado do amante relegando a este a sobrevivência crivada pela falta.

Referências Bibliográficas

DERRIDA, Jacques. **Políticas da amizade**: seguido de o ouvido de Heidegger. Porto: Campo das Letras, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Em entrevista ao ‘Nexo’, escritora fala sobre memória, vivência, escrita e os avanços e lutas do movimento negro**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o->

Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-
condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes: e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOLASCO, Edgar César. Crítica biográfica fronteiriça (Brasil/Paraguai/Bolívia). In: **Cadernos de Estudos Culturais**, Brasil/Paraguai/Bolívia, Campo Grande: Editora UFMS, v. 7, n. 14, p. 47-63, 2015.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

_____. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

_____. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

SANTIAGO, Silviano. **Mil rosas roubadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PESSANHA, Juliano Garcia. **Recusa do não-lugar**. São Paulo: Editora UBU, 2018.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Escola Sem Partido, pânicos morais e a sociedade disciplinar foucaultiana

Rafael dos Reis Aguiar¹

Mestrando em Direito

Universidade Federal de Ouro Preto

rafael_aguiarfdmc@outlook.com.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a articulação "Escola Sem Partido" sob a perspectiva da hipótese repressiva trazida por Michel Foucault. Para tanto, será desenvolvido um trajeto perpassando o instituto dos "pânicos morais", na perspectiva de Gayle Rubin, enquanto uma tecnologia social de controle e renegociação das sexualidades em prol do processo de normatização e normalização. A hipótese que se levanta é que vem se fomentando no Brasil inúmeros pânicos morais na tentativa de difundir ações políticas com a finalidade de aniquilar discursividades dissidentes que busquem trazer questões referentes à diversidade sexual e de gênero, em defesa da retórica da "moral e bons costumes". Nesse viés, Michel Foucault traz toda a problemática em torno da sociedade disciplinar regida pelas técnicas de saber-poder, bem como da hipótese repressiva para lidar com as questões do sexo. Fica evidente que quanto mais tenta "reprimir" o sexo, mais formas se criam para falá-lo, compreendê-lo, negá-lo, passando, inclusive, a fazer parte do processo de vigilância, o compreender minucioso. Assim, o trabalho problematizará algumas questões acerca das investidas legislativas do movimento "Escola Sem Partido", buscando compreender os indícios não ditos, porém claros, das consequências dessa verdadeira política disciplinar à brasileira que incide muito além da educação infantil, mas nos próprios processos de subjetivação.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, pânicos morais, sociedade disciplinar.

Escola Sem Partido e o projeto de uma sociedade disciplinar

O programa "Escola Sem Partido" consiste numa articulação nacional de determinado "empreendedores morais"² iniciado, em 2004, no Brasil pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib fundado na retórica de uma suposta neutralidade ideológica em prol de uma pedagogia sem qualquer conteúdo subjetivo por parte dos professores. A proposta, inicialmente, era voltada para uma propaganda antimarxista no ensino brasileiro. Sob o lema "Educação Sem Doutrinação"³, a referida articulação compreende que o sistema educacional brasileiro é na verdade um projeto de dominação marxista cujos principais atores consistem

¹ Bolsita CAPES

² Miskolci e Campana (2017) entendem "empreendedores morais" aqueles indivíduos que, não necessariamente integrantes de movimentos sociais vinculado à sociedade civil, compartilham preocupações político-culturais mesmo que tais agentes encontrem suas razões para tal em outros lugares, prescindindo de qualquer coerência nas suas reivindicações, porém dotados de coesão por compartilharem uma gramática política minimamente teligíveis entre si.

³ Todas essas afirmações referentes aos textos podem ser conferidas no site oficial da articulação: **Escola Sem Partido**. Página oficial. Disponível em: <www.escolasempartido.org>. Consultado em: 21/01/2018.

em “um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d). O precursor do projeto, elaborador do texto introdutório da página da articulação, compreende que, na verdade, o programa foi fruto de uma demanda de estudantes e pais incomodados com os conteúdos dados em sala de aula por alguns professores.

A articulação, através da utilização de redes de compartilhamento fomentadas por setores religiosos, compreende que o Brasil vive um verdadeiro desmonte de conceitos como “moral”, “bons costumes” e “família” de modo que, parte da culpa pelo processo de “desmoralização” vem dos professores de ensino básico, fundamental, médio e universitário. Tal retórica foi levada tão a fundo que a página oficial da própria articulação fornece um modelo de notificação extrajudicial a fim de prevenir um suposto abuso da liberdade de ensinar por parte do professor na qual os pais poderiam utilizar em caso de indício de doutrinação.

Apoiados por setores politicamente conservadores e economicamente liberais, como as chamadas bancadas “BBB – Boi, Bala e Bíblia”, a articulação tomou forma de medidas legislativas em escala federal, na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, em outros entes da federação⁴. A ideia do programa é articular uma rede de acompanhamento das atividades docentes a fim de repelir a transmissão de perspectivas críticas, consideradas por tais setores como progressistas, equivocadamente atribuídas aos partidos e ideologias de esquerda. Nesse mesmo viés, o Projeto de Lei (PL) nº 7180/2014 de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA), visou, alterando a Lei nº 9.394/1996, a chamada “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, incluir entre os princípios do ensino a sobreposição das convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, os valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados às chamadas educação moral, sexual e religiosa. Em 2015, nova proposta apensada à primeira de autoria do deputado federal Izalci (PSDB/DF) trouxe nomeadamente as propostas da articulação “Escola Sem Partido”. O PL nº 867/2015 veio com seu conteúdo supostamente neutro ideologicamente propor em seus dispositivos a inclusão de princípios abstratos, porém claramente calcificadores, da educação

⁴ Projetos dessa natureza foram submetidos como nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Alagoas; bem como em Câmaras de Vereadores em todo o país, como São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Curitiba – PR, Palmas – TO, Joinville – SC, dentre outros.

nacional⁵. Ademais, dentre os dispositivos legais, o PL de 2015 traz explicitamente o cerceamento da atividade docente dos profissionais da educação, atribuindo-lhes deveres de neutralidade política e ideológica, bem como servindo de substrato para materiais didáticos, avaliações e concursos para ingresso tanto nas escolas, quanto nas universidades, sejam públicas ou privadas.

Analisando o conteúdo do projeto, percebe-se que a palavra “doutrinação” aparece dez vezes, repetidas vezes seguida dos termos “política” e “ideológica”. A narrativa presente no PL traz em seu escopo uma retórica destinada justamente àqueles supostos vilões cujas práticas imorais fundamentam a razão de ser da articulação: os professores. Sem se preocupar com o aperfeiçoamento e aproveitamento das técnicas de aprendizagem, o documento vem como um grande regulamento proibitivo, minucioso, repetitivo, porém vazio de técnica e fundamento de efetividade. O leitor desavisado, aquele cidadão descontextualizado das disputas narrativas políticas atuais, ao ler a justificção do PL tem a certeza de que, ao deixar seus filhos na escola diariamente, estavam, na realidade, entregando-os a aliciadores ao invés de professores:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Trata-se, afinal, de práticas ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis. (BRASIL, 2015)

Um medo de deterioração física, moral, política e ideológica construídas discursivamente a partir de narrativas infundadas, porém amplamente difundidas, como a famigerada, porém pouco compreendida, “ideologia de gênero”. Alegações como a suposta

⁵ Vide por exemplo a integralidade do dispositivo legal a seguir: "Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência; IV - liberdade de crença; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (BRASIL, 2015)"

distribuição nas escolas de materiais ensinando práticas de homossexualidade, o “kit gay”⁶, e também a circulação de manuais de sexo para crianças, geraram no Brasil uma verdadeira especulação subterrânea propícia à ampliação desses discursos de defesa da moral de dos bons costumes, especialmente no que tange à educação infanto-juvenil. Tais narrativas foram de tamanhas formas divulgadas como se fundadas em fatos comprovados que estudos atuais revelam que a articulação “Escola Sem Partido” e a retórica da “Ideologia de Gênero” foram os impulsionadores⁷ da ascensão conservadora no Brasil, tendo como ápice a eleição do candidato Jair Bolsonaro (PSC) à Presidência da República brasileira.

As investidas legislativas federais não lograram êxito. Os PLs nºs 7180/2014 e 867/2015 foram arquivados ao final de 2018, deixando, contudo, seus autores, a certeza de que não desistiram por ali. De toda forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi provocado a se pronunciar sobre a constitucionalidade da articulação “Escola Sem Partido” em razão da aprovação de um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Alagoas. As ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) 5.537/AL e 5.580/AL, de relatoria do Min. Luis Roberto Barroso, demonstraram um suspiro democrático na corte constitucional brasileira. Na compreensão do relator, quando de sua interpretação à luz da Constituição de 1988, ao cercear determinadas discussões no ambiente escolar, a Lei Estadual nº 7.800/2016 de Alagoas teria contrariado princípios conformadores da educação brasileira, em especial as liberdades constitucionais de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino público (BAHIA, 2010, p. 110).

Nesse viés, o projeto afrontaria a principiologia do ensino democrático disposta ao art. 206, II, III e VI, da Constituição da República, dentre inúmeros outros dispositivos constitucionais⁸.

⁶ O tratado equivocadamente como “kit gay”, na realidade, consistiu em um programa governamental, o “Brasil sem homofobia”, que teve como precursor o Projeto de Lei nº 122/2006 da deputada Iara Bernardi (PT), que continha discussões acerca direitos humanos, gênero e sexualidades no ambiente escolar. Após pressões dos parlamentares conservadores religiosos, Dilma Rousseff cede e veta tal importante discussão no ambiente pedagógico em 2013.

⁷ Para mais informações deste estudo vide: Folha de São Paulo. Online. **Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas>>. Consultadas em 21/01/2019.

⁸ Para o acórdão completo vide: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 5580.** PROCESSO ELETRÔNICO PÚBLICO NÚMERO ÚNICO: 4003569-90.2016.1.00.0000 Dje Jurisprudência Peças Push AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Origem: AL - ALAGOAS Relator Atual: MIN. ROBERTO BARROSO Apenso Principal: ADI5537.

De toda forma, a “Escola Sem Partido” pode ser compreendido como uma investida esperada daquela que Michel Foucault nomeou de “sociedade panóptica” (FOUCAULT, 2013, p. 87). No séc. XX; após a transformação da instituição judiciária em não mais esferas meramente punitivas, mas de vigilância, controle e normalização; uma rede de capilaridades administrativas dessa institucionalidade (escolas, hospitais psiquiátricos, asilos, etc) organizaram-se como se uma teia de correção comportamental de subjetividades desviantes dos interesses da sociedade.

Nesse momento, Foucault identifica a transformação da sociedade punitiva em uma sociedade disciplinar, marcada fortemente pelas ortopedias sociais de vigilância e controle sociais. O autor elucida sua hipótese trazendo o famigerado *Panopticon* de Bentham. Este “olho que tudo vê” consistia em uma obra arquitetônica na qual uma torre central com um suposto vigilante detinha a capacidade de observar todas as celas dentro do anel que o circundava, sem necessariamente o fazê-lo, porém, impelindo que os supostamente observados agissem como se observados fossem: “tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante” (FOUCAULT, 2013, p. 88).

A sociedade disciplinar, a sociedade panóptica, sociedade da vigilância, traz consigo não mais a tecnologia social do inquérito, mas o que o autor chamará de “exame”. O panóptico não busca mais reconstituir os fatos sobre as subversões passíveis de punição em defesa da sociedade, mas sim compreender, entender, tanto vigiando as anormalidades quanto construindo um saber sobre elas, um saber que será fundado dentro da norma que, então, as colocarão no devido lugar do anormal, assujeitando-o aos processos de normalização e, então, reinserindo-as socialmente na cadeia das relações de produção capitalistas. Tais relações de saber-poder vêm no sentido de “um saber de vigilância, de exame, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo da sua existência”, e continua o autor afirmando que a pedra angular do poder é a “forma de saber poder que vai dar lugar às grandes ciências da observação”, quais sejam as ciências sociais (pedagogia, psicologia, etc.) (FOUCAULT, 2013, p. 89).

O texto do projeto de lei de 2015 traz em seu escopo uma investida claramente identificável de técnica de vigilância. Contudo, é preciso analisar criticamente que tal técnica, talvez, não se dê a fim de reprimir discussões de cunho “doutrinador” ou “ideológico”, mas sim a fim de conhecer para controlar, para, quem sabe, se apropriar de novas discursividades que perfuram o frágil véu ideológico da retórica da moral de dos bons costumes. O exercício do poder pela observação, pelas incansáveis tentativas de compreender a anormalidade com o

máximo de minúcias possíveis encontra-se expresso na minuta de lei⁹. O que se propõe é a construção de uma articulação capilarizada, tanto institucional quanto parainstitucional, a fim de viabilizar o controle dos indivíduos quanto a sua periculosidade. Tais “poderes laterais” são identificados por Michel Foucault como “à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – polícia para vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção” (FOUCAULT, 2013, p. 87). No dispositivo colacionado acima, o projeto propõe a criação de um “canal de comunicação” para recebimento de reclamações, na verdade denúncias, que, posteriormente, serão destinadas à autoridade estatal exemplificada no Ministério Público cujo mister é defender a criança de toda e qualquer possibilidade de perversão doutrinária.

Nesse viés, passaremos a analisar e tentativa de repressão persistente nas investidas políticas da “Escola Sem Partido” alocando-as nesse espaço de projeto de sociedade disciplinar que tais empreendedores morais buscam impor ao Brasil hoje. Ademais, buscar-se-á, para tal, a identificação da utilização das técnicas sociais de pânico público para estimular o recrudescimento do conservadorismo no país, supostamente em prol da defesa da “família” e da “moral e bons costumes”, contudo podendo servir somente de cortina de fumaça para a aprovação de medidas impopulares neoliberais cotidianas no país hoje.

Pânicos morais e intervenção estatal no campo erótico: “o momento político do sexo”

A política brasileira vem sendo colonizada pelos setores religiosos tem algum tempo e a defesa das crianças face as perversidades do sexo esteve presente por toda essa trajetória. Tendo isso em vista, pode-se identificar o caráter moralista conservador nessas intervenções. Como afirma Gayle Rubin, “os conflitos contemporâneos ligados a valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores” (RUBIN, 1993, p. 63). Ademais, segundo a referida autora, todas as questões acerca do sexo, da sexualidade e do desejo encontram-se em constante disputa nas relações de poder: “o sexo é sempre político” (RUBIN, 1993, p. 64). Em determinados períodos tornam-se, contudo, mais perceptíveis as renegociações acerca das práticas da vida erótica: novas regulamentações, novas proibições, novas autorizações, muitas vezes, por meios institucionais de formação de normas. É possível identificar uma série de investidas por parte de setores religiosos por toda

⁹ “Art. 7º. As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato. Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade.” (BRASIL, 2015)

a América Latina. Não buscando fazer uma genealogia desses contextos, o que se pretende é situar o Brasil face ao momento mundial de efervescências sexuais à época. Durante a década de 1960 países como os Estados Unidos, o Reino Unido e a França passavam por um momento revolucionário de renegociação dos pactos sociais sobre “moral e bons costumes”. A sexualidade passou a flertar nesse momento com sua forma plural, abrindo espaço para a descoberta e, por conseguinte, reafirmação de subjetividades não-hegemônicas no contexto da sexualidade e do gênero.

Acontece que, enquanto o Norte gozava desse momento de descobrimentos publicizações, o Sul encontrava-se majoritariamente imerso em regimes autoritários edificados em uma “moral nacionalista familiar” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 731). Cada um da sua maneira repetia a matriz política sexual religiosa cis-heteronormativa e reprodutivista. A forte presença da Igreja Católica, em defesa explícita da moral conservadora, fortaleceu a discursividade dos regimes ditatoriais:

Em muitos países latino-americanos, a Igreja Católica apoiou ditaduras ou não se envolveu na luta pela democracia assim como manteve relações políticas sempre mais próximas das vertentes de direita devido às suas afinidades na defesa de uma moral conservadora. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 732)

Na Ditadura Militar brasileira (1964-1985) edificou-se em pilares como “família”, “moral e bons costumes”, “garantia da ordem pública” e “defesa da propriedade”. A Igreja Católica, por sua vez, ao contrário do restante do contexto latino-americano, se engajou na luta política pela democracia e pela justiça social (grandes nomes da chamada “Teologia da Libertação”, como Leonardo Boff dentre outros), sem, contudo, abraçar em momento algum os movimentos que militavam por direitos sexuais e reprodutivos. Dos anos 60 aos anos 80, os pensadores das ideologias conservadoras que deram substrato ao que viria ser a ideologia de segurança nacional, colocaram a homossexualidade como sinônima de “subversão inimiga”:

Nos anos de 1970, ideologia e policiamento conservadores vis-à-vis a homossexualidade adaptaram-se à emergência de movimentos em prol dos direitos identitários. De certa forma, este foi um momento de transição, quando os teóricos anticomunistas e as forças de segurança começaram a demonizar a identidade gay – distinta do ato sexual entre membros do mesmo sexo – como complô arquitetado pelos inimigos do estado. Já nos anos de 1970, da abertura, reacionários dentro e fora do regime associaram a homossexualidade não só com outros movimentos de direitos (especialmente o feminismo e o Black Power), mas também com uma onda de subversão que supostamente chegava ao ápice. (GREEN; QUINALHA. 2015. p. 29)

Desse modo, a homossexualidade passou a ser interpretada pelo regime como uma ameaça à ordem pública vigente, equiparando-a ao comunismo, no sentido de que novas práticas imorais, estas elencadas pelo perito da Escola Superior de Guerra, em 1979, Paulo Cavalcanti da Costa Moura, em sua conferência sobre “Características da Época Contemporânea”, termos como “busca do prazer imediato”; “hedonismo coletivo”; “permissividade moral quase sem limites” não tinham espaço nessa ideologia conservadora-moralista do Regime Militar, e nem no que a sociedade brasileira estava sendo programada para ser. Foi justamente nesse contexto de recrudescimento dos moralismos que os movimentos LGBTQ+ e feministas, dissidentes da própria resistência de esquerda organizada que se recusava em pautar suas demandas, insurgiram trazendo suas questões ao público. Enquanto as causas feministas eram tratadas como questão não prioritária, as causas homossexuais eram não apenas secundarizadas, mas “muitas vezes, ridicularizada e rechaçada pela esquerda hegemônica” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 731).

As retóricas da defesa da sociedade “de bem”, da “moral e dos bons costumes”, das normas, dos regimes de verdade hegemônicos, subjetivavam as dissidências que se encontravam fora da norma, os anormais, à ideia de um perigo à própria sociedade visando objetivos insidiosos. Para a disseminação de tal perspectiva, as institucionalidades tradicionalmente utilizam-se dos instrumentos desenvolvidos por Rubin a partir da ideia de “pânicos morais”. O pânico moral intrínseco à repressão impulsiona a exclusões e violências seletivamente, numa lógica de higienização metodologicamente pensada e retoricamente fundamentada na defesa de determinada sociedade fechada, na “moral e bons costumes”, na “família”, “na propriedade”:

Os pânicos morais são o ‘momento político’ do sexo, durante o qual atitudes difusas são canalizadas na forma de ação política e, a partir disso, de transformação social. (...) Durante um pânico moral, esses medos são projetados sobre uma população ou atividade sexual desfavorecida. A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos. Após passar o furor, alguns grupos eróticos terão sido dizimados, e o Estado terá ampliado seu poder para novas áreas do comportamento erótico (RUBIN, 1993, p. 109)

Nesses momentos, as políticas antissexo adquirem maior efervescência. O Estado cria e alimenta um pânico moral, a sociedade e os meios de telecomunicações aderem à narrativa e, quando se vê, práticas de exceção são colocadas em prática com o aval de toda a sociedade em detrimento de minorias sócio-políticas consideradas como “anormais” por escaparem ao

padrão hegemônico social, político, econômico, etc. Os pânicos públicos são tecnologias sociais que trabalham dentro, e através de, um “campo discursivo de ação” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 739) no qual atores políticos (religiosos ou não), alinhados aos meios de telecomunicações, utilizam-se da retórica da “sociedade sob ameaça”. Opta-se por algo, alguém ou grupo de pessoas que encarnaria o perigo para os valores da sociedade. Esse algo, alguém ou grupo de pessoas são tratados de forma estereotipados e assim reproduzidos pelas mídias de massa. Especialistas e tecnocratas, usualmente conservadores, são chamados para darem suas opiniões e diagnósticos, em regra, com virulento preconceito. Por fim, tem-se estruturado discursivamente toda uma aura legitimadora do enfrentamento violento a algo, alguém ou ao referido grupo de pessoas, enquadrados no lugar do “inimigo interno”, do “inimigo social” (FOUCAULT, 2013, p. 83), ou seja, aquele fere a completude do corpo social em sua constituição sob a ordem civil e o império do soberano que o retira do estado de natureza. (FOUCAULT, 2018, p. 31).

O medo generalizado faz com que a sociedade projete seus temores discursivamente construídos em uma determinada parcela aos quais o mal geral é atribuído. Escolhe-se “o outro” e a relação binária antagônica “nós *versus* eles” faz com excelência seu serviço eugênico. O Estado amplia, de forma aparentemente legítima, seus mecanismos de intervenção na esfera erótica da vida, a sociedade se vê protegida e regida por uma nova normatização sexual e o mal se vê eliminado – social, política, economicamente. O produto de todo esse processo seria “a legalização da violação de uma comunidade inofensiva de pervertidos” (RUBIN, 1993, P. 111) e sua subjugação. Afinal, a estrutura discursiva que recai sobre esses subversivos sexuais torna-os moralmente indefensáveis, justificando que recaia sobre eles qualquer forma de intervenção estatal: inclusive a violência de Estado.

Nos anos 90 o Brasil começou a ver o declínio da hegemonia do catolicismo que se alinhava às demandas pró-democracia e justiça social. Fruto dessas instabilizações psíquicas coletivas pós-ditadura, criou-se o ambiente propício para a proliferação de “empreendedores morais” vinculados às religiões neopentecostais. A retórica da proteção à “família” e a defesa da “moral e bons costumes” foi apropriada por este setor religioso de tal maneira que virou seu baluarte quando representantes dessa seara ingressam no campo político. Acontece que, ao contrário de outras religiões não-proselitistas, como as religiões de matrizes africanas, as religiosidades neopentecostais tem como pedra angular a chama “teologia do domínio” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 734). Segundo tal perspectiva, o mister último de todos os fiéis é a expansão, o domínio. A missão religiosa neopentecostal estimula que os

indivíduos ocupem postos de poder institucionalizados para, utilizando-se da própria instituição, preparar a vinda de seu “Deus” para o mundo terreno. Ou seja, a obrigação dos neopentecostais é justamente iniciar o processo de hegemonização e homogeneização cultural, política, moral, que o proselitismo evangélico pressupõe.

Colocações finais

O Brasil da última década é um forte retrato desse projeto de homogeneização e imperialismo religioso proposto pelas religiões neopentecostais. O terreno de instabilidade gerado pelos inúmeros pânicos morais (“ideologia de gênero”, “kit gay, corrupção unipartidária, comunismo, etc.) discursivamente alimentados foi fértil para colocar em postos de alto escalão um perfil comum nos cargos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Especificamente, a propaganda anti-ideologia de gênero cumpriu um papel político importante no recrudescimento dos setores conservadores e na consequente ascensão dos empreendedores morais aos cargos de alto escalão do governo. Nota-se que após as decisões favoráveis à equiparação do casamento gay ao casamento hétero no Brasil (2011) “foram pontos de inflexão para que a noção de ‘ideologia de gênero’ passasse progressivamente a delimitar a gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 743).

Em 2018, após um longo processo de retrocessos democráticos iniciado com o *impeachment* fraudulento da então presidenta legitimamente eleita Dilma Vana Roussef em dezembro de 2015, o Brasil vem assistindo e resistindo à uma série de ataques contra estruturas de apoio social e econômico consolidados nos governos anteriores, como reformas trabalhistas e previdenciárias ainda mais precarizantes e o congelamento de investimentos em saúde e educação por 20 anos através da Emenda constitucional nº 55/2016, a “PEC do Teto dos Gastos Públicos”.

O produto de todo esse simulacro de processo de moralização foi a ascensão do candidato Jair Messias Bolsonaro, agora do Partido Social Liberal (PSL), à Presidência da República. Um candidato sem formação técnica, marcado por transições entre partidos que ocupam os primeiros lugares da lista de cassação por corrupção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com um histórico enquanto deputado federal de baixa produtividade e muitos processos em que é réu/condenado. Marcadamente autoritário, LGBTfóbico e racista, fez do seu aparelho de governo a sua cara: um governo de ministros atécnicos e mestres da retórica da “defesa da moral e dos bons costumes”.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Alexandre Gustavo M. Franco de Moraes. A não-discriminação como direito fundamental e as redes municipais de proteção à minorias sexuais –LGBT. **Revista de Informação Legislativa**, v. 186,abr./jun.2010, p. 89-115.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra. Quanto a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. 152p.

_____. **A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973).** Tradução Ivone C. Benedetti – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. 323 p.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2015. 330 p.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo. Pensando o sexo.** Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU, 2017.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a Teoria Queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares.** Tradução Hací Regin Candiani. 1.^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 95 p.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 5580** Processo eletrônico público número único: 4003569-90.2016.1.00.0000 Dje Jurisprudência Peças Push Ação Direta De Inconstitucionalidade Origem: Al - Alagoas Relator Atual: Min. Roberto Barroso Apenso Principal: ADI5537

_____. **ADPF 465** Processo Eletrônico Público Número Único: 4000164-12.2017.1.00.0000 Dje Jurisprudência Peças Push Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental Origem: To - Tocantins Relator Atual: Min. Roberto Barroso.

ST 14
Raças e Identidades no
Brasil: (séculos XIX e XX)

O Cinquentenário da Abolição da Escravatura: comemorações e debates no Brasil

Heloísa Maria Teixeira

Pós-Doutoranda

Universidade Federal de Ouro Preto

heloisate@hotmail.com

Resumo: O ano de 1938 marcou os 50 anos da abolição da escravatura no Brasil e, em virtude desse acontecimento, diversos eventos – seminários, lançamento de livros, apresentações culturais, desfiles, debates – aconteceram no país. Dentre esses eventos, destacamos as comemorações que ocorreram nas cidades do Rio de Janeiro, organizadas por Arthur Ramos, e em São Paulo, por Mário de Andrade (e que contou com a participação ativa de Ramos). Os eventos organizados para comemorar o meio século da abolição constituíram-se espaços importantes para tornar público um debate que se iniciava no Brasil, através da proliferação de pesquisas e publicações que queriam revelar a cultura afro-brasileira e as vicissitudes da temática racial no país. Conforme ressalta Olívia Maria Gomes da Cunha, “esse investimento foi principalmente realizado por uma Antropologia que, em via de institucionalização no país, ansiava por desfazer-se das abordagens racialistas que marcaram o nascimento de suas primeiras instituições científicas” (CUNHA, 1999, p.260). Nosso trabalho propõe, a partir da correspondência de Arthur Ramos, apresentar as discussões presentes nos eventos comemorativos da abolição no Rio de Janeiro, em São Paulo e outros pontos do país, como nos revela a troca epistolar entre o professor de antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia com intelectuais de diversas partes do território nacional. Analisaremos também as conferências produzidas para as Comemorações da Abolição, assim como os textos relativos ao tema e publicados em jornais de norte a sul do país, buscando traçar algumas linhas gerais a respeito da maneira com que a memória da escravidão e do abolicionismo foi representada pela imprensa brasileira. Arthur Ramos, nesse momento, destacava-se como um dos principais partícipes dos Estudos Afro-Brasileiros. A partir da publicação de *O negro brasileiro*, em 1934, ultrapassou nossas fronteiras para fazer parte das discussões sobre o negro no Novo Mundo – sobre as quais os maiores expoentes estavam nas universidades norte-americanas.

Palavras-chave: Cinquentenário da Abolição, Comemorações, Cultura Afro-Brasileira, Debate Racial.

Introdução

O ano de 1938 marcou os cinquenta anos da abolição da escravatura no Brasil e, em virtude desse acontecimento, diversos eventos – seminários, lançamento de livros, apresentações culturais, desfiles, debates – aconteceram no país. Dentre esses eventos, destacamos as comemorações que ocorreram nas cidades do Rio de Janeiro, organizadas por Arthur Ramos.

Os eventos organizados para comemorar o meio século da abolição constituíram-se espaços importantes para tornar público um debate que se iniciava no Brasil, através da proliferação de pesquisas e publicações que queriam revelar a cultura afro-brasileira e as vicissitudes da temática racial no país.

Nosso artigo propõe, a partir da correspondência de Arthur Ramos, apresentar as discussões presentes nos eventos comemorativos da abolição no Rio de Janeiro. Arthur Ramos, professor de antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, destacava-se, nesse momento, como um dos principais intelectuais dos Estudos Afro-Brasileiros. A partir da publicação de *O negro brasileiro*, em 1934, ultrapassou nossas fronteiras para fazer parte das discussões sobre o negro no Novo Mundo.

As comemorações

Pelo decreto-lei de número 427 de 13 de maio de 1938, o poder executivo federal regula as comemorações do cinquentenário da Lei Áurea através de três artigos:

Art. 1º Será comemorado, no dia 13 de maio de 1938, o cinquentenário da lei áurea que aboliu o regime da escravidão em todo o território do país.

Art. 2º Em sinal de reconhecimento da Nação para, com a Princesa Isabel, augusta signatária da lei áurea, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, providenciará para que os seus restos mortais, bem como os do Conde d'Eu, seu preclaro consorte, sejam transferidos da Europa para o Brasil, e ainda, com a cooperação dos poderes municipais do Distrito Federal e dos particulares, para que lhe seja erigido, em praça pública, na capital do País, um monumento que recorde o glorioso feito a que se acha vinculado o seu nome¹.

Art. 3º Em todas as escolas primárias, secundárias, normais e profissionais da República, em um dos dias da semana do cincoentenário da lei áurea, serão feitas preleções sobre as grandes figuras da história pátria, de cuja atuação e influência decorreu a abolição da escravatura, bem como sobre a significação política e moral desse magno acontecimento (Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 142, Vol. 2)²

O evento ficaria sob a responsabilidade do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Na capital federal, as comemorações incluíam “seminários, lançamento de livros, apresentação de canto orfeônico sob a batuta de Heitor Villa-Lobos e um curioso chá servido

¹ Pouco antes do evento, o governo federal, em resposta a uma consulta, foi informado que os restos mortais da princesa Isabel e de seu marido, o conde D'Eu se encontravam no Père Lachaise, em Paris. Somente em 1953 os restos mortais do casal chegaram ao Brasil. Permaneceram na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro até 1971 quando, finalmente, foram sepultados no Mausoléu Imperial situado no adro da Catedral de Petrópolis no dia 13 de maio daquele ano.

² Disponível em <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/149949-regula-a-comemorauuo-do-cinquentenurio-da-lei-uurea.html>

por netas da princesa Isabel no Palácio do Catete a ex-escravos mantidos pelo Asilo São Luís”³.

Para organizar o evento, o Ministro encarregou Arthur Ramos, descrito por Capanema “como estudioso dos assuntos da raça africana”⁴. Como primeira medida, Ramos elaborou uma lista de temas relativos ao negro e que seriam distribuídos aos especialistas e estudiosos brasileiros – conforme aponta Ramos, “os nomes mais capazes de estudar cada assunto”⁵ – com vista a elaboração da enciclopédia. Em esboço dirigido ao ministro Capanema, o alagoano destacou dois grandes objetos que seriam discutidos na semana das comemorações do Cinquentenário da Abolição: 1) o problema do negro e do abolicionismo; 2) o negro brasileiro e a sua influência na vida e na civilização brasileiras.

Sobre o problema da escravidão e do abolicionismo, Arthur Ramos destacou os seguintes subitens:

Tema	Especialista
I-História do tráfico de escravos no Mundo Novo	Afonso Taunay - Museu do Ipiranga, São Paulo
II- Povos negros entrados no Brasil	Oliveira Vianna
III- Navios negreiros. Mercados de escravos. Distribuição dos negros escravos no Brasil	Pedro Calmon – Rio de Janeiro
IV- O trabalho escravo. A escravidão urbana e a escravidão rural	Pedro Calmon – Rio de Janeiro
V- Castigos do escravo. Instrumentos de suplício. O capitão do mato	Ademar Vidal. João Pessoa
VI- O Negro escravo e o trabalho nacional	Gilberto Freyre, Recife
VI- O Negro escravo e o ciclo do açúcar	Gilberto Freyre, Recife
VII- O Negro escravo e o ciclo do café	Roberto Simonsen, São Paulo
VIII- O Negro escravo e o ciclo da mineração	Annibal Mattos - Instituto Histórico – Belo Horizonte
IX- Paralelo econômico e cultural entre o Negro e o Índio brasileiros	Afonso Arinos de Mello Franco, Rio
X- Insurreições negras no Brasil	Arthur Ramos
XI- O quilombo de Palmares	Alfredo Brandão, Maceió
XII- As juntas de alforria e o movimento pré-abolicionista	
XIII- A repressão internacional ao tráfico de escravos	
XIV- A atividade parlamentar brasileira concernente ao tráfico de escravos. A abolição Do tráfico e a questão inglesa	Rodolpho Garcia, Biblioteca Nacional, Rio
XV- Sociedades emancipadoras no Brasil	Rodolpho Garcia, Biblioteca Nacional, Rio
XVI- Atividades parlamentares anteriores à lei áurea	Evaristo Morais, Rio
XVII- A lei áurea	Evaristo Morais, Rio

³ Arquivo Gustavo Capanema, Ministério da Educação e Saúde, Educação e Cultura, GCg, 1935, 09, 26 disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_G&PagFis=27890&Pesq=.

⁴ Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Gustavo Capanema, Ministério da Educação e Saúde GCg 1935.09.26

⁵ AAR/BN, 38, 3, 25. Essa carta não faz parte do inventário relativo à documentação do Arquivo Arthur Ramos. O acesso a essa carta veio através de CUNHA, 1999.

XVIII- Figuras abolicionistas no parlamento brasileiro.	
XIX- Os <u>leaders</u> negros da abolição.	
XX- A abolição e a imprensa	Costa Rego, Rio
XXI- Literatura da abolição	Manuel Bandeira, Rio
XXII- Consequências econômicas da abolição	Bandeira de Mello, Rio
XXIII- Situação econômica e cultural do Negro brasileiro.	

Sobre a influência do Negro na vida e na civilização brasileiras, Ramos elenca os seguintes pontos:

Tema	Especialistas
I-As culturas negras no mundo	Arthur Ramos
II- As culturas negras introduzidas no Brasil	Arthur Ramos
III - As sobrevivências religiosas do Negro no Brasil: <u>macumbas</u> e <u>candomblés</u>	Édison Carneiro, Bahia
IV- O sincretismo religioso. O catolicismo popular do Brasil e sua influência negra	Gonçalves Fernandes, João Pessoa
V- Ritual de feitiçaria. Práticas mágicas do Negro brasileiro	Luiz da Câmara Cascudo, Natal
VI- Sobrevivências artísticas: a música e os instrumentos de música de origem negra	Mario de Andrade, Departamento de Cultura, São Paulo
VII- O canto e a dança de influência negra	Mario de Andrade, Departamento de Cultura, São Paulo
VIII- Pintura e escultura de influência negra	Rodrigo Mello Franco de Andrade, Rio
IX- A tradição oral. O <u>Folk-lore</u> negro. Contos populares, provérbios e <u>advinhas de origem negra</u>	Lindolpho Gomes, Minas
X- Festas populares. O ciclo das congadas	Mario de Andrade, Departamento de Cultura, São Paulo
XI- Maracatus e reisadas. O culto popular de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	Samuel Campello, Recife
XII- Línguas africanas introduzidas no Brasil. Estudo de conjunto	Jacques Raymundo, Colégio Pedro II, Rio
XIII- Estudo comparativo sobre a influência do <u>Yorubá</u> e do <u>quimbundo</u> na língua nacional	Renato Mendonça, Ministério do Exterior
XIV- Antropologia do Negro brasileiro. Tipos negros e sua filiação racial	Roquette Pinto, Rio
XV- O problema da mestiçagem no Brasil	Josué de Castro ou Fróes da Fonseca, Rio
XVI- A criança negra. O negro no meio escolar	Bastos de Ávila, Instituto de Pesquisas educacionais, Rio
XVII- O negro e o problema da alimentação no Brasil. A culinária afro-brasileira	Josué de Castro
XVIII- Aspectos pisco-patológicos do negro brasileiro	Cunha Lopes, Rio
XIX- Doenças africanas introduzidas no Brasil	Otávio de Freitas, Recife
XX- O Negro brasileiro nas letras e nas artes	Sérgio Buarque de Holanda, Rio
XXI- O Negro brasileiro na industrialização, no comércio e na história militar do Brasil.	
XXII- O Negro na política. Associações e movimentos negros contemporâneos	Frente Negra Brasileira
XXIII- Estudos científicos sobre o negro brasileiro. A escola de Nina Rodrigues	Arthur Ramos

Cada assunto seria discutido por um especialista que, além da apresentação em uma série de conferências de um dos temas descritos acima durante a semana do Cinquentenário, escreveria uma monografia sobre o assunto apresentado. Estas monografias seriam

datilografadas em papel ofício e, ao final, seguir-se-ia uma bibliografia completa do assunto estudado. Ao final, os artigos apresentados seriam organizados em uma publicação de um ou mais volumes com um prefácio escrito pelo ministro Gustavo Capanema. Os autores arrolados para escreverem os verbetes da *Enciclopédia do Negro Brasileiro* foram escolhidos pelo próprio Ramos e seguiram o critério de aproximação com seu projeto intelectual⁶.

Continuando a programação, no dia 13 de maio, uma grande sessão cívica, presidida pelo ministro Gustavo Capanema, contaria com a presença de abolicionistas vivos no Rio de Janeiro.

As comemorações contariam ainda com uma programação cultural: uma apresentação musical de compositores negros ou de influência negra e uma exposição de objetos e assuntos afro-brasileiros⁷. Esta exposição seria formada por:

1º objetos de arte negro-brasileira: esculturas, trabalhos de metal, instrumentos de música, etc.; 2º objetos de culto afro-brasileiro: documentário de macumbas em geral; 3º objetos de escravidão: instrumentos de captura e suplício, etc.; 4º gravuras antigas de tipos negros ou de cenas da escravidão, pinturas, esculturas de artistas negros ou referidos a assuntos negro-brasileiros; 6º mapas, gráficos estatísticos, etc, mostrando a contribuição do negro à civilização brasileira (BN/AAR, 38, 1, 72. Arthur Ramos. As Comemorações Culturais do Cinquentenário da Abolição da Escravidão no Brasil. Grifo do autor).

A fim de amplificar o discurso, notas jornalísticas curtas sobre os vários aspectos do problema do negro foram publicadas, em forma de *copyrights* do Ministério da Educação, ou apelando para o concurso dos jornais da capital e dos Estados. Propagandas curtas, confiadas aos estudiosos do problema negro, e abordando as várias faces da questão, foram organizadas pelo Departamento de Propaganda também seriam difundidas pelo rádio. As escolas também

⁶ “O desejo de dar seriedade a iniciativas isoladas e destituídas de um “conhecimento da matéria” é o argumento que impulsiona a própria reorientação do trabalho de Ramos. Entretanto, através de estudos produzidos por vários dos autores arrolados por Ramos (sendo grande parte deles publicados pela Biblioteca de Divulgação Científica), populariza-se e dissemina-se o emprego das categorias *negro* e *afro-brasileiros*, cujos usos aparecem cada vez mais vinculados a projetos e discursos de cunho nacionalista. (...). A reificação do *negro* enquanto objeto de uma visão de ciência que se depurava de seus excessos racialistas, voltando-se para os planos sociais e culturais, permitiu a inserção e consagração de determinados autores a partir da leitura e patrocínio editorial de Artur Ramos” (CUNHA, 1999, p.269-270).

⁷ Em versão anterior, escrita pelo ministro Gustavo Capanema, ainda em 1935, a festa de comemoração pelos cinquenta anos da abolição foi pensada como um evento cívico que contaria com a execução do hino nacional, palavra do presidente ou do ministro, oração oficial (que deveria ser feita por um historiador. Os nomes sugeridos foram Rodolpho Garcia, Pedro Calmon, Basílio de Magalhães, Evaristo de Moraes; ou como estudioso dos assuntos da raça africana, Arthur Ramos). Num segundo momento, haveria um concerto sinfônico organizado pela Escola Nacional de Música, com trechos de Schiavo, de Carlos Gomes. No encerramento, o hino nacional seria novamente executado (Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Gustavo Capanema, Ministério da Educação e Saúde. GCg 1935.09.26).

teriam comemorações próprias acerca do cinquentenário da abolição sob o concurso da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Analisando a agenda elaborada por Arthur Ramos para marcar as comemorações dos cinquenta anos da Abolição, Olívia Maria Gomes da Cunha conclui que entre os objetivos estava o de

promover, dar visibilidade e valorizar aspectos até então pouco relevantes em narrativas oficiais. Propunha disseminar, de forma pedagógica, informações sobre planos desconhecidos da vida da população *afro-brasileira* no país, de maneira a recontextualizar a imagem do trabalho não-qualificado e da marginalização social, como mencionara Roquette Pinto. Assim, falar da escravidão se revelava um perigoso recurso, uma vez que pretendia-se dignificar planos da cultura e da história de um povo, de uma raça, de uma civilização, cujos indivíduos eram quase sempre vistos através das lentes da desqualificação social (CUNHA, 1999, p.258-259).

Qual a voz que ecoava durante as Comemorações do Cinquentenário da Abolição?

Conforme descrito acima, Ramos elencou dois grandes temas para discussão durante as Comemorações. O primeiro grande tema, **o problema do negro e do abolicionismo**, foi subdividido em subtemas que visavam tratar da trajetória do negro desde a África, passando pelo tráfico, distribuição pelo Brasil, escravidão urbana, rural, castigos físicos, insurreições negras, quilombo de Palmares, processo emancipacionista e abolicionista (repressão internacional do tráfico de escravos, legislação, sociedades emancipadoras, líderes negros, etc.).

O segundo grande tema, **o negro brasileiro e a sua influência na vida e na civilização brasileira**, discutiria a presença do negro na nossa identidade: as culturas negras introduzidas no Brasil; as sobrevivências religiosas do negro; o sincretismo religioso; as sobrevivências artísticas (música, instrumentos musicais, canto, dança, artes plásticas, literatura); as festas populares (congadas, maracatus e reisados); línguas africanas introduzidas no Brasil (*Yorubá*, *quimbundo*, etc); a mestiçagem; culinária afro-brasileira; estudos científicos sobre o negro brasileiro; entre outros.

Ao elaborar esse programa, Arthur Ramos preocupou-se em dar visibilidade à história do negro brasileiro. A escolha desses temas fugia da visão conservadora sobre a abolição. Evaristo de Moraes, por exemplo, em correspondência dirigida ao ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, em 04 de março de 1938, intitulando-se “quase o único

historiador do movimento (...) que teve glorioso desfecho a 13 de maio de 1888”⁸, sugeria homenagear figuras e instituições que – a seu ver – contribuíram para o movimento de emancipação.

Permita V. Ex. que as recorde:

I) Conde de Affonso Celso, único deputado sobrevivente dentre os que, de 1884 a 1888, estiveram sempre na estacada, ao lado dos abolicionistas, apresentando projetos cada vez mais avançados;

II) Dr. Brício Filho, único sobrevivente da mocidade acadêmica de medicina, que, desde 1882, esposou a causa;

III) João Clapp Filho, representante do pai – João Clapp – presidente da Confederação Abolicionista, cuja ininterrupta atuação foi enorme;

IV) Grão Mestre da Maçonaria, porque, desde a presidência do Visconde do Rio Branco, a Ordem se envolveu na campanha e libertou inúmeros escravos;

V) Dr. Zeferino de Faria, advogado, um dos únicos sobreviventes dos fundadores do Clube dos Advogados contra a Escravidão;

VI) Professor Dr. Catta Preta, nas mesmas condições;

VII) Dr. Heitor Peixoto, advogado, que precedeu por maneira idêntica, mais um clube, em Santos, ao lado de Silva Jardim e Galeão Carvalho;

VIII) Dr. Júlio do Carmo Filho, representante do pai, que foi baluarte fortíssimo da confederação, além de propagandista da República;

IX) Abade de São Bento, pois a sua benemérita Ordem foi a primeira a se interessar seriamente pelos cativos, libertando, antes de 1871, o ventre das escravas;

X) Dr. Herbert Moses, representando a Imprensa, colaboradora da causa;

XI), XII) e XIII) Os amigos da raça negra, grandes estudiosos da sua influência na nossa formação nacional – Roquette Pinto; Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

XIV) Dr. Affonso Escragolle Taunay, por si mesmo, como estudioso emérito dos assuntos ligados à escravidão, e como representante do emancipador ... Visconde de Taunay, seu pai;

⁸ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação, Saúde e Cultura – GCg 1935.09.26. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_G&PagFis=27870&Pesq= . Evaristo de Moraes nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 26 de outubro de 1871. Era mestiço e de família de classe média. “Em 1883 foi admitido como aluno gratuito no externato do Colégio São Bento, onde faria em quatro anos os cursos primário e secundário e entraria em contato com obras de Tobias Barreto, Sílvio Romero, Franklin Távora, Clóvis Bevilacqua, Artur Orlando e Matias Júnior. Quando o pai abandonou a família em 1887, teve que ajudar a mãe na manutenção da casa e passou a trabalhar como professor de português, geografia e história no próprio Colégio São Bento, graças à indicação de Carlos de Laet, professor do Colégio Pedro II, que avaliou seus conhecimentos. Somente em 1916, aos 45 anos de idade, iria bacharelar-se em direito pela Faculdade Teixeira de Freitas, de Niterói, quando já gozava de reconhecimento como grande “rábula criminalista”. (...)Evaristo escreveu em vários jornais, entre eles a *Gazeta Nacional*, o *Correio do Povo* e o *Correio da Manhã*, sobre temas ligados a problemas sociais, humanos e políticos. Seu interesse por essas questões foi precoce, tanto que ainda muito jovem aderiu às campanhas em favor da abolição da escravatura (1888) e da proclamação da República (1889).” (<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-antonio-evaristo-de>). Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de junho de 1939. Dentre suas obras destacamos: *Extinção do tráfico de escravos no Brasil* (ensaio histórico, 1916), *A lei do ventre livre; ensaio de história parlamentar* (1917), *Branços e negros, nos Estados Unidos e no Brasil* (1922), *Reminiscências de um rábula criminalista* (1922, nova ed. 1989), *A campanha abolicionista (1879-1888)* (2ª ed. 1986), *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção* (1933).

- XV) Professor emérito José dos Santos, único sobrevivente dos conferencistas de 1880, no Teatro São Luiz;
- XVI) D. Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco, por si e representando seu pai;
- XVII) Algum descendente de André Rebouças.

Cita ainda a Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que, “por seus estatutos tinha a missão de libertar escravos” e os positivistas, “que, sob a direção espiritual de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, se empenharam na campanha não permitindo no seu grêmio quem possuísse escravos, e, mais de uma vez, concitaram o Imperador a, dictatorialmente, decretar a abolição”. Evaristo de Moraes se descreve “como descendente da raça escravizada”, entretanto, atribui pouca participação dos negros na luta pelo fim da escravidão. A abolição, segundo seu olhar, foi consequência de ações de *grandes homens* e eles sim, deveriam ser homenageados nas Comemorações do Cinquentenário.

Arthur Ramos, em vez de tecer loas a homens brancos, generosos, supostamente responsáveis pela Abolição, considerava mais fecundo empreender temáticas que discutissem o negro no Brasil. Há, aqui, algo de vanguarda no trato do assunto: o viés acadêmico-científico sobrepõe-se ao senso comum e laudatório com o que este tipo de evento comumente acontecia – e aconteceu ainda décadas adiante.

Ao focar a trajetória do negro e a sua contribuição para a cultura brasileira, o evento organizado por Arthur Ramos para comemorar o meio século da abolição constituiu-se espaço importante para tornar público um debate que se iniciava no Brasil, através da proliferação de pesquisas e publicações que queriam revelar a cultura afro-brasileira e as vicissitudes da temática racial no país. O próprio Arthur Ramos, nesse momento, já havia uma vasta produção sobre os africanismos no Brasil e ele próprio dirigia uma coleção de divulgação científica que publicava textos sobre o negro brasileiro⁹. Conforme ressalta Olívia Maria Gomes da Cunha, “esse investimento foi principalmente realizado por uma Antropologia que,

⁹ Importantes livros sobre temas afro-brasileiros foram publicados pela Coleção Biblioteca de Divulgação Científica. Embora prestigiada e com grande divulgação em jornais e publicações afins, a coleção foi encerrada em 1940, devido a “pouca saída” de seus títulos e por não se pagar. Entre 1934 e 1940, a coleção dirigida por Ramos editara: *O negro brasileiro*, Arthur Ramos (1934); *O animismo fetichista dos negros baianos*, Nina Rodrigues (1934); *Questões de Antropologia brasileira*, Bastos de Ávila (1935); *O folclore negro no Brasil*, Arthur Ramos (1935); *Alimentação e raça*, de Josué de Castro (1935); *Hereditariedade e eugenia*, Octaviano Domingues (1936); *Religiões negras*, Édison Carneiro (1936); *Valor social da alimentação*, Ruy Coutinho (1937); *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, Gilberto Freyre e outros (1937, reunindo os trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife); *O português no Brasil*, Renato Mendonça (1937); *A escrita pré-histórica do Brasil*, Alfredo Brandão (1937); *As culturas negras do Novo Mundo*, Arthur Ramos (1937); *Xangôs do Nordeste*, Gonçalves Fernandes (1937); *Negros Bantus*, Édison Carneiro (1937); *Costumes africanos no Brasil*, Manuel Querino (1938); *Preparação ao método científico*, de Djacir Menezes (1938); *As coletividades anormais*, de Nina Rodrigues (1939); e *O negro no Brasil* (1940, reunindo os trabalhos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiros, realizado na Bahia em janeiro de 1937).

em via de institucionalização no país, ansiava por desfazer-se das abordagens racialistas que marcaram o nascimento de suas primeiras instituições científicas” (CUNHA, 1999, p.260).

Referências Bibliográficas

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Minha adorável lavadeira: uma etnografia mínima em torno do Edifício Tupi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 119, pp. 59-107, 1999.

_____. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Júlio Cláudio. História do nascimento dos estudos das culturas de origem africanas nas Américas (1930-1940). In XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA (Memória e Patrimônio), 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Anpuh/RJ, 2010.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça, relações raciais e culturas negras no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v.7, n.13, jan./jun. 2015, p.193-214.

Pós-abolição, trabalho e classe operária em Belo Horizonte (1895-1919)

Ricardo Fernandes Di Bernardi

Mestrando em Educação Tecnológica

CEFET/MG

ricardofb.br@gmail.com.br

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é investigar o processo e o contexto que levou à identificação de uma classe trabalhadora durante a construção de Belo Horizonte entre o final do século XIX e início do século XX. A pesquisa procurou compreender historicamente a casa *cafua* como um vestígio da sociedade escravista que adentrou esse momento de transformação no mundo do trabalho sintetizado pela transição do escravismo para o trabalho livre. A *cafua* surge no processo de formação das Minas Gerais do século XIX como tipo habitacional e unidade produtiva, sendo também utilizada como moradia pelos trabalhadores que participaram das obras para construção da *Nova Capital*. Tanto nos jornais operários impressos na cidade, quanto nas estruturas de Estado criadas para geri-la – plantas cartográficas, leis, decretos –, a *cafua* é o termo de origem banto utilizado para se referir ao tipo habitacional construído e habitado por operários. Através de uma compilação documental e da leitura crítica de algumas edições do jornal *O Operário*, investigamos o problema habitacional surgido junto com a cidade, os caminhos percorridos pelas organizações operárias para consolidarem suas demandas e, principalmente, suas divisões internas entre trabalhadores nacionais e imigrantes estrangeiros. O problema central é entender as transformações e as permanências históricas no mundo do trabalho, contribuindo para uma perspectiva crítica e histórica do capitalismo (e não da chamada modernidade) de acordo com o chamado “paradigma da transição” presente da História Social do Trabalho (transição – permanências e transformações – do escravismo para o trabalho livre assalariado; pós-abolição). Concluímos que a *cafua* foi incorporada nas medidas criadas pelo Estado para organizar a ocupação do território urbano; e foi resquício da sociedade escravista tido como elemento de identificação do trabalhador urbano, suas experiências cotidianas e elemento fundamental para a construção das primeiras organizações operárias em suas tentativas de diálogo com o Estado. Concluímos também que a *cafua* serve de distinção entre os redatores do jornal *O Operário* – a chamada aristocracia operária – e as lideranças trabalhistas; e a classe trabalhadora que se forma através do compartilhamento de experiências no cotidiano objetivo da cidade.

Palavras-chave: Trabalho, classe, questão habitacional.

Debate historiográfico

Segundo Cláudio Batalha (2000) o início do século XX é marcado pelo nascimento das primeiras organizações operárias do período republicano, processo que, gradualmente,

levaria estas organizações da sociedade civil a se tornarem mais combativas e sindicalizadas no formato moderno de associativismo. Essa fase de organização do movimento operário seria marcada pela “diversidade da origem dos trabalhadores e a especificidade das dinâmicas regionais” (2000, p. 21), elementos importantes quando se busca compreender o mundo do trabalho na sociedade brasileira.

Significa que comparações diretas com o cenário europeu, ou mesmo ao que acontecia em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, não são suficientes se mergulharmos na complexidade de elementos arraigados no século XIX, cada um em sua localidade, o que nos leva direto ao passado escravista no fazer-se da classe trabalhadora em seu processo de constituição histórica. Portanto seria imprescindível recorrer às análises locais procurando, além da questão ligada ao mutualismo (existente desde a segunda metade do século XIX) – ou se eram reformistas ou revolucionárias –, o fator trabalho que de uma forma geral leva à formação da classe trabalhadora na transição da sociedade escravista para a republicana. Seria essa uma das contribuições ao debate trazido por Batalha (2000) sobre a classe trabalhadora. De outro modo a de indicar que o fazer-se da classe trabalhadora é fenômeno histórico ligado às especificidades locais ligadas a dinâmica mundial.

A questão levantada por Batalha (2000) serviu de maneira recorrente na historiografia das classes trabalhadoras no Brasil dos primeiros anos da República (1889 a 1930) para evidenciar a presença e a importância do imigrante europeu e conseqüentemente das tendências mutualistas, anarquistas e de ajuda mútua que orientavam suas organizações. Estes elementos são utilizados como síntese dos fatores mais marcantes nas organizações operárias a partir dos anos finais do século XIX indo em direção a consolidação do regime republicano e, por isso mesmo, da sociedade civil. A tendência traz à tona todo um complexo panorama histórico do período, mas acaba privilegiando determinados personagens e estruturas de organização baseados em uma forte perspectiva eurocêntrica. Em suma direciona a leitura sobre a classe trabalhadora apenas quando esta pode ser mensurada ou pelas políticas de Estado ou pelas organizações institucionais do movimento operário.

Foot Hardman e Victor Leonardi (1982) defendem que a formação da classe no Brasil teria sido dificultada pelo passado escravista, isto é, como se o trabalhador do século XIX não estivesse na condição para se constituir historicamente como sujeito; não fosse capaz de traçar estratégias para se situar naquela sociedade, quanto mais a partir de resistências coletivas e individuais, e experiências inerentes à dicotomia do lento desenrolar da transição para o regime de trabalho livre. Apesar da enorme contribuição histórica, termina por negligenciar

estruturas que garantiam a reprodução do trabalho que, inseridas no cotidiano das populações, iam além de uma identidade definida apenas quando da formação das organizações operárias em diálogo com o Estado. As identidades cotidianas diluídas no mundo do trabalho estariam no processo de habitar o território através da habitação. Em outras palavras, as favelas que marcaram o alvorecer de cidades como Belo Horizonte no início do século XX; e as *cafua*s como tipo habitacional da população trabalhadora do século XIX. Seriam estes elementos suficientes para entender o fazer-se enquanto classe, inclusive, os contornos das organizações operárias em sintonia com o conjunto da população trabalhadora, levando em consideração as distinções entre trabalhadores qualificados e trabalhadores não qualificados que também irão afetar a cultura da classe trabalhadora (BATALHA, 2000).

A *cafua* como elemento que transita entre estes dois períodos separados pela historiografia do trabalho na sociedade brasileira exige ser vista tanto pelo olhar dos estudos sobre a escravidão do século XIX, quanto por aqueles preocupados em entender a classe trabalhadora e suas organizações a partir dos marcos republicanos. Isto é, tanto pelos estudos sobre pós-abolição¹, quanto pelo entendimento das transformações capitalistas na sociedade brasileira a partir da transição para o trabalho livre. É nesse sentido que Álvaro Pereira Nascimento (2016) afirma ser necessário dialogar “com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário” (NASCIMENTO, 2016, p. 609). Como dissemos trata-se de uma distinção dentro do que se entende como mundos do trabalho entre estudos sobre o período pós-abolição e outros concentrados em temas sobre o trabalho livre na República.

Silva Hunold Lara (1998) reflete sobre o problema de localizar os protagonistas do movimento operário somente na experiência trazida com os trabalhadores imigrantes e, quando muito, a partir do regime de trabalho livre do período republicano.

A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contem, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo (LARA, 1998, p. 26).

¹ O debate sobre pós-abolição foi influenciado pela discussão conceitual trazida por Stuart Hall (2003). Não pretendemos nos dedicar ao tema, apenas indicar o escopo de análise. Sua amplitude abarca nossa discussão acerca da transição da sociedade escravista para a do trabalho livre no contexto republicano, movimento realizado a partir da compreensão social do trabalho.

Particularmente no campo da história social do trabalho, as últimas décadas do século XIX constituem o marco cronológico que separa as pesquisas voltadas para o período escravista daquelas sobre o trabalho livre. O que impera é uma teoria da substituição sumária do trabalhador escravizado pelo livre, como se não houvessem tido contatos e trocas de experiências no âmbito cotidiano, lembrando que o primeiro sequer pode ser colocado sob a condição de agente histórico dado seu próprio papel na sociedade. Grandes obras ainda nos servem de referência corroborando com essa visão, como Caio Prado Jr. (1961) e Florestan Fernandes (1978), embora lidem com o mundo do trabalho entre o século XIX e o século XX não propriamente por meio de metodologias historiográficas.

Por fim, a questão central é que a proposta de Silva Lara (1998) nos leva a buscar uma leitura das continuidades e das transformações na passagem do século XIX para o século XX, começando pelo sentido que a liberdade adquiria para os trabalhadores sujeitos as estruturas da sociedade escravista. Buscar os sentidos do trabalho e o fazer-se enquanto classe ao longo de um processo e não somente a partir de um marco histórico político fundado pretensamente pelos discursos hegemônicos.

Para o trabalhador nas Minas Gerais do século XIX ser livre significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, de poder constituir seu roçado ou simplesmente manter laços familiares e de compadrio. Portanto a *cafua* e a terra adquirem dimensão econômica e social, associando-se à dinâmica produtiva na menor escala do sistema de organização social agregadora do trabalho e elemento fundamental para o fazer-se enquanto classe e , inclusive, as divisões internas nas organizações operárias que irão marcar o movimento operário no início do século XX.

A *cafua* nas Minas Gerais do século XIX

No século XIX encontramos a primeira aparição do termo *cafua* nos chamados *vissungos*, que eram músicas ou cantos entoados por populações demograficamente dispersas na região de Minas Gerais durante e depois do ápice das extrações auríferas. Reminiscências da tradição oral revelam que a *cafua* é a casa, habitação e, principalmente, elemento de identificação dos que trabalhavam e compartilhavam cotidianos na sociedade sertaneja.

A compilação dos *vissungos* foi realizada na década de 1930 por Aires da Mata Machado Filho (1985). Segundo o autor esses cantos ou músicas populares retratavam o cotidiano de trabalho diário, narrando situações corriqueiras, elementos culturais e de

alimentação marcantes entre as populações (tanto livres quanto escravizadas) das Minas Gerais do século XIX. Em um destes cantos escritos no tronco linguístico banto, temos “Ucumbi oenda, ondoró onjó. Ucumbi oenda ondoró onjó” (MACHADO FILHO, 1985, p. 80-85).

Ao estudar esses cantos Amanda Lopez (2015) propôs um glossário para fazer a correlação do significado de alguns termos com a língua portuguesa. O fundamento do trecho acima, mais especificamente o *vissungo* de número 33, corresponde na língua portuguesa à seguinte tradução: “O sol está entrando, vamo-nos embora para o rancho. O sol entrou, vamos para o rancho. Eu vou entrar é para a minha faisqueira” (LOPEZ, 2015, p. 139).

O trecho pesquisado por Machado Filho (1985) narra o fim de um dia de trabalho quando os trabalhadores partiam para suas *cafua*s ou adentravam alguma faisqueira em busca de ouro. A palavra *onjó* significa casa ou *cafua*, rancho. (MACHADO FILHO, 1964: 123). Ou seja, a *cafua* é antes de tudo um tipo habitacional ou uma forma tradicional de habitar e construir a casa e modificar o espaço; a *cafua* está imersa nas características da sociedade escravista nas Minas Gerais do século XIX.

A *cafua* é, portanto, um tipo de casa construída e habitada por trabalhadores durante o século XIX em Minas Gerais. Presente nos cantos e músicas cotidianas das populações do oeste de Minas Gerais há uma correlação entre o termo *cafua* com o que Robert Slenes (2011) chamou de *fogo*. O objetivo central de Slenes (2011) é entender aspectos culturais das populações que afluíram para Minas Gerais no percurso da decadência da economia do ouro. No quarto e último capítulo, *Lares e linhagens: a flor na senzala*, Slenes aborda a discussão acerca do fogo doméstico que os escravos mantinham permanentemente aceso dentro de suas choças.

No Brasil, o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas “moradias”, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também lhes servia como arma na formação de uma identidade compartilhada. (SLENES, 2011, p. 256).

Temos que o *fogo* não era somente o fogo da queima da madeira. Era esse o símbolo quando dentro da casa ou da *cafua* o escravizado acendia a lenha. *Cafua* e *fogo* se complementam na dimensão maior da moradia das populações escravizadas e livres do oeste de Minas Gerais. A existência da casa e da família organizada por seres humanos escravizados abrange as mudanças em maior escala observadas em toda a sociedade do século XIX, o que amplia a dimensão do objeto do ponto de vista do trabalho. Mostram a

complexidade das relações entre trabalho, propriedade, moradia e condição escravizada nessa porção do território, o que no percurso da sociedade brasileira irá se transformar na “questão habitacional da classe trabalhadora”. Mas vamos por partes.

O grifo de Slenes (2011) ao utilizar “moradia” como sinônimo de *fogo* deve-se a tendência do significado reduzir a condição escrava. Além dessa impressão semântica, *cafua* e *fogo* mostram que a escravidão ia além da exploração do trabalho cativo de forma intensiva, sendo componente de toda uma sociedade em que existe a possibilidade do escravizado constituir família ou concluir a construção de uma casa em território vasto marcado pela relativa facilidade da posse de terra. Mostra também que o escravizado era capaz de se relacionar com outros trabalhadores (escravizados, libertos e livres) – inclusive por meio de relações identitárias e de compadrio –; e elaborasse estratégias de fuga em direção a um território de fronteira marcado pela ampla disponibilidade de terras. A possibilidade de habitar o território de forma relativamente dispersa ou próxima da casa do senhor e com relativa liberdade; constituir famílias entorno da habitação; enfim, tudo isso compreende os vários sentidos da liberdade para as populações trabalhadoras do século XIX.

O *fogo* (e a *cafua*) abrange o perfil de domicílios e unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais oitocentista (RODARTE, 2008). O *fogo* era o termo utilizado nos registros censitários (diferente da *cafua*, presente nos resquícios do cotidiano, na tradição oral e nas formas indenitárias dos trabalhadores) no século XIX para designar a unidade domiciliar. Tinha função reprodutiva e de unidade de reprodução em um contexto pré-industrial². As formas dos *fogos* também revelam o perfil escravizado e camponês, de trabalhadores autônomos e assalariados. Portanto há uma relação direta quando o *fogo* é tratado no sentido habitacional, de unidade produtiva e a *cafua*, tipo habitacional vinculado diretamente ao trabalho não necessariamente cativo e seus sentidos de liberdade e identidade.

Sobre o cotidiano da mineração e das populações que a circundavam no século XIX, Rafael Freitas de Souza (2009) indica que a “habitação dos mineiros eram as denominadas *cafua*s: casas de apenas um cômodo, feitas de pau-a-pique e cobertas com palha. Interiormente, constituída de quase nenhum mobiliário, um fogão à lenha e, quiçá, tamborete, moringa, esteira de palha e outras quinquilharias” (2009, p. 247).

² Segundo Roberto Martins, o caso de Minas Gerais tem explicação na “hipótese de Wakefield”. Não havia em Minas uma oferta regular e voluntária de trabalho porque grande parte das terras não havia sido apropriada, ou seja, havia terras livres, disponíveis para a ocupação. Como lembra o autor, não havia se completado o processo de acumulação primitiva observado por Marx (DE PAULA, 2018, p. 92). Ou seja, a *cafua* surge no contexto do século XIX como parte de uma dinâmica fundiária e uma sociedade em que a condição escravizada não impedia uma série de mecanismos estratégicos de inserção e participação social dos cativos.

Rafael de Souza (2009) constrói uma perspectiva dialética que completa o mundo do trabalho a partir das relações de produção e das de reprodução do trabalho, nesse último caso inserida no cotidiano. Nesse sentido podemos dizer que o cotidiano narrado nos *vissungos* (MACHADO FILHO, 1985) e a partir de trabalhos que se debruçam sobre as condições habitacionais no século XIX em Minas Gerais, *cafua* e *fogo* originam-se com sentidos e funções semelhantes, embora presente em situações díspares que se complementam: uma como elemento cultural notado em cantos e músicas; o outro como identificação censitária e elemento de identificação a partir do típico fogo aceso dentro das *cafua*s.

A construção de Belo Horizonte

Belo Horizonte foi construída no local onde antes existia uma pequena localidade rural, o arraial do Crural Del Rei. Ao chegarem até o local os engenheiros da Comissão Construtora da Nova Capital imediatamente passaram a sondar toda a extensão da área, registrando os moradores e o perfil das casas que seriam demolidas por não serem adequadas aos parâmetros da futura cidade moderna. Parte das observações do pessoal que chegou junto com as obras ficaram registradas nas cadernetas dos engenheiros, informações que serviriam mais tarde para elaborar a primeira planta da localidade em 1895³.

Em uma das cadernetas de campo dos engenheiros à serviço da Comissão Construtora da Nova Capital, lemos:

Como procurador de Antonio R. Goulart declaro estar exacta esta planta[...], edificado pelo dito Goulart em terreno devoluto, sítio à rua da Boa Vista, nesta localidade, que por escritura pública de hoje, vendi ao Estado de Minas Gerais, pela quantia de trezentos mil reis, recebida pela tesouraria da [CCNC]. Belo Horizonte, 23 de Julho de 1894. Pedro do Rosario⁴.

Primeiro nota-se se tratar de uma casa construída em *terreno devoluto*, isto é, terras ocupadas durante todo o século XIX na dinâmica da disponibilidade de terras nas regiões de fronteira. Terras no século XIX disponíveis como que pela simples posse dada a imensa disponibilidade e que no regime de proprietário privada regulada por instrumentos jurídicos de Estado se transforma em devoluta.

Ao contrário das casas maiores tidas como “propriedade particular”, a *cafua* aparece como tipo de habitação que sequer convinha ter sua disposição interna e limites da

³ Planta topográfica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas, 1895 (APCBH).

⁴ Casa de Antônio Rodrigues Goulart construída em Terras Devolutas. Comissão Construtora da Nova Capital. Belo Horizonte, 1894. Bico de pena e aquarela sobre papel (MHAB).

propriedade descritos pelo engenheiro (DOS SANTOS; FIALHO, 2016). A peculiaridade do documento está exatamente nessas informações que ele oculta. Afinal, com as desapropriações das casas do arraial, as *cafua*s desapareceriam ao contrário das casas de padrão mais nobre tido como aceitável para serem ocupadas pelos engenheiros e funcionários que viriam trabalhar nas obras iniciais. A questão é o uso do termo *cafua* pelos primeiros representantes das obras para a construção da cidade, uso que também se nota em decretos e leis direcionados a intervir no problema habitacional da classe trabalhadora, além das organizações operárias criadas na cidade.

A questão habitacional da *cafua* também era posta entre as pautas apresentadas pelo jornal *O Operário*, órgão de imprensa do Centro Operário e da Liga Operária em que um dos integrantes era Donato Donati. Cinco após o início das obras a primeira organização operária identificava os trabalhadores partir da *cafua*.

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das *cafua*s do Corrego do Leitão. Louvaremos o acto do dr. Prefeito se as *cafua*s fossem condemnadas deffinitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de *cafua*s não comprehendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operarios com grandes danos de seus interesses. *Cafuas* por *cafua*s podia deixar as que já estavam (O OPERARIO, 2 de setembro de 1900, p. 4).

A partir deste momento a questão política e habitacional da *cafua* conquista espaço entre os trabalhadores enquanto elemento de identificação de classe. Deixa-se de lado o discurso oficial que a enxergava como problema de cunho técnico e sanitário, colocando em seu lugar o tom de seu sentido político. Donato Donati será a principal voz no diálogo com a prefeitura da cidade.

O papel do governo limitou-se a impor prazos de adequação por meio de leis e decretos (1358, de 6 de fevereiro de 1900 e 1357, 2 de março de 1900). Coube aos próprios operários a construção e manutenção de suas casas, mesmo que em situação completamente alheia a regularização implementada com a cidade sobre a propriedade privada e a propriedade fundiária do espaço onde a casa era levantada. Mesmo com intervenção direta do Estado, a *cafua* não deixava de existir.

Passados oito anos desde a criação do Centro Operário, Donato Donati, o principal redator do jornal, assume a chefia da Delegação Mineira no Congresso Operário de 1912 organizado na cidade do Rio de Janeiro. Naquele momento Donati era presidente do Centro Operário e da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Com os resultados obtidos

no Congresso é encaminhada à Câmara dos Deputados, em 1919, uma representação através de Donato Donati sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista.

Após apresentar o cenário em que se encontrava a cidade de Belo Horizonte e toda Minas Gerais, nunca perdendo a referência com a cidade de Belo Horizonte, a representação apresentada aos deputados inicia-se em tom didático. Distinguindo as condições mínimas de vida das duras privações do operariado da capital, Donato Donati expõe uma realidade em que os trabalhadores vivem “como nos tempos idos”, isto é, como nos tempos do escravismo.

O segundo ponto é dedicado a comparação entre as classes operárias no Brasil e as da Europa, destacando que a primeira encontra-se em uma situação inferior; uma condição de atraso cuja superação pode ocorrer com forte participação da imprensa e das organizações operárias. Continua no mesmo tom, enfatizando as péssimas condições de vida dos brasileiros em relação ao proletariado europeu, expondo as complexidades internas da classe.

2º Aqui no Brasil, apesar de dizer-se que as condições do proletariado são diversas e muito melhores das que são feitas ao proletariado europeu, é um facto innegavel que, sobretudo hoje, as classes trabalhadoras estão em situação sob todos os pontos de vista inferior à dos seus congêneres da maior parte dos países europeus [grifo do autor].

O que tem alimentado a ilusão dos que, de boa fé, acreditam na superioridade das condições economicas dos trabalhadores no Brasil é o phenomeno da imigração e é tambem o facto de algumas centenas de proletarios serem [...] remediados e alguns até ricos. Ora a [...] esses poucos apontamentos não melhoram a sua condição de proletarios, mas só conseguiram elevar-se deixando de ser proletarios [os casos pontuados] e formando-se, como os outros burguezes, exploradores dos seus ex-companheiros ou do publico em geral [grifo do autor] (O OPERARIO, 1919, p. 4).

As diferenças foram exploradas pela própria Comissão Construtora como critério de classificação, principalmente no que tange a matricula dos operários moradores das *cafua*s. Na observação de Donato Donati vemos que alguns destes trabalhadores conquistaram certo nível de prosperidade. Sabe-se que alguns se transformaram em empreiteiros ou até comerciantes, sendo tipificados como “exploradores dos seus ex-companheiros ou do público em geral”.

Pelas leis e decretos no âmbito do Estado e a partir da ótica das organizações operárias acerca das condições de vida classe trabalhadora, a sociedade brasileira estava em condições que não se aproximavam sequer das do operariado europeu. Em outras palavras a transformação alardeada pelos ares republicanos não lograra introduzir uma nova ordem preocupada com a inserção efetiva dos trabalhadores. A distinção permanece nas condições objetivas e não necessariamente no ambiente de trabalho explorado pelo capital, nesse caso

específico pelo Estado capitalista. Nesse percurso forma-se a classe trabalhadora em seu formato institucional que através das reminiscências de uma sociedade passada se distingue internamente entre suas lideranças e aqueles que habitavam as *cafuas* compartilhando condições em comum no território urbano.

A questão habitacional da classe trabalhadora (ENGELS, 2015) nasce na cidade de Belo Horizonte ao mesmo tempo conjugando vários fatores: o compartilhamento de uma cultura política no mundo do trabalho entre aqueles que – dada as condições objetivas, habitavam as *cafuas* (tanto escravizados, libertos; quanto trabalhadores livres em geral trazidos com a cidade); os mecanismos de Estado que remanejavam essa parcela da população pelo território com vistas a efetivar a política hegemônica de construção do espaço urbano; e as organizações operárias que em seu interior se distanciaram das condições objetivas em que a classe trabalhadora tomava forma, configurando-se assim como verdadeiras aristocracias do trabalho (HOBSBAWN. 1998). A *cafuas* é a classe referenciada a um conteúdo histórico real, ligado diretamente à experiência concreta de seus membros, ao ‘modo de vida’ de suas relações sociais criadas nesse processo (THOMPSON, 1987).

Fontes

Casa de Antônio Rodrigues Goulart construída em Terras Devolutas. Comissão Construtora da Nova Capital. Belo Horizonte, 1894. Bico de pena e aquarela sobre papel (MHAB).

Planta topográfica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas, 1895 (APCBH).

O OPERARIO, órgão do Centro Operário, Belo Horizonte, 2 de setembro de 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERARIO, órgão do Centro Operário, Belo Horizonte, 1919. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

Decreto 1358, de 6 de fevereiro de 1900. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Decreto 1357, de 2 de março de 1900. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na primeira república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DE PAULA, Juliano Tiago Viana. **A Manutenção da escravidão: Desigualdade socioeconômica, compadrio e hierarquia social no Sul de Minas Gerais – Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888.** 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

DOS SANTOS, Roberto; FIALHO, Thiago A. Cadernetas de Campo da Comissão Construtora da Nova Capital. Horizontes de estudo. In: 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA. **Anais...**, Porto, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv.; RESENDE, Adelaine La Guardia. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** 1ª reimp. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.** São Paulo: Global, 1982.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARA, Silva Hunold Lara. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

LOPEZ, Amanda. **As palavras cantadas do Serro-Frio.** In: FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia. **Vissungos: cantos afrodescendentes em Minas Gerais.** 3. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Viva Voz, 2015.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1985.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.** **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro-dezembro 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODARTE, Mário M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2011.

SOUZA, Rafael de F. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais.** A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** V. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ST 15
Rupturas e continuidades da
Época Moderna (XV-XIX)

“A mais feliz das repúblicas”: reflexões sobre a disciplinarização dos corpos na Utopia de Thomas Morus¹

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

analuisamurta@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre os elementos de disciplinarização dos corpos presentes na Utopia, obra literária publicada por Thomas Morus em 1516. Assim, partindo da noção de que a narrativa utópica carrega consigo o empreendimento de apresentar imaginativamente uma nova e melhorada forma de elaboração social – tendo sempre a sociedade real como referente – e utilizando-a como fonte histórica, tomaremos por empréstimo o conceito foucaultiano de Poder Disciplinar, com vistas a investigar de que modos se pode observar alguma centralidade do corpo, entendendo-o aqui como objeto interpelado por normas diversas, sob o desígnio de possibilitar a efetivação de certos projetos de civilidade e a consolidação de novos modos de comportamento social e cultural desde, pelo menos, o século XVI. Em um “não lugar” imaginário, que, no entanto, torna-se real na Utopia, Thomas Morus imprimiu marcas de seus valores, suas ânsias e necessidades. Elementos que, apesar do grau de subjetividade, carregam consigo as expressões de um tempo e de um lugar, ao passo que também os transforma, propiciando a conformação de novos padrões de organização social, dotados de mudanças, de consolidações, permanências e rupturas. Se encontramos nessa sociedade, representada e projetada no século XVI, aspectos marcantes da produção de indivíduos submissos, dóceis, politicamente impotentes, porém dotados de utilidade para a composição do todo social, podemos repensar o papel do indivíduo, as formas (controladas) de liberdade que lhe são concedidas e, quiçá, interrogar-nos se a vida coletiva e os projetos sociais, em geral, se pautam necessariamente pela supressão dos indivíduos. Por fim, tendo em mente o contexto de produção da obra, serão caras para a reflexão aqui proposta, discussões concernentes à transição para a era Moderna, ao humanismo, à modernidade e também às formas pré-capitalistas de organização do trabalho e das sociedades.

Palavras-chave: Utopia, imaginário, representações.

O gênero

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o corpus literário em que se insere o objeto aqui tratado. A *Utopia* de Thomas More é entendida como o marco fundador do chamado gênero utópico. No entanto, tal como ocorre com boa parte dos conceitos e categorizações, não existe necessariamente um consenso a respeito dos elementos definidores de tal gênero literário. O debate se estende, nesse sentido, desde 1950, quando Raymond Ruyer distingue

¹ Ao longo do texto, o nome do autor será citado como internacionalmente conhecido, isto é, Thomas More.

pela primeira vez *gênero utópico de modo utópico*. Ainda assim, entre incertezas, alguns pontos centrais podem ser sistematizados das obras de importantes debatedores do tema. Antes de mais nada, cabe dizer de dita distinção entre gênero e modo. Sobre isso, Gregory Claeys e Lyman Sargent (1999) classificam o utopismo (modo) como “sonho social”, presente ao longo da história humana por meio de *representações* como milenarismo, mitologias da Idade de Ouro, arcádias e mesmo seu modo ideológico, correntemente associado ao socialismo.

Jean-Michel Racault (2009), por sua vez, afirma que a utopia (gênero) é o utopismo (modo) codificado em literatura. Ambos, em seu entendimento, partem de uma necessidade de modificação e de ruptura com o real, porém, com uma diferença central que se revela no “lugar” onde essa mudança se projeta. O utopismo delegaria, portanto, ao futuro a realização de um mundo melhorado, ao passo que, na utopia, o espaço de mudança existiria como possibilidade no presente, mas em lugar distinto e, geralmente, distante daquele no qual vive o autor. Gregory Claeys (2013), em consonância com as ideias já apresentadas sobre as utopias tratarem de projeções imaginárias de sociedades em geral melhoradas e mais felizes, acrescenta ainda um elemento de interesse: a verossimilhança e a plausibilidade de realização. Esse ponto, corroborado por importantes pesquisadores do tema, como Raymond Trousson e André Prévost, está fortemente associado ao aspecto de crítica social das utopias, pois, apenas em um mundo outro que mantenha conexões com o mundo real, semelhanças e diferenças, comparações e analogias, podem ser denotadas.

Ana Claudia Ribeiro (2010), a partir de uma ampla revisão teórica sobre o gênero utópico, afirma que “a maleabilidade formal é característica do gênero utópico, o que não impede que ele seja reconhecível literariamente por meio da presença de constantes, em sua forma e conteúdo [...]”, ainda que esteja, como todos os outros gêneros literários, sujeita “[...] às mudanças históricas e às influências ideológicas, culturais, políticas e estilísticas de cada época” (p. 85). A autora também delimita algumas temáticas constantes à maioria dessas obras, que podem auxiliar, portanto, em sua definição. Dentre elas, destacamos algumas, que nos serão caras: o *insularismo*, como condição geográfica – que permite o acesso, ainda que difícil e acidental, a realidades outras, que não a europeia – e também como condição metafórica – representando o isolamento que permite que tal sociedade seja idealisticamente construída, longe dos vícios das sociedades conhecidas. Os Estados utópicos são também conformados por *leis justas*, estabelecendo a *harmonia* e inibição dos problemas de ordem social comuns às sociedades que produziram tais narrativas. A *uniformidade social* e o *coletivismo* são características

marcantes nessas obras. Por fim, uma “*pedagogia eficaz*” também se faz necessária para que esses indivíduos imaginários acatem às normas e conformem uma coletividade coesa e funcional.

Representações de mundos imaginados

O conceito de *representações*, hoje amplamente difundido na historiografia, advém de um movimento incitado pelo desafio colocado aos historiadores em um contexto de crise dos paradigmas dominantes. Assim, o retorno à noção de “representações coletivas”, pautado inicialmente por Marcel Mauss e Emile Durkheim, se dá, entre outras questões, no sentido de substituir a concepção anterior de mentalidades, cujas falhas vinham sendo fortemente apontadas. Rompendo, então, com perspectivas totalizantes, também pautadas pela longa duração e pela reificação da polaridade entre objetivo e subjetivo, dá-se um movimento historiográfico que visa considerar que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo” (CHARTIER, 2002, p. 66) Em linhas gerais, podemos apreender as *representações* em um duplo processo de “tornar presente uma *ausência*, mas também exibir sua própria *presença* enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que olha.” (CHARTIER, 2002, p. 165). É importante ressaltar também que as *representações* só podem existir a partir da referência ao real, como forma de atribuir-lhe sentido.

As narrativas utópicas devem ser entendidas, então, como *representações*, projetadas e ficcionais, que se baseiam na realidade para tornar presentes novos e outros mundos. Segundo Wilhelm Vosskamp, as utopias seriam mais conectadas à realidade do que outros textos literários. A essa afirmação, podemos questionar, partindo do já mencionado pressuposto que relaciona todas as formas de *representação* – literárias ou não – à realidade. No entanto, seu argumento é sólido quando descreve alguns procedimentos característicos desse gênero:

As capacidades organizacionais do gênero literário utópico, que lhe permitem ser distinto de outros gêneros literários, consistem em uma específica mobilização textual de imagens de uma realidade descrita satiricamente e no desenho de imagens conceitualmente contrafactuais e opositivas. Utopias literárias são simultaneamente narrativas e imagéticas. O desenho das imagens como espaços insulares ou como projeções em um tempo futuro se vincula criticamente, implicitamente ou explicitamente, à situação social da época em que são produzidas. Este ‘processo de comparação crítica’ é o modo de comunicação específico das utopias literárias. (VOSSKAMP, 2009, P.437)

Assim, o processo relacional entre as utopias e o mundo concreto que as possibilitou, se daria por uma forte negação – no momento de elaboração da *representação* –, que seria um dos princípios pelos quais podemos tentar postular o que há de real no fictício dessas obras. Tomaremos, portanto, as utopias como “substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários [...]” (CAMILOTTI & NAXARA, 2009, p. 28).

As utopias, como *representações* produzidas por agentes inseridos no seio de seu tempo, não podem se dissociar, como já pudemos observar nos trechos supracitados, da noção de *imaginário*. Muitos autores, de variados campos das ciências humanas, assumiram o desafio de definir o *imaginário*: Bronislaw Baczko, Cornélius Castoriadis, Gilbert Durand, Michel Maffesoli, Gaston Bachelard, entre outros, são exemplos de nomes constantemente recorridos pela historiografia no sentido de delinear as margens de compreensão desse conceito. Alguns, como Baczko (1985, 1999), não chegam a uma definição propriamente dita, fazendo mais uma análise histórica do uso do termo, demonstrando também algumas implicações reais produzidas por um corpo simbólico de imagens, ideias, mitos, etc. Maffesoli chega a dizer que “A tentação do conceito, do rigor cartesiano, levou vários intelectuais a noções rígidas de imaginário, quando a sua força consiste no oposto, na maleabilidade, numa certa imprecisão.” (2001, p. 79). Ainda assim, respeitando os limites da imprecisão, há que se dizer que um ponto de concordância entre tantos estudiosos seja o aspecto não mais “quimérico, fantasioso” do *imaginário* – que passou a ser entendido, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como dispositivo simbólico, produto de experiências e representações reais (passadas ou presentes); mas, também, como elemento produtor de novas experiências. O *imaginário* é criado pelo real, e também o cria, em uma incessante via de mão dupla. Para Sandra Pesavento

O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre seus sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam. (2006, p. 50)

Assim, as utopias carregam em si signos do *imaginário*, alimentando-o e sendo alimentadas por tal. Hilário Franco Jr., em *Cocanha, a história de um país imaginário*, nos fornece uma possibilidade interessante de entender o conceito. O autor afirma não haver fronteiras entre sociedades imaginárias e aquelas concretas, mas sim “uma larga faixa de domínio comum, que deve representar para o historiador o ponto de observação tanto de uma

quanto de outra.”(1998) Assim, seria preciso pensar em uma “história social do imaginário”, que buscaria refletir sobre os elementos da realidade concreta, objetiva, que atuam na produção imaginária, buscando esclarecer “essas articulações entre o mundo objetivo e subjetivo, externo e interno, material e psicológico, sempre no âmbito de uma coletividade”.(1998, p. 17) Esse *imaginário* seria constituído por um arcabouço de *imagens verbais e visuais* que seriam partilhadas socialmente, numa combinação entre algo que é produzido lentamente, na longa duração (talvez aquilo que já foi conhecido como mentalidade) e os elementos culturais, elaborados de forma mais acelerada. Franco Jr. ainda afirma que a “verdadeira história” seria aquela que levasse em conta a complexidade humana, conciliando uma realidade vivida externamente, materialmente, com aquela experimentada oniricamente.

Wolfgang Iser, teórico alemão da Literatura Comparada, nos diz de um suposto “saber tácito” que se pauta pelo entendimento da realidade e da ficção como opostos. Sua proposta é, então, abolir esse sistema polarizador de compreensão das obras ficcionais, substituindo-o por um esquema tríptico – entre real, fictício e imaginário –, uma vez que

o texto ficcional contém elementos do real, sem que se esgote na descrição deste real. [...]. Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. (1996 p. 958-959)

Se Bronislaw Baczko nos diz de certas “perspectivas cientistas realistas” que “por detrás dos imaginários, procuravam os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações, etc.” (1985, P.297). O que buscamos aqui são justamente as máscaras, roupagens, sonhos e representações presentes nos campos simbólicos que atuaram no exercício de criação literária dessas sociedades utópicas. Afinal, os autores, como homens de seu tempo, operam unicamente com os referenciais disponíveis em seu contexto para criar seus próprios reais.

Uma utopia em seu tempo

A *Utopia*, obra que projetou Thomas More na literatura mundial, foi publicada originalmente em latim, na cidade de Louvain, na atual Bélgica, em 1516. O contexto era efervescente. A prensa havia sido introduzida na Inglaterra quatro décadas antes, por William Caxton, permitindo ali uma maior circulação dos textos produzidos na Europa continental e,

claro, o avanço de uma renovada produção literária na ilha. O humanismo inglês florescia desde o século anterior, também estimulado pelo avanço dessa nova tecnologia. O ano de 1492 abre espaço para um novo grande marco. Nas palavras de Tzvetan Todorov, com a chegada de Cristóvão Colombo à América, “os homens descobriram a totalidade de que faziam parte. Até então, formavam uma parte sem todo.” (2003, p. 12). Era um tempo de expansão. Expansão espacial, que escancarou as margens do mundo. Expansão temporal, num retorno aos clássicos que produzia uma renovada organização do saber. Expansão, também, no campo das perspectivas referenciais, que impulsionou a imaginação e o arcabouço simbólico. Um caldeirão de possibilidades imaginárias se desenhava naquele momento. E é assim, sob a égide de tantos referenciais, que a obra prima de More se torna possível.

Como dito, o contexto de produção da Utopia é marcado pelo humanismo renascentista, tendo sido o próprio Thomas More, um de seus expoentes. A esse respeito, é importante destacar que o humanismo não se manifestou, por todo o continente europeu, de uma única forma. Os humanismos – no plural – foram vários, atuando de formas diferentes de um local para o outro, e, também, de um momento para o outro. O historiador israelense Hanan Yoran (2010) insere Thomas More no que denomina República das Letras Erasmiana, um grupo humanista centrado na persona de Erasmo de Roterdã, que, segundo o autor, detinha considerável autonomia intelectual e cultural, dentre outras diferenças guardadas em relação a outros círculos intelectuais. Além disso, de acordo com Yoran

O humanismo erasmiano [...] ofereceu um programa compreensível de *reforma* religiosa, intelectual e cultural, em escopo universal. Seus adeptos buscaram *reformular* todos os aspectos da sociedade europeia, dos modos das crianças à teologia, dirigindo-se a toda a cristandade. (YORAN, 2010, p. 1, Tradução minha, Grifos meus).

O autor destaca o caráter profundamente reformista dessa República Erasmiana, que, de maneira bastante própria, não se contaminava tanto pelos interesses e “ideologias” das camadas dominantes, pautando-se por uma “real” intelectualidade e moralidade. Assim, os escritos de More, sujeito que foi funcionário da Coroa Inglesa, não compactuam – pelo menos em grande medida – com o *establishment*. Não à toa, o utopista é decapitado, em 1535, por não aceitar o divórcio de Henrique VIII – rei a quem serviu como Chanceler – e Catarina de Aragão.

Apesar de certas discrepâncias, apontadas por Yoran e outros autores, a República das Letras Erasmiana compartilhava de diversos preceitos gerais que pautavam os humanismos. Salientamos aqui a retomada à antiguidade clássica, especialmente da retórica e da filosofia.

A recuperação dos clássicos exerceu forte influência nas narrativas utópicas, tendo em vista, por exemplo, as diversas referências a obras platônicas, em especial a *República* e outros expoentes como Luciano de Samósata, com suas viagens extraordinárias (LESTINGRANT, 2006). A reflexão, formulação e descrição de sociedades e das formas de governo contidas em alguns textos clássicos é essencial para a conformação do gênero, tendo em vista seu aspecto de representação de sociedades outras que possuem certo sentido em si mesmas, afinal

[...] uma utopia é, pelo menos idealmente, uma reconstrução antropológica total, comportando instituições, uma estrutura social, uma economia, uma religião, uma língua, etc., sendo cada elemento correlacionado a todos os outros. (RACAULT, 2009, p. 31)

Sobre esse contexto, Eugenio Garin, em *O Homem Renascentista*, nos diz de uma preocupação desses sujeitos humanistas/renascentistas com “os homens, com o seu mundo, com a sua atividade no mundo.” (1991, p. 9). Uma nova atitude do homem, que permite a reformulação de seu papel social e político, promovendo, dentre outras questões, amplas reflexões sobre as autoridades e as formas de exercício do poder. Em suma, um processo de recrudescimento de uma intelectualidade nova, de um entendimento diferenciado dos sujeitos em suas relações com o mundo. Esse novo homem, agora agente ativo de seu próprio destino na Terra, tem, enfim, os elementos necessários para construir, segundo seus próprios padrões de racionalidade, novas sociedades, mesmo que literárias, mesmo que imaginárias, onde diversos problemas sociais e políticos da realidade objetiva podem ser evitados.

Ainda que alguns autores – pautados por um olhar que focaliza o regresso aos clássicos – não considerem como de fato relevantes para o surgimento do gênero utópico as grandes incursões marítimas que levaram à chegada às Américas (1492), ou à transposição do Cabo da Boa Esperança (1488) e outros avanços pelo extremo oriente, parece-nos bastante evidente que as paisagens insulares nas quais se localizam a maior parte das utopias pertencem a reminiscências imaginárias da expansão marítima. Frank Lestingrant (2006) afirma que é bastante provável que More tenha lido os relatos de Américo Vespúcio, bem como de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e outros navegadores, destacando, no entanto, que

O essencial é que a Utopia é parte integrante do arquipélago universal que as grandes navegações acabam de revelar à Europa. [...] Não por acaso Utopia é uma ilha. A ilha surge como elemento privilegiado de uma geografia maleável, cuja forma e desenho são passíveis de infinitas reconstruções, que obedecem a projetos políticos particulares. (p. 156)

No mais, cabe frisar que essas ilhas utópicas muitas vezes se encontram em locais desconhecidos, para onde os personagens são levados em decorrência de naufrágios ou erros de navegação em viagens exploratórias.

Nesse cenário, as obras utópicas surgem impregnadas por uma renovada possibilidade de encontro, com outros povos e lugares, onde habitassem formas outras de organização social, ainda a serem conhecidas pelo sujeito europeu. Aqui, lembramo-nos de François Hartog (1999), em suas propostas elucidativas dos procedimentos de alteridade e de narração do outro por meio das Histórias, de Heródoto. Nas utopias, o exercício de realização dessas outras e melhoradas sociedades, adequando-se a alguns dos princípios narrativos postulados por Hartog, assume a forma de projeções; não no futuro, mas alhures, em lugares distantes, antípodas, em “não lugares” (RACAULT, 2009), em meio a oceanos e mares de latitudes e longitudes dantes desconhecidas. Nesse mundo, agora completo, poderiam enfim se localizar, ainda que imaginativamente, povos e cidades mais felizes.

Se as utopias carregam consigo signos de um *imaginário*, por exemplo, sobre a expansão marítima e a chegada ao novo mundo, parecem circular também, no universo simbólico, elementos relativos a uma tentativa de reelaboração social, projetando outros tipos de questões caras ao momento, como a civilidade e a reforma dos modos e do comportamento. Como Norbert Elias (2000) nos traz, começam a pipocar, no período moderno, manuais de costumes, destinados a promover reformas comportamentais, que buscavam intensificar os processos de internalização e autocontrole dos sujeitos em relação aos costumes e também às emoções.² É interessante lembrar também uma ideia trazida por Renato Janine Ribeiro, na Apresentação do *Processo Civilizador*, na qual cita Freud quando este, já ao fim da vida, diz que: “quanto mais aumenta [a civilização], mais cresce a infelicidade” (2011). Essa infelicidade estaria relacionada à crescente responsabilidade, social e culturalmente compartilhada, dos sujeitos de exercerem forças autorreguladoras – e antinaturais – sobre suas pulsões e paixões. Algumas perspectivas subjetivistas, focadas no indivíduo, como a de Elias, não reservam, no entanto, muito espaço para uma reforma mais ampla, que visava combater uma desordem social generalizada, expressa pela presença de tabernas, prostíbulos, casas de jogos, manifestações culturais de tradições pagãs e outras heterogeneidades culturais que deveriam ser reguladas e suprimidas. As sociedades deveriam ser civilizadas e o período moderno foi determinante para propagar – e mesmo impor – esses

² Ainda que a tradição dos manuais não tenha sido inventada nesse período, eles possuem agora uma característica que os distingue dos textos sobre a cortesia medievais: os bons modos, agora, devem passar todas as camadas sociais, não só as cortes.

ideais de forma abrangente, que deveriam atingir a todas as camadas sociais, nas cidades e no mundo rural.

Como já mencionado, o círculo humanista no qual se inseria Thomas More era fortemente reformador, com notória orientação pedagógica. Erasmo de Roterdã, amigo íntimo de Morus, escreveu o mais famoso manual de costumes do período, o *De civilitate morum puerilium* (1530), que cunhou o conceito de civilidade e contou com mais de 130 edições (ELIAS, 2000). Ainda que sua publicação tenha sido posterior à *Utopia* de More, este manual sistematiza alguns preceitos principais do humanismo erasmiano que, segundo Yoran, talvez possam ser descritos justamente pela defesa do aprendizado, da pedagogia e pelo ideal de civilidade (2010). Assim, podemos dizer que a *Utopia*, ao representar uma sociedade em tese melhorada, guarda em si elementos simbólicos e um conjunto de ideias que perpassavam a vida de seu autor. Para Vosskamp, “O ordenamento excessivo destas utopias pode ser entendido como uma resposta à conjuntura da era moderna percebida como desordenada.” (2009, p. 439).

Tendo em mente a questão referente à ordenação da *Utopia* e ao forte disciplinamento coletivo e dos indivíduos nessa sociedade imaginária, More constrói uma sociedade que despreza o ócio. Rafael Hitlodeu, narrador da obra, apresenta a terra no alhures a partir das críticas que tece à sociedade inglesa no Livro I, afirmando, por exemplo:

Que menos homens sejam mantidos no *ócio*; que se retorne à agricultura; estabeleçam-se tecelagens, para que seja honesto o trabalho no qual se empregue, de modo *útil*, essa turba ociosa, que apenas a miséria transformou em ladrões [...] Se vós permitis que alguém seja *pessimamente educado*, e que desde a tenra idade seus *costumes* sejam aos poucos corrompidos, e que então, na idade adulta, esse alguém seja punido por aqueles crimes que na infância foram consentidos, o que fazeis, pergunto eu, senão ladrões, para depois os castigardes? (MORE, 2017, p. 49, grifos meus)

A sociedade ideal – que conhecemos senão pela voz de Hitlodeu –, em oposição à realidade inglesa pela qual a obra foi elaborada, zela pela instrução, pelo trabalho honesto, pela educação primorosa desde a infância. É uma sociedade que cultiva a moralidade e o bom comportamento, que previne o caos e a desordem, para não ter que remediá-los já tardiamente. Ali, não há espaço para a desordem, tampouco há jogos – salvo dois tipos, criados para fins educativos –, os prazeres e lazeres, só se legitimam se atuam no sentido da felicidade comum³:

³ Cf. SCHWARTZ, 2013.

Já se vê que não há permissão para o ócio e nem para a preguiça. Não há tavernas que sirvam vinho ou cerveja, nem lupanares, nem ocasião para o vício, nem locais de encontros secretos; afinal, os utopienses têm necessidade de cumprir, à vista de todos, as costumeiras tarefas e de gozarem do honesto lazer. (MORE, 2017, p. 117)

O momento das refeições também é observado, não somente no sentido das boas maneiras à mesa, sendo também um espaço onde os mais jovens são levados a se sentar entre os mais velhos, para que estes “coíbam nos mais jovens a fala ímproba e o abuso dos comportamentos.” Além disso, “Todo almoço e todo jantar são iniciados por alguma lição, que ensine os costumes, mas que seja breve para não provocar enfado.” (MORE, 2017, p. 115). Durante o trabalho, existem autoridades – os sifograntes – cuja “[...] função principal, e quase única, é a de zelar e vigiar para que ninguém fique ocioso.” (Ibid, p. 99). Ao exercerem suas práticas religiosas, os utopienses se distribuem de maneira muito organizada pelos templos, para que todos possam ser observados pelos chefes de família, que “a governam com autoridade e disciplina”. (Ibid, p. 197). As cidades, por sua vez, no número de 54, são “idênticas no que se refere à língua, costumes, instituições e leis. Têm todas o mesmo traçado e a mesma aparência, tanto quanto o lugar permite.” (Ibid, p. 89). A população dessas cidades, organizada por grandes famílias, é estritamente controlada, de modo que, estando alguma cidade superpopulosa – ou o contrário –, e possuindo alguma família um número superior – ou o contrário – de jovens púberes, dá-se um revezamento com o objetivo de cessar as disparidades demográficas. Considerando o excessivo controle encontrado nessa sociedade idealizada, cabe um questionamento, na linha do que disse Freud e do que Keith Thomas (2018) nos coloca, que pergunta se a coesão social e a felicidade humana seriam impossíveis sem tantos poderes reguladores da vida coletiva.

Considerações Finais

A discussão até aqui formulada tem o intuito de promover uma sistematização contextual da *Utopia*, que, como narrativa presentificada de uma sociedade idealizada, ainda que ficcional, só se torna possível quando inserida em sistemas de *imaginários* e *representações* compartilhados socialmente. Ao entendermos, como Hilário Franco Jr., que as utopias, esses “sonhos sociais, expressados literária ou artisticamente, tendem a substituir o banal, o conhecido, pelo ausente, pelo desejado.” (1998, p.19); “banal, o conhecido e as circunstâncias”, trazidos por More, são, portanto, representativos dos aspectos de real referenciados em sua escrita. Além disso, ao constatarmos num povo idealizado, uma positivação dos elementos que diferem a Utopia da Inglaterra do começo do século XVI,

especialmente sobre a disciplinarização, podemos percebê-los como formas de representar anseios, desejos e necessidades mais amplas, que tanto podem dizer de grupos específicos – no caso de More, por exemplo, os humanistas – quanto de um espectro mais abrangente da sociedade.

Fontes

MORE, Thomas. **Utopia**. Trad. David Wootton. Indianapolis, Hackett Publishing Company, 1999.

_____. **Utopia**. Trad. Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. (edição bilíngue). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985)

_____. **Los Imaginarios Sociales** – Memorias y Esperanzas Colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1991.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História. Questões & Debates**, [S.l.], v. 50, n. 1, out. 2009.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CLAEYS, Gregory & SARGENT, Lyman Tower. **The utopia reader**. New York: New York University Press. 1999.

_____. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **The civilizing process**: sociogenetic and psychogenetic investigations. Victoria: Blackwell Publishing, 2000.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**: a história de um país imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GARIN, Eugenio (org.). **O Homem Renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto** – Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: **O fictício e o imaginário**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LESTRINGANT, Frank. O impacto das descobertas geográficas na concepção política e social da utopia. **Morus – Utopia e Renascimento**, v. 3, pp. 155-173, 2006.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva, em Paris, em 20/03/2001. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, pp. 73-82, 2001.

PESAVENTO, Sandra J. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.

_____. História & Literatura: uma velha-nova história. In: **História e Literatura: Identidades e Fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

RACAULT, Jean-Michel. Da idéia de perfeição como elemento definidor da utopia: as utopias clássicas e a natureza humana. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS UTÓPICOS DA REVISTA MORUS – Utopia e Renascimento 7,8,9 e 10 de junho de 2009 – UNICAMP. **Anais...**, Campinas, 2009.

RIBEIRO, Ana Claudia R. "**Sou do país superior**": utopia e alegoria na libertina "Terra Austral conhecida" (1676), de Gabriel de Foigny. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

SCHWARTZ, Sandra. Os utopianos são epicuristas? A recepção da ética epicurista na Utopia de Thomas Morus. **Morus – Utopia e Renascimento**, v. 9, 2013.

THOMAS, Keith. **In pursuit of civility**: manners and civilization in early modern England. Massachusetts. University Press of New England, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TROUSSON, Raymond. Utopia e Utopismo. **Morus - Utopia e Renascimento**, v. 2, 2005.

VOSSKAMP, Wilhelm. A organização narrativa da imagem e da contra-imagem Da poética das utopias literárias. **Morus- Utopia e Renascimento**, v. 6, 2009.

YORAN, Hanan. **Between utopia and dystopia**: Erasmus, Thomas Morus, and the humanist Republic of Letters. Ed. Lexington Books, 2010.

Miguel Vaz e a conversão de Goa¹

Gustavo Nascimento Rocha Dias

Mestrando em História Social

UERJ-FFP

[gnrdias@gmail.com](mailto:gnrldias@gmail.com)

Resumo: A presença dos portugueses no Oriente tem origem em 1498 quando Vasco da Gama e sua expedição cruzam o Cabo da Boa Esperança e adentram o Oceano Índico. Porém, apenas em 1510 com a conquista da Cidade de Goa por Afonso de Albuquerque que a Coroa terá uma possessão de controle direto. O Capitão e posteriormente Governador Albuquerque rapidamente tratou de tornar a cidade no centro administrativo do Estado da Índia, expressão que define todas as possessões que estiveram sob domínio lusitano além do já citado Cabo até o Extremo Oriente (Japão e Timor). Em 1514 a cidade e todo o Oriente Português são colocados também sob a jurisdição da Diocese de Funchal, oficializando então a presença da Igreja Católica. Assim foi até que em 1534 houve a criação da Diocese de Goa, detendo jurisdição por todo o Oriente. Este momento é denominado pela historiadora Ângela Xavier como a dupla capitalização de Goa, isto é, além do centro do poder administrativo, também se tornou o centro do poder eclesiástico. Em 1536 o Rei D. João III conseguiu, a exemplo do que ocorria na Espanha, a aprovação do Papa para a instalação da Inquisição em Portugal. Neste período, em 1533 para maior precisão, ascendia ao cargo de Vigário Geral de Goa o Padre Miguel Vaz. Este foi responsável pela fundação e ampliação de instituições para a conversão dos nativos no Oriente, sobretudo em Goa. Suas ações ocorreram na conjuntura de grandes modificações no mundo lusitano. O Reinado de D. João III é marcado por um forte sentimento reformista do modelo Imperial e de evangelização, pelo ambiente das Reformas Protestantes e Católica, pelo Renascimento e pela instalação do Tribunal do Santo Ofício. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar a atuação de Miguel Vaz para a conversão dos “gentios” e do Espaço goês.

Palavras-chave: Miguel Vaz; Oriente Português; Goa.

Antes mesmo de Miguel Vaz assumir o cargo de Vigário Geral existiram diversas perspectivas de evangelização, ou no mínimo, de administração eclesiástica em Goa. Também é importante frisar que não eram apenas os Vigários ou os Bispos os responsáveis ou propositores de medidas para as missões. É o caso do frei Antonio Louro, que em 1518 fora enviado por D. Manuel e pediu permissão para os franciscanos construírem uma casa com a finalidade de converter e doutrinar os nativos, nem que fosse pelo uso da força, a separação de comunidades cristãs e não cristãs e a proibição dos iogues de entrarem na ilha de Goa (XAVIER, 2003. p. 138 - 140).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Até 1542, quando os jesuítas chegaram a Goa, os *Franciscanos* eram os únicos a estarem de fato estabelecidos na “Índia”, possuindo desde conventos até colégios. Chegaram logo nos primeiros anos em que os portugueses aportaram no Oriente – fixando-se em 1517 e construindo conventos em Cochim (1518-1522) e em Goa (1524-1527). O *Hospital Real* foi cuidado pela ordem até 1542, a partir de então a administração foi revezada entre a *Misericórdia* e os jesuítas. A *Misericórdia* teve uma ação mais efetiva nos meios urbanizados, já as ordens religiosas tiveram um papel maior nas áreas rurais (FARIA, 2008. p. 140 – 144).

Os jesuítas, outros protagonistas no Oriente português, chegaram em 1542 com Francisco Xavier, superior da missão jesuíta, depois núncio papal e, então, Provincial da *Companhia de Jesus*. O Padre Xavier atuou na Costa da Pescaria, em Travancore, em Baçaim, no Ceilão, em Malaca, em Amboína, nas Molucas, no Japão e morreu tentando entrar no Império da China (FARIA, 2008. p. 146). Em Goa, a *Companhia* era responsável pelo *Colégio de São Paulo*, pela *Igreja de Bom Jesus*, pela *Casa Professa*, pelo *Noviciado de Chorão*, pelos colégios de Rachol e Margão. É dito que, entre 1542 e 1543, Francisco Xavier convertera milhares de *Paravás* (DALGADO, 1919. p. 172)² da Costa da Pescaria. Antes, na década de 30 os franciscanos teriam feito algo similar. Porém, a falta de missionários e a falta do entendimento da língua tâmil dificultava o trabalho na região (FARIA, 2008. p. 146 – 147).

Assim sendo, pode-se perceber, um pouco, como era um ambiente plural de ideias e realidades acerca do que se fazer quanto à evangelização da população goesa (especificamente falando). De modo que se busca compreender neste trabalho as propostas do Vigário Geral de Goa, Miguel Vaz, sob a luz da documentação produzida pelo mesmo, e como essas dialogavam com as necessidades que o mesmo vigário enxergava serem preponderantes em meio àquela realidade.

Miguel Vaz, uma breve biografia

O Padre Miguel Vaz assumiu o cargo de Vigário Geral em meio a uma conjuntura de mudanças durante o período de D. João III. Não apenas pela elevação de Goa a Bispado, mas por coincidir com um período do reino em que há uma construção de um modelo imperial, além do contexto geral do “Renascimento” e do período de Reformas Protestantes na Europa. Isto se deu quando o Bispo Fernando Vaqueiro, não tendo agradado ao Rei, foi retirado de

² Diz Dalgado que o termo *Paravás* deriva de outro da língua malaiala *pavrar* (“casta que veio por mar ao Malabar”). Era uma das castas mais baixas devido ao fato de matarem e comerem peixes, se especializaram na pesca de pérolas. Viviam no território que os portugueses denominaram Costa da Pescaria, que ia desde o Cabo Camorim até a Ilha de Manar.

cena em Goa e parte de seus poderes transferidos a Miguel Vaz (XAVIER, 2003. p. 145 – 146).

A biografia do vigário em questão é incerta em alguns pontos, não existindo muitas informações sobre o período anterior ao que exerceu função de Vigário Geral (1533 – 1547). Há fontes que apontam a possibilidade dele ser um clérigo de S. Pedro ou um leigo licenciado em Direito Canônico; porém, há motivos para se acreditar que era, assim como diversos outros religiosos antes de 1542, uma pessoa ligada aos franciscanos de tradição reformada da Província da Piedade, esta com raízes no sul da Espanha. Foi indicado ao cargo Vigário Geral de Goa pelo Doutor Francisco de Melo (NOGUEIRA, 2012. p. 114)³. O que se sabe, com certeza, é que até 1539 gozou de amplos poderes.

Há já em 1533 um relatório de Vaz apontando para o Rei reformas e batismos efetuados, mostrando ainda uma preocupação para com os “novamente convertidos”. Tratava-os “como crianças” em processo de doutrinação, propondo, portanto, um cargo/ofício do “Pai dos Cristãos”, que deveria cuidar dos interesses jurisdicionais, doutrinários e assegurar que os filhos destes convertidos fossem educados de acordo com a doutrina cristã e tivessem acesso a ofícios (XAVIER, 2003. p. 147 – 148). O ofício do *Pai dos Cristãos* sistematizava ações para conversão e as concentrava em um cargo, e suas funções podiam ser descritas nestas ações: promover conversões punindo a idolatria; conceder favores somente aos “novamente convertidos”, estimulando os que não haviam se convertido que o fizessem; ensinar os catecúmenos e fazer seu batismo; apoiar os “novamente convertidos” em assuntos jurídicos e doutrinários, os protegendo de moléstias dos portugueses (FARIA, 2012. p. 92). De qualquer forma, o *Pai dos Cristãos* era uma maneira de “infantilizar” os gentios conversos, fazendo-os adotar uma postura que por fim legitimava o poder da Coroa e as relações “colonizador – colonizado” (XAVIER, 2003. p. 149).

Entre 1539 e 1542, após a chegada de D. João de Albuquerque (primeiro Bispo residente de Goa), Mestre Diogo Borba (proeminente teólogo e futuramente responsável pelo Seminário da Confraria da Conversão da Fé) e Frei Vicente de Lagos (líder dos franciscanos na “Índia” que se dedicou para a latinização dos “Cristãos de São Tomé”), iniciou-se a consolidação da evangelização e da reforma do Oriente, ou melhor, de Goa e seus aparelhos para a conversão (XAVIER, 2003. p. 152 – 154). Não havia consenso, no Oriente, acerca dos métodos a se seguir na evangelização (FARIA, 2012. p. 147). A partir de experiências

³ Francisco de Melo teria sido o primeiro Bispo de Goa em 1533, mas falecera no mesmo ano a caminho do Oriente.

anteriores de Miguel Vaz, combinaram-se “vias suaves”⁴ e “vias duras”⁵. As duas formas coexistiram, e não possuíam uma ordem exata para que acontecessem. Já se discorreu sobre as mesmas no capítulo anterior, porém, para este momento, basta lembrar que fora construído um modelo que constringia e ao mesmo tempo gratificava os gentios, baseados em sua aceitação ou não de um modelo imposto pelo dominador português (XAVIER, 2003. p. 154).

Ocorriam, também, duas frentes de ação: uma para o controle social (controle dos costumes, o ensino da doutrina cristã e a alfabetização dos gentios) e outra que fomentava o assistencial (promovia a construção e manutenção de hospitais, a alimentação, o enterro, visitas a prisões e às galés). O primeiro modelo de ação pode ser descrito como fazendo parte de um contexto maior, de uma estrutura que penso poder denominar-se “disciplinamento social” (FARIA, 2012. p. 138). Trataremos adiante da perspectiva religiosa do conceito, mas é importante ressaltar que a integração religiosa no Estado da Índia não se deu de forma linear e homogênea, mas permeada de conflitos e disputas entre o poder político e religioso (CUNHA, 1995. p. 77).

A Igreja e seu papel disciplinador

Antes de compreender o que, de fato, é o “disciplinamento social” é preciso descrever quem o promove, isto é, dos “agentes disciplinadores”. Estes “especialistas” disputavam poder e hegemonia. Cada agente compondo uma instituição heterogênea como a Igreja, é um agente disciplinador (desde o Papa até o noviço). Estes disputavam influência, recursos, “clientes”, jurisdição e proeminência. É a disputa/concorrência que denota os interesses diversos que, por sua vez, marcam a dinâmica do “campo religioso”. A Igreja reproduzia, ou reproduz, “as dinâmicas da organização social e política do tempo”. Portanto, a disputa por hegemonia que se deu no âmbito do sagrado reproduziu a dinâmica sócio-política que existia (PAIVA, 2011, p. 7 – 8).

Assim sendo, podemos entender que o disciplinamento social se dava também pela perspectiva que havia da possibilidade de se criar uma nova sociedade, “santa e sem pecado” e banir “comportamentos heréticos e imorais”. Para isto se fazia necessário à vigilância, catequização, educação e punição dos fieis. O historiador José Pedro Paiva (2011, p. 9 – 39) ao tratar do assunto, nos faz compreender que em Portugal, a partir de 1536, quando a Sé de Roma aprovou a criação do Santo Ofício português, o Rei D. João III reestruturara o campo

⁴ Favorecimento de gentios com honrarias e privilégios.

⁵ Rebaixamento e punição dos que não se convertiam.

religioso gestando novos agentes e uma nova camada social – os Inquisidores – e com isso fomentou e criou uma nova conformação de jurisdição, poder e agentes da fé. De modo que, não apenas uma parte da instituição Igreja deveria agir para punir quem fugisse da Ortodoxia Católica, mas também era função de Estado e da Religião criar uma sociedade hegemônica. Perspectiva posta nas constituições das novas dioceses de Porto, Leiria e Coimbra, para assim manterem a “pureza da fé”. A Igreja promovia uma conformação social, cultural e religiosa, difundindo noções de hierarquia, ordem e obediência. Estas eram os pilares do funcionamento da sociedade. A Igreja disciplinava espiritual, individual e socialmente, através de instrumentos criados e dominados pela mesma para, então, gerar a “Disciplina” – esta sendo “uma disposição adquirida, uma obediência pronta, automática e esquemática a um certo comando da parte de uma pluralidade de homens” (PAIVA, 2011 p. 264).

Tomando o que acima foi dito como ponto de partida, além do fato de que as informações e proposições circulavam pelo Império, pode-se apreender o que Ângela Xavier (2003, p. 146 – 150) diz acerca da nomeação e das ações de Vaz no cargo de Vigário Geral de Goa, que estava em um momento propício para que as ideias de conversão e construção de uma nova sociedade dessem a tônica das ações, também, do Rei D. João III. que era um cristão humanista de vertente erasmista e acreditava na conversão por meio da livre vontade; pessoa pragmática, que tinha interesses de concentrar os poderes e a administração do “Estado” e até mesmo das conversões na Coroa (PAIVA, 2011 p. 36 – 37, CUNHA, 1995 p. 78) ⁶.

As ações e proposições de Vaz para a Conversão

Em relatório de 1543 (REGO, 1948 p. 324), desde Cochim, Vaz apontava para a necessidade dos Oficiais arcarem com parte dos custos das construções voltadas para as obras da fé, como o *Hospital da Misericórdia de Goa* ou da Igreja da *Confraria da Conversão da Fé*, e de seu seminário voltado para os nativos. Apontava que Diogo Borba já se encontrava no seminário da Confraria e que algumas casas já estariam prontas; além de ter unido o seminário ao mosteiro, pois era melhor a educação dos noviços ser guiada por clérigos regulares do que por seculares (REGO, 1948 p. 325 – 327). Se em 1543 Miguel Vaz dizia que o seminário da Confraria da Conversão da Fé contava apenas com alguns alunos; já em 1545 ele afirmava a presença de sessenta estudantes, pedia o envio de professores e demais provisões que o Rei pudesse conceder para o bom funcionamento da doutrinação de um clero nativo (REGO, 1950 p. 202).

⁶ Diz Cunha que as decisões políticas se sobrepunham as decisões religiosas.

Sobre a Igreja da *Confraria da Conversão da Fé* e de seu Seminário, encontramos na carta de 1543 a intenção do Vigário em entregar a administração de ambos para os franciscanos, que estavam sob a égide de Frei Vicente de Lagos, devido à razão do frei já possuir experiência com o Colégio criado anteriormente em Cranganor, este para a doutrinação dos “Cristãos de São Tomé” (REGO, 1948 p. 328). Porém os franciscanos recusariam este convite (FARIA, 2012 p. 212). Em carta respondendo a Vaz, o Rei D. João III requereu um relatório sobre as condições em que o Colégio de São Paulo se encontrava, e enviava mercê de dois mil cruzados (REGO, 1950 p. 260 – 261).

A historiadora Ângela Xavier (2003, p. 156) afirma, porém, que a constituição da Confraria em questão não objetivava converter apenas sob o aspecto religioso, mas imprimir um controle social que coibisse práticas e costumes gentílicos através da doutrinação e “cristianização” das instituições goesas. Entendo, assim, que é uma extensão ou aplicação daquilo que ocorreu no Reino para a execução do “disciplinamento social”.

É interessante lembrar que, após 1540, há uma virada em relação a como a comunidade portuguesa em Goa lidava com outras comunidades, especialmente os pagãos hindus. Antes da data citada, sobretudo no período do governo de Afonso de Albuquerque, houve um período de tolerância e até uma tentativa de integração das comunidades. Em segundo momento, por volta de 1540, há um aumento da intolerância religiosa e perseguição de cultos e práticas gentílicas, além da destruição de templos e ídolos (TAVARES, 2002 p. 82, NOGUEIRA, 2012 p. 115 – 116, BAIÃO, 1945 p. 25)⁷.

Em 1545, Miguel Vaz foi a Portugal, e em Évora redigiu um relatório acerca do estado em que se encontrava a Fé Católica na Índia, o processo de conversão do Oriente Português e as necessidades que lá havia. É notável que neste novo documento de 1545 haja um apontamento/pedido para que o Rei fizesse provisão para a proibição de imagens (de qualquer material) e que fossem destruídas, sejam elas pagodes públicos ou privados; que se proibissem festividades gentílicas ou a presença de brâmanes; para se assegurar que assim fosse feito, que os clérigos do Seminário da Santa Fé averiguassem o cumprimento dos pedidos (REGO, 1948 p. 203 – 204). É verdade que em carta do ano seguinte, D. João III diz que Vaz deveria dedicar-se ao fim da idolatria na ilha, com apoio do Bispo de Goa João de Albuquerque e de Francisco Xavier, mas não solicitou especificamente atenção a assuntos

⁷ Baião cita provisão de 30 de junho de 1541 para que se derrubassem todos os pagodes sem exceção e suas rendas fossem transferidas para o sustento das Igrejas. Pela historiografia e documentação analisada, tudo leva a crer que a autoria desta provisão seja de Miguel Vaz.

como festividades gentílicas ou indicou que os jesuítas deviam tomar conta da questão, recomendando sempre que as ações fossem desenvolvidas “sem escândalo” (REGO, 1950 p. 260)⁸.

Sobre os nativos e as terras em Goa, o vigário propôs no documento de 1543 que os confiscos de terras não fossem mais efetuados, pois eles eram ineficazes, devido ao motivo das terras e fazendas se tornarem improdutivas, e os antigos donos não se convertiam ao cristianismo, mesmo assim. Deste ponto de vista, Vaz afirmava que conseguiu convencer o Vice-Rei a conceder uma provisão de posse da terra para aqueles nativos que se convertessem (REGO, 1947a p. 329). O Vigário Geral conseguiu instaurar localmente uma maneira de conversão dos donos de terra e arrendatários, aliando interesses da Coroa com os interesses da conversão – isto é, segundo aquilo que o próprio religioso afirmava.

É bem verdade que devemos ter cuidado ao lidar com discursos, pois na prática a realidade poderia se apresentar diferente. Porém, é interessante notar que no relatório de 1545 o vigário ampliou a questão para o costume que a Coroa possuía (em Goa) de tomar a terra e os bens dos gentios sem herdeiros homens. Discordando deste costume, Vaz propôs que fossem dadas a casa e a renda para as filhas desses gentios, além de convertê-las ao cristianismo – e não mais encaminhar as ditas terras e rendas para a Fazenda do Rei (REGO, 1950 p. 208). Isto significava uma mudança de paradigma, devido à realidade social e cultural em questão, como bem diz Ângela Barreto Xavier (2003, p. 162): as mulheres estavam dentro de “um grupo localmente muito desfavorecido”.

O padre também apontava para questões envolvendo a Armada e o Rei de Cochim. No primeiro caso, tratava-se do “recrutamento” obrigatório no meio rural, ou dos escravos envolvidos no trabalho do campo que serviam nas frotas. De modo que era um problema para a produção das terras, pois estas perdiam braços nas lavouras, por isto Vaz propôs o pagamento de indenização de 1500 “pardais” (REGO, 1948 p. 207, DALGADO, 1919 p. 175)⁹. Quanto à questão de Cochim, tratava-se do fato do Rei local confiscar a terra dos convertidos ao cristianismo, o que tornava em vão o trabalho dos missionários, pois as ações

⁸ Em relação aos jogos gentios, provavelmente eram aqueles denominados “gaogaos”, e tratavam-se de casas de jogos de dados e cartas populares em Chaul. Sobre a expulsão dos Brâmanes, foi pedida ao Rei uma provisão que ordenasse punição para os que comerciassem com os Brâmanes Sinais, além da expulsão deles Tal medida tinha sido aprovada, localmente em Goa, pelo Vice-Rei. Porém, em carta enviada para o Governador e Vice-Rei D. João de Castro, o Rei não aprovou a expulsão, mas sim ordenou apenas que não fossem abrigados os brâmanes.

⁹ A palavra “pardal”, afirma Dalgado, designava uma moeda corrente em Goa.

do monarca de Cochim desencorajavam os nativos locais a abraçarem a nova religião (REGO, 1950 p. 222 – 223).

Nas duas cartas de 1546 que o Rei D. João III enviou tanto para o Padre Vaz quanto para o Governador da Índia D. João de Castro, há silêncio acerca das propostas de Vaz sobre os confiscos de terras em Goa. Porém, é dito que o Governador deveria interceder no assunto daqueles que em Cochim ao se converterem tivessem suas terras confiscadas. Portanto, percebe-se uma diferença de tratamento daqueles convertidos que estavam dentro dos domínios portugueses e dos conversos que não estavam em domínios lusitanos. Quanto aos arrendamentos, abria-se a exceção nesta questão, pois em Salsete e Bardez se podia arrendar, desde que os arrendatários fossem cristãos e convertidos (REGO, 1950 p. 318 – 325).

É de se destacar que, em suas cartas, o Rei é claro sobre a importância da relação do Vigário Geral com o Bispo de Goa, com os jesuítas e, por conseguinte, com Francisco Xavier. De modo que, ao enviar homens para as missões, para os colégios, para as casas de ensino, para as fortalezas, ao indicar ao Vice-Rei o que fazer em relação à conversão dos nativos e sua educação, os jesuítas sob a figura de Francisco Xavier ganham maior relevância. Porém, também é claro que a orientação de Miguel Vaz nestes assuntos e na construção de recursos e instrumentos em prol da expansão da fé Católica é importante. O Rei D. João III também colocou como preponderante alguns pontos: os conselhos do Padre Francisco Xavier nas questões que envolvessem os cristãos da Costa da Pescaria; que o mesmo decidiria pela conveniência ou não da expansão da fé na região; além dos “novamente convertidos” (nativos) serem responsáveis da dita expansão. Isto é, estes últimos seriam os responsáveis pela pregação e pela conversão dos gentios da região, se Francisco Xavier apontasse que este seria o caminho a se seguir na Costa da Pescaria. Apesar disso, o Rei também pontuou que na prática da conversão, o Vice-Rei D. João de Castro concedesse as rendas ou provisões que se fizessem necessárias e utilizasse dos conselhos de Miguel Vaz, pois o Vigário Geral de Goa possuía larga experiência no assunto (REGO, 1950 p. 318 – 327).

Em cartas de 1543 e 1545 relatavam avanços e problemas da evangelização na Índia. Destacando o papel do Seminário, condenando idolatria e pedindo destruição de ídolos locais e objetos de culto público ou privado, apontando para que não se permitisse festas gentias públicas, Vaz reclamava dos brâmanes querendo que estes não pudessem pregar e denunciava os de *Saraswat*, pedindo ao Governador da Índia que os preterisse e expulsasse de Goa. A maior parte dos pedidos, porém, não seriam atendidos. Não se sabe ao certo o porquê, mas após sua morte uma parte dos pedidos não concedidos seria posto em prática, o que

intensificou a conversão a partir de 1550. A autora Patrícia de Faria afirma que o Bispo João de Albuquerque, Diogo Borba e Miguel Vaz foram nomes associados posteriormente a um grande projeto de conversão efetiva de regiões da Índia Portuguesa, entre 1533 e 1557, período em que há o estabelecimento da diocese de Goa até a elevação desta à arquidiocese (FARIA, 2012 p. 98, XAVIER, 2003 p. 163).

Entendo que esta seja uma chave para compreender a importância e o tamanho das ações do vigário. Ou seja, é evidente que os jesuítas foram de suma importância para a conversão e expansão da fé Católica, não apenas no Oriente. Mas é importante, a meu ver, ressaltar que houve projetos para a evangelização anteriores e concomitantes à chegada da Companhia. Como aponta a historiadora Ângela Xavier (2003 p. 157 – 163), o papel que os jesuítas tiveram na segunda metade do século XVI é questionável, ainda mais pela estrutura que já existia voltada para a conversão dos nativos, sobretudo na Cidade de Goa. A personalidade mediadora de Francisco Xavier foi importante, pois a partir de sua presença a “geografia da conversão” seria cada vez mais conhecida. Entretanto, o anseio e necessidade que se tinha naquelas terras por um quadro clerical mais preparado e “de boas virtudes” não significa, porém, que os que lá já estavam esperavam pelas orientações jesuítas. O trio composto pelo Bispo João de Albuquerque, o mestre Diogo Borba e o vigário Miguel Vaz, segundo a historiadora, montou uma estrutura para a evangelização e conversão que foi aproveitado pelo novo agente que surgia no Oriente Português. O Vigário Geral de Goa enxergou na Companhia de Jesus mãos mais aptas, após os Franciscanos terem recusado a administração do seminário que viria a se chamar *Colégio de São Paulo* sob a administração dos jesuítas (TAVARES, 2002 p. 239). Entendo, assim, que o reconhecimento dado por Vaz à Companhia aponta, na realidade, para um projeto do próprio vigário. Assim sendo, reforço a concepção de que, ao menos na década de 40 do século XVI, houve uma confluência de trabalhos entre as propostas de Miguel Vaz e das ordens religiosas presentes em Goa.

Referências Bibliográficas

BAIÃO, António. **A Inquisição de Goa**: tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção (introdução à correspondência dos Inquisidores da Índia 1569-1630). Lisboa: Academia das Ciências, Vol. 1, 1945.

CUNHA, Ana Cannas da. **A Inquisição no Estado da Índia – Origens (1539-1560)**. Lisboa: Arquivo Nacional/Torre do Tombo, 1995.

DALGADO, Sebastião R. **Glossário Luso-Asiático**. Academia das Ciências de Lisboa, 1919.

FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente.** Franciscanos, Poder e catolicismo em Goa: séculos XVI e XVII. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

NOGUEIRA, Eduardo Borges de Carvalho. **Pagodes do diabo:** Sociedade e Religiosidade Hindu na Goa Portuguesa (1510-1560). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PAIVA, José Pedro. **Baluartes da fé e da disciplina:** O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536 – 1750). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

REGO, A. da Silva (Org.). **Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente:** Índia/coligida e anotada por António da Silva Rego. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Vol. 2, 1948.

_____. **Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente:** Índia/coligida e anotada por António da Silva Rego. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Vol. 3, 1950.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **A Cristandade Insular:** Jesuítas e Inquisidores em Goa (1540 – 1682). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

XAVIER, Ângela Barreto. **A Invenção de Goa Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII.** Florence: European University Institute, 2003.

A “Época Pombalina” entre rupturas e continuidades: um estudo de caso

Júlia de Cássia Silva Cassão

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

juliacassao@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo de análise a “Época Pombalina”, período que marca a transição dos governos de D. João V e D. José I, que teve em sua esteira o ministro e futuro Marquês de Pombal, reconhecidamente o responsável pela implementação de reformas as quais, do Reino à Colônia, transformariam as bases da política e da administração do governo das gentes em Portugal. Tendo por aporte os principais teóricos da historiografia que se debruçaram sobre a temática, busca-se aqui um outro ponto: além de reconhecer as rupturas desta época, tais como a centralização dos poderes, um maior incentivo à produção interna e aos homens de negócio portugueses, o que é de suma importância para a construção do argumento central deste trabalho, daremos prevalência às continuidades, nomeadamente à força das redes de relações políticas e sociais que ainda se encastelavam no seio da governação. Para isso, tomando a trajetória de João Fernandes de Oliveira e Felisberto Caldeira Brant, os contratadores dos diamantes no Distrito Diamantino, tentaremos rastrear no desfecho de suas administrações a força das redes clientelares ligadas ou não a Pombal que permitiram a condenação e prisão de um e a glória de outro, mesmo que as fontes nos falem que os dois sujeitos cometeram as mesmas consideradas práticas fraudulentas aos cofres da Fazenda Real.

Palavras-chave: Época Pombalina, trajetórias; diamantes.

O século XVIII português, especialmente em sua segunda metade, do reino à colônia, pareceu assistir a inúmeras transformações, ou melhor, rupturas, em seu modo de governar as gentes. Durante todo o arco tempo temporal que recobriu o que se entende por Época Moderna e até este período, o pressuposto daquela sociedade, em sua esfera política e administrava, teria sido, sobretudo, baseado em uma concepção organicista, passiva e jurisdicionalista, em que o apelo ao esfumaçamento dos âmbitos do público e do privado deu o tom à organização do chamado corpo místico/político da República (HESPANHA, XAVIER, 1993)¹. Pautando-se, portanto e em teoria, na primazia do direito natural, canônico,

¹ Esta vertente historiográfica que dá primazia ao paradigma corporativista há pelo menos vinte anos conduz as interpretações da grande maioria dos historiadores portugueses e brasileiros que se debruçam sobre o Portugal Moderno e o Brasil Colônia. Não nos distanciamos dela, como se pode entrever deste texto, porém acreditamos na necessidade de se abrir o leque das análises, pois a sociedade que se instituiu aqui deteve um componente essencial e que até hoje demanda esforços para a superação de seu legado: a escravidão. Tal como Laura de Mello e Souza (2006), consideramos que esta abordagem e sua mobilização assaz rígida precisam ser contemporizadas na medida em que seus efeitos podem gerar perspectivas pouco profícuas para o debate político que se espraia e perverte a sociedade brasileira.

adquirido, local, bem como na força dos costumes e da tradição, remontando, assim, aos preceitos caros na Península Ibérica à Segunda Escolástica, tal pluralidade de poderes, deve-se salientar, como apontam os historiadores, compartilhados, concorrentes, autônomos, periféricos e informais atravessou a sociedade e se sobressaiu aos esforços para que a legislação vigorasse entre os vassallos (CARDIM, 1999).

Orientado, em tese, pelo princípio do bem comum, ou seja, no período compreendido como o fim último das monarquias, e também pelo princípio da justiça – “ a arte das artes e a alma do governo”, de acordo com os historiadores portugueses António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier (1993) -, isto é, o “ dar a cada um aquilo que lhe é próprio”, o príncipe, enquanto cabeça do corpo, tinha por função e pedra de toque fazer justiça². Premiar os bons e punir os maus, mantendo a ordem natural entre as diversas partes deste corpo, presumia que seu poder era apenas mais um e, por vezes, menos decisivo, além de que foi, por conseguinte, em todos os sentidos constrangido a partir dos manejos e da sutileza daquela conformação social.

Neste equilíbrio móvel de tensões, portanto, em que reinava um abismo entre os planos do discurso e da prática, e que não foi indiferente aos contemporâneos, nomeadamente aos tratadistas políticos e morais do período, que refletiam pela chamada *literatura arbitrista* sobre os problemas de sua sociedade, buscando os remédios para a conservação e restauração da República³, o direito, nesta acepção entendido tal como a lei, mostrava-se ser permissivo, poroso e permeável, posto que sua internalização, ao fim e ao cabo, foi tarefa difícil para aqueles empenhados em sua concretização⁴. O lastro dos comportamentos, neste caso, do

² O princípio do bem comum remonta à Antiguidade e, em especial, a Aristóteles. Enquanto referência a práticas políticas que visavam à utilidade comum, esta tópica, que comportava, portanto, um repertório de significados, visava à utilidade comum, possibilitando a finalidade, a coerência e a coesão da vida coletiva da comunidade política. Mobilizado e fundido à tradição cristã por São Tomás de Aquino, este conceito, como o fim último da comunidade, projetou-se na Cidade de Deus e na Península Ibérica do século XVI ao XVIII conferiu a toda a reflexão dos tratadistas políticos e morais o escopo para as suas prescrições. Para os autores da Segunda Escolástica, como Juan de Mariana, Francisco de Vitória, entre outros, o bom governo calcado no bem comum foi a máxima e o que se esperou dos governantes desde o início da instituição do pacto político.

³ Entendemos por República não a forma de governa enraizada na matriz italiana. No estudo do mundo ibérico da Época Moderna, República remete a uma comunidade política circunscrita geograficamente e orientada ao princípio do bem comum. Ou seja, neste período, não havia contradição ao se falar em República para uma sociedade monárquica. O sentido subjacente era o de “coisa pública” ou *Res publica* e, tal como pontua Raphael Bluteau em seu Dicionário de 1728, o governo de muitos era o que se entendia por este conceito.

⁴ Os tratados políticos e morais que circulavam na Península Ibérica e em suas colônias apoiados no universo discursivo caro à sua época discorriam sobre questões atinentes à esfera política, administrativa e dos costumes. Sinalizando os problemas e apontando as soluções ou, como se dizia, os remédios, aqueles sujeitos detiveram suma importância na governação, pois seus exames foram apropriados na legislação dos reinos de Portugal e Espanha. Citamos, entre os outros, os textos de Diogo do Couto, Covarrubias Orozco, Castillo e Bobadilla e por que não as prédicas do padre jesuíta Antônio sobre os seiscentos do continente do Brasil. As suas reflexões sobre

oficialato régio, e o que é de suma importância para a análise que se pretende desenvolver neste texto, apelou sobremaneira ao que a historiografia portuguesa e brasileira, que veio em sua esteira, consolidou na categoria analítica das redes clientelares (HESPANHA, 1993).

Da relação conflituosa entre o público e o privado, em que as funções ditas públicas dos administradores encampavam um domínio personalista, acrescido à medida que as distâncias se alongavam e a comunicação era entrecortada no além-mar, a especificidade da dimensão dos afetos no palco da vida daqueles sujeitos teria fixado regras e imposto modelos a serem seguidos pela cadeia que tinha o monarca como centro. Benevolência, favor, colaboração, generosidade, liberalidade, amor, amizade, entre outros, recobriram práticas como o apadrinhamento, o compadrio e o mecenato, de modo que à luz da instituição dessas relações assimétricas ora vindouras ora fugazes, a gratidão e o cálculo dos benefícios como estratégia de prestígio simbólico e político teriam descentralizado o poder, gerando efeitos que se propagariam por todos os estratos e *status* sociais (BERTRAND, 2011).

A partir, porém, da passagem dos reinados de D. João V a D. José I, em 1750, monarca que teve ao seu lado e, às vezes, a sua frente, o famoso valido ou primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, antes Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, que passou às obras de historiografia em seus mais diversos matizes, percebe-se que há um esforço, como se disse, de mutação nos modos de governar os povos em Portugal (SERRÃO, 1989). De uma visão que privilegiou a sua figura e as rupturas decorrentes entendidas como abruptas, e não como partes de um processo, por ele empreendidas à que deu precedência ao contexto histórico que permitiu a sua atuação, busca-se aqui uma aproximação, pelo estudo do caso de duas personagens, os contratadores dos diamantes Felisberto Caldeira Brant e João Fernandes de Oliveira, o sargento-mor, e por que não de seu filho desembargador e homônimo, já que suas trajetórias estiveram conectadas, com a segunda abordagem, porém dando enfoque às continuidades, nomeadamente à força dessa sociedade em rede que a historiografia já dá conta e que adentrou a segunda metade deste século e que, acreditamos, não perdeu o vigor até o século XIX⁵.

O caráter ativo, reformista e regalista, a passagem de uma concepção corporativa para individualista imputadas ao reinado josefino não é e não pode por nós ser perdido de vista. É

a natureza do poder político e o comportamento dos oficiais régios visando à sua disciplinarização, encontra-se de forma detalhada no livro de Adriana Romeiro (2017).

⁵ Felisberto Caldeira Brant e João Fernandes de Oliveira, pai e filho, já foram tema de diversificadas obras de historiografia. Destacamos, entre outros trabalhos, as análises, para o primeiro, de Júnia Ferreira Furtado (1999, 2000 e 2009), Rodrigo de Almeida Ferreira (2009) e Camila Pelinsari Silva (2018). Já para os Oliveira, pai e filho, o exame de Júnia Furtado (2003 e 2012).

ponto pacífico na historiografia que versa sobre este veio temático que o futuro Marquês de Pombal a partir de sua ascensão e, especialmente, após o terremoto de 1755, “bafejado pelas Luzes”, como pontua Luiz Carlos Villalta (2015), empenhou-se em fortalecer o poder do Estado, firmando, até mesmo com violência incomum, diz-nos Francisco José Calazans Falcon (1982), sua supremacia frente à nobreza, ao setor anti-monopolista da burguesia mercantil e à Igreja. Reformar, reorganizar e reestruturar, portanto, a economia, as leis, a educação, os costumes, a política e a administração, no centro político do Império e no Brasil, a principal fonte de riquezas da governação mercantilista que caracterizou o período, de forma que seus efeitos implicaram no monopólio dos diamantes do Distrito Diamantino é, portanto, uma constatação importante para esta argumentação.

A instituição da Lei da Boa Razão em 1769 nos parece paradigmática a este respeito, porque a invocação aos costumes, à tradição, ao direito canônico, afinal, àqueles poderes informais, pelo menos em tese, foi retirada da ordem do dia, o que possibilitava entrever não uma ruptura, mas a parte de um processo que culminou paulatinamente na disciplinarização dos comportamentos, especialmente daqueles inseridos na esfera da administração. Ressalte-se também o fomento da acumulação e da retenção de capitais em Portugal para que este fizesse frente à concorrência, sobretudo, britânica, que nos interessa principalmente pelo impulso que a partir daí conferiu-se àqueles setores sociais que pudessem estimular o comércio ultramarino e o desenvolvimento das manufaturas. Para José Vicente Serrão (1989), nessa seara, tal processo exigiu e deu origem à progressiva constituição de um corpo de pessoal que requeria o reforço do poder e do papel do Estado, como expressão da sua própria afirmação perante o tecido sociológico. Ou seja, convergindo os discursos, tais medidas visavam à criação de um quadro político e institucional que permitisse em todo o caso a concretização dos seus propósitos reformadores.

Os mercadores e homens de negócio portugueses de grosso trato foram trazidos, dessa maneira, ao primeiro plano de governo. Os historiadores concordam que a nova nobreza, constituída por seus estratos, e que pôde usufruir dos cargos e distinções sociais anteriormente reservados a um seletto grupo, fez frente à antiga, de modo que é importante que se frise também a incorporação à administração destes homens de negócio nos dois lados do Atlântico, assim como o foi o desembargador João Fernandes de Oliveira logo em 1754. Contra os intermediários, contrabandistas, assim como ao combate a este considerado “furto do patrimônio régio”, criou-se nesse período empresas manufatureiras, companhias e aulas de

comércio, entre outras ações, que permitem refletir sobre o projeto político que teve como fundo uma “absolutização” do poder em Portugal.

O propósito bem regulado e utilitário da “governança pombalina”, no entanto, encontrou limites, pois mudanças “não são feitas numa direção única e linear”, como pontua Luiz Villalta. Diz este historiador, na análise que fez das reformas, da censura e das contestações do uso dos livros no mundo luso-brasileiro sob as Luzes, que tal absolutismo, ora de cunho providencialista, ora contratualista, enquadrado o novo nos quadros do antigo, o que em seu bojo poderia significar a tensão do “velho conflito entre inovação e tradição”, como aponta Kenneth Maxwell (1996). Nessa medida, entendemos, tal como frisa Marco Antônio Silveira (2017), *regalismo* como o conflito constante por meio do qual os direitos régios procuraram se sobrepor aos demais, não a concentração do poder nas mãos do monarca⁶, pois queremos afirmar a continuidade de longa duração de um núcleo duro personalista, clientelar, em síntese, concorrente e afeito ao privilégio de uns em detrimento de outros que debilita, mas não necessariamente aborta as armas débeis em vistas de domínio e de controle de tal arte de governar.

Na busca pela balança comercial favorável deste período, intensificou-se a fiscalização sobre os descaminhos e, de acordo com Falcon (1982 e 2015), puniu-se com severidade os contrabandistas. Nesta orientação, para o caso dos diamantes, configurou-se a extrema importância que o futuro Pombal, nas palavras deste autor, atribuiu à sua extração e comércio. Um de seus temas prediletos, o projeto para estas pedras visou à reestruturação da extração após os insucessos junto aos contratadores e, nesta mesma época, a década de 1750, pelo Alvará de 11 de Agosto de 1753, a colocação sob o braço régio de sua comercialização. Retrocedendo uma década, isto é, ao ano de 1740, quando se deu início ao período dos contratos na Demarcação Diamantina e que se estendeu até 1771, tem-se João Fernandes de Oliveira, o sargento-mor, como o seu primeiro administrador e que ao renovar o

⁶ Marco Antônio Silveira em artigo recente jogou luzes sobre a razão de estado para a análise da colonização portuguesa e de suas formas de governo. De acordo com este historiador, não há um dissenso ao se pretender analisar aquela sociedade corporativa e patrimonialista tendo como norte a razão de estado, pois aqueles sujeitos nos bandos, consultas, cartas e pareceres, do monarca ao oficial colonial, mobilizavam os referências caras a esta orientação. Contrapondo-se em parte aos exames de Bartolomé Clavero na Espanha e António Hespanha em Portugal, Silveira lança mão da especificidade da Península, ou seja, apoiada na articulação entre a razão de estado preconizada principalmente por Giovanni Bottero e a Segunda Escolástica, para argumentar em favor da existência das dimensões do domínio, conquista e de um projeto político para estas partes do Brasil. A manutenção e conservação do Império, bem como os esforços para ampliar o reino e o poder régio estiveram à frente, para o autor, quando se fazia alusão à arte de governar. O prisma da guerra entre estados, civil ou molecular e a perspectiva dinâmica das relações de força estão no cerne deste trabalho que traz sem dúvida grandes contribuições à historiografia brasileira colonial.

arrendamento, ficou à frente do contrato por oito anos, não se interessando, posteriormente, em mais uma vez renová-lo para o que se iniciaria em 1749.

Português, Fernandes de Oliveira chegou ao Brasil na primeira década do século XVIII, atraído, de acordo com Júnia Furtado (2012), pelas riquezas auríferas que a região das Minas prometia. Seguindo os passos de conterrâneos que na mesma época deixaram o Norte de Portugal, dedicou-se inicialmente à mineração, investiu em vários setores diversificados e, diz a autora, a partir daí acumulou riquezas que na metade do século lhe confeririam ser reconhecido como importante homem de negócios⁷.

Associado, no início, a renomados negociantes portugueses, este sujeito posteriormente organizou sociedades para arrendar os contratos dos impostos e estancos régios. Aliado a indivíduos importantes, entrou em redes clientelares e, por relações de compadrio e patrocínio, aumentava cada vez mais sua esfera de influência, tanto que o governador da capitania, à época Gomes Freire de Andrade, intermediou seu casamento de interesses que alargou ainda mais seu cabedal. À frente do primeiro e do segundo contrato dos diamantes, de 1740 a 1747, imiscuindo as esferas do público e do privado, fazendo referência e tomando para si o conteúdo caro aos costumes, à tradição e, nomeadamente, às cadeias de favorecimento em detrimento da legislação do controle dos diamantes, entrou em expedientes ilícitos e escusos, assim como tantos outros administradores, oficiais e interessados nos contratos. Extraviando pedras, trocando favores, comerciando-as na Demarcação quando se permitia apenas que o contratador a fizesse no Reino e revelando os segredos deste que foi considerado um dos mais importantes produtos da Fazenda Real, o sargento-mor nunca foi condenado, apesar de que a voz pública do Distrito Diamantino não desconhecia tais regularidades e ilicitudes que corrompiam as normatizações vigentes para este importante negócio.

Em oposição a Oliveira, há o administrador do terceiro contrato dos diamantes, que teve início em 1749, Felisberto Caldeira Brant⁸. Nascido no Brasil, na comarca do Rio das Mortes, Caldeira Brant se enriqueceu da mineração, assim como seu pai, Ambrósio Caldeira

⁷ As informações sobre a trajetória do sargento-mor João Fernandes de Oliveira foram por nós retiradas do capítulo de livro assinado por Júnia Ferreira Furtado em 2012. Fiando-nos à sua análise e colocando em perspectiva a interpretação que fazemos da trajetória de Felisberto Caldeira Brant, que conhecemos de forma mais detalhada, objetivamos comparar suas histórias no bojo deste contexto que tem rupturas, mas não desconhece as continuidades.

⁸ A documentação sobre a trajetória de Caldeira Brant na Minas antes e depois de seu contrato e prisão está contida nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino junto aos Manuscritos Avulsos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás.

Brant, que chegou às Minas por volta da primeira metade do XVIII⁹. Na década de 1740, enviou ao rei D. João V um pedido de benesse, recebendo logo em seguida por carta patente o título de Capitão de Cavalos de São Luís e Santa Ana do Paracatu¹⁰. Próximo aos potentados locais, experiente nas lides diamantíferas da região do Paracatu e dos recentes descobertos das minas de Goiás, almejou a arrematação do contrato. Associado a Alberto Luiz Pereira e a seu irmão Conrado Caldeira Brant, encabeçou a administração deste monopólio região marcado por revezes, conflitos e, em seu desfecho, sua prisão como contrabandista de diamantes, tendo concorrido para a defraudação dos cofres da Fazenda Real¹¹. No jogo político caro a sua época Felisberto Brant, tentou e conseguiu estabelecer relações de compadrio com o governador Gomes Freire, o qual esteve no Tejuco pessoalmente para batizar sua filha Tereza¹². Redes de relações políticas e sociais, em suma, clientelares que, para ele, especificamente, pareceram não serem determinantes para que estivesse a salvo do cárcere em Lisboa.

Este, como temos tentado refletir durante todo este texto, é o nosso pressuposto. Ao entrar em conflito Sancho de Andrade Castro e Lanções, o novo intendente dos diamantes, José Pinto de Moraes Bacelar, o ouvidor da comarca do Serro do Frio e até mesmo o futuro Marquês de Pombal¹³, Caldeira Brant imiscuiu as esferas do público e do privado, fez referência e tomou para si o conteúdo caro aos costumes, à tradição e, nomeadamente, às cadeias de favorecimento em detrimento da legislação do controle dos diamantes, entrou em expedientes ilícitos e escusos, trocou favores, extraviou pedras, comercializou-as na Demarcação quando se permitia apenas que o contratador a fizesse no Reino e revelou os segredos deste que foi considerado um dos mais importantes produtos da Fazenda Real¹⁴. Porém, ao contrário de João Fernandes de Oliveira, pai e filho, diga-se de passagem, à luz dos valores morais da época foi qualificado como corrupto na perspectiva da Coroa Portuguesa¹⁵.

⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Manuscritos Avulsos de Minas Gerais (MAMG) Caixa 17, Documento 35 e Cx: 20, Doc: 5.

¹⁰ AHU. MAMG. Cx: 76, Doc: 45 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) Registro Geral de Mercês. Livro 37. fl. 90.

¹¹ AHU. MAMG. Cx: 60, Doc. 29 e Cx: 67, Doc: 37:

¹² DIAMANTINA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Livro de batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745-1765. f. 23 e 30. Este documento é citado por Furtado (1999).

¹³ AHU. MAMG. Cx: 63, Doc: 29 e 36 e Cx: 66, Doc: 47

¹⁴ AHU. MAMG. Cx: 63, Doc: 01 e 28

¹⁵ A temática da corrupção está consolidada principalmente entre os historiadores espanhóis e aqueles que se debruçam sobre o Império Espanhol. Em seus mais diversos matizes, a existência da corrupção para o mundo ibérico, nessa medida, já é ponto pacífico e os estudiosos concentram suas pesquisas nas estratégias de controle das práticas ilícitas. A corrupção não é o tema deste texto, mas cabe salientar que não podemos e não devemos perde-la de vista para o estudo da trajetória do contratador dos diamantes Felisberto Caldeira Brant. Apoiando-nos também nos historiadores brasileiros especialistas no tema, nomeadamente em Adriana Romeiro,

A prisão de Brant, como aponta Rodrigo de Almeida Ferreira (2009), esteve imbricada às disputas e aos conflitos pelo poder na comarca do Serro do Frio, em um momento que as alterações dos postos políticos na capitania e no Reino desestabilizaram antigas redes de clientela, lembrando que, quando de sua prisão, o governador e compadre estava no sul do Brasil resolvendo quanto à demarcação de terras. Na cadeia do Limoeiro, Felisberto Brant, continua este autor, procurou acionar antigos aliados para intercederem a seu favor, mas suas solicitações foram inócuas, refletindo, portanto, as mudanças do jogo político e de influências do Império Português. Felisberto Brant, no entanto, retomava, como ele mesmo apontava, as práticas dos contratos anteriores, pois em seu discurso de defesa e também de inocência procurou demonstrar que suas ações não eram inéditas, ou seja, ancoravam-se na dimensão dos costumes e da tradição da terra. Na documentação consultada, fica patente que aquelas suas ações consideradas ações ilícitas eram parte da prática social subjacente àquela sociedade, ou melhor, eram práticas sociais em si mesmas (PONCE LEIVA, 2017 e BERTRAND, 2011)¹⁶.

O contratador preso alegava que nos dois primeiros contratos arrematados, houve emprego de escravizados além do permitido e também que áreas interditadas à mineração foram trabalhadas repetidas vezes, assim como se comerciou pedras no mercado local e, possivelmente, internacional¹⁷. Em um episódio interessante do ano de 1754 quando Felisberto Brant estava preso no Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, tais questões saltam aos olhos. O já ex-contratador havia recebido do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, alguns capítulos para que respondesse às inquietações do monarca e do próprio Melo quanto às suas dívidas com a Fazenda Real. Ressalte-se que estas questões versavam sobre as letras de crédito, o empréstimo que se fazia aos contratadores para o custeamento do contrato e as somas que o contrabando que

percebemos que todo o universo discurso em que se assentam as acusações e a defesa de Brant se pautam na tópica da corrupção. Fraudes, excessos, prejuízos, malversações, danos, roubo, contrabando, enriquecimento ilícito e o aviltamento do bem comum, assim como da reta justiça estão no horizonte e disseminadas nestes documentos. A putrefação e a decomposição do corpo mítico/político da *res publica* pelo efeito de consideradas práticas ilícitas, ou seja, o significado que a Época Moderna atribuiu ao conceito de corrupção, possibilita-nos entrever no bojo de sua trajetória questões caras à sutileza do jogo político e das versões conflitantes que informam um estudo sobre ilicitudes.

¹⁶ Historiadores como Pilar Ponce Leiva (2017) e Michel Bertrand (2011) sustentam que as ilicitudes àquela época eram práticas eminentemente sociais que não se concentravam na esfera da administração. Ou seja, tais ações, que poderiam desembocar em corrupção, permeavam todos os estratos sociais, o que não equivale a dizer, reiteram, que toda a sociedade seja corrupta. Espreadas por toda a sociedade, não podemos ter dúvida quanto a sua existência, tanto que, diz Bertrand, no confronto das lógicas interpretativas, a sua percepção como prática social presente e denunciada dentro daquelas sociedades é um ingrediente a mais para uma análise que objetiva fazer explícito nas entrelinhas das documentações, as relações de poder e os jogos políticos que se interpenetravam de várias formas neste período.

^MAHU. MAMG. Cx: 66, Doc: 47.

Felisberto empreendeu haviam resultado deixando de meter diamantes graúdos no cofre, dissimulando ao depositar apenas padras miúdas e de menor valor. Intimado, Brant respondeu que de seu contrato dos contratos de João Fernandes de Oliveira não havia diferenças no número dos feitores, administradores, nem nos ordenados que venciam, nem nos jornais dos escravos do custeamento, “porque o seu contrato nesta parte fora igual ao do dito João Fernandes de Oliveira”. E continuava dizendo que era “falsíssimo dizer-se que ele vendera diamantes brutos desencaminhando-os fora dos cofres”, e que não tinha dúvida que isto seria pelos fatos que têm sido apontados, posto que não haviam sido achados na forma que se tinha declarado, isto é, no modo e rigor que Sua Majestade era servido mandar-lhe declarar. Estratégias retóricas próprias do universo discursivo e do contexto, é claro, que possibilitou a sua atuação, com o intuito de se livrar da prisão ou intencionando a possibilidade do relaxamento de sua pena, estas questões se repetem ao longo da documentação que levantamos e a pergunta que nos fica é, entre outras, é a seguinte: a Felisberto Caldeira Brant também faltou quem por ele intercedesse, mesmo que o escândalo público de suas ações, seu uso político e o vilipêndio dos cofres reais daí decorrente tenha impactado a Praça do Comércio em Lisboa e o negócio dos diamantes? Acreditamos que sim.

Corroborando nossa perspectiva, as ilicitudes agora do desembargador Fernandes de Oliveira foram analisadas por Rodrigo Ferreira (2009). Públicas e notórias no Distrito Diamantino, para este historiador, no exame que fez das relações de poder e sociabilidade que se estruturaram em torno do descaminho de diamantes, a idoneidade de Oliveira pode e deve ser colocada em xeque. A volta de João Fernandes de Oliveira, o sargento-mor, junto do seu filho desembargador e homônimo à frente do quarto contrato dos diamantes logo após a prisão de Caldeira Brant reflete, como sustentamos, a citada diretriz implementada por Sebastião Melo e que fez parte da nova lógica da condução dos negócios do reino, em especial para os diamantes. Homem de negócios, desejoso de ascensão e reconhecimento social, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, o desembargador Oliveira, enobrecido à época com o hábito da Ordem de Cristo e que havia ocupado o cargo de desembargador do Tribunal da Relação do Porto, viabilizaria, pelo projeto político do futuro Pombal, a administração daquele comércio ultramarino (FERREIRA, 2009 e FURTADO, 2012).

Porém, apesar de todos estes distintivos e qualitativos, sua imagem, como pontua o historiador, quase foi maculada em um em outros casos que abundavam na voz pública. Sua quase perdição, em específico em um episódio do ano de 1770, deu-se por traficantes de

diamantes menores que haviam adquirido de um lavrador uma pedra que supunham ser diamante e que logo procuravam vender. Comunicando ao desembargador Oliveira a sua existência, este quis logo compra-la, no entanto, as cartas trocadas entre eles haviam sido interceptadas. Para Ferreira, existia um indício bastante forte de que João Fernandes comprava diamantes extraviados dos moradores da região, dos administradores do contrato e até mesmo dos escravizados, e concordamos com ele, porém o contratador da quarta administração não foi citado em nenhum momento como descaminhador. O mais interessante é que Oliveira, com diz o autor, alegou durante as investigações que havia agido em favor dos interesses da Real Fazenda e do contrato mesmo que, de forma ilícita, tenha comprado tal pedra extraviada. Ou seja, como bem salienta Ferreira, ele “reverteu sua posição de suspeito para se portar como fiel cumpridor dos interesses reais”. Este é uma das várias suspeitas que recaíram sobre ele, mas que não foram levadas adiante.

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro (2006), portanto, não há dúvida que, a todos os níveis, mas particularmente até às franjas do Império, houve indivíduos e grupos familiares com os quais o ministro tinha uma clara relação de patrocínio e tem-se aqui a hipótese que, acreditamos, sustenta-se de que os dois Fernandes de Oliveira tenham composto tal relação¹⁸. Na esfera de influências de Melo, os Oliveira, por derradeiro, teriam encontrado a quem por eles, ao fim e ao cabo, intercedesse, o que não aconteceu com minerador nascido nestas partes do Brasil, Felisberto Caldeira Brant. O desembargador Oliveira, nessa medida, como ficou claro, “passou ileso às suspeitas imediatas e evidentes” de extravio e contrabando de diamantes, assim como o seu pai, durante toda a sua administração que durou dezessete anos. Redes clientelares, tecidas na Corte e na colônia ao longo dos anos, as quais ainda legitimavam determinadas condutas e que, por falta delas, puniam outras, além das diferentes instâncias e interpretações delas resultantes marcaram as trajetórias destes três sujeitos conectados pelo poder dos diamantes em um contexto de rupturas e de continuidades.

¹⁸ Nuno Gonçalo Monteiro, estudioso das elites portuguesas, em especial dos “Grandes de Portugal”, em análise da vida de D. José I e, é claro, de seu valido Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, lança mão do exame das novas elites que ascenderam no período josefino. O apoio e o incentivo ao setor dos homens de negócio portugueses, às manufaturas, às aulas de comércio, à criação de companhias de comércio, harmonizam-se, acreditamos, na colocação e a escolha acurada destes sujeitos, como o desembargador João Fernandes de Oliveira, à frente dos importantes negócios do Reino. O historiador aponta também que os quatro irmãos Freire de Andrade, entre eles o governador das Minas Gomes Freire de Andrade e o seu irmão e governador interino José Antônio Freire de Andrade, possivelmente estariam na esfera de influência de Melo. Esta hipótese importa-nos na medida em que os dois governaram à época dos contratos do sargento-mor e do desembargador e de Caldeira Brant e, como falamos ao longo do texto, tentaram e conseguiram manejar relações de compadrio e apadrinhamento com eles, o que acreditamos tenham atuado, por sua força ou fraqueza, no desfecho trágico de um e notabilidade dos outros.

Referências Bibliográficas

BERTRAND, Michel. **Grandeza y miseria del oficio** - los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. **Lusitania Sacra**, 2 série, n. 11, 1999.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

_____; RODRIGUES, Cláudia. **A 'época pombalina' no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora; FAPERJ, 2015. 532 p.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida; FURTADO, Júnia Ferreira. **O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos - 1740-1771**. 2004. 253 p., enc. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. O labirinto da fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. *História: Fronteiras*. Vol. II. XX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, FFLCH-USP, 1999. **Anais...**, São Paulo: Humanitas, 1999, pp. 309-319.

_____. **O livro da capa verde**: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996. 234 p.

_____. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. **Varia Historia**, Belo Horizonte, UFMG, vol. 21, 2000. pp. 295-306.

_____. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 403 p.

_____. Terra de Estrelas. In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik L. **O Brasil no Império Marítimo Português**. Bauru, SP: Edusc, 2009.

_____. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores dos diamantes. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo e SILVEIRA, Marco Antônio (org.). **Dimensões do poder em Minas** (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 109-138.

HESPANHA, António e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Quarto Volume: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. A representação da sociedade e do poder: paradigmas políticos e tradições literárias. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Quarto Volume: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993.

MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 201p.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. **José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. 318 p.

PONCE LEIVA, Pilar. Acusaciones de corrupción y prácticas sociales infamantes. Quince años em la vida de Agustín Mesa y Ayala (1670-1685), contador de la Real Hacienda de Quito. **Revista Complutense de Historia de América**, n. 43, pp. 49-74, 2017.

ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna – conceitos e desafios metodológicos. **Revista Tempo**, v. 21 n. 28, p. 1-22.

_____. A corrupção na sociedade colonial – uma aproximação. In: DIAS, Renato da Silva (org.). **Repensando o político** — poder, trabalho e identidades. Montes Claros, Editora Unimontes, 2012, pp. 35-56.

_____. **Corrupção e poder no Brasil**: Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo. In: COSTA, Fernando Marques et alii (org.). **Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850**. Lisboa: Vega, 1989. p. 11-21.

SILVA, Camila Pelinsari. O contratador Felisberto Caldeira Brant: sucessos, tragédias e meandros de suas relações com o poder real. VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, Bahia, 2016. **Anais...**, Bahia, 2016. pp. 319-330.

_____. **O caminho das pedras**: O contrato de Felisberto Caldeira Brant (1749-1752) e a crise de 1753. Tese (Doutoramento) - UFOP, Mariana, 2018.

SILVEIRA, Marco Antônio Silveira. Razão de Estado e colonização: algumas questões conceituais e historiográficas. **História**, São Paulo, v. 37, p. 1-22, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes**: reforma, censura e contestações. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Narrativas de crimes femininos nas *Broadside Ballads* inglesas (sécs. XVI e XVII)¹

Lucas Pinheiro Silva

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

lpslucasps@gmail.com

Resumo: As *Broadside Ballads*, narrativas em versos ou canções impressas em uma única folha e cantadas ou recitadas em locais públicos, foram um dos tipos de literatura de rua mais populares e com maior alcance da Inglaterra moderna. Esta literatura não se resumia a uma mera forma de entretenimento, abordando uma variada gama de temas, de assuntos cotidianos a eventos políticos, servindo, ao mesmo tempo, como fonte de informação e campo fértil para críticas sociais e representações da sociedade. Narrativas de crimes eram um dos assuntos mais abordados nesse tipo de literatura. Mais do que um reflexo fidedigno de crimes reais ou violência generalizada na sociedade inglesa moderna, tais narrativas possuíam caráter eminentemente moralizador. Elas eram uma forma de conformar a sociedade à certos valores, condenando de maneira pública algumas atitudes. Este aspecto dialogava diretamente com a mentalidade da época de que um crime não era uma mera ofensa civil, mas também um pecado; era comum que relatos de crimes terminassem com a súplica para que pessoas que cometiam ou pensavam em cometer pecados semelhantes aos narrados buscassem o perdão divino e remediassem seus caminhos antes que fosse tarde demais. Dentro deste paradigma, crimes comumente associados às mulheres — particularmente o infanticídio, o mariticídio e a prostituição — ocupavam uma posição singular. Sua abordagem era sempre com a maior reprovação possível por parte dos narradores, não sendo incomum que a condenação nessas histórias viesse através de uma intervenção divina ou sobrenatural — em contraposição a crimes tipicamente masculinos, em que as condenações são representadas como executadas por agentes civis ou (especialmente no caso de conspirações e traições) reais. Assim, pretende-se neste trabalho analisar como as mulheres criminosas são representadas, o que estas representações refletiam sobre as concepções que a sociedade inglesa dos séculos XVI e XVII tinham do caráter feminino e como essas narrativas dialogam com a cultura de justiça discricionária que fazia condenações não apenas com o intuito de punir crimes, mas também, quando possível, permitir que os acusados redimissem seus pecados.

Palavras-chave: Inglaterra, Gênero, Literatura de rua.

As *broadside ballads* eram o tipo de literatura de rua quintessencial da Inglaterra moderna. Custando apenas um ou meio penny, “constituíam um tipo de literatura popular mais versátil que a dos livros impressos, com best-sellers e clássicos de ficção e não-ficção” (SHEPARD, 1973, p. 20-21).

¹ Esta comunicação é uma apresentação de resultados e reflexões provenientes do projeto de iniciação científica “Mulheres desregradas: narrativas de crimes femininos dos dois lados do Canal da Mancha (França e Inglaterra, séculos XVI e XVII)”, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Liebel (UFMG), e integra o grupo de pesquisa do CNPq Cultura impressa na Europa moderna (séculos XVI-XVIII).

Duas características, o formato e o conteúdo, as distinguem dos outros tipos de literatura de rua — elementos destacados na própria nomenclatura do gênero. *Broadside* refere-se ao formato: uma folha impressa em apenas um dos lados. *Ballad* refere-se ao conteúdo: o texto continha verso, prosa, imagens ou uma mistura dos três. Normalmente vinham com um título e subtítulo longos e sensacionalistas, seguidos por versos que contavam uma pequena história.

Esse tipo de literatura podia abordar os mais variados temas: casos reais e fictícios (ou uma mistura dos dois), mitos antigos, contos folclóricos, religião, política, vida cotidiana, relatos de grandes batalhas... Não havia, de fato, um limite para os assuntos possíveis. Seu público alvo era a população urbana comum e continham representações de conflitos sociais, políticos e religiosos da sociedade em que eram produzidas. A variedade temática e o alcance deste tipo de literatura a torna um objeto de pesquisa extremamente interessante para analisarmos as representações da sociedade em que ela se inseria.

Entretanto, por se tratar de um tipo de literatura efêmera e com estreitos laços com uma tradição oral, estudar as *broadside ballads* também traz desafios práticos e metodológicos. Podemos afirmar com certeza que as baladas que sobreviveram e chegaram até nós são apenas uma ínfima amostra do total que foi circulado no decorrer dos séculos (SHEPARD, 1973, p. 44).

Duas observações importantes fazem-se necessárias. Primeiramente, é preciso ter sempre em consideração a materialidade da cultura impressa. Roger Chartier (2010) problematizou muito bem essa questão ao nos lembrar que nenhuma obra pode ser desvinculada dos processos materiais que a criaram e que esses processos continuam a alterá-la mesmo depois de sua publicação. Todo impresso é um trabalho coletivo, sendo alterado por editores, impressores, comentadores e vários outros agentes no decorrer do tempo. No caso das *broadside ballads*, seu elo com a oralidade significa que elas são apenas mais um (e não necessariamente último) estágio dentro de um longínquo processo cultural. O material impresso não é a cristalização ou canonização do texto, e sim o registro de um momento específico desse processo.

A estreita relação com a oralidade também salienta outro aspecto importante das *broadside ballads*: elas estão inseridas numa cultura literária, mas não numa cultura exclusivamente letrada. Sendo feitas com o intento de serem cantadas ou declamadas, as baladas “encantavam através da palavra falada e imagens tanto o público iletrado quanto o

que sabia ler” (DASTON; PARK, 1981, p. 29-30), permitindo a participação de vários agentes vindos de diferentes estratos sociais nessa cultura. De fato, nas *broadside ballads* e outros tipos de literatura de rua é possível observar um ponto de encontro entre a “alta cultura” e a “cultura popular”, ainda não totalmente separadas no início da modernidade (DASTON; PARK, 1981, p. 24) e até mesmo casos de baladas sugerindo temas a autores de livros ou escritores de baladas que também publicaram trabalhos literários mais sofisticados (SHEPARD, 1973, p. 21).

A primeira prensa chegou ao solo inglês em 1476, com uma vibrante cultura impressa se desenvolvendo no território rapidamente (DUFF, 2000) — tornando o estudo da literatura de rua nos séculos XVI e XVII um campo especialmente fértil. Trata-se de um período com grandes mudanças políticas, religiosas, sociais e econômicas. Entre 1500 e 1700 ocorrem alguns marcos da história inglesa, como a reforma protestante, a Guerra Civil, a Revolução Gloriosa e a colonização da América do Norte. Esses eventos não são apenas referenciados na literatura da época, como também afetaram a sua propagação e difusão: o pesquisador Joad Raymond (2003), por exemplo, demonstra que justamente durante as convulsões da Guerra Civil tivemos uma explosão no volume de panfletos impressos.

Outras mudanças, menos óbvias à primeira vista, também são representadas na literatura. É o caso da demografia: estima-se que em 1600 a população inglesa alcançou novamente os níveis de antes da Peste Negra (BROADBERRY et al., 2015). Um dos reflexos das pressões demográficas e conflitos sociais se dá justamente na criminalidade — e, tão importante quanto, no modo como a sociedade a percebia.

Dois pesquisadores trazem retratos complementares quanto à criminalidade inglesa no período estudado. Por um lado, Stone (1983) demonstra que os níveis de violência interpessoal sofreram uma constante e acentuada queda nesses séculos. Por outro, Shoemaker (2017) salienta que a preocupação com a criminalidade continua presente a despeito das estatísticas, estando mais associada com as pressões demográficas e eventos políticos do que com a generalização da violência em si.

A literatura, especialmente a literatura efêmera de rua, registra tais preocupações: relatos de roubos, assassinatos, revoltas e ofensas morais são alguns dos temas mais populares nas *broadside ballads*. Estas narrativas não são necessariamente retratos fidedignos da sociedade; ainda que alguns casos sejam de crimes reais, tal literatura apresenta muito mais como a sociedade repudia certos atos ilegais e quais são as suas preocupações. Percebe-se, em

muitas dessas baladas, um tom explicitamente moralista: o relato do ato repugnante é normalmente seguido por uma punição exemplar do criminoso em questão, além de um apelo para que qualquer ouvinte que esteja cometendo atos similares se arrependa antes que seja tarde demais e venha a sofrer o mesmo destino.

Dentre as 5831 baladas publicadas entre 1500 e 1700 presentes no acervo digital da *University of California, English Broadside Ballad Archive*, 339 estão classificadas com a palavra-chave *crime*; 497 com *infidelity*; e 452 com *violence*. Eliminando-se as duplicatas dos resultados, um total de 1159 baladas (19,8%) lidam com as temáticas pesquisadas. No levantamento até o momento feito apenas com as baladas classificadas com a palavra-chave *crime*, 95 (28%) têm alguma figura feminina como praticante ou cúmplice de um ato ilegal.

Há diferenças notáveis no retrato de criminosas e criminosos. Alguns crimes são particularmente associados às mulheres: no levantamento realizado, 37% são algum tipo de ofensa sexual (infidelidade, adultério, incesto), 24% crimes passionais (maritricídio, assassinato da esposa de um amante ou homicídio motivado por ciúmes) e 7% infanticídio. Mesmo em crimes normalmente associados a homens (como é o caso de roubos e latrocínios), a mulher é normalmente retratada como uma cúmplice, raramente assumindo o papel de protagonista da violência nestes casos.

As fontes evidenciam que os homens, mesmo que percebidos como principais praticantes de atos violentos, são retratados como normalmente motivados por ganhos materiais ou políticos — são prevalentes especialmente baladas sobre conspirações e tentativas de regicídio. As mulheres, por outro lado, são retratadas como mais propensas a dois tipos de crime particulares: aqueles que ferem a honra dos homens (as ofensas sexuais) e aqueles que exigem um tipo peculiar de perversão da própria natureza feminina (infanticídios, maritricídios, crimes passionais).

Uma balada ilustrativa dessa concepção é *The wicked Midwife, the cruell Mother, and the harmelesse Daughter*, publicada anonimamente por volta de 1640. A canção conta a história de uma mãe que contrata uma parteira para assassinar seu próprio neto — no final, a filha acaba sendo acusada de infanticídio e é executada pelo crime ordenado pela mãe e levado a cabo pela parteira. Presentes nessa obra estão muitos dos papéis típicos associados às mulheres desvirtuados: a mãe desnaturada e cruel, a parteira corrupta, a filha incapaz e negligente.

Passemos à análise de outras duas obras específicas, uma típica e outra atípica. O

primeiro caso para análise é da balada *The Three Worthy Butchers of the North*. Sua primeira publicação encontrada foi entre 1672 e 1696. Curiosamente, essa é uma das raras baladas não-anônimas, sendo creditada a Paul Burges — mas o crédito da autoria não configura que ele realmente compôs a obra, diante da possibilidade dele ter registrado por escrito uma canção que já existia na tradição oral.

A balada conta a história de três açougueiros que, enquanto viajavam, ouviram um grito feminino pedindo por ajuda. Ao investigarem, encontram uma mulher nua e amarrada por cordas — ela alegando ter sido roubada e deixada nesse estado por três bandidos. Após resgatarem a moça, ela revela ser tudo uma emboscada: um grito chama ao local 10 ladrões armados. Segue-se uma altercação, em que dois dos açougueiros e sete dos ladrões morrem, até que a mulher intervém atingindo a vítima sobrevivente com um porrete por trás da cabeça. Infelizmente para os criminosos restantes, um pastor escondido nas proximidades testemunhou todo o caso e os delatou para um cavaleiro que passava por perto. Os assassinos, entretanto, conseguem escapar em um barco.

O papel da criminosa não é diferente do de uma sereia ou sirene da mitologia: com sua feminilidade, ela atrai homens incautos para a morte. Quando o conflito começa, entretanto, ela passa de uma cúmplice para uma instigadora: a cada ladrão morto, ela clama, “Fight on, said the Woman, Fight on I say to ye”. Mesmo quando ela toma um protagonismo na violência, é de forma artilosa e desonrosa, com um golpe por trás enquanto uma das vítimas está distraída.

Peculiarmente, essa balada não termina com uma punição exemplar para os criminosos — pelo menos não nessa versão específica. Em uma publicação feita entre 1684 e 1700, encontramos uma nova versão da mesma história, agora intitulada *A New BALLAD Of the Three Merry Butchers* e anônima. Além de menor e menos detalhada (por exemplo, os açougueiros não têm nome nessa versão), o final é modificado: o cavaleiro consegue capturar a mulher e seus comparsas, que são enforcados.

É caso aqui de lembrar um ponto supracitado: a cultura literária e impressa é viva, com diferentes processos e agentes alterando os textos no decorrer do tempo. O que pode ter levado essa balada a ser modificada, trazendo agora uma conclusão mais em linha com o que tipicamente se vê em outras obras do gênero? Teria sido alguma exigência da sociedade em que se inseria? E como foi esse processo? A mudança foi uma decisão de algum editor, ou será que os cantores foram modificando alguns versos com o decorrer do tempo e edições

posteriores as capturaram?

O segundo documento a ser analisado se chama *The Female Frolick*. Assim como o anterior, trata-se de um caso de assaltos no meio da estrada — mas, peculiarmente, nessa obra a mulher é a protagonista da violência, não uma cúmplice de um grupo de homens.

A história relata uma jovem donzela que comprou uma égua, uma pistola, uma espada e um par de calças. Travestindo-se de homem, ela passa a roubar viajantes. Suas motivações são as mais vãs possíveis: ela não quer ficar “ociosa” (“She resolved she would not be idle”).

A salteadora comete vários roubos, pelo menos um assassinato e atos aleatórios de crueldade (como cortar as orelhas de um alfaiate porque ele não tinha dinheiro). O narrador usa algumas das vítimas como oportunidade para zombar de certas pessoas e grupos: dentre os infortunados que cruzam o caminho da ladra, temos um galês, um quacre e um *exciseman* (funcionário encarregado de coletar certos impostos).

Eventualmente, a protagonista aborda outro ladrão, que reage à tentativa de assalto. Ela tenta fugir mas é alcançada. Após o bandido “vasculhar suas calças” (“searched her Breeches”), ele percebe estar lidando com uma mulher. A balada deixa claro que o ladrão a violenta sexualmente. Mas, segundo o narrador, ela não tinha motivos para reclamar: “apesar dele ter feito com ela o que bem entendeu, ele lhe devolveu seu dinheiro” (“Tho' with her he did what he pleased, he gave her the Money again”).

Essas pequenas histórias evidenciam que a expectativa de que homens e mulheres exercessem papéis diferentes e específicos aplicava-se mesmo à representação de atos ilegais e violentos. Se os crimes femininos são uma perversão da natureza feminina, não deixam de negá-la. Essas representações agem como uma forma de espelho: se espera que mulheres sejam boas mães, por isso uma criminosa será infanticida; espera-se que mulheres sejam castas e fiéis, por isso desvirtuada são promíscuas e infiéis; e assim por diante.

Em *The Female Frolick*, entretanto, não se vê a subversão ou perversão de um papel feminino, e sim uma mulher agindo como um homem. Ao agir como uma salteadora, crime normalmente associado a homens, a protagonista se traveste — literal e figurativamente. Todo o caso é visto com um certo tom de comicidade, algo que beira o extravagante.

O final, com o estupro da jovem, sua culpabilização e seu tratamento como uma literal prostituta, não exige muitos comentários: vemos discursos aterrorizantemente semelhantes no mundo contemporâneo.

Considerações finais

O que foi apresentado nesta comunicação de forma nenhuma esgota as possibilidades de pesquisa do tema. De fato, há alguns eixos que podem ser aprofundados e não foram aprofundados nesta apresentação. A musicalidade das baladas ou a relação delas com a cultura dos menestrelis e trovadores, por exemplo, também merecem consideração. Um recorte geográfico um pouco maior também traria uma série de novas respostas e perguntas: como as baladas inglesas se comparam com aquelas produzidas na Escócia e Irlanda, por exemplo?

Uma comparação entre essas narrativas de mulheres “desregradadas” com as, digamos assim, “mulheres virtuosas”, também pode ser valiosa. Muitas baladas lidam com retratos de mulheres exemplares ou conselhos para jovens de como se portar. É possível fazer um contraste entre esses retratos femininos, observando como se complementam e seu sentido pedagógico.

Ainda neste eixo, é possível estudar as relações entre as punições retratadas nessas narrativas com a cultura de justiça discricionária da sociedade inglesa da época. Crimes não eram considerados uma mera transgressão legal: feriam a moral pública e coletiva; todo crime era também uma forma de pecado (HERRUP, 1985). Uma investigação de que tipos de crimes e criminosos recebem punições seculares ou divinas nestas narrativas pode revelar conexões com esta mentalidade.

No mais, acredito que esta pesquisa traz algumas considerações pertinentes para certas discussões contemporâneas. As reivindicações do público feminino por uma maior representatividade não são sem importância, como alguns machistas vocais nos recessos da internet costumam propagar: a forma como as mulheres são representadas, tanto na época moderna como no mundo contemporâneo, são um reflexo de como a sociedade vê as mulheres e a que papel quer conformá-las.

Referências Bibliográficas

A NEW BALLAD Of the Three Merry Butchers. [S.l.: s.n.], [entre 1684 e 1700]. University Of Glasgow Library, Euing Ballads 235. Disponível em: <<https://ebba.english.ucsb.edu/ballad/31733/citation>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

BEATTIE, J. M. The Pattern Of Crime In England 1660–1800. **Past and Present**, Oxford, v. 62, n. 1, p. 47–95, 1974.

BROADBERRY, S. et al. Population, nominal GDP real GDP and real GDP per head, England 1270-1700 and Great Britain, 1700-1870. In: _____. **British Economic Growth**

1270–1870. Cambridge: University Press, 2015, cap. 1, p. 205.

BURGES, Paul. **The three Worthy Butchers of the North**. [S.l.: s.n.], [ca. 1684]. British Library, C.20.f.10.80. Disponível em: <<https://ebba.english.ucsb.edu/ballad/31506/citation>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

CHARTIER, Roger. Escutar com os Olhos dos Mortos. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

COCKBURN, J. S. Patterns Of Violence In English Society Homicide In Kent 1560–1985. **Past & Present**, Oxford, v. 130, n. 1, p. 70–106, 1991.

DASTON, L.J.; PARK, K. Unnatural Conceptions: The Study of Monsters in Sixteenth- and Seventeenth-Century France and England. **Past & Present**, Oxford, v. 92, n. 1, p. 20-54, 1981.

DUFF, Gordon. The Introduction of Printing into England and the Early Work of the Press. In: **THE Cambridge History of English and American Literature**. New York: Bartleby.com, 2000. Disponível em: <<https://www.bartleby.com/212/1302.html>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

ENGLISH Broadside Ballad Archive (EBBA). 2019. <<http://ebba.english.ucsb.edu>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

HERRUP, Cynthia B. Law And Morality In Seventeenth-Century England. **Past & Present**, v. 106, n. 1, p. 102–123, 1985.

LIMA, Verônica Calsoni. Uma narrativa da Revolução Inglesa por meio de seus impressos: George Thomason e sua Coleção (1640-1660). In: Semana da História da UNESP, 19, 2013, Franca. **Anais...** Franca: Unesp, 2014, p. 102-115.

RAYMOND, Joad. **Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SHEPARD, Leslie. **The History of Street Literature**. Newton Abbot: David & Charles, 1973.

SHOEMAKER, Robert B. Worrying About Crime Experience, Moral Panics and Public Opinion in London, 1660–1800. **Past & Present**, Oxford, v. 234, n. 1, p. 71–100, 2017.

STONE, Lawrence. Interpersonal Violence In English Society 1300–1980. **Past and Present**, Oxford, v. 101, n. 1, p. 22–33, 1983.

THE Female Frolick. [S.l.: s.n.], [entre 1683 e 1703]. Pepys Library, Pepys Ballads 3.246. Disponível em: <<https://ebba.english.ucsb.edu/ballad/21260/citation>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

THE wicked Midwife, the cruell Mother, and the harmelesse Daughter. [S.l.: s.n.], [1640?]. Manchester Central Library, BR f 821.04 B49. Disponível em: <<https://ebba.english.ucsb.edu/ballad/36032/citation>>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

A experiência miguelista na perspectiva de Giorgio Agamben e os exilados liberais no Brasil contra o (antigo) regime de D. Miguel, 1828-1834

Luiz Gustavo Martins da Silva

Mestrando em História

Programa de Pós-Graduação da UFOP

louis.gustavof5@gmail.com

Resumo: A contrarrevolução portuguesa correspondeu ao contexto europeu dominado pela Santa Aliança, após a derrota do Imperador francês Napoleão Bonaparte, em 1815. O acordo constituído no Congresso de Viena, nesse ano, pretendia manter o absolutismo como filosofia de Estado e sistema político influente na Europa. O projeto era combater a difusão das ideias liberais e constitucionalistas advindas da Revolução Francesa que, em Portugal, ditou a necessidade de reavaliar o passado e apresentar projetos futuros mais próximos ou distantes da herança revolucionária. O movimento português se manifestou logo após a promulgação da Constituição de 1822. O regime constitucional estabelecido em 1820 com a Revolução Liberal do Porto se tornou a expressão da revolução a ser combatida no país. A luta política entre contrarrevolucionários e liberais desdobrou-se em questão dinástica após a morte de D. João VI em 1826 e, a partir, da outorga, em Portugal, da Carta brasileira de 1824 por D. Pedro IV, Imperador do Brasil. A contrarrevolução, assim, se auto-intitulou miguelismo, passando a designar os adeptos da legitimidade de D. Miguel, irmão e inimigo político de D. Pedro, na sucessão do trono português. O miguelismo emergiu como a “experiência possível”, isto é, a experiência miguelista do projeto contrarrevolucionário em Portugal e foi marcado por intensa repressão e perseguição políticas contra seus adversários. Pretende-se abordar a perspectiva do Estado de exceção desenvolvida por Giorgio Agamben para caracterizar o miguelismo, instaurado por D. Miguel, entre os anos de 1828 e 1834. O regime miguelista não tinha um compromisso com o Estado de Direito na medida em que não previa a garantia das liberdades individuais e dos direitos civis e políticos. A ideia de retorno à Antiga Ordem o legitimava e, dessa forma, ele já seria de exceção em si. Os dispositivos repressivos acionados pelo regime apontam, ainda, que ele exacerbou na repressão, sendo o exílio político um efeito dessa intensidade. Busca-se também apresentar os liberais, exilados no Brasil em razão da repressão do governo miguelista. Uma vez instalados em território brasileiro, eles puseram-se a defender o constitucionalismo e o liberalismo. Esta pesquisa, em andamento no mestrado, traz alguns esclarecimentos sobre o trânsito de pessoas, projetos e ideias no interior da Europa e nas Américas e contribui para as discussões acerca da formação dos Estados Nacionais Modernos.

Palavras-chave: Miguelismo, estado de exceção, exílio liberal.

A pesquisa de mestrado em andamento tem por finalidade abordar aspectos da experiência política de exilados liberais no Brasil, operados no contexto de uma dinâmica transnacional e transatlântica, perseguidos em razão da repressão do regime de d. Miguel. Por meio da análise de suas linguagens e conceitos contidos em seus registros históricos, busca-

se, assim, correlacionar suas atuações com a formação da unidade e da identidade nacionais brasileiras. Os perseguidos políticos foram Joaquim José da Silva Maia e seu filho Emílio Joaquim da Silva Maia, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (futuro Sá da Bandeira), João Crispim Alves de Lima e Joaquim Inácio Pereira (vice-cônsul da Espanha). Todos eles portugueses exilaram-se em território brasileiro, com exceção do vice-cônsul, e se tornaram vítimas da injustiça histórica que se praticou entre 1828 e 1834.

Este texto integra-se a investigação referida acima e tem por objetivo abordar alguns aspectos da experiência contrarrevolucionária miguelista na perspectiva do filósofo Giorgio Agamben e apresentar, sucintamente, parte da trajetória dos exilados liberais mencionados anteriormente.

A revolução liberal portuguesa ocorreu no dia 24 de agosto na cidade do Porto, Portugal. Segundo Lúcia B. P. das Neves, o movimento “propunha uma regeneração política que procedesse a uma reforma inspirada por ideais liberais, prometendo-se desterrar o despotismo, considerado responsável por todas as opressões” (NEVES, 2002, p. 652). Os princípios da Revolução Francesa como os direitos do homem e da soberania dos povos [igualdade e liberdade] propagavam-se pelo continente europeu desde 1789. Em Lisboa e no Porto, esses ideais encontravam espaço privilegiado na imprensa periódica. O jornal A Gazeta de Lisboa (1715-1820) e o Jornal Enciclopédico (1820), para citar apenas alguns deles, buscavam “contrariar ou desmentir a santa eternidade do antigo regime” (NEVES, 2002, p. 652) e, com isso, instruíam os leitores portugueses sobre a história revolucionária francesa. Questionava-se a aliança entre o trono e o altar sobre a qual assentava a ordem de antigo regime. A partir de 1820, iniciava-se, então, o vintismo, isto é, a primeira experiência liberal portuguesa.

No entanto, a contrarrevolução portuguesa correspondia ao contexto europeu dominado pela Santa Aliança, após a derrota de Napoleão Bonaparte em 1815. O acordo constituído no Congresso de Viena, nesse ano, pretendia manter o absolutismo como filosofia de Estado e sistema político influente na Europa. O objetivo também era combater a difusão das ideias liberais e constitucionalistas advindas da Revolução Francesa que, em Portugal, ditou a necessidade de reavaliar o passado e apresentar projetos futuros mais próximos ou distantes da herança revolucionária. O movimento português se manifestou logo após a promulgação da Constituição de 1822. O regime constitucional estabelecido em 1820 com a Revolução Liberal do Porto se tornou a expressão da *revolução* a ser combatida no país, como já apontado por Nívea Guimarães (GUIMARÃES, 2016, p. 26). A reação se expressou por

meio do movimento conhecido como Vila-Francada em 1823 e, no ano seguinte, a Abrilada, ambos os golpes forjados pelos contrarrevolucionários portugueses, e a partir desse último a liderança já estava na figura do Infante d. Miguel.

A luta política desdobrou-se em questão dinástica após a morte de D. João VI em 10 de março de 1826. A contrarrevolução portuguesa que vinha se afirmando no país, intitulava-se, a partir daí, miguelismo e seus adeptos, miguelistas. Cabe destacar que a reação ao liberalismo estava também representada no carlotismo, isto é, antes da subida do Infante ao poder, em 1828, a liderança da contrarrevolução esteve a cargo de sua mãe, D. Carlota Joaquina, e de parte da nobreza. Segundo Maria Lousada, a contrarrevolução só se auto-intitulou miguelismo quando passou a designar os partidários da legitimidade de d. Miguel face a d. Pedro, após a morte de d. João VI (LOUSADA, 1987, p.1). O pensamento contrarrevolucionário em Portugal, nessa altura, estava bem definido pelos miguelistas e teve uma experiência ligada tanto à própria contrarrevolução portuguesa como ao Estado de exceção, instaurado a partir de 1828.

Com o golpe de 1828, alguns dispositivos repressivos foram acionados pelo regime miguelista contra seus adversários. É o caso da **Carta-Régia** de 14 de julho. De acordo com Maria de Fátima Sá Ferreira, ela ordenava, provisoriamente, mas por tempo indeterminado, a criação e a instalação de uma Alçada na “forma antigamente usada” e “munida de faculdades especiais” para inquirir e julgar em última instância o crime de rebelião provocado no Porto, considerado um “horroroso crime que abala sempre em seus alicerces a existência de uma Nação” (FERREIRA, 2014, p. 3-4). A “rebelião” referida, assim vista pelo governo, era a Revolução ocorrida na cidade do Porto em 16 de maio de 1828 contra a tomada do poder de d. Miguel e a favor do restabelecimento da Constituição outorgada por D. Pedro IV em 1826. A “rebelião” à semelhança da Revolução Liberal de 1820 apresentava-se na Carta como um crime contra a “legítima autoridade” e uma ameaça ao trono e ao altar. A Alçada tinha por finalidade que se abrisse uma devassa para “servir de corpo de delito a própria Carta-Régia e que nela fossem ‘pronunciadas, presas e sentenciadas em última instância todas as pessoas (...) não sendo militares (...) contra as quais houver prova bastante, que mostre terem em qualquer modo tomado parte na mencionada rebelião’” (FERREIRA, 2014, p. 3-4).

No mesmo mês de publicação da Carta-Régia, divulgou-se o **Edital da Intendência-Geral da Polícia** que declarava instaurar a ordem, porém “legitimava também as prisões tumultuárias anteriormente realizadas contra as quais não houve procedimento judicial” (FERREIRA, 2014, p. 7). Em seguida, criava-se em Lisboa, no dia 11 de agosto de 1828, um

Conselho Militar designado para demitir do exército os oficiais que fizeram parte do exército dos revolucionários. No dia 15 de agosto de 1828, criava-se ainda, na Casa da Suplicação [maior Tribunal da Justiça do Reino], uma **Comissão** para julgar crimes políticos cometidos “contra a Augusta Pessoa (de S. Majestade) e contra a Segurança do Estado” (FERREIRA, 2014, p. 7). Essa instância jurídica era composta por um juiz relator e nove juízes adjuntos¹, que subscreviam o delito dos processados, incluindo os provenientes de regiões que não as do Império Português, estrangeiros que “recorriam depois aos seus governos para que estes interviessem oficialmente junto do governo português contra as ações que os tinham vitimado” (FERREIRA, 2014, p. 7)². Também se publicou, nesse mesmo contexto, uma **legislação sobre o sequestro de bens** dos pronunciados que tiveram parte da “rebelião” de 16 de maio no Porto, já citada, e daqueles que também não tivessem sido pronunciados.

Maria Ferreira afirmou que “grande parte destas disposições legais encontravam suporte jurídico na legislação contida nas Ordenações relativas a crimes de rebelião considerados como crimes de lesa-majestade (FERREIRA, 2014, p. 7), ou seja, contra a pessoa do Rei e do Estado. Como o interesse neste texto é abordar a perspectiva de Estado de exceção, desenvolvida por Giorgio Agamben, para caracterizar o miguelismo, cabe ainda um estudo sobre o quadro jurídico do regime de d. Miguel. Nota-se que houve uma preocupação em travestir de legalidade os atos de repressão, mas convém averiguar se essa tentativa foi feita tendo somente como referência as Ordenações Filipinas ou as leis do liberalismo. Ressalto aqui que o miguelismo não foi um estado liberal constitucional. Eram previstas, por exemplo, na Constituição de 1826 que, embora estivesse vigente até o ano de 1828, foi suspensa após a tomada do poder pelos miguelistas, as garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses contidos no seu último artigo 145°. Direitos cuja base a Carta definia como sendo a liberdade, a propriedade e a segurança individual:

§ 3.º - Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicados pela Imprensa sem dependência de Censura, contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar.

§ 7.º - Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados na Lei, e nestes dentro de vinte e quatro horas, contadas da entrada da prisão, sendo em Cidades, Vilas ou outras Povoações próximas aos lugares da residência do Juiz; e, nos lugares remotos dentro de um prazo

¹ Como consta no Processo crime movido contra Lourenço Gomes da Silva Álvares, natural de Pernambuco (Brasil) e João Losa, natural de Rio de Moinhos. Ambos foram acusados e julgados por terem cometido conspirações contra D. Miguel, sendo presos na Cadeia da Corte. ANTT, Maço 67, n.6 (manuscrito). No caso de brasileiros processados em Portugal, ver Gonçalves (2013).

² No caso dos estrangeiros processados, ver, inclusive Gonçalves (2015, p. 25).

razoável, que a Lei marcará, atenta a extensão do Território: o Juiz, por uma Nota por ele assinada, fará constar ao Réu o motivo da prisão, os nomes dos acusadores, e os das testemunhas, havendo-as. (CARTA CONSTITUCIONAL, 1826).

O que ficava disposto acerca da prisão antes da culpa formada: “§ 11.º - Será mantida a independência do Poder Judicial. Nenhuma Autoridade poderá avocar as Causas pendentes, sustê-las, ou fazer reviver os Processos findos”. Quanto às suspensões constitucionais relativas aos direitos individuais:

§ 33.º - Os Poderes Constitucionais não podem suspender a Constituição, no que diz respeito aos Direitos individuais, salvo nos casos, e circunstâncias especificadas no § seguinte.

§ 34.º - Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a Segurança do Estado que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a Liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunidas as Cortes, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o Governo exercer esta mesma providência, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a, imediatamente cesse a necessidade urgente que a motivou, devendo num e noutro caso remeter às Cortes, logo que reunidas forem, uma relação motivada das prisões, e de outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito. (CARTA CONSTITUCIONAL, 1826).

No caso do miguelismo, ele não tinha compromisso com o Estado de Direito tal como a sociedade liberal que, naturalmente desigual, previa a garantia dos direitos civis e das liberdades individuais, conforme já citado. A ideia de retorno à Antiga Ordem legitimou o próprio regime e, dessa forma, ele já seria de exceção em si, mesmo que provisório. Cabe lembrar que os miguelistas não pouparam esforços para suspender os direitos políticos de D. Pedro IV e de D. Maria da Glória quando as Cortes declararam suas incapacidades na sucessão da Coroa. Além do mais, os legítimos herdeiros perderam com isso a própria nacionalidade portuguesa.

Um regime de exceção se caracteriza pela suspensão do estado de direito. Giorgio Agamben destacou em sua obra que “o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista” (AGAMBEN, 2004, p. 16). A breve história do estado de exceção advém da história do termo *estado de sítio* que teve sua origem durante a Revolução Francesa. Ele foi instituído pelo decreto da Assembleia Constituinte de 8 de julho de 1791 e adquiriu certa fisionomia com a *état de siège fictif* ou *politique* (estado de sítio fictício ou político) e a lei do Diretório de 27 de agosto de 1797 e, por fim, com decreto de Napoleão Bonaparte de 24 de dezembro de 1811. A ideia da suspensão da constituição já

havia sido introduzida também pela constituição de 22 de Frimário do ano VIII. Era atribuído ao soberano o poder de “fazer os regulamentos e os decretos necessários para a execução das leis e a segurança do Estado” (AGAMBEN, 2004, pp. 24-25), como se observava no artigo 14 da *Charte* (Carta) de 1814. A constituição de 22 de abril de 1815, então, mencionou o estado de sítio como um *Acte additionnel* (Ato Adicional), restringindo sua declaração a uma lei.

O estudo sobre o estado de exceção, no caso do miguelismo, só terá relevância na medida em que ele é apreendido como uma “técnica de governo” na política contemporânea e, apresenta-se, nessa perspectiva, como um “patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” criando uma “zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, pp. 13; 42). O problema que Giorgio Agamben apontou, nas democracias modernas, é que o estado de exceção perdura, ou seja, tornar-se a regra ao invés de apenas fazer frente a uma situação emergencial. O autor questionou “se o que é próprio do estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal?” (AGAMBEN, 2004, p. 39). O estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico, pois a “suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica” (AGAMBEN, 2004, p. 39). É de supor que exceção faz sentido em se tratando de um estado constitucional, quando a lei é suspensa em nome de uma “força maior”. Porém, um dos casos desenvolvidos por Giorgio Agamben, que podemos ter como exemplo, para tratar dos períodos anteriores ao Estado liberal, é a questão do *tumultus*. Ao desenvolver um capítulo sobre o *iustitium* romano, o filósofo descreveu parte da historicidade de Roma:

Quando tinha notícia de alguma situação que punha em perigo a República, o Senado emitia um *senatus consultum ultimum* por meio do qual pedia aos cônsules (ou a seus substitutos em Roma, *interrex* ou pró-cônsules) e, em alguns casos, também aos pretores e aos tribunos da plebe e, no limite, a cada cidadão, que tomassem qualquer medida considerada necessária para a salvação do Estado (*rem publicam defendant, operamque dent ne quid respublica detrimenti capiat*). Esse *senatus-consulto* tinha por base um decreto que declarava o *tumultus* (isto é, a situação de emergência em Roma, provocada por uma guerra externa, um insurreição ou uma guerra civil) e dava lugar, habitualmente, à proclamação de um *iustitium edicere* ou *indicere*. (AGAMBEN, 2004, p. 67).

O *iustitium* significava, conforme Giorgio Agamben, um “paradigma genealógico” do estado de exceção como suspensão do direito para se enfrentar uma “situação de emergência”. Assim, percebe-se, por conseguinte, uma interrupção do direito, um vazio de direito no qual não poderia haver cumprimento ou transgressão da lei, bem como não teria distinção entre o

público e o privado. Dessa forma, o cônsul, o magistrado e o cidadão estavam livres para agir na salvação do Estado. No caso de um *tumultus*, suspendia-se o direito para a sua própria existência através de uma deliberação do Senado, o *senatus-consultos*. O local do estado de exceção, nessa suspensão, é de um não-lugar, um ponto de indiferença, pois se a norma pode ser suspensa sem, no entanto, deixar de estar em vigor, é porque seu regime de aplicabilidade pode englobar sua própria suspensão. Quando buscou definir o conceito de *tumultus*, Giorgio Agamben afirmou que a “única definição possível (...) é a que vê no *tumultus* ‘a censura através da qual, do ponto de vista do direito público, se realiza a possibilidade de medidas excepcionais’” (AGAMBEN, 2004, p. 69 Apud NISSEN, 1877, p. 76). O autor ainda enunciou, sob a forma de teses, os resultados de sua pesquisa sobre o *iustitium*. Dentre elas, está a de que o estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas (...) estão desativadas” (AGAMBEN, 2004, p. 69); e, que, o problema preciso ligado à suspensão do direito é o dos atos cometidos durante o *iustitium*, pois “à medida que não são transgressivos, nem executivos, nem legislativos, parecem situar-se, no que se refere ao direito, em um não lugar absoluto” (AGAMBEN, 2004, p. 69).

O exemplo referido aqui nos ajuda a pensar que o regime miguelista se apresentou como uma abertura no ordenamento jurídico, com o objetivo de “salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal”, criando um espaço onde essa “aplicação é suspensão, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor” (AGAMBEN, 2004, p. 48-49). Além disso, é possível dizer que o miguelismo não adotou uma política autoritária ou totalitária, até porque reivindicou o retorno ao absolutismo como filosofia de Estado e sistema político em Portugal. “Em Ideologia e Terror: uma nova forma de governo”, Hannah Arendt, reiterou que “o totalitarismo difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, como o despotismo, a tirania e a ditadura” (...) (ARENDDT, 2012, p. 611).

Embora o miguelismo não tivesse operado por essa política, tornar-se relevante destacar a violência praticada contra os adversários do regime. Refiro-me à extensão da repressão que parece ter sido adequada aos mecanismos jurídicos, já mencionados, às formas de legitimação política do regime e às formas de mobilização coletiva. Tal intensidade não caracteriza um estado como de exceção, nem mesmo o regime miguelista. Como aqui se reitera, ele já seria de exceção em si na medida em que não assegurava os direitos civis e as liberdades individuais, quer em relação a ele próprio, quer se tratando do sistema liberal, que

previa tais direitos com base nas Constituições de 1822 e 1826, promulgada e outorgada, respectivamente em Portugal.

A experiência contrarrevolucionária e miguelista cuja repressão extremada, consubstanciada numa legitimidade popular e nacional, em estruturação desde a Vila-Franca (1823) e a Abrilada (1824), além do mais, levou a cabo uma campanha de tipo “populista”, conforme apontou Maria de Fátima Ferreira. Tal aspecto “passou pela construção carismática da personagem do Infante, pela mobilização popular, pela diabolização dos adversários e pela incitação a uma violência” (FERREIRA, 2014, p. 10). Para a autora, isso “têm justificado inclusivamente o paralelismo com regimes ... de direita do século XX” (GONÇALVES, 2019, p. 260 apud FERREIRA, 2002, p. 18). Embora não possamos afirmar, por exemplo, que o miguelismo foi um regime ditatorial. Trata-se, assim, de compreender as semelhanças e as diferenças desde o século XIX entre os governos de direita na Europa, como pode ter sido o caso do miguelismo, em Portugal.

O regime miguelista foi intermitentemente marcado por guerra civil entre 1823 e 1834, ou seja, desde o primeiro golpe de 1823 até o seu término com a vitória dos constitucionais. Giorgio Agamben evidenciou os elementos que tornam difíceis uma definição do estado de exceção como a guerra civil, a insurreição e a resistência:

(...) se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o **direito se refere à vida** e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, **abandona o vivente ao direito**. (...) Entre os elementos que tornam difícil uma definição do estado de exceção, encontra-se, sua estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência. (AGAMBEN, 2004, p. 12 – grifos nossos).

Como aqui já se apontou, a apreensão dos dispositivos repressivos do regime de D. Miguel possibilita compreender que ele exacerbou na repressão, mas não significa que possa se caracterizar o regime como de exceção. Houve por meio desses mecanismos inúmeras prisões, inclusive sem culpa formada, condenações e execuções à pena de morte e uma vastíssima emigração de perseguidos pela Europa e pelas Américas. Uma vez que o regime não previa ou não assegurava os direitos civis e as liberdades individuais, a guerra civil ocorrida entre 1832 e 1834, momento em que a “necessidade obrigou as tropas regulares a correrem o risco de colocar nas mãos de guerrilheiros, sem experiência militar efetiva, operações de grande envergadura como a reocupação das vilas e cidades do litoral do Algarve em 1833” (FERREIRA, 2014, p. 10 apud FERREIRA, 2004, pp. 73-79), situou-se, nessa suspensão, numa “zona de indecidibilidade” tendo em vista que ela é o oposto do estado

normal. O estado de exceção é a “resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (AGAMBEN, 2004, p. 12). A zona de indeterminação do estado de exceção se tornava talvez mais transparente, já que ela era legal, entretanto não nos moldes liberais. Como afirmou Giorgio Agamben, “o estado de exceção não é um direito especial (como o direito a guerra), mas enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite” (AGAMBEN, 2004, p. 15).

Quanto aos perseguidos portugueses, exilados no Brasil, convém aqui distinguir os que se exilaram exclusivamente em razão do regime de D. Miguel daqueles que o fizeram já tendo uma experiência de vida no Brasil. É o caso de Emílio Joaquim da Silva Maia, filho do exilado Joaquim José da Silva Maia. Emílio Maia viveu experiências semelhantes às de seu pai ao longo da emigração portuguesa a partir de 1828. Com a mudança de sua família de Salvador para Portugal em 1823, interrompeu seus estudos no Brasil e preparou-se para continuar o curso de medicina na Universidade de Coimbra; obteve, nesse momento, somente o grau de Bacharel em Filosofia. Na ocasião em que esteve exilado com o exército constitucional em razão das perseguições miguelistas, engajou-se no corpo de voluntários acadêmicos acompanhando a referida emigração pela Europa juntamente com o seu pai. Exilou-se no Rio de Janeiro em 1829 e trouxe consigo uma vivência política e cultural relevante para o Brasil (GARCIA, 2004). Emílio Maia retornou ao país, já no período Regencial, em 14 de março de 1834 e residiu no Rio de Janeiro³. Inserido numa ambiência de intensa efervescência política, quer na Europa, quer no Brasil, Emílio Maia teve um engajamento político cujo espírito era liberal, e faleceu em solo brasileiro com 51 anos, em 1859.

João Crispim Alves de Lima, assim como Joaquim Maia e Emílio Maia, foi outro perseguido que se exilou no Brasil devido à repressão miguelista. Não temos seus dados pessoais e familiares. O ano em que se exilou no Império do Brasil pode ter sido entre 1829 e 1830. No entanto, João Crispim escreveu uma obra em que conseguimos apreender aspectos de sua experiência. Há, ainda, alguns periódicos redigidos por ele na cidade do Maranhão, como *O Amigo do Homem* (1825-1827) e *A Bandurra* (1828). Administrador, diretor e publicista da Tipografia Nacional e Imperial do Maranhão, por meio dos referidos periódicos, João Crispim defendia a legitimidade de D. Pedro I e D. Maria da Glória ao trono português,

³ Foi nesse retorno ao país, que chegaram a seu conhecimento os diversos manuscritos encontrados no espólio de seu pai, Joaquim Maia. Quando foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1841, Emílio Maia imprimiu esses escritos sob o título de “Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica”.

tendo-se engajado a favor do constitucionalismo. É possível que, tal como alguns redatores de periódicos do Maranhão foram deportados do Brasil devido às hipóteses de “abuso” à liberdade de imprensa, segundo Marcelo Galves, João Crispim seguiu viagem a Portugal, mas retornou como exilado entre 1829 ou 1830, ano que publicou sua obra pela mesma Tipografia⁴.

Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo foi outro exilado no Brasil. Nascido no dia 26 de setembro de 1795, na “casa de seu avô paterno, situada no terreiro da Piedade, fazendo esquina com a rua direita” (SORIANO, 1887, pp. 3-4), hoje cidade de Santarém, em Portugal. Sua mãe foi D. Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godolfim e seu pai, Faustino Jose Lopes de Figueiredo, era desembargador da cidade do Porto, senhor do prazo do Reguengo, moço fidalgo da Casa real, Alcaide mor do Cadaval e comendador da ordem de Cristo.

A historiografia portuguesa conferiu inúmeros adjetivos a Bernardo Figueiredo - frequentemente conhecido como Sá da Bandeira. São biografias publicadas já desde o ano de sua morte, em Lisboa, no ano de 1876. Ele foi reconhecido como “símbolo da liberdade e do patriotismo”, “personalidade multifacetada”, “nobre de caráter”, “herói do liberalismo” etc. Bernardo Figueiredo, de fato, foi um cidadão, político e militar que ocupou diversas pastas ministeriais, como ministro da Marinha e do Reino; governador de Peniche; ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, da Guerra; Obras Públicas; e, presidiu o Conselho Ultramarino criado em 1851. Foi agraciado com os títulos nobiliárquicos de 1º barão (em 1833), 1º visconde (em 1834) e 1º marquês de Sá da Bandeira (em 1864). E seu nome está ligado à criação da Escola do Exército em 1837 e, acima de tudo, parte de sua trajetória permite-nos compreender todo o processo de “implantação e consolidação do Liberalismo em Portugal, bem como todos os mecanismos de funcionamento das instituições e dos sistemas de relações estabelecidas entre os diversos órgãos de poder da época em que viveu” (MANIQUE, 1996, p.13).

Os exilados liberais que residiram no Brasil em razão das perseguições do regime miguelista, sobre os quais há mais informações, até agora, são de nacionalidade portuguesa⁵.

⁴ João Crispim ofereceu sua obra a D. Pedro e sua filha D. Maria da Glória. Não se tem notícia se ela chegou ao conhecimento deles. Mas seu propósito, como disse, era o de exprimir em uma “rasteira linguagem” o contraste de um artigo intitulado “Penúltima pancada mortal contra o Liberalismo Português”, inserido em 24 de julho de 1829 no periódico Correio do Porto nº. 173, que considerava afrontoso ao Imperador e a sua filha (e seus súditos, incluindo o próprio autor).

⁵ Porém, isso não quer dizer que todos o fossem, já que militantes liberais de diversas nacionalidades, espanhóis, italianos, brasileiros, franceses, ibero-americanos e ingleses, também se encontravam exilados na Inglaterra,

Uma vez instalados no Brasil, esses portugueses defendiam o constitucionalismo e a legitimidade de D. Pedro e de D. Maria no trono de Portugal. A presença deles, também, possibilitou um contraponto aos discursos dos periódicos de tendência liberal, como o Aurora Fluminense, que acusavam tanto o Rei como os próprios exilados de absolutistas, algo que não se pode inferir.

Fontes

Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826. Disponível: <https://www.fd.unl.pt.pdf>. Acessado: 12 jan. 2019.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. O "Terror miguelista" revisitado. Estado, intervenção popular e violência política no reinado de D. Miguel. In: **Ideais e Percursos das Direitas Portuguesas**. Riccardo Marchi (coord.). Lisboa, Texto Editora, 2014.

_____. Vencidos pero no convencidos: movilización, acción colectiva e identidd en el miguelismo. **Historia Social**, n. 49, pp. 73-79, 2004.

_____. **Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002, p.18.

GARCIA, Lúcia Maria Cruz. **Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. The Popular Support to Monarchy in the Context of Liberal Revolutions Brazil and Portugal (1820-1834). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, pp. 241-272, 2019.

_____. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834). **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, pp. 211-234, 2013.

GUIMARÃES, Nívea Carolina. **O movimento miguelista nas páginas d'Aurora Fluminense (1828-1834)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto Mariana, 2016.

aliados à causa portuguesa. Ocorre que não foi recuperada documentação que comprove a presença dessas nacionalidades durante o período aqui estudado.

LOUSADA, Maria Alexandre. **O miguelismo (1828-1834)**. O discurso político e o apoio da nobreza titulada. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho de síntese. Lisboa: 1987.

MANIQUE, António Pedro. Discurso de Abertura. In: **Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910)**. Actas – Comemorações do Bicentenário do Nascimento 21 a 23 de Setembro de 1995. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1996.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Verbete Revolução do Porto. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, p. 652.

SORIANO, Simão José da Luz. **Vida do Marquês de Sá da Bandeira**. Tomo I, Lisboa, 1887.

O Brasil Independente no embate entre as ideologias liberais e a realidade escravista e subalterna

Marcus Vinícius Duque Neves

Doutorando

Universidade Federal de Ouro Preto

duqueneves@gmail.com

Resumo: Esta apresentação visa trazer à discussão um resumo dos caminhos trilhados por parte da historiografia na discussão das enormes discrepâncias entre discursos modernizadores de cunho liberal, presentes entre as elites da independência, e a organização do arcabouço constitucional e legal que manteve grande número de estruturas arcaicas, cujos sentidos têm sido muito discutidos desde então. Nessas estruturas “arcaicas”, construiu-se uma cidadania meramente jurídica, com participação limitada às elites e um sistema de reestruturação simbólica constante, onde as elites se aproveitaram da virtual inexistência de um arcabouço legal próprio à participação dos estratos inferiores para fundir as conquistas próprias de descentralização e autonomia política intraelites com as noções de participação e cidadania, tirando-lhes as possíveis interpretações de cunho popular e buscando ofuscar a verdadeira natureza das trocas políticas. Essas práticas se traduziram em discursos e jargões nacionalistas e patrióticos que se estruturaram em uma linha comum entre as elites centrais, regionais e locais, mas, com diferenças por vezes, substanciais. Pretendemos uma releitura inicial de parte desta discussão com ferramental teórico emprestado à antropologia jurídica e à teoria crítica, buscando rever, contrapor e, até mesmo conciliar, as narrativas sobre o sentido destas contradições.

Palavras-chave: Liberalismo, escravismo, elites.

Introdução

Em primeiro lugar, não vamos reeditar aqui a discussão sobre se há ou não “ideias fora do lugar”, construção teórica da lavra de Roberto Schwarz e outros autores. Essa apresentação se filia à corrente que defende que, em momento algum, as ideias liberais no Brasil do século XIX estiveram fora do lugar. O que chamo, talvez um pouco impropriamente de “arcaísmo institucional” se deve em parte à reprodução de parte de sua estrutura econômica colonial, que manteve o país atrelado de forma periférica ao capitalismo com todas as decorrências sociais que isto acarretou, assim como de características próprias e intrínsecas ao espaço e às relações entre populações autóctones com as que vieram se constituir aqui de forma voluntária ou forçada, em constante tensão, entre a guerra cruenta, alianças mal encetadas e colaboração por coação em muitos níveis. Então, lógicas cruentas de discurso e formas de lidar com “o outro”, que tinham tomado outras características no centro do capitalismo europeu, foram

reproduzidas de forma incessante nas Américas, o que seria o cerne do discurso sobre o “arcaico” em diversos pensadores.

A segunda advertência é a de que o “arcaísmo institucional” do qual trato é uma forma de definir, na falta de melhor termo sintético um conjunto de limitações e contradições próprias que se dão entre a estrutura institucional, os discursos ideológicos e as práticas institucionais, durante os dois períodos monárquicos. Essas contradições já foram amplamente tratadas em diversas discussões, porém, ainda não de forma suficiente, nem se chegou a consenso sobre diversas questões, que se mantém em aberto.

Postas essas advertências, devo localizar esta comunicação dentro do projeto de doutorado em curso, onde busco explorar e testar as diversas hipóteses para a gênese do campo jurídico no Brasil Monárquico e como sua construção, institucional e social, ocorrida em seus primeiros quase 70 anos, definiu as possibilidades retóricas e de aceitação da República que lhe seguiu e cujas consequências nos chegam até o presente.

Uma das questões de prática historiográfica que perpassa esse campo de estudo específico se situa na forma como a miscelânea das obras, que estudam as instituições e o campo jurídico, foi escrita ao longo do século XX. Como são muitas, deixo de citá-las aqui.

De início, a falta de formação histórica teórica e metódica entre os primeiros historiadores das instituições, muitos deles de formação no campo do direito, envolvidos na política de sua época e, quando muito, com uma formação humanista no campo de ciências sociais ainda muito marcadas por autores e teorias do século XIX e primeiros anos do século XX, produziu obras mascaradas por leituras de viés quase exclusivamente político ou descritivas do processo legiferante como um caminho em direção a uma maior perfeição institucional ou civilizatória. Essas obras também atribuíam ao testemunho de época e às concepções autoritárias e ideológicas de “povo”, “cidadania” e “participação”, uma força descomunal de produzir “a realidade social” de cima para baixo. A baixa capacidade crítica produziu textos de teor interpretativo dúbio e que pouco se aprofundavam em diversas questões, e estas, quando postas, eram discutidas superficialmente (RODRIGUES, 1965; IGLÉSIAS, 2000; PEREIRA, 2011).

Exemplos que saltam à vista são, por exemplo, as constantes tentativas de renascer os discursos laudatórios em torno de figuras da família real; a forma de apresentar a legislação sucessivamente como um caminho linear das instituições rumo à civilização desconsiderando os desejos políticos e as discussões intraelites; e a defesa da escravatura como uma forma

essencial da economia brasileira que não deixava opções, entre outras formas que se tentou salvar de maiores polêmicas, em geral ligadas a concepções historiográficas muito marcadas por correntes e intelectuais do século XIX.

Quando as primeiras gerações de historiadores munidos de maior formação e arcabouço teórico, além de ferramentas de pesquisa e análise aperfeiçoadas, se depararam com o problema de como tratar esta herança historiográfica mais antiga, onde muito dos textos mais lidos e comentados eram fruto de pensadores oriundos de outras áreas, como o Direito, ou ainda, ensaístas, por vezes muito diletantes, tomaram várias decisões. A maior parte absorveu opiniões do grupo antigo fazendo poucas ressalvas, apenas adaptando a linguagem e estabelecendo comentários. Grupos menores partiram para a crítica das leituras feitas acerca das instituições, seja no registro da história das ideias ou nova história política. Outros grupos se concentraram, mais recentemente, na releitura pela metodologia da histórica dos conceitos. Em muitos casos, há uma mistura entre essas e outras opções (PEREIRA, 2011).

Tornar-se independente era primeiramente se colocar em outra posição frente ao concerto de nações. Essa posição não visava estabelecer um nível de igualdade na forma como muitas vezes parlamentares e militares anunciavam. A grande maioria acreditava que uma nação jovem teria que amadurecer até chegar a uma posição que permitiria uma aproximação em termos equânimes “civilizacionais” diante de outras nações. Porém, a posição a que se chegava, com a independência, continuava atrelada à condição econômica que herdara e daria continuidade ainda por muito tempo: uma condição periférica e subalterna no sistema de divisão de trabalho internacional já posto.

Essa realidade, porém, permitia escolhas, que se definiam na forma de se chegar a pontos intermediários, ou seja, gradações. Os diversos autores liberais que influenciaram a geração política da independência foram interpretados de forma diferentes entre eles, o que significa que o liberalismo não pode ser compreendido como um único rol de ideias, mas, na verdade, como várias noções de liberalismo. Por exemplo, podemos citar que José Bonifácio tinha noções sobre liberalismo muito diferentes em certos aspectos do que o entendimento do Visconde de Cairu, Francisco Lisboa, ou ainda de Bernardo Pereira de Vasconcelos ou do Padre Diogo Feijó (RODRIGUES, 1965; SILVA, 1999).

Ao contrário dos processos de formação dos Estados Nacionais ocorridos no Europa desde o século XIII, onde os agentes que se opunham politicamente eram os representantes

dos burgos e as nobrezas centralizadoras, no Brasil recém-independente, até então colônia, as oposições internas que se seguiram não passavam por comunidades citadinas organizadas frente ao poder central, mas, aparentemente de forma apenas muito ligeiramente similar, quando transparece nas Regências, com as famílias patriarcais espalhadas em amplos espaços onde exerciam sua influência de modo relativamente autônomo, escoradas economicamente nas atividades econômicas em torno da *plantation* dependente da mão de obra escravizada de origem africana. Nos amplos espaços, por vezes, por especificidades econômicas e sociais, se constituía também algo como um protoregionalismo.

A inexistência deste contexto de oposição de burgos, assim como de uma autonomia relativa e um direito dos “pequenos” livres, como existia em Portugal e tão bem descrita por Antonio Manuel Hespanha na sua obra *Imbecillitas*, era um fato que demonstra claramente, contrariando as afirmações de inúmeros ensaístas e autores mais antigos, que não foram trasladadas nem reproduzidas as instituições portuguesas no Brasil. A escravidão é o principal motivo disso. A manutenção das leis do Reino, não significa a reprodução de instituições. Frisamos que o funcionamento da economia e da sociedade brasileira eram muito diversas da que existia na antiga metrópole, e que as instituições aqui criadas refletiam suas singularidades.

Como as famílias patriarcais eram o nó central da ocupação e controle dos interiores, e estas, não raro, tinham laços na nobreza, se considerando fidalgos, a visão comercial de seus integrantes se integrava ao processo de adaptação produtiva exportadora sem grandes oposições ao poder central, durante o período colonial. A impressão de continuidade institucional provavelmente foi intensificada pela impressão de que se constituía a relação interiores-Corte, em uma espécie de parceria que se prolatara no tempo, desde a implantação destas atividades no período da Colônia. Assim, suas demandas por algum tipo de modernização sempre foram muito limitadas, mas, ainda assim significativas em termos de bens de consumo e da necessidade de dar educação ilustrada aos seus filhos. Isso se estendia ao campo do jurídico e à incorporação de filhos ou parentes nas estruturas administrativas do estado que se estava criando (SALLES, 2012; SILVA, 2017; BAHIA, 2003).

Algumas obras defendem que Monarquia, unidade territorial e escravidão uniam as elites, independente das distâncias, ainda que não constituíssem uma comunidade de atores políticos bem definidos em suas funções. Talvez, exatamente por isso, a necessidade de constituir um espaço público, essencial para a formação do Estado, tendia a ser estruturadas no sentido de trazer os chefes e principais das famílias estendidas para as funções públicas a

serem criadas e descentralizadas. Definindo-se as funções, distribuindo os poderes institucionalmente em um processo reconhecível e definido em leis, se constituiriam esferas públicas locais reconhecíveis, que poderiam aclarar as negociações políticas e, por fim, fazer parecer às elites locais (e até mesmo a indivíduos de outros estratos) que o poder negociado estava sendo concedido, fator simbólico essencial para a manutenção da ideologia monárquica.

Esse sistema era congruente com o sistema de mercês do antigo regime, porém, extremamente atual a certa leitura liberal, que também encontrava similaridades com certas mudanças relacionadas ao contexto das restaurações monárquicas na Europa, de considerar a estrutura do Estado também fornecedora de “carreiras abertas aos talentos”, uma conquista burguesa frente ao antigo regime durante a Revolução Francesa.

Essa duplicidade será encontrada em algumas estruturas locais, as mais notáveis, nas leis que criaram os Juizados de Paz eletivos nos Distritos (considerados territorialmente o mesmo que a Paróquia) e na Guarda Nacional (CARVALHO, 2008; CARVALHO, 2015).

A criação do jurídico: referencial do iluminismo e de suas consequências

Para a parcela mais elevada da elite política, de características oligárquicas, que transitava no entorno do príncipe regente Pedro, logo, Pedro I, uma complicação maior para a manutenção da monarquia no Brasil independente se encontrava nos exemplos ideológicos que podiam ser pensados a partir das leituras da história recente da Europa, onde se situava em relevo a Revolução Francesa, a figura de Napoleão e as Restaurações Monárquicas subsequentes a 1815. Apesar do exemplo constitucional norte-americano, que tinha influenciado parte deste mesmo grupo, como arcabouço legislativo geral, tal exemplo carecia de profundidade pela lenta organização do sistema federado e de ampla descentralização, que não se coadunava com o que se considerava as necessidades imediatas de assegurar a unidade territorial e a autoridade política centralizada (MALHEIRO, 1976, RODRIGUES, 1965).

Mas, a visão de uma separação que pontuasse as diferenças materialmente visíveis entre a metrópole e a ex-colônia, era mais corriqueira e aparecia em alguns discursos mais claramente. Porém, diferenciar certos aspectos não era fácil, por exemplo, através de leis e da organização de novas instituições. Buscaram-se inspirações e experiências variadas, como, por exemplo, a de José Inácio de Abreu e Lima, nascido em Pernambuco, um nobre que esteve na Gran-Colômbia (Panamá, Colômbia e Venezuela), na época das independências e

trouxe para as discussões políticas inúmeras questões que apontavam um panamericanismo (PARRON, 2011; MALHEIRO, 1976).

Parece-nos não ser muito clara, a forma como se deveria transpor a ideia de nação para o novo contexto, em termos de instituições e leis, já que a continuidade da posição econômica frente à Inglaterra, além da manutenção da maioria das leis que antes vigoravam e mesmo da Casa de Bragança no poder deixava certas questões e contradições passíveis de várias leituras sobre até onde a independência significava rompimento, até onde, continuidade.

Assim, mesmo que em certos aspectos as leis ordinárias que regiam o caráter cotidiano das relações econômicas e civis pouco mudassem, todo o arcabouço de leis políticas que estabelecia as regras das trocas políticas foi substituído. Ainda que regrassem, mas, não alterassem substancialmente os donos do poder, foram saudadas como conquistas técnicas do direito e da modernização das instituições (BAHIA, 2003; SILVA, 2017).

Se considerarmos neste contexto, os discursos sobre a cidadania, a Independência celebrou a cidadania como a conquista do nacional e de instituições próprias para definir e abrir à conquista de indivíduos das elites econômicas locais, de distinções e cargos públicos, mas, manteve para a maioria, composta de escravizados, libertos e “desclassificados” uma continuidade histórica de falta completa de direitos, que significava a inexistência de possibilidade de cidadania, ou de uma subcidadania teórica, nunca realizada.

Nenhuma incongruência com as influências Europeias. Podemos supor que, se questionado por algum viajante europeu, sobre as condições desses estratos mais baixos, um político poderia muito bem arguir a falta de um “povo”, em moldes europeus.

A questão era de controle dos estratos mais baixos e não de sua incorporação como cidadãos. Por isso leis como as dos Juízos de Paz, da Guarda Nacional e o Código Penal foram as leis mais prontamente discutidas e aprovadas na década seguinte à independência. O arcabouço jurídico que se achava necessário “atualizar” ou reforçar com urgência decorria da continuidade das estruturas sociais pré-existentes que atendiam à posição econômica agroexportadora do país, que não havia se alterado.

Podemos resumir o início das mudanças jurídicas no Brasil Independente como sendo a conquista de uma modernidade Jurídico-Político para as elites; reforço do controle policial e penal sobre as camadas submissas. No âmbito do direito civil, comercial e público de nível ordinário, a continuidade das leis realengas, mas abertas a releituras jurisdicionais pelas autoridades locais.

Buscando ferramentas de análise: visão antropológica da efetividade do jurídico

Na antropologia jurídica a lei é analisada fora de suas fontes formais e para além de suas fontes políticas e morais. Uma das relações fortes da lei, para a antropologia jurídica, é com a religião. O sobrenatural é uma justificativa comum para regras e “bom proceder” que interfere como tradição na lei, que, porém, no processo iluminista racionalista e de positivação tende a esconder tal origem por motivos ideológicos ligados à sua pretensão de ciência.

Se historicamente tratarmos das origens de um novo padrão jurídico, encontramos pouco de novo em termos de justificação, mas, na verdade, uma miscelânea incrível que contém mais continuidades de legitimação e a maior parte das aparentes rupturas ditadas pelas mudanças econômicas e miméticas ao centro do poder mundial, sob o manto semântico da ideia de modernização.

No caso do período da independência, temos um caso de continuidade de uma casa monárquica europeia que adere a si um princípio de constitucionalização, então em voga, como símbolo da vitória burguesa e da absorção de certas noções publicistas, a uma estrutura preexistente de legitimação de caráter institucional fundada em princípios religiosos. O Padroado continua com a independência, sendo um dos esteios da legitimidade real tratado com superficialidade nas análises sobre a monarquia brasileira.

O papel da continuidade bragantina no domínio político do Brasil, ainda que seja um processo de altos e baixos, interrupções e negociações complexas dentro das elites regionais e entre os centros e periferias, próximas e remotas, sofre um processo de mudanças alegóricas sutis que, na sua sutileza, permite a continuidade de um vínculo simbólico tênue, mas, importante, para a manutenção da submissão das classes populares. Tão tênue que, contestado diversas vezes, teve que ser “reposto” por processos de repressão e intervenção constantes, que o fizeram perdurar e permitir *a posteriori* leituras ideológicas de uma elite intelectual não conhecedora desses interiores, mas, criada em torno das mitologias do Reinado.

Alguns historiadores, já no século XX, se tornaram presos dessas versões oficiais, dessas “mitológicas” que se perpetuou pela linha das grandezas que todo processo dito “civilizatório” deixa para o futuro, em meio de edifícios monumentais, relatos laudatórios e enormes quantidades de fonte oficiais de crítica não muito fácil, na falta de bons e combativos críticos contemporâneos ao período em que se formaram, pela estreiteza das liberdades e das formações.

O historiador José Murilo de Carvalho é o caso clássico. Ele, ao colocar Silva Jardim como o introdutor da ideia genérica de povo no vocabulário político brasileiro, na vertente rousseauiana, de uma cidadania abstrata e homogênea, se esquece, porém, que tal visão, abstrata e homogênea, ainda que se possa discutir se sua origem provém das obras de Rousseau, estava dada desde o começo do período monárquico, utilizada, ora para designar o povo genérico e abstrato, ora para designar o conjunto dos estratos dependente das elites, juntamente com estas, retirando-se da noção os índios, escravos e os “desclassificados” (CARVALHO, 2010).

Na antropologia jurídica contemporânea, na sua vertente que busca uma maior compreensão comparativa pela visão de uma macro-história que, ora chama o estruturalismo, ora o repele, há discussões muito pertinentes sobre como se construía didaticamente a visão peculiar que os juristas do século XIX, pautada pelas influências do Direito Romano:

O *ius* romano é a unidade entre o *fas*, a *lex* e o *ritus*. O *ius* não é universal e nem pretende ao universal. O *ius* romano é de origem divina e humana. O *ius* inclui em si o injusto (SACCO, 2013, p. 269).

O *fas* é a expressão do poder autoritário ou autoritativo, mais precisamente. É expressão de uma posição de poder que se ocupa. A *lex* é a forma que a norma toma como ordem, baseada em algum argumento coletivo ou de legitimidade externa ao poder que lhe aplica. E o *ritus* é a formalidade, o aparato icônico ou semiótico que expressa um vínculo com o divino, sua vontade ou a autoridade que dele advém (SACCO, 2013, p. 270).

Nas mudanças do jurídico realizadas pelo período que se inicia na Independência, poderemos seguir separadamente o desenvolvimento de cada um desses componentes do *ius* para buscar um entendimento do que foi a constituição do campo jurídico? Podemos ver a reconfiguração do *fas* no Poder Moderador? Mas, o *ritus* também ali concentrou boa parte de sua força, apesar de ter sido partilhado em diversos momentos com instituições criadas para tal. A suspensão do Poder Moderador nas Regências é um dado perturbador, já que o *fas* não desapareceu, mas, sua localização precisa entre os regentes, a elite diretamente envolvida na tutoria do sucessor não é completamente visível. E não apenas isso, mas, a função que o *fas* representa foi repassada para as elites locais, transformadas em autoridades locais *de iure*, ainda que isso tenha se constituído dentro de uma ideologia do progresso e da troca política. O *ritus* pouco as alcançou, porém. A manutenção do *ritus*, que é o asseguramento no controle da força simbólica permaneceu nos estratos superiores das elites. Ela se constituía de um

intrincado jogo de trocas simbólicas, signos e determinações superiores só acessíveis aos que tinham acesso direto à Corte e que tinham as credenciais para participar coletivamente de tudo que envolvesse o poder derivado do *ritus*. No *ritus* se distinguia a elite superior da inferior. As associações posteriores e as organizações políticas que se opuseram a certas políticas determinadas pela Corte podem ser vistas como instrumentos de luta simbólica que usaram de novos signos e criaram novas trocas simbólicas para tentarem produzir *ritus* concorrentes ao do sistema já estabelecido.

Antes do processo de independência, desde a volta de D. João VI para Lisboa e das reiteradas investidas das Cortes de Lisboa em direção à recolonização, o *fas* esteve em disputa, principalmente quando os comandantes portugueses de diversos regimentos obedeciam às Cortes e colocaram em cheque o poder do Príncipe Regente Pedro, processo de disputa cujo ápice, alguns anos depois, esteve no episódio do *Fico*.

Como a história nunca é um processo onde há determinações únicas para a geração de suas consequências, a visão antropológica do direito também acaba por ajudar a destrinchar o político e o social que se inserem no que de longe parece ser um árido palco de determinações econômicas e políticas, que muitas vezes são interpretadas como frutos do “mercado” e dos “gênios individuais”, sendo que há um processo mais complexo de determinações e possibilidades.

Se o pensamento econômico vigente entre os liberais do século XIX era altamente determinista, este não afastava diversas outras considerações, quando o assunto era a mudança de seus objetivos secundários, mas, não em relação aos principais. Prova disso foi a manutenção e mesmo incentivo ao aumento, do processo de escravização e tráfico desde a África para o Brasil. Esse aspecto era secundário em relação ao lucro.

Em 1831 a Independência se completa com a nacionalização do Estado, com a abdicação e a volta de D. Pedro I a Portugal, que termina a luta entre os resquícios da elite que pretendia algum tipo de ligação próxima ou residual com a antiga metrópole. Tal fato consolida mudanças no caráter político e institucional que redefine as relações de força entre as próprias elites, e entre elas e o centro do poder.

Assim, o início do constitucionalismo brasileiro é *sui generis* em relação aos constitucionalismos europeus, norte-americano e latino-americano. Em certo sentido, se assemelha com todos e se afasta de todos. A primeira constituição, de 1824, que nos interessa aqui, esteve em vigência por 65 anos com apenas uma emenda. Fruto de um ato autoritário,

porém, com certas “luzes”, quando o Imperador aproveita de partes do texto discutido pela Assembleia Constituinte que dissolve, ela traz em seu artigo 178 uma fórmula que define o papel que deveria cumprir de impedir grandes fissuras entre as elites, e plasticidade para não permitir facilmente que seu texto fosse utilizado para sustentar alguma mudança no caráter do regime. “É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas leis ordinárias”. Frisando: Cidadãos são os componentes da elite política. Texto liberal, para manter o poder da classe dirigente onde “sempre deveria estar” (PEREIRA, 2011; SOUZA, 2017).

Conclusão

Podemos perceber que o liberalismo, em suas diversas leituras realizadas no Brasil no século XIX, ajudou a marcar uma prática jurídica que releu do Direito Romano, o teor privatista e que já influenciara os liberais ingleses e norte americanos, reiterando seus aspectos ordenadores da ordem privada como princípios da ordem política e do direito público. Nada incongruente, portanto, em relação ao liberalismo econômico ou político. Porém, negou o estudo deste mesmo Direito Romano, retirando-o dos currículos de suas primeiras universidades, com o argumento de que o Estado nascente tinha necessidade de “operadores do direito”, mas, não de juristas “sábios” (NEDER, 2010; SALLES, 2012).

As elites estavam no centro do processo de orientação dos valores da nova sociedade e das leis a partir do mundo econômico que dominavam, sendo o direito o principal esteio de controle social, proteção da propriedade privada e instância apaziguadora entre grupos intraelites. A origem mítica do Poder Moderador está, inclusive, nesta última função.

A cidadania de corte popular, portanto, só pode ser considerada no Período Monárquico, uma pauta de luta organizada a partir do momento em que pessoas oriundas dos estratos mais baixos da sociedade ou de práticas políticas progressistas, como libertos e juristas que rompem com interpretação canônica do direito, imposta desde a independência, se organizam em torno do movimento abolicionista, por volta de meados da década de 1840 em diante. Ali, elas vão torcer, reiterando suas contradições, analisando as premissas jurídicas que sustentavam a escravidão, muitas vezes utilizando da reinterpretação dos termos contidos nas leis e nas obras clássicas, muitas delas criadas sob diversas visões liberais.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime.** São Paulo: Annablume, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social.** Brasília: Vozes, 1976.

NEDER, Gislene. **As reformas políticas dos homens novos (Brasil Império: 1830-1889).** Rio de Janeiro: Revan, 2016.

PARRON, Tâmis. **A Política da Escravidão no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Luisa Rauter. **Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo. Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870).** Tese (doutorado) - UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil.** São Paulo: Obelisco Ed., 1965.

SACCO, Rodolfo. **Antropologia Jurídica: Para uma Macro-História do Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SALLES, Ricardo Henrique. **O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado.** Guarulhos: Almanack, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823.** Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1999.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

A educação feminina no século XVIII segundo Luís António Verney

Nelian Karolina Belico Marques
Mestrando
UFMG
neliankarolina@gmail.com

Resumo: O Iluminismo foi um movimento intelectual que teve seus pilares fundantes na racionalidade. Neste sentido, a educação se configurou como um elemento chave para levar o pensamento racional a todos. Ou seja, neste contexto, a educação é concebida como um fator que conduziria as nações a eliminar o obscurantismo que as levavam à ignorância, e assim proporcionar “‘espíritos pensantes’, moralmente ‘bem-formados’ e socialmente ‘bem-educados’” (ALGRANTE apud FALCÓN, 1993, p. 239). Exponentes do pensamento ilustrado como Locke e Rousseau dedicaram a escrever obras de caráter pedagógico, tais como “‘Pensamentos sobre a Educação” e “Emílio ou da Educação”, respectivamente. Em Portugal, o movimento ilustrado também foi engendrado no ideal de modernização do estado, sendo que os pensadores iluministas portugueses, influenciadores das reformas propostas pelo Marquês de Pombal também produziram publicações que abordavam sobre a temática da educação. Um desses ilustrados que se destaca é Luís António Verney e sua compilação de dezesseis cartas, reunidas em dois volumes sob o título *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal* (1746). A publicação aborda temáticas de ponto de vista pedagógico, político e filosófico. No livro, a última carta foi dedicada a educação feminina, cujo título desse capítulo é *Estudo das mulheres*. Portanto, a partir do exposto, o objetivo desta comunicação é apresentar de forma detalhada a defesa pela educação feminina feita por Verney e compreender no que se baseava a educação direcionada ao público feminino. A relevância dessa abordagem consiste no fato que Verney escreveu influenciado por outros pensadores contemporâneos, possibilitando vislumbrar uma concepção do que seria o ideal de educação feminina para o contexto do século XVIII.

Palavras chave: Educação feminina, Luís António Verney, Iluminismo português.

O iluminismo português ainda é pouco difundido em profundidade quando comparado aos movimentos ilustrados de outros países da Europa. Alguns fatores tais como, o movimento ter se dado mais tardiamente em Portugal e a pouca originalidade teórica dos pensadores portugueses revelam particularidades que podem transmitir a falsa impressão que o movimento não se configurou em território lusitano. Contudo, para melhor compreender o que ocorreu em Portugal no contexto do que estamos chamando genericamente de iluminismo cabe uma melhor definição conceito deste movimento.

A autora portuguesa Ana Cristina Araújo pontua como tal nomeação pode ser problemática e como também pode deixar escapar a percepção de sua pluralidade:

Por comodidade, tem-se aceitado, um tanto acriticamente, o conceito de iluminismo, derivado do termo italiano *illuminismo*, para caracterizar o movimento de ideias que, em Portugal, se opôs resolutamente à escolástica, à herança seiscentista no campo da literatura, das artes e do pensamento, proclamado, em lugar da tradição, o valor da razão e do espírito crítico em todas as esferas da acção humana (ARAUJO, 2003, p. 16).

Ainda segundo Araújo a denominação mais adequada para o movimento é “luzes portuguesas”, pois essa é a expressão predominante na documentação da época, como é afirmada por ela:

Como a raiz latina *lumen* unifica os dois vocábulos, o português e o italiano, poderia pensar-se que, em ambos os casos, o conteúdo histórico da noção iluminismo remetesse para o seu emprego indiferenciado nos séculos XVIII e XIX. Rigorosamente, não é isso que se passa. Os testemunhos portugueses da época não apontam para a adopção linear daquele neologismo. Na linguagem de “filósofos”, publicistas e reformadores, as referências, no singular, a “Luz”, “Luz da razão”, “Luz da boa razão” “Luz da experiência”, e, no plural, a “Luzes” ou mesmo “Luzes do século”, predominam largamente. No domínio das expressões verbais, “ilustrar”, “civilizar” e “iluminar” adquirem um sentido equivalente. A par destes vocábulos, assinala-se ainda o uso esporádico de “iluminado”, em vez de “ilustrado” ou “esclarecido”, denominações mais comuns (ARAUJO, 2003, p.16).

O espírito reformador fez-se necessário uma vez que Portugal se encontrava em uma crise econômica que não permitia a integração de sua economia ao sistema mercantilista. A ausência do desenvolvimento na agricultura, comércio e indústria geravam diversas críticas quanto ao atraso do país. Ademais, o domínio exercido por uma nobreza conservadora atrelada a um monopólio religioso pela Igreja Católica colaborava ainda mais para a decadência do reino português. O projeto modernizador proposto por diversos iluminados prosperou através do despotismo esclarecido perfilado por D. José I, no início da segunda metade do século XVIII.

Segundo Áurea Adão:

O iluminismo josefino caracterizou-se pela intervenção do Estado em todos os setores da vida nacional, tendo em vista o bem público e felicidade dos súbditos. Além disso, visava reformar a sociedade por meio de leis justas e adequadas, que vieram a atingir os mais diversos domínios do aparelho do Estado, desde o económico ao educativo. (1997, p.3)

No início do governo, D. José, criou um gabinete ministerial com homens que lhe pareciam capazes de reformar o estilo de governança anterior e nomeou como superintendente deste gabinete, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (ADÃO, 1997, p. 3). Pombal possuía estreitas relações como vários autores ligados ao movimento das Luzes portuguesas, sendo esses a referência para diversas mudanças proposta pelo governo nos âmbitos

sociais, culturais, políticos e econômicos. Diversos pensadores propuseram a modernização que Portugal tanto necessitava pelo viés da educação, dentre esses, podemos destacar Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), Luís António Verney (1718-1792) e António Nunes Ribeiros Sanches (1699-1783).

O primeira a publicação que seguia esta linha foi a obra *Apontamento para a educação de um menino nobre* (1743) de Martinho de Pina e Proença e sua relevância se configura na introdução do pensamento de Jonh Locke em Portugal. Alguns anos depois Luís António Verney publica *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), onde defendeu a modernização cultural por meio do ensino, pautado principalmente no conhecimento das línguas latina e portuguesa (FONSECA, 2009, p. 26). E em seguida viria o médico português António Nunes Ribeiro Sanches, apresentou suas ideias para uma reforma global do ensino em *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760). Desses, os dois últimos se dedicaram a escrever sobre uma proposta de educação feminina, contudo Ribeiro Sanches se limitou em tratar apenas da educação de meninas nobres e ricas, já Luís António Verney apresenta um apêndice sobre o assunto de maneira mais ampla que Ribeiro Sanches, sendo essa a justificativa para a seleção deste texto como objeto de análise para o presente trabalho¹.

Antes de partimos para a análise do compendio de Verney é importante compreendermos o que estamos chamando de educação feminina vai além de aprender a ler e escrever e sim preparar as meninas e moças para vida, mas especificamente para exerceram as funções de mães e esposas. Como a primeira o colégio para meninas em Portugal é datado do final do século XVIII² a educação ocorria na maioria das vezes dentro das próprias casas, onde as mães eram as principais educadoras, sendo em alguns casos se contratava um preceptor ou mestre, muito provavelmente, nesta situação ocorria no interior de famílias de poses. Por vezes a educação era restrita ao ensino de trabalhos manual, tais como o bordado e a costura e conhecimento religioso. Vale salientar que tradicionalmente a rapariga que “tivesse recebido educação mais esmerada ou que se mostrasse mais interessada pelos estudos era alvo, frequentemente, de críticas de suas companheiras” (ADÃO, 1997, p. 85) e também dos homens. Dito isto, vamos partir para uma breve apresentação sobre o autor e a obra onde está inserido o compêndio.

¹ Verney não era partidário de um ensino abrangente as classes populares, somente no tocante a educação feminina, mas para todos os indivíduos, pois ele tinha em vista a utilidade pública da educação, com defendeu Ribeiro Sanches, mas si que ele fosse um proveito pessoal. Ele proponha que cada rua grande, ou ao menos em um bairro existisse uma escola pública para que todos os pobres pudessem mandar seus filhos para lá (ADÃO, 1997, p. 64).

² Segundo Maria Antónia Lopes, “só em 1782 [que] se instala no país o primeiro colégio para educar meninas, no convento da Visitação” (1989, p. 97).

Luís António Verney e o seu *Verdadeiro Método de Estudar*

Filho de pai francês e mãe portuguesa, Verney nasceu em Lisboa em 1713. Estudou no Colégio Jesuítico de Santo Antão e na Universidade de Évora, onde cursou Artes e Teologia. Mais tarde seguiu para a Itália, onde defendeu uma tese em Teologia (BOTO, 2010, p. 125).

De acordo com Clarice Nunes, devido a

[...] intrigas que sofreu por uma frase infeliz, solta numa conversa de acaso, com um dos nobres da Corte Portuguesa e o receio não só da tirania regalista, mas também da acusação de herege e das possíveis torturas do Santo Ofício, obrigaram-no a exiliar-se na Itália, em 1736. Morou em Roma e aí sofreu diretamente a influência de um vigoroso movimento intelectual que, vindo da França [...] (1989, p. 48).

Contrário à escolástica, e por consequência, também, à pedagogia jesuíta, era favorável a cultura científica moderna sem se desligar dos princípios cristãos. Verney era filiado a corrente de pensamento do iluminismo católico italiano de Muratori (1672-1750) e Genovesi (1712-1769). Esse alinhamento entre fé e razão foi encontrado entre outros pensadores portugueses, mas não há uma “fidelidade a crença [que] pode permanecer intocada mas não reveste a mesma intensidade nem a exprime da mesma maneira [...]” (ARAÚJO, 2003, p. 18). O que é relevante compreender é que o catolicismo não permanece ileso a críticas, pois o objetivo era a renovação da religião. Segundo Araújo, a aliança entre essa renovação e a pedagogia das Luzes buscou a secularização da moral, onde a subordinação da ética a razão correspondia aos anseios da busca pela perfectibilidade entre a moral a ordem espiritual (2003, p. 56-57).

O iluminismo católico praticado por Verney influenciou o reformismo cultural pombalino na esfera educacional. A obra *Verdadeiro método de estudar* foi a principal inspiração do Alvará régio de 1752, uma vez que “seu campo de aplicação visava sobre os estudos preparatórios para o ensino universitário [...]” (ADÃO, 1997, p.6). Como foi dito anteriormente, os pensadores das luzes portuguesas não produziram teorias originais, mas a publicação de Verney conseguiu reproduzir ideias e posições polêmicas que estavam em voga na Europa. Neste sentido, não foi de maneira despretensiosa que Verney assinou o livro com um pseudônimo de Padre Barbadinho e escreveu a seguinte dedicatória na segunda página do livro: “Aos reverendíssimos padres mestres, da venerável religião da companhia de Jesus. No reino, e Domínio de Portugal” (VERNEY, 1746, [s.p]).

Importante ressaltar que a relevância da obra se justifica no fato de ser o primeiro trabalho em Portugal que apresenta um sistema completo de pedagogia e suas principais influên-

cias foram Locke, Rollin e Fénelon, sendo esse último a principal referência sobre educação feminina europeia.

O estudo das mulheres

Já nas primeiras linhas Luís António Verney inicia o texto defendendo a educação feminina estabelecendo um contra a aqueles tivessem uma opinião contrária, por não acreditarem que as mulheres gozassem da mesma capacidade intelectual a masculina:

Parecerá paradoxo, a estes Catões Portugueses, ouvir dizer, que as Mulheres devem estudar: contudo se examinarem o caso, conhecerão, que não é nenhuma parvoíce, ou coisa nova; mas bem usual, e racional. Pelo que há capacidade, é loucura persuadir-se, que as mulheres tenham menos, que os homens. Elas não são de outra espécie no que toca a alma: e a diferença do sexo não tem parentesco, como a diferença do entendimento. A experiência podia, e devia desenganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mulheres, que discorrem tão bem, como os homens: e achamos nas histórias mulheres, que souberam as ciências muito melhor, que alguns grandes leitores, que nós ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas, que discorrem mal, fosse argumento bastante para dizer, que não são capazes; com mais razão o podíamos dizer, de muitos homens. Compare V. P. uma Freira moça da Corte, como um Galego de meses; e verá quem leva vantagem. De que nasce esta diferença? da aplicação e exercício, que um tem, e outro não tem. Se das mulheres se aplicassem aos estudos tantas, quantos entre os homens, então veríamos quem reinava (VERNEY, 1746, p. 291).

Observe que ao trazer exemplos a respeito da atuação feminina, tais como: “discorrem tão bem como os homens”, ou “sabem ciência muito melhor”, ou ainda “grandes leitores”, Verney utilizada da experiência como método para poderia dissuadir os contrários à educação feminina. Para finalizar esse ponto da sua justificativa, ele faz uma provocação dando a entender que se as mulheres estudassem como os homens, elas se sobressairiam a eles.

No parágrafo seguinte Verney alega:

Quanto à necessidade, eu acho-a grande, que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras, nos primeiros anos da nossa vida: elas nos ensinam a língua, elas nos dão, as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos hão de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Certamente, que os prejuízos que nos metem na cabeça, na nossa primeira meninice, são sumamente prejudiciais, em todos os estados da vida: e quer-se um grande estudo e reflexão, para se despir deles (1746, p. 291).

Note que necessidade apresentada é centrada na imagem da mãe que se não receber uma educação adequada, por consequência não saberá educar adequadamente seus filhos. Então Verney (1746, p. 291), evoca a noção de criança como tábula rasa e chama a atenção

para os “prejuízos [...] na nossa primeira meninice” que se tornam “prejudiciais em todos os estados da vida”, caso a mãe não sabia instruir seus filhos.

Ainda neste sentido, Verney (1746, p. 291-292) continua: “Além disso, elas governam a casa: e a direção do econômico, fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode de fazer uma mulher, que não tem alguma ideia da economia?”. Portanto, após fundamentar a importância da educação feminina no papel que as mães têm como educadoras, Verney coloca a questão da administração econômica dos lares pelas mulheres e o aponta como mais uma necessidade.

Importante destacar que o movimento iluminista teve a preocupação de estabelecer os papéis sociais das mulheres como explica Isabel Braga:

Com o iluminismo, mudou sobretudo o alcance e o sentido que se deu às tarefas femininas. Isto é, a mulher passou a ter primazia no que se referiu ao papel de educadora dos filhos durante a infância e a ser entendido como uma companheira cultivada marido. De qualquer modo, a percepção foi sempre no sentido de uma mulher instruída beneficiar a família e, em consequência a sociedade (2005, p. 137).

Mais adiante, Verney aponta o hábito da leitura, seja essa sagrada ou profana como algo para “formar os costumes”, dando belíssimos para a vida”, como é afirmado pelo pensador:

Além disso, o estudo pode formar os costumes, dando belíssimos ditames, para a vida: e uma mulher que tem, alguma notícia deles, pode nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil, e o nesta; no mesmo tempo que outras se empregam, em leviandades repreensíveis. Muito mais, porque não acha texto algum da lê, ou sagrada, ou profana, que obrigue as mulheres a serem tolas, e não saberem falar. As Freiras já se-sabe, que devem saber mais alguma coisa; porque hão de ler livros latinos. Mas eu digo, que ainda as casadas, e donzelas, podem achar grande utilidade, na notícia dos livros. Persuado-me, que a maior parte dos homens casados, que não fazem gosto, de conversar com suas mulheres; e vão a outras partes, procurar divertimento pouco inocentes; é porque as acham tolas, no trato: e este é o motivo, que aumenta desgosto, que naturalmente se acha, no continuo trato de marido com mulher. Certo é, que uma mulher de juízo exercitado, saberá adoçar o ânimo agreste, de um marido áspero, e ignorante: ou saberá entreter melhor, a disposição de animo, de um marido erudito; do que outra, que não tem estas qualidades: e desta sorte reinará melhor a paz nas famílias. O mesmo digo das donzelas, a respeito dos parentes (1746, p. 292).

Importante não perdermos de vista que a mudanças dos costumes visando o interesse masculino como finalidade, pois o uso da leitura para ser empregado em “coisa útil” para as esposas se tornarem mais interessantes aos olhos dos maridos, a fim que esses não “vão a ou-

tras partes, procurar divertimento pouco inocente”. Além disso, mulheres de “juízo exercitado” zelam pela paz de suas famílias.

Sobre aprender a escrever Veney enuncia:

Depois, ler, escrever português corretamente. Isto é o que rara mulher sabe fazer, em Portugal. Não digo eu escrever corretamente, pois ainda não achei alguma, que o fizesse; mas digo, que pouquíssimas sabem ler, e escrever; e muito menos nos, fazer ambas as coisas corretamente. Ortografia, e pontuação, nenhuma as conhece. As cartas das mulheres são escritas, pelo estilo das bulas, sem vírgulas nem pontos: e alguma que os põem, pela maior parte é fora do seu lugar (1746, p. 292 - 293).

A respeito desta colocação Maria Antónia Lopes pondera que, embora o nível de instrução feminina devia realmente ser muito baixo, a afirmação de Verney parece ser certamente exagerada, apesar do panorama geral não devia ser, de fato, animador (1989, p. 96-97), contudo há algumas obras de autoria feminina que foram publicadas no século XVIII³, sendo algumas dessas, memórias escritas por freiras. Vale lembrar que Verney, como já foi demonstrado anteriormente, se referem às freiras como exemplo positivo de mulheres que receberam instrução.

Na sequência, Verney relaciona o fato que “nasce o não saber ler” como consequência de saber escrever corretamente, no entanto, ele pondera “emendar com cuidado, este defeito” (1746, p. 293). Mais adiante Verney afirma:

Quando a menina sabe ler, e escrever sofrivelmente, deve-lhe o mestre dar alguma ideia, da Gramática Portuguesa: a qual neste princípio se reduz, a pouquíssimas coisas. Mostrar-lhe nos livros que lê, as oito partes da oração: ensinar-lhe, a força delas: a declinação do nome: e alguma coisa da conjugação dos verbos. Que o verbo pede caso &c. e outras coisas gerais. Em terceiro lugar a pontuação, e Ortografia correta. **Isto compete a rapazes, e raparigas: mas eu principalmente o digo, das fêmeas: porque rapazes, que hão de seguir os estudos, devem nas escolas estudar mais.** (VERNEY, 1746, p. 293, grifo nosso)

Com o objetivo de sanar a preocupação apresentada anteriormente que a maioria das mulheres escrevem cometendo muitos erros tanto gramáticas quando ortográfico, Verney sugere um método através dos “livros que se lê”. Interessante ressaltar nesta última colocação, na qual o pensador lembra que rapazes seguem nos estudos, já as moças ficam limitadas ao ensino elementar e por isso esse deve ser bem conduzido.

³ Algumas dessas publicações foram utilizadas como fonte por Maria Antónia Lopes em *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*.

Após abordar sobre ensino de gramática, Verney passa a tratar sobre o ensino de matemática e mais uma vez ele aponta para a necessidade desse conteúdo para formação na administração doméstica, dito em suas palavras : “Depois disto, devem-lhe ensinar, as quatro primeiras operações de aritmética: as quais são todos os instantes necessárias, para a economia da casa” (1746, p. 293 – 294). Apesar de ter defendido a mãe como educadora no início do texto, Verney indica o ensino por intermédio de um mestre “do ler para diante” uma vez que as mães podem não ter tempo, paciência ou conhecimento para ensinar tais conteúdos.

Depois da matemática, Verney indica o ensino de história, sendo abordadas as História do Cristianismo utilizando a bíblia o instrumento que regula o estudo. O pensador sugere que a explicação das divisões temporais sejam feitas pelos acontecimentos presentes no Velho Testamento, para se ensinar junto ao catecismo a percepção de cronologia. Também deveria estudar a “história profana, especialmente a Grega, e a Romana”. Como metodologia para ensinar esse conteúdo, Verney propõe que o ensino deveria acontecer devagar para que seja feita as devidas reflexões. Também aponta como útil fazer cópia do compêndio ou resumo dos “passos que lerão”, ele acredita que esse tipo de atividade colabora para memorizar o que se estudou, trabalhar a escrita e a capacidade de sintetizar o que é essencial (VERNEY, 1746, p. 294). Depois deveria se aprender a História de Portugal, cuja importância e os limites se expressam na seguinte afirmação: “É justo, que as mulheres saibam, a história da sua pátria: e vejam o que tem havido bom, e mau, na história do seu Reino. Não digo, que devam ler tudo, o que se vai escrevendo na Academia Real [...]” (VERNEY, 1746, p. 295).

Além disso, nesta mesma parte, ele se refere a aprendizagem da língua espanhola através do estudo da História de Portugal, declarando o seguinte: “No mesmo tempo aprendem, que se aperfeiçoam, na língua Espanhola; que serve muito para ler as histórias, e outras obras daquela nação (VERNEY, 1746, p. 295).

No parágrafo subsequente o autor aprofunda o tema da economia que já havia sido iniciado anteriormente quando abordou sobre o ensino de aritmética. Para ele esse conhecimento pode ser aprendido ao mesmo tempo em que se estuda outros conteúdos e mais uma vez o autor não deixa de marcar que a economia é estudo próprio para as mulheres, uma vez que pode ser útil para ajudar os maridos ou parentes (VERNEY, 1746, p. 295). Neste sentido, faz se necessário compreendermos o que Verney está denominando como conhecimento em economia para as mulheres:

Por este nome de Economia entendo, saber o preço de todas as coisas, necessárias para uma casa, e a melhor qualidade delas: como também, em que

tempo se devem fazer, as provisões de casa: o que importa muito, para poder poupar. Também, como se deve preparar um jantar, e com a menor despesa, em cada tempo do ano: e outras coisas destas (1746, p. 295).

O pensador fundamenta o ensino desta matéria no fato que muitas senhoras desconhecem os preços e pagarem dez em algo que vale três. Verney (1746, p. 295) acredita que as mulheres devem aprender a “saber gastar quando se deve, e como se deve”. Para ele, as moças devem “aprender a ter, o seu livro de contas: em que assenta a receita, e despesa: porque sem isto não há casa regulada. Deve também ter alguma ideia, do modo de conservar, e aumentar as rendas, das suas fazendas.” (VERNEY, 1746, p. 295). Além disso, ele também chama atenção para a situação das mulheres que ficam viúvas e tutoras de seus filhos que não tem conhecimento para administras suas fazendas.

Mais adiante Verney trata da segunda parte do estudo sobre economia que é denominado por ele como “trabalho das mãos”. Neste ponto o autor toca em uma questão importante que recaiu sobre a educação feminina a solução, que é o combate a ociosidade das mulheres através da aprendizagem de alguma arte de agulha: costurar, bordar, fazer meias ou luvas, remendar, rendar entre outras atividades. Para Verney (1746, p. 296), “Este emprego é mui necessário, para tirar o ócio; e também para saber administrar bem a casa: e para os pobres, é sumamente necessário, aprender a coser bem, fazer bem meias, remendar, e outras coisas de casa”.

Apesar do autor apontar o trabalho como as mãos ser muito necessário para as mulheres pobres, pois deste trabalho poderiam promover o sustento de suas famílias, ele também defende que mulheres ricas devessem aprender essas artes para empregá-las como esmolas ou obras da igreja. Para tornar sua retórica mais convincente entre as senhoras de posses, Verney elenca exemplos de mulheres soberanas que sabiam trabalhar com lã e como isto fazia parte do seu processo de educação.

Verney também agrega a proposta de cantar, tocar instrumentos e danças, mas com algumas ressalvas. No caso do canto e instrumento deveria bastar somente os familiares em casa ou no caso das senhoras ricas para divertir a si mesma em momentos de ociosidade. Moças solteira poderia empregar dinheiro e tempo com cantar e tocar instrumento desde que “não se servissem disto, [mas] depois de casadas não me parece louvável” (VERNEY, 1746, p. 297). Quanto às freiras, segundo Verney, cantar e saber tocar um órgão, era algo próprio de sua ocupação. Sobre a dança ele afirma:

[...] me parece necessário, a uma Senhora que tenha boa educação, é, aprender alguma coisa a dançar: não para se servir de todas as galantarias, que ensinam os mestres; mas para aprender o que é necessário, a uma pessoa, que há de tratar com gente bem educada, e de nascimento. Por falta deste exercício, vemos muita gente, que anda torta, e com alcorcova: outras não sabem fazer uma mesura: [...] esta gente, não sabem encontrar as pessoas: cumprimentar com boa maneira: e em uma palavra, faltam a todas as cerimônias que são necessárias, a gente bem educada. [...] Daqui para diante, não me parece que seja útil, tirando o que já disse, de aprender o que basta, para que em uma ocasião de quinta &c. possa dançar um minuete, e divertir-se com seus parentes, e conhecidos (VERNEY, 1746, p. 298).

Sobre o ensino de Latim, Verney acredita ser necessário somente para as freiras, pois para ele é ridículo se elas fizessem a leitura das escrituras sagras na língua sem entendê-la. O pensador não condena a senhora que viesse a aprender, contudo nesta situação ele pondera:

[...] neste caso deve-se seguir uma estrada, diferente da dos rapazes, e só própria para mulheres. A Gramática seja tão breve, quanto pode ser: a qual o mestre deve encurtar ainda mais explicando em voz, muitas coisas: e logo entrar na explicação, de algum autor fácil. As mulheres não é necessário, que falem o Latim: basta que o entendam: o que se deve, e pode fazer, pelo modo mais breve do mundo (VERNEY, 1746, p. 289-299).

Para finalizar ele retoma o discurso inicial em favor da educação feminina e aponta como ela pode ser importante tanto como interesse público bem como para o ambiente doméstico. Segue a defesa nas palavras de Verney:

Certamente, que a educação das mulheres neste Reino, é péssima: e os homens quase as consideram, como animais de outra espécie: e não só pouco aptas, mas incapazes de qualquer gênero de estudo, e erudição. Mas se os pais, e mães considerassem bem a matéria, veriam que tem gravíssima obrigação, de as ensinar melhor: e que de o não fazerem, resulta gravíssimo prejuízo à República, tanto nas coisas públicas, como domésticas (1746, p. 299).

Considerações finais

O texto que analisamos é de um homem apresentando um programa ideal de educação feminino, onde o principal objetivo era instruir e preparar as mulheres para desempenharem papéis sociais que homens acreditam ser próprios para o dito sexo. Ou seja, a concepção do que do seria indicado para a educação feminina não contou com a participação das mulheres. Como “afirmou Pilar Pérez Cantó, o Iluminismo foi para as esposas a grande oportunidade perdida (BRAGA, 2005, p. 137), pois ele poderia ter ampliado a atuação feminina na socieda-

de do antigo regime, mas a proposta acabou por dar continuidade à noção que o lugar das mulheres era confinamento no interior de suas casas e seu campo de atuação o doméstico.

No mais, concluímos que embora o compêndio sobre educação feminina trouxe pouca contribuição ao debate sobre educação feminina para o contexto, marcam a função da educação para meninas e moças para serem boas mães esposas, e acabar por instituir os limites dessa instrução, não podemos deixar de reconhecer o fato do tema não ter sido negligenciado em uma publicação que é tão cara para as luzes portuguesas como foi o *Verdadeiro método de estudar*.

Fonte

VERNEY, Luís António. Estudo das Mulheres. In: **Verdadeiro método de estudar**: para ser útil à Republica, e à Igreja : proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. 1746, vol.2. p. 291-300. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>. Acesso em: maio 2019.

Referências Bibliográficas

ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras**: as escolas régias (1772-1794). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 527p.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres na colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 349p.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 126 p.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Iluminismo e educação. In: Cultura, religião e cotidiano: Portugal (século XVIII). Lisboa: Hugin, 2005. p. 135 - 163.

BOTO, Carlota. Pombalismo e escola de estado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: UFES, 2010. p. 107 – 152.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: FAPEMIG, Autêntica, 2009. 174 p.

LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**: a transformação dos papéis femininos em Portugal a luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989. 229p. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/44074?mode=full>>. Acesso em: maio de 2019.

NUNES, Clarice. Luís Antonio Verney (1713-1792): um pensador atrevido?. **Varia História**, UFMG, Belo Horizonte, n. 9, p. 47-59, 1989.

Edmund Burke: Homem, Sociedade e Governo¹

Petrus Albino de Oliveira

Graduando em História pela UFMG

petrus.2011_oliveira@hotmail.com

Resumo: Esta apresentação tem como objetivo discutir as ideias políticas apresentadas pelo político e intelectual Edmund Burke (1729-1797). Como primeiro lugar de análise, é necessário refletir sua concepção sobre a natureza do homem, sobretudo ao observar os limites que Burke impõe ao conhecimento e raciocínio abstratos e a importância maior que concede à dedução empírica. Com isso, a pretensão é que esta reflexão se desdobre e auxilie na compreensão de sociedade para Burke, na qual o autor apresenta suas formulações sobre o poder da tradição, cuja ação aparece para conter o ímpeto humano e dar sustentação ao corpo social. Ao fim, a apresentação pretende articular estes pontos para discutir o papel do governo em todo esse quadro analítico, como quais são as responsabilidades dos governantes e quais elementos eles se assentam para construir sua legitimidade. Para empreender todas essas observações, a apresentação pretende percorrer pelas obras de Burke, principalmente publicações relevantes como “*Vindication of Natural Society*” (1756), *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful* (1756) e *Reflections on the Revolution in France* (1790). Além, é claro, de se utilizar de determinados discursos proferidos pelo político como representante do partido Whig na Câmara dos Comuns, cuja argumentação também pode ajudar nesta tarefa complicada de sistematização proposta, pois o próprio intelectual nunca estruturou em nenhum trabalho específico suas ideias políticas. Dessa forma, todo e qualquer questionamento realizado somente pode encontrar certas respostas na comparação e sobreposição dos diversos textos do autor. Portanto, as conclusões e reflexões que essa exposição procura levantar circulam no campo social e político tanto do passado quanto do presente. Por meio das ideias e respostas apresentadas nos textos de Burke frente às incertezas que surgiram na época vivida pelo intelectual, podemos nos permitir realizar indagações em nosso próprio contexto, buscar comparações que nos revelem ainda mais a cortina do todo social e tracejar caminhos que nos iluminem ao meio da instabilidade política. Ao final, nada mais relevante do que discutir nos tempos atuais questões ligadas ao poder da tradição, aos costumes e ao pragmatismo político.

Palavras-chave: Burke, Homem, Hábitos, Tradição, Sociedade, Governo.

Introdução

Este artigo objetiva ser um ponto de partida para a análise das ideias políticas apresentadas pelo intelectual e político Edmund Burke (1730-1797), cujas obras “*A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*” (1756) e “*Reflections on the Revolution in France*” (1790) constituem-se as fontes suportes para o empreendimento analítico de concepções do autor acerca de aspectos da natureza humana, como os limites do raciocínio abstrato e o protagonismo das paixões e dos sentimentos. Junto a isso, pretende-se estender esse processo para um exame crítico do poder dos hábitos e das tradições no convívio social e, por fim, articular tudo isso com a importância dada pelo autor

¹ Comunicação no Simpósio Temático 15: Rupturas e Continuidades da Época Moderna (XV-XIX)

para que magistrados e governantes reconheçam as mudanças e as novas circunstância do tempo.

Para começo de investigação, antes de entrar no processo de exame minucioso supracitado, é necessário realizar certas contextualizações tanto do autor quanto das obras utilizadas neste trabalho. Assim, para fins de síntese e de relação com os temas trabalhados neste trabalho, de sua biografia, o mais importante é destacar quando Burke começa o envolvimento com assuntos políticos e este marco acontece em 1759. Escreve Moreira (2019) que, por razões financeiras e de sustento familiar, o irlandês dá seus primeiros passos como secretário de William Gerard Hamilton e, seis anos passados, se torna assistente de lorde Rockingham, líder do partido Whig. Como deputado *whig*, discursa já em 1766 como membro da Câmara dos Comuns (MOREIRA, 2019). Porém, como esta primeira legislatura veio por concessão de um amigo, é somente em 1774 que Burke será eleito e ocupará pelo distrito de Bristol uma cadeira neste mesmo Parlamento (MOREIRA, 2019).

A partir desse momento, o caminho de Burke como político emplaca e o irlandês se torna um dos mais influentes oradores e parlamentares da segunda metade do século XVIII, assim, membro *whig* importante nos debates e nas discussões de variados assuntos e acontecimentos que marcaram a história britânica e americana no período. Dentre eles, pode-se citar a guerra de independências das Treze Colônias, os abusos da Companhia Britânica das Índias Orientais na Índia, as questões dos católicos irlandeses e, claro, o tema que lhe deixaria mais popular em sua época e posteriormente: o advento da Revolução Francesa. Burke, para expor seus argumentos em todos esses assuntos, se utilizou tanto de discursos – por exemplo, um famoso sobre a Revolução Americana que durante um período era recitado pelas crianças na escola (HIMMERLFARB, 2011) -, quanto livros e panfletos que conseguiram circulação em meios acadêmicos e mais amplos.

Devido ao pouco tempo de pesquisa, esse trabalho pretende centrar-se em apenas duas dessas suas obras literárias: “*A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*” (1756) e “*Reflections on the Revolution in France*” (1790). A primeira não é uma obra propriamente sobre temas político, mas sim, é fruto de sua passagem e seu diploma na Trinity College Dublin, antes de qualquer perspectiva maior de se tornar parlamentar. Segundo livro de sua vida, essa obra discute temas como a natureza humana e os princípios dos objetos exteriores que podem afetar igualmente os seres humanos, ao estimular nos espíritos paixões e sentimentos, em que, de acordo com autor, são fundamentais na constituição humana. Dessa forma, embora em um primeiro momento o uso desse livro pode

parecer bem distante de discussões políticas e sociais, o artigo pretende mostrar que ocorre certo diálogo com os outros escritos, cujo entendimento pode melhorar a compreensão do pensamento político de Burke.

Como segunda obra, “*Reflections on the Revolution in France*” (1790) constitui-se o grande livro de Edmund Burke. Já pouco depois do lançamento deste, publicado no formato de uma grande carta a um jovem francês que lhe havia indagado sobre o processo revolucionário na França, Charles-Jean-François Depont (MOREIRA, 2019), o autor receberia respostas de outros pensadores como Mary Wollstonecraft e Thomas Payne, ambos com o intuito de refutar as ideias e perspectivas apresentadas pelo autor, sobretudo aquelas que rodeavam o ponto central de sua argumentação: uma oposição às decisões e ações tomadas, até então, na Revolução Francesa e os possíveis riscos subsequentes. Relacionado com este último, confere-se uma das motivações que os historiadores avaliam para a publicação de Burke, pois, ao concluir sobre os perigos das ideias revolucionárias francesas e quando estas começam a aparecer no cenário político e social inglês, o político *whig* então se sente engajado a se mostrar publicamente contrário a todo o processo francês.

Ao fim, toda essa exposição da biografia do autor e o contexto de produção de suas obras têm como objetivo dar certa historicidade ao pensamento político de Edmund Burke. Apesar do artigo propor à primeira vista uma análise somente filosófica e política de suas conceituações, esse empreendimento analítico não retira toda a camada histórica das ideias discutidas, ou seja, as concepções de Burke formuladas acerca da natureza humana, do poder dos hábitos e das tradições e da ação do tempo e das novas circunstâncias na vida humana estão todas articuladas à vivência e experiência de Burke, dessa forma, devem ser considerados os autores, as correntes de pensamentos intelectuais e as redes culturais com os quais dialoga.

Parte 1 – Natureza Humana: Razão e Paixões

Para essa primeira parte, após todas as considerações e contextualizações introdutórias, o estudo pretende-se focar na primeira obra já apresentada: “*A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*” (1756). Como mencionado, embora não seja um livro sobre assuntos políticos e sociais, Burke escreve neste perspectivas e concepções relevantes que impactam em suas análises políticas e sociais posteriores, seja naquelas declamadas em seus enormes discursos na Câmara dos Comuns, seja em obras como “*Reflections on the Revolution in France*” (1790) e “*Reform of the*

Representation in House of Commons” (1782). Isso acontece pois, neste livro de 1756, Burke, em sua busca para falar de aspectos da estética, expõe noções e conceitos acerca da natureza humana: a força dos sentidos, a inevitável expressão das emoções e paixões no espírito humano e o papel da razão e do raciocínio abstrato. Assim, como pretende demonstrar este artigo, todas as conclusões sobre cada um dos últimos assuntos possuem relações intrínsecas com as argumentações e críticas realizadas por Burke em outros âmbitos, por exemplo, ideias sobre a formação das sociedades e responsabilidades dos governos.

Desse modo, com a intenção explicitar e se desdobrar em todos esses assuntos citados no parágrafo anterior, antes, para a compreensão mais profunda e pormenorizada, é necessário se estender um pouco em certos elementos retóricos, filosóficos e investigativos construídos por Burke no processo de escrita do livro. Nesse sentido, destaca-se que a publicação utilizada para o artigo consiste em um lançamento da editora Papyrus, publicada em 1993, em que, por opção, se decidiu por colocar o prefácio da primeira edição do livro lançado no século XVIII, mas também um novo prefácio e capítulo introdutório realizado por Burke na segunda edição deste mesmo lançado ainda próximo deste período. Dentro disso, pretende-se focar primeiramente nos dois prefácios para refletir aspectos teóricos-retóricos e investigativos do autor, cujo Burke cauteloso, em ambos, nos alerta sobre as dificuldades de sua pesquisa e investigações em relação ao objeto de estudo. Dessa forma, em uma das primeiras sentenças do primeiro parágrafo, aparece:

Descobriu que estava muito longe de ter uma teoria acerca de nossas paixões ou um conhecimento de suas verdadeiras fontes; descobriu também que não poderia atribuir suas opiniões a quaisquer princípios fixos ou bem fundamentados, e observou que outros homens encontravam-se nas mesmas dificuldades (BURKE, 1993, p. 11).

Mais à frente, ainda no primeiro prefácio, complementa este trecho dizendo que: “Essa confusão de ideias torna necessariamente todos os nossos raciocínios sobre temas dessa natureza extremamente imprecisos e inconclusivos.” (BURKE, 1993, p. 11). Toda essa cautela também se encontra no prefácio da segunda edição, na qual o autor explica que nesta nova publicação adicionou um capítulo introdutório para rebater críticas e aprimorar certos aspectos, entretanto, avisa que isso certamente aumentou o “[...] número de seus defeitos; [...]” (BURKE, 1993, p. 13) e por isso observa, em receio semelhante ao prefácio da primeira edição, que: “Aqueles que estão habituados a estudos dessa natureza contarão com encontrar muitas falhas e as perdoarão. Sabem que muitos dos objetos da nossa investigação são por si mesmos abstrusos e complexos” (BURKE, 1993, p. 13-14). Em complemento a isso, diz

também aos leitores: “[...] que estão cientes de que existem numerosos obstáculos, originados pelo assunto e pelos preconceitos dos leitores e até mesmo nós próprios, que tornam extremamente difícil expor sua verdadeira natureza com evidência cristalina.” (BURKE, 1993, p. 14). E, por fim, em conclusão contundente de todo esse raciocínio apresentado, aparece no terceiro parágrafo ainda da segunda edição: “É verdade que a natureza está escrita em caracteres legíveis, mas eles não são simples o bastante para permitir uma leitura corrente.” (BURKE, 1993, p. 14). Não são o bastante, pois a natureza humana “[...] nos prende a uma lei rigorosa e a limite bastante estreitos” (BURKE, 1993, p. 14).

Ao fim e ao cabo, toda essa cautela expressa nesses variados trechos, escritos em diferentes períodos de tempo, revelam significativas concepções de Burke, as quais são fundamentais para a compreensão dos temas importantes dessa primeira parte do artigo – protagonismo dos sentidos e das paixões e o papel da razão no espírito humano. Nessa acepção, todo esse cuidado e receio do Burke está relacionado com uma camada essencial da vida pessoal e intelectual do autor, ou seja, a influência de uma criação católica na infância e juventude que configurou nele toda uma forma cristã de conceber a existência humana e seus limites. Assim, para Burke, o mundo foi criado por um Deus perfeito, que nada errou nas leis naturais que governam cada mínima parte dessa criação, entretanto, o ser humano é de uma natureza falha, estreita e limitada, e, por nenhuma forma, pode esperar entender os complexos objetos criados por Deus em sua totalidade, nem mesmo a própria natureza humana. Em uma das seções do livro, por exemplo, explicita bem essa ideia ao falar da relação do poder de Deus e da insignificância do homem perante ele e a realidade. Por isso, escreve que todo ser ao se deparar “[...] com um objeto tão incomensurável, sob a força, por assim dizer, do poder absoluto, e totalmente envolvidos por sua onipresença, (...)” (BURKE, 1993, p. 74), este recolhe-se “à insignificância” (BURKE, 1993, p. 74) de sua própria natureza e é “como que anulado por ela” (BURKE, 1993, p. 74).

Desta maneira, é ligada a toda essa concepção da falibilidade humana que se torna possível adentrar nas etapas fundamentais desta primeira parte: a força dos sentidos, a inevitável expressão das emoções e paixões no espírito humano e o papel da razão e do raciocínio abstrato no espírito humano. Para Burke, essa natureza de limitações do homem se dá muito pelo fato deste empreender todo contato com o mundo exterior mediado pelos sentidos: tato, olfato, visão, paladar e audição. Desde a infância e de forma semelhante em todos, a sensibilidade primordial realizada com a realidade é feita por estes mecanismos, que estabelecem conexões, de acordo com o autor, aos campos do prazer e da dor no âmago

humano. Por isso, o autor escreve: “Todos os homens concordam em chamar o vinagre de azedo, o mel de doce e o aloé de amargo, e, uma vez que todos admitem encontrar essas qualidades naqueles objetos, não discordam de modo algum quanto aos seus efeitos em relação ao prazer e à dor.” (BURKE, 1993, p. 24)

À vista de todo esse último parágrafo, sem fazer uma separação tão clara, é que Burke concentra-se em focar boa parte de seus escritos na revelação da importância das paixões e dos sentimentos no mundo íntimo e social do homem. Através dos sentidos, atrelado ao campo do prazer e da dor, se relacionam as paixões humanas, atuando em diversos âmbitos da vida do indivíduo. Apesar de falhas e limitadas – uma das principais razões da já supracitada imperfeição humana –, são imprescindíveis no convívio humano e respondem de forma semelhante, do mesmo jeito que os sentidos, em todos os seres. O próprio livro utilizado como fonte nesta etapa é um exemplo disso. Neste, o autor desdobra-se em uma investigação sobre uma tentativa de esclarecer as causas do que denominou de sublime e belo no espírito humano. Em suma, um objeto com características sublimes causa no homem paixões relacionadas ao terror, assombro, reverência ou respeito, assim, ligado então ao campo de algo que pode ferir ou causar dor. “Esta é a origem do poder do sublime, que, longe de resultar de nossos raciocínios, antecede-os e nos arrebatava com uma força irresistível” (BURKE, 1993, p. 65). Enquanto isso, no campo do prazer, estão aqueles objetos exteriores com fatores da beleza, que incitam paixões como ternura, compaixão, consistindo “[...] em alguma qualidade dos corpos que age mecanicamente sobre o espírito humano, mediante a intervenção dos sentidos”. Nesse sentido, para as definições apresentadas anteriormente aparecem um protagonismo explícito das paixões junto aos sentidos para o entendimento do assunto, ao mesmo tempo em que, se há alguma citação sobre qualquer raciocínio lógico e abstrato, isto somente desponta para o autor acomodá-lo em uma posição secundária.

Destarte, Burke não principia uma completa rejeição da razão abstrata no homem, mas sim, coloca que todo e qualquer raciocínio lógico não apresenta nenhum poder superior nas formas de conhecimento e de contato do mundo. Pelo contrário, em oposição há certas correntes intelectuais e sociais de sua época que imputavam quase que uma onipresença e perfeição para o raciocínio lógico, o autor desloca a razão a um posicionamento de submissão diante do protagonismo dos sentidos e das paixões no âmago do indivíduo. Por isso, Burke alerta ao leitor em vários momentos do livro sobre isto, como em:

Receio ser uma prática bastante corriqueira em investigações desta natureza atribuir sentimentos nascidos somente da estrutura mecânica de nossos corpos ou da conformação ou constituição de nossos espíritos a certas

conclusões da faculdade do raciocínio sobre os objetos que nos são apresentados, pois tenho motivos para crer que o papel exercido pela razão no incitamento de nossas paixões chegue, de modo algum, a ser tão grande quanto se costuma crer (BURKE, 1993, p. 53)

Portanto, algumas conclusões podem ser levantadas dessa primeira parte. Por um lado, a natureza humana comporta uma grande falibilidade, determinada por uma mediação primordial dos sentidos para o conhecimento do mundo, desdobrando-se por criar na imaginação e faculdades internas do homem a atuação das paixões e dos sentimentos, alijando à segundo plano o papel do raciocínio abstrato, sem autoridade para conhecer o mundo por completo e sujeitada da mesma forma como qualquer outra forma de conhecimento a possibilidade do engano. Por outro, se o homem é tão limitado em suas constituições internas e em sua tangibilidade com o mundo exterior, será que para Burke há alguma forma do ser humano impedir que recaia sempre ao erro? Ou ainda, como o autor concebe que haja certa harmonia no todo social? Para responder essas perguntas, o artigo passa agora à sua segunda parte: o poder dos hábitos e das tradições.

Parte 2 – Sociedade: Hábitos e Tradições

Nesta parte, a análise deste artigo pretende relacionar as observações empreendidas anteriormente – sobretudo as paixões e os sentimentos humano – para compreender a importância dada por Edmund Burke a dois aspectos centrais e interligados de seu pensamento político: a função dos hábitos e das tradições. Nesse sentido, além de se utilizar mais uma vez o livro de suporte das últimas reflexões, adiciona-se nesta etapa a mais famosa obra da carreira de Burke, “*Reflections on the Revolution in France*” (1790), no qual o autor aponta inúmeras críticas ao processo revolucionário francês baseado em certas perspectivas e noções ligadas à natureza humana – apontamentos da primeira parte -, mas também, junto a esse último, princípios de funcionamento e regulação das sociedades]

Desses princípios, pode-se começar a refletir a partir de um trecho do já falado capítulo introdutório acrescentado por Burke na segunda edição de sua obra de 1756. O autor, como observado em parágrafos anteriores, expõe direta ou indiretamente suas concepções da natureza humana, ao se aprofundar nas descrições e nos modos como os sentidos são mediadores das experiências humanas no contato do mundo. Uma das pontuações que observa é nas semelhanças dessas vivências, dito de outro modo, como em situações em que o paladar é utilizado, muito difícil haver opiniões tão distintas em relação a um gosto de um alimento ou sabor de uma bebida. Contudo, o que o autor logo expõe é que pode haver diferenças de

opiniões em relação a essas experiências, dessa forma, alguém pode preferir um gosto amargo ao doce.

Nesse sentido, o autor mostra não haver nenhuma contradição com o que havia concluído até então sobre a natureza humana, pois o que está em ação nessa alteração experiencial é unicamente a entrada de outro aspecto: os hábitos. “Admite-se que o hábito assim como outras causas provocaram muitos desvios dos prazeres ou dores naturais relacionadas a esses vários gostos; mas, nesses casos, a capacidade de distinguir entre o sabor natural e o adquirido permanece inalterado” (BURKE, 1993, p. 24). A habilidade de distinguir e diferenciar permanece, sentencia Burke, e, o que o hábito faz, na realidade, é provocar desvios ou modificar sua interação com o objeto, assim, se em um primeiro momento você dava a alguma experiência uma resposta pelos sentidos, com o passar do tempo, o hábito altera de forma considerável sua antiga percepção. Um bom exemplo disso é quando Burke menciona em seu livro a força das vivências na infância do indivíduo. Do ponto de vista do autor, quando se é criança a maioria das situações impressiona por sua novidade ou beleza, ao contrário do que acontece no passar dos anos, em que pelo infindável número de experiências vividas – hábito de leitura, estudo ou trabalho, enormidade de vivências pessoais – poucas atividades, serviços ou lazeres parecem impressionar a figura humana.

Ao fim, a conclusão maior de Burke é que os hábitos são imprescindíveis na vida humana, pois não apenas modificam de certa forma a natureza humana, mas também a aprimora, a refina para uma vivência melhor nos afazeres do mundo e no conhecimento da realidade. Pode-se ver isso em sua obra em repúdio à Revolução Francesa, em um trecho em que o autor dedica a elogiar os caminhos tomados pelos líderes na Revolução Inglesa, comparando-os às decisões erradas, de acordo com Burke, dos revolucionários franceses, principalmente do Terceiro Estado na Reunião dos Estados Gerais. Desse modo, o irlandês descreve como bem preparados estavam os estadistas ingleses no século XVI por razão de anos de experiência nos negócios públicos, adquirindo hábitos que refinaram seus serviços à comunidade britânica e os fizeram tomar decisões com prudência e sabedoria. Em contrapartida, em relação aos magistrados franceses componentes do Terceiro Estado, as palavras de Burke são claras: “não pude encontrar um só homem que tivesse alguma experiência prática dos negócios públicos. Os melhores eram homens só de teorias.” (BURKE, 1993, p. 75). Assim, neste último excerto, além da crítica à sujeitos sem um refinamento devido à pouca prática – sem exercer hábitos concernentes a estas atividades – de serviço público, ele mais uma vez, como na obra de 1756, realiza uma pequena crítica ao

pensamento teórico e abstrato, reafirmando não ser este nenhum poder superior ou suficiente para guiar os homens pelas complexas situações e problemas da realidade.

Decorrente de todas essas reflexões, é possível estender essa importância de aprimoramento dos hábitos para a compreensão do papel essencial das tradições e costumes na organização e no convívio social. Isso ocorre, pois, as tradições nada mais são para Burke do que hábitos coletivos de uma sociedade. E, do mesmo modo que no âmbito individual, hábitos e costumes exercem a função de refinamento e aprimoramento também da natureza humana, mas agora pensada no contato desta natureza dos indivíduos em sua sociabilidade. Por esse motivo, Burke acredita que cada sociedade, em suas diversas experiências no tempo, criou, à sua maneira, costumes próprios e tradições únicas que organizaram e estruturaram um convívio social decente e tolerável. Desse modo, ao se voltar ao livro de condenação das ações dos revolucionários na França, uma das principais críticas do autor encontra-se nesse último raciocínio, ou melhor, na condenação das medidas e ações tomadas pelos franceses, acreditando estarem estes desconsiderando séculos de instituições e leis tradicionais que exerceram enorme papel na constituição da sociedade francesa como um todo

Logo, por todas essas razões pode-se medir a importância concedida pelo autor aos aspectos relacionados às tradições e aos costumes, como também as críticas que este constrói sobretudo no livro de 1790 aos acontecimentos ocorridos e decisões tomadas pelos principais personagens franceses. No mais, tudo isso se relaciona com a primeira parte em que se refletiu sobre as concepções levantadas pelo filósofo sobre a natureza humana – mediação dos sentidos, expressão das paixões e papel secundário da razão, construindo-se assim um processo de sistematização e conexão entre aparentemente distintos livros, mas que carregam aparentemente uma certa coerência do pensamento do autor. Assim, para encerrar todas essas reflexões, passa-se adiante a um capítulo conclusivo em que são apresentados alguns fundamentais deveres dos governantes considerando tudo que foi dito anteriormente, principalmente em relação às tradições e aos costumes.

Conclusão: Responsabilidades e Circunstâncias

O artigo finaliza suas reflexões neste momento pontuando um último aspecto de Burke, ainda pouco trabalhado devido à pouca carga de leitura e ao fato do autor mencionar somente de maneira indireta esse elemento nas fontes utilizadas para este trabalho. Dito isso, esse elemento constitui-se as responsabilidades do governo e dos magistrados sobretudo na vida social dos indivíduos, em que conseqüentemente, é necessário considerar os raciocínios

desenvolvidos na última parte e a relevância das tradições no refinamento e na harmonia da sociedade.

Dessa forma, por um lado e pelas leituras das obras do autor, o artigo tende a concluir que um dos papéis fundamentais do governo é tomar ações que fortaleçam os hábitos coletivos de suas respectivas sociedades, por exemplo, por meio da execução de rituais e comemorações que os reiterem socialmente ou por promulgações de leis que com sabedoria sejam feitas na consideração de, em nenhum quesito, prejudicar as tradições estabelecidas e essenciais que por tanto tempo têm aprimorado o corpo social. Entretanto, justamente nesse último ponto aparece uma outra camada do pensamento de Burke e, conseqüentemente, uma camada que impacta diretamente nas obrigações governamentais: as novas circunstâncias do tempo.

Esse ponto pode ser entendido através de passagens de sua obra sobre a Revolução Francesa, em que em vários momentos o autor mobiliza as circunstâncias do tempo, seja para criticar seus opositores seja na tentativa de aprofundar aspectos da argumentação. Para relacionar com o tema tratado neste último capítulo conclusivo, pode-se observar um outro momento de elogio à Burke aos líderes da Inglaterra na Revolução de 1688. Observa o autor que esses indivíduos souberam observar as tradições e leis concernentes à sociedade inglesa e observaram quais aspectos delas deveriam ser modificados para a manutenção da ordem do Estado, pois como afirma categoricamente: “Um Estado onde não se pode mudar nada, não tem meios de se conservar” (BURKE, 1993, p. 61)

Tudo isso não apenas torna mais complexo o papel dos governantes em suas ações na sociedade, mas também apresenta um outro âmbito do pensamento de Burke caro para certas leituras contemporâneas das obras do autor – como linhas de pensamento conservador que imputam ao irlandês o nome de “pai do conservadorismo” por suas preposições sobre as tradições. Assim, o que muitos esquecem é que Burke não realiza uma defesa das tradições por uma questão de intransigência perante as mudanças, pelo contrário, a busca pela preservação delas somente faz sentido até o momento em que esses hábitos individuais e coletivos cumprem sua função: o refinar e aprimorar o espírito humano no contato com o mundo e com seus semelhantes. Por isso, a partir de quando as circunstâncias do tempo mudaram e as tradições começam a prejudicar a harmonia social, é necessário não mais se prender a elas, mas sim, realizar mudanças prudentes e sábias para a continuação da sociedade.

Portanto, a função desse artigo foi uma tentativa de mostrar a complexidade do pensamento político de Burke e como, pela leitura somente de duas de suas inúmeras obras e variados discursos, já é possível construir um caminho para uma posterior sistematização teórica do pensamento do autor: a natureza humana – razão abstrata, sentidos e paixões – junto à força dos hábitos e das tradições e as responsabilidades e limites do governo diante dessas questões. Por fim, espera-se que, posteriormente, com o uso de novas fontes e de textos metodológicos, aprofunde-se o processo analítico e revisões e novas conclusões apareçam.

Referências Bibliográficas

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. 2 edição, Brasília, Ed. Da UNB, 1997.

_____. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. São Paulo, Papirus, 1993.

HIMMELFARB, G. **Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano**. São Paulo: É Realizações, 2011.

MOREIRA, Ivone. **A Filosofia política de Edmund Burke**. 1 ed. - São Paulo Lisboa: São Paulo, 2019.

A venalidade de ofícios como prática social: o papel dos agentes em Portugal e Espanha

Rafael Jose de Paula Braga

Mestre e Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

rafaelpbjf@hotmail.com

Resumo: A venalidade ou venda de ofícios, para o caso português, mal começa a ser explorada pela historiografia e encarada como uma prática de alcance e importância nos territórios dominados pela monarquia portuguesa. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no mestrado, em que a compra e venda de cargos foi devidamente encontrada e teve suas principais características definidas no recorte das Minas Gerais da primeira metade do século XVIII (período de grande efervescência econômica e institucionalização administrativa), a presente comunicação busca apresentar algumas questões ainda iniciais sobre as próximas possibilidades que esse estudo sobre a venalidade pode oferecer. A ideia para a continuidade da pesquisa é examinar a prática do ponto de vista dos agentes, do comportamento dos indivíduos e instituições que a utilizavam e entender como essa prática se estruturava dentro dos mecanismos tradicionais de provimento de ofícios. O que se buscará aqui será compreender melhor a relação que existia entre a venda de postos e a sociedade em que ela estava inserida, ao recuperar os papéis e os interesses que cada nível de poder tinha na difusão da prática e como esses poderes conversavam entre si, como se estabelecia essa troca no que tange aos próprios ofícios e sua organização. Assim, pretende-se fazer aparecer, através da venalidade e dentro dela, as relações entre colônia e metrópole, entre poder central e poderes locais. Assim, como parte importante desse esforço, para essa comunicação será apresentada uma breve, e também ainda inicial, comparação do fenômeno da venalidade de ofícios nas coroas portuguesa e espanhola. No caso espanhol, a venda de ofícios já foi amplamente estudada e debatida, tendo-se estabelecido suas ocorrências e ampla frequência como fonte de dinheiro para o monarca em casos de dificuldade monetária. Analisar como fonte para comparações uma administração vizinha, com estreitas relações com Portugal, em que a venalidade já foi definida e bastante discutida em vários âmbitos deve se mostrar de grande assistência para a visualização dos agentes. Além disso, o debate existente na historiografia hispânica sobre o próprio conceito de venalidade e de corrupção, esse último uma questão delicadíssima a medida que se recua para períodos mais afastados no tempo, traz grande valor para um melhor entendimento da questão.

Palavras-chave: Venalidade, Sociedade, Ofícios.

A intenção deste trabalho é, de maneira geral, continuar a pesquisa iniciada durante o mestrado e aprofundar o estudo da venalidade de ofícios nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII. Se no trabalho anterior o foco foi a análise da prática em si, nessa nova etapa buscaremos abordar prioritariamente o comportamento das instituições e dos indivíduos nela envolvidos. Na dissertação, o desafio era definir as principais características da venda de cargos da administração portuguesa, tendo sido escolhida a América lusitana, mais especificamente, Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, para tal. A prática venal

ainda permanece pouco estudada no que se refere à monarquia lusa, com a própria ideia sobre o que constituiria uma venalidade sendo passível de discussão e historicização. Para a autora Roberta Stumpf (2012, p. 279-280), por exemplo, um gasto excepcional feito por um indivíduo em nome da Coroa (como o custeio de uma obra ou de um reparo necessário), fora das atribuições das funções do ofício que esse indivíduo ocupava, poderia ser considerado venalidade. Por sua vez, como foi argumentado na dissertação, discordamos desse ponto de vista por entender que esse tipo de situação simplesmente representava, para os próprios contemporâneos daquele período, um serviço realizado pelos vassalos leais em benefício da monarquia, dentro da lógica de reciprocidade e da economia do dom. Tanto assim que, em casos de gastos excepcionais, o indivíduo geralmente não recebia o ofício almejado como recompensa se a iniciativa do requerimento partisse dele próprio, mas apenas quando a Coroa definia o gasto a ser feito e o ofício a ser conferido de antemão, estabelecendo o serviço e o mérito adequado a ele.

Além disso, e em consonância com essa questão, é necessário também, para buscar entender elementos como esse, olhar para o que os homens da época entendiam por venalidade. Na revisão do dicionário de Raphael Bluteau feita por Antonio de Moraes Silva (1789), um dos primeiros grandes dicionários de língua portuguesa que se conhece, os verbetes “venal” e “venalidade” aparecem com o seguinte significado:

Venal: adj. Que se vende. Que se deixa peitar para obrar mal, que se faz por peita, e dádivas corruptoras. V. g. , Magistrado venal, justiça venal, venal escudo de nobreza, eloquência venal, a que se emprega mal, por mau preço. (SILVA, 1789, p. 514).

Venalidade: A qualidade de ser venal. O abuso de vender o que se deve à justiça, ou ao merecimento, de torcer a justiça por peitas. V. g. , a venalidade dos cargos, e ofícios. (SILVA, 1789, p. 514-515).

Como se pode ver pelo excerto acima, a ideia de venalidade para esses indivíduos está muito ligada ao rompimento dos princípios da sua justiça distributiva, os princípios da dádiva que davam sentido e se constituíam em chave de entendimento para a sua visão de mundo. Incorrer na prática venal era alienar por dinheiro algo que jamais poderia ser alienado (o dom), e por isso realizar uma má obra, corromper a dádiva por entregá-la a alguém que não a mereceu. Sendo a venalidade praticada nos termos descritos no dicionário, ela de fato significava um desvio, a quebra da lógica de funcionamento dessa sociedade, uma coisa fora do que esses homens entendiam como “correto e bom”.

Nesse sentido, um outro aspecto interessante para submeter a análise é se a prática venal pode ser chamada de corrupção, da maneira pela qual entendemos esse termo hoje. Para começar a buscar uma resposta para essa pergunta, mais uma vez podemos trazer o dicionário de Antonio de Moraes Silva:

Corrupção: O estado da coisa corrupta, ou corrompida v. g. , a corrupção da carne morta, das águas encharcadas. Alteração do que é reto, e bom, em mau, e depravado v. g. , a corrupção do gosto, dos costumes, do século. Prevaricação. (SILVA, 1789, p. 336).

Pelo que diz o verbete no dicionário, corrupção para os setecentistas parece ter ainda uma ligação muito forte com uma corrupção natural, do corpo e das coisas da natureza, e também da moral e dos costumes, muito ligados a uma escatologia cristã. A coisa corrupta, em uma oposição muito simplista e abrangente, é uma coisa má, contrária ao bem. Nesse sentido da época, a venalidade parece se encaixar na definição de corrupção do dicionário, com o verbete “venal” falando inclusive em “dádivas corruptoras”. Mas quando se pensa no sentido atual de corrupção, taxar a venalidade com esse significado moderno parece extremamente anacrônico. Os homens daquele tempo não pensavam em corrupção em um sentido de prejuízo do bem público e do interesse comum, pois a separação público-privado estava ainda longe de acontecer. Portanto, deve-se ter muito cuidado para não incorrer no erro de imputar significados atuais que não podiam ainda existir no século XVIII.

Dessa forma, são questões como essas que começam a movimentar os estudos sobre a venalidade, devendo essa prática, como um aspecto que permeava aquela sociedade, ser vista nas suas especificidades e maneiras pelas quais ela acontecia. A conclusão alcançada em nossa dissertação de mestrado foi de que a venalidade não só se mostrou presente no recorte analisado, como foi realizada com uma frequência importante em terras sob domínio português, de uma maneira que aliava o sistema de provimento tradicional da economia do dom e das mercês a uma venda que, como vimos, em teoria se oporia a esse mesmo sistema, a essa sociedade. Também ficou claro que o ingresso financeiro não era o único aspecto levado em consideração durante a realização das confirmações dos postos pela Coroa, sendo apenas mais um serviço dentro da lista exigida que provava a lealdade do súdito, ou seja, as boas obras que o tornariam merecedor de receber a posição ou cargo almejado. A venalidade se constituía, assim, em parte integrante da dinâmica social do Antigo Regime português, tendo sido encontrada, por esse meio social, uma maneira de conciliar essa prática aparentemente contraditória com o sistema vigente, sem ferir seus princípios ordenadores.

O próximo passo da pesquisa, a ser tomado nesse momento, leva a uma procura pela melhor compreensão da venda de cargos como prática presente e ativa e os modos pelos quais ela acontecia, tanto a nível institucional quanto no que se refere às pessoas que se utilizaram da compra de postos no decorrer de suas vidas. O que se pretende fazer é um levantamento do provimento, da estrutura e da própria organização desses ofícios (especialmente os de justiça e de fazenda, que se mostraram na dissertação como aqueles que mais eram vendidos) na região das Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, suas jurisdições e atribuições fundamentais e como era levado a cabo o mecanismo que definia a sua ocupação, quem realizava as nomeações de cada posto (se o Rei, os governadores, outros funcionários régios ou até mesmo as câmaras). A ideia aqui é realizar mesmo um organograma dos cargos administrativos, definindo sua hierarquia e como eles funcionavam de uma maneira mais clara. Uma vez feito esse levantamento e se estruturado o organograma da matéria primordial ligada à venda aqui analisada, qual seja, a de ofícios, a ideia que move esse estudo é relacionar a venalidade com essa pintura delineada dos cargos ao buscar enxergar a compra e venda de postos dentro dessa estrutura das instituições e dos membros dessas instituições que estavam envolvidos com a dita prática. Qual seria o papel, por exemplo, do governador, das câmaras, dos ouvidores, dos provedores, na realização e difusão da venalidade? Como os diversos níveis de poder viam, estavam envolvidos e atuavam na sua promoção? Quem comprava, quem podia vender, e até que ponto o poder central, na forma da monarquia portuguesa, estava presente e podia ou não controlar e levar vantagem no processo? São essas as questões principais que esse trabalho quer responder. Nunca perdendo de vista a relação da venalidade com a sociedade em que ela acontecia, o que se intenta aqui é enxergar os agentes fazendo uso dela para melhor compreender e localizar a prática no próprio meio social.

Estritamente relacionado a esse viés principal, o estudo busca fazer outros dois esforços de pesquisa ainda não realizados no que se refere à temática em questão, aprofundando e complementando ainda mais o quadro da venalidade. Em primeiro lugar, pretende-se nesse trabalho fazer uma inédita comparação entre a prática da venda de ofícios nas Américas portuguesa e espanhola, devido à enorme diferença de tratamento que o tema recebeu para ambas as monarquias (especialmente nos territórios ultramarinos ligados a cada uma). No caso espanhol, a venda de ofícios já foi amplamente estudada e debatida, tendo-se estabelecido suas ocorrências e ampla frequência como fonte de dinheiro para o monarca em casos de dificuldade monetária. Assim, pensando do ponto de vista de uma possível orientação, analisar como fonte para comparações uma administração em que a venalidade já

foi definida e bastante discutida em vários âmbitos deve se mostrar de grande assistência para o objetivo desse trabalho, para a visualização dos agentes. Por outro lado, nas terras hispânicas a venalidade de cargos, ao que tudo indica, parece ter acontecido de maneira contrária ao que foi observado para Portugal, com o elemento financeiro sendo primordial para a realização de um claro negócio entre comprador e vendedor. Portanto, acredita-se também que essa comparação da prática em ambos os territórios coloniais, por esse caráter de uma lógica oposta entre eles, se faz não só necessária como extremamente frutífera, ajudando a elucidar pontos importantes não apenas para as terras lusas, objeto dessa pesquisa, mas também para as próprias áreas espanholas. Nesse caso, lançaremos mão da bibliografia existente sobre a América hispânica para fazer a comparação.

Por fim, um último esforço a ser realizado se refere a uma procura especificamente pelos indivíduos que adquiriam esses ofícios através da venalidade. Durante a dissertação, foram encontrados 359 postos transacionados em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Pretende-se escolher, dentro desse universo, alguns desses indivíduos para um estudo de trajetórias que perpassasse o setecentos (avançando se necessário em relação ao recorte temporal proposto para os outros objetivos da pesquisa, uma vez que a vida dessas pessoas pode ter ido além da primeira metade do século), com um enfoque principalmente nos serviços que cada um desses homens foi realizando em nome do Rei. A ideia aqui é usar as trajetórias para fazer aparecer no cotidiano dessa sociedade os indivíduos utilizando a venalidade, indo além de uma visão estritamente institucional da prática. Ou seja, a questão é buscar as trajetórias como maneira de entender como a venalidade era usada nas relações mais diretas entre pessoas, perceber quem eram esses homens que levavam a prática a cabo, que ofícios procuravam e por qual motivo, quais interesses os moviam e se a venalidade era capaz de atender a esses interesses de forma viável, e quais conflitos podem ter surgido no seu caminho no uso da própria venalidade, tanto em oposição contra outros indivíduos quanto contra instituições e poderes estabelecidos. As trajetórias são, dessa forma, encaradas como um meio para visualizar a venalidade na prática pessoal dos homens envolvidos no seu uso.

O presente trabalho se conecta a uma visão das relações entre o centro metropolitano lisboeta e seus territórios ultramarinos fundamentalmente diferente do modo pelo qual foram pensadas essas relações durante um longo tempo na historiografia brasileira. A partir principalmente dos anos 90, autores como João Fragoso, Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa e António Manuel Hespanha revisaram com pesquisas inovadoras muitos aspectos tidos como certos na história da colonização portuguesa, como a centralização absoluta do

monarca, que governaria seus súditos com mão de ferro, e a visão teleológica da colonização como passo primordial para o capitalismo, responsável pela acumulação primitiva da Europa e orientada exclusivamente para o comércio exterior. Tais ideias não puderam se sustentar perante análises que focaram especialmente a prática da governabilidade luso-brasileira, levando a uma nova percepção que mostrou uma realidade em que imperava mais uma descentralização sistêmica, com grandes confusões de jurisdições entre funcionários régios, interesses pessoais enraizados fortemente defendidos, vácuos de poder, autonomias locais e homens que sabiam em grande medida como se mover em uma lógica de funcionamento comum, negociando e obtendo vantagens do centro político. Além, é claro, da observação sensata de que não se pode de maneira alguma falar em capitalismo antes dele existir, nem automaticamente direcionar ações de indivíduos para a gestação de um sistema que não estava nas vistas de ninguém. Dessa forma, o resultado dessa renovação foi enxergar uma sociedade lusitana baseada na assim chamada economia do dom, em que os súditos buscavam, através do bom serviço ao rei, recompensas em forma de mercês que o monarca era obrigado a retribuir pela tradição. Seu poder era portanto limitado, e os homens que soubessem se aproveitar dessa lógica conseguiam, através do poder real, espaços de autonomia e negociação. Era uma cultura política específica de Antigo Regime, uma sociedade orientada por uma lógica totalmente diversa do capitalismo subsequente.

É exatamente nessa sociedade que acontece a prática tema desse estudo: a venalidade de ofícios. Seguindo a linha dessa renovação, a relação entre a compra e venda de postos e o meio social em que está inscrita foi bem definida na dissertação de mestrado, em que se mostrou como a prática venal achou seu caminho dentro desse sistema, ao invés de se configurar como elemento externo a ele. No caso português, não era apenas o aspecto financeiro que era levado em conta na hora de se obter uma posição via compra, mas também era cobrada a via tradicional de provimento, qual seja, a lista de serviços ao monarca que tornariam o indivíduo merecedor da mercê de ser nomeado em determinado posto. Assim, a venalidade pôde se adaptar e ser absorvida por aquela cultura política, em oposição a ser uma simples usurpação da economia do dom (como parece ser o caso espanhol). Foi nesse tipo de sociedade que a prática venal pôde crescer e se desenvolver.

Agora, no aprofundamento da temática proposto nessa fase, é hora de pôr a prova e confirmar o quão direta foi a relação entre a venalidade de ofícios e a sociedade em que floresceu. Dessa forma, o problema principal que esse estudo se propõe analisar busca exatamente, através de um elemento integrante dessa sociedade, qual seja, a venalidade,

destacar as relações entre metrópole e colônia, entre poder central e poderes locais, no contexto das Minas Gerais da primeira metade do século XVIII. Afinal de contas, tinham as Câmaras, ou os governadores, ouvidores e demais funcionários régios autoridade para definir quem ocuparia determinados ofícios e, por consequência, autorizar e participar ativamente da venalidade? Ou era apenas o Rei e seus Conselhos que poderiam fazê-lo? Quais eram de fato os ofícios mais importantes na hierarquia, como essa hierarquia se estruturava e quais as atribuições de cada um? Qual a relação da venalidade com a estrutura dos ofícios e com cada ofício em particular? Quando a venda de postos estava envolvida, as regras costumeiras de provimento se mantinham ou se alteravam? As disputas entre os poderes, as instituições e os indivíduos se expandiam para e influenciavam também a prática da compra de cargos? Em suma, existe centralidade do Rei e/ou de seus funcionários na definição da ocupação dos ofícios concedidos por venalidade? São essas as perguntas que a pesquisa pretende responder, através do estabelecimento de um organograma que sistematize a hierarquia, a estrutura e a organização desses ofícios comprados e vendidos, primordialmente, como já foi dito, de justiça e de fazenda, e de uma busca por entender exatamente os mecanismos de seu provimento. Além disso, uma análise dos casos já conhecidos de venalidade, e também uma busca por novos casos, são dois movimentos que devem possibilitar compreender, nas nomeações e ocupações de ofícios em que de fato e sabidamente a venda aconteceu, o papel de cada pessoa, de cada instituição e de cada poder na dita prática, e permitir entrever as disputas e os interesses de todos os envolvidos.

Para resolver esses problemas expostos acima, outras questões podem ser trazidas de modo a contribuir com o esforço de pesquisa, com novas perguntas a serem definidas. Assim, além desse problema primordial, serão buscadas também outras respostas. Em primeiro lugar, recuperar um pouco da compra e venda de ofícios na América espanhola, de modo a realizar uma comparação com a América lusitana, pode ajudar a entender essas questões relativas a todos os indivíduos, instituições e poderes ligados à venalidade, uma vez que para o caso espanhol já existem estudos bem estabelecidos sobre a prática venal. Também pode levar à luz o motivo pelo qual a venda parece ter assumido características diferentes em ambos os territórios ultramarinos sob o comando das duas monarquias ibéricas, (uma vez que o elemento financeiro parece ter sido bem menos relevante no caso português), mostrando aspectos importantes de ambas as sociedades. Em segundo lugar, pretende-se descobrir o perfil dos indivíduos que praticavam a venalidade através da construção das trajetórias dos homens já mapeados durante o mestrado como se utilizando da prática em algum momento da

vida. Descobrir quem eles são, como fizeram uso desse artifício em um nível mais pessoal, de maneira a permitir que se entenda a venalidade nas relações diretas (e nos conflitos) entre as pessoas e entre os indivíduos e as instituições. E, também muito importante, perceber o motivo que os levou a fazer uso da compra de cargos, se a venalidade realmente era uma estratégia válida e trazia para esses homens o fruto almejado, se servia bem para que esses indivíduos conseguissem alcançar seus objetivos e interesses. Esse, dessa forma, é o panorama que se monta inicialmente, as contribuições que esse estudo pretende fazer ao solucionar perguntas, ou ao menos trazer contribuições relevantes em questões que ainda não foram respondidas. Isso porque um levantamento bibliográfico preliminar já foi realizado, e ele mostrou que de fato os objetivos perseguidos nessa pesquisa ainda não foram tentados, permanecendo até o presente momento, inéditos.

Como já foi dito anteriormente, esse estudo busca dialogar com uma recente renovação historiográfica que mudou a maneira pela qual se enxergavam as relações entre metrópole e colônia, e a própria sociedade construída nos territórios ultramarinos portugueses. De oposição clara e implacável exploração motivada por interesses exclusivamente comerciais, essas relações se mostraram repletas de oportunidades para os poderes ditos periféricos, para as localidades, na sua possibilidade de fazer frente a um poder metropolitano mais descentralizado do que forte e absoluto. As mercês, a graça e a chamada economia do dom trouxeram uma oportunidade de autonomia que permitia, até certo ponto, diálogos e negociações, com os homens envolvidos nesses núcleos de poder sabendo plenamente utilizar conflitos e confusões de jurisdições para defender seus interesses. É a essa sociedade do Antigo Regime nos Trópicos (BICALHO; FRAGOSO; GOUVÊA, 2001, p. 473) que esse trabalho faz referência quando analisa a venalidade de ofícios como prática social, uma prática que se mostrou adaptada plenamente a uma cultura política e a uma lógica de funcionamento que exigiam algo além do aspecto financeiro para poder existir. Por isso, como foi mostrado na dissertação, especificamente no caso português a venda de ofícios nunca deixou de levar em conta o serviço, a boa obra, a mercê e a economia do dom.

Dessa forma, se ligando a essa corrente historiográfica e à sociedade decorrente dessa lógica, para a realização do objetivo principal proposto aqui um levantamento preliminar de fontes já foi feito, o que leva à confiança de que existe suporte documental disponível para a realização desse trabalho. Para demonstrar isso, seguem algumas transcrições documentais que podem ajudar a elucidar alguns pontos, começando por um decreto passado pelo Rei ao secretário do *Conselho Ultramarino* Manuel Caetano Lopes de Lavre em 1739:

Hei por bem encarregar a Manuel Caetano Lopes de Lavre que enquanto eu não ordenar o contrário nomeie os serventuários que lhe parecer escolher para os ofícios de inquiridor, contador e distribuidor, e escrivão da Almotaçaria, escrivão das execuções, e meirinho geral da Ouvidoria de Vila Rica, inquiridor, contador e distribuidor da Vila do Ribeirão do Carmo, e escrivão das execuções de Vila de São João Del Rei, sendo as pessoas destes serventuários aprovadas na forma do estilo, e entrarão a servir findo que seja o tempo dos presentes provimentos, e poderá o sobredito arrendar lhes os referidos ofícios pelo preço e tempo que ajustarem e constando que faltam a alguma discórdia do ajuste poderá removê-lo e nomear outros em seu lugar com declaração que o preço dos arrendamentos será sem prejuízo das terças partes que dos mesmos ofícios se pagam a minha fazenda em conformidade das minhas ordens e o produto desses arrendamentos entregará o sobredito na forma que lhe tenha ordenado de que me dará a sua particularmente; e para que todo o referido possa ter efeito. Hei por bem derogar qualquer lei ou decreto em contrário. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido.¹

O próximo documento se trata de uma relação de ofícios enviada por Jose Antonio Calado, ouvidor-geral da comarca do Rio das Mortes, ao Rei D. João V em 1744:

Declara-se que todos os ofícios providos pelo governador destas Minas pagam donativo, e sem isso se não provém o sobredito que assim o declarara constar, e por assim o dizerem as provisões [...]²

O último trecho aqui apresentado se refere ao parecer do Ouvidor Geral sobre um requerimento feito por Jose de São Boaventura Vieira em 1728, o qual busca o posto de carcereiro da cadeia de Vila Rica:

Diz o Capitão Mor do Itambé Jose de São Boaventura Vieira, residente nesta Vila por especial portaria de Vossa Excelência, que por se achar sem proprietário o ofício de carcereiro desta dita Vila, o costumam arrendar os oficiais da Câmara dela, [...]³

Nos três documentos acima apresentados, é possível perceber a venalidade acontecendo através de três níveis de poder diferentes (sem contar os funcionários envolvidos indiretamente, como os homens do *Conselho Ultramarino* e os ouvidores). No primeiro, é o Rei que ordena a seu conselheiro a realização do provimento por venda; no segundo, os ofícios transacionados foram providos pelo governador; finalmente, no terceiro, são os

¹ Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 38, doc.: 38.

² Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 44, doc.: 102.

³ Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 12, doc.: 37.

oficiais da *Câmara de Vila Rica* que realizam as nomeações se utilizando da prática venal. É exatamente essa a questão central que a presente pesquisa quer responder: o comportamento desses agentes na disseminação da venalidade, ou seja, quem podia escolher os indivíduos que deveriam ocupar os ofícios e quem podia autorizar a realização da compra de cargos desse tipo, além de qual a posição que a Coroa ocupava em todas as possibilidades distintas de processos de provimento. É essa relação entre os variados poderes na estrutura e organização administrativa dos ofícios e na prática da venalidade que se busca entender nesse trabalho. E as fontes, ainda em um momento bem inicial, já começam a se mostrar promissoras no sentido de alcançar esse objetivo.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 12, doc.: 37

Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 38, doc.: 38

Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/(AHU/MG)/cx.: 44, doc.: 102

Referências Bibliográficas

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

STUMPF, Roberta (Org.); CHATURVEDULA, Nandini (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)**. 1ª. ed. Lisboa: CHAM, 2012.

Ciências Náuticas Portuguesa: Artistas mecânicos versus liberais no Século XVI

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rafaelfonseca85@hotmail.com

Resumo: Esta Comunicação objetiva analisar a aplicação dos conhecimentos náuticos a bordo dos navios durante o processo de expansão marítima europeia, dando ênfase aos ofícios mecânicos. Busca-se compreender quem gestava e produzia os conhecimentos práticos aplicados no dia a dia das embarcações durante os quase seis meses de viagem rumo à Índia, que tornavam a navegação transoceânica um acontecimento possível, dentre outros destinos trágicos que podiam acontecer. Para esse sucesso era necessário a atuação de diversos artesãos e mecânicos que prestavam serviço nas armadas, fosse no reino, ainda antes do embarque, ou a bordo das naus. Aqui, busca-se dar visibilidade, na contramão da sociedade portuguesa à época, que nutria profundo preconceito em relação aos serviços braçais e aos ofícios mecânicos. Esse preconceito, resultado de uma sociedade na qual vigiam os valores associados à nobreza, era tão forte que os ofícios mecânicos desprestigiavam quem os exercia, e ser trabalhador braçal era fator de desvalorização social. Porém, no contexto da Carreira da Índia, percebe-se que tais ofícios, em especial os de carpinteiro e de calafete, eram muito importantes e valorizados, o que acabou provocando situações surpreendentes e proporcionou a esses oficiais distinções e privilégios sociais pouco comuns em terra. A partir dessa discussão, tangencia-se as questões sociais específicas do contexto marítimo e, sobretudo, dos naufrágios, quando parte do ordenamento social tradicional, conforme operado em terra e reproduzido no mar, era invertido, pois tornava-se necessário dar comando aos que detinham conhecimentos práticos indispensáveis à sobrevivência dos tripulantes. Em outras palavras, busca-se compreender como as relações sociais da época se tornavam fluidas nos navios da Carreira da Índia, oscilando conforme as contingências da vida a bordo, pois, na iminência do desastre, as normas sociais mais rígidas, que valiam em terra, eram colocadas em suspensão face à luta pela sobrevivência.

Palavras-chave: Ofícios mecânicos, Artistas liberais, Expansão marítima.

A Carreira da Índia e o processo português de expansão marítima

Entre fins do século XV e início do século XVI, Portugal inaugurou o período das grandes viagens de navegação astronômica. Dentre os objetivos do processo de expansão marítima portuguesa, destaca-se o comércio, o tráfico de escravos, a expansão cristã, bem como a conquista de novos povos, territórios e riquezas. Deve-se observar, porém, que esse processo de cariz marcadamente comercial dinamizou o trânsito populacional em escala Global, com notável destaque para o fluxo de pessoas que se deslocaram do continente africano para as Américas de modo forçado ou voluntário. Os roteiros náuticos desenvolvidos

durante o Período Moderno favoreceram a formação de redes mais regulares estabelecidas em escala mundial através das quais circulou produtos e mercadorias, pessoas, conhecimentos e técnicas. Sobre este aspecto, Maurício Olarte Nieto (2013) salienta que “as redes oceânicas constituídas no século XVI formaram as bases sobre as quais se construiu uma nova ordem mundial na qual a Europa cristã proclamaria o domínio sobre boa parte do planeta” (OLARTE NIETO, 2013. p. 3).

A Carreira da Índia

Sobre os roteiros desenvolvidos à época, o mais longo e complexo foi, sem dúvidas, a Carreira da Índia: rota náuticas que ligava a cidade de Lisboa a Goa ou Cochim, no subcontinente indiano.

Em geral, as naus zarpavam do estuário do Tejo em comboios entre os meses de fevereiro e março. De acordo com esse calendário de partida, as embarcações deveriam atingir a linha do Equador antes de junho, o que possibilitava uma travessia segura e sem maiores infortúnios para o Hemisfério austral. Caso a região do Equador fosse atingida antes desse período, o navegante corria o risco ficar com a embarcação retida nas calmarias equatoriais, ou então encontrar na região ventos contrários que impeliam as armadas para as chamadas zonas de calmarias. Com o intuito de evitar as chamadas “calmarias” – tão ou mais temidas que as próprias tormentas -, após ultrapassarem o Equador, os pilotos rumavam a proa da embarcação em direção a costa brasileira, dando início a uma manobra conhecida como “volta do mar” ou “volta pelo largo”. Esse procedimento criado pelos portugueses implicava em estabelecer um itinerário em formato de arco que deveria circundar toda a costa do Brasil a partir a Latitude aproximada de 0°. Por meio dessa manobra o piloto conseguia se distanciar das zonas de calma predominantes no Golfo da Guiné. Em paralelo, a “volta do mar” permitia aos nautas aproveitarem as correntes marítimas e o regime dos ventos alísios (os chamados ventos gerais) que, no Atlântico Sul, giram ao longo do ano em sentido anti-horário. Após a execução completa da “volta”, as embarcações seguiam em direção ao extremo sul da América de onde colocavam as naus no rumo oeste-leste em direção ao cabo da Boa Esperança. Após dobrar o cabo africano, o roteiro a ser seguido era determinado de acordo com o período do ano em que as naus atingiam às águas do Oceano Índico. Após o dia 15 ou, no mais tardar, dia 20 de junho, a opção mais recomendada seria a chamada viagem “por fora”. Na prática, a vagem “por fora” significava navegar pela região central do oceano Índico, à leste da Ilha de São Lourenço, rumando sempre na direção das cidades indianas de

Goa ou Cochim. Se, do contrário, as embarcações dobrassem o cabo antes desse período, o ideal era que a armada realizasse a chamada viagem “por dentro”. Navegar por dentro significava atravessar o canal de Moçambique a oeste da Ilha de São Lourenço, para posteriormente tomar a direção nordeste até a Costa do Malabar. Para as viagens redondas, as naus que partiam de Lisboa em fevereiro ou março deveriam chegar em Goa ou Cochim entre os meses de agosto ou, no mais tardar, em setembro.

Para Francisco Contente Domingues, “não houve rota como essa na era da navegação a vela”: seja pela extensão do seu percurso, seja pela dificuldade da vida a bordo durante os quase seis meses que a viagem de ida perdurava – ou os mais de 15 meses de duração, quando tomamos o percurso completo, da viagem de ida e de volta. Ao longo de sua existência, a Carreira da Índia registrou incontáveis perdas humanas e materiais em decorrência das dificuldades que os navegantes encontraram ao longo do trajeto, como as devastadoras tormentas ou infindáveis calmarias, os ataques corsários, além de inúmeros problemas e infortúnios relacionados ao cotidiano da vida a bordo.

A Carreira da Índia é um roteiro singular, pois inaugurou as viagens regulares de navegação transoceânicas que conectaram os povos da Europa, América, África e Ásia, mas também porque exigiu o desenvolvimento e a adaptação de saberes e técnicas náuticas, de modo a tornar possível que as embarcações se afastassem demasiado da costa e que também os navegantes pudessem permanecer longo tempo a bordo (em média 6 meses em cada trecho da viagem). Para tanto, foi necessário aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas que permitissem que os nautas se orientassem pelos astros e pudessem mesmo suportar condições climáticas adversas, que podiam variar do calor equatorial com suas calmarias, às grandes tormentas e ao frio quase polar.

A atuação dos oficiais mecânicos a bordo da Carreira da Índia

A partir da análise do cotidiano dos embarcados nos navios da Carreira da Índia é possível encontrar dezenas de registros que indicam a importância que os ofícios mecânicos assumiam a bordo. Calafetes, carpinteiros e estrinqueiros, por exemplo, executavam inúmeros reparos, construíam ou improvisavam inúmeras peças. Tratava-se de um conjunto de trabalhos manuais, dos quais o sucesso da viagem e o destino da tripulação dependiam diretamente. Sem o serviço a bordo desses inúmeros ofícios, dificilmente a travessia pelo mar ignoto poderia ser realizada com sucesso.

Diversas fontes e testemunhos coetâneos ao século XVI, como os relatos de naufrágio e muitas narrativas de viagem, apontam para esse processo gradativo de reconhecimento de determinadas artes mecânicas. Parte desse prestígio social justificava-se pelo papel necessário que esses trabalhadores desempenhavam em muitos setores, agora valorizados e centrais para seus estados. Tal foi o caso do empreendimento marítimo, que abriu todo um novo mundo de possibilidades mercantis às nações ibéricas.

A armada de Vasco da Gama, primeira esquadra a completar o itinerário Lisboa a Goa, era formada por três embarcações, além de uma pequena nau de mantimentos cujo nome é desconhecido. Vasco da Gama e sua tripulação havia partido de Lisboa a vinte e oito dias do mês de julho de 1497. Enfrentando as tormentas e percalços frequentes desse roteiro à época ainda menos conhecido, aos vinte e cinco dias do mês de dezembro, Álvaro Velho, marinheiro da São Rafael, relatou que foi encontrada uma rachadura “que se fechava e se abria no mastro principal, uns dois metros abaixo da gávea” (VELHO, 1998, p. 52). Sem o mastro, seria quase impossível à tripulação alcançar seu destino. Nessa ocasião, por exemplo, os oficiais mecânicos remendaram-no com brandais – cabos que sustentavam o mastro – para que a peça central aguentasse até um porto seguro onde se pudesse consertá-lo em definitivo. Apenas em fins de janeiro, a nau aportou em um rio, onde os oficiais puderam limpá-la e repará-la.

Esse pequeno relato pode sumariar todo um conjunto de reparos executados pelos oficiais mecânicos diariamente a bordo dos navios. Trava-se de uma temática ainda pouco explorada, porém, pode-se inferir que compreender a chegada dos portugueses à Índia, desde a jornada inaugural de Vasco da Gama, implica considerar a atuação de uma empresa coletiva, na qual dezenas de trabalhadores mecânicos atuavam diariamente, seja nas fainas marítimas embarcados nos navios, seja no dia-a-dia das oficinas.

Os serviços desses trabalhadores não eram fundamentais apenas quando a nau estava ancorada no porto, ou durante sua construção nas ribeiras, pelo contrário, esses profissionais eram altamente requisitados durante toda a viagem. Reitera-se que, em muitos casos, esses oficiais mecânicos precisavam trabalhar diariamente a fim de reparar os incontáveis danos ocorridos ao longo dos aproximados 6 meses de travessia. E isso incluía o conserto de avarias causadas por diversos fatores: tempestades, tormentas, acidentes, deterioração, ataques corsários e conflitos navais. Um verdadeiro mosaico de malogros presentes, inevitavelmente, em todas as viagens. Nem mesmo em meio aos conflitos navais os oficiais podiam suspender seus afazeres. Para evitar que a nau naufragasse, alguns deles precisavam trabalhar inclusive durante os ataques corsários, com a embarcação sendo alvejada pelos canhões inimigos.

Nesse sentido, pode-se mencionar a passagem a que esteve sujeito o galeão Santiago. Assim que zarpou de Esparavel na manhã de uma sexta-feira, o referido galeão foi surpreendido por duas naus corsárias holandesas que atacou em conjunto e de modo coordenado, e que, ao fim do dia, destroçou por completo o navio português. Quando anoiteceu e o ataque foi temporariamente suspenso, a tripulação conseguiu avaliar o estrago. Além de dezenas de mortos e feridos, o galeão ficou completamente crivado pelos pelouros holandeses. Tamanho foi o dano, que na respectiva madrugada ninguém pôde dormir. Ficaram todos bombeando a água dos porões, enquanto os oficiais mecânicos tampavam os buracos, reparavam os mastros, costuravam as velas, etc. O serviço que já era muito só não foi maior porque o calafete José Diniz havia passado todo o dia dentro de uma balsa calafetando os buracos no casco do lado de fora para evitar um desastre. Conforme Melchior Estácio do Amaral, “estando [José Diniz] por alvo dos contínuos pelouros inimigos, e com tanto ânimo que admirava a todos, e posto que tampou muitos, e havia muito mais a que com a mareta se não podia chegar, por estarem profundos, nem por dentro era possível” (AMARAL, p. 508, 1604).

Durante uma espantosa tempestade, o Galeão São Bento foi completamente devastado pela fúria do mar que se levantava em ondas que passavam por cima do casco, varrendo toda sua superfície. Segundo narrou Manuel Mesquita Perestrelo, o impacto que a nau sofria era tão violento que “deitou ao mar muitas caixas e fato que vinha no convés, e juntamente o carpinteiro e outras pessoas, que nunca mais apareceram”. Muitas caixas que corriam soltas de um lado para outro também feriram gravemente “ao contramestre e calafetes, os quais todos pelo muito espírito que tinham e [principalmente] seus ofícios, nos fizeram grandes mínguas na presente necessidade” (PERESTRELO, 1998, p. 32). Manuel Mesquita Perestrelo não escondeu a estima que os mecânicos possuíam no mar, principalmente durante (ou após) as grandes tormentas, quando as naus careciam enormemente de reparos.

Conclusão

A atuação fundamental e constante conferia uma posição de relativo destaque a determinados trabalhadores, mas, sobretudo, aos calafetes e carpinteiros. Embora, naturalmente, esses oficiais mecânicos não gozassem do mesmo prestígio dos capitães, alguns pilotos ou dos principais nobres do reino, eles possuíam uma ampla precedência em relação a muitos tripulantes. Houve casos que o prestígio desses homens acabou sobrepondo-se ao de alguns religiosos ou mesmo de grande parte da nobreza embarcada. No entanto, como

mencionado, tentar compreender a atuação cotidiana dos oficiais mecânicos a bordo dos navios é um tema permeado por diversas dificuldades. Uma delas é a escassez de fontes ou registros que possam permitir ao historiador elucidar fragmentos dessa dinâmica social. Porém, a valorização e o relativo prestígio social que os ofícios mecânicos navais passaram a angariar entre os séculos XVI e XVII pode ser parcialmente elucidada por meio de outras fontes ou registros do passado, tais como: os pedidos de mercê e comendas das Ordens militares que foram requeridos por trabalhadores braçais que se dedicavam as fainas marítimas, o por meio do estudo dos diários de bordo, por exemplo.

Além disso, pesquisas que tenham como foco o estudo dos oficiais mecânicos dedicados exclusivamente às fainas marinhas serão fundamentais para desvendar parte desse universo profissional. Numericamente, carpinteiros e calafetes navais constituíam um poderoso e valorizado grupo profissional, porém, como mencionado, ainda é preciso aprofundar em pesquisas e estabelecer diálogos com outros recortes. De fato, esses artífices navais – em sua maioria anônimos ou cujos nomes se perderam ao longo da história – mudaram o destino de Portugal e do Mundo ao contribuírem diretamente com o desenvolvimento e a manutenção desta que foi, talvez, a maior e mais importante empresa da era Moderna.

Fontes

AMARAL, Melchior Estácio do. **Tratado das batalhas, e sucesso do galeão Santiago com os holandeses na Ilha de Santa Elena e da nau Chagas, com os ingleses entre as ilhas dos Açores**: ambas capitânicas da carreira da Índia; e da causa e desastres porque em vinte anos se perderam trinta e oito naus dela. Lisboa, Portugal: António Álvares. 1604.

BRITO, Bernardo Gomes de. (orgs.). **Historia Trágico-Marítima**. Apresentação Ana Miranda; Introdução e notas Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Editores: Contraponto Editora, 1998.

PERESTRELO, Manuel de Mesquita. Relação sumária da viagem que fez Fernão d'Álvares, desde que partiu deste reino por capitão-mor da armada que foi no ano de 1553, às partes da Índia até que se perdeu no Cabo da Boa Esperança no ano de 1554. Escrita por Manuel de Mesquita Perestrelo que se achou no dito naufrágio. [s.l: s.n]

VELHO, Álvaro. **O descobrimento das Índias**: O diário de viagem de Vasco da Gama escrito por Álvaro Velho; introdução, notas e comentários finais: Eduardo Bueno. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luís de. **As navegações e sua projeção na ciência e na cultura**. Lisboa: Gradiva, 1987.

_____. **Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1º ed, 1983.

DOMINGUES, Francisco Domingues. **Os Navios do Mar Oceano – Teoria e empiria na arquitetura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Centro de História, 2004.

_____. **Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: os tratados de Fernando Oliveira**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

_____. Horizontes mentais dos homens do mar no século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna. In: VENTURA, Maria da Graça. **Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista**. Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 203-218.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Editora Hucitec: Editora da Unicamp, 2000.

LAPA, Rodrigues. **Quadros da História Trágico-Marítima**. [s/l]: Seara Nova, 1972.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos**. Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista. São Paulo: Scritta, 1994.

OLARTE NIETO, Mauricio. **Las máquinas del imperio y el reino de Dios: Reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlântico del siglo XVI**. Bogotá: Uniandes, 2013.

Mulheres Desregradadas: Narrativa de Crimes Femininos na Inglaterra dos séculos XVI e XVII

Thamara Shintya Dias Souza Cardoso
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
thamarasdscardoso@gmail.com

Resumo: O trabalho procura identificar as questões de gênero, sexualidade e comportamento considerados desviantes e criminosos por mulheres dos séculos XVI e XVII através de fontes primárias denominadas *chapbooks*. Essa forma literária é constituída de livretos contendo até 24 páginas (poucas exceções ultrapassam 30 páginas) e eram vendidas a um preço módico pelas ruas das cidades inglesas por vendedores ambulantes e até em vilarejos e feiras interioranas de toda a Grã-Bretanha por mascates. Estudos históricos apontam que a literatura de rua inglesa não só contribuiu para alfabetização de camponeses e pessoas de baixo status social como também influenciou a opinião pública dos estratos mais baixos da sociedade em questões concernentes à religião, política interna e externa, cultura e justiça, ajudando a população inglesa a construir uma consciência social não necessariamente atrelada à educação formal. Os temas dos *chapbooks* variavam de contos de fadas à lições de vida, informativos políticos ou de crimes e desastres. Nem sempre as histórias contadas eram verdadeiras e por isso podemos visualizar o imaginário social a respeito da expectativa da feminilidade e sua correspondente quebra no mundo real. Para o início da modernidade havia um ideal a respeito da mulher, a “boa mulher” era a boa mãe e boa esposa e isso implicava em todas as suas relações de gênero. Havia força social para esse pressuposto, inclusive precedentes na legislação, e é por isso que um crime cometido por uma mulher chocava tanto. A condição ideal para uma mulher era o casamento, e neste ela tinha papel secundário, tendo que obedecer e se submeter ao marido, sua salvação era ter filhos. As fontes primárias selecionadas abordam a ruptura social cometidas por essas mulheres, esposas e mães que desafiavam o código de conduta moral e jurídico acordado socialmente e as consequências que sofriam por assim agir.

Palavras chave: Mulher, Crime, Idade Moderna.

De acordo com *The British Library*, *chapbook* é a definição para uma literatura efêmera impressa em papel barato e vendida a preços baixos, muito popular entre os séculos XVI ao XIX na Inglaterra (mas não somente). A popularidade dessa literatura foi medida pela fortuna acumulada dos seus maiores publicadores e a quantidade crescente de Chapman ao longo dos séculos em que esse trabalho se baseia. Os assuntos abordados por essa literatura eram os mais variáveis: livros de alfabeto, histórias religiosas e orações, biografias curtas, dramas, contos heróicos e histórias tradicionais, notícias de política, crime ou de desastre, canções e brincadeiras, enigmas, almanaques, histórias de fantasmas ou milagrosas, profecias e adivinhações, interpretação de sonhos e contos de viagem, batalha ou aventura, poemas,

listas, sermões etc. Não havia regras nem para os temas nem para o tamanho do impresso que costumava ser uma folha dobrada diversas vezes que constituía um livreto de 8, 12, 16, 24, 32 ou até mais páginas. Para o trabalho apresentado foi adotado o critério do máximo de 32 páginas por entender que impressos acima desse número de páginas eram vendidos a preços não tão acessíveis e não poderiam necessariamente ser considerado literatura barata. Alguns continham xilogravuras enfáticas sobre as histórias que as seguiam, outros continham apenas texto. A origem da palavra chapbook não é um consenso na academia, mas de acordo com Shepard (1973) tudo indica que *chap* vem do inglês arcaico que significa negócio, comércio.

Esses livretos eram vendidos pelos próprios publicadores em ruas específicas de Londres, onde havia aglomerados de lojas que praticavam esse ofício, a compradores particulares. Também havia o repasse desse material a preço de atacado aos vendedores ambulantes denominados *chapmen*. Os *chapmen* cruzavam o território inglês vendendo pequenos adornos, botões, alfinetes, rendas, fivelas etc. e levavam consigo também as baladas impressas em folha única (chamadas de *broadside ballads*) e os *chapbooks*. De acordo com Spufford (1985) os consumidores dessa literatura eram pessoas pobres, conclusão obtida tanto pelo preço pelo que eram ofertados esses impressos, quanto pela ausência de sua discriminação em inventários de pessoas com maior poder aquisitivo, que dificulta o estudo desse material, pois a maior parte dessas impressões desapareceram por não serem tidas como dignas de serem preservadas e também por que mesmo as remanescentes eram fabricadas em material tão inferior que se deterioraram. Entretanto, como Liebel (2013) aponta no estudo da literatura de rua francesa, não se pode reduzir o alcance de um texto à intenção de seus publicadores, ou seja, ainda que fossem destinados às camadas mais baixas da população, os *chapbooks* podem ter encontrado leitores em outros extratos sociais – a exemplo da coleção de Samuel Pepys, membro do Parlamento inglês.

Em relação à sua estrutura, os *chapbooks* que trazem a narrativa de um crime são bem similares entre si. Há uma *headline* dramática, na primeira página, apontando para a crueldade ou imoralidade do crime cometido, logo abaixo a descrição de tais crimes com nomes das vítimas (se assim houver) do criminoso/assassino (se assim houver), a data do evento e do julgamento do mesmo, tudo isso acompanhado eventualmente de uma xilogravura que ilustra detalhes do crime ou a pena sofrida pelo criminoso. O primeiro parágrafo do corpo do texto geralmente é uma localização do leitor em uma realidade espiritual. O autor usa citações e referências bíblicas para fazer um paralelo entre a maldade humana e seus crimes com a queda do ser humano no paraíso, ele alega que a causa de todos os crimes é a ausência de

Deus e a permissão do homem em ser fantoche de satanás. Logo após essa introdução reflexiva, de caráter religioso, o autor se presta a desvendar as origens sociais e culturais do assassino, de onde ele vem, quem foram seus pais e familiares, quais foram seus passos desde uma idade remota que possivelmente poderiam já demonstrar uma tendência para o “mal”. Ele dá atenção específica para a condição financeira do assassino, pois a justificativa de muitos crimes é a necessidade financeira, e também enumera os relacionamentos prévios e suas características para desvendar o caráter do criminoso principalmente em crimes passionais. Em seguida temos a descrição dos crimes por vezes bem detalhadas, com direito à análise da arma utilizada e os preparativos para a ocultação do corpo, em casos de assassinatos. Datas do crime e do momento da descoberta são frequentes, assim como a narrativa de como e por quem foi descoberto, a data da apreensão do criminoso e endereço do crime e da prisão onde ele seria encaminhado. Nem sempre as datas eram reais, para que uma narrativa se passasse por verídica alguns autores lançaram mão desse recurso para obter credibilidade e a curiosidade do leitor. As partes finais do documento são reservadas à confissão ou últimas palavras do criminoso, o trabalho desenvolvido para levá-lo ao arrependimento e sua conciliação com a pena (que nem sempre é citada) sofrida como o pagamento por seus pecados. A conclusão é um pequeno sermão reflexivo sobre a necessidade de não se desviar de Deus para que não ocorra ao leitor o mesmo destino do criminoso em questão e sobre a necessidade de todos se arrependerem dos seus pecados e buscarem viver uma “vida santa” e “digna de Deus”.

Não era incomum encontrar ilustrações nos *chapbooks* dos séculos XVI e XVII. De acordo com Shur (2011), a tradição de se ilustrar textos já existia ainda nos manuscritos, com pouca produção local e muita reprodução importada (principalmente dos Países Baixos) de imagens, se havia uma especificidade no texto inglês a ser ilustrado a imagem era encomendada. O estilo das ilustrações de manuscritos influenciaram os gostos populares e os últimos acabaram influenciando as xilogravuras dos impressos modernos. Se o leitor em potencial tinha expectativas a respeito do que encontrar nos panfletos, referente a ilustrações, os publicadores tinham que inserir imagens que atendessem essas expectativas se quisessem vender esses panfletos.

Uma simples xilogravura, da mais barata ao invés das entalhadas em cobre, poderia dobrar o preço do produto final no varejo. Mas isso não impediu a presença de ilustrações desde as primeiras impressões inglesas, no princípio da Idade Moderna era comum que as imagens selecionadas para estampar a literatura de rua fossem escolhidas pelos editores que as

publicavam e não pelo autor do texto. Devemos, então, enxergar esse recurso visual como um adendo que envolve um aglomerado de circunstâncias logísticas e econômicas. Entre 1536 e 1603, mais de 5000 xilogravuras e gravuras apareceram nos livros ingleses. As ilustrações contidas na literatura de rua foram por muito tempo subestimadas pela falta de artistas nativos e de baixo valor artístico, o que pode ser exemplificado até mesmo pelas disjunções comuns que havia entre o texto e a imagem.

Ainda de acordo com Carla Suhr, a forma mais barata de atender à demanda e não arruinar os lucros da produção era possuir a matriz de xilogravura que poderia ser usada várias vezes e era mais baratas que as placas metálicas engastadas. No século XVI, a matriz de xilogravura era comprada de segunda mão dos Países Baixos ou suas imagens eram copiadas. Além do preço, as vantagens da xilogravura sobre as placas engastadas não tinham apenas a ver com o seu valor artístico: elas poderiam ser usadas na tipografia móvel junto com o texto já que ambos são cortadas em alto relevo ao contrário das gravuras que exigiam um espaço em branco para ser preenchido posteriormente em outra impressão, o que dobrava o trabalho dos impressores e era inviável para pequenas oficinas de impressão. As xilogravuras também poderiam ser usadas muito mais vezes (de 3000 a 6000) que as placas (apenas umas centenas de vezes), já que a qualidade da imagem não era uma questão primordial.

No século XVI, uma consequência da reutilização dessas matrizes de madeira era que as imagens não eram feitas sob medidas para cada obra, por tanto a tendência era uma ilustração mais genérica ser encontrada na literatura de rua. Se não tivesse em seu estoque xilogravuras que abordavam diretamente o texto, o publicador utilizava uma completamente aleatória, apenas por que a possuía. A partir do século XVII as ilustrações tornam-se mais diretamente relacionadas ao texto, indicando que foram encomendadas para a publicação específica. Como as matrizes xilográficas eram vendidas, revendidas, doadas ou herdadas como parte do inventário de um publicador, é bem provável que o mesmo escolhesse seu ramo literário a partir das imagens que tinha em seu estoque. Portanto a análise das imagens presentes em *chapbooks* deve ser cuidadosa, tendo como contexto histórico toda a exposição aqui feita, para que não se atribua um valor exacerbado ao poder da xilogravura de auxiliar o leitor na compreensão do texto e na memorização da informação escrita.

O conteúdo dos *chapbooks* analisados neste trabalho são crimes cometidos por mulheres. Crimes sempre são fonte de interesse dos seres humanos, seja pelo medo que inspiram seja pela curiosidade. Quando punidos, o senso de justiça ou injustiça afloram com

uma satisfação ou rebeldia únicas. A forma como nos organizamos socialmente é mediada pelo controle do nosso comportamento através dessas ameaças ao comportamento indesejado. Os desvios da nossa natureza em sociedade são chocantes por si só, mas há uma potencialização do efeito quando o autor do crime é na verdade uma autora: a mulher. Para um caso de assassino ter mais notoriedade que o caso de assassina, em particular na mídia inglesa, aspectos de crueldade e premeditação tem que estar envolvidos, só assim ganham tanta atenção.

Clark afirma que no Início da era moderna, na Inglaterra, quando a imprensa se formava e com ela se delineava o gosto dos leitores, as notícias de mulheres criminosas tinham uma importância totalmente desproporcional em relação à ocorrência real de crimes cometidos por mulheres. Isso demonstra um gosto particular pelo excepcional, pela natureza desviante de uma mulher criminosa, e a abordagem da literatura de rua tem um tom de espetáculo contagiante, pessoas se reuniam em multidões para assistirem à confissão e execução dessas criminosas. Os autores dos *chapbooks* frequentemente deixam escapar seu ponto de vista sobre o evento e sua satisfação ao presenciarem a justiça sendo feita contra a “anomalia” de uma mulher criminosa.

A identidade desses autores é variada, eles podem ser pastores que acompanharam de perto os casos que narram, os próprios publicadores de impressos ou mesmo homens de elevado status social, com cargos importantes à serviço da Coroa. Porém, na maioria das vezes eram autores anônimos, o que deixa uma lacuna na reconstituição de suas personalidades. De acordo com Clark, no entanto, os autores de *chapbooks* criminosos se viam não apenas como informantes das massas, mas como ferramentas sociais úteis que traziam uma mensagem sobre a onipresença e justiça providencial divina, revelação de transgressões ocultas e correção de falsos boatos. Ou seja, o relato de crimes femininos obedecem a um propósito de educação e disciplinarização das massas.

A compreensão da formação cultural da Inglaterra moderna é imprescindível para que entendamos tanto lá, quanto contemporaneamente, o que seria o comportamento feminino normativo. De acordo com Clark, havia a ideologia da boa mulher, boa esposa, boa filha e boa mãe, reforçada constantemente em sermões e manuais de boa conduta feminina desde a Idade Média. A mulher deveria ser casta, paciente, modesta, obediente, suave, gentil, perdoadora, em suma, atender aos modelos pregados pelo cristianismo. A mulher que não possuía essas características era uma versão disforme de seu gênero, uma anomalia social. Além disso, o casamento era o maior objetivo social para uma mulher, e dentro dele a mulher abdicava seu

papel principal na sua história, assumindo um papel secundário de auxiliadora, baseada numa visão de inferioridade feminina, a mulher era fraca e irracional, por isso, dentro do casamento, precisava de apoio e controle de seu marido. Até um papel de relativo poder sobre a formação de novos seres humanos como a maternidade era possivelmente vítima de desconfiança, o que explica as inúmeras fontes de mães infanticidas. Mulheres detendo algum poder era a inversão da ordem social.

A mulher ideal deveria ser o objetivo de todas as mulheres, mas os estereótipos femininos em *chapbooks* de criminosas e panfletos sobre bruxas lembravam às mulheres sua natureza corruptível de Eva. Esse imaginário social sobre a mulher é construído em parte sobre uma ansiedade masculina patriarcal contra uma mulher que seja sexual e que tenha algum poder de alguma forma. A essência de uma mulher era sua castidade, isso não quer dizer apenas uma visão repressora da sexualidade feminina, mas quer dizer que a mulher é basicamente sexual. Se perdesse sua castidade, a reputação da mesma, nada mais importava. Se sua sexualidade era sua moeda, cara seria sua castidade e o adultério seria coroa. Percebe-se essa tensão nas leis de punição contra esposas assassinas, seu crime é considerado hediondo, alta traição e rebelião contra a ordem natural, sua punição é análoga a atentados contra o próprio rei: a fogueira. Quando uma mulher se casava ela abdicava de seus direitos legais para se tornar uma pessoa com seu marido, ele era seu tutor (ou ela era sua refém legal).

O caso de Elizabeth Lillyman retratado no *chapbook A Compleat Narrative of the Tryal of the Elizabeth Lillyman*, impresso em 1675, é um exemplo de como as narrativas são construídas para enfatizar as falhas de caráter da suposta criminosa para que a associação com o crime cometido não seja tão difícil. Elizabeth era uma esposa “ciumenta” de um marido “viril” e “bonito”, além de tudo era uma mulher “esbanjadora”, que não geria bem os recursos do seu lar, de acordo com o autor, que indiretamente aponta que seu suposto desvio de caráter a levou a cometer o crime passionai contra seu marido, um simples artesão trabalhador que a convidou para cear em uma taverna. Já no local, foi acometida por um ciúme violento por seu esposo com uma servente, e perfurou seu coração com uma faca. As testemunhas oculares desse crime eram um amigo do esposo (um sapateiro, a quem pertencia a arma do crime) e a servente envolvida no caso. Mesmo não confessando o crime, sua palavra não foi levada em consideração, e sim o posicionamento das testemunhas a respeito do caso. Era comum julgamentos em que a única “prova” contra a suposta ré era o depoimento de vizinhos e testemunhas oculares, em sua maior parte do gênero masculino. Elizabeth foi condenada à

fogueira. E sem nenhuma credibilidade, muitas outras mulheres consideradas desregradas também o foram.

Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. **A Compleat Narrative of the Tryal of the Elizabeth Lillyman**. London: [s.n.], 1675

CLARK, Sandra. Deeds Against Nature: Women and Crime in Street Literature of Early Modern England. **Sederi**, London, v. 12, 2002.

LIEBEL, Silvia. Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.16, n. 30, 2015.

SHEPARD, Leslie. **The History of Street Literature**. Newton Abbot: David & Charles, 1973.

SPUFFORD, Margaret. **Small Books and Pleasant Histories** - Popular Fiction and his Readership in Seventh Century England. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SUHR, Carla. **Publishing for the Masses** - Early Modern English Witchcraft Pamphlets. Helsinki: Societé Néophilologique, Uusfilologinen Yhdistys, 2011. (v. 83).

ST 16
**Comida e sentidos: uma
perspectiva sociocultural da
História da Alimentação**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

A rua dos quitutes: o dia a dia das negras escravas e libertas no Rio de Janeiro de Debret

Bruno Willian Brandão Domingues

Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

brunoo_willian@hotmail.com

Resumo: *Jean-Baptiste Debret*, durante sua estadia no Brasil entre 1816-1831, além de retratar a corte portuguesa aqui refugiada e a corte brasileira, também retratou cenas do cotidiano carioca, principalmente, o comércio alimentício da cidade. O Rio de Janeiro pelo fato de ser capital do Império, cidade portuária e centro comercial tanto para as mercadorias que chegavam da Europa para outras províncias como também mercadorias que chegavam de outras províncias para serem vendidas no Rio de Janeiro ou para serem levadas para a Europa, possibilitava manter uma economia local de alimentos, para alimentar uma cidade que crescia dia após dia, marinheiros e uma grande massa de escravos. Todos esses fatores favoreciam o comércio alimentício do Rio de Janeiro, que na sua maior parte era feito por negras escravas e libertas, na qual, tinham um cardápio do mais variado possível, desde quitutes (ataçaça, bolo da Bahia, pudim, sonho, pão de ló, pastel) ou até mesmo o angu, principal prato consumido pelos escravos. Ao analisar as imagens feitas por *Debret*, notamos a mobilidade social da cidade, que algumas mulheres ao adquirirem sua alforria, passavam a ser donas dos seus próprios estabelecimentos comerciais, conhecidos como quitandas, estabelecimentos estes, ligados com a alimentação. Mesmo sendo perseguidas e discriminadas pela sociedade da época, como resistência, elas mantinham seus estabelecimentos e seu comércio ambulante pelas ruas da cidade, com seus turbantes e joias e tabuleiro na cabeça, tornavam as donas das ruas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Debret*, Representação, Cidade.

Nas cidades [...] os recursos se acresciam pela venda de comida preparada e oferecida pelas negras nas praças e cais: angu, mingau de carimã ou milho, peixe assado, milho cozido em grãos servidos no caldo, mungunzá e iguarias vindas da Bahia, possivelmente acaçá, caruru, moquecas com o peixe enrolado em folhas, farinha de castanha-de-caju e milho torrado açúcaradas, o tão elogiado por todos os viajantes aluá de arroz. E as carnes: seca, afogueada nas brasas ou assada nos braseiros, escaldada em rápida fervura. Para adoçar a boca e a vida, caldo de cana, rapadura, manuês, bolo-preto, pé de moleque, arroz-doce com canela, doce de coco ralado [...]. (PRIORE, 2016, p. 254)

Se os serviços braçais ou a venda de outros produtos era feito por escravos, na área da alimentação eram as escravas ou até mesmo as negras libertas as responsáveis por esse comércio lucrativo, possuindo em alguns casos quitandas e estabelecimentos, que vendiam diversos produtos para os escravos. Neste artigo, analisaremos o comércio ambulante de quitutes, no qual “nesse pequeno comércio de rua as ganhadeiras, juntamente com as negras livres, exerciam verdadeiro monopólio. Organizavam-se em feiras livres chamadas quitandas,

ou oferecendo seus quitutes de casa em casa” (SILVA, 1988, p. 108). Perceberemos a grande presença de negras libertas dependendo do comércio de rua para sobreviver; além disso, é possível verificar em *Debret* a influência do costumbrismo italiano e a Revolução Francesa na vida do artista ao construir as imagens dessas forras.

Junto com as influências artísticas de *Debret*, outra característica trazida ao Brasil pelos africanos era o domínio das mulheres no ramo alimentício, práticas culturais africanas que “delegavam às mulheres as tarefas de alimentação e circulação de gêneros de primeira necessidade [...]” (DIAS, 1995, p. 157).

Os doces eram indispensáveis na vida portuguesa “representando a solidariedade entre as pessoas” (PRIORE, 2016, p. 272). Uma herança dos portugueses desde o século XIV, que após séculos chegaram ao Brasil, ou melhor, nas mesas brasileiras. Tão famosos em Portugal, feitos em conventos, ganharam a marca religiosa, e com o tempo popularizaram-se tanto que todas as casas tinham o costume do preparado de doces.

[...] os conventos portugueses aumentavam seus proventos graças à confecção de bolos, compotas, licores e outros regalos à base de muitos ovos e açúcar. Desde o reinado de Afonso IV, em 1325, até maio de 1834, quando as ordens religiosas foram dissolvidas, a doçaria conventual trazia nomes e aromas dignos de registro. (PRIORE, 2016, p. 269)

No Brasil, os doces tinham uma combinação perfeita, que juntamente com as receitas portuguesas, as receitas africanas e uma variedade de frutas tropicais, se popularizaram em todas as províncias. Se a primeira riqueza econômica do Brasil foi o açúcar, na terra do ouro branco não faltava o ingrediente principal no preparo dos doces, “cuja fabricação constitui excelente negócio” (DEBRET, 1986, p. 307). Negócio este feito pelas “escravas de tabuleiros, vendendo quitutes e biscoitos, alternavam-se com vendedoras (livres, caipiras, mestiças)” (DIAS, 1995, p. 156); as cativas saíam pelas ruas vendendo os doces cuja renda era destinada ao seu senhor, as negras libertas constituíam a maioria das vendedoras de quitutes pelas ruas, e dependiam desse comércio para sua própria sobrevivência.

A tradição da doçaria passou da cozinha à rua, graças aos tabuleiros das negras forras, enormes e forrados com panos alvos. ‘Negras doceiras’, contou Freyre, tinham o cuidado de enfeitar seus doces com papel azul ou encarnado, arrumados sobre folhas de bananeiras. ‘Desses tabuleiros de pretas quituteiras, uns corriam as ruas, outros tinham seu ponto fixo à esquina de algum sobrado grande ou pátio de Igreja, debaixo de velhas gameleiras. Aí os tabuleiros repousavam sobre armações de pau escancaradas em X [...]. De noite os tabuleiros se iluminavam como que liturgicamente de rolos de cera preta; ou então de candeirinhos de folha de flandres ou de lanternas de papel’ [...]. (PRIORE, 2016, p. 274)

Ressaltamos que “de todos os doces brasileiros, cuja fabricação constitui excelente negócio no Rio, o pão-de-ló é sem dúvida o mais lucrativo, por causa do enorme consumo desse bolo leve que acompanha o café ou o chocolate” (DEBRET, 1986, p. 307). De acordo com *Debret*, as vendedoras deste quitute são escravas, que todos os dias saem da casa de seus donos para vender de porta em porta, tendo suficiente lucro de venda do quitute para a alimentação dos escravos do senhor.

Afirmava-se que os principais fabricantes dessa guloseima eram membros de uma família numerosa, entregue a esse ativo comércio, e cujas negras, que percorriam a cidade duas vezes por dia, se reconheciam pelo traje. Saindo bem cedo de casa, essas vendedoras começavam abastecendo os cafés, e em caminho entravam nas casas de suas freguesas mais madrugadoras para entregar o pão-de-ló do almoço, à razão de um por pessoa. O negócio é tanto mais interessante quanto as famílias brasileiras são em geral numerosas. A venda nas ruas não é menos lucrativa, pois nem sequer o negrinho enviado a recado de manhã deixa de tirar do dinheiro que lhe é confiado o vintém necessário à aquisição do pão-de-ló; as quitandeiras não deixam tampouco de comprar um pão-de-ló para seus moleques; finalmente, a primeira despesa matutina da maioria dos operários consiste na compra do pão-de-ló, que eles consideram substancial e bom para o peito. (DEBRET, 1986, p. 307)

Pelo relato de *Debret*, percebemos claramente o grande consumo do quitute, sendo considerado o primeiro alimento comprado pelos operários e donos dos estabelecimentos. Na imagem da vendedora de pão de ló, analisaremos o grande sucesso que o doce fazia na cidade, onde as vendedoras sempre estavam rodeadas de fregueses que buscavam comprar um quitute.



Figura 1 – Jean-Baptiste Debret. *Vendedoras de pão de ló*. 1826; aquarela sobre papel; 16,3 x 20,8cm; assinada e datado. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

Debret retrata nessa imagem várias vendedoras de pão de ló, inserindo duas vendedoras no primeiro plano e outras duas em segundo plano, na qual estas últimas andam pela cidade com os tabuleiros na cabeça em busca de fregueses em outros pontos de venda, já que naquele local outras duas vendedoras já atraíram a freguesia. No lado direito da imagem, a vendedora vende seu quitute para uma menina acompanhada por sua criada, responsável pelo pagamento, enquanto a outra vendedora vende para dois escravos, estando um deles mais ao centro da imagem – vendedor de trabalhos feitos de chifres de boi. Percebemos na imagem, como era vendido o pão de ló: em fatias tornava-se mais acessível para a população sua compra. É importante ressaltar na cena o fato da menina branca escolher seu quitute, como uma futura senhora que fiscaliza a cozinha de sua casa, enquanto o escravo recebe da vendedora o seu quitute, sem ter a mesma chance de escolher.

O que mais chamou a atenção de *Debret*, foram as vestimentas das negras libertas, que de acordo com seu relato “as negras andam sempre vestidas com muito asseio e às vezes elegância” (DEBRET, 1986, p. 308), pelo fato de circularem pelas ruas do Rio de Janeiro, traziam consigo marcantes características de vaidade e ostentação, ou até mesmo para atrair fregueses. 272). É importante realçar as vestimentas das vendedoras, ricas em detalhes e cores, tornando “um indicador indetentário da figura, seja no que diz respeito à raça, condição social, contexto cultural ou mesmo atividade desempenhada no quadro da sociedade que se observa” (SILVA, 2010, p. 15).

A rua para as vendedoras é local de convívio social, de troca de experiências, que aproveitavam da liberdade e do distanciamento dos seus senhores, para transitar na cidade, mantendo os convívios sociais com os demais escravos da mesma etnia,

enredadas nos laços pessoais muito fortes e conturbados que as ligavam às proprietárias, era com o desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstruíam seus laços primários, para além do espaço doméstico (DIAS, 1995, p. 157).

Dinâmicas estas presentes em toda a cidade, pelas vendedoras forras ou escravas, que se encontram em todos os pontos mais movimentados do Rio de Janeiro, sejam nas praças, Igrejas, ruas movimentadas ou nos cais do porto, local onde se encontram “lá pelas quatro da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as ruas adjacentes ao Largo do Palácio, a fim de sentarem nos parapeitos do cais, onde têm por costume respirar o ar fresco até a hora da ave-maria” (DEBRET, 1986, p. 179). Conforme *Debret*, em pouco tempo, todo o parapeito do cais estava lotado pelos pequenos capitalistas.

[...] encontramos na classe média e mais numerosa o pequeno capitalista, proprietário de um ou dois escravos negros, cuja renda diária, recolhida semanalmente, basta à sua existência. Satisfeito com essa fortuna, ou melhor, com a posse desse imóvel, adquirido por herança ou com o fruto de suas economias, emprega filosoficamente o resto da vida na monotonia dos passatempos habituais. Esse homem tranquilo, observador religioso dos usos brasileiros mais tradicionais, levanta-se antes do sol, percorre com a fresca uma parte da cidade, entra na primeira Igreja aberta, reza ou ouve missa e continua o seu passeio até as seis horas da manhã. Volta, então, despe-se, almoça, descansa, limpa seus trajes, janta ao meio-dia, faz a sesta até duas ou três horas da tarde, torna a fazer o *toilette* e sai de novo às quatro horas. (DEBRET, 1986, p. 179)

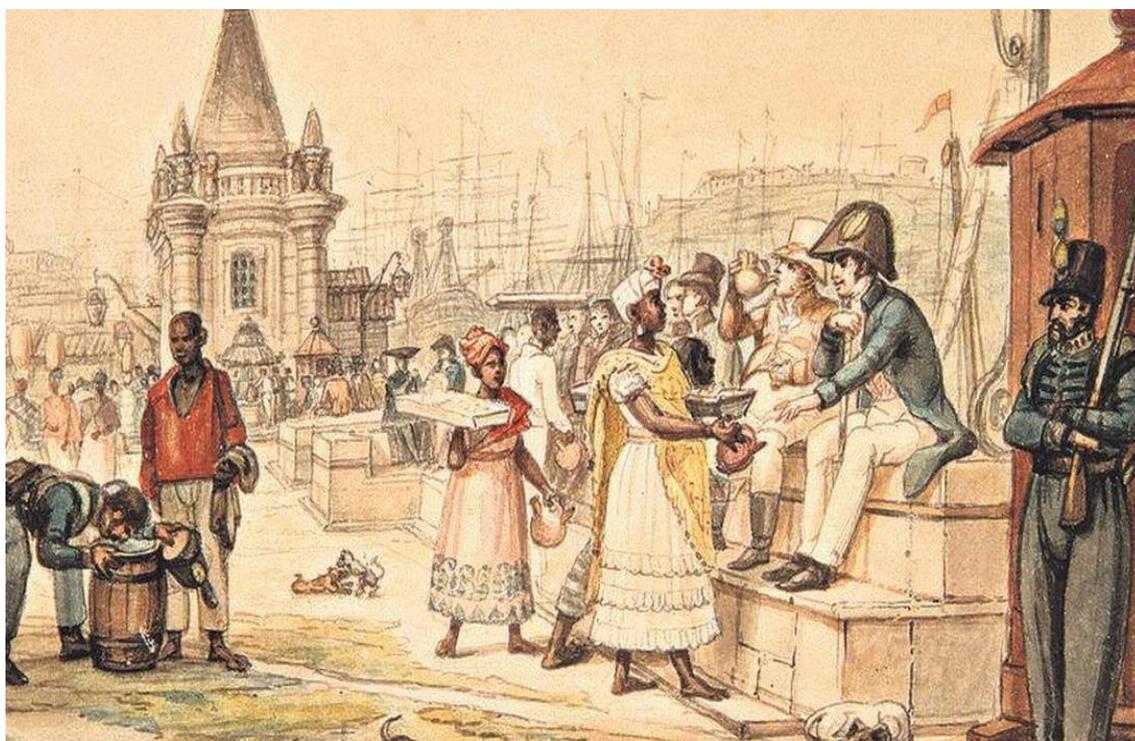


Figura 2 – Jean-Baptiste Debret. *Uma tarde na praça do Palácio*. 1826; aquarela sobre papel; 15,5 x 21,4cm; assinado e datado. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

Após os parapeitos do cais serem tomados pelos pequenos capitalistas, segundo *Debret*, não faziam nada na vida, a rua é tomada pelas quituteiras, aproveitando o movimento de vários senhores que compravam “generosamente um novo doce, cujo pagamento se acompanha de uma olhadela protetora, que encoraja a interessante vendedora a se apresentar espontaneamente no dia seguinte” (DEBRET, 1986, p. 180). É interessante notar a maneira como *Debret* destaca a preguiça dos brancos, considerando-os capitalistas, que não faziam nada da vida devido à escravidão, já que boa parte desses “pequenos capitalistas” viviam do trabalho de seus escravos de ganho. As vendedoras também aproveitavam a ocasião para acompanhar a venda dos quitutes oferecendo água, como podemos observar as vendedoras,

em uma das mãos trazem o tabuleiro de quitute, e na outra, a moringa. Contudo, muitos senhores se aproveitavam da ocasião, não para comprar o doce, mas sim para tomar a água. Desta maneira, “o bebedor malicioso chama de preferência um vendedor de aspecto tímido e, certo de confundir-lo, deprecia-lhe a mercadoria num tom extremamente duro e se aproveita da atrapalhão do negro para apossar-se da moringa e beber a água de graça” (DEBRET, 1986, p. 179).

Embora a imagem exiba uma cena da vida cotidiana num espaço público do Rio de Janeiro, o artista retrata uma cena que contém todas as classes sociais da época, representando todos os personagens, ficando bem evidente a forma como constituía-se a sociedade em um modelo colonial. Enquanto os negros, sejam eles forros ou escravos, e os militares trabalham, outros dedicavam-se a aproveitar a brisa durante a tarde. Na imagem, os negros, que nesse caso são representados na maioria pelas negras quituteiras, saem pelas ruas vendendo seus doces e tantas outras coisas; os militares são representados por dois soldados, um tomando água de um barril e outro fica em pé próximo da guarida, fazendo a guarda do local. Estes personagens representam a base da sociedade, os únicos que trabalham no Brasil, enquanto os senhores brancos sentados no parapeito do cais, são servidos de água pelas escravas e aproveitam o flunar do fim da tarde, que relembra o ditado popular “sombra boa e água fresca”. Esta cena procede todos os dias de acordo com *Debret*, após a Ave-maria “cumprimentam-se mutuamente e marcam encontro para o dia seguinte” (DEBRET, 1986, p. 180).

Referências Bibliográficas

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016. v. 1.

_____. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016. v. 2.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: A nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, Valeria Piccoli Gabriel da. **Figurinhas de brancos e negros: Carlos Julião e o mundo colonial português**. 2010. Tese (Doutorado em História) – FAUUSP, São Paulo, 2010.

Doçaria e Turismo no Monasterio de Nuestra Señora de la Consolación (Espanha)

Rosana Eduardo da Silva Leal¹

Doutora em Antropologia (UFPE)

Docente em Turismo (UFS)

rosanaeduardo@yahoo.com.br

Resumo: A doçaria conventual é composta por um diversificado repertório de doces nascidos e criados por ordens religiosas, congregando modos de preparação, receitas e ingredientes. É neste contexto que está situado o presente trabalho, que busca entender como o turismo constitui um mecanismo de sustentabilidade econômica e de diálogo intercultural em ambientes significativamente fechados, como espaços religiosos em que a clausura está presente. Para tanto, tem-se como ambiente de análise empírica o *Monasterio de Nuestra Señora de la Consolación*, situado no centro histórico de Salamanca, Espanha. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando-se como instrumentos metodológicos a observação, a entrevista e o registro fotográfico. Trata-se de uma pesquisa que está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR, da Universidade Federal de Sergipe. Os resultados da investigação apontam que as tradições que envolvem a culinária do açúcar possibilitam a inserção das instituições religiosas na cadeia produtiva do turismo de forma sustentável, promovendo também a recuperação de receitas e a democratização da doçaria conventual.

Palavras-chave: doçaria; culinária; convento; Salamanca/Espanha, turismo.

Introdução

O turismo traz impactos socioeconômicos significativos em diversos destinos e populações, sendo acionado como modo de manutenção financeira de famílias e instituições, além de servir como meio de comercialização de produtos regionais e tradicionais, que constituem fonte de interesse turístico. Neste âmbito podemos situar os conventos, que se tornaram fonte da curiosidade do turista, por preservar modos de vida religiosos pouco acessíveis a boa parte da população.

O processo de turistificação atingiu os conventos em todo o mundo. Estes servem como espaços patrimoniais, de visitação, hospedagem, bem como de comercialização de produtos tradicionais, abrigando também exposições e museus em seus interiores. Tais construções representam o passado e o presente, conforme salienta León (2008, p.149):

Ahora bien la permanencia de los hábitos, el mantenimiento de rezos y rituales no se deben interpretar como una ausencia de dinamismo: las clausuras acusan los cambios históricos, sufren modificaciones y se

¹ Líder do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo (ANTUR/UFS).

convierten en lugares de contrastes. Junto a las viejas arquitecturas los modernos obradores. Junto a las ancianas monjas locales, el ingreso de nuevas vocaciones internacionales².

A clausura, a vida contemplativa, os votos de pobreza e de castidade, bem como o exercício do silêncio, da oração e o pouco contato com o mundo exterior são aspectos fundamentais de atratividade turística. Sem falar do legado histórico, arquitetônico e patrimonial que tais ambientes representam, por meio de suas fachadas, claustros e museus. Dentro deste repertório tem-se a doçaria conventual, que está presente no rol de produtos promovidos, comercializados e consumidos turisticamente em todo mundo, sobretudo pela referência religiosa, tradicional e patrimonial que possui.

No caso da Espanha, ambiente em que se deu a pesquisa, essa doçaria conventual resulta de um patrimônio alimentar proveniente do cultivo da cana-de-açúcar introduzida na no país pelos árabes. Trata-se de um diversificado repertório de doces nascidos e criados em ordens religiosas e que seguem presentes no interior de tais espaços, tornando-se importantes mecanismos de manutenção financeira. É neste universo que está situado o presente artigo, que busca apresentar parte da pesquisa realizada durante o pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Ibero-América, que integra a Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Salamanca, sob a orientação do Prof. Dr. Ángel Espina Barrio. Trata-se de um recorte das investigações realizadas entre Brasil e Espanha que tratam da relação entre doçaria, turismo e empreendedorismo local. A pesquisa de campo foi realizada no *Mosteiro de Nuestra Señora de La Consolación “Dueñas”* em 2015 e 2018 e teve como principal interlocutora a monja Diana Delgado, de origem peruana, responsável pela venda das iguarias no convento.

A finalidade deste escrito é entender como o turismo constitui um mecanismo de sustentabilidade econômica e de diálogo intercultural em ambientes significativamente fechados, como espaços religiosos em que a clausura está presente. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando-se como instrumentos metodológicos a observação, a entrevista e o registro fotográfico. A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR, da Universidade Federal de Sergipe, por meio do eixo temático Alimentação e Cultura.

² “Contudo, a permanência de hábitos, a manutenção de orações e rituais não devem ser interpretados como ausência de dinamismo: os claustros acusam mudanças históricas, sofrem modificações e tornam-se lugares de contrastes. Ao lado das arquiteturas antigas, os locais de trabalho modernos. Junto com as freiras anciãs locais, a entrada de novas vocações internacionais” (LÉON, 2008, p.149, tradução nossa).

Salamanca: Cidade Patrimônio da Humanidade

Salamanca é uma pacata cidade localizada no noroeste da Espanha, sendo parte da Comunidade Autônoma de *Castilla y León*. Atualmente possui cerca de 340 mil habitantes, conforme o Centro Internacional sobre o Invelhecimento (CINIE). A cidade reúne em seu centro histórico monumentos de distintas épocas e estilos, cuja principal matéria-prima empregada em suas construções é constituída pela pedra arenito *Villamayor* (Pedra Branca), principal responsável por tornar Salamanca conhecida como cidade dourada, sobretudo devido à tonalidade que a referida matéria-prima imprime na arquitetura local. A presença da igreja católica integra a paisagem urbana e cultural da antiga cidade, por meio de suas igrejas, conventos e catedrais, bem como eventos religiosos, como as tradicionais procissões que ocorrem durante a Semana Santa.

Mesmo com ares de cidade interiorana, Salamanca está imersa em uma dinâmica cosmopolita, sobretudo por receber diariamente estudantes de diversas nacionalidades que realizam cursos de espanhol, bem como universitários em busca de cursos de graduação e pós-graduação, além de turistas que circulam em suas ruas estreitas e monumentos históricos. Atualmente integra as cidades Patrimônio da Humanidade de *Castilla y León*, junto com Ávila e Segóvia, constituindo-se como um destacado e importante destino turístico-patrimonial da região.

Las Ciudades Patrimonio de la Humanidad de Castilla y León se han convertido en importantes focos de atracción de visitantes y su patrimonio, impulsado por el turismo, ha trascendido la dimensión cultural y se ha convertido en recurso productivo (VINUESA; TORRALBA, 2009, p.148)³.

A partir de 1980 Salamanca passa a adequar seus recursos culturais, patrimoniais e urbanísticos para se transformar em uma cidade turística. Foi Capital Européia em 2002, ampliando e qualificando sua oferta cultural. Atualmente oferta durante todo o ano um diversificado calendário cultural, que é composto notadamente por festivais, concertos, exposições, apresentações de teatro e dança que se integram a vida universitária cotidiana.

A cidade tem como principais símbolos patrimoniais a *Plaza Mayor* e a *Universidad de Salamanca*, que são amplamente promovidos turisticamente. A *Plaza Mayor* constitui o coração político e social da cidade, bem como o espaço mais importante do centro histórico, onde estão situados bares, cafés, restaurantes, meios de hospedagem e lojas de consumo

³ “As Cidades Patrimônio da Humanidade de Castilla y León tornaram-se importantes focos de atração de visitantes e o seu patrimônio, impulsionado pelo turismo, transcendeu a dimensão cultural e tornou-se um recurso produtivo” (VINUESA; TORRALBA, 2009, p.148, tradução nossa).

turístico. É também um espaço de convergência de atividades e práticas culturais, bem como eventos políticos, festas populares e tradicionais. A *Universidad de Salamanca* constitui um centro de estudos de idiomas, de graduação e pós-graduação, sendo considerada a mais antiga universidade da Espanha, que em 2018 completou 800 anos de existência.

A Doçaria Conventual Salamantina

Segundo salienta Yagüe (2016), há na Espanha cerca de 800 mosteiros e conventos dentre os quais 300 oferecem hospedagens para turistas. Em *Castilla y León*, comunidade autónoma onde está situada a província de Salamanca, 45 espaços religiosos abriram suas portas para hospedar visitantes católicos e não católicos, que buscam descanso, tranquilidade e boa comida.

La junta castellanoleonesa recomienda en su web oficial 21 de estos recintos. Utiliza el gancho de que entre sus muros ‘se escribió buena parte de nuestra historia’, al tiempo que advierte de que se trata de lugares de recogimiento y oración (YAGÜE, 2016, on-line)⁴.

No turismo, a doçaria regional apresenta-se como um cartão de visita, um *souvenir*, que se pode adquirir para consumo no local visitado, podendo ainda ser levado como lembrança do destino (BAPTISTA e DURÃO, 2011).

La identificación con los auténticos dulces de antes, su elaboración en un lugar sagrado, misterioso, intramuros, al que se accede a través de un torno, refuerza el valor tradicional y patrimonial de la dulcería conventual. Valores que en el actual contexto no son independientes del mercado. Los dulces conventuales en particular y los conventos en general son registrados en guías y páginas turísticas y culturales como carta de presentación, y proyección de la localidad (LÉON, 2008, p.150)⁵.

A doçaria conventual em Salamanca pode ser encontrada em diversos conventos e mosteiros da localidade. Podemos citar como parte do repertório algumas iguarias como: *repelaos, amargillos, perrunillas, bizcochos, obleas, bollos, mantecados e rosquillas*. Os doces fabricados no Mosteiro de *Nuestra Señora de la Consolación* fazem parte dos atrativos

⁴ “O governo regional de Castilla y León recomienda 21 desses locais em seu site oficial. Usa o gancho de que dentro de suas paredes ‘uma boa parte de nossa história foi escrita’, no momento em que avisa que são lugares de recolhimento e oração” (YAGÜE, 2016, on-line, tradução nossa).

⁵ “A identificação com os doces autênticos de antes, a sua elaboração num local sagrado, misterioso e intramuros, que é acedido através de um torno, reforça o valor tradicional e patrimonial da confeitaria conventual. Valores que no contexto atual não são independentes do mercado. Doces conventuais em particular e conventos em geral são registrados em guias e páginas turísticas e culturais como uma carta de apresentação e projeção da localidade” (LÉON, 2008, p.150, tradução nossa).

gastronômicos salmantinos, estando presente na divulgação turística local, conforme podemos observar no referido trecho:

Te invito a que cuando estés de visita por Salamanca pases por las Dueñas, compres algún dulce y lo comas tranquilamente en uno de los bancos del claustro y te adaptes, aunque sea por un rato, al ritmo que nos ofrece el Convento; un buen momento para reflexionar⁶ (PEREZ, 2012, on-line).

No mês de dezembro de cada ano, a prefeitura do município salmantino de *Morille* realiza a *Feria de los Dulces de las Monjas*. Em 2017 o evento completou sua sétima edição, cuja proposta foi reunir e comercializar durante um final de semana a produção dos diversos conventos de Salamanca, Ciudad Rodrigo, Zamora y Plasencia. A feira conta com uma programação que envolve música, exposições, oficinas culinárias, visitas guiadas pela localidade, degustação de doces e vinhos, bem como premiações. A ideia é fomentar turisticamente tal legado cultural, divulgando e promovendo a tradição doceira religiosa de forma conjunta. Para o município realizador, a iniciativa contribui para a dinamização e promoção local. Para os mosteiros participantes, tem-se o impulso das vendas, além de dar visibilidade à sua produção.

Em 2018, oito conventos participaram do evento com suas iguarias, foram eles: *Convento de Las Dueñas, Las Clarisas de Cantalapiedra; Las Carmelitas de Peñaranda; Las Benedictinas de Alba; Las Franciscanas del Convento del Zarzoso; Las Agustinas de San Felices de los Gallegos; Las Dominicanas Dueñas de Zamora e Las Jerónimas de Garrovillas*. Participaram conventos situados em *Salamanca, Zamora, Ciudad Rodrigo e Plasencia* (LA GACETA DE SALAMANCA, 2018). Cada edição o evento recebe em média 2.000 pessoas e serve como impulso econômico para os conventos de clausura, bem como atividade cultural e comercial para a localidade, possibilitando também o dinamismo do povoado (SALAMANCA 24 HORAS, 2017).

O Monasterio de Nuestra Señora de la Consolación e sua Produção Doceira

O Mosteiro foi fundado em 1419 com a denominação de *Monasterio de Santa María de las Dueñas*. Está situado na Praça Concilio de Trento, bem próximo ao centro histórico de Salamanca. “*Guardado sigilosamente dentro de la más estricta clausura monacal, fue abierto*

⁶ “Te convido a visitar as Dueñas quando estiver em visita em Salamanca, compras um pouco de doces e comas em silêncio numa das margens do claustro e te adaptas, mesmo que por pouco tempo, ao ritmo oferecido pelo Convento; um bom momento para refletir” (PEREZ, 2012, on-line, tradução nossa).

al turismo el año 1962. Hoy, son multitud de turistas los que visitan esta joya plateresca, estas piedras inertes, y paradójicamente, llenas de vida” (DOMINICOS, [20-?])⁷

O mosteiro dominicano reúne religiosas que vivem em sistema de clausura, estando voltadas para o silêncio, a contemplação, os estudos e o trabalho. Segundo a interlocutora, Monja Diana, as religiosas fazem três votos para adentrar a clausura: pobreza, castidade e obediência. Atualmente possui cerca de trinta dominicas, que se dividem entre os diversos afazeres cotidianos da vida religiosa.

Diferentemente de muitos mosteiros espalhados pela Europa, a doçaria não aparece como uma produção que já fazia parte da rotina das dominicas. A cultura doceira foi incorporada como uma fonte de trabalho e sobrevivência financeira após outros ofícios. Uma vez que o *Convento de Las Dueñas* (como é chamado popularmente em Salamanca) sofre de uma crise vivida também por outros espaços religiosos da Espanha causada, sobretudo, pelas mudanças sociais vividas pela sociedade, que impactaram diretamente na redução da inserção de religiosas vocacionadas para o ofício da vida em clausura.

Há mais de trinta e cinco anos, as dominicas *de Las Dueñas* passaram a trabalhar com doces tradicionais salmantinos. Os ingredientes são solicitados por telefone e são provenientes de Barcelona e Madri. As monjas possuem um espaço de fabricação de doces que são cotidianamente comercializados para os moradores locais e, sobretudo, para os turistas. Numa pequena sala separada por uma porta de vidro e uma grade, a monja Diana, religiosa peruana que saiu de sua terra natal para seguir a vida religiosa, comercializa a produção do convento. Cada convento dominicano tem a autonomia para escolher o tipo de trabalho a ser realizado por suas religiosas, conforme a cidade em que está situado. A atividade desenvolvida por cada recinto contribui para a manutenção financeira de cada espaço. No caso do mosteiro dominicano *de las Dueñas* em Salamanca, a doçaria não foi o primeiro ofício testado pelas religiosas. Trabalharam com a fabricação de tecidos em grandes máquinas, que eram produzidos para uma fábrica. Depois passaram a produzir casacos de alta qualidade, sendo estes exportados para a França. Além disso, trabalhavam organizando faturas de banco. Mas todas as formas de trabalho testadas exigiam demasiadamente das religiosas, que trabalhavam muito para dar conta do serviço. O que acabou prejudicando a saúde das mesmas, que passaram a queixar-se de dores na coluna, no pescoço e problemas de visão. Além disso, o

⁷ “Mantido sigilosamente dentro do claustro monástico da mais estrita clausura monástica, foi aberto ao turismo em 1962. Hoje, muitos turistas visitam esta joia plateresca, estas pedras são inertes e, paradoxalmente, cheias de vida” (DOMINICOS, [20-?], on-line, tradução nossa).

retorno financeiro também não compensava o trabalho realizado, uma vez que tais ofícios eram somados às demais obrigações internas do mosteiro. Foi então que foram aconselhadas a trabalhar com doces. Na época, para montar todo o maquinário necessário para a fabricação das iguarias, tiveram que contar com empréstimos financeiros.

Na produção doceira, trabalham entre dez e doze monjas. A produção ocorre diariamente nos turnos da manhã e final da tarde. Pela manhã estão na cozinha produzindo as iguarias e à tarde empacotando-as. As máquinas são usadas na produção das massas e depois os quitutes são manejados manualmente pelas monjas doceiras. No mês de janeiro a produção não acontece, pois constitui um período em que as vendas são reduzidas devido à baixa estação turística.

O cuidado com o manejo dos quitutes pode ser percebido nos pequenos detalhes do espaço de comercialização, por meio da organização da estante, a forma de apresentação dos doces, o manuseio e as embalagens utilizadas. Os principais consumidores são os turistas, pois, segundo a interlocutora, os salmantinos preferem os salgados em detrimento dos doces. Os moradores de Salamanca compram, mas não da mesma forma como os turistas. Os grupos da terceira idade também costumam adquirir os quitutes. Estes, quando chegam em excursões para visitar o claustro do convento, ao sentirem o cheiro dos doces não resistem e compram.

Segundo a monja Diana, produzir doces requer muito trabalho, porém é uma atividade sã, uma vez que as religiosas se movem de um lugar para outro e assim estão se exercitando. Nos ofícios anteriores, as religiosas permaneciam em posições fixas, prejudicando a saúde. No recinto, são produzidos diversos doces tradicionais salmantinos. A fabricação é feita tendo como base ingredientes como açúcar, farinha de trigo, ovos, anis, amêndoas, manteiga, fermento e gordura de porco.

Tabela 01 - Doçaria Conventual Comercializada

Nome	Ingredientes
<i>Amarguillos</i>	amêndoa, açúcar e clara de ovo
<i>Bocaditos</i>	amêndoa, açúcar, cabelo de anjo confeitado, ovos e gemas
<i>Almendrados</i>	amêndoa e açúcar
<i>Coquitos</i>	coco ralado, açúcar, ovos e glicose
<i>Hojaldres</i>	farinha de trigo, margarina, açúcar e super creme
<i>Pastas Caseiras</i>	farinha de trigo, açúcar, manteiga de porco, ovos, gemas, fermento
<i>Polvorones</i>	farinha de trigo, açúcar, manteiga de porco, avelã
<i>Mantecados</i>	farinha de trigo, manteiga de porco, açúcar e leite
<i>Magdalenas</i>	farinha de trigo, açúcar, ovos, azeite vegetal, leite,

	fermento, essência de limão
<i>Galletas de Nata</i>	farinha de trigo, açúcar, manteiga de porco, azeite vegetal, ovos, leite, fermento, essência de nata.
<i>Galletas de Anis</i>	farinha de trigo, açúcar, manteiga de porco, azeite vegetal, ovos, leite, fermento, essência de anis.

Fonte: Elaboração da autora conforme pesquisa de campo

Os doces só podem ser adquiridos no próprio convento, por decisão das próprias religiosas. Tal procedimento evita a presença dos atravessadores, que, segundo a interlocutora, vez por outra fazem propostas para comercializar a produção em seus empreendimentos. O segredo que guardam não envolve os ingredientes, mas a quantidade usada em cada receita de doce, que não está presente nas embalagens.

Além da língua espanhola, a monja Diana também fala inglês e compreende francês, o que facilita bastante a comunicação com os turistas. A religiosa explica que o convento não faz divulgação oficial sobre os doces nos meios de comunicação e páginas na internet, mas que estão presentes na divulgação turística de Salamanca. O que faz com que os turistas já cheguem ao claustro sabendo que ali há fabricação e venda de doces conventuais. Há também placas informativas com o repertório de doces, bem como os horários para a compra dos mesmos.

A presença do claustro ajuda significativamente na venda dos doces, pois, uma vez no recinto, os visitantes seguem para o espaço e adquirem as iguarias. Neste caso, o turismo contribui financeiramente de duas formas para o convento. Uma por meio da taxa de visitação cobrada para adentrar ao claustro e a outra pela venda das iguarias. Segundo a religiosa, os conventos que não possuem claustro acabam tendo uma reduzida venda de doces.

Figura 01 - Claustro do *Monasterio de Santa María de las Dueñas*



Fonte: pesquisa de campo, 2015

Como há três conventos das dominicas, caso seja necessário, as monjas dos outros dois conventos eventualmente são acionadas para ajudar na produção. Conforme salientou a interlocutora, na vida religiosa é preciso rezar, fazer orações, fazer sacrifícios e trabalhar. Não se pode viver sem trabalhar. Por isso, no convento há horários para tudo, ou seja, para trabalhar, descansar, recrear, alimentar-se e rezar.

As fornadas de doces saem com frequência, conforme o ritmo das vendas, pois as dominicas primam pela venda de produtos frescos e feitos de forma artesanal, com o uso de ingredientes naturais e sem conservantes. Conforme entrevista da monja Diana ao “Informe de Salamanca” de 28 de novembro de 2014, as iguarias são produzidas com tranquilidade, amor e paz, sendo oferecidas ao Senhor.

O consumo turístico dos doces representa uma importante fonte de renda para o espaço religioso. A venda é realizada diariamente na parte interna do convento, que é separada por uma grade que divide o espaço de clausura do espaço mundano. Para cada comprador que chega na pequena sala do Convento, a monja Diana apresenta os nomes das iguarias, os tipos, ingredientes, preços e as formas de aquisição.

Conforme salienta a interlocutora, como fazem voto de pobreza, as religiosas não precisam de muito para viver. Assim, os recursos são utilizados para cuidar da estrutura física do convento, para os custos com as religiosas enfermas, bem como para pagar aulas, pois o estudo também faz parte do cotidiano das mesmas.

Considerações Finais

Os conventos atuam como importantes redutos doceiros na atualidade, conservando, construindo e reelaborando receitas tradicionais. Muito por conta desta realidade, estes ambientes têm atraído cada vez mais turistas ávidos em conhecer o patrimônio alimentar mantido pelos respectivos espaços, por meio dos modos de preparo, receitas e ingredientes que constituem segredos das religiosas (que também trouxeram seus hábitos alimentares para as respectivas ordens).

O turismo tem transformado os conventos em espaços contemporâneos e globalizados de trocas interculturais e consumo. Estas antigas construções são hoje parte do atrativo histórico-cultural de várias cidades e países, atuando como ambientes de manutenção do patrimônio material e imaterial religioso. Estes fazem parte de roteiros culturais, religiosos e

turísticos devido as fachadas, arquitetura, história, hábitos e práticas religiosas, bem como devido a sua culinária tradicional.

Diante do exposto, consideramos que o convento estudado representa um espaço de manutenção da tradição doceira salmantina, sendo o turismo uma importante fonte de manutenção financeira por meio da comercialização das iguarias fabricadas. Neste âmbito, consideramos que a doçaria conventual possibilita o desenvolvimento turístico sustentável, na medida em que possibilita a inclusão de instituições religiosas na cadeia produtiva da atividade, promovendo a recuperação de receitas, o resgate e a reinvenção da tradição, bem como estimulando a microeconomia local e ao empreendedorismo.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, M.M.; DURÃO, M. Turismo Cultural e Desenvolvimento Sustentável: a Doçaria Conventual do Douro Litoral. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro/Portugal, n. 15, p. 117-131, 2011. Disponível em: <<https://www.ua.pt/degeit/rtd/indice15>>. Acesso em: 10.fev.2019

CINIE. Centro Internacional sobre o Envelhecimento. **Estimativa da População na Província de Salamanca**. Disponível em: <<https://cenie.eu/pt/node/71>>. Acesso em: 23.jun.2019.

DOMINICOS. **Monasterio de Nuestra Señora de la Consolación (Salamanca)**, Salamanca, [20-?]. Disponível em: <<https://www.dominicos.org/familia-dominicana/monjas/las-federaciones/de-santo-domingo/monasterio-consolacion-salamanca/>>. Acesso em 13.fev.2018.

INFORME SALAMANCA. **Dulces con sabor a gloria**, Salamanca, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XSpEh4VUy88>>. Acesso em 13.mai.2019.

LA GACETA DE SALAMANCA. **La Feria de los Dulces de las Monjas tienta a vecinos y visitantes en Morille**, Salamanca, 2018. Disponível em: <<https://www.lagacetadesalamanca.es/hemeroteca/la-feria-de-los-dulces-ATGS254567>>. Acesso em 11.jan.2019.

LEÓN, E. H. Dulces y clausuras. Aproximación al análisis de los conventos sevillanos. In: **Actas de las VI Jornadas de Protección del Patrimonio Histórico de Écija**. Patrimonio Inmaterial de Écija II: Costumbres, Artesanía y Tradiciones Culinarias, Écija, 2008, p. 149 - 163. Disponível em: <<https://repositorio.iaph.es/bitstream/11532/246018/1/La%20p%C3%A9rdida%20de%20un%20patrimonio%20intangible.pdf>>. Acesso em 15.jan.2019.

PEREZ, S. Um lugar que no puedes dejar de visitar. **Tribuna Salamanca**, 2012. Disponível em: <<https://www.tribunasalamanca.com/blogs/ocio-y-negocio/posts/un-lugar-que-no-puedes-dejar-de-visitar>>. Acesso em: 21.jun.2019.

SALAMANCA 24 HORAS. La 'Feria de los Dulces de las Monjas' de Morille se consolida, 2017. Disponível em: < <https://www.salamanca24horas.com/texto-diario/mostrar/966285/feria-dulces-monjas-morille-consolida>>. Acesso em 12 de jan.2019.

VINUESA, M. Á. T.; TORRALBA, L. T. Turismo y Patrimonio em Castilla y León: las ciudades patrimonio de la humanidad (Ávila, Salamanca Y Segovia) como destinos turísticos de referencia. **Polígonos**, Revista de Geografía, n. 19, pp. 145-178, 2009.

YAGÜE, Antonio. El 'boom' turístico entra en conventos y monasterios. **Revista Cronica**, 2006. Disponível em: https://cronicaglobal.elespanol.com/business/boom-turistico-entra-conventos-monasterios_60438_102.html. Acesso 15.jan.2019.

ST 17
**História e linguagens da
imaginação: artes em tempos
sombrios – séculos XX e XXI**

“O futuro a Deus pertence”: representações da fé cristã em filmes e livros de ficção-científica na Guerra Fria

Aline Pereira Lopes

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

aline.apl@hotmail.com

Resumo: A partir da análise de filmes e livros de ficção científica produzidos durante a Guerra Fria, e do presentismo de François Hartog, bem como os conceitos de “campo de experiência” e “horizonte de expectativas” de Heidegger e Koselleck, a presente pesquisa busca identificar as visões produzidas e transmitidas acerca da religião cristã. As obras de ficção científica analisadas são, em totalidade, ocidentais. Dessa forma, a mentalidade do ocidente pós-guerra e dominado pela figura da vitoriosa nação estadunidense é perceptível durante a análise das obras. Isso nos permite também, notar diversas críticas, implícitas ou explícitas, ao cristianismo e sua moral. O fato de ser uma sociedade marcada, desde seus primórdios, pelo catolicismo, no caso das Américas espanhola e portuguesa, e pelo protestantismo, no caso da América anglo-saxônica, faz com que tais manifestações de fé se tornem interesse de estudo, tendo em vista que a mentalidade de produção de seus autores é fundamentada numa moral cristã que, ao longo da produção, tece críticas ou demonstra descrenças. Para tanto, foram analisadas seis produções datadas das décadas de 1950 à 1983, sendo elas 2 livros, 3 filmes e o episódio piloto da série de TV Jornada nas Estrelas. Assim, a partir da análise das obras e de suas visões acerca do cristianismo, foi possível perceber que, em totalidade, as obras tratam a religião de 3 formas: esquecimento, transferência de fé e ponto de segurança em meio aos desastres. Os motivos que levam tais produções a possuírem esse tipo de visão permeiam, com clareza, o presentismo defendido por Hartog. O pós-guerra e intensa tensão diante das ameaças nucleares da Guerra Fria fazem com que a mentalidade da sociedade se torne descrente em um futuro e, assim, na salvação divina. Com isso, as figuras divinas se enfraquecem e os autores de ficção científica passam a transmitir suas realidades presentes: ausência de Deus e um eterno presente.

Palavras-chave: Religião, Ficção-Científica, Guerra-Fria

Introdução

“É preciso conhecer o presente e, em história, nós o fazemos, sobretudo, através do passado [...]” (BORGES, 1988, p. 52). Nessa citação de Vavy Pacheco Borges, em seu texto “O que é História”, ela sintetiza o objeto de estudo do historiador. Contudo, em seu clássico livro “Apologia da História”, Marc Bloch nega a história como ciência do passado (BLOCH, 2002, p. 52). O autor francês, inaugurador da Escola de Annales, junto com Lucien Febvre, atrela a

história algo mais complexo e que marca os estudos da história cultural: a história é a ciência dos homens no tempo. Dessa maneira, os estudos recentes a respeito da História do Futuro nos mostram que a pasta de análises documentais é, realmente, mais ampla e, assim, é possível pensar em todas as ações do homem no tempo para compreensão do passado, presente e futuro.

A diversificação de documentos para análise nos permite entender porquê, para Chartier, as representações ajudam no entendimento das sociedades e são instrumento de análise para o historiador. Ao se pensar que “mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo” (BLOCH, 2002, p.8), fica claro que as representações, se bem interrogadas, são mais do que imagens e “possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é (CHARTIER, 2010, p. 52).

Nesse sentido, as representações culturais de temporalidade guiam as sociedades, suas mentalidades e também seu tempo histórico. (REIS, 2012, p. 44), tendo em vista que, como define Koselleck, existe uma diferença entre o tempo-calendário e o tempo histórico, sendo, o segundo, ligado as ações sociais dos seres humanos e possível de compreensão a partir do presente. Isso porque, para ele, o passado e o futuro são interligados (KOSELLECK *apud* REIS, 2012, p.41). Dessa forma, é possível dizer que o presente é um dos principais fatores que definem o que uma sociedade espera do futuro. Dessa maneira, conhecer o presente de um povo é essencial para se traçar possíveis transformações de visões acerca de ideais e dizeres do amanhã, (BORGES, 1988).

Sendo assim, obras como *Jornada nas Estrelas*, *O Dia Seguinte*, *Colossus* e *Robocop*, apresentam visões de diferentes sociedades e épocas a respeito do que era esperado para os anos seguintes. Ao se analisar esses imaginários presentes nas obras de ficção-científica, levando em consideração seus contextos de produção, é perceptível que, tais obras, levantam questionamentos a respeito de como o presente no qual o indivíduo está inserido afeta suas manifestações artísticas, políticas e culturais como um todo. Ao falar sobre as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, Koselleck (2006, p. 310) afirma que “Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”. Assim, podemos pensar que o próprio horizonte de expectativa, o ainda-não e o porvir são marcados por essas diferentes interpretações, sendo elas sempre individuais e, ao mesmo tempo, com traços coletivos.

As obras de ficção-científica analisadas são, em totalidade, ocidentais. Dessa forma, a mentalidade do ocidente pós-guerra e dominado pela figura da vitoriosa nação estadunidense é perceptível durante as obras. Isso nos permite também, notar diversas críticas, subjetivas ou escancaradas ao cristianismo e sua moral. O fato de ser uma mentalidade marcada desde seus primórdios pelo catolicismo, no caso das américas espanhola e portuguesa e pelo protestantismo, no caso da América anglo-saxônica, faz com que tais manifestações de fé se tornem interesse de estudo, tendo em vista que a mentalidade de produção de seus autores é fundamentada numa moral cristã que, ao longo da produção, tece críticas ou demonstra descrenças. Portanto, as representações de futuro também podem possuir a capacidade de mostrar aquilo que determinado povo diz sobre o tempo. Nesse sentido, o presente trabalho buscará nos filmes de ficção-científica produzidos durante a Guerra Fria as visões que tinham a respeito da fé e da religião cristã. Isso porque, o pessimismo presente na maioria das obras permite uma análise do que as sociedades pós-guerra pensavam das mitologias cristãs dentro de um futuro distópico.

A religião nos filmes de ficção científica da Guerra Fria

A ficção científica é um gênero ligado a futuros distópicos e avanços tecnológicos, sendo em senso comum, exemplificado por invasões alienígenas, apocalipses zumbis, guerras nucleares ou viagens espaciais. De fato, as obras de ficção científica possuem esses enredos fantasiosos e, em grande parte, futurísticos.

É nesse sentido de visões de futuro diferentes dependendo da sociedade que o enxerga que, o pós-guerra foi marcado por expectativas rondadas pelo pessimismo. A população, principalmente a de países participantes das guerras, via o futuro como um momento de incertezas, ou, até mesmo, mortal. Com isso, logo após a Segunda Guerra Mundial, encontramos produções como *Duck and Cover*, de 1951, um curta metragem estadunidense que ensinava às pessoas como se protegerem de ataques nucleares. Outras obras que também apresentam esse pessimismo pós-guerra são *O Dia Seguinte*, *THX 1138* e o livro *Nove Amanhãs*, de Isaac Asimov. Entretanto, nem só futuros negativos foram esperados na época, o livro *O Fim da Infância*, de Arthur Clarke, e a série de TV *Jornada nas Estrelas* mostram o anseio pelos mistérios de fora da Terra e as experiências vindas do espaço. Assim, o futuro é marcado por uma visão “voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam

também temor ou esperança” (KOSELLECK, 2006, p. 313). Isso nos ajuda a entender, por exemplo, as diferentes narrativas citadas acima.

Em meio ao pessimismo e otimismo dos enredos produzidos, é possível notar traços de referências à fé cristã e seus dogmas. As visões de religião, de forma geral, não se apresentam como forma de preenchimento da alma ou valorização do divino. Koselleck (2006, p. 24) explica o fenômeno da secularização falando que “A história da Cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo”. Porém, o autor alemão também afirma que, com a modernidade, essa forma de ver o tempo muda. Assim, para ele, a decadência da forma escatológica de ordenação do tempo cristão, sempre à espera do apocalipse e da volta de Jesus Cristo no dia seguinte (KOSELLECK, 2006, p. 25), aconteceria no século XIX, com a ascensão da ideia de progresso e a chegada da modernidade.

O autor francês, François Hartog, se inspira bastante na historiografia semântica de Koselleck. Nesse sentido, ele afirma que nossa relação de lidar com o tempo foi alterada com os acontecimentos do século XX. Assim, mais uma vez, as experiências estariam ligadas às expectativas devido ao fato de que os acontecimentos recentes afetaram, não só nossa forma de ver o tempo, mas a forma de ver o passado, o presente e, especificamente, o futuro.

O próprio curso da história recente, marcado pela queda do muro de Berlim em 1989 e pela derrocada do ideal comunista trazido pelo futuro da Revolução, assim como a escalada de múltiplos fundamentalismos, abalaram, de uma maneira brutal e duradoura, nossas relações com o tempo.

Em ordem cronológica as obras aqui analisadas, foram produzidas originalmente em: *O fim da Infância* (1953), *Nove Amanhãs* (1959)”, *Jornada nas Estrelas* (1966), *THX 1138* (1971) e *O Dia Seguinte* (1983) e *Herança Nuclear* (1983).

O Fim da Infância, narra uma invasão alienígena e instalação de um novo governo que consegue acabar com todos os problemas da humanidade ao longo dos anos. Após 5 anos da invasão, os chamados “Senhores Supremos” continuam sem serem vistos pelos humanos e, nesse momento, informam que só poderão sair depois da passagem de duas geração. Eles são representados enquanto seres onipotentes, oniscientes e quase onipresente, assim, eles próprios

traçam relações entre eles e os mitos de religião da terra e falam, abertamente, acerca da possibilidade de esquecimento da fé.

Você encontrará homens como ele em todas as religiões do mundo. Sabem que nós representamos a razão e a ciência e, por mais confiança que tenham em suas crenças, temem que lhes derrubemos os deuses. Não necessariamente mediante um ato deliberado, mas de forma mais sutil. A ciência pode destruir a religião de duas maneiras: ignorando-a ou deitando abaixo seus dogmas. Ninguém jamais demonstrou, até onde eu saiba, a não-existência de Zeus ou de Thor; mas hoje em dia eles têm poucos seguidores. Os Wainwright também temem que a gente conheça a verdade sobre as origens de suas fés. Há quanto tempo, pensam eles, vimos observando a humanidade? Teremos visto Maomé dar início a Hégira, ou Moisés dando aos judeus as Tábuas da Lei? Saberemos acaso o que há de falso nas histórias em que eles acreditam? (CLARKE, 2014, p. 14)

Nesse sentido, após as duas gerações, entende-se o porquê da espera: o esquecimento do cristianismo era necessário. O que surpreende é que, após essa passagem temporal, a fé cristã é realmente deixada de lado e completamente apagada da mentalidade social.

Não era uma ilusão. As asas encouradas, os pequenos chifres, a cauda eriçada — nada faltava. A mais terrível de todas as lendas criara vida, emergira do passado desconhecido. E contudo, lá estava, sorrindo, numa majestade de ébano, com a luz do sol fazendo brilhar o seu tremendo corpo e uma criança humana confiantemente pousada em cada braço (CLARKE, 2016, p. 42).

No livro de contos de Isaac Asimov, por sua vez, encontramos nos últimos uma forma interessante de representação de futuro. Nos contos seis, intitulado *Em Todos os Problemas do Mundo*. No primeiro, é criado um computador para resolver os problemas da humanidade: *Multivac*. No entanto, um delito sem precedentes acontece. Um que mesmo os operados mais capacitados foram capazes de prever. O computador fica responsável por resolver esse e todos os outros problemas, “*Multivac* dirigia a economia da Terra” (ASIMOV, 1977, p. 96). Com toda a responsabilidade colocada sobre à máquina, logo ela é vista como a grande salvadora da humanidade e a única possibilidade de resolução dos problemas. Antes do fim do conto, fica implícito que, no futuro de Asimov, “*Multivac* protegerá vocês” (ASIMOV, 1977, p. 99). Com isso, fica claro que a figura do divino deixa de estar em um deus mitológico dos céus e passa a estar em um computador da Terra. Fica, assim, evidente a transferência de fé para às tecnologias e para a ciência. No livro de Arthur Clarke, citado anteriormente, isso também fica um pouco visível por os Senhores Supremos se considerarem os detentores da ciência e desejaram o apagamento dos imaginários religiosos do planeta.

Produzida em 1964 e estrelada em 1966, a série *Jornada nas Estrelas* se passa no século XXIII e conta a história da Frota Estelar da Federação Unida dos Planetas. Após alguns anos de viagens espaciais, é projetada uma nave para conhecer novas culturas. Assim, a *Enterprise* é, além de uma nave militar, um lugar apto para receber visitantes alienígenas e entrar em territórios desconhecidos. Um desses lugares que a tripulação encontra é um planeta que, há anos, uma antiga nave da federação havia caído.

No decorrer do episódio, os nativos do planeta se mostram com uma habilidade de ilusão visual capaz de criar pessoas e cidades, bem como promover sensações. Essa onipotência dos extraterrestres e o interesse principal deles em criar uma população de humanos para o planeta é o primeiro fator que pode levar a uma relação entre a ficção e a religião. Além disso, os habitantes possuem um discurso semelhante ao dos alienígenas de *O Fim da Infância*, dizendo “mas tivemos dúvidas se a Terra está pronta para conhecer o segredo”¹. Por terem sido produzidos em um período muito próximo, é possível entender que, a semelhança de narrativas e personagens pode ter relação com um processo de secularização das formas de se ver o tempo e, mais especificamente, uma secularização do futuro. No futuro de *O fim da Infância* e *Jornada nas Estrelas*, a figura divina é substituída e esquecida devido aos avanços científicos que a humanidade alcançou. Nesse sentido, Koselleck diz que:

A escatologia podia se reproduzir, se o espaço de experiência neste mundo não se modificasse fundamentalmente. Isto só veio a modificar-se com a descoberta de um novo horizonte de expectativa, o que terminou ganhando a forma do conceito de progresso. Do ponto de vista da terminologia, o “*profectus*” espiritual foi substituído por um “*progressus*” mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto (KOSELLECK, 2006, p. 316)

Contudo, algumas referências a mitos cristãos são feitas nesse primeiro episódio, ao insistir em construir uma relação romântica com Capitão Pike, Vina, personagem sobrevivente do acidente de anos atrás, diz “Somos como Adão e Eva”². Isso nos permite pensar que foi nos quase vinte anos que separam a queda da nave dela e a chegada da *Enterprise*, que ocorreu o processo de esquecimento da fé. Além disso, a presença dos imaginários cristãos parece fortes na mente de Vina. Ao aplicarem uma punição ao Capitão Pike, ele é, claramente, transportado a um lugar

¹ Star Trek. Pilot: The Cage. 1966. 15min13s

² Star Trek. Pilot: The Cage. 1966. 34min

semelhante ao inferno cristão: chamas, calor, dor, sofrimento. Contudo, a nova geração de tripulantes não aparenta ter o mesmo histórico com as mitologias divinas que Vina. Ao retornar à nave, Capitão Pike escuta de uma das tripulantes que foi à missão: “Senhor, estava aqui pensando e fiquei curiosa: quem teria sido Adão e Eva?”³. O esquecimento das mitologias mostra o imaginário que possuíam acerca da própria geração, visto que, se pensarmos como o autor alemão Reinhart Koselleck, “De uma expectativa frustrada do fim do mundo até a seguinte passavam-se gerações, de modo que a retomada de uma profecia do fim do mundo ficava incrustada no ciclo natural das gerações” (KOSELLECK, 2006, p. 316) e, com isso, fica claro que, entre os mais jovens, pós séculos XXI e XXII, nem os mitos básicos do cristianismo seriam conhecidos.

Com a chegada da década de 1970, a transferência de fé para as máquinas volta a aparecer em produções. *THX 1138*, de George Lucas, mostra de forma bem clara essa troca do divino pela máquina, assim como já havia previsto o conto de Asimov. Entretanto, no filme de Lucas, existe um caráter de autoritarismo presente. O filme retrata um futuro distópico em que os existe uma cidade subterrânea. Além dos habitantes não poderem ter sentimentos, outra característica dessa sociedade é a necessidade de se tomar pílulas diárias e a existência de um confessionário computadorizado: a máquina é um apoio aos indivíduos. Contudo, suas falas programadas nunca mudam e as pessoas são obrigadas a conversar com ela.

Além disso, no filme, o computador também tem características onipresentes e oniscientes. “Eles sabem... Eles estão no vendo”⁴, o lugar é repleto de câmeras e as pessoas são vigiadas o tempo todo.

Em *O Dia Seguinte*, já na década de 1980, encontramos um outro tipo de enredo. Na maioria dos anteriores, existia uma visão pessimista de futuro. Nesse filme de 1983, o enredo de uma guerra nuclear entre os Estados Unidos e a URSS alcançam níveis que, como mostrado ao fim do filme são, de fato, para alerta.

No filme, a relação com a religião ganha um caráter diferente. Ela não é tratada com esquecimentos ou trocada por novas tecnologias. Pelo contrário, após o ataque, assim que as pessoas podem sair de seus esconderijos para lidar com o mundo pós desastre nuclear, a primeira

³ Star Trek. Pilot: The Cage. 1966. 01h01min57s

⁴ THX 1138 . 1971. 20min42s

cena é uma missa. Apesar de muitos mortos, feridos e doentes, a cena mostra a concentração deles e a disposição e sofrimento do próprio padre. Diferente das outras obras, nesta, em meio ao desastre, as personagens parecem querer acreditar que existe uma figura divina capaz de ajudá-los a sobreviver. Se é intencional ou não, o filme acaba com alguns personagens principais vivos, mas doentes.

Para Hartog, o século XX faz com que o futuro se transforme em escuridão e, mais que isso, ocorra um desaparecimento da figura de Deus. “Privado de Deus, o o indivíduo democrático vê tremer em suas bases, no fim do século XX, a divindade história: angústia que ele vai ter de conjurar. A essa ameaça de incerteza se une, no seu espírito, o escândalo de um futuro fechado” (FURET *apud* HARTOG, 2013, p. 20). Dessa forma, a partir de então, o medo e a incerteza que Koselleck já colocava como existentes, se tornam as únicas opções de futuro para uma sociedade desolada e sem esperanças.

Nesse sentido, outro filme que retrata um ataque nuclear é *Herança Nuclear*, de Linny Littman. A produção estadunidense, datada de 1983, assim como a citada anteriormente, tem semelhanças e diferenças ao retratar os efeitos as bombas atômicas. Diferente de *O Dia Seguinte*, este filme não deixa claro quem é o autor dos ataques, dizendo: “Nova Escócia ouviu que os russos fizeram um ataque preventivo, o oeste do Texas ouviu que foram os chineses e a América do Sul ouviu que foi alguma organização de libertação radical.”⁵ Além disso, as mortes lentas e demoradas causam um efeito de sofrimento diferenciado. Em semelhança, logo após o ataque, o lugar de segurança que a população busca é a igreja. Assim, é realizada um missa e o padre e a catedral se tornam uma referência de proteção para os personagens principais.

Considerações finais

Para Koselleck, apesar de categorias históricas ou meta-históricas distintas, a experiência e a expectativa são inseparáveis, relacionadas e não pode uma existir sem a outra (KOSELLECK, 2006, p. 307). Diante disso, foi possível observar, ao longo dos estudos, que a experiência de curto prazo de determinada sociedade e seus impactos sobre os indivíduos, tem influência direta na expectativa de futuro.

⁵ Herança Nuclear. 1983. 36min14s.

Dessa forma, as seis obras analisadas, produzidas em um período de mais de 30 anos, nos mostra uma grande diferença nas visões de pensamento da sociedade e o impacto disso sobre as expectativas de futuro. A primeira obra, produzida em 1951, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, nos mostra um futuro de esquecimento total da figura divina, no qual os próprios alienígenas chegam a se comparar com os mitos religiosos existentes antes no planeta. A segunda obra, já no fim da década, em 1959, sendo um conto retirado de um livro do autor Isaac Asimov, nos mostra uma sociedade que também não se lembra da figura de deuses e, mais que isso, tem um novo seus no qual se agarra e vê segurança: as tecnologias. A grande proximidade com a chegada do homem à Lua e à Corrida Espacial podem ter grande relação ao fato de as duas obras da década de 1950 trazerem tecnologias e espaço em seus enredos. Isso porque, a terceira obra, também não se distancia muito. *Jornada nas Estrelas*, série famosa e que, recentemente, lançou uma nova versão no portal *Netflix*, também traz um futuro sem deus e com naves espaciais.

THX 1138, produzido já na década de 1970 e em um cenário mundial diferente dos anteriores, nos mostra um clima de receio das ditaduras e governos autoritários. É nesse enredo que a figura de deus é trocada pelas máquinas tecnológicas e a confissão não é feita mais para padres e sim ao computador. O filme de George Lucas deixa claro a transferência de fé colocando a máquina abençoando, perdoando e ouvindo as personagens todos os dias, de forma religiosa, dogmática e, até mesmo, moralista.

Por fim, as produções da década de 1980, *O Dia Seguinte* e *Herança Nuclear*, ambos de 1983, apresentam enredos semelhantes e, diferente dos outros, a presença da instituição igreja. Porém, apesar da existência dos templos, dos padres, dos cristãos, das cruzes e de tudo que envolve o universo religioso, as personagens não demonstram muita esperança em uma salvação divina. Não demonstram, assim, a desvalorização do presente em nome do futuro perfeito que deus guarda profeticamente para seus santos (HARTOG, 2013, p. 33) como era:

Na relação com o tempo, o cristianismo forneceu especificamente foi a quebra do tempo em dois pelo acontecimento decisivo da Encarnação: o nascimento, a morte e a ressurreição do filho de Deus feito homem. Abriu-se, então, um novo tempo, que um segundo e último acontecimento virá fechar de novo, o do retorno de Cristo e do Juízo final. O tempo de entremeio, intermediário, é um tempo de expectativa: um presente habitado pela esperança do fim (HARTOG, 2013, p. 91).

Além disso, os finais dos filmes demonstram que as personagens não viviam na expectativa da salvação eterna, mas viam em Deus a salvação do presente. Isso porque, tanto no primeiro, quanto no segundo filme, as personagens principais pensam em desistir da vida e cometer suicídio, mas acabam desistindo e escolhendo viver. Dessa forma, podemos fazer as seguintes separações temáticas de visões de futuro encontradas nas obras analisadas: esquecimento, transferência de fé e Deus como único salvador. Cada um dos filmes ou livros analisados se enquadra em uma delas.

O Fim da Infância de 1951, trabalha, em especial, com a ideia de esquecimento. *Todos os Problemas do Mundo*, conto de 1959, tem, em maioria, o futuro de transferência de fé. Em *Jornada nas Estrelas*, observamos a ideia de esquecimento. *THX 1138*, trabalha com uma representação de transferência de fé. Já *O Dia Seguinte* e *Herança Nuclear* têm Deus como único salvador.

Diante disso, percebemos que obtivemos o mesmo número de obras em cada uma das categorias. Porém, as categorias não são de tudo sólidas e algumas obras podem entrar em mais de uma. Isso porque as obras em que ocorre transferência da fé cristã para as novas tecnologias, também ocorre o esquecimento, ou seja, a partir da troca da fé em Deus pelos computadores, ocorre também um esquecimento das religiões cristãs. O inverso também acontece. Assim, nas obras em que obtivemos esquecimentos o esquecimento de Deus, também foi possível traçar novas crenças, no caso de *Jornadas nas Estrelas* e *O Fim da Infância*, pela ciência. Portanto, as representações de futuro observadas estão, quase sempre, ligadas à ideia de esquecimento e transferência de fé. Apenas na década de 1980, com *O Dia Seguinte* e *Herança Nuclear*, Deus surge como esperança de salvação e ponto de apoio, podendo-se relacionar, principalmente, com o medo que assolava as pessoas de que, a qualquer momento, podia ter início uma guerra nuclear entre Estados Unidos da América e União Soviética.

Referências Bibliográficas

ASIMOV, Isaac. Todos os problemas do Mundo. In: **Nove Amanhãs**. São Paulo: Expresso Cultural. 1977.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CLARKE, Arthur. **O fim da infância**. São Paulo: Editora Aleph. 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

REIS, José Carlos. **Teoria e História**: tempo histórico, pensamento histórico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

Filmografia

HERANÇA NUCLEAR. Direção: Lynne Littman. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1983 (90 min.), título original: **Testament**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=StEC6yXw5Zk>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

JORNADA NAS ESTRELAS. Produtores: Gene L. Coon, Gene Roddenberry, Robert H. Justman, Primeira Temporada, Estados Unidos: NBC, 1966, 8 DVDs (50 min. por episódio), título original: **Star Trek**.

O DIA SEGUINTE. Direção: Nicholas Meyer. Estados Unidos: ABC, 1983 (126 min.), título original: **The Day After**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jfJ3nz_5crc>. Acesso em: 29 mar. 2018.

THX 1138. Direção: George Lucas. Estados Unidos: Warner Bros, 1971, 1 DVD (95 min.), título original: **THX 1138**.

Arte e Estado: Candido Portinari e a exaltação da brasilidade na pintura a serviço da construção de uma identidade nacional (1930-1945)

Ana Carolina Machado Arêdes¹

Doutoranda em História

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

anacarolaredes@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende entender a participação do pintor Candido Portinari no concorrido ambiente cultural do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945. Portinari foi um pintor adepto da corrente modernista, mas de formação rigorosamente acadêmica, que realizou inúmeros trabalhos para o Estado. O governo Vargas, em especial no período correspondente ao Estado Novo, reuniu em torno de sua burocracia vários artistas e intelectuais das mais diferentes correntes de pensamento, inclusive contrários ao regime, que nutriam com o Estado uma relação dúbia, de envolvimento, mas também de severa crítica. Portinari era um artista militante da esquerda que chegou a se filiar e a concorrer às eleições pelo Partido Comunista após 1945. Naquele período, os intelectuais, os artistas e o Estado estavam envolvidos em um projeto que visava firmar uma identidade nacional por meio da exaltação da brasilidade. Este projeto artístico e seu potencial de transcendência justificava a participação desses artistas e intelectuais em um governo autoritário. Sendo assim, Portinari com sua obra fortemente marcada por um teor nacionalista e social, aparecia naquele momento como o artista ideal ao projeto do Estado. Como fontes documentais desta pesquisa são utilizadas as correspondências pessoais e as obras do pintor.

Palavras-Chave: Portinari, Arte, Estado.

Esta pesquisa busca a compreensão da atuação social, política e artística do pintor Candido Portinari através da análise de suas correspondências como fontes documentais. As cartas trocadas entre o pintor e seu poderoso círculo de interlocutores, composto por intelectuais, artistas e políticos do período. Pretende-se nessa pesquisa, entender como se deu a relação do pintor com o Estado Varguista.

Mônica Pimenta Velloso (2013, p.208) sustenta que os intelectuais modernistas deste período criavam laços de trabalho e afetivos através da construção de uma extensa rede epistolar, na qual circulavam ideias e reavivavam afinidades que conferiam impulso ao movimento modernista brasileiro. As cartas, então, compunham esta rede de trocas, adesões e sociabilidades, contribuindo para fomentar este movimento cultural.

¹ Bolsista CAPES.

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira foi marcada pela reorganização da esfera pública literária, pela busca de autonomia estética e pela emergência de novas formas de civilidade. Nesse ínterim, a amizade epistolar funcionou como importante aglutinadora da identidade social do grupo modernista, conferindo-lhe sentido (VELLOSO, 2013, p.214).

Em *Correspondances d'intellectuels*, Michel Trebitsch (2013) considera as cartas trocadas entre intelectuais como um espaço de “sociabilidade intelectual”. Estas correspondências seriam a prova de uma amizade, constituindo um trabalho feito a quatro mãos. Além disso, seriam um importante documento político e um forte testemunho das redes sociais formadas por estes intelectuais.

Além da relação emocional, a amizade epistolar demanda um fluxo contínuo por troca de informações. Sendo assim, as cartas são construídas com progressiva colaboração e atuam como importante veículo para troca de ideias entre os intelectuais – uma forma de amigos epistolares influenciarem um ao outro, reunirem esforços e pensar em conjunto através das opiniões expressas nas missivas (TREBITSCH, 2013, n.p.). O objetivo é claro: “nouns pouvons en conjuguant nos efforts établir une circulation des idées, devenir des ‘autorités’”². (LEFEBVRE *apud* TREBITSCH, 2013).

As cartas trocadas entre intelectuais e artistas contribuíram para somar esforços, tornando seus promotores, autoridades em suas áreas de atuação. As missivas mobilizavam os seus interlocutores em torno de um projeto estético comum, assegurando as mediações necessárias à execução deste projeto (VELLOSO, 2013, p.216).

Nas cartas trocadas entre Portinari e seus interlocutores podemos perceber este intercâmbio de ideias, informações e opiniões sobre obras já realizadas ou em processo de criação. Através das correspondências, Portinari e seu círculo epistolar discutiam acontecimentos políticos e culturais, trabalhos que estavam sendo amadurecidos e desenvolvidos, negociavam encomendas e conversavam acerca de exposições e viagens. Esta documentação permite ao pesquisador ter uma visão privilegiada do desenrolar dos acontecimentos da época.

Como bem aponta Marco Antonio de Moraes (2008, p.6), as cartas podem testemunhar a dinâmica de um determinado movimento artístico. As linhas e entrelinhas das

² “nós podemos conjugar nossos esforços para estabelecer uma circulação de ideias, tornar-nos autoridades”. Carta de Henri Lefebvre a Nobeert Guterman, de 14 de janeiro de 1936.

missivas trocadas entre artistas e intelectuais figuram como os bastidores de suas vidas. Dessa forma, estas cartas são capazes de revelar um intenso e agitado “canteiro de obras”.

Candido Portinari nasceu em Brodósqui, no interior de São Paulo, filho de um casal de imigrantes italianos que vieram ao Brasil trabalhar nas lavouras de café. Em 1919, aos dezesseis anos, foi tentar a vida como pintor no Rio de Janeiro. Em 1920 conseguiu ingressar na tradicional Escola Nacional de Belas Artes, instituição de orientação rigorosamente acadêmica que ministrava o ensino formal de arquitetura e artes plásticas.

A Escola Nacional de Belas Artes sediava salões de arte, para os quais selecionava trabalhos que poderiam ser expostos e que concorreriam a premiações, sendo uma bolsa de viagem de estudos a Europa o grande prêmio concedido pela escola. Portinari começou a enviar trabalhos com o intuito de concorrer nestes salões. Em 1924, enviou um trabalho que não foi aceito por não se adequar à orientação acadêmica da instituição, a tela *Baile na Roça*.

Os gêneros das pinturas com predileção a concorrer nos salões eram os retratos e as paisagens. Portinari adequou-se a este gosto para conseguir integrar o seletivo grupo de artistas que eram aceitos anualmente. Nos anos subsequentes continuou concorrendo com retratos até que em 1928, alcançou a maior premiação oferecida pela escola, a de viagem a Europa, com o retrato do poeta Olegário Mariano. Segundo Sergio Miceli (1996, p.40), Portinari foi se profissionalizando enquanto artista, identificando-se com seus colegas e concorrentes ao prêmio de viagem, tendo, dessa forma, que lidar com o desafio de perceber qual a figura institucional mais adequada a lhe servir de modelo mais apropriado para tal competição.

O retrato de Olegário Mariano prestava-se bem a função de ligar dois polos do oficialismo cultural do Rio de Janeiro na época, que eram a Academia Brasileira de Letras e a Escola Nacional de Belas Artes. Isto porque Olegário era irmão de José Mariano Filho, médico, mecenas e historiador da arte, nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes em 1926 (MICELI, 1996, p.30).

Portinari escolheu a França como destino, mas também visitou outros países europeus, onde teve contato com os movimentos de vanguarda, o que seria determinante para a seu amadurecimento e posicionamento artístico. Em 1930, na Europa, Portinari escreveu uma carta a amiga Rosalita Mendes, na qual expressou seu desejo de pintar elementos que aludissem à sua terra natal, ao Brasil, a Brodósqui, demonstrando grande inspiração:

Daqui fiquei vendo melhor a minha terra – fiquei vendo Brodósqui como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada... Vou pintar o Palaninho, vou pintar aquela gente com aquela roupa e com aquela cor. Quando comecei a pintar senti que deveria fazer o “baile na roça”. Depois desviaram-me e comecei a tatear e a pintar tudo de cor – fiz um montão de retratos e toda gente me chamava preguiçoso. Eu não tinha vontade de pintar porque me botaram dentro de uma sala cheia de tapetes, com gente vestida à última moda... [...]. Uso sapatos de verniz, calça larga e colarinho baixo e discuto Wilde mas no fundo eu ando vestido como o Palaninho e não compreendo Wilde³.

Apesar de expressar a vontade de retratar em suas telas elementos e personagens típicos de sua terra natal, Portinari permaneceu na Europa praticamente sem pintar, contrariando o hábito dos demais bolsistas. O pintor dizia querer observar e aprender com os antigos e modernos nas galerias e museus europeus. Retornou ao Brasil em 1931 com pouquíssimas obras.

Enquanto estive na Europa, no Brasil aconteceu uma reviravolta política que trouxe o gaúcho Getúlio Vargas à presidência de forma indireta em 1930. Vargas assumiu o poder com a promessa de promover transformações e progresso. O novo governo tomou para si responsabilidades que antes não lhe cabiam, como a industrialização, o trabalho, a saúde, a cultura e a educação. Dessa forma, foram criados ministérios para que essa demanda fosse suprida, tais como o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Saúde Pública. O novo governo também renovou algumas instituições artísticas e culturais, conferindo-lhes novas feições, tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes. O arquiteto Lúcio Costa foi nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes pelo então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, por indicação de seu chefe de gabinete, Rodrigo Melo Franco. Lúcio Costa adotou uma postura revolucionária, com o intuito de tornar a instituição mais democrática e menos conservadora em relação à arte.

Em 1931, o jovem arquiteto organizou o XXXVIII Salão Nacional, que ficou conhecido como Salão Revolucionário ou Salão Lúcio Costa, diante da oposição da ala conservadora da Escola Nacional de Belas Artes. Nesta edição, o salão não ofereceria prêmios e nem selecionaria trabalhos, todos poderiam expor. Para Ângela Luz (2008, p.15-16.), esta atitude quebrava a hierarquia da mostra oficial, com seu escalonamento de prêmios e medalhas. O Salão de 1931 rompia com as normas rígidas da arte brasileira calcadas na

³ Palaninho é um cidadão de Brodósqui que Portinari descreve na carta. Grifos de Portinari. Carta de Portinari a Rosalita Mendes de Almeida, de 12 de julho de 1930.

tradição e no academicismo, em uma relação direta com o que representou a Revolução de 1930, que derrubou as estruturas vigentes para dar lugar às novas possibilidades.

Já de volta ao Brasil, Portinari participou desse Salão, tanto como expositor quanto como membro da comissão organizadora, também composta pela artista Anita Malfatti, pelo escultor Celso Antônio e pelo literato Manuel Bandeira (LUZ, 2008, p.15-16). Portinari enviou dezessete obras ao Salão, número inferior apenas aos vinte e quatro trabalhos expostos pelo artista Guignard. Dentre estas obras⁴, a maioria eram retratos de escritores e artistas, alguns deles amigos íntimos do pintor (MICELI, 1996, p.59).

O literato Mário de Andrade esteve presente no Salão de 1931 e se encantou pelo trabalho de Portinari, jovem pintor que não conhecia, em especial pela tela *O Violinista*, o retrato do músico Oscar Borgerth. Mário pediu para ser apresentado a Portinari e a partir desse encontro os dois firmaram uma amizade sólida e duradoura, que foi manifestada também pela intensa troca epistolar entre eles. O amigo Mário de Andrade contribuiu muito para o impulsionamento da carreira e do reconhecimento de Portinari como pintor moderno no cenário nacional.

Annateresa Fabris (1995, p.13-14), em *Portinari, amico mio*, analisou as missivas trocadas entre Mário de Andrade e Candido Portinari. Para Fabris, Mário sentia orgulho por ter auxiliado o pintor a engrenar na carreira artística, uma vez que Portinari era para ele o tipo ideal de artista brasileiro, necessário naquele momento ao movimento modernista.

Do relacionamento entre Mário de Andrade e Portinari, ambos extraíam benefícios e obrigações. As expectativas de Portinari em relação a Mário de Andrade se pautavam em torno da promoção pessoal e institucional no mercado intelectual e artístico da época: solicitação de textos para catálogos, de artigos para divulgação na imprensa, até mesmo de monografias. Mário desempenhou um papel decisivo no processo de legitimação e consagração do nome do artista, tanto no campo nacional, quanto no internacional. Mário, por sua vez, desprovido do capital necessário à sua consumação, contava com Portinari para abrir novas possibilidades de comércio. O pintor lhe confiava suas próprias obras para venda no mercado paulista, ou colocava ao alcance do literato algumas obras com um preço mais em conta, concedendo-lhe o *status* de comprador preferencial. Além disso, o literato, narcisista

⁴ As obras expostas por Portinari foram: retratos de Ida Thereza e Henrique Pongetti, Maria Portinari, Manuel Bandeira, Dante Milano, Murilo Mendes, Jaime Ovalle, Francisco Braga, Oscar Lourenço Fernandes, Oscar Borgerth, Luís Peixoto, Carlos de Lima Cavalcanti, dois estudos e duas naturezas mortas (MICELI, 1996, p.159).

assumido, desejava sempre mais representações de sua pessoa, e Portinari realizou alguns retratos dele (MICELI, 1996, p.83-86).

De acordo com Miceli (MICELI, 1996, p.85), Mário de Andrade e Portinari foram sentindo-se cada vez mais beneficiários e artífices das políticas públicas que estavam sendo criadas e implantadas no campo cultural. Em 1935, por exemplo, ambos passaram a integrar o corpo docente do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal. Essas experiências compartilhadas foram moldando um relacionamento íntimo, caracterizado pela fidelidade e franqueza de parte a parte.

Antes da viagem a Europa, Portinari vinha se dedicando à produção de retratos da elite e, com isso, começou a participar do ambiente social da época, mas ficou limitado, uma vez que lidava, na maioria das vezes, com pessoas ligadas ao universo da Escola Nacional de Belas Artes – companheiros de estudo, professores, críticos de arte, jornalistas – o que comprova o “virtual confinamento social” do pintor, que estava restrito ao espaço da prática profissional e da afirmação artística (MICELI, 1996, p.33).

Quando retornou da Europa, Portinari ampliou consideravelmente seu círculo de amizades, o que contribuiu para a construção de uma poderosa rede de relações pessoais e epistolares. Estes contatos contribuíram para o reconhecimento dele como pintor moderno no cenário nacional e para a aproximação de Portinari da burocracia varguista, para a qual confeccionou inúmeros trabalhos.

Entre 1933 e 1934, Portinari produziu uma série de trabalhos que o crítico Mário Pedrosa (1981, p.9-10) definiu como pertencentes à fase marrom ou brodósquiana. Essas pinturas caracterizam-se pelo forte apelo sentimental e pela superfície marrom dominante na tela, que simboliza a terra roxa de Brodósqui. Os exemplares mais significativos dessa fase são *Circo*, 1933; *Futebol*, 1934 e *Morro*, 1933.

A tela *Morro*, ao contrário das demais, não representa uma cena de Brodósqui, mas sim uma favela no Rio de Janeiro. Enquadra-se nesta fase por apresentar uma superfície marrom dominante. Esta tela alcançou muita visibilidade e foi adquirida pelo Museu de Arte Moderna de Nova York. A aquisição deste quadro foi muito noticiada pela imprensa, o que contribuiu para o reconhecimento do pintor no Brasil e no exterior.

No período que perpassa os anos de 1934 e 1935, Portinari deu início a uma nova fase na sua pintura. O pintor buscou enfatizar a densidade dos corpos e dos objetos. O modelado do artista tomou uma forma bruta, fazendo com que as figuras ganhassem força monumental e

estatuária. O objetivo era integrar a composição e a massa, coisa que ainda não havia conseguido em sua evolução antiacadêmica. São dessa fase *Preto da Enxada*, 1933; *Mestiço*, 1934 e *Índia e Mulata*, 1934 (PEDROSA, 1981, p.11).

Nesta fase, Portinari introduziu um elemento novo em suas composições – a sensualidade. As figuras representadas ocupam quase todo o primeiro plano da tela, fazendo estalar os limites do quadro a óleo – enquanto a figura central parece ser projetada para fora da tela, o plano de fundo ganha imensidão (PEDROSA, 1981, p.12).

Annateresa Fabris (1990, p.111), sustenta que as paisagens nesses quadros possuem função de moldura. Os planos de fundo foram estrategicamente posicionados a fim de garantir destaque à figura que o pintor pretendia enfatizar. O que interessava era destacar o homem e o trabalho, com uma preocupação social em demonstrar o valor da mão-de-obra negra para o desenvolvimento nacional.

No trato pictórico, os corpos dos trabalhadores são escultóricos e suas mãos e pés poderosos. Os pés grandiosos fincados ao solo transmitem a sensação de que o trabalhador se integra a natureza e parece brotar da terra (FABRIS, 1990, p.129-130).

Aperfeiçoando sua técnica e pouco a pouco desprendendo-se do academicismo, Portinari conquistou espaço no concorrido ambiente artístico e intelectual da época, firmando-se como um pintor moderno. Em 1935, Portinari conquistou visibilidade internacional ao ganhar a segunda menção honrosa no Instituto Carnegie de Pittsburgh, nos Estados Unidos com a tela *Café*. Esta composição, além de garantir o prêmio no exterior, também proporcionou ao pintor grande destaque no cenário nacional, sendo, a partir de então, convidado a realizar inúmeros trabalhos para o Estado. O então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, adquiriu a tela para a coleção da Escola Nacional de Belas Artes⁵.

Em sua atuação à frente do Ministério da Educação e Saúde, Capanema reuniu em torno de si inúmeros artistas e intelectuais com o objetivo de empreender um projeto artístico e cultural que ficasse marcado para a posteridade. Para tanto, o Ministro decidiu construir um edifício sede que abrigasse a burocracia de seu Ministério. Esta empreitada contou com a participação da elite intelectual e artística do país, culminando em um prédio de arquitetura moderna e repleto de obras de arte.

Portinari foi convidado pelo ministro Capanema em 1936, a realizar diversos trabalhos no novo edifício sede do Ministério da Educação e Saúde, sendo a obra de maior destaque os

⁵ Hoje a tela faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro/ RJ.

murais que aludiam aos ciclos econômicos brasileiros. O tema destes murais foi idealizado por Capanema a partir de uma aula de História que foi ministrada no Uruguai pelo intelectual Afonso Arinos. Arinos contou a História do Brasil a partir de um viés econômico, e, para tanto, sugeriu como ciclos predominantes o Pau-Brasil, o Açúcar, o Gado, a Mineração, o Café e a Indústria. Além disso, propôs como ciclos ancilares o Cacau, a Borracha, o Mate, o Algodão, entre outros. De acordo com Arinos, sua proposta interpretativa teria agradado Capanema que lhe pediu no momento da construção do Ministério da Educação e Saúde para fornecer a Portinari recomendações para a confecção dos painéis evocativos dos ciclos referidos (Catálogo *Raisonné*, 2004, p.225).

Portinari trabalhou por quase dez anos na decoração do Ministério da Educação e Saúde. Enquanto realizava as obras para o Ministério, seu trabalho fazia enorme sucesso nos Estados Unidos e, o pintor foi convidado a realizar afrescos para a Biblioteca do Congresso, em Washington. Então, interrompeu temporariamente o trabalho no Brasil e foi para a América do Norte com o incentivo de Capanema e o apoio do governo brasileiro, que tinha interesse de estabelecer relação de amizade e cooperação com aquele país. Portinari executou quatro afrescos com motivos comuns a toda a América Latina, *Descobrimento*, *Desbravamento da Mata*, *Catequese* e *Descoberta do Ouro*, ambos de 1941.

Nesta época, Portinari estava sofrendo críticas de alguns artistas e intelectuais, como Oswald de Andrade, por estar trabalhando junto à burocracia, aceitando encomendas do Estado. O acusavam de ter se acomodado a uma maneira de pintar, não inovando sua técnica. Enquanto estava nos Estados Unidos, Portinari escreveu a Capanema demonstrando-se insatisfeito com tais acusações:

Tive notícias ontem que me deixaram muito triste – parece que publicaram artigo na *Nação Armada* – explorando o velho tema. Enquanto isto aqui tenho sido tratado como se eu fosse um grande homem. Pedidos de dezenas de museus para exibirem meus quadros. O Museu de Arte Moderna adquiriu para sua coleção o meu grande quadro “Espantelho” e mais três desenhos. O Museu de Detroit adquiriu o “Gado” grande quadro também. Várias, das melhores coleções já adquiriram. A Galeria Harriman uma das melhores d’aqui já assinou contrato para me representar aqui. O Club de edições limitadas assinou contrato comigo pagando 20 contos para eu ilustrar um livro. E muitas outras coisas boas me tem acontecido. As conversas que tenho tido aqui desde o Rockefeller até as pessoas mais humildes: É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o Brasil dos exploradores e coisas neste gênero. Acho injusto o que estão fazendo comigo. Falo assim com o Sr. porque tem sido o seu

apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui. Do amigo sincero, Portinari⁶.

Os Estados Unidos, em especial Nova York, vinha se destacando como um novo polo para a arte moderna, substituindo Paris, e a obra de Portinari foi reconhecida e adquirida por muitos museus e galerias de arte naquela época. Apesar da atuação em um Estado autoritário, Portinari não demonstrava desconforto por atuar na burocracia. O artista tinha uma posição dúbia pois tinha grande preocupação social e simpatia pela esquerda, chegando mesmo a se filiar ao Partido Comunista e a concorrer nas eleições em 1945, mas só o após o Estado Novo.

Para Helena Bomeny (2001, p.16-26) ao agir como um mecenas, o governo pretendia criar um Estado moderno e acolheu os mais diferentes tipos de intelectuais. Era como se política e cultura estivessem imbricadas, o que estimulava a intensa participação dos artistas e intelectuais na burocracia. Mas existia o constrangimento da atuação em um governo despótico, a relação de muitos artistas e intelectuais com o governo oscilava entre momentos de adesão e afastamento, de enaltecimento e crítica ao regime.

Os intelectuais e artistas sentiam-se mais à vontade para atuar junto Ministro Capanema, envolvidos nas mais distintas áreas da vida social, colaborando na construção de um “Estado do bem-estar”. Contudo, mesmo no ambiente mais ousado e arejado de Capanema, muitos intelectuais e artistas demonstravam uma fidelidade parcial em relação ao regime. Era como se a arte, em seu poder de transcendência, em sua inesgotável capacidade de emocionar e em sua insubmissão às conjunturas, justificasse a atuação dos intelectuais no governo. A arte minimizava o constrangimento do vínculo de seus criadores com programas, projetos, ideologias e políticas criticáveis (BOMENY, 2001, p.26-32).

Portinari tinha certa liberdade de criação artística quando atuava junto à burocracia, mas as encomendas tinham que se adequar ao gosto e aos temas escolhidos pelo ministro, como fica demonstrado na carta enviada a Portinari por Capanema:

Sobre as pinturas para o edifício do Ministério da Educação, penso que não mudarei de ideia quanto aos temas. No salão de audiências haverá os doze quadros de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa vida econômica. Falta fazer o último – a carnaúba - , mudar de lugar o da borracha, e fazer de novo um que se destruiu. Na sala de espera, o assunto será o que já disse – a energia nacional representada por expressões da nossa vida popular. No grande painel deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III capítulo da segunda parte de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Aí estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro.

⁶ Carta de Portinari a Gustavo Capanema, de 29 de novembro de 1940.

Pergunte ao Manuel Bandeira. No gabinete do ministro, a ideia que me ocorreu anteontem aí na sua casa parece a melhor: pintar Salomão no julgamento da disputa entre as duas mulheres. Você leia a história do terceiro livro dos Reis, capítulo III, versículos 16-28. No salão de conferências a melhor ideia ainda é a primeira: pintar num painel a primeira aula do Brasil (o jesuíta com os índios) e noutra, uma aula de hoje (uma aula de canto). No salão de exposições, na grande parede do fundo deverão ser pintadas cenas da vida infantil. Peço-lhe que faça os estudos necessários e perdoe desde já as minhas impertinências⁷.

Esta missiva de Capanema mostra como ele intervia nos assuntos do Ministério, especificando leituras e os temas que deveriam ser executados por Portinari. A arte, portanto, tinha que se adequar ao gosto de quem fazia a encomenda. Isto direcionava o artista a produzir de acordo com o gosto do mecenas e não com total liberdade criativa.

Em 1945, enquanto finaliza os trabalhos para o Ministério da Educação e Saúde, Portinari pediu a Capanema para interromper temporariamente os trabalhos para fazer uma viagem com fins profissionais a Argentina, ao que o ministro respondeu negativamente, demonstrando grande preocupação em logo concluir as obras do edifício:

Meditei sobre a nossa conversa, e falei a alguns amigos. Cheguei à conclusão de que sua viagem agora a Buenos Aires poderá comprometer o coroamento de sua notável obra no edifício de nosso Ministério. É preciso ter em vista que, com algumas semanas mais, estará findo meu tempo de ministro. Receio que, com outro, sobretudo se for um espírito prevenido contra a nossa orientação, aquelas paredes venham a ter outro acabamento. O meu sincero desejo é, pois, que você não vá. Julgo tão essencial aos interesses artísticos de nosso país a conclusão de sua obra no edifício do Ministério da Educação, que ousou sugerir o adiamento de sua viagem, a fim de que, este mês ou até meado de novembro (enquanto ainda temos tempo), você a conclua⁸.

Capanema revelou nessa missiva a ansiedade em terminar a obra do novo Ministério antes do fim do Estado Novo, alertando Portinari sobre o risco de o novo governo não ser adepto à arte moderna e não levar adiante a empreitada que ele começou.

Portinari realizou para o Estado inúmeros trabalhos, tendo contribuído para o legado cultural e artístico deixado pelo primeiro governo Vargas. As cartas, utilizadas como fonte documental, quando relacionadas às obras de arte de Portinari, nos permitem construir historicamente aspectos da trajetória do pintor.

Percebemos que Portinari se destaca como pintor moderno no cenário nacional na década de 1930, quando volta de sua viagem de estudos à Europa. Sua atuação ficou marcada

⁷ Carta de Gustavo Capanema a Portinari, de 7 de dezembro de 1942.

⁸ Carta de Gustavo Capanema a Candido Portinari, de 16 de outubro de 1945.

pela atuação na burocracia estatal, mas não se restringe a isso. Seu papel como artista nacional e internacional no período foi substancial. Neste trabalho, buscamos entender como sua atuação no governo interferia no gosto e na escolha dos temas de suas pinturas que eram realizadas tendo o Estado como mecenas.

Referências Bibliográficas

BOMENY, Helena(org.). Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Políticas. In: **Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FABRIS, Annateresa (organização, introdução e notas). **Portinari, amigo mio**. Cartas de Mário de Andrade a Candido Portinari. Campinas: Mercado das Letras – Autores Associados/ Projeto Portinari, 1995. (Coleção de Arte, Ensaios e Documentos)

_____. **Portinari, pintor social**. São Paulo: Editora Perspectiva/ Editora da USP, 1990.

LUZ, Ângela. A XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes e sua significação para a construção da modernidade no Brasil. Salão de 31. **Cadernos PROARQ 12**, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ, 2008. pp. 15-16.

MICELI, Sergio. **Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MORAES, Marco Antonio. Sobrescrito. **Teresa** – Revista de Literatura Brasileira da USP, São Paulo, n. 8/9, Edição 34, 2008.

PEDROSA, Mário; AMARAL, Aracy (org.). **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

PROJETO PORTINARI. **Catálogo Raisonné de Portinari**, 2004.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: les cas de letters d' Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). **Les Cahiers de l'IHTP**, n. 20, mars. 1992.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Entre o sonho e a vigília: o tema da amizade na escrita modernista. **Tempo [online]**, v.13, n. 26, 2009. Disponível na Internet via <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a11v1326.pdf>.

Binh Danh e seus *Altars Ancestrais*: exumando presenças aniquiladas pelo Khmer Vermelho

Anderson dos Santos Batista

Mestre em Artes Visuais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

feruchomaruquesu@gmail.com

Resumo: Este artigo tem o objeto de lançar questões a partir da instalação *Ancestral Altars* – conjunto de fotografias reveladas sobre folhas de plantas, produzidas a partir do processo de fotossíntese – do artista estadunidense-vietnamita Binh Danh acerca do genocídio de cambojanos e vietnamitas durante o governo repressivo do partido comunista Khmer Vermelho, liderado por Pol Pot, no Camboja de 1975 a 1979. A partir de sua instalação, ensaia-se questionamentos acerca dos componentes da memória e seus limites conceituais, físicos e temporais presentes. Como demanda para que se atente à essas imagens prementes que nos são legadas, inquirir-se-á acerca da presença desses assassinados a partir de sua ausência, da convocação visual a partir do que desaparece, quando aos poucos, as fotografias vão se apagando, da voz em protesto daquele que se cala para forçadamente posar para fotografias, sistematicamente tomadas como parte do método de assassinio em massa.

Palavras-Chave: Binh Danh, fotografia, memória.

No campo de extermínio, Choeung Ek, nenhum sino foi tocado/ Numa alta estupa, crânios empilhados não podem culpar ou ressentir-se/ Essa multidão que encara – esqueletos esvaziados sem línguas.// [...] A planície está marcada com entalhes rasos [...].// Em uma construção baixa, fotos de vítimas, penduradas/ [...] revelam o presente assassinado.// De volta para fora, sob o sol brilhante, folhas estão perfuradas/ Com imagens – rostos ressuscitados, convocados e transmitidos/ Ao verde a árvore do conhecimento degrau por degrau./ Vejam, elas retornam: No grande fosso grama nova nasce/ Onde esqueletos ainda jazem sombreados pela ampla tenda da árvore/ Quando uma brisa sopra, folhas sussurram o que elas se tornaram.

Robert Schultz – *The Chankiri Tree*¹

¹ Traduzido do original: *At the killing field, Choeung Ek, no bells are rung./ In a tall stupa, piled skulls cannot blame or resent/ This staring crowd—emptied bones without tongues./ [...] The plain is scarred with shallow dents [...]./ In a low building, victims' photos, hung/ [...] draw the murdered present./ Back outside in the glaring sun, leaves are stung/ With images—faces risen, called up and sent/ To green the tree of knowledge rung by rung./ See, they return: In the wide ditch new grass has sprung/ Where bones still lie, shaded by the tree's broad tent./ When a breeze moves, leaves whisper what they've become.* (SCHULTZ, 2009, p. 7).



Figura 1. Binh Danh, *The Botany of Tuol Seng #14*. Negativo fotográfico sobre folha.

A fonte de trabalho engajado de Binh Danh², artista estadunidense-vietnamita de etnia cambojana, compõe sua poética se apresentando como já presente: ela está lá nos museus em honra aos mortos, está nos arquivos históricos, está nas histórias familiares no fundo esquecido dos baús, está na ponta da língua, está na memória. Contudo, essa fonte precisa nascer uma segunda vez, para se efetivar como comportamento artístico, através da manipulação do tempo inerente ao genocídio praticado pelo Khmer Vermelho no Camboja de 1975 a 1979 e por que não aos extermínios de tempos de vida, tempos de humanidade – *cronocídios*? A partir de sua própria história familiar, que a elege a nível coletivo nessa memória de *genocídio*, de perdas familiares, de pessoas exterminadas, com esse comportamento artístico Danh se lança contra a conjunção de desaparecimento com seu inerente esquecimento histórico, contra disputas pelo poder de narrar estabelecidos a partir de interesses de país envolvidos ou não com esse genocídio, para aqui plasmar uma memória de *reaparição*, de retorno à vida, de uma segunda chance.

² Este artigo é o resultado de uma reelaboração e aprofundamento de texto ensaístico e experimental realizado como exercício de análise da obra do artista durante a disciplina *Leituras da obra de arte I*, ministrada pela Profa. Dra. Monica Zielinsky no decorrer do segundo semestre de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS em cuja ocasião, em que atuo artisticamente desde 2012 como Fercho Marquéz-Elul, me dediquei à dissertação *[CI-GÎT]: ensaios sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto*, a partir de minha pesquisa poética dentro do campo da escultura, imagem, palavra e morte, tendo como orientadora a Profa. Dra. Maria Ivone dos Santos sob o projeto de pesquisa *As extensões da memória: a experiência artística e outros espaços*.

E Danh os traz à vida cuja empreitada se dá a partir da experimentação artística: demiurgo que se compromete em lidar com o passado, com a destruição e com a morte em uma conjugação não apenas da história, mas tendo como ponto de partida a reflexão através do fazer artístico, dispondo responsabilmente em nosso presente uma busca por reparação incontornável por humanidade, tornando-a fato ou evento contra a dispersão amnésica. Como um subversivo do tempo, o artista *presentifica* o passado, grafa com a luz do *hoje* a estrutura desse *passado* tão atroz sobre o suporte vegetal. Espécie de *cronógrafo* daqueles que foram tornados intangíveis pela forma industrial com que o regime de Pol Pot executava seus “inimigos” (BENZAQUEN, 2010, p. 2), – inimigos que por sinal eram seu próprio povo, seu semelhante, de um evento relegado à História cujas marcas são ainda sentidas por sua indelével vazio imaterializado do passado, como um tempo de pós-morte para aqueles que sobreviveram na reatualização de suas memórias particulares que os desafiam dia a dia nessa rememoração.

Danh cria então reparações, já que *revela* através da luz – *vela novamente* em nosso presente –, pondo à luz e em estado de atenção o passado como paisagem neste tempo de ato, obrigando-nos que olhemos para nosso presente não como se fosse um objeto pesado que interdita nossa visão do evento que se passou e que pode se sobrepor como esquecimentos passados, pondo-os nas sombras, nem os abandonar para morrerem ou serem esquecidos em nossas memórias. Por um processo de pressão do negativo dessas imagens entre duas placas transparentes de vidro – é necessário dessas imagens em preto e branco, de rostos sérios desapropriados de suas vidas, mas constituídas no terror dos aprisionamentos e do processo de catalogação humana como seu próprio julgamento arbitrário rumo à letalidade, que se confronte uma vez mais, de forma mais detida – olhar sobre placas transparentes, analisar, buscando no próprio ato de pressioná-las essa imagem que reaparece, que volta a pulsar. Danh então inclui entre essas transparências esses negativos – estados latentes da imagem de terror em ausência –, juntamente com a folha viva de árvore cujo suporte através do processo de fotossíntese servirá para presentificar sua fixação sob a luz do sol – Danh novamente aqui se apoia no conhecimento científico e o despossui de sua relação e papel indulgentes tomado nas guerras (como o uso do Napalm sobre as folhas das florestas durante a Guerra do Vietnam com o objetivo de impedir a ocultação da resistência: forçar o aparecimento de suas imagens corporais cuja ocultação servia para um levante contra o terror e a colonização). Essa “aproximação inventiva de Binh Danh com a fotografia combina seus interesses em ciência, história e cultura” (JORDAN, 2009, p. 2).

Processo mais lento e cuidadoso desde a técnica do daguerreotipo. À medida que uma preparação líquida contendo água alimenta o tecido vegetal vivo, mantendo a folha viva, o sol penetra e imprime nas partes expostas pelo negativo (EPSTEIN, 2009, p. 16). É internamente em algo tão fino – folhas de plantas tropicais como orelhas de elefante ou *nasturtiums* – que Binh Danh deixa exposto por semanas ou até meses retratos de vítimas que vão sendo permanentemente impressas dentro da matriz de estrutura da folha. (MOOREFIELD, 2009, p. 9-10). “Quando o contraste claro/escuro produz uma imagem satisfatória, Danh preserva-a em resina”, diz-nos Epstein (2009, p. 16) e que Moorfield (2009, p. 9-10) então complementa: quando “os trabalhos frágeis são encapsulados e feitos permanentemente através de moldagem em blocos sólidos de resina”, Dinh Danh então adiciona “um elemento adicional a muitos dos trabalhos na exibição: um espécime de borboleta preservada.”

“As borboletas (corpos mortos reais) emprestam corporeidade palpável às espectrais cabeças que flutuam sobre elas. A cor celebratória de suas asas compensam as superfícies austeras, semelhantes a pergaminho de folhas” (EPSTEIN, 2009, p. 23-25). Falena que surge dos processos de aparição da imagem, a partir da ofuscante luz do sol. *Imagem-aparição*³ que se transfere do impessoal ao vegetal, que se replica e reaparece à frente da luz do sol, trazendo como uma tumba transparente o corpo-cadáver do inseto que se atrai à sua morte por combustão na luz envolvente da vela, da lâmpada, do sol, resgatado em resina – e porque não embalsamado em cera do desejo icariano de sublevar, de fazer emergir o que está soterrado no cotidiano? Esse ponto de morte que reaparece na imagem através de sua poética experimental da fotografia é tecido juntamente com sua investigação – presente no referente fotográfico – da memória coletiva e dos princípios de redenção e justiça para essas pessoas condenadas a não possuírem o direito de viver, de falar, de baixar os olhos. Segundo Moorefield (2009, p. 9-10), Binh Danh sobre seu processo afirma que “a fotografia me ajudou a meditar sobre a morte e sua influência sobre a viva” embasado no interesse por temas como mortalidade, memória, história, paisagem, evidência e espiritualidade.

É nesta mesma paisagem que matou mais de meio milhão de pessoas através do regime do Khmer Vermelho e que legou ao mundo essas imagens – tiradas de forma rigorosa de todos os futuros presos, torturados e mortos, que Binh Danh encontra um espaço de pouquíssimo tamanho para sua reflexão: será por toda a superfície possível de uma folha cujo interior de fina circunstância e de estreita chance de fixação, de alcance do resultado técnico

³ Desenvolvo mais detidamente o conceito de *imagens-aparições* no subcapítulo *Desenhos-aparições: a imagem como potência*, presente em minha dissertação de mestrado [*ci-git*]. *Ensaio sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto*, apresentada em 2018 no PPGAV-UFRGS. Para mais informações, acessar: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189092.

pretendido e de preservação que a transformação da situação da relação com essa memória será rearticulada. A partir desse caráter de uma metempsicose, referindo-se à passagem da alma após a morte de um corpo ao outro que a matéria não é criada nem destruída, mas apenas transformada e em cujos remanescentes da guerra (e porque não de todas as guerras) viverá para sempre. Bin Danh afirma a partir disso que seu desejo é mostrar os quão parecidos somos nós a plantas, e que de forma semelhante, nossa participação nos processos de criação de memória absorvendo a história ao nosso redor é em relação a folhas, pois, nós secamos e morremos e desse resíduo de nossa existência nutrimos as memórias dos vivos, como uma folha apodrecendo nutre o solo (JORDAN, 2009, p. 9).

No coração da aproximação de Danh à produção de retratos está a noção de ascendência física e espiritual. Suas folhas estão quase sempre orientadas para cima, elevando-se como chamas contra um fundo totalmente branco ou preto. Os jovens rostos impressos em suas superfícies nos desafiam com questões de responsabilidade. [...] Danh explica: “Eu acredito que nós nos reencarnamos não de alma para alma, mas de memória para memória. Eu acredito que a humanidade sempre buscou nos mortos respostas e contemplação. Eu apenas espero que como espectadores vejam em meu trabalho que os retratos das vítimas estão reencarnados e ressuscitados no momento presente. (EPSTEIN, 2009, p. 23-25).

Imagens que se apresentam exumadas de um evento de morte não natural e que são apresentadas a partir desse processo de (im)pressão por *iluminação*, em que penetra, fixa, preenche através de estreitos *poros* em uma tão fina *estrutura* a imagem. Não nos vem à mente as manobras através do choque (energia, luz) para reanimação, ressuscitação do ser desanimado, em que por transmissão o coração armazena essa energia acionando sua sístole e diástole? (GOETHE apud DIDI-HUBERMAN, 2014b, posição 319). Esses rostos que provêm de uma *pulsção*, que se transmitem na própria transmissão e que se apresentam diretamente contundentes, meio amarelados, meio acinzentados, meio desvanecidos? Não me diga uma pessoa ressuscitada que não voltou à vida com o rosto sério, descorado, desvanecido? Rostos acinzentados do suporte fotográfico disponível para o gesto bestial do Khmer Vermelho de catalogar, rosto amarelados da impressão (*pressão para dentro* da folha) acionada por Danh da imagem sendo fixada em um transporte imaterial por duplicação. Em seu livro *The Best We Could Do*, Thi Bui se questiona sobre o que acontece conosco após nossas mortes e se nós viveremos no que nós deixamos para as crianças, motivada pela lembrança de infância de sua família destruída pela Guerra do Vietnam que os forçaram a imigrarem para os EUA (BUI, Thi, p. 323).

E a partir dessa vivência que se pergunta sobre o que ela herda de seus pais e o que eles foram antes de serem seus pais ou antes de serem vitimados pela guerra, Bui descreve

esse acinzentamento de suas memórias, esse agrisalramento herdado pelo luto: “E apesar de meus pais nos levarem para longe do lugar de seu luto... certas sombras se estenderam para longe, lançando um silêncio acinzentado sobre nossa infância... aludindo a uma escuridão que nós não entendíamos apesar de que podíamos sempre SENTIR.” (BUI, Thi, p. 59-60), o que Bui (p. 324-325) complementa se perguntando o quanto de si é proveniente de si própria e quanto vem predestinado em sua carne e osso, sobre ser ao mesmo tempo produto da guerra a partir de seu pai e ao mesmo tempo nunca poder se comparar a sua mãe: “Costumava imaginar que aquela história infundiu nas vidas de meus pais a poeira de uma explosão cataclísmica? Que aquilo vazou através da pele deles e se tornou parte do seu sangue.” Empoeiramento e acinzentamento que penetram nos seres viventes, aderindo a sua existência, o que nos aproxima nem que para imaginarmos – criar *imagens* pensadas – esse acinzentamento, esse empoeiramento das coisas e dos seres à fotografia (fig. 2) produzida por Man Ray da obra empoeirada *La Mariée mise à nu par ses célibataires, même* ou *Le Grand Verre* do artista franco-estadunidense Marcel Duchamp, que por si só era também um grande vidro, ou seja, uma grande placa transparente em que os desejos entre um noiva e seus pretendentes eram diagramados em uma sublimação tanto formal quanto economicamente conceitual.

Em 1920, o artista Man Ray visita seu amigo Marcel Duchamp em seu ateliê em Nova Iorque. Lá, ele encontra uma placa de vidro colocada na horizontal, recoberta de uma espessa camada de poeira. Isso não é o resultado de uma negligência: Duchamp voluntariamente deixou a poeira se acumular durante meses. [...] A espessura da poeira representa a espessura do tempo. (CAMPANY, 2015).



Figura 2. Marcel Duchamp e Man Ray, *Élevage de poussière*, fotografia em gelatina de prata, 1920.

Um aspecto de olhar voyeurístico penetra e transpassa através da materialidade do vidro o percurso das pulsões elétricas do desejo que ascendem *em direção às nuvens*, – ou seja, a partir do aparato dos celibatários *em direção à noiva* e ao seu domínio. Este evento é exibido em fragrante tensão, já que em si reside uma certa letalidade para os celibatários pela sua desentumescência após a transmissão dos pulsos elétricos e uma possível aniquilação durante essa espécie de intercurso sexual implícito no *Le Grand Verre*. A sustentação de uma experiência a partir de sua diagramação verticalizada pelo vazio que essa obra detinha na placa transparente de vidro foi transformada pelo pó em uma espécie de cartografia absorvida horizontalmente pela gravidade. Fixada nessa horizontalização a vista capturada a partir do alto, como aquela de um avião – ou seja, *a partir das nuvens* – da geografia de uma superfície terrestre em pedaços, em ruínas, demolidas à poeira pelo falocentrismo bélico é sugerida em *Vue prise en aéroplane*, intitulação dada por Man Ray a sua foto. Cerca de 20 anos depois, Duchamp reapresenta essa fotografia sob o título de *Élevage de Poussière*, salientando então sua corporeidade gravitacional e infraleve para um olhar que tem o poder de avistar de forma estrita ao longe, mas não de penetrar na própria matéria da *distância*.

Compreende-se, então, que uma *experiência interior*, por mais “subjativa”, por mais “obscura” que seja, pode aparecer como um *lampejo para o outro*, a partir do momento em que encontra a forma justa de sua construção, de sua narração, de sua transmissão.” (DIDI-HUBERMAN, 2014a, p. 135).

Experiência interior imaginada e fotografada por Man Ray daquela obra “subjativada” e muito “obscurecida” pelo pó. Tornou-se imagem outra, *imagem-aparição* com novos sentidos a partir dessa nova ontologia: obra empoeirada e horizontalizada que a partir de regimes de invisibilidade proporcionados pela *poagem* da passagem do tempo se abre para experiências *lampejadas para o outro*. Não seria assim também para seus altares ancestrais de Binh Danh? Esses rostos-lápides fracamente visibilizadas por esse pó que decanta quando transcorre o tempo? Presenças mesmo assim bem contundentes que se impõem a nossa frente, e por que não *a nossa frente*, coladas a nossa testa para uma conversa? Binh Danh convida essas imagens para que nos narrem sua própria imaginação em revelia – a própria produção coercitiva perpetrada pelo Khmer Vermelho de imagens de si próprias em uma confrontação premente: “O sentido de uma ação, só é revelado quando o próprio agir [...] se tornou história narrável.” (ARENDDT apud DIDI-HUBERMAN, 2014a, p. 152). Binh Danh prossegue com a tarefa de trazê-las à vida, nem que seja através de uma *meia-vida* para encontrem a fala tecida no objeto de sua mudez, de sua impossibilidade de fala. Danh então abre os caminhos de passagem para esses seres reaparecidos nessas imagens imigrantes cuja “origem está perdida”

(ANTELO, 2018, p. 19) através da luz que penetra, para “essas milhares de pessoas que atravessam muros de uma sociedade que perdeu toda a transparência, toda capacidade de deixar a luz passar a fim de permitir que outros corpos, que outras almas, encontrem seu caminho” (GILI, 2017, p. 8), nem que esse empreendimento parte de um cerne simbólico.

Danh desvia essas existências do alto preço que pagamos quando transformadas em commodities da memória, pressiona o passado para que suspenda a interrupção de seu ar e promova a pulsação por uma circulação que as transporte para a superfície do *hoje*. Gesto de fazer emergir a imagem daqueles dizimados, gesto de fazer lançar para o alto essas imagens presas, enterradas, amordaçadas de seguirem seu desejo de levantar-se contra o passado chão e fazer levitar o imaterial. Didi-Huberman (2017, p. 17) nos lembra: “O levante é um *gesto sem fim*, incessantemente retomado, soberano como pode ser chamado soberano o próprio desejo ou essa pulsão.” E desse gesto surgem *imagens sem fim*, que são retomadas, que se posicionam ao nosso presente de forma soberana e que se tornam disponíveis para que sejamos pressionados a agir perante essas imagens que nos cercam no presente. Binh Danh é um desses agentes que soube dançar a dança das imagens em que propor a atenção já é o primeiro passo. É uma dessas “pessoas [que] se agrup[a] em torno de imagens que são testemunhos do desaparecimento de uma vida inocente” e que tem como tarefa política uma luta contra o esquecimento (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 25 e 31). Binh Danh questiona a partir desta dança, essa gravidade em que prende, em que sufoca ou enterra as imagens, não cedendo ao “fantasma da captura”, mas liberando todos os fantasmas esquecidos da memória coletiva. Vai até a vizinhança do desastre – residência, a começar, em sua própria memória –, e rearticula-as em temporalidades dispersas, mas energizantes, em materialidades intersticiais, mas pulsantes. Soube dar lugar ao *profundo* – tanto espacialmente, quanto simbolicamente mesmo dentro da infimidade de não-espessura de uma folha – a essas imagens muito *rasas*: pensando aqui as fotografias das vítimas friamente dispostas sobre um fundo neutro cujo fundo se aberra com o gesto fotográfico perpetrado pelos fotógrafos, em que como em um fuzilamento da imagem, disparam em captura roubando o *todo* de cada um. E mais: empurram para trás essa imagem corpórea, humana forçada bestialmente a se formar, fazendo esse fundo avançar para superfície da fotografia, para sua *frente*, renunciando à sua função espacial e demolindo-se em *tempo*.

Suas imagens surgidas da liberação, resguardadas do jugo da falsa rememoração nos assaltam através de seus retratos assombrosos que se fundem com formas orgânicas, representando nossa coexistência com a natureza através de todos os ciclos da vida (BINH DANH, 2009), residindo seu poder “na inseparabilidade do processo do seu conteúdo

subjetivo. [...] Seu processo é cansativo, igualmente, se alguém imaginar, tedioso às vezes, e infinitamente destrutível. [...] Ambos processo e sujeito emergem como meditações deliberadas sobre vulnerabilidade” (EPSTEIN, 2009, p. 17-22). Vulnerabilidade humana, vulnerabilidade da permanência da lembrança, vulnerabilidade dos direitos humanos, vulnerabilidade das imagens. Fragilidade na intermitência das imagens como falena: “Ainda que *incendiária*, exige uma *paciência* – forçosamente dolorosa –, para que certas imagens sejam observadas, interrogadas no nosso presente, para que a história e a memória sejam entendidas, interrogadas nas imagens” (DELEUZE apud DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 41). Altamente inflamável, de combustão espontânea em situações de limite para si ou para seu referente em sua aparição cadente. Ela queima, enfim, pela memória, contra a negação da loucura (ANTELO, 2018, p. 21). “Muitas pessoas acreditam que aquilo que não dura é menos verdadeiro do que o que dura ou do que é duro. Uma mariposa é tão friável, dura tão pouco.” (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 31). Danh soube também compreender sua atividade demiúrgica através das borboletas que acompanham como mudas moribundas carpideiras esses retratos do horror da prisão de Tuol Sleng:

para mim, borboletas são símbolos de transmigração ou metamorfismo, um processo que todos nós fazemos parte e de uma perspectiva budista [...] depois de sua morte violenta elas retornam ao cosmos onde não há fim nem começo de vida, mas apenas um ciclo. (BINH DANH).

Nessas finas folhas que suportam a pressão da gravação da imagem imaterial do passado, mas com pesada carga ontológica, ética, política e histórica, faz perceber seu referente acionado em uma aderência fundida e porque não fundante, “colados um ao outro, membro por membro [...] A fotografia pertence a essa classe de objetos folhados cujas duas folhas não podem ser separadas sem destruí-los” (BARTHES, 2017, p. 13). Nunca morbidamente, a afirmação de Barthes (2017, p. 15-16) em que “aquele ou aquela que é fotografado é o alvo, o referente [...] e a ele acrescenta [...] o retorno do morto” pode ser incluindo na reflexão sobre a poética de Danh, ao mesmo tempo que se abre, mostrando uma certa insuficiência para compreender profundamente sua obra. Porque a assumpção de que “a Fotografia não fala (forçosamente) *daquilo que não é mais*, mas apenas e com certeza *daquilo que foi*.” (BARTHES, 2017, p. 80), resvala na própria existência nem que simbólica dos mortos a partir da folha como “receptáculo virginal [que] dá à luz a imagem, consentindo nada ser além de pura tela de projeção do invisível no visível. (MONDZAIN, 2017, p. 61). Visibilidade possibilitada pela pulsação da imagem que aparece, que se fixa de maneira evanescente, dizendo bastante do que lhe falta e do que excede em seu descoloramento assombrosamente pulgente. Descores, amarela do tempo passado, cinza dos tempos de

chumbo, grisalha do tempo transcorrido na sedimentação da luz em pigmento. Chumbagem da imagem na folha que pesada cai, que mostra o *agrisalhar* da vida em morte, da presença em desaparecimento, da derrubada da humanidade no chão.

A grisalha seria para as cores do mundo o mesmo que a poeira para a consistência dos objetos. [...] Uso o termo *fatal* para sugerir desde logo a *acção e o poder do tempo sobre a cor das coisas*. Uma coisa pintada em grisalha está pintada de acordo com a ficção de uma *cor passada*, um modo de referir a descoloração, mas também de dizer que o tempo passou por essa coisa, como um sopro, como um vento que a esmaeceu. (DIDI-HUBERMAN, 2014b, posição 31).

Finalmente, essa cor sombria presente nessas fotografias trata do tempo transcorrido, de uma rajada de vento, “e que, ao passar, *pulverizou* (nos dois sentidos do verbo: depositar poeira e destruir) a cor das coisas. (DIDI-HUBERMAN, 2014b, posição 45). Lembra-nos de montes enormes de cinzas expelidas pelo homem dissolvendo em cinzas o homem, reporta-nos sobre a gravação administrativa da exterminação de inocentes, dos fuzilamentos de dissidentes políticos perpetrados pelo Khmer Vermelho (BENZAQUEN, 2010, p. 3). Segundo Janet Wolff, “o prazer visual nega o horror ao estetizar a violência e a atrocidade, ao propor redenção em face do ultraje ou ao providenciar consolação no encontro com a beleza (BENZAQUEN, 2010, p. 4), o oposto às experimentações danhianas em que é instado um encontro com essas imagens em um espaço que não há lugar para assentos, não há lugar também para o conforto das emoções cotidianas. A obra *Élevage de poussière* [Cultivo de pó] de Duchamp nos leciona através da poeira, sobre a decantação do invisível quando disperso, mas tangente nem que minimalmente quando concentrado. Existe apenas um dever instado a nós. Não deveria ser assim também com a memória? *Cultivarmos, criarmos a poeira da memória? Como também, elevarmos, levantarmos a poeira das coisas*, deixando ver sua memória enterrada?

Restabelecer como comportamento artístico um *Cultivo da memória* [*élevage de la memoire*] cuja produção possa reestabelecer outra forma de testemunhar e desconstruir estéticas e ideologias do perpetrador a qual ainda impregnam essas imagens, abandonando um olhar voyeurístico por um olhar que se estabelece como gesto de respeito às vítimas, à sua memória e à história. Reposicionar o espectador através de novas estratégias de apresentação para que ao rever essas imagens, seja engajado através dessa interação à novas formas ativas de recepção baseadas na experiência corporal e cujas poéticas busquem quebrar a perspectiva fotográfica de maestria, já que a desumanização dessas pessoas foi alicerçada na contínua aderência entre tecnologia, violência e modernidade, reassentando, como em Binh Danh, a

prática artística sobre estratégias que neutralizam a tecnologia que serviu às vezes a objetivos hediondos (BENZAQUEN, 2010, p. 6, 10, 11).

É perceber em seus *Ancestral Altars*, nossos próprios altares ancestrais já que compartilhamos esse arcabouço histórico deveras pesado, deveras enterrado, fantasmagoricamente encerrado. É aceitar o dever de engajar em uma conversa inicialmente muda, baseada no desenvolvimento de uma relação dialogante a partir da troca de olhar. É compreender que esse simples gesto de olhar detida e silenciosamente é, fazendo Benzaquen (2010, p. 10) nos trazer à memória, um grande gesto originário de restituição de memória, de individualidade e de humanidade a essas pessoas que foram privadas de tudo ao serem *encarceradas, presas e capturadas* como meros objetos e *fotografadas* a passo rápido, sem que seus carrascos mal as dirigissem o olhar. Acolhamos o olhar do outro na própria sustentação do nosso.

Referências Bibliográficas

ANTELO, Raul. História(s): a imagem arde. In: DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem queima**. Trad. Heleno Ribeiro. Curitiba: Medusa, 2018.

BARTHES, Roland. **A câmera clara**: notas sobre a fotografia. Trad. Julio Castañon Guimarrães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BENZAQUEN, Stéphanie. **Remediating Genocidal Images Into Artworks: The Case of The Tuol Sleng Mug Shots**. Disponível em: <https://www.academia.edu/5012306/Remediating_Genocidal_Images_into_Contemporary_Art_the_Case_of_Tuol_Sleng_Mug_Shots>. Acessado em 27 junho de 2019.

BINH DANH: **Ancestral Altars**. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/55033296e4b0fe6c8e81e318/t/55a5825ce4b0ed860c1d7047/1436910172423/Danh_press_2006.pdf>. Acessado em 13 junho de 2019.

BUI, Thi. **The Best We Could Do**. New York: Harry N. Abrams, 2017.

CAMPANY, David. **DUST – Histoires de poussière d’après Man Ray et Marcel Duchamp**. Paris : Bal, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). **Levantes**. Trad. Edgard de Assis Carvalho, Eric R. R. Heneault, Jorge Bastos e Marisa Perassi Bosco. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

_____. **A imagem queima**. Trad. Heleno Ribeiro. Curitiba: Medusa, 2018.

_____. **Grisalha**. Poeira e poder do tempo. Trad. Rui Pires Cabral. Ed. João Francisco Figueiredo & Vítor Silva. Lisboa: KKYM + IHA, 2014b.

_____. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a.

EPSTEIN, Johanna Ruth. Binh Danh: From Memory to Memory. In: ELEANOR D. Wilson Museum. **In the Eclipse of Angkor.** Roanoke: Eleanor D. Wilson Museum, 2009.

GILI, Marta. Prefácio. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). **Levantes.** Trad. Edgard de Assis Carvalho, Eric R. R. Heneault, Jorge Bastos e Marisa Perassi Bosco. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

Jordan Schnitzer. **Museum of Art – Visitor’s Guide.** Reframing the Fragments: The Best We Could Do. Disponível em: <https://jsma.uoregon.edu/sites/jsma1.uoregon.edu/files/Common%20See%202018%20Visitor%20Guide%20The%20Bast%20We%20Could%20Do.pdf>. Acessado em 13 de junho de 2019.

MONDZAIN, Marie-José. Para “os que estão no mar...” In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). **Levantes.** Trad. Edgard de Assis Carvalho, Eric R. R. Heneault, Jorge Bastos e Marisa Perassi Bosco. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

MOOREFIELD, Amy G. Imprint: The Historic Work of Binh Danh. In: ELEANOR D. Wilson Museum. **In the Eclipse of Angkor.** Roanoke: Eleanor D. Wilson Museum, 2009.

SCHULTZ, Robert. The chankiri Tree. In: ELEANOR D. Wilson Museum. **In the Eclipse of Angkor.** Roanoke: Eleanor D. Wilson Museum, 2009.

Consequências da censura nas obras fotográficas de artistas mulheres no Brasil

Arlane Gomes Marinho¹

Mestranda em Artes

Universidade Federal do Espírito Santo

arlanemarinho1@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as consequências da censura decorrente da Ditadura Militar (1964-1985) para o campo da arte, analisando de que maneira tais mecanismos interferiram nas características e particularidades das produções artísticas realizadas por mulheres naquele momento. Especificamente, buscaremos analisar as produções fotográficas que atravessaram de forma esporádica a carreira de algumas artistas mulheres - como, por exemplo, Lygia Pape, Anna Maria Maiolino e Regina Vater – cujo projeto poético visava problematizar as questões de gênero, denunciar a repressão e as implicações para seus pares. Pretendemos discutir particularmente sobre as seguintes obras das autoras, respectivamente: *Poemas Visuais: Língua Apunhalada* (1968) de Pape, *É o que sobra...* (1974) de Maiolino e *Tina América* (1975) de Vater. Para melhor compreensão das obras, essa monografia almeja explicar brevemente sobre o contexto político, especialmente a respeito do regime militar e do desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista.

Palavras-chave: Ditadura militar, fotografia, artistas mulheres.

O contexto político e suas reverberações na arte

Durante a década de 1960, dolorosas mudanças ocorreram na política nacional, interferindo em diversos setores da sociedade e marcando de forma inapagável a história do país. Em março de 1964 o país sofreu um golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, instaurando uma ditadura militar que viria a durar 21 anos (HABERT 1992, p.8). Mais de duas décadas de dor, censuras, torturas, prisões e desaparecimentos de pessoas.

Quatro anos após do início da ditadura militar, os acontecimentos no cenário político nacional se intensificaram de forma tormentosa. Segundo o historiador Marcos Napolitano (2015, p.91), o ano de 1968 foi marcante na história do Brasil e, ficou conhecido como “o ano que não acabou”, o início dos “anos de chumbo”. Em dezembro de 1968 o governo decretou do Ato Institucional nº 5. Justificava-se ser uma medida de segurança nacional. O AI-5 durou até 1978, durante esse tempo “a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram o seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira.” (NAPOLITANO, 2015, p.72).

¹ Bolsista Capes.

Os militares rapidamente desenvolveram os famosos serviços de informação, pra ter conhecimento de todos os acontecimentos, principalmente daqueles que poderiam “ameaçar” seus regimes repressores. Controlar as possíveis ações dos “subversivos”, principalmente àquelas que poderiam unir o povo e proporcionar reflexão crítica; sendo assim, os artistas mais engajados eram vigiados constantemente. De acordo com o especialista em historiografia brasileira, Carlos Fico (2004), foi criado no Brasil o Serviço Nacional de Informação (SNI) que, era responsável por coletar e analisar informações, com objetivo de auxiliar o governo no processo de censura. O SNI não realizava prisões ou tortura, mas contribuía para essas ações, compartilhando informações para a polícia política ou com o sistema Codi-Doi (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informação) que, geralmente realizavam atos de violência física contra as pessoas que eram investigadas pelo governo.

Fico (2001, p. 169) esclarece ainda que, no início da década de 1970, o então diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), general Nilo Caneppe Silva, encaminhou ao Ministério da Justiça um relatório que solicitava o impedimento de notícias contrárias ao regime, impossibilitando aos órgãos de comunicação social a publicação de alguns conteúdos. Temas como, “anistia, clero, educação, índios, liberdade de imprensa, subversão, sucessão presidencial”, eram proibidos, tal determinação teve validade até janeiro de 1973. Sendo assim, os conteúdos artísticos que eram desfavoráveis ao regime também entravam nesta demanda.

A coerção “nua e crua” foi sentida literalmente na pele por alguns artistas, particularmente aqueles que escolheram realizar trabalhos que expressavam oposição ao regime ditatorial. A censura prévia era uma realidade. Mas os artistas não se calaram, descobriram meios alternativos para se expressarem, utilizaram de metáforas, ironias, críticas, entre outros métodos para conseguirem expor suas opiniões. Os conteúdos das produções artísticas se aproximavam da realidade da população, a relação entre arte e vida ficou mais intensa neste período. Sabia-se que para criticar o sistema e causar reflexão na população, seria necessário haver empatia. A arte precisava “quebrar as barreiras” institucionais, expor a realidade por meio da sensibilidade poética, tinha que reverberar e tirar o espectador da zona confortável de simples apreciador, era necessário refletir e agir.

A intensa produção artística nacional que possuía cunho político e ideológico voltados para os problemas do país, buscavam transmitir o desejo de libertação, tanto da criação em arte quanto no âmbito individual e coletivo. Diante do autoritarismo do Estado,

principalmente, durante a década de 1970, os artistas mais engajados tentavam passar em suas obras as “mensagens” de rejeição à repressão que havia se legitimado no país.

No apogeu da coerção política, Freitas (2013) assinala que a vanguarda brasileira desenvolveu intensamente características radicais e conceituais, mas os artistas tiveram que descobrir formas de expressão mais discretas, caso contrário, seriam perseguidos, presos ou torturados. Vale salientar que, as obras de cunho mais conceitualistas² não possuíam as mesmas demandas que as produções norte-americanas ou europeias, afinal os artistas brasileiros tinham outras urgências a reivindicar diante daquele cenário de autoritarismo.

A interação da arte com o campo social e político foi intensa durante a ditadura militar brasileira. Muitos artistas se valiam do anonimato ou de meios precários para conseguir realizar e expor seus trabalhos, sem correr o risco das proibições. Nas produções das artistas mulheres a cautela era ainda maior. O medo e a insegurança existiram, mas também foram transformados em criação artística e resistência. Quase sempre, era necessário ver além do visível para conseguir entender as reais mensagens que elas queriam transmitir.

A censura inibiu ou estimulou a criação artística/fotográfica das mulheres?

Diante dos impasses impostos ao campo da arte, decorrentes dos tempos sombrios do período ditatorial, como pensar a atuação das mulheres artistas ante a tamanha repressão? Em que medida a coerção militar estimulou ou inibiu a produção das artistas? Não se pode negar que havia um sentimento de medo entre as mulheres, pois tendo em vista o contexto repressivo e a legitimação da tortura durante o AI-5, o corpo feminino nesse período foi tratado como “coisa”, principalmente daquelas que foram torturadas. As presas políticas passavam por atos de violência distintos daqueles que os homens sofriam.

Pertinente considerar que apesar das proibições, a década de 1970 foi um período de tomada de consciência no Brasil e em outros países do Ocidente, da necessidade de libertação da mulher – tanto psicológica quanto física – dos “limites” impostos pela sociedade. Esta que predominantemente teve suas “regras” estabelecidas por homens brancos e “poderosos”. Importante salientar que, neste período o feminismo brasileiro “foi significativamente

² Sobre o termo “Conceitualismo” na América Latina, a curadora de arte, Mari Carmen Ramírez esclarece: “O conceitualismo não se restringe a um *medium* em particular e pode traduzir-se numa variedade de ‘manifestações’ (in)formais, (i)materiais ou mesmo objetuais.” Ramírez afirma ainda que “em sua forma mais radical, o conceitualismo pode ser interpretado como um ‘modo de pensar’”. (2007, p. 185). O conceitualismo na América Latina se desenvolveu paralelamente a Arte Conceitual que era realizada na Europa e nos Estados Unidos da América. Mas vale salientar, que o conceitualismo latino foi praticado em um contexto político caracterizado por governos autoritários, fato que interferiu diretamente na criação artística.

marcado pela contestação à ordem política instituída no país” (SARTI, 2004, p. 36). Com isso, será que podemos afirmar que houve obras de cunho feminista realizadas no período ditatorial brasileiro? Ou ainda não se tinha essa consciência por conta da urgência em reestabelecer a abertura política?

A pesquisadora Celi Pinto (2010, p.16), esclarece que a segunda onda do movimento feminista no Brasil potencializou-se no início dos anos 1970, momento conturbado da história nacional, pois vivíamos no auge da censura e perseguições por conta da ditadura militar, como já mencionado nos parágrafos anteriores. Sobre o segundo momento do feminismo a autora ainda afirma que, “as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres”.

Neste período a produção de artes visuais no país foi marcada pela intensa utilização da imagem eletrônica. Mesmo com dificuldade de acesso aos equipamentos, os recursos eram utilizados tanto para registrar performances e instalações quanto como linguagem artística propriamente dita. As mulheres artistas viram nestes meios a possibilidade de experimentação pautada pelo cunho conceitual e experimental. A pesquisadora de arte Ligia Canongia (2005), afirma que o uso do vídeo e da fotografia em solo brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, se estabeleceu de forma mais profunda, se tornando um novo suporte no mundo da arte. Relevante salientar que, as atuações performáticas com forte teor crítico realizadas por mulheres eram encenadas para câmera, geralmente longe do olhar público, pois como já mencionamos nos parágrafos anteriores, a exposição era considerada um perigo.

Especificamente sobre a prática fotográfica em solo brasileiro, a autora esclarece ainda que:

A fotografia passou a ser entendida como uma necessidade para o desempenho de certas ideias, de tal forma que se tornaria imprescindível para execução plena de uma imagem, ou seja, para mediação exata entre o imaginado e o executado. A foto passa a atuar como matéria *sine qua non*, quando um determinado processo de criação inclui necessariamente a sua linguagem para proceder à justa comunhão entre intenção e seu efeito. Quando a fotografia está a serviço da “aventura” artística, ela é parte desse fenômeno, e fica provisoriamente distanciada de sua origem técnica funcional. Transportada para um contexto poético, a foto perde seu referente puramente mecânico e abre-se à exploração do imaginário. (CANONGIA, 2005, p. 82-83).

Para muitos artistas a foto desempenhou um papel essencial, dando suporte para transmissão do conteúdo artístico. Ainda em 1968, Lygia Pape em *Poemas Visuais: Língua Apunhalada* – umas das poucas fotografias que atravessou a sua produção artística – aparece

com sua língua exposta e supostamente ensanguentada. A obra de Pape nos permite refletir sobre a coerção que as mulheres enfrentavam naquele momento, tanto de uma sociedade machista como de um governo opressor.

Imagem 1: “Poemas Visuais / Língua Apunhalada”



Lygia Pape. *Poemas Visuais / Língua Apunhalada*, 1968.

Fonte: < <http://www.lygiapape.org.br/pt/obra60.php?i=11>>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

Apesar de a imagem ser originalmente em preto e branco, conseguimos imaginar o vermelho do sangue que escorre sobre sua língua. Sangue que simboliza a dor física exteriorizada, mas que também reforça as “dores” psicológicas enfrentadas por tantas de seus pares que foram obrigadas, explícita ou implicitamente, a se calar. Silêncio e censura que foi “institucionalizado” durante o auge da ditadura militar. Sobre a obra da Pape, Mattioli completa:

Corpo que aponta para uma fisicalidade radical e imagem profunda de potencialidade diante do seu contexto. Simboliza um duplo silenciamento: a *censura*, sob as circunstâncias violentas do Rio de Janeiro de 1968, e o *machismo*, que deriva de uma leitura anacrônica dessa fotografia, e se dá por meio do levantamento de trabalhos de Pape que abordam declaradamente pautas feministas. (MATTIOLI, 2017, p. 107, grifos da autora).

Segundo a autora, Pape produziu tal trabalho antes do auge da segunda onda do movimento feminista acontecer no Brasil, mas mesmo assim a obra permite refletir sobre tais pautas, além de tratar de forma evidente a repressão e a violência sofrida naquele momento. Ainda segundo Mattioli (2017, p.110) “em *Língua Apunhalada*, a artista quis transformar a condição de censura em liberdade, no relato poético de suas experiências”.

Assim como o trabalho de Pape, há outra obra que também aborda a violência, censura e o corpo feminino neste contexto e, possibilita relação com a agenda feminista da época, o autorretrato *É o que sobra...* de 1974 realizado por Anna Maria Maiolino. Mattioli esclarece que a artista se exilou voluntariamente durante o regime ditatorial, fato que “proporcionou contato com algumas vertentes feministas e com práticas artísticas relativas ao corpo”. (2017, p. 109).

Na ação performática de *É o que sobra...* a artista simula mutilar ou cortar regiões do seu rosto com uma tesoura, como o nariz, a boca e olhos; áreas que simbolizam os três mais importantes sentidos do corpo: o olfato, paladar e visão. Podemos ainda interpretar esse possível corte do nariz e da língua, como a impossibilidade de “respirar e falar” diante das condições que a sociedade impunha às mulheres naquele momento. Refere-se também à tortura que as presas políticas sofriam.

Tendo em vista que a obra foi produzida em meados da década de 1970, momento que os militares já haviam legitimado a censura e a tortura, conseqüentemente, sentir, falar e ver para além do que os autoritários determinavam, significava ser “subversivo”. Sendo assim, podemos concluir que Maiolino faz uma crítica “explícita ao momento ditatorial que se vivia” (MATTIOLLI, 2017, p.104).

Imagem 2: “É o que sobra... Série fotopoemação”



Anna Maria Maiolino. *É o que sobra...* Série fotopoemação, 1974.

Fonte: < <https://awarewomenartists.com/en/artiste/anna-maria-maiolino/> > Acesso em: 30 de abril de 2019.

O que sobra diante de um regime repressor? O que sobra para arte? O que sobra para as mulheres artistas? Se não há possibilidade de expor sentimentos, reflexão crítica, visão de mundo, o que resta? Para muitas artistas mulheres restou o exercício de pensar, refletir e tentar transformar a censura em expressão, criatividade e sensibilidade, se valendo das metáforas no intuito de visibilizar suas obras, a fim de provocar o senso crítico do espectador. A intenção era ainda de representar as dores e privações do corpo coletivo naquele momento

político da história do país, além de revelar a vulnerabilidade de ser violentado, machucado, principalmente, o corpo feminino.

A menção em cortar a língua, tanto na obra de Pape (fig.1) quanto de Maiolino, como afirma Mattioli, significa também o “silenciamento da mulher em uma sociedade machista, sublinhando sempre o contexto e os sentimentos da época”. Além de reforçar o “recalque produtivo, frente a uma comissão de censura que poderia inviabilizar exposições e questionar o conteúdo ‘subversivo’ da obra dos artistas”. (2017, p. 105-106).

Regina Vater também produziu trabalhos com teor crítico. Em alguns se apropriou de suas fraquezas para problematizar questões políticas. Sobre uma das obras desta artista, a pesquisadora Arethusa de Paula (2015, p.149), esclarece que o conjunto de imagens realizadas em uma única sessão fotográfica, em 1975, com duração de três horas, feitas por Maria das Graças Lopes Rodrigues, mas teve a concepção criativa e sensível da artista Vater. A autora afirma ainda que o trabalho titulado de *Tina América*, problematiza a “encenação” que as mulheres da época faziam para conseguir um “bom” casamento, isto é, um cônjuge que tivesse estabilidade econômica.

Imagem 3: “Tina América”



Regina Vater. *Tina América*, 1975.

Fonte: <http://www.infoartsp.com.br/agenda/regina-vater/> Acesso em: 19 de abril de 2019.

A estudiosa da obra de Vater, Talita Trizoli (2010) esclarece que a série de fotos, similar aquelas de 3x4 utilizadas para documentos pessoais, foram dispostas em um álbum de casamento, objeto adquirido pela artista em uma zona comercial específica para noivas, em São Paulo. Sendo assim, se tornou um álbum-livro de artista. As escolhas de Vater não foram alheatórias. Encenar diversas personalidades, com emoções, roupas, penteados e acessórios de

moda diferentes entre si, além da disposição das imagens em um álbum de casamento, permite-nos supor diversos significados por trás de suas preferências. Logo, a princípio, é possível perceber o tom de ironia e crítica que a artista deseja transmitir, com intuito de problematizar os papéis que as mulheres tinham perante tal realidade social.

Como aponta Trizoli (2010, p. 6), em *Tina América* a artista dá visibilidade às “múltiplas subjetividades femininas, inseridas em um contexto de consumo de sonhos e expectativas da vida amorosa”. Importante ainda considerar que, a obra foi concebida no auge da repressão e da censura militar. Tais fatos nos possibilitam interpretar as encenações de Vater para câmera, como sendo a representação das diversas personalidades e estados psicológicos que, às vezes as mulheres precisavam incorporar e/ou submeter-se, com intuito de conseguir sobreviver numa sociedade machista e autoritária. A obra em questão também nos permite refletir sobre as violências silenciosas, aquelas de caráter psicológico que as mulheres sofriam na época. A “obrigação” de casar imposta pela família, particularmente as mais conservadoras, aliada às proibições militares daquele momento, fatos que intensificavam a submissão feminina. Contudo, paralelamente existiu um número relevante de mulheres que estavam influenciadas – felizmente – pelo senso crítico referente às questões de gênero, incentivadas pela segunda onda do movimento feminista.

Vater, em uma entrevista concedida em 2009 à Talita Trizoli, afirma que era uma “feminista suave”, por acreditar na possibilidade da existência de um “relacionamento romântico entre homem e mulher” (2010, p.5). Tal afirmação de Vater nos permite levantar a possibilidade de que, mesmo entre as feministas da época, havia certa insegurança ou talvez um embaraço em se afirmar como tal. Possivelmente, esse acanhamento no discurso da artista seja um reflexo dessas violências psicológicas ou ainda justificada pelo momento de transição e quebra de paradigmas que, muitas mulheres estavam enfrentando na época, condição completamente compreensível.

Considerações finais

Observamos que as artistas conseguiram transformar o sentimento de medo em posicionamento político e artístico diante de uma câmera, colocando seus corpos como meio para transmitir seus trabalhos. Viviana Matesco (2009, p.44) afirma que durante os anos de 1960 e 1970, o corpo foi utilizado em algumas ações com intuito despertar reflexão, “romper a apatia e a passividade da sociedade”. Neste sentido, pode-se concluir ainda que Pape,

Maiolino e Vater pretendiam despertar criticamente o espectador para a realidade sombria que se vivia naquela conjuntura política e social.

A consequência da censura imposta pela ditadura militar no campo da arte amedrontou especialmente as criações das mulheres. Os efeitos foram reias: houve prisão, tortura, censura às obras e às exposições. Porém se colocarmos na balança em que medida o autoritarismo reprimiu ou estimulou a sensibilidade destas autoras, podemos afirmar que muitas encontraram no temor o motor motivador para continuar produzindo. Percebe-se que as reverberações da censura imposta pela ditadura militar no campo da arte, ao invés de inibir a produção artística/fotográfica, em verdade estimulou o processo criativo. Sendo assim, as estratégias desenvolvidas para aniquilar o impulso criador, na verdade incentivou as artistas mulheres a resistirem e se posicionarem.

Referências Bibliográficas

- CANONGIA, Ligia. **O legado dos anos 60 e 70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FREITAS, Artur. **Vanguarda e Conceitualismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MATESCO, Viviane. **Corpo, imagem e representação**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2009.
- MATTIOLLI, Isadora Buzo. **O corpo como questão relações entre feminismos e arte contemporânea no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.
- PAULA, Arethusa Almeida de. **Comigo ninguém pode: a voz e o lugar de Regina Vater**. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. 2015. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/EBAC-9T9MJR>> Acesso em: 16 de abril de 2019.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 01 de dezembro 2018.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

RAMÍREZ, Mari Carmen. **Táticas** para viver da adversidade. O conceitualismo na América Latina. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA UFRJ**, ano XIV, n. 15. 2007. Disponível em: < https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae15_Mari_Ramirez.pdf > Acesso em: 03 de abril de 2019.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-agosto 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf> > Acesso em: 6 abril de 2019.

SILVA, Juremir Machado da. **1964**. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina. 2014.

TRIZOLI, Talita. “Tina América” – O feminismo na produção conceitual de Regina Vater. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9 – Diáspora, Diversidade, Deslocamento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. **Anais...**, Florianópolis, 2010. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277902850_ARQUIVO_TinaAMERIC A-fazendogenero9-2010B.pdf > Acesso em: 15 de abril de 2019.

Análise da música *Killing In The Name*: preconceito, luta por direitos civis e a contraofensiva conservadora nos Estados Unidos

Célio Barbosa de Freitas

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

freitas.celio@hotmail.com

Resumo: A proposta deste texto é analisar o racismo nos Estados Unidos da América, a partir da trajetória de dois membros da banda *Rage Against The Machine*, o vocalista Zack De La Rocha e o guitarrista Tom Morello, antes de formarem a banda. Para isso, utilizaremos a biografia feita por Paul Stenning (2012), a qual nos permitirá conhecer sobre a vida de um descendente de mexicanos e outro de origem queniana, bem como os preconceitos por eles enfrentados. Nosso escopo é mostrar como a trajetória desses membros influenciou na formação e discurso da banda, principalmente na música *Killing in the Name*. Nela são enfatizados o racismo e a violência, e sofre influência da luta por direitos civis e da predominância do conservadorismo da nova direita eclipsando a luta da nova esquerda, que resiste através de trabalhos alternativos de artistas. Para compreender o contexto, o simbólico, a cultura da mídia e a história dos EUA, utilizaremos autores como Bourdieu(2010), Kellner(2001) e Purdy(2008).

Palavras-chave: Racismo, Identidade, Música.

O preconceito racial é uma temática ainda atual nos dias de hoje. Mas imaginem viver em um período onde você é “livre”, mas não possui direitos civis por causa de sua cor. Nos Estados Unidos, no período da escravidão, predominava-se o imaginário da existência de uma raça inferior, e muitos sentidos negativos inferiorizavam e justificavam a escravidão. Mas essa construção claramente não veio do nada, tem um passado construído e baseado por um tipo de mentalidade que busca nas Escrituras tal justificativa, tratando os africanos como povo amaldiçoado por Deus, como nos diz Caldeira:

Winthrop Jordan cita um marinheiro inglês do século XVI, Geoge Best, que tenta ler a justificativa da cor negra nas sagradas escrituras: Noé e a sua família eram brancos e, quando do dilúvio, Noé ordenou que seus três filhos e noras praticassem a abstinência sexual. Só Cam lhe desobedeceu, convicto de que passado o dilúvio, o seu herdeiro seria o senhor de todos os domínios da terra. Deus castigou-o pela sua desobediência, ambição e deslealdade para com os irmãos, fazendo com que fossem negros e repugnantes esse filho e toda a sua descendência (CALDEIRA, 1994, p.34).

Esse tipo de mentalidade que nasce na Europa e permeia o imaginário dos EUA, lembra-nos o mito do judeu errante, que na fábula conspirava para dominar o mundo

(GIRARDET, 1997), e de como um romance ganha proporções dentro do imaginário social como uma verdade, ajudando a justificar atrocidades como por exemplo o holocausto na Alemanha Nazista. Como podemos perceber, tanto a conspiração do judeu como a maldição do povo africano, nos traz um imaginário muito próximo, no qual as pessoas realmente acreditavam como uma verdade e assim ajudava a justificar o preconceito e a criação de grupos de representação como a Ku Klux Klan. Como, “aliás, a própria escolha do nome ‘*Ku Klux Klan*’ por parte dos seus fundadores pode ser explicada pelo facto de este ter sido encontrado num documento antigo sobre a revolta hebraica contra os seus opressores egípcios” (SOUSA, 2005, p. 58).

A KKK, como nos diz Sousa, é uma organização surgida no século XIX e desse momento até o século XX, somaram três klans. Resumidamente, o primeiro “Klan realça como a sua acção, enquanto revolução controlada, tencionava reencaminhar o povo eleito de Deus”; o segundo prega a “encarnação de supremacia branca”, que comparada ao discurso do primeiro, “apenas sobressai em um ponto fundamental: A valorização da caridade como exemplo de auto sacrifício e modo de purificação divina dos seus membros moralmente superiores” (SOUSA, 2005, p. 61); o terceiro klan mantém o mesmos ideais e assim como o segundo tem um grau hierárquico em forma de pirâmide, onde apesar do ativismo das mulheres, e da permissão para que sejam membros, junto com as crianças, somente os homens ocupam lugares importantes. Dessa forma, “as práticas rituais deste grupo de supremacia branca são explicadas no seu discurso actual, permite-nos descortinar o apelo subtil a um fervor religioso e a um sentido de eleição divina muito semelhantes àqueles experimentados pelos Puritanos americanos no século XVII” (SOUSA, 2005, p. 72).

Em contraposição a esse movimento racista, a luta por direitos civis surge nos Estados Unidos, configurando a chamada Nova Esquerda. O cenário desse período pós-Segunda Guerra Mundial é traçado por “segregação formal e informal, linchamento e violência policial, discriminação no emprego, na educação e nos serviços públicos, falta de direitos políticos e pobreza extrema” (PURDY, 2008, p. 243). Mas, no próprio dizer de Purdy, eles “não foram vítimas passivas” e os anos 1950 e 1960 foram propícios ao surgimento de movimentos em massa. Os movimentos que surgiram nesse período pela luta por direitos civis, foram: o *Black Power* de Malcolm X, e os Panteras negras, fundado por “universitários negros da Califórnia em 1968” (PURDY, 2008, p. 247). Essa última organização foi esmagada pelo FBI e a maioria dos seus líderes foram assassinados ou presos. Esse período sem dúvidas foi marcado por uma forte segregação, na qual os negros tiveram que resistir e lutar por direitos mínimos,

e mesmo tendo obtido os direitos civis, essa parte da população ainda era acometida por forte desigualdade socioeconômica, como apontam os índices de 1977, quando “a renda da família negra era somente 60% da renda da família branca” (PURDY, 2008, p. 249). Tanto esse movimento quanto os contrários à guerra inspiraram outros movimentos dentro da perspectiva da nova esquerda, gerando um clima de protesto em todo o país. Nesse sentido,

O espírito de rebeldia encontrou espaço na literatura, no jornalismo, nas artes plásticas, no cinema e até na televisão, mas foi a música popular que expressou mais brilhantemente as correntes políticas e sociais do período. [...] Artistas *folk* como Bob Dylan, Joan Baez, Pete Seeger, Phil Ochs e Judy Collins cresceram juntos com os movimentos, e suas músicas de protesto eram hinos das manifestações da época (PURDY, 2008, p. 252).

Com a crise econômica de 1973, surge um movimento transformando “economistas, políticos e jornalistas americanos em fortes defensores da economia livre” (PURDY, 2008). Nesse momento, uma nova direita começa a predominar no pensamento intelectual, cultural e político, dominando também os meios de comunicação, especialmente após a queda do muro de Berlim em 1989. A nova direita, ao surgir em momento de crise econômica e por ter ao seu lado os “grandes setores da mídia” (PURDY, 2008) começa a eclipsar o movimento da nova esquerda, mostrando-nos a importância dos meios de comunicação. E isso nos remete a Bourdieu (1989), mais precisamente ao seu conceito de poder simbólico, quando este explica que

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (*cf.* Weber), quer dizer, do poder de impor expressão (taxionomias) arbitrarias – embora ignoradas como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 1989, p. 11-12.).

Neste caso, entre os dois movimentos, tanto a nova esquerda quanto a nova direita são detentoras de um poder simbólico. E, como dito anteriormente, a dominação dos grandes setores da mídia nos EUA pela nova direita permitiu a esta um maior poder simbólico dentro da sociedade, conseguindo assim compartilhar suas idéias. Restou à nova esquerda nesse momento os meios alternativos de produção, sendo o mais adepto as produções musicas.

O *rock and roll* se destaca nesse momento, por ser um estilo novo que mistura “antigas tradições negras e brancas de *blues, jazz e folk*” (PURDY, 2008) que refletem impulsos de liberdade em uma época de agitação, tornando-se por assim dizer um símbolo de rebeldia jovem contra a cultura predominante. Assim, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2010, p. 15). Dessa forma, a música de protesto, e nesse caso o rock, tem esse poder de subversão que vai influenciar na forma de pensar dos jovens dessa geração. Acredito que crescer em meio a esses movimentos e várias produções sobre, concede ao indivíduo um certo capital simbólico.

Em meio às constantes lutas por direitos civis e contra o preconceito racial, nasce Thomas Baptist Morello (STENNING, 2012, p. 32) em maio de 1964, que viria a se tornar o guitarrista e um dos líderes da banda *Rage Against the Machine*. Seus pais foram um casal incomum para o período, “sua mãe branca, Mary, tinha ascendência irlandesa e italiana enquanto seu pai Stephen NgetheNjorofo foi o primeiro embaixador do Quênia nas Nações Unidas” (STENNING, 2012, p. 32). Essa união entre uma bacharel em história e um revolucionário não duraria muito tempo, mas deu origem a um garoto de pele marrom que desde o início de sua vida iria enfrentar fortes questões raciais, pois depois da separação dos seus pais Tom foi morar com a sua mãe. E Mary enfrentou muitas dificuldades, pois quando conseguia trabalho como professora de história nos Estados Unidos, a comunidade não aceitava que ela morasse lá, por causa da cor do seu filho. Sendo forçada a se mudar para uma cidade do subúrbio de Chicago, chamada Libertyville, onde conseguiu trabalhar e morar, mas essa aceitação em comum não foi por acaso,

Mesmo assim a aceitação ainda era relativa, como Tom Morello iria depois confirmar, “o corretor de imóveis tinha que bater de porta em porta no condomínio onde alugamos um apartamento para vê se as pessoas não tinham problema com aquilo. Um motivo pelo qual tivemos sucesso, eu acho, é porque eu sou do Quênia. Eles podiam usar isso. A molecada vinha para mim na quarta série e dizia, “eu queria te perguntar isso, e eu não sei como dizer, mas você é o príncipe da África?” sério. Esse boato me perseguiu durante toda a faculdade. Eu tinha 19 anos de idade, eu estava em um encontro, e alguém me disse, “eu não sei como dizer isso mas você realmente é o príncipe da África?” eu acho que isso começou com o corretor que estava tentando fazer com que os moradores locais aceitassem a minha família” (STENNING, 2012, p. 33).

Como podemos perceber, não era fácil ser negro nos Estados Unidos nesse período, e o problema de encontrar moradia em um bairro de maioria branca foi apenas o início. Tom

iria passar por muitos casos de racismo, a começar por estudar em uma escola de brancos, onde ele relata à sua mãe alguns nomes preconceituosos pelos quais ele era chamado. Sua mãe o explica porque e lhe dá o “discurso do Malcolm X ou de Martin Luther King, dependendo do dia e do tamanho do oponente” (STENNING, 2012, p. 33). Anos mais tarde Tom Morello dá entrevista na *Alternative Press*, dizendo, “quando você é negro na América, você está envolvido em política, querendo ou não. Você não tem escolha” (STENNING, 2012, p. 33-34). Não foi fácil crescer em um bairro de brancos e até mesmo sua mãe por militar em causas raciais, viria a encontrar objetos da Ku Klux Klan na sua sala de aula e uma forca pendurada em sua garagem. Mas Mary sempre deixava Tom por dentro das discussões,

Talvez de forma não surpreendente, os Panteras Negras eram muito discutidos no lar de Morello e à medida que o jovem Tom crescia, experimentando seus próprios problemas com racismo e vendo as batalhas pessoais de sua mãe, ele flutuava entre os ensinamentos e textos de Huey P. Newton e Bobby Seale, fundadores do partido radical nos anos sessenta (STENNING, 2012, p. 35).

Sem dúvidas, agora, podemos a partir desse ponto dizer que apesar dos vários casos de racismo que Tom Morello teve que enfrentar, as várias leituras que sua mãe o instruiu a ler e o cenário da época proporcionaram-lhe um capital cultural e capital simbólico, que mais tarde refletiria nas suas escolhas. Assim, Bourdieu(2004) nos fala sobre essa forma de poder adquirido:

Esses poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas pesquisas empíricas, o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas. Assim, os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total de seu capital (BOURDIEU, 2004, p.154).

Decerto, se pegarmos os capitais cultural e simbólico, Tom Morello os obteve num volume maior, isso devido à influência cultural e militante de sua mãe, que lhe mostrou um caminho a seguir de resistência em uma sociedade racista. Isso certamente viria a influenciar nas construções musicais da banda e que devido ao sucesso adquirido por esta, iria se transformar em capital econômico.

Alguns anos mais tarde, em 1970, nasce Zacarias Manuel De La Rocha, que viria a ser o vocalista do *Rage Against The Machine*. Assim como na história de Tom Morello, Zack também passou pelo divórcio de seus pais. Seu pai era Chicano, um artista que foi

responsável por expor a arte mexicana para os americanos, e quando Zack tinha 12 anos seu pai entrou em colapso, destruindo a maioria de suas artes e fazendo greve de fome, forçando Zack a participar. Outro ponto em comum com Tom, foi o preconceito que enfrentou, pois Zack morava com sua mãe em Irvine, “um distrito predominantemente branco onde mais de 60% dos residentes são dessa cor, e a maioria dos 40% restante é asiática. No censo de 2000, ainda há apenas 1,45% de residentes negros na cidade” (STENNING, 2012, p. 38). Dessa forma, sua experiência nessa cidade foi a seguinte,

vivendo em Irvine, eu era basicamente a exceção à regra”, Zack iria lembrar à Raygun. “A regra para os chicanos era que você estava lá porque tinha uma vassoura ou um rodo em suas mãos, ou enchia cestas de frutas. Para eu e minha mãe, que era uma estudante com ph.D. em antropologia, havia diversas contradições que eu tive que enfrentar. Essas coisas iniciariam um processo para mim, que foi intensamente introspectivo e me fez questionar tudo ao meu redor. Eu me sinto como em um lugar entre dois mundos. Há essa dualidade, porque eu me pego constantemente tendo que alternar entre essas duas experiências culturais (STENNING, 2012, 38).

Outro ponto que o incomodou foi quando um professor do ensino médio fez uma piada referindo-se aos mexicanos que entravam ilegalmente no país, dizendo, “você sabem essa estação de ‘wetbacks’¹ (costas molhadas) aqui” (STENNING, 2012, p. 39), aludindo aos mexicanos que entravam nadando através do Rio Grande na fronteira do Texas e chegavam com as costas molhadas. Sobre essa “piada” o jovem Zack relata:

e todo mundo riu,” [...]. “Eles acharam que foi a coisa mais engraçada que já tinha ouvido. Eu me lembro de sentar lá e quase explodir. Eu percebi que eu não era uma daquelas pessoas, eles não eram meus amigos. E eu me lembro de deixar isso pra mim mesmo, de ficar em silêncio. Eu me lembro de como tinha medo de dizer alguma coisa (STENNING, 2012, p. 39).

Claramente que o preconceito afetou Zack, e isso mais tarde iria se transformar e impulsionar uma rebeldia em suas músicas (na *Rage Against the Machine*) que denunciaria o preconceito étnico e tantos outros temas, como por exemplo a desigualdade e o imperialismo norte-americano. Nesse ponto também está presente no vocalista um capital cultural/simbólico, tal como no caso de *Tom Morello*. Os dois absorveram muito da cultura alternativa da época e aprenderam a militar desde cedo. O encontro de ambos só poderia resultar numa banda com uma linguagem explosiva e política, que atenderia e construiria sua fama dentro do discurso alternativo.

Para entrarmos um pouco mais nessa questão da luta contra o racismo, podemos pensar os negros nos Estados Unidos como uma “comunidade imaginada”, com seus signos e

¹ Esse termo é um xingamento étnico.

significados construídos tal como reflete Benedict Anderson(1989) a respeito do termo. Podemos, com base em Anderson (1989), pensar os negros como uma nação, com seus estilos de consumir, moda, literatura, filmes e música que promovem uma identificação coletiva. E falando em filme, de como esse veículo cultural ajudou na concepção e no fortalecimento da luta negra, não podemos deixar de falar dos filmes de Spike Lee, estudados por Kellner, que nos informa:

Durante a década de 1980, Hollywood aderiu a Ronald Reagan e à sua administração, negligenciando as questões e os problemas dos negros, [...].Nesse contexto, os filmes de Spike Lee constituem uma intervenção significativa no sistema cinematográfico de Hollywood. Tratando de questões raciais, sexuais e de classe, de uma perspectiva resolutamente negra, esses filmes levam a perceber bem essas problemáticas explosivas, ausentes do cinema branco predominante (KELLNER, 2001, p. 204).

Existe um mercado consumidor para a cultura negra que vai construir um imaginário muito forte nesse período, predominantemente sedimentado nas figuras de Malcolm X e Martin Luther King, incluindo certamente alguns astros do basquete e da música *rap*. Nesse ponto começa uma mistura que formaria a identidade da *Rage Against the Machine*. Tom Morello se aproximaria mais do gênero musical do *rock*, pois tocava guitarra, e penso ser esse um ponto de aproximação com os grandes nomes da guitarra na música. Enquanto isso Zack vai mais para o lado do *rap*, pois assimilou muito dessa influência, como nos lembra seu amigo de escola e futuro baixista da banda²Tim Robert Commeford, que diria que “quando o conheci em sua casa ele tinha um violão e me ensinou a tocar o disco inteiro do Sex Pistols. Ele estava dançando *break* na escola quando ninguém sabia o que era *hip hop*. Esse moleque tinha as manhas desde o primeiro dia” (STENNING, 2012, p. 41). Essa é a mistura que forma o som da banda, juntando os gêneros *rap* e *rock*. Soma-se a isso o toque politizado dos dois, que já no primeiro álbum, com a música *Killing in the Name*, resultam na denúncia contra o racismo, como observamos na letra a seguir:

Matando em nome de!
 Alguns dos que estão no poder
 São os mesmos que queimam cruzes[4x]³
 E agora você faz o que te mandaram[12x]
 Aqueles que morreram estão justificados
 Por usarem o distintivo, eles são os brancos escolhidos[4x]
 E agora você faz o que te mandaram
 (Você está sob controle)
 Foda-se, não vou fazer o que você manda[7x]
 Filho da puta!⁴

² O quarto integrante da banda, o baterista Brad Wilk, era amigo de Tom Morello, que o trouxe para a RATM.

³Número de vezes que a frase é repetida em sequência.

Nessa música, uma série de problemas enfrentados pelo movimento negro, lutando por direitos civis, e contra o racismo alguns anos mais tarde, estão presentes. Se pegarmos as frases, “matando em nome de” e “aqueles que morreram estão justificados, por usarem o distintivo, eles são brancos escolhidos,” entraremos na discussão do confronto policial com o movimento negro, no qual os negros que eram mortos não tinham a mesma importância daqueles que usavam um distintivo por serem brancos escolhidos, pois a média de policiais negros no período dos Panteras Negras era mínima, “chegaram a enfrentar uma escala de 10 para 1”(STENNING, 2012, p. 36). Muitos membros dos Panteras Negras foram assassinados⁵ em nome de alguns que estão no poder. Esse último fato nos remete ao FBI que “resolveu entrar no meio disso tudo para acabar com os Panteras e outros grupos organizados de ‘minorias’. Em certo ponto, o fundador e chefe do FBI, J. Edgar Hoover, disse que os PN eram ‘a maior ameaça para a segurança interna dos Estados Unidos’”(STENNING, 2012, p. 36). A questão é que o racismo mata, e não somente quem integra organizações de resistência e protesto. Os racistas se organizavam na famosa Ku Klux Klan, conhecida também por queimar cruzes. E “alguns que estão no poder, são os mesmos que queimam cruzes”, como esse fragmento da música nos lembra, não sendo uma denúncia sem fundamento, como nos explica Sousa: “a Revolução controlada reivindicada pelo Klan manifesta-se de forma tenebrosa por ser ‘invisível’. De acordo com Lowe, a ‘invisibilidade’ desta organização assume contornos sádicos, uma vez que a violência, o terror e a impunidade são consequências directas dessa condição” (SOUSA. 2005, p. 143). Essa informação e mais o fato de sabermos que a sociedade americana até o período desta discussão, é racista, o que vai de encontro à questão de que os que estão no poder também o são, e estão por traz dos conflitos raciais, meio pelo qual o povo “mata em nome de!”

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 14^a Ed, 2010
- _____. **Coisas Ditas**. SP: Brasiliense, 2004.
- CALDEIRA, Isabel. A construção social e simbólica do racismo nos Estados Unidos. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 39, 1994.

⁴Disponível em: <https://www.letras.mus.br/rage-against-the-machine/1343986/traducao.html>. Acesso em: 09/09/2018.

⁵ 34 panteras morreram em decorrência de rondas policiais e tiroteios (STENNING, 2012).

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia: Identidade e Política entre o Moderno e o Pós-moderno**. Bauru: SP, EDUSC, 2001.

PURDY, Sean. O século Americano. In: KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUSA, Luísa Maria Vilhena Ribeiro de. **Forma Sinistra de Americanismo: O Puritanismo na Ética e na Retórica do Ku Klux Klan**. Mestrado em Estudos Americanos. Universidade Aberta Porto, 2005.

STENNING, Paul. **Rage Against The Machine - Guerreiros do Palco**. São Paulo, Edições Ideal, 2012.

Descobrendo um país: Uma abordagem analítica da obra “Blues” de Robert Crumb

João Paulo Gualberto Silva

Graduando

Universidade do Estado de Minas Gerais

jpgualberto89@gmail.com

Resumo: A presente proposta de comunicação propõe a análise da obra “Blues” de Robert Crumb produzido em 2004, pensando a História em Quadrinhos como fonte de pesquisa para a História. O cenário escolhido pelo autor do HQ tem como recorte histórico as décadas de 1890 e que se estendem as décadas de 1930, fazendo a concatenação e a exposição das características e circunstâncias vividas por parte da sociedade americana no pós Guerra Civil, período histórico que remete ao fim da escravidão nos Estados Unidos. São objetivos de a pesquisa investigar a seguinte estruturação dos elementos e das imagens, assim como o conteúdo extraído da referida HQ de Crumb com o contexto e situação social da década em que foi produzida a década de 2000, período em que ainda se encontra enraizada e disseminada por parte da sociedade americana o preconceito racial, a segregação, sugerindo a permanência de alguns resquícios da escravidão que estabeleciam tensões e conflitos à determinada parcela de indivíduos historicamente oprimidos, os negros. Uma vez que os quadrinhos e os estudos por parte de imagens nos trazem certamente possibilidades de investigação histórica, sendo uma das formas de expressividade e representação das sociedades em que estão inseridas, as HQs devem ser utilizadas de maneira a cuidar do objeto de pesquisa, com abordagens metodológicas que primem pelo caráter qualitativo da análise. Aspectos como os referentes, a indústria cultural e as transformações das HQs desde seu surgimento até a década de 2000, serão abordados buscando dar ênfase às diversas características e possibilidades dessa fonte que ao longo do tempo deixou de ser vista pelos historiadores como meras ilustrações, figuras, gravuras. A obra de Crumb aborda uma época específica da história americana, revisitada com os olhos do artista de seu tempo as raízes tais como, pobreza, miséria e dificuldades econômicas encontradas em diversas regiões dos Estados Unidos, especialmente no sul onde se encontra o Rio Mississippi, partindo de um viés onde a forma mais crua da sua essência pode transformar uma geração e assim poder influenciar com o passar do tempo e construir uma identidade cultural. O que a obra “Blues” diz sobre o período que retrata diz muito também sobre os Estados Unidos e o autor Robert Crumb da época em que foi escrita. Que história “Blues” quer contar?

Palavras-chave: História; história em quadrinhos; blues; Robert Crumb.

Introdução

Para o pesquisador da imagem é necessário ir além da dimensão mais visível ou mais explícita dela. Há lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos (PAIVA, 2006, p. 19).

Usando a imagem, a iconografia e as representações gráficas o historiador vem proporcionando a apresentação de trabalhos renovadores e, também instigando novas

reflexões metodológicas, uma vez que os quadrinhos e os estudos de imagens nos trazem certamente possibilidades de investigação histórica, sendo uma das formas de expressividade e de representação.

Quando? Onde? Quem? Pra quem? Pra que? Por quê? Como? A essas perguntas deve-se, acrescentar outros procedimentos. Primeiramente preocupar-se com as aparições sofridas por registros como o passar dos anos e evidentemente, diante das necessidades e dos projetos de seus usuários. Esses questionamentos criam figuras as quais dotam de presente sentidos. Pensando em História Cultural, do social que tem por objetivo as representações do mundo social, códigos e padrões de sentidos são compartilhados e apesar de poderem ser de forma natural, seus sentidos podem ocorrer mudanças, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder, conflitos de interesses sociais.

Os contextos diferenciados, que se pode obter das representações, portanto, significados e juízos diversos às imagens. É assim que as análises que se seguem foram construídas e é para provocar prospecção que elas, em vários casos, são aqui representadas.

Histórias em Quadrinhos

- Quadrinhos como manifestação cultural

Embora diversos autores considerem as manifestações pictográficas ocorridas no decorrer da História da humanidade como precursores, as histórias em quadrinhos são uma produção cultural bastante recente. Esse modo de expressão só se configurou como atualmente o conhecemos nos últimos anos do século XIX e início do século XX. Efetivamente se consolidando na década de 1930, não apenas em termos de estrutura narrativa, mas também em sua função como entretenimento popular. (CUNHA, 2017 p.20).

Dessa forma, são manifestações dos valores e preceitos que vigoram no decorrer desse período histórico, as histórias em quadrinhos são um meio de expressão cultural típico do século XX, assim como as mudanças que também ocorreram nessa época. A verdade é que as histórias em quadrinhos vão além de simples enredos sobre heróis mascarados que enfrentam seus inimigos. As HQ's como são chamadas popularmente, se tornaram um dos veículos de comunicação mais valorizados e ricos, uma ferramenta para contar histórias com características próprias e que já geraram produções ao longo dos últimos cem anos. (JORDAN, 2017 p.13)

Segundo Scott McCloud: “a maioria dos livros sobre Quadrinhos começa pouco antes da virada do século XIX”, (MCCLLOUD, 1993, p. 9) mais precisamente em 1519 como exemplo uma peça da história egípcia contida num manuscrito em imagem pré-colombiana descoberto por Cortés¹ – (“*O grande herói militar e político, 8 cervos garras de tigre.*”). Até mesmo séculos antes de Hernan Cortés começar a colecionar quadrinhos a França produziu um trabalho extraordinariamente semelhante, que chamamos de “*Bayeux Tapestry*”, datada de 1066.

A pintura egípcia citada por McCloud é outra em questão, algumas podem parecer ter relação com a sequência, mas estão apenas mostrando dois locais, eventos e elencos diferentes agrupados por assunto. (*Referente à cena pintada há trinta e dois séculos para a tumba de “A Menina” um antigo escriba egípcio.*). (MCCLLOUD, 1993, p. 13).

- Quadrinhos na História

Dividida em Eras, os quadrinhos e sua trajetória de acordo com os fatos ou períodos foram importantes para seu desenvolvimento, classificação essa foi empregada a certa influência da mitologia greco-romana, na qual possui também essa classificação para fins de compreensão.

Marcando a primeira Era, a Platina (1897-1937), encontramos aqui a fase que marcou a evolução das tiras de jornal e publicações populares e que antecedeu o surgimento dos super-heróis. Nessa época, as histórias tinham conteúdo policial ou humorística sendo a primeira publicação a apresentar o que seria o formato das histórias em quadrinhos data de 1897 com “*The Yellow Kid in McFadden’s Flats*” escrita por Richard F. Outcault. (JORDAN, 2017, p. 17).

Já na década de 1920, começaram a surgir histórias de aventuras com personagens como Tarzan e Buck Rogers. Em 1930, as histórias passaram a ser vendidas de maneira independente, em revistas. Flash Gordon, Fantasma e Dick Tracy, nomes que surgiram nessa assim como alguns títulos da Disney. (JORDAN, 2017 p. 17).

Na era seguinte, chamada de Ouro se estende de 1938 até 1955, marcou e intensificou a explosão dos super-heróis. Sendo a primeira edição lançada da *Action Comics*, que apresentou ao mundo Superman, detentor de força e velocidade sobre-humana, com isso

¹ Hernán Cortés de foi um conquistador espanhol, conhecido por ter destruído o Império Asteca. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/hernan-cortes-conquista-dos-astecas.htm>

vieram outros heróis importantes nessa geração, Batman, Spirit, Capitão Marvel, Flash, Lanterna Verde, e Tocha Humana. (JORDAN, 2017, p. 17).

Com a Segunda Guerra Mundial eclodindo, criou-se um personagem para como uma espécie de garoto-propaganda para os esforços de guerra norte-americano, Capitão América lançado no ano de 1941. Já no fim da Segunda Guerra, os quadrinhos de heróis perderam fôlego, dando lugar às publicações de ficção científica faroeste e terror, assim como as publicações e conteúdos da Disney. Muitos heróis tiveram suas publicações canceladas, mas a *Detective Comics* manteve seus principais: Batman, Superman, Mulher-Maravilha. (JORDAN, 2017, p. 18).

Na Era de Prata (1956-1969), o mercado dos quadrinhos teve um evento que mudaria toda a indústria: a publicação de um livro chamado “*Seduction of the innocent*” ou “*Sedução dos inocentes.*” Escrito pelo psiquiatra alemão Frederic Wertham, em 1954. Segundo o livro, os quadrinhos seriam uma fonte de violência, sexo e uso de drogas. Então, os políticos norte-americanos, criaram o *Comics Code Authority*, que se tornou o Código de Conduta para as HQ’s que basicamente consistia na censura dos quadrinhos. Mesmo assim a Era de Prata trouxe de volta os heróis. (JORDAN, 2017, p. 19).

Nesse mesmo período a DC reformulou muitos de seus personagens e a Marvel entrou em cena, com heróis mais próximos da realidade, muitas vezes inspirados em temas científicos, como Quarteto Fantástico, Hulk e Homem-Aranha, criados principalmente pelo editor e escritor Stan Lee e pelo artista Jack Kirby. A Era de Prata também foi bastante marcante com a criação de X-Men, Vingadores e Liga da Justiça. (JORDAN, 2017, p. 19).

Com o passar dos anos houve uma diminuição da influência no Código de Conduta marcando o início de uma época sombria nos quadrinhos, que passaram a trazer temas como morte e o uso de drogas, além disso, houve também a perda da perfeição por parte dos heróis que começaram a serem retratados de modos a serem vistos e analisados com o lado mais humano, passando a sofrer com seus erros e as consequências de seus atos, marcando assim a Era de Bronze (1970 – 1979) (JORDAN, 2017, p. 19).

Por último, a Era Moderna ou de Ferro (1980 – atualmente) caracterizando essa geração com o surgimento das *Graphic Novels* e histórias especiais marcadas com temas mais adultos e complexos, como *Cavaleiros das Trevas* e *Watchmen*, dando assim uma conotação maior a importância dos quadrinhos como meio de comunicação. Também importante popularização dos anti-heróis como a exemplo do Wolverine (JORDAN, 2017, p. 20).

Atualmente, mais especificamente nos anos 2000, houve uma queda nas publicações em papel, e foi surgindo, ao longo dos anos uma nova maneira de distribuição com influência direta das tecnologias dispondo materiais digitais, além de uma maior aproximação dos quadrinhos com cinema.

- Linguagem dos Quadrinhos

Para alguns, elas são histórias engraçadas publicadas nas seções de entretenimento e cultura dos jornais, para outros, são histórias cheias de figuras, e balões que líamos quando crianças, outros afirmam que quadrinhos são histórias de super-heróis lidas pelos adolescentes. Realmente todos esses aspectos são aplicados às histórias em quadrinhos, mas não apenas estes, por exemplo, diversos outros gêneros de história em quadrinhos além das histórias de super-heróis, mas afinal, o que vem a ser então as Histórias em Quadrinhos?

“Quadrinhos” (MCCLLOUD; 1993), é um termo que merece ser definido, porque se refere ao mesmo em si, não a um objeto específico como “revista” ou “gibi”, McCloud ainda cita: “O mestre Will Eisner usa o termo “Arte Sequencial” para descrever as Histórias em Quadrinhos.” Tomadas individualmente, as figuras não passam de figuras.

No entanto, quando são partes de uma sequencia, mesmo uma sequencia só de duas, as artes da imagem são transformadas em algo mais; a arte das Histórias em Quadrinhos.

Em suma particularidade, os Quadrinhos são encontrados de forma que se tem um conjunto estrutural elencando suas características, roteiro artistas, tendências, gêneros, estilos, assunto, e temas.

Scott McCloud (1993) fez um estudo detalhado das peculiaridades das Histórias em Quadrinhos enquanto produção, explicando seus aspectos, revelando a gramática dessa manifestação, usando também uma definição para melhor descrever, McCloud completa: “Imagens pictóricas e outras justapostas em sequencia deliberadamente destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador/leitor”. (CUNHA, 2006, p. 21).

Dando sentido as Histórias, são apresentadas através dessa união entre imagem, e texto, apesar de ocasionalmente o texto escrito pode ser abolido do processo narrativo.

Ana Carolina Cunha em sua dissertação de Mestrado aborda que o texto usualmente se refere aos diálogos das personagens, podendo também trazer informações adicional à trama, e ainda completa: “As imagens nos Quadrinhos não se limitam apenas aos desenhos que compõem a História, mas também a outros elementos que são típicos dessa produção e

auxiliam no desenvolvimento da história e na compreensão do enredo por parte dos leitores, os balões, as legendas, títulos e onomatopeias”. (CUNHA, 2006, p. 21)

Com a invenção da imprensa, a forma de arte que antes propunha lazer aos ricos agora poderia ser desfrutadas por todos. O gosto popular não mudou muito em cinco séculos. A sofisticação da História com imagens atingiu seu apogeu nas mãos de William Hogarth. As histórias de Hogarth foram mostradas pela primeira vez como série de pinturas e mais tarde, vendidas como portfólio de figuras. (MCCLLOUD1993, p. 93).

Sendo uma das características importantes na composição dos Quadrinhos, abordamos aqui a princípio o tempo... Mas como o tempo funciona nos Quadrinhos? Em outras palavras segundo McCloud (1993): “Cada quadro de um filme é projetado no mesmo espaço a tela, enquanto nos quadrinhos, eles ocupam espaços diferentes. O espaço é para os Quadrinhos, o que o tempo é para os filmes.” (MCCLLOUD, 1993, p.7).

Entretanto, o tempo nos quadrinhos é muito mais complexo do que isso. E entre esses momentos (congelados) entre os quadros que nossa mente preenche os momentos interpostos criando a ilusão de tempo e movimento. Assim como as figuras e os intervalos entre elas criam a ilusão de tempo, através da conclusão de palavras, introduzindo o tempo.

Convencionalmente para nós do ocidente, cada figura é disposta da esquerda para a direita na sequência de leitura, ocupando uma fenda distinta de tempo. Mas nem todos os quadros são assim... Um quadro mudo pode representar um único momento e se introduzimos “som” salientamos outra conversa, mas um quadro cujo silêncio só é quebrado pelo texto narrativo, o único momento se mantém... Essas formas que chamamos de quadro contém em si todos os ícones do vocabulário dos quadrinhos. (MCCLLOUD, 1993, p. 97-98).

As formas dos quadrinhos, também sendo outra importante característica, variam muito, embora essas diferenças não afetam o “significado” específico dos quadros em relação ao tempo. Elas podem afetar a experiência da leitura. (MCCLLOUD, 1993, p. 99).

A percepção da leitura, quando aprendemos a ler quadrinhos, o tempo em especial, juntamente com o espaço, são uma única coisa, assim sendo como leitores têm a vaga sensação de que se movendo pelo espaço, nossos olhos também estão se movendo pelo tempo... Só não sabemos quanto. (MCCLLOUD, 1993, p. 100).

Outro aspecto que também está vinculado aos Quadrinhos, assim como o tempo, o espaço e as formas são os movimentos e suas representações. Desde seus primeiros dias, o Quadrinho moderno possui um impasse de mostrar movimento em um meio estático, com isso

criamos o questionamento, de como é possível mostrar representações de movimento numa arte que o tempo fica parado? Nos quadrinhos, ao contrário da pintura, isso era mais do que uma questão teórica. A arte sequencial, embora, tivesse sobrevivido durante muitos séculos sem mostrar movimento, uma vez que o “gênio estava fora da garrafa”, era inevitável que se buscasse meios cada vez mais eficientes para isso. Em algum lugar entre um movimento e outro, encontramos a “Linha de movimento” dos quadrinhos. No início, as linhas de movimento eram tentativas grosseiras e confusas, quase desesperadas de representar a trajetória de objetos em movimento no espaço. Com o passar dos anos, essas linhas foram se tornando mais refinadas e estilizadas, até diagramáticas. (MCCLLOUD, 1993, p. 111).

Por fim, nas mãos de mestres, segundo McCloud, se deu o que grosseiramente dizemos ser a fantasia, como Bill Everett e Jack Kirby. Essas mesmas linhas ficaram tão estilizadas, quase a ponto de ter vida e presença própria. Devido a habilidades em se representar ação com drama, as linhas de movimento destacadas se tornaram uma especialidade dos quadrinistas americanos. (MCCLLOUD, 1993, p. 111-112).

Ao explorar esse universo por trás dos desenhos, Scott McCloud também ressalta as linhas e traços típicos e expressivos dessa cultura que também de suma importância para suas representações diante de sentidos, sentimentos, e ideias dando significado e entendimento ao leitor. A ideia de que uma resposta emocional ou sensual no espectador é vital nos quadrinhos. Em especial um dos quadrinistas mais relevantes e influentes do nosso tempo, Robert Crumb. No mundo de Crumb, as curvas da inocência são traídas pelos traços neuróticos da vida adulta moderna e deixadas fora de lugar.

Robert Crumb: Desenhando seu mundo

Como citamos brevemente, de modo geral, os quadrinhos atribuem seu jeito próprio de se comunicar, de se expressar diante de acontecimentos da vida cotidiana. Seja por meio de inúmeras representações, no campo da política, sociedade, economia e cultura, sempre entenderemos a arte dos quadrinhos como uma forma de se manifestar algo, que como o rádio ou TV nos mostra isso diariamente. E para cada perspectiva do seu desenvolvimento à sua crítica, temos um olhar, pensamentos e ideias diferentes uma das outras e talvez seja isso que torna todas as características em um conjunto de individualidade específica, concretizando os sentimentos, e expressões e as manifestações, as representações, em várias formas de comunicação existentes em cada qual das épocas vivenciadas ao longo da história.

Nascido no dia 30 de Agosto de 1943, na cidade da Filadélfia, no estado da Pensilvânia, Crumb a princípio de sua obra teve forte influência na cena *hippie*, tendo deixado sua marca nessa época a tira “*Keep on Truckin*” e os personagens Mr. Natural e Fritz the Cat, ambos com características peculiares bem parecidas, semelhantes em uma sociedade onde se retratava o uso de drogas, vida sexual bastante lasciva e gurus espirituais.²

Para compreender melhor é preciso entender e analisar suas características como ilustrador e cartunista no próprio documentário de 1994, autointitulado “*Crumb*” que narra sua infância e influências de seus familiares em sua relação com os quadrinhos e como sua infância, tendo um pai severo e uma super protetora, teve diretamente frutos para o desenvolvimento de sua arte. Já na década de 1970 passou a contribuir com suas habilidades com o roteirista e arquivista Harvey Pekar, narrando suas visões de mundo e retratando o cotidiano tedioso da classe média americana, em preocupações, com os percalços que essa parceria pudesse retratar em seus quadrinhos.³

Reconhecimento que adquiriu ao longo do tempo como um dos fundadores do movimento *underground* dos quadrinhos americanos, considerando por muitos como uma das personalidades mais influentes desse movimento, na qual seu ponto de partida foi à publicação do gibi *Zap Comix* feito pelo próprio Crumb.⁴

- “Blues”: Descobrindo uma identidade

Sendo confiável e notório em seu trabalho, Robert Crumb, um homem que conta a história na sua ponta do lápis, pensador que não vê obstáculos no tempo e que caminha por ele livremente com prazer. Também grande retratista contemporâneo, como o de sua observação para com a América, o mundo externo e um reconhecimento íntimo afirmado do nosso humanismo.

Sabemos então, como trabalham os historiadores, cheios das provas do passado, para estabelecer então as inexplicáveis razões do presente. Segundo o escritor brasileiro Pedro Pavam (2004): “Crumb olha o passado reiteradamente, com a diferença de que vê o indistinto do que vive hoje.”. Com isso, Crumb não é apenas um historiador, mas um artista da restauração, e foi preciso então recomençar do ponto em que as coisas nasceram: “Já que elas não haviam crescido e não tivesse sido desenvolvido o que seria uma impecável contradição.” (CRUMB, 2004, p. 7).

² <http://www.guiadosquadrinhos.com/artista/robert-crumb/13>

³ <http://www.guiadosquadrinhos.com/artista/robert-crumb/13>

⁴ <http://www.guiadosquadrinhos.com/artista/robert-crumb/13>

A obra "Blues" foi escrita no ano de 2004 e Crumb sempre foi um apreciador da música negra de seu país, especialmente o Blues. Além disso, sua paixão por este tipo de música levou-o a ilustrar capas de discos, *cards*⁵ que trazem as biografias de músicos, cartazes de shows e lojas de discos antigos e, claro, histórias em quadrinhos que enfocam o ambiente musical, seus intérpretes e as letras das músicas, em verdadeiros cliques quadrinhográficos.

Em especial para a música negra norte-americana, *Blues* foi uma homenagem de Robert Crumb à música não só dos antigos, teve o objetivo de construir uma identidade social para América do início do século XX. Ao longo da cronologia retratada, Crumb foi construindo essas histórias que mostram e criticam as evoluções da música popular através de seus desenhos, satirizando artistas a exemplo de Jimi Hendrix, e cita: "*Onde foi parar toda aquela magnífica música dos nossos avós?*". (CRUMB, 20014, p.61) juntamente esboçando o cotidiano de artistas como Charles Patton, Jelly R. Morton e seus demônios⁶ que andaram por essas páginas. O lendário Robert Johnson teve sua breve carreira registrada nos desenhos de Crumb, mostrando também todos aqueles gênios anônimos, amadores apaixonados por uma música verdadeiramente popular, anteriores aos esquemas comerciais da grande indústria, Crumb, por sua vez, também apresenta de maneira ilustrativa e caricata pôsteres e capas de discos de diversos cantores, tendo como principal reconhecido "Cheap Thrills" da cantora Janis Joplin.

Vindo da África, este som desenvolveu-se nas fazendas de algodão dos Estados Unidos como um grito de lamento e de revolta dos escravos. Sua influência foi fundamental para a música ocidental, sendo a raiz de onde surgiu, por exemplo, o Rock n' Roll.

O Blues basicamente misturou ritmos e melodias africanos e europeus, originou-se das canções de trabalho, entoadas na época da escravidão e desenvolveu-se nas rotinas opressoras de trabalho e vida décadas depois da abolição, alimentando-se das experiências dos guetos em cidades do Norte. (KARNAL, 2007, p. 184.)

Para Crumb, no entanto, o estilo musical podia significar ainda mais, em sua análise ele remetia à identidade cultural de uma sociedade. "Para o povo negro e isolado que morava e trabalhava nessas plantações, o modo de vida não era muito diferente daquele tempo da escravidão" (CRUMB, 2004, p 11). Retratando as mazelas da realidade americana do início

⁵ Ilustrações de artistas de Blues e Jazz feitas de maneira avulsa. (Fonte Heroes of the Blues, Robert Crumb).

⁶ Charley Patton e Jelly Roy Morton conhecidos músicos de Delta Blues e Jazz respectivamente que no imaginário americano vários músicos de ambos os estilos, inclusive Robert Johnson, tendo a história mais famosa, teria vendido as almas para o demônio em troca de fama e sucesso. (Heroes of the Blues, Robert Crumb).

do século XX no ano de 2004, fica perceptível que o autor queria nos mostrar algo a mais, conferindo assim o teor político proposto por esse livro. Destacando também outra história “É a vida”. Crumb acompanha e descreve o fictício bluesman Tommy Grady, desde o princípio de sua carreira musical, errática e obscura, até o descobrimento de gravações raras tempos depois da morte.

Primitivo, desalinhados, porém autênticos

Com seus traços predominantemente em preto e branco (somente os pôsteres e as capas dos discos são coloridos) Robert Crumb dispensa comodismos em seus desenhos, ao retratar violência e conteúdo sexual – visivelmente apresentado nas duas obras, mas presente por toda sua arte – elementos esses que ilustram e que são recorrentes por uma pequena parte dos que consomem sua obra como misóginos e racistas, mas devido às escolhas e as retratações obtidas pelo quadrinista onde personifica estereótipos masculinos e femininos sendo bastante rústicos violentos e desajustados. Sempre olhando com desconfiança o *mainstream*⁷, o quadrinista adquire autenticidade abordando temas muitas vezes delicados e pouco discutidos em uma sociedade do “politicamente correto”.

Robert Crumb possui um estilo simples, assim como de modo geral está presente em suas técnicas de desenho. Personagens que lembram figuras de desenhos animados, ilustrados a partir do nanquim⁸ sobre papel, mas também com canetas para a sofisticação de desenhos mais desenvolvidos com sombreamento e hachuras.

Contudo, dando ênfase ao objeto da pesquisa através das obras do quadrinista Robert Crumb, destacando para as perspectivas e abordagens das narrativas, o objetivo por meio da análise obtida no fim apresentadas é sua autenticidade nos diferentes aspectos relacionados com a identidade musical e cultural dos Estados Unidos, que seja pela música “antiga” ou pelas nuances que a sociedade americana vem sofrendo ao longo da história, o autor faz questão de salientar o que o “politicamente correto” está cada vez mais longe de ser correto, que por meio das origens a América não é só para os americanos, mas por todos aqueles que descobrem a sua cultura, a sua identidade e descobre o seu país.

Referências bibliográficas

CRUMB, Robert. **Blues**. 2 ed. São Paulo: Conrad, 2010.

⁷ Tudo aquilo que é ou que torna convencional. (fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/mainstream>)

⁸ Caneta para remodelar desenhos e suas linhas. (fonte: <http://pt.wikipedia.org/nanquim>)

CUNHA, Ana Carolina. **A luta pela justiça: uma análise fenomenológica das histórias em quadrinhos do Batman**. 2006. 308 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2006.

JORDAN, Peter. **Almanaque Ei Nerd**. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M. Books, 1993.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Daniel Neves. Hernán Cortés e a conquista dos astecas. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/hernan-cortes-conquista-dos-astecas.htm>.

Silêncios, Mira Schendel na X Bienal

Luisa de Godoy Alves

Mestre em Artes

UFMG

luisadga@yahoo.com

Resumo: Esta pesquisa problematiza diferentes formas de silêncio durante a X Bienal de São Paulo, também conhecida como a “Bienal do Boicote”. Para tanto, pensa-se sobre o silêncio imposto pelo AI5 de 1968: a censura que calou por meio de uma máquina administrativa e contou com o apoio repressivo militar. Junto a este, o silêncio como instrumento de posicionamento político que levou ao boicote da Bienal por artistas de longa carreira, nacionais e internacionais. Paralelamente, o silêncio visual do trabalho “Ondas paradas de probabilidade” de Mira Schendel (1919-1988), artista judia, suíça radicada no Brasil, que foi apresentado na Bienal e recebeu menção honrosa. Refletiremos sobre os motivos que levaram a artista a participar da exposição, apesar de concordar com os argumentos daqueles que aderiram ao boicote e sobre como sua decisão permite vislumbrar como ela pensava a respeito da imagem e do silêncio. Na instalação para a Bienal, Mira emprega muitíssimos fios de nylon suspensos verticalmente por cerca de 3 metros, sem rigidez, deixando uma folga que revela curvas, numa área preenchida de cerca de 5 metros quadrados de chão e teto. Dessa maneira, pensaremos como, em tempos sombrios, durante a ditadura militar brasileira, silêncios impostos, auto impostos e problematizados artisticamente podem criar um diálogo contundente para pensar a respeito da nossa arte. Nos colocamos a questionar quando, como e por que motivos a arte pode, ou deve, se calar ou propor silêncios. Para tanto, adotaremos os estudos críticos a respeito dos trabalhos de Schendel de Walmir Ayala (Porto Alegre, 1933-1991) e Rodrigo Naves e sobre as cartas que a artista escreveu para os filósofos Vilém Flusser (República Tcheca, 1920-1991) e Jean Gebser (Polônia, 1905-1973). Além disso, nos apoiaremos sobre bibliografias referentes à X Bienal constantes nos arquivos da Bienal, e nos estudos do filósofo Frédéric Gros sobre silêncio e desobediência. Este estudo segue aqueles da pesquisa de dissertação na Pós-EBA\UFMG e traz novos elementos ligados ao estudo da história da arte e à história do Brasil.

Palavras-chave: Mira Schendel, X Bienal de São Paulo, ditadura militar brasileira.

O aceite

Em 1969, Mira Schendel (Suíça, 1919-1988) aceitou o convite para realizar um trabalho de instalação na 10ª Bienal de São Paulo, conhecida como a “Bienal do Boicote”. A esse respeito escreveu carta a Jean Gebser (Polônia, 1905-1973), no mesmo ano:

Fui convidada a participar de nossa décima Bienal. (...) Também se recusaram a participar alguns dos 25 brasileiros convidados. Por motivos (num primeiro plano!) também válidos. Perspectivamente estou de acordo com eles. Aperspectivamente, porém, tenho que aceitar o convite. (SCHENDEL, 1969 *Apud* DIAS, 2009, p.149)

O aceite de Schendel para participar da X Bienal coloca questões que podem ser pensadas a partir deste trecho da carta enviada a Gebser em que Mira reconhece como plausível o contexto no qual muitos artistas se recusaram a participar da exposição e, ao mesmo tempo, defende sua escolha de expor sua instalação “Ondas Paradas de Probabilidade”.

Perspectivamente

Nessa época, a ditadura militar brasileira entrara em sua fase mais violenta. Desde seu início teve um caráter repressivo em relação às liberdades individuais e coletivas, desrespeitando direitos básicos e impedindo que pessoas usufríssem da livre expressão. Após o Ato institucional número 5 (AI5) de 1968, garantias constitucionais, como o habeas corpus, foram suspensas e foi instituída a censura nos meios de comunicação, além de se permitir o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, entre outras medidas repressivas. Ou seja, o regime militar começara sua fase mais intensa e autoritária.

Cabe especificar que nesta época a censura já acontecia e que ela tão somente teve sua escala ampliada e contou com uma estrutura de apoio governamental mais sofisticada do que a que já existia até então, quais sejam: os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI); estes para operar, aqueles para coordenar e planejar as ações de censura e repressão. Muitos jornalistas, artistas, representantes estudantis e também pessoas sem qualquer ligação com a resistência ao regime militar foram presos, torturados e desapareceram nessa época. Há famílias que ainda hoje não sabem o que aconteceu com seus familiares desaparecidos. No campo das artes, músicos tiveram que buscar o exílio, exposições foram fechadas, atores, artistas e curadores foram presos, torturados e muitos sofreram ameaças constantes.

O boicote à Bienal foi um movimento que se deu por meio de uma carta manifesto intitulada *Non à Biennale*, redigida na França e assinada por vários artistas brasileiros e estrangeiros como resposta aos acontecimentos repressivos do cenário artístico brasileiro. O contexto anterior conformou uma situação favorável à organização coletiva dos artistas contrariamente à Bienal, uma mostra expressiva que passara a ter cerca de quatro quintos de seus gastos pagos pelo governo a partir de sua sexta edição (ARTIGAS; FARIAS, 2001, p.66). Assim, perspectivamente, o boicote à X Bienal foi uma ação organizada, fundamentada e alcançou repercussão mundial ao ser defendida por um número considerável de artistas,

entre os quais: Hélio Oiticica, Lygia Clark, Sérgio Camargo, Arthur Luiz Piza, Rossine Perez, Franz Krajcberg, Flávio Shiró.

A Bienal, como explica a pesquisadora Caroline Saut Schroeder, funcionava, inicialmente, com o suporte e no espaço do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Posteriormente, à proporção que o investimento público nas edições das Bienais aumentou, ela foi desmembrada do MAM-SP. Assim, em 1961, Francisco Matarazzo Sobrinho criou uma fundação sob a sigla FBSP para gerir a mostra. O crescente investimento público fez com que a Bienal estreitasse seus laços com o governo, que se tornou ditatorial e militar com o golpe de 1964. Desde então, muitos artistas se esforçaram para que a Bienal fosse gerida de forma mais organizada, a fim de se manter a entidade cultural um pouco mais distante da influência do governo. Contudo, essa não era a tendência.

Com insistência, a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) e a Associação Internacional de Artistas Plásticos (AIAP) propuseram à gestão da Bienal que houvesse uma Comissão de Artes Plásticas para que eles pudessem participar da organização da X Bienal. Instalada a comissão, as alterações sugeridas incluíam mudanças nas categorias tradicionais da arte, tanto no que dizia respeito à montagem, quanto às classificações e às premiações, valorizando o caráter experimental dos trabalhos. As propostas não foram bem recebidas. Depois desta, houve outras discussões significativas entre os componentes da comissão e o diretor da Fundação. Muitos componentes se demitiram. Assim, logo houve a dissolução da comissão e foram mantidas as categorias tradicionais de classificação dos trabalhos.

Concomitantemente, ocorreu a suspensão da exposição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ) da qual participariam os artistas que iriam representar o Brasil na VI Bienal de Jovens de Paris. Além disso, a diretora do MAM-RJ, Niomar Muniz Sodré Bittencourt foi presa. Outrossim, intelectuais e curadores como Mário Barata e Mário Schenberg sofreram aposentadoria punitiva. Essas e outras medidas repressivas do governo atingiram a área da cultura e indignaram os artistas que tinham sido convidados a participar da X Bienal de São Paulo. Como muitos deles estavam na Europa, lá se organizaram e escreveram o manifesto, o qual foi enviado pelos correios e assinado em outros locais, e depois circulou pelo Brasil, também pelos correios. Assim, a X Bienal de São Paulo passou a ser conhecida como a “Bienal do Boicote”.

Aperspectivamente

O fato de Mira Schendel ter aceito o convite para participar da X Bienal de São Paulo conhecendo as motivações dos artistas que aderiram ao boicote e concordando com seus argumentos, perspectivamente, pode parecer, a um primeiro olhar, muito estranho. Isso porque, se o primeiro olhar for desatento, pode pressupor que o significado de Schendel aceitar o convite foi para mostrar seu apoio ou, pelo menos, para demonstrar sua falta de oposição ao governo ditatorial que nesta época já arcava com a maior parte dos gastos da realização da Bienal.

Contudo, este primeiro olhar desatento estaria muitíssimo enganado. Além do registro na carta escrita a Gebser, em que Mira escreve que se alinha ao raciocínio daqueles que adotaram o boicote, acrescentamos a dedução de que, devido às experiências pelas quais a artista passou na Europa durante a segunda guerra e no Brasil, posteriormente, ela jamais pactuaria com um regime como o militar brasileiro. Na Itália, em 1937, Mira mal havia começado a graduação em filosofia, quando foi proibida por um decreto de frequentar a faculdade por ser judia. Enviada a Sófia, Bulgária, por sua mãe, não alcançou seu destino e integrou um grupo de refugiados, o que fez com que ela fosse testemunha de uma Europa fraturada pela guerra devido aos avanços fascistas. (DIAS, 2009, p.29) Soma-se a isso o fato de Mira ter publicado cartas ao Correio do Povo depois de chegar ao Brasil em 1949, denunciando as condições dos imigrantes refugiados. (DIAS, 2009, p.35) Ela não era medrosa e vira demais para se acomodar ou tomar decisões impensadas.

Além disso, Schendel especifica que o trabalho apresentado na Bienal foi executado com um valor mínimo, e que não existe ali qualquer pretensão comercial. Também demonstra despreendimento ao pensar o resultado da interação do público com o trabalho, o que mostra que ela estava investindo na sua pesquisa sem a pretensão de agradar, mas assumindo os possíveis problemas que poderiam ocorrer com a exposição. Como relata na carta a Jean Gebser:

O modelo será montado no próprio local. No tocante ao dinheiro custará menos que dez francos suíços. E também não me importo se o destruírem. Depende da possibilidade de ver-se nele algo ou nada se perceber. De modo que se alguém deixar intactos esses fios de nylon cortá-los com raiva ou arrancá-los, no fundo (plano de fundo!), isso não teria a menor importância. Divirto-me com isso sem exagerada seriedade, como o senhor dizia! Para vender-se, não tem nada lá... (SCHENDEL, 1969 *Apud* DIAS, 2009, p.149)

A instalação de Schendel montada na X Bienal de São Paulo, intitulada “Ondas paradas de probabilidade – Antigo Testamento, Livro dos Reis, I, 19” contava com

muitíssimos fios de nylon suspensos verticalmente por cerca de 3 metros, sem rigidez, deixando uma folga que revelava curvas, numa área preenchida de cerca de 5 metros quadrados de chão e teto. Uma placa de acrílico contendo o trecho bíblico do título pendia do teto. O trecho descrevia as inúmeras provações do profeta Elias, até que ele finalmente encontrou o que buscava num sussurro. No título, Mira acrescentou, às “ondas de probabilidade” — expressão da física quântica que trata do comportamento das partículas, cujo estudo conta sempre com o movimento e aceleração de partículas — o termo “paradas”.

Imagem 1 - Foto de Schendel, à esquerda, na montagem de seu trabalho na X Bienal de São Paulo.



Fonte: Arquivo da Fundação Bienal de São Paulo, 1969.

O jornalista Walmir Ayala (Porto Alegre, 1933-1991) descreveu com o termo silêncio visual o trabalho “Ondas paradas de probabilidade”:

Diferentemente de tantas outras experiências que, sem uma teoria a priori, não se conseguem fazer entender, e diante das quais o público, mesmo o mais debruçado e medianamente informado, assume perplexidade de imbecil, a obra de Mira Schendel, uma vez rotulada, começava a rodar dentro da mente do expectador, um rodar como o da primeira galáxia, e dessa energia surgia a possibilidade integral de um mundo novo. Estávamos diante de uma concretização do silêncio visual. (AYALA, 1970, p.2)

Apesar de ressaltar que o texto de Ayala é um texto crítico publicado em jornal, portanto expressa a opinião do jornalista, pensamos que a referência do escritor ao termo

silêncio visual para se referir ao trabalho de Schendel é bastante intrigante. Levando em conta que a instalação, segundo a artista, é uma continuidade de sua pesquisa sobre a transparência, percebe-se que Ayala aponta para um pensamento correlato. Como dissera Vilém Flusser (Praga, 1920-1991), filósofo estudioso do trabalho da artista: “(...) as obras de Mira (...). São ensaios de tornar imagináveis conceitos.” (FLUSSER, 2007, p.190)

Mira direciona o olhar por meio de sua pesquisa plástica para uma perspectiva que permite notar transparência e silêncio visual por estabelecer um diálogo visual não impositivo. A visualidade que ela cria não propõe extremos absolutos — nem mesmo em termos de silêncio e transparência, pois a transparência extrema é invisível e o silêncio absoluto impossível, como sabemos por experimentos em câmaras anecoicas —, mas viabiliza um diálogo de sutilezas por meio da percepção visual da ordenação não retilínea, frouxa, dos fios de nylon no espaço da exposição. Assim, dialogam transparência e matéria, silêncio visual e imagem perceptível, luz e sombra, como se fosse possível observar a um só tempo os dois lados de uma só moeda. Nos termos do crítico Rodrigo Naves (São Paulo, 1955):

Tudo na arte de Mira Schendel sempre foi uma recusa tanto à ordenação violenta da realidade quanto às significações impositivas, as duas faces de uma mesma moeda. (NAVES, 2011, p.262)

Naves narra, ainda, um episódio que exemplifica bem a busca visual de Mira Schendel e permite visualizar como ela se esforçava para tornar possível esse diálogo em que transparência e silêncio visuais tivessem voz. Sua concepção da imagem, da forma e dos materiais a direcionava para uma imagem que sugeria, insinuava, permitia aproximar-se dela, sem jamais subjugar ou impor-se violentamente.

À época Mira já tinha quase setenta anos e precisava de ajuda de assistentes para fazer obras maiores. O artista Fernando Bento, um de seus auxiliares, conta que ela costumava apontar os traços brancos deixados no céu pelos aviões, na tentativa de mostrar-lhe mais claramente o tipo de relação que procurava estabelecer entre as superfícies e as duas espécies de linha que corriam por elas.

Penso que esse episódio revela com precisão e lirismo a noção de forma que presidia as obras de Mira Schendel e os vínculos que buscava entre os diferentes elementos utilizados para produzi-las. A linhas brancas criadas pelo contraste entre o ar quente das turbinas e a atmosfera fria das grandes altitudes não constituem uma maneira de circunscrever o azul do céu, de imobilizá-lo pela sua transformação em simples fundo, como acontece com os desenhos de fumaça colorida que esquadrilhas criam no ar. Os traços tênues deixados pelos aviões de carreira não aprisionam o espaço, mas revelam-no, ao acentuar a oposição entre a indefinição do espaço, mas revelam-no, ao acentuar a oposição entre a indefinição do espaço atmosférico e a regularidade da trajetória dos aviões. Tanto os traços quanto o azul do céu têm uma constituição ambígua — são vapores, camadas de ar

—, o que torna impossível pensá-los como elementos estáticos, sobrepostos pacificamente um ao outro. (NAVES, 2011, p.261-262)

A abordagem visual de Schendel permite vislumbrar a forma como ela pôde conceber o termo “aperspectivamente” e considerar que seu neologismo não negava o termo perspectivamente, assim como a artista não negava que as razões para o boicote à X Bienal eram válidas e compreendia o movimento. Dessa maneira, por meio desse termo, Mira abriu espaço para a convivência da perspectiva e da aperspectiva, mostrando quão frágeis são as dicotomias, valorizando a relatividade das situações, permitindo-se a liberdade de dizer sim e não a um só tempo.

Dessa maneira, podemos dizer que Mira Schendel disse não ao apoio do regime militar brasileiro; sim aos artistas que se posicionaram contra o mesmo por meio do boicote à X Bienal; sim ao convite de Mário Schenberg — o qual, como vimos, sofreu aposentadoria punitiva pela ditadura, mas, segundo Maria Eduarda Marques, pensava a arte como resistência e a Bienal como um lugar de preservar a cultura — para participar da exposição e à oportunidade de continuar sua pesquisa da transparência; além de um sim final no qual parece apostar sempre: o sim ao estímulo da visualidade que indica a força da generosidade em não ser impositiva, mas permitir à sensibilidade perceber o silêncio visual e a transparência habitando o espaço.

Silêncios

Durante a exposição da 10ª Bienal de São Paulo, conviveram silêncios: o silêncio poético do trabalho de Mira, o silêncio advindo da recusa ao convite para participar da Bienal pelo qual alguns artistas optaram como forma de protesto, o silêncio imposto pela censura do regime militar.

O silêncio imposto sob a forma de censura pelo regime militar é nocivo, sufoca, profbe arbitrariamente, destrói ações, falas, textos, imagens e livros sem justificativa. Este silêncio nunca é plausível e é sempre violento. Como explica o historiador Jorge Coli (São Paulo, 1947-): “Só existe um silêncio ruim (...) o silêncio que impede as obras de emitirem suas vozes, silêncio produzido pela mordação, silêncio de censura. É o único silêncio, no campo das artes, que deve ser combatido.” (COLI, 2014, p.434)

Ora, ambos os silêncios artísticos foram positivos. O silêncio auto imposto por aqueles artistas que boicotaram a X Bienal dizia do absurdo da censura, tentava combatê-la pela recusa, apontava por meio de um manifesto (*Non à Biennale*) e, com isso criava um diálogo

em que a prosa da carta dava voz ao silêncio daqueles que iam expor e escolheram não o fazer para protestarem. Já o silêncio visual desenvolvido por Schendel era uma aposta na arte e na manutenção das possibilidades que ela abre. Assim, os intervalos entre a fala, — seja pela prosa, seja pela imagem — e o silêncio diferiu para cada caso, mas é ao observar as formas dos silêncios que se percebe como o único silêncio que violenta irremediavelmente qualquer sociedade é a censura. Newton Bignotto (Belo Horizonte, 1957-) colabora ao refletir sobre o silêncio:

O humano não se esconde nem num silêncio absoluto, nem numa palavra total. O humano se constitui num diálogo permanente entre os dois. É na dialética entre o silêncio e a prosa do mundo que nossa fragilidade, nossa finitude, se mostra. Mas é também nesse espaço em mutação que o mundo dos homens se constrói. Querer parar esse diálogo é o mesmo que tentar fazer do mundo, como dizia Pico della Mirandola em pleno Renascimento, a morada de deuses ou de bestas, mas não de seres em constante criação de sua própria condição. Por isso, nos extremos do êxtase e do horror, resta a busca pela forma adequada de expressão (...) e a certeza de que, se quisermos permanecer livres, é no intervalo entre o dito e o não dito que está nossa humanidade. (BIGNOTTO. 2014, p. 248)

Em suma, diante da Bienal do Boicote, o único silêncio reprovável foi o imposto pela ditadura militar, que ousou traçar linhas e selecionar o que se podia ou não dizer ou fazer. O silêncio auto imposto pelos artistas que aderiram ao boicote foi significativo e conseguiu, inclusive, repercussão mundial em relação à situação política brasileira. Já o silêncio visual desenvolvido por Schendel em seu trabalho “Ondas paradas de probabilidade” mostra a maturidade de uma artista que reconhece o contexto ao seu redor, consegue dar razão ao movimento do boicote, sem com isso pensar que seria obrigada a não aceitar o convite de Mário Schenberg. Essa capacidade de pensar sem se ater tão somente às dicotomias se alastra para as imagens criadas por Mira Schendel e é algo instigante que merece a nossa atenção para que tempos sombrios não retornem nunca. Para tanto, o olhar e a atenção precisam estar sensíveis aos silêncios e às falas, seja na prosa, seja na imagem, a fim de tornar o exercício humano de habitar entre o que se diz e o que não se diz uma tarefa comprometida com a manutenção das liberdades de toda a humanidade.

Referências Bibliográficas

AYALA, Walmir. O silêncio visual. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30/07/1970, Caderno B, p. 2.

BIGNOTTO, Newton. As formas do silêncio. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio e a prosa do mundo**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

COLI, Jorge. A inteligência do silêncio. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio e a prosa do mundo**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

DIAS, Geraldo Dias. **Mira Schendel: do espiritual à corporeidade**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FARIAS, Agnaldo (Org.). **Bienal 50 Anos: 1951–2001**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001.

FLUSSER, Vilém. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

GODOY, Luisa. **Limiar: entre a transparência e a opacidade nas monotipias de Mira Schendel**. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas) – EBA, UFMG, Belo Horizonte, 2018.

NAVES, Rodrigo. **Mira Schendel: o mundo como generosidade**. In: A forma difícil-ensaios sobre arte brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SCHROEDER, Caroline Saut. **A Bienal em xeque e o estopim do boicote: sobre algumas estratégias radicais**. In: 25º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS (Anpap), setembro de 2016, Porto Alegre-RS. **Anais...**, Porto Alegre, 2016.

_____. **X Bienal de São Paulo: sob os efeitos da contestação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes) - Pós ECA, USP, São Paulo, 2011.

Como cantar a memória do esquecido? Representações de resistência na obra de Cecilia Vicuña

Natália Rezende Oliveira

Doutoranda em Artes

Universidade Federal de Minas Gerais

natalia.rzd@gmail.com

Resumo: Cecilia Vicuña (Chile) atua desde a década de 1960 na produção de obras que associam as materialidades têxteis à dimensão do protesto e resgate dos saberes históricos e tradicionais dos povos andinos, bem como à preservação da memória da resistência latino-americana nos anos 1970. Grande parte de sua pesquisa consiste na investigação poética dos quipus, sistema de notação em cordas utilizado pelas sociedades Incas anteriormente à invenção da escrita, tal como a conhecemos hoje, recriados pela artista em experiências de instalação, performance e escrita literária, que representam, também, sua vivência no Chile e nos demais países pelos quais transitou no período de exílio após o golpe de estado e a instauração do regime ditatorial do general Augusto Pinochet (1973-1990). Partindo da premissa de que suas obras propõem um jogo de conexões anacrônicas entre a representação da memória, linguagem, história e descolonização, as ações de apropriação e ressignificação dos quipus articulam aproximações poéticas que retomam a cultura dos povos originários dos Andes e suas figuras mitológicas do fio em diálogo com a atuação de artistas e intelectuais da resistência chilena, resultando numa descolonização das formas de representação na perspectiva da produção artística da América Latina. Ao provocar a tensão entre a lembrança e o apagamento em contextos de censura e violência, Vicuña faz de suas instalações e performances verdadeiros rituais que investem na prática artística uma dimensão política e ética para com as imagens, considerando a preservação e potencialização de sua funcionalidade simbólica herdada pelas culturas originárias até a contemporaneidade. Dessa forma, tomando como base as pesquisas das teóricas norte-americanas Julia Bryan-Wilson (*Fray: Art and textile politics*, 2017) e Rosa Alcalá (*Spit Temple*, 2012) acerca da obra de Cecilia Vicuña, para além dos estudos pós-coloniais na historiografia da arte latino-americana, observa-se que as noções de oralidade e narrativa se fazem presentes como eixos de trabalho essenciais para o movimento de reinvenção dos quipus, e são também estratégias para imaginar as possibilidades de representar corpos dados como desaparecidos – corpos de resistência, o próprio corpo têxtil do quipu – frente a iminência de um esquecimento absoluto e institucionalizado, sendo este o aspecto central a ser trabalhado na leitura das obras que compõem esta apresentação.

Palavras-chave: corpo, memória, linguagem.

Introdução

Os quipus Incas foram objetos mnemônicos que possuíam uma função similar à escrita, no que diz respeito ao registro de informações, e eram estruturados pela composição de cordas verticais amarradas a uma única corda horizontal com um complexo sistema de

combinação de variados tipos de nós e cores (cf. INGOLD, 2007, p.67). A maioria dos quipus fora queimada durante a colonização espanhola e, a despeito das pesquisas antropológicas realizadas nos contextos norte-americano e europeu, que afirmam desconhecer fontes que esclareçam a finalidade e o tipo de informação que teriam registrado os quipus, temos na obra do cronista Guaman Poma de Ayala, indígena peruano que documentou toda a estrutura social da colonização em uma carta destinada ao rei da Espanha, em 1615, e mesmo em pesquisas situadas na América Latina, como a da própria Vicuña, a constatação de que os quipus carregavam de fato narrativas representativas da memória. Esta operação de escrita rememorativa vinculada às artes têxteis não é incomum e tampouco recente no âmbito cultural da América Latina. As tapeçarias de Violeta Parra, os bordados das *Arpilleras Chilenas* e os *pañuelos* argentinos das *Madres de la Plaza de Mayo* são conhecidas referências da subversão das materialidades e técnicas tradicionais do tecido na produção de grupos de mulheres em resistência ao esquecimento como estratégia institucionalizada pelo Estado. Em verdade, a textualidade têxtil é observada desde as tapeçarias de povos indígenas da região andina, como relata o pesquisador José Sánchez-Parga, nas quais as narrativas geométricas dos tecidos contam como as sociedades se organizavam em termos de classe social e ocupação do espaço. São uma forma de escrita que herda dos ritos de passagem uma relação direta com o corpo e a partilha de uma consciência histórica em comunidade, por isso sua leitura ou decodificação exige uma compreensão total da sociedade em que é produzida:

(...) más allá de la concepcion del tejido como texto, y de la lectura semiológica de su diseno, algo todavia nos aparece que queda inédito y por decifrar en la inter o transtextualidad de los tejidos andinos. Este algo es la misma sociedade que se comunica y expresa a traves de um fenômeno social y cultural, cuya produccion y uso los nos certifican que esta intimamente ligado com las estructuras econômicas y sociales del mundo andino. (SÁNCHEZ-PARGA, 1995, pp. 17-18)

As obras da artista Cecilia Vicuña, em linhas gerais, propõem um jogo de conexões anacrônicas entre as representações da memória, da linguagem e das narrativas da história, uma vez que as ações de apropriar e ressignificar os quipus articulam aproximações entre um artefato localizado num tempo anterior, bem como sua epistemologia relativa ao fio, junto de sua atualização e intervenção no mundo contemporâneo. Essa remontagem do quipu, a partir de novas perspectivas de uso e compreensão fundamentadas em experiências da memória, se mostra muito próxima à figura do historiador trapeiro [*chiffonnier*], atribuída a Walter Benjamin pelo filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman, que caracterizou este enquanto um agente que cria a história a partir de seus próprios rastros ou detritos (DIDI-

HUBERMAN, 2015, p.117). Nesse sentido, o quipu de Vicuña é composto dos diversos fragmentos de tempo e espaço em ruínas, mas também em devir, capazes de articular um tecido de múltiplas narrativas que coexistem, se contrapõem e se reinventam.

Desde meados dos anos 1960, Vicuña teria começado a trabalhar com as linhas têxteis e a referência dos quipus paralelamente a uma investigação acerca das línguas indígenas, principalmente o quéchua, revelando as aproximações entre o gesto tecedor, a imagem cultural da tecelã e a concepção da linguagem dentro de um contexto ritualístico e sensorial. A artista, que também possui publicações ensaísticas e literárias, estendeu sua produção no campo das artes visuais às experimentações em poesia escrita e falada, que eram manifestadas de maneira improvisada em performances públicas e, muitas vezes, completamente reestruturadas, rompendo com a ideia de que a referência original de seus escritos deveria permanecer intacta independente do espaço, tempo, contexto cultural ou político em que fosse se apresentar. Através de uma linguagem que constantemente se atualiza, da potência da oralidade e dos trapos de memórias evocados em seus trabalhos, consegue dar vida novamente aos quipus. Provocando tensões entre a lembrança e o apagamento nos contextos de censura (da ditadura militar) e violência e extermínio (da colonização), Vicuña faz de suas instalações e performances verdadeiros rituais que investem na prática artística uma dimensão política e ética para com as imagens, considerando a preservação e potencialização de sua funcionalidade e simbolismos originais. Por essa funcionalidade entendo a possibilidade de escrever a história de forma autônoma enquanto uma memória incorporada, ou seja, integrada ao corpo social e aos corpos singulares, tornando cada ser portador da própria história num movimento de retomada da narrativa têxtil, tal como descrita por Sánchez Parga anteriormente.

É nesse sentido que as noções de oralidade e narrativa se fazem presentes como eixos de trabalho essenciais para o movimento de reinvenção dos quipus, e são também estratégias da artista para imaginar as possibilidades de representar aquilo que foi dado como desaparecido – tanto o artefato em si quanto os corpos – frente a iminência de um esquecimento absoluto e institucionalizado. Creio que a grande potência dos trabalhos de Vicuña resida na afirmação de que este modo de conhecer e narrar ainda existe, e existe numa instância atualizada, ainda que muitos dos gestos e instrumentos primeiros tenham se perdido através do tempo, e constituem uma alternativa viva e potente de construção de um saber descolonizado ou, mais ainda, de construção de uma memória ou história “anticoloniais”, para usar os termos da socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (CUSICANQUI, 2008, p.8).

Anticoloniais porque são ativos e não se reduzem ao mero discurso sem efeitos práticos de confrontação do *status quo* e mudança.

Nas linhas que se seguem, descreverei três possibilidades de leitura da obra da artista nas quais identifico as estratégias de apropriação e atualização do quipus, tomando como pontos centrais a questão do desaparecimento e da narrativa da memória traduzidos em diferentes representações do corpo e da palavra.

Presença ausente / o corpo oculto / a palavra é som

No ano de 2014, Vicuña realizou a instalação intitulada *Quipu de Lamentos* (Figura 1) em uma exposição coletiva no *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, em Santiago (Chile). A obra se constituiu de um ambiente preenchido com várias tiras de lã acinzentadas, que repartiam o espaço em sólidas divisões verticais. Como plano de fundo, havia a reprodução de sons de choro e lamentos que, nas palavras da artista, representavam o choro não ouvido dos desaparecidos políticos no período da ditadura. As tiras de lã representam simbolicamente a estrutura dos quipus, as linhas de narrativa que, emudecidas pelo tom fúnebre e concreto da instalação, dão vazão à projeção das ondas sonoras. Os corpos ocultos se fazem presentes. Os desaparecidos entoam a matéria primeira da palavra, que é também sua manifestação mais efêmera: o som. Quando os olhos são proibidos de ver e as mãos impossibilitadas de tocar, quando a palavra se torna ilegível, indecifrável e, por isso, inutilizada, tal como acontecera com os quipus destruídos, é na pulsão da voz que a existência resiste. Vicuña realiza ainda uma série de outros trabalhos em que entoa canções irreproduzíveis: deixa a palavra se dissolver em sussurros e línguas distintas, lembra que a linguagem, como dito, é parte constituinte do corpo e por isso é necessário descolonizá-la. Pela língua pode-se esquecer, pode-se lembrar, pode-se disfarçar, encobrir ou investir um poder, como também nos recorda Silvia Cusicanqui, ao contar que em determinados momentos de dura repressão e censura em La Paz (Bolívia), línguas como o aymara e os dialetos ou as tradições orais se constituíam como a fonte de comunicação mais segura para as organizações de resistência:

[...] em La Paz se vivió una situación en la que sólo se podía hablar en público con alguna libertad, si se usaba las formas codificadas y metafóricas del aymara. La oralidade resultó así un medio crucial para confrontar las distorciones informativas y la censura de prensa impuestas por el gobierno. (CUSICANQUI, 2008, p. 76)

Figura 1: *Quipu de Lamentos*, Cecilia Vicuña, 2014



Fonte: <http://www.ceciliavicuna.com/quipus>

Etnografia de si / o corpo imaginado/ a palavra é corpo

El Niño del Cerro de El Plomo foi uma imagem (e presença) que marcou profundamente a infância de Vicuña, que conta, em entrevista publicada pelo projeto *Movimientos de Tierra* (2017), tê-la visto pela primeira vez em uma visita escolar ao Museu de História Natural do Chile, quando tinha apenas 9 anos. Trata-se da múmia de um menino que fora encontrada no alto da Cordilheira dos Andes em 1999 e fazia parte de uma oferenda em um ritual Inca. A artista relata que ao se colocar diante da criança, sentiu que ele era ela, que aquele corpo era dela – porque se parecia, aos seus olhos, com uma menina –, e essa foi a primeira conexão que ela realizou com um tempo e espaço longínquo que parecia mais vivo do que o tempo e espaço que o corpo dela ocupava. Ela também conta ter descoberto, posteriormente ao começo de seu trabalho com as lãs e os quipus, que *El Niño* fora encontrado segurando em uma de suas mãos um pedaço de fio vermelho, o que intensificou nela a conexão e reconhecimento com aquela imagem. Vicuña realizou, a partir dessa informação, uma série de obras dedicadas a reproduzir metaforicamente a oferenda da criança, que com o fio da vida prolongava simbolicamente a conexão e integração de sua comunidade com as forças vitais da natureza. Em uma dessas obras, intitulada *Quipu Mapocho* (2016), parte de lã fora lançada ao rio Mapocho para seguir o fluxo natural do curso

das águas, estas que também simbolizam, em diversos contextos culturais, o fio da vida (Figura 2).

Figura 2: *Quipu Mapocho*, Cecilia Vicuña, 2016



Fonte: <http://www.ceciliavicuna.com/quipus>

Num outro momento, na ação intitulada *Beach Ritual* (2017), a artista reuniu uma grande quantidade de lã tingida de vermelho e em estado cru para ser lançada às margens de um rio em Atenas (Grécia), na ocasião da 14ª Documenta de Kassel, e convidou os espectadores da performance para fazerem parte do rito (Figura 3). Ao longo da execução, Vicuña conduziu os participantes através de poesias improvisadas, sussurradas ou ditas como instruções, criando uma tecitura que mesclava a língua, a lã, o gesto, a paisagem e a partilha, propondo um diálogo entre as culturas a fim de encontrar suas interseções e construir novos sentidos a partir das diferenças – imagem similar à ideia de mestiçagem que Silvia Cusicanqui descreve como o gris jaspeado: uma pedra composta de pontos brancos e pretos que, à distância, parecem formar uma única cor, mas ao nos aproximarmos, percebemos que ambas as cores jamais se misturam, cada uma existe em sua unidade sendo simultaneamente a massa cinzenta formada pelo duplo contato (CUSICANQUI, 2008, p.310). A partir dessa leitura, compreendemos que cada participante representa metaforicamente os nós dos quipus, são os portadores da memória que ativam a escrita têxtil através da presença do tecido de seus

corpos, formando juntos uma única trama, e são também a criança de *El Plomo*, pois criam uma consciência de responsabilidade acerca da própria história e da gestão da vida no mundo.

Figura 3: “Beach Ritual”, Cecilia Vicuña, 2017



Fonte: <http://www.ceciliavicuna.com/quipus>

Iminência da desapareição / o sem-corpo / a palavra é imagem

O primeiro quipu que Vicuña teria produzido, intitulado *El quipu que no recuerda nada* (1966), é descrito como uma sequência de tiras sem nós, ou seja, sem os elementos gráficos e materiais que denotam a inscrição de uma narrativa no quipu. Seria uma prece que, segundo a artista, almeja libertar-se do vazio do esquecimento, deseja lembrar-se sempre: a recordação não se trata de uma memória involuntária que surge ao acaso, mas, sim, do movimento de fazer vir à tona a lembrança frente à imponente do esquecimento que nos assola. Nesse sentido, a apropriação de Vicuña do imaginário dos quipus confirma mais uma vez a funcionalidade da linha como um instrumento de memorização ou de acesso a estas memórias: como objeto linear impregnado de narrativas, retorna a presença daquilo que não pode ser esquecido, daquilo que precisa ser registrado para não se perder na trama cumulativa dos tempos. Entretanto, o quipu que não recorda nada, como a pesquisadora Julia Bryan-Wilson nos lembra, é um objeto que não existe mais e não há nenhum registro fotográfico da obra nos arquivos de Vicuña (BRYAN-WILSON, 2017, p.109). A obra, que assume então um tom fictício e ao mesmo tempo verdadeiro, visto que repete justamente a narrativa do destino histórico dos quipus, sobrevive apenas no testemunho proferido pela artista. Sua ausência contingente a transmuta na tecitura de “mil pequenos fios que se dissolvem no ar” (ALCALÁ,

2012, p.17), fazendo do desaparecimento uma das narrativas constantes em sua produção artística. Em suas migrações por diferentes espaços e tempos, culturas e histórias, Vicuña parece estar sempre à procura dos fios desaparecidos ou fragmentados, para entrelaçá-los mais uma vez e criar, a partir de sua energia, uma nova maneira de acessar sua memória. Como é possível falar do vazio da perda, da ausência ou da inexistência? Penso que os quipus, do modo como Vicuña os apresenta, oferecem a estrutura necessária para a imaginação, para o sonho, para a criação de alguma resposta. Sendo assim, o quipu que não recorda nada tematiza o apagamento, mas também a reescrita, a possibilidade de repensar seu significado a partir da palavra tornada potência de imaginação, imagem. Para saber, é preciso imaginar, afirma Didi-Huberman nas primeiras linhas de seu livro *Imagens, apesar de tudo* (2012), no qual analisa quatro fotografias tiradas por judeus do *sonderkommando* no interior dos campos de concentração, lembrando-nos de que sem as imagens, seria impossível que acreditássemos num horror de tal amplitude. Em seu “Atlas, ou, O Gaio Saber Inquieto” (2018), Didi-Huberman afirma, a partir de uma análise sobre as leituras de adivinhação e da orientação dos povos através das configurações visuais, que igualmente caracterizam o sistema de interpretação do quipu, que: “[...] a imaginação é primeiro – antropológicamente – o que nos torna capazes de lançar uma ponte entre realidades as mais longínquas e as mais heterogêneas.” (DIDI-HUBERMAN, 2018, p.29). Na narrativa do quipu que não recorda nada, sua imagem sobrevive na palavra e recontá-la é renovar suas amarras e realizar, como faz a artista, um ato de memória: o pensamento e a imaginação compreendidos enquanto ações que intervêm diretamente na construção e compreensão de nossa realidade. Quando sua história nos é contada, ela passa a existir (BRYAN-WILSON, 2017, p.109), e assim a obra é constantemente realizada e transformada pelas conexões e releituras que atribuímos a ela, fazendo com que sejamos, junto da artista, criadores e ativadores dos quipus.

Considerações finais

Na obra de Vicuña, deparamo-nos com diversos corpos: o corpo da artista, os corpos de seu público, o corpo de *El Niño de El Plomo*, os corpos políticos, os corpos Incas manifestados através dos quipus, e os corpos indígenas, presentificados por suas línguas. Todos eles oscilam entre a presença e a ausência, são efêmeros e contundentes, suas representações ora são contrapostas, ora simultâneas. A memória, para a artista, é como a matéria plástica da fibra têxtil: tem raiz na natureza e é fiada pelas hábeis mãos da fiandeira. Logo após, passa pelo processo contínuo da tecelagem até apresentar-se como um tecido

sólido e maleável, resultante do entrecruzamento de inúmeras linhas. Neste jogo, Vicuña entoa com canções, rituais e acontecimentos a partir dos trapos do tempo que transformam nossa relação com a linguagem, fazem da imagem e da palavra a potência necessária para resistir e repensar a escrita da história à contrapelo, aplicando o método benjaminiano como alternativa à narrativa dos vencedores. Neste breve recorte, tentou-se demonstrar a importância do gesto artístico da artista na compreensão de um passado revestido de lacunas forçadas, apagamentos intencionais e violentos, que tentam ser preenchidas pela força da memória que sobrevive nas vias da oralidade, dos cantos, das imagens.

Referências Bibliográficas

BRYAN-WILSON, Julia. **Fray: Art and textile politics**. Londres: The University of Chicago Press, 2017.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen**. Bolívia: Tinta Limón, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas, ou O Gaio Saber Inquieto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

_____. **Imagens apesar de tudo**. Portugal: KKYM, 2012.

INGOLD, Tim. **Lines: a brief history**. Nova Iorque: Routledge. 2007.

SÁNCHEZ-PARGA, José. **Textos Textiles en la tradición cultural andina**. Equador: IADAP, 1995.

VICUÑA, Cecilia; ALCALÁ, Rosa. **Spit Temple**. EUA: UDP, 2012.

Superpolitização das artes: a construção de uma esfera pública própria

Nathalia Guimarães e Sousa

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

nathaliags7@outlook.com

Resumo: O alinhamento e a confluência entre a dimensão política e cultural no período da ditadura civil-militar brasileira possibilitaram a organização da sociedade como um todo e, particularmente, da classe artística e intelectual, na busca do reconhecimento de um sentimento, de uma prática e de uma representação participativa na contestação ao status quo vigente. Tem como corolário uma das formas de resistência e engajamento político, derivado de manifestações artísticas, seja através do teatro, do cinema, das artes plásticas e da música, essencialmente. A politização crítica de artistas e intelectuais se deu devido à necessidade de reagir contra o investimento do Estado conservador em um modelo de modernização pautado na ordem e no progresso. A valorização de artistas e intelectuais em um modelo que propunha a volta ao passado, às raízes populares, para construir um futuro através de uma identidade genuinamente brasileira, nos moldes do romantismo revolucionário, como ressalta Ridenti (2017), fez parte de um ideário no qual seria capaz (re)descobrir caminhos para o engajamento artístico com o povo e de que maneira poderia acessar esse povo na construção de uma autêntica cultura nacional. A arte se constituía, assim, em um instrumento eficiente para atingir a população e veicular ideologias, baseadas na chave da denúncia de um sistema autoritário e repressivo. A música, assim como qualquer outra manifestação artística, é fruto da experiência e da construção humana e, de acordo com seu contexto de produção, também é capaz de expressar e revelar características intrínsecas às sociedades, contribuindo assim, para a compreensão da História. Sendo assim, esta pesquisa visa desvendar, a partir da historiografia, o lugar constituído pelo artista, principalmente no campo da música, como porta-vozes de determinadas agendas e temas no contexto da ditadura civil-militar e no pós-redemocratização. A consolidação da canção como veículo fundamental de projetos culturais e ideológicos, contribuiu para a construção de uma esfera pública própria, traduzindo processos permeados de tensões sociais, lutas culturais e clivagens históricas.

Palavras-chave: Música, Cultura, Política.

O alinhamento e a confluência entre a dimensão política e cultural no período da ditadura civil-militar brasileira possibilitaram a organização da sociedade como um todo e, particularmente, da classe artística e intelectual, na busca do reconhecimento de um sentimento, de uma prática e de uma representação participativa na contestação ao *status quo* vigente. Tem como corolário uma das formas de resistência e engajamento político, derivado de manifestações artísticas, seja através do teatro, do cinema, das artes plásticas e da música, essencialmente.

A politização crítica de artistas e intelectuais se deu devido à necessidade de reagir contra o investimento do Estado ditatorial em um modelo de modernização pautado na ordem e no progresso. A valorização de artistas e intelectuais em um modelo que propunha a volta ao passado, às raízes populares, para construir um futuro através de uma identidade genuinamente brasileira, nos moldes do *romantismo revolucionário*, como resalta Ridenti (2017), fez parte de um ideário no qual seria capaz (re)descobrir caminhos para o engajamento artístico com o povo e de que maneira poderia acessar esse povo na construção de uma autêntica cultura nacional.

A arte se constituía, assim, em um instrumento potente para atingir a população e veicular ideologias, baseadas na chave da denúncia de um sistema autoritário e repressivo. A música, assim como qualquer outra manifestação artística, é fruto da experiência e da construção humana e, de acordo com seu contexto de produção, também é capaz de expressar e revelar características intrínsecas às sociedades, contribuindo assim, para a compreensão da História.

Neste sentido, o presente capítulo visa analisar a produção historiográfica sobre a Música Popular Brasileira e investigar o lugar público construído pelo artista da MPB no Brasil no contexto da ditadura civil-militar e no pós-redemocratização. A MPB assumiu no Brasil um lugar muito particular na cena nacional e muitos dos seus músicos se colocaram como porta-vozes de determinadas agendas e temas.

A aliança entre intelectuais, artistas e os Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE – União Nacional dos Estudantes –, surgido em 1961, correspondia à formação de um grupo de pessoas declaradamente engajadas em uma cultura política de esquerda. O objetivo fundamental era desenvolver uma arte engajada ligada diretamente às classes populares, com uma atitude conscientizadora e revolucionária. Assim, a encenação de peças nas portas das fábricas, favelas e sindicatos, a publicação de cadernos de poesia comercializados a preços populares e a realização de filmes independentes, contribuía com o contato direto entre arte e massas. (BRANDÃO, 1990)

A consciência de que o artista-intelectual engajado deveria utilizar a sua arte como um veículo ideológico, deixando de priorizar a qualidade estética de sua obra, foi a pauta de direcionamento do Manifesto do CPC em busca de facilitar a comunicação com as massas. Ou seja, priorizava-se a adaptação da arte aos símbolos e critérios das classes populares, essencialmente, camponesas e operárias, herdeiras da genuína identidade nacional. No

entanto, os preceitos de tal Manifesto, esteticamente, pouco influenciaram as artes, funcionando mais como uma proposta de discussão e atitude do artista.

A transformação da Bossa Nova em uma arte mais participativa entoava os caminhos para a canção de protesto, consolidada na década de 1960. Tinha como principais porta-vozes Carlos Lyra, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Oduvaldo Vianna Filho e outros. Assim, esse tipo de música com o objetivo de carregar uma mensagem mais politizada, expunha uma profusão de temas como “a romantização da solidariedade popular; a crença no poder da canção e do ato de cantar para mudar o mundo; a denúncia e o lamento de um presente opressivo; a crença na esperança do futuro libertador” (NAPOLITANO, 2014, 43). Foi dessa vertente que se originou o que posteriormente passou a ser conhecido como corrente nacional-popular da MPB.

O desenvolvimento irrefreado do capitalismo no Brasil, do qual se serviu os grandes empresários e os latifundiários, ligados ainda ao capital estrangeiro apoiado por um plano de modernização nacional, irrompeu com as bases de esquerda que até então sustentavam o governo de João Goulart, expandindo o avanço das Forças Armadas e dos tecnocratas ao poder.

Com o golpe de 1964, o regime militar passou a dissolver e perseguir políticos, sindicalistas, estudantes e qualquer indivíduo que estivesse minimamente ligado a organizações populares de esquerda, restando a via da militância cultural de artistas e intelectuais. Ainda que sob vigilância, o grupo artístico e intelectual gozava de relativa liberdade para criar e expressar, estimulados pela crise da criação artística engajada de protesto, abriram-se para um debate mais aberto sobre a derrota de 1964. Parte desse cenário se justifica pela ausência das classes mais baixas, perseguidas pelo regime, restando ao artista cantar para a classe média. (NAPOLITANO, 2014)

O fervor artístico e cultural do período entre 1964 e 1968 foi o resultado da ressignificação de sua atuação que, na contramão da estratégia do regime, mobilizava gradativamente a classe média, o movimento estudantil e a guerrilha em curso.

A esquerda, forçada pela nova conjuntura, inverteu a “equação” político-cultural proposta pelo Manifesto do CPC, que subordinava a consciência social (a elaboração cultural, a ideologia) ao ser social (as determinações materiais e de classe social). A consciência social se transformava em prioridade na luta contra o regime, na medida em que o fim da política econômica nacionalista e o autoritarismo político implantado colocavam em xeque as posições tradicionais da esquerda. A cultura passou a ser

supervalorizada, até porque, bem ou mal, era um dos únicos espaços de atuação da esquerda politicamente derrotada. (NAPOLITANO, 2014, 49)

Em 1964, a presença cultural de esquerda permaneceu ativa e cresceria cada vez mais. Segundo Roberto Schwarz (2008) “Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural de esquerda no país” e tal realidade poderia ser observada nos teatros e livrarias cheias.

Movidos pelo interesse ideológico e/ou estético, o cinema, a música, o teatro, as artes plásticas, a literatura se entrecruzavam promovendo o intercâmbio entre diversos artistas de diferentes segmentos, nutrindo-se reciprocamente da mesma concepção social e socializante. (SANT’ANNA, 2004)

O tema do nacionalismo, que propunha uma linguagem anti-imperialista ganhou amplo destaque nesse período. A principal característica do nacional-popular é a busca pela representação dos problemas sociais e políticos do Brasil através da arte engajada. Resgatar o que o Brasil tem de mais puro e original, negando essencialmente qualquer coisa que vinha de fora, se constituía no objetivo dos nacionalistas em forjar o espectro de nossa brasilidade. Reconduzia-se, assim, o dilema da identidade nacional e política e a ruptura com o subdesenvolvimento. A rebeldia e o espírito revolucionário estavam na ordem do dia e constituía uma nova identidade para a juventude. (RIDENTI, 2017)

O show *Opinião*, homônimo do grupo que a apresentou, foi o primeiro marco cultural de esquerda depois do golpe de 1964. Nele, havia um hibridismo entre teatro e música, com personagens que representavam diferentes setores da sociedade na confluência entre a tríade da menina de classe média (Nara Leão), do sambista do morro (Zé Kéti) e do camponês nordestino (João do Vale). Juntos, representavam e apresentavam a resistência contra a ditadura, influenciando outras manifestações artísticas. Tal aliança social esboçava os preceitos do Manifesto do CPC ao articular música, poesia e teatro, resultando na mais simples forma popular de comunicação, denunciando o autoritarismo do regime militar e contribuindo para a construção da resistência no país. (NAPOLITANO, 2014)

A reestruturação da dramaturgia nacional também ficava a cargo do Arena que, conduzido por Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Juca de Oliveira, Paulo José e Flávio Império, promoveram uma relação intrínseca entre a arte e os movimentos populares. Levavam para os palcos temas do cotidiano, sobre os trabalhadores, os retirantes nordestinos, entre outros, refletindo, assim, sobre a conjuntura política, econômica, social e cultural,

tornando-se um dos bastiões da resistência, pontapé inicial de um teatro participante e genuinamente brasileiro. (RIDENTI, 2017)

O Teatro Oficina também se destacava na representação da peça de Oswald de Andrade, *O rei da vela*, passando a estimular e influenciar diretamente na produção de outros artistas como Hélio Oiticica, Caetano Veloso e Glauber Rocha. Sob direção de José Celso Martinez Corrêa, o Oficina esbanjava brasilidade, através de preceitos antropofágicos, numa linguagem irreverente e debochada, levantava a crítica à corrente nacional-popular e propunha fazer com que o seu público se reconhecesse como classe média, reconhecesse seus privilégios e se mobilizasse. Posteriormente outra montagem de sucesso, *Roda Viva*, escrita por Chico Buarque, foi recriada por José Celso e ia de encontro com essa nova onda de superpolitização das artes. (RIDENTI, 2017)

Ainda no campo das artes, o Cinema Novo também se realçava através das produções de Glauber Rocha, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Luiz Carlos Barreto, entre outros cineastas. Nessa esfera, os artistas também buscavam uma forma de representar o homem simples, o verdadeiro povo brasileiro e, inspirados na *nouvelle vague* francesa e no neorealismo italiano, produziam filmes com uma estética própria, representando o mundo rural, do trabalhador nordestino, da fome e das favelas cariocas. (NAPOLITANO, 2014)

Paralelamente, a poesia concretista dos irmãos Haroldo de Campos e Augusto de Campos e também de Décio Pignatari, usava e abusava da palavra, fragmentando-a, decompondo-a em signos e colocando-a numa perspectiva visual, geométrica, numa síntese de brasilidade e tendências internacionais, incorporando a linguagem publicitária e industrial. (NAPOLITANO, 2014)

Mas foi através da música que a conexão entre arte e política ganhou mais expressão. Os musicais na televisão, representados pela união entre MPB e TV e os festivais da canção, contribuíram com o programa da esquerda difundindo a canção por todos os cantos e ampliando o público.

A potencialidade da música, em especial a MPB, no que diz respeito à sua eficiência na comunicação, é indicativa da forte presença de tal expressão artística no cotidiano das pessoas. Ao constatarmos o desenvolvimento científico-tecnológico e considerarmos que vivemos num contexto marcado pelo advento da sociedade globalizada, podemos pensar que os efeitos produzidos por tais acontecimentos nos fornecem elementos para identificar a

ampliação do acesso e do consumo da música, favorecendo a caracterização da sociedade contemporânea como uma sociedade que ouve.

A música apresenta uma linguagem própria, repercute uma determinada visão de mundo e permite deslindar relações sócio-políticas pelo poder de comunicação que lhe é peculiar, em especial, considerando sua forma de produção, difusão e circulação, num momento em que os meios de comunicação de massa se consolidam.

Em um contexto de ditadura civil-militar, num país em que a maioria da população era composta de analfabetos e que as discussões concebidas nas universidades não chegavam nas massas, a música e a explosão de festivais da canção contribuíam com o programa da esquerda de difundir a canção por todos os cantos e, constituindo-se, assim, numa fórmula cada vez mais eficaz na diluição de formas e mensagens que buscavam afirmar a nacionalidade e reivindicar pela liberdade.

O “ciclo dos festivais” como destaca Solano Ribeiro, teve início em 1965 em sua primeira edição na TV Excelsior e se estendeu até o ano de 1972 com o VII FIC – Festival Internacional da Canção, na TV Globo. O projeto fez surgir uma interação entre preceitos estéticos, políticos, econômicos e de comportamento, transformando a sociedade como um todo, em especial, a classe média intelectualizada. Assim, os festivais de música se transformaram numa verdadeira vitrine para a MPB que através do aparato tecnológico da televisão, invadiram as casas dos brasileiros divulgando novas experiências e consagrando a “Era dos Festivais”.

A resistência cultural ao regime e a discussão dos problemas nacionais passaram a tomar conta dos festivais através da canção. Nos festivais, um conjunto de músicas inéditas eram apresentadas e público e júri escolhiam a melhor canção, o melhor intérprete, entre outros prêmios disputados entre os finalistas. Valorizava-se em grande medida, os elementos nacionais e populares que consagravam o nacional-popular com músicas engajadas de protesto, agradando a opinião pública.

Essas músicas ficaram extremamente conhecidas e mobilizaram um enorme público, que decorava suas letras, torciam, aplaudiam e vaiavam os artistas que subiam aos palcos para defendê-las. A música atingiu o seu auge do poder de comunicação e, com a contribuição da consolidação da TV como um dos principais veículos de massa, promoveu a síntese entre arte, vida e política mais bem-acabada da história. Como nos lembra Marcos Napolitano (2014,

73), “antes de ser reflexo, a cultura era uma espécie de cimento que reforçava identidades e valores político-sociais que informavam aquela geração”.

Na contramão da realidade política no país, o ano de 1967 foi marcante para a arte engajada de protesto, atingindo seu auge de popularidade. A sensação era de que o Brasil havia se transfigurado à esquerda, propagandeado na televisão, no cinema, na música e no teatro. Paradoxalmente, os artistas-intelectuais ganhavam renome e espaço na mídia, ao mesmo tempo que se distanciava do contato direto com as classes populares. Elis Regina, Edu Lobo e Chico Buarque estavam entre os artistas mais reconhecidos. (NAPOLITANO, 2014)

Mas foi a explosão de “Alegria, alegria” e “Domingo no parque”, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, no ano de 1967, que escandalizou a MPB e inaugurou um movimento expondo a novidade através do moderno das letras e arranjos das canções. Retomar os valores arcaicos não significava voltar-se para trás, mas sim dar um passo à frente, em direção ao novo, ao experimental, criticamente ao rumo que a música popular brasileira vinha tomando.

A Tropicália, representada principalmente por Caetano Veloso e Gilberto Gil, surgia com uma nova linguagem, inaugurada no fim da década de 1960, propôs recriar a arte e a cultura brasileira, a partir de uma síntese que consistia em “uma verdadeira força na cultura popular e uma fonte contínua de inspiração para diversas gerações de artistas, escritores e músicos”. (BASUALDO, 2007, 9)

De acordo com Augusto de Campos (2012, 152):

Caetano Veloso e Gilberto Gil, com *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque*, se propuseram, oswaldianamente, “deglutir” o que há de novo nesses movimentos de massa e de juventude e incorporar as conquistas da moderna música popular ao seu próprio campo de pesquisa, sem, por isso, abdicar dos pressupostos formais de suas composições, que se assentam, com nitidez, em raízes musicais nordestinas.

Tal projeto cultural e ideológico abarcava não só a música, mas também outras artes como o grupo do Cinema Novo de Glauber Rocha, as artes plásticas de Hélio Oiticica e Lúcia Clark, o teatro de José Celso Martinez Corrêa. Alegoricamente, o tropicalismo exibia a crítica supostamente desatenta, o deboche, a psicodelia nas cores e nos sons, os arcaísmos brasileiros.

Procurando articular uma nova linguagem da canção a partir da tradição da música popular brasileira e dos elementos que a modernidade fornecia, o trabalho dos tropicalistas configurou-se como uma desarticulação das ideologias que, nas diversas áreas artísticas, visavam a interpretar a realidade nacional sendo objeto de análises variadas – musical, literária, sociológica,

política. Ao participar de um dos períodos mais criativos da sociedade, os tropicalistas assumiam as contradições da modernização, sem escamotear as ambiguidades implícitas em qualquer tomada de posição. (FAVARETTO, 2007, 25)

Em meados dos anos 1968, 1969 a MPB estava propriamente consolidada. No panorama musical estabelecendo um sistema de criação, produção e consumo, como destaca Marcos Napolitano (2010).

Contudo, o sistema ditatorial brasileiro interferia diretamente nesse processo de articulação da cultura, na qual também requer um olhar mais complexificado. Sua agenda pautada na repressão buscava na promulgação dos Atos Institucionais o arcabouço legal para a institucionalização e legitimação violência. Com isso, a censura cerceava e controlava a produção artística e cultural através do Departamento de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, ligado ao Ministério da justiça e os serviços de inteligência como as Forças Armadas e o Serviço Nacional de Informações. Assim, as obras eram proibidas ou solicitava-se uma modificação nas partes que os censores consideravam uma ameaça ao seu governo consolidando um sistema pautado na vigilância e na punição

Com a instituição do AI-5, a fase mais obscura e repressora do regime, a censura e a repressão tomaram conta do panorama político-cultural e obrigaram a classe artística a adotar uma postura mais subliminar em suas mensagens, às vezes com vínculos políticos menos explícitos, ou através de um tipo de manifestação mais autônoma, organizado na clandestinidade e inspirados na contracultura. Com essa perseguição, muitos artistas e intelectuais foram presos, torturados e obrigados a deixarem seu país. (FICO, 2017)

Isso não quer dizer que antes do AI-5 não havia censura, perseguição, violência e opressão. No início do golpe, a ditadura ainda tentava camuflar o seu propósito e reprimia os setores mais pobres da população, em especial os trabalhadores, apostando no silenciamento imaneente dessa classe.

Já em meados dos anos 1969/1970, contraditoriamente, o sistema ditatorial brasileiro passava a apostar fortemente e incentivar financeiramente os meios de comunicação e a cultura. A ampliação do sistema da cultura e a consolidação de uma indústria cultural eram favoráveis à lógica capitalista, cumprindo, assim, com a agenda dos militares. Para tanto, o Estado, ao mesmo tempo que se colocava como opressor da cultura, investia maciçamente nesse aparato como um mecanismo para se aproximar de determinados setores da sociedade.

Concomitantemente, a sociedade se valia da cultura patrocinada pelo Estado para resistir. (NAPOLITANO, 2011)

A indústria cultural passou a controlar o processo de produção e circulação da canção e a MPB ao passo que se constituía como uma esfera pública de oposição ao regime, também tornava-se eixo do novo sistema de produção e consumo de música no país. (NAPOLITANO, 2010)

Com o bloqueio e a crise do projeto da arte revolucionária e a crescente articulação no país de uma cultura organizada para o consumo, a cultura jovem dos anos 0 chegava ao final da década enfrentando novas questões. Se a manutenção de uma produção cultural mobilizada pela ideia da Revolução, tal como fora equacionada até 64, revelava-se improvável e cada vez mais “fora de lugar”, a participação na indústria cultural, por seu turno, mostrava-se problemática e até mesmo identificada com uma espécie de “traição” à ética empenhada pela intelectualidade. (HOLLANDA & GONÇALVES, 1982, 47)

O regime militar investia cada vez mais no sustentáculo da classe média, forjando o crescimento econômico e fomentando o consumo como estratégia estruturante na manutenção do *status quo* vigente. Tornava-se necessária, assim, a criação de alternativas para novos espaços e estilos de contestação. A construção desse novo mercado cultural, desvinculado das empresas encontrou, nas universidades, um campo de circulação e fomento das artes “marginais”, produzidas de forma artesanal e independente.

Em grande medida, para os artistas que permaneceram no país, o MAU – Movimento Artístico Universitário – foi o circuito que ainda permitia o contato entre artistas e público. Elis Regina, Taiguara, Gonzaguinha e Ivan Lins, faziam parte do time de artistas que se apresentavam nos campi universitários. (NAPOLITANO, 2014)

Com um mercado em grande expansão, a indústria cultural passou a concentrar-se na *black music*, nas músicas compostas em inglês por brasileiros, no sambão joia dos Originais do Samba, Benito di Paula, entre outros, e no samba de Martinho da Vila, Paulinho da Viola e Clara Nunes. O hiato da MPB engajada só teve fim com a volta de seus artistas mais conhecidos do exílio. Chico e Caetano, assim que retornaram, gravaram discos de enorme expressão, principalmente pelas experiências adquiridas no exterior.

Em 1972, os dois astros, Chico e Caetano, que até então representavam duas tendências estéticas e políticas da MPB, gravaram um álbum ao vivo, num histórico show em Salvador, com o título Caetano e Chico, juntos e ao vivo. O show foi um verdadeiro ato de resistência contra a ditadura e a sua censura,

sofrendo inúmeros atos de sabotagem técnica, como o desligamento de microfones durante a apresentação das canções. (NAPILITANO, 2014, 87)

Nesse mesmo ano de 1972, surgia o Clube da Esquina. Liderado por Milton Nascimento e Lô Borges, o grupo composto por instrumentistas, intérpretes e compositores de Minas Gerais, amalgamando gêneros locais e *rock*, lançava canções mais sensíveis, mas não menos críticas em relação ao momento político e social. Nos anos que se seguiram, novos atores entravam em cena: Fagner, Ednardo, Belchior, Jorge Mautner, Jards Macalé, Luís Melodia, Walter Franco. No entanto, a grande reestruturação aconteceu no *rock* nacional trazendo Raul Seixas, Secos e Molhados, Novos Baianos, os Mutantes para a cena musical brasileira.

Segundo Napolitano (2014), o período entre 1972 e 1974 foi o momento de rearticulação criativa e político-cultural na música popular brasileira. Novas tendências, novos nomes, novos discos que, apesar da censura e repressão do regime civil-militar, marcavam esse novo processo de expansão da canção brasileira. Nesse momento também, a TV se popularizava ainda mais, o investimento do Estado na indústria do entretenimento como instrumento de manipulação da grande massa, de acordo com os setores mais intelectualizados e engajado, passou a produzir novelas, programas de humor e telejornais.

No que se refere aos intelectuais ou artistas de esquerda dos anos 1960, culminava um novo modelo despreocupado e desvinculado de compromissos sociais, provocando um possível desaparecimento dessa classe pois a nova busca era do acesso individual ao desenvolvimento a cargos públicos de governos que adotam medidas neoliberais.

Aos poucos, foi-se esgotando o arquétipo do intelectual ou artista rebelde, cada vez mais raro nos dias de hoje. Os intelectuais críticos e comprometidos com a superação das contradições da modernidade capitalista tendem a dar lugar a intelectuais resignados, contemplativos das eternas contradições, contra as quais pouco ou nada poderiam fazer. O intelectual militante libertário, é substituído pelo intelectual passivo, a fruir sem culpa sua liberdade e relativa autonomia na modernidade em eterna mutação.

O remodelamento do artista engajado e do intelectual indignado, como destaca Marcelo Ridenti (2017), ao profissional, centrado na própria carreira individual e competitivo no mercado das ideias provocava a diminuição, ou mesmo a saída desses atores da cena pública, no período de pós redemocratização e marcavam o enfraquecimento e/ou o abandono nos debates sobre qual modelo de democracia seria adotado.

Referências Bibliográficas

- BASUALDO, Carlos. **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira [1967-1972]**. Carlos Basualdo, (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- BRANDÃO, Antônio Carlos. **Movimentos culturais de juventude**. Antônio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. São Paulo: Moderna, 1990.
- CAMPOS, Augusto de. **Balanço da bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FAVARETTO, Celso. **Tropicália, alegoria, alegria**. 4ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.167-205.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Editora Brasiliense s. a., 1982.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950/1980)**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **História & música: história cultural da música popular**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- OLIVEIRA, Ana de. **Tropicália ou Panis et circencis**. São Paulo: Iyá Omin, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. **No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil**. Disponível em: Acesso em: 01 dez. 2018
- RIBEIRO, Solano. **Prepare seu coração: a história dos grandes festivais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: Reis, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**. Coleção: História do Brasil Nação 1808-2010, V.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- _____. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.133-165.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Música Popular e Moderna Poesia Brasileira**. São Paulo: Landmark, 2004.
- SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Da *T.H.U.G. L.I.F.E.* à Vida Loka: o conceito de marginalidades conectivas no *hip-hop* global

Vinícius Novaes Ricardo

Mestrando em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

vinicius_novaesricardo@hotmail.com

Resumo: O hip-hop é um movimento cultural surgido nos guetos novaiorquinos na década de 1970 que tem como característica a promoção de sociabilidades anti *status quo*, práticas de afirmação de identidade e ocupação do espaço urbano. Composto originalmente por quatro elementos fundacionais (o *break dance*, o *grafitti*, o DJ e o MC), tem nas músicas de rap um eficiente vetor de suas concepções ideológicas, permitindo, inclusive, um processo de globalização do hip-hop nos últimos anos do século XX e início do XXI. Compreendido por Paul Gilroy (1993) enquanto um produto do circuito comunicativo do atlântico negro, o hip-hop perpassa recortes nacionais e linguísticos diversos, assumindo acepções regionais sem comprometer os discursos basilares de sua configuração original. Segundo Halifu Osumare, esse processo que traduz e reinventa em outros locais o hip-hop afro-americano e latino emanado dos EUA pode ser explicado pelo conceito de “marginalidades conectivas”. Este conceito permite a percepção da sobreposição de elementos como classe, opressão histórica e cultura como eixos de articulação do fluxo internacional do hip-hop. Em vista disso, o trabalho tem como cerne a utilização deste conceito para o entendimento de como a noção de *T.H.U.G. L.I.F.E.*, criada pelo rapper estadunidense Tupac Shakur, foi decodificada na noção de Vida Loka, cunhada pelos Racionais MCs, ou seja, quais as semelhanças e diferenças que sustentam o paralelo entre ambas e de que forma cada uma delas se insere em seu contexto sociocultural e histórico. Nesse sentido, os estudos de Loic Wacquant (2002) e Teresa Caldeira (2000) sobre o processo de marginalização da pobreza e violência nos EUA e no Brasil, respectivamente, são indispensáveis para a análise do conjunto documental selecionado (produção musical e audiovisual dos artistas) e dos significados suscitados nas dimensões discursivas do rap, considerando-o uma importante expressão artística em tempos sombrios de encarceramento em massa e genocídio da juventude negra.

Palavras-chave: Marginalidades conectivas, *hip-hop*, rap.

O *hip-hop* e o rap

Para qualificar o acesso à discussão desenvolvida neste trabalho, é necessário em primeiro lugar explicitar os termos *hip-hop* e rap. O primeiro termo refere-se ao movimento cultural surgido nos guetos novaiorquinos na virada da década de 1960 para 1970. Expressa em seus quatro elementos fundacionais¹ a influência direta da mobilização cultural e política que interpelou a população negra estadunidense durante a segunda metade do século XX.

¹ O *grafitti* é um estilo de pintura de murais urbanos; o *break dance* é um tipo de dança caracterizada pelos movimentos abruptos; O DJ e MC eram responsáveis pela expressão musical.

A participação de movimentos políticos na fundação do *hip-hop*, como é o caso do Partido dos Panteras Negras – fundado na cidade de Oakland, Califórnia, em 1966 por Huey Newton e Bobby Seale – delineou nessa expressão cultural o compromisso de seus integrantes com o antirracismo. Antagônico à mentalidade racista dos EUA nos anos de desenvolvimento, a cultura *hip-hop* também afrontou a institucionalidade racista, composta pelo que Loic Wacquant (2002) descreve como o estágio final de quatro dispositivos destinados ao controle e opressão dos negros: a escravidão, as leis segregacionistas *Jim Crow*, os guetos e, por último, uma fusão simbiótica entre a segregação socioespacial e o sistema carcerário.

Sua formação nos bairros pobres de Nova Iorque, primordialmente no Bronx, onde habitavam majoritariamente afro-americanos e latino-americanos, está imbricada com a reformulação do espaço citadino por meio de reformas realizadas em meados do século XX pelo urbanista Robert Moses. Este foi um momento de intensa reconfiguração da cidade, que adquiriu uma espacialização segregada sob o critério racial e, em decorrência disso, impactou nas sociabilidades entre os habitantes. A relação entre os sujeitos e o ambiente em que estão inseridos é de crucial importância para compreensão das culturas urbanas.

Em vista disso, as reflexões de Michel de Certeau em *A invenção do Cotidiano* (1994), obra em que descreve as formas como os sujeitos dialogam com o mundo ao redor, seja pela dimensão discursiva ou por práticas, enriquecem as reflexões sobre o surgimento do *hip-hop*. Neste trabalho, o autor apresenta o conceito de “maneiras de fazer”, que remete às formas como os indivíduos consomem o mundo, transformando-o em um subproduto de sua autoria.

Nesse sentido, as práticas culturais urbanas seriam expressões dessas formas de compreensão e ação no ambiente, isto é, esquemas de assimilação coordenados por leituras imprevisíveis da cidade. Portanto, perceber a organização do espaço citadino enquanto portador de significado histórico culmina com a constatação de que os comportamentos dos sujeitos inseridos nesse espaço é igualmente significativo. A cidade, enquanto um espaço geográfico, comporta uma miríade de cidades, enquanto *locus* sociocultural. Curiosamente, Certeau nos informa que, se preciso fosse, ilustraria este conceito com o *graffiti* (CERTEAU, 1994, p.169). Isto é, considera um dos elementos da cultura *hip-hop* um exemplo de como os sujeitos, a partir da apropriação, produzem novos espaços.

Além disso, o processo de desindustrialização da cidade de Nova Iorque na década de 1970 (ROSE, 1994) teve impacto direto na oferta de emprego, prestação de serviços e nas condições de moradia. Esse conjunto de procedimentos institucionais desencadeou de forma mais consistente o processo de marginalização da pobreza e violência, que culminou com o

aumento da inserção do braço penal do Estado nessas regiões da cidade (WACQUANT, 2002).

Essa dimensão histórica imediata, ou seja, a disposição sociopolítica e econômica deste ambiente é interpelada pela simbologia e linguagem cultural dos afro-americanos e latino-americanos habitantes deste espaço (ROSE, 1994). Um dos produtos culturais desse entrecruzamento foi cultura *hip-hop*, que teve seus elementos fundacionais explicitados no ano de 1973 com a fundação da ONG *Zulu Nation* por Afrikaa Bambaataa (Lance Taylor). Tendo como objetivo central a promoção de atividades culturais no Bronx, a ONG organizava festas de *batalhas* de *break dance* e de rimas a fim de formar um senso comunitário entre os jovens que ali residiam.

O rap é um estilo musical da Jamaica inserido nas festas de *hip-hop* pelo imigrante jamaicano DJ Kool Herc. É simultaneamente, um produto cultural e um produto de mercado (NAPOLITANO, 2002) e, sendo assim, é regido por interesses variados, principalmente os da indústria fonográfica. Até a década de 1980 o rap vendável estava muito próximo da *disco music* e, portanto, predominou o caráter festivo destinado às discotecas, como pode ser observado nas músicas *Rapper's Delight* (1980) e *These are The Breaks* (1980).

O direcionamento do rap enquanto música de protesto surge no ano de 1982, quando o DJ *GrandMaster Flash and The Furious Five* lançaram a música *The Message*, que descrevia o ambiente urbano dos bairros pobres e violentos de Nova Iorque. A partir deste momento, um número cada vez maior de rappers se interessou na utilização da música enquanto veículo de discurso político. Portanto, o rap reedita o viés político e reivindicatório recorrente na expressão musical negra estadunidense – como observado com o *Soul*, – estabelecendo como referência a crítica às desigualdades raciais e sociais.

As variações de público e região eram determinantes na composição da dimensão instrumental e poética do rap, aspecto que pode ser percebido principalmente na composição das letras, exemplificado pela temática da criminalidade das gangues, característica do rap californiano e responsável pela alcunha (estabelecida pela mídia) de *gangsta rap*

Um dos principais representantes do rap californiano na década de 1990 e das narrativas sobre o ambiente de marginalização da pobreza e violência é o rapper Tupac Amaru Shakur, uma importante influência para o grupo Racionais MCs, principal grupo de rap brasileiro durante os anos finais do século XX e iniciais do século XXI. Ambos seriam responsáveis pela consolidação de estéticas e discursos específicos no rap estadunidense e

brasileiro, principalmente através da criação das noções, respectivamente, da *T.H.U.G. L.I.F.E.* e Vida Loka.

T.H.U.G. L.I.F.E.

No ano de 1994 é lançado o álbum *T.H.U.G. L.I.F.E.*² pelo grupo homônimo liderado por Tupac. Suas letras são caracterizadas pelo discurso antirracista mobilizado para expor a dimensão histórica da mentalidade e institucionalidade do sistema de opressão dos povos negros estadunidenses. Relendo o pensamento de um conjunto de intelectuais negros, principalmente os atuantes no Movimento pelos Direitos Civis e no Partido dos Panteras Negras, Shakur adequou uma série de discursos à sua época e geração, isto é, às juventudes da década de 1990. Observa-se em sua retórica uma sobreposição dos dois tempos históricos, fundamentada em representações do racismo.

Utilizando o rap enquanto vetor de ideologias e compreendendo na cultura um mecanismo de transformação social, Tupac buscou politizar e incentivar os ouvintes à ação coletiva. Sua discografia, mesmo que marcada por diferentes discursos, tem como cerne alocações respectivas a identidade, memória, justiça social e violência, que eram frequentemente reforçadas em seus pronunciamentos públicos.

O álbum lançado pela *T.H.U.G. L.I.F.E.* veicula em suas músicas as vivências, atravessadas pela violência, dos jovens negros e pobres das grandes metrópoles dos EUA. São diversas as narrativas que reforçam a concepção de como a experiência de vida nesses ambientes é constituinte do sujeito, como pode ser percebido no refrão de *Cradle to the Grave: From the cradle to the grave/ life ain't never been easy/ living in the ghetto*³ e em versos da música *Under Pressure: you wonder why I'm made this way/ I wasn't turned out/ I was raised this way of thinking*.⁴ Ainda nesse sentido, as menções à morte são recorrentes e desempenham um papel importante na construção do imaginário dessa proposta musical, como pode ser observado no trecho de *How long will they mourn me?: Its kind of hard to be optimistic/ When your homie's lyin' dead on the pavement twisted*⁵.

A estética e o discurso inseridos nas músicas deste álbum buscam historicizar a “expressão de uma vida social subalterna específica” (HALL, 2003, p.379). Tupac também

² Acrônimo de: *The Hate “U” Give Little Infants Fucks Everybody*. (Tradução livre: o ódio que você dá às crianças ferra com todo mundo). Significa também *thug life* (tradução livre: vida bandida).

³ Tradução livre: Do berço ao túmulo/ a vida nunca foi fácil/ vivendo no gueto.

⁴ Tradução livre: Você se pergunta por que eu sou dessa forma/ Eu não fui transformado/ eu fui criado nessa forma de pensar

⁵ Tradução livre: É um pouco difícil ser otimista/ quando seu amigo está morto retorcido na calçada.

definiu o significado dessa proposta musical em entrevistas⁶, afirmando-a enquanto uma forma de se opor ativamente ao processo de marginalização ao qual estavam submetidos.

Ao defenderem a *T.H.U.G. L.I.F.E.* como um estilo de vida – através da representação dos comportamentos desviantes⁷ de jovens negros e pobres e sua aversão à autoridade institucional estadunidense – o grupo de rap inseria em suas músicas uma leitura crítica da sociedade e de seu impacto nos indivíduos, ou seja, o ódio, que pode ser entendido como a opressão à qual estão submetidos, é constitutivo dos sujeitos. Neste sentido, Wacquant argumenta que a “simbiose estrutural e funcional entre gueto e prisão encontra uma expressão cultural surpreendente nas letras musicais e no estilo de vida desdenhoso dos músicos de *gangsta rap*, exemplificado pelo destino trágico do cantor e compositor Tupac Shakur.” (WACQUANT, 2007, p.14)

Mesmo com uma curta carreira, Tupac conquistou um grande volume de trabalho⁸, aspecto que o estabeleceu como um dos principais artistas da indústria fonográfica da década de 1990. Entretanto, é apenas com seu homicídio em Las Vegas no ano de 1996 – alguns meses depois de completar 25 anos de idade – que é alçado ao status de “imortal” do rap e da cultura *hip-hop*. Nesta feita, sua popularidade permeou por diversos países, consagrando sua figura enquanto uma das mais celebradas pelo *hip-hop* global. Tornou-se uma grande influência para rappers fora dos EUA, como é o caso do grupo brasileiro Racionais MCs.

Vida Loka

Os Racionais, composto por, KL Jay, Edi Rock, Ice Blue e Mano Brown, é um grupo de rap radicado em São Paulo. Fundado em 1988, se insere em um momento de conturbada transição política. O fim da ditadura com a institucionalização de um Estado Democrático de Direito pela promulgação da Constituição Federal, mobilizou diversos setores da sociedade pela defesa das garantias individuais, como o direito à vida, saúde, educação, moradia. Entretanto, retórica dos Racionais MCs revelava um Brasil ainda autoritário e genocida, que sofria perenemente com os “Anos de Chumbo”.

Esse discurso contra hegemônico é percebido em seu primeiro lançamento, *Holocausto Urbano*, de 1990. Neste EP foram veiculadas músicas como *Tempos Difíceis*, que denunciavam e transportavam para a linguagem musical a pobreza e violência nas periferias

⁶ *Tupac In His Own Words*. Direção: Abbie Kears. Estados Unidos: MTV News, 1997. 29 minutos.

⁷ BECKER, 2008

⁸ Lançou os discos *2pacalypse Now* (1991), *Strictly 4 my N.I.G.G.A.Z.* (1993), *T.H.U.G. L.I.F.E.* (1994), *Me Against The World* (1995), *All Eyes On Me* (1996).

da cidade de São Paulo. Teresa Caldeira, em seu livro *Cidade de Muros* (2000), afirma que a violência é um elemento presente de forma tão intensa nas sociabilidades da capital paulista que é possível perceber o surgimento de um padrão de habitação marcado pelos cercamentos. Concomitante a isso, os índices de letalidade policial mantiveram-se altos em decorrência, entre outros motivos, da resistência à democratização observada nas instituições policiais. (CALDEIRA, 2000)

No ano de 1997 foi lançado o álbum *Sobrevivendo no Inferno* que, como é expresso em seu título, tinha como cerne descrever as vivências nas periferias de São Paulo, caracterizada como o inferno. Músicas como *Periferia é Periferia* e *Diário de um Detento* explicitam a segregação socioespacial e o sistema prisional como uma única linha carcerária, como descrito por Wacquant sobre os EUA. Os altos índices de violência policial, homicídios e o baixo acesso aos serviços do Estado previstos constitucionalmente, por exemplo, à educação, ganham lugar de destaque no rap *Capítulo 4 Versículo 3*. Assim, a estrutura racista do Brasil figurou como um dos assuntos privilegiados dos discos dos Racionais, e no ano de 2002 com o álbum *Nada como um dia após o outro* é apresentada a imagem da Vida Loka.

Não obstante aos outros sucessos musicais que estabeleceram os Racionais como o principal grupo de rap nacional – *Jesus Chorou*, em que são mencionadas uma série de referências políticas e musicais para o grupo, e *Dá Ponte pra Cá*, que desvela o abismo socioeconômico existente no espaço urbano da capital paulista responsável por um locus sociocultural de vivência específico para cada região da cidade – são as músicas *Vida Loka parte 1* e *Vida Loka parte 2* que consolidam de forma explícita o ambiente como elemento articulador da formação dos sujeitos.

Da T.H.U.G. L.I.F.E. à Vida Loka

O impacto da discografia de Tupac na produção musical dos Racionais é evidente no álbum de 2002. É um disco duplo com 21 faixas, feito inédito para o rap brasileiro, ineditismo este inspirado no disco *All eyez on Me* de Shakur, o primeiro álbum duplo de rap dos EUA. A influência do rap californiano pode ser percebido da capa⁹ às escolhas instrumentais¹⁰.

Ainda nesse sentido, os lados A e B do álbum, respectivamente, “Chora Agora” e “Ri

⁹A capa do disco apresenta um homem apoiado em seu carro *Lowrider*, símbolo de prestígio na região de Los Angeles. Além disso, pode ser observado em seu bolso uma bandana vermelha, representação de uma das gangues da Califórnia, conhecida como *Bloods*. Nesse sentido, a capa recorre a simbologias típicas do rap californiano.

¹⁰A música “Da ponte pra Cá” teve sua dimensão rítmica retirada de *Cuss Words* do rapper californiano Too Short.

Depois”, ressignificam um dos lemas de Tupac, grafados em tatuagens em suas costas: *Laugh Now, Cry Later*. A lógica de Shakur de rir primeiro e chorar depois, coordenada pelo sentimento de vingança direcionado ao sistema opressivo estadunidense, foi rearticulada pelos Racionais MCs que inverteram a ordem e inseriram como nexos coordenativos a noção da superação, isto é, chorar primeiro e rir depois. Essa lógica pode ser percebida em todo o álbum e principalmente nas músicas *Vida Loka parte 1* e *Vida Loka parte 2*.

A noção de *Vida Loka* não se limita a uma mera transposição de significado do inglês para o português e está imbricada na lógica de superação proposta pelo grupo. Isso pode ser percebido pela mudança de narrativa entre os dois raps. O primeiro consiste em uma ligação telefônica de Mano Brown para um amigo que está preso e, nesta conversa, o rapper realiza dois “monólogos” que explicitam a mensagem de superação¹¹. Neste telefonema, os amigos se atualizam das experiências proporcionadas pelos dois ambientes em questão, isto é, a periferia de São Paulo e o presídio, desvelando a conexão entre ambos. Esses espaços são amarrados na música pela violência, aspecto que traduz de forma consistente a percepção do lado A, ou seja, “Chora Agora”.

O segundo, *Vida Loka parte 2*, localizado no lado B, “*Ri Depois*”, reforça a ideia da superação em versos como: “É só questão de tempo/ para o fim do sofrimento”. Já nos primeiros segundos da música, através de falas comemorativas e do barulho de brinde de taças, o mote principal deste rap é explicitado. Todavia, é através da imagem bíblica de Dimas que o grupo sintetiza seu argumento: um dos ladrões crucificados ao lado de Jesus que momentos antes da sua morte se arrepende dos pecados cometidos e é perdoado por Deus. Referenciado como “o primeiro *Vida Loka* da história”, Dimas é uma metáfora para uma crítica ampla ao Sistema de Justiça Criminal que não estaria moralmente apto para emitir nenhum veredicto, principalmente por ser um reproduzidor de injustiças. Nesse sentido, os comportamentos desviantes de Dimas só poderiam ser verdadeiramente julgados por Deus¹².

Essa perspectiva é articulada também no videoclipe da música. O clipe inicia encenando a infância de um grupo de 4 garotos no Capão Redondo em São Paulo no ano de 1983 e evidencia elementos como a pobreza e o racismo. Através de um lapso temporal de 21 anos demonstra o impacto que a infância neste ambiente teve na formação dos sujeitos, inclusive ao mostrar que um dos jovens havia sido preso, aspecto que reforça a conexão entre periferia e presídio afirmada em *Vida Loka parte 1*. Ainda nesse sentido, sinaliza ao

¹¹“Onde estiver, seja lá como for/ Tenha fé, porque até no lixão nasce flor”

¹²“O promotor é só um homem/ Deus é o juiz”

espectador o relacionamento conflituoso com a polícia, ao exibir uma simulação de abordagem policial que produz uma interrupção abrupta da música.

Mas para além do processo exportação comercial do rap para a América Latina e outros lugares do mundo, principalmente na década de 1990, é de crucial importância compreender os eixos coordenativos da expansão global do *hip-hop* que permitiu ressignificar o seu posicionamento engajado em diversos recortes nacionais e culturais distintos do estadunidense. Esse processo só pode ser compreendido com a investigação da relação entre o global e o local, elemento de absoluta relevância para o rap sobretudo em função da importância dada ao contexto urbano. Nesse sentido, Tricia Rose (1994) afirma que nada é mais central do que situar o rapper em sua localidade, aspecto que explica a recorrência de videoclipes de rap gravados em metrô, ônibus, prédios abandonados e ruas.

A análise da ressignificação da noção de T.H.U.G. L.I.F.E. na Vida Loka revela uma série de aproximações entre o conteúdo e formato das duas, entretanto, também são identificadas distinções. O movimento de adaptação da expressão de uma vida subalterna específica nos EUA para a expressão de uma vida subalterna específica no Brasil teve seus mecanismos de tradução fundamentados nas semelhanças e diferenças entre São Paulo e a Califórnia.

Marginalidades conectivas

A expansão global do *hip-hop* encontra na indústria cultural estadunidense sua principal plataforma de exportação. Todavia, mesmo que muitas vezes o rap se apresente desvinculado do hip-hop, essa expressão musical ainda veicula diversas noções e estéticas produzidas por esse movimento cultural. Entretanto, sua expansão pelo mundo não se caracterizou como um simples processo de transferência para outros países. Na verdade, o *hip-hop* assumiu contornos específicos e adaptados ao contexto cultural e nacional de cada país e região em que foi estabelecido. Todavia, mesmo com o indicativo de que a globalização desta cultura se deu através de ressignificações dos elementos e noções basilares do *hip-hop*, resta a investigação de como isso aconteceu e quais significados suscita. Nesse sentido, Halifu Osumare questiona “como exatamente jovens de outras nações, que muitas vezes falam outros idiomas que não o inglês, decodificam e reinventam a cultura urbana do *hip-hop* afro-americano e latino que emana dos EUA?”(OSUMARE, 2015, p.66)

Em vista disso, a autora busca compreender quais as condições e mecanismos que sustentam a inserção do *hip-hop* em outros países. Um primeiro indicativo foi estabelecido por Paul Gilroy (2001), que percebeu na formação deste movimento cultural no território dos EUA uma dimensão permanente de criação e transformação de produtos culturais fundamentada na experiência do atlântico negro. O autor defende que este produto cultural pode ser compreendido como resultado da “fecundação cruzada das culturas vernaculares africano-americanas com seus equivalentes caribenhos” (GILROY, 2001, p.211) e auxilia na proposição da chave de leitura da diáspora enquanto “formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem.” (GILROY, 2001, p.25)

Mobilizando o entendimento de diáspora de Paul Gilroy, Osumare busca compreender sob quais condições e através de quais eixos coordenativos acontece esse processo de modificação e transcendência. A autora apresenta quatro eixos: O primeiro é a **geração**, uma vez que o *hip-hop* se apresenta frequentemente como uma cultura juvenil. O segundo é a **raça**, pois mesmo que não afirme uma identidade específica, o *hip-hop* sempre é articulado com objetivo da integração dos praticantes da cultura, o que frequentemente delinea o contorno antirracista. O terceiro é a **classe**, um aspecto de suma importância em sua expansão, capaz de estabelecer o que Arnaldo Contier (2005) denominou como um “grupo de excluídos do mundo todo”, compreendendo essa exclusão fundamentada nas classes sociais. Por fim, a **opressão histórica**, que sustenta que os grupos historicamente alvos de sistemas opressivos, como países que estiveram sob a dominação colonial, também se expressam pelas linguagens do *hip-hop*.

Em vista disso, os sistemas comunicativos e os contextos de articulação do *hip-hop* proporcionaram sua expansão pelo globo¹³, sem que isso significasse, simultaneamente, uma transferência de aspectos imutáveis de sua versão estadunidense, e nem mesmo uma desconfiguração geral dos objetivos e linguagens¹⁴.

Em vista do supracitado, Halifu Osumare argumenta que este processo está fundamentado nas ressonâncias entre as desigualdades sociais presentes em cada país, identificando que estas são verificadas “desde as favelas brasileiras, os pobres bairros afro-

¹³ Ainda nesse sentido, podemos compreender este movimento global através do que Stuart Hall chama de “proliferação subalterna da diferença” (HALL, 2003, p.66), que permite desvelar a constante negociação entre os imperativos globais e as linguagens culturais próprias de cada local.

¹⁴ Observado em locais como Nova Iorque, Compton, Oakland e Centro Sul de Los Angeles (EUA), Paris (França), SOWETO (África do Sul), Gana, Rio de Janeiro e São Paulo (Brasil), Havana (Cuba).

cubanos aos guetos urbanos dos EUA e tem sido uma parte significativa da história da diáspora africana.” (OSUMARE, 2015, p.64). Portanto, é possível perceber a importância simbólica que o ambiente em que os sujeitos estão inseridos ocupa na construção do imaginário do *hip-hop* e do rap, ou seja, a localização desses sujeitos permeia toda a construção dessas expressões culturais justamente por ser o epicentro da articulação dos sistemas comunicativos com o contexto objetivo das vivências dos indivíduos.

Conclusão

O presente trabalho teve como tema o processo de formação e expansão do *hip-hop* internacional, além de sua associação inconstante com o rap. Fundamentado na relação entre global e local, além da constante negociação entre as condições históricas objetivas e os imperativos culturais africano-americanos, buscou-se tangenciar alguns dos aspectos que coordenaram sua expansão geográfica durante os anos finais do século XX e iniciais do XXI. Todavia, tendo como objeto de estudo duas noções centrais para essas expressões culturais nos EUA e no Brasil, respectivamente, a *T.H.U.G. L.I.F.E.* e a *Vida Loka*, a análise foi centralizada na ressignificação das estéticas e discursos do rapper Tupac Shakur em músicas do grupo Racionais MCs. O diálogo entre essas duas propostas de rap foi utilizado enquanto evidência histórica e baseou a explicitação do conceito de marginalidades conectivas. Mesmo que essa conexão possa ser observada em outras regiões do mundo, a relação entre os EUA e Brasil são evidentes em decorrência de “a cultura *hip-hop* no Brasil [ser] um indicativo de todas as marginalidades conectivas, incluindo classe, raça, opressão histórica e a conexão com os jovens do *hip-hop* norte-americano.” (OSUMARE, 2015: 90)

Esta comunicação teve como objetivo a afirmação do rap enquanto uma importante expressão artística em tempos sombrios: atualmente os EUA tem a maior população carcerária do mundo com aproximadamente 2,3 milhões de detentos. Destes, cerca de 40% são negros¹⁵ (os negros são 13% do total da população dos EUA); no Brasil a população carcerária também aumenta vertiginosamente, entretanto, é no número de homicídios que são coletados os dados mais alarmantes. Entre os anos 2006 e 2016 foram registrados 553 mil mortes violentas, nas quais cerca de 70% eram negros ou pardos¹⁶. Em suma, é através da constatação conjunta do contexto de encarceramento em massa e genocídio da juventude negra que as mensagens antirracistas do rap e do *hip-hop* são entendidas enquanto expressões culturais destes

¹⁵ 13º Emenda. Direção: Ava DuVernay. Estados Unidos: *NetFlix*, 2016. 100 minutos.

¹⁶ Atlas da violência. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>

ambientes e, além disso, é essa condição de marginalidade que possibilita e coordena as aproximações e distanciamentos observados entre essas expressões culturais na Califórnia e em São Paulo.

Referencias Bibliográficas

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 34 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

GILROY, Paul.; MOREIRA, Cid Knipel. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Editora UFMG, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel (fontes audiovisuais)**. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 254-273.

_____. **História & música: história cultural da música popular**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OSUMARE, Halifu. Marginalidades conectivas do Hip Hop na Diáspora Africana: os casos de Cuba e do Brasil. In: AMARAL, Mônica; CARRIL, Lourdes. **O Hip Hop e as diásporas africanas na modernidade**. São Paulo: Alameda, 2015.

ROSE, Tricia. **Black noise: Rap music and black culture in contemporary America**. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1994.

SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem: A trajetória social e intelectual de Mano Brown**. 2012. 302 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

WACQUANT, Loic. Da escravidão ao encarceramento em massa. **New Left Review**, Londres, n. 13, p. 41-60, jan/fev. 2002.

_____. “Uma cidade negra entre os brancos”. Revisitando o gueto negro da América. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 263-278, 2004.

_____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 80, p. 9-19, 2008.

ST 18
**O mundo colonial luso
americano e as diversas
estratégias de conquista e
dominação: século XVI – XIX**

Nos mais recônditos confins de dentro: conquista, ocupação e formação de uma sociedade sertaneja na antiga capitania de Pernambuco (1654-1750)

Ana Paula Nunes da Silva

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

brasiliansa.historia@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar o processo de conquista e ocupação dos sertões desta capitania e regiões anexas por colonos oriundos das vilas do açúcar no litoral. Também se propõe a abordar a formação de uma nova sociedade colonial neste território, a chamada ‘sociedade sertaneja’, que se adaptou às asperezas agrestes de um dos rincões da América portuguesa. O recorte temporal proposto vai de 1654 (após a expulsão dos holandeses de Pernambuco) até meados de 1750, e o cenário destes acontecimentos está inserido territorialmente em parte das chamadas ‘Capitanias do Norte’. Sobre a antiga capitania de Pernambuco, é importante mencionar que dela fizeram parte, em diferentes momentos da colonização, regiões que hoje correspondem aos territórios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e a porção Oeste da Bahia. As fontes analisadas, com o objetivo de compreender as representações que se consolidaram neste período sobre os sertões e os indígenas tapuias que neles habitavam, consistem em relatos de época de cronistas que trataram sobre algum aspecto relativo ao sertão pernambucano ou adjacências em seus escritos. Pretende-se assim compreender como se deram estes adentramentos, qual era o imaginário sobre o sertão que vigorava naquele momento, e como se consolidou uma nova sociedade naquelas veredas, partes de um processo longo e violento, que se notabilizou como um verdadeiro marco na história colonial do Brasil.

Palavras Chave: Brasil colonial, sertão, Pernambuco.

Surgem ao longe os sertões

Datam dos primórdios da história colonial as primeiras menções sobre como seriam as porções longínquas de terra, designadas homogeneamente de ‘sertão’. Naquele momento, toda e qualquer porção de terra que se situasse mais ao interior da costa era considerada como sendo ‘sertão’, parte de um imenso e incógnito território ainda não devassado pelos colonos, formado por regiões que suscitavam medo e curiosidade.

Autor de uma obra clássica e inaugural sobre o tema dos sertões no Brasil, o historiador Capistrano de Abreu, trabalhou a questão da colonização do litoral *versus* o interior do território:

Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente [...] patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis [...] a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. (ABREU, 1982, p. 131).

A base econômica da colônia naquela altura estava, fundamentalmente, na produção de açúcar. No entanto, o boi era peça fundamental na capitania de Pernambuco, seus engenhos dependiam em larga medida deste animal, pois a maior parte deles era movida à tração animal. Com o aumento da população – que necessitava de bois tanto como meio de transporte como também uma das suas fontes de carne para a alimentação – foi necessário que a criação de gado crescesse. Do gado também se extraía o couro, que era a matéria-prima base para uma série de produtos utilizados no período.

Neste cenário haverá um impulso rumo ao interior da capitania, pois o gado precisava de amplos espaços para seu criatório e pastagens, o que já não havia na faixa litorânea, dominada pelas terras dos engenhos e pelas plantações de cana. Uma das mais tenazes asperezas que precisaram ser vencidas pelas frentes de conquista foram os indígenas que habitavam naquelas veredas agrestes, os chamados ‘tapuias’. Com origem na língua Tupi, a palavra ‘tapuia’ teria significados que fazem menção a ideia de ‘forasteiro’, ‘bárbaro’, ou ainda, ‘aquele que não fala nossa língua’ e ‘inimigo’. Eram considerados pelos europeus os nativos mais perigosos e selvagens do Novo Mundo.

O imaginário sobre o sertão

Para que a ideia de sertão no período colonial possa ser compreendida, é necessário que ela seja remetida ao sistema imaginário do qual ela fazia parte. A historiadora Kalina Vanderlei Silva trabalhou de forma bastante significativa a questão do imaginário barroco dominante nas vilas açucareiras no período. De acordo com ela:

Se um imaginário é um sistema de representações e valores existentes dentro de determinada sociedade [...] é possível identificarmos um sistema de valores dominante na sociedade urbana açucareira [...] Desse sistema de valores dominante, que nas vilas canavieiras se caracteriza por seus elementos barrocos, nascem discursos que vão legitimar as ações da Coroa e dos colonos no sertão. (SILVA, 2003, p. 16).

O ‘imaginário barroco’ era formado, portanto, com base em um sistema de valores dominante bastante complexo, e que impactava toda a forma de pensar e se relacionar das sociedades naquele momento. A partir destes valores a ideia de sertão foi formada:

A palavra *sertão* parece ser um termo oriundo de *desertão*, de *deserto*: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa portuguesa. Palavra talvez originada no século XV, sua etimologia é obscura, sendo seu primeiro significado talvez *interior*, ou seja, o espaço longe da costa. (SILVA, 2003, p. 189).

[...] o sertão é um espaço ainda não muito bem delimitado, percebido como a antítese da imagem de civilização, que para esses personagens está atrelada à colonização. Como tal, sertão é a área *selvagem* por excelência, temida e idealizada como espaço de riquezas e liberdades ilícitas. (SILVA, 2003, p. 18).

Essa ideia de sertão em oposição à experiência ‘civilizada’ de vida nas cidades litorâneas se difundiu ao longo de todo o período colonial. Em um capítulo primoroso sobre o tema, denominado ‘Fronteiras no Brasil Colonial’, o historiador John Russell-Wood discorre sobre a ideia de sertão vigente neste período:

Sertão não era uma palavra neutra [...] Os sertões eram regiões normalmente não habitadas pelos portugueses [...] Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia acabavam onde o sertão começava. O conceito era essencialmente etnocêntrico, concebido pelos administradores coloniais, missionários católicos, e colonos que se orgulhavam de serem os representantes da civilização assim entendida pelos portugueses. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280).

Carregadas destes significados, a ideia de sertão e suas representações foram sendo construídas na América portuguesa desde o século XVI, por diferentes interlocutores e difundida nos mais diversos meios, desde citações em pregações religiosas até mesmo em cartas de autoridades regionais direcionadas à administração régia. Foi uma ideia construída a partir de uma oposição fundamental entre as regiões colonizadas e prósperas do litoral e aquelas ainda não inseridas na jurisdição metropolitana.

Representações do sertão e dos tapuias através dos cronistas

Este trabalho conta com a análise de trechos selecionados de relatos de alguns cronistas dos séculos XVII e XVIII, inseridos no recorte temporal proposto, que tenham escrito sobre alguma questão pertinente aos temas abordados nesta pesquisa. Como exemplo destes relatos é possível citar:

Gregório Varela de Berredo Pereira (Militar pernambucano): *Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o senhor Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho (1690).*

Este nome de Açú é do rio que fertiliza aqueles campos, sua derivação é ser cousa grande e na verdade assim é pela grandeza dos campos, que a multiplicação dos gados, que com a frescura deles crescem em muito breve tempo, mas muito dificultoso de se poder habitar, por estar de distância de trezentas léguas pelo sertão dentro [...] o qual é todo habitado de Tapuias Bárbaros [...]. (PEREIRA, 1979, p. 264).

São estes Tapuias uns alarves criados nas eminências daqueles sertões, sem comunicação de pessoa humana, [...] muito ferozes no semblante, muito corpulentos, que se tomarem qualquer pessoas às mãos a hão de despedaçar; [...] comem carne humana e sapos e cobras e lagartos, que tudo comem com mel de pau; [...] não tem casa nem aldeias, dormem no campo como brutos que são [...] não usam de lavouras, porque andam sempre volantes; [...] não tem ritos nem deuses, por serem como animais, vivendo à lei da natureza; [...]. (PEREIRA, 1979, p. 265-266).

Frei Martinho de Nantes (Missionário francês): *Relação de uma Missão no Rio São Francisco: Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador Capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados Cariris (1706).*

Essa missão, como disse, fica distante de Pernambuco cerca de setenta léguas ou mais [...] marchávamos desde a manhã até à noite, sob os ardores do Sol [...] não havendo caminhos batidos [...] era necessário que os nossos índios abrissem o caminho [...] Entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo [...] O canto lúgubre de certos pássaros aumentava ainda mais esse terror; tudo isto me parecia como a imagem da morte [...]. (NANTES, 1979, p. 31-32).

[...] trabalhei senão na conversão dos pobres selvagens, que não tem nem Reis, nem Leis, nem Governo, nem artes, nem ciências, nem escrita, e que vivem antes como animais do que como homens [...] Permitti que vos diga que os missionários, entre os selvagens, são obrigados a desempenhar a tarefa de governadores, de juizes, de pais e de mães e de protetores contra as injustiças dos portugueses, habitantes desses lugares, e dos quais a maior parte são criminosos exilados de Portugal, ou gente viciosa, que, se encontrando afastados do governo cento e cinquenta ou mais léguas, oprimiriam os índios e cometeriam desordens sem número, como faziam antes, à sombra da impunidade, se os missionários não investissem de autoridade e de decisão para combater tais excessos: é preciso, também, revelar coragem perante os índios, para reduzi-los aos seus deveres, como tantas vezes a experiência o demonstrou; pois que, se percebessem timidez no missionário, seriam levados a desprezá-lo e não fariam senão o que quisessem, não tendo, nessas paragens, nenhuma ideia de virtude. (NANTES, 1979, p. 23-24).

André João Antonil (Jesuíta italiano): *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711).*

[...] as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas [...] E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco [...] Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas [...]. (ANTONIL, 1982, p. 199-200).

Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, e os das Alagoas de Pernambuco dous mil e quinhentos, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos [...]. (ANTONIL, 1982, p. 201).

Nos relatos é possível verificar que a questão da barbárie relacionada aos sertões será bastante exaltada, especialmente na obra dos cronistas missionários, nas quais o sertão foi interpretado como espaço de treva deserto e bárbaro, que a eles cabia ‘iluminar’. Através dos relatos de época como estes é possível compreender de maneira mais profunda como os sertões das capitanias do Norte eram vistos pelos habitantes da costa, como se deu seu processo de conquista e a formação das fazendas de gado e da sociedade sertaneja.

A ocidentalização da empresa colonial

Com a retomada do governo português na capitania de Pernambuco em 1654, após a expulsão dos holandeses, uma nova política territorial da Coroa passou a incentivar os avanços dos colonos rumo aos domínios tapuias no sertão. Com essa mudança os territórios tapuias até então incógnitos passaram a ser reivindicados para o avanço colonial com a criação de fazendas de gado. Esse avanço foi a ‘ponta de lança’ de um mundo colonial que começou a pressionar os territórios indígenas, gerando uma dura onda de conflitos e deflagrando guerras longas nos sertões.

A partir então do século XVII, principalmente depois da segunda metade, o cenário dos sertões da porção Nordeste da América portuguesa começou a sofrer grandes alterações, uma conjuntura que está diretamente relacionada ao cenário verificado nas vilas do açúcar do litoral. Era o início de uma fase na qual foi necessário haver um aumento da oferta de gado, e também foi preciso criar formas de ‘escoar’ o excedente populacional que começou a se formar na faixa litorânea, onde já não havia espaço e oportunidade para todos. Além disso, o açúcar naquela altura já não era mais um negócio tão rentável como antes e novas alternativas econômicas precisavam ser exploradas.

Segundo o historiador Pedro Puntoni (2002), apesar da criação de gado ter sido a maior responsável pela expansão da fronteira oeste do Brasil, foi a busca por metais preciosos que impulsionou o português ao íntimo dos sertões, em agudas entradas, desde o século XVI. Contudo, essa busca não teria sucesso de alta monta nestes territórios ao Norte. Foi a descoberta de reservas de salitre que ajudou a impulsionar adentramentos mais sistemáticos.

Esta política régia contava com o apoio da política missionária que também se voltou para as demandas que a agenda de conquista dos sertões criou, encontrando nela uma oportunidade de aumentar o ‘rebanho’ de fiéis da igreja, criando missões que visavam aldear e catequizar os tapuias, além de incrementar os rendimentos das ordens religiosas, que estabeleciam nestas localidades fazendas de gado. Mas para que o sertão pudesse ser devassado pelos colonos, a ‘muralha indígena’ formada pelos tapuias precisaria ser derrotada.

A Guerra dos Bárbaros

Sobre estes conflitos que irromperam à medida que a colonização se expandia aos sertões mais profundos do Norte, os que tiveram as maiores proporções ficaram conhecidos como ‘Guerra dos Bárbaros’ – que abarca sob esta titulação uma série de guerras entre colonos e indígenas em diferentes locais e diferentes momentos.

Segundo o historiador Pedro Puntoni, um dos maiores especialistas sobre o tema, estes conflitos ocorreram entre meados de 1650 e 1720, e tiveram como marco inicial as chamadas ‘Guerras no Recôncavo Baiano’ (1651-1679). As batalhas tiveram então conflitos que se iniciaram na Bahia, e que depois se estenderam em demais porções das capitânicas do Norte, como por exemplo, a ‘Guerra do Açú’ (1687-1704), ocorrida no atual Rio Grande do Norte.

Ainda de acordo com Puntoni (2001, p. 17),

o que vimos surgir no decorrer da Guerra dos Bárbaros foi uma nova orientação política do Império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte [...].

Imbuídos deste intento de ‘limpar’ o território, os colonizadores foram avançando as fronteiras na medida em que iam conseguindo derrotar a resistência indígena.

Os excluídos do açúcar: primeiros sertanejos

De acordo com a historiadora Kalina Vanderlei Silva, foi dentre os grupos sociais livres das vilas açucareiras de Pernambuco, dos quais faziam parte oficiais mecânicos e a *plebe* (brancos pobres e negros livres) que a Coroa encontrou o repositório humano para a conquista do sertão. Estes contingentes de populares foram recrutados pelas tropas do exército régio e depois deslocados para os sertões durante os conflitos.

Ainda de acordo com Silva (2003), foram homens destes grupos, os ‘pobres do açúcar’, que findaram por se tornar, os primeiros colonos que povoaram os sertões pernambucanos e das capitanias anexas. Desta forma, a população sertaneja foi se constituindo de forma diversificada, participando dessa nova sociedade além dos senhores das terras e seus agregados, os missionários e indígenas aldeados, os soldados escalados entre os pobres e vadios das vilas açucareiras, e também as pessoas que não tinham boas perspectivas de vida nas cidades litorâneas, e viviam à margem do sistema socioeconômico excludente dominado pela ‘açucarocracia’.

Em função da chegada destes colonos nos sertões da porção Nordeste da América portuguesa, se formou ali uma sociedade bastante particular em seus modos de vida, que foi se adaptando às condições daquele meio ambiente tão severo e inóspito. Chamada por Capistrano de Abreu de ‘civilização do couro’, a sociedade sertaneja tem, portanto, suas raízes neste processo de conquista dos sertões, e a partir disso, se desenvolveu criando um universo cultural singular e distante dos referenciais estabelecidos nas vilas do açúcar.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: O sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso: Os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas: Urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2012.

CASTRO NEVES, Frederico de. O Nordeste e a Historiografia brasileira. **Revista Ponta de Lança**, São Cristovão-SE, vol. V, n. 10, abr.-out. 2012.

FERRAZ, Socorro; e BARBOSA, Bartira Ferraz Barbosa. **Sertão Fronteira do Medo**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas: A expansão colonial no país dos tapuias**. São Paulo: Hucitec, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Bagaço da Cana: Engenhos de açúcar no Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2012.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Tradução: Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante (org.). **Sertões adentro: Viagens nas caatingas – séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A época colonial – Volume 2: Administração, Economia, Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o senhor Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho. Apud: MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pernambuco ao tempo do governador Câmara Coutinho (1689-1690). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife: v. LI, p. 257-300, 1979.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão, Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e Fronteiras – Conquista e Ocupação do Sertão Baiano**. São Paulo: EDUSP, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei. **‘Nas solidões vastas e assustadoras’ – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão pernambucano nos séculos XVII e XVIII**. Tese (Doutorado em História) - UFPE, Recife, 2003.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

Território, conflito e acomodação na demarcação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo - Campanha do Rio Verde:- 1790 -1820

Edna Mara Ferreira da Silva
Professora
UEMG Unidade Campanha
edna.silva@uemg.br

Resumo: A presente proposta de trabalho tem como finalidade estabelecer, uma reflexão sobre os conflitos e estratégias envolvendo a demarcação dos limites entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais (Brasil) e sua relação com a formação da elite política sul mineira, através da análise da documentação administrativa da região sul da Capitania de Minas Gerais, no período entre os anos de 1790 a 1820. O estabelecimento de limites tanto internos quanto externos e a expansão territorial em fins do século XVIII e início do século XIX na América portuguesa seguiu ritmos diferentes, e Minas Gerais como região estratégica do império se inseria nesses movimentos territoriais. A ocupação do sul de Minas, assim como em outras regiões da capitania onde o ouro não foi encontrado, ou rapidamente se escasseou, se deu de forma mais lenta do que a percebida nas áreas de mineração. A fronteira sul da capitania era aberta ao trânsito dos paulistas e era habitualmente chamada de “sertões” da comarca do Rio das Mortes. A região de Campanha do Rio Verde foi descoberta pelos paulistas por volta de 1720, tendo pouca divulgação até 1737, quando em 02 de outubro, uma expedição militar sob o comando do ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Cipriano José da Rocha, toma posse do território em nome do rei. No entanto, a ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas quanto coloniais. O arraial de Campanha do Rio Verde era área de fronteira e de disputa entre as autoridades de São Paulo e Minas Gerais. As ações e conflitos entre as autoridades coloniais e os moradores do arraial demonstram as estratégias para consolidação da posse desse território. Buscamos justamente relacionar a conjuntura do início do século XIX com a capacidade dos membros da elite sul mineira e dos demais moradores do termo de Campanha de se adaptarem as condições surgidas das mudanças históricas.

Palavras-chave: História, política, território, Minas Gerais.

A região de Campanha do Rio Verde foi descoberta pelos paulistas por volta de 1720¹, tendo pouca divulgação até 1737, quando em 02 de outubro, uma expedição militar sob o comando do ouvidor da Vila de São João Del Rei, Cipriano José da Rocha, com a incumbência dada pelo governador da Capitania, D. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, deveria reconhecer a região, desbravar os sítios desconhecidos ao longo da bacia dos Rios Verde, Sapucaí e Palmela e tomar posse do território em nome do rei.

¹ Cópia manuscrita extraída de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Códice Torre do Tombo, vol. 1, 1736-1737, Capitania de Minas Apud VALLADÃO, 1942, p. 248.

No entanto, como aponta Carla Anastasia, a ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas quanto coloniais. A primeira ação do Estado foi a de tornar as regiões limítrofes da capitania áreas proibidas a partir de um bando de 1736 que impedia “lançar posse de terras situadas nas extremidades não povoadas da Capitania sem expressa licença do governador.” (ANASTASIA, 2005, p. 36)

Dessa forma com base nesse bando, a expedição chefiada pelo ouvidor Cipriano José da Rocha não deveria fundar uma povoação sem autorização do governador.

Ao que tudo indica, o real significado da expedição do ouvidor era regular uma povoação, ou mineração clandestina, mais do que desbravar e reconhecer a região. O ouvidor autoridade máxima da comarca não se deslocaria para uma expedição de simples reconhecimento se não houvesse notícia do mau uso de terras incultas e selvagens do sertão.

A denominação de arraial de São Cipriano duraria pouco, voltando logo à designação anterior de “Campanha do Rio de Verde”. Com o crescimento e a prosperidade do arraial foi criada por volta de 1739 a freguesia pelo bispado de São Paulo com o nome de freguesia de “Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde”.

Para Claudia Damasceno Fonseca o arraial de Campanha do Rio Verde logo despertou o interesse de autoridades paulistas

A igreja foi construída em bem pouco tempo, pois já em 1739 o arraial era elevado à condição de sede de freguesia. Nesta época, as fronteiras meridionais da capitania ainda não se encontravam fisicamente delimitadas, e a região de Campanha se tornou objeto da cobiça das autoridades de São Paulo. Como o bispado mineiro ainda não havia sido criado, a nova paróquia foi inicialmente submetida à diocese paulista. As autoridades civis de São Paulo também logo procuraram se apoderar da jurisdição sobre o arraial da Campanha e sobre as terras adjacentes ao Rio Grande. (FONSECA, 2010, p.202)

Não obstante, o empreendimento levado a cabo pelo Ouvidor da vila de São João Del Rei, a ocupação do arraial e a tentativa de institucionalização da região, os conflitos entre paulistas e representantes legais da Comarca do Rio das Mortes pelo controle e posse da região das Minas do Rio Verde permaneceriam, a despeito do empenho e das medidas tomadas pelo ouvidor. A divisão das alçadas civil e eclesiástica uma a cargo das autoridades mineiras e outra sob as determinações do bispado de São Paulo, favorecia os conflitos, uma vez que conforme a necessidade dos moradores do arraial deveriam se dirigir ora para as autoridades civis em São João Del Rei, ora para a autoridade eclesiástica em São Paulo.

O governo da Capitania de São Paulo disputava com a Câmara da Vila de São João Del Rei o controle desta parte do território. Os conflitos não cessaram rapidamente, fazendo com que o senado da câmara da Vila de São João Del Rei necessitasse em 1743 reafirmar o auto de ocupação de posse da região, devido à presença de um representante do governo paulista no local, reivindicando o direito de posse sobre o arraial².

De acordo com os registros do relatório da Câmara foi necessário o gasto de 264 oitavas de ouro e a presença de gente armada para se garantir a ocupação da área, pois o Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, havia nomeado Bartolomeu Correa Bueno como superintendente da região.

Assim, além das medidas tomadas pela câmara de São João Del Rei com relação à ratificação de posse da região, como meio de defender e assegurar a posse da área, pois, tratava-se de região estratégica, de acesso fácil tanto ao Rio de Janeiro como a São Paulo, e também para impedir o extravio do ouro, o governador das Minas Gomes Freire criou um Julgado na Campanha do Rio Verde.

Porém, em 1744, o governador Gomes Freire, que já se mostrava reticente quanto à conveniência de se criar novas câmaras em Minas, preferiu instituir um simples julgado (ou seja, somente um posto de juiz ordinário) na Campanha do Rio Verde, a fim de oficializar o pertencimento dessas terras à comarca do Rio das Mortes e à capitania de Minas Gerais. A partir de então, os moradores do julgado da Campanha não cessaram de solicitar à Coroa a emancipação desta circunscrição do termo da Vila de São João del-Rei. (FONSECA, 2010, p.203)

No final do século XVIII, os moradores do arraial passam a reivindicar a criação da Vila da Campanha, pois, consideravam como relevantes para este fato o crescimento de sua população, que ultrapassava o número de oito mil habitantes, bem como o desenvolvimento econômico da região. (ARAÚJO, 2008, p. 108)

Na representação encaminhada a Coroa os moradores evidenciam também a questão da distância de 35 léguas entre o arraial de Campanha e a Vila de São João Del Rei. Afirmavam “os gravíssimos incômodos e perigos” a que se submetiam os moradores do arraial quando deveriam se dirigir a vila de São João para tratar de assuntos de seu interesse. Reclamavam dos danos e despesas que sofriam quando eram obrigados a comparecer ao juízo

² Auto de posse do Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde, 1743. Memórias Municipais — V. Campanha. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 1, 1896, p. 457-458.

da ouvidoria, e ainda ressaltavam como “pesados e ruinosos” os emolumentos pagos aos oficiais e juízes quando enviados a Vila Rica.³

Dona Maria I, a rainha, respondendo à representação dos moradores de Campanha do Rio Verde para que esta localidade se tornasse Vila, solicitou esclarecimentos por parte da Câmara da vila de São João del Rei, que se colocou contrária ao pedido.

No parecer emitido pelos oficiais da Câmara de São João del Rei em abril de 1798, eles afirmavam ser antigo o desejo dos moradores de Campanha em tornar vila seu arraial e que procurariam evidenciar qualquer pretexto para conseguir isso.⁴

Afirmavam neste documento que havia sido criado o Julgado naquela localidade e que ao novo juiz foi designada toda a jurisdição de Juizado Ordinário e dos Órfãos. Mas que, pouco satisfeitos, os moradores do arraial pretendiam ainda um Juiz de Fora, mas ouvidos os oficiais de São João e “mostrados os inconvenientes” deste pedido, não lograram êxito.

Sobre a afirmação de que seria necessário erigir nova vila por conta do crescimento da população os oficiais da Câmara de São João del Rei advertiam sobre a qualidade dos moradores que segundo o documento eram em sua maioria mulatos, escravos e mestiços, desqualificados segundo as leis do reino para ocupar a vereança de um Senado da Câmara.

Argumentam ainda, no extenso parecer, que não havia igreja decente, e que apesar das boas lavras não cuidavam da ornamentação das igrejas como se deveria. O ouro extraído eram praticamente todo extraviado, dada a facilidade de acesso ao Rio de Janeiro e ao Porto de Santos. Na opinião dos oficiais da Câmara, essa qualidade de pessoas que descumpriam as leis e extraviavam o ouro da Coroa não seriam bons súditos, não mereciam portanto a “graça” que almejavam.

Eles são dignos mais de castigo do que de graças: a vizinhança em que estão da Capitania de São Paulo, a facilidade da passagem, ou para a cidade do Rio de Janeiro, ou para a Praça de Santos, a comunicação de tantas estradas, e a multidão de tantos atalhos, são as causas que ajudam o extravio: São aqueles moradores pérfidos, vingativos, e malfeitores: Uma Câmara composta destes espíritos senão todos de alguns ao menos, não pode fazer boa governança; porque ainda que as Leis sejam as mesmas, contudo a sua boa ou má execução pende muito da mão que as maneja e dirige, e

³ Representação dos moradores da Campanha do Rio Verde sobre solicitação de providências para acabar com o abuso de poder cometido pelas autoridades daquelas freguesias. 09/02/1773. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.07-DOC.23.

⁴ Parecer dos oficiais da Câmara de São João del-Rei ao Governador sobre a criação e ereção de arraial na Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade e outros locais. 03/04/1798. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.38-DOC.48

ordinariamente os homens pervertem pelas suas paixões, o bom uso que devem fazer das coisas mais úteis e necessárias.⁵

Não obstante a condição dos moradores de Campanha do Rio Verde, o que tornava muito importante para o posicionamento desfavorável dos oficiais da Câmara de São João del Rei era a composição do território requerido para o termo da nova vila, abrangendo dez freguesias. — além do próprio arraial de Campanha, Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí — e também três Julgados, Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí. A criação da nova vila significaria a perda de grande parte do termo de São João, cabeça da comarca do Rio das Mortes e conseqüentemente a diminuição da arrecadação de receita provinda de lojas e vendas, bem como com a criação de gado.

No parecer, os vereadores de São João del Rei enfatizam que teriam perdas ocasionadas pela divisão de termo de sua vila e afirmavam que a criação da vila de Campanha representaria prejuízos àquela municipalidade. Relembra no documento acontecimentos da primeira metade do século XVIII e principalmente as despesas que a câmara de São João dispensou ao arraial de Campanha.

Por fim, informam que a Câmara de São João, além das muitas despesas feitas em favor do arraial de Campanha no passado, continuava efetuando estas despesas pela “utilidade do Estado”. Reclamavam ainda que ocorrendo o desmembramento do território esta Câmara ficaria tão limitada que nem compreenderia em seu termo “uma só freguesia inteira, ou um só Julgado”. E apontavam que o “que é de razão e de justiça, deve ser amável a todos”. (ARAÚJO, 2008, p. 112)

D. Maria I solicitou esclarecimentos sobre o pedido de criação da vila de Campanha, também ao Ouvidor da Vila de São João del Rei, que se colocou a favor do pedido dos moradores do arraial mas ponderou sobre a delimitação de limites para nova vila, considerando como desmedido o pedido dos moradores especificamente nesta questão

Se aqueles moradores implorarem a Sua Majestade ser criado em Vila aquele Arraial com os limites, ou terrenos que agora possui como Julgado que é, fariam um peditório digno de toda a atenção, porque o Termo que tem é suficiente para o desempenho das obrigações dispendiosas a que há de ficar ligada a Câmara daquela Vila novamente criada: Porém pretenderem os Terrenos descritos em o do seu requerimento é querer loclupetar o seu Termo com jactura [sic], do da Cabeça da Comarca, cuja Câmara geme

⁵ Parecer dos oficiais da Câmara de São João del-Rei ao Governador sobre a criação e ereção de arraial na Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade e outros locais. 03/04/1798. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.38-DOC.48.

debaixo do peso de exuberantes e indispensáveis despesas. E se muitas vezes não chegam os renditos dela para preencher as suas obrigações; como os suprirá agora ficando inteiramente dilacerada com a usurpação dos Terrenos que os moradores da Campanha imploram para unir ao seu Termo? Concedendo-se a dada Vila novamente pretendida o Termo ou limite do seu Julgado ou Freguesia, posto a Câmara de São João del Rei padeça algum detrimento com a falta dos renditos que emanam do Arraial da Campanha, assaz tem rendas suficientes para satisfazer as obrigações a que ela há de ficar ligada; e por este modo sem destruir, ou aniquilar a Cabeça da Comarca, que tem obrigações pesadas a que deve acudir. (Apud: ARAUJO, 2008, p. 113)

Para o Ouvidor o termo da nova vila a ser criada deveria se restringir ao território correspondente a alçada de seu Julgado ou ao alcance da Freguesia de Santo Antonio do vale da Piedade do Rio Verde. Segundo ele, o “peditório” dos moradores do arraial de Campanha seria muito prejudicial a São João del Rei, cabeça da comarca, por isso com pesadas obrigações em relação a arrecadação e com dificuldades, muitas vezes em cumpri-las sem a perda de território. Com a perda do arraial de Campanha e a usurpação de outras partes do termo de São João, ficaria muito difícil para a cabeça de comarca cumprir com suas pesadas obrigações.

No entanto, apesar de toda a oposição dos oficiais da Câmara de São João del Rei, e do apoio condicionado do ouvidor da comarca, pelo alvará de 20 de outubro de 1798, D. Maria I concede o título de vila ao arraial, nomeando-a de “Vila da Campanha da Princesa” e auto de declaração da criação da vila ocorreria um ano mais tarde, a 26 de dezembro de 1799. (Apud: ARAUJO, 2008, p. 114).

No alvará de elevação à vila, a rainha expõe que, em consulta ao Conselho Ultramarino, foi informada do crescimento do número de habitantes do arraial da Campanha do Rio Verde, comarca do Rio das Mortes, e também de ser esta uma das mais importantes povoações da capitania de Minas Gerais. Além disso, o alvará menciona também a distância entre a Vila de São João del-Rei, cabeça da comarca, e o arraial, de modo que os seus moradores viam-se prejudicados em seus negócios.

Mas a batalha com São João del-Rei não chegara ao fim. Graças à habilidade do seu juiz de fora, a nova vila de Campanha da Princesa havia conseguido se outorgar um território municipal imenso, que incluía quase todos os arraiais, freguesias e julgados que até então haviam pertencido à cabeça de comarca. Começava então uma nova disputa entre as duas vilas, que duraria mais de uma década e suscitaria a confecção de diversas representações

cartográficas da porção sul da capitania e dos limites entre Minas e São Paulo (FONSECA, 2010, p. 203).

A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. Frente às descobertas auríferas e a ocupação do território, o estabelecimento de vilas em Minas Gerais configurou-se como um elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, da mesma forma que pode ser percebido também como recurso de organização administrativa.

Nesse cenário que se descortina na virada do século XVIII para o XIX, a vila de Campanha da Princesa assumiria progressivamente um lugar de destaque, tornando-se, juntamente com as vilas de São João del Rei e Barbacena, um dos mais expressivos núcleos urbanos da região da Comarca do Rio das Mortes.

Buscamos justamente relacionar a conjuntura do início do século XIX com a capacidade dos membros da elite sul mineira e dos demais moradores do termo de Campanha de se adaptarem as condições surgidas das mudanças históricas.

Até que ponto todo processo de afirmação política da região sul mineira em fins do período colonial, marcado pelos embates em âmbito local entre os interesses dos moradores de arraial de Campanha do rio Verde e a vila de São João Del Rey cabeça de comarca, que culminaram com a criação da vila de Campanha da Princesa, que passa a representar Minas nos conflitos com a capitania de São Paulo pela posse do território, não concedeu aos processos políticos, administrativos, jurídicos, maior vigor ou legitimidade?

No limiar do século XIX os reflexos das disputas que marcaram o final do século XVIII, teriam influenciado posicionamentos políticos diferenciados na região? Não obstante as análises pautadas no crescimento econômico, o sul de Minas se adaptou melhor a configuração política da Corte no Brasil do que outras regiões de Minas Gerais? O que buscavam ou almejavam os oficiais da Câmara de Campanha?

Procuramos, portanto, refletir sobre como os conflitos na demarcação dos limites entre Minas e São Paulo em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX podem representar inflexões ou estratégias de acomodação em relação às transformações ocorridas com a chegada da família real portuguesa no Brasil.

Segundo Slemian, Minas Gerais já passava por várias transformações quando da chegada da corte ao Brasil em 1808. A Comarca do Rio das Mortes foi a que mais cresceu em fins do século XVIII, reflexo do deslocamento demográfico das antigas áreas de mineração para o sul.

No contexto da propagação das reformas e princípios ideológicos formulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho – e a despeito da grande distância entre a “mudança socioeconômica e a elaboração da política” reformista –, as elites mineiras, chamadas a participarem ativamente da reorientação da política imperial, deram transparência a estas demandas locais, cuja contemplação fundava, em último caso, as condições da obediência e unidade. (SILVA, 2005, p. 107)

Muito diferente dos contornos estabelecidos pelos sediciosos de 1789, o que se vê nesse momento, da chegada da Corte são as manifestações de obediência e fidelidade, expressa nas correspondências de várias câmaras mineiras (SLEMIAN, 2008, p. 101).

A estratégia aparentemente contraditória apontada por Ana Rosa Cloquet da Silva, “cujo potencial de politização estava fincado nesta invertida forma de negação da dependência colonial, expressa não pela tentativa de ruptura com Portugal, mas pela afirmação das condições da unidade” (SILVA, 2005, p. 107) parece funcionar para as elites políticas mineiras.

A questão central é, portanto, refletir sobre se a estratégia da elite política que se forma a partir das mudanças ocorridas na capitania de Minas em fins do século XVIII e início do século XIX, utiliza o espaço da justiça de modo a construir essa afirmação de unidade sugerida por Cloquet, no que tange a delimitação da fronteira entre a capitania de Minas e a de São Paulo.

Em levantamento preliminar junto ao Arquivo Público Mineiro na Seção Colonial - Secretaria de Governo da Capitania em que consta cerca de 180 documentos sobre Campanha da Princesa ou Campanha do Rio Verde.

Sobressaem nessa documentação os requerimentos de carta de sesmaria, no período de 1780 a 1804 para Campanha do Rio Verde e uma diversificada relação de documentos (requerimentos, informações, certidões, representações, autos, pareceres, etc.) sobre o período de 1800 a 1820.

É possível perceber na documentação referente a primeira fase de 1760 a 1804 a necessidade de distribuição das terras desse território a partir da autoridade mineira. São

requerimentos como o do padre Jose Joaquim dos Reis, que solicita “uma sesmaria de meia légua, das terras próximas ao ribeirão do Turvo, Aplicação de Santa Catarina”⁶

Nesse pedido, que não se difere muito dos demais no mesmo período, o padre solicita a sesmaria afirmando já cultivar as terras o que é confirmado pelos oficiais de Câmara de São João que pedem ao alferes comandante do distrito Roque de Souza para verificar as informações. O alferes constata que as terras são devolutas e só são povoadas pelo suplicante, que não se encontram localizadas a margem de rios navegáveis e que sua concessão não geraria prejuízo ao *real interesse*.

Por outro lado na documentação referente a segunda fase, posterior a criação da vila de Campanha da Princesa, destacam-se os conflitos tanto em relação aos limites do termo da nova vila em relação ao termo da vila de São João del Rei, quanto em relação aos limites do território mineiro, representado pela vila de Campanha, em relação a capitania de São Paulo.

Nesse período o papel fundamental na resolução dos conflitos em relação a posse do território e na consolidação do papel político da região é dos oficiais da Câmara de Campanha e de seu juiz de fora, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, usando suas atribuições para sobressair no cenário regional.

Uma das estratégias pouco estudadas e que merece uma investigação mais detida envolve a doação da terça parte da arrecadação da vila de Campanha para “os alfinetes da princesa”. A essa doação segue um curioso ato, o da posse do senhorio da vila à princesa do Brasil. A posse do senhorio da vila de Campanha em 1806, fez com os oficiais da Câmara de São João se manifestassem preocupados com o significado do senhorio e do alcance de novas atribuições abertas para a nova vila, em documento escrito pelo Juiz de Fora da vila de Campanha José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, como uma espécie de resposta a essas possíveis queixas.

O Auto⁷ de posse do senhorio da vila de Campanha em 1806, com pompa e festa, organizado pelos oficiais da Câmara e pelo Juiz de Fora, nos parece certamente extemporâneo. Prática mais comum no medievo, é possível ainda vermos menção a doação de senhorio de vilas e cidades em Portugal até o século XVI.

⁶ Requerimento do Padre José Joaquim dos Reis, morador na Aplicação de Santa Catarina, freguesia da Campanha do Rio Verde, de uma sesmaria de meia légua, das terras próximas ao ribeirão do Turvo. 14/04/1795. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-CX.28-DOC.13.

⁷ Traslado em pública forma dos autos de posse do senhorio de sua Alteza Real a Princesa do Brasil, Nossa Senhora, na vila de Campanha da Princesa, com a doação da terça parte da renda dos bens do Conselho para a dita senhora - 01/02/1806. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) SG-Cx.67-Doc.16

O traslado desse auto composto pelo próprio auto, por cópias das correspondências da secretaria de Negócios do Reino e da carta régia de doação do senhorio da vila da Campanha para a Princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina, escrita pelo Príncipe Regente Dom João, que se refere a princesa como “minha muito amada e prezada mulher”, e que conserva referências a período medieval quando se consolidou o poder senhorial dos reis portugueses, como a expressão latina *mero et mixto Imperio*⁸, dando conta das prerrogativas do senhorio.

Por determinação do Príncipe Dom João confirmando o pedido do Juiz de Fora e dos oficiais da Câmara da Campanha, fica estabelecido que todas as regalias, privilégios e exceções referentes ao senhorio da vila são conferidos a Princesa do Brasil. A Dona Carlota Joaquina é concedido a terça parte dos rendimentos do Conselho da vila, toda jurisdição cível e crime e *Mero et mixto Imperio* de prover o lugar de Juiz de Fora da dita vila, durante toda sua vida.

Na cerimônia, com a participação da nobreza, clero e povo, marcada pelas insígnias da Câmara, com estandarte, sinete e chaves, papel central teve o Juiz do Fora José Joaquim Carneiro de Miranda Costa que representava a senhora da vila, Princesa do Brasil Dona Carlota Joaquina. Revestido do poder real e da justiça por ordem do príncipe regente recebe as honras do senhorio da vila em nome da Princesa. Honraria que ele mesmo Juiz de Fora juntamente com os vereadores da Campanha solicitaram ao regente para a princesa.

Política, administração e justiça aparecem amalgamadas nesse período de consolidação territorial da vila de Campanha, frente a cabeça de comarca, São João del Rei, mas ao mesmo tempo frente a capitania de São Paulo, representando os interesses próprios mas também mineiros numa perspectiva mais ampla.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime: violência nas Minas setecentista.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840.** Campinas, SP: [s. n.], 2008.

⁸ *Mero et mixto imperio* (poderes puros e mistos) é uma expressão latina que indicava a delegação período medieval de todos os poderes administrativos, políticos, fiscal, militar, judiciário a um senhor feudal. É a experiêcia, altamente cobiçado e, muitas vezes comprado, para exercer o poder não só juízes em casos civis, mas também naqueles criminais.

CASADEI, Antônio. **Notícias Históricas da Cidade da Campanha**. Tradição e Cultura, 1987.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio. **Aspectos Históricos da Cidade da Campanha**. Petrópolis: Ed. Gráf. Jornal da Cidade, 1989.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FONSECA, Claudia Damasceno. Vila da Campanha da Princesa: A Corte, as Minas, a cidade e a memória. In: LIBBY, Douglas Cole, (org.). **Cortes, Cidades, Memórias: Trânsitos e Transformações na Modernidade**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010. VI p. 217 (Colóquio Internacional/X Seminário de Estudos Mineiros).

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

ROMEIRO, Adriana. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SILVA, Ana Rosa Clochet. Identidades em construção: O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831. **Almanack Brasiliense**, n. 1, 2005.

SLEMIAN, Andrea. **A corte e o mundo**: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008, p.100.

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**. Vol. 1. (1737-1821): Rio de Janeiro: Leuzinger S.A. 1942.

Do urbano ao rural - as transformações nas possibilidades de mobilidade social dos negros no século XIX em Ouro Preto e Piranga, Minas Gerais¹

Flavia Alves Santos

Doutoranda em Extensão Rural

Universidade Federal de Viçosa – UFV/MG

as.flavia@yahoo.fr

Resumo: Considerando as condições de formação e desenvolvimento da Capitania de Minas Gerais, as movimentações entre ambientes urbanizados e ruralizados decorrentes das atividades econômicas exercidas, os trabalhos exercidos pelos negros e o lugar social majoritariamente ocupado pelos mesmos na sociedade, o presente trabalho se propõe a analisar o campo de possibilidades e restrições existentes na alteração de status social para não brancos no século XIX. Objetiva-se comparar tais questões sociais em ambientes com diferentes graus de urbanização. Esta proposta é orientada por questões investigativas que possam relacionar os ofícios realizados por não brancos com as possibilidades na mobilidade e prestígio sociais dos mesmos, em ambientes distintos quanto ao grau de urbanização. Os locais a serem investigados serão Ouro Preto e Piranga. Minas Gerais se forma no século XVII, e é marcada por uma forte presença de indivíduos africanos ao longo de sua história. No século XIX tanto Ouro Preto quanto Piranga apresentam uma população composta majoritariamente por negros, e suas atividades econômicas já encontram-se diversificadas não somente em torno da mineração, mas também com atividades agrícolas e manufatureiras. Uma diversidade de dados pontuais demonstram casos de negros que conseguiram acumular bens e capital que corresponderiam às aquisições de indivíduos brancos na sociedade do século XIX. Pensa-se se tais casos configuravam de fato questões pontuais ou se poderiam ser generalizadas a um grupo. O estigma da cor não é superado com as mudanças sociais e políticas do séc XIX. A cor da pele é percebida como elemento estruturante das relações quando nota-se a íntima relação entre ela e a mobilidade e prestígio sociais. O silenciamento da cor em favor de ascensão ou prestígio sociais remete a uma questão de aproximação de certo padrão estético e cultural imposto socialmente. Serão analisadas listas nominativas do século XIX para comparação e filtro de indivíduos não brancos que estejam presentes em documentos ao longo dos anos para que sua trajetória social possa ser seguida e verificada a possibilidade de mobilidade social. Registros paroquiais e inventários deste mesmo período serão consultados para investigação quanto ao possível prestígio social destes indivíduos. Espera-se que o conjunto desta documentação possa retratar momentos de convívio ou segregação da sociedade, demonstrando possíveis casos de mobilidade e status social de não brancos.

Palavras-chave: Escravo; Inserção social; Ofícios.

Minas Gerais foi formada através de um processo de mestiçagens biológicas e culturais num contexto escravista imbuídos em um processo de descobrimento e exploração

¹ O presente trabalho consiste na apresentação de um projeto de pesquisa, não sendo portanto conclusivo.

aurífera (PAIVA, 2009). Esta sociedade se estrutura de forma conflituosa a partir do primeiro manifesto do ouro que se dá em fins do século XVII (HOLLANDA, 1982). Por conflituosa entende-se questões de apropriação e adaptação cultural, lutas sociais e hierárquicas, repentinas possibilidades de enriquecimento através da descoberta do metal precioso, além das investidas e tensões da Coroa portuguesa para controlar e explorar a colônia que surgia num contexto de crise no Reino.

A descoberta do ouro em Minas Gerais e as movimentações demográficas causadas por este fenômeno, conferiram a este estado a peculiaridade de uma sociedade que se constituiu rapidamente, se formando em torno da exploração aurífera e com características inerentes às possibilidades do acesso a este mineral (HOLLANDA, 1982). A formação desta capitania foi baseada em indivíduos de várias procedências e estratos sociais bem distintos, com culturas e condições diversas, todos atraídos pelas possibilidades de vida advindas com a descoberta do ouro, e, inicialmente, com a mesma possibilidade de encontrarem o metal.

Stumpf (2015) aponta para o adensamento populacional nas vilas das Minas como uma característica desta Capitania. Segundo ela a população se concentrava nos centros urbanos, principalmente nas capitais das comarcas, que seriam muito próximas entre si. Este padrão acabou por contribuir, ao menos neste ciclo inicial da exploração aurífera, para que os sertões ficassem pouco habitados e distantes das diretrizes da Coroa. Houve um grande afluxo de indivíduos escravizados para as regiões mineradoras, alterando demograficamente a constituição da população tanto no auge quanto no período pós aurífero. Em 1776, homens e mulheres negras correspondiam a mais de 60% da população de Vila Rica (RAMOS, 1996).

Ramos (1996) cita Vila Rica como um local de grande circulação de negros², uma sociedade majoritariamente negra ou descendente de africanos, que nos faz pensar na participação desses indivíduos na vida comunitária, mesmo na dada hierarquia social escravista. A mão de obra negra foi grandemente utilizada na mineração, vindo estes escravizados do sertão da Bahia ou dos portos do Rio de Janeiro. Os negros exerciam atividades econômicas diversificadas, demonstrando como suas habilidades ou potenciais foram utilizados na economia local. Vieira (2016) descreve Ouro Preto como uma vila de caráter citadino desde sua formação, devido ao comércio e atividades artesanais que

² O termo “negro” será utilizado nesta pesquisa para designar indivíduos não brancos, ou seja, aqueles considerados pretos, pardos, mulatos, crioulos ou cabras, independente de sua condição jurídica (escravizado, forro ou livre) ou origem. Os termos preto, pardo, crioulo ou cabra são aqueles utilizados nas listas nominativas da década de 1830, que serão analisadas no trabalho.

compunham elementos de sustentação econômica da urbe. Esta autora demonstra o adensamento urbano neste local no século XIX, expansão da cidade e consequentes melhoramentos em sua infra estrutura urbana, contrapondo a ideia de decadência imediata de Ouro Preto com o esgotamento das minas. Segundo ela, um período de retração populacional e redução de investimentos na estrutura da cidade se dá com a transferência da capital para Belo Horizonte, no século XX.

Considerando a questão demográfico, a dinâmica escravista mineira se mostra particular no cenário brasileiro. O grande contingente de não brancos ao longo da história de Minas é notável, mesmo em fins do século XIX antecedendo o período da abolição. Esta característica de maior plantel de escravos do Império, inserida numa economia que já não se baseava numa cultura de exportação, demonstra a importância e papel das atividades adjacentes à mineração, como a agricultura, criação de gado e comércio, dentro e fora da Província (LOTT, 2009; LIBBY, 1988). Conjugando o considerável número de escravos e não brancos presentes nessa sociedade com a quantidade e diversidade de atividades desenvolvidas dentro e fora da mineração, infere-se sobre a presença de participação destes indivíduos em várias atividades econômicas que se desenvolviam.

Contudo, este grupo de indivíduos era consensualmente subjugado ou tido como inferior numa escala de estratificação social. A imposição da cor da pele na sociedade brasileira como óbice para posicionamento ou condição social no período pré e pós colonial, é assunto amplamente abordado na literatura. Estudos de Guedes (2006; 2008) demonstram uma estreita relação entre estratificação social, cor da pele e condição jurídica ainda na sociedade oitocentista. Outros fatores são abordados e analisadas quando se trata de posicionamento social na sociedade brasileira, como as redes relacionais constituídas e tipo de ofício exercido. A presente pesquisa intenta inferir o fator urbanização nesta relação, na tentativa de compreender possíveis diferenças na inserção social de indivíduos estigmatizados pela cor da pele em ambientes mais ou menos ruralizados.

A aproximação da urbanização parece ter sido um fator de influência nas possibilidades de mobilidade social dos negros, uma vez que este contexto apresentava um leque maior de necessidade de diferentes habilidades laborais, por oferecer uma maior diversificação de atividades. Para Paiva (2012), nos fins do século XVIII Minas Gerais já conhecia uma economia diversificada e atividade comercial intensa, o que repercutia em questões sociais e culturais, considerando a grande miscigenação ali existente por conta do grande aporte de escravos africanos. Para ele, essa crescente urbanização possibilitou novos

espaços de sociabilidade, mercados de consumo específicos que vinculavam economia e cultura, além das possibilidades de “modelagem” social para o negro, que decorriam dessas atividades.

Piranga é aqui representado como um local mais ruralizado que Ouro Preto, considerando as atividades ali exercidas. Andrade (2017) demonstra as fortes características de ruralização atuais do município de Piranga, remontando aos primórdios da colonização e desenvolvimento histórico da região. Este autor apresenta o Vale do Rio Piranga como um local que também apresentou um grande fluxo migratório na segunda metade do século XVIII como consequência da crise aurífera. Segundo ele, a região foi um espaço de transição entre a mineração e a agropecuária, onde a participação dos negros se fez igualmente expressiva. Considerando o período de “acomodação evolutiva” que Minas passou, onde a economia se ruralizou voltando seu foco nas atividades mineradoras em decadência para aquelas agropastoris, Piranga apresenta condições remarcáveis para o estudo deste fenômeno. Com o desenvolvimento de atividades agrícolas nesta região abastecedora de seus arredores, Piranga é considerada por Andrade (2014) como um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável.

Samara (1997) estima, através de uma contagem populacional do início do século XIX, que em Piranga habitavam 7.610 pessoas livres e 5.949 cativos, estes último segregados em quatro categorias étnicas: crioulos, africanos, pardos e cabras. Corroborando com a estimativa de grande número populacional de não brancos em Minas. Segundo Andrade (2015), não há um resultado conclusivo na literatura a respeito das designações e “qualificações” utilizadas na documentação histórica para tratar de indivíduos não brancos. Contudo, análises do conteúdo destes materiais permitem inferir que categorias tais como crioulos, pardos ou cabras, eram pautadas em questões de naturalidade e posição social (LIBBY E FRANK, 2009). Estes autores utilizam, na falta de termo suficientemente abrangente e satisfatório, o termo “categoria étnica”, para se referirem à noção da grande diversidade de rótulos ou representações identitárias utilizadas no período escravista para designar africanos e seus descendentes.

Andrade (2015) problematiza as estratificações sociais de pardos livres nas Minas Gerais oitocentistas através do estudo de análise redes sociais e como estas poderiam influenciar as oportunidades de mobilidade dentro da estrutura social vigente. Este autor analisa certas relações e sociabilidades cotidianas para compreender mecanismos de mobilidade social e hierarquização, buscando as possibilidades ou limitações relacionados a

este processo. Ainda neste sentido, Farias (2012) analisa as formas de relação e organização de indivíduos de um grupo africano (negros minas) de comerciantes no Rio de Janeiro. A autora aponta para a importância dos laços de sociabilidade criados entre estes negros minas relacionando-os com as atividades de comerciantes por eles desenvolvida e mantida no Mercado da Candelária, o principal centro de abastecimento do Rio de Janeiro no século XIX. Nestas análises de redes de sociabilidade formadas pelos negros surge um outro campo de investigação necessário em relação aos espaços de mobilidade social por eles constituídos.

Outra forma de investigação das possibilidades de acumulação de riquezas e mobilidade social é trazida por Pinheiro e Maia (2017). Através do estudo das alternativas de trabalhos realizados por mulheres em Mariana/MG nos séculos XVIII e XIX, elas mostram como estes ofícios, relacionados ao gênero, contribuíam para a manutenção da liberdade e autonomia dessas mulheres. Muitas dessas mulheres usufruíam da “autonomia” conferida pelos trabalhos desenvolvidos nas ruas para acumular pecúlio e estabelecer relações que pudessem ampliar suas redes de sociabilidade cooperando com seus processos de alforria. Muitas das atividades desenvolvidas por mulheres envolviam o comércio e venda de alimentos, perambulando pelas ruas. Eram as ditas “quitadeiras” ou “negras de tabuleiro”.

Percebe-se assim, a não raridade de materiais de dissertam a respeito da participação ativa de indivíduos não brancos na economia. Diversos autores (Holanda, 1982; José, 1993; Farias, 2012; Pinheiro e Maia, 2017) demonstram a diversidade de atividades exercidas por negros escravizados, forros ou livres no Brasil colônia e império, instigando a indagação quanto ao posicionamento ou possível prestígio social destes indivíduos, e se estes fatores poderiam convergir em possibilidades de mobilidade social para um grupo de indivíduos. As dificuldades e obstáculos de uma mobilidade social nesta sociedade é assunto tratado por vários autores (Guedes, 2006; Cardoso, 2008; Raminelli, 2012) que questionam a estruturação da sociedade naquele período e as concepções ou valores prevaletentes na mesma. É majoritariamente aceito o fato de que o trabalho manual denegria o homem, e de que prevalecia nesta sociedade valores aristocráticos tais que o ócio e a ostentação (Freyre, 2004; Guedes, 2006).

Sendo os negros incumbidos de exercer grande parte dos trabalhos manuais existentes na época, o rebaixamento do valor do trabalho estava relacionado à condição social destes indivíduos, ou seja, de escravizados, condição que todos buscavam se afastar. Nesta sociedade, mesmo sendo o negro forro ou liberto, a cor de sua pele constituía um óbice para sua condição ou posicionamento social.

Neste contexto social, onde o racismo que invocava elementos sociais e culturais, era responsável pela inferioridade dos negros, e os hábitos brancos eram sinônimos de hábitos nobres, certos negros tiveram oportunidades de trabalho que os distinguiram dos demais de seu grupo social. Alguns tiveram maior proximidade com seu senhor; outros conseguiram acumular pecúlio em atividades adjacentes à escravidão que lhe permitiram a compra de sua liberdade; outros estabeleceram redes sociais que favoreceram a aquisição de suas alforrias; e alguns até mesmo se tornaram homens de negócios, conseguindo acumular bens materiais (dentre eles homens escravizados) de alto valor econômico, como percebido em muitos testamentos *post mortem*.

Em se utilizando de análises de redes para compreender relações sociais na freguesia de Piranga no séculos XVIII e XIX, Andrade (2014) considera as ocupações como importantes indicativos da forma como a economia se desenvolve e de como a sociedade se organiza. Relacionar os ofícios ou ocupações desenvolvidas com quem os executava é um dos objetivos da presente pesquisa. Focando aquelas ocupações desenvolvidas por não brancos em ambientes distintos quanto à ruralização no século XIX, pretende-se tecer um cenário da participação ou inserção destes indivíduos nesta sociedade. As listas nominativas da década de 1830, documentos amplamente estudados e analisados, constituem-se em ricas fontes destas informações quanto à cor/qualidade do indivíduo, ocupação, condição social, etc. Estas listas serão exploradas para análise dos ofícios em cada localidade, Ouro Preto como local mais urbanizado, e Piranga, como local mais ruralizado. Com a análise dos ofícios outras serão realizadas no sentido de relacionar essas informações com os indivíduos que as executavam e sua condição social, ou seja, pretende-se montar um panorama que demonstre os ofícios realizados por não brancos e sua condição (se escravo, livre ou forro), para cada localidade. Através de revisão da literatura e análise de conteúdo de material bibliográfico, pretende-se apreender quais ofícios eram tidos como mais valorizados socialmente e que poderiam conferir status ou proporcionar distinta inserção social para os indivíduos.

Abstract: Considering the conditions of formation and development of Minas Gerais's captaincy, the movement between urbanized and ruralized places provided by the economic activity exercised, the work done by the black people and the social place mostly occupied by them on the society, this work proposes to analyse the possibilities and restrictions that exists on the change of social status of the not white people in the XIX century. The intention is to compare this social issues in places with different types of urbanization. This proposal is oriented by investigating questions that can list the works done by the not white people with the possibilities in the mobility and their social prestige, in places with different types of urbanization. These places to be investigated are Ouro Preto and Piranga. Minas Gerais was

formed on the XVII century and it's marked by great presence of african people in its history. On the XIX century Ouro Preto as Piranga had a population composed mostly by black people and their economic activities were already diversified not only on the iron mining business, but also with agricultural and manufacturing activities. A diversity of pontual datas demonstrate cases of black people that accumulated property and capital that was known only white people could accumulate in the XIX century society. It is thought if this cases is about punctual issues or if it could be generalized to a group. The color stigma is not exceeded with the social and political changes of the XIX century. The color of the skin is notest as a structurant element of the relations when it is realized it close relation with the social mobility and pretige. The color silencing in favor of social rise or prestige reminds to a case of approximation of a certain aesthetic and cultural standart socialy imposed. It will be analized nominative lists from the XIX century to compare a filter of not white people that was present in documents for several years to your social trajectory could be followed and verified the possibility of social mobility. Parish records and lists from that same period will be consulted to investigate about these posible individual's social pretige. It is hoped that this set of documents can show moments of coexist or segregation of society, demonstrating posible cases of not white people's social mobility and status

Keywords: Escravo; Inserção social; Ofícios.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Mateus Rezende de. Africanos libertos em tempos de escravismo: um pouco mais sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 9, p. 86-107, 2017.

_____. **Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Huumanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. Da senzala à capela. Compadrio , redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de “pardos livres” nas Minas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 78–99, 2015.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p. 71-88, Mar. 2008.

FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GUEDES, Roberto. Estratégias de Mobilidade Social em Sociedades Escravistas. Uma Análise Comparada (Porto Feliz/São Paulo/Brasil e Torbee/São Domingos, Séc. XVIII e XIX). **Fronteiras**, Campo Grande, v. 10, p. 51-93, 2008.

_____. Ofícios mecânicos e mobilidade social : Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs . XVII-XIX). **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 379–423, 2006.

HOLANDA, S. B. de, Metais e pedras preciosas. In: **Historia Geral da Civilização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Difel, t. 1, v. 2, 1982. p. 259-310.

JOSE, Oiliam. **O negro na economia mineira**. 1993.

LIBBY, Douglas Cole. Historiografia e formação social escravista de Minas. **Acervo** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 7-19, 1988.

_____. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo. Brasiliense, 1988. p. 14.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephir. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 29, p. 383-415, 2009.

LOTT, Mirian Moura. **Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade. Ouro Preto: população, família e sociedade 1838-1897**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Huumanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAIVA, Eduardo França. Povos das minas no século XVIII. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 23–55, 2009.

_____. Trabalho, fortuna e mobilidade de negros, crioulos e mestizos no Brasil do século XVIII. **Portuguese literary & cultural studies**, v. 23/24, p. 27–54, 2012.

PINHEIRO, Fernanda Domingos; MAIA Ludmila de Souza. Cativas do corpo, libertas pelo trabalho: casos de mulheres de cor nas fronteiras entre escravidão e liberdade (Mariana, séculos XVIII e XIX). **Cadernos Pagu**, n.50, 2017.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia Historia**, v. 28, n. 48, p. 699–723, 2012.

RAMOS, Donald. “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais”, in: Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos(orgs.). **Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, pp.164-192.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, Goiânia, II(2), p.7-21, jul./dez. 1997.

STUMPF, Roberta. Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 3, p. 529, 2015.

VIEIRA, Liliane de Castro . Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC (USP)**, v. n. 22, p. 145-189, 2016.

Um campo científico a favor do reino Mariano

Igor Dutra Baptista

Graduando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
igordutrabaptista@gmail.com

Marina Galvão Prezotti

Licenciada em História
Universidade Federal do Espírito Santo
marinagprezotti@gmail.com

Resumo: A Europa viveu, entre os séculos XVI e XVII, mudanças significativas em seu cenário intelectual. Emergiu uma nova forma de pensar e fazer ciência que se mostrou questionadora e baseou-se na racionalização e experiência, e como forma de concretização dessa “nova ciência” surgiram instituições voltadas para a produção de um saber científico. Diversas nações europeias investiram na criação de academias e sociedades científicas, que promoviam uma institucionalização e profissionalização dos novos conhecimentos, além de torna-los uteis ao governo. Dessa forma, em 24 de Dezembro de 1780, é assinado por D.Maria I o documento que institui a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, que a exemplo de outras nações europeias buscava a promoção de um novo saber científico. As regras desses locais de produção científica refletiam o contexto social em que emergiam. Em Portugal a Academia tornou-se um local de prestígio e nobilitação. Nesse ambiente a figura de Azeredo Coutinho emerge, bispo da diocese de Pernambuco e sócio do Academia ele passa a se relacionar com diferentes núcleos, campos o que o faz corroborar com realidade muitas vezes sincrônicas e diacrônicas, demandando, a partir de sua produção e trajetória, rumos distintos nas suas ações. Portanto, este artigo tem por objetivo analisar como a trajetória e as produções de Azeredo Coutinho se relacionam com as intenções da Academia Real das Ciências e Lisboa, expressas em seu Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade.

Palavras-chave: Academia de ciências; Azeredo Coutinho; Utilitarismo ilustrado.

No período correspondente aos séculos XVI e XVII diferentes Estados europeus passaram a criar instituições voltadas a produção de um saber científico que ia de encontro aos dogmas e crenças tradicionais que vinham sendo contestadas desde o século XV (SOARES, 2001, p.17). O surgimento desses locais está ligado a mudanças ocorridas no cenário intelectual europeu, que fez emergir uma nova forma de pensar e fazer ciência, esta se pautava em uma relação interrogatória com a natureza e seus fenômenos. Essa “nova ciência” mais empírica e questionadora foi vista, pelas Nações, como a oportunidade de criar medidas voltadas para o desenvolvimento social e econômico dos seus domínios.

É nesse contexto que surgem as academias e sociedades científicas por toda a Europa, *locus* privilegiados na produção, organização e divulgação dessa “nova ciência”. Esses ambientes promoviam a institucionalização e profissionalização dos novos conhecimentos, fazendo a articulação com o contexto social em que eram produzidos. As academias atuavam como “congregações do saber”, nelas encontravam-se “homens notáveis prontos a auxiliarem os governos em questões de ciência e técnica, assim como na economia, meteorologia, solos, climas, faunas, floras, etc.” (CARVALHO, 1981, p.11).

A coroa portuguesa já vinha buscando esse aperfeiçoamento do conhecimento e sua utilização por parte do Estado desde a primeira metade do século XVIII, no governo de D. João V. Esse movimento de rompimento paulatino com as antigas tradições e investimento na propagação de práticas científicas teve continuação no reinado mariano que, abriu escolas, fomentou publicações que tivessem objetivo pragmático de desenvolver o reino, constituiu associações literárias e agremiações científicas (LIMA, 2009, p.39). O grande marco do governo nessa área foi o financiamento da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Criada em 24 de Dezembro de 1779, com apresentação pública em 4 de Julho de 1780, a Academia Real das Ciências de Lisboa tinha como seus objetivos principais: estimular as produções científicas e transformar as reflexões provenientes em objetos de grande consumo, que resultassem assim em ações práticas no âmbito social e econômico dentro do reino. Esses propósitos cristalizavam a lógica do *utilitarismo ilustrado*, bem representado, no caso da Academia Real de Ciências de Lisboa, pelo lema “ciência ao serviço do reino”. É dentro dessa prática que se tem um incentivo das ciências, principalmente às naturais, potencializando assim as oportunidades econômicas, já que estas abriam caminho para os desenvolvimentos dos outros aspectos do reino, afinal, uma coroa forte, era um reino forte.

Para entender melhor como era o funcionamento da Academia Real, como ela se organizava e definia suas produções é importante compreender a sua estrutura estatutária. Sua institucionalização tomou como modelo a organização de instituições que foram pioneiras nesse processo, como é o caso da Academia del Lincei (1603); Collegium Naurae Cusiorum, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); Accademia del Cimento, em Florença (1657); Royal Society, em Londres (1660); Académie des Sciences, em Paris (1666). Esses modelos pré-existentes eram alterados de acordo com o local em que surgiam, levando em consideração os contextos sociais e culturais, dessa forma havia uma diferença programática no perfil das academias

As linhas programáticas da Academia Real das Ciências de Lisboa foram desenvolvidas em seu *Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade*. D. Maria I o aprovou em 1780 durante o processo de criação da academia, sendo composto de 25 incisos ele determina a forma de organização da instituição, estabelecendo regras no âmbito administrativo, dos integrantes e das produções. A abertura do texto esclarece os motivos, os modelos e os propósitos da academia, sendo, respectivamente, “o zelo e o amor à pátria”, “à imitação de todas as nações cultas” e “a consagração à gloria e felicidade pública, adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e aumento da indústria popular” (ACADEMIA REAL..., 1872.p. 39). Dessa forma, as linhas iniciais já confirmam a pretensão, acima cita, do Utilitarismo, visto que busca converter a reflexão crítica em objeto de consumo, promovendo a efetivação de projetos que conduzam um desenvolvimento do reino.

Após determinar as intenções da criação da academia o *Plano de Estatutos...* passa a determinar os ditames burocráticos da instituição, começando com a organização da instituição. O segundo inciso estabelecem que “Como a observação e o cálculo são os caminhos que conduzem mais seguramente ao conhecimento da natureza [...]” (ACADEMIA REAL..., 1872.p. 39) as produções científicas da academia ficariam divididas em duas classes, o que indagarão o como e o porquê dos fenômenos naturais – representados por profissionais da área de Química, Meteorologia, Anatomia, Botânica e História Natural -, e os que se dedicarão as qualidades e propriedades dos objetos – responsabilidade de estudiosos da Geometria, Astronomia, Mecânica e Aritmética. Ainda houve o estabelecimento da classe de Bellas Letras, “por serem huma parte indispensável da Instrução Nacional, farão a terceira classe, a que se deverá aplicar particularmente aos vários ramos da Literatura Portugueza” (ACADEMIA REAL..., 1872.p. 39-40).

A regulação dos sócios da academia é feita entre os incisos três e oito. Deveriam existir doze sócios “Honorários”, que eram eleitos entre as “[...] *Pessoas condecoradas com as maiores dignidades e Empregos do Estado*” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA, 1872, p.41). Os trabalhos de cada classe deveriam ser conduzidos pelos sócios “Efetivos”, num total de vinte e quatro indivíduos, sendo oito para cada uma das três classes, sendo que alguns poderiam ser escolhidos entre os “sogeitos dignos, empregados pelo Reino no ensino público das mesmas materias que a Academia propões [...] tirado do Corpo da Universidade ou dos Professores públicos” (ACADEMIA REAL..., 1872, p. 40). No corpo dos sócios existiam também os “Correspondentes”, que eram indivíduos “tanto do reino como

fora delle, aos quaes [a academia] há de ser devedora de grande parte de seus progressos” (ACADEMIA REAL..., 1872.p.41). Finalizando, havia os sócios “Livres ou Supranumerários”, esta ordem representava um nível superior de promoção para os sócios correspondentes e era desse grupo que eram retirados, quando necessário, os efetivos. Além disso a academia recebia sócios estrangeiros, que deveriam ser escolhidos entre os mais “insignes pelas suas letras e famosos por suas obras” (ACADEMIA REAL..., 1872.p.41).

A divisão dos sócios em grupos que seguem uma hierarquia nos permite perceber que a Academia Real das Ciências de Lisboa, assim como outras sociedades de letrados da época, foi fundada sobre uma base que pode ser considerada paradoxal que era expressa, segundo Silva pela

[...]coexistência entre uma pulsão igualitária, típica das sociedades de letrados, e uma desigualdade social estruturante característica do seu contexto de Antigo Regime. Todos os sócios, dentro de cada uma das categorias – honorários, efetivos, livres ou correspondentes – são iguais entre si e, no entanto, todos eles diferem pela sua marca social e profissional (SILVA, 2015, p.48)

Os cargos e as eleições da Academia estão dispostos entre os incisos treze e vinte, destaca-se a existência de um presidente, um tesoureiro ou depositário, um orador, um secretário, um vice-secretário e um diretor para classe. E, para finalizar, em seus últimos incisos, vinte e dois a vinte e quatro, o plano estabelecia as regras para as assembleias, o calendário das mesmas e as memórias que os sócios deveriam oferecer a academia. As assembleias assumiam o papel de divulgação dos trabalhos produzidos pelos sócios, esses apresentavam suas memórias, sobre assuntos trabalhados no ano e que fossem de interesse da Academia e do reino, e muitos eram premiados através do Programa de Prêmios. Após a leitura das memórias que os acadêmicos submetiam a instituição estas passavam a pertencer a instituição, que podia publicá-las inteira ou em partes.

O perfil dos sócios da academia: Azeredo Coutinho e o Campo científico luso

As academias científicas tornaram-se locais privilegiados de produção e organização do conhecimento científico, para que isso fosse possível era necessário a existências de indivíduos com disponibilidade econômica, prestígio intelectual e tempo para se dedicarem a esse empreendimento, que na maior parte das vezes era apenas simbolicamente remunerado, com status.

A Academia Real das Ciências de Lisboa passou a ser um local privilegiado dentro da sociedade lusa, tornando-se um local de nobilitação. Dentre as personalidades da academia vemos que existem nobres titulados, juntamente com professores acadêmicos, funcionários públicos e integrantes do alto e baixo clero. A emergência de novas funções sociais, resultam na nobilitação de indivíduos, não necessariamente de sangue, e é assim que “Tornar-se sócio da Academia era equivalente ao suposto título de ‘fidalgos entre os filósofos’, ou melhor, distinção capaz de classificar e hierarquizar naturalistas, matemáticos e literatos (RAMINELLI, 2005, p. 174). É nesse contexto que muitos servidores públicos, principalmente profissionais da educação, galgaram altos cargos e posições sociais, segundo Hespanha (2006, p. 136-137) isso é mais visível ao se analisar o corpo de sócios correspondentes,

[...] existia uma outra nobreza, mais exterior e mais aleatória (por assim dizer), ganha por obras, correspondente ao exercício de certas funções ou ofícios da república. Os tratadistas chamam-lhe, por [...] nobreza política, pois deriva não da natureza, mas de normas de direito positivo, como os costumes da cidade. Deste tipo é a nobreza que se adquire: a) pela ciência [...]; b) pela milícia “armada” [...]; c) pela “milícia inerte”; d) pelo exercício de certos ofícios.

Esses espaços científicos criam entre seus indivíduos mais que um campo de mera produção de conhecimento, eles tornam-se parte de um circuito de sociabilidade aristocrática (SILVA, 2015, p. 42), dessa forma a Academia Real das Ciências de Lisboa se destaca como um importante campo científico, de produção, compartilhamento e sociabilidade, dentro da sociedade lusa do final do século XVIII. É nesse ambiente que se encontra o personagem que propomos analisar.

O sócio correspondente José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), nasceu na província do Paraíba do Sul, na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás. Filho de família abastarda da província, teve condições de estudos, estes se iniciaram no Rio de Janeiro e posteriormente foi para Portugal onde estudou filosofia, belas-artes, retórica, gramática e teologia, na Universidade de Coimbra (HOLANDA, 1966, p. 36). Em 1794 foi nomeado bispo da diocese de Pernambuco.

Azeredo acompanhou de perto, durante sua formação, as reformas pombalinas relacionadas a educação, estando em Coimbra nesse período, pode vivenciar de perto as mudanças de ares que era proposta e que se iniciava na Universidade. Sua formação não teve como único objetivo trilhar o caminho para ser padre, entre os interesses de seus estudos

estavam a obtenção de conhecimento que se alinhassem aos objetivos próprios de sua família e com a própria lógica da Coroa Lusa, em que estava inserido.

Dessa maneira quando se analisa a trajetória de Azeredo Coutinho devemos levar em consideração que seus estudos e produções estavam ligados em primeiro plano ao seu compromisso fixado com a Coroa Portuguesa; em segundo plano o seu compromisso com a sua família; e em terceiro plano aos seus próprios interesses. O seu compromisso com a Coroa iniciou no momento que passa a se relacionar com a Academia Real das Ciências de Lisboa, como já descrito neste trabalho as produções da Academia tinham um caráter de utilitarismo pois buscava-se produzir conhecimentos que fossem úteis ao desenvolvimento do reino, dessa forma as produções de Azeredo tinham isso como alvo. A trajetória de Azeredo dentro da instituição pode ser traçada através da análise das memórias produzidas por ele com fins de publicação, suas publicações aliavam conhecimentos tradicionais, como o conceito de mercantilismo, e conhecimentos emergentes no período. A sua obra “Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias” pode ser considerada uma grande expressão do Utilitarismo Ilustrado, nela ele aponta ações, locais e estratégias que a coroa poderia empreender e intervir a fim de obter um aproveitamento econômico da colônia, segundo Coutinho (1992, p. 9)

A'lém dos muitos contos de réis, que se tirão todos os anos do Brazil para se enriquecêr um ómem, que remáta o contrato do sál, pérdem, ou dêixão de lucrar os colónos, e todo o comércio de Portugal os interêses incalculáveis, que aliás poderião tirár da grande abundância dos pescádos, e das cárnés sálgadas, dos tóicínhos, dos quêjos, das manteigas, etc.; e o Erário Régio só por 48:000\$000 réis, que recêbe todos os anos, se príva dos muitos 48 contos, que necesáriamênte deverião produzír os direitos destes gêneros nas Alfandegas, se a carestía do sal os não fizése impraticáveis.

Sem cárnés, nem pêixes salgados a Marínha de Portugal se reduzirá sempre a cõiza muito pouca; não averá carga para muitos Navíos, não averão Marinhêiros, nem escóla para eles. Os frêtes serão sempre muito cáros, e de necessidade ão de carregár sobre os asúcares, e sobre os outros gêneros da agricultúra das Colónias; e por consequência nunca poderá ésta entrár em concorrência com a dos Extrangêiros, que navégão por um preso mais cómodo, e mais baráto.

Como dito anteriormente, a produção de Azeredo Coutinho estava ligada a sua relação com diferentes campos o que faz corroborar com diferentes interesses. No que diz respeito aos desígnios familiares o que mais se destaca é que as linhas programáticas de seus estudos se aproximam muito do ambiente privilegiado de sua família na colônia, a elite agrária carioca, mas ao mesmo tempo também corrobora com os interesses da sua posição dentro da Real Academia, afinal, procurava oportunidades e propostas válidas e vantajosas para a Coroa em

terras brasílicas. Então dividido entre dois campos diacrônicos, sua família representando suas “paixões” e a Real Academia representando seus “interesses”, ele equilibrava em seus escritos e nas propostas que ali se continham estratégias que balanceavam vantagens para ambos os lados, por um lado, por exemplo, ele apoiava uma relação mais firme nos moldes do pacto colonial, que por sua vez poderiam impulsionar os lucros da elite agrária brasileira, envolvendo assim sua família, e caso optassem por uma relação onde Portugal conotasse maior independência a colônia também havia lucros para as elites produtoras. Sendo assim, é importante para nós entendermos como foi manipulado esses momentos diferentes representado por campos de interesses distintos, onde o este personagem se colocava no centro das relações entre eles.

Por sua vez, os interesses pessoais de Azeredo localizavam-se principalmente no reconhecimento de suas publicações. Como resultado de seus serviços pela coroa ele ganhou a posição de bispo de Pernambuco, resultado de sua participação na academia que segundo Raminelli (2002) era um local em há a busca de consagração por benesses de cargos no aparato monárquico.

Concluimos assim que Azeredo Coutinho permite um horizonte de pesquisas vasto, pois, a relação deste personagem em campos de interesses tão distintos abre a possibilidade de análise de outros membros da Academia com propósitos parecidos. Coutinho foi um articulador nato que balanceou suas paixões e seus interesses (HIRSCHMAN, 2002) conquistando, a partir de ambos, consagração para si. O membro correspondente é também um grande exemplo de como a Academia proporcionou a existência de um extenso campo científico que produziu trabalhos a favoráveis aos interesses do governo Mariano.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA. Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Sciencias de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade. In: RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**, tomo II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1872.

CARVALHO, R. **A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981. p.11.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias**. Vol. 3. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, 1992, p. 26.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo [online]**, v. 11, n. 21, pp. 121-143, 2006

HIRSCHMAN, A. **As paixões e os interesses**. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. **Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho**. (1794-1804). São Paulo: Nacional, 1966, pp. 13-53. (Roteiro do Brasil, v. 1). p. 36.

LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa**: Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa - 1779/1822. 251f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772 – 1779. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. p. 40.

RAMINELLI, Ronald. Ilustração e patronagem: estratégias de ascensão social no Império Português. **Anais de história de além-mar**, n. 6, p. 297-325, 2005.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834)**: ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

O financiamento da “Guerra dos bárbaros”: apontamentos sobre guerra e fiscalidade no Rio Grande (c. 1680-1720)

Lívia Brenda da Silva Barbosa¹

Mestrado em História

UFRN

liviabarbosalbsb@gmail.com

Resumo: A chamada “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida entre o final do século XVII e o início do século XVIII, movimentou toda uma estrutura de guerra necessária para sua manutenção. Na capitania do Rio Grande é possível identificar a associação de instituições administrativas, particulares e relações supra capitania que foram fundamentais para o sustento da Guerra. A exemplo disso, menciona-se a Câmara da Cidade do Natal, a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande e os esforços do Governo-geral para enviar o sustento das tropas e coordenar as ações de combate nos sertões do Rio Grande. Nesse sentido, este trabalho pretende analisar as relações estabelecidas entre a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande e o Governo-geral quanto as articulações para o sustento da Guerra dos Bárbaros. Busca-se entender o financiamento deste conflito no Rio Grande em uma perspectiva da fiscalidade. Ademais, de forma inicial, pretende-se fazer apontamentos para uma perspectiva mais ampla de pesquisa futura: analisar o financiamento da Guerra dos Bárbaros nas Capitanias do Norte, como também estudar os direitos e tributos revertidos para o seu sustento e investigar as estratégias dos grupos/indivíduos que se beneficiaram com os custos da Guerra.

Palavras-chave: Fiscalidade, Guerra dos Bárbaros, Rio Grande.

Na transição do século XVII para o século XVIII, os sertões das Capitanias do Norte² protagonizaram uma série de conflitos entre grupos indígenas e colonos. A eclosão desses embates colocou frente a frente a resistência indígena e a expansão da colonização que adentrava o território. Esse conflito ficou consagrado na historiografia como “Guerra dos Bárbaros” e envolveu, do lado colonizador³, moradores, tropas pagas e autoridades administrativas (TAUNAY, 1995; PIRES, 1990; MEDEIROS, 1974; PUNTONI, 2002).

¹ Graduada em História/Licenciatura (2011-2014) e em História/Bacharelado (2015-2016) pela UFRN. Possui mestrado (2015-2017) pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN). Faz parte do grupo de pesquisa “Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura”.

² “Capitanias do Norte” é o termo utilizado para se referir às quatro capitanias litorâneas, localizadas no norte do antigo Estado do Brasil: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Siará Grande. Para mais informações ver ALVEAL, 2014.

³ Como já se destaca em sua própria denominação, advinda das fontes históricas que colocam o índio como “gentio bárbaro”. Assim, consolidou-se na historiografia a denominação “Guerra dos Bárbaros” para o conflito, sendo, desse modo, um termo ainda problemático que parte de uma perspectiva colonizadora.

O sertão do Rio Grande, mais especialmente a Ribeira do Assú (DIAS, 2015; SILVA, 2015), insere-se neste conflito como um dos pontos de irradiação da guerra. No final de década de 1680, a guerra ofensiva aos índios começava. As reclamações e pedidos de socorro de moradores e oficiais chegavam até a Bahia e cada vez mais governo-geral e instâncias administrativas locais articulavam-se. A partir de então, observa-se a estruturação da guerra, em aspectos humanos e materiais, montada para o combate ao “gentio *tapuya*”.

Desse modo, havia a associação de instituições administrativas, particulares e relações supra capitania que foram fundamentais para o desencadear da Guerra. A exemplo disso, menciona-se a articulação da Câmara da Cidade do Natal, da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande com outras capitanias, governo-geral e Provedoria-mor para coordenar a Guerra. Em síntese, ocorreu a mobilização de tropas, soldos, víveres, e armas para combate nos sertões. Esse conjunto é o que se entende como o “financiamento da guerra”. Nesse sentido, este texto analisa de forma inicial alguns aspectos da estruturação e sustento/financiamento da “Guerra dos Bárbaros” nos sertões do Rio Grande principalmente nos primeiros anos do conflito.

Os primeiros socorros

A década de 1680 é sem dúvidas um período chave para compreender o início dos conflitos que configuraram a chamada Guerra dos Bárbaros. As reclamações de moradores, e os temores expressados pelos camarários, a respeito dos ataques indígenas no sertão tornam-se recorrentes (ALENCAR, 2017, p. 65-68). Em 1687, os embates se intensificaram e o capitão-mor do Rio Grande Pascoal Gonçalves de Melo, bem como o Senado da Câmara do Natal, solicitou ajuda ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, e ao capitão-mor da Paraíba, Antônio da Silva Barbosa. O governador-geral, Matias da Cunha, recebia a súplica de Pascoal Gonçalves enviada em 22 de março dizendo que:

[...] o Gentio Bárbaro se havia levantado, e morto mais de sessenta pessoas entre brancos, e negros, e ia continuando o mesmo estrago, e se achava o dito Capitão-mor impossibilitando a defender aqueles moradores por falta de gente, e munições; e porque se deve acudir a um tão irreparável dano, com remédio muito pronto. Vossa Senhoria mande logo socorrer com a brevidade possível a dita Capitania com toda a gente, e munições que puder ser; para que aqueles moradores não padeçam a sua última ruína, na assolação com que os bárbaros a vão continuando [...](CARTA..., Vol. X, p. 245).

Os pedidos de ajuda as autoridades de Pernambuco, da Paraíba e até mesmo ao governo-geral relatavam ações dos *tapuyas* “bárbaros”. As súplicas concentravam-se na

necessidade de uma estrutura de guerra (munições, mantimentos, homens). As reclamações sobre a estrutura militar deficitária no Rio Grande datam de anos anteriores. Em 1665, observa-se que a fortaleza do Reis Magos não tinha o contingente militar adequado. Neste ano, a Câmara e o capitão-mor Valentim Tavares Cabral (1663-1670), solicitaram ao rei D. Afonso VI socorro para reparos na fortaleza e ajuda aos soldados que estavam desamparados em armas, fardas e mantimentos (CARTA..., Cx. 1, D. 7, 8).

Naquela conjuntura, a fortaleza encontrava-se guarnecida por apenas seis soldados. Para o capitão-mor, era necessário recuperar o contingente militar anterior ao período holandês, com 80 soldados, mais auxiliares⁴. Conforme os camarários, a capitania encontrava-se em situação de miséria, despovoada e ameaçada em duas frentes, ao oeste pelos índios *tapuyas* e no litoral pelos piratas. Na documentação, menciona-se que o contingente de 80 soldados que existia em anos anteriores, era suprido graças ao socorro de Pernambuco, bem como a sua alimentação e seus fardamentos (CARRARA, 2009; BARBOSA, 2017)⁵.

Solicitar ajuda a Pernambuco, bem como ao governo-geral (PORTARIA..., Vol. VIII, p. 218), era uma estratégia utilizada pelas autoridades do Rio Grande há muitos anos (CARTA..., Cx. 1, D. 7, 8). Em 1687, com a intensificação dos conflitos entre indígenas e colonos a necessidade de ajuda externa se manifestava novamente. O coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, morador da capitania do Rio Grande, assumiu por nomeação do governador-geral a liderança das primeiras entradas para o sertão, onde “achando-se nas fronteiras dos bárbaros Janduís, e outras nações ferozes que se conspirarão para a destruição dos moradores, e currais da mesma Capitania opondo-se aos estragos, mortes e hostilidades que faziam” lutou contra os *tapuyas* (CONSULTA..., Cx. 1, D. 30). As autoridades locais não obtiveram sucesso nas suas tentativas iniciais de combate nos sertões da capitania e os primeiros socorros foram enviados. No quadro abaixo observa-se as ordens do governo-geral para envio de homens ao Rio Grande nos anos de 1687 e 1688:

⁴ Informação apresentada pelos oficiais da câmara e pelo capitão-mor Valentin Tavares em suas cartas. De acordo com a informação dos documentos, a fortaleza costumava ter antes do período holandês 80 soldados, mais ajudantes, artilheiros e um condestável. Esses dados cruzam-se com as informações já analisadas no capítulo anterior quando, entre 1612 e 1617, a capitania do Rio Grande contava com um contingente militar de um alferes, um sargento, um condestável, dois bombardeiros, quatro cabos de esquadra, para 1612 (pois em 1617 eram três) quarenta mosqueteiros e quarenta arcabuzeiros. Ver: LIVRO..., 1968.

⁵ Os documentos mencionam que os soldados estavam há mais de seis meses vivendo na fortaleza sem a ajuda requerida, nem mesmo farinha para a alimentação, e de acordo com a carta, na esperança do socorro costumeiramente dado por Pernambuco ou da ajuda do “sobejo” de alguma outra capitania. Para manter os soldados, o capitão-mor estava provendo as carências da fortaleza por seu próprio custo com um gasto de 300 réis. O capitão-mor sugeria que o quadro militar de 80 soldados fosse enviado das praças de Pernambuco ou da Bahia, e ainda pedia o ressarcimento dos gastos feitos por sua pessoa com os víveres para a fortaleza mantimentos (CARTA..., Cx. 1, D. 7,8).

Quadro 01 - Ordens de contingente militar para a Guerra no Rio Grande (1687/1688) ⁶			
Origem	Data da ordem	Quantidade	Características
Pernambuco	15/09/1687	2 companhias	Terço de Henriques e Felipe Camarão
Paraíba	17/09/1687	<i>não identificada</i> ⁷	Terço de Henriques e Felipe Camarão
Pernambuco	14/03/1688	150	Infantes
Itamaracá	14/03/1688	25	Infantes
Paraíba	14/03/1688	25	Infantes
Paraíba	14/03/1688	100	Pretos
Paraíba	14/03/1688	400	Índios
São Francisco	04/12/1688	150	Terço de homens brancos
São Francisco	04/12/1688	300	Terço de índios
São Francisco	04/12/1688	200	Terço de homens brancos
Vila de Penedo	04/12/1688	300	Terço de índios

Fonte: **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X . p. 247-248, 250, 253-254, 263-267, 270-272, 335-337.

As tropas enviadas de Pernambuco e da Paraíba, Terço de Henrique Dias e Felipe Camarão, ficaram sob a liderança do coronel Antônio de Albuquerque da Câmara. Esse movimento de reforço, em que contingentes militares externos à capitania começaram a chegar é resultado de uma sequência de pedidos de socorro, pois a estrutura Rio Grande, em termos militares e fiscais não era suficiente para o combate (CARTA..., Vol. X, p. 247, 248). Como aponta Júlio César Vieira de Alencar (2017, p. 67-69), o auxílio enviado de Pernambuco e da Paraíba – aparentemente a leva de 1687 demonstrada no quadro acima – não supriu as necessidades de combate ao indígena *tapuya*. Assim, outro homem, que, como Antônio de Albuquerque da Câmara, já tinha atuação na capitania, foi nomeado pelo governador-geral Matias da Cunha. Em março de 1688, Manuel de Abreu Soares foi nomeado capitão-mor para combater o *gentio* e ainda recebia mais auxílios vindos de Pernambuco e da Paraíba (ALENCAR, 2017, p. 70). Como destacado na carta do governador-geral:

Da Patente que com esta remeto ficará Vossa Mercê entendendo os motivos que tive para lh'a mandar passar, e fiar de seu valor, e disposição o socorro que de Pernambuco mando ir à sua ordem o qual consta de 200 infantes escolhidos com quatro Capitães 400 Índios com o seu Capitão-mor Camarão, e cem soldados pretos com o seu Governador. Ao Coronel Antônio de

⁶ Os dados levantados foram reunidos a partir das cartas do governador-geral Matias da Cunha, considera-se que as ordens para o envio de tropas ser uma estimativa do contingente militar do Rio Grande para o combate na Guerra dos Bárbaros. Entretanto, ainda não foi encontrada documentação que demonstre de forma mais esquemática essas informações. Assim, esses indícios são tomados como referências iniciais de análise. O avanço da pesquisa poderá contribuir para uma análise mais detalhada da estrutura militar do Rio Grande no período da Guerra.

⁷ Nesse caso, a expressão utilizada pelo governador-geral foi “o maior número de gente capaz naquela jornada”. CARTA..., Vol. X, p. 251.

Albuquerque da Câmara mando a mesma ordem sobre este particular, como tão importante, e que governe a sua gente, e eleja a parte por onde há de fazer a sua entrada com a jurisdição separada, e independente da de Vossa Mercê. E por esta razão se devem Vossas Mercês comunicar de palavra, ou por escrito, assentando entre ambos as partes, e o tempo em que cada um há de partir, e por onde há de fazer a entrada, para que no mesmo se veja o Bárbaro por uma, e outra invadido, e não possam conservar junto o grande poder com que de presente se acha, pois será dividindo-se mais fácil de ser vencido (CARTA..., Vol. X, p. 275, 276).

Desse modo, Manuel de Abreu Soares e Antônio de Albuquerque da Câmara tinham poder para fazer entradas no Assú e jurisdição independente da do capitão-mor da capitania, na época Pascoal Gonçalves de Carvalho (PIRES, 1990, p. 62-54). O governador-geral ainda ordenou o envio de pelo menos cerca de 800 homens (ver Quadro 01) da Paraíba, de Itamaracá e de Pernambuco. Enquanto subia, pelos sertões do Rio São Francisco, o paulista Matias Cardoso de Almeida, com 300 soldados brancos para combater naquelas regiões, o paulista Domingos Jorge Velho recebia ordens para interromper sua ida à Palmares e encaminhar-se com seus 600 homens em direção aos sertões do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A Guerra nos sertões das Capitânicas do Norte era articulada, pelas ordens do governo-geral, em várias frentes:

porque uns e outros, cada um [Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso, Manuel de Abreu Soares e Antônio de Albuquerque da Câmara] pela sua parte façam pelos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará ao mesmo tempo as entradas com que entenderem podem afligir mais e viva e danosamente aos bárbaros: comunicando-se todos por avisos com o capitão-mor Manoel de Abreu; e o coronel Antônio de Albuquerque, para se terem atendido entre si, e o tempo e lugares donde farão a guerra e os bárbaros desunirem o poder com que se achem invadidos por tão diferentes partes [...] (CARTA..., Vol. X, p. 263, 267).

A vinda do sertanista Domingos Jorge Velho em junho de 1688 e a primeira leva de Paulistas uniu forças contra o “gentio bárbaro” (CARTA..., Vol. X, p. 262, 263), o desenrolar da “guerra justa e ofensiva” – nas palavras de Matias da Cunha – nos sertões do Rio Grande ocorria com o auxílio de tropas vizinhas. Além da estrutura humana, Matias da Cunha declarou que “as câmaras da cidade de Olinda, Itamaracá e Paraíba sustentassem na campanha o número de infantes, que da guarnição de cada praça destas se tirasse” e ainda “concorressem todas para o mantimento dos índios e pretos que assistissem naquela guerra” (CARTA..., Vol. X, p. 263, 267). O quadro abaixo reúne algumas ordens do governo-geral para o sustento da guerra no Assú:

Quadro 02 - Ordens de suporte material para a Guerra no Rio Grande (1688)⁸			
Origem	Data da ordem	Quantidade	Finalidade
Pernambuco	14/03/1688	600\$000	armas e munições
Pernambuco	14/03/1688	100\$000	governador dos pretos
Pernambuco	14/03/1688	200\$000	capitão-mor dos índios
Rio Grande	14/03/1688	100\$000	governador das Armas Paulistas
Rio Grande	14/03/1688	200\$000	farinha
Pernambuco	04/09/1688	1.000\$000 cruzados (200\$000 réis)	farinha
Pernambuco	14/10/1688	200 cruzados (80\$000 réis)	mantimentos
Bahia	04/12/1688	40 arrobas de pólvora	munições
Bahia	04/12/1688	120 arrobas de chumbo	munições

Fonte: **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X. 263-267,276, 280, 298

Em 1688 as ordens de envio de dinheiro para a manutenção da Guerra no Assu se intensificam. Junto com a força militar o seu sustento tornou-se uma preocupação constante do governador-geral Matias da Cunha. Apesar de “responsabilizar” as capitanias vizinhas pela manutenção da Guerra no Rio Grande, a principal capitania incumbida do provimento financeiro foi Pernambuco. Ao mesmo tempo em que requeria o envio de homens Matias da Cunha tentava viabilizar a permanência das tropas no Assú.

Inicialmente requeria à Fazenda de Pernambuco que dispendesse 900\$000 réis para a Guerra, 600\$000 para armas e munições, 100\$000 para o governador dos pretos e 200\$000 para o capitão-mor dos índios (provavelmente para o pagamento das tropas). Os outros 100\$000 réis deveriam ser encaminhados a Matias Cardoso, governador das Armas Paulistas que naquele momento comandava 600 homens nas entradas dos sertões do São Francisco, ou seja, para uma outra frente de guerra. As necessidades de guerra eram tão urgentes que:

[...] pode acontecer que não tenha a Fazenda Real prontamente aos novecentos mil réis para se despendem logo, neste caso os fará Vossa Senhoria buscar infalivelmente sobre quaisquer efeitos dela, ou por empréstimos de quaisquer pessoas, ou por qualquer outro meio que a Vossa Senhoria parecer mais eficaz para que por falta deles se não detenha o socorro um instante pela suma importância de se acudir àquela miserável Capitania (CARTA..., Vol. X, p. 263, 267).

Além disso, as câmaras de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco ficavam encarregadas da “despesa da farinha” para o sustento da infantaria, pretos e índios que lutavam no Assú. A

⁸ Os dados levantados foram reunidos a partir das cartas do governador-geral Matias da Cunha, considera-se que as ordens para o envio de valores é uma estimativa. Dessa forma, esses indícios são tomados como referências iniciais de análise. O avanço da pesquisa poderá contribuir para o conhecimento aprofundado da situação fiscal e financeira do Rio Grande no período da Guerra.

exigência do governo-geral para que essas capitanias contribuíssem com a manutenção da guerra evidenciava-se em várias cartas despachadas pelo governador-geral, incluindo-se recomendações específicas para lidar com a iminente falta de dinheiro na Câmara de Pernambuco, por exemplo:

se esse Senado se não achar com dinheiro pronto, para uma e outra cousa se valham Vossas Mercês de quaisquer meios que lhe parecerem mais efetivos sobre as consignações, e subsídios que tiverem, que para isso dou a Vossa Mercês toda a faculdade (CARTA..., Vol. X, p. 267, 268).

A grande questão era se essas capitanias tinham condições de arcar com o financiamento da guerra. O envio dos 900\$000 e a mobilização das câmaras de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco no envio de víveres para os soldados se torna assunto recorrente nas cartas enviadas pelo governador-geral (CARTA..., Vol. X, p. 276-280, 291-292). Até que no dia 28 de agosto confirma-se que João do Rego Barros, provedor da Fazenda Real de Pernambuco, remetera ao Rio Grande os socorros requeridos por Matias da Cunha (CARTA..., Vol. X, p. 293-295). A Câmara da cidade do Natal também deveria contribuir com farinhas para as tropas, e na falta dos recursos estava autorizada a sacar letras da Fazenda do Rio Grande. Além dessa primeira remessa, ao longo de 1688 outras foram demandadas, principalmente dos cofres de Pernambuco (ver Quadro 02), o que demonstra os esforços mobilizados em torno da Guerra do Assú.

O déficit financeiro das capitanias dificultava o sustento da guerra. Enquanto o governador-geral exigia o envolvimento dispendioso da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, o atraso dos contratadores com o pagamento dos dízimos esvaziava os cofres da Real dessas capitanias. O governador-geral Matias da Cunha tomando conhecimento do problema solicitou ao menos a ajuda “de armas, munições e mantimentos ao Capitão-mor do Rio Grande, para que ele remeta tudo a maior pressa ao dito Domingos Jorge Velho, pois o merece tanto o seu valor, como se deve ao seu perigo” (CARTA..., Vol. X, p. 306-308).

Naquelas alturas o Provedor de Pernambuco tinha remetido “de forma apertadíssima” ao Conselho Ultramarino 9.000 cruzados (3:600\$000 réis) de pagamento dos dízimos ao reino. Soma-se a esta circunstância uma dívida de cerca de 12.000 cruzados (4.800\$000 réis) que Itamaracá ainda não havia quitado aos cofres de Pernambuco. A situação financeira das capitanias não contribuía para que os constantes pedidos de Matias da Cunha em prol do sustento da Guerra no Rio Grande fossem atendidos. A solução apontada para a crise fiscal foi que a cobrança da dívida de Itamaracá fosse cobrada imediatamente e “como está pedindo a urgência dessa guerra, tome por empréstimo o de que necessita para socorrê-la”.

A morte do governador-geral Matias da Cunha não foi motivo de desinteresse das autoridades da Bahia na Guerra do Assú, muito pelo contrário, ao assumir o posto em outubro de 1688 o novo governador-geral D. Frei Manuel da Ressureição deixava claro que estavam mantidas as ordens de socorro passadas anteriormente e a as que se seguiriam em sua administração (CARTA..., Vol. X, p. 333-334). Em imediato enviava para os sertões, com ordens expressas para que se passasse 40 arrobas de pólvora fina e 120 de chumbo, que saíram de uma sumaca da Bahia para o Recife, e despachadas pelo provedor da Fazenda, João do Rego Barros, para a Paraíba encaminhadas por seu capitão-mor, Amaro Velho de Serqueira, de onde saiu por terra para os “quartéis das Piranhas (ribeira do Assu). Além da provisão de munições, mais uma leva de homens d’armas seguiam para o Rio Grande. O governador-geral encaminhava dois terços do Rio São Francisco, composto por 150 homens brancos e 300 índios, e mais dois das ribeiras do mesmo rio, com 200 homens brancos e 300 índios (da Vila de Penedo).

As resoluções para a Guerra nos sertões do Rio Grande entre 1687 e 1688 revelam o direcionamento de forças bélicas para a capitania, um dos focos dos conflitos de conquista deflagrados no final do século XVII. Desse modo, observa-se que a estrutura humana e financeira do período em que a guerra ofensiva aos *tapuya* se intensifica é suprida – mesmo que de maneira insuficiente – pelas forças militares das capitanias (Paraíba, Pernambuco e de Itamaracá). Nos anos seguintes, a articulação do governo-geral junto com a Provedoria-mor e a Provedoria de Pernambuco para o envio de dinheiro foram fundamentais na manutenção da guerra.

A Fazenda Real e o sustento da Guerra

Após todas essas medidas organizadas pelo governo-geral, outra investida militar foi planejada, o envio de Matias Cardoso de Almeida em 1690 com mais uma leva de paulistas reforçaria o combate nos sertões do Rio Grande (ALENCAR, 2017, p. 129-130. A chegada de mais uma leva do Terço dos Paulistas no Rio Grande em 1698, acentuou ainda mais as relações Rio Grande – Pernambuco – Bahia. A Fazenda do Rio Grande não tinha condições de manter sozinha os custos da Guerra dos Bárbaros e, por vezes, a administração de Pernambuco intervinha nas questões fazendárias da capitania, inclusive sob o crivo do próprio governo-geral. Esses fatores demonstram como essa dinâmica entre os centros de poder e a capitania do Rio Grande era o que se denomina aqui a relação de *complementariedade de gerenciamento* (BARBOSA, 2017). Para além das expressões de poder desses polos, havia o

objetivo final de que a dinâmica administrativa do Rio Grande não parasse, fosse por intervenção da Provedoria-mor ou da Provedoria de Pernambuco.

Em 1697, o governador-geral iniciava as primeiras medidas para as despesas que sobreviriam com a chegada de outra tropa no Rio Grande. Observa-se a ciência que o governador-geral possuía sobre a necessidade de que a Fazenda do Rio Grande recebesse auxílio externo para o sustento das novas despesas advindas com a Guerra dos Bárbaros. O governador-geral, D. João de Lencastre (1694-1702), enviou ordem, em 17 de outubro de 1697, para que o governador do Rio Janeiro emitisse o dinheiro que era necessário para custear as despesas com o Terço que seria enviado ao Rio Grande:

Considerando eu os inconvenientes, que ha para remeter desta cidade ao Rio de Janeiro o dinheiro necessário para a tal despesa, pelo risco, que há de mar, e piratas, e de ,e não conseguir, um negócio, tem tanto empenho, de Sua Majestade, e reputação de suas armas, ordeno a Vossa Mercê, tenha prontos os mantimentos necessários para esta gente de quaisquer efeitos, que a Fazenda Real tenha nessa Capitania, ou dos que administra a Câmara, na forma da dita carta de Sua Majestade, e de toda a importância, que fizer aquela despesa, sacarà Vossa Mercê letra, sobre o Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado, a qual se há de pagar, prontamente. E se houver algum dinheiro, que por algum caminho, pertença a esta Provedoria-mor, se valerá Vossa Mercê primeiro dele (CARTA..., Vol. XI, p. 259, 260).

Assim, por ordem do governador-geral, as despesas necessárias para dois meses de socorro, mantimentos e o pagamento dos soldos dos militares deveriam ser sanadas pelo Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, por emissão de letras (os valores) da Provedoria-mor.

Após a chegada de uma nova leva do Terço dos Paulistas, em novembro de 1698, agora liderado por Manuel Álvares de Moraes Navarro, o governador-geral enviou nova ordem ao provedor-mor para que emitisse 10 mil cruzados, o equivalente a 4:000\$000 réis, ao provedor da Fazenda Real de Pernambuco, para que de lá fosse então enviado ao almoxarife do Rio Grande, Manuel Fernandes de Melo. Por não haver letras naquela quantia foram enviados seis mil cruzados, o equivalente a 2:400\$000 réis (CARTA..., Vol. XXXIX, p. 12, 13). Considerando-se que no ano de 1697 os contratos da capitania do Rio Grande constavam no valor 1:370\$000 réis, era inviável para a Fazenda do Rio Grande manter um custo tão oneroso (CONSULTA..., Cx. 1, D. 42).

Em 18 de agosto de 1702, outra grande remessa de dinheiro foi enviada pelo provedor-mor ao almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco por meio da fragata dos padres da Companhia de Jesus. A quantia de 33 mil cruzados, equivalente ao valor exorbitante de

13:200\$00 réis, seria utilizado para os gastos com as tropas do Terço dos Paulistas. A Guerra dos Bárbaros moveu as atenções do governo-geral para a capitania do Rio Grande, e permitiu que altos valores circulassem entre a Fazenda Real e os gastos com a guerra. Observa-se que, mesmo com a ação do governo-geral e da Provedoria-mor, a Provedoria de Pernambuco emerge como intermediária nos trâmites administrativos entre as instâncias Provedoria-mor e Provedoria do Rio Grande.

Assim, nesse processo de organização do sustento da Guerra, observa-se que já nos primeiros anos do conflito houve um intenso diálogo e articulação entre autoridades das Capitanias do Norte e o governo-geral, no intuito de direcionar forças para o combate nos sertões do Rio Grande. Novos dados para os anos seguintes do conflito, que se estendeu por pelo menos duas décadas a frente, até meados de 1720, poderão apontar mais sobre as dinâmicas de financiamento da Guerra e as movimentações de tropas e interesses para a capitania. A questão do combate ao *tapuya* inseriu o Rio Grande em um complexo jogo político e financeiro, fazendo dos sertões do Rio Grande – que de forma muito fluida misturavam-se com o Siará Grande e Paraíba – um espaço importante nas dinâmicas de conquista dos sertões das Capitanias do Norte.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALVEAL, Carmen. 2014. “Capitanias do Norte” In: J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2014v023.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento:** a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723). 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas:** processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2015.

MEDEIROS, Tarcísio. **Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos bárbaros**. Natal, RN: Editora Universitária, 1974.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste colonial**. Recife: Fundap/CEP, 1990.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, SP: Hucitec EDUSP Fapesp, 2002.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2015.

TAUNAY, Afonso d'E. **A guerra dos bárbaros**. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado ETRN, 1995. 331, 36 p. (Coleção Mossoroense. Série "C", v. 864).

Fontes

CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Valentim Tavares Cabral, ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 8.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. Anexo: carta (treslado). AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 7.

CARTA para o Capitão-mor da Capitania da Paraíba Amaro Velho de Serqueira para socorrer a do Rio Grande para a guerra dos Bárbaros. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. X, p. 251.

CARTA para o capitão-mor Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que tiver sobre os bárbaros do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 262-263.

CARTA para o Capitão-mor Manuel de Abreu Soares sobre a guerra do Gentio do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. X, p. 275-276.

CARTA para o Governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior sobre mandar duas Companhias do Terço do Camarão e Henrique Dias à Capitania do Rio Grande à guerra dos Bárbaros. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. X, p. 247-248.

CARTA para o governador de Pernambuco Joao da Cunha de Souto Maior sobre mandar-se socorrer a Capitania do Rio Grande com gente e munições. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. X, p. 245.

CARTA para o Governador de Pernambuco João da Cunha de Souto Maior sobre o socorro do Rio Grande e outros particulares. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 291-292.

CARTA para o Provedor da Fazenda da Capitania de Pernambuco sobre as ordens que se passaram pelo Governo passado para a Capitania do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 333-334.

CARTA para o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro ter prontos os mantimentos para a gente do Terço, para a guerra do Rio Grande, de que é Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929. p. 259-260.

CARTA para o Provedor da Fazenda do Rio Grande Manuel Tavares Guerreiro sobre os 6 mil cruzados que se lhe remeteram para socorrer o Terço dos Paulistas e ele socorrer ao Arraial. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XXXIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938. p. 12-13.

CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Souto Maior sobre a guerra do Gêtio bárbaro do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 263-267.

CARTA para os oficiais da Câmara da cidade de Olinda sobre a guerra dos Bárbaros do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 267-268.

CARTA que se escreveu ao Bispo de Pernambuco sobre o sucesso da guerra do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 306-308.

CARTA que se escreveu ao coronel Antônio de Albuquerque da Câmara sobre a guerra do gentio do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 276-280.

CARTA que se escreveu ao governador de Pernambuco Fernão Cabral sobre a guerra dos bárbaros. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. X, p. 293-295.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre petição que fez Antônio de Albuquerque da Câmara, pedindo confirmação de carta patente de capitão de infantaria paga que lhe foi passada pelo governador-geral do Brasil, Matias da Cunha. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 30.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre representação dos moradores do Rio Grande do Norte, pedindo prorrogação do mandato do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, por três anos. Anexo: representação e bilhete. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42.

LIVRO que dá razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1968.

PORTARIA que se passou ao capitão-mor da capitania do Rio Grande para poder despender com a infantaria 60\$000 dos dízimos. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume VII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929. p. 218

Governo e câmara: um panorama da relação de Dom Lourenço de Almeida e a Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana)

Luís Roberto da Silva Cruz

Graduando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

luis.cruz@engenharia.ufjf.br

Resumo: O presente trabalho tem como intenção mostrar um panorama de como o Governador das minas empossado no ano de 1721, Dom Lourenço de Almeida, se relacionava com a Câmara de Mariana, então Vila de Nossa Senhora do Carmo. Para tal, será utilizado o banco de dados desenvolvido pelos bolsistas do Laboratório História Econômica e Social ligados ao departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, dentro do projeto “As câmaras de Minas Gerais e sua inserção nos circuitos da comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII”. A partir das 125 correspondências trocadas entre governador e camaristas, alocadas no Arquivo Público Mineiro, e registradas no banco de dados, pretende-se mostrar tendências e levantar questionamentos a respeito da prática governativa na Minas Gerais setecentista.

Palavras Chave: Câmara, Governador, Correspondências.

Alguns foram os encarregados de estabelecer a ordem régia na unidade das Minas, Naquele momento, para Portugal, era de suma importância organizar e controlar o processo extrativo do ouro. Assim sendo, os primeiros agentes régios se direcionaram para as Gerais, com o desafio de organizar, de alguma forma, aquela grande área de fronteira aberta correspondente ao tamanho – atual – de São Paulo e Minas Gerais (SANTOS, 2009). Contudo, este trabalho terá enfoque no período entre os anos de 1720 e 1732, quando Dom Lourenço de Almeida serviu à coroa portuguesa como “Governador e Capitão General das Minas”, com um especial direcionamento para a relação deste governador com a Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana. A partir deste estudo de caso, tentarei mostrar evidências que possam ajudar a levantar hipóteses e traçar tendências dos atos das práticas políticas e administrativas entre o governante, representante da Corte de Portugal no Ultramar, e a instituição camararia, sede de representação dos potentados da Vila do Carmo. Para tanto, foram analisadas as trocas das correspondências registradas nos (livros de registros de cartas da Câmara de Nossa Senhora do Carmo), entre os Oficiais da Câmara e o Governador, e catalogadas no banco de dados que vem sendo construído no Laboratório de História Econômica e Social, ligado ao departamento de História da Universidade Federal de

Juiz de Fora, dentro da pesquisa intitulada “As câmaras de Minas Gerais e sua inserção nos circuitos da comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII”, capitaneada pela professora Carla Maria Carvalho de Almeida.

O banco de dados, pelo volume de informações que tem agregado, vem demonstrando um interessante potencial para a pesquisa, podendo auxiliar o estudioso da História colonial em diversos sentidos. Neste trabalho, entretanto, fica importante ressaltar as suas limitações (do uso do banco de dados) quanto fonte primária para a manufatura do saber histórico. Como nos traz Robert Darton (1990), em seu livro, “O beijo de Lamourette”, “as estatísticas só podem servir como sintomas e, depois de esgotada a mensuração, o historiador tem de enfrentar a tarefa de diagnosticar algo inquantificável: as alterações nos sistemas de significado”. Darton (1990), quando trata desse assunto, se refere a história cultural e seus objetos, contudo, a noção de que o historiador precisa ir além da frieza dos números, pode ser estendida a todas as áreas do trabalho historiográfico. A quantificação pode, talvez, expor apenas uma das faces da realidade.

As possibilidades e tendências que aqui serão levantadas, basearam-se em métodos de levantamento quantitativo. Foram analisados os temas referentes aos assuntos tratados nas 125 correspondências identificadas como sido trocadas entre o governo de Dom Lourenço de Almeida, e os Oficiais da Câmara do Carmo. Dentro do grupo de cartas, as seguintes temáticas puderam ser identificadas: Fiscalidade, Assuntos Militares, Manutenção Geral da Vila (do Carmo), Ouro e minas, Justiça, Cargos/Mercês/Patentes e Assuntos relativos a Escravidão. Tendo separado as cartas nesses subgrupos, foi possível contabilizar a frequência em que cada um dos temas foi tratado durante o período entre 1720 e 1732.

Sobre Dom Lourenço de Almeida

Ser o governador de uma porção tão estratégica do Império luso era, sem dúvida, uma tarefa grandiosa, e de suma importância para os planos da metrópole. Sendo assim, a escolha do vassalo encarregado de servir neste posto, dependia de importantes requisitos. Segundo Nuno Monteiro (2005), “por parte da coroa, os fatores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa e, por isso, com a urgência na partida para o posto. É evidente, então, que a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade de negociar do governante

indigitado e propiciavam atos de maior liberdade da Coroa e, em geral, um abaixamento nas suas exigências usuais” (MONTEIRO, 2005).

Ainda em Nuno Gonçalo Monteiro, três aspectos gerais podem ser ressaltados no processo de escolha e nomeação de um governante. Em primeiro lugar, destaca-se um claro processo de “aristocratização ou de elitização dos recrutados entre os séculos XVII e XVIII, visível na esmagadora maioria das capitânicas subordinadas”(saber mandar como modo pg 50). Em segundo lugar, podemos verificar uma clara redução do número de “naturais da terra” nomeados. “Os naturais da colônia, com raras exceções, passam ao longo do século XVIII a ter acesso apenas aos governos menores da monarquia”. E em terceiro lugar, tal como meados do século XVII, “a qualidade de nascimento dos nomeados é um bom indicador da importância atribuída pela Coroa a cada capitânia” (MONTEIRO 2005). Com esse panorama em relação aos métodos de escolha da Coroa, a trajetória de Dom Lourenço de Almeida, diz muito, acerca da razão pela qual, este foi designado para ser o “Governador e Capitão General das Minas”. Antes de ser encaminhado para a região aurífera, Dom Lourenço serviu

(...) no estado da Índia em os postos de capitão da infantaria, capitão de mar e guerra, fiscal da armada, capitão mor da costa do norte, governador de fragatas que foram ao sul e governador da capitania de Pernambuco por espaço de onze anos e treze dias desde 1697 até 22 de julho de 1718, e passando a princípio ao Estado da Índia provido por Vossa Majestade com fiança e decreto de patente (...) (SANTOS, 2009).

Além da experiência por ter atuado em diferentes praças no Império, Dom Lourenço ainda possuía a qualidade nobiliárquica necessária à função. Sendo terceiro filho do segundo Conde de Avintes, irmão de Tomás de Almeida, deputado do Santo Ofício da Inquisição lisboeta, desembargador da Relação do Porto, prior de São Lourenço, deputado da mesa de Consciência e Ordem e Cavaleiro da Ordem de Cristo e bispo da cidade do Porto, tendo gozado do favor real que mais tarde o faria primeiro patriarca de Lisboa. Seu cunhado, era o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real e tinha como “compadre” o marquês de Angeja, sob cujas ordens serviria nas Índias nos anos finais do século XVII.

O terceirogenito de Dom Antônio de Almeida não encontraria tarefa fácil em Minas. O que lhe esperava era uma região com os ânimos aflorados, ainda com a ressaca do levante ocorrido em 1720 em Vila Rica, e os resquícios de relações conturbadas entre os potentados locais e o antigo governador, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida (SOUZA, 2006). A atuação de Dom Pedro, nas Minas, pode ser útil no entendimento do cenário encontrado por Dom Lourenço, e suas subsequentes decisões identificadas no fluxo de correspondências que este, enviou, e também recebeu, da Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Sobre a Vila de Nossa Senhora do Carmo

Seja na América portuguesa, ou nas possessões lusas na África e no oriente, pode-se encontrar registros da existência da instituição da Câmara. A sua importância (das Câmaras) é consenso na historiografia que trata do período das conquistas ultramarinas de Portugal. Não obstante, se tornou clássica a ideia de Charles Boxer, que em seu livro, “O império marítimo português”, afirma:

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais (BOXER, 2002).

Exagerada ou não, a ideia de Boxer demonstra a força das Câmaras, que ao menos, em nível local, somavam muitos poderes.

Contudo, retornemos o olhar para a Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, objeto deste trabalho. Seu termo de fundação remete aos anos de 1711-12, datas em que se encontram registradas a carta enviada por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, então Governador e Capitão General de São Paulo e Minas, informando ao rei sobre a criação das vilas em Minas dentre estas a Vila do Carmo, e a resposta, enviada pelo monarca, confirmando a criação da Vila (Arquivo público mineiro, livro CMM-03, pg 6). Assim então, nasce a Vila e sua Câmara. A primeira vereança teve em seus cargos os Oficiais, Pedro Frasão de Brito e José Rebelo Perdigão, servindo como Juizes Ordinários, Manoel Ferreira de Sá, Francisco Pinto de Almeida e Jacinto Barbosa Lopes servindo como vereadores, Torquato Teixeira de Carvalho como Procurador e Francisco Leitão como Escrivão (CHAVES e PIRES, 2012). A instituição continuou, até 1732, com a mesma estrutura. Tendo em seus quadros dois Juizes Ordinários, três Vereadores, um Procurador e um Escrivão. O primeiro Juiz de fora da Vila do Carmo, Antônio de Afonsceca Osório, inicia suas atividades apenas em 1733, de forma que, de 1711-12 até 32, os Oficiais experimentam um período de maior autonomia, proporcionada pela não presença do funcionário régio (CHAVES e PIRES, 2012).

A documentação, com qual se tem montado o banco de dados, depositada no Arquivo Público Mineiro, tem demonstrado o grande poder, a nível local, que acumularam os Oficiais camararios. Pela letra dos escrivães, passavam os diversos editais e ordens que regulavam preços, os ofícios mecânicos, os modos dos escravos, a manutenção de pontes e caminhos, e

quaisquer problemas e impasses que viessem a acontecer, além do controle das listas do donativo real e de outros impostos.

A Câmara e o Governador

As fontes sobre a atuação da Câmara trazem indícios que compatibilizam com as teorias do historiador português Antônio Manuel Hespanha, defensor do conceito da monarquia corporativa, onde, “o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia” (HESPANHA, 2001). As Câmaras nada mais seriam que uma dessas instancias menores da hierarquia, que em suas localidades atuavam com boa autonomia, seja pela distância do centro da monarquia, ou pelo espaço de poder cedido pelo rei dentro da economia de mercês e da necessidade de manter a colaboração dos súditos no ultramar no serviço de manutenção das conquistas.

Entretanto, depois da visita às 125 cartas trocadas entre o governador Dom Lourenço de Almeida e os Oficiais da Câmara do Carmo, registradas no banco de dados, foi possível levantar o questionamento de, até que ponto, entre 1720 e 1732, foi o espaço em que os cidadãos eleitos ao Senado da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo conseguiram emanar o seu poder local?

Com a ausência do Juiz de fora, a atuação do governador se torna ainda mais importante, sendo um dos principais braços da estrutura de poder ligada diretamente à corte. Quando se pensa, então, a capitania de Minas e suas comarcas, a importância se torna ainda maior, por se tratar de uma região mineradora, e com um histórico de conflitos, como a chamada “Guerra dos Emboabas” e, a então recente, “Revolta de Vila Rica” (SOUZA, 2005). Nesse sentido, podemos perceber, através das estatísticas formadas a partir dos registros das correspondências, indícios da atuação de Dom Lourenço de Almeida no que diz respeito a ter uma maior aproximação da governação da Vila do Carmo.

O quadro a seguir, traz o panorama geral de temáticas tratadas entre emissores e receptores, assim como o volume de cartas enviadas e recebidas por cada um.

Tabela 1: Panorama geral da troca de correspondências entre a Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, e o governador Dom Lourenço de Almeida entre 1720 e 1732.

Temas	Número de Cartas por temas	Gov. Emissor	Câmara Emissora	Outros Destinatários
Fiscalidade	33	22	9	2
Escravidão	10	6	4	0

Militar	4	3	0	1
Manutenção da Câmara e da Vila	11	4	6	1
Cargos, Mercês, Patentes	27	18	4	5
Ouro e Mineração	4	4	0	0
Justiça	5	3	2	0
Outros	31	21	7	3
Total de Cartas	125	81	32	12

O tema de “Fiscalidade” é o assunto mais tratado nas cartas trocadas entre o governador e a Câmara, com 33 correspondências, seguido de perto pelo tema de “Cargos/Mercês/Patentes”, com 27 aparições. Até aí, poderia se imaginar que a relação estaria dentro de uma “normalidade”, uma vez que, se tratando de uma relação administrativa de um Estado que iniciava um movimento de melhor organização, inclusive por conta das descobertas do ouro, seria possível esperar um maior volume de tratativas em torno dos impostos a serem estabelecidos e cobrados. Nessa temática, discussões em torno dos quintos reais e das listas do donativo foram comuns. Porém, o dado interessante fica por conta da diferença entre a quantidade de emissões efetuadas pelos atores. Enquanto a Câmara da Vila do Carmo emite apenas 9 cartas ao governador, esse remete aos potentados do Carmo 22 correspondências, mostrando uma considerável assimetria. Algo parecido acontece em “Cargos/Mercês/Patentes”. Das 27 cartas identificadas neste tema, 18 partiram de Vila Rica, sede do governo da Capitania, e apenas quatro de Nossa Senhora do Carmo, as demais cinco cartas foram identificadas como repasses de correspondências da corte, feitas pelo governador. Duas particularidades podem ser pensadas para essa categoria. A primeira, é que, pensando na tese de Hespanha, que monta uma monarquia corporativa e polissinodal, onde o poder, apesar de ser emanado pelo rei, dava espaço para a negociação e, sobre tudo, nas distantes porções ultramarinas, para o autogoverno dos povos, seria possível esperar um maior volume de cartas partindo dos camaristas, solicitando mercês que lhes pudessem tornar mais respeitáveis e até mais poderosos dentro de suas possibilidades. Contudo, a maioria das mensagens partem do governador, que estaria acima da Câmara em uma escala de poder, e dessa forma, por estar mais “próximo” a corte, ser uma possível fonte de benesses a ser procurada. A segunda peculiaridade que, se faz importante lembrar, é o fato de que o governador não era o único canal de contato com a realeza. A própria documentação analisada na formação do banco de dados mostra que, quando a matéria a ser tratada, são pedidos de algum tipo de mercê régia, os Oficiais da Câmara muitas vezes se remetem diretamente ao

monarca, sendo respondidos posteriormente pelo Conselho Ultramarino. Tal organização na comunicação pode explicar este esvaziamento nos envios de cartas sobre “Cargos/Mercês/Patentes” para Dom Lourenço.

Toda via, a diferença no volume das comunicações se mantém, e quando olhamos o número geral, das 125 cartas observadas, 81 são emitidas pelo governador, contra apenas 32 enviadas pela Câmara. Mais uma vez, temos aqui uma pertinente assimetria nas trocas de correspondência. Posto que, em Hespanha, se considera que os poderes nos corpos mais distantes do reino tendem a ter uma maior autonomia, poderia se esperar uma maior atividade da Câmara nos circuitos de comunicação. No entanto, outra hipótese pode ser levantada. Seria possível que, o maior volume de mensagens enviadas pelo governo, representar uma tentativa de controle e manutenção da ordem por parte de Dom Lourenço? Tendo em vista a importância das minas, e seu histórico de sublevações, não seria estranho, por parte daquele responsável por fazer valer a vontade régia, um movimento no sentido de regular de forma mais próxima aquilo que acontecia nas cercanias da sua sede de mando. Outro indício que pode ser pensado, fica por conta do fluxo superior de cartas enviadas pelo governo no tema “Cargos/Mercês/Patentes”. Ceder benesses aos potentados locais poderia ser interessante no sentido de mante-los, satisfeitos em alguma medida, evitando assim, descontentamentos e amotinações quando necessário fosse incorrer em alguma política mais dura.

Conclusão

Os circuitos de comunicação podem ser interessantes fontes quando se tem a tarefa de investigar o funcionamento da monarquia portuguesa, sobretudo nas conquistas. O caráter pluricontinental deste Estado, em um momento histórico em que a locomoção ainda era difícil, torna ainda mais relevante o estudo da circulação de mensagens. Neste trabalho, ambicionou-se lançar luz sobre a diferença do volume de correspondências enviadas entre uma importante Câmara (a da Vila de Nossa Senhora do Carmo), e o Governador e Capitão General da visada Capitania de Minas, berço de tantas riquezas ao longo do século XVIII. Os métodos que envolveram a produção deste texto são limitados para uma reconstrução mais complexa das relações entre Governo e Câmara, porém, podem servir como um indicativo para uma análise mais profunda e que melhor possa responder questões que envolvam as razões para essa tamanha diferença no fluxo de envios e recebimentos de cartas entre estes dois atores.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registros de Cartas, Ordem Régias e avisos. Notação atual: CMM-03; Data: 1712 – 1736. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=3>>, acessado em 30 de junho de 2019.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registros de leis, Ordem Régias e mais papéis da Câmara. Notação atual: CMM-04; Data: 1720 – 1725. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=4>>, acessado em 30 de junho de 2019.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registros de portarias, Bandos dos governadores, e mais atos dirigidos a Câmara. Notação atual: CMM-07; Data: 1729 – 1730. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=7>>, acessado em 30 de junho de 2019.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registros de cartas do governador, ouvidor geral, e mais ordens da Câmara. Notação atual: CMM-09; Data: 1730 – 1732. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=9>>, acessado em 30 de junho de 2019.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Registros de provisões e ordens régias. Notação atual: CMM-10; Data: 1731 – 1734. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=10>>, acessado em 30 de junho de 2019.

BANCO DE DADOS, projeto “As câmaras de Minas Gerais e sua inserção nos circuitos da comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII” – em construção. Laboratório de História Econômica e Social, Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

Referências Bibliográficas

BOXER, Charles. **O Império marítimo português 1415 – 1825**. trad. Anna Olga de Barros Barreto, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; Magalhães, S. M. de. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra**. Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In, BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de Governar**. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI – XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. . In, BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.) **Modos de Governar**. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI – XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

SANTOS, Lincoln Marques dos. **O “saber mandar como modo” na América: a experiência administrativa d. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715 – 1718) e Minas Gerais (1721 – 1727)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DARTON, Robert. **O beijo de lamourette**. Mídia, cultura e revolução, trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

O mapa do Padre Cocleo e os primórdios da ocupação de Minas Gerais

Paulo Cesar da Costa Pinheiro

Bacharel em História

Universidade Federal de Minas Gerais

PauloCCPinheiro@Gmail.com, pinheiro@demec.ufmg.br

Resumo: Nos fins do século XVII [c.1700], Pe. Cocleo (1628-1710) desenhou uma carta do Brasil, que se perdeu, mas cuja existência é testemunhada por uma cópia de autoria desconhecida [c.1725], que traz a seguinte anotação: "extraído do original do Pe. Cocleo". Esta carta é anterior aos mapas dos padres matemáticos e das tentativas da corte portuguesa de produzir mapas para as negociações do tratado de Madrid (1750). É o primeiro documento onde aparece o nome "Minas Gerais", nome que oficialmente começou a ser usado a partir de 12 de agosto de 1732 na carta régia dirigida ao Conde de Galveias, então governador e capitão general das Minas Gerais. Esta carta mostra detalhes importantes da hidrografia dos Rios São Francisco e das Velhas, descreve o descobrimento de minerais e os principais caminhos para as minas, a partir de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que já eram conhecidos nos primeiros anos do século XVIII, um verdadeiro "Mapa do Tesouro". Este mapa pode ser considerado uma síntese dos conhecimentos geográficos acumulados pelas entradas e bandeiras durante os séculos XVI e XVII. Os atributos de ocupação encontrados no mapa do Pe. Cocleo foram destacados e transpostos de forma aproximada para a base cartográfica atual do estado de Minas Gerais. Com os atributos sobrepostos, verifica-se que a ocupação estava restrita à região do alto Rio Doce, região onde ocorreram as primeiras descobertas de ouro nas Minas Geraes e vale do São Francisco. As únicas aglomerações humanas identificadas na região mineradora são Villa Rica (Ouro Preto) e Ribeirão (Vila do Ribeirão de N. Sra. do Carmo, Mariana), incorretamente posicionadas à margem esquerda do Rio das Velhas. O grande detalhamento dos Rio das Velhas, São Francisco e Rio Grande mostra que estas regiões eram bem conhecidas, provavelmente fruto de uma ocupação existente há muito tempo.

Palavras-chave: Minas Gerais, Cartografia Histórica, Mapa, Padre Cocleo, Ciclo Ouro.

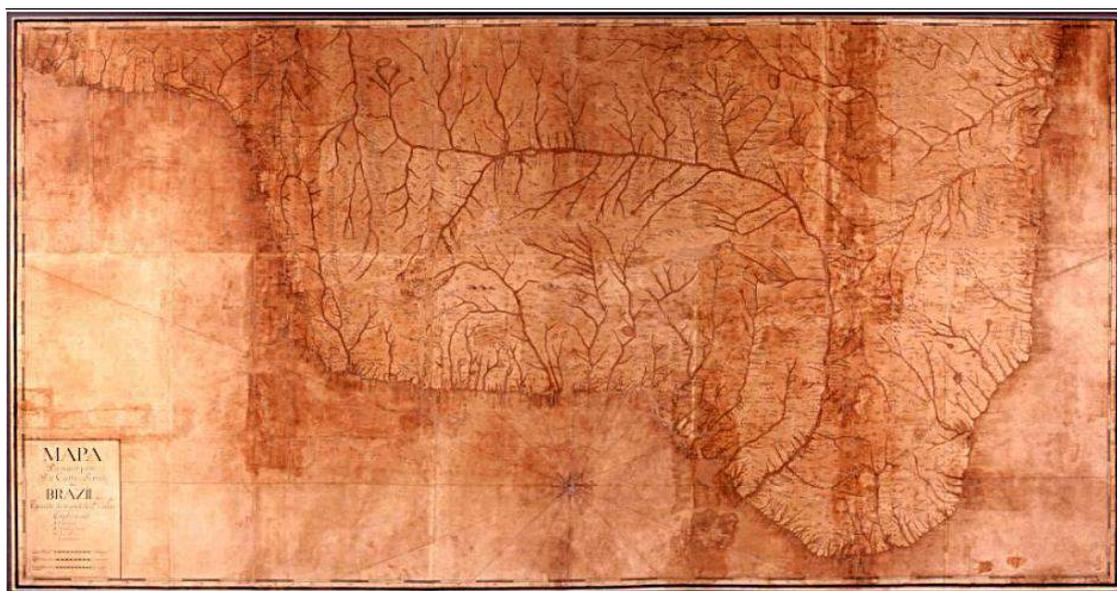
Introdução

O jesuíta Jacques Coclè (latinizado Cocleus ou Coclaeus, aportuguesado Jacobo Cocleo, e algumas vezes Codeo), nasceu em 1628 no Marne, França. Entrou para a Companhia de Jesus em 1649 e foi professor de astronomia e matemática em Lisboa até 1660, quando se mudou para o Brasil. No Brasil realizou trabalhos de catequese no Maranhão, Ceará e interior da Bahia entre 1683 e 1685, quando se tornou reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro. Faleceu em 1710 em Salvador, Bahia (COSTA, 2004, p.139).

Nos fins do século XVII, Pe. Cocleo desenhou um Mapa do Brasil (c.1700), que se perdeu. A existência deste mapa é testemunhada por uma cópia de autoria desconhecida, sem

data, disponível na Mapoteca Digital do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), produzida por volta de 1725 (SANTOS, 2011), que traz a seguinte anotação: "extraído do original do Pe. Cocleo" (figura 1). Essa cópia contém referenciais que surgiram após à morte do Pe. Cocleo em 1710, como as representações de Vila Rica (criada em 1711) e da Vila de Rio das Contas, Bahia (criada em 1724), portanto impossíveis de constarem no original (RENGER, 2007).

Figura 1. Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil



Fonte: extraído do original do Pe. Cocleo (c.1700)

O Mapa do Pe. Cocleo

Esse mapa, desenhado com tinta nanquim e aquarelado, sobre papel telado de 120,5 x 224 cm, com projeção Carta Plana Quadrada ¹. O norte é posicionado à direita, uma representação usual dos mapas holandeses do Brasil deste período. Está delimitado à leste pelo meridiano de Tordesilhas, e cobre todo o Brasil oriental, desde a ilha do Maranhão até o sul de Santa Catarina (latitudes -1° até 30°), com grande destaque e detalhamento da bacia do Rio São Francisco. A cartela no canto inferior esquerdo traz o título da obra, as escalas gráficas em léguas francesas, espanholas e portuguesas (18, 17, 20 léguas/grau) e as convenções adotadas (catedrais, capelas, fazendas) (RENGER, 2007; CINTRA, 2013).

¹ A carta plana quadrada é uma projeção cilíndrica equidistante, em que o cilindro de projeção é tangente à esfera terrestre, no Equador. "Projeção Carta Plana Quadrada (*Plate carré* em francês e *Equirectangular* ou *Flat square* em inglês), se caracteriza pela ortogonalidade dos meridianos e paralelos, que são paralelos às bordas do papel, e pela igualdade entre as divisões de latitude e longitude, isto é, a distância entre dois traços consecutivos da graduação é sempre a mesma, nas duas coordenadas" (CINTRA, 2009). A carta plana quadrada de marear, foi criada pelos portugueses em tempo do Infante D. Henrique (1394-1460) (CORTESÃO, 1965, v.1, p.97). "É incontestável que as cartas marítimas medievais anteriores à escola portuguesa de cartografia, eram cartas planas sem graduação, nunca cartas planas quadradas regulares" (CORTESÃO, 1935, v.1, p.50).

Com a descobertas de ouro em Minas, tornou-se necessário um maior conhecimento cartográfico do interior do território da América, de modo a estabelecer as fronteiras entre as coroas portuguesa e espanhola. O mapa do Pe. Cocleo é anterior aos mapas dos padres matemáticos² e das tentativas da corte portuguesa de produzir mapas para as negociações do tratado de Madrid (1750). Este mapa é o primeiro documento escrito onde aparece o nome “Minas Gerais”, nome que oficialmente começou a ser usado a partir de 12 de agosto de 1732 na carta régia dirigida ao Conde de Galveias³, então governador e capitão general das Minas Gerais (BARBOSA, 1995, p.204).

Para COSTA e SANTOS (2011) os relatos dos sertanistas podem ter contribuído para a produção do original e desta cópia conhecida. Para RENGER (2007), este mapa pode ser considerado uma síntese dos conhecimentos geográficos acumulados pelas entradas e bandeiras durante os séculos XVI e XVII; e para COSTA e SANTOS (2011) até o final dos seiscentos e dos avanços do primeiro quartel dos setecentos.

Neste mapa estão representados os principais acidentes geográficos, como rios, serras e cordilheiras⁴, vilas e arraiais, posição das minas e de diversas fazendas, e os principais caminhos para as minas a partir da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses caminhos para as minas já eram conhecidos nos primeiros anos do século XVIII, e, portanto, poderiam já fazer parte do documento original do Pe. Cocleo. As bacias hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio das Velhas são bem detalhadas, mostrando diversas fazendas à margens do São Francisco e ao longo dos caminhos para a Bahia. Também apresenta uma geografia mítica, oriunda do imaginário do sertão, como o Saberabosu, a Serra das Esmeraldas e a Serra Resplandecente (*Iuituberaba monte q' resplandece*).

O mapa estudado encontra-se danificado com perda de material exatamente sobre parte do curso do Rio Doce. Apesar do dano, verificar-se que o Rio Doce tem seu curso traçado de forma horizontal (oeste-leste), linear e com poucos detalhes no seu entorno. No seu curso apresenta uma cachoeira (provavelmente a das escadinhas na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo), a lendária Serra das Esmeraldas e a existência de algumas fazendas (não identificadas) nas cabeceiras do Rio Doce e dos rios "Gualacho" (Gualaxo) e

² Domenico "Domingos" Capassi (1694-1736) e Diogo Soares (1684-1748), cartógrafos jesuítas, conhecidos como *padres matemáticos*, nomeados por d. João V através do alvará régio de 18 de novembro 1729, “com o fim de traçar o Novo Atlas do Brasil, por meio de latitudes e longitudes observadas.” (CORTESÃO, 1965 p.265).

³ O Conde de Galveias governou a capitania de Minas Gerais entre os anos de 1732-1735.

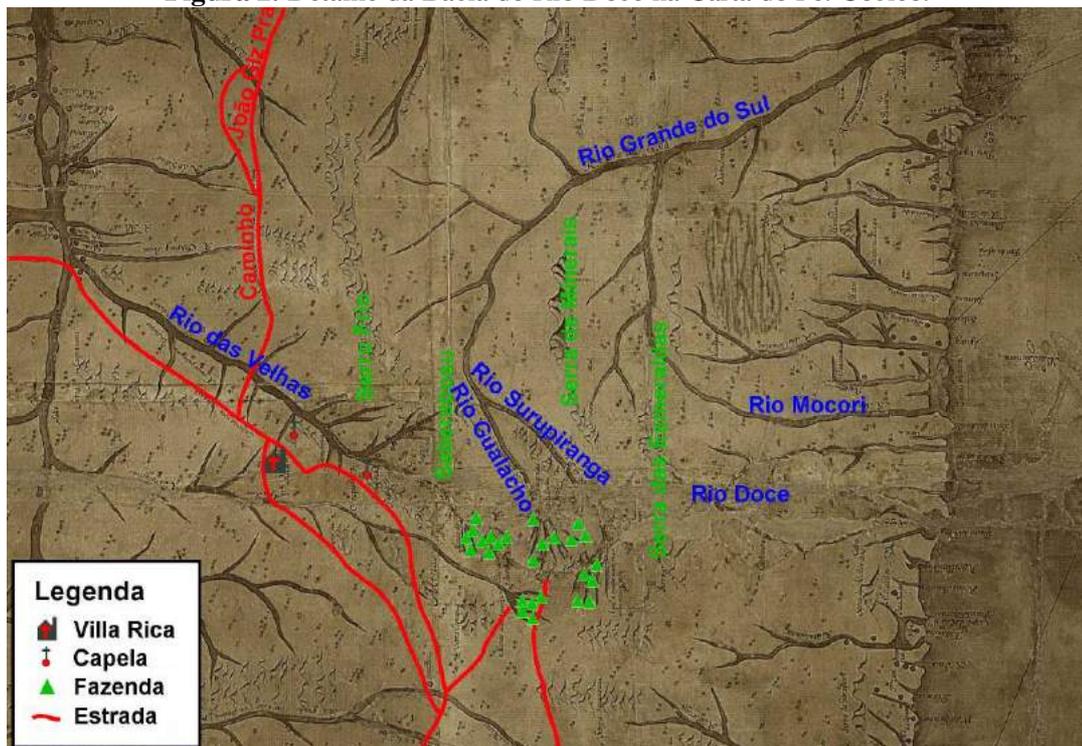
⁴ As serras e cordilheiras são representadas por desenhos de pequenos morros, sem preocupação com a altura.

Surupiranga (Piranga), incorretamente posicionados como afluentes do "Rio Grande do Sul" (Jequitinhonha)⁵.

As únicas aglomerações humanas identificadas na bacia do Rio Doce são Villa Rica⁶ (Ouro Preto) e Ribeirão (Vila do Ribeirão de N. Sra. do Carmo, Mariana), incorretamente posicionadas à margem esquerda do Rio das Velhas. Por outro lado, o grande detalhamento dos Rio das Velhas, São Francisco e Rio Grande mostra que estas regiões eram bem conhecidas, provavelmente fruto de uma ocupação existente há muito tempo.

A figura 2 mostra um recorte do mapa do Pe. Cocleo (c.1710) detalhando a bacia do Rio Doce. Este recorte foi trabalhado em um software de tratamento de imagens (Adobe Photoshop CS2 9.0), de modo a destacar os atributos de ocupação (vilas, fazendas, estradas) e facilitar a sua visualização. Para a marcação dos atributos, utilizamos a mesma simbologia utilizada por CASTRO (2017, p.77), de modo que os resultados deste trabalho dialoguem com o trabalho dele.

Figura 2. Detalhe da Bacia do Rio Doce na Carta do Pe. Cocleo.



Fonte: Cocleo (c.1700), modificado pelo autor

⁵ É interessante notar que neste mapa o Rio Mocori (Mucuri) é um defluente do Rio Grande do Sul (Jequitinhonha). Em todo litoral do Brasil o único rio que possui um defluente é o Rio São Mateus, que a poucos quilômetros do mar tem como defluente o Rio Mariricu. A partir do Mariricu o Rio São Mateus passa a ser conhecido também como Rio Cricaré.

⁶ Trata-se de uma anotação posterior à carta original, uma vez que a vila de Villa Rica foi criada em 1711 e o Pe. Cocleo morreu em 1710 (RENGER, 2007, p.111). Próximo a Ouro Preto encontra-se as notações de Sumidouro, Arraial de Sto. Antonio e Saberabosu.

Determinação do Meridiano de Origem da Carta do Pe. Cocleo

Para a determinação do Meridiano de Origem da carta do Pe. Cocleo foi utilizada a equação proposta por CINTRA (2012 Dez):

$$\lambda_{or} = \lambda_g - (\lambda_m - 360^\circ)$$

onde:

λ_{or} - longitude do meridiano e origem do mapa em análise, referida a Greenwich;

λ_g - longitude de um ponto do mapa com relação a Greenwich;

λ_m - longitude desse mesmo ponto no mapa em estudo;

Uma vez que pela tecnologia da época era difícil a determinação precisa da longitude (FIGUEIREDO, 2014), apresentamos a hipótese que em poucos locais a longitude era determinada pelo método astronômico, e nos demais pontos da carta era determinada por outros métodos (FORTES, 1722). Assim, para a determinação do Meridiano de Origem da carta serão utilizadas as coordenadas do local onde a longitude foi determinada pelo método mais preciso. O Pe. Cocleo produziu esta carta no período que habitava em Salvador, e portanto esta seria a coordenada determinada com melhor precisão (S. Salvador $\lambda_g = 344,34^\circ$). Considerando esta coordenada para a determinação do Meridiano de Origem:

$$\lambda_{or} = \lambda_g - (\lambda_m - 360^\circ) = 344,34^\circ - (-38,50^\circ - 360^\circ) = -22,84^\circ$$

CINTRA et al. (2013, p.8) levantaram a hipótese do Pe. Cocleo ter aproveitado a longitude de Recife determinada por Marcgrave em 1638 com boa precisão⁷. Considerando Recife (Olinda) ($\lambda_g = 348,78^\circ$) a longitude mais precisa:

$$\lambda_{or} = \lambda_g - (\lambda_m - 360^\circ) = 348,78^\circ - (-34,86^\circ - 360^\circ) = -23,64^\circ$$

Tabela 1. Alguns meridianos utilizados na cartografia histórica

Local / Ilha	λ_g	$\lambda_{paris 1634}$	$\lambda_g 1634$	$\lambda_g (CINTRA, 2013)$
Ferro (Ilhas Canárias)	-18,15°	-20,00°	-17,76°	-17,56°
Boa Vista (Cabo Verde)	-22,79°	-24,64°	-22,40°	-22,67°
Praia (Cabo Verde)	-23,60°	-25,45°	-23,21°	-23,56°
Santo Antão (Cabo Verde)	-25,35°	-27,20°	-24,96°	-25,37°

Fonte: Compilação do Autor.

λ_g = longitude do meridiano em relação a Greenwich⁸

⁷ George Marcgrave (Georg Marcgraf) era um naturalista alemão com formação em história natural, astronomia e medicina. Trabalhou para Maurício de Nassau no Brasil holandês no período de 1638 a 1643, quando instalou o primeiro observatório astronômico da América. Ele determinou a longitude da ilha de Antônio Vaz (Recife) a partir do eclipse lunar em 1638. Utilizou como referência o meridiano de Uranburgo e fez a transferência de longitude para Paris e para a ilha do Ferro encontrando o valor $\lambda_g = 343,67^\circ$. (OLIVEIRA, 2016, p.194).

⁸ Determinada neste trabalho por meio do Google Earth.

$\lambda_{\text{paris 1634}}$ = longitude em relação ao meridiano de Paris estabelecido em 1634

$\lambda_{\text{g 1634}}$ = translação da longitude em relação ao meridiano de Paris de 1634 para a longitude em relação ao meridiano Greenwich (-2,33°).

A Ilha de Ferro (Ilhas Canárias) é considerada desde a antiguidade como limite ocidental do mundo conhecido. Ptolomeu ⁹ no século II, estabeleceu este meridiano (Ilhas Afortunadas) como meridiano de origem (meridiano zero) de sua cartografia, de modo que todo mundo conhecido possuísse longitudes positivas (a leste da ilha de Ferro). O rei Louis XIII decretou em 1 de Julho 1634, o meridiano da ilha de Ferro como Primo Meridiano (meridiano de referência para todos os mapas), definido como a linha tangente no extremo ocidental da ilha (cabo de Orchilla), lhe sendo atribuído o valor exato 20° Oeste do meridiano de Paris ¹⁰ (17,76° Greenwich). Em 1724 o astrônomo Louis Feuillée realizou medições no local e encontrou a longitude -20°23'9" (-20,39°) em relação ao meridiano de Paris.

Entretanto, mesmo após ser determinada com precisão a longitude do meridiano de Ferro, a sua definição oficial continuou sendo 20° Oeste de Paris. Esse meridiano foi utilizado na cartografia francesa ao longo dos seiscentos e setecentos, e em diversas outras escolas cartográficas dada a sua tradição. O Meridiano de Paris também se tornou uma referência internacional após a construção em 1667 do observatório homônimo, e foi muito utilizado até 1884, quando foi acordado o meridiano de Greenwich como referencial mundial.

Considerando os valores encontrados -22,84° (S. Salvador) e -23,64° (Olinda), e comparando como os valores de $\lambda_{\text{g 1634}}$ na tabela 1, o meridiano mais provável para a origem do mapa do Pe. Cocleo é o meridiano de Praia (principal ilha de Cabo Verde $\lambda_{\text{g 1634}} = -23,21^\circ$) ¹¹, que, entretanto, não era o referencial mais utilizado nas cartas luso-brasileiras nessa época (Meridiano de Ferro). Provavelmente a escolha deste meridiano foi com intuito de posicionar a carta com o meridiano de origem de Tordesilhas, de modo facilitar a demarcação a posição do Meridiano de Tordesilhas, e os limites das terras portuguesas.

O tratado de Tordesilhas não definia qual a ilha do arquipélago era o referencial do tratado, dizia somente "trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde" ¹². Portugal tinha

⁹ Ptolomeu (85-165) no seu Geografia fornece a latitude e longitude de mais de 8000 locais fixando para isso o meridiano de referência que passava pelas Ilhas Afortunadas (Ilha de Ferro, Canárias).

¹⁰ O Meridiano de Paris (+2°20'14,025" = +2,3372°) foi proposto por Mercator em 1569.

¹¹ CINTRA et al. (2013) realizando a análise estatística das discrepâncias das coordenadas de pontos medidos na carta do Pe. Cocleo, com as coordenadas de referência correspondentes, chegaram a esta mesma conclusão.

¹² "[...] que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de pólo a pólo; convém a saber, do pólo Ártico ao pólo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direta, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra

interesse em fazer a medição a partir da ilha de Santo Antão ¹³, a mais ocidental do arquipélago, pois estendia o território da América Portuguesa, e a Espanha da ilha de São Nicolau, a mais a leste (ALBUQUERQUE, 1973). Outra questão que influencia o correto posicionamento do meridiano de Tordesilhas, é o fato da légua Espanhola ser maior que a légua Portuguesa ¹⁴. A junta de peritos de Badajoz, reunida em 1524 para decidir a "questão das Molucas", decidiu estabelecer a posição do meridiano de Tordesilhas em 46°30'.

Figura 3. Posição do Meridiano de Tordesilhas segundo Cocleo, Badajos, Delisle e Albernaz.



Fonte: Autor, 2019

A partir das observações realizadas pela Academia Francesa nas ilhas de Cabo Verde, DeLisle situou a posição do meridiano de Tordesilhas na longitude 330° ($\lambda_g=48^\circ$) (DELISLE, 1722). Para Gago Coutinho, o meridiano de Tordesilhas, contado desde a ponta mais ocidental da Ilha de Santo Antão, passaria a 47°30' O ¹⁵. Uma análise dos diversos fatores envolvidos na demarcação do Meridiano de Tordesilhas foi realizada por CINTRA (2012), posicionando-o entre 46°30' O (peritos em Badajos, 1524) e 49°42' O (Diego Ribeiro, 1539). Com o tempo foi consolidado o meridiano da foz do Rio Amazonas nos mapas portugueses, o

maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efectuar contacto que não seja dado mais. [...]". (TORDESILHAS, 1494).

¹³ "a interpretação da contagem a partir da ilha mais ocidental foi defendida pelo geógrafo Enciso e pelo irmão de Colombo, na junta de peritos de Badajós (1524), reunida para tratar da questão" (CINTRA, 2012 Jul, p.423).

¹⁴ Léguas portuguesas: 18 léguas por grau. Léguas espanholas: 17 léguas por grau [COCLEO, c.1700]

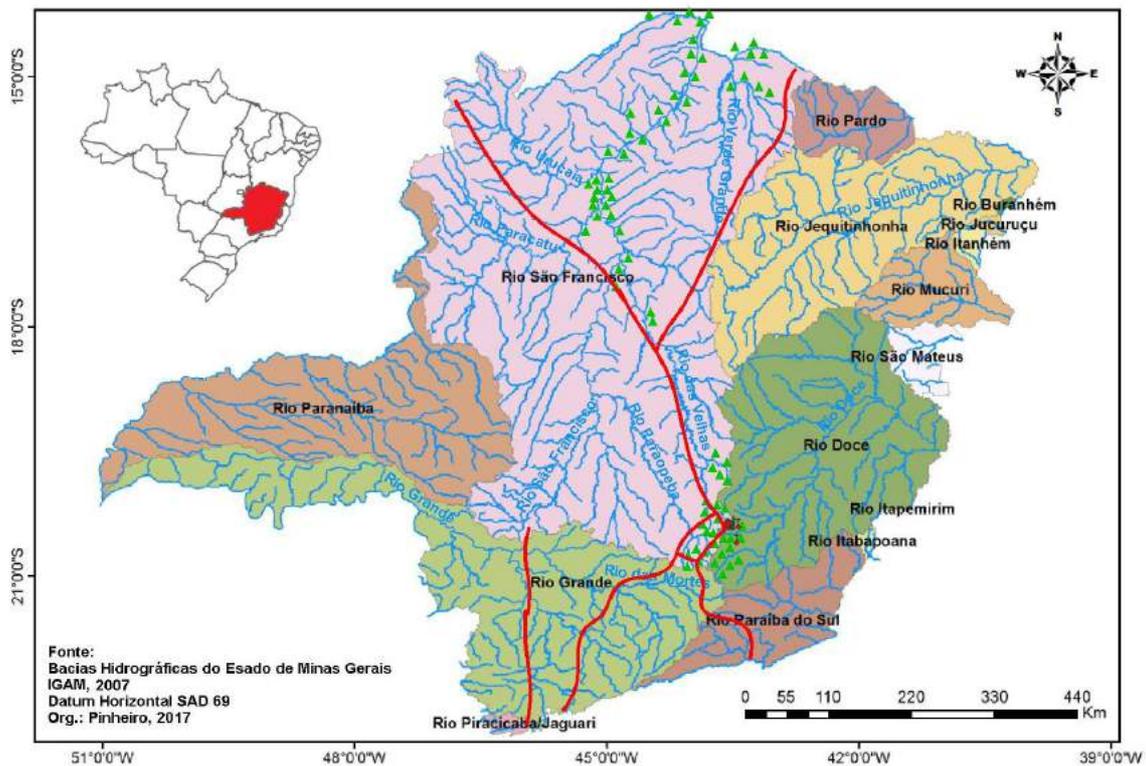
¹⁵ 37°30' (SIC) (CORTESÃO, 1965, v.1, p.156).

que não foi contestado pelos espanhóis. A figura 3 mostra a posição do meridiano de Tordesilhas segundo os peritos de Badajoz (1524), as cartas de Albernarz (1631), de Cocleo (c.1700) e DeLisle (1722). Na carta de Cocleo a posição do Meridiano coincide no norte exatamente com a posição determinada pelos peritos de Badajoz.

Sinais da ocupação do território de Minas Gerais no mapa do Pe. Cocleo

Os atributos de ocupação encontrados no mapa do Pe. Cocleo e destacados na figura 3 foram transpostos de forma aproximada para a base cartográfica atual do Estado de Minas Gerais (figura 4).

Figura 4. Atributos Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil (c.1700), transpostos para base cartográfica atual do Estado de Minas Gerais.



Fonte: IGAM (2007), modificado pelo autor.

A carta hidrográfica do estado de Minas Gerais foi obtida na Internet, em formato pdf (IGAM, 2007), e, por ser um mapa temático apresentava inúmeras informações que não interessavam ao presente estudo. Foi realizado um tratamento de imagem por meio do Software Adobe Photoshop CS2 9.0, sendo retiradas as informações desnecessárias, permanecendo apenas os limites estaduais atuais, a rede hidrográfica com os limites das bacias e as linhas de longitude e latitude.

Sobre esta carta modificada pelo autor, em uma camada adicional (*layer*), foram transpostos os atributos de ocupação apresentados na figura 2. O posicionamento destes atributos foi realizado de forma aproximada, uma vez que existem desvios de projeção do mapa de Cocleo em relação ao mapa atual, usando para tal a toponímia atual destes atributos, as coordenadas geográficas, e a posição em relação a rede hidrográfica ¹⁶.

A carta apresenta os caminhos para as minas a partir de São Paulo (caminho velho) e do Rio de Janeiro (caminho novo), bem como um caminho de São Paulo para as cabeceiras do Rio São Francisco, um caminho para Goiás e o Caminho de João Gonçalves do Prado para a Bahia.

Com os atributos sobrepostos, verifica-se que a ocupação estava restrita à região das nascentes dos Rio doce e das Velhas, região onde ocorreram as primeiras descobertas de ouro nas Minas Geraes, e ao longo das bacias dos rios da Velha e São Francisco. A maior parte do território de Minas Gerais permanecia desocupada e desconhecida, sendo ignorada a existência e presença dos grupos indígenas. O grande detalhamento dos Rio das Velhas e São Francisco mostra que estas regiões eram bem conhecidas, provavelmente fruto de uma ocupação existente há muito tempo.

Considerações Finais

Apesar do grande detalhamento da carta do Pe. Cocleo, não estão assinalados os limites das Capitânicas, que estão presentes em outras cartas coevas como a de LERIUS (1556), BLAEU (1640) e MOLL (1709). Nenhuma carta geográfica é uma representação fidedigna do território, mesmo com o uso das melhores técnicas. Cada carta é uma interpretação. É uma forma de discurso, e como todo discurso é a representação sujeita a filtros entre o real e a coisa representada, de modo a justificar uma dimensão social e legitimar regras, práticas e direitos. Cartografar significa também demarcar um território e confirmar uma conquista.

Para SILVA (2017), Cocleo produziu esta carta para o Governador-Geral do Vice-Reino do Brasil e Governador da Bahia, D. João de Lencastre ¹⁷, apresentando os aspectos

¹⁶ É chamado de *rubber sheeting* o ajuste manual de determinados pontos de um mapa histórico para encontrar o melhor encaixe possível de todas as partes do mapa, tendo em vista uma base cartográfica atual. (RUMSEY, WILLIAMS, 2002).

¹⁷ D. João de Lencastre (1646-1707), governador geral do Vice-Reino do Brasil, recebeu o seu nome em homenagem a D. João de Lencastre (1501-1571), 1º Duque de Aveiro. O 1º duque comprou em 1549 a Capitania de Porto Seguro, e esta Capitania pertenceu ao Ducado de Aveiro até 1759, quando foi revertida à Coroa.

geográficos necessários para o governador resolver a questão da divisão de terras entre os bispados. Assim, a omissão dos limites das Capitânicas, e o grande detalhamento dos caminhos fluviais e terrestres da Bahia para as minas poderia também atender os interesses do Governador da Bahia, que tinha interesse em submeter toda a região mineradora à jurisdição da Bahia, isolar a região das minas, controlar o fluxo de pessoas fechando os caminhos de acesso para o interior, concentrar em Salvador o movimento comercial de abastecimento das Minas (LENCASTRE, 1701).

Lencastre tentou de todo custo tirar da jurisdição do Rio de Janeiro algumas minas recém descobertas, e convencer as autoridades que as minas de Caeté (rio das Velhas), Itacambira e Serro Frio faziam parte do território sobre sua jurisdição, e que haviam sido descobertas pelo capitão João Goes de Araújo. Na carta ao Governador do Rio de Janeiro, Lencastre afirmava que "o rio Verde, o Doce, o Pardo, o das Velhas, e as cabeceiras do Espírito Santo estão no distrito da Bahia".

O Rio Doce era a fronteira entre a Capitania de Porto Seguro e a Capitania do Espírito Santo. Na carta, a cabeceira do Rio das Velhas com suas respectivas minas, Ouro Preto, Ribeirão (Mariana) estão posicionadas ao norte do Rio Doce. As minas nas cabeceiras dos rios "Gualacho" (Gualaxo) e Surupiranga (Piranga), estão posicionadas ao sul do Rio Doce, mas estes rios foram incorretamente atribuídos como afluentes do "Rio Grande do Sul" (Jequitinhonha), que pertence a Bahia. A Serra das Esmeraldas, a Serra de Minerais, o Saberabusu e a Serra resplandescente estão todas posicionadas ao norte do Rio doce.

Apesar dos grandes avanços da cartografia nos últimos três séculos, uma representação gráfica semelhante à apresentada no mapa do Pe. Cocleo ainda persiste em alguns mapas no século XXI, talvez devido à permanência histórica do mapa da ilha do tesouro existente no livro de STEVENSON (1883), que continua no imaginário como exemplo da cartografia clássica. O mapa do Pe. Cocleo também pode ser considerado um verdadeiro mapa do tesouro, mostrando as rotas para alcançar os tesouros das Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luís Guilherme Mendonça de. O tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa. In: EL TRATADO de Tordesillas y Su Proyección, t. I, Valladolid. Seminario de Historia de America-Universidad de Valladolid, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, pp. 119-136. Reimp.: **Revista da Universidade de Coimbra**, vol. XXIII, pp. 373-391. Lisboa: 1973, 21p,

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 383p.

CASTRO, José Flávio Morais. **Geoprocessamento de Mapas de Minas Gerais nos Séculos XVIII-XIX**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017, 176p.

CINTRA, Jorge Pimentel. A Cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica. In: III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. 10-13 novembro 2009, Ouro Preto, MG, **Anais...**, 14p. Disponível em: http://www.educadores.diadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Geografia/cart_o_historica.pdf.

CINTRA, Jorge Pimentel. Digital Cartography and Historical Maps: techniques, applications and peculiarities, **Revista Brasileira de Cartografia**. Rio de Janeiro. v.64, n.6, Dez 2012. p.901- 918. Disponível em <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/578>

CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v.18, n.3, jul-set 2012, p.421-445. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/bcg/article/view/29209>.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antonio Gilberto; OLIVEIRA, Rafael Henrique de. O mapa do Padre Cocleo: uma análise cartográfica. In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, 25-28 novembro 2013, Petrópolis, RJ, **Anais...** Disponível em: http://cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf

CORTESÃO, Armando de F. Zuzarte. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI**. Lisboa: Ed. Seara Nova, 2 vol, 1935.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971, 2 vols 436/443p. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/bitstream/handle/01/400/001968.pdf>

COSTA, Antônio Gilberto (Org.) FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **Cartografia da Conquista do território de Minas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004, 244p.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. A Cartografia histórica e a história da cartografia da América Portuguesa e do Brasil império: um projeto de difusão do CRCH-UFMG. In: 3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA. São Paulo, abril 2010. **Anais...**, São Paulo, 2010, 15p.

FIGUEIREDO, Fernando B. Longitude. Uma longa e fascinante história. **Gazeta de Matemática**, n.173, p.26-35, Jul. 2014.

FORTES, Manoel de Azevedo. **Tratado do modo o mais facil, e o mais e exacto de fazer as cartas geograficas**. Lisboa Occidental: Off. de Pascoal da Sylva, 1722, 200p. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Tratado_do_modoo_mais_facil_e_o_mais_exacto_de_fazer_as_cartas_geograficas. Disponível em: <http://purl.pt/16976>

LENCASTRE, João. Carta de d. João de Lencastre ao Rei. Bahia, 7 janeiro 1701. Aplud: DERBY, Orville A., Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.5, 1889-1900, p.290-291.

LENCASTRE, João. Carta de d. João de Lencastre para o governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes. Aplud: DERBY, Orville A., Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.5, 1889-1900.

OLIVEIRA, Rafael Henrique de; CINTRA, Jorge Pimentel; ALMEIDA Filho, Flávio Guilherme. A reforma cartográfica de Delisle e seu impacto na Cartografia da América do Sul e do Brasil. In: 3º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Belo Horizonte, 26-28 Outubro 2016. **Anais...**, Belo Horizonte, 2016, p.192-201.

RENGER, Fredrich Ewald. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v.1, 589p. p.103-126.

RUMSEY, D., WILLIAMS, M. H. Historical maps in GIS. In: KNOWLES, A K. (ed.). **Past Time, Past Place. Gis for history**. Redlands, California: ESRI PRESS, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. A cópia setecentista do mapa de Jacob Cocleo: leituras e questões. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. Parati, 2011. **Anais...**, 2011, 16p. Disponível em: www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/, acesso em Outubro 2017.

SILVA, Valquiria Ferreira da. Missionaç o e cartografia: Jacob Cocleo e a carta da costa do Brasil. In: XII SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA / IX Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 02 a 06 de Outubro de 2017. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2017, p.2423-2429. Disponível em: <http://semanahistoriauerj.net/anais-da-semana-de-historia/>

STEVENSON, Robert Louis. **Teasure Island**. London: Cassel and Company, 1883

TORDESILHAS. **Tratado de Tordesilhas**, 7 de Junho 1494. Disponível em: <http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com.br/2013/10/os-tratados-de-portugal-sec-xiii-xix.html>; acesso em Outubro 2017.

Cartobibliografia

COCL , Jacques. **Mapa da maior parte da Costa, e Sertão do Brazil (extraído do original do Pe. Cocleo)**. Mapa manuscrito, colorido   mão, 120,5 x 224 cm. disponível em: Mapoteca Digital do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

DELISLE, Guillaume. **Carte d' Amerique, dressee pour l'usage du Roy**. Paris: Guillaume DeLisle, Quai de l'Horloge, 1722, 49x62 cm, escala 1:31.000.000. Disponível em: <http://www.davidrumsey.com/maps4429.html>

IGAM. **Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais**. Novembro 2007. Disponível em: http://afotoditigal.googlepages.com/bacias_hidrograficas_MG.jpg.
<http://labgeo.blogspot.com/2007/11/mapa-das-bacias-hidrograficas-de-minas.html>

LERIUS, Johan. **Brasiliaanze Scheepvaard, door Johan Lerius gedaan uit vrangkryk in't iaar 1556**. 1556, 15,2x22,7 água forte. Disponível em: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registro/003/003.html>

MOLL, Herman. **Brasil divided into its CaptainShips**. Gravura em cobre, 16,5x18,5 cm.

ST 19
(Cancelado)

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

ST 20
**Interfaces imagéticas: a
História em diálogo com a
História da arte e da imagem**

Documentos de trabalho – dispersão e esquecimento: processos formativos da imagem em Fercho Marquéz-Elul

Anderson dos Santos Batista

Mestre em Artes Visuais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

feruchomaruquesu@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem o objetivo de discutir a partir dos processos poéticos de Fercho Marquéz-Elul (1992), artista paulista baseado em Porto Alegre – RS, as instâncias processuais que engajam seus elementos referenciais no andamento de criação. A partir do termo “documentos de trabalho”, cunhado pelo artista-pesquisador Flávio Gonçalves, a partir do grande montante de materiais quase arqueologicamente encontrados após a morte de Francis Bacon (1909 – 1992) em seu ateliê em Dublin, opero acerca da contingência de referências artísticas ou destituídas de valor artístico, de materiais físicos ou referências imateriais que alimentam conceitual ou formalmente a criação da obra *Escada Para Hinnom* (2018) ou que se vetorizam em influência indireta na instauração do objeto artístico em si. Lanço diálogos com reflexões sobre documentos de trabalho de outros artistas como Flávio Gonçalves (RS) e Marilice Corona (RS) que lançam mão de seus arcaivos arquivísticos na própria produção poética e com filósofos e teóricos da imagem que situam questões acerca dos aspectos da imagem através do trabalho dialético da memória em seu aparecimento, esquecimento ou sobrevivência.

Palavras-chave: Fercho Marquéz-Elul, documentos de trabalho, imagem, memória.

Conhecer a fundo um processo artístico é lançar de diversas maneiras olhares que povoarão um horizonte mais claro e porque não também insidioso sobre o ato de criação em arte. Esse ato constantemente se desdobra e se amplia a medida em que vamos submetendo ao crivo da atenção novas possibilidades de leituras, de formas de compreensão dessa ação. Isso porque o ato criador além de fisicamente perceptivo – o artista trabalhando sobre uma materialidade, seja física ou mesmo virtual, também concomitantemente está atuando por caminhos menos visíveis, menos explícitos. É pelas instâncias mentais que questões caras ao modo de proceder são elaboradas, integrando assim uma rede de colaboração por uma ação de resistência ante o cotidiano. É a possibilidade de retorno a sua própria subjetividade, de conviver pessoal e intimamente com suas próprias ideias, com seus próprios pensamentos, com suas lembranças ou com suas memórias e engajá-los, reabilitando sua própria consciência de um ser que simplesmente pensa para *um ser que reflete sobre existir conscientemente e que pensa em produzir artisticamente sempre.*

Esse campo – o lugar em que há material de pensamento, em que os signos são recebidos e elaborados em *imagem* tem aqui espaço de discussão e reflexão associado aos *documentos de trabalho*: outro campo, porém não compartimentado em uma caixa óssea, mas que se estabelece sempre como um exercício de reflexão interna do processo de elaboração dessa imagem e neste caso, sobretudo de sua própria elaboração *na* mente. Esse campo de estudo tem característica mais dispersa, polivalente como conceito que opera em inovação ou mesmo em renovação da relação que possuímos com o ato de criação imagético.

Os *documentos de trabalho* são aqui *inovadores* por se estabelecerem como exercício reflexivo do processo de elaboração de uma obra de arte, não exatamente passando pelos estágios finais da obra ‘finalizada’ mas que investe em um mergulho no interior da correnteza da criação, penetrando nas camadas mais profundas da superfície conceitual da obra conhecida, documentada ou alcançada pelos interesses aclaradores do nosso meio artístico com objetivo de estar disponível para suas funções estéticas, museais, históricas ou sociais. São *renovadores* pois aqui explicitam um momento de relance aos meus modos de operar como artista e meu investimento nessa instância que produz novas relações que se entrelaçam para que confirmem um melhor redimensionamento da obra de arte sobre seus momentos originários, nascentes como imagem.

A partir da exposição retrospectiva do artista inglês Francis Bacon no Centre George Pompidou, em Paris em 1996 em que apresentava sob o termo ‘documentos de trabalho’, “o conjunto de fotos e ilustrações arrancadas de jornais, livros ou revistas as quais o pintor se servia para fazer suas pinturas” (GONÇALVES, 2018), o artista e pesquisador gaúcho Flávio Gonçalves, que na ocasião realizava sua pesquisa de doutorado, soube operacionalizá-lo como objeto de estudo sobre sua própria coleção de documentos de trabalho, de forma mais detida, mais vigorosa e mais permanente do que uma exposição temporária e sua articulação curatorial poderiam prever. Estabelecida então como a disciplina *Documentos de Trabalho* e ministrada no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais na UFRGS, com a qual tive contato como estudante, esta me possibilitou um momento de reflexão sobre meus documentos de trabalho, inquirindo-me sobre suas características, através de qual materialidade são compostos, em quais circunstâncias se elaboram ou se furtam como elementos constituidores de minhas obras.¹

¹ A disciplina *Documentos de Trabalho*, ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Gonçalves durante o primeiro semestre de 2017 teve um impacto muito importante em minha pesquisa poética, em que atuo artisticamente desde 2012 como Fercho Marquéz-Elul e que na ocasião foi ricamente orientada pela

Como campo de estudo, diversos pesquisadores e artistas se debruçaram sobre seus próprios ou sobre documentos de trabalho de outros artistas, possibilitando um horizonte polissêmico de reflexão e que centrados na formação da imagem, ora se assemelham, ora se distanciam do que eu venho refletindo sobre os meus próprios. Aproximo neste momento a possibilidade de pensar meus documentos de trabalhos a certas imagens que solicitam minha atenção e curiosidade (fig. 1). Essas imagens me despertam para um compromisso de produção artística e que pessoalmente podem se relacionar a essas espécies de figuras ou formas que remetem à construção esquemática ou geométrica como sarjetas, faixas de sinalização sobre as ruas, esse caráter de contenção que calhas, boeiros, paisagens ou acidentes geográficos possuem e também os seus vazios como uma forma de enviginação, de molde, de negativo vazio (FIORAVANTE, 2015).

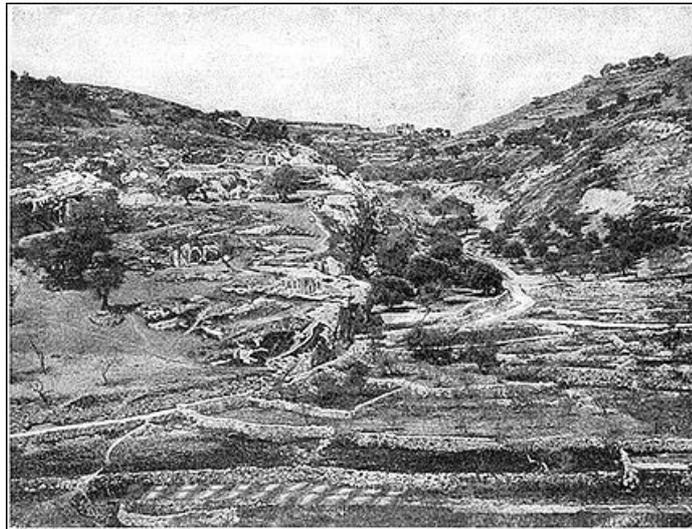


Figura 1. Autor desconhecido. Vale de Hinnom, c. 1900.

Meus documentos de trabalho não se situam em imagens ou objetos cuja materialidade é física, mas sim, na *permanência* ou *insistência* que essas imagens advêm a minha mente. Essa *insistência* de algumas imagens ou objetos do mundo sinaliza como *possibilidade* para que participem como elementos *que permanecem*, *que desaparecem* ou *que sobrevivem*: imagens que suspeito serem determinantes na instauração da obra acabada (CORONA, 2013,

Profª. Dra. Maria Ivone dos Santos em seu projeto de pesquisa *As extensões da memória: a experiência artística e outros espaços* no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS. Motivado pelos estudos sobre *documentos de trabalho* que me fizeram olhar atentamente para o que está *por trás*, para o aspecto de *anterioridade* e processos de *nascimento da imagem*, produzi o subcapítulo *Desenhos-aparições: a imagem como potência* que integrou minha dissertação intitulada *[CI-GÍT]: ensaios sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto*, que abordou reflexões no campo da escultura, da imagem, da palavra e da morte.

p. 239). Esses documentos *impalpáveis* que se imaginam *insistentes* ou *permanentes* ou até mesmo *sobreviventes* – imagens, pois, – são acionadas a partir da

tentativa de captar do entorno aquilo que atrai a minha atenção: possibilidades de vir a ser e que guardo como quem guarda uma lembrança. Nesse sentido, essas imagens possuem a mesma função relacional dos documentos em geral, o que me permite falar dos trabalhos em si sob a perspectiva do que está contido nelas: o registro de persistências, a recorrência de conceitos [...]. (GONÇALVES, 2009, p. 184).

Registro de persistências que situam esses documentos no espaço íntimo do artista, no *Espaço da Memória*, nas palavras de Corona (2009, p. 2). Espaço esse por si só, não apenas íntimo, como também aderente ao artista e que se presta para singularizar a obra a partir de imagens, objetos ou mesmo experiências e lembranças que provocam outras imagens (CORONA, 2009, p. 2-3). Essa imagem persistente que adere ao artista, penetra sem que abandone sua mente, “leva[ndo] apenas um instante para [que] uma impressão se torn[e] uma visão” (VIOLA, 1995, p. 218 apud DABLE, 2013, p. 111). Imagens que se inscrevem, que marcam na mente a presença do intruso, que é (a)notada quando surge, imergindo na atenção para si (DABLE, 2013, p. 110).

Cumprindo então, uma incursão a esse *espaço da memória*. Ter a visão desse mundo mnemônico, virando nossos olhos para trás para que, *videntes da fundação do olhar*, possamos avistar essas imagens em nascimento. Um “olhar de través que nos possibilite tomar uma posição de acesso ao processo de criação; uma posição estratégica entre pensar e agir – mergulhar e emergir” (GONÇALVES, 2009, p. 184). Um olhar que aviste a formação da imagem mnemônica *de trabalho*, através da aproximação aos fossos da memória, que feita desse *mergulhar* ainda preserva o elemento da descendência, da descida, da gravidade do surgimento imagético.

Apesar da dificuldade em se afirmar de que modo e em que situação específica a memória participa do processo de criação, nós sabemos todos o que ela evoca e quando estamos submersos nela. Nós sabemos também que a memória nos empurra em direção a um fundo: ela está inscrita em nós. Da mesma forma, através da inscrição, o desejo gera um campo mnemônico que mantém enterrado sob camadas de materiais e de ações o registro do processo que lhe deu forma, através das hesitações e mudanças de direção. O espaço de trabalho de um desenho (um suporte qualquer), é como uma área em construção onde cavamos, encobrimos e desvelamos; organizamos estruturas, destruimos e construímos. (GONÇALVES, 2013a, p. 99).

Outra imagem indireta dos processos que não podemos olhar, só avistar ou vislumbrar da imagem em seu aparelho formativo. E em busca dela, cavamos, desvelamos na escuridão o

que tentamos ver. Essa imagem arqueológica ou até fatalmente geológica do enterrar – capturar com terra o que se volatiliza – tem semelhanças com essa captura do que se foge temporalmente, dessa permanência imobilizada à força, posta em *quarentena*, sujeita a sucessivos olhares até que seja utilizada em um trabalho (DABLE, 2013, p. 109). Não seria um modo grosseiramente indelicado com as imagens rebeldes essa *separação*, esse *alheamento*? Não se vê *porosidade* no monte de terra que surge do enterro da imagem? Não se vê *possibilidade* na imagem que se deixa ir, fugir? Não se vê *probabilidade* na imagem que é guardada, reservada?

Imagens que não são facilmente capturáveis, imagens sorrateiras ou até mesmo soterradas que nos vislumbram em sua cadente exasperação. Imagens que estão onde ninguém imaginaria: atrás dos olhos, encostadas nas coisas, imagens do jugo da terra e de seus meandros subterrâneos. Metáforas de um pensamento para dentro, produzindo desse dentro a criação para fora. Documentos de trabalho que por si só estão na periferia dos sentidos, perto da frente na qual se dão as enxaquecas do esquecimento, esse que por si só pode estar nos esperando “encostado numa prateleira empoeirada, ou soterrado em uma gaveta.” (FIORAVANTE, 2015). Documentos de trabalhos que nos fazem lembrar, documentos de trabalho que nos fazem esquecer no processo em que se cria. “O estudo de seus *documentos de trabalho* revela como se dá o início de um jogo cuja meta é discutir os mistérios do desejo de criação no qual, todos nós, nos vemos envolvidos”, diz Corona (2013, p. 245) a respeito da produção poética de Flávio Gonçalves. Nossa própria luta fantasmagórica no escuro contra nós mesmos:

O processo criador – uma espécie de luta entre esses dois tipos de desejo, o de falta e o de excesso. O artista o extirpa, extrai-o, isola-o, guarda-o dentro de uma caixa. Podemos dizer que ele arquiva esses gestos, esses vestígios, essas ações-excesso, esses hábitos, coisas que não o pertencem mais, em uma ordem arbitrária, que é a do arquivo, do reservatório das intuições. (CUNHA, 2018, p. 313).

Jogos de forças entre o receber e o projetar, entre o lembrar e o esquecer, entre a pausa do ócio criativo à ação da criação. Não importando o destino das imagens tornadas lembranças ou esquecimentos, ela se lança a salto rumo ao precipício da nossa mente marcando, registrando sua presença ali. Além de espaço doméstico para a vivência das imagens, a mente também cultiva como em um regime doméstico, a sedimentação da poeira das imagens invisíveis, os sumiços de alguma imagem-objeto. Nossa mente então poderia ser comparada à uma casa com sua dona de casa paradoxalmente atarefada e esquecida, que luta contra a poeira (BATAILLE, 2018, p. 112), contra a infestação de animais no sótão e no

porão: o arquivo de cuja metáfora provém a mente é “revolucionário e tradicional. [...] Guarda, põe em reserva, economiza, mas de modo não natural, isto é, fazendo a lei (*nomos*) ou fazendo respeitar a lei. [...] Ele tem força de lei, de uma lei que é a da casa (*oîkos*), da casa como lugar, domicílio, família ou instituição”, nos lembra Derrida (2001, p. 17).

E esses reservatórios que recebem as imagens e que estas se disponibilizam nos processos de sedimentação como memória persistindo em um retorno para nossa atenção e desassossego, também, de forma paradoxal sofre entropia em seus elementos constituintes: seja sua estrutura – o aparelho psíquico, seja em seus conteúdos – desde as ínfimas unidades mnemônicas até os complexos encadeamentos de pensamento. Do incumbir-se dos processos de impressão, sucumbe-se concomitantemente o gesto que imprime, da *insistência* ou *persistência* da imagem que pulsa, à decepção da *inexistência* ou *desistência* da imagem que ecoa. Segundo Derrida (2001, p. 23), “[...] diretamente naquilo que permite e condiciona o arquivamento só encontraremos aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo a priori o esquecimento e a arquiviolítica no coração do monumento. No próprio ‘saber de cor’.”

Quanto mais se é perseguido pela recordação, mas se pretende seu esquecimento. Há o momento de deixar conscientemente a imagem ir, desaparecer. Espaço para os procedimentos da minha criação poética que se baseia na elaboração, construção a partir daquilo que foi esquecido ao menos parcialmente. Espécie de *transgressão* apontada nas práticas da arte contemporânea instaurando uma *ficção poética* (CUNHA, 2005, p. 117): abandona-se uma lembrança *dura, obtusa* em busca de um exercício posterior de lembrar, de ir ao encontro da lembrança que *sobreviveu*. Esse procedimento de alta carga entrópica e alto risco de perda, se encontra com o que Cidade (2018, p. 316) diz sobre a própria autonomia do sistema consciente em seguir suas regras particulares como a inexistência do tempo e do inconsciente que se insubmete.

Esquecimento que também livra os diques e barragens dos reservatórios de nossa mente de um colapso destrutivo. De espaço limitado, aparição e desaparecimento convivem-se de forma próxima, quase aderidas dialeticamente uma a outra. Cidade (2018), p. 311 nos lembra que “as fronteiras entre o lembrar e o esquecer se estreitam” e que ao parafrasear Valéry (1987), sobre a importância do “esquecimento positivo” para abrir-se espaço para a criação, explicita sobre “um esquecimento curativo onde os conteúdos inúteis da memória são ‘rejeitados’ para a reconstituição da capacidade criadora. Criar através daquilo que escapa, e que normalmente é esquecido.” Essa dialética paradoxalmente aderida nos fala sobre o

destruir para que se possa construir ou que bem Cunha (2005, p. 122) nos lembra que “não esquecer” é o negativo do ato de esquecer, debastar ou evanescer uma memória – essa procura que Fioravante (2015) perpetra por um “‘esvaziamento’, onde para se construir ou gerar algo, um outro deva se perder e retornar para um estado de latência”; torná-la o que tem de mais fragmentária, dispersada de um naufrágio; verdadeira em sua ambiguidade entre o ser esquecida e o ser lembrada: “Não matarás (ponto). Esse é o negativo do ato de matar. Mas há nessa frase o desejo implícito da morte. É esse caráter implícito do desejo nos contrários que constrói os mecanismos dos sonhos.” (CUNHA, 2005, p. 122).

Sonhar por sinal é um ato de criação inconsciente: criamos, recriamos e até mesmo procriamos imagens em torrente. São os processos do sonho, da mente em pouso que nos é aberta a estreita rua para a criação: “sonhos não são mais do que vento, *ar*”, nos diz Didi-Huberman (2014b, posição 373). Racamier (1984, p. 42-45) nos afirma que a criação artística se alimenta de fantasmas criados pelo eu em um evento onde trabalho consciente e inconsciente se alternam nesse espaço aberto pela entropia do esquecimento para que os pesos e forças se dialetizem entre a realidade interna e a externa. Esse ato criador ou a necessidade de criar é alimentado então por um fantasma inconsciente muito ativo de criação e de produção – possui concomitantemente tanto fantasmas únicos quanto universais –, caracterizando-se de maneira ambígua nessa alternância e que participa tanto do inconsciente quanto do real e que por si só.

Se existem fantasmas que alimentam o fluxo criador, há fantasmas, portanto que recepcionam as imagens que se formam. Foquemos então, nos fantasmas que nutrem a desapareição da memória, ou que se alimentam dos arquivos – larvas espectrais *arquiviolíticas*. “A estrutura do arquivo é espectral. Ela é o a priori nem presente nem ausente (‘em carne e osso’, nem visível nem invisível)” (DERRIDA, 2001, p. 110). Eles trabalham em prol de tornar as imagens retornadas, de prover a regurgitação das memórias esquecidas sob o jugo das presenças fragmentárias de seu início, de ater-se sobre seu povoamento, sua numeração dispersa. Esse fantasma da criação de reaparecimento talvez tenha sido criado por nosso aparato para evitar um desequilíbrio entre disponibilização de instâncias criativas e devoramento excessivo por ações de desapareição. Esse mecanismo de constante busca de equilíbrio ou compensação em rede, promove a possibilidade da imagem que persistiu como *documento de trabalho* na memória, como ser *que resta*, que *supraviveu* em sua espectralidade, alimente os fantasmas que influem na criação.

Toda produção criadora mergulha suas raízes nesse terreno essencial constituído pela rede de fantasmas inconscientes. Convêm ainda mais que o artista disponha em seu foro íntimo de uma tal rede; e que essa rede fantasmática lhe seja acessível no limbo do pré-consciente; e que o eu do artista consinta à essas imersões regressivas mais ou menos controladas [...]. (RACAMIER, 1984, p. 44).

Retornam as imagens devoradas pelos fantasmas da desapareição, do esquecimento, ou da decepção, provêm regurgitadas pelos fantasmas da reaparição. Retornam mais dilaceradas, faltantes do que era, infavelmente mais desprovidas de peso para se apresentarem como fontes criativas. As imagens que são lembradas, segundo Dable (2013, p. 113-114) “em sua virtualidade, possuem uma fragilidade que não nos permite agarrá-las com as duas mãos e esquadrihá-las. As possuímos apenas se aceitarmos seu caráter frágil, pois colocá-las à prova é, fatalmente, destruí-las.” Apesar de que as imagens são mortificadas quando usadas em um regime de total valor de certeza, quase como se fossem uma transparência superexposta ao sol, fazendo desaparecer seu conteúdo espectral, em momento algum – é o que discordo prontamente – , sua mortificação ou até mesmo seu desaparecimento as destrua ou as mate. Imagens sustentaram-se em paradoxal inexistência de suporte, seja material – um papel destruído cujo conteúdo imagético poderia ser narrado, a destruição ou desapropriação de fotografias, cartas, livros, narrativas, corpos, histórias de seus donos judeus durante a *Shoah*, seja circunstancial, política ou estética – as fotografias esfumaçadas tiradas de *arranco* de dentro da câmara de gás, em uma conjuntura sufocante de aniquilamento do homem e de tudo que o atribui em sua humanidade: desenhar, sorrir, ter fé, criar.²

A imagem então se cansa, se mortifica, se destrói, se debate ou se sufoca, porém ela não morre, ela permanece de uma forma ou de outra. Ela se cala, se retira, mas retorna em algum momento: “A imagem se caracteriza por sua intermitência, sua fragilidade, seu intervalo de aparições, de desaparecimentos, de reaparições e de redesaparecimento incessantes.” (DIDI-HUBERMAN, 2014a, p. 86). Elas imprimem esse “estar em trânsito” apontado por Fioravante (2015) em nossas cabeças, na cooperação ou disputas entre os fantasmas inconscientes, na transmissão através dos tempos. Esse retorno triunfal da imagem-trapo, pródiga, que com tão pouco, com só o que resta é suficiente para ser um *documento*, para a partir de seus vestígios instruir o ato criador, informando-o, transmitir humildemente algo (GUASCH, 2013, p. 238).

² Para a imagem mais que capturada, *arrancada* pela resistência judaica de dentro do aparato mortífero do campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau ver Georges Didi-Huberman, *Images malgré tout*, publicado pelas Éditions de Minuit em 2003. Para a imagem mais que recriada, *realizada, imaginada* pelo realizador húngaro László Nemes do ambiente concentracionário em questão em seu filme *O filho de Saul*, ver Georges Didi-Huberman, *Sortir du noir*, Éditions de Minuit, 2015.

Esse retorno mesmo que quase inefável, sem peso, traz consigo sua unidade de instauração de um sentido. Justamente essa inefabilidade como sendo a de um espectro já sinaliza para uma ausência carnal, tangível aos corpos (GONÇALVES, 2013a, p. 103). Como ação de captura ínfima, a *imagem-aparição* é então marcada na forma de um desenho ou texto, imprimindo uma imagem narrativa sobre papel. Aqui falamos então, de um material referencial de trabalho, pós-*documento de trabalho*, paradoxalmente quase próxima em aderência a obra final, mas tão transparente. Essa ideia de reservatório, apontada por Cunha (2018, p. 313), retém os excessos imagéticos dos desejos também em excesso, em que “a escrita pode ser uma tentativa de contenção, de salvar este desejo do esquecimento para dias de desejo-falta.” (CUNHA, 2018, p. 313). *Imagens-aparição*³ que por si só, revelam a *ossatura* das formas, seu conteúdo coincidente à estrutura (GONÇALVES, 2013a, p. 103).



Figura 2. Fercho Marquéz. *Escada Para Hinnom*, 2018. Molde de Madeira, 100 cm x 10 x 200 cm. Fotografia: Carolina Alves.

E sobreviventes em corpo, têm suas características sobrevividas através de sua transmissão. Uma imagem de autoria e técnica desconhecidas encontrada por acaso na internet do Vale de

³ Desenvolvo mais detidamente o conceito de *imagens-aparições* no subcapítulo *Desenhos-aparições: a imagem como potência*, presente em minha dissertação de mestrado [*ci-git*]. *Ensaíos sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto*, apresentada em 2018 no PPGAV-UFRGS. Para mais informações, acessar: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189092.

Hinnom, depressão geográfica situação em Jerusalém, Israel possuía características formais ambíguas formalmente – envelhecimento da imagem, cores P&B ou azuladas, inexactidão entre ter sido produzida a partir de técnicas de gravura ou de fotografia. Esta permaneceu em minha mente, insistindo a pensar uma espécie de dispositivo ou instrumento de acesso até essa paisagem. Pensei em uma escada que pudesse ter esse papel. Contudo, esta escada teria a função apenas de acesso sem retorno, de descida até o lugar; já que haveria uma aproximação histórica entre o Vale do Hinnom para qual serve a escada e Gehenna, espécie de purgatório segundo a tradição judaica. Da imagem dilacerada e pródiga, às *imagens-aparições* que com traços em arestas inscrevem com caráter projetivo sobre o papel a imagem a ser criada, até a escultura *Escada para Hinnom*, produzida em 2018 (fig. 2), com isso se transmitiu uma espécie de *inutilização* da escada: pela escada se desce, mas não se pode subir, retornar. Um objeto inventado a partir do que lhe falta: moldes longilíneos de madeira vazios pendurados horizontalmente na parede, seguindo uma modulação de um molde após o outro, cujo interior esvaziado se encontra fora da vista do espectador. Essa vinda ao mundo físico resulta de uma rememoração, de uma decisão de ação criativa, da ação propriamente construtiva da escultura que não se lembra de como era, mas que se desaprende como fora, como bem cita Dable (2013, p. 113) o escritor Manoel de Barros, numa vontade de “desinventar objetos” (BARROS, 2010, p. 300)

Escada que não se pode baixar, que não se pode moldar, que não se pode ver seu interior vazio, construída praticamente sobre uma coluna ausente (MICHAUX, 1929). Não é justamente o paradoxo da imagem? Em um conto do escritor português Gonçalo M. Tavares, intitulado *Escadote Fantasma*, em que narra experiência de seu personagem o senhor Valéry com objetos fantasmáticos, vê-se a sobrevivência das imagens em meu campo de interesse criativo, pois “O senhor Valéry acreditava em objectos-fantasma.” E abaixo na folha, uma ilustração de uma escada da artista Rachel Caiano que tanto me fascinou; “– Uma vez – explicava o Senhor Valéry – tentei subir pelo escadote fantasma, e caí. O escadote, de repente, tinha desaparecido.” (TAVARES, 2004, p. 75). Escadas desinventadas, porém reinvestidas, reabilitadas em sua inutilidade (fig. 2), “Escadas que vão de lugar nenhum para lugar nenhum” (VENÂNCIO FILHO, 2003, p. 39). Não seria *desse lugar nenhum* a metáfora para documentos de trabalho impalpáveis, não visíveis a terceiros? Não seria de *lugar algum* a procedência das memórias que aderem em nós? Convém, então finalmente, já que adentramos a mente para entender melhor o ato criativo, lançarmo-nos mais a frente, adentrarmo-nos mais profundamente ainda no campo do *lugar algum*, em que na passagem de

Benjamin (2004, p. 219-220), depreende apontamentos para a própria memória como o meio pelo qual se alcançará a imagem desaparecida, vinculada ao seu passado como evento. Devemos adentrar no processo de *persistência* da imagem-trapo e num processo similar ao de escavar, esmiuçarmos na memória a imagem em sua matéria mnemônica: “quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um homem que escava”, diz-nos o autor. Imagens que guardam nosso desejo potencial de criação que “arrancadas a todos os seus contextos anteriores, estão agora expostas, como preciosidades, nos aposentos sóbrios da nossa visão posterior” e talvez como sobreviventes, provenientes de uma experiência profunda com a vida, em que estamos abertos a recebê-las, a aceitarmos seu paradigma especular, evanescente, faltante do que resta de si. “Estamos à espreita de um fantasma, aquele mesmo que nos visitou quando de encontro daquele instante; e que de tempos em tempos retorna apresentando-se tão diferente, pois já nos esquecemos dele.” (GONÇALVES, 2009, p. 185). *Lugar exato* que deverá ser indicado a partir da constatação da invenção de um mundo que já existe (RACAMER, 1984, p. 45), de uma imagem que já nos retornou, da experiência infinita da criação, preservada no poder de uma recordação.

Referências Bibliográficas

BATAILLE, Georges. **Georges Bataille: Documents**. Trad. João Camilo Penna e Marcelo Jacques de Moraes. Desterro: Cultura e Barbárie, 2018.

BATISTA, Anderson dos Santos. [*ci-gît*]. **Ensaio sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto**. 2018. 230fls. Dissertação (Pós-Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de Pensamento**. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

CIDADE, Daniela Mendes. O inconsciente em Fercho Marquéz: reflexões sobre o estado nascente da escultura In: QUEIRÓZ, João Paulo (Org.). **Artes em construção: o IX Congresso CSO'2018**. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa & Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, 2018. Disponível em: <www.scielo.mec.pt/pdf/est/v9n23/v9n23a17.pdf>. Acessado em: 29 ago. 2019.

CORONA, Marilice. Início de jogo: um estudo sobre os documentos de trabalho no processo artístico de Flávio Gonçalves. *Revista Estúdio, Artistas sobre outras obras*. V. 4, 2013, p. 238-245.

_____. Meus documentos: A casa e o espaço da memória. In: **Panorama Crítico**, ed. 03. 2009. Disponível em: <http://www.panoramacritico.com/003/docs/Panorama_Critico_003_Artigo_Marilice_Corona.pdf>. Acessado em: 10 abril 2018.

CUNHA, Eduardo Vieira da. Sobre Fercho Marquéz. In: BATISTA, Anderson dos Santos. *[ci-gît]*. **Ensaio sobre a instauração clandestina, a palavra baldia e a presença murmurada do objeto**. Dissertação (Pós-Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

_____. Impressões – o modo negativo e os vestígios na arte contemporânea. **Porto Arte**, Porto Alegre, v. 13, n. 22, p. 117-122, mai. 2005. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/27908/16515>>. Acessado em: 29 ago. 2019.

DABLE, Guilherme. Documentos de trabalho: memória em movimento pendular. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, ano 3, p. 109 – 115, julho de 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/download/41371/26230>>. Acessado em: 29 ago. 2019.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a.

_____. **Grisalha**. Poeira e poder do tempo. Trad. Rui Pires Cabral. Ed. João Francisco Figueiredo & Vítor Silva. Lisboa: KKYM + IHA, 2014b.

FIORAVANTE, Marcos. Síndrome de atlas: sobre a formação dos documentos de trabalho. **Revista Arte ConTexto**. Reflexão em arte. Colecionismos, acervos e tipologias como prática intelectual e artística. Porto Alegre, v. 3, n. 7, julho de 2015. Disponível em: <www.artcontexto.com.br/artigo-edicao07_marcos_fioravante.html>. Acessado em: 29 ago. 2019.

GALLAGHER, Ann e VENÂNCIO FILHO, Paulo. **Rachel Whiteread**. Rio de Janeiro: Artviva, 2003.

GONÇALVES, Flávio. **Documentos de trabalho**: percursos metodológicos. Artigo inédito, 2018.

_____. Através. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, ano 3, julho de 2013a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/41369/26209>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

_____. **Fragmentos e transportes imperfeitos**: algumas estratégias de construção de imagens. Artigo inédito, 2013b.

_____. Um olhar de través, In: COSTA, Clóvis Martins.; JOHN, Richard. (orgs). **Vetor**. Novo Hamburgo: Ed. FEEVALE, 2009.

GUASCH, Anna Maria. Os lugares da memória: a arte de arquivar e recordar. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 237-263. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/41368/26241>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MICHAUX, Henri. **Ecuador**. Paris: Gallimard, 1929.

RACAMIER, Paul. Sur la fonction du fantasme dans la création artistique et dans la psychose. In: ANZIEU, Didier, CHEMAME, Roland, GAGNEBIN, Murielle et al. **Art et fantasme**. Seyssel : Champ Vallon, 1984. Tradução não publicada de Flávio Gonçalves.

TAVARES, Gonçalo M. **O senhor Valéry**. Porto Alegre: Escritos, 2004.

Muralismo mexicano no século XX: representações de uma sociedade em construção

Bruna Carolina da Silva

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

brunacsilva42@gmail.com

Mateus Gomes da Silva

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

mateusgs.mg3@gmail.com

Natália Cristina Silva Moraes

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

nataliacristinasm@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o movimento Muralista do começo do século XX. Emergindo nos anos 1920, o Muralismo foi um movimento artístico considerado por muitos um renascimento da arte mexicana. Consideramos que as representações artísticas feitas ao longo do século XIX descortinam as permanências e rupturas que se pretendiam ter na República pós-independência, como mostrar a linha de grandes acontecimentos, grandes feitos e personagens, ao passo que raramente nessas pinturas se encontra a representação de indígenas, afro-mexicanos, mulheres, dentre outros grupos minoritários. Enquanto o movimento Muralista também não deixa de ter suas intenções no que representa, tendo por objetivo resgatar parte dos personagens da história nacional ignorados. Um mesmo fato pode ser abordado e significado de maneiras diversas. Usando BAXANDALL, Michael (2006) como autor referência para tratar o conceito de Representação, utilizaremos a pintura “Guerra da Independência Mexicana” de Diego Rivera, como uma fonte para perceber as representações presentes no muralismo. Para auxiliar essa discussão teremos como aporte teórico: BARBOSA, Carlos A. S. (2001) para abordar a Revolução Mexicana; PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia H. (2006) para falar da utilização da arte na pesquisa histórica; VASCONCELLOS, Camilo M. (2005) para falar do Muralismo, dentre outros autores.

Palavras-chave: Muralismo mexicano, pinturas, Revolução Mexicana.

Introdução

Ao longo da história o processo emancipatório mexicano foi tema de pinturas, poemas e canções. Objetivamos interpretar as representações da independência da Nova Espanha em pinturas. As imagens são meios poderosos para se representar conceitos, mentalidades e imaginários existentes em uma sociedade. Pretendemos apresentar como se deu a representação deste processo no século XIX, e posteriormente mostrar as representações feitas

no século XX, mais especificamente com os artistas do movimento Muralista. A metodologia utilizada foi a de um levantamento bibliográfico sobre a História da Arte, as pinturas pós independência mexicana, o Muralismo mexicano, o pintor Diego Rivera e suas obras.

A pintura aqui é entendida como um tipo de discurso acerca de um fato, um recorte da realidade. Fala de si, das condições em que foi feita e de seu realizador, podendo ser entendida como uma representação de certa realidade, que parte de um determinado ponto de vista, ao mesmo tempo em que não contempla totalmente um dado momento histórico. Nesse sentido, entendemos que o artista representa a arte a partir de um lugar social de seu próprio tempo, fato que fica expresso na obra de Diego Rivera que será analisada posteriormente.

Analisando a arte na América Latina, Dawn Ades afirma que as imagens contemporâneas ao período da independência “não só denotam as mudanças a curto prazo na cena política ou militar (memória), como também, por recuperar certas figuras antagônicas, traçaram os diferentes cursos ideológicos que os países mais tarde iam seguir (o sentido da história).” (1997, p.27). Deste modo, consideramos que as representações feitas ao longo do século XIX descortinam as permanências e rupturas que se pretendiam ter na República pós-independência. O movimento Muralista no século XX, sem deixar de ter suas intenções no que representa, toma para si símbolos e heróis que tinham sido esquecidos ou tido seus papéis diminuídos e fazem uma representação que está muito mais ligada ao contexto do que vinha acontecendo na sociedade em que viviam.

Os Heróis e os Desclassificados da Independência

Nos anos após a independência, principalmente durante a segunda metade do século XIX, houve uma tentativa por parte dos governantes de realizar uma negação de alguns fundamentos que constituíam a sociedade mexicana até então. Os principais alvos eram os povos indígenas, a herança ibérica e a religião católica (PAZ, 2014). Percebemos essa ruptura também por meio das pinturas feitas nesse período.

Uma grande parte dos pintores se dedicou a representar as paisagens mexicanas, como o italiano Eugenio Landesio, e os mexicanos José María Velasco e Salvador Murillo. Apesar da importância desses autores e de suas obras para a análise da construção do México independente, voltaremos nossos olhares para outro tipo de obra. Concomitantemente ao movimento paisagístico, tem-se um outro grupo de pintores que se dedicavam às pinturas históricas e aos retratos. Esse segundo grupo é o expoente das representações da independência mexicana durante o século XIX.

Essas pinturas apresentam um foco em importantes personagens da luta da independência, principalmente os governantes, militares e mártires. O historiador colombiano Yobenj Aucardo Chicangana-Bayona afirma que “as pinturas de heróis e heroínas, além de darem legitimidade à República, foram a resposta à necessidade de construir uma memória da independência e de produzir símbolos para o novo regime, além de ensinar um conjunto de valores sociais e políticos.” (2011, p.176). Não há como precisar ao certo a razão, porém as representações feitas durante esse período são fontes muito escassas. Talvez pela instabilidade política do período, em que diferentes forças se chocavam pelo poder. Ou talvez pelo medo desses artistas de serem punidos por causa das posições que assumissem publicamente. Grande parte deles eram contratados para realizar suas pinturas dessas figuras históricas (ADES, 1997), portanto não podiam realizar montagens que fossem explicitamente opostas aos ideais de seus contratantes, sendo a liberdade desses artistas reduzida.

O movimento Muralista mexicano

De acordo com Barbosa (2008), o movimento Muralista mexicano se inicia a partir de 1910 com o Dr. Atl, Geraldo Murilo, que chegou a ser diretor da Escola de Belas Artes. Porém, é a partir dos anos 1920, devido às mudanças políticas e culturais que estavam acontecendo nesse período em consequência da Revolução Mexicana, que ele tem maior expressão. Tal movimento, inclusive, é tido por alguns autores como “filha da Revolução de 1910” (PAZ, 1997) e foi influenciado por movimentos artísticos e técnicas europeias. Por se tratar de uma produção cultural humana, a arte Muralista mexicana do século XX não podem ser dissociadas de seu contexto histórico. Assim, de forma breve, iremos discorrer sobre a Revolução Mexicana que é o contexto onde surge o Muralismo mexicano. Até o início do século XX, o México era basicamente um país agroexportador, o que favoreceu os grandes latifundiários, em detrimento da maior parte da população, que era camponesa. A partir de 1876 o México passou a ser governado por Porfírio Díaz, esse período ficou conhecido como *porfiriato* e foi considerado como uma época de crescimento econômico e estabilidade política, contudo este também acentuou ainda mais as disparidades existentes entre as classes sociais.

Até o início do século XX, o México era basicamente um país agroexportador, o que favoreceu os grandes latifundiários em detrimento da maior parte da população, que era camponesa. A partir de 1876, o México passou a ser governado por Porfírio Díaz. Esse período ficou conhecido como *porfiriato* e foi caracterizado como uma época de crescimento

econômico e estabilidade política. Contudo, esse período também acentuou ainda mais as disparidades existentes entre as classes sociais.

A Revolução Mexicana foi um movimento armado que se deu de 1910 a 1917. O termo revolução foi questionado por autores revisionistas, como Ramón Eduardo Ruíz, que acredita que o uso de “rebelião” seria mais apropriado. Ainda assim, neste trabalho, iremos nos referir a esse movimento como revolução. Uma das principais reivindicações desse movimento foram as terras que muitos camponeses e indígenas perderam para os grandes latifundiários. Além disso, a centralização política e outros fatores econômicos que vinham se formando desde a segunda metade do século XIX possibilitaram a eclosão dessa revolução.

Barbosa e Lopes (2001) fazem um balanço historiográfico sobre essa revolução que envolve estudos publicados ainda no período revolucionário que “demonizam” o período *porfiriato* e enaltecem a revolução; estudos regionais; estudos revisionistas, que questionavam o conceito de revolução para esse movimento; estudos que traziam novos personagens em detrimento de grandes figuras militares; e estudos do final do século XX, que contemplaram o período de Porfirio Díaz até o período pós- revolucionário.

A partir disso é possível observar que a visão da Revolução Mexicana é heterogênea e tem diversas perspectivas que contribuem para a construção deste período tão complexo e importante para a história do México. O caráter popular e agrário foram dois dos principais pontos da Revolução Mexicana, sendo que, principalmente este primeiro, ia ao encontro do que o Muralismo iria desenvolver.

Retomando o Muralismo mexicano, especialistas chegam a afirmar que o Muralismo foi um momento de “renascimento” da arte mexicana, visto que englobou os campos da pintura, escultura e arquitetura, se constituindo, assim, como um movimento artístico de grande relevância mundial do século XX. Por meio da arte, os pintores muralistas retomaram a grandiosidade e a monumentalidade presente na civilização Asteca. Logo, as artes pictóricas produzidas por esses artistas carregam em si uma ampla rede de significados que ultrapassam a superficialidade da beleza e atingem subjetividades específicas. Ou seja, há, além de toda uma estética formidável e encantadora, ideias e ideais representados nessas obras. Assim, por meio da história cultural, cujo principal objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (PELEGRINI apud CHARTIER, 2006), o Muralismo mexicano pôde ajudar na construção da realidade

social mexicana, com pinturas que representavam o México desde civilizações anteriores à colonização espanhola até sua contemporaneidade no século XX.

É válido destacar que as pinturas murais remontam ao período pré-colombiano. Os astecas e maias, por exemplo, já realizavam tal arte. O sítio arqueológico maia de Bonampak, localizado no Estado mexicano de Chiapas, é um dos locais onde se tem esses murais mais bem preservados. Chamado de “Templo dos Murais”, no interior da construção há a representações de várias cenas dessa sociedade, principalmente de guerras e sacrifícios humanos.

Os principais pintores deste movimento artístico foram José Clemente Orozco (1883–1949), Diego Rivera (1896-1957) e David Alfaro Siqueiros (1896-1974), que ficaram conhecidos como “os três grandes” (BARBOSA, 2008), sendo que deles vieram a ideia de as pinturas serem feitas em murais. A intenção do movimento era produzir obras que fossem acessíveis ao maior número de pessoas possíveis, e não que caíssem nas mãos de colecionadores ou de uma única pessoa. Ou seja, eles não pretendiam fazer essas obras em locais de acesso privilegiado.

Eles idealizaram a confecção de murais em edifícios públicos, nas escolas e repartições oficiais e definiram também alguns elementos e propósitos fundamentais para o muralismo, tais como: 1- a intervenção social e política através da arte; 2- a popularização da arte; 3- a transmissão de mensagens de otimismo e solidariedade em relação à sociedade e à humanidade; 4- a tentativa de conciliar a mensagem política à linguagem simples e didática; 5- a valorização dos signos culturais e religiosos do povo mexicano. (PELEGRINI, 2006)

As pinturas muralistas retratavam a história mexicana e de seu povo, inclusive das pessoas simples, como os indígenas. Por se tratarem de pinturas realizadas em paredes de locais públicos, por várias vezes as exposições eram permanentes. A técnica utilizada por esses artistas era a do afresco, que se caracteriza por aplicação de demãos de tinta sobre o revestimento ainda úmido e que quando seco faz parte da pigmentação da superfície ao qual foi aplicado.

Segundo Barbosa (2008), o movimento Muralista se fundamentou em três valores denominados por essa autora como “valores capitais”: o nacional, o popular e o revolucionário. Além disso, esse movimento procurou retratar figuras como os indígenas, trabalhadores e os mestiços, que nas pinturas do século XIX não tinham espaço ou tanta importância, uma vez que se privilegiava a natureza e o que era considerado como “grandes feitos históricos ou heroicos” dos “vencedores”. Há então a busca por uma nova identidade

nacional que contemplaria o período pré-hispânico na tentativa de busca pela gênese do povo mexicano.

Além do empenho dos artistas já aqui citados, José Vasconcelos, um intelectual que esteve à frente da educação pública mexicana, de 1920 a 1924, apoiou o desenvolvimento de murais em edifícios públicos. Ademais, é válido ressaltar a função didática que os murais tiveram, já que grande parte da população nesse período era analfabeta. Dessa forma, os mexicanos poderiam aprender um pouco sobre a sua história por meio da arte.

Assim, o muralismo mexicano esteve profundamente associado ao seu contexto histórico, ou seja, à Revolução Mexicana (1910-1917) e aos ideais comunistas, além da valorização das identidades étnicas mexicanas. Orozco, Rivera e Siqueiros irão apresentar esses ideais em suas produções de forma diferente.

Dessa forma, José Clemente Orozco irá apresentar os ideais comunistas e de valorização étnicos mexicanos de forma mais pessimista e crítica, usando-os como base para a sua abordagem da história mexicana. Rivera irá retratar esses ideais de forma mais utópica e idealista. Ele acreditava que o povo tinha uma participação ativa na luta pela independência. David Alfaro Siqueiros, por sua vez, irá adotar um estilo mais propositivo, que buscava uma intervenção na realidade representada.

Cabe ressaltar que o muralismo mexicano de Diego Rivera (1886 - 1957) e David Alfaro Siqueiros (1896 - 1974) pode ser considerado um dos precursores da arte pública em função de seu compromisso político e de seu apelo visual. Essa proposição influenciou vários artistas latino-americanos, como por exemplo, Cândido Portinari (1903-1962), cuja obra também contemplou a execução de murais em espaços públicos e temas que abordavam a vida do povo brasileiro, suas agruras e dificuldades. (PELEGRINI, 2006)

O Estado foi um importante financiador do movimento Muralista, contudo a arte dos murais não seria uma mera expressão do que este queria, ela tinha sua autonomia e originalidade, ainda que recebesse encomendas estatais. Havia, portanto, uma constante negociação entre o Estado e os artistas.

Ao sair da esfera estritamente acadêmica, calcada em modelos europeus, a arte mexicana incorpora elementos étnicos, populares outrora renegados, mescla influências das correntes europeias com a arte pré-colombiana, universaliza-se, mas ao mesmo tempo reivindica uma função social que recuse uma função puramente decorativa. (BARBOSA, 2008, p. 13).

O Muralismo mexicano, portanto, teve objetivos além do artístico, chegando a adentrar a esfera social e política, significando o movimento e contribuindo para a história do

México e do povo mexicano. Para mais, este movimento tomou rumos internacionais chegando, nos anos de 1930, a outros países (BARBOSA, 2008) como Brasil, Estados Unidos, Peru, além da Europa (SILVA, 2000). Já na década de 1940, de acordo com Vasconcelos (2005) este movimento começa a decair, isso devido à nova configuração política, cultural e econômica do México. Contudo, isso não significou o fim da arte mural. As obras dos muralistas continuam a ter impacto até nos dias atuais.

Diego Rivera e as representações da sociedade mexicana

Diego Rivera foi um artista mexicano, um dos mais importantes pintores do chamado “Muralismo Mexicano”. Nascido no México central, na cidade de Guanajuato (que remonta a época pré-colombiana), em 1886, aos 6 anos de idade, mudou-se com a família para a Cidade do México e aos 10 anos iniciou seus estudos na Academia de San Carlos na capital mexicana. A escola foi a primeira grande academia de arte e o primeiro museu de arte das Américas fundada ainda no período colonial em 1781. Na Academia de San Carlos foi mentorado por artistas como o catalão Antonio Fabrés, que era adepto de um realismo intenso e o mexicano José María Velasco, um dos pintores mais conhecidos da instituição que fez das paisagens mexicanas que representava um símbolo da identidade nacional. Na Academia foi colega de José Orozco, outro nome importante do movimento Muralista mexicano.

Patrocinado por Teodoro Dehesa Méndez, então governador do Estado de Veracruz, Rivera partiu em 1907 para a Europa com o intuito de dar continuidade a sua formação artística. Entre 1907 e 1921 estudou em vários países da Europa, especialmente na Espanha, França e Itália. Entrou em contato com as obras de Pablo Picasso, Salvador Dalí, Juan Miró, Gauguin, Cézanne e o arquiteto catalão Antoni Gaudí. Abusando de cores e de um realismo expressivo, criou um estilo que acentua a história do povo mexicano, desde a época pré-colombiana até a revolução. Seus murais refletiam sua condição de artista comprometido com os desdobramentos políticos que ocorriam não só no seu país, mas também no resto do mundo. Representava a vida, o trabalho e a luta dos personagens mexicanos.

Uma de suas obras mais conhecidas, talvez seja o mural *Epopéia do Povo Mexicano*, realizado na escadaria principal do Palácio Nacional, entre 1929 e 1935, sob encomenda de José Vasconcelos, o então Secretário de Educação Pública do país. O mural possui uma dimensão grandiosa tendo um total de 276 m², com três seções: duas laterais de 7,49 x 8,85 m e uma central de 8,59 x 12,87 m. A proposta, segundo Rivera (1963), era compreender a história completa do povo mexicano desde o período pré-colombiano até o que poderia vir a

ser o futuro do país. A porção norte do mural apresenta "O Esplendor da cultura asteca", a porção central do mural abrange o período *Da Conquista Espanhola a Revolução Mexicana*, enquanto a última, a porção sul do mural, apresenta *O México de hoje e amanhã*. Além de enaltecer os feitos do movimento revolucionário, esses murais também auxiliaram a promover a imagem de um novo período que se iniciava para o México.

Imagem 1 - Vista geral do Mural "Epopéia do Povo Mexicano" de Diego Rivera no Palácio Nacional



Fonte: © Creative Commons- (?) 2014, Luna sin estrellas

Imagem 2 - Porção central do mural com foco na "Guerra da Independência Mexicana" de Diego Rivera no Palácio Nacional



Fonte: © Creative Commons- (?) 2011, Katie Bordner

Rivera, por abordar os ideais comunistas e de enaltecimento étnico dos povos mexicanos de forma mais idealista e utópica, acreditava que o “povo” tinha uma participação ativa na construção de sua própria história. Assim, nessa imagem podemos ver alguns elementos que Rivera tenta transmitir que irão fortalecer a identidade e a autonomia dessas etnias. A intenção é, de certa forma, exaltar a figura dos indígenas, que antes eram representados de forma coadjuvante, como protagonistas de sua própria história. Um exemplo claro desse enaltecimento se dá também em outras pinturas onde Rivera volta às representações sobre as civilizações anteriores ao processo de colonização espanhola. Nessa obra é possível perceber a expressividade dos personagens, em que o artista mostra a força e a simplicidade do povo mexicano. Percebe-se também que não se omite a participação dos espanhóis nesse processo, mesmo com o histórico de exploração, pois o México é formado por essas diversas etnias e esses acontecimentos históricos, como a conquista espanhola, são partes da construção dessa identidade nacional. Temos representada também a figura da águia devorando uma serpente em cima de um cacto. Esta iconografia retrata a lenda da fundação de Tenochtitlan (atual Cidade do México), capital do Império Asteca. Outro ponto importante de se destacar é a figura de Emiliano Zapata, no canto superior esquerdo, segurando uma faixa onde se lê “Tierra y Libertad” ou “Terra e Liberdade” se traduzido. Percebe-se a intencionalidade de se associar a Revolução Mexicana com o movimento de independência do México. Os dois são tidos como movimentos que lutaram para libertar o povo mexicano: um do domínio espanhol, o outro de uma ditadura. Não é de surpreender então que a representação do Padre Hidalgo e de Zapata se destaquem no mural.

Considerações Finais

Visamos mostrar um pouco da importância e da riqueza da cultura latino-americana, que por vezes foi desprezada e inferiorizada, inclusive, pelos seus próprios conterrâneos. Através do movimento Muralista mexicano, que contou com a participação de importantes nomes da arte nacional dessa região, como José Clemente Orozco, Diego Rivera e Juan O’Gorman, pôde se resgatar a cultura pré-hispânica do povo mexicano que outrora fora ignorada. As representações pictóricas aqui demonstradas procuraram resgatar a participação popular, com a presença, por exemplo, dos indígenas, no processo de independência do México. Contudo, percebemos que essas artes retratadas traziam consigo certa subjetividade, com ideais de seu próprio tempo, não sendo assim totalmente neutras ou apresentando interesses apenas estéticos. Foi possível também observar que as representações, de um modo geral, da temática da independência mexicana, retrataram o mesmo fato de forma bem diversa

dando destaque a diferentes personagens e momentos de tal evento, de acordo com a época e o contexto em que essas obras são feitas. Desta forma, fica evidente a importância da problematização dos registros históricos, neste caso as pinturas, que não devem ser aceitos como um registro fiel do fato, sendo necessário que vários fatores devam ser indagados como: Em qual contexto esta obra foi pintada? Quem a pintou? Quem a encomendou? Por que ela foi encomendada? Entre outras tantas questões.

Ademais, o período pós Revolução Mexicana também permitiu que a arte dos muralistas mexicanos do século XX pudesse se desenvolver. O próprio Estado fez encomendas a esses artistas contribuindo para a expansão desta arte que acabou por ficar disponível a todos, uma vez que muitos murais foram feitos em locais públicos. Assim, o movimento Muralista, que buscou, dentre tantas coisas, representar o povo mexicano e o popular, conseguiu que esta representação chegasse a seus pares de forma que estes pudessem ser observar como sujeitos participantes da história do México.

Referências Bibliográficas

ADES, Dawn. **Arte na América Latina**. Editora Cosac Naify, 1997.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. **História. São Paulo**, v. 20, p. 163-198, 2001.

BARBOSA, Luciana Coelho. Muralismo e identidades: representações pré-hispânicas em David Alfaro Siqueiros. I SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG, Goiânia, 15 e 17 de setembro de 2008. **Anais...**, UFG, v. 1, 2008.

BAXANDALL, Michael; PEREIRA, Vera Maria. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Editora Companhia das Letras, 2006.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Imagens, conceitos e cultura política: a pintura sobre a Independência da Colômbia na primeira metade do século XIX. **Tempo-Revista do Departamento de História da UFF**, p. 145-177, 2011.

GILLY, Adolfo. **La revolución interrumpida**. Ediciones Era, 2007.

OLIVATO, Lais. **Insurgência impressa: uma análise do periodismo no primeiro movimento de independência mexicano (1810-1814)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

PAZ, Octavio. **O Labirinto da Solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **Pintura Mural**. México en la obra de Octavio Paz. III Los Privilegios de la vista. Arte de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

PELEGRINI, Sandra CA; ZANIRATO, Sílvia H. A Arte e o Patrimônio latino-americano no ensino e na pesquisa histórica. VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, Campinas, 2006. **Anais Eletrônicos...**, Campinas, p. 95-109, 2006.

RIVERA, Diego; MARCH, Gladys. **Mi arte, mi vida**. México, Herrero, 1963.

SANTIAGO, Maycon Pinho. **México mural: a cultura revolucionária na arte de Rivera, Siqueiros e Orozco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais (ICS), Brasília, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. Uma perda de avessos – o povo na parede ciência, trabalho e revolução no muralismo mexicano. . **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, v. 21, p. 67-104, nov. 2000.

SOUSA, Maria Euniceda Silva; CRIPA, Ival de Assis. Orozco e Siqueiros: duas representações de participação popular na Revolução Mexicana. **Revista PIBIC**, Osasco, v. 3, n. 2, 2006, p. 109-120.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O'Gorman. **Revista de História**, n. 153, 2005.

A representação infantil na vivência religiosa das Minas (séculos XVIII e XIX)

Denise Aparecida Sousa Duarte
Doutora em História
UFMG
ddenao@yahoo.com.br

Wesley Fernandes Rodrigues
Doutor em História
UFMG
wesley_fernandes@yahoo.com.br

Resumo: A representação imagética infantil foi apresentada no mundo luso-brasileiro de forma diversificada, no entanto, dentro de uma tipologia que abarca basicamente dois modelos: a criança celestial e a criança indivíduo. O primeiro exemplo, encontrado de forma mais ampla, se trata das imagens referentes às santas crianças e aos anjos presentes nas igrejas e capelas, apresentando devoções e fazendo parte do *décor* de tais templos, além das figuras de culto particular, mantidas nas casas; enquanto o tipo ulterior trata das crianças apresentadas nos ex-votos, em que familiares, em favor de uma graça alcançada, mandavam elaborar uma imagem pictórica em cumprimento a uma promessa feita. Apesar da variação entre a imagem religiosa, pensada e elaborada para pertencer ao espaço do templo (ou a um espaço especial do âmbito doméstico), e aquela que buscava representar uma criança em si, o pano de fundo de ambas era o plano religioso, de maneira a marcar a infância na esfera sagrada, mas também as crianças que foram beneficiadas pela intervenção divina. Pretendemos, assim, analisar as representações da infância entre os séculos XVIII e XIX nas Minas Gerais e compreender as funções da presença dessas efígies nas igrejas.

Palavras-chave: Infância, Imagens, Minas Gerais

Tratar da imagem infantil nas Minas Gerais e entre os séculos XVIII e os primórdios do século XIX é destacar, especialmente, a figura religiosa. Anteriormente ao advento da fotografia, a criança era comumente concebida dentro de uma conjuntura religiosa, não necessariamente de acordo com uma aparência na qual essa possuía de fato. Tal tema foi abordado por Philippe Ariès (ARIÈS, 1981), ao apontar a importância do estudo das imagens para a compreensão da história da infância. Sua abordagem teve como foco a arte medieval (francesa), julgando que esse período não teria retratado a criança conforme sua aparência – mas sim como adultos em miniatura – considerando que tal atitude se devia ao fato de não existir lugar para a infância naquele mundo, e ainda a ausência de interesse por essa fase da vida, negando a ideia de que era difícil representá-los ou por incompetência dos artistas. Tal ideia se confunde com a hipótese do autor de uma ausência de sentimentos pela criança – que teria surgido somente na idade moderna – uma vez que essa era uma fase de transição, e que

brevemente era ultrapassada (ARIÈS, 1981, p. 51-52). A esse respeito, Jean Delumeau, ao tratar das declarações de Philippe Ariès, indica que tais elementos, enquanto parte de uma cultura dirigente, podem ter influenciado outras instâncias, mas que não necessariamente revelam sentimentos, uma vez que outros objetos demonstram que as crianças não eram desconsideradas, como nos relatos de milagres, dentre outros fatores (DELUMEAU, 2003, p. 505-507).

Nas Minas, no período destacado, encontram-se imagens semelhantes às descritas por Ariès, com as crianças enquanto mini adultos, mas que não são indicativas de ausência de sentimentos pelas mesmas, antes um misto de possibilidades pelas quais a figura infantil poderia ser representada. A imagem de Sant'Anna Mestre do Museu do Ouro em Sabará (Fig. 1) é representativa desse tipo de modelo selecionado pelo escultor, mas não sendo um padrão dentro do universo imagético da região e do período, pois a criança foi apresentada sob diversos aspectos, mas compondo dois tipos básicos: as figuras que pretendem retratar os seres celestiais e aquelas que buscam destacar a criança indivíduo, isto é, a imagem da criança no convívio dos adultos.



FIGURA 1: Imagem atribuída a Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho). IBRAM. Santa Ana Mestre. Fonte: Museu do Ouro. Século XVIII. Foto: Gislaíne Gonçalves Dias Pinto.

As crianças tem sua figura marcada, desse modo, por sua ligação ao âmbito sacro, seja como representação dos seres celestiais ou como beneficiadas por eles. No primeiro caso, a imagem

da Sagrada Família foi o principal elemento propagador da infância, com o Cristo menino, mas encontram-se ainda representações da infância da Virgem ou mesmo de São João Batista. Algumas imagens foram comuns dentre o acervo imagético presente das Minas, e representam cenas sobrelevadas na crença cristã, como a representação do nascimento de Cristo. Esse foi o tema do quadro presente na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Fig. 2), que teve a cena produzida a partir das passagens bíblicas, mais especificamente do Evangelho de Lucas, que destaca

Maria deu à luz seu filho primogênito; envolveu-o em faixas e o deitou em um presépio, porque não havia lugar para eles na hospedaria. Havia na mesma região pastores que estavam nos campos e guardavam seu rebanho no decorrer da noite. Apresentou-se junto deles um anjo do Senhor, e a glória do Senhor os envolveu de luz; ficaram com muito medo, mas um anjo lhes disse: Não tenhais medo, pois vos anuncio uma grande alegria, que será para todo o povo: Hoje na cidade de Davi nasceu para vós um Salvador, que é o Cristo Senhor. [...] Os pastores foram depressa e encontraram Maria, José e o menino deitado no presépio (Lc 2, 7-16).

Contudo, como indica Louis Réau, a piedade popular pedia mais do que a lacônica informação do evangelho de Lucas, e os evangelhos apócrifos ajudaram tal narrativa, incrementando-a. São deles que se devem características como o boi e o asno, companheiros do menino (RÉAU, 2000, p. 228-229).



FIGURA 2: Nascimento de Jesus. Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Quadro). Século XVIII.
Foto: Gislaíne Gonçalves Dias Pinto.

Os registros imagéticos portugueses também destacaram a Sagrada Família, mas tratando de outro elemento, também encontrado nas Minas, como a representação de cenas

que podem ser consideradas do cotidiano da vida do Menino Jesus, da Virgem Maria e de José, como apresentado no impresso luso, em que a mãe embala o filho enquanto José trabalha em seu ofício de marceneiro (Fig. 3). Essa situação pode ser equiparada a uma passagem corriqueira na vida familiar de pessoas comuns, não fosse o excesso de anjos que rodeiam a imagem, expondo a ideia de que o ser ali apresentado era digno de reverência e contemplação. A imagem de autor anônimo, produzida no período coevo ao Concílio de Trento mostra a importância desse tipo de representação, e que permanece ainda por um longo período tendo destaque entre as imagens do acervo religioso das regiões analisadas.



FIGURA 3: [Infância de Jesus]. – [S.l. s.n., entre 1550 e 1600?]. – Gravura: buril e água-forte, p&b. Portugal.

Outro aspecto importante a ser destacado a partir das imagens do Cristo menino é, no entanto, a sua disseminação como objeto de culto privado, o que pode nos levar a inferir a influência dessa devoção entre os mais diversos segmentos sociais. O Menino Jesus aparece nessas representações sob diferentes formas, como no caso do oratório da região de Santa Bárbara, que se encontra no Museu do Ouro de Sabará. O objeto abriga uma imagem de Jesus menino que pode ser considerado como possuidor de uma fatura melhor elaborada, diferentemente da imagem encontrada no Museu de Congonhas, que trata da invocação do Menino Jesus Salvador do Mundo, cuja confecção e materiais utilizados foram, aparentemente mais simples, o que nos leva a inferir a disseminação da posse das imagens entre as pessoas mais simples, devido a utilização de elementos acessíveis.



FIGURAS 4 E 5: Oratório e Menino Jesus (Santa Bárbara, século XVIII). Madeira policromada. Museu do Ouro, Sabará. Foto: acervo pessoal; Menino Jesus Salvador do Mundo. Museu de Congonhas. Foto: acervo pessoal.

Mas, além das figuras dos santos e da Sagrada Família, em especial do Menino Jesus (ênfatisada aqui), outro elemento importante presente nas igrejas e capelas foi a imagem dos anjos, isto é, os *putti*. Nas Minas, assim como tratou Kellen Cristina Silva,

a arte colonial brasileira aceitou, de braços abertos, os *putti* cristianizados. Esses meninos alados invadiram os forros, os retábulos, as telas, representando a inocência, a pureza, a glória da infância em momentos diversos das cenas cristãs (SILVA, 2013, p. 163).

Dentre outras formas em que as representações angelicais infantis foram apresentadas nos templos (como os dos querubins, que eram comumente produzidos como a cabeça de criança com asas simbolizando um anjo em ascensão), as imagens, tanto das santas crianças como a dos anjos, tinham um aspecto que partilhavam, a saber, o de aproximar essas imagens às crianças daquelas sociedades. Isso ocorria não somente pela feição, uma vez que os traços e trejeitos, e mesmo os hábitos cotidianos das famílias para com as crianças estavam presentes naquelas imagens, mas também pela noção de inocência e, por essa razão, de salvação garantida – àqueles pequenos que morressem ainda em tenra idade – que as crianças possuíam naquele contexto.



FIGURA 6: *Putto* (Púlpito direito). Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Ouro Preto. Século XVIII.
Foto: acervo pessoal.

Consideramos que as imagens que destacavam os seres celestiais tiveram uma função importante nas ideias sobre o caráter inocente das crianças e, especialmente, no uso dessa condição na sua morte, resultando na equiparação de sua alma a um “anjinho”, que corresponderia a confiança de que no fim de sua vida terrena, devido à ausência de pecados, sua alma ascenderia ao céu sem demora e lá poderia rogar pelos seus entes que permaneceram vivos. Contudo, a inocência das crianças não foi somente destacada no contexto da morte infantil, mas ainda na busca da cura de seus males e mesmo no agradecimento pela graça de sua recuperação. Os ex-votos são exemplos importantes do enraizamento dos atributos da alma infantil, tendo os párvulos não somente um lugar garantido nos Céus após a sua morte, mas ainda os adjetivos que caberiam por sua ausência de pecados sendo reforçados durante sua vida. Foi por meio desse elemento que se buscou representar as crianças, pois, eram elas próprias que seriam mostradas na tábua votiva. Encontramos o termo “inocente” em dois ex-votos das Minas, o que demonstra que a utilização dessa expressão não ficava restrita aos documentos produzidos pela Igreja, pois os ex-votos eram produzidos de forma espontânea pelos indivíduos. Esses ex-votos foram confeccionados em períodos bem distintos, o primeiro é de 1798 (fig. 7) e o segundo em 1900 (fig. 8), o que demonstra a permanência desse termo para a caracterização das crianças no período abordado.

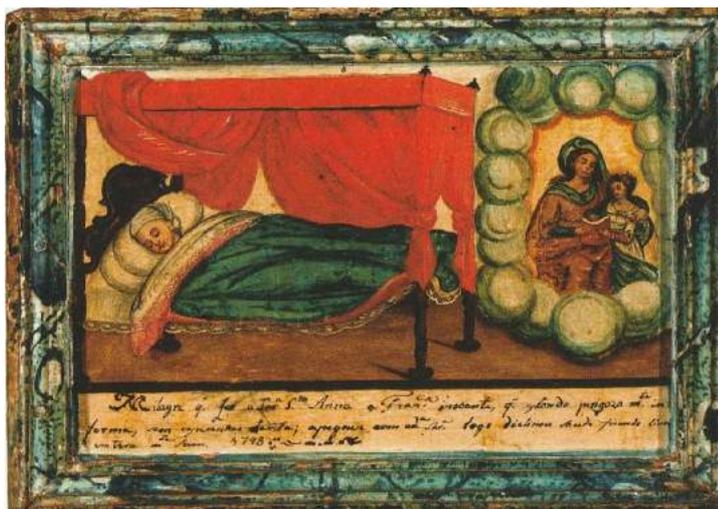


FIGURA 7: Ex-voto de Francisca a Santana Mestra, têmpera sobre madeira, 24 x 23,5 cm, autoria desconhecida, coleção particular Márcia de Moura e Castro, 1798. **Legenda:** “Milagre que fez a Senhora Santa Ana a Francisca *inocente* que estando perigosamente enferma sem esperança de vida; apegando-se com a dita Senhor *diclinou*[sic] saúde ficando livre e inteira muito sã. 1798.” (Fonte: IPHAN, 2012, p. 154)

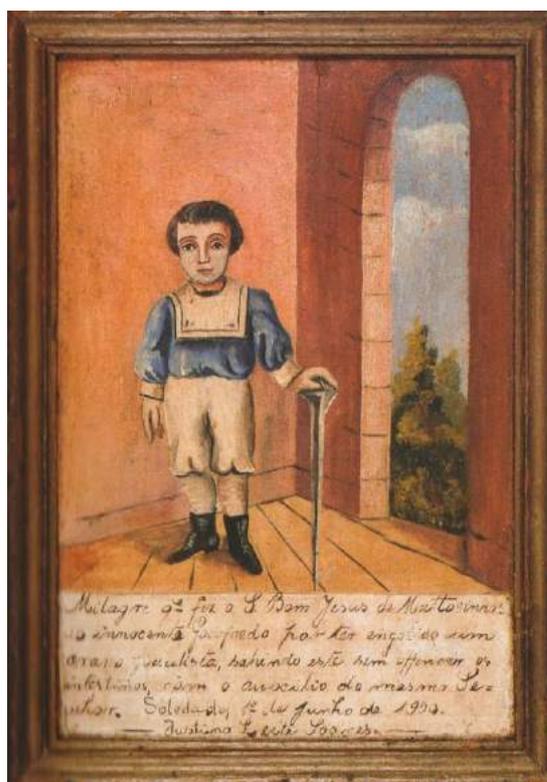


FIGURA 8: Ex-voto de Godofredo a Bom Jesus de Matosinhos, óleo sobre madeira, 15,8 x 23,7 cm, autoria: Justino Leite Soares, Santuário Bom Jesus do Matosinhos-Congonhas, 1900. Legenda: “Milagre que fez o Senhor Bom Jesus de Matosinhos ao *inocente* Godofredo por ter engolido um cravo paulista, saindo este sem ofender os intestinos, com o auxílio do mesmo Senhor. Soledade, 1º de junho de 1900.” (IPHAN, 2012, p. 101).

Sobre a representação iconográfica das crianças nos ex-votos das Minas é importante perceber que ela foi se tornando mais detalhada ao longo do tempo. Nos três ex-votos que temos do século XVIII nos quais foram representadas figuras de crianças, só é possível perceber que se trata de ex-votos de crianças por causa da legenda. Nesses ex-votos as

crianças são pintadas na cama e cobertas até os ombros, só restando a cabeça para fora do cobertor. Em dois casos as devoções acionadas são Nossa Senhora de Nazaré, cuja iconografia a representa carregando o menino Jesus, e Santana Mestreira que aparece ensinando a jovem Maria. Na representação das respectivas imagens das crianças sagradas nesses ex-votos podemos observar que o artista preferiu representá-los como adultos em miniatura (Figs.7 e 9). Apesar dessas constatações é necessário sublinhar que esses foram os ex-votos que sobreviveram ao tempo e chegaram até nós, muitos outros se perderam; além disso, a representação das crianças nos referidos ex-votos pode ter sido uma preferência e/ou limitação do artista, já que era comum a representação do fiel acamado em muitos outros ex-votos. Entretanto, é constatável que nos ex-votos que dispomos do século XIX podemos observar a representação mais detalhadas dos “inocentes”. Nesse ex-votos as crianças começam a aparecer de corpo inteiro, como nos ex-votos de 1812, 1822 e 1874 no qual aparece uma criança no colo da mãe.



FIGURA 9: Ex-voto de Thereza Justina de Jesus a Nossa Senhora de Nazaré, têmpera sobre Madeira, 26 x 15,2 cm, Santuário Bom Jesus do Matosinhos-Congonhas, autoria desconhecida, 1812. **Legenda:** “Milagre que fez a Senhora de Nazareth a Thereza Justina de Jesus filha de Vicente Ferreira da Costa que caíndo de uma janela abaixo não perigou por mercê da Senhora em 1812.” (Fonte: IPHAN, 2012, p. 81)



FIGURA 10: Ex-voto de Filisberta M. a Nossa Senhora do Carmo, óleo sobre madeira, 15 x 27 cm, autoria desconhecida, coleção particular Márcia de Moura Castro, 1822. Legenda: “Milagre que fez Nossa Senhora do Carmo a Filisberta de M.^{ca}[sic] que tendo uma criança a morte, e já sem sentidos a mãe da dita apegou-se com a dita Senhora e logo teve melhoras no ano de 1822.” (Fonte: IPHAN, 2012, p. 157)



FIGURA 11: Ex-voto de Matheus a Nossa Senhora da Soledade, óleo sobre madeira, 29 x 41 cm, coleção particular Márcia de Moura Castro, 1874. Legenda: “Milagre que fez Nossa Senhora da Soledade a Matheus filho de Francisco Leite Soares bain[sic] entreado Seu pai apegou-se com a mesma Senhora e ele recebeu a Saúde perfeita para memória mandou fazer este painel no ano de 1874.” (Fonte: IPHAN, 2012, p. 173)

Nos ex-votos que dispomos do final do século XIX já podemos perceber na representação das crianças mais características que permitem a identificação da infância. O ex-voto de 1890 (fig. 12) a menina é retratada desfalecida no colo do pai que está sentando

numa cadeira, tendo a mãe ajoelhada em atitude de lamentação. O que chama mais atenção nesse ex-voto é que o artista pintou no meio no quadro acima da família uma nuvem que se abre e demonstra uma criança com as mãos juntos, em atitude de oração, implorando a intervenção do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que aparece retratado somente pela cabeça. Essa criança pode ser tanto a própria menina doente ou seu anjo da guarda, o que mais uma vez demonstraria a relação da inocência como a figura das crianças.



FIGURA 12: Ex-voto de Amélia a Bom Jesus de Matosinhos, Têmpera sobre madeira, 53,5 x 53,5 cm, Santuário Bom Jesus do Matosinhos, autoria desconhecida, 1890. **Legenda:** “Milagre que fez o Senhor Bom Jesus Matosinhos. No dia 24 de setembro de 1890 a menina Amélia, filha de José Narciso A. Novaes teve um ataque e lançando sangue pela boca e pelo nariz esteve desacordada por espaço de duas horas. Pela intervenção milagrosa do Senhor Bom Jesus, de cuja bondade e clemência se valeram seus pais aflitos, logo a menina recuperou-se os sentidos, e deu tempo que viesse o médico vê-la.” (Fonte: IPHAN, 2012, p. 110)

Considerações finais

As imagens com feições infantis povoaram o cotidiano dos mineiros entre os séculos XVII e XIX. Nas igrejas e nas residências, as figuras dos seres religiosos representados como crianças foram encontradas nas mais variadas formas, invocações e faturas, mostrando que a infância não era desconsiderada naquele contexto. Embora no decorrer do tempo tenha havido um aprimoramento das figurações das crianças em parte dos objetos analisados, não podemos considerar que isso seja um reflexo da importância que ela ganha no decorrer do tempo, assim como considerou Philippe Ariès, reforçando a ideia defendida por ele da dualidade entre o

desprezo do passado e o afeto que ela passa a despertar com o advento da modernidade. Consideramos que a própria noção de afeto tem sua historicidade, e não pode ser considerada como nula em um determinado momento e presente em outro: o que se modifica são as formas de expressão dessa e também as possibilidades que cada contexto oferece para essa manifestação. O esforço em representar as crianças e a difusão de elementos sob sua feição na sociedade mineira devem ser considerados, podendo nos ajudar a compreender alguns componentes da sua importância e as crenças sobre suas características naquele contexto.

Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DELUMEAU, Jean. Pecado Original e o sentimento de infância. In: **O pecado e o medo: culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. Bauru: EDUSC, 2003.

IPHAN. **Ex-votos em Congonhas**: o resgate de duas coleções – ex-votos tombados da Sala de Milagre do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos/Ex-voto da Coleção Márcia de Moura Castro. Brasília: Iphan, 2012.

RÉAU, Louis. **Iconografía del arte Cristiano**. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 2000.

SILVA, Kellen Cristina. Entre o manto crioulo e a beirada, a iconografia da inocência: estudo iconográfico da pintura de forro da igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos crioulos, Tiradentes, Minas Gerais. IX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, São Paulo, 2013. In: **Anais do IX Encontro de História da Arte – EHA, UNICAMP, 2013**.

Artistas na rua: Yabarte e os processos de veiculação de arte feminina negra através do meio urbano¹

Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora)²

Graduanda em Artes Visuais

Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA

liliamorim79@gmail.com

Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora)³

Resumo: Este artigo objetiva apresentar as produções de artistas visuais negras brasileiras que tem produzido na contemporaneidade utilizando a rua como meio de propagação de suas obras artísticas, ao discutir questões inerentes ao corpo negro, feminino e marginalizado na sociedade. Detendo-se momentaneamente a obras que tem como suporte muros e postes. A proposta é refletir sobre o lugar que a mulher negra tem na história das artes visuais, assim como sobre a inserção da mulher negra artista no mercado e circuito de arte brasileira a partir da sua ausência em espaços culturais e de exibição de arte, e como o espaço urbano se apresenta como uma galeria democrática para a propagação e apreciação da produção artística de artistas negrascendentes no Brasil. As artistas que tem suas produções analisadas neste artigo são as pernambucanas Nathê Ferreira, Ianah Maia e Ana Lira, e as paulistas Negahamburguer e NeneSurreal, algumas das mulheres que fazem parte da pesquisa de levantamento de artistas negras brasileiras que tem atuado na contemporaneidade e suas produções artísticas. A pesquisa está sendo realizada dentro do Projeto de Pesquisa e Extensão YABARTE: Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares negros femininos, financiando pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Regional do Cariri/CE, ao qual sou pesquisadora bolsista. O Projeto gestado dentro do Grupo de Pesquisa NZINGA: Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados na Arte CNPq/URCA, locado no Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, que tem a professora, artista e doutora Renata Aparecida Felinto dos Santos como líder.

Palavras-Chave: Narrativas negrascendentes, Historiografia das artes visuais, Arte Urbana Contemporânea, YABARTE.

Apresentação

Nesse sentido, é pensada a apresentação de artistas visuais, que foram pesquisadas dentro do Projeto de Pesquisa e Extensão *YABARTE: Processos gestacionais na arte*

¹ Artigo apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História(EPHIS), no Simpósio Temático 20 Interfaces Imagéticas: a História em diálogo com a História da arte e da imagem.

² Membro do grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos FECOP/URCA.

³ Artista visual e professora efetiva adjunta do setor de Teoria da Arte do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, Doutora em Artes visuais- IA/UNESP, líder do grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/ CNPq e do projeto de pesquisa YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos. Compõe o comitê de Pesquisa Científica e o observatório da violência da URCA. renata.santos@urca.br.

contemporânea a partir dos pensares negros femininos. Tendo como objetivo catalogar a produção de artistas negras de nacionalidade brasileira, que estão produzindo na contemporaneidade, a partir de pensares e fazeres negros femininos, não se limitando a idade e localização geográfica, como um mecanismo destinado a propagar o nome e o trabalho desenvolvido pelas artistas negrascendentes.

O nome do projeto surge da junção da palavra Yabá e Arte, tornando-se YABARTE. As Yabás são as orixás, deusas oriundas do povo Iorubá, que está localizado entre a Nigéria e o Benim. Essas orixás femininas também são mães, por isso o uso da palavra gestacionais como subtítulo. O projeto foi e é gestado dentro do Grupo de Pesquisa *NZINGA: Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados na Arte* CNPq/URCA, e é liderado pela artista visual e professora da URCA Dra. Renata Felinto, que também é orientadora do projeto de pesquisa.

Introdução

É de grande importância que seja veemente a discussão sobre o lugar que foi destinado às mulheres dentro da sociedade, como esposas solícitas, mulheres recatadas, mães de famílias, donas de casa, entre outras poucas opções sempre limitadas ao ambiente doméstico.

Afunilando ainda mais este recorte, trazendo o fator racial, veremos que esses lugares eram e ainda são destinados na sua grande maioria, às mulheres brancas, e os espaços que existiam para serem ocupados por produtores de conhecimento eram reservados aos homens brancos. Sabemos que, com o processo de apropriação e usurpação ao qual chamamos de colonização, violentamente imposto pelos europeus em sua proposta de dominação do Novo Mundo e do continente Africano, que na escravização da população africana às mulheres negras foram destinadas os afazeres da cozinha, da limpeza da casa e do cuidado e educação para com os filhos da família branca, enquanto as sinhás supervisionavam o serviço feito por elas.

Às mulheres negras foi então atribuído o estigma de mulher servil e submissa, desafiando-as a enfrentar a violência duplicada, de cor/racial e gênero.

A mulher negra raramente foi um tema humanizado dentro das artes visuais. Dizemos isso do ponto de vista da abordagem dessa temática a partir do cotidiano, ou cotidianos, considerando individualidades existentes num enorme contingente feminino e negro no qual essas mulheres geralmente trabalhavam em serviços domésticos, muitas vezes, educavam crianças com a ausência das figuras masculinas, numa nefasta convergência de práticas racistas e machistas. Também nos referimos aos seus sentimentos, sonhos, desejos, faltas e formas de ver e viver a vida no contexto brasileiro. Como contexto, compreendemos um país no qual ora essa mulher foi e é vista pelo

olhar de quem serve, ora para quem se serve apontando a exploração sexual que a envolve. Em ambos os casos compreendemos que há violências envolvidas, das simbólicas às físicas. (SANTOS, 2017, p. 09).

Atualmente na sociedade contemporânea o olhar e tratamento direcionado às mulheres negras ainda está associado a uma obrigação de subserviência à branquitude e/ou aos grupos que se consideram parte dela, seguindo a lógica colonizadora das elites da sociedade brasileira.

Na história das artes visuais, a situação não difere muito do que foi citado no parágrafo anterior. Sobre o recorte de raça/cor, além de termos uma história que visibiliza quase que exclusivamente artistas homens e brancos, ela traz apenas perspectivas de determinadas regiões do mundo, ignorando e minimizando as importâncias de outros povos que foram “selvagizados”, e brutalmente colonizados pela classe que tentou universalizar o ser humano utilizando o homem branco europeu como padrão. Violências perpetuam ainda hoje, de outras e novas roupagens, por vezes, menos diretas.

Sobre o recorte de gênero, às mulheres brancas foi reservado o lugar de musas inspiradoras, poucas conseguiram atuar e ter reconhecimento como artistas até o início do século XX, como a pintora renascentista italiana Sofonisba Anguissola (1532- 1625), a pintora barroca italiana Artemisia Gentileschi (1593- 1653), a pintora alemã Paula Modersohn-Becker (1876- 1907), a artista plástica e fotógrafa suíça Meret Oppenheim (1913- 1985), e as pintoras e desenhistas brasileiras Georgina de Albuquerque (1885- 1962), Tarsila do Amaral (1886- 1973), Anita Malfatti (1889- 1964). Sendo, algumas delas, conhecidas hoje devido aos processos de revisão da historiografia da arte. Se estendermos essa observação aos lugares ocupados pelas mulheres negras as encontraremos representadas como servas, sem a mínima preocupação em demarcar seus traços fenotípicos, ou conferindo-lhes qualquer destaque semelhante ao dado às mulheres brancas como objeto de adoração, “as musas da arte”.

[...] o retrato social brasileiro realizado pelas artes visuais e que se encontra nos acervos privados e públicos traz com nitidez homens brancos cisgêneros. Numa fictícia leitura de imagem aos moldes do caminho inicial de qualquer arte-educador(a), começamos por Robert William Ott, descrevendo os elementos que compõem a imagem que vemos. Nele, no retrato, de forma quase apagada, ao lado direito desses homens brancos cisgêneros, à sua sombra, há uma mulher branca cisgênero. Ao lado esquerdo, um homem negro cisgênero com imagem pouco definida. Mulheres negras, cisgêneros ou não, assim como mulheres trans de todos os segmentos étnico-raciais, não possuem sequer uma cor, um esboço. (SANTOS, 2016, p. 3).

As mulheres negras aparecem representadas nas pinturas evidenciadas na tradição de arte europeia e brasileira na maioria das vezes no lugar da servidão, ou como objeto de desejo sexual e não de inspiração, a exemplo, cito as obras *Olympia*, 1863, Óleo sobre tela de Édouard Manet (1832- 1883), que se encontra no Museu d’Orsay em Paris, e *Mulata Quitandeira*, 1893-1903, óleo sobre tela de Antônio Ferrigno (1863-1940), que se encontra na Pinacoteca do Estado em São Paulo.

É necessário celebrar todas as mulheres que conseguiram se consolidar como artistas visuais enfrentando a hegemonia masculina, tanto quanto exigir ver artistas visuais negros em evidência. Artistas produziram em outras épocas, como o brasileiro Estevão Roberto da Silva (1845-1891) e a estadunidense Edmonia Lewis (1844-1907), quanto artistas que tem produzido na modernidade e na contemporaneidade, como as brasileiras Maria Auxiliadora da Silva (1935-1974) e Rosana Paulino (1967-), que possuem grande destaque nas artes visuais. São nomes tão importantes como tantos outros cujas histórias e obras não estão inseridas nas narrativas oficiais registradas e propagadas nos livros, que ocupam os discursos críticos e preenchem os diversos espaços expositivos, com a mesma frequência que vemos artistas brancos contemplados nesses lugares. Pois como afirma Santos:

As coleções dos museus de nosso país são veementemente um retrato da nação de privilégios que erigimos sobre algumas dessas minorias políticas que, entretanto, não são minorias em relação ao contingente populacional. Dizemos minorias políticas porque há intrincados processos de identidade, de reconhecimento de si e de seus pares, construídos pela parcela hegemônica da sociedade, que historicamente tem se omitido, reprimido, subestimado e humilhado todas e todos que diferem do que temos chamado de cidadão padrão: homem branco heterossexual [...]. Histórica e politicamente, são esses brasileiros que se autorrepresentaram na “História do Brasil”, inegavelmente a partir de processos agressivos de silenciamento e de violências múltiplas que não nos cabe aqui explicitar em seus mínimos detalhes.[...] Uma sociedade que ama apenas o que lhe é apresentado à própria imagem e semelhança. Uma sociedade que ama uma imagem altamente idealizada e distorcida de si. (SANTOS, 2016, p. 12).

Pensar em produções artísticas e em artistas visuais e não realizar uma crítica sobre os recortes de gênero e raça acerca de a quem foi permitido acessar esses espaços é, na linguagem popular, “passar pano” sobre e para o machismo e o racismo que sustentam os pilares da história excludente, que ainda nos é apresentada como verdadeira e única (sem citar como pessoas negras foram privadas de ocupar determinadas posições e espaços).

O meio urbano

O meio urbano oferece muitos suportes para a propagação de arte. Um deles são os muros, utilizados para pintura há bastante tempo, desde as primeiras grandes civilizações, como os egípcios, maias, astecas entre outras. Até na Grécia e em Roma, como mostram as pinturas e pichações⁴ encontradas por arqueólogos em Pompéia, em meados do XIX. Mais tarde, surge com um grande potencial para narrativas visuais na modernidade, como no caso do o lambe-lambe⁵, que se torna uma linguagem da arte urbana contemporânea. A arte de colar cartazes em espaços públicos surgiu no final do século XIX, com o início da indústria de impressão em massa, tornando o lambe uma nova mídia.

No século XX, temos o Muralismo, movimento artístico iniciado por pintores mexicanos após a Revolução Mexicana, acentuado pela crise de 1929 e a primeira grande Guerra Mundial. Este movimento tem uma grande relação com o grafite pelos modos de composições e suportes utilizados. O grafite retorna aos muros das cidades no Movimento de Maio de 1968 na capital da França, quando os muros da cidade francesa foram marcados com mensagens de ordem poético-políticas durante as ondas de protestos, que iniciaram com manifestações estudantis com reivindicações por melhorias no setor educacional e pouco tempo depois evoluiu para uma greve de trabalhadores, o que desencadeou na maior greve geral da Europa. Propagou-se pelo mundo, e nitidamente foi absorvido, com a emergência das culturas populares urbanas, sendo nos Estados Unidos da América, caracterizada como *modus* de demarcação de território pelos grupos marginalizados da cidade de Nova Iorque, a partir da década de 1970.⁶

Já o pixo pode ser relacionado mais diretamente a essa definição de escrita de frases, que podem ser críticas sociais ou demarcação de território, estando, por vezes, ligado ao vandalismo, já o grapixo se define como uma modalidade que utiliza de palavras e frases, mas se atentando à construção de imagem que integra o grapixo, segue uma organização mais elaborada utilizando bastante referências do grafite. Isso não afirma que o pixo não possua uma sistematização, pois como ele é utilizado para demarcação de grupos ele precisar seguir algumas regras para a total identificação do grupo que realizou a marcação assim como sua localização e data.

⁴ Ato de escrever ou rabiscar sobre muros, fachadas de edificações, asfalto de ruas ou monumentos, usando tinta em spray aerossol, dificilmente removível, estêncil ou mesmo rolo de tinta. PICHANÇA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. 2019. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Picha%C3%A7%C3%A3o> > . Acesso em 18 mai 2019.

⁵ Portêrs, cartazes de diversos formatos, contendo imagens e informações que podem ser impressas ou produzidas manualmente, colados geralmente em espaços públicos.

⁶ TÉCNICAS CORPORAIS URBANAS: a arte do Grapixo. 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Etnografia-Grapixo/57019320.html>>



Imagem 1: Arte: Erick Paulino de Souza, 2017. Fonte: Portal da Câmara de São Paulo.

Também encontramos como manifestação de rua o *sticker art* que se utiliza de etiquetas adesivas, é outra modalidade da arte urbana bastante difundida, popularizada na década de 1990 como manifestação da arte pós-moderna.

A arte urbana possui hoje diversas manifestações artísticas localizadas na dança, na música, na performance, no teatro e nos esportes, dentre outras. Essas práticas artísticas são derivadas de manifestações que surgiram em lugares e épocas diferentes, e são difundidas hoje em grande escala nas periferias, por isso são marginalizadas por vertentes conservadoras. De qualquer forma, essas manifestações da arte de rua são bastante exploradas como expressões artísticas contemporâneas, que vem ganhando espaço dentro de museus e galerias.

Mesmo sendo linguagens marginalizadas, onde podemos encontrar uma maioria de artistas visuais negros como atuantes nela, os artistas visuais que ganham mais visibilidade e reconhecimento a partir delas não o são. Encontramos aqui a invisibilização da pessoa negra, até nos contextos nos quais ela está mais presente ou se referindo aos meios que lhes são mais acessíveis. O projeto de embraquecimento da população brasileira que marca profundamente as políticas sociais e educacionais do início século XX se estende às artes visuais.

Neste caso, por diversas estratégias, tenta-se embranquecer o conhecimento e reconhecimento de produções artísticas geridas e gestadas pela população negra, a partir da depuração de elementos que demarcam as origens afrodiáspóricas dessas produções e manifestações de acordo com o aumento do consumo das mesmas pelas classes hegemônicas.

Afrontamento a céu aberto

As obras que serão apresentadas se apropriam e se integram ao meio urbano, onde o corpo negro se faz presente nos diálogos que são criados entre a cidade, a obra e público, gerando questionamentos e incômodos necessários e tornando, por vezes, alguns trabalhos marginalizados. Esse mesmo apartamento das obras recai sobre os corpos das pessoas negras e como os mesmos vêm sendo tratados a centenas de anos pelo modelo de sociedade implantado e imposto no período colonial, ainda dito como modelo social e de comportamento a ser seguido.

Partindo da premissa da marginalização da arte urbana atrelada a sua valorização como meio de expressão contemporâneo, podemos relacionar a marginalização das pessoas, e aqui exclusivamente, das mulheres negras, com a sua produção de arte contemporânea que pouco é requisitada para ocupar os espaços destinados a exibição de arte. Suportes e corpos, que dialogam com os temas abordados, trazem a personificação feminina negra para a rua, em posição de enfrentamento. A imagem aqui é uma forma de discurso reivindicativo, de trazer a tona os pensamentos negros que foram e são negligenciados.

Assim como reflete a professora e artista afro-portuguesa Grada Kilomba, sobre o silenciamento da população negra após uma colonização que ainda não teve seu fim, “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes têm sido constantemente silenciadas através de um sistema racista.” (KILOMBA, 2017).

Necessitamos do espaço para nos afirmar como seres. As nossas construções afirmam nosso lugar no mundo, a disposição com a qual montamos as cidades mostra a forma como concebemos o espaço. O espaço está diretamente ligado a nossa personalidade social e individual; quando interferimos nesse espaço é para agregar ou retirar conteúdos que influenciarão diretamente os seres que o habitam. A ofensa ao espaço é ofensa às ideologias. Portanto, a interferência no espaço coletivo busca gerar a interferência no pensamento do homem. (HONORATO, p. 10. 2008/2009).

A intervenção artística no meio urbano surge em muitos casos como resposta à fala não autorizada, assim como o pixo muitas vezes atua em determinadas situações sociais e políticas. Aqui, a imagem traz um discurso que subverte o lugar onde apenas a fala pode ser usada para informar presença num espaço.

Narrativas negrascendentes

Narrativas visuais contadas a partir do traço daquelas que são as protagonistas de muitas histórias. Aqui estão algumas artistas que desenvolveram trabalhos que habitam a rua, presentes na pesquisa desenvolvida no Projeto YABARTE.

A primeira artista a ser apresentada neste artigo é a artista paulista NeneSurreal (1967-), mulher negra periférica, mãe, avó, educadora social, licenciada em Artes Visuais pela Universidade Paulista de Artes e formada como Instrumentadora Cirúrgica pelo Serviço de Ensino Instrumentação Cirúrgica-SEIC. É uma referência na cena do grafite em São Paulo, área que atua há muitos anos, onde faz lugar de enfrentando de expressões das questões raciais, desigualdades de classe, gênero, assim como as injustiças contra as mulheres negras periféricas.

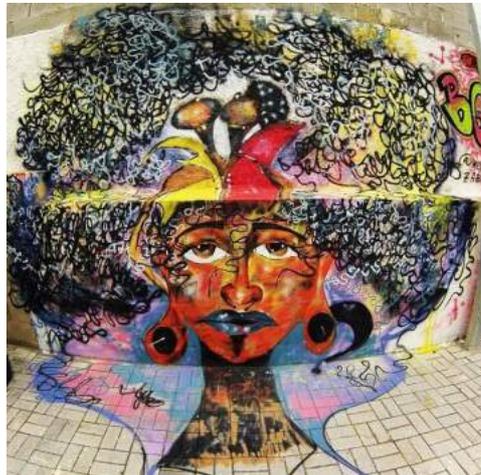


Imagem 2: *Sem título*, 2017, Grafite, 4x3m. Nenessurreal.

A artista esteve em contato com a arte desde criança, período em que aprendeu o macramê⁷ com sua avó, que tem como grande referência até hoje.

Em entrevista ao *Huffpost*, a artista se apresenta como “NeneSurreal. Sem acento e tudo junto, sem sobrenome: “Mulher preta, periférica, mãe e avó, grafiteira e sapatão”. Sua condição e identificação se faz importante para compreender sua luta enquanto artista e os arames sociais que tentam limitar os campos que deseja percorrer.

Sobre a arte presente em sua vida a artista relata em entrevista a *Huffpost* que vive a “arte 24 horas por dia. A arte me salva todo dia, não consigo ficar uma semana sem fazer um

⁷ O **Macramê** é uma técnica de tecelagem que utiliza os dedos para tecer fios, sendo assim uma forma de tecelagem manual, onde os fios são cruzados em formatos geométricos e presos por nós. MACRAMÊ. In: WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macram%C3%A9>>. Acesso 20 mai 2019.

rolê na rua porque o grafite me deu a oportunidade de estar aqui. É minha vida, não me vejo mais sem ele, é minha terapia, é o que faço quando eu estou desacreditando de tudo".

Seguindo a linha da pintura temos a artista pernambucana Ianah Maia (1989-), que é ilustradora, pintora, tatuadora e grafiteira, apresenta riscos marcantes nos seus trabalhos, nas representações de mulheres e o povo negro, relacionadas a figuras míticas e místicas. A artista informa que suas temáticas giram, “em torno da representatividade da mulher negra e sua relação com a natureza, enquanto ferramenta de empoderamento.”⁸

Ianah Maia possui um traço peculiar, que nos permite reconhecer sua autoria, assim como os símbolos utilizados nas composições de suas ilustrações e os materiais utilizados, como argila, que ao substituir o material tradicional remonta a exploração da pigmentação de matéria-prima vinda natureza. Criando uma ligação ainda mais forte com a sua poética relacionada ao que ela aprecia quando informa sobre o seu transitar entre “o urbano e o natural”, “o óbvio e o fantástico”, e “entre ser direta e transcendental”.



Imagem 3: Ianah Maia. *Paciência. Uma paisagem. Também um pedido*, 2018 Argila de BH, argila de Muritiba e marcadores sobre parede, 80cm x 60cm.

É marcante a presença e exploração da figura feminina nas produções de Ianah. Outra artista que também explora a figura feminina e mais diretamente questões que estão ligadas a construção de padrões corporais é a artista paulista Evelyn Queiróz (1988-), conhecida pelo nome artístico Negahamburger, realiza seus trabalhos artísticos com as seguintes técnicas e formatos: *street art*, ilustração, tatuagem, lambe-lambe, *sticker* e aquarela. Sobre o seu trabalho ela fala quê “proporciona oportunidades de estar em contato com as mulheres que retrato, assim, tendo referências reais para minha produção. Cada conversa que acontece

⁸ Fala da artista para o Projeto de pesquisa YABARTE concedida em entrevista a pesquisadora Fernanda Veloso, em 2018.

enquanto estou desenhando ou tatuando é muito importante pro meu desenvolvimento artístico.”⁹



Imagem 4: Negahamburger. Sem título, 2015. Graffiti. SESC Santana, São Paulo. Fonte: Site da artista.

A artista possui um projeto artístico de grafite, intitulado NEGAHAMBURGUER, iniciado em 2009, onde mais tarde agregou outras técnicas e formatos como o lambe-lambe, *sticker*, aquarela e *tattoo*. Nas suas ilustrações, que possui um traço singular da artista, ela mostra o quanto o padrão que caracteriza o ser feminino é limitado para as pluralidades e subjetividades das mulheres.

Muito comumente podemos encontrar frases nas ilustrações da artista, que estão ligadas ao questionamento dos padrões de beleza impostos às mulheres, construídos para agradar os desejos masculinos.



Imagem 5: Negahamburger. Sem Título, 2016. Lambe-lambe. Barcelona. Fonte: Site da artista.

Enfatizar o amor ao corpo e o quanto as mulheres podem se sentir bem é algo que encontramos facilmente na poética de empoderamento feminino trabalhado pela artista, que

⁹ NEGAHAMBURGUER. Site oficial da artista. Disponível em: <<https://cargocollective.com/olanegahamburger/Sobre-negahamburger>>

traz a figura da mulher negra gorda mais assídua nas suas imagens, como um corpo emergente para ocupar mais lugares.

A figura de mulheres ocupando a rua demarcando espaços através de ilustrações aparece também na obra de Nathê Ferreira(1994-), num lambe colado sobre um poste na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. O lambe traz uma ilustração com a representação de uma mulher negra em preto e branco, com ausência do globo ocular, sobre um fundo amarelo com a seguinte frase na camiseta “PRETA PERIFERICA E PODEROSA”.



Imagem 6: Nathê Ferreira. *3P*, 2016. Lambe sobre poste. Jaboatão dos Guararapes-PE.

Nathê do Grafitte, é uma artista recifense que desenvolve produções artísticas para o meio urbano abordando questões ligadas ao corpo feminino negro, feminismo, periferia, afrodescendências, regionalismos, e ancestralidade. “Eu sofri muito racismo na escola, então as coisas que eu coloco na rua são bem gritos, são bem vômitos”. “Cada um trabalha com as armas que tem, e as minhas armas são o meu *spray* e o meu papel”¹⁰. Ela aponta que é uma grafiteira formada pela rua e pela ONG Cores do Amanhã.

Outra artista recifense que tem tido muitas de suas produções voltadas para intervenções urbanas também é a Ana Lira (1987-). A artista tem se pautando em desenvolver trabalhos que questionam relações de poder. Tendo “o viver como um ato político”¹¹ como um disparate para sua criação artística, como traz em alguns de seus trabalhos com intervenção urbana, como o lambe, utilizado por algumas artistas apresentadas acima, com a série *Parte da Família*, desenvolvido no projeto Sentir Insurgente.

O *Sentir Insurgente* é um projeto que se apresenta como uma ação-dipositivo, que teve início a partir do um convite para participar da exposição *As Bandeiras da Revolução*:

¹⁰ Entrevista de Nathê Ferreira concedida ao canal de YouTube Passatempo da Viagem em 31 mai. 2017. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=-SQD_8K4hdY&feature=share > Acesso em: 18 mai 2019.

¹¹ Fala da artista sobre a sua poética concedida em entrevista ao Projeto de pesquisa YABARTE, a pesquisadora Eliana Amorim, em 2018.

Pernambuco 1817-2017 (Política da Arte 2017). Segundo Lira traz em seu portfólio, “A ação consistia na criação de dispositivos e ações públicas que pudessem discutir as conexões existentes entre as motivações da revolução e as motivações revolucionárias que estamos vivenciando no Brasil atualmente.” Fazem parte do sentir insurgente, Abiniel Nascimento, Adri Aguiar, Aline Sales, Alison Pereira, Ana Lira, Anina Dias, Elli Ciríaco, Ige Martins, Inana Sabino, Joelson Souza, Júlio de Abreu, Lin Diniz, Marcel Lima, Matheus Beltrão, Méle Dornelas, Mitsy Queiroz, Rafael Amorim, Rodrigo Lima, Telma Buarque e Wyrá Potira.

Outra obra com intervenção urbana é a obras *Cantos*, que Ana Lira desenvolve junto ao *Sentir Insurgente*.



Imagem 7: *Sentir insurgente. Cantos*. Letreiro site específico. 3,80 x 1,60. Fundação Joaquim Nabuco (Campus Gilberto Freire). Ana Lira. Assistência: Luan Nascimento. Portfólio da artista Ana Lira.

Este trabalho apresenta um letreiro, pintado sobre um fundo amarelo e a seguinte pergunta em caixa alta nas cores azul e vermelho “QUE CANTOS NOS LIBERTAM DO DESTINO DE SERVIR?”. Como letreiro a obra traz aspectos que podem ser referenciados ao pixo com as manifestações críticas sociais e do grafixo, apresentando um padrão na grafia. Sua produção questiona relações de poder e ações sem reações, trazendo para o diálogo visual acontecimentos que tiram vidas da população negra, que usa a vida dos corpos que moram nas comunidades.

Considerações finais

Aqui foram apresentadas algumas artistas visuais que desenvolvem trabalhos voltados para exibição no meio urbano, de muitas outras que estão presentes na pesquisa e desenvolvem trabalhos nessa perspectiva também, como a Crisca Monteiro, Fany do Grafite Fernanda Veloso, Tina Melo, Linoca Souza, Laís da Lama, entre várias outras presentes na pesquisa do projeto YABARTE. Com o objetivo de evidenciar as suas produções e seus processos criativos, a partir dos seus pensares e fazeres negros femininos, muito do que as

artistas possuem como temáticas para seus trabalhos aparece como interesse em comum, evidenciando a importância de tratar de assuntos inerentes ao corpo feminino negro.

A intervenção urbana tem sido bastante requisitada atualmente na arte, não só para o grafite, os lambes e o pixo, mas como um local com grande potencial para se tornar uma grande galeria aberta, abarcando obras de outras linguagens e técnicas, como instalações, pelo seu grande alcance a públicos que muitas vezes podem não ter acesso a museus e galerias. Compactuando com o pensamento de Ianah Maia, “não existe galeria mais democrática e com maior potencial de alcance às mais diferentes esferas da sociedade do que a rua.”(MAIA, 2018).

Compreendendo que as artistas negras devam tratar de assuntos étnico raciais e de gênero, sendo necessário também, entender que não é correto estigmatizar a fala da pessoa negra, lhe direcionando apenas para estes assuntos.

*Preta, pinta
O mundo com seu tom
Que essa tua negra tinta
Fará brotar a cor nesta cidade, cinza
Que tanto te negou, mas, ô, preta, pinta.
(Bia Ferreira, Negra Tinta, 2018).*

Referências Bibliográficas

AMORIM, Eliana B. de; MACÊDO, Maria C. A. **Narrativas Negrascentes nas Artes Visuais: YABARTE e a produção feminina negra contemporânea**, p. 294-305, 2018. Disponível em: <http://www.urca.br/artefatosculturaneira/ix/wp-content/uploads/2019/02/Artefatos-CNegra-2018-ST-4.pdf> Acesso em 28 fev 2019.

FERREIRA, Nathê. **Nathê Ferreira**. Canal YouTube Passatempo da Viagem. 31 mai. 2017 Entrevista concedida ao canal Passatempo da Viagem. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-SQD_8K4hdY&feature=share/](https://www.youtube.com/watch?v=-SQD_8K4hdY&feature=share) > Acesso em: 18 mai 2019.

HONARATO, Geraldo. **Grafite: da marginalidade às galerias de arte**. 2008/2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1390-8.pdf>> Acesso em 24 set 2018.

HUFFPOST. IGNÁCIO, Ana. **NeneSurreal: Mulher preta, periférica, mãe, avó, sapatão e grafiteira**. 2018. Disponível em : < https://www.huffpostbrasil.com/2018/12/02/nenesurreal-mulher-preta-periferica-mae-avo-sapatao-e-grafiteira_a_23605661/> Acesso em 26 jan 2019.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o Conhecimento: Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba**. 2016. Instituto Goethe. Disponível em: < <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>> Acesso 12 ago. 2018.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Amas na fotografia da metade do século XIX.** 2017 Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/2.html>> Acesso em 25 jan 2019.

MAIA, Ianah. **Ianah Maia.** Ceará: [s.n.], 2018. Entrevista concedida a Fernanda Veloso, pesquisadora do Projeto YABARTE: Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos, URCA.

MODEFICA. COLERATO, Marina. **Conheça uma artista:** Evelyn Queiroz, a garota por trás da Negahambuguer, conta porque resolveu unir ativismo à arte. 2015. <https://www.modifica.com.br/conheca-uma-artista-evelyn-queiroz-a-garota-por-tras-da-negahambuguer/#.XGnS--RKjZ4>

PEREZ, Beatriz. **Mulheres negras:** excluídas do poder. 2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/brasil/2018/07/5561691-mulheres-negras-excluidas-do-poder.html>> Acesso em 12 ago. 2018.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **Arte sabor vida:** as visualidades negras das obras de Janaina Barros e de Michelle Mattiuzzi. (No prelo)

_____. **Mulheres negras e a arte:** poéticas da resistência. (No prelo).

Super Interessante. Redação Mundo Estranho. **O que foi o Movimento de Maio de 68 na França?** 2018. Disponível em:< <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca/>> Acesso em 18 de mai 2019.

TÉCNICAS CORPORAIS URBANAS: a arte do Grapixo. 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Etnografia-Grapixo/57019320.html>> Acesso em 10 fev 2019.

TEÓFILO, Ana Bárbara de Souza. PEREIRA, Mirna Feitoza. LOPES, Valter Frank de Mesquita. **Grafite como linguagem:** apontamentos teóricos e metodológicos de estudo sobre as interferências do espaço da cidade na manifestação do grafite. 2011. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/norte2011/resumos/R26-0305-1.pdf>> Acesso 24 set 2018.

Gonçalo Francisco Xavier: O mais novo dos velhos mestres na pintura religiosa das Minas

João Paulo A. Fonseca

Mestrando em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais
arte.joaopaulo@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa histórica trata da produção artística na capitania das Minas Gerais durante o período colonial, que ainda possui grandes lacunas particularmente sobre os dois primeiros terços do século XVIII. O trabalho a ser apresentado consiste em um estudo comparativo das obras de arte devocional e atribuição de autoria daquele que seria um dos pintores mais antigos documentados na produção de arte religiosa da região mineradora, de nome Gonçalo Francisco Xavier. Propõe-se, pois, a analisar obra do período mais arcaico da pintura religiosa mineira, justamente a fase menos pesquisada até agora, a partir da descoberta das pinturas primitivas da capela-mor da Matriz de Conceição do Mato Dentro, grande parte das quais estavam, até 2018, escondidas sob camadas de repintura retiradas em recente processo de restauro. A partir daquele conjunto, velha novidade revelada aos olhos contemporâneos, o estudo pretende sugerir sua provável autoria, obra que teria saído das mãos do já mencionado Gonçalo Francisco Xavier e de seus anônimos oficiais. Como ocorre com outras obras deste período primitivo, a documentação é relativamente escassa, fato parcialmente compensado por trabalhos e metodologia comparativa baseada em outros projetos de pesquisa anteriores, no diálogo com outras produções artísticas contemporâneas do século XVIII, e particularmente, com base em dados de uma dissertação de mestrado elaborada sobre o pintor por Jáder Barroso Neto, em que foram coletadas valiosas informações arquivísticas sobre a atuação do artífice em outras regiões de Minas. Finalmente, o trabalho se propõe a interpretar a produção do artífice em seu contexto regional e local, ao mesmo tempo em que levanta hipóteses acerca da peculiar iconografia fixada por ele nos elementos artísticos de uma grande quantidade de templos em distintas vilas, obra que pode agora ser apreciada como verdadeiro acervo de arte sacra constituído ao longo dos caminhos da Capitania das Minas.

Palavras-chave: Barroco, Atribuições, Pintura colonial.

Introdução

A cidade de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, possui um volumoso acervo de obras religiosas do setecentos, resultado de sua riqueza mineral e posição estratégica entre Vila Rica e o Distrito Diamantino. Tomando-se a rota sul-norte que ligava Vila Rica (atual Ouro Preto) ao antigo Arraial do Tejuco (hoje Diamantina e antiga sede do Distrito Diamantino), o Mato Dentro seria a primeira povoação de maior vulto a se encontrar no território da Comarca do Serro Frio, região que teria desenvolvido particular escola de pintura, como o presente trabalho propõe. A chamada freguesia do Arraial de Conceição do

Mato Dentro foi criada ainda em 1724, ligada à Vila do Príncipe do Serro Frio, sede da Comarca do Serro Frio, comarca que viria a possuir uma das mais importantes escolas de pintura do setecentos brasileiro, ainda pouco estudada no campo da pesquisa acadêmica, com honrosas exceções que vão de Carlos del Negro (1978), a Selma Melo Miranda (2010), passando pela dissertação minuciosa de Jáder Barroso Neto (2009), fonte maior de referências para este artigo. Dentre o raro casario e templos setecentistas que restam na cidade de Conceição do mato Dentro se destaca a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, que passou por recente e intenso processo de restauro, entregue oficialmente em dezembro de 2018. Foram as notícias acerca do celebrado restauro, dadas por colegas e anúncios em jornais, que me levaram a analisar o processo de remoção das repinturas que recobriam a capela-mor, revelando uma potente trama em quadratura (SERRÃO, 1997). A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é um exemplar valioso das peculiaridades e universalidades que são encontradas no rastro da corrida do ouro em Minas Gerais (BOHRER, 2007, p. 40). Esta igreja está dedicada à mais popular invocação de Maria na região das Minas, em estilo construtivo que comum à arquitetura da Comarca do Serro Frio, possuindo paredes de taipa e estrutura autônoma em madeira, à maneira das primeiras matrizes encontradas nas comarcas no centro-sul de Minas Gerais. A fachada frontal é dotada de certa severidade, quebrada apenas pelo óculo de formato caprichoso, possivelmente tardio, como ocorre em outros exemplos regionais (DEL NEGRO, 1978). A riqueza decorativa está resguardada no interior do templo, particularmente concentrada na capela-mor. A talha é de fatura ingênua, apesar de não se tratar dos peculiares retábulos de carapina (BOHRER, 2007), consiste em trabalho simples para os padrões da primeira metade do século XVIII, quando vigorou o mais luxuoso estilo de talha em Minas Gerais, conhecido como “estilo joanino”, típico do segundo quarto do século XVIII (PEDROSA, 2013). O principal interesse artístico da matriz encontra-se na pintura policromada e douramento, característica repete-se nos templos da vasta comarca do Serro, e constitui chave para o desenvolvimento da arte numa área de difícil e controlado acesso.

A riqueza material reminescente da mineração de ouro permitiu o desenvolvimento da mencionada matriz em suas diversas etapas construtivas ao longo de três séculos. As camadas históricas, no entanto, podem ser lidas hoje de um modo que não foi possível nas últimas centenas de anos, leitura a que me lancei pessoalmente, devido a uma série de felizes coincidências de pesquisa que este artigo visa destrinchar. Ao longo do segundo semestre de 2018, em diálogos com funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Iphan) de Minas Gerais, instituição em que cursei um mestrado, tive a oportunidade de manusear algumas imagens do processo de restauro do templo supracitado, imagens que me causaram surpresa pelas peculiaridades do trabalho feito, bem como de seu objeto. À medida que encontrava novas fotos do processo de restauro, fragmentos que eram do conjunto pictórico real, revela-se uma complexa trama de quadratura no forro de madeira pintada. O contato com o material fotográfico coincidiu com o tempo em que realizava estudos em iconografia no Instituto Federal de Minas Gerais IFMG – Ouro Preto, com o professor Alex Bohrer. O maior impacto adveio, então, quando uma colega do IFMG me enviou as imagens finais do processo de restauro. Dentre muitas outras, a imagem geral do forro da capela-mor era a mais impressionante, não apenas pela qualidade da obra, mas pela semelhança com outros trabalhos de pintura religiosa com os quais havia tido contato recente por meio da dissertação de mestrado de Jáder Barroso Neto acerca de um certo pintor chamado Gonçalo Francisco Xavier, sobre o qual jamais havia lido. A dissertação serviria para explorar a autoria e período de produção desse forro em perspectiva, possivelmente um dos mais antigos de Minas Gerais.

Uma atribuição de autoria das pinturas encontradas na sacristia da mesma Matriz fora feita pela primeira vez pelo pesquisador (NETO, 2009), que posteriormente viria a ser técnico do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), onde seguiu trabalhando com elementos artísticos. Como dito anteriormente, é possível observar nas próprias referências de Neto que há uma escassez de publicações sobre as obras de arte da região do antigo Serro Frio. Os principais estudos comparativos acerca da pintura colonial na Comarca do Serro datam da década de 1970, reunidos na obra já citada de Carlos Del Negro, esquecimento advindo da extensão, pobreza econômica e isolamento da região centro-norte de Minas Gerais nos dias de hoje, onde o próprio Iphan possui apenas dois escritórios. Algumas das obras estudadas por Del Negro, atualmente, se encontram em estado de conservação muito pior do que se encontravam entre as décadas de 1950 e 1970, quando o autor se dedicou a estudar a pintura mineira, algumas delas simplesmente desapareceram.

A atribuição específica das pinturas da capela-mor da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro, incluindo o forro em quadratura, era impossível antes do restauro, velada que estava sob sucessivas repinturas que modificaram o aspecto do conjunto ao longo dos séculos, problema já apontados desde os anos 1970 (DEL NEGRO, 1978), reiterados por Neto em sua dissertação, mas ainda carente do conhecimento das complexas pinturas da capela-mor, o que leva os pesquisadores a se aterem às obras pictóricas da sacristia do templo. Apesar das

dificuldades da época, outras pesquisas recentes vêm demonstrando a pertinência da maior parte das sugestões de Del Negro. A vasta produção e documentação original (NETO, 2009), identificou diversas pinturas que teriam como autor um certo Gonçalo Francisco Xavier, espalhadas por vasta área de Minas Gerais, desde o vale do Rio Piranga até a própria região de Conceição do Mato Dentro. O pesquisador não se arvorou, entretanto, a opinar de modo decisivo acerca das obras da Matriz de Conceição do Mato Dentro, e nem poderia, devido às mencionadas repinturas que encobriam grande parte da igreja. A autoria, ora atribuída no presente trabalho pela primeira vez, é muito provavelmente do mesmo autor que fora objeto da dissertação de Neto. A entrega dos trabalhos de restauro da capela-mor foi feita pelo Iphan no final de 2018, com a recuperação do conjunto, que inclui um grupo de painéis parietais, retábulos, arco-cruzeiro, cimalkas e forro, todos pintados, foi possível partir do mesmo método de Neto (análise comparativa estilística e de estilemas de obras de autoria documentada) e sugerir, finalmente, um autor para os trabalhos da Matriz, Gonçalo Francisco Xavier. Recuperou-se todo o conjunto de pinturas mais antigas da capela-mor, revelando após séculos, um trabalho que pode constituir uma das mais antigas obras de pintura em perspectiva de Minas Gerais com base em seu estilo (BOHRER, 2007) e cujas referências iconográficas podem, finalmente, aproximá-la a obras congêneres analisadas por Neto em 2009. Das penumbras do tempo surgem obras de arte de vulto que, em adição às obras levantadas por outros pesquisadores, fazem de Gonçalo Francisco Xavier um dos pintores mais prolíficos de Minas no século XVIII, um dos pioneiros no uso das tramas em perspectiva quadraturista em Minas Gerais. Seria ele o precursor da escola de pintura da Comarca do Serro Frio?

Investigações

Os trabalhos de atribuição de autoria apresentam um risco duplo, na medida em que são sugestões sem base documental direta que as respalde como fonte primária e que se tornam literatura facilmente relacionada às obras. Mesmo que partam de métodos científicos e evidências materiais robustas é preciso fazê-los com esmero e transparência. Não se pode pretender o estabelecimento de verdades absolutas, trata-se de sugerir explicações. Como ocorre nas teorias das ciências naturais, trata-se de ter por base os padrões que possam ser avaliados pelo pesquisador, compartilhados e contestados por outros especialistas de áreas afins, consolidando com maior ou menor eficácia o que nos permite avaliar através dos sentidos e da interpretação de documentos relacionados (NETO, 2009). Foi deste modo que o

contato com a obra de outros pesquisadores acabou suscitando as sugestões que são feitas aqui, cujos desdobramentos são preliminares, parte que são do eterno diálogo das obras de arte. Foi assim que, ao observar a imagem do forro da matriz do Mato Dentro, me recordei de haver visto forma semelhante em imagens de antigas capelas de Ouro Preto, cujas referências na literatura e mesmo na internet levaram ao contato com a referência de Neto. A pesquisa da pintura da capela-mor do templo do Padre Faria em Ouro Preto, por sua vez, permitiu encontrar informações sobre a pintura da capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, ambas analisadas na dissertação de Jáder Barroso Neto mencionada por comparação estilística, por se tratarem de obras de outros autores contemporâneos ao pintor Xavier. Do mesmo modo, visitas técnicas à Igreja Matriz de Cachoeira do Campo e à própria capela do Taquaral em Ouro Preto, permitiram entrar em contato direto com obras cujo estilo se aproximava daquele encontrado em Conceição do Mato Dentro, mas cujos autores, vale lembrar, não parecem ser os mesmos, o que permite saber a data aproximada dos trabalhos. Tal foi a sugestão de Neto, com a qual concordo, ao apresentar as capelas ouro-pretanas, que servem para situar temporalmente as obras de pintura entre aquelas que antecedem o fenômeno da pintura rococó.

O trabalho de pesquisa feito por Jáder Barroso Neto foi consagrado em 2013, quando este publicou artigo na revista especializada “Barroco”, explicitando as origens de suas atribuições. Neto já colecionava imagens de certas obras semelhantes cujo autor desconhecia quando, em fins dos anos 1990, a professora Selma Melo Miranda sugeriu que poderiam ter como autor um certo Gonçalo Francisco Xavier, que teria feito vultosos trabalhos na Igreja Matriz de Santa Bárbara, obra quase integralmente perdida por reformas posteriores, mas cujos fragmentos permitiram identificar uma iconografia muito particular, presente em ao menos sete templos em Minas Gerais, aos quais se somariam uma certa capela de Santa Rita dos Presos, demolida para construção da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica em fins do século XVIII, além de uma igreja não identificada na região de Piranga. O autor descobriu ainda a curiosa documentação sobre processos movidos contra Gonçalo Francisco Xavier, que comprovam sua atividade ao menos entre 1742 e 1775, litígios por dívidas com um vendedor de tintas e contratos, documento que permite recuperar parte da paleta usada pelo pintor.

Um problema adicional se acrescenta a pesquisas do gênero, pelas dificuldades de estender as pesquisas a um campo vasto em municípios distantes, com altos custos financeiros e sem garantias de acesso a muitos dos templos. Por outro lado, a internet permite encontrar referências e imagens com um custo bastante reduzido, e foi justamente por meio da rede

mundial que foi identificar e comparar o acervo de obras de arte de Gonçalo Francisco Xavier com possíveis referências, dado que a informação iconológica viajava ao redor de todo o mundo, mesmo que em barcos de madeira e no lombo de mulas. Foi assim que o quebra-cabeças da igreja do Mato Dentro se desdobrou, por imagens recebidas de colegas de instituições, cotejadas de trabalhos acadêmicos, além de uma enormidade de imagens tiradas de sites de notícias e blogs, um cosmo de informações construídas em torno daquelas imagens, cabendo ao trabalho científico costurar as informações dadas. A estas se somou a experiência pessoal do curso de Especialização em Conservação e Gestão do Patrimônio do IFMG, com os debates em campo nos templos de Ouro Preto, Congonhas, Tiradentes e São João del Rei, locais em que foi possível confrontar a o universo da produção em arte no período colonial mineiro. Repetimos, assim, o exercício dos artistas de viajar como estratégia para conhecer o fazer artístico (viajar inclusive pelos espaços virtuais), muito embora aqueles percorrerem os caminhos inserindo neles as referências imagéticas que levavam e mandavam trazer (ANDRADE, 1978), enquanto nós os percorremos na tentativa de compreender a construção das imagens produzidas em cada local e imersas em diversos contextos que desconhecemos, e que também marcariam essa produção, tateamos assim, por sobre lacunas. Por meio dessa leitura é que foi possível identificar os elementos pictóricos de Xavier, revelando as particularidades e sugerindo diálogos iconográficos do antigo mestre.

Debates iconográficos

Como foi dito anteriormente, foi possível observar que as imagens da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro mostravam uma natureza compositiva comparável à da pintura da Matriz de Cachoeira do Campo. É semelhante o modo como ambas repetem em pintura os ornamentos da cimalha do retábulo, a cobertura integral do espaço pelos motivos pictóricos ritmados por colunas torsas. As diferenças entre estas, por outro lado, são interessantes pois demarcam um fenômeno que vai se repetir em pinturas de toda a Comarca do Serro Frio: o uso intenso das técnicas de esgrafiado com folhas de ouro, uso do *trompe l'oeil*, preenchimento de vãos com superfícies listradas em fundo policromado, decoração concentrada na capela-mor e sombreamentos por desenho de linhas (DEL NEGRO, 1978). Essas características se originam de condições práticas, de gostos e necessidades dos comitentes e das técnicas dos artífices. Nos dois primeiros terços do século XVIII havia, por exemplo, um gosto barroco pelo preenchimento de todos os espaços (PEDROSA, 2013), que Gonçalo Francisco Xavier cumpre com seu repertório de complexas tramas de pesada

arquitetura, como o fez na capela-mor. O espaço com grotescos, cuja composição mais solta na superfície da pintura foi confundida algumas vezes com trabalhos do período rococó, mas que nada mais são, que representações de volutas na chamada “talha gorda” e grotescos (BOHRER, 2007). Ambas características podem ser encontradas nos fragmentos de pintura da Matriz de Santa Bárbara, única obra de autoria documentada que ainda existe de Xavier, facilita o fato de aparecerem aliadas à representação abundante de romãs, elemento simbólico mais característico das obras do pintor e que não foram trabalhados por nenhum outro artífice do período colonial conhecido hoje.

Além dos outros detalhes característicos como paleta de cores e representação de arquitetura e brutescos, chamam atenção sobretudo as romãs de Xavier, que aparecem em cores diversas e em todas as capelas nas quais Neto sugere que o artista trabalhou. São usadas como molduras dos quadros centrais em forros, como elemento de preenchimento de superfícies diversas dos retábulos, em guirlandas, pintadas em tons penumbristas e com cores diversas, azul, verde, amarelo, vermelho ou cinza. As romãs são um símbolo rico de significado na cristandade, querido particularmente pelos judeus pois suas 613 sementes representariam os 613 provérbios judaicos e mitzvot, palavra hebraica dadivosa de difícil tradução, são um fruto usado particularmente pelos judeus sefarditas (TRAVASSOS, 2014), justamente aqueles da pensínsula ibérica. O conjunto dos mandamentos na Torá justificaria as romãs que, segundo os mitos judaicos, estariam esculpidas no Templo de Salomão (TRAVASSOS, 2014). O simbolismo coloca uma questão intrigante, mas não impossível, seria Xavier um cristão novo inserindo imagens subliminares em sua pintura? Não é possível, tampouco, afirmar tal coisa com os dados escassos que possuímos, pois a fruta também foi usada pelos cristãos como simbologia da realeza divina. É fato que o pintor era obcecado por essa representação, presente em todas as suas pinturas (cujos estilos variam consideravelmente), símbolo pouco comum no Brasil, menos ainda em Minas, mas presente em obras italianas, muitas das quais trazidas a Minas por gravados belgas. Note-se ainda, que Xavier é um sobrenome encontrado entre cristãos novos, uma pesquisa cuidadosa da genealogia de Gonçalo Francisco Xavier talvez pudesse sanar a dúvida, mas os dados sobre essa população não são abundantes, assim como não o são os dados sobre o nosso pintor.

O mencionado referencial imagético ítalo-belga, que orientou a produção das releituras mineiras no setecentos, pode ser encontrado quando observamos a imagem da Assunção da Virgem representada no medalhão circular da capela-mor do Mato Dentro. Trata-se, a Assunção, do tema iconográfico mais popular entre os escolhidos para os forros

mineiros (BOHRER, 2007), devoção que não se abala ao longo do XVIII com a mudança de estilos e comarca. No Mato Dentro, ela se encontra restrita, quase comprimida no medalhão circular de romãs vermelhas, confirmando o gosto de Xavier pelas tramas elaboradas e densas de arquitetura, diferente das anteriormente mencionadas capelas do Padre Faria e do Taquaral, em que os quadros se encontram em meio a trama menos ornamentada, apesar de repetirem o círculo central. Essa forma, assim como as romãs, reforçam a possibilidade de referenciais múltiplos para construção das pinturas, utilizando por exemplo gravuras de pinturas circulares cercadas de flores e/ou frutos, como as de Bartolomeo Caporali: *Madonna col bambino e angeli*, feita entre 1475 e 1480, ou Sandro Botticelli: *Madonna del Magnificat*, de 1481. Nesse caso, Xavier teria sido o único em Minas a reproduzir o padrão italiano.

Ao mesmo tempo, lembrando da possibilidade aventada por Bohrer em sua dissertação (BOHRER, 2007), existem múltiplas representações que com sutis divergências, não sendo possível afirmar com certeza o uso de uma referência e os limites dentro dos quais os pintores reinterpretam as obras. Alguns dados que nos alcançam, entretanto, permitem um olhar mais doméstico acerca dessas representações e de seu trânsito. Algumas gravuras encontradas em missais importados há dois ou três séculos, têm referências à obra do mestre italiano Carlo Maratta (ou Maratti), que também ensinava em seu ateliê. Um de seus discípulos, o belga Robert van Audenaerd, cujo talento para gravura chamou a atenção do mestre, Maratta teria recomendado que ele se dedicasse exclusivamente à gravura, coisa que Audenaerd não fez, pois dele existem diversas pinturas em óleo, dentre as quais cópias de Maratta. O discípulo parece ter se embebido das referências do seu mestre, pois ao voltar à Antuérpia e trabalhar produzindo gravuras religiosas, dedicou-se grandemente a criar cópias de Maratta. Existe uma pintura do círculo de Carlo Maratta, *Assunção da Virgem* (sem data, séc. XVII-XVIII) que possivelmente serviu de referência à gravura de Audenaerd *Assunção da Virgem*, (sem data séc. XVII-XVIII) muito próximas e possivelmente referências usadas no medalhão central de Conceição do Mato Dentro, bem como parecem, acrescentando aqui uma digressão, referências utilizadas por Manoel da Costa Ataíde no forro da Igreja do Rosário de Mariana, em lugar daquela sugerida pelo *Missal 34*, como já foi sugerido em outros estudos (BOHRER, 2007), este missal não poderia tampouco ser o referencial de Xavier, pois tem data posterior à presença do pintor em Minas. É interessante notar que a pintura de Xavier não apresenta um sepulcro, assim como ocorre no referencial de Audenaerd, aspecto em que ambas diferem da pintura referência de Maratta, o que reforça a possibilidade de estar relacionado ao referencial para o quadro central do Mato Dentro. Posteriormente, em 1816, a capela-mor da igreja do

Mato Dentro foi possivelmente encoberta por outra pintura, de gosto rococó, da qual foi possível ver vestígios durante o processo de restauro, antes da opção dos restauradores pela remoção de todas as camadas de repintura. Foi removida também camada mais recente, de 1933, ao gosto das pinturas ecléticas dos imigrantes italianos, camada que também perdeu-se no processo.

Considerações finais

A ornamentação pictórica funcionou como grande forma artística numa região inteira, a comarca do Serro Frio, em que a talha teve menor desenvolvimento se comparada às comarcas ao sul. O resultado é impressionante e consegue emular os ambientes de decoração barroca das velhas matrizes mineiras do sul, um conjunto de pinturas com rara unidade, resultado provável de obra coordenada por Gonçalo Francisco Xavier, que demonstra maturidade e domínio de conjunto de um pintor de grande vulto e ainda desconhecido. O estudo das obras de Gonçalo Francisco Xavier, bem como de seus contemporâneos (como Antônio Rodrigues Bello), é um passo fundamental para compreender a formação do ambiente cultural mineiro na colônia (ÁVILA, 1997), onde floresceriam posteriormente as obras do Guarda-mor José Soares de Araujo e Manoel da Costa Athayde, dentre tantos outros que em sua quase totalidade, carecem de pesquisa aprofundada. A compreensão sobre os modos como circulavam as referências iconográficas e das fontes primárias revelam outras facetas da vida dos artífices, a exemplo dos documentos processuais em que Xavier figurou como réu e que descrevem alguns tipos de tinta usados por ele. Material que como fonte de informação para restauradores, pode dar segurança em restauros de obras que agregam valores devocionais, artísticos, históricos, dentre outros. A atribuição da autoria da pintura de Xavier poderia haver subsidiado o restauro da matriz de Conceição do Mato Dentro, mencione-se aqui, os pigmentos citados nos processos contra o pintor, muitos ainda vendidos no mercado de arte, de modo a dar cores verdadeiras ao exemplo. São estes pigmentos (NETO, 2007): O tetróxido de chumbo que produz laranja avermelhado (ou zarcão), alvaiade para o branco, um pigmento conhecido como vermelhão, charão que é um verniz ou laca de cor escura, e finalmente o índigo que produzia um tom de azul que fora uma das principais commodities importadas da África Ocidental. Cores de todo o mundo, formas de todo o mundo, que ajudaram a construir a materialidade da devoção em Minas Gerais. Formas e contextos que ainda penamos para compreender.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. A Pintura Colonial em Minas Gerais. **Revista do IPHAN**, São Paulo: FAU-USP/MEC/IPHAN, n. 38, 1978.

ÁVILA, Affonso (Org.). **Barroco**: teoria e análise. Tradução de Sérgio Coelho [et. al.]. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BOHRER, Alex Fernandes. **Os Diálogos de Fênix e Circularidade**: Fontes Iconográficas, Mecenato e Circularidade no Barroco Mineiro. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

DEL NEGRO, Carlos. **Nova contribuição ao estudo da pintura mineira (norte de Minas)**: pintura dos tetos de igrejas. Rio de Janeiro: IPHAN, 1978.

MIRANDA, S. M. **A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina**. 1. ed. Brasília, DF: Iphan / Monumenta, 2010.

NETO, Jáder Barroso. **A Pintura Setecentista de Gonçalo Francisco Xavier (at. 1742-1775) em Igrejas e Capelas Mineiras**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte 2007.

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. **Considerações sobre a Talha Dourada em Minas Gerais**. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, 2013. 20 (26):55-72 225.

SERRÃO, Vítor. A pintura proto-barroca em Portugal (1640-1706) e seu impacto no Brasil colonial. **Revista Barroco**, São Paulo: Ed. Minuano, n. 18, 1997-2000.

TRAVASSOS, Deborah Hornblas. **Judaísmo Messiânico no Brasil e seus instrumentos de legitimação**: a reinvenção do judaísmo ou uma nova religião?. Tese (Doutorado) - Departamento de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Das prensas de Augsburg às igrejas de Ouro Preto: Arte e arquitetura em Minas Gerais e seus contatos com a tratadística centro-europeia

Liszt Vianna Neto¹

Doutorando em História
Universidade de Leiden
lisztvianna@gmail.com

Resumo: Desde a primeira metade do séc. XX a historiografia do Barroco brasileiro aponta um certo paralelismo entre a arquitetura nas Minas Gerais do século XVIII e XIX, e a arquitetura centro-europeia de regiões como a Bavária, Boêmia, Áustria, etc.. Essa historiografia, no entanto, não lastrou tal paralelo à documentos ou à circulação de impressos formadores da cultura arquitetônica mineira - não avançando a hipótese para além do mero paralelismo formal. Mais do que apontar elementos arquitetônicos comuns, aprofundar tal hipótese implica em relacionar diretamente ambos fenômenos - o europeu e o americano -, através de tratados arquitetônicos, tratados de perspectiva, gravuras avulsas, missais, etc., - especialmente os produzidos pelos impressores de Augsburg. Um dos tratados de provável circulação no América Portuguesa foi escrito por F. von Erlach que, como outros arquitetos da região, publicaram seus projetos que impressionam pela semelhança às igrejas mineiras do final do séc.XVIII. Há nessas igrejas o bombeamento da fachada, a retração, arredondamento ou enviesamento das torres sineiras, assim como soluções inventivas de cúpulas e frontões. A configuração das plantas arquitetônicas em ambas as regiões seguem também o mesmo desenvolvimento em direção a uma solução ovalada ou elipsóide, em detrimento da ortogonalidade - o que pode ser em parte atestado por tratados e gravuras. Até mesmo a tratadística francesa do Rococó circulou em Portugal graças às prensas de Augsburg. Isso se deve à regressão do Rococó religioso na França, que cedeu lugar ao neoclassicismo laico e republicano - fluxo oposto à religiosidade do Rococó centro-europeu. Ainda, a influência italianizante acompanhou o triunfo do Rococó nos territórios germânicos católicos. Andrea Pozzo, por exemplo, autor de um tratado de perspectiva de amplíssima circulação na Europa, viveu, pintou e publicou em Viena. O *horror vacui* das quadraturas de Pozzo se traduziu na Gesamtkunstwerk da igrejas centro-europeias, mas também ecoou no Brasil. Ainda que desaparecidos desde o séc XIX, seu tratado foi encontrada no Rio de Janeiro, Bahia, e especialmente em Minas Gerais, sendo um desses fascículos proveniente de Augsburg. Assim, a partir da análise da circulação de tratados europeus, como o de von Erlach e de Pozzo, podemos relacionar a influência da arquitetura centro-europeia sobre as igrejas ouropretanas e diamantinas.

Palavras chaves: América portuguesa, barroco mineiro, arquitetura centro-europeia.

Desde a primeira metade do séc. XX a historiografia do barroco brasileiro aponta um certo paralelismo entre a arquitetura nas Minas Gerais do século XVIII e XIX e a arquitetura centro-europeia de regiões como a Bavária, a Boêmia e a Áustria. Tal historiografia, no

¹ Mestre em História e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG.

entanto, não lastrou tal paralelo a documentos ou a circulação de impressos formadores da cultura arquitetônica mineira - não avançando com a hipótese para além do mero paralelismo formal (BURY, 1991; BAZIN, 2010; DEL NEGRO, 1958; SMITH, 1956). Mais do que apontar elementos arquitetônicos comuns, aprofundar tal hipótese requer relacionar diretamente ambos os fenômenos - tanto o centro-europeu, quanto o luso-brasileiro -, valendo-se de tratados arquitetônicos, escritos sobre perspectiva ou gravuras avulsas, produzidas na Europa Central, em especial no centro impressor de Augsburg. Nossa análise se dividirá, portanto, em duas etapas: Primeiramente reconstruiremos o paralelo arquitetônico entre a Europa Central e cultura arquitetônica em Minas Gerais; e posteriormente, trataremos da circulação de impressos centro-europeus, de Viena e de Augsburg, e de como eles poderiam ter alcançado a América Portuguesa.

Arquitetura na Europa Central e em Minas Gerais

Sobre a relação entre a cultura arquitetônica na Europa e na América Portuguesa, a historiografia frequentemente apontou paralelos entre os tratados de Sebastiano Serlio e Giacomo Vignola. No entanto, tais paralelos são, e provavelmente permanecerão, vagos e difusos, posto que tais obras são canones comuns a diversas matrizes classicistas desde o século XVI. Referências mais diretas e atestáveis, como a maior liberdade formal das janelas laterais das igrejas mineiras, que remeteriam aos projetos G. Guarini - cujo tratado foi localizado no Rio de Janeiro - contribuem mais para a discussão acerca da circulação e difusão de impressos na América Portuguesa.

Tal liberdade formal associada especificamente as janelas também foi atribuída às obras impressas de Johann Bernhard Fischer von Erlach. Autor de um dos tratados de provável circulação no América Portuguesa, von Erlach gozou de grande sucesso profissional e editorial. Sua obra *Entwurf einer historischen Architektur* de 1721 é recorrentemente citada por sua proximidade com as soluções arquitetônicas mineiras. Apresentando uma revisão histórica da arquitetura, a obra apresenta uma perspectiva bastante curiosa: Se divide entre grandes obras do passado e obras contemporâneas. Dentre as obras da antiguidade, as sete maravilhas arquitetônicas do passado. Dentre as obras contemporâneas, as obras do próprio autor, von Erlach. Além das obras arquitetônicas reproduzidas em gravuras, alguns projetos de von Erlach se destacam por sua similitude com a arquitetura religiosa mineira - exemplos frequentemente citados são sua *Karlskirche*, citada por Paulo Santos e reproduzida em *Entwurf...* e as Igrejas Ursolinas de Salzburg, citadas por Dangelo e Brasileiro.

Outros arquitetos centro-europeus, como Johann Lukas von Hildebrandt, Jakob Prandtauer, e os arquitetos da família Dientzenhofer parecem oferecer subsídios para o entrecruzamento das duas culturas arquitetônicas - ainda não tivessem a circulação e o escopo da obra de von Erlach. Igrejas como a Abadia de Melk, na Áustria, as Abadias de Wies, Banz e Ottobeuren, assim como abadias localizadas na atual República Tcheca, como as de Nikov, Sonov e Wahlstad - além de tantas outras localizadas na Bavária, Boêmia, Suábia e Francônia-, apresentam características comuns à arquitetura religiosa oitocentista mineira. Dentre os elementos arquitetônicos e projetuais que mais se destacam está o bombeamento da fachada, as torres sineiras retrógradas, enviesadas ou circulares, as soluções inventivas para as janelas laterais, assim como para as cúpulas das torres e especialmente para os frontões. A configuração das plantas arquitetônicas em ambas as regiões seguem também o mesmo desenvolvimento em direção a uma solução ovalada ou elipsoide, em detrimento da ortogonalidade típica da arquitetura chã portuguesa, baseada na tradição das oficinas que certamente ecoaram na América. Tais elementos se aproximam de estilemas encontrados nas igrejas que despontam na segunda metade do século XVIII ouro-pretano, como a Igreja de São Francisco de Assis e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, além de remeterem a tradições que alcançaram Diamantina e a comarca de Serro Frio (DANGELO, BRASILEIRO, 2008).

Os impressos de Augsburg, no entanto, não difundiram apenas projetos e obras centro-europeias, mas foram também meios fundamentais de circulação de obras do rococó religioso francês. A tratadística rococó de matriz francesa circulou em Portugal graças às prensas de Augsburg e de Viena, posto que na França o rococó religioso encontrava-se em fase de contrafluxo - cedendo lugar a um neoclassicismo cada vez mais laico e republicano. Em regiões que hoje correspondem à Áustria e ao sul da Alemanha, o fluxo resistia a tendência francesa e caminhava em direção ao chamado tardo-barroco italiano, em primeiro momento, e ao rococó religioso, posteriormente. Desta forma, a influência italianizante confluía com o triunfo do rococó religioso nos territórios germânicos católicos. Andrea Pozzo, por exemplo, celebrado autor de um tratado de perspectiva de amplíssima circulação na Europa, *Perspectiva Pictorum et Architectorum*, viveu, pintou e publicou em Viena. Assim, além do projeto arquitetônico, elementos da arquitetura pintada, especialmente das pinturas de teto da chamada *quadratura*, também remetiam às tendências italianizantes, tanto do contexto centro-europeu, quanto da América Portuguesa (OLIVEIRA, 2003).

A interlocução entre a arquitetura construída e a arquitetura pintada das quadraturas de Pozzo se estendeu à *Gesamtkunstwerk* (obra de arte total) das igrejas centro-europeias - mas

não deixou também ecoar no Brasil. Ainda que muitos tenham desaparecidos desde o séc. XIX, o tratado de Pozzo foi encontrado no Rio de Janeiro, na Bahia, e especialmente em Minas Gerais.

Retraçando a análise arquitetônica de obras centro-européias, visando a cultura arquitetônica em Minas Gerais, devemos proceder para a análise da circulação e da difusão das gravuras impressas em Augsburg e em outras cidades centro-europeias, como Viena, de modo a entrecruzar a hipótese o paralelismo citado pela historiografia estabelecendo uma relação causal.

A quadratura em Minas Gerais e a obra de Andrea Pozzo

Deixando o paralelismo dos elementos arquitetônicos, buscaremos agora traçar relações causais possíveis entre o contexto centro-europeu e a cultura arquitetônica em Minas Gerais. Tal causalidade pode ser estabelecida retraçando a circulação de obras impressas na Europa Central em Minas Gerais ou Portugal.

São impressas em Augsburg, por exemplo, as gravuras de decoração e ornamentação francesas circulantes em Portugal, mas originadas do rococó religioso francês - como as belíssimas gravuras de J. A. Meissonier (1693-1750) dão testemunho. Como veremos, também alemã é uma das versões de *Perspectiva Pictorum et Architectorum* de Andrea Pozzo circulantes na América Portuguesa. Gozando de considerável sucesso editorial, a obra de Andrea Pozzo foi publicada originalmente em latim e italiano em 1693, sendo traduzida sete anos depois para o alemão e francês. Sua primeira edição *in quarto*, publicado em Viena, contribuiu muito com sua circulação. Barateando os custos de produção, a edição *in quarto* alcançou países mais longínquos e novos leitores, incluindo jovens estudantes e artistas de circuitos menos privilegiados. Versões comentadas da obra de Pozzo, inclusive em outras línguas européias, partiram desta edição. Mais de cem anos após sua publicação, a obra de Pozzo alcançaria sua décima edição italiana em 1798 - algo notável no circuito editorial europeu (OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2012).

Acerca de sua circulação em Portugal, sabemos destarte que não houve edição em língua portuguesa. Alguns manuscritos, no entanto, atestam sua circulação em Portugal em outras línguas vernaculares européias, que daria ensejo à traduções portuguesas não publicadas. Tais tratados manuscritos são de naturezas muito diversas, alguns contando com traduções, citações, comentários, mas raramente reproduzindo ilustrações (SILVA, 2012).

Quanto à América Portuguesa, edições do tratado de Pozzo foram localizadas no Rio de Janeiro, em Salvador e em Minas Gerais. Destaca-se claramente a edição inventariada pelo testamento de Caetano Luiz de Miranda - posto que esta certamente difundiu-se em Diamantina e muito claramente remete a tradição diamantinense pretéritas, como da quadratura de José Soares de Araújo. Além de José Soares de Araújo, o inventário de Caetano Luiz de Miranda parece remeter a influência estendida de Mestre Athaide ao Serro Frio - por onde pelo menos dois de seus discípulos atuaram. Diamantina como uma centralidade da pintura de falsa perspectiva.

Conclusão

A compreensão da circulação e difusão de tratado de pintura, desenho e arquitetura na América Portuguesa deve superar hipótese que visam uma criação *ex nihilo*, assim como a metafísica que sustenta o gênio criativo. Há que se levar em conta, no entanto, que severas dificuldades heurística se impõem quando tentamos relacionar a circulação de gravuras e tratados à produção artística e arquitetônica. Tais dificuldades se devem ao fato de que atestar a circulação de fontes impressas e escritas coetâneas a obras arquitetônicas e artística não estabelece relação causal necessária entre ambos os fenômenos - não excluindo a possibilidade, por exemplo, do simples paralelismo de obras contemporâneas.

Outra consideração a ser levada em conta remete à forma como essas obras foram consumidas, apropriadas e circuladas. Vimos que o formato das obras, como as obras *in quarto*, modificaram significativamente o alcance de certos impressos. Outro exemplo são as obras que circularam como gravuras estanques, que poderiam pertencer originalmente a uma obra completa e coesa. Além de contribuir para o consumo maior das imagens do que dos textos, tal circulação em folhas avulsas prejudicaria a integridade e sobrevivência das fontes que, ao contrário das obras completas encadernadas, não sobreviveram ou não constaram em testamentos e índices de acervos. Quanto às distintas formas de apropriação dos impressos, temos o exemplo da difusão do tratado de Pozzo, que parece ter sido menos sistemática e menos baseada na construção perspectica de um espaço unificado, e mais voltada aos elementos arquitetônicos estanques e na aplicação dos tipos arquitetônicos e decorativos apresentados nas gravuras. Em última análise, o rastreamento dos circuitos de difusão de impressos centro-europeus na América Portuguesa deve contribuir para a compreensão da formação da cultura arquitetônica em Minas Gerais, corroborando com hipóteses que superam o simples paralelismo formal entre contextos distintos.

Referências bibliográficas

BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Nobel, 1991. 219p. Organização: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.

DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO, Vanessa Borges. **O Aleijadinho arquiteto e outros ensaios sobre o tema**. 1. ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2008

DEL NEGRO, Carlos. **Contribuição ao estudo da pintura mineira**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1958 (Publicações do IPHAN, no 20.).

MELLO, Magno Moraes. **A pintura de tectos em perspectiva no Portugal de D. João V**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

SMITH, Robert C. Nossa Senhora da Conceição da Praia and the Joanine Style in Brazil. **The Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 15, n. 3, pp. 16-23, Portuguese Empire Issue, Oct., 1956.

SILVA, Mateus Alves. **O tratado de Andrea Pozzo e a pintura de perspectiva em Minas Gerais**. 2012. 164 f., enc. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas., Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VGRO-92MGNV>>.

Um conjunto singular: O Oratório da Família Campos Coelho e seus escultores como pista de uma escola e múltiplas oficinas - O caso do crucifixo central

Lucas Rodrigues

Mestrando em História

Universidade Federal de São João del-Rei

lucasr.academico@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz uma breve análise sobre o Oratório da Família Campos Coelho, sob guarda da Ordem Terceira de São Francisco, na Igreja de São Francisco de Assis em São João del-Rei, MG. Nesta análise propomos como objeto de pesquisa o Crucifixo central do oratório, de autoria desconhecida. Definimos, portanto, de maneira “conclusiva” a atribuição de autoria do crucifixo como sendo do misterioso escultor Mestre Cajuru ou Mestre do Cajuru, da região da antiga Arcangêlo, hoje distrito de São João del-Rei, MG. Concluimos que a atribuição se configura como mais uma contribuição à História da Arte local e brasileira, assim como paradigma incendiário para discussões e pesquisas vindouras.

Palavras-chave: Oratórios, atribuição, iconografia.

Introdução

O oratório doméstico, enquanto objeto artístico e objeto religioso próprio de uma prática social - seja em âmbito colonial ou contemporâneo em Minas Gerais - é, em essência, um objeto dotado de complexidade. A complexidade pode ser observada em três polos distintos: o primeiro, no campo da análise artística formal – estilo, classicismos, forma e conteúdo iconográfico; o segundo, nos modelos formais que precederam os oratórios domésticos tais como se encontram hoje, ou seja, a possível origem histórica, as fontes de inspiração e as possíveis adaptações de estruturas arquitetônicas para a miniaturização e, por fim, a complexa presença do oratório em âmbito civil e religioso, dotado de trânsitos culturais entre o erudito e o popular, além de se configurar como artefato recorrente na dinâmica social, sobretudo em ambiente doméstico.

Tendo em vista tal perspectiva complexa, o oratório da Família Campos Coelho de São João del-Rei, em análise, suscita questões pertinentes. Trato aqui de duas perspectivas: uma de cunho social e outra de análise artística formal.

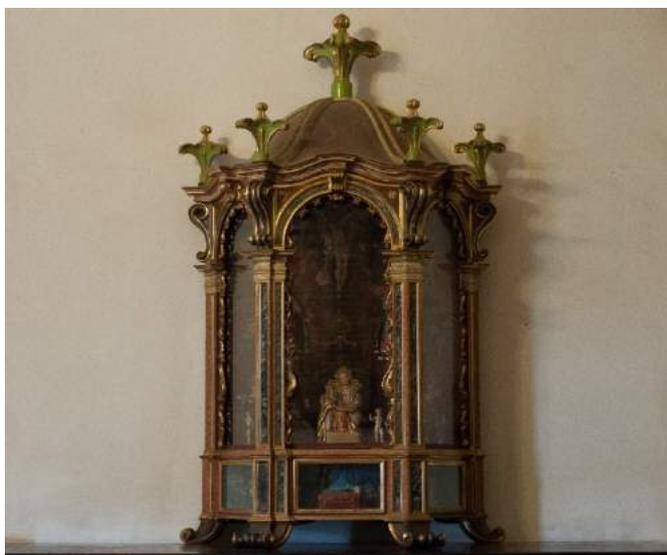


Imagem 1 - Oratório doméstico, Autor desconhecido. Sécs. XVIII-XIX (aprox.). Madeira dourada e policromada e vidro. Sacristia da Igreja de São Francisco de Assis, São João del-Rei – MG. Foto: Marcos Luan, Acervo CEPHAP – 2018.

O oratório doméstico estudado [fig.1] pertenceu aos Campos Coelho, família relativamente abastada de São João del-Rei até meados do século XX, e hoje pertence ao acervo da Igreja de São Francisco de Assis, exposto em sua sacristia desde a década de 1980.

A peça em si apresenta uma tipologia incomum, embora faça referência a modelos eruditos. Um oratório doméstico pode ser genericamente definido como um objeto artístico de produção manufaturada ou artesanal, esculpido em madeira, podendo conter policromia e douramento. Morfologicamente assemelha-se a uma capela de pequenas dimensões, com portas laterais que se abrem revelando um nicho principal que suporta uma unidade ou mais de estatuária. Pode também conter nichos escondidos ou gavetas, quase sempre com fechadura. Conta com uma variedade de estilos, formas e dimensões que se adaptam ao local para onde se destinam e a época em que são produzidos.

Um oratório doméstico pode ser classificado em duas instâncias: erudito ou popular. Entende-se por erudito o oratório que contemple os seguintes atributos: o estilo artístico formal de época, os traços eruditos de pintura e escultura, e os materiais utilizados que sejam nobres (madeira, vidro, marfim, ouro). Já o oratório popular é enquadrado nos seguintes atributos: talha grosseira, forma que não atende a um estilo anterior ou da época, estatuária

grosseira de manufatura popular (o barro cozido e policromado em forma), distorções e demais atributos visuais que não atendem o padrão estético da época, e que podem trazer traços de uma religiosidade popular, e manufaturas por um santeiro, não um artista erudito.

Até onde as pesquisas puderam alcançar, a família Campos tem sua origem no Barão de Itaverava a partir do seu segundo enlace matrimonial com Ana Eugênia Ribeiro Campos, por casamento, também baronesa de Itaverava. Nascida em 1839, no Rio de Janeiro, fixou residência em São João del-Rei desde seu matrimônio até a morte do Barão, o Sr. Alexandre José da Silveira, em 1880. De acordo com o estudo realizado pelo descendente do lado materno, o Sr. Abgar Campos Tirado, em nenhum dos dois casamentos houve prole¹.

De acordo com a tradição oral da família, nas palavras do Sr. Abgar Campos Tirado, há a presença de um oratório de grandes dimensões que pertenceu à Sra. Ana Eugênia, tomado como bem em posse pela família da citada. Não há vestígios documentais – inventários, testamentos – que comprovem a presença do oratório nos bens familiares, restando apenas relatos orais de membros da família. De acordo com os relatos, o oratório tornou-se propriedade da Família Campos que em meados do século XX, através de outros enlaces matrimoniais, passou para o sobrenome Campos Coelho. O oratório, em seu estilo, foi produzido aproximadamente em fins do século XVIII e início do século XIX. Trata-se de um oratório erudito, que denota o poder econômico de seus proprietários. O oratório esteve em posse da família Campos ao longo do século XIX e XX. De acordo com o Sr. Abgar Campos Tirado:

o oratório era um bem da família durante longos anos, sempre enorme na sala de estar onde a titia Nonoca rezava durante os dias em recolhimento. Tenho lembranças do oratório, que quando criança me deixava assombrado devido ao seu tamanho, no solar da rua principal em frente a prainha, onde hoje é o solar dos Átilla-Godoy. Mamãe também morou lá antes da família decair em assuntos econômicos. Quando da morte da referida tia, em 1956, o oratório passou para a mão dos familiares mais próximos. Estes decidiram que, devido ao apego afetivo que eu tinha para com ela, o oratório deveria ir para a casa de minha mãe [...] agora acima da Igreja de São Francisco onde estamos [...].

O relato final revela o destino do oratório familiar:

a filha da tia Nonoca, minha prima, ouviu-me na ocasião [...] na realidade ouviu mais à minha irmã e minha mãe. Eram anos de 1980. O oratório estava pegando pó na casa e muita coisa estava sendo dispensada para a venda. Mas

¹ Neste estudo, ao buscarmos informações acerca dos comitentes do oratório analisado, identificamos um familiar vivo. As informações coletadas, através da metodologia da História Oral, foram confrontadas pelos arquivos pessoais da família e nos inventários da Baronesa de Itaverava (como inventariante) que se encontram no escritório técnico do IPHAN de São João del-Rei.

o oratório era especial. Queriam ele lá em casa. Mas como colocar algo tão grande em casa? Era algo para ser visto, não queríamos romaria em casa! Sem solicitar mais ninguém, a prima em questão doou o oratório para a Ordem Terceira de São Francisco e lá está até hoje [...].

O oratório, atualmente, encontra-se na sacristia da Igreja de São Francisco de Assis. Não há documentação – termo de doação – e nem citações em atas da ordem a chegada de tal oratório à referida Igreja. Fora doado em uma situação informal, como um descarte. A ordem, movida pelo interesse na peça como um todo, aceitou prontamente a doação, registrando apenas a doação pelos seus antigos donos, descendentes em segundo grau da segunda Baronesa de Itaverava, já que esta não teve filhos.

Portanto, sabe-se que o oratório em questão pertenceu à segunda Baronesa de Itaverava – que residiu, aliás, no famoso Solar da Baronesa – e que ficou em poder de sua família até a década de 1980, até que fora doado à Ordem Terceira, em posse até hoje.

Análise Formal

Na análise formal do oratório, selecionamos os seguintes objetos: a caixa e o Crucifixo central. A caixa pelo fato de ser uma peça que apresenta características singulares da transição barroco\rococó, e a imagem pela sua potencialidade de análise. Portanto, não analisaremos o conjunto completo.

Descrição morfológica e estilística

O oratório da Família Campos Coelho, que denomino “oratório campos”, se encontra delimitado em um estilo híbrido, e, portanto, de transição entre o final do século XVIII e início do XIX. Trata-se de uma peça erudita pois traz em si elementos da tratadística tradicional da arquitetura: a presença do arco com aduela central, as volutas que servem de base para o coroamento da peça, as colunas com capitel ao gosto neoclássico, base de “cachimbo” – base torça no formato de um cachimbo que recorda uma voluta – e coroamento com cornija ondulada, com movimentação visual e abóbada ou tambor côncavo que se quebra em ângulo reto no encosto à parede. O tambor é arrematado em coruchéus verdes em formato de “plumas”. O corpo do oratório é dividido em três nichos em arco, com proteção de vidro fino, além da base que segue a orientação dos três nichos centrais, tendo também três caixas removíveis com presença de pintura e escultura. A peça é feita de cedro dourado e policromado.

A funcionalidade do oratório é o que comumente chamamos de oratório salão, pois um móvel de 1,96cm X 1,16cm certamente se destinaria aos espaços de convivência social dentro da residência. O estilo erudito é híbrido. Podemos colocá-lo como uma peça de gosto



→ Nicho superior – geralmente com o tema da paixão. A mesma forma ocorre no oratório campos.

→ Nicho inferior – geralmente com o tema da natividade. A mesma forma ocorre no oratório campos, porém o nicho é móvel e o programa iconológico é outro.

neoclássico, pois sua forma é mais arquitetônica que ornamental. Porém a sua formatação espacial, o nicho principal e o nicho inferior estão dentro da concepção de oratório lapinha, também conhecido como Dom José I.

Imagem 2 - Quadro discricional feito pelo autor. Peça: Desconhecido. Oratório lapinha ou D. José I. Séc. XVIII. Madeira dourada e policromada. Museu de Arte Sacra, São João del-Rei – MG. Foto do acervo digital.

O crucifixo central

O crucifixo central da peça está situado no programa iconológico da paixão, tendo sua mãe, a Virgem Maria e São João Evangelista, respectivamente nos lados direito e esquerdo do Cristo, morto na cruz.

O crucifixo é esculpido em madeira com ornamentação em prata. A ornamentação composta por serafins, raios de luz oriundas do Cristo, esplendor e fechamento das laterais em vértice.



Imagem 3 - Autor desconhecido. Crucifixo. Madeira policromada, prata e ametista. 1,20cm. Sacristia da Igreja de São Francisco de Assis. São João del-Rei – MG. Foto do autor.

A peça tem uma erudição notável no sentido da talha, com expressividade e movimentação bastante característica do barroco embora exista uma leveza na peça que a coloque no rococó, portanto, uma peça de transição. A peça – o Cristo - apresenta um cânon de oito cabeças, com olhos posicionados lateralmente, com nariz delineado e pontiagudo, com cabelos partidos ao meio e uma espécie de trança enrolada caída ao lado, com o perisônio repartido, mostrando a nudez das coxas, além dos dedos alongados. O Cristo tem a dimensão de 40cm e os cravos que o ligam à cruz são de prata e cravejada com uma única ametista triangular. Uma característica peculiar é o abdômen cavado no corpo, com uma forma oval na saliência dos ossos que circunda o abdômen.

Numa publicação do restaurador são-joanense Carlos Magno de Araújo na *Revista Imagem do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira* em sua segunda edição, há o levantamento prévio das obras e do estilo do assim denominado “Mestre Cajuru”. De acordo com ARAÚJO (2003) os estilemas do Mestre Cajuru se configuram como:

- Figuras alongadas (cânon – oito cabeças);
- Olhos posicionados lateralmente;
- Nariz retilíneo e pontiagudo (para representação de figuras adultas), com as asas das narinas fortemente delineadas;
- Orelhas posicionadas em diagonal;
- Cabelos partidos ao meio (para representações de figuras adultas), ondulados em mechas voltadas para trás, com estrias contínuas, caindo às costas como “rabo-de-cavalo”;
- Cabelos das representações infantis partidos ao lado, com volumosos topetes;
- Ombros atrofiados e caídos;
- Túnica com linhas verticalizadas da cintura pra baixo, abrindo-se em drapeados na parte inferior;
- Mãos com dedos alongados;

- Nuvens volumosas, com movimentos circulares, ondulantes e/ou entrelaçados (como elos) (ARAÚJO, 2003 p. 49-50)

Além disso, as imagens do Cristo crucificado

[...] possuem grande dramaticidade. São representadas com o corpo alongado, em movimentação sinuosa, sendo valorizada a musculatura e salientados os ossos. A caixa torácica é excessivamente projetada para frente, artifício acentuado pelo recuo do abdômen e afinamento da cintura. Os antebraços são volumosos à altura dos cotovelos. O perizônio sempre deixa à mostra a parte superior da coxa direita e cai esvoaçante, também à direita em forma de flâmula tremulante. (ARAÚJO, 2003 p. 50)

Portanto, seguindo as descrições acima dos estilemas e cacoetes, afirmo que o crucifixo central seja também do dito Mestre do Cajuru, como demonstrarei a seguir.

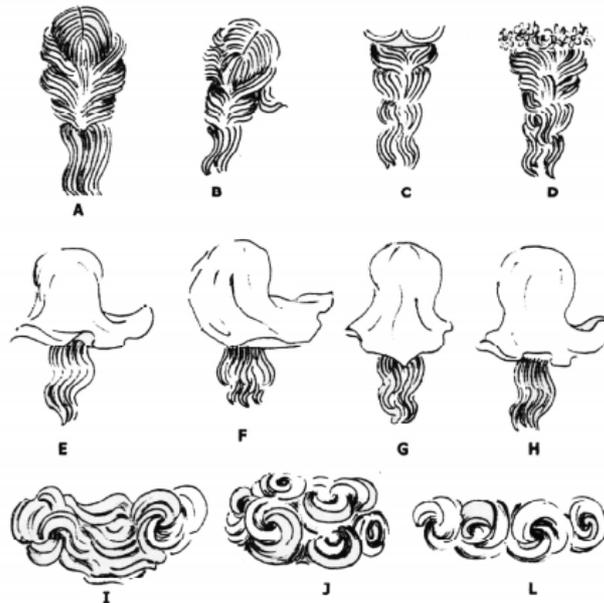


Imagem 4 - Carlos Magno de Araújo. “Cacoetes” do Mestre Cajuru a partir do observado nas imagens femininas. Atenta-se para figura “A” que é citada na cabeça do Cristo do crucifixo analisado. CEIB Nº 2 (2003)

Análise comparativa do estilemas

Levando em consideração os “cacoetes” do Mestre do Cajuru, escolhi um objeto de referência como do próprio Mestre Cajuru e o ligo ao crucifixo do oratório.



Imagem 5 – Mestre Cajuru. Crucifixo de banqueta pertencente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Museu de Arte Sacra de São João del-Rei – MG. Foto: Marcos Luan

No Museu de Arte Sacra de São João del-Rei há um crucifixo de banqueta atribuído ao Mestre Cajuru [fig. 5]. A peça carrega em seu corpus estilístico a maioria dos estilemas e cacoetes do artista desconhecido. A seguir, um paralelo entre as duas peças:

As primeiras aproximações visuais entre as duas peças se iniciam a partir da posição dos braços, estes arqueados e em “v”. Os punhos estão cerrados em torno do cravo que o prende à cruz. Além disso é visível o vinco entre nos braços direito e esquerdo, denotando a separação entre musculatura e ossos no ato da crucifixão, a forma vai imitar o peso do corpo que se abate nos braços, forçando a musculatura e evidenciando os ossos e as ligaduras das junções anatômicas.

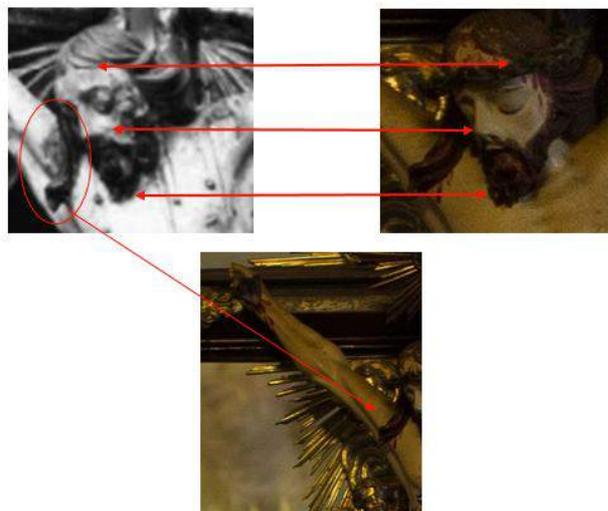


Imagem 6 - Quadro comparativo elaborado pelo autor – estilemas do rosto

A face do Cristo também apresenta similitude entre peças. Os cabelos se repartem ao meio da testa, na centralidade do nariz. As sobrancelhas têm formato arqueado e se junta à pequena e delicada musculatura do supercílio, numa expressão de dor facial. O nariz é afilado, aquilino e se projeta exageradamente no rosto. O lábio inferior desaparece em meio à barba volumosa, aparecendo apenas o lábio superior. A barba se projeta para baixo sendo circundada por costeletas que se unem às madeixas dos cabelos. O cacoete curioso que ocorre em outras peças do Mestre Cajuru e mais propriamente nos crucifixos são os “rabos-de-cavalo”, arrematado ao lado direito da peça, sendo a talha delineadora dos fios em espiral.

A caixa torácica de ambos os Cristos é projetada para frente devido ao recuo da região da barriga e abdômen. A musculatura é pronunciada e o curioso é o recorte oval da barriga, dando o efeito ainda mais pronunciado do recuo. O umbigo é bem desenhado no corpo, sendo oval e com uma saliência de profundidade na imitação da carne. As costelas são visíveis, dando continuidade às formas diferenciadas entre ossatura e musculatura.

O detalhe do panejamento se apresenta como um divisor de águas na aproximação estilística entre as duas peças. O perizônio têm uma movimentação de qualidade erudita, no sentido da movimentação que dá volume e sobreposição do tecido, imitando o esvoçar do pano, o que dá o efeito desejado quando o crucifixo está inserido na cena da paixão, ladeado por Maria sua mãe e João, o Evangelista (no caso do oratório). Outro ponto central é a divisão das abas do perizônio que é centralizado por uma corda grossa que deixa à mostra a coxa à direita do Cristo.

Finalizando a peça, observamos a divisão entre as pernas na altura da coxa, evidenciando um vinco que se fecha nos joelhos. Ambos massacrados e distendidos, com macerações sanguinolentas que escorrem para as canelas. A peça do oratório [fig. 3] têm uma pintura imitando o sangramento que ao contrário do crucifixo do Cajuru [fig. 5] é realizado em gotículas descendo em direção aos pés. Tal pintura pode ter sido fruto de uma restauração, descaracterizando o efeito original da maceração dos joelhos e o efeito sanguinolento que se apresenta fiel à anatomia. As pernas se cruzam para o arremate dos pés sobrepostos para a crucifixação onde se encontra o último cravo. O crucifixo do oratório contém todos os cravos em prata com uma ametista triangular como ornato.

Em suma, entre os dois crucifixos, temos um total de 17 aproximações de cacoetes. Em perspectiva temos como seguintes padrões estilísticos:

- Punhos fechados em torno ao cravo;

- Braços em “V”;
- Cabelo repartidos ao meio, com recorte centralizado no rosto, seguindo a linha do nariz e “rabo-de-cavalo” caído no ombro;
- Braços que evidenciam a divisão entre musculatura e ossatura, tendência que acompanha toda o corpo;
- Nariz afilado e aquilino, projetando-se para frente do rosto, mostrando as narinas;
- Lábio superior à mostra e inferior coberto pela barba volumosa que se projeta para baixo em “v”, acompanhada de costeletas que se unem às madeixas;
- Abdômen pronunciado e recuado, dando volume e projetando para frente a caixa torácica, com ênfase na musculatura e presença da ossatura bem talhada;
- Umbigo bem talhado com imitação da carne em delicados volumes e recuo;
- Perizônio com movimentação. Panejamento que se apresenta com sobreposições e que se divide em duas abas por uma corda que deixa a mostra a coxa do Cristo;
- Coxas com ossatura proeminente e que se separam por um vinco, sendo gradualmente cerradas pelos joelhos;
- Joelhos macerados com pintura em imitação de sangue;
- As “canelas”, assim como as coxas, se dividem para, gradualmente se cerrarem no cruzamento dos pés;
- Pés cruzados com o cravo centralizado

Considerações finais

Tendo em vista este breve estudo, podemos considerar que: o oratório doméstico da família Campos Coelho se configura como uma importante peça artística, denotando erudição técnica do artista e cujo repertório formal mostra-se por meio da talha de gosto neoclássico, o que é curioso, tendo em vista que o rococó ainda estava em vigência – embora o “gosto francês” influenciando, de certa forma, a talha do referido oratório. Além disso, através da análise formal do crucifixo central, constatou-se que os estilemas e “cacoetes” observados na peça estão de acordo com o cânon conhecido do artista ainda anônimo, dito Mestre Cajuru. Tal descoberta auxilia no processo de catalogação das obras espalhadas pela antiga Comarca do Rio das Mortes, evidenciando a dinâmica criativa dos artistas sacros na região que não se dedicavam apenas às obras religiosas do culto público, mas que também supriam as

necessidades do culto privado, doméstico, cuja encomenda certamente adviria da aprovação do/dos comitentes para com o artista e sua obra, tendo em vista sua denotada capacidade artística certamente observada pelos templos por onde o Mestre Cajuru passou.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Magno de. Aspectos preliminares do levantamento e identificação da obra do “mestre do cajuru” e sua escola. **Revista Imagem**, Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. Belo Horizonte, n. 2, pp. 49-54, 2003.

GUTIERREZ, Angela. **Oratórios, Relíquias do Barroco Brasileiro**. Museu do Oratório, 2013. Publicações CCR S/A.

RUSSO, Silveli Maria de Toledo. Artefatos da Fé. **Projeto História**, n. 40, pp. 393-422, junho de 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6137>

TIRADO, Abgar Campos. O Solar da Baronesa. **São João del-Rei Transparente**, Cad. Publicações, [s.d]. Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/Works/view/20>

O medo do desconhecido e a fantasia como resistência: análise de "A Forma da Água" e "O Monstro da Lagoa Negra"

Matheus Dal Bem Busetto

Graduando em História da Arte
Universidade Federal do Rio de Janeiro
matheus_dal_bem@hotmail.com

Resumo: “A Forma Da Água”, dirigido pelo mexicano Guillermo Del Toro e lançado em 2018, ganhou uma série de prêmios e distinções dados pela indústria cinematográfica – o que inclui um Oscar pelo “melhor filme longa-metragem”, louro de maior exposição midiática, e o prêmio de “melhor diretor” para Del Toro. Tal recepção é uma evidência de uma mudança no panorama histórico-cultural estabelecido pelas obras protagonizadas por monstros no cinema e na ficção em geral: sua passagem de figuras pendentes ao ódio e ao rechaço ao outro, a figuras que despertam a empatia e a admiração do público. Para cooptar a identificação do público, “A Forma da Água” se imbuí da figura teratológica – um dos representantes das políticas voltadas às minorias, ligadas à gênese do que é considerado “monstruoso” – para tecer uma proposição de resistência às políticas de silenciamento do corpo, fundadas sobre uma lógica celular e excludente, própria da modernidade cientificista. Essa lógica é representada pelo filme “O Monstro da Lagoa Negra”, lançado em 1954. A figura principal, uma criatura humanoide com traços piscosos e anfíbios, é o porta-bandeira de tudo aquilo que o regime visual encarnado pelos estereotipados heróis da trama visa escamotear: pervertido pela bestialidade, o monstro é uma inversão do self-made man, uma figura a causar o espanto e o horror do público. Sua figura e sua relação com a água estão entrelaçados a determinado desejo carnal recusado pela moral e a cívica da década de 50, reforçado pela associação visual com a água. Outro ponto que coloca o monstro retratado em ambas as obras como representante do desejo carnal e a sua diferente recepção entre públicos de diferentes épocas é a sua relação com a figura feminina: enquanto no filme de Del Toro, a faxineira Elisa, que se apaixona pela criatura, tem o seu desejo reconhecido e validado logo nas cenas iniciais, o desejo sexual implícito da dra. Kayla, de “O Monstro da Lagoa Negra”, bem como a relação aludida entre a mesma e a criatura, é constantemente restringido e castrado pelos personagens masculinos da trama. Se “A Forma da Água” é celebrada pelas audiências em volta do globo por ser uma tentativa de se livrar das atribuições dadas ao sujeito moderno, “O Monstro da Lagoa Negra” encontra o seu sucesso na outra ponta do espectro: através do medo que o público de 54 sentia do desconhecido.

Palavras-chave: Políticas do corpo, Regimes de visualidade, Ficção científica, Monstro.

Há muito a figura teratológica habita o nosso imaginário coletivo, remontando a quando éramos apenas gritos e espasmos acuados no meio da noite, rodeados por ameaças e perigos que se escondiam em meio às sombras e ao breu, lutando constantemente pela nossa

existência confinada ainda a um pouco pedaço de terra. Com o passar do tempo, a linguagem passou a ser um vetor para que déssemos forma àquilo que nos assombrava, com o calor e a luz crepitante da fogueira nos oferecendo um abrigo, nos convidando a desenvolver uma nova forma de comunicação e a compartilhar histórias entre nós, sejam elas de alegrias, de conquistas, de dores, de medos, ou de ansiedades. São definidos, nesse momento, os contornos daqueles que se escondiam por trás dos vultos que nos caçavam, conhecidos hoje como "monstros".

No que tange a discussão em torno dessa figura, houve – e continua havendo – um processo de aprendizado socio-cultural que, de certa forma, nos levou a temer e a abominar o monstro por meio da transmissão de histórias, geralmente pela via oral ou visual, sempre esperando que ele, tal como uma fera que encurrala sua presa, não hesite em nos atacar dada a oportunidade. O monstro, não surpreendentemente, é um conceito intimamente conectado a ideia de desconhecido, a ideia de uma alteridade, de um "não-eu". Acaba se tornando, assim, um receptáculo para a figura daqueles a quem somos culturalmente ensinados a repugnar: prostitutas, homossexuais, sem tetos, criminosos, loucos, etc. Tendo isso em vista, partiremos à análise da figura teratológica dentro do contexto do filme de 1954 "O Monstro da Lagoa Negra".

Seu enredo principal se foca em torno de um grupo de pesquisadores norte-americanos que, motivados por um ímpeto de procura pelo elo perdido entre a vida aquática e a vida na terra, procuram por fósseis no seio da floresta Amazônica, tomando, assim, o Brasil – ou ao menos a ideia que se havia de Brasil ao estrangeiro – como seu cenário principal. Tentados pelo impacto de tal descoberta, são levados até a Lagoa Negra, local em que reside o monstro em questão, uma espécie de ser humanoide, cujo aparência remete fortemente a traços de peixes e de anfíbios.

Desde suas primeiras aparições, o "homem-peixe" não mede esforços para ameaçar e atacar os personagens humanos: a primeira vez em que o vemos com mais clareza, é quando ele entra em uma tenda para assassinar dois subordinados do dr. Carl Maia, um dos pesquisadores que se encontra no Brasil à procura de fósseis. Durante toda o resto da narrativa, a única intenção do monstro é, aparentemente, atacar aos pesquisadores e ao resto dos tripulantes do barco que os leva até a Lagoa Negra, reverberando a associação que fizemos anteriormente entre a figura do monstro e nosso medo primitivo do desconhecido. A criatura em questão é uma fera sempre disposta a nos atacar, escondida de nossa vista, inconcebível à nossa total compreensão.

Chama-nos a atenção a cena em que a dra. Kayla, também chamada de Kay, uma das integrantes do grupo, se volta aos gritos que ecoam em meio a floresta – fortemente presentes ao longo do filme, contribuindo para uma atmosfera de "mistério" e animalidade em torno da Lagoa – e comenta que o som a lembra de "gritos de medo", provavelmente de "animais encurralados, como pessoas no escuro". Em outro momento, enquanto ela e seu namorado David conversam sobre como os animais da Amazônia são uma espécie de chave para a compreensão do começo da vida na Terra, o capitão do barco, Lucas, logo os corta: "assassinos, são todos assassinos". Ao final do filme, quando a criatura encurrala os personagens sobreviventes e os impede de sair da Lagoa, David declara que "[estamos] aprisionados e lutando por nossas vidas".

Mas se o monstro é uma figura "desconhecida" e "misteriosa", por outro lado, o tratamento dado aos personagens – em especial aos personagens americanos – corrobora para a proliferação de estereótipos há muito privilegiados pela indústria cinematográfica. Kay e David, os dois "mocinhos" do filme, operam no enredo segundo os enquadramentos de uma lógica de separação bem definida entre os papéis relegados aos gêneros masculino e feminino: a "donzela indefesa" e facilmente manipulável pelos outros personagens; o hercúleo herói que a salva, sempre ao lado da moral e da coragem. Mark exibe o comportamento típico de alguém cuja ganância o leva a extremos que acabam com sua própria vida, como em um sistema de punição maniqueísta. Porém, que não se engane o espectador, pois a mesma ganância e avidez pela conquista vista em Mark também está em David, embora de forma contida e menos "egoísta". O personagem chega a declarar, em dado momento, que um dos motivos capitais para a continuidade da pesquisa, é a implicação de que o homem – leia-se o homem americano – poderia ser mandado ao espaço mediante às descobertas que os fósseis trariam.

Assim, ao passo em que os heróis do filme são tomados por traços de uma suposta moral e dever cívico, o monstro da lagoa é o porta-bandeiras das características que os valores representados por David e Kay tentam escamotear. Em um sentido mais óbvio, é o representante de um estereótipo que recai sobre a população dos países de terceiro mundo, em especial os da América do Sul, referente a ideia de um indivíduo selvagem e exótico, "não-civilizado", que deve ser temido e bestializado pelo "evoluído" cidadão das nações "desenvolvidas" – por outro lado, temos o "relaxado" e bonachão capitão Lucas, outro estereótipo que recai sobre o sul-americano, em especial, o brasileiro. Nesse sentido, o monstro é o representante de desejos e paixões demasiadamente "animalescos", uma marca

dos sentimentos e atitudes que não se encaixam no perfil bem definido do *self-made man* da década de 50. Pois a figura do monstro raramente é definida, mas sim uma zona fronteiriça, de configuração fluída, que desafia a lógica binária e celular da ciência progressista defendida pelos pesquisadores da Lagoa Negra.

Isso fica claro logo nos frames iniciais do filme, imagens abstratas que remetem às erupções e aos gases do planeta Terra primitivo, ao passo em que o espectador é introduzido a uma narração acerca da concepção do mundo. "No começo... Deus criou o Céu e a Terra, e a Terra era vazia e sem forma", inicia o narrador, rapidamente sucedido por "explosões" abruptas que tomam conta da tela. As explosões dão lugar a uma circunferência plana e branca, envolta em uma substância enevoadada, enquanto a narração prossegue: "Esse é o planeta Terra, recém-nascido, esfriando rapidamente, de uma temperatura de 3300° para algumas centenas em menos de 5 bilhões de anos. O calor aumenta, encontra a atmosfera, nuvens se formam, e a chuva desaba sobre a superfície dura por incontáveis séculos." Ela termina com a seguinte afirmação, aludindo ao monstro que logo será apresentado: "O livro da vida está escrito sobre a Terra, onde 15 milhões de anos mais tarde... o homem ainda tenta decifrá-lo." A figura do "homem-peixe", um híbrido entre humanidade e algo anterior – e, supõe-se, não humano –, é algo sem forma, é algo que foge das categorias mentais que construímos para encerrar e compreender o mundo, sendo ele o "informe" anterior à criação, que, por esse motivo, suscita em nós espanto.

Esse espanto vem, em muito, do defronte entre o espectador e a dimensão corpórea do monstro. Segundo Carlos Augusto Peixoto Junior, o corpo do monstro "difere do corpo normal na medida em que revela o oculto, algo de disforme, de visceral, de interior, uma espécie de obscenidade orgânica" (JUNIOR, 2010, p.108). Essa obscenidade, esse caráter típico de uma figura *outsider*, é capaz de inverter a "ordem", de expor ao outro aquilo que deveria estar por dentro de sua pele, aquilo que o regime de visualidade solapa, e que, no monstro da Lagoa Negra, é pincelado por uma paleta de tons essencialmente eróticos.

Para que evidenciemos isso melhor, recorreremos a uma lenda amazônica que se estabelece em torno de uma figura híbrida tal qual a do "homem-peixe" da Lagoa, provável fonte de inspiração para os criadores do filme. Vejamos, por exemplo, a descrição que é dada pelo padre Fernão Cadim em 1590 acerca do Ipujiara, criatura pertencente à mitologia Tupi brasileira:

Estes homens marinhos se chamam na língua Igpupiára; têm-lhe os naturais tão grande medo que só de cuidarem nele morrem muitos, e nenhum que o

vê escapa; alguns morrerão já, e perguntando-lhes a causa, diziam que tinham visto este monstro; parecem-se com homens propriamente de boa estatura, mas têm os olhos muito encovados. As fêmeas parecem mulheres, têm cabelos compridos, e são formosas... O modo que têm em matar é: abraçam-se com a pessoa tão fortemente beijando-a, e apertando-a consigo que a deixam feita toda em pedaços, ficando inteira, e como a sentem morta dão alguns gemidos como de sentimento, e largando-a fogem; e se levam alguns comem-lhe somente os olhos, narizes e pontas dos dedos dos pés e mão, e as genitálias, e assim os acham de ordinário pelas praias com estas coisas menos. (apud, CAMENIETZKI; ZERON, 2000, p. 122)

A lenda é notável pois dá à criatura um componente sexual, mencionado no relato do padre Fernão por meio de um outro ser, uma fêmea com traços "formosos" e "cabelos compridos". Além disso, a sexualidade é também evidenciada no ato do Igpupiara de devorar as genitálias de suas vítimas após o abraço mortal que desmembra seus corpos. No que concerne a figura feminina, ela é recorrentemente associada à água no imaginário de inúmeras culturas ao redor do globo, à exemplo da famosa lenda das sereias, figuras que se encontram entre o lineal do impulso sexual e do medo da morte. É claro que, nesse sentido, tratamos de uma outra sexualidade que não aquela sexualidade dissimulada posta em constante evidência pela indústria cultural, embora possamos, ainda, traçar um paralelo entre o erotismo contundente nas lendas mencionadas e o erotismo reprimido e latente na figura de Kay sendo raptada pelo monstro.

Isso acontece durante dois momentos específicos no filme, sendo que em ambos, logo após ser salva, Kay corre aos braços de seu namorado. É interessante notar, contudo, que Kay, mesmo engessada pelos estereótipos que a definem enquanto um sujeito feminino passivo e dependente – e a isso, adiciona-se à menção recorrente à instituição do casamento por parte do Dr. Maia e de outro tripulante, o Dr. Edwin –, ainda exibe um comportamento em relação à água que, de certa forma, sugere um anseio sexual. Diferente dos outros tripulantes masculinos, Kay é a única que se põe no papel de observar a Lagoa por outros motivos que não necessariamente ligados ao conhecimento científico, à captura dos fósseis ou à captura do monstro da Lagoa Negra. Kay parece sentir uma espécie de atração inconsciente pela água, tanto que ela, em dado ponto do filme, mergulha na lagoa mesmo tendo em vista os avisos de Lucas sobre os perigos que a espreitam. Pensando na água enquanto uma substância que "incita à sensualidade e o desejo de molhar o corpo" (FORTES), há como se pensar em um desejo que em Kay é tolhido pelos homens ao seu redor, mas que dialoga com o caráter bestial e impudico do "home-peixe" que a rapta. É talvez de maior importância ainda para a relação que pretendemos estabelecer, notar que Kay é a única tripulante a quem o monstro não ataca diretamente, e a única a ser por ele raptada.

Mais de seis décadas passadas desde o lançamento de "O Monstro da Lagoa Negra", contudo, e a atitude geral perante os monstros no cinema sofre uma mudança crucial no que diz respeito a sua aceitação e compreensão por parte do público e da indústria. Tais figuras, que antes causava espanto e horror nos espectadores, hoje mobilizam uma série de adoradores ao redor do globo, que enchem salas de cinema para ver monstros sobre uma nova roupagem – vampiros apaixonados, lobisomens domesticados, zumbis cômicos, etc. Tal fascínio por parte do público, se explica, segundo Verônica Guimarães Brandão, porque "somos seres desviantes de qualquer norma convencionada. Segundo a teologia cristã, começamos com o pecado e não paramos de pecar. Fomos e somos monstros". O apelo dos monstros sempre foi fundado, afinal, na sua dupla capacidade em causar medo e admiração ao mesmo tempo. São figuras exímias de alma, e assim, exímias dos encargos morais pressupostos pela consciência de se ter uma – o que, para um público pós-moderno, parece ser um ponto atrativo.

No que concerne a essa mudança, podemos percebê-la através de uma comparação entre "O Monstro da Lagoa Negra" e o filme de 2018 "A Forma da Água", nome de destaque na cerimônia do *Oscar* do mesmo ano. A protagonista principal, Elisa – uma faxineira muda que trabalha em uma divisão secreta do governo americano – é vista logo em seus momentos iniciais submersa em um apartamento inundado por água, em uma sequência onírica que sugere, assim como o mergulho de Kay na Lagoa Negra, um desejo pelo contato carnal. O despertador toca, Elisa se levanta e se dirige a sua rotina. Diferente de Kay, contudo, o desejo sexual de Elisa é reconhecido logo de início, ao passo em que a rotina da personagem inclui uma masturbação diária em sua banheira, novamente imersa pela água. Não só isso, a paleta de cores usada pela direção de arte, em diversos momentos, se utiliza do vermelho para insinuar sensualidade e paixão em torno do personagem de Elisa. O ovo cozido, parte da rotina de Elisa e ponto de contato inicial entre ela e "A Forma" – uma criatura humanóide por quem Elisa se apaixona, similar ao monstro da Lagoa Negra – já evidencia o caráter erótico de sua relação. O desejo sexual de Elisa atinge o seu pico, talvez, na cena em que a personagem, tendo levado a Forma para a banheira de seu apartamento, inunda completamente o banheiro para que ambos transbordem seu amor para o resto de seu edifício.

Trata-se de uma relação amorosa que, com certeza, teria escandalizado o público de 1954, mas que, em 2018, recebeu inúmeros elogios e rendeu ao elenco e a seu diretor, Guillermo Del Toro, uma série de prêmios e outros reconhecimentos dados pela própria indústria.

A isso, relaciona-se um movimento de questionamento das políticas estruturalistas, iniciado na década de 60 – que, não coincidentemente, é a época na qual a narrativa se desenrola – objetivando colocar o corpo como instrumento de luta contra as hierarquias e regimes de poder dominantes. A figura do monstro, nesse sentido, é compreendida como um símbolo de resistência contra as políticas de silenciamento corporal, devido a sua dimensão aberrante. Não surpreendentemente, no que tange a questão de gênero, o monstro também é visto como figura subversiva, conforme formulado abaixo:

Segundo a autora [Rosi Braidotti], os monstros sempre ocuparam um lugar importante na história e na filosofia das ciências biológicas, indicando a relação delas com a diferença e com os corpos diferentes. No contexto biológico, eles sempre não apenas representaram as más-formações do organismo humano, mas também assinalaram o lugar intermediário das misturas e da ambivalência... o discurso sobre os monstros incide sobre uma questão de suma importância para a teoria feminista: o estatuto da diferença no escopo do pensamento racional. (JUNIOR, 2010, p. 185)

As figuras masculinas que reprimiam Kay também foram reassimiladas por Del Toro: ao invés de serem os "mocinhos" da trama, transformam-se nos vilões. O principal é o coronel Richard Strickland, o protótipo aparentemente perfeito do *self-made man*, e um dos principais empecilhos na relação entre Elisa e a Forma. O coronel deseja por uma mulher como Kay, indefesa, passiva, e manipulável, e por isso, reconhece a mudez de Elisa enquanto uma "qualidade" positiva. Elisa, contudo, recusa o papel a qual Strickland quer a submeter e reafirma o seu amor pela Forma.

O monstro em "A Forma da Água" já não é mais um monstro cujo intuito é espantar, mas sim, um monstro cujo intuito é comover, é oferecer um senso de humanidade ao público. Se a balança pendia para o lado do medo em "O Monstro da Lagoa Negra", agora ela pende para o lado da empatia. A "Forma" é um outro que ainda nos é, de certa forma, desconhecido, mas que é consideravelmente mais próximo de nós que o "homem peixe" que sequestra Kay foi ao público de 54. Com isso, como maneira de contrabalancear a narração inicial de "O Monstro da Lagoa Negra", mencionamos, por fim, o poema que encerra a narrativa de "A Forma da Água" enquanto Elisa e a Forma se abraçam envoltos pela água do mar: "Incapaz de definir a Tua forma, eu Te vejo todo ao meu redor/ Tua presença enche meus olhos com Teu amor / Acalenta o meu coração/ Pois Tu estás em todo lugar."

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Veronica Gimarães. **O monstro, o cinema e o medo ao estranho**. Disponível em: <<http://goo.gl/cdoz8i>>. Acesso em 20/10/2018

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Quem conta um conto aumenta um ponto: o mito do ipupiara, a natureza americana e as narrativas de colonização no Brasil. **Revistas de Indias**, Instituto de Historia - Consejo Superior de Investigaciones Cientificas – CSIC, v. 60, n. 218, pp. 111-134, 2000.

COSTA, Andriolli. **Ipupiara ou Negro d'Água?** Quem é a criatura no novo filme de Del Toro? Disponível em: <<https://goo.gl/3Hvh3p>>. Acesso em 20/10/2018

FORTES, Hugo. **Água:** significados e simbologia na arte contemporânea. Disponível em: <<https://goo.gl/6LWEok>>. Acesso em 20/10/2018

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto **Sobre Corpos e Monstros:** Algumas reflexões contemporâneas a partir da filosofia das diferenças. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 179-187, jan./mar. 2010.

A invenção de uma imagem e de um mapa para o Rio Grande do Norte e Parahyba no primeiro “Atlas do Império do Brasil” (Século XIX)

Rosenilson da Silva Santos

Doutorando em História
Universidade de Brasília – PPGHIS, UNB

Resumo: A formação do Estado nacional no Brasil ao longo do século XIX foi operada sobre um amplo processo através do qual a História e a Geografia foram mobilizadas no sentido da elaboração de um “passado” e um “território nacional” comuns. Essa empresa de (re)organização do tempo e do espaço capitaneou documentos, sujeitos e esforços variados, como o do intelectual Cândido Mendes de Almeida Brejo, autor do primeiro “Atlas do Império do Brasil”, publicado em 1868. Este trabalho tem por objetivo desenvolver uma “arqueologia” sobre o referido Atlas, nomeadamente em relação às suas pranchas VIII e IX, que retratam a cartografia das capitanias do Rio Grande do Norte e da Parahyba do Norte, respectivamente. Essas duas capitanias, desde o início do século XIX, se envolveram em uma disputa pela definição de seus limites fronteiriços que articulou poderes municipais e provinciais, chegando à Câmara Legislativa Geral do Império. Defendemos que a obra assinada por Cândido Mendes pretendeu exercer um importante papel sobre os diversos conflitos interprovinciais que ainda existiam no Império na segunda metade do século XIX, partindo da hipótese de que esse Atlas só foi possível em virtude de uma nova sensibilidade que despontava no mundo ocidental sobre os usos dos acervos e coleções, especialmente sobre as cartas cartográficas. Essa nova sensibilidade, no Brasil, se traduziu em situações exemplares como o acesso oficial que deu Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, à época Ministro de Guerra do Império, para que Cândido Mendes pudesse consultar os Arquivos Militares do Império, a serem empregados para outros fins, além dos militares a que serviam de costume.

Palavras-chave: Império, Províncias, Atlas.

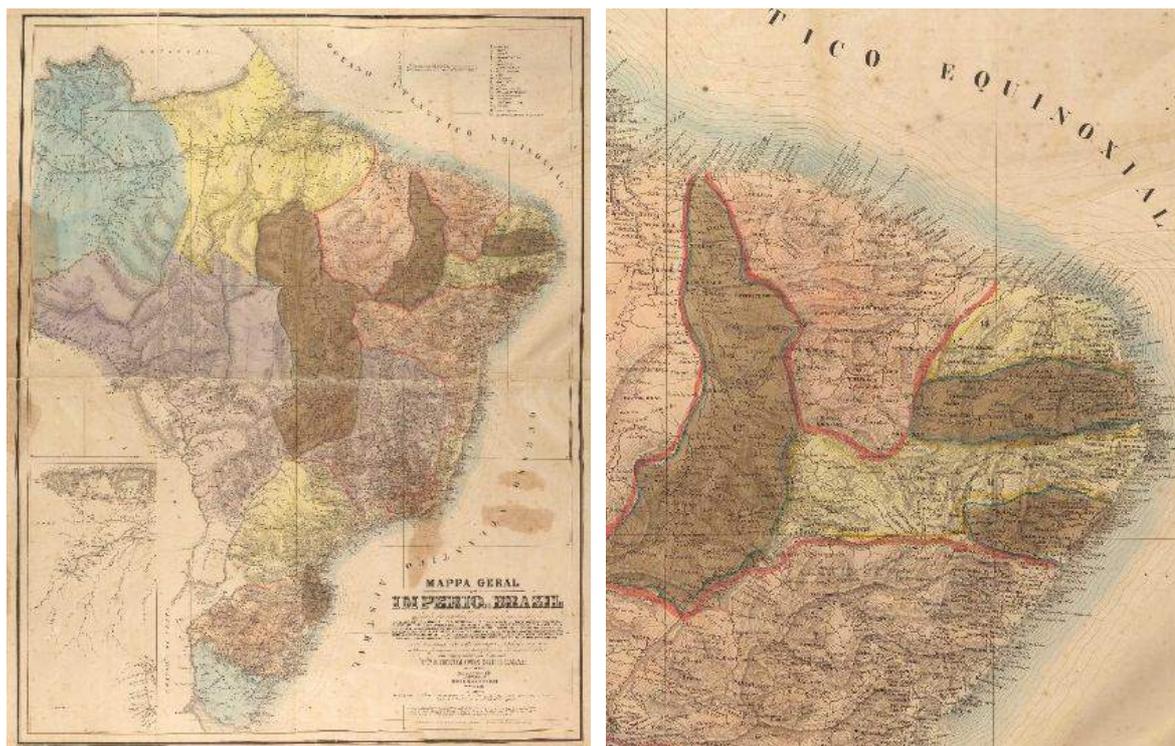
Introdução

O Império do Brasil herdou do período colonial as indefinições das fronteiras entre as unidades administrativas. As capitanias hereditárias, demarcadas, a maioria delas, com 100 léguas de costa, prolongavam-se para o interior do continente até fazerem limite com o Meridiano de Tordesilhas (GUERRA; SANTOS, 2011). A certeza sobre onde tinha início e fim o território de uma capitania, por vezes, era facilitado pelo curso de um rio ou presença de uma formação montanhosa, mas nem sempre a própria natureza facilitava a vida dos administradores e das pessoas comuns.

Por esse motivo, a cartografia do período colonial tendeu a traçar linhas quase retas para separar os territórios das capitanias, especialmente no espaço que hoje corresponde a localização do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e mesmo ao da fronteira sul desse último com à norte da Bahia, no que se configura em um evidente esforço para respeitar a ideia de “100 léguas de costa” alongadas até Tordesilhas.

Mas as linhas retas plasmadas nos mapas, e as fronteiras que essas tentavam fazer evidentes, não são típicas apenas do período colonial, pois essas não seriam rapidamente abandonadas após 1822. Exemplo disso podemos ter ao revisitarmos o Mapa Geral do Império do Brasil, publicado na segunda metade do século XIX, no ano de 1851, quando as disputas fronteiriças, e as decisões da Câmara Geral do Império, entre Rio Grande do Norte e Paraíba já tinham garantido que a linha reta era inadequada para representar os limites entre as duas províncias:

Figuras 01 e 02



FONTE: Biblioteca Nacional

As linhas quase retas a que nos referimos e que podem ser melhor observadas no recorte (Figura 02) são fruto do desconhecimento do território e/ou das decisões que o poder legislativo do Império já havia elaborado na forma de leis. Mesmo que sejam resultado do desconhecimento, do território ou da legislação que sobre ele já delimitava uma determinada organização, no entanto, tais representações espaciais não devem ser observadas pelo ângulo

maniqueísta do erro ou do acerto. Para Tiago Kramer de Oliveira (2013), os historiadores não devem procurar distorções, imperfeições e desproporções nos mapas como fruto das limitações técnicas e do conhecimento de uma época, mas como um “conjunto de imagens” que se realiza, se recompõe, reproduz e retroalimenta, formando um verdadeiro movimento que é fruto de um contexto.

As disputas oriundas da indefinição dessas fronteiras a que nos referimos, se transmutavam em discussões e debates no âmbito político-legislativo, e as vezes eram resolvidas na Assembleia Geral do Império e/ou Senado, redundando, mais cedo ou mais tarde, na redefinição ou reafirmação de limites e fronteiras descritos nos termos das leis e mesmo no modo como se representará o espaço do Império nas cartas e mapas do período.

No entanto a cartografia, conhecimento que ainda engatinhava no Brasil do século XIX, demorou a registrar as mudanças redigidas na forma das leis (como se percebe no mapa anteriormente reproduzido) e conservou por algum tempo os desenhos das províncias, ou pelo menos de algumas delas, como faixas paralelas entre si, idealizando a linha reta como fronteira. Ou seja, limites definidos nos papéis através das palavras e das leis ainda enfrentavam o obstáculo do próprio tempo para se confirmarem como “fronteiras estabelecidas” dignas de serem reproduzidas na linguagem cartográfica.

Rompendo com esse modelo, Cândido Mendes elaborará um trabalho que é considerado como o primeiro Atlas da história do Brasil. Sobre esse Atlas, suas condições de produção, o modo como seu autor acessou e processou os dados e informações acumuladas até então sobre Rio Grande do Norte e Paraíba e os mapas que nele foram publicados referentes à ambas as províncias em questão é que nos deteremos a partir daqui, tentando responder à problemática: de que maneira essa duas províncias foram imaginadas e organizadas na cartografia da segunda metade do século XIX, especialmente naquela assinada por Cândido Mendes?

Autor, texto e contexto

Cândido Mendes de Almeida Brejo era natural da província do Maranhão, havia se bacharelado em Direito em Olinda, foi promotor e professor de Geografia e História no *Lyceu de São Luiz* e já havia tido uma experiência anterior na cartografia, “um dos seus primeiros possíveis trabalhos cartográficos consistiu na elaboração de um mapa sobre a questão de limites entre a província do Maranhão e Goiás”. O Atlas de sua autoria se diferenciou

daqueles trabalhos já executados pelos cartógrafos europeus no e sobre o Brasil por secundarizar o “argumento de autoridade” e fazer uso de

mapas de todas as épocas e procedências; tratados diplomáticos; legislação; debates parlamentares; relatórios oficiais; itinerários e relatos de viajantes; projetos de estradas e de outras obras; livros de geografia, história e estatística; crônicas de colonos e missionários; estudos das comissões demarcadoras (LIMA, 2013);

redundando em uma série de trabalhos, textos e mapas que reuniam camadas de conhecimentos de gerações distintas e origens diversas, publicados na forma de Atlas.

A publicação dessa obra, que ocorreu em 1868, tinha objetivos mais imediatos, como “á Instrução Publica do Imperio”, com vistas à formação secundarista dos filhos das elites do Brasil, estudantes do “Imperial Collegio de Pedro II”, localizado na Corte. Mas também a publicação tinha objetivos de médio e longo prazo, uma vez que dessa escola saiam os futuros funcionários para a administração das esferas ligadas ao Estado, portanto, era um trabalho dedicado aos usos didáticos, mas tinha condições de extrapolar tais usos.

O tipo de informação geográfica, durante muito tempo, transmitida a partir da cultura material em elementos como as cartas cartográficas era de uso exclusivo das elites, por esse motivo “... os mapas do mundo conferiam autoridade secreta e mágica aos seus criadores e proprietários” (ROTTON, 2014. p. 5). Não por acaso os mapas do período colonial foram mantidos em segredo pelas Coroas que os encomendavam e detinham. Nesse sentido, vários autores nos lembram da importância que os conhecimentos geográficos mantinham, e mantém, com os ofícios dos estadistas, legisladores, diplomatas, administradores e estrategistas de guerra, ou seja, destacam a íntima relação entre cartografia e o poder político, dentro da qual os mapas, além de funções específicas relacionadas à educação, identificação e localização, constituem-se em “peças da afirmação dos Impérios” (DANTAS; FERREIRA e SIMONINI, 2011. p. 05), ou seja, eles servem para nos orientar e assim livrar-nos da sensação de estarmos perdidos, mas, obviamente, respondem à muitas mais questões do que simplesmente “onde eu estou no espaço”.

Com base nessa percepção passamos a entender melhor o porquê da publicação do trabalho de Cândido Mendes ocorrer justamente no contexto em que o Brasil se encontrava enredado na Guerra do Paraguai. Sobre essa última questão, faz uma ressalva André Nicacio Lima:

É também revelador o silêncio do autor quanto à Guerra do Paraguai no ano em que a Tríplice Aliança tomou a ofensiva, até o cerco a Assunción. Ou

seja, quando Cândido Mendes traçou uma linha nítida sobre o papel, ela não representava uma fronteira referendada por tratado, menos ainda documentava uma situação de fato. O traço dizia respeito a uma proposta brasileira rejeitada pelo governo de Solano López antes da guerra. Era uma afirmação de soberania no momento em que esta era disputada no campo de batalha. (LIMA, 2013, p. s/p.)

Ou seja, os mapas e as linhas, pontos e referências que neles são adotados, circunstancialmente, funcionam como impulso, demarcam no papel as estratégias e pretensões, antecipam e influenciam tratados e se fazem, dessa maneira, como verdadeiras “cartas de intenções”, embora interesse aos estados que eles figurem apenas como indefesas “cartas cartográficas” aos olhos menos treinados a entenderem que as fontes históricas, desde o momento em que são produzidas, carregam em si o objetivo de gestarem verdades.

Como professor de História e Geografia Cândido Mendes sabia muito bem do poder dos mapas, sendo capaz de, inclusive, adotar argumentos teológicos para reforçar a sua percepção de que o estudo, a demarcação e a representação cartográfica do território da nação era algo a se fazer de modo providente, pois muito coincidia com a doutrina, o clima e a missão que cada povo tinha na terra. Por esse motivo, a feitura do Atlas se alinhava com a certeza de seu autor de que “A aglomeração de territórios que hoje formão o Imperio do Brazil não foi resultado do acaso. He de facto providencial” (ALMEIDA, 1868. p. 07), ou seja, não os homens, mas Deus garantia o direito sobre a ocupação daquelas terras do “Brazil”, cabendo aqui o trocadilho: “se Deus era pelo Império, ao lado de quem estava Solano López?”

Como abstração da realidade os mapas se enquadram em um amplo espectro de atividades de organização espacial, a cartografia é instrumento privilegiado no processo de formação territorial, não simplesmente de apresentação ou reprodução, ou seja, é preciso que desconstruamos a “ideia da existência de um espaço, ou uma *matéria*, da qual o mapa faz apenas *representação*, ou converte-se apenas em *imagem de referência* a uma realidade exterior” (OLIVEIRA, 2014, p. 156), e passemos a problematizá-los como objetos da cultura que pretendem sugerir e, por vezes impor, algum tipo de ordem para a compreensão da estrutura do espaço. No contexto da formação de um novo Estado a elaboração de mapas e de atlas ressoa de um modo que deve chamar a atenção dos historiadores e isso ganhar um caráter especial em um estudo sobre o Brasil do século XIX, quando

a unidade territorial não estava nem de longe assegurada no momento da ruptura com a metrópole portuguesa. Antes, pelo contrário: o Império enfrentou um sem-número de revoltas que, explícita, ou subterraneamente,

ameaçaram implodir o território precariamente reunido sobre a autoridade da Coroa (MAGNOLI, 1997. p. 86).

Mas o Atlas de Mendes não foi fruto exclusivo das aspirações do jovem Estado *brasileiro*, ele também é rebento de uma nova sensibilidade e de mudanças do mundo das ciências, resultantes dessas da formação de uma “moderna cultura técnica” no Brasil do século XIX, contexto em que homens e saberes serão mobilizados para a sistematização dos territórios, internos e externos, do Brasil.

No contexto em que estes homens se aproximam, portanto, emergem novas sensibilidades, mudanças técnicas e aspirações imperialistas, também o esforço para a estruturação econômica do jovem Estado e de seu controle geopolítico, os mapas, censos e estatísticas seriam essenciais e, em nome de sua elaboração, vários sujeitos formaram uma verdadeira rede de colaboração para que informações que, até então, circulavam de modo hermético em gabinetes de diplomatas, administradores e comandantes militares, se encontrassem e se articulassem.

Parece-nos que Cândido Mendes já percebia a nova disposição dos conhecimentos geográficos, tanto que sobre os limites externos do Império ele afirma: “procuramos trata-los de forma a não se tornarem um segredo de que alguns estudiosos mais pacientes estão de posse ...” e acrescenta, “se ha evidente utilidade deste estudo, convem que não seja o privilegio de determinados individuos ou das classes elevadas” (ALMEIDA, 1868. p. 07). Se antes o domínio restritivo do conhecimento não afetava sua validade, antes o fazia forte e a aquele que o detinha autoridade, no século XIX isso se altera visto que parece ser preciso circular, atingir esferas mais amplas, para torna-se válido. Talvez por isso os Institutos e Sociedades científicas se multipliquem com tanta avidez nesse período.

O Atlas de que tratamos é fruto desse contexto. Tendo sido publicado em 1868, para reunir tantos dados e torná-los públicos, como assim dizia pretender seu autor, foi preciso rerepresentar informações que já circulavam com certa restrição, mesmo entre os letrados e sujeitos com poder aquisitivo, e interesse, em comprar livros. É o caso daquelas reunidas no “Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil”, organizado pelo Frade Antônio de Santa Maria Jabotão e publicado originalmente em Lisboa no ano de 1761.

Mesmo o “Novo Orbe” de Joabotão tendo sido considerada uma obra rara em 1840, Cândido Mendes afirma tê-la consultado na investigação de fôlego que ele desenvolveu para elaborar os mapas de sua autoria, em específico, os das capitanias de que tratamos. É muito

provável que tenha sido a partir dessa volumosa obra que Cândido Mendes, natural do Maranhão, tenha se inteirado sobre a formação histórica das capitanias da Paraíba do Norte e Rio Grande e de como “a multidão de Gentios Putyguarés, que habitavaõ para as partes do Rio Grande do Norte, que dalli sahião a correr, e infestar o terreno” ... da “Paraiba do Norte”, capitania essa que tinha tal nome por causa de seu “notável Rio”, também chamado de S. Domingos e que, desde muito, era uma terra de “abundantes agoas”, e ficava localizada entre as capitanias de Tamaracá ao Sul, e Rio Grande do Norte” (JABOATAM, 1858, Vol. I, p. 155 e 167).

No entanto, mesmo tendo seu autor feito uso de tantas e diversas fontes de informações, das mais públicas às mais raras, talvez o Atlas não tivesse sido viável, ou pelo menos não executável no formato em que foi publicado, sem uma autorização que recebera Cândido Mendes no ano de 1864. Nos referimos ao acesso oficial que deu Henrique Pedro Carlos de Beurepaire-Rohan, à época Ministro de Guerra do Império e, posteriormente, considerado o pai da corografia brasileira, para que Cândido Mendes tivesse permissão para consultar os Arquivos Militares do Brasil (DANTAS, FERREIRA e SIMONINI, 2011. p. 12 – 13), o que ratifica nossa hipótese de que um dado conhecimento, até então guardado “à sete chaves”, passava a ser socializado de modo mais descerrado.

Dez anos antes de Cândido Mendes apontar o “atraso em que se acha[va] o estudo da Geographia entre nós” (ALMEIDA, 1868. p. 07) do Brasil, Beurepaire-Rohan já o havia feito em relação a província da Paraíba. Maria Eliza Linhares Borges defende que esse ressentimento de Cândido Mendes a respeito de dados mais claros da geografia da *nação* e mesmo da inexistência de uma Carta Geral do Brasil pode ter sido fruto de seu contato com “as lamentações do Duque de Caxias sobre a ausência de mapas do interior do país que tanto dificultara a condução de suas tropas pelos territórios onde farrapos e balaios combateram o exército imperial” (BORGES, 2006, p. 383).

Além da reclamação a falta de dados e informações mais precisos, o autor do primeiro Atlas do Império, se indignava com as imprecisões sobre as fronteiras entre algumas províncias, sobretudo, entre Rio Grande e Paraíba. Nos lembra Maria Eliza Linhares Borges que “como advogado e político ele conhecia as indefinições, ainda grandes, dos limites internos entre as províncias do país. Àquela época, um grande número de projetos de lei propondo a definição de limites entre as províncias circulava no Senado” (BORGES, 2006, p. 383).

A reclamação da carência de dados sobre as unidades territoriais e administrativas do Brasil continuariam. Já o início do século XX, João Rodrigues Coriolano de Medeiros, ao elaborar o primeiro “Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba¹”, afirmaria em tom crítico que “alguns dados foram impossíveis apresentar [...] pela dubiedade das linhas divisórias entre os Estados limítrofes” (MEDEIROS, 2016. p. XI), já que “Geogràficamente, o Estado da Paraíba, continua[va] ignorado”, identificando que os primeiros trabalhos cartográficos e geodésicos teriam sido aqueles elaborados pelos *geógrafos* prussianos Carlos Blease e David Polemann. Em apenas uma rápida passagem de seu texto ele reforça a reclamação que no século anterior já havia sido esboçada por Beaurepaire-Rohan, como por Cândido Mendes, a respeito das poucas informações cartográficas sobre a Paraíba, por outro lado, destaca a importância e a primazia daquele esforço desenvolvido por Carlos Bless David Polemann a serviço da presidência de Beaurepaire-Rohan.

Além da minuciosa consulta aos documentos escritos, como os de autoria do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam, como já apontamos anteriormente, a pesquisa de Cândido Mendes para a elaboração dos mapas da Paraíba e Rio Grande do Norte envolveu as cartas cartográficas produzidas sobre essas províncias em período anterior ao século XIX.

Se no “Novo Orbe” de autoria desse frei Cândido Mendes aprendeu sobre a importância de Cunhaú, local onde vivia um ramo do tronco familiar dos Maranhões(sic) e Albuquerque que, espalhado por todo o Brasil, “se concentravam particularmente ‘no lugar do Cunhaú’, termo da Capitania do Rio Grande entre a Paraíba, e Ceará” (JABOATAM, 1859, v. II, p. 492), foi com a carta cartográfica publicada por Henry Koster que ele pode ter noção de sua localização aproximada, entre a Cidade do Natal e a Cidade da Paraíba, respectivamente capitais do Rio Grande e da Paraíba.

Além dos materiais cartográficos de autoria de Henry Koster que Cândido Mendes afirma ter consultado para lhe auxiliar na elaboração dos mapas das províncias do Rio Grande e da Paraíba, nos é possível conhecer outras referências, como a Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba, elaborada pelo Visconde J. de Villiers de L’lle Adam e publicada no Rio de Janeiro no ano de 1848.

¹ A primeira edição do "Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba" foi lançada pela Imprensa Oficial do Estado em 1914 e tinha apenas 112 páginas, porém, o trabalho havia sido concluído antes disso, por volta de 1908. A edição segunda, já contendo 269 páginas, foi publicada em 1944 e reimpressa no Rio de Janeiro pelo Instituto Nacional do Livro em 1950. Usamos a quarta e última reimpressão, *fac-similar* à de 1950, lançada em 2016 pela Editora do IFPB.

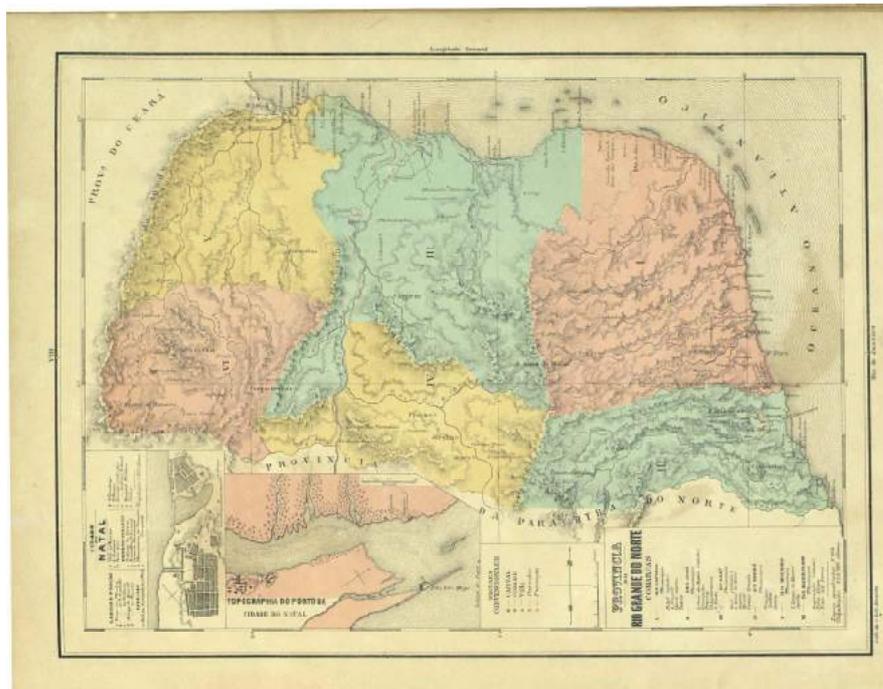
É perceptível um avanço nos dados sobre as províncias apresentados em 1816 por Henry Koster e, em 1848, pelo Visconde J. de Villiers de L'Isle. Embora o trabalho de Koster parta de uma perspectiva mais panorâmica sobre o território do Brasil, é um trabalho que talvez tenha sido desenvolvido utilizando fontes de informações mais escassas do que acessara J. de Villiers de L'Isle.

Entre a publicação do Visconde J. de Villiers de L'Isle, 1848, e a de Cândido Mendes, 1868, há 20 anos de amadurecimento dos saberes geográficos e as concessões de consulta em materiais conferidas a Mendes e que abriram possibilidades do seu Atlas ser apresentado como um trabalho que superaria os anteriores, como os de Koster e o do Visconde, embora que deles tivesse se nutrido.

Aproximações e diferenciações

A primeira grande diferença a notar entre o trabalho elaborado pelo Visconde e o produzido por Mendes é que no mapa daquele as províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte são representadas em um mesmo desenho, um mesmo mapa dá conta de representar o que seu autor imaginava como sendo as duas províncias. Em Cândido Mendes as duas províncias são separadas. No Atlas a prancha onde se localiza a província do Rio Grande é a de número VIII:

Figura 03 – Província do Rio Grande Do Norte

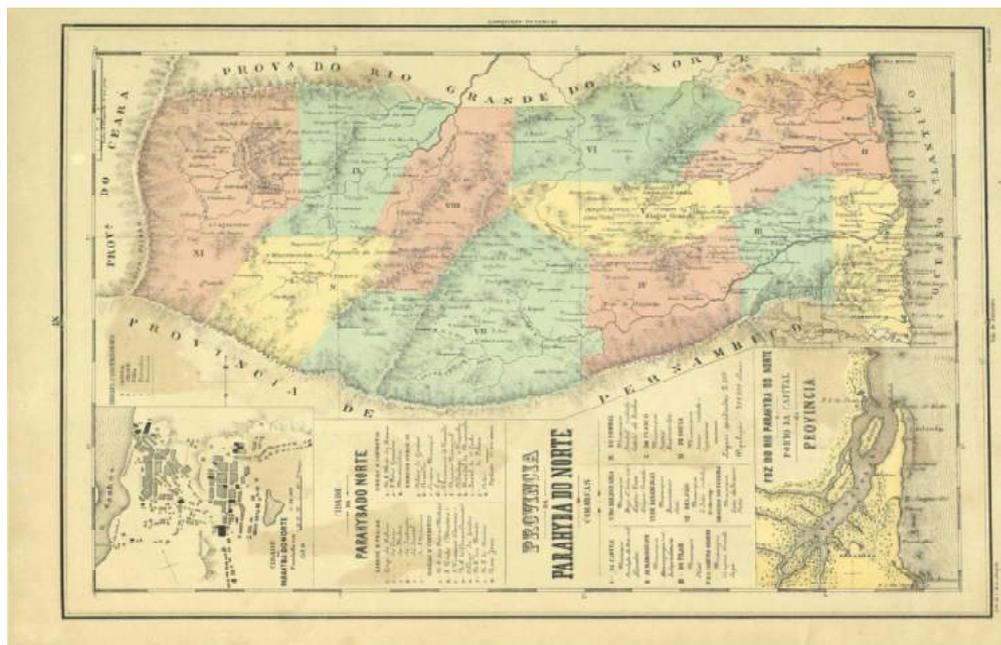


Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868. [Pracha IX; fl 49].

Sobre o Rio Grande do Norte ele afirma: “O territorio que constitue hoje a Provincia do Rio-Grande do Norte, melhor denominado – Potyguarania ...” é a terra do “legendario Potyguára, denominado Poty”, ou D. Antonio Fellipe Camarão, também de seu irmão Jacaúna e de seu thio Jaguarary, membros da “poderosa e valente tribu” dos Potyguáras. Sem esses, devidamente pacificados, a “conquista e colonisação do Ceará” não teria sido possível e “o norte do Imperio talvez hoje não fizesse parte do Brazil, nem mesmo se podia ter podido arrancar aos Holandeses a sua conquista no século XVII (ALMEIDA, 1868. p. 13).

A prancha subsequente é a de número de IX e retrata a Paraíba. Sobre o material que Cândido Mendes teria consultado para se munir de informações precisas para elaborar a dita nona prancha ele sublinha que, se comparado ao que teve acesso para desenhar o território do Rio Grande do Norte, aquela província “não he melhor aquinhoadada que a precedente”, tendo que recorrer a material elaborado por Conrado Jacob Niemeyer e Marcos Pereira Sales (Rio de Janeiro, 1843), a carta já referida anteriormente, aprontada pelo Visconde J. de Villiers de L’lle Adam (Rio de Janeiro, 1848) e o mapa que contemplava parcialmente a província, também já reproduzido em páginas precedentes e elaborado pelos engenheiros prussianos Carlos Bless e David Polemann (1858). Ou seja, a base de dados cartográficos da qual ele partiu para forjar a representação da Paraíba foi a mesma que usara para aprontar a do Rio Grande do Norte.

Figura 04 – Província Parahyba Do Norte



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). **Atlas do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, RJ: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868. [Prancha IX; fl 49].

Algo que não mudou nos trabalhos de Koster, do Visconde e de Mendes foi a sintomática reclamação a respeito das parcas fontes de informação sobre os territórios provinciais e seus limites. Nos questionamos sobre que dimensão essa crítica aos inexistentes limites assume e de que modo as decisões da Câmara Geral do Império reverberaram no Atlas publicado por Mendes? Mas essa já é uma problemática para futuras reflexões.

Aproximações e conclusões

A realização de uma “arqueologia” do Atlas de autoria de Cândido Mendes nos possibilitou conhecer não somente como essa obra foi organizada, a que fontes de informações recorreu seu autor para a elaboração dos textos e cartas cartográficas, mas também o contexto histórico no qual foi publicada. Esse contexto é marcado por uma nova sensibilidade em relação ao acesso ao conhecimento, que foi traduzida na quantidade de dados que Mendes mobilizou em seu Atlas. Mesmo diante de tantas informações ele manifesta sua insatisfação com a carências de dados acerca das divisas provinciais, inclusive em relação a Paraíba e ao Rio G. do Norte. De todo modo o desenho que Mendes elabora sobre essas duas unidades do Império apresenta um salto qualitativo em relação às publicações por ele consultadas, resultando, inclusive, em um desenho individual para cada uma destas.

Fontes e Referências Bibliográficas

ADDITAMENTO IV. A Capitania da Paraíba. In: JABOATAM, Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Parte Segunda. 1859, Volume II, p. 492.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). **Atlas do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, RJ: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Atlas históricos: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). **Política, Nação e Edição**. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo, SP: Annablume, 2006, p. 369 - 390.

DANTAS, George Alexandre Ferreira; FERREIRA, Angela Lucia e SIMONINI, Yuri. Desenhando territórios: a cartografia de Candido Mendes e o “Nordeste” brasileiro do século XIX. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2011.

GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. O “Atlas do Império do Brazil”: uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. In: IV SIMPÓSIO

LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. **Anais...**, Porto, Portugal. 2011.

JABOATAM, Antonio de Santa Maria. Estancia XII: Da Capitania do Rio Grande. In: **Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. 1858, Primeira Parte. Volume I.

L'ILE-ADAM, J. Villiers de. **Carta topographica e administrativa das Provincias do Rio Grande do Norte, Parahyba**. Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde J. de Villiers de L'ile Adam. Gravada na Lithographia Imperial de Vt. Larée. Publicada por Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur e Morizot. Rio de Janeiro, 1848. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/44547>

_____. **Mappa geral do Imperio do Brazil**: Erigida sobre os trabalhos dos engenheiros e geógrafos. Publicado por B. L. Garnier. Rio de Janeiro, setembro de 1851. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/44583>

LIMA, André Nicacio. Primeiro atlas brasileiro, de 1868, vai muito além dos mapas. **Revista História Ciências Saúde – Manguinhos**, 2013. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/primeiro-atlas-brasileiro-de-1868-vai-muito-alem-dos-mapas/>

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo de pátria** - imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa-PB: Editora do IFPB, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68. p. 157 – 158.

ROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Tradução Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

Leonardianos como Fenômeno Representativo da Cultura Milanesa¹

Sara Tatiane de Jesus

Graduanda em História-Licenciatura
Universidade do Estado de Minas (UEMG)
sarastatiane22@gmail.com

Resumo: Após enviar uma carta de apresentação ao duque Ludovico Sforza, informando suas habilidades, Leonardo não deixou de ressaltar sua destreza para com a pintura, algo que posteriormente, veio a interessar prontamente Ludovico, pois ele ansiava por tornar Milão um centro de arte e cultura assim como suas vizinhas, Florença e Veneza. Da Vinci se tornou um aliado importantíssimo para esse projeto, tendo em vista sua criatividade e curiosidade para com o mundo a sua volta. Não obstante, assim que Leonardo se instalou em Milão, após um período trabalhando na confecção e execução de peças de teatros, ele abre uma oficina de pintura, sendo seu primeiro aprendiz Salaí, e posteriormente outros pintores agregariam sua oficina, como: Bernardo Zenale, Ambrogio de Predis, Bernardo Luini, dentre outros. Esses pintores conhecidos posteriormente como leonardianos, conseguiram se perpetuar como artistas em Milão, de forma que o estilo leonardiano se enraizou na cultura milanese desde o período sforzesco. Os leonardianos não foram apenas aprendizes, alguns se tornaram mestres e desenvolveram suas próprias técnicas de forma que vieram a produzir inúmeras encomendas aos mecenas propagando seus trabalhos por Milão e por toda a Europa. Os leonardianos foram responsáveis por desenvolver em Milão o que seria um movimento cultural, um renascimento milanês, onde iriam usar dos ensinamentos adquiridos com Leonardo para desenvolver uma arte própria, com estilo, forma e originalidade. Sendo assim, viu-se a necessidade de compreender e problematizar as características do Leonardismo milanês e como ele agregou e se enraizou em Milão, de forma “que transformou o Leonardismo no fenômeno mais representativo da cultura artística milanese das primeiras décadas do século XVI.” (BATTAGLIA, 2011, p. 33).

Palavras-chave: Leonardo Da Vinci, leonardianos, Milão.

Leonardo Da Vinci e Milão

Florença no século XV e XVI se apresenta como o berço do renascimento, graças ao efervescente comércio estrangeiro que trazia a essa pequena cidade, traços de outras culturas, com manuscritos em latim e grego que serviram de aporte para muitos estudiosos daquela época.

[...] Florença, naqueles anos, era o centro da cultura da Europa; partia-se da Alemanha para ali aprender as ciências e as artes, e as novidades florentinas

¹ Essa pesquisa é um recorte de um trabalho em andamento de conclusão de graduação em História na Universidade do Estado de Minas Gerais, com data de conclusão para dezembro 2019.

eram esperadas e lidas em Paris, pelos doutores da Sorbonne, como um novo Evangelho. (GARIN, 1993, p. 85)

O apoio dos mecenas, banqueiros e admiradores da arte, foi de extrema importância para o financiamento dos artistas naquele período, pois esse apoio de estendia desde salários fixos aos artistas contratados, como muitas vezes, moradia e cortesias e prestígio diante da sociedade. O renascimento movimentou não somente o mundo das artes, da pintura, escultura, arquitetura, como também influenciou o pensamento dos intelectuais, pois o ser humano passa a ser o centro de tudo, passa a ser admirado, estudado em sua forma anatômica, começa a ser valorizando em sua imagem e representação. É nesse contexto de efervescência intelectual e artística que surge Leonardo Da Vinci, nascido na pequena cidade de Vinci na Itália e 1452. Mesmo sendo filho bastardo, Leonardo consegue ascender em Florença anos depois como aprendiz de Verrocchio; aprendendo e aperfeiçoando novas técnicas, conquistando prestígio e fama graças às obras que confeccionava. Porém, devido a crescente onda de adeptos ao tradicionalismo, que posteriormente daria ascensão ao Padre Girolamo Savonarola², Leonardo mediante as acusações de sodomia, se vê mais inclinado a deixar Florença e ir atrás de um novo mecena que pudesse financiar seus projetos como também se ver livre das acusações de homossexualidade.

Leonardo chega em Milão em 1482, nesse primeiro momento ele se dedica trabalhar na corte de Ludovico na produção técnica de peças de teatro, de forma que ele produz cenários e objetos para incrementar dos espetáculos. Posteriormente Da Vinci, iria abrir uma oficina em Milão, onde iria desenvolver algumas de suas pinturas, como também, desenvolver seus estudos no campo da anatomia, através da observação e dissecação de animais e humanos, como também estudos no campo da geologia, engenharia militar, hidráulica e escultura, onde posteriormente ele daria início ao monumento equestre encomendado por Ludovico Sforza em homenagem a seu pai Francisco I Sforza.

No momento em que Leonardo chega em Milão, a cidade conta com aproximadamente 125 mil habitantes (WALTER, 2017, p. 113), sendo o triplo do tamanho de Florença. Milão era governada por uma corte, porém por duzentos anos ela fora não uma república mercantil, mas uma cidade-estado feudal governada por ditadores militares que se proclamavam duques herdeiros. Uma das primeiras famílias fora os Visconti que governaram durante o período de 1277-1447, e posteriormente a família Sforza governaria Milão. No período em que Leonardo

² Pregador na Florença renascentista que ficou conhecido por suas profecias, pela destruição de objetos de arte e artigos de origem secular e seus apelos de reforma da igreja católica.

chega a Milão Ludovico Sforza já com seus trinta anos de idade, ainda não era oficialmente duque, pois:

[...] seu pai Francisco Sforza, um dos sete filhos ilegítimos de um mercenário militar, tomara o poder e se autoproclamara duque em 1450, depois da dissolução da dinastia Visconti. Após sua morte, o irmão mais velho de Ludovico, assumiu o cargo, mas logo foi assassinado, deixando o título nas mãos do filho de sete anos. Ludovico afastou a mãe do garoto para o papel de regente, tomando o controle de fato em 1479 (WALTER, 2017, p. 114).

Em meio aos conflitos militares e políticos da corte milanesa Leonardo não atenderia exclusivamente como engenheiro militar, conforme mostra em sua carta de apresentação “construirei indestrutíveis carruagens blindadas capazes de penetrar as fileiras do inimigo com sua artilharia, e não existira corpo de soldados capazes de resistir a elas” (WALTER, 2017, p.116). Interessaria a Ludovico, Leonardo como pintor e mestre nas artes, que viria enriquecer a sua corte, com conhecimento, cultura e beleza. Pois, diferente de Florença, Milão não estava com um grande número de artistas.

Como suas ambições eram grandiosas (Ludovico), mas a legitimidade de seus títulos, muito frágil, os castelos estavam sempre repletos de cortesãos, artistas, atores, músicos, mestres de caca, governadores, domesticadores de animais, engenheiros e qualquer outro tipo de profissional ou adorno que pudesse lhes dar algum tipo de prestígio e legitimidade. (HALE, 1988, p. 237)

Sendo assim, Leonardo trabalha em sua oficina acompanhado segundo ele de “assistentes talentosos”. Esses assistentes, sendo um deles Gian Giacomo Caprotti da Oreno, conhecido como Salai, e o pintor milanês e futuro mestre Francesco Melzi, que se juntou a Leonardo em 1507. Todos os pintores que tiveram contato com Leonardo em Milão, e até mesmo fora de Milão, como é o caso do pintor Rafael Sanzio, que teve contato com Da Vinci em Florença, todos esses pintores que aprenderam com Leonardo de forma a agregar em suas próprias pinturas a técnica e o estilo de Leonardo, vieram a ser conhecidos como Leonardianos. Esse termo “Leonardiano”, hoje se apresenta pouco usual e inadequado, pois o termo em si não dá conta da quantidade de pintores que existe por de trás dele. Pintores que ficaram escondidos atrás da sombra de Leonardo, pois somente são ou eram, citados através de Da Vinci, alguns desses pintores foram responsáveis por inúmeras obras de arte, afrescos e murais, como é o caso de Francesco Melzi, Bernardino Luini, Rafael Sanzio, Ambrogio de Predis, e alguns deles se tornaram mestres ou já eram mestres qualificados antes mesmo de conhecer Leonardo, como é o caso do pintor Marco d’ Oggiono.

Conflitos internos em Milão

Milão, de acordo com o autor John R. Hale (1988), tornou-se o mais bem-sucedido e mais poderoso exemplo de governo senhorial, em contraste com Florença, Veneza ou Gênova republicanas. Embora pesadamente tributada e sem guildas poderosas ou instituições cívicas livres, Milão conservou uma economia excepcionalmente dinâmica. As manufaturas incluíam têxteis e metalurgia, sobretudo armaduras e armamento. As regulamentações de saúde que controlavam a peste eram avançadas e efetivas na segunda metade do século XIV, e as comunicações foram melhoradas por canais.

Tais vantagens podem ajudar a explicar a aceitação de uma autoridade principesca, a qual foi por vezes brutal e arbitrária, e nem sempre triunfante em suas numerosas guerras: a morte de Giangaleazzo sustou subitamente a expansão dos Visconti na Itália central, e Filippo Maria teve pouco êxito em reverter os avanços continentais de Veneza (HALE, 1988, p. 237).

Milão, sempre é apresentada como uma cidade-estado soberana, porém sempre em conflitos internos de sucessão de poder e externos de invasão e dominação por parte de outros países. Os Sforza, ainda segundo John R. Hale (1988), “personificaram a continuidade”, inclusive em obras de edificação, pois eles almejavam restaurar Milão, através da arquitetura, da arte e da ciência. Com Francesco criasse uma nova ligação com Florença dos Medicis, que acabou por se expressar nas construções milanesas, sobretudo no Ospedale Maggiore por Filarete e o Palazzo Medici, a sede do Banco Medici. Ludovico Sforza se preocupou em contar a história de Milão, de forma que ele encomenda a Bernardino Corio (1459-1512), membro da casa Sforza, a escrever a história de Milão desde suas origens, sendo assim o extenso livro vem a ser publicado em 1503, graças a Ludovico que disponibiliza os arquivos milaneses para a pesquisa. Posteriormente Maquiavel publicaria um livro com o mesmo intuito de Corio, a História de Florença, que foi concluída e oferecida a Clemente VII, Giulio de Medici, em 1525. Ludovico se deleitava “nas distrações da música, da finura verbal e dos efeitos teatrais visualmente excitantes” (HALE, 1988, p. 330), o que explicaria o “favoritismo” para com Leonardo Da Vinci, pois ambos tinham interesses científicos em comum. Ludovico estava bem provido de engenheiro e artistas de todas as espécies, assim ficou conhecido como um “notável patrocinador”, que entre seus inúmeros projetos estavam a conclusão de Certosa e a fundação de uma nova catedral em Pavia. Muitas ordens religiosas foram beneficiadas com novos edifícios, sobre tudo S. Maria delle Grazie e S. Ambrogio, cujas obras tiveram projetos de Bramante.

“A extraordinária reputação de Ludovico como um mecenas munificente e bem informado é atestada por muitos cortesãos literatos (por exemplo Castiglione) que lamentaram sua dispersão depois de 1499” (HALE, 1988, p. 236). Essa dispersão, seriam os conflitos em Milão que se darão no período que Leonardo estará trabalhando para a corte milanesa. Com o início da guerra entre Milão e França, muito do que era investido em arte e projetos ornamentais, foram interrompidos, pois Ludovico necessitava de todos os recursos necessários contra os franceses, que até então eram um grande exército. Com o baixo investimento os e salários atrasados, e o monumento equestre em homenagem a seu pai, encomendado por Ludovico a Leonardo foi interrompido, devido à necessidade do cobre para produção de armas, sendo assim, Leonardo se viu obrigado a procurar outros patronos. Com a invasão francesa e a prisão de Ludovico, Leonardo acabou por se entrelaçar com os franceses, devido ao seu talento, onde permaneceu até o final de sua vida.

De acordo com a autora Stewart (2017), Milão passaria o restante do período moderno em conflito com ocupações estrangeiras, principalmente a francesa, e essas turbulências políticas “interrompem redes tradicionais de patrocínio” como no caso dos artistas. Que desencadeou “êxodos temporários de artistas nas cidades, como em 1513, quando um número de artistas, incluindo Leonardo, deixou a cidade após a derrota final dos franceses”³ (STEWART, 2015, p. 7-8).

A ausência de um centro de corte estável, combinada com a instabilidade política produzidas por essas mudanças de regimes, os danos causados pela ocupação militar, e os conflitos maiores e lutas de poder e guerras italianas, certamente tinham um efeito amortecimento na produção cultural milanesa nesse período. (STEWART, 2015, p.10)

Ao analisarmos a enorme lacuna historiográfica em relação aos estudos de Milão e os Leonardianos no âmbito cultural, podemos compreender o por que durante tanto tempo os estudos referentes aos artistas Milaneses foram negligenciados. A autora Stewart (2015) em sua tese de doutorado explica que a “arte nativa’ milanesa, no período renascentista “nunca recebeu atenção erudita em proporções ao seu significado” à autora ainda ressalta que apesar de alguns avanços historiográficos a partir de 2001 a 2004, ainda sim a importância de Milão enquanto centro político, econômico e cultural na Itália, ainda permanece “subestudada por historiadores da arte”, sendo a menos estudada das principais cidades europeias modernas, afirmando que “a lacuna historiográfica, de certa forma, reflete preconceitos das convencionais representações de Milão, em grande parte derivando de Jacob Burckhardt”.

³ [...] “triggered temporary exoduses of artists from the city, as in 1513 when a number of artists, including Leonardo, left the city following the final defeat of the French”. (Tradução minha).

(STEWART, 2015, p.6-7-8). Como também podemos pensar no que o autor Ginzburg (1991) fala de “Atraso periférico ou atraso de método?”, em que ele afirma que as arte vindas dos grandes centros artísticos eram usadas como parâmetro homogeneizante, de forma que a arte de que vinha de outras cidades, que ele classifica como periféricas, eram subalternizadas de forma que eram somente analisadas em relação ao “paradigma dominante” e por cânones e valores já estabelecidos, que nesse caso seria Florença e Milão enquanto centro artístico subalternizado.

Leonardianos

O ambiente artístico milanês reagiu as propostas introduzidas e desenvolvidas pelos pintores Leonardianos com grande intensidade, e com uma “vitalidade nova” (BATTAGLIA, 2011, p. 33), pois na primeira estadia de Leonardo em Milão somente um grupo restrito de pintores tiveram contato com ele, e esse pequeno grupo estavam com obras destinadas a ordens religiosas. Bramantino ficou conhecido como um dos pintores que reinterpretou Leonardo, trazendo novos significados ao que havia aprendido com ele, porém, Bramantino já era pintor antes de ter contato com Leonardo. Ele executou retratos de personagens para o Vaticano. Seus primeiros trabalhos mais conhecidos são a Natividade em 1490 e Ecce homo, por volta de 1495 e a Adoração dos Magos, confeccionado por volta de 1495-1498, onde se encontra hoje na Galeria Nacional de Londres. Bramante era pintor e arquiteto, de forma que juntamente com Donato construíram da Igreja de Santa Maria San Satiro, em Milão. Em 1525, Bramantino foi nomeado arquiteto por Francesco II Sforza, e como engenheiro na defesa de Milão.

O jovem Giovanni Antônio Boltraffio, que segundo Vasari “foi uma pessoa pratica e conhecedora” (VASARI, 2011, p. 452) se ingressou na oficina de Leonardo quando tinha aproximadamente vinte anos, permanecendo ao lado de Da Vinci por uma década, e “foi o interprete mais inteligente sensível das novidades leonardianas” (BATTAGLIA, 2011, p. 22). Boltraffio produziu A Virgem com o Menino em 1490, onde utilizou do fundo das janelas para incrementar com uma paisagem, causando profundidade a obra, sendo uma opção altamente decorativa, que se torna evidente na maneira como os perfis da Virgem e do Menino se retalham no fundo escuro, inscrevendo-se perfeitamente entre as duas janelas em forma de arcos. A Boltraffio é atribuída também a Virgem da Flor, do Museu Poldi Pezzoli, com data da metade da década de 1480.

Francesco Melzi ficou conhecido como o aluno “favorito” de Da Vinci, Melzi, se destacou em vida por produzir uma quantidade significativa de obras, como também, por ajudar Leonardo na confecção de suas obras no final de sua vida, quando suas mãos já não funcionavam. Melzi teve grande prestígio ao ponto de receber um salário fixo em 1516 do rei da França Luis XII (BATTAGLIA, 2011, p. 36), e acabou por se tornar mestre e possuir seu próprio ateliê, sendo um de seus alunos Girolamo Figino (1524-1569), que tinha como característica o uso de cores fortes em suas obras e presença do claro e escuro como contraste entre os personagens, como no caso de sua obra Salomé recebendo a cabeça de São João Batista, produzida por volta de 1530-1535. Francesco Melzi é um exemplo quando pensamos na real identidade artística dos Leonardianos, pois ele conseguiu desenvolver seu estilo próprio, mesmo trabalhando ao lado de Leonardo, e após sua morte teve seu ateliê atuando como mestre e recebendo encomendas. A pintura de Francesco Melzi se projeta diante de nós com uma intensidade de cores, casando o azul o vermelho e o laranja, ele se aventura em suas pinturas com cores fortes, sendo extremamente detalhista quanto aos adornos da peça das roupas de seus personagens, sendo visível em sua obra Vertumnus and Pomona, confeccionada entre 1518-1528.

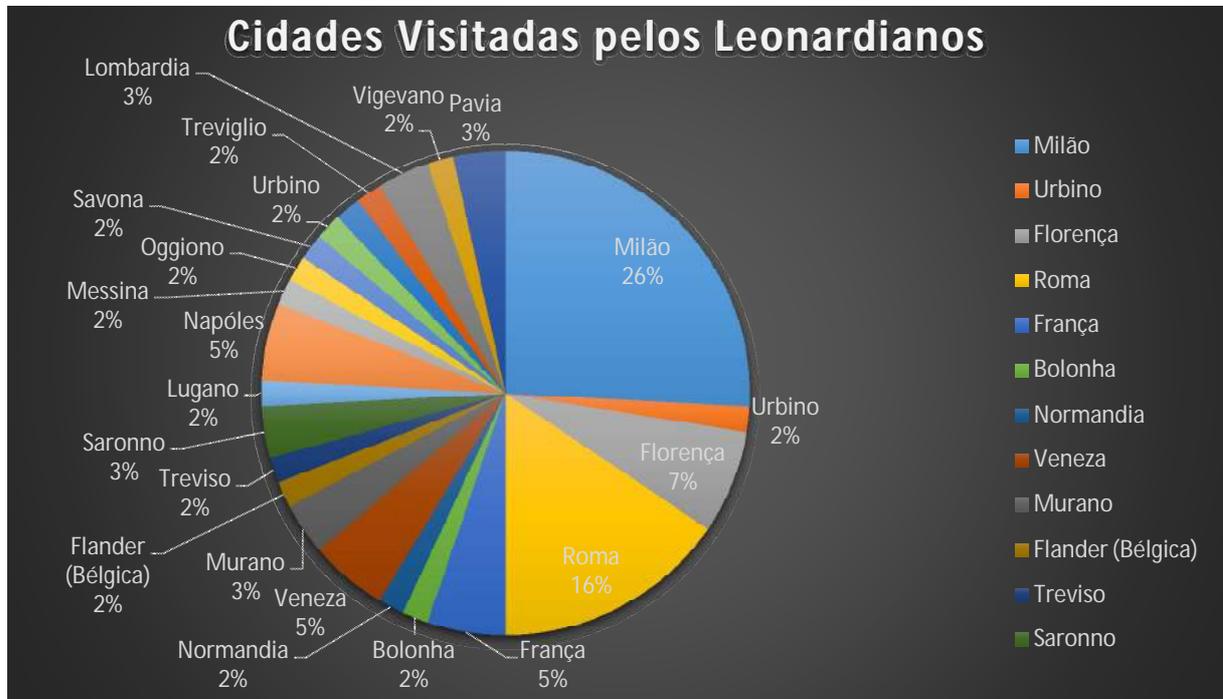
Andrea Solario, assim como Rafael e Melzi usa das cores quentes e detalhes minuciosos nas roupas dos personagens retratados, em sua obra Salomé recebe a Cabeça de São João Batista (1506-1507) é perceptível essa atenção não somente com as roupas e as cores, mas também para com a utilização do fundo escuro, indo contra ao estilo normalmente adotado por Leonardo em suas obras, com o fundo com paisagens campestres que causam profundidade a obra. O primeiro trabalho datado de Solari é uma Sagrada Família e São Jerônimo, com uma paisagem, executado em Murano em 1495. A Andrea pertence Crucifixion (1503) e o retrato de Charles d'Amboise; o retrato de Giovanni Longoni (1505); a Anunciação (1506); e a bela Virgem da Almofada Verde e a Cabeça do Batista em um carregador de prata (1507). Em 1507, Andrea Solario foi para a França com cartas de apresentação ao Cardeal de Amboise e trabalhou durante dois anos em afrescos na capela do seu castelo de Gaillon, na Normandia. O artista estava de volta à Itália em 1515, a data da Fuga para o Egito com seu fundo paisagístico harmonioso e detalhado. A este período pertence a Procissão ao Calvário; o retrato do Chanceler Domenico Morone e a mulher tocando O último trabalho de Andrea foi um retábulo representando A Assunção da Virgem, deixado inacabado na sua morte e completado por Bernardino Campi por volta de 1576. Hoje existem cerca de vinte e cinco obras atribuídas ao mestre Solario espalhadas pelo mundo.

Bernardino Luini atualmente contem quinze obras em seu nome, espalhadas por todo o mundo, ficou reconhecido em Milão em por 1509 a 1514 por completar os afrescos para a Villa Pelucca em Sesto San Giovanni atualmente na Pinacoteca di Brera em Milão. Por volta de 1525, ele completou uma série de afrescos sobre a vida da Virgem e Cristo para o santuário de Santa Maria dos Milagres em Saronno. Outras de suas obras incluem uma Sagrada Família no Museu do Prado, duas Salomé no Museu de Belas Artes de Boston e a Galeria Uffizi e um Retrato de uma Dama na Galeria Nacional de Arte. Em 1529, Luini completou uma das suas obras-primas, o grandioso afresco da Paixão e da Crucificação em Santa Maria degli Angeli, em Lugano, emparelhado com outras obras da mesma igreja. Em 1531 ele retornou ao santuário de Saronno para completar outros afrescos. De acordo com a autora Stewart (2017), Luini é visto como um artista sofisticado tendo experiência em temas sagrados, tendo uma demanda considerável entre nobres milaneses, patronos franceses e eclesiásticos e instituições. Podemos verificar em suas obras a opção de um fundo escuro em contraste com o os personagens que ficam em destaque, com roupas ornamentadas e em alguns casos com o olhar direcionado a telespectador.

Cesare da Sesto assim como Luini, em sua obra Salome (1510-1520), ele utiliza o fundo escuro para isolar os dois personagens principais, sendo assim podemos verificar mais uma das versões da história bíblica de Salome. Em seu quadro, Cesare retrata Salome em um vestido vermelho quente, essa cor pode ser interpretada como associação a dignidade duvidosa da personagem, que como nos mostra a história bíblica sua mãe era adúltera. Cesare favorece seus seios deixando os levemente expostos e acrescentando uma iluminação. Nas mãos de Salome pode ver que uma mão aponta para a cabeça decepada de Joao batista, se repararmos nessa mão que aponta para morte verificaremos que ela está posicionada da forma como os artistas normalmente retratam as mãos que apontam para o céu em um sentido de devoção e agradecimento ao divino, no sentido e contexto da pintura podemos supor que a mesma rompe com as leis de Deus ao matar um de seus servos. A outra mão de Salome está posicionada em suas partes íntimas podemos pensar em outra inferência a acusação de adultério, como deduzir que o homem que traz para ela a cabeça de Joao batista pode ser não apenas um servo como também pode representar um amante, como também a submissão de Tetracar e Herodes Antipas aos seus desejos, já que ele (Tetrarca) concedeu a cabeça do

profeta á Salome. Segue-se abaixo um gráfico⁴ apostando as principais cidades por onde os leonardianos se deslocaram de forma a levar a arte milanesa pela Europa.

Gráfico 1 – Cidades visitadas por Leonardianos



Fonte: produzido pela autora.

Sabe-se atualmente, que existem até o momento, quinze pintores conhecidos como Leonardianos, incluindo Rafael Sanzio⁵; esses pintores tiveram suas obras espalhadas por toda a Europa chegando até a América atualmente. Muito do que se sabe em relação a eles se dá de pesquisa direcionadas a Da Vinci, gerando assim uma espécie de círculo vicioso, em que os artistas só existem em detrimento do contato com Leonardo, ou seja, os julgamentos e análises se apresentam e se baseiam em volta da aura da genialidade atribuída a Leonardo, pouco se diz ou se escreve acerca de Cesare da Sesto, Bernardino Luini, Andrea de Solario, Salaí, Melzi, Boltraffio, Zenale, Predis, Gianpietrino, Napoletano, Cesare Magni, Martino Piazza e Giovanni Agostino, o que se sabe é sobre os Leonardianos, um grupo de pintores italianos que em um dado momento de suas vidas tiveram contato com Leonardo e a partir daí a existência artística deles se resumiu a isso, a serem eternizados como pupilos, e nunca como

⁴ A maioria dos dados referentes aos locais visitados pelos Leonardianos foi encontrado nas bibliografias já citadas de viés biográfico sobre Da Vinci, como também através dos sites dos museus que expõem as obras dos pintores.

⁵ Ver “Os Leonardianos: A influência Artística de Leonardo da Vinci no século XVI em Florença e Milão”. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas.htm>>. Acessado em: 03 de Maio 2019.

mestres independentes da pintura. Acreditasse que grande parte das críticas que se tem sobre esses pintores e as negligências historiográficas para como eles se dá em parte da má utilização do conceito de copia utilizado no renascimento e o conceito de cópia que se tem na modernidade, entender esses conceitos básicos, são fundamentais para compreender o artista em seu contexto histórico e jamais analisá-lo com conceitos e valores de outro tempo, pois ao retirar-lo de seu espaço temporal podemos cometer o equívoco de sermos anacrônicos, ou pior, de propagar falsas visões sobre personagens históricos, de forma que eles sejam compulsoriamente através das pesquisas, sempre retratados de determinada forma.

Conclusão

Estar ingressado em um ateliê e aprender com um mestre da pintura não determina a forma como o artista irá pintar pelo resto de sua vida, os estudos em um ateliê são a base para um artista em formação aprender as principais técnicas e regras utilizadas pelos grandes pintores, quando o aluno adquire prática e segurança em seu trabalho é natural que ele desenvolva um estilo próprio; existem exemplos famosos em que o artista cria novas formas de pintar e novas técnicas, como é o caso de Leonardo e seu Sfumatto. Devemos pensar nessas regras como um parâmetro geral da arte dentro daquele período e naquela região da Itália, mas jamais deduzir com certeza que isso significava uma maneira absoluta e única do fazer artístico. Os leonardianos, foram difusores da arte milanesa, pois conforme apontado nessa análise eles se deslocaram de várias partes da Itália para aprender em Milão, e quando se decorreu de guerras e conflitos que fizeram se deslocar de Milão, muito se espalharam pela Europa de forma a mostrar ao mundo ocidental a arte milanesa. A arte desses pintores fora de extrema relevância para a cultura artística de Milão, não somente no sentido de trazer prestígio e reconhecimento a Milão, como também para mostrar como os artistas com a mesma base de fundamentação artística conseguem se diferenciar e inovar.

Referencias Bibliográficas

- BATTAGLIA, Roberta. **Da Vinci**. Tradução de José Ruy Gandra. São Paulo: Ed. Abril Coleções, 2011.
- GARIN, Eugenio. **Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- GINZBURG, Carlo. **A micro História e outras Análises**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

HALE, John R. **Dicionário do Renascimento Italiano**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

STEWART, Pamela A. V. **Devotion to the Passion in Milanese Confraternities, 1500-1630: Image, Ritual, Performance**. Michigan: University of Michigan, 2015.

VASARI, Giorgio. **Vidas dos Artistas**. Ed.1. São Paulo: Nova Fronteira, 2011.

WALTER, Isaacson. **Leonardo Da Vinci**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

A mulher negra e mãe como temática de produção na arte contemporânea brasileira¹

Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora)²

Graduanda em Artes Visuais

Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA

liliamorim79@gmail.com

Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora)³

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre a representação da maternidade negra, a partir de fotografias antigas de amas de leite e produções artísticas negrascendentes, realizadas na contemporaneidade por artistas brasileiras. A fim de promover uma reflexão sobre como a mãe negra vem sendo tratada e apresentada desde período escravocrata no Brasil, na historiografia do país, difundida ainda sob os métodos eurocêntricos de educação, ao abordar as histórias sobre o povo negro/afrodescendente ainda pela ótica da sub-representação. Fazendo ainda, uma reflexão sobre as representações distintas de maternidade, que tem como dispositivo os marcadores sociais de raça e classe social, para tratar dessa condição feminina. Observando as diferenças entre a construção social do amor materno para alimentação de uma sociedade conservadora e a construção cultural do amor materno por uma questão de sobrevivência e resistência, que perpassa pela escravidão do período colonial até os dias atuais com o genocídio do povo preto. Apresenta a produção artística de Rosana Paulino, Renata Felinto e Ana Lira, de obras que possuem como temática a maternidades de mulheres negras, utilizando a linguagem visual como ferramenta de discussão e denuncia sobre este tema, realizamos análise das obras e da relação que possuem com a academia no campo de estudos das artes visuais.

Palavras-chave: Arte contemporânea, Maternidade negra, Artistas negrascendentes, Artes Visuais, História.

Introdução

A representação da maternidade por meios das artes é algo que podemos encontrar nas propagandas publicitárias que consomem os outdoors, revistas, redes sociais, programas televisivos, etc. Tais representações da maternidade que aparecem na contemporaneidade,

¹Artigo apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História (EPHIS), no Simpósio Temático 20 Interfaces Imagéticas: a História em diálogo com a História da arte e da imagem.

²Membro do grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos FECOP/URCA.

³Artista visual e professora efetiva adjunta do setor de Teoria da Arte do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, Doutora em Artes visuais- IA/UNESP, líder do grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/ CNPq e do projeto de pesquisa YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos. Compõe o comitê de Pesquisa Científica e o observatório da violência da URCA. renata.santos@urca.br.

sejam elas de cunho artísticas ou não, são baseadas em sua grande maioria na idealização da mãe amorosa que a sociedade deseja encontrar.

A romantização da função de mães, por sua vez, começa já na infância, quando as meninas ganham suas “primeiras filhas” (bonecas), que são dadas de presente. Brincar de casinha, com panelas e muitas vezes comidinha, acompanhado de uma boneca, ou a brincadeira de mamãe, é dadas como as principais atividades reservadas às meninas, privando os meninos de terem acesso a tais brinquedos, para que não se habituem a brincadeiras de meninas e venham querer agir como uma. Tal atitude das mães e dos pais poder ser relacionada ao pensamento de Daniel Welzer-Lang, presente no seu artigo *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*, quando ele se refere às ações e ideias na construção de masculinidades que os meninos jovens são submetidos por homens mais velhos, indicando que “para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres. ” (WELZER-LANG, 2001, p. 3). Assim, o ato de brincar com bonecas é associado à possibilidade de despertar o desejo sexual por homens.

A construção do gênero se dá por meio de construções sociais, as quais os pais foram submetidos e agora submetem através da educação familiar, que atribuem gênero as atividades desenvolvidas pelas crianças, que são guiadas pelos mesmos.

Segundo a filósofa e feminista norte americana Judith Butler, não se pode impor “ao corpo das mulheres a obrigação compulsória de reproduzir” (BUTLER, 2003, p. 136 apud RAMOS, 2008, p. 14), esta frase dialoga bem com a seguinte frase da filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, DS II, 1980. p. 9 apud SANTOS, 2010. p. 10).

São tais questões que serão abordadas no decorrer do artigo, em análises históricas, onde a imagem captura situações e condições de mães e maternidades. Analisando contextos sociais, raciais, e históricos, para uma compreensão da situação da maternidade em que mulheres negras e mulheres brancas se encontram, quando estão inseridas em contextos e históricos e geográficos diferentes.

A construção do amor materno no ocidente

Apresentar um sentimento acerca da maternidade diferente daquele de padrões conservadores dos quais somos ensinados pode não ser aceito, mesmo não sendo algo inerente

à biologia do corpo e da mente de quem possui o órgão sexual reprodutor feminino. Segundo Valetim e Cortez o amor materno não passa de uma construção “ideológica iniciada no século XVIII por necessidades demográficas e econômicas, e desde então, foi imposto um padrão de comportamento feminino que associa a mulher à condição de mãe amorosa e devotada aos filhos”. (VALENTIM E CORTEZ, 2014, p. 1).

Esta construção teve o auxílio da literatura, artes, e inclusive da medicina, no que corresponde as suas descobertas sobre a puericultura, que interferiu no trabalho de muitas mulheres negras que atuavam como amas de leite no período pós-escravidão, pregando que as mulheres negras poderiam passar diversas doenças para as crianças brancas.

É necessário salientar que o amor materno e sua construção ideológica está sendo abordado a partir de uma visão de conhecimentos produzidos por uma ótica europeia, de colonização que ainda é seguida pelos países que constituem o ocidente. Sendo assim, padrões que não viam mulheres indígenas e negras como humanas, mas como selvagens, acabando e desmembrando suas organizações familiares no período de invasão e exploração, interferiu nas relações entre mães e filhos cujas bases culturais não poderiam ser entendidas nas suas ignorantes compreensões sobre as subjetividades de outros povos. Com atitudes que causaram males de sociabilização entre famílias não brancas até os dias de hoje. Como aponta bell hooks, em seu texto *Vivendo de Amor*, a cerca de como a escravização de pessoas negras interferiu na construção de afeto entre famílias negras, após a sua abolição.

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. Imagino que, após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mas é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar. Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação. Estavam assim se utilizando dos mesmos métodos brutais que os senhores de engenho usaram contra eles. Sabemos que sua vida não era fácil; que com a abolição da escravatura os negros não ficaram imediatamente livres para amar. (HOOKS, 2010, p. 2).

Quando trato o assunto do amor romântico direcionado para o segmento feminino e branco, quero trazer a reflexão de como as condutas de criação das crianças das mulheres autóctones do Novo Mundo foi e é ignorado constantemente ao tratarmos desse assunto, e sobre a educação das crianças africanas que desconhecemos totalmente, dos cuidados milenares para preservar a saúde física das crianças. Questões que a própria medicina dominada por homens, levou anos para reconhecer.

A imagem de mães amorosas que é disseminada geralmente é de uma mulher branca e seu bebê, imagem frequentemente vista em propagandas de fraldas e artigos para o cuidado de crianças pequenas. A representação desse cuidado entre mãe e filho é encontrado na pintura “*Maternité*” (1886) de Renoir (1841-1919). Onde Renoir :

[...] mostra sua esposa Aline Charigot amamentando, o ponto focal recai sobre o seio exposto da mulher e o sexo do bebê. As figuras se inscrevem segundo uma oval e a cena mantém o caráter sensual. (...) A expressão amuada da mulher e o olhar desviado da criança para um encontro imaginário com um observador situam o quadro dentro de convenções aceitáveis de representação erótica que colocam a mulher como objeto da fantasia sexual masculina. (GARB, 1998, p.267 apud SENNA, 2010, p.4).

Questionando as produções de homens sobre mulheres e sobre a maternidade, que traz muitos aspectos que remetem a sensualidade, citar algumas artistas e suas produções acerca de maternidade para contrapor essa situação é importante. Algumas artistas que trabalharam a maternidade como tema, são as alemãs Kathe Kollwitz (1867-1945) que retrata uma face dolorosa da maternidade, retratando mulheres que perderam seus filhos para a miséria, a fome e a guerra. E Paula Modersohn-Becker (1878-1907) que retratou a sua gravidez e maternidade em diversos autorretratos. Outra pintora que possui grande destaque na representação da maternidade é artista impressionista estadunidense Mary Cassatt (1843-1926). E esta, segundo Senna, pintou:

A maternidade vista pelo seu lado mais belo, íntimo e caloroso, marcou a obra da americana Mary Cassatt (1844 -1926). A artista representou com muita propriedade os “espaços do feminino, expressão cunhada por Griselda Pollock que compreende a esfera privada da família, as amizades e as obrigações sociais, nas quais estavam empenhadas a maiorias das mulheres da alta burguesia, no final do século XIX. As “mães” de Cassatt pertencem a um círculo privilegiado, capaz de proporcionar aos seus filhos o abrigo, o sustento e o afeto necessários para o pleno desenvolvimento da criança. (SENN, 2010, p. 4).

Devido à invisibilização e a proibição durante algum tempo de mulheres atuarem como artistas reverbera nos poucos resultados que encontramos quando fazemos tal pesquisa. E esses resultados caem quando realizamos o recorte de raça. Porém quando direcionamos a

representação das mulheres negras nas obras de arte ainda difundidas na versão eurocêntrica da história, estas mulheres aparecem “representadas como servas, sem a mínima preocupação em demarcar seus traços fenotípicos, ou conferindo-lhes qualquer destaque semelhante ao dado às mulheres brancas como objeto de adoração, “as musas da arte””. (AMORIM, 2019).

Existem artistas negras com uma produção primorosa, mas que poucos têm suas produções propagadas na academia referentes à história da arte, como a estadunidense Edmonia Lewis (1844-1907), e artistas que tem produzido na modernidade e na contemporaneidade, como as brasileiras Maria Auxiliadora da Silva (1935-1974) e Rosana Paulino (1967-).

Mãe Preta

A presença da figura da mulher negra esta presente e cravada nas imagens que contam a história do Brasil, por serem elas, juntos com as índias, as primeiras mulheres a cuidar da população europeia vinda para povoar o território do Novo Mundo, junto aos povos africanos que foram trazidos para cá escravizados, e possibilitarem a construção de uma colônia do império português.

As figuras das mulheres negras são encontradas em diversas obras de artistas viajantes que passaram pelo Brasil, como nas obras do holandês Albert Eckhout (1610-1666), o italiano Carlos Julião(1740-1811) e o francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848). E na metade do século XIX, passam a ser encontradas nos álbuns de famílias brancas residentes no Brasil, devido a chegada da fotografia no país. Mulheres negras que passaram a ser fotografadas pelas famílias as quais pertenciam e/ou serviam, durante o período escravocrata e no pós-abolição. Imagens que compõem os:

[...] álbuns fotográficos sobreviventes de famílias brancas do século XIX figuram poucos empregados domésticos, dentre eles, a maioria está em retratos de amas (amas-de-leite ou amas-secas) com as crianças brancas por elas cuidadas. Até onde se pode supor, as amas foram levadas aos estúdios, inicialmente, pela vontade dos senhores que, ou queriam uma foto da ama que com tanto carinho e dedicação estava criando o seu bebê (e por quem podiam até ter um afeto verdadeiro, ou apenas uma certa gratidão); ou queriam agradar à ama, lhe ofertando uma bonita foto sua com a criança por ela criada (talvez, quem sabe, primeira e única foto que a ama teria); ou estavam mesmo era querendo uma foto da criança, que não parava quieta em outro colo, a não ser naquele dessa que lhe era mais íntima – a sua ama-de-leite, ou a sua ama-seca. Caso o motivo não fosse nenhum desses, qual seria? (KOUTSOUKOS, 2011, p. 1-2).

Para pensar uma resposta a pergunta de Koutsoukos, a apresentação de fotografias de amas de leite na família, atribuíam-lhes a apresentação daquelas mulheres como propriedades,

assim como possuir muitos escravos também era um sinônimo de riqueza para essas famílias. Pois “na cultura seiscentista, o aleitamento materno era considerado algo indigno e, portanto, muitas mães brancas recusavam-se a fazê-lo, dando esta incumbência às negras que tinham filhos. Com isso, o desmame dos bebês negros era feito de forma brusca e violenta”.⁴

Antes de apresentar a produção de artistas visuais que se debruçaram sobre questões que abordam maternidades e a condição solitária que a mulher negra é submetida em diferentes cenários e situações, trazendo a figura de mulheres que existem e existiram, e na sua trajetória o cuidado a crianças esta marcado.

Para melhor entender a situação de cuidado e manutenção que foram submetidas às mulheres negras, tratamentos bem distintos aos que as mulheres brancas foram sendo submetidas através de políticas higienistas a atender “A ideologia do amor materno se constituiu a partir de três discursos inter-relacionados (Estado, Igreja e Medicina), que operaram como meio de normatizar o comportamento feminino” (BADINTER, 1985. Apud VALENTIM. CORTEZ, 2014). Os discursos inter-relacionados entre estado, Igreja e medicina visavam atender entre muitas necessidades das sociedade, as das futuras guerras e a mão de obra que o setor industrial viria necessitar. Setor esse que mesmo no pós-abolição foram veemente negados a pessoas negras, que permaneceram com o trabalho das lavouras. Pois esses lugares seriam reservados aos brancos brasileiros e aos imigrantes europeus, no período onde o projeto de embraquecimento da população brasileira, ancorado no racismo científico vigorava.

Para fazer referência as diversas imagens de amas de leite ao lado de crianças brancas, existem duas fotografias de uma mesma mulher, Mônica, que foram feitas num intervalo de 17 anos. Na primeira fotografia, de João Ferreira Vilela, ela aparece com Augusto Gomes Leal agarrado ao seu braço, e na segunda fotografia, de Alberto Henschel, com Isabel Adelaide Leal ao seu lado. Ambas as fotografias fazem parte do Acervo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife-PE.

A historiadora americana Sandra Graham se referiu à figura da velha ama que poderia ter sido a ama das diversas crianças de uma família, e conquistaria o direito de manter um lugar na casa mesmo muito tempo depois que as crianças tivessem crescido, “*como uma velha e respeitada figura que merecia afeição e cuidados*”. (KOUTSOUKOS, p. 2, 2007).

⁴ Arte e História (@arteehistoria). 'Ama de leite' n. 1, de Rosana Paulino (2005). 25 mar. 2017. Disponível em: <https://www.instagram.com/arteehistoria/p/BSEOSmljrHZ/?utm_source=ig_share_sheet&igshid=46boawhm2box>. Acesso em: mar. 2019.

As amas de leite negras, muitas que tiveram sua maternidade negada, ao serem obrigadas a cuidar e alimentar os filhos dos brancos, ou trabalhar como amas de lei, deixando seus filhos sob cuidados de outras pessoas, pouco tiveram ao longo da história das artes uma representação que buscasse trazer suas reais condições em tal ofício. Das obras que trazem a representação da ama de leite vale destacar a obra “Mãe preta” (1912), do artista brasileiro, Lucílio de Albuquerque (1877 – 1939), que hoje se encontra no Museu de Belas Artes da Bahia, Salvador.

Desde muito tempo, produções artísticas têm associado à figura das mães à figura da “Virgem Maria”, se fazendo compreender a maternidade apenas se santificada.⁵ Assimilamos a negação desse lugar para as mulheres negras, mais uma vez, quando retirada das representações por não possuir o padrão de beleza escolhido pelo europeu, como universal.

Tratando do amor de mães negras, e a representação associada ao sagrado, cabe ressaltar a obra do artista e professor Sydney Amaral (1973 – 2017), *Mãe preta (a fúria de Iansã)*, 2014, uma pintura feita a partir de uma imagem do filme “Cristo Rey”, de 2013, dirigido por Leticia Tonos Paniagua, que foi sendo divulgada e repassada nas redes sociais como a fotografia de uma mãe negra enfrentando um policial para salvar seu filho. O equívoco da informação não pode ser ignorado quando temos uma polícia que mata freneticamente jovens negros, com um sistema de governo que não tem atuado nem proposto projetos que visem o fim desse genocídio.



Imagem 1: Sydney Amaral (1973 – 2017), *Mãe preta (a fúria de Iansã)*, 2014, Pintura.

As mães negras das periferias temem em perder seus filhos para a munição que já tem seu alvo marcado, sendo confundidos com bandidos como alega a organização que tem sido fiel ao extermínio da população negra.

⁵ Peregrinacultural's Weblog. *A figura da Mãe na arte brasileira, considerações sobre o tema*. 2012. Disponível em: <https://peregrinacultural.wordpress.com/2012/05/06/a-figura-da-mae-na-arte-brasileira-consideracoes-sobre-o-tema/>

Partindo de relações feitas entre mães e figuras sagradas, a obra de Sydney Amaral, faz um grande paralelo a essa associação, levando a figura da mulher negra relacionada à figura de uma orixá. Trazendo uma informação de grande importância para compreender a relação criada na obra, se faz necessário saber que:

As Yabás são as orixás, deusas oriundas do povo Iorubá, que está localizado entre a Nigéria e o Benim e cuja herança forma o que temos de mais explícito e potente em termos de espiritualidade e religiosidade de matriz afro em nosso país: o Candomblé. (...) Nana, Iemanjá, Oxum, Iansã, são as orixás, portanto, yabás, mais populares no Brasil. Essas orixás femininas também são mães, [...]. (SANTOS, 2018, p 3-4).

Sendo então, uma relação das origens afrodiáspóricas com a mitologia iorubá, cabe refletir acerca do cuidado que as mães negras possuíam e possuem para com seus filhos, netos, bisnetos e até vizinhos, que acontece no cenário durante e pós a colonização. Quando paramos para pensar, que desde o período da escravização as pessoas negras só tinham a si mesmos, e poucos brancos, pra confiar e cuidar de si, diante da brutalidade sofrida e assistida diariamente não é difícil relacionar aos cuidados para si e sua família.

Parturientes de arte

Partindo dessa premissa, situo que outros meios estão sendo acionados para o escancaramento de um projeto secular de cuidados das crianças, que afetam diretamente as mulheres negras, um deles é a arte. A arte contemporânea, gestada por corpos que possuem a potencialidade de gerar vidas, mas que terão aqui apresentadas suas obras que atentam para suas potencialidades estéticas e intelectuais, que não podem mais serem ditas como menores ou inferiores. Seguiremos com a análise de produções artísticas de mulheres que tem representado as maternidades negrascendentes na produção contemporânea de arte brasileira.

Renata Felinto nasceu em São Paulo, no ano de 1978. Doutora e mestra em Artes Visuais pelo IA/UNESP, bacharel em Artes Plásticas pela mesma instituição. Licenciada em Artes Plásticas pelo Centro Belas Artes. Especialista em Curadoria e Educação em Museus de Arte pelo MAC/USP. Atualmente reside no Ceará, onde atua como professora adjunta de Teoria da Arte da Universidade Regional do Cariri/CE. Pensar as intersecções arte, feminino/feminismo, identidade Afrodescendente tem sido seu foco nos últimos 20 anos.

O seu trabalho, *Embalando Mateus ao som de um hardcore*, 2017-2018, é uma instalação, composta por um berço, onde o enxoval traz as impressões das imagens criadas pela artista com notas fiscais dos gastos que teve com seus filhos durante um ano, fotografias com os filhos feitas durante o processo de construção do trabalho, e frases que reforçam a

culpabilidade da mulher em estar numa relação de mãe solo e assim vivenciar junto aos filhos a ausência paterna.

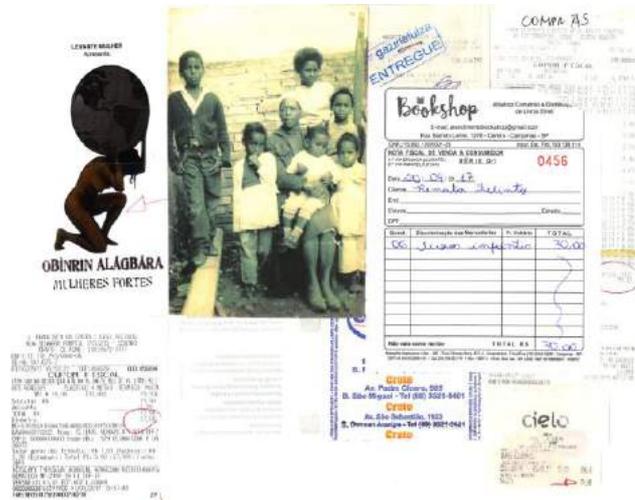


Imagem 2: Renata Felinto. Embalando Mateus ao som de um hardcore, 2017-2018. Composição digitalizada realizada com fotografias e notas fiscais de compras realizadas durante um ano 27 x 21cm.

Sobre o título retirado de um ditado popular, em entrevista concedida ao site Não me chamo Mãe, a artista relata que “Tão conhecido e repetido sem nenhum senso crítico, escancara a desigualdade entre os gêneros e desconsidera prejuízos e traumas às crias e as mulheres que ao tornar-se mãe, deixa de ser mulher e se torna apenas mãe, quase uma entidade, quando conveniente santificada ou demonizada” (2017).

Rosana Paulino (São Paulo, 1967-), Artista Visual, Pesquisadora e Educadora. Doutora em Artes Visuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, é especialista em gravura pelo London Print Studio, de Londres e bacharel em Gravura pela ECA/USP. Tem sua produção artística destacada por seus direcionamentos ligados a questões sociais, étnicas e de gênero. Tem como temática “principal a posição da mulher negra na sociedade brasileira e os diversos tipos de violência sofridos por esta população decorrente do racismo e das marcas deixadas pela escravidão”.

A escultura em terracota de Rosana Paulino, série *Amas de leite*, traz a figuração de um corpo feminino, negro, que alimenta muitas crianças brancas, representadas por bonecos de plásticos presos aos seus seios por fitas de cetim. Um corpo que não possui cabeça, braços, pernas, possui apenas seis seios, como animais, reduzindo o corpo da mulher a uma função de abastecimento, negando-lhes a autonomia física e intelectual.

Tendo a artista como fio condutor de suas produções tratar de questões étnico-raciais e de gênero, que afetam mais diretamente a mulher negra, e as consequências que a escravidão

trouxe para a vida das mulheres negras nos dias atuais, está a sua representação, sendo assim os bonecos não poderiam ser em outras cores senão brancos, visto que a sua representação faz referência aqueles que detinham poder sobre os corpos das mulheres negras, assim como aqueles que se alimentavam deles, no período de exploração escravagista.



Imagem 3: Rosana Paulino. *Ama de Leite número I*, 2005. Terracota, plástico e fitas de cetim. 32 x 17,5 x 8,2 cm.

A artista recifense Ana Paula Araújo de Lira (1987-), tem suas produções voltadas para intervenções urbanas e colagens, desenvolvendo trabalhos que questionam relações de poder e ações sem reações utilizando de outros formatos de exposições de arte também, como o vídeo, a instalação, e a fotografia. Participa coletivamente da construção da obra *Parte da Família*, no projeto *Sentir Insurgente*.

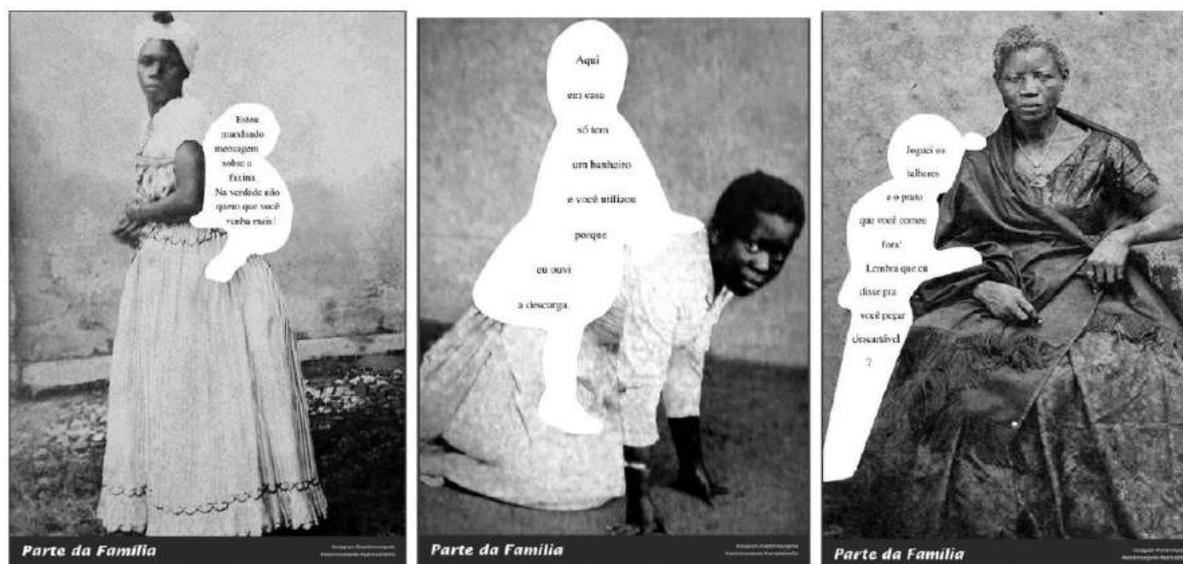


Imagem 4,5 e 6: Sentir insurgente. Série *Parte da Família*, 2018, lambe, dimensões variáveis. Fonte: Portfólio da artista.

A expressão “ela é parte da família” que nomeia a ação artística é comumente utilizada para atenuar as explorações através da justificativa do afeto. A obra do Sentir Insurgente não tem como objetivo principal discutir a situação das mulheres negras como amas, mas está mais ligada a situação de uma mulher que realiza serviços domésticos, porém a condição de amas na qual as mulheres aparecem fotografadas salta para muitas análises, e uma delas é referente à suas maternidades.

O lambe *Parte da Família*, 2018 apresenta imagens que sugerem serem colagens digitais, por como estão organizadas as frases que aparecem em fotografias nas silhuetas de lacunas de imagens de crianças brancas, descendentes das famílias escravocratas que residiam no Brasil, ao lado das figuras de mulheres negras que aparecem com amas de leite, atentando para novos formatos de exclusão. As imagens e frases são episódios separados por quase dois séculos que se conectam e formam catazes de uma intervenção urbana que “discute os desdobramentos contemporâneos do sistema escravagista do Brasil.”⁶

As frases são retiradas de prints de uma conversa entre uma empregada doméstica e a senhora que teria lhe contratado para realizar um serviço de faxina. Os prints da conversa foram divulgados na página do Facebook *Faxina Boa* e compartilhado pela página do Facebook *Eu Empregada Doméstica*.

A primeira colagem traz o retrato *Negra com uma criança branca nas costas*, da Bahia, c. 1870, com a frase “Estou mandando mensagem sobre a faxina. Na verdade não quero que você venha mais!”. A segunda colagem traz a fotografia *Babá brincando com criança em Petrópolis*, de Jorge Henrique Papf, Petrópolis (RJ), c. 1899, com a frase é “Aqui em casa só tem um banheiro e você utilizou porque eu ouvi a descarga.”. Na terceira colagem utiliza o retrato de *Augusto Gomes Leal e sua ama de leite de nome Mônica, cartão de visita de João Ferreira Vilela*, Recife, c. 1860, com a frase “Joguei os talheres e o prato que você comeu fora! Lembra que eu disse pra pegar descartável”.

Conclusão

As obras apresentadas têm relação com o amor materno, direto ou indiretamente, que não se detém apenas a algo bom, o amor que pode ser próprio, o amor negado, o amor forçado, o amor explorado. Tratar de amor nas produções artísticas também pode aparecer como um mecanismo de resistência, quando se busca discutir questões de afeto que são negadas aos corpos negros, os estigmatizando, como afirma a artista, “O amor também é uma

⁶ Texto retirado do portfólio da artista Ana Lira.

forma de estratégia de luta quando reafirmamos a todo o momento algo que nos é negado” (BARROS apud SANTOS).

Obras que trazem uma face de um racismo que acomete principalmente as mulheres negras, enquanto corpos que são obrigados a reproduzir para produzir, corpos que não recebem afetos e carregam obrigações, corpos que enfrentam o sistema para proteger sua prole, corpos furiosos.

Concluo esse texto com imagens de minha autoria. Um corpo e intelecto que usou toda a pesquisa apresentada para se colocar como artista negra que buscou através de imagens reconstruir de um afeto negado, tornando-se uma possível fúria comprimida dentro desses corpos, que ainda podem estar sentindo saudades das coisas que não puderam ser vividas apenas almeçadas. A obra faz parte do projeto artístico *Reintegração de Afeto*, que está em andamento.



Imagem 7: Eliana Amorim. *Possíveis sonhos de Mônica*, 2019. Colagem digital.



Imagem 8: Eliana Amorim. *Reintegração de Leite*, 2019. Colagem digital.

Referências Bibliográficas

Arte e História (@arteehistoria). "**Ama de leite n. 1**", de **Rosana Paulino (2005)**". 25 mar. 2017. Disponível em: <https://www.instagram.com/arteehistoria/p/BSEOSmljrHZ/?utm_source=ig_share_sheet&igshid=46boawhm2box>. Acesso em: mar. 2019.

CHIARELI, Tadeu. ARTE!Brasileiros. **Sidney Amaral**: Entre a afirmação e a imolação. 2018. Disponível em: <<https://artebrasileiros.com.br/arte/artigo/sidney-amaral-entre-a-afirmacao-e-a-imolacao/>> Acesso em: mar 2019.

HOOKS, Bell. **Vivendo de Amor**. Tradução Maísa Mendonça. 2010. In: Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>> Acesso em: 28 Jun. 2019.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Amas na fotografia da metade do século XIX.** 2017 Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/2.html>> Acesso em 25 Jan. 2019.

LIRA, Ana. **Portfólio da artista Ana Lira.**

MAC.USP. **Tarsila do Amaral.** Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/artistas/tarsila/obras.htm>> Acesso em: 23 Mar. 2019.

RAMOS, Gilmária Salviano. **Maternidade compulsória & e maternidades subversivas: Práticas de infanticídios na imprensa e nos processos de Habeas-Corpus.** 2008. Disponível em:<<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Gilmaria%20Salviano%20Ramos.pdf>> Acesso em: 26 Ago. 2017..

RIBEIRO, Antonio Pinto. BUALA. **“Atlântico Vermelho” de Rosana Paulino.** 2017. Disponível em:<<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/atlantico-vermelho-de-rosana-paulino>> Acesso em: 25 Mar. 2019.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Simone de Beauvoir.** “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Note/Downloads/2081-8315-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Note/Downloads/2081-8315-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em 25 Jan. 2019.

SANTOS, Renata A. F. dos. **Mulheres negras e a arte:** poéticas da resistência. (No prelo).

_____. **Embalando mateus.** Não me chamo mãe. 12 jul. 2017. Entrevista concedida a Bruna Messina. Disponível em:< <http://naomechamomae.com.br/pt-BR/posts/embalando-mateus>> Acesso em: 23 Mar. 2019.

_____. **Arte sabor vida:** as visualidades negras das obras de Janaina Barros e de Michelle Mattiuzzi. (No prelo).

_____. **Projeto de Pesquisa YABARTE:** Processos gestacionais na arte contemporânea a partir de pensares e fazeres Negros femininos. 2018. PROEX/URCA.

_____. **Portfólio da artista Renata Felinto.**

SENNA, Nadia da Cruz. **A imagens das mães pelas artes plásticas do séc XX.** 2010. Disponível:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268059050_ARQUIVO_Maternidade_FG9.pdf> Acesso em: 26 Dez. 2018.

Sentir Insurgente (@sentirinsurgente). Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/sentirinsurgente/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

VALENTIN, Gabriela V. R. S. CORTEZ, Ana Flávia L. **Mães que entregam os filhos para adoção:** Uma reflexão sobre o mito do amor materno. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/684/677>> Acesso em: 10 Ago. 2017.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino:** A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>> Acesso em: 13 Mai. 2019.

A imagem da mulher através do cinema da cultura de massa na primeira parte do século XX

Tatiana de Carvalho Castro
Mestranda em História
Universidade Federal Fluminense
tccastro6@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute duas diferentes representações das mulheres no primeiro momento do século XX através dos principais veículos de difusão da cultura de massa, as revistas e o cinema. Duas representações femininas repartiam espaço concomitantemente na sociedade e cultura de maneira geral, no período entre-guerras no Ocidente: a mulher que promovia o retorno ao lar da personalidade feminina estereotipada, mantendo um viés tradicional; e a emergente figura feminina, consubstanciada na mulher moderna, que surgira em meio aos processos da urbanização e do consumo. As mídias aproveitaram esta nova representação, contribuindo para essa nova modelagem do feminino, que se consolidou com a contribuição decisiva das produções cinematográficas. As revistas, por sua vez, aproveitaram dessa figura da mulher moderna para alimentar o consumo de vestimentas e maquiagem, mas em cujo conteúdo se oscilava entre os que eram contra e a favor da figura da mulher moderna, vista como emancipada e um perigo para o sistema patriarcal. No conjunto, a indústria cultural contribuiu para a formação e consolidação dessa nova representação, aproveitando a reboque das lutas de emancipação realizadas pelo movimento feminista que vinha atuando desde o final do século XIX. Este trabalho utiliza como fontes principais algumas importantes revistas do período, quais sejam, as Fon-Fon, Careta, A Cena Muda e Sabe Tudo, periódicos de variedades que buscavam trazer a modernidade estadunidense e europeia para a vida da mulher brasileira. Igualmente se apropria de um grupo de filmes produzidos nesse momento, que buscavam uma nova forma de exibição do corpo feminino, destacando-se para as películas do expressionismo alemão, o cinema hollywoodiano pré década de 1940, e o seu sucessor, o estilo de filme *noir*. O intuito que nos move é o de compreender o modo como tais mídias impressas e analógicas contribuíram para a formação de uma determinada figura da mulher, agora moderna, e como ela contribuiu para uma reformulação do feminismo no início do século XX, sobretudo no período entre-guerras, com destaque para a década de 1920.

Palavras-Chave: Mulher moderna; indústria cinema; cultura de massa.

Reprodução social de modelos para o consumo de massa

A passagem do século XIX para o XX é caracterizada por inúmeros acontecimentos de interesse histórico, entretanto, o mais significativo, talvez pela responsabilidade que leva, na construção da sociedade ocidental, está a movimentação e o interesse político e econômico dos países europeus no continente Africano. É importante ressaltar, que a exploração deste continente representa o marco inicial do processo de modernização.

É no decorrer da Segunda Revolução Industrial que os Estados Unidos, em conjunto com as hegemônias europeias, França, Alemanha e Inglaterra, começa a compor o grupo de países influentes e potencialmente industrializados. Para essa nova fase política e econômica, seria necessário a reconstrução de um campo social e cultural que atendesse ao novo comportamento urbano moderno.

Para compreender a “modernidade” enquanto um fenômeno cultural é importante entender que este processo é, como afirma, Gunning, uma mudança na experiência. “Essa nova configuração de experiência foi formada por um grande número de fatores, que dependeram claramente da mudança na produção demarcada pela Revolução Industrial” (GUNNING, 2004, p. 33).

O início do século XX representa a consolidação e a confirmação do esforço industrial que se iniciou no século XIX, do crescimento urbano (a construção da cultura da vida urbana), a intensificação das distribuições mercantis e da construção, por fim, de uma comunicação de massa ou ideia de representações culturais com uma nova forma significativa.

Quando se fala em “modernidade” fala-se também de novos hábitos, entre eles, o consumo. “No início do século XX, as compras já estavam intimamente associadas à ideia de uma cultura urbana de massa agradável e confortável” (RAPPAPORT, 2004, p. 160). O hábito de consumo no século XX é compreendido por uma porcentagem significativa do sexo feminino. Compreende-se o consumo e a cultura de massas deste período como de grande importância para a construção social das mulheres, não apenas como consumidoras, mas também como figuras e corpos consumidos.

Para Luisa Passerini (1991, p. 381), o estabelecimento entre cultura de massa e feminização da sociedade evidencia a figura feminina, dentro de uma compreensão cultural, em dois momentos: como sujeito potencial, ou seja, o principal alvo do consumo e como indivíduos que estão ocupando espaços e autonomia social; e por fim, como objeto, “utilizando tanto sugestões provenientes dos estímulos libertadores políticos e sociais quanto tradições e permanências de velhos estereótipos sobre as mulheres no seio da cultura ocidental”.

A evidência das mulheres nos meios de comunicação se deu através das mudanças no comportamento cultural das mulheres. Pode relacionar esse momento com a emancipação do corpo feminino, a participação na política e no mercado de trabalho. A mulher não é mais um ser silencioso, escondido atrás de uma figura masculina. Com a chegada da primeira grande

guerra fica mais latente a importância da participação feminina na construção de uma sociedade cada vez mais consumista e visível.

Para entender a influência da comunicação na construção de uma identidade industrial, moderna e de consumo, Edgar Morin (1997) propõe pensar a integração de uma cultura de massa nos meios como um “Terceiro Problema”, ou seja, entender a segunda fase do processo de industrialização como um progresso dos meios de comunicação. Morin também diz sobre a “Terceira Cultura”, considerado como um pensamento em movimento que legitima as produções cinematográfica, o rádio, televisão e os impressos, que surgem e se projetam junto com as culturas clássicas, que correspondem as religiosidades e ao nacionalismo (MORIN, 1997, p. 7).

Partindo do pressuposto de que toda cultura de massa é na verdade o domínio de uma determinada classe social, as representações culturais que encontramos aí é na verdade a imagem de uma cultura que “orienta, desenvolve, domestica certas virtualidades humanas, mas inibe ou proíbe outras (MORIN, 1997, p. 7). Neste caso, a permanência da classe dominante na construção dos meios.

Assim Morin (1997) segue mostrando que a cultura constitui um corpo complexo de normas, símbolos mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orienta emoções, logo é impossível desvincular o comportamento humano das representações que ele consome através da chamada “Terceira Cultura” (MORIN, 1997, p. 7). “As instituições e processos de comunicação de massa assumiram uma importância tão profunda nas sociedades modernas que nenhuma teoria da ideologia e da cultura moderna pode dar-se ao luxo de ignorá-las” (THOMPSON, 2011, p. 118).

Para compreender a complexidade da relação entre cultura moderna e ideologia, Thompson (2011) articula a ideia de uma teoria geral da reprodução social, reconhecendo-a através de três tópicos principais, sendo eles: a reprodução das relações, através de crenças e valores; crenças e valores que constituem os elementos ideológicos de uma classe dominante e, por fim, a reprodução e a difusão da ideologia dominante como tarefa do estado ou de agências particulares do estado (THOMPSON, 2011, p. 118).

A reprodução social requer não apenas a reprodução das condições materiais da vida social, mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados – isto é, ela exige a provisão contínua e a renovação das formas simbólicas que são, até certo ponto, para moldar as ações e as atitudes dos indivíduos. É essa provisão e renovação contínua das formas simbólicas que garante – assim segue a argumentação – a submissão contínua dos

indivíduos às regras e convenções normativas da ordem social (THOMPSON, 2011, p. 118).

Vamos analisar, como exemplo da teoria da reprodução social, o periódico paulista a *Revista Feminina*. Fundada por Virgilina Salles de Souza, a *Revista Feminina* circulou pela sociedade brasileira de 1914 até 1936 – um período e conjuntura aonde o Brasil já acompanhava os países ocidentais europeus e os EUA no processo de modernização – com um objetivo mensalmente de valorizar o discurso moralizador e pelo condicionamento feminino no seu papel social.

Virgilina deixou um legado de representação social das mulheres do nicho social elevado. A permanência da conduta moralizante da mulher se fazia necessário, afinal existia uma modernidade que condenava os valores tradicionais. É possível compreender que o discurso produzido pela *Revista Feminina* foi um discurso de defesa do que é certo para a imagem da mulher; coloca-se como algo transgressor e errado a mulher que não cuida da sua família e da moralização do mesmo núcleo. Logo, a *Revista Feminina*, por mais que adote um discurso feminista não-revolucionário, condiciona a mulher que precisa integrar-se no mercado de trabalho como figuras entregues à modernidade e a perdição. Como fica claro em uma de suas edições ao falar da mulher e o mercado de trabalho:

É pois, á primeira vista, evidente que é nas fabricas que o trabalho da mulher é mais fácil, mais remunerador; mas si se estudar o problema de mais perto, no ponto de vista social e moral, convencemo-nos de que o trabalho fora de casa de mãe de família é nefasto á sociedade. Abandonando o lar na maior parte do dia, como uma mulher póde preencher os seus deveres de mãe e de esposa? A's vezes ainda cuida do lar, exgotta suas forças e a sobrecarga prejudica a sua saúde (Revista Feminina, 1920, p. 45).

É pensando nos espaços de ocupação da mulher que a reprodução social da conduta tradicional condena a participação da mulher dentro de um movimento feminista que não priorize a criação dos filhos e a submissão ao marido. A imagem da mulher pelo viés tradicional é clara quando afirma que o dever da mulher é a sua permanencia no lar e no cuidado com os filhos, ao mesmo tempo que deve seguir lutando pelo direito de ocupar espaços públicos, com certos cuidados, e pelo direito ao voto.

É importante lembrar que o público consumidor da *Revista Feminina* era na sua maioria esmagadora mulheres que de alguma forma estavam dentro de uma classe elevada, como “mulheres de fazendeiros, professoras, mulheres de delegados, prefeitos” (LIMA, 2007, p. 6). Logo as mulheres que consumiam essa reprodução social, da mulher moral e tradicional, sentiam-se responsável pela divulgação desse mesmo ideário, ou seja, uma

imagem da mulher que é facilmente aceita e divulgada pela hegemonia cultural, e dentro de uma ideologia de representação social, aceita pela manutenção das ideias do Estado conservador e patriarcal.

A revista reforçava constantemente seus ideais altruístas a favor da mulher e frisava não se tratar de uma publicação comercial, que visasse a lucros, por isso fazia constantes apelos às leitoras para que compartilhassem de seus ideais e colaborassem conseguindo novas assinaturas (LIMA, 2007, p. 6).

Contrapondo-se ao modelo tradicional outra imagem feminina compartilhava os meios de difusão de massa da época. A importância da industrialização e da modernização trouxe uma outra experiência para um outro público que não era apenas exclusivo à classe dominante. Enquanto as mulheres tradicionalistas, mais ligadas à burguesia, lutavam pelo direito de ocupar espaços públicos e possuir alguma autonomia, com consideráveis ressalvas, como ainda manter o corpo feminino coberto, casto e assexual, as mulheres de classes menos favorecidas já conheciam uma considerável autonomia corporal, por desde sempre, enquanto sujeito histórico, compor forças no trabalho fora de casa.

Margareth Rago deixa claro que mesmo no espaço das fábricas o modelo de mulher que é difundido nas massas ainda é de uma mulher de completa submissão, ocupando um espaço, que por considerações físicas, emocionais e morais, não deveriam ocupar.

A poesia que A Terra Livre publica, em 15-6-1910, reflete a imagem feminina construída pelo imaginário operário: romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada à ideia de flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino, “maquina inconsciente” destinada a trabalhar e a procriar, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso (RAGO, 1985, p. 66).

A imprensa operária coloca o problema da permanência da mulher fora de casa como um problema de ameaça para a moral e sexualidade assim como um obstáculo à realização a função materna.

Ainda dentro da classe popular, outro modelo de consumo feminino aparece com o cinema. Este, por sua vez, símbolo da modernidade, é responsável por reorientar a ideia de beleza nos meios de comunicação. É de Hollywood que passa a sair os melhores penteados e os melhores modelos de vestimenta. É impossível falar da modernidade nos países ocidentais sem lembrar da excentricidade da “mulher moderna”, que recebe diversas denominações, alguns romantizados e outros pejorativos.

No início da década de 1920, a “mulher moderna” foi motivo de escárnio social por afetar significativamente o patriarcalismo. Nas páginas da revista *FonFon* argumentava-se que a “mulher moderna” era uma consequência da falha masculina:

Põe-se uma mulher a tomar o lugar aos homens, falando nos meetings e ocupando as profissões masculinas, de monóculo ao olho e bengala á mão, e eis que todos se lhe descobrem á passagem como o typo de mulher superior, de *mulher moderna*, de mulher do futuro, de mulher ideal (Fon-fon, 1920, p. 45).

A “mulher moderna” permaneceu socialmente ativa. Com o passar dos anos sua corporeidade se transformou em uma atraente forma de manifestar uma nova feminilidade, distante das regras tradicionais e pouco preocupada em submeter aos costumes antigos e aos homens. “A ternura é absolutamente a mais forte, a mais duradoura e a mais segura emoção que uma mulher pode despertar em um homem. É uma grande força que a mulher moderna despreza” (Cinearte, 1926, p. 4). Além dos periódicos e as publicidades, outro campo de exploração e difusão desta representação está nas telas dos cinemas. “Nos anos 20 e 30 saem dos estúdios de Hollywood imagens femininas de grande carisma, encarnadas por atrizes que foram definidas como precursoras das reivindicações de independência das mulheres” (PASSERINI, 1991, p. 388).

O cinema por sua vez, vinculou com muita força a “mulher moderna”, transformando-a em um ícone de desejo romântico e sedutor:

vestidos que fazem valer o encanto do corpo feminino’(...) ‘são artifícios da mulher moderna, conhecedora da arte do bem vestir. Qual é o ‘jury’, composto de homens, que não admira até á adoração, uma mulher bella e elegante, mesmo sendo uma assassina? (Cinearte, 1926, p. 33).

A vinculação da mulher americana moderna encontrou mais respaldo nas publicidades e no cinema do que propriamente na luta política construída pelo feminismo na viragem do século. “A cultura da modernidade e da urbanidade absorvia as mensagens do feminismo e rerepresentava-as sob a forma da mulher americana moderna” (COTT, 1991, p. 96). Existia agora um novo corpo feminino e um novo modelo de feminismo.

Pensando na importância da permanência das mulheres na tutela masculina, alguns discursos de contraposição são adotados pelas películas. Para Kracauer (2009) é fácil compreender a mentalidade de uma determinada sociedade, é preciso compreender o produto da indústria cultural que essa mesma sociedade consome.

Para pesquisar a sociedade atual, seria necessário ouvir aquilo que revelam os produtos da grande indústria cinematográfica. Todos eles revelam um

segredo rude sem que na realidade o queiram. Na sequência infinita de filmes um número limitado de temas típicos retorna sempre e eles revelam como a própria sociedade deseja ver a si mesma (KRACAUER, 2009, p. 315).

Partindo desta ideia é possível entender a importância do cinema ao compartilhar duas imagens femininas diferentes, colocando uma delas como, a representação certa dos ideais femininos, e a outra, como uma transgressora.

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos (RAGO, 1985, p. 82).

É notável a diferença entre as formas de representações da imagem da mulher na *Revista Feminina*, outros periódicos e no cinema. Para as mulheres defensoras do lar, é necessário atentar-se para a educação dos filhos, e a *Revista Feminina* aponta o cinema e outras atividades como mecanismos de destruição de valores. “É com o coração compungido, que vejo hoje, as crianças frequentarem cinemas e bailes, praticarem *flirts*, fumarem e até jogarem!...” (Revista Feminina, 1920, p. 18).

Por outro lado, o cinema possibilitou que mulheres pudessem consumir outras formas de representação de mulheres. No Brasil o cinema europeu e estadunidense é símbolo de modernidade e beleza. Além de contribuir para a inclusão das ideias estrangeiras no comportamento e nos costumes brasileiros. Na contramão da *Revista Feminina*, circulou no Brasil periódicos como *A Scena Muda*, responsável por divulgar a vida das estrelas hollywoodianas ao mesmo tempo que aproveitou das páginas para expor o corpo feminino como possível objeto.

A figura da “mulher moderna” no cinema está diretamente ligada ao universo da construção de uma beleza excêntrica e romântica. “As imagens revelam que o discurso das causas cinematográficas são, especialmente, discursos da beleza que deveriam transformar a atriz/estrela/personagem numa mesma pessoa” (FIGUEIREDO, 2007, p. 3).

Foi importante para a jovem que frequentou o cinema desta época moldar e reconstruir novas experiências para a modernidade, novos penteados, novos modelos de vestimentas, ao mesmo tempo que esse veículo de difusão, a indústria cultural, era uma resposta clara ao novo

comportamento das jovens que já não buscavam os mesmos ideias que suas mães e avós. É possível entender que existira uma compreensão, ou uma troca de interesse de ambos, da jovem que buscava emancipar-se e o aproveitamento da indústria cultural na construção de um novo comportamento, de um novo mercado de maquiagens e roupas, por exemplo. Como bem lembra Kracauer (2009, p. 313):

em geral, os filmes sensacionalistas de sucesso e a vida correspondem entre si, pois as senhoritas datilógrafas moldam as suas vidas segundo os exemplos que veem na tela de cinema. No entanto, pode ser que os exemplos mais hipócritas sejam aqueles roubados da vida.

Referência Bibliográfica

CHARNEY Leo, SCHWARTZ Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo, Cosac Naify 2004.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 96.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **Recônditos da Belleza**: as práticas corporais em Cinearte e Scena Muda (1921 □ 1941). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa**: ensaios. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2007.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 5: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

RAPPAPORT, Erika D. “Uma nova era de compras”: a promoção do prazer feminino no West End londrino, 1909 – 1914. In: **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 160.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

ST 21
Escravidão e liberdade nas
Américas

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Mãos negras: expressões e usos da violência praticada pelos negros em Mariana na segunda metade do século XVIII

Beatriz Castro Miranda

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

beatrizcastromda@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar os diferentes âmbitos da violência promovida pelo negro, forro ou escravizado, a partir do estudo de processos crimes do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana entre os anos 1750 e 1808. Essa pesquisa ocorre por meio de duas vias de análise, sendo a primeira referente ao estudo dos atos violentos como uma manifestação de resistência frente ao sistema escravista e aos seus males, enquanto que a segunda via diz respeito ao mando senhorial, isto é, de exploração do escravo pelo seu senhor. Neste sentido, abria-se espaço para a utilização do negro para praticar violências contra homens brancos ou de cor, como forma de resolver inimizades, cobrar dívidas ou estabelecer disputas. Os resultados dessa pesquisa caminham junto às hipóteses anteriormente elaboradas à respeito do viés de resistência e de resposta à violência inerente ao sistema escravista e avança na compreensão dos atos violentos praticados por negros escravizados e forros, ainda que os delitos fossem a mando do senhor. Além disso, essa pesquisa ratifica a compreensão de que a violência se colocou na sociedade colonial de muitas formas, para além dos castigos instaurados aos escravos, sendo parte do cotidiano individual dos sujeitos marginalizados e compondo os conflitos pessoais dos mesmos. A partir desses pressupostos, a presente comunicação avalia o caso de “rixa velha” existente entre Rosa da Silva Valadão e Bernarda da Assunção e a ação movida contra Rafael, escravo de “nação” Angola, dois processos criminais analisados durante a vigência da bolsa de iniciação científica. O objetivo é ampliar a análise do negro, considerando o espaço e as práticas deste agente social, segundo lógicas e valores próprios, para além do sistema em que ele se insere. Sendo assim, essa pesquisa problematiza o “corpo negro”, o qual, no século XVIII, estaria hierarquicamente submisso e suscetível às agressões, rotacionando o sistema e subvertendo a ordem social ao violar um “corpo branco”, ao manipular a força em rixas cotidianas, ao fazer da violência uma forma de expressão.

Palavras-chave: negros, violência, Brasil Colônia.

Introdução

A pesquisa da qual se resulta o presente texto tem como objeto as formas de violência praticadas pelos negros, escravos e forros, incluindo as suas motivações, ocorrências e expressões, no termo de Mariana, na segunda metade do século XVIII. Esse estudo se dá por meio de duas vias de análise, sendo a primeira referente à compreensão dos atos violentos como uma manifestação de resistência frente ao sistema escravista e aos seus males, enquanto

que a segunda via diz respeito ao mando senhorial, no sentido da exploração do escravo pelo seu senhor, havendo a possibilidade da utilização do negro para praticar violências contra homens brancos que nutriam inimizades, dívidas ou disputas com o senhor do dito escravo.

Sendo assim, essa pesquisa conduz para a problemática de um “corpo negro”, que no século XVIII estava hierarquicamente submisso e que por isso era um dos principais alvos de violências, rotacionando o sistema e subvertendo a ordem social ao violar um “corpo branco” e/ou alguém que representasse o agente escravizador. Dessa forma, busca-se abordar a violência praticada pelo escravo também a mando do senhor, e não apenas como forma de resistência independente, sem retirar a agência do negro ou minimizar a sua capacidade de elaborar valores próprios e de atuar segundo os mesmos, entendendo a dificuldade do desenvolvimento do debate racial na historiografia brasileira.

Em relação às práticas violentas no Brasil colônia, pensando-se o sistema escravista e os seus constituintes, nota-se que a base teórica da historiografia tradicional compreende que a agência do negro não se daria apenas por formas violentas, afinal, muitos escravos nasceram e morreram dentro do sistema escravista sem promoverem ou participarem de assuadas. A “arte da sobrevivência” explicitada em pequenos furtos, agressões, acordos, era uma das formas encontradas por muitos negros de resistirem ao sistema. Entende-se aqui a importância desse tipo de análise, mas busca-se uma retomada do protagonismo da violência e propõe-se uma discussão sistemática sobre as suas dimensões simbólicas.

Por fim, ao considerar o racismo estrutural e institucional da sociedade brasileira que ocasiona na exclusão do negro, não só no contexto escravista, mas também na atualidade, acredita-se que essa pesquisa pode enriquecer os debates acerca do negro como personagem ativo na história colonial brasileira, sendo dotados de vontades próprias e internas e não apenas como receptores passivos de valores senhoriais ou rebeldes valorosos (CHALHOUB, 1990, p. 42). Tal perspectiva permite o atravessar do clássico lugar do corpo negro enquanto destinatário de violências e elucida o poder de agência violenta desses sujeitos para com outrem, evitando a dicotomia do escravo-coisa.

Mãos negras: expressões e usos da violência

O primeiro documento analisado é referente a um processo-crime envolvendo agressões que a autora diz ter sido alvo¹. Rosa da Silva Valadão, preta forra, afirma que em uma manhã de domingo do mês de outubro de 1762 estava a pedir esmolas na rua Nova da

¹ACSM - 2º Ofício, Códice 234, Auto 5842.

cidade de Mariana, atual rua Dom Silvério. Rosa pedia esmolas carregando uma imagem de São Benedito, santo ao qual é devota, quando a ré, Bernarda de Assunção, saiu de sua casa e se lançou sobre a autora que estava “mansa e pacífica”. O advogado de Rosa, João de Sousa Barradas, alega que a ré ia “tão cega e colérica” na direção da autora que no meio da dita briga “deitou por terra” a Santa Imagem, quebrando-lhe a cabeça e uma mão “como se fosse herege”. Não satisfeita em xingar e agredir Rosa naquele domingo, a ré planejou uma nova agressão que ocorreria no dia seguinte, agora com o apoio de outras mulheres que eram suas sequazes, a saber: Rita da Conceição, Ignacia dos Ventos, Mauricia, Agostinha, Januarina e Leonor. Tal planejamento envolveu, segundo Barradas, a constituição de um grupo com “sede das suas más vontades e vingança”. A investida resultou em vergalhadas e pancadas contra a autora, além de “muitas contusões e pisaduras” feitas por um pedaço de lenha e uma navalha.

A desavença entre Rosa e Bernarda não era nova, sendo definida pelos advogados como “rixa velha”² que seria fruto de uma convivência áspera entre ambas quando do tempo em que residiam em Vila Rica. No decorrer do processo ficam explicitadas as más reputações de Rosa e Bernarda, sendo que a primeira, segundo o advogado de defesa Antônio Pires da Gaia, teria sido açoitada diversas vezes na Cadeia de Vila Rica por delitos que cometia e a segunda era conhecida por andar com uma navalha de barbear entre os seios, além de ter fama de se envolver em muitos confrontos.

Durante o processo muitas acusações e réplicas são realizadas, cabendo aqui evidenciar que nas falas dos advogados constantemente estavam presentes argumentos embasados em estereótipos raciais de forma a invalidar determinadas alegações da parte contrária. Exemplo disso é a fala de Barradas, advogado de acusação, que buscando nulificar o depoimento de Narciso Ribeiro, testemunha da ré, afirma ser Narciso de fácil coerção por ser pardo, não merecendo o devido crédito. O advogado prossegue afirmando que se as testemunhas de Bernarda fossem brancas “tinham um passe”, mas sendo mulatas teriam sido induzidas. Outro exemplo, também da parte de Barradas, está presente em uma réplica da contrariedade da ré na qual o advogado afirma ser menos verdade o dizer de Bernarda de que a mesma teria mediado um castigo destinado a Rosa por sua senhora, no pelourinho de Vila Rica, pois sendo a ré à época mulata cativa não servia de valia e que dela ninguém fazia caso.

Ao identificar a ré e as suas testemunhas enquanto mulatas, o advogado busca desmerecê-las, sendo sabido que à época os mulatos e pardos, ainda que os últimos em menor

²Segundo Álvaro de Araújo Antunes a rixa velha pode ser definida como conflitos que se apegam à memória e alimentam o sentimento de vingança.

quantidade, eram vistos de forma pejorativa, sendo associados a vícios e aproximados de defeitos, como afirma Eduardo França Paiva (2015). Laura de Mello e Souza demonstra o mesmo ao utilizar uma carta de D. João V ao conde das Galvêas, governador da Capitania, em que o monarca afirma que "no que respeita aos mulatos forros, que estes são mais insolentes porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver, e assim vive a maior parte deles como gente ociosa" (SOUZA, 2006, p. 154).

O processo se arrasta até dezembro de 1764, sendo concluído por dois principais motivos: a ausência de provas suficientes, já que no corpo de delito não são encontradas feridas e deformidades graves, e o perdão concedido pela autora à ré. Esse último ponto pode ser entendido como um perdão cristão realizado de boa vontade por Rosa, mas também como uma tentativa de encerrar o processo devido ao excesso de gastos que resultara do mesmo. Seja qual for a real motivação do perdão, a justiça acabou por determinar que as duas partes dividissem os gastos do processo, provavelmente como forma de punição e uma tentativa de controle pelo Estado.

O segundo processo-crime analisado nessa pesquisa tem como réu Rafael, de nação Angola, escravo do Tenente Bernardo Gonçalves Chaves, e é de autoria de Domingos Carvalho Ribeiro, homem branco³. Segundo consta nos autos, no dia 26 de agosto de 1770, por volta de duas da tarde em uma rua pública do arraial de Antônio Pereira, estava Domingos conversando com seus particulares quando se aproxima Rafael carregando uma panela de barro e a atira na cabeça do dito Domingos, fazendo-lhe uma ferida no rosto, próxima ao olho esquerdo, e cortando carne e couro, lançando "grande cópia de sangue", o que demonstra que a lesão foi grave. Para além dos ferimentos, o mais inusitado é que a dita panela estava cheia de "triaga de gente muito mal adubada", ficando o autor "coberto daquela dita triaga de gente, desde a cabeça até os pés", segundo afirma Antônio da Silva e Souza, o advogado da vítima.

A acusação exige a condenação de Rafael afirmando ser mais do que claro o delito e o réu culpado do mesmo, além de manter evidente as diferentes qualidades existentes entre as partes envolvidas no processo: o réu um negro cativo e o autor um homem branco. Essa característica no discurso do advogado demonstra o absurdo que o delito demonstrava para a época, pois subverte o sistema um homem negro, sendo cativo, agredir publicamente um

³ACSM - 2º Ofício, Códice 251, Auto 6231.

corpo branco. Ademais, a violência do ato é vista como grave por envolver ferimentos no rosto do autor, a mais nobre parte do corpo humano.

Enquanto que Silva e Souza afirma que o delito seria encomendado pelo tenente Bernardo Gonçalves Chaves, senhor do escravo Rafael, o advogado de defesa, João de Souza Barradas alega o contrário. Para a defesa Rafael agiu por conta própria, pois sendo “um preso rústico e ignorante” não obrou com malícia, mas que enquanto cativo de Bernardo Chaves buscou defender a honra de seu senhor que foi ofendida em uma outra ocasião por Domingos Carvalho que teria mandado o dito tenente “beber triaga”. Por fim, o processo é encerrado em 20 de março de 1772 com a condenação do réu e o seu recolhimento para a Cadeia de Mariana.

Os dois processos-crime utilizados na presente pesquisa têm características muito particulares, mas ambos evidenciam que a violência era um elemento cotidiano da sociedade colonial. As desavenças entre Rosa e Bernarda colocam em debate a elaboração de categorias raciais distintas, evidenciando as diferentes percepções dessa dimensão. Já a ação movida contra Rafael é um claro exemplo de como a violência exercida por um corpo negro que era comumente designado a receber violências e não a praticá-las, ainda mais contra um corpo branco, gera um distúrbio nos costumes locais e choca aos espectadores.

Considerações Finais

A análise dos documentos utilizados neste estudo corroboram a hipótese de que os atos violentos praticados por pessoas negras, cativas ou livres, continham um viés de resistência à escravidão e às suas imposições. Nesse sentido, ainda que a violência fosse praticada a mando do senhor, como foi alegado pelo advogado de acusação na ação movida contra Rafael, existe a possibilidade de que para o escravo tal ato significava uma forma de responder à violência do sistema escravista e à subjugação frente aos homens brancos.

O forte simbolismo existente na violência praticada por Rafael, enquanto um homem negro e escravizado, contra um homem branco a vista de todos que por aquela rua passavam é inegável. Os conceitos de violência objetiva e violência subjetiva elaborados por Slavoj Žižek (2015) se encaixam de forma apurada no caso de Domingos e Rafael. A violência objetiva é precisamente aquela inerente ao estado normal do funcionamento da sociedade e por isso pouco perceptível, pois é naturalizada. Assim, um corpo negro açoitado no pelourinho estaria dentro da normalidade por ser um ato institucionalizado e aceito pela maior parte do grupo

social ali inserido. O filósofo compara esse tipo de violência com a matéria escura da física: não se pode detectá-la em nenhuma região do espectro eletromagnético.

Já a violência subjetiva é a mais evidente justamente por perturbar o estado “normal” e pacífico das coisas, podendo ser considerada como uma resposta à violência objetiva. Ao ferir e ofender a honra de Domingos, o escravo Rafael rotaciona o sistema hierárquico colonial e interfere no status quo por atravessar os limites da violência institucionalizada. Afinal, como afirma Silvia Lara, o castigo, entendido aqui como violência, era um direito que competia aos senhores, ainda que fosse executado por outrem era presidido pelo senhor. O ato de castigar é colocado pela autora como “uma incumbência, necessária, da condição senhorial” (HUNOLD, 1988, p. 61).

Por fim, o processo envolvendo Rosa Valadão e Bernarda de Assunção evidencia a violência enquanto um elemento cotidiano, além dos conflitos existentes na categorização de qualidade dos indivíduos que a sociedade mineradora e as suas particularidades, principalmente no quesito de dinâmicas de mestiçagem, revelam. Além disso, os conflitos presentes na relação entre uma preta e uma parda forras são evidências do protagonismo dos sujeitos marginalizados na articulação de seus relacionamentos, seja nutrindo amizades e até mesmo sequazes, como o fez Bernarda, seja alimentando antigas inimizades e rixas e levando tais conflitos para a justiça oficial.

Dessa forma, compartilha-se da ideia de Hannah Arendt (2009) de que o pensar histórico e político não pode permanecer alheio ao papel desempenhado pela violência e as suas expressões nos negócios humanos. A violência se colocou na sociedade colonial de muitas formas para além dos castigos e da vivência subjugada instaurados aos escravos pelo mando senhorial e é a partir desse entendimento que essa pesquisa procurou se encaminhar.

Referências Bibliográficas

ARENDR, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

HUNOLD, Silvia Lara. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. Trad: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Significados de cidadania, Justiça e trajetórias de ex-escravos no pós-abolição por meio da análise criminal (Oliveira, Minas Gerais, 1888-1905)

Cleudiza Fernandes de Souza

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

cleosouzalh@gmail.com

Resumo: O trabalho terá como centro a exposição sobre as primeiras impressões e expectativas centradas em torno de meu atual projeto de Doutorado, intitulado *Liberdade atravessada: Significados de cidadania, conflitos judiciais e trajetórias de ex-escravos no pós-abolição por meio da análise criminal (Oliveira, Minas Gerais, 1888-1905)*. Proponho resumidamente neste projeto analisar significados de crimes envolvendo ex-escravos, como vítimas ou réus, de 1888 a 1905, na cidade de Oliveira, Minas Gerais. O recorte temporal justifica-se por serem os anos iniciais do pós-abolição e da virada para a República, bem como de modificações no âmbito da Justiça no país. Um novo Código Penal, com um pressuposto igualitarista, é promulgado. Mas em contraposição a ele, surgem debates sobre sua ineficiência e propostas de modificação a partir de diferenciadores raciais e sociais, por influenciadores de estudos da Antropologia Criminal. No mesmo contexto, a presença de ex-cativos nos tribunais revela possivelmente suas tentativas e imputações de direitos de acesso à cidadania. A pretensão é abordar também essas tensões e aproximações entre Justiça e população ex-cativa, bem como, a partir das entrelinhas documentais, investigar os itinerários, experiências e modos de vida em liberdade desses sujeitos. A escolha de Oliveira explica-se pelo fato do município ter possuído atividades econômicas importantes para o estado de Minas e conseqüentemente ter sido importante eixo escravista. Esta proposta de análise é fruto do amadurecimento teórico que foi desenvolvido em minha pesquisa de Mestrado *O pós-abolição a partir de perspectivas de gênero e raça: processos criminais envolvendo ex-escravos em Oliveira, Minas Gerais (1890-1905)* (SOUZA, 2019). Visa ainda contribuir para que as experiências negras do pós-abolição continuem saindo da ótica da marginalidade, além de tentar ajudar historicamente nas atuais discussões acerca de raça, democracia e direitos humanos da atualidade.

Palavras-chave: Cidadania, Justiça, pós-abolição.

Bem antes do advento do 13 de maio, parte das elites brasileiras republicanas já discutia os rumos legislativos do país, esperançosa com a futura queda do Império, que acabou ocorrendo um ano depois da abolição. O contingente de ex-escravos também era uma preocupação: a maior parte deles havia sido alforriada antes da Lei Áurea, com as estratégias empreendidas para conquistas de alforrias e as leis emancipacionistas (ALBUQUERQUE, 2004, p. 88). Mas os significados da data, que permeavam simbologias bem mais amplas que apenas as numéricas, representavam um alerta de um lado e a possibilidade de reestruturação

das bases legais de outro.

Assim, em 1890 promulga-se o novo Código Penal brasileiro e em 1891 a nova Constituição Federal; ambos alinhados com as propostas de cidadania da República. Com o intuito de deixar para trás as possíveis “memórias póstumas” da monarquia, as duas legislações, fundamentarem-se na “ideia de uma sociedade baseada no trabalho universal e na garantia dos direitos individuais” (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003, p.10).

Desta forma, tanto o Código como a Constituição tentavam seguir uma linha teórica que atendessem às demandas do contexto pós-abolição e aos paradigmas universalistas. Mas a prática estava longe de “ser flores”. Haviam pontos vagos na lei que possibilitaram o aparecimento de brechas (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003). A Polícia, por exemplo, vista como privilegiada nesta nova configuração, ganha contornos mais autônomos, o que poderia levar ao conseqüente abuso de poder da instituição. Lacunas que perpetuaram a proteção a certos indivíduos tutelados do Estado e a perseguição a outros (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003, p.12).

Em outro âmbito, estudos sobre Antropologia Criminal no Brasil tornavam-se cada vez mais comuns. Baseados em observações empíricas de certas características dos indivíduos para a interpretação da criminalidade, o foco de análise teve como principal inspiração o ideário do médico italiano Cesare Lombroso. Com base no evolucionismo darwinista, e bebendo de influências de Augusto Comte - o grande nome do Positivismo -, Lombroso cria a Escola Positiva de Direito Penal ao longo do século XIX (LOMBROSO, 2013). Traços físicos e formas biológicas para o médico e seus seguidores explicavam a degradação do indivíduo; além de aspectos externos, como clima, alcoolismo, a situação econômica e a religião (LOMBROSO, p. 8). Mas sem dúvida o ponto que posteriormente veio a ser o mais criticado de sua teoria se referia à questão do crime enquanto hereditariedade, doença. Para Lombroso, “o criminoso não é totalmente vítima das circunstâncias sociais e educacionais desfavoráveis, mas sofre pela tendência atávica, hereditária para o mal. Enfim, o delinquente é doente; a delinquência é uma doença” (LOMBROSO, p. 7).

Bacharéis em Direito, médicos e juristas brasileiros alinhados à teoria lombrosiana entraram com duras críticas ao Código Penal de 1890, por acharem que a legislação não era suficientemente punitiva. Um famoso exemplo de reelaboração no contexto brasileiro da Antropologia Criminal foram as análises feitas pelo médico baiano Nina Rodrigues. Integrante do grupo de críticos à legislação, Rodrigues defendeu a ideia de demarcação de diferenças ontológicas entre as raças e apontou as “perigosas conseqüências degenerativas”

que poderiam incorrer em um país mestiço como o Brasil (SHWARCZ, 2006, p.47) Assim, o pressuposto defendido era o da criação de Códigos Penais diferenciados, que agissem de acordo com a alocação sociorracial do indivíduo e o “índice de periculosidade” que este ofereceria ao meio social (SHWARCZ, 2006, p.48).

É resumidamente neste momento que os ex-cativos tentavam reconstruir suas vidas e experienciar a liberdade após o 13 de maio. Recorrer ao campo jurídico, para um ex-escravo, poderia ter significados muito mais amplos do que se poderia imaginar, indo de encontro com suas lutas por imposição enquanto cidadão numa sociedade agora livre. Concordo com Ivan de Andrade Vellasco, quando o autor argumenta que diferentemente do que parte da historiografia constatou, a clientela judicial representava nichos sociais muito mais amplos (VELLASCO, 2004, p. 178). As expectativas em torno dos tribunais também alcançavam aqueles desprivilegiados socialmente e era exatamente no universo dessas pessoas que a Justiça ganhava contornos simbólicos mais enfáticos (VELLASCO, 2004). Importante levar-se em consideração ainda que mesmo com esses aparatos nem sempre a relação entre a clientela jurídica e os tribunais é algo que ocorre de forma harmoniosa.

Entrando mais especificamente em Minas Gerais, Vellasco aponta que o surto urbanizador advindo com a mineração no final do século XVIII e início do XIX e a consequente mudança dos padrões culturais possibilitaram o enraizamento da Justiça e do Estado, enquanto mediadores de conflitos (VELLASCO, 2004, p.190) Crimes de violência interpessoal e defesa da honra foram recorrentes nas amostras analisadas pelo autor (VELLASCO, 2004, p. 169). O alto grau violento dos conflitos pessoais pedia ordem, e as alterações sociais advindas com a modernização de Minas formaram o momento propício para a entrada da Justiça nas mediações desses enfrentamentos.

Este caso inclusive mostra que a instituição jurídica não é um campo totalmente autônomo (BOURDIEU, 2009, p. 211). Ela tem seu espaço de funcionamento independente, mas altera suas formas de acordo com as mudanças e demandas no meio social externo. Para Pierre Bourdieu, a simbologia do Direito só faz sentido e consegue ter bom funcionamento quando consegue infiltrar-se e ser aceita no meio social pela qual pretende atuar. É isso que dá legitimidade às leis, ao poder simbólico da Justiça. Nas palavras do autor, “O acto da força simbólica só é bem-sucedido porque está bem funcionado na realidade” (BOURDIEU, 2009, p. 239). Não se trata de mera imposição, mas uma espécie, digamos, de “contrato social” existente e implícito, entre Justiça e sociedade.

Diante do exposto até aqui, não pretendo minimizar o grau de violência simbólica da

instituição jurídica. O que quero de antemão é destacar a noção de que as relações entre os tribunais e grupos sociais não ocorrem de forma tão facilitada; isto porque esses agrupamentos já possuem suas regras e seus códigos próprios. Entre os ex-escravos isto não era diferente: haviam as expectativas de reconstrução de sua sobrevivência, suas novas rotas como cidadãos livres.

E o caminhar ao percurso do processo criminal pode iluminar aspectos muito interessantes sobre suas vivências. Portanto, o se pretende nessa pesquisa não é a limitação à ação dos tribunais, mas principalmente a imersão nas entrelinhas e informações dos documentos que apresentam arcabouços simbólicos sobre as experiências negras do pós-emancipação: Quais os significados em torno dos delitos e a partir disto quem eram essas pessoas, quais os tipos de configuração familiar, redes de sociabilidades, empregabilidade, possibilidades encontradas de inserção, entre outros. Esse será o norte pensado para a trabalho. Entre os objetivos, elenca-se ainda abordar os possíveis espaços de conflito e aproximação entre as demandas dos ex-cativos e tratos da Justiça, entender algumas formas de atuação da Justiça na região de Oliveira a partir da análise dos crimes, nomes do judiciário e números e problematizar os designativos presentes nas fontes e as formas como os ex-cativos eram nomeados pela Justiça e outros envolvidos nos processos. A partir disto, tentar apreender em parte como as relações e hierarquias raciais se construíram e funcionavam no pós-emancipação na região.

Além disso, como continuidade do trabalho iniciado no Mestrado, pretendo questionar e dissertar sobre possíveis especificidades e diferenciações de gênero nos delitos vivenciados entre homens e mulheres, ambos ex-cativos, e os nivelamentos próprios da Justiça para ambos. Em minha dissertação, percebi que as tentativas da Justiça em modelar padrões de recato em seus sentenciamentos exemplares mostra que a instituição pouco levava em consideração os valores de honra construídos por essas mulheres (SOUZA, 2019)¹. Numericamente, os crimes envolvendo mulheres chegavam em menor incidência a tornar-se um processo judicial. Isso não quer dizer que não ocorressem, mas que poderiam estar “às escondidas” nos trâmites do ambiente doméstico devido ao julgamento moral público (em casos mais simbolicamente polêmicos como aborto, curandeirismo ou violência doméstica, por exemplo). Notei ainda que nos crimes em que as ex-escravas se enquadravam havia a presença significativa de aspectos como luta por reputação, honra e imputação dos direitos em

¹Constatação esta elaborada não apenas na análise das fontes, mas a partir das contribuições feitas por Martha Abreu ao trabalhar com processos de defloramento envolvendo moças pobres no Rio de Janeiro da Belle Époque (ESTEVEZ, 1989).

liberdade. Mesmo que nem sempre obtessem o sucesso nos tribunais, elas fizeram-se ouvir e ter sua presença notada (SOUZA, 2019). Os crimes, portanto, estavam longe de limitar-se à aparatos materiais.

Seguindo esta premissa dos resultados, a hipótese principal da pesquisa que se inicia é a de que os crimes envolvendo ex-escravos demonstram significados ligados às suas experiências de liberdade, mais especificamente lutas por cidadania, meios de sobrevivência, defesa de honra e direitos lesados. Mesmo que à primeira vista os casos pareçam limitar-se a rixas pessoais ou aparatos materiais, os percursos dos delitos cometidos e sofridos, cuidadosamente analisados, demonstram conflitos permeados por simbologias de recorrência de direitos e reputação, num contexto onde infelizmente a escravidão cedeu lugar à novos tipos de dificuldades e hierarquias sociais. Demonstra a atuação árdua desses indivíduos por garantias mínimas de sobrevivência. As informações também indicariam que os ex-cativos utilizaram trabalho, terra e família como vias importantes de reestruturação de suas vidas no pós-abolição. Analfabetos como grande parte da população e trabalhando principalmente em serviços domésticos, lavouras e postos autônomos e de baixa remuneração, esses indivíduos desempenhavam diversas funções para sobreviverem.

O principal espaço de conflito entre as demandas dos ex-escravos e os tribunais estaria ainda no tocante ao teor civilizatório da Justiça e critérios morais de sentenciamento escolhidos, o que revela a faceta violenta da instituição. Paradoxalmente, o espaço de aproximação ocorreria neste próprio potencial de “troca” de interesses do ambiente jurídico: a recorrência à Justiça funcionaria, por parte dos ex-escravos, como forma possível de acessar seus direitos, num momento onde outras vias de resolução não estavam alcançáveis para todos. Em contraposição a isso, a Justiça conseguia atuar com seu papel legitimador de mediadora dos casos e mantenedora da ordem. Essa é outra forte possibilidade que será melhor investigada no trabalho.

As medidas civilizatórias do judiciário de Oliveira não seriam resultado apenas do teor moral advindo com o recém-inaugurado Código de 1890, mas principalmente resquícios da tradição da Justiça mineira, que desde meados do século XIX já tomava tais medidas para controle da violência e ordem. Além disso, percebe-se o fator clientelístico nos tribunais da região interiorana, bem como formas de julgar e conceber leis bem específico das redes de poder daquele local (ANDRADE; VELLASCO, 2018).

Por fim, em relação às designações sociorraciais, acredito na premissa inicial de que estas teriam a ver não apenas com a recente continuidade da escravidão, mas também sobre a

nova alocação e demarcação de lugares e relações de poder no contexto pós-emancipacionista. Quando realizadas por homens pobres comuns, demonstram também a presença de um campo de disputa social (WEIMER, 2013, p. 210). Todas essas possibilidades elencadas até aqui são uma primeira impressão de resultados obtidos desde a pesquisa de Mestrado, e serão analisadas mais a fundo durante a elaboração do trabalho.

As fontes criminais que serão utilizadas na investigação estão localizadas no arquivo do Laboratório de Pesquisa e Conservação Documental da Universidade Federal de São João del-Rei (LABDOC/UFSJ). Entre as tipologias dos casos, pode-se citar crimes de ofensa física, roubo, arrombamento, processos de tutela de menores, tentativas de assassinato, abuso sexual, entre outros. Para realização metodológica da pesquisa, opto principalmente por modos de fazer qualitativos. Justifico esta escolha por acreditar que desmiuçar os casos, um por um, e fazer uma correlação entre eles pode gerar uma observação crítica bem mais rica do que apenas métodos quantitativos, que podem gerar conclusões simplificadas. Como base inicial, pretendo utilizar a categoria da micro-história (REVEL, 1998).

As fontes processuais serão usadas para principalmente extrair informações sobre as tramas e indivíduos arrolados e também para o entendimento das simbologias em torno dos crimes. A partir de perguntas como “quem são os denunciante, vítimas e denunciados?”, “que tipo de relação tinham?”, “quais testemunhas aparecem nos casos?”, “como a Justiça lidou especificamente com esses processos dentro de uma cadeia maior de exemplos?”, “quais os tipos de perguntas feitas nos tribunais?”, “o que era comum nos discursos jurídicos?”, “em quais circunstâncias os delitos foram cometidos?”, “quais tipologias chegam em maior ou menor incidência a serem registrados e porquê?”, espero problematizar então a questão dos significados dos crimes e suas consequências.

Além dos processos criminais, o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 também serão usadas como fontes auxiliares, por serem legislações vigentes na época. Ao lado, é claro, de uma bibliografia que englobe as discussões raciais no âmbito da jurisprudência do período. Para traçar as rotas e modos de vida dos ex-escravos, cruzarei as informações presentes sobre seus perfis e sociabilidades com uma bibliografia sobre esses sujeitos, escravidão, pós-abolição e liberdade. Ações de Liberdade e Inventários *post mortem* – estes últimos inclusive de membros das antigas famílias senhoriais – também serão consultados para extrair dados acerca do passado cativo, trajetórias dos ex-escravos e pistas sobre suas redes de sociabilidades.

Proponho, mesmo que como questão subjacente, esmiuçar um pouco sobre alguns nomes do judiciário que aparecem ao longo das fontes, na tentativa de compreensão de como constituíam seus posicionamentos, quais seus lugares nos espaços de poder da região e que tipo de impacto isto teria nas sentenças. Para tal, pretendo inicialmente rastrear suas informações em livros de Faculdades de Direito e na base de dados de inventários e testamentos. Planejo também oferecer um panorama sobre os índices, tipologias e perfis de envolvidos de criminalidade em Oliveira no mesmo período das fontes que irei analisar, montando gráficos e tabelas comentadas, a partir da base de dados de processos contidos no LABDOC-UFSJ. Isto ajudaria a pensar os delitos envolvendo ex-cativos não só dentro de uma cadeia regional de criminalidade como a entender seus modos específicos ou diferenciações.

Como já dito, parte do trabalho continuará sendo dedicado, especificamente, às ex-cativas, pois como já dito, mulheres negras vivenciaram especificidades no tocante às trajetórias de escravidão e liberdade. Para tal, será necessário entender os significados específicos daqueles crimes em que estiveram arroladas, levantando perguntas como “quais as aproximações e distanciamentos entre delitos envolvendo homens e aqueles envolvendo mulheres?”, “qual sua posição dentro dos crimes?” “em que pressupostos morais a mulher localizava-se naquela sociedade?”, “como os casos mostram as possibilidades de ultrapassarem esses limites morais?”, “quais os tipos de sentenças escolhidas?”, ou “quais seus perfis sociais?”. Todos os pontos levantados anteriormente terão como pergunta norteadora a problemática dos significados dos crimes vivenciados por ex-cativos.

Para ajudar na elaboração desta pesquisa, proponho inicialmente a utilização de alguns conceitos pela qual considero relevantes para auxílio da análise. “Crime e criminalidade”, “gênero” e “interseccionalidade” e enfim, “racialização”, são categorias analíticas que pretendo utilizar enquanto arcabouço teórico.

Primeiramente, deve-se aqui identificar com qual sentido da noção de crime proponho tratar. Os estudos e análises sobre crime e criminalidade revelam as concepções e os limites morais acerca das sociedades e temporalidades. Além disso, elucidam as conexões no que se refere os tratos do Estado mediante a população e os diversos tipos de relação entre os indivíduos envolvidos. Nesse prisma, para Bóris Fausto:

As duas expressões têm sentido específico: “criminalidade” se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes, “crime” diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para

muitas percepções (FAUSTO, 1984).

O crime para Fausto não pode, portanto, ser resumido apenas ao ato do delito em si. Isto não só limitaria a análise, como ajudaria a criar estereótipos criminais. Para não cair neste perigo, é preciso que o historiador tenha a sensibilidade de ler o ato dentro de uma cadeia de possibilidades, leis e regras que permitam ao observador constatar suas possíveis regularidades e limites, e principalmente, os seus significados simbólicos. Ao lado disso, sem perder a especificidade da questão, o pesquisador deve ter o esforço de investigar informações do cotidiano dos envolvidos, atendo-se para informações implícitas e para o fato de que aquilo que é considerado crime muda de acordo com variáveis como temporalidades, valores, localização, etc. Ou seja, trata-se de um conceito mutável, historicizado e permeado por valores e simbologias.

Como dentro do trabalho pretendo analisar e comparar casos entre homens e mulheres, ex-escravos, a noção de gênero também será útil. Joan Wallach Scott compreende gênero como uma intitulação que vai além de um conceito, mas como uma categoria histórica analítica que quebra com a ideia de uma dualidade engessada e traz à luz análises amplas e interrelacionais (SCOTT, 1995). E que levantem e analisem como determinadas características foram construídas socialmente e reiteradas sobre homens e mulheres: como as relações sociais funcionam ou mudam esses estereótipos, legitimam relações e constroem e reforçam lugares de papéis sociais e de poder ao longo da história.

Como a pretensão também é analisar crimes envolvendo mulheres negras, será necessária a recorrência à autores que cruzam a questão de gênero com a noção de “raça”, entendendo que esses sujeitos vivenciaram singularidades marcadas pela cor e condição enquanto mulher. Kimberlé Crenshaw argumenta que “as mulheres negras são afetadas, de maneira específica, pela combinação dessas duas formas diferentes de discriminação” (CRENSHAW, 2004). Para a autora estadunidense, há uma série de situações que mostram que a intersecção entre locais sociais diferentes resultaria em processos de discriminação bem específicos. Dentro disto, o conceito será útil inclusive para analisar até onde esses atores sociais conseguiram ultrapassar esses limites de segregação.

Entrando mais especificamente na questão da racialização, última categoria aqui proposta e ligada às anteriores, Lília Schwarcz compreende raça enquanto um conceito negociado, que serviu no início da República para estabelecer critérios de cidadania no novo projeto político proposto para a nação (SCHWARCZ, 1993). Contraditoriamente utilizada num modelo populacional altamente mestiço, o pensamento brasileiro teve originalidade e

revela os esforços de adaptação e recriação na absorção das teorias científicas vigentes na construção do argumento racial no país (SKIDMORE, 1976).

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães argumenta que, mesmo sendo construída a partir de uma ideia que hoje é biológica e socialmente contestável, a noção de ‘raça’, socialmente introjetada, serviu e ainda serve para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios entre os diversos indivíduos (GUIMARÃES, 1999). Hebe Mattos constatou que designações de cor, que vão muito além do significado de pigmentação, são estabeledoras de lugares sociais dos sujeitos (MATTOS, 1993). No sentido específico do campo da Justiça, vimos ainda que critérios raciais foram usados para incorporar leis ao período das fontes aqui tratadas. Portanto, a partir deste arcabouço teórico, tratarei o conceito por “racialização”, visto que as noções raciais são historicizadas e culturalmente construídas ao longo do tempo, longe de estarem ligadas a algo naturalizado.

Falar sobre esses sujeitos que percorreram tanto o cativeiro quanto as experiências como cidadãos livres, ao meu ver, é uma possibilidade de colaborar para que esses indivíduos sejam lidos para além da noção de marginalidade, mas também pela ótica de suas próprias imputações sociais. Politicamente, num momento onde há tantas inquietações em relação a questões sobre a jurisprudência e democracia e onde as discussões sobre raça e direitos humanos são mais que necessárias, espero que esta pesquisa possa se mostrar, mesmo que minimamente, acadêmica e socialmente como apoio teórico relevante.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. 2004. 250 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antônio F. A sociedade e a lei: O Código Penal de 1890 e as novas tendências Penais na Primeira República. **Justiça e História**. Porto Alegre: v. 3, n. 6, 2003.

ANDRADE, Cristiana Veigas; VELLASCO, Ivan. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários (1830-1929). **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 179 (477):137-170, mai./ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.
CRENSHAW, Kimberlé Williams. A Interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

ESTEVES; Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano** – A criminalidade em São Paulo, 1880 – 1924, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações sociais no Brasil. **Novos Estudos** n.54, julho, 1999.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**: A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Quando a desigualdade é diferença: Reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na obra de Nina Rodrigues. **Gazeta Médica da Bahia**. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2006; 76 (Suplemento 2): pp. 47-53.

_____. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Cleudiza Fernandes de. **O pós-abolição a partir de perspectivas de gênero e raça**: Processos criminais envolvendo ex-escravas em Oliveira, Minas Gerais (1890-1905). Dissertação (Mestrado). São João del-Rei: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, 2019.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: Violência, criminalidade e administração da Justiça. Minas Gerais, século 19. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). 2013. 467 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Oficiais cativos: o trabalho mecânico na Vila Real do Sabará (1735-1829)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Mestre em História

UFMG

ludmila.machadopereira@gmail.com

Resumo: A presente comunicação é fruto da pesquisa do mestrado intitulada *Os oficiais mecânicos na Vila Real do Sabará: controle, cultura material e trabalho (1735-1829)*. Os oficiais mecânicos eram os sapateiros, ferreiros, alfaiates, carpinteiros, ferradores e seleiros, eles produziam bens e prestavam serviços essenciais a sociedade colonial. Nas minas, eles eram vários: homens livres, forros e escravos; reinóis, mestiços, crioulos e africanos. Aqui trabalharemos os escravos oficiais encontrados na pesquisa do mestrado, na sua maioria localizados nas listagens de bens em inventários. Muitos escravos não eram englobados na regulamentação da Câmara da Vila Real do Sabará, responsável por realizar os exames de ofícios e conceder licença para o exercício da atividade mecânica em seu termo. Principalmente devido às características do trabalho realizado pelos oficiais escravos que eram jornaleiros ou alugados ou trabalhavam em uma oficina de um mestre, muitas vezes seu senhor. Para compreender o cotidiano de trabalho e cativo, buscamos diversificar as fontes documentais, indo além das listagens de bens, registros de licenças e cartas de exames. Buscamos caracterizar o exercício do trabalho mecânico pelos escravos, como ele se dava e como modificava o cotidiano de trabalho de um oficial reinol. Em vista disso, ampliamos as fontes documentais, os libelos e querelas destacaram-se como importante documentação para compreender o cotidiano de um escravo oficial, sua aprendizagem, produção de bens e prestação de serviços. Na sua maioria, os processos cíveis estavam relacionados a um crédito originário de uma venda fiada cujo pagamento foi prometido por bilhete ou oralmente. A economia mineira era pautada no pagamento fiado, no crédito, o que tornavam as relações de créditos complexas e interligavam toda a população dos homens mais ricos aos escravos. O endividamento generalizado ocasionava pequenos conflitos no cotidiano que eram resolvidos em processos perante o juiz ou em violência. O escravo oficial mecânico fazia parte desse processo em que seu senhor tentava receber pelos trabalhos, como cativos não eram ouvidos, mas se discutia o seu saber-fazer, a sua capacidade e qualidade de sua habilidade técnica. Os escravos não eram somente força braçal, foram personagens históricos que aprenderam um ofício e se destacaram pela sua destreza e conhecimento.

Palavras-chave: Escravidão, trabalho, período colonial, Minas, Sabará

A presente comunicação é fruto da pesquisa do mestrado intitulada *Os oficiais mecânicos na Vila Real do Sabará: controle, cultura material e trabalho (1735-1829)*. Os oficiais mecânicos eram os sapateiros, ferreiros, alfaiates, carpinteiros, ferradores e seleiros, eles produziam bens e prestavam serviços essenciais a sociedade colonial. Nas minas, os oficiais eram de várias qualidades e condições, eram homens livres, forros e escravos; reinóis,

mestiços, crioulos e africanos. A proposta dessa comunicação é analisar os oficiais cativos levantados na pesquisa do mestrado.

Ser oficial mecânico dava uma maior mobilidade geográfica e social e possibilidade de acumular pecúlio aos escravos, podiam locomover pelas ruas da vila e seu termo, vendendo suas obras e serviços. Depois quando da feitura do testamento, era costume dos senhores recompensar os bons cativos com a alforria e/ou com as ferramentas. Possuir um escravo oficial mecânico era uma possibilidade de renda aos proprietários, costumava os alugar para obras da câmara ou de templos religiosos. Também o era para os oficiais mecânicos livres que viram na aquisição de escravo uma forma de ampliar sua oficina. A escravidão diversificou as dinâmicas de trabalho do mundo dos ofícios na América, na Capitania de Minas houve ainda a mineração que possibilitou uma maior mobilidade social.

Cabe salientar que a pesquisa diversificou as fontes para encontrar um maior número de oficiais cativos, pesquisamos os fundos da câmara do Sabará sob a guarda do *Arquivo Público Mineiro* e os fundos cartorários da *Casa Borba Gato*. Os documentos pesquisados foram cartas de exames, provisões de juízes de ofício, registros de licenças, inventários *post-mortem*, justificações e querelas.

O marco temporal escolhido (1735 a 1829) é referente ao período de regulamentação da câmara, o primeiro código de exame de ofício é datado de 1735. A câmara das vilas possuía como uma de suas funções regular às atividades comerciais, através de concessão de licenças de lojas, vendas e ofícios mecânicos, da fiscalização de peso e medidas e controle de preços. A realização de exames era originariamente uma função das corporações, sua inexistência nas minas levou que o concelho municipal atribuísse a se essa prática. A data final escolhida foi em razão da Postura Municipal de Sabará de 1829, não há nela mais menção da realização de exames pela câmara, assim, a licença de ofício torna a única forma de regulamentação de ofício mecânico na vila. (POSTURAS, 1908)

O exame de ofício era uma prática realizada pelas corporações cuja finalidade era avaliar se os aprendizes estavam aptos a exercer a atividade na localidade. Perante o juiz o futuro oficial deveria demonstrar seu conhecimento e habilidade técnica de “saber fazer” bens e serviços de sua arte. Concedida à carta de exame o novo oficial poderia exercer sua atividade mecânica em qualquer parte do reino.

Analisamos três códigos de carta de exames e quatro códigos de licença. O primeiro código de exames abrange o período de 1735 a 1748¹, o segundo os anos de 1764 a 1787² e o último de 1799 a 1819³. Já os códigos de licenças estão concentrados no final dos setecentos e início dos oitocentos, o primeiro abrange o período de 1783 a 1788⁴, o segundo de 1788 a 1796⁵, o terceiro de 1797 a 1806⁶ e o último de 1821 a 1828⁷.

Apesar de sua importância, o controle exercido pela câmara sob a atividade mecânica não abrangeu os escravos. Encontramos para Sabará cinco cartas de exames de escravos, duas para os ofícios de ferreiro e sapateiro e uma para pedreiro. O número de licenças é menor ainda, foram somente duas. Dados que nos faz pensar em motivos do pouco número em relação aos de oficiais livres. Para Vila Rica, historiadores apontam que o exame de ofício possuía certa distinção social, sendo a carta concedida na vila para oficiais mecânicos reinóis que, na época, dominavam a arrematação de contratos da câmara. (ALFAGALI, 2012, p. 113) A carta diferenciava oficiais obreiros de grandes arrematadores de obras. Porém, não podemos afirmar que seja um atestado de maestria, não seria destinada somente aos oficiais reconhecidos por sua qualidade técnica. A carta de exame era procurada por aprendizes que quisessem exercer publicamente sua atividade.

O senhor deveria solicitar por meio de uma petição a câmara a realização do exame para seu escravo. Como foi o caso de Francisco Rodrigues Costa, solicitou que o crioulo Tomé fosse examinado pelo seu ofício de pedreiro “para *publicamente* poder trabalhar neste Termo e em outra qualquer parte deste Reino”.⁸ O registro de carta de exame vinha com os nomes do juiz e escrivão (os avaliadores), o nome do aprendiz, seu ofício, onde morava, a licença para tenda ou loja, caso escravo o nome do proprietário. A qualidade só era informada quando o examinado era escravo, como no exemplo acima de Manuel da Cunha, escravo, crioulo, que foi examinado pelo seu ofício de ferreiro.⁹ Escravos crioulos eram aqueles nascidos no Brasil; nascer na casa de seu senhor dava ao escravo conhecimento da língua e dos costumes, pois, já nascia no cativeiro e na sua cultura, facilitando a aprendizagem de um ofício ou arte.

¹ CMS-008 Registro de cartas de exame de ofícios - 1735 - 1748

² CMS-196 Registro de provisões, patentes, cartas de usança e exames de ofícios - 1764 - 1787

³ CMS-216 Cartas de exames e provisões de ofícios mecânicos e dos juízes e escrivães - 1799 - 1819

⁴ CMS-236 Licença para ofícios, taberneiros, negócios - 1783 - 1788

⁵ CMS-082 Registro de lojas e vendas - 1788 - 1796

⁶ CMS-211 Licenças para lojas e vendas - 1797 - 1806

⁷ CMS-172 Registro das Licenças que dera a Câmara desta vila aos taberneiros, negociantes e oficiais mecânicos - 1821 - 1828

⁸ APM/CMS-216, fls. 55-55v

⁹ APM/CMS-196.

Além dos escravos, procuramos por oficiais forros, os números são menores, já que nem sempre se declara a condição do examinado. Encontramos três cartas de ofícios, a do carpinteiro, Marcos Rodrigues, pardo forro, o sapateiro, José de Sousa, crioulo forro, e o ferrador, Bartolomeu Vieira Rodrigues, que estava apto a realizar sangrias e curas.¹⁰ O número de licenças é menor ainda, encontramos somente duas. A primeira concedida ao sapateiro José Martins em 1786, que era escravo de Dona Narcisa de Meneses Sodré, ambos moradores no Arraial de Santa Luzia. No ano seguinte, foi concedida a de Francisco, ferrador, cujo seu senhor era Gonçalo Antunes, moradores na Capela do Padre Alexandre.

Abaixo temos dois quadros com os nomes dos oficiais escravos ou forro levantados nos códices de cartas de exames e licenças encontrados no fundo da Câmara Municipal de Sabará.

Quadro 1: Cartas de exames concedidas pela Câmara de Sabará

Nome	Ocupação	Qualidade	Condição	Dono	Morador
Bartolomeu Vieira Rodrigues	Ferrador	Pardo	Forro		Rio das Pedras
Joaquim	Ferreiro	Pardo	Escravo	Capitão Joaquim Luís Ferreira	
José	Sapateiro	Pardo	Escravo	Capitão Joaquim Luís Ferreira	
Jose de Souza	Sapateiro	Crioulo	Forro		Sabará
Manoel da Cunha	Ferreiro	Crioulo	Escravo		
Manoel de Paiva	Sapateiro		Escravo	Licenciado Manoel de Paiva Moreira	
Marcos Rodrigues	Carpinteiro	Pardo	Forro		Rio das Pedras
Tomás	Pedreiro	Crioulo	Escravo	Francisco Roiz Costa	

Fonte: APM/CMS-196 e CMS-196

Quadro 2: Licenças de ofícios

Nome	Ocupação	Condição	Dono	Morador
Francisco	Ferrador	Escravo	Gonçalo Antunes	Capela de Padre Alexandre
Jose Martins	Sapateiro	Escravo	Dona Narciza de Menezes Sodré	Arraial de Santa Luzia

Fonte: APM/CMS-236

Muitos escravos ficavam à parte da regulamentação da câmara por exercerem o seu ofício no ambiente privado, por isso, não necessitavam de licença e nem da carta de exame. As listagens de bens presentes nos inventários *post-mortem* permitiu encontrarmos um maior

¹⁰ APM/CMS-196.

número de escravos oficiais. O conjunto dos bens possibilitou contextualizar o ambiente de trabalho onde os cativos predominavam. Muitas fazendas eram unidades autossustentáveis que contavam com escravos ferreiros, ferradores e seleiros que produziam ferramentas para o cultivo, mineração, ferraduras e cravos para bestas usadas nos engenhos e cavalos e mulas para andantes dos caminhos.

O ferreiro, Arcângelo Ribeiro de Queiroz, ao morrer deixou seis escravos, um deles era João, com “princípios de ferreiro”, negro, de nação Angola de 29 anos, avaliado em 200\$000. (MENESES, 2013, p. 286) Em sua tenda, o ferreiro contava com a ajuda dele, concomitantemente, ensinava-o as artes de seu ofício. Os outros cativos trabalhavam em tarefas diversas carregando peso, trabalhando nas roças e no engenho de roda.

Em nossa pesquisa encontramos 32 escravos oficiais mecânicos nas listagens de bens de inventários.¹¹ Os louvados para avaliarem um escravo levavam em consideração diversos fatores que demonstrasse a capacidade dele de trabalhar, portanto sua idade, estado de saúde, conhecimento e habilidade técnica. E para identificação colocavam o nome, qualidade, caso africano a sua nação. Os escravos mais velhos eram os de menor valor, caso de Antônio mina, ferreiro, com sessenta anos, avaliado por 40\$000 (quarenta mil reis). Abaixo quadro com todos os escravos levantados pela pesquisa.

Quadro 3: Escravos Oficiais Mecânicos na Vila Real de Sabará e seu termo (1735-1800)

Nome	Ocupação	Técnica	Qualidade	Nação	Doença	Estado	Valor	Idade	OBS
Antônio	Sapateiro		Negro	Mamao			130\$000	55	
Antônio	mestre carpinteiro		Crioulo				500\$000	40	
Antonio				Mina					
Antonio	Ferreiro			Mina			40\$000	60	
Antonio	Ferreiro			Nagô			130\$000		
Crispim	Ferreiro	Princípio	Mulato				150\$000	18	sabe ler e escrever
Custódio	carapina		Pardo				150\$000	40	
Gonçalo	alfaiate	Princípio	Crioulo				140\$000		Rapaz
Gonçalo	carpinteiro	com luz de ofício	Mulato				160\$000	30	
Guilherme	sapateiro	Princípio	Crioulo				140\$000		
João	ferreiro	Princípio		Angola			200\$000	29	
João	sapateiro	Princípio	Mulato				170\$000	18-19	
João	carpinteiro			Angola					
João	ferreiro		Crioulo				200\$000	35	
João	carpinteiro			angola			120\$000	50	
Jose	carapina		Negro	Mina			75\$000		
José	ferrador			Mina			240\$000	40	sua tenda de ferrar

¹¹ A pesquisa de inventários abrangeu somente os anos de 1750 a 1800, período do marco inicial da pesquisa que foi ampliado na banca de qualificação.

							preparada
José	ferrador		Mina		140\$000	40	
Jose	carapina		angola		150\$000		
Lourenço	ferreiro	Princípio	Mulato		150\$000	17	
Luis	ferreiro		Mulato	casado	280\$000	40	Conjuge Laurina Crioula de 20 anos
Luis	ferreiro						
Manoel	sapateiro		Negro	angola	150\$000	40	
Manoel	seleiro		Crioulo		300\$000	40	
Manoel	latoeiro		Mulato		200\$000		
Manuel Ferreira Pacheco	carpinteiro		Mulato	quebrado de ambas orelhas	casado	120\$000	
Manuel Simão	alfaiate		Mulato			200\$000	
Pedro	ferreiro		Crioulo			200\$000	Quartado
Simão	ferreiro		Negro	mina		190\$000	Com sua tenda
Simão	ferreiro		Negro	quebrado		200\$000	velho
Simão	ferreiro com sua tenda		Negro	quebrado		200\$000	velho
Simão Soares	ferreiro		Negro				

Os avaliadores quando vão descrever alguns oficiais utilizam-se das expressões “com luz de ofício” ou “princípio de ofício”, tais indicam que o escravo detém uma habilidade inicial daquele ofício, podendo indicar que o estava aprendendo. Dos escravos pesquisados nos inventários, seis foram descritos com princípio de ofício e dois com luz de ofício. O mulato bem feito Crispim, de idade de dezoito anos, que sabia ler e escrever, foi descrito com “princípio de ofício de ferreiro”, sendo avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil reis). Cabe ressaltar que não encontramos nenhum outro escravo oficial que soubesse ler e escrever, demonstrando que a combinação ensino de primeiras letras e aprendizagem de ofício não era recorrente no cativo. No mesmo inventário, está listado: o escravo José, mulato bem feito, que sabia ler e escrever, com idade de vinte anos, avaliado em 140\$000 (Cento e quarenta mil reis).

O escravo de maior avaliação encontrado foi o crioulo Antônio, mestre carpinteiro, avaliado em 500\$000 (quinhentos mil reis) e com idade de 40 anos. A sua habilidade técnica foi tratada em um libelo cível entre os herdeiros do inventário e o mestre carpinteiro Silva Marques a respeito do pagamento de um crédito que ficara do falecido Francisco Pereira Corrêa. Segundo Silva Marques o falecido ficou lhe devendo de obras, contudo, os herdeiros afirmavam que o escravo foi cedido ao mestre para que os jornais fossem descontados da dívida. Em sua defesa o carpinteiro afirmou que o crioulo era seu aprendiz, não um oficial perito e, portanto, não lhe cabia receber jornais. Ao longo do processo, o escravo não teve

voz, ou pelo menos ela não foi registrada, não pode afirmar se era um aprendiz ou um mestre. Um dos problemas enfrentados pelos escravos oficiais era o reconhecimento de sua habilidade técnica. O escravo não poderia ser nomeado como mestre, segundo Silva Marques, pois ficou debaixo de seu compasso, o escravo não foi quem projetou as obras e serviços, quem as concebeu. Ele foi somente mais um oficial obreiro que executou os riscos do mestre.

Entre os cativos levantados predominou os ofícios de ferreiro, seguido de carpinteiro e sapateiro. Os ferreiros eram de grande importância no funcionamento da sociedade; responsáveis pelo feitiço de cravos, fechaduras, dobradiças para a construção e ferramentas para a mineração e agricultura e outros ofícios e artes, também, consertava e confeccionavam armas. Além dos instrumentos de trabalhos, os cativos ferreiros faziam os artefatos de sujeição ao senhor; as correntes e cadeados de “guardar negros” em troncos, usados para prender os escravos à noite com o intuito de evitar fugas, ganchos de pescoços e máscaras de ferros para castigos corporais e torturas. Alguns desses ferreiros foram avaliados com suas tendas, caso do ferreiro Simão, mina, com sua tenda, avaliado por 190\$000 (cento e noventa mil reis). Há também o ferreiro Pedro crioulo que devia de seu “quartamento” e de sua tenda de ferreiro 200\$000 (duzentos mil reis), ele também tinha coartado seu filho o crioulinho por nome Camilo. A coartação ou “quartação” era um tratado verbal de auto compra entre o senhor e seu escravo, cujos pagamentos eram divididos em parcelas durante um determinado período. O escravo coartado durante esse tempo não morava mais na casa do seu senhor e deveria arcar com os custos de suas despesas com alimentação, habitação, vestimenta e saúde. Caso não cumprisse as condições poderia retornar ao cativo. (PAIVA, 1995, p. 51)

Por fim, como vemos no quadro, predominou entre os escravos a qualidade crioula, mulata e parda, referentes àqueles que nasceram na América. Achávamos inicialmente que os oficiais escravos encontrados seriam todos crioulos ou mestiços, no entanto, os números de africanos 37,50% do total se apresentou maior que o esperado. Os cativos africanos identificados eram originados do porto de Angola, costa da Mina e nagô. O que poderia indicar que alguns saberes poderiam ter vindo da África.

Além dos inventários, encontramos escravos em querelas e libelos, como o caso do escravo Antônio cujos jornais foram usados para pagar uma dívida. Os processos cíveis estavam relacionados a um crédito originário de uma venda fiada cujo pagamento foi prometido por bilhete ou oralmente. A economia mineira era pautada no pagamento fiado, no crédito, o que tornavam as relações de créditos complexas e interligavam toda a população dos homens mais ricos aos escravos. O endividamento generalizado ocasionava pequenos

conflitos no cotidiano que eram resolvidos em processos perante o juiz ou em violência. Um dos principais motivos da violência era o embate entre devedores e credores, nesse caso, o credor exercia um poder ao cobrar de quem o devia. (SILVEIRA, 1997; 2000; 2015)

No dia 18 de julho de 1802, o escravo Manuel com luz do ofício de carapina saiu às duas horas da casa de seu senhor em Vila Real do Sabará para cobrar suas obras e serviços de Manuel Francisco de Barros, no caso às madeiras que lhe tinha cortado e carregado. Houve um desentendimento entre os dois pelo fato do escravo não ter feito um papel das contas, levando a fúria do devedor que “entrou-se a zangar com o negro”. Enfurecido, pegou “uma zagaia e deu várias pancadas”, batendo com a parte de ferro que fez contusões e abriu feridas. A sua esposa Maria Lopes veio auxiliá-lo “com uma vara de medir donde lhe deu várias pancadas” no negro angola.

Dois dias depois do ocorrido, Bernardinho de Sena da Costa Torres foi diante do Juiz Ordinário, o Capitão Antônio Fernandes Guimarães, queixar-se do ocorrido com seu escravo Manuel angola. Como era caso de querela, o senhor de escravo chamou três testemunhas para relatar a violência ocorrida, a saber, o sapateiro José de Azevedo Ribeiro, homem pardo “disfarçado”, o seleiro Guilherme Inácio da Costa Marinho e o telheiro Manuel Alves de Carvalho. Todas as testemunhas eram pardas, faziam parte do mesmo grupo social e viviam de seu trabalho manual, também, foi necessário convocar dois cirurgiões da vila para o auto de corpo de delito, no mesmo dia, o tabelião e os cirurgiões – cirurgião-mor Manuel da Costa Bacelar e o Licenciado Antônio Ferreira dos Santos Estrela – foram na residência de Bernardinho examinar o escravo, encontraram nele três contusões localizadas na nuca, no antebraço direito e na articulação do braço esquerdo e feridas na mão e dedos causada pelo ferro da zagaia. Os ferimentos impediriam o escravo de trabalhar e continuar aprendendo o ofício de carapina com seu mestre.

Uma sociedade marcada pela mobilidade social não era sinônimo de tratamentos iguais entre escravos, forros e livres; a violência e a lei sempre estavam lá para reafirmar a fronteira entre as condições e as qualidades, ainda que, a atividade mecânica nas Minas setecentistas abrisse novas possibilidades aos escravos, não alterava o seu *status* jurídico. Como bem lembrou Manuel Francisco de Barros que não aceitando a cobrança do cativo, o violentou, mostrando-lhe o devido lugar na ordem social, e, por seguinte, recuperando a sua honra. Na querela, foi questionado a respeito do seu ato, mas negou tudo, afirmando que o proprietário buscava vingança por ser seu inimigo. A honra e vingança constituíam as principais justificativas dos atos de agressão física e assassinatos nas Minas.

Busquei na comunicação apresentar os resultados da pesquisa sobre oficiais mecânicos, mostrando os dados a respeito dos cativos. Analisei aqui a regulamentação realizada pela câmara que incluía os escravos, mesmo que em pequena proporção. O exame de ofício de certo modo reconhece a habilidade técnica e o saber fazer desses escravos. É importante salientar que eles não atuaram somente em trabalhos que necessitava de grande esforço físico, foram usados também em serviços que necessitavam de habilidade e conhecimento. Alguns desses escravos, como vimos o crioulo Antônio, destacaram-se pela sua destreza e conhecimento.

Referências Bibliográficas

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII**. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2012.

MENESES, José Newton Coelho. **Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. **Revista de História**, São Paulo, n. 133, p. 49-57, 1995.

POSTURAS da Camara Municipal de Sabará (1829). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908, v. 13, pp. 487-521.

SILVEIRA, Marco Antônio. **Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Fama pública: poder e costume nas Minas setecentista**. São Paulo: Hucitec, 2015.

_____. **O Universo do Indistinto**. Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

A Sabará de Avelino Fóscolo no pós-abolição: os negros e os jornais (1888 – 1890)

Mateus Roque da Silva

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

mateusroques@yahoo.com

Resumo: O presente trabalho configura-se como um recorte da pesquisa monográfica que vem sendo empreendida pelo departamento de história da PUC Minas. O estudo é de cunho qualitativo e parte das perspectivas metodológicas propostas pela Nova História Social. Ancorados nessa abordagem epistemológica, objetivou-se analisar os discursos produzidos pelo literato sabarense (MG) Avelino Fóscolo (1864-1944), bem como de seus interlocutores e correspondentes, acerca da, então chamada, “questão negra” no imediato período que sucede a consolidação das lutas abolicionistas em maio de 1888. Para tanto, nossos esforços se concentraram especificamente em dois jornais, sendo eles *A Folha Sabarense* (1888-1890) e *O Contemporâneo* (1890), ambos de grande circulação na região sabarense do período. A escolha dessa tipologia documental remete, necessariamente, ao período de nosso interesse, haja vista a crescente importância social que a imprensa adquire a partir da segunda metade do século XIX no Brasil. Diante disso, a análise ocorreu através da seleção e sistematização dos artigos, contos, poemas, dentre outras repartições do jornal que tratassem direta ou indiretamente de nossa temática de pesquisa. Através do intercruzamento do material coletado chegamos a algumas conclusões que denotam a mudança no posicionamento de alguns autores ao abordarem a questão negra. A transição política em 1889 foi capaz de direcionar o caráter militante dos autores para outras questões. Entretanto, vozes destoantes, como a do próprio Fóscolo, apontavam para certa gama de continuidades presentes nas relações de trabalho, bem como a difícil integração dos recém libertos a República, sobretudo no que tange a aquisição de seus direitos da cidadania plena. O negro, enquanto escravo, era uma solução a questão do trabalho no Brasil, entretanto, quando livre, torna-se um grande problema. O que resulta, em décadas posteriores, na produção de teorias raciais, das quais Fóscolo tematiza em seus romances, como por exemplo *O Mestiço* (1903).

Palavras-chaves: Sabará, Avelino Fóscolo, Pós-abolição.

Introdução

A produção historiográfica brasileira tem buscado nas últimas décadas ressignificar uma série de aspectos concernentes ao período de vigência do escravismo no Brasil. A ausência de documentação produzida pelos próprios sujeitos escravizados possibilitou a emergência de uma historiografia incoerente com a realidade do passado escravocrata. Autores como Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala* (1933), chegaram a conclusões duramente contestadas pelos pesquisadores posteriores, sobretudo a partir dos anos de 1970 e 1980. A perspectiva conservadora do sociólogo, segundo Suely Queiróz (2003. p. 104),

sobretudo no que tange a sua argumentação calcada na benignidade da escravidão, revelaram o pouco conhecimento desses pesquisadores acerca dos reais processos históricos que permeavam essas relações de trabalho.

Todavia, diante de tais constatações, a partir dos anos de 1980, com o avanço significativo dos programas de pós-graduação em história e, ao mesmo tempo, do afloramento de diversos movimentos sociais, a narrativa acerca da escravidão luso-americana foi revisitada (SANTOS. 2018. p. 233). O aparecimento de novas fontes a pesquisa histórica, fomentados pela História Cultural, destacadamente francesa, e que tem como grande expoente as contribuições de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976)¹, apresentaram um novo leque de possibilidades de pesquisa, bem como redefiniram, de modo a ampliar, a compreensão dos historiadores acerca das fontes históricas.

Freyre, ainda nos 1960, pioneiramente, chamou a atenção dos pesquisadores para a fonte mais cotidiana e recorrente na sociedade, os jornais. A obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, publicada pela primeira vez em 1963, reunia milhares de reportagens por todo o Brasil que tinham como foco narrativo, de alguma maneira, a descrição do negro escravizado, bem como o lugar delegado a este pela sociedade vigente. Na apresentação à edição de 2010, Alberto da Costa e Silva, adverte que

Gilberto, ao folhear jornais do século XIX, não demorou em compreender o que hoje nos parece evidente, mas passava despercebido: naqueles anúncios se tinham excelente esboços de retratos de escravos, nos quais à descrição das aparências físicas, dos temperamentos, das habilidades e das maneiras de vestir se somavam pistas preciosas sobre as violências que sofriam. (FREYRE. 2010. p. 12)

A partir desta série de apontamentos, pode-se compreender a relevante importância dos jornais oitocentistas na pesquisa histórica, pois o Brasil é palco, neste mesmo período, para a emergência de grandes editorações de jornais por todo o país, uma vez que deixavam de ser “experiências isoladas, aventuras passageiras” para se tornarem grandes e estáveis empresas de comunicação (SCHWARCZ. 2017. p. 19). A segunda metade do mesmo século, nota-se um afloramento dessas editorações ainda maior (DUARTE. 2018. p. 93). Neste sentido, ao buscar traçar os debates que permeavam a questão negra nos primeiros anos após a abolição da escravidão, por meio dos jornais, justifica-se nossa escolha tipológica de documento.

¹ NORA; MESQUITA; LE GOFF, 1976.

Evidenciamos ainda a importância do pesquisador se manter atento ao uso das fontes jornalísticas, sempre levando em consideração que essa escrita narrativa informa sobre o real e não deve-se confundir com o mesmo. Para Robert Darton (1990. p. 18) os periódicos informam, representativamente, sobre o real. Entretanto, é sob a lente de seus autores, editores, expedidores e, só então, leitores que a pesquisa histórica deve se concentrar. Diante disso, os jornais serão compreendidos neste pequeno excerto enquanto produto social do seu meio, isto é, “como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas” (SCHWARCZ. 2017. p. 18).

Entre escritores e leitores: Sabará e seus jornais

Posto isto, discorre-se sobre nossas escolhas. A cidade de Sabará, desde o período aurífero, graças a abundância de importantes jazidas facilmente exploráveis, foi palco para um intercruzamento de pessoas, informações e mercadorias muito intenso. Já em fins do século XVIII dos cerca de 320 mil habitantes da região de Minas Gerais, a comarca de Sabará contava com cerca de 100 mil, sendo a região mais habitada da capitania, deixando para traz até mesmo a capital Vila Rica, com cerca de 79 mil (SANTOS. 2018. p. 67 - 68). Este crescimento perpassa o século XIX, mantendo, de alguma maneira, a importância da região no cenário interiorano de Minas Gerais. A constante navegação no Rio das Velhas, a exemplo, corroborava significativamente para a constante agitação da cidade. O porto sabarense destacava-se neste contexto como um verdadeiro centro de trocas comerciais, sendo, muitas vezes, sede de várias companhias que exploravam o transporte fluvial da região (DUARTE. 1991. p. 27).

Diante disso, Sabará, imbuída de constantes movimentações, também contava com um grande número de escravos. A polêmica em torno da escravidão, bem como acerca do abolicionismo, se fazem presentes nos debates da região ainda em meados do século XIX e se intensificavam em seu último quartel. O melhor meio de difusão dessa discussão, como sugerido, era por meio dos periódicos, sobretudo os jornais, embora, paralelamente, outros campos de discurso, tais como o teatro, também contribuísem muito para a propaganda abolicionista do período (Idem. p. 30).²

² A título de exemplificação, destacamos a divulgação da peça de teatro “*Vingança do Escravo*”, publicada meses antes da consolidação do processo abolicionista no jornal *A Folha Sabarense* em 8 de janeiro de 1888 – Disponível digitalmente pelo APM.

Diante disso, os jornais aparecem enquanto importante meio de compreensão dos debates travados nesta sociedade, sobretudo no que tange o “drama social da abolição”³, bem como a questão negra que se apresenta em seguida. Para tanto, elencamos os periódicos *A Folha Sabarense* e *O Contemporâneo*, ambos de grande circulação na região e que comungavam, de alguma maneira, do mesmo ideário político. Optou-se por trabalhar com discursos narrativos convergentes para que possamos concentrar nossos esforços de análise em um seguimento discursivo mais pontual. Todavia, adverte-se a existência de outros periódicos, como o jornal *Rio das Velhas*, de caráter monarquista e que travaram sérios conflitos com *O Contemporâneo* após a mudança política de 1889.

Ambos os periódicos partem de uma inspiração republicana. Seu quadro de redatores era composto por professores, como Pertence Júnior, republicanos, sejam eles mais radicais ou moderados, e, até mesmo, anarquistas, como é o caso de Avelino Fóscolo. Os redatores da *Folha Sabarense* pertenciam a uma pequena burguesia local, que certamente não detinha muitos recursos, uma vez que nem poderiam se reunir em grandes restaurantes da cidade, mas sim em uma espécie de pequenas barraquinhas onde travavam as “discussões que acabariam transformadas em artigos para o número do jornal da semana” (DUARTE. 1991. p. 30). O periódico que, fundado em 1885, nascia com o claro objetivo de defender os interesses do comércio e da indústria da cidade. “O jornal pertencia a Antônio de Paula Pertence Júnior – proprietário de uma casa comercial de molhados e pólvora e administrador do matadouro municipal, que, posteriormente, tornou-se vereador da câmara municipal no ano de 1891” (MARCELO. 2018. p. 25). Fato é, pois, que a maioria dos cargos editoriais ocupados no periódico, como comum à época, eram compostos por professores, poetas, jornalistas, muitos deles empenhados na causa abolicionista.

Anos depois, em agosto de 1889, Arthur Lobo funda o periódico *O Contemporâneo*. Um jornal que tem sua primeira edição apenas quatro meses antes da consolidação do golpe republicano, em novembro do mesmo ano. Seus editores irão se orgulhar muito de serem “republicanos históricos” e não apenas meros afeitos as circunstâncias. Neste cenário, o jornal “faz uma intensa propagando [republicana], polemizando com defensores da monarquia em Sabará” (DUARTE. 1991. p. 33), como citado anteriormente. Evidentemente, esses jornais, longe de se equipararem a meros folhetos informativos, dispunham de sessões reservadas a divulgação e críticas de livros, peças de teatro, romances folhetinescos, bem como os

³ Denilson de Cássio Silva, em *O Drama social da abolição* (2011), realiza um importante estudo de caso acerca desta temática, focando em sua pesquisa a região de São João Del Rei, entre os anos de 1871 e 1897.

anúncios mais variados. Ressaltamos ainda o papel desses escritores, que possuem, de toda maneira, a liberdade de criação, embora estes sejam motivados pelos valores, normas, ou mesmo inquietações sociais que são fornecidos pelo seu próprio tempo e é, por meio destas, que diversos artigos eram redigidos (SEVCENKO. 2003. p. 29).

Avelino Fóscolo enquanto metonímia de uma intelectualidade desacreditada

É neste cenário que se insere o jornalista e escritor abolicionista, dentre tantas outras ocupações, Avelino Fóscolo (1864 - 1944). Avelino, que nasceu em Sabará em 4 de novembro de 1864, perdeu seu pai muito jovem, contava apenas com oito anos de idade, restando a sua mãe, a costureira Maria Avelino Fóscolo, criar o menino. A dificuldade era muito grande e, ainda nesta idade, pode sofrer na pele o estigma de ser filho de uma mãe solteira e pobre, em uma Sabará marcada pelo tradicionalismo Católico em meados do século XIX. Pela pouca condição econômica que gozava, muito jovem foi trabalhar na Mina do Morro Velho, “na mina um branco entre negros escravos, que o rejeitavam. O apelido marcava sua condição de homem livre, certamente invejada, apesar da miséria comum a todos” (DUARTE. 1991. p. 24).

Em seguida, em meados da década de 1870, Fóscolo se junta a um grupo de artistas ambulantes norte americanos e os segue pelo interior mineiro. Nos anos que se seguem, e com o início de sua produção literária, essas experiências de sua infância serão tematizadas em seus romances. A própria literatura, em busca de dar um efeito de realidade ao seu leitor, ancora-se na narrativa histórica. Avelino, enquadrado pela crítica literária enquanto um romancista naturalista, preocupava-se muito com “a observação exata dos fatos. Apresentava a realidade tal qual era, ou como lhe parecia ser” (FRIEIRO. 1960. p. 47). Em o romance *O mestiço*, de 1903, sua narrativa é bem convincente e já aparece na documentação meses após sua publicação:

O Mestiço, por Avelino Fóscolo, acaba de sair à luz este esplêndido romance, do qual grande parte foi publicada pelo extinto *Comércio de Minas*. É um magnífico estudo da raça mestiça no Brasil, do seu temperamento e tendências, além de conter cenas, episódios e descrições das nossas fazendas sob o tempo da escravidão em Minas. Este romance é uma das produções que mais pujante se revela a caoacidade de observação do operoso escritor mineiro.⁴

Eduardo Freire (1960. p. 15), contemporâneo e sucessor de Avelino Fóscolo na Academia Mineira de Letras, destaca ainda que, Fóscolo “como um homem, de bem ou mal

⁴ Jornal, APM, *A Folha Pequena*. Belo Horizonte. 12 de janeiro de 1904.

grado, aceitou as servidões que a sociedade impunha. Como escritor, porém, reservou-se o direito de criticá-las e, aspirando a uma ordem mais perfeita, ajudou a cruzada contra o conformismo.” Entretanto, muitos desses jovens intelectuais vislumbravam a república enquanto um verdadeiro divisor de águas entre um passado maldito e escravocrata em face de um futuro promissor e republicano. A República foi recebida com “Vivas” na primeira página do jornal *A Folha Sabarense*, em 24 de novembro de 1889. O artigo “Viva a República”, escrito pelo grande amigo de Fóscolo, o poeta e político Luiz Cassiano, inicia-se com os seguintes dizeres: “Por uma radical transformação politico-social acaba de passar o Brasil”, nas linhas que se seguem o poeta rememora o exemplo de civilização francês:

Ainda hontem, 14 de julho, a artística capital do mundo, a ruidosa Paris, celebrava o centenário da queda da Bastilha, dando começo á Grande Revolução que convulsionou o mundo inteiro, accendendo luminosíssimo facho á civilização americana, enquanto o Brazil lançava ávidos olhares sobre a torre de Eiffel, o grande monumento commemorativo, alimentado ainda os ridentíssimos sonhos que finalizaram-se com a tragédia do Campo da Lampadosa, onde Tiradentes derramando o seu patriótico sangue, lançara o germen da arvore vicejante da liberdade!⁵

Apesar de passados nove dias do acontecimento narrado, o fervor por parte dos intelectuais se mostrava aparente. Um artigo de Avelino Fóscolo é publicado na página seguinte desta mesma edição do jornal. Todavia, não se tratava da questão republicana. A República, nesta perspectiva, foi, antes mesmo do seu início, sido idealizada e as esperanças de um Brasil moderno depositados nela. Entretanto, esse vislumbrar, por parte desses intelectuais, rapidamente se apresentaria enquanto uma utopia, um sonho distante. “Uma vez assentado o regime republicano e mortas as esperanças da ‘Grande Mudança’ em que todos depositavam sua fé, a condição do grupo intelectual diante das novas pressões apareceu oscilar entre tradição engajada [...] e a tendência à assimilação desvirilizadora da nova sociedade” (SEVCENKO. 2003. p. 129).

A perspectiva de melhoria, no que tange as relações de trabalho, acalentadas pelos intelectuais brasileiros com o fim da escravidão no Brasil se mostrariam irrealis. “De fato, apesar do crescimento econômico global do Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados [continuou] muito limitada” (Idem. p. 70). A condição dos sujeitos libertos, diante do novo modelo político, era similar ao vivenciado em períodos férreos, pois “os negros nas fazendas, assimilados teoricamente como cidadãos, ‘mesmo que inferiores’, a questão racial parecia permanecer ainda latente” (SCHWARCZ. 2017. p. 263).

⁵ Jornal, APM, *A Folha Sabarense*, 24 de novembro de 1889, folha 1.

Fóscolo, desiludido por esta república, torna-se anarquista e, por meio de seu trabalho farmacêutico na mesma região, convive constantemente com a miséria e degradação dos recém libertos. Essas questões são tematizadas posteriormente em diversos de suas romances, tais quais: *A Mulher* (1890), *O Caboclo* (1902) e *O Mestiço* (1903), dentre diversos artigos publicados em jornais⁶.

A grande questão que aparece nesta documentação, no período que nos propusemos analisar, gira em torno de dimensionar quais eram os sujeitos que compunham essa nova nação, enquanto seus cidadãos. O debate pautado, em âmbito nacional, versava frente a compreensão de quais seriam as contribuições de cada uma das raças para a constituição do Brasil, que ansiava, cada vez mais, se igualar aos demais países considerados civilizados. O negro que, em tempos de escravidão, era descrito fisicamente com diversas características animais, defeitos, aos olhos de seus senhores, dentre outras características, passou a ser descrito enquanto “violento” e repletos de “vícios” incoerentes com a possível modernização brasileira. A república, que ancora-se, sobretudo, na perspectiva da igualdade jurídica entre os cidadãos, presenciou a emergência de uma proposta de criação de códigos civis diferentes para brancos e negros, pois, estes segundos, encontravam-se em uma etapa inferior de desenvolvimento humano (SCHWARCZ. 2017. 263 - 264).

A solução para essas questões ancorava-se no ideário de branqueamento, que se mostrava possível graças a grande miscigenação existente no Brasil. Todavia, a república nascia repleta de paradoxos. Por um lado vê-se a exaltação da igualdade e da boa convivência entre as raças, por outro o constante medo da influência negativa advinda das raças negra e mestiça. Essa discussão não se restringiu as universidades, ou mesmo a alta cúpula do governo provisório, chegando a ganhar as ruas, por meio dos jornais, ainda em fins do século XIX.

A partir desse momento, então, em que ao menos formalmente o negro ganha direito à cidadania, as notícias e os discursos sobre ele parecem ganhar novas características: se por um lado tornam-se menos frequentes, por outro assumem mais claramente um caráter exemplar e selecionado (SCHWARCZ. 2017. p. 266)

Diante disso, Lilia Schwarcz (2017. p. 262 – 290), categoriza os anúncios de jornais deste período (1888 – 1900), que discutem, de alguma maneira, sobre os sujeitos libertos em 6 grandes categorias de análise, sem elas: (1) O “carrasco imoral”, ou seja, o negro com seus

⁶ (1) *A Folha Sabarense*; (2) *O contemporâneo*; (3) *Gazeta de Paraopeba*; (4) *Folha do Povo*; (5) *A Lanterna*; (6) *A Nova Era*; dentre outros.

“lúbricos desejos”; (2) O preto ébrio, no qual entende-se seu constante viver sob o efeito de álcool; (3) O preto alienado, bem como seus maus hábitos; (4) O negro desleal e traiçoeiro; (5) As práticas bárbaras, em que pode-se compreender o samba e a capoeira, por exemplo, e, por fim, (6) As famílias negras, repletas de violência e barganhas internas.

Essas categorias de análise possibilitam estabelecer um importante quadro comparativo entre os múltiplos periódicos encontrados na cidade no mesmo período, bem como com outras regiões do Brasil. Entretanto, por este trabalho se configurar em uma breve apresentação desta temática não nos lançaremos a este empreendimento.

Considerações Finais

Este conjunto de elementos apresentados ao longo deste pequeno excerto remetem a uma pesquisa, ainda muito incipiente, que vem sendo desenvolvida pelo departamento de História da PUC Minas. Todavia, apresentamos aqui as primeiras impressões e levantamentos feitos a partir do mapeamento bibliográfico e primeiras leituras da documentação. Nossos objetivos aqui foram de apresentar um possível campo de estudos, ao passo que chamar a atenção dos demais pesquisadores para essa documentação referente ao interior mineiro. O estudo do pós-abolicionismo, seja na perspectiva dos intelectuais, como realizada por Denílson Silva (2011), ou mesmo partindo das noções de construção e aprendizado da liberdade, como estudado por Marileide Cassoli (2017), demonstram um avanço significativo dos estudos perante as populações negras no período pós consolidação da Lei Áurea, a partir de 1888.

A historiografia brasileira contemporânea tem, cada vez mais, lançado luz a atores negligenciados pelos grandes estudos e que, de toda maneira, apresentaram ações relevantes ao confrontarem o *status quo*. O discurso hegemônico da primeira república, ancorado nos estudos cientificistas da mestiçagem e branqueamento, a época já era combatidos por parte dessa intelectualidade sabarense, no qual apresentamos um único expoente, Avelino Fóscolo. Outrossim, ressaltamos ainda a grande gama de pensadores que mantinham uma rica interlocução com nosso sujeito estudado, embora ainda não gozem de muitos estudos sobre tais personagens e debates empreendidos. Em *O Mestiço* (1903), considerada por Fóscolo como sua maior obra, o autor vai na contramão dos discursos produzidos acerca desses sujeitos. Ao narrar em seus romances a história, quase como um depoimento, “acerca do que era a vida numa fazenda mineira nos últimos anos da lavoura servil negra” (FRIEIRO. 1960. p. 35), em um momento que a maior parte dos intelectuais apenas vislumbravam o futuro

republicano. Autores como Avelino Fóscolo, em Minas Gerais, Lima Barreto, no Rio de Janeiro, ou mesmo Joaquim Nabuco, em Pernambuco, apenas para citarmos alguns exemplos, demonstram as reflexões críticas levantadas esporadicamente por diversos seguimentos sociais contra a narrativa predominante na república.

Résumé: Le présent travail est une coupe des recherches monographiques entreprises par le département d'histoire de PUC Minas. L'étude est qualitative et fait partie des perspectives méthodologiques proposées par la Nouvelle Histoire Sociale. Ancré dans cette approche épistémologique, l'objectif était d'analyser les discours produits par le littéraire sabarense (MG) Avelino Fóscolo (1864-1944), ainsi que ses interlocuteurs et correspondants, sur la soi-disant "question noire" dans l'immédiat consolidation des luttes abolitionnistes en mai 1888. À cet effet, nos efforts se sont concentrés sur deux journaux, notamment *A Folha Sabarense* (1888-1890) et *O Contemporâneo* (1890), qui ont été largement diffusés dans la région de sabarense de cette période. Le choix de cette typologie documentaire renvoie nécessairement à la période de notre intérêt, compte tenu de l'importance sociale croissante que la presse acquiert au Brésil à partir de la seconde moitié du XIXe siècle. Par conséquent, l'analyse a été réalisée au moyen de la sélection et de la systématisation d'articles, de nouvelles, de poèmes, parmi d'autres bureaux de presse traitant directement ou indirectement de notre thème de recherche. Grâce à la réticulation du matériel collecté, nous arrivons à certaines conclusions qui dénotent le changement de positionnement de certains auteurs à l'approche de la question noire. La transition politique de 1889 a pu orienter le caractère militant des auteurs vers d'autres questions. Toutefois, des voix telles que celle du Fóscolo lui-même ont attiré l'attention sur un certain nombre de continuités présentes dans les relations de travail, ainsi que sur la difficile intégration de la République nouvellement libérée, notamment en ce qui concerne l'acquisition de leurs droits de pleine citoyenneté. Le nègre, en tant qu'esclave, était une solution à la question du travail au Brésil. Cependant, une fois libre, cela devient un gros problème. Cela aboutit, au cours des décennies suivantes, à la production de théories raciales, que Fóscolo thématise dans ses romans, comme par exemple *O Mestiço* (1903).

Mots clés: Sabará, Avelino Fóscolo, Post-abolition.

Referências Bibliográficas

CASSOLI. Marileide Lázara. **A construção da liberdade:** vivências da escravidão e do pós-abolição, Mariana, 1871 – 1920. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

DARTON. Robert. **O beijo de lamourette** – Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE. Regina Horta. **Noites circenses:** Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. 2º ed. Belo Horizonte: Fino Traço. 2018.

_____. **A Imagem rebelde:** a Trajetória de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes/ Ed. Da UNICAMP. 1991.

FREYRE. Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 4º ed. São Paulo: Global. 2010.

FRIEIRO. Eduardo. **O romancista Avelino Fóscolo**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais. 1960.

MARCELO. Marlon. **“Êta mundo velho!”**: Associativismo negro, cidadania e civilidade no Clube Mundo Velho em Sabará (1887 – 1910). Belo Horizonte: UFMG. 2018.

NORA, Pierre; MESQUITA, Henrique; LE GOFF, Jacques. **História**: Novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

QUEIRÓZ. Suely. Escravidão Negra em Debate. In. FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5° ed. São Paulo: Contexto. 2003.

SANTOS. Lorene Dos. **Saberes e Práticas docentes em redes de trocas**: educação das relações étnico raciais em questão. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2018.

SANTOS. Igor. **Famílias Plurais**: Uniões mistas e mestiçagens na comarca de Sabará (1720 – 1800). Curitiba: Appris. 2018.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 2° ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

SEVCENKO. Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SILVA. Denílson de Cássio. **O drama social da abolição**: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João Del Rei, Minas Gerais (1871 – 1897). Niterói. 2011.

De Quendendê a Candendê: memória, história e resistência. (Barbacena- séc. XIX e XX)

Roseli dos Santos

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz Fora
selix07@hotmail.com

Resumo: A comunicação apresenta as análises e resultados até o momento encontrados sobre a formação do quilombo Candendê, as relações familiares existentes e as memórias enraizadas no local. O referido quilombo nomeado, atualmente de Ponto Chique do Martelo, teve a origem no século XIX com a chegada de um grupo na “grotta” que fica entre os municípios de Barbacena e Padre Brito. O cruzamento das fontes primárias, como cartas de alforrias, certidões de nascimento, casamento, óbito e registros de terras, guardados no arquivo de Registro Civil de Padre Brito, como os jornais e documentos de testamentárias existentes no Arquivo municipal Amilcar Savassi, preencheram e respaldaram a história oral coletada no seio da comunidade, nos possibilita conhecer os personagens e seus emaranhados de relações verticais e horizontais que favoreceram na continuidade do Candendê. O Sr. João Pedro, nos levou por um fio condutor da memória. Segundo ele, é possuidor a antiga escritura do local, sendo essa uma das provas de que os primeiros moradores do território que chamamos hoje de Ponto Chique do Martelo foram seus avós maternos Antônio Lourenço da Costa e paternos Elias Antônio Quintiliano, os quais, além do destino interligado por relações matrimoniais tiveram relações e apoio de escravocratas da região, que favoreceram a continuidade e preservação de suas famílias.

Palavras-chave: Memória, história, resistência.

Memórias sobre o quilombo

Numa tarde qualquer de primavera, assentados aos pés da cama da velha tia, escutávamos com os olhos espantados histórias de antepassados. Sem saber ao certo o que pensar, começamos a entender a dura realidade das relações humanas, onde nosso bisavô, ao longo de sua vida, havia capturado homens e mulheres que muito se assemelhavam com nossa tonalidade de pele, e a mando dos fazendeiros locais enforcava-os numa figueira que, ainda resiste às amarguras do tempo no distrito de Ponto Chique do Martelo.

A partir de então, começamos a indagar os personagens envolvidos e a história da região. De acordo com os relatos da saudosa tia, Ponto Chique nem sempre foi conhecido por esse nome e as famílias Costa, Quintiliano, Ferreira, Cirilo e Villela fazem parte de um quebra cabeça de arranjos matrimoniais e econômicos que se juntaram para enfrentar as pressões da época e dos potentados locais, moldando a comunidade que ficou conhecida como Quendendê ou Sítio dos Crioulos e hoje, como Ponto Chique do Martelo.

Ponto Chique situa-se entre as cidades de Barbacena e Ibertioga, no estado de Minas Gerais. Possui atualmente mais de 400 habitantes, segundo Censo de 2010. Os moradores em sua maioria trabalham como lavradores em fazendas vizinhas de imigrantes italianos, com plantações de milho, abóbora e outros produtos agrícolas direcionados ao Ceasa local.

Ao visitar Ponto Chique, constatamos a simplicidade de seus moradores pelas faixadas das casas, o que não diminui o aconchego do interior, com mobílias antigas e utensílios modernos, porém, sem abrirem mão dos fogões à lenha, os retratos de familiares “descoloridos” na parede e, as deliciosas broas de fubá, quentinhas sobre a mesa.

No ano de 2012, é que tivemos a oportunidade de reviver as histórias narradas em casa e conhecer um pouco melhor as histórias dos moradores desse lugarejo, ao participar da equipe de especialistas e representantes da Associação Comunitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ponto Chique, na tarefa de iniciar o processo de titulação de quilombo. Fato ocorrido no ano seguinte junto a Fundação Palmares, que os reconheceram como sendo “Quilombo Candendê”.

O termo quilombo pautado nas observações de Beatriz Nascimento¹, liga direta e indiretamente ao tempo e ao espaço. Acompanhando o raciocínio da autora, quilombo seria um espaço contínuo de ideias de resistência ao colonialismo cultural, reafirmação da herança africana e busca de um modelo brasileiro que seja capaz de reforçar a identidade étnica.

A pesquisadora, que nos deixou cedo tragicamente, reitera a crítica à historiografia de sua época que, pouco discutiu a amplitude do termo quilombo ao considerá-lo como algo do passado ou, o observou com visões reducionistas.

Como observou Beatriz,

Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com incidência de população negra e segmentos populacionais de baixa poder aquisitivo pertencentes a outras etnias. (RATTZ, 2006, p.57)

De acordo com Beatriz, o termo original vem de Angola com os povos jagas ou imbangalas. Esses eram grupos guerreiros, antropófagos, que matavam seus filhos e adotavam jovens de outras tribos. Comercializavam escravos com os portugueses, eram nômades e tinham uma formação social que muito pode ser reconhecida na instituição “quilombo”, ou seja, espaço aberto a estrangeiros, sendo território de guerra e, ao mesmo tempo, território sagrado, onde ocorriam as iniciações.

¹ Para conhecer a trajetória de vida e acadêmica dessa pesquisadora negra, ler: RATTZ, 2006.

A partir desta amplitude de visão e conceito, o quilombo seria a realização de um “sonho” entre o passado, presente e as perspectivas para o futuro. Não apenas espaço de sobrevivência e resistência cultural, mas também, espaço de continuidade histórica.

Será no século XIX, que o termo quilombo se firma com princípios ideológicos de resistência a tal “cidadania republicana”. Essa, que diz inaugurar no pós-abolição, a “Era da Liberdade”, contraditoriamente, inaugurou também, a “escravidão social” baseada na classe e raça. Pois, enquanto no período escravista, o escravizado tinha a possibilidade de mobilidade social com a alforria, distinguindo-se dos demais, já com a “República cidadã”, se passou a igualar as experiências sociais e a desigualar as características raciais. (SCHWARCZ, 2013).

Neste trajeto de resistência e busca pela formação de uma identidade nacional plural e fluída, num país onde a cor marca o lugar social, ora por circunstâncias como fatores econômicos, sociais e culturais, partimos para entender a história de um grupo que tiveram como pano de fundo, fortes transformações iniciadas a partir do século XIX.

O distrito de Ponto Chique do Martelo, segundo pesquisa organizada por José Lázaro de Andrade da FUNDAC, surgiu por volta de 1850 em uma grota, entre fazendas e sítios (ESCOLA DE EDUCAÇÃO..., 2009/2012). De acordo com a pesquisa, a comunidade era conhecida também como Sítio dos Crioulos. O termo Candendê, segundo o registro de Andrade, estava relacionado a um dos antigos moradores, conhecido como Antônio Lourenço, que era um negro que “(...) falava meio embolado, usava algumas palavras do idioma africano e gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço (Andrade, 2007)”.

Bem, é necessário alertar que, a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Pois, algumas lembranças são mantidas mesmo depois da distância do fato ocorrido e outras, devido o vínculo com o grupo. Contudo, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e muda conforme o lugar ocupado no grupo e com outros do meio (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Foi a partir da memória de alguns moradores do quilombo, das narrativas escutadas pelo autor ainda na infância, e dessas, cruzadas com documentos arquivados no Cartório de Registro Civil de Padre Brito, como registros de nascimento, casamento, óbitos, cartas de alforrias, compra e venda de terras, que vários personagens começaram a ter rosto e corpo nesta jornada. Vale uma pausa para esclarecer a importância dos arquivos privados no resgate de histórias perdidas. Afinal, será graças à disponibilidade da oficial de justiça Sarah Feres e a conservação com os próprios recursos, que documentos que datam desde 1830 estão disponibilizados até os dias de hoje. Fato esse que possibilitou encontrar sujeitos que montam o emaranhado de grupos familiares e imigrantes do Candendê.

Ginzburg fala sobre a importância de relacionarmos a História, retórica e provas nos trabalhos empíricos. Segundo o autor, ao avaliar as provas, os historiadores devem recordar que todo ponto de vista sobre a realidade é seletivo e parcial. Pois, são influenciadas por forças externas que as condicionam, e pela possibilidade ou não de ter acesso a todas as documentações relacionadas à pesquisa e à imagem que a sociedade deixa de si. Ginzburg afirma que

Para ‘escovar a história ao contrário’, como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender ler as testemunhas às avessas, contra a intenção de quem as produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de forças quanto aquilo que é irreduzível a elas. (GINZBURG, 2002, p. 43)

Desta forma, o cuidado com a narrativa deve ser observado. Por tempos postulou de forma simplista um exame nas narrativas historiográficas, sem levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas e estatísticas que possibilitaram a escrita. No entanto hoje, devemos nos ater menos ao produto literário final e mais às fases preparatórias que mostram a interação recíproca dos dados empíricos com os vínculos narrativos.

Antônio Lourenço da Costa (O Candendê)

Ao iniciarmos as entrevistas, o nome de Antônio Lourenço fora citado como o fundador da localidade. E será a partir de sua família que tentaremos verificar como se procedeu a formação do quilombo Candendê, também conhecido como Sítio dos Crioulos.

Acreditamos que os membros do “Sítio dos Crioulos”, observaram as frestas do sistema normativo em vigor e aproveitaram as brechas advindas da aproximação com os potentados locais para angariar vantagens materiais e imateriais. De acordo com pesquisas orais realizadas na comunidade, há indícios que antigos moradores do Candendê, no período escravista, foram “capitão do mato” da família escravista, Moreira Campos.

Segundo entrevista cedida por João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço, fazendeiros locais “pagavam” a membros da comunidade para capturarem escravos rebeldes, e cita José Cirilo, parente do Candendê, como sendo o “puxador da corda” de escravos fugidos, na figueira que hoje é o símbolo da Associação do Candendê.

Um fato que chamou atenção na entrevista com o Sr. João Pedro, é que repetidas vezes ele afirmou que, “seu avô Antônio Lourenço Candendê, nunca fora escravo!” (Informação verbal)². Dessa forma, apesar de Antônio ter nascido em meados do século XIX, como verificamos no cruzamento das certidões de casamento dos filhos e a sua de óbito, ele não

² Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em Outubro de 2012, em sua residência.

tivera relações diretas com a escravidão. Mas, contudo, seus vínculos com os potentados da família Moreira Campos, já no século XX, podem ser resquícios de relações passadas entre as duas famílias.

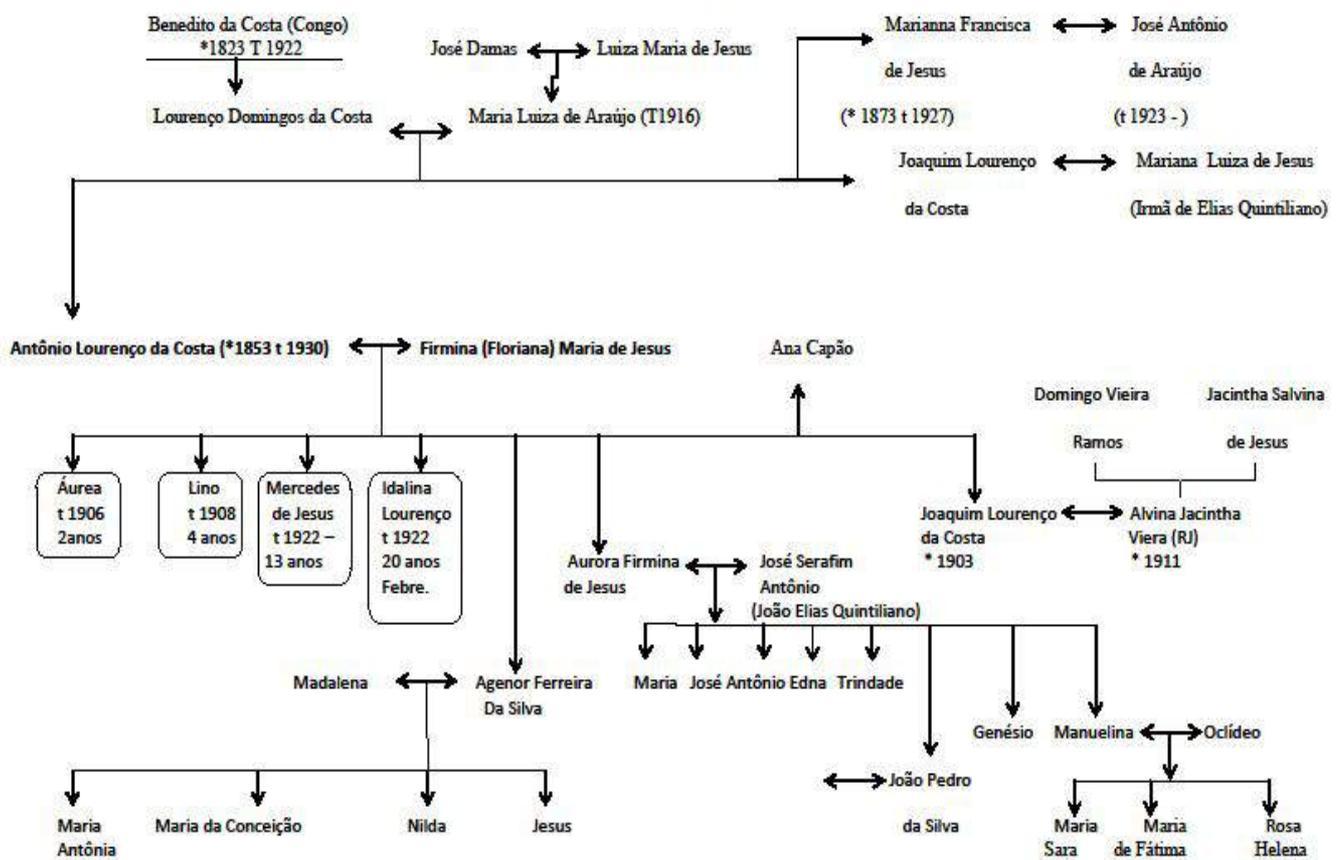
Nas palavras do Sr. João Pedro,

As terras do atual Ponto Chique pertenciam aos meus dois avôs. Por parte de mãe, Antônio Lourenço Candendê, e por parte do pai, José Serafim, sendo estes primos. Antônio Lourenço foi capanga de Abel Moreira Campos. Ele era casado com Firmina e tinha três filhos Agenor, José Pedro e minha mãe, Aurora Firmina. (Informação verbal)³

Como já afirmamos, citando Halbwachs (2004, p.55), a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Desta forma, torna-se pertinente aos descendentes do Candendê afirmar sua posição numa sociedade que ainda tem “resquícios da escravidão” no trato, na exclusão social e nos investimentos públicos. A partir da coleta dos dados e o cruzamento com as memórias locais, foi possível elaborar, em fase inicial, a árvore genealógica da família de Antônio Lourenço, o Candendê:

Diagrama 1

Família Lourenço da Costa



Legenda: ↔ = Casados → = filhos

Fontes: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e História Oral.

³ Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em Outubro de 2012, em sua residência.

Ao garimparmos os registros oficiais do Cartório de Registro das Pessoas Civis de Padre Brito, encontramos no livro n.3 de Registro de Casamento (1929 a 1967), o edital de proclamação do casamento civil de um filho de Antônio Lourenço. Trata-se do casamento de José Pedro da Silva com Avelina Mariana de Jesus, ocorrido em 1947. Foi graças a este registro que descobrimos o sobrenome do Sr. Candendê. Segundo a fonte, ele chamava-se Antônio Lourenço da Costa, já falecido na data, e sua esposa era Firmina Floriania de Jesus.⁴

É relevante observar as relações demonstradas no diagrama, os vínculos diretos e indiretos realizados por Candendê e pelos seus. Afinal, o surgimento dos “nós” ocorria com as formações de parentescos, seja dentro das senzalas ou, sob os olhares de fazendeiros que viam com “angústia” a multiplicação de um Sítio de Crioulos formado em pleno período de transformações das relações de trabalho.

Para o neto do Candendê, Sr. João Pedro, é muito importante ressaltar o status do avô como sendo homem livre e com função relevante para aquela sociedade. O sentido da liberdade se mostra muito forte e presente para os membros da comunidade. Segundo Pierre Nora (1993, n. 10, pp. 07-28), memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante. Ao partir das observações sobre territorialidade escrava feita por Hebe Mattos (2005 e 2006, p. 104-111) e a importância da Memória Coletiva observada por Halbwachs (2004), verificamos que a testemunha narrada tenta fortalecer e completar a história de um lugarejo que anseia pelo reconhecimento político e social.

Apesar de Candendê ser conhecido como quilombo, esse não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Teoricamente, o parentesco poderia ser definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade ou consecução de conjugues.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amalgama são a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante como sendo o continente onde estas culturas são simbolicamente divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações.

⁴ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 143v e 144.

Neste sentido, o sentido de comunidade poderia ter vindo tanto, da “paz da senzala” promulgada pelos senhores e aproveitada pelos cativos na aquisição de uma melhor condição de sobrevivência, adquirindo o direito ao matrimônio, um espaço para a formação da família e até um pedaço de terras que minimizasse sua condição precária de vida quanto, segundo Marshall Sahlins, de uma sabedoria tribal africana. Para ele, as tribos viveriam sempre em estado de guerra, por direito, já que não havia uma institucionalização que pregasse o contrário. Todavia, a guerra jamais se efetivava graças à sabedoria que buscava a paz por meio de trocas materiais, que se convertiam em reciprocidade, formação de laços parentais e as cerimônias ritualísticas. (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 32).

Assim, nas grotas pertencentes ao Termo de Barbacena surge com fortes laços parentais ou, pela experiência escrava ou, pela imposição do sistema, uma comunidade cercada por sítios e fazendas em pleno século XIX, e que se mantém neste espaço geográfico interligados com valores simbólicos de resistência e continuidade.

As relações estabelecidas entre os moradores do Candendê e os fazendeiros locais, demonstram também formas diversificadas de busca pela autonomia e talvez, até mesmo um status dentro da comunidade e assim, a formação de uma liderança que se projetaria para além da existência física.

Abel Carlos Moreira Campos, que na foto abaixo tem entre seus caçadores convidados o Antônio Lourenço Candendê, era conhecido como coronel na região. Sobrinho de Manoel Moreira Campos, Abel era filho de José Narcísio Moreira Campos, antigo dono da fazenda da Cachoeira, escravagista com mais de 50 escravos em seus 100 alqueires de terras (Informação verbal)⁵.

Figura 1 – A caçada



Fonte: Acervo da família Campos, 1920.

⁵ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.

A foto cedida pela família Moreira Campos mostra a estreita relação entre o Coronel Abel e Antônio Lourenço. Ambos participam de uma caçada de veados na região, atividade esportiva corriqueira entre fazendeiros locais. Apesar de próximos, também traz a imagem de certa subordinação hierárquica entre os participantes da caçada. Pois, enquanto os familiares do Coronel se posicionam no centro da foto, Antônio Lourenço e seu compadre Esmael Ferreira, estão localizados nas extremidades, talvez por serem os “capangas” do grupo. Os trajés de ambos, também nos fornecem informações sobre sua relação com os potentados locais. Afinal, se mostram à altura para um evento importante da época, como o período da caça.

É importante por em cena indivíduos que se ascendem em meio ao grupo buscando desvendar suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada, que poderia afetar tua vida e de toda uma comunidade. As limitações impostas por uma época, mentalidade e até situações financeiras devem ser pesadas nas ações dos atores sociais. Antônio Lourenço, de uma forma ou de outra, seja pelas relações com potentados, ou pelo curandeirismo que praticava na região, alcançou algo difícil num período que ser cidadão era ser igual, mas com delimitações claras dentro da sociedade republicana.

Em entrevista com as bisnetas de Antônio Lourenço, as senhoras Maria da Conceição e dona Ilza, essas nos relataram um pouco das histórias vividas e que foram passadas de geração em geração. Dona Maria, filha do Sr. Agenor, ainda reside na casa de pau-a-pique de seus pais. Ela lembra o jeito alegre do pai e da satisfação em receber visitas. Afirma ser a única dos quatro filhos, que sempre residira na casa antiga, a qual tem nas paredes a marca do tempo, deixando transparecer as ripas preenchidas por barros e, os resquícios da presença do fogão a lenha que a sempre acompanhou.

Dona Maria, tivera três irmãos, dos quais dois ainda estão vivos. Apenas Hilda, irmã do meio veio a falecer tempos atrás com o “[...] aparecimento de um caroço no pescoço que subiu, junto com muita tosse e ela não aguentou [...]” (Informação verbal)⁶. Jesus, único homem e o caçula, fora procurar emprego e vida melhor em São Paulo e por lá ainda permanece. Dona Maria Conceição recebe os cuidados da irmã Maria Antônia, residente na cidade, que desde cedo fora trabalhar nas casas como doméstica. Enquanto isso, ela resolvera continuar morando com a mãe, senhora Madalena, após a morte do pai, e mesmo com o falecimento dessa não quis abandonar o lugar (Informação verbal)⁷.

⁶ Entrevista de Dona Maria da Conceição, filha do Sr. Agenor, neta de Antônio Lourenço da Costa. Em 06 de outubro de 2018.

⁷ Entrevista realizada com as Senhoras Maria da Conceição e Ilza no Ponto Chique do Martelo, em seis de outubro de 2018.

Senhor Agenor, pai de nossa entrevistada, era um dos filhos de Antônio Lourenço. Além desse, o Candendê tivera Áurea e Lino que faleceram ainda criança, por causa natural, no início do século XX, tendo como declarante Gabriel Antônio dos Santos, morte ocorrida num lugar denominado Boa Vista.⁸ Tempos depois, em 1920, com separação de meses, o Sr. Candendê perde suas filhas Mercedes de Jesus, também por morte natural e, Idalina Lourenço, devido febre, conforme esclarecido pelo filho de Antônio, José Pedro da Costa.⁹ O local das mortes vem registrado como Boa Vista e respectivamente, como Lagoa. Não acreditamos ter a família de Antônio Lourenço se deslocado de uma região para outra em pouco tempo. Mas sim, que as designações da residência de sua família fossem dentro do território, que alguns escrivães registraram como Quendendê ou Candendê.

Para além desses citados, foram encontrados registros de mais três filhos de Antônio e Firmina. Ana, conhecida como Ana Capão, solteira, Joaquim Lourenço casado com Alvina, vinda do Rio de Janeiro com a família para morar no distrito de Ilhéus e Aurora Firmina casada com José Serafim, esses, pais do nosso entrevistado, João Pedro da Silva.¹⁰

A memória de João Pedro diverge com os documentos escritos quanto ao nome do pai de Antônio Lourenço da costa. Para ele, seu bisavô chamava-se Antônio Pequeno. Já nos registros cartoriais, o pai do Candendê, aparece como sendo Lourenço da Costa, casado com Maria Luiza de Araújo. Antônio Pequeno é muito citado nas entrevistas dos moradores, o que denota certa influência e presença no passado desta comunidade. Na contínua garimpagem das fontes mais antigas do Cartório de Padre Brito, tivemos a chance de encontrar uma única carta de alforria em meio a toda documentação ali guardada. Trata-se da alforria do pardo Antônio, doada por sua Senhora Anna da Costa, em 19 de outubro de 1830¹¹. Muitos foram os pensamentos do pesquisador sobre a relação da carta e o sobrenome da senhora com a história de Antônio Lourenço da Costa. Todavia, as fontes encontradas no cartório tem um espaço vazio de 1830 até 1898, o que até o momento não dificultou relacionar os personagens da carta com Antônio, Candendê.

Conclusão

A relação pessoal com o povoado do Candendê torna a pesquisa relevante, ao passo que possibilita o entendimento de uma história familiar e ajuda o resgate histórico necessário

⁸ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 48 e 50.

⁹ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 179v e 183v.

¹⁰ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 01 e 161.

¹¹ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro, n. 1, 1830 a 1895, s.p.

para a aquisição de recursos junto aos setores públicos. Cientificamente, a pesquisa reforça a reflexão sobre a amplitude do termo quilombo, para além de serem apenas terras de “negros fugidos”. Mas sim, terras adquiridas de formas diversas por “homens de cor” livres, libertos e até índios que ali buscaram reviver e ampliar sua cultura, e que mesmo vigiados pelos potentados locais, criaram o sentimento de comunidade e se tornaram mais fortes para enfrentar uma sociedade em transformação.

Como ressalta Weimer (2013, p. 23), novas perspectivas históricas (Cooper, Holt e Scott, 2005) apontam para uma nova análise do pós-abolição, que muito difere das tendências reducionistas que alegavam que os indivíduos teriam caminhos e trajetórias pré-definidas pela herança escravista. Afinal, esses estarão agora numa arena de conflitos e problemas onde a subjetividade individual ou coletiva será testada, e assim, a família será fundamental nesse contexto, possibilitando o agenciamento de sujeitos sociais sobre a vida em liberdade.

Referências Bibliográficas

Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena. Serviço de Geoprocessamento, 2010.

Artigo 68 (ADCT – CF/ 88) - FERREIRA, R.C. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e Reconhecimento, Ação Afirmativa ou Direito Étnico? **Revista Habitus**, v. 08, p. 01-18, 2011.

ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena**. Barbacena: Prefeitura Municipal de Barbacena, Administração 2009/2012.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 –c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: História, retórica, Prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, pp.31-32.

INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. **Revista USP**, n. 68, p. 104-111, dez. jan. fev. 2005 e 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: agência e loucura no Brasil da Primeira República. In: DANTAS, Carolina et al (org). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**, vol. 1. Niterói: EDUFF, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História), UFF, Rio de Janeiro, 2013.

Francisco e Caetano Baeta Neves: Dois irmãos portugueses residentes em Minas Gerais e envolvidos no tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX – formas de atuação no mercado e redes comerciais

Ulisses Henrique Tizoco
Mestre em História
UFMG
uht2286@gmail.com

Resumo: Partindo do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos “ociosos” de regiões “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas, este texto pretende analisar as trajetórias profissionais de dois irmãos de origem portuguesa que foram, na segunda metade do século XIX, os principais negociantes de escravos do município mineiro de Bonfim do Paraopeba, onde residiam. Tal análise pretende discutir determinados padrões de atuação comuns a vários negociantes de escravos que operaram no mercado nacional do período, bem como evidenciar alguns aspectos das redes comerciais nas quais os irmãos Baeta Neves estiveram inseridos e que conectavam pessoas e mercados de diversas localidades mineiras a outros da província do Rio de Janeiro e da Europa.

Palavras-chave: Comerciantes de escravos, Décadas finais da escravidão no Brasil, Bonfim do Paraopeba (MG).

Aos 14 dias do mês de junho de 1876, Antonio Alves Parreiras compareceu ao cartório do 2º ofício de notas de Bonfim, cidade mineira onde residia, objetivando, através de uma procuração que no local seria lavrada, transferir poderes para que Francisco Baeta Neves, também residente em Bonfim, pudesse vender ao Dr. Pedro Ribeiro de Andrade, morador da província do Rio de Janeiro, seus escravos pretos Miguel, Faustina e Salatiel, acompanhados dos ingênuos José e Antonio¹. A procuração, registrada à folha 97 do segundo livro para procurações daquele cartório, informava ainda que os cinco cativos haviam sido matriculados na Coletoria de Bonfim aos 16/05/1872, por meio da relação de número 149.

Dois meses e meio depois, em 29 de agosto, o mesmo grupo de escravos e ingênuos apareceu em outra procuração cujo outorgante era o mesmo Parreiras. O outorgado

¹ O parágrafo quinto do artigo primeiro da Lei nº 2040, de 28/09/1871 (também conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco) proibia a separação de filhos menores de 12 anos de suas mães em caso de alienação destas. Os filhos de escravas nascidos após a assinatura de tal lei passaram a ser denominados “ingênuos”.

procurador, por sua vez, era a firma Marinho & Bebiano, e o comprador, Francisco de Paula Almeida, ambos residentes na província do Rio de Janeiro. A nova procuração, registrada à folha 11 do terceiro livro para procurações do mesmo cartório, mencionava que Miguel e Faustina eram os pais dos ingênuos e destinava-se a “passar escritura de venda dos escravos” (ou seja, a venda havia sido concretizada).

As referidas procurações, dois documentos de cunho burocrático, atualmente pertencentes ao acervo do *Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB)*, narram a venda de uma família composta por pai, mãe e dois filhos² através da modalidade interprovincial (ou seja, entre diferentes províncias) do tráfico interno de escravos no terceiro quartel do século XIX no Brasil. Como toda fonte histórica, tais documentos permitem acessar determinado acontecimento, porém deixam uma série de lacunas acerca do mesmo. Caberá ao historiador, através da confrontação entre informações oriundas das fontes e da produção bibliográfica existentes, a tarefa de preencher tais vazios e fornecer um sentido coerente à narrativa.

Dessa forma, voltando à sequência acima narrada, conhecendo-se os padrões de atuação dos comerciantes de escravos de longa distância, é possível inferir que a primeira procuração, na verdade, encobriria uma venda informal (sem passar escritura) dos escravos para o próprio Francisco Baeta Neves. Trata-se de um artifício ao qual negociantes intermediários comumente recorriam para evitar o pagamento de impostos em transações comerciais envolvendo cativos³.

No mesmo livro segundo para procurações supracitado existem outras três, datadas de 15 e 16 de junho, autorizando o mesmo Baeta Neves a vender ao supradito Dr. Pedro Ribeiro “ou a qualquer outra pessoa” outros escravos de proprietários bonfinenses, o que sugere que Ribeiro teria encomendado alguns escravos ao negociante mineiro.

Chegando Neves ao Rio com o lote de cativos e, não sendo do interesse do Dr. Pedro adquirir aquela família, visando evitar o prejuízo de ter de voltar para Minas com todos aqueles escravos o comerciante teria buscado outros compradores que pudessem adquiri-los, recorrendo a negociantes locais com os quais mantinha relações. Aí entra em cena a firma Marinho & Bebiano que, sabendo de comprador interessado, teria comprado informalmente os cativos e assumido as responsabilidades referentes à concretização do negócio e aos procedimentos burocráticos de sua formalização. Para tanto, seria necessário produzir uma

² A idade e a posição de Salatiel nessa família não são especificadas nos documentos, mas, se a ela pertencia, pode-se especular que talvez fosse irmão ou mesmo tio dos ingênuos.

³ A respeito desta tática comum entre os negociantes de escravos do período, ver principalmente CHALHOUB, 1990, SLENES, 1986, SCHEFFER, 2012.

nova procuração, uma vez que, diferentemente do conjunto das três procurações dos dias 15 e 16, aquela passada por Parreiras no dia 14 autorizava a venda apenas ao Dr. Ribeiro, nem mesmo mencionando a possibilidade de substabelecimento por parte do procurador.⁴

Ainda que a venda acima narrada e a forma como ela foi procedida digam respeito a uma situação específica da atuação comercial de determinados sujeitos, não eram nada incomuns naquele momento histórico em que estiveram compreendidas. O caso em tela traz uma série de elementos que permitem aprofundar o conhecimento acerca das configurações do comércio de mão de obra escrava no Brasil após 1850, quando o tráfico transatlântico deixou de alimentar o sistema escravista brasileiro.

Em pesquisa de mestrado recém-concluída (TIZOCO, 2018), constatou-se que os irmãos Francisco e Caetano Baeta Neves, portugueses residentes em Bonfim, foram os principais negociantes de escravos baseados naquele município da região central de Minas ao longo das três décadas finais da escravidão, tanto em termos de volume quanto de área de abrangência das negociações⁵. As atuações comerciais dos Baeta Neves no mercado de cativos seguiram determinados padrões aparentemente comuns nesse tipo de negócio, apresentando a sequência acima reproduzida elementos bastante paradigmáticos de tais atuações, que mais adiante serão retomados.

Este texto pretende analisar as atuações dos irmãos Baeta Neves, bem como as redes comerciais das quais os mesmos fizeram parte, através do recolhimento, inquirição e entrecruzamento dos variados vestígios deixados por tais indivíduos em fontes como livros de notas, de procurações e processos judiciais (existentes no *APMB* e *Arquivo Nacional*), além de anúncios de jornal (localizados na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*) (GINZBURG, 1989). Através de uma perspectiva centrada na redução da escala de observação, “levando-se a sério migalhas de informações e tentando compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e

⁴ *APMB, Livro 2º para Procurações do 2º Tabelião*, fls. 97-100v e *Livro 3º para Procurações do 2º Tabelião*, fls. 11-11v.

⁵ Os irmãos e suas firmas comerciais (Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão), atuantes entre as décadas de 1870 e 1880, foram mencionados em 5,5% das escrituras e 46% das procurações analisadas, sendo responsáveis por 12% dos escravos e 27,3% dos ingênuos efetivamente negociados no mercado bonfinense. A mesma pesquisa apurou ainda que, não obstante algumas vendas para a Mata mineira e província do Rio de Janeiro, o comércio de escravos documentado em Bonfim (município cuja economia, desde suas origens setecentistas, girava em torno da produção de gêneros alimentícios e têxteis destinados aos mercados regional, mineiro e fluminense) era de natureza eminentemente regional, além de multidirecional. A evidência reunida também não sustenta a noção de que a região estaria perdendo população escrava para regiões de economia mais dinâmica de forma acentuada. Provavelmente estivesse em curso, após 1850, uma crescente dissolução das posses menores e concentração dos escravos nas mãos dos grandes fazendeiros locais.

simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”, objetiva-se visualizar detalhes particulares no intuito de melhor compreender uma gama de relações que, por sua vez, estavam inseridas em universos maiores (REVEL, 1998, p. 13). Nesse sentido, a aplicação do método onomástico, através da utilização de nomes como fios condutores para pesquisas em fontes de naturezas diversas, mostra-se bastante profícua para a construção de pequenas biografias que, embora fragmentárias, revelam redes de relações e contextos políticos, culturais e socioeconômicos em que se encontravam circunscritas (GINZBURG & PONI, 1991).

Os irmãos Baeta Neves e os negócios da escravidão

Naturais da Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, região central do Reino de Portugal, Francisco e Caetano teriam nascido na década de 1830 (o primeiro, provavelmente em 1839⁶). Embora a época da chegada ao Brasil seja desconhecida, em 1863 ambos já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial (aparentemente, ainda não negociando escravos). No início daquele ano, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da sociedade, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais⁷. Entre 1870 e 1871, Francisco teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio.⁸

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”⁹, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”¹⁰, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”¹¹. Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande

⁶ APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

⁷ APMB, *Livro 6 de Notas pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bomfim*, fls. 84-85.

⁸ APMB, *CSO 69 (06)*, 1873.

⁹ APMB, *CPO ACA 0258*, 1877.

¹⁰ APMB, *DC CSO 27(527)1*, 1872.

¹¹ APMB, *CPO ACA 0258*, 1877. Comerciantes de grosso trato podem ser entendidos como comerciantes atacadistas que se dedicavam aos vários segmentos do comércio e ocupavam o topo da hierarquia comercial. A este respeito, ver, principalmente, FRAGOSO, 1992.

escala”¹². “Negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”¹³, em sua casa comercial, instalada à Rua do Comércio, era possível encontrar

grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos (MARTINEZ, 2007, p. 130).

A partir do ano de 1871 os Baeta Neves passaram a frequentar a documentação pesquisada participando de transações que envolviam a mercadoria humana. Em ambas as transações daquele ano (um resgate de hipoteca de bens de um casal bonfinense¹⁴ e uma compra de escravo¹⁵), Francisco negociou com indivíduos que residiam na Corte. De 1875 em diante, as menções aos irmãos e às suas firmas nos documentos (principalmente nas procurações) tornaram-se bastante frequentes.

Entre 1879 e 1880 Francisco parece ter se retirado dos negócios de escravos e se mudado da cidade para sua fazenda na região do Nhotim / Fecho do Funil¹⁶, dedicando-se à criação de gado para venda e também atuando como tropeiro¹⁷. Data dessa época o período em que a firma Baeta Neves & Irmão entrou em liquidação¹⁸.

Casado em 1856 com Maria da Luz Miranda, a quem teria abandonado poucos anos depois alegando infidelidade, teve um único filho legítimo, Adriano Baeta Neves, nascido em novembro de 1860, que teria ficado em Portugal com a mãe (esta jamais teria posto os pés no Brasil)¹⁹. Também teve dois filhos naturais (Maria e Augusto) com Maria da Conceição, sua ex-escrava.

Havida por compra feita à D. Francisca Maria da Silva, matriculada na Coletoria de Curvelo e averbada na Coletoria de Bonfim aos 10/01/1877, a preta Maria da Conceição foi a única escrava alforriada por Francisco Baeta Neves. Então com a idade de 21 anos, sua carta de liberdade (redigida em 02/04/1880) foi registrada em cartório aos 15/03/1881, concedendo-

¹² APMB, *DC CSO 23(459)*, 1868.

¹³ APMB, *1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais*, fls. 1-2v.

¹⁴ APMB, *Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fls. 34-36.

¹⁵ Arquivo Nacional, *BR.RJANRIO.84.0.ACI.07650*, 1871-72.

¹⁶ Localidade situada às margens do Rio Paraopeba, na divisa entre os então municípios de Bonfim, Sabará, Ouro Preto e Pará. Atualmente, marca a divisa entre os municípios de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas.

¹⁷ *Jornal A Província de Minas*, Ouro Preto, 12/07/1883, p. 4 e APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11/02/1880, p. 4 e APMB, *Março 1879 - 7º Livro de Procurações do Cartório do 2º Tabelião da Cidade do Bomfim*, fl. 62-62v.

¹⁹ APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

lhe liberdade gratuita e incondicional.²⁰ Entre os registros dos livros de notas bonfinenses, este foi o único caso de alforria gratuita e incondicional concedida a escravo não originalmente matriculado em Bonfim.²¹

Augusto, criado por Francisco “como filho”, viveu em companhia deste até 1894, quando o negociante voltou a residir no distrito da Cidade do Bonfim para tratar da saúde já debilitada desde a década anterior (vindo a falecer a 11/08/1896). A partir de então, o menor passou a ser tutorado por Caetano. Sobre Maria não foram localizadas maiores informações e, a respeito de Maria da Conceição, consta ter se ausentado “em companhia de um indivíduo desconhecido”, ignorando-se o seu paradeiro na década de 1890.²²

Ao contrário do irmão, Caetano adentrou a década final da escravidão ainda negociando escravos, embora em proporções bem menores que nos anos anteriores e, aparentemente, sem sociedade.

Casado com D. Maria Sabina Baeta Neves, filha de D. Barbara de Souza Moreira e do “abastado fazendeiro e capitalista”²³ Luiz José Teixeira (natural da Ilha Terceira do Reino de Portugal), Caetano constituiu uma numerosa família. Seus filhos receberam educação esmerada, em colégios de Mariana, Ouro Preto e Caraça²⁴.

Após ter se retirado dos negócios com escravos, o comerciante buscou diversificar seu ramo de atuação para além do comércio de secos e molhados e dos investimentos em bens de raiz. Ainda grande proprietário de terras e imóveis, nos anos 1890 suas dívidas se avolumavam (principalmente com credores cariocas). Nomeado Coronel Comandante Superior para a Guarda Nacional na Comarca de Bonfim com o advento da República, faleceu em Belo Horizonte a 06/08/1897, vitimado por uma súbita enfermidade²⁵.

Francisco e Caetano Baeta Neves: sujeitos excepcionais normais?

A trajetória dos Baeta Neves, embora possua seu caráter de excepcionalidade em relação aos demais comerciantes bonfinenses, também apresenta atributos de normalidade em

²⁰ APMB, [Livro 12 de Notas do 1º Tabelião], fls. 47v-48.

²¹ A respeito dos tipos de alforria registrados em Bonfim, ver TIZOCO, 2018.

²² APMB, CSO 69(04), 1894.

²³ *A Actualidade*, Ouro Preto, 30/08/1881, p. 3. O termo “capitalista”, nesse caso, pode ser entendido como “O que empresta o seu capital a um empreendedor d'industria.” (VIEIRA, 1873).

²⁴ APMB, CPO ACA-0252, 1885; <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEVES,%20Jo%C3%A3o%20Baeta.pdf>. Acesso em 24/01/2018 e <http://www.santuariodocaraca.com.br/livro-de-matricula-1856-1910/livro-de-matricula-1891/>. Acesso em 24/01/2018.

²⁵ *Jornal Minas Geraes*, Ouro Preto, 22/08/1897, p. 6.

relação aos comerciantes de escravos que atuaram no tráfico interno durante a segunda metade do século XIX (GRENDI, 2009; GINZBURG & PONI, 1991, pp. 176-177). Tais traços comuns entre as atuações dos Baeta Neves e as de outros comerciantes de escravos evidenciam-se conforme suas formas de inserção no mercado.

Ao menos entre 1877 e 1879, sempre de meados de maio a início de agosto, eles estiveram em giro de negócios pela região da Mata comercializando escravos.

Aparentemente, realizavam poucas viagens à região da Mata / Corte (talvez apenas uma por ano), porém sempre levando grandes quantidades de escravos, o que provavelmente reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes também atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote. As fontes localizadas não permitem, contudo, compreender como eles procediam à concentração dos escravos adquiridos nos meses anteriores à partida, uma vez que não há menção a algum tipo de barracão ou cômodo com essa finalidade em nenhum dos documentos localizados²⁶.

O período da viagem coincidia exatamente com o período da colheita do café na região Sudeste do país²⁷. Tendo uma boa colheita que os munia de capital, os fazendeiros procuravam investir no melhoramento de suas lavouras, adquirindo, entre outras coisas, mais escravos para as plantações. Ou seja, o resultado da safra de cada ano, que podia ser vislumbrado ao término da estação chuvosa, orientava os fazendeiros na aquisição de escravos, visando reunir braços suficientes para aquela colheita e ter garantida a mão de obra necessária ao próximo plantio e à colheita da safra seguinte (COSENTINO, 2014).

O transporte se dava a pé, possivelmente seguindo a “estrada da Corte”. Gastavam cerca de 30 dias (incluindo as paradas) entre Bonfim e a região da Mata²⁸, podendo ou não, a viagem se estender até a Corte. Entretanto, as fontes analisadas não trazem maiores informações a respeito da composição daquelas comitivas²⁹.

A viagem de 1879 e algumas das transações então efetuadas podem ser parcialmente reconstituídas a partir dos quatro anúncios de jornal a seguir reproduzidos. Provavelmente em

²⁶ Sidney Chalhoub (1990, p. 29) e Rafael Scheffer (2012, pp 254-255), por exemplo, mencionam tais edificações encontradas nas propriedades de alguns dos comerciantes de escravos que analisam.

²⁷ Sendo, o plantio, realizado entre os meses de outubro a dezembro. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900>, acesso em 20/07/2017.

²⁸ A julgar pela documentação analisada e pela pesquisa de Cláudio Heleno Machado (2002), o mais provável é que a maioria das negociações envolvendo escravos na região da Mata se concentrasse no município de Juiz de Fora, que funcionaria como entreposto para a mercadoria cativa.

²⁹ Para mais detalhes a respeito dessa modalidade de transporte utilizada pelo tráfico interno no interior do Brasil após 1850, ver, por exemplo, NEVES, 2000 e CONRAD, 1975, p. 70.

meados de maio, Caetano teria partido de Bonfim rumo à Mata levando consigo “uma porção de escravos” para serem negociados. Ao passar por Barbacena, publicou, na terceira página da edição de 4 de junho do jornal *A Actualidade*, o anúncio 1. Chegando em Juiz de Fora, divulgou, na terceira página da edição de 15 de junho do jornal local *Pharol*, o informe de número 2 (republicado no mesmo jornal nas edições dos dias 19 e 22 daquele mês, respectivamente às páginas 2 e 3).

Anúncio 1

Aviso.

O abaixo assignado tendo visto, no *Jornal do Commercio*, um protesto do Sr. Francisco Martins Nogueira, prevenindo aos Srs. fazendeiros da matta, para que não fação negocio com o mesmo abaixo assignado, acerca dos escravos, que forão do alferes Lucas Nogueira Penido; e porque tal publicação possa prejudical-o, visto que se acha com porção de escravos á venda e de partida para a matta, declara solemnemente e sob sua palavra de honra, que não possui, nos que conduz para vender, escravo algum dos mencionados e nem qualquer outro, sobre que possa haver a menor duvida.

O abaixo assignado é assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim; e nunca precisou de subterfugios em seus negocios. Barbacena, 1.º de Junho de 1879.

CAETANO BAETA NEVES.

Anúncio 2

ATENÇÃO

No Rancho da Tapéra desta cidade. achão-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender; porção grande de negras de 12 a 16 annos, para mucamas, peças de primeira ordem.

Vendem por preços muito moderados.

Nos dias que se seguiram, Neves conseguiria negociar rapidamente vários dos cativos. Um dos compradores foi Manoel Ribeiro Salgado, morador da freguesia juiz-forana de São José do Rio Preto, que acabou tendo problemas com alguns dos 20 escravos que adquiriu. Tais problemas com nada menos que 25% da “mercadoria” comprada o levaram a publicar, na quarta página das edições de 11/02 e 07/04 do *Jornal do Commercio*, os seguintes reclames:

Anúncio 3

JUIZ DE FÓRA
PROTESTO.

Tendo feito perante o juiz municipal do Juiz de Fóra um protesto contra a validade da compra de tres escravos, que com mais 17 me vendêrão os Srs. Baeta Neves & Irmão, em liquidação, em dias do suno passado, protesto que nesta data segue por precatória para no Bomfim serem os vendedores intimados do mesmo; levo este facto ao conhecimento do publico, para que de hoje em diante não faça qualquer transacção sobre o credito por mim firmado áquelles senhores a 22 de Junho de 1879, porque tenho justos motivos para não pagá-lo integralmente á vista dos vicios redhibitorios que tenho contra a compra das tres escravas. S. José do Rio-Preto, 3 de Fevereiro de 1880. — Manoel Ribeiro Salgado.

Anúncio 4

FREGUEZIA DE S. JOSÉ DO RIO PRETO
MINAS

AOS SRS. CAETANO BARTA NEVES & IRMÃO

Achando-se em meu poder tres escravas em deposito contra o Sr. Caetano Baeta Neves, fallecêrão Carnelia e Pulcinia, mandei fazer o registro dellas. Declaro mais que das mesmas escravas compradas ao Sr. Neves existem duas, Barbara e Maria, das quaes me derão escriptura, sem declarar que forão separadas de suas filhas menores. S. Roberto, 2 de Abril de 1880. — Manoel Ribeiro Salgado.

Os alegados “vícios redibitórios”³⁰ possivelmente dissessem respeito a alguma doença ou incapacidade para o trabalho. Já em relação às escravas separadas de suas filhas menores, é possível imaginar que, em virtude dessa situação (ilegal), Bárbara e Maria estivessem reivindicando ao novo senhor a retomada do contato com suas filhas, insatisfação esta que talvez se traduzisse em diminuição de produtividade ou, pior ainda, resistência ao trabalho, ao domínio do novo proprietário ou ao próprio cativo, como reagiram vários escravos mencionados nos processos analisados por CHALHOUB (1990) diante de situações por eles percebidas como injustas ou inaceitáveis.

Com efeito, problemas em transações envolvendo escravos que levassem os adquirentes a requererem a revogação das mesmas não eram pouco frequentes no comércio de longa distância, como demonstram as pesquisas de CHALHOUB (1990) e SCHEFFER (2012). Em geral, as queixas diziam respeito a escravos com problemas de saúde não informados pelos vendedores antes da concretização da compra. Sobre esse aspecto, READ (2012) argumenta que realizar transações com pessoas conhecidas (e, de preferência, residentes no mesmo município) poderia ser uma estratégia de os adquirentes se prevenirem de tais riscos e inconvenientes. Dessa forma, percebe-se, entre negociantes que atuavam no comércio de longa distância, grande preocupação em transmitir e enfatizar uma imagem de credibilidade e respeitabilidade no mercado, como se percebe no último parágrafo do anúncio 1 (SCHEFFER, 2012).

Embora seja possível que os negociantes de escravos bonfinenses tivessem trânsito por mais municípios e regiões de Minas, suas ações se concentravam em municípios das regiões Mineradora Central Oeste (à qual Bonfim pertencia), Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Médio-Baixo Rio das Velhas, Sudeste, Mata mineira e fluminense e Corte, ou seja, o entorno de Bonfim, o caminho para a Mata, a Mata e seu entorno e a Corte. Apenas os Baeta Neves possuíam contatos comerciais com regiões mineiras mais distantes, como a do Sertão³¹. Os negócios de tais comerciantes ramificavam-se ainda mais pelo interior do município e da província a partir de seus contatos comerciais e indivíduos que intermediavam suas negociações. Essa capilaridade das relações comerciais dos negociantes de escravos e intermediários bonfinenses mostrou-se essencial à interconexão entre os mercados de cativos

³⁰ Vício redibitório é o defeito oculto da coisa recebida que a torna inapropriada ao fim a que se destina ou que lhe diminui o valor. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/315/Vicio-redibitorio>. Acesso em 02/02/2018.

³¹ A respeito da proposta de regionalização da província mineira aqui utilizada, ver PAIVA, 1996.

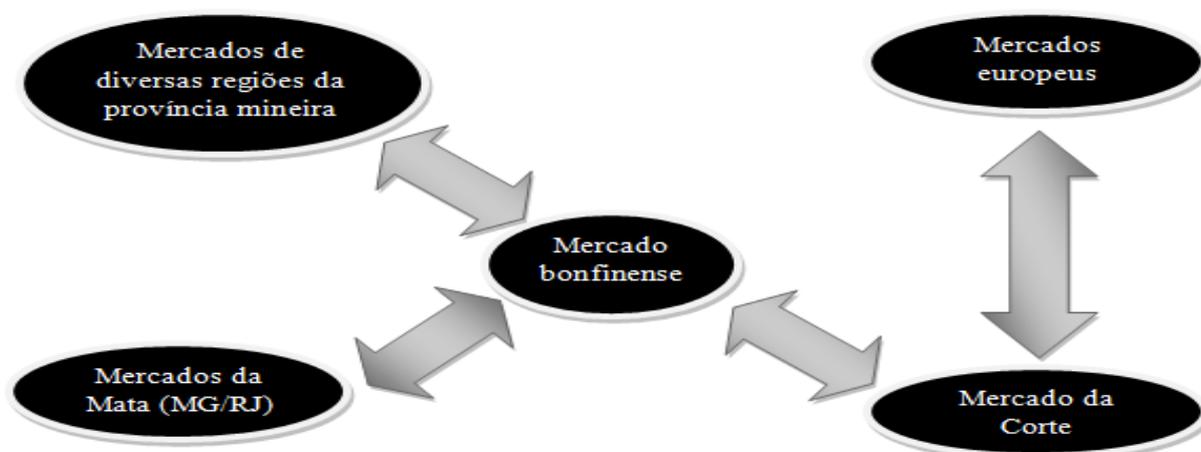
regional e nacional. Nesse sentido, vale destacar a atuação da firma carioca Marinho & Bebiano e suas relações com os Baeta Neves.

A primeira aparição de Marinho & Bebiano nos registros bonfinenses foi em 1876, no caso da venda da família de Faustina e Miguel, narrada no início do texto. Participaram ainda de outras duas transações ao longo do ano seguinte, ambas no âmbito da rede comercial dos irmãos Baeta Neves.

Sediada na Corte, à rua de São Pedro, 122, a firma é citada às páginas 784 e 812 da edição de 1876 do Almanak Laemmert como um “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e como “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”. Esteve em atividade por cerca de três anos, entre início de 1875 e final de 1877. Durante seu funcionamento, foram registradas importações de produtos de origem europeia como conservas e doces franceses e fósforos alemães³².

Pensando no funcionamento das redes comerciais e os contatos mantidos entre indivíduos de diversas localidades que negociaram escravos, pode-se argumentar que transações comerciais envolvendo escravos dificilmente englobavam unicamente tal mercadoria. Os contatos comerciais firmados durante tais negociações muito provavelmente seriam preservados para transações comerciais futuras, envolvendo a mercadoria escrava ou qualquer outra. Dessa forma, a rede de comercial na qual os irmãos Baeta Neves estiveram inseridos pode ser representada pelo diagrama a seguir:

Diagrama 1



³² **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, edições de 15/02/1876, p. 1, 22/01/1876, p. 1 e 22/12/1875, p. 1.

O ano de 1883 marca a despedida dos Baeta Neves dos negócios de escravos. Sua última aparição nos registros se deu no início de abril, quando Caetano vendeu o preto Moizes a Damaso Saturnino Parreiras, residente no distrito da Cidade do Bonfim, por Rs 900\$000³³. Moizes havia sido adquirido por Neves duas semanas antes, através de troca que fez, com morador do distrito bonfinense de Piedade dos Gerais, da parda Felizarda (acompanhada de dois ingênuos), tendo sido ambos avaliados em 800\$000.

Ainda em 1883, em agosto, Caetano teve sua primeira e única alforria registrada. A preta Alexandrina, de 16 anos, solteira, fiadeira (provavelmente matriculada em outro município), foi um dos nove libertos pela 4ª quota do fundo de emancipação que coube a Bonfim³⁴. Ou seja, abandonando os negócios de escravos por já estarem pouco lucrativos (MARTINS, 1983), o comerciante ainda conseguiu, através da indenização do Estado, minimizar possíveis prejuízos com “mercadoria parada”.

Considerações finais

Mercados de escravos locais e nacional após 1850 funcionavam de forma interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas, daí a importância de se entender uma transação envolvendo escravos como uma atividade que também estava ligada à criação ou manutenção de vínculos sociais e econômicos que envolviam prestígio e confiança entre as partes envolvidas, enfatizando as hierarquias econômicas e sociais existentes (READ, 2012).

O tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX, embora fosse uma atividade altamente lucrativa, também envolvia alto risco e, no geral, restringia-se a um reduzido número de indivíduos. Além da necessidade de gozar de considerável prestígio e estar inserido numa ampla rede de contatos comerciais em diferentes localidades e regiões, os elevados investimentos necessários para se aventurar em negócios de escravos ajudam a explicar tal situação (MACHADO, 2002; READ, 2012; FLAUSINO, 2006; SCHEFFER, 2012). Nesse sentido, os irmãos Baeta Neves integraram esse seleto grupo de negociantes por conseguirem reunir todos os pré-requisitos supracitados, sendo importantes pontos de conexão que compunham as intrincadas redes comerciais do Império na segunda metade do século XIX.

³³ APMB, *Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 20-22.

³⁴ APMB, *1875 - Protocollo do Escrivão de Orphãos da Cidade do Bomfim para as Audiencias do Juizo de Orphãos - 1º Officio*, fls. 48-49.

Referências Bibliográficas

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.
- COSENTINO, Daniel do Val. A tributação sobre a escravidão e o comércio de escravos na província de Minas Gerais. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, pp. 173-188.
- FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora, 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____; PONI, Carlo. O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual. In: GINZBURG, Carlo. et al. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. X SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, 2002. **Anais...**, Diamantina, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, jan-abr 1983.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. **Afro-Ásia**, v. 24, 2000.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa.** Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2012.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 103-155.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Pessoas negociando pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888).** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2018.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza.** Segundo volume. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

As Mercês crioulas: dinâmicas confraternais e constituição de capelas no cenário urbano das Minas Gerais (Mariana, século XVIII)

Vanessa Cerqueira Teixeira

Doutoranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

vanessa_vct@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho abordará a espacialização de uma devoção crioula nas Minas Setecentistas, articulando a dinâmica político-religiosa da vida associativa ao processo de edificação de suas capelas. Ao constituírem-se, quer em altares laterais das matrizes ou em capelas coletivas, muitas associações leigas optaram por sua institucionalização, a partir do reconhecimento régio e eclesiástico de seus livros de compromisso, como também ansiaram pela construção de templo próprio, um patrimônio. O fenômeno confraternal, propagado pela Idade Moderna, pode ser observado em sua dimensão urbana, atrelado à malha paroquial, aos poderes locais e às atividades mercantis, tendo em vista o próprio agenciamento dos confrades, o dinamismo das relações pessoais e a fluidez das vilas mineradoras. Suas capelas possibilitaram formas de ocupação, sociabilidade e hierarquização do espaço, reunindo parte da população em seus entornos. Com uma maior subdivisão do devocionário negro na Capitania, foram fundadas cerca de vinte e uma irmandades dedicadas a Nossa Senhora das Mercês, caracterizadas como instituições crioulas, direcionadas aos afrodescendentes nascidos nas conquistas portuguesas do ultramar, na condição de escravos, forros ou livres, dada a grande importância da devoção mercedária em relação à libertação do cativo em vida e das almas no purgatório. Nosso intuito é compreender como se organizaram e se agenciaram os protagonistas dessas associações ao longo do Setecentos mineiro, levando em consideração as apropriações do culto, a constituição de grupos sociais e de uma identidade crioula – devocional e, ao mesmo tempo, étnico-social, pautada por critério de pertencimento pela procedência nativa –, sob a simbologia da libertação. Neste trabalho optamos por aprofundar nossas análises em uma agremiação específica, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês localizada na cidade de Mariana, fundada em 1749. A partir de uma perspectiva cultural, recorreremos a documentações paroquiais, camarárias e cartorárias, com o intuito de conectarmos a análise das práticas, estratégias e contextos vivenciados à constituição do sodalício e construção de seu templo.

Palavras-chave: Crioulos, devoção mercedária, irmandades.

A devoção mercedária e as apropriações do culto: do cativo mouro ao negro escravizado

Há cerca de 800 anos, tornara-se conhecida uma das várias histórias sobre aparições marianas. Esta, em especial, tratava de uma tripla aparição de Nossa Senhora por meio dos sonhos, solicitando a instituição de uma ordem religiosa com o intuito de remir cristãos cativos, resgatando-os do aprisionamento mouro. Os responsáveis pela nova família religiosa

seriam Pedro Nolasco, o fundador da Ordem em Barcelona (Reino de Aragão), Raimundo da Penaforte e o rei D. Jaime I. A Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos seria constituída tendo como “carisma” principal a libertação dos escravizados. Os mercedários se preocupariam com a redenção dos corpos e das almas; privando-se de sua liberdade, encarcerando-se, se necessário, em prol de uma ação caritativa maior. Ao longo do tempo, a devoção se propagaria em distintas localidades, criando raízes em Portugal e domínios ultramarinos (AZEVEDO, 2000; PRECIOSO, 2014).

Na América portuguesa, a Ordem estabeleceu-se no Estado do Maranhão e Grão-Pará, impulsionada por frades mercedários vindos do Vice-Reino do Peru, em 1639, com o capitão-mor Pedro Teixeira. Sua instalação na nova região tinha como principais funções a atividade missionária, a educação de cristãos, a conversão e catequese de indígenas. A devoção mercedária, entretanto, se manifestou das mais diversas formas no além-mar, quer por meio de ordens primeiras e segundas, ou de ordens terceiras e irmandades leigas. Nas Minas Setecentistas, alcançaria certa particularidade não observada para outras regiões, com uma incrível coesão de devotos pertencentes a uma categoria social específica, de acordo com seus próprios Livros de Compromisso, os “pretos crioulos”. Enquanto os africanos traficados se reuniam em irmandades sob oragos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão, muitas vezes propagadas por missionários franciscanos e carmelitas, nas Minas os seus descendentes recorreriam às Mercês ao fundarem associações próprias para congregarem seus semelhantes (AZZI, 1976; COELHO, 2005; LIMA JÚNIOR, 2008; MOTT, 2009; TEIXEIRA, 2017). No que se refere ao possível contato com a ação missionária, descobrimos a presença de padres do convento das Mercês do Maranhão na região mineradora, a partir de carta régia de 12 de julho de 1722, enviada para o governador da Capitania, sendo solicitada a proibição de sua permanência, como de quaisquer outras ordens regulares (APM. Carta Régia sobre a presença de mercedários em Minas Gerais. Cód. 21, p. 15-17).

O alvorecer do associativismo leigo sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês data do segundo quartel do século XVIII, chegando ao total de vinte e uma irmandades em muitos arraiais e vilas (onze delas possuíram, inclusive, capela própria). A adesão ao culto mercedário, segundo Augusto de Lima Jr. (2008), pode ter sido motivada pela crença e busca por libertação em contexto escravista, mas podemos ir um pouco além. Diferente dos africanos, grande parte dos crioulos não precisava ser convertida, pois já nascia em meio ao cristianismo, mesmo com o contato com as práticas religiosas africanas de seus familiares.

Todavia, o batismo em nada modificava seu estatuto e eles não se tornavam cristãos livres por isso, já que a condição acompanhava o ventre. Devemos levar em consideração, então, os processos de “crioulização” (biológico e cultural) e de crescimento do número de descendentes de africanos alforriados e nascidos em liberdade a partir da segunda metade do século XVIII na Capitania, período de proliferação das associações dedicadas à Senhora das Mercês. Muitos desses crioulos buscaram também se diferenciar dos africanos traficados que já possuíam suas irmandades (ALENCASTRO, 2000; PARÉS, 2005; LIBBY; FRANK, 2009, PRECIOSO, 2014).

De forma geral, procuramos reafirmar a predominância e a forte identificação de uma categoria étnico-social específica para os devotos mercedários da Capitania das Geraes no século XVIII. Tais irmandades e algumas posteriores arquiconfrarias e ordens terceiras seriam compostas por grupos coesos e com interesses comuns, com uma identidade pautada por critério de pertencimento, fortemente atrelada à devoção mercedária no contexto confrarial, unindo a simbologia da libertação e a aquisição de benefícios espirituais próprios de sua religião, mas também por convergirem sua busca pela distinção e reconhecimento social. A representação e os agenciamentos das populações de cor por meio do fenômeno confraternal na América portuguesa emergiam como uma via para forjar o enquadramento social e possibilitaram a organização política legítima em coletividades. Dito isso, agora nos dedicaremos à análise de um dos sodalícios mineiros. A partir de uma perspectiva cultural (CHARTIER, 2002), recorreremos a documentações paroquiais, camarárias e cartoriais, sobretudo os Livros da Irmandade (Compromisso, Entradas, Receita e Despesa, Termos de Reunião), com o intuito de conectarmos a análise das práticas, estratégias e contextos vivenciados à constituição da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana e à construção de seu templo.

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana: origem e organização

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana foi criada em 1749, conforme consta em sua documentação mais antiga, um livro de entrada de irmãos, e em termo de sujeição à jurisdição ordinária assinada pelos “crioulos de Nossa Senhora das Mercês” no mesmo ano (AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3; AEAM. Livro de fundação de irmandades e capelas (1748-1765). Armário 8, prateleira 1, p. 14). Ao se firmarem como uma associação fundada pelos

“pretos crioulos”, o grupo demarcava distinções de qualidade, cor e procedência, ressaltando que se entendiam como “nacionais do Reino e Conquista de Portugal”. Não seriam admitidos naturais da “Ethiopia”, salvo os da “Ilha de São Thomé”, por serem considerados seus semelhantes (AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1). Com essa atitude os indivíduos identificados como crioulos possivelmente buscavam se distinguir dos africanos traficados, mesmo que estes tenham nascido em terras africanas que também correspondessem a conquistas portuguesas, abrindo uma exceção apenas aos habitantes da Ilha de São Tomé, segundo Mary Karasch (2000), “crioulos africanos”.

As principais normas que guiavam a vida associativa e as tomadas de decisão eram de responsabilidade de um grupo restrito eleito anualmente. A união de oficiais que ocupavam os cargos dirigentes formava a Mesa Administrativa, composta por juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e doze irmãos. As eleições para os cargos eram realizadas na véspera das festividades do dia de Nossa Senhora das Mercês, 24 de setembro, como também estipulavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (VIDE, 1853). Todas as decisões que envolviam o encontro dos membros diretores ocorriam no consistório ou na sacristia, de acordo com seus termos de reuniões (AEAM. Livro de Entrada e Termos de Reunião. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1774-1814). Prateleira P, nº 32). A festa deveria ser sempre realizada no domingo, mesmo acontecendo posteriormente ao dia 24. A Mesa Diretora geralmente se reunia para seu planejamento, encomendando sermão, realizando eleição de pregador e decidindo as despesas, com maior ou menor pompa conforme as condições financeiras da irmandade na época. De forma geral, consistia em missas rezadas ou cantadas, novenas, procissões, sermões, música, ladainha, exposição do Santíssimo Sacramento e jubileus. Um misto de elementos que produziam um grande espetáculo cênico, contemplando todos os sentidos. Esse dia também era utilizado para o encontro dos membros, a manutenção do culto e a atualização de suas práticas devocionais, caritativas e administrativas, como o pronunciamento do resultado da eleição dos cargos dirigentes, para avaliar a possibilidade do auxílio financeiro à libertação de membros cativos e para registrar a entrada de novos irmãos (AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1).

O interesse pela libertação dos membros cativos

A Irmandade tinha como grande obrigação socorrer os irmãos zelosos que precisassem de auxílio a qualquer instante. Em capítulo próprio, discutia o interesse em conceder alforrias aos irmãos cativos. O irmão escravo que fosse zeloso por sua irmandade seria ajudado pelos outros membros a conseguir sua coartação. Durante a festa de Nossa Senhora das Mercês ocorreria, quando houvesse recurso disponível, o auxílio para a libertação de algum irmão escravo, para o dote de casamento de alguma irmã ainda moça e libertação de irmão preso na cadeia, não podendo este ter roubado ou matado. O auxílio às alforrias era prestado em prol de melhores condições de vida para os irmãos devotos que mereciam. Dessa forma, a escolha dos parceiros conjugais e redes sociais, bem como a participação em confrarias, possibilitavam múltiplas estratégias e percepções de acesso a liberdade(s), formando um “horizonte de expectativas” enquanto projeções de futuro e projetos de vida possíveis (AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1).

A espacialização de uma devoção

Através da sociabilidade promovida pelas irmandades identificamos alianças verticais e horizontais formadas. O compartilhamento do espaço de sociabilidade construído era um prolongamento de outras convivialidades. A demarcação de fronteiras étnico-sociais (identitárias e relacionais) abria brechas para a interação entre africanos, crioulos, pardos e brancos, entre livres, escravos e libertos, em meio às relações sociais, como visto no interior da Irmandade das Mercês de Mariana, embora fundada por e para “pretos crioulos”.

Pelos Livros de Entradas foi possível constatar também informações quanto às moradias de alguns membros. Célia Borges (2005) demonstrou em sua análise da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Mariana que a maioria dos seus membros vinha de duas localidades, Passagem de Mariana e Morro de Santa Anna (este mais ou menos a três quilômetros da sede – do centro de Mariana), o que se assemelhava às Mercês. Grande parte dos africanos e crioulos de distintas condições habitava os mesmos espaços na cidade. A maior presença de membros da irmandade nos denominados “morros” relaciona-se, assim, ao movimento de ocupação desses espaços com as atividades de mineração (FONSECA, 2012; VELOSO, 2013). Outras localidades encontradas foram Mata Cavalos, São Gonçalo/Morro de São Gonçalo, Rosário Velho e Novo, Monsus, Morro de Santo Antônio, São Sebastião, Vila Rica, dentre outras.

Apenas 168 membros declararam local de moradia em seu registro de entrada, em um total de 1440 nomes levantados. É possível que a informação da habitação nos registros esteja mais relacionada à necessidade de saber quem morava em regiões mais afastadas, pois tornava-se necessário a existência de procuradores específicos para localidades distantes, tanto para informar os irmãos das atividades, quanto para o recolhimento das esmolas. Uma maior concentração de pessoas pôde ser observada nos morros e nas proximidades da região do antigo “Arraial de Cima”, das capelas de Nossa Senhora do Carmo (posteriormente Rosário Velho), São Gonçalo e da nova edificação do Rosário (AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1774-1814). Prateleira P, nº 32; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1815-1829). Prateleira P, nº 4).

Deparamo-nos também com dois pagamentos de aluguéis de casa em Mata Cavalos (nos valores de 2 e 3 oitavas), pagos pelo irmão Alfeser José Ferreira de Souza ao tesoureiro das Mercês Chrispim Gonçalves de Oliveira, em 1778, propriedade possivelmente fruto de doação. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês encontrava-se ainda entre templos de grande importância, como os da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco (fundada pelos pardos), das duas Ordens Terceiras (Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis), e São Pedro dos Clérigos. No período próximo à construção da capela de Nossa Senhora das Mercês, entre os anos de 1768 e 1793, localizamos também 24 autos de arrematação de foros na Travessa das Mercês no Arquivo da Câmara, indicando uma maior ocupação do local devido à edificação do novo templo (AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1774-1814). Prateleira P, nº 32; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1815-1829). Prateleira P, nº 4; FIGUEIREDO, 2017).

Como pontuou Francisco Andrade (2016), havia uma intensa relação entre as irmandades e sua configuração espacial, o que demarcava, por exemplo, interesses quanto ao trânsito urbano, ao trato mercantil e ao risco de dispersão.

A capela própria e o espaço sagrado

Ao constituírem-se, quer em altares laterais das matrizes ou em capelas coletivas, muitas associações leigas optaram por sua institucionalização, a partir do reconhecimento

régio e eclesiástico de seus livros de compromisso, como também ansiaram pela construção de templo próprio, um patrimônio. Filial da Santa Sé Catedral, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi custeada pelos próprios membros para nela festejarem e louvaram a Deus, pensando sempre no bem de suas almas, conforme informa seu Compromisso. No documento também estava estipulado que sempre houvesse cruz, crucifixo, campainha, caldeirinha de água benta, Livros de Entradas, Termos, Receita e Despesa, Eleições e Irmãos Falecidos (AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1). Tal fato demonstra o conhecimento das diretrizes estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Segundo estas últimas, não seriam permitidas edificações e reformas de igrejas, capelas, ermidas, colégios ou mosteiros sem a prévia autorização e licença do Ordinário e do Arcebispado. Primeiramente ocorreriam as visitas eclesiásticas ao lugar onde se pretendia edificar a igreja, discutindo sobre as rendas e bens a serem aplicados, além de averiguar se a edificação seria necessária e proveitosa. Para que fosse permitida a realização de missas após sua construção, seria necessária nova licença através de outra visitação para saber se o templo e seus altares estavam devidamente finalizados (VIDE, 1853, Livro IV, Tít. XVI, p. 251-252). As igrejas deveriam ser edificadas em “lugares decentes”, em “sítio alto”, “livres de humidade”, desviados de “lugares imundos e sórdidos”, assim como de casas particulares e de outras paredes. Era necessário ainda que possuíssem espaço para a realização das procissões ao seu redor, em lugares com número maior de fregueses, e que fossem capazes de acomodá-los, assim como a gente de fora nas festividades do calendário litúrgico (VIDE, 1853, Livro IV, Tít. XVII-XIX, p. 252-255).

A Igreja das Mercês, como também outras capelas, se encontrava inserida no tecido urbano e ficava próxima às residências, mas em local mais alto. Embora não possuísse um lugar de grande destaque ou praça, se sobressaía das residências por seu tamanho, sua torre (construída apenas no século XIX) e seu adro. A conclusão da Igreja das Mercês se deu por volta de 1769, e em um dos Livros de Entrada da associação conferimos a informação de que o registro de um novo membro estava sendo realizado no interior da nova capela naquele ano (AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3). Também encontramos uma provisão de sete de outubro de 1769, na qual o bispo de Mariana dava licença e autorizava o funcionamento da irmandade em sua capela, além de solicitar a confecção de seu compromisso e demais livros, sendo o primeiro redigido apenas em 1771 e aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens em 1787 (AEAM. Livro de fundação de irmandades e capelas, 1748-1765. Armário 8, prateleira 1, p. 14; AEAM. Livro

de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1), embora já fosse obrigação desde 1765 (AGUIAR, 1993).

Em 1766 sua construção já deveria estar adiantada, pois os irmãos solicitavam à Coroa a doação de sino e adornos. Neste requerimento os membros mercedários justificavam que o pedido não era feito apenas por lhes faltarem posses, mas pela irmandade possuir um baixo número de libertos que pudessem arcar com as despesas, além da grande concorrência de associações leigas no período ocasionar a dispersão dos fiéis (AHU. Requerimento dos pobres pretos crioulos, naturais da Capitania das Minas, cidade de Mariana, pedindo a concessão de sinos e uns sitiais para adorno da capela de Nossa Senhora das Mercês, 1766. AHU-Minas Gerais, cx. 87, doc. 26). Desse mesmo ano é uma ação cível em que consta o ajuste feito com José Pereira Arouca – um dos principais construtores portugueses atuantes em Mariana – quanto à dita obra da capela, afirmando ainda que esta encontrava-se em certo atraso (AHCSM. Ações cíveis do 2º ofício: Cód. 412 – Auto: 12018, Ano: 1766. Construção da nova obra das Mercês de Mariana).

Por fim, para os irmãos mercedários de Mariana, possuir sua capela própria significava distinguir um espaço “nosso” de um espaço “do outro”. Um local específico para o culto mercedário significava também sua distinção dos africanos nos níveis físico e simbólico. As interações culturais no interior do templo existiam, mas eram pré-determinadas pelos laços socialmente construídos. O fenômeno confraternal, propagado pela Idade Moderna, pode ser observado em sua dimensão urbana, atrelado à malha paroquial, aos poderes locais e às atividades mercantis, tendo em vista o próprio agenciamento dos confrades, o dinamismo das relações pessoais e a fluidez das vilas mineradoras. Suas capelas possibilitaram formas de ocupação, sociabilidade e hierarquização do espaço, reunindo parte da população em seus entornos. Era, portanto, no interior dessas edificações que a vida confraternal ganhava forma, exteriorizada nas práticas sociais e religiosas compartilhadas.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1.

ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira P, nº3.

ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1815-1829). Prateleira P, nº 4.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1774-1814). Prateleira P, nº 32.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM). Livro de fundação de irmandades e capelas, 1748-1765. Armário 8, prateleira 1, p. 14.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA (AHCSM). Ações cíveis do 2º ofício: Cód. 412 – Auto: 12018, Ano: 1766. Construção da nova obra das Mercês de Mariana.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Requerimento dos pobres pretos crioulos, naturais da Capitania das Minas, cidade de Mariana, pedindo a concessão de sinos e uns sitiais para adorno da capela de Nossa Senhora das Mercês, 1766. AHU-Minas Gerais, cx. 87, doc. 26.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Carta Régia sobre a presença de mercedários em Minas Gerais. Cód. 21, p. 15-17.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Vila Rica dos confrades**. A sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Os pretos devotos do Rosário no espaço público da paróquia, Vila Rica, nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 401-435, mai/ago 2016.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). Mercedários. In: **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v. J-P.

AZZI, Riolando. A Ordem das Mercês no Brasil: Instalação, Expansão e Extinção. **Convergência**, p. 558-575, nov. 1976.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COELHO, Beatriz. **Devoção e arte**: imaginária religiosa em Minas. São Paulo: EDUSP, 2005.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas Setecentistas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Inventário da série “Termos de arrematação e contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana**. Mariana, 2017.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História**, v.29, n. 58, p. 383-415, 2009.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**. Editora PUC-Minas, 2008.

MOTT, Luiz. Travessuras de um frade sodomita no Convento das Mercês de Belém do Pará (1652-1658). **Revista Estudos Amazônicos**, v. IV, n. 2, 2009, p. 11-35, 2009.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, n. 33, p. 87-132, 2005

PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. **Fé e cultura barroca sob o manto mercedário: hierarquias, devoções e sociabilidade a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

VASCONCELLOS, Salomão. **Breviário histórico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: BMC, 1947.

VELOSO, Tércio Voltani. **A dimensão dos lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

VIDE, Sebastião Monteiro da. (Arcebispo, 1643-1722). **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. São Paulo: Tipografia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em 31 mar. 2019.

ST 22
**Os usos políticos da
educação ao longo do tempo
e o ensino de História no
Brasil atual**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

O ensino da História, entre a produção historiográfica e a cultura escolar

Antonio Carlos Figueiredo Costa

Doutor em História

UFMG

antonio.costa@uemg.br

Resumo: Propõe-se discutir o distanciamento que há entre a produção historiográfica constituída sob os ‘muros’ das universidades e o ‘chão’ da escola. Entende-se que o caminho sinuoso entre pesquisas acadêmicas que inauguraram novos paradigmas nas últimas décadas não foram absorvidas pelas disciplinas que veiculam a História nas escolas. Ainda que em termos meramente propedêuticos, são sugeridas que as potencialidades heurísticas surgidas pela convergência de historiografias venham possibilitar novos enfoques junto à cultura histórica escolar. A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, européias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que foi percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã. Essa galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu, face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Uma auspiciosa possibilidade de mudança seria investir nos temas transversais constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino fundamental de História. A sugestão é que a partir das propostas desses temas transversais poderá surgir um diálogo enriquecedor e criativo entre a história acadêmica e a disciplina escolar, bem como um melhor entendimento da formação social brasileira. A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos tornar-se realmente filha do seu tempo. Em momento de globalização assimétrica, torna-se de fundamental importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares que demonstre que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança de um imenso império ultramarino, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, ou ainda, que a mulher, negra, branca ou indígena, desempenhou um papel de fundamental importância na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer, A.J. R. Russel-Wood e Antonio Manuel Hespanha, entre outros.

Palavras-chave: Historiografia; Ensino de História; Cultura histórica.

Introdução

A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos apresentar-se efetivamente como filha do seu tempo. Esse tem sido o grande desafio dos historiadores, desde o momento no qual a História consolidou sua identidade, após seu

‘divórcio’ com a Filosofia. Com métodos próprios que proporcionaram a aquisição de certos núcleos de cientificidade (VEYNE, 1995) instituídos à forma de balizas metodológicas ao longo do século XIX, os quais vieram a permitir sua autonomização enquanto campo de conhecimento, a produção historiográfica conheceu uma série de insurgências no decorrer do século XX, quando o materialismo histórico aportou às universidades, bem como quando os *Annalistes* levantaram sua bandeira contra o ‘positivismo’ rankeano, ao final da década de 1920. Assim, marxistas e *annalistes* vem protagonizando, a grosso modo, as conquistas na seara de *Clio* desde

então, com o constante surgimento dos chamados novos temas, novos problemas e novos objetos, aos quais se agregam em tempos mais recentes os chamados ‘acordes historiográficos’ (BARROS, 2011).

Tendo enfrentado constantes crises, havendo mesmo um momento nos qual até já foi declarada, de forma um tanto açodada, o seu próprio fim (no sentido hegeliano daquilo que se entende por história), conforme estampado no ensaio de Francis Fukuyama (FUKUYAMA, 1992), a ciência histórica, ao que parece, nunca esteve tão viva e pujante, às vezes percebida como ‘em migalhas’ (DOSSE, 1992), é certo, outras vezes instada a prover com respostas que não possui, por estas dizerem respeito ao futuro, mero ‘horizonte de expectativas’ (KOSELLECK, 1993) para os cultores de *Clio*, labutem ou não pelo manancial de possibilidades epistemológicas aberto pela história dos conceitos. Seguro é que, apesar de reiteradas declarações dos historiadores acerca dos seus objetos de estudo, deixando claro que tratam do passado, ou ainda, do ‘presente do passado’, tornou-se rotina sua presença na mídia, bem como nas consultorias no cinema e na televisão, e até se pode afirmar ser fato corriqueiro nessas décadas iniciais do século que um livro de História, classificado portanto como obra de ‘não ficção’, figure nas listas dos mais vendidos, mesmo em países de pouca tradição no trato com a cultura histórica.

Por outro lado, percebe-se a História escolar como relegada a um segundo plano entre as disciplinas do currículo oficial. Seu espaço é restrito, seus materiais muitas vezes inadequados, e não raro, ficam resumidos ao livro didático. Compreender processos e entender conceitos, condições essenciais a que sejam adequadamente apresentadas a evolução cultural da humanidade, parece algo muito distante da realidade dos alunos (KARNAL, 2003). Assim, entre o universo cultural desses alunos – e nos referimos aqui aos alunos como um todo, sem nenhuma referência a qualquer classe social – e o patrimônio cultural que a escola pretende lhes apresentar, abre-se um abismo. Nesse contexto parecem haver diversos estreitamentos ou barreiras que se opõe ao fluxo dos contributos científicos disponibilizados

pelas universidades, sejam esses provenientes da formação de professores, sejam ainda sob os avanços historiográficos que passaram a afrontar os tradicionais paradigmas que, tradicionalmente persistentes, insistem em impor-se à história escolar.

Um caminho sinuoso entre a produção historiográfica e a cultura histórica

A História cumpriu um importante papel na afirmação do Império do Brasil. Assim, logo na segunda década após a declaração de independência, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao lado da Academia Nacional de Belas Artes e de uma literatura de cunho romântico e nacionalista, forjou-se com algum sucesso, uma certa identidade que atendia aos interesses das elites nativas e do novel trono ao qual essas haviam oferecido suas garantias de sustentabilidade alinhadas sob o conservadorismo dos Saquaremas. O Império fundado nos trópicos americanos oferecia uma cômoda imagem de tranquilidade institucional, porém integrado à Europa por meio do trabalho escravo, condição *sine qua non* para a produção agrícola. A elite saquarema, conservadora e maior fiadora da autoridade imperial, plasmara sua idéia de nação, espécie de cópia embaçada dos países europeus, estabelecendo uma tripla condição para o exercício da cidadania: ser proprietário, branco e cristão. Preenchidos esses critérios, poderia se dizer que alguém era oriundo de uma ‘boa família’, estando *a priori*, abertas algumas possibilidades de ascensão às posições sociais de prestígio.

O primeiro grande historiador do Império, o diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, tornado Visconde de Porto Seguro, era amigo do Imperador, com o qual se correspondia, e sua obra maior, a ‘História Geral do Brasil’, recebeu uma transposição didática da lavra de Joaquim Manuel de Macedo, que tomou o nome de *Lições de História do Brasil*. Essas lições levadas à prensa desde 1861, circularam nos ambientes escolares de maior prestígio, como o Imperial Colégio de Pedro II, bem como em outros estabelecimentos de ensino, até muitas décadas após a morte do autor e da queda do Império, recebendo atualizações de autores de renome, como Rocha Pombo e Olavo Bilac.

Tratava-se de uma narrativa aos moldes de Varnhagen: racista, conservadora, quando não reacionária, anti-povo, de grandes nomes elevados às alturas de ‘varões de Plutarco’. Para completar, oferecia uma narrativa em tom monocórdio, que não admitia contestações, dizendo sempre amém aos poderosos. Essa forma de pensar a História no livro didático recebeu, em certos momentos de rompimento institucional, como na Ditadura iniciada em 1964, a

concorrência de uma nova disciplina: a Educação Moral e Cívica (EMC). A EMC, como nos informa Selva Guimarães Fonseca (2011, p.16-17), fora estabelecida desde 1961, como prática educativa, ou seja, algo que, ao contrário de uma disciplina, não possuía uma prática sistemática, mas “visava à formação de hábitos do educando, de uma maneira abrangente, envolvendo os vários aspectos desta formação, perpassando pelas várias disciplinas.” (2011, p.37). Mas estava chocado o ‘ovo da serpente’. Após o golpe de Estado de 1964, e sob a ótica da doutrina de segurança nacional, ocorreu a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo escolar, *pari passu* à descaracterização e ao esvaziamento do ensino de História.

Ora, a História é construção crítica do passado e não cabe limitá-la a parâmetros tão estreitos quanto à idealização de uma formação da pátria, ou ao desfile triunfante de heróis agraciados pelas simpatias dos interesses de passagem, após resgatados das espessas brumas através dos registros deixados a ver à posteridade pelo campo de experiência. Aliás, ressalte-se, a verdade na história é de cunho subjetivo, pois o historiador realiza escolhas face ao *corpus* documental em que se debruça. E é imerso nas ruínas do passado no qual opera, nas suas idas e vindas aos tempos pretéritos, que o presente do passado se re-alinha com as interrogações mantidas pelo presente vivido. Aí a História se faz filha do seu tempo, ou, como certa vez escreveu Lucien Febvre, “é em função da vida [que a História] interroga a morte” (1977, p. 225-226). Esse é o momento no qual Reinhart Koselleck entende haver uma guerra civil semântica pelo sentido dado aos conceitos: lembramos aqui de Democracia, República, Liberdade, etc..., em conflitos que reiteradamente ocorrem no presente vivido.

Em momento de globalização assimétrica, enfatizamos aqui o caso brasileiro, torna-se de especial importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares visando a demonstrar que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança do imenso Império Ultramarino Português, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, para que as dispersas capitanias então existentes, pudessem ser integradas à lógica comercial do capitalismo nascente. Ora, isso fez toda a diferença, tornando os portugueses, homens de clima temperado, o primeiro povo europeu a prosperar nos trópicos. Cabe ainda esclarecer que a mulher – fosse ela negra, branca ou indígena – desempenhou um papel de relevância e protagonismo na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer (BOXER, 1977). Em suma,

dar prosseguimento ao que se debate na academia deve passar pelo oferecimento ao emprego nas escolas, substituindo os tradicionais paradigmas cunhados para o nosso período colonial, por historiadores brasileiros, de Varnhagen a Fernando Novais, passando por Caio Prado Júnior – Conforme sugerido por Maria Fernanda Baptista Bicalho (BICALHO, 2007) – e explorar o manancial composto pelo instrumental teórico-metodológico saído da lavra de historiadores como A.J.R. Russel-Wood, Antonio Manuel Hespanha, João Fragoso, entre tantos outros, além obviamente, daqueles que atualmente se dedicam à História das civilizações africanas e do Oriente.

Seria sob esse entendimento que se torna mais fácil perceber os usos possíveis do conhecimento do passado a interferir na sociedade do presente, em combate ao racismo e aos resquícios do patriarcalismo. Da mesma forma, fica colocada como no passado descortinado pelas pesquisas históricas, a afirmação dos poderes locais, que na presente conjuntura, poderão atuar contra as imposições do capitalismo monopolista, em suas imposições de controle sócio-metabólico da humanidade (Mészáros, 2014).

O aprendizado histórico e a orientação temporal da vida prática

Em uma de suas últimas obras, o saudoso historiador Eric J. Hobsbawm dizia que a maioria dos jovens não mantém qualquer sentimento de pertencimento ao passado público. A fala de Hobsbawm aparece assim:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (1995, p.13).

Ora, as implicações imediatas dessa constatação são tão conhecidas quanto variadas, porém suas consequências mais duradouras apresentam-se nefastas à memória, ao patrimônio, e ao próprio sentido para a vida. Tratamos aqui de um conhecimento que se encontra articulado à cultura histórica. Cabe observar que, de acordo com Astor Antonio Diehl (2002), a cultura histórica possui uma amplitude que abrange pensar historicamente além dos cânones da historiografia, o que significa que inclui historiadores não acadêmicos, mas também leigos que pensam a história a seu modo.

Cumprindo ainda assinalar o papel assumido pela consciência histórica, segundo Jörn Rüsen

(2001). Ela apresenta-se como a *suma* das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal do mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo, no que constitui-se em trabalho intelectual, visando tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo, com o estabelecimento de intenções e determinação de objetivos.

Dessa forma, a narrativa histórica torna-se o instrumento onde as tais operações mentais constitutivas da consciência histórica são sintetizadas em uma unidade estrutural. Com efeito, a narrativa histórica passa a designar o resultado intelectual mediante o qual, e no qual, a consciência histórica se forma, e por conseguinte, fundamenta decisivamente todo o pensamento histórico, e todo conhecimento histórico científico.

Acreditamos que esse quadro explicativo fica mais completo caso acrescentemos o conceito de regime de historicidade, conforme o compreende François Hartog (2013). Para esse historiador, o regime de historicidade é uma ferramenta heurística que cumpre a função de prover uma melhor compreensão dos momentos de crise do tempo, ou seja, quando as articulações entre o passado, o futuro e o presente perdem a sua evidência. Servindo para operar nos espaços de interrogação do tempo, a noção de regime de historicidade serve para esses momentos de ida e retorno dos tempos pretéritos.

Entendemos que essa relação entre a produção histórica em épocas diversas ajuda a compreender a questão de uma história ser realmente filha do seu tempo, e inclusive, sobre a necessidade que a história mantém quanto a ser constantemente reescrita, o que põe em relevo duas categorias meta-históricas cunhadas por Koselleck.

De acordo com Reinhart Koselleck (1992 e 1993), o horizonte de expectativas alinha-se com o campo de experiência na qualidade das metáforas temporais, segundo esse autor, a única forma possível de expressar-se o tempo. O campo de experiência e o horizonte de expectativas distinguem-se sobretudo pela presença do passado ser diverso da presença do futuro, sendo a experiência procedente do passado espacial, por estar reunida, formando uma totalidade na qual estão presentes muitos estratos de tempos anteriores, sem referência nestes do seu antes ou do seu depois. O horizonte de expectativas seria a linha atrás da qual se abre, no futuro, um novo espaço de experiência, que ainda não pode ser contemplado. Na modernidade, a aceleração temporal contribuiu para que a História deixasse seu posto de *historia magistra vitae*, ou seja, a referência na qual tudo que viesse a ocorrer seria mais ou menos semelhante ao que havia se dado no passado.

A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, européias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que anteriormente havia sido percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã, história na qual os laços de união que permitiriam pensar a formação da nacionalidade foram, de certa forma, forçados sob o viés de uma união sagrada entre irmãos de uma mesma nação. Então, uma galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu, face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores históricos, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Ora, essas considerações põe a claro os limites do uso dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos exclusivos, conforme observou Circe Bittencourt (2008, p. 117). No entanto, e o que nos parece paradoxal, porém alvissareiro, é que os referenciais que moldam o currículo formal, ou normativo das escolas, que afinal é criado pelo poder estatal, poderão vir a interferir positivamente naquilo que acaba efetivamente sendo realizado em sala de aula. Assim, chamamos atenção para as possibilidades abertas pela transversalidade – ou seja, a exploração dos temas transversais no ensino da história – conforme constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino de História (BRASIL, 1997). As possibilidades normativas desse documento poderão, desde que observadas as instruções dos temas transversais, convergir com as potencialidades epistemológicas resultantes das novas abordagens historiográficas, passando a iluminar novos atores localizados na base da sociedade, revelando com isso, sua capacidade de apresentarem-se enquanto sujeitos da História, e portanto, construtores da nacionalidade, em um movimento de revalorização das ações pretéritas de negros, índios, mulheres e trabalhadores. Portanto, uma história que permita ser identificada como ‘filha’ do seu tempo, e de complexão mais associada organicamente ao cidadão comum.

Considerações finais

O conhecimento somente será apreendido enquanto algo valorizado, caso seja estimulada no público escolar a instigante reflexão que, assim defendemos, deve existir acerca da produção de um tipo de memória que os faça sentir-se enquanto herdeiros, ainda que distantes, daqueles sujeitos populares da cena histórica. Dar vez e voz àquelas personagens históricas apartadas dos espaços de determinação do poder corresponde a fazer com que o público discente venha também a se perceber na condição de portador da capacidade de

agenciamento, e de construção da história. Importará ainda no reconhecimento que as suas vidas, e por extensão, a memória coletiva do grupo étnico e social ao qual pertencem, constituem-se em elementos fundamentais, pois tornados pela conscientização e ação coletiva, participantes ativos das lutas populares de memoráveis jornadas do passado.

É recomendável que tal memória apareça como uma espécie de *suma* de saberes e fazeres de relevo e importância social, os quais possam surgir como uma espécie de território comum, ou ainda, como uma zona de interseção temporal, entre o presente e o passado, entre a história do seu povo e as suas responsabilidades futuras, retirando-os da espécie de presente contínuo ao qual se referiu Hobsbawm, e conseqüentemente, tornando inequívoca a sua condição de sujeitos conscientes e partícipes da construção da civilização, tornada seu patrimônio comum.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. V. 4. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67-87.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **A mulher na expansão ultramarina ibérica: alguns factos, ideias e personalidades (1415-1815)**. Lisboa: Horizonte, 1977.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História II**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 13.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5. n. 10, 1992, p. 134 – 146.

_____. **Futuro pasado: para uma semántica de los tiempos históricos**. Paidós: Barcelona, 1993.

MÉSZÁROS, Instván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história (os fundamentos da ciência histórica)**. Brasília: UNB, 2001.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos problemas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 64-88.

História das mulheres e o currículo do ensino médio no Brasil

Carolina Giovannetti¹

Mestranda em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
carolinagiovannetti@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o intuito de investigar como as histórias das mulheres são descritas nos currículos oficiais do Ensino Médio, buscando refletir sobre as relações de gênero que as envolvem e os diálogos que se fazem ou não com a história tradicional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e o Currículo Básico Comum do Estado de Minas Gerais (CBC), constituem o corpus desse texto, tendo em vista que são os documentos curriculares que regem o Ensino Médio no âmbito federal e também em nível do estado de Minas Gerais. Para o desenvolvimento desse texto, pesquisaremos o currículo oficial, que seria aquele produzido e prescrito pelo poder público e/ou pelas instâncias educacionais, com o intuito de ser trabalhado nas diferentes disciplinas curriculares e séries/anos de um determinado curso. De forma simplificada, o currículo é a organização do conhecimento e essa sistematização tornou-se necessária tendo em vista surgimento da escolarização em massa e da necessidade de uma padronização do conhecimento a ser lecionado. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos e saberes, mas envolve também uma seleção interessada, relacionada a questões envolvendo as relações de poder. Assim, o currículo não é neutro e sempre privilegia determinada cultura ou classe social. Proponho interrogar se as histórias das mulheres em suas relações de gênero são consideradas nos documentos curriculares oficiais do Ensino Médio e como essa temática é trabalhada nesses currículos em tempos de ataques de grupos reacionários à educação brasileira.

Palavras-chave: História das mulheres, Currículo, Ensino médio

A história tem uma utilidade pragmática de valor incalculável: estabelece o diálogo entre os seres humanos de tempos passados, em suas situações e soluções específicas, e os seres humanos do presente, em seus problemas próprios (REIS, 2004). Assim, questiono como o currículo escolar estabelece essa relação entre as mulheres, as histórias relativas a elas e um contexto social mais amplo. Proponho, nesse texto, esclarecer as ligações dos currículos, com as histórias das mulheres buscando refletir sobre as relações de gênero que as envolvem e os diálogos que se fazem ou não com a história tradicional.

A história, como qualquer ciência, é uma construção social: desde o lugar epistemológico que a define, passando pelas teorias que a conformam, até aos modos de

¹ Licenciada e bacharela em História pela PUC-MG. Mestranda em Educação na UFMG, na linha de pesquisa Currículos, Culturas e Diferenças

escolha e a seleção dos dados empíricos que a sustentam. Como ciência inserida em seu tempo, a história está constantemente se resignificando, estabelecendo novos patamares de análise, sendo influenciada pelo sistema de valores que regem a sociedade na qual ela se insere, além de ser inspirada pela trama de relações sociais de poder, tais como as relações de gênero, estabelecidas em cada momento histórico e lugar (PINTO; ALVAREZ, 2014). A historiografia acompanha também as mudanças sociais de seu tempo, refletindo de uma forma peculiar as lutas sociais no ambiente acadêmico. As décadas de 1960 e 1970 foram períodos históricos marcantes “das margens” pressionando o centro. É neste momento histórico que o movimento feminista, impulsiona para uma epistemologia feminista. Assim, partir da década de 1960, surgiu o campo de estudos da “história das mulheres”, com o objetivo de se constituir um campo específico do conhecimento historiográfico.

As mulheres foram, muitas vezes, excluídas da maior parte dos direitos sociais e políticos, sendo por séculos relegadas à esfera da vida privada. Portanto, entendo que há séculos de exclusão e silenciamento das mulheres no espaço público, acadêmico e social. Dentro desse contexto, Michelle Perrot afirma que “subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da história, este relato que por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres (PERROT, 2005, p.9).

Perrot (2017b) também reflete, em suas afirmações, uma preocupação que me motiva também a questionar a produção curricular de história do Ensino Médio: “Da história, muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 2017b, p. 185). Falar de mulher na história significava e, ainda significa, abordar a “história da exclusão”. Pesquisar sobre a história das mulheres, inicialmente, era tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil (SOIHET; PEDRO, 2007). Segundo Soihet e Pedro (2007) “o que precisamos é buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado, ‘história das mulheres e das relações de gênero’ (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282),

Nas ciências humanas, a disciplina história é certamente a que mais tardiamente apropriou-se da categoria gênero, assim como da própria inserção de “mulher” ou de “mulheres” como categorias analíticas de pesquisa e análise. Provavelmente, grande parte desta demora deveu-se ao caráter universal atribuído ao sujeito histórico até então, representado pela categoria “homem”. Pressupunha-se que, ao estudar, falar, analisar os

homens, as mulheres estariam sendo contempladas, o que demonstrou-se que não correspondia à realidade (SOIHET; PEDRO, 2007). A história, então, era uma narrativa sobre o sexo masculino, definindo que somente, ou principalmente, os homens faziam história. As transformações na historiografia, articuladas à emergência do feminismo, a partir de fins da década de 60, do século XX, foram imprescindíveis, no desenvolvimento da metodologia, na qual as mulheres foram colocadas na condição de objeto de análise e sujeitas da história, marcando a emergência da história das mulheres enquanto campo de estudos. E, após a constituição da história das mulheres como campo de estudos, ficou explícito que uma das mais importantes contribuições deste campo foi a crítica contundente das correntes historiográficas que mantêm foco no sujeito humano universal. Portanto,

A história das mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 286).

A filósofa Simone de Beauvoir, em o “Segundo Sexo”, reafirma a questão da incompletude da história, ao deixar as mulheres de fora das questões gerais abordadas pela historiografia tradicional, uma vez que, embora a ciência história pleiteasse um caráter universalizante dos fenômenos históricos, na prática ignorava uma metade da humanidade, as mulheres (BEAUVOIR, 2016). A predominância na narrativa histórica era relativa às preocupações com o político e com o domínio público, enaltecendo os homens, enquanto sujeitos universais, em suas empreitadas e façanhas, excluindo quase por completo as mulheres enquanto personagens e produtoras da história (GONÇALVES, 2006). Revelar essa prerrogativa cultural e intelectual tornou-se subversivo e fez surgir inúmeras pesquisas sobre o sexo feminino a partir da década de 1960, favorecendo o surgimento do campo de estudos da história das mulheres. A história das mulheres, inicialmente construída pelas militantes feministas, integrou-se à tentativa de acompanhar os novos questionamentos que essa nova possibilidade acadêmica trouxe para a vida das mulheres.

A história das mulheres, enquanto campo de pesquisa, passa a adquirir expressão, a partir da década de 1970, muito influenciada por “questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em termos como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos excluídos” (PINSKY, 2009, p. 160). Após denunciar a exclusão das mulheres nas pesquisas e trabalhos de história, várias historiadoras, procuraram torná-las visíveis na história geral, como coparticipantes dos eventos históricos. Mas, para

alguns críticos deste tipo de historiografia, como Joan Scott (1990, 1994), isso não foi suficiente por não alterar a historiografia tradicional, com seus recortes temáticos, análises, periodizações, fontes e as constituições dos fatos históricos já bem delimitados.

Historiadoras e pesquisadoras passaram a questionar o saber produzido e, principalmente, a se indagarem os motivos pelos quais as mulheres foram excluídas da história oficial. Neste sentido, acredita-se que “o forte impacto dos movimentos de mulheres e feministas implicou a valorização das questões relativas às mulheres, por via da sua vertente reivindicativa e gerou um caloroso debate teórico e epistemológico no seio das ciências sociais e humanas” (PINTO; ALVAREZ, 2014, p.9). As autoras ainda afirmam que a chamada história das mulheres enfrentou o imperativo de reinterpretar a sociedade, impulsionando uma história relacional e “a consciência de que as mulheres não têm todas a mesma história, ou seja, de que as mulheres não constituem uma categoria homogênea, exigiu que a história das mulheres se ressituassem face à diversidade, complexidade e, mesmo, incongruência inerentes à essa pluralidade” (PINTO; ALVAREZ, 2014, p. 11).

Dentro deste contexto, inicialmente, acreditou-se que “mulheres” era uma categoria de estudo homogênea, firmando a contraposição entre homens e mulheres. Esse entendimento levou ao discurso de identidade coletiva, no qual as mulheres “eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287). Tensões advindas do interior dos movimentos feministas e do campo da história das mulheres, reconfiguraram este cenário, ao propor que as mulheres representam uma categoria de estudos múltipla e que era necessário repensar a questão da identidade comum. A partir da década de 1970, a perspectiva inicial de identidade única das mulheres, foi alterada por uma visão que perpassa as múltiplas facetas que correspondem à categoria mulher, fazendo-se necessário recortes de estudo e de análise por classe, raça, etnias, sexualidade, entre outras. “Revelaram-se múltiplas diferenças dentro da diferença, ou seja, entre mulheres, como entre homens, embora não se pudesse esquecer as desigualdades e relações de poder entre os sexos” (SOIHET; PEDRO, 2007, P. 287).

Michelle Perrot observa que cabe à mulher definida como supostamente dotada de características voltadas para os cuidados, como o carinho, amor, educação; a responsabilidade de criar o ser racional moderno, lógico e científico: o homem – por meio da escolarização (PERROT, 2017). Assim, “o sujeito pensante, racional, é masculino. A mulher é apenas o seu outro, o ‘outro da razão’” (TEDESCHI, 2012, p. 113) ou o segundo sexo (BEAUVOIR, 2016).

Portanto, a educação institucionalizada através da história e os currículos de história atribuem à mulher essa contradição: “o de produzir o homem racional a partir de uma suposta – feminina – irracionalidade” (TEDESCHI, 2012, p. 113-114). Pode-se afirmar que a história e as demais ciências demonstram as experiências masculinas nas suas disciplinas e nos seus programas curriculares e, assim, ao fixar as mulheres “às subjetividades que lhe foram atribuídas pelo patriarcalismo dominante, um currículo escolar masculinamente organizado contribui, centralmente, para reproduzir e reforçar o domínio masculino sobre as mulheres” (TEDESCHI, 2012, p. 114-115). bell hooks escancara essa discrepância ao argumentar que “em todas as esferas da escrita literária e bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero” (HOOKS, 2018, p. 42). Havia um sistemático silêncio em relação às realizações das mulheres e o feminismo serviu para desnaturalizar aquilo até então posto com um discurso de verdade, ou seja, a narrativa masculina da história. Mas, embora a historiografia oficial tenha esquecido as mulheres da narrativa histórica, elas nunca estiveram ausentes da história.

Michelle Perrot se debruça sobre os silêncios das mulheres na história para propor que a história das mulheres deve ser cotidiana, ser debatida nas mais diversas esferas da vida social, como uma forma de posicionamento político, no qual não se aceita mais os silêncios da história. Assim, “o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o ‘movimento’ das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história” (PERROT, 2017, p. 15). Desta forma, creio que o movimento feminista impulsionou o desenvolvimento do campo de estudos de mulheres e, mais especificamente, da história das mulheres.

A crítica ao estatuto marginal em que a historiografia tradicional relegou as mulheres e a consciência que a história das mulheres se desenhava, sobretudo, na ausência e no silêncio que as envolvia, impulsionou o movimento feminista, principalmente a partir da década de 1960, a questionar e a lutar pela necessidade de visibilizar as mulheres enquanto protagonistas da história (TEDESCHI, 2012). A história das mulheres surge no rastro do movimento feminista e se ocupa política, social e culturalmente de questionar a sociedade que exclui as mulheres da sua rede de ações e criações, pois, no próprio campo acadêmico essas mulheres que faziam história precisaram se legitimar frente ao discurso conservador que não as reconhecia como pares intelectualmente. Assim, “ a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as

mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (SCOTT, 2011, p. 67).

Apesar das grandes diferenças de recursos investidos no campo de pesquisa da história das mulheres, “em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo” (SCOTT, 2011, p. 67). Pode-se dizer que o campo histórico da história das mulheres está hoje consolidado, principalmente a partir dos trabalhos de Michelle Perrot (2005; 2017a, 2017b) e, no Brasil, de Margareth Rago (2014), Joana Maria Pedro (20) e Carla Pinsky (2016), entre tantas outras historiadoras das mulheres.

Currículo e Ensino Médio

A palavra currículo tem origem na palavra latina *curriculum*, que significa pista de corrida. Portanto, quando mencionamos ou estudamos currículo escolar, em uma perspectiva processual, podemos nos referir à trajetória de formação dos alunos ao longo dos anos escolares. O currículo faz parte de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino. São ações ligadas à política, à supervisão, à administração, à criação intelectual, à avaliação do processo educacional, entre outras atividades, em que, enquanto são subsistemas em parte autônomos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2018) o currículo informa que

O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais (BRASIL, 2018, p. 4).

Assim, o currículo é a organização do conhecimento e essa sistematização tornou-se necessária tendo em vista surgimento da escolarização em massa e da necessidade de uma padronização do conhecimento a ser lecionado. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos e saberes, mas envolve também uma seleção interessada, relacionada a questões envolvendo o poder “tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela” (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1), envolvendo também “relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se

restringindo a uma questão de conteúdos” (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1). Dentro deste contexto, o currículo não é neutro e sempre privilegia determinada cultura ou classe social.

O currículo escolar é composto, na contemporaneidade, por diferentes forças que se articulam para formá-lo, como textos, documentos curriculares, artefatos e discursos. Sabe-se que o "currículo é sempre o resultado de uma seleção" (SILVA, 2011, p.15) e essa seleção é o fruto de um processo que considera os interesses particulares dos grupos dominantes. Portanto, é preciso compreender que currículo é um processo de construção social, atravessado por relações de poder "que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outras que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro" (SILVA, 2002, p. 135). Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2011), “o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo” (SILVA, 2011, p. 15). Assim, discussão sobre currículo vai além de uma seleção de conhecimentos, envolve sim, uma operação de poder. Então, de forma geral, o currículo é “um espaço de lutas e disputas constantes, no qual os diferentes grupos sociais tentam imprimir suas verdades, divulgar seus conhecimentos e produzir determinados significados” (SILVA, 2011, p. 34). Portanto, “a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado” (SILVA, 2011, p.14). Essa afirmação pode ajudar a responder se o conhecimento feminino, se a história relativa às mulheres encontra-se nos documentos curriculares.

O currículo também é um documento de identidade (SILVA, 2011, p.16), podendo atuar na construção e na reconstrução de identidades. O currículo, então, é um dos espaços onde ocorrem as lutas e os conflitos culturais e identitários, entendido como “um local em que a política da diferença e da identidade é vivida em toda a sua intensidade; um espaço em que as culturas são apresentadas e os diferentes grupos sociais e culturais são nomeados e significados” (PARAISO, 2004, p. 54). Nesse sentido, o currículo é entendido como uma prática cultural e uma prática de criação e divulgação de significados, além de ser um espaço de representações dos diversos grupos sociais e culturais (PARAISO, 2004).

Se currículo é um processo de construção sociocultural, fortemente influenciado pelas relações de poder que envolve toda a rede social, logo, ao selecionarmos os conhecimentos que farão parte de determinado currículo, estamos procedendo a escolhas que refletem nossa própria constituição, nossa identidade e que respondem aos nossos próprios interesses. Essas escolhas serão decorrentes do tipo de sujeito que queremos formar. Assim, não existe

currículo neutro, ele sempre é carregado de intencionalidades. Portanto, o currículo constitui os sujeitos é também é constituído por eles e o não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo, a partir das diretrizes nacionais, é definido nas instituições educativas e escolas, construído a muitas mãos, a partir de várias histórias de vida que fazem parte desse cotidiano. As concepções, saberes, conteúdos e as metodologias não fazem sentido se desconectadas daquele contexto (AGUIAR, 2018).

Então, a pergunta relativa aos interesses que estão em jogo de não se ensinar história das mulheres nos currículos surge de forma latente. Acredito que dentro de uma sociedade machista e sexista, não é interessante ensinar protagonismo feminino e a mulher como a gente histórico influente socialmente e, muitas vezes, autônoma. Faz-se necessário mudar essas perspectivas e propor currículos escolares que se adequem às mais diversas realidades de uma sociedade pluralista como a brasileira. Dentro desta ideia, as mulheres e suas ações ao longo da história não podem mais serem invisibilizadas e devem ser estudadas, analisadas e contempladas nos mais diversos currículos que regem o Ensino Básico no Brasil.

Integrar mulheres ao estudo da história não significa fazer um apêndice da questão feminina na narrativa histórica tradicional. Assim, não é interessante ver uma unidade da condição da mulher, mas interessa “ver a mulher integrada ao processo histórico. É preciso convencer que a marginalização da mulher nos estudos históricos não implica que as mulheres tenham sido excluídas do processo histórico” (TEDESCHI, 2007, p. 330). Dentro deste contexto, seria um erro, nas dimensões éticas e no que tange ao rigor científico, ensinar história, propor currículos de história, dentro de uma perspectiva incompleta, parcial, na qual ignora-se as vivências históricas de mais de metade da humanidade, as mulheres. Pensando dentro deste paradigma, os saberes, o conhecimento e o “currículo não são meramente contaminados e distorcidos por certos estereótipos e certas concepções masculinas: as próprias formas de conhecer, ensinar e aprender a história são problematizadas expressando de forma privilegiada a experiência e a perspectiva masculina” (TEDESCHI, 2007, p. 332). No Brasil, os esforços para superar as ausências das mulheres na história também devem envolver a tentativas de compreender essas histórias através do currículo escolar e das discussões em sala de aula. Que a escrita possa ser um instrumento de libertação, resistência, revolução e reconhecimento. Por mais mulheres escrevendo. Por mais mulheres lendo. Por mais mulheres sabendo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M. A. Relato de resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. (Livro eletrônico). Recife: ANPAE, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HORNBURG, N. SILVA, R. da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista técnico científica do ICPG**, v. 3, n. 10, jan.-jun. 2007.

PARAÍSO, M. A. Contribuições dos Estudos Culturais para o Currículo. **Presença pedagógica**, Belo Horizonte: Dimensão, v. 10, n. 55, p. 53-61, jan./fev., 2004.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, v. 24, n.1, p.77-98. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em 25 de maio de 2018.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.

PINSKY, Carla B. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan. 2009, p. 159. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>>. Acesso em: 29 maio 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 2016.

PINTO, T.; ALVAREZ, T. Introdução: História, História das mulheres, História de gênero. Produção e transmissão do conhecimento Histórico. **Ex aequo**, Lisboa, n. 30, p. 09-21, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602014000200002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 18 maio 2018.

REIS, José Carlos. **A história entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721/40667>> Acesso em 26 de maio de 2018.

_____. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, UFRGS, v. 20, 1995, p. 13.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (ORG.). **A escrita da história**. São Paulo: Novas Perspectivas, UNESP, 2011.

_____. Prefácio a "Gender and Politics of History". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p.11-27, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>>. Acesso em 26 de maio de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: autêntica, 2011.

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **O currículo como fetiche**. São Paulo: Autêntica, 2002. p.12

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, Dec. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-0188200700020001>>. Acesso em 18 Maio 2018.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 201

_____. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OP SIS**, v. 7, n. 9, jul.-dez 2007.

Escola sem Partido: luta pelo revisionismo anti-acadêmico

Hugo Clemente Palmier

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

hugocpalmier@gmail.com

Resumo: Em 2004, o procurador Miguel Nagib fundou o Movimento Escola Sem Partido com o objetivo de combater a doutrinação política feita por professores em salas de aula do Brasil. Fazendo uso de 90 vídeos disponibilizados pelo *Youtube*, este artigo busca compreender as origens ideológicas por detrás deste movimento que, nos últimos 15 anos, tornou-se um projeto de lei que tramita por todo o Brasil. Com isto, espera-se entender a ideologia conservadora por trás do movimento e seu combate aos acadêmicos, não somente de esquerda.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Revisionismo Histórico, Conservadorismo.

Introdução

Fundado em 2004 pelo procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) passou os seguintes dez anos sem ganhar grande destaque na mídia brasileira.¹ Contudo, no primeiro semestre de 2014, o então Vereador do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, fez um pedido ao procurador para que criasse um projeto de lei que visava a aplicação do Escola Sem Partido e seus ideais nas escolas brasileiras. O vereador carioca propôs o projeto no dia 20 de Junho de 2014. A partir desta data, teria início o Projeto Escola Sem Partido (PESP), que compreende todos os projetos de lei propostos e votados em mais de 16 estados do Brasil e na Câmara dos Deputados, fazendo com que o MESP e o PESP estejam intimamente relacionados (citaremos o conjunto como ESP).

Porém, não só de projetos de lei consiste o ESP como um todo. Embora tanto o site quanto os projetos de lei alegam que buscam apenas a fixação de um cartaz em sala de aula, nossa pesquisa demonstrou uma realidade mais complexa. Por meio do site do movimento e de sua página no facebook, diversos vídeos, gravações e relatos são publicados diariamente com denúncias aos “professores doutrinadores”, às vezes notificando as instituições de ensino em que eles trabalham e incentivando pais e responsáveis a processarem a instituição.

¹ Houve dois episódios de exceção, como foi o caso do professor “Carlão” da instituição Anglo Vestibulares, ocorrido em 2008, e o da professora Cleó Tibiriçá, da Fatec Barueri, ocorrido no dia 22 de Novembro de 2013, ambos com posts feitos no site do MESP.

Esta intensa perseguição a professores, majoritariamente de ciências humanas, bem como a possibilidade de este projeto de lei ser aprovado levou pesquisadores e professores de diversas áreas a se manifestarem contrários ao ESP, chegando a criar o Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP). Além de organizarem seus manifestos em entrevistas, depoimentos, muitos destes professores se dedicaram à escrita de publicações acadêmicas, buscando compreender o ESP, suas origens, ideologias e impactos no sistema educacional. Até janeiro de 2019, três coletâneas de artigos foram publicadas em forma impressa, (SOUZA et al, 2016; FRIGOTTO, 2017; 2018) e dezenas de artigos foram publicados em várias revistas acadêmicas, a maior parte de pesquisadores voltados à área de pedagogia.

Embora estes autores tenham feito análises sobre questões pedagógicas, de como o discurso encontrado no site e de divulgadores políticos não correspondem à realidade escolar, nenhum deles se debruçou sobre um material vasto disponível gratuitamente. A falta de publicações que cobrisse este material de forma adequada foi o que motivou a escrita deste artigo. Conforme nossa pesquisa, desde novembro de 2011 até abril de 2019, encontram-se disponíveis nas plataformas de vídeo Youtube e Facebook 90 vídeos em que três membros do MESP expõem seus posicionamentos a respeito do ESP. Neste artigo, dedico a analisar este vasto material, realizando um recorte de que o vídeo em questão deva conter ao menos um dos seguintes integrantes do MESP: Miguel Nagib (Coordenador), Bráulio Matos (Vice-Presidente²) e Thiago Cortês (Membro). De forma a complementar este material produzido por mais de seis anos, farei o uso conjunto de reportagens e de publicações na página do Facebook e do Site do MESP que complementam as informações contidas nos vídeos e áudios em análise.

Cronologia do MESP e dos membros

De acordo com o procurador Miguel Nagib, o MESP teve seu início após um ocorrido com o professor de História de sua filha, no Colégio Sigma de Brasília. Segundo o relato, repetido várias vezes ao longo de praticamente todos os vídeos analisados, em setembro de 2003, sua filha de catorze anos chegou da escola e afirmou que o professor Iomar Pirangi, na época, professor de História, havia comparado São Francisco de Assis à figura do guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara. É significativo que Nagib jamais explicou em nenhuma de suas falas qual foi a natureza desta comparação feita. Tudo que ele diz é que, como seus dois filhos mais

² Não se encontra registros de quem seria o Presidente do movimento, o que indica ou uma estrutura única (Coordenador > Vice-Presidente), ou de que há um personagem fundamental oculto. Para os propósitos deste artigo, trabalharei com a primeira hipótese.

velhos foram alunos do mesmo professor anos antes, ele “já conhecia a peça” e deveria tomar uma atitude. Portanto, o procurador imprimiu cerca de trezentas cópias de uma carta aberta que foi distribuída para pais e professores.

Segundo a versão contada por ele nas suas falas, a resposta a seu repúdio à comparação foi recebida de forma inesperada. A direção da escola tentou “encobrir os fatos”, os alunos lhe mandaram e-mails com vários insultos e sua crítica não avançou. Diante desta resposta, Nagib percebeu que havia um grave problema educacional nas escolas brasileiras e, ao conversar com outros pais, decidiu criar o site do MESP, que passou a operar menos de um ano depois.

Esta é a versão que foi categorizada como o “mito de criação do ESP” (PENNA & SALLES, 2017). Contudo, há duas problemáticas nesta narrativa consolidada que transparecem diante de uma análise de publicações *online* e das entrevistas mais antigas. O primeiro detalhe é o de que, segundo o texto da carta, divulgado tanto no site do MESP quanto na página de facebook, ela foi redigida no dia 19 de setembro de 2003. Contudo, a carta estava disponível em um outro *site* até pouco tempo, antes da página ser apagada³. O site em questão é do ideólogo Olavo de Carvalho, que também publicou a carta aberta com um comentário de alguns parágrafos, intitulado “O Estupro Intelectual da Infância” (CARVALHO, 2003). Mais importante é que a publicação deste texto tem a mesma data da publicação da carta aberta. Esta informação é necessária, pois Nagib nunca menciona que disponibilizou a carta online no dia do ocorrido. Segundo Penna, o procurador dividiu com o ideólogo informações sobre o ocorrido e teriam escrito a carta em conjunto.

Outra problemática exposta pelas entrevistas é a conexão que há entre o MESP e um projeto norte-americano de natureza bastante similar, chamado de “No Indoctrination”, hoje desativado. É interessante que o No Indoctrination apresenta o mesmo mito fundacional que o MESP. Em setembro de 2002, a mãe conservadora Luann Wright iniciou denúncias à professora Linda Brodkey, da Universidade da Califórnia, por pedir que os alunos lessem livros que, entre outras coisas, “acusava todos os brancos de se beneficiarem com o racismo nos EUA”. Após várias denúncias infrutíferas, Wright decidiu criar o site No Indoctrination para coletar denúncias (SCHEVITZ, 2002). E não foi o primeiro de seu tipo, pois alguns meses antes havia sido criado o Campus Watch, um site que denunciava professores (em sua

³ Embora a página tenha sido apagada, graças à ferramenta de recuperação WayBack Machine, disponibilizada pelo archive.org, pode-se ver o texto completo.

maioria, imigrantes de países árabes) que tivessem um discurso contaminado ideologicamente contra Israel e favorável aos muçulmanos⁴ (MCNEIL, 2002).

Estas conexões iniciais com o grande ideólogo conservador brasileiro, Olavo de Carvalho, e com movimentos de mesma natureza fundados nos EUA à mesma época não é questão de coincidência e nosso objeto de análise comprova esta tese.

Metodologia ao analisar os vídeos

Como dito anteriormente, nosso objeto de estudo corresponde às falas gravadas em vídeo desde novembro de 2011 até abril de 2019, totalizando 90 vídeos disponíveis *online*. Para facilitar a análise, optei por dividir os vídeos em 4 categorias distintas, baseando-me na natureza de quem são os interlocutores em tempo real e quem fala junto dos membros do ESP. Quando o membro em questão fala sozinho, diante de um público presente ou para a audiência virtual, classifiquei como “Palestra”. Nos vídeos em que há um interlocutor que se dedica principalmente a fazer perguntas e não a expor, ele mesmo, seus posicionamentos, configura-se como uma “entrevista”. Na situação em que duas, ou mais, pessoas dialogam com um dos membros e expõem seus posicionamentos, trata-se de um “Podcast/Hangout”. Por fim, utilizei a terminologia “Debate” para situações em que os membros encontram-se diante de opositores ao movimento. Para exemplificar, segue esta tabela organizando a natureza dos vídeos:

Tabela 1

	2011	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Palestra	-	1	4	6	9	5	-	25
Entrevista	-	-	2	6	7	16	-	31
Hangout	1	2	4	-	9	2	1	19
Debate	-	-	1	8	1	3	2	15
Total	1	3	11	20	26	26	3	90

As conexões por trás do material

De todo este amplo conteúdo audiovisual, julguei prudente analisar as conexões que estes três membros do MESP possuem com personagens que representam a direita brasileira.

⁴ Devemos lembrar que neste período havia menos de um ano do famigerado atentado às torres do WTC.

De forma quase irônica, embora em quase todas as suas falas Miguel Nagib explicita que o MESP é neutro, que é de fato “sem partido”. Contudo, é de se questionar o motivo de seus interlocutores em todos os hangouts/podcasts (19) e na maioria das entrevistas (22) serem personagens vinculados à extrema direita.

Para citar alguns exemplos, primeiro no campo político, em 2014, Nagib fez uma entrevista com Denise Abreu, do Partido da Mulher Brasileira (PMB), apelidada em 2016 de “Bolsonaro de Saia”. Esteve em um debate ao lado do deputado do DEM Marcos Rogério. Participou de entrevista com Homero Marchese, em 2018. Realizou mais de 5 entrevistas com a sua cunhada, Beatriz Kicis, filiada ao PSL. Kicis não foi a única política do PSL com quem Nagib dialogou, todavia, pois ao longo de 2017 participou de hangouts e entrevistas com Carlos Jordy, Eduardo e Flávio Bolsonaro, Filipe Barros, Carla Zambelli e Joice Hasselmann. Não surpreendentemente, os únicos políticos de partidos de centro ou de esquerda com que os membros do MESP se relacionaram foram em ambientes de debate.

Miguel Nagib não reduz seus interlocutores de direita à esfera da política, visto que dialogou com pelo menos 5 institutos liberais-conservadores brasileiros, um dos quais inclusive é professor no módulo de “Direito e Globalismo”. Também mantém boas relações com o Movimento Brasil Livre (MBL) e outros movimentos de direita, como o Endireita Fortaleza e o Terça Livre.

Revisionismo e Guerra contra pluralidade

Embora estas conexões com personagens e órgãos vinculados à direita brasileira⁵ sejam o bastante para questionar a suposta neutralidade objetivada pelo coordenador do MESP, e seus demais membros, há um fator significativo que muitos autores abordaram. Miguel Nagib, até 2013, estava listado como membro do Instituto Millenium, um dos *think tanks* liberais brasileiros, dos quais também faziam parte Paulo Guedes e outros membros da política econômica do Governo Bolsonaro. A ideologia por trás do ESP pode ser averiguada com clareza por meio de um texto, hoje apagado e cujo rastreamento sem a ferramenta

⁵ Aqui faço uma ressalva em relação ao espectro político que interpreto como sendo “direita conservadora”. No Brasil, especialmente após os anos 2000, houve a ascensão dos Institutos Liberais, criados por estudantes da Escola de Chicago que aqui chegaram nos anos 80 (BAGGIO, 2016). Estes institutos, em especial, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro tiveram grande influência sobre Olavo de Carvalho, que estabelecia conexões com eles desde os anos 80. Olavo de Carvalho teve início à sua escrita política em 1994 (CARVALHO, 1994), e já fazia defesa deles diante da “frente esquerdista”. Diante disto, o que neste artigo considero como “direita conservadora”, me refiro a esta corrente política vinculada ou a Olavo de Carvalho ou aos Institutos Liberais, ou, como veremos adiante, ambos.

WayBack Machine seria impossível, intitulado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”, publicado em 2009.

No texto em questão, Nagib escreve que valores (para ele, há uma diferença entre ideologia, como algo maligno, e valor, como algo positivo) como “Estado de direito, liberdades individuais, democracia representativa, propriedade privada, responsabilidade individual, meritocracia e igualdade perante a lei: **os valores que inspiraram a criação do Instituto Millenium.**” (NAGIB, 2009, grifo meu). Para ele, na sala de aula, os professores “Calunia(m) o mundo real [...] para vender a jovens imaturos, inexperientes e presunçosos a idéia de que ‘outro mundo é possível’” (NAGIB, 2009). Em sua denúncia à doutrinação esquerdista, que segundo ele é a dominante desde a década de 1970, apesar do Regime Militar, no sistema educacional brasileiro, ele conclui com pesar as consequências desta:

Com esses doutrinadores, não admira que tenhamos hoje tanta dificuldade para encontrar um jovem brasileiro, na faixa dos 15 aos 25 anos, com capacidade e coragem de defender os valores promovidos pelo Millenium [...] **Na esperança de atenuar o problema, o site EscolasemPartido.org está promovendo uma campanha nacional.** (NAGIB, 2009, grifos meus)

Ao contrário do que afirma em suas palestras e entrevistas, nas quais jamais menciona a existência do Instituto em sua vida, inclusive, Thiago Cortês chega até a negar saber de sua existência em 2018, o Millenium possui uma significativa contribuição para a ideologia do ESP. (PENNA, 2017)

Mas, também há um momento significativo em que Nagib, talvez relaxando diante da conversa com o pastor conservador cearense Yago Martins, afirma outra característica ainda mais significativa:

[...] a Ordem Natural está do lado dos conservadores. É por isso que **os conservadores não tem que ter medo do ESP**, porque a Ordem Natural está do nosso lado. Nós não temos medo da verdade, nós não queremos a mentira dentro da sala de aula, nós queremos o pensamento crítico, nós queremos saber como as coisas são e como elas aconteceram. Ninguém aqui quer ser enganado. [...] **Nós queremos a Verdade, e o cristão não pode ter medo da Verdade.** (NAGIB, 2017, grifos meus)

Esta talvez configure-se como a fala mais importante obtida ao longo de minha observação pelos materiais publicados online. Nela, Nagib deixa bastante claro que o ESP não se trata de um movimento neutro ou isento. Pelo contrário, se o coordenador do movimento afirma, categoricamente, que professores conservadores não precisam ter medo, pois a

“Verdade” está ao lado deles, como não interpretar toda sua militância como um combate à esquerda?

Conclusão

Diante desta última análise, encontramos a seguinte situação: qual atitude os membros do ESP desejam dos professores para que não sejam considerados como “doutrinadores” dentro de suas salas de aula? Segundo o PESP, em tramitação em várias câmaras estaduais e na federal, o professor apresenta 6 deveres. Embora todos eles rendessem discussões profundas, atentarei ao quarto, que diz:

Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria. (NAGIB, 2009)

Trata-se, portanto, de um aviso voltado aos professores de ciências humanas, tendo em vista que não há muitas disputas a respeito das matérias de Ciências Exatas⁶.

Nisto, o professor se veria obrigado não só a ser um mero transmissor de conteúdo em sala de aula, mas de saber tudo o que há para se saber sobre um determinado assunto de sua disciplina e, de alguma forma miraculosa, encontrar tempo em sala de aula para transmitir todo este conteúdo. Isto não apenas é inviável, como também extremamente perigoso. Um exemplo que Miguel Nagib é confrontado em um de seus debates e responde de forma acrítica explica isto. No debate em questão, a professora Catarina Santos aborda a questão do negacionismo do Holocausto e pergunta se um professor deve mostrar os “dois lados” da questão em mesmo patamar. Miguel Nagib responde que sim.

Este é o grande empecilho que o ESP e seus defensores causam para o ensino brasileiro. Vestindo-se como paladinos da neutralidade e defensores do pensamento crítico em sala de aula, o que fazem é uma militância direitista que visa combater as ideias de esquerdas dentro das escolas e universidades brasileiras, considerando que as suas próprias ideologias e visões de mundo são a “Verdade”, enquanto os pensamentos da esquerda nada mais seriam do que “ideologias mentirosas”.

⁶ Com o avanço dos defensores da Terra Plana na *internet*, contudo, talvez seja mera questão de tempo antes da disciplina de Física ser atacada pelo ESP.

Title: Non-Partisan School: struggle for the anti-academic revisionism

Abstract: In 2004, the prosecutor Miguel Nagib founded the Movement Non-Partisan School, with the objective of combating the political indoctrination made by teachers in classrooms in Brazil. Making use of 90 videos made available by Youtube, this article seeks to understand the ideological origins of the movement that, in the last 15 years, has become a law project that is currently being voted throughout Brazil. With this, I hope to better understand the conservative ideology behind the movement and its fight against the academics, not only of the left.

Keywords: Non-Partisan School, Historical Revisionism, Conservatism.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Reinaldo. **Os Alunos do Carlão**. [escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org), 2012. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo/261-alunos-do-carlao>. Acesso em 25/05/19.

BAGGIO, K. G. Conexões ultraliberais nas Américas: o Think Tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12, 2016, Campo Grande. **Anais...**, São Paulo: ANPHLAC, 2016.

CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. Rio: IAL & Stella Caymmi, 1994.

_____. **O Estupro Intelectual da Infância**, 2003. Página original apagada. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20030921075113/http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>. Acesso em 25/05/19

FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

_____. **Educação Democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP, 2018.

MCNEIL, Kristine. **The War on Academic Freedom**. TheNation.com, 2002. Página original apagada. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060318093237/http://www.thenation.com/doc/20021125/mcneil>. Acesso em 25/05/19

NAGIB, Miguel. **Por uma escola que promova os valores do Millenium**. [imil.org.br](http://www.imil.org.br). Página original indisponível. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por-uma-escola-que-promova-os-valores-do-millenium/>, 2009. Acesso em 02/07/19.

PENNA, Fernando; SALLES, Diogo da Costa. **A Dupla Certidão de Nascimento do Escola Sem Partido: Analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária**. In: MUNIZ, Altamar do Costa. **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: Editora EdUECE, 2017.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Denise Abreu, a “Bolsonaro de saias”, sairá candidata à Prefeitura de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/denise-abreu-a-bolsonaro-de-saias-saira-candidata-a-prefeitura-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 30/06/19

SCHEVITZ, Tanya. Mom's Web site accuses professors of bias / Students complain in anonymous posts. Sfgate.com, 2002. Disponível em: <https://www.sfgate.com/education/article/Mom-s-Web-site-accuses-professors-of-bias-2749788.php> . Acesso em: 25/05/19.

SOUZA, A., et al. **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Editora Ação Educativa. 2016.

Democracia em risco: Os impactos do governo Bolsonaro ao ensino de história e à construção da cidadania

Lohan Lima Ventura

Graduando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
lohanventura@hotmail.com

Luise Ramos Gomes de Araujo

Graduanda em História
Universidade Federal
de Juiz de Fora – UFJF
luiser.araujo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o papel do ensino de História, compreendendo e realçando sua capacidade de transformação social e construção da democracia e da cidadania, considerando-o um local de disputa política. Assim, demonstrar os inúmeros retrocessos sofridos pela educação na atual conjuntura política brasileira e como tais medidas podem ameaçar a aula de História como espaço democrático. Baseados na experiência enquanto bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), investigamos quais são os maiores obstáculos que surgem com a eleição de Jair Bolsonaro e os impactos das novas diretrizes do ministério da educação, para a construção de um ensino de história que educa para a cidadania e sobre a luz de valores democráticos. Em conjunto com a equipe do PIBID em História e Sociologia, desenvolvemos o projeto chave de nossa reflexão. Na atividade intitulada “Política se Discute (As)sim”, tivemos a experiência de um debate, permeado do turbulento período das eleições de 2018, acerca dos temas pertinentes àquele momento. Por fim, o projeto nos levou às inquietações que movimentam este trabalho. Desta forma, este modelo de proposta pedagógica que fomenta a autonomia, a consciência democrática e a formação da cidadania, estaria ameaçado pelos rumos da política do país? A influência neoliberal se consolidará no campo educacional? E o fundamental: O que pensam os alunos, protagonistas na complexidade do espaço escolar.

Palavras-Chave: Ensino de história, governo Bolsonaro, cidadania.

Polarização política brasileira, antipetismo e eleições de 2018

Não nos cabe aqui fazer uma análise detalhada dos fatos políticos de Junho de 2013, mas sim expor suas principais características e como influenciaram na atual conjuntura. A data entra como um marco da história política brasileira, onde um cenário de fato conturbado polarizou a sociedade. Entre as principais pautas dos movimentos de 2013 então “o fim da velha política”.

Nas eleições de 2014, com Aécio Neves do PSDB como representante da “nova política” e como principal oposição ao Partido dos Trabalhadores, representado por Dilma Rousseff, a polarização ganhou corpo. Após a eleição da presidenta, com o aprofundamento da crise política e econômica do Brasil, grupos aliados a Aécio Neves iniciam o processo de impeachment da presidenta eleita, sendo aprovado em 2016 pelo congresso e pelo senado, agravando mais uma vez a polarização política brasileira. Esse processo pode ser analisado, dentro de vários conceitos históricos e das ciências políticas, como um golpe parlamentar. Isso porque a presidenta foi deposta por órgãos do próprio estado, atendendo a interesses específicos e localizados, evidenciados ao longo dos últimos anos, as tentativas de obstrução das investigações da Lava Jato e na perseguição midiática, jurídica e narrativa ao Partido dos Trabalhadores.

Para além de tais acontecimentos, em abril de 2018 outro acontecimento serve de polarização das disputas políticas: a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, líder em todos os cenários das intenções de voto para as eleições de 2018. Em um processo marcado por interesses políticos e ausência de imparcialidade, o ex-presidente deixa a disputa eleitoral e coloca em seu lugar Fernando Haddad, do PT. As eleições de 2018 tiveram como principal surpresa um expoente das manifestações de 2013, da crise política intensificada pelo impeachment e do conservadorismo que tomou conta do Brasil e das principais potências do Ocidente. Esse expoente era Jair Bolsonaro, representante da ultra-direita, do conservadorismo e da “nova” política. Nesse momento, vimos que a polarização ganhou sua força máxima e tinha nome: “petistas” e “antipetistas”.

Nesse contexto, no segundo semestre de 2018, a partir das práticas propostas nas disciplinas da licenciatura voltadas ao Ensino de História e através do PIBID, começamos a observar uma tendência dos jovens de trazer à tona temas latentes, como democracia e cidadania, sendo a polarização antes mencionada o fator principal dos debates. Num cenário marcado por discussões políticas através das redes sociais, o ambiente da sala de aula (do ensino de história, sendo o mais observado) tinha um papel simples de aferir “disputas” pautadas nos achismos e nas fake news. Assim surgiu a necessidade de trazer à tona, como uma iniciativa do PIBID interdisciplinar de História e Ciências Sociais da UFJF, o projeto *Política se Discute (As)Sim*, que tinha como objetivo principal discutir política dentro da sala de aula, não apenas pautada nas eleições de 2018, mas também demonstrar que a política está nos diversos setores do cotidiano e que o exercício da cidadania não se faz apenas através do voto. Para além disso, como tentamos

propor no nome do projeto, instigar os alunos a debater temas latentes e de interesse ao ensino de história e sociologia dentro do ambiente escolar, de forma mediada, livre e democrática.

Podemos dizer que o projeto foi um sucesso no sentido de ouvir o que os alunos tinham a dizer. Com um espaço de debate entre os próprios alunos, de forma saudável e dinâmica, percebemos o quanto havia a defesa da democracia de ambos os “lados” polarizados. Mas o que de fato nos instigou a curiosidade para pesquisa foram duas questões: a utilização do termo “cidadania” como um “ser votante” e de tal questão vir de jovens, que em sua maioria nunca haviam votado. Seriam eles “novos cidadãos”? Tentaremos responder de forma indireta essa pergunta ao longo da análise. Reforçamos a importância do PIBID interdisciplinar em História e Sociologia servir como o impulso inicial para a criação do projeto, levando em conta seus papéis, como disciplinas do Ensino Básico de passar a questão da cidadania em meio aos conteúdos disciplinares.

O que é cidadania?

Falar sobre “Educação para Cidadania” exige mais do que apenas apresentar políticas públicas que garantam sua efetivação, afinal: o que é cidadania? Em meio a nossas conversas sobre o tema, chegamos à conclusão de que era de extrema importância questionar seu real significado para evitar o simplismo e a banalização do termo, pois até mesmo em nosso costumeiro senso comum, o “ser cidadão” aparece como o “ser votante” em detrimento do “ser de direitos”. Outro aspecto importante que demandou de nós um maior cuidado acerca da conceitualização de cidadania está na apropriação desse termo para fins políticos, ideológicos e econômicos. Por exemplo, o que é apontado por Selva Guimarães (2016), quando a autora trata o decreto-lei 869 de 1969, que incluía as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC); Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) e Organização Social e Política do Brasil (OSP), como disciplinas obrigatórias para todos os graus de ensino no país. A ideia da autora é de que, ao instituir estas disciplinas obrigatórias em detrimento de outras áreas das ciências humanas, o governo militar também apresentava estas como disciplinas formadoras da cidadania. Porém, fica evidente no decreto 869/69 que a cidadania escolar, apontada pelos militares, não visava à construção de uma sociedade mais crítica ou participativa e sim, para um civismo político-ideológico ligado aos interesses do governo ditatorial.

Dessa forma, antes de apresentar onde a educação para a cidadania se atrela ao ensino de história e os eixos institucionais que embasam essa ligação, conceitualizaremos o termo “cidadania”, a fim de problematizar aquele adotado pelo atual governo, sentido este que se aproxima do reproduzido na ditadura civil-militar brasileira, e os ataques recorrentes do presidente Jair Bolsonaro e sua equipe ministerial sobre o papel da escola e do ensino de ciências humanas na formação da juventude brasileira. Reforço aqui, que o objetivo do presente artigo não é realizar uma “crítica pela crítica” à confusa e imprevisível gestão de Jair Bolsonaro, mas apresentar evidências inconstitucionais e os riscos concretos das ameaças do atual governo ao ensino de história e sua relação com a formação cidadã.

Pensamos que, não cabe ao conceito “cidadania” ser sustentado pelas frágeis bases do civismo, recorrente na retórica do regime militar e exaltado pelo atual presidente da república, admirador público do regime. Acreditamos que a cidadania deve ter alicerces que sustentam direitos fundamentais à existência humana e asseguram seu protagonismo em uma república democrática. Baseamos essa afirmação de acordo com a categorização realizada pelo sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, sobre o conceito de cidadania. T.H. Marshall aponta que a cidadania é constituída por três elementos: Os direitos civis, políticos e sociais. Para ele, os direitos civis dizem respeito aos direitos fundamentais que uma pessoa precisa para viver em sociedade, como o acesso à propriedade e uma igualdade jurídica baseada em um sistema judiciário independente e de amplo acesso. Os direitos políticos se referem à participação efetiva do cidadão na gestão ou no governo de seu país, desde sua organização em partidos ou em movimentos, além do direito de votar e ser votado. Por fim, os direitos sociais são ancorados na ideia de justiça social, onde o cidadão passa a ter acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à aposentadoria e a participação na riqueza da união, direitos garantidos pelo estado.

Ao promover a cidadania como função da escola na formação discente, porém, sob uma excessiva inclinação ao civismo, o regime militar excluía fundamentos essenciais para o entendimento do “ser cidadão”, como o incentivo à criação, ao pluralismo, à reflexão pelo fortalecimento do espírito democrático. Ao contrário, incentivaram o fortalecimento do patriotismo, das instituições tradicionais e do conservadorismo. Ou seja, a ditadura civil- militar utilizou de uma via institucional e se apropriou da educação cidadã, fundamental na lógica republicana, como mecanismo de implementação de seus interesses próprios: político e ideológico.

Na atual conjuntura, apontar as contradições e apropriações de um governo sobre determinado conceito, é uma arma fundamental de resistência, acadêmica e social, contra atitudes autoritárias. É preciso estar atento à prática da contradição e do uso da pós-verdade para relativizar e ressignificar conceitos e fatos históricos, prática esta que têm sido uma forte aliada dos governos de extrema-direita emergentes da última década, como Donald Trump nos EUA, Viktor Orbán na Húngria e o próprio Jair Bolsonaro no Brasil.

De todo modo, desde 1988 a constituição federal que marcou a redemocratização brasileira, vêm assegurando uma série de direitos à população. Mesmo alvo de um forte espaço de disputa, a constituição federal de 1988 foi finalizada com um caráter extremamente progressista em diversos pontos, desde a seguridade social à garantia do Estado Democrático de Direito. Apelidada pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de constituição cidadã, a carta magna aborda durante todo o texto referências que remetem à formação e consolidação da cidadania entre os brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, a constituição de 1988 flerta com a interpretação contemporânea da obra de Hannah Arendt sobre cidadania.

De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt, a cidadania pode ser entendida como o elemento que permite que um sujeito tenha o direito de ter direitos. Estes seriam garantidos por uma constituição que permite ao cidadão ter acesso ao espaço público do estado, que se organiza de uma forma jurídica, capaz de assegurar o princípio da igualdade, da legalidade e a garantia de todos os direitos fundamentais do ser humano. Segundo Arendt, a participação política deve ser assegurada dentro da democracia, mas precisa ir para além do voto e se manifestar na livre organização e mobilização popular sobre as decisões do governo.

De acordo com Macedo (2013), as concepções de Arendt se mostram evidentes na constituição de 1988 ao ligar o conceito de cidadania à ideia de soberania popular, da prática dos direitos políticos, à dignidade da pessoa, com a democracia e os objetivos educacionais do país.

Educar para a cidadania na forma da lei

A chave para nossa reflexão está na concepção de Hannah Arendt sobre cidadania presente na constituição. Ao ligar a noção de cidadania aos objetivos da educação, pudemos selecionar trechos que demonstram o quanto os ataques frequentemente realizados por Bolsonaro,

sua equipe e os movimentos conservadores de sua base, ferem não só a constituição federal como muitos dos documentos referentes à educação.

Começaremos trabalhando, sobretudo, com os dois documentos que norteiam todos os planos, parâmetros curriculares e diretrizes da educação brasileira. Primeiro, a Constituição Federal de 1988 que aponta no capítulo III, sobre a educação, cultura e desportos, quais são os objetivos da educação brasileira. Por exemplo no art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O segundo documento se trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — lei 9.394/1996 — que estabelece diretrizes para a construção de conteúdos curriculares em todos os níveis da educação. Neste documento, podemos elencar como principal fundamento da educação cidadã, as diretrizes que devem ser observadas pelos currículos da educação básica no art. 27, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Outro exemplo presente na LDB trata-se da definição do papel da escola na sociedade brasileira no art. 22 onde, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Ancorado a essa colocação, buscamos qual é o papel atribuído pela legislação educacional ao professor de história na educação básica. Esbarramos então, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (LDB, 1996), onde o Conselho Nacional de Educação atribui aos cursos de formação de professores alguns pilares para a construção de seus projetos pedagógicos. Estas bases estão ancoradas aos valores da sociedade democrática e ao entendimento de qual é o papel social da escola. Dessa forma, se o projeto pedagógico dos cursos de licenciatura deve-se respaldar no papel social da escola e se, de acordo com a LDB, esse papel se constitui na indispensável formação para a cidadania, é dever do professor de história e de todas as outras disciplinas, garantir a formação cidadã como um pilar da educação básica.

Outro elemento importante para a nossa reflexão sobre a relação existente entre o ensino de história e cidadania está no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma das principais

portas de acesso ao ensino superior brasileiro. Na Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias, é atribuído ao estudante nas competências da área 5, “utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade”. Portanto, um ensino de história voltado para a cidadania é essencial por corresponder a um retorno de direito social e também por constituir uma competência importante para os milhões de alunos que prestam o ENEM anualmente.

A incoerência Bolsonaroista

Até aqui, compreendemos que a definição de cidadania diz de uma pluralidade de aspectos essenciais para a vida em sociedade. A expressão “direito a ter direitos” de Hannah Arendt, abarca desde a liberdade à participação política, elementos que se incluem nos entrelaços da educação com a formação da cidadania. Dessa forma, Selva Guimarães (2016, p.101) trás uma reflexão sobre o papel do ensino de história na formação cidadã. Sobre a luz das contribuições de Pagès (2011), a autora destaca pontos que podem desenhar essa relação, onde o aluno:

constrói um sentido crítico; adquire maturidade política ativa e participativa como cidadãos do mundo; fomenta sua consciência histórica ao relacionar o passado, presente e futuro; dialogue sobre problemas políticos e sociais; e que aprendam a debater, construir, argumentar e analisar fatos; desenvolvendo o sentido de sua identidade, respeito, tolerância e empatia em relação às demais pessoas e culturas (GUIMARÃES, 2016, p.20).

A partir da compreensão de um ensino de história que vai para além dos aspectos factuais, que faz da sala de aula um espaço democrático onde os conceitos espontâneos e as vivências pessoais têm vez e tem voz, fazemos um paralelo com a conjuntura política atual. Até que ponto o conservadorismo pode balançar a relação existente entre o ensino de história e a formação para cidadania? A gestão Bolsonaro ameaça essa relação? Responderemos essas perguntas apresentando as incoerências do governo Bolsonaro e dos movimentos conservadores, que pautam a educação, a fim de evidenciar a inconstitucionalidade e a discrepância jurídica entre suas ideias e a legislação educacional.

O primeiro ponto trata-se do programa Escola Sem Partido, que visa acabar com uma suposta doutrinação ideológica de professores de esquerda nas escolas brasileiras. O projeto de lei que o movimento defende determina a fixação de um cartaz dizendo os deveres do professor,

nas salas de aula, que não podem contrariar as convicções morais e religiosas da família do aluno. Esse movimento foi a principal bandeira de Bolsonaro para a educação na corrida eleitoral de 2018 e após sua eleição, seus primeiros reveses começam a surgir na realidade escolar.

Um exemplo é a insistência de Jair Bolsonaro e do ex-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez e do atual, Abraham Weintraub, em uma perseguição implacável aos professores do ensino básico, ao incentivar que os alunos intimidem professores que se posicionem ou falem sobre qualquer elemento do que eles demonizam como doutrinação ideológica. Através de filmagens, o governo ataca a educação democrática e cidadã consolidada pela constituição, pela LDB e pelos diversos documentos aqui citados.

Cidadania corresponde ao direito de ter o direito à liberdade. E ao restringir a liberdade do professor na mediação de uma aula, Bolsonaro e o MEC violam o art. 205 que garante o exercício da cidadania na escola brasileira. Além disso, viola também o art. 206 nos incisos II e III, ao coibir o pluralismo de ideias e a fomentação do debate, elemento essencial para a formação do pensamento crítico e da tolerância.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Outro fator importante para nossa reflexão trata-se do corte no orçamento das universidades públicas. A incoerência do governo sobre essa lógica está na explicação inicial do ministro Abraham Weintraub sobre o porquê do MEC congelar 30% do orçamento da Universidade Nacional de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estar sobre análise. A motivação para os cortes de Weintraub foi: Balbúrdia e baixo desempenho.

Ao analisar a maior parte dos Rankings de universidade brasileiras, todas as universidades citadas estão bem colocadas, como no Ranking Universitário da Folha (RUF) de 2018, o que desmente o baixo rendimento acusado por Weintraub. A explicação que sobra é a da “balbúrdia”, mas o governo não explica de forma clara o que é a promoção da “balbúrdia” feita pelas universidades e ainda acusa as reitorias de má administração de recursos. Onde está a incoerência do governo?

Ao acusar as universidades de “provedoras da balbúrdia” sem nem ao menos esclarecer do que estava falando, o ministro deixa claro qual é o recado do governo às universidades: a perseguição ideológica. As universidades que se respaldam na lei e mantêm a formação plural e cidadã como um pilar do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Porém, o governo vem atacando as universidades pelo que chama de “doutrinação marxista”, que é uma negação que tem ido além das ideias marxistas, mas que nega a pluralidade e a crítica no ensino. Portanto, o governo cai na incoerência ao negar a formação cidadã que a universidade promove, assim como o papel social da escola, firmado pela LDB e que o bolsonarismo também questiona. Por fim, o governo fere o art. 207 da constituição, que garante a autonomia didático-científica das universidades, que fundamenta a formação cidadã dos graduandos e pós-graduandos.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

O Governo Bolsonaro apresenta sim ameaças a um ensino de história democrático e que fortalece o exercício da cidadania. Porque, para Jair Bolsonaro e seus ministros, cidadania é um conceito relativo, assim como os direitos humanos sofrem ataques cotidianamente pela onda conservadora que se alastra no ocidente, assim como a pós-verdade ganha espaço entre a população. Nossa força de resistência, como estudantes e professores de história, consiste em garantir a verdade, em firmar-se em uma educação democrática e emancipadora como pedagogia, que não silencie, mas que se faça ouvir. Cabe a nós, resistir ancorados na constituição, nas instituições e nas leis que protegem a cidadania do povo brasileiro e sua integridade.

Abstract: The main goal of this work is to analyze the role of history teaching, to understand and enhance its ability in social transformation and in democracy and citizenship building, considering it a place of political dispute. In this way, show how the retrocesses suffered for education in the current Brazilian political conjuncture and how such actions can threaten the history class as a democratic space. Based on the experience as fellows, of the Institutional Scholarship Program (PIBID), we investigate the main obstacles that comes with the election of Jair Bolsonaro and the impacts of the new guidelines of the Ministry of Education, for the construction of a History class that educates for citizenship and under the light of democratic values. Together with the PIBID team, in History and Sociology, we developed a key project of our reflections. In the activity entitled “Política se Discute (As)sim”, in this way, we had the experience of a discussion, involved by the turbulent period of the 2018 elections, about the themes related to that moment. Finally, the project led us to the concerns that move this work. In this way, is this model of pedagogical proposal that promotes autonomy, democratic awareness

and the formation of citizenship threatened by the policies of the country? Will neoliberal influence be consolidated in the educational field? And the fundamental: What do students, protagonists in the complexity of the school space, think.

Palavras-chave: History teaching, Bolsonaro government, citizenship

Referências Bibliográficas

MARSHALL, T.H. (1967) **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988, 44a ed., Editora Saraiva, 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

PAGÈS, J. (2011). Educación, ciudadanía y enseñanza de la historia. In: GUIMARÃES, S. e GATTI JR., D. (orgs.). **Perspectivas do ensino de história**: Ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: Edufu, 2011.

GUIMARÃES, S. Ensinar história: formar cidadãos no Brasil democrático. In: _____ (orgs.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas: Papyrus, 2016.

A contribuição das “pessoas-livro” na Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Luíza Rabelo Parreira

Mestranda em Educação – PROMESTRE-FaE

Universidade Federal de Minas Gerais

luizarabeloparreira@hotmail.com

Resumo: Um dos objetivos da presente comunicação consiste em estimular o intercâmbio de experiências exitosas nas redes de educação básica com a prática educativa da EJA, que é uma modalidade educativa ofertada pelos sistemas públicos municipais, estadual e federal, também, por iniciativas privadas. O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira (LDBEN 9.394/96) diz que: “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles sujeitos que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Como a EJA não tem como foco educativo reproduzir a mesma matriz curricular destinada às crianças e adolescentes, mas articular novas formas de saberes às dimensões formadoras da vida adulta, apresentaremos o conceito de “pessoas-livro”, que foi criado por estudantes de sétimo ano da Escola Municipal Anne Frank, no âmbito do projeto “Entre o Diário de Anne Frank e a HQ: estudantes construindo a história de um bairro”, para designar as fontes orais que contribuirão com a produção da História em Quadrinhos do bairro Confisco. Ao compreender as especificidades dos sujeitos da EJA e propor um diálogo com a pluralidade de tempos, espaços e relações, buscamos entender em que medida os saberes e as experiências dessas pessoas podem contribuir para a construção de uma educação de jovens e adultos que tenha mais sintonia entre a escola e seus sujeitos, contribuindo para a afirmação de uma educação emancipatória e pela busca uma sociedade mais democrática e justa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, educação básica, pessoas-livro.

O presente trabalho pretende colaborar com a construção de uma Educação de Jovens e Adultos que tenha mais sintonia entre a escola e seus sujeitos, corroborando para a afirmação de uma educação emancipatória e de uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, buscaremos compreender o que uma experiência exitosa realizada na educação básica pode contribuir com a prática educativa da EJA, que não tem como foco educativo reproduzir a mesma matriz curricular destinada às crianças e adolescentes, mas articular novas formas de saberes às dimensões formadoras da vida adulta.

A EJA é uma modalidade educativa ofertada pelos sistemas públicos municipais, estadual e federal, também, por iniciativas privadas. O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Base da Educação

Nacional Brasileira (LDBEN 9.394/96), que diz que: “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles sujeitos que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está relacionada com a própria história da educação. Como se sabe, sua consolidação como modalidade educativa se deu por uma série de lutas e ações. Através de pesquisa realizada sobre a EJA no Brasil, foi possível evidenciar que a sua trajetória é marcada por muitas transformações, com importantes conquistas na legislação. As políticas de educação da EJA estão em consonância com o artigo 208 da Constituição Federal de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”. Sendo o direito à educação garantido constitucionalmente, a questão é: como assegurar que jovens, adultos e idosos tenham seu direito assegurado e, mais do que isso, atribuam sentido ao processo de escolarização tardia?

Segundo Di Pierro (2005, p. 24), “o problema não está nas leis, mas na política educacional”. Se a educação é garantida constitucionalmente, é preciso que ela seja assumida com tal, não somente no discurso, mas com recursos necessários para a sua efetivação. Concordamos com Di Pierro que sustenta que “para aumentar, flexibilizar, diversificar e qualificar as oportunidades educacionais, o lugar da educação de jovens e adultos na agenda da política educacional terá de ser revisto” (2005, p. 23). Para tanto, dois desafios devem ser levados em consideração: a formação de educadores para atender a ampliação da oferta escolar e o aumento do financiamento público, visto que os dados mostram que os avanços têm sido modestos e insuficientes para corresponder à demanda de 66 milhões de brasileiros com baixa escolaridade.

Na década de 1930 foi implantado o sistema público de educação no Brasil, lembrando que a EJA foi incorporada neste sistema dez anos depois e que logo foram feitas as campanhas sobre o analfabetismo. Ainda assim, nos dias atuais temos desafios em relação ao acesso e permanência na escola, principalmente na EJA, na qual seus sujeitos tiveram muitos direitos violados. Nesse sentido, essa modalidade educativa é uma ferramenta estratégica fundamental para a promoção dos direitos, democratização do acesso à cultura, promoção da equidade entre homens e mulheres, preservação do meio ambiente e da saúde.

A EJA é uma política educacional e, principalmente, uma política social, uma vez que se configura, de acordo Declaração de Hamburgo, como uma dívida histórica social.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício de cidadania como condição para a plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além do requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseada na justiça (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO..., 1997).

Devido a heterogeneidade dos sujeitos dessa modalidade, importante ressaltar que a formação, tanto inicial quanto continuada de professor (a), é fundamental para assegurar a garantia do direito a aprendizagem dos adolescentes, jovens, adultos e idosos, que muitas vezes foi negada ao longo da trajetória histórica desse país, marcados por desigualdades. Paulo Freire refere-se a esses sujeitos como

(...) pessoas que vivem de modo geral de subemprego ou que se dedicam a profissões que não exigem habilitação específica. Assim sendo, seu nível de renda é muito baixo, insuficiente até para a satisfação de necessidades básicas com alimentação e moradia. Provavelmente habitam em favelas, cortiços e nas “autoconstruções” da periferia das grandes cidades. Consomem grande parte de seu tempo no transporte e quase não usufruem dos serviços ou espaços de lazer que a cidade tem (que são, de modo geral, pagos e centralizados). Grande parte da população analfabeta é constituída por mulheres, que desenvolvem a dupla jornada de trabalho (FREIRE, 2001, 67).

Marta Khor de Oliveira (1999) nos lembra que a EJA não se refere apenas a uma questão etária, mas de especificidade cultural.

Apesar do recorte por idade (jovens e adultos são, basicamente, “não crianças”), esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea. O Adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos (...) é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na

infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

Em termos demográficos, a população mundial conta hoje com aproximadamente 7, 2 bilhões de habitantes e 774 milhões não são alfabetizados, o que representa 20% da população segundo dados da UNESCO /2014. No Brasil, há aproximadamente 198,7 milhões de habitantes e cerca de 13,04 milhões de pessoas não são alfabetizadas, 8,3% da população segundo dados da Pesquisa Nacional por amostra do Domicilio PNAD/2013. Nesse sentido, a EJA mostra-se essencial para reverter os dados acima citados.

Ao apresentar as metodologias utilizadas num projeto exitoso realizado na educação básica pretendemos também mostrar como esse trabalho pode contribuir na construção de uma Educação de Jovens e Adultos que tome como objeto de estudo seus sujeitos e suas relações no espaço urbano. Ao ouvir as histórias dos sujeitos adultos que procuram ou dão continuidade aos seus estudos nessa fase, a EJA terá elementos para estudar sobre o direito à cidade.

O dito projeto pedagógico intitula-se “Entre o Diário e a HQ: estudantes construindo a história de um bairro” e foi desenvolvido na Escola Municipal Anne Frank com estudantes de sétimo ano. Participamos das atividades do projeto enquanto estagiária do professor de História Moacir Fagundes de Freitas, autor da iniciativa. O estágio é etapa obrigatória para formação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e acontece, de modo geral, em escolas públicas da região da Pampulha, Belo Horizonte. Como estagiários, nossa tarefa é a de observar a regência do professor e também ministrar uma aula, em concordância com o conteúdo trabalhado na disciplina.

O professor Moacir redigiu o projeto em questão no início de 2016, mesma época que iniciamos o estágio. Depois de cumprir as 30 horas exigidas pela UFMG, continuamos colaborando com a coordenação do projeto como voluntários, até o desligamento do professor Moacir da Escola Municipal Anne Frank, que se deu no segundo semestre de 2018. Deve ser ressaltado que mesmo após o lançamento da Revistinha de História em Quadrinhos (HQ) no final de 2016, o projeto prosseguiu e gerou outros frutos nos anos seguintes, como a exposição fotográfica “Confisco pelo Confisco”,¹ que buscou retratar o cotidiano do bairro através do olhar

¹ A exposição fotográfica “Confisco pelo Confisco” rendeu notoriedade positiva na mídia e já esteve em seis lugares diferentes desde a sua primeira montagem (2016), inclusive foi projetada na fachada digital do “Espaço do

sensível de seus moradores. Neste percurso, a relevância e contribuição pedagógica deste projeto foram reconhecidas ao vencer o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2017, na categoria Educação Formal.²

Antes do projeto, ao pesquisar sobre a região encontrávamos somente aspectos negativos e a palavra periferia evocava imagens associadas à ideia de falta e carência. (Cf. Oliveira, 2017). Esse bairro, que faz divisa com o município de Contagem, se encontra, de fato, em situação de risco e de alta vulnerabilidade social. Segundo Vania Mintz (2005), “comparado às outras localidades da Regional Pampulha, o Confisco é uma das que mais se destacam pelo grau de miserabilidade” (p. 9521). Nesse contexto, o professor de História percebeu que havia entre os educandos uma enorme rejeição ao território. A maioria deles não se assumia como morador do bairro. Isso foi atribuído, em sua primazia, às imagens veiculadas pela mídia que supervisibiliza os problemas locais (tráfico de drogas, violência e problemas de infraestrutura)³ e superinvisibiliza os sujeitos e suas memórias periféricas.

Devido à situação supracitada, o professor elaborou o projeto pedagógico que tinha, como um dos seus objetivos, problematizar a visão que os/as educandos/as do Ensino Fundamental II possuíam do lugar onde residiam e a elaboração de uma História em Quadrinhos sobre a história da comunidade do Confisco. Para tanto, perceberam que os materiais bibliográficos sobre o tema eram escassos⁴ e buscaram fontes orais, que foram chamadas de “pessoas-livro”. Nesta busca, constatou-se que todas as referências de história local eram mulheres, situação que evidenciou o protagonismo feminino no desenvolvimento do bairro.

A criação do conceito de “pessoas-livro” foi elaborado com os/as estudantes, para designar as entrevistadas que falariam sobre suas memórias e experiências naquele local. Quem melhor conceituou esse termo foi a estudante do sétimo ano Raianny, em 2016: “É do tipo... a

Conhecimento UFMG” em 2017. Para saber mais: <http://www.espacodoconhecimento.org.br/um-olhar-que-transforma/> Acesso em: 06 de agosto de 2018.

²<http://fundacaosmbrasil.org/noticia/conheca-os-finalistas-do-premio-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos/> Acesso em: 04 de agosto de 2018.

³ Destaco algumas matérias negativas sobre o bairro Confisco. <https://www.otempo.com.br/cidades/jovem-%C3%A9-assassinado-em-rua-do-bairro-confisco-na-pampulha-1.440677> Acesso em: 25 de julho de 2018.

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/02/17/interna_gerais,848257/homem-e-morto-a-tiros-por-suposto-envolvimento-com-trafico-na-pampulha.shtml Acesso em: 25 de julho de 2018.

<https://www.otempo.com.br/cidades/mulher-%C3%A9-morto-a-tiros-pelo-marido-da-irm%C3%A3-no-bairro-confisco-1.1056043> Acesso em: 25 de julho de 2018.

⁴ Foram utilizados como referência o Cordel do Confisco, produzido em 2011 pelos/as educandos/as da EJA da Escola Municipal Anne Frank e o Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Nordeste, publicado em 2008.

gente tá fazendo o trabalho da história do bairro. A gente quer saber mais coisas sobre o bairro, e pra isso tem as pessoas-livro; ao invés da gente ir em livro pra aprender, a gente pergunta as pessoas...". Ou seja, conquanto a proposta tenha se sido realizada com educandos/as do Ensino Fundamental, seu êxito se deve à inserção de pessoas adultas e idosas no projeto, as pessoas-livro.

Trata-se de dez mulheres, com idade entre 54 e 72 anos, maioria negra, de baixa renda, inseridas precocemente no mundo do trabalho em ocupações de baixa qualificação profissional, em situação de exclusão social e que participavam de movimentos sociais por moradia em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990. Dessas dez, seis tiveram seu direito à escolarização negado na infância e na adolescência.

De acordo com uma pesquisa exploratória realizada no primeiro semestre de 2018, apenas duas mulheres retomaram os estudos na EJA, mas não deram continuidade. Em parte, isso se deve ao descompasso entre a proposta pedagógica da escola e suas necessidades básicas de aprendizagem. A fala de uma das pessoas-livro corrobora para a ideia de que se a EJA valorizasse suas experiências de vida, como no projeto que ocorreu no Ensino Fundamental, ela retomaria seus estudos. “Se tivesse um projeto desse na EJA, eu voltaria a estudar amanhã”, disse Dona Graça se referindo à desarticulação entre as práticas escolares na EJA e as práticas sociais de sujeitos que não tiveram acesso à escolarização na infância e na adolescência.

Ao ouvir as histórias de luta contadas por essas mulheres periféricas, com baixo nível de escolaridade, as palavras de Malala Yousafzai, ativista dos direitos humanos, ganharam um novo significado. Ao comentar com seu pai sobre imagens vinculadas pelos meios de comunicação, recebeu o seguinte conselho: (...) “se você quiser saber sobre muçulmanos, desligue a TV e bata na porta de um vizinho para conversar com eles”. Guardado às devidas proporções, pode-se dizer que para conhecer, de fato, os sujeitos da EJA, há que se ouvir suas experiências, suas escalas de valores, seus desejos e significados. Isso pode ser notado na nas palavras de Dona Graça, que enfatiza a importância de a Educação de Jovens e Adultos tomar como objeto as histórias, os saberes e as experiências de seus sujeitos.

As “pessoas-livro” se situam em um campo bem descrito e analisado por Arroyo “A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte” (2005, p.223). Ao assimilar as especificidades dos sujeitos da EJA e propor um

diálogo com a pluralidade de tempos, espaços e relações, buscamos compreender suas demandas de aprendizagem, transpondo os limites da educação bancária⁵. Inspirado em uma perspectiva Freiriana, esse estudo tem como objeto central as pessoas-livro, suas histórias, suas visões de mundo, expectativas e significados na luta pelo direito à cidade.

Quais as singularidades das pessoas-livro? Como se situam no tempo e no espaço, tendo como referência relações de gênero e suas condições étnico- raciais? Em que medida suas histórias de vida, suas experiências, fazeres e saberes podem contribuir para se (re) pensar o currículo de EJA trabalhando com a especificidade territorial de cada instituição educacional? São essas questões que norteiam inicialmente a pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no PROMESTRE, na Faculdade de Educação da UFMG.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e Adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DECLARAÇÃO de Hamburgo: agenda para o futuro. V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, Hamburgo, Alemanha, 14-18 de Julho de 1997, 1997. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

DI PIERRO, M. C. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p.17-30.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵ A educação bancária, nesse sentido, repercute como um anestésico, que inibe o poder de criar próprio dos educandos, camuflando qualquer possibilidade de refletir acerca das contradições e dos conflitos emergentes do cotidiano em que se insere a escola, o aluno. Na perspectiva freiriana, a educação bancária tem o propósito de manter a imersão, a reprodução da consciência ingênua, da acriticidade. (STRECK, REDIN E ZITKOSKI, 2017, p.135)

MINTZ, Vania. A educação ambiental na Pampulha: entre o discurso e a prática. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. **Anais...**, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/29.pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. Do conceito de "periferia": primeiras aproximações teóricas. In: BRITO, Cristiane Miryan Drumond de; CORDEIRO, Leoanardo Zenha; AFONSO, Lívia Napoli; SOUZA, Ricardo Alexandre de (org.). **Entrelaçando Redes**: reflexões sobre atenção a usuários de álcool e drogas. 1ª ed, v. 1. São Paulo: Paco Editorial, 2017, p.223-254.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 12, set./dez. 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Educação básica de jovens e adultos**. Belo Horizonte, 1997.

STREEK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J.; (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 3. e.d. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Os movimentos afro-brasileiros (1960-1990) e sua representação em livros didáticos: contrastes e perspectivas

Vitor Emanuel Maia Ferreira

Graduando em História (Licenciatura)
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
vitor1519029@gmail.com

Resumo: Partindo da análise das coleções aprovadas nos editais do PNLD referente aos anos 2008, 2011 e 2014, torna-se possível levantar alguns apontamentos acerca da representação dos movimentos sociais com caráter racial no Brasil entre os anos 1960 e 1990. O primeiro destes, trata-se na constante exaltação dos movimentos Tropicalistas e estudantis como fator primordial para o processo de “distensão” (GASPARI, 2004, 21), o que em contrapartida obscurece as atividades desenvolvidas pela principal articulação cuja o foco era a questão racial do negro brasileiro, o MNU (DOMINGUES, 2008, p.103; SILVA, 2011, p.15-16). Deste modo, o ocultamento da participação dos afro-brasileiros nesse período, resulta na sua omissão representativa na “ordem dos livros” (CHARTIER, 1996) em períodos mais contemporâneos o que evidencia a importância de trabalhos que abordem questões étnico-raciais no período pós-abolição. E em outra chave, neste mesmo universo de análise, temos a frequente representação dos movimentos sociais afro-estadunidense e também no recorte adotado para analisar as atividades sociais ocorridas no Brasil. Nesta capitalização do passado, personifica-se a figura de Martin Luther King em boa parte dos livros analisados, esporadicamente a imagem de Malcom X e de maneira mais rara, o “Partido dos Panteras Negras”. O que este paralelo nos possibilita refletir? Qual seria então este molde? Quem o define e o porque sua inclusão em um objeto tão importante no processo de ensino-aprendizagem como o livro didático? Além disto, esta representação deixa uma lacuna reflexiva, ao ver que, ao nos apresentar as lutas raciais travadas pelos afro-estadunidenses, nos permite pensar sobre estes mesmos preconceitos no Brasil e durante o mesmo período. Eles não existiam por não serem representados? Entretanto, o recorte temporal adotado para os livros analisados (2008-2014), nos permite apontar uma considerável (mas não satisfatória) “abertura” para os sujeitos africanos e afro-brasileiros no período pós-abolição (ROZA, 2014), deste modo, o presente trabalho, visa contribuir para o tensionamento sobre a representação destes em um recorte específico que é comumente ocupado pelos mesmos atores.

Palavras-chave: Movimentos sociais afro-brasileiros e afro-estadunidense, livros didáticos, ensino de história.

Introdução

Com o implemento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no de 1985 e alguns anos mais tarde, o seu aprimoramento em 1995 (ROZA, 2009), vemos a tentativa por parte das instituições responsáveis por prover processo educacional, de efetuar uma

sistematização, expansão e em certa medida, democratização, do acesso ao objeto do livro didático e do ensino por consequência.

Outro aspecto que acompanha o anteriormente citado, é a ampliação desta opulenta rede mercadológica em torno do livro. Fazendo assim, parte do “mundo” da edição que obedece as transformações das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do capital. E conseqüentemente, sofrendo interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização (BITTENCOURT, 2004, p.71).

A implementação mais que necessária da Lei 10.639/03, e logo após a implementação da “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” (2004), que visavam comumente a inclusão da temática do africano e afro-brasileiro, no processo de ensino-aprendizagem, resultou no tensionamento tanto do mercado em torno do livro, como na “cultura escolar” (CANDIDO, 1964). Assim, o lugar da experiência dos africanos e afro-brasileiros, necessariamente tiveram que ser repensadas e (ou) reposicionadas. Dessa forma, as editoras passaram a competir por uma boa avaliação nos parâmetros do PNL D a ver, que, a abordagem da experiência tanto africana e afro-brasileira, como a indígena, aparecem como critério distintivo no processo de avaliação. Algo que contribui e dá respaldo a um possível sucesso editorial.

Nos livros analisados (que serão devidamente identificados em próxima subseção), se considerando a abordagem no período pós-abolição, notamos ainda a permanência do “lugar encapsulado” (MATOS, 2003), que pode ser entendida como o enraizamento da figura do africano e do afro-brasileiro como mão de obra ou até rebelde sem causa. Entretanto, com o desenvolvimento de estudos historiográficos que visavam ampliar a “autonomia histórica” destes sujeitos, possuímos o acúmulo necessário para desarticular e tensionar uma visão estereotipada (ROZA, 2014, p.18).

Assim, o presente trabalho, procurou contribuir timidamente com a análise de um período onde os africanos e afro-brasileiros são pouco representados nos livros didáticos aprovados nos editais dos anos de 2008, 2011 e 2014 (como se objetifica comprovar), e como nos aponta Hebe Mattos, na apresentação da obra: “O mundo Negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil” (PERREIRA, 2013), percebemos o quanto as “disputas” em torno da memória do movimento social negro, sobre o que ele foi, como se deu e suas características, dificultam a realização de trabalhos que abordem o tema no recorte temporal considerado “contemporâneo” (1978-1990), o que justifica a utilização do mesmo como escopo da presente pesquisa. Além de apontar para as

capitalizações sobre o Movimento Negro Contemporâneo, se valerá como paralelo, uma frequente representação do movimento social negro estadunidense; o que nos permite apontar para qual ideia de “movimento” é privilegiada, também, de que maneira o “trânsito de ideias” entre estes é (ou não) representada.

Objetos analisados, breve comentário sobre o referencial teórico e metodologia.

Antes de adentrar nos resultados colhidos pela presente pesquisa, se faz necessário ressaltar a natureza dos livros didáticos utilizados. Evidenciando a qual ano do PNL D ele fora aprovado; título; autores e editora responsável. Destacando que devido ao recorte temporal adotado na presente pesquisa, apenas enquadram-se os livros destinados ao último ano do ensino fundamental (9º ano). Referente ao edital do PNL D do ano de 2008, onde foram analisados: “História Conceitos e Procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, de responsabilidade da Atual Editora; “História em Projetos - a encruzilhada dos mundos: concertos e desconcertos nos séculos XX e XXI” (este aparece com dois volumes de edições diferentes), de Conceição Oliveira, Carla Miucci e Andrea Paula, da editora Ática; “Navegando pela História”, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, distribuído pela Quinteto Editorial e por fim, “Saber e fazer História”, por Gilberto Cotrim, da Editora Saraiva.

No edital do ano de 2011: “História, Sociedade e Cidadania”, da editora FTD e autoria de Alfredo Boulos Júnior; “Novo História - conceitos e procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, da Atual Editora; “Para entender a História”, de Divalte Figueira e João Vargas, de responsabilidade editorial da Saraiva e “Saber e fazer História” de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva.

E no PNL D de 2014 foram: “Encontros com a História” da editora Positivo, de Vanise Ribeiro e Carla Anastasia; “Estudar História - das origens do homem à era digital” autoria de Patrícia Braick, da editora Moderna; “Projeto Araribá - História” da editora Moderna, que conta como editora chefe Maria Apolinário; “Para viver Juntos - História” de Ana Nemi e Anderson dos Reis, da Edições SM; “Jogo da História nos dias de hoje”, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, da editora Leya; “Saber e fazer História”, de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva; “História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD e por fim “Vontade de Saber História” de Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, da editora FTD.

Em totalidade, trata-se então da análise de 17 coleções localizadas nos anos apontados. Vale ressaltar, que este número não condiz com todos os volumes aprovados nos editais. A

dificuldade por parte de pesquisadores em adquirir estes materiais didáticos, é certamente um dos passos futuros para ampliar e fundamentar de melhor maneira esta pesquisa. Porém, torna-se possível levantar constatações fundamentais sobre a ideia do racismo no período analisado (1960 - 1990).

A conceitualização de “representação”, que merece ser aqui exposta de maneira breve, foi baseada em especificamente três autores, sendo Chartier (1990 e 1991), Hall (2016) e Ricouer (2007). De um modo geral, as contribuições destes autores auxiliam no “interrogatório da imagem”, nos permite refletir sobre o que o objeto nos expõe (e impõe) e também das camadas da especificidade do objeto, para que assim, pensemos sobre os valores “além dela”; as práticas contidas na “cultura” partilhada (incluindo linguagem), que condicionam certos tipos de representação, e assim sendo, nos permite realizar um tensionamento das mesmas estruturas que as condicionam.

A investigação esteve fundamentada metodologicamente em uma perspectiva que considera as contribuições citadas anteriormente, bem como a teoria de análise de conteúdos proposta por Bardin (1977). Deste modo, em uma tabela personalizada, descreveu-se e catalogou-se alguns critérios importantes para futuras produções (ex: recursos editoriais/didáticos utilizados, abordagem limitada a apontar o episódio e espaço geográfico de ação dos sujeitos).

A presença do Movimento Social Negro nos anos Ditatoriais: opressão, especificidades e “transnacionalismo”

Como bem sabe-se, entre os anos 1964 e 1985, esteve vigente no Brasil, um regime baseado no autoritarismo, que se valia de métodos truculentos para obliterar movimentos sociais e culturais da época que divergiam dos “valores” nacionais impostos pelos militares. Como é de característica comum aos governos deste gênero, o uso publicitário do “medo” e a homogeneização cultural (ARENDR, 1975) tiveram (e deixaram) suas marcas neste frágil período da história brasileira. Contudo, tal proposta de planificação cultural pode ser localizada séculos antes, retomando assim, o contexto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que tinha nas mãos, a delicada tarefa de lidar e atribuir ares de “verdade” e unidade, baseada na análise documental, dos acontecimentos passados no Brasil, como vemos em obras de autores como Von Martius (1884) e Varnhagen (1854-7) para citar alguns “notáveis”.

Podemos então, entender o Instituto, como uma tentativa sistematizada para a elaboração de uma “transfiguração identitária” na vida do então negro brasileiro (bem como do indígena). O que merece destaque, é a maneira como, estas passaram a ser assimiladas naturalmente e foram duradouras. Fato que se nota em políticas como a ideia de “branqueamento”, citada por João Batista de Lacerda (1912); a “harmonia e igualdade” deduzida por Oliveira Vianna (1922 e 1932) e poucos anos mais tarde, em uma conturbada virada de século, a ainda hoje discutida, “democracia racial”, descrita por Gilberto Freyre, na obra “Casa Grande e Senzala” (1933), onde o autor “observa o Brasil da varanda da Casa Grande” (NICOLAZZI, 2010).

Temos então, um deslocamento da identidade do sujeito africano e afro-brasileiro, contribuindo para dificultar a “mobilização” do povo negro do início do século XX até sua segunda metade, como bem aponta Amílcar Pereira, na obra: “O mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil” (2013).

Deste modo, retomando as características citadas dos Regimes Ditatoriais, os encontros entre afro-brasileiros passaram a ser monitorados com cautela por parte dos organismos de espionagem e “segurança” ligados aos militares. Justamente, por serem lidos como movimentos que passaram a apostar em uma reorganização na suposta democracia brasileira, para que assim, se guardasse devidamente a esfera particular do africano e afro-brasileiro (FERNANDES, In: NASCIMENTO, 2013). Eis então, um importante traço do Movimento Negro Contemporâneo.

Joel Rufino dos Santos, partindo dos discursos das lideranças do movimento no contexto, nos apresenta a presença de duas definições distintas para o movimento negro brasileiro, a primeira, em seu sentido mais limitado, ou “exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo” (SANTOS, 1994, p.287). E, a segunda mais abrangente e a “melhor” como Santos propõe, inclui atividades artísticas, religiosas, armada e etc. Desde que “toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (Idem, p.303).

Tanto esta proposição mais aberta, quanto a fechada possuem seus próprios méritos e pertinência analítica, e, bem como Pereira propõe em seu trabalho de doutoramento “O mundo Negro [...]” (2010), optamos pela escolha “limitada” indicada por Santos, pois, esta limitação possibilita uma maior atenção para as instituições (ou organizações) com traquejo político, e o que pode contribuir para que elas sejam representadas em livros didáticos.

Portanto, neste período, as organizações com maiores dimensões (seja de membros, seja por circulação dos seus ideais, nos meios de comunicação disponíveis na época), eram de difícil estabilidade (ou “sobrevivência”) e como consequência, dificulta-se o mapeamento das suas atividades por estudiosos. O que justifica a criação do que mais tarde seria o MNU, em 1978, que teria um papel “centralizador” para assim, obter uma melhor estrutura e articulação do movimento. Agora, associado a um discurso que propunha a reformulação das “camadas sociais”, estavam ligados os “dilemas raciais” em um movimento de resposta comum ao regime ditatorial (PERREIRA, 2013, p.138). Segundo o documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), do ano de 1978¹, as “manifestações do racismo negro” se encontravam próximas a documentos de possíveis “ameaças” comunistas (PERREIRA, 2013, p.172). Por dedução, as fantasias criadas de um possível levante comunista e o movimento negro contemporâneo, passaram a apresentar significativas preocupações de um regime que se vale da a “homogeneização” do passado, das culturas e a consideração dos dilemas apenas dos seus “irmãos comuns”. Discutir a questão racial, definitivamente não era pauta dos militares.

A partir disto, dos anos 1970 e 1980, uma das estratégias das quais os movimentos negros recorriam, era a realização de encontros, estudos e discussões, a fim de fomentar a troca de experiências e referenciais teóricos, que contribuía para a “tomada” de “consciência” do afro-brasileiro (IBID, p.105).

Desmantelar, denunciar e desarticular o “mito da democracia” racial, é outro traço do movimento negro depois da segunda metade do século XX. Domingues nos propõe então, a relação do conceito de raça “não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas” (DOMINGUES, 2007, p.102).

As formas de desmantelar o racismo, no período de abordagem adotado (1970-1990), se dão de diversas maneiras, como por exemplo o movimento cultural Black Rio (1977) ou a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) de 1976. Mais uma vez, recorrendo a de doutoramento produzida por Perreira, vemos o destaque para o caráter plural do movimento, “seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativa educacionais”, sendo assim, parte da peculiaridade do movimento. Com um método ou outro, entre embates e divergências, o que deve ser destacado, é a capacidade de metamorfose destas lideranças. Afim de possibilitar condições para o africano e afro-brasileiro que lidaram com contextos adversos por diversas vezes, seja durante o Estado Novo, seja no Regime Militar (DOMINGUES, 2007, p.122).

¹ Para referência completa e possíveis consultas, ver: “Aparição Especial” de 2 de Janeiro de 1978. Assunto: “Opinião Pública, retrospecto de 1977 e perspectivas para 1978”. Disponível no Arquivo Ernesto Geisel. 2008.

Como exposto em quadro elaborado por Domingues (2007, p.117, 118, 119), temos muito certamente devido a circulação de ideias entre Brasil e Estados Unidos, a apropriação e adaptação às condições exclusivas do afro-brasileiro do “Black Power” no país, logo, expressões culturais significadas na musicalidade estadunidense (para nos atermos a este tipo de exemplo especificamente) passaram a encontrar “seguidores”. Tal característica pode ser percebida em artistas como Toni Tornado e Wilson Simonal para citar alguns (NAKED, 2012). O contato com a vertente de outros movimentos, também pode ser identificado na circulação de periódicos da “imprensa negra”. Como exemplo, Perreira (2013), apropria-se do acervo de jornais importantes e ainda em atividade, como o *The Baltimore Afro-American* (1896) e *Chicago Defender* (1906) e o brasileiro, *Clarim d’Alforada* (1924).

A troca de exemplares do *Chicago Defender* e o *Clarim*, se dá pela passagem em terras brasileiras do então editor do jornal estadunidense, Robert Abbot que se encontrou com José Correia Leite, responsável pelo *Clarim* (PERREIRA, 2013, p.151); assim, a discussão sobre a pauta do “monumento à Mãe Negra”, que viria a ser construído na cidade de São Paulo em 1920, importante reivindicação do Movimento Negro na época, chegou ao conhecimento dos estadunidenses por meio deste trânsito informacional (LEITE, 1992, p.79).

De certo modo, a excitação social e cultural como característica dos anos 1960 (HOBSBAWN, 2002), condicionou tanto a “circulação” de conteúdos que buscavam ao mesmo tempo a exaltação de ser negro e a denúncia da discriminação sofridas em seus países pelos mesmos. O que serve como sustentação da metáfora do “atlântico negro” de Paul Gilroy (2001).

Se constituído de maneira complexa, com várias camadas e estratégias, o Movimento Negro Contemporâneo, deste modo, identificamos três problemas no que se refere ao Movimento Negro Contemporâneo, o primeiro e aqui identificado, é a vitalidade da “democracia racial” e que se relaciona com o segundo, sendo a deturpação identitária do africano e afro-brasileiro, e estes dois se ligam e resultam na dificuldade tanto de definição sobre como se deram as ações do Movimento Negro (também maneira póstuma).

Apresentando então, as especificidades (de formatação, estratégias de luta e métodos de fazê-la), bem como sua dimensão transnacional (LÓPEZ, 2013, p.40), e as especificidades que um regime autoritário impõe sobre sociedade civil, torna-se mais claro identificar quais tipos de representações são passíveis de presença no objeto do livro didático.

Movimento Negro Estadunidense e Afro-Brasileiro: contrastes e encontros

Nas 17 coleções analisadas, podemos apontar para a presença de padrões representativos, que servem como moldes quando se apresenta determinados atores, movimentos sociais e conjunturas. Destes padrões, nos interessa evidenciar dois: o primeiro, se refere a presença constante dos movimentos artistas engajados, estudantil e sindical no período de reabertura política brasileira. O segundo, trata-se na presença marcante da atividade desenvolvida pelo movimento negro estadunidense, personificada sobretudo, em Martin Luther King e suas estratégias. Dois padrões que de algum modo, impõe uma ideia do que é entendido como luta social e racial. Indicaremos também em um terceiro momento, os títulos que destoam destes padrões.

Em todos os títulos analisados, aponta-se para a importância dos movimentos que voltaram a ganhar força e como estes tinham a função de denunciar a realidade social do período, que pode ser sintetizada no seguinte trecho: "Os artistas que participavam desses movimentos assumiam um posicionamento crítico frente ao regime, procurando abordar em suas obras os problemas sociais brasileiros" (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009, p.192). Ou ainda em: "[...] grandes manifestações da juventude, que reivindicava liberdade de expressão, justiça social e clamava pela paz e pela quebra de normas e valores [...] que marcaram a vida das gerações anteriores". (BRAIK, 2011, p.194). O que é sintomático em ambas citações, mesmo estas servindo como imagem geral das análises, é que os problemas raciais vividos na época, não faziam parte desta "evidenciação" dos problemas sociais brasileiros. Justamente, no período em que o Movimento Negro Brasileiro volta a se rearticular como visto em outra seção do presente texto.

Em contrapartida, 10 das 17 coleções analisadas, apresentam o Movimento Estadunidense, personificado sobretudo, em Martin Luther King. Seu contemporâneo Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras, aparecem 6 e 5 vezes, respectivamente. Ressaltando a adoção de ideias pacifistas sendo associado a Gandhi (Ver: APOLINÁRIO, 2010, p.181), King se faz presente como em oposição a Malcolm X e o Partido, que são pintados como "mais violentos" (Ver: PANAZZO, VAZ, 2001, p.161). Notamos então, qual o "modelo" de militância mais querido nos livros didáticos, a rebeldia pacífica. Também, nestes títulos onde vemos os sujeitos estadunidenses, apresenta-se a longa trajetória segregacionista nos Estados Unidos o que não acontece quando se trata do mesmo recorte temporal mas quando se refere às terras tupiniquins.

Como disparidade, temos especificamente dois exemplos, o primeiro, se refere a uma atividade no livro "“Projeto Araribá - História” da editora Moderna" (p. 181, 2010), que propõe que o aluno trace uma reflexão sobre o assassinato do jovem Trayvor Martin, que foi

baleado por um guarda, por ter sido considerado suspeito (leia-se negro), com a realidade do jovem brasileiro; se isto poderia acontecer no Brasil. O que permite que o aluno pense tanto nas práticas preconceituosas comuns, como na sua própria realidade. Já em “Novo História - conceitos e procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, da Atual Editora, explicita-se a atividade do Movimento Negro, como a fundação do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN), em 1975, no Rio de Janeiro; e que, segundo o texto, seus participantes compartilhavam das estratégias norte-americanas na causa da luta pelos direitos civis. No período onde as manifestações públicas contra a Ditadura se tornaram mais numerosas, vemos a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que buscava aglomerar todos os indivíduos simpáticos à causa, aspecto que fora criticado por outros setores do mesmo Movimento Negro que defendiam ações mais concretas que pudessem alterar a realidade do negro brasileiro, como boicotes, piquetes e desobediência civil. Ou seja, o livro atribui sentido de “profundidade” as lutas constituídas historicamente do movimento, bem como ressalta o contato deste com outros movimentos. O que amplia a noção que o termo “movimento” pode ter.

Considerações finais

Vale a pena ressaltar, que o presente trabalho, não pretende de modo algum, realizar uma espécie de hierarquização dos movimentos sociais ocorridos nas décadas de 60, 70 e 80, em sua mais inteira amplitude. Cada um deles, teve sua importância seja em terras estadunidenses, seja no importante contexto de reabertura política. Contudo, a escassa representação do Movimento Negro Contemporâneo, deve ser visto como um problema a ser enfrentado por nós professores e pesquisadores, a ver, que o ensino deste é pleiteado pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, e além disto, os editais de avaliação do PNLD, consideram tanto o “acompanhamento” das propostas do livro com as discussões acadêmicas, cumprimento da legislação vigente e como critério distintivo, o trato com a experiência africana e afro-brasileira. Como o breve texto tentou apresentar, algo nesta engrenagem se encontra em descompasso, pois, a luta negra contemporânea, não se apresenta como conteúdo relevante nos objetos didáticos analisados.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 69-90.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história**: das origens do homem à era digital – 1.ed. São Paulo: Moderna, 2011.

CANDIDO, Antônio, (1964). A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade**. São Paulo: Nacional, p. 107-128.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa (Portugal): Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estud. Av.**, São Paulo, v.5 n.11, Jan./Apr. 1991.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], v.12, n.23, pp.100-122. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 34. ed. Rio de Janeiro: Ucam, 2001.

HALL, Stuart (Org). **Cultura e representação**. Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Cia.das Letras, 2002.

LEITE, José Correia & Cuti. **E disse o Velho Militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992

MATTOS, Hebe. O Ensino de História e a Luta contra a Discriminação Racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 127-136.

NAKED, Rafaela Capelossa. Identidades em diáspora: O movimento black no Brasil. **Revista Desenredos**, Teresina-PI, ano IV, n.12, jan./fev./mar. 2012. Disponível em: <<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/12-artigo-Rafaela-BlackMusic.pdf>>.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado - 1.ed.- São Paulo: Perspectivas, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. **À sombra de um mestre**: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. **História** [online], v. 29, n. 1, pp.254-277, 2010.

PANAZZO, Silva; VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História: construção das sociedades contemporâneas: projetos de cidadania 8ª série**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber História, 9º ano**. São Paulo: FTD, 2009.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

JARDIM, Denise Fagundes; LÓPEZ, Laura Cecília (Orgs). **Políticas da diversidade: (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

PROJETO ARARIBÁ. **História**. Obra coletiva organizada pela Editora Moderna. Maria Raquel Apolinário (Editora responsável) – 3. Ed. – São Paulo: Ed. Moderna, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROZA, Luciano Magela. **A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. **Entre sons e silêncios: apropriações da música no livro didático no ensino de História afro-brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, Joel Rufino; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **“Movimento negro e crise brasileira”, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.

ST 23
**Desmantelando o racismo
estrutural brasileiro:
diagnósticos e
possibilidades de novos
marcos civilizatórios**

A educação no Brasil e os pactos da branquitude

Adelina Malvina Barbosa Nunes (autora/apresentadora)

Mestranda

Universidade Federal de Ouro Preto

abn.psi@gmail.com

Margareth Diniz (colaboradora/orientadora)¹

Resumo: Este trabalho se propõe a investigar os reflexos da branquitude na prática docente do Ensino Superior, tendo como campo de pesquisa a universidade Federal de Ouro Preto-MG. Nosso estudo parte do pressuposto de que o racismo na sociedade brasileira é estrutural, o que significa dizer que afeta todas as dimensões da vida dos sujeitos, brancos e não brancos. Considerando a dialética entre as raças “branca e negra” argumentamos que a identidade do grupo branco e dotada de significantes que operacionalizam estratégias políticas, econômicas de dominação e ao mesmo tempo marca as subjetividades. Para compreender e dar contornos a branquitude no processo educacional foi necessário lançar mão de um referencial teórico interdisciplinar (História, Sociologia, Psicologia, Comunicação social). Nesse texto apresentaremos alguns apontamentos sobre de que forma a eugenia e as teorias do branqueamento no final do século XIX até a primeira metade do século XX foram sendo incorporadas ao processo educacional, sendo constituidoras de políticas públicas para esse campo, invisibilizando as tensões sociais colocadas pelo racismo, no intuito de demonstrar como esse “status” privilegia o grupo racial branco em detrimento de outro.

Palavras-chave: Branquitude, Educação, Racismo, Subjetividade.

Introdução

O racismo como problemas de pesquisa no Brasil começa a ser considerado na década de 50, sendo desenvolvidos os primeiros estudo pela escola de sociologia da USP, a partir de uma pesquisa encomendada pela Unesco² que buscava compreender o milagre da harmonia racial brasileira, e o que a pesquisa desvela então é o caráter equivocado dessa premissa, a ideologia de hierarquização das raças também se fazia presente no Brasil, mas com características particulares. Até o final dos anos noventas as pesquisas raciais eram focadas no “problema do negro” (MOURA,1988), uma abordagem unilateral da questão mesmo com a atualização de raça como categoria social. No início dos anos 2000 a identidade racial branca começou a ser interrogada no campo científico abrindo então a possibilidade de quebrar o silêncio do branco na relações raciais incluindo estes no grupo de racializados.

¹ Pós-doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: dinizmargareth@gmail.com

² Guimarães (2004) apresenta entre a década de de 40 e 70 pensamentos que influenciaram os estudos sociológicos sobre raça e a repercussão dos estudos da Unesco para o cenário da produção no Brasil.

A Psicóloga Edith Piza, nos anos 2000 publica a obra “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” e mais tarde “Porta de vidro: entrada para a branquitude”(2002) onde a autora vai defender que a identidade racial do branco não seria marcada, apresentando-se como invisível e criará depois uma metáfora de que essa identidade racial é como uma porta de vidro que o sujeito se choca quando entra em contato com seus privilégios, sendo então capaz de se dar conta de que é pertencente a um grupo racial que compartilha visões de mundo, cultura, valores comuns (mesmo que ele discorde desses).

A ideia de “invisibilidade” nessa perspectiva foi muito criticada, essa marcação praticada pelos próprios teóricos sobretudo norte-americanos, percursos dos estudos da branquitude, não ganhou força no Brasil, talvez por que no campo dos estudos raciais já tínhamos nesse período um volume de estudos já desconstruíam as crenças “ninguém sabe quem é negro no Brasil”; “somos todos brasileiros”, “só existe a raça humana”, “não olho a cor eu vejo a pessoa”, afirmativas que no campo biológico podem fazer sentido, a genética miscigenada, mas não na prática social. A constituição da identidade se dá pelo processo de diferenciação de modo que em relação a raça o grupo branco se relaciona com os não brancos estabelecendo a si e o outro. Tomando como exemplo a colonização do Brasil, os europeus quando encontraram os povos nativos operaram com a equação “nos” e “eles” estando naquela relação bem delimitado quem compartilhava do seu universo cultural, simbólico e quem não, sendo o argumento da suposta invisibilidade elevado a mais uma forma de se expressar a branquitude e não exatamente o cenário real.

De acordo com o levantamento bibliográfico feita pelo pesquisador Lourenço Cardoso em 2008 e atualizado em (2010) a pesquisadora Maria Aparecida Bento, foi a primeira pessoa a defender uma tese na temática no Brasil. No seu trabalho a autora defende que “uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucional de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. [...]. Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade.” (BENTO apud MIRANDA, 2015 p.14). O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem uma marca de autopreservação um forte componente narcísico, “porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana.” (BENTO, 2014, p.30)

Na área da Educação em 2001 a branquitude já é entendida como uma categoria importante para luta antirracista, mais uma possibilidade de auxiliar na desconstrução dessas

relações hierarquizadas. Temos convivido com a narrativa hegemônica branca, eurocêntrica tida universal, eleger a branquitude como categoria de análise dentro da dinâmica do racismo na educação, nos possibilita desnaturalizar essa hierarquização colonial, que produz aos não-brancos lugar fixo de subalternidade. Escolher o ensino superior foi para nós mais que uma decisão metodológica, mas também política, uma vez que entendemos que esse espaço além de representar um lugar de privilégio branco na sua composição e nas epistemologias, também se contrapõe hierarquicamente a educação básica, lugar em que a temática racial é mais pesquisada e que os não brancos estão em maior quantidade.

Projeto de educação pública e eugenia

Por mais de 400 anos os africanos no Brasil souberam que eram negros e que os europeus eram os inimigos da liberdade. Lutaram e morreram para libertar seu povo da escravidão. O processo de embranquecimento tem funcionado por cerca de 115 anos. Evidentemente, cem anos de embranquecimento, causaram mais danos psíquicos aos africanos do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial. (NOBLES, 2009 p.287)

A miscigenação foi tratado no Brasil como um grande projeto de nação para resolver os atrasos da nação, em que para os seus defensores incluía o incentivo à migração estrangeira, e que acreditavam ter um futuro genocida para os não brancos, como pode ser notado na fala de João Batista de Lacerda, que previu que no ano de 2012 a raça negra deixaria de existir no país “Em virtude desse processo de redução étnica é lógico esperar que no curso de mais um século os mestis tenham desaparecidos no Brasil. Isso coincidirá com a extinção da raça negra no nosso meio”(LACERDA³, 1911 apud NASCIMENTO 1978, p.72).

As estratégias de branqueamento, não se baseavam apenas no cruzamento inter-racial da população “seleção-sexual”, tais estratégias podem ser localizadas em ações sofisticadas como o apagamento das culturas dos não-brancos, na criminalização de costumes (capoeira, prática de benzimento, religiões de matriz africana), no lugar marginal da arte, saberes tradicionais dessas culturas. Até a própria identificação dos sujeitos faziam parte de um código próprio que indexava o status social durante o escravismo e posteriormente o status racial.

Os Estudos da História da educação do Negros que vem sendo desenvolvido por Marcus Fonseca (2015) tem evidenciado através da confrontação de documentos censitários

³ De acordo com Nascimento (1978) nessa oportunidade João Batista Lacerda era representante delegado latino americano no I Congresso universal de raças em Londres em 1911).

que existia nos anos de 1831 e 1838 no distrito de Cachoeira do Campo-MG, uma espécie de status racial que se fazia pendular, em que a cor opera como status social, de modo que a aparência/fenótipo é um elemento secundário nos registros, afetado por quesitos como ofício, prestígio social, poder econômico, o estado civil e a escolaridade, a pesquisa demonstra ainda que no século XIX a instrução escolar também era um elemento que servia como um tipo de “promoção” dos sujeitos que frequentavam a escola desse/ distrito em que na escala de classificação racial que sempre o ponto de partida era do “pardo” para o “branco” e não o inverso.

Segundo pesquisador das estratégias de matrimônios em Minas Gerais, Botelho⁴ (2004, p. 8), ainda na primeira metade do século XIX, argumenta que a raça poderia ser compreendida como a “expressão do desejo de harmonização social” em que a classificação racial “[...] poderia não ser a “real”, do ponto de vista de uma classificação rigorosa da origem, seria um ordenação social e expressaria uma forma de manutenção de grupos fechados.”. Tais manifestações nos demonstram a marca do poder simbólico contido na classificação “branco” nessa definição discursiva de si e do outro, apontando uma certa ambivalência, já que ao mesmo tempo que o signo da brancura é imagem (traços morfológicos) é também valor, cultura, status social.

Nesse cenário de tensões raciais o racismo científico encontrou no Brasil terreno fecundo para difusão da branquitude, transpondo a eugenia dos laboratórios para políticas públicas (D’AVILA, 2006) entre elas as da educação, definida por Jurandir Costa (2004) em seus primórdios como uma “pedagogia higienista” um modelo que evidencia elementos do movimento sanitarista que forjam uma educação moral, que relaciona aspectos físicos, psíquicos, comportamentos sexuais entre outros a uma caracterização de classe, construindo um imaginário social de uma suposta “hierarquização social da inteligência”, como vemos apresentando, em que o topo dessas hierarquizações está o modelo branco.

A educação como direito foi instituída pela primeira vez na Constituição de 1934, a mesma carta magna legítima os valores eugenistas e a hierarquização das raças quando delega à União, aos Estados e aos Municípios a tarefa de “*b*) estimular a educação eugênica;”

⁴ Tarcísio Botelho é Doutor em História social, pesquisa população, família, e cidades e no estudo citado pesquisa “Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. O trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1343/1307>>. Acesso em: 30/12/2018.

(BRASIL, 1934, p.138)⁵. Os conflitos raciais estão para além das instituições normativas, fazem parte de um código relacional inscrito nas culturas racializadas, porém a institucionalização do racismo é expressão contundente de uma estrutura que é base e ao mesmo tempo produtora de desigualdades e que quando estabelecidas parece “natural e inquestionável”. O estado da arte de pesquisas de teses e dissertações que investigaram os livros didáticos entre 1987 a 2000 (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA; 2003) apresentam a marca de “uma naturalização e universalização da condição de ser branco: sua pertença racial não necessita ser explicitada” ao passo que identifica-se o negro e indígena como diferente e principalmente o negro em uma posição subjugada. Foi identificado também por esse grupo de pesquisadores nessa análise uma ambiguidade nas representações estereotipadas e limitadoras de sentido, que convivem com o discurso retórico da igualdade.

A partir da teia de elementos racializados que contornam aspectos da educação, não podemos perder de vista os sujeitos que estão transmitindo a ordem social do racismo nas relações, sendo aqui escolhido para análise os docentes efetivos da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, porém já expressado anteriormente trabalhamos com a ideia do racismo estruturante da sociedade brasileira o que significa dizer que este não está presente apenas em um grupo social, profissional, está para nós como um mito original, presente como fenômeno desde a colonização dos indígenas.

As políticas afirmativas de acesso a ensino superior inscrevem nessa estrutura, por exemplo, uma nova ordem social, pois o corpo negro nesse espaço é a própria personificação do lugar privilegiado que o branco ocupa na tradição do ensino superior público no país, expondo o pacto desse grupo racial na manutenção desta hierarquia referendados pelo racismo. O ensino superior é um lugar hegemonicamente ocupado por pessoas brancas seja no corpo discente⁶ como nos docentes⁷. As características da branquitude nos permite inferir

⁵ Cf. Coleção Constituições Brasileiras; v. 3 (POLETTI, 2012).

⁶ Segundo o IBGE (2016), houve um crescimento significativo no acesso da população negra no ensino superior (12,8%) comparado a 2005 (7,3%), entre as idades de 18 a 24 anos, porém ainda permaneceu inferior aos jovens brancos na mesma faixa etária no ano de 2005 (17,8%). O relatório aponta ainda, um dos fatores que contribuem para as desigualdades raciais no acesso ensino superior é o atraso escolar. “Em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursava níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação (IBGE, 2016, p.62)

⁷ Os censos do ensino superior não divulgam o perfil racial dos docentes, já a CAPES desde 2010 incluiu o quesito cor/raça no seu cadastro, e disponibiliza a priori para usuários institucionais, até o momento não conseguimos acesso ao seu banco de dados, porém nosso argumento se baseia no cenário dos discentes divulgados pelo IBGE/PNAD, mas também por alguns trabalhos como José Jorge de Carvalho (2007) no artigo “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro”; LABORNE (2014), bem como notícias vinculadas em jornais eletrônicos. ____Negros representam apenas 16% dos professores universitários. Disponível em : <[https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-16-dos-](https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-16-dos-professores-universitarios.html)

possibilidades de compreensão das consequências do branco não se pensar racialmente, e logo fantasiar a neutralidade em sua prática profissional, outra política afirmativa que nos fornece elementos de análise desse argumento é a Lei de nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, como medida de reparação simbólica, como nos aponta Schwarcz (2012) uma ideologia não está localizada em apenas um ou outro aspecto, são necessário que narrativas sejam construídas sobre esses grupos estando presente em diferentes elementos textuais. Segundo Guimarães (1995, p. 32), “Um sistema de naturalização é tão mais completo quanto mais as referências a diferentes marcas se entrecruzam (religião, aparência física, costumes, estilos de vida etc.)”.

Segundo o estudo realizado por Julvan Oliveira e Aline Augusto (2015), a pesquisa apresenta análise de todas as ementas de disciplinas dos cursos de licenciatura das IES, no estado de Minas Gerais, incluindo então a UFOP, o cenário desvelado pela pesquisa, apontou que dos 143 cursos de licenciaturas presentes nas IES públicas do estado apenas 36,36% possuem disciplinas com ementas e conteúdos curriculares específicos com à temática étnico-racial. Em se tratando do cenário do instituição pesquisada, segundo o estudo dos 11⁸ cursos de licenciatura 6 possuem disciplinas com a temática (Ciências Biológicas, Química, Filosofia, História, Letras, Pedagogia) sendo que dos 5 que não possuem, 1 é da área da ciências biológicas, 2 da área de exatas e 2 da área de humanas. A pesquisa supracitada não apresenta a análise, mas o cenário nos suscita perguntar de que maneira tais disciplinas se fazem presente no currículo (caráter eletivas ou obrigatórias) quais os efeitos de inclusão dessas disciplinas no tratamento transversal da temática? Que posição os/as demais professores estão diante dessa normativa? Se percebem implicados ou desobrigados a problematizar o tema e ou descolonizar as ementas de suas disciplinas? São questões que apesar de relevantes não será possível esgotar neste trabalho, mas alimentam nossa investigação.

Observa-se que apesar de estar mais presente o debate nas ciências Humanas em detrimento de outras áreas, ainda há dissidências no campo das licenciaturas, o que nos faz perguntar como essas questões são trabalhadas também em outros cursos, que forma profissionais liberais (bacharéis). Seria incongruência nossa não pensarmos esses processo

[professores-universitarios.shtml](#)> Acesso em 07/07/2019. ____ Número de professores negros em universidades públicas gera debate. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/03/interna_gerais,731244/numero-de-professores-negros-em-universidades-publicas-gera-debate.shtml> Acesso em 07/07/2019

⁸ Segundo informações atualizadas no site da instituição, atualmente a UFOP conta com 14 cursos de licenciatura. Informação disponível em : <<https://www.prograd.ufop.br/contatos/secoesdeensino>>. Acesso em : 08/05/2019.

também nessas áreas a partir da perspectiva do racismo como estruturante, mas também nos valem da mesma normativa anterior (Lei de nº 10.639/03) uma vez que o PARECER N.º: CNE/CP 003/2004⁹, não deixa dúvidas da inclusão da implementação dessa lei também na etapa do ensino superior e nos diferentes cursos que oferece, como pode ser visto em um dos trechos extraído

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004.

As resistências dos sujeitos de implementarem essa normativa em suas práticas pedagógicas são para nós como traços da branquitude, de modo a nos mover nessa direção de compreensão dos mecanismos que fazem manutenção do Ethos racial.

Composição racial dos docentes na Universidade Federal de Ouro Preto

O primeiro passo da nossa pesquisa no campo consistiu em levantar o perfil racial dos/das docentes da UFOP, na busca por identificar o cenário das desigualdades raciais nesse espaço, a carreira de magistério do ensino superior. Para traçar esse perfil foi necessário solicitar informações cadastrais junto a Pró Reitoria de Administração - PROAD, uma vez que o Censo do Ensino Superior¹⁰, o Portal da Transparência, o CNPQ e até o Sistema de Acesso à Informação da UFOP, não divulgam tal informação. Outros dados que nos interessavam como vínculo, data de admissão, carga horário de trabalho entre outros, eram acessíveis no banco de dados disponibilizados por essas instituições, regidos pela Lei de nº 12.527/2011¹¹ porém não apresentavam a composição racial em nenhuma das fontes acima consultada. Parecem tratar essa informação como de caráter sigiloso assim como documentos e contas bancárias. É importante reforçar a necessidade da publicidade desse quesito considerando que a desburocratização do acesso facilita a compreensão das desigualdades raciais nesse espaço, contribuiu para um maior monitoramento de políticas afirmativas existentes como a Lei de nº 12.990/2014¹², que reserva para negros e pardos 20% das vagas

⁹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 04/07/2019.

¹⁰ Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. . Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16/08/2018.

¹¹ Disponível em :<<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-d-e-acesso-a-informacao>> Acesso em 04/07/2019

¹² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 04/07/2019.

em concursos públicos em cargos na administração pública federal, bem como avaliar a efetividade e criar novas políticas públicas.

Apesar do nosso levantamento compreender mais quesito do que o citado, para completar a análise proposta de evidenciar traços de uma tradição que tem como modelo uma educação branca e projeta esse grupo para os espaços privilegiados, assim como é a educação superior pública no Brasil, nos restringiremos em expor neste trabalho às identificações de raça e gênero dos/das docentes efetivos da UFOP. Conforme pode ser consultado abaixo em detalhes (quadro 1¹³), o corpo docente efetivo da UFOP é composto por 17,18% de negros (pardos/as 131, pretos/as 20), enquanto a população branca compõe 41,64% (366) do quadro de efetivos no cargo de magistério da instituição, o quantitativo de pessoas que não se declararam chega muito próximo ao número de brancos cerca de 40,5% (356), entre os/as profissionais selecionadas, já as categorias amarela e indígena juntas não somam 1%, sendo amarela 0,57% (5) e indígena 0,11% (1) do corpo docente. Em relação a composição de gênero como também está descrito no Quadro 1, as mulheres nesse espaço somam 39,13% enquanto os homens somam-se 60,86%.

Quadro 1 Raça e Gênero %						
Classificação raça/origem	Feminino		Masculino		Geral	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Não declarado	126	36,63	230	42,99	356	40,5
Branca	160	46,51	206	38,50	366	41,64
Parda	45	13,08	86	16,07	131	17,18
Negra ¹⁴	10	2,91	10	1,87	20	
Amarela	3	0,87	2	0,37	5	0,57
Indígena	0	0,00	1	0,19	1	0,11
Total	344	100	535	100	879	100

¹³ Dados coletado em 04/02/2019.

¹⁴ Existe aqui uma diferença de nomenclatura que para nós não impediu nossa análise, mas que aponta uma divergência quanto a forma de se identificar racialmente considerado pelo O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao MEC, mas que acreditamos na atualidade não gerar conflitos para auto declarar. Para nossa pesquisa estamos apresentando tal como estão na ficha cadastral funcional do docente, porém consideramos o critério do IBGE, somando parda e negra a quantitativo de representação dos/das profissionais negros/as neste espaço.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de consulta a Coordenação de Gestão de Pessoas-CGP/PROAD/UFOP.

Para compreensão do abismo raciais e de gênero que esses indicadores nos apontam faz necessário um olhar crítico, para realidade brasileira que aponta segundo o PNAD (2017) indicadores da populacionais desencontrados a realidade apresentada, a população brasileiras e racialmente composta por 43,6% de pessoas brancas, 8,6% de pessoas pretas e 46,8% de pardas, o que representa 55,4% da população considerada negra. Para nós esse indicador significa a distância que ainda precisa ser percorrida para alcançar equidade no acesso a esse espaço, tornando-o representativo da pluralidade da população brasileira, que no caso de considerando a ocupação desse espaço por gênero também não reflete, haja vista o cenário estatístico da população brasileira 50,69% são mulheres e 48,32% homens. A proporcionalidade dessa análise denuncia por si só um contexto complexo e frutífero em possibilidades de análises e nos sucinta questões tais como, há estranheza por parte dos/das docentes na homogeneidade nesse espaço de trabalho? Percebem uma maior diversidade étnico-racial entre seus alunos e ou colegas? Que percepções possuem dos alunos não brancos? Suas trajetórias a nível de Brasil são lidas como privilegiada?

Considerações finais

Acreditamos que os sujeitos são a via de acesso possível para a desnaturalização do racismo, por isso a importância de oferecer um conhecimento que dialoga com esses novos interlocutores e produtores de conhecimento que estão chegando na academia e produzindo novos marcos civilizatórios. Ao mesmo tempo que essa tarefa não deve continuar sendo uma tarefa unilateral dos grupos marginalizados, além de que esse tipo de pensamento mantém característica reducionistas desses sujeitos e permanece a desresponsabilizando as pessoas brancas do seu lugar de privilégio de “não racializados”

Reconhecer que as desigualdades raciais foram e são produzidas na cultura ao longo dos tempos, que estes se reinventam nos diferentes espaços, é parte da nossa contribuição para o campo da educação das relações étnico- raciais e formação docente. Problematizar que os lugares simbólicos que são ocupados por brancos e não brancos, não são simples acaso, podem e precisam ser contextualizados e historicizados, pois assim conseguiram ser deslocados na ordem social do racismo. Apresentamos as políticas afirmativas de reparação material e simbólica como dos operadores de justiça social, mas ao mesmo tempo encontram resistências localizando nesses traços nossas possibilidades de materialidade dos “pactos

narcísicos” e dos pactos pedagógicos com a branquitude. Esperamos encontrar ao final desta pesquisa algumas direções que nos permitam construir conhecimentos que contribuem para uma maior promoção de igualdade racial.

Referências Bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-57

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud. V. 8, n. 1, ene-jun 2010. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216_065611/art.LourencoCardoso.pdf> . Acesso em 07/07/2019.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro Edições Graal, 2004

D’AVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil- 1917-1945. Tradução Claudia Sant’ana Martins. São Paulo: Editora Unesp,2006. 400.p.:il

FONSECA, Marcus Vinícius. Escola e status racial em Cachoeira do Campo/MG no século XIX. **Cad. Pesquisa São Paulo**, v. 45, n. 155, p. 156-177, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000100156&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 04/07/2019.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/07/2019.

_____. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, Novembro de 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 04/07/2019.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. **Perspectivas de rappers brancos/as Brasileiros/as sobre as relações raciais**: um olhar sobre a branquitude. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia. Salvador. 2015.180 fls.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Editora Ática: São Paulo. 1988

NASCIMENTO. Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1978. Coleção: Estudos brasileiros.

NOBLES. Wade W. Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco Psicológico Afrocentrado. In. NASCIMENTO, Elisa Larkin. (ORG). **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu.... In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 7-125.

_____. "Porta de vidro: entrada para branquitude", In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6.ed.-Petropolis, RJ: Vozes, 2014

POLETTI, Ronaldo. **1934** — 3. ed. — Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. — (Coleção Constituições Brasileiras; v. 3).

ROSEMBERG, Fúlvia. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Fundação Carlos Chagas, Chirley Bazilli, Paulo Vinícius Baptista da Silva. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>>. Acesso em: 28/07/2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Estratégias de não nomeação da raça e do racismo na construção de políticas públicas

Aline Cristina Campos de Souza
Mestra em Direitos Humanos e Cidadania
Universidade de Brasília
alinecoletivoprovisorio@gmail.com

Resumo: Este texto é resultado da comunicação oral apresentada no EPHIS 2019. O trabalho tratou da não nomeação da raça e do racismo na construção de políticas de segurança pública. A base para análise é a dissertação defendida em 2018 na Unb – Universidade de Brasília, onde pesquisei o Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. A pesquisa apresentou como foram tomadas as decisões iniciais que fundamentaram as ações do programa e sua institucionalização, utilizando, principalmente, as narrativas das pessoas entrevistadas. O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! foi criado, segundo os responsáveis pela formulação, para lidar com questões referentes à consideração do aumento das violências e criminalidades no estado de Minas Gerais. Foi gestado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e contou, após a experiência do Projeto-piloto, com o apoio da antiga Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, Ministério Público, Polícia Militar e a Prefeitura de Belo Horizonte. Na discussão sobre minhas percepções a respeito das escolhas da política pública, considero o tempo de trabalho na política pública como técnica social, foram quatro anos e meio, somados a minhas vivências como mulher negra e moradora da periferia, discutindo meu olhar sobre este programa e anotações/reflexões de reuniões, espaços de formação, e outras atividades junto a oficinas e comunidades. Para a compreensão das estratégias de não nomeação da raça e do racismo nos processos de formulação e implantação do Programa Fica Vivo! foram realizadas entrevistas com superintendentes/coordenadores e diretores que estiveram responsáveis pelo programa nos primeiros anos. As entrevistas foram realizadas por meio de uma pergunta orientadora, e, a partir das respostas, outras questões eram associadas. A pergunta central foi: como o homicídio dos jovens negros foi abordado na formulação do Programa Fica Vivo!? Começar pelo problema central de análise não é um método usual em pesquisas qualitativas. Acontece, que nesse caso em particular, interessava entender como o argumento seria construído a partir da pergunta que apresenta o dado raça como relevante. Já que a raça e o racismo são tratados como um assunto sobre o qual não se diz, como lidar quando ele é tratado abertamente? Quais reações e respostas suscita?

Palavras chave: Racismo, Fica Vivo!, políticas de segurança pública

Breve histórico do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi criado em 1997 com o objetivo de gerar análises, metodologias e modelos de intervenção para controle e prevenção do crime. As primeiras ações deste grupo ocorreram junto à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) no intuito de

criar abordagens para redução de crimes contra a propriedade. Após essa experiência, o CRISP liderou a criação de um modelo de intervenção relativo ao aumento da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. As análises contemplaram estudos realizados pelo IBGE, informações arquivadas pelas polícias civil e militar, e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). Houve também a criação de uma base de dados própria por meio da aplicação de *surveys* de vitimização e identificação de atores chaves (*stakeholders*). Esse diagnóstico inicial subsidiou o delineamento das estratégias e a criação do modelo piloto. Em 2002, foi criado um grupo de estudos composto por diferentes instituições públicas: sistema de segurança pública do Estado (polícias civil e militar); sistema de justiça; gestores de políticas sociais da PBH e técnicos do CRISP.

Segundo Silveira (2007), as duas frentes de intervenção do programa (proteção social e intervenção estratégica) apareceram de modo conflitante desde as primeiras reuniões do grupo de estudos. Técnicos que trabalhavam nas políticas de saúde, políticas sociais e culturais, viam os jovens como sujeitos de direitos; analisaram questões estruturais relacionadas às desigualdades; e levantavam violências e violações cometidas pelas polícias. Por outro lado, os representantes da polícia viam a maior parte dos moradores de vilas e favelas como infratores e “marginais” e defendiam medidas de controle. Nesse sentido foram criadas duas frentes: “uma de repressão e prevenção ao crime a ser implantada pela polícia e demais agências da área da justiça criminal e outra de mobilização orçamentária e proteção social” (SILVEIRA, 2007, p. 133).

Ao longo dos encontros e discussões, o grupo fortaleceu o entendimento da importância de ações multissetoriais para a redução da violência e das mortes nas regiões apontadas como sendo as mais violentas da cidade de Belo Horizonte. Em um dos encontros, o grupo chegou à definição do compartilhamento de responsabilidades sobre o problema da segurança pública com outras agências públicas, e, acordou que deveria haver o envolvimento de equipamentos públicos, associações comunitárias e organizações do terceiro setor da região que receberia o projeto-piloto.

O objetivo do Programa Fica Vivo! Ficou definido como controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da população (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015), e tem como público jovens entre 12 e 24 anos moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à Criminalidade. Nos documentos orientadores do Programa Fica Vivo! aparecem dados relativos a homicídios tentados e consumados. Há um

enfoque para a faixa etária, local de maior ocorrência dos homicídios, sexo e cor dos jovens. De acordo com o documento produzido Superintendência de Prevenção a Criminalidade (SPEC), em 2009, os envolvidos com os homicídios eram, em sua maioria, **jovens, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos** (Governo do Estado de Minas Gerais, 2009).

A informação sobre a cor dos jovens que mais morrem aparece desde os primeiros diagnósticos elaborados, no processo de construção dessa política pública. No entanto, não gerou ações ou discussões específicas. Nos pontos abaixo discuto brevemente o conceito de racismo utilizado e as estratégias apresentadas pelas pessoas entrevistadas para não nomear a raça e o racismo no processo de formulação do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!.

Racismo como construção histórica

O racismo como construção histórica é uma teoria apresentada pelo intelectual Carlos Moore no livro *Racismo e Sociedade*, em que o autor propõe uma outra construção epistemológica para as categorias raça e racismo. A tese defendida é que as diferenças fenotípicas observáveis orientaram as relações desde os primeiros contatos dos grupos humanos. O uso do termo fenótipo está relacionado tanto às características e mutações de acordo com o meio, quanto às diferenciações visivelmente perceptíveis inter e intra espécies. O fenótipo se desenvolve “ao longo de complexos processos nos quais as mutações genéticas randômicas favoráveis são fixadas pela seleção natural” (MOORE, 2012, p. 30).

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de grande cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois, construções ideológicas baseadas no fenótipo/raça. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido fenótipo/raça (MOORE, 2012, p. 197).

O racismo persiste ao longo da história pela inteligibilidade, pela sua grande capacidade de adaptação, por sua flexibilidade. Três dinâmicas se encontram na gênese do fenômeno do racismo:

1. O processamento simbiológico pelo qual, uma coletividade, convertida em grupo dominante, secreta uma consciência grupal para rejeição de uma

alteridade especificamente fenotípica, com a finalidade de exercitar uma dominação grupal permanente sobre essa última;

2. a organização da sociedade numa ordem sistêmica, segundo um critério especificamente genotípico, para exercer uma gestão monopolista dos recursos globais, de modo a excluir o grupo dominado e subalternizado;

3. a elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias), especificamente destinadas a: primeiro, regulamentar as relações entre dominados e dominantes; segundo, inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado; terceiro, criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante. (MOORE, 2012, p. 199).

A conclusão que se apresenta é de que “o racismo teria surgido como uma consciência grupal totalizante, arraigada na antiguidade, e não um fenômeno gerado ideologicamente, em respostas a desigualdades sociais recentes”. (MOORE, 2012, p. 198). Carlos Moore, ao apresentar o racismo como fenômeno historicamente construído nos mostra sua plasticidade e capacidade de adaptação. “O racismo paira acima do mundo racional-consciente, na forma de uma meta-consciência envolvente, altamente plástica e mutante, e sempre estruturadora das relações” (MOORE, 2012, p. 201).

Estratégias de não nomeação da raça e do racismo

Nomear é um verbo transitivo, o que significa que precisa de complemento para ter sentido. Quem nomeia, nomeia algo ou alguém. Nomear tem alguns significados: designar pelo nome, chamar, denominar, nominar, citar ou designar; fazer menção ou referência a algo, citar, referir; conferir dignidade; falar de (alguém); se refere a atribuir ou atribuir-se qualidades, intitular, chamar-se. As palavras que se relacionam com nomear são nomeação, nominar, nomeada, nomeado, denominar, indigitar, chamar.

Nomear a raça e o racismo significa evidenciar estas duas categorias como fenômenos que têm consequências incalculáveis na vida das pessoas classificadas como negras. Especialmente no caso brasileiro, significa o reconhecimento de como a sociedade e sua mentalidade foram formadas, e de como as estruturas racistas operam privilegiando um grupo em detrimento de outro. Interpretando pelo viés de formulação de políticas públicas, implicaria uma (re)orientação do modo de construir e olhar, e um novo uso de recursos públicos, o que abre para grandes disputas, pois o controle das verbas públicas está diretamente relacionado ao poder político e econômico.

Para a compreensão das estratégias de não nomeação da raça e do racismo nos processos de formulação e implantação do Programa Fica Vivo! foram realizadas entrevistas com superintendentes/coordenadores e diretores que estiveram responsáveis pelo programa nos primeiros anos. As entrevistas foram realizadas por meio de uma pergunta orientadora, e, a partir das respostas, outras questões eram associadas. A pergunta central foi: como o homicídio dos jovens negros foi abordado na formulação do Programa Fica Vivo!? Começar pelo problema central de análise não é um método usual em pesquisas qualitativas. Acontece, que nesse caso em particular, interessava entender como o argumento seria construído a partir da pergunta que apresenta o dado raça como relevante. Já que a raça e o racismo são tratados como um assunto sobre o qual não se diz, como lidar quando ele é tratado abertamente? Quais reações e respostas suscita?

As respostas foram analisadas a partir da análise do discurso. A análise do discurso interroga os sentidos e articula o linguístico, o social e o histórico. Nessa perspectiva, o entendimento é de que o sentido é produzido. Segundo Vasconcelos (2005), essa é a perspectiva francesa da Análise do Discurso (AD), tendo Michel Pêcheux como principal expoente. Michel Pêcheux estabelece os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, compreendendo que existe uma ligação crucial entre prática política, ideologia e discurso. Nesse entendimento, o discurso tem um caráter social pois ele é “o efeito de sentido produzido entre locutores” (Vasconcelos, 2005, p.55). O caráter social do discurso está relacionado ao contexto sócio-histórico de produção do mesmo. De acordo com os autores Caregnato e Mutti (2006) “pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia+história+linguagem” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.680). A ideologia diz respeito ao posicionamento da pessoa, ao sistema de ideias que constitui a representação. A história está relacionada ao contexto sócio-histórico e a linguagem é responsável pela geração da materialidade, ou seja, trata-se do sentido que a pessoa atribui a um determinado fato. Dentro das concepções da análise do discurso, “todo dizer é ideologicamente marcado” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.681).

Abaixo apresento duas estratégias identificadas em duas entrevistas. As pessoas entrevistadas são tratadas por uma numeração, aqui irei abordar o discurso da Entrevistada 1 e do Entrevistado 3.

Entrevistada 1: “A Discussão da Questão da Raça-cor é dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial”

Entrevistada 1: Então, quando você pergunta o recorte da juventude Negra, a questão nunca foi tratada dessa forma porque isso é um recorte que vem em consequência da qualificação do projeto. Todos os dados apontam que os homicídios são de jovens negros.

Aline: Sim.

Entrevistada 1: Desde sempre. E a gente sempre falou isso. Mas a gente nunca conseguiu articular com uma Coordenadoria de Igualdade Racial esse tema. Fomos várias vezes inclusive participar de conferência e de debates, mas, isso não é a agenda lá, o tema da violência. [...] Então, as políticas de igualdade racial não discutem violência. Eles discutem a violência policial, tem a violência às pessoas, mas de um ponto muito ideológico. [...] Campanha, gente, não funciona. Não protege vida. Então eu acho que falta uma agenda de programa, e isso o Fica Vivo! fez. Ele é um programa que está na segurança. A discussão da questão da raça-cor é dos direitos humanos, da igualdade racial, que devem levar essa pauta de alguma forma para a segurança, tipo os órgãos de defesa de direitos humanos, de cidadania falarem à segurança, porque está morrendo tanto jovem? Queremos um diagnóstico, queremos que apresente o porquê que os jovens negros é que morrem? Porquê? Nunca me fizeram essa pergunta, sabe? (Informação verbal)¹

A entrevistada fala sobre quais as instituições deveriam discutir o homicídio de jovens negros. Racismo é um problema de pessoas e instituições negras. Quando se atribui a responsabilidade do extermínio dos jovens negros a pessoas e instituições formadas por pessoas negras, há o reconhecimento do problema. Acontece que vem, ao mesmo tempo, o apontamento de quem deve responder. Quem vive as consequências do racismo, inclusive as de extermínio, é que deve fazer algo. Como as pessoas brancas se colocam na categoria universal, e não tem questões em relação à sua “raça”, o racismo e suas consequências não são de seu “domínio”. Elas não se reconhecem como parte de práticas racistas.

As denominações “ideológico” e “militante”, são modos de operação do racismo na medida em que desvaloriza o saber e conhecimento do grupo classificado como negro. A própria entrevistada aponta que há uma discussão sobre violência policial e do Estado, mas a crítica a estes setores é colocada em nível menor de discussão. Há uma classificação das ações como sendo apenas de campanhas. Será que as ações são limitadas ou o conhecimento da entrevistada sobre o histórico do debate que é?

¹ Entrevista concedida a Aline Cristina Campos de Souza, Belo Horizonte, 03/08/2017.

No final desta fala, a entrevistada volta ao ponto de que outras instituições são quem deveriam estar atentas ao racismo, não a segurança pública. Percebemos aqui o reforço do papel limitado das instituições de segurança. O curioso desta fala é que as ações do Programa Fica Vivo! se voltam para a construção de uma segurança cidadã. Neste sentido, se ocupa em incentivar outras práticas dentro das instituições policiais. Mas, quando a discussão é o racismo, esta ação já não é valorizada e volta-se à concepção hegemônica de segurança como controle da ordem. Então, outros assuntos, como raça e racismo, deveriam ser debatidos pelos direitos humanos e secretarias ou coordenadorias de igualdade racial.

Entrevistado 3: “Nós já sabíamos”

Aline: Nesse início, no planejamento, você consegue lembrar como foi essa discussão do homicídio dos jovens negros, como que seria abordada ou não seria?

Entrevistado 3: O Fica Vivo! desde o início tinha um desenho metodológico muito bem focalizado, o público jovem de 12 a 24 anos, antes de 12 a 18 anos, os adolescentes, residente nos territórios, das comunidades, das favelas onde os índices de homicídios eram maiores. Não havia necessariamente um recorte de raça porque já era nossa premissa que quem mora nessas regiões eram jovens negros, já tava muito claro no diagnóstico. Os estudos realizados por mim e pelo CRISP já apontavam que eram jovens residentes da periferia que estavam morrendo assassinados, negros, nós já sabíamos. Analisando as informações da juventude residente dessas regiões automaticamente, a nossa premissa é que os negros seriam automaticamente os principais autores, o público-alvo do projeto. Não havia uma preocupação em delimitar que seriam apenas negros. Nós nunca preocupamos com isso, que a maior parte dos jovens participantes seria negros do próprio local onde o projeto seja implementado. (Informação verbal)²

Esta fala reflete algo muito importante, que é ao mesmo tempo uma estratégia de não nomeação e uma estratégia de ação do Estado. Como estratégia de não nomeação do racismo está o dado evidente, se nosso público-alvo é de pessoas negras, logo, não precisamos de nenhuma outra reflexão ou ação. É uma informação perceptível por todas as pessoas, o recurso público está destinado ao público mais “vulnerável”.

Este discurso, reafirma também que o processo de formulação de política pública é uma política de Estado. No caso do Fica Vivo!, é uma política de controle de homicídios, logo de controle da vida e da morte, de quem vai viver, e de quem deve morrer, como nos lembra Achille Mbembe. Formular uma política que está direcionada a um grupo específico, sem discutir toda a complexidade que permite a vida nas condições diagnosticadas, é reforçar o

² Entrevista concedida a Aline Cristina Campos de Souza, Brasília, 27/09/2017.

que se pretende para cada grupo e espaço da cidade. Para as periferias, com população composta majoritariamente de pessoas negras, ficam as ações da segurança pública de controle da vida e da morte, de prisão, apreensão, controle das subjetividades.

Considerações finais

A pesquisa possibilitou o entendimento de que a não nomeação, o silêncio, o não dito, fazem parte da operação do racismo no Brasil. Esta operação nos diz da plasticidade e capacidade de adaptação do racismo, permite que ele continue e se perpetue sem que haja respostas a seus efeitos ou mudanças estruturais que alterem *status* e privilégios. As estratégias de não nomeação da raça e do racismo na formulação de uma política pública da área da segurança pública, no caso, o Fica Vivo!, estão presentes em diversas etapas, na formulação da política, no campo de estudo escolhido, nos profissionais responsáveis, na concepção de segurança pública, no dia a dia do trabalho, nas falas justificadoras das ações do programa.

Entender esses pontos, possibilita análises sobre os usos de recursos públicos e os projetos de sociedade que sustentam as relações raciais. Pois ignorar a centralidade da raça e do racismo na composição da sociedade, é manter uma lógica política, cultural, social, econômica, baseada na manutenção do poder e de desigualdades. Vale ressaltar que, no caso brasileiro, os discursos e práticas racistas não são formulados exatamente em termos “antinegros”, vai ser difícil uma declaração que diga “você será morto porque é negro”. Acontece que a ausência de ataques diretos não significa que o racismo não exista, significa que sua capacidade de adaptação o permite continuar no pensamento e estrutura sem precisar ser nomeado, se não é nomeado, não há responsabilidades sobre o fenômeno nem por suas consequências.

Referências Bibliográficas

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; e MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, v. 15, n.4, p. 679-84, Out-Dez. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Superintendência de Prevenção a Criminalidade. **Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! 2009.** Belo Horizonte: 2009.

_____. Coordenadoria Especial de Prevenção Social a Criminalidade. Núcleo de Proteção Social da Juventude. **Fica Vivo! 2015**. Belo Horizonte: 2015.

_____. **Projeto de controle de homicídios Fica Vivo! 2003**. Belo Horizonte, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica e Sobre el gobierno indirecto**. Espanha: Ed Melusina, 2011.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Ciência Política. Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-7DAKTX/tese_andrea.pdf?sequence=1

SOUZA, Aline Cristina Campos de. **Fica Vivo!:** imperativo de vida, cotidiano de morte. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - CEAM – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2018.

VASCONCELOS, Ruth. **O poder e cultura de violência em Alagoas**. EdUfal, Maceió, 2005.

Cantos de capoeira e resistência: temporalidades e memórias da população afro brasileira do cativo ao pós-abolição

Ângelo de Oliveira Gomes Teixeira

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

angelooliveira04@gmail.com

Resumo: A música foi a principal forma de transmissão de conhecimento entre a população afro brasileira, superando os limites impostos inicialmente pela língua. Posteriormente, foi necessário também o domínio da língua (muitas vezes a do opressor), endossando junto da música, um espaço de transmissão e armazenamento de conhecimento. Como consequência do processo de epistemicídio sofrido por esta população, como trata Sueli Carneiro (2016), estas narrativas não se encontram tratadas de forma satisfatória pelos espaços convencionais de produção de conhecimento e memória. Dessa forma, os espaços organizados pelas próprias pessoas afro brasileiras, como terreiros de Candomblé e Umbanda e casas de Jongo e Capoeira, são vistos aqui como detentores de narrativas acerca da história da população afro brasileira contadas em primeira pessoa, que, por via da oralidade e da performatividade, transportaram tais memórias até os dias atuais. Ainda como consequência do processo de epistemicídio, a história como disciplina acadêmica adota como um de seus pilares uma concepção de tempo modernista, onde passado, presente e futuro estão severamente cindidos e muito pouco interativos, ou seja, o que ocorreu no passado ficará preso neste, pois este é irreversível e terminado, não sendo capaz de se manifestar vívidamente no presente. Nessa perspectiva, as injustiças históricas ocorridas no passado ficam presas neste, quem é culpado e quem é inocentado, permanecem assim. Tal concepção, reduz e aniquila epistemologicamente as múltiplas cronosofias existentes na sociedade, se manifestando como causa e efeito do processo de epistemicídio. Portanto, analisaremos aqui, alguns cantos de Capoeira Angola oriundos de lugares e épocas diferentes, a fim de encontrar neles testemunhos da população afro brasileira referentes à sua própria história, buscando evidenciar, através da análise das narrativas, o ponto de vista delas sobre essas situações e a resistência dessas às memórias hegemônicas pelos espaços convencionais de produção. Através dessa análise, buscamos apontar tais testemunhos e o ato de cantá-los atualmente no interior da performance da roda, como evidências da experimentação de uma cronosofia alternativa por parte da população brasileira, que se dá como forma de resistência à concepção modernista hegemônica.

Palavras-chaves: Capoeira Angola, Temporalidades, Epistemicídio, Resistência.

Introdução

Com o processo de escravização das pessoas africanas, e com a necessidade de afirmação do lugar social destas por parte dos colonizadores, visando, conforme afirma Memmi (1997) a constituição do escravizado enquanto o “outro” do colonizador, foi grande a perseguição empreendida contra as manifestações culturais africanas no território brasileiro.

Como trata Nascimento (1978), não é exagero afirmar que estas culturas permaneceram, desde o início do processo de colonização, em um verdadeiro estado de sítio, o que pode ser verificado nos vários âmbitos, desde a língua até às manifestações religiosas. Ainda segundo Nascimento, a permanência destas culturas até os dias atuais não pode ser vista como fruto de concessões numa sociedade racialmente democrática, e sim como resultado de enorme resistência por parte delas, que enfrentaram todo o necessário para sobreviverem.

No caso da capoeira, seu histórico é repleto de exemplos de resistência, desde seu desenvolvimento na situação do cativo no Brasil, no qual, conforme afirma Soares (1993), serviu de resistência nos contextos urbanos e rurais, através das maltas negras (no ambiente urbano), que representavam a maior forma de resistência de escravizados e homens livres no Rio de Janeiro durante a segunda metade do Império, e dos quilombos, que representavam grande parte da resistência escrava nos ambientes rurais. A tudo isso, ainda de acordo com Soares (1993), se repreendeu com políticas de proibição e repressão, como tentativas de processo judicial e recrutamento compulsório dos praticantes identificados, culminando na proibição da prática da capoeira¹, que só foi revertida durante o governo de Getúlio Vargas. Para sobreviver até os dias atuais, a capoeira desenvolveu diversas estratégias de resistência, moldando suas múltiplas formas que existem hoje, como as mais conhecidas e aceitas: Capoeira Angola e Capoeira Regional.

Desse modo, percebemos que a capoeira sempre foi ferramenta de resistência e empoderamento das pessoas negras, sendo sempre vista como ameaça à vontade do opressor, assim como também praticantes. Um caso atual que podemos citar é o do ocorrido com Mestre Moa do Katendê², que, por discordar de um homem que apoiava um candidato à presidência conhecido por seu posicionamento contrário à políticas de igualdade racial e de gênero, fora assassinado com 12 facadas na cidade de Salvador na madrugada do dia 7 de outubro de 2018³, configurando um assassinato político e uma ameaça aos movimentos de resistência.

¹ BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de out. de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de out. 2018

² Romualdo Rosário da Costa, Mestre de Capoeira, nascido na comunidade do Dique Pequeno em Salvador. Compositor e fundador do grupo de afoxé Badauê, teve papel central no crescimento dos afoxés da cidade. Aluno de Mestre Beto Bobó, era conhecido por levar adiante o seu trabalho.

³ Link para reportagem: **Moa do Katendê**: Os minutos que antecederam o assassinato de mestre de capoeira esfaqueado após discussão política. BBC News Brasil. Salvador, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45806355>. Acesso em: 12 de out. 2018

A Capoeira Angola, objeto deste estudo, se diferencia da outra por sua característica movimentação e ritmo mais lentos e expressivos, e sua composição ritualística dos instrumentos e organização dos cantos. Sua denominação, conforme trata Pedro Magalhães Filho (2011) é fruto e alvo de inúmeras disputas históricas relacionadas à linhagens de mestres, sendo portanto, seu sentido múltiplo e muitas vezes divergente, porém, existem convenções que fazem com que os angoleiros se reconheçam, como a organização dos instrumentos e os toques feitos entre estes. Numa roda de Capoeira Angola, os instrumentos utilizados são: três berimbaus (Gunga, Médio e Viola); dois pandeiros (algumas vezes apenas um); um atabaque; um reco-reco e um agogô. Além dos instrumentos, há uma série de cânticos que são entoados durante a roda, que são: a ladainha, a chula e o corrido, que ocorrem nessa mesma ordem.

A música se faz, portanto, um elemento fundamental da capoeira, orientando o ritmo e o “estilo” do jogo a se desenvolver através de suas letras que vão desde frases curtas ditas por um cantador e repetidas pelo coro (corridos) à longas narrativas que trazem histórias e lamentos de guerreiros, trabalhadores e mestres, descrevendo suas façanhas e suas quedas (ladainhas). Tais cânticos se tratam de composições de antigos e novos mestres, trazendo narrativas que correspondem tanto a histórias, crenças e memórias milenares quanto às contemporâneas, que são transmitidas oralmente nos rituais e nas rodas de capoeira. Dessa forma, uma vez que os cantos dão sentido ao jogo e a roda, cantá-los, significa tomar à sua voz a de seus antepassados, endossando suas reivindicações e posições sobre fatos.

Uma vez que essa transmissão acontece oralmente, alguns cantos tem seu período de composição e seus compositores desconhecidos, pois, ainda que a encontremos gravadas em CD's de mestres ainda vivos, muitas vezes estes a conheceram através de suas vivências no universo da Capoeira. Assim, essas músicas caem em domínio público e servem inclusive como inspiração para composições de novos mestres, evidenciando suas linhagens e suas experiências de aprendizado. Dessa forma, muitos dos cantos que analisaremos, não tem data especificada e não nos permitem fazer um recorte temporal exato, nos levando portanto, a nos atentar ao tempo sobre o qual narram e não para o qual foram compostas.

A abordagem dos cantos de capoeira angola como possibilidade de fala da população negra em primeira pessoa

Tendo sido a Capoeira Angola, assim como as demais manifestações da cultura afro-brasileira, marginalizadas nos estudos na área da história, recuperar tais narrativas torna-se uma tarefa fundamental, uma vez que em tais manifestações a história da população afro

brasileira é contada em primeira pessoa. Tal importância, pode ser verificada no grande interesse do Movimento Negro Unificado (MNU) pelo campo da educação, que como afirma Pereira (2010), via nessas instituições ferramentas potentes para o combate ao racismo e desestabilização da “história hegemônica”.

Tal ausência de uma abordagem que sanasse as demandas do movimento é fruto de uma histórica negligência e da tentativa de apagamento do passado do povo afro brasileiro por parte da sociedade marcada pelo racismo, e perpassa, inclusive, a falta de documentos a respeito do passado da maioria dessas pessoas que desconhecem a história de seus antepassados, tanto pela pouca produção destes, quanto por destruições deliberadas. Um caso importante é o da queima das matrículas das pessoas escravizadas, realizada durante o período em que Rui Barbosa fora ministro da fazenda conforme tratam Duarte, Carvalho Neto e Scotti (2015). Com a negligência das instituições de educação oficiais em relação à história dos povos afro brasileiros, ficou a cargo dos espaços organizados por estes próprios indivíduos e coletivos - como as religiões afro brasileiras, grupos de jongo, guardas de congo, grupos de capoeira e outros - o registro e transmissão de sua história, memória e cultura.

O conhecimento da memória de seus antepassados, de acordo com Assmann (2011), é algo extremamente importante para qualquer população, interferindo diretamente na formação de sua identidade. Desse modo, o apagamento histórico do passado das populações afro brasileiras e a privação dessa população do conhecimento de seu passado é algo evidente e fortemente sustentado pelas instituições de ensino. Fato que destitui os sujeitos negros de se reconhecerem nesses espaços, culminando em problemas relacionados à formação de suas identidades, pois não possibilita, por exemplo, que desenvolvam pertencimento histórico e social positivo.

Assim, partimos do pensamento de Santos (1997) a respeito do epistemicídio, o qual o define como um dos mecanismos mais eficazes para a subalternização e dominação do outro, através da - segundo Carneiro (2016) - negação da legitimidade das formas de conhecimento produzido pelos grupos dominados e de seus membros, sendo portanto, um dos dispositivos mais importantes empreendidos para a dominação étnica/racial. Tal questão, é central neste trabalho, pois trata-se do movimento ético e político que buscamos fazer aqui, justificando a necessidade deste para se repensar chaves de leitura para objetos como os que utilizamos aqui. Ainda de acordo com Carneiro (2016), o conceito de epistemicídio pode ser interpretado para além, com repercussões contundentes para a situação da pessoa negra afro brasileira na atualidade.

Tendo sido privada do acesso à educação e tendo sua produção intelectual inferiorizada, a população afro brasileira é excluída dos espaços de armazenamento e transmissão de conhecimentos e memórias das instituições convencionais, como as universidades, o que se pode verificar pelos dados publicados pelo IPEA⁴ (2013), o qual relata que em 2009 homens e mulheres negras representavam, respectivamente, cerca de 15% e 20% do número de estudantes matriculados em cursos de nível superior, contra 30% e 35% de homens e mulheres brancas.

Uma das consequências disto para a historiografia é que, a história enquanto disciplina acadêmica, tem como um de seus pilares uma concepção modernista de tempo, que o concebe como linear e irreversível, cindindo-o severamente nas categorias passado, presente e futuro. Tal concepção, conforme trata Bevernage (2013) cria e naturaliza uma relação com o tempo que prende cada uma dessas categorias a elas mesmas, tornando a interação entre estas praticamente nula. Dessa forma, o que se deu no passado fica preso a este, quem foi inocentado permanece assim e quem foi condenado também, mesmo que se descubra no presente as injustiças que respaldaram tais decisões.

Com a naturalização desta concepção de tempo por parte da historiografia convencional, tem-se o apagamento ou rebaixamento epistemológico das múltiplas perspectivas temporais existentes nas sociedades - pois ainda que tenha sido forte o assentamento da primeira, a realidade não se molda a esta vontade - principalmente das pertencentes aos povos historicamente injustiçados, como no caso da população afro brasileira, se apresentando como consequência e causa do processo de epistemicídio.

Aqui, entendemos que espaços educacionais seriam responsáveis por desconstruir as defasagens históricas pautadas no eurocentrismo e no racismo, a fim de formar pessoas emancipadas e conscientes historicamente. Como afirma a autora norte americana hooks⁵ (2013), ao tratar do uso da teoria como forma de emancipação, esta só assim o fará quando exigirmos que o faça, ou seja, não se trata de lançar teorias ou formas de educar sobre o público alvo. É necessário ter a consciência de que o que se busca é a emancipação desses sujeitos, e que esses também a tenham, se empoderando de ferramentas para a constituição de

⁴ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - no “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” (2013)

⁵ bell hooks é o pseudônimo de Glória Jean Watkins, e é uma homenagem a sua bisavó materna Bell Blair Hooks. Pede para que esse pseudônimo seja escrito em minúsculo para que seja dada mais importância a essência de seus escritos do que a ela.

uma visão positiva sobre si, rompendo com a imposta pelo seu oposto ou dominante, que o constitui e define como o oposto de si, conforme trata Memmi (1997).

Assim, é necessário promover um deslocamento do sistema de pesquisa hoje, majoritariamente eurocêntrico e homogeneizador, para um que contemple a pluralidade existente nos espaços sociais, fazendo considerações e recortes de raça. Dessa forma, em concordância com Nogueira (2012) propor novas práticas e investigações que propiciem esse deslocamento é essencial, assim como apontar a hegemonia e o privilégio de um ponto de vista como sendo um equívoco. É neste contexto que propomos um olhar para os cantos de capoeira como meio de transmissão de testemunhos da população afro brasileira, pois como afirma Gilroy (1993), a música sempre foi elemento fundamental na transmissão da cultura afrodescendente, em decorrência da privação destes dos meios formais de política e da alfabetização, configurando um espaço histórico de resistência às narrativas convencionais. Com isso, propomos ainda enxergar os testemunhos como possibilidades de se conceber uma cronosofia alternativa, expressa por uma população que resiste à convencional e legítima, através de seus próprios meios, sua relação com o tempo.

Possibilidades para a abordagem dos cantos

Para mostrarmos nossas fontes e possibilidades metodológicas destacamos os seguintes cantos: “Ontem a noite tive um sonho”, encontrado no CD de Jogo de Dentro (2006) e “Ô meu Deus o que é que eu faço” registrada por Rego (1968).

O primeiro canto, trata-se de uma ladainha encontrada no CD “Capoeira Angola tem fundamento” (2006) gravado por Mestre Jogo de Dentro, na qual ele narra a situação da pessoa africana escravizada e, principalmente, o processo de abolição da escravatura. O Mestre inicia sua narrativa contando um sonho que teve com a senzala e reflete sobre a situação da pessoa negra escravizada no Brasil. Em seguida, passa ao processo que culminou na abolição, o qual evidencia ter sido fruto da luta dos próprios escravizados, conforme se pode verificar nos trechos: “*que depois de muito tempo/o negro conseguiu se libertar*” e “*hoje a escravidão acabou, pois vamos nos lembrar/da força de Zumbi que lutou até morrer*”. Nesse último, reivindica ainda o protagonismo do líder Zumbi dos Palmares na luta, por muito tempo apagado pela história e educação das instituições convencionais, sendo sobreposto pelo papel da Princesa Isabel, o que é ainda explicitado no trecho “*e hoje na nossa história, não se fala nisso mais não/falam que foi a Princesa Isabel que libertou a escravidão*”.

Essa narrativa, trata-se de um importante momento da história da população afro brasileira contada em primeira pessoa. Segundo Gonzales (1984), é pelo fato de a população afro brasileira ser sempre falada e nunca falar, que o negro se torna aquilo que a lógica da dominação tenta domesticar. Dessa forma, as reflexões feitas por Mestre Jogo de Dentro desestabilizam essa lógica ao trazer a tona memórias do período da abolição que se apresentam como uma forma de resistência à memória constituída historicamente, como por exemplo quando desloca o protagonismo da luta pela abolição da imagem da Princesa Isabel, vinculada à uma ideia de que a abolição foi fruto de suas vontades, para a de Zumbi dos Palmares, negro escravizado e líder quilombola, importante exemplo da resistência e luta dos escravizados contra a escravidão.

Ao fazer esse movimento, Mestre Jogo de Dentro provoca uma desconstrução do imaginário historicamente constituído acerca da abolição, o qual confere a atividade da luta por esta ao colonizador e coloca a pessoa escravizada na condição de passiva, de libertada por alguém, apagando assim todo seu histórico de resistência. Tal movimentação, é condizente com as lutas do MNU, que no ano do centenário da abolição reclamou a data do dia 20 de novembro como “dia da consciência negra”, conforme trata Domingues (2007).

A segunda música trata-se também de uma ladainha, a letra utilizada aqui foi retirada do trabalho de Rego (1968) e sua autoria é desconhecida, sendo, ainda assim, amplamente conhecida no universo da capoeira. Nessa música, o cantador canta sobre sua própria condição no mundo e faz ser perceptível sua dificuldade em ser aceito de quaisquer formas, pois evidencia os julgamentos que recebe por sua forma de viver, seja por “andar limpo” ou “andar sujo”, seja por falar ou ser calado, acaba sendo enquadrado em algum estereótipo forjado por um ou uma outra, sempre em conflito com a autoafirmação do próprio sujeito. Esta mesma ladainha foi analisada por Santos (2012, p. 47), a qual afirma que, “mesmo não havendo explicitação das relações étnico raciais na música, deve ser pensada como parte da capoeira, ou seja, uma manifestação que sempre fez parte do universo afro brasileiro, não sendo possível, portanto, que seja analisada fora deste contexto”.

Por meio dessa análise, pretendo pensar o lugar e a situação da pessoa que a canta e a importância do que ela nos diz, pois aqui, temos uma narrativa a respeito da situação de uma pessoa negra que sofre com os processos de aceitação de seu corpo por um mundo colonizado, que se esforça para inferiorizá-lo, não importando o que faça para evitar. Novamente, cabe destacar a importância da narrativa em primeira pessoa, de quem sofre a opressão. Esse fato, pode ser visto sob a ótica de Fanon (1961) e Memmi (1957), que tratam

da definição do outro (o colonizado) enquanto inferior como ferramenta para a construção de uma imagem aceitável de si (o colonizador).

Ao contar essa história, a ladainha traz ao nosso conhecimento memórias de uma população que conquistou sua liberdade da condição de escravizada, mas mesmo assim foi e é constantemente rejeitada pela sociedade, sendo enquadrada numa série de estereótipos evidenciados na música. Alguns desses estereótipos, se tornaram intrínsecos ao universo da capoeiragem mas, muitas vezes, passaram a ser utilizados para retratar a população negra de forma geral, como “malandra”.

Em todos esses cantos, estão presentes reivindicações de injustiças relacionadas ao processo de escravidão e ao racismo estrutural presente na sociedade como decorrência dessa, em todas suas manifestações, desde a diminuição da importância da luta da pessoa escravizada no processo de abolição até à subalternização desta na sociedade expressa pelo alistamento compulsório e pela estereotipação e não aceitação de seu corpo socialmente. Assim, estando estes cantos presentes na performance ritual da roda de capoeira atualmente, sendo cantado como forma de reivindicação destas mesmas questões, estes expressam a experimentação de uma cronologia alternativa por estas pessoas, que se difere da visão moderna de um tempo no qual o passado acabou e nada reflete sobre o presente, pois o que reivindica, é a perpetuação do racismo decorrente da escravidão até os dias de hoje.

Para esta pesquisa, foram escolhidos 15 cantos de capoeira angola, alguns encontrados em CD's gravados por mestres, outros em produções acadêmicas nas quais se coletou cantos em entrevistas com capoeiristas. Buscando vozes de vários mestres visou garantir uma pluralidade destas, pois como já tratamos e defende Magalhães Filho (2011), o que se entende por “Capoeira Angola” é fruto de disputas históricas, e não ocorre de maneira homogênea pelo país). Tal pluralidade toca tanto às linhagens da Capoeira Angola quanto à visão dos cantadores enquanto pessoas afro brasileiras, uma vez que tem origens em diferentes locais e evidenciam aspectos diferentes da história da população afro brasileira.

Assim, mestres que desenvolveram suas capoeiras em ambientes urbanos (como Mestre Pastinha⁶) cantam por exemplo, sobre suas relações com os portos e estivadores, e os que viveram a realidade rural, (como Mestre Felipe⁷) sobre o trabalho nos canaviais e no

⁶ Vicente Ferreira Pastinha, nascido em Salvador em 1889 e falecido em 1981, nesta mesma cidade, que ainda em vida tornou-se conhecido como um dos maiores mestres de capoeira da capital baiana e, posteriormente e postumamente, considerado um dos maiores ícones da capoeiragem brasileira.

⁷ Felipe Santiago, nascido em 11 de maio de 1927 na cidade de Santo Amaro da Purificação. Atualmente, é o angoleiro mais velho em atividade de Santo Amaro e um dos maiores compositores do Recôncavo Baiano.

campo em geral. A partir daí, selecionamos cantos de mestres de ambas as realidades sociais e de períodos diversos, representando as linhagens de Mestre Pastinha e Mestre Aberrê⁸ compreendidas por Magalhães Filho (2011), além de alguns cantos listados por Rego (1968) em sua visita pelo universo da capoeiragem de Salvador. Com isso, buscamos obter memórias da população afro brasileira que abarquem as formas diversas de seu desenvolvimento, desde os tempos do cativo, passando pela abolição e indo até o seu pós.

Intenções para o desenvolvimento da pesquisa

Os cantos de Capoeira Angola, uma vez produzidos no interior da organização de uma manifestação da cultura afro brasileira, conserva em suas narrativas históricas pessoas consideradas ícones, eventos importantes, e situações cotidianas vivenciadas pela população negra no Brasil, tudo isso contado por estas próprias pessoas. Desse modo, uma vez que as narrativas destes cantos são testemunhos da população afro brasileira em primeira pessoa, que não são contemplados satisfatoriamente pelos espaços convencionais de produção de conhecimento, devido ao processo de epistemicídio e exclusão dessa população desses espaços, pretendemos evidenciar as memórias veiculadas nestes cantos como formas de resistência à produzida nos espaços convencionais.

Considerando as múltiplas possibilidades de se conceber o tempo tratadas por Bevernage (2011), esperamos encontrar nos cantos de capoeira angola testemunhos capazes de quebrar essa visão moderna de tempo, reivindicando questões muitas vezes localizadas no passado pela cronosofia que se naturalizou em nossa sociedade. Tais questões são a escravidão e o racismo em todas as suas manifestações como a subalternização da pessoa afro brasileira e a estereotipação desta, por exemplo, que por estarem presentes nesses cantos e serem entoados nos dias atuais no interior da performance da roda de capoeira, manifestam a diferente concepção temporal experimentada por essas pessoas. Dessa forma, poderemos considerar tais cantos como uma forma de manifestação da resistência dessa população, mais precisamente, da resistência de sua concepção temporal em relação à convencional naturalizada na sociedade.

Referências Bibliográficas

ABREU, M.; MATTOS, H. **Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu**. História, Memória e Patrimônio. 1. ed. Niterói: UFF NEAMI, 2009. v. 1. 84p .

⁸ Antônio Raimundo Argolo, nascido em 6 de agosto de 1895 em Salvador, foi um importante articulador da capoeira angola nas décadas de 1930 e 1940.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** 1ª.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 106 p.

BEVERNAGE, Berber. **History, Memory and State-Sponsored Violence: time and justice.** New York: Routhledge, 2013.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], v.12, n.23, pp.100-122, 2007.

DUARTE, Evandro Piza; DE CARVALHO NETO, Menelick; SCOTTI, Guilherme. Ruy Barbosa e a Queima dos Arquivos: As Lutas pela Memória da Escravidão e os Discursos dos Juristas. **Universitas Jus**, v. 26, n. 2, 2015.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro.** Modernidade e dupla consciência, São Paulo; Rio de Janeiro: 34; Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JOGO DE DENTRO, Mestre. **Capoeira Angola tem Fundamento.** [S.l.]: [s.n.], 2006. 1 CD. Faixa 1

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana.** Salvador: [s.n.], 2011.

MARCONDES, Mariana M. [et al.]. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília : Ipea, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Trad. R. Corbvisier e M. Pinto Coelho. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, p. 62-73, n. 18, maio-out/2012.

PEREIRA, Amilcar A. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola/ ensaio sócio-etnográfico**. Bahia: Itapoá, 1968

_____. O meu deus o que é que eu faço. In: REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-etnográfico**. Bahia: Itapoã, 1968. p. 56-56.

SANTOS, Desirée Francine dos. **Relações étnico-raciais e construção identitária na linguagem performativa das ladainhas de capoeira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SOARES, Carlos Eugenio Libano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890**. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279422>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, ago. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015>

Narrativas Negras nas Artes Visuais: YABARTE e a produção feminina negra contemporânea¹

Eliana Barbosa de Amorim (autora/apresentadora)²

Graduanda em Artes Visuais

Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA

liliamorim79@gmail.com

Maria Claudineide Alves Macêdo (coautora)³

Renata Aparecida Felinto dos Santos (colaboradora/orientadora)⁴

Resumo: O artigo visa apresentar os objetivos e contribuições do Projeto de Pesquisa *YABARTE: Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos*, para o contexto científico de produção de conhecimentos e a construção da história da arte brasileira. O nome do projeto surge da junção da palavra Yabá e Arte, tornando-se YABARTE. As Yabás são as orixás, deusas oriundas do povo Iorubá, que está localizado entre a Nigéria e o Benim. Essas orixás femininas também são mães, por isso o uso da palavra gestacionais no subtítulo. O projeto funciona dentro do grupo de pesquisa NZINGA- Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, liderado pela Dra. Renata Aparecida Felinto dos Santos, docente do Curso de licenciatura em Artes Visuais do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri. Em seu cerne, o NZINGA faz-se local de acolhimento de investigações e iniciativas que contemplem as produções dos grupos tidos como “excluídos” dentro de alguns segmentos sociais, étnico-raciais e sexuais nos protagonismos registrados e propagados pelas narrativas hegemônicas nas histórias das artes visuais, nas quais estão sub-representadas as mulheres, os afrodescendentes, os indígenas e que considerem orientações e identidades de gênero diversas da normativa. Neste sentido, o YABARTE surge com o intuito de mapear, visibilizar e organizar, as produções negras femininas de artistas brasileiras atuantes na contemporaneidade, sem limite de idade e que tenham uma produção artística de relevância estética, conceitual e poética. Realizamos um levantamento de mais de 150 artistas de distintas idades, regiões, técnicas e procedimentos artísticos. Destas, contatamos todas e obtivemos retorno positivo de 80. A partir desse levantamento estão sendo organizadas informações biográficas e processuais⁵, a

¹ Artigo apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História(EPHIS), no Simpósio Temático 23 Desmantelando o racismo estrutural brasileiro: diagnósticos e possibilidades de novos marcos civilizatórios.

² Pesquisadora no grupo de pesquisa NZINGA- Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, bolsista do Projeto de Extensão YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos PROEX/URCA.

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Artes Visuais pelo Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA. Pesquisadora no grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, e do grupo de pesquisa JOIA: Jogo Invento Artesania, bolsista do projeto de pesquisa YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos URCA/FUNCAP. magianegrar@gmail.com

⁴ Professora adjunta do setor de teoria da arte do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, doutora em Artes visuais, líder do grupo de pesquisa NZINGA- Novos Ziriguiduns (Inter)Nacionais Gerados nas Artes Visuais/ CNPq e do projeto de pesquisa YABARTE Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos URCA/FUNCAP/PROEX. renata.santos@urca.br.

⁵ Processo de criação artística ou em artes visuais.

partir de textos e imagens que serão utilizados na produção de artigos/verbetes e de um catálogo que contará com o material elaborado pela pesquisa.

Palavras-chave: Arte contemporânea, artistas negras, produção negrascendentes, revisão histórica.

Introdução

Este artigo apresenta objetivos e contribuições do Projeto de Pesquisa *YABARTE: Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos* para a produção de conhecimento e estudo da arte contemporânea brasileira. Dentro desta escrita iremos abordar de forma mais detalhada o que significa a pesquisa, como ela tem sido realizada e quais os desdobramentos iniciais que a mesma tem alcançado.

É sabido que as grandes produções de arte são lembradas apenas como criações masculinas e brancas, e em suma de origem européia ou estadunidense. Quando pensamos em produções que fujam a essa norma poucos são os nomes de artistas mulheres e pessoas negrascendentes de forma especial.

Se tratando da história das artes visuais brasileiras, desde que a população negra foi traficada a este país em 1543, tem atuado nas diversas áreas artísticas, seja na urbanização em grandes cidades construindo edifícios, ou como artífices cujos seus conhecimentos foram orientados por mestres portugueses, a fim de se realizar esculturas de madeira e pedra no barroco brasileiro, final do século XVI até o início do XIX, onde exerciam a arte como escravizados, como cita a doutora em Artes Visuais Renata Felinto, em seu texto *Mulheres negras e a arte: poéticas da resistência* (2018).

Sendo importante ainda ressaltar que o artesanato no Brasil sendo uma prática desvalorizada, sendo uma face do racismo estrutural no país, que desde sempre buscou criar estereótipos e lugares de atuação para pessoas e negras diferentes daqueles ocupados por pessoas brancas. Como apresenta uma matéria do Blog URDUME:

Conforme está descrito no livro *Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*, de Luiz Antonio Cunha, desde o início da colonização foram os homens escravizados que ocuparam o papel de carpinteiros, ferreiros, pedreiros e tecelões na colônia portuguesa, já que esse tipo de atividade não era considerada digna de um homem livre. Uma herança da antiguidade clássica, herdada pelos católicos portugueses, que fazia uma clara distinção entre o valor da alma e do corpo e a diferenciação entre as artes mecânicas e as artes liberais. (Blog URDUME, 2018).

Apesar de hoje já termos pesquisadoras/es que tem desenvolvido estudos e nos apresentado referências escritas sobre a participação de artistas negros nas escolas de Artes desde o fim do século XIX, bem como da existência de artistas negras desde o século XX, pouco tem se falado sobre estas/estes produtoras/es de arte dentro da história das Artes Visuais brasileiras e dos espaços que trabalham com ensino e pesquisa nesse campo, mesmo tendo em vigor a lei 10.639/03 que alterou a LDB 9.394/96 tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículos educacionais.

Sabemos também que a ausência da representação dessas e demais classes sociais brasileiras não-brancas, e não-hegemônicas são fundadas num processo histórico de escravização, estruturado no classismo, racismo, machismo e sexismo, que em toda sua existência tem se utilizado da linguagem dominante como forma de manutenção de poder, perpetuando o que a filósofa e doutora em Educação pela USP Sueli Carneiro aponta como espistemicídio.

Nessa dinâmica, o parêntese educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos espistemicídio. (CARNEIRO apud RIBEIRO, 2017).

Dentre as diversas iniciativas valiosas e urgentes tomadas por pessoas e instituições, evidenciaremos o projeto YABARTE como uma poderosa ferramenta de visibilização, e de reconhecimento das potentes produções femininas negras na contemporaneidade que estão atuando no Brasil, a fim de enfraquecer os alicerces brancos masculinos que há muito tempo sustentado uma ideia da única narrativa e entendimento da arte. Aqui, os desdobramentos gestados pelo projeto são corpos potentes com pensares e fazeres dialéticos que tem redesenhado as formas de produzir, pensar e sentir as artes visuais.

Ponta de lança: NZINGA e a gestação do YABARTE

Gostaríamos de atentar para o fato desta escrita ser pautada nas questões técnicas de funcionamento da pesquisa, e do meio no qual a mesma está sendo desenvolvida, para isso, iremos nos ater agora mais especificamente sobre o embrião sob o qual o projeto foi gerado e vem se formando.

Como já mencionado anteriormente o projeto de pesquisa foi desenvolvido dentro do grupo de pesquisa NZINGA, que se apropria do nome da rainha guerreira angolana, e segundo a criadora do grupo Prof^o Dra. Renata Aparecida Felinto dos Santos, a escolha é guiado por três princípios.

O primeiro é a referência e reverência ao reino do Congo localizado, dentre outros países, na atual Angola, como um dos inícios da constituição da população a qual chamamos brasileira juntamente com a sua vasta, porém pouco nomeada, herança histórica, social, cultural e artística incorporada à cultura brasileira e afro-diaspórica.

O segundo são as possibilidades de exploração da onomatopeia *ziriguidum* e os significados que lhes são atribuídos que se relacionam tanto às culturas africanas, afro-brasileiras e afro-diaspóricas tanto no que se refere à forma quanto ao movimento, estamos a tratar de movimentos e cruzamentos possíveis por meio das artes visuais, assim como de seus diálogos com outras áreas das artes.

Por fim e em terceiro, a qualidade feminina da palavra Nzinga bem como a biografia da rainha também são princípios que conduzem as investigações e investidas propostas pelo grupo de pesquisa no sentido de dar visibilidades às produções de mulheres nas mais diversas frentes bem como ao pioneirismo ainda não evidenciados pelas historiografia ou narrativa oficial.

O grupo de pesquisa abarca um projeto de pesquisa e outro de extensão que possuem o mesmo nome, e que desenvolvem atividades de pesquisa e de encontros com a comunidade, onde o conteúdo da pesquisa é socializado por meio de oficinas e apresentações sobre as artistas pesquisadas.

O Projeto de Pesquisa YABARTE, é financiado por um órgão de fomento estadual a pesquisas científicas dentro da universidade PIBIC/FUNCAP, e o Projeto de Pesquisa e Extensão, pela PROEX- Pró-Reitoria de Extensão/URCA a qual os projetos têm como contrapartida dentre as suas especificidades desenvolver ações para as comunidades internas e externas à Universidade.

YABÁ

Embriões gestados: reconhecendo os fazeres e pensares negros femininos

Logo no início do texto apontamos sobre o fato da exclusão da produção de afrodescendentes da produção artística brasileira. Para nos aprofundarmos sobre o foco da

pesquisa devemos novamente pensar sobre os recortes de raça e gênero, reconhecendo então que quando abordamos sobre a arte brasileira produzida por mulheres não conseguimos ultrapassar o nome das artistas brancas, mesmo tendo artistas negras que ultrapassaram as fronteiras do nosso país.

Considerando as narrativas hegemônicas e as ausências, nos diversos dos segmentos sociais e étnicorraciais dentro das Artes Visuais, esta pesquisa se propõe a investigação das artistas visuais contemporâneas de cor negra atuantes no Brasil, a fim de registrarmos as contribuições destas mulheres para a produção de arte contemporânea, num movimento de endossamento dessas profissionais que sempre foram subrepresentadas, e que as discussões não continuem sendo apenas contemplativas, parafraseando a filósofa Djamila Ribeiro, “pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas que conversam entre si” (RIBEIRO, p.28, 2017).

Este levantamento sobre as artistas visuais negras contemporâneas vem sendo feito há três anos pela professora orientadora e há um ano a partir da existência do grupo de pesquisa NZINGA e do desejo de organizar tais informações com o projeto de pesquisa YABARTE. Objetivamos estruturar os documentos levantados e socializá-los com a produção de artigos, textos/verbetes, constituídos por dados biográficos, imagens das obras, apresentação e análise crítica sobre as poéticas, temáticas e formas de criar de cada artista visual, material que pode chegar a ocupar outras plataformas de pesquisa e propagação de conhecimentos.

Além dos nomes que já vinham sendo pesquisados, várias outras artistas foram sendo descobertas a partir da socialização do levantamento da pesquisa em redes de relacionamento que, cada vez mais, vem se mostrando uma poderosa ferramenta na divulgação da existência dessas mulheres e de suas produções, pois muitas delas apesar de terem uma produção significativa poética e conceitualmente falando, ainda não conseguiram adentrar as fronteiras do sistema da arte. Com as indicações de nomes crescendo a cada dia diante deste fator decidimos que a pesquisa teria a sua divulgação em relatório acessível a quem tiver interesse pelo tema e que, muito possivelmente, isso se daria em formato de volumes, sendo este o primeiro deles. Essa decisão se deve ao cumprimento de prazos e também à manutenção deste espaço de divulgação do trabalho das artistas visuais negras que precisa existir, para que cada vez mais elas estejam ocupando os lugares que lhes foram e ainda são negados.

A pesquisa está dividida por etapas, em que vale à pena ressaltar que cada uma delas só foi/está sendo possível graças à colaboração e a disponibilidade de todas as artistas visuais

que fazem parte desta primeira ação do YABARTE. Contamos inicialmente com uma lista com mais de cem nomes de artistas negras, onde foi iniciado o processo de mapeamento, apresentação do projeto e o estabelecimento de contato para o encaminhamento da pesquisa. Nesta primeira fase do projeto, foram divididas as seguintes etapas:

- 1- Mapeamento dos nomes listados, estabelecimento de contato com as artistas visuais;
- 2- Levantamento de dados biográficos, processuais e imagens de obras;
- 3- Entrevista com artistas visuais sobre questões pertinentes à pesquisa, como por exemplo, o processo de construção do ser artista e os desafios enfrentados de acordo com as suas existências, sendo artistas negras brasileiras em um sistema da arte elitista.

O processo de pesquisa envolve além de conhecimento sobre a história das Artes Visuais, um conhecimento sobre a história de vida dessas mulheres negras artistas visuais, objetivando elaborar e organizar essas informações reconhecendo as particularidades que perpassam as existências dessas mulheres, evidenciando essas informações pessoais bem como seus modos de vida como elementos propulsores para suas criações artísticas.

Vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e que apesar do esforço para abranger uma grande quantidade de artistas visuais negras, não nos foi possível compilar nesta primeira fase da pesquisa todas as mulheres artistas visuais existentes neste país, nem pretendemos ou conseguiríamos tal feito em apenas um momento. Apontamos também que nem todas as artistas visuais contatadas conseguiram enviar o material solicitado de acordo com as etapas da pesquisa, o que ocasionou em uma redução na quantidade de mulheres presentes nesta publicação, e o que nos levaria à uma reflexão maior sobre as vivências e as várias demandas das vidas dessas artistas negras. Somos muitas e múltiplas, esta iniciativa é um passo inédito no âmbito de pesquisa das Artes Visuais no Brasil, que visa a revisão das narrativas construindo novos caminhos onde nosso corpo/casa possa coexistir com as demais formas de pensar e produzir conhecimento. É um processo de gestação em que muitas vidas ainda serão evidenciadas.

ARTE

Produção negra contemporânea: diversidade do mapa, linguagens e poéticas

Este projeto de pesquisa que tem como ponto central enegrecer as Artes Visuais brasileiras a partir de artistas visuais negras, também se preocupa em abranger a maior quantidade de artistas localizadas em diferentes lugares do país, visto que não podemos

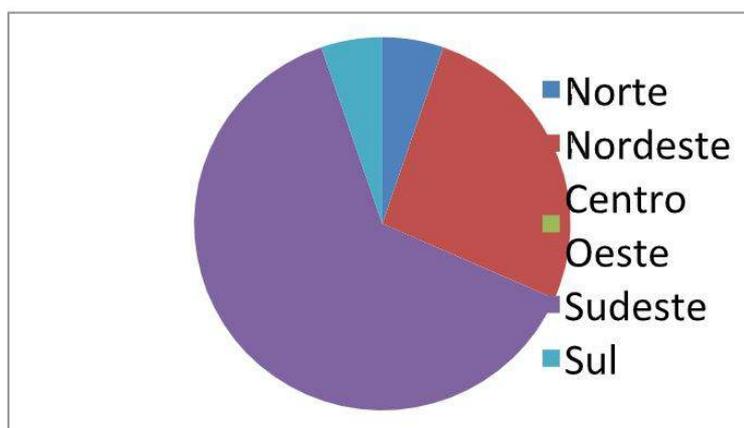
esquecer que além dos marcadores de raça e de gênero, é importante apontarmos a localização geográfica, já que a região Sudeste ainda segue sendo o polo de maior concentração de artistas que conseguem ganhar visibilidade.

A inserção de artistas das regiões Norte e Nordeste e dos extremos interiores do país é uma das nossas preocupações enquanto pesquisadoras, pelo fato de estarmos desenvolvendo-a numa região do interior de um estado nordestino, no Crato, localizado no Cariri Cearense. Ter tal questão em mente se faz importante para pensarmos a invisibilidade e os poucos espaços que são destinados as artistas visuais destas regiões menos favorecidas, pois estes fatores dificultam o acesso ao sistema da arte de outras regiões, e até mesmo do lugar em que as mesmas residem, demarcando mais um enfrentamento que as mulheres negras artistas visuais tem buscado ultrapassar, criando mecanismos que possam minimamente reconhecer suas particularidades, tornando os caminhos em meio ao circuito artístico menos lamacento.

Como citado anteriormente nem todas as artistas visuais que foram indicadas e contatadas responderam ou conseguiram acompanhar as etapas de coleta do material, portanto essa pesquisa continuará sendo gestada, em busca do reconhecimento dessas mulheres, pelo registro para as pessoas que se interessam pelo tema e mesmo para propagação dessas informações como material a ser contemplado pela lei 10.639/03 em sala de aula nos diferentes estágios de ensino.

A imagem que segue mostra a divisão de artistas visuais por região, de acordo com o levantamento de informações biográficas, processuais e poéticas sobre as artistas.

Gráfico 1: Localização geográfica das artista visuais levantadas conforme regiões do Brasil.



Fonte: Produzido por Eliana Amorim.

A região Sudeste, evidentemente que por fatores sócio-históricos, concentra uma maior diversidade de aparelhos artísticos, culturais, de formação e diversidade de público. Construídas sob os grandes polos de exploração da população negra escravizada nas lavouras de café em São Paulo e Rio de Janeiro, e posteriormente as migrações internas de pessoas de outras regiões do país, que vem acontecendo há séculos no Brasil, estes locais apresentam também um maior desenvolvimento urbanístico e uma concentração de riquezas que infelizmente localizadas no Sul e Sudeste. Por esses e outros fatores a efervescência no meio artístico é ainda mais marcante, o que nos leva a refletir sobre as diversas experiências que essas mulheres negras possuem e as dificuldades de escolher a área de artes visuais para atuarem como profissionais, que apesar de convergirem na maioria dos aspectos, ainda é muito divergente quando pensamos a questão da localização geográfica e conseqüentemente do acesso à moradia, educação, saúde, etc.

Para além da abrangência geográfica, também contamos com uma vasta quantidade de linguagens, técnicas e procedimentos artísticos que estão diretamente ligados aos modos de existir e de produzir dessas mulheres. Além do caráter de relevância científica para a produção de conhecimento no âmbito das Artes Visuais brasileiras, esta pesquisa nos leva a habitar zonas sensíveis que perpassam as diversas formas de existência dessas artistas, de perceber como o modo de vida de cada uma é intrínseco às poéticas e linguagens desenvolvidas pelas mesmas. De como o ser/estar no mundo entrelaçado por sabores e dissabores é o principal elemento propulsor para as suas criações artísticas, o desejo e o poder de reconstruir discursos ultrapassando o que a escritora e artista Grada Kilomba chamou de ser “o outro do outro” (KILOMBA, 2010), mulheres que (re)criam, (re)inventam e (re)existem, como cita Renata Aparecida Felinto dos Santos :“(...) firmando nosso direito de interpretar, dialogar, repensar, alegorizar a vida, a partir de nossos pontos de vista, de nossos eixos e centralidades”(SANTOS, 2018).

Tendo assim um levantamento de trabalhos que passam pelas técnicas manuais e digitais como ilustração e colagem, fotografia, performance, intervenção urbana, instalação, escultura, grafite, entre outras. Dentro destas linguagens abordando temas que estão relacionados à ancestralidade, religiosidade afro indígena, moda, representatividade, estética, afetividade e solidão, e as diferentes questões relacionadas à imagem da mulher negra como possível resgate cultural e/ou sua ressignificação.

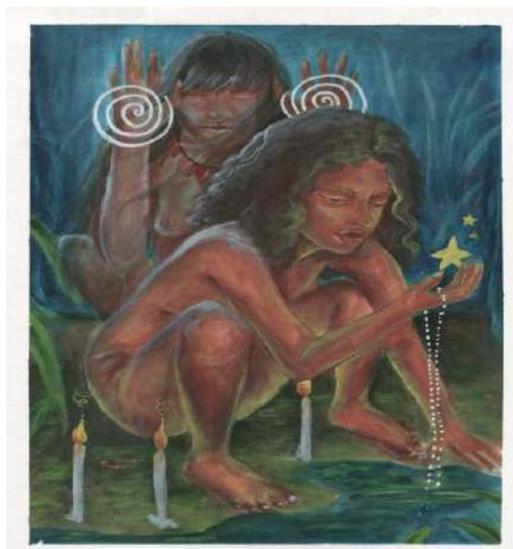


Imagem 1: Trabalho da Artista visual Kerolayne Kemblim, *A guia é um cordão umbilical* 2018.
Fonte: Kerolayne Kemblim

A artista visual manauara Kerolayne Kemblim, graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas, trabalha com diversas linguagens, principalmente com a produção de pinturas e gravuras voltadas às suas experiências mediúnicas e como percursionista tendo como foco a sua experiência na umbanda.



Imagem 2: Performance da Artista Visual Juliana dos Santos, *Qual é o pente?* 2014.
Fonte: Juliana dos Santos.

Juliana dos Santos, nascida em São Paulo, graduada em artes pela Universidade Estadual Paulista, trabalha com performance e suas experiências pessoais são balizadoras do processo de criação, confrontando os padrões estéticos hegemônicos impostos às mulheres.



Imagem 3: Performance da artista Priscila Rezende *Vem... pra ser infeliz* 2017, Belo Horizonte, Brasil.
 Fonte: Priscila Rezende.

A artista mineira Priscila Rezende, graduada em Artes Plásticas pela Escola Guignard/ Universidade Estadual de Minas Gerais, trabalha com a presença e a inserção do indivíduo negro na sociedade, partindo de suas vivências para produzir ações corporais através da performance.



Imagem 4: Trabalho da Artista Visual Ana Lira. *Saia Livre*, 2018. Estandarte. Detalhes: poema bordado em tecido, fitas do fundo com apliques de sementes. 87 x 46 cm. Fonte: Portfólio da artista Ana Lira.

A artista recifense Ana Lira é formada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, e pós-graduada em Teoria e Crítica de Cultura, com ênfase em Artes e Fotografia pela Universidade Federal do Pernambuco. Desenvolve trabalhos com fotografia, intervenções urbanas e colagens. Como a artista informou à pesquisa “o viver como um ato político” é um dos temas de suas produções artísticas questionando relações de poder e as estruturas dos sistemas.



Imagem 5: Trabalho da artista Eneida Sanches, *Transe: deslocamentos e dimensão/mergulho*, 2011. Colagem de gravuras e vídeo projeção, 2m x 1,6 m. Fonte: Eneida Sanchez.

A artista soteropolitana Eneida Sanches é formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, estudou informalmente como estudante ouvinte na Escola de Belas Artes da UFBA durante o período da sua primeira graduação e foi aluna das oficinas de gravura do MAM-BA durante sete anos. Indicada ao Prêmio PIPA em 2014, sua produção tem conexão com a religiosidade de matriz africana, utilizando diversas linguagens para elaborar suas visualidades.



Imagem 6: Trabalho da Artista Visual Miriane Figueira, *Delia*, 2016, imagem da série: *Desapropriam-me de mim*. Fotografia impressa por transfer em algodão, tinta para tecido e costura, 46cm x 45cm. Fonte: Miriane Figueira.

A artista gaúcha Miriane Figueira possui formação em Fotografia pela Universidade Tuiuti do Paraná, e sua produção artística tem como eixos a memória, a apropriação e ressignificação de imagens relacionadas a comunidade indígena, negra, de axé e periférica.

Dentro das diversas mulheres, regiões, técnicas e poéticas, os trabalhos artísticos apresentados têm cunho coletivo de desejos e resistências negras dentro de um sistema opressor que tem sua base em cima de teorias racistas e machistas que ajudaram a criar uma visão única de sociedade validada mundialmente, abordando temas referentes às existências negras e de como elas são vistas e tratadas. Visualidades revolucionárias onde o povo negro se reinventa a partir de si, sem se violentar para caber no/a outro/a, fugindo da lógica que valida apenas os conhecimentos brancos sobre pessoas e acontecimentos, e que negam as suas existências e os processos históricos dos quais foram submetidos/as.

Quando os trabalhos destas mulheres são reconhecidos evidenciando as suas vivências e de suas/seus “irmãos e irmãs”, toda uma estrutura é movimentada. A base forçada que puseram sobre nossas costas nunca foi imóvel, e são esses movimentos contínuos que têm provocado mudanças na sociedade.

As alegorias que criamos sobre nossas vidas são possíveis de muitas formas, na literatura, na música, nas artes cênicas, na dança, nas artes visuais. Ou mesmo, mesclando essa ou outra área, o que nos é fundamental é termos espaços para externar nossos impulsos criativos. Mulheres negras e pensantes que hoje, ou estão à frente ou em paridade de discursos e de reivindicações junto às não negras que são historicamente parte das classes dominantes, compõem uma insurgente e emergente elite negra pensante. Portanto, elucubrar arte, fazer arte, ainda que saibamos que ela é uma das estratégias de apartamento de nosso povo, não deveria ser privilégio, posto que nesse fazer estão as mais antigas criações humanas. (SANTOS, 2018)

Considerações finais

O projeto YABARTE segue fazendo levantamento de dados das artistas e suas produções para a conclusão desta primeira fase da pesquisa, a fim de ser socializada através de uma publicação *online*, e por meio de atividades de formação realizadas com a comunidade interna e externa da universidade onde a pesquisa está sendo desenvolvida.

Ter um material que pode ser usado como referência no que compete à produção artística negra e feminina dentro e fora do âmbito educacional será um dos resultados parciais do projeto, somando a esta exposições, oficinas e ações artísticas.

Finalizamos com a certeza de que essa iniciativa e fomento desta e de outras pesquisas que visam propagar a produção de conhecimento produzido pelos grupos invisibilizados é necessária e urgente para a ocupação dos espaços que sempre foram garantidos pela e para a norma branca em corpo e pensamento, para que os demais grupos de pessoas possam estar nos locais que lhes são de direito, e possam coexistir com os demais saberes alargando os caminhos tortuosos da historiografia única, evidenciando os/as nossos/as e as nossas diversas produções de conhecimento.

Referências Bibliográficas

HOOKS. bell. **Ensinando a transgredir.** 2013. Disponível em: <https://jgciencias.files.wordpress.com/2016/10/ensinando_a_transgredir_a_educacao_como.pdf> Acesso em 27 jun. 2018.

_____. **Intelectuais Negras.** Em Geledés- Instituto da Mulher Negra. Outubro de 2014. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/intelectuais-negras>, acesso em 03 jul. 2017.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o Conhecimento: Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba.** 2016. Instituto Goethe. Disponível em: < <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>> Acesso 27 jun. 2018.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **A representação do Negro nas Artes Plásticas Brasileiras: diálogos e identidades.** Junho de 2013. Disponível em: http://proex.unifesp.br/santoamaro/docs/cultura_afro_brasileira/representacao_negro_nas_arte_s_plasticas_brasileiras_e_bibliografia_basica.pdf , acesso em Julho de 2018.

_____. **Não brancos, não héteros, não homens.** Não me vejo, mas existo: a sub-representação das minorias na arte brasileira. Agosto de 2016. Itaú Cultural. Disponível em: < http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2016/08/blog-centros-de-mem%C3%B3ria_renata-felinto-dos-santos-rev-lido-RENATA.pdf> Acesso Agosto de 2018.

_____. **Mulheres negras e a arte:** poéticas da resistência. (No prelo).

_____. **Arte sabor vida:** as visualidades negras das obras de Janaina Barros e de Michelle Mattiuzzi. (No prelo)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, Justificando, 2017.

URDUME. **Racismo, preconceito e desvalorização do artesanato no Brasil.** 2018. Disponível em: < <https://www.urdume.com.br/blog/racismo-preconceito-e-desvaloriza%C3%A7%C3%A3o-do-artesanato-no-brasil>> Acesso Janeiro de 2019.

Análise da disponibilização de referencial bibliográfico acerca de História Africana: contribuição a partir da obrigatoriedade da Lei 11.645/08

Larissa Karla Guimarães Brandão

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

larissabrandaohistoria@gmail.com

Stephanie Moreira de Souza Dias

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

stemsdias@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da presença da temática História da África em periódicos categorizados pelo Qualis-CAPES como A1 e A2, pertencentes a área de História, publicados em português entre os anos 2003 e 2018 e disponíveis gratuitamente online. No total, 58 revistas foram analisadas e 356 artigos foram classificados na temática História Africana, 137 no conceito Qualis-CAPES A1 e 219 no conceito Qualis-Capes A2. Tais artigos perpassam o campo da história, antropologia, linguística, sociologia, educação, economia, entre outros, porém pesquisas referentes ao ensino de História da África no Brasil deixam a desejar. A maioria dos artigos se concentram nos países africanos colonizados por Portugal, principalmente Moçambique, Angola e Cabo Verde, e os relativos à história aparecem em grande número tratando sobre aspectos da colonização e reproduzindo visões eurocêntricas. A partir desses dados, é possível refletir sobre qual ideia os pesquisadores propagam sobre a África e como essas concepções afetam o ensino de História Africana nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: História africana, lei 11.645/08, ensino de história.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pequena análise acerca do projeto “Organização e disponibilização de referencial bibliográfico acerca das Histórias Africana, Afro-brasileira e Indígena: contribuição a partir da obrigatoriedade da Lei 11.645/08”, que buscou procurar e disponibilizar artigos sobre Histórias Africana, Afro-brasileira e Indígena que estivessem em periódicos categorizados nos conceitos CAPES A1, A2, B1, B2 e B3, na área de História, a fim de colaborar com material teórico para elaboração de aulas e pesquisas que auxiliam na execução da lei 11.645/08. Aqui, as autoras trazem as primeiras inquietações sobre os resultados dos conceitos A1 e A2 na temática de História Africana.

A lei 11.645/08 prevê o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena dentro de todo o currículo, mas principalmente em história e educação artística. A lei é aplicada ao ensino fundamental e médio, porém ela reflete na universidade de diferentes formas, por exemplo, a disciplina de História da África que começou a aparecer como obrigatória na grade de algumas universidades do curso de História e pesquisas pensadas para avaliar e contribuir com o desempenho da lei. Para que esse conhecimento chegue até a escola, é essencial que o mundo acadêmico tenha uma produção de conhecimento que forneça aos professores base para falar a respeito dessas temáticas, assim torna-se necessário ouvir essas populações marginalizadas, ou seja, deixar que contem sua própria história.

A Universidade é uma instituição marcada por uma estrutura racista e colonizadora presente na sociedade brasileira, José Jorge de Carvalho afirma ter sido “instalada explicitamente sob o signo da brancura” (CARVALHO, 2005-2006, p. 41), sendo assim, devido a distribuição racista do trabalho ocorrida durante o período colonial, que se modifica a passos lentos, têm-se os cargos de pesquisadores ocupados em sua maioria por pessoas brancas, dificultando que a população subalternizada possa ocupar esses espaços dando voz a sua cultura e história. Segundo o senso realizado pelo antropólogo José de Carvalho, na UnB, de 1500 professores da universidade apenas 15 são negros, o que demonstra como a ocupação de cargos intelectuais exclui as camadas racializadas. A política de cotas raciais se mostra eficiente nesse sentido, pois modifica essa realidade aos poucos, enegrecendo a pós-graduação e o quadro de professores.

O afastamento de grupos subalternizados de cargos intelectuais contribui para a manutenção da lógica colonizadora na produção de conhecimento, onde o eurocentrismo que se diz universalizante apaga as demais formas de conhecimento, como Quijano expõe:

[...] não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, p. 126)

Assim, tem-se uma produção científica que aborda os temas sempre diante da sua perspectiva hegemônica, “uma ciência confinada, monorracial ou monoétnica, que não se questiona sobre a sua participação ou convivência com a segregação ou o extermínio” (CARVALHO, 2005-2006, p.43).

Resultado das revistas A1

Ao analisarmos a lista de periódicos de História em português identificados como A1 pelo Qualis/CAPES, observamos que na categoria de História Africana, a revista *Etnográfica* foi a que mais se destacou, isto é, a que mais apresentou artigos enquadrados nessa temática. Pretendemos realizar uma breve pesquisa a respeito das principais características e propostas da *Etnográfica*.

Por intermédio da consulta ao estatuto editorial do periódico, disponível em seu site (<https://journals.openedition.org/etnografica/>), verificamos que a *Etnográfica* é definida como uma revista acadêmica especializada nas áreas de antropologia social e cultural, aberta a colaborações de caráter etnográfico oriundas de outras ciências sociais, e possuindo como finalidade a impulsão do conhecimento neste campo.

Segundo o estatuto editorial da *Etnográfica*, a sua comissão editorial é responsável pela seleção de todos os materiais a serem publicados, apuração feita de acordo com critérios de adaptação ao âmbito e diretrizes do periódico, qualidade e inovação. Enfatiza-se que não existe qualquer restrição referente ao grau acadêmico, pertencimento institucional ou origem geográfica dos autores e autoras.

A *Etnográfica* é vinculada ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia, localizado em Lisboa, Portugal. Todavia, no estatuto editorial, a revista ressalta que manifesta uma natureza internacional e diversa que pode ser constatada na autoria dos artigos publicados e seus respectivos eixos temáticos de investigação, nos membros do corpo editorial e consultivo, nos idiomas de publicação (português, inglês, francês ou espanhol) e no âmbito de propagação do periódico.

A comissão editorial da *Etnográfica* é composta por 10 pesquisadores que atuam no Brasil, Argentina, Portugal e Estados Unidos. O conselho consultivo internacional da revista compreende 44 pesquisadores que atuam no Brasil, Moçambique, Estados Unidos, Canadá, França, México, Reino Unido, Chile, Suécia, Uruguai, Espanha, Noruega, Bélgica, Argentina e Suíça.

Portanto, nota-se que o periódico A1 que mais apresentou artigos sobre a temática de História Africana possui apenas 2 pesquisadores em seu conselho consultivo que atuam em África e nenhum em sua comissão editorial. A moçambicana Ana Maria Loforte, antropóloga, historiadora e ativista feminista, da organização não governamental internacional *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (WLSA) e o também moçambicano

Cristiano Matsinhe, antropólogo, investigador e docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Analisando superficialmente os 24 artigos sobre História Africana encontrados na revista *Etnográfica*, percebemos que eles, em grande maioria, expõem que o continente africano ainda não foi plenamente contemplado pela Modernidade, caracterizam as sociedades tradicionais em África como inferiores se comparadas ao continente europeu e uma África predominantemente caótica, constantemente associada ao colonialismo europeu, ao misticismo e ao exotismo. Respectivamente, as palavras-chaves mais observadas foram: colonialismo, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, Arte, Cultura e Identidade. É necessário salientar que o colonialismo europeu e o pós-colonialismo foram suavizados e abrandecidos nesses artigos, principalmente as relações entre Portugal e África.

Com o objetivo de evitar possíveis equívocos, cabe reforçar que nosso estudo foi iniciado no volume 11 de 2007 e encerrado no volume 22 de 2018, ou seja, um total de 33 números da *Etnográfica* foram pesquisados, uma vez que a revista tem periodicidade quadrimestral (fevereiro, junho e outubro). Restringimos a nossa análise aos artigos em português e disponíveis gratuitamente online. A *Etnográfica* nasceu em 1997, mas as publicações anteriores ao volume 11 de 2007 foram descartadas por não serem encontradas online.

Resultado das revistas A2

No total, houve um saldo de 219 artigos classificados em História Africana nos periódicos conceituados como A2, onde 89 desses artigos estão publicados na revista de origem portuguesa, *Cadernos de Estudos Africanos*. A revista criada em 2011, é vinculada ao Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e segundo seu site, busca publicar artigos de conteúdo sobre a África e suas diásporas, que abrangem as áreas de ciências humanas e sociais, e possui caráter internacional e multidisciplinar.

Entre os 89 artigos, a maioria tratou dos países colonizados por Portugal, com grande expressividade Moçambique e Angola, mas seguido de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, e os termos que aparecem com maior expressividade são desenvolvimento (28 vezes) e colonial (18 vezes). Esse resultado, mostra como a produção acadêmica sobre África ainda está marcada por uma perspectiva eurocêntrica, onde o colonizador produz massivamente conhecimento e narrativas a respeito do lugar colonizado com seu olhar

hegemônico. Este argumento é ainda sustentado quando observamos as contradições da composição do corpo editorial da revista, onde dos 77 pesquisadores apenas 5 são africanos, dentre esses, 4 são negros, essa informação é fundamental para que se note o apagamento de sujeitos subalternizados na produção acadêmica, ainda que seja sobre África, poucos pesquisadores africanos estão envolvidos na produção.

Esses resultados que o periódico apresentou refletem na perspectiva que vai ser levada para o ensino básico, já que a produção da universidade também é responsável pelo conhecimento científico difundido nas escolas. A História da África não pode ser reduzida só a visões colonialistas, tratadas quase sempre dentro do recorte colonial e apenas sobre as trocas com os europeus, uma história plural sobre um continente parte dele próprio, como agente, da sua variação cultural e das diversas vozes que o ocupam, com autonomia e responsabilidade cultural.

Considerações finais

Por meio da análise das revistas *Etnográfica* e *Cadernos de Estudos Africanos*, nota-se que a produção de conhecimento sobre a África ainda é controlada pelo Ocidente, ou seja, pelos países que anteriormente eram metrópoles e realizavam o colonialismo em África. Tanto o periódico A1 quanto o periódico A2 que mais apresentou conteúdo sobre África pertence a centro de estudos portugueses, poderíamos falar em um fetichismo de Portugal por suas ex-colônias africanas? Pretendemos aprofundar tal questão em estudos futuros.

Além disso, nota-se que a Academia ainda não contemplou o continente africano em sua plena pluralidade, mas majoritariamente, as visões ocidentais e estereotipadas sobre a África. Os conteúdos publicados nas revistas A1 e A2 reproduzem as temáticas que fazem parte da Academia, que possuem relevância e circularidade no ambiente acadêmico.

Para finalizar, destacaremos o clamor do filósofo africano Paulin Hountondji:

Por conseguinte, seria bom que houve coisas a acontecer também em África, e não sempre ou exclusivamente fora dela. Há que repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento. (HOUNTONDJI, 2008, p.158)

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, n. 68, p. 88-103, 2005-2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, 2005.

HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

E então que discutamos gênero: não como fim, mas como meio de equilíbrio vital da comunidade preta

Thiago Henrique Borges Brito (Kwame Ankh)

Graduando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
thihbb13@gmail.com

Walkiria Gabriele Elias da Costa (Kulwa Mene)

Graduanda em Pedagogia
Universidade Federal de Ouro Preto
walkiria.gabriele@gmail.com

Resumo: neste artigo perpassamos por alguns momentos históricos que julgamos fundamentais do Movimento Negro Feminista norte-americano e Brasileiro; e Movimento Negro Unificado. O intuito foi organizar uma análise de como temos nos comportado a partir de uma agenda onde o imperativo dos valores ocidentais tem imbricado em nossas decisões. A partir disso nos propomos a elaborar uma oxigenação intelectual e política para adentrarmos outras táticas e estratégias para que o Movimento Negro possa sulear alternativas aos problemas seculares como as questões de raça, gênero, sexualidade, masculinidade e classe. Todas elas, fraturas expostas, numa sociedade racializada feita a nossa. Nessa toada o Mulherismo Africana tem sido nossa proposta quanto aporte dentro de uma agenda panafricana de organização diaspórica. Nos guiamos a partir do referencial teórico da epistemologia dos Estudos Africana (MALOMALO, 2017) e da epistemologia Ntu (MALOMALO, 2017); além delas alinhamos nossa metodologia a partir da afrocentricidade (ASANTE, 2014) para conduzir a seguinte produção do conhecimento.

Palavras-chave: Panafricanismo, Gênero, Mulherismo Africana

“Dá Licença aê... Dá Licença... Dá licença aê, meu povo, dá licença... Dá Licença aê... Dá Licença... Dá licença aê, dono da casa, deixe vádiá...”¹

Nesta oportunidade adentraremos em mais uma tentativa de oxigenação para com o produzir do conhecimento da comunidade preta² brasileira. Nos assentaremos na epistemologia dos Estudos Africana (MALOMALO, 2017), da epistemologia Ntu (MALOMALO, 2017) e da Filosofia Nagô (SODRÉ, 2017); além delas alinhamos nossa metodologia-analítica a partir da afrocentricidade (ASANTE, 2014) quanto paradigma para que possamos escorregar pelas encruzadas que emergem neste artigo e, assim, contribuir com a expansão existencial afrikana. Diante a demanda partilhamos de nossas experiências pessoais

¹Ladainha cantada por Mestre Marrom.

²População preta neste artigo significa toda a comunidade vista como negra segundo o IBGE. Ajustamos o significante por entender que não existe a nomenclatura parda para vincular as pessoas pretas. Isso historicamente causou e causa mais confusão do que unidade em nossas organizações.

que desencadeiam a força motriz para tecer estas contribuições. São elas que nos inquietam a fim de problematizar e desvendar recursos escondidos nas subcamadas do caleidoscópio social e disputar outras possibilidades de existir não visíveis aos olhos petrificados pelo concreto cartesianismo. Em outras palavras, são as nossas experiências - da respectiva autora e autor - no movimento hip-hop, no trançar de cabelos da pretaiada, da atuação na educação dita formal e informal, das ações educativas nos presídios e fundação CASA, da produção cultural, da escrita de livro sobre a politização do cabelo crespo, do candomblé, da umbanda, da capoeira angola, coletivos pretos, nas vivências com as/os irmãs/os do continente; e também a labuta dentro dos cursos de Pedagogia e História na Universidade Federal de Ouro Preto que firma o pacto desta produção acadêmica. Seria toda essa matriz que conceitua o Movimento Negro (MN) e as epistemologias dos Estudos Africanos e das epistemologias do Ntu desencadeados na escrita do congolês Bas'Ilele Malomalo.

Dentro desta circunstância analisamos como o MN brasileiro tem se comportado a partir de uma agenda onde o imperativo dos valores ocidentais imbrica em nossas decisões e, conseqüentemente, nos estagnado quanto coletividade. Podemos, como forma de elucidar a afirmativa, pensar dois fatores que nos auxiliem e exemplifiquem este fenômeno. O primeiro seria a dificuldade de unificar a luta com os povos indígenas. Demoramos cinco anos para alargar as contribuições africanas e afro-brasileiras (lei 10.639/03) para também a inclusão dos indígenas (lei 11.645/08). Outro apontamento, este mais interno ao MN, seria que conseguimos criar um discurso único de desumanização dos corpos preto, porém temos encontrado poucas semelhanças entre a diversidade preta. Isso indica muita descentralização e, logo, pouco tencionador das disputas que atravessam nossa existência.

Esta leitura possibilita levantarmos três hipóteses que culminaram na compreensão deste fenômeno predito. São elas: o processo de redemocratização não foi profundo a fim de minimizar o racismo estrutural vigente secularmente na sociedade brasileira; o segundo seria que o MN não percebeu a lei 11645/08 a partir de uma ótica ontológica e epistemológica que possibilitasse uma gerência social deste Estado genocida via uma ótica africana, afro-brasileira e/ou indígena; e terceiro que há a necessidade de uma luta, à curto e médio prazo, com fronteiras. Para dar cabo dessas hipóteses discutiremos a literatura do feminismo negro em meio às análises conjunturais de Lélia Gonzalez e Patrícia Hill Collins, do Movimento Negro Unificado (MNU) e das conquistas que tais movimentos sociais alcançaram, ou seja, as políticas públicas adotadas no decorrer dos anos seguintes. O marco temporal que circundamos está condicionado a uma década que percebemos ser defendida como abertura de

conquistas tidas como ímpares para os movimentos sociais no século XX. Este momento é chamado de período de redemocratização observado na década de 80 em diante.

Dilemas na comunidade preta: e aí cumé que a gente fica?

O movimento negro unificado com o viés comunitário/unidade em paralelo ao que percebemos com o feminismo negro norte-americano teve uma gama de intelectuais pretas que também se mobilizaram e adentraram com pautas que possibilitem complexificar a análise da realidade no país da democracia racial. Percebemos a maneira que tais mulheres, como também visto na produção norte-americana, se manifestam dentro da sua comunidade preta para refletir sobre os dilemas específicos das mulheres, mas não esquecendo o intuito e pensando estes problemas em prol de uma comunidade preta mais forte, com menos conflitos e que conseguisse disputar rumos humanizados para as respectivas pessoas no Brasil. Constatamos essa preocupação quando Lélia Gonzalez menciona:

E não deixavam [as mulheres pretas] de reconhecer o caráter mais acentuado do machismo negro, uma que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeito direto da opressão racial. Afinal, que mulher negra não passou pela experiência de ver o filho, o irmão, o companheiro, o namorado, o amigo etc. passar pela humilhação da suspeição policial, por exemplo? Neste sentido o feminismo negro tem uma diferença específica em relação ao feminismo ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum (GONZALEZ, 1986, p. 103).

Nesta mesma compreensão Lélia Gonzalez, em 1986, sutilmente desdobra a vida cotidiana da comunidade preta com dados econômicos. Especifica os dilemas secularmente carregados pela experiência colonial à brasileira como, por exemplo, no que diz respeito às diferenças de rendimento médio da remuneração salarial, o Censo de 1980 apresenta dados onde demonstra a comunidade preta vista como adendo a população branca, ou seja, uma constante porcentagem inferior a qualidade salarial.

Pensando nesses entraves aqui expostos nos deparamos com a ausência do diálogo sobre masculinidade dentro do MN. Esta questão histórica vara a modernidade deste território. Todo um contingente do racismo estrutural dialoga para a condição desses homens pretos. Quando vemos a construção do mesmo na sociedade brasileira identificamos discursos que o farão nada mais nada menos do que animalizado. Aquele cujo existir esteve na condição de sofrer abusos sexuais, além de ser recalcado pelo senhor; de ser vinculado diretamente com

seu pênis embora sem falo (SANTOS, 2014; NKOSI, 2014; MBEMBE, 2018; hooks³, 2004; hooks, 2010). Estes imbróglis fazem com que os homens pretos não se atentassem ao tipo de preconceito dentro do jogo político da categoria analítica classe. O que pode também acarretar na não discussão sobre seus próprios interesses afetivos, separando assim o campo pessoal do campo da luta. Encontramos o seguinte balanço conjuntural de Lélia Gonzalez em relação ao MN na década de 80. Uma luta interna travada fez com que ao mesmo tempo gênero e sexualidade tivessem espaços dentro do movimento, mas não o quesito masculinidade:

[...] dessa forma também se explica o espaço que temos [mulheres pretas] no interior do movimento negro. Vale notar que, em termos de MNU, por exemplo, nós mulheres e nossos companheiros homossexuais conquistamos o direito de discutir, em Congresso, nossas especificidades. E isso num momento em que as esquerdas titubeavam “tais questões”, receosas de que “dividissem a luta do operariado” (GONZALEZ, 1986, p. 104)

A ausência de debates sobre o comportamento específico dos homens pretos e entre os homens pretos causa uma dissonância nas relações da comunidade. Não pautar a vida cotidiana desses corpos fez com que as mulheres pretas fossem naturalizadas em um não relacionamento afetivo-sexual entre pessoas pretas. A mulher passa, em todos os campos, ser invisibilizada. O homem preto por sua vez, estando nesses espaços onde não se vê as mulheres pretas como possível companheira afetivo-sexual, pressupõe que a convivência e o interesse por mulheres brancas sejam dados de forma natural (MOREIRA; BATISTA SOBRINHO, 1994, p. 83).

Neste fluxo reflexivo percebemos a continuidade de comportamentos preferenciais da mulher preta para com o homem branco. Este comportamento está imbricado na defesa das pautas indenitárias comentado na primeira parte deste artigo. Ou seja:

[...] Como tal, está carregado de princípios metafísicos europeus, tais como a relação conflituosa entre os gêneros, em que os homens são vistos como inimigos das mulheres [...]. Nem seria interessante para nós, como povo, que nos permitíssemos dividir segundo a linha de gênero enquanto vivemos em uma sociedade altamente racializada e racista (MAZAMA, 2009, p. 124).

Vejamos bem, se uma mulher preta sofre um desentendimento com um homem preto, ela de imediato já desiste de um momento de conversa e reconstrução com o mesmo. Este comportamento não ocorre caso estejam em relação com um homem branco. Algumas simplesmente pensam “os homens pretos são assim”. As mulheres pretas enraizadas num

³bell hooks assina seu nome em letras minúsculas para se colocar como mais uma entre tantos outros corpos que produzem tais conhecimentos.

processo de branqueamento e auto-ódio não se permitem fazer outra leitura se não a da supremacia branca. Temos que compreender que o braço desse monstro chamado racismo perpassa a todas pessoas pretas. A diferença é que ela se ajusta a suas respectivas características. Seja mulher, homem, criança, adulta/o, LGBT e afins, se vacilarem, serão atingidos pelos múltiplos braços do monstro racista⁴. Por isso, estamos a constatar os entraves, as encruzadas que nos lançamos e poder, numa segunda parte do artigo, ostentar possibilidades que reduzam danos neste campo de batalha.

Não perceber a maafa⁵ em que estamos mergulhadas/os implica em algumas táticas que podem ser vistas como ação coletiva para remediar opressões intrínsecas ao ocidente, mas que se vista a contrapelo não nos favorece quanto comunidade preta. Peguemos a Lei Maria da Penha e os dados sobre como a mesma tem funcionado nos Levantamentos Nacional de Informações Penitenciárias, Relatórios do Conselho Nacional de Justiça, Mapas da Violência e afins. Ficamos com a sensação de que as políticas públicas podem agir no campo do simbólico e realmente dar a sensação de segurança para grande parte das mulheres. Ou até mesmo evitar, em alguns casos, alguma violência. Disso não há dúvidas. O problema que pautamos seria como que isto tem assumido um quiprocó para a comunidade preta. O direito positivista não criou o escudo ou uma blindagem aparentemente. São muitos casos, poucos solucionados, muitos estagnados pela burocracia e entraves tecnológicos; mesmo assim penalizar ou judicializar essa questão, ao vermos as estatísticas, conjecturamos que a disputa feita pelo MN não tenha tido uma espécie de ganho ao se alicerçar no paradigma ocidental paterno-centrado (DOVE, 1998).

Outra aresta desse quadro seria a possibilidade da visão liberal, que se instala com mais força em nosso país a partir de 2019, replicar o mesmo desgastes que o Movimento Feminista Negro dos EUA sofreu na década de 1990 (COLLINS, 2017) é expressivo, ainda mais num país onde temos de sobra a democracia racial na espreita para se disseminar como vimos outrora. Collins, no mesmo artigo, alerta que a relação de poder somada ao descompromisso ético com o feminismo negro consolidou o discurso pós-interseccionalidade na administração pública neoliberal estadunidense. Faça um esforço reflexivo rápido no que tange Brasil. As instituições estão cada vez menos legítimas e uma relação clientelista ainda forte perpassa a sociedade brasileira em todos os âmbitos (ARRETCHE, 1996).

⁴Pegamos aqui emprestado a metáfora de nossa irmã do Rio de Janeiro, Aza Njeri.

⁵ Em Swahili Maafa significa o grande desastre explorado por Marimba Ani em seu livro Yurugu com a intenção de nomear e dar o devido impacto aos acontecimentos na comunidade negra pelo mundo.

Como para toda amarração tem dendê, temos de olhar as constatações como um aspecto que impeça nossa organização, mas não como nossa morte existencial perpétua. Por isso este é o pano de fundo que o MN precisa romper organizadamente. Neste momento cabe a seguinte pergunta: se faz necessário dentro do MN que as pessoas se atentem outras formas de percepção filosófica que culmine relações sociais propositivas e avance opostamente deste ser/estar universal? Para nós se faz a ordem do dia, uma vez, que os resultados não são tão convincentes para o permanecer vivo da comunidade preta.

E então que discutamos gênero: não como fim, mas como meio de equilíbrio vital da comunidade preta

Usamos das gingas, mandingas e corporeidade angoleiras. Nesta toada que os Estudos Africana, Estudos do Ntu, e a metodologia da Afrocentricidade nos dão aporte para perceber fenômenos, agencia-los, reinterpreta-los e completar algumas partes das histórias ainda não narradas. Foi isso que fizemos na primeira parte. Olhamos as contribuições e os limites do MN na sociedade norte-americana e brasileira. A ideia neste segundo momento é adicionar algumas outras combinações, saculejar o que está posto e tencionar percepções para onde necessitamos, ao nosso ver, prosseguir.

Começamos de forma mais ampla a fim de percebermos como a sociedade brasileira é ímpar. Mesmo após a colonização secular diversas manifestações de matrizes africanas e indígenas estão vivas e espalhadas por nosso território. Apesar de muitas pessoas serem pertencentes às matrizes judaico-cristã como é inquietante a seguinte experiência: como as mesmas se comportam ao passar perto de uma macumba? Observe gestos, palavras e outros movimentos. Essa dinâmica negro-africana Ntuista e/ou existir a partir da existência de outra pessoa se assentou nas mais diversas formas pelas terras que habitamos. É o que Sodré, nas linhas argumentativas de Helena Theodoro (1986), relata a dada dinâmica nos interstícios da formação social brasileira. Seja nos aspectos simbólicos (cultos aos mortos, iniciação, família estendida, etc.) ou de conteúdo (orixás, eguns, transe, dança, oralidade, irmandades, etc.). Isso é o que possibilita, via comunidades-terreiros (egbé), termos São Jorge, santo da igreja católica, dentro da umbanda sendo cultuado como Ògún, Òrísá nagô. Mesmo sendo o conteúdo católico, ocidental e religioso, a forma litúrgica é negro-africana. Até mesmo as pessoas que passam em frente da macumba desconjurando-a, no fundo, elas também acreditam para além do que está no livro sagrado bíblico. Para isso precisamos apostar numa

outra forma de perceber os fenômenos. Sodré (2017), novamente, nos ajuda com sua filosofia nagô⁶.

Logo, agiremos sobre as nuances dos acontecimentos. Como Sodré (2017), espiando o fisiologista húngaro Albert Szent-Gyorgy, relata “ver o que todo mundo viu e pensar o que ninguém pensou”. Meio pretensioso parece, porém, queremos no mínimo reforça uma visão não muito acolhida. Ao nosso ver isso nos possibilita entender uma outra história e assim, por dizer, outros rumos táticos e estratégicos. Lembremos: é ao olhar para trás que nos guiamos e não na marcha desregulada de rumo civilizatório que outras/os afirmam mundo afora. Olhemos o seguinte comentário de Lélia Gonzalez e coloquemos em prático o que Sodré chama de filosofia nagô:

Foi em função de sua atuação como mucama, que a mulher negra deu origem à figura da “Mãe Preta”, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores contando-lhes estórias sobre o quimbungo, a “mula sem cabeça” e outras figuras do imaginário popular (o Zumbi, por exemplo). (GONZALEZ, 1981, p. 39)

Ao fazermos uma reflexão axiológica de oralidade⁷ ao que se refere a comunidade preta entendemos como muito dos saberes populares foram estendidos para uma gama de pessoas brancas. Não somente estórias. Lélia Gonzalez nos dá pista de um dado momento. Sabemos que a relação era bem mais estreita, dinâmica e complexa (SIMAS; RUFINO, 2018; LOPES, 2007; LUZ, 2017; MOURA, 1988). Neste momento estamos a enfatizar como que a pulverização negro-africana se estende pelo Brasil. Foi como dissemos no começo do artigo: a existência da diáspora moderna africana está intrinsecamente ligada às formas de perceber e experienciar o mundo das/os africanas/os do continente. Esse é o legado africano matriarcal e matrigestor na asili⁸ da nossa comunidade. São exemplos que não fazem a leitura de separação de gênero. Katiúscia Ribeiro⁹ nos diz muito quando menciona na entrevista

⁶ Sodré em Pensar Nagô (2017) interpreta os povos nagôs como aqueles cuja facilidade em trocar também se refaz no existir além do mercado. Para pensar essa forma de existir defende: [...] Nossa visada metodológica é, antes, induzir à prática de uma *comunicação transcultural*, que entendemos como uma *dialogia semiótica*, não um diálogo “entre” formações que se pretendam verdadeiras e estanques, mas a lógica do *trans* ou do *vaivém* “através” dos limiares do sentido, não uma filosofia de portas e sim de pontes ou de transição para correspondências analógicas, que não são necessariamente conciliatórias ou harmônicas, mas que abrem caminho para novos termos das disputas de sentido (SODRÉ, 2017, p. 23-24)

⁷ A tradição viva de A. Hampaté Bâ nos proporciona a profundidade da oralidade, ainda mais no que tange às condições sociais da população preta diaspórica.

⁸ Segundo Marimba Ani (1994) a Asili seria o núcleo ideológico, matriz de uma entidade cultural que deve ser identificada a fim de fazer sentido as criações coletivas de seus membros.

⁹ Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Filosofia e Ensino pelo programa de Pós-graduação de Filosofia e Ensino PPFEN CEFET/RJ. Doutoranda em Filosofia no Programa de

(Ciência & Letras, 2018) sobre pensarmos no Mulherismo Africana como possibilidades de potência da própria vida (ankh) e perceber essa união aquilombada perante a luta anti-genocida.

Nesse jogo de dentro e jogo de fora a percepção de Hudson-Weems possibilita que insistamos no diálogo comunitário que os Estudos Africana e a epistemologia Ntu nos alicerça. Assim, a questão de gênero deve ser vista em prol do benefício de dada comunidade preta. Neste aspecto o Mulherismo Africana soa como uma ferramenta mais adequada para lidar com estes dilemas que se fazem presentes no MN brasileiro contemporâneo. Estamos falando basicamente do Mulherismo Africana como:

[...] a segurança e a harmonia das mulheres é a força e a estrutura da sociedade e de todos seus participantes. Outras características da Africana Womanism são autonegociação e autodefinição, ser forte em conjunto com os homens em uma luta inteira e autêntica, flexibilizar os papéis no jogo, respeitando e reconhecendo espiritualmente seus pares masculinos, respeitando os mais velhos, sendo adaptável, ambiciosa, materna e nutridora. (HUDSON-WEEMS, 2011)

E neste sentido:

[...] as prioridades das Mulheres Africanas são diferentes das prioridades de mulheres brancas, as feministas. A Africana Womanism é centrada na família enquanto que o feminismo é centrado na fêmea/mulher. Nossas prioridades são a raça, classe e gênero, enquanto a feminista se concentra em questões de gênero. Nós nos esforçamos pelo empoderamento da raça, a feminista, não importa qual a forma de feminismo, esforça-se para o empoderamento da fêmea. (HUDSON-WEEMS, 2011)

Podemos perceber esse significado na experiência que Kathleen Cleaver traz na vivência dentro do Partido dos Panteras Negras:

Not many answers to the "gender questions" take into consideration what I've experienced. What I've read or heard as answers generally seem to respond to a particular model of academic inquiry that leaves out what I believe is central: How do you empower an oppressed and impoverished people who are struggling against racism, militarism, terrorism, and sexism too? I mean, how do you do that? That's the real question. (CLEAVER, 1998)

Aqui observamos um fator interessante quando pensamos a comunidade negra como um corpo único. O papel da maternidade ou dos cuidados maternos não se limita às mães ou mulheres, mesmo nas condições contemporâneas (DOVE, 1998; SOMÉ, 2003). Fazer coexistir o feminino e o masculino dentro da existência mútua na comunidade negras reduzirá

Pós Graduação de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/PPGF. É Coordenadora do Laboratório de pesquisa de Filosofia Africana Geru Mãe / UFRJ.

muitas tretas. O que também comprova que o não envolvimento ocidental garante a comunidade preta uma aproximação mais constante com a nossa ancestralidade, identidade e intersubjetividade. Fica certo que criar essas rivalidades dentro do MN no campo de gênero somente nos afastará da maior preocupação: a continuidade do semiocídio (SODRÉ, 2017) da população preta brasileira. Ao nos atentarmos para isso percebemos que travar discussões baseada nas concepções ocidentais nos afasta do real significado de quilombo: povoação e a união entre pretas e pretos (NASCIMENTO, 1980).

Apostamos aqui como lançamento de uma futura esperança, a brecha para se pensar novas ações políticas e intelectuais dentro do MN. A fim de discutir o que venha ser preta/o embora num contexto de comunidade preta. Se outrora os movimentos sociais surgem no contexto da proibição das vozes ao direito à liberdade de expressão e organização, fato que era lido como atentado qualquer tipo de reunião de pessoas pretas, hoje encontramos em um cenário dito mais aberto para o diálogo, mesmo que limitado nos afazeres. A fim de adentrarmos para o desfecho de nossa conversa trazemos alguns exemplos recentes de ações que possam nos dar esperança que o caminho interessante, à curto prazo com fronteiras, é pela unidade sinérgica preta. Levantamos três. Vocês conseguirão pensar outros.

Primeiro. lembremos do EECUN - I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros - de 2016. Cerca de 2000 mil pretas e pretos juntos. Muitas pessoas que estavam neste encontro redirecionaram a verba que iriam pagar a bebida alcoólica do dia para se encontrar neste evento o *asè* presente na construção garantido foco e disciplina. Segundo. Lembremos o quanto de pessoas pretas nas candidaturas de 2018, movimentou-se, segundo o jornal O estado de São Paulo cerca de R\$260 milhões, e vai movimentar em meio os eleitas/os mais alguns milhares durante a travessia de quatro anos pela frente. Terceiro. Existe anualmente a Feira Preta bombeando grana em meio a dita crise. Em 2017, as pessoas pretas segundo a empresa *Think Etnus*, movimentou R\$1.6 trilhões. Se formos organizados o dinheiro gira entre esta população e mantém possibilidade de boas condições e condução de vida. Não podemos apenas se envolver com políticas públicas. Somos mais que isso.

Do fechar que abre: a pedra uxusíaca atirada hoje mantando o pássaro ontem

Neste artigo partimos de algumas considerações do movimento negro diaspórico e suas mais diversas vertentes. Entre elas estão o Feminismo Negro norte-americano e o brasileiro. Além do MN brasileiro. Em meio todas as ações destas instituições selecionamos suas contribuições e limites. A partir delas fizemos alguns balanços de como os mesmos se

organizaram para tratar dos diversos dilemas e opressões que o ocidente pulverizou nos últimos séculos. São eles raça, gênero, sexualidade e classe. Argumentamos que a agenda desses movimentos alinhadas aos valores e burocracias do ocidente implicaram em estagnações para com a vida das pessoas pretas. Para isso acessamos os relatórios que quantificasse os dados econômicos da comunidade preta desde os anos de 1980 e também nos mais recentes como Lei Maria da Penha, Femicídio, dados econômicos, encarceramento e genocídio. Todos eles pensados sempre por meio do recorte racial.

Nesta toada diante o aporte teórico de epistemologias dos Estudos Africanos e Ntu somadas a filosofia nagô e o paradigma africano-centrado reconhecemos que muito laços de nossas africanidades estão presentes no cotidiano contemporâneo. Estes por sua vez precisam ser valorizados e visto com mais parcimônia pela comunidade preta a fim de criar estratégias e táticas para estabelecer a harmonia comunitária e disputar outros mundos onde a supremacia branca, travestida de valores do capital, se acomoda. Porém o mesmo somente será possível se nos banharmos nas águas do Mulherismo Africano para distensionar alguns entraves como o pensar não holístico da comunidade preta; responsabilização dos homens pretas/os pela sua masculinidade e feminilidade tóxica para com as companheiras/os pretas/os e as mais diversas opressões presentes; por fim conduzir ao longo das próximas décadas uma unidade em meio ao diverso que somos com o intuito de diminuirmos o ruído que vemos desta maafa implicada na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ANI, Marimba. **YURUGU - An African-centered critique of european cultural thought and behavior**. New Jersey: Africa World Press, 1994, p. 35.

ARRETCHE, Marta. Mitos da Descentralização: Maior Democracia e eficiência nas Políticas Públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n.31, p. 44-66, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm Acesso em 28.07.2018.

ASANTE, Molefi K. Afrocentricidade como um novo paradigma. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111 – 128.

_____. **Afrocentricidade - A teoria de mudança social**. Tradução Ana Monteiro, Ama Mizani, Ana Lucia. Philadelphia: Afrocentricity, 2014.

CLEAVER, Kathleen Neal. **Women, Power, and Revolution (1998)**. Disponível em:< <http://www.historyisaweapon.com/defcon1/cleaverwomenpowerrev.html>> Acessado: 02 de jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017, p. 6-17.

DIVA, Moreira; SOBRINHO, Adalberto Batista. Casamentos Inter-Raciais: O homem negro e a rejeição da mulher negra. In COSTA, Albertina de Oliveira; AMADO, Tina. **Alternativas Escassas - Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 81-108.

DOVE, Nah. Definindo uma Matriz Materno-Centrada para Definir a Condição das Mulheres. Tradução Wellington Agudá. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, Maio de 1998.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 29-48.

_____. **Mulherio**. Ano I, n. 3, Setembro/Outubro 1981. Disponível em:<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I_3_1981menor.pdf> Acessado: 02 de jan. 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes. p. 25-104.

_____. Escolarizando homens negros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Africana Womanism: the flip side of a coin. **Western Journal of Black Studies**, The. FindArticles.com. 30 Jul, 2011.

LEVANTAMENTO Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres. Disponível em:<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acessado: 08 de jan. 2019.

LEVANTAMENTO Nacional de Informações Penitenciárias - Relatório 2016. Disponível em:<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> Acessado: 08 de jan. 2019.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá - Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira**. 4a edição. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 15-166.

MALOMALO. Bas'Ílele. Estudos Africana ou Estudos Africanos: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, v.3, n. 2, Ano 2017, p. 15-50.

MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111 – 128.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MULHERISMO Africana: Katiúscia Ribeiro e Aza Njeri - Programa Ciência & Letras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wFKi_GrZXak> Acessado: 11 de jan. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In BLAY, Eva Alterman. **Feminismos e Masculinidades** - Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-104.

RELATÓRIO do Conselho Nacional de Justiça de 2018. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/publicacoes/arquivo/5f271e3f54a853da92749ed051cf3059_18ead26dd2ab9cb18f8cb59165b61f27.pdf> Acessado: 08 de jan. 2019.

SANTOS, Daniel dos. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: as ciências encantadas das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017, p. 7-109.

SOMÉ, Sobonfu. O espírito da intimidade: **ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2003.

THEODORO, Helena. Mulher Negra, Cultura e Identidade. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 85-96.

_____. Religiões Afro-Brasileira. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 65-84.

ST 24
**De crise a crise: nação,
política, sociedade e cultura
no Brasil oitocentista**

Panorama quantitativo das mulheres indiciadas em processos criminais da cidade de Formiga. MG, 1841-1871

Elimar C. E. Santo

Graduando em História (bacharelado)
Universidade Federal de São João del-Rei
elimar.csanto@gmail.com

Resumo: A análise da “História das Mulheres” revela-se importante no que concerne a historicizar as diversas e complexas histórias de vida e de improvisação social cotidiana. Assim, partindo do tema citado, foi adotado como objeto a atuação social feminina no interior do Império do Brasil, mais especificamente no interior de Minas Gerais (na cidade e distritos de Formiga) e durante o Segundo Reinado, sendo a baliza temporal os anos de 1841 a 1871 (entre duas reformas criminais importantes). Objetivou-se descortinar a diversidade social e os improvisos cotidianos das mulheres atuantes em 50 processos criminais como indiciadas, servindo de apoio teórico as noções de *gênero* e *estratégias/táticas*. Foi feita análise quantitativa dos crimes e motivações, assim como dos dados pessoais das personagens, tendo em mente o complexo quadro de transformações sofridas pelo Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Mulheres indiciadas, Crimes, Cotidiano.

Introdução

O presente trabalho refere-se a partes de um relatório final de iniciação científica¹ recém-finalizada, que compreendeu a pesquisa quantitativa e qualitativa de 50 processos criminais de Formiga (MG) com mulheres indiciadas, objetivando analisar os dados pessoais das mesmas, a participação feminina local e os discursos locais de feminilidade. Para o artigo atual foram usados, além do tema, objeto, objetivo e recorte espaço-temporal, apenas os aspectos quantitativos dos dados pessoais e dos processos criminais, aproveitando, suprimindo ou acrescentando partes das discussões conceituais, metodológicas e bibliográficas. O tema mais amplo que serve de ponto de partida para nosso objeto é a “História das Mulheres”², enquanto o objeto diz respeito à atuação feminina enquanto seres sociais em seu cotidiano, superando a dicotomia passividade-revolta e enfocando as situações diversas ocorridas em processos criminais nos quais atuaram como indiciadas. O objetivo

¹ Sob orientação da prof^{ta}. D^{ra}. Sílvia Maria Jardim Brügger no curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

² Segundo Rachel Soihet (2011), o campo historiográfico da “História das Mulheres”, o qual surgiu na segunda metade do séc. XX após a incorporação à historiografia do estudo dos pobres, escravos e excluídos dos estudos anteriores, aos quais as mulheres se incluem. Isso se deu, segundo a autora, a partir dos revisionismos marxistas. Soihet destaca o forte papel dos feminismos dos anos 60 e 70 no campo de estudo.

principal é jogar luzes sobre fragmentos das trajetórias de vida de mulheres que, muitas delas pobres, foram silenciadas. Em específico, visa-se destacar quantitativamente elementos relacionados aos dados pessoais de mulheres indiciadas em processos criminais³, mas também dados dos crimes e motivos dos processos em que se envolveram. O objeto é justificado pelo relativo ineditismo das fontes e escassez de estudos relacionados para a região (cidade e distritos de Formiga – MG). A baliza temporal é o período de 1841 a 1871, intervalo entre duas reformas criminais importantes.

Contextualizar o objeto requer ter em mente as transformações do país no século XIX. Em poucas palavras, pode-se citar a Independência (1822) e tumultuada criação do Império do Brasil, a centralização política ocorrida com a Constituição de 1824, a descentralização com as Reformas Liberais de fins do Primeiro Reinado e parte das regências, a nova centralização com o Regresso Conservador, por meio da Lei Interpretativa do Ato Adicional (1834) e do Código do Processo em 1841, o “golpe da maioria” e o início do Segundo Reinado (1840). Segundo Ilmar Mattos, a partir da reforma de 1841 era objetivo debelar a “anarquia” gerada pela descentralização liberal, difundindo-se a Ordem, a Civilização e o Progresso. Isso significava reprimir crimes, rebeliões, vadios e desordeiros, bem como esquadrihar a população e controlá-la de perto (MATTOS, 1987, p. 281-282). Segundo Hebe Mattos, na segunda metade do século aumentaram os negros e mestiços livres por causa, principalmente, do aumento da compra de alforrias. Para a autora, a abolição do tráfico atlântico de escravos (1850) causou a intensificação do tráfico interno e o encarecimento e concentração social da posse dos cativos. Assim, aumentaram também os brancos pobres e a deslegitimação da escravidão, por ter sido quebrada a solidariedade branca à posse de escravos. Com o aumento da população livre de cor, a cor deixou de ser critério de diferenciação livre-escravo e de ser mencionada em documentos como processos criminais. Neste quadro, os “significados da liberdade” se transformaram, mesmo que sendo ainda em oposição à escravidão (MATTOS, 1998, p. 33-34, 95, 192). Outra questão é a dos discursos sobre o gênero feminino. Ronaldo Vainfas (1997) ressalta a presença da misoginia na colonização brasileira entre os séculos XVI e XVIII. Para o autor, a mulher era vista como incapaz intelectualmente e propícia a vícios que arruinariam o marido. Assim, a mesma devia ser prudente, pura, casta e obediente ao marido, sendo que este deveria dominá-la. Para o século XIX, Silvia Brügger (1995), analisando as transformações dos discursos conjugais no

³ AFF/LABDOC/UFSJ – Acervo do Fórum de Formiga/MG. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco. CX. 7-32, 1841-1871.

bispado do Rio de Janeiro ocorridas à luz das transformações no país, pontua que, apesar de diferenças entre os discursos tridentino (antigo), médico (pouco alcance conjugal mesmo como discurso) e romântico (triunfou enquanto discurso na segunda metade do século), de modo geral ainda se exigia às mulheres “ideais” muitos dos aspectos tridentinos citados.

Será importante o conceito de gênero. Segundo Teresa de Lauretis, mesmo variando de cultura a cultura, o sistema de “sexo-gênero” relaciona-se a fatores sociais, políticos e econômicos (LAURETIS, 1994, p. 211). Para Joan Scott, gênero é útil por auxiliar a análise das relações entre os sexos e perceber os papéis atribuídos a eles como construídos e impostos socialmente, sendo necessário analisar cada contexto (SCOTT, 1995, p. 75). Para os improvisos cotidianos, serão de grande valia as noções de usos, estratégias e táticas, de Michel de Certeau. O uso ou consumo é a forma silenciosa e astuciosa como alguém incorpora e ressignifica o que lhe é imposto, para fins diferentes dos originais. As estratégias, relacionadas a isso, visam “produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” por meio de improviso e criatividade (CERTEAU, 1998, p. 92-100).

As fontes foram processos criminais e a metodologia é aquela que, com o auxílio dos códigos criminal e processual da época, analisa o documento não com o fim de descobrir “verdades”, mas para analisar e problematizar as versões dos falantes no processo, enfocando as contradições, “mentiras” e entrelinhas dos mesmos, que permitem acessar o contexto social (CHALHOUB; 2012; FAUSTO, 1984; GRINBERG, 2012). Assim, será feita análise quantitativa dos dados colhidos nos documentos. Primeiro será feita apresentação do recorte espacial, discussão dos dados quantitativos e, por fim, das mulheres analisadas.

A região de Formiga (MG)

Formiga localizava-se na “Picada de Goiás”, sesmarias do caminho entre as vilas de São João del-Rei e Paracatu (BARBOSA, 1995, p. 227) povoadas a partir de 1737 em busca de ouro e expansão das atividades agropastoris (GAMBI, 2013, p. 49). Francisco Pinto aponta que as citadas sesmarias foram atacadas por índios e quilombolas, havendo expedições para destruição dos mesmos entre 1740 e 1760. Foi importante o papel de Inácio Correia Pamplona, que, em expedição feita em 1769 à região, ficou responsável por evitar novos quilombos, garantir a autoridade do rei no local, abrir caminhos, construir capelas, distribuir sesmarias, etc. (PINTO, 2014, p. 73-74). A região teve ocupação efetiva, segundo Barbosa, graças à ação de Pamplona (BARBOSA, 1995, p. 39). Localizada “a oeste do município

anterior [Tamanduá], na cabeceira do Rio São Francisco” (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 167), Formiga é mencionada nas sesmarias da segunda metade do século XVIII como “Paragem da Formiga”. A região deu origem à Aplicação de São Vicente Férrer da Formiga com a construção, em 1780, da capela de S. Vicente Férrer, filiada à matriz da vila de São Bento do Tamanduá. Em 16 de março de 1839 tornou-se Vila Nova da Formiga e em 6 de junho de 1858 Cidade de Formiga (BARBOSA, 1995, p. 134-135). Leopoldo Corrêa salienta que Formiga pertenceu, até a instalação da vila, à Comarca do Rio das Mortes e, logo em seguida, à recém-criada Comarca do Rio Grande, junto de Tamanduá e Oliveira (CORRÊA, 1993, p. 103). Na documentação percebe-se que passou a compor a Comarca do Rio Pará em algum momento dos anos 1860.

Processos criminais de Formiga (MG) com mulheres indiciadas

De 1841 a 1871 há 541 (100%) processos com homens e mulheres. 182 (33,64%) são com mulheres e 50 (9,24%) com mulheres indiciadas. Estas foram escolhidas porque, sendo o centro das investigações, tinham suas ações ainda mais destacadas que as vítimas. Partimos da base de dados feita pelo LABDOC/UFSJ, adaptando-a e completando-a segundo as necessidades.⁴ Selecionamos casos ocorridos de 1841 em diante e processos abertos até 1871.⁵

TABELA 1: Tipologia dos crimes com mulheres entre os indiciados

Crimes	Quantidade	Crimes	Quantidade
Adultério	2	Infanticídio	1
Adultério e ameaças	1	Infração de posturas	2
Ameaças e injúrias	1	Injúria	4
Arrombamento da cadeia municipal	2	Ofensa física	14
Dano	1	Ofensa física e arrombamento	1
Entrada na casa alheia, roubo, uso de armas, ofensa física e ameaça	1	Ofensa física, injúria e ameaça	1
Entrada na casa alheia, dano e ajuntamento ilícito	1	Perturbação da ordem pública	3
Entrada na casa alheia e furto	1	Quebra de termo de bem viver	2
Falsidade	1	Roubo e estelionato	1
Furto	3	Roubo e receptação	1
Furto e receptação	2	Tirada ou fuga de presos do poder da justiça	1
Homicídio	3	Total	50

Fonte: Processos criminais, AFF-LABDOC-UFSJ, 1841-1871, CX. 7-32

⁴ Acrescentamos dados encontrados nos documentos, mas não presentes na base. Além disso, os documentos utilizados estão no intervalo de caixas 7 a 32, correspondente ao recorte de 1841 até 1871. Há catalogação feita pelo LABDOC/UFSJ até a caixa 26 (1865) e, por isso, catalogamos os documentos restantes (que vão até 1871).

⁵ No marco inicial uma problemática foi que alguns processos abertos em 1841 tinham crimes ocorridos antes; por isso a escolha de casos ocorridos deste ano em diante.

TABELA 2: Motivos dos crimes com mulheres entre os indiciados

Motivações	Quantidade	Motivações	Quantidade
Para fugir da prisão	2	Mau comportamento	7
Motivações amorosas	6	Rixa	12
Motivações amorosas e econômicas	2	Separação de briga alheia	1
Motivações econômicas ou materiais	10	Sem motivação identificada	10
Total			50

Fonte: Processos criminais, AFF-LABDOC-UFSJ, 1841-1871, CX. 7-32

Foram as grafias da palavras atualizadas aos padrões atuais. Os 50 casos têm participação feminina como indiciadas “diretas”: indiciadas e investigadas como supostas autoras de crimes; e “indiretas”: mulheres que supostamente colaboraram com a parte indiciada, mas não foram investigadas ou julgadas⁶, bem como indiciadas e até condenadas⁷ em outros processos, com referências concretas em outros documentos, sendo tabulados os dados indiretos. O critério para os tipos de crime foi considerar o alegado nas petições iniciais ou, na ausência de informações nelas, os julgamentos das autoridades. As categorias motivacionais foram “Motivações passionais” (aspectos de relacionamentos amorosos, etc.); “Motivações econômicas ou materiais” (elementos materiais e/ou econômicos como roubos e furtos, dano à propriedade, etc.); “Mau comportamento” (embriaguez, hábito de insultar, furtar, vida ociosa, etc.); “Rixa” (disputas e desentendimentos mais antigos); “Sem motivação identificada” e categorias específicas como “Para fugir da prisão”, etc.

Na tabela 1, predominam os crimes envolvendo⁸ ofensa física: 17 (34%). Destacaram-se também nove envolvendo furto ou roubo (18%), seis envolvendo injúria (12%), três de homicídio e um de infanticídio, somando quatro (8%). Os três de perturbação à ordem e os dois de quebra de Termo de bem viver (cinco ou 10%) se relacionam, já que nos primeiros houve condenação a assinar o Termo. Na tabela 2, destacam-se “Rixa” (12 ou 24%), “Econômicos ou materiais” (10 ou 20%, e 12 ou 24%, incluindo os dois de “passional ou econômica”), “Mau comportamento” (sete ou 14%), “Motivação passional” (seis ou 12% e oito ou 16%, incluindo os dois de “passional ou econômica”) e os 10 “Sem identificação” (20%). Cruzando as duas tabelas, nos 17 casos de ofensa física 14 tiveram mulheres como

⁶ Um exemplo é, após fuga de um preso da cadeia de Formiga, sendo o carcereiro acusado de ter facilitado a situação, foi citado que a esposa do fugitivo teria dado uma nota de 2\$000 para que o carcereiro deixasse as portinholas abertas. A dita mulher não foi indiciada ou julgada. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 11, doc. 7.

⁷ Por exemplo, em 1869 o réu foi acusado de falsidade em outro processo no qual foi advogado de defesa de Sebastião Palhares e D. Similiana Maria do Nascimento (condenados por adultério). Na tabulação dos dados foram usados os dados indiretos, sobre o crime, motivo e condenação. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 30, doc. 17.

⁸ Quando se diz “envolvendo”, refere-se também àqueles casos que tiveram vários crimes na tipologia, incluindo o tipo que está sendo discutido.

principal ofendido⁹, dois tiveram homens e um não teve ninguém¹⁰. Isso demonstra a maioria de mulheres trocando agressões diretas ou não (poderiam ser mandantes). Entre os motivos dos 14 crimes, oito foram por “Rixa”, cinco sem informações, dois de “Motivação econômica ou material”, um por “Motivação passional” e um por “Separação de briga alheia”, sendo maioria os crimes ocorridos por ajustes de contas entre desafetos. Para citar um exemplo do que foi dito, em 1848, na Rua do Rosário, em Formiga, Rita Maria da Conceição (negra, vivia de seu trabalho) estava sentada na porta de sua casa quando teria passado Lucinda de tal e a insultado com palavras como “negra catinguenta”, arremessando-lhe em seguida uma pedra na boca, que arrancou-lhe um dente. Segundo as testemunhas, a ré queria agredi-la mais, sendo contida por vizinhos, tendo dias depois continuado a ameaçar Rita de morte com uma faca.¹¹ Predominando as ofensas físicas e os motivos de rixa, é visível a resolução de pendências nas ruas. As agressões públicas entre mulheres não seriam um indício de não-adequação a um modelo dominante de conduta?¹²

Maria Sylvia Franco, apesar de críticas pertinentes¹³, traz pontos importantes ao demonstrar para o Vale do Paraíba fluminense e paulista no século XIX como a violência era aspecto de todas as esferas do sistema comunitário. Por isso, podiam haver resoluções violentas de súbito e em situações que poderiam ser resolvidas de outra forma (FRANCO, 1997, p. 24-27). Segundo Sidney Chalhoub, sobre o Rio de Janeiro da Primeira República, os conflitos violentos não eram futilidades surgidas do nada, mas acertos políticos entre iguais surgidos gradualmente, bem como um reforço aos valores e rituais de solidariedade e sobrevivência com grande importância entre aquelas pessoas (CHALHOUB, 2012, p. 201-202).

⁹ A base de dados feita no LABDOC é dividida em ofendido 1 e 2, indo da principal vítima à secundária, o que vale também para os réus. Isso foi determinado segundo o que foi dito no decorrer do processo. Por termos adaptado a base citada, incluímos os demais personagens mencionados como vítimas ou réus em algum grau (ver no tópico “*Processos criminais de Formiga (MG) envolvendo mulheres*” a questão dos casos diretos e indiretos).

¹⁰ Por vezes algum caso não teve pessoas indiciadas e processadas, bem como personagens como vítimas. No caso citado, Eduarda Vieira foi chamada a assinar um Termo de bem viver por terem supostamente dois escravos brigado na rua por sua causa, não sendo ambos incursores como vítimas. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 18, doc. 5.

¹¹ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 14, doc. 1.

¹² Situação semelhante à de São Paulo de fins do Setecentos e todo o Oitocentos que, para Maria Odila Dias, sediava improvisos cotidianos em nome da sobrevivência e hábitos de mulheres pobres (brancas ou não, forras, escravas ou livres) muitas vezes perseguidos (DIAS, 1995). Outra situação parecida é a do Rio de Janeiro da virada para o século XX onde, segundo Martha Esteves, a partir de processos criminais e das condições de vida daquelas pessoas, furtou-se uma “cultura popular” relativamente autônoma, (ESTEVES, 1989).

¹³ Sidney Chalhoub (2012, p. 185) argumenta que, sendo os processos criminais as fontes usadas por Franco, logicamente a violência apareceria muito. Seguindo este cuidado, pode-se dizer que as ideias de Franco colaboram para perceber o ajuste violento não como geral, como quer a autora, mas como importante. Até porque, como visto na tabela 1, as agressões predominaram entre os crimes, ou seja, a resolução de conflito por soluções violentas.

Sobre os casos de perturbação à ordem ou quebra de Termo de bem viver, todos foram por motivo de “Mau comportamento”, envolvendo perturbações à paz pública como hábitos de injuriar, beber, etc. Como exemplo, há o caso de Maria Inocência de Jesus (solteira, de 18 a 20 anos, vivia de seus serviços), Ana Angélica de Jesus (solteira, 16 anos, vivia de seu trabalho) e Valeriana Maria de Jesus (mãe de Maria Inocência, casada, 40 anos, fazia serviços domésticos). Em 1865, na Rua das Mercês em Formiga, foram detidas acusadas de prostituição e perturbação da ordem, por supostamente receberem soldados e escravos em casa e promoverem intrigas com os vizinhos. Após a primeira testemunha dizer que Valeriana insultava as pessoas, esta, em vez de tentar mostrar-se “honrada” e “correta”, como em outros processos, disse que apenas respondia aos insultos da testemunha. Contestando o segundo depoente, disse que sua filha Maria Inocência não tinha sido presa cinco vezes, mas sim quatro. Ou seja, Valeriana acabou por reconhecer muitos dos comportamentos.¹⁴ Dos seis crimes envolvendo injúria, exclui-se o caso de Maria Cassemira¹⁵, enquanto os outros cinco têm maioria de homens como os principais ofendidos. Todavia, quatro foram de injúrias trocadas entre mulheres, cujos processos por vezes foram iniciados por maridos em defesa das esposas, como a acusação de Vicente Peixoto Guimarães contra a suposta injúria de Maria Luiza aos filhos e esposa do primeiro.¹⁶ Um último grupo é o de furtos e roubos. Dos nove casos, seis envolviam “Motivações econômicas ou materiais”, dois com “Motivação passional ou econômica” e um de “Mau comportamento”. Oito foram contra homens e em três acusava-se mulheres roubarem e furtarem, vivendo disso. Se verdade, seria outro indicativo de improvisos que contrariavam modelos de conduta?

Dados pessoais das personagens analisadas

Há 54 mulheres nos campos “indiciado 1” e 2 (principais acusados (as)), “indiciado 3”, 4 e 5 (mulheres de fato indiciadas ou citadas como colaboradoras das partes indiciadas)

¹⁴ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 26, doc. 7.

¹⁵ Em 1863, Balduino da Silva Moura queixou-se contra Antônio Marques da Silva por injúria. Tendo sumido um dinheiro do réu, este dissera suspeitar de Balduino, Maria Cassemira e Luciano, tendo supostamente chamado o ofendido de ladrão. Este é mais um exemplo dos casos “indiretos” com participação feminina coincidente com o lado dos indiciados, mas a mulher não foi processada ou investigada no documento. Assim, foram computados apenas os dados de Maria Cassemira, e os tipos de crime e motivo. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 2.

¹⁶ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 25, doc. 8.

* Carolina Bernardina (1860) declarou, na qualificação, ser fiandeira e lavadeira, mas no último interrogatório disse cozinhar para várias pessoas e que “aceita[va] qualquer trabalho”. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4;

** Ana Inês (1864) declarou, na qualificação, ser sua ocupação os serviços domésticos, mas, no interrogatório disse ser fiandeira, costureira e atuar na educação dos filhos. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 18;

*** Maria Monteiro (1845) declarou viver de suas agências, mas, n arbitramento da multa em que foi condenada, diz-se que a mesma vive de costurar. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 11, doc. 13.

TABELA 3: Ocupação das mulheres situadas entre os indiciados

Ocupação	Quantidade	Ocupação	Quantidade
Costureira	1	Não sabe	1
Costureira e fiandeira	7	Negociante	3
Costureira e lavadeira	1	Ofício de ferreiro em companhia do marido, serviços domésticos, costureira e fiandeira	1
Costureira, fiandeira e agências	1	Sem informação	22
Costureira, fiandeira e lavadeira	1	Serviço doméstico, fiandeira, costureira e educa os filhos**	1
Cozinheira e lavadeira para os senhores	1	Serviços domésticos	1
Fiandeira	1	Vive da assistência de seu marido	1
Fiandeira e lavadeira	1	Vive de seu trabalho/serviços	6
Fiandeira, lavadeira, cozinheira para várias pessoas e “aceita qualquer trabalho” *	1	Vive de sua agência e de costuras***	1
Fiandeira e tecelã	2	Total	54

Fonte: Processos criminais, AFF-LABDOC-UFSJ, 1841-1871, CX. 7-32

TABELA 4: Estado conjugal das mulheres situadas entre os indiciados

Estado conjugal	Quantidade	Estado conjugal	Quantidade
Amasiada	1	Casada	17
Sem informação	17	Solteira	14
Solteira/amasiada*	1	Viúva	4
		Total	54

Fonte: Processos criminais, AFF-LABDOC-UFSJ, 1841-1871, CX. 7-32

TABELA 5: Faixa etária das mulheres situadas entre os indiciados

Idade	Quantidade	Idade	Quantidade	Idade	Quantidade
15	1	28	4	50 ou 40	1
16	1	30	3	50	1
De 18 a 20	1	32	1	60	2
20	1	35	1	Não sabe	4
26	1	40	2	Não declarou	26
27	3	42	1	Total	54

Fonte: Processos criminais, AFF-LABDOC-UFSJ, 1841-1871, CX. 7-32

No que concerne às ocupações, há maioria absoluta de mulheres trabalhando em ofícios que não apenas serviços domésticos (29 ou 53,70%) no que Douglas Libby chama de “artesãos e operários de profissão declarada” (neste caso na subcategoria de “trabalhadores em tecido”) ou “serviços domésticos” (lavadeira, cozinheira, engomadeira, etc.) (LIBBY, 1988, p. 37, 38) das quais dedicavam-se aos ofícios envolvendo lavar, passar, cozinhar, costurar, fiar. Muitas tinham vários serviços, certamente para sobreviver, incluindo as que cuidavam da casa/filhos e faziam outras atividades. Assim, Carolina Bernardina (negra, livre) em 1860 declarou ser fiandeira e lavadeira, mas em seguida disse que aceitava qualquer

trabalho.¹⁷ Sobre os estados conjugais é alto o número de mulheres declarando-se (ou caracterizadas assim pelos atores processuais) casadas (os mesmos 31,48% das faltas de informação) ou viúvas (quatro ou 7,4%)¹⁸. Vale a ressalva de que os processos criminais dificultam este tipo de informação, uma vez que o casamento católico era o único reconhecido como legal. Diante disso, é quase certo que muitos tentariam aparentar os costumes “corretos”, a fim de obterem vitória no final do processo. Isso não garantia a vitória, haja vista tratar-se de uma sociedade ainda regida por relações costumeiras, sendo necessário reconhecimento social como casados (BRÜGGER, 1995). Ademais, chama atenção o alto número de solteiras (14 ou 25,92%) ou, incluindo Maria Gomes da Silva, 15 ou 27,77%. No quesito etário, há apenas 24 registros, dos quais a maioria (14 ou 58,3%) ia dos 27 aos 40 anos.¹⁹

Cruzando dados de idade, ocupação e estado conjugal tem-se o seguinte quadro: entre as 21 “casadas” ou “viúvas”, 10 tinham algum envolvimento com costura, lavar, cozinhar, fiar ou tecer, três tinham outras ocupações e para oito não tinha informação. Quanto às idades, há 10 casos sem informação, seis entre os 26 e 32 anos, um de 40, um de 42, uma de 50 ou 40 e duas de 60. Percebe-se que mesmo as casadas ou viúvas também trabalhavam, aqui em maioria nos ofícios de “artesãos e operários de profissão declarada” ou “serviços domésticos”, visando provavelmente complementar a renda da casa. Certamente outras envolviam-se com estas atividades, mas não declararam. Estas mulheres, que iam principalmente dos 26 aos 32 anos, em nome da sobrevivência também iam contra (conscientemente ou não) ao ideal de reclusão e dependência do marido, apesar que muitos desses serviços possivelmente eram feitos em casa. Entre as 14 “solteiras”, as ocupações de seis envolviam lavar, fiar e costurar, sendo que a escrava Sebastiana cozinhava e lavava para os senhores; outras seis viviam de seu trabalho ou serviços, uma era negociante e a restante vivia de sua agência, mas em outro momento disse viver de costuras. Vale lembrar que Maria Gomes da Silva (costureira e fiandeira) declarou-se solteira, mas que as testemunhas e autoridades diziam ser amasiada. Na faixa etária das solteiras, três não sabiam, nove iam dos 15 aos 35 anos, uma tinha 40 e a restante 50 anos. Em todas as categorias conjugais, lembrando a alta falta de informações, percebe-se predominar mulheres de idades semelhantes (apesar de as solteiras serem mais novas que as casadas ou viúvas), dedicadas às atividades de costurar, lavar (etc.) citadas

¹⁷ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4.

¹⁸ Entende-se que o quadro de viuvez referia-se a um estado anterior de casamento.

¹⁹ Das que declararam, por exemplo, terem “de 20 para 21 anos”, foi computada a primeira idade declarada.

* Maria Gomes da Silva declarou, em 1845, ser solteira, mas as testemunhas e autoridades apontam-na como amasiada. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 11, doc. 16; CX. 11, doc. 17; CX. 12, doc. 7; CX. 12, doc. 9.

acima ou vivendo de suas agências, serviços ou trabalho. O conjunto de fontes não permite dizer que as ocupações das solteiras eram específicas delas, já que a maioria das casadas que declararam profissão também envolviam-se nestes ofícios. O que torna-se visível é a existência de mulheres casadas, viúvas ou solteiras lutando (sozinhas ou com filhos, maridos e parentes) por sua sobrevivência, como Dias (1995) analisou para São Paulo, e, de modo também ativo como ocorria em relação ao hábito de beber ou brigar, dedicando-se a serviços talvez por serem possíveis de fazer em casa ou por serem os únicos em que aceitava-se mulheres.²⁰ Outra dificuldade é afirmar que as mulheres, por seus ofícios, eram pobres ou não, já que não lidamos com documentação como inventários. Para boa parte pode-se especular uma condição econômica menor, já que exaltar posses era um fator de legitimação na luta judicial (VELLASCO, 2004, p. 173-181).

Em outros dados, temos 32 brasileiras (59,25%) e 22 (40,74%) sem informações. Sobre a cidade de origem, há 22 sem informações, 10 de Formiga, quatro de Tamanduá, três de Piunhi, três de Cachoeira, uma de Bambuí, uma de Capivari, uma do Desterro, uma do Onça, uma da Aldeia de Santa Anna, uma de São João del-Rei, uma de Sabará e uma de Ponte Alta. Por outro lado, 33 (61,1%) não sabiam ler e escrever, 20 (37,7%) não declararam e uma (1,85%) sabia. Para a cor, há 48 sem informação, em um provável “silêncio da cor” (MATTOS, 1998). É interessante que os poucos registros de cor sejam de mulheres que não eram brancas, talvez pelo fato de a cor ter se tornado forma caracterização pejorativa e, conseqüentemente, legitimação dentro da arena processual (MATTOS, 1998, p. 98; VELLASCO, 2004, p. 173-181). Apenas cinco informaram haver uma mulher cabra (1843), uma crioula (1843), uma crioula ou preta (1845), uma negra (1860), uma negra ou crioula (1849) e a escrava Sebastiana, que era filha de uma mulher cabra (1861). Quanto à condição, temos duas forras: a preta ou crioula Maria Monteiro (1845) e Gertrudes Francisca Angélica (1868), sem informação de cor; e duas escravas: a negra ou crioula Francilina de tal (1849) e a filha de mãe cabra Sebastiana (1861). Estes dados contribuem para caracterizar as personagens e percebê-las como mulheres oriundas de Formiga ou região próxima, muitas possivelmente pobres, livres (se não fossem fugitivas, provavelmente eram livres, já que a condição de cativo era sempre mencionada) e em luta por sobrevivência diária, muitas vezes incursas na justiça por hábitos não tolerados pelo projeto nacional de ordem e civilização.

²⁰ Para Maria Odila Dias (1983, p. 33), em São Paulo de fins do Setecentos até a Abolição raramente havia oportunidade de emprego em lojas e manufaturas para as mulheres pobres, e poucas tinham as próprias lojas. Sobrava o “comércio menos considerado” de alimentos pelas ruas da cidade, sendo o hábito de burlar posturas municipais um aliado. Deve-se ver este quadro com cuidado, já que poderiam ter escolhido estas atividades.

Apesar de a documentação não ter dados de posse de escravos ou cor, os elementos de ocupação e as falas dos personagens atuam como base das afirmações feitas e ponto de partida de hipóteses para investigações complementares futuras.

Considerações finais

Formiga, afastada dos grandes centros do Império, revela mulheres batalhando pela sobrevivência diária como certamente em outros locais interioranos ou urbanos mencionados no corpo do trabalho. Vivendo ativamente suas relações sociais (sendo importante não apresentar este dado de forma estereotipada) e, por isso, muitas vezes caindo nas malhas de uma justiça a serviço dos dirigentes imperiais, preocupada em consolidar a ordem e eliminar os focos de perturbação. Grande maioria se dizia casada, sendo a participação das solteiras muito relevante. Dedicadas principalmente aos ofícios mecânicos e domésticos de costurar, lavar, (etc.), mas também a outros tipos de trabalho (algumas foram acusadas de roubar e furtarem para sobreviver). A principal percepção foi que, apesar dos discursos dominantes, as mulheres de Formiga e arredores também tinham atividade social ativa seja em seu cotidiano, seja quando tramavam crimes de furto, assassinato, entre outros.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BRÜGGER, S. M. J. **Valores e Vivências Matrimoniais: o triunfo do Discurso Amoroso**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. 3. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- CORRÊA, Leopoldo. **Achegas à história do oeste de Minas** (Formiga e municípios vizinhos). 2. ed. Formiga: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GAMBI, M. N. **Fronteiras em Movimento**: a ocupação espacial no sertão mineiro da Picada de Goiás, c.1740 - c.1800. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/810273.pdf>>. Acesso em: 02/05/19.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johan Jakob von. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56554&codUsuario=140>>. Acesso em: 02/05/19.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

PINTO, Francisco Eduardo. **A hidra de sete bocas**: Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad: Guacira Lopes Louro (versão em francês). Ver: Tomaz Tadeu da Silva (de acordo com o original em inglês). **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História** - Ensaios de Teoria e Metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELLASCO, Ivan de A. **As seduções da Ordem** – Violência, criminalidade de administração da justiça. Minas Gerais, século 19. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2004.

Fontes primárias

AFF/LABDOC/UFSJ – **Acervo do Fórum de Formiga/MG**. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco. CX. 7-32, 1841-1871.

Sob o sol das estradas: impacto social do tropeirismo nas Minas Oitocentistas (1801-1811)

Fernanda Mendes Santos

Graduada em História

PUC-MG

fernanda54mendes@gmail.com

Mariana Brescia Cruz

Graduada em História

PUC-MG

marianalvt@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende dar luz a lacunas historiográficas percebidas na história mineira colonial, mais precisamente sobre os homens que eram responsáveis por todo o abastecimento da colônia: os tropeiros. O tropeirismo foi um ofício de transporte de mercadorias de secos e molhados que promovia o abastecimento interno e externo da América Portuguesa. Além disso, sua importância social se deu também por conta do seu papel de transmissor de mensagens e informações, assim como de trocas culturais. Prática corriqueira fundamental em todo o período colonial, o tropeirismo caracteriza-se como um dos elementos responsáveis pela interiorização da Metrópole, tendo um papel importante no que tange a Capitania de Minas Gerais, principalmente quando se trata do fornecimento de provisões dos lugares afastados das rotas oficiais, o que fazia com que novos caminhos fossem traçados, aumentando o alcance das autoridades e as resistências. O objetivo que rege este estudo consiste em analisar o impacto social dos tropeiros em Vila Rica – MG na primeira década do século XIX. O estudo aqui proposto, de caráter inicialmente exploratório, visa a interpretação e análise documental das atividades relacionadas aos tropeiros em Vila Rica. Constitui uma pesquisa documental, que a partir de uma abordagem qualitativa busca analisar os sentidos e significados do tropeirismo nas Minas Oitocentistas, a partir do estudo das atividades realizadas em Vila Rica durante os primeiros anos do século XIX. As fontes utilizadas, retiradas do Arquivo Público Mineiro, como apoio para compreensão da sociedade mineira colonial possibilita pensar nas práticas segregadoras e unilaterais do comércio como um divisor das classes sociais, e em como o tropeiro fez parte dessa dinâmica social das divisões de poder. Por meio desses questionamentos surgidos referentes à documentação utilizada, compreende-se o caráter fundante do uso das fontes primárias para a construção do trabalho do historiador. A ausência de uma análise social dos tropeiros deixa evidente a importância deste trabalho para os estudos das Minas Gerais do século XIX e acentua a necessidade do resgate de uma memória coletiva que ficou nos tempos de outrora, mas que ainda hoje é necessário se voltar para ele. Nesse sentido, tem sido possível identificar através das interpretações documentais uma participação ativa dos tropeiros na sociedade mineiros do Oitocentos

Palavras-chave: Tropeiros, Colônia, Comércio.

Este trabalho pretende dar luz a lacunas historiográficas percebidas na história mineira colonial, mais precisamente sobre os homens que eram responsáveis por todo o abastecimento

da colônia: os tropeiros.

Tem-se como objetivo principal analisar o impacto social e cultural do tropeirismo em Vila Rica na primeira década do século XIX, através da investigação da relevância social dos tropeiros na sede da Capitania no início do século proposto, assim como pela compreensão das práticas comerciais em que estavam inseridos.

O tropeirismo foi um ofício de transporte de mercadorias e de secos e molhados que promovia o abastecimento interno e externo da América Portuguesa. Prática corriqueira fundamental em todo o período colonial, o caracteriza-se como um dos elementos responsáveis pela interiorização da Metrópole, tendo um papel importante no que tange a Capitania de Minas Gerais, principalmente quando se trata do fornecimento de provisões dos lugares afastados das rotas oficiais, o que fazia com que novos caminhos fossem traçados, aumentando o alcance das autoridades.

Estudar os indivíduos e os ofícios presentes na sociedade colonial mineira é sempre um tema complexo devido ao caráter particular de cada função exercida por aqueles que a cumprem. No entanto, é muito importante buscar compreender os sujeitos e ofícios presentes na sociedade mineira colonial. No caso deste trabalho, estudar os tropeiros e o impacto social de seu trabalho nos abre portas para que também possamos compreender o caráter da sociedade mineira colonial e a dinâmica presente no comércio.

Entretanto, é importante destacar que enquanto categoria de análise, segundo Júnia Furtado (1999), a designação tropeiro só começa a ser usada no século XIX, quando a intensa comercialização do café era a atividade primordial da Província de São Paulo e Minas Gerais. Apesar desse apontamento historiográfico, este trabalho irá tratar os homens responsáveis pelo abastecimento das Minas como tropeiros. Essa denominação é envolta de muito preconceito, principalmente por parte dos senhores que comercializavam seus excedentes. Segundo Lenharo (1979):

Mesmo quando surge em questão, nos textos documentais, a figura do tropeiro especializado, é raro que apareçam identificados como tropeiros, amiúde são “negociantes”, ou “aquele que vive de negócios”, ou de modo menos frequente, “negociantes de tropas”, “solta” ou “carregada”. (LENHARO, 1979, p. 110)

Nos principais dicionários da época, o Dicionário de língua portuguesa de Antonio de Moraes Silvia, de 1789, e o Dicionário Bluteau de 1728, não constam a definição da palavra

tropeiro, mas sim “arrieiro”.¹

Apontar a dinâmica comercial presente em Vila Rica na primeira década do século XIX é de extrema relevância, uma vez que nesse momento percebe-se um afloramento de diversos grupos sociais participando e atuando diretamente no comércio, assim como dos agentes que exerciam o ofício de fiscalização e manutenção da estrutura comercial.

Esses agentes sociais presentes na estrutura de hierarquização da sociedade mineira vão criar os primeiros parâmetros do que viríamos a ser, com seus valores, costumes e modos de vida. A burocracia, hierarquização e a desclassificação vão marcar nossa história.

Analisar a sociedade mineira, a partir da relação com o tropeirismo, e a atividade do tropeiro, além da sua participação econômica e social, oportuniza olhar a sociedade por dentro de suas linhas e estamentos. Por meio desse estudo, é possível identificar um desvelamento dos grupos sociais e dos espaços de sociabilidade no centro administrativo da capitania de Minas Gerais.

As fontes utilizadas como apoio para compreensão da sociedade mineira colonial possibilita pensar nas práticas segregadoras e unilaterais do comércio como um divisor das classes sociais, e em como o tropeiro fez parte dessa dinâmica social das divisões de poder. Por meio desses questionamentos surgidos referentes à documentação utilizada, compreende-se o caráter fundante do uso das fontes primárias para a construção do trabalho do historiador. De acordo com Laura de Mello e Souza (1982):

O historiador só pode trabalhar com documentos que existem: não pode inventá-los, mas pode reinventá-los, lê-los com novos olhos. Um documento oficial pode conter dados sobre camadas sociais que não entravam na cogitação das pessoas que, durante séculos, procuraram nele informações sobre administração ou política. (SOUZA, 1982, p. 15)

As perguntas feitas à documentação proposta são prerrogativas que herdamos da renovação historiográfica, um movimento de ampla mudança do pensamento histórico e da historiografia. A opção pela história social e cultural surge como resultado das mudanças advindas dessa nova proposta historiográfica vigente no século XX, tornando possível compreender as realidades dos menos favorecidos.

O estudo aqui proposto, de caráter inicialmente exploratório, visa à interpretação e análise documental das atividades relacionadas aos tropeiros em Vila Rica na primeira década do século XIX, no que tange seu caráter cultural e social na sociedade mineira oitocentista.

1ARRIÈIRO, s.m: Homem, que aluga, e acompanha as bestas de estrada, de cavalgar. (SILVA, 1813,v.1, p. 194)

Constitui uma pesquisa documental, que a partir de uma abordagem qualitativa busca analisar os sentidos e significados do tropeirismo nas Minas Oitocentistas, a partir do estudo das atividades realizadas em Vila Rica durante os primeiros dez anos do século XIX.

Em seu livro *História e Memória*, o medievalista Jacques Le Goff dá-nos sentidos e significados do documento escrito. Inicialmente usado pela escola positivista, o documento então toma um caráter perpetuador de importância para a análise histórica. Para essa escola, documento só eram as fontes escritas, tendo como função contar os fatos, sem uma análise crítica, no entanto, essa noção vai ampliar-se radicalmente com o advento da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), em que seus visionários pensaram em uma forma de trazer para a História novos documentos, sendo estes imagéticos, sonoros, ilustrados, falados, mas jamais descartando a importância da fonte escrita.

Com a década de 1960 se inicia uma verdadeira revolução documental, abarcando análises qualitativas e quantitativas. As análises qualitativas porque pela primeira vez na História os grandes homens, a história estatal e militar são deixadas de lado, ampliando o olhar para os marginalizados, os esquecidos e invisíveis. É pra esse olhar que este trabalho está voltado, em busca do resgate de uma memória coletiva que ficou nos tempos de outrora, mas que ainda hoje é necessário de voltar para ele. O olhar para os pequenos detalhes da história só é possível pela contribuição da noção de fonte documental e crítica constante que os *Annales* propõem.

É interessante ressaltar que os poucos trabalhos existentes sobre os tropeiros nas Minas são de base quantitativa, como o de Botelho (2003) que utiliza-se das listas nominativas e dos registros de tributos, buscando analisar as tropas em sua dimensão.

Marc Bloch, um dos fundadores da revista e novo movimento historiográfico, defendia que todo documento é parte da sociedade que o concebeu e que permitiu sua perpetuação por meio dos arquivos e memoriais. Aquilo que não se tem documentado nos diz muito sobre dada sociedade, suas lembranças e esquecimentos.

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aprecem, aqui ou ali, pelo efeito de qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe se serem apenas exercícios técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos que a passagem da recordação através das gerações. (BLOCH, 1949, p. 534)

Essa identificação do documento como parte da sociedade do passado e do presente é identificado também em Le Goff (2003):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2003, p. 470)

Qualquer documento está fadado a falsificações e verdades, sendo o trabalho do historiador identificar e criticá-lo. Para Le Goff (2003) é como se os documentos estivessem com uma roupa que inibiria o seu real sentido. Analisar a procedência dessa roupa e a sociedade que a criou é o primeiro passo para analisar os documentos-monumentos.

Os documentos-monumentos são documentos que passaram por uma utilização das esferas do poder, transformando-os em verdadeiros monumentos das sociedades que o ergueram. Como o documento é fruto da sociedade que o construiu, ele não está estagnado no passado, o que deve-se ter como percepção é que a égide do poder o torna fundamental. É um caráter simbólico usado por Le Goff (2003), que vê na utilização do documento como monumento a única forma da memória coletiva recuperá-lo e ao historiador de usá-lo cientificamente.

A base investigativa se assenta nas fontes, localizadas no Arquivo Público Mineiro, referentes à Secretária de Governo da Capitania (Seção Colonial), assim como da Câmara Municipal de Ouro Preto e da Casa dos Contos. Por estarem ligados à lógica do poder, esses documentos possuem uma importância monumental, mas não por quem escreveu, mas sim a quem eram destinados: o Governador.

A principal documentação utilizada diz respeito a uma “Representação que faz a Câmara de Vila Rica em nome dos pobres ao governador, pedindo que o comércio de víveres não fique apenas na Praça do Pelourinho, como quer o ouvidor, mas sim, que os tropeiros tenham liberdade de venderem seus alimentos circulando pela vila, para que o povo não seja prejudicado.” Além disso, a fonte data de 14/09/1803, período em que se encontrava como Governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, destinatário da Representação enviada pela Câmara de Vila Rica.

Por meio desse relato foram levantadas as questões que permeiam o impacto controle do comércio por meio dos tropeiros em Vila Rica e a relevância social deste grupo frente ao contexto descrito pela Câmara, que vão delinear a pesquisa bibliográfica a ser desenvolvida.

Se fará a busca de outros documentos para sustentação e indicativos da vida social e do impacto dos tropeiros nas relações sociais e culturais. Para tanto, os dados serão organizados e sistematizados, considerando os temas que foram identificados: informações comerciais, valores, relação com a sociedade, normas e legislação, imagem, hierarquização social.

Para o presente trabalho, utilizaremos do arcabouço teórico proporcionado pela história social, tendo em vista que esse campo historiográfico tem sido cada vez mais empregado nos estudos de História do Brasil Colonial. Sua contribuição pode ser percebida na renovação historiográfica da década de 1970, um momento de profunda revisão teórica e empírica da dinâmica social do Brasil, assim como de seus agentes sociais e suas ações no contexto em que estiveram.

No entanto, é importante referenciar a importância dos *Annales* como marco fundante de uma nova história, em que estaria superado o historicismo rankiano, ao abrir a historiografia às outras ciências criando um conhecimento interdisciplinar, além do alargamento das fontes. No entanto, como explicita Hebe Castro (1997), até pelo menos a década de 1970, a abordagem voltada para o social era generalizante, perdendo a eficiência. No entanto, há um intenso movimento para o reconhecimento de uma atuação mais restrita da história social.

Segundo Albert Soboul (1965), conforme citado por Brignoli e Cardoso (1979):

A história social não é somente um estado de espírito, quer também ser uma disciplina especial dentro do conjunto das ciências históricas. Neste sentido mais preciso, está vinculada ao estudo da sociedade e dos grupos que a constituem em suas estruturas e pelo ângulo da conjuntura; nos ciclos e no longo prazo. (SOBOUL, Albert, 1965. apud. BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, 1979, p.353)

Portanto, é tão caro a utilização da história social para conseguir dar a devida dimensão aos tropeiros, grupo que foi responsável pelo transporte de mercadorias por todo território colonial, assim como mensageiros e portadores de notícias.

No que diz respeito à história cultural, percebe-se que os debates acerca de seus conceitos e definições são extensos e complexos, uma vez que a história cultural e a história das mentalidades são constantemente tratadas como sinônimos. Portanto, é importante destacar que não nos interessa aqui fazer uma discussão acerca dos significados e definições do que é a história cultural, mas sim identificar seus métodos e abordagens a fins de utilizá-los como metodologia para a construção deste trabalho.

Desde os anos 1950-60, e principalmente na década de 70, a produção historiográfica

brasileira se viu hegemônica por análises marxistas ou por correntes marxistas. De acordo com Vainfas (2009), obras como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1942) e *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, tornaram-se referências da historiografia brasileira dedicando-se a fazer uma história voltada para as questões estruturais.

Além disso, a produção historiográfica brasileira, atrelada ao meio universitário e aos compromissos políticos de combate a ditadura, dificultou o diálogo com novas correntes e abordagens. Foi somente com o avanço da pós graduação e da crise no regime militar que a pesquisa histórica no Brasil se abriu para novos campos.

Diante disso, a ampliação dos temas e dos sujeitos históricos possibilitou um “alargamento do campo conceitual e acentuou a busca por novas formas de operar o conhecimento.” (RAGO, 1997 p. 78). Para Rago (1997), outra importante fonte de renovação veio da redescoberta da Escola dos Annales, preterida pela produção marxista desde o final da década de 60, e da Nova História, que chamava atenção com novos temas e abordagens.

Assim, a abertura dos historiadores para novos temas, objetos e atores resultou em importantes deslocamentos teóricos e impôs a busca de novos conceitos e formas de pensamento que possibilitassem maneiras de pensar diferentemente no campo histórico. Nesse sentido, a autora alerta que o historiador trabalha primeiramente com a produção dos discursos, com interpretações, com máscaras sobre máscaras e que a busca da objetividade e de uma pressuposta essência natural é mera ilusão antropológica:

Não mais fatos, não mais os objetos e os sujeitos no ponto de partida, mas os discursos e as práticas instituintes produtoras de real, como afirma Paul Veyne. Não apenas a história da razão, mas a da loucura, não apenas a história social dos prisioneiros, mas as formas pelas quais a prisão emerge como forma punitiva considerada verdadeira, necessária e universal; não a história da sexualidade ao longo da história, mas a de uma problemática relação com o sexo, marcada pela emergência de um “dispositivo da sexualidade” no mundo vitoriano, regulando e normatizando os indivíduos e seus comportamentos; não objetos prontos e acabados evoluindo ao longo da história do progresso e da razão, mas práticas discursivas e não-discursivas constituidoras e instituintes. (RAGO, 1997, p. 80)

Nesse sentido, a determinação cultural dos agentes e das práticas sociais, muito além das questões econômicas e políticas, transparece na observação que os historiadores fazem das subjetividades, do imaginário e do campo simbólico. Isso implica dizer que a história cultural se dedica aos modos de “representação e construção cultural/discursiva de identidades, subjetividades etc., que refletem a influência da virada linguística.” (WEINSTEIN, 1998, p. 229).

Existem muitos trabalhos sobre a economia mineira no século XIX, entretanto, poucos analisam o tropeirismo. As obras de Tarcísio Botelho (2003), José Alípio Goulart (1961), Alcir Lenharo (1992), Mafalda Zemella (1990) e Pandiá Calogeras (1936) são aqui utilizadas como apoio bibliográfico para a compreensão do ofício dos tropeiros e serão tratadas no capítulo 3. No entanto, nos levantamentos exploratórios foi possível perceber a carência de trabalhos que abordam os impactos sociais e culturais do tropeirismo no abastecimento mineiro colonial. Para Goulart (1961),

É preciso que alguém se disponha a elaborar um trabalho de profundidade sobre esse todo, registrando, de maneira precisa, a sua importância, a sua imensurável colaboração para o progresso do Brasil, a fim de que as gerações vindouras tenham uma fonte segura onde se informar do quanto esse sistema de transporte, feito no lombo do burro, foi útil para a evolução deste país. (GOULART, 1961, p. 16)

Dessa maneira, o não aprofundamento da história dos tropeiros acaba por preterir o papel social que exerciam dentro da Capitania. Analisar a sociedade mineira, a partir da relação com o tropeirismo, e a atividade do tropeiro, além da sua participação econômica e social, oportuniza olhar a sociedade por dentro de suas linhas e estamentos. Por meio desse estudo, é possível identificar um desvelamento dos grupos sociais e dos espaços de sociabilidade no centro administrativo da capitania de Minas Gerais.

Considerações finais

O trabalho aqui exposto faz parte de um estudo maior, portanto, é importante deixar claro que essa é uma pequena parte de uma pesquisa que foi feita com o financiamento da bolsa PROBIC/PUC Minas, com apoio da FAPEMIG. Assim, devido aos limites impostos aqui, decidimos trazer as análises iniciais e finais do artigo para o público.

A realização do estudo nos possibilitou preencher algumas das lacunas historiográficas observada na história dos tropeiros. Esquecido por uma parte da historiografia e glorificado por outra (essa parcela é ínfima, precisamos reconhecer), o tropeirismo se fez essencial para a estruturação do território da América Portuguesa.

Minas Gerais teve sua história marcada pela intensidade do século XVIII. A mineração, apesar disso, consonâncias de seu século mais próspero ainda reflete nos dias de hoje. No entanto, como toda sociedade, algumas práticas estão fadadas ao esquecimento, seja ainda no presente, ou num futuro em que a tecnologia supera as velhas práticas.

O tropeirismo esteve presente da história de Minas como um ofício de extremo

prestígio até o início do século XX, principalmente por ser uma tradição passada de geração em geração, essa prática, que no interior do Brasil foi fundamental, se mostrou necessário ainda em meio as inúmeras inovações pelo fato da dificuldade presente no acesso aos territórios mais inóspitos.

A sua participação na Capitania de Minas Gerais, recorte espacial aqui utilizado, foi observado não só por bibliografias, mas também por fontes localizadas no Arquivo Público Mineiro, nos possibilitaram conhecer o universo social dos tropeiros e identificar seu impacto nas Minas Gerais.

A figura do tropeiro foi importante para todos os setores da população mineira, no entanto, acreditamos que especialmente para os desclassificados eles foram primordiais. Quando pensamos num mundo em que o básico não chegava a um preço justo para todos pagarem, existiu uma categoria que lutou por isso, e tentamos atestar essa hipótese pelas fontes trabalhadas.

Nesse sentido, o tropeirismo delineou e estruturou a Capitania de Minas Gerais não só por serem os responsáveis pelo abastecimento da região, mas por possibilitarem trocas culturais em suas relações com os moradores.

Ainda há muito o que se explorar sobre esses homens tão importantes para o funcionamento da Capitania, existem muitas fontes ainda não encontradas, e muitos descaminhos para de descobrir.

As estradas brasileiras tomaram tantos caminhos quanto os descaminhos do período colonial, mas, mesmo assim, séculos se passaram e suas condições nas regiões mais afastadas ainda são precárias. Entra a República, mas ela não chega a todos. Como José Murilo de Carvalho genialmente pontuou, existe a República e a república.

A História de Minas Gerais, assim como do restante do Brasil, foi marcada desde sua formação pela desigualdade, a marginalização das minorias e pelas imposições. Trabalhar o impacto social de um grupo que ocupava um lugar de prestígio é importante para mostrar as resistências as ordens vigentes.

Faz-se necessário destacar que não tivemos pretensão de abarcar toda a história dos tropeiros, muito pelo contrário, buscamos entender seu impacto social em um recorte espacial limitado bem como um recorte temporal curto. Nesse sentido, torna-se evidente que não foi possível fazer jus à importância dos tropeiros para Minas Gerais, mas é possível deixar portas abertas para possíveis estudos que busquem compreender a importância do tropeirismo para a

formação do Brasil.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. São Paulo: Zahar, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Tropas e tropeiros na Minas Oitocentistas. Estudos de História, Franca, v.10, n.2, p.131-147, 2003.

BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da História.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CASTRO, Hebe. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamerion. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.1997

FURTADO, Junia Ferreira. **Homens de negócios:** a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOFF, Jacques Le. **História e memória.** Editora Unicamp, Campinas, 5ªed, 2003.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p. 16-118.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro: Edições Símbolo, 1979.

RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. **Anos 90**, v. 7, n. 11, 1997.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza.** Lisboa, Portugal: Typ. de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **Norma e conflito:** aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 226-230.

_____. **Opulência e miséria das Minas Gerais.** Editora Brasiliense, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, v. 50, n. 1, 2009.

_____; CARDOSO, Ciro Flamerion. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.1997

WEINSTEIN, Barbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 227-246, 1998.

As caracterizações dos sertões e sertanejas (os) na modernidade brasileira: da construção do outro ao elogio à mestiçagem

Leliane Amorim Faustino

graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

lelianefausitno@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial do projeto de TCC (trabalho de conclusão de curso), sob a orientação do Prof. Dr. André de Lemos Freixo (DEHIS- UFOP).O objetivo da pesquisa é analisar as figurações sobre a mestiçagem, representadas aqui por mulheres e homens sertanejas (os) , sob a ótica de autores da geração de 1870 e modernistas da primeira metade do século XX, se atentando de maneira mais densa ao escritor Euclides da Cunha e sua obra “Os Sertões”, localizando-os na intenção modernista de por meio das artes, representar a diversidade étnica brasileira, bem como o propósito de apontar o regional diante do nacional, investigando como esse *locus* se insere ou não na modernidade brasileira.O ponto central de partida para a pesquisa é pensar o lugar social e o contexto temporal no qual esses teóricos estão inseridos; homens brancos, de uma elite intelectual legitimada a produzir epistemologias, em meio a um Estado- Nação onde houve a quebra de instituições como a escravidão e a monarquia, a primeira passa a ser pensada como falida, dentre outros motivos, porque não dialogava com o avanços estimados para a nação, tampouco com o capitalismo. Em seguida houve a transição do regime monárquico para a recém nascida República brasileira, com suas demandas de progresso e eugenia, em face a uma população multiétnica e culturalmente diversa.Entendemos então que ao se definirem como Sujeito, estes autores afastam o não semelhante, apontando este como o Outro, o não ser. Aos indivíduos que vivem sob a condição do outro social são atribuídas características de definição fixa, fabricações que partem do que se compreende como formação histórica desses grupos e que são transmitidas geracionalmente.Uma das hipóteses do trabalho é de que houve uma positivação da figura mestiça, a qual era repelida em contexto colonial, e gradualmente passa a ser positivada para atender às demandas do projeto republicano de identidade nacional. Contudo, o que se estabelece é a estereotipagem e folclorização do ser mestiço, que pode ser observada tanto na narrativa trazida pela historiografia brasileira quanto na produção literária em fins do século XIX e limiares do XX.

Palavras-chave: Mestiçagem, sertões, construção do outro.

Introdução

A colonização da América portuguesa se deu inicialmente pelo litoral norte do que hoje compreendemos como Brasil, com o avanço do projeto colonizador há um incentivo da coroa em expandir os domínios coloniais para o interior do território. Nesse sentido, os sertões como eram denominadas as áreas afastadas das zonas centrais de povoamento, são gradualmente adentrados e explorados, representando fontes de novas matérias primas,

possibilidades de terras para colonos e novos caminhos para a catequese. Dessa forma se desloca o eixo que compreende os sertões como um ponto fora da área de colonização para entendê-los como um espaço de uma nova sociedade colonial. Essa expansão à oeste promove o entroncamento étnico entre a população indígena local, o homem branco colonizador e a pessoa negra africana sob a condição de escravizados (as).

Os sertões na lógica colonial eram para além de espaços de prosperidade, podiam representar lugares de aproveitamento para a mão de obra que não era útil ao sistema açucareiro e local de escape para as sobras populacionais, dessa forma essa faixa territorial por ser pouco conhecida podia representar um meio de fuga para indígenas e negras (os) que queriam se esquivar à submissão, ou para sujeitos livres que não se adequaram aos moldes de sociabilidade da metrópole. Vale ressaltar que, assim como o restante do território brasileiro, antes do embate com o polo colonizador, os sertões eram inicialmente habitados por populações originárias diversas.

O interior do Brasil era uma faixa territorial até então desconhecida para o colono. Por ser um bioma extenso, de clima árido, o português só se estabeleceu ali devido a ajuda de povos que já habitavam aquele espaço. Havia ainda todo um universo hipotético formulado sobre a localidade, no qual os sertões representavam o lugar de encontro com o “outro”, o não humano que está excluído da lógica colonial. A reação por parte dos indígenas do interior, os denominados genericamente de “tapuias”, somados à resistência quilombola - os quais depois de Palmares ressignificaram o que era entendido como mocambo- eram figurados constantemente como ameaças aos interesses comerciais portugueses e representavam entraves ao projeto colonizador.

Desse modo eram propagadas imagens sobre os sertões, atribuindo a eles certo dualismo, ao mesmo tempo que eram um local de novos caminhos econômicos para a colonização, eram o lugar de encontro com o “outro”, espaço da barbárie e selvageria, da violência endêmica, onde os atores sociais se pautavam em leis próprias. Devido ao afastamento da metrópole, aos sertões restava a não institucionalização, sendo *Zonas de não direito* (ANASTASIA, 1998. p. 567).

Houve então o choque cultural promovido mediante ao encontro entre povos distintos, bem como a uma região da qual pouco se conhecia e necessitava de adaptações para sobreviver ao meio. Os costumes dos colonos, embora fossem os sujeitos hegemônicos legitimados pela colonização, não se transplantaram imediatamente ao espaço de migração,

eles tiveram de se moldar, mesmo que em instância mínima para a assimilação com as novas terras.

Mediante ao cruzamento étnico, este feito para afirmar alianças ou por violação sexual, surge um novo ser, a pessoa mestiça, a qual não possuía de fato um lugar definido na estratificação social do Antigo Regime, estas pessoas, quando livres, representavam o entre lugar, ao passo que herdaram características híbridas, o que era considerado selvagem ou bárbaro por via materna e alguma civilidade, provinda do colonizador. Havia ainda a ambivalência relegada a essa população, como pessoas duais, a medida que dominavam a língua nativa e colonizadora, poderiam intermediar as relações entre senhores e escravizados (as). Ser mestiça (o) nesse contexto, era além de uma definição étnica, mas social.

A ideia de sertão brasileiro é uma invenção ou construção cultural da sociedade canavieira. De forma semelhante também foi formulado uma ideia sobre as pessoas sertanejas, gerada em torno de suposições mediante a ambivalência que a figura mestiça representava, sendo um agente que transitava entre as classes sociais, não pertencendo de fato a alguma delas.

Parte da historiografia oitocentista e do começo do século XX, bem como a produção literária brasileira, inseridas em um contexto modernista, que será explicado adiante, se ocupavam em pensar a formação da sociedade brasileira. Intelectuais dentro de sua área de atuação, ao trazerem a narrativa sobre os sertões, esboçaram em grande medida, o antagonismo da região que ora é percebida como o lugar de nascimento do legítimo ser americano, resultado do cruzamento das etnias, e em contrapartida, o local do atraso, do velho e do adverso, se opondo a modernidade esperada para a nação.

Modernismo, cientificismo oitocentista e a epistemologização da categoria raça

Na virada do século XIX para o XX intensas transformações podem ser notadas no modo como homens e mulheres se relacionam entre si e com o meio. A industrialização, ainda que lenta, evolui progressivamente, a população que era majoritariamente rural migra de maneira considerável para os centros urbanos em construção, instituições como a escravidão passam a ser pensadas como falidas, dentre outros motivos, porque não condizem com o progresso e com o capitalismo, dessa maneira há uma ruptura na percepção do tempo, este em detrimento a essas novas configurações de ordem social e do trabalho, é percebido em constante movimento de aceleração. O tempo que outrora seguia a natureza, o tempo do

campo, passa, para algumas camadas populacionais a ser ditado pelo apito do trem, pelos sinais das fábricas, pela urbe. Sendo assim outros ritmos e cotidianos são vivenciados.

O modernismo pode ser compreendido como um discurso que permite ou tem como consequência o surgimento de movimentos artísticos, teóricos, sociais etc. no tempo/ espaço, que desperta a consciência de modernidade, onde se projeta o novo, o avanço, a vanguarda, selecionando partes específicas de um passado que pode ser ressignificado ou sentimentos de ruptura com o que deseja ser esquecido.

Deste modo, desde o século XIX ainda sob regime imperial, podemos perceber a estruturação de desejos por modernização. Embora as artes demarquem o movimento modernista a um limite de tempo específico, que engloba as primeiras décadas do século XX, a produção de uma intelectualidade modernista é anterior a este tempo. Buscamos desarticular a ideia que o restringe a um movimento de caráter somente artístico/literário/ arquitetônico. Entendemos que o modernismo está inserido dentro de um contexto político de transição do regime monárquico para a estruturação da recém nascida República brasileira, dentro desse *locus*, os autores debatidos trazem uma narrativa sobre as intenções, projeções e percepções do tempo vigente. Entender o modernismo somente pela ótica da Semana da Arte Moderna em São Paulo significa excluir uma gama de outros universos culturais que antecedem ou ultrapassam o ano de 1922.

Modernistas, então, são aqueles que no interior de uma cultura que se define como pré-moderna, e visam garantir o espaço para reformas modernizadoras, que definiam como “inevitáveis”, no desejo de concretização do ideal de modernização da sociedade brasileira sem uma ruptura com aquilo que faria dela uma sociedade autêntica. (FREIXO, 2019, p.65)

Havia uma busca entre os modernistas brasileiros em encontrar uma identidade nacional, mas o impasse se dava a medida que se confrontavam com uma sociedade multiétnica e culturalmente diversa, cujos atores sociais que compunham a massa, não estavam de acordo com os ideais de progresso projetados para a nação. Havia aí um antagonismo, ao mesmo tempo que negros (as), indígenas e sertanejas (os) eram a resposta para a nacionalidade brasileira, pois representavam a cor local de um país mestiço, eram apontados como os “Outros”, ocupando as margens da sociedade, sendo congelados temporalmente, exotificados e folclorizados pelos meios culturais.

A abolição e a República, redefiniram a presença negra e de seus descendentes na sociedade brasileira. Novos rumos são projetados para a nação, que se pretendia branca, europeizada e moderna. Para os grupos tidos como subalternos, os quais não dialogavam com

as pretensões nacionais, e que devido a sua composição étnica são afastados dos centros em desenvolvimento, há a ação da soberania do Estado, que pode ser entendida nas palavras do historiador Achille Mbembe como a "ocupação que relega o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto do sujeito e do objeto" (MBEMBE, 2018, p.39). A esses sujeitos objetificados, os quais são despojados de estatuto político resta o quase aniquilamento de seus corpos que são reduzidos a uma condição inumana.

O ideal modernizante era amplamente difundido e encontrou na República condições ideais para sua propagação. Na transição do segundo reinado à República houveram autores [José Veríssimo (1915), Sílvio Romero (1960), Capistrano de Abreu (1998), dentre outros] que traziam em suas obras reivindicações de modernidade e que podem ser lidas como modernistas. Nos homens de ciência dessa geração de 1870, pode-se identificar um discurso modernizante o qual busca raízes para o significado de ser brasileiro.

[...] Afinada com o indianismo, a historiografia do IHGB compensava a ausência de história com a recuperação das civilizações indígenas já desaparecidas, dando-lhes o caráter de substitutivo da Idade Média européia que não tivemos. Seus estudos fixaram e difundiram os temas e símbolos de um Estado nacional, centralizado, com território unificado e povo mestiço. Buscavam uma posição simbólica para africanos e indígenas, efetivamente destituídos de cidadania.(ALONSO, 2005, p. 58).

A lógica modernista identificava os sertões brasileiros como pré modernos, no sentido de serem antagônicos ao que se entendia como progresso e à medida que não poderiam estar dentro dos planos de modernização já que representavam o atraso. Havia uma construção de origem colonial sobre essas localidades, de que eram inóspitas, violentas, com pouca fiscalização institucional devido ao afastamento da jurisdição metropolitana, a qual perdurou no imaginário da população que vivia distante da realidade sertaneja.

A formação de uma cultura nacional modernista implicava na tentativa de uma unidade nacional a qual supostamente englobaria sujeitos e comunidades sob a mesma língua, tradições, religião. Contudo, essa hegemonia não se materializou no plano real da nação brasileira, culturas, religiões, línguas foram extintas ou silenciadas.

O caráter etnográfico de produção de cultura histórica modernista do século XIX serviu como base para as produções futuras que se pautavam em um racismo científico, que não dava conta por si só de lidar com a diferença. Dessa forma, a tentativa de explicar a mestiçagem se configurou sob a forma racista de entrepor a contribuição étnica dos povos originários e africanos, bem como de seus descendentes. Na separação humana entre raças feita pelo grau de modernização, da qual se incumbiu tal etnografia, ficou relegada a “raça”

branca a civilidade, a capacidade de se manter semelhante ao modelo europeu, tido como “norte”, em contrapartida, aos demais grupos se relegou a marginalidade e o atraso.

Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada. (SCHWARCZ, 1993, p. 242)

A mestiçagem como apresentada nos Sertões de Euclides da Cunha

Na literatura brasileira dentro de uma lógica romântica e posteriormente realista está inserido o regionalismo, corrente literária que almeja pensar o interior do país, o meio rural, seus habitantes e mundos da vida. O regionalismo traz a incorporação do local à literatura. Afrânio Coutinho¹, nos anos de 1950 escreve sobre o regionalismo diferenciando a visão romântica da realista. Para o autor a corrente realista regionalista se difere a medida que foge ao saudosismo e escapismo romântico, passando a projetar a existência contemporânea dos sertões e sertanejos (as). Para Coutinho, os realistas, assim como os românticos, tinham a intenção de descrever os sertões como local, retirando daí as características biofísicas da região, o que os difere, é que a matriz realista pretendia fazer uma projeção ou perspectiva da existência real, de maneiras que acreditavam estar relacionadas à sociedade local. O regionalismo realista nesse sentido, nas palavras de Afrânio Coutinho, tinha como incumbência:

[...] representar o espírito humano nos seus diversos aspectos em correlação com seu ambiente imediato, em retratar o homem, a linguagem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição” (COUTINHO, 1986, p.235)

Percebemos a partir daí que a narrativa sobre os sertões ainda se faz de maneira dicotômica. Embora, dentro do modernismo exista o sertanismo, a valorização do sertão e dos sujeitos sertanejos se constitui uma idealização do local e do tipo sertanejo na literatura que se denomina regional, o que pode ser melhor percebido no romance regionalista de 1930². Em

¹ COUTINHO, 1986 [V. 4, parte 2].

² “Em rápida sequência estrearão e dominarão a cena literária por vários decênios, com apogeu nos anos 30 e 40, Rachel de Queiroz, do Ceará, José Lins do Rego, da Paraíba, Graciliano Ramos, de Alagoas e Jorge Amado, da Bahia [...] Seria injusto, por não ser nordestino e pouco ter de rural - ao contrário, urdindo romance após romance um painel da pequena burguesia urbana gaúcha (de 1933 a 1943) ou então uma saga da colonização do extremo Sul arrancando do campo em *O tempo e o vento* (de 1949 a 1962) -, deixar de citar um importante regionalista como Érico Veríssimo. Outro gaúcho, menos conhecido e de obra escassa porém refina, é Dionélio

contrapartida, a partir dessa formação literária podemos pensar nas estruturas hierárquicas da sociedade sertaneja que permanecem como mecanismo de dominação ao longo da história.

Na obra do escritor Euclides da Cunha “Os Sertões”, de 1902, o autor parte para o sertão baiano a fim de documentar a guerra de Canudos. O movimento de Euclides parte do litoral, com uma visão republicana da revolta e ao se deparar com as conjunturas reais do conflito sertanejo compreende que as questões trazidas pelos habitantes de Canudos iam além de um motim pautado em mesianismo primitivo.

Euclides da Cunha pode ser pensado como um escritor viajante, afinal “Os sertões” é um livro altamente descritivo que vai de caracterizações do meio físico (a paisagem, o clima, a vegetação) ao ser humano local. Tratando-se do último, Euclides da Cunha entende o povo sertanejo como sub raça: “Faltou-lhes porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo.” (CUNHA, 2000, p.01). No trecho destacado, percebemos a crença comum em uma hegemonia racial, a qual o autor argumenta com detalhes no capítulo intitulado “O homem”, em que Euclides trata a miscigenação. Havia um projeto político de branqueamento social, justificado pelas teorias científicas racialistas, nas quais se acreditava na supremacia branca em detrimento aos outros grupos étnicos. Projetava-se um Brasil de futuro branco, pois as outras “raças” sucumbiriam ao atraso e não sobreviveriam ao meio.

Euclides se vale de recursos paratextuais que o localizam como narrador/testemunha. O olhar e a fala do autor têm garantia epistêmica, bem como a concepção de tempo trazida por ele, pois está inserido na modernidade, sendo assim, um homem civilizado e contemporâneo dentro da lógica progressista a medida que dentro dessa linha de raciocínio as sertanejas e sertanejos não estão. Para o autor o progresso é algo inevitável, pois ele acreditava que estávamos condenados à civilização, e os grupos sociais que não dialogassem com os ideais civilizatórios estavam fadados ao desaparecimento.

Ao longo do texto, pode-se notar como problemática central a formação mestiça do povo sertanejo. Nas três seções que a compõem, a interferência dos troncos étnicos na composição do tipo sertanejo são figuradas como atribuições individuais, de cada uma delas, às qualidades (negativas) que resultaram da mestiçagem no sertão. A distinção entre os mestiços “do litoral” e “do interior” se efetiva numa longa narrativa histórica do passado

Machado, autor de *Os ratos* (1935) e *O louco do Cati* (1942), entre outros, sendo que este último foi colocado por Guimarães Rosa entre os dez melhores romances brasileiros. E de Minas Gerais viria *O amanuense Belmiro* (1937)” (Cyro do Anjos.) In.: GALVÃO, 2000

colonial, sobretudo à época das Bandeiras e da catequese forçada de povos originários e populações afrodescendentes, como meio de evidenciar a influência do meio físico e geográfico sobre os encontros de indígenas, elementos negros e portugueses.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares-é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço - mulato, mameluco ou cafuz -, menos ascendentes selvagens, se, a altitude intelectual dos ancestrais superiores. (CUNHA, 2000. p.93-94)

O modernismo em *Os sertões* está presente na medida em que Euclides tenta, por meio das ciências, sobretudo biológicas e a narrativa histórica, pensar a gênese do sertanejo. Anseios que dialogam com os ideais modernistas. O que se pretende esboçar com a inserção de Euclides da Cunha no que apontamos como modernismo é frisar a intenção modernista do autor ao recorrer a cor local para compreender a conjuntura do país, traçar uma gênese dos sertões e pessoas que o habitam é uma projeção modernista, ao passo que busca raízes históricas para a compreensão de um objeto feita por um observador distante. Na obra nos fica demarcada a linha tênue entre a historicidade de Canudos, dos sertões e pessoas sertanejas com a ficcionalidade da narrativa do autor, que parte para a região com a incumbência de fazer uma reportagem, mas que anos depois entrega à sociedade brasileira o livro *Os sertões*.

Conclusão

Levamos em consideração o potencial ético e político do discurso historiográfico o qual possibilita a emergência de narrativas silenciadas, para construir este trabalho. Não se trata de uma disputa pela Verdade (absoluta), ou anular a obra de Euclides da Cunha e seus

contemporâneos, mas de apontar os limites de um discurso modernista, aqui representado pelo texto d' *Os sertões*.

A obra *Os sertões* é um discurso (atual) sobre a fabricação do tempo da modernidade nos trópicos. Aquele tempo que Euclides da Cunha buscava inscrever na história do Ocidente na medida em que escrevia sobre o povoado dizimado pelas tropas republicanas, bem como a impressão deste sobre a atual conjuntura da sociedade em que vivia. Ainda que parta do lugar da hegemonia, como dito, o autor tinha fala legitimada por ser um homem que, apesar de pobre, herdara os privilégios dos homens brancos e de uma elite intelectual militar e positivista. As teses defendidas por Euclides da Cunha nos *Sertões* foram retiradas de algo que ele considerava verdadeiro, que lhe fora transmitido geracionalmente e confirmado pelas ciências.

A ideia do Outro parte do colonizador que não reconhece traços de sua cultura no nativo indígena ou em negros e negras escravizados (as). A partir daí, configura-se como diferença, como exótico, as particularidades daqueles que são oprimidos e que estão muito distantes de se assemelhar às do eu hegemônico.

Os autores estudados ao se definirem como o eu, os interlocutores dos saberes produzidos, automaticamente apontam aqueles que não são legitimados a construir epistemologias, ainda que o estudo seja sobre eles (as) e sua experiência, como os “outros”, a antítese do eu hegemônico. Ao apontar a não semelhança, construir caricaturas e demarcar temporalmente aqueles que vivem sob o estigma do outro social, o grupo hegemônico afasta de si as características negativas de sua constituição, transmitindo-as através de produções de inferioridade depositadas no Outro. Dessa forma, a positividade, a normatividade e a razoabilidade seriam qualidades referentes apenas aos dominantes que se tornam o arquétipo da humanidade, o padrão para as demais classes.

Embora seja carregada de *estereotipagens*, podemos perceber no texto euclidiano a ambivalência gerada em torno da mestiçagem. Não cabe à uma análise histórica a redução do discurso de Euclides da Cunha a um tom maniqueísta. O que tal ciência permite e que constatamos na produção deste trabalho, através do recorte temporal que escolhemos, é o percurso no qual ocorreu paulatinamente a positivação da mestiçagem, para uma falsa inclusão da pessoa mestiça na sociedade brasileira. Percebemos a epistemologização da categoria raça por meio de um cientificismo racista que vigorava no país desde o século XIX. Através da leitura dos autores e autoras mobilizadas entendemos que se criou um sistema

completo de registro de símbolos e imagens que eram compreendidos por um universo intelectual sobre a ideia de paraíso racial brasileiro pós-Abolição, o qual serviu como subsídio para a consolidação do mito da democracia racial.

Obras citadas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. I, II, III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960 [1ª Ed. 1888]. Disponibilizado por: Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio, Engenho Novo, 1915. Disponibilizado por: Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes e facinorosos na sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.) **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica companhia do tempo, 2001. p. 567- 584.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: Feusp, 2005

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil. Estilos de época**. 3ª ed. São Paulo: José Olympio; Rio de Janeiro: EDUFF, 1986. V. 4, parte 2.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Publifolha. 39ª ed. 2000

FREIXO, André de Lemos. Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, indiferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11. N. 23. p. 59- 80, 2019.

GALVÃO, W. Anotações à margem do regionalismo. **Literatura E Sociedade**, v. 5, n.5, p. 44-55, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i5p44-55>. Acesso em: junho/2019.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC RIO, 2016.

JESUS, Mirian Silva. **O avanço da fronteira interna: A ocupação do sertão no séc. XVII**. Campinas: Anais do VII Encontro internacional da ANPLHAC 2006. p.149.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota, a construção de Os sertões**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1997. p. 254.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Traduzido por: Renata Santini. **Revista Arte & Ensaios**, Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil Identidade nacional versus identidade negra**. Ed.: Autêntica. 2004

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In.: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano o tempo do liberalismo excludente** - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3^a edição. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870- 1930**. São Paulo: Companhia da Letras. 1993. p. 242

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In.: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano o tempo do liberalismo excludente** - da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3^a edição. 2008.

Solapando a escravidão: a abolição segundo Joaquim Nabuco no livro *O Abolicionismo* (1883)

Luiz Henrique de Paula Ottoni

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

luizottoni1998@gmail.com

Resumo: Ao contrário do que muitas narrativas historiográficas acabam afirmando, a abolição não foi apenas um ato de concessão da corte ou muito menos uma ação meramente protagonizada pela Inglaterra, ela foi um movimento genuinamente brasileiro protagonizado por patrícios e membros de diversos setores da sociedade, dentre esses personagens, encontra-se Joaquim Nabuco (1849-1910). Baseando-se na obra *O Abolicionismo* publicada em 1883, este artigo buscou compreender a retórica adotada por ele contra o trabalho escravo e sua análise sobre o processo, que teve seu marco final no 13 de Maio de 1888. Para isso, a pesquisa também alicerçou-se nos diários preservados pela família (1879 a 1888), no livro *A Minha Formação* (1900) e na historiografia referente ao assunto, em especial os estudos produzidos pela Angela Alonso nos livros *Flores, Votos e Balas* (2015) e enquanto um movimento social caracteriza *Joaquim Nabuco: Os Salões e as Ruas* (2007). Compreende-se aqui, portanto, o abolicionismo pela grande, estruturada e duradoura rede de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas (ALONSO, 2015). Tendo em vista que este presente trabalho ainda se encontra em fase inicial de pesquisa, até o momento, foi possível observar que Nabuco entendia a abolição como fruto de três grandes ondas: a primeira como a luta pelo fim do tráfico, resultando na Lei de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), a segunda pelo fim natural do cativeiro culminando na Lei de 1871 (Lei do Ventre Livre) e a terceira, e última, caracterizada pelo que foi chamado de abolicionismo, este que pedia o fim total do tráfico e teve seu marco final com a Lei de 1888 (Lei Áurea). Joaquim Nabuco tornou-se um militante abolicionista logo em 1879 (ano em que ele entrou para o parlamento), contudo, no livro ele não foca em descrever suas próprias ações, mas sim o processo em uma perspectiva macro da independência até 1883 (ano em que o livro foi publicado). Nabuco era um intelectual mediador que analisou e contribuiu para o desenvolvimento do processo que levou à abolição da escravatura. Além de ser um político que lutou nos trâmites de leis e pressões burocráticas, suas obras foram fundamentais para a formação de um imaginário antiescravista, elemento condicionante para o triunfo do abolicionismo.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco, abolição, Império do Brasil.

Introdução

O pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910) foi personagem marcante no processo da abolição. Nascido no engenho de Massangana, o filho de Nabuco de Araújo (1785 - 1850), envolveu-se ainda criança com a questão da escravidão, quando nas escadas do casarão do engenho em que vivia, um escravo de aparentemente dezoito anos se jogou aos seus pés

implorando para que sua madrinha o comprasse e desse-o a Nabuco como seu, pois seu senhor o castigava, levando-o a fugir com risco de vida. (NABUCO, 1998)

O tema da escravidão voltou na faculdade de Direito quando Nabuco surpreendeu a todos enfrentando três júris onde ele defendeu escravos acusados de crimes. Os resultados foram três galés perpétuas, mas mesmo com as derrotas ele continuou envolvido com o tema chegando a escrever um livro, *A Escravidão*. O livro foi deixado incompleto, a obra foi doada apenas em 1924 pela viúva de Nabuco, Evelina Nabuco (1865-1948) ao IHGB e publicada no ano de 1949 na revista nº204.

A partir daí, a escravidão continuou a ser tema marcante de suas preocupações. Ele traduziu textos para seu pai e envolveu-se na leitura de famosos abolicionistas. Passou a década de 1870 na Europa, com ênfase na Inglaterra e na França, onde acompanhou os debates em torno do liberalismo e deixou-se influenciar pelo pensamento abolicionista inglês. Voltando ao Brasil, onde foi eleito deputado, criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e nela fundou um periódico chamado “O Abolicionista”. Ele perdeu as eleições de 1882 tentando se reeleger e, essa decepção, fez com que ele deixasse o Brasil rumo à Inglaterra. Lá, trabalhou como correspondente internacional para um jornal brasileiro e um uruguaio. No tempo que acabou sobrando, ele escreveu a obra que é o tema deste artigo “O Abolicionismo”.

O livro busca conciliar uma análise descritiva do processo histórico que levou a escravidão ao patamar da qual ela se encontrava em 1883 (data de publicação do livro), ao mesmo tempo em que fornece uma retórica no objetivo de convencer o leitor dos males que a escravidão causava não apenas aos escravos, mas a todo o país. A obra faz parte de uma coleção denominada de “Reformas Nacionais” e buscou propor ao Brasil mudanças capazes de tirá-lo do atraso e torná-lo um país civilizado, industrializado e promissor.

O Abolicionismo serve como um bom ponto de partida para se compreender um processo de busca pela nacionalidade, formação da mentalidade abolicionista e análise da atuação dos intelectuais mediadores no final do século XIX. Não pretendendo aqui ser conclusivo, nem na obra de Nabuco, muito menos no abolicionismo de maneira genérica, este artigo visa contribuir na compreensão de um debate político que dominou a segunda metade do século XIX.

Lenta, gradual e insegura

O processo de luta contra a escravidão no Brasil teve seu início marcado a partir das declarações de José Bonifácio no contexto de debate pela independência. Ele contrapõe a existência da escravidão à moralidade, à justiça e à civilização. Essa posição tomou corpo com a Convenção de 1826 que firmou um prazo de três anos para que o Brasil passasse a comparar o tráfico de escravos à pirataria, ou seja, proibi-lo. Essas medidas iam a favor da pressão inglesa que se tornava cada vez mais forte pelo fim do tráfico de escravos que, nesse momento, tinha o Brasil como o seu maior financiador.

Em 1831, é aprovada a chamada lei dos africanos livres que “Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”, porém, na prática, ela acabou sendo descumprida e há um evidenciado aumento no tráfico nos anos seguintes, fazendo com que a lei fosse ironicamente batizada de “lei para inglês ver”, ou seja, uma lei que obedecia às pressões inglesas, mas era algo que não saía do papel. Contudo, mesmo que a lei nunca tenha sido colocada em prática, “nem por isso deixa ela de ser a carta de liberdade de todos os importados depois da sua data” (NABUCO, 2001, p.71). Atualmente, as pesquisas têm apontado para o impacto político da lei e direcionado o olhar para seu impacto prático imediato, pois, nos três anos mais próximos a sua aprovação, houve real queda no tráfico.

Em 1845, a lei Bill Aberdeen é aprovada pelos ingleses e demonstra um acirramento da Inglaterra na luta contra o tráfico, porém, Nabuco denunciou o fato de que a Inglaterra não tratava as nações como iguais. Aplicou a lei de 1845 apenas contra nações fracas, como o Brasil. Ele cita como exemplo o último tráfico do qual se tem registro: “a dos africanos chamados do Bracuhy, internados em 1852 no Bananal de São Paulo, foi levada à sombra da bandeira dos Estados Unidos.” (NABUCO, 2001, p.65).

Os brasileiros entraram em conflito com os britânicos dizendo que a intervenção dos ingleses feria a soberania nacional. Essa disputa diplomática chegou ao extremo com um bombardeio inglês ao Brasil.

A pressão que tomava as ruas e as disputas diplomáticas, fizeram com que o Brasil cedesse e assina-se a lei que proibiu o tráfico: a Lei Eusébio de Queirós. Quando o Brasil igualou o tráfico de escravos à pirataria, com a Lei de 1850, o índice de tráfico no Atlântico caiu pela metade logo no ano seguinte (KLEIN, 2004, p.193). Segundo o banco de dados Voyage (sd), apenas entre os anos de 1826 e 1850, o Brasil importou cerca de 875.897 escravos. No mesmo período, o segundo colocado (a região do Caribe), recebeu 363.074

cativos, o que é menos da metade do que o Brasil no mesmo período. Nesse contexto, o Brasil era responsável por mais escravos traficados do que todo o Ocidente junto.

Segundo Joaquim Nabuco, essa geração que lutou no parlamento e na opinião pública contra o tráfico de escravos, configurava a primeira geração de abolicionistas. Contudo, eles limitaram-se apenas a combater o tráfico, não a escravidão em sua totalidade ou as consequências sociais e econômicas ocasionadas por ela.

A lei do Ventre Livre (1871)

Nabuco tinha um especial interesse na lei de Rio Branco. Além de estimar o homem, seu pai havia tomado a lei como principal causa política entre os anos de 1866 a 1871. Como apoio às atividades políticas de seu pai, Joaquim Nabuco traduzia textos da *Anti-Slavery Reporter* (uma organização inglesa que lutava contra a escravidão). Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, foi uma referência para ação política e intelectual do filho. Tempos depois, Joaquim Nabuco escreveu um livro contando a trajetória política do pai, intitulado *Um Estadista no Império* (1899), publicado em três volumes.

Nabuco percebeu a lei do gabinete Rio Branco como um grande avanço para a sociedade brasileira no que tange a luta contra a escravidão, o seguinte trecho sintetiza bem essa sua visão:

A lei de 28 de Setembro de 1871, seja dito incidentemente, foi um passo de gigante dado pelo país. Imperfeita, Incompleta, impolítica, injusta, e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos do que o bloqueio moral da escravidão. A sua única parte definitiva e final foi este princípio: ‘Ninguém mais nasce escravo’[...] o simples princípio fundamental em que ela assenta basta para fazer dessa lei o primeiro ato de legislação humanitária da nossa História (NABUCO, 2001, p.51)

Imperfeita e injusta por não contemplar os quase um milhão e meio de escravos que, segundo Nabuco, ficaram ao jugo da própria sorte. Mesmo que a Lei do Ventre Livre garantisse a criação de um fundo emancipatório que, esporadicamente, comprava alforria de escravos e tornava-os libertos, para Nabuco essa era uma medida vaga e que nela se alicerçava a vontade daqueles que entendiam a lei apenas como um começo da luta contra a escravidão.

Absurda por manter o jovem, nascido livre, sob o domínio de seu senhor obrigatoriamente até os oito anos e, condicionalmente, até os vinte e um anos, fazendo com que na prática eles continuassem no cativo. A lei dava ao Brasil a previsão de mais de meio

século para o fim da escravidão, já que dali em diante não existiriam mais novos escravos. Contudo, para Nabuco, a consequência natural de se prometer uma liberdade à sociedade futura e relegar o presente à amargura do convívio com a escravidão, muito provavelmente não geraria entre os escravos inveja, mas certamente causaria um sentimento de insatisfação entre os livres por saberem que apenas a sociedade futura poderia viver em um país sem a mácula moral da escravidão.

Essa insatisfação e a demora natural que a escravidão levaria para ter seu fim, fizeram com que muitos deputados passassem a propor que um termo adicional fosse votado com a lei para que ela determinasse um prazo para o fim do cativo. Sousa Franco propunha que em dez anos após a aprovação da lei fosse abolida a escravidão. Já Pimenta Bueno propunha o dia 31 de Dezembro de 1899 como prazo máximo. No Senado, Silveira da Mota propôs o prazo de 20 anos, ou seja, 1891. Joaquim Nabuco, em 1880, inspira-se (ou, praticamente imita) a ideia de Sousa Franco quando propõem um prazo para o fim da escravidão na Câmara dos Deputados.

Ainda apontando as falhas da lei, ele escreveu a respeito da omissão dela para com o tráfico interprovincial que se tornou a única forma de comprar escravos a partir de 1850. Mesmo já havendo uma lei que o proibia, a lei Wanderlei de 1854. Além de ter se omitido em relação a fixação do preço da alforria que poderia ser inflada para manter o cativo impossibilitado de conquistar a própria liberdade, sobre a revogação da pena de açoites regulamentada pela lei de 10 de junho de 1835, sobre a questão da proibição da separação de família escrava que, para ele, foi incompletamente formulada na lei de 15 de setembro de 1869, entre outras falhas. Apesar de tudo isso, Nabuco considerou um momento marcante e de vitória no processo da abolição a lei de 1871.

Curiosamente, segundo Nabuco, o grito que denunciava a negligência da lei perante os escravos atuais era dado pelos inimigos da proposta no objetivo de desmoralizar o projeto, porém, o cerne da denúncia possuía completa razão e se tornaria um problema aos defensores da lei do Ventre-livre que se defendiam alicerçados na abolição gradual e nas diversas tentativas de moralizar e incrementar elementos contra o cativo na legislação. Grande parte das pessoas que argumentavam contra a abolição alicerçaram-se na ideia de que a ruptura imediata com o trabalho escravo geraria um grande desgaste econômico e, depois do Ventre-livre, essa argumentação ganha força no sentido de defenderem que a abolição já acabaria naturalmente e seria apenas questão de tempo. Esse modo de defender o status da escravidão, sem defender o trabalho escravo, é o que Angela Alonso chamou de “aboliconismo de

circunstância” e do qual Nabuco rebate em dois cernes. A respeito de não esperar o fim natural da escravidão:

‘Por que não esperais esses vinte anos?’ é a pergunta que nos fazem. Este livro todo é uma resposta àquela pergunta. Vinte anos mais de escravidão, é a morte do país. Esse período é com efeito curto na história nacional, como por sua vez a história nacional é um momento na vida da humanidade, e esta um instante na da Terra, e assim por diante: mas, vinte anos de escravidão quer dizer a ruína de duas gerações mais: a que há pouco entrou na vida civil, e a que for educada por essa. Isto é o adiamento por meio século da consciência livre do país. (NABUCO, 2001, p.146)

Sobre a argumentação de que a abolição geraria um enorme prejuízo econômico pela perda da mão de obra:

Que interesse ou compaixão podem inspirar ao mundo dez milhões de homens que confessam que, em faltando-lhes os trabalho forçado e gratuito de poucas centenas de milhares de escravos agrícolas, entre eles velhos, mulheres e crianças, se deixarão morrer de fome no mais belo, rico e fértil território que até hoje nação alguma possui? Essa mesma atonia do instinto da conservação pessoal e da energia que ele demanda, não estará mostrando a imperiosa necessidade de abolir a escravidão sem perda de um momento? (NABUCO, 2001, p.148)

O abolicionismo

Joaquim Nabuco considerava que o Abolicionismo começou a partir de 1879 quando houve o primeiro pronunciamento na tribuna feito pelo deputado Jerônimo Sodré (1831-1901). A partir dali, a luta contra o cativo toma o parlamento e passa a pressionar uma posição dura do governo.

Nabuco acreditava que a emancipação viria por uma lei que tivesse os requisitos internos e externos de todas as outras, nesse sentido, acredito que a escolha dessa periodização feita por ele seja devido ao fato de sua formação jurídica, sua proximidade muito forte com a política em toda sua vida (filho de um renomado senador), do seu reconhecimento das leis de 1850 e 1871 como as duas grandes vitórias e pela sua crença de que o imaginário popular já estava tornando-se contrário à escravidão, só faltando convencer aqueles que detinham o poder, seja pela posse do escravo, ou pelos cargos públicos.

Pode-se concluir erroneamente que se trata de um legalista. Caso entendamos legalista aqui como uma pessoa que impõem os limites da lei como limite das próprias ações, mas nada poderia ser mais falso. Ele sabia do poder da cultura para ganhar a opinião pública e de como ela era importante na formação de um pensamento antiescravista:

O advento do Abolicionismo coincidiu com a eleição direta, e sobretudo com a aparição de uma força, a qual se está solidificante em torno da imprensa -- cuja barateza e distribuição por todas as classes é um facto importante na história da democratização do paiz -- força que é a opinião publica” (Nabuco, 2001, p.14-15)

Entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está notavelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação. [...]. A senzala e a escola são pólos que se repelem. (NABUCO, 2001, p.134)

Joaquim Nabuco entendeu muito bem como a política é fruto da cultura. Enxergou na pena uma grande aliada e usou-a; fundou a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, baseada na britânica *Anti-Slavery Reporter*, onde, a partir dela, fundou um jornal chamado “O Abolicionista”, entendendo a importância da imprensa para a formação da opinião pública e da necessidade da conquista dela para acabar com a escravidão. Seguindo essa lógica da utilização da cultura como meio de conquista de uma vitória política e fazendo jus a posição de intelectual da época, Nabuco buscou inspirar seus argumentos em famosos abolicionistas do mundo, como: William Wilberforce, W. Channing, Lamartine, John Brown, Victor Schoelcher, Granville Sharpe, Buxton, Whittier, Longfellow e muitos outros.

O Método Nabuco para abolir a escravidão

Segundo Joaquim Nabuco, o movimento abolicionista deveria convencer o senhor a aderir ao pensamento antiescravista, não o escravo. Ele não deveria criar uma luta entre escravos e senhores que poderia fazer com que o Brasil se vê em um banho de sangue com uma guerra civil análoga a dos Estados Unidos da América.

Nabuco fazia uma leitura de que não havia uma guerra entre as raças no Brasil e o movimento abolicionista deveria ter cuidado em não criar uma oposição que não existia. Argumento que influenciou a tese de Gilberto Freyre, 50 anos após a publicação de *O Abolicionismo*, no clássico *Casa Grande & Senzala* onde Joaquim Nabuco é citado por diversas vezes:

A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. Por outro lado, a emancipação não significa tão-somente o termo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor. (NABUCO, 2001, p.14)

A ideia da abolição era reconhecer o negro como membro constituinte de uma nação brasileira e mostrar ao senhor que ele sacrificava todo o país mantendo o africano, ou o patricio, como escravo. A escravidão não fazia como vítima apenas os escravos, mas todo o país jogando ele ao atraso, por isso, o abolicionismo alicerçava-se em um imenso leque de argumentação.

As diversas incoerências das decisões tomadas pelo governo e da realidade, chamada por Nabuco de traição à fé pública e ilustradas pelo fato do conde d'Eu ter abolido a escravidão no Paraguai depois da vitória na guerra, com o Brasil ainda escravista. As falsas promessas da Convenção de 1826, da carta de Martim Francisco e dos diversos estadistas responsáveis pela marcha dos negócios públicos, fez com que o país rompesse seus compromissos nacionais levando a uma desmoralização e ausência de civilização. Aliás, esse era um argumento bastante marcante, como a escravidão estava ligada à barbárie e afastava o Brasil da civilização.

Além do mais, segundo o intelectual, a escravidão arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso, corrompe-lhe o caráter, rebaixa a política, habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a industrialização, e excita o ódio entre classes. Ela também impede que os senhores e os escravos atuem juntos em favor do país. Para Nabuco, cada um desses motivos por si só seriam o suficiente para o fim imediato da escravidão. Essa percepção da escravidão como uma das causas da desvalorização do trabalho manual também foi notada, anos depois, no clássico de Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil* (1836).

A recepção da obra

É difícil fazer uma análise de como o livro de Joaquim Nabuco foi recebido na época, já que a bibliografia que trata a respeito diretamente desse tema é quase nula. Pelo artigo está em fase inicial, foi-se analisado apenas a *Gazeta da Tarde*, periódico pertencente ao também abolicionista, José do Patrocínio. A *Gazeta da Tarde* fazia parte dos periódicos abolicionistas, ou seja, aqueles que não apenas retratavam a abolição como um tema do momento, mas se engajaram na luta pela sua conquista.

A recepção da obra nesse periódico foi absurdamente positiva e com grande animosidade. A fama de Joaquim Nabuco já era alta por suas ações no parlamento e escritos para jornais. A notícia de que ele publicaria um livro que sugeria o fim da escravidão, levou

os membros do movimento abolicionista e simpatizantes a entenderem esse como um marco importante da gradual vitória contra o cativo. Entendido como um grande intelectual, a publicação de Nabuco poderia servir não apenas como um norte de ação aos abolicionistas, mas como uma ferramenta de convencimento daqueles que ainda apoiavam a escravidão. Assim como comenta o abolicionista Joaquim da Serra:

Esse livro nos mostra Joaquim Nabuco ainda maior do que nos parecia sua estatura parlamentar. [...] E' um livro de soluções praticas e que deve ser examinado mais pelos sectarios da escravidão do que pelos seus inimigos (*Gazeta da Tarde*, 25 de Outubro de 1883).

Depois da grande quantidade de comentários elogiosos que recebeu Joaquim Nabuco, vários anúncios começaram a ser divulgados no respectivo jornal com vendas de exemplares da obra, o que demonstra um empenho do jornal em alavancar a difusão da obra e uma possível demanda advinda da animosidade dos abolicionistas e leitores simpatizantes, porém, essas são hipóteses não conclusivas.

Conclusão

Sem dúvidas o abolicionismo, capaz de rachar o partido conservador e liberal e unir na defesa de uma pauta as mais diferentes vertentes políticas, teve como um de seus momentos marcantes a publicação de *O Abolicionismo*. Nabuco resume o livro de forma simples: esperar mais vinte anos pelo fim da escravidão, é a morte do país.

Nabuco insere-se como personagem de uma história das ideias, social ou política. Atuou em todas as frentes possíveis e analisou de maneira detida o processo histórico. Contudo, era homem, assim sendo, possuía as vicissitudes e limitações impostas pela existência. A falibilidade e capacidade de ser corrompido pela mentira. Sua obra não está imune aos seus vícios, por isso, este artigo é apenas uma pequena contribuição a uma complexa análise que deve ser feita no propósito de entender quem foi esse intelectual de presença tão marcante na formação do imaginário do final do oitocentos.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KLEIN, Herbert S. **O Tráfico de Escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2004.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2001. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

VOYAGES: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. "[New Website to Trace Origins of Enslaved Africans](#)". [Emory University](#). April 25, 2011-[s.d]. Disponível em: << <https://www.slavevoyages.org/> >>. Acesso em: 30 abr. 2019

O Correio Paulistano e a solução da questão escravista no Brasil (1885-1888)

Maraisa Medeiros Nascimento

Mestranda

Universidade Federal de São João Del-Rei

maraisa026@gmail.com

Resumo: Partindo do abrangente tema que aborda a escravidão e as políticas de mão de obra no Brasil no século XIX, a pesquisa visa buscar, através das discussões e representações retiradas no jornal Correio Paulistano, a posição do periódico frente a estes dois problemas. Analisaremos também as opiniões dos principais sujeitos políticos envolvidos, principalmente aqueles vinculados ao Partido Conservador Paulista, a partir de 1882 – momento em que o jornal é comprado por Antônio Prado, líder do partido – abordando, assim, suas relações com os setores populares e entendendo as fases de algumas das principais leis referentes à escravidão. Por fim, analisaremos as divergências e algumas mudanças de posições políticas desta ala da elite, observando as circunstâncias em que são motivadas. Tendo em vista que os jornais, desde então, funcionavam como empresas e assim, representavam os anseios políticos de seus respectivos proprietários e do partido ao qual estavam diretamente ligados, sob propriedade de Antônio Prado, o Correio passa a fazer uma incisiva oposição aos liberais e ao republicanismo num primeiro momento. Como conservador, o jornal trazia discursos de manutenção da ordem e dos bons costumes, discutindo pouco a respeito da abolição ou mesmo defendendo discretamente a escravidão. Com representantes do Partido Conservador ligados diretamente a economia cafeeira paulista, podemos afirmar que tratar de assuntos que envolviam a questão da mão de obra era bastante polêmico e arriscado no pensamento dessa ala da elite dirigente. Havia também um medo difundido entre a elite intelectual e política dos danos provocados pela abolição, que poderia infringir a ordem da sociedade em geral. No entanto, é em 1887 que o Correio Paulistano movimenta-se nesse discurso de maneira curiosa, mudando de posição em relação à questão escravista, passando a ser verdadeiro patrocinador da abolição do cativo e motivando fazendeiros, que ainda utilizavam desta mão de obra, a concederem liberdade aos cativos. Entender este processo e o motivo pelo qual ele se deu, requer perpassar o contexto dos seus agentes, os ideais e as teorias que influenciaram seus discursos. De igual forma, os interesses individuais diante da complexa questão escravista para aquela época, repensando, assim, as relações entre o plano político e o meio social – público – que reverberavam de diversas maneiras, uma delas está nas representações colocadas pela imprensa.

Palavras-chave: Escravidão, Correio Paulistano, Partido Conservador.

Introdução

O presente trabalho localiza nas discussões e representações retiradas do jornal Correio Paulistano, no século XIX, a posição deste periódico frente à questão do chamado “elemento servil”, bem como a substituição para uma mão de obra livre. Dessa maneira também se expõem as opiniões de alguns dos sujeitos políticos envolvidos,

principalmente aqueles vinculados ao Partido Conservador na província de São Paulo no momento em que o jornal é comprado por Antônio Prado, líder do partido, virando seu portavoz e órgão oficial. Abordamos também a relação do jornal com os outros setores sociais no contexto das fases de algumas das principais leis referentes à escravidão, além das divergências e mudanças de posições políticas desta ala da elite conservadora.

O Correio surge definitivamente no cenário da imprensa nacional no ano de 1854 e durante sua existência contou com várias fases, desempenhando posições políticas diferentes; da busca pela imparcialidade até a forte defesa ligada aos valores das facções políticas dos seus respectivos proprietários, o jornal representou papéis diversos. Em 1869, sob administração de Américo de Campos e José Maria Lisboa, estará ao lado dos Liberais até passar por problemas relativos às principais discussões que começavam a assolar o governo imperial naquela época: os rumos da escravidão e constituição de outro modelo político para a nação. Quando em 1874, Américo de Campos deixa o jornal para formar um novo periódico - que seria o Província de São Paulo -, o Correio passa por outro período de obscurantismo e termina, nesse ciclo, por voltar à mão de seu primeiro proprietário, Joaquim Roberto Marques. Neste mesmo ano é feito um contrato do jornal com o Partido Conservador, quando ele vai então se transformando em principal órgão deste partido. Esse posicionamento político fica mais claro e o jornal adquire uma maior estabilização a partir de 1882, momento em que é comprado pelo chefe da União Conservadora, Antônio da Silva Prado. (SCHWARCZ, 1987, p. 67-68)

Consideramos que no período proposto, o Correio traz, de certa forma, uma configuração homogênea do pensamento da elite dirigente aqui estudada e dos seus representantes políticos no interior do Partido Conservador na Província de São Paulo. Tal configuração pode assim ser notada, sobretudo, observando as ditas “partes oficiais” do jornal, normalmente presentes nas duas primeiras páginas. Nelas continham, na maioria das vezes, as transcrições das reuniões de assembleias provinciais - discutindo projetos de leis e medidas relacionados à questão da escravidão -, informações sobre a União Conservadora, além do editorial, noticiário e folhetim. Sob propriedade de Antônio Prado, o Correio passa também a fazer uma incisiva oposição aos liberais e ao republicanismo num primeiro momento, com discursos de manutenção da ordem e dos bons costumes, e uma discreta defesa da instituição escravista, reforçando o *statu quo* imperial ao qual se inseriam tais representantes políticos.

Controle social e transformação da mão de obra

Deste modo, percebemos também o argumento presente no periódico acerca do dano provocado por uma abolição imediata, uma preocupação que gerava entre a elite intelectual e política, principalmente aquela vinculada aos valores e projetos imperiais, forte medo a respeito do que tal fato poderia ocasionar. Nesta concepção, a ruptura definitiva com o elemento servil implicaria uma situação de desordem social difícil de ser controlada e por isso, nos anos finais da escravidão, era cada vez mais comum e presente nos exemplares notícias referentes ao uso da força policial e de intensa repressão e controle de sujeitos escravizados, libertos ou livres de cor.

Para entender esse padrão, voltamos ao projeto da Lei dos Sexagenários, discutida em 1884 e promulgada em 28 de setembro de 1885. Seu plano exposto em um exemplar do Correio deixa claro algumas destas medidas, presentes nas cláusulas da própria lei onde se obrigava e direcionava libertos a exercer algum tipo de profissão, fosse ela agrícola, industrial, urbana em obras públicas ou privadas, ou mesmo no espaço doméstico. Ademais deveriam permanecer no município onde adquiriram sua alforria por pelo menos cinco anos, salvo algumas situações excepcionais, como, por exemplo, se o alforriado tivesse família em outro município ou localidade. Desta forma era então colocado na segunda cláusula do tópico sobre o trabalho do liberto que: “§ 2ª O liberto que deixar seu domicílio legal, será policialmente compelido a voltar a ele, e incorrerá na pena de dois a trinta dias de prisão, com serviços nas obras e estabelecimentos públicos, onde os houver.” (Correio Paulistano, 18 de julho de 1884, p. 1)

Podemos dizer que uma constante busca por controle de sujeitos livres de cor e escravizados é desempenhada pela organização política durante todo século XIX e que vai se firmando cada vez mais com o avanço emancipacionista nas suas décadas finais, com objetivo não somente de cercear direitos desta classe que se formava, mas, sobretudo, definir seus deveres enquanto categoria social subalterna.

Azevedo (1987, p. 159-165) é quem lança luz sobre estas políticas e traz uma interpretação bastante pertinente neste sentido, levando em conta os embates e conflitos - muitas vezes violentos - entre senhores e escravizados, analisando como o fator do medo, fomentado por insurreições, crimes e fugas em massa de escravos, conduziu também uma política de imigração que se voltava a recepcionar famílias européias no território brasileiro à medida que exercia um significativo controle social e impunha medidas coercivas contra a

população escravizada e liberta. Medidas estas empregadas, dentre outras formas, na realocação de ex-escravizados para determinados campos de trabalho, de modo a reduzir conflitos e, inclusive, o prejuízo de interesses de legisladores e fazendeiros.

É importante atentarmos para estes fatos, pois em 1887, o Correio Paulistano movimenta-se no seu discurso até então predominante em relação à questão da escravidão, e de maneira curiosa passa de defensor discreto do escravismo a incentivador da abolição do cativo, comprando esta causa e motivando grupos de fazendeiros conservadores a concederem liberdade aos seus cativos e optarem pela mão de obra livre assalariada. (SCHARCZ, 1987, p.69)

Observando as fontes a partir deste momento de ruptura no ano de 1887 e a bibliografia, percebemos a constante preocupação dos dirigentes políticos e fazendeiros com as fugas em massa de escravizados das propriedades, que alimentou, por sua vez, intensas discussões e estratégias da elite que visavam à garantia de braços nas fazendas, principalmente na província de São Paulo, com o crescimento da produção cafeeira. Assim, o Correio como porta voz da política hegemônica da época inaugura em fins de 1887 sessões como a chamada “Movimento Emancipador” explorando um discurso de verdadeira mudança na província que agora se ligava aos ideais de liberdade e desenvolvimento através da substituição da mão de obra com a garantia de alforrias para escravizados.

Esta sessão vinha “... relacionando sempre em tom emotivo e paternal, listas de proprietários do Partido Conservador que libertavam ‘desinteressadamente’, e com salários fixos, seus cativos.” (SCHARCZ, 1987, p.69)

Pouco antes de ser inaugurada a sessão “Movimento Emancipador” no Correio Paulistano, foi projetada uma sociedade entre políticos e fazendeiros, chamada “Associação Libertadora”, onde havia entre seus quatro diretores, Antonio Prado e Leôncio de Carvalho. No dia quinze de dezembro é feita a grande reunião para discutir com os fazendeiros e proprietários de escravizados sobre a solução do elemento servil. Nesta reunião, que foi toda transcrita pelo jornal no dia seguinte, Antonio Prado discursa para os lavradores dizendo, dentre outras coisas, sobre a extrema importância de abolir o elemento servil. Segundo ele:

[...] A desorganização do trabalho, como consequência do abandono das fazendas pelos escravos ou da perturbação da ordem pública é aquilo que mais preocupa o fazendeiro paulista.

É pois esse lado da questão aquele que mais interessa a Associação.

Muitos fazendeiros responderam deste modo em nossos círculos: Dai-nos garantias para o trabalho do liberto e libertaremos desde já nossos escravos.

Todos compreendem a impossibilidade da garantia absoluta que desejam alguns fazendeiros, mas a razão e o bom senso aconselham medidas que inspirem confiança na manutenção do trabalho do liberto.

Quais essas medidas?

Darei a minha opinião, com a máxima franqueza.

A libertação dos escravos, condicional ou independente de cláusula de prestação de serviços, não resolve por si somente, o problema econômico que interessa a lavoura.

A experiência mostra que essa medida, desacompanhada de outras providências, não assegura a permanência do liberto. É natural o desejo que ele manifesta pela fuga, de gozar desde logo das regalias da liberdade.

O que aconselha portanto, a razão? - Que o fazendeiro proporcione-lhe desde logo o gozo dessas regalias, retribuindo-lhe o trabalho pelo salário e modificando o regime, diminuindo-lhe as horas de trabalho, abolindo completamente os castigos, dando-lhe melhor alimentação e melhor vestuário, deixando-o, enfim de considerar como uma simples máquina de trabalho. [...] (Correio Paulistano, 16 de dezembro de 1887, p. 2)

Outros assuntos, como a introdução de imigrantes europeus na província, também são tratados nessa reunião. No entanto, como é possível notar através da fala de Antônio Prado, a substituição da mão de obra escravizada pela livre não estava somente ligada ao financiamento da vinda de imigrantes, mas também na manutenção de ex-escravizados nas lavouras, transformando-os em trabalhadores livres e assalariados.

Para além do interesse econômico presente nesta medida, há o interesse político e social de controle desses sujeitos que, permanecendo sob tutela dos seus antigos senhores, – ainda que em um regime diferente – evitavam-se maiores problemas de ordem pública. Porém, tais discursos colocados no Correio se transfiguram de iniciativas, de certo modo, progressistas destes representantes políticos, principalmente conservadores, que se colocam humanamente reconhecendo a importância de se abolir a escravidão naquele momento ou mesmo a ideia de que empregar e manter libertos nesses campos de trabalho era uma atitude altruísta dos fazendeiros, posto que o pior castigo que poderia ter um sujeito até então escravizado seria a liberdade isenta de tutela. De acordo com o pensamento conservador representado na fala de Antonio Prado, todas estas medidas eram feitas em nome “[...] da liberdade, da moral e da religião.” (Correio Paulistano, 16 de dezembro de 1887, p. 2)

Por mais que estes discursos fizessem referência a um contexto temporal específico, não deixamos de levar em conta seu caráter estratégico e seus aspectos de intervenção na vida social com os interesses que estavam em jogo naquele momento. Nestes termos, seguimos a reflexão de Chartier (1990) em relação ao caráter das representações do mundo social e, assim, dos discursos veiculados nestes documentos históricos, onde embora estes se

pretendam colocar como fatos universais, suas representações são sempre tributárias dos interesses do grupo que as compõem. Segundo Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi de trazer alguns apontamentos e reflexões a respeito dos debates sobre o fim da escravidão, sobretudo aqueles divulgados no *Correio Paulistano*. Investigando, nesses debates, quais eram as propostas para os libertos, além de seguir pistas sobre como a elite política lidou com o alto contingente de ex-escravizados na província paulista.

Para fazer tais apontamentos, partimos do ano de 1885 por ser este o momento que marcou mais aflorados debates no jornal estudado sobre a questão da mão de obra, sendo impossível não encontrar em qualquer exemplar a partir deste ano textos e notícias sobre emancipação, imigração e sobre escravizados - em assuntos diversos que os envolviam. Em 1885, como observamos, também é promulgada a Lei dos Sexagenários, momento importante para se pensar o processo emancipacionista no Brasil, tendo em vista que esta lei teve como objetivo principal a contenção dos abolicionistas mais radicais para promover uma solução gradativa da escravidão e a partir de então, estratégias e medidas são pensadas, criando um jogo político permeado por interesses econômicos, mas também motivados pela própria ação de grupos escravizados que organizavam conflitos e fugas das lavouras.

Encaramos, portanto, que entre os anos 1885 e 1888 grupos políticos, principalmente conservadores, tiveram de se organizar mais enfaticamente a respeito do fim da escravidão. E através do estudo do *Correio Paulistano*, notamos essa organização da ala conservadora, mais incisiva no ano de 1887, com as sessões e discursos inaugurando apoio efetivo ao abolicionismo. Além disso, pelo contexto externo, o Brasil entra na década de 1880 como uma das últimas nações escravocratas (ALONSO, 2015, p. 30-31) sofrendo grandes pressões externas que já vinham sendo feitas, pelo menos, trinta anos antes. Internamente há, além da ação escrava, as investidas na imigração europeia, apoiada por grupos emancipacionistas que passavam a incluir representantes conservadores, como o próprio Antônio Prado – neste momento exercendo seu cargo como Ministro da Agricultura do governo imperial e estando a frente de projetos imigratórios.

Estudos como este são, portanto, importantes para entender as relações que se estabelecem entre o meio político e o social, que resultam, por sua vez, em formulações do cultural, onde é a imprensa um farto objeto de análise, capaz de trazer discursos e representações tão fundamentais para entendimento de questões do passado e do presente.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato Em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O lugar das carreiras jurídicas entre as duas “cidadanias” do Império (1830-1870 e 1870-1889)

Marcus Vinícius Duque Neves

Doutorando

Universidade Federal de Ouro Preto

duqueneves@gmail.com

Resumo: Na produção historiográfica sobre as instituições e a sociedade brasileira do século XIX, um lugar especial é ocupado pela construção da nação e do que se convencionou chamar de “cidadania”, noção esta que significa principalmente a gradual construção legislativa de direitos políticos e cargos para estratos inferiores e medianos da elite e a manutenção dos privilégios para todos seus estratos, da aldeia à Corte no RJ. A construção do campo jurídico, policial e administrativo em bases nacionais e sob a égide de um olhar eurocêntrico-modernizador foi marcado, durante o Período Monárquico por dois momentos distintos, que grosso modo é dividido pelo final da Guerra do Paraguai. Após o enorme esforço coletivo representado pelo objetivo de vencer uma guerra de proporções nunca vistas na América do Sul, as enormes tensões sociais acumuladas desde a independência colocam em xeque a estrutura política e social, no fio entre uma cidadania para a generalidade do povo, ideologicamente resumida na nacionalidade, e a expansão desta cidadania e até de sua reconfiguração dilatada, que a partir de então ganha força quando o conteúdo desta nacionalidade é posta à prova na guerra onde lutaram em grandes números e bravamente, escravos, libertos e “desclassificados”. Da nova configuração política e do fortalecimento de grupos sociais até então sem representantes, ainda que estes tenham operado com limites institucionais e sociais estreitos, surgiu uma nova arena de debate, muitas vezes forçada por grupos em que se projetavam a figura dos “novos bacharéis”. Eram estes filhos da elite e das classes intermediárias, oriundos as primeiras turmas formadas nas poucas universidades de direito existentes no país, e que tomavam parte na construção de um novo campo jurídico que, embora defensor dos valores liberais e burgueses, desejavam diminuir as contradições que reputavam como causa do atraso nacional. Nos momentos posteriores da decadência monárquica e construção da visão republicana, os acontecimentos e lutas passadas estarão no centro da memória pela qual vários atores buscam dar significação à construção de uma modernidade de instituições que, na opinião de muitos deles, nunca se completou.

A apresentação, baseada em estudos que visam analisar marcos teóricos e estudos comparativos como subsídio à elaboração de tese de doutoramento em andamento sobre o assunto, tem como objetivo mostrar as linhas de comparação e de análise que se vislumbra, marcando o lugar da organização do campo jurídico brasileiro desde a Independência, para o entendimento e construção de significados de tal crise.

Palavras-chave: Monarquia, instituições, cidadania.

Introdução

Duas formas de alcançar a advocacia persistiram no Brasil, do período colonial aos finais do século XX: Bacharelar-se ou provisionar-se. Ser um Bacharel ou um Rábula. A

continuidade da vigência das Ordenações Filipinas, pela disposição de 20 de outubro de 1823, manteve por dez quase anos a competência da liberação das provisões para advogar, ao Desembargador do Paço. Com a extinção dos Tribunais das Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, em 1828, um regulamento de 3 de janeiro de 1833 passou aos Presidentes das Relações (Tribunal da Relação) a incumbência do provisionamento. Um breve exame prévio era então exigido, para averiguar se o candidato conhecia as formas e trâmites principais do Foro (ADORNO, 1988; FILHO, 1987).

Existiam então duas formas de provisão para advogados práticos (rábulas): a vitalícia e a temporária. A vitalícia era dada para a maior parte dos rábulas, mas, tinha um caráter local, de restringir a atividade do provisionado apenas à comarca em que residia. Inclusive, uma dos critérios para a concessão da provisão era a falta de advogados formados na Comarca de residência do peticionário. Já a provisão em caráter temporário era, em geral, dada quando algum advogado prático iria atuar fora de sua comarca usual, ou mais raramente, para atuar em uma única causa específica, relacionada a uma relação de confiança pré-existente entre o provisionado e seu representado (FILHO, 2007).

Em 1874, as provisões passaram a ter que ser renovadas periodicamente. Eram concedidas pelo prazo de 2 a 4 anos. A renovação não dependia de exames, mas, de atestados de “abonação” que eram requeridos aos juízos onde os rábulas tivessem atuado durante o período (FILHO, 2007).

No Período Imperial, as províncias com maior número de provisionados eram Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A influência desse grupo parece ter sido significativa nestas províncias, apesar dos rábulas da Corte, no Rio de Janeiro, além dos de Salvador e Recife, terem alcançado maior fama. Destas últimas províncias nos vem as biografias dos rábulas que até hoje perduraram, enquanto das províncias em que maior número destes havia, não perdurou praticamente nenhuma memória destes profissionais. São Paulo, que poderia aparentemente se constituir em exceção, fica em suspenso, já que as figuras que passaram por São Paulo e se tornaram rábulas famosos, não eram nascidas em São Paulo, mas vindas do Nordeste. No caso, os rábulas do círculo de Castro Alves e Luiz Gama (CÂMARA, 2010; FILHO, 2007; AZEVEDO, 2010).

O primeiro coletivo profissional de advogados fundado no Brasil foi o Instituto dos Advogados Brasileiros, criado em 7 de agosto de 1843, quando Ministro da Justiça o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão. No ano seguinte foram aprovados seus estatutos, no Colégio

Pedro II. Seu Primeiro presidente foi um parlamentar: Francisco Gê Acaiaca Montezuma, Visconde de Jequitinhonha. Entre os principais objetivos, declarados pelos estatutos e reiterados no discurso de inauguração pelo seu primeiro presidente, estava a uniformização das práticas de foro. Outro objetivo declarado era a formação de legisladores que fossem não apenas políticos, mas, juristas, para a criação de um direito “pátrio”, segundo os fundadores, praticamente inexistente entre as leis menores, vigentes ainda inúmeras leis portuguesas. Essa necessidade de legislar conforme a visão do jurista era relacionada à construção de uma civilização genuinamente nacional (FILHO, 2007; AZEVEDO, 2010).

Percebe-se que o Instituto dos Advogados Brasileiros se constitui como uma organização da elite jurista e advocatícia que se formava então. Ela se formou em grande parte por egressos das primeiras turmas das faculdades de direito nacionais, criadas a partir de 1827, (São Paulo e Recife). que começaram a formar suas pequenas e indisciplinadas turmas a partir dos primeiros anos da década de 1830. A falta de professores, indisciplina e outros problemas, fez com que essas primeiras turmas fossem mal formadas e só após a intervenção direta do Imperador, em 1832, seguida de outra em 1837, nas regências, permitiu uma melhora no ensino. Apenas em 1854 considera-se que as duas faculdades chegaram à maturidade, quando ganham seus estatutos e maior autonomia para resolver diversos entraves (ADORNO, 1988; FILHO, 1982; CARVALHO, 2008).

Assim, a advocacia entre o período da Independência e a década de 1850 é dominada por advogados coimbrões e provisionados. Poucos são os bacharéis formados por estas universidades e, mesmo com a má fama desse grupo, muitos se dirigem à política de preferência à advocacia.

Este breve histórico sobre as questões do ensino jurídico coincide com acontecimentos econômicos, políticos e sociais importantes. Na década de 1850, no Brasil surgiam os primeiros frutos de uma nova integração brasileira no mercado internacional, uma nova divisão do trabalho, ascensão do café, primeiros projetos ferroviários, nova legislação voltada para a integração, a Tarifa Alves Branco, o Código Comercial. Surgia um novo contexto na política de Conciliação dirigida aos descontentes da revolução liberal de 1842 e o Imperador tornara-se adulto. E ele começava a ter influência própria na política. Um movimento abolicionista que contestava por via da lei o sistema econômico surgia como primeiro indício de cidadania real, proveniente dos defensores da massa de escravos (FILHO, 1982; DOLHNIKOFF, 2014).

O caso dos provisionados pode ser interessante para marcar com efetividade esses dois períodos: até a década de 1840 aparecem como defensores de pequenas causas nos interiores, mas, na década seguinte, vários se tornarão conhecidos por defender pautas com maior teor político e contestatório.

São bastante esclarecedoras as histórias de Antonio Pereira Rebouças, Antonio Gama e outros provisionados no que toca a diferença de tratamento das questões públicas e do foro pela elite política. Os rábula que defendem escravos ganham popularidade e dimensões míticas (AZEVEDO, 2010; CÂMARA, 2010).

Também é interessante pensar como a perspectiva da forma das forças produtivas acaba por moldar a participação de mulatos de melhores condições e laços de parentesco, na vida política e nas atividades do foro. É um só bloco coerente o que define as mudanças citadas. São elas que permitem que algumas pessoas de poucas condições possam conseguir a licença de provisionado e defender as causas dos pobres locais com bastante competência e denodo, ainda que nem sempre com sucesso. Isso se deve a forma da escravidão urbana e das características patriarcais da família estendida. Outro caso, mais adiante, por exemplo, extremo, é de Antonio Conselheiro, o líder de Canudos, que tinha sido rábula no período da década de 1870 (AZEVEDO, 2010; NEDER, 2016).

Analisemos a especificidade das atividades do *Judiciário Togado* como instituição nas primeiras décadas do pós-independência, em que teve parte de seu já pequeno quadro colonial, desfalcado pela volta para Portugal de diversas autoridades: O Judiciário Togado se constituiu como um grupo de pressão política que defendia seus privilégios e não se diferenciava de forma visível do resto da elite política. A magistratura era composta nessas primeiras décadas pelos “coimbrões”, como eram os que se formaram na faculdade de Coimbra, em Portugal. Todos tinham experiências comuns que lhes davam certa homogeneidade de práticas, fossem nascidos em Portugal ou no Brasil. A grande maioria não fez o trajeto advocacia – magistratura, mas, trajetos muito mais tortuosos, da política para a magistratura, às vezes de volta à política, podendo se aposentar como magistrados. Exerciam conjuntamente atividades que hoje seriam vistas como incompatíveis. Quase todos eram grandes proprietários, condição que lhes colocavam em diversas atividades administrativas particulares, e donos de grandes plantéis de escravizados. Às vezes atuavam por prepostos no comércio ou na indústria. O exemplo mais conhecido em Minas Gerais é o de Lucas Antonio de Barros, que seria barão e visconde de Congonhas. Mineiro, nascido em 1765, estudou em Coimbra, formando-se em Direito. Sobrinho de José Romualdo Monteiro de Barros, o

minerador e sócio do Barão de Eschwege na Fábrica Patriótica de ferro em Congonhas do Campo, da qual herdou parte considerável, mantendo ali mais de 50 escravos vários anos depois da independência. Foi o primeiro Presidente de São Paulo, em 1824. Foi um dos criadores do Supremo Tribunal de Justiça, sendo juiz por muitos anos, até quase sua morte, em 1851 (NEVES, 2003; ADORNO, 1988; PRADO, 2005).

Desta elite coimbrã de magistrados, poucos ainda atuavam no final da década de 1840, na década seguinte, foram muitos os bacharéis formados nas faculdades de direito de São Paulo e Recife que assumiam os lugares vacantes dos antigos magistrados togados que morreram ou se aposentaram. Interessante pensar também que essa substituição coincide com a mudança de certas práticas de foro, com um frenesi legislativo já citado, e relacionado à preparação para um papel intensificado, agroexportador na divisão internacional do trabalho.

A visão de uma cidadania, agora um pouco menos formal, se relaciona ao perfil do novo grupo que assumia, de perfil militante. Essa militância está claramente atrelada ao direcionamento do ideal romântico. A visão romântica foi uma das formas de escape da necessidade de contestação da geração que se constituiu na mocidade das décadas de 1840 e 1850. Duas vertentes se delinearam: o grupo contestador antiescravista que tinham como representantes Luiz Gama, Castro Alves e o jovem Rui Barbosa, entre outros, e o grupo nacionalista que se voltou para o Indianismo, tendo José de Alencar como seu maior nome, grupo este apoiado por D. Pedro II como forma ideológica de buscar uma identidade primeva no elogio aos índios (principalmente as etnias já absorvidas ou já dizimadas) e desviar o foco de um movimento abolicionista nascente que procurava identificar as mazelas do país à escravidão e que dirigia o mesmo ideal romântico aos negros em suas mais variadas realidades, desde a liberdade na África, na resistência trágica ao tráfico e ao cativo e até mesmo, na liberdade conseguida por meio da fuga ou da morte (CÂMARA, 2010; PUNTONI, 2003).

Entre as duas vertentes românticas se encontravam advogados, juízes e rúbulas. Continuaram, porém, os Juízes Togados, provenientes das elites econômicas, em sua maioria, fiéis às orientações do Imperador e seus conselheiros mais próximos, e a maior parte dos que “tomavam partido” nas disputas literárias, se filiou ao Indianismo. É verdade, porém, que nem sempre este grupo se apresentava homogêneo, e nem todos os juízes togados eram “homens de letras cultos”, provenientes de uma cultura bacharelesca nacional nascente, eivada de limitações e sob suspeitas lançadas desde uma antiga elite formada na Europa (CASSOLI, 2018; FILHO, 1982).

A falta de uma “mais alta cultura”, no estilo erudito dos coimbrões, no primeiro grupo formado nas faculdades nacionais, tornava perigoso fato que poderia servir de crítica contra as instituições. Tudo indica que o incentivo do indianismo e o acirramento das polêmicas literárias nas décadas de 1840 e 1850 se relacionam a suprir a impressão geral da falta de luzes dessa geração. Tal acirramento, por isso, teria o incentivo vindo da Corte, do Imperador e contasse com um grande número de adeptos das carreiras jurídicas, enquanto os rábulas, escorados em laços de amizade com alguns advogados e juízes dissidentes, se organizavam como oposição literária e política que chegaria a sua forma mais completa no movimento abolicionista (ADORNO. 1988; NEDER, 2016).

Esta questão, da fraca formação dos togados, como vimos, foi motivada pela dificuldade de mimetizar as instituições coimbrãs ou criar uma cultura jurídica própria. Quando o projeto de uma expansão das instituições jurídicas esbarrou na falta de bacharéis em leis, manteve-se uma estrutura marcada pelo possível, com simplificações processuais. A solução foi desafogar os juízes de parte de suas competências e iniciar um projeto para a implantação de faculdades de direito nacionais. A forma encontrada para desafogar os Juízes togados foi a criação dos Juizados de Paz leigos e do Juri, simplificar alguns ritos e enxugar o número de juízos especializados, otimizando a estrutura no sentido generalista.

O que fica bastante claro quando se analisa a construção do Estado Brasileiro a partir da Independência, a partir de minúcias como no caso, o sistema judiciário, policial e legal, caem por terra as teorias patrimonialistas, como por exemplo, de Raimundo Faoro, já que não podemos falar de uma herança *ipsis literis*, mas, de uma construção consciente, amarrada nas limitações do passado colonial, porém, não nas tradições políticas portuguesas propriamente ditas. Não era possível reproduzir algo que nunca teve força aqui, no contexto de colônia, em um século XIX que trazia novos horizontes e novos espelhos. O conservadorismo, o escravismo, são as bases, não os estamentos e sua cultura burocrática (SOUZA, 2017).

Longe de minimizar o peso do liberalismo, estas constatações tornam sua importância ainda maior. O liberalismo era lido em várias chaves e podia servir de “ideologia tampão” entre uma elite alta e outra falta de conhecimentos mais profundos.

Fica claro quando se estuda as questões sociais que subjazem ao sistema legal, policial e dos rábulas de aldeia em Portugal, pouco se imita no Brasil senão as mesmas leis. São as práticas coloniais diversas, as condições do escravismo, a prática territorialmente expansionista, a economia da *plantation*, assim como todas as demais características coloniais

as definidoras maiores dos aspectos judiciais, policiais e das práticas do foro do Brasil Independente. Nem a vinda da Corte e a breve experiência de “Reino Unido” parece alterar significativamente esse sentido.

Os rábulas como um dos esteios da oposição política ao escravismo

O caso excepcional de Antônio Pereira Rebouças nos apresenta a exceção que confirma a regra, e esta se dava pelas barreiras legais e sociais para a entrada de mulatos nas esferas mais altas da política e do mundo jurídico (FILHO, 2007; CÂMARA, 2010).

Não parece ser coincidência o fato das provisões para advogar passarem a ser obrigatoriamente renovadas de 2 em 2 ou de 4 em 4 anos a partir de 1874. A Guerra do Paraguai terminara em 1871, e a pressão abolicionista crescera enormemente desde então, com inúmeros advogados formados e provisionados, estes na maioria pardos, agindo com maior força nos foros, em prol dos escravos e libertos que tinham suas liberdades ameaçadas.

A novidade da curta novidade das provisões, que tinham que ser renovadas a partir de certidões exaradas por juízes de direito, têm até agora, na historiografia criada por juristas, interpretada como uma medida a reforçar a “reserva de mercado” dos advogados formados. Porém, nos parece que a melhor interpretação para essa novidade é de cunho político, relacionado à tentativa de controle dos rábulas, através de sua constante dependência profissional dos Juízes. A ameaça que pairava sobre eles a partir desta medida era a de que, se fossem “muito radicais” em suas argumentações, poderiam não ter suas provisões renovadas.

O próprio Luiz Gama, o advogado negro mais famoso, parece ter enfrentado muitas dificuldades na advocacia política que praticou, sendo que a alcunha que ganhou de “advogado dos escravos” parece inicialmente dever-se ao seu papel como jornalista abolicionista, que não apenas noticiava, mas, polemizava através de extenso discorrer pelas argumentações jurídicas. Só advogou por conhecer alguns juízes francamente abolicionistas, que asseguravam seu provisionamento. O número de causas em que atuou a favor dos escravizados variou bastante conforme a época, por conta destas dificuldades impostas pelo próprio sistema, mas, que a história posteriormente, mal contada, do Judiciário ocultou (CÂMARA, 2010; AZEVEDO, 1999).

Talvez seja permitido ao historiador interpretar o “ódio ao rábula” reiterado nos discursos dos bacharéis como uma série de reafirmações pessoais e institucionais sobrepostas. Assim reiteravam os discursos ideais “das luzes” contra as “trevas dos ignaros”. Porém, o viés ideológico se descortinava nas dificuldades impostas socialmente e institucionalmente à

aquisição destas “luzes” pelos oriundos de estratos sociais inferiores, como foi o caso da recusa de acesso à faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo, a Luis Gama, pela sua origem e cor (CARVALHO, 2015; CÂMARA, 2010; AZEVEDO, 1999).

Não por acaso, também, a biografia de Luis Gama se divide entre a recusa de seu acesso ao estudo formal e sua consagração como rábula reconhecido pela cultura e competência. A diferença de momentos parece ser a diferença de popularidade da causa abolicionista, que marca de forma muito forte a diferença entre estas concepções de cidadania, entre uma concepção completamente vedada a causas e anseios populares, para outra onde, apesar das resistências institucionais e sociais, elas podiam sair à luz.

As duas concepções de cidadanias citadas, se sucedendo temporalmente, correspondem a dois momentos de integração econômica do país ao mercado internacional, assim como dois estágios da implantação do aparato burocrático nacional. Essas duas fases se diferenciam materialmente pela escala nos projetos de infraestruturas para atender às demandas de integração ao mercado, assim como duas fases diferenciadas em escala e forma, dos serviços públicos, então limitados a pouco mais que a manutenção do Judiciário, das polícias e das forças armadas.

A modernidade jurídica, que nos discursos parlamentares apareciam como a necessidade de “um direito próprio” seguia as necessidades que a modernidade econômica ditava. Ela foi “atrasada” em relação ao que alguns políticos da Corte esperavam. Esse atraso teve relação com o contexto difícil do Período Regencial, cujas revoltas e descentralização impediam que o poder central concentrasse esforços e recursos de forma constante nos pressupostos de modernização do comércio exterior, da formação jurídica e na infraestrutura necessária à maior integração aos portos. Apenas nas questões de controle social o sistema escravocrata se “aperfeiçoou”, pelas pressões e medos de uma rebelião de escravos de grandes proporções e o medo do banditismo: Não por acaso, o primeiro código legal a ser aprovado no Brasil Independente foi o Penal (CARVALHO, 2008).

A integração ao mercado mundial necessitava, porém, uma similaridade e clareza de condições jurídicas no que tocava ao direito comercial, primeiramente, e para receber os estrangeiros envolvidos nas atividades comerciais, institutos que assegurassem sua segurança em outras esferas de suas longas estadas e residências aqui, relacionadas ao direito civil, de sucessões e de legislação especial que assegurasse sua liberdade de culto e segurança jurídica no que fosse diverso em termos de costumes.

Parte da elite esperava instituições em espelho das instituições norte-americanas e europeias, o que apagaria idealmente e por si a condição pretérita de colônia do Brasil. Quando algum parlamentar discursava no sentido da necessidade de “criar instituições pátrias” era pensando na adaptação aos institutos dos países-modelo, mas, dirigindo essa adaptação pensando em integração das elites, em todos os níveis, ao nível de estado independente. Este só existiria se a elite agrária e escravista fosse integrada juridicamente à política em termos de mercado, no caso, estabelecendo claramente sua responsabilidade pelas funções de segurança e de adaptação contratual aos termos do mercado. Assim, a mão de obra escrava era um problema de teor secundário, na medida em que a principal atividade de integração ao mercado era a exportação agrícola. Essa produção estava assentada e não parecia aos próprios fazendeiros, necessitar de modernização. Os que acreditavam em alguma necessidade de modernização acreditava que essa seria lenta, técnica e pontual.

A origem escravista da incapacidade de extensão da cidadania

Ontologicamente, as relações escravistas, como já descritas magistralmente por Jessé de Sousa, estão na base de todas as relações internas históricas de classe e de seu encobrimento. Nesse sentido, Jessé de Sousa também desconstrói toda a ideia de uma herança colonial-administrativa portuguesa que estaria no âmago de um patrimonialismo. Nada nessa teoria forçada de Raimundo Faoro se coaduna quando se aprofunda na estrutura real construída no século XIX e de onde ela toma seus sentidos (SOUZA, 2017).

A diferença de uma cidadania que na perspectiva das classes desfavorecidas é fortemente demagógica, centrada na incorporação de uma elite ao processo de formação do Estado e de suas regras, de outra, onde a primeira pauta social nacional, oriunda de outra classe, e visando a incorporação de direitos, que é o surgimento do movimento abolicionista, está intimamente ligado ao desenvolvimento de um arcabouço jurídico peculiar, sem nenhuma ligação com heranças culturais, mas, desenvolvido no conflito e na sua formalização política, que se fez pela formação de um novo proceder discursivo. Tudo isso sob a asa das doutrinas liberais inglesas (PRADO, 2005; SOUZA, 2017).

Neste liberalismo, a escravidão difere da servidão, não só pelas questões de posse dos instrumentos de trabalho, negação de direitos *versus* direitos e objetivos e alcance econômicos, porém, também traz consequências para as noções até então existentes sobre reconhecimento social. Seja entre a elite, seja nas camadas intermediárias e mesmo entre os libertos. E esses questionamentos das regras de reconhecimento social são fundamentais.

Mesmo que, no liberalismo, a aparência pré-moderna do escravismo seja falsa, ela é dinâmica e anexa ao moderno sem contradições. A contradição aparente é na verdade, uma hierarquia imposta. O embate dos políticos e intelectuais no século XIX com o liberalismo, ora no sentido de usá-lo como modelo econômico, ora no sentido de negá-lo ou esquecê-lo no sentido do mundo do trabalho e, aos mais críticos, apontando essas contradições, não conseguem ver a realidade clara dessa hierarquia. Uma teoria das “idades”, etapista, encobre a realidade da divisão do trabalho frente à Europa, pois esta mesma divisão é pensada como algo natural. Poucos são os que pensam algo a desenvolver fora deste registro da “nação jovem” (SOUZA, 2017).

A negação, aos escravos e pobres no Brasil Imperial, de acesso às prestações da justiça acompanharam passo a passo a negação de acesso aos mesmos aos bancos das escolas, à prática advocatícia e aos bancos das universidades, mesmo quando livres e claramente capazes, como no caso emblemático de Luiz Gama.

Conclusão

A expansão da Justiça e das carreiras jurídicas era real aos olhos da elite cobiçosa por cargos públicos, porém, se traduzindo de fato nas promoções rápidas nas carreiras jurídicas oficiais. A criação dos Juizados de Paz nos interiores e as rápidas promoções de juízes togados nos anos logo posteriores à independência eram exaltadas como um marco civilizacional. Mas, ocorriam por três principais motivos: volta de portugueses coimbrões para a antiga metrópole, trocas políticas pela fidelidade ao projeto da independência e, finalmente, a expansão da estrutura jurídica em direção aos interiores, com subdivisões de comarcas.

Porém, neste período, praticamente todos os Juízes provinham da elite escravista.

Dessa forma, as duas cidadanias do período imperial permaneceram, diante da instituição do escravismo, formas elitistas. No primeiro período, de forma nua, crua e sem negociações, a cidadania se traduziu em incorporação das elites locais em um projeto de Estado. Pelas lutas e pressões, chega-se ao segundo período, quando parte da elite precisa se justificar mais e mais frente a outros atores sociais e ensaia uma modernização de “costumes políticos e jurídicos” pelo alto. O movimento abolicionista é encampado como o ponto fulcral da modernidade social orientada para o olhar externo. Porém, essa ainda é uma cidadania pouco mais ampliada, que se insinua como um projeto publicitário e de “exportação”.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos:** Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Orfeu de Carapinha:** A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos Escravos:** Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc Editora, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASSOLI, Marileide Lázara. **Arranjos de vida:** escravidão e liberdade nos tribunais e Mariana, Minas Gerais. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018.

DOLHNIKOFF, Miriam. Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do Século XIX. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 20, p. 66-82, 2014.

FILHO, Alberto Venâncio. **Das Arcadas ao Bacharelismo** (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil). São Paulo: Editora Perspectiva. 1982.

FILHO, Pedro Paulo. **Famosos rábulas do Direito Brasileiro.** Leme/SP: JH Mizuno, 2007.

NEDER, Gislene. **As reformas políticas dos homens novos** (Brasil Império: 1830-1889). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais:** A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades:** os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagem e o patriotismo caboclo. (633-676). In: JANCSÓ, Itsvan (org.). **Brasil:** Formação do Estado e da Nação. São Paulo/Ijuí: Editora Hucitec/Fapesp, 2003.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Fontes impressas:

Dicionário Biographico de Brasileiros Celebres... nas letras, artes, política, philantropia, guerra, diplomacia, industria, sciencias e caridade desde o anno 1500 até nossos dias. Compilado por (contendo cento e três Biographies). Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

Pareceres do militar Luís Augusto May na capitania do Grão-Pará e Rio Negro (1810-1814)

Myriam Paula Barbosa Pires Gouvêa¹
Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
my.paula@gmail.com

Resumo: O artigo constitui-se como parte de pesquisa doutoral debruçada a construção da biografia do militar, político e posteriormente redator, Luís Augusto May. Para tal, analisa o dossiê produzido pelo mesmo enquanto oficial do Exército, que trata da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. Integra o dossiê uma avaliação minuciosa da região quanto à situação militar de suas tropas; geografia das entradas e saídas; quantidade de índios e de escravos; imigração populacional europeia, entre outros aspectos. Sabe-se que o período é marcado pela vinda da Corte real para a América. Em face das ameaças napoleônicas, D. João VI respondeu com a invasão da Guiana (1809), movimento que fora comandado pelo Governador da Capitania do Grão-Pará. A estadia de Luís May na região integra, desse modo, uma política de proteção da região face às investidas de uma possível invasão em retaliação francesa. May, é revelado aqui como um agente da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos atuando em defesa da Colonização.

Palavras-chave: Luís Augusto May – Grão-Pará e Rio Negro – Guiana Francesa.

A figura da personagem histórica Luís Augusto May é certamente uma grande conhecida da comunidade de pesquisadores que se voltam ao estudo das relações entre imprensa e política do Brasil, no entorno do Primeiro Reinado (1822-1830). A partir da publicação do periódico *A Malagueta* (1821-1832), bem como do subsequente folheto, *A Malagueta Extraordinária* (1823-1824), Augusto May fez públicas suas opiniões na defesa do que considerava importante para o debate relativo à condução das ações políticas daquele conturbado contexto. Sua ação enquanto redator foi, sem dúvida, contribuinte para a reflexão dos seus contemporâneos e para a condução dos acontecimentos no Governo do Imperador Pedro I, em maior ou em menor grau. Saindo do âmbito referido, entretanto, apresento neste artigo os escritos produzidos pelo próprio Augusto May, em contexto anterior, e dedicados ao exame da situação geral da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro no ano de 1813, durante o processo de disputa territorial da Guiana Francesa entre portugueses e franceses da Guiana Francesa.

¹ Bolsista da Agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa – CAPES.

Antes de se lançar como redator de jornal, May atuou em muitas frentes na condição de oficial militar e por meio de cargos comissionados. Alguns deles acabaram recaindo no campo da diplomacia lusa, fase em que atuou ao lado de grandes nomes da política, conforme o mesmo atestou em documentação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1817). O artigo trata de um dossiê produzido pelo mesmo, e que contém informações valiosas a respeito das condições gerais do terreno, demografia, principais gêneros agrícolas; condições das **fortificações; das tropas e do armamento da região supracitada.**

Capitania do Grão Pará e Rio Negro: pareceres de um oficial luso em terras americanas (1813)

As informações que se sabe de Luís Augusto May em geral vem picotadas por inúmeras lacunas. Consta (RIZZINI, 1988) que nasceu em Lisboa no ano de 1782, tendo ingressado no Exército como alferes aos dezesseis anos. Ao longo do tempo, passou a exercer a patente de Tenente, chegando a Capitão de Artilharia. A despeito de tão poucos rastros iniciais, sua profissão como militar será de suma importância para a pesquisa doutoral como um todo, uma vez que esta condição se constitui como um interessante fio condutor na compreensão de suas motivações de vida e enquanto um passaporte para se inserir no meio social de nobres e fidalgos e, em consequência, conquistar posições e cargos destacados, além de graças e mercês. Da curva que vai da condição de soldado à Capitão de Artilharia lusa, sabe-se bem pouco. Relatos esparsos (VIANNA, 1945) contam sua presença no Batalhão Acadêmico quando da ameaça de invasão francesa a Portugal. O que há de mais palpável neste início, contudo, são algumas missões diplomáticas as quais realizou nos anos de 1810 e 1813, tendo estas sido respectivamente em Londres e na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro.

Quanto à Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, deixou registrado um grande dossiê de 40 páginas cujas características podem ser entendidas tal qual uma “radiografia” da região em tempos de grandes conturbações políticas, ou melhor, em cenário de guerra contra os franceses. Conforme apontam pesquisas (PEREIRA, 2013), apesar de ter sido um plano antigo de controle da região amazônica, a tomada da Ilha de Caiena e de toda a Guiana Francesa veio como efetiva possibilidade quando da transmigração da família real para o Brasil. Seu planejamento foi impulsionado pela chegada à América do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1808, quando foi nomeado Ministro da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra. A missão, que teve início em outubro de 1809, foi comandada pelo então Governador do Grão-Pará, José Narciso Magalhães Mendes no comando ofensivo

militar do Tenente Coronel Manuel Marques. O dossiê aqui analisado é significativo por ter sido produzido em meio a este contexto de guerra enquanto instrumento de defesa para o Estado luso-brasileiro, em que seu autor, representava exímia confiança do rei.

Quanto ao dossiê, suas assertivas demonstram uma grande habilidade no serviço de mapear uma região que naquele cenário, para além da Corte do Rio de Janeiro, significava a menina dos olhos do Estado Português: a região norte e mais detidamente, a Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. Naquela altura Augusto May era militar experiente, oficial do Exército luso e fora com a marca deste olhar que se compreende o referido documento. Apesar do caráter diversificado, suas informações apresentam um ponto comum, ou seja, a necessidade de proteção da região em caso de ataques inimigos. Ressalto ,com Ivete Pereira (2013) que a despeito da pouca resistência na guerra da Guiana, uma revanche francesa era uma possibilidade a ser considerada pelos portugueses.

O manuscrito, produzido por Luiz Augusto May enquanto oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, é bastante extenso. Possui, além de observações sobre sua geografia, aspectos de uma variedade de temas. Todas as exposições feitas por seu autor são seguidas daquilo que classificou enquanto *observações* ao final. Tais observações dão a impressão de ser uma secção voltada para suas opiniões mais diretas. Para iniciar suas quarenta páginas, o autor teceu “uma pequena especificação” da “Geografia da Capitania” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p.185) chamando à atenção para os detalhes de seu balizamento geográfico com outras localizações bem como dos principais rios que a banham. De acordo com May “tudo na forma especificada nos exatíssimos mapas que V. Ex^a tem”² (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p.186). Entre os pontos mais importantes constam a dificuldade de entrada constitui a principal e “talvez a única” defesa da cidade do Pará. Quanto às suas fortificações considerou o seu estado como “deplorável”, tanto elas quanto seus “petrechos de guerra” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p.187). Na visão do mesmo, as fortificações do Grão-Pará entraram em decadência após a saída do Governador, ex-capitão de Fragata e irmão de D. Rodrigo e de D. Domingos de Sousa Coutinho, D. Francisco de Sousa Coutinho, por quanto a guerra com os franceses vizinhos haviam o convencido da necessidade de as conservar em constante “pé de defesa”. Foi este governo o mais destacado positivamente por Augusto May. Segundo Ivete Pereira (PEREIRA, 2013, p. 91) D. Francisco de Sousa Coutinho assumiu a capitania com problemas de segurança, ainda pobre e

² Estimo que a *Vossa Ex^a* possa ser D. Domingos de Sousa Coutinho, o Conde de Funchal, que segundo May em outro documento, teria solicitado a ele serviço semelhante a este relacionado à Capitania de São Paulo.

subpovoada a qual já era vista de fins do XVIII como fraca de defesa pelo mesmo. Seguindo o documento, May destacou que foi durante o governo de Sousa Coutinho a defesa da capitania recebeu maior atenção...tendo sido remodelada especialmente a Vila de Macapá.

Segundo consta, esta praça foi destinada (PEREIRA, 2013, p. 93) “para importantes fins de preservação contra os inimigos franceses”. No todo, a fortificação constitui a melhor praça do Brasil em que diz respeito ao “artifício posto e não a sua posição natural”. Para Augusto May (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 202) o engenheiro que a construiu era bastante habilidoso, além de “homem de guerra”. Quanto à sua condição geográfica, o autor destacou aspecto muito significativo: a Vila de Macapá em caso de invasão pode “embaraçar” qualquer ataque que subir pelo rio Amazonas. Existe um canal de terra capaz de receber todo o fogo sem que haja tempo de “estragar” a Praça. Sendo assim, “o baixo que está entre os dois canais seria uma funesta escolha a todo o navio q sua assaltar” a sua praça principal, a menos que seja, segundo o autor, com “barcas artilheiras pequenas que nadando em pouca água poderiam livra-lhes deste perigo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 202)

Segundo Nívia Pombo (2010), conforme referido, preocupações com a defesa e com a integração das capitanias do norte já existiam desde tempos mais remotos, ganhando contornos mais palpáveis a partir de 1790, no Governo de D. Francisco de Sousa Coutinho. Recebeu, entretanto, grande impulso quando da entrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, em 1796. Segundo a autora (POMBO, 2010, p. 283), “ter clareza nas dimensões do reino e das conquistas era fundamental para o controle dos fluxos coloniais, das cobranças de impostos, e para as estratégias de defesa militar das costas e fronteiras. Desta forma, a cidade de Belém do Pará funcionava como ponto de recebimento de notícias e ordens que iam e vinham de Lisboa para as capitanias interiores da América Portuguesa.

Conforme citado, muitos foram os temas tratados no documento. Por exemplo, aqueles ligados à história de seus governadores (com datação), as condições físicas das vilas, fortes e fazendas, constando se as regiões e sub-regiões receberam imigração europeia ou não, a quantidade de habitantes brancos, índios e forros. A questão das condições militares em caso de invasão estrangeira, entretanto, constitui seu foco. Entre os grandes textos, há uma quantidade de quadros contendo cada um deles um tema específico. A saber:

1) Das cidades, Praças e Vilas dignas de observação da Capitania debaixo do Grão-Pará com as especificações: Neste quadro, o autor traça principais aspectos das

localidades acima citadas destacando os gêneros mais importantes de sua agricultura, como a farinha, o cacau e o peixe. No quesito de defesa em caso de invasão repentina, destacou as distâncias entre estas como também entre as estas e a capital (Belém).

2) Mapa das Vilas e Lugares da Ilha Grande de Joannes na Foz do rio Amazonas na Capitania do Grão-Pará com as especificações na forma abaixo: Um grande parecer foi feito a respeito à Ilha de Marajó, à época conhecida como Ilha Grande de Joannes. Na posição do autor, verifiquei que a importância da Ilha de Marajó residia no abastecimento do gado os diversos distritos da própria Ilha, como ainda das muitas vilas existentes na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, como a Vila de Portel, a de São José de Macapá, Vila de Cameté, entre muitas outras. Quanto a sua relevância mais diretamente ligada à defesa do território em caso de invasão, May destacou a sua formação em grandes campos que funcionam como pastos, mas que servem enquanto terreno principal para barrar os invasores devido à sua capacidade alagadiça, sobretudo se os invasores vierem durante o inverno ou no princípio do verão “por causa do princípio da seca” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 213). Este tipo de terreno alagadiço, segundo o autor, impedia que se passasse artilharia de grosso calibre pois criava-se um “lodo ou tijuco tão visguento” que quebram as carretas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p.213). É ressaltado ainda o caráter selvagem da Ilha contendo muitos animais ferozes, tais quais onças, quatis, veados, lontras, jacaré e cobras. As cheias são bastantes fortes no inverno a ponto cobrir os cavalos “pela capa da sela” por muitas vezes se viram obrigados a nadar (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 213).

3) Dos lugares fortificados: Praças, Castelos, Fortalezas, Reduções e baterias que contém a capitania do Grão –Pará e Rio Negro com as especificações na forma abaixo: Trata de mapear a Artilharia, sua quantidade de soldados e armas e suas condições. Se lutam contra o gentio ou se são separados ao “inimigo” externo. Se estão longe da capital Belém; qual a distância entre as mesmas; a arquitetura do forte, se grande ou pequena. Considerou muitos armamentos com peças mal montadas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 217).

4) Capitania do Rio Negro – Estado de Defesa: A Capitania do Rio Negro recebeu um quadro destacado para avaliação integrante no dossiê. Neste quadro, foi organizado com divisões por fortaleza existentes na região. Na análise para o tipo de fortificação, no caso, fortaleza existentes; sua denominação e localidade; localização estratégica; condição de defesa na região, além de “observações gerais”: importância estratégica para a região. A fortaleza da Barra ou Foz do Rio Negro, sua importância reside em proteger a entrada no Rio Negro e proteger seu comércio. May considerou a fortaleza como o sendo “empório “do Rio

Negro por estar situada no centro da Capitania, em condições ser expedições para todos as suas partes. Analisou a Fortaleza de São José de Tabatinga, considerando que fora muito importante no tempo das demarcações e ainda é por se achar nas nossas possessões nas partes superiores do rio Solimões. Destacou ainda a quantidade de oficias em cada fortaleza; quantidade de soldados e de “peças” de artilharia. Como conclusão destacou o quadro “lastimoso” em que as fortificações, bem como sua artilharia se encontravam. Para o autor, a região possui apenas um carretame, incapaz de proteger os armazéns de munições de guerra. Em olhar mais amplo ressaltou que tal condição estava equiparada à “dos vizinhos estrangeiros”, os quais “pouca diferença tem das nossas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 219).

5) Feito das Observações que tive a honra fazer presentes a Vossa Ex^a sobre a capitania do Grão-Pará formalizado na forma que me determinou: Neste quadro traça brevemente os principais feitos dos governadores que assumiram o Grão-Pará. A exemplo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, instituiu a Companhia de Comercio e a “fatal” alforria dos índios; Manuel Bernardo de Melo e Castro; poucas disposições políticas; expulsão dos jesuítas; grande emigração de portuguesas para povoamento da região; Fernando Costa de Ataíde Teive – a secretaria de Estado passou a empregar toda a sua força no aumento do Grão-Pará. Destaque para entrada de suíços e outros grupos de estrangeiros no Rio Amazonas.

Em suas observações gerais, ressaltou aspecto interessante quanto ao modo de avaliar a situação da tropa da Capitania. Conforme observou, de forma geral, a tropa do Grão-Pará tem caráter misto, ou seja, é composta de soldados “nacionais do país” e, em menor número, da Europa. O autor equiparou o trabalho na Capitania em tempo de paz ao de um soldado europeu em tempo de guerra. A justificativa seria a “inação dos gentios”, os animais ferozes e venenosos, a falta de “necessários, provisões e fardamento”. Segundo sua visão, o soldado encontra-se exposto a todo risco de vida e acidentes. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 219) Das causas de diminuição do efetivo tropa a principal é a deserção. No Pará, apontou Luiz May, mais do que em outra Capitania ocorre essa “infame” prática. Ou seja, “o soldado senta praça e ao fim de seis meses, deserta” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 2224).

Com o passar do tempo é apanhado, processado e enquanto não tem sua culpa “expiada”, torna-se um réu do Estado. A questão é de grande importância pois, segundo o mesmo, “todo réu desertor, em caso de guerra, se pode contar como inimigo” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 224). Conforme testemunhou, alguns relataram-lhe que uma das causas

da deserção é a prisão entendida por eles como um leve castigo. May se colocou contra a prática de alguns, afirmando que se constitui excesso de ignorância. Para May, a tropa deve estar ciente “do conhecimento de seus deveres e das pessoas que incorrem faltando a eles” uma vez que há pesadas consequências para a sociedade (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 225). Para ele, o soldado no Grão-Pará desertava sem saber “o crime que comete ou as guerras que encerra”. Ivete Pereira (2013) observou que “o contrabando, o grande número de desertores e a fuga de escravos negros para a vizinha Guiana Francesa eram tidos como grandes problemas desde fins do século XVIII”.

A este respeito, Luiz May destacou que para evitar que ocorram as causas para que o surja o crime, é fundamental não deixar faltar os provimentos aos soldados, tais como: falta na capitania do Grão-Pará fardamento, pagamento, munição....Tal penúria, traz consigo outras consequências, como alterações na conduta “tramoias e desmandos”, os quais na sua opinião, constituem traços “inseparáveis ao soldado (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 226). A respeito da importância dos índios, enquanto braço armado da tropa destacou que embora não ignore totalmente a qualidade da deserção como criminosa, “ignora sua enormidade”. Segundo defendeu o autor, “o índio não lê mas vê os castigos dados aos seus camaradas”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 227). Tal fato evidencia, no entender do autor, a necessidade do índio, sobretudo na condição de soldado, ter um regulamento próprio e destacou “la presenciei que muitos obrigados da penúria se viam obrigados a fugir. Sendo assim, completou que “o soldado oprimido da fome e na falta do absoluto necessário pouco considera no resultado de sua deserção” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1813, p. 227).

Conforme é possível notar o documento traz características importantes para se pensar mudanças a partir de um levantamento das necessidades da região aqui tratada. Um dos motivos que Ivete Pereira (2010, p. 92) ressaltou: a fronteira não estava sendo respeitada pelos franceses. Diante do contexto exposto, o manuscrito aqui examinado torna-se documento de grande relevância para um efetivo entendimento da vida na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro de modo a permitir às autoridades implementação de melhorias com vistas a evitar uma capitulação em caso de ataque inimigo e possibilitar traçar novos planos para a colonização.

Referências Bibliográficas

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Seção de Manuscritos. **Observações acerca da Capitania do Grão-Pará no Estado do Brasil**; cujo primeiro ponto é a situação dela e mais

coisas relativas à sua geografia. s.l., 1807-1809. O documento foi identificado por mim com data correta de 1813.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. Documentos biográficos. Luiz Augusto May, **Requerimentos diversos**, s.l., 1816-1820.

PEREIRA, Ivete Machado de Miranda. **La Gabrielle, cravo e canela**: as “plantas preciosas” e a invasão portuguesa da Guiana Francesa (1796-1817). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: Imesp, 1988.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **Palácio de Queluz e o mundo ultramarino**. Circuitos ilustrados Portugal/Brasil e Angola (1796-1803). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

VIANNA, HELIO. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1821-1869)**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1945.

Entre representações e requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas Gerais

Pâmela Campos Ferreira
Doutoranda em História
UFJF

e-mail: pamelacamposf@hotmail.com

Resumo: Procuraremos abordar as discussões sobre a construção de cemitérios extramuros, travadas em instituições locais (câmaras municipais) e provinciais (Conselho de Governo e Conselho Geral da Província). Em seu diálogo intermitente, essas instituições buscavam normatizar o cotidiano das localidades através da formulação de posturas municipais feitas pelas câmaras municipais. Dentre as mais variadas temáticas contidas nas posturas da câmara de Ouro Preto, divididas por títulos e capítulos, interessa-nos especificamente o capítulo que abordava a saúde pública, no que diz respeito à salubridade do ar, das águas, e dos alimentos. Mapearemos os diálogos travados entre o Conselho de Governo com as câmaras municipais mineiras, especialmente a câmara de Ouro Preto e com autoridades imperiais no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Câmara municipal, Cemitérios, Posturas.

Quanto é indecente revolver-se á terras muitas vezes fétida dentro dos templos dedicados ao Culto Divino [...], [uma vez que] já se conhece os males que se originam do ar mefítico exalado nos Templos fechados em grande parte do dia e toda a noite abertos ao ato de entrada das pessoas.¹

A primeira menção a edificação de um cemitério ocorreu em uma sessão do Conselho de Governo reunido em 01º de fevereiro de 1827.² Na dita sessão o conselheiro Manuel Ignácio de Mello e Souza fez uma indicação para que a Câmara Municipal de Mariana levasse a cabo a pronta execução da doutrina da Carta Régia de 14 de janeiro de 1801,³ que versava sobre o enterro dos mortos fora dos templos. Neste sentido o conselheiro alertava para o fato de que o cemitério de Mariana estava localizado em lugar impróprio, defendendo sua imediata remoção.

É interessante notarmos que apenas a lei de 01º de outubro de 1828 designaria as

¹ Fala do conselheiro Manuel Ignácio de Mello e Souza em sessão do Conselho Geral no ano de 1830.

² APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

³ Carta régia a D. Fernando José de Portugal, proibindo os sepultamentos nas igrejas e determinando a construção de um ou mais cemitérios fora da Cidade do Rio de Janeiro. Lisboa, 14 jan. 1801. Com assinatura autógrafa do príncipe. Original. 2 p. CEHB. n. 6.130. I – 31. 21. 20. Biblioteca Nacional (Brasil) – Catálogos. Manuscritos – Brasil – História – Bibliografia – Título.

novas obrigações das câmaras, e entre elas está a de estabelecer cemitérios, assim como fiscalizar para que os enterros intramuros não mais ocorressem. No entanto, outra importante legislação, a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801,⁴ foi uma das primeiras (se não a primeira) doutrina no espaço luso-brasileiro que versava sobre a temática cemiterial. Ressaltamos o fato de que diferentemente da lei de 1828, a carta de 1801 possuía um tom proibitivo, ela buscava a efetiva proibição dos sepultamentos em igrejas, defendendo a construção de cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro, o que se estenderia para o restante da América Portuguesa.

Por outro lado, a lei de 1828 não possuía o mesmo tom proibitivo, discorrendo apenas sobre a real necessidade do estabelecimento de cemitérios fora das igrejas. Enfatizamos o fato de que o conselheiro Mello e Souza fazia menção à observância da doutrina da carta de 1801 um ano antes (1827) de ser promulgada a lei das câmaras (1828) que apontaria esta obrigação como sendo da alçada municipal. É possível que para parte da elite provincial (alocada nos conselhos) haveria um interesse na remoção dos cemitérios intramuros para fora das cidades, o que justificaria a fala de Mello e Souza um ano antes da promulgação da lei de 1828. Provavelmente para parte da elite mineira esse objeto deveria ser tratado com urgência.

Uma das mais renhidas discussões que ocorreram no Conselho de Governo sobre a transferência dos cemitérios das cidades para as zonas desabitadas teve lugar na sessão de 19 de janeiro de 1830. Na dita sessão a Comissão de Posturas responsável por dar seu parecer sobre um documento a ela enviado, fez duras críticas às evasivas do vigário do Arraial do Tijuco, defendendo que este ministro eclesiástico estava:

[...] fundado na linguagem uniforme dos canonistas em despeito da lei de 18 agosto de 1769 oferece reflexões jurídicas aos vigários da Vara, que aliás não são as autoridades eclesiásticas de que trata o § 2º mas sim os párocos sobre a matéria; pretendendo assim nada menos que arrogar-se o direito de interpretar a lei, que quando afirma que a disposição do referido § 2º versa somente acerca dos cemitérios, e nunca das sepulturas dentro dos Templos, que tem outra inspeção privativa. A Comissão não concebe cômodas palavras da Lei = cemitérios fora do recinto dos templos = se possa deduzir inteligência na referida portaria, pois que o vocábulo = recinto = nenhuma outra significação pode ter que o espaço compreendido dentro de certos termos; portanto recinto do Templo é todo o espaço que fica dentro das paredes do Templo: a Comissão deixa a sabedoria do Conselho a pressuposição de quais podiam ter sido os motivos de tais absurdos, ou como parece atentados, sendo de primeira intenção os úteis fins que a Assembleia

⁴ Acreditamos que a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801 foi fortemente influenciada pelo tratado médico e químico de Vicente Coelho de Seabra Silva Telles intitulado “Memórias sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e método de os prevenir” publicado em Lisboa em 1800 pela Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego (como já tratamos no primeiro capítulo). O tratado data de 1800 um ano antes da promulgação da Carta Régia. E muito provavelmente as legislações que abordavam temáticas referentes à salubridade e saúde pública se pautavam em tratados médicos que discorriam sobre o assunto.

Geral, e S. M. Imperador tiveram em vista na promulgação de tão interessante Lei, geralmente observada nos países cultos, crescendo, que, quando fosse menos claro o espírito dela em excluir dos Templos as sepulturas em atenção a saúde, mais acertado fora o buscar se a inteligência genuína nas disposições das leis pátrias a semelhante respeito, como a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801, [...] A Comissão pois se limita a desejar que aprovando-se a resolução da câmara se lhe diga mais que na presença de lei expressa curvam-se todas as autoridades, e calam-se todas as considerações.⁵

É interessante observar que o parecer da Comissão de Posturas era de crítica à “linguagem uniforme dos canonistas”. Mais interessante ainda é perceber as interpretações feitas acerca da lei de 01º de outubro de 1828. Neste sentido e como expresso acima, as autoridades eclesiásticas entendiam que a lei versava apenas sobre o estabelecimento de cemitérios fora dos templos, de modo que a mesma não proibia as inumações em território santo.⁶ Frente o fato dos eclesiásticos “se arrogarem do direito de interpretar a lei”, o posicionamento da Comissão foi taxativo ao defender que perante as leis deveriam se curvar todas as autoridades “[...] e calam-se todas as considerações”.

As autoridades eclesiásticas entendiam que o artigo 66 da lei de 01º de outubro de 1828, não proibia expressamente os sepultamentos nos templos religiosos, por outro lado, os poderes municipais e provinciais, não compartilhavam da mesma visão, defendendo que ao se estabelecerem cemitérios fora da igreja, conseqüentemente os enterros intramuros deveriam ser abolidos.⁷ É necessário ressaltarmos também a menção a saúde pública feita por parte da dita Comissão.

A urgência em se extinguir o hábito dos enterros intramuros apenas fazia sentido por causar danos à saúde dos povos. Foi com a criação de uma nova sensibilidade olfativa e a reação contra o “horroroso suplício dos odores fétidos” que houve uma mudança no olfato. Se antes o mesmo não percebia os odores que o rodeavam, a partir de meados do século XVIII passaria a investigar os cheiros a sua volta, tal sensibilidade olfativa foi decorrente do avanço em áreas como a medicina e a química. Neste sentido todos os odores provenientes de lugares insalubres passaram a ser investigados, era necessário se proteger do lixo e dos odores exalados pelos outros: no espaço público, assim como no espaço privado, a partir de meados do século XIX, desenvolveu-se uma irritabilidade contra as ofensas territoriais (CORBIN, 1987).

⁵ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

⁶ Como já assinalado, de fato a lei quando versava sobre a criação de cemitérios, designava que fossem construídos fora das igrejas, no entanto, sua determinação não era proibitiva, e as autoridades eclesiásticas assim como as Irmandades e Ordens tiveram essa percepção.

⁷ Um dos grandes motivos alegados pelas autoridades mineiras para a proibição do sepultamento intramuro, dizia respeito aos males causados pelo ar contaminado e “corrupto”, em decorrência da putrefação dos corpos.

Voltando a sessão de 19 de janeiro de 1830, ao fim da apresentação do parecer da Comissão de Posturas, o conselheiro Mello e Souza fez um discurso defendendo “[...] a salutar providência da lei que proibia o enterramento dos corpos no recinto dos Templos”.⁸ Ressaltou ainda que a Câmara:

[...] conferenciando com a autoridade eclesiástica proceda a feitura do cemitério ainda que ela não concorde no lugar, e concluído legalmente requeira a benção do lugar a autoridade competente, e quando a recuse, ou a demore use de recurso legal contra a violência e usurpação.⁹

Paralela à questão da construção de cemitérios, os conselheiros levantaram também outro assunto: o luxo dos funerais. Sobre tal pauta Mello e Souza (o conselheiro mais ativo no debate) era de parecer que não houvesse uma redução nos gastos com os enterros. Bernardo Pereira de Vasconcelos por outro lado, entendia ser necessário evitar o luxo presente nos cortejos fúnebres, defendendo que fosse marcada uma quantia para os funerais. Foi aprovado na forma sugerida por Mello e Souza.¹⁰

Um importante e ativo segmento social que representava aos poderes locais e provinciais eram as ordens terceiras e irmandades. Na sessão de 08 de maio de 1832 o conselheiro João Baptista de Figueiredo leu o parecer sobre a representação da Ordem Terceira do Carmo da Vila do Príncipe, em que reclamavam para serem enterrados na sua capela seus irmãos até a construção do cemitério geral. Eles queixavam-se da resolução da câmara de que seriam enterrados nos cemitérios das igrejas até a referida construção. Parecer de que a câmara não obrou bem e deveria reformar sua resolução.¹¹

Era de extrema importância para os poderes municipais se colocarem perante as Irmandades e igrejas como as autoridades que detinham a palavra final sobre o assunto. Neste sentido a observância às posturas municipais deveria ser seguida. Sobre tal questão é interessante observarmos a resposta dada pela Comissão de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Ouro Preto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, na sessão de 15 de abril de 1830, quando defendia que:

[...] tomando em consideração o Ofício da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, em que comunica pretende dar principio a seu cemitério atrás da mesma Igreja, é de parecer que se declare aquela Mesa que não tem lugar a fundação do seu cemitério onde pretende, que a Câmara ignora o domínio que a mesma Mesa tem nesse terreno, para sem o aforar a esta Câmara, pretender nele o edificar, e como a Comissão

⁸ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

consta que pelas Posturas aprovadas pelo Conselho Geral, se proibem cemitérios a menos de 200 passos da cidade, e se ordene que as Irmandades concorram para o Cemitério Geral, requer a Comissão que se espere pelas ditas Posturas para se tomar melhor acordo, que devera logo comunicar aquela Mesa para não perder o seu tempo e dinheiro em um edifício que depois para nada servira [...] ¹²

Procurando se ater as posturas aprovadas pelo Conselho Geral, a Câmara se colocava na posição de fiel observadora da legislação local, alertando para o fato de que seria desnecessário e perda de dinheiro investir em cemitérios particulares, uma vez que se esperava a construção do cemitério geral. É comum observarmos os poderes municipais e provinciais chamarem a atenção das irmandades no sentido das mesmas ajudarem com a edificação do cemitério previsto desde a Carta Régia de 1801. Cemitério este que devia estar cerca de 200 passos da cidade, determinação que constava não apenas nas posturas, mas também nos tratados médicos e químicos que abordavam este objeto.

Ainda sobre a resposta dada pela Comissão à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, é possível perceber o posicionamento de certos vereadores como o do vereador Carvalho que apegado à observância das posturas entendia que a Câmara jamais deveria consentir em cemitérios particulares, justamente por ir contra o que previa as posturas. ¹³ O vereador Magalhães por outro lado, discorreu sobre o fato de que outra instituição leiga a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo já havia começado a construir suas catacumbas “[...] com toda a sua decência e que nenhum prejuízo causava a povoação”. ¹⁴

É relevante ressaltar os posicionamentos destes homens no interior destas instituições, pois a partir desta análise percebemos que nem todos eram apegados restritamente ao que determinavam as posturas, como foi o caso do vereador Magalhães. Ao levantar o fato de que a Ordem do Carmo já começara a construir suas catacumbas, desrespeitando as posturas, o vereador Carvalho solicitou a leitura da Ata que tratava deste assunto, e concluiu-se que:

[...] a Câmara tinha louvado a Ordem em ser a primeira a cumprir a Lei, mas que nem a Ordem [do Carmo] dissera o lugar em que pretendia fazer as catacumbas e nem a Câmara o marcara, e por isso Carvalho instou que se proibisse a todas as Ordens e Irmandades de seus procedimentos. Oficiando-se a todos em geral. ¹⁵

¹² APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Série 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Atas das sessões e pareceres de comissões. Código: CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

¹³ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Série 3: Documentação interna. Subserie 1: Atas das sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

¹⁴ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Série 3: Documentação interna. Subserie: 1. Atas das sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

¹⁵ Idem.

O vereador Magalhães opôs-se ao exposto por Carvalho, entendendo que a Ordem por ser exata em cumprir a lei, ao empreender uma obra de tão alto custo, na qual já haviam sido gastos “muitos contos de mil réis”, não poderia ter prejuízos por ter seguido a lei. Ainda assim a visão que prevaleceu foi a de que a dita Ordem ajudasse financeiramente com a criação do cemitério geral. É interessante tomarmos nota para o posicionamento do vereador Carvalho que sustentava sua opinião alertando para que se obedecessem as deliberações do Conselho Geral.

Os debates levados a cabo pelos vereadores na sessão acima referida põem em cheque outra importante questão, como ficariam os cemitérios particulares pertencentes às ordens e irmandades? A lei de 1828 não abordou tal assunto. Exatamente por isso, estas instituições oficiavam à câmara municipal e aos poderes provinciais solicitando poder continuar enterrando seus irmãos em seus cemitérios.

Em alguns casos as irmandades começavam a fazer seus cemitérios relatando tal fato aos poderes municipais que prontamente proibiam o andamento do projeto, como o caso ocorrido na sessão de 28 de maio de 1830 em que teve leitura um ofício da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Antônio Dias, em que respondeu ficar ciente de executarem a construção do cemitério projetado para aquela Freguesia, certamente obedecendo a uma determinação da Câmara.¹⁶

Como na sessão de 15 de abril de 1830 a câmara mandara oficiar a todas as irmandades e ordens da localidade a contribuírem com a construção do cemitério geral, e como elas não se pronunciaram sobre o assunto, na sessão de 06 de julho de 1830, o vereador Carvalho o mesmo que anteriormente defenderá a plena observância das posturas municipais, fez a seguinte proposta:

Não tendo até o presente obtido resposta das ordens e irmandades, a quem se oficiou na Sessão passada para concorrerem na fatura do Cemitério Geral, e devendo presumir-se que elas o recusam, proponho que afixem editais convidando empresários para a fatura do Cemitério Geral, na forma que determina no artigo 67¹⁷ servindo o orçamento apresentado pelo Fiscal na sessão passada.¹⁸

¹⁶ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 10: Documentos Diversos. CMOP³ 1. CX_02 (Doc. 15).

¹⁷ O artigo 67 a que o vereador Carvalho fez referência em sua proposta era o artigo das posturas municipais da Câmara Municipal de Ouro Preto aprovado em 1830, apresentado no primeiro tópico deste capítulo. E versava exatamente sobre o fato de que se as Irmandades se recusassem a cooperar com a construção do cemitério geral, este deveria ser feito por empresa.

¹⁸ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 22).

No entender do Conselho Geral bem como da Câmara Municipal as irmandades e ordens poderiam ter seus jazigos e carneiros separados no cemitério geral quando este fosse construído. Isso ficou claramente expresso na seguinte ata da Câmara Municipal de Ouro Preto na sessão de 18 de fevereiro de 1831, em consonância ao determinado pelo Conselho Geral de Minas:

[...] e que recomende ás Irmandades e Fabriqueiros que não façam cemitérios senão em lugares marcados pela Câmara, pois seria contrário ao fim da Lei, e á comodidade da saúde pública, multiplicarem-se cemitérios em uma povoação, e que tendo de fazê-los no mesmo lugar, melhor e mais conveniente será cooperarem para o Geral, onde poderão ter sepulturas ou carneiros separados, para jazigo dos defuntos da Irmandade ou Ordem Terceira, bem como os particulares que os quiserem fazer para suas famílias, deveram concorrer com a cota correspondente para o dispendioso trabalho de fechar e preparar o lugar.¹⁹

É preciso ressaltar que embora a determinação fosse sempre de que as ordens e irmandades cooperassem para a edificação do cemitério geral, enquanto este não fosse criado (seja porque as confrarias não tinham condições financeiras por terem outras despesas),²⁰ elas poderiam fazer suas catacumbas em terrenos permitidos pelas câmaras. Neste caso o fiscal da Câmara iria demarcar o lugar mais apropriado (respeitando a saúde pública) dentro dos limites que as ordens e irmandades possuíssem.²¹ Mais uma vez verificamos as câmaras como as detentoras do poder normatizador do espaço urbano, caberiam a elas determinar o lugar onde as catacumbas das irmandades seriam construídas.

Em resposta ao Procurador Geral da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, que havia enviado um requerimento à Câmara Municipal de Ouro Preto em 24 de maio de 1832 solicitando poder construir seu cemitério, e que para tanto o fiscal da Câmara

¹⁹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP¹ 3 CX_01 (Doc. 50).

²⁰ Um dos motivos alegado pelas Irmandades para não ajudarem com a construção do cemitério geral era o dos gastos despendidos com reparos em suas igrejas, como podemos verificar no seguinte parecer enviado ao Conselho Geral em 03 de fevereiro de 1832: “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Arraial de Santa Luzia informa que não pode concorrer com a cota para o cemitério geral, pois no ano passado gastou com o reparo de sua igreja grande quantia e o dinheiro existente no cofre apenas dará para pagar o capelão, ajudante e sacristão [...]”. APM, Conselho Geral da Província, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 2: Pareceres, CGP³ 1 CX_05 (Doc. 17, p. 46).

²¹ Neste sentido enfatizamos a sessão ocorrida em 24 de maio de 1832, em que a Câmara Municipal de Ouro Preto recebeu um requerimento do Procurador Geral da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, nos seguintes termos: “Diz o procurador geral [...] que em obediência a Lei e as ordens marcadas deste Município em cumprimento da mesma, quer a mesma Ordem formar seu cemitério, para depois quando cômodo lhe for, as catacumbas, e porque não pode fazer sem licença de Vossa Secretaria, requer se dignem declarar ao Senhor Fiscal que no dia e hora que ele declarar ir marcar o terreno para os ditos fins dentro dos limites dos que a mesma Ordem possua, parecendo ao suplente estar nas circunstâncias de ser deferido, visto que outra qualquer Ordem ou Irmandade esta situada em lugar apropriado com bastante distancia da população desta cidade, bem arejado e por isso livre de prejudicar a saúde da humanidade.” APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência recebida. Subserie 4: Requerimento de petições, CMOP¹ 4 CX_03 (Doc. 33).

demarcaria o terreno para tal construção dentro dos limites territoriais pertencentes à Ordem, a mesma Câmara respondeu vinte dias depois, oficiando ao fiscal nos seguintes termos:

Concede-se a licença que requer em vista da informação do Senhor Fiscal, e este marcará o dia em que deve fazer a demarcação pretendida, assinando o suplente os termos que se fizeram. Suplente Procurador da Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula declara á Vossa Senhoria que os terrenos que a mesma Ordem possuem são ao lado da ponte, afastado da capela dos quais paga foros a este município, e que ora se acham cercados de [?] parecendo ao Suplente muito apropriado para o que pretende [...] ²²

Como exposto acima as ordens e irmandades necessitavam da licença da Câmara para terem seus cemitérios construídos. Ainda assim a determinação municipal mais recorrente era de que as confrarias ajudassem financeiramente a fim de que o cemitério geral fosse erigido. No entanto, para além da construção do cemitério geral, percebemos que as ordens e irmandades tinham aprovação (em alguns casos) para edificarem seus cemitérios e catacumbas em seus terrenos, desde que fossem situados fora dos povoados.

Podemos constatar então, que as confrarias absorveram de certa forma o discurso de fundo médico no seguinte sentido, elas entendiam que a discussão girava em torno da transferência dos cemitérios situados nas cidades para fora delas. Dessa forma as confrarias solicitavam poder construir suas catacumbas e cemitérios fora do meio urbano, uma vez que assim estariam de acordo com o proposto pelas posturas municipais. ²³

Mas em grande medida o que se averigua mediante a análise da documentação remetida as instâncias municipais e provinciais, é a solicitação para que possam dar continuidade a cemitérios já iniciados – elas queriam assim, se perpetuar no controle desses sepultamentos. Na seguinte súplica das ditas Ordens ficou claro o real teor de sua representação, elas enviavam representações ao Conselho Geral, e até mesmo à Assembleia Geral por terem receio de serem destruídas, pois se não fossem providas não poderiam garantir jazigos aos seus mortos, e assim não teriam razão de existir. Por isso elas imploravam:

²² APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP¹ 4 CX_03 (Doc. 36).

²³ É importante ressaltar que embora não tenhamos analisado os estatutos e compromissos de determinadas irmandades, podemos depreender a ideia de que as Ordens e Irmandades absorveram o discurso médico e higiênico pelo que representavam ao poder municipal, como podemos constatar na seguinte informação do Procurador da Irmandade do Glorioso José de Ouro Preto a Câmara Municipal, na qual a Câmara concede a licença a Irmandade: “Diz o Procurador da Irmandade do Glorioso José desta cidade que ele suplente quer fazer seu cemitério junto a Capela do lado de trás da mesma, por ser muito arejada e fora da povoação como determina as Posturas, e porque o suplente não o pode fazer sem que primeiramente seja o terreno da capela marcado pelo Meritíssimo Senhor Fiscal, o Suplente vem respeitosamente rogar a Vossa Senhoria hajam de lhe conceder a licença requerida”. APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 4: Requerimentos de petições, CMOP¹ 4 CX_03 (Doc. 37).

[...] o remédio aos males que ameaçam a destruição destas corporações, que será inevitável, uma vez que não sendo providas não possam também garantir aos seus associados os jazigos dos seus corpos separados e distintos do cemitério geral. As Ordens suplicantes a vista do que tem expendido suplicam, e esperam da sabedoria deste Conselho, não só [anulação] da concorrência imposta pela Câmara para feitura do cemitério geral, como a permissão que pretendem fazer de seus cemitérios, ou catacumbas, separados daquele, marcando-se lhe tempo razoável para os fabricar com a declaração de não serem aplicáveis as deliberações da Câmara no citado edital, visto terem em tempo procurado os recursos da lei.²⁴

Acreditamos que ao perceberem a necessidade de um cemitério geral por parte da legislação, elas se sentiram ameaçadas em seus privilégios conquistados e desenvolvidos desde seu estabelecimento nas localidades da capitania mineira (BOSCHI, 1986, p. 93).

Estas corporações entendiam que se lhes fosse vedado os recursos que recebiam de seus associados em todo o processo do “bem morrer”, elas não teriam condições de providenciar jazigos para a última morada de seus cadáveres, e logo poderiam ser aniquiladas pelo novo cemitério. Além desta questão, ainda havia um ponto levantado por elas que era o da distinção em se enterrar seus filiados em cemitérios particulares. Mesmo que não fossem sepultados nos cemitérios particulares, era preciso que no cemitério geral, seus membros tivessem jazigos diferenciados dos demais, numa clara demonstração de pertencerem a uma determinada ordem.

Neste sentido os cemitérios que as câmaras buscavam construir representariam uma ameaça aos privilégios destas corporações. Como até o início do oitocentos eram as irmandades e ordens juntamente com as igrejas, as responsáveis pelos sepultamentos, com a lei de 01º de outubro de 1828 (que não foi a primeira a tratar da questão) elas certamente se sentiram ameaçadas com a ideia de um cemitério geral enquadrado nos preceitos médicos. Se em grande parte seus recursos financeiros provinham de tais enterros, com a construção do cemitério geral elas perderiam o domínio que até então possuíam sobre as inumações, ficando os rendimentos para a fábrica das matrizes que cooperassem com a edificação destes cemitérios.

Acreditamos que em parte por se sentirem ameaçadas estas corporações solicitavam aos poderes municipais e provinciais poderem construir seus cemitérios em terrenos distantes das povoações. Por outro lado havia também a questão das multas que seriam impostas aqueles que tendo licença das câmaras não fizessem em tempo marcado seus cemitérios. Nesses momentos de transformações sociais em que houve uma penetração da medicina na

²⁴ Idem.

sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de reflexão e da prática médica, estas antigas corporações vieram a perder espaço para o discurso médico, e de alguma maneira tentaram ainda sobreviver perante a iminência do estabelecimento do cemitério geral.

Há outro ponto também que gostaríamos de levantar, em que acreditamos ter contribuído para o atraso da construção dos referidos cemitérios. Se partirmos do ponto de vista dos poderes municipais, os problemas no engendramento da prosperidade material da província eram imputados, em grande parte, à lentidão do poder regional em direcionar as propostas por ela representadas. Mesmo nas vilas mais próximas à capital, eram comuns as “queixas dos Povos pela demora nas informações exigidas, e conclusão dos negócios”, atrasando a confecção de obras públicas necessárias às localidades, o que em parte era resultado do trabalho de se avaliar cada assunto por parte das comissões específicas, havendo mesmo muitas dúvidas a este respeito.

As próprias posturas municipais, mesmo quando devidamente encaminhadas e aprovadas pelo Conselho Geral, não encontravam efetiva aplicação, estando suscetíveis à arbitrariedade dos indivíduos encarregados de observá-las, incluindo dentre estes os próprios Fiscais das câmaras.

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder.** Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores:** O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Criminalidade e violência em perspectiva histórica: Santa Luzia do Carangola 1873-1892

Randolpho Radsack Corrêa

Doutorando em História

Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ)

andolpho36@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade realizar uma análise dos crimes que foram oficializados e julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1873 e 1892. Com base neste recorte, será possível compreender as relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto da superação da escravidão no Brasil, aliado ao desenvolvimento da região de Santa Luzia do Carangola. A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procurava impor, interferia diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos, oficializados nos processos criminais, permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades. A partir deste trabalho, nossa tentativa se enveredará para a análise dos processos criminais do Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade sob o prisma das diversas camadas sociais envolvidas nos conflitos, na transição do Império para a República e na ampliação das estruturas jurídicas e municipais da região. A análise das percepções, aspirações, sentimentos e da sociabilidade de determinados grupos, permite avaliar o impacto dos confrontos que se estabeleceram com a divisão das funções sociais e hierárquicas no interior de uma sociedade que transitava por mudanças regionais e nacionais. Ao propormos uma discussão sobre a criminalidade regional, analisando os eventos que compõem atividades conflituosas das camadas sociais inseridas nos trâmites processuais, dentre elas: livres, escravos e libertos, homens e mulheres, pobres, indivíduos das camadas intermediárias e mesmo integrantes das elites, temos a possibilidade de identificar parcialmente os conflitos gerados, como uma possível consequência do crescimento e expansão da região. É importante enfatizar que o referido trabalho é um debate parcial de uma tese de doutorado e se encontra em fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Criminalidade, Sociedade, Justiça.

Introdução

No dia cinco do corrente mez, transitava José Lourenço do Carmo, pelo leito da linha férrea Leopoldina ao chegar a caixa d'água próxima a povoação de São Matheus e Estação de Faria Lemos¹, foi agredido inesperadamente pelo denunciado Sebastião Cardoso, que advertindo ao ofendido que era proibido transitar pela linha, não lhe deu tempo de se retirar descarregando-

¹ Na época a povoação de São Matheus pertencia ao município de Santa Luzia do Carangola.

lhe golpes de picareta digo golpes com broca de ferro que consigo trasia, fazendo na victima os ferimentos descriptos no auto do corpo de delicto(...).²

Foi com a intervenção da Justiça e o ritual jurídico que em 1889, eventos como o citado ocorreram em Santa Luzia do Carangola, na província de Minas Gerais e foram oficializados como crime no tribunal. Esta região, localizada na parte leste da Zona da Mata Mineira, ocupada a partir da segunda metade do século XIX, se destacou como uma espécie de referência regional, principalmente após sua emancipação em 1882. (BOECHAT, 2006, p.37) Ao longo da segunda metade do Oitocentos, a Zona da Mata mineira passou por profundas transformações, seja pelo processo de ocupação, como também pelo fenômeno da expansão destas terras. Relacionam-se a esses eventos, o aumento da população, a presença significativa da mão-de-obra escrava, junto ao processo de produção agrícola diversificado, com ênfase no processo cafeeiro. (CARRARA, 1993, p. 44)

Vitória Schettini Andrade (2011, p. 44) destaca que, após 1820 foi intenso o crescimento das vilas na Zona da Mata Mineira. Segundo a autora, São Paulo do Muriaé, município que Santa Luzia do Carangola pertenceu entre 1855 e 1878, era composto por um grande território, agregando uma quantidade significativa de distritos. Cabe ressaltar, que em virtude das grandes transformações políticas, econômicas e geográficas de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX, esta região sofreu expressivas alterações, passando pelos processos de elevação de suas instâncias jurídicas, concretização de sua emancipação política e de crescimento significativo de suas bases econômicas.

É importante destacar que o processo de crescimento e expansão dessas regiões e suas respectivas fronteiras, além de ampliar as perspectivas de mercado, contribuem para a elevação fluxo demográfico, uma vez que suas bases econômicas se colocam em evidência. A partir desta reflexão, compreendemos que junto ao crescimento demográfico, se ampliam os interesses, a disputa por espaços e demandas, ocasionando um cotidiano de conflitos sociais que poderia ser monitorado e administrado pelo Estado e suas instituições.

Ao propormos uma discussão sobre a criminalidade regional, analisando os eventos que compõem atividades conflituosas das camadas sociais inseridas nos trâmites processuais, dentre elas: livres, escravos e libertos, homens e mulheres, pobres, indivíduos das camadas intermediárias e mesmo integrantes das elites, temos a possibilidade de identificar parcialmente os conflitos gerados na região, como uma possível consequência do crescimento

² Processo FCR-18/04 - Fundo Fórum/Criminal – CDH/Carangola – MG.

e expansão da mesma. Cabe lembrar que, no que diz respeito às transformações, podemos verificar as ampliações das estruturas políticas, administrativas, econômicas e sociais.

Santa Luzia do Carangola: Ocupação, Desenvolvimento e Conflitos Sociais

A região de Santa Luzia do Carangola foi ocupada a partir do século XIX. Entre os anos de 1870 e 1890, a região passa por mudanças impactantes que se interconectam às transformações do país. Em nível “macro” podemos destacar a Lei de Terras de 1850, o avanço da legislação abolicionista entre 1850, 1871, 1885 e 1888, o fim do regime monárquico e a proclamação da República Brasileira em 1889. Em um contexto regional, podemos elencar a elevação da instância jurídica de Santa Luzia do Carangola à categoria de Termo em 1880. Esta categoria se constituiu em uma instância submetida à Comarca de Manhuaçu. A partir da necessidade de se criar uma institucionalização da Justiça nesta região, compreendemos que a mesma esteve presente e de forma mais atuante. Em 1882, no plano político administrativo, o distrito de Santa Luzia do Carangola é elevado à categoria de município, conquistando sua emancipação enquanto distrito São Paulo do Muriaé. Cabe ressaltar que para o município de Santa Luzia do Carangola encontramos os seguintes distritos: São Sebastião da Barra, São Matheus, Tombos do Carangola, Faria Lemos, São João do Rio Preto, Glória e Espírito Santo do Carangola. Em 1885, a linha férrea chega à cidade junto com trabalhadores e operários de outras regiões. Em 1889, a mesma linha férrea se amplia nas comunidades vizinhas, interligando cada vez mais os moradores da região. Por fim, em 1890 cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos da mesma. É perceptível na organização das fontes, que devido ao aumento populacional após as transformações apontadas, que a Justiça se fez mais presente na região, promovendo suas instâncias e participando mais ativamente da resolução de conflitos após a possibilidade regional de uso do trâmite processual e do ritual jurídico. Para se ter um comparativo, entre 1881 e 1890, Juiz de Fora registrou ao todo 542 processos criminais (GUIMARÃES, 2006) para 74.136 habitantes no final do período³, Entre os anos de 1880 e 1892, encontramos 318⁴ processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola para 21.698 habitantes no fim do período. O que mostra um elevado índice de crimes oficializados em Carangola, se comparados com o primeiro município.

³ Recenseamento de 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 10 de jul. de 2018.

⁴ Arquivo Histórico de Carangola – Fundo Fórum.

Sobre a procura pelos tribunais no século XIX, Ivan Vellasco ressalta que,

Uma das razões que moviam aqueles que procuravam a justiça certamente residia em algum cálculo razoável a respeito das possibilidades de atendimento de suas demandas. De um ponto de vista estritamente lógico, é pouco provável que tais cálculos não se fizessem presentes no ato dos que cotidianamente, e de maneira crescente, decidiam por submeter à apreciação e escrutínio das normas jurídicas suas desavenças, contendas e dramas particulares. (VELLASCO, 2004, p. 68)

Acerca do uso da documentação criminal enquanto fonte histórica, Elione Guimarães ressalta que,

Os processos criminais apresentam-se como um conjunto documental serial em que as massas populares estão presentes e têm a possibilidade de se manifestar, o que permite recuperar os testemunhos de personagens anônimos e marginalizados, pois neles se fazem presentes diversos grupos sociais. (GUIMARÃES, 2006, p. 42)

Segundo a autora, é possível verificar nas entrelinhas desta fonte, mesmo com o seu caráter de documentação oficial e serial, as permanências e rupturas dos padrões existentes nas sociedades desse período. Entendemos que o processo crime se configura em um documento oficial, elaborado por grupos que detém o poder, e que de certa forma eram responsáveis pela constituição e manutenção da ordem. No entanto, independente do ritual jurídico padronizado, é possível identificar neste tipo de fonte, inúmeras características da vivência dessas sociedades. Mesmo que essa vivência seja detectada nas entrelinhas dos textos e dos discursos.

O que se percebe em um primeiro olhar, é o conjunto de transformações ocorridas na região de Carangola, na segunda metade do século XIX. Junto ao conjunto de mudanças, se percebe um número considerável de processos criminais para época, se comparados à municípios maiores, como foi o caso de Juiz de Fora. Estas transformações sequenciais que se destacam entre a efetiva ocupação, a municipalização de Santa Luzia do Carangola e a expansão demográfica, influenciaram diretamente no número de crimes encontrados para a região e as conseqüentes elevações das instâncias jurídicas? Defendemos que os crimes oficializados no ritual jurídico e na elaboração do processo criminal dos referidos casos, podem espelhar uma parcela do cotidiano desta sociedade diversificada que abarcava: escravos, libertos e livres de várias categorias sociais. E que, por conseguinte, caracterizam os impactos das transformações desta região em constante expansão.

Nossa tentativa se enveredará para a análise dos processos criminais do Termo de Santa Luzia do Carangola, avaliando o fenômeno da criminalidade a partir das vivências dos diversos grupos sociais envolvidos nos conflitos regionais. A análise das percepções, aspirações, sentimentos e da sociabilidade de determinados grupos sociais, permite avaliar o impacto dos confrontos que se estabeleceram com a divisão das funções sociais e hierárquicas no interior de uma sociedade que transitava por mudanças regionais e nacionais. (RODRIGUES, 2013)

Santa Luzia do Carangola: a interiorização da Justiça

Dentre os objetivos deste trabalho, podemos destacar a tentativa de compreensão da Justiça e sua efetiva atuação, após a criação do Termo de Santa Luzia do Carangola em 1880, na medida em que a presença desta nova instância teria dado certa autonomia jurídica para a região. Além das questões pontuadas até aqui, buscaremos avaliar o nível de criminalidade como consequência dos eventos de desenvolvimento e expansão relacionados ao município, seu aumento populacional e sua diversidade social. Pretendemos, sobretudo, elaborar uma tipologia específica da criminalidade, a partir dos dados encontrados, especificando os índices e relacionando-os com os eventos dos conflitos e seus respectivos vínculos com as mudanças na sociedade carangolense. Por fim, nossa pretensão conclui-se com a avaliação das relações escravistas com esse município no fim do Oitocentos, tendo em vista a presença de cativos no município e seu protagonismo em muitos dos processos criminais até 1888.

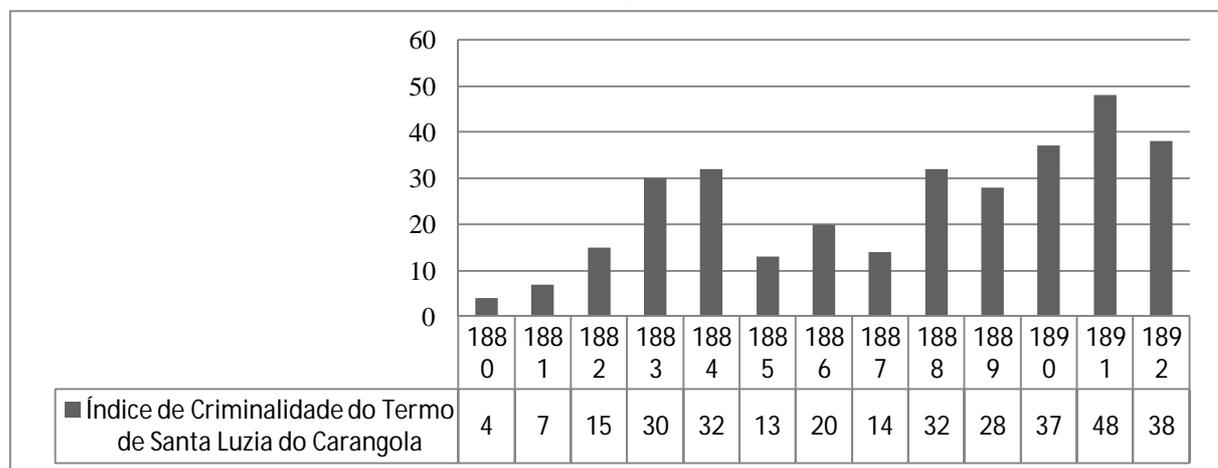
Sobre os prováveis indícios e informações que dispomos até o presente momento, apontamos que os conflitos e seus significados sociais estão diretamente ligados ao processo de desenvolvimento e expansão da região de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX, tendo em vista sua ampliação de funções, papéis sociais e a consequente hierarquização desta sociedade, a partir de suas transformações no que tange aos aspectos jurídicos, político-administrativos e econômicos.

Claramente definida pela expansão de suas fronteiras e de suas funções econômicas, Santa Luiza do Carangola evidenciava uma série de conflitos e oposições em relação à visão de mundo de seus grupos sociais e seus respectivos interesses. Cada grupo passava a se impor aos demais, influenciando nos comportamentos sociais e nas oportunidades de exercício de poder. Os embates no interior do sistema escravocrata demonstram que os conflitos evidenciados no processo criminal rompem com a ideia de bipolaridade, envolvendo o elemento escravo com as diversas camadas sociais, seja na luta constante em favor de seus

espaços de autonomia, por motivos de interesse do elemento livre ou pelos conflitos entre parceiros de cativo.

As transformações regionais atuaram diretamente na mudança de comportamento da sociedade, na inserção de novos protagonistas nessas relações e consequentemente na ampliação dos conflitos que se oficializaram nas barras do tribunal. Mesmo com a presente pesquisa dando os primeiros passos, percebemos a existência de uma ampla documentação que remonta um contexto onde Santa Luzia do Carangola foi palco de importantes transformações do ponto de vista político, administrativo e econômico. Ao perceber a grande massa documental existente no arquivo histórico, realizamos a catalogação dos mesmos, chegando à constatação do alto índice de criminalidade na região pelos fins do século XIX. Sobretudo no que tange as oscilações entre os anos de 1880 e 1892 que verificaremos a seguir. Ao analisarmos previamente os 318 processos criminais ocorridos em Santa Luzia do Carangola no recorte destacado, alguns dados importantes nos chamaram a atenção. Ao percebermos a quantidade de crimes em uma escala anual (Tabela 01), identificamos que esses conflitos ocorreram em períodos de mudança na localidade.

Tabela 01 – Índice de Criminalidade do termo de Santa Luzia do Carangola



Fonte: Fundo Fórum – Processos Criminais - Centro de Documentação História de Carangola-MG.

A partir dos dados constantes acima, é importante relacionar alguns acontecimentos em destaque no município durante esse período:

- 1880: É criado o Termo de Santa Luzia do Carangola.
- 1882: Ano da emancipação do município.

- 1885/1886: Tem início a obra para a construção da linha férrea na cidade.
- 1889: A linha de férrea se estende para o distrito de Faria Lemos.
- 1890: Cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos.

É possível analisar que na emancipação do município (1882), o número de crimes saltou de 07 para 15 conflitos. Com a inauguração do Termo de Santa Luzia do Carangola em 1880, é sintomático que encontremos um número crescente de crimes oficializados no tribunal, devido à atuação mais presente da Justiça na região. Esse expressivo aumento proporcional de crimes, se comparados aos dados demográficos citados anteriormente, poderia estar intimamente ligado à ampliação da atuação da Justiça, a partir da criação do Termo.

Sobre a intensificação do papel da Justiça e as categorias previstas na legislação do Império, Marinete Rodrigues, afirma que,

Criminalidade, crime e criminoso, são categorias que ajudavam a compor a representação justa do projeto de nação, pois serviam para sancionar as divisões sociais e as classificações segundo os preceitos universais de uma almejada ordem social. Assim, as noções de civilização, progresso e ordem, divulgada por diversas correntes de pensamento e ideias percorriam o mundo em transformação e, com maior ou menor intensidade, influenciou as ações dos magistrados, políticos e grupos sociais que lutavam nesse período pela manutenção dos “bons costumes” e da “boa sociedade”. (RODRIGUES, 2007, p. 7)

Desta forma, a legislação brasileira definiu ao longo do século XIX, uma série de mecanismos para coibir, reprimir, castigar os envolvidos, em algum tipo de crime e esses mecanismos podem ser conhecidos por meio de uma análise sucinta da legislação criminal ao longo do século XIX. Dentre elas podemos destacar: Constituição Imperial de 1827, Código Criminal de 1830, Código do Processo Criminal de 1832 e Código Penal de 1890.

É possível perceber nas décadas finais do Segundo Reinado e no início da República brasileira, que esse mesmo Estado, interferia de forma mais direta na vida social, na organização das condições de trabalho e na conduta do brasileiro, independentemente de sua categoria social. (CARVALHO, 1990) Ao analisarmos o uso e a aplicação da legislação criminal que tratava dos casos envolvendo os indivíduos de uma determinada comunidade, nos servimos das ideias de Thompson (1998), ao percebermos uma diferenciação entre os códigos das leis e os costumes em comum de uma região. Segundo o autor, “cultura” e “costumes” são maleáveis ao diálogo entre os grupos sociais e dentro dos grupos sociais,

permitindo o equilíbrio e remodelando a formação do habitual. O costume considerado como "prática", é o que se realiza a partir do cotidiano dos grupos sociais. Sendo executado com frequência, o dito costume acaba por se tornar "regra", formando o que Thompson considera como direito consuetudinário. No entanto, a partir da quebra de acordos tácitos possíveis dentro do referido contexto, este "equilíbrio" se rompia, podendo por muitas vezes se encerrar na formação do processo criminal e na resolução dos conflitos nas barras do tribunal.

Contudo, percebemos ações, negociações e escolhas, em um contexto de resistências e acomodações de tradições consuetudinárias e da emergência de mudanças comportamentais que vão adquirindo consistência com a consolidação de um novo mercado e de uma nova visão governamental. No que se refere aos códigos criminais, entendemos que os mesmos foram criados a partir da necessidade de se estabelecer um conjunto de regras para a prevenção e tratamento de conflitos, além de se constituírem um instrumento legal para embasar o julgamento dos crimes e dos delitos de uma sociedade. No entanto, esta sociedade estava submetida não somente a uma legislação oficial publicada. Como poderemos perceber, as diversas categorias sociais poderiam dispor de normas não escritas, configurando um conjunto de costumes e regras particulares de uma comunidade, não dependendo a princípio do uso da Justiça formal. No momento em que a mesma se aproxima da realidade da comunidade, os diversos conflitos já existentes se oficializam nas peças documentais e passam a ser controlados e regidos pelo Estado, por meio da intervenção judicial.

Evidentemente, os diversos conflitos se caracterizavam de diferentes formas no Brasil. Essa variação estava ligada às diversidades políticas, geográficas, culturais e demográficas. A proporção dos conflitos e suas diversas características estava totalmente condicionada ao tamanho das propriedades, ao contexto rural ou urbano, à quantidade de cativos por proprietário e à condução do regime de acordo com cada realidade regional. Segundo Thompson (1998), as relações de costume e de cultura só podem ser devidamente interpretadas se forem contextualizados, levando em consideração as transformações históricas e analisadas empiricamente dentro de um recorte de tempo e espaço. A busca pela resolução de questões pessoais, de propriedade e das relações sociais foi efetivada a partir da elaboração do processo crime enquanto meio formal e burocrático de encaminhar os casos para a Justiça.

Considerações Finais

Nessa pequena sociedade, qualquer ato que fugisse a sua “normalidade” seria, possivelmente, recepcionado com estranheza e com certa resistência. O expressivo aumento dos crimes, a partir das estatísticas anuais verificadas, pode estar intrinsecamente vinculado às transformações locais, que por sua vez, são consequências das mudanças políticas (Império x República) do país nos últimos decênios do século XIX. Ao relacionarmos nossa proposta de trabalho com as vertentes teóricas afins, entendemos que os fatos a serem levantados e discutidos aqui não se encontram prontos, muito menos definidos em sua totalidade. Partindo dessa premissa, será preciso investigar os rastros documentais disponíveis, reconstruindo as histórias, os aspectos e os papéis sociais a partir de nossos interesses específicos.

É importante ressaltar que, ao tratarmos do contexto judiciário nos recortes propostos, é indispensável compreender que tal momento apresentava uma transição de sistemas governamentais distintos. Ao concordarmos com Sidney Chalhoub, tal transição não retrata para nós a noção de linearidade e previsibilidade no movimento da história.

Segundo Chalhoub,

É evidente, de início, que, sendo a história a disciplina da contextualização e da interpretação das transformações sociais, os historiadores sejam cautelosos em relação a conceitos ou categorias de análise que possuam supostamente uma validade transcultural – isto é, que impliquem a construção de modelos e que postulem a recorrência provável ou necessária, em sociedades distintas no tempo e/ou no espaço, de funções ou significados sociais historicamente específicos. (Chalhoub, 1990, p. 24)

Compreendemos que as mudanças históricas que se vinculam a nossa proposta temática, estão significativamente relacionadas aos conflitos em torno de valores, crenças, alternativas de conduta e, principalmente aos costumes de uma sociedade específica que são regidos por códigos e regras elaborados pelo Estado de forma geral. Na intenção de levantar os diversos comportamentos inseridos na sociedade carangolense por meio dos conflitos, o uso das fontes criminais nos auxilia e demonstra vários aspectos do cotidiano da comunidade, através das mudanças sociais, políticas, administrativas e culturais. Sem dúvida, guardados os devidos cuidados com a leitura dessas fontes, o uso do processo-crime apresenta nas entrelinhas dos seus autos, diversos aspectos do cotidiano de Santa Luzia do Carangola e adjacências.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Vitória Schettini de. **Os Sertões de São Paulo do Muriahé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888**. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.
- BOECHAT, Maria Cristina. **A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX**. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.
- CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUIMARÃES, Elione. **Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.
- RADSACK, Randolpho. **Escravidão, Criminalidade e Cotidiano: Santa Luzia do Carangola – MG (1880-1888)**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2012.
- RODRIGUES, Marinete. **Visões da criminalidade em Mato Grosso no Século XIX**. In: XXIV SEMANA DE HISTÓRIA: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. **Anais ...**, Franca, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2007.
- _____. **Mulheres, Violência e Justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso, 1830 a 1889**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 243 f. Tese (Doutorado em História Social).
- SOUZA, Alan Nardi. de. **Crime e Castigo: A Criminalidade em Mariana na Primeira Metade do Século XIX**. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. **As Seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19**. Bauru: Edusc, 2004.

O traçado da guerra: a caricatura como arma na Guerra do Paraguai (1864 – 1870)

Theo de Castro e Carneiro

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

theodecastroecarneiro@gmail.com

Resumo: A presente comunicação possui o objetivo de analisar como a caricatura se apresentou como forte aliada tanto para o Brasil, quanto para o Paraguai, no conflito bélico que envolveu os dois países entre os anos 1864 a 1870. Para tanto, serão objetos de análise diversos periódicos publicados nesse período, como: *El Centinela* (1867); *Cabichuí* (1867-1868); *Semana Illustrada* (1860-1875) e *Paraguay Illustrado* (1865). Além de um corpus documental composto por impressos, a pesquisa também se baseou na recente historiografia referente ao tema, como os trabalhos de Mauro César Silveira, *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai* (2009); *A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX* (2011), de Edgley Pereira de Paula; *As representações da Guerra do Paraguai por meio do periódico Paraguay Illustrado* (2014), de Gabriel Ignácio Garcia; *Imprensa em tempo de guerra: o jornal O Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai* (2008), de Maria de Lourdes Dias Reis, e também em obras clássicas como *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* (1988), de Roger Chartier. A presente análise realizou-se dentro da perspectiva da história social, em que se buscou uma compreensão mais abrangente da forma como o objeto de estudo impactou e foi impactado pela contingência social da época. A análise leva em consideração, também, a relevância e influência da imprensa como agente passivo e ativo nas instâncias políticas e culturais de uma sociedade. Dentro dessa perspectiva, o foco se estabelece na sociedade brasileira, como também na imprensa e suas relações com o governo e o discurso oficial. Nesse sentido, a perspectiva paraguaia não é negligenciada e, dessa forma, a comparação entre os periódicos dos dois países se mantém constante ao longo da análise. Assim, tendo em vista todos os aspectos que definiram a Guerra do Paraguai, a pesquisa é composta pela análise da forma como a relação entre vivência, perspectiva, imaginação e alteridade construiu as representações que ilustraram a Guerra para o povo.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, caricatura, periódicos

A criação da imprensa é considerada por muitos uma verdadeira revolução no sentido estrito da palavra, ou seja, foi uma modificação completa na relação que se estabelece com a cultura escrita. Outros, consideram-na um marco histórico na forma de expressão humana e nas relações de trabalho existentes na produção e distribuição da literatura e outras obras, sendo considerada a revolução matriz da vida em sociedade e todos aspectos políticos e culturais que a definem.

O que pode se observar é que os periódicos inauguraram um extraordinário poder de penetração social, em que o ambiente de circulação de suas palavras não se limitava aos

letrados e, portanto, chegava a todos os setores sociais, influenciando em seus projetos políticos e na construção de sua cultura. Nesse sentido, a opinião pública era construída e reconstruída nos e através dos periódicos, sendo que ideias e projetos políticos eram defendidos em suas páginas e influenciavam de maneira direta as decisões que eram tomadas em uma sociedade.

No Brasil, a chegada e a difusão da imprensa foram responsáveis pela intensificação do contato entre os diferentes indivíduos constituintes do círculo comunicacional e pelo aumento da velocidade de circulação de informações. Esse processo tem sua origem na transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. A partir daqui, intensas transformações modificaram todas as instâncias da sociedade colonial do século XVIII. Entre elas, a improvisada instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro apresentou-se como uma estratégia de continuidade dessa impressão, agora em território colonial; mas mais do que isso, significa o começo de uma nova era para o nosso país.

Apesar das restrições impostas pela Coroa em relação à circulação de informações, como a proibição de universidades no território colonial, as recentes instalações gráficas encontraram ambiente fértil para a propagação de suas produções. As gazetas fomentaram uma maior participação da população na vida pública ao divulgar informações e notícias oficiais. Dessa forma, arquitetou-se a construção de um espaço coletivo no qual a opinião pública se manifesta e influencia de maneira direta os rumos tomados pela sociedade. Ao se libertarem do modelo estrito das gazetas tradicionais, em 1821 com o fim da censura prévia (BARBOSA, 2010, p. 38), os periódicos brasileiros fortaleceram ainda mais a divulgação de notícias dotadas de parcialidade e de opiniões explícitas.

Dotada de uma perspectiva ilustrada, a imprensa se estabeleceu como importante empresa educativa sob o discurso de construção do progresso e esclarecimento da população e, portanto, foi instrumento substancial de discussão política e cultural, influenciando de maneira direta os costumes e a moral pública. Assim, a inauguração da imprensa no Brasil representa nascimento de uma ferramenta que tratou de organizar e difundir o debate político em meio a um ambiente fervoroso de transformações; que deu voz a novos atores políticos e espaço de participação a setores sociais antes excluídos; que teve papel fundamental no desenvolvimento comercial do país; que tornou possível ampliar as fronteiras do conhecimento de mundo da população etc. Ou seja, a imprensa foi elemento essencial na conjuntura político-social do século XVIII, bem como de épocas posteriores, de modo que a

efetiva compreensão e interpretação desse período da história do Brasil só se faz possível na medida em que a imprensa é colocada como pilar da construção dessa análise.

A alteridade¹, por sua vez, apresenta-se como elemento fundamental no entendimento da construção imagética subjetiva. Esse processo demonstra como a idealização da imagem do “outro” parte da concepção do “eu” na sua forma individual. Ou seja, compreender um ambiente e seus indivíduos encontra uma relação de dependência com aquilo que (acreditamos que) nos define.

Na Guerra do Paraguai, essa perspectiva foi a base da elaboração de representações do inimigo. Nesse sentido, a caricatura tem valor substancial, já que é capaz de evidenciar visualmente a concepção simbólica do “outro” ao ilustrar os periódicos.

A palavra “caricatura” tem sua etimologia no italiano: *caricare*² significa carregar, no sentido de exagerar, aumentar algo em proporção. Assim, apresenta-se como um desenho que tem como objetivo exagerar ou enfatizar certas características da figura representada. Esse modelo de ilustração apresenta a possibilidade de representação de uma visão de mundo em que a comicidade é a principal estratégia da desconstrução da grandeza de uma figura.

Tendo em vista que no Brasil, “a fotografia ainda era privilégio de raras pessoas, mesmo entre as mais abastadas” (SILVEIRA, 1996, p. 45), o uso da caricatura causou grande exaltação na população. Além disso, deve-se levar em consideração o alto número de analfabetos: “o primeiro recenseamento da história brasileira, datada de 1872, mostra um índice de apenas 15,75% de alfabetização nos 9 930 478 habitantes” (SILVEIRA, 1996, p. 45). Desse modo, o uso dessas imagens teve impacto significativo na imprensa, no imaginário popular e na opinião pública.

Levando em consideração o supracitado, a Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional da América do Sul. Esse acontecimento foi elemento definidor do futuro militar, político e social de todos os países beligerantes. Ocorrida entre dezembro 1864 e março 1870, a Guerra foi travada entre Paraguai e a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai).

Apesar da vitória, a Guerra foi responsável por revelar a contradição militar-estrutural do Império brasileiro com a presença da escravidão que ainda definia seu sistema social e econômico. Além disso, o desequilíbrio orçamentário causado pelos excessivos gastos

¹ Conceito baseado nas definições de Thereza Baumann (1992) e Todorov (1982).

² *Cambridge Dictionary online*: PESO (*mettere*) – to load; FIGURATIVE (*esagerare*) – to exaggerate; disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/italiano-ingles/caricare>

financeiros com o conflito foi responsável por enfraquecer ainda mais os pilares de sustentação do Império que cada vez mais se afundava em suas contradições e problemáticas.

Na historiografia, a Guerra é compreendida atualmente como “fruto das contradições platinas tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região” (DORATIOTO, 2002, p.95). Entretanto, as abordagens mais tradicionais deram destaque às análises patrióticas de defesa das ações do Império brasileiro e que colocavam o governante paraguaio Solano López como o principal responsável pelo conflito. Esse discurso traçou a forma como a maior parte da imprensa noticiou o conflito para a população que se encontrava longe da frente de batalha. Além da defesa e elogio das ações políticas e militares da Coroa, o ataque direto ao inimigo paraguaio compunha as páginas de jornais como o *Semana Illustrada* (1860-1875).

Para compreender como a caricatura se insere dentro da Guerra do Paraguai é preciso levar em consideração que os combates ocorreram não somente em terra e mar. Na verdade, o sangue derramado selou uma mancha permanente na memória de civis e soldados envolvidos nesse conflito. Assim, a relação entre vivência, perspectiva e imaginação construiu as representações que ilustraram a Guerra para o povo.

Essas representações, segundo o historiador Roger Chartier (1988), estão inseridas em um campo de competições que giram em torno de relações de poder e dominação. Portanto, é impossível analisar integralmente as caricaturas produzidas por periódicos brasileiros e paraguaios que ilustram o conflito, sem levar em consideração como era a relação entre os países beligerantes, seus projetos políticos, suas motivações e desejos. Esses elementos constituem como as apropriações de significado são construídas e, posteriormente, utilizadas ou impostas.

Tendo em vista esse panorama, as caricaturas da Guerra do Paraguai não se afastaram de uma significativa mudança nas práticas sociais, “ao contrário, seu papel procurou evidenciar a manutenção da ordem vigente, especialmente através da criação de personagens estereotipados, validando preconceitos” (PAULA, 2011, p. 125). Essas ilustrações demonstram como os cartunistas se apropriavam de significações para sua produção. Desse modo, estereótipos e construções imagéticas dividiam espaço em outros dois campos de batalha: o papel e a opinião pública.

Segundo Marco Morel (1998), a opinião pública pode ser vista como um “recurso para legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões

individuais ou setoriais em opinião geral” (MOREL, 1998, p. 93). Nesse sentido, pode-se observar que os períodos brasileiros, em sua maioria, buscaram se alinhar ao discurso oficial sobre o conflito. Assim, o que se buscava era uma adesão coletiva ao discurso oficial com o objetivo de construir legitimidade para as decisões políticas.

O que pretendo destacar, portanto, são as semelhanças e diferenças entre as produções paraguaias e brasileiras dentro desse contexto e que se tornam evidentes a partir de uma análise comparativa. Esses elementos, como apresentado anteriormente, estão inseridos na forma como esses países se relacionavam. A inserção dos caricaturistas em uma certa realidade sócio-política, por sua vez, direciona a forma como suas ideias e projetos serão ilustrados.

Imagem 1: Brasil e Paraguai pela ótica da representação.



Legenda: “A Liberdade e a Opressão – Enquanto o Brasil recruta guerreiras que, nos campos de batalha, vão servir de vivandeiros, estimular a coragem, recompensar os feitos de bravura, animar os feridos, percorrer as enfermeiras, preparar os cartuchos, rir da metralha e zombar dos canhões; rufando o tambor... O López está recrutando velho, velhas e crianças, que emprega como instrumentos de guerra, sem receio de que se convertam em reses destinadas aos matadouros”. *Semana Illustrada*, 03 de setembro de 1865; p. 1972.

Nesse sentido, o primeiro elemento que merece destaque é a representação do Paraguai nos periódicos brasileiros produzidos sob a égide do discurso oficial. Essa perspectiva conduz à caracterização do Paraguai como um lugar inóspito povoado por uma população primitiva e transfigurada. A imagem do Brasil, por sua vez, é construída por esses periódicos tendo como base as influências do romantismo europeu. Assim, o índio – até mesmo, dotado de uma armadura medieval – é apresentado como personificação do Império, em que, ao mesmo tempo, protege e exalta aquele país paradisíaco povoado por um povo livre e patriótico.

As produções paraguaias, por sua vez, fazem referência ao Brasil por meio de duas estratégias principais. Uma delas é a constante alusão à fragilidade da aliança entre os países inimigos: Brasil, Argentina e Uruguai, personificados em notáveis lideranças política e militar, brigam entre si nas páginas de periódicos paraguaios como o *Cabichuí* (1867-1868) e *El Centinela* (1867). A composição étnica do exército brasileiro é o principal alvo da segunda estratégia. O contingente de mestiços e negros que compunham as tropas imperiais brasileiras superava com enorme diferença a quantidade desse mesmo grupo no exército paraguaio. Esse fator foi suficiente para as ferrenhas críticas à herança monarquista e escravocrata do Brasil. Dessa forma, o objetivo de construir uma imagem de superioridade militar paraguaia se originava do preceito da “hierarquia racial”.

Imagem 2: As desavenças da Tríplice Aliança.



El Centinela, 1868.

Imagem 3: A figura do escravo combatente nos periódicos paraguaios.



Legenda: “O escravo, apresentado como um covarde por natureza, não precisa ouvir o barulho de um canhão para ser amedrontado, basta ouvir o barulho de um chicote. ” (Tradução livre) *Cabichuí*, 1867.

A construção da imagem do inimigo é fundamental na sustentação de um discurso sobre esse antagonismo. Assim, para fortalecer a opinião pública a favor de seu posicionamento na Guerra, os países beligerantes procuraram esboçar a figura desse inimigo. Nesse sentido, líderes políticos e militares integraram diversas caricaturas paraguaias e brasileiras.

D. Pedro II era a figura mais frequente nos periódicos paraguaios quando a intenção era fazer alusão ao Império brasileiro. Algumas lideranças militares brasileiras também estão presentes nas ilustrações, porém, o semblante do Imperador é utilizado como personificação de toda aquela nação. Aqui, aparece uma das estratégias mais interessantes de construção imagética: a animalização. Essas figuras antropozoomórficas se mostra extremamente eficiente, na medida em que ela expõe a conformação dos valores culturais daquela sociedade. Apresentar D. Pedro II ou outras lideranças como um macaco não é pura técnica visual. Pelo contrário, essa escolha é reflexo dos efeitos causados pelas relações de poder inseridas dentro de um campo de competição, como defendido por Chartier, e que vai muito além do campo de batalha.

Imagem 4: O imperador, o almirante Tamandaré e o General Polidoro como macacos.



El Centinela, 1867.

No que diz respeito aos periódicos brasileiros, o discurso oficial encontra sua visibilidade máxima ao retratar o inimigo paraguaio. Tendo em vista que no Tratado da Tríplice Aliança assinado em 1º de maio de 1865 o inimigo é definido, reiteradamente, como o “governo do Paraguai”, Solano López apresenta-se como a sua personificação. Sendo este o representante máximo do governo, López será retratado constantemente como a figura central da deflagração e da longevidade do conflito. Certas ambiguidades compuseram suas representações de forma que, ao mesmo tempo em que era manifestado um caráter cruel e tirano, sua imagem era ridicularizada e desproporcional. A animalização encontra-se presente também nos periódicos brasileiros, demonstrando o olhar subjetivo dessa nação sobre aquele que foi definido como o antagonista na história oficial.

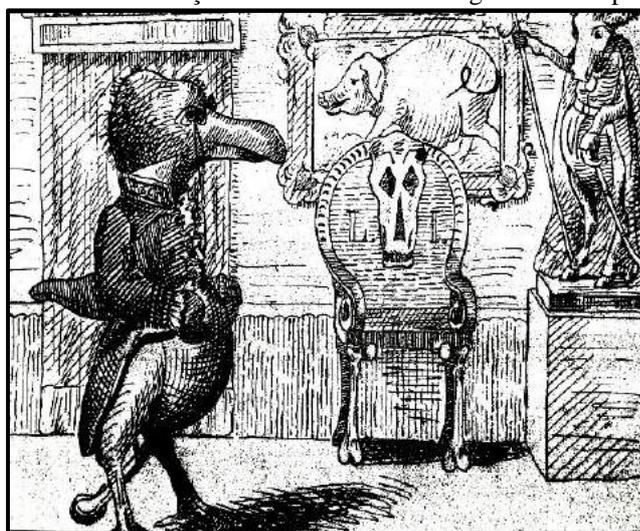
É importante destacar como a figura desumana de Solano López ainda está presente no nosso imaginário, ao mesmo tempo em que a nação paraguaia o considera um herói. Esse fato torna mais evidente como os resultados das relações de dominação são maleáveis dentro do contexto de cada integrante desse processo.

Imagem 5: Solano López é representado como a personificação do inimigo.



Legenda: “O Nero do Século XIX – Projeto de Monumento que os paraguaios reconhecidos pretendem erigir a Francisco Solano López (cópia de um desenho remetido de Assunção).” *A Vida Fluminense*, 06 de novembro de 1869; p. 1046.

Imagem 6: A animalização utilizada como estratégia visual de persuasão.

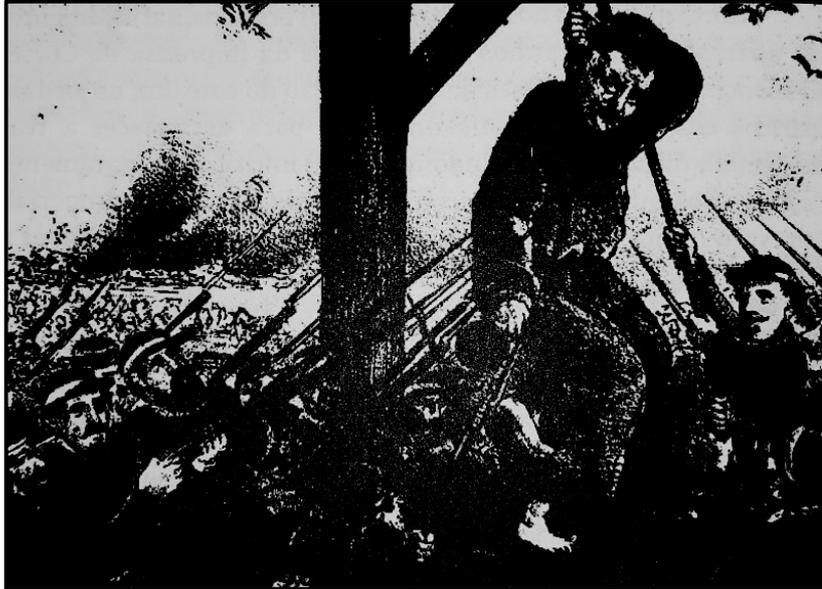


Legenda: “López visitando a coleção zoológica de retratos de seus idolatrados parentes.” *Paraguay Ilustrado*, 13 de agosto de 1865; p. 11.

Destaco, por fim, a aplicação de uma lógica maniqueísta nas caricaturas brasileiras, fundamentadas, principalmente, pela doutrina cristã (religião dominante em todas as instâncias sociais naquele período). Nesse sentido, Solano López, representado como uma figura diabólica provinda de um território infernal, é exorcizado por representantes de um país civilizado e paradisíaco. Considerando essa perspectiva, é visível como construiu-se, a partir

do discurso oficial, um desejo nacional de extermínio do governante paraguaio. Assim, sendo a encarnação do diabo e, ao mesmo tempo, do principal inimigo, a Guerra terminaria somente com sua morte e seu retorno ao inferno.

Imagem 7: O fim do conflito é celebrado com a morte do inimigo, Solano López.



Legenda: “Profecia – Judas López, apanhado depois da derrota dos paraguaios e da tomada de Assunção, fica elevado pelos soldados brasileiros à altura que lhe compete.” *Semana Illustrada*, 16 de abril de 1865; p. 1819.

Imagem 8: Com o fim da guerra, a morte de Solano López apresenta-se como um destino inevitável.



Legenda: “Profecia! – López, depois de ver destruída a sua força, encontra-se no campo de batalha com: o fim da guerra, a morte. Assustado, trêmulo, está ouvindo a voz rouca, acompanhada do riso diabólico do fantasma, que surge diante dos seus olhos e lhe diz: Basta; Delenda Paraguai!” *Semana Illustrada*, 18 de agosto de 1867; p. 2792.

Tendo em vista a defesa de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto de que o estudo dos meios de comunicação deve ser deslocado também para o campo da história social, podemos compreender o objeto escolhido em toda sua abrangência ao “trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). É nesse sentido que reafirmo como a análise do universo de caricaturas aqui apresentado evidenciam diversas minúcias existentes entre Brasil e Paraguai nesse contexto. Mais do que isso, essas relações caracterizam-se como dialéticas, na medida em que a elaboração dessas ilustrações foi definida por elas, ao mesmo tempo essas produções as reconstruíram. Nessa perspectiva, o poder da imprensa se mostra, novamente, como algo extraordinário, já que é essa particularidade que a define como um produto social capaz de influenciar as mudanças sociais de maneira constante e incisiva.

Fontes

- *Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional:*

Semana Ilustrada (1860 – 1875) – disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/semana-illustrada/702951>

Paraguay Ilustrado (1865) – disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paraguay-illustrado/760005>

A Vida Fluminense (1868 – 1875) – disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/vida-fluminense/709662>

- *Acervo digital de La Biblioteca Nacional del Paraguay:*

Cabichuí (1867-1868) – disponível em:

<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/coleccion-cabichui-del-n-1-al-n-55/>

<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/coleccion-cabichui-del-n-56-al-n-95/>

El Centinela (1867) – disponível em:

<http://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAUMANN, Teresa. In.: Vainfas, Ronaldo (org), **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Memória e Sociedade. 2ª edição. Algés – Portugal: Difel, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 253-270.

GARCIA, Gabriel Ignácio. As representações da Guerra do Paraguai por meio do periódico “Paraguay Ilustrado” (1865). In: XIº SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS. Maringá. **Anais do XIº SPCH**, v. 2, n. 4, 2016, p. 70 – 80. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/gabrielgarcia.pdf

MOREL, M. Em nome da Opinião Pública: a gênese de uma noção. In: MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PAULA, Edgley Pereira de. A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 115-128, jul./dez. 2011.

REIS, Maria de Lourdes Dias. **Imprensa em tempo de guerra: o jornal “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai**. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003. 4.ed. 2008.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

TZVETAN, Todorov. **A Conquista da América**. New York: Harper Torchbooks, 1982.

Por “cachaçadas e ciuadas”: a rua do Sapé (em Formiga-MG) sob a perspectiva dos crimes com mulheres indiciadas. 1852-1864

Elimar C. E. Santo

Graduando em História (bacharelado)
Universidade Federal de São João del-Rei
elimar.csanto@gmail.com

Resumo: Partindo do tema “História das Mulheres”, o objeto do presente trabalho foi a participação social da mulher no interior do Império do Brasil, em Formiga (MG) do ano de 1852 a 1864. Tendo como base as transformações brasileiras do século e a consolidação da ordem no recorte temporal citado, objetivou-se historicizar os dados pessoais, cotidianos e os discursos sobre o gênero feminino presentes em cinco processos criminais nos quais mulheres foram indiciadas. Foi feita análise principalmente qualitativa dos elementos contidos nas falas e atos processuais, usando o apoio teórico da noção de *gênero*. Assim, percebeu-se aspectos de ação social ativa de mulheres possivelmente pobres, bem como a preocupação imperial de reprimir vadios e desordeiros, incentivando sempre o trabalho. Outro ponto foi a percepção de fragmentos da relação popular com os valores e estruturas dominantes.

Palavras-chave: Mulheres, Crimes, Participação social.

Introdução

A “História das Mulheres”, segundo Rachel Soihet, construiu-se no século XX a partir, principalmente, dos revisionismos marxistas dos anos 60 que passaram a focar os grupos excluídos da historiografia, incluindo as mulheres. Com influências de movimentos como as histórias Cultural e das Mentalidades, assim como a demanda de informações pelos feminismos, o campo organizou-se nos anos 70 inclusive no Brasil. Segundo Joan Scott, citada por Soihet, o feminismo e a História das Mulheres se influenciavam, tanto que, nos anos 70, com mudanças internas no primeiro, a segunda foi influenciada a focar não mais a condição feminina una, mas as diversidades do gênero (SOIHET, 2011, p. 263-265).

É importante mencionar é o dos discursos relacionados ao gênero feminino. Analisando a moralidade tridentina (do Concílio de Trento¹) no Brasil de entre os séculos XVI e XVIII, Ronaldo Vainfas ressalta que os católicos e protestantes defendiam o casamento

¹ O Concílio de Trento (1545-63) visava defender o catolicismo do avanço protestante. Não se dedicou a afrontar ou combater os reformistas protestantes. Em vez de inovações jurídicas ou dogmáticas, reafirmou ou resignificou preceitos desde pelo menos os séculos XII e XIII. Além disso, refletia a inquietação católica (originada antes) face à distância com o cotidiano dos fiéis, fruto da falta de preparo do clero (VAINFAS, 1997, p. 19-21).

e família, associados, desde o século XVI, ao patriarcalismo e “sociabilidade conjugal”. Era um “modelo monárquico de família”, no qual o lar organizar-se-ia pelo governo racional do pai, o “monarca” e “sacerdote”, a submissão humilde da mãe e a obediência dos filhos. Este tipo de família vinha de inícios do cristianismo, do direito romano e da família judaico-cristã, como possível perceber na carta de São Paulo aos Efésios, quando exorta-se a submissão da esposa e a obediência da prole ao pai. Vainfas frisa que, a partir do século XVI, os moralistas portugueses e espanhóis esforçavam-se em incentivar o casamento, a autoridade patriarcal e a submissão da esposa. Era alegado que a mulher, a não ser que subjugada, seria um mal em potencial ao marido. Manuais de atuação doméstica e conjugal embasavam-se em características femininas como seu caráter “diabólico”, inferioridade intelectual, tendência ao gasto irracional dos recursos do lar e à infidelidade. Por isso, deveria o marido ser paciente, cuidadoso e racional no “governo” da esposa. Entre os poucos textos elogiosos, segundo o autor, o de Rui Gonçalves exaltava justamente as características de submissão, recato e paciência (VAINFAS, 1997, p. 122-125).

Certamente ocorreram novas roupagens de discursos já existentes ou diversificação deles. Vale citar o trabalho de Silvia Brügger, o qual se debruça sobre as transformações da moral conjugal no Bispado do Rio de Janeiro entre 1750 e 1888, e os ecos disso nas práticas conjugais das camadas sociais. A autora analisa os discursos tridentino, romântico (que triunfou na segunda metade do século XIX) e médico, testando seu alcance como discurso ou prática, assim como pontuando as diferenças, confluências e rearranjos conforme a realidade brasileira. A autora percebeu que neles basicamente esperava-se da mulher submissão, matrimônio, maternidade e castidade. É claro, como abordado pela autora, com especificidades, confluências e rearranjos desses discursos conforme a realidade brasileira (BRÜGGER, 1995).

Inserido no tema e contexto citados está o objeto de pesquisa. O mesmo surgiu em pesquisa de iniciação científica² na qual foram analisados 50 processos criminais³ com casos de mulheres indiciadas ocorridos entre 1841 e 1871 na cidade e distritos de Formiga (MG). Notou-se relevância de casos em uma rua específica da cidade, a do Sapé, o que gerou a curiosidade e a necessidade de uma análise independente e inédita. O objeto se trata, então, da participação social feminina na citada rua de Formiga, de 1852 a 1864. O objetivo principal é

² Orientada pela prof^a. D^{ra}. Silvia Maria Jardim Brügger no curso de História da UFSJ.

³ Localizados no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC) coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Vellasco e localizado no campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Referência: AFF/LABDOC/UFSJ – Acervo do Fórum de Formiga/MG.

descortinar elementos locais de improviso na participação social feminina. Especificamente, objetiva-se historicizar os dados pessoais das personagens e dos casos criminais em que se envolveram, os elementos locais relacionados à conduta feminina enquanto discurso ou prática. Teoricamente, será importante a noção de gênero que, segundo Joan Scott, é útil para perceber as características atribuídas aos sexos masculino e feminino como construções de uma sociedade e época, e não como biológicas (SCOTT, 1995, p. 75). Teresa de Lauretis, por sua vez, enfatiza como o sistema de “sexo-gênero” varia conforma a cultura, assim como tem relação constante com os fatores sociais, políticos e econômicos (LAURETIS, 1994, p. 211). A noção será útil para perceber que, também em Formiga, as características discursivas “ideais” ao gênero feminino eram construções sociais que influenciaram o local. O trabalho está dividido na apresentação dos procedimentos metodológicos, seguida da do recorte espacial, panorama dos casos e mulheres encontrados, discussão qualitativa de alguns dos casos e considerações finais.

Fontes e metodologia

Os processos criminais são, segundo Keila Grinberg, “relativos a atos criminosos considerados como tais pelo Estado, cujas definições variaram ao longo do tempo”, sendo preciso entender, por meio dos códigos penais e processuais, as noções de crime para a sociedade e época estudados. Para a autora, deve-se tomar o processo criminal como repleto de intencionalidades, versões, contradições e mentiras. Por isso, é interessante saber não exatamente o que se passou, o que é impossível, ou o culpado e o inocente, mas entender o processo de produção do documento: como a realidade foi transformada em autos? Quais mediações se deram? (GRINBERG, 2012, p. 122-128) Conforme Sidney Chalhoub, deve-se, então, focar as contradições, mentiras e entrelinhas das falas dos atores processuais, que permitirão analisar o contexto e as lutas por trás do documento (CHALHOUB, 2012, p. 40-41). Assim, serão analisados nas falas de testemunhas, ofendidos e réus, e autoridades aspectos relacionados a nosso objeto, sendo a grafia devidamente atualizada.

A cidade de Formiga (MG)

“[O arraial é] [c]onhecido pelo nome de Formiga, assentado em terreno alto na margem esquerda do Ribeirão da Formiga, que entra no Rio de Santa Ana que se perde na margem direita do Rio Grande” (MATOS, 1981, p. 134). Raimundo Matos, sobre o Arraial de São Vicente Férrer da Formiga em 1837, então subordinado à vila de Tamanduá e à Comarca

do Rio das Mortes, acrescentou que, naquele momento, o mesmo tinha “147 casas, muitas delas elegantes, e todas abastecidas de água por canais subterrâneos”, assim como “278 fogos e 1.678 almas” (MATOS, 1981, p. 134). Já Johann Pohl (que viajou ao interior do Brasil entre 1817 e 21) destacou Formiga como um “miserável arraial” com “cem casebres de barro e duas igrejazinhas insignificantes”, de população principalmente negra e mulata que sobrevivia “da criação de porcos” (POHL, 1976, p. 92). Localizada no centro-oeste de Minas Gerais e na “picada de Goiás”⁴, Formiga ainda no século XVIII passou de paragem a aplicação graças à construção em 1780 de uma capela em honra a São Vicente Férrer e subordinada à matriz da vila de São Bento de Tamanduá. Em 1839, com a lei Nº 134, de 16 de março, tornou-se Vila Nova da Formiga e, pela lei Nº 880 de 6 de junho de 1858, Cidade de Formiga (BARBOSA, 1995, p. 134-135). Formiga, segundo Clotilde Paiva, “concentrava grande parte da produção regional a ser distribuída”, assim como “[o]s comerciantes desta cidade drenavam a produção das áreas vizinhas tornando-a um importante entreposto” de produtos destinados às regiões vizinhas e à Corte (PAIVA, 1996, p. 117). Assim, serão analisados os casos criminais de mulheres indiciadas ocorridos na antiga rua formiguense do Sapé.

Os crimes cometidos por mulheres na rua do Sapé (Formiga – MG)

Entre 1807 e 1864, segundo a base de dados em construção do LABDOC-UFSJ, de 658 entradas (100%) há 50 (7,59%), entre 1835 e 1864, referindo-se às ruas formiguenses e a homens e mulheres enquanto indiciados: ruas do Alecrim (2), de Baixo (1), Direita (1), das Flores (2), da Lage (1), das Mercês (1), Nova (1), dos Quartéis (3), do Rosário (4), do Sabão (4), do Santuário (1), do Sapé (19), da Vargem (4), da Vargem Alegre (2), da Várzea (3) e do Vaza Canudo (1). Destacam-se os 19 casos (38% dos 50 documentos citados) da rua do Sapé ocorridos entre 1835 e 1864. Sobre os crimes femininos, dos 50 documentos (100%) analisados na iniciação científica (recorte temporal de 1841 a 1871), 35 (70%) referem-se a crimes ocorridos em Formiga e os outros 15 (30%) a distritos e fazendas. Dos 35 citados, 16 (45,71%) foram em ruas, das quais 6 (37,5%), o maior número, foram na do Sapé. Antes de mais nada, vale a pena frisar que não se trata de dizer que os casos da rua do Sapé são majoritários na totalidade do acervo, mas sim realçar a participação relevante dos mesmos,

⁴ Caminho situado entre São João del-Rei e Paracatu com sesmarias (BARBOSA, 1995, p. 227), povoadas graças à busca pelo ouro e pela expansão das atividades agropastoris a partir de 1737 (GAMBI, 2013, p. 49). Francisco Pinto destaca as expedições feitas para debelar índios e quilombolas entre 1740 e 1760, assim como o papel de Inácio Correia Pamplona, em expedição feita em 1769, de evitar novos focos de quilombos, bem como garantir a autoridade real e desempenhar atividades como abrir caminhos e distribuir sesmarias (PINTO, 2014, p. 73-74). Assim, conforme Waldemar Barbosa, a região teve ocupação efetiva apenas após a atuação de Pamplona (BARBOSA, 1995, p. 39).

como pode-se ver nos números apresentados. O recorte temporal do presente trabalho respeita os limites da pesquisa de iniciação científica (1841 a 71), por serem os documentos desta lidos e fichados. Também foi respeitado o recorte da base de dados do LABDOC-UFSJ (1807-1865), com crimes cometidos por homens e mulheres. Assim, o recorte final correspondeu ao intervalo de 1852 a 1864, havendo cinco processos⁵ com mulheres entre os indiciados.⁶

Panorama dos documentos e das personagens neles encontradas

Dos cinco casos, dois foram de ofensas físicas, um de ameaças e injúrias, um de perturbação da ordem e um de roubo e estelionato. Na motivação, dois foram por “mau comportamento” (embriaguez, hábito de insultar, furtar, vida ociosa, etc.), um de “motivação econômica ou material” (elementos materiais e/ou econômicos como roubos e furtos, dano à propriedade, etc.), um por “rixa” e o outro sem informação.⁷ Das sete mulheres, há quatro brasileiras e três sem informações. Sobre a cidade natal das indiciadas, duas eram de Formiga, uma da Vila de Tamanduá, uma do Arraial do Desterro, três sem informações. Além disso, uma tinha 28 anos de idade, uma 30, uma 60, uma não sabia e para três não há informações (não foi declarado nada sobre a idade). Quanto à condição, não há menções, certamente todas livres ou escravas fugidas de outras regiões, já que a condição era sempre mencionada. Sobre a cor, há uma negra (1860), não havendo informações para as demais, em um possível “silenciamento da cor”⁸. Sobre a ocupação, há uma costureira, uma fiandeira e lavadeira (que em outro momento disse cozinhar na casa de várias pessoas e aceitar qualquer emprego), uma fiandeira e tecelã, uma costureira e fiandeira e três sem informação. Conjugalmente, uma era solteira, duas casadas e para quatro não há informações.⁹ Pode-se destacar 1) o alto número de falta de informações, majoritário para o estado conjugal e a cor; 2) o predomínio das ocupações relacionadas a lavar, costurar, fiar e tecer que, segundo o trabalho de Clotilde Paiva

⁵ Uma ressalva é o processo 5 da CX. 28 (1866), que envolveu um crime feminino na rua do Sapé, mas não foi computado pelo fato de a base de dados do LABDOC-UFSJ (que contém documentos com homens e mulheres enquanto réus) ir apenas até 1865, assim como em virtude de a base por mim feita (que vai até 1871) ter englobado apenas os processos com mulheres entre os indiciados. Assim, não seria possível comparar percentualmente o processo citado com a totalidade do acervo catalogado.

⁶ Os casos têm participação feminina “direta”: indiciadas e investigadas como supostas autoras de crimes; e “indiretas”: aquelas que são citadas como colaboradoras da parte indiciadas, mas acabaram não sendo investigadas nem julgadas. Há também as que foram condenadas em outros documentos, e faz-se menção a estes casos em um novo processo criminal, citando-se os dados dos envolvidos e da condenação.

⁷ As categorias foram criadas a partir das motivações mencionadas ou insinuadas pelos envolvidos, testemunhas e autoridades.

⁸ Expressão de Hebe Mattos (1998) sobre a não-menção da cor em documentos após 1850 (fim do tráfico atlântico de escravos e consequente aumento dos livres de cor, o que impediu a associação entre brancos e livres).

⁹ AFF/LABDOC/UFSJ, processos criminais 2, CX. 16; 3, CX. 23A; 4, CX. 23A; 5, CX. 23A; 23, CX. 24.

(PAIVA, 1997, p. 182-189) feito a partir das listas nominativas das décadas de 1830, enquadram-se nas categorias “Atividades manuais e mecânicas em tecidos” e “Atividades manuais e mecânicas – fiadeira e tecedeira” (no caso dos ofícios de tecer, costurar e fiar), e “Serviço doméstico” (no caso das que lavavam, passavam e cozinhavam); 3) o exercício de várias ocupações combinadas, certamente para sobrevivência ou complemento à renda; 4) o fato de serem mulheres livres, oriundas de Formiga ou de locais da região; 5) os casos criminais em que se envolveram demonstram o destaque às trocas de agressões, ofensas e perturbação à ordem, o que permite perceber a existência de pessoas com hábitos ativos de resolução de suas pendências umas com as outras, mas certamente com personagens masculinos também.

É sempre importante o cuidado de não ver os comportamentos e situações encontrados nas fontes como excepcionais ou ainda tratá-los de forma estereotipada, sendo também necessário realçar a capacidade cotidiana de ação ativa das personagens que, de forma consciente ou não, acabavam contrariando discursos de dominação sobre seu gênero. Por outro lado, os processos criminais, por serem construções, dificultam perceber situações de riqueza ou pobreza dos personagens, porém dão indícios sobre. Em primeiro lugar, duas das sete personagens têm menções explícitas de pobreza e, para as outras, apesar de não ser fácil fazer afirmações, há a possibilidade de pobreza por serem as posses e prestígio um forte argumento na arena processual como forma de legitimação (VELLASCO, 2004, p. 173-181).

Aproximando as lentes sobre alguns dos casos

Em 13 de janeiro de 1852, por volta das 15:00, Maria Victória (costureira, solteira, 30 anos) e Jesuína Pacheco (costureira e fiadeira, 28 anos) foram acusadas de darem porretadas em Tereza Maria de Jesus. As testemunhas, apesar de variações, confluíram sobre ser o cerne da briga uma neta da ofendida, de nome Ana Felizarda. A segunda testemunha relatou que Ana foi à casa de Maria Victória (onde também estava Jesuína) injuriar as rés e desafiá-las para que fossem atrás dela, o que as mesmas teriam feito. Chegando lá, as indiciadas encontraram Ana com um porrete na mão, mas esta, deixando o objeto cair, entrara para casa, onde também morava a avó Tereza. Tereza teria saído para defender a neta, com um porrete com o qual agredira Maria Victória, mas teve o objeto tomado pela última, que assim teria agredido a ofendida. Jesuína, com o pau que tomara de Ana, teria feito o mesmo. A terceira testemunha disse que viu a neta da ofendida injuriar as rés e que ela tinha tal costume. A depoente, todavia, contou história um pouco diferente: que a ofendida quem dera o pau para a

neta agredir as rés. Este caíra da mão de Ana, sendo pego por uma das rés. Tereza teria saído em reforço e dirigido-se em direção a Maria Victória, que teria batido na primeira com o pau. Tereza, embriagada, teria se desequilibrado e caído, sendo depois também agredida por Jesuína. A maioria dos depoentes disse ou que Ana costumava injuriar as rés, ou que faziam-no Ana e a avó.¹⁰

Percebe-se a possível existência de mulheres resolvendo suas questões de forma violenta, ativa e sem demandar a intervenção da justiça. Outro caso de injúrias ocorreu em 1860, quando o réu Vicente Bernardino da Costa (alfaiate, casado, 29 anos) e família (incluindo a esposa) foram acusados e condenados de injuriarem o ofendido Manoel Barbosa da Silva.¹¹ Em primeiro lugar, é necessário não destacar este fato como algo incomum e estereotipado, até porque o processo criminal da época estava a serviço do projeto de dominação vigente (MATTOS, 1987) e incorrer na última assertiva seria reproduzir de forma simplista o discurso de dominação. Vale a pena salientar 1) a importância da violência, como salientado por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), como forma de resolução de pendências¹² em vez do recurso à justiça¹³; 2) poderia ser parte de um código de conduta popular em certa medida distante do oficial, como mencionam Martha Esteves (1989) e Sidney Chalhoub (2012) para o Rio de Janeiro (cidade) da Primeira República. Para Chalhoub (2012, p. 201-202), os conflitos detectados em suas fontes criminais não eram futilidades, mas acertos políticos entre iguais surgidos gradualmente e um reforço a valores e rituais de solidariedade e sobrevivência com grande importância entre aquelas pessoas; 3) caso houvesse o modelo alternativo, chama atenção as atitudes contrárias às ideias tradicionais do papel feminino (conscientemente ou não), já que percebe-se não a existência de mulheres dependendo e sendo defendidas pelos maridos, mas de personagens que resolviam cotidianamente suas questões por conta própria.

Retornando ao primeiro caso citado, Maria Victória confirmou, em qualificação, as agressões em Tereza, mas disse não lembrar de tê-las feito. Perguntada do motivo da briga,

¹⁰ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 16, doc. 2.

¹¹ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 3.

¹² Sidney Chalhoub (2012, p. 185) argumenta que, sendo os processos criminais usadas por Franco, logicamente a violência apareceria muito. As palavras do autor são importantes para que a violência não seja generalizada como comum à toda uma sociedade. Seguindo este cuidado, pode-se dizer que as ideias de Franco colaboram para a percepção do ajuste violento não como geral, como quer a autora, mas como importante.

¹³ Ivan Vellasco (2004), tratando da estruturação da justiça imperial brasileira, demonstra como “seduziu-se” as pessoas, principalmente pobres, a participar da ordem (e legitimá-la) em contexto de construção do aparato de justiça imperial no pós-independência, por meio da oferta do recurso à justiça como forma de resolução de pendências, que foi substituindo o uso da violência. Isso, segundo o autor, ajuda a demonstrar como apenas o monopólio da violência não era suficiente.

disse que foi por ter a ofendida e a neta desacreditado sua filha de 13 anos, o que sempre faziam. Neste ponto, confirma-se a ideia de briga como defesa, ou autoafirmação (FRANCO, 1997, p. 25), sendo provavelmente esta ideia vista pela ré como uma atenuante para sua atitude ou algo que representava reforço de valores e rituais sociais (CHALHOUB, 2012, p. 202).

Incorrendo nas ideias de uma possível moralidade alternativa, chama atenção o uso cotidiano de bebidas alcoólicas. No caso anterior, a terceira testemunha informou que a vítima Tereza, embriagada, teria se desequilibrado e caído, e que o motivo da briga foi a embriaguez das réis e o encontro das mesmas com Ana que, “quer esteja bêbada ou não, sempre as insulta[va]”.¹⁴ Em outro caso, na noite de 15 de maio de 1860, Luiza Maria da Conceição (costureira, casada, 20 anos) teria sido agredida a facadas e porretadas por Carolina Bernardina (negra, fiandeira e lavadeira¹⁵), sendo ambas presas pelo inspetor de quarteirão. Em vários testemunhos, a defesa perguntou se a ofendida não se machucou por estar bêbada e cair, e se a indiciada tinha tomado aguardente. Para a quarta testemunha, a defesa perguntou se a indiciada estava bêbada na ocasião do delito, tendo o cuidado de ressaltar que ela não tinha o costume disso. Ou seja, sugere-se um uso “comum”, mas não tolerado (até porque havia leis para isso), que acabaria sendo uma atenuante, mas não justificante. Já a oitava testemunha disse que a briga era por “cachaçadas [sic] e ciumadas”, o que reforça, além do uso de bebidas, a resolução violenta de questões pessoais.¹⁶ Em 19 de maio de 1860, Joaquim Antônio Cardoso recorreu da pronúncia desfavorável em processo no qual acusou Justino Nunes da Silva (forro, casado) e Ermelinda de tal (casada) de embriagarem Edwiges de tal, que vigiava a casa do mesmo, para roubar objetos. Nas perguntas feitas à primeira testemunha, os indiciados disseram ter comprado os objetos de Edwiges, perguntando se ela não tinha o costume de beber e, por isso, levar pessoas com facilidade para dentro de casa. Há testemunhas, como a oitava, que confirmam que Edwiges tinha o hábito de beber até cair, talvez objetivando os depoentes a protegerem os réus.¹⁷ Existiam, então, mulheres bebendo e brigando publicamente de dia ou de noite, bem como andando sozinhas à noite, o que por si só já é contrário aos ideais oficiais de mulher “ideal”. Também é visível a preocupação judicial em reprimir isso, tanto que perguntava-se às testemunhas se as indiciadas tinham o costume de beber. É interessante a dinâmica quanto ao hábito de beber, em que muitos sabiam

¹⁴ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 16, doc. 2.

¹⁵ Em outro momento disse cozinhar na casa de várias pessoas e aceitar qualquer emprego.

¹⁶ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4.

¹⁷ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 5.

como isso era reprovável à justiça, tanto que usavam para desqualificarem personagens, mas também usavam como atenuante com o fim de salientarem falta de consciência durante as supostas acusações. Todavia, como bem ressalta Sueann Caufield (2005, p. 39), as “mentiras” contidas nos processos criminais devem ser consideradas, já que uma afirmação seria feita com a mínima convicção de que seria bem-sucedida para o desenrolar processual e, por isso, diz muito da moral oficial de um local e época.

Sobre a conduta “ideal” feminina, é difícil, com base nos cinco casos, ter ideia concreta de como era para o local. Vale a pena citar os elementos de um caso ocorrido em 1865, em Formiga, e não participante do escopo de fontes selecionado. José Manoel Soares (livre, negociante, casado) deu queixa de injúria contra o Tenente Coronel José Ferreira Pires (livre, comerciante, casado, 41 anos), alegando que o indiciado, em sua ausência, entrou em sua casa e tentou seduzir sua esposa, D. Maria Thomasia Soares e, por isso, conduzi-la à “prostituição”¹⁸. É citado com ênfase como isso ofendia a honra do queixoso e família, o que expô-los-ia ao desprezo público. Segundo o advogado do ofendido, “o homem que assim procedeu é aquele que na sociedade ostenta[va] uma posição elevada; o homem, que assim procedeu deveria ser o primeiro em venerar a honra da Matrona = honesta”.¹⁹ É visível o modelo certamente visto como o que devia ser aparentado pelas mulheres: honestidade, honra, fidelidade, casamento.

Sobre a vadiagem, é clara a preocupação dos interrogadores e depoentes com o trabalho. Por vezes os depoentes frisavam, sem serem perguntados, que as pessoas a quem se referiam eram acostumadas fortemente ao trabalho, o que demonstra 1) que talvez as testemunhas sabiam que pessoas envolvidas em processos criminais deveriam aparentar (mesmo que não praticassem) elementos exigidos pelo governo e justiça ou 2) a existência de um forte sentimento de orgulho pessoal destas pessoas em relação ao trabalho e sustento próprio. Um exemplo é o processo no qual Miquelina Ferreira da Silva (casada, fiandeira e tecelã, 60 anos), foi acusada de seduzir uma filha menor do ofendido Camilo Rodrigues da Costa a fugir de casa e entrar na prostituição, tendo feito o mesmo com Maria Cândida da Anunciação. Sendo a última interrogada, além de negar “sinceramente jurando” que tenha sido “desencaminhada” pela ré, em seguida exaltou que vivia por si própria desde os 13

¹⁸ No *Diccionario da lingua portugueza* de 1813 (SILVA, 1813, p. 257), descreve-se “prostituir” como “[e]xpôr publicamente; ‘a mãe prostituiu sua filha’ [...], fez que se desonrasse; a mulher prostituiu sua honra; [...] devassou-a, tendo conversação desonesta com alguém...”

¹⁹ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 25, doc. 22.

anos.²⁰ Parece haver indícios de prática, mesmo que a depoente acreditasse que deveria aparentar isso na justiça. Retornando ao caso de Luiza e Carolina, várias testemunhas disseram, por vezes sem serem perguntadas, como a ré era trabalhadora²¹. As testemunhas podem ter sido coagidas pela indiciada a falar bem dela diante da justiça imperial, mas isso já demonstra o tipo de conduta a que se queria demonstrar, de mulher trabalhadora e calma, o que coadunava-se aos objetivos imperiais de controle dos “vadios”. O intrigante é: o modelo oficial exigia “trabalho” de todas as mulheres locais ou apenas das mais pobres? Às pobres ainda valeria o modelo feminino de reclusão e submissão ao marido? Ou seriam mudanças no tal modelo que, a partir de transformações econômicas, atrelariam trabalho ao antigo modelo de conduta feminina?

Ainda no caso de Luiza e Carolina, a quinta testemunha disse que a ofendida dias antes do crime insultava a indiciada por esta cozinhar para Joaquim Cardoso, tendo dito à ré que a agrediria. No dia seguinte da briga, a ofendida teria sido perguntada por João Teixeira do porquê ter feito o “barulho”, tendo a mesma dito que era uma pena Cardoso ter caído por cima dela nos tocos, senão ela conseguiria “acabar com a negra”, mas que ao menos a dita negra (a indiciada) “estava presa e havia de entrar no jurado, e não havia [de] cozinhar mais para o Cardoso”. Caso a ofendida tenha procurado a justiça para se defender ou incriminar e prejudicar a ré como a testemunha insinuou, isso mostra parte da visão popular à justiça, de como ela era uma instituição que poderia oferecer formas de defesa ou mesmo de consecução de táticas e vantagens. A oitava testemunha, além de dizer que a briga era por “cachaçadas [sic] e ciumadas”, disse que, enquanto a ré era pacífica, a ofendida era valente e dizia não temer homens e mulheres.²² No caso de serem apenas ataques à imagem da ofendida, essa menção à valentia poderia ser indício do modelo de mulher que se queria aparentar, sendo o recato o ideal.

Considerações finais

Com os documentos analisados ainda não se pode responder com certeza o porquê de a rua do Sapé ter tantos casos criminais julgados. O ideal, em pesquisas futuras, é agregar a totalidade dos casos ocorridos no local e também outros tipos de fontes. Por outro lado, em meio aos elementos de discurso e prática, deve-se reconhecer as limitações da fonte criminal principalmente quanto aos padrões de riqueza e manipulações. Todavia, para os cinco

²⁰ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 23.

²¹ AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4.

²² AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4.

processos analisados pode-se realçar a existência de mulheres possivelmente de poucas posses trocando insultos e agressões. Isso demonstra um cotidiano ativo que de certo modo contrariava os aspectos discursivos sobre a mulher vistos em parte no caso extra citado. Poder-se-iam tratar de transgressões (sendo necessário cuidado com a palavra) conscientes ou valores alternativos, sendo importante realçar a capacidade destas pessoas em forjarem sua ação social de sobrevivência e defesa, por vezes recorrendo à justiça (cada vez mais estruturada e coerciva) ou à violência. Destaca-se, também, a preocupação judicial em punir os desviantes, enfocando a disseminação do trabalho como o mais honesto a se fazer. Além disso, é notável a exaltação disso por alguns personagens, o que pode ser indício de introjeção popular dos ideais dominantes de trabalho, tentativa de aparentar prática de discursos ou valorização de autonomia e capacidade de comando das próprias vidas, sendo o trabalho ferramenta importante.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BRÜGGER, S. M. J. **Valores e Vivências Matrimoniais: o triunfo do Discurso Amoroso**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- CAULFIELD Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Tradução Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GAMBI, M. N. **Fronteiras em Movimento: a ocupação espacial no sertão mineiro da Picada de Goiás, c.1740 - c.1800**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/810273.pdf>>. Acesso em: 02/05/19.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, v. 1, 1981 (Coleção Reconquista do Brasil).

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

PAIVA, C. A. **População e economia das Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

PINTO, Francisco Eduardo. **A hidra de sete bocas: Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. tradução de Milton Amado e Eugênio Amado; apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v. 14, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil).

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução Guacira Lopes Louro (versão em francês). Ver: Tomaz Tadeu da Silva (de acordo com o original em inglês). **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, número 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa** (tomo segundo, F a Z). Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELLASCO, Ivan de A. **As seduções da Ordem – Violência, criminalidade de administração da justiça. Minas Gerais, século 19**. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2004.

Fontes primárias

AFF/LABDOC/UFSJ – **Acervo do Fórum de Formiga/MG**. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco. Processos criminais 2, CX. 16; 3, CX. 23A; 4, CX. 23A; 5, CX. 23A; 23, CX. 24.

ST 25
Reflexões sobre a Era Vargas

O Clube 3 de Outubro se apresenta: uma proposta “revolucionária” orgânico-corporativista

Allony Rezende de Carvalho Macedo
Doutorando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: allony.macedo@gmail.com

Resumo: Tão logo a chamada “Revolução de 30” se fez vitoriosa, abriu-se intensa disputa entre tendências liberais e autoritárias pelas reformas a serem operadas no Estado. Pelo viés autoritário, civis e militares, entre eles “tenentes”, organizaram o grupo Clube 3 de Outubro, em 1931. A entidade buscou apoiar e pressionar o governo oferecendo um programa orgânico-corporativista como forma de garantir a superação definitiva da República liberal-oligárquica. Considerando o Clube como um importante “vetor social” de culturas políticas na época, tem esta pesquisa de doutorado, que se inicia, o objetivo investigar o papel desempenhado pelos filiados e simpatizantes da organização na construção de dois aparatos legais fundamentais no Governo Provisório: O Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934. Quais críticas e propostas mobilizaram? Qual relação guardam com aquilo que foi proposto oficialmente pela entidade? Em que medida foram aceitas, adaptadas ou rejeitadas pelos diferentes arquitetos da institucionalidade na construção desses conjuntos de leis, incluindo o próprio Getúlio Vargas? As principais fontes são as atas das comissões legislativas e da Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34, os arquivos privados dos principais sujeitos envolvidos, as documentações do Clube, bem como os jornais de época *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Precisamente, neste simpósio, pretende-se discutir com os pares a utilização da categoria de cultura política como principal recurso metodológico para a elaboração de questões centrais para a pesquisa e a interpretação das fontes, a partir daí. Esforça-se para compreender como se dá a mobilização de diagnósticos e propostas corporativistas para o país, os quais influíram na construção de consensos fundamentais para ações diretas no enfrentamento entre diferentes modelos de Estado, no início da década de 1930.

Palavras-chave: Clube 3 de Outubro, corporativismo, culturas políticas.

O Clube 3 de Outubro no Governo Provisório

Após a “Revolução de 30”, o Governo Provisório (1930-1934) se caracterizou por intensa disputa entre os múltiplos interesses de sua base heterogênea, que abrigava ao mesmo tempo tendências autoritárias e liberalizantes. Entre os distintos esforços de articulação, com o objetivo de efetivar diretrizes para a nova administração, se coloca como tema para esta pesquisa a organização civil-militar Clube 3 de Outubro. Um grupo de apoio e pressão, fundado em 1931, que se destacou, entre outros motivos, pelo seu grau de organização e disposição de construir um “programa revolucionário” (CONNIFF, 1979; LEAL, 2001; PINTO, 2016; SAES, 2011; VIVIANI, 2009).

Em 1932 o Clube trouxe à tona o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, uma proposta que, partindo de um diagnóstico sociopolítico do país, apontava com peculiar precisão programática as linhas gerais de um modelo de Estado forte e centralizador, que deveria ser edificado pela ditadura do Governo Provisório. Suas formulações foram claramente defendidas por seus membros e simpatizantes, marcando posição nas disputas que caracterizaram o período entre 1930 e 1934 (BARRETO, 2002; GOMES, 2001; SILVA, 1969; VISCARDI, 2016).

A partir da análise de fontes como, por exemplo, os arquivos do Clube e atas da Constituinte e de comissões legislativas, pretende-se avaliar empiricamente a extensão da influência das propostas do Clube sobre a transformação institucional operada no Brasil durante o Governo Provisório¹. Em busca da resposta, a investigação se voltará para dois momentos específicos: a elaboração do Código Eleitoral de 1932 e a Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34.

Mais do que simplesmente descrever o debate e a circulação de ideias, pretende-se compreendê-las em relação ao contexto de transformação socioeconômico vivido pelos atores, individuais e coletivos. Afinal de contas, o momento a ser estudado foi precedido de uma crise de representatividade da República liberal, agravada pelo quadro econômico de fragilização do modelo agroexportador (FERREIRA; PINTO, 2006; LEOPOLDI, 2007). A denúncia constante do que seria um sequestro dos interesses nacionais por oligarcas e a proposta de um Estado interventor, no campo social e econômico, se fortaleciam no Brasil impulsionadas por doutrinas autoritárias emergentes em todo o Ocidente (BEIRED, 1999). Nesse sentido, a categoria de cultura política se mostra como um importante recurso para o estudo proposto, já que permite ao historiador se atentar à relação entre as dimensões da experiência, dos valores, dos imaginários estruturados e as intenções pragmáticas afrontadas pelas possibilidades da realidade na ação dos sujeitos históricos (BERSTEIN, 1998; CEFAÏ, 2001; FORMISANO, 2001; FRANCO, 2017; MOTTA, 2009, 2018).

A disposição em romper com o período “pré-revolucionário” contribuiu para a construção de um governo de coalizão, entre 1930 e 1934. A instabilidade política que o caracterizou, graças às discordâncias entre seus apoiadores e ao confronto com as oposições, forçava o Governo Provisório combinar ações que agradassem os interesses de aliados

¹ A princípio este trabalho se atentará à ação de sujeitos com registros de filiação no Clube. Contudo, será levado em conta também possíveis casos em que mesmo afastados, desfiliaados ou simplesmente figuras simpáticas à instituição atuaram na defesa direta de sua agenda ou programa.

oligarcas com providências centralizadoras, segundo as demandas de setores mais radicais (GOMES, 2007; LEOPOLDI, 2007; VISCARDI, 2016). Dessa forma, procura-se compreender como se dá a mobilização de diagnósticos e propostas para o país, que influem na construção de consensos fundamentais para ações práticas no enfrentamento entre diferentes modelos de Estado.

Na crítica ao modelo liberal de República, a busca por alternativas

No Brasil da década de 1920, viu-se uma insatisfação progressiva com o “imperialismo dos grandes estados”, com a corrupção eleitoral e com o tratamento aquém do esperado dado pelo poder público às Forças Armadas. O que aproximou oligarquias dissidentes e militares ligados ao Tenentismo. Tais grupos ganhavam também a simpatia dos trabalhadores urbanos e da classe média, atingidos pelos baixos salários e pela carestia (FAUSTO, 1983; FERREIRA; PINTO, 2006). O quadro era de piora da situação econômica, somada à disposição monopolizadora da oligarquia paulista, reforçada na sucessão presidencial em 1929. O movimento que derrubou a Primeira República então se precipitou, contando com o apoio de alguns dos “tenentes” e de militares, antes legalistas, que aderiram de última hora (PANDOLFI, 2007; PINTO, 2016; VISCARDI, 2012).

A repulsa à experiência institucional liberal ganhou campo à esquerda e à direita do espectro político: de organizações marxistas e anarquistas, passando ao autoritarismo nacionalista, até o Integralismo, já nos anos 30 (HOLLANDA, 2009; LAMOUNIER, 2014). Para este trabalho, interessa principalmente a atuação da direita nacionalista autoritária, cujas elaborações mais complexas e aprofundadas, até aquele momento, vieram à lume a partir dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Os quais abriram caminho para figuras como Francisco Campos e Azevedo Amaral nos anos seguintes. Embora não configurassem um grupo formal, esses intelectuais se aproximavam pela recusa à Constituição de 1891 e às demais “fórmulas universalizantes”, propondo uma saída que consideravam própria para o Brasil, grosso modo, baseada no esforço de legitimação do Estado enquanto tutor da nação (LAMOUNIER, 1978).

A atenção para com este setor da sociedade se justifica pela influência que suas análises e propostas tiveram na disputa com as alternativas liberais pela direção do Estado no pós-30 e, conseqüentemente, sobre o Clube 3 de Outubro (GOMES, 2007; PANDOLFI, 2007; PINTO, 2016; SAES, 2011). Alberto Torres, ainda na década de 1910, introduziu alguns aspectos da base doutrinária do corporativismo no Brasil, propondo a defesa de um modelo de

representação intermediário entre o liberal e o corporativo. Dele, sem dúvida, partiu o próprio Oliveira Vianna, que se mostrou grande propagandista da solução corporativa, com significativa atuação nos quadros do Estado, no início da década de 1930 (VIEIRA, 2010).

Ganhou campo no debate brasileiro aquilo que era uma ideia central para os pensadores corporativistas europeus do Entre Guerras: a natureza orgânica da sociedade (PINTO, 2014). O que culminava na defesa do funcionamento harmonioso de suas partes distintas e fundamentais (as classes sociais), a fim de que fosse possível caminhar para o primado do bem comum. Isso não ocorreria, porém, de forma espontânea, justificando a necessidade do comando de um arranjo racional posto em prática pelas autoridades públicas capacitadas para tal.

Em suma, esses intelectuais forneciam o substrato para a elaboração e consolidação de uma nova cultura política, em reação à generalizada decepção com o regime liberal-oligárquico. As culturas políticas surgem como resposta aos grandes problemas e às graves crises enfrentadas, com fundamento e poder de convencimento tal para plasmarem-se no núcleo referencial, conformando a visão de mundo que constrange a ação dos sujeitos históricos (BERSTEIN, 1998). Contribuíram então com a divulgação de uma base doutrinária corporativista, com um diagnóstico negativo da experiência republicana conhecida e com uma perspectiva institucional atrelada a uma concepção de sociedade ideal, que questionava a noção liberal de igualdade.

Na disputa pela condução do Governo Provisório inúmeras iniciativas procuravam garantir a superação da experiência republicana anterior, como o “Gabinete Negro”, a “Legião de Outubro”, o “Pacto Revolucionário” e o “Pacto de Honra”. Tais empreitadas, porém, caracterizaram-se, geralmente, por certa informalidade, desorganização, dificuldades de se impor às disputas regionais ou se mostraram efêmeras (PINTO, 2016).

Sendo assim, destacou-se o Clube 3 de Outubro como expressão mais bem organizada e mais efetiva dos esforços dos aliados do governo, que se dispunham a enfrentar aqueles que entendiam como defensores dos interesses oligárquicos (PANDOLFI, 2007). A entidade foi fundada por sugestão de Góis Monteiro, seu primeiro presidente, tendo também na diretoria Herculino Cascardo, Osvaldo Aranha, Augusto Amaral Peixoto, Temístocles Cavalcanti e Hugo Napoleão. Sem pretensões de se tornar uma organização de massa, estabelecendo critérios rígidos para a filiação, empenhava-se no controle disciplinar e ideológico de seus componentes (CONNIFF, 1979; LEAL, 2001). Contando com “tenentes”, entre os militares, e

lideranças civis na sua composição, a referida organização tinha alguns de seus membros muito próximos ao governo. Além de Monteiro e Aranha, podem ser também destacados Juarez Távora e Pedro Ernesto, que foi presidente do Clube (GOMES, 2001).

Semelhante aos intelectuais do nacionalismo autoritário, que apresentavam suas propostas como uma “terceira via” em relação à “desordem patrocinada pelo liberalismo” e à “ameaça do socialismo”; o Clube 3 de Outubro, além de se posicionar contra a constitucionalização imediata, destacava como imprescindível a necessidade da construção de um sistema de “representação classista”, que desse conta de atender às distintas reivindicações no âmbito socioeconômico. O *Esboço...*, em suas 80 páginas, trazia propostas para nove áreas: nacionalidade, economia, finanças, administração pública, sociedade brasileira, política, justiça, defesa nacional e relações exteriores.

Num quadro de flagrante disputa pelo desenho da institucionalidade, Getúlio Vargas agia procurando conciliar diferentes interesses (PANDOLFI, 2007). Simultaneamente, a concepção de sociedade oferecida pelo corporativismo equilibrava muito bem o esforço de estabilização do país com as demandas por modernização, dos meios civis e militares, ressaltando a defesa da manutenção da ordem e da hierarquia social (GOMES, 2007; VIEIRA, 2010). Ou seja, o empenho na construção de uma nova forma de dominação pelas elites, que tomaram o poder pela “revolução”, era compatível com fortalecimento de propostas que legitimavam o Estado enquanto tutor da sociedade.

Nesse cenário, o Clube 3 de Outubro se mostrou um espaço de debate, proposição e intervenção na disputa política, defendendo princípios autoritários e corporativistas, que podem ter sido importantes na construção do Código Eleitoral de 1932 e na Constituinte em 1933/34 (BARRETO, 2002; GOMES, 2001; HOLLANDA, 2009; TORREZAN, 2009). Assim, a entidade merece ser investigada, de maneira particular, como um “vetor social” de culturas políticas. Uma vez que contribuía para mergulhar os indivíduos, que com ela mantinham contato, em um “clima cultural” por meio do reforço constante de temas, de modelos, de normas, de formas de raciocínio que, com a repetição, terminavam por ser interiorizados, tornando-os mais sensíveis à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

Apesar de seu grau de organização e tipo de atuação, a historiografia ainda não dedicou a uma análise de fôlego específica sobre o Clube 3 de Outubro e o papel de fato de seus membros na reformulação do Estado. Em geral, sua abordagem tangencial como mera

continuação do Movimento Tenentista provoca afirmações pouco conclusivas a respeito da sua capacidade de influência, tratada principalmente de forma hipotética, quando considerada.

Entre as diferentes tendências de estudo e interpretação que consideram o Clube como uma continuação do Tenentismo, o que se percebe, geralmente, é a avaliação da atuação dos “tenentes” de forma determinada, em maior ou menor medida, pela sua classe social e/ou pelo seu aspecto organizacional militar (CARONE, 1975; CARVALHO, 1983, 2005; COELHO, 1976; CONNIFF, 1979; DRUMMOND, 1986; FORJAZ, 1977, 1988; PRESTES, 1990, 1999; SODRÉ, 1985, 2010)². Assim, a dimensão da experiência da luta rebelde à caserna, pela condução da República desde os anos 20 e no pós-30, vivida em condições muito específicas pelos “tenentes”, é ignorada, ou assume pouco valor explicativo *a priori*. Nessa direção concluiu Anita Prestes (1990, p. 385-386; 1999, p.72) ao afirmar de pronto que é em vão a discussão sobre a capacidade de influência do Clube sobre Vargas ou sobre o governo, em geral. Afinal de contas, assumir o contrário como verdadeiro significaria tomá-lo como um grupo com um programa próprio ou, pelo menos, com relativa autonomia. O que, na avaliação da autora, nunca teria existido na década de 1920, quando o movimento viria a reboque da ideologia da classe média, e muito menos no pós-30, quando teria se sujeitado à direção das oligarquias de oposição durante a “revolução”.

Uma contradição então se põe como problema central para esta pesquisa que se inicia, demandando por isso uma análise empírica sobre o Clube 3 de Outubro. Se a organização for considerada uma extensão do Tenentismo nos anos 1930, comprometida em sua atuação pela aliança com inimigos históricos do movimento, o que explicaria sua capacidade organizativa excepcional, bem como sua disposição particular para a construção de um programa detalhado para o país, marcadamente autoritário e corporativista? Se o que caracteriza o Governo Provisório é, no máximo, a existência de diretrizes centralistas que são reelaboradas segundo as pressões da luta política e as necessidades econômicas mais imediatas (PANDOLFI, 2007; PINTO, 2016)

O Clube 3 de Outubro por ele mesmo

Ainda nos anos 1970, Boris Fausto questionou a relação direta recorrentemente feita entre o Tenentismo e a defesa das ideias e interesses da classe média. Sobre a década de 1920, ressaltou que a “condição de militar” contribuía para uma “ideologia imprecisa”, que combinava a defesa do voto secreto com fragmentos da crítica antiliberal, que se fortalecia

² Para compreender melhor as diferentes tendências de estudo do Tenentismo ver Macedo (2015, p. 24-30).

naquele momento. O que os tornava estranhos ao setor majoritário dessa classe, até então defensora dos princípios da democracia liberal – repetindo a ideologia da classe dominante. Nos anos 30, o movimento teria configurado um ativo grupo de pressão com o Clube 3 de Outubro, mas que tentando se impor ao governo sofreria intenso processo de corrosão por parte do “Poder Central” e do Exército, até desaparecer (FAUSTO, 1983, p. 63-83).

A partir dos anos 2000, teses e dissertações procuraram reconstruir as interpretações clássicas sobre o Tenentismo. Compreendendo a ação política para além dos aspectos pragmático-rationais – geralmente atrelados a determinantes socioeconômicas –, essas pesquisas se abriram também à presença de um universo histórico de valores e significados compartilhados, voltando-se para o estudo das representações elaboradas por estes militares e materializadas nos seus discursos, segundo a experiência da crise da Primeira República e da atuação do movimento. As consequências disso são trabalhos mais sensíveis às idiosincrasias do grupo, que permitiram vislumbrar alguma identidade e uma agenda em desenvolvimento, pelo menos a partir dos levantes de 1924 (ARAGÃO, 2012; MACEDO, 2015; PINTO, 2016; VIVIANI, 2009).

Portanto, ainda que os “tenentes” de fato guardassem relações com a classe média e tivessem vivido a caserna, eles aprofundaram ao longo da década de 1920 uma inserção própria na arena política (VIVIANI, 2009). Experenciaram na sua trajetória a decepção com a República, a rebeldia em relação à hierarquia militar, os combates contra as oligarquias majoritárias, o cárcere, o exílio e a luta pela anistia. O que impactou de maneira singular em seus discursos e práticas, permitindo que fossem além da defesa simplória do liberalismo e das preocupações isoladas com o Exército (ARAGÃO, 2012). Abriram-se então à incorporação de valores que emergiam com os intelectuais autoritários, não acreditando ser possível uma mudança do Exército sem que a República passasse por uma profunda transformação. Viam-se como elite pronta a agir em nome do povo pelo estabelecimento de um Estado baseado na técnica e defensor dos interesses nacionais. Desse ponto de vista, configurariam um movimento de cunho militar e autônomo, cujas particularidades exigem uma abordagem própria (PINTO, 2016; MACEDO, 2015).

Desta forma, ainda que se escolha considerar o Clube 3 de Outubro uma continuação do Tenentismo, é facultado ao pesquisador pelo menos duvidar de formulações que coloquem previamente a entidade como extensão passiva, ou simples braço, das oligarquias dissidentes no Governo Provisório. O que justificaria mais uma vez uma análise mais detida do fenômeno.

Segundo analisou Fabrícia Viviani (2009), o grupo de “tenentes” que compôs a Aliança Liberal, e posteriormente fundou o Clube 3 de Outubro, coroou o lento processo de construção da identidade do Tenentismo, que aos poucos deixou a posição de mero movimento contestador da República para enfim propor um projeto de futuro claro, na disputa pela hegemonia na condução do Estado. No *Esboço...* teriam definido uma forma de resistir e de marcar posição em relação aos demais grupos políticos com os quais se relacionavam.

Contudo, mais recentemente Sérgio Murilo Pinto (2016) defendeu que o Tenentismo se encerrou enquanto movimento autônomo nesta virada para os anos 30, por ser absorvido pela frente política constituída na Aliança Liberal. O que restava então era a ação de antigos combatentes, ou “tenentes”, que isoladamente se articularam no Clube 3 de Outubro, ao lado de civis, constituindo um novo grupo cujo objetivo era fazer cumprir de fato a “revolução”, rompendo com as práticas e valores do regime anterior.

Se a princípio opostas, tais conclusões convergem pelo menos em apontar o Clube 3 de Outubro como resultado da organização de “tenentes” em um grupo de pressão junto ao governo, no esforço de se legitimarem enquanto genuínos defensores dos interesses “revolucionários”. Sendo assim, essa pesquisa se justifica pela necessidade de o Clube ser entendido por ele mesmo e não de forma tangencial como parte da manifestação de uma classe, corporação ou movimento.

O que interessa?

Assumindo o Clube 3 de Outubro como um espaço de sociabilidade, ou mesmo como vetor social de culturas políticas, esta pesquisa tem como objetivo analisar suas possíveis contribuições na disputa pela condução dos destinos da República no pós-30 – procurando ir além das tradicionais chaves explicativas das classes ou ideologias (QUIRÓS, 2007). Pois mesmo que os indivíduos tenham outros parâmetros para a sua atuação na política e possam escolher distorcer, ignorar ou burlar a agenda construída na entidade, ela não deixa de ser um fator presente na tomada de decisão, contribuindo com o universo de significados no qual estão inseridos (FORMISANO, 2001).

A hipótese é que a existência do Clube constituía recursos organizativos e relacionais sobre os quais os atores políticos a ele ligados lançavam mão para se investir da posição simbólica de representantes do que julgavam ser os “legítimos valores revolucionários”. O que teria sido possível pelo seu grau de organização, disciplina e pela precisão com que

desenvolveu um programa, que refletia uma concepção de sociedade ideal corporativista, em meio a uma disputa que contava com propostas tão variadas e difusas. Portanto, procura-se verificá-la investigando qual a possível contribuição dada na construção de ferramentas institucionais marcantes para o período, como o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934.

As culturas políticas e a ação do Clube 3 de Outubro

De acordo com Daniel Cefai (2001), as culturas políticas funcionam como conjuntos de referentes construídos em contextos de interação, que relacionados a usos pragmáticos e estratégicos, constroem a ação política dos sujeitos históricos. Porém, não configura uma determinante imutável, mas um recurso prévio de aproximação com o novo, o qual sempre põe em teste sua legitimidade. Para esta pesquisa, admite-se então que as escolhas operadas pelos indivíduos na ação política imediata são pensadas a partir de uma “grelha de leitura” sobre a realidade social, que é constituída através da cultura política por: uma base filosófica ou doutrinal, muitas vezes resumida em “chavões” acessíveis; por uma leitura comum de passado, positiva ou negativa; por uma visão acerca das instituições, constituída a partir da base doutrinal e da leitura histórica; bem como uma concepção de sociedade ideal, como projeção para o futuro. Tudo isso expresso em valores, representações e práticas portadores de significação e definidores de uma identidade coletiva (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

Isso permite sugerir que nas disputas pela condução do Governo Provisório, estavam envolvidas diferentes estratégias de dominação relacionadas a visões de mundo distintas. Então, os argumentos dispensados nos registros documentais a serem estudados podem revelar não só tratativas em torno de objetivos específicos e opções individuais, mas também repertórios de identificação, de narração e argumentação, reservas de saber ou “*gisements d’expériences*”, coletiva e historicamente constituídos (CEFAÏ, 2001, p. 98).

O que essa categoria de cultura política oferece é um arcabouço analítico definido, possível de manejar, que contempla um fenômeno de múltiplos parâmetros como a ação política (BERSTEIN, 1998). A partir daí, a pesquisa se organiza em momentos distintos. Se as culturas políticas disputam espaço fornecendo respostas a problemas que se colocam aos sujeitos históricos, será necessário antes de tudo estar atento ao universo de construção da crítica antiliberal e das propostas corporativo-autoritárias, que foram organizadas nos textos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, produzidos durante a crise da Primeira República.

Por outro lado, a compreensão do Clube 3 de Outubro como um espaço de sociabilidade e vetor de transmissão de culturas políticas implica investigar, sobretudo, seu funcionamento, formas de atuação, esforço disciplinar, finalidades declaradas ou não, bem como seus repertórios de saberes históricos e propostas para a reformulação do Estado (CEFAÏ, 2001). As fontes são seus estatutos, fichas de inscrição aceitas e recusadas, circulares internas, panfletos, manifestos, além do *Esboço...Construir uma reflexão sobre a relação entre a agenda dos ideólogos autoritários e a do Clube 3 de Outubro*, além de contribuir para a compreensão da trajetória do corporativismo no Brasil, permitirá visualizar com maior precisão o perfil da comunidade política que a entidade constituiu, dispondo de um dado conjunto de representações disponíveis no debate político da época (BERSTEIN, 1998).

No último momento será avaliado o papel de membros e simpatizantes do Clube 3 de Outubro na construção de dois equipamentos legais importantes no período: o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934. Tais conjuntos de leis trazem na história da sua montagem elementos da disputa entre propostas liberais e autoritárias. No caso do Código Eleitoral, estava em jogo de imediato a necessidade da reforma do voto e da maneira de votar para a superação do modelo republicano anterior. Interessa especialmente o debate sobre a representação classista, além do papel do judiciário como regulador do processo eleitoral (BARRETO, 2002, s.p.; HOLLANDA, 2009, p.253-254). A princípio, as fontes são os já mencionados documentos do Clube; a produção dos membros da comissão criadora do Código, como João da Rocha Cabral e Assis Brasil; além da documentação referente à legislação eleitoral e ao Clube 3 de Outubro disponível no arquivo de Getúlio Vargas.

Em relação à Constituição de 1934, apesar de considerada liberal, também contribuiu com a institucionalização de princípios corporativistas. Como sintoma da conjuntura descrita o que se viu, tanto na subcomissão criadora do anteprojeto constitucional como nos debates no plenário da constituinte, foram enfrentamentos entre “autonomistas” e “centralistas” (GOMES, 2001; SILVA, 1969; TORREZAN, 2009; VISCARDI, 2016). As fontes são as atas da subcomissão, organizadas por J. A. M. Azevedo (2004), bem como os anais da Constituinte de 33/34.

Com a abordagem dessa variada gama de fontes, pretende-se resgatar com maior precisão o papel de uma organização tão citada nos livros de História como o Clube 3 de Outubro, porém ainda não estudada de maneira mais aprofundada. Pesquisas como esta podem contribuir para destacar diferentes níveis de organização e conflito político em uma sociedade tradicionalmente vista pacífica e desmobilizada.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2012.

AZEVEDO, J. A.M. (org.). **Elaborando a Constituição Nacional: atas da subcomissão elaboradora do anteprojeto**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARRETO, Álvaro Augusto de B. O Código Eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. **História em Revista**. Pelotas, v.8, dez. 2002.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: 1998. p. 348-363.

CARONE, Edgard. **O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980**. Brasília: Ed. UnB, 1983. p. 107-187.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001. p. 93-116.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In: **CPDOC**, 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf>. Acesso em jan. 2017.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORMISANO, Ronald P. The concept of political culture. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 31, n.3, p. 393-426, 2001.

FRANCO, Adriana Rodríguez. Reflexiones sobre el concepto cultura política y la investigación histórica de la democracia em América Latina. **Historia y Memoria**, Tunja, n.14, p. 205-247, p. enero/junio, 2017.

GOMES, Angela de Castro. Assembléia Nacional Constituinte de 1934. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930**. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política: o experimento da Primeira República Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t.3, v.2.

_____. **Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEAL, Carlos Eduardo. Clube 3 de Outubro. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930**. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: mar. 2018.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 242-285.

MACEDO, Allony R. de C. **Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a república liberal-oligárquica**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v.10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 13-37.

PINTO, António Costa. Corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p.17-49, jan./abr 2014.

PINTO, Sérgio Murillo. **Exército e Política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831 – 1945)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. In: PEIRE, Jaime (org.). **Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra**. Caseros: Eduntref, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Tenentismo Pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SAES, Guilherme Azevedo Marques de. **Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do Tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo**. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

SILVA, Helio. **1934: A Constituinte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TORREZAN, Roseli. **O Governo Provisório na Constituinte de 1933/34**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VISCARDI, Claudia. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do Corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). **A Vaga Corporativa: Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 199-221.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política Tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2009.

Santos Dumont em pedra e bronze: monumento do governo Vargas ao vulto nacional da aviação

André Barbosa Fraga

Doutor em História

UFF

andrebraga@yahoo.com.br

Resumo: Durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945), houve um projeto de reestruturação da aviação no Brasil, marcado por muitas mudanças e inovações, como a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941. Nesse período, o governo Vargas buscou generalizar a compreensão e o interesse da população pelo desenvolvimento da navegação aérea, o que ficou conhecido na época como uma mentalidade aeronáutica. A história ocupou um lugar central no discurso estado-novista, que passou a procurar nela, principalmente a partir de 1940, personagens brasileiros que de alguma maneira tivessem contribuído para o incremento da aviação mundial. Nesse processo, o Estado Novo foi buscar no passado precursores da aviação que comprovassem, por terem nascido no país, a existência de uma herança vocacional ao voo. Entre as figuras destacadas estão Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Júlio Cesar Ribeiro de Souza, Augusto Severo e Alberto Santos Dumont. No entanto, apesar de existir o interesse de se valorizar esses quatro vultos brasileiros considerados pioneiros da navegação aérea, os recursos materiais e simbólicos disponíveis não foram empregados na mesma proporção. No caso de uma memória que o governo estava desenvolvendo sobre a aeronáutica, um personagem foi referenciado pelo regime com frequência superior à dispensada aos demais: Santos Dumont. Inúmeras políticas culturais foram elaboradas com o objetivo de manter a figura desse personagem histórico em evidência. Uma delas ocorreu no campo das artes plásticas. Durante o governo Vargas, houve o empenho para que saísse do papel o projeto, desenvolvido na década de 1920, de construção de uma estátua em memória das façanhas de Santos Dumont. O monumento, projetado pelo escultor Amadeu Zani, ganhou o interesse de Vargas a partir de 1940 e foi inaugurado em 1942. Enfim, o objetivo do presente trabalho é analisar esse projeto de ereção de um monumento a Santos Dumont, inserindo-o em uma política maior de desenvolvimento da navegação aérea no Brasil durante o Estado Novo.

Palavras-chave: Governo Vargas, Santos Dumont, monumento.

Durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945), houve um projeto de reestruturação da aviação no Brasil, marcado por muitas mudanças e inovações, como a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941. Nesse período, o governo Vargas buscou generalizar a compreensão e o interesse da população pelo desenvolvimento da navegação aérea, o que ficou conhecido na época como uma mentalidade aeronáutica. A história ocupou um lugar central no discurso estadonovista, que passou a procurar nela, principalmente a partir de 1940, personagens brasileiros que de alguma maneira teriam contribuído para o incremento da aviação mundial. Neste artigo, mostraremos como o

governo Vargas utilizou a ereção de um monumento para enaltecer a figura de Santos Dumont.

Tal ação, concluída em 1942, procurou coroá-lo definitivamente como herói nacional. Analisando o caso em questão, é possível afirmar que o desejo de se produzir uma estátua desse vulto histórico era um sonho antigo e compartilhado por muitas pessoas. A primeira tentativa mais efetiva de elaborar uma escultura homenageando-o remete à década de 1920. Mais precisamente em agosto de 1922, no Rio de Janeiro, estando presentes os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, um conjunto de amigos e admiradores de Santos Dumont tiveram a ideia de erigir um monumento ao inventor na capital do Brasil. Para levar à frente tal iniciativa, constituíram uma comissão, presidida por Efigênio de Sales, que viria a ser senador e governador do Amazonas. Com o intuito de reunir a quantia necessária, a primeira iniciativa do grupo foi a de pedir a contribuição popular. Contudo, como o valor arrecadado foi insuficiente para dar início ao projeto, optaram por pleitear o auxílio dos poderes públicos, tendo a prefeitura se comprometido a ajudar com determinada importância (A *Manhã*, 1942). Em 27 de janeiro de 1923, o presidente Arthur da Silva Bernardes sancionou o Decreto nº. 4.669, que autorizou o governo a abrir um crédito de até 200 contos de réis para arcar com as despesas decorrentes da edificação.

Tendo obtido o apoio oficial, a Comissão resolveu instituir um concurso de maquetes para que diferentes artistas apresentassem modelos de esculturas que representassem os feitos de Santos Dumont (A *Manhã*, 1942). O primeiro lugar foi concedido ao escultor Amadeu Zani, cujo projeto consistia em produzir na parte superior do monumento a figura de Ícaro estendendo o braço esquerdo, no qual segura uma asa. No braço oposto, um grupo de pioneiros da aviação procura colocar outra asa. Embaixo, amontoadas umas sobre as outras, estão figuras humanas caídas, vítimas da tentativa de alcançar voo. No mesmo nível delas, aparece o inventor homenageado sentado, pensativo, com a cabeça inclinada, como que estudando uma forma de lograr êxito em voar, apoiando um dos braços na perna esquerda e o outro em uma peça de motor de avião com hélice.¹ Na imagem a seguir, a maquete vencedora, sem a parte representando Santos Dumont:

¹ Para essa interpretação sobre o significado da obra de Amadeu Zani, ver: *Correio de S. Paulo* (1932).

Figura 1



Fonte: **Correio de S. Paulo**, São Paulo, sábado, 03 de dezembro de 1932, p. 1.

Logo após o governo pagar as duas prestações iniciais, Amadeu Zani começou em seu ateliê, localizado na cidade de São Paulo, a fundição das grandes esculturas de bronze. O próprio Santos Dumont, interessado pela empreitada, visitou várias vezes a oficina para acompanhar os trabalhos, chegando mesmo a posar quatro vezes para o escultor com o intuito de que a sua fisionomia fosse transmitida com fidelidade à peça (*Correio de S. Paulo*, 1932). O artista inclusive fez ligeiras alterações no projeto original, devido às sugestões apresentadas pelo convidado ilustre.² Para infelicidade da Comissão organizadora, depois de quase todas as figuras estarem fundidas e de faltar pouco para a conclusão do monumento, o governo não pagou a terceira prestação e, como consequência, a obra foi suspensa (*Correio de S. Paulo*, 1932). Passados alguns anos, o grande homenageado acabou falecendo sem ter visto a composição artística pronta e inaugurada.

Com a morte de Santos Dumont, em 1932, a Comissão renovou a esperança de que o episódio pudesse sensibilizar o poder público para a causa. Seus representantes, ao visitarem o presidente no Palácio do Catete, a fim de informar-lhe o dia do sepultamento do inventor, sugeriram que ele elaborasse um decreto abrindo os créditos para a construção de uma base de granito, com a qual se concluiria o monumento (*Correio de S. Paulo*, 1932). Nada foi feito, até que a chegada de 1936, momento no qual se comemorariam trinta anos do voo do 14 Bis,

² Santos Dumont, quando posou para o escultor, sugeriu algumas modificações ao modelo original apresentado no concurso. Por exemplo, propôs ser representado com cabelos, e não calvo, pois na época em que se tornou famoso por seus feitos ainda os possuía, alteração que foi consentida pelo artista (*A Manhã*, 1942).

estimulou alguma ação do governo. O Ministério da Educação e Saúde, por meio do Decreto n°. 1.054, de 21 de agosto de 1936, abriu um crédito especial para auxiliar a conclusão e a inauguração do monumento. Na “Semana da Asa” de 1936, ocorreu a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do monumento a Santos Dumont, na Avenida Beira-Mar (*Correio da Manhã*, 1936). No entanto, tudo indica que a quantia não foi disponibilizada e, apesar de a pedra fundamental ter sido instalada, não houve avanço nos anos seguintes.³

Somente em 1940, após 18 anos do lançamento da ideia de ereção do monumento, a conjuntura tornou-se bastante favorável à conclusão do empreendimento. Uma série de motivos, especialmente a batalha de memória estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a definição do pioneirismo da navegação aérea, despertou no governo um interesse grande de ver a escultura inaugurada. No final da década de 1930, a Comissão tinha gastado todo o dinheiro obtido na fundição das grandes figuras de bronze e na transposição delas de São Paulo para o Rio de Janeiro (*A Noite*, 1941; *Correio Paulistano*, 1941). Temendo continuar indefinidamente no impasse, os membros da Comissão se reuniram em 1940 e resolveram recorrer ao presidente, marcando uma audiência com ele no Palácio do Catete, à qual se juntou a Comissão de Turismo Aéreo do Touring Clube do Brasil (*O Imparcial*, 1940).

Na reunião, Arthur Nunes da Silveira, dirigindo a Comissão após o falecimento de Efigênio de Sales, informou a Vargas que o monumento estava concluído, faltando apenas um pedestal de granito. Getúlio se comprometeu a estudar o assunto e garantiu que a escultura seria inaugurada em breve. Poucos dias depois, o chefe de Estado, demonstrando empenho e urgência para resolver a questão, pediu que o presidente da Comissão reunisse todos os documentos relativos ao monumento e os entregasse diretamente em suas mãos, devendo entender-se pessoalmente com ele dali por diante. Com a mobilização do governo federal, a prefeitura abriu créditos para a construção do que era necessário à conclusão (*A Noite*, 1941; *Correio Paulistano*, 1941). Optou-se por alterar o local que abrigaria a obra. Inicialmente

³ Na “Semana da Asa” de 1939, um jornal da capital abordou a questão do monumento, informando que a construção não teve prosseguimento, principalmente depois do falecimento do presidente da Comissão, Efigênio de Sales. Ainda assim, a matéria foi concluída em um tom de esperança: “Entretanto, essa estátua é uma dívida que precisamos saldar para com o grande brasileiro, e todas as dificuldades já foram vencidas. O que falta é tão simples que, por certo, não mais será retardado. Basta apenas que a Prefeitura mande fazer o assentamento desse monumento, no local onde foi colocada a pedra fundamental, e nada mais oportuno que durante os festejos da ‘Semana da Asa’” (*Correio da Manhã*, 1939).

planejada para ficar na Avenida Beira-Mar, o governo Vargas achou melhor transferi-la para o aeroporto Santos Dumont.⁴

Finalmente, na “Semana da Asa” de 1941, ocorreu o início da construção do monumento. Na solenidade do dia 20 de outubro, houve a transladação da pedra fundamental da Avenida Beira-Mar para o aeroporto. A data foi marcada por grandes celebrações, com a presença do ministro Salgado Filho, do prefeito Henrique Dodsworth, dos membros da Comissão encarregada da construção do monumento e de autoridades da Aeronáutica (*Correio Paulistano*, 1941). No contexto marcado pelo questionamento dos Estados Unidos sobre o pioneirismo de Santos Dumont, essa ação somou-se a tantas outras produzidas pelo Estado Novo. O próprio discurso realizado no evento pelo brigadeiro do ar Virginius de Lamare evidenciou tratar-se a instalação da pedra fundamental de mais uma política cultural a servir de defesa do pioneirismo de Santos Dumont na navegação aérea: “– Este bronze perpetuará perante o mundo a grandeza infinita de uma verdade histórica!” (*A Noite*, 1941).

Exatamente um ano após a instalação da pedra fundamental, o monumento ficou pronto e, enfim, seria entregue à nação durante a “Semana da Asa” de 1942, 20 anos depois de ter sido planejado. No momento em que a prioridade de Santos Dumont na invenção do aeroplano estava sendo contestada, a ausência de uma estátua do inventor na sua própria terra natal enfraquecia a imagem dele. Como o Brasil, representado pelo governo Vargas, poderia convencer o mundo da importância de seu filho ilustre se esse reconhecimento parecia não estar sedimentado dentro do próprio país? Sem dúvida, a agilidade na construção da escultura a partir de 1940 deve ser explicada muito por isso.⁵ Assim, o Estado Novo e a própria imprensa encararam a inauguração da obra artística como uma dívida de gratidão que estava sendo paga, garantindo, então, que a memória do personagem tivesse finalmente uma glorificação condigna.⁶

⁴ Em discurso realizado durante a inauguração da estátua, em 23 de outubro de 1942, o prefeito Henrique Dodsworth explicou o motivo simbólico da mudança do local de ereção do monumento, da Avenida Beira-Mar para o aeroporto Santos Dumont: “A inauguração deste monumento, que é obra consagrada de justiça e patriotismo, só poderia ter lugar neste momento e neste local. Neste local, exclusivamente destinado a servir como uma das bases da navegação aérea da Capital da República”. Ver: *Diário Carioca* (1942).

⁵ Essa preocupação do governo estimulou, inclusive, o planejamento de mais estátuas, em outros estados do país: “Buscando na figura excelsa de Santos Dumont, o gênio criador máximo da humanidade, o materializador do sonho humano de voar, a força simbolista do passado, o governo federal providencia a ereção de monumentos que o glorifiquem, no Rio de Janeiro, em Santos e em sua terra natal”. Ver: *Cultura Política* (1942).

⁶ Em revista produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, explica-se da seguinte maneira a inauguração da estátua: “Com esse monumento resgata a nossa pátria uma dívida de gratidão a um dos seus mais puros gênios e heróis. Povo e Governo, irmanados num só pensamento, depois de 20 anos de lançada a ideia, perpetuam agora, nas linhas de uma esplêndida obra de arte em bronze, no Aeroporto, o feito que havia de, ao

Além disso, existia um agravante que tornava, aos olhos de muitos, a demora de tantos anos na construção do monumento ainda mais constrangedora: o Aeroclube da França já tinha há muito tempo conseguido da municipalidade de Paris licença para erguer em Saint-Cloud um monumento em homenagem a Santos Dumont. Inaugurada em 1913, a obra do escultor Georges Colin objetivou comemorar o pioneirismo do inventor brasileiro na locomoção aérea. Ou seja, até um país da Europa havia eternizado em pedra e cal as proezas de Santos Dumont, enquanto a sua pátria permaneceu por um período significativo em falta com a memória do “Pai da aviação”.⁷ Na foto abaixo, Santos Dumont posa ao lado da estátua, formada por uma pedra na qual a imagem do rosto do homenageado foi gravada, tendo, em cima, a escultura de Ícaro:



Fonte: FONSECA, Gondin da. *Santos Dumont*. Rio de Janeiro: Vecchi Editor, 1940, [entre] pp. 256-257.

Em 23 de outubro de 1942, pela manhã, a escultura foi inaugurada no aeroporto Santos Dumont, perpetuando no bronze os memoráveis feitos do inventor. Em frente ao monumento, que se achava coberto em parte pela bandeira do Brasil, instalou-se um palanque, no qual ficaram as altas autoridades militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além das civis. Da Escola de Aeronáutica, fizeram-se presentes o Corpo de Cadetes do Ar e a banda de

alvorecer do século, elevar lá fora, em remígios até então inatingidos, o prestígio da nossa terra”. Ver: *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã* (1942).

⁷ O próprio Amadeu Zani, em entrevista ao jornal *A Noite*, em 1940, não conseguia compreender a demora do Brasil na construção da escultura que havia projetado e a morosidade em se pagar a dívida de gratidão que tinha com Santos Dumont. Para ele, o país trilhava um caminho oposto ao da França, “– que, logo em seguida à façanha genial do grande cientista, prestou-lhe homenagens de caráter universal, inclusive fazendo erguer, em Saint-Cloud, o simbólico monumento que perpetua o nome do autor da maior descoberta do século, o Brasil, que se orgulha e envaidece de ter sido o berço de Santos Dumont, vinha protelando indefinidamente a sua glorificação, deixando que recaísse sobre a sua memória a baliza do tempo, que tudo obscurece e faz esquecer”. Ver: *A Noite* (1940).

música. Compareceram também os escolares de vários colégios do Rio de Janeiro. Prestes a iniciar a cerimônia, chegou o presidente da República, acompanhado do ministro Salgado Filho (*Diário Carioca*, 1942).

Após a execução do Hino Nacional, Getúlio Vargas dirigiu-se à obra, inaugurando-a, sob palmas e aclamações, com o descerramento da bandeira, que revelou uma placa colocada abaixo da figura de Santos Dumont e escrita com os seguintes dizeres: “A Santos Dumont, o pioneiro da aviação, o Brasil”. Coube ao prefeito Dodsworth, no lado oposto, descerrar outra placa, com os nomes do presidente da República, do ministro da Aeronáutica, do prefeito e dos membros da Comissão do monumento. Dando continuidade ao evento, alguns discursos foram pronunciados e, em seguida, os cadetes do ar fizeram um pequeno desfile, em volta do monumento. Encerrando a cerimônia, marchou a juventude escolar brasileira. Por volta do meio-dia, Vargas se retirou das comemorações, com destino ao Palácio Guanabara (*Diário Carioca*, 1942). Abaixo, uma imagem atual do monumento:



Fonte: <http://www.monumentosdorio.com.br>

É importante salientar o papel central dos jovens no andamento da festividade. O próprio programa oficial do evento, distribuído aos presentes, reconheceu isso ao apresentar em uma de suas páginas um trecho da biografia *Santos Dumont: o pioneiro do ar*, que o professor Alexandre Brigole havia lançado um ano antes: “É à sua memória [de Santos Dumont] que toda a mocidade do Brasil deve dedicar-se, porque ele sempre depositou na

mocidade a maior confiança”.⁸ Coube aos alunos de escolas secundárias e primárias, provenientes do Colégio Militar e do externato do Colégio Pedro II, além de instituições particulares e de outras corporações de estudantes, entoar cânticos orfeônicos, com destaque para a música *Santos Dumont (A conquista do ar)*, cuja letra e música de Eduardo das Neves, como visto, recebeu um novo arranjo, de Heitor Villa-Lobos. Em seguida, os jovens saíram em desfile, encerrando a solenidade.⁹

A ereção de um monumento a Santos Dumont precisa ser compreendida como parte integrante de um projeto desenvolvido pela ditadura Vargas, cuja preocupação com a produção estatutária formou uma das estratégias de atuação e legitimação política. Para sustentar um regime que alcançou o poder através de um golpe de Estado, o governo recém-empossado necessitou de imagens, símbolos e rituais a lhe conferir legitimidade. Desenvolvendo-os, investiu-se no culto à personalidade do presidente e na elaboração de uma identidade nacional, que era baseada em grande medida na exaltação à história do país e aos heróis nacionais.

Na verdade, o que ocorreu no Brasil não destoava, em muitos aspectos, do que vinha acontecendo pelo mundo. Outros regimes políticos autoritários e nacionalistas se valeram, com as devidas distâncias caracterizadoras de suas especificidades, dos mesmos expedientes, sendo o Estado Novo português um dos melhores exemplos, em quem, inclusive, Vargas se inspirou para criar o nome de sua ditadura. De maneira semelhante, Antonio de Oliveira Salazar dispensou grandes esforços na valorização do passado histórico português e na exaltação de vultos pátrios, inclusive construindo esculturas para representá-los.¹⁰

Referências Bibliográficas

A CONSTRUÇÃO de um monumento a Santos Dumont, **O Imparcial**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 01 de novembro de 1940, p. 3.

A GLÓRIA perene de Santos Dumont, **A Noite**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 20 de outubro de 1941, p. 22.

A SEMANA da Asa e as grandes comemorações de amanhã, **A Manhã**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 22 de outubro de 1942, p. 3.

⁸ *Inauguração do Monumento a Santos-Dumont*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1942. Programa distribuído no dia 23 de outubro de 1942. Um exemplar encontra-se em: Arquivo do IHGB/Fundo Roberto Macedo. Classificação: 198.4.6.n.6.

⁹ Idem.

¹⁰ Para uma análise da prática de ereção de monumentos no Estado Novo português, ver: RAMOS (2003).

A SEMANA da Asa, **Correio Da Manhã**, Rio de Janeiro, sábado, 21 de outubro de 1939, p. 5.

A TRANSLADAÇÃO da pedra fundamental e início da construção do monumento a Santos Dumont, **Correio Paulistano**, São Paulo, terça-feira, 21 de outubro de 1941, p. 2.

FONSECA, Gondin da. **Santos Dumont**. Rio de Janeiro: Vecchi Editor, 1940. [Entre] pp. 256 -257.

GLORIFICANDO no bronze o ‘Pai da Aviação’, **A Noite**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 02 de dezembro de 1940, p. 4.

INAUGURADO pelo Chefe do Governo o monumento a Santos Dumont, **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de outubro de 1942, p. 2.

INAUGURARAM-SE anteontem as cerimônias da Semana da Asa, **Correio Da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de outubro de 1936, p. 5.

O MINISTÉRIO da Aeronáutica no biênio 1941-1942, **Cultura Política**, Rio de Janeiro: DIP, Ano II, num. 21, 10 de novembro. 1942, p. 137.

O MONUMENTO a Santos Dumont, **O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã**, Rio de Janeiro: DIP, Ano III, n. 34, 30 de outubro de 1942, p. 26.

PROJETAM-SE no Rio de Janeiro grandes homenagens póstumas a Santos Dumont, por ocasião da transladação dos restos mortais do grande brasileiro, **Correio de S. Paulo**, São Paulo, sábado, 03 de dezembro de 1932, p. 1.

RAMOS, Maria Bernardete. Homens de pedra-e-cal do Estado Novo português: estatuária e virilidade da nação. In: SZESZ, C. M; RIBEIRO, M. M. T; BRANCATO, S. M. L. et al. (org.). **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia**. Bauru/SP: EDUSC, 2003. pp. 343-368.

O dever cumprido: uma análise dos editoriais publicados por Última Hora sobre a reforma do Departamento Federal de Segurança Pública (1954)

Caio César Cuzzo Pereira*

Mestrando do PPHR/UFRRJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

caiocuzzo@gmail.com

Resumo: Em 1954, o jornal Última Hora era um dos vespertinos mais vendidos da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a relação de Samuel Wainer com Getúlio Vargas era constantemente criticada por seus concorrentes da imprensa. Estes denunciavam os vultuosos empréstimos públicos que Wainer recebera para fundar a sua folha em 1951. Com o gradativo crescimento destas acusações, Vargas opta por se distanciar de Última Hora/Samuel Wainer e autoriza a execução das dívidas do jornal junto ao Banco do Brasil. Mesmo enfrentando problemas políticos e econômicos, Última Hora foi protagonista de uma campanha ocorrida em maio de 1954. A luta da folha é deflagrada através do espancamento do repórter policial Nestor Moreira (A Noite) na delegacia de Copacabana. Durante semanas, Última Hora promove a bandeira pela reforma do Departamento Federal de Segurança Pública e do sistema prisional carioca. Nesse período, UH publicou uma série de editoriais onde expressava a posição da empresa em relação a reforma idealizada. Assim, o presente trabalho busca discutir como Última Hora usa este espaço para construir um discurso que justifique sua ação política manifestadas nas notícias. Desta forma, se problematiza a instituição Última Hora enquanto agente que tem sua atividade diária (noticiar) influenciada pelas relações de poder que desempenhava junto ao governo Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Imprensa; Política; Última Hora.

Introdução

Após construir carreira no jornalismo, o repórter Samuel Wainer criou, em 1951, o periódico Última Hora (1951). O financiamento para o jornal foi conseguido junto a membros da elite econômica brasileira ligadas ao então presidente Getúlio Vargas.

Em sua linha editorial, Última Hora expressou apoio às políticas preconizadas por Vargas. Além disso, o jornal buscou ser o elo que aproximaria o povo brasileiro do político petebista (LAURENZA, 1998). A ascensão do periódico incomodou políticos e proprietários de jornais que se mantinham na oposição à Vargas desde o pleito de 1950 (ABREU, 1196). Capitaneados por Carlos Lacerda (UDN), estes agentes se lançaram em uma campanha de denúncias contra os financiamentos públicos conseguidos por Wainer para fundar Última

* Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hora. Contraditoriamente, UH se tornou também uma arma da oposição no combate a Vargas e seu mandato.

O ápice deste cenário foi a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a criação de Última Hora. A relação entre Vargas e Wainer era criticada pela imprensa e, com isso, o presidente optou por se distanciar do repórter. Indo além, Vargas executou as dívidas de Última Hora junto ao Banco do Brasil (LAURENZA, 1998). A perda do suporte governamental abalou a situação econômica de Última Hora, tendo em vista que, na década de 1950, os jornais tinham como uma de suas principais fontes de receitas as benesses das instituições estatais (RIBEIRO, 2003).

Apesar deste cenário, Última Hora manteve sua atuação política. Em maio de 1954, o repórter policial Nestor Moreira foi espancado na delegacia de Copacabana. A partir deste caso, UH publicou uma série de reportagens críticas ao Departamento Federal de Segurança Pública. Estas matérias tinham como objetivo estabelecer o consenso social sobre a necessidade de uma reforma de base no DFSP. Além destas reportagens, UH veiculou, esporadicamente, editoriais onde a instituição expressou sua opinião em relação à reforma. Com este cenário, questionamos: como Última Hora usou este espaço editorial para construir um discurso que justifique sua atuação na luta pelas reformas do aparato policial carioca? Ao fim, sustentaremos a hipótese de Última Hora buscou se mostrar como espelho da realidade, ou seja, um transmissor imparcial de uma demanda – a reforma – que confluía do povo e do governo.

Agenciamento e poder: características do jornalismo

A notícia é o produto básico oferecido pelos meios de comunicação aos leitores. Em 1950, com os processos de modernização do jornalismo (RIBEIRO, 2003), a primeira página se tornou uma vitrine, espaço dos destaques da edição: as manchetes. Estas tinham por função despertar a curiosidade e, assim estimular a venda do exemplar.

Diversos fatos se desenvolvem paralelamente ao longo dos dias. As editoriais dos jornais buscavam captar esses eventos para transformá-los em notícias. Porém, a trajetória entre fato/notícia não é linear. Em sua construção como produto do jornalismo estão conjugadas dinâmicas de poder, interesses e experiências dos sujeitos envolvidos no processo de noticiar. Abordagem discursiva, destaque, título, manchete, imagens e constância são indicativos das intenções tencionadas pelo veículo com um determinado conteúdo. O poder da

palavra depende de quem as profere, de onde, autoridade e o contexto em que o discurso foi proferido (LIPPMAN, 2008).

Na redação ocorre o processo de edição que tem por finalidade apreender as atenções dos leitores e, com isso, determinar quais são os assuntos mais importantes. Nesse ínterim estão intrinsecamente ligados os atributos utilizados pelos jornalistas para abordar um objeto noticioso (MCCOMBS, 2009). O discurso que surge desta trajetória é a manifestação da ação do periódico para afetar o comportamento dos indivíduos – tendo em vista os interesses do jornal. Assim, o campo de atuação da imprensa é o da influência, buscando direcionar as percepções sociais (BORRAT, 1989).

O editorialista escreve em nome do periódico e, com isso, se reveste da autoridade da instituição que representa (STEINBERGER, 2005). Os editoriais podem fornecer indícios para evidenciar os objetivos do jornal com a construção de um noticiário em um formato e momento específico. O editorialista está em uma posição de destaque dentro de uma estrutura que detém instrumentos para produzir e difundir informações e, com isso, exercem a capacidade de existir publicamente (BOURDIEU, 1997). Assim, os símbolos mobilizados no discurso podem intervir socialmente, fazendo ver e crer (BOURDIEU, 1989) na suposta importância da demanda noticiada.

Os editoriais e a luta política.

Em 1954, o jornalista Nestor Moreira de A Noite foi agredido por guardas lotados no 2º Distrito Policial, situado na Rua Hilário Gouveia – Copacabana. O espancamento ocorreu após Moreira ter acusado o guarda Paulo Ribeiro Peixoto de furtar uma nota de Cr\$ 1.000,00 que estava em sua posse. No dia seguinte, o repórter foi internado em estado grave no hospital Miguel Couto.

A princípio, Última Hora encarregou o redator Edmar Morel de cobrir o caso Moreira. Este jornalista possuía mais de vinte anos de carreira, tendo atuado nas seções policiais de O Globo e Diário da Noite (MOREL, 1999). Nestas décadas em redações, Morel publicou reportagens exclusivas que narravam investigações sobre casos policiais não solucionados e também entrevistas com criminosos presos pela polícia. No dia 13, Última Hora publicou “O Repórter Nestor Moreira Foi Espancado no Corredor, Com as Luzes Apagadas” (ÚLTIMA HORA, 1954, p.6). Na reportagem, Morel expôs sua entrada na carceragem do 2º DP e os relatos dos presos que assistiram a agressão à Moreira.

A partir disto, Morel se dedicou a escrever reportagens sobre dois temas: violência policial e precariedade prisional. As matérias do redator receberam destaque em manchetes e em tamanho de página. Uma destas foi “CENAS QUE LEMBRAM MONSTRUOSIDADES TÍPICAS DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO” (ÚLTIMA HORA, 1954, p.1). Quatro fotografias acompanhavam o título em letras garrafais, todas retratando a situação de calamidade que imperava nas prisões cariocas. Para Morel, desumanidade e civilidade caminhavam próximas na capital da República “[...] a cem metros da avenida Rio Branco homens e mulheres apodrecem como gado humano!” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1).

Para manter a atenção do público ao tema, Última Hora publicou, no dia seguinte, a reportagem “O Crime Não Deve e Não Pode Continuar!” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3). No texto, Morel reflete sobre o que viu nas casas de detenção e faz um apelo às autoridades para sanar imediatamente os problemas de saúde, alimentação, saneamento e superlotação nas prisões. Para atrair a empatia dos leitores, o jornal afirmou que “tarados, criminosos e ladrões misturados em negros cubículos com pequenos comerciantes e delinquentes ainda não julgados (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3). Não importava o teor do crime ou a inocência do cidadão: o destino comum é uma cela infecta e superlotada com toda a sorte de presos.

Enquanto Morel atuava investigando abusos policiais, Última Hora publicou uma série de editoriais em prol da reforma da polícia. O primeiro foi publicado um dia após a matéria de Morel com os presidiários do 2º Distrito. A priori, UH se colocou como porta voz da opinião pública carioca, supostamente escandalizada pelo caso Moreira. Era preciso um expurgo nas fileiras da polícia. E o editorialista pontua quem teria autoridade garantir essas expulsões dos maus policiais:

A menos que a vontade do Sr. Tancredo Neves e mantenha inflexível e o inquérito instaurado não seja apenas “mais um inquérito”, porém a arma vibrante que levará à cadeia os sinistros espancadores, iniciando assim, o expurgo há tanto esperado nos quadros policiais. (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 01).

No próximo editorial, Última Hora sentencia que “bandidos não podem ser autoridades” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1). No discurso do jornal, Moreira se torna um símbolo que canaliza os problemas de violência da polícia. O repórter é a sociedade amedrontada e é a imagem daqueles que vinham sendo espancados diariamente por agentes do DFSP. Apesar das constantes críticas à Polícia, o editorialista de UH buscou contemporizar:

E ocorre que nenhuma outra entidade poderia, por um princípio de auto-sobrevivência, desejar mais esse expurgo que a própria Polícia. Com efeito, a permanência em seus quadros de elementos inqualificáveis como os citados, outra coisa não tem sido senão uma fonte de constante humilhação para os homens que figuram, inegavelmente, na corporação (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1).

Mas a solidariedade do editorialista também continha um alerta aos “bons policiais” indicados acima:

Somente um conceito monstruosamente falso, de lealdade e camaradagem poderia levar os elementos sadios da Polícia a tentar dificultar, subrepticamente, o total esclarecimento das responsabilidades. E os que o fizeram revelar-se-ão da mesma massa pútrida e venenosa de que são feitos os agressores de Nestor Moreira [...]. (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1).

O cenário era maniqueísta: dos dignos que se perfilam junto a Última Hora e dos criminosos que o jornal quer expurgar. Neste período, o periódico dedicou a página nº 3 do primeiro caderno para as reportagens de Morel e os editoriais. Quando publicou a matéria sobre os “campos de concentração” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3), UH estampou o editorial Não basta mudar os homens, urge reformar o sistema (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1) no canto superior esquerdo da página. Neste editorial, UH expôs a função que esperava das reportagens de Edmar Morel:

A reportagem que ÚLTIMA HORA divulga hoje vem complementar a dolorosa observação feita pelo Ministro da Justiça, Senhor Tancredo Neves, em sua entrevista coletiva de anteontem: “Que o sacrifício do repórter Moreira sirva, pelo menos, para apressar a reforma de nosso aparelho policial [...]. Efetivamente, o sacrifício de Nestor Moreira não deve servir apenas para explosões sentimentais, nem deve ser permitido que o sangue e a dor de um velho profissional de imprensa se transforme em arma de explorações políticas e demagógicas. [...] Não adianta agora querer saber de quem é a culpa desse deplorável estado de coisas [...] o horror vem de longe e esta é a hora de enfrenta-lo decisivamente. [...] Este é o clamor que se ergue hoje por toda a cidade. É este o apelo que parte do quarto de hospital em que se acha ainda em perigo de vida o repórter Nestor Moreira. É este o objetivo que levou dois repórteres de ÚLTIMA HORA a vagarem durante duas noites consecutivas pelos escabrosos cubículos das nossas delegacias distritais e dali trazerem um documentário que, por si só, fala mais do que qualquer discurso, qualquer sermão, qualquer editorial. (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3).

Enquanto milita por uma ação política reformista, Última Hora buscou condenar qualquer tipo de palanque da oposição que objetivasse criticar o governo por causa da dualidade violência policial/situação prisional. Para o editorialista – que se coloca como voz da sociedade – o momento era de atender a um clamor público por uma transformação nos métodos policiais.

A formatação se repete na edição n° 898: apenas editorialista e Morel na página três. Na parte superior, UH expôs o editorial “A POLÍCIA NÃO PODE MATAR” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3) acompanhado por uma fotografia feita por Jader Neves – funcionário de UH – de mulheres sentadas no chão de uma cela distrital. Primeiramente, o editorialista faz uma reflexão sobre a repercussão das reportagens de Morel na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, os cariocas esgotaram as edições de Última Hora que continham as fotos dos presidiários em condições desumanas. Posteriormente, sustentou que:

Estava assim atingido o primeiro objetivo de nossa missão jornalística. Despertar o imenso clamor da opinião pública, mobilizando-a para essa reivindicação que hoje é de todas as camadas sociais: a reforma imediata do aparelhamento policial e o estabelecimento de condições de vida mais dignas para os que são responsáveis pela manutenção da ordem pública. [...] A conduta do Ministro da Justiça neste episódio, facilitando aos nossos repórteres o melhor cumprimento de sua função, merece sem dúvida, o louvor público que daqui lhe dirigimos pela compreensão que vem demonstrando da utilidade de uma colaboração mais constante e íntima entre governo e a imprensa (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3).

A atuação de Última Hora se expandiu quando o jornal buscou controlar a repercussão do discurso que o jornal mesmo publicou. Durante a campanha pela reforma, o periódico disponibilizou as fotografias de Neves para políticos que poderiam auxiliar na aprovação da reforma. No dia 24 de maio, UH alertou estes parlamentares para não vender estas imagens a outros veículos informativos. Para o jornal, a função daqueles registros imagéticos seria “[...] a mobilização da opinião nacional pela imediata extirpação desse verdadeiro cancro, que contaminou o nosso organismo policial, mas que não as cedam para divulgação em qualquer órgão da imprensa, sem nossa prévia autorização” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1).

Nesse ínterim a situação de Moreira se agravou e o repórter faleceu no hospital. Ao lado da notícia sobre o enterro do jornalista, o editorial de UH explorou – novamente – a construção discursiva de Moreira como um símbolo das violências policiais:

Quantos outros Moreiras, entretanto, trabalhadores e simples homens da rua, pequenos comerciantes e modestos funcionários, não tem sido massacrados friamente nas madrugadas sombrias das delegacias distritais ou assassinados em vida nos seus negros cubículos de cimento e ferro? (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 3).

Há, além disso, o cuidado de expor discursos de deputados – inclusive da União Democrática Nacional – que apoiavam medidas reformistas aplicáveis à Polícia. Depois de fomentar que há um clamor público, UH transita para a construção da ideia de um consenso político sobre a demanda da reforma policial.

Por fim, o editorialista de Última Hora produziu um balanço sobre a campanha do jornal em dois textos publicados, respectivamente, nas edições n° 905 e 907. No primeiro, intitulado “Cumprindo o dever” (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1), ponderou que as reportagens de Morel eram exemplos a serem seguidos de como a imprensa lutar pela sua liberdade e pelos direitos do cidadão brasileiro. Como prova disto, UH argumentou que a redação encaminhou para o Congresso as denúncias de agressões policiais recebidas pelo jornal. Indo além, o periódico se alçou a um papel de protagonista na resolução dos problemas de violências policiais:

Continuam chegando a redação de ÚLTIMA HORA, procedente de todos os recantos do país, centenas de cartas, telegramas e telefonemas de solidariedade às reportagens de Edmar Morel e Jader Neves sobre as masmorras policiais na Capital Federal, documentário que contribuiu de maneira decisiva para o ministro Tancredo Neves solicitar providências imediatas aos poderes públicos, a fim de aparelhar o nosso organismo policial [...]. (ÚLTIMA HORA, 1954, p. 1).

Portanto, na luta pela reforma da polícia não havia espaço para divergências políticas. A questão envolvia a dignidade humana e, por conta disto, o jornal se tornou porta voz do clamor social. Aproximando a violência da civilidade, Última Hora buscou captar a atenção do público e assim advogar a favor do suporte parlamentar a um projeto de reforma da polícia.

Considerações finais

A partir das argumentações do editorialista de Última Hora, podemos concluir que as questões da violência policial e da precariedade prisional são anteriores às agressões contra Moreira. Desta forma, o jornal utilizou o crime como uma forma de conectar o público a estes temas e, assim, influenciar o campo político para interferir na estrutura da organização policial.

Neste processo, o jornal buscou se apresentar como a voz dos “Moreiras”, ou seja, todo e qualquer cidadão preso e/ou agredido pela polícia. A difusão desta imagem foi reforçada com o atributo da aleatoriedade da violência: qualquer um teria os pré-requisitos para se tornar uma vítima do DFSP. O medo foi uma ferramenta discursiva basilar na argumentação de Última Hora. Havia riscos nesta estratégia, tanto que UH buscou controlar o uso das fotografias feitas por Morel/Neves dentro das prisões cariocas.

Apesar de tentar se colocar como a voz de oprimidos, Última Hora foi, de fato, uma instituição/agente que se alinhou aos interesses do Ministro da Justiça Tancredo Neves. Foi o político quem propôs reformar à polícia e o sistema prisional durante uma entrevista coletiva

após o crime contra Moreira. As reportagens de Morel só existiram publicamente porque, naquele momento, UH e Tancredo alinharam objetivos em prol de reformas no DFSP.

Portanto, Última Hora foi, de fato, um destacado agente na busca pelo apoio social e político ao projeto de reforma idealizado pelo ministro Tancredo Neves. O conteúdo, formato e a constância dos editoriais de Última Hora foram armas do jornal para obter êxito nesta campanha.

Abstract: In 1954, Última Hora was one of the best-selling newspaper in the city of Rio de Janeiro. However, Samuel Wainer's relationship with Getúlio Vargas was constatly criticized by his press competitors. These denounced the large public loans that Wainer had received to found his jornal in 1951. With the gradual growth of these accusations, Vargas opts to distance himself from Última Hora/Samuel Wainer and authorizes the execution of the paper's debts with Banco do Brasil. Even facing political and economic problems, Última Hora was the protagonista of a campaign that took place in May 1954. The campaign was triggered by the beating of police repórter Nestor Moreira (A Noite) at the Copacabana's police station.

For weeks, Última Hora promotes the flag by the reformo f the Federal Departament of Public Security and the prison system in Rio de Janeiro. In that period, UH published a series of editorials where it expressed the position of the newspaper in relation to the idealized reform. Thus, the presente work seeks to discuss how Última Hora uses this space to construct a discourse that justifies its political action manifested in the news. In this way, Última Hora is problematized as na agente that has its daily activity (to report) influenced by the relations of power that played by the Geúlio Vargas government.

Keywords: Press; Politics; Última Hora.

Fontes

- Última Hora, Rio de Janeiro, 13 mai. 1954, p. 6.
 _____, Rio de Janeiro, 14 mai. 1954, p. 1.
 _____, Rio de Janeiro, 15 mai. 1954, p. 1.
 _____, Rio de Janeiro, 20 mai. 1954, p. 1 e 3.
 _____, Rio de Janeiro, 21 mai. 1954, p. 3.
 _____, Rio de Janeiro, 24 mai. 1954, p. 1.
 _____, Rio de Janeiro, 28 mai. 1954, p. 1.
 _____, Rio de Janeiro, 31 mai. 1954, p. 1.

Bibliografia:

ABREU, Alzira. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. **Análisis**, n. 12, 1989, 67-80.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Seguindo de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1997.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano**. São Paulo: editora SENAC, 1998.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**. Mídia e opinião pública. Petrópolis, Vozes, 2009.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: editora Record, 1999.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo, EDUC/Cortez Editora, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160.

A nação na literatura: apoio e oposição de literatos na era Vargas

Cristina Dias Malveira

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros

crismalveira@gmail.com

Resumo: Este trabalho, cuja natureza está orientada para análise de projetos voltados para a identidade nacional e processos políticos, pretende discutir especificamente as militâncias de Cassiano Ricardo e Jorge Amado nos espaços da literatura e da imprensa durante a chamada era Vargas. A imprensa e os textos literários, outrora relegados apenas às análises de profissionais da letras, antropologia e ciências sociais, têm a possibilidade de também contribuir para a produção historiográfica. Portanto, realizamos uma análise que propõe pensar o literato para além do seu texto, em outros espaços eles também desenvolveram seus projetos. A imprensa torna-se de suma importância para alcançarmos a profundidade de investigação. O jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, no qual contribuiu Cassiano Ricardo e o jornal *O Imparcial* da Bahia no qual escreveu Jorge Amado, tornam-se fontes fecundas para a pesquisa, além do romance *O Cavaleiro da Esperança*, de Jorge Amado e *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo. Desta forma, no que diz respeito a essa pesquisa, tendo como recorte temporal os anos de 1940 a 1943, questionamos como as práticas políticas dos autores supracitados influenciaram as criações literárias de maneira a levarem a formulações de diferentes ideias de nação. Desse modo, o presente trabalho tem o objetivo primordial realizar algumas ponderações sobre esses projetos, bem como observar as possibilidades de se utilizar a literatura como fonte para a história, pensando sob novos aspectos a ditadura estado novista.

Palavras-chave: Poder, Literatura, Identidade.

Introdução

A iniciativa de pesquisa sobre esse tema se deveu primeiramente ao incômodo de perceber que noções de identidade nacional construídas com base no caráter homogeneizador da cultura, difundidas em governos autoritários, como o de Getúlio Vargas, ainda são utilizadas em instituições e espaços públicos, como a escola e a mídia, em contraposição às diversas discussões já feitas por historiadores do período. Percebemos, portanto, a necessidade de maior discussão acerca das ideias e da escrita literária na construção de uma identidade nacional, enxergando-a como prática e vivência da intelectualidade.

Assim, pensamos em um debate que envolvesse um ambiente favorável à criação de heróis, a Literatura. Na década de 1940, quando ainda o Brasil era governado por Getúlio Vargas, vários literatos passaram a apoiar o governo e colaborar com suas propostas, outros, porém, fizeram grande oposição, foram perseguidos e suas obras proibidas. Destarte,

selecionamos dois autores para entender as questões que envolvem identidade nacional: Cassiano Ricardo, que apoiou o governo e chegou a fazer parte do mesmo como membro do órgão de censura da época e também como diretor do jornal oficial *A Manhã*, e Jorge Amado, literato que foi perseguido pelo Estado Novo desde a publicação de *Capitães da Areia* (1937), obra do autor que foi queimada e proibida. Jorge Amado, membro do Partido Comunista na época chegou a exilar-se para escrever um livro que contava a história de Luís Carlos Prestes, um dos maiores líderes do Partido Comunista da época, *O Cavaleiro da Esperança* (1942). Voltando ao Brasil no final de 1942, passou a fazer parte do jornal *O Imparcial* que fazia forte oposição ao governo Vargas.

Durante todo o século XIX e ainda por parte do século XX, a pesquisa histórica esteve direcionada à análise dos documentos ditos “oficiais” e propunha uma imparcialidade do historiador perante as fontes. Eis que a revolução historiográfica, ocorrida no século XX, trouxe gradualmente a possibilidade de novas fontes e problemas para o campo da História. Assim, a imprensa e os textos literários, outrora relegados apenas às análises de profissionais das Letras, Antropologia e Ciências Sociais, passaram a também contribuir para a produção historiográfica. De fato, as pesquisas desses outros profissionais não podem ser descartadas, mas há maior possibilidade de análise da Literatura no campo da História, de forma a superar um caráter ilustrativo e complementar que assumiu em outras épocas.

Deste modo, o presente artigo pretende discutir brevemente algumas questões envolvendo as militâncias dos literatos supracitados e sua vivência política, observando as possibilidades de produção inseridas no momento histórico do início década de 1940, bem como o envolvimento dos autores no debate sobre os problemas brasileiros que ajudaram a pensar a identidade nacional e o papel dos intelectuais na sociedade. A metodologia adotada para esta pesquisa se orientou no potencial analítico da problematização dos espaços de atuação dos intelectuais que não se restringe a obra do autor, mas para além dela inquirir diversas outras práticas como, por exemplo, a participação na imprensa escrita. Raymond Willians (1979) mostra que as obras de literatura antes de objetos são práticas. Em concordância com o autor, podemos aferir que as linguagens são possibilidades de constituição do social. Assim, devemos indagar e entender as memórias construídas pelas linguagens, questionando seu caráter histórico de forma a considerar seus diversos aspectos.

Cassiano Ricardo, Jorge Amado e o Estado Novo

O literato Cassiano Ricardo chegou aos anos de 1940 como um consagrado escritor da *Academia Brasileira de Letras*. A tendência predominante dos anos 1930 foi adquirida e reproduzida por ele: a análise social e o questionamento dos problemas brasileiros, possuindo como modelo referencial a obra histórica sociológica de Gilberto Freyre. Segundo Antônio Candido (2006), os ensaios desse gênero se multiplicaram na década de 1930 com intensa pesquisa e interpretação do país (CANDIDO, 2006, p 132).

Em um momento de amadurecimento intelectual, Cassiano Ricardo produz, então, o ensaio *Marcha para o oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil*, obra que discute os movimentos de entradas e bandeiras e ainda a formação de uma democracia que seria tipicamente brasileira. Porém, o que percebemos na crítica posta a este autor é que, como argumenta Luíza de Franco Moreira (2001), os historiadores exploram amplamente o texto sociológico de Cassiano Ricardo, o identificando com sua participação no governo Vargas sem, contudo, levar em conta a sua poesia, em especial o conjunto de poemas denominado *Martim Cererê*, publicado em 1928 (MOREIRA, 2001 p 28). Com efeito, não podemos deixar de considerar esse poema em 1940, pois após várias edições, gradualmente adquiriu a ideologia corporativista (MOREIRA, 2001, p.25), que se firmou como hegemônica no Estado Novo, resposta ao caminho político escolhido pelo autor. Além disso, o poema *Martim Cererê* reflete as principais experiências, valores e posicionamentos de Cassiano Ricardo.

Desta forma, Cassiano Ricardo é conhecido especialmente como o poeta de *Martim Cererê*. O poema, versava especialmente sobre a saga dos bandeirantes no interior do Brasil. Mas também fala dos produtores de café e de São Paulo como a cidade modelo, “dos homens que acordam mais cedo no mundo ” (RICARDO, 1983, p.149). Com o sucesso do poema, Cassiano Ricardo se sustenta como escritor importante entre os modernistas, se aliando a outros escritores para a formação de grupos como o *Verde Amarelo*, que incluía Plínio Salgado e Menotti Del Picchia. Mais tarde, em 1937 ele próprio funda o movimento *A Bandeira*. Ao longo desses anos, Cassiano Ricardo, filho de fazendeiros do interior paulista, com formação em direito, abre mão desta carreira para ingressar no funcionalismo público, o que lhe proporcionava uma certa estabilidade, mas ele se firmou também pelo sucesso do seu gênero de literatura, que foi um dos mais publicados na década de 1930, como afirma Sérgio Miceli (MICELI, 2001, p. p 156). *Martim Cererê* foi publicado novamente em 1934 pela Editora Nacional, uma das maiores do país nestes anos, mas também pela José Olympio editora e livraria a terceira mais importante na época (MICELI, 2001, p. 157).

Se por um lado, a família de Cassiano Ricardo era produtora de café no interior paulista, embora decadente, por outro, o autor Jorge Amado também provém desta mesma origem agrária, mas produtora de cacau na Bahia. O pai de Jorge Amado conseguira comprar a fazenda de cacau com o dinheiro adquirido no comércio de secos e molhados (MICELI, 2001, p. 164). A prosperidade permitiu que Jorge Amado estudasse em um internato na cidade de Salvador e, mais tarde, formar-se em direito no Rio de Janeiro em 1935, seu irmão mais novo também formará curso superior de medicina¹.

A origem semelhante dos autores mostra, então, que se trata de pessoas que possuíam certo poder econômico que foi utilizado para a sua formação. Eles tinham poder de escolha e tempo disponível para serem escritores. A somatória do tempo com os recursos disponíveis influenciou diretamente nas suas produções. No caso específico de Jorge Amado, podemos afirmar que é um autor que fala dos conflitos do mundo do trabalho, dos operários, dos conflitos sociais, mas não necessariamente sua narrativa partiu de uma vivência direta com estes problemas. Como ele próprio relata em seus romances, ele ouvia histórias no cais da Bahia e, a partir do que ouvia, criava sua narrativa. Ele não era então, como define Raymond Williams, um romancista da classe trabalhadora (WILLIAMS, 2014, p. 305), mas um romancista que fala pela classe trabalhadora.

Por outro lado, a narrativa de Cassiano Ricardo em *Martim Cererê* reflete, a própria experiência do autor, como membro de uma família do interior paulista, produtora de café, decadente em seus empreendimentos, cujos filhos foram para a capital estudar. Um exemplo das relações sociais da vivência de Ricardo está no poema “O bacharel e a cabocla” do livro *Martim Cererê*: “Eu ia procurar a cabocla/ Filha do antigo administrador da fazenda/ aquela diaba de olhos pretos jabuticaba/ e analfabeta que nem rola selvagem” (RICARDO, 1983, p.69). Cassiano Ricardo, apesar de pertencer ao universo intelectual da época utiliza a estratégia de uma linguagem popular e, a partir da sua própria experiência anterior, integrar em seu espaço poético a simplicidade da fazenda, do interior e do passado colonial brasileiro. Nesse meio, a história dos bandeirantes ganha importância na narrativa de Cassiano Ricardo, pois essas histórias faziam parte da sua vivência e do grupo social que fazia parte.

Enquanto Cassiano Ricardo publica seus poemas, enfatizando a epopeia dos bandeirantes paulistas, inserindo nesta narrativa a origem da brasilidade, Jorge Amado lança seu primeiro livro, *O País do Carnaval*, em 1931. Segundo a análise de Eduardo de Assis Duarte, o autor já em seus começos, revela o pendor para construções identitárias, mas dá se

¹Informações adquiridas na página da Fundação Casa Jorge Amado. http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75 acesso 01 de setembro de 2018.

conta de sua impossibilidade enquanto formulação harmônica e integrada (DUARTE, 2002, p.54). Na década de 1930, Jorge Amado explora a discussão dos problemas sociais, especialmente na região nordeste. O seu romance *Capitães da Areia*, que conta a história de vida de meninos de rua é um exemplo enfático do conflito social presente em sua literatura. Este romance foi publicado editora José Olympio, em 1937, foi apreendido e incendiado pelo governo de Getúlio Vargas, enquanto isso, Cassiano Ricardo, neste mesmo ano, ingressava como ocupante da cadeira número 31 da *Academia Brasileira de Letras* (ABL).

A *Academia Brasileira de Letras* e as editoras dos autores, em especial a editora José Olympio são espaços que devem ser observados. Segundo Antônio Cândido (2006), a *Academia Brasileira de Letras* era um espaço que promovia uma ação estabilizadora, principalmente no seu bem ajustado funcionamento do período de 1900 a 1925 que garantiu aos modernistas um certo oficialismo (CANDIDO, 2006, p 126). Em 1940, os literatos buscam manter o *status* da Academia de espaço de prestígio intelectual ou espaço de reconhecimento dos pares. No entanto, não o fizeram apenas dentro do seu próprio campo². O campo político foi importante, pois ofereceu a assistência a este órgão, bem como a seus intelectuais que, em troca, colaboraram com o governo das mais diversas formas, desde a prestação de serviços burocráticos à produção de textos de caráter político. A soma da particularidade dos projetos cada autor com tal caráter geral de contribuição do campo político, confere um destino diferente a cada autor.

Uma pista para esta análise está presente no jornal *A Manhã*, que acompanhava as sessões da Academia. Cada nova nomeação era noticiada, bem como algumas discussões feitas entre os literatos. Em uma dessas sessões, o *A Manhã* noticia a escolha de Getúlio Vargas para a ABL, na vaga de Alcântara Machado. Para o jornal, a justificativa da escolha se deve ao próprio momento de Vargas, a “atuação viva e destacada” que sua figura atingiu no terreno nacional e internacional por enfrentar todos os problemas do país. A coluna “ Nomes do dia”, não destaca suas obras, se limitando a elogios de eloquência e bom gosto na escrita de alguns ensaios de crítica literária. Por outro lado, o papel político do presidente é exposto com detalhes, inclusive das suas últimas viagens pelo o Brasil, citando sua viagem à

² Pierre Bourdieu desenvolve a noção de campo e capital simbólico, análises teóricas importantes para esta investigação. Para ele, a noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias e regras, quanto mais o campo se matem acima das pressões externas de outros campos, mais autonomia possui (BOUDIEU, 2004, p. 20). O capital simbólico é uma espécie de crédito, um poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor suas ideias (BOURDIEU, 2004, p. 166). Apesar de Raymond Williams, teórico fundamental para a pesquisa, e Bourdieu possuírem lugares de fala diferentes para desenvolver sua noção de intelectualidade e posicionamento desta perante a sociedade, ambos contribuem para a investigação. Desta forma, acreditamos ser possível um diálogo entre eles uma vez que, a influência marxista de Williams não limitou a sua teoria, que possuía um caráter de diálogo aberto.

Amazônia, para resolver os problemas do interior. A coluna cita ainda o amparo do presidente aos escritores, como Humberto Campos que, segundo o jornal, teria o aparado e protegido no fim de sua vida:

Tais traços dão à personalidade do sr. Getúlio Vargas um relevo inconfundível. E todos mostram como S. Exc. no mundo das letras, tem uma atuação de incontestável relevo, inteiramente sua. A Academia, elegendo o Sr. Getúlio Vargas para a vaga de Alcântara Machado, deu o testemunho público, e o mais expressivo, de que sabe pesar e compreender tudo isso que acabamos de dizer. O dia de sua eleição acadêmica foi, pois, um dia de festa na casa de Machado de Assis e foi também um dia de festa para a inteligência nacional. (A Manhã, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1941, p.9)

O jornal permanece enfatizando a eleição de Vargas em um artigo especial e assinado por Cassiano Ricardo, no qual o mesmo defende como justa a participação de Vargas na Academia, pela sua obra *A nova política do Brasil*, escrito segundo Ricardo, para defender a cultura em função dos novos ideais de nacionalidade. Cassiano Ricardo aproveita para atacar a “velho regime liberal”, no qual, segundo ele, Estado e Inteligência eram forças dissociadas e antagônicas e agora, no novo regime, o presidente se permite participar da Academia, sendo indicado pelos próprios acadêmicos: “O seu gesto traduz, pois, uma reverência aos valores do espírito que só pode dignificar a classe a que pertencemos. Com ele, quis o supremo guia do país significar o apreço em que tem o trabalho dos escritores no quadro das forças que compõem a nação” (A Manhã, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1941, p. 4).

No espaço do jornal *A Manhã* nota-se uma preocupação crescente com a relação de assistência do Estado aos intelectuais, abrangendo o sistema de previdência e amparo aos mesmos “Agora mesmo, o Ministério do Trabalho cogita de instituir a pensão e a aposentadoria para os intelectuais, abrangendo romancistas, poetas, jornalistas, advogados, arquitetos, farmacêuticos, dentistas, médios, etc.” (A Manhã, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941, p.4), essa relação foi intermediada pela Academia Brasileira de Letras que em sua resposta à proposta de lei, enfatizou o drama vivido pelos intelectuais que necessitavam “as vistas cuidadosas do poder público” (A Manhã, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941, p.4).

Em contrapartida, a visão de Jorge Amado sobre a *Academia Brasileira de Letras* não era positiva. Neste momento, o literato estava empenhado em convencer seus pares e leitores de que era necessário falar sobre os conflitos sociais e os problemas que assolavam o país. Em *O Cavaleiro da Esperança*, Amado, além de denunciar a literatura que para ele foi “vendida” ao governo, cita ainda o exemplo de Coelho Neto, literato que, tendo nascido na região amazônica, sendo um símbolo da literatura brasileira na época, aliado a isso, foi eleito

presidente da ABL, não menciona nem um dos problemas da sua própria região “Nem uma linha nesses milhões de linhas sobre os homens lutando na Amazônia [...] A literatura de toda essa geração sem fibra, sem nervos, toda uma geração vendida por migalhas, é a mais inútil e falsa literatura do mundo” (AMADO, 1981.p.78). Para ele, a literatura deveria, acima de tudo, buscar pensar os problemas nacionais e, principalmente denunciar as injustiças sociais. Desta forma, Jorge Amado não combinava nem com o movimento Modernista, muito menos com a ABL “A tradição de luta e de brasileiro da literatura nacional se perdia nesses desfibrados, maus escritores além de tudo, reles imitadores de quanta porcarias se publicava na Europa” (AMADO,1981, p.78).

Além da *Academia Brasileira de Letras*, é válida a investigação de uma livraria e editora que nasceu e prosperou nestas primeiras décadas do século XX, a livraria e editora José Olympio. José Olympio travou relações com os modernistas bem no início das suas carreiras e publicava autores diversos financiando e investido em tais autores. Com Cassiano Ricardo, o mesmo fez amizade quando ainda trabalhava na Casa Garraux, ele expunha os poemas de Cassiano abertos na vitrine para que as pessoas pudessem conhece-los, com isto, conquistou a admiração e amizade do autor (HALLEWELL, 2017, p 478). Por seu lado, quando Cassiano Ricardo se torna diretor do jornal *A Manhã*, verificamos a presença da editora nas páginas do jornal. Em vários momentos os lançamentos da editora são percebidos, como nas edições de agosto de 1941 (*A Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1941, p. 7). Depois da primeira edição de *Martim Cererê* publicada por uma editora do próprio Cassiano Ricardo, a editora Helios, a editora José Olympio passa a publica-lo, e várias outras obras de Ricardo, como a edição de 1942 de *Marcha para o Oeste*, bem como a 4ª edição de 1970.

O autor Jorge Amado também fez sucesso pela editora, seu romance *Jubiabá* de 1935 foi o primeiro grande êxito, o que levou a editora a apostar no autor lançando novas edições de romances anteriores. A editora lança inclusive *Capitães da Areia* em 1937, um dos títulos de Jorge Amado proibidos pelo governo Vargas. Jorge Amado passou, então, a fazer parte do quadro da José Olympio, tornando-se gerente de propaganda, ocupando-se principalmente da publicidade, nos jornais e no rádio. (HALLEWELL, 2017, p. 490). A editora criou vínculos de todos os tipos, baseando-se nas amizades pessoais de José Olympio, publicando desde autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos, até Cassiano Ricardo e Plínio Salgado e próprio Getúlio Vargas.

Para o autor Laurence Hallewell (2017), que pesquisou a história do livro no Brasil, a livraria da rua do Ouvidor era um ponto de encontro dos escritores e artistas: “um verdadeiro

clube onde as pessoas se encontravam, conversavam, deixavam recados, até mesmo usavam como endereço de correspondência” (HALLEWELL, 2017, p.497). José Olympio se relacionava com escritores de diversas vertentes políticas, com os quais também mantinha amizade. Na sua livraria, estes mesmos escritores tinham a oportunidade de debaterem suas ideias, muitas vezes divergentes, como é o caso de Cassiano Ricardo, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Plínio Salgado e outros que passaram pela José Olympio. A influência de José Olympio se estendia a membros do governo Vargas, como Lourival Fontes, que era na época diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mas, por outro lado, não deixou de publicar seus escritores de esquerda, em especial Jorge Amado e Graciliano Ramos, quando os mesmos foram presos pelo governo Vargas por causa de suas obras e de sua militância.

Não se pode deixar de pensar ainda que os espaços de sociabilidade contribuem para o alcance do capital eficiente necessário, pois são nesses espaços que acontecem as disputas que levam ao reconhecimento, ou não. Para Sirinelli, a linguagem comum homologou o termo redes para definir as estruturas de sociabilidade, entre elas podemos analisar as editoras e livrarias, pois tal como as revistas, estes espaços são lugares de fermentação de ideias e também de relação afetiva (SIRINELLI, 2003, p 249).

A investigação das relações estabelecidas dentro do espaço da editora José Olympio elucida vários pontos como a influência mútua entre os intelectuais, as relações de amizade do próprio José Olympio com seus autores, que proporcionou uma maior publicação dos livros. Permite refletir acerca do quanto de liberdade possuíam para o debate de seus projetos e em quais pontos os mesmos convergiam, apesar de trabalharem em posições políticas divergentes. Cassiano Ricardo, chegando em 1940 como membro da Academia e Jorge Amado como membro do partido Comunista Brasileiro possuíam, cada um dentro do seu próprio grupo reconhecimento das suas militâncias e da sua literatura, o que os incentivava a produção, por um lado e, por outro, aumentava-lhes as oportunidades, como o oferecimento de cargos públicos ou participação em jornal. Quando se pensa a experiência dos autores, no caso específico da editora José Olympio, seria uma experiência diferente do jornal, pois no jornal *A Manhã* ou em *O Imparcial*, haveria uma homogeneidade maior de ideias do que na livraria José Olympio, frequentada por autores diversos.

O jornal *A Manhã*, dirigido por Cassiano Ricardo de 1942 a 1945, foi pensado para ser um porta voz do governo Vargas, que enfrentava forte oposição da imprensa. Cassiano Ricardo, como já citado, foi escolhido para ser diretor devido ao amplo sucesso com o ensaio

Marcha para o Oeste, de 1940, como argumenta a autora Ângela de Castro Gomes (GOMES, 1996, p.27). Com este espaço de produção, Ricardo reforçou o papel dos bandeirantes na “construção” da nação. A figura do bandeirante já havia sido transformada por ele em herói nacional no poema *Martim Cererê* e este herói terá papel fundamental nas argumentações do jornal *A Manhã*.

Por outro lado, Jorge Amado retorna ao país em um momento em que o Brasil entrava na Segunda Guerra apoiando os Aliados, grupo que era formado pelos Estados Unidos, mas também pela União Soviética. De certa forma, o momento permite ao Jorge Amado falar mais do que na década de 1930, assim ele contribui para construir um inimigo para a nação, e desta maneira, pensar a projetos para a nação no jornal *O Imparcial da Bahia*, escrevendo a coluna *Hora da Guerra*. Para ele eram dois campos: o do bem, representado pelos Aliados, e o do mal, representado pelo Eixo (O Imparcial, Salvador, 1943). Esse modo de expressar a guerra será uma das características da sua escrita na coluna *A Hora da Guerra*. Desta maneira, o romance e o jornal, foram para Jorge Amado, espaços de oposição.

Ao contar a vida de Prestes no romance, o autor apresenta vários mecanismos de convencimento de que, por um lado havia o governo, injusto e, por outro, havia o herói Luiz Carlos Prestes que era então o único capaz de liderar a população para mudar a situação do Brasil. A narrativa sobre a Coluna se torna importante para a revolução comunista, causa defendida por Jorge Amado. Na sua história, o autor caracteriza o povo brasileiro. A nação, para ele, eram essas pessoas retratadas pelo romance. Ao mesmo tempo, ele caracteriza o herói, capaz de “salvar” esse povo das injustiças. No jornal, mesmo com suas limitações, Amado reafirma sua oposição ao governo levando para as suas crônicas, o mesmo tipo de herói criado na literatura, bem como a expectativa de uma revolução, que afastasse do Brasil o perigo do nazi fascismo que assolava a Europa.

Considerações Finais

Ao trabalhar com a literatura, a partir da história, devemos entender que o autor está inserido em diversos espaços que o influenciam, portanto, a obra literária é mais que um texto, pois extrapola os limites do livro. A prática literária deve ser vista, então, como um projeto do autor e, como projeto, observá-lo em estreita relação com as práticas e experiências do autor, isto nos permite o entendimento da relação política complexa que a obra de arte, no caso, o livro literário, pode nos revelar.

A história, em seu diálogo com a literatura, não deve apenas ser “um pano de fundo”, uma contextualização e, por seu lado, a literatura é mais do que uma forma de entretenimento. Como afirma Williams, a relação do projeto intelectual com sua formação é sempre decisiva e não deve haver a sua separação (WILLIAMS, 2011, p. 172). Desta forma, podemos entender os conflitos em uma maior profundidade e dimensão.

O lugar do passado nos textos desses autores é de suma importância: o passado do negro, do indígena, do povo, especialmente do povo pobre, visto que autores como Cassiano Ricardo e Jorge Amado utilizaram o passado para construir referências sociais, culturais e políticas, se consagrando como grandes escritores brasileiros, estudados hoje nas escolas. Sendo assim, dissociar as produções no âmbito da cultura das questões políticas e sociais pode levar a grandes equívocos. A complexidade política da cultura se traduz justamente na noção de que a experiência e a literatura destes intelectuais estavam unidas. Tal experiência era marcada pelo campo político, mas é necessário levarmos em consideração a possibilidade de que posicionamentos políticos terem sido influenciados pelas ações no espaço da literatura.

Referências bibliográficas

A **Manhã**, Rio de Janeiro, agosto de 1941.

A HORA DA GUERRA. **O Imparcial da Bahia**, Salvador, 1943.

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**: vida de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1981.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

DUARTE, Eduardo Assis. Aquarelas do Brasil: margens da identidade nacional na ficção de Jorge Amado. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Ligia (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

FUNDAÇÃO Casa Jorge Amado. http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75 acesso 01 de setembro de 2018.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA, Luiza de Franco. **Meninos, poetas e heróis**: aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê**: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O futuro dos Estudos Culturais. In: **A política do Modernismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. Região e classe no romance. In: **A produção social da escrita**. São Paulo: Unesp, 2014.

Reflexos da Era Vargas na educação mineira nos anos de 1930 a 1945

Gilma Maria Rios (autora/apresentadora)

Doutora em História

UNB

gilmarios2016@hotmail.com

Gilda Gonçalves Rios (coautora)¹

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade examinar os reflexos da legislação educacional varguista na regulamentação e nos programas do ensino primário na década de 30 a 40 em Minas Gerais. Construímos esse trabalho por meio de pesquisa nos Decreto nº 7.970 de 15 de outubro de 1927, no nº 9.892 de 1931, no nº 10.362 de 1932, no nº 11.501 de 1934, no nº 1007 de 1937 e Decreto-lei nº 38 de 30 de janeiro de 1938, onde buscamos estudar e relatar os possíveis motivos que levaram a educação mineira avançar e retrair ao longo dos anos colaborando para a desmotivação do ensino na Era Varguista. Uma vez que, desde as primeiras décadas do século XX, os rumos da educação do país estiveram na pauta de discussão de vários setores organizados da sociedade, tais como, a Associação Brasileira de Educação, com a função de promover debates em torno da questão educacional; a influência da Escola Nova e seus defensores, movimento que se compeliu em dar novos rumos à educação, questionando o tradicionalismo pedagógico, e os embates da Igreja no seu confronto com o estabelecimento de novos modelos para a educação tornando evidente a heterogeneidade de interesses que abarcava a educação escolarizada. A partir da Revolução de 1930, a centralização política e econômica vigente no Brasil na figura de Getúlio Vargas surge com a intenção de ser responsável por grandes mudanças no país, diminuindo, de tal modo, a autonomia dos governos estaduais. Isso repercute na Educação mineira, que passa a ser regulamentada por leis federais, e por uma crítica fundamentada pelo grande manifesto elaborado por Fernando Azevedo juntamente com outros 26 pioneiros da Educação Nova, ao qual destacaram a necessidade de uma construção de um programa educacional, embasado na gratuidade e obrigatoriedade. Isso causou um grande reboliço entre os dois grupos ligados a educação nacional do país, sendo eles os da Igreja Católica e os Escolanovista. Os Escolanovista ampararam-se nos pensadores Dewey, Comte e Durkheim, o que deu sustentação para a Constituição de 1934 do Governo Constitucional de Getúlio Vargas. Finalizamos com a reflexão de que a uniformização do ensino objetivada em todas essas reformas, embora revelasse em sua aparência uma preocupação com o acesso e ampliações do ensino, na prática respondiam ao objetivo que contribuía amplamente para a perpetuação das classes sociais e para a sistematização das aspirações que reafirmavam o poder e hegemonia econômica do sistema capitalista.

Palavras-chave: Era Vargas, educação mineira, legislação educacional.

¹ Esp. em História da Educação, FAFI/Araguari. riosgilda@yahoo.com.br.

O século XX foi assinalado pelo medo e incerteza de mais uma vez, o mundo mergulhar de maneira catastrófica em conflitos ainda maiores do que já havia sofrido. Como era de se esperar em meio à crise que acontecia no mundo, tal fato despertou incerteza nos setores tradicionais da nossa sociedade, pois poderia colocar em risco a manutenção do sistema capitalista no Brasil.

Deste modo, as décadas de 1930 e 1940 no Brasil são reconhecidas como o marco referencial da modernidade em nossa história, modernidade entendida como o processo de industrialização e urbanização, contempladas por inúmeros estudos que destacam esse período pelas mudanças que inaugurou e os movimentos políticos que protagonizou: a Revolução de outubro de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo, iniciando em 1937 e perdurando até 1945.

Os anos de 1930 foram férteis em relação à nova educação. As propostas sobre educação do Manifesto dos Pioneiros, publicado em 1932, foram defendidas por educadores que ocuparam cargos na administração pública e que implementaram diretrizes educacionais, respaldados por essa visão de educação.

Esse período intensificou as mudanças nas relações entre Estado e sociedade, fortalecendo a centralização do poder e facilitando a criação de um Estado forte, que predominou até meados dos anos de 1940.

A recente modernização capitalista no Brasil, nos anos de 1930, trouxe a expansão de novas camadas sociais e abriu possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor.

Nesse contexto de expansão das forças produtivas, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto para uma ampla parcela da população que almejava uma colocação nesse processo. Às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional e a promoção social.

Desta forma, várias análises se valem de diferentes conceitos, abordagens e suportes teórico-metodológicos, para investigar os rumos da educação do país, em um momento de definições sobre como encaminhar o desenvolvimento capitalista industrial. Em uma abordagem geral, a Revolução de 1930 foi fruto da crise econômica do setor agroexportador do café agravada com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, e dos embates de segmentos

sociais que não se consideravam referenciados no processo político da Primeira República, assinalados por consecutivas eleições pactuadas entre os setores agrários.

Assim sendo, a investigação pretendida classifica-se, em relação à forma de abordagem, como pesquisa qualitativa, pois tem a intenção de descrever o objeto de estudo, com base na subjetividade, para explicar os resultados encontrados a partir da mesma. A respeito da pesquisa descritiva,

Descrever é narrar o que acontece. Explicar e dizer por que acontece. Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”. Quanto aos objetivos, pode ser qualificada como pesquisa descritiva, já que se “pretende identificar e descrever as características do objeto, a fim de explicá-lo, segundo a realidade percebida. (RUDIO, 2010, p. 17).

Nesse sentido, a reflexão aqui desenvolvida esforça-se para compreender a organização do ensino em Minas Gerais, utilizando documentos oficiais como: Decreto nº 7.970 de 15 de outubro de 1927, o nº 9.892 de 1931, o nº 10.362 de 1932, o nº 11.501 de 1934, o nº 1007 de 1937 e o Decreto-lei nº 38 de 30 de janeiro de 1938.

Partimos do pressuposto que o documento não é inocente, não deriva apenas da escolha do pesquisador, parcialmente assentado em uma época e ambiente; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a “verdade”.

Nesse sentido, concordamos com Schellenberg (2006, p. 182) quando diz que o “documento possui um valor por testemunhar a apresentação organizacional e funcional de uma administração, de uma sociedade, e também oferece informações sobre pessoas, coisas ou fenômenos”.

Ou ainda, como diz Lopes e Galvão,

As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem. Mas estão também indisponíveis porque, inicialmente, é preciso que aquele que se propõe ao trabalho vá atrás delas e só faça isso se tiver um problema ou, no mínimo, um tema. De saída, o que determina o que serão as fontes é exatamente isso: o problema problematizado. (LOPES; GALVÃO, 2001, p.78).

Logo, não há um tipo único de documento destinado para cada problema levantado, o pesquisador pode se valer de inúmeros documentos para responder uma questão ou ainda (re)

visitar o mesmo documento por várias vezes buscando responder questões diferentes, já que, todo novo contato com elas nos trará novos dados e novas significações e interpretações.

Do mesmo modo, o documento tem facultado não somente perceber as constâncias e rupturas presentes no meio educacional, mas ao mesmo tempo propicia uma reflexão a respeito das especificidades relacionadas a educação. Podemos analisar diferentes concepções de ensino, métodos, práticas educativas, visões para com educadores e educandos, tudo pertencente a determinados contextos históricos, de modo que o pesquisador possa retroceder seu olhar e desvelar resquícios deixados pela história.

No entanto, é apropriado destacar que as pesquisas em educação não trazem em si a totalidade dos fatos a serem pesquisados, nem verdades acabadas. Mas, possibilitam novos olhares, novas interpretações, por meio de estudo que se volta para aspectos que talvez antes não foram apreendidos, ou, apenas não foram objetos centrais de pesquisas anteriores.

A partir destas concepções, a escola é

Analisada como uma instituição que faz parte da história de Minas Gerais e seu acervo compõe um dos meios para reavivar a memória daqueles que fizeram parte dessa instituição, além disso, os documentos encontrados dão indícios das práticas administrativas e pedagógicas que abrem um leque de possibilidades de análise do cotidiano escolar. Assumimos, portanto, a visão de escola como construção social e percebemos nela não mais somente uma única forma de estudo e pesquisa, deste modo “a escola é tomada como um lugar de reprodução e produção de uma cultura escolar e social. Como um lugar de possibilidades e não de uma única possibilidade, de uma única visão de mundo. (GATTI JUNIOR, 2008, p. 236)

De acordo com Gramsci:

A escola é o instrumento para elaborar os dirigentes de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a área escolar [...]tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização [...]. (GRAMSCI, 1968, p.95)

Nessa perspectiva, destacamos que, as reformas em Minas Gerais pós-República traziam em seu bojo os ideais republicanos inserindo o Estado em um contexto de um projeto mais amplo de modernização, sendo a escola o principal pilar. As reformas do ensino incidiriam na reforma da sociedade, sob o presságio de aproximar o Brasil das nações industrializadas.

De 1906 a 1930 ampliaram o corpus da legislação educacional em Minas Gerais com leis e decretos para regulamentar a escola pública no Estado. Essa legislação foi acompanhada de discursos de políticos-intelectuais e intelectuais-políticos, assim como de mensagens de presidentes de Estado, conhecidos hoje, como governadores, dentre outros documentos oficiais que registram as reformas educacionais e outras medidas legais. Neles registram-se a afirmação da necessidade de escolarizar o povo como forma de fazer o país se desenvolver.

Discorrer sobre a educação mineira nos remete ao primeiro governo de Vargas (1930-1945). Foi ali que se instituiu o Ministério da Educação e Saúde (1930), que se arquitetou um sistema nacional público de ensino, e que foram feitas reformas que permaneceram muitas décadas além da de 1940. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a concepção e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), em 1942, está entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que quem sabe melhor traduza o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945.

Deste modo, o Decreto n. 8.094 de 22 de dezembro de 1927, do governo mineiro não se fez de forma isolada, pelo contrário, as instruções para serem observadas nos programas do ensino, tinham um objetivo claro, pois, era o momento em que a escola era vista como uma comunidade, que tinha seu lugar entre a sociedade e a família, por isso, era seu papel com auxílio da família preparar os alunos para a cidadania e ao mesmo tempo era colaboradora da família e da sociedade na “obra” da civilização. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1927, p. 1556).

No próprio decreto vinham as instruções para serem observadas nos programas do ensino, onde a escola era vista como uma oficina de aprendizagem social, e com a colaboração do professor, os alunos iriam fazer de si mesmos cidadãos “prestantes”, cumprindo desde logo seus deveres na escola, em casa e na cidade, vivendo corretamente dentro das “expansões naturais da meninice”.

É interessante ressaltar que em 1927, em Minas Gerais, os pensadores dos programas de ensino, já falavam que era para colocar em primeiro lugar a ação dos alunos, e não a

“palavra” do professor. O trabalho deste consistiria apenas em fazer aqueles trabalharem. Era o aprender fazendo, da escola ativa, “a instrução deve principiar por uma observação real das coisas, e não por uma descrição verbal” (Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1927, p. 1557).

No período de 1930 a 1945, à medida que vamos lendo os decretos mineiros, encontramos várias citações de intelectuais estrangeiros que respaldam as ideias dos estudiosos que elaboraram os programas do ensino primário de Minas Gerais. O pedagogo norte americano, Horácio Mann (1796-1859) afirmava que a “Escola é a maior descoberta feita pela humanidade. A educação é a nossa única salvaguarda política, e fora desta área não existe senão o dilúvio”. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1927, p. 1564). Mann foi escritor, político, filósofo, educador, reformador, etc., se destacou na dedicação à promoção da modernização rápida.

Para ele, a educação pública universal era a melhor maneira de tornar as crianças rebeldes em cidadãos disciplinados e judiciosos, esperava que, reunindo crianças de todas as classes, elas pudessem ter uma experiência de aprendizado comum. Isso também daria a oportunidade aos menos afortunados de avançar na escala social e a educação “igualaria as condições dos homens”. Ou seja, tinha foco na defesa da escola pública por ele empreendida como condição de construção de sociedades mais justas e equilibradas, na medida em que compreende que essa escola constitui em instrumento de formação da “Inteligência Geral” do povo.

Como podemos ver, esse autor está listado entre os clássicos da educação. Mas, o interesse se deve, também, ao fato de que Mann estabeleceu a discussão e o enfrentamento de questões que ainda não estão resolvidas no Brasil. Mann se ocupou das necessidades e questões básicas das escolas públicas, destacando a necessidade de bons edifícios escolares; do empenho generalizado do Estado pela educação universal; a contratação de professores competentes; de recomendações pedagógicas ao ensino dos fundamentos básicos que a escola deve garantir aos alunos, como, por exemplo, a leitura; de bibliotecas públicas como complemento da escola pública; de frequência e disciplina; de cuidados com o corpo com a introdução da educação física e sanitária; de ampliação de verbas para escolas; de critérios definidos na admissão de professores; de compensação salarial, posição social e formação de professores; primazia da educação moral sobre a intelectual.

Foi, ainda, defensor e iniciador da profissionalização do ensino patrocinado pelo Estado que resultou na criação das primeiras escolas normais (1838), tendo como objetivo inicial promover a qualidade das escolas rurais.

De acordo com Silva

A penetração da modernidade na sociedade norte-americana impunha não só uma nova estrutura de produção e de vida, representadas respectivamente pelo industrialismo burguês e pela urbanização e suas consequências, mas, também, as ideias pedagógicas correlatas a esta nova realidade. O utilitarismo norte-americano favoreceu a ampla aceitação dos ideais educacionais iluministas vindos da Europa. Desde John Locke, passando por Rousseau e alcançando com Pestalozzi o status de método didático pedagógico, o trabalho manual foi uma bandeira da educação moderna.

O que representou, então, a perspectiva racionalista na educação norte-americana nesta época? Pode-se atribuí-la ao amplo programa de reformas dirigido por Horace Mann (1796-1859) na qualidade de Secretário do Conselho Escolar do Estado de Massachusetts a partir de 1837. A grande obra de Horace Mann foi o incentivo à escola pública elementar em seu estado. Além de um amplo diagnóstico das deploráveis condições de funcionamento das escolas tradicionais, Horace Mann visitou a Europa, estudando o funcionamento do sistema escolar de vários países, e deixou ampla literatura fornecendo sugestões de reforma. O fato é que Horace Mann lia pelo mesmo catecismo do pensamento educacional da modernidade. (SILVA, 2007, p.46).

Ao professor, enquanto um “verdadeiro guia”, cabia a responsabilidade de conduzir os alunos para colaboração social e explicar e fazê-los compreender os meios sociais em que viviam – escola, sociedade e família.

Época em que o método para o estudo da natureza e da sociedade era o intuitivo, com o qual seria possível a escola proporcionar aos alunos lições da vida prática, por meio da observação e da experiência proporcionando que os alunos compreendam a vida da família, da sociedade e da própria escola.

O fracasso do aluno poderia estar nas ações de organização e planejamento. O que teria como consequência funesta o acostumar-se a reprovar

Quando as ‘más notas’, conforme se chama, tornam-se comuns, não só perdem o efeito salutar, mas rebaixam o caráter e proporcionam ao aluno um curso capaz de prepará-lo para seguir pegadas de certos sentenciados, tantas vezes condenados que afinal não mais se importam com a ignomínia da sentença. Entretanto, tudo isso pode resultar legitimamente de ter sido o aluno mal emparelhado a outro ou de lições mal distribuídas. É triste ver-se em qualquer escola um aluno assinalado por qualquer deficiência que não core de vergonha nem de consciência de crime, o que sempre lhe afetará o caráter moral. (MANN, 1963, p. 60).

Cabe ressaltar que nesse período, Anísio Teixeira, personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. A herança do pensamento educacional anisiano remonta ao movimento que, surgido nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XIX, lutava pela escola pública, baseada na ideia de “escola comum” elaborada pelo educador Horace Mann.

Além de Mann, foi citada ideias de John Dewey (1859-1952) e Ovide Declory (1871-1932), é importante enfatizar que o pensamento educacional de Anísio Teixeira é um ótimo arquétipo das influências que o pensamento de John Dewey vem exercer sobre o modo de se pensar a relação entre Escola e Sociedade, no Brasil. A escola adquire nas reflexões filosóficas elaboradas por Anísio Teixeira, uma posição fundamental.

Assim como Dewey o faz, Teixeira vê o imperativo de se construir um sistema educacional público, capaz de democratizar as oportunidades educacionais, indiscriminadamente. Entre eles existe uma intensa ligação, pois Anísio Teixeira procura analisar a viabilidade/necessidade da escola pública como componente dinamizador do progresso social e, esta particularidade, também está presente no pensamento deweyano.

Apesar do cenário social de Mann e Dewey ser bem diferente da realidade social brasileira analisada por Anísio, as ideias da filosofia social norte-americana vão ser o ponto de partida para a elaboração das análises históricas e sociais desenvolvidas por este pensador brasileiro, que direta ou indiretamente influenciam as ideias educacionais dos outros estados brasileiros, inclusive o estado de Minas Gerais.

O pensamento educacional de Anísio Teixeira nos mostra as influências que o pensamento de Mann e Dewey vem exercer sobre o modo de se pensar a relação entre Escola e Sociedade, no Brasil. Assim como Mann e Dewey, Teixeira vê a necessidade de se construir um sistema educacional público, capaz de democratizar as oportunidades educacionais, indiscriminadamente. Entre eles existe uma forte ligação, pois Anísio Teixeira procura analisar a viabilidade/necessidade da escola pública como elemento dinamizador do progresso social e, esta característica, também está presente no pensamento Manniano e deweyano.

A perspectiva anisiana tem na escola e na educação não só os elementos para a perpetuação dos valores sociais, mas instrumentos importantíssimos para assegurar, também, um interminável processo de reconstrução social. Anísio Teixeira reconhece que:

A educação de um povo somente em parte se faz pelas suas escolas. Compreendida como o processo de transmissão da cultura, ela se opera pela vida mesma das populações e, mais especificamente, pela família, pela classe social e pela religião. A escola, como instituição voluntária e intencional, acrescenta-se a essas outras instituições fundamentais de transmissão da cultura, como um reforço, para completar, harmonizar e tornar mais consciente a cultura, em processo natural de transmissão, e, nas sociedades modernas de hoje, para habilitar o jovem à vida cívica e de trabalho, em uma comunidade altamente complexa e de meios de vida crescentemente especializados. (TEIXEIRA, 2006, p.189).

Por ter o compromisso de zelar pelos valores sociais, Anísio destaca que a escola progressiva (a Nova Escola) deve deixar de ser um elemento isolado das transformações sociais, como o faz a escola tradicional, mas fazer-se, cada vez mais, uma micro-projeção da realidade social, para que se torne eficiente e apta a acompanhar os ritmos acelerados de aperfeiçoamento da ciência, da técnica, e das relações sociais como um todo.

Outro estudioso citado e inspirado para elaboração do programa mineiro de ensino, foi o médico belga, mas muito ligado a educação, Ovide Declory (1871-1932). Ele propôs um método globalizado de Centro de Interesse. Este método deve lidar com o conhecimento, a partir dos interesses das crianças em suas várias faixas etárias, de forma globalizante, possibilitando que as crianças tenham uma visão geral do objeto de conhecimento para depois chegar às particularidades e abstrações possibilitando o rompimento da rigidez dos programas escolares.

Para Decroly, haveriam 6 centros de interesse que poderiam substituir os planos de estudo construídos com base em disciplinas: a criança e a família; a criança e a escola; a criança e o mundo animal; a criança e o mundo vegetal; a criança e o mundo geográfico; a criança e o universo. Foram as pesquisas em psicologia infantil dele que levaram o educador à criação de um novo sistema de ensino primário, cuja finalidade seria preparar a criança para a vida. Dessa forma, entre 1930 a 1945 percebemos nos programas de ensino mineiro sugestões para o preparo das aulas, onde está escrito que foi uma adaptação do método Decroly, vale informar que foi seguido os 6 centros de interesses, pois a escola tornaria o ambiente possível à criança observar, diariamente, os fenômenos da natureza e as manifestações de todos os seres vivos.

Decroly também se dedicou a experimentar uma escola centrada no aluno, e não no professor, e que preparasse as crianças para viver em sociedade, em vez de simplesmente fornecer a elas conhecimentos destinados a sua formação profissional. Também foi um dos

precursores dos métodos ativos, fundamentados na possibilidade de o aluno conduzir o próprio aprendizado e, assim, aprender a aprender.

A marca principal da escola decroliana são os centros de interesse, nos quais os alunos escolhem o que querem aprender. São eles também que constroem o próprio currículo, segundo sua curiosidade e sem a separação tradicional entre as disciplinas; defendia a necessidade do trabalho em grupo, pensando em preparar o aluno para o convívio em sociedade. As atividades por ele propostas visavam desenvolver três atributos: a observação, a associação e a expressão, sendo que estas 3 “operações intelectivas” foram usadas para elaboração da aprendizagem formal do aluno mineiro.

Findamos com a reflexão de que a preocupação com um aluno ativo, responsável pela sua aprendizagem, de o aluno conduzir o próprio aprendizado e, assim, aprender a aprender é uma discussão antiga, entretanto, a uniformização do ensino objetivada em todas essas reformas, embora revelasse em sua aparência uma preocupação com o acesso e ampliações do ensino, na prática respondiam ao objetivo que contribuía amplamente para a perpetuação das classes sociais e para a sistematização das aspirações que reafirmavam o poder e hegemonia econômica do sistema capitalista.

A Era Vargas foi palco das primeiras investidas dos novos métodos de ensino, preconizando a centralidade na criança e na sua iniciativa no processo de aquisição do conhecimento. Mesmo que inicialmente restrito, porque atendendo a uma camada da população, esse ensino renovado se sedimentou, atingindo amplos setores educacionais, incitando uma discussão sobre os princípios norteadores de seu método de ensino, que nem sempre atende as necessidades de parte da população escolar, mas sim os interesses econômicos e políticos de um determinado segmento da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

GATTI JR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico - metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPEPEL, Pelotas, v.12, n.26 p.219-240, set/dez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os Dirigentes e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANN, Horace. **A educação dos homens livres**. São Paulo: Ibrasa, 1963.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHELLENBERG, T. T. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Marcos. **A penetração da educação adventista no Brasil**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp>. Acessado em: 07.11.2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2006.

A campanha eleitoral Getúlio Vargas x Eduardo Gomes: a partir da visão da imprensa gaúcha

Roberta Teixeira Antunes

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

robertaantunes04@hotmail.com

Resumo: O presente Trabalho busca pelo entendimento das relações de poder que transcorreram nas eleições presidenciais de 1950, a partir da análise das manchetes do jornal *Correio do Povo* sobre a campanha dos candidatos Getúlio Dornelles Vargas candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro - Partido Social Progressista (PTB- PSP) e seu principal adversário eleitoral, Eduardo Gomes, candidato pelo partido União Democrática Nacional (UDN). Sendo assim, a temática do trabalho está relacionada ao contexto entre o fim do Estado Novo (1945) e o início do Governo Democrático (1951). No dia 9 de Agosto de 1950, na cidade de Porto-Alegre-RS, Getúlio Dornelles Vargas, lança-se como candidato à Presidência da República. Os repórteres que conseguiram vencer a aglomeração no hall de entrada e nas escadarias internas do Grande Hotel ficaram impressionados com a cena, testemunhada à porta do quarto 108, no primeiro andar, onde Getúlio estava hospedado. Lá dentro, o ex-presidente tentava corresponder aos cumprimentos dos admiradores que vinham saudá-lo antes do grande comício de lançamento da campanha. Minutos depois, ao lado de Ademar de Barros, já no palanque armado no largo da prefeitura, Getúlio disse que, se dependesse exclusivamente de sua vontade, teria permanecido em São Borja, compelido “pela idade, pelas amarguras e pelas decepções”, entregue para sempre “à tranquilidade remansosa da vida campesina”. Ao contrário disso, estava ali, em Porto Alegre, lançando-se candidato à presidência da República, mas não por uma decisão pessoal ou por algum desejo irrefreável de poder, garantiu. “Não pude resistir aos apelos que, do país inteiro, chegavam ao retiro onde me abriguei”, justificou. “A princípio eram vozes humildes, dos pobres, dos desamparados, dos que se sentiam se distanciar da ação dos poderes públicos”, disse. “Depois, a esse se juntou o protesto dos operários, dos trabalhadores, da classe média, do comércio, da indústria, da lavoura”, argumentou. “Aqui estou, portanto, para combater convosco a boa causa, obediente, como sempre, aos mandamentos do povo.” Desta forma, analisar a linguagem utilizada nos artigos publicados no jornal *Correio do Povo* e na *Revista do Globo*, possui grande relevância, pois além de estes terem sido canais de comunicação entre os eleitores e Getúlio Vargas, foram também os meios pelos quais Getúlio pode fortalecer sua imagem com a classe trabalhadora, principalmente com seus conterrâneos.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Eduardo Gomes, Campanha Eleitoral, Imprensa.

O Estado Novo e Getúlio Vargas

Durante o período do Estado Novo foram implementadas inúmeras conquistas para a classe trabalhadora, como regulamentação das horas de trabalho, criação do Ministério do Trabalho, direito a férias e outros benefícios direcionados aos operários pelo governo de Getúlio Vargas. Foi a partir de 1930, que o governo desencadeou tal política social,

implementando as leis trabalhistas, que regulamentavam o mercado de trabalho, conseguindo a conquista das massas trabalhadoras.

No entanto, vale ressaltar a troca existente entre Estado e trabalhador, já que o pacto social elaborado por Vargas constituía uma troca de benefícios e favores, enquanto o Estado fornecia benesses sociais para os trabalhadores, estes retribuía com obediência política. Além disso, vale ressaltar que tais benesses, ofertadas pelo estado, só eram fornecidas aos trabalhadores legalmente sindicalizados. Essa luta pelos direitos trabalhistas vinha desde a Primeira República, sendo impedida, principalmente, pelo patronato.

De acordo com os estudos de Gomes (1998, p. 327, apud Capelato, 2009, p.144), a adesão dos trabalhadores à política varguista se refere, a uma dupla lógica no processo histórico em questão: a adesão por um lado pode ser explicada pela lógica material, os interesses trazidos pelos direitos trabalhistas e, por outro, pode ser entendida segundo uma lógica simbólica de formação e mobilização de identidade.

Pelo Decreto de Lei nº 1949, de 1939, o governo criou o programa de rádio *A Hora do Brasil*. Sua transmissão tornou-se obrigatória em todo o território nacional; os estabelecimentos comerciais possuíam aparelhos de rádio para transmitir o programa. Nas cidades do interior foram instalados alto falantes nas praças públicas e nas ruas, para que a população tivesse acesso ao programa, cujo principal intuito era informativo, cultural e cívico, divulgando os discursos oficiais, os atos do governo e visando estimular o gosto pelas artes populares, exaltando o patriotismo, destacando as belezas naturais do país, incentivando as conquistas do homem em todas as atividades, além de divulgar as benesses do presidente para a população.

Além da radiofonia, outros meios de comunicação foram divulgados no governo Vargas, o presidente tratou o artista como um socializador em nível nacional, e, em nível internacional, como um unificador das culturas. O cinema foi outra produção cultural que recebeu atenção do governo brasileiro, Vargas incentivou a produção nacional, que mais uma vez buscava exaltar as belezas de nossa pátria.

Desde 1932, quando foi instituído o decreto 21240, ficou estabelecida a obrigatoriedade de uma película brasileira nos programas cinematográficos. O teatro também foi outro atrativo cultural, recebendo inúmeros incentivos de Vargas, ainda deputado pelo estado do Rio Grande do Sul, que criou a lei Getúlio Vargas, a qual regulamentava a profissão e a organização das empresas de diversões públicas. Em 1937, foi criado o Ministério de

Educação e o Serviço Nacional do Teatro, sendo este destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento do respectivo setor, além da função de promover e estimular o teatro em todos os níveis da criação a apresentação.

Duas revistas também foram criadas no Brasil, após a fundação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a *Cultura Política* e a *Ciência Política*, a primeira tinha o objetivo de definir o rumo das transformações políticas e sociais, reunindo intelectuais de maior projeção; a segunda tinha como finalidade o ensinamento do Estado Novo; dela participavam intelectuais de médio porte. Pode-se concluir que todos os elementos da cultura tinham por finalidade a busca pela “brasilidade”.

O Estado Novo buscava uma ordem política e social inédita. Segundo Capelato (2006), o governo de Vargas, idealizava uma política de massa, democratizadora, que seria alcançada através das propagandas políticas, cujo intuito era divulgar as benesses dessa nova fórmula política presente no regime.

A partir de criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) observa-se a relação de poder que o Estado detinha sobre a mídia e a propaganda, através de um caráter autoritário. No Estado Novo, as propagandas veiculadas pelos meios de comunicação, educação e produção cultural tinham como objetivo conquistar corações e mentes. Getúlio Vargas seguia os moldes das propagandas nazistas, onde a sedução era o elemento de grande emoção e eficácia para atrair a população. No governo Vargas, a função da propaganda era legitimar o poder já que o regime foi constituído a partir de um golpe. Foi nesse período que ocorreu uma intensa produção de textos, como nos mostra os estudos de Capelato (2006):

Biografias de Vargas, memórias, escritos políticos, discursos, livros de apologia ao regime, obras de natureza teóricas produzidas pelos ideólogos do Estado Novo, textos de natureza didática, revistas de cultura e de divulgação ideológica, jornais, livros didáticos de história para secundários (CAPELATO, 2006, p. 45).

No entanto, o divisor de águas para a classe operária foi o ano de 1942. O Brasil apoiara os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial; estes tinham interesse em ocupar o nordeste brasileiro; em troca, o governo brasileiro receberia ajuda financeira para a instalação da siderúrgica de Volta Redonda. Neste período, muitos dos direitos trabalhistas recebidos pelos operários foram suspensos, devido à guerra. Outra grande mudança desse período foi a troca do Ministério do Trabalho, agora ocupado por Marcondes Filho, cujos objetivos estavam voltados em três grandes frentes políticas.

Em primeiro lugar uma maciça atuação na área de divulgação e propaganda, o Ministro era responsável pelo programa radiofônico *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*, através do qual se executava ampla propaganda a partir da imagem do presidente, mostrando a proximidade de Vargas com a população, através da seleção de algumas cartas que a população enviava a ele. As respostas de Vargas eram lidas para mostrar que este atendia à população. Em segundo lugar, um conjunto de medidas dirigidas, especificamente, à questão da sindicalização. E, por último, a articulação dessas duas frentes com a montagem de uma estratégia política nitidamente continuísta, na qual a base devia ser a organização sindical corporativista, cuja ideologia deveria ter como matriz o discurso ministerial. Pode-se afirmar que o grande propósito era estreitar os laços entre Estado e movimento operário, através da representação sindical.

Outro marco importante no governo Vargas foi a ênfase dada às comemorações do 1 de maio, dia do trabalhador. O presidente instituiu a data festiva em 1938, anunciando aos trabalhadores que todo 1 de maio seria aumentado o salário mínimo como forma de agradecimento aos trabalhadores. A festa, a partir de 1939, era comemorada no estádio do São Januário, na cidade do Rio de Janeiro. A data era sempre muito aguardada pelos trabalhadores, pois além do incentivo financeiro, era marcado pela proximidade do presidente com a classe trabalhadora. Getúlio sempre discursava para o público, mostrando sua proximidade com a população.

O 1 de maio era a data festiva mais importante, mas, além desta, havia mais outras duas data festivas, o aniversário de Getúlio em 19 de abril, data esta em que o presidente se ausentava e comemorava com a família e amigos; e o 10 de novembro, aniversário do Estado Novo. O primeiro de maio e o dez de novembro são marcados por fazerem referência a datas nas quais o presidente estava próximo ao trabalhador e matinha um forte diálogo com a população.

No sentindo dos trabalhadores brasileiros a palavra do presidente Vargas tem uma ressonância mais profunda que todas as outras. E a voz de um amigo. E o ensinamento de um guia. Amigo de todas as horas, desde muito tempo, desde os primórdios de sua candidatura, quando incluiu na plataforma de governo a resolução do problema social e de então por diante, sem descanso, nem fadiga, construiu para ele um monumento legislativo de dignificação do trabalho humano (GOMES, 2014, pg. 221).

O fim do período do Estado Novo é marcado por manifestações, crises internas do governo, a entrada do Brasil na Guerra e a contradição de um país não democrático, acusado de ter ideologias nazifascistas, romper com a Alemanha e lutar a favor dos Estados Unidos na Segunda Guerra; além destes fatores, havia pressão para marcar as próximas eleições políticas, que fizeram Getúlio acertar a data para 2 de Dezembro de 1945. Nota-se um papel decisivo na realização das eleições, pois é através destas que se institui as atribuições de poder. . Após a primeira guerra percebeu-se que uma eleição é também um indicativo do espírito público um revelador da opinião pública e de seus movimentos.

O Movimento Queremista e o Regresso de Vargas a São Borja:

Nas eleições de 1945, O povo clamava o nome de Getúlio Vargas, por mais que este se negasse a concorrer publicamente. Para a surpresa e a decepção das elites liberais, a partir de maio de 1945, milhares de trabalhadores saíram às ruas pedindo "Nós queremos Getúlio" . Por mais que a população pedisse, Getúlio optou por não concorrer às eleições. O candidato do governo foi Eurico Gaspar Dutra e seu concorrente eleitoral foi "Brigadeiro" Eduardo Gomes.

Getúlio Vargas optara por regressar para São Borja. Mesmo estando tão longe da capital federal, ele conseguiu ser eleito senador pelo PSD do Rio Grande do Sul (com 461913 votos) e pelo PTB de São Paulo, onde obteve 414943 sufrágios, além de se eleger Deputado Federal pelos trabalhistas por seis unidades da federação Bahia (10032 votos) , Paraná (20745 votos) Rio de Janeiro (20745 votos) Minas Gerais (32012 votos) São Paulo (119055 votos) e Distrito Federal (116712 Votos) e ainda, pelo PSD, em mais outra, o Rio Grande do Sul (11291 votos).

Durante os 5 anos de seu mandato, em raras ocasiões, Getúlio participava das reuniões no Rio de Janeiro, ficando a maior parte do tempo, isolado em sua fazenda em São Borja. Sua filha, Alzira, lhe mantinha informado de todos os acontecimentos no Rio de Janeiro. Em 1946, Alzira acreditava que já era hora de o pai voltar ao cenário político e, com a ajuda de José Soares Maciel Filho e Paulo Baeta Neves, passaram a constituir, na surdina, o que Getúlio batizou de meu " triunvirato", cada um dos três, sob a supervisão geral da filha , recebiam tarefas específicas, que convergiam para um único objetivo: preparar o terreno para a volta do ex-presidente ao Rio de Janeiro.

As Campanha eleitoral de 1950 Getúlio Vargas x Eduardo Gomes.

Em 9 de Agosto de 1950, na cidade de Porto Alegre –RS, Getúlio Dornelles Vargas, lança-se como candidato à Presidência da República. Os repórteres que conseguiram vencer a aglomeração no hall de entrada e nas escadarias internas do Grande Hotel ficaram impressionados com a cena, testemunhada à porta do quarto 108, no primeiro andar, onde Getúlio estava hospedado. Lá dentro, o ex-presidente tentava corresponder aos cumprimentos dos admiradores que vinham saudá-lo antes do grande comício de lançamento da campanha.

O quarto ficou pequeno para tantas pessoas, o que deixava o ambiente abafado e o ar quase irrespirável. Eram abraços, sorrisos e lágrimas. Mulheres em pranto abraçavam o ex-ditador. Outras iam mais longe se ajoelhavam em frente ao Sr. Getúlio Vargas como se fosse um deus. Lá fora, milhares de manifestantes ansiavam por também entrar no prédio forçando a porta giratória do hotel mais luxuoso e tradicional da Cidade.

Minutos depois, ao lado de Ademar de Barros, já no palanque armado no largo da prefeitura, Getúlio disse que, se dependesse exclusivamente de sua vontade, teria permanecido em São Borja, compelido “pela idade, pelas amarguras e pelas decepções”, entregue para sempre “à tranquilidade remansosa da vida campesina”. Ao contrário disso, estava ali, em Porto Alegre, lançando-se candidato à presidência da República, mas não por uma decisão pessoal ou por algum desejo irrefreável de poder, garantiu. “Não pude resistir aos apelos que, do país inteiro, chegavam ao retiro onde me abriguei”, justificou. “A princípio eram vozes humildes, dos pobres, dos desamparados, dos que se sentiam se distanciar da ação dos poderes públicos”, disse. “Depois, a esse se juntou o protesto dos operários, dos trabalhadores, da classe média, do comércio, da indústria, da lavoura”, argumentou. “Aqui estou, portanto, para combater convosco a boa causa, obediente, como sempre, aos mandamentos do povo.”

O Jornal analisado nesta pesquisa é o Correio do Povo que foi inaugurado em 1 de Outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje está em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do sul do país, acompanhou a trajetória política de seu ilustre conterrâneo Getúlio Vargas, desde o início de sua carreira no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 1930. O primeiro mandato de Getúlio Vargas como presidente da República durou 15 anos, de 1930 a 1945, nesse período, o governo ditatorial, foi acompanhado de perto pela imprensa, em especial a gaúcha, representada, principalmente,

pelo *Correio do Povo*, que sempre noticiou o mandato de seu conterrâneo e chegou a publicar, quando Vargas tomou pose, que aquela era “uma radiante ascensão”. O *Jornal Gaúcho Correio do Povo*, apoiara Getúlio nas eleições de 1950, embora olha-se com desconfiança algumas das teses de seu programa, caracterizado por um "extremado nacionalismo "e por restrições à entrada de capital estrangeiro no Brasil. O jornal não tomou, entretanto, nenhuma atitude contrária ao monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras que foi aliás, amplamente noticiada pelo *Jornal*. Além disso nos meses que antecederam as eleições a pesquisadora em uma análise inicial no *Jornal Correio do Povo* pode constatar 57 notícias sobre a campanha eleitoral de Getúlio Vargas contra somente 3 notícias sobre a campanha do seu principal concorrente o Brigadeiro Eduardo Gomes , notou-se também que as notícias referentes ao primeiro ocupavam mais de meia página do jornal enquanto os segundo recebia notícias de 3 a 4 paragrafos

Outro meio de comunicação importante durante a campanha presidencial de 1950, foi a *Revista do Globo*, a revista era um periódico quinzenal que foi editado pela Livraria do Globo de 1929 a 1967. Sua criação aconteceu após sugestão de Getúlio Vargas, então Presidente do Estado, servindo ao longo da primeira década de existência como um de seus porta-vozes e como importante divulgador de cultura no Rio Grande do Sul e também no Brasil. A revista trazia matérias sobre variedades locais, nacionais e internacionais, divididas nas seções *O Globo em Revista*, *Vida Literária*, *Belas Artes*, *Vida Social*, *Cineglobo* e um espaço para atualidades esportivas.

Vale ressaltar que no período do mês de agosto de 1950 pouco antes das eleições para presidente, fez uma edição especial somente sobre a figura de Getúlio Vargas ressaltando sua vida e conquista .

Portanto , pode se perceber pelos relatos expostos acima como a imprensa sulista apoiou a candidatura de seu conterrâneo mais ilustre que posteriormente tornaria-se Presidente do Brasil o senhor Getúlio Dornelles Vargas .

Referências Bibliográficas

ANGELI, Douglas Souza; AUSTIAN, Marcos Jovino. Mobilização Eleitoral na Imprensa Local e Regional: Dois Estudos Sobre o Rio Grande do Sul (Década de 1950), *Albuquerque, Revista de história*, v. 3, n. 15, jan-jun 2016, p.129-156.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998.

BRASIL. Decreto nº 21.240, de 4 de Abril de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a "Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no Peronismo, 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CPDOC. **Correio do Povo.** Verbete. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>

D'ARAÚJO, Maria Celina S. **O segundo governo Vargas** (1951-1954). São Paulo: Ática, 1992.

FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do populismo**, 3 edição, Rio de Janeiro, 2005.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACEDO, Michele Reis de. **Trabalhadores de Cidadania no Brasil:** movimento queremista e a democratização de 1945. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

NETO, Lira. **Getúlio 1882-1930:** dos anos da formação à conquista do poder. Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio 1930-1945:** do governo provisório à ditadura do estado novo, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio 1954-1954:** da volta à consagração popular ao suicídio, São Paulo: Companhia das Letras 2014.

QUELER, Jefferson. Os sentidos queremismo: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945. *História*, São Paulo, v 35 e 104, 2016.

_____. Oh! Gegê! Vem nos salvar: Propaganda política popular 1945 –1953, *Tempo*, vol 21, n 38, 2015.

REMOND, Rene. **Por uma história política**, 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil:** Uma bibliografia, 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A Roda da Baruel e a perseguição estado-novista

Silvio Tamaso D’Onofrio

Doutor

Universidade de São Paulo

opeltrezero@gmail.com

Pedro Henrique Menegoli Tamaso

Graduando

Unipinhal

pedrotamaso@outlook.com

Resumo: Por volta de 1930, um grupo de jovens começa a utilizar o ambiente de uma farmácia como ponto de encontro, no marco zero da capital de São Paulo. Pouco depois, no auge da “Roda da Baruel”, há testemunhos de que Mário e Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Afonso Taunay, Sérgio Milliet, e outros, privaram de algumas dessas tertúlias com jovens como Lygia Fagundes Telles, Ruth Guimarães, Mário da Silva Brito, Leonardo Arroyo, Paulo Zingg, Mário Donato e Edgard Cavalheiro, entre muitos outros. Fundando um jornal cultural em 1939 e trabalhando com a crítica de artes, o grupo da Baruel sofre perseguições e delações em um período agudo para as artes do pensamento, cujas forças contrárias amealhavam não desprezíveis esforços em seu empenho pelo pensamento único, central. O artigo enfoca episódios da atividade intelectual do grupo da Baruel nos alvares da ditadura estado-novista, examinando o caso de uma batida policial em uma biblioteca, um artigo jornalístico apócrifo e um testemunho de espionagem envolvendo a roda da Baruel.

Palavras-chave: Baruel, Estado Novo, Censura.

A pesquisa originária deste artigo deu-se no âmbito de um estudo de mestrado, desenvolvido no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, que se dedicou ao estudo da produção do jornalista, crítico literário, biógrafo e editor Edgard Cavalheiro (1911-1958), pessoa que atuou nos meios intelectuais nacionais do início da década de 1930 até o final dos anos 1950.

No decorrer da pós-graduação, foram-se descortinando redes de sociabilidade que Edgard Cavalheiro integrava, os amigos mais próximos, os grupos que frequentava, entre contatos pessoais e profissionais. Aos poucos, foi possível constatar que tanto Cavalheiro quanto seus amigos tinham enfrentado diversos percalços em suas trajetórias profissionais simplesmente por tentarem desenvolver o seu trabalho, um trabalho de fundo intelectual, em tempos de restrição às liberdades individuais.

Diante disso, decidiu-se tomar de empréstimo, aqui, as palavras de um dos primeiros historiadores do ocidente, na tentativa de evitar a repetição de eventos como aqueles ocorridos

envolvendo esses trabalhadores intelectuais da primeira metade do século 20, afinal, o conhecimento do passado para o aprimoramento do futuro é uma das funções precípuas da História: é desta maneira que o grego Heródoto, ainda no século quinto antes de Cristo, inicia o prólogo de sua obra intitulada *História*: “Esta a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo, não sejam apagados” (HERÓDOTO, 1988, p. 16). Atualizando a antiga proposição para o presente estudo e contexto, pode-se dizer: para que muito questionáveis acontecimentos ocorridos na Era Vargas não sejam esquecidos.

Voltando a Edgard Cavalheiro, um desses grupos de sociabilidade que ele frequentava tinha como ponto de encontro uma farmácia no centro de São Paulo, local que era já, à época, de grande concentração de empregos portanto de intensa movimentação popular. Semelhante ao que ocorre nos dias atuais, naquele momento também grande parte da população trabalhava no centro da cidade, assim, nada melhor do que um ponto de encontro na região para manter a prosa da semana em dia, este aliás um velho costume interiorano, ainda de tempos imperiais, em que a botica se tornava o local privilegiado para a discussão de assuntos científicos e “sérios”, especialmente entre as pessoas da sociedade mais bem posta e os raros portadores de diploma de ensino superior, como médicos, advogados e engenheiros (GAMA, 1998, p. 40).

Atuando no setor químico até hoje, a Casa Baruel, como era chamada, abriu a sua Drogeria Baruel na esquina da praça da Sé com a rua Direita, no marco zero da cidade. Para atuar como farmacêutico-chefe, foi contratado um certo cidadão mineiro chamado Amadeu de Queiróz, que era natural de Pouso Alegre e fora nascido em 1873. Apesar do pouco estudo formal, quando Amadeu ingressa na drogeria, na década de 1920, era ele já um homem experimentado em termos culturais, tinha fundado e dirigido jornais no interior, além de ter sido também vereador e Juiz de Direito. Sua obra literária é marcada pelo conflito natureza versus civilização, além do tom humorístico que lhe é atávico. Seus contos e romances apresentam simultaneamente tonalidades românticas e também modernas, mas podem ser considerados essencialmente regionalistas. Preocupa ao autor, antes de mais nada, retratar o vínculo humano com seu local de origem, sua cidade natal, o seio materno, enfim, vínculo sem o qual seus personagens tornam-se pessoas angustiadas e sem horizontes. Ecoam conceitos de Jean-Jacques Rousseau. A análise psicológica, portanto, faz-se também presente, e o próprio Amadeu expressa isso em entrevista (PEIXOTO, 1940, p. 25): de que sua obra não é de ação, ao contrário: a vida de muitos dos seus personagens ocorre em meio à

contemplação e reflexão, antes de tudo. A linguagem empreendida em sua obra é simples, pode-se dizer singela, até. Para o crítico Antonio Candido, são construções “quase audaciosas nessa tentativa de manter quanto possível a lição castiça dentro duma concepção liberta” (CANDIDO, 1944). A presença de Antonio Candido faz pensar que liberdade é palavra adequada para representar Amadeu de Queiróz.

Considera Amadeu de Queiróz que foi a repercussão positiva decorrente da publicação de seu primeiro livro o motivo da aglutinação de jovens em seu redor, aspirantes ao sucesso no mundo da cultura e do jornalismo, no balcão da Drogaria Baruel. Esse grupo ficou conhecido como Grupo da Baruel e sobre ele alguns deixaram depoimentos e testemunhos, inclusive Amadeu de Queiróz, como o que segue:

Falou-se muito, e também alguma coisa se escreveu a respeito da roda literária que frequentava a Casa Baruel [...] Penso que essa roda começou a existir em 1927, quando publiquei meu primeiro livro e eu assinava cautamente como A. de Queiróz temendo ser conhecido e denunciado como literato – espécie malvista e indesejável entre os filisteus da dinheirama. Nesse tempo a roda era pequenina: uns dois ou três escritores e alguns amigos inocentes, que não desconfiavam de nada [...] A roda tornou-se uma realidade cotidiana e imperiosa para os seus frequentadores, não sei se por minha causa, se pelo ponto muito favorável, se porque um gambá cheira outro, como se diz em Minas [...] De tudo se tratou ali: artes, letras, ciências, política, religião, crítica, maledicência, amor, esporte, folclore, livros mais livros, literatura e mais literatura! [...] Não é certo que eu tenha orientado e guiado aquela gente toda, mais ardente, mais avançada e mais audaz que eu. Eu era o que sempre fora, eles eram o que desejavam ser, e todos éramos pessoas que gostavam de prosa e de boas piadas (QUEIRÓZ, [s.d], p. 15-17)

Ainda que aparentemente informal, o Grupo da Baruel lançou seu próprio jornal, chamado *Roteiro: Quinzenário de Cultura*, dedicado à crítica das artes. A primeira edição de *Roteiro*, datada 5 de maio de 1939, apresenta um grande editorial, dividido em duas páginas, assinado pelo editor-chefe, Mário Donato. Intitulado “Roteiro existe”, esse manifesto fundador dá mostras claras da postura do Grupo da Baruel e do jornal, defendendo a democracia e a liberdade de expressão em pleno 1939, auge da ditadura estado-novista (DONATO, 1939, p. 1-2). O próprio nome do jornal, *Roteiro*, parece ter essa intenção de apontar um caminho, dar uma saída, em um tempo nebuloso como aquele em que viviam. Para o crítico Antonio Candido, novamente, o nome do periódico da Baruel seria um tanto ambicioso e “sério”, com aspas em seu original de 1946 (CANDIDO, 1946).

Fato é que os frequentadores da Baruel tinham uma postura claramente antifascista, e são vários os testemunhos nesse sentido. Muitos se declaram, em entrevistas de jornais, como sendo socialistas e outros são notórios militantes comunistas, caso de Rossine Camargo

Guarnieri, por exemplo, irmão do maestro Mozart. No acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, o DEOPS, este fundado em 1924, conservado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, pode-se verificar o prontuário com o histórico das ocorrências de espionagem por sobre a pessoa de Rossine Guarnieri.

Outros frequentadores da Baruel integraram a Esquerda Democrática – União Profissional dos Jornalistas (ESQUERDA, 1946, p. 3) e, como seria esperado, as edições consultadas do jornal *Roteiro* apresentam a vinheta “Este número foi visado pela censura”. A única edição de número 1 de *Roteiro* disponível para consulta encontra-se também no Acervo DEOPS do Arquivo Público de São Paulo, dentro do prontuário de uma pessoa de nome Quirino Pucca, um médico, com o qual estava o exemplar apreendido pelo DEOPS, em 1939, por “fazer menção ao regime nazista e às possibilidades de uma investida do III Reich contra o Brasil”, segundo informa o volume intitulado *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*, obra organizada pelos especialistas Maria Luiza Carneiro e Boris Kossoy (2003, p. 214). Vale o esclarecimento: a apreendida edição de *Roteiro* menciona o regime nazista mas para o repelir, algo que aparentemente não está claro na obra de 2003. O artigo em questão encontra-se na página de abertura de *Roteiro* e tem o seguinte título: “A penetração germânica no Brasil e Sívio Romero”. No texto, o articulista Altamirando Júnior apresenta dados sobre a organização de um plano para declaração de independência de parte do território brasileiro, a porção meridional, foco de imigração alemã desde o século 19. Denunciando os movimentos e reclamando providências, o autor conclui:

Verificamos que [...] os dirigentes do 3o. Reich não encontraram aqui grandes estorvos para desencadear as suas atividades germanizantes, contando com a tolerância e o auxílio efetivo e direto do Sigma e seus simpatizantes [...] Somos nós mesmos, o povo brasileiro, que temos de banir o perigo, pela organização da defesa nacional conveniente e efetiva, abrangendo desde já o serviço de contrapropaganda e de desmantelamento da máquina nazistisante que funciona no território brasileiro (ALTAMIRANDO JÚNIOR, 1939, p. 1-2)

Altamirando Júnior critica o grupo de direita conhecido por Sigma, os camisas verdes liderados por Plínio Salgado e Eurico Guedes, os famosos Integralistas cujo manifesto inicial, de outubro de 1932, foi utilizado em grande medida, com vários trechos idênticos, na redação da Constituição brasileira de 1937, imposta no início da ditadura estado-novista de Getúlio Vargas, ato contínuo ao fechamento de Câmara e Senado federais e estaduais, além da proibição da existência de partidos políticos. Cabe ressaltar: pela então comunhão nos ideais anticomunistas, Integralistas apoiam surgimento e instauração do Estado Novo. Em maio de 1938, no entanto, aparentemente enganados e desiludidos pelo governo recém-instalado,

tentam um golpe de estado com o apoio da embaixada alemã no Brasil.

Tal era a triste regra: não se podia falar mal dos amigos do poder. Ainda antes do Estado Novo a situação não era fácil para os jornalistas: em 1934 aquele Edgard Cavalheiro, por meio de pseudônimo, publica um artigo de jornal em contenda com um adepto do Integralismo, rejeitando seus procedimentos, quais sejam: evitar a livre discussão, a verdade face a face. O método deles, afirma Cavalheiro, “é esperar em qualquer tocaia a vítima, armados, quatro ou cinco, amarrá-lo, pô-lo num automóvel e, em lugares ermos, sová-lo convenientemente, fazendo-o engolir jornal” (AFRÂNIO, 1934).

Em outro episódio, Cavalheiro comenta emenda à Constituição que era discutida na Câmara dos Deputados, e poderia incorrer em censura:

Essas coisas de censura terminam entregues, na maioria das vezes, a beaguins policiais. Lembramos, perfeitamente, de um caso passado em 1935, logo após a revolta comunista. A polícia resolvera apreender livros que propagassem as tais ideias que chamavam de subversivas. Ocupávamos, então, o cargo de bibliotecário de um Sindicato [...] Havia de tudo nos cinco mil e tantos volumes da Biblioteca. Pois uma noite aparece lá uma “caravana” da polícia: vinha apreender a “literatura subversiva”. Embora estranhando que para tão séria empresa mandassem dois rapazinhos que mal sabiam soletrar os nomes dos autores, abrimos-lhes as portas e procuramos cooperar naquilo que chamavam de uma “limpeza dos livros comunistas”. Qual não foi a nossa surpresa quando, do alto da escada, um dos tais censores começou a retirar volumes e mais volumes, com uma suficiência simplesmente espantosa, e a apregoar convicto: “- Dostoiévski? Comunista. Berdiaef? Comunista. Zweig? Hum! Não parece russo... Catarina da Rússia? Fora com essa bolchevista... Goethe?... Que diabos é isso?”. E nesse teor foram amontoando livros e mais livros, na mais completa inconsistência e ignorância (CAVALHEIRO, 1948, p. 4)

Outro relato que também comenta os recursos humanos utilizados pela força repressora oficial durante a ditadura do Estado Novo é um trecho do livro de memórias do mencionado Amadeu de Queiróz (1956, p. 243), o farmacêutico da Baruel.

Conheci, trabalhando nas reformas da Casa Baruel, certo servente de pedreiro um tanto original. Era um rapaz com ares de malandro, falante, cantador, filho de italiano, mostrando todos os distintivos da raça [...] Simpatizei com o rapaz, ficamos camaradas, e como ele gostasse de ler jornais e revistas, dei-lhe um livrinho esquerdista [...] Terminadas as obras, não o vi mais, até que, tempos depois, reapareceu limpo e bem arranjado. Contou-me que, depois de deixar o ofício de servente, aprendera o de lustrador mas, não se dando bem com ele, conseguira entrar para o serviço de um “agente” particular. E desse dia em diante me procurava a miúdo, dava uma prosinha, perguntava pelo pessoal corriqueiro, e ia-se.

[...] A nossa camaradagem já ia velha ao chegar outubro de trinta e nove. Em um dos dias do fim do mês, ele me apareceu, e depois de umas poucas palavras sem importância, disse de repente:

“- Eu agora não estou mais no “agente”, estou com um “chefe”.

“- Fazendo o que?”

“- A mesma coisa. Só que não vigio mais malandros, vigio os comunistas, para catar propaganda. O senhor não imagina as coisas que eu tenho sabido [...] os moços que ajuntam aqui, todos são, não são? O senhor também é, não é?”

“- Eu?”

“- O senhor sim, eu tenho certeza [...] O pessoal diz que o senhor é”.

A conversa segue longa e, em determinado ponto, surge a revelação de que o agente era, em verdade, um simpatizante das esquerdas, que fora ao encontro de Amadeu para precaver-lhe de que este seria chamado a dar explicações frente a uma autoridade, por suspeita de colaboração com atividades subversivas. O agente tinha razão: poucos dias depois Amadeu é chamado e, ao chegar à repartição, é convidado a sentar ao lado de um moço sorridente que disse o conhecer pela produção em livros e jornais, mas também “pelo que falam” dele. Procuravam, as autoridades, por responsáveis pela difusão de textos datilografados que corriam de mão em mão, sem identificação de origem ou autoria. Confirmou o jovem inquisidor que a qualidade textual dos tais panfletos era tal que somente poderiam ter sido produzidos por jornalistas e/ou gente experimentada em termos de literatura, perguntando se Amadeu de Queirós porventura não conhecia algum desses autores, já que tinha contato com o pessoal de *Roteiro*, que eram suspeitos de colaborarem com a tal propaganda subterrânea. Amadeu negou conhecimento, a conversa se esgotou dali a pouco e ele foi dispensado. À porta da repartição estava o tal agente, ex-servente de pedreiro, curioso para saber da conversa. Ao despedir-se, perguntou se Amadeu de Queirós queria ficar com uma cópia datilografada de uma daquelas propagandas: “- Já tem o *Queremos saber?* Está fazendo sucesso, distribuí mais de dez”. E assim Amadeu conclui o capítulo: “Guardei-a porque já não tinha o original”.

Ainda em tentativa de abordar alguns eventos passados, com possível efeito pedagógico, há, complementarmente, um artigo apócrifo publicado no *Jornal de S. Paulo* (AS “QUITANDINHAS”, 1945). Intitulado “As ‘quitandinhas’ do Estado Novo – O Endeusamento do chefe”, o artigo cobra providências pela publicação escandalosa de uma biografia de Getúlio Vargas. Seguem alguns excertos para que se possa ter uma visão geral do conteúdo:

Quando se apurar o montante gasto pelo DIP e pelo DEIPS no endeusamento do ditador Getúlio Vargas, a nação brasileira verificará, assombrada, que a literatura louvaminheira publicada no país de 1937 para cá [...] daria para

uma respeitável Quitandinha [...] Quem conseguiria, por exemplo, apurar qual o montante exato recebido pelo sr. Paul Frischauer, para se espalhar em quatrocentas e tantas páginas de mentiras históricas, em torno do sr. GV? Restaria examinar as edições da falsa e capciosa biografia. De quantos mil foi a tiragem? E quem a comprou integralmente? [...] Que a distribuição foi larga, temos a prova [...] Todas as bibliotecas receberam não um, mas vários exemplares. Todos os oficiais do Exército, idem. E os prefeitos, chefes de repartições, até mesmo simples particulares, idem idem. Consta mesmo que o pessoal do DIP e DEIPS foi obrigado a fazer serão para dar vazão aos milhares de pacotes que a tipografia despejava diariamente em suas portas [...] Não tardou a edição em francês, depois a espanhola e em seguida a inglesa. Segundo entrevistas [...] o livro está contratado em dez idiomas [...] O sr. Frischauer é, pelo menos, um grande escritor estrangeiro? [...] para ter uma ideia da honestidade do biógrafo, basta que se lembre a carta de José Américo de Almeida, contestando inúmeras afirmações exaradas no volume. Que sr. José Américo de Almeida falava a verdade, temos a prova no fato de que no mesmo dia em que saiu a carta no *Correio da Manhã*, o DIP baixou enérgicas instruções impedindo qualquer transcrição, no todo ou em parte, da referida carta, bem como qualquer comentário sobre o livro. Comentários contra, está claro.

À guisa de conclusão, recorra-se a trechos de poema de Rossine Camargo Guarnieri, impresso à capa da primeira edição de *Roteiro: Quinzenário de Cultura* (1939, p. 1). O poema é intitulado: Irmãos me ajudem!

Não quero mais fugir!...	porque sonharam dar ao povo o que é do povo!
São fomes, são angústias, são torturas,	Estou perdido como um cego, amordaçado:
são gritos de terror de prisioneiros,	o vendaval do Ódio varre o mundo
são crianças morrendo de pavor!	e eu não devo,
Não posso mais sorrir.	não quero me calar!
Meus companheiros já foram trucidados	

Title: The Group of Baruel and the persecution of the state

Abstract: Around 1930, a group of young people began to use the environment of a pharmacy as a meeting point, in the downtown São Paulo, Brazil. Shortly afterwards, at the height of the “Roda da Baruel”, there are testimonies that Mário and Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Afonso Taunay, Sergio Milliet, and others, deprived some of these meetings with young people like Lygia Fagundes Telles, Ruth Guimarães, Mário da Silva Brito, Leonardo Arroyo, Paulo Zingg, Mário Donato and Edgard Cavalheiro, among many others. Founding a cultural newspaper in 1939 and working with art criticism, Baruel's group undergoes persecutions and delations in an acute period for the arts of thought, whose countervailing forces were plundering not insignificant efforts in their commitment to the central, single thought. The

article focuses on episodes of the intellectual activity of Baruel's group at the turn of the dictatorship, examining the case of a police beat in a library, an apocryphal journal article and a testimony of espionage involving Baruel's wheel.

Keywords: Baruel, Estado Novo, Censorship.

Referências Bibliográficas

AFRÂNIO [Edgard Cavalheiro]. Nem comunista, nem separatista. **A Folha**, Espírito Santo do Pinhal-SP, 30 dez. 1934. Fonte: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Centro de Documentação Alexandre Eulalio, Acervo Edgard Cavalheiro, volume encadernado sem título.

ALTAMIRANDO JÚNIOR. A penetração germânica no Brasil e Sívio Romero. **Roteiro: Quinzenário de Cultura**, São Paulo, 5 maio 1939. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Prontuário Quirino Pucca.

AS “QUITANDINHAS” do Estado Novo – O endeusamento do chefe. **Jornal de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1945. Fonte: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Centro de Documentação Alexandre Eulalio, Acervo Edgard Cavalheiro, volume encadernado “Crônicas, artigos, entrevistas, etc. 1943-46”.

CANDIDO, Antonio. Entre o campo e a cidade. **Folha da Manhã**, São Paulo, 5 set. 1944.

_____. Revistas. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1946.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

CAVALHEIRO, Edgard. Livros e censura. **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 dez. 1948. Fonte: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Centro de Documentação Alexandre Eulalio, Acervo Edgard Cavalheiro, volume encadernado “Crônicas, artigos, entrevistas, etc. 1947-48”.

DONATO, Mário. “Roteiro” existe. **Roteiro: Quinzenário de Cultura**, São Paulo, 5 maio 1939. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Prontuário Quirino Pucca.

ESQUERDA democrática – Grupo profissional dos jornalistas. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 25 jul. 1946. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (website: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=583138&PagFis=757>, acesso em 30 jun. 2019).

GAMA, Lúcia Helena. **Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950**. São Paulo: Senac, 1998.

GUARNIERI, Rossine Camargo. Irmãos me ajudem! **Roteiro: Quinzenário de Cultura**, São Paulo, 5 maio 1939. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Prontuário Quirino Pucca.

HERÓDOTO. **História**. Livro I. Tradução, introdução e notas de Mário da G. Kury. Brasília: Editora da UNB, 1988.

OS ESCRITORES novos de S. Paulo fundam um quinzenário de cultura. **Folha da Manhã**, São Paulo, 23 abr. 1939. Fonte: Acervo Folha (website: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=21341&anchor=157727&pd=3c644bfa4cac04efde637306572784ba>, acesso em 30 jun. 2019).

PEIXOTO, Silveira. Correio literário de São Paulo. **Vamos Ler!**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1940.

QUEIRÓZ, Amadeu de. **Dos 7 aos 77**: Memórias. São Paulo: Cupolo, 1956.

_____. **Manicuera**. Inédito. Sem data. Fonte: Academia Paulista de Letras, Fundo Amadeu de Queiróz, Obras Raras, pasta 13.2, doc. 03.

ST 26
**História da Educação e das
práticas educativas no
diálogo entre campos do
saber: diversidades e
espaços sociais em
evidência**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito heroico negro no Reinado do Alto da Cruz e na educação escolar de Ouro Preto/MG

Amanda Melissa dos Santos

Mestre em Educação

Universidade Federal de Ouro Preto

amandameldescrito@gmail.com

Resumo: Esse trabalho pautou-se em investigar se a história de Chico Rei - reconhecido como um rei africano escravizado nas minas de ouro de Vila Rica - há ou não circularidade na prática pedagógica das escolas de Ouro Preto. Ao conhecer que há, minimamente, pautou-se investigar se a divulgação de sua história nas escolas está relacionada ao Congado de Ouro Preto, e em específico, ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia do Alto da Cruz, o qual tem Chico Rei como mito fundador; ou endossam as produções históricas de intelectuais que utilizaram da história de Chico Rei para construir uma memória histórica de Ouro Preto e de Minas Gerais. Fazemos dessa maneira por reconhecer que a mítica de Chico Rei foi apropriada e divulgada por diferentes intelectuais e momentos, como Afonso Arinos (1904), Diogo de Vasconcelos (1904; 1911), Mário de Andrade (1925). Desse modo, analisamos produções históricas que apresentaram Chico Rei em quatro categorias: a) os memorialistas; b) os monumentalistas; c) o ativismo intelectual negro; e d) as produções acadêmicas. O contexto da pesquisa nas escolas se deu em investigar 10 escolas públicas estaduais e municipais e uma escola privada, do Centro Histórico e dos bairros arredores. Foram analisados dois projetos de Educação Patrimonial e também 16 livros didáticos de História e Geografia Regionais entregues a todas as escolas ouro-pretanas. As análises referentes às escolas se sustentam nos temas da educação étnico-racial, as quais discutidas e apresentadas por Gomes (2007; 2008) e Gomes e Silva (2005). Quanto ao Congado e Educação, pautou-se em Silva (2017) e Oliveira (2011). Quanto aos livros didáticos, Bittencourt (2001; 2004), Luca (2012), Munakata (2012); Cassiano (2004) e Silva (2004). Concluimos que a presença da história de Chico Rei no ambiente escolar ouro-pretano, realizada pelos projetos de Educação Patrimonial da cidade e pelas ações individuais de professores e gestores das escolas visitadas esteve relacionada com o caráter memorialista e monumentalista, onde utilizaram da história de Chico Rei para enaltecer a cidade. No entanto, concluimos também que nos livros didáticos de História e Geografia Regionais sua presença é ínfima, onde a menção ao Congado é maior, mesmo que de maneira sucinta. Nesse sentido, não há presença efetiva da história de Chico Rei nos livros didáticos entregue às escolas ouro-pretanas.

Palavras-chaves: Chico Rei; Congado; Educação.

Chico Rei é reconhecido como um rei africano capturado e trazido com sua família para Vila Rica, atual Ouro Preto, para trabalhar como escravo nas minas de ouro da localidade. Sobrevivendo apenas ele e seu filho, advindos da região do Congo, na África Centro-Occidental, conta-se que Chico Rei foi escravizado na Mina da Encardideira, nos

arredores do Palácio Velho. Com seu trabalho incessante, conseguiu comprar sua alforria, e posteriormente, a alforria de seu filho e de outros africanos escravizados, que juntos, foram libertando outros africanos e assim sucessivamente. Além de alforriar-se e alforriar os outros, conseguiu comprar a Mina da Encardideira e o Palácio Velho, o antigo palácio dos governadores. Chico Rei foi coroado novamente como rei, e que saía em cortejo pelas ruas de Vila Rica, com sua corte, ao som de instrumentos africanos e passos de danças, dando origem ao Congado. Associa-se à Irmandade¹ de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Pretos do Alto da Cruz, e junto aos irmãos africanos da irmandade constroem a Igreja de Santa Efigênia do Alto Cruz, realizando, a cada ano, o Reinado e o cortejo do Congado.

Nos dias atuais é realizado em Ouro Preto, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, organizado pela AMIREI – Associação Amigos do Reinado², que agrupa a Guarda de Moçambique e a Guarda de Congado do mesmo bairro. Esse Reinado, manifestação religiosa afro-mineira, foi retomado em 2009, após décadas sem ser realizado. A retomada desse ritual deu-se, fundamentalmente, pela incorporação do mito de Chico Rei por parte dos congadeiros e moçambiqueiros, onde os elementos simbólicos do Reinado, como o Trono Coroado³ e o cortejo são realizados fundamentando-se na mítica de Chico Rei.

A comunidade congadeira do Alto da Cruz vive o mito de Chico Rei no âmbito incorporado, no corpo, guiando sua experiência religiosa; pois como disse Joseph Campbell (1990), o mito é uma função da biologia. E se torna mito para comunidade congadeira, pois o mito designa de uma história verdadeira e extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo, além de fornecer modelos para a conduta humana, como disse Mircea Eliade (2006), sendo histórias de busca de verdade e de sentido (CAMPBELL, 1990).

No entanto, a história de Chico Rei não estava vinculada apenas à oralidade das comunidades congadeiras, mas também à produção escrita, elaboradas desde o início do

¹ Segundo Rubens Alves da Silva (2005, p. 2) as irmandades de homens pretos “constituíram-se em espaços de sociabilidade e de afirmação identitária de escravos africanos e seus descendentes no Brasil, tendo como padroeiros, principalmente, as santidades Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia”. Será discutido com mais intensidade sobre as irmandades negras no segundo capítulo dessa pesquisa.

² Organização social cadastrada em registro de pessoa jurídica, criada em 2008, que tem por objetivo a representação jurídica, captação de recursos e representação perante os órgãos públicos. Sua criação também foi uma tentativa de atenuar os conflitos existentes entre os congadeiros e a Igreja de Santa Efigênia, na presença da Irmandade do Rosário, que há décadas não está mais associada ao Congado; além de ser uma forma de dar continuidade às festas da manifestação religiosa (EVARISTO, 2015).

³ Conjunto de reis e as rainhas congos, perpétuos, de devoção ou de promessa, que guardam o trono de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, os santos de devoção; além do primeiro trono ancestral das reminiscências africanas, que no caso do Reinado do Alto da Cruz, é o de Chico Rei.

século XX, onde citaram Chico Rei ou destinaram obras exclusivas a ele. Essas produções foram escritas em diversos momentos e movimentos, indicando diversas intencionalidades na propagação da história de Chico Rei.

Essas produções foram analisadas em quatro categorias, onde, após realizá-las, pautou-se em investigar de qual maneira a história de Chico Rei estava sendo apresentada dentro do ambiente escolar: vinculada às produções narrativas - e quais produções narrativas e suas respectivas intencionalidades; ou estavam relacionadas com o Reinado do Alto da Cruz de Ouro Preto que, a cada ano, realiza seu festejo, incorporando a mítica de Chico Rei, onde intitulam-se herdeiros do rei africano.

As produções escritas sobre Chico Rei

Iniciando pelos memorialistas, esses referem-se aos escritores que escreveram sobre Ouro Preto com o objetivo de resgatar e construir uma memória histórica da cidade após a mudança da capital mineira, de Ouro Preto a Belo Horizonte, em 1897. Delegada ao esquecimento, Vila Rica tornou-se um ambiente de abandono e melancolia. Ouro Preto passa “a significar um artefato digno de preservação devido à sua estagnação e decadência”, e “aquilo que, num primeiro momento, fez de Ouro Preto a imagem da decadência e do atraso, passa a servir como atributo de sua grandeza e dignidade histórica” (NATAL, 2006, p. 1). Nesse sentido, esses escritores, “envidavam esforços no sentido de divulgar e valorizar o patrimônio e a riqueza histórica de que era portadora a antiga Vila Rica” (GASPAR, 2016, p. 528). Esses escritores evocaram personagens e acontecimentos, elevando-os ao âmbito de heroicos e épicos. Chico Rei torna-se, portanto, um desses personagens evocados, onde sua história não foi escrita para contar sobre os africanos escravizados em Vila Rica, mas sim, para vangloriar essa Vila Rica como um lugar de feitos heroicos. Afonso Arinos (1904) e Diogo de Vasconcelos (1904; 1911) foram expoentes na escrita da história de Chico Rei e compuseram o seletivo grupo que pautou-se em lembrar e construir a história de Ouro Preto.

Afonso Arinos, escritor e advogado mineiro, como apresenta Gaspar (2016) acredita-se que tenha sido o primeiro a coletar e escrever a história de Chico Rei, publicada em 1904, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o nome *Atalaia Bandeirante*, onde Arinos descrevia a visita de um viajante a Ouro Preto, que percorre alguns locais da cidade apresentando Chico Rei quando dizia sobre a Igreja de Santa Efigênia.

Diogo de Vasconcelos, advogado e político mineiro, em 1904, em seu livro *História Antiga de Minas Gerais*, apresentou Chico Rei em uma extensa nota de rodapé, acrescentando

elementos à história do monarca, como membros de sua família e a Irmandade do Alto da Cruz e a data onde Chico Rei foi coroado em Vila Rica: o dia 6 de janeiro. Em 1911, Vasconcelos diz novamente sobre Chico Rei na obra *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*, que reuniu diversos intelectuais, com organização de Nelson Senna.

Tantos outros escritores e escritoras disseram sobre Chico Rei no caráter memorialista e, por vezes, respaldando-se em Vasconcelos (1904), como Carlos Góes (1904), Alcebiades Delamare (1935), Eponina Ruas (1950), Angélica Rezende (1965), e também produções mais atuais de escritores ouro-pretanos, como Ângela Xavier Leite (2009) e Terezinha Lobo Leite (1999; 2011).

Os memorialistas influenciaram também os escritores monumentalistas, que diz respeito aos intelectuais que cobraram a monumentalização da cidade ouro-pretana, discursando sobre a materialidade de Ouro Preto, seus templos e seus monumentos. O Movimento Modernista apresentou-se como um grupo de grande atuação nesse intento. Mário de Andrade, no poema *Nocturno de Belo Horizonte* (1925) e Manuel Bandeira, em *Guia de Ouro Preto* (1930), contaram sobre Vila Rica como um lócus de uma materialidade e arte genuína e, nesse discurso, citaram Chico Rei.

O Movimento Modernista e a Viagem de Descoberta do Brasil⁴, realizada pelos modernistas para cinco cidades mineiras, culminou na elevação da cidade ouro-pretana como Monumento Nacional, em 1933, estabelecida como Cidade Histórica sob tutela do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.

Em 1966, Agripa de Vasconcelos, escritor e médico mineiro, lançou o romance intitulado *Chico Rei*, o último volume de sua série *Sagas do País das Gerais*. Muitas produções seguintes ao romance *Chico Rei* se valeram de elementos criados pelo autor, como o nome Galanga e o navio negreiro Madalena. As obras da série *Sagas do País das Gerais* ganharam o status de narrativas verídicas de histórias dos lugares mais longínquos de Minas Gerais que o autor mineiro “redescobriu e revelou ao mundo” sendo “inequivocamente, História, com maiúscula”, como apresentou a orelha do livro da primeira edição de 1966. Após o lançamento do romance e o alcance que ele tomou, a história de Chico Rei passou a ser entoada, em grande parte, semelhante a que foi escrita por Agripa Vasconcelos (1966), mesmo o autor utilizando de expressões racistas e preconceituosas.

⁴ *Viagem de descoberta do Brasil* foi o nome dado à viagem realizada pelos modernistas paulistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e o poeta francês Blaise Cendrars, em 1924, a Minas Gerais, percorrendo as cidades de Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei e Sabará. Os Modernistas buscam com essa viagem descobrir o novo na tradição e na arte genuinamente brasileira.

No entanto, é na categoria do ativismo intelectual negro que aparecem as obras que citaram a mítica de Chico Rei no âmbito das ações de subsistência e sobrevivência de africanos escravizados no período escravocrata.

Manuel Querino, escritor, artista e antropólogo negro baiano, em 1918, escreveu sobre Chico Rei em *O colono preto como fator da civilização brasileira*, no capítulo chamado *As juntas para as alforrias*. Pioneiro no reconhecimento da contribuição africana à civilização brasileira (GLEDHILL, 2011), o autor apresentou o rei africano de Vila Rica para então compor seu estudo frente às ações de negros.

Expressões artísticas genuinamente negras apropriaram-se da história de Chico Rei para vangloriá-lo no lócus das ações organizativas e coletivas de negros em situação de escravidão e suas lutas em busca da autonomia, liberdade e à seguridade da vida de seu coletivo. Foram eles, os Sambas Enredos destinados a Chico Rei, como da Acadêmicos da Salgueiro (1964) e G.R.B.E.F.S. Barroca da Zona Sul (1985).

Organizações do Movimento Negro também apropriaram-se do nome de Chico Rei, como o Clube Chico Rei, de Poços de Caldas, criado em 1963 (PEREIRA; SILVA, 2012) e o Grupo Cultural Filhos de Chico Rei, de Belo Horizonte, fundado em 2000 (SILVA, 2007).

Ademais, diversos livros infantis sobre a história de Chico Rei foram escritos, exaltando a história do rei negro e dos africanos de Vila Rica e sua resistência, como o de Sylvia Orthof (2003), Betrice Tanaka (2008) e Renato Lima (2008).

Nesse sentido, produções foram realizadas, inauguradas por Manuel Querino (1918), no terreno da exaltação e valorização das ações insurgentes de africanos escravizados, contando a história de Chico Rei nesse desígnio, o qual sua história se refere.

Já a categoria das produções acadêmicas mostra que a temática de Chico Rei é recente nas pesquisas acadêmicas. Houveram aqueles que citaram Chico Rei e o fizeram de maneira a duvidar da mítica e até satirizar os elementos dela, como Aguiar (1993) e Martins (2001), autor que, em *Quilombo de Campo Grande – A História de Minas Roubada do Povo*, conta que a história sobre Chico Rei transmitia uma visão amena da escravidão, além de apresentá-lo como antiquilombista, fazendo com que a narrativa ganhasse holofotes, encobrindo a história de rei Ambrósio, que segundo o autor, é o legítimo monarca que deve-se conferir título em Minas Gerais.

No entanto, pesquisadores da manifestação do Congado, como Rubens Alves da Silva (2005; 2007), Leda Maria Martins (1997), Edmilson Almeida Pereira e Núbia Pereira de

Magalhães Gomes (1990; 2003), desde o início da década de 90 falavam sobre Chico Rei como o fundador do Congado mineiro.

Mas é com Marina de Mello e Souza (2002), Alessandro Dell’Aira (2010) e Tarcísio de Souza Gaspar (2016) que a mítica de Chico Rei é investigada com historicidade, onde os pesquisadores apresentam diversos elementos históricos que se assemelham ao acontecimento mítico de Chico Rei, mostrando que, como disse Marina de Mello e Souza (2002, p. 314), “se este não existiu tal como conta a lenda, pode ter existido personagem semelhante, que deu origem a ela, que em tudo se adequa às informações históricas acerca das lideranças negras às quais era atribuído o cargo de rei”.

Nesse sentido, ao investigar tais produções e as intencionalidades transmitidas por elas ao falar sobre Chico Rei, podemos compreender que os memorialistas e monumentalistas utilizaram de sua história não para contar sobre os africanos escravizados em Vila Rica, mas sim, para vangloriar Vila Rica como um lugar de feitos heroicos. Não obstante, as produções do ativismo intelectual negro e as produções acadêmicas aparecerem em menor número, onde produções de caráter memorialista e monumentalista apresentam um número maior de obras produzidas, sendo facilmente encontradas na Sala Ouro Preto da Biblioteca Municipal da cidade. Ademais, as produções memorialistas e monumentalistas foram escritas em um momento em que se pautava construir uma memória histórica de Ouro Preto, firmando-se como a história da cidade, sendo recontada até os dias atuais, citando Chico Rei sempre o relacionando aos monumentos históricos da cidade e evocando-o para exaltar a história ouro-pretana. E é nesse contexto que se configura a realidade escolar ouro-pretana.

No ambiente escolar ouro-pretano

Ouro Preto apresenta a Lei Municipal nº 59/2005, que institui Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Patrimonial, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras em Ouro Preto. Lei específica à cidade de Ouro Preto que adveio da Lei Nacional nº 10.639/03, a respeito da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. No entanto, a realidade ouro-pretana mostra-se a não cumprir a referida Lei Municipal.

Com relação às escolas, foram investigadas *in loco* 10 escolas da rede pública – estadual e municipal – e uma escola da rede privada de ensino, localizadas no Centro

Histórico da cidade e em bairros arredores⁵. Também foram investigados dois Projetos de Educação Patrimonial, um elaborado via Secretaria Municipal de Educação, destinada a todas as crianças da antiga 4ª série da rede pública e privada de ensino e outro projeto elaborado pela Comissão Ouro-Pretana de Folclore destinada a crianças da 3ª série de escolas públicas da cidade. O projeto via Secretaria Municipal de Educação ocorreu durante 18 anos, no entanto foram analisados dois livretos entregues às crianças. O livreto elaborado pela Comissão de Folclore ocorreu entre 2004 e 2005. Para além, analisamos 16 livros didáticos de História Regional e Geografia Regional entregue às escolas públicas estaduais e municipais de Ouro Preto.

Quanto à investigação nas 11 escolas, obtivemos que a presença de Chico Rei no ambiente escolar foi pequena, e quando esteve presente, esteve relacionada aos monumentos da cidade e não com o Reinado do Alto da Cruz e ao Congado de Ouro Preto.

Configurou-se nas 11 escolas a prevalência da ausência da história de Chico Rei. Desse total de 11 escolas, apenas 4 escolas realizaram alguma atividade a respeito do rei negro, onde 3 dessas escolas configuraram-se como atividades esporádicas realizadas por professores: uma atividade foi a encenação do poema *Chico Rei*, de Cecília Meireles (1950), onde não havia referência da presença do Congado; outra atividade foi visita à Mina Chico Rei, ponto turístico da cidade aberto a visitação, sem relação ao Congado; e a outra foi um desfile de 7 de setembro onde, como proposta da gestão da escola, crianças desfilaram como Chico Rei e escravizados, também não aludindo à existência do Congado. Das 4 escolas que realizaram algo, apenas em uma escola a atividade realizada relacionou Chico Rei com o Congado, e configurou-se como uma atividade contínua, onde foram os próprios congadeiros e moçambiqueiros do Alto da Cruz que realizaram palestras e apresentações para a referida escola, à convite da gestão escolar, sempre no mês de novembro.

As quatro escolas que elaboraram atividades a respeito de Chico Rei estão localizadas próximas aos monumentos relacionados a ele: a Mina Chico Rei e a Igreja de Santa Efigênia e também ao festejo do Reinado do Alto da Cruz.

O projeto de Educação Patrimonial elaborado via Secretaria Municipal de Educação configurou-se a partir de visitas guiadas a monumentos históricos da cidade onde cada criança da antiga 4ª série, de escolas estaduais e municipais do território de Ouro Preto, recebia um

⁵ Como Centro Histórico, compreendo como o território tombado pelo IPHAN, quanto aos bairros arredores, refere-se aos bairros que não pertencem ao Centro Histórico, mas que se encontram em uma distância de até 5,5 km da Praça Tiradentes, no centro de Ouro Preto, parâmetro elaborado por mim.

livro com o conteúdo da visita. O primeiro livro analisado, *Ouro Preto gosto de você* (LEITE, s.d.), apresenta aos leitores o personagem Ourinho, desenhado na forma de uma pepita de ouro, que apresenta-se como educado e simples e que está para resgatar a cidadania da cidade através do Projeto de Educação Patrimonial.

O outro livro analisado, *Ouro Preto tenho orgulho de você* (LEITE, 2005), apresenta que o objetivo do Projeto era “resgatar fatos da história e do folclore local, identificar sítios históricos, além de reviver antigos brinquedos e brincadeiras” (LEITE, 2005, p. 5). Nele, Chico Rei é citado duas vezes: no momento destinado à Mina Chico Rei e à Igreja de Santa Efigênia. Em nenhum momento do livro Chico Rei é relacionado ao Congado, tampouco o Congado é citado no livro. Nesse sentido, Chico Rei só esteve relacionado aos monumentos históricos da cidade, como um acontecimento lendário, exaltando e endossando a existência do monumento.

Quanto ao projeto elaborado pela Comissão Ouro-Pretana de Folclore, refere-se a um álbum de figurinhas entregues as turmas de 3ª série de todas escolas municipais de Ouro Preto, entre os anos de 2004 e 2005, onde cada figurinha desse álbum apresentava um personagem da cultura de Ouro-Preto. Chico Rei era um desses personagens e no *Livro do Professor* (2004), onde apresentava sua história, ele esteve relacionado ao Congado e ao Reinado do Alto da Cruz.

Em relação aos livros didáticos, a presença da história de Chico Rei foi ínfima. De 16 livros, apenas dois livros falaram de Chico Rei, quando diziam sobre o Congado mineiro, dando a Chico Rei o status de fundador da manifestação. Os livros foram *Minas Gerais História e Geografia* (SCALDAFERRI, 2014), que comentou sobre o rei negro em apenas uma linha e *Minas Gerais: arte, cultura, história e geografia* (CAMPOS; CRISPIM; MOURA, 2014) livro que dispôs de duas folhas para a temática, trazendo a pesquisa de Dell’Aira (2010) o qual analisa a litogravura do artista Johan Moritz Rugendas (1825), dando historicidade à Chico Rei. Nesse sentido, os autores do livro didático discutiram a historicidade de Chico Rei junto ao Congado a partir dessa pesquisa.

Outros 13 livros falaram sobre o Congado como manifestação mineira, mas não citaram Chico Rei. Em apenas dois livros didáticos Chico Rei e o Congado não foram citados.

Em relação aos livros didáticos, observou-se que muitos autores do livro não residiam em Minas Gerais, e sim em outros estados, substancialmente em São Paulo, estado de proveniência da maioria das editoras que publicaram tais livros. Portanto, expressões

significativas para os estado mineiro podem ter sido não escaladas pelos autores para compor os livros.

Outra questão substancial diz respeito à veracidade da mítica de Chico Rei, que mesmo apresentando produções que o citaram e disseram sobre o rei negro, sua história transita no âmbito da lenda, por não haver documentos que comprovem a existência de Chico Rei; e além disso, são poucas e recentes as pesquisas que vem tratando da temática em sua historicidade.

Conclusões

Contudo, podemos perceber que houve uma pequena divulgação da história de Chico Rei no ambiente escolar ouro-pretano. Essa pequena apresentação esteve ligada à materialidade e à monumentalidade de Ouro Preto, gerada pela memória histórica construída pelos memorialistas e monumentalistas.

A experiência mítico-religiosa do Reinado Alto da Cruz foi ínfima. Deu-se pelo projeto de Educação Patrimonial da Comissão Ouro-Pretana de Folclore, em 2005, e pelas apresentações das guardas de Congado e Moçambique realizadas em duas escolas. Desse modo, a organização que atua com as manifestações tradicionais e o próprio Congado e Moçambique do Alto da Cruz foram os únicos que elaboraram algo que relacionou o Chico Rei e Congado.

As escolas, de fato, apresentaram a expressão legitimada historicamente: Chico Rei como personagem heroico associado aos monumentos da cidade, endossando a história do município como uma terra de acontecimentos épicos; onde a manifestação do Congado, existente e resistente até os dias atuais, não esteve presente, em suma, no ambiente escolar.

A educação escolar, entendida como parte constituinte do processo de humanização, tem de estar associada aos processos culturais e a construção de identidades (GOMES; SILVA, 2006). Mesmo que a história de Chico Rei refira-se a um rei negro, ao reproduzir os escritos memorialistas e monumentalistas, a escola afasta a comunidade negra congadeira herdeira de Chico Rei da sua própria mítica. É como se o *corpus* negro fosse deslocado da mítica do rei negro, onde ele daria apenas *corpo* para a existência da materialidade histórica de Ouro Preto.

Portanto, emprestando os termos de Boaventura de Souza Santos (2000; 2008), o ambiente escolar ouro-pretano provocou uma “invisibilidade ativamente produzida” por afastar a mítica de Chico Rei e o Congado do ambiente escolar, e também um “desperdício de

experiência humana”, por ter apresentado, nas poucas vezes em que ocorreu, Chico Rei no viés do mito-heroico, e não a partir da experiência do Reinado do Alto da Cruz.

Resumen: Este trabajo se centro em la investigación de la historia de Chico Rei – reconocido como un rey africano esclavizado en las minas de oro de Vila Rica – hay o no hay circularidade em la práctica pedagógica de las escuelas de Ouro Preto. Al conocer que hay circularidade, minimamente, se decició investigar si la divulgación de su historia en las escuelas está relacionada al Congado de Ouro Preto, y específicamente, al Reinado de Nossa Senhora do Rosário y de Santa Efigênia del Alto de la Cruz, el cual tiene Chico Rei como mito fundador; o endosan las producciones históricas de intelectuales que utilizaron la historia de Chico Rei para construir una memoria histórica de Ouro Preto y de Minas Gerais. Hacemos desta forma por reconocer que la mítica del Chico Rei fue apropiada y divulgada diferentes intelectuales y momentos, como Afonso Arinos (1904), Diogo de Vasconcelos (1904; 1911), Mário de Andrade (1925). De este modo, analizamos las producciones históricas que presentan Chico Rei em cuatro categorías: a) los memorialistas; b) los monumentalistas; c) el activismo intelectual negro; y d) las producciones académicas. El contexto de la pesquisa em las escuelas se dio em investigar 11 escuelas publicas estaduais y municipales y una escuela privada, del Centro Histórico y de los barrios de alrededor. Se analizaron dos Proyectos de Educación Patrimonial y también 16 libros didácticos de Historia y Geografía regional entregados a todas las escuelas ouro-pretanas. Los analices referentes a las escuelas se sustentaron em los temas de la educación étnico-racial, em Gomes (2007; 2008) y Gomes y Silva (2005). Em cuanto al Congado y Educación, centró em Silva (2017) y Oliveira (2011). Em cuanto al libros didácticos, Bittencourt (2001; 2004), Luca (2012), Munakata (2012), Cassiano (2004) y Silva (2004). Podemos concluir que la presencia de la historia de Chico Rei em el ambiente escolar ouro-pretano, realizada por los proyectos de Educación Patrimonial de la ciudad y por las acciones individuales de professores y gerentes de las escuelas visitadas estuvo relacionada con el carácter memorialista y monumentalista, donde se utiliza la historia de Chico Rei para enaltecer la ciudad. Sin embargo, concluimos también que em los libros didácticos del Hisotia y Geografía Regionales su presencia es ínfima, donde la mención al Congado é mayor, aunque de manera. Em esse sentido, no hay presencia efectiva de la historia del em los libros didácticos entregados a las esculas ouro-pretanas.

Palabras llaves: Chico Rei; Congado; Educación.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. Nocturno de Belo Horizonte. **Revista Estética**, Rio de Janeiro, ano II, v.1, abr./jun 1925, p. 233-247.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Joseph Campbell com Bill Moyers; Org. por Betty Sue Flowers. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPOS, Helena Guimaraes. **Minas Gerais: arte, cultura, história e geografia.** 4º ou 5º anos. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHICO REI. (Samba-Enredo). GRES Salgueiro. 1964.

COMISSÃO OUROPRETANA DE FOLCLORE. **Falando de Folclore:** referência para o professor. Ouro Preto: Editora Graff Cor, 2003.

DELL'AIRA, Alessandro. Detalhes de uma lenda. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 6, n. 63, dez/2010.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** 6ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

EVARISTO, Maria Luiza Iginio. A fé que encanta através do canto e dança no Congado de Ouro Preto. In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, **Anais...**, Juiz de Fora, MG, 15 a 17 de abr. 2015.

GASPAR, Tarcísio de Souza. **Tapanhuacanga em ruínas:** história do Palácio Velho de Ouro Preto. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GLEDHILL, Sabrina. Reflexões sobre retratos de Manuel Querino. **Revista de História,** João Pessoa, n. 25, jul./ dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/13997/7919>> Acesso em: 10 fev. 2019.

GOES, Carlos. **Histórias da Terra Mineira.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Negras raízes mineiras:** os Arturos. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.

LEITE, Terezinha Lobo. **Educação Patrimonial na escola.** s. d.

_____. **Ouro Preto me orgulho de você.** São Paulo: Editora Lemos, 2005.

_____. **Ouro Preto:** sua história, seus encantos, sua magia. 1. ed. S/E: Ouro Preto, 1999.

LEITE, Terezinha Lobo; CARNEIRO, Leonardo. **Ouro Preto:** o encanto dos seus contos. S/E: Ouro Preto, 2011.

LIMA, Renato. **Chico Rei.** São Paulo: Paulus, 2006.

LOUVAÇÃO A CHICO REI. (Samba-Enredo). G.R.B.E.F.S. Barroca da Zona Sul. 1985.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória.** O reinado do Rosário do Jatobá. Belo Horizonte: Maza Edições, 1997.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande:** a história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Santa Clara, 2008.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Livros D Portugal, 1953.

NATAL, Caion Meneguello. Mario de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História Social**, Campinas, n. 13, 2007.

ORTHOFF, Sylvia. **O Rei Preto de Ouro Preto**. São Paulo Global, 2003.

_____. **Lei nº 59 de 2005**. Institui Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Patrimonial, para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras em Ouro Preto. Ouro Preto, MG, 2005.

PRADO, Daniel P.; SILVA, Gabriela Costa. Jornal Chico Rei de Poços de Caldas (1987-1989): Uma estratégia de ensino e implementação da lei 10.639/03. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul./dez. 2015.

QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 13, 1980, p. 143-158.

REZENDE, Angélica. **Lembrando Ouro Preto e Aleijadinho**. Belo Horizonte: Imp. Of., 1965.

SANTOS, Amanda Melissa dos. **O Grande Anganga Muquixe Chico Rei**: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, outubro, 2002, p. 237-280. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF Acesso em dez/2018.

_____. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCALDAFERRI, Dilma Célia. **Minas Gerais: História e Geografia**. São Paulo: FDT, 2014.

SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo do Brasil In: SILVA, Vagner Goncalves da (org.). **Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2007.

_____. A incorporação do mito Chico Rei. In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS-25 a 29 de outubro de 2005 - Caxambu – MG. **Anais...**, Caxambu, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VASCONCELOS, Agripa. **Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

Antecedentes da educação formal brasileira, a partir do Serro/MG (1702-1807)

Danilo Arnaldo Briskievicz
Doutorando em Educação
PUC Minas
doserro@hotmail.com

Resumo: Investigamos a história da educação no Brasil colonial no período de 1702 a 1807 a partir da análise dos conflitos entre o ensino espontâneo, a educação formal e a urbanização que se deram no Serro/MG. Demonstramos que a educação passa nesse contexto pelo ensino espontâneo que se dá na vida cotidiana, nas relações com o padroado, com o Senado da Câmara, nas corporações de ofícios mecânicos para a construção das igrejas, criando uma urbanidade marcada pelas tensões raciais, econômicas e políticas. Avançamos nas considerações do período pombalino, em que surgiram os primeiros mestres serranos, de fato, e por isso narramos sua história. A metodologia usada para nossa abordagem é a microanálise histórica, com uma tentativa de reconstituição de narrativas a partir de fontes primárias. Buscamos um diálogo com Norbert Elias e o seu conceito de processo civilizador, com Max Weber ao definir a racionalidade moderna, com Pierre Bourdieu ao conceituar como opera o poder simbólico para elucidar como e de que forma a educação informal aconteceu nesse contexto e os conceitos de poder disciplinar e biopoder de Michel Foucault. O resultado esperado é um panorama da transição de uma instrução espontânea para uma educação formal no Brasil colônia.

Palavras-chave: Ensino espontâneo; Educação formal; História da educação

Introdução

Nosso objetivo é compreender o funcionamento da educação colonial brasileira tendo como referência temporal o período de 1702 até 1807, e como referência espacial as minas do Serro do Frio (1702), que se tornaram a Vila do Príncipe (1714) e a atual cidade do Serro/MG (1828). Trata-se de uma vila do ouro do Brasil colonial que foi sede da Comarca do Serro do Frio, afetada diretamente pelas tentativas da Coroa Portuguesa de ordenamento da educação, tornando-se modelar para a compreensão dos conflitos do que podemos designar de transição do ensino espontâneo para a educação formal. O nosso problema se resume em explicar como se desenvolveram as práticas educativas no Brasil colônia tendo como ponto de partida as conflitivas relações sociais nas Minas Gerais. No dia 14 de março de 1702, a atual cidade do Serro ficou conhecida por paulistas que se embrenharam no sertão para além das minas de Sabará. A atual cidade começou como uma mina de ouro, um ponto inicial daquilo que “é tudo extenso e aberto sertão” (COELHO, 1994, p. 239). Sua primeira narrativa documental – e por isso mesmo histórica – se deu com o uso de uma língua estrangeira aos habitantes

daqueles morros, idioma vindo do continente europeu: a língua portuguesa. O idioma português foi aprendido pelos conquistadores em alguma cadeira de primeiras letras de Taubaté, Guarulhos, Itu ou Vale do Paraíba. Nessa região paulista viveram as famílias dos descobridores serranos originários da imigração portuguesa para a colônia. Esse grupo aprendeu os caminhos do ouro a partir das entradas de Fernão Dias Paes Leme (c.1608-1681), que os ensinou ao seu genro Manoel de Borba Gato (1649-1718), que por sua vez passou os ensinamentos sobre as rotas do ouro e de como descobrir o metal precioso nos rios mineiros a tantos outros grupos de paulistas, incluindo os descobridores do Serro. O ofício de descobridor quando recompensado por seus achados feitos apenas e por causa da permissão da Coroa Portuguesa era fundamental para a sobrevivência econômica, para a manutenção do prestígio social e a ampliação dos privilégios concedidos pela metrópole. De fato, o Serro veio de Sabará, que veio de São Paulo, que veio da interiorização metropolitana nas terras coloniais desde o século XV. O escrivão do documento de descoberta era um dos integrantes da expedição e o seu nome era Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Ele era um homem letrado que fazia jus à clássica premissa dos antigos que afirmavam não haver paulista que, “mais ou menos, deixasse de afagar o pensamento de descobrir minas” (D’OLIVEIRA, 1864, p. 114). Até a dissociação dos interesses entre a Companhia de Jesus contrarreformista e a Coroa Portuguesa em franca aceleração da exploração do território colonial brasileiro – acontecida em 1759 com a expulsão dos jesuítas da colônia por ordem do Marquês de Pombal – muitas cidades iriam orbitar em torno dos colégios jesuítas, do seu método de ensino *Ratio Studiorum* e de seu poder religioso e temporal.

O atual estado de Minas Gerais e de São Paulo foram comandados até 18 de junho de 1710 pela Capitania do Rio de Janeiro quando foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. No dia 02 de dezembro de 1720, os dois territórios foram separados criando duas capitanias distintas, mas fundamentalmente coligadas por antepassados, por costumes, pela religiosidade cristã que fará surgir em terras mineiras o barroco, pela forma de entender o fenômeno da modernização que segundo Max Weber leva a uma “identificação da correlação e do condicionamento de certos valores” (BOBBIO et al., 2007, p. 775). Dito de outra forma, a ética cristã portuguesa refundada e recriada na colônia pelos paulistas dos descobertos é ontologicamente constituinte da ética barroca das Minas do Serro do Frio e de todas as suas formas de ver e viver a própria existência. Os bandeirantes herdaram, de alguma forma, o modo de ver o mundo dos jesuítas amalgamando cristianismo e civilidade, bens temporais e bens divinos. É dessa forma que a lógica de organização sociocultural dos bandeirantes parece

ter se tornado uma característica local espalhada para outros lugares do Brasil e, em especial, nas minas do Serro do Frio. Não se pode esquecer, no entanto, que para se ter o homem paulista cristão civilizado e aristocrático foi preciso haver a imigração portuguesa para as terras coloniais a serviço da Coroa. O escrivão Araújo trouxe o livro da descoberta das minas do Serro do Frio em branco desde as minas de ouro de Sabará. O escrivão do procurador da Fazenda Real escreveu o primeiro livro de onde fizeram a pousada sabarense na região do Serro do Frio em português castiço, deixando gravado para a conferência dos mandatários lusitanos um Livro que há de servir da Receita da Fazenda Real destas minas do Serro do Frio e Tucumbira. Ele nomeou com todas as letras os descobridores: Antônio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira [Paes] e Manoel Corrêa Arzão acompanhados pelas testemunhas oculares que vão redigir e dar validade aos documentos oficiais para conhecimento da Real Fazenda: o procurador Baltasar de Lemos de Moraes Navarro e seu escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Um achado que teve como ponto de partida um livro escrito em português por um procurador alfabetizado em São Paulo, com hospedaria em Sabará e que chegou ao Serro antigo atrás do enriquecimento pela corrida do ouro. E, de fato, conseguiu. Na prática, as minas do Serro do Frio deram retorno imediato aos descobridores e para a Coroa Portuguesa que começou a exigir imediatamente o pagamento do quinto de ouro dos mineradores aventureiros. Poucos meses após a descoberta dos bandeirantes sabarense formou-se um povoamento nas proximidades dos atuais córregos Quatro Vinténs e Lucas, com os primeiros lavradores. Os homens letrados chegaram de fora pois nas primeiras décadas do século XVIII na região do Serro do Frio não houve a mínima preocupação com o ensino, com a educação. A preocupação era o ouro. O brilho do ouro ofuscou a educação. Em 1714, as minas do Serro do Frio se tornaram a Vila do Príncipe. Levantou-se o pelourinho, em frente da matriz e da casa do Senado da Câmara, edificou-se a cadeia pública e a desordem do bota e vira das bateias passou a receber um certo planejamento urbano, de maneira a melhorar as condições dos funcionários públicos, e do pequeno número de moradores que sonhava em permanecer naquele lugar em construção precária para toda a vida. O controle administrativo português sobre as terras auríferas foi ampliado ainda mais com o desmembramento e desvinculação do território de São Paulo e Minas do Ouro da Capitania do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1710.

No dia 02 de dezembro de 1720, houve a separação definitiva entre São Paulo e Minas do Ouro, tornando-se duas capitanias autônomas. Um pouco antes, a futura Capitania de Minas Gerais já havia recebido uma divisão administrativa radical. Tratava-se da criação em

07 de fevereiro de 1720 da Comarca do Serro do Frio com sede ou cabeça em Vila do Príncipe e a construção da Real Casa de Fundição do Ouro prevista para ser edificada logo, mas isso só iria acontecer no ano de 1750, para quintar os mineradores. Todas as dificuldades inerentes à geografia do norte de Minas Gerais foram determinadas pela criação da Comarca do Serro do Frio, o que em muitos casos, fundamentou o mal funcionamento da instrução pública, a precarização da profissão dos professores de primeiras letras, a dificuldade de comunicação entre o governo central da província em Vila Rica e a Vila do Príncipe e da Vila do Príncipe com as centenas de arraiais e vilas sob sua responsabilidade. De fato, esses fatores ligados à impossibilidade da administração do Senado da Câmara de se fazer participante de uma ação educativa em conjunto criaram o cenário propício para a quase ausência de cadeiras de primeiras letras no século XVIII na Vila do Príncipe e na Comarca do Serro do Frio. A Igreja foi parte fundamental da formação social serrana. No dia 17 de novembro de 1713, foi criada a Paróquia N. Senhora da Conceição pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Francisco de São Jerônimo, formado em Teologia pela Universidade de Coimbra. Teve a provisão de primeiro vigário encomendado o licenciado padre Antônio Mendanha Souto Maior de quem o bispo do Rio de Janeiro tivera boa informação. A complexa relação entre o estado português e a Igreja pôde ser percebida claramente na Vila do Príncipe: criaram-se as paróquias para o serviço das almas, mas também para a arrecadação de dízimos e sustento dos padres. Ao investigar a educação nos primeiros anos do norte de Minas Gerais podemos afirmar que o ouro ofuscou o ensino. Não houve em momento algum qualquer tipo de discussão, de apreciação, de proposta, de tomada de atitude em educar quem quer que fosse na região da corrida do ouro nos primeiros anos da conquista e estruturação de um sistema de controle, fiscalização, vigilância e exploração por parte da Coroa Portuguesa. Assim, tanto o escrivão do procurador real Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo, quanto o primeiro padre encomendado da paróquia de N. Senhora da Conceição; tanto os descobridores oficiais das minas que tiveram acesso aos estudos de primeiras letras quanto os aventureiros da corrida do ouro cujas biografias se perderam na poeira do tempo, dos quais não podemos checar qual o acesso que tiveram às primeiras letras, todos que chegaram àquela região acreditavam apenas num sonho: vencer na vida com a descoberta de várias oitavas de ouro ou dos serviços que incluíam a sua exploração, participando da elite administrativa local através das provisões de cargos públicos dados no interesse da gestão da Coroa Portuguesa da colônia ou através das eleições do Senado da Câmara como reconhecimento dos homens bons. Nesse sentido, podemos afirmar que o silêncio em relação ao ensino nas minas do Serro do Frio com a ausência de professores de primeiras letras é um sintoma de que os interesses eram os de

curtíssimo prazo: enriquecer e partir. Os que ficaram, talvez começassem a sonhar com uma comunidade em que o sentido da convivência fosse um dia norteado por outras luzes, as luzes da educação. Dessa forma podemos caracterizar a educação nos primeiros anos das minas do Serro do Frio como absolutamente ausente.

O ensino espontâneo e a moralidade civilizadora

A dinâmica urbana da Vila do Príncipe passou a exigir melhorias dos serviços básicos para a manutenção da vida de seus moradores como o acesso à água potável e à alimentação de qualidade; demandando por terras onde edificar as casas para bem viver e criar família; pleiteando arrematação de novas lavras para continuar o processo de exploração e acumulação do ouro, a principal moeda de troca por comida, vestuário, religião e transporte. Com o crescimento de uma elite local interessada em permanecer na Vila do Príncipe como moradores depois dos primeiros anos da frenética corrida do ouro estabeleceram-se, então, duas formas de perpetuação de seus privilégios econômicos, de raça e de sangue. A primeira e a mais conhecida da história local foi a instituição radical da escravidão africana para os serviços manuais nas lavras, nas casas e nas fazendas. A segunda forma não muito discutida e debatida foi a educação informal dos filhos em profissões e atividades econômicas destinadas aos homens bons da terra. O deslocamento dos africanos escravizados exigia vultoso capital para trazê-los dos mercados estrangeiros. Exigia também um consolidado sistema moralizador, punitivo e prisional para o controle social dos cativos para que pudesse bem funcionar em paragens tão distantes de qualquer outra civilização. Este não foi um problema difícil de resolver, pelo menos nos primeiros do povoado pois, com o ouro em profusão para financiar o sistema colonial mercantilista, as elites serranas rapidamente se devotaram à escravidão como um investimento lucrativo e que auxiliava na ampliação de seus ganhos. Dessa forma, em 1735, no norte de Minas Gerais, às margens do Rio Jequitinhonha, contavam-se 35 lavras estabelecidas e centenas de escravos em empreitada para seus proprietários. No mesmo ano, a cadeia ganhou um prédio novo para abrigar os escravos e criminosos que desobedeciam às regras da convivência civilizada da vila. Em 1714, por ocasião da elevação do arraial à vila, o pelourinho foi colocado em frente à matriz.

Para os escravos restava participar marginalmente do processo civilizatório serrano à margem da civilização que os serranos estavam criando em torno de seus interesses. O conceito de processo civilizatório foi criado por Norbert Elias (1993) para quem uma sociedade é composta por costumes como os gestos diários, as funções corporais, o cuspir, o urinar, o assoar, as boas maneiras à mesa. O processo civilizatório acontece quando se amplia

o controle da animalidade quando no século XVII começam os comportamentos ligados ao controle da natureza animal: esconde-se a nudez do corpo, os odores são disfarçados e as necessidades e funções naturais são realizadas em lugares próprios, isolados. Os costumes são considerados elevados quando regulamentados por regras sociais, quando os sentimentos e a sensibilidade são controlados pela moral das elites que criam em torno de si o modelo de um novo indivíduo. Civilizado é o sujeito que incorpora as normas sociais. Por isso, para Elias, a história da sociedade se reflete na história interna de cada indivíduo. Isso significa que a criança não nasce civilizada, ela adquire culturalmente as formas de se comportar na sociedade em que nasceu. Nossa distinção dialética propositalmente deslocada para o estudo das minas do Serro do Frio e a educação entre civilizado e não civilizado, entre civilizado e selvagem, entre serrano e africano, entre português e escravo adveio de Elias. Por isso, podemos perceber como se deu na região serrana a tentativa de importação do modelo de civilidade europeia. Com o tempo os serranos nascidos na colônia vão reinventar a civilidade tendo como base o modelo português. Dessa forma, os escravos acabavam sendo subjugados ao processo civilizatório por seus proprietários. A moralidade serrana era pedagogicamente ensinada às novas gerações pelo poder simbólico expresso implícita ou explicitamente pelos prédios, pelas igrejas, pelo pelourinho, pela separação das classes sociais, pela separação entre cativos, forros e homens livres. Consolidou-se um paradigma reprodutivista em que os mais velhos ensinam para os mais novos os seus valores e costumes, o mundo constituído como estrutura estruturante e estruturada disciplina os recém-chegados para conviverem nesse mundo já estabelecido, pré-determinado que será reproduzido. Consolidou-se, também, o paradigma do poder simbólico em que as relações mantidas pela coercitividade e pela centralidade dos adultos que já fizeram suas escolhas morais antes dos recém-nascidos está por todos os lugares e espaços sociais e foi vivido e revivido pelas gerações de adultos e ensinado às novas gerações nas minas do Serro do Frio. É Pierre Bourdieu que esclarece como o poder simbólico [do qual faz parte a educação formal e o ensino espontâneo] é uma forma de conhecimento praxiológico em que acontece “a questão da mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 8). As formas familiares, eclesiásticas, governamentais, policiais constituintes de uma sociedade são ensinadas e aprendidas cotidianamente. Depreende-se, assim, que são formas de reprodução do poder simbólico. A convivência do indivíduo em grupos é permeada pelo poder simbólico do próprio indivíduo, de outros indivíduos, do seu grupo e de outros grupos. Assim, aprende-se de maneira formal e também de maneira informal na convivência com os outros e com os objetos da sociedade.

Por outro lado, Bourdieu explica que vivemos envolvidos por um *habitus*, que é a moldura da existência dos indivíduos, determinando sua forma de ocupar o seu lugar no mundo, o seu espaço de sociabilidade, em que suas redes de significados se estabelecem. O *habitus* da educação informal serrana consagrou estruturas estruturadas como a escravidão e seu oposto que é o privilégio elitista da liberdade. Nessa dialética social entre o costume e o risco de sua perda pelas novas gerações criou-se um campo em que se tornou possível viver a vida normal e sobreviver nas dificuldades. Portanto, as relações aprendidas socialmente estruturam-se formando indivíduos assujeitados, predispostos aos costumes por conta da existência de um poder simbólico que estrutura ontologicamente as relações sociais. Nesse sentido, a formação social ensina de maneira eficiente e eficaz, de maneira a conformar os indivíduos aos seus padrões, alcançando uma reprodução dos costumes, das formas de ver e viver a vida, de entender a própria história. Isso se faz como prática social uma vez que ninguém se constitui solitariamente, de forma apartada, ilhado em relação aos costumes de um grupo ou classe.

Modos coloniais de ensinar e de aprender

Se não houve nas primeiras décadas uma educação formal com suas cadeiras e mestres na Vila do Príncipe de que forma as pessoas aprenderam os ofícios mecânicos de pedreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, seleiro? Como se desenvolveu a longa catequese eclesiástica, a arte da música, da pintura, da escultura, as brincadeiras infantis e as danças de roda, as refinadas convicções políticas e econômicas, os conceitos filosóficos e financeiros? Enfim, como os serranos aprendiam numa sociedade em atividade, em construção, em elaboração de seus próprios fundamentos de sociabilidade? A resposta parece apontar para a hipótese de que havia um modo colonial e serrano de ensinar informalmente. Apesar de todas as dificuldades da ausência do ensino das primeiras letras no povoado, este jeito informal se tornou eficiente para solucionar os desafios impostos por aquele contexto. Houve uma instrução funcional que auxiliou na sobrevivência da formação social inicial, mostrando-se uma estrutura estruturada do poder simbólico do povoamento serrano. É o caso da construção da matriz de N. Senhora da Conceição ou do pelourinho que denominamos estruturas sociais auto evidentes pois estavam lá como se já existissem desde sempre. Por outro lado, há estruturas sociais não-evidentes. Elas se constituem pelo silêncio absoluto das fontes que nunca foram escritas, mas restaram nas entrelinhas dos documentos. São estruturas sociais não-evidentes o cotidiano das relações domésticas, o cotidiano das missas com os seus mais diversos pontos de vista dos crentes e dos sacerdotes, o cotidiano da sexualidade vasada numa

concepção cristã-medieval de corpo, o cotidiano do vestuário em terras de intenso calor e de frio congelante, enfim, aquilo que podemos denominar de micro-história ou microanálise. A construção das igrejas na Vila do Príncipe é um dos capítulos mais interessantes da história da educação informal, espontânea e popular. Nas fábricas das igrejas congregavam-se os mais diversos ofícios ligados às complexas obras dos templos como os de pedreiro, carpinteiro ou carapina, escultor, pintor, vidraceiro, entalhador, sineiro, santeiro, entalhador, marceneiro, ourives, ferreiro, dourador, torneiro, entre outras. A história dos ofícios mecânicos remonta à primeira casa edificada na pousada sabarense para moradia de alguém que decidiu ficar naquele sertão para sempre. Qual teria sido ela, de onde veio a madeira para as portas, janelas e o piso, de onde veio o barro para suas paredes de pau-a-pique, de onde vieram as telhas, quem a construiu, não sabemos. Nada sabemos. O que restou desses tempos foram as casas, igrejas e capelas.

A construção das igrejas envolvia um grande número de oficiais e aprendizes. Era uma escola informal, onde os mais diversos ofícios eram praticados e referendados pelos moradores da vila que reconheciam o valor social dos oficiais. A construção das igrejas e das soluções empregadas construtivas nela aplicadas, acabaram por interferir na forma de edificar as casas da vila e vice-versa. Mas o fato de os ofícios mecânicos serem fundamentais para uma vila do ouro em construção – seja de suas igrejas, seja de suas casas – não podemos denegar a importante contribuição dos estudos históricos coloniais que mostram a questão do defeito mecânico (FRANCO, 1997, p. 21-63). O defeito mecânico é uma forma de definir os trabalhos manuais desprezando-o e desqualificando-o por sua baixa hierárquica no rol das profissões, sendo este destituído de grandeza ou nobreza em comparação com os trabalhos da administração, da gerência, da coordenação, provisionados pela monarquia portuguesa, legislativos, ou seja, os trabalhos intelectuais, no topo da pirâmide hierárquica, dariam status social e nobreza. O ensino espontâneo auxiliou, por isso, na entrada dos africanos através da sua arte, talento e de sua resistência cultural em espaços sociais antes negados.

Conclusão

A instrução pública não teve lugar nas primeiras décadas do século XVIII na Vila do Príncipe, suas povoações e no extenso sertão do Norte de Minas Gerais, vindo a se desenvolver formalmente apenas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XIX. Isso ocorreu por um motivo simples: o acesso à educação, à instrução pública, às primeiras letras e às humanidades dos homens bons acontecia de maneira geral antes da chegada deles à Vila do Príncipe e aos povoados derivados, em outros espaços de

socialização. Junte-se a isso que a *démarche* do status social nesse contexto histórico é o privilégio do nome e do sobrenome, da origem europeia lusitana, da cor da pele, da religiosidade católica, dos cargos administrativos provisionados pela Coroa Portuguesa, das descobertas de ouro e de diamantes, do pertencimento à hierarquia sacerdotal católica. Junte-se ao status social, não obrigatoriamente, a alfabetização aprendida nas cadeiras de primeiras letras e teremos um algo a mais na vida do indivíduo. Ao homem bom somava-se a instrução recebida, não era essa instrução o ponto de partida para o status social. Por isso, a instrução pública não foi formalizada pela Coroa Portuguesa ou não a interessava, pois, o foco era administrar as minas de ouro e diamantes e não promover a educação nas vilas o que de fato não fez parte do discurso da metrópole. Não havia demanda pela instrução pública por parte da população local. A educação não enchia a barriga e não garantia nenhuma distinção social para os primeiros moradores da Vila do Príncipe e arredores e isso determinou que a instrução pública não era reivindicada como direito e nem mesmo havia a exigência de ser prestada pelo governo. Houve uma desvalorização pontual da educação formal e a não necessidade de sua formalização nos primeiros anos do povoado. Foi o resultado de uma conjunção de fatores econômicos, sociais, religiosos e políticos a educação não sofisticasse a civilização serrana. Isso de fato ocorreu como *démarche* da condição colonial serrana e os mecanismos cotidianos de servidão à Coroa Portuguesa, baseados no recurso à coercitividade contra qualquer projeto emancipatório dessas populações, derivados de um único interesse para a região das minas de ouro e diamantes: a rápida e eficiente extração das suas riquezas minerais. Assim, afirmamos categoricamente que o ouro ofuscou a educação nesse contexto, pois a educação não era uma necessidade central para a comunidade serrana. Destarte, a busca pelo ouro nas minas deixava de lado as discussões sobre a centralidade das práticas educacionais. De alguma forma, de um modo muito sutil operavam-se aprendizagens e ensinamentos entre os grupos e, em especial, os mais marginalizados pela ideia dominante de que os ofícios manuais eram inferiores aos ofícios intelectuais.

Dessa forma, podemos concluir com Cury que a convivência na Vila do Príncipe, com seu projeto civilizatório acabou criando um forma de educar e de aprender colado à vida pois “desse viver colado à vida nasce um tipo de saber espontâneo” uma vez que “espontâneo quer dizer nascido da experiência e ainda não teorizado, não elaborado e nem sempre expresso” ocasionando a possibilidade de que pelo “processo em que se vive” seja por si mesmo “educativo, variando de acordo com a maneira com que os homens se apropriam dos frutos do trabalho e de como são capazes de rever esse processo” (CURY, 1985, p. 96). O padre com a

investidura de seu poder terreno e divino, eclesiástico e metropolitano, romano e português encarnou e usou como ninguém o biopoder como o entendia Foucault. A regulação da temporalidade através do calendário litúrgico, a normatização da vida e todos os seus processos até a morte através dos sacramentos, a doutrinação dogmática dos púlpitos e das aulas de catecismo nos mostram que o padroado na Vila do Príncipe foi o fundamento do jeito barroco de ser serrano. A povoação serrana que no século XVIII e nos primeiros anos do século XIX aumentou em número de habitantes vindos como estrangeiros misturou-se às gerações que nasceram serranas. A educação ocupou, então, qual lugar nesse cenário de ícones de poder disciplinar e de biopoder? A instrução pública pouco esteve presente nesse cenário. Isso se devia, sem dúvida, ao abandono sistemático pela Coroa Portuguesa dessas populações atenta apenas ao seu projeto de exploração das minas de ouro e de diamantes. De fato, muito ouro, pouca escola.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Volume 2. 13. ed. Brasília: Ed. UnB, 2007.

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

D'OLIVEIRA, José Joaquim Machado. **Quadro histórico da Província de São Paulo**. Para uso das escolas de instrução pública oferecido à Assembleia Legislativa Provincial. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. A. Marques, 1864.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FRANCO, Maria Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

Homens de letras no iluminado século XVIII: trajetórias formativas/educativas de escreventes na comarca de Sabará

Fabício Vinhas Manini Angelo
Doutor em Educação pela UFMG
Professor do UNI-BH
fabriciovinhas@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar as trajetórias formativas/educativas de alguns escreventes muito atuantes na comarca de Sabará no século XVIII. Esta investigação, desenvolvida no âmbito de uma residência pós-doutoral, debruça-se sobre os testamentos registrados para a comarca ao longo do século XVIII e disponíveis no Arquivo Público Mineiro (APM) em Belo Horizonte e no Arquivo Histórico Casa Borba Gato (AHCBG) em Sabará para compreender as origens, as trajetórias educativas, a atuação profissional e a posse de itens que denotem distinção social (livros, papéis, cadernetas, livros de razão ou memória e etc.) dos escreventes mais atuantes na Comarca ao longo do século XVIII. Para isso busca-se diálogo com a literatura de matiz bourdieusiano e em diálogo com as contribuições da micro-histórica italiana para compreender os sentidos e usos da educação para as famílias dos escreventes de Sabará no século XVIII e, de maneira geral, para a sociedade como um todo. Para operacionalizar a pesquisa buscou-se nos testamentos da comarca os principais escreventes de testamentos e a partir disso estabeleceu-se um cruzamento nominativo para a localização de seus próprios testamentos e inventários post-mortem, a partir disso torna-se possível investigar as origens sociais, econômicas e culturais dos principais escreventes atuantes em Sabará no período em tela. Deve-se deixar claro que esta pesquisa ainda está em andamento, mas, para este trabalho será possível apresentar o estudo das trajetórias de alguns escreventes atuantes na Comarca. Além disso, é possível investigar e aventar a posse de itens indicadores de uma distinção social pelo domínio do escrito como a manutenção de uma pequena biblioteca ou de papéis na manutenção de uma escrita contábil relatando todos os débitos e créditos. Por fim, é mesmo possível perceber como aquela família lida e utiliza a educação. Outro elemento importante para a compreensão daquele grupo profissional são os sentidos e meios pelos quais são estabelecidas as relações de sociabilidade do grupo.

Palavras-chave: História da Educação, escreventes, Sabará, século XVIII.

Algumas trajetórias encontradas

O cruzamento nominativo entre testamentos e inventários permitiu mapear as relações estabelecidas entre os sujeitos históricos do período, tendo em vista a distinção por meio do aprendizado da leitura ou da escrita e a ocupação de postos de destaque no aparato estatal do período. Como ainda não foi possível encontrar muitos documentos sobre os escreventes mais solicitados da comarca de Sabará farei uma análise no presente trabalho a partir do que foi encontrado nos arquivos a respeito dos escreventes aqui pesquisados. Aqui serão apresentadas

as origens dos escreventes, os círculos e práticas de sociabilidades, os vínculos políticos e as trajetórias pessoais traçadas a partir daquilo foi encontrado de alguns escreventes. Para isso apresentaremos as trajetórias de Padre Francisco Ferreira Mendes e do licenciado Domingos Maciel Aranha dois escreventes que aturam na comarca de rio das Mortes. Para estes escreventes foi possível encontrar seu próprio testamento feito pelo próprio escrevente e mais alguns documentos da família como inventário, testamento do cônjuge e mais um ou outro documento . O Padre está na lista dos 62 escreventes que fizeram 2 ou mais testamentos e o Licenciado Domingos Maciel Aranha era um advogado prático que atuava mais fundamentalmente na vila de Pitangui, mas fez um testamento que está nos arquivos de Sabará no período investigado. O caso de Domingos, apesar de ter feito apenas um testamento da amostra aqui trabalhada, por ter sido alvo de outras investigações devidamente citadas mais adiante e para a qual foi possível cruzar com trabalho feito por outros pesquisadores também será possível trazer um grande leque de informações sobre sua sociabilidade e sua trajetória pessoal e profissional¹.

O que sabemos do Padre Francisco Ferreira Mendes está registrado em seu testamento registrado em 1743². Por isso sabe-se que é sacerdote do hábito de São Pedro e, portanto, padre secular em atuação em Minas. Porém, era natural do Rio de Janeiro e filho legítimo de Bras Almeyda Mendes e de sua mulher Urçula de Freitas já defuntos. Aqui em Minas parecia ter parente por perto em Minas, já que nomeia seu sobrinho José Cardozo de Almeida, morador em Sabará, como seu primeiro testamenteiro. No entanto, ainda tinha boa parte da sua família estabelecida do Rio de Janeiro e por isso nomeia seus irmãos o Reverendo Padre Salvador Ferreira Mendes e o Senhor Antonio Ferreira Mendes, ambos moradores no Rio de Janeiro. Por ter uma vida dedicada ao sacerdócio, o Padre Francisco Ferreira Mendes informa não deixar herdeiros descendentes e por ser sua vontade acaba nomeando sua sobrinha Maria filha de sua irmã Urçula de Freitas casada com José Brim também moradores no Rio de Janeiro. O objetivo com esta doação é garantir que sua sobrinha Maria seja capaz de tomar o estado que Deus lhe der. Isto é, como já tratei em trabalhos anteriores³, parece que existe uma

¹ Para o caso específico dos documentos e dos estudos aqui analisados gostaria de agradecer muitíssimo ao Faber doutorando vinculado ao grupo de pesquisa CEIbero e um dos responsáveis por ter-me dado acesso ao inventário de Domingos Maciel Aranha. Também gostaria de agradecer ao Rangel Cerceau Netto por ter me franqueado informações sobre o próprio Licenciado e também de sua companheira por um tempo, Francisca Poderosa arranjo familiar que foi personagem importante nas pesquisas dele por um tempo. Mais uma vez obrigado por tudo. Além disso, é importante mencionar que o trabalho de PAIVA E CERCEAU NETTO (2011) oferece muitas informações sobre Francisca Poderosa e Domingos Maciel Aranha.

² IBRAM/MO/AHCBG/CPO-LT-07(13)- FI – 117v-124. Testamento do Padre Francisco Ferreira Mendes-07/09/1743

³ Em trabalhos anteriores aponto nesta direção: ANGELO (2017).

estratégia familiar intergeracional, neste caso tio-sobrinha, na intenção de garantir um futuro distinto para as próximas gerações. Neste caso, a escolha desta estratégia pode ter ocorrido por ser mulher e representar, em uma sociedade misógina, um ser incapaz e que, portanto, precisa ser tutelada por um homem. No entanto, como a vida pode guardar surpresas o Padre Francisco cria alternativas para garantir às próximas gerações melhores condições de vida e na falta de sua sobrinha seu herdeiro passa a ser seu outro sobrinho Francisco, irmão de Maria. O Padre Francisco, sem indicar maiores detalhes, informa que dará a um tal Ignacio Caetano Ferreira Mendes, talvez um parente seu ou um filho ilegítimo ou mesmo filho de algum amigo que não pode ser revelado, 400 mil réis caso se ordene padre ou entre para alguma religião. Não sendo possível identificar que tipo de relação o Padre teria com Ignacio é bastante paradigmático que seu benefício/doação esteja relacionado a uma tentativa de alongar a formação ou trajetória educativa do garoto, pois o testador informa que enquanto o garoto não se ordenar o valor do principal deve ficar em mãos seguras e o garoto estaria autorizado pegar de tempos em tempo os rendimentos mostrando seu andamento na escola pela carreira religiosa. Também tratei anteriormente, parece que as famílias possuem já algum capital cultural também criam estratégias para garantir a transmissão deste capital da maneira mais adequada. Neste caso, não é possível informar que seja seu parente, porém é bastante paradigmático que a doação seja acompanhada de uma lição que busca evidenciar que os estudos podem ser acompanhados de um retorno financeiro. De maneira geral é possível perceber que o Padre tem uma preocupação com seus sobrinhos, mesmo não estando com Maria, por exemplo, sabe que ela tem 8 anos e que por isso não é capaz de administrar sua herança e mesmo sem ter tido tempo com seus herdeiros, testamenteiros e acompanhantes percebe-se uma preocupação com a formação e com a mensagem que está passando às futuras gerações. Neste sentido, é possível perceber que existe uma mobilização de toda a família para garantir uma boa educação, instrução e em transmitir mensagens/lições que buscam bem formar as futuras gerações de sua família.

Após falar das relações que foram estabelecidas no seio familiar do Padre Francisco é importante analisar a seguinte passagem de seu testamento: “Também deixo ao Reverendo Padre João Martins Barrozo Vigário actual de Santo Antonio da Caza Branca falessendo nestas Minas achando-se ele ainda nella os meus Breviarios grandes que são de quatro tomos por assim lho prometi em lembrança de nossa boa amizade”. Ainda que tenha parentes por perto é de se supor que esse contato não era cotidiano. Por ainda ter escolhido uma carreira que impede o estabelecimento de uma família comum pode-se supor a inflação do espaço que

era dedicado aos amigos e como estas práticas de sociabilidade eram estabelecidas.. Também é possível especular que a principal fonte de amigos era justamente sua profissão, portanto, nada mais natural que no cotidiano os principais amigos do Padre Francisco fossem religiosos ou homens ligados profissionalmente às letras ou à escrita. Tendo em mente que estes homens de letras dedicam muito de seu tempo aos livros, à leitura e à escrita, é paradigmático que o símbolo destas sociabilidades gire em torno da troca de presentes ou empréstimos de livros. Aliás, é bastante sintomática de alguns destes escreventes aqui analisados mantivessem uma pequena biblioteca em sua casa. Claro deve estar que estas não eram muito grandes. Em muitos caso é possível ter certeza que não se tratava de mais de uma dezena de livros. No entanto, em uma sociedade em que a grande maioria das pessoas eram “analfabeta”, ainda que esta não seja a realidade do grupo aqui pesquisado, é bastante simbólico que este grupo, tantas vezes, ostente este símbolo de distinção e que é o livro e que este objeto muitas vezes se torne um ícone do (inter)reconhecimento dos membros deste grupo distinto pela posse de algum capital cultural⁴.

Por fim, trato da trajetória do licenciado Domingos Maciel Aranha. Inicialmente apresenta-se algumas características de seu núcleo familiar e as relações familiares que foram estabelecidas no seio familiar. Depois apresentarei algumas características da trajetória profissional do licenciado enfatizando seu perfil negociante/empreendedor e posteriormente seu perfil de homem que registrava seus negócios e, por isso, necessitava da escrita e leitura cotidianamente em sua atuação profissional. Por fim, apresentarei o seu perfil iluminado, como sendo um homem de seu tempo e que por isso é influenciado pela atmosfera do Iluminismo.

Segundo o traslado de testamento que se encontra em seu inventário o licenciado informa que é natural da cidade de São Paulo filho legítimo de Lourenço Maciel Alvarenga e sua mulher Joana Antunes Tinoco, estes já defuntos. Durante toda a sua vida permaneceu solteiro, mas teve três filhas naturais uma chamada Francisca Maria Xavier casada e filha da defunta Francisca da Cunha outra chamada Maria de Assunção de 35 anos moradora no Serro Frio, casada com Domingos Francisco da Quinta, filha da defunta Francisca Pedrosa (ou Poderosa) e Antonia do Sacramento com 5 anos, filha de Josefa Maciel sua escrava.

⁴ A teoria dos capitais proposta por Bourdieu pode ser consultada nestes livros/textos/artigos: Bourdieu (2007a), Bourdieu (2007b), Bourdieu (2013b), Bourdieu e Passeron (1975), Bourdieu e Passeron (2014), Nogueira e Catani (2012)

Em pesquisas anteriores tivemos acesso ao testamento de Francisca Pedrosa, que assina como Francisca “Poderosa”, registrado em Sabará em 1742, sabemos que, assim como Domingos, Francisca era paulista e como ele acabou se estabelecendo em Pitangui, talvez o último grande reduto paulista na capitania mineira. A partir do testamento de Francisca Poderosa, também é possível saber que Domingos teve um longo relacionamento com Francisca que se concretizou em sociedades estabelecidas e confiança no trato dos negócios e no cuidado com os filhos dela, mesmo aqueles que não eram filhos de Domingos, portanto, eram seus enteados, como veremos mais adiante. Nesse sentido, Domingos além de ser nomeado como primeiro testamenteiro de Francisca. Também parece que Domingos gozava de uma grande confiança por parte de Francisca, pois esta o nomeia como tutor de seu filho natural: “Declaro que deixo por tutor e curador de meu filho Francisco Xavier o licenciado Domingos Maciel Aranha e este enquanto o dito meu filho for menor administrará os carijós estando em seu poder o dito meu filho enquanto se juntam os mais Irmãos de Maior”⁵.

Ao registrar estes sinais de confiança não se indica que esta família era extremamente um modelo de felicidade ou que não tinha problemas. Indicativos das relações violentas que estavam estabelecidas no seio da intimidade desta família está nesta passagem do testamento do Licenciador: “ a dita Maria de Assunção depois que a casei com Domingos Francisco da Quinta lhe dei uns murros e uns puxões pelos cabelos logo a cortou e se anunciou tendo em mim hum ódio mortal e que logo depois o dito seu marido me deu um tiro de espingarda que me sangrou muito”. Portanto, no seio da intimidade desta família parecia haver ressentimentos, desconfianças, ódios que traduziram-se em violência. Porém, ainda sim Domingos não deixa de reconhecer suas filhas naturais e o direito delas como suas universais herdeiras. O que parece indicar que o projeto intergeracional de sucessão, de reprodução social familiar e de distinção social ultrapassava qualquer desavença mais contingencial. Não gratuitamente o Licenciado Domingo Maciel Aranha declara em seu testamento uma preocupação com suas filhas e netos na seguinte passagem:

Declaro que as certidões que constam dos serviços que fiz a sua Magestade nestas Minas delas fiz doação a meus Netos Antônio e Gonçalo Filhos de Francisca Maria para requerem ao dito Senhor algum prêmio e tendo-os favorecerem a filha do defunto Domingos Francisco por nome Maria a segundo ele é solteira e se derem caminharem as ditas certidões no Cartório de Sabará sentenciadas se acham. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI, Inventário do Licenciado Domingos Maciel Aranha, 1760)

⁵ IBRAM/MO/AHCBG/CPO-LI (07) 13, fl 90v. fl. 95v Testamento de Francisca Poderosa, Pitangui, 6/ago./1742.

O que parece indicar também essa passagem de seu Inventário é que Domingos buscou subir nos postos da vila de Pitangui justamente buscando mercês das autoridades o que parece indicar, muito provavelmente, um projeto e estratégias intergeracionais de distinção social.

Este projeto de distinção social está muito presente na própria trajetória profissional de Domingos. Sua história de vida indica um perfil multiprofissional tendo atuado em muitos negócios desde a sua chegada em Minas, provavelmente junto com alguns paulistas ainda em finais do século XVII ou início do XVIII. Claro deve estar que nem em todos os negócios o licenciado foi bem-sucedido. Um trecho de seu testamento que aponta sua longa atuação na região das Minas e que nem todos seus negócios foram bem-sucedidos está na citação a seguir:

[declaro] que no ano de mil setecentos e quatro descobri um córrego seco defronte a capela de São Caetano com pinta de meia pataca e quatro vinténs e mais no Rio das Mortes que o defunto Capitão mor Pedro de Moraes Raposo me apanhou potenciosamente tendo eu carta de descobridor do Guarda mor o qual córrego e as mais pertenças deu muito ouro sem eu aproveitar coisa alguma e assim os seus filhos e descendentes são obrigados a retribuição por me apanhar o córrego contra a minha vontade pelo que represento ao Capitão mor Manoel da Costa Gouveia e a senhora Dona Custódia Moreira e Godói para descarga da alma do dito Capitão mor sogro e pai a quem apresentar esta verba que será algum dos meus netos ou casado com alguma neta que não serão obrigados a dar conta do que receber e só repartira com minhas herdeiras tirado o seu trabalho. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI, Inventário do Licenciado Domingos Maciel Aranha, 1760)

Domingos em seu espírito arrivista buscou, dentro da medida do possível, crescer na escala social por meio da realização de negócios e trocando favores e mercês com diversas autoridades na região das Minas. Retomando sua relação com Francisca Pedrosa (ou Poderosa) e buscando compreender os sentidos de seus negócios é importante compreender o significado do sítio de Domingos Maciel Aranha em seu projeto familiar de distinção social. Não gratuitamente Domingos teve sociedade com Francisca em um sítio que como veremos será o grande negócio da família e que o Licenciado parece não ter se desfeito dele até o seu falecimento em 1760, inclusive recomendando que suas herdeiras continuassem os negócios em andamento no sítio como suas plantações. O sítio aparece da seguinte maneira no testamento de Francisca Pedrosa (ou Poderosa): “Declaro que a metade do sítio detrás do Morro desta vila me pertence por fabricar junto com Domingos Maciel Aranha onde tenho uma casa de capim e a outra a metade é do dito Licenciado Domingo Maciel Aranha”. Parece

que foi um negócio muito bem administrado, pois o próprio Domingos informa, cerca de 18 anos depois, que o sítio parece ser bastante lucrativo:

Declaro que tenho um sítio de trás do morro desta vila com muito arvoredos de espinhos, um bananal e outras curiosidades que parte da parte de baixo nos moinhos que divisa com o sítio de José Rodrigues Santiago e da parte de cima com o sítio do Capitão-mor Manoel Jorge Azere que tem a divisa em uns paus de arco da parte do Sul e da parte do Norte em um córrego que vem do Capão do Licenciado Antônio Ferreira da Silva o qual sítio pelos dízimos foi arrematado mas a conta já entreguei por ordem dos oficiais da Fazenda Real ao Reverendo Caetano Mendes de Proença treze oitavas de ouro ou que constar do recibo que tenho entre os meus papéis e pela experiência que tenho das minas os sítios perto das vilas e freguesias tem dado muito mil cruzados assim as minhas herdeiras não vendam mas antes conservem pagando o que (...) pagando ao dito Reverendo porque só com os frutos do dito sítio se pode pagar com bananas frutas e mamonas. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI, Inventário do Licenciado Domingos Maciel Aranha, 1760)

A partir da leitura do testamento de Domingos é possível perceber que era homem de múltiplos negócios e que atuava em diversas frentes como denota a passagem a seguir e muitas outras que não citaremos aqui para poupar tempo com citações que tratam da mesma temática: “sou senhor e possuidor de um córrego do Cachambu que tem sua nascente do poente e desemboca no ribeiro do Jaguará (...) e seguindo o veio de ouro acharam alguma grandeza que por me morrerem os escravos não segui o dito veio.

Estes homens, em geral parecem não ser homens extremamente caridosos e piedosos não gratuitamente Domingos declara tinha alguns escravos que morreram, mas uma, em específico, não veio a óbito e sim havia fugido, esta era Rosa Benguela, porém ela fez algo ruim no juízo do licenciado e por isso informa que: “por me desamparar [Rosa Benguela] em meu sítio levando consigo para quilombos as minhas ferramentas foices enxadas machado e côvados e um tacho e assim minhas herdeiras a façam trabalhar debaixo de ferros por ser uma fujona sem lealdade. Isto é, em caso de se comportarem mau haveria uma reação e igual proporção. Isso denota também uma estratégia educativa destes homens em relação aos seus escravos. Deve estar claro que para o período a educação podia passar pelos castigos físicos e diversos tipos de coação e isso não seria diferente com uma escrava que havia fugido.

No que tange à trajetória profissional do Licenciado Domingos Maciel Aranha mais ligada às letras e perfil intelectual e que não difere muito dos demais escreventes aqui pesquisados é que em casa ele mantinha uma série de livros relacionados, normalmente, esta série de livros normalmente é vinculada à sua atuação profissional. No caso deste licenciado,

entre os livros constam exemplares das constituições filipinas, manuais práticos de direito e sucessão, como aponta a citação de seu inventário a seguir:

Declarou o Inventariante que havia no casal dois tomos de ordenações do Reino encadernadas em pasta de fólio já usados que vistos e avaliados pelos louvados em sete mil e duzentos reis

Item que havia no casal três livros pequenos que foram vistos e avaliados pelos louvados em quatro mil e oito centos reis

Item que havia no casal uma prática judicial de Vanguerve que foi vista e avaliada pelos louvados em seiscentos reis

Item que havia no casal um tomo de fólio intitulado manual prático que foi visto e avaliado pelos louvados em novecentos reis

Item que havia no casal um livro intitulado prática dos órfãos que foi visto e avaliado pelos louvados em trezentos réis. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI, Inventário do Licenciado Domingos Maciel Aranha, 1760)

A posse de livros é algo recorrente entre os membros deste grupo. Se esta quantidade de livro não pode ser chamada propriamente de uma grande biblioteca com variadas temáticas contempladas evidenciando uma cultura vasta destes homens, os livros que mantinham, quase sempre suficiente para ocuparem um baú, uma estante ou apenas em uma prateleira, eram suficientes para indicar uma profissão intimamente relacionada ao domínio das letras. Aliás, como já haviam afirmado Marcia Abreu (2001) e Luiz Carlos Villalta (1997), os livros, quando apareciam nos testamentos e inventários, quase sempre estavam relacionados a ofícios que estejam profundamente marcados pela necessidade da leitura e pela escrita.

Continuando a temática da posse de livros para estes agentes históricos, mas modificando um pouco e focando na leitura deste livros e na apropriação de passagem destes tomos. O testamento do Licenciado Domingo Maciel Aranha apresenta uma característica atípica para a realidade geral dos testamentos escritos naquele período que é a recorrente citação em seu testamento do livro quarto e dos títulos a partir do número 80 e seguintes das ordenações do reino que tratam justamente dos direitos de sucessão o que parece indicar uma grande familiaridade com o texto legal, nem tanto pela leitura constante, mas sim por tratar recorrentemente em sua trajetória profissional com este trecho da lei. Deve-se salientar que o testamento do Licenciado foi escrito por ele mesmo. Aliás, esta parece ser uma especificidade comum dos documentos dos testamentos elaborados por este grupo social, os escreventes, que muitas vezes redigem suas últimas vontades. Talvez por isso, não gratuitamente, a recorrente citação ou enumeração de livros em seus documentos. Coisa que não diferentemente ocorria com o inventário de Domingos. Neste sentido, a prática da escrita parece ser algo recorrente entre membros deste grupo como informa o trecho a seguir do testamento de Domingo Maciel

Aranha: “declaro que deixo um caderno de papel numerado e rubricado por mim em que declaro o que deixo e o que se me deve e alguns trastes e livro que possuo e onde se acha com P. e G. estão pagos e não haja duvida e se dará inteiro crédito”. Isto é, quase sempre estes homens, por tratarem de tantos negócios, tantas demandas e com tantos detalhes que é necessário manter registro escritos de seus negócios.

Considerações finais

Portanto, a partir destas duas trajetórias apresentadas podemos constatar que entre nas trajetórias dos escreventes parece haver alguns elementos comuns. O primeiro deles, que os exemplos apresentados aqui parecem indicar, é a mobilização de muitos familiares para garantir a efetivação de diversas estratégias de distinção social para as futuras gerações da família que pode ser seus próprios filhos ou outros parentes não tão próximos como sobrinhos ou afilhados. Também é possível perceber a mobilização das gerações anteriores para com as gerações futuras de seus, assim considerados, herdeiros que não necessariamente precisam ser seus parentes. Parece que neste caso existe a preocupação de deixar um continuador de seu trabalho, isto é, formar as novas gerações na sua profissão. Neste sentido, existe a mobilização de recursos financeiros ou, utilizando as palavras de Pierre Bourdieu, a mobilização de capital econômico da família para reconvertê-lo em capital social (trocar presente ou mercês para obterem favores futuros), em capital simbólico (para garantir um casamento vantajoso para suas filhas ou um título distintivo para seus filhos) ou em capital cultural (compra de educação e formação intelectual).

O segundo elemento comum nestas trajetórias é a compreensão ampliada que se tem de família e, portanto, de gerações que devem se apoiar para o período. Quando se fala de gerações que se apoiam não se trata exclusivamente de pais e filhos. Tios e padrinhos, mesmos distantes, preocupam-se com as mensagens e lições que estão passando às gerações posteriores. Em outros casos, quando não fica evidente o parentesco ou o vínculo entre as gerações, parece ficar evidente uma preocupação com a formação de outras pessoas a partir do momento que aquele que deixa as lições não mais estiver entre os vivos. Neste sentido, que senhores reconhecem as propriedades de escravos ou os punem por acreditarem que fizeram algo de errado. Por fim, os herdeiros podem ser pessoas que simplesmente o acaso trouxe para a vida dos aqui investigados como um filho de um vizinho, ou um escravo criado como se fosse filho, ou uma pessoa que era muito dependente do próprio escrevente e por aí vai.

Para finalizar, um último elemento comum a este grupo é sociabilização deste grupo que muitas vezes gira em torno da troca, empréstimos e vendas de um bem simbólico bastante significativo: os livros, mas também de outros objetos que denotam distinção social como utensílios de cozinhas como talheres de prata ou louças importadas. Este bens, para o grupo aqui estudado, dizem muito da profissão/ocupação dos envolvidos, dos sentidos atribuídos à escrita e à leitura e à alta cultura. Esta prática seria como uma forma de se criar um grupo de autorreconhecimento dos indivíduos cultos o suficiente para utilizar estes artefatos.

Fontes

IBRAM/MO/AHCBG/CPO-LT-07(13)- Fl – 117v-124. Testamento do Padre Francisco Ferreira Mendes-07/09/1743.

IBRAM/MO/AHCBG/CPO-LI (07) 13, fl 90v. fl. 95v Testamento de Francisca Poderosa, Pitangui, 6/ago./1742.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI, Inventário do Licenciado Domingos Maciel Aranha, 1760.

Referências Bibliográficas

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. **Herdeiros**: o papel da família na educação das futuras gerações nos Termos de Sabará e de Ouro Preto (1721 – 1780). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2017.

ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil colonial?. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande - Mato Grosso. **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande - MT: Intercom, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a. (Coleção Estudos)

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277p., cap.13, p. 183-91.

_____. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

_____. **O senso prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013b.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESPE, 2004.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papyrus editora, 1996.

_____; Passeron, Jean-Claude, **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____; _____. **Herdeiros: os estudantes e sua cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu, Escritos de Educação**. 13. ed. Petropolis: Vozes, 2012. v. 1. 251p .

PAIVA, Eduardo França; CERCEAU NETTO, R. Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: CATÃO, Leandro (Org.). **Pitangui colonial**. História & Memória. 1ed. Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154.

VILLALTA, L. C.. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

Um panorama das pesquisas sobre educação militar no Brasil

Felipe Osvaldo Guimarães
Doutorando em Educação
UFMG
felipeoguimaraes@gmail.com

Resumo: Esse artigo apresenta um levantamento de algumas das principais pesquisas publicadas acerca da educação militar no Brasil, com ênfase nos séculos XIX e XX. Ele foi elaborado como uma etapa inicial da pesquisa de doutorado do autor acerca da construção do discurso de qualidade atribuído às instituições militares de ensino. A partir da pesquisa do estado da arte desse tema, na forma de livros, teses e dissertações, delineiam-se três perspectivas principais para a análise dessa bibliografia. A primeira diz respeito à construção dos valores militares em instituições como o Exército e a Polícia Militar, corporações que são as matrizes para a criação de estabelecimentos de ensino dessa natureza. A partir dos pilares da disciplina e da hierarquia, a estruturação dessas corporações lançou as bases para a definição de valores ainda hoje presentes na educação militar de jovens e crianças. A segunda perspectiva aborda as estruturas de ensino militar criadas ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Esses estabelecimentos foram marcados pela diversidade de objetivos, destacando-se, por um lado, o esforço de se profissionalizar a formação do oficialato e, por outro, o caráter assistencial ou regenerativo atribuído à instrução de jovens pobres, soldados rasos ou militares de baixa patente. A terceira perspectiva, ainda em construção, concentra-se na análise da constituição dos Colégios Militares e dos Colégios Tiradentes como redes formais de educação básica com ênfase militar em sua organização, valores e práticas. Os sucessos acadêmicos apresentados por esses colégios estariam, inclusive, na origem dos discursos atuais que exaltam a adoção de práticas de cunho militar à educação civil. Essas três perspectivas são articuladas ao pensamento de autores de como Samuel Huntington (sociologia militar), Erving Goffman (instituições totais), Michel Foucault (vigilância e disciplina) e Norbert Elias (coerção externa e autocoerção), os quais oferecem instrumentos teórico-conceituais capazes de esclarecer o universo dos valores militares e sua aplicação em espaços educativos. Nos últimos anos tem crescido o interesse pelas características dos modelos militares (ou inspirados em valores militares) de educação, tomando inclusive a forma de uma política de militarização de escolas civis de educação básica. Isso justifica a necessidade de se aprofundar os estudos sobre o tema, de forma a compreender sua gênese e influências nas políticas públicas e debates no campo da educação atualmente.

Palavras-chave: Educação militar, Militarização, Colégios militares

Este artigo apresenta um levantamento das principais pesquisas publicadas nos últimos anos acerca da educação militar no Brasil. Nos últimos anos tem crescido o interesse pelas características dos modelos militares (ou inspirados em valores militares) de educação, o que justificaria a necessidade de se aprofundar os estudos sobre esse tema, de forma a compreender sua gênese e influências.

A discussão bibliográfica acerca do tema do ensino militar no Brasil ainda é incipiente e exige a articulação entre obras com variados objetos de estudo para que se estabeleça um quadro de análise da pesquisa. Destacam-se três perspectivas de diálogo com a bibliografia: a construção dos valores militares em instituições como o Exército e a Polícia Militar, as estruturas de ensino militar criadas ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil e a constituição dos Colégios Militares e dos Colégios Tiradentes.

A construção histórica das corporações militares no Brasil e sua relação com os “paisanos”, como são denominados os civis nos meios militares, têm sido temas cada vez mais pesquisados na historiografia nacional. Os trabalhos de João Batista Magalhães (1958), Ernesto Seidl (2005), Edmundo Coelho (2000) e John Schultz (1994) abordam as transformações ocorridas na organização do Exército ao longo do período imperial e o início da república. Seus trabalhos convergem na afirmação de que a Guerra do Paraguai (1864-1870) representou um sério desafio à organização militar do país e desencadeou transformações no Exército, tendo a educação militar sido um dos eixos mais importantes nesse processo.

Essa tendência à crescente profissionalização militar manifestou-se na organização da Escola Militar, principal instituição para formação de oficiais no país. Os trabalhos de Jehovah Motta (1976), Celso Castro (1990) e Piero de Camargo Leirner (1997) se concentraram no estudo desse órgão. Tanto Castro quanto Leirner se orientam por uma perspectiva antropológica e histórica que oferece um suporte conceitual para se compreender a gênese do que denominam como o “espírito militar” desse estabelecimento (e de outras instituições subsequentes), baseado nos valores da hierarquia e da disciplina. Acerca da Polícia Militar de Minas Gerais, os trabalhos de Francis Cotta (2004 e 2011) apresentam pesquisas que ajudam a compreender sua formação, desde as origens no patrulhamento da Capitania de Minas no século XVIII.

Sobre a trajetória das estruturas de ensino militar, os trabalhos de Cláudia Alves (2002 e 2010) contribuem para apresentar o Exército como uma instância de debates não apenas dos aspectos próprios da defesa nacional, mas também da organização social e educacional brasileira. Nesses espaços, o público ao qual era dirigida essa formação era composto principalmente por crianças e jovens desvalidos, órfãos, abandonados ou descendentes de escravos.

Muitos estudos recentes têm se dedicado à análise de instituições voltadas para a educação militar de crianças e jovens, sendo exemplos os trabalhos de Renato Pinto Venâncio (2000), Matilde Araki Crudo (2005), Maria Luiza Cardoso (2009), Solyane Silveira Lima (2013) e a dissertação por mim defendida (GUIMARÃES, 2014). Em comum, essas pesquisas demonstram como os espaços educacionais ligados ao meio militar eram impregnados de uma expectativa de regeneração moral e assistência social, traço presente também no surgimento dos colégios militares. Nelson Werneck Sodré (2010) compreendeu a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro como uma medida no sentido de “atender algumas necessidades militares, como a de educação dos filhos.” (SODRÉ, 2010, p. 160).

A criação desses estabelecimentos reafirma a dupla motivação que se articula nesse período. A primeira delas diz respeito a uma perspectiva assistencialista, no sentido do Estado prover aos cidadãos “desvalidos da fortuna”, em especial as crianças e jovens, meios que assegurassem sua subsistência, formando cidadãos “úteis a si mesmos e à pátria”, afastados dos perigos da criminalidade e do ócio.

Para além do preparo técnico, estabelecimentos educacionais militares teriam como princípio a formação de um *esprit de corps*, forjando a identidade de uma organização com abrangência nacional e crescente importância nos debates políticos do Império. O ingresso na corporação representaria uma ruptura com o passado, marcado pelo desvalimento e abandono, e a chance da construção de uma carreira profissional.

Nesse sentido, em um processo que dura até meados do século XX, observa-se a substituição progressiva destes modelos isolados de formação militar para estruturas cada vez mais formais. A organização da Academia Militar das Agulhas Negras, para o Exército, e das Academias das Polícias Militares concretizam esse movimento, principalmente na formação de oficiais.

Ao mesmo tempo, foram criadas as primeiras unidades dos Colégios Militares (Exército) e Colégio Tiradentes (Polícia Militar) na década de 50, voltados inicialmente para a educação dos filhos dos militares. Analisando a trajetória desses colégios, a principal hipótese é da progressiva mudança no discurso que sustentaria a existência dessas instituições de ensino. Inicialmente, elas responderiam às necessidades práticas da disponibilidade de uma escola (ou rede de escolas) onde os militares pudessem matricular seus dependentes com segurança e onde seus valores pudessem ser transmitidos, eventualmente despertando vocações militares.

Com o tempo, a essas motivações se acrescentaria uma perspectiva de maior qualidade do modelo militar em relação à rede pública civil, exaltando as instituições militares como “ilhas de excelência” no ensino público. Esse processo estaria ligado à formação de sistemas militares de ensino e ao desempenho superior dos egressos dessas escolas em vestibulares e outras provas de seleção, adotando uma lógica semelhante à de muitos estabelecimentos de ensino privado que enfatizam esses resultados. Isso ilustraria a ambiguidade de um modelo educacional financiado pelo Estado, mas que limita o público ao qual é destinado e que estabelece estruturas administrativas e pedagógicas próprias.

Além de breves históricos institucionais disponibilizados por ambos os estabelecimentos, as pesquisas acadêmicas diretamente vinculadas à história do Colégio Militar de Belo Horizonte ou ao Colégio Tiradentes ainda são escassas, destacando-se a dissertação defendida por Wesley Silva (2001), sobre o processo de formação e funcionamento dessa instituição. O artigo de Fabiana Rosa (2012) traz informações sobre as pesquisas acadêmicas acerca desses colégios, confirmando as lacunas no campo da história dessas instituições.

Sobre as experiências em unidades do Colégio Militar fora de Minas, a pesquisa de Beatriz Costa e Cunha (2006) abordou a criação do Império Colégio Militar no Rio de Janeiro e Gilberto Vianna (2000) elaborou um trabalho análogo sobre a formação do Colégio Militar de Curitiba. O trabalho de Rafael Santos (2016), apesar de voltar-se para o tema recente da militarização das escolas públicas em Goiás, também reflete sobre as semelhanças e diferenças desse novo modelo em relação aos colégios militares.

Muitos dos trabalhos supracitados baseiam suas análises em fontes como leis, regulamentos internos e registros de práticas cotidianas. Como alerta Jacques Le Goff, a percepção do documento enquanto monumento é importante para se compreender o esforço de alguns grupos para tentar impor ao futuro determinada imagem de si próprios (LE GOFF, 1984). No estudo sobre os colégios, essa problematização é vital ao se analisar as fontes produzidas pelas instituições, que exigem uma leitura atenta para a compreensão desses discursos como produtores de uma memória selecionada das escolas, por vezes silenciando a participação de atores como professores e alunos.

Nesse sentido, diversas práticas estabelecidas nos colégios permitem perceber as dimensões cívica e disciplinar como conformadoras da identidade (e da qualidade) desses espaços: o uso de uniformes que remetem ao fardamento militar, a execução de formações de

ordem unida, a criação de bandeiras próprias para as instituições, as saudações com continência, a ênfase dada à reverência dos símbolos pátrios em momentos cívicos e de figuras históricas consideradas exemplares. Em suma, esses elementos exemplificariam o que Le Goff (1990, p. 473) denomina como “lugares de memória”, tanto no sentido simbólico quanto funcional.

Outros autores colaboram com o estudo dessa temática por constituir referenciais teóricos importantes, principalmente no que diz respeito à definição dos valores militares e sua aplicabilidade em ambientes educativos. Além disso, oferecem conceitos que permitem problematizar a bibliografia acerca do tema.

O estudo desenvolvido por Norbert Elias (1993) acerca dos elementos que constituíram o processo civilizador contribui no sentido de demonstrar a profunda inter-relação entre as transformações individuais e sociais, a partir da interiorização de hábitos considerados civilizados e socialmente desejáveis. A sociedade e o indivíduo não são entendidos com esferas estanques, mas como elementos cujas transformações se articulam no sentido da auto coerção, da interdependência e do regramento dos hábitos.

A aplicação desse entendimento às instituições de ensino militar é demonstrada pela expectativa entre os militares de que a constante aplicação das regras e interdições militares externas aos estudantes possam, eventualmente, ser interiorizadas e conformem um indivíduo autoativo. A presença, em ambos os colégios, de alunos escolhidos como monitores disciplinares exemplifica essa perspectiva.

A tradição e os valores das instituições militares podem ser caracterizados como um dos exemplos do conceito de instituição total, abordado por Erving Goffman (1987) e definido como um “local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1987, p.11).

Os quartéis e as escolas internas se enquadram em uma modalidade de instituição total voltada para o que o autor classifica como tarefas instrumentais. Os colégios militares não apresentam um grau tão elevado de separação da sociedade quanto as instituições totais, não podendo esse termo ser diretamente aplicado a eles. Porém, seus códigos de regras, práticas e tradições demonstrariam uma analogia no que tange aos objetivos de condicionamento dos indivíduos. Um exemplo disso é o argumento de Goffman sobre como essas instituições

estabelecem regras de supressão do “eu” do indivíduo, manifestadas em meios militares pelo exemplo das regras de aparência pessoal (GOFFMAN, 1987, p.47-49). Nos colégios militares, a vigilância sobre os cortes de cabelo, uso de trajés e acessórios são uma constante que evidenciaria essa característica.

A perspectiva disciplinar no ambiente escolar também foi abordada por Michel Foucault (2014), demonstrando mecanismos de conformação dos indivíduos que teriam como objetivo “compor forças para obter um aparelho eficiente”. (FOUCAULT, 2014, p.138)

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 2014, p.125-126)

O ordenamento do espaço escolar, assim como a aparência física e o comportamento dos estudantes são fruto de um esforço de vigilância, que nos colégios militares seria expresso pela presença de militares ou de disciplinários civis nos corredores dos colégios. Esses gestos e práticas materializariam o ideal de disciplina e controle dos indivíduos.

Nesse sentido, Bronislaw Baczko (1985) permitiria propor as instituições militares como um exemplo de “comunidade de imaginação” social, construtora de símbolos e práticas próprios. O autor afirma que os símbolos só são eficazes quando se assentam em uma comunidade de imaginação. Se esta não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas.

Portanto, há uma relação simbiótica entre essa comunidade e seus símbolos. Enquanto estes reproduzem os valores e definem o pertencimento ao universo educacional militar, são nesses espaços que os símbolos encontram a possibilidade de serem reproduzidos e apropriados como um valor pela instituição e pelos indivíduos. Práticas como a execução do Hino Nacional e o hasteamento da bandeira, que pouco significado têm em boa parte das escolas civis, são revestidas nos colégios militares de um forte sentido cívico e identitário. Dentre esses símbolos, o uniforme escolar que se assemelha à farda do soldado seria uma das imagens que mais nitidamente denotam essa identidade.

O trabalho do sociólogo Samuel Huntington (1996) acerca da profissão militar e de suas características ainda é uma das principais referências no estudo desse grupo social. A

estrutura dos colégios militares foi construída em torno dos valores da corporação e seu entendimento é fundamental para compreender as peculiaridades do ensino militar:

O contínuo desempenho objetivo da função profissional dá origem a uma contínua mentalidade profissional. Nesse sentido, a Mentalidade Militar consiste dos valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função. A função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado. (HUNTINGTON, 1996, p. 79)

A ideia de formação para cidadania também é constante na defesa desse modelo educacional, mas orientado por expectativas muito próprias do meio militar e que lembrariam o conceito de “cidadania regulada”, empregado por Wanderley Guilherme dos Santos (1979). As perspectivas de formação cidadã adquirem um viés hierárquico, disciplinar, “ordeiro”, e estariam ligadas a esse entendimento próprio do conceito de cidadania, fortemente marcado pelo reforço dos valores militares.

Em suma, o debate conceitual elaborado por esses autores contribui para a compreensão do quadro histórico de construção da educação militar, com suas peculiaridades. No atual contexto político, em que essa modalidade de ensino encontra-se no centro de debates educacionais, essa pesquisa visa contribuir para a compreensão histórica de suas características e influências.

Referências Bibliográficas

ALVES, Cláudia. **Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. NEPOMUCENO, Maria de Araújo (Org.). **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985

CARDOSO, Maria Luiza. **Educação de crianças e jovens pobres nas Academias Militares do Conde de Resende** (Rio de Janeiro: 1792-1801). 2009. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA E CUNHA, Beatriz Reitmann. **Assistência e profissionalização no Exército: Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2011.

_____. **No Rastro dos Dragões: Políticas de Ordem e o Universo Militar nas Minas setecentistas**. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso**. 2005. 120f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 (1939).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 (1975).

GUIMARÃES, Felipe Osvaldo. **Formação militar e “amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais**. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUSMÃO, Joana Buarque. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: avaliação de política pública em educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, abr. 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. New York: Vintage Books, 1957.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. Memória. In: **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990, p.423-483.

LEIRNER, Piero de Camargos. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMA, Solyane Silveira. **“Recrutá-los jovens”**: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). 2013. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil: anotações para a historia..** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX**. 2009. 242f. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Forças armadas, pensamento militar e educação no Brasil na primeira metade do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24. 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos.** São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

ROSA, Fabiana Teixeira da. Pesquisas educacionais em colégios militares do Brasil: estado da arte. In: COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, 7, 2012, Florianópolis, SC. **Anais do VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania.** Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UESC, 2012.

SANTOS, Rafael. **A militarização da escola pública em Goiás.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira,** Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SCHULZ, John. **O exército na política: origens da intervenção militar – 1850/1894.** São Paulo: EDUSP, 1994.

SEIDL, Ernesto. A construção de uma ordem: o Exército brasileiro e o nascimento da "meritocracia" (1850-1930). **Ciência & Letras,** Porto Alegre, n. 37, p. 107-137, jan.-jun. 2005.

SILVA, Wesley. **O Colégio Militar de Belo Horizonte: a educação na ordem do dia (1956-1962).** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedes,** ano XX, n. 52, novembro/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ccedes/v20n52/a08v2052.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

VIANNA, Gilberto Souza. “O Sabre e o Livro” - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988). In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO NO BRASIL, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação.** Rio de Janeiro: Resumos dos trabalhos, 2000.

Educação, diversidade e deficiência: reflexões sobre o ensino para cegos no Brasil oitocentista

Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa Leão

Mestre em Educação

Universidade de São Paulo

gabriel.bertozzi@gmail.com

Resumo: O *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* foi a primeira instituição escolar fundada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, voltada para a educação de pessoas com deficiência visual, provendo o ensino primário, musical, profissional e alguns ramos do ensino secundário. O objetivo desta comunicação é apresentar e analisar a estrutura organizacional do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, refletindo sobre os motivos que influenciaram o governo brasileiro para a sua criação, levando em consideração o sujeito com deficiência visual como agente ativo desse processo de escolarização, formação e profissionalização. O arcabouço documental da proposta são cartas e relatórios dos diretores do instituto aos ministros do Império que se encontram no *Arquivo Nacional*, *Biblioteca Nacional* e no *Almanak Laemmert*. Foram utilizadas também referências bibliográficas da área de História da Educação e Educação Especial, tais como: Aranha (2006), Araújo (1993), Jannuzzi (2004), Mazzotta (2001), Penna (2008), Veiga (2007) e Zeni (1997; 2005). O recorte geográfico e temporal abordado é a cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, momento em que nasce a primeira instituição de ensino para a pessoa com deficiência na capital. Fundado em 1854 pelo médico francês Francisco Xavier Sigaud e pelo jovem cego José Álvares de Azevedo, o instituto utilizava o método simultâneo de ensino e esteve sob a proteção direta do Imperador até a queda da monarquia. Fora criado em um contexto cultural de forte assistencialismo e em um momento em que o cientificismo e a medicina ganhavam força, instituindo uma concepção de ser humano, de patologia, deficiência, seus limites e possibilidades. Também estava inserido em um projeto de modernização da corte aos moldes parisienses, berço da primeira escola de cegos do mundo, *L'Institut National des Jeunes Aveugles*. No Brasil, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* instituiu as bases para a educação dos cegos e, apesar de dar certa autonomia e proporcionar o desenvolvimento intelectual de seus alunos, fora criticada pelo seu caráter asilar, assumido por meio de suas práticas ao longo da história. Hoje, o exercício das políticas públicas de educação inclusiva ainda esbarra em problemáticas herdadas do oitocentos, como o caráter assistencialista e asilar das instituições de ensino que, apesar de pretender uma educação pela diversidade, muitas vezes, acaba por favorecer as relações de exclusão.

Palavras chave: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Educação Especial, História da Educação.

Introdução

O *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, atual *Instituto Benjamin Constant*, foi a primeira instituição voltada a dar instrução para o que, hoje, chamamos de pessoas com deficiência ou “público alvo da educação especial”. Nessa instituição foi fundada a primeira

tipografia braille do país e uma das pioneiras no mundo, seu protagonismo expõe a necessidade de estudos e debates sobre o contexto e motivos de sua fundação, os serviços nela presentes e sua dinâmica interna, que, ainda hoje, revelam marcas presentes desde o período imperial.

O objetivo deste texto é apresentar e analisar a estrutura organizacional do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, refletindo sobre os motivos que influenciaram o Governo brasileiro para a sua criação, levando em consideração o sujeito com deficiência visual como agente ativo desse processo de escolarização, formação e profissionalização. O arcabouço documental da proposta são cartas e relatórios dos diretores do instituto aos ministros do Império que se encontram no *Arquivo Nacional*, *Biblioteca Nacional* e no *Almanak Laemmert*, além da legislação do Império e o regulamento/regimento interno do Instituto. Foram utilizadas também referências bibliográficas da área de História da Educação e Educação Especial, tais como: Aranha (2006), Araújo (1993), Jannuzzi (2004), Leão (2017), Leão e Sofiato (2019) Mazzotta (2001), Penna (2008), Veiga (2007) e Zeni (1997; 2005). O a delimitação geográfica e temporal é a cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, momento em que nasce a primeira instituição de ensino para a pessoa com deficiência na capital.

Como referencial teórico-metodológico é utilizada a História Cultural que considera toda a documentação, seja em tinta ou em braille, como produto cultural, suas representações são um conjunto de símbolos compartilhados e fornecidos pela cultura que criaram possibilidades de expressão. Nenhum documento, por mais objetivo que seja e ainda que guarde semelhanças com o real, “mantém uma relação transparente com a realidade” (CHARTIER, 1988, p. 63). São construções que os grupos sociais fazem sobre suas práticas e experiências. É por meio dessas representações que se criam identidades. Na ótica da História Cultural, o real ganha um novo sentido, uma vez que ele existe apenas como representado, proveniente daquilo com que temos contato por meio dos documentos.

Os sentidos presentes na documentação, ainda que oficial, podem mudar com o tempo, uma vez que são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Por serem cartas e relatórios destinados ao ou originários do poder público, são permeados de discursos do poder, sem neutralidade e que, muitas vezes, são autoritários, com o intuito de determinar a ordem social. O domínio político do discurso se encontra, portanto, ligado a variados meios de expressão, inseridos na educação.

No que tange a relação dos alunos, funcionários e diretores do instituto com esses documentos, seguindo as ideias de Certeau (2014), os sujeitos não são, aqui, meros espectadores passivos sobre a informação, seguindo as regras e regulamentos da instituição de forma passiva, pois possuem certa liberdade para interpretar, de acordo com as oportunidades colocadas, e realizam escolhas sobre essas informações. Seleção, usos e apropriações feitas a partir de um repertório, criando combinações entre o que é escolhido e colocando em novos contextos o que é apropriado. Ainda que a força do discurso da regulamentação e das instituições seja impositiva sobre esses indivíduos, no que diz respeito aos modos de apropriação dos grupos sociais, formas criativas sobre esses documentos, acontecem, transformando os significados oficiais em outros diversos e colocando em prática tais normativas também de diversas formas. A cultura é apropriada e reapropriada constantemente pelos sujeitos (CERTEAU, 2014).

Chartier (1988) coloca que o consumo cultural ou intelectual “constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra.” (p. 59). A interpretação dos autores das cartas, relatórios e regulamentos do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* é uma dentre muitas, que não encerra essa dinâmica. Há subversões destas regras, relacionadas as práticas sociais e culturais da instituição, o que acaba por criar uma forma de gerir e estar no Instituto autorregulada por aqueles que ali vivem, trabalham e estudam.

Organização interna, docentes e discentes

Fundado em 1854, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* teve três diretores e dois endereços durante o período imperial, como relata Leão e Sofiato (2019):

O primeiro prédio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, funcionou em uma casa do Morro da Saúde, até o ano de 1864. Teve ele como primeiro diretor e médico José Francisco Xavier Sigaud, que faleceu em 1856 e foi substituído por Cláudio Luís da Costa, nomeado por Decreto Imperial; ele também exercia a função de médico do Instituto. Durante a sua gestão, em 1866, o educandário foi transferido para endereço na Praça da Aclamação, atual Praça da República. Com o falecimento de Cláudio Luís da Costa, em 1869, ele foi substituído por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de Matemática e Ciências Naturais do Instituto, desde 1862 (convidado por Cláudio Luís, que era seu médico particular), e casado com Maria Joaquina da Costa, filha de Cláudio Luís, desde abril de 1863. Atuando também como professor de matemática e ciências e como tesoureiro, sua gestão como diretor só terminou com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando Benjamin Constant foi fazer parte da alta administração do Governo Provisório como Ministro da Guerra e, posteriormente, como Ministro da Instrução Pública.

Durante o período imperial, o Instituto contou com esses três diretores. (p. 285-286)

Havia ainda um Comissário do Governo que fazia a ponte entre governo e instituição, pois o Instituto não era fiscalizado pelo Inspetor Geral da Instrução. A função do Comissário (que também fiscalizava o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*), era de inspecionar a educação moral e religiosa, o ensino das letras e artes e a disciplina e economia do Instituto, assistir aos exames finais e dar relatório ao Governo, retomar medidas para reprimir abusos ou inconformidades sobre as leis (BRASIL, 1854a). Ao todo havia três Comissários durante o Império (cargo pouco cobiçado entre os membros do Governo): O Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida), o Barão e depois Visconde do Bom Retiro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) e Antônio Candido da Cunha Leitão. (ZENI, 2005). Havia ainda um quadro de funcionários que, segundo o Regulamento Provisório da instituição, era composto de:

Um professor de primeiras letras; um de música vocal e instrumental; E o das artes mecânicas, que forem preferidas com atenção a idade, e aptidão dos alunos; Um médico; Um capelão; Um inspetor de alunos por turma de dez meninos, e, segundo o número destes, os empregados e serventes que forem indispensáveis (BRASIL, 1854c, p. 296).

De acordo com Leão e Sofiato (2019, p. 288), quando faltavam professores no instituto, eles eram substituídos por outros docentes ou pelos “repetidores (classe provavelmente inspirada nos monitores do ensino mútuo também presente em outros colégios, como o *Colégio Pedro II* e o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*) e, na falta destes, por quem o diretor designasse, com aprovação do Ministro do Império”.

No ano de fundação, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* possuía sete funcionários: um professor de Primeiras Letras para os meninos, uma professora cega para as meninas (Adélia, filha de Sigaud), um de música, também cego, e um de religião (o capelão). Havia ainda um repetidor cego (aluno do Instituto), um inspetor de alunos e o diretor que também era médico (LAEMMERT, 1855). Com a passagem de anos o número de funcionários aumentou, de acordo com a necessidade, tendo 29 em 1889 (SAUER, 1889), destes, 13 eram professores. Ao longo de todo o período imperial o Instituto possuiu um regulamento e regimento internos que ditavam as regras da instituição. Leão e Sofiato (2019) destacam como é interessante notar que as regras da instituição foram flexibilizadas, um exemplo são os números de alunos e repetidores (que aumentara com o tempo), “contava com apenas 10 alunos em 1854, 30 em 1862 e 60 alunos em 1884” (p. 289). Os números mostram a insipiência da instituição.

Consta no Regulamento Provisório de 1854 (BRASIL, 1854c) que o número de alunos não poderia exceder a 30 nos três primeiros anos. Dentre estes, poderia haver 10 gratuitos reconhecidos pobres, e os que não fossem pobres deveriam pagar uma pensão anual decidida pelo Governo. Caberia ao Governo fornecer sustento, vestuário e curativo aos estudantes. Contudo não se tem certeza se todas as condições foram rigidamente seguidas. Segundo as normas, eram admitidos somente meninos e meninas livres, com idade entre seis e 14 anos. A admissão dependia da autorização do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, sendo necessária a apresentação de certidão de batismo, ou justificação de idade; atestado do médico do estabelecimento, do qual constasse ser total sua cegueira; e, no caso de ser gratuito, um atestado do pároco e de duas autoridades do lugar da residência do aluno, provando sua indigência. Além disso, era necessário que o médico do estabelecimento averiguasse que o aluno fora vacinado e que não sofresse de enfermidade contagiosa (LEÃO; SOFIATO, 2019).

Sobre o ensino para meninas, caso peculiar para as escolas da época, cuja educação era separada pelo gênero, foi determinado que elas deveriam ser completamente desassociadas dos meninos, tendo aulas à parte, casa de trabalho, lugar de recreação e passeio, refeitório e dormitório. As turmas, de gênero distinto, separadas entre si, cada uma tendo, em regra, dormitório e refeitório à parte, além do ensino diferenciado, meninos com o currículo usual e meninas com as disciplinas elementares e oficinas “próprias ao seu sexo” (BRASIL, 1854a).

Em 1872, o censo nacional estimou 13.344 cegos livres e 2.504 cegos escravos no território brasileiro (IBGE, 1872). Na data de sua instalação, 18 anos antes, o Imperial Instituto contava apenas com 10 alunos (oito meninos e duas meninas), sendo sete considerados pobres (ZENI, 2005). O número, entretanto, foi crescendo com os anos. Em 1862 teve o Instituto 30 alunos internos matriculados (destes, 26 gratuitos) (Zeni, 2005). Consta em relatório (IIMC, 1863, fl.11-17) que dos 21 meninos e nove meninas, a maioria, 10, vinha da Corte, cinco do Rio de Janeiro, três de Minas Gerais, três da Bahia, três de Santa Catarina, dois do Ceará, um de São Paulo, um do Espírito Santo, um de Montevidéu e um vindo da Prússia. O que atesta a diversidade do alunado e o alcance que a instituição possuía sobre as demais províncias.

O Regulamento também previa o acesso de ex-alunos ao magistério do estabelecimento, o que acabou por fazer com que estes ficassem “duradouramente” vinculados a ele. Já era muito comum “os alunos mais adiantados ajudarem gratuitamente os professores como repetidores, o que aproxima o ensino do Instituto do *Método Lancasteriano*

ao colocá-los na condição de monitores” (ZENI, 2005, p. 144). Além disso, “apesar da ‘especialidade’ da educação dos cegos, os professores do Instituto não receberam qualquer formação especial, mesmo quando não fossem cegos, até porque não havia qualquer dispositivo os obrigando a aprender o Sistema Braille” (ZENI, 2005, p. 143). Esse vínculo por toda a vida fora severamente criticado durante anos, por proporcionar um caráter asilar à instituição.

De acordo com Leão (2017), em 1857 foi fundada a Oficina Tipográfica em pontos salientes da instituição devido a doação dos tipos em relevo pelo aluno Carlos Henrique Soares no ano anterior. Essa oficina teve início em 1862 e durou por todo período imperial, mas atendia apenas as necessidades internas do Instituto. As páginas eram compostas, letra a letra, uma por vez, o que alongava o processo de produção (GUERREIRO, 2004). A primeira obra impressa foi *História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos* em 1863.

Era incumbência do educandário conceder livros e instrumentos necessários à educação para todos os seus alunos. Dos materiais necessários ao ensino dos meninos cegos, muitos eram importados, principalmente, vindos do Instituto de Paris, por não existirem no Brasil (ZENI, 2005). As transações feitas entre Brasil e França se tornaram constantes, livros, aparelhos e outros recursos eram importados do *Institut National des Jeunes Aveugles*.

Proposta Curricular

A proposta curricular do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* baseava-se em três eixos: o ensino intelectual; o ensino de música instrumental e o ensino tecnológico. Seriam ministradas: “a instrução primária; a educação moral e religiosa; o ensino de música, o de alguns ramos da instrução secundária, e o de ofícios fabris” (BRASIL, 1854b, p. 295). Segundo Leão e Sofiato (2019), “em um regime de internato e utilizando o Sistema Braille, criado por Louis Braille no Instituto de Jovens Cegos de Paris, é definido um curso de oito anos, com possibilidade de prorrogação de dois anos, para os alunos que não se achassem suficientemente habilitados” (p. 289). Para Zeni:

A alfabetização em outro sistema de escrita e leitura que não o usualmente utilizado conferia à educação dos cegos um caráter diferencial, suficiente para que hoje receba o rótulo de “especial”. Alie-se a isso as incertezas do sucesso desse empreendimento, marcado pela noção de desvalia, não de doença, conferida à cegueira, quase que inevitavelmente associada à mendicidade, destino suposto para aqueles que, sem recurso de família, não conseguissem um nível razoável de instrução que os habilitassem ao magistério do próprio Instituto. Isto justifica a inclusão do ensino da música e de artes manuais no ensino dos cegos, diferentemente do disposto para o

ensino primário do Município da Corte, o que implicava em maior tempo de duração do curso (Zeni, 2005, p. 139).

Sobre o ensino de música, importante conteúdo ministrado na instituição desenvolvido ao longo dos anos, percebe-se “a convicção, ainda hoje compartilhada, mesmo que com menos intensidade, de que os cegos estavam naturalmente dotados para a música, em virtude do maior e melhor uso que faziam da audição como compensação da perda visual” (Zeni, 1997, p. 87). Já sobre o ensino tecnológico ou profissional, Zeni (1997, p. 107) comenta: “em 21 de agosto de 1857, o Diretor Cláudio Luís da Costa comunicou ao Ministro do Império a abertura da oficina tipográfica do Instituto com o engajamento de cinco alunos [...]. Para começar, seria impressa uma pequena história do Instituto”. Mais tarde surgem as oficinas de encadernação para os meninos e os trabalhos manuais de agulha, franja, crochê e miçanga para as meninas.

Para o ensino científico as disciplinas eram, nos três primeiros anos, “leitura, escrita, cálculo até frações decimais, música e artes mecânicas adaptadas à idade e força dos meninos. Na leitura se compreende o ensino do catecismo” (BRASIL, 1854c, p. 298); essas eram as disciplinas da primeira classe. Nos demais anos, havia o ensino de “gramática nacional; língua francesa; aritmética; geometria plana e retilínea; geografia; história; leitura dos evangelhos; além da continuação da música e dos ofícios mecânicos” (BRASIL, 1854c, p. 298), que compreendia a segunda classe. Segundo Zeni (2005), durante sua administração, Benjamin Constant fez pedido para implantar a cadeira de ginástica ao ensino de cegos, mas foi negado devido à condição visual de seus alunos. Leão e Sofiato (2019) informam que esse fator revela a percepção que se tinha sobre a pessoa cega e sua mobilidade, e nos faz refletir sobre atual visão sobre sua potencial mobilidade, que caracteriza as pessoas com deficiência visual como incapazes de perceber e/ou mover o seu próprio corpo com destreza e autonomia.

Em relatório escrito por Benjamin Constant (IIMC, 1884), revela-se que o ensino na instituição fora dividido entre primário e secundário, em uma provável tentativa de equiparação com o ensino regular presente na legislação do Município Neutro da Corte (BRASIL, 1879). Para Leão e Sofiato (2019, p. 292) “percebe-se que a educação de cegos tentava acompanhar a tendência geral de educação do país, mas considerando a especificidade do público-alvo em questão, houve um processo de profissionalização especialmente delineado”.

Contexto de Fundação

Anterior a criação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* houve uma tentativa de sistematização de educação para cegos e surdos. A tentativa ocorreu por meio de um projeto apresentado à *Assembleia Geral Legislativa* na sessão de 29 de agosto de 1835 pelo deputado Cornélio Ferreira França, contudo, não se sabe quais foram as motivações do autor para a sua realização. Segundo Zeni (2005), o projeto previa um professor de primeiras letras para surdos, mudos e cegos, em cada província da nação. Entretanto, este não fora aprovado.

A educação dos cegos no Brasil só se consolidou em 1854, devido à atuação de José Álvares de Azevedo e José Francisco Xavier Sigaud. De acordo com Zeni (1997), José Álvares de Azevedo nasceu no Rio de Janeiro em 1834, ficou cego aos três anos de idade e se mudou para Paris em 1844. Álvares de Azevedo estudou no *Institut National des Jeunes Aveugles*, onde aprendeu o Sistema Braille. Segundo Guerreiro (2004), em 1850 Azevedo teria voltado para o Brasil com o desejo de criar um instituto semelhante ao parisiense. Zeni (1997) afirma que, após chegar ao Brasil, Álvares de Azevedo ensinou o Sistema Braille a filha do Dr. Sigaud, Adélia, que também era cega. O progresso de Adélia Sigaud teria impulsionado seu pai, médico da Câmara Imperial, a apresentar José Álvares de Azevedo ao Imperador. Assim, o interesse do monarca pelo projeto permitiu a sua estruturação e fundação em 12 de setembro de 1854.

Contudo, existem outros olhares sobre esse contexto de fundação que revelam diferentes motivações para a sua criação. Como colocado por Leão e Sofiato (2019):

Apesar de a história oficial do Instituto reafirmar a sua existência pelas ações de José Álvares de Azevedo, em consonância com os interesses de Sigaud e do Imperador, é possível inferir que já houvesse um projeto ou uma intenção por parte do Governo Imperial para a criação de um instituto como esse. Em 1856, dois anos após a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, também foi criado, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos. É provável que a constituição desses dois espaços, tendo como referência instituições francesas, fizesse parte de um projeto de modernização da sociedade, de suas instituições e da própria Corte que tinha como modelo a capital referência da época: Paris. A fundação de institutos educacionais e de amparo às pessoas com deficiência poderia ser um dos passos nesse sentido, com o intuito de aproximar toda a dinâmica do Rio de Janeiro aos padrões franceses, ainda que essa aproximação estivesse impregnada pelas características e pelas especificidades do ensino e da sociedade nos trópicos. (p. 284-285)

Dentro dessa ideia do “Moderno” está o desenvolvimento e a consolidação do Cientificismo e da Medicina no século XIX. Assim como expõe Schwartz (1993) em pesquisa sobre os estudos que focam na questão racial e todas as suas implicações sociais deterministas no oitocentos, a medicina se fortaleceu enquanto ciência e seu discurso ganhou visibilidade,

inclusive política, sobre a determinação dos corpos. Pela ciência se definia o que era diferença e inferioridade, os corpos “normais” e os deficientes. Mais tarde, o Brasil, por exemplo, rapidamente absorveu os modelos evolucionistas e social-darwinistas, com o forte crescimento da medicina no final do século, a exemplo do surgimento das *Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro de Medicina*, suas publicações e concepções difundidas.

Paralelo ao fortalecimento do discurso médico, também circulava discursos e ações filantrópicas que atingiam, diretamente, o público com deficiência da época. Como coloca Marques (2011) “a assistência aos desvalidos e em especial aos doentes, por muito tempo, esteve associada às ações de caridade da Igreja e de seus seguidores”. (p. 107). O cristianismo passou a ver a caridade como uma grande virtude e seus fiéis eram estimulados a cuidar dos “mais necessitados”. Muitos hospitais, por exemplo, se fundaram vinculados a Igreja. Aos poucos, essas ações de caridade vão deixando de ser fruto apenas da Igreja e vão sendo apropriadas pela sociedade, em especial, a elite. Surgiam, assim, ações das irmandades religiosas de assistência a esses “desafortunados”, disseminação das *Santas Casas* para, finalmente, no século XVIII, haver uma maior laicização dos sentimentos de caridade na Europa. Segundo Marques (2011, p. 112):

A filantropia era um valor aos olhos da elite europeia de fins do século XVIII e início do XIX, qualquer que seja sua orientação política. Ela age como um pano de fundo a justificar as ambições nacionais e pessoais, já que os interesses privados eram vistos como coletivos. O sentimento filantrópico deveria nortear as ações do europeu civilizado.

Com certo “atraso” em relação à Europa, no Brasil, ainda que essas associações filantrópicas só viessem a se consolidar no início do século XX, já pairava sobre a sociedade um discurso filantrópico que justificava ações de caridade, e inclusive de instrução, às pessoas com deficiência. Estudos como o de Harvey (2015) expõe como a Europa e, principalmente Paris na França, ocupou um papel central em torno da ideia do Moderno que passou a ser seguido pelas demais cidades e nações.

Além disso, é preciso contextualizar a formação da escola no Brasil do XIX, em uma nação com uma multiplicidade de formas e locais de ensinar e aprender, diversidade ainda maior no espaço urbano, que variava de acordo com as posses e objetivos das famílias, ou as intenções das instituições escolares (VILLELA, 2000). Segundo Faria Filho (2000), no início do século XIX havia, em várias províncias, uma intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas “camadas inferiores da sociedade”. A presença do Estado na educação era pequena e pulverizada; o autor afirma, ainda, que “nem a

própria escola tinha um lugar social de destaque, cuja legitimidade fosse incontestável. Foi preciso então, lentamente, afirmar a presença do Estado nessa área e, também, produzir, paulatinamente, a centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações.” (FARIA FILHO, 2000, p. 136). Em 1824 foi instituída uma Constituição no Brasil que visava a educação como um “instrumento de elaboração de uma identidade que integrasse a todos num ideário comum de pertencimento nacional” (VEIGA, 2007, p. 147). Era garantida a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, como um direito inviolável. Somente em 1827 foi promulgada a *Lei Geral do Ensino* que efetivou a intervenção estatal na educação, estipulando a criação de Escolas de Primeira s Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos.

O *Imperial Instituto de Meninos Cegos* estava nesse hall de escolas que pretendiam dar escolarização às “camadas inferiores da sociedade”, garantindo instrução gratuita aos cidadãos por meio da intervenção estatal na educação. De acordo com a Constituição de 1824, não havia qualquer impossibilidade das pessoas com deficiência de serem considerados cidadãos brasileiros, uma vez que tivessem nascido no Brasil, naturalizados aqui ou serem filhos de pais brasileiros. Era, contudo, suspenso o exercício dos direitos políticos pela “incapacidade *physica* ou *moral*”. Ou seja, ainda que fossem preservados seus direitos individuais ou “*civis*” (liberdade de pensamento, expressão etc), os direitos políticos (direitos de votar e ser votado, de organização e associação) não lhes fora dado, possivelmente pela crença de que esses sujeitos não teriam a independência possível para ter juízo livre e autônomo. Essa condição de “cidadão passivo”, no entanto, não lhes restringia o direito a educação - visto como direito social, de acordo com as teorias de Marshal (COUTINHO, 1999) -, ainda que esse direito não fosse, na prática, exercido no Brasil do século XIX. Como coloca Coutinho (1999), não haveria cidadania plena sem direitos políticos, pois o autor considera cidadania:

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1999, p. 42)

Considerações Finais

Este estudo compreende, portanto, que não fora apenas uma ação isolada de José Álvares de Azevedo em parceria com Xavier Sigaud e do Governo Imperial (muito comum no discurso oficial da Instituição) que promoveu a fundação do instituto de cegos. Apesar da

importância das suas ações, havia um ambiente favorável que legitimava, no campo legal, a educação para todos os cidadãos, no campo científico, com a compreensão de que jovens cegos eram passíveis de serem educados, e no campo sociocultural, uma vez que a filantropia ou a “caridade” para pessoas “mais necessitadas” era vista com bons olhos pela elite e cristandade brasileira. Compreende-se também que a ação de Álvares de Azevedo deve ser destacada pela sua trajetória e protagonismo, já que a discriminação sobre as pessoas com deficiência era uma realidade ainda mais dura que a atual. Contudo, a parceria do Governo Imperial nesse projeto não deve ser vista apenas como um olhar sensível e caridoso da monarquia sobre a precária realidade das pessoas com deficiência, mas como um projeto de governo que visava a modernização das instituições e do próprio Estado por meio da constituição de uma educação que servisse à esses sujeitos discriminados, da mesma forma como era feito em território Europeu, cuja realidade era tida como modelo a ser espelhado.

No Brasil, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* instituiu as bases para a educação dos cegos e, apesar de dar certa autonomia e proporcionar o desenvolvimento intelectual de seus alunos, fora criticada pelo seu caráter asilar, assumido por meio de suas práticas ao longo da História. Hoje, o exercício das políticas públicas de educação inclusiva ainda esbarra em problemáticas herdadas do oitocentos, como o caráter assistencialista e asilar das instituições de ensino que, apesar de pretender uma educação pela diversidade, muitas vezes, acaba por favorecer as relações de exclusão.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Aviso de 18 de dezembro de 1854. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854**. Vol. 1, pt. III. (p.270-288). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1854^a
- _____. **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824). 1824. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 06 de jul. de 2019.
- _____. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854**. Vol. 1, pt. I. (p. 45). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1854b
- _____. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854**. Vol. 1, pt. I. (p. 295). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1854c
- _____. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**. Vol. 1, pt. II. (p. 196). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1879
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Vol. 1. 22ed., Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, n. 22, 1999, p. 41-59
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. **500 anos de Educação no Brasil**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. pp. 135-150.
- GUERREIRO, Patrícia (coord.). **Instituto Benjamin Constant, 150 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitor Mercantil, 2007.
- HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015
- IBGE. **Recenseamento do Brasil de 1872. (1874)**. v.1. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger. 1872.
- IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS DO BRASIL [IIMC]. **Relatório de 1º de janeiro de 1863**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Relatório. Manuscrito. Cód.: AN IE5 5 de 1863, fls. 11-17. 1863
- _____. **Relatório de 31 de março de 1884**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Relatório. Manuscrito. Cód. AN IE5 51 de 1884, fl. Sem número. 1884
- LAEMMERT, E. V. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro para o anno de 1855** (Almanak Laemmert). Ano 12. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. 1855
- LEÃO, Gabriel B. O. S. **Ensino de História para cegos: investigando práticas com uso da iconografia**. 2017. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, USP, 2017.
- LEÃO, Gabriel Bertozzi O.S.; SOFIATO, Cássia G.. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 25, n. 2, Bauru, abr.-jun., 2019, pp. 283-300.
- MARQUES, Rita de C.. A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX. **Dynamis**, n.31, 2011, pp. 107-129
- SAUER, A. (org.). Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil para 1889. (Almanak Laemmert). Ano 46. Rio de Janeiro: LAEMMERT & C. 1889
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil**. 2ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 95-134.
- ZENI, Maurício. **O Imperial Instituto dos Meninos Cegos: Benjamin Constant e o assistencialismo (segunda metade do século XIX)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. **Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da república**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Rio de Janeiro, 2005.

A história da Educação de Jovens e Adultos da colônia à república no Brasil

Isamara Grazielle Martins Coura

Doutoranda em Educação
Faculdade de Educação/ UFMG
aramasi@gmail.com

Resumo: A história política brasileira traz consigo uma trajetória de exclusão do povo à escola. A educação no Brasil foi tratada durante anos como um privilégio destinado aos filhos das classes mais abastadas. A falta de acesso e permanência na escola por parte da grande maioria do povo brasileiro se reflete até hoje na estrutura desigual de nossa sociedade. O trabalho busca contextualizar a luta pela educação no Brasil a partir de momentos históricos e promover uma reflexão de como a exclusão escolar se faz presente na história brasileira advinda de reflexos de escolhas políticas. Busca relacionar as políticas de educação que vieram sendo destinadas à população brasileira que não teve acesso à educação na chamada “idade regular” a partir da análise das ações governamentais desde a colônia à república. O estudo se inicia com a ação dos jesuítas na catequização, passando pelo período imperial que mesmo com a constituição de 1824 que garantiu a gratuidade da instrução primária a todos, não teve efeitos práticos. Na República Velha, a constituição de 1891 exclui adultos analfabetos da participação política através do voto, mas poucas foram as ações práticas que resultassem em uma redução do analfabetismo. A década de 1960 inicia-se com a perspectiva de uma educação de adultos para promover a conscientização dos alunos frente a seus direitos, mas o golpe de 1964 lança o MOBRAL, que apesar de muitos recursos, não se apresentava como um modelo de educação de qualidade. Com a redemocratização, a carta magna de 1988 trouxe a garantia do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito para todos, independente da idade, mas que medidas dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, não permitiram os avanços necessários. Este último, após a criação do FUNDEF, fez com que os recursos se centrassem na educação de pessoas entre 7 e 14 anos. O governo Lula promoveu a inclusão da Educação de Jovens e Adultos no projeto do Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB), substituindo o FUNDEF. Lula criou o programa Brasil Alfabetizado e Dilma reforçou a educação para o trabalho pelo PRONATEC. Michel Temer e o atual governo investem no incentivo à certificação em massa pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, o que gera um número de estudantes com a educação básica concluída, mas sem uma ação do Estado que vise um processo educativo de qualidade.

Palavras-chave: História, Educação de Jovens e Adultos, Política.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pode ter como referência de seu início a presença dos jesuítas na catequização e na imposição cultural aos indígenas no Brasil colonial. É assim que se dá o início da história de alfabetização dos adultos no Brasil de acordo com Galvão e Soares (2004):

Os indígenas adultos foram submetidos a uma intensa ação cultural e educacional, embora os jesuítas priorizassem sua ação junto às crianças. Vale ressaltar que os jesuítas são considerados os principais agentes educativos do Brasil desde sua chegada em 1549 até 1759, quando foram expulsos pelas novas diretrizes da economia e da política portuguesa. (GALVÃO e SOARES, 2004, p.28 -29)

Desde este momento até hoje a EJA se caracteriza como um campo de luta pela garantia do direito à educação. Se tomarmos por base as políticas públicas em relação a esta modalidade educacional percebemos uma série de avanços e retrocessos que se alternaram durante as mudanças de governo no país.

Após a independência do Brasil, a Constituição de 1824 garantiu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos. Entretanto, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000) *o direito que nasceu com a constituição de 1824, estendendo a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal.* (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.109)

Para Galvão e Soares (2004) havia, durante o período imperial, algumas ações em prol da educação de adultos. Estes autores citam como exemplo o caso de Pernambuco onde, em documentos como os da Instrução Pública e o Regimento das escolas de Instrução Primária, puderam ser constatadas referências a aulas para maiores de quinze anos. No entanto, destacam que o regimento citado permitia que o ensino de adultos fosse visto como uma missão ou uma forma de filantropia, uma vez que previa que, desde que houvesse a permissão do presidente da província, poderia haver aulas com professores que trabalhassem gratuitamente no período noturno.

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), apesar da constituição da República de 1891 excluir adultos analfabetos da participação política através do voto, houve poucas ações práticas que resultassem em uma redução do analfabetismo no Brasil. Os autores afirmam que até a década de 1920 não havia uma preocupação com a Educação de Jovens e Adultos com reflexões pedagógicas ou políticas de educação mais específicas para a área.

Estes mesmos autores destacam que houve, a partir da década de 1920, uma movimentação da população e de educadores que lutavam para que o Estado se responsabilizasse pela oferta dessa modalidade de ensino. No entanto, Haddad e Di Pierro (2000) apontam que apenas no final da década de 1940 *a educação de adultos veio se firmar como um problema de política nacional.* (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.110). Para tanto, apontam o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto na

constituição de 1934, como tendo sido importantíssimo para que a educação de adultos viesse a ser visto como um problema político no Brasil.

Já em relação à década de 1960, Di Pierro (2005) explica que o movimento de educação e cultura popular ligados a organizações sociais, à Igreja católica e a alguns governos desenvolveram experiências de alfabetização de adultos que procuravam promover a conscientização dos alunos frente a seus direitos e desenvolver uma postura crítica em relação à realidade em que viviam para que nela atuassem a fim de transformá-la em uma sociedade mais justa.

Diversas propostas ideológicas acabaram por ser pano de fundo de uma nova forma de pensar a educação de adultos: nacional-desenvolvimentismo; pensamento renovador cristão e o Partido Comunista, por exemplo. Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam que “Elevada agora à condição de educação política, através da prática educativa de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem.” (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.113).

Dentre os movimentos que surgiram nessa época, pode-se destacar : O Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife que surgiu a partir de 1961, os Centros Populares de Cultura (CPC), órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE) que também surgiram em 1961; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler , também de 1961, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Natal e o Projeto de Alfabetização de Adultos do ano 1963, realizado em Angicos no Rio Grande do Norte, do Paulo Freire é o nome de destaque. Sobre esse período, Almeida e Corso (2015) afirmam que:

Em 1963, o Ministério da Educação encerrou a Campanha Nacional de Educação de Adultos, iniciada em 1947; e encarregou Paulo Freire de se empenhar na elaboração de um Programa Nacional de Alfabetização. Esse movimento, como as demais iniciativas da sociedade civil que tinham como base de suas ações a transformação social, foi interrompido em 1964 com o Golpe Militar. (ALMEIDA E CORSO, 2015, p.1265)

O golpe militar de 1964 fez com que esse modelo educacional que vinha sendo implementado em diversas ações no país, ao se tratar da EJA, foi sendo sufocado, ainda que apresentasse resistências em algumas regiões, para abrir espaço para a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi criado em 1967 e passou a ser colocado em prática a partir de 1969.

Galvão e Soares (2004) relatam que o MOBRAL, apesar de ter surgido com muitos recursos, acabava não apresentando muitas exigências ao contratar os alfabetizadores: *qualquer um que sabia ler e escrever pode também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa.* (GALVÃO E SOARES, 2004, p.45). Os autores afirmam também que ainda que os métodos e os materiais didáticos tivessem semelhanças com os criados pelos movimentos de educação e cultura popular, essas eram superficiais:

No entanto, as semelhanças eram superficiais, na medida em que todo o conteúdo crítico e problematizador das propostas anteriores foi esvaziado: as mensagens reforçavam a necessidade do esforço individual do educando para que se integrasse ao processo de modernização e de desenvolvimento do País. Além disso, era um material padrozinado, utilizado indistintamente em todo Brasil. (GALVÃO e SOARES, 2004, p.46)

Ainda durante o período militar foi elaborada a Lei 5.692 de 1971 reformulando o ensino de 1º e 2º graus que também regulamentou o ensino supletivo no Brasil. De acordo com Di Pierro (2005) tal lei conferiu à suplência “a função de repor escolaridade não realizada na infância e adolescência, então consideradas os ciclos da vida mais adequados à aprendizagem.” (DI PIERRO, 2005, p.1117)

A autora acima citada afirma também que com a redemocratização do país, em meados dos anos 1980, houve um clima favorável para que o sistema de ensino rompesse com o modelo de educação compensatória do ensino supletivo e, assim, desenvolvesse novas experiências de caráter inovador em EJA, baseando-se nas ações dos movimentos de educação e cultura popular da década de 1960.

No entanto, Di Pierro (2005) ressalta que não houve grande repercussão desta intenção de renovação pedagógica nas redes estaduais de ensino, as quais ainda eram responsáveis pela grande maioria dos cursos destinados a esse perfil de educando na época. Os avanços ocorreram em função de iniciativas de governos locais em parceria com organizações e movimentos sociais.

Em 1985 o governo brasileiro extingue o MOBRAL e cria a Fundação Educar, que fazia parte do Ministério da Educação e tinha como função supervisionar e acompanhar junto à instituições e secretarias, para as quais os recursos eram transferidos, o andamento de seus programas.

Com a redemocratização do país surgiu a Constituição Federal de 1988 que, em seu Artigo 208, garantiu o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito para todos,

independente da idade. Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam ter sido este o mais importante feito, no terreno institucional, para a educação de jovens e adultos nesse período.

Apesar da garantia do direito ao ensino fundamental gratuito a todos pela da Carta Magna de 1988, o governo federal, através do então presidente Fernando Collor de Melo extinguiu, em 1990, a Fundação Educar. Esta medida, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000), foi um marco para a descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, uma vez que representou a transferência direta da responsabilidade pública com esta modalidade de educação da União para os municípios.

Em 1996 foi elaborada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394. Para Haddad e Di Pierro (2000) a lei em questão, por não ter tomado como base o projeto que foi objeto de negociação ao longo dos oito anos em que tal matéria tramitava pelo congresso, acabou por desprezar partes do acordo estabelecido anteriormente. Acrescentam ainda que a seção que se destina aos jovens e adultos “resultou curta e pouco inovadora”, pois teve como novidades a diminuição da idade para que candidatos realizassem os exames supletivos: 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio e a integração da EJA ao ensino básico comum.

A década de 1990, segundo Haddad e Di Pierro (2000) promoveu uma marginalização da educação básica de jovens e adultos. No momento em que se deveria partir para a efetivação dos direitos conquistados através das leis, a crise de financiamento e a reforma do Estado acabaram por levar o Ministério da Educação a recuar em suas *funções de coordenação, ação supletiva e redistributiva na provisão da educação básica de Jovens e Adultos* (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.124). O governo federal acabou por destinar a outras instâncias governamentais a tarefa de realizar programas de alfabetização ou elevação de escolaridade da população jovem e adulta.

Como exemplo de um afastamento por parte do Ministério da Educação em relação à EJA pode-se citar o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O PAS foi idealizado pelo Ministério da Educação, mas quem o coordenava era o Conselho da Comunidade Solidária, organismo vinculado à Presidência da República para promoção de ações sociais de combate à pobreza. Já o PRONERA foi idealizado através de uma articulação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST) e coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério da Política Fundiária (MEPF).

Para Di Pierro (2005) o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF) foi importante para manter a educação de pessoas jovens e adultas à margem das prioridades governamentais. A reforma educacional brasileira da década de 1990, com a intenção de prevenir o analfabetismo, concentrou os recursos públicos no ensino fundamental de crianças e adolescentes. Para esta autora o FUNDEF foi o principal mecanismo para que isto ocorresse uma vez que dele foram “expurgadas” por imposição do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, as matrículas de jovens e adultos. Di Pierro (2005) acrescenta:

Rompeu-se assim o princípio da universalidade inerente ao direito humano à educação: embora as leis maiores assegurassem a todos o acesso e progressão na educação básica pública, gratuita e de qualidade, a focalização de recursos para a educação escolar na faixa etária de 7 a 14 anos suprimiu os meios para que as instâncias administrativas do Estado cumpram adequadamente seu dever na provisão de ensino fundamental aos jovens e adultos. (DI PIERRO, 2005, p.1123)

Com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil houve, ainda de acordo com Di Pierro (2005), uma mudança discursiva, mencionando a alfabetização de jovens e adultos dentre as prioridades de seu governo. O governo, através da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançou o programa Brasil Alfabetizado.

A autora acima citada aponta alguns aspectos considerados polêmicos deste programa como a curta duração do módulo de ensino-aprendizado, a escassa ou nenhuma formação dos alfabetizadores contratados e a falta de instrumentos que acompanhem e avaliem o andamento do programa. Di Pierro (2005) destaca ainda como avanços advindos do governo Lula à inclusão da Educação de Jovens e Adultos no projeto do Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB), que veio substituir o FUNDEF. A criação do FUNDEB significou a facilitação da destinação de verbas públicas para a EJA, um passo bastante importante para a oferta dessa modalidade de ensino em diferentes cidades do país. Sobre as ações nos governos Lula, Almeida e Corso (2015) afirmam que:

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocorre à expansão da educação profissional. Neste governo passou-se a mencionar a alfabetização de jovens e adultos como área de interesse prioritário, incorporaram-se as matrículas ao financiamento do FUNDEB e desenvolveram-se várias iniciativas distribuídas em diferentes Ministérios no período compreendido entre 2002 a 2006 voltadas os jovens e adultos trabalhadores. Entre estas destacam-se: Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano

Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação, PNQ (MTE), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem - PROF AE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa). (ALMEIDA E CORSO, 2015, p.1293)

De acordo com Almeida e Corso (2015) outro destaque do governo Lula foi a criação em 2005 do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). Este programa era voltado para conclusão e certificação do ensino fundamental vinculado à formação profissional inicial para pessoas de 18 a 29 anos. Fazia das ações da Política Nacional de Juventude e tinha como meta a inclusão de jovens devido à elevação de escolaridade, de sua profissionalização básica e da ação em comunidade. Houve também em 2005 a criação do PROEJA com a proposta de integração da educação profissional à educação básica, pensando o trabalho numa perspectiva não alienante e sim criativa e criadora.

Nos governos Dilma, que ocorreram entre os anos de 2011 e 2016, a EJA seguiu as mesmas linhas de políticas que haviam sido implantadas nos governos Lula, por se tratar de um governo que buscava seguir a mesma perspectiva de expansão de acesso à educação, inclusive para aqueles que não a oportunidade de estudar quando crianças. De acordo com HADDAD (2015), p. 12:

No governo Dilma, a marca distintiva de sua gestão, entretanto, foi a criação em 2011 do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), justificada pela demanda por mão de obra qualificada em um momento de expansão da economia, que crescera 7,5% em 2010. O espírito desenvolvimentista do início do governo exigia criar os meios para que o crescimento econômico fosse sustentável dando prioridade no enfoque para a educação profissional com maior atenção ao mercado de trabalho e às exigências do mercado e do capital, em detrimento de uma formação básica. (HADDAD, 2015, p.12)

Com o *impeachment* da presidenta Dilma no ano de 2016, as estratégias destinadas à EJA sofreram retrocessos. Como exemplos desses retrocessos pode-se citar os cortes de verbas do Programa Brasil Alfabetizado e a ampliação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) para todos os brasileiros, que até então era destinado apenas à estrangeiros que desejavam concluir a educação básica.

O ENCCEJA pode ser realizado por qualquer pessoa que desejar concluir a educação básica. Nas diretrizes da certificação do referido exame, uma pessoa, mesmo que não tenha concluído o ensino fundamental, pode se inscrever para realizar a prova do Ensino Médio e,

se aprovada, já conseguir a conclusão da educação básica. É o que consta no Guia de Certificação do ENCCEJA (2018) destinado às instituições certificadoras:

Para obter o Certificado do Ensino Médio, não é necessário que o participante apresente Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental. O Parecer nº 11 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado em 10 de maio de 2000, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (vide Anexo IV), em sua página 32, esclarece que “o ensino fundamental não é condição absoluta de possibilidade de ingresso no ensino médio, dada a flexibilidade posta na LDB, em especial no Art. 24, II, c.”.(GUIA DE CERTIFICAÇÃO DO ENCCEJA ,2018, p.7)

Assim como no governo Temer, no governo Bolsonaro, o ENCCEJA tem recebido muito investimento em propagandas, incentivando a população a concretizar assim sua certificação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) “As inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) bateram recorde em 2019. Foram 2.973.375 inscrições entre 20 e 31 de maio. O número é 75% maior que em 2018, quando o exame teve 1.695.607 inscritos.” O problema desse tipo de ação é que, por se tratar de um exame de certificação em massa, o investimento na Educação de Jovens e Adultos pode ser prejudicada e tais processos pode promover um grande número de pessoas certificadas sem passar por uma formação adequada.

Partindo da breve história da Educação de Jovens e Adultos descrita aqui, pode-se perceber como a EJA se configura como um campo repleto de lutas. Foram e continuam sendo necessárias lutas para que a educação seja um direito garantido, não apenas na forma de lei, mas efetivamente, a todos. A história da EJA, no que tange a seus aspectos políticos, apresenta avanços e retrocessos para se garantir o direito àquelas pessoas que não tiveram acesso à educação na “idade regular”, tê-lo na idade que lhes foi possível.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua), com dados de 2018, aponta que o índice, entre as pessoas com mais de 25 anos de idade, que não concluíram a educação básica, chega a 52,6 % no Brasil. Esses são todos potenciais estudantes da EJA. Dentre as diversas características que se atribui a esta modalidade de educação a busca constante para que o direito à educação para todos, em qualquer idade, seja efetivamente garantido é, sem dúvida, uma das principais. Garantir educação gratuita e de qualidade a todos por meio da EJA ainda é uma luta necessária.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. e CORSO, A. M. **A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais.** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf

Di PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n. 92, p.1115-1139, out.2005.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem.** 19/06/2019 10h00. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem> Acesso em: 20/06/2019

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame para certificação de ensino bate recorde: 2,9 milhões de inscritos.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/Instituto_Nacional_de_Estudos_e_Pesquisas_Educacionais_Anísio_TeixeiraB4AQV9zFY7Bv/content/exame-para-certificacao-de-ensino-bate-recorde-2-9-milhoes-de-inscritos/21206 Acesso em 19/06/2019

GALVÃO, Ana Maria de O. e SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. e LEAL, Telma Ferraz (Orgs.). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.27-58.

GUIA DE CERTIFICAÇÃO DO ENCCEJA - **Guia de certificação para as instituições certificadoras do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).** Brasília: INEP, 2018.

HADDAD e Di PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p.108-128, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

_____. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago. 2015.

A História Cultural como instrumento de análise dos processos e práticas educativas nas associações religiosas leigas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX na Capitania de Minas Gerais

Juliano Henrique Soares Andrade
Mestrando em História da Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
julianohufmg@yahoo.com.br

Resumo: No campo da História da Educação, a América portuguesa ainda tem despertado pouco interesse dos pesquisadores mais propensos a pesquisarem sobre o período imperial ou sobre o período republicano. Torna-se necessário incentivar pesquisadores que procurem dar maior visibilidade para as práticas e processos educativos na América portuguesa, principalmente os ocorridos fora dos espaços institucionais de educação, permitindo lançar uma melhor compreensão sobre as relações desenvolvidas por diferentes grupos e sujeitos da sociedade colonial, fomentando o debate historiográfico com reflexões acerca das estratégias de aprendizagem utilizadas pela população luso-americana. As associações religiosas leigas eram conhecidas na América portuguesa e, principalmente, na Capitania de Minas Gerais, como ambientes que promoviam agremiações entre indivíduos e que se pautavam especialmente pelo princípio de ajuda mútua para o condicionamento da vida religiosa e de seu exercício na vida diária. Nota-se que, para além do aspecto devocional, estabeleciam laços sociais funcionando como verdadeiras interlocutoras entre os elementos propagadores da doutrina católica, das ordens do Estado português e a sociedade colonial, ressignificando e traduzindo para uma linguagem local de fácil acesso os preceitos emanados de Portugal e da Igreja aos habitantes da colônia. Mediante a um levantamento realizado de parte da documentação até o momento é possível perceber indícios de práticas e processos educativos, que foram registrados em documentos produzidos por essas instituições ao longo de sua existência, não só, mas principalmente, em seus livros de compromissos. O discurso existente nesses livros se apresenta revestido de um caráter pedagógico, pois tem como objetivo estabelecer determinadas “obrigações” aos membros do grupo de irmãos de acordo com as normas estabelecidas. Compreender como se davam os processos e práticas educativas nas associações leigas é um grande desafio para o campo da História da educação. O objetivo da presente comunicação é demonstrar como a História Cultural pode auxiliar na análise dos processos e práticas educativas das associações religiosas leigas e as relações de tais práticas e processos com a sociedade colonial, mobilizando principalmente, como referencial teórico-metodológico, Roger Chartier e os conceitos de apropriações, práticas e representações que possibilitem analisar como uma determinada realidade social é construída, apresentada e apropriada.

Palavras-chave: Instituições religiosas leigas, América Portuguesa, práticas educativas.

A América portuguesa na Historiografia da educação

O presente trabalho pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado em educação¹, bem como evidenciar a História Cultural como instrumento possível de análise das práticas e os processos educativos existentes nas associações leigas religiosas inseridas na Capitania de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Considerando-se parte dos levantamentos bibliográficos sobre a educação, que se refere ao período entre o século XVI ao século XVIII², pode-se observar que, conforme Fonseca (2009a, p. 112-113), que maioria dos trabalhos concentra suas análises em uma perspectiva quase que exclusivamente na atuação do Estado português e da Igreja católica, notadamente na atuação dos jesuítas, nas reformas pombalinas e na criação das aulas régias, interessando-se muito pouco pelas práticas e processos educativos de caráter não escolar ocorridos neste período.

Uma das possíveis explicações para a pequena quantidade de trabalhos referentes ao “período colonial” seria a dificuldade enfrentada pelos pesquisadores deste período de realizar a leitura e interpretação da documentação existente, fontes manuscritas, além de uma tradição historiográfica que trata a escola como principal e na maioria dos casos, o único espaço onde se desenvolvem os processos educativos.

Diante do exposto, é necessário empreender estudos que procurem dar mais visibilidade as práticas e aos processos educativos na América portuguesa, principalmente os ocorridos fora dos espaços institucionais de educação. Eles poderão permitir lançar uma melhor compreensão sobre as relações desenvolvidas por diferentes grupos e sujeitos da sociedade colonial e trarão ao debate historiográfico, mais reflexões acerca das estratégias de aprendizagem utilizadas pela população mineira daquela época. A partir dos anos de 2010, tem-se observado um aumento de trabalhos no campo da História da educação que

¹ Título provisório da futura dissertação de mestrado em educação: Os processos e práticas educativas nas associações religiosas leigas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX na Capitania de Minas Gerais, PPGE/FaE/UFMG.

² Está constatação encontra-se balizada em levantamentos realizados; pelos pesquisadores Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal - “*História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual*” (2005) que apontam que os trabalhos abrangendo o período entre os séculos XVI e XVIII representaram apenas 3,2% do total de 156 e pela pesquisadora Thais Nívia de Lima e Fonseca em seu artigo *Historiografia da educação na América portuguesa: balanço e perspectivas*, onde a autora também aponta para a escassez de publicações sobre a História da educação do período colonial em alguns dos mais importantes congressos da área ocorridos no início do século XXI. Fonseca analisou a publicação de trabalhos em congressos realizados no início do século XXI: o III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COIMBRA, 2000), o I Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais (BELO HORIZONTE, 2001) e o II Congresso Brasileiro de História da Educação (NATAL, 2002).

consideram a América portuguesa em seus estudos, contemplando, ainda que de forma incipiente, as práticas educativas de caráter não escolar.

As associações religiosas leigas

As associações religiosas leigas: irmandades, ordens terceiras, confrarias e arquiconfrarias eram reconhecidas na América portuguesa e, principalmente, na Capitania de Minas Gerais, como espaços associativos entre indivíduos que se pautavam sobretudo pelo princípio de assistência mútua para o arranjo da vida religiosa e de seu exercício na vida cotidiana.

Essas associações apesar de certa autonomia adquirida no período colonial, sempre estiveram subordinadas à jurisdição eclesiástica e as autoridades civis e seus compromissos eram mistos, ou seja, aprovados por ambas as instâncias. Antes de 1719, eram regulamentadas pelas Ordenações do Reino, que as subordinavam às autoridades civis, não obstante necessitassem de autorização para sua instalação e funcionamento na colônia. Na região das Minas a instalação das ordens religiosas havia sido impedida pela Coroa portuguesa, o que fortaleceu sobremaneira o papel das associações leigas dentro da sociedade mineira.

Grande parte da sociedade, que incluía homens e mulheres tanto das camadas mais pobres quanto das mais abastadas, associava-se nelas com a intenção de cultuar seus santos, buscar amparo diante das contingências da vida e da morte, encontrar pessoas, estabelecer relações e praticar caridade. Tais instituições foram responsáveis por promover a religiosidade entre seus irmãos e irmãs, prestando assistência a seus associados o que as tornaram um elemento central na sociedade mineira, desempenhando papel de difusora da fé católica, dos bons costumes, do discurso de civilidade e da obediência aos preceitos do Estado português.

Caio César Boschi ao abordar o tema das associações leigas, afirma que elas, como força acessória e muitas vezes em substituição da Igreja Católica, “se propunham a facilitar a vida social, desenvolvendo inúmeras tarefas que, pelo menos em princípio, seriam da alçada do poder público” (BOSCHI, 1986, p. 21), pois tinham responsabilidade sobre parte do funcionamento da sociedade em geral, uma vez que, segundo o autor, “era impensável que se vivesse ou morresse sem ser irmão”. (BOSCHI, 1986, p. 22)

O aparecimento dessas associações foi facilitado e, até mesmo necessário nas Minas Gerais devido à proibição da instalação de ordens religiosas regulares masculinas ou femininas na Capitania. Boschi analisa o significado da inserção dessas associações na

sociedade colonial mineira, identificando-as, conceituando sua tipologia e as suas características de movimento. Sua análise refere-se ao uso das associações religiosas como instrumentos de dominação do poder Régio sobre a população, proporcionando ao rei maior controle e jugo sobre a Capitania de Minas Gerais. Segundo o autor:

As irmandades ofereceram para a Igreja uma dupla vantagem: foram simultaneamente gestoras e sedes de devoção, além de serem eficientes instrumentos de sustentação material do culto [...] substituíram o papel precípua do clero, como agentes e intermediárias da religião. No segundo momento, arcando com os onerosos encargos dos ofícios religiosos, eximiram esse mesmo clero de combater a instituição do Padroado Régio [...] além de aliviar o Estado do compromisso de aplicação dos dízimos eclesiásticos recolhidos na implementação do culto religioso, os irmãos leigos acabaram por absorver a responsabilidade dos serviços de toda a população colonial. (BOSCHI, 1986, p.93)

Nota-se que, para além do aspecto devocional, essas associações leigas estabeleciam laços sociais, não só entre seus agregados, mas com toda a sociedade colonial, configurando-se como instituições sociais sólidas, sendo portadoras de um caráter prático bem definido, funcionando como verdadeiras interlocutoras entre os elementos propagadores da doutrina católica, das ordens do Estado português e a sociedade colonial, resinificando e traduzindo para uma linguagem local de fácil acesso os preceitos emanados de Portugal e da Igreja aos habitantes da colônia. Isto torna evidente o papel fundamental que estas instituições desempenhavam frente à expansão e manutenção da fé católica na colônia,

Cada associação religiosa leiga possuía seu próprio Estatuto ou Livro de Compromisso que constava os deveres e direitos dos irmãos, sendo confirmado pela Coroa Portuguesa. Também era comum a todas a assistência aos irmãos em diversas situações como a falência, por exemplo, a celebração de missas em sufrágio da alma, enterro solene com acompanhamento dos irmãos e do capelão e sepultura em solo. As irmandades tinham autonomia para administrar seus bens, que consistiam na arrecadação aos seus associados e heranças dos congregados.

O discurso existente nos livros de Compromisso das associações leigas se apresenta revestido de um caráter pedagógico, pois tem como objetivo estabelecer determinadas “obrigações” aos membros do grupo de irmãos de acordo com as normas estabelecidas. Neles podem-se identificar deliberações tanto de caráter moral, como por exemplo, as instruções de como os membros deveriam agir em relação ao dinheiro da associação, quanto de caráter religioso, com a obrigação da obediência a Deus e a estrita observação da vida que deve ser regrada pelos preceitos cristãos.

Existem determinações muito claras acerca das atribuições dos membros que compõem as associações leigas religiosas, principalmente as funções dos membros Mesa (diretoria), escrivão, tesoureiros, juiz entre outros. Evidente que cada instituição possuía diferentes compromissos de acordo com seu público, seu santo de devoção e seu papel na sociedade mineira. Contudo, é possível afirmar que a maioria dos livros possuem textos bem semelhantes.

Nos livros ainda se pode perceber as determinações das quantias a serem pagas pelos membros anualmente, atribuições necessárias para futuros membros, arranjos com relação à festa e medidas a serem tomadas contra aqueles irmãos e irmãs que não obedecerem aos Estatutos.

Para se empreender uma investigação das práticas e processos educativos nas associações leigas religiosas, adota-se uma concepção mais alargada de educação, apoiando-me nos conceitos de práticas educativas e estratégias, conforme apresentado por Fonseca. Segundo a autora:

Numa perspectiva ampliada, a ideia de práticas educativas aparece como tributária do conceito de práticas culturais, desenvolvido tanto por historiadores quanto por sociólogos. Respeitando as diferenças entre eles, considero adequadas aos meus propósitos suas definições das práticas como maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias [...]. O estudo assim fundamentado implica a análise de estratégias e práticas educativas, processo que, realizados ao longo de tempos mais dilatados, fizeram parte da formação cultural brasileira. A investigação sobre educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando suas especificidades regionais. (FONSECA, 2009c, p.10-11)

Mediante a um levantamento realizado de parte da documentação até o momento é possível perceber indícios destas práticas e processos, que foram registrados em documentos produzidos por essas instituições ao longo de sua existência, não só, mas principalmente, em seus livros de compromissos. Compreender como se davam os processos e práticas educativas no interior das associações leigas é um grande desafio para o campo da História da educação.

A História Cultural como instrumento de análise das associações leigas religiosas

Uma das várias perspectivas que surgiram a partir da História Cultural Francesa é a que tem no historiador Roger Chartier um dos seus maiores representantes. Conforme esse

autor, “A História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1988, p. 16-17)

Para tanto, o autor debruça-se sobre os esquemas intelectuais que orientam a apreensão do universo e sobre “as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1988, p. 17), onde a ênfase da análise histórica recai sobre a apreensão da cultura ou das “culturas”.

Uma das contribuições Chartier para a História Cultural está na elaboração dos conceitos de “práticas” e “representações” além do conceito de “apropriação”, ou seja, uma tríade capaz de analisar como uma determinada realidade social é construída, apresentada e apropriada.

O conceito de “práticas culturais” pode ser compreendido como instrumento teórico-metodológico para apreensão dos diversos modos culturais de uma determinada sociedade ou grupos sociais. Este conceito deve ser pensado não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às várias instituições, às técnicas e às realizações, por exemplo, os objetos culturais produzidos por uma sociedade, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador.

Este conceito criado por Chartier, parte da apreensão de características intrínsecas de determinada realidade social, acessando os “modos de vida”, as “atitudes” - acolhimento, hostilidade, vigilância, desconfiança -, ou as normas de convivência - caridade, discriminação, repúdio, repressão -, que além de gerarem eventualmente produtos culturais no sentido literário e artístico, geram também padrões de vida cotidiana, ou seja, a “cultura” ou “culturas” no sentido antropológico atual.

As “práticas” são a utilização por parte dos membros de uma sociedade da “*utensilagem mental*”³ de uma determinada época e local específico. É a forma alternativa de compreender a história, ou seja, os mecanismos culturais e intelectuais como: o pensamento, a linguagem, o sistema de percepção, entre outros, que é próprio de cada época.

Outro conceito mobilizado pelo campo da História Cultural e desenvolvido por Roger Chartier é o de “representações”. É também instrumento teórico-metodológico capaz de apreender a internalização simbólica das lutas pela dominação e poder entre os grupos ou

³ O termo “utensilagem mental”, associado ao nome de Lucien Febvre, está nos pressupostos da História das Mentalidades, sendo que a origem do conceito de utensilagem mental, assim como se deu sua apropriação por Febvre e por Marc Bloch para a História, encontram-se explicados em detalhes em Dosse (1992, p. 84- 93)

entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de afinidades exteriores objetivas entre os mesmos e que existem de forma independente das consciências e anseios individuais que as lançaram dentro de determinado campo social. As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real.

Tal conceito possui as condições de evidenciar que a exteriorização da internalização simbólica de tais embates seria capaz de conduzir ações e dessa forma, ter valor como algo crucial no interior das estruturas de relações objetivas de uma arena histórica social, tanto quanto os afrontamentos que são efetivamente concretizados entre os grupos. Segundo Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Assim, as representações são as expressões das construções sociais empreendidas pelos grupos de indivíduos que representa um mecanismo duplo, de leitura e compreensão que o grupo faz de si e dos outros e da forma como constroem a sua própria história. É o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, dá/constrói/produz/cria um significado para o mundo social. Dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Esses esquemas intelectuais criam figuras as quais dotam o presente de sentido. De tal modo, pode-se pensar numa história cultural do social que tome por objeto as representações do mundo social.

As práticas culturais correspondentes a um determinado objeto ou bem cultural geram representações, e as suas representações geram práticas, em um emaranhado de atitudes e

gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações). As práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais

O terceiro conceito se pretende utilizar como aporte teórico é o de “apropriação”. Se as representações, conforme já assinalado por Chartier, se inserem “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p.17), são produzidas verdadeiras “lutas de representações”. E estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no domínio social.

A apropriação é um conceito enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de subsidiar uma história cultural que depende da variação do tempo e do lugar, dos grupos sociais, das comunidades interpretativas, das condições de possibilidades e das modalidades e efeitos de quem a constrói. As apropriações são de fato, a materialização das escolhas, dentre as possibilidades disponíveis de representações, elencadas pelos interesses sociais de cada indivíduo ou grupos de indivíduos.

Segundo Chartier:

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 180)

As apropriações têm por objetivo desvelar uma história social das interpretações remetidas pelas determinações sociais, institucionais e culturais inscritas nas práticas específicas que as produzem, “[...] práticas que, pluralmente, contraditoriamente dão significado ao mundo” (CHARTIER, 1988, p. 27).

Apropriação das representações no meio social pode gerar tensões entre indivíduos e grupos sociais distintos. A disputa pelo sentido de determinado fato ou personagem histórico pode ocasionar, conforme já assinalado por Chartier, lutas de representações. Estas lutas não apenas culturais, mas também políticas e giram em torno da busca pela legitimação de

determinado significado. A apropriação é a forma de historicamente produzir um sentido e diferenciadamente construir um significado, através de diferentes processos.

As representações das associações religiosas leigas, que são as formas simbólicas que compõem o universo dessas instituições em um determinado lugar e tempo, são construídas através de práticas e métodos internos e externos de seus membros e de suas relações com a sociedade colonial mineira, que têm por objetivo o reconhecimento de identidades e a legitimação de determinados processos; e as assimilações dessas representações e práticas, ou seja, as apropriações; compõem o mundo cultural e social de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos que pertencem às associações religiosas leigas.

Um livro de compromisso é um elemento das várias representações que podemos encontrar no interior das associações religiosas leigas, as prescrições, normas e regras contidas nestes livros, foram ao mesmo tempo, confeccionadas por membros dessas instituições, ou seja, são constituídas pelas práticas culturais inerentes aos membros das associações, como são inspiradoras de novas práticas, que por sua vez, são resinificadas e apropriadas por seus membros, criando novas representações acerca das mesmas associações.

É principalmente através dos conceitos de representações, práticas e apropriações que a História Cultural ligada a vertente tributária a Roger Chartier permite uma possibilidade de análise histórica das mais férteis sobre ad práticas e processos educativos nas associações religiosas leigas.

Assim, os documentos relativos às irmandades nos permitem analisar os elementos que constituíam parte de suas funções pedagógicas e seu papel educativo, ainda que estes não fossem explicitados como tal.

As práticas culturais inscritas no âmbito das referidas associações leigas religiosas são a expressão de características intrínsecas de determinada realidade social, que podem ser compreendidas como modos de vida ou maneiras de viver dos Irmãos e que geram padrões de vida cotidiana, ou seja, formas culturais vivenciadas por esses determinados grupos de indivíduos que compõe essas associações.

Estas formas culturais ou diferentes culturas são resultado das expressões das construções sociais empreendidas pelos grupos de indivíduos das associações religiosas leigas que representa um mecanismo duplo, de leitura e compreensão que o grupo faz de si e dos outros e da forma como constroem a sua própria história. É o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, dá/constrói/produz/cria um significado para o mundo

As representações, as formas simbólicas que compõem o universo, lugar e tempo; as práticas e métodos, que têm por objetivo o reconhecimento de identidades e a legitimação de determinados processos; e as assimilações dessas representações e práticas, ou seja, as apropriações; compõem o mundo cultural e social de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos. É principalmente através destes conceitos que a História Cultural ligada a vertente tributária a Roger Chartier permite uma possibilidade de análise histórica das mais férteis.

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986;

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia da educação brasileira nos anos 80 e 90 – a produção divulgada no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). In: GONDRA, José Gonçalves (Org). **Pesquisa em História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A. Editora, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

CUNHA, Paola Andrezza Bessa. **"E com nossas devotas assistências e demonstrações se edificam os mais cristãos"**: educação moral e discursos pedagógico nas associações religiosas leigas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CUNHA, Paola Andrezza Bessa; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Educação e religiosidade: as práticas educativas nas irmandades leigas mineiras do século XVIII nos olhares de Debret e Rugendas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Discurso político e práticas educativas no Brasil do século XVIII. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**: percursos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 3702-3711.

_____. **Educação** na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. **História**. Questões e Debates, v. 60, p. 15-38, 2014.

_____. História da Educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa. LPH. **Revista de História**, Mariana, Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ano 19, n. 19/2, 2009a, pp.8-41.
http://www.ichs.ufop.br/lph/images/stories/REVISTA_LPH_n_19_-_2.pdf

_____. História e historiografia da educação na América portuguesa – a Capitania de Minas Gerais. **Revista Eletrônica Documento/Monumento, Cuiabá**, v. 15, n. 1, set. 2015. <http://www.youblisher.com/p/1432777-Revista-Eletronica-Documento-Monumento>.

_____. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista lusófona de educação**, v. 14, p. 111-124, 2009b.

_____. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009c.

_____. O período colonial nos manuais de História da Educação brasileira. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; GATTI JUNIOR, Decio (Org). **O ensino de História da Educação**. Vitória: EDUFES, v. 6, 2011.

FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Autismo e deficiência mental na revista *Infante*: uma análise

Luciana Pereira Braga (autora/apresentadora)

Mestranda em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
lucianapsibraga@hotmail.com

Adriana Araújo Pereira Borges (coautora/orientadora)¹

Resumo: Em setembro de 1993 (vol.1, nº1) até dezembro de 1999 (vol.7, nº3), foi lançada uma revista chamada *Infante*, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência. A revista chama a atenção pela qualidade dos artigos publicados. Artigos sobre os mais diversos temas, como autismo infantil, deficiência mental (na atualidade, deficiência intelectual), as dinâmicas familiares, a esquizofrenia infantil, dentre outros. A análise do periódico foi realizada a partir dos pressupostos da História da Educação, mais especificamente, da história da Educação Especial. Foram analisados 22 números da revista (vinte edições regulares e duas edições especiais). Trata-se do recorte de uma pesquisa nacional intitulada Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil: personagens, instituições e práticas, que visa resgatar a memória da educação especial. Nesse momento, foram analisados artigos relativos ao autismo e deficiência mental. A análise da fonte permitiu esclarecer que já na década de 1990, os profissionais mineiros faziam diagnóstico diferencial entre autismo e deficiência intelectual. A análise ainda permitiu elencar características que persistem até hoje como patognomônicas do transtorno do espectro do autismo, bem como aquelas que se revelaram menos importantes no que diz respeito ao diagnóstico.

Palavras-chave: Autismo, Deficiência mental, Revista *Infante*.

Em 1943, o médico Leo Kanner descreveu através da análise de 11 crianças, um quadro até então desconhecido da clínica psiquiátrica infantil. As crianças apresentavam um “déficit na interação social e na comunicação com um repertório de interesses em atividades restritas, repetitivas e estereotipadas” (SCHWARTZMAN; ASSUMPÇÃO JR, 1995).

O quadro descrito é o que hoje conhecemos como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Segundo estatísticas norte-americanas, 1 a cada 68 crianças tem autismo (*CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. CDC*). Provavelmente, naquela época, a quantidade de crianças com o transtorno seria tão alta como nos dias atuais. No entanto, essas crianças eram diagnosticadas com psicose infantil ou deficiência intelectual. Foi necessário

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. adriana.fha@gmail.com. Coautora e Orientadora no VIII EPHIS – História em tempos sombrios: estudar, pesquisar, ensinar – VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG. Doutora em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. adriana.fha@gmail.com.

um longo percurso até que os profissionais estivessem aptos a diagnosticar corretamente o TEA.

O artigo em questão irá apresentara análise da revista *Infanto*, uma revista neuropsiquiátrica da infância e adolescência instituída na década de 1990 que trouxe significativas contribuições em relação ao diagnóstico do autismo e sua relação com a deficiência mental. É importante esclarecer que, embora Kanner tenha feito à primeira descrição conhecida do quadro do autismo em 1943, na década de 1990 o diagnóstico ainda era complexo. A existência de uma revista científica brasileira que propagava conhecimento sobre o autismo nessa época, chama a atenção.

A revista *Infanto* teve publicações periódicas entre os anos de 1993 a 1999, duas vezes ao ano, uma no primeiro e outra no segundo semestre. A revista trazia diversos artigos com publicações de vários pesquisadores de todo Brasil, sendo um dos meios utilizados para a divulgação da psiquiatria infantil em nosso país. Uma das pessoas de destaque na revista refere-se ao doutor, professor, médico, psiquiatra Francisco B. Assumpção Jr, que atualmente vive no Estado de São Paulo e que na intenção de promover um desenvolvimento maior acerca da realidade psiquiátrica infantil, decidiu juntamente com outros especialistas, agrupar diversos artigos envolvendo temas variados como: autismo, deficiência mental, práticas profissionais da área da educação e da saúde, esquizofrenia, a relação da medicação e o paciente, a família e seus contextos, o diagnóstico, as psicoses entre outros temas altamente relevantes com o intuito de apresentar o trabalho e as ideias que naquele momento estavam sendo pesquisados. Sua proposta era manter todos os artigos de maneira fiel à concepção original de modo que a revista estaria aberta para “escolas e concepções teóricas, dentro do mais puro espírito acadêmico” (ASSUMPCÃO, 1996). A revista *Infanto* possui 22 números publicados (vinte edições regulares e duas edições especiais).

No entanto, para se chegar até as publicações da revista que faziam referência a temática do diagnóstico, foi realizado um levantamento de todos os artigos publicados na revista que faziam referência ao autismo e a deficiência mental. O resultado apontou para a existência de 20 artigos publicados com o tema autismo e 11 artigos publicados com o tema deficiência mental. Apresentamos a relação abaixo:

Sobe o autismo:

Título	Ano	Autor
Autismo Infantil: Uma revisão conceitual	Setembro de 1993	Adriana Mazzili Suplicy
Autismo Infantil: Um algoritmo clínico	Dezembro de 1993	Francisco B. Assumpção Júnior

Grupo de pais de crianças com Autismo:Um relato de experiência	Agosto de 1994	Zalmi Luiz Fabri Vera Maria Bohner Hoffmann
A questão da linguagem em Autismo Infantil.Uma revisão crítica da literatura.	Dezembro de 1994	Fernanda Dreux Miranda Fernandes
Psicopedagogia do Autismo	Abril de 1995	Marcelo Caixeta
Relacionando alterações metabólicas com Autismo	Dezembro de 1995	Eliana Curatolo
Anormalidades cromossômicas esporádicas associadas à Síndrome Autística	Agosto de 1996	Evelyn Kuczynski
Síndrome de Asperger e Autismo de Auto Funcionamento:características de avaliação fonoaudiológica	Abril de 1997	Ana Karina Tamanha Ana Carolina Trida Tunda Soares Cláudia Amélia Bernardo Pereira Cristiane Pereira dos Santos Jacy Perissinoto Juliana Capecci Márcia Regina Pedromonico
Aspectos funcionais e correlatos sociocognitivos na terapia fonoaudiológica para autismo infantil-um estudo preliminar	Agosto de 1997	Fernanda Dreux Miranda Fernandes Daniela Regina Molini Viviane Maria Oliveira Barrichelo
A abordagem fonoaudiológica no autismo infantil: um estudo sobre o trabalho terapêutico de linguagem	Dezembro de 1999	Ana Kariana Tanamaha Jacy Perissinoto
Transferência e Interpretação em Estados Autístico	Dezembro de 1995	Roberto Antonucci
Experiência de quatro anos da Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande – MS	Dezembro de 1995	Ana Cristina Lima Espíndola José Carlos Rosa Pires de Souza.
Ensaio Terapêuticos na Automutilação Autística	Dezembro de 1995	Marcelo Caixeta
Bupirona em Crianças Autista: Estudo Aberto	Dezembro de 1995	Marcelo Caixeta
Estruturas Nervosas comprometidas no Autismo: Um enfoque Neurogenético	Dezembro de 1995	Nelson F. Annunciato
Autismo (s): Uma Breve Intervenção	Dezembro de 1995	Marco Antônio Spinelli
Farmacoterapia do distúrbio Autista	Dezembro de 1995	Marcos Tomanik Mercadante
Perfil ou caricatura? Como o cinema e a literatura veem o autista	Abril de 1997	Cláudio de Novaes Soares
Síndrome fetal alcoólica e autismo	Setembro de 1998	Schwartzman, J.S
Das Psicoses da infância aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)	Dezembro de 1999	Maria Conceição do Rosário Campos

Sobre a deficiência mental

Título	Ano	Autor
I Simpósio de Saúde Mental Infantil - 07 e 08 de agosto de 1999 Núcleo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental -	Dezembro de 1999	Afrânio de Matos Ferreira

CAISM Núcleo de Psicologia da Infância e da Adolescência - NUPIA		
Aspectos neurológicos da deficiência mental (DM) e da paralisia cerebral (PC)	Setembro de 1998	Piovesana, AMSC Ciasca, SM Kibrit, SZ.
Uso de medicação Psicotrópica em uma Grande Instituição para Deficientes Mentais	Setembro de 1993	Marcelo Lourenço de Toledo
Repercussões do diagnóstico de deficiência mental na relação pai-mãe-bebê	Dezembro de 1996	Regina de Baptista Colucci
A terapia ocupacional na orientação da sexualidade do deficiente mental educável	Agosto de 1998	Sílvia Cristina Pereira Antunes
Estudo sobre o grau de deficiência mental, o tipo de crise epiléptica e a resposta ao tratamento em pacientes da Apae de Mogi das Cruzes, SP	Dezembro de 1999	Marcelo B. Cassetari Mauricio Giraldi Pedro M. Nakashima Rodrigo B. Camargo, Eliana Curatolo, Juliane Figueiredo Elias
Impeditivos familiares na vida sexual da portadora de deficiência mental	Agosto de 1998	Rita de Cássia Ambrogini
Dinâmica familiar na deficiência mental	Dezembro de 1996	Alexandrina M.A.S. Meleiro Francisco Baptista Assumpção
Investigação diagnóstica das etiologias genéticas da deficiência mental. Uma atualização.	Setembro de 1998	Antonia Paula Marques de Faria
O adolescente deficiente mental	Setembro de 1998	Jair Luiz de Moraes
Mesa redonda: o adolescente deficiente mental – sexualidade	Setembro de 1998	Maria Helena B.V. Gherpelli

Para o presente estudo, foram selecionados dentre todos os artigos apresentados, 09 artigos com os seguintes temas: *Autismo Infantil: Revisão Conceitual*, *Aspectos neurológicos da deficiência mental (DM) e da paralisia cerebral (PC)*, *Buspirona em Crianças Autista: Estudo Aberto*, *Das psicoses da infância aos Transtornos Globais do Desenvolvimento TGD*, *Investigação diagnóstica das etiologias genéticas da deficiência mental. Uma atualização*, *Uso de medicação Psicotrópica em uma Grande Instituição para Deficientes Mentais*, *Farmacoterapia do Distúrbio Autista*, *I Simpósio de Saúde Mental Infantil*, realizado entre os dias 07 e 08 de agosto de 1999 e *Dinâmica familiar na deficiência mental*. A seleção dos artigos se deu a partir de categorias que envolviam os diagnósticos, tanto em autistas quanto na deficiência mental. A análise da revista permitiu apresentar os conceitos e as nomenclaturas que na década de 1990 já se faziam presentes na clínica do autismo e da deficiência mental. Pretende-se ainda estabelecer a relação existente entre autismo e deficiência mental na tentativa de apontar como os profissionais construam os diagnósticos

de categorias clínicas que até então, estavam misturadas. A análise dos artigos será realizada cronologicamente e não por entidade nosológica.

Na primeira edição da revista é apresentado um artigo de Adriana Mazzilli Suplicy *Autismo Infantil: Revisão Conceitual*. Suplicy (1993) afirma que Maudsley foi um dos primeiros psiquiatras que buscou entender as desordens mentais que perturbavam as crianças. Inicialmente, as psicoses em crianças eram diagnosticadas de maneira igual à de um adulto. Foi somente em 1906, através de Bleuler², que o termo autismo passou a ser utilizado pelos psiquiatras. O autismo chegou a ser confundido com outras demências, como a esquizofrênia ou oligofrênia. Outras doenças ao longo dos anos foram classificadas como autismo, dentre elas a síndrome de Rett e a síndrome de Asperger.

Com isso, o transtorno ao longo dos anos foi adquirindo novas significações embora os estudiosos que buscavam por respostas, sempre esbarravam em questões como a dificuldade de relacionamento, ou seja, uma incapacidade de contato afetivo com outras pessoas e a preocupação com as questões cognitivas não se fazia tão presente. Foi a partir dos anos 70 que surge outra visão em relação ao autismo infantil. Antes se considerava o foco no déficit social e com o passar dos anos, os déficits cognitivos assumem maior importância. Nesse momento, segundo Suplicy (1993), a linguagem, as situações sociais, o comportamento desordenado e os comportamentos bizarros, passam a não ter tanta relevância. Logo, o autismo deixa de ser considerado uma doença esquizofrênica e passa a ser uma entidade nosológica separada das outras e ocorreria antes dos três anos, com comprometimento na linguagem e comportamentos estereotipados e ritualizados com ausência de delírios ou alucinações e alterações nas relações sociais.

Porém, somente em 1987 o termo Autismo Infantil é abandonado e é adotado um novo nome: Distúrbio Autístico, pois o transtorno não ocorre somente em crianças e sua condição perdura ao longo da vida. Assim, no artigo apresentado por Suplicy (1993), a autora demonstra que ao longo dos anos, o autismo passa a ser considerado como uma síndrome, que pode estar associada a diferentes situações. Esse artigo foi à primeira publicação da Revista *Infante* sobre o tema. Se considerarmos a relevância das pesquisas referentes ao autismo, é a partir desse momento que surge uma tentativa de análise que proporcione uma compreensão

²Paul Eugen Bleuler nasce em Zollikon uma pequena cidade de Zurique na Suíça no dia 30 de abril de 1857 e morre em Zollikon, dia 15 de julho de 1939 foi um notável psiquiatra que contribuiu para o entendimento da esquizofrenia. “Bleuler falava de autismo como um distúrbio da consciência no qual há um desligamento parcial ou absoluto da pessoa em relação à realidade e a vida interior”. Trabalhava principalmente com pessoas psicóticas e esquizofrênicas (STELZER, 2010, p.7).

daquilo que estava sendo estudado na década de 1990, sinalizando a relação do diagnóstico do autismo, com a deficiência mental,

Para discutir a classificação de deficiência mental, Piovesana; Ciasca e Kibrit (1998, p. 08) apresentam um artigo intitulado, *Aspectos neurológicos da deficiência mental (DM) e da paralisia cerebral (PC)*, que traz conceitos sobre os aspectos neurológicos da deficiência mental, sendo que esta é classificada como uma “perturbação funcional do sistema nervoso central no período pré, peri ou pós-natal”. As autoras consideram que:

DM denomina os graus de defeito mental, que levam a um desenvolvimento mental insuficiente, resultando em indivíduo incapaz de competir em igualdade de condições com os companheiros normais. A OMS introduziu 4 níveis de DM: profunda, severa, moderada e leve. Ocorre em 3% da população, mas 10% a 12% dos escolares apresentam dificuldade para aprender devido a alguma forma de deficiência intelectual (PIOVESANA; CIASCA, KIBRIT, 1998, p.7).

As autoras consideram que na deficiência mental “as causas mais comuns são as desordens genéticas e as interferências ambientais sobre o desenvolvimento fetal” (PIOVESANA; CIASCA, KIBRIT, 1998, p.7). Em relação à classificação do autismo naquela época considerando o artigo publicado pela revista *Buspirona em Crianças Autista: Estudo Aberto* o autor Caixeta (1995, p. 33), traz o diagnóstico conforme o CID 10. Nesse momento, o autismo passa a ser considerado como:

Distúrbio global (pervasivo) do desenvolvimento que é definido pela presença de comportamento anormal ou deficitário, que se manifesta antes da idade de 03 anos. Caracteristicamente três áreas do desenvolvimento são mais tocadas: interação social, comunicação e comportamentos estereotipados e limitados. A doença acomete 03 a 04 vezes mais meninos do que as meninas (CAIXETA, 1995, p.33).

Para Campos (1999, p. 12), no artigo *Das psicoses da infância aos Transtornos Globais do Desenvolvimento TGD*, até no início do século não havia critérios específicos para um diagnóstico envolvendo crianças que apresentavam comprometimentos graves de ordem emocional. Assim, muitas crianças eram percebidas como pequenos adultos, e o autismo era confundido com diversas doenças como a esquizofrenia, a psicose e demais doenças mentais. Faria (1998, p. 12), em *Investigação diagnóstica das etiologias genéticas da deficiência mental. Uma atualização relata* que nas buscas por um diagnóstico de pessoas deficientes mentais não existe um protocolo específico e que na observação clínica, um dos elementos importantes são os dados da anamnese do paciente, juntamente com os antecedentes familiares, que possa abranger no mínimo até a 3º geração. Em relação aos exames físicos, na tentativa de alcançar o diagnóstico, a autora destaca que:

O exame físico deve ser detalhado, com especial atenção à antropometria e à presença de dismorfismos, se possível complementado pelo exame dos familiares. Exame neurológico completo e determinação do fenótipo comportamental também são recomendados. A maioria dos pacientes devem ser submetidos a exame de cariótipo com técnicas de bandamento e, quando necessário, podem ser empregados métodos como FISH e análise cromossômica de alta resolução. Pela sua frequência, não se pode deixar de pesquisar, preferencialmente por estudo molecular, a síndrome do cromossomo X frágil em indivíduos de ambos os sexos com deficiência mental de etiologia indeterminada, em particular naqueles com história familiar positiva e alterações de comportamento. Testes metabólicos baseados em técnicas cromatográficas e eletroforéticas, bem como ensaios enzimáticos, devem ser realizados sempre a partir das evidências clínicas. Os exames de neuroimagem estão indicados em indivíduos com sintomatologia neurológica e alterações cranianas como micro ou macrocefalia. Outros exames incluem sorologias para infecções congênitas, avaliação da função tireoidiana, da audição e do fundo de olho (FARIA, 1998, p.12).

Já no artigo *Uso de medicação Psicotrópica em uma Grande Instituição para Deficientes Mentais*, Toledo (1993, p. 16), menciona os manejos da medicação habitualmente realizada em pacientes com deficiência mental. Segundo o autor, há a prevalência de muitas variedades de medicações utilizadas no momento de crise, geralmente administradas em altas dosagens. Assim, muitas vezes no momento da crise, o paciente é atendido por um psiquiatra, porém esse atendimento é realizado apenas no momento da ocorrência do fato, ocasionando futuramente o não acompanhamento desse paciente e, por consequência, um trabalho que se perde com o passar do tempo. O diagnóstico desse paciente torna-se mais propício a erros e incoerências. Toledo, afirma que:

Com isto abre-se uma larga porta responsável pelo uso crônico de psicotrópicos, sendo que muitas vezes estes podem não ser realmente necessários, haja vista que a conjunção com programas psicopedagógicos e comportamentais, voltados à educação e ao treinamento de habilidades sociais e elaboração de comportamentos mais adaptativos são alguns dos recursos utilizados nos programas de psicofármacos em instituições, pois quebra-se um círculo vicioso onde o paciente fica sem recursos de ter uma vida próxima do normal (TOLEDO, 1993, p.16).

Mercadante (1995, p. 59), no artigo *Farmacoterapia do Distúrbio Autista* aponta que diversas são as características de pessoas autistas. O autor denomina “multifatoriedade em etiologia” esse excesso de características e levanta o problema da constante falta de tratamento para os autistas. Assim, Mercadante (1995, p. 59 -60) declara que:

O pensar no procedimento psicofarmacológico para o autista nos nossos dias significa considerar quais os sintomas neuronais que estão predominantemente envolvidos com determinados sintomas e escolher quais drogas podem interferir preferencialmente nestes sistemas, estabilizando – os.

A família também foi motivo de estudo pelos pesquisadores que publicaram na revista. A relação entre o deficiente mental e a própria mãe foi investigada desde a primeira infância. O autor da publicação, Afrânio de Matos Ferreira, considera que um dos principais cuidados propostos ao bebê se refere aos cuidados maternos, que se relacionam com a garantia de sobrevivência do ser. Assim, o autor afirma que as bases de uma saúde mental para a criança são oferecidas pela mãe ou por aquela que a representa. Inclusive o autor aponta que:

O cuidado materno é a base do crescimento saudável e o fundamento da saúde mental dos indivíduos adultos. Entretanto, a função materna vai depender dos modelos de identificação que cada mãe pôde ter em sua experiência de vida. A função materna também será facilitada se o pai, a família ou o ambiente social acolher e sustentar essa mulher, especialmente no período de gravidez, parto e puerpério (FERREIRA, 1999, p.5).

Meleiros e Assumpção (1996, p. 47), no artigo *Dinâmica familiar na deficiência mental* apontam que quando os pais ouvem que seu filho é deficiente, isso gera um grande choque. Inicialmente essa é a reação dos pais, posteriormente, após o diagnóstico, isso muda para “negação, raiva, culpa, depressão, ajuste construtivo, semelhante à morte de uma pessoa querida, ou seja, o luto pela criança normal que não chegou” (MELEIROS; ASSUMPÇÃO, 1996, p. 47). Porém, todos esses sentimentos vão se modificando na relação existente entre a criança deficiente e sua família, pois “a família é um sistema em transformação” (MELEIROS; ASSUMPÇÃO, 1996, p. 47). Assim, apontam para a importância de questionar o fato de ver a pessoa com deficiência mental sempre como “uma eterna criança e que como doente crônico não compensa nenhum investimento” (MELEIROS; ASSUMPÇÃO, 1996, p. 48). Essa afirmativa, de acordo com os autores, propõe uma reflexão das diversas possibilidades existentes que podem ser contempladas, tanto para as crianças, como para suas famílias. Nesse sentido, repensar as capacidades da criança deficiente é buscar na família um apoio, uma motivação para que coisas novas venham acontecer. A busca pela igualdade estaria pautada numa sociedade que consiga conviver com as diferenças.

Portanto, analisando todas as edições da revista *Infante* que apontam para os artigos de autismo e deficiência mental foi possível perceber que na década de 1990, os profissionais já realizavam o diagnóstico diferencial entre autismo e deficiência mental. Os artigos transmitem ainda, a ideia de que os profissionais estavam se debruçando sobre o tema, na tentativa de aprimorar e difundir os conhecimentos que construíam no dia-a-dia da clínica.

Compreender o passado, entendendo como esses profissionais discutiam as relações existentes entre autismo e deficiência mental, nos auxilia na compreensão do momento atual em que outros desafios se colocam. Se antes o desafio era realizar o diagnóstico diferencial

hoje muito se avançou. O maior desafio da atualidade é promover a inclusão, de fato, dessas pessoas na sociedade. Francisco B. Assumpção Jr, em todas as edições da revista realizava a escrita do editorial. Em uma das edições, a do volume 2 número 2, o professor, médico, psiquiatra e editor da revista, faz a seguinte reflexão:

As respostas estão, exatamente, sendo sopradas ao vento e o nosso projeto é captá-las, somá-las, ampliá-las para que um dia possamos passar para a geração seguinte, um caminho delineado e estruturado. Somos todos caminhantes na estrada começada por outros e que continuará muito tempo após nosso corpo cansado ter parado. Entretanto, é mister ir adiante, da maneira como cantava Antonio Machado: *‘Caminhante não há caminho. Faz-se o caminho ao andar. Ao andar faz-se o caminho E ao voltar a vista atrás Se vê a estrada Que nunca se voltará a pisar.’*

Francisco B. Assumpção Jr.

Abstract: In September 1993 (vol.1, n ° 1) until December 1999 (vol.7, n ° 3), a journal called *Infanto, Revista de Neuropsiquiatria de Infância e Adolescência* was published. The magazine draws attention to the quality of the articles published. Articles on the most diverse topics, such as child autism, mental deficiency (currently, intellectual disability), familial dynamics, childhood schizophrenia, among others. The analysis of the journal was based on the assumptions of the History of Education, more specifically, the history of Special Education. It was analyzed 22 issues of the magazine (twenty regular editions and two special editions). This work is about a clipping of a national research titled *Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil: personagens, instituições e práticas*, which aims to rescue the memory of special education. In this clipping, articles related to autism and mental deficiency were analyzed. The analysis of the source made it possible to clarify that as early as the 1990s, professionals in Minas Gerais made a differential diagnosis between autism and intellectual disability. The analysis also allowed listing features that persist until now as pathognomonic of the autism spectrum disorder, as well as those that have proved less important with respect to the diagnosis.

Keywords: Autism, mental deficiency, Infanto journal.

Referências Bibliográficas

ASSUMPCÃO, Francisco Baptista e ALEXANDRINA, M.A.S. Dinâmica familiar na deficiência mental. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.4, n.3, dez. 1996.

CAIXETA, Marcelo. Buspirona em Crianças Autista : Estudo Aberto. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.3, n.3, dez. 1995.

CAMPOS, Maria Conceição do Rosário. Das psicoses da infância aos Transtornos Globais do Desenvolvimento TGD. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.7, edição complementar, dez. 1999.

CENTERS for Disease Control and Prevention/USA (CDC). Disponível em: <<https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/index.html>> Acesso em: 05 mai. 2019.

COLUCCI, Regina Baptista. Repercussões do diagnóstico de deficiência mental na relação pai-mãe-bebê. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.4, n.3, dez. 1996.

FARIA Antônia Paula Marques. Investigação diagnóstica das etiologias genéticas da deficiência mental. Uma atualização. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.6, edição complementar 1, set. 1998.

FERREIRA, Afrânio Matos Ferreira. I Simpósio de Saúde Mental Infantil - 07 e 08 de agosto de 1999 Núcleo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental - CAISM Núcleo de Psicologia da Infância e da Adolescência – NUPIA. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.7, edição complementar 1, dez. 1999.

MERCADANTE, Marcos Tomanik. Farmacoterapia do Distúrbio Autista. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.3, n.3, set. 1993.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Bleuler e a invenção da esquizofrenia. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, v III, n 1, 158-163.

PIOVESANA, AMMSG, Ciasca, SM, Kibrit, SZ. Aspectos neurológicos da deficiência mental (DM) e da paralisia cerebral (PC). **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v. 6, edição complementar 1, set. 1998.

SCHWARTZMAN, J. S. (Org.), ASSUMPCÃO JUNIOR, F. B. (Org.). **Autismo Infantil**. 1. ed. São Paulo: Memnon, 1995.

SUPLICY, Adriana Mazzili. Autismo Infantil: Revisão Conceitual. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.1, n.1, set. 1993.

STELZER, Fernando Gustavo. Uma pequena história do Autismo. **Cadernos Pantorga**, v. 1, junho.2010.

TOLEDO, Marcelo Lourenço. Uso de medicação Psicotrópica em uma Grande Instituição para Deficientes Mentais. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, v.1, n.1, set. 1993.

Educação de Jovens e Adultos na Universidade Federal de Minas Gerais: o Projeto de Ensino Fundamental Jovens e Adultos- 2º Segmento - PROEF-2-CP/UFMG

Meiriele Cruz¹
Mestranda em Educação
FaE-UFMG
cruzmeiriele@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem como pretensão apresentar e discutir a educação de jovens e adultos na Universidade Federal de Minas Gerais a partir da (re) constituição histórica do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 2º Segmento – PROEF-2 – da UFMG, problematizando o processo (caminhos, possibilidades e implicações) de institucionalização dessa proposta de educação de jovens, adultos e idosos numa universidade pública, desde sua criação, em 1986, até 2016, ano em que esse projeto completou 30 anos de funcionamento. Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento e, por essa razão, os resultados apresentados serão parciais. O projeto investigado é uma ação de extensão universitária, e como tal objetiva atender à comunidade, funcionários e comunidade externa à universidade que não concluíram o ensino fundamental; contribuir para a formação docente e para a realização de pesquisas na área de Educação de Jovens e Adultos. Em função da natureza do objeto, esta pesquisa relaciona-se com dois campos de investigação: o Campo da Educação de Jovens e Adultos e o da História das Instituições Educativas - História da Educação, por isso, utilizamos como aporte teórico as reflexões acerca das especificidades da Educação de Jovens e Adultos e conceitos e métodos próprios das pesquisas que investigam as instituições educativas. Nesse sentido, entendendo o PROEF-2 como uma instituição educativa, buscamos sistematizar, re (escrever), explicar e integrar sua dinâmica de funcionamento em um quadro mais amplo, no qual se inserem as mudanças que ocorreram na escola na qual o projeto funciona, na Universidade Federal de Minas Gerais, e no campo da Educação de Jovens e Adultos, mas sem perder de vista a singularidade dessa experiência educativa.

Palavras-chave: História das instituições educativas, EJA, Projeto de Ensino Fundamental Jovens e Adultos- 2º Segmento-CP/UFMG.

Introdução

No Brasil, embora vários jovens e adultos sejam trabalhadores estudantes e ainda conviva com números alarmantes de analfabetos, e que iniciativas, por vezes pontuais e descontínuas, de alfabetização de adultos terem sido colocadas em prática desde o período colonial; ainda pouco se produziu, no campo da história sobre essas ações e sobre a história de instituições e projetos desenvolvidos para escolarizar tais sujeitos.

¹ Graduada em História, FAFICH-UFMG.

Diante da constatação de que poucos trabalhos acadêmicos investigam aspectos históricos da educação de adultos no Brasil e, visando contribuir para o alargamento do debate sobre esse tema, compartilhamos o texto que se segue.

Este texto, além de contribuir para as discussões sobre a história da escolarização de adultos no Brasil, objetiva discutir a inserção dessa temática na *Universidade Federal de Minas Gerais* tendo como foco a instauração e trajetória histórica de funcionamento, nessa universidade, de um projeto de extensão, nomeado na época de *Projeto Supletivo do Centro Pedagógico da UFMG*, e, posteriormente, de *Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 2º Segmento - o PROEF-2 do Centro Pedagógico da UFMG*, para atender a escolarização de seus funcionários, formar docentes e contribuir para a realização de pesquisas sobre a educação de adultos.

Em 1986, ano em que o Projeto Supletivo, iniciou suas atividades, poucas eram as produções acadêmicas, teses e dissertações, dedicadas a investigar a alfabetização e escolarização de adultos no Brasil, além de poucos serem os estabelecimentos públicos que ofertavam gratuitamente aulas para sujeitos que não haviam concluído seus estudos. A educação ainda não era assumida legalmente como um direito subjetivo, uma vez que a constituição federal que estabeleceu essa prerrogativa só viria a ser promulgada em 1988, e a educação de adultos não era uma modalidade de educação regulamentada. Neste contexto, ao ofertar um curso supletivo, a *Universidade Federal de Minas Gerais*, se inseria no campo da EJA, e reconhecia o direito à educação escolar de pessoas adultas, além de, assumir a importância de se formar professores e de realizar pesquisas sobre esse tema. A Universidade, ao manter em funcionamento ininterruptamente este Projeto, desde 1986, e da criação em 1998 de um Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos², legitimou sua inserção no campo da EJA.

A trajetória de funcionamento do *Projeto* acompanhou os debates e crescimentos do campo da EJA na universidade e fora dela, e por isso ao discutir a educação de jovens e adultos na *Universidade Federal de Minas Gerais* a partir da (re) constituição histórica do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 2º Segmento – PROEF-2 – da UFMG, problematizando o processo (caminhos, possibilidades e implicações) de institucionalização

² O Programa de Educação Básica para Jovens e Adultos da UFMG, atualmente é composto pelo: Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos- 1º Segmento- PROEF-1, ligado à Faculdade de Educação – FaE/UFMG; o Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos- 2º Segmento- PROEF-2 - ligado ao Centro Pedagógico – CP/UFMG e o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA) desenvolvido no Centro Pedagógico - CP - UFMG.

dessa proposta de educação de jovens, adultos e idosos, desde sua criação, em 1986, até 2016, ano em que esse projeto completou 30 anos de funcionamento; espera-se contribuir para a história da EJA na *Universidade Federal de Minas Gerais* e também no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento e, por essa razão, os dados, compartilhados neste texto são relativos aos dois primeiros anos de funcionamento do *PROEF-2*, ou seja, de 1986-1988, fase que denominamos de experimental do *Projeto*. A investigação histórica realizada pautou-se no levantamento de produções acadêmicas que tiveram essa ação de extensão como campo de pesquisa e no levantamento e análise de documentos encontrados no arquivo da instituição na qual o *Projeto* funciona.

A introdução da Educação de Jovens e Adultos na Universidade Federal de Minas Gerais e a constituição do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 2º Segmento - PROEF-2

O começo das pesquisas em EJA na *Universidade Federal de Minas Gerais*, como aponta Soares (2016, p.43), coincide com a criação, em meados dos anos 1980 de um projeto de extensão, na época nomeado *Projeto Supletivo do Centro Pedagógico*, para atender inicialmente os funcionários da universidade que não haviam concluído o primeiro grau³.

Neste período, além da criação do *Projeto Supletivo*, visando formar professores e fomentar investigações no campo da educação de adultos, na *Faculdade de Educação da UFMG*, foi introduzida a habilitação em Educação de Adultos no curso de Pedagogia e iniciou-se uma linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação em EJA (SOARES, 2016).

O *Projeto Supletivo do Centro Pedagógico* surge, como aponta Soares (2001, p.310), em um contexto de mobilização da sociedade civil em face da redemocratização do país e da busca por garantia de direitos, entre eles o direito à educação. Ao longo dos anos 80 e 90, como apontam Di Pierro *et al.* (2001), o Brasil, assim como muitos países da América Latina, experimentou processos de redemocratização, no mesmo momento em que passou por crises econômicas profundas, que resultaram em conflitos sociais que poderiam desagregar essas sociedades. Essa conjuntura de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais desencadeou um processo de (re) fundamentação teórico-prático do campo educacional caracterizado pela emergência no campo pedagógico de discursos pautando a relevância da educação em valores e atitudes para a construção da autonomia moral dos indivíduos e, conseqüentemente, a valorização da formação para a cidadania democrática.

³ A denominação primeira grau era utilizada para designar o período escolar correspondente ao ensino fundamental.

Neste contexto de efervescência social

a sensibilidade em relação às pessoas que não sabiam ler, escrever ou não haviam concluído a Educação Básica, embora trabalhassem dentro de uma Universidade, levou um grupo de professores, a partir de uma escuta atenta ao que diziam os funcionários da UFMG, a criar um Projeto que atendesse aos trabalhadores que desejavam, então, “ter o 1º Grau”. Protagonistas neste movimento foram a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais (Assufemg), fundada em 1974, mas também professores de diferentes unidades da UFMG, entre eles, o Professor Luiz Pompeu de Campos que se incomodava com o fato de o Centro Pedagógico (CP/UFMG), tal como conhecemos hoje o nosso Colégio de Aplicação, criado em 1954, permanecer fechado, ocioso à noite, apesar de sua estrutura, como uma instituição escolar, nesse contexto. Outras personagens, professores da Universidade, também se movimentavam neste contraditório cenário, onde a construção do conhecimento, por meio do domínio e do uso das habilidades de leitura e escrita, não era assegurada a todos os sujeitos que construía as (suas) histórias na UFMG (MELO, 2016, s/p.)

Do movimento descrito por Melo (2016) na passagem acima, foi criado em 1986, o Projeto Supletivo do Centro Pedagógico, que atenderia o direito à educação, inicialmente, apenas dos funcionários da universidade, por meio do desenvolvimento de uma proposta de escolarização de adultos com duração de dois anos.

Soares (2016, p.44) aponta que quando da criação do Curso Supletivo, a educação não era reconhecida como direito, por isso, a oferta da EJA seguia sem serem assumidas como políticas públicas e o envolvimento das instituições de ensino superior com essa modalidade, quando acontecia, ocorria mediante a criação de projetos de extensão.

A criação dessa proposta de escolarização precede, portanto, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tornou a educação um direito social subjetivo ao estabelecer a obrigatoriedade de o Estado oferecer a Educação Escolar para todos aqueles que não têm escolaridade básica, independentemente da idade; e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - de 1996, na qual a Educação de Jovens e Adultos passou a ser caracterizada como uma modalidade de educação básica destinada a jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica na “idade adequada”, entendida como o período de 7 a 14 anos.

A lei que regulamentava as iniciativas de educação de adultos existentes no país, antes da Constituição de 1988, era a Lei 5.692/71, chamada de Lei do Supletivo, que teve pela primeira vez um capítulo destinado à Educação de Adultos.

Segundo Di Pierro *et al.* (2001, p.62),

a Lei Federal 5692, que em 1971 consagrara a extensão da educação básica obrigatória de 4 para 8 anos - constituindo o então denominado ensino de primeiro grau - e, concomitantemente, dispôs as regras básicas para o provimento de educação supletiva corresponde a esse grau de ensino aos jovens e adultos. Pela primeira vez, a educação voltada a esse segmento mereceu um capítulo específico na legislação educacional, que distinguiu as várias funções: a suplência - relativa à reposição de escolarizada -, o suprimento - relativa ao aperfeiçoamento ou atualização -, a aprendizagem e a qualificação - referentes à formação para o trabalho e profissionalização.

Essa lei teve como princípio central a flexibilidade e converteu na organização do ensino em várias modalidades:

cursos supletivos, centros de estudo e ensino à distância, entre outras. Nos cursos, frequentemente vigoram a seriação, a presença obrigatória e a avaliação no processo, sua característica diferencial é a aceleração, pois o tempo estipulado para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular. Os centros de estudo oferecem aos alunos adultos material didático em módulos e sessões de estudos para os quais frequência é livre. A avaliação é feita periodicamente por disciplina e módulo. As iniciativas de educação à distância dominantes são as que se realizam por televisão, em regime de livre recepção ou (muito raramente) recepção organizada em telepostos que combinam reprodução de programas em vídeos, uso de materiais didáticos impressos e acompanhamento de monitor. (...) Manteve os exames supletivos como mecanismos de certificação, atualizando exames de madureza já existentes” (DI PIERRO *et al.*, 2001, p.62).

Além disso, como ressaltam Di Pierro *et al.* (2001), ao estender a escolaridade obrigatória para oito anos, a Lei do Supletivo representou um desafio uma vez que colocou na condição de déficit educativo grande número de pessoas adultas, para as quais estariam disponíveis as modalidades de ensino supletivo. Entretanto, essa mesma Lei, limitou a obrigatoriedade da oferta pública do ensino às pessoas na faixa etária de 7 a 14 anos.

Como apontam Almeida e Corso (2015), a educação supletiva converteu-se na prática em um ambiente para acelerar o processo de escolarização, um mecanismo de correção da defasagem idade série para os jovens excluídos da escola por diversas razões, ao mesmo tempo de atendimento à população adulta, e por essas razões, não contemplava um espaço socializador da vivência educativa.

Quando o então denominado *Projeto Supletivo do Centro Pedagógico* foi criado, em 1986, era a Lei 5.921/71 que regulamentava as iniciativas de educação de adultos existentes no país. Qual seria o modelo de educação de adultos escolhido pelo projeto para atender à comunidade e formar educadores? Uma vez escolhido o modelo, ele teria permanecido inalterado ao longo da trajetória de funcionamento do curso? Vigoraram os módulos? A característica de aceleração do ensino?

A escolha foi por oferecer um espaço, ou vivência de escolarização em 2 anos, com esforço para não se reproduzirem os métodos utilizados no ensino infantil e com a produção de um currículo próprio, visando atender às demandas de escolarização dos estudantes desse projeto no tempo mínimo estipulado para nele permanecerem (SOARES, 2016).

Entretanto, como se estruturou, nesta fase experimental, 1986-1988, o *Projeto Supletivo da UFMG* para oferecer uma alternativa de escolarização diferente, mesmo sem a formação adequada, sem materiais específicos para o ensino de adultos? Qual(is) currículo(s) foi(ram) elaborado(s)? Estas perguntas impulsionaram a investigação realizada sobre a história do *Projeto*.

A estrutura de funcionamento do Projeto Supletivo: aspectos históricos de sua constituição e funcionamento (1986-1988)

Os trabalhos acadêmicos acerca do Projeto, bem como, os documentos analisados, revelam elementos que conferem identidade a essa experiência escolar para adultos, os quais examinaremos nesta seção, a começar pela origem dessa ação.

O começo das discussões acerca da possibilidade da instalação de um curso que visasse a escolarização de funcionários na Universidade Federal de Minas Gerais, inicia-se em 1985, com a conjugação e mobilização de alguns fatores e ou frentes: a solicitação de funcionários que, por meio da Associação de Servidores da UFMG (ASSUFEMG), reivindicavam da universidade a implantação de um curso supletivo; o incômodo do então diretor do Centro Pedagógico, professor Luiz Pompeu de Campos com a ociosidade dessa escola no período noturno e a existência dentro dos quadros da universidade de muitos funcionários com escolarização incompleta, além do interesse de professores em fomentar pesquisas na área da educação de adultos. À essas forças somaram-se a assinatura da Portaria nº26, do Ministério da Educação e Cultura em 1986, que propôs às universidades o oferecimento da suplência de 1º grau aos servidores que não tinham concluído esse nível de escolarização (SOARES, 2016).

Neste cenário, uma equipe de professores, de várias unidades da universidade, estimulada pela Pró-Reitoria de Extensão começou a preparar o curso supletivo.

Para elaboração da proposta foi realizada um levantamento preliminar do nível escolar dos interessados em cursar o supletivo. Esse levantamento, denominado de levantamento da demanda, objetivou, tanto legitimar a criação do curso, mediante a comprovação da existência de funcionários que não haviam concluído a escolarização obrigatória e que possuíam

interesse em regressar aos estudos, quanto auxiliar na estruturação da proposta pedagógica a ser desenvolvida, ao informar qual fase de escolarização deveria ser atendida.

O levantamento da demanda revelou que dos 127 funcionários que manifestaram interesse e continuar os estudos, 72 possuíam a 5ª série e 34 tinham interrompido os estudos entre a 6ª e a 8ª séries, 21 deixaram de informar o nível de escolaridade. Partir desses dados, estabeleceu-se que o Projeto concentraria em atender os anos finais do primeiro grau (5ª à 8ª séries) e apenas funcionários da universidade.⁴

A proposta apresentada foi encaminhada ao Conselho de Pesquisa e Extensão e justificada pela existência de um grande contingente de servidores sem completa a escolaridade de 1º grau, inexistência de atendimento público para adultos em Belo Horizonte, e a omissão das instituições de ensino superior no que se refere às pesquisa e à formação para o ensino supletivo.⁵

Estabelecendo como principais objetivos: o atendimento a funcionários da *UFMG*; Formação de quadros para o ensino supletivo pela prática da monitoria com estagiários (bolsistas e não bolsistas) dos cursos de graduação; Experimentação de propostas alternativas para o ensino do adulto nas diversas disciplinas que compõem o currículo de 1º grau e a Sistematização da prática de orientação pedagógica, voltada para a realidade do *Supletivo*.

A proposta de criação do curso foi aprovada pelo Conselho de Pesquisa e Extensão, em caráter experimental, com duração prevista de 2 anos, 4 semestres, e seus estudantes seriam certificados por exames realizados pela Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Em decorrência da autorização para funcionamento em caráter experimental e com duração prevista de dois anos, a estrutura colocada em funcionamento até o ano de 1988, contou com os seguintes elementos:

Público atendido: Somente funcionários da universidade, com entrada semestral. Em 1988, passa a receber estudantes da comunidade externa à *UFMG*.

Forma de seleção: Aplicação de testes de Português e Matemática

Professores: estudantes das licenciaturas da universidade

A grade curricular: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências.

⁴ O informativo acerca da demanda interna para criação do Supletivo encontra-se no do Projeto de Ensino Supletivo encaminhado, anexo ao Ofício nº 001/86, à Pró-reitora de Extensão em 11 de março de 1986. Mimeografado.

⁵ Justificativa apresentada no texto do Projeto de Ensino Supletivo encaminhado, anexo ao Ofício nº 001/86, à Pró-reitora de Extensão em 11 de março de 1986. Mimeografado.

Horário das aulas: de segunda à sexta feira, de 18:30 às 22h

Durante esta fase experimental (1986-1988), como não possuía autorização para certificar os estudantes que frequentavam o curso, o Projeto caracterizava-se pela preparação de estudantes para prestar exames externos de certificação. A autonomia para certificar foi conquistada no final de 1988, passando assim, o projeto a fornecer o certificado de conclusão do ensino fundamental para seus estudantes, segundo critérios próprios.

A autonomia para certificar significou alteração significativa no interior do processo pedagógico, questão que merece mais cuidado e extrapola os limites do recorte estabelecido para este texto. Até o momento, podemos inferir que, como a certificação interferiu no funcionamento do *Projeto*, ela também pode ser entendida como o marco final desta fase de preparação para a realização de provas externas.

Terminada a fase experimental do Projeto sua a licença de funcionamento foi prorrogada por mais dois anos e, desde então, vem sendo prorrogada.

Considerações Finais

Considerando as asseverações de Arroyo (2007), segundo o qual

o campo da Educação de Jovens e Adultos, tem longa história, mas ainda é um campo não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. [...] Sempre foi um campo habitado por variedades de discursos, de práticas pedagógicas, de trajetórias humanas. (p.19-22)

As tentativas de consolidação deste campo passariam pelo reconhecimento da especificidade e variedade de propostas colocadas em práticas pelos sujeitos na tentativa de atender à dinâmica, certamente conflituosa, de equacionar as demandas do contexto, da realidade social, os interesses dos educandos envolvidos na implantação de proposta pedagógicas para e com os estudantes da EJA. Dentre tais propostas podemos citar o *Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos- 2ª Segmento- CP-UFMG*. Essa ação de extensão destinada ao público da EJA e à formação de docentes iniciada em 1986, se manteve ininterruptamente em funcionamento e constituiu-se como espaço privilegiado para investigações e experimentações pedagógicas no campo da EJA dentro da *Universidade Federal de Minas Gerais*, legitimando as ações desta no campo da EJA.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais. In: EDUCACERE, XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR, Paraná, 26 a 29 de outubro de 2015. **Anais...**, PUCPR, 2015. pp.1283-1299. Disponível em: < <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html> > . Acesso em: 10 de agosto de 2018.

ARROYO, M. G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens – adultos populares? **Revej@-Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

MELO, Juliana Ferreira de. 30 anos de EJA na UFMG: sujeitos e suas perspectivas. III Seminário Universidade e Educação de Jovens e Adultos – 30 anos de EJA na UFMG: sujeitos e suas perspectivas, Maio de 2016. **Pensar a Educação em Pauta**, 29 de novembro de 2017. <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/30-anos-de-eja-na-ufmg-sujeitos-e-suas-perspectivas-exclusivo/>

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21 n. 55, Nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21/n55/5541.pdf>> Acesso em: 11/08/2016.

SOARES, L.J.G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

_____. 30 Anos da EJA na UFMG - Extensão, formação e Pesquisa. **Revista Teias**, UERJ. [Online], v. 17, p. 43-58, 2016.

A educação do surdo em Minas Gerais: aspectos legais

Tales Douglas Moreira Nogueira (autor/apresentador)

Mestrando em Educação
Faculdade de Educação - UFMG
talesdouglas28@gmail.com

Adriana Araújo Pereira Borges (coautora/orientadora)¹

Resumo: A história da educação dos surdos em Minas Gerais ainda necessita ser pesquisada e escrita. Embora venha de longa data, a escolarização destes sujeitos no contexto local ainda é pouco conhecida. A partir de Ponce de Leon (1520-1584) que ficou conhecido pelo seu método de ensino a partir do reconhecimento da língua de sinais, passando pelo Abade L'Epée (1712-1789), que também se destacou na história da educação dos surdos, muitos outros personagens se destacaram nessa história. No Brasil, o marco mais importante do início da escolarização dos surdos foi a criação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Isso foi possível graças à influência de Eduard Huet junto ao imperador D. Pedro II. O objetivo desta pesquisa é fazer um levantamento dos aspectos legais que tratam da escolarização dos sujeitos surdos, tanto na legislação nacional, quanto na legislação mineira. Este estudo é o recorte de uma pesquisa que pretende recuperar, a partir de fontes primárias localizadas no Memorial Helena Antipoff, em Ibirité, e na Sala Helena Antipoff, localizada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de outras escolas especiais de Belo Horizonte, documentos e registros que discutam a educação dos surdos em Minas Gerais. Essa pesquisa está inserida dentro de uma pesquisa nacional intitulada Portal Pioneiros da Educação Especial no Brasil: personagens, instituições e práticas, que visa resgatar a memória da educação especial em cada estado da federação. Na presente fase da pesquisa, foram analisadas as leis que tratam da escolarização dos surdos, a partir da Linha do Tempo da legislação federal e mineira sobre educação especial.

Palavras-alvo: Educação de surdos, Políticas Públicas de Educação Especial, História da Educação especial.

Introdução

A história nacional da educação dos surdos está intimamente ligada ao movimento político dessa população, que se organizou em torno da pauta da conquista de direitos a partir do estabelecimento de leis que pudessem dar garantias de uma educação baseada no respeito às diferenças. Muitos protagonistas surdos e ouvintes lutaram em prol da comunidade, em detrimento das definições negativas, dos rótulos pejorativos e da visão clínica, que definia o surdo a partir da concepção da deficiência e da falta. A partir de Ponce de Leon (1520-1584),

¹ Faculdade de Educação – UFMG. E-mail: adriana.borges@terra.com.br.

que ficou conhecido pelo seu método de ensino, e a partir do reconhecimento da língua de sinais, passando pelo Abade L'Épée (1712-1789), que também se destacou na história da educação dos surdos, muitos outros personagens se destacaram nessa história. No Brasil, o marco mais importante do início da escolarização dos surdos foi a criação do Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que é reconhecido como referência nacional na história da educação dos surdos. Isso foi possível graças à influência de Eduard Huet junto ao imperador D. Pedro II. No entanto, a história demonstra que a educação dos surdos passou por momentos difíceis, que marcaram a comunidade. (STROBEL, 2009)

Um dos pontos mais obscuros dessa história se refere ao surgimento do conflito tão chocante entre o método oralista, defendido pelos pedagogos e educadores adeptos de Alexander Graham e o método gestualista, defendido pela comunidade surda, a partir da luta em defesa da língua de sinais (STROBEL, 2009). Assim, pode-se considerar que a luta pelo estabelecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos foi um dos primeiros movimentos organizados de luta dos surdos no cenário político, que culminou com avanços nos aspectos legislativos e legais, em contraposição a uma visão clínica. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento dos aspectos legais que tratam da escolarização dos sujeitos surdos, tanto na legislação nacional, quanto na legislação mineira. Embora existam pesquisas nacionais que tratam da questão da escolarização dos surdos no Brasil (DORES, 2017; LINS, NASCIMENTO E SOUZA, 2017; LUCAS, 2015), ainda se faz necessário avançar no entendimento da mobilização da comunidade surda no estado de Minas Gerais.

Para essa pesquisa, foi consultada a Linha do tempo da legislação sobre Educação Especial no Brasil². A Linha do Tempo é um banco de dados onde consta um total de 320 leis sobre a Educação Especial no âmbito federal e do estado de Minas Gerais. Desse total de leis, foram encontradas 24 leis que tratam, especificamente, da escolarização do surdo. Essas leis serão apresentadas em um quadro, com seu preâmbulo. Depois, os principais avanços que cada lei traz, será objeto de discussão.

Os instrumentos legais em relação à educação dos surdos no Brasil

John Beverley, em 700 d.C., foi considerado por muitos como o primeiro educador de surdos. Mas foi somente na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão “surdo-mudo” deixou de ser a designação do Surdo (LIMA, 1996)

² <http://www.portal.fae.ufmg.br/lappeiLT/>

Nos anos 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, Brasil, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, fundada pela Lei nº 939, no dia 26 de setembro. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Desde a criação do INES, surgiram várias leis em relação à educação dos surdos, apresentando instrumentos legais relevantes para a educação de surdos.

O quadro com as leis:

ANO	LEI	PREÂMBULO
1857	Lei nº 939	Dispõe sobre a fixação de despesa e orçamento de exercícios de 1858 – 1859 no INES
1932	Decreto nº 21.069	Discorrendo sobre reorganização do INES e sua fixação de quadro pessoal desse estabelecimento.
1934	Decreto nº 24.794	Dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico
1948	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	Proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
1957	Decreto nº 42.728	Dispõe sobre a Instituição da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.
1996	lei nº 9.394	Dispõe sobre inserção da obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - no currículo oficial da Rede de Ensino - em todas as etapas e modalidades da educação básica.
1991	Lei nº 10.379	Discorre sobre o reconhecimento oficial da Libras no Estado de Minas Gerais como meio de comunicação.
1999	Decreto nº 3.298	Dispõe sobre a categorização de deficiência auditiva
2000	Lei nº 10.098	Estabelece as normas básicas e critérios para promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência
2002	Lei n. 10.436	Dispõe sobre o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação
2004	Lei nº 10.845	Garante os direitos de pessoas com deficiências aos recursos para sua educação
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras
2010	Lei nº 12.319	Dispõe sobre regulamentação de profissão de Tradutor e intérprete da Libras de instrução;
2013	NOTA TÉCNICA 28	Dispõe sobre uso do Sistema de FM na

		Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva
2013	NOTA TÉCNICA 106	Implemente a Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
2015	Lei nº 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O presente trabalho aborda as políticas de educação especial no Brasil e o histórico legislativo da educação, pois ocorreram os avanços nos aspectos legislativos, principalmente, em função da fundação do INES, que foi o primeiro marco a partir do qual o movimento surdo ganhou espaço na educação do país. Destas políticas é possível destacar:

- Lei nº 10.098/00, da qual destacamos o artigo 18 que diz que “o Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guia intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”, pois o artigo traz de forma clara e direta pela primeira vez, termos da língua que usamos hoje: intérprete, língua de sinais, guia intérprete (BRASIL, 2000).

- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ressaltando a Libras considerada como meio legal de comunicação no País (BRASIL, 2002);

- Decreto 5.262, de 22 de dezembro de 2005, que foi bastante importante no que se refere aos processos educacionais específicos das pessoas surdas. Nele se enfatiza a necessidade de implantação da educação bilíngue para surdos e, a fim de que essa proposta seja efetivada, estabelece como deve ser a formação dos profissionais para atuarem nesse campo (BRASIL, 2005).

Mesmo depois da criação do INES, sempre existiu diferenças nas visões em relação aos surdos, ou seja, a perspectiva clínica médica e a perspectiva sócio-antropológica, que trouxeram influências diretas nas políticas de educação dos surdos. Atualmente, o Decreto 5.296/04 restringe a deficiência auditiva à perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. Mas o texto, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP), assegura aos portadores de perda auditiva unilateral acesso aos mesmos direitos garantidos por lei às pessoas com deficiência auditiva total (BRASIL, 2004). Do ponto de vista médico, ou na visão clínica médica, existem termos e abordagens como a perda gradativa de audição e o treinamento de

fala, mas no ponto de vista sócio-antropológico, autores reconhecidos como estudiosos do tema e que têm se posicionado em prol da comunidade surda, preferem a utilização do termo Surdo para fazer referência à diferença linguística pela comunicação por meio da Libras e não em uma visão “deficitária” da surdez (DORES, 2017; OLIVEIRA, 2015).

É importante mencionar também o projeto de Lei nº 180, de 2004, que propõe a alteração da lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e dispõe sobre inserção da obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo oficial da Rede de Ensino - em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esse projeto está em discussão, ainda não foi implementado. No entanto, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 alterou a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para vigorar por garantia os direitos de pessoas com deficiência à acessibilidade, e nela são reconhecidos, no art. 2º, tipos de barreiras na acessibilidade, assim como as barreiras linguísticas, essa política instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O Brasil já avançou muito nos últimos anos para ampliar os direitos dos surdos, um exemplo disso é a referida Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, cômoda qual pode se destacar:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, art. 3º)

Esta lei traz como exigência ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a oferta da educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015).

O Decreto 5.626 exige das instituições educacionais a inserção da disciplina Libras no currículo escolar e de ensino superior, com objetivo de melhoria na escolarização e educação básica dos surdos. (BRASIL, 2005)

Outro destaque necessário diz respeito à visibilidade da Lei 10.436/02 e do Decreto 5.626/05, que reconhece a Libras como meio de comunicação natural e legítimo dos surdos e

assegura-lhes o direito de usá-la como utentes dessa língua, perante a sociedade. No entanto, a maioria dos surdos se sente preso aos intérpretes de Libras e/ou às pessoas que sabem a língua de sinais para concretizar a sua comunicação, quando na realidade, o seu desejo é de independência. Diante dessa necessidade, surgem inúmeras alternativas para a promoção da acessibilidade aos surdos por meio das novas tecnologias disponíveis no mercado e também na sociedade. Um exemplo do que vem sendo desenvolvido com essas políticas é a acessibilidade nos meios de comunicação como a televisão, que não contava com legendas nem intérpretes de Libras. Atualmente, com a Lei federal nº 10.098, aprovada em 19/12/2000, algumas emissoras de televisão já utilizam legendas e intérpretes para promover o acesso a comunicação por parte das pessoas surdas. Quando isso ocorre, aparece o símbolo Acessível em Libras, que foi criado pelo Centro de Comunicação (Cedecom) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esses são alguns marcos e exemplos de como as políticas caminham junto com as propostas a ações de acessibilidade.

Em Minas Gerais existe atualmente um grupo autodenominado “Movimento Bilíngue MG”, que discute a implementação da proposta da educação bilíngue para surdos no estado. Duas escolas especiais para surdos foram fundadas na cidade de Belo Horizonte (uma particular e uma privada), no entanto uma delas fechou em função do esvaziamento feito com a implementação das políticas de inclusão. No entanto, verifica-se que nas escolas inclusivas os surdos ficam isolados, sem conversar com os colegas ou com os professores. Desse modo, embora as políticas tenham avançado bastante, conforme mostrado neste texto, ainda falta muito para se caminhar na implementação da acessibilidade por meio de escolas bilíngues conforme está proposto na legislação.

Conclusão

Esta pesquisa documental foi realizada no banco de dados do Laboratório de Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão (LaPPEEI), que contém a Linha do Tempo das políticas públicas de educação especial, tanto à nível federal quanto estadual. A análise dos resultados permitiu concluir que houve avanços significativos na legislação que trata da educação dos surdos, tanto no Brasil, o que ainda vem caminhando aos poucos para a implementação em Minas Gerais. A principal questão diz respeito a demanda da Comunidade Surda pelas escolas bilíngues, que estão propostas nas políticas, mas ainda não foram implementadas.

O conhecimento dos aspectos legislativos contribui para que assumamos a responsabilidade de analisar os acontecimentos históricos sobre as conquistas de comunidade surda em defesa da educação dos surdos.

Referências Bibliográficas

BORGES, Adriana Araújo P. As Classes Especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à história da educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n.3, pp.345-362, 2015.

BRASIL. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, de 10 de setembro de 1948**. Proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 21.069, de 20 de fevereiro de 1932**. Autoriza o ministro da Educação e Saúde Pública a reorganizar os Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos, fixa o quadro do pessoal desses estabelecimentos, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21069-20-fevereiro-1932-515761-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 24.794, de 14 de julho de 1934**. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Disponível em <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1934-07-14;24794>>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.198, de 6 de julho de 1967**. Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos Mudos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3198.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 42.728, de 3 de dezembro de 1943**. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 42.728, de 3 de dezembro de 1957**. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-publicacaooriginal-21548-pe.html>>. Acesso em 26 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.379, de 10 de janeiro de 1999.** Reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1MBvLYRgM9DVoS3L-vgGAPBWVaSURbxYl/view>>. Acesso em 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 05 abril. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.845, de 5 de março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 01 de setembro de 2010.** Dispõe sobre regulamentação de profissão de Tradutor e intérprete da Libras. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1Jf9PKZ-WorsglZGiGLf9_uALYdUu0_f3/view>. Acesso em 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857.** Fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1867 - 68 e 1868 - 69, e dá outras providencias. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1507.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,** que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA 106, de 19 de agosto de 2013.** Orientação à implementação da Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em

<<http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/NOTA%20T%C3%89CNICA%20N%C2%BA%20106%20-%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Institucional%20de%20Acessibilidade%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional,%20Cient%C3%ADfica%20e%20Tecnol%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA 28, de 21 de março de 2013.** Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13288-nt28-sistem-defic-audit&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 30 jun. 2019.

BRASIL. **PROJETO DE LEI DO SENADOR Nº 180, de 2004.** Dispõe sobre a alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre inserção obrigatória de disciplina Libras no currículo oficial da Rede de Ensino.

DORES, Clarissa Fernandes das. **A escolarização de surdos e o Congresso de Milão: eclosão da normalização para oralidade.** 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

INES, **Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Disponível em <www.ines.gov.br>. Acesso em 29 jun. 2019.

LIMA, John k. B. **Todo surdo é Mudo?** Portal Educação. 1996. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fonoaudiologia/todo-surdo-e-mudo/58721>>. Acesso em 28 jun. 2019.

LINS, Heloísa; NASCIMENTO, Lilian C.R.; SOUZA, Regina Maria de (Org.); SANTOS, Gildenir C. Santos (Ed.). [E-book]. **Ações afirmativas para pessoas surdas no processo de escolarização.** Campinas, SP: Biblioteca/UNICAMP, 2017.

MINAS GERAIS. **Lei Ordinária n. 10.379, de 10 de janeiro de 1991.** Reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso de corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais. Disponível em <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-10379-1991-minas-gerais-reconhece-oficialmente-no-estado-de-minas-gerais-como-meio-de-comunicacao-objetiva-e-de-uso-corrente-a-linguagem-gestual-codificada-na-lingua-brasileira-de-sinais-libras>>. Acesso em 30 jun. 2019.

OLIVEIRA, Rosely Lucas de. **A educação dos surdos: avanços e desafios.** 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis/SC. UFSC, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducaoSurdos.pdf>em Acesso em 29 jun. 2019.

ST 27
**Ditadura militar brasileira:
ensino, pesquisa e
continuidades**

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Acampados e resistindo entre a memória e o silenciamento: Notas acerca da luta pela terra no RS, através de olhares midiáticos sobre o Acampamento na Fazenda Sarandi

Bárbara De La Rosa Elia (autora/apresentadora)

Graduanda

UFPeI

barbaradelarosaelia@gmail.com

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto (colaboradora/orientadora)¹

Resumo: Submetidos ao cenário riograndense de concentração de terras e esgotamento da fronteira agrícola, e imersos na conjuntura nacional do pré-64, em que a efervescência da pauta da reformas agrária estava a traçar ideias mobilizadoras, cerca de 1500 camponeses, gradativamente, organizaram-se em um acampamento na Fazenda Sarandi, a fim de conseguir a divisão dos 25.000 hectares de terras, até então improdutivas e pertencentes à companhia uruguaiana Júlio Mailhos S.A. O Acampamento da Fazenda Sarandi, iniciado no dia 11 de janeiro de 1962, no município de mesmo nome, ganha notoriedade através das negociações estabelecidas com o governador do estado, Leonel Brizola (PTB), e o peso da representação aferida pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master). Este, fundado dois anos antes, tinha como objetivo a organização de trabalhadores rurais sem terra em Associações espalhadas por todo o estado do Rio Grande do Sul, sendo que, conforme Eckert (1987), se antes a organização e penetração do Master junto aos sem terra era ainda incipiente, após o acampamento de Sarandi, aquele movimento se impulsiona, ganhando novos atributos. O mesmo acontece com as políticas de reforma agrária projetadas pelo governo estadual. Dado tamanha importância, a mobilização em Sarandi, precursora de uma corrente de ocupações e mobilizações camponesas pelo estado, não poderia passar despercebida entre os meios de comunicação de então. Contudo, considerando os jornais como suportes ideológicos de diferentes setores (ainda que estes aleguem imparcialidade), é possível apreender tendências contrastantes acerca de uma mesma mobilização, seja no sentido de reprimir e/ou invisibilizar, ou no de ressaltar ações na intencionalidade de lhes conferir força. Com isso, o presente trabalho tem por objetivo a introdução de um debate acerca dessa configuração midiática frente aos acontecimentos referentes ao Acampamento de Sarandi. Para tanto, foi realizado um mapeamento das notícias em torno de tal acontecimento histórico, nas páginas dos jornais *Correio do Povo* e *Última Hora*. Estes se diferenciam pela vinculação direta do primeiro com os interesses ruralistas, enquanto que o segundo tende a uma abordagem de cunho nacionalista autônomo. Assim, dentre outras oposições, quer por meio da ênfase na CPI, criada por partidos oposicionistas ao PTB, a fim de apurar o episódio de Sarandi, ou, através da representação (até mesmo exacerbada) da figura de Brizola, pode-se vislumbrar a tensão permanente entre os interesses acerca da luta pela terra no RS nos anos anteriores ao golpe civil-militar.

Palavras-chave: Acampamento Sarandi, Master, Jornais

¹ Professora na UFPeI. E-mail: sanagasparotto@gmail.com.

Aspectos conjunturais e o Master

Situado em meio ao contexto do pré-golpe militar, em que reformas de base evidenciaram-se nos discursos e nas ações de diferentes atores sociais, e fomentado a partir do edital “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no Rio Grande do Sul e das Ligas Camponesas em Pernambuco”, o presente trabalho volta a sua atenção para os clamores pela reforma agrária ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente para as projeções sobre a mobilização em forma de acampamento, ocorrida na Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962.

Se nacionalmente a bandeira da reforma agrária impulsionava o surgimento de inúmeros movimentos sociais no campo, no estado isso significou a emergência do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), a partir de 1960, no município de Encruzilhada do Sul, tendo como primeiro dirigente o então prefeito da cidade, Milton Serres Rodrigues (PTB). O marco inicial deste movimento foi o episódio em que cerca de 300 famílias de posseiros daquele município, que naquele momento estavam sendo ameaçadas de destituição de uma área trabalhada por eles há mais de cinquenta anos, partem para a luta pelo direito de permanência (ECKERT, 1984). Contudo, o Master não se restringiu àquela localidade, passando a fomentar, e, assim, centralizar associações de sem-terra nos municípios do interior do estado.

A partir disso, em 11 de janeiro de 1962, emerge em Sarandi, fomentado pelo Movimento e nomes representativos da localidade, uma inédita mobilização de agricultores sem terra, que acampados, reivindicavam a divisão dos 25.000 hectares da denominada Fazenda Sarandi, terras até então improdutivas e pertencentes à companhia uruguaiana Júlio Mailhos S.A. Junto ao subsequente acampamento do Banhado do Colégio, no município de Camaquã, o Acampamento da Fazenda Sarandi, no município de mesmo nome, representaram as primeiras desapropriações de terra por meio de Decreto Estadual.

Este, por sua vez, foi recebido de forma rápida pelos camponeses presentes na Fazenda, em apenas dois dias após a montagem das barracas, ou seja, 13 de janeiro, o governador Leonel Brizola (PTB) assina o Decreto Desapropriatório, que pôde ser consumado com a efetivação da desapropriação no dia 15. A forma precisa e ágil com que o governo tratou o assunto suscitou desconfiança por parte de muitos que achavam que o acampamento fora incitado pelo próprio governo, o que era reforçado pela dualidade na relação que o

governador tinha com a expoente liderança de Jair Calixto, prefeito de Nonoai (cidade de onde vieram grande parte dos sem terra), uma vez que para além de correligionários, eram primos.

Acampamento de Sarandi entre lonas e páginas de jornais

Em meio a tal conjuntura, os jornais reforçando a ideia de suporte ideológico que são, publicaram matérias acerca da ocupação condizentes com as respectivas forças políticas e clientes financiadores aos quais eram atrelados. Neste sentido cabe refletir sobre a definição de ideologia elemeada por Thompson

O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. (THOMPSON, 2011, p. 16)

O *Última Hora*, corroborando com seu histórico petebista, busca atrelar a figura de Brizola diretamente aos acampamentos, divulgando imagens da visita do governador e destacando seus pronunciamentos e ações para efetivação da desapropriação. Manchetes como: "Jango: darei tranquilidade aos patrões e reformas de base aos trabalhadores"², "Brizola entregou a fazenda Sarandi"³ demonstram a personificação do aparelho estatal em políticos conclamados pelo jornal. Desta forma, medidas de ordem pública que perpassam por diversas instâncias até a efetivação aparecem aqui como obra, ou mesmo benevolência, dessas lideranças. E como desdobramento dessa abordagem, ocorre o deslocamento do protagonismo da Associação de Agricultores Sem Terra e de ações coletivas dos camponeses para o governo, sendo destes salientada a passividade e valores exemplares. A exemplificar esta tendência estão as seguintes manchetes: "Nonoai: Agricultores rezam e pedem terras para plantar"⁴, "Sarandi: Encontro de amor, de afeto e de patriotismo!"⁵, ou ainda a seguinte legenda de uma fotos dos camponeses reunidos no dia 15 de janeiro, após a consumação da desapropriação: “Os chapéus se agitaram no ar, saudando a desapropriação da Fazenda Sarandi. Era a primeira e única agitação do movimento dos agricultores sem terra do norte do Estado.”⁶

Como contraponto ao *Última Hora*, será aqui elencado o *Correio do Povo*, ambos jornais hegemônicos detentores de massiva circulação no estado no Rio Grande do Sul. O

² Última Hora, 15 de janeiro de 1962, capa

³ Última Hora, 16 de janeiro de 1962, capa

⁴ Última Hora, 12 de janeiro de 1962, p.12

⁵ Última Hora, 16 de janeiro de 1962, p.10

⁶ Última Hora, 15 de janeiro de 1962, capa

comprometimento do primeiro, como já elencado, se dá de forma bastante próxima ao PTB. É fundado em 1951 pelo jornalista Samuel Wainer, trazendo uma série de inovações tecnológicas na impressão e na forma de conduzir a empresa. Cabe ressaltar que para tanto, recebe créditos oficiais, de modo a se colocar “a serviço da política”. De outro lado está o *Correio do Povo*, fundado em 1895 pelo jornalista Caldas Júnior, e quarenta anos depois, assumido pelo filho, Breno Caldas. Sendo este também um grande latifundiário, pautas da classe rural são expostas no jornal em detrimento da transformação social reivindicada pelos movimentos de luta pela terra que no contexto do início dos anos 1960 estavam em ascensão no estado do Rio Grande do Sul. Assim, nota-se que a questão agrária é categoricamente cara ao jornal, e no período abordado neste trabalho, um posicionamento a respeito da reforma agrária se fazia necessário mesmo como forma de manutenção dos interesses ruralistas. O *Correio do Povo* então lança com clamor a defesa da “Verdadeira Reforma Agrária”⁷, que seria, segundo o jornal, uma “reforma agrária democrática”, capaz de fazer frente a chamada “reforma agrária totalitária”.

A partir do levantamento realizado entre as tiragens do mês de janeiro do 1962, pôde ser constatado uma disparidade inclusive quantitativa acerca de discussões sobre o Acampamento Sarandi: se no *Última Hora* foram observadas 17 notícias, dentre as quais 4 eram capas, no *Correio do Povo* este número cai para 10 manchetes, sem capas evidenciando a mobilização. Destas manchetes, 5 eram explicitamente negativas, e buscavam apontar o caráter desordeiro e a ilegitimidade das reivindicações, como se revela nos seguintes exemplos: “A rebelião de Nonoai”⁸ e “Mil homens de Nonoai se prestam para invadir terras de Sarandi”⁹. Há também títulos como “Governo do Estado planejou ocupação da Fazenda Sarandi”¹⁰, que devem ser contabilizados como tentativa do *Correio do Povo* de questionar a legitimidade do acampamento. Neste sentido, se por um lado os dois jornais analisados apresentam em comum apontamentos de tutela do governo perante ao movimento, por outro lado, a impressão que se busca passar com isso é oposta, dado o interesse de cada qual perante a política, assim como os interesses financiadores e o público leitor ao qual cada qual se dirigiam.

⁷ Este conceito “democrática” ou “verdadeira” em torno da reforma agrária se dá a medida que o *Correio do Povo* reconhece sua necessidade. Mas ela deveria ser baseada na educação, assistência técnica, crédito e inteirada com a realidade de cada estado, e sobretudo, opositora da efetiva desapropriação da terra. A reforma que não despertasse o interesse dos proprietários de terra para uma “colaboração”, era então denominada como “totalitária”.

⁸ *Correio do Povo*, 16 de janeiro de 1962, p.4

⁹ *Correio do Povo*, 12 de janeiro de 1962, p.16

¹⁰ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962, p. 11

A partir disso, é perceptível nos periódicos, uma disputa pelo enquadramento do estado, dotando-o de uma humanização, na medida que o qualifica com vontades próprias (podem ser positivas ou negativas). Uma projeção simplista que não concebe a relação entre movimento e contramovimento que também estão a compor o Estado, e em última instância acaba por minimizar os conflitos vigentes na sociedade de classes, de modo a retirar o protagonismo do camponês organizado no Movimento de Agricultores Sem Terra. O trecho a seguir nos ajuda a refletir sobre as instâncias do Estado.

Em síntese, tomar o Estado como uma relação social não somente nos permite evitar armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele uma permanente reconstrução. (Mendonça, 2007, p.17)

A mesma autora coloca que para se chegar ao estado, deve-se partir do estudo da análise da sociedade civil e não o contrário, assim a abordagem comparativa dos periódicos demonstra uma heterogeneidade decorrente de interesses e ideologias distintas. Já a outra faceta dessa sociedade aqui analisada seria representada pelo Master; Eckert (2008, p.80) afirma que houve tentativas de acampamentos que não foram necessariamente “resultado de planejamento prévio com a participação do governo do estado, mas resultado de iniciativas das próprias associações”. Ou seja, a atribuição de uma total subordinação do movimento perante ao governo, como pode se dar a entender a partir de algumas notícias dos dois jornais (ainda que cada qual adjetive essa aproximação de acordo com seus anseios) deve ser, no mínimo, atenuada. Enquanto Brizola esteve frente ao governo, foram criados diversos aparelhos estatais como forma de auxílio aos agricultores sem terra e de fomento a uma política maior que visava a reforma agrária. Todavia, isso não se deu sem disputas; tanto os, ruralistas quanto o próprio Master, que progressivamente se valeu de um projeto e características próprias, também tentavam se inscrever, de acordo com as distintas perspectivas, junto às agências do Estado.

A partir desta problematização acerca das relações entre o governo do estado e a trajetória do Master, passo a analisar uma outra tendência dos jornais perante os acontecimentos na Fazenda Sarandi: o apreço pela institucionalidade. Ocorre que já no dia 13 de janeiro, apenas dois dias após o início do acampamento, Brizola assina o Decreto Desapropriatório, justificando sua ação na gravidade da questão social colocada e amparando-se nas possibilidades da ordem jurídica, (presentes, por exemplo, na Constituição Estadual) da economia e em princípios da Igreja Católica. Assume a desapropriação por interesse social,

que viria a se efetivar já no dia 15 de janeiro.

Há grande apreço ao Decreto por parte do *Última Hora*, que o faz repercutir em diversas matérias durante os dias que o sucedem, chegando a lançá-lo na íntegra para que os leitores tomassem conhecimento dos valores alicerçantes da medida estadual, e, conseqüentemente, revelando os valores do próprio jornal sobre o acampamento.

Neste sentido, cito exemplos da convergência de concepções entre o *Última Hora* e o Governo do Estado do RS como forma de legitimar as reivindicações expressas no Acampamento. A começar pela moral cristã embutida no discurso oficial do estado através, principalmente, da encíclica papal lançada anos antes, “Mater et Magistra”, em que a propriedade particular seria inerente ao homem como uma garantia do estabelecimento da “justa ordem social”. Ao passo que o jornal UH, como já dito, visibiliza esse discurso do estado e aproxima metaforicamente a representação dos camponeses da cruz e da foice, simbolizando com isso, o caráter não comunista e trabalhador de cidadãos que estariam acampados a fim de conseguir terras (sem abdicar da propriedade privada) para trabalhar, e enquanto isso não acontece, se aglomeram em missas pedindo aos céus o atendimento de seus direitos na terra.

Como observado, os discursos entre o UH e o governo se complementam com a finalidade de reforçar o direito à propriedade por parte dos agricultores sem terra. Para tanto, apontamentos técnicos, como a adequação do desenvolvimento econômico e melhoramento da produção ao fixar a mão-de-obra agrícola à terra, são combinados com conotações francamente ideológicas que circunscreveriam essa luta pela terra, como, por exemplo, aos atributos da já mencionada manchete “Encontro de amor, de afeto e patriotismo”. Isto confere ao Movimento características nacionalistas, tão caras aos dois difusores do discurso, em detrimento da pecha de “esquerdista” ou “comunista” que marcava os movimentos de luta pela terra no período.

O *Correio do Povo* também se apega a institucionalidade, entretanto, sob uma outra lógica. Nele são ressaltados os discursos de parlamentares da bancada oposicionista (Partido Social Democrático - PSD, Partido Libertador - PL, União Democrática Nacional - UDN e Partido Republicano Progressista - PRP) na Assembléia Legislativa do Estado sobre os ocorridos de Sarandi, expondo o Decreto Desapropriatório como uma farsa a corroborar com uma mobilização “premeditada” e “agitada” por setores do governo. Neste sentido, enseja em diversos momentos as articulações da “Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre a

Desapropriação de Terras", instituída pela oposição para apurar a desapropriação da Fazenda Sarandi. A respeito da CPI discursa o vice-líder pessedista, Helvio Jobim, reproduzido nas páginas do *Correio do Povo*:

E tudo está indicar, senhores deputados, que houve, realmente, uma articulação porque o orientador daquele movimento outra pessoa não foi senão o prefeito de Nonoai, pessoa que tem estreitos laços de parentesco com o governador Leonel Brizola. Se quer a comissão de deputados que lá esteve pôde manifestar seu pensamento, pois, de volta, já encontrou o ato consumado da desapropriação. [...] Que clima de agitação é esse que se tem fundamentado no Estado, numa repetição daquilo que assistimos na ocasião da decantada ‘guerrilha’ da legalidade. Será que o sr. Governador do Estado acostumou-se a fazer ‘guerra’ e a convulsionar a opinião pública? (Jornal Correio do Povo, 19 de janeiro de 1962, p.7)

A citação acima novamente revela a tendência de elencar o Acampamento como fruto de uma estratégia do PTB, mas para além disso, a preocupação com os rumos da opinião pública é notável. Ao vislumbrar o caráter mercadológico dos jornais, favorável a obtenção de lucro, como concomitante ao caráter político assumido, Capelatto (2015) afirma que estes meios de comunicação passam a produzir uma mercadoria específica, chamada de “mercadoria política”. Esta, por sua vez, busca se legitimar em nome da “opinião pública”, da qual os jornais se colocam como representantes. Assim, o CP se lança ao trabalho de informante para a opinião pública sobre um acampamento que seria supostamente fruto da “demagogia” do “governador à linha política das Ligas Camponesas”. Sob os anseios próprios da classe ruralista, defende uma reforma agrária que nada teria a ver com essa “pressa premeditada pelo governo” aferida pelo Decreto, e tão pouco teria a ver com a efetiva desapropriação do latifúndio.

Na contramão dessa exposição acerca do acampamento, está a "Opinião de UH", parte do jornal que visa caracterizar suas ideias como hegemônicas, ou seja, uma coluna do dedicada a exposição ao leitor dá opinião ao qual o jornal deseja se aproximar. Na avaliação intitulada “O Social e o Político”¹¹, apresentada a seguir, há um visível enfrentamento com outros veículos de informação que já não mais poderiam destruir “a vitória daqueles homens de Nonoai”. Ela já seria uma luta tão concretizada na opinião pública que dispensaria pretensões políticas.

[...] Nonoai já não é mais caso político. Nonoai já não se presta para explorações demagógicas. Nonoai é um fato social e dentro dele não existe lugar para especulações, vinganças ou acusações. Páginas e páginas de debate para lamentar, volumes inteiros de mentiras e calúnias, não podem

¹¹ Última Hora, 18 de janeiro de 1962, p.8

mais destruir a vitória daqueles homens de Nonoai, que possuem agora o seu tão sonhado pedaço de terra. Por pior que fosse o passado, as lutas e as intrigas, a realidade do presente, colocou Nonoai a salvo da política. Nonoai é fato, realidade e concretização. E não há palavra humana capaz de solapar tudo isso.” (Última Hora, 18 de janeiro de 1962, p.8)

Outro ponto a visar a coesão do público alvo, diz respeito a presença da polícia e a sua possibilidade de imposição da ordem. Nos dois jornais ela se apresenta como elemento chave, contudo, uma análise atenta entre ambos revela disparidades na forma de encarar a manutenção da ordem. Enquanto no CP há diversas passagens que reivindicam a presença do exército como forma de *prevenção* para que um “conflito de consequências imprevisíveis” não ocorra, no UH a máxima “não invadiram terras” é observada em letras maiúsculas muitas vezes durante o mês de janeiro de 1962. A preocupação de não infringir princípios legais em relação à uma propriedade particular é observada na medida em que os acampamentos vão sendo montados à margem das terras pretendidas, ou seja nas estradas públicas.

Através deste jornal, em que há compartilhamento do posicionamento com o governo, é possível vislumbrar a nota da Secretaria de Segurança Pública dizendo o seguinte: “Esse movimento, que encontra amparo nos princípios de justiça social, não será reprimido, desde que se mantenha dentro da Lei. Entretanto, se descambar para violência e a desordem, será reprimido energicamente, pois é dever do Estado garantir a ordem legal vigente.” (Jornal *Última Hora*, 10 de janeiro de 1962, p. 6). Com isso, ao contrário de uma ação enérgica como prevenção, o UH expressa o *controle* policial cristalizado na manutenção da ordem e na passividade dos reivindicantes.

Poucas são as notícias abordando a Assembléia Legislativa do Estado por parte do UH, que parece preferir uma maior proximidade com as reivindicações da Fazenda Sarandi ao cobrir diretamente seus acontecimentos diários. Ainda assim, quando os pronunciamentos da Assembléia são citados, são em defesa dos camponeses, como é o caso da afirmação de Milton Dutra, vice-líder do PTB: “salientou que os agricultores que participam da concentração tem tradição no preparo da terra”¹².

O vínculo com a agricultura se coloca como elemento muito caro para sustentar ou não a legitimidade da desapropriação, de forma que o CP se empenha para distanciar os reivindicantes da tradição camponesa. Ao questionar a veracidade da caracterização daqueles sujeitos “sem terra”, aponta que as mais de 300 barracas armadas estariam cheias de pessoas se alimentando de churrasco e chimarrão, sendo parte da carne fornecida pelas autoridades

¹² Última Hora, 16 de janeiro de 1962, p.10

municipais de Nonoai. Entretanto, em seguida se contradiz admitindo que “as autoridades presentes no local estão procedendo a um cadastro dos agricultores sem terra em caráter precário.”¹³ Já para UH, mais do que estes indivíduos estarem ligados a terra, para validar a mobilização foi preciso incutir na imagem dos camponeses total passividade, assim, o jornal nomeia o momento como “Revolução dos Humildes”. A palavra “humildes” aqui vem como uma forma semântica de amenização do potencial subversivo da ordem que eventualmente poderia se dar a entender com o emprego desconexo do termo “revolução”.

Com isso, ao mesmo tempo que o *Última Hora* busca cobrir o acampamento, trazendo diversas capas e fotografias deste, observa-se um abrandamento no protagonismo do camponês e do movimento ao qual ele estava organizado, o que é explicável dado a opção do jornal em evidenciar a atuação da frente governista e o controle que ela tinha naquele momento. Mas, é preciso ressaltar que este jornal ainda busca pautar de forma positiva o Acampamento Sarandi, ao contrário do *Correio do Povo*, onde, além da construção de imagens negativas acerca da ocupação, há um silenciamento sobre ela. A este respeito, Barbosa expressa:

Ao produzir o conhecimento como ruptura, algo que emerge na duração, a partir de um modelo de normalidade ou anormalidade considerado a priori, os meios de comunicação tornam-se espécies de “senhores da memória” da sociedade, sendo detentores do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de sombras de silêncio, impõem uma visão de mundo que atua outorgando poder. (BARBOSA, 2004, p. 108-109)

A disparidade dos números acerca dos acampados, publicados nos dois jornais, dizem muito sobre sua abordagem; no dia 12 de janeiro seriam 800 acampados versus 600, apontados pelo UH e pelo CP respectivamente. Seguindo a mesma ordem, encontra-se no dia 16 de janeiro 1.500 contra a constatação de 1.300 agricultores sem terra. A análise quantitativa expressa o que este trabalho abordou, cabendo pontuar, na finalização deste, a carga ideológica que ambos os veículos de informação carregam. A publicação de uma notícia ou o ocultamento dos acontecimentos visando o silenciamento institucional são perceptíveis no levantamento sobre Sarandi. Mas os números, sejam eles exacerbados ou contidos, não deixam negar a dimensão e o significado do acampamento.

Considerações Finais

O acampamento da Fazenda Sarandi, que teve duração de 15 dias com as barracas

¹³ Correio do Povo, 14 de janeiro de 1962, p.4

armadas, foi o evento de maior expressão das lutas pela terra no estado até então. Seu sucesso inspirou outras ocupações e inaugurou uma nova forma de reivindicação.

Sobre sua representação nos jornais abordados, foram captadas tendências que expressam os vínculos e objetivos políticos e mercadológicos de cada um, além da tentativa de construção do consenso. Quanto ao *Última Hora*, destacou-se, e em alguns casos acentuou-se, a exposição do governo frente ao acampamento, o que na prática é avaliado como controverso, mas também, é necessário considerar o anseio do jornal em dar visibilidade àquela luta. Em contrapartida o *Correio do Povo* tendeu a ressaltar os pronunciamentos parlamentares dos partidos opositores sobre a mobilização em detrimento da cobertura direta ou da escuta de outras fontes e atores sociais. Este posicionamento contribuiu para a invisibilização das experiências de luta e resistência camponesa, que se reflete, como é o caso do Master e de seus/suas integrantes, na dificuldades de acesso à suas histórias até os dias de hoje.

Contudo, o crescente número de barracas em Sarandi e, posteriormente em outras regiões, como já exposto, não deixam de evidenciar a importância significativa daquela experiência que continua na memória de tantas pessoas. Cabe a nós investigarmos outras possibilidades de acesso a este passado e seus significados.

Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas** [S.l.: s.n.], 2015.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. **Comunicação, Acontecimento Memória**. São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 2, p.102-111.

BERGER, Christa. Proliferação da memória - A questão do reavivamento do passado na imprensa. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. **Comunicação, Acontecimento Memória**. São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 1, p.60-69.

DE TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28 - 2004

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)**. 1984. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros Ruralistas!”** Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. Tese

(Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação rural no Brasil**: alguns escritos. Rio de Janeiro: [s.n], 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

Memórias da ditadura pelo olhar do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: lembranças e reflexões a respeito do Marechal Teixeira Lott

Daniela de Miranda dos Santos

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
danielamiranda.ufjf@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem a intenção de apresentar alguns resultados preliminares da pesquisa desenvolvida ao longo dos cursos de mestrado e doutorado (ainda em andamento). Com essa finalidade, pretende-se trazer reflexões iniciais sobre a visão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a respeito da ditadura no Brasil no momento em que o país passava pelo período correspondente à transição democrática. De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho, a sociedade brasileira instaurou silenciamentos a partir da Lei da Anistia promulgada em 1979 no governo de João Baptista Figueiredo: silêncio sobre os torturadores, silêncio sobre a revolução armada e silêncio sobre seu apoio à ditadura. Assim, a proposta se faz com o intuito de seguir essa historiografia recente, essencialmente conduzida por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), demonstrando que sempre existiram oposições sobre a ditadura, mas que principalmente a partir do final da década de 1970 elas se multiplicaram. Nesse momento segmentos da sociedade e determinadas instituições procuraram afastar-se de qualquer cumplicidade com um regime considerado abominável. Desse modo, a ditadura passou a ser um passado recusado. Buscando inserir-se nestas discussões, será apresentada uma breve análise fruto de investigações realizadas nas pesquisas desenvolvidas até então. O objeto da investigação é um discurso memorial feito por Umberto Peregrino Seabra Fagundes, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicado na Revista do IHGB em 1984 em razão da morte do Marechal Teixeira Lott. Lott, que possuía extensa carreira política e militar, em 1964 se declarou ao lado da legalidade. Por essa razão, a imagem construída no interior das Forças Armadas sobre ele foi de desmoralização. Este é um caso que chama atenção, pois o discurso realizado por Umberto Fagundes no interior do IHGB foi contrastante em relação às posturas adotadas pela instituição em anos anteriores e por essa razão merece ser elucidado.

Palavras-chave: IHGB, ditadura, memória

O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* foi uma instituição fundada no ano de 1838 sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tinha como objetivo auxiliar à administração pública – em meio a crises institucionais e revoltas que abalavam o período regencial brasileiro – e construir uma memória nacional para esclarecer os brasileiros (GUIMARÃES, 1995, p. 473). Sua função era *coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil* (IHGB, 1839, p. 4-6 apud GUIMARÃES, 2007, p. 21).

Foi uma instituição como historiadores demonstram, cuja existência inicial se deu sob o patrocínio do imperador e uma instituição que trabalhava a serviço da política. Em função disso, o período imperial significou um tempo de glória para a associação. Com a instauração da República, entretanto, o *IHGB* foi desprezado pelos novos governantes e passou por consecutivas atribulações que envolviam a perda de status e cortes de subsídios públicos. Após um longo processo, o Instituto recuperou parte de seu prestígio e voltou a ficar cada vez mais próximo ao poder, sobretudo, no governo de Getúlio Vargas (GUIMARÃES, 2007).

O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* foi capaz de se adequar às modificações políticas do país e com habilidade conseguiu garantir a sua sobrevivência. Em virtude dessa habilidade, consegue desenvolver suas atividades com regularidade até os dias de hoje, garantindo o funcionamento do arquivo, biblioteca, hemeroteca, mapoteca, museu, bem como realização de congressos e publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB).

Seu funcionamento no período republicano até os dias atuais, no entanto, é pouco compreendido. São poucas as pesquisas que se dedicam à atuação do *IHGB* no decorrer do século XX, e principalmente, em sua segunda metade¹. É como se a instituição não tivesse mais existido após o período imperial. Nesse sentido, o presente artigo – fruto de pesquisas desenvolvidas no mestrado e doutorado – tem como objetivo mostrar a existência do Instituto em um outro momento. Mais especificamente, a intenção é apresentar o *IHGB* a partir de 1964 e responder à algumas perguntas essenciais sobre a sua atuação nesse contexto: como o *Instituto Histórico e Geográfico* lidou com a ditadura instalada no Brasil? Qual memória e história foi construída sobre esse período autoritário, no interior da instituição?

Para responder à essas perguntas, recorreremos à algumas ações realizadas pelo *IHGB* a partir do contexto de 1964 que são relevantes para a composição de um diagnóstico, que nos permite afirmar que o *IHGB* preparou o terreno para o golpe e posteriormente, com a instalação da ditadura, recepcionou o regime. Uma dessas ações relevantes que nos ajudam a entender a posição do *IHGB* é o caso polêmico em que a instituição se envolveu com o projeto denominado *História Nova do Brasil*.

A *História Nova do Brasil* foi um projeto elaborado no governo de João Goulart em 1963 a partir de uma parceria de dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura: a

¹ O principal livro que trata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do período republicano é a obra resultante da tese titular de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*.

Companhia de Assistência ao Educando (CASES) e o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)*. Essa parceria tinha como finalidade revisar os conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil que circulavam nas escolas. Tudo isso por conta de um incômodo que alguns intelectuais e professores tinham em relação ao ensino de História no país que era concebido de forma tradicional, factual, heroica e quadripartite (CARDOSO, 2016, p. 128).

Assim, o objetivo da *História Nova* era elaborar uma coletânea de textos para uso dos professores de história no ensino básico de colégios públicos e particulares com uma nova abordagem do ensino, alargando as perspectivas do estudo de História e inserindo a sua função social (GUIMARÃES, 2003, p. 237).

O projeto, contudo, foi recebido com grande enfrentamento pelas forças conservadoras. Os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* dedicaram editoriais para difamar a publicação, da mesma forma que o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* - que se manifestou às vésperas do golpe (em março de 1964).

Membros que faziam parte da Comissão de História do Instituto redigiram um parecer e publicaram na revista da instituição. O parecer, que possui em torno de 19 páginas, foi elaborado com a intenção de tecer ásperas críticas à *História Nova*. De acordo com o texto redigido e publicado na RIHGB, a coletânea da *História Nova* é uma publicação marxista, com uma orientação doutrinária; que não deveria ser recomendada por autoridades educativas do país; que deforma a mentalidade dos jovens com conceitos errados e falsos; que não valoriza exatamente aquilo que se deve na história; que banaliza o culto cívico e fatos memoráveis da nacionalidade e que por ter propósitos “comunizantes”, o projeto deveria ser urgentemente cancelado para que houvesse uma educação livre e democrática (REICHARDT, 1964, p. 283-302).

A *História Nova* não deixava de apresentar uma dimensão política: reivindicava reformas educacionais, defendia a reforma agrária, criticava o latifúndio e a dependência econômica externa brasileira (CARDOSO, 2016, p. 142). De alguma forma, estas propostas estavam atreladas às ideias de João Goulart para o Brasil ao pensar na autonomia brasileira frente aos países capitalistas, sobretudo, Estados Unidos e ao pensar o nacional-desenvolvimentismo, nacional-estatismo. Essa era uma aposta no jogo político-econômico brasileiro.

Todos esses aspectos propostos pela *História Nova* chamaram a atenção dos setores conservadores da sociedade brasileira e incomodaram setores do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Como assinala Vanessa Cardoso, travou-se um duelo entre duas historiografias: a do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* e a dos autores da *História Nova do Brasil* (CARDOSO, 2016, p. 146). Criticar a escrita tradicional da história significava criticar a forma como o Instituto Histórico e seus sócios se dedicavam e mais ainda: significava opor-se à autores consagrados (Ibidem, p. 144). Mas, para além de um embate historiográfico havia também envolvido um embate ideológico, pois, o contexto em que esse parecer do *IHGB* foi escrito é marcado pela ideologia do anticomunismo, conforme apresenta Rodrigo Patto Sá Motta (MOTTA, 2002, p. 47).

Com o golpe civil-militar deflagrado alguns dias depois da elaboração desse manifesto do *IHGB*, o parecer foi utilizado como documento de acusação. As obras e os autores foram alvo dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), bem como o *ISEB*, acusados por conspiração. Este parecer foi fundamental para a proibição e perseguição dos autores da obra (CARDOSO, 2016, p. 146-149). Todos exemplares da *História Nova* foram apreendidos e os autores detidos – com exceção de Nelson Sodré, todos ficaram anos no exílio durante os governos militares. O *ISEB* teve suas portas fechadas. Suas publica es, obras, documentos e arquivos foram queimados (GUIMARÃES, 2003, p. 245). Logo, o projeto da *História Nova do Brasil*, com a instala o da ditadura civil-militar, tomou os mesmos rumos que o governo de João Goulart: ambos projetos foram derrotados.

Outro ponto que corrobora com a afirma o de que o *IHGB* preparou o terreno para acomoda o e recep o do regime,   a atitude do Instituto de acolher todos os generais-presidentes através da concessão do título de presidente de honra.

De acordo com o Estatuto da institui o no período, este era um título concedido por delibera o em Assembleia Geral em escrutínio secreto, somente “a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados” (*IHGB*, 1965, p. 292). O presidente de honra não tinha direito a voto nas Assembleias e, portanto, nas decisões do instituto – isto cabia   diretoria e aos sócios ativos da institui o. Mas, tratava-se de um título concedido pelo Instituto que simbolizava reverência, estima e reconhecimento. Era ainda uma prática muito comum dentro da institui o.

Foi, portanto, nessas condi es, que os cinco presidentes no período da ditadura civil-militar – Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – foram eleitos como

presidentes de honra do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* com unanimidade de votos dos sócios presentes nas assembleias². Apesar das distintas relações de cada general-presidente com o *IHGB*, sabemos que todos eles se tornaram, rapidamente, por vontade dos sócios, presidentes de honra.

É significativo, portanto, o fato de João Goulart não ter recebido o título. Jango foi presidente, embora com diversos percalços, por quase três anos (1961-1964) e em nenhuma assembleia publicada nas atas de sessões entre aqueles anos foi cogitada a possibilidade de inserir o seu nome para votação. Pode-se interpretar que João Goulart não foi um presidente legítimo aos olhos do *IHGB* e por isso não merecia fazer parte da Instituição. Na verdade, essa forma de olhar para João Goulart e o seu governo de forma pejorativa, não se trata de uma novidade após compreender a forma com que a instituição criticou a *História Nova do Brasil*. De toda forma, saber que Jango não pôde compor o cadastro social do *IHGB* nos ajuda consideravelmente a refletir sobre o perfil da instituição no período e entender os ajuizamentos do *IHGB* a seu respeito, acerca do golpe de Estado de 1964 e a respeito da instalação da ditadura no país.

Importante assinalar neste artigo a mudança do olhar do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* sobre a ditadura brasileira. É relevante a diferença dos discursos presentes na revista da instituição (RIHGB) a respeito do período autoritário em dois cenários: primeiro, no momento em que o país estava mergulhado no regime; segundo, quando o Brasil já estava caminhando para a abertura política a partir de 1979 no governo de Figueiredo.

Nesse primeiro momento em que se vive a ditadura, é possível afirmar, por meio das análises empreendidas³, que o *IHGB*, em grande medida, como já foi assinalado, preparou o terreno para a acomodação do regime e acolheu todos os generais-presidentes de forma solene. Na posse de Castelo Branco como presidente de honra, Pedro Calmon, orador do Instituto na ocasião, o homenageou assinalando que Castelo Branco havia aparecido em uma hora grave da existência nacional e que tinha nas mãos o difícil encargo de governar com equilíbrio e autoridade. Mais do que isso, realçou as virtudes do novo presidente, que “numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (CALMON, 1964, p. 284).

² Essa informação pode ser constatada a partir da leitura das Atas das Assembleias Gerais do *IHGB* nos anos de 1964, 1967, 1970, 1974 e 1979.

³ Ver Dissertação de Mestrado: SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

Assim foi feito com os outros generais-presidentes, até que em 1984 foi publicada na revista do IHGB um memorial em razão da morte do Marechal Henrique Teixeira Lott em maio do mesmo ano, cujo título é *Lembranças e reflexões sobre o Marechal Teixeira Lott*. O texto publicado foi escrito por Umberto Peregrino Seabra Fagundes, sócio efetivo da instituição desde 1967 que havia sido um militar, diretor da Biblioteca do Exército e do Instituto Nacional do Livro, professor de História do Brasil do Colégio Militar e do Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional.

Esta é uma publicação que chama a atenção por duas razões. A primeira razão é pelo fato de o Marechal Teixeira Lott estar sendo mencionado na RIHGB. No geral, este tipo de texto é publicado na revista da instituição quando se trata do falecimento de algum sócio do *IHGB* ou chefes de Estado que tenham relevância para o Instituto⁴. O Marechal, no entanto, não era sócio do *IHGB* e mais do que mencionado, Lott estava sendo homenageado após a sua morte. Umberto Fagundes dedicou quatro páginas nesta mensagem enquanto diversos membros sócios da instituição falecidos recebiam em média uma página na seção *Elogio dos Sócios Falecidos*.

Para Teixeira Lott, Umberto Fagundes redigiu uma espécie de memorial com reflexões sobre a vida dele. Tece uma série de elogios ao Marechal, que é visto como um homem de moral, de rigor militar, impecável na atitude, exigente, de grande capacidade profissional e que por isso, alcançou os mais altos postos da hierarquia militar. Segundo o autor, Lott desempenhou delicados comandos e foi um militar puro e isento no jogo das seduções políticas (IHGB, 1984).

O Marechal Teixeira Lott não se enquadrava nas ideias que estavam sendo propagadas pelo *IHGB* sobre a ditadura militar no período. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott possuía uma extensa carreira política e militar. Em 1961 logo após a renúncia de Jânio Quadro e com as tentativas de impedimento da posse de João Goulart enquanto vice-presidente, Lott se colocou em defesa da Constituição e, portanto, em defesa da posse de Goulart. Em seguida, com o golpe de 1964, o Marechal Teixeira Lott declarou em uma nota a seus colegas de armas que era “completamente antidemocrático e contrário aos interesses nacionais procurar depor um presidente da República mediante uma insurreição” (COUTINHO, 2010).

⁴ Convém ressaltar que, ao longo das pesquisas, não foi localizada nas publicações da RIHGB nenhuma homenagem prestada à João Goulart em razão de sua morte em 1976. Ao contrário, em 1967 o presidente do *IHGB* fez um lamento pelo falecimento de Castelo Branco e aprovou na ocasião a inclusão na ata de sessão um voto de pesar em homenagem a ele, por suas “virtudes morais e intelectuais” (IHGB, 1967, p. 209). O mesmo ocorreu com Arthur da Costa e Silva falecido em 1969.

Conforme evidencia Karla Carloni (2010), a carreira política e militar de Lott foi associada a ideias de legalidade, democracia e nacionalismo. Mais do que isso, ele havia sido escolhido pelas esquerdas da época como um representante de suas aspirações de uma sociedade mais igualitária e justa. Sua figura demonstra a existência de um grupo de militares com identidade alternativa à imagem tradicional construída do militar brasileiro, sobretudo, após o golpe civil militar de 1964.

A partir de suas posições, ele foi afastado da vida pública e desmoralizado no interior das Forças Armadas, sendo acusado de ter incentivado a entrada de comunistas e a politização no interior do Exército durante os cinco anos em que ocupou a pasta de Ministro da Guerra (CARLONI, 2010). Tanto que em sua cerimônia fúnebre em 1984, conforme o texto publicado na RIHGB, a família solicitou formalmente ao Ministério da Guerra as devidas honras militares para o oficial e o pedido foi recusado. O número de militares presentes também foi discreto.

Em um segundo ponto, este texto de Umberto Fagundes merece uma especial atenção. Ao reverenciar as virtudes morais e políticas de Lott, o autor afirma, naquele momento, em 1984, que já possuía perspectiva para saber que “se acaso o General Lott houvesse alcançado a Presidência da República não teria ocorrido o colapso institucional de 1964” (FAGUNDES, 1984, p. 47). O autor, no texto, está mencionando a candidatura do marechal à presidência da República na eleição de 1960, na qual Jânio Quadros saiu vitorioso. A interpretação deste trecho nos permite realizar algumas considerações.

Ao dizer que se Lott tivesse alcançado a Presidência da República não teria acontecido o “colapso institucional de 1964”, Umberto Fagundes, sócio do IHGB, está de alguma forma responsabilizando o fracasso do governo de Jânio Quadro pelo golpe de 1964 e mais do que isso, está considerando que os acontecimentos advindos do governo de Jânio inseriram o Brasil em um situação de crise. Ou seja, o golpe de 1964, segundo a análise do texto, correspondeu à um desmoronamento das instituições políticas do país.

Esta é uma afirmação que se destaca devido a forma como o golpe de 1964 e a ditadura (como consequência) foram apresentados, pois foge, e muito, da regra até então seguida nas publicações da instituição.

Em 1964, o golpe é legitimado pelo IHGB. Pedro Calmon, em nome da instituição, “quis realçar as virtudes do militar irrepreensível que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (CALMON, 1964). Já em 1984, vinte anos depois,

Umberto Fagundes, tem a autorização para publicar na RIHGB um texto em que considera o golpe de 1964 um erro, um colapso institucional.

Este tipo de alteração na posição não é uma novidade para a historiografia. Daniel Aarão Reis, assim como outros historiadores, mostram que a sociedade brasileira a partir do fim da década de 1979 procurou afastar-se de qualquer cumplicidade com um regime considerado abominável. A ditadura passou a ser um passado recusado. Ambiguidades, ambivalências, trânsitos surpreendentes já são evidenciados em importantes instituições, como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Academia Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (REIS, 2010).

Nesse sentido, essa mudança no discurso do IHGB não se trata de uma total surpresa. Era de se esperar que houvesse uma alteração na postura da instituição com relação à ditadura no final do regime tendo em vista as análises realizadas por uma historiografia que se entrelaça com as teses de Daniel Reis. Não deixa de ser necessário, porém, investigações mais aprofundadas com o intuito de complexificar essas relações.

Fontes

CALMON, Pedro. Elogio dos Sócios Falecidos e Saudação ao Sr. Presidente da República. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 265, 1964.

FAGUNDES, Umberto Peregrino Seabra. Lembranças e Reflexões sobre o Marechal Teixeira Lott. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 344, 1984, p. 45-48.

IHGB. Atas das sessões. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 277, 1967, p. 197-239.

_____. Estatuto. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 266, 1965, p. 291-309.

REICHARDT, Herbert Canabarro. História Nova (Parecer). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 263, 1964, p. 283-302.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, 2016, p. 127-154.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

COUTINHO, Amélia. Henrique Lott. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da História Nova do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n.149, 2º sem, 2003, p. 235-251.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 388, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v 23, n. 45, janeiro-junho de 2010, p. 171-186.

Anos sombrios: um olhar sobre o relatório final da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais

Danielle Dias Gatti

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
danielle_gatti@live.com

Resumo: Após os anos ditatoriais no Brasil (1964-1985) algumas políticas públicas e esforços civis se consolidaram para a tentativa de superação e busca pela verdade sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Uma dessas políticas, de extrema relevância para a sociedade, foi a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e, por conseguinte, a criação de demais comissões da verdade à níveis setoriais, estaduais, municipais e, outros. Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem objetivo de trazer uma síntese sobre o trabalho, resultado em um relatório final, da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais – Covemg – instalada no ano de 2014 e finalizada em 2017. A Covemg teve objetivo de promover, com base nos informes obtidos e verificações efetivadas, a reconstrução da história dos casos de violação de direitos humanos ocorridos em Minas no período entre 1961 e 1988, tendo como foco a ditadura militar instaurada no país em 1964. A metodologia que se baseia tal pesquisa consiste na análise das diversas temáticas abordadas pelo relatório final da Covemg observando como os pesquisadores delimitaram os variados casos de graves violações dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado dentro do perímetro territorial de Minas Gerais e como aconteceu a elaboração do relatório final. Também faremos uso da história oral ao dar voz aos pesquisadores e membros da Covemg para uma melhor compreensão do importante trabalho realizado e dos conflitos urdidos nos bastidores da comissão.

Palavras-chave: Comissões da Verdade, Covemg, Ditadura

Introdução

Entre 2012 e 2015 foram instauradas em diversas regiões do Brasil comissões da verdade à níveis municipais, estaduais e setoriais (sindicais, OAB, universitárias...) (DIAS, 2014, p. 186). Todas criadas com o propósito de investigar e elucidar os vários crimes de graves violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988 – em decorrência dos dois períodos ditatoriais - de forma mais regionalizada e focalizada. As comissões da verdade municipais e estaduais continuaram nos esforços de ampliar os trabalhos iniciados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2011 pela Lei 12528/2011 e instituída em 2012.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), por sua vez, que funcionou entre 2012 e 2014 no país, ao investigar os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos no período já citado, incentivou a criação de dezenas de comissões da verdade

distribuídas em diversas regiões do Brasil que atuaram de forma independente, sem vínculo formal ou de subordinação hierárquica à CNV.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem objetivo de trazer uma síntese sobre o trabalho, resultado em um relatório final, da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais – Covemg – instalada no ano de 2014 e finalizada em 2017.

Para melhor compreender o trabalho da Covemg tracemos um panorama sintético da conjuntura do fim do período da ditadura civil-militar e dos eventos que propiciaram a criação da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais.

Com o fim dos regimes ditatoriais por volta dos anos 1980, vários países da América Latina, viam-se esfacelados em seus direitos e precisavam construir a ansiada democracia superando os erros do passado. Nessa busca, atendendo ao cumprimento do eixo previsto pelos Direitos Humanos – direito à memória, à justiça e à verdade –, países latino-americanos instalaram suas comissões da verdade: Bolívia em 1982; Argentina em 1983; Uruguai em 1985; Chile, em 1990; El Salvador, em 1991; Guatemala, em 1994; Equador, em 1996; Panamá e Peru em 2001; Paraguai, em 2003. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada apenas quase 30 anos depois do fim da ditadura, pela presidenta Dilma Rousseff, através da Lei nº 12.5282, de 18 de novembro de 2011. Essa foi uma das medidas que o país precisou tomar diante da condenação que sofreu pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante os anos 1964-1985.

Portanto, mesmo após o fim do trabalho da Comissão Nacional da Verdade em 2014, as comissões herdeiras proporcionaram a continuação dos esforços de esclarecimentos do período mais obscuro da história do nosso país. Cada comissão da verdade foi formada por uma coordenação de conselheiros, conjunto de assessores, consultores, voluntários e diversos pesquisadores que juntos possibilitaram o desenvolvimento de fundamentais pesquisas sobre o período supracitado. As comissões, por lei, tiveram o prazo de 2 anos, após sua instalação, de desenvolver seus trabalhos e produzir um relatório circunstanciado, com a descrição das atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões obtidas e as recomendações devidas, observada a legislação vigente (INSTITUÍDA..., 2017, p.3).

Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais - Covemg

A Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais (Covemg) foi promulgada pela Lei nº 20.765 no dia 17 de julho de 2013. Seu trabalho consistiu de esforços na elucidação das

circunstâncias, dos fatos, das vítimas e agentes repressores dos casos graves de violação dos direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro na região. O relatório final foi entregue em dezembro de 2017 e resulta em cerca de 1.600 páginas, divididas em cinco volumes, que detalham como a violência e a tortura foram utilizadas como prática sistemática pelos agentes de Estado em Minas Gerais. A Covemg ouviu 222 pessoas que vivenciaram o período, realizou pesquisa em acervos públicos e privados e apresenta documentos e relatos como forma de comprovar as violações praticadas.

A Covemg iniciou seu trabalho em dezembro de 2013 com prazo de funcionamento de dois anos para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da sua instalação e prorrogável pelo governador do Estado. Contudo, atendendo a um pedido coordenador da Comissão, Robson Sávio Reis Souza, com a interveniência do Secretário de Estado de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o mandato dos membros da Covemg foi prorrogado por mais dois anos pelo governador Fernando Damata Pimentel, no final de 2015.

A rede de membros principais da comissão, consistiu em 7 integrantes chamados de conselheiros e escolhidos pelo governador, como:

1. **Emely Vieira Salazar**, (psicóloga, professora do departamento de psicologia da UFMG e ex-presa política);
2. **Jurandir Persichini Cunha**, (jornalista e ex-preso político);
3. **Maria Celina Pinto Albano** (socióloga, foi diretora técnica do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Secretária de Cultura de Minas e ex-presa política);
4. **Maria Céres Pimenta Spínola Castro**, coordenadora adjunta à época (cientista social e foi diretora do Centro de Comunicação da UFMG);
5. **Carlos Antônio Melgaço**, ex-preso político;
6. **Paulo Afonso Moreira**, advogado;
7. **Robson Sávio** (professor da PUC Minas, leciona no departamento de filosofia, psicologia e serviço social. Foi coordenador da comissão entre 2017 e 2018).

Os integrantes Carlos Melgaço, Paulo Afonso e Robson Sávio iniciaram na comissão mas depois foram substituídos por:

- **Antônio Ribeiro Romanelli**, coordenador da Covemg (advogado, professor de Direito e ex-preso político) – falecido;
- **Alberto Carlos Dias Duarte**, mais conhecido como Betinho Duarte (político, ex-presidente da câmara de BH e militante);

- **Carlos Vitor Alves Delamonica**, (advogado e ex-presos político).

O primeiro volume analisou a história e atuação da Covemg envolvendo a sua criação, suas finalidades e objetivos, acordos e parcerias firmados, a formação dos grupos de trabalho, a complexa composição da comissão e as atividades abordadas. Dentre os principais objetivos mencionados no relatório final, destacamos:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais;

II – identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil;

III – encaminhar à Comissão Nacional da Verdade quaisquer informações obtidas que possam auxiliar no alcance de seus objetivos;

IV – colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação aos direitos fundamentais, observadas as disposições legais;

V – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais;

VI – promover, com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas ou seus familiares.

No Decreto nº 46.293/20134 de criação da comissão, sobre a composição e escolha dos membros, destacam-se o artigo 5º e 6º:

Art. 5º A Covemg, composta a partir de critério plural, será integrada por sete membros, designados pelo Estado, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta moral, identificados com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos fundamentais.

§ 1º Para cumprimento do critério de pluralidade, observa-se a trajetória pessoal e a diversidade de conhecimento ou de área de atuação.

§ 2º Os membros da Covemg serão designados pelo governador para mandato com duração até o término de seus trabalhos, o qual se extinguirá após a publicação do relatório.

Art. 6º A participação nas atividades da Covemg é considerada serviço público relevante, vedada a remuneração, a qualquer título, de seus integrantes.

Durante todo o processo de investigação foram promovidas averiguações, exames de documentos, perícias, realização de pesquisa em arquivos públicos e privados, coletados depoimentos de forma a apurar e esclarecer os fatos com o intuito de reconstruir a história, celebrar a memória e a verdade e recomendar a adoção de medidas para que tais violações nunca mais aconteçam.

Em 2014 as atividades de pesquisa da Comissão começaram a ser desenvolvidas por um grupo de cinco assessores selecionados pelos membros da Covemg. Desde este período, pesquisadores voluntários deram suporte aos trabalhos da Comissão. No mesmo ano, ficou também instituída a cooperação mútua entre a Covemg e a UFMG. Um dos principais apoios que tiveram destaca-se o apoio financeiro da FAPEMIG (Fundação do Amparo à Pesquisa de Minas Gerais). A Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais procurou ao longo de sua vigência atuar de forma articulada e integrada com vários órgãos colegiados, tais como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão de Anistia, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, etc. (COVEMG, 2015, p. 42).

O ponto central do primeiro volume consiste na análise dos acontecimentos envolvendo mortes e desaparecimentos de opositores, dos marcos conceituais, na responsabilização pelas mortes, no pioneirismo mineiro na resistência à ditadura. Focou em conhecer e definir quem são os mortos e desaparecidos em Minas, na definição das torturas, em quem eram os agentes de tortura e na institucionalização das mesmas.

O segundo volume, integralmente, focalizou nas graves violações de direitos humanos no campo. Neste capítulo, o assunto central foi o meio rural, os conflitos agrários, a perseguição política no campo e os assassinatos e desaparecimentos de trabalhadores rurais.

Já o terceiro volume, se debruçou sobre a repressão ao mundo do trabalho e ao movimento sindical urbano, abordando a saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror, o massacre de Ipatinga, entidades sindicais atingidas, as violações aos direitos do trabalhador.

Por sua vez, o quarto volume, demonstrou a importância da posição das Igrejas Cristãs durante o governo militar como instituições “perigosas”. Além disso, abordou as violações dos direitos dos povos indígenas e o terrorismo da extrema direita em Minas. Ainda, neste volume é possível encontrar os assuntos referentes à censura aos meios de comunicação em

massa e, em espetáculos artísticos. O modus operandi da censura à imprensa e a cassação de representantes políticos, aposentadorias e demissões de servidores públicos.

Por fim, o quinto e último volume traz o tema da repressão ao movimento estudantil e às universidades. Aborda também os casos de impedimento de convivência de crianças com seus genitores em razão da sua prisão, morte ou desaparecimento.

Em suma, o relatório final da Covemg traz 42 recomendações como “dever de apresentar para a sociedade o que se resgatou da verdade e o muito que falta esclarecer” (COVEMG, 2015, p. 356). Todo relatório final precisa conter recomendações para que a democracia e o Estado de Direito se consolidem.

Sabemos que a transição de um Estado autoritário e ditatorial para um democrático que garanta os direitos humanos é um trabalho complexo, pois, enfrenta resistência dos agentes que cometeram as violações dos direitos humanos e que buscam se autoanistiar. “Eles ocultam provas e negam esclarecer os fatos.” (COVEMG, 2015, p. 356) Dessa maneira, para se fazer a transição é necessário aplicar certos mecanismos de justiça de transição. Tais mecanismos são compostos por quatro pilares que devem ser aplicados de forma conjunta como, justiça, reparação, memória e verdade e, reformas institucionais. Os resultados desse processo dependem do desempenho e pressão da sociedade civil frente aos Estados nacionais, instituições e organismos internacionais.

Retomando às recomendações feitas pela Covemg à sociedade e às instituições governamentais, lembramos que tais recomendações constituem um elo para garantir a continuidade das atividades iniciadas pelas comissões e efetivar os direitos humanos. Norteados pelos princípios da justiça de transição, seguem-se 18 das 42 recomendações elaboradas no relatório final:

1. Dar prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos pela Covemg.
2. Promover medidas que permitam maior contato e aproximação da população mineira com o conteúdo do presente Relatório.
3. Garantir a criação do Memorial de Direitos Humanos, no prédio do antigo DOPS, e os recursos necessários para o desenvolvimento do acervo a ser exibido nesse espaço de memória, inclusive a documentação pesquisada pela Covemg.
4. Garantir o uso imediato do espaço já concluído e a finalização da construção do Memorial da Anistia, no antigo prédio da FAFICH, em Belo Horizonte, e a dotação orçamentária para a sua manutenção.

5. Garantir dotação orçamentária necessária, pelo governo do estado de Minas Gerais, para a revitalização do monumento localizado em frente ao antigo DOPS.
6. Efetivar políticas de capacitação em direitos humanos nas polícias civil e militar.
7. Alterar os nomes dos locais públicos que façam menção a responsáveis por violações de direitos humanos e substituí-los por nomes de vítimas do regime militar.
8. Estimular a criação de legislações municipais para suprimir homenagens e nomes de personalidades associadas à ditadura militar de locais públicos.
9. Promover ações que visem à identificação de locais que constituem referências sobre a memória histórica do período da ditadura militar, na capital e no interior do estado de Minas Gerais.
10. Sinalizar, na capital e no interior do estado de Minas Gerais, os locais utilizados pelo aparato repressivo da ditadura militar com placas que narrem os fatos ocorridos em cada um dos lugares.
11. Incluir no projeto pedagógico da Educação Básica e dos cursos de licenciatura conteúdos sobre as violações de direitos humanos.
12. Promover a entrega e abertura ao público dos arquivos relacionados à ditadura militar que se encontram na posse de órgãos do governo de Minas Gerais e das Forças Armadas.
13. Promover a revisão do entendimento jurisprudencial, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e das comarcas especializadas, sobre a aplicação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979).
14. Remeter os documentos relacionados aos casos de mortes ocorridas em Minas Gerais durante a ditadura militar para o Ministério Público do estado de Minas Gerais, para instauração de inquérito penal e demais medidas cabíveis.
15. Criar comitê e mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura garantindo sua independência e autonomia financeira para a execução de suas atividades, de acordo com protocolo das Nações Unidas sobre a matéria, assinado pelo Brasil.
16. Garantir que os comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura tenham acesso livre aos locais de detenção e de privação da liberdade.
17. Criar um programa estadual de atendimento psicológico e psiquiátrico às vítimas do regime militar.
18. Estimular o desenvolvimento de pesquisas, nas Universidades localizadas na capital e no interior do estado de Minas Gerais, relacionadas às violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

Balanço Geral

Os dados existentes no Relatório Final da Covemg mostram que, durante o período pesquisado (1946-1988), 142 opositores morreram, 10 desapareceram no estado de Minas Gerais. A Comissão apurou também que 49 mineiros de oposição ao regime militar foram assassinados ou desapareceram fora do território estadual.

Entre os locais onde as mortes ocorreram destaca-se Ipatinga. No “Massacre de Ipatinga” 11 pessoas morreram ou desapareceram em um só dia. As regiões Norte, Rio Doce e Jequitinhonha concentraram os maiores índices de violência em decorrência da violência contra os camponeses vinculados à conduta de agentes públicos e instituições estatais nas disputas fundiárias. (COVEMG, 2015, p. 107-112).

A região Central também foi palco de muitas violências. Na Mina de Morro Velho, em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, constataram-se, por exemplo, pelo menos 16 ferimentos em 1948, por atentados na greve dos mineiros e na invasão ao Escritório dos Vereadores do Povo, sendo mortos por execução o parlamentar municipal William Dias Gomes e o operário Ornélio Pereira da Costa. (COVEMG, 2015, p.101).

A maioria dos casos pesquisados é de origem camponesa ou de apoiadores que participavam dos movimentos ligados à questão agrária, totalizando 110. Em seguida, constam 20 operários, 12 indígenas, 11 sindicalistas, 10 com outras ocupações (dois advogados, um escriturário, um eletricista, um contador, um servidor público, um veterinário, um farmacêutico, um jornalista e um professor universitário), nove militantes políticos, três pessoas que ocupavam cargos eletivos (prefeito e vereador), duas crianças e um militar.

Sobre os mortos por violações dos direitos humanos: em 1963 ocorreu o massacre de Ipatinga, um conflito aberto entre trabalhadores, a empresa Usiminas e a PMMG. O massacre deixou 8 pessoas morreram, 3 desapareceram e 102 ficaram feridos. Em 1964 com o golpe civil-militar foi constatado os assassinatos de Otávio e Augusto Soares da Cunha, pai e filho, em Governador Valadares que eram favoráveis à causa camponesa na região. Já em 1968 eclodiram as históricas greves metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, momento em que a repressão chegou no auge. Em 1975 tivemos 5 operários e camponeses mortos. O aumento considerável de mortes e desaparecimentos entre 1984 e 1988 foi resultado da intensa repressão contra a luta dos camponeses pela reforma agrária.

É muito importante observar também que os números levantados pela Covemg são parciais, já que, devido às dificuldades de tempo e de recursos, nem todas as regiões de Minas Gerais foram pesquisadas em sua integralidade.

Conclusão

A Covemg, assim como a Comissão Nacional da Verdade, consistiu em um esforço grandioso de tentativa de reconciliação do Estado brasileiro com a sociedade e “de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos” (CANABARRO, 2014, p.2). Afinal, é importante fazer com que as pessoas saibam o que a ditadura silenciou por anos. O Brasil escondeu suas mazelas, graves violações e genocídios mas a criação das comissões da verdade, possibilitou instituir a transparência como elemento construtivo da memória nacional.

Em suma, as comissões da verdade carregam o propósito de produzir e colaborar para que as sociedades atuais e futuras conheçam e reconheçam as marcas deixadas pelos governos militares nas vítimas, na família das mesmas e na história do próprio país. Assim, se faz também importante a manutenção das memórias do período ditatorial construídas no tempo presente, por via de conscientização das sociedades brasileiras.

O conhecimento do trabalho das comissões da verdade são imprescindíveis para o momento atual do cenário político do nosso país que sofre com políticas impopulares mas que propôs a comemoração, após 55 anos de golpe, pelas Forças Armadas da ditadura civil-militar brasileira.

Portanto, desnaturalizar a história oficial do período e conscientizar as sociedades acerca dos crimes cometidos por um governo ditatorial que mergulhou o Brasil em profundas crises em níveis econômico, social, cultural e político, é necessário para que os erros não mais se repitam. Neste sentido, se torna indispensável a efetivação das recomendações presentes nos relatórios finais das comissões da verdade e o envolvimento das sociedades neste trabalho pois é através dos anseios da população que muitos casos podem ser ouvidos e revistos por pesquisadores e estudiosos para uma nova construção da memória coletiva dos atingidos.

Outrossim, é importante garantir mecanismos democráticos e transparentes de acesso aos trabalhos das comissões, de modo a garantir um processo legítimo e reconhecido amplamente de investigação e esclarecimentos de casos de violações, torturas, mortes e desaparecimentos forçados, e sobre as instituições que apoiaram e financiaram o regime ditatorial. Para tanto, “as garantias de acesso à informação são pressupostos gerais para a mobilização, articulação e participação democrática, e, especificamente, para a construção de uma política de promoção da memória e da construção da verdade” (CHERNICHARO; WESTHROP; SIMI, 2015, p. 8).

Referências Bibliográficas

CANABARRO, Ivo. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. **Sequência**, Florianópolis, n. 69, p. 215-234, dez. 2014, p. 2.

CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). **Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional**. V Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: Fevereiro 2015, p. 8.

DIAS, Zwinglio Mota (Org.) **Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 186.

FICO, Carlos. Artigo Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24 n. 47, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em 08/09/2017.

INSTITUÍDA a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Conselho regional de psicologia – Minas Gerais. Publicado em Belo Horizonte, 12 de setembro de 2017. Disponível em <http://www.crpmg.org.br/GeraConteudo.asp?materialID=3373>. Acesso em 09/08/2017.

JUIZ DE FORA. COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. **Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora**. / Comissão Municipal da Verdade; ilustração da capa Jorge Arbach. Juiz de Fora: MAMM, 2015, p.44-45.

LEE-MEDDI, Jeocaz. **Artigo A tortura no regime militar**, 2009. Disponível em <https://jeocaz.wordpress.com/2009/03/23/a-tortura-no-regime-militar/>. Acesso em 10/08/2017.

MELO, Jorge José de. **Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2012, p. 108.

MORAES, Mário Sérgio. **50 anos construindo a democracia: do golpe de 64 à Comissão Nacional da Verdade**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014, p. 56.

NILO, Oliveira Dias. **O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia política**. Artigo publicado no site do Governo do Estado de São Paulo. Edição nº 39 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia02/>. Acesso em 08/09/2017.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 103.

Disciplina militar na universidade: a federalização da Escola de Educação Física de Minas Gerais

Gabriela Fischer Fernandes Corradi
Mestranda em História e Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
gabifischer86@gmail.com

Resumo: O Decreto-lei nº 997, 21 de outubro de 1969, determinou a incorporação das Escolas de Educação Física de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e a Escola de Serviço Social de Natal às Universidades Federais de seus respectivos Estados. Assim a Escola de Educação Física (EEF) de Minas Gerais passa a ser uma unidade acadêmica da UFMG. O que esse episódio nos diz sobre o momento político no qual se encontrava o Brasil? Esse é o ponto central da minha pesquisa. A EEF se incorpora à UFMG trazendo toda sua estrutura, alunos e, principalmente, seus 32 professores. A EEF foi fundada em Minas em 1952, sendo, no início, 2 escolas – uma do Estado de Minas Gerais e outra das Faculdades Católicas. Pela baixa procura, as duas escolas, praticamente idênticas, se fundem em 1953, passando a ser financiada pelo Estado e administrada pela Universidade Católica. Com 17 anos, a EEF chega à UFMG em pleno funcionamento, ainda que sob uma séria crise. O meu particular interesse pela EEF é o fato de ela abrigar uma estrutura bastante conveniente para a Ditadura e inconveniente para a UFMG. Isso se devia principalmente ao fato de 12 de seus professores serem militares e por terem grande comunicação direta com o governo federal. Essa ligação é fundamental para compreender com quais estratégias a Ditadura Militar tentou entrar na Universidade. A Educação Física foi uma dessas estratégias, pois essa disciplina é historicamente marcada por sua ligação com as forças armadas e com o espírito militar. Essa ligação é bastante explorada no artigo “*In Corpore Sano*” (1997) de Celso Castro (FGV) que atribui ao exército brasileiro a responsabilidade pela implantação da Educação Física no Brasil. Foucault também evidencia essa ligação ao dizer que a disciplina e o adestramento se alcançam, dentre outras formas, pelos exercícios físicos “única cerimônia que realmente importa” (Vigiar e Punir. Vozes, 2014, p.135). Na UFMG, a EEF cumpriria o papel de estar em todos os cursos, inculcando a moral e disciplina nos jovens, desenvolveria projetos do governo, como o Projeto Brasil (1974) e teria professores alinhados com seus propósitos como contato direto com a universidade, ferindo, segundo minha hipótese, a autonomia que UFMG prega ter exercido durante a Ditadura. Preste a completar 50 anos, a “federalização” da EEF é ainda nebulosa e o interesse militar pela Educação Física é subestimado pela historiografia. Minha intenção é jogar luz sobre esse episódio, deste período tão sombrio de nossa história.

Palavras-chave: Ditadura Militar, educação física, universidades.

As relações estabelecidas entre a Ditadura Militar e as universidades se inscrevem no contexto das profundas mudanças ocorridas no país e, especialmente, na estrutura do ensino superior no Brasil. Oficializada pela Lei nº 5540, no final de 1968, a reforma universitária já era pauta do governo do presidente deposto João Goulart. Modernizar o ensino superior era uma necessidade, mesmo para o governo instaurado com o golpe de 1964. Mas as mudanças

previstas por Goulart, e almeçadas por grande parte da comunidade universitária, não se encaixavam nos planos do novo governo que, apesar de não possuir um projeto definido, tinha em sua essência a rejeição a qualquer ideia tida como esquerdista ou comunista, adjetivos comumente atribuídos ao presidente deposto e aos seus projetos de reforma de base.

Em uma comparação inevitável, a ditadura militar brasileira se diferenciava essencialmente dos outros regimes autoritários do Cone Sul por ser modernizadora. Segundo Renato Ortiz, além dessa diferença em relação às ditaduras dos vizinhos, o regime militar era *radicalmente* diferente dos governos anteriores do nosso próprio país, pois, graças à sua natureza autoritária, ele podia apontar as metas a serem atingidas com *maior eficácia e racionalização* (ORTIZ, 2014, p.113). Por sua composição heterogênea, o grupo vitorioso de 1964 acabou por desenvolver uma política de controle que visava ao amortecimento de conflitos sociais e políticos entre diversos grupos, tanto quanto fosse possível. Paradoxalmente, o sucesso dessa política dependia da existência de um aparato repressivo eficiente. Assim, as ações do governo podem ser traduzidas pela ideia de *modernização conservadora* ou *autoritária*, o que traduz as contradições que muitas vezes puderam ser percebidas nas políticas do regime – *O período militar combina repressão política e expansão econômica, ação policial e modernização da máquina do Estado e incentivo às atividades empresariais* (ORTIZ, 2014, p.114). É nesse pacote de modernizações conservadoras que as universidades vão passar pelas reestruturações que fizeram delas o que conhecemos hoje.

A modernização era também uma demanda dos embaixadores estadunidenses, aliados do novo governo. A influência norte-americana foi uma das responsáveis pela inclusão das universidades na lista das reformadas, os acordos estabelecidos entre o Brasil e os EUA – os acordos MEC-Usaid¹ – foram muito importantes para o desenvolvimento acadêmico no Brasil.

Antes das reformas as faculdades se organizavam em torno dos professores catedráticos, figuras poderosas, com cargos vitalícios, que eram apontados como os grandes responsáveis pela fraca produção científica do país. Os professores inferiores na hierarquia eram pouco produtivos, pois eram mal remunerados e não tinham autonomia, tendo suas atividades determinadas pelos professores catedráticos de suas áreas. Além disso, o número de vagas ofertadas para os cursos superiores era muito reduzido.

¹ Cf. MOTTA, 2014b, p.110 e sgts.

As propostas para as reformas eram muitas e muito distintas, assim como eram os grupos dos componentes e apoiadores da ditadura. Assim, apesar de se tratar de um governo autoritário, o regime militar acabou não optando por um único projeto de reforma, *acomodando* diferentes pressões e opiniões em uma reforma que combinava elementos, por vezes, conflitantes e contraditórios (MOTTA, 2014a, p.21).

A UFMG foi pioneira nas reformas, que nela já estavam em curso antes de ser promulgada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Pouco tempo antes do golpe, assume a reitoria o professor Aluísio Pimenta (1964-1967), que foi responsável por várias mudanças, melhorando, por exemplo, a gestão orçamentária, destinando uma parte significativa dos recursos para um fundo de pesquisa. Por estar incluída, em sua ampla base de apoio, a esquerda, a gestão de Pimenta foi interrompida por uma intervenção militar, que fez com que um coronel fosse nomeado interventor durante quatro dias. Ainda que Pimenta tenha reassumido o cargo, essa era uma amostra do tom que seria dado à relação da ditadura militar com as universidades. Como a única pauta que o unia claramente os vitoriosos de 1964 era o anticomunismo, a primeira preocupação deste governo foi o expurgo dos inimigos derrotados – na chamada *Operação Limpeza*² – que nas universidades fez com que muitos professores, funcionários e alunos fossem perseguidos, expulsos e presos imediatamente após o golpe. Nessa onda de perseguições, a UFMG era uma das universidades mais visadas por possuir muitos intelectuais e estudantes envolvidos com organizações de esquerda (FERNANDES, 2013, p. 4). Mas muitos professores acabaram sofrendo perseguições, ainda que não fossem comunistas, “por defenderem a ordem democrática e a liberdade de expressão, sendo taxados como colaboradores de grupos ‘subversivos’” (FERNANDES, 2013, p.4). A ditadura não foi um período fácil para as universidades que, apesar da inquestionável modernização, sofreu com uma diversidade de ações repressivas e de censura.

Findada a ditadura militar, ou pelo menos os *anos de chumbo* dela, teve início um movimento de reconstrução das memórias de vários grupos em relação à ditadura, especialmente das esquerdas. Naquele momento “toda a sociedade civil parecia ser oposicionista e democrática” (NAPOLITANO, 2014, p.14). Assim também aconteceu com a memória da UFMG sobre suas posições diante do governo ditatorial dos militares. Ao tratar das memórias sobre a UFMG durante a ditadura militar, Iara Silva (2017) analisa e questiona a ideia de que a universidade era completamente autônoma em relação ao regime e resistente a ele. Ao criticar essa memória de resistência, ela reforça que “é fundamental destacar que os

² Estima-se que entre 20 e 30 mil pessoas tenham sido detidas no momento do golpe. MOTTA, 2014b, p.26.

dirigentes da UFMG tampouco eram colaboradores do regime e não eram entusiastas da perseguição a estudantes, funcionários e docentes” (SILVA, 2017, p.56), mas que um determinado grupo de docentes foi capaz de permanecer por um período considerável no poder dentro da universidade “por estarem bem articulados no interior da instituição e, também, por conseguirem manter relações, ainda que conflituosas em alguns momentos, de diálogo com a ditadura” (SILVA, 2017, p.21).

No contexto a UFMG recebe, por decreto, a Escola de Educação Física de Minas Gerais como sua nova unidade acadêmica. O caso dessa incorporação é importante para a compreensão das relações estabelecidas entre a ditadura e a UFMG, pois pode ser entendido como um caso de intervenção do regime na universidade.

Segundo Celso Castro, a introdução da educação física no Brasil foi uma iniciativa militar, quando “a Educação Física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar” (CASTRO, 1997, p.62). Em 1929, a Educação Física passou a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, para todos os estudantes, de ambos os sexos, a partir da idade de 6 anos, o que aumentava a demanda por professores. Em 1933 foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), que, em 1938, formava, em caráter de emergência, professores civis “incutindo-lhes o espírito de ordem e disciplina” (CASTRO, 1997, p.67). Em 1939 é criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que se baseava no modelo da Escola do Exército.

Antes da criação das primeiras Escolas na capital mineira, os professores só se formavam em cursos superiores de Educação Física se saíssem do Estado, sendo a ENEFD o principal destino. Para os que desejavam se formar professores sem sair de Minas Gerais havia duas maneiras. A formação das professoras se dava através de cursos de aperfeiçoamento, oferecidos às normalistas que apresentassem maior vigor físico e habilidades para a área. Os homens se formavam entre os jovens militares mais dispostos para as atividades esportivas. Normalmente, eram militares de baixa patente e origem mais humilde³. Em 1952 foram inauguradas duas Escolas de ensino superior de Educação Física – uma do Estado e outra das Faculdades Católicas de Minas Gerais. Mas, a baixa procura e os

³ “Fazia-se, pois, necessário encontrar pessoas de classes menos favorecidas, que fossem capazes de se submeterem ao trabalho árduo de ensinar natação. Fundamentava-se, com certeza, na associação do ensino da natação – e por extensão, da Educação Física – ao trabalho manual, impróprio para a elite”. SOUSA, 1994, p.112. [grifo meu]

altos custos para a manutenção de duas escolas praticamente idênticas⁴, acabou levando as duas escolas a se fundirem, em 1953⁵.

Com a subida dos militares ao poder em decorrência do golpe de 1964, a educação e a educação física passam por significativas mudanças, especialmente a partir de 1968. Para Marcus Taborde de Oliveira (2004), que investiga as políticas estatais para a educação física escolar no período da ditadura militar, houve mudanças na formação dos professores da Educação Física, uma vez que a disciplina, com essas políticas, passou a ser reduzida aos códigos das instituições esportivas. Ainda que reduzida ao esporte, o novo regime promovia uma valorização da área e neste momento o campo adquiria os contornos acadêmicos que tanto almejava. A modernização autoritária, marca das reformas do Regime, atendia ao clamor da Educação Física por sua cientificização e investia em uma área estratégica, capaz de dar conta do tempo livre dos alunos, ao mesmo tempo em que desumanizando sua prática, valorizando o desenvolvimento técnico em detrimento do desenvolvimento crítico e completo⁶.

Em 21 de outubro de 1969 a Escola de Educação Física de Minas Gerais foi federalizada pelo Decreto-lei nº 997, deixando de ser uma escola do Estado de Minas Gerais, agregada à Universidade Católica (UCMG), passando à UFMG. A federalização era um desejo antigo da Escola, que vinha passando por sérias dificuldades desde meados dos anos 1950. Mas a incorporação à UFMG não resolveu de imediato os problemas enfrentados até então. O decreto que federalizou a EEFMG transferiu, como consequência, toda sua estrutura e todo seu quadro de funcionários para a UFMG. O curto documento tratava apenas de incorporar as escolas⁷ mencionadas às Universidades Federais de seus estados, mas não trazia nenhuma informação sobre como proceder para integrar total e efetivamente as escolas federalizadas, deixando toda a iniciativa para a integração por conta dos Reitores das instituições que estavam recebendo essas escolas.

⁴ O currículo das duas escolas só se diferenciava pela presença da cadeira de Cultura Religiosa ofertada apenas na unidade das Faculdades Católicas. Com a fusão das escolas, o currículo adotado foi o das Faculdades Católicas, mantendo o ensino religioso.

⁵ A fusão se deu em acordo firmado entre D. Cabral, então arcebispo de Belo Horizonte e Reitor da UCMG, e JK, então governador do Estado. A escola passou a funcionar de forma híbrida – mantida com recursos estaduais e administrada pela UCMG.

⁶ “O que se vê no interior da Revista [Brasileira de Educação Física] é um debate em torno da desumanização da sociedade e das práticas culturais em geral. (...) A “modernização” – mote da ditadura militar – tinha chegado pra ficar”. (OLIVEIRA, 2004, p.04).

⁷ O decreto incorporava às universidades federais de seus estados três escolas: as Escolas de Educação Física de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, e a Escola de Serviço Social de Natal.

Foram integrados ao quadro de pessoal da UFMG 32 professores⁸ vindos da Escola de Educação Física da UCMG. Alguns deles já atuavam há mais de 30 anos como professores de Educação Física, muitos eram fundadores do curso superior em Minas Gerais. Destes professores, 14 eram, na UCMG, professores catedráticos, transformados em titulares com a Reforma Universitário de 1968. Todos os professores esperavam que, ao serem incorporados à UFMG, teriam seus cargos mantidos sem grandes problemas. Mas, todos os titulares foram enquadrados como Professores Adjuntos. Esse enquadramento, que “rebaixava” os titulares à posição de adjuntos, pegou os professores de surpresa, que, desapontados, abriram um processo solicitando que os cargos originais fossem reestabelecidos. Em 1971, quase dois anos após o Decreto 997, o Processo nº045 é aberto no Conselho de Graduação, com o objetivo de resolver a questão do enquadramento do pessoal docente da EEFMG. O processo se arrastou por mais 2 anos passando por cinco órgãos diferentes. Uma Comissão Especial foi criada em 1973 para realizar os estudos pertinentes ao caso e realizar o enquadramento dos professores. O primeiro parecer e o último⁹ sobre o caso são os únicos favoráveis à reivindicação dos professores da EEF. Os relatores de outros órgãos que produziram algum documento referente ao processo traziam sempre as mesmas (in)conclusões: os relatores se declaravam incapazes de julgar os títulos e méritos dos professores da unidade, pois, nos currículos apresentados por estes professores, os títulos seriam “diversos e revestidos de peculiaridades especiais”¹⁰.

Mas, o que havia de tão peculiar na formação destes professores? Dos 33 docentes da Escola de Educação Física, 13 tinham formação considerada superior em Educação Física. Nove eram médicos. Seis tinham formação em outras áreas, como Letras, Jornalismo, Direito e Teologia. Mas, sobre a formação acadêmica destes professores, o mais surpreendente é que 6 deles não possuíam nenhuma formação superior, sendo que 3 destes eram professores Titulares na UCMG. Outro ponto interessante é que nenhum dos 33 professores possuía mestrado ou doutorado, nem mesmo os médicos.

Apesar disso, os currículos apresentados pelos professores são extensos e detalhados, mostrando inúmeros feitos, publicações e cursos. Mas, em sua maioria, as qualificações

⁸ No processo constam sempre 33 professores, mas foram trazidos da UCMG 32. O professor Fernando Antônio Grosso foi contratado em 1971, em meio ao processo de enquadramento. Assim, me refiro durante todo o restante do texto aos 33 professores presentes nos documentos que compõem o processo, meu objeto.

⁹ Um em 1970 outro em 1973, ambos pelo mesmo professor, Amaro Xisto de Queiroz, e ambos solicitados diretamente pelo reitor, Marcello de Vasconcellos Coelho.

¹⁰ Trecho do parecer final da Comissão Especial da Coordenação de Ensino e Pesquisa, criada para realizar o exame dos títulos dos professores da EEF para fins de enquadramento. EEFETO/CEMEF-Fundo Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979) – CX.01/PT.07.

profissionais, os méritos destes professores, especialmente os que ocupavam cadeiras de ensino de esportes, eram baseados em conquistas esportivas – medalhas, prêmios como atleta ou como treinador e a produção de manuais de regras esportivas. Além da formação um tanto particular, havia o que é ponto o mais interessante, dado o contexto político da época: muitos destes professores eram militares – 12 dos 33 professores, metade dos homens que lecionavam na EEF pertenciam às Forças Armadas Brasileiras ou à Polícia Militar de Minas Gerais. Esse pertencimento fica muito aparente nos currículos destes professores, pois alguns dos méritos apresentados eram os feitos militares – medalhas, patentes e atuação em órgãos militares.

A inserção da Escola de Educação Física na UFMG é um indicativo da conturbada relação estabelecida entre esta universidade e o regime. A Escola chegou à UFMG com 32 professores em plena atuação. Mas, ao serem incorporados à UFMG, estes professores se viram sem condições de administrar devidamente a unidade, pois sem titulares não havia Congregação, órgão fundamental para a administração das escolas¹¹. O que parece ter havido neste caso foi uma tentativa, por parte de setores da UFMG, de impedir integração efetiva da escola, impedindo também seu funcionamento regular, o que era sentido pelos professores. Mas, essa tentativa de impedir o enquadramento não se deu como resistência frontal ao decreto. Havia apenas uma protelação que parecia não ter fim.

Além da composição peculiar deste corpo docente, a EEF possuía uma estreita relação com o Departamento de Educação Física e Desporto do MEC. Desta relação vinham para a escola financiamentos diversos, inclusive uma *vultosa* verba para a construção da sede no *campus*¹². As vantagens desta relação para o regime viriam através do importante papel que a escola desempenharia em seu favor dentro da UFMG:

De acordo com a Resolução n. 5/70, da Coordenação de Ensino e Pesquisa, a prática de Educação Física na Universidade Federal de Minas Gerais será ministrada ou orientada pela Escola de Educação Física. Todos os professores de Educação Física das escolas, faculdades e institutos que compõe a UFMG, deverão pertencer ao Departamento de Educação Física

¹¹ Em ofício de abril de 1973, o então diretor da EEF, Pedro ad’Víncula Veado Filho relata a importância da resolução do caso para a unidade: “Várias questões, de interesse vital para a administração da unidade, estão a espera da constituição de sua congregação e esta, por sua vez depende da solução do assunto em pauta”. EEEFTO/CEMEF-Fundo Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979) – CX.01/PT.07.

¹² “A construção da nova sede é a principal meta da atual administração da Escola e contou desde logo com o apoio do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, que já destinou ao empreendimento vultosa verba”. Trecho do documento intitulado “A Escola de Educação Física no ‘campus’ Pampulha”, de 30 de outubro de 1972, produzido pelo então diretor da Escola Pedro ad’Víncula Veado Filho. EEEFTO/CEMEF-Fundo Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979) – CX.01/PT.07.

desta Escola, a ser instalado. Dirigindo, coordenando ou orientando todas as atividades de educação física e dos desportos na Universidade Federal de Minas Gerais, nossa Escola **desempenhará o papel de verdadeiro elo de conagraçamento e integração estudantil, numa posição de extraordinária importância na vida universitária**¹³. [grifo meu]

Conclusão

Com a definição do processo de enquadramento dos professores, a Escola de Educação Física pôde, nos anos seguintes, exercer suas atividades pedagógicas e administrativas devidamente. Durante o restante da década de 1970 a escola experimentou grandes avanços e conquistas para si própria e para o campo em geral.

O ano de 1974 foi de trabalho intenso para os professores da EEF. Para começar, era preciso realizar uma reforma curricular. Desde a federalização, e devido a Reforma Universitária, e escola havia apenas adaptado seus currículos ao sistema de créditos, mas não havia ainda o reestruturado para se adequar ao novo perfil do ensino universitário que a Reforma vinha implantar. Nesse mesmo ano a Escola apresentou sua proposta de reforma ao CEP e acabou se envolvendo em mais um episódio de tensão com a universidade. A proposta foi rejeitada e a EEF só conseguiria aprovar um novo currículo em 1976.

Neste mesmo ano a EEF desenvolveu um dos projetos mais importantes para a análise que esta pesquisa pretende fazer, na busca pelos elementos de ligação entre a Ditadura Militar e Educação Física no país. O *Projeto Brasil* foi realizado pela Ditadura Militar durante o ano de 1974, com coordenação central no Laboratório de Fisiologia do Exercício da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABOFISE/UFRJ) e fazia parte um projeto ainda maior chamado *Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo*. O *Projeto Brasil* tinha como principal objetivo realizar estudos diversos sobre as condições físicas dos cidadãos brasileiros, para ser vir de base ao desenvolvimento de políticas para saúde e educação. A EEF, dentro da UFMG desenvolveu as atividades do *Projeto Brasil*, realizando medições e estudos sobre o corpo de diversos cidadãos mineiros, apresentando seus relatórios para o DED/MEC. O *Projeto* representou um importante avanço para o desenvolvimento científico do campo e da própria escola, pois resultou na inauguração de seu primeiro laboratório de pesquisa, o Laboratório de

¹³ Correspondência do diretor da EEF, Pedro ad'Víncula Veado Filho, destinada ao diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC, Coronel Eric Tônico Marques, em janeiro de 1971. EEEFTO/CEMEF-Fundo Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979) – CX.01/PT.07.

Fisiologia do Esforço, o LAFISE¹⁴, em 1976. Os alunos da EEF/UFMG também estiveram presentes, que realizaram colônias de férias do Projeto Rondon¹⁵ em Barreiras, na Bahia, e em Iguatu, no Ceará, entre 1972 e 1976¹⁶.

Assim, entendo que a Educação Física se desenvolveu a passos largos durante o regime militar, por ser área estratégica, merecendo, assim, grande atenção por parte de um governo. Isso porque ela era uma importante ferramenta para a consolidação de um projeto educacional que fosse favorável à manutenção do regime, especialmente pelo seu caráter potencialmente disciplinador, aproximando a sociedade civil dos valores militares.

Referências Bibliográficas

AMATO, Gabriel. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo**. São Paulo: Alameda, 2019.

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p.61-78, 1º sem. 1997.

_____. **O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA, Lamartine Pereira da. **Diagnóstico de educação física e desporto no Brasil**. Brasília: DED-MEC, 1971.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**. V. 3, n. 2, Supl. 1, p. 7-21. 1998.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. Repressão nas universidades latino-americanas: A atuação dos professores perseguidos na UFMG (1964-1974) e na UTE (1973-1981). ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História – Natal, 2013. **Anais...**, Natal: Anpuh, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Escola de Educação Física de Minas Gerais (1950-1958): O começo de uma história**. 107 f.: Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2003.

MARTINS, Mateus Carneiro. **Dossiê 'situação da escola': indícios da crise vivida pela Escola de Educação Física de Minas Gerais na década de 1960**. 65 f.: Monografia

¹⁴ Hoje, Laboratório de Fisiologia do *Exercício*, mantendo a sigla. Na época, o termo “esforço” era bastante utilizado para dar um ar mais científico para os estudos dos efeitos do movimento proveniente das práticas esportivas.

¹⁵ Cf. AMATO, 2019.

¹⁶ EEFFTO/CEMEF-Fundo Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (1969-1979) – CX.51/PT.04 e PT.05; CX.52.PT48.

(Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v.66, n. 4, out/dec. 2014a.

_____. As estratégias de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas**, Revista Digital de la Escuela de Historia, UNR, Rosário, v. 8, n. 17, p.9-25, 2016.

_____. **As Universidades e o Regime Militar Brasileiro**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

NAPOLITANO, Marcos. **1964** – História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto. 2014.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação física escola e a ditadura civil-militar no Brasil (1968-1984)**: entre a adesão e a resistência: e outros estudos. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

PINTO, Joelcio Fernandes. **Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar**: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969 - 1974). 145 f., enc.: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. **Bola em jogo entre Brasil e República Federal da Alemanha**: cientificidade e modelagem pedagógica na formação de professores na Escola de Educação Física da UFMG (1963-1982). 193 f., enc. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

_____. **“Um poderoso estímulo de soerguimento nacional”**: o “Projeto Brasil” na Escola de Educação Física da UFMG (1974). 66 f.: Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Iara Souto Ribeiro. **Memórias sobre a UFMG**: modernização e repressão durante a Ditadura Militar. Dissertação de Mestrado. 175 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2017.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos, a marcha! Meninas, a sombra!** : a história do ensino da educação física em Belo Horizonte (1897-1994). 265 f.: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1994.

O conservadorismo no *YouTube* e a Ditadura Militar Brasileira¹

Geraldo Homero do Couto Neto

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

geraldohomero6@hotmail.com

Resumo: O trabalho em questão tem como objetivo analisar três vídeos de grandes canais brasileiros conservadores do *YouTube* que abarquem o tema da ditadura militar brasileira, bem como seus respectivos comentários. Trabalhar-se-á com o recorte de junho de 2013 até outubro de 2018, pelo fato de as manifestações de junho terem criado um terreno propício para a difusão de ideias conservadoras, o que coincide, justamente, com o crescimento de tais canais. A partir disso, se buscará entender como esses sujeitos interpretam, discutem e compartilham o passado, bem como identificar as inconsistências dos conteúdos defendidos, para, assim, problematizar suas visões conservadoras e revisionistas acerca da ditadura em contraposição com o que há de consolidado na historiografia brasileira sobre o tema. Tal estudo nos possibilitará uma reflexão acerca do papel do historiador frente a essas novas mídias, tendo em vista o seu grande poder de alcance de público, e aos desafios das disputas que ocorrem na esfera pública em torno das memórias da ditadura militar brasileira. Uma característica predominante nos vídeos em questão é que os mesmos não são feitos por historiadores ou profissionais das ciências humanas em geral, mas por pessoas “comuns”, de outras profissões, que se mostram dispostas a “abrir a mente” das pessoas sobre assuntos que consideram importantes. Esse fenômeno aquece o debate público sobre democracia e ditadura, colocando em questão, aos historiadores, de como vincular-se extra-academicamente na vida pública, sendo impulsionado, assim, a participar do debate público sobre ditadura. Nessa análise, portanto, busca-se compreender o que caracteriza o discurso dos agentes dos vídeos, os argumentos que mobilizam para justificar seus pontos de vistas, as bases teóricas que solidificam seus pensamentos e a retórica usada para refutar visões contrárias. Tal estudo nos permitirá traçar a forma como são construídas determinadas memórias sobre a ditadura, assim como sua influência no debate público sobre democracia no tempo presente.

Palavras-chave: Ditadura, Conservadorismo, *YouTube*

Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar vídeos de canais brasileiros do *YouTube*, com caráter conservador e de direita², “postados” entre junho de 2013 até outubro de 2018, que abarquem o tema da ditadura militar brasileira. O enfoque se direcionará mais

¹ A partir do número de páginas proposto pelo evento esse artigo é apenas um estudo de caso a partir do trabalho sendo realizado em minha dissertação de mestrado.

² Direita e conservador serão entendidos a partir da forma como os criadores dos vídeos se auto intitulam e teorizam suas ideias. A título de esclarecimento: Direita pelo fato de se apoiarem no liberalismo econômico como princípio norteador da ação do Estado na economia e por se oporem contundentemente ao comunismo. Conservador pelo fato de serem contrários às novas formas de se compreender gênero, sexualidade e raça, conservando um pensamento tradicionalista e moralista atracado às vertentes ortodoxas cristãs.

especificamente sobre um canal, o qual possui grande poder de alcance e de formação de opinião. Ele é o de *Paula Marisa*. Além disso, serão analisados também os comentários feitos em resposta a alguns vídeos, com o objetivo de entender a forma como os conteúdos dos mesmos são recepcionados pelos espectadores e como são avaliados pelos usuários que reafirmam suas opiniões.

A escolha do recorte a partir de junho de 2013 se justifica pelo fato de as manifestações desse período terem criado um terreno propício para a difusão, no âmbito público, de ideias conservadoras e autoritárias, dentre elas as que fazem referências à ditadura militar brasileira. Se antes essas ideias circulavam em espaços específicos, a partir da crise democrática de 2013 elas ganharam força e invadiram a esfera pública, sem nenhum constrangimento por parte dos agentes que as defendem. Isso fica evidente tendo em vista que todos os canais aqui tratados começaram suas atividades de crítica política após os acontecimentos de junho.

O tema da ditadura militar brasileira é frequente nos canais do *YouTube* de cunho de direita e conservador. Ela é abordada de diversas formas, mas um aspecto recorrente é o que chamam de "verdade sobre a ditadura", ao qual se contrapõe diretamente aos fatos que são ensinados por professores de história nas escolas, as mesmas que, segundo esses *youtubers*, seriam dominadas por "esquerdistas", "petralhas" e "comunistas". A verdade sobre a ditadura, nesses discursos, configura-se em uma forma de pontuar suas características positivas como justificativa para as negativas. Assim, a repressão seria um mal necessário frente ao terrorismo que matava pessoas inocentes e a tortura seria uma exceção, aplicada em casos extremos, quando fosse preciso assegurar a segurança nacional. E assim por diante.

Essas formas de apologia à ditadura, no momento atual, tornam-se preocupantes com a crescente onda de pensamentos autoritários que desmerecem a democracia, ao mesmo tempo que a culpam pela corrupção. Pode-se perceber um discurso cada vez mais moralista e carregado de ódio por parte de certos segmentos da sociedade, que vão de encontro às conquistas sociais e políticas que observamos desde a redemocratização.

Uma característica predominante nos vídeos em questão é que os mesmos não são feitos por historiadores ou profissionais das ciências humanas em geral, mas por pessoas "comuns", de outras profissões, que se mostram dispostas a "abrir a mente" das pessoas sobre assuntos que consideram importantes. Esse fenômeno aquece o debate público sobre democracia e ditadura, colocando em questão, aos historiadores, de como vincular-se extra-

academicamente na vida pública, sendo impulsionados, assim, a participar do debate público sobre ditadura.

Nessa análise, portanto, busca-se compreender o que caracteriza o discurso dos agentes dos vídeos, os argumentos que mobilizam para justificar seus pontos de vistas, as bases teóricas que solidificam seus pensamentos e a retórica usada para refutar visões contrárias. Tal estudo nos permitirá traçar a forma como são construídas determinadas memórias sobre a ditadura, assim como suas influências no debate público sobre democracia no tempo presente.

Ditadura?

O vídeo analisado neste trabalho intitula-se *A ditadura militar do canal Nostalgia* e foi publicado pelo canal *Paula Marisa* no dia 18 de junho de 2016. Esse vídeo é uma resposta a outro³ do canal *Nostalgia*⁴, de Felipe Castanhari, que, segundo Paula Marisa, teria uma visão errada sobre o regime. Ele é o terceiro mais assistido de seu canal, tem quase duzentos e cinquenta mil visualizações, uma taxa de aceitação de 79,7% e mais de mil comentários. Além disso, no mês posterior ao de sua publicação, o canal de Paula Marisa teve um aumento⁵ significativo no número de inscrições e visualizações. Isso se deve pelo fato de seu vídeo ser uma resposta à um dos maiores canais brasileiros do *YouTube*, que possui mais de onze milhões de inscritos. Por isso, esse vídeo é de suma importância para se analisar o contexto no qual o canal conseguiu abrangência significativa, utilizando-se de um discurso polarizador sobre a ditadura.

O vídeo possui pouco mais de uma hora de duração, abarcando quase que na totalidade as temáticas do canal *Nostalgia*. Porém, há um aspecto central que buscaremos analisar aqui: discussão se o regime militar era ou não uma ditadura. Isso porque esse vídeo é um exemplo pertinente do tipo de abordagem revisionista/negacionista que defende a não existência de uma ditadura militar no país, mas sim de um regime democrático e/ou parlamentarista governado por militares, em que os direitos poderiam ser retirados em prol da

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM>> Acesso: 05/11/2018.

OBS 1: Esse vídeo apesar de generalista e, as vezes, contraditório, tem aspectos positivos no que diz respeito à forma como se é contada a história do período.

OBS 2: O canal *Nostalgia* também esteve ligado à produção audiovisual do canal de TV History Channel, com a reinterpretação do livro de Leandro Narloch: *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Gerando certo reboliço na mídia e parte dos historiadores que supostamente iriam participar desse programa, não sendo informados do que se tratava.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM>

⁵ Dado retirado do site: <<https://socialblade.com/youtube/user/profepaulamarisa>> Acesso: 05/11/2018.

segurança nacional contra a ameaça terrorista que estaria em voga no país. A partir dos Atos Institucionais daquela época, Paula Marisa vai tentar justificar esse ponto, contrapondo-se a Castanhari.

Ela afirma que o canal *Nostalgia* defende a não existência de uma democracia, naquela época, pelo fato de não haver eleições diretas para presidente. Nesse sentido, ela ironiza dizendo que, por essa perspectiva, a Inglaterra também não seria uma democracia, pelo fato de lá ser um sistema parlamentarista de governo. Importante destacar que Castanhari não apontou apenas o fato das eleições indiretas para presidente, mas também das perdas de direitos constitucionais advindos com os Atos Institucionais.

O argumento de Paula perpassa primordialmente pelos Atos Institucionais do período. Para ela, os AIs não tiveram um caráter autoritário, por dois motivos: pelo fato de prever eleições indiretas para presidente; pelo fato de que a perda de direitos e garantias constitucionais seria aplicada apenas para os terroristas que atentassem contra a ordem e segurança nacional. Além disso, ela também afirma que, para se ter uma ditadura, seria necessário um ditador, o que não houve no Brasil, já que existiram vários presidentes eleitos pelo Congresso Nacional.

Podemos destacar alguns pontos dessa fala e argumentação de Paula Marisa. A primeira delas se refere ao AI-1, por exemplo, que conferiu aos Comandantes das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos, cassar mandatos legislativos, dentre outras medidas autoritárias, as quais exemplificam uma clara via ditatorial escolhida após o Golpe de 1964. Dessa forma, a perda de direitos e garantias constitucionais não era aplicada apenas a terroristas, mas também a qualquer oposição política, a qual é um dos elementos constitutivos e necessários numa democracia. Como Gomes e Lena (2014, p. 89) apontam, “pelos palavras do comando golpista, as relações com o Congresso Nacional estavam mantidas. Mesmo que a “revolução” não se legitimasse através do Congresso, durante toda a extensão do golpe, o Legislativo foi seguidamente coagido”.

Por fim, é importante termos em mente que o presidencialismo é um sistema de governo que visa a democracia, que assegure direitos fundamentais ao povo e a sua diversidade de posições, e que se funda em um equilíbrio de poderes com funcionamento autônomo de instituições de representação popular. Portanto, como bem elenca Silva (1990, p. 23), a ditadura e o autoritarismo do regime militar foram estabelecidos “na legislação excepcional, traduzida em atos institucionais e complementares”, o que “derrogou as

prerrogativas constitucionais dos outros poderes e possibilitou a suspensão de direitos e garantias constitucionais do homem”.

Comentários

Todos os comentários mais curtidos dos vídeos advogam a concordância com o que foi exposto pelos *Youtubers*, além de exporem que esses vídeos “abriram suas mentes” para uma versão que eles nunca tiveram acesso na escola. Existem, sim, comentários contrários, mas esses são duramente rebatidos pelos usuários e não aparecem no começo da seção de comentários dos vídeos.

Muitos dos comentários analisados ressaltam a doutrinação feita pela esquerda e/ou pelos professores no que concerne à história do país, o que, de certo, é um tema extremamente recorrente nos canais de cunho conservador-liberal no *YouTube*, que acabam tendo seus conteúdos assimilados como uma verdade absoluta pelos seguidores dos canais. Alguns comentários chamam a atenção. Por exemplo, podemos citar o comentário feito ao vídeo de *Paula Marisa* pelo usuário Marcos⁶, que tem 542 curtidas⁷: “Não interessa o que os professorezinhos esquerdopatas vomitem: minha eterna gratidão àqueles que realmente defenderam a liberdade neste país. VIVA 64!!! VIVA! VIVA! VIVA!”. O comentário do usuário Anderson, em resposta ao vídeo de *Maro Schweder*⁸, também é bem elucidativo acerca disso:

Tenho 17 anos e tenho orgulho de dizer que a melhor época do Brasil foi nos anos de 1964 até 1985, meu próprio avô foi militar naqueles anos e comprovou que a história dessa época é até hoje envergonhadamente “destorcida” pela mídia e pelas pessoas a favor da esquerda, realmente é uma pena [...]

A manipulação supostamente advinda da esquerda e dos professores de história é um sintoma de uma sociedade completamente fragilizada por uma disputa de memórias fervorosa. Esse crescimento de um discurso revisionista pode ser entendido a partir, principalmente, da observação do cenário político desde junho de 2013, em que as vozes ressoavam em um grito misto de raiva e indignação com a conjuntura. Agora, em 2018, conseguimos distinguir os diversos sons emitidos pela sociedade, que se aglutinaram em grupos distintos.

⁶ Todos os nomes dos usuários que comentaram nos vídeos serão alterados para que não haja nenhum tipo de constrangimento desnecessário.

⁷ Todos os números de comentários são referentes ao dia 10/02/2019, portanto sofrerão alterações com o decorrer do tempo.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0c9-KGsgZQ>

No *YouTube*, vemos os descontentes com os governos de (centro) esquerda dos últimos anos e com os decorrentes ganhos de direitos por parte de diversos grupos oprimidos, como mulheres, negros e LGBTQI+. O projeto “Escola sem Partido” também pode ser encarado como um sintoma desse crescimento de discursos revisionistas sobre a história. A partir da defesa de valores ditos como corretos, defensores do projeto estão insuflados de um autoritarismo em ascensão no país que, camuflados com o manto da imparcialidade, perdem-se em uma dicotomia completamente ideológica.

Embasados por uma dicotomia entre a história que é feita na academia e nas escolas e a história não contata, a “verdadeira” história, os comentários desses vídeos demonstram que o discurso saudosista da ditadura vem sendo apropriado e assimilado de maneira perigosa. O comentário de Jefferson ao vídeo do *eGuinorante*, com 429 curtidos, é um exemplo disso:

Eu cresci na "ditadura", comecei a trabalhar em 1976 e nunca fui tão bem remunerado como naquele período. Andava na rua sem preocupação. Sinceramente tenho saudades daquele tempo, onde a autoridade era respeitada. Temos como mudar esse caos que a esquerda criou votando certo, e o certo é 17.

Outro exemplo de comentário pode ser elucidativo para uma questão aqui antes analisada: de que os fins justificam os meios. Um comentário, novamente ao vídeo do *eGuinorante*⁹, com mais de mil e duzentas curtidas, do usuário Lucas, pode ser considerado um arquétipo desse tipo de argumentação:

Meu avô foi preso duas vezes nesse período... Uma por denunciar uma fazenda que tinha trabalho escravo... Os milicos acharam que essa denúncia era coisa de comunista... Na segunda vez ele comentou em sala de aula sobre uma freira de Ribeirão preto SP que foi presa, torturada e estuprada... Os militares eram tranquilos se as pessoas não se opusessem ao sistema ou se levantasse alguma bandeira... Sou contra o socialismo ou comunismo, mas garanto que qualquer sistema mais rígido é péssimo para todo mundo... Ninguém gosta de viver numa ditadura. Infelizmente o regime militar foi um **mal necessário** para não termos uma ditadura socialista como vimos em vários lugares no mundo. O socialismo é o regime que mais matou em todo o mundo (grifo nosso).

O número de aceitação deste comentário em particular é um fato a se destacar, uma vez que ele confirma o regime militar enquanto um “sistema rígido”, sendo “péssimo para todo mundo” e que “ninguém gosta de viver numa ditadura”, mas que foi um “mal necessário” para abafar o perigo comunista. Percebe-se, então, que há uma linha tênue entre repressão e “mal necessário”, em que a dureza do regime seria um fato, mas ao mesmo tempo justificando-a pelo bem da nação. O que, ao contrário, não se percebe em um comentário do

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vYhnhSL1aRg>

usuário Milton, também ao vídeo do *eGuinorante*, com mais de duas mil e quatrocentas curtidas: “Pois é, com os militares no poder só é ruim para os bandidos! Meus avós falam muito bem do período militar!”. Há uma pequena disputa de memórias que podemos perceber em ambos comentários a respeito do caráter repressivo do regime, uma vez que o segundo advoga um benefício da repressão sem complexificar sua existência.

Considerações finais

Vemos, portanto, que existe uma polarização no debate público atual, em que a história é uma das ameaçadas. A banalização do passado, guerras de memória, enquadramentos de memória, estão demasiado presentes, e nos levam a questionamentos sobre o papel do historiador frente a essa nova demanda por história. Huyssen (2000) havia dito que a história tornou-se um consumo de massa na indústria cultural contemporânea. O boom por este interesse acaba por acarretar dois movimentos importantes: 1. É benéfico, uma vez que o interesse por História cresce, 2. Mas ao mesmo tempo ele cresce mas é acompanhada pela sua banalização.

Ao mesmo tempo, com o advento da *internet*, podemos perceber que a mesma causou uma grande revolução no que diz respeito à forma como esse passado é transmitido e pensado. Para Malerba (2014, p. 142), o advento da *internet* e do espaço digital subverteram “as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado”. Portanto, a partir da *internet* saímos de uma era de insuficiência de fontes para uma era de fartura das mesmas, gerando, segundo Huyssen (2014, p. 155-176), uma onda de amnésia pública a partir do amplo número de conhecimentos sendo perpetuados nos novos meios de comunicação. Tal assertiva apresentada por Huyssen torna-se um desafio a mais para historiador, uma vez que as guerras de memória nos fazem compreender de forma mais analítica as complexas relações entre História pública e mídia (PEREIRA, 2015, p. 869).

Referências Bibliográficas

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 79-100 - jan./jun. 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. **Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público**. Culturas do passado-presente: Culturas do passado-presente modernismos, artes visuais, políticas da memória. São Paulo: Contraponto, 2014.

KOOPMANS, Ruud. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. **Theory and Society**, n. 33, pp. 367–391, 2004.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos da Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902 set/dez, 2015.

SILVA, José Afonso da. Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil. **R.C. poL**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, pp. 9-32, nov. 1989/jan. 1990.

A música sertaneja raiz de Duduca e Dalvan na ditadura militar: análise das músicas “Espinheira” e “Massa Falida”

Guilherme Guedes Carvalho

Graduando em História

UEMG

guilhermecarvalho254@gmail.com

Resumo: Esse artigo tem como objetivo mostrar a importância da análise da música na ditadura militar no Brasil como fonte histórica, analisando as músicas “Espinheira” e “Massa falida” da dupla de sertanejo raiz Duduca e Dalvan. Através de suas canções de cunho social e de críticas ao regime militar, a dupla Duduca e Dalvan se posicionou em prol da democracia e da liberdade de expressão, seja na música ou em outros meios de comunicação, eles participavam de passeatas e militavam em prol da democracia no Brasil, em uma época em que qualquer posicionamento contra o regime, já digno de punição e perseguição. As duas músicas temas deste artigo, “Espinheira” e “Massa falida”, certamente se fossem lançadas em tempos atuais, passariam despercebidas ao público, qualquer música que era de sentido opositor ao regime era considerado uma afronta ao governo, mas mesmo essas duas músicas sendo claramente críticas ao governo e de cunho social, ela não foram censuradas, muito pelo fato delas terem sido lançadas no final do regime e já acontecer o processo de abertura da democracia, e fizeram muito sucesso nas rádios da época. A música sertaneja não é um objeto frequente de estudo na ditadura militar, pois não tem como característica e tradição em suas canções o uso político nas letras, mas há exemplos de artistas do meio sertanejo que usaram suas canções como forma de protesto, como exemplo a dupla Duduca e Dalvan.

Palavras-chave: Ditadura militar, Música sertaneja, Duduca e Dalvan.

Esse artigo tem como objetivo mostrar a importância da música na ditadura militar no Brasil como fonte histórica, analisando as músicas “Espinheira” e “Massa falida” da dupla de sertanejo raiz Duduca e Dalvan. Através de suas canções de cunho social e de críticas ao regime militar, a dupla Duduca e Dalvan se posicionou em prol da democracia e da liberdade de expressão, seja na música ou em outros meios de comunicação, eles participavam de passeatas e militavam em prol da democracia no Brasil, em uma época em que qualquer posicionamento contra o regime, já era digno de punição e perseguição.

As duas músicas temas deste artigo, “Espinheira” e “Massa falida”, certamente se fossem lançadas em tempos atuais, elas passariam despercebidas ao público, mas naquela época de censura e regime autoritário, as músicas eram consideradas críticas ao regime brasileiro da época, qualquer música que era de sentido opositor ao regime era considerado uma afronta ao governo, mas mesmo essas duas músicas sendo claramente críticas ao governo

e de cunho social, elas não foram censuradas, e fizeram muito sucesso nas rádios da época. A música sertaneja não é um objeto frequente de estudo na ditadura militar, pois não tem como característica e tradição em suas canções o uso político nas letras, mas há exemplos de artistas do meio sertanejo que usaram suas canções como forma de protesto, como exemplo a dupla Duduca e Dalvan.

A metodologia usada é a de análise de músicas, analisando as letras das músicas “Espinheira” e “Massa Falida” da dupla sertaneja raiz Duduca e Dalvan, com o intuito de compreender o contexto sobre a ditadura militar no Brasil, época em que foram lançadas as músicas e também analisar a inserção delas na sociedade da época, com cunho social e críticas políticas.

É importante o uso da música como fonte histórica, através da análise de músicas, pode-se perceber o teor crítico e social de determinadas canções que está inserido na sua época de criação, é um objeto importante de estudos para se entender o que aconteceu em determinada época e realidade da sociedade, no texto

Em *O uso da música como fonte histórica no ensino de História* a autora Cristina Elena Taborda Ribas diz que “pode-se pensar que o ensino de história é um processo de constante construção, que devem ser elaborados a partir dos estudos que proporciona novos olhares ao pensamento histórico, com a possibilidade de abordagens com diferentes fontes e objetos”. E no mesmo texto diz que a música no campo de estudos é “bem como uma fonte histórica para ser estudada, interpretada, analisada como evidência do passado”, ou seja, é uma fonte muito importante no campo de pesquisas históricas.

Partindo agora no uso da música na ditadura militar brasileira como objeto de estudos, no texto *A música e a ditadura militar*, os autores Bruno Paviani e Thaisa Lopes Ferreira dizem que “as músicas retratam muito sobre a sociedade em que é produzida e são também instrumentos de crítica”, isso mostra que muitas letras de músicas fazem críticas ou querem dizer algo a respeito da sociedade que está inserida, seja de cunho político, social, econômico, etc.

Em uma época onde o autoritarismo estava instaurado, a repressão, a censura e o não direito de liberdade de expressão, houve a resistência contra o regime, diversos movimentos em prol da democracia ocorreram ao longo do regime militar, grupos de militância e pessoas foram perseguidos e torturados, mesmo com todos os perigos, houve as críticas e a resistência contra o regime, no texto *O Rock Rural de Sá, Rodrix & Guarabyra: romantismo*

contracultural no Brasil dos anos 1970, o autor Victor Henrique de Resende diz que pode se perceber “diferentes grupos no período ditatorial, com suas realidades contraditoriamente construídas e as diversas maneiras de se posicionar no contexto brasileiro”, e uns dos grandes meios usados como posicionamento no regime militar era a música, ele ainda diz que “pensando no caso da música como fonte histórica, articulando os conceitos de identidade e, sobretudo, cultura, tem-se uma alternativa para o entendimento de uma sociedade, ou melhor, de certos grupos e suas representações sobre determinada realidade social”.

Portanto, a música é objeto importante no campo de estudos históricos de uma determinada sociedade ou grupos, ver o contexto que essa música está inserida e o significado dela pra época é importante no entendimento de uma determinada sociedade atualmente, e voltando ao texto *A música e a ditadura militar*, o texto ainda diz que “ ao pensar a música como fonte histórica devemos considerá-la como um documento histórico, um fragmento de seu tempo, passível de ser explorada pelo historiador”.

Após sintetizar alguns objetivos do artigo, a metodologia usada e mostrar a importância do uso da música como fonte histórica, mais precisamente na ditadura militar, partimos para a análise das músicas *Espinheira e Massa falida*, da dupla Duduca e Dalvan. Duduca (José Trindade 1936-1986), nascido em Anápolis, estado de Goiás, e Dalvan (João Gomes Almeida 1951 - dias atuais), nascido em Planaltina, estado do Paraná, começaram a carreira no ano de 1977, conhecidos como os “Leões do sertanejo”, tem como características, músicas de sertanejo raiz românticas e também por abordarem temáticas sociais em letras de algumas músicas gravadas, como é o caso das músicas aqui analisadas, no ano de 1986, a dupla fez regravação da música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, música conhecida como “hino de democracia”, no período ditatorial. Colocando uma ressalva acerca da temporalidade e o momento em que as duas músicas foram lançadas, *Espinheira* foi lançada no ano de 1984 e *Massa falida* no ano de 1986, ou seja, no fim do período ditatorial e abertura da democracia, mas fazendo essa ressalva, as letras das músicas dizem a respeito deste período militar, e falando o que aconteceu neste período, como se fosse um aviso pra não voltar, um grito de democracia, a letras entram neste contexto de ditadura e o país por alguns anos depois, ainda respirou ares do período.

Espinheira, lançada no ano de 1984, cujos compositores são Manoelito Nunes e Dalvan, gravado na gravadora Chantecler. A letra aborda sobre a situação do período da ditadura, falando que eles tem esperança que dias melhores virão, mas que cada vez que vai

mudando de governantes no país, a situação só vai piorando, como a dupla relata nestes dois trechos da música:

Sonha com as belas promessas
 Da gente importante que tem ao redor
 Quando entrar o fulano
 Sair o ciclano será bem melhor

Mas entra ano e sai ano
 E o tal de fulano ainda é pior
 Esse é meu cotidiano
 Mas eu não me dano pois Deus é maior

Nesses trechos eles dizem que a situação só ta piorando, que esse é o cotidiano deles, mas que na crença deles em Deus, e que com a fé eles não vão desistir e abaixar a cabeça, pois Deus sempre vai ajudar e ser maior que todos os problemas. Essa música aborda muito na letra a temática religiosa cristã e a fé que se tem em Deus, um dos exemplos disso são as estrofes citadas acima, a música aborda a fé em Deus como algo maior que o problema, e aborda também um Deus que ia se zangar com tudo que está acontecendo na ditadura, com todos os horrores, repressões e situações que as pessoas que estão a frente do governo estão fazendo com o povo:

Eta, que gente danada
 Que esquece de vez a palavra cristã
 Ah, eu queria só ver
 É se Deus se zangasse e voltasse amanhã

No refrão diz que a com a fé em Deus, eles sempre terão esperança de dias melhores, que Deus dando vida a eles, eles sempre vão levar esperança e fé de que tudo que está acontecendo irá passar, e também fala que o mundo não acaba na ditadura, no período que estão vivendo, mas que o mundo ainda está vivo, ainda está de pé, e que tudo vai passar, pois o mundo ainda não morreu, não caiu diante dos problemas:

O mundo não acaba aqui
 O mundo ainda está de pé
 Enquanto Deus me der a vida
 Levarei comigo esperança e fé

Massa falida, lançada no ano de 1986, os compositores são Domiciano e Dalvan, gravado pela gravadora Chantecler. A letra desta música, diferente de *Espinheira*, não aborda temáticas religiosas cristãs, mas também aborda críticas sobre o regime militar, de uma forma até mais clara e crítica:

Eu confesso, já estou cansado

De ser enganado com tanto cinismo
 Não sou parte integrante do crime
 e o próprio regime nos leva ao abismo

Se alcançarmos as margens do incerto
 Foram os decretos da incompetência
 Falam tanto, sem nada de novo
 E levam o povo a grande falência.

Nestes dois trechos, cita que ele já está cansado, que a população está cansada de ser enganada pelo regime, pois tudo que falam, as propagandas do governo militar, não parece com o que eles estão vivenciando, e diz que ele não é parte do regime e não é um apoiador, pois o próprio regime está levando o país ao abismo, e que tudo isso foram os decretos da incompetência feito pelos militares e essas mesmas pessoas estão levando o povo a falência. Partes destes trechos aborda a questão de que eles estão sendo enganados pelo regime, que os governantes falam tanto, mas não tem nada de novidade e avanço, estas partes se parece como um contraponto ao “Milagre econômico” do presidente Médici, período este que foi de 1969 a 1974, onde as propagandas do governo diziam que estava havendo expansão do setor industrial, crescimento econômico, grande oferta de empregos, e com essas propagandas surgiu uma euforia popular e criação de slogans como “Ninguém segura mais este país”, e umas partes destes trechos acima parece que faz um contraponto ao período do “Milagre econômico”.

Os camuflados e samaritanos
 Nos estão levando a fatalidade
 Ignorando o holocausto da fome
 Tirando do homem a prioridade

Nesta estrofe cita que as pessoas que estão no comando ou um cargo mais elevado no regime fingem ser pessoas de bom coração, caridosos, bondosos, mas na verdade são eles que estão levando o povo brasileiro a fatalidade, fazendo até uma referência com o holocausto na segunda guerra mundial, ele diz “holocausto da fome”, ou seja, está tendo uma matança de pessoas por fome, pessoas estão morrendo de fome, e no fim da estrofe, diz que o homem, o ser humano, não tem mais prioridades, não tem mais direitos e são ignorados.

Não aborte os teus ideais
 No ventre da covardia
 Vá a luta empunhando a verdade
 Que a liberdade não é utopia

No refrão diz para as pessoas não abortar, ou seja, não matar os ideias e os pensamentos próprios, por causa de todo o conjunto da covardia que estava acontecendo no

regime, e ir reivindicar, lutar, ser resistência junto com a verdade, pois a liberdade não é utopia, ela não está no imaginário, a liberdade existe sim e as pessoas tem que lutar por isso.

A intenção desse artigo era mostrar a importância da música no campo de estudos históricos, na análise das músicas *Espinheira e Massa falida*, da dupla Duduca e Dalvan, essas músicas que foram feitas na época da ditadura militar brasileira e que em suas letras tem fortes críticas ao regime militar, e o objetivo na análise dessas músicas é compreender o que elas querem dizer e ver em que contexto que elas estão inseridas e a inserção delas na sociedade da época.

Também como intenção desse artigo, é promover a inclusão da música sertaneja no campo de estudos de músicas que fazem críticas a movimentos e regimes políticos, como por exemplo algumas músicas e artistas sertanejos que fizeram críticas ao regime militar brasileiro e o autoritarismo da época. E essas intenções está ainda a ser cumprida, e este artigo é um passo.

Referenciais bibliográficos

PAVIANI, Bruno; FERREIRA, Thaisa Lopes. A música e a ditadura militar: como trabalhar com letras de música enquanto documento histórico. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, p. 111-130, Especial, 2012.

RESENDE, Victor Henrique de. **O Rock Rural de Sá, Rodrix & Guarabyra: romantismo contracultural no Brasil dos anos 1970**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. São João Del-Rei, 2013.

RIBAS, Cristina Elena Taborda. O uso da música como fonte histórica no ensino de história. XII EDUCERE, Congresso Nacional de Educação, PUC-PR, 26 a 29 de outubro de 2015. **Anais...** Curitiba, pp.12632-12640, 2015.

DORNELLES, Fabio. **A música sertaneja como forma de protesto**. Disponível em: <http://blognejo.com.br/a-musica-sertaneja-como-forma-de-protesto/>.

Interseccionalidade e violências de Estado: uma análise da colonialidade do poder na ditadura empresarial-militar (1964-1985) em MG

Isadora Helena Alves de Almeida
Graduanda em Direito
Universidade Federal de Ouro Preto
isadoraalmeida@gmail.com

Rafael dos Reis Aguiar¹
Mestrando em Direito
Universidade Federal de Ouro Preto
rafael_aguiarfdmc@outlook.com.

Resumo: O presente trabalho tem por escopo analisar o caráter interseccional da violência dos aparelhos repressivos de Estado nas favelas de Belo Horizonte/MG, durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985), destacando os efeitos particulares nas vidas e corpos interseccionados. As favelas, desde o início de sua articulação, sofrem com a violência estatal, realizada através das incursões policiais e tentativas de despejo, mesmo no período democrático. A hipótese que se levanta é que após o golpe de 1964 teria aumentado a repressão nas favelas, gerando um intenso controle dessas subjetividades. Nesses espaços, onde a população predominante é de pessoas negras, tais corpos são discursivamente considerados riscos para a segurança pública, devido à sua "criminalidade potencial", o que justificaria a constante presença dos órgãos de repressão através de sequestros, prisões arbitrárias e incêndios criminosos. Nesse viés, pretender-se-á identificar métodos de desencobrimento da matriz moderna/colonial no regime ditatorial brasileiro, compreendendo-se a interseccionalidade como o próprio caráter metodológico do trabalho, que reconhece a transversalidade das violências nos diversos corpos e subjetividades, analisando os contextos socio/geopolíticos de forma mais sistemática. A fim de cumprir o proposto, analisar-se-á o relatório final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (2017) e sua abordagem no tange ao contexto favelado, bem como sobre a ocorrência de remoções forçadas, da militarização do cotidiano e o comportamento da polícia política, traçando considerações finais a respeito da militarização contemporânea das favelas no contexto belo-horizontino.

Palavras chave: Ditadura Empresarial-Militar. Interseccionalidade. Pretas faveladas.

Introdução

A ditadura empresarial-militar (1964-1985) foi um contexto em que se seguiram violências generalizadas sistemáticas contra direitos humanos, em que milhares de pessoas contra o regime e as já anteriormente subalternizadas foram perseguidas, privadas de direitos, torturadas, presas, assassinadas e sofreram com incêndios criminosos. Portanto, foi uma conjuntura de seguidos crimes de lesa-humanidade, ou seja, atos desumanos, praticados

¹ Bolsista pela CAPES.

durante conflito armado, dentro de uma política de Estado, contra a população de forma sistemática e com o conhecimento do agente.

No entanto, é necessário compreender que a estruturação das relações sociais e políticas brasileiras são pautadas a partir do racismo e do sexismo, desde o projeto colonial europeu instaurado no país. Esse sistema se reinventa ao longo da história e explora diferentes maneiras de manter essas relações de poder, seja em regimes autoritários ou não. Portanto, é fundamental que as análises dos processos políticos sejam baseadas numa perspectiva de raça, gênero e classe.

O objetivo desse trabalho é analisar como tais violências sistemáticas atuaram de maneira racializada, generificada e nas condições socioeconômicas precarizadas, ou seja, como mulheres pretas faveladas foram atingidas nesse contexto, uma vez que elas se encontram na interseção de condições subalternizadas, as quais, antes do período ditatorial, já eram alvo de violência e marginalidade. Além disso, pretende-se examinar a abordagem feita pela Comissão da Verdade de Minas Gerais a respeito dessas violações, ou melhor, da sua negativa em tratar o assunto em questão, pela qual se vale de uma discriminação composta, que inibe o debate e a visibilidade das consequências da ditadura empresarial-militar sobre determinados corpos.

Thula Pires (2018) analisa, entre outras premissas, “a inabilidade de perceber o racismo em sua dimensão estrutural, responsável por conformar brancos, não brancos e instituições racistas”. O racismo não está presente somente nas relações intersubjetivas e de maneira dolosa, ele não se manifesta apenas em agressões verbais e físicas explicitamente motivadas pela raça, e não pode ser analisado apenas por essa proposição, há uma forma de disfarce da hierarquia branca, principalmente em períodos antidemocráticos. Negar essa ótica é também negar que as estruturas de poder racistas se adaptaram às mudanças sociais para manter a manutenção do sistema. Nesse sentido, mostra-se fundamental elucidar as possíveis respostas da seguinte questão: o que é interseccionalidade e qual o seu potencial para o desencobrimento das violências estatais encobertas pelo relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais (COVEMG)?

A hipótese que se levante neste trabalho é que a ditadura empresarial-militar (1964-1985) veio como a continuidade de um projeto nacional-desenvolvimentista de modernidade. A incansável narrativa do progresso, fundamentado e servil à “nova” razão neoliberal mundial, veio para provocar um processo de esquecimento. Tal processo serviu de

instrumental para os colonizadores subalternizarem alteridades através das relações de “poder” hierarquizadas em raça de gênero, do “saber” científico e eurocêntrico, e do próprio ser em sua constituição, encoberto nas suas particularidades. Nesse viés, o ideológico processo de aceleração moderno escolherá aquelas lembranças interessantes à manutenção do progresso social em detrimento de outras. Lembranças essas que também serão arbitrariamente selecionadas a partir de critérios também racializados, sexistas, cisheteronormativos etc.

Essa racionalidade universalista, cujo passado e futuro é capitalista, apresenta-se como uma racionalidade que estruturara o agir tanto dos soberanos quanto dos subordinados, através de “um novo modo de governo dos homens a partir do princípio universal da concorrência” (LAVAL & DARDOT, 2016, p. 17) e do produtivismo, segundo o qual todas as questões relevantes para o mundo (ocidental, desenvolvido, branco, detentor dos meios de produção, etc.) encontram-se na ordem da produção, da tecnologia, do progresso e do futuro de humanidade que acreditava-se que os europeus invasores inauguravam ali. Nesse sentido, pretende-se trazer uma crítica decolonial ao trabalho de memória, bem como ao luto público, sobre a ditadura empresarial-militar no Brasil. Pretendem-se, como objetivos, a partir da ideia de que a instrumentalização do mito da democracia racial como mecanismos ideológico-hierarquizante da Ditadura deu continuidade à “práticas seculares de desumanização e inscreveu, a partir delas, uma forma de atuação racista” (PIRES, 2015, p. 1060).

A memória é o plano de fundo da identidade, que resiste ou que cede, que torna uma nação coesa e, portanto, soberana. Durante a Conquista, o imaginário, o subjetivo, dos colonizados era a primeira dimensão em que os europeus exerciam sua tentativa de domínio. O restante era conquistado pelas armas (DUSSEL, p. 58, 1993). Sobre o apagamento da religião indígena (um aspecto cultural e político daquele povo) como forma de possibilitar a dominação:

o método da tabula rasa era o resultado coerente, a conclusão de um argumento: como a religião indígena é demoníaca, e a européia divina, a primeira deve ser totalmente negada e, simplesmente, começar-se de novo e radicalmente a partir da segunda o ensino religioso. (DUSSEL, p. 60, 1993)

Depois do estrago feito na memória latino-americana, subalternizada sobre suas origens a partir de 1492, quando a América Latina nasce, “os indígenas com suas esplêndidas culturas não têm nenhum significado histórico” (DUSSEL, p. 65, 1993). Como afirma com maestria Enrique Dussel, “aquele mítico 1492 foi sendo diacronicamente projetado sobre todo

o continente com um manto de esquecimento, de barbarização, de ‘modernização’” (DUSSEL, p. 103, 1993). Nesse sentido, tal como a modernidade, a anistia funciona hodiernamente como um “esquecimento comandado” que, por sua vez, impede o “trabalho de luto” ensejando repetições doentias (RICOEUR, 2007, p. 452).

Um esquecimento comandado torna-se então um instrumento autoritário para se alcançar determinado fim político a partir da anistia, cujo mister consiste em instaurar a paz cívica, a reconciliação nacional, a partir de uma negativa de seguimento das investidas judiciais que versassem sobre a matéria anistiada. Anistia é mais um termo para identificar “amnésia”, como pontua Ricoeur, e nesta recusa do exercício da memória, promove-se o apagamento dos “crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado” (RICOEUR, 2007, p. 462).

Nesse sentido, a anistia encarna a face oculta, encobridora, do mito modernidade ao justificar a “violência civilizadora”, colocando-se à margem o lado do Outro, dos oprimidos, daqueles sujeitos seletivamente vítimas de graves violações de direitos humanos. O projeto de modernidade que o ocidente aderiu trouxe à baila “o fato de que interações sociais, seus fundamentos e consequências, não são redutíveis a dualismos e desgastadas dicotomias ou a categorias conceituais, posições teóricas oniscientes, que pretendem construir explicações totalizantes” (REPOLÊS, p. 214, 2013).

À modernidade, tal como através da anistia, não foi dada nenhuma capacidade de reflexão acerca da sua própria complexidade racista, misógina, classista. Somente um eterno avante, uma permanente busca pelo progresso, sem medir esforços nem estragos. Nesse viés, qual será o papel das instituições na consolidação desse projeto moderno de esquecimento? A finalidade desse trabalho é levantar reflexões acerca da problemática aqui erigida, inclusive no que diz respeito ao comportamento decisório do Supremo Tribunal Federal – STF quando da ADPF 153/2010 que questiona em ação os efeitos da Lei da Anistia e das diversas faces das violências de Estado (inclusive interseccionais). Ademais, a atuação da corte constitucional merece atenção particular após o Brasil ser condenado por duas vezes na Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH por manter efeitos de autoanistias em favor de crimes contra a humanidade, nos casos Brasil vs. Julia Gomes Lund e outros., e Brasil vs. Vladimir Herzog.

Potencialidades da interseccionalidade como desencobridora de violências

A interseccionalidade é uma metodologia que assume a transversalidade de violências, a partir das diversas características presentes nos corpos, dessa forma, "nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos" (CRENSHAW, 2002). Assim, não é possível analisar as opressões isoladamente, separando, por exemplo, raça, gênero e condição socioeconômica, uma vez que as vivências de mulheres brancas não serão as mesmas das mulheres pretas, ainda que ambas sejam mulheres em um contexto machista, pois é também uma realidade racista, classista etc.

Kimberle Crenshaw (2002), ao desenvolver a interseccionalidade, sustenta três tipos de discriminações que afetam as mulheres negras: discriminação contra grupos específicos; discriminação mista ou composta; e a discriminação estrutural.

A primeira delas diz respeito às discriminações racial e de gênero, "procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente" (CRENSHAW, 2002). A exemplo disso, quando se fala em homicídio de mulheres, no Brasil, conclui-se que as mulheres negras morrem bem mais que as não negras, já que comparando os dados de 2006 a 2016, a taxa para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, porém entre as não-negras houve queda de 8% (IPEA, 2018). Esses dados demonstram que a violência alcança muito mais as mulheres que estão no cruzamento de opressões de raça e de gênero, do que aquelas que não estão presentes na linha da subalternidade racial.

Sobre a discriminação mista ou composta, um processo da empresa *De Graffen Reed* contra a *General Motors*, que sustentou que mulheres negras estavam sofrendo discriminação, pois a empresa não as contratava, representa bem como a interseccionalidade atua.

Na *General Motors*, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens. E, como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregos nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas (CRENSHAW, 2002).

A maneira como o tribunal tentou resolver demonstra, também, a impossibilidade de analisar as opressões separadamente, pois, se assim for feito, os corpos presentes nas interseções se manterão subalternizados, sem qualquer perspectiva de progresso dentro do sistema. O tribunal fez com que as mulheres negras tentassem provar, primeiro, a discriminação racial sofrida por elas e, depois, a discriminação por gênero. Entretanto, como a empresa havia contratado homens negros e mulheres brancas, o processo por discriminação

foi considerado sem fundamento.

A subordinação estrutural é definida por Crenshaw como a confluência entre gênero, classe, globalização e raça. Por exemplo, os programas de ajuste estrutural, que se iniciaram de 1980, fizeram com que países latino-americanos reduzissem o gasto público devido à dívida externa, levando à diminuição dos salários e dos serviços sociais. Dessa forma, as mulheres na base da pirâmide socioeconômica (negras e pobres) tiveram de trabalhar muito mais, cuidando das famílias das patroas e, depois, das suas próprias, recebendo um salário muito pequeno. Como uma forma de invisibilizar narrativas, é violenta a análise feita a partir de uma única variável dentro de uma realidade que reproduz diversas opressões e sustenta formas de organização social, pelas quais explora-se e/ou pretende exterminar identidades que compreendem diversos marcadores sociais que foram marginalizados, com um objetivo específico: manter a supremacia de um único grupo pertencente a uma única interseção. É importante apontar que a classe dominante também se insere em um entroncamento de marcadores sociais para que seja possível sair da lógica de que "a regra", "o padrão", "o normal" se resume ao ser homem, branco, cishétero, rico.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana (BENTO, 2014, *apud* ALMEIDA, 2018, p. 59).

Portanto, é fundamental que, ao analisar contextos, sobretudo de violência, faça-se o desencobrimento de marcadores sociais e das experiências sociais e políticas de diversos corpos. Ignorar essas condições é reproduzir e reforçar as hierarquias moderno-coloniais, pelas quais as diversas violências estruturais se mantêm.

Não renunciar a categoria raça permite perceber não apenas os efeitos do racismo sobre brancos e não brancos, mas também o seu impacto sobre o funcionamento de outras formas de dominação e opressão. (...) Não renunciar a categoria raça ajuda a entender melhor como funciona o patriarcado, a cis/heteronormatividade, a luta de classes e a as dinâmicas institucionais (PIRES, 2018).

Com base no trabalho desenvolvido por Pires (2018), a separação entre as *zonas do ser e do não ser* é consequência do parâmetro criado sobre o que é humanidade e, a partir de então, são identificadas as dicotomias moral/imoral, civilidade/primitivo, racional/bestial, humano/não humano, entre outras. Assim, o sistema de normas é criado de forma a preservar as oposições e privilegiar as categorias que compõe a *zona do ser*, de maneira a invisibilizar,

naturalizar a violência e tornar o diálogo inacessível para os demais grupos. Por essa razão, “busca-se racializar para politizar”.

O discurso jurídico para controle da vida desses indivíduos-sujeitos-cidadãos, então, tem papel essencial, pois é através do Direito que se consolidam os meios formais de poder e a manutenção das epistemologias hegemônicas que ou irão incluir, ou irão ocultar, aqueles que não se encaixam na abstração jurídica do famigerado “sujeito de direito”. Nessa guerra narrativa apolitizadora, o mito da democracia racial teve papel fundamental. É cediço que, durante a ditadura, a repressão se aparelhou no sentido de neutralizar os processos de articulação das resistências, especialmente a potente resistência negra obstinada a buscar novos lugares para além daqueles subalternizados historicamente. Afirma a Prof.^a Thula que o caráter racializado das violações generalizadas e sistemáticas de direitos humanos pelo regime:

por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos (...) de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira. (PIRES, 2018, p. 1062)

Assim, a partir de Aníbal Quijano, entende-se que a colonialidade do poder consiste na impregnação das metódicas de poder baseada na hierarquização social e sexual, “formando e distribuindo identidades sociais em escala de superioridade e inferioridade” (QUIJANO, 2005, p. 252), atendendo interesses tanto de hegemonização social quanto da exploração pela ideologia liberal. A ditadura empresarial-militar se ocupou de servir à essa metódica hierarquizante fundamentada em promover continuidades racistas e patriarcais, exercendo seu poder civil-institucional no fortalecimento das subalternizações, no encobrimento das violências de Estado interseccionais, bem como na criminalização dos movimentos sociais que resistiam, e ainda resistem hoje, às investidas daqueles que desejam nos ver de volta na senzala, nos confins da vida doméstica, no armário, etc.

Algumas considerações preliminares: Comissão da Verdade em Minas Gerais e as favelas de Belo Horizonte - uma omissão sistemática?

Inegável é que, por ser, reiteradamente, no Brasil e no mundo, uma camada social mais marginalizada, a população favelada foi um alvo privilegiado da repressão e das políticas de controle social do Regime.

Sobre o papel fundamental das Comissões da Verdade na construção de um luto público passível de mobilizar empatias em prol de reparações e da criação de mecanismos de não repetição, e com isso, realizar um trabalho de memória coletiva inclusivo. A investida aqui se pretende como resposta ao trabalho de memória intrínseco às atuações das Comissões da Verdade após regimes autoritários. No contexto da Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), especialmente, o tratamento diz muito sobre o que se pretendeu com a transição: um esquecimento forçado, um perverso silêncio homogenizante. No relatório final da COVEMG, a questão favelada é colocada somente como mais uma camada atingida pelo processo de exclusão vigente no período ditatorial:

(...) hoje, pobres, negros, moradores em situação de rua e das periferias; população LGBT; prostitutas; um sem-número de crianças, jovens, homens e mulheres que, sem acesso à Justiça e limitados em seus direitos de cidadania pelos terríveis mecanismos de exclusão, ainda são vítimas de todo o tipo de arbitrariedade cometida por agentes públicos. (MINAS GERAIS, 2017, p. 28)

Nesse viés, contrariamente à Comissão Nacional da Verdade que insistiu em incluir em seu relatório final um capítulo específico sobre as violações de direitos humanos das pessoas faveladas apesar da resistência pública de alguns de seus componentes, a Comissão da Verdade de Minas Gerais fez a opção institucional por alinhar-se ao encobrimento da violência às subjetividades negras e pobres durante a ditadura militar brasileira no contexto mineiro. A falta de orçamento e infraestrutura definitivamente contribuíram para esse ocultamento, contudo, ignorar a transversalidade das violências é homogenizá-las, ocasionando uma reparação e um trabalho de memória incompleto e despreocupado com a historicidade das subjetividades e a inclusão de lutas dissidentes no escopo do Direito à Memória e à Verdade.

Os países latino-americanos, locais onde “(...) abundam as tensões, oposições e os conflitos entre as classes e as etnias” (STAVENHAGEN, 2014, p. 166) especialmente o Brasil, marcado por profundos abismos sociais e uma cultura de autoritarismo institucionalizada precisa urgentemente de um profundo exercício de reflexão para chegar a sua própria resposta da paradigmática pergunta: pode o subalterno ser lembrado? A resposta para tal questão responderá também quais vidas importam em determinada sociedade, afinal, só se enluta por vidas reconhecidas como tais.

A principal questão que se busca explicitar é a importância dos movimentos sociais hoje coligados em prol da atribuição de visibilidade à causa como resistência, reivindicando o

direito de ser lembrado a tais corpos violentados cujas chagas não doem mais que os estigmas intergeracionais experimentados até na contemporaneidade frutos de uma lógica hipócrita e perversa de homogeneização e hierarquização sexual e racial. A ausência premeditada de infraestruturas de apoio que sustente tais vidas implica diretamente na sua desvalorização social e, portanto, sua susceptibilidade à morte (social, política, biológica). Resistindo ao ocultamento, os movimentos negros compuseram esse corpo político fundamental que persistiu e insurgiu face ao alojamento desses corpos subalternizados “à sombra do público” (BUTLER, 2018, p. 230), inclusive para realizarmos esse exercício de rememoração hoje: só se enluta por enquadramentos dos quais se conhece.

As diversidades, os pluralismos, as dissidências, então, são reduzidos a uma questão de tolerância liberal, de multiculturalismo, de condescendências da maioria para com a minoria. O próprio multiculturalismo sustentaria certa forma de homogeneização uma vez que “conferir direitos e entidades coletivas tais como grupos e comunidades, como algo distinto de seus membros individuais, pode ter implicações perigosas”. Nesse sentido, uma perspectiva multiculturalista também faria um desserviço à gramática da diversidade que tem como maior desafio superar a razão prática do Direito Moderno, emanado pelo Estado (Neo)liberal Moderno fundamentalmente incapaz de lidar com as adversidades existenciais que escapam aos moldes postos, sendo “uniformizador e excludente de diversidade” (BAHIA, p. 495, 2017).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- BAHIA, Alexandre Gustavo M. Franco de Moraes. Sobre a (in)capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 18, n. 116, Out. 2016./Jan. 2017. p. 481-506.
- BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- DUSSEL, Enrique Domingos. **1492 - o encobrimento do outro**. Trad. de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- IPEA; SEGURANÇA PÚBLICA, Fórum Brasileiro de. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: 2018.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, Jun. 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. Comissão da Verdade do Rio, 2015.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. **O direito na teoria e o direito na prática com o reconhecimento de novos sujeitos constitucionais**. Belo Horizonte: Rev. Fac. Direito UFMG, Número Especial: Jornadas Jurídicas Brasil-Canadá, pp. 211 - 227, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1965. **Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina**. In DURAND, J. C. G. Sociologia do Desenvolvimento I. R. J.: Zahar Ed., 1969.

Resistência de professores: as greves de 1979 e 1980 em Divinópolis – MG

Larissa Virgínia Veiga

Mestranda

Universidade Federal de São João del Rei

larissaveig@hotmail.com.br

Resumo: A Ditadura Civil-Militar teve início no Brasil em 1964, após um golpe de militares que também alcançou apoio por parte da população civil. Esse momento ficou caracterizado pela forte repressão e censura, mas, é importante dizer que mesmo nessas condições parte da população do país se organizou de diversas maneiras para resistir ao que estava sendo imposto. Nesse momento, surgiram muitas formas de resistência, como, por exemplo, a resistência de estudantes, mulheres, grupos alternativos, luta armada e outros. É importante dizer que os professores representaram também uma importante frente de atuação, resistindo de diversas maneiras, dentro e fora das escolas, em prol de muitas demandas. Nos anos em que a ditadura encaminhava - se para o fim, tornou-se frequente a realização de greves de trabalhadores, mesmo sem a garantia deste direito, que veio a ser conquistado apenas com a constituição de 1988. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir greves de professores que ocorreram nos anos de 1979 e 1980 na cidade de Divinópolis, localizada no Centro – Oeste de Minas Gerais. A finalidade é observar como os docentes do município atuaram como resistência durante o período de ditadura, buscando fazer também uma reflexão acerca dos professores na atualidade. Os principais conceitos abordados são os de resistência e memória, e estes são discutidos a partir de autores como Pierre Nora, Michael Pollak, Marieta de Moraes e outros. Quanto à metodologia, o trabalho apoia-se na história oral, a partir da análise do testemunho de duas professoras que atuaram ativamente nas greves durante a ditadura civil militar, e também nos anos posteriores. Além disso, o trabalho apresenta a análise de fontes do jornal “A Semana”, que circulava no município naquele período. A partir da análise da entrevista e dos materiais de pesquisa, foi possível observar que ocorreram duas greves de professores muito expressivas na cidade, em 1979 e 1980, porém, cada uma delas com características diferentes. Além disso, foi possível notar também uma face de atuação relacionada à Igreja Católica, que apoiava e também abria o espaço físico da Igreja para a realização de assembleias dos professores. Essas questões, demonstram que apesar de ser um município do interior, Divinópolis não esteve distante dos acontecimentos daquele momento, e os professores foram elementos importantes nas discussões e também na luta de resistência.

Palavras-chave: Resistência, Professores, Divinópolis.

Introdução

Durante os anos de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou um dos momentos mais emblemáticos de sua história: a ditadura civil-militar. Foram anos de forte repressão e mudanças no aparato político e social, contudo, em todas as regiões do país emergiram movimentos de resistência, dos quais faziam parte os mais diversos sujeitos. A história desses anos, via de regra, é abordada principalmente levando-se em consideração fatos que ocorreram nas grandes cidades e centros urbanos. Mas quando se trata de municípios do

interior, ainda existe um grande desconhecimento e silenciamento relacionado ao que aconteceu durante os anos de chumbo, como também ficou conhecido este período.

Partindo dessas questões, o principal objetivo deste artigo constitui-se em compreender e analisar a cidade de Divinópolis durante a ditadura civil-militar, mas com foco nas ações de resistência representadas pelas greves de professores que aconteceram nos anos de 1979 e 1980. Divinópolis é um município localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais e, durante a década de 1960, já se configurava como uma das cidades de maior destaque na região. “Sua população era de aproximadamente 53.340 habitantes, divididos entre meio rural (20%) e urbano (80%), e já havia nesse momento uma heterogeneidade de atividades econômicas, fato que se deve principalmente à presença da ferrovia na cidade”. (CATÃO, SOUZA, 2009. p. 13)

Além de apresentar forte dinamismo econômico, durante os anos de ditadura Divinópolis se caracterizou por ser um grande centro cultural. Havia na cidade muitas atividades ligadas ao esporte, às artes, e muitos encontros, debates e exposições acerca de assuntos diversos. A população, neste momento, se encontrava dividida entre pessoas favoráveis e contrárias ao regime. Mas mesmo sendo uma cidade do interior, pode-se dizer que Divinópolis sentiu os impactos da ditadura, e, principalmente, não se manteve alheia ao que acontecia na política do país naquele momento.

Quanto à metodologia, este trabalho apoia-se na história oral, através de uma entrevista realizada com Maria Inês de Araújo, professora que teve participação ativa nas greves de 1979 e 1980 em Divinópolis. Além disso, também foi analisada uma edição do jornal “A Semana”, que circulava na cidade na época. Nela, aparece uma nota de bispos da Igreja Católica repudiando a forma como os militares estavam tratando os professores, fato que demonstra apoio de representantes católicos aos docentes.

Por meio da análise das fontes cotejadas podemos dizer que a greve de professores foi uma das formas pelas quais a resistência se manifestou a cidade de Divinópolis. Isso demonstra que a sociedade Divinopolitana esteve ciente dos acontecimentos políticos do momento, e se organizou em movimentos como as greves, que tinham o objetivo de lutar por diversas demandas, como será discutido posteriormente.

Memória e Resistência

Os indivíduos são seres de resistência e ela sempre esteve presente na sociedade, principalmente frente às relações de poder. Nas palavras de Adorno, resistir seria a “recusa à coisificação do indivíduo”¹ e, dessa maneira, pode-se dizer que durante os anos de ditadura civil militar resistir significava agir das mais variadas maneiras para se opor ao que o regime estava impondo aos indivíduos e à sociedade. Em poucas palavras, pode-se resumir resistência como sendo uma força que se opõe à outra, no caso, os movimentos e grupos de militantes que tentavam constantemente resistir aos militares.

O principal caminho utilizado para compreender a resistência de professores que se manifestou em Divinópolis foi a partir da memória, sendo assim, este é um dos conceitos primordiais abordados nesse artigo, e, nos atentaremos agora para a sua definição. Antes disso, é importante dizer que durante muito tempo a história oral foi alvo de intensas críticas, justamente por ser um método apoiado na memória. No entanto, segundo POLLAK (1992) a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita, e deve ser criticada e analisada pelo historiador assim como as documentações escritas.

Para a definição do conceito de memória partiremos então da conceituação de Michael Pollak, que construiu uma análise ligando memória e identidade social. Segundo ele:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p. 204)

Esse trecho ressalta o caráter construtivo da memória, ou seja, ela é um fenômeno em constante transformação. Assim como Pollak, Marieta de Moraes Ferreira também considera que “a memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. (FERREIRA, 2002. p. 321).

Em suma, podemos dizer que memória não é sempre a mesma, pois encontra-se em constante processo de construção e modificação. Ela possui trabalho de organização próprio, que pode estar sujeito até mesmo a esquecimentos. Vale ressaltar, que a memória possui ainda um caráter conflitivo, principalmente a memória política acerca do período histórico que discutimos neste artigo. Ela pode ser alvo de disputas entre pessoas, grupos ou organizações.

¹ Adorno abordou o conceito de resistência relacionando-o com os movimentos artísticos e literários, no entanto, é possível comparar sua definição também com a resistência existente nos anos de ditadura civil militar no Brasil, visto que as torturas e repressões nada mais eram do que a coisificação dos indivíduos.

Para a realização desta pesquisa, foi realizada uma entrevista com Maria Inês de Araújo, uma professora da cidade de Divinópolis que participou das duas greves analisadas, de 1979 e 1980. Naquele período, ela estava começando sua carreira enquanto docente, e, durante a entrevista contou muito de sua experiência e das características destas duas greves, questões que serão discutidas mais adiante.

Resistência de professores: o início dos movimentos grevistas

Durante os anos finais da ditadura civil-militar, a atuação de resistência dos professores se tornou mais intensa e expressiva. Podemos considerar que muitos docentes do período resistiram em diversas frentes de atuação, dentro ou fora das escolas, como por exemplo, a partir da participação em grupos de oposição ou até mesmo com a realização de greves, que naquele momento ainda não eram permitidas.

No Brasil, os movimentos grevistas eclodiram com maior força a partir do ano de 1978, e, de início foram realizados pela classe dos trabalhadores metalúrgicos. Na época, mesmo com a inexistência do direito de fazer greves o movimento acabou se espalhando pelos vários setores trabalhistas, assim como pelas diversas regiões do país. Os movimentos grevistas iniciados pelos metalúrgicos não ficaram restritos apenas ao ano de 1978. Em 1979 continuaram a se propagar pelo país, tanto que “nesse ano mais de três milhões de trabalhadores de 15 estados brasileiros entraram em greve”. (HEBLING, 2013, p. 50). Durante esse período, os professores foram uma das categorias de trabalhadores que aderiram com maior força ao movimento grevista.

O movimento cresceu consideravelmente, e, chegou até as cidades do interior. Através da análise das fontes investigadas nesta pesquisa, foi possível observar que nesse mesmo período professores da cidade de Divinópolis se organizam e empenharam na realização de greves. A primeira delas aconteceu no ano de 1979, e, posteriormente, em 1980 o movimento foi novamente retomado. Maria Inês de Araújo, era professora da rede pública estadual em Divinópolis naquela época, e durante a entrevista contou um pouco sobre como ocorreram e quais foram as características dessas duas greves.

A greve de 1979 foi a primeira ocorrida no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. No entanto, antes de falar da mesma é importante dizer que no momento anterior ao início da greve os professores de Divinópolis já realizavam discussões importantes, principalmente

devido às condições precárias que enfrentavam. Segundo Maria Inês, a luta dos professores na cidade começou com a criação de uma associação denominada APROD:

A gente iniciou aqui criando a APROD, que era a Associação dos Professores de Divinópolis, e começamos a discutir mais em campanha, é, mais na campanha salarial, e essas coisas. Tinha fora também, a gente já começava a participar das Diretas Já, do projeto de anistia, tudo naquela época. Depois, que foi feito...nós, do nada, conseguimos uma greve, sabe, nós, professores do Polivalente, saímos, cada um com um bloquinho, não podia entrar na escola, porque não era permitido, convocando para uma assembleia. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Nesse trecho, a entrevistada aponta que antes do início da greve os professores já discutiam então diversas questões na Associação dos Professores de Divinópolis, que iam desde questões salariais até políticas.

A greve dos professores em Divinópolis no ano de 1979 foi considerada por muitos uma greve vitoriosa, pois foi pouco reprimida pelos militares, fato este que pode ser observado na seguinte fala de Maria Inês: “era uma greve assim, criativa, porque também nunca tinha feito, né. Então era assim, tinha coisas superinteressantes, tinha umas ladainhas, tinha muito versinho, muito alegrinha a greve, sabe, parece que eles deixaram a gente fazer a greve, a minha sensação hoje é essa”. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Além disso, nesta fala da entrevistada é possível observar também um viés artístico e cultural presente na greve. Quando a entrevistada fala da presença de versinhos, ladainhas, revela a forte atuação que Divinópolis teve no campo da cultural e também religioso.

A greve de 1979 alcançou níveis tão satisfatórios, que em 1980 os professores retornaram ao movimento, mas, desta vez, os militares reprimiram a mesma com maior força:

Primeira greve da gente até foi bem-sucedida, tivemos alguns ganhos, é, financeiros e também na questão organizacional dos próprios professores, e ficamos entusiasmados, em 80 voltamos pra greve. Aí a gente, em uma semana, houve intervenção do governo federal e da polícia e prenderam a liderança em Belo Horizonte, aqui prenderam algumas pessoas e quem ficou de greve, era efetivo, que no antigo polivalente nós tínhamos efetivos, quem era designado foi pra rua, então foi assim um caos porque as escolas mandaram praticamente as pessoas que estavam lá. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Este trecho demonstra que os ganhos obtidos com a greve de 1979 motivaram a nova greve em 1980, no entanto, os militares dessa vez optaram por reprimir e atacar os participantes do movimento logo no início, para não permitir que o mesmo alcançasse a força

do anterior. Como demonstra a entrevistada, aqueles professores participantes da greve que eram designados receberam como punição a demissão. Já os que eram efetivos, foram penalizados com um período de suspensão, e, além disso, eram obrigados a lidar com uma série de pressões, como mostra a seguinte fala de Maria Inês:

E a nossa pressão foi a seguinte, o povo foi na assembleia e votou que ia continuar a greve só que nisso o governo militar interviu ia nas escolas e forçando os diretores e os diretores [que] estavam tendo que ir lá no INESP buscar aluno pro lugar da gente. E aí foi, “tacaram” o horror pra cima da gente. Aí fizeram um documento lá que a gente era obrigado a voltar no outro dia, às 7 horas, para a escola. Quem não assinasse, responderia. Nós fomos lá, na entrada já estavam dois militares armados, na porta da biblioteca, na sala da direção tinha militar. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Essa fala deixa clara a ação dos militares ao reprimirem o movimento. Além da punição aos professores participantes eram realizadas também pressões sobre os diretores, que acabavam tendo que ir até o INESP, que naquele momento o instituto em Divinópolis que formava professores, para buscarem pessoas que pudessem entrar no lugar dos docentes demitidos e afastados. Além disso, o trecho também mostra a presença efetiva de militares dentro das escolas durante a greve.

Mas a repressão à greve dos professores no ano de 1980 não ocorreu apenas em Divinópolis. Em âmbito nacional as greves de diversas classes de trabalhadores continuavam acontecendo e sendo reprimidas em diversos lugares, sendo que muitos líderes do movimento chegaram a ser presos.

Ainda é importante destacar que participação da Igreja Católica também foi uma face importante a ser considerada durante a greve dos professores de 1980. A relação da igreja com os docentes esteve relacionada com a abertura de espaços para a que os mesmos pudessem realizar reuniões e assembleias. Isso ocorria porque as mesmas não podiam ser realizadas em espaços abertos, devido a própria repressão do governo militar, conforme demonstra a fala de Maria Inês de Araújo:

As assembleias eram feitas dentro da igreja, nossa lá no Santuário, porque não poderia ser em espaço público devido o próprio regime”³⁹. A igreja católica ajudava a receber a gente, pra poder fazer as assembleias. Lá no bairro São José o padre Pedrosa nos ajudava cedendo a sala pra gente fazer as reuniões lá pra gente ver as conclusões e depois as assembleias que eram realizadas no Santuário. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Este fato demonstra que embora em 1980 a ditadura civil militar já estivesse caminhando para seu fim, os professores ainda não tinham liberdade nem mesmo de realizarem seus encontros e reuniões de maneira aberta. E a Igreja Católica foi um espaço no qual os professores podiam se encontrar, sendo que algumas reuniões eram realizadas nos bairros (nos salões e casas paroquiais) e as assembleias ocorriam no Santuário Santo Antônio.

Além de abrir os espaços religiosos para a realização de reuniões, alguns representantes da Igreja Católica também repudiavam a forma como os militares agiam com os professores, conforme pode ser observado no seguinte trecho publicado no Jornal A Semana, que circulava na cidade naquele período:

O bispo Diocesano D. José Costa Campos e Sacerdotes de Divinópolis diante dos fatos ocorridos na cidade, nos últimos dias, se manifestou a respeito do problema da greve dos professores em quatro importantes itens: “Discordamos da maneira como se está tratando a greve de professores. Coação e intimidação não se justificam. Em qualquer situação o professor, a escola, o magistério devem ser tratados como um valor da nossa sociedade. Estranhamos que os poderes estaduais não tenham tentado o caminho do diálogo”. A nota convida todos a uma reflexão profunda e sincera, e ressalta que “as considerações são feitas não o sentido de acirrar os ânimos, mas como imperativo de nossa consciência cristã. (Jornal A Semana, 10 de maio de 1980).

O trecho, demonstra claro apoio de representantes da igreja católica em Divinópolis com relação a causa dos professores, e, repúdio da forma como os mesmos estavam sendo tratados, de maneira repressiva. Além disso, a nota apresenta um tom de reflexão, ressaltando a importância da escola e dos professores na sociedade.

Situação das greves no pós-ditadura

Nos anos que se seguiram ao fim da ditadura civil-militar os professores continuaram sendo uma importante frente de luta e resistência na sociedade. Em 1987, aconteceu uma greve em Divinópolis que durou cerca de 100 dias e mesmo tendo ocorrido no período posterior ao regime, não deixou de ser também reprimida e controlada:

Na época, ainda tinha resquícios da ditadura. Eu lembro que o doutor Simão me procurou, então, ele um jornalista e o Cláudio. Eles ficavam com o telefone de várias pessoas, caso eu fosse presa, pra poder agirem rápido. Eles pegavam os telefones das pessoas do comando de greve e ficavam com eles. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Esse trecho, dito pela entrevistada Maria Inês de Araújo, apresenta um dado relevante. Em 1987, oficialmente, a ditadura já havia acabado, mas essa ação militar de vigilância e repressão sobre os movimentos ainda estava muito presente na sociedade brasileira. Além disso, demonstra que advogados da cidade, como Dr. Simão Salomé e seu filho Cláudio, uma das pessoas ouvidas nesta pesquisa, também estavam ao lado dos professores nessa luta.

Sobre as ações realizadas durante esta greve, a entrevistada aponta que:

Eu lembro uma vez que nós fomos numa escola lá no bairro Icarai (...) Nós fomos lá fazer um piquete, conversar com os professores. Na hora que a gente chegou, daí a pouquinho chegou uma rádio patrulha (...) E aí, na mesma hora a diretora ficou muito sem graça, e nos chamou pra dentro. Mas era pra impedir a entrada nossa ali naquela escola. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Nesse ponto, é possível observar que a polícia fazia constante vigilância ao movimento, e aos professores que estavam a frente do mesmo. A entrevistada, Maria Inês de Araújo, acredita que não chegou a ser presa durante esse episódio justamente porque os policiais a confundiram com a mulher de um coronel.

Ao finalizar, a entrevistada ainda faz uma comparação entre as greves de 1980 e 1987: “mas a greve, quando ela muito grande, constante, o povo na rua, eles não conseguem punir. Punem, como fizeram em 80, arrumaram uma estratégia rápida e ficaram uns “gato pingado” aí, eles põem a mão (...) antes que a greve fortalecesse”. (Maria Inês de Araújo, entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2018).

Nesse ponto, Maria Inês relembra a ação de repressão realizada nas duas greves, enfatizando que quando o movimento se torna mais forte e expressivo fica mais difícil de ser contido. Através destes trechos fica evidente que mesmo algum tempo após o seu fim, as sombras e os resquícios da ditadura ainda continuaram a pairar sobre a sociedade brasileira.

Ainda hoje, passados mais de 30 anos do fim da ditadura civil-militar, os professores ainda continuam anualmente a realização de greves em prol de diversas demandas. E não são raros os casos em que os mesmos são tratados com brutalidade pela polícia, e, na maioria das vezes são marginalizados por grande parte da população. O tempo passou, os professores continuam sendo resistência, mas as situações nos levam a enxergar que as sombras da ditadura ainda pairam expressivamente sobre a sociedade.

Considerações Finais

Após as pesquisas e análises de fontes realizadas, foi possível observar que durante os anos em que a ditadura civil-militar encaminhava-se para o fim ocorreu um grande crescimento de greves das classes trabalhadoras, dentre as quais os professores se destacaram. No entanto, tais movimentos não ficaram restritos apenas às grandes cidades, mas alcançaram também municípios do interior.

Em Divinópolis, é importante ressaltar a relevância apresentada pela resistência dos professores, que realizaram greves nos anos de 1979 e 1980, mesmo com a inexistência deste direito. A primeira, em 1979, caracterizou-se por ser uma greve menos reprimida que a segunda, ocorrida em 1980. Nesta, os militares empreenderam fortemente suas estratégias de repressão, como objetivo de enfraquecer o movimento logo no começo.

Também é importante dizer que tais movimentos alcançaram inclusive o apoio por parte da Igreja Católica, representado principalmente pela abertura de espaços da igreja para que os professores pudessem realizar suas reuniões e assembleias. Este fato demonstra que embora em 1980 a ditadura civil militar já estivesse caminhando para seu fim, os professores ainda não tinham liberdade nem mesmo de realizarem seus encontros e reuniões de maneira aberta. E a Igreja Católica foi um espaço no qual os professores podiam se encontrar, sendo que algumas reuniões eram realizadas nos bairros (nos salões e casas paroquiais) e as assembleias ocorriam no Santuário Santo Antônio. Assim, é importante ressaltar a resistência dos professores nesse período, que mesmo sem ter o direito de fazer greve, resistiram e lutaram por diversas demandas que perpassavam tanto pelo campo educacional, quanto pelo político.

Além de serem muito reprimidos durante o período da ditadura civil militar, os professores também continuaram sendo após o período da democratização, como por exemplo na greve de 1987. Esse fato demonstra o quanto as marcas da ditadura continuaram presentes na sociedade brasileira mesmo após o seu término, e persistem ainda hoje.

Fontes

ENTREVISTA realizada com Maria Inês de Araújo, em Divinópolis, no dia 12 de novembro de 2018.

Jornal A Semana, Divinópolis, 10 de maio de 1980.

Referências Bibliográficas

CATÃO, Leandro Pena; SOUZA, Renato João. O golpe militar de 1964 no Centro-Oeste mineiro: percepções e representações. In: CORGOZINHO, B. M. S.; CATÃO, L. P.;

PEREIRA, M. H. de F. (Orgs.). **História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: perspectivas**. Belo Horizonte, MG: Crisálida, 2009, p. 134.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e Resistência: os professores no contexto da ditadura civil militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCAR, São Carlos, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

Luta pela terra no povoado de Cachoeirinha: subversão, repressão e relações institucionais no norte de Minas Gerais (1964-1985)

Lerrannya Lasmar Teixeira

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

lerrannya.las@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo a análise do conflito pela terra no povoado de Cachoeirinha, localizado na mata da Jaíba, região de Varzelândia, no norte de Minas Gerais durante o período da ditadura militar (1964 – 1985), realizando uma reconstrução histórica do conflito e das relações político-sociais desenvolvidas. O povoado se constituiu por uma ocupação orgânica de terras devolutas por lavradores em meados do sec. XX, formando pequenas propriedades rurais de agricultura familiar; a partir da década de 1960 as terras de Cachoeirinha passam por um processo de valorização em função do crescimento econômico no norte de Minas, tornando-as alvo da ação de grileiros e latifundiários. O conflito teve início com uma ação de grilagem de 6500 hectares de terras, que desencadeou uma ação de desocupação extremamente violenta, resultando na expulsão de 212 famílias de posseiros de suas propriedades entre 1964 e 1967. O mandato judicial para a desocupação foi cumprido com a ação conjunta entre o Estado, por meio de força policial, e jagunços contratados pelos grileiros. Após a expulsão de suas terras, os lavradores de cachoeirinha iniciaram um processo de enfrentamento contra os grileiros, que caracteriza um longo período de luta e resistência, que envolve, além da batalha judicial, reocupações das terras, organização política e outras ações visando a reintegração de suas posses. Uma análise documental acerca do conflito foi realizada a partir de matérias e reportagens realizadas sobre o caso e de documentos de organizações como a Fetaemg, a CPT e relatórios institucionais do INCRA, da Ruralminas e da documentação do Dops. Conceitos pertinentes para o trabalho como os de “representação política” e “mediação social” foram estudados a partir de análises historiográficas. Resultados parciais do trabalho apontam para um conflito que envolve as consequências da especulação capitalista sobre pequenas propriedades rurais, e, após a expulsão, o processo de formação dos lavradores enquanto grupo de atuação política, na escolha de representantes e nas relações com mediadores políticos na luta pela reapropriação das terras. Esse processo envolve a construção de ações nos campos institucionais, em discussões com governantes e ações judiciais, e na construção de reuniões e atos públicos em favor da reocupação de Cachoeirinha pelos posseiros.

Palavras chave: Luta pela terra; Movimentos sociais; Mediação social.

Introdução

Este trabalho mostra parte de um projeto de iniciação científica desenvolvida no curso de graduação em história, da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do Prof. Dr. Arnaldo José Zanguelmi, professor adjunto do departamento de história. A pesquisa contou com o fomento da Fapemig.

Pretende-se realizar uma reconstituição histórica, em um primeiro momento, da luta pela terra no povoado de cachoeirinha localizado no norte de Minas Gerais durante o período da ditadura militar. O conflito que se inicia em 1964 se estende por um longo período de tempo, restando pendências até os dias de hoje. Por questões metodológicas, no entanto, será preconizado o recorte temporal de 1964 a 1985.

Em um segundo momento busca-se construir uma breve análise do conflito que se atente às relações políticas e de formação dos envolvidos enquanto agentes e sujeitos de sua luta, envolvendo uma análise das relações políticas desenvolvidas, a partir de alguns referenciais teóricos.

Para a reconstituição histórica do conflito utiliza-se a análise de fontes documentais como matérias e reportagens realizadas sobre o caso e de documentos de organizações como a Fetaemg, a CPT e relatórios institucionais do INCRA, da Ruralminas e da documentação do Dops. E, além das fontes documentais, a dissertação da professora Sônia Nicolau dos Santos (1985).

O conflito

Para que se possa compreender a dimensão do conflito é interessante retomar o surgimento do povoado de Cachoeirinha. A ocupação das terras se dá de forma orgânica no início do século por mestiços, indígenas e ex-escravos que vão desbravar as matas (até o momento terras devolutas) e viver em situação de isolamento em um sistema de pequenas propriedades de agricultura familiar até meados do século. (SANTOS, 1985, p.12-20)

Em um relatório de 1983, disponível no acervo do Cedefes, o Pe. Antônio Vieira, pároco de Varzelândia, escreve sobre as origens do povoado:

João Lalau, um dos pretos mais antigos do povoado e fazendeirozinho de cachoeirinha, conta que um preto, escravo foragido de Gurutuba, veio para as margens da lagoa de Jaiba. Aí se encontrou com uma tribo de índios. Fez amizade com eles. Do cruzamento com eles surgiu a história de cachoeirinha, de seus primeiros moradores, há cerca de cem anos.

Uma segunda geração de posseiros se dá a partir da construção de uma ferrovia na região em 1946, onde os trabalhadores assalariados se instalarão na região e acabam por permanecer ali após o fim das obras. (Santos, 1985, p.20)

Na década de 40 a partir da integração dos velhos e novos trabalhadores surge o povoado de cachoeirinha. Aos poucos aparece a figura do padre, da igreja e dos festejos

religiosos. A distância entre as roças e os lugares das festas e missas faz com que os moradores construam casas próximas a capela, caracterizando o povoado. (Ibdem, p.23)

De acordo com os estudos de Santos (1989, p.24), quanto as relações comerciais, a lógica de produção dos habitantes da região não obedece ao ciclo do mercado da região, onde a principal atividade é a pecuária. Trabalham em economia de subsistência numa lógica de agricultura familiar. O mercado é apenas para compra de sal e café.

Com o desenvolvimento econômico no norte de Minas e os planos de colonização do governo aumenta a especulação por terras na região e as terras de cachoeirinha se valorizam.

Na manhã de setembro de 1964, 32 famílias de posseiros são surpreendidas por um grupo de policiais e pistoleiros que cumprem um mandato de reintegração de posse e realizam o despejo dos posseiros. (Ibdem, p.47)

A Desocupação acontece de forma extremamente violenta e os lavradores são obrigados a sair de suas residências quase sem nenhum pertence. O relatório do I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Vale do São Francisco, disponível no acervo do Cedefes, cujos representantes de Varzelândia estiveram presentes, traz o relato a violência sofrida pelos posseiros em 1964.

O padre Antônio Vieira descreve o conflito:

O cel Giorgino traz um forte contingente do batalhão com jeeps, armas pesadas... expulsa os posseiros a ferro e fogo. Queima as casas ou as destrói com os jeepões do batalhão da PM. Os posseiros saem as correrias sem direito a levar nada, a não ser os filhos e a roupa do corpo! Essas famílias, como gado, fogem num verdadeiro pânico.

As famílias despejadas que tem casas no povoado se instalam por lá. Outras abandonam a região e nunca voltarão à cachoeirinha. (SANTOS, 1985, p. 50)

A ação judicial foi requerida pelo Coronel da PM Giorgino Jorge de Souza, advogado de Manoelito Maciel de Salles e Sebastião Alves da Silva que declaravam, portando documentos, serem os donos da terra. Em menos de duas semanas o Juiz de paz José Fernandes de Aguiar determina o desalojamento dos lavradores de uma área correspondente a 6300 hectares de terras em cachoeirinha. (Ibdem, p.49)

De acordo com a pesquisa da professora Sônia, o documento de posse mais antigo é em nome de Maria Marques Lobato e é datado 1930. 1945 um documento mostra posse de 3875 hectares. Em 1964 Maria Marques Lobato faz um requerimento de uma ação divisória da gleba que lhe havia sido adjudicada em 1943. A ação deu posse para Maria de 15183 hectares,

quase quatro vezes o tamanho original (Ibdem, p. 53). As terras que se multiplicaram de forma desconhecida foram vendidas para Sebastião e Manoelito.

Os lavradores que passaram a residir em cachoeirinha não desistem de suas terras. Juntam o que ainda lhes restam e vendem para contratar um advogado. Que recorre à decisão, perde e logo depois abandona a causa. Consta, na documentação do Dops um relatório em nome desse advogado, que provavelmente abandonou a causa por sofrer alguma retaliação.

Os lavradores, que continuaram sem resposta decidem, em 1967 reocuparem suas terras. Um novo mandato de desocupação é expedido, mas dessa vez, são desalojadas 212 famílias, de uma área correspondente à 6500 hectares (Ibdem, p. 60).

Os posseiros despejados, que estão agora em maior número, começam então a organizar uma resistência. Se organizam e dão início a fazer reuniões para discutir o acontecido. Chegam a conclusão de que precisam pedir providências do governo em relação à injustiça sofrida por eles, como aponta um relato colhido por Santos (1985). Em 1968 uma comissão de posseiros vai à Brasília para falar com o presidente Costa e Silva. Na década de 70 todos os governadores de Minas são procurados pelos posseiros.

Os lavradores contratam, no decorrer do processo sete advogados, que são comprados ou neutralizados pelos fazendeiros (Ibdem, p. 65).

Em 1971 uma nova tragédia se abate sobre os posseiros. Após uma enchente morrem 64 crianças. Os registros oficiais falam em epidemia de sarampo, mas para os posseiros o fator decisivo foi a fome. Em um depoimento colhido pela professora Sônia, fala um dos posseiros: “as crianças morreram de fome. [...] os filhos dos fazendeiros e que os pais tinham condição de dar o que comer não morreu nenhum. Os outros morreram. Se fosse sarampo a doença tinha matado todo mundo. E morreu só os pobres, que não tinham conforto” (Ibdem, p. 68).

Em 1975 Martinho Fagundes, uma das principais figuras entre os posseiros, negro, descendente das famílias que fundaram cachoeirinha obtém junto a Ruralminas a permissão para demarcar suas terras. Poucos dias depois ele é assassinado por um pistoleiro.

Esses últimos acontecimentos golpeiam a organização dos posseiros. Eles entendem que a morte de Martinho Fagundes é um aviso para todo o grupo. O movimento sofre, então uma retração.

Em 1981, a organização dos posseiros volta a se agitar e após uma longa discussão os posseiros elaboram um plano de reocupação das terras. No dia 8 de abril, às 4 da madrugada, um grupo de 69 posseiros retornam as suas terras com ferramentas de trabalho e ali permanecem durante todo o dia roçando e preparando a terra. Ao anoitecer a polícia, acionada pelos fazendeiros, desocupa novamente a terra e leva presos 8 posseiros que consideram ser as lideranças. (Ibdem, p.70)

A notícia se espalha e agora os posseiros vão contar com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Fetaemg- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. Um advogado ligado à segunda entidade passa a representar judicialmente a causa dos posseiros e os sindicatos promovem na imprensa um conhecimento do caso de cachoeirinha.

A presença das entidades sindicais dá novas esperanças aos lavradores. É a primeira vez em 17 anos que recebem apoio externo.

A partir desse momento é, também, mais fácil encontrar reportagens, relatórios, e outras fontes sobre o conflito.

A Fetaemg promove reuniões com os posseiros e tenta uma solução junto ao governo, além disso colhe cartas de apoio de diversas entidades como a comissão pastoral da terra e sindicatos rurais de todo o estado e envia a Belo Horizonte. A ação surte efeito e o governo lança uma proposta de realocação para outras terras. A ação não é bem vista entre os lavradores. A Fetaemg considera a proposta como uma vitória.

Em ata de reunião com representantes do governo e da Fetaemg, disponível no acervo do Cedefes, os posseiros avaliam que as terras são ruins e insuficientes. Em uma fala um lavrador indaga “se nos tiraram de lá por que não fazem isso com os fazendeiros? Eles é que precisam ir pra outro lugar”. O clima de indignação volta a se espalhar entre os posseiros.

Durante conversas e reuniões a invasão das terras e reocupação das fazendas é uma ideia que volta a ganhar força entre os lavradores. A Fetaemg tenta evitar essa ação para que haja continuidade na negociação com o governo. A quatro meses das eleições estaduais a Fetaemg crê que com a vitória da oposição (PMDB) abrem-se novas possibilidades de solução para o caso de cachoeirinha. (SANTOS, 1985, p.85)

Após várias reuniões os posseiros concordam em paralisar o plano da reocupação e realizar um ato público em cachoeirinha, no dia 31 de julho de 1982. A federação se

encarrega de entrar em contato com os sindicatos e entidades de região para se prepararem para o ato público.

Há uma semana do dia marcado para o ato policiais cachoeirinha é ocupada militarmente. Dezenas de soldados incluindo uma unidade tático móvel do Dops instalam um verdadeiro estado de sítio no povoado.

Além disso montam, nas estradas, vigílias que impedem a chegada de caravanas que iriam para o ato. Na edição do dia 9 de agosto de 1982, o jornal da Tribuna Operária SP traz uma notícia que relata que houve “um verdadeiro terrorismo para impedir o protesto” por parte da polícia e do Dops. Em uma matéria do dia 3 de agosto, o jornal Estado de São Paulo relata a perseguição sofrida por Sandra Starling, advogada e candidata pelo PT, ao tentar chegar ao ato.

A manifestação acontece com menos da metade do previsto. E durante o movimento, entre falas e conversas entre os presentes entra em cena a política eleitoral; As eleições de 82 tomam lugar principal na fala dos que vieram prestar solidariedade. Cresce a ideia que o PDS é o governo dos ricos e o PMDB o governo dos pobres e com a vitória da oposição o acesso à terra é questão de tempo. (Santos, 1985, p.96)

Os lavradores se engajam no processo eleitoral. Em Vazelândia, que é uma cidade próxima a Cachoeirinha, onde não havia candidatos do PMDD o resultado das urnas deram apenas 10 votos para o PDS. (Ibidem, p.100)

Com a vitória de Tancredo Neves os posseiros cobram providencias do governo que ajudaram a eleger. Depois de tensas negociações os posseiros tiram novamente uma comissão para ir a belo horizonte cobrar uma medida definitiva.

O governador os recebe com uma solenidade para apresentar o decreto que desapropria uma faixa de 13 mil hectares em cachoeirinha para entregar as famílias dos lavradores em outubro de 1983

A euforia é total. Depois de mais de 20 anos de luta uma solução parece ser encontrada. Os fazendeiros recorrem imediatamente da decisão. a desapropriação não será tão fácil; apenas 400 hectares é distribuído entre algumas famílias. (Ibidem, p.105)

No dia 7 de agosto de 1984, prestes a deixar seu mandato para concorrer às eleições de presidente da república Tancredo promete aos lavradores que deixará uma solução para o caso encaminhada para seu sucessor.

No dia 22 de agosto o tribunal de justiça do estado por meio de um mandato de segurança nº050/84 anula o decreto de desapropriação. A Fetaemg tenta recorrer, mas o tribunal de justiça não aceita seu recurso. A esperança dos posseiros, porém, não está acabada. Com a eleição de Tancredo Neves o problema seria resolvido de uma vez por todas.

Com a morte de Tancredo morre em abril de 85 a desesperança volta a entrar em cena, mas ainda não é completa (Ibdem, p. 121). Eleito Sarnei, a democracia traz a promessa de reforma agrária, mas em Cachoeirinha a maioria das propriedades já foram transformadas em empresas rurais, e, portanto, estão protegidas tanto pelo estatuto da terra quanto pela lei de reforma agrária.

Os lavradores continuam sendo ameaçados e seguem sem respostas. *Assim só lhes resta continuar lutando. E Sonhando.* (Ibdem, p.131)

Elementos para uma análise teórica

Em seu livro *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989, p.11) pontua que

Buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores [...] implica na dificuldade de preservação de sua memória social. A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles.

A história que se tenta desenhar aqui é diferente desta, pois mostra o processo de formação política e resistência de lavradores no norte de Minas.

Quando os posseiros de cachoeirinha perderam suas terras, expulsos por jagunços armados e policiais, nunca deixaram de acreditar que eram inocentes e recuperariam suas terras. Durante o processo de luta pela retomada observa-se a formação dos lavradores como classe e grupo de atuação política.

Para Thompson (1987) a classe é um fenômeno historicamente construído, cuja ocorrência está efetivamente ligada às relações humanas. Associa-se à classe o processo de formação de identidades bem como antagonismos em comum a partir de experiências em comum, herdadas ou compartilhadas. No correr dessa experiência historicamente constituída, os indivíduos “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10). A classe é, então, o

resultado das relações humanas, da construção de experiências e significados em comum enquanto os homens vivem a sua própria história.

Um movimento similar parece acontecer com os lavradores de Cachoeirinha. Ao serem pegos de surpresa por uma ordem de despejo violentamente cumprida por policiais e jagunços, inicia-se um processo de organização dos posseiros, bem como o reconhecimento de si como grupo, de outras entidades e marcando seus inimigos. Neves (2006, p.08) também aponta para a necessidade da constituição enquanto grupo para atuação na política pública e judicial. É necessária a atuação em conjunto para “Ascender ao exercício político de construção de identidade jurídica”

Durante anos os homens de cachoeirinha estiveram sozinhos na luta pela recuperação de suas posses. A perseguição contra os posseiros e aqueles que tentavam se aproximar tornava difícil a comunicação com outros setores da sociedade. Aproximando-se do fim da ditadura militar a flexibilização do regime permite a aproximação de entidades e sindicatos. É nesse momento que a Fetaemg se aproxima e vai desempenhar um papel importante junto aos lavradores, realizando uma ação de mediação entre eles e órgãos governamentais, imprensa, etc.

Neves (2006) enxerga na mediação social uma ação necessária para o reconhecimento da condição humana e o alcance do desenvolvimento social.

A condição humana é alcançada pela mediação, isto é, pela integração do homem a universos de significação específicos, operação pela qual ele, assumindo sua capacidade comunicativa, toma distância em relação à sua individualidade e reconhece sua singularidade” (Neves, 2006, p. 21)

Cada grupo social é capaz de desenvolver, no seu interior, as relações sociais que demandam posições de poder e objetos de significação que só fazem sentido dentro dele mesmo, dessa forma os grupos desenvolvem em seu interior universos de significação específicos. Para a autora, mediadores sociais promovem a ação de integração entre esses universos de significação previamente desenvolvidos e que envolvem os atores políticos, a ação do mediador corresponde a uma dialética da relação desenvolvida. A mediação implica, dessa maneira, a colocação de dois termos por um terceiro, o mediador, diante da impossibilidade de resolução imediata. (Ibdem, p.22) A ação de mediação é imprescindível para o desenvolvimento social, pois é através dela que pode-se alcançar o diálogo a integração entre as partes envolvidas.

É importante ressaltar o envolvimento e engajamento dos três termos envolvidos no processo de mediação. O mediador constitui um termo que tem o papel de ator social e

político e também traz consigo um universo de significação construído ao longo de sua trajetória (Ibdem, p.30), estando tão envolvidos no processo quanto os beneficiários. Os mediados, por sua vez, não estão a dispor das condições propostas pelos mediadores. Para se tornarem beneficiários, participam de forma ativa na construção das relações.

mesmo aceitando o engajamento em processos de mudanças intencionais, os reivindicados beneficiários não podem ser pensados sob a metáfora da esponja na água. Eles tentam reordenar os objetivos, reconhecidos conforme seus interesses e saberes mais imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus os objetivos apresentados no contexto dos processos de mudança. (Ibdem, p. 36)

Assim, ressalta-se a formação dos indivíduos como sujeitos ativos de sua própria história.

No contexto do conflito de Cachoeirinha após a ordem de despejo, os posseiros se organizaram, a partir de vivências e experiências compartilhadas se constituíram como classe e grupo de atuação política diante da necessidade de luta por suas terras. Construíram uma organização e uma visão própria de mundo. Mesmo com a atuação da Fetaemg que já trazia grande bagagem de experiência em conflitos no campo, mediando a relação com órgãos governamentais e tentando evitar novas reocupações, os lavradores continuaram se posicionando contra a proposta de aceitarem outras terras.

Outro papel importante desenvolvido pela Fetaemg foi o da comunicação com a imprensa para o reconhecimento da luta dos lavradores. Os atores políticos se articulam de forma a conseguir uma rede de informações onde os significados passam a fazer sentido e serem conhecidos não apenas para os grupos envolvidos, mas conseguem integrar outras realidades e arenas (JASPER, 2016, p.22), angariando, assim forças nas lutas sociais.

A comunicação com a imprensa e a mídia foi de grande importância no conflito. Além de reportagens, o reconhecimento da luta dos lavradores passa a exercer pressão nas instituições governamentais. O apoio de membros da igreja e entidades políticas também representam uma integração de significados entre diferentes arenas e públicos (Ibdem, p.62).

Jasper (2016, p.30), analisando os movimentos sociais e manifestações em suas raízes históricas, descreve o potencial de formação política oferecido por diferentes arenas, isto é, diferentes campos de atuação política. Em sua visão as arenas oferecem oportunidades políticas que podem ser construídas a longo prazo ou de forma rápida em janelas de oportunidades. Essas oportunidades oferecem espaço para a formação de movimentos sociais e protestos. Algumas dessas oportunidades podem surgir de situações de injustiça social,

gerando um movimento contrário que se torna uma luta por justiça; A relação de movimentos sociais com a luta por justiça e contra opressões é evidente para o autor.

Nesse sentido, pode-se dizer que expulsão das famílias dos lavradores de suas terras gerou uma oportunidade política, onde a partir disso se organizaram e começaram a atuar politicamente, integrando entidades sindicais e constituindo parte de um amplo movimento de luta pela terra que tinham objetivos como reforma agrária e desapropriação de latifundiários em favor de pequenos produtores rurais.

Conclusão

Uma das conclusões que compartilho com a professora Sonia Nicolau dos Santos (1985) é que o que é central nesse conflito e guia as ações dos posseiros é a sua relação com a terra, a forma de produção familiar e as relações que desenvolveram ali, que vão integrar suas relações afetivas e identidades sociais. Quando lhes foi oferecida outra terra em um lugar distante, a maior parte dos posseiros não cogitou a possibilidade de deixar Cachoeirinha.

A expulsão dos lavradores de suas propriedades gerou uma oportunidade política (Jasper, 2016, p.30) para que pudessem se organizar e lutarem por suas terras. A presença da Fetaemg e outras entidades sindicais constituíram um complexo quando de relações políticas e sociais que angariaram força e significados às lutas.

Observa-se por fim, as consequências da especulação capitalista sobre pequenas propriedades rurais no norte de Minas que desencadeia um processo de luta e resistência que estará sempre na memória do povoado.

Referências bibliográficas

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Como estão as figuras que marcaram o regime civil-militar

Manoel Carlos Lira de Brito

Historiador

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte

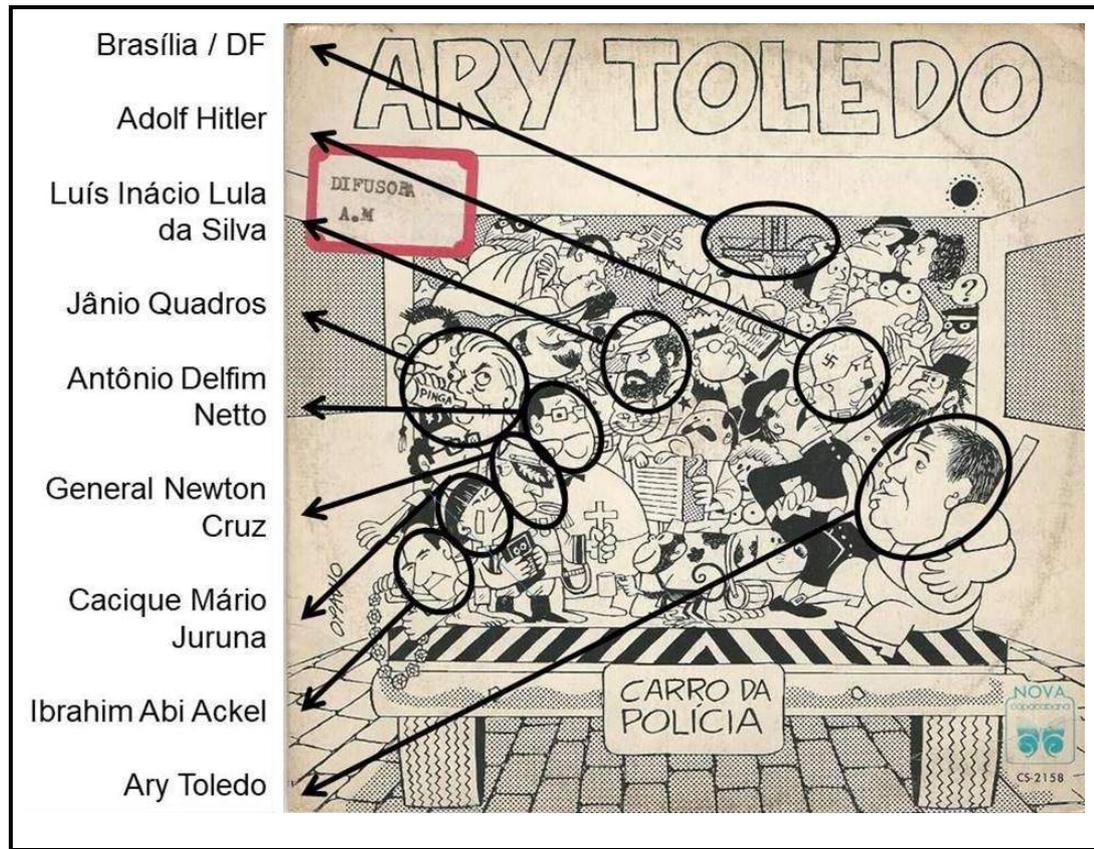
manelkk@gmail.com

Resumo: Meados da década de 1980, o Governo João Baptista Figueiredo dava seus últimos suspiros, a população vivia a transição entre o regime civil-militar, que imperou por 21 anos e dava os primeiros passos rumo a tão sonhada liberdade política e de expressão. Foi nesse cenário que o compositor Augusto César Nastari Brunetti escreveu a letra de uma música “Carro da Polícia”, um xote engraçado, cuja letra passou despercebida pela crítica durante décadas. Tenho notícias de quatro gravações dessa música, porém a mais conhecida e escolhida para a realização deste estudo é a versão lançada em disco por Ary Toledo, que inclusive inseriu mais uma estrofe no final da composição. Em toda a letra da música são citados de maneira sucinta sujeitos históricos, na estrofe anexada por Ary Toledo são citados escândalos que abalaram o período ditatorial e várias instituições financeiras que faliram no mesmo período. Nas próximas linhas o leitor vai conhecer um pouco da biografia e o que aconteceu com quatorze figuras políticas que ocuparam as manchetes dos noticiários das diversas mídias existentes nos chamados “anos de chumbo”, um período que além de estudado por diversos pesquisadores, ainda nos apresenta várias surpresas.

Palavras-chave: Carro da polícia. Música popular brasileira. Regime civil-militar.

A capa do disco é um capítulo a parte e contribuiu muito para ajudar na identificação de vários personagens que de alguma forma estiveram presentes em fatos políticos e que com o passar dos tempos deixou de ganhar destaque nas diversas formas de mídia existentes. O cartunista Otávio (1930-1995) foi o autor da capa, depois de várias pesquisas em jornais e revistas da época foi fácil associar várias figuras públicas no desenho, sendo: Luís Inácio Lula da Silva, Jânio Quadros, Antônio Delfim Netto, General Newton Cruz, Cacique Mário Juruna e Ibrahim Abi Ackel. A cidade de Brasília / DF, Adolf Hitler e o próprio Ary Toledo também aparecem na imagem.

Imagem 1 – Capa do disco Carro da Polícia.



Fonte: arquivo do autor.

Vale ressaltar o pensamento de Moraes (2000, p. 204-205) onde ele afirma que “a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história de setores da sociedade pouco lembrados pela historiografia”. Para que o trabalho apresente certa lógica, citarei as figuras públicas que aparecem na letra da música e sua relação com o período do regime civil-militar (1964-1985), os mesmos apareceram na ordem em que figuram na composição, além de demonstrar o criptônimo ou apelido do mesmo.

Um político importante (Jânio Quadros), de acordo com o CPDOC da FGV, Jânio da Silva Quadros nasceu em Campa Grande, então Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul). Advogado e professor em sua primeira eleição, em 1947, não conseguiu a quantidade de votos necessárias para obter uma das cadeiras da Câmara Municipal de São Paulo / SP concorrendo pelo Partido Democrata Cristão, porém com a suspensão do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1948, várias cadeiras ficaram vagas e ele assumiu como suplente. Daí em diante sua carreira política decolou e sua projeção foi só uma questão de tempo.

Em 190 foi eleito deputado estadual, na sequência prefeito da “terra da garôa”, Jânio passou como um rolo compressor sobre as oligarquias locais. Ficou no cargo até 1954, quando saiu para disputar o Governo do Estado, foi eleito e conseguiu recuperar a economia do Estado. Em 1960 eleito e no mesmo pleito João Goulart venceu como vice (na época as candidaturas eram independentes para cada um dos cargos).

No Palácio do Planalto Jânio iniciou o processo de reestabelecimento político com nações do bloco socialista e condecorou Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, provocando a indignação dos setores mais conservadores do governo e dos militares. Muitos historiadores consideram que o golpe civil-militar de 1964 teve início com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, o plano de Jânio era bem ousado, sua intenção ao renunciar foi a de promover uma comoção nacional e voltar nos braços do povo, como Vargas. Depois disso teve seus direitos cassados em 1964, disputou novamente o governo de São Paulo em 1982 e perdeu a eleição, seu último cargo foi de Prefeito de São Paulo. Faleceu em 16 de fevereiro de 1992.

Um índio de terno e gravata e gravador (Cacique Mário Juruna) – ou Mario Dzuruna Butsé, como foi batizado em sua tribo, foi um líder Xavante que chegou a Câmara dos Deputados como o primeiro índio a ser eleito para o parlamento nacional em 1982, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) com cerca de 31 mil votos.

Nascido em Barra do Garças, Mato Grosso, no dia 03 de setembro de 1943, se destacou na vida política uma década antes de sua eleição, época em que comprou um gravador para registrar as conversas e promessas do “homem branco” referentes a regularização de terras indígenas. Foi o responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio no Congresso Nacional. Em 1984 denunciou o empresário Calim Eid por tentar comprar seu coto no Colégio Eleitoral em favor de Paulo Maluf.

Esquecido pela mídia e abandonado pelo meio político, faleceu em decorrência de diabetes, em 17 de junho 2002. Deixou onze filhos e como diria sua filha Samantha, “uma aldeia de netos”.

Um escritor expatriado (Tabajara Ruas), gaúcho de Uruguaiana, onde nasceu em 11 de agosto de 1942, Marcelino Tabajara Gutierrez Ruas, é romancista, jornalista, cineasta, teatrólogo, roteirista de histórias em quadrinhos, televisão e cinema. Está entre os vários brasileiros a serem “convidados a deixar o país” durante a ditadura civil-militar, entre os anos de 1971 e 1981 passou por diversos países.

Durante o exílio escreveu o livro “O amor de Pedro por João”, uma de suas principais obras, é considerado pela crônica especializada como um dos 10 maiores romancistas da literatura sul-rio-grandense. Dedicou sua vida à área da publicidade e produção cinematográfica, sem nenhum tipo de participação na vida política local ou nacional.

Um delegado (Sérgio Fernando Paranhos Fleury), segundo o CPDOC da FGV, a vida do Delegado Fleury é marcada por fatos inusitados, aos 17 anos foi admitido como escrevente extranumerário no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo / DP. Mais tarde prestou concurso e ingressou na carreira de investigador, sendo classificado em primeiro lugar. Na década de 1950 se bacharelou em direito, em 1966 chegou a Delegado de Polícia, sendo novamente classificado em primeiro lugar.

Como delegado desarticulou o rufianismo na chamada “boca do lixo” na capital paulista, devido ao sucesso foi transferido para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) tendo como missão desarticular movimentos armados de esquerda. De início prendeu cerca de 900 estudantes reunidos clandestinamente em Ibiúna / SP, no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre 1969 e 1979 foi acusado várias vezes de participar de grupos de extermínios. Ficou preso por menos de um mês em uma sala especial, de onde saiu por determinação judicial e regressou à direção do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC).

Quando estava prestes a ser preso em 1973, o deputado Cantílio Sampaio conseguiu que a Lei 5.941 fosse votada e promulgada no Congresso Nacional. Essa lei entre outras coisas determina que “Se o réu for primário e de bons antecedentes, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, já se encontre preso”. Até hoje essa lei é conhecida como Lei Fleury. Em 1979 morreu afogado devido a um acidente ocorrido em seu iate, segundo a versão oficial por afogamento ao cair no mar em Ilha Bela /SP. Algumas fontes indicam que a morte do Delegado Fleury foi uma “queima de arquivo”, visto que seu corpo não foi periciado antes do sepultamento.

Um jornalista baleado (Mário Eugênio e Paulo Brandão), de acordo com Jorge (1987, p. 168) no período em que vigorou o regime civil-militar no Brasil 19 jornalistas desapareceram ou foram executados, matematicamente falando a cada 13 meses um profissional da imprensa sofreu algum tipo de atentado. Resolvi citar apenas os dois últimos jornalistas que tiveram sua vida ceifada a bala no último ano do regime, de Mário Eugênio Rafael de Oliveira e de Paulo Brandão Cavalcanti.

Oito pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público em 1985 pela morte do jornalista Mário Eugenio, ocorrido no Distrito Federal em 11 de novembro de 1984, na época o jornalista fazia denúncias sobre um grupo formado por militares que pertenciam ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército e policiais civis.

Mais de 30 tiros de metralhadora e pistola, esse foi o trágico final de vida do jornalista e Diretor-Presidente do Sistema Correio de Comunicação, Paulo Brandão Cavalcanti. Em seus editoriais o jornalista denunciava o superfaturamento na compra de caçambas pela Prefeitura de João Pessoa / PB e várias irregularidades no Departamento de Estradas e Rodagens (DER / PB). O crime foi planejado pelo Coronel reformado José Geraldo Soares de Alencar e executado por três militares da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Atualmente a gama de “jornalistas” aumentou e muito, porém segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), entre 2012 e 2014, 10 jornalistas foram assassinados, uma dúzia deles foram vítimas de tentativa de homicídio, quatro foram sequestrados e 30 sofreram ameaça de morte.

Um estudante de Direito de extrema que contesta o sistema (Luís Gonzaga Travassos da Rosa), vários foram os estudantes presos durante o regime civil-militar brasileiro, minha escolha por Luís Travassos para representar esse personagem se deu devido ao fato do mesmo ter sido Presidente da UNE, ter sido trocado pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. A época Travassos que foi aluno da PUC-SP, além de ocupar o cargo na UNE, também era integrante da Ação Popular, organização criada em Belo Horizonte, foi também um dos organizadores da passeata dos 100 mil, ocorrida no final de 1968 na capital fluminense.

Depois do exílio em Cuba e na Alemanha, Luís Travassos retornou ao Brasil em 1979 e passou a trabalhar como tradutor, ingressou no Partido dos Trabalhadores e sua morte ocorrida em 24 de fevereiro de 1982 se deu em decorrência de um acidente automobilístico ocorrido em um carro conduzido pelo amigo Aloísio Mercadante, que sobreviveu ao fato.

Um passarinho (Jarbas Passarinho), **um cardeal** (Dom Paulo Evaristo Arns), **um Esquivel Prêmio Nobel** (Adolfo Perez Esquivel). Eis que um mesmo evento envolveu estes três famosos durante o regime civil-militar, durante sua segunda visita ao Brasil, Adolfo Perez Esquivel foi preso em um evento na Ordem dos Advogados do Brasil, subseção do Rio de Janeiro, assim como havia ocorrido em sua primeira visita, quando também foi preso, Esquivel contou com a intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns para sua soltura. O então

senador Jarbas Passarinho foi visita-lo e aconselhá-lo no cárcere, citando a seguinte frase: “a anistia era importante, dizendo que sem ela não seria possível construir uma democracia. E que as Forças Armadas tinham colocado ordem no caos”.

Jarbas Passarinho foi ministro de estado quatro presidentes diferentes, foi governador do Estado do Pará e senador Biônico¹ e depois senador eleito pelo mesmo estado. Foi também um dos signatários do Ato Institucional nº 5, faleceu em 05 de junho de 2016. Dom Paulo Evaristo Arns além de religioso, era Doutor em Letras, pela Universidade de Sorbonne (França) obtendo um “Três Honorable” (nota máxima concedida em grau acadêmico pela instituição). Era um defensor dos direitos humanos, apoiou os movimentos sindicais e marcou presença no movimento das “Diretas Já”. Faleceu em 14 de dezembro de 2016. Já Adolfo Pérez Esquivel foi agraciado em 1980 com o Prêmio Nobel da Paz, arquiteto, escultor e ativista dos direitos humanos, continua vivendo na Argentina.

Um colunista social (Zózimo Barrozo do Amaral), foi um dos jornalistas mais combativos do Brasil, chegando a ser preso duas vezes devido a opiniões mais ferrenhas contra o sistema de governo. Em 34 anos de jornalismo e cobertura de eventos sociais redigiu mais de 200 mil textos, geralmente com no máximo 10 linhas, nas quais ele dizia verdades incontestáveis e que incomodava muito diversos setores da sociedade. Suas palavras eram praticamente setas pontiagudas com endereço certo. Depois de sua morte ocorrida em 18 de novembro de 1997, foi homenageado no Rio de Janeiro, na Praia do Leblon, com uma estátua em tamanho real, ao lado de sua inseparável amiga, a máquina de escrever.

Um artilheiro (Fernando Antunes Coimbra), a família Antunes Coimbra deu ao Brasil cinco jogadores de futebol sendo os mais famosos “Zico” (Arthur Antunes Coimbra) e “Edu” (Eduardo Antunes Coimbra). Porém a letra da música cita um artilheiro, e neste caso o direcionamento da pesquisa foi feito para Fernando Antunes Coimbra, o “Nando”, que foi o único jogador de futebol perseguido pelo regime civil-militar no Brasil e em Portugal, para onde foi “vendido” buscando um futuro com mais liberdade e vindo a encontrar pela frente a Ditadura de Salazar (1889-1970).

¹ Biônico, aquele que ocupa um cargo sem ser eleito, foi em 1966 que começaram a aparecer os primeiros prefeitos e os primeiros governadores biônicos. Eles assumiram o poder sem um único voto. Eram escolhidos pelos militares de plantão que mandavam e desmandavam no Brasil desde o golpe militar de 1964. O termo biônico veio do filme *O Homem de Seis Milhões de Dólares*, aquele em que o protagonista recebeu implantes cibernéticos que lhe salvaram a vida. Quem era governador biônico? Abreu Sodré, Israel Pinheiro, Negrão de Lima, Nilo Coelho, José Sarney e muitos outros.

Nando aos 18 anos era aluno da Faculdade Nacional de Filosofia e integrou o Programa Nacional de Alfabetização, coordenado pelo educador Paulo Freire (1921-1997). Quando de sua volta ao Brasil, conseguindo fugir de Portugal, no final da década de 1960 foi preso pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) juntamente com sua prima Cecília Coimbra. Nando desistiu do futebol para não prejudicar a carreira de seus irmãos Zico e Edu, em 2003 solicitou o reconhecimento junto a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de preso político da ditadura brasileira, em 2010 seu direito foi reconhecido.

Um líder sindical (Luís Inácio Lula da Silva), nascido em Garanhuns / PE, aos 06 ou 27 de outubro de 1945, a família de Lula veio para o Guarujá / SP em 1952, em 1956 foram morar na Capital do Estado. Depois de ocupar vários ofícios mais simples, formou-se como torneiro mecânico iniciando sua carreira como metalúrgico, daí para líder sindical foi um pulo. Em 1969 foi eleito suplente na chapa vencedora do pleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Quatro anos depois tornou-se primeiro secretário da instituição e três anos depois presidente do sindicato com 92% dos votos. Quatro anos depois organizou as primeiras greves no ABC Paulista, provocando a ira do Governo Federal.

Em 1980 ao organizar uma nova greve o movimento foi reprimido tendo como base a Lei de Segurança Nacional. Ele e mais sete dirigentes foram presos, no período de reclusão sua mãe faleceu e o então Delegado Romeu Tuma (1931-2010) conseguiu que o mesmo fosse levado ao velório de Dona Eurídice Ferreira de Mello. Em 1982 Lula foi candidato derrotado ao governo de São Paulo, porém dois anos mais tarde foi o Deputado Federal Constituinte mais votado naquele pleito. Perdeu três eleições antes de chegar a Cadeira do Palácio do Planalto em 2003 e ser reeleito quatro anos mais tarde. Atualmente está preso em Curitiba / PR devido a condenações em dois processos e ainda responde a mais 8 inquéritos na Justiça Federal.

Você aí das pedras (Escândalo das Joias – Ibraim Abi-Ackel), segundo Natali (1998) o escândalo foi denunciado pela imprensa depois que Mark Lewis foi preso pela alfândega norte-americana ao tentar entrar nos Estados Unidos com pedras preciosas avaliadas em dez milhões de dólares. Durante o interrogatório o contrabandista afirmou que as pedras pertenciam ao proprietário da empresa Embraime, Antônio Carlos Calvares, cliente do ex-ministro Ibraim Abi-Ackel. Vários documentos falsos foram enviados a Rede Globo, na época Abi-Ackel havia impedido a liberação de equipamentos importados pela emissora e a represália foi imediata.

Mais tarde, a justiça norte-americana inocentou a empresa de Abi-Ackel e condenou os acusadores a pagar uma indenização de cento e cinquenta milhões de dólares. Abi-Ackel ainda é vivo e sua “herança” política foi transferida ao filho, o Deputado Paulo Abi-Ackel.

Junto com o da mandioca (Escândalo da Mandioca), o escândalo aconteceu na cidade de Floresta / PE, mais precisamente dentro da Agência do Banco do Brasil daquela cidade, a cidade possui 3.644 km² e no banco foi registrada uma área de 4.748 km², ou seja para cada 3 km² de cidade havia 4 km² de área cultivada com mandioca, para a produção de álcool. A ideia era substituir o petróleo que havia subido muito de preço por um combustível renovável. Mas na verdade o que ocorreu foi o gasto do dinheiro liberado pelo Banco do Brasil com a compra de automóveis de luxo e construção de mansões.

A expectativa era não plantar nada e ao final do período alegar que a seca não permitiu que a safra ocorresse. Porém no ano em que o escândalo estourou na mídia, choveu regularmente e por este e outros motivos o Procurador Federal, Jorge de Melo e Silva, denunciou o caso e foi assassinado em uma tocaia três meses depois de iniciar o processo contra 24 pessoas, desse grupo 22 réus foram condenados a penas que variaram de dois a dez anos de prisão, entre eles o Deputado Estadual Vital Cavalcanti Novaes e dois oficiais da Polícia Militar de Pernambuco.

Seu Cruz (General Newton Cruz), nascido na Capital Fluminense em 31 de outubro de 1924, o General Newton Cruz ocupou vários cargos no Exército e no governo federal. Foi acusado da articulação de vários crimes, sendo os mais destacados, a bomba que explodiu dentro de um Puma, no colo de dois militares, no Rio-Centro na véspera da comemoração do Dia do Trabalhador, em 1981; e a morte do jornalista e proprietário da Revista “O Cruzeiro”, Alexandre von Baumgarten, ocorrido em 1982. Nunca conseguiram provar nada contra o General Cruz, alguns processos inclusive foram arquivados por decurso de prazo. Ele continua vivo e certa feita afirmou no programa Roda Vida que prefere morrer que responder na Justiça que são os responsáveis pelo caso do Rio-Centro.

Um gordinho (Delfim Netto), foi titular do Ministério da Fazenda entre 1967 e 1974, nos governos de Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Nascido na capital paulista em 1º de maio de 1928, é catedrático em Economia Brasileira, pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Ficou famoso ao defender a concentração de renda pelo governo federal com a seguinte frase: “é necessário fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”. Só que o bolo nunca foi repartido.

No período em que foi ministro o PIB brasileiro cresceu em médio 10% ao ano, instituiu a Loteria Esportiva, o atual CPF, foi embaixador do Brasil na França e ocupou por cinco mandatos consecutivos uma cadeira na Câmara dos Deputados por São Paulo. Ainda está vivo e volta e meia faz alguns comentários sobre a vida política nacional.

Na última estrofe da música várias instituições financeiras são apresentadas, sendo elas: Capeme (Agropecuária Capemi Indústria e Comércio Ltda), Coroa-Brastel (Grupo Coroa-Brastel), Haspa (Caderneta de Poupança Haspa), Sul Brasileiro (Banco Sul Brasileiro), Maisonnave (Banco Maisonnave), Comind (Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.) e Auxiliar (Banco Auxiliar). Só para se ter uma ideia havia no Brasil até o início dos anos 1980 mais de uma centena de Bancos, atualmente podemos resumir todas as instituições apenas a: Banco do Brasil, Bancob, Bradesco, Itaú, Mercantil do Brasil e Santander.

Esta é um pouco da história de brasileiros que marcaram a cena política de nosso país e que não podem cair no esquecimento, uns pela coragem de afrontar o sistema de governo e outros para que a história e a justiça façam sua parte e não os deixe cair na vala comum do esquecimento.

Referências Bibliográficas

ADOLFO Pérez Esquivel. **Prêmio Nobel de la Paz**. Disponível em: <<http://www.adolfoperezesquivel.org>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

AGORA Paraíba. **Morte de Paulo Brandão**: crime que tentou silenciar o Correio completa 29 anos. Disponível em: <<http://www.agorapb.com.br/2013/12/morte-de-paulo-brandao-crime-que-tentou.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ARAS, Vladimir. O Escândalo da Mandioca. **Blog do Vlad**. 2012. Disponível em: <<https://blogdovladimir.wordpress.com/2012/03/02/o-escandalo-da-mandioca/>>. Acesso em 24 out. 2015.

BIBLIOTECA. **Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRANCHER, Ana; DE SOUZA, Fábio Francisco Feltrin. Políticas na exterioridade – notas sobre o exílio de escritores latinoamericanos. **Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 15, n. 20, p. 217, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p205/9531>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL, Billy. Zózimo Barrozo do Amaral. **Recanto das Letras**. 2014. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/4768765>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973**, que altera os artigos 408, 474, 594 e 596, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

CÂMARA dos Deputados. **Conheça os deputados**. Biografia. Mário Juruna. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123254&ti po=0>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CARMO, Maria do. Entrevista. Nobel da Paz: Dom Paulo Arns me salvou duas vezes da ditadura brasileira. Buenos Aires: 2014. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411_esquivel_mc>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas**. A trajetória política de João Goulart Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas**. Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-fernando-paranhos-fleury>>. Acesso em 15 maio 2019.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas**. Luís Travassos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/travassos-luis>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DO DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça et al. O processo "Mário Eugênio". **Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, v. 1, n. 2, p. 519-548, 1985.

ECONOMIA e negócios. No banco dos réus. Assis Paim depõe na polícia, culpa o governo pela quebra da Coroa, mas se nega a falar sobre a emissão de 418 bilhões de cruzeiros em letras frias. **Revista Veja**, ed. 788, p. 93-105, 1983. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33760?page=105§ion=1>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

GLOBOESPORTE.com. Esporte Espetacular – Nando, irmão de Zico, revela detalhes da perseguição que sofreu na ditadura. **Globo.com**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2011/10/nando-irmao-de-zico-revela-detalhes-da-perseguido-que-sofreu-na-ditadura.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GRACIANI, Maria Regina Ribeiro. EVARISTO ARNS, D. PAULO. Da Esperança à Utopia. Testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, ISBN 85-86796-93-X, 479 p. **REVISTA DE TEOLOGIA (RevEleTeo)**, v. 8, n. 14, p. 318, 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/21569/15818>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GUARIGLIA, Alexandre; RODRIGUES, Bruno. A caça a um Antunes Coimbra que não era Zico. In: **Bola de Chumbo**. São Paulo: s/d. Disponível em: <<http://impedimento.org/a-caca-a-um-antunes-coimbra-que-nao-era-zico/>>. Acesso em: Acesso em: 15 mai. 2019.

IBGE. Cidades. Pernambuco. **Floresta**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260570&search=pernambuco|floresta>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

JEKUPE, Olívio. Roubaram o gravador do Juruna. **Tellus**, ano 10, n. 19. Campo Grande: jul/dez, p. 225-228, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=VM9BVuvoGZOq8we7nojYCQ&gws_rd=ssl#q=Roubaram+o+gravador+do+Juruna>. Acesso em: 15 mai. 2019.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira**. São Paulo: Vozes, 1987. p. 168.

LIZ, Batista. Bombas no Rio-Centro. **Acervo Estadão**. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,bombas-no-riocentro,9749,0.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Memória Globo. Caso Baumgarten. **Globo.com**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/caso-baumgarten/caso-baumgarten-a-historia.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Memorial da Democracia. Instituto Lula. **Bomba no Rio-Centro implode terror militar**. Disponível em: <<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/bomba-no-riocentro-implode-terror-militar>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MEMORIAL da Democracia. **Instituto Lula**. Procurador morre ao apurar fraude. Jorge de Melo e Silva denunciou caso conhecido por Escândalo da Mandioca. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/procurador-morre-ao-apurar-fraude>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MINISTÉRIO da Fazenda. **Antonio Delfim Netto**. Disponível em: <<http://fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/antonio-delfim-netto>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 203-221. 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28422/S0102-01882000000100009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MORALES, Pedro Paulo Galindo. Coroa Brastel: Uma história de sucesso que acabou mal. **Falando de Gestão**. Disponível em: <<http://falandodegestao.com/2011/09/27/coroe-brastel-uma-historia-de-sucesso-que-acabou-mal/>>. Acesso: 13 nov. 2015.

NATALI, João Batista. Ackel é inocente no caso das turmalinas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj31129816.htm>>. Acesso em: Acesso em: 15 mai. 2019.

NUNES, Diogo. O caso do contrabando de pedras preciosas. 2011. **Kanalhas do Brasil**. Disponível em: <<http://kanalhasdobrasilnuncaesquecer.blogspot.com.br/2011/07/o-caso-do-contrabando-de-pedras.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIBEIRO, Belisa. **O Estilo Zózimo de Ser. Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 16/11/01. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp21112001993.htm>>. Acesso em: Acesso em: 15 mai. 2019.

ROMANO, Rogério Tadeu. **A fraude no Balanço de Instituição Financeira. 2015.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42902/a-fraude-no-balanco-de-instituicao-financeira>>. Acesso em 13 de nov. 2015.

SENADO Federal. **Jarbas Passarinho.** Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1764>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

UOL Educação. **Biografias.** Antônio Delfim Netto. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/antonio-delfim-netto.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

UOL Educação. **Biografias.** Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,100-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

VILLAS, Alberto. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Morta, 2012.** Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=fdU4RXPsdwC&printsec=frontcover&dq=:+Pequeno+Dicion%C3%A1rio+Brasileiro+da+L%C3%ADngua+Morta&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMIrofBzNqJyQIVy4WQCh3VVwO7#v=onepage&q=%3A%20Pequeno%20Dicion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngua%20Morta&f=false>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ZÓZIMO Barrozo do Amaral. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ZozimAml.html>>. Acesso em: Acesso em: 15 mai. 2019.

A vigilância do SNI sobre o movimento negro brasileiro (1978-1985)

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares
Mestranda em História
UFPB
terezadantas92@hotmail.com

Resumo: Esta proposta de comunicação discute a vigilância da ditadura militar, especialmente, do Serviço Nacional de Informações (SNI), ao movimento negro brasileiro, entre 1978 e 1985. O ano de 1978 é considerado um marco na história do “movimento negro contemporâneo” do Brasil devido ao surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que, no ano seguinte, em 1979, passaria a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU), “entidade que existe até hoje com representações em vários estados do país, e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades” (PEREIRA, 2010, p.165). Desta forma, buscamos observar, mediante a análise de documentos produzidos por órgãos da ditadura militar, como os militares enxergavam o movimento negro brasileiro. Para tanto, partiremos da apresentação de algumas questões sobre o movimento negro no período e, em seguida, utilizaremos de documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife para observar a atenção despendida pelos militares a tal movimento. A respeito da fonte utilizada, é importante destacar que o Fundo SNI – Agência Recife totaliza 5.536 mil documentos produzidos entre os anos 1979 e 1985, relativos aos estados sob responsabilidade da referida agência regional: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Ditadura militar, SNI, Movimento negro.

Como mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB), pesquiso a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sob os políticos e militantes de organizações de esquerda no Estado da Paraíba, durante os anos da ditadura militar brasileira (1964-1985). A principal fonte utilizada em minha pesquisa são os documentos do Fundo SNI – Agência Recife, dentre os quais, identifiquei alguns que versavam sobre movimento negro e/ou população negra no Brasil. Desta forma, devido a identificação e análise destes documentos e, em decorrência das discussões desenvolvidas em disciplina cursada no PPGH/UFPB no ano de 2018¹, observei a possibilidade de empreender um texto sobre a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o movimento negro brasileiro. Nesse sentido, partirei da apresentação de algumas questões sobre o movimento negro no período da ditadura militar e,

¹ Disciplina “Tópicos Especiais em História Social e Intelectuais na Diáspora Africana: do global ao local” ministrada pelas professoras doutoras Solange P. Rocha e Surya Barros, durante o período 2018.2 do PPGH/UFPB.

em seguida, utilizarei de documentos produzidos pelo SNI², para observar a atenção despendida pelos militares a tal movimento.

Segundo o pesquisador Petrônio Domingues (2007; 2008), o movimento negro brasileiro divide-se em três fases: uma primeira, entre 1889 e 1937; a segunda, entre 1945 e 1964; e, uma terceira, entre 1978 e 2000. Esta terceira fase, é justamente o foco deste trabalho que, delimita sua periodicidade entre 1978 a 1985 devido duas questões. Primeiramente porque, segundo a bibliografia consultada, o ano 1978 é um marco na história do “movimento negro contemporâneo” do Brasil, sendo em 18 de junho criado em São Paulo o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que, em 23 de julho do mesmo ano receberia o acréscimo da palavra “Negro”, passando a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e, em 1979, mudaria sua nomenclatura novamente, chamando-se agora Movimento Negro Unificado (MNU), “entidade que existe até hoje com representações em vários estados do país, e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades” (PEREIRA, 2010, p. 165). Em segundo lugar, a escolha do intervalo de tempo proposto, também decorre do período de produção dos documentos analisados neste trabalho, pois, os mesmos possuem data de criação entre os anos de 1979 e 1985.

A respeito dos documentos utilizados, é importante destacar que o Fundo SNI – Agência Recife totaliza 5.536 mil documentos produzidos entre os anos 1979 e 1985, relativos aos estados sob responsabilidade da referida agência regional: Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Tais documentos foram produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) ou por demais Órgãos de Informações (OI). Os dados colhidos pelos últimos, eram enviados ao Serviço que, por sua vez, era responsável pela centralização de todas as informações consideradas importantes para a Segurança Nacional. O SNI apresentava tais informações ao executivo federal e posteriormente as difundia aos órgãos de informação e de segurança para execução de demais ações repressivas, bem como, as difundia aos demais órgãos e setores que solicitassem informações sobre alguém ou algo, como quando da contratação de funcionários por exemplo. Assim, os efeitos da vigilância do SNI poderiam ser imediatos ou mesmo futuros.

² Principal órgão de informação de contrainformação da ditadura militar (nos dias de hoje são entendidas como atividades de inteligência). Criado em 13 de junho de 1964 pela Lei Nº 4.341. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

Destarte, adentrando à temática do movimento negro, temos que o lançamento do MUCDR, ocorreu em ato público em São Paulo no dia 7 de julho de 1978, um protesto contra a discriminação racial sofrida por quatro jovens negros em um clube paulista e à morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo. Na ocasião, foi lançada a “Carta aberta à população”³ que, pode ser resumida pelas frases de ordem: “Contra a discriminação racial. Contra a opressão policial. Pela ampliação do movimento. Por uma autêntica democracia racial” (PEREIRA, 2010, p. 164). A Carta aponta o caráter de união na luta antirracista proposta pelo movimento; união e luta que deveriam ocorrer em todos os ambientes em que a população negra e suas expressões culturais se fizessem presentes; com uma clara intenção de informar, conscientizar e organizar a população negra em um grupo forte e combativo dentro dos diversos setores da sociedade brasileira (PEREIRA, 2010, p. 164).

O surgimento do MUCDR e suas denominações posteriores, resulta de uma rearticulação das organizações e lideranças negras da primeira metade da década de 1970. Nem todos os grupos presentes no ato de 1978 tiveram contato com as iniciativas mais antigas de organização da população negra, como a Frente Negra Brasileira (FNB)⁴ por exemplo. As informações e relações se intensificaram ao passo que se ampliavam as próprias redes de relação entre os grupos negros (PEREIRA, 2010, p. 165).

Desde a sua fundação o MUCDR buscou aproximação com outros setores da sociedade brasileira. Logicamente, a primeira intenção foi dialogar com as comunidades afro-brasileiras onde estivessem. Como um segundo intuito, tendo em vista o contexto político do período, o MUCDR buscou integrar-se aos debates democráticos como a campanha pela anistia política em 1978 e 1979, e a campanha das “Diretas-Já” em 1984, “visando ampliar a discussão do racismo e conquistar simpatizantes para sua causa” (KÖSSILING, 2007, p. 223).

Segundo Petrônio Domingues (2007), a rearticulação das organizações e lideranças negras daquele período viveria o seu ápice em 1979 com o MNU que, por sua vez, contaria com algumas influências externas e internas para sua formação:

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações

³ A “carta” foi alvo de “averiguação por parte do Cisa”, o Centro de Informações da Segurança da Aeronáutica. Ver: LOPES, 2016, p.248-267.

⁴ Fundada em 1931 foi a mais importante entidade negra do Brasil na primeira metade do século XX. Estava presente em vários estados do Brasil e proporcionava atividades socioeducativas e culturais, cursos de formação política, bem como, também era responsável pela publicação do jornal “A Voz da Raça” que funcionou entre 1933 e 1937. Em 1936 a FNB tornou-se partido político, mas, em virtude da ditadura do Estado Novo, a organização foi extinta em 1937. (DOMINGUES, 2007, p.101-124).

negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial.

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira (DOMINGUES, 2007, p. 112-113).

Nesse sentido, uma das principais estratégias de mobilização do movimento negro entre as décadas de 1970 e 1980 eram as reuniões de estudo e discussão sobre as lutas históricas dos negros no Brasil, na África e nos Estados Unidos. Boa parte destas reuniões eram organizadas por uma “elite intelectual negra que desempenhou uma função pedagógica”, estes, eram fruto do “boom do ensino universitário privado, responsável por um grande número, proporcional, de negros graduados.” (SANTOS apud PEREIRA, 2010, p. 175). Contudo, esse ingresso de negros e negras no ensino superior, proporcionado, em parte pelos ganhos decorrentes do chamado “milagre econômico brasileiro”⁵, não foi suficiente para dissolver as desvantagens decorrentes do racismo estrutural no Brasil nem as desigualdades sociais, que foram acentuadas ao longo do mesmo “milagre”.

Também devido essa formação universitária de alguns dos integrantes do movimento negro, estes acabavam tendo contato com o movimento estudantil, em especial a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, mesmo na ilegalidade desde 1964 estava presente clandestinamente no meio estudantil brasileiro com influência de movimentos trotskistas e católicos, sendo fundamental na luta contra a ditadura militar. Neste meio também existia a influência das organizações de esquerda, algumas com ligações com a UNE, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento

⁵ Período entre 1967 e 1973 em que o Brasil alcançou altas taxas de crescimento econômico, resultado de uma conjuntura econômica internacional favorável e da política adotada pelos governos militares de até então para a economia. Contudo, os altos índices de concentração de renda seriam um reflexo das políticas econômicas na sociedade brasileira.

Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo os dois primeiros a “questão racial” em seus programas.

Contudo, a mais importante organização de esquerda para o movimento negro no período da ditadura militar foi a Convergência Socialista (CS). Tendo origem em 1974 após a fusão de militantes trotskistas e organizações de operários, sua primeira convenção nacional ocorreu apenas em 1978. Com maioria de estudantes e de sindicalistas, a organização demonstrava apoio aos sindicatos e suas greves entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Mais tarde, a CS seria fundamental na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

Na luta contra o regime militar, os militantes negros entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência a política autoritária dos militares. (...). A partir da atuação do MNU seus militantes realizaram debates sobre os problemas sociais que afetavam os afro-descendentes e começaram a exigir posicionamento e propostas das organizações político-partidárias a cerca de suas reivindicações e problemas sociais: “[...] *todas as organizações políticas do país, hoje, tem que ter um posicionamento sobre a questão racial.*” (KÖSSILING, 2007, p. 225).

Desta forma, tendo em vista o período de ditadura militar, que era marcado pela forte influência da Doutrina de Segurança Nacional na organização e atuação do Estado brasileiro, a relação entre segmentos do movimento negro e organizações de esquerda já era mais do que o suficiente para manter os Órgãos de Informações (OI), mais especificamente o Serviço Nacional de Informações (SNI), com olhos e ouvidos de vigilância. Soma-se a isto, o fato de que tanto a Lei de Segurança Nacional de 1969⁶ quando a de 1978⁷, previam prisão como punição para o crime de incitação “ao ódio ou à discriminação racial”.

Todavia, mesmo existindo uma significativa relação entre os movimentos negros do período, principalmente o MNU a partir de 1979, e organizações de esquerda, é importante esclarecer que:

Ainda que muitos dos integrantes do movimento negro contemporâneo tenham abraçado a ideologia comunista como uma ação política de combate às desigualdades sociais – originárias a partir do regime da escravidão, como alguns militantes costumam falar, “esta luta existe desde sempre” (LOPES, 2016, p. 259).

⁶ Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10510.htm Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

⁷ Lei nº 6.620 de 17 de dezembro de 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620.htm Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

Destarte, a reorganização dos movimentos negros em torno do MNU entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, coincide justamente com o período da chamada “distensão” política (1974-1979) e, posteriormente, “abertura lenta, gradual e segura” da ditadura militar (1979-1985). Contudo, isso não significou o abrandamento da vigilância dos Órgãos de Informação (OI) aos movimentos negros, como veremos pelos documentos. De forma que, em uma primeira pesquisa ao Fundo SNI – Agência Recife em busca de documentos que tratassem direta ou indiretamente de movimento negro ou da população negra no Brasil, foram identificados 17 (dezessete) documentos abordando a temática, dos quais selecionamos alguns para analisarmos individualmente a seguir.

Assim, iniciamos pela “Informação” nº1071, que apresenta como assunto o “I Encontro da Cultura Negra Brasileira” ocorrido entre os dias 04 e 10 de novembro de 1978, na cidade de Natal/RN. Este documento merece destaque não apenas porque trata da vigilância à um evento, mas também, porque o primeiro corpo documental a respeito do mesmo foi uma resposta da Assessoria de Segurança e Informações (ASI)⁸ da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a um “Pedido de Busca (PB)” sobre o encontro que teria ocorrido com o apoio do “Jornal Diário de Natal – Rádio Potí e UFRN, esta através do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/Curso de História”. De forma geral, a resposta da ASI/UFRN e o documento “Informação” da Agência Recife possuíam as mesmas informações, contando o último com análises feitas pelo agente responsável por sua produção, além de anexos (FUNDO SNI; ARE_ ACE_177_79_002; 1978).

Os tipos documentais presentes chamam atenção para as discussões sobre a situação do negro na sociedade de então, com conotações que, segundo escrita presente nos documentos, “denotavam um certo racismo”, pois, induziria à população negra a “adquirir consciência de raça”. Nesse sentido, consta no documento:

Evidenciou-se em cada dia uma movimentação surda, lenta e gradual mas firme e decidida no sentido de mudar profundamente todo o lastro cultural brasileiro sobre o homem de cor. Essa mudança está sendo manipulada por um grupo de intelectuais, sociólogos e estudiosos do assunto. Acham que tem de haver uma alteração radical na cultura nacional, posto que, segundo dados da ONU, a população do BRASIL é composta, no seu todo, de mais de 50% de negros. Afirmam inclusive que o negro no BRASIL é simplesmente manipulado e relegado a segundo plano, formando-se grupos de cidadãos de segunda classe no contexto social da Nação; que o BRASIL é a maior nação africana fora da ÁFRICA; que o negro brasileiro construiu o País econômica e culturalmente; e que o negro precisa despertar como ser

⁸ Órgão setorial de informações presente nos órgãos dos ministérios civis, como universidades, fundações e empresas públicas.

político, com reivindicações específicas, pois continua sem representatividade e sem voz. Enfim, tenta-se com tais movimentos e afirmações formar uma conscientização nacional de que o negro é diferente, provocando e criando no seio da sociedade brasileira um clima de separatismo entre irmãos, com o surgimento lento e gradual de forma sub-reptícia de um racismo deliberado e indesejável. Não se deve permitir que surjam afirmações tais como a de que "um legítimo governo de maioria no BRASIL teria de contar essencialmente com a presença marcante do negro" (FUNDO SNI; ARE_ ACE_177_79_001; 1979).

Outro documento a ser destacado é a “Informação” nº1029 que trata do Movimento Negro Unificado (MNU). Este evidencia logo em suas primeiras linhas qual o entendimento dos militares sobre movimento negro, ao classificar o MNU como “um novo ponto de interesse da subversão no País” e que praticaria a “exploração do tema racismo, procurando demonstrar a sua existência e colocar o negro brasileiro como motivo de discriminação” (FUNDO SNI; ARE_ ACE_687_80; 1979).

De forma geral, o documento centra-se no movimento negro atuante na Bahia, apresenta um panorama geral do MNUCDR, mesclando a exposição de fatos ocorridos, como reuniões e eventos do movimento negro, com a análise dos mesmos feita pelo órgão responsável pelo documento, o IV Exército. Dentre os eventos e ações que teriam ocorrido na Bahia no ano de 1978, são destacados no documento os seguintes: a IV Semana de Debates sobre a problemática do negro brasileiro; a “moção de solidariedade” do Movimento Negro de Salvador (MNS), que seria formado pelos grupos “Ialê, Malê, Zumbi, Iliaiê, Cultural Afro-Brasileiro”, ao ato público contra o racismo que ocorreu em São Paulo organizado pelo MUCDR; o festival Cultura Negra; ciclo de palestras organizado pelo “Núcleo Cultural Afro Brasileiro” com intuito de unificar a luta contra o racismo de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia; o primeiro Seminário sobre a História política e Social do Negro no Brasil; a 3ª Assembleia Nacional do MNUCDR; “um ciclo de debates de intercâmbio cultural, visando tratar das diretrizes do “Festival de Artes Negras” (FUNDO SNI; ARE_ ACE_687_80; 1979).

É interessante observar que este documento originado no IV Exército indica sua difusão por outros setores além da Agência Central do SNI em Brasília, como: o Centro de Informações do Exército (CIE), o 7º Regimento Militar e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do próprio IV Exército. Esta situação sugere que as informações contidas no documento eram de grande interesse dos Órgãos de Informações, ou seja, estas informações disponíveis sobre o Movimento Negro Unificado deveriam circular

imediatamente pelo Sistema Nacional de Informações (SISNI)⁹, do qual os órgãos acima citados faziam parte.

Por fim, sobre o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial na Bahia (MNUCDR/BA), tem-se que:

Firmando-se na liderança (...), o Núcleo Afro-Brasileiro patrocinou, entre 20 Set e 05 Out 78, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), o primeiro Seminário sobre a História Política e Social do Negro no Brasil.

As palestras a cargo de professores da UFBA e os debates apresentaram as seguintes características:

- Toda a argumentação utiliza como premissa básica o chamado "mito da democracia racial no BRASIL", cuja comprovação sequer é cogitada;
- a análise do "problema do negro" procura adaptar-se a crítica marxista da sociedade brasileira;
- nessa análise, notam-se duas tendências: uma, dominante, porém com argumentos pouco convincentes (pela dificuldade em justificar causas unicamente sociológicas), que define o problema como apenas racial. A outra, minoritária, coloca-a no contexto da luta de classes, dando-lhe conotação econômica. (FUNDO SNI; ARE_ACE_687_80; 1979).

Já na "Informação" nº226, o assunto é o "II Encontro de Negros do Norte e Nordeste" que, teria ocorrido em João Pessoa/PB entre os dias 4 e 6 de setembro de 1982. São citados como participantes do evento o Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires; o coordenador do Encontro e representante do Movimento Negro de João Pessoa, Gilvando dos Santos; além de representantes do Movimento Negro dos estados de Maranhão, Pernambuco, Bahia, Alagoas e São Paulo. Consta também no documento, a informação de que as atividades do evento seriam realizadas conforme divisão temática, sendo estas: "empregada doméstica, o negro e as religiões, o negro na educação brasileira, memorial Zumbi, o negro e o sexo, a violência policial" (FUNDO SNI; ARE_ACE_3599_82; 1982).

Em outro documento, a "Informação" nº221, a temática do movimento negro consta como um dos "Fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileiras", especificamente, no tópico "Preconceitos racial e religioso. Entidades e/ou pessoas envolvidas". Seguindo mesma linha já evidenciada em outros documentos, classifica-se como "preconceito racial" a realização de um debate organizado pelo Movimento Negro

⁹ Criado em 1970 com a finalidade de organizar e tornar mais homogêneo e efetivo todo o setor de informações do regime militar. O SISNI era formado pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis (Divisão de Segurança e Informações, Assessoria de Segurança e Informações e/ou Assessoria Especial de Segurança e Informações); os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CENIMAR, CIE, CISA, dentre outros); o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM); e outros órgãos setoriais, "acessórias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais".

Unificado de Pernambuco no dia 13 de maio de 1983, na Faculdade de Filosofia do Recife (FUNDO SNI; ARE_ ACE_5612_83; 1983).

Visando encerrar as exposições de documentos, temos a “Informação” nº167, cujo assunto é o “IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste” realizado em Maceió entre os dias 21 e 23 de junho de 1984, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O evento teria contado com a presença de representantes da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Pará e Amazonas e, teria contado com o apoio das entidades: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFAL; da Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas; União das Mulheres de Maceió e da Associação Cultural Zumbi de Alagoas (FUNDO SNI; ARE_ ACE_6284_84; 1984). Destaca-se que:

O tema central do evento foi a necessidade da revogação da Lei Afonso Arinos, vista pelos oradores como “ineficaz por não punir as discriminações racistas ocorridas no País”, substituindo-a definitivamente pelo Projeto de Lei nº1661-A, de autoria do Deputado Federal PDT/RJ Abdias do Nascimento, caso aprovado.

O referido projeto determina a pena de 06 a 15 anos de reclusão pelo crime de “lesa-humanidade”, conforme nele foi cognominada a prática de racismo. (FUNDO SNI; ARE_ ACE_6284_84; 1984)

Fica claro pela riqueza de informações nos documentos que tratam da realização de eventos pela comunidade negra e sobre a mesma, que o Serviço Nacional de Informações (SNI) e demais Órgãos de Informações (OI) realizavam vigilância à eventos de tal natureza. Tendo em vista que a tática de infiltrar agentes era uma prática comum dos órgãos de informações e segurança da ditadura militar, podemos conjecturar a existência de infiltrados no movimento negro ou, pelo menos, de informantes em seus eventos.

Portanto, analisando de forma geral os documentos do Fundo SNI – Agência Recife acerca do movimento negro, a existência e configuração dos mesmos indicam que o essencial para o SNI era, como também verificado com relação à vigilância a outros grupos, ter conhecimento sobre todos e tudo que se enquadrasse como “perigo” à Segurança Nacional. As especificidades, no caso da vigilância ao movimento negro e comunidade negra em geral, eram três: a questão de relação, mesmo que em níveis variados, de proximidade com organizações consideradas “subversivas”; a identificação, por parte dos agentes de informação, de agitação social, ou seja, os movimentos, comunidades, grupos, etc., seriam responsáveis por ações que de diversas formas “engajavam” e “agitavam” a população negra em encontros, reuniões de bairro, festas, dentre outros; e, a referência à questões de

“discriminação racial”, fica claro a percepção do SNI de que o movimento negro organizado, pregaria o “antagonismo social” entre a população brasileira.

Com um discurso marcado pelo nacionalismo autoritário dos militares que, buscava apagar ou mascarar as divisões sociais e garantir uma homogeneidade social, os militares assumiam, conscientemente ou não, a “clássica” ideia da “democracia racial” brasileira. Assim, pelo discurso presente nos documentos do SNI, fica evidente que na visão da ditadura militar, todo o movimento negro, em especial o MNU por congregar vários grupos e por ter um caráter político, seriam prejudiciais à ordem pública que os militares defendiam e, também por isso, era necessário vigiá-los, para garantir a “harmonia racial” a qual o Brasil seria propenso e eliminar a crítica e a diversidade que o movimento negro do período trazia consigo. O racismo, que os agentes do SNI inculpavam ao movimento negro, na verdade, estava presente no discurso e na prática das atividades de informações e de segurança da ditadura militar, ao classificarem e tratarem tais movimentos legítimos como empecilhos à suposta “harmonia racial e social do Brasil”.

Fontes

FUNDO SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Referências Bibliográficas

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos. **Revista Tempo do Departamento de História da UFF**, v. 12, 2007, p.100-122.

_____. Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, v. 21, 2008, p. 101-124.

LOPES, Carla. Movimento Negro e ditadura civil-militar: muitas questões com poucas respostas. In: STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente (orgs.). **Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de estado de 1964 e a (re)construção da democracia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016, p.248-267.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) - UFF, 2010, 268p.

KÖSSILING, Karin Sant’Anna. **As lutas anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) - USP, 2007, 314p.

Reflexões sobre a atuação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade

Natália Aparecida Godoy da Silva¹
Mestranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
nataliajfm@gmail.com

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem se debruçado sobre a participação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante 2012 a 2014, período de atuação desta comissão. O presente trabalho se interessa por compreender as atividades dos historiadores na CNV no período mencionado, procurando apreender a organização das atividades de pesquisa desta comissão, os limites enfrentados pelos historiadores e as contribuições de suas atividades para o relatório final de tal comissão. Os resultados desta pesquisa serão apresentados em diálogo com as reflexões sobre as potencialidades e desafios da escrita da história do tempo presente e do lugar público do historiador com o intuito de apontar aproximações entre estes dois campos e as atividades dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade.

Palavras-chave: História Pública, Comissão Nacional da Verdade, História do tempo presente.

Introdução

A Comissão Nacional da Verdade foi sancionada pelo Estado brasileiro em novembro de 2011, através do Decreto-lei 12.528. Esta comissão deveria investigar as graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado ou agentes a seu serviço entre 1946 a 1988 e identificar os locais de ocorrência dessas violações. ²Entretanto, as investigações desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade concentraram-se no período da ditadura civil-militar (1964-1988), pois foram encontradas práticas sistemáticas de violações dos direitos humanos nesse período (BRASIL, 2014a, p.41).

A ditadura civil-militar foi um regime autoritário instalado a partir de um golpe civil-militar em abril de 1964. A partir dessa data, o país vivenciou durante vinte e um anos a suspensão da democracia e tradições e práticas autoritárias que se desdobraram na repressão desencadeada a diversos segmentos opositores ao novo regime (REIS FILHO, 2014, p.17).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento- 001.

²Este recorte temporal foi adotado em respeito ao artigo oitavo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que concede anistia aos atingidos por atos de exceção entre 1946 a 1988 (QUINALHA, 2013).

Dessa forma, a criação da Comissão Nacional da Verdade começou a ser discutida pelo governo federal quase trinta anos após a transição democrática. A sua criação simbolizou o reconhecimento pelo Estado da existência de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar e uma tentativa institucional de esclarecê-las. A forma com que o regime civil-militar foi tratado pelo Estado desde a transição democrática, no final dos anos 1970, gerou o seu esquecimento por parte do Estado, o desconhecimento por parcela significativa da população e a permanência de práticas autoritárias na atuação de forças de segurança de estados e municípios.³

A Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente pela presidenta Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Nesta cerimônia, a presidenta empossou os membros previamente escolhidos por ela para compor essa comissão: José Carlos Dias, José Paulo C. Filho, Rosa Maria C. da Cunha, Claudio Fonteles e Gilson Dipp, Paulo Sérgio Pinheiro e Maria Rita Kehl. A maioria dos escolhidos tinha formação em Direito, apesar da recomendação do Decreto-lei 12.528 em relação à necessidade da composição pluralista da comissão (DUAILIBI, 2014, p.18).

A CNV operou entre maio de 2012 a dezembro de 2014 e produziu um relatório com resultados de suas investigações e recomendações para a justiça de transição no Brasil. Além dos membros, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram desenvolvidos por uma rede de profissionais com formações diversas, entre as quais cientistas sociais, jornalistas, advogados e historiadores. Estes últimos foram nomeados ou contratados para ocupar cargos destinados à pesquisa e assessoria, conforme será apresentado neste trabalho.

A criação da Comissão Nacional da Verdade despertou debates entre os historiadores brasileiros acerca das potencialidades e riscos da participação destes profissionais em tal organismo. O debate se dividia entre os que afirmavam as contribuições do trabalho do historiador para a Comissão Nacional da Verdade e aqueles que viam a participação dos historiadores em tal organismo como comprometedor para o ofício do historiador. Nesse contexto, também foram crescendo reflexões sobre a intervenção deste profissional em espaços públicos para além de comissões da verdade.

Tais indagações permaneceram após o encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade devido a uma conjuntura de criminalização do ensino de história, questionamento do conhecimento científico e discursos negacionistas acerca da escravidão e

³ Sobre o processo de transição democrática brasileiro, ver: HOLLANDA, 2013; PINTO; PALOMARES, 2013, HOLLANDA; PERLATTO, 2017.

da ditadura civil-militar. Sendo assim, o trabalho discorrerá sobre as atividades desenvolvidas por historiadores na Comissão Nacional da Verdade, suas contribuições e limites enfrentados. Parte-se da hipótese de que a formação adquirida pelos historiadores para a análise de fontes e a experiência no estudo de temáticas relacionadas à ditadura civil-militar, arquivos e outros projetos voltados para a justiça de transição contribuiu para os trabalhos desenvolvidos pela CNV.

A primeira seção do trabalho se debruçará sobre a influência da Comissão Nacional da Verdade em debates sobre a escrita da história do tempo presente e intervenção pública do historiador. Em seguida, se discorrerá sobre as atividades dos historiadores na CNV, contribuições e limites vivenciados. Ambos serão explorados a partir de questionários respondidos por historiadores que atuaram na CNV. Portanto, almeja-se captar a experiência dos historiadores e percepções sobre seu papel nessa comissão.

O historiador na esfera pública: contribuições e riscos

No Brasil, os debates sobre a atuação de historiadores em espaços públicos foram impulsionados pela criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Carlos Fico iniciou as reflexões, ao afirmar que os historiadores não deveriam participar da CNV pelo risco de tal comissão produzir uma narrativa oficial em detrimento de interpretações plurais, sendo que estas últimas estão presentes no ofício do historiador (FICO, 2011).

A Associação Nacional de História, ANPUH, publicou uma nota na qual ressaltou a importância da participação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade, pois, segundo a entidade, os historiadores teriam uma formação teórico-metodológica que contribuiria para a compreensão da Ditadura Civil-Militar pela “luz da história”, uma vez que somente a memória não seria suficiente para compreender aquele período. A entidade também observou que os historiadores brasileiros eram profissionais reconhecidos internacionalmente, muitos pesquisavam a história do tempo presente e, portanto, poderiam contribuir para o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (ANPUH, 2012).

As indagações foram crescendo e incorporaram reflexões sobre o papel do historiador em espaços públicos não necessariamente voltados para a ditadura civil-militar. As variadas vertentes da *história pública*⁴ entraram para os debates, por meio da realização do curso

⁴ Por *história pública* compreende-se “[...] a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público [...]; a história feita *pele* público [...]; e história *e* público (que abarcaria a reflexividade e autorreflexividade do campo). [...]” (SANTHAGO, 2016, p.28).

Introdução à história pública na Universidade de São Paulo, em 2011. Esta formação tinha o intuito de abordar como o historiador pode se inserir em espaços públicos como arquivos, rádio, televisão e outras mídias e como realizar divulgação científica através da pesquisa histórica (SANTHIAGO, 2016, p.26-27). O curso gerou a publicação do livro *Introdução à história pública*, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai no ano seguinte (ALMEIDA, ROVAI, 2012).

Em 2012, se realizou o primeiro Simpósio Internacional de História Pública: *A história e seus públicos*, na Universidade de São Paulo e como desdobramento deste simpósio, fundou-se a Rede Brasileira de História Pública (RBHP), que têm produzido simpósios e publicações sobre o tema.⁵ O cenário brasileiro atual tem sido marcado por discursos negacionistas e revisionistas a respeito da ditadura civil-militar, tentativas de criminalização do ensino de história e de desqualificação da história enquanto ciência. Diante desse contexto, permanecem os debates sobre a atuação do historiador em espaços públicos, nos quais se incluem as comissões da verdade.

As indagações abarcam perspectivas que veem a participação de historiadores em comissões da verdade como arriscada para o ofício do historiador (FICO 2012, FICO, 2013) e reflexões que argumentam que “[...] o trabalho do historiador não se reduz à observância de uma série de métodos e procedimentos de caráter científico ou formal, chamando a atenção para os aspectos éticos e políticos intrínsecos à representação do passado” (SORGENTINI, 2003, p.104 *apud* BAUER, 2017, p.56).

Além da formação teórico-metodológica dos historiadores (MOTTA, 2013), outros argumentos têm sido mobilizados por historiadores em publicações acadêmicas para defender as potencialidades da participação deste profissional em espaços públicos. A historiadora Caroline Silveira Bauer compartilha do argumento do historiador italiano Enzo Traverso que destaca que

⁵ALMEIDA; ROVAI: 2012; MAUD; SANTHIAGO: 2016; ALMEIDA; MENESES: 2018; MAUAD, SANTHIAGO, TRINDADE: 2018; A RBHP realizou os simpósios: *A história pública e seus públicos* (2012); *Perspectivas da história pública no Brasil: experiências e debates* (2014) e *História Pública em Debate* (2016) e *Quarto Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública* (2018). A ANPUH também organizou os encontros: *Conhecimento histórico e diálogo social* (2013); *Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios* (2015); *Contra os preconceitos: história e democracia* (2017).⁵ Foram publicados os dossiês: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, v.27, n.54, jun-dez 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/2483>>. Acesso em: 13 jul.2017; TRANSVERSOS. Rio de Janeiro, v.7; n.7, set.2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/issue/view/1384>>. Acesso em: 13 jul.2017; TEMPO E ARGUMENTO. Florianópolis, v. 8, n. 19, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/519>>. Acesso em: 13 jul.2017.

[...] os historiadores estão mais propensos a aceitar as ingerências de seu entorno, bem como as influências das memórias e de outros saberes não acadêmicos. Essas dimensões não são mais negadas, e o desafio para a escrita da história responsável é incluí-las na elaboração das representações do passado (TRAVERSO, 2004, p. 7-8 *apud* BAUER, 2017, p.56).

Além disso, os historiadores têm destacado os riscos que devem ser superados pelos profissionais que atuam em espaços públicos. As historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado destacam o risco de naturalizar memórias, pois esta naturalização compromete “a função crítica da história e a necessidade de distanciamento, as quais permitem aos historiadores serem menos dependentes dos objetivos políticos, comunitários e identitários que se escondem por trás do dever de memória.” (DELGADO, FERREIRA, 2013, p.30). Tal risco não implica no abandono do estudo das memórias pelos historiadores, segundo as escritoras. Ao invés do abandono, deve-se trabalhar com a memória de maneira crítica (DELGADO, FERREIRA, 2013, p.30).

Sendo assim, pode-se afirmar que a história enquanto disciplina apresenta componentes éticos e políticos que justificam a presença de historiadores em debates públicos, incluindo comissões da verdade. Não se trata de afirmar o monopólio da história em relação a outras disciplinas, mas sim de ressaltar as contribuições do trabalho do historiador nos espaços públicos. A participação do historiador em tais espaços pode ocorrer em diálogo com profissionais com outras formações, como jornalistas, cientistas sociais, cientistas políticos e advogados.

Os historiadores na Comissão Nacional da Verdade

Conforme mencionado, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, por meio de uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto. A partir desta data, começaram-se a formação das estruturas de funcionamento da CNV e a nomeação de assessores (I RELATÓRIO..., 2012, p.9, QUINALHA, 2013, p.199-200). Em julho de 2012, os membros da Comissão Nacional da Verdade aprovaram o seu regime interno⁶ que definiu que a comissão se organizaria em colegiado, subcomissões e grupos de trabalho. O colegiado seria ocupado pelos sete membros da CNV e cada membro seria responsável por orientar as atividades das subcomissões e grupos de trabalho.

⁶ BRASIL, Resolução nº 1, de 2 de julho de 2012. Aprova o regimento interno da Comissão Nacional da Verdade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.**, Brasília, DF, 13 jul. 2012. Seção I, p.2. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

O documento também determinou que a equipe de funcionários da CNV fosse formada por dez assessores, três assessores técnicos e um secretário executivo, contabilizando, assim, quatorze profissionais. Seguindo as recomendações do regimento interno, deliberou-se a criação de três subcomissões: *subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações, subcomissão de relações com a sociedade civil e instituições e subcomissão de comunicação externa.*

Os grupos de trabalho foram formados entre agosto de 2012 a abril de 2013 e se organizaram por meio dos seguintes temas: *ditadura e gênero; Araguaia; contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; ditadura e sistema de Justiça; ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; estrutura de repressão; mortos e desaparecidos políticos; graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; papel das igrejas durante a ditadura; perseguições a militares; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e o Estado ditatorial-militar (BRASIL, CNV, 2014a, p.49-51).*

Tais grupos foram a principal metodologia de trabalho da CNV e dinamizaram o extenso trabalho de pesquisa a ser realizado pela mesma (BRASIL, CNV, 2014a, p.49-51). As atividades dos grupos foram coordenadas por assessores, conforme definido no regimento interno. A partir do segundo semestre de atividades da Comissão Nacional da Verdade, que compreende os meses de novembro de 2012 a abril de 2013, foram contratados profissionais para atuar como pesquisadores em tais grupos de trabalho.

A seção *equipe* do primeiro volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade registra a atuação de sessenta e cinco historiadores nesta comissão. Tais historiadores ocuparam os cargos de assessor, pesquisador, pesquisador sênior, pesquisador júnior, analista de pesquisa e estagiário. Ressalta-se que tais cargos também foram ocupados por profissionais com formação em outras disciplinas de ciências humanas, como direito, filosofia, ciências sociais, ciências políticas, entre outras. Além disso, no segundo volume do relatório é possível reconhecer vinte e oito historiadores que aparentam terem atuado como colaboradores na CNV, pois somente são citados neste volume do relatório.

Os historiadores que ocuparam os cargos de pesquisadores⁷, analista de pesquisa e os colaboradores desenvolveram atividades de pesquisa no interior da maioria dos grupos de trabalho criados pela CNV. Historiadores também foram identificados assessorando as

⁷Neste parágrafo, o termo “pesquisadores” é usado em referência aos historiadores que atuaram como pesquisadores, pesquisadores juniores e pesquisadores seniores.

atividades dos seguintes grupos de trabalho: *Contextualização, Fundamentos e razões do golpe militar de 1964, Graves Violações de Direitos Humanos (Mortos e Desaparecidos Políticos), Graves Violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas, Operação Condor, Araguaia, Perseguição a Militares e O Estado Ditatorial Militar*. Não foi possível identificar a presença de historiadores nos grupos *Violações de Direitos Humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil, Ditadura e gênero e ditadura e sistema de justiça*.

Além disso, foi possível reconhecer a presença de historiadores em uma subcomissão de pesquisa constituída pela CNV no Arquivo Nacional e em grupos de pesquisa ligados a universidades.⁸ Não foram reconhecidas as atividades desenvolvidas pelos historiadores que atuaram como estagiários.

As pesquisas desenvolvidas por historiadores no interior de grupos de trabalho foram incorporadas a textos ou biografias- no caso do terceiro volume, que compõem os três volumes do relatório apresentado pela Comissão Nacional da Verdade. No entanto, somente foi possível identificar a colaboração direta de historiadores no segundo volume do relatório, uma vez que os outros dois volumes não informam os autores de cada capítulo ou biografia. O segundo volume⁹ recebeu a colaboração de quarenta e nove historiadores. Entre estes, estão profissionais reconhecidos como integrantes do corpo de funcionários da CNV no primeiro volume do seu relatório e historiadores que apenas são citados no segundo volume.

O expressivo número de historiadores presentes na Comissão Nacional da Verdade e as reflexões sobre o papel social do historiador provocam a necessidade de compreender quem eram esses historiadores e quais as suas contribuições para o trabalho desta comissão. Por meio de consultas aos currículos Lattes desses profissionais, é possível reconhecer que a maioria estuda temas relacionados à ditadura civil-militar e um segmento tem experiência em arquivos deste período ou iniciativas voltadas para a justiça de transição.

⁸ O historiador Marcelo Jasmin coordenou em 2013 um grupo de pesquisa intitulado *Violações de Direitos Humanos no Brasil (1964-1966)* por meio do qual o historiador, três mestrandos em direito e três mestrandos em História da PUC-Rio mapearam violações dos direitos humanos praticadas entre 1964 a 1966 (SEQUERA, 2013). A historiadora Heloísa Starling, professora de História na Universidade Federal de Minas Gerais, supervisionou pesquisas desenvolvidas por um grupo de historiadores vinculados ao *Projeto República* do departamento de História desta universidade (CAMARGO, 2014). As pesquisas foram desenvolvidas para a CNV durante os três anos do mandato desta comissão.

⁹ Os textos que contaram com a colaboração de historiadores foram *Violações aos Direitos Humanos no meio militar; Violações aos Direitos Humanos dos Trabalhadores; Violações de Direitos Humanos dos camponeses; Violações de Direitos Humanos dos povos indígenas; Violações de Direitos Humanos na universidade; Civis que colaboraram com a ditadura; A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos*. Os historiadores não participaram da escrita dos textos *Violações de direitos humanos nas Igrejas Cristãs e ditadura e homossexualidades*.

Para compreender as contribuições dos historiadores nesta comissão e desafios enfrentados, a autora entrou em contato com historiadores convidando-os a responder um questionário acerca de suas experiências na CNV. Quatro historiadores manifestaram interesse em participar da pesquisa e responderam o questionário. Entre estes, dois historiadores desenvolvem pesquisas relacionadas à ditadura civil-militar e tem experiência em arquivos ou outros projetos de justiça de transição. Os historiadores não serão identificados neste trabalho e em outras produções acadêmicas da autora, conforme solicitado pelos mesmos.

Os questionários contêm perguntas sobre o processo de ingresso dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade, período de atuação, atividades desenvolvidas, equipe de trabalho, dificuldades enfrentadas, pontos positivos da experiência da CNV e contribuições do trabalho dos historiadores e da historiografia para tal comissão. Portanto, almeja-se captar a experiência dos historiadores e suas percepções a respeito de suas participações na CNV.

Os historiadores destacaram nos questionários que as pesquisas historiográficas sobre Ditadura Civil-Militar eram conhecidas pelos profissionais que atuavam na CNV, independente da formação destes, recorrentemente consultas e citadas no relatório final. Um dos historiadores apontou que tais pesquisas eram conhecidas pela equipe responsável pela compilação das pesquisas e produção do relatório final. Dois historiadores observaram que o trabalho dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade foi importante pela formação teórico-metodológica destes profissionais no trabalho com fontes e na experiência com temas de pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar.

Em relação aos limites enfrentados, dois historiadores apontaram a dificuldade em reconhecer e pesquisar todos os segmentos sociais que foram atingidos pelo regime civil-militar. Entre as razões que limitaram esta pesquisa, os historiadores destacaram o parco orçamento disponível à CNV, a ausência de uma rede de pesquisadores distribuídos pelo Brasil e o curto período de mandato desta comissão. Dois historiadores lembraram o tempo curto destinado às pesquisas solicitadas e ausência de acesso a mais documentos. Para os historiadores, o trabalho na Comissão Nacional da Verdade os permitiu ampliar o conhecimento sobre o período e ter acesso a novos documentos.

A pesquisa também utilizou o questionário respondido por Leandro Seawright Alonso à historiadora Danielle Dias Gatti. O historiador foi pesquisador no grupo de trabalho *Papel*

das Igrejas durante a ditadura civil-militar e ao ser indagado sobre o momento mais difícil durante sua atuação nesta comissão, afirmou que:

Foi de cunho político, pois sempre chamei a atenção para, pelo menos, dois aspectos fundamentais: em *primeiro lugar*, tratava-se de um GT ligado a uma Comissão do Estado Brasileiro e, portanto, em *segundo lugar*, não poderia ser um grupo que privilegiasse a memória de líderes desta ou daquela denominação religiosa segundo as indicações de participantes. [...]. (GATTI, 2018, p.143).

A experiência de Leandro Alonso revela disputas de memória sobre a ditadura civil-militar entre pesquisadores que integravam o grupo de trabalho sobre igrejas. Pode-se afirmar que tais disputas ocorriam devido à permanência de questões relacionadas à ditadura civil-militar no tempo presente. Diante de tais disputas, o historiador vê-se no desafio de escrever uma história que contemple a todos.

As disputas de memória também estiveram presentes entre os sete membros da Comissão Nacional da Verdade e refletiram na estruturação do relatório final. Segundo Ana Lima Kallás, o relatório apresenta duas noções de atingidos pelo regime civil-militar, pois o primeiro volume aborda “[...] questões relacionadas aos militantes políticos, membros de partidos e organizações de esquerda torturados, desaparecidos ou mortos e foi de autoria de todo colegiado da CNV. [...]” (KALLÁS, 2017, p.529).

O terceiro volume segue a tendência do primeiro volume, pois a maioria das biografias de militantes políticos apresentadas são de ativistas citados no primeiro volume. O segundo volume se afasta dos outros dois volumes ao destacar as violações aos direitos humanos sofridas por militares, trabalhadores, camponeses, religiosos, povos indígenas, estudantes e homossexuais. Além disso, seus textos foram assinados por apenas alguns membros do colegiado e elaborados por pesquisadores convidados.

Portanto, o relatório destaca a repressão aos militantes da luta armada e com isso reforça “[...] uma perspectiva conservadora e hegemônica da ditadura, na qual o regime ditatorial teria existido apenas para os “inconformados”, os considerados “subversivos”, enquanto a “sociedade” em seu conjunto, teria sido poupada de qualquer forma de violência” (KALLÁS, 2017, p.529).

Considerações finais

A partir da pesquisa apresentada, conclui-se que houve uma expressiva participação de historiadores na Comissão Nacional da Verdade em cargos destinados à pesquisa e assessoria.

Por meio de questionários respondidos por historiadores, reconheceu-se que a formação adquirida por esses profissionais para o trabalho com fontes e a experiência no estudo da ditadura civil-militar contribuíram para o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade. Os questionários também permitiram observar que os historiadores enfrentavam dificuldades relacionadas a problemas estruturais dessa comissão e a disputas de memória. Estas também foram identificadas na configuração do relatório final da CNV.

Os historiadores que participaram da Comissão Nacional da Verdade estudam temas distintos e utilizam perspectivas historiográficas variadas, apesar de a maioria ser especialista em ditadura civil-militar. Dessa forma, é necessário compreender se tais diferenças de perspectivas geraram disputas entre os historiadores no interior dos grupos de trabalho e se é possível mensurar o impacto de abordagens sobre o relatório final.

Abstract: This work is part of an ongoing master's degree research that has focused on the participation of historians in the National Commission of Truth (CNV) during 2012 to 2014, the commission's period of performance. The present work is interested in understanding the activities of the historians in the CNV in the mentioned period, trying to apprehend the organization of the research activities of this commission, the limits faced by the historians and the contributions of its activities to the final report of such commission. The results of this research will be presented in dialogue with the reflections on the potentialities and challenges of the writing of the history of the present time and of the public place of the historian with the intention of pointing approximations between these two fields and the activities of the historians in the National Commission of the Truth.

Keywords: Public History, National Truth Commission, History of the present time.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (orgs.). **História Pública em debate:** patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouvea de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2012.

ANPUH. **Comissão da Verdade:** entre a memória e a história. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/item/543-posicao-da-anpuh-sobre-a-participacao-dos-historiadores-nacomissao-da-verdade>. > Acesso em: 13 jul. 2017.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **História Hoje**, v. 2, p.19-34.

DUAILIBI, Julia. A Verdade da Comissão. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, n. 91, abr.2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n.47, p.43-59; jan.-jun. 2012.

_____. **Vídeo - palestra sobre Comissão da Verdade**. Disponível em:<<
<https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38&t=24s>>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.14, n. 27, p.239-261, jul-dez 2013.

GATTI, Danielle Dias. **As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade**. 154f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2018.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 61, p. 100-111, abr/maio/jun. 2013.

_____.; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAÚJO, Maria Paula; PINTO, Antônio Costa. **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco (EDUPE), 2017, p.16-30.

KALLÁS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da história social do trabalho: uma leitura do relatório final da CNV. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 21, p.525-557, jun.- dez.2017.

MAUAD, Ana, Maria; SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Vivian. Borges. (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 56-70, jan.- jun., 2013. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/334>>. Acesso em: 01 set.2017.

PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O Passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 15, n. 105, p. 181- 204, Fev.-Mai. 2013..

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo.(Orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

Fontes

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014a. 976p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Relatório: Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014c. 1996 p. Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>>. Acesso em 13 jul.2017.

_____. **Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014b. 416p. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 nov.2011. Seção I, p.5. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 13 jul.2017.

_____. Resolução nº 1, de 2 de julho de 2012. Aprova o regimento interno da Comissão Nacional da Verdade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 2012. Seção I, p.2. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CAMARGO, Daniel. Jovens pesquisadores participam das investigações da Comissão da Verdade. **Estado de Minas**. Minas Gerais, 27 abr.2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/04/27/interna_politica,522980/jovens-pesquisadores-participam-das-investigacoes-da-comissao-da-verdade.shtml>. Acesso em: 04 abr.2019.

HISTORIADOR 1. **Historiador 1:** questionário [fev.2019]. Autora: Natália Aparecida Godoy da Silva. Brasília, 2019, 2 documentos docx.,17 p. Questionário respondido a historiadora Natália Aparecida Godoy da Silva.

HISTORIADOR 2.**Historiadora 2:** questionário [mar.2019]. Autora: Natália Aparecida Godoy da Silva. Brasília, 2019. 1 documento pdf,6 p. Questionário respondido a historiadora Natália Aparecida Godoy da Silva.

HISTORIADOR 3. **Historiadora 3:** questionário [abr.2019]. Autora: Natália Aparecida Godoy da Silva. Brasília, 2019. 1 documento pdf, 4p. Questionário respondido a historiadora Natália Aparecida Godoy da Silva.

HISTORIADOR 4. **Historiador 4:** questionário [maio 2019]. Autora: Natália Aparecida Godoy da Silva. Brasília, 2019. 1 documento docx., 5p. Questionário respondido a historiadora Natália Aparecida Godoy da Silva.

I RELATÓRIO Semestral de Acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade. Maio a Novembro de 2012. Rio de Janeiro: ISER, nov. 2012, 64 p. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

SEQUERA, Renata. Pesquisa aponta: 43,68% das violações de DH na ditadura no Rio ocorreram entre 1964 e 1966. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 18 dez. 2013. Disponível em: < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/413-pesquisa-aponta-43-68-das-violacoes-de-direitos-naditadura-ocorreram-entre-1964-e-1966>>. Acesso em: 11 abr.2019.

Currículos Lattes

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 21 ago.2018. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/9316086508662255>>. Acesso em: 29 out.2018.

ANTÃO, Ana Carolina. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 13 nov.2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3295815476693000>>. Acesso em: 29 out.2018.

ANTUNES, W. B. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 16 jun. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5816483415571194>>. Acesso em: 4 maio 2018.

ARAUJO,R.B. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 11 mar.2017. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/2112310506079102>>. Acesso em: 14 out.2018.

AREAS, J.B. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 24 abr. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1241263177877895>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ASSUNÇÃO, M. F. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 19 out.2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/0755660523657117>>. Acesso em: 29 out.2018.

BORTONE, E.A. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 24 fev. 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4434867621571132>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMPOS, P.H.P. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 30 maio. 2019. Disponível em:< <http://lattes.cnpq.br/9808514796479539>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMPOS,P.J. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 24 jul.2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/9703652318645218>>. Acesso em: 14 out.2018.

CATEB,Caio. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 26 ago.2016. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/8831217456494675>>. Acesso em: 14 out.2018.

CORREIA, L.R. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 18 jun. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8242698091108462>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CORTÉS, Maria Antonieta M. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 28 ago.2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5844767717521129>>. Acesso em: 09 set.2018.

DIAS, André Bonsanto. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília],23 ago.2018 Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/5025469064512821>>. Acesso em: 09 set.2018.

DIENSTMANN, G. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 29 set. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2389381684463793>>. Acesso em 20 jun. 2019.

DUARTE, M.J. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília] 13 dez. 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2905553795805805>>. Acesso em 20 jun. 2019.

ESTEVEZ, Alejandra L.M. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 14 abr.2018. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/5564619887388224>>. Acesso em: 09 set.2018.

FERREIRA, A.P.R. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 18 jun.2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2018294420248088>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERREIRA, R.L. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 7 maio 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0295848610110162>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FONTES, Paulo. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Brasília], 14 maio 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4060905545836377>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

- FRANCO, P. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 27 nov.2017. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/1978967993343554>>. Acesso em: 14 out.2018.
- GALLINDO, J.F.R. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 16 mar.2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8809343041675714>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- GASPAROTTO, A. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 22 mar. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1989448073415959>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- GATHE, Glenda. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 19 abr.2017. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/7718294001818868>>. Acesso em: 14 out.2018.
- GOMES, Paulo César. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 30 set.2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/5898771616721123>>. Acesso em: 29 out.2018.
- HOVELER, R.C. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 24 fev. 2019. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/1457651729538735>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ISHAQ, Vivien. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 24 abr. 2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/1498789003915341>>. Acesso em: 04 maio 2018.
- KALLÁS, A.L. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 03 out.2018. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/9095679317698241>>. Acesso em: 29 out.2018.
- LONGO, C.A. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 05 out.2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/6572488087842449>>. Acesso em: 14 out.2018.
- MACIEL, Suellen Neto Pires. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 01 nov. 2017. Disponível em:< <http://lattes.cnpq.br/1014328377749019>>. Acesso em: 09 set.2018.
- MACIEL, Wilma Antunes. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília],09 jan. 2018.Disponível em; < <http://lattes.cnpq.br/0355343894434146>>. Acesso em: 09 set.2018.
- MAIA, C.L. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 11 mar.2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9378173702157899>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- Martins, R.O. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 9 ago. 2018. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1578930555616537>. Acesso em 20 jun. 2019.
- MEDEIROS, Josué. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 16 jan. 2019. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/4911372151960584>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- MELO, Demian Bezerra. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 11 jan. 2019. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/0382643609541751>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- MIRANDA, A.L. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 9 maio 2019. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/4661185336675276>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- MULLER, Angélica. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 16 ago. 2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/4499187976511605>>. Acesso em: 09 set.2018.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 14 jun. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2117921097498002>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- PEREIRA, Raquel Aparecida. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 15 ago.2011. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/9739350436158027>>. Acesso em: 29 out.2018.
- PORFIRIO, P. F. A. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 23 mar. 2019. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/9080311347550493>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- PRIORI, Angelo. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 19 jun.2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9430424742681196>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- RESENDE, P. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 05 jun.2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/5929017300764311>>. Acesso em: 14 out.2018.

- SANTOS, J.M.P. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 11 dez. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5933352253503840>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- SARAIVA, R.C.S. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 28 abr. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0071166665596505>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- SCHNOOR, Eduardo C. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 07 fev.2018. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/6745554090930290>>. Acesso em: 9 set.2018.
- SEAWRIGHT, Leandro A. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 2 maio 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8064808306141687>>. Acesso em: 4 maio 2018.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 24 set.2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3002237488278136>>. Acesso em: 29 out.2018.
- SEVERO, Fernanda M. D. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 08 maio. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5868189423132435>>. Acesso em: 09 set.2018.
- SILVA, Camila. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 7 out.2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3014689769366158>>. Acesso em: 14 out.2018.
- SILVA, E.B. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 20 mar.2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3578645073558927>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- SOUSA, Deusa M. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 25 maio 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7903732047295381>>. Acesso em: 09 set.2018.
- SOUSA, T. E. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6986744667707478>>. Acesso em: 4 maio 2018.
- SOUZA, Rafael Rodrigo Ruela. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 02 jul. 2008. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8606543651505974>>. Acesso em: 29 out.2018.
- SPOHR, Martina. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 4 jan. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0207096201164130>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- STARLING, H. M. M. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 03 maio 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3321652451642202>>. Acesso em: 4 maio 2018.
- STEINKE, Sabrina. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 17 abr. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0545268130263421>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- TEIXEIRA, M.A. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 28 maio 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5034917686635117>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 28 ago.2018 Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7449768330785687>>. Acesso em: 9 set.2018.
- VARGAS, Mariluce Cardoso de Vargas. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 16 ago.2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1212620695866912>>. Acesso em; 9 set.2018.
- WELCH, Clifford Andrew Cliff. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 2 maio 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9770627655517896>>. Acesso em 20 jun. 2019.

Ditadura Militar e censura: uma análise semiótica da dicção na canção *Corrente* (1976) de Chico Buarque

Rafaela Domingues Pereira

Graduanda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
rafa_rdp@hotmail.com

Rodrigo Valente Pascale

Graduado em Música
Universidade Federal do Rio de Janeiro
rodrigo.pascale@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as nuances da censura musical vivenciada no período da Ditadura Militar e as estratégias forjadas pelos compositores com a intenção de contorná-la. Para tanto, esboçaremos uma análise semiótica da dicção na obra *Corrente* (1976) de autoria de Francisco Buarque de Hollanda. Nosso marco teórico é composto por autores da área da História e da Música, já que, esta investigação privilegia a articulação entre os saberes de ambos os campos do conhecimento. Nesse sentido, destacamos os importantes trabalhos do historiador José Geraldo Vinci de Moraes sobre a utilização da música popular como fonte para a produção historiográfica e do semioticista Luiz Tatit, uma vez que, suas considerações relativas à dicção do cancionista se mostram como uma ferramenta indispensável para compreender a obra musical para além do âmbito literário-textual. É importante destacar que, Tatit parte da defesa de que a canção popular provém da fala para, a partir de parâmetros melódicos, averiguar técnicas compositivas em canções (figurativização, tematização e passionalização), investigar as particularidades em cada estudo de caso e examinar os efeitos de sentido percebidos pelos ouvintes. A metodologia empregada nesta pesquisa conta com levantamento e revisão de trabalhos historiográficos sobre a temática abordada e com a análise da canção *Corrente* (1976) sob a perspectiva da semiótica e do caminho analítico delineado pela obra de Tatit. Nossos resultados preliminares indicam que artifícios dicitivo-compositivos foram essenciais na construção da obra analisada, pois foi a inversão dos tonemas – inflexões empregadas ao final das frases, agregando-lhes sentido – no texto da canção que possibilitou a alteração de seu sentido, com o intuito evitar a censura. Portanto, a articulação realizada na presente investigação, entre o campo histórico e musical, possibilitou a identificação de estratégias de resistência ao autoritarismo para além daquelas presentes na esfera textual-literária, a qual é comumente focalizada nos estudos historiográficos, sublinhando, assim, a importância de novas fontes de pesquisa para a História.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Censura, Semiótica, Música.

Introdução

A última Ditadura brasileira (1964-1985), além de ser imposta e perpetuada pela repressão violenta e sistêmica contra aqueles que divergiam do Regime, também demonstrou

uma grande preocupação em controlar as expressões artísticas que pudessem desafiar sua existência ou mesmo questionar suas bases. Nesse período, a censura às artes se constituiu como um dos seus pilares, apresentando-se em duas dimensões: a política e a moral. Obviamente, o campo musical não passou imune a esse processo. De acordo com Maika Lois Carocha, “mesmo que a censura musical não tivesse por objetivo aniquilar as organizações políticas contrárias ao regime autoritário, suas tentativas foram no sentido de eliminar a simples menção, em letras de músicas, a tudo que não fosse do interesse do regime” (CAROCHA, 2007, p. 111-112).

Neste trabalho objetivamos discutir aspectos da censura de ordem política, com o foco nas estratégias empregadas pelos compositores para burlá-la, em especial aquelas expressas na “voz que canta” ou “voz que fala” (TATIT, 1996, p.15). Para isso, analisaremos a dicção de uma música que, apesar de transmitir uma mensagem política contrária ao Regime Militar, passou pelos funcionários da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) quase sem sofrer cortes. É a obra *Corrente* (1976), uma composição de Francisco Buarque de Hollanda. Metodologicamente, tanto a consulta de documentos apresentados à censura e os pareceres produzidos pelos censores, como as categorias propostas por Luiz Tatit (1996) para analisar a dicção em canções, orientam e estruturam a nossa abordagem. Ademais, convém enfatizar que este trabalho aposta na interdisciplinaridade, visto que acreditamos que a articulação entre as áreas da História e da Música nos possibilita oferecer uma análise mais aprofundada sobre o nosso objeto de estudo.

A escolha pelo viés analítico da dicção se deve a constatação de que, em geral, os trabalhos historiográficos sobre o tema priorizam a apreciação da poética, isto é, da parte escrita da canção¹. Por conta disso, essas produções acabam por realizar uma interpretação de texto e não a análise da totalidade dos fenômenos sonoros focalizados. Nosso estudo, portanto, acompanha outros esforços acadêmicos que procuram compreender a música popular com base em suas duas instâncias formativas, a linguagem musical (melodia, ritmo etc.) e a poética (letra), ambas instâncias diferentes, mas que não podem ser desassociadas (MORAES, 2000, p. 215). Nessa direção, uma das principais justificativas para a realização dessa investigação reside no fato de que, mesmo contando com uma abundante produção de estudos sobre as estratégias para que as músicas não fossem censuradas pelos agentes da Ditadura, ainda há poucos trabalhos que exploram as estratégias próprias da dicção, notadamente um elemento da parte musical da canção. Isso se confirma até nos trabalhos

¹Ver os balanços sobre a historiografia da música de Moraes (2000) e Napolitano (2006).

sobre a atuação de Chico Buarque - quiçá um dos compositores da música popular mais estudado pela academia - os quais, por vezes, se pautam em estratégias pertencentes à poética de seu cancionário ou na utilização de pseudônimos pelo artista.

Marco teórico

Dentre os autores que utilizamos nesse trabalho, destacamos o historiador José Geraldo Vinci de Moraes, o qual vem produzindo, desde a década de 1990, relevantes estudos sobre as questões que permeiam a relação entre História e Música. Ao fazer um balanço bibliográfico sobre a escrita da história da música, Moraes (2000, p. 205) constata que o universo popular é geralmente esquecido pela historiografia e, quando é abordado, se resume a perspectivas românticas, nacionalistas ou folclóricas. Todavia, esse quadro começou a se alterar nos últimos anos, especialmente, no caso da temática sobre a censura à música no período da Ditadura Militar. Entretanto, como Moraes (2000, p. 215) adverte muitos dessas pesquisas ainda se restringem a uma análise da dimensão escrita da canção e não tratam de uma instância importantíssima do fenômeno sonoro, a linguagem musical, como já mencionamos, o ritmo, o contorno melódico etc. Podemos especular que esse fato se relaciona com a dificuldade observada pelos historiadores em lidar com os códigos inerentes à linguagem musical, já que, estes estão relativamente distantes do universo desses profissionais. Porém, tal dificuldade não pode ser um impeditivo para a investigação historiográfica, como não foram para os historiadores estudar “as línguas desconhecidas, as representações religiosas, mitos e história e os códigos pictóricos” (Ibid., p. 210).

Expostas as instigantes considerações de Moraes sobre o trabalho historiográfico e o campo musical, consideramos que o caminho teórico delineado por Luiz Tatit (1996) nos possibilita analisar de forma satisfatória a dicção em *Corrente*. A chamada análise semiótica da dicção é uma ressonância da teoria semiótica de Greimas no âmbito da música popular e serve como ferramenta para assimilar os conteúdos de uma canção partindo do parâmetro melódico e da sua relação com o texto. A partir da hipótese de que “toda e qualquer canção popular ter sua origem na fala” (TATIT, 1996, p.12), o autor apura os efeitos produzidos pela dicção do cantor durante a percepção da obra pelo ouvinte, as particularidades de cada canção e o arcabouço técnico dos cancionistas durante a criação.

São destacáveis na composição da melodia da canção três conceitos: *figurativização*, associado a situações enunciativas, prenominando os preceitos da “voz falada” (Ibid., p. 21); *passionalização*, ao estado passional, caracterizado pelo prolongamento das vogais (e das

notas musicais), pela ampla exploração do registro vocal e pela emissão de notas agudas; e, *tematização*, a manifestação de uma ideia, definido pela segmentação das consoantes, valorização da ritmicidade e a reiteração de incisos melódicos (Ibid., p. 22-23). Outro recuso interessante é a análise dos tonemas, inflexões presentes ao final das frases as quais atribuem valor expressivo ao texto. Quando o movimento que predomina o tonema é descendente, a voz procura o repouso fisiológico, relacionado a terminação confirmativa da ideia exposta. Já, quando o tonema é ascendente ou a suspensivo, ao contrário, ocorre um esforço fisiológico o que indica continuidade – sensação de que virá alguma frase em seguida para complementá-la (Ibid., p. 21-22). Tais categorias propostas por Luiz Tatit serão essências para absorver conteúdos da obra musical que não são explicitados na letra.

Metodologia e fontes

No decorrer dessa pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico de trabalhos sobre a censura durante a Ditadura, em especial, aqueles que abordam as canções compostas por Chico Buarque e as estratégias empreendidas pelo compositor para que suas músicas não fossem vetadas. Posteriormente, fizemos buscas de documentos referentes à música que pretendíamos analisar no acervo do Arquivo Nacional (AN), onde encontramos a letra enviada para a censura juntamente com o parecer dos funcionários que trabalhavam nesses órgãos. Esses documentos pertencem ao fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas e, inclusive, podem ser consultados online graças a um projeto de digitalização do acervo iniciado em 2015². Foi dessa maneira que tivemos acesso ao material utilizado pelos censores no processo de avaliação das canções, o que nos permitiu ponderar sobre as limitações deste método na reprodução da obra musical. Por fim, realizamos a análise semiótica da dicção em *Corrente*, a qual nos permitiu vislumbrar as particularidades do nosso estudo de caso, mas para além disso identificar quais técnicas foram responsáveis pelo burlo da censura. Nessa etapa, foi necessário examinar a partitura de *Corrente*, disponível em *Chico Buarque Songbook*, de Almir Chediak (2010).

Análise de *Corrente* (1976): Este é um samba que vai pra frente?

No início da década de 1970, Francisco Buarque de Hollanda tornou-se um dos principais inimigos do Regime, já que o compositor era visto como uma figura congregadora

² Para ter acesso a letras musicais que foram enviadas para os órgãos da censura e também aos documentos produzidos censores durante o Regime Militar, que compõem o acervo do Arquivo Nacional, basta realizar um cadastro simples no site <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

dos movimentos de oposição atuantes naquele período (NAPOLITANO, 2004, p.108). Logo, suas obras provocavam rapidamente a desconfiança nos agentes da censura. Por isso, o compositor teve de elaborar artifícios para conseguir a autorização de suas canções, como a adoção de pseudônimo nos documentos enviados para serem apreciados pelos censores ou a utilização de ambiguidades fonéticas em suas obras. É o caso da criação do pseudônimo Julinho da Adelaide e da ambiguidade fonética presente na canção *Cálice*, 1973.

Foi neste contexto de uma grande vigilância a sua produção que Chico compôs *Corrente*, essa canção dialogaria com a música *Este é um país que vai pra frente*, de Heitor Carillo, gravada pelo grupo Os Incríveis. Esta referência é explicitada no subtítulo da composição de Chico “*Este é um samba que vai pra frente*”, que embora tenha sido censurado (Ver a Figura 1) o adendo consta no Letra e Música 1 (1989) lançado anos mais tarde. Apesar do corte realizado pela censura, a interação entre ambas as músicas ocorre em vários versos de *Corrente*, pois o autor canta o subtítulo ao longo da canção (PERRONE, 2013, p. 56).

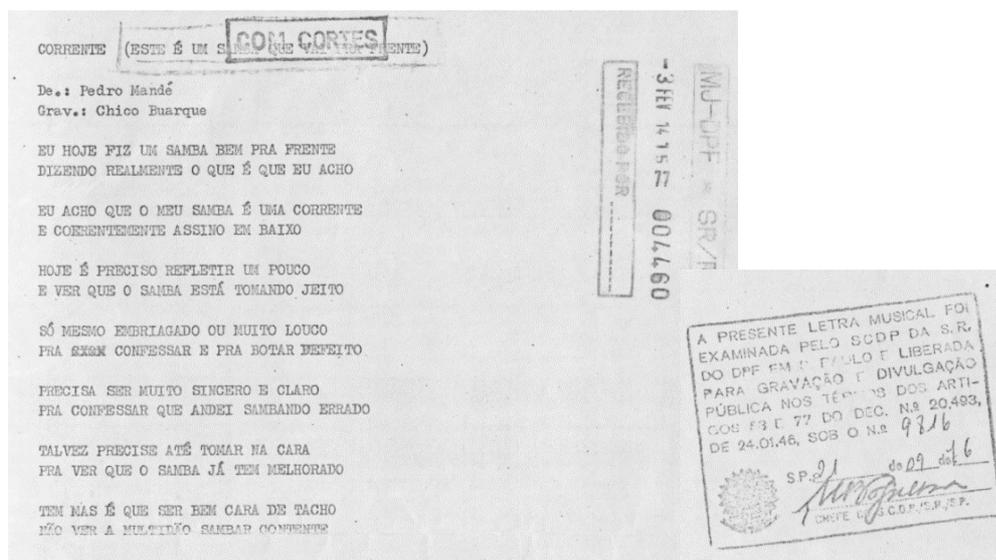


Figura 1: Parecer do SCDP sobre a execução de *Corrente* na apresentação do grupo MPB-4. Fonte: Documento BR_RJANRIO_TN_CPR_PTE_0725, Arquivo Nacional.

Apesar dessa canção ser composta em um momento em que a censura musical passava por um abrandamento, na versão enviada à Divisão de Censura de Diversões Públicas, na ocasião do pedido de execução de *Corrente* para um show do MPB-4, consta a autoria de Pedro Mandé, tal fato contraria a afirmação de Perrone (2013, p. 58) de que nessa música Chico Buarque não precisou utilizar um pseudônimo para despistar a censura. Ademais, é interessante pontuar que os próprios órgãos da censura acreditavam que todo o sentido de uma música se resumia à escrita literária, pois esses órgãos solicitavam somente as letras para

produzirem seus pareceres, mas não as gravações das músicas. Em virtude desse procedimento, mesmo em um ambiente de vigilância sobre o mundo artístico, os compositores possuíam algum espaço para aplicar estratégias que pudessem alterar o entendimento da mensagem transmitida pela canção, principalmente, na esfera da dicção da música.

A obra *Corrente*, supostamente faz um *mea culpa* por canções de protesto compostas por Chico Buarque, entretanto, a aparente palinódia é corrompida no decorrer da obra por meio de uma mudança de entoação na repetição do texto. No remanejamento dos versos, “Talvez precise até tomar na cara/Pra ver que o samba está bem melhorado” e “talvez precise até tomar na cara/pra confessar que andei sambando errado” são evidenciados dois sentidos bem diversos. Enquanto no primeiro caso, o autor nitidamente está consentido com a opinião da melhora do samba, no segundo, está implicada a ideia de coerção física e de supressão das liberdades (WISNIK, 2004. p. 171). O próprio artista sugere essa possibilidade no material gráfico do encarte do álbum, em uma nota que diz:

nesta corrente, os versos são
elos que podem ser dispostos livremente,
conforme as preferências do usuário;
observe-se, por exemplo, que uma
mesma corrente pode ser lida
para a frente quanto para trás (MEUS CAROS AMIGOS, 1976).

Na realidade, este manejo do compositor sobre os versos da canção é um reflexo do conceito de “corrente” na forma do poema, deste modo, a estrutura da obra se justifica por si mesma (infratextualização). Segundo Anazildo Vasconcelos da Silva,

[O poema contém] versos que se alternam e se encadeiam uns aos outros em dísticos que igualmente se alternam e se encadeiam na circularidade do espaço-tempo do texto, configura uma corrente ao mesmo tempo fechada e aberta que, possibilitando diferentes sequências de encadeamento dos elos, se faz e se refaz constantemente. [...] construindo uma nova estrutura relacional à qual se prendem, representada na metáfora da corrente que, construída não como soma dos seus elos, mas como resultado da superposição e da relação entre eles, pode recriar sua unidade a partir de qualquer um dos elos tomado como ponto de partida (SILVA, 2004, p. 45).

É fundamental, porém, compreender de que maneira foi possível reafirmar musicalmente o rearranjo destes versos. Nesta canção, os tonemas estão intimamente ligados com a expressão do cancionista e com o modo que apreendemos o significado do texto. Considerando que: a letra é repetida na segunda parte do samba, porém trazendo consigo um deslocamento para com a melodia – que se repete quase sem modificações – pode-se inferir

que a maneira como foram exibidos os tonemas foi mecanismo estrutural de significado. Desse modo, “a melodia organiza as orações e altera o local do “ponto final” de cada frase, fazendo com que as orações subordinadas se relacionem a outras orações principais” (DIETRICH, 2008, p. 92), como pode averiguado no gráfico abaixo:

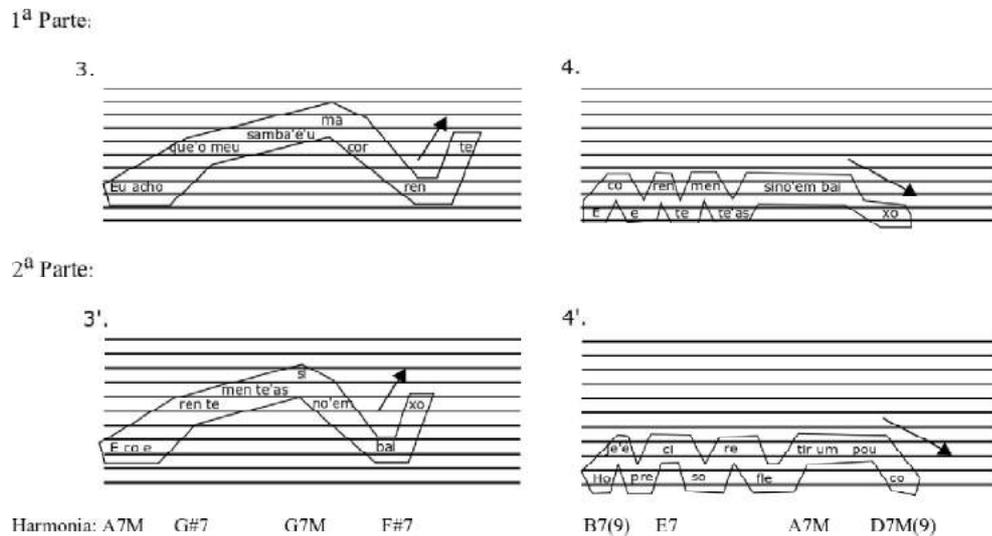


Gráfico 1: Análise semiótica de trechos selecionados de *Corrente* elaborada pelos autores, a partir da transcrição presente em Almir Chediak (2010, p.81-84)

Os versos 3 e 3', presentes em lugares equivalentes na primeira e na segunda parte da canção, respectivamente, apresentam um tonema ascendente, o que implica em um sentido de continuidade, que é ainda reforçado pelo acorde dominante (F#7) não resolvido até então. Os versos posteriores (4 e 4') contêm tonemas descendentes o que resulta em um sentido de repouso. Outrossim, esta noção de “pergunta e resposta” é ecoada para os demais versos da obra, por meio da repetição temática.

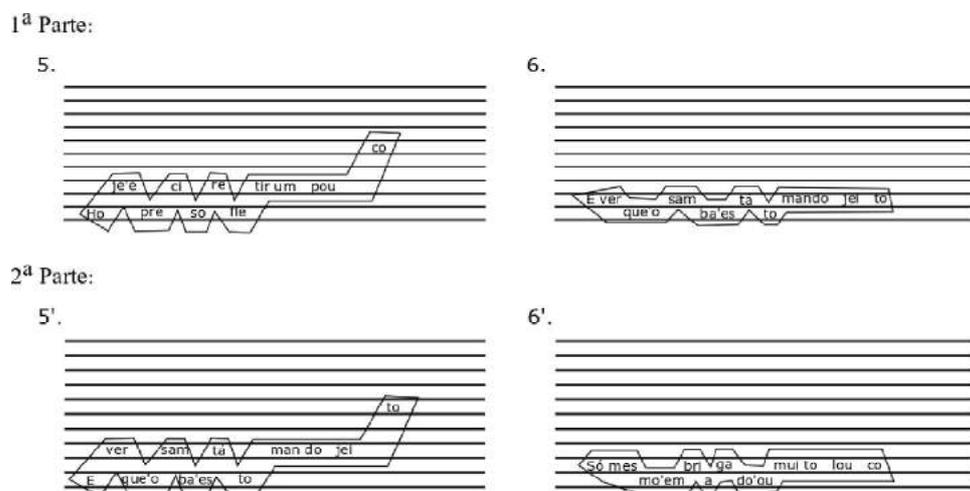


Gráfico 2: Análise semiótica de trechos selecionados de *Corrente* elaborada pelos autores, a partir da transcrição presente em Almir Chediak (2010, p.81-84)

Apesar dos conteúdos melódicos e harmônicos da primeira e da segunda parte serem idênticos no trecho selecionado do Gráfico 2, elas diferem em seus conteúdos textuais e no seu sentido. Enquanto na primeira é cantado “Hoje é preciso refletir um pouco (5)/ E ver que o samba está tomando jeito (6)”, logo, uma alusão elogiosa ao objeto “samba”; na segunda, “E ver que o samba está tomando jeito (5’)/ Só mesmo embriagado ou muito louco (6’), em um caminho oposto, é feita uma crítica ferrenha ao “samba”, pois só seria possível ver que “está tomando jeito” não estando no pleno gozo das faculdades mentais, “embriagado ou muito louco” – vale destacar que, ambos os exemplos selecionados contém a frase “E ver que o samba está tomando jeito”, mas no primeiro caso ela está subordinada a frase anterior e no segundo, ela subordina a frase subsequente. Está mudança radical de sentido entre as partes do samba, é explorada pelo cancionista de maneira profunda o que, acompanhado aos versos “Eu hoje fiz um samba bem pra frente/ Dizendo realmente o que é que eu acho”, exprime uma retórica preponderantemente irônica.

O objeto “samba” nesta canção é uma alegoria ao Brasil no período da Ditadura Militar, portanto, quando Chico Buarque expõe com ironia as duas opiniões antagônicas utilizando-se do mesmo material literário remanejado, ele apresenta uma crítica ao Regime e a censura imposta pelo Estado às manifestações de pontos de vista divergentes. Inclusive, nos documentos avaliados pelos censores do Serviço de Censura de Diversões Públicas, o compositor organiza os versos de uma forma em que há o enaltecimento do “samba”. Assim sendo, a técnica de reinflexões do mesmo texto foi responsável pela obra passar pela censura quase sem cortes e, nesse sentido, tal técnica interferiu diretamente na estética e na ontologia da obra em questão. Dessa maneira, o autor agrega artificialidade ao enaltecimento e caráter velado à crítica – Afinal, a discordância só pode vir camuflada por detrás de um discurso de louvor. Para além disso, o título “*Corrente*” até aqui entendido como continuidade e coesão, também representa um dos símbolos e objetos utilizados na repressão (Ibid., p.93).

Considerações finais

Como vimos, no entendimento dos militares que ocupavam o poder no período da Ditadura, a repressão não deveria se restringir às prisões, torturas e mortes, mas também os fenômenos do campo cultural precisavam ser controlados e censurados quando fossem de encontro aos valores do Regime. Nesse período, a figura de Chico Buarque e a sua produção se tornou bastante visada pelos órgãos da censura. Entretanto, apesar dos olhos dos agentes do

Regime estarem voltados para sua atuação, o artista conseguiu burlar a censura por meio do procedimento composicional da entoação do material textual. A partir da análise realizada neste trabalho, é possível sustentar que a estratégia mobilizada pelo compositor influenciou o valor estético adquirido pela obra e sua própria constituição ontológica. Desta forma os artifícios dictivo-composicionais empregados em *Corrente* foram essenciais para que a música passasse pela censura quase sem cortes, expressa na escolha pela inversão dos tonemas, explicada no decorrer do trabalho.

Por conta disso, reafirmamos que apenas um exame do texto musical é insuficiente para a compreensão da multiplicidade do fenômeno sonoro, já que, a esfera textual de uma canção deve ser examinada em conjunto com sua linguagem musical. Nesse sentido, consideramos que a perspectiva da semiótica explorada neste trabalho se revelou eficaz para a identificação de estratégias de resistência ao autoritarismo que vão além daquelas presentes na instância poética. Por fim, a constatação dessas estratégias, no nosso caso específico da dicção do artista, só foi possível com a realização da articulação entre o campo do conhecimento da História e da Música. Tal fato sublinha a importância de não se restringir somente às fontes escrita nas investigações históricas e a necessidade de lançar luzes sobre novos materiais de análise.

Referências Bibliográficas

CAROCHA, Maika Lois. **Pelos versos das canções**: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Rio de Janeiro, 2007. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) - IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CHEDIAK, Almir. **Chico Buarque Songbook**. 3a ed. v.4. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 2010.

CORREA, Priscila Gomes. **Do cotidiano urbano à cultura**: as canções de Caetano Veloso e de Chico Buarque. São Paulo, 2011. 246f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

DIETRICH, Peter. **Semiótica do discurso musical**: uma discussão a partir das canções de Chico Buarque. São Paulo, 2008. 256f. Tese (Doutorado em Letras) - FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

Documento BR_RJANRIO_TN_CPR_PTE_0725. 1977, Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço de Censura de Diversões Públicas - RJ BR_RJANRIO_TN_CPR_PTE_0725_. p. 46. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tn/cpr/pte/0725/br_rjanrio_tn_cpr_pte_0725_d0001de0001.pdf, acessado em 30.03.2019.

MEUS CAROS AMIGOS. Chico Buarque (Compositor). Chico Buarque (Intérprete). Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1976.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a05v2447.pdf>

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 135-150, 2006.

PERRONE, Charles A. A força dos elos da “corrente”. In: FERNANDES, Rinaldo de. (Org.). **Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos**. São Paulo: LeYa, 2013, p. 91-98.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. A lírica buarquena. In: FERNANDES, Rinaldo de. (Org.). **Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos**. São Paulo: LeYa, 2013, p. 43-89.

TATIT, Luiz. **O cancionista: composição de canções no Brasil**. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2002.

WISNIK, José Miguel. O Minuto e o Milênio ou Por favor, Professor, Uma Década de Cada Vez. In: _____ (Org.). **Sem Receita: ensaios e canções**. São Paulo: Publifolha, 2004, p.196.

“Amai aos irmãos. Temei a Deus. Honrai o rei”: o pensamento político de igrejas evangélicas na ditadura militar brasileira

Samuel Antunes de Sousa

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

samuel.antunesh@gmail.com

Resumo: Este presente trabalho busca compreender o comportamento de Igrejas Evangélicas no contexto da ditadura militar brasileira, analisando seus discursos e práticas, frente a relação entre religião e política. Entendamos por evangélicos todos aqueles indivíduos pertencentes às correntes protestantes que chegaram e se desenvolveram no Brasil já século XIX, sob influência europeia e estadunidense. O encontro de uma religião europeizada com a cultura brasileira, sob influência católica, produziu um protestantismo muito peculiar. Até os anos de 1950 as Igrejas Evangélicas eram representadas por apenas 3,4% da população brasileira. No entanto, foi durante os anos em que o Brasil esteve sob o comando das forças armadas que este grupo praticamente dobrou seu número de fiéis, chegando aos 6,6% nos anos de 1980. As Igrejas evangélicas tiveram importante atuação nos anos de Ditadura Militar e foram impactadas internamente neste período, isto porque as configurações políticas e religiosas dos muitos grupos não estavam efetivamente definidas. Num cenário onde o regime político defendia pautas morais estritamente conservadoras, a tendência que desponta é a de que estes grupos evangélicos apoiaram os governos militares. De fato, percebe-se que houve por parte de muitas correntes evangélicas uma adesão ao discurso moral militar, entretanto, esta aceitação não foi hegemônica. Uma forte contradição acerca do ideal do papel das Igrejas na sociedade e a forma como a mesma deveria agir, tomou conta das discussões internas das comunidades. Este trabalho centra-se na análise de jornais de igrejas e de outras produções relativas a essa temática como artigos, teses e livros, com o objetivo de estabelecer traços acerca da formação histórica do ideário político evangélico no Brasil após os anos de 1960. Além disso, objetiva-se nesta comunicação compreender como que ao longo dos 21 anos de Ditadura estes grupos evangélicos se difundiram entre a população, entendendo que esta expansão não se deu apenas por intermédio da fé, mas também pela constituição de uma conduta social pautada na formação de um pensamento político.

Palavras-chave: Evangélicos; Protestantismo; Ditadura Militar.; Política e religião.

O Protestantismo no Brasil é um fenômeno peculiar que a cada ano cresce em dimensões impactantes. No censo de 2010 os diversos grupos que compunham este movimento era representado por 22,5% dos brasileiros¹. Os grupos protestantes que chegaram ao Brasil já no século XIX foram reconhecidos ao longo do tempo como evangélicos, que segundo a própria tradição religiosa significa todos aqueles que reconhecem nos 4 evangelhos

¹ Censo demográfico de 2010. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf: Acesso em: 10 de julho de 2019.

bíblicos a história e mensagem de Jesus. Todavia, a história dos evangélicos no Brasil toma rumos diferentes já nos primeiros anos do século XX, onde por intermédio das missões religiosas promovidas por homens como Luigi Francescon, Gunnar Vingren e Daniel Berg, foram fundadas igrejas como Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembleia de Deus (1911). Com o passar do tempo devido a conflitos existentes entre os muitos grupos que passaram a surgir, e em detrimentos de rupturas internas de diversas igrejas, ocorreu um afastamento teológico e intelectual entre os primeiros grupos protestantes que aportaram no Brasil e as novas Igrejas que emergiram no século XX. Os primeiros grupos, formados por igrejas como Metodista, Presbiteriana e Batista, passaram a ser chamados de Protestantes Históricos² e os segundos de Pentecostais.

Dentre muitas questões que permeiam a história evangélica no Brasil é importante ressaltarmos que durante um bom tempo a hegemonia católica imperou sobre a realidade religiosa brasileira. Nos anos 60 os evangélicos representavam cerca de 3% da população e foi nos anos seguintes que conseguiram ter um crescimento importante. No ano de 1964, o presidente João Goulart sofreu um golpe militar, que seria o responsável por instaurar uma ditadura no Brasil pelos 21 anos seguintes. Ao longo deste tempo, diversas questões políticas e religiosas fizeram com que a história evangélica no Brasil sofresse inúmeras consequências. No aspecto político, a censura e perseguição política, alcançaram os púlpitos das igrejas evangélicas de diversas formas (ALMEIDA, 2016; SCHMIDT, 2014). Muitos pastores e membros de igrejas evangélicas foram presos e torturados, vítimas, inclusive, de denúncias feitas por líderes de suas congregações. Por outro lado, em algumas igrejas mais conservadoras o discurso moral e ético imperativo dos anos de ditadura, foram ecoados pelos templos cristãos, marcando a história de boa parte das igrejas evangélicas (FREESTON, 1993).

O que mais desperta atenção é a complexidade existente nas dimensões políticas e religiosas dentro das diversas igrejas evangélicas brasileiras, pois o que se pensa inicialmente é que as mesmas não tiveram nenhuma participação política, ou se tiveram, com toda certeza, estavam alinhadas ao discurso moral da ditadura militar. “Amai aos irmãos. Temei a Deus. Honrai o rei”, este é um trecho bíblico do livro de I Pedro 2:17, onde o apóstolo centra seus intentos na orientação ao povo cristão, sobre como o mesmo deveria se relacionar tanto com a

² Os Protestantes Históricos foram denominados desta forma devido ao afastamento teológico e intelectual que tiveram dos grupos Pentecostais. Vale lembrar que muitas igrejas pentecostais surgiram devido a distinções internas dentro de Igrejas históricas. Assim sendo, muitas igrejas históricas não se reconhecem enquanto evangélicas e têm visões mais liberais da sociedade como um todo, diferente dos grupos pentecostais que tendem a ser mais conservadores. Por outro lado, após os anos 2000, diversas Igrejas Históricas passaram por um processo de “neopentecostalização”.

sociedade, quanto com a política. Conceitos como o de irmandade, temor e reverência são postos no texto, mas as últimas palavras são de importante destaque para a reflexão aqui proposta. Honrar o rei, dar a ele o que a ele é destinado e a Deus o que é de Deus, talvez seja a forma mais corriqueira de se tratar a política dentro da tradição cristã. Este pensamento de reverência ao “rei”, independentemente de suas condutas, obviamente não é algo que notamos em totalidade dentro das vertentes cristãs, mas a ideia de que a vontade divina está posta sobre todos e que tudo o que acontece é uma permissão e vontade de Deus, é uma característica pertencente ao pensamento protestante. Um líder sempre estará em seu posto devido a vontade de divina, cabendo ao povo compreender o que Deus quer ensinar com as atitudes que este líder estiver tendo, ou seja, um líder bom sinaliza bons tempos, já um mau líder, significa uma reprovação divina para com o povo.

Durante muito tempo a participação política não era vista com bons olhos por boa parte das comunidades evangélicas, inclusive, algumas reprovam a participação política até os dias de hoje, colocando-a como ambiente de corrupção humana³. Nos anos de Ditadura, as Igrejas Evangélicas vivenciaram uma situação ambígua, de maneira que, embora algumas igrejas tivessem como pauta questões extremamente morais e políticas do período, outras igrejas e entidades evangélicas estiveram dispostas a enfrentar estes pensamentos postos. O Departamento de Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi uma destas entidades que sofreu perseguições políticas durante o regime militar, sendo fechada sem direito a nenhum tipo de defesa. As igrejas Presbiteriana, Luterana, Metodista, Assembleia de Deus e Congregacional, promoveram eventos que ficaram célebres como a Conferência do Nordeste, em Recife, com o tema “Cristo e o processo revolucionário”. Pela primeira vez cristãos e marxistas se encontraram para discutir a relação da igreja e a realidade social brasileira. A Conferência reuniu 160 delegados de 16 denominações evangélicas, de maneira que a reunião de tantas entidades teve o objetivo de juntar a múltiplas interpretações sobre as questões e desafios sociais brasileiros. No entanto, o golpe intensificou-se e as perseguições assolaram as igrejas, pondo fim a Conferência do Recife.

As Instituições viviam sob uma situação de vigilância instaurada pelo Regime Militar, sendo, por exemplo, a Faculdade Metodista Rudge Ramos em São Paulo, fechada por ordem do governo militar em 1967. Isto demonstra como os evangélicos ao longo do período eram politizados e tinham forte engajamento para com a política, além, é claro, de incomodarem o

³ A Congregação Cristã no Brasil, primeira igreja pentecostal do país e segundo dados do IBGE de 2010, terceira maior igreja evangélica do Brasil, reprovava o envolvimento em práticas políticas e em mídias num geral, até os dias de hoje.

regime, visto que um grupo do ponto de vista religioso minoritário, incomodava muito o governo militar.

As igrejas também manifestaram suas opiniões e convicções a favor do governo, conforme revela Adroaldo Almeida em sua tese de doutorado pela Universidade Federal Fluminense, onde analisou os jornais das Igrejas Presbiteriana, Metodista, Batista e Assembleia de Deus. No caso, da Igreja Presbiteriana Independente, num editorial de 31 de março de 1964, intitulado “O Brasil tem um novo Presidente”, a Igreja assim se manifestou:

Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora, já que não era mais possível tolerar uma situação que seria o caos e a ruína, por isso que os princípios morais da austeridade iam progressivamente desaparecendo. [...]. Nesta altura, podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o presidente. Deus salve a Pátria. (O PAIS..., 15/04/64, p. 2; Idem, 30/04/64, p. 2)

Na mesma tese, Adroaldo Almeida apresenta outro discurso de um dos articulistas do jornal “O Estandarte” da IPI, reverendo Laudelino de Abreu Alvarenga, em um editorial no início do ano de 1964, onde o mesmo escreveu o seguinte:

A nossa maior luta nos dias atuais, deve ser a vigilância contra os que sutilmente procuram envolver a Igreja e tentam atirá-la ao 'carro suspeito do comunismo sob o manto brilhante, mas falso, do que se chama esquerdismo, como se o cristianismo, para justificar sua existência necessitasse perfilar ideias marxistas, filhas do materialismo histórico. (ALVARENGA, 29/02/64, p. 4)

Sendo assim, a luta contra uma suposta ameaça de comunismo no Brasil também fazia parte do imaginário de alguns líderes religiosos, de maneira que pautas morais fizeram-se presentes entre estas Igrejas. Estes e outros posicionamentos foram comuns ao longo de todo o período, de maneira que muitos religiosos foram denunciados por seus próprios líderes. Assim sendo, ao analisar as Igrejas Evangélicas no período militar, vimos posicionamentos dos mais diversos e contrastantes entre si. Todavia, foi no fim do mesmo regime que o movimento neopentecostal emergiu no cenário brasileiro, sendo a última grande onda dentro da história evangélica no Brasil (FREESTON, 1993).

O movimento neopentecostal surgiu em meados da década de 70, justamente no período militar, tendo sido a Igreja Universal a principal entidade a encabeçar esse movimento, instituição que segundo estudiosos têm uma mistura de muitos preceitos, apregoando a chamada “teologia da prosperidade”. Além disso, a Universal apregoa a seus fiéis a não aceitação da dor e sofrimento humano, bem como a demonização de outras correntes religiosas, tanto cristãs - como a Igreja Católica - como religiões de matrizes

africanas. Este movimento religioso causou forte distinção entre as igrejas evangélicas brasileiras, de maneira que certos preceitos outrora impenetráveis passaram a ser superados (MARIANO, 2004).

Grande exemplo deste movimento neopentecostal é a associação com o poder, que gradualmente estes grupos tiveram ao longo do tempo. Edir Macedo no ano de 1989, por exemplo, comprou de Silvio Santos e Paulo Machado de Carvalho a emissora de televisão Rede Record. Este fato foi só um prenúncio do poder que Edir Macedo passaria a ter no cenário político brasileiro. Outro exemplo é o PRB (Partido Republicano Brasileiro), partido político totalmente ligado aos líderes religiosos da Igreja Universal. Este poder parece transcender cada vez mais as esferas político-religiosas, sendo o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, assumidamente frequentador de Igrejas Evangélicas e tendo participado da Marcha para Jesus, com Chefe de Estado, encabeçado pela Igreja Renascer em Cristo, no dia 20 de junho de 2019⁴. Com isto, houve uma expansão da participação política dos evangélicos na política brasileira, principalmente com os anos finais da ditadura e o início da redemocratização, sendo que muitos políticos evangélicos tiveram uma intensa contribuição na constituinte brasileira, elegendo diversos deputados nos anos posteriores. Essa participação cresceu exponencialmente nos anos seguintes, de maneira que atualmente uma das maiores bancadas no parlamento brasileiro é a chamada “bancada da evangélica”.

Sendo assim, a compreensão sobre o pensamento político de grupos evangélicos na história recente do Brasil e, especificamente, ao longo da ditadura militar, só pode ser entendida sob a ótica da constituição de um imaginário e uma cultura política em grande medida conservadora. Além disso, é importante compreender as especificidades religiosas presentes dentro do universo evangélico brasileiro, entendendo o papel de extrema importância das Igrejas Históricas e suas disputas de narrativas travadas frente às Igrejas Pentecostais, que demonstravam estar ligadas à questões da sociedade, buscando promover fortes impactos sociais. Ainda sob a ótica de percepção histórica do movimento protestante brasileiro, principalmente na década de 70, é de vital importância se atentar para a virada da concepção religiosa no país em detrimento do avanço dos grupos neopentecostais, que trazem uma nova forma de se relacionar com a política para o cenário evangélico no Brasil. Com isso a política passa a ser espaço de disputa, sendo pautada pela ideia de expansão da fé cristã.

⁴ Bolsonaro participa da Marcha para Jesus em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/20/bolsonaro-participa-da-marcha-para-jesus-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em junho de 2019.

Ainda há de se frisar o aspecto regional brasileiro, que traz diversas imbricações no que se refere à adesão ou não do fenômeno protestante num dos países mais católicos do mundo. É imprescindível analisar a história evangélica no Brasil partindo das grandes cidades do sudeste brasileiro e seu paulatino avanço para outras capitais e aos poucos às áreas rurais, lugar que apresenta desafios para uma infiltração protestante até os dias de hoje.

Sendo assim, continuar explorando este caminho, conectando pontos que permitam captar o envolvimento sistemático de lideranças evangélicas e a política brasileira, traçando seus envolvimento com a sociedade brasileira e as suas implicações sociais, é de extrema importância. Evidentemente são outras questões a serem melhor aferidas, de maneira que toda a influência protestante atual e suas complexidades, envolve um estudo aprofundado que compreenda a trajetória evangélica e suas implicações político-social na sociedade brasileira, principalmente com o processo de redemocratização do país e a relação destes grupos com as instituições democráticas brasileiras, que serviram em grande medida para seu crescimento exponencial nos períodos subsequentes à Ditadura Militar brasileira.

Fontes

O PAÍS tem um novo presidente. **O Estandarte**, São Paulo, ano 72, n. 7, 15 de abril de 1964, p. 2; e n. 8, 30 de abril de 1964, p. 2.

ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Relatório pastoral descortina a hora presente. **O Estandarte**, São Paulo, Ano 7, n. 4, 29 de fevereiro de 1964, p.4.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **“Pelo Senhor, marchamos”**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo de. O que significa o crescimento evangélico no Brasil. **Diplomatique Brasil**, Le Monde, Ed. 51, 1 de novembro de 2011. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-que-significa-o-crescimento-evangelico-no-brasil/>. Acesso em 01 de julho de 2019.

DAMASCENO, Márcio. Brasil é o país onde evangélicos mais avançam na política. **Carta Capital**, Cad. Sociedade, 8 de novembro de 2018, [online]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-e-pais-onde-evangelicos-mais-avancam-na-politica/>. Acesso em 20 de junho de 2019.

FRESTON, Paul. **Protestantes na política no Brasil:** da constituinte ao impeachment. Campinas, São Paulo, 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.52, 2004.

ROCHA, D. **Venha a nós o vosso reino:** relações entre escatologia e política na história do pentecostalismo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. 180p.

SCHMIDT, Daniel Augusto. **Protestantismo e Ditadura militar no Brasil.** São Paulo: Reflexão, 2014.

ST 28
História, religião e
religiosidade: cultos,
narrativas, instituições e
práticas religiosas

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

A religião na cidade idealizada por Platão no diálogo *As Leis*

Antonio Gouveia de Souza Neto
Mestrando em História
Universidade Federal da Paraíba
agouveiant@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a importância da religião para a sociedade grega de acordo com o pensamento platônico. *As Leis* é a obra trabalhada, em específico o Livro X, no qual Platão discute a religião no contexto de uma cidade idealizada. O trabalho se utiliza de obras de referência para buscar entender o papel da religião na *pólis*. Como resultado, podemos constatar que a religião era, para Platão, essencial para a vida em sociedade, pois ela garantia a ordem e possibilitaria uma construção de identidade coletiva centrada na cidade.

Palavras-chave: Platão, História das Religiões, *As Leis*.

Introdução

Para entender o papel que a religião possui na cidade idealizada por Platão no diálogo *As Leis* é necessário um maior entendimento sobre a importância da religião grega para a organização da *pólis*. Tendo conhecimento da complexidade da obra platônica, o presente trabalho se dedicará no momento inicial a discorrer sobre o filósofo, sua vida e sua obra, para possibilitar uma contextualização da obra selecionada.

O artigo teve apoio em uma análise bibliográfica e como principal fonte utilizou o Livro X da obra *As Leis*. A primeira parte do artigo tem como foco a vida e obra de Platão, pois acreditamos ser essencial compreender o contexto do autor podemos ter alguma esperança de entender sua obra, a parte final tentará utilizar *As Leis* para compreender o papel da religião na cidade utópica platônica.

Constatamos que em meio a um contexto de enorme proximidade entre o mundo religioso e o universo mundano, ser religioso era parte indispensável para ser considerado como um membro da *pólis* e para construção da identidade social do sujeito. Em *As Leis*, Platão atribui à religião, além dos pontos mencionados, a função de manter a ordem, para o filósofo as ofensas mais graves cometidas na cidade são aquelas contra os deuses e só aquele que não acredita no divino é capaz de cometê-las.

A obra platônica

Diferente de outros autores helênicos existe indícios que foi possível recuperar toda a obra de Platão. A preservação de seus trabalhos se deve em grande parte ao empenho do astrólogo e filósofo platônico do início do século I da era cristã, Trásilio de Alexandria, responsável por organizar e editar pela primeira vez o corpo total das obras de Platão.

Deve ser mencionado que durante a Idade Média os bizantinos tiveram acesso à obra platônica completa, já a parte ocidental da Europa teve acesso a menos obras, mas quando combinadas com os vários compêndios e escritos de outros pensadores da Antiguidade que tratavam do pensamento de Platão foi o suficiente para garantir o posto de autoridade filosófica ocupado por Platão no medievo. Durante a Idade Média temos como afirmar que o pensamento platônico estava nas bases das religiões medievais que estavam repletas de temas e linguagem platônicas, o que foi de grande importância para a vitalidade do pensamento de Platão durante o período.

Sua obra está dividida em nove tetralogias que são:

I: *Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon;*

II: *Crátilo, Teeteto, Sofista, Político;*

III: *Parmênides, Filebo, Banquete, Fedro;*

IV: *Alcibíades I, Alcibíades II, Hiparco, Amantes;*

V: *Teages, Cármites, Laques, Lísias;*

VI: *Eutidemo, Protágoras, Górgias, Mênon;*

VII: *Hípias menor, Hípias maior, Íon, Menexeno;*

VIII: *Clitofon, República, Timeu, Crítias;*

IX: *Mino, Leis, Epinomis, Cartas.*

Trabalhar com os escritos platônicos acarreta em três problemas complexos citados por Reale e Antiseri (2003, p. 131): primeiro, é necessário estabelecer quais diálogos são autênticos ou não; segundo, é lidar com a questão da cronologia dos escritos; por fim, é necessário estabelecer a relação entre as doutrinas filosóficas presentes nos diálogos com as proferidas por Platão somente de forma oral, que somente conseguimos fazer a partir dos escritos deixados por seus discípulos.

A questão das “doutrinas não escritas” pode ser considerada um fator de importância decisiva para compreender o pensamento platônico. Sabe-se que na Academia, Platão

ministrou os cursos intitulados *Sobre o bem*, e que se recusou a escrever sobre eles por tratarem de questões de realidade última e suprema, possíveis de serem transmitidas apenas no diálogo vivo com a ajuda da dialética oral. Sobre a questão das doutrinas não escritas Reale e Antiseri escrevem:

[...] para compreender Platão, devemos remontar às “doutrinas não escritas” expostas nas lições ministradas aos discípulos da Academia e compiladas sob o título *Sobre o bem*, que, portanto, devem constituir ponto de referência essencial, à medida, ao menos, que nos foram transmitidas. (2003, p. 135)

A autenticidade dos diálogos foi questionada durante um tempo e chegou a supor que nenhum diálogo fosse de autoria de Platão. Porém, depois passou-se a acreditar na autenticidade da maioria como afirmam Reale e Antiseri (2003, p. 134). A questão da cronologia encontra resposta, mesmo que apenas parcial, com o estudo científico das características estilísticas das obras. Sabendo que *As Leis* representam a última obra de Platão, buscou-se definir quais outros escritos possuem as mesmas características, a conclusão é de que os escritos do último período são, em ordem: *Teeteto*, *Parmênides*, *Sofista*, *Político*, *Filebo*, *Timeu*, *Critas e As Leis* (REALE; ANTISERI, 2003, p. 134). Ainda de acordo com Reale e Antiseri, é possível afirmar que a *República* representa à fase central, antecedendo o *Fedro* e sendo posterior ao *Fédon* e o *Banquete*.

A obra escrita de Platão se dá na forma dos *diálogos*, exposições não-solitárias das ideias, onde são necessárias no mínimo duas pessoas representadas pela voz principal e um interlocutor. Nos diálogos platônicos essa voz principal é geralmente do próprio Sócrates, seu mestre, de modo que dificulta distinguir entre o pensamento platônico e o pensamento socrático nas primeiras obras do filósofo. Quando despontam as ideias originais de Platão a voz de Sócrates passa a assumir um papel menor de porta-voz e veiculador das doutrinas platônicas. Reale e Antiseri (2003, p. 136) chamam atenção para o fato de que além da voz principal e dos interlocutores existe a presença do leitor “com função igualmente importante, chamado a participar também como interlocutor”, sendo tarefa do leitor extrair a solução dos problemas discutidos.

Nos diálogos é possível notar uma tentativa de reproduzir o jogo de perguntas e respostas, buscando impulsionar sempre em direção à verdade, mas, sem revelá-la, sendo o ouvinte responsável por chegar a suas próprias verdades. Platão desenvolveu e aprimorou a *maiêutica*, método socrático que consiste na multiplicação de perguntas, em que no primeiro momento o interlocutor é levado a duvidar de seu próprio saber sobre determinado assunto, sendo reveladas as contradições em sua forma de pensar e no segundo momento existe a

estimulação do pensamento próprio do indivíduo. Em seguida ele é levado a vislumbrar novos conceitos sobre o assunto em pauta. Platão aprimorou a *maiêutica* de maneira tão profunda e extensiva que chegou a um novo método, a *dialética*, que conserva os elementos da *maiêutica socrática*. A *dialética* é a técnica da investigação conjunta, feita através da colaboração de duas ou mais pessoas, sobre a dialética Reale e Antiseri afirmam: “podemos dizer que a dialética consiste na captação, baseada na intuição intelectual, do mundo ideal, da sua estrutura e do lugar que cada Ideia ocupa em relação as outras Ideias nessa estrutura. E nisso está a “verdade”.” (REALE, ANTISERI, 2003, p. 149).

O “diálogo socrático” foi adotado por vários discípulos de Sócrates e filósofos posteriores, mas Reale e Antiseri (2003, p. 135) afirmam que Platão foi, certamente, o maior representante dessa maneira socrática de filosofar por escrito.

As Leis

As Leis é o diálogo mais longo de Platão e provavelmente seu último. Existem evidências internas e externas que os últimos toques foram dados após sua morte. Benjamin Jowett escreve no quinto volume de *The Dialogues of Plato* (1892, p. 10) que as mais de vinte citações nas obras de Aristóteles são provas suficientes de sua autenticidade, também é mencionada a influência de Filipo de Opus¹, que transcreveu *As Leis* e, acreditam alguns, foi responsável por escrever a *Epínomis* que serve de complemento para *As Leis*.

Em *As Leis* o filósofo busca descrever a fundação de uma cidade boa e justa, detalhando sua constituição, leis e outras instituições oficiais. O diálogo acontece em Creta e é constituído por uma conversa em doze livros entre O Visitante Ateniense, voz principal, e seus dois interlocutores, Clínias de Creta e Megilo de Lacedemônia.

A conversa presente nos livros I, II e III se dá em relação a tópicos relevantes para criação de uma legislação, que tem por objetivo a virtude e felicidade dos cidadãos (PLATÃO, *As Leis*, I, 631), a natureza da virtude (PLATÃO, *As Leis*, I, 633). Também são abordadas algumas questões sobre psicologia ética (PLATÃO, *As Leis*, I, 644) e a história das constituições no livro III. No final do livro III, Clínias é revelado como o responsável por criar leis para uma nova cidade (PLATÃO, *As Leis*, III, 702). O resto do livro busca fundar “um Estado em teoria” (PLATÃO, *As Leis*, III, 703).

¹ Filósofo grego do século 4 a.C., nascido na antiga cidade de Opunte, Grécia.

A constituição da cidade descrita em *As Leis* é considerada a “segunda melhor”, tendo como paradigma uma cidade onde mulheres, crianças e propriedades são mantidas como bens comuns, uma cidade habitada por deuses e filhos de deuses. Sobre a cidade ideal Platão escreve:

[Quanto a esta condição] em que há uma comunidade de esposas, filhos e de todas as coisas, se por todos os meios tudo que se tem como privado foi em todo lugar erradicado, se chegarmos na medida do possível a tornar comum, de uma forma ou outra, mesmo o que por natureza é particular, como os olhos, os ouvidos e as mãos, como se todos parecessem ver, ouvir e agir em comum; e que todos os indivíduos tenham, na medida do possível, logrado a unanimidade no louvor e na censura que conferem, se regozijando e se afligindo com as mesmas coisas e que honrassem de todo seu coração aquelas leis que produzem o máximo de união possível ao Estado (PLATÃO, *As Leis*, V, 739).

Malcom Schofield afirma que essa “primeira cidade” é “claramente uma versão da sociedade comunista dos guardas exposta no livro V da *República*” (2010, p. 16).² Diferente da cidade ideal, a “segunda melhor” descrita em *As Leis* é pensada para mortais, conservando as ideias de família e propriedade privada.

No primeiro momento, *As Leis* aparenta ser apenas um apanhado de leis, mas com maior observação é possível notar que existe muitos assuntos de interesse filosóficos tratados na obra. O livro X, por exemplo, lida com a teologia da cidade, a qual os cidadãos devem aceitar. Este contém argumentos para os princípios da teologia e argumentos para a existência da divindade. Na primeira parte do livro X encontramos a afirmação:

[...] ninguém que acredite, como é prescrito pela lei, na existência dos deuses jamais cometeu uma ação ímpia voluntariamente ou proferiu uma palavra criminosa; aquele que assim agiu só pode tê-lo feito movido por uma ou outra destas três convicções: não acredita no que afirmei, acredita nos deuses mas não que estes se importem com os seres humanos ou acredita que os deuses são fáceis de serem conquistados quando subornados por oferendas e orações (PLATÃO, *As Leis*, X, 885).

A argumentação teológica presente no livro X busca então combater essas três visões, *ateísmo*, os deuses não existem, *deísmo*, os deuses existem, mas não se importam com os seres humanos e *teísmo tradicional*, se acredita nos deuses, mas que eles podem ser comprados por oferendas e orações.

Sobre a questão teológica em *As Leis*, Robert Mayhew (2010, p. 214) considera que é uma argumentação vaga ou pouco descritiva e considera dois motivos, a discussão filosófica

² “A brief sketch of the ‘first’ then follows. It is clearly a version of the communist society of the guards expounded in (mostly) Book 5 of the *Republic*.”

da teologia é difícil e, conseqüentemente perigosa. No contexto do livro as leis são formuladas para os cidadãos da cidade que está sendo pensada, em sua grande maioria não são filósofos, algo que dificulta toda essa discussão teológica. Platão acredita que provas suficientes que existem deuses, que eles são bons e que eles se importam com os humanos são necessárias para garantir o suporte adequado para as leis e o caráter ético dos cidadãos.

Sobre a importância da religião na cidade idealizada por Platão, Goldschmidt escreve:

Entre as tradições, as mais veneráveis concernem a Religião. Já a *República*, entretanto construída unicamente segundo as exigências inteligíveis do Bem, fez o estabelecimento da religião depender, não da dialética, mas da tradição e do oráculo de Delfos; ela chamara mesmo as leis relativas ao culto de “mais importantes, mais belas e primeiras”. Essas leis dizem respeito à fundação dos tempos, ao culto dos deuses, dos demônios e dos heróis, e ao culto dos mortos. *As Leis* conservam fielmente esse código da Religião e proibem ao legislador mudar o que quer que seja nele. Mas, prolongando a *República*, mostram concretamente como esse código regerá a vida da Cidade e como a religião penetra a política. O conjunto do território nacional assim como cada uma das circunscrições administrativas são consagrados a uma divindade; as assembleias se reúnem nos santuários; certos altos funcionários são investidos do sacerdócio; o ano é dividido em porções marcadas por festas que o legislador multiplicará, de acordo com o Oráculo, a fim de que nenhuma divindade seja negligenciada no calendário litúrgico. (GOLDSCHIMIDT, 1970, p. 113)

Malcolm Schofield, no primeiro capítulo do livro *Plato's Law. A Critical Guide* (2010) nota a existência de uma visão equivocada sobre *As Leis*, que é vista sem uma estrutura coerente, sendo Aristóteles, em *Política*, crítico da contribuição do livro de Platão para a filosofia política. Schofield argumenta a existência de dois projetos distintos, mas bem integrados na obra. O primeiro projeto tem início no livro V, em que Platão busca descrever uma “segunda melhor” cidade, um projeto para construir um sistema político que possibilita as melhores chances para seus cidadãos adquirirem virtude e felicidade.

O segundo projeto busca descrever um sistema que leva em consideração os seres humanos e tenta construir uma sociedade que a liberdade é limitada pela sabedoria. As histórias presentes no livro III, sobre Atenas, Pérsia e Esparta, buscam ilustrar a necessidade de combinar a liberdade com uma autoridade sábia, para assim possibilitar uma aproximação dos cidadãos. Schofield não vê conflito entre os dois projetos, quando Platão reflete sobre como os sistemas políticos e legais são ambos coercitivos e educacionais, ambos os projetos ganham profundidade.

A religião tem um papel fundamental na cidade idealizada por Platão em *As Leis*, é possível fazer esta afirmação ao constatar que todo o Livro X é dedicado a combater as

formas de pensamento contrárias a religião da cidade e oferecer toda uma argumentação teológica para a existência da divindade. Goldschmidt (1970, p. 113) afirma que a divindade é responsável pelo estabelecimento das leis antigas, e são essas leis que possibilitam a existência das cidades. Tendo ciência da importância da religião na obra platônica, o próximo capítulo trata de caracterizar a religião grega, apenas com este objetivo alcançado será possível aprofundar a discussão sobre o lugar da religião na cidade idealizada.

A religião na cidade platônica

Podemos apontar para várias referências à religiosidade nas obras de Platão (LEITE, 2013, p. 1), sendo duas delas dedicadas totalmente à essa questão. No *Êutifron*, encontramos uma discussão sobre o significado do termo *hósois*, que se refere ao comportamento adequado devido aos deuses e em *Segundo Alcibíades* é discutida a maneira que os homens devem se dirigir aos deuses.

A religiosidade também é discutida em *Apologia de Sócrates*, que apresenta um suposto discurso utilizado por Sócrates para se defender de sua acusação de impiedade. Em *Protágoras*, a religiosidade é abordada quando a piedade é considerada uma das cinco virtudes primordiais. É possível citar, também, *A República*, que se inicia em uma atmosfera religiosa, em uma procissão de uma deusa.

Por fim, em *As Leis*, Platão pensa uma legislação para a cidade ideal e acaba por rever vários pontos trabalhados na *República*. A discussão religiosa é presente no livro X, que busca tratar dos delitos em relação à religião.

De acordo com Leite (2013, p. 2), o interesse de Platão em relação a religiosidade se dá por dois possíveis motivos: a morte de Sócrates, condenado por impiedade, e a grande importância da religião para a constituição da *pólis*. Consequentemente acreditamos que a busca de Platão pela cidade ideal também representa um fator significativo. Como já foi discutido, a religião e a cidadania grega estavam bastante ligadas na Grécia antiga, algo refletido nos diálogos platônicos. Platão busca a melhor forma do homem se relacionar com a cidade, algo que asseguraria o bem de todos.

O livro X de *As Leis* é dedicado a trabalhar a legislação contra os que cometem ofensas contra os deuses. Esse delito é, de acordo com Platão, o mais grave entre todos e merecedor de maiores punições. Platão, então, elabora uma lista com as ofensas que devem ser punidas pela cidade, a primeira, e mais grave, é relacionada às ofensas contra o sagrado e

as coisas que são de domínio público, podemos citar ações prejudiciais aos templos ou às representações dos deuses. A segunda é, também, relacionada às ofensas ao sagrado, mas que dizem respeito à família, terceiro lugar é ofensas aos pais, depois estão as ofensas contra quem possui cargo público e por fim estão as ofensas contra os cidadãos:

E as ofensas são mais graves quando atingem as coisas sagradas, e especialmente graves quando atingem coisas que são tão públicas quanto santa, ou parcialmente públicas, por serem partilhadas pelos membros de uma tribo ou outra comunidade similar. Em segundo lugar (inclusive em matéria de gravidade) vêm as ofensas contra os pais, quando uma pessoa comete um ultraje bem distinto dos anteriores. Um quarto tipo de ultraje é quando uma pessoa, desafiando os magistrados, se apodera ou usa qualquer tipo de suas coisas sem seu consentimento; e um quinto tipo é um atentado aos direitos civis de qualquer indivíduo, o que exige reparo por meios jurídicos. (PLATÃO, *As Leis*, X, 884).

Ainda de acordo com Leite (2013, p. 7) é possível afirmar que as três primeiras ofensas descritas na lista e consideradas às mais graves são claramente consideradas ímpias na cidade histórica, pois indicam desrespeito aos deuses, à cidade e aos pais. Conseqüentemente, podemos afirmar que Platão considera como mais graves as ofensas que contêm traços de impiedade, são elas que devem ser prontamente combatidas pela cidade. Em *As Leis* Platão descreve as três razões que podem levar um indivíduo a cometer impiedade: não acreditar nos deuses, acreditar que eles existem, mas achar que não se importam com assuntos mundanos e acreditar que os deuses são facilmente conquistados com preces e sacrifícios

Ninguém que acredite, como é prescrito pela lei, na existência dos deuses jamais cometeu uma ação ímpia voluntariamente ou proferiu uma palavra criminosa; aquele que agiu assim só pode tê-lo feito movido por uma destas três convicções: não acredita no que eu afirmei, acredita nos deuses, mas não que estes se importem com os seres humanos ou acredita que os deuses são fáceis de serem conquistados quando subornados por oferendas e orações. (PLATÃO, *As Leis*, X, 885).

Ao impor punições contra a impiedade, Platão torna a crença nos deuses algo imposto por lei, a cidade platônica toma para si o dever de fazer com que seus habitantes acreditem nos deuses, em especial os que protegem a cidade. Notamos, então, a ligação entre o mundo religioso e a cidade, a religião está ligada ao público. Essa aproximação entre cidade e religião reforça a união dos homens na cidade, a religião é, desta forma, um aparato para os habitantes da *pólis* se identificarem como pertencentes ao mesmo grupo. Leite afirma que, desta forma, “[...] quando os homens reforçam seu elo com os deuses, reforçam sua ligação com a cidade.” (LEITE, 2013, p. 8)

A importância da religião e a ameaça que a impiedade representa, faz com que essa última precise ser severamente punida, é preciso que a cidade desenvolva mecanismos para evitá-la. Na cidade ideal de *As Leis*, a impiedade é combatida com um rigoroso controle da cidade sobre os assuntos religiosos. A legitimação e exercício desse controle são possíveis graças a uma lei que determina o domínio pela cidade de todas as ações em que o fiel entra em contato com a esfera do divino. É, então, proibido que o cidadão realize um sacrifício aos deuses sem o intermédio de um dos sacerdotes da cidade e estava proibido de fazer qualquer tipo de adoração aos deuses em sua casa:

[...] ninguém possuirá um santuário em sua própria casa; quando alguém estiver motivado em espírito a realizar um sacrifício, deverá dirigir-se aos locais públicos para sacrificar e apresentará suas oblações aos sacerdotes e sacerdotisas aos quais diz respeito a sua consagração; aí ele mesmo, em companhia daqueles que escolher, unir-se-à nos orações [...]”. (PLATÃO, *As Leis*, X, 909).

Os pontos levantados apontam para o papel fundamental da religião na vida da *polis*, sendo ela indispensável para a manutenção da ordem na cidade. O controle da religião em *As Leis* assume um papel educativo, era necessário “[...] para que as pessoas não se desviassem de suas obrigações para com a cidade.” (LEITE, 2013, p. 9).

Referências bibliográficas

BOBONICH, Christopher (Org.). **Plato’s Law: a critical guide**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

GOLDSCHIMIDT, Victor. **A Religião de Platão**. Tradução de Ieda e Oswaldo Porchat Pereira, São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.

LEITE, Priscilla Gontijo. Aspectos da religiosidade em Platão: *eusebéia, asébia, hósios e anósios*. **Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**. v. n. 1, pp. 1 – 15. UFJF: 2013. Disponível em: <https://ronai.ufjf.emnuvens.com.br/ronai/article/view/36> Acesso em 05/10/2017.

PLATÃO, **As leis, ou da legislação e epinomis**. Tradução Edson Bini. Bauru SP: Edipro, 1999.

PLATO, **The Dialogues of Plato**. Translated into English with Analyses and Introductions by B. Jowett. M.A in Five Volumes. 3.ed . Oxford University Press, 1892.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri, **História da Filosofia: filosofia pagã antiga**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

Percepções da direita cristã no Brasil sobre a questão palestino-israelense

Bianca Bastos

Graduanda em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro

biancapbastos@yahoo.com

Resumo: Inserido na pesquisa geral desenvolvida pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (NIEJ), “Percepções da sociedade civil brasileira sobre a questão palestino-israelense”, esse projeto busca compreender as percepções da direita cristã brasileira a respeito da questão palestino-israelense. Este objetivo se justifica na medida em que este grupo é um dos que mais mobiliza símbolos associados a essa problemática e suspeita-se que esse tema seja central em seu imaginário político-religioso. Portanto, a pesquisa se concentra em analisar o campo conservador como forma de contribuir para o mapeamento dos diversos discursos utilizados para representar as relações palestino-israelenses. Ademais, quais campos políticos são criados a partir desse discurso e quais as justificativas empregadas para a manutenção desses campos? A partir dos métodos de entrevista compreensiva de Jean-Claude Kaufmann e da observação participante, procura-se analisar como os atores articulam suas reivindicações e interpretam os diferentes fatores que compõem a questão. Também será feita uma revisão bibliográfica das principais abordagens sobre as sociedades israelense e palestina. Mídias próprias dos grupos da direita cristã, além das mídias tradicionais a respeito da manifestação desses grupos, também serão analisadas neste projeto. Para discutir as percepções e representações articuladas por este campo político, as referências teóricas de Oro são incontornáveis e o conceito de “orientalismo” de Edward Said também é central. De fato, trata-se também de refletir sobre a epistemologia da direita cristã, ou seja, o que torna possíveis tais percepções da questão palestino-israelense. Mobilizando-o é possível pensar como determinados agentes sociais constroem sua própria identidade a partir da representação e construção de quem é o “outro”. Ademais, a noção de Comunidades imaginadas de Benedict Anderson estrutura uma análise dos símbolos, narrativas e discursos em jogo num todo coerente e extremamente relevante politicamente. Nesse sentido, indaga-se: Qual o lugar que essa questão ocupa no imaginário político-cultural desse grupo, e qual sentido que ele desenvolve para a representação da política brasileira? Essa e outras perguntas que serão levantadas no decorrer do projeto mostram a necessidade de se compreender os processos de apropriação das narrativas produzidas pelos atores diretamente inseridos na questão.

Palavras-chave: Neopentecostalismo, Judaísmo, Israel-Palestina.

Israel imaginário e o conflito

A questão existente entre Israel e Palestina marcou o século XX e perdura até os dias atuais dividindo opiniões sobre um possível desfecho, seja de autoridades políticas, entidades, organizações e da população de maneira geral. Independente das nuances que essa questão incorporou ao longo das décadas, ela se baseia em construção de nacionalidades distintas disputando por um único território, alegando direito e soberania sobre ele. E diante do jogo

político, dos interesses e da identificação com um dos dois lados, é notório que, no jogo político, países, grupos e lideranças se posicionam e defendem uma bandeira.

Nesse sentido, o Brasil, assim como outros países, possui posicionamento acerca do conflito; entretanto tal posicionamento não é homogêneo e nem unânime, uma vez que há parcelas da sociedade que apóiam um lado enquanto existem outras que se identificam com o outro. Essa perspectiva é melhor exemplificada tendo em vista o cenário político atual, quando foi possível perceber a ascensão de uma nova direita no Brasil, que se baseia no retorno do conservadorismo (ainda que com aspectos particulares), que zela por uma moral cristã e é avessa as ideias de esquerda, além de alimentarem discursos que produzem desigualdade e exclusão social – como a aposta na meritocracia e no fim das leis de cotas -, como destaca Cepêda (2018).

Assim, a nova direita, trajando uma roupagem cristã e conservadora, assume incondicionalmente um posicionamento pró-sionista, visto que se posiciona contra a tudo aquilo que possa representar ameaça aos valores e a moral cristã, incluindo os comunistas, os islâmicos, os homossexuais, as feministas, os que são a favor da legalização do aborto, em síntese, a tudo aquilo que diz respeito ao outro, ao que não concorda com seus posicionamentos.

E a afeição por Israel se deve ao imaginário criado pelos cristãos no Brasil, e aqui me refiro especificamente aos neopentecostais¹, que percebem Israel de acordo com o texto bíblico, em uma perspectiva que produz um Israel imaginário habitado por um judeu imaginário. Para esclarecer tais categorias, foi utilizada a configuração criada nas tribos observadas por Marcel Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva*, onde tais tribos realizavam trocas de presentes, que possuíam um sentido espiritual e, portanto, significavam muito para eles. Nessa dinâmica, a dádiva (o presente em si) era ofertada de uma tribo para outra, que esperava a retribuição de uma dádiva maior que a recebida inicialmente e a consequente aceitação dessa dádiva.

Mauss estabelece o princípio comum que regula as trocas intertribais como sendo a obrigação de dar, de receber e de retribuir. Nessa configuração os contratos são firmados entre diferentes tribos e clãs por meio da troca coletiva de presentes, criando um sistema de dádivas entre coletividades, e não entre indivíduos. No lugar de associar essas relações de trocas a

¹ Surgido no Brasil na década de 1960, faz usos das principais crenças e doutrinas pentecostais que, na perspectiva de Ari Pedro Oro (2001), faz cria fronteiras consensuais entre o religioso e o secular, o mágico e o religioso, a magia e a ética, dando novo sentido ao dinheiro no campo religioso.

meros escambos, Mauss mostra que elas carregam uma dimensão moral que confere sentido às relações sociais. Assim, as trocas cerimoniais, que integram os sistemas da dádiva, não são simples trocas prosaicas de presentes, mas prestações e contraprestações em busca de novas alianças e do fortalecimento das anteriores. Dentro desses sistemas de prestações, denominadas por Mauss como “totais”, circulam afabilidade, banquetes, rituais, objetos, serviços, festas, entre outros, e não exclusivamente os bens e objetos valiosos. E a finalidade é a comunhão entre as partes, na qual o mercado é apenas uma etapa.

Adequando ao objeto aqui proposto, na tradição cristã, o corpo de Cristo representa o sacrifício total (lógica da prestação total), e nesse ato – da crucificação - morreu o judeu e nasceu o Cristo, numa configuração em que a carne é judaica, mas o Cristo é metafísico. Se antes desse episódio, que fundou o cristianismo, os sacerdotes mediavam o sentido e a função da dádiva, passando as instruções e transformando as demandas em demandas sistêmicas de trocas intertribais, agora estava inaugurado um novo cenário, que muda de sentido com a figura de cristo, e seu sacrifício (a morte na cruz) é compreendido como uma dádiva pelos católicos, enquanto que para os evangélicos essa conformação funciona melhor quando se pensa no Cristo ressuscitado.

Assim, os novos sacerdotes – os pastores -, compreendem uma oposição entre a morte e a dádiva, visto que a morte de cristo é sinônimo de Israel morto, enquanto o Israel vivo representa a dádiva. Assim, Israel vivo e Jesus vivo tem sentido mútuo. Nesse contexto, a ruptura de Israel com os judeus e com a ideia de Jesus morto – que não é tido como messias -, resulta de uma conformação proporcionada pela dádiva. Essa leitura remete a um processo de conversão e desconversão (Gherman; Klein, 2019: 119) - resultante da dádiva -, que provoca a ruptura de Israel com os judeus e com o Jesus morto, viabilizado pelo surgimento de uma comunidade judaico-cristã imaginada (Anderson, 2008), já que o cristianismo passa a ser visto, pela nova direita no Brasil, como herdeira do judaísmo primitivo e combatente das ameaças aos seus valores (Gherman; Klein, 2019). Isso de deve a perspectivas ideológicas específicas dos dois lados dessa nova aliança, em que os judeus são vistos como agentes que dão continuidade aos valores cristãos. Assim, fazer parte dessa comunidade judaico-cristã (conversão), ou ser rejeitado por ela (desconversão), depende basicamente do alinhamento ideológico com seus valores.

Judaísmo e neopentecostalismo conservador pró-sionista

A narrativa de construção de uma comunidade de judeus e cristãos, que possuem um mesmo código de conduta, ideologia e valores morais, traz o debate acerca dos usos dos símbolos e da apropriação religiosa do judaísmo pelos neopentecostais no Brasil. Nesse contexto, é possível analisar mídias das próprias igrejas de matrizes neopentecostais, assim como a realização de uma observação participante. Semelhantemente, alguns autores destacam práticas neopentecostais que, amparadas pela mobilização de alguns conceitos, auxiliam na compreensão de tais apropriações.

Ademais, ao tratar os usos de símbolos judaicos em igrejas neopentecostais, Marta Topel (2011) analisa brevemente o neopentecostalismo no Brasil, assim como algumas motivações que levaram a incorporação do uso de símbolos judaicos por essas igrejas. De acordo com Topel, uma das razões que justificaria essa aproximação das designações neopentecostais ao judaísmo pode ser compreendida pela ideia de “retorno” dos protestantes – incluindo pentecostais e neopentecostais – ao Antigo Testamento, que delimita a oposição as condutas da Igreja Católica. De outro modo, a leitura de trechos da Bíblia hebraica suscitou a incorporação desses trechos nos cultos e reuniões dessas igrejas, assim como os símbolos da tradição judaica.

Outra característica abordada pela autora é a tentativa de se distanciar do catolicismo – visto como praticante da idolatria – abolindo dos cultos a imagem de Cristo e de sua trajetória. Além disso, outra tentativa de compreender a relação entre o judaísmo e o neopentecostalismo está enraizada no messianismo judaico, que compreende a crença de que Jesus foi enviado por Deus como o messias dos judeus, e seu povo não acreditou nele, que foi crucificado pelos romanos posteriormente. No entanto, Jesus voltará uma segunda vez, julgará a humanidade e dará início a uma nova era. A autora destaca que seu trabalho não pretende abordar todas as diferentes doutrinas escatológicas cristãs; todavia, da ênfase a uma doutrina indispensável para essa análise, a doutrina do dispensacionalismo.

Esta doutrina basicamente se refere à segunda vinda de Jesus que será igual a primeira, com a missão de salvar o povo judeu. O ponto alto é que, de acordo com essa perspectiva, Jesus se manifestará em Jerusalém e ali dará início ao seu reinado messiânico. Tendo em vista que a visão milenarista é essencial para o dispensacionalismo, e que a divisão do tempo para eles ocorre em diferentes eras, nas quais a relação de Deus com os humanos é realizada por meio de alianças – com Abraão, com Moisés, com a Igreja, e com o sionismo, podendo essa divisão variar de três a sete eras -, nos deparamos com uma revelação progressiva. O apoio a

existência da Terra de Israel pode ser creditado a essas expectativas de cumprimento das promessas de Deus feitas ao povo.

O uso dos símbolos e rituais judaicos são vistos por Topel como um fenômeno que ela denomina como judeofilia. Todavia essa utilização é vista com ressalvas por algumas igrejas dessa matriz, pois alguns olhares receosos ressaltam os perigos da judaização das igrejas, que faria com elas perdessem sua essência e seus objetivos primordiais.

Diversos recursos são utilizados pelas igrejas neopentecostais para a manutenção do grande público em seus salões e templos. Nessa perspectiva, há uma investida para atender a vivência material dos fiéis, partindo da crença da eficácia de práticas simbólicas para resolver conflitos de ordem mundana. Nesse sentido, a Teologia da Prosperidade é abordada por Manuela Lowenthal Ferreira (2017), que a caracteriza como uma lógica mercantilizante da fé, mediante a lógica produtivista e imediatista impregnada no imaginário social brasileiro. Além disso, Ferreira destaca que o uso e a adesão desta Teologia pode estar relacionado à expectativa de superação e resistência a questões sociais.

Nesse viés, Ari Pedro Oro (2001) também enxerga na Teologia da Prosperidade um marco que define as igrejas de matriz neopentecostal e, ao analisar esta Teologia, destaca práticas como libertação do “mal demoníaco”, ênfase na realização de milagres e rituais emocionados, e a associação de alguns aspectos com a religião, sendo eles o marketing, o dinheiro e a política. A relação que o autor faz para entender a adaptação da lógica financeira neopentecostal e a condição sócio-econômica do fiel implica a lógica de que tudo pode ser vendido e comprado, tudo pode ser comercializado, ou seja, é definida a noção de uma “religião paga” (Oro, 2001: 80).

O antropólogo nota que há uma relação estrita entre dinheiro e magia, em que a lógica do dom se relaciona diretamente com a lógica do mercado, inaugurando um dom quantificado, referente ao sacrifício pessoal: quanto mais o fiel doa para a igreja, mais chances de alcançar as graças desejadas ele tem. Essas práticas permitem que a igreja angarie um grande número de fiéis e se fortaleça ao longo das décadas, até o ponto de se tornar a grande massa que é hoje.

Quanto a apropriação de elementos de outras religiões por parte dos neopentecostais, Oro produz outro trabalho que aborda melhor essa questão, voltando-se para os usos das religiões de matrizes afro-brasileiras, e desenvolve um conceito muito caro ao trabalho aqui proposto. O conceito mobilizado por ele é a religiofagia (Oro, 2006: 320), que se refere à

apropriação e reelaboração de elementos de crenças de outras igrejas e religiões somadas à exacerbação desses elementos. Para entender este processo, Oro define a existência da ressemantização dos fragmentos de outras crenças, e difere esse procedimento da ressimbolização, tendo em vista que o primeiro diz respeito aos conteúdos das religiões vinda de fora, que são alterados por conteúdos locais dos grupos que o adotam, enquanto o segundo se refere aos conteúdos tradicionais de um grupo, que adquirem nova expressão por meio de formas simbólicas importadas de fora.

O uso de símbolos e objetos mediadores com o sagrado gera uma dispensa do uso da bíblia, distinguindo essa denominação cristã da tradição protestante, delimitando mais uma característica do grupo aqui explorado. Para além dessa fagocitose religiosa dos símbolos, é notória a mudança do linguajar dessas igrejas, que utilizam termos oriundos de outras religiões, que dão vida a uma nova semântica.

Outra contribuição de suma importância do trabalho de Oro contempla os dados apresentados acerca da presença cada vez maior dos neopentecostais na política, que implica no cenário conservador atual da nova direita no Brasil, que dão sentido ao esquema da lógica de conversão e desconversão elaborado anteriormente. A vasta presença de deputados, vereadores e senadores vindos das igrejas neopentecostais mostram a força que eles possuem no campo político, e seu abastado e fiel eleitorado.

Em complemento aos conceitos e ideias aqui apresentados, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (NIEJ), responsável por esta pesquisa em andamento, esteve envolvido em entrevistas compreensivas (Kaufman, 2013) com lideranças de algumas dessas igrejas abordadas nesta pesquisa, e com visitas de observação participante que proporcionaram a verificação, concordância ou discordância das propostas dos autores. Tudo isso no intuito de superar alguma questão que pudesse ser leviana.

Nesse sentido, foi possível abordar os autores e conceitos mais caros as observações feitas até então, visto que o atual cenário político demanda por discussões que perscrutem essas questões. Ainda que existam muitos debates e perspectivas que devem ser abordadas por essa pesquisa, os resultados apresentados compõem um interessante panorama do neopentecostalismo no Brasil e da roupagem que este vem trajando nas últimas configurações que resultaram dessa trajetória iniciada há algumas décadas e que vem cada vez mais rendendo frutos a esse grupo político-religioso que cresce e expressa uma mudança de rumos na perspectiva de imaginário social brasileiro.

Considerações finais

Diante dos resultados alcançados pela pesquisa, incluindo apresentações em outras universidades, não somente no Brasil mais também no exterior, que contou com a confecção de um artigo (*Entre conversos e desconversos: o caso da influência da Nova Direita sobre a comunidade judaica no Rio de Janeiro*, 2019) que explora melhor o ponto de partida que originou o objeto proposto, um texto de “resposta” a este trabalho, produzido pelo presidente da ASBI (Associação Sionista Brasil Israel) é muito peculiar e interessante para a análise das perspectivas vistas anteriormente.

Redigido por Félix Soibelman, o texto publicado na página da ASBI na rede Facebook, no dia 20 de junho de 2019 às 20:28, apresenta uma linguagem um tanto prolixa, mas que ainda assim permite perceber, ao longo de sua leitura, que o processo de conversão e desconversão da comunidade judaico-cristã ocorre no imaginário político e ideológico.

Nesse contexto, destacamos alguns trechos para tal abordagem, pois o texto como um todo não poderia ser trabalhado tendo em vista a disponibilidade deste artigo. Assim, no primeiro trecho é possível identificar uma narrativa classificada como de esquerda antijudaica por ser laica:

Logo, se judeus de esquerda e críticos de Israel foram estigmatizados por vezes como kapos e traidores porque se identifica na esquerda as maiores fontes de antissemitismo atual que servem de cavalo de Tróia para o islamismo no ocidente, com crescente hostilização de Israel alimentada pela imagem de supremacismo do sionismo em contraposição a um vitimismo islâmico numa retórica polarizada, aponta-se o recrudescimento de mitos antissemitas que serviram de combustível para o apogeu do ódio antijudaico europeu no Holocausto, se os islâmicos se apropriam deste ódio europeu para alimentar a imagem do judeu internacional espoliador de nações, o judeu da terceira classe, a classe financista e todo o elenco de estigmas negativos impostos aos judeus ao longo dos séculos, a união dos judeus de direita a certas correntes do cristianismo contra isso tudo é posta pelo professor demiurgo como um "judaísmo imaginário" que quer tomar para si uma condição de baluarte do Ocidente que existiria só na cabeça de seus expoentes.²

Existe uma compreensão de que a esquerda judaica está alinhada aos islâmicos (sua figura comparada a dos Kapos, que eram os prisioneiros judeus que possuíam algumas condições melhores nos campos de concentração, e que eram vistos até mesmo como traidores e alinhados aos nazistas), enquanto o autor do texto e aqueles representados por ele estão alinhados com os judeus, com o “lado certo”. Essa perspectiva mostra a dicotomia já

² <https://www.facebook.com/303154680114401/posts/697543134008885?s=100002355991509&sfns=mo> consultado por último no dia 29/06/2019, as 11:59.

apresentada de que existe uma contraposição entre um Ocidente judaico-cristão e um Oriente islâmico, rivais na defesa da ordem moral, dos valores e costumes.

Em outro trecho, Soibelman faz uso de versículos do Novo Testamento e deturpa essa leitura no esforço de testificar uma raiz teológica para a aliança entre judeus e cristãos, que dá sentido as teologias exemplificadas pelos autores abordados neste trabalho, na tentativa de justificar a teologia da substituição.

Sequer soube Gherman tatear o ponto teológico nodal desta filiação que os evangélicos acolhem, e muito menos compreender por que há importância capital para os judeus nessa aliança, em toda sua profundidade. Aproveitando o ensejo, esta é a palavra de ouro aqui: aliança. A chave do debate está nesse versículo dos Romanos, 11,18: "Não te glories contra os ramos; e, se contra eles te gloriasses, não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz a ti.". Paulo desenvolve aí a contradita da ideia que foi seminal no antissemitismo cristão, ou seja, que Aliança entre Deus e os judeus fora substituída pelo novo pacto em Cristo. Esta foi a origem de todas as desgraças do povo judeu, ou seja, quando criou-se, assim, a chamada "teologia da substituição". É quando Agostinho diz que os judeus somente subsistem para exemplificar a expiação da culpa pelo assassinio de Deus, na obra "A Cidade de Deus".

O cristianismo, até o advento do neopentecostalismo assumiu a visão de Agostinho, e mesmo na Igreja Ortodoxa tivemos igual antissemitismo presente pela boca virulenta de seu inspirador, considerado por ela santo, que foi Crisóstomo. Do mesmo modo Lutero foi outro violento antissemita.

É com o neopentecostalismo que surgem, portanto, visões partidárias do discurso de Paulo, em Romanos, pelo qual se entende que a Aliança entre Deus e os judeus não foi rompida. Para os evangélicos, numa intuição formidável, há uma correspondência dos diversos planos de existência, de forma que, sim, como parte do cumprimento das profecias, há a concretização física, também, do Estado de Israel como organização política da Nação, após o Holocausto. O que se apresenta aqui são os fatores meramente fideístas que não suportam mediação racional, ou seja, enquanto os evangélicos aceitam Israel como esta gloriosa escalada profética, outros, de acordo com sua fé cristã católica, ortodoxa, luterana, etc., rejeitam firmemente esta perspectiva.³

Tendo em vista que o judaísmo não messiânico não vê na figura de Cristo o messias e, além disso, o texto bíblico do Novo Testamento não contempla suas práticas e sua escatologia, Soibelman recorre ao texto em uma perspectiva de conversão da comunidade, onde ele busca recursos específicos que ligariam as duas comunidades. Além disso, o dispensacionalismo, explicado por Marta Topel, também é abordado por Soibelman quanto ao Estado de Israel, visto por ele como parte da promessa divina.

³ <https://www.facebook.com/303154680114401/posts/697543134008885?s=100002355991509&sfns=mo> consultado por último no dia 29/06/2019, as 11:59.

Em síntese, o termo “aliança” utilizado por Soibelman funciona como um momento de fundação da comunidade judaico-cristã, e a utilização de textos bíblicos do Novo Testamento em sua fala demonstram bem o esforço desempenhado na conversão dessa comunidade, fazendo valer os conceitos propostos neste trabalho. Ainda que novas abordagens surjam e outras perspectivas sejam alcançadas, as verificações realizadas sobre as percepções da direita cristã no Brasil acerca do conflito surte um efeito positivo e abre caminho para a continuidade desta investigação.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

FERREIRA, M. L. A moral (neo) pentecostal e a ética empreendedora: sobre a Teologia da Prosperidade e o impulso para o trabalho. **Diversidade Religiosa**, v. 7, n. 1, p. 88-101, 2017.

GHERMAN, M.; KLEIN, M. Entre “conversos” e “desconversos”: o caso da influência da Nova Direita brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro. **Estúdios Sociales Del Estado**, Buenos Aires, v. 5, n. 9, p. 101-123, jan. 2019.

KAUFMANN, Jean Claude. **Entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Edições 70, 2008.

ORO, A. P. O neopentecostalismo macumbeiro. **Revista USP**, n. 68, p. 319-332, 2006.

_____. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, p. 71-85, 2001.

SOIBELMAN, F. **Michel Gherman e o desespero pelo domínio da narrativa laica da história pela esquerda antijudaica**. Disponível em: <https://www.facebook.com/303154680114401/posts/697543134008885?s=100002355991509&sfns=mo> (Consultado por último no dia 29/06/2019, às 11:59).

TOPEL, M. F. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. **Revista Brasileira de História Das Religiões**, ano 4, n. 10, 2011.

O padre e o curandeiro: a arte da cura dos males no Rio de Janeiro de Jean-Baptiste Debret

Bruno Willian Brandão Domingues

Mestre em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

brunoo_willian@hotmail.com

Resumo: *Jean-Baptiste Debret*, além de exercer o papel de pintor histórico da corte portuguesa no Brasil e posteriormente da corte brasileira, especificamente do 1º Reinado, chamará a atenção do pintor as manifestações religiosas no Rio de Janeiro, sejam elas católicas ou as religiões ancestrais africanas, que em alguns casos acaba tornando-se um sincretismo religioso. Esta devoção anacrônica, perceberemos através de algumas imagens retratadas por *Debret*, pois para atrair os escravos, a Igreja recriará várias devoções trazendo consigo uma mistura do catolicismo com as religiões ancestrais africanas. Os escravos, através da mistura das suas crenças ancestrais, buscam a cura dos males com as sangrias e proteção de ervas. Os católicos, por sua vez, buscam a cura com os sacramentos e promessas aos santos de devoção. O que causa estranheza de *Debret* não é o fato do Brasil seguir a fé católica, mas sim, a maneira como se dava o culto, ou seja, a "superstição religiosa". É interessante discutirmos que as imagens retratadas por *Debret*, trazem a maneira como Ele construiu a imagem religiosa do brasileiro, e todas as imagens tem uma semelhança em si: a mistura dos costumes litúrgicos que a Igreja recomenda e os costumes populares que cada pessoa realiza, acreditando estar agradando a Deus, ocasionando duas modalidades: sagrado e profano. Além disso, ao referirmos sobre a religiosidade no Brasil do século XIX, não podemos deixar de mencionar o papel que as irmandades exerciam, tanto para a manutenção de suas igrejas como para atrair novos fiéis.

Palavras-chave: Religiosidade, *Debret*, Brasil Oitocentista.

O século XIX recebeu de herança o que ficou conhecido por "religiosidade colonial" ou "catolicismo barroco", como mais recentemente denominou João Reis. As práticas católicas eram marcadas pelas espetaculares manifestações externas da fé, presentes nas pomposas missas, "celebradas por dezenas de padres e acompanhadas por corais e orquestras"; nos "funerais grandiosos, nas procissões cheias de alegorias" e nas festas, onde centenas de pessoas das mais variadas condições se "alegravam com a música, dança, mascaradas e fogos de artifícios". (ABREU, 1999, p. 33)

Essa denominação de Abreu, a respeito da religiosidade no Brasil, será nosso ponto de partida para as discussões e interpretações, pelas quais no decorrer deste artigo iremos analisar a maneira como *Debret* denominara tais práticas religiosas. Muitos viajantes, ao chegarem ao Brasil, estranhavam a "superstição religiosa, com a qual os ibéricos eram identificados em todos os seus territórios e domínios" (TORRÃO, 2013, p. 128). O fato de tais estranhamentos não era a questão de seguirem aqui no Brasil com a fé católica, já que

muitos viajantes também eram católicos ou pelo menos de países europeus ainda católicos, mas sim a maneira como se dava o culto. Para Torrão, “não é a falta de devoção que incomoda aos viajantes, mas uma devoção mal posta, inadequada e muitas vezes anacrônica”. (TORRÃO, 2010, p. 79)

Os escravos, através da mistura das suas crenças ancestrais, buscavam a cura dos males com as sangrias e proteção de ervas. Os católicos, por sua vez, buscavam a cura com os sacramentos e promessas aos santos. No relato de *Debret*, as cerimônias católicas “conservaram seu caráter bárbaro, isto é, o exagero [...]” (DEBRET, 1986, p. 371), e percebemos pelo relato do artista a influência que a Revolução Francesa trouxe para sua vida, sendo um artista filho da revolução que pregava o fim de toda ligação com o antigo regime. *Debret* não questiona o fato de seguirem a fé católica, mas questiona e considera bárbaro o exagero com que se professava o catolicismo no Brasil.

Analisaremos, a seguir, a imagem intitulada “Casa de um doente preparado para ser sacramentado”. *Debret* retrata uma procissão que leva a extrema unção a um doente. Pela religiosidade da população, raramente, no Rio de Janeiro, as pessoas faleciam sem primeiro receberem a extrema-unção.

Para receber o viático atapetava-se a entrada da casa com folhas de cravos, canela e laranjeira, iluminando-a com candeias, castiçais e lanternas de que exalava o perfume triste de vetustos ritos. Nesse cenário lúgubre, os presentes, ajoelhados e contritos, acolhiam o padre. Mergulhado na fumaça de incenso, o moribundo recebia a extrema-unção: “posto o óleo sobre a mesa, que para isso deve estar aparelhada com toalha limpa, e ao menos uma vela acesa, dada a cruz a beijar ao enfermo”, o padre lia-lhe as preces e ungiu olhos, orelhas, nariz, boca e mãos - os instrumentos dos sentidos e dos pecados - segundo os ritos da Igreja católica. Aos escravos cabia memorizar a seguinte fórmula: “o teu coração ama a Deus? Responda: sim”. Uma vez confessado e perdoado, o moribundo devia ser consolado e ouvir exortações. Em algumas regiões, cantavam-se excelências, cantos sem acompanhamento musical, incentivando-o a arrepender-se dos pecados. Assim, embalado, ele podia entregar sua alma a Deus. (PRIORE, 2011, p. 326)

A preocupação de levar o sacramento para o doente, era importante para o católico, e mais importante ainda era para a família, deixando o cenário que acontecia na rua com a procissão do viático, para o interior da casa do moribundo, tornando uma relação mais integrada entre o privado e o público, sendo a casa do doente tomada por padres, rezadeiras, familiares e até mesmo desconhecidos, o que acabava tornando “uma manifestação social” (ARIÈS, 1983, p. 110), durante o tempo que permanecia o doente em cama, sendo presidido o doente ou até mesmo a morte, pelas pessoas em torno do seu leito.



Figura 1 – Jean-Baptiste Debret. *Casa de um doente preparado para ser sacramentado*. 1826; aquarela sobre papel; 15,3 x 21,7cm; assinado e datado. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

A imagem retratada por *Debret* do cortejo, traz como principal característica do ritual católico no Brasil, “a pompa e a ostentação, resultando numa simbiose entre culto e espetáculo” (SILVA, 2001, p. 79), podendo analisar na imagem a grande presença de pessoas na rua e até mesmo nas varandas das casas que saem para acompanhar a passagem do cortejo. A marcha se abria com um irmão carregando a campainha na imagem do lado direito, responsável em anunciar a aproximação do cortejo, e três membros carregavam uma cruz ladeada por tocheiros no lado esquerdo da porta. Logo atrás, havia outro membro da irmandade com o turíbulo de incenso, seguido por outro irmão carregando o livro da liturgia da extrema-unção, em frente à porta. Finalizando, os membros que abriam o cortejo, próximo do padre, um irmão levava a caldeirinha e o aspersório, seguido por um membro que carregava o santo óleo dos enfermos. O padre que levava a eucaristia se encontrava sob o pálido (espécie de toldo), carregado por três membros da irmandade de cada lado. Os irmãos que acompanhavam o cortejo pertenciam à irmandade do Santíssimo Sacramento devido à cor vermelha de suas vestes.

Além disso, o cortejo era escoltado por soldados da polícia, que se encontram logo atrás do pátio, enquanto a banda de música, composta por negros encontram-se posicionados em frente à porta da casa, reunindo os demais escravos para juntos entoar cânticos e ladainhas. *Debret*, ao se referir a questão da banda de música, considera um exagero, tanto pelo barulho como pela desafinação, mas não deixa de mencionar que era necessário “para persuadir o moribundo de que já o céu se abre para recebê-lo e os anjos o anunciam com seu concerto harmonioso” (DEBRET, 1986, p. 517), tornando praticamente a extrema-unção um verdadeiro empurrão para a morte.

Enquanto o discurso do catolicismo ressoava nas pessoas devotas, a respeito da importância que a extrema-unção trazia para o doente, feita para a recuperação da saúde ou nos casos mais graves, obterem uma “boa morte”, a busca dos escravos para recuperar a saúde não estava nas mãos do Criador, mas sim nas mãos dos cirurgiões sangradores. Além dos conhecidos médicos, cirurgiões e boticários, que ocupavam cargos mais reconhecidos na sociedade, havia também os sangradores, parteiras e curandeiros, que apesar de obterem licenças para exercer os ofícios, “os limites de atuação eram mais rígidos e é bem evidente sua posição subalterna no quadro das práticas de cura” (PIMENTA, 2016, p. 230), sendo procurado em boa parte por escravos ou forros.

Era comum na cidade a presença dos chamados “cirurgiões negros”, que eram encontrados em todos os bairros. Esses curandeiros utilizavam ervas, benzeduras, talismãs, aplicações de ventosas nos seus tratamentos. Negros cirurgiões rivalizavam com a medicina importada da Europa, gozando de grande prestígio entre negros, escravos ou não, e até mesmo entre a população branca pobre. (SILVA, 1988, p. 127)

Vale ressaltar, no discurso de Silva, a grande presença dos cirurgiões negros pelas ruas do Rio de Janeiro, pela grande presença de escravos numa só cidade, ocasionando a busca pelos serviços de toda a população subalterna da sociedade, que *Debret* considera um “consolador generoso da humanidade negra, ele dá suas consultas de graça [...]” (DEBRET, 1986, p.324). Enquanto o padre leva o viático até a casa do doente, acompanhado pelos membros da irmandade, a população escrava vai até a casa do cirurgião negro, que exerce seu ofício acompanhado de sua mulher e filhos. Na imagem a seguir, observaremos vários aspectos presentes na cena, demonstrando não apenas a prática da sangria, mas também outras práticas de cura, “não havia separação de tarefas e de entendimento entre doenças internas e externas” (PIMENTA, 2016, p. 236), ou seja, a doença do corpo e da alma.



Figura 2 – Jean-Baptiste Debret. *Cirurgião negro colocando ventosas*. 1826; aquarela sobre papel; 14,7 x 20,6cm; assinado e datado. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Na imagem encontram-se três negros com ventosas, na qual dois esperam completar o tempo necessário para retirá-las, enquanto o outro escravo que ocupa o primeiro plano da imagem do lado direito é atendido pelo cirurgião, que retira as ventosas, e nesse caso é feito de “chifre de boi, preciosa jóia de seis linhas de altura [...]” (DEBRET, 1986, p. 324). Ainda, segundo *Debret*, “à colocação das ventosas, ciência positiva e de aplicação externa, ele a executa em plena rua, perto de uma casa, ou mais comumente, numa pequena praça [...]”, o fato de o cirurgião realizar tal tratamento na rua e não dentro de sua casa, justifica certo “medo” de muitas doenças não serem apenas do corpo, mas da alma, como mal olhado, e tantas outras. Há uma preocupação supersticiosa desses males da alma entrarem na casa do cirurgião, e *Debret* mesmo preferindo em seu relato manter silêncio, deixa na cena pistas importantes de tais superstições, analisadas mais adiante.

Podemos observar, os dois filhos do cirurgião que brincam próximo da porta da casa. Logo acima, pendurados na porta “chapéus de palha e cestos fabricados pelo *doutor* nos seus momentos de folga” (DEBRET, 1986, p. 326). Mesmo *Debret*, em seu relato, afirmando encontrar em cada bairro da cidade um cirurgião negro, percebemos que estes cirurgiões

exerciam seus ofícios mais pelo dom do que por dinheiro, oferecendo o cirurgião seus produtos feitos de palha, ajudando ainda mais na renda de sua família. Vale ressaltar a maneira como ele trata o cirurgião, destacando a palavra “doutor”, mas de forma irônica refere-se ser apenas ao “doutor” dos negros, totalmente diferente do verdadeiro doutor da medicina acadêmica, o qual os negros não tinham acesso. A mulher do cirurgião acompanha da janela da casa os procedimentos realizados pelo marido, sendo ela a responsável por conferir “o número de doentes que devem pagar [...]” (DEBRET, 1986, p. 324). Mesmo que as consultas realizadas eram de graça, os medicamentos receitados pelo cirurgião eram mediante pagamento, e “eram feitos à base de ervas, cinzas, pedras, excrementos etc” (COSTA, 2010, p. 300).

O cirurgião procura se prevenir utilizando no pescoço um cavalo-marinho, amuleto este venerado pelos negros como proteção de feitiços. Por sua vez, a mulher se preocupa de se proteger dos males, acreditando que alguns casos não se tratavam de doenças no corpo, mas sim da alma, que conseqüentemente esses males poderiam após sair do corpo do doente, entrar em seu corpo, e disso decorre a preocupação de cobrir seu rosto, deixando apenas os olhos descobertos, acrescentando galhos de alguma erva medicinal.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1990**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ARIÈS, Philippe. **Images de l' homme devant la mort**. Paris, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas: sangradores no Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos. In: PIMENTA, Tânia Salgado, Gomes, Flávio (Org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.
- PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada; In: NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TORRÃO Filho, Amílcar. A Arquitetura da Desordem: Imagens Contraditórias da Corte Joanina no Brasil na Literatura de Viagem. In: OLIVEIRA, Paulo Motta (Org.). **Travessias: D. João VI e o Mundo Lusófono**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

_____. Cidade aberta, sem muralhas. A religião luso-brasileira na literatura de viagem (séculos XVIII-XIX). **História [online]**, v. 29, n. 1, p. 71-90, 2010.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: A nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, Valeria Piccoli Gabriel da. **A pátria de minhas saudades: o Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

O canto das Musas: memória ilustre ou doce esquecimento

Ívina Silva Guimarães

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ivinasguimaraes@gmail.com

Resumo: A figura das Musas se faz constantemente presente no imaginário da sociedade grega antiga, a poesia oral vinda das deusas e transmitida pelos *aedos* acaba por perpetuar um modelo de organização social e psicológica, além de preservar as crenças e a cultura da Grécia. Deve-se às divindades o resgate da memória de grandes feitos e de grandes homens, de um passado longínquo repleto de glórias e riquezas. Durante o período da história da Antiguidade Grega em que a escrita era inexistente, a poesia oral se tornou o instrumento de conservação da identidade de grupo, devido à ausência de registros escritos, ela era considerada a única capaz de fazer recordar e reutilizar as tradições gregas. O *aedo* tornou-se, portanto, o responsável pela preservação e transmissão da visão de mundo e consciência da própria história dessa sociedade. Era através do canto do *aedo* que o homem comum via-se capaz de romper as fronteiras geográficas e temporais que o prendiam, e entrar em contato com outros mundos, homens e deuses de um tempo que seria inacessível não fosse o canto que o carregava. As Musas eram cultuadas e possuíam diversos santuários dedicados a elas em vários locais da Grécia. Não existem muitos exemplos sobre as formas que as Musas eram cultuadas, mas sabemos que nos períodos mais remotos da história grega, os *aedos* prestavam grande reverência, pois acreditavam que o dom do canto era concedido pelas próprias deusas. Reis e guerreiros também ofereciam sacrifícios às Musas na esperança de receberem glória e terem seus grandes feitos imortalizados, transformados em uma "memória ilustre". Enquanto deusas responsáveis por perpetuar a história, seu papel de destaque nas obras dos autores canônicos Homero e Hesíodo evidencia a importância ininterrupta do estudo acerca da figura das Musas. Consideradas detentoras do saber, seu conhecimento transmitido através dos poemas homéricos foi responsável pela educação de inúmeras gerações gregas. O estudo das Musas é importante para compreender o universo social e cultural da religião na Grécia Antiga, elemento este determinante na construção da identidade grega. Divindades que sabem de tudo que foi, do que é e do que será, e inspiração para as criações dos homens, as Musas desempenham uma parte valorosa na cultura e sociedade helênica.

Palavras-chave: Musas, Grécia Antiga, Cultos.

Estudar as Musas é como mergulhar num oceano literário repleto de poesia, comédia, drama e canções. Presentes nas obras mais antigas da literatura grega das quais temos conhecimento, suas aparições e invocações abrem espaço para inúmeras possibilidades de estudos em diferentes campos do saber. As epopeias constituem a fonte primordial para estudiosos da antiguidade que se dedicam à análise da formação sociocultural dessa singular sociedade. A notória presença das Musas nos cânones épicos evidencia a relevância do estudo

das deusas entre intelectuais de hoje em dia. Sua constante presença em produções acadêmicas e de cunho cultural recentes nos leva a questionar em que medida a figura das Musas continua presente na construção cultural da sociedade ocidental dos séculos XX e XXI.

As divindades estão ligadas ao mundo das artes, e cada uma possui o nome referente ao seu encargo. Segundo o hino às Musas encontrado nos *Hinos Homéricos* (Hinos homéricos, 2010), as Musas e suas funções são: Calíope da poesia, Clio da história, Polímnia da pantomima, Euterpe da flauta, Terpsícore da dança e da poesia ligeira, Érato da lírica coral, Melpómene da tragédia, Tália da comédia e Urânia da astronomia.

Isso as Musas cantavam, que têm casas olímpias,
As nove filhas do grande Zeus geradas,
Glória, Aprazível, Festa, Cantarina,
Dançapraz, Saudosa, Muitacação, Celeste
E Belavoz: essa é a superior entre todas.
Pois essa também reis respeitados acompanha.
(HESÍODO, 2013, v.75-80).

A partir do que sobreviveu das fontes literárias gregas, temos acesso a certos encargos atribuídos às Musas dentro da sociedade antiga. Enquanto filhas da Memória e de Zeus, resultado da união e mescla das entidades, as Musas não são apenas memória. Como relembra Jacyntho Brandão, em seu livro *Antiga Musa* (BRANDÃO, 2015), as Musas foram criadas para o “esquecimento dos males e pausa das preocupações”, seu traço fundamental então não seria lembrar, mas fazer esquecer e fazer cessar. Esse esquecimento não é total, nem negação da memória, mas seletivo, entregando apenas os males ao esquecimento. Esse traço impõe limites à memória, já que se as Musas fossem apenas memória, sem pausa e esquecimento, seriam deusas letais como as sereias. Devido ao seu pai, as deusas são uma memória organizada, dirigida, com limites impostos por Zeus. As Musas são então resultado da mistura entre memória e não-memória, sendo que a pausa e o esquecimento são heranças de Zeus. Segundo JAA Torrano (TORRANO, 2011), a raiz do poder das Musas reside na possibilidade de decidir pela revelação ou pelo esquecimento, “porque este é o poder que configura o mundo e que em cada momento e em cada situação configura, portanto, todas as possibilidades de existência do homem no mundo assim configurado” (TORRANO, 2011, p.30).

Para além da memória e do esquecimento, as Musas exerciam outras funções na sociedade grega. Sua influência alcançava também os níveis mais altos da sociedade, estando em contato com reis e auxiliando-os nas formas de governar. Divindades de grande poder, sua potência advém de uma influente árvore genealógica. Tendo, por um lado, Zeus como pai, o

rei do Olimpo e líder de todo o panteão, e por outro, a Memória (Mnemosine) como mãe, divindade que possui o conhecimento de tudo o que existe e neta da própria Terra, fazendo das Musas bisnetas de uma divindade originária. Agraciadas com tamanho poder, não é surpreendente a extensa influência que as Musas possuem na história da Grécia Antiga. No livro *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*, Marcel Detienne trabalha com outro contexto de grande prestígio para as Musas: o louvor dos grandes feitos. Nas sociedades antigas em que a proeza guerreira era intensamente valorizada, o poeta, através da sua ligação com as Musas, ocupava um papel de destaque por ser o responsável pelo louvor ou pela censura dos atos dos guerreiros. Na antiga Esparta, as Musas eram de grande importância, pois eram “duplamente honradas, primeiro como protetoras dos flautistas, das liristas e das citaristas, já que a música faz parte da educação espartana e que as marchas e encargos militares se fazem ao som da flauta e da lira” (DETIENNE, 1988, p.19). Mas acima de qualquer outra libação, as Musas eram cultuadas pelos guerreiros e pelos reis, que ofereciam a elas sacrifícios, para que seus atos e façanhas fossem dignos de serem celebrados e de se transformarem em uma “memória ilustre”.

Nas civilizações marcadas pela cultura da guerra, os guerreiros aristocráticos prezavam *Kléos* e *Kudos* (DETIENNE, 1988, p.19). *Kudos* era concedido pelos deuses aos guerreiros escolhidos, uma espécie de graça divina instantânea, enquanto *Kléos* era a glória transmitida entre os homens através de gerações. Os *aedos*, serventes das Musas, eram então os responsáveis pelo *Kléos* e, conseqüentemente, pelo valor do guerreiro, negando ou concedendo a “memória”. Segundo Detienne, a palavra do poeta era tanto benéfica, quanto maléfica, podia cantar louvor ou censura, sendo que a própria falta de louvor se transforma numa censura ao guerreiro. A censura era considerada nociva e um aspecto negativo do louvor, da mesma forma que o esquecimento ou o silêncio são os opostos da Memória, a mãe das Musas.

“São os cantos ilustres que fazem durar a lembrança do mérito, mas poucos chegam a obtê-los’. Pela potência de sua palavra, o poeta faz de um simples mortal ‘o igual de um Rei’, conferindo-lhe o Ser, a Realidade” (DETIENNE, 1988, p.20).

Aquilo que não é louvado é esquecido, e acaba por encontrar a noite e a morte. Autores de períodos posteriores ao arcaico, como Píndaro e Baquilides, invocam as Musas com o intento de exaltar as vitórias e os grandes feitos de homens de seu tempo, ato que mostra que esse traço da função das deusas não se perdeu no tempo e na mudança dos costumes gregos.

Come, Muse, give a straight course to the glorious wind of song for this man. (PÍNDARO, Nemean 6, trad. Diane A. Svarlien)

The men of old, Thrasybulus, who mounted the chariot of the Muses with their golden headbands, joining the glorious lyre, lightly shot forth their honey-voiced songs for young men, if one was handsome and had [5] the sweetest ripeness that brings to mind Aphrodite on her lovely throne. (PÍNDARO, Isthmian 2, trad. Diane Arnsion Svarlien, book I, poem 2)

White-armed Calliope, stop your well-made chariot right there. Sing of the Olympian ruler of the gods, Zeus son of Cronus, [180] and the untiring stream of the Alpheus, and the strength of Pelops, and Pisa, where glorious Pherenicus won victory in the race with his feet, and returned to Syracuse with its fine towers, [185] bringing to Hieron the leaf of good fortune. For the sake of truth we must give praise, pushing away envy with both hands, [190] if any mortal man does well. (BACCHYLIDES, Odes, trad. Diane Arnsion Svarlien, Ode 5, Ep 5)

As Musas eram cultuadas e possuíam diversos santuários dedicados a elas em vários locais da Grécia, mas não se sabe claramente o que os mortais esperavam delas. Delfos tornou-se seu santuário mais conhecido na contemporaneidade. Segundo Krausz (KRAUSZ, 2007), por sua fama ser fundamentada nas profecias que lá foram atribuídas, podemos supor que o culto às Musas estava relacionado ao futuro e àquilo que era incerto. O vasto conhecimento das deusas - que englobava toda a história do mundo, abrangendo o passado e o futuro -, além das profecias que chegaram até nós terem sido escritas em versos, também nos leva a favorecer essa teoria. Não existem muitos exemplos sobre as formas que as Musas eram cultuadas, mas sabemos que nos períodos mais remotos da história grega, os *aedos* prestavam grande reverência, pois acreditavam que o dom do canto era concedido pelas próprias deusas. Concursos musicais amplamente difundidos na Grécia eram oferecidos a elas, como forma de culto, eram “bastante comuns as cerâmicas do século V a.C. representando competições poéticas junto a santuários das Musas” (KRAUSZ, 2007, P.149). É de conhecimento dos estudiosos a existência de competições entre rapsodos, nas quais o vencedor era aquele que melhor cantava as obras de Homero. Temos um exemplo dessas competições em Platão, na obra *Íon* (PLATAO, 2004), na qual o autor apresenta a imagem do rapsodo que se orgulha de saber recitar a obra completa de Homero com a maior precisão possível. Como dito anteriormente, reis e guerreiros também faziam libações para as Musas na esperança de receberem glória e terem seus grandes feitos imortalizados na memória e nos cantos das deusas.

Roux afirma que a veneração das Musas se dava habitualmente em santuários simples, de dimensões menores, mas com importância especial (KRAUSZ, 2007, p.148). Também era frequente encontrar pequenos altares para as deusas em templos de outras divindades, além de

bosques, túmulos e escolas. As Musas são representadas como séquito de Apolo em diversos textos literários, porém Krausz destaca que Delfos foi o único santuário encontrado em que Apolo e as deusas eram cultuados juntamente. Segundo Plutarco, a fonte das Musas é proveniente do passado de Delfos, do período mais arcaico da história da religião grega, em uma época que as Musas estavam relacionadas à Gaia, e não à Apolo, o que comprovaria a antiguidade da crença nas deusas (KRAUSZ, 2007, p.144). Alguns pesquisadores acreditam que o templo de Apolo em Delfos era anteriormente dedicado ao culto de Gaia e das Musas e que, na substituição de Gaia por Apolo após a vitória de Zeus, esse último se tornou o líder das deusas. Robert Graves é um dos pesquisadores que propõe tal teoria: em sua análise, a luta de Apolo com o monstro Pytho, contada através de mitos, simboliza a substituição do culto de Gaia pelo culto de Apolo, tornando-se assim o líder das Musas, que já existiam e ocupavam o santuário sob a liderança de Gaia (KRAUSZ, 2007, p.144).

Representantes das Musas no mundo humano, os *aedos* são os responsáveis por colocar em prática o ofício das deusas. Em Homero, o canto desses profissionais possui duas funções principais: proporcionar distração e divertimento e promover o esquecimento dos problemas e das limitações da vida humana. Para além da performance diante de uma plateia, em um período marcado pela tradição oral, jaz implícita sob a figura do *aedo* a preservação e a transmissão da memória do povo grego, seus hábitos, costumes, cultos e mitos. Segundo Gabrecht, os banquetes homéricos constituíam uma forma da aristocracia se afirmar perante a comunidade (GABRECHT, 2011). Nesses banquetes eram representados os valores da aristocracia guerreira do período homérico, cercados de carne e vinho em abundância. A elite grega desenvolvia seus relacionamentos e praticava os importantes ritos de hospitalidade, além de celebrar seus feitos e receber as honras devidas. Nesse cenário, compete ao *aedo* celebrar a *kleos* do herói, imortalizando-o na história e libertando-o do temível esquecimento.

Ao analisar a tradição poética homérica e hesiódica, é pertinente pensar na relação de dependência entre *aedo* e Musas, visto que o canto do *aedo* não existe sem o conhecimento das deusas e a voz das Musas não existe no plano mortal sem o canto dos *aedos*. Os versos de invocação às filhas da *Mnemosine* no início de cada canto compõem uma marca poética e oral da tradição homérica que adquiriu tamanha importância e acabou por se propagar para os cantores e poetas de períodos posteriores. Conforme assume Alexandre Moraes em sua dissertação *A Palavra de quem canta*, o *aedo* acredita que seu conhecimento é concedido pelas Musas, deste modo, ele afasta de si o conhecimento e se faz de interlocutor das deusas,

“em alguns momentos o poeta parece se abster completamente de sua individualidade para creditar às Musas o real conhecimento do canto” (MORAES, 2009, p.115).

A conexão privilegiada com seres divinos é um dos elementos que concede prestígio e respeito para os *aedos* dentre uma sociedade aristocrática que preza grandes feitos e honra. Para os antigos, o “saber” estava relacionado ao “ver”, dessa forma, as Musas possuem conhecimento absoluto daquilo que já aconteceu ou que ainda acontecerá, pois viram e presenciaram, enquanto os mortais possuem conhecimento apenas daquilo que testemunharam. Como os mitos retratam um passado longínquo e inalcançável, os *aedos* tornam-se o único elo entre os gregos e seu passado. Ao receber o cetro das Musas, o *aedo* é inspirado a cantar sobre deuses, heróis e fatos passados, presentes e futuros. De acordo com Torrano, na percepção mítica e arcaica, a presença se dá no presente, sendo assim, o passado e o futuro estão excluídos da presença, estando conseqüentemente ausentes (TORRANO, 2001). O passado e o futuro pertencem então ao reino noturno do Esquecimento sendo trazidos para o presente apenas pela Memória através da voz das Musas. O poeta torna-se assim o profeta do passado e do futuro. Pelo fato de possuir o mesmo dom das Musas concedido por elas, o poeta é capaz de trazer os fatos passados e futuros à luz da presença.

Referências Bibliográficas

(a) Edições e traduções de textos antigos

HESÍODO. **Teogonia**. Tradução e introdução Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.

_____. **Teogonia**: a origem dos deuses. Estudo e tradução JAA Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2011.

HINOS homéricos. RIBEIRO JR, W. A. (org.). Tradução, notas e estudo E. B. da Rosa, F. B. dos Santos, F. R. Marquetti, M. C. C. Dezotti, M. L. G. Massi, S. M. S. de Carvalho e W. A. Ribeiro Jr. São Paulo: UNESP, 2010.

HOMERO. **Iliada**. Tradução F. Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

_____. **Odisseia**. Tradução F. Lourenço. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

PLATAO. **Sobre a inspiração poética (Íon) e sobre a mentira (Hípias Menor)**. Tradução de André Malta. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.

(b) Estudos e comentários

BRANDÃO, Jacyntho L. **Antiga Musa: arqueologia da ficção**. 2. ed. Belo Horizonte: Relicário, 2015.

_____. A Musa e Homero. **Organon**, Porto Alegre, n.27, julho-dezembro, p.15–28, 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/30399/18838>>. Acesso em: agosto de 2016.

DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DOURADO LOPES, Antonio Orlando O. A emoção remota: a simbologia da cadeia magnética no Íon de Platão. **O que nos faz pensar**, v.23, n.34, p.217-236, março 2014.

FINLEY, M. **O mundo de Ulisses**. Tradução Armando Cerqueira. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GABRECHT, Ana. A atuação do *aedo* nos banquetes homéricos. **Caminhos da História, Vassouras**, v.7, n.1, p.69-92, jan./jun. 2011.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Organização José Otávio Guimarães, Tradução Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão**. Tradução E. A. Dobránsky. Campinas: Papyrus, 1996.

KRAUSZ, Luiz S. **As Musas: poesia e divindade na Grécia Arcaica**. São Paulo: Edusp, 2007.

MALTA, André. **Homero múltiplo: ensaios sobre a épica grega**. São Paulo: Edusp, 2012.

MORAES, Alexandre Santos de. **A Palavra de quem canta: aedos e divindades nos períodos homérico e arcaico gregos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 2009.

OLIVEIRA, Gustavo Junqueira Duarte. Identidade heroica e identidade da multidão na *Ilíada*. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n.2, p.134-151, 2013.

_____. **Tradição épica, circulação da informação e integração cultural nos poemas homéricos**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2015.

TORRANO, JAA. O mundo como função de Musas. In: HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. Estudo e tradução JAA Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2011.

Arrefecendo a fúria dos mares: Atená no Mediterrâneo antigo (séc. VIII a.C.)¹

Martinho Guilherme Fonseca Soares
Mestrando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
martinhoesoares@hotmail.com

Resumo: A Grécia antiga monumentalizou seus santuários, em especial, a partir do séc. VIII a.C. Uma época de profundas transformações marcada pelo advento da *pólis* e da grande aventura marítima, eventos que dariam a esse século a alcunha de Renascimento Grego. Neste texto, centramos nossa análise neste último aspecto, a saber, o périplo daqueles que, organizados coletivamente, ousaram enfrentar a fúria dos mares e oceanos que os separavam de terras mais produtivas, localizadas no ocidente do Mediterrâneo. Forçados a ir de encontro ao mar e a explorá-lo, a partir de então, não só como potencial fonte de víveres, mas como caminho para o exterior, os gregos da Época Arcaica se viram obrigados a aprimorar suas técnicas de navegação, conforme o relato de Homero na *Odisseia*. Essencialmente religiosos, seu desejo pelo domínio do mar caminhou *pari passu* com ritos, festas e libações dedicados, sobretudo, às divindades marinhas, notadamente, Possêidon, o “monarca dos mares”. Mas a *Odisseia* acaba revelar, também, a presença de um culto à Atená, deusa que, costumeiramente, não figura, nos relatos antigos, relacionada à magia das águas, de modo que, ao investigar as narrativas sobre a deusa, sua presença na *Odisseia* e nas fontes arqueológicas, buscamos entender a relação entre uma Atená de atributos aquáticos, o domínio dos mares e os navegantes na Grécia arcaica.

Palavras-chave: Renascimento Grego. *Odisseia*. Navegantes. Ritos e cultos. Atená.

Primeiras palavras

A *Ilíada* e a *Odisseia* constituem os dois textos escritos mais antigos de que temos registro na literatura ocidental. A primeira, escrita por volta de 750 a.C., a segunda, de redação mais tardia, é textualizada já em 700 a.C. Ambas, portanto, situadas no limiar dos séc. VIII-VII a.C. momento em que a Grécia continental experimentou uma profunda transformação social e econômica marcada, dentre outros fatores, pelo advento da *pólis*, do templo de pedra e por um contínuo aprimoramento nas técnicas de navegação, as quais permitiram aos gregos, a partir de então, avançar rumo ao Ocidente do Mediterrâneo, fundando, aqui e acolá, seus assentamentos.

A *Odisseia*, obra que aqui analisamos, apresenta, de maneira singular, a relação dos gregos com os mares e oceanos, o que decorre, em grande medida, de seu aspecto

¹Este trabalho foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

econômico, mas não só. O envolvimento dos gregos com este espaço fora, sobretudo, simbólico. O navegar errático de sua personagem principal, Odisseu — marinheiro astuto que dá nome à epopeia — e seus homens, indica que o mar fora um espaço dominado por deuses e deusas que nele faziam morada e com os quais era preciso manter estrita relação, caso quisessem, por essas águas, navegar.

Todavia, cumpre notar que o movimento dos gregos em direção ao mar não foi desprezioso. A Hélade consistia de regiões pouco afeitas a agricultura e à pecuária, o que decorria, sobretudo, de sua formação geológica — uma sucessão de montanhas. A *Odisseia* nos apresenta esses elementos sob o olhar do poeta, recobrando, desse modo, a relação dos homens com a terra, marcada pela penúria das colheitas. De modo concomitante, a epopeia descreve o processo de domínio do mar pelos gregos arcaicos, notadamente, o Mediterrâneo, responsável por conectar a Grécia continental à regiões mais férteis, a exemplo da Sicília. Para os gregos, mar e terra eram, portanto, instâncias complementares, uma vez que, conforme assinala Mack (2018, p. 24), as pessoas não podem viver totalmente no mar, sem algum tipo de acesso à terra e seus produtos.

Não sendo voluntário, ou seja, tendo os gregos “habitado” o mar porque dele precisaram, um terceiro elemento aparece associado a esse processo. Apontado pela historiografia como época do Renascimento Grego, o séc. VIII a.C., o é, antes de tudo, em razão de sua progressiva recuperação demográfica, uma vez que, para efeitos da Grécia continental, os padrões de povoamento haviam entrado em decorada desde a desagregação do sistema palaciano micênico, à altura do séc. XIII a.C.

Nesse sentido, destaca Polignac (1995, p. 21), ter sido diante de um aumento demográfico ascendente, diante de uma verdadeira crise de povoamento, que a partir do séc. VIII a.C. os gregos deixam os modelos de ocupação dispersos, formando, de maneira orgânica, novos assentamentos no Ocidente do Mediterrâneo.

Snodgrass (1971, p. 416)) assinala, acerca das características do Renascimento Grego, que as mudanças que ocorreram no mar Egeu no século VIII a.C., são tão profusas que é difícil enumerá-las em qualquer ordem lógica. Nesse texto, atentamo-nos, então, a um de seus principais aspectos: o movimento de fundação de novos assentamentos em território estrangeiro, para o que fora preciso o domínio do mar. De modo específico, nos atemos à relação dos gregos fundadores com as divindades que, no poema, aparecem associadas ao espaço marítimo.

A Aventura marítima e o campo de atuação de Atená

De Ítaca, Odisseu parte para a Guerra de Troia, deixando para trás sua espoa Penélope e o filho recém-nascido, Telêmaco. Sem o saber, seu retorno ocorreria decorridos mais de vinte anos de aventuras no exterior, dos quais dez se passam no conflito e os outros dez, no caminho de volta. A guerra é descrita na *Ilíada*, a volta para casa, na *Odisseia*. A “narrativa do retorno” comporta as peripécias do herói no caminho de volta à Ítaca e as interferências dos deuses em seu destino, uns a favor, outros contra. No segundo grupo, Possêidon, o “Abala-terra” (*ἔνοσίχθων*), deus que imperava sob as águas.

O deus, senhor dos domínios marinhos, havia sido ofendido por Odisseu, que furara o olho de um de seus filhos, o gigante Polifemo. Após o ocorrido, Polifemo teria rogado ao pai que impedisse o retorno daquele que o machucara à Ítaca. Atendendo ao pedido do filho, Possêidon lança toda sorte de infortúnios sobre Odisseu que, deslocando-se pelo mar, encontrava-se sujeito aos seus caprichos.

A contenda entre Possêidon e Odisseu é destacada na abertura do poema, num cenário em que Odisseu havia sido feito refém e:

Os numes lamentavam,
 menos Posêidon, rancoroso de Odisseu
 divino, até que aporte em seu país de origem (*Odisseia*, I. v. 19-20).

A rinha do deus e do herói perpassa toda a narrativa. Contudo, Possêidon, a par de seus problemas com Odisseu, domina os mares. Invocá-lo, oferecer-lhe cultos e oblações é, portanto, condição para se navegar no Mediterrâneo antigo.

A experiência religiosa grega, era também, um amálgama de mitos. Cumpre destacar, portanto que, nesse contexto, conforme Eliade (2013, p. 87), “a função mais importante do mito é, pois, ‘fixar’ os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc.” A *Odisseia* reforça esse princípio, conforme podemos observar no trecho abaixo, quando Atená, se dirigindo a Zeus, o inquiri sobre os motivos pelos quais não libertara Odisseu da ilha de Calipso:

Teu coração não vibra
 de comoção? Acaso o itácio descumpriu
 rituais na vastidão troiana junto a naves
 argivas? Odisseu instiga ódio teu?
 O adensa-nuvens respondeu-lhe: “Que palavra
 escapa, Atena, da clausura dos teus dentes?
 Como eu me esqueceria de um herói divino
 cujo intelecto brilha, magno em oferendas

aos imortais, que habitam a amplidão urânica? (*Od.*, I. v. 54-69).

A deusa, a essa altura, já o demonstra, toma partido a favor de Odisseu e seus homens. Analisemos mais algumas ocorrências em que sua mediação é alvo de destaque pelo poeta.

Tendo sugerido a Zeus o envio de Hermes até a ilha Ogígia, lar de Calipso, para que comunicasse à ninfa que Odisseu deveria regressar ao lar por deliberação dos eternos, Atená se propõe ir ao encontro de Telêmaco, único filho do herói, nos seguintes termos:

Quanto à mim, vou reanimar seu filho em Ítaca,
 fortalecer seu coração para que reúna
 numa assembleia aqueus de cabeleira longa:
 decidam expulsar os pretendentes, todos
 matadores de ovelha e gado, corno-curvos!
 O jovem deve obter na Pilo multiareada
 e Esparta alguma informação do pai que volta.
 A expedição o afame entre os mortais de estirpe! (*Od.*, I. v. 89-95).

Noutro trecho, Disfarçada de Mentos, rei dos tálios, Atená diz a Telêmaco como o proverá de embarcação e homens para a expedição que o conduzirá à procura de notícias do pai:

Torna à morada e evita os pretendentes ávidos,
 ultima os víveres e os põe dentro dos vasos,
 o vinho no odre, além de grãos, medula do homem,
 em sacos resistentes! (*Od.*, II. v. 289-292).

Os exemplos aqui evocados, em função dos limites do texto, nos bastam para afirmar que os gregos do Mediterrâneo antigo desenvolveram uma relação intrínseca com essa deusa que, até então, não figura como divindade marinha, atributo privativo de Possêidon. Contudo, Atená é, constantemente, alvo de invocação por parte das personagens da *Odisseia* como quando, tendo os nobres de Ítaca se recusado a financiar a expedição de Telêmaco em busca de notícias do pai. Tendo o pedido sido rejeitado pelos presentes na assembleia:

Telêmaco se afasta ao longo da orla oceânica;
 depura a mão no mar escuro e invoca Atena:
 “Ó nume que ontem vieste a mim no paço régio,
 animando-me a navegar no oceano cinza,
 para informar-me se Odisseu retoma ou não:
 aqueus retardam minha ação, mormente os procos,
 bem mais do que os demais, maléficos altivos”!
 Falou assim e viu surgir ao lado Atena,
 idêntica a Mentor, o mesmo tom de voz,
 fazendo-o escutar alígeras palavras (*Od.*, II, 263-267).

Diante desse quadro em que os gregos à deusa invocavam e ela, em socorro os atendia, nos questionamos a que se deve essa forma particular de culto que nos faz entrever, nas estrelinhas do poema, uma Atená de atributos aquáticos.

Para tanto, recordemos que navegar o oceano aberto num contexto em que a relação dos homens com o mar fora, até então, relacionada às práticas haliêuticas, lhes exigiu, em primeiro, se entregarem à vontade dos deuses, mas não só. Os gregos, de fato, eram *naturaliter religiosus*, de modo que todos os aspectos da vida cotidiana eram marcados pela vontade divina.

Assim o sendo, as práticas relacionadas à carpintaria naval, propomos, eram também, mediadas pelos eternos e, de modo específico, por Atená, divindade ligada ao ato inventivo desde o nascimento, conforme o relato do contemporâneo de Homero, o poeta Hesíodo:

Zeus rei dos Deuses primeiro desposou Astúcia
mais sábia que os Deuses e os homens mortais.
Mas quando ia parir a Deusa de olhos glaucos Atena,
ele enganou suas entranhas com ardil,
com palavras sedutoras, e engoliu-a ventre abaixo,
por conselhos da Terra e do Céu constelado (*Teogonia*, v. 886-891).

Era preciso, tão logo o fosse possível, afastar o perigo que Atená traria ao nascer de Métis. Segundo profetizaram Gaia e Urano, o filho de Zeus e Métis tomaria o lugar do pai. Assim, recorrendo à artimanha:

Zeus interroga Métis: “podes de fato assumir todas as formas, poderia ser um leão que cospe fogo?”. Na mesma hora Métis se torna uma leoa que cospe fogo. Espetáculo aterrador. Zeus lhe pergunta depois: “poderias também ser uma gota d’água?” “Claro que sim”. “Mostra-me”. E, mal ela se transforma em gota d’água, ele a sorve. Pronto! Métis está na barriga de Zeus. Mais uma vez a astúcia funcionou (VERNANT, 2000, p. 40).

Conforme argumenta Torrano (2017, p. 66) “com Métis [Astúcia], o soberano do Olimpo incorpora a si uma Sapiência que lhe assegurava o poder sobre o imprevisível, sobre todos os ardis que em todos os tempos e em todos os lugares se possam tramar”. Atená, ao nascer adulta e armada da testa de Odisseu após Hefestos, o artesão, a pedido do cronida, o desferir um golpe de machado, herda da mãe, Métis, a mesma astúcia, o ardil necessário para, seja diante da guerra ou das situações do cotidiano, obter êxito.

Considerações finais

Nesse sentido é que observamos que Atená fora uma deusa ligada, nas mais diversas tradições do mito grego, ao ato inventivo. É ela “[...] a deusa dos carpinteiros, ela inventou o carro, bem assim como os arreios para os cavalos, ela construiu o primeiro barco e ajudou a construir o cavalo de madeira” (BURKERT, 1993, p. 281).

Dispostos a enfrentar o mar aberto, em que rajadas de ventos e tempestades de toda sorte faziam do mar um espaço temeroso, o que, conforme destaca Fonseca Soares (2018, p. 252), manteve paralelo com uma natureza, clima e geologia típicos do Mediterrâneo, os gregos navegantes do séc. VIII a.C. buscaram estreitar sua relação com o culto à Atená, aquela que os proveria das habilidades necessárias para vencer os perigos da fúria húmida, o fossem as técnicas para se construir a embarcação ou aquelas ligadas a sua operacionalização.

Arrefecer a fúria dos mares, conforme o sugerimos no título dessa comunicação, talvez não fosse o atributo por excelência de Atená, mas a deusa das técnicas vinha, sempre que invocada, em auxílio dos navegantes arcaicos que não disporo de equipamentos eletrônicos ou magnéticos, em suas preces rogavam a essa divindade para que os provesse da astúcia necessária para enfrentar o mau tempo, lhes guiando pelas rotas mais seguras e os “ensinando” como pilotar a embarcação pelas águas traiçoeiras do Mediterrâneo.

Fontes e Referências Bibliográficas

BURKERT, W. **Religião grega na Época Clássica e Arcaica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FONSECA SOARES, M. G. Navegando em águas profundas: o estatuto social dos *nautai* na *Odisseia*. **Temporalidades**, Belo Horizonte v.11, n. 1, 2018, p. 249-271.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2017.

HOMER. **The Odyssey**. English translation by A. T. Murray. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1924. v. 1 e 2.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.

MACK, J. **O mar: uma história cultural**. Silveira: Letras Errantes, 2018.

POLIGNAC, F. **Cults, territory and the origins of the greek city-state.** London: University of Chicago Press, 1995.

SNODGRASS, A. M. **The Dark Age of Greece:** An archaeological survey of the eleventh to the eighth centuries BC. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1971.

TORRANO, J. O mundo como função de musas. In: HESÍODO. **Teogonia:** a origem dos deuses. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2017.

VERNANT, J. P. **O universo, os deuses, os homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

**Comunicações
Livres**

CL
Mesas 01 a 15

EPHIS
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Uma breve reflexão sobre modelos culturais: discussão sobre seu conceito e uso na história

André Alcântara Aguiar

Graduando

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Divinópolis)

aaguiar.historia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende realizar uma discussão introdutória a respeito do conceito de modelos culturais e como seu uso pode contribuir para a análise histórica. O trabalho é construído através de um levantamento bibliográfico focando-se na reflexão sobre cultura como modelos estruturados culturalmente que podem guiar e significar a vida dos sujeitos sociais de diversas formas. Para tanto, dialoga-se com a discussão conceitual de cultura no âmbito da Antropologia, e a define para fins de se pensar o objeto de análise, mas é levado em consideração o grande debate em torno de sua conceituação. A definição de cultura utilizada, então, com grande concordância em Geertz, é tida como um mecanismo ou uma rede que configuram conteúdos compartilhados entre membros de uma sociedade, que influencia seus comportamentos individuais ou coletivos, mas resignificado por cada um. É neste ponto que se verifica a existência de códigos ou esquemas dentro dos grupos sociais e se estabelecem certos arranjos, em que se pensa ser possível compreender o funcionamento destes conteúdos compartilhados através das representações estabelecidas pelos sujeitos na elaboração de modelos conceituais. Nesse sentido, foram feitas reflexões e apontamentos sobre a perspectiva adotada para modelos culturais, com objetivo de explicitar que os indivíduos, tanto em âmbito individual quanto em coletivo, possuem modelos construídos que norteiam suas perspectivas e ações no seu dia a dia. Estes modelos, nos mais diversos contextos, são imprevisíveis e não podemos desconsiderar a individualidade dos sujeitos e suas próprias significações nestas análises coletivas e, para demonstrar, são propostos alguns exemplos envolvendo um esquema hipotético de violência e de um debate a respeito de conflitos em modelos educacionais. Ressalta-se, ainda, que através da análise e interpretação destas complexas construções sociais é possível elaborar modelos mais amplos (que servem a um número maior de pessoas), mas que não abarcam a totalidade de seus indivíduos em todos os seus aspectos, apenas os elementos mais recorrentes em vários esquemas. Nestes casos, poderíamos considerar como uma teoria de modelo do estereótipo, mas de modo contextualizado e para fins de análise histórica ou social. Com isso, os achados da pesquisa demonstram que um indivíduo elabora seu modelo de acordo com os esquemas e estruturas na qual entra em contato, fazendo um filtro seletivo daquilo que constitui sua própria visão de mundo.

Palavras-chave: Cultura; Esquemas culturais, Modelos culturais.

Para se pensar os modelos culturais, sendo a proposta deste artigo, é muito importante estabelecer em qual perspectiva a ideia de cultura será abordada, tendo em vista que existe um amplo debate em torno de sua definição, não sendo poucos os autores que tentaram defini-la, existindo, assim, múltiplos referenciais e interpretações. Como podemos observar com Laraia (2001), no último século o debate sobre a delimitação do significado de cultura foi o principal

tema das discussões antropológicas, se mostrando um assunto inesgotável – isto ainda fica mais claro com Laplantine (2003) que afirma que uma definição satisfatória do conceito de cultura seria algo muito difícil e exemplifica com Alfred Kroeber (1876-1960), um dos grandes antropólogos norte-americanos, que apenas ele levantou, pelo menos, cinquenta definições do conceito. Desta forma, é possível pensar cultura em outras perspectivas, mas para a discussão da temática o sentido utilizado será, principalmente, em concordância com a proposta hermenêutica de Geertz (1973) e sua teoria de sistemas culturais ou complexos simbólicos.

Geertz (1973), fundamentado em uma concepção semiótica e de uma proposição interpretativa, compreende que os sujeitos de uma sociedade tecem teias de significação nas quais estão amarrados e constituem um conjunto de práticas e símbolos que existem em um sistema cultural que comunica significados entre seus membros. Para ele, esses sistemas estão publicamente disponíveis, são observáveis e possuem flexibilidade a ponto de ser possível dos sujeitos que compartilham do mesmo sistema o ressignificarem (GEERTZ, 1973; SEWELL JR., 2017). Dessa forma, o antropólogo define que seu conceito de cultura

[...] denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida. (GEERTZ, 1973, p. 66).

Em concordância com essa ideia, Marineli e Pietrocola (2016, p. 111) entendem que a “cultura representa a forma pela qual os seres humanos agem em setores da vida social”, sendo que “isso envolve a combinação de matérias e técnicas, padrões de conduta, valores e comportamentos [...] que são estruturados em diferentes modos semióticos”. Além disso, os autores afirmam que o conceito de cultura pode se tornar um importante construto para se compreender a vida social, possibilitando entender as estabilidades e mudanças e como estas são possíveis na prática e na ação. Também nesta tendência, Holland e Quinn (*apud* ROSSI, 2011), referem-se a cultura como um conhecimento compartilhado que representa para os sujeitos o que devem saber para agir, pensar e interpretar, como um código que utilizam de base para realizarem suas ações e compreenderem o mundo em que vivem.

É mediante esta ideia de sistemas e códigos compartilhados, configurações e esquemas significativos dentro de grupos sociais que é possível pensar em modelos culturais como construtos analíticos da diversidade de referências e conhecimentos que permeiam a vida dos

seres humanos e que influenciam na formação da visão de mundo dos indivíduos e, conseqüentemente, em seu comportamento.

Breve Discussão Sobre Modelos Culturais

Grande parte dos autores que aprofundaram no significado do conceito de modelos culturais são, em sua maioria, linguistas e antropólogos cognitivos norte-americanos como Roy D'Andrade (1992), William Dressler (2018), Giovanni Bennardo (2009), Victor Munck (2014), Dorothy Holland (HOLLAND; QUINN, 1987) e Naomi Quinn (STRAUSS; QUINN, 1997). Segundo a linguista antropológica Penelope Brown (2006), o ramo da Antropologia Cognitiva, ou etnociência, surgiu nos anos de 1950 na América do Norte com objetivo de investigar as formas em que o conhecimento é organizado na mente humana e como a linguagem influencia neste processo, com a proposta de que a Antropologia deveria se preocupar com a cultura como disposições mentais ou sistemas de conhecimento. De acordo com ela, o ramo se diversificou em vários segmentos desde seu advento, mas todos partilham o objetivo de estudar a cognição humana em seu contexto cultural e a interação entre mente e cultura (BROWN, 2006).

Brown (2006), também demonstra que o trabalho com a ideia de modelos culturais foi uma proposta em contraposição a ideia de que a cognição somente é revelada através da análise linguística e define esquemas cognitivos por meio da definição de Naomi Quinn (*apud* BROWN, 2006), na qual defende que o conhecimento compartilhado entre as pessoas através de modelos culturais é organizado através de “esquemas” como uma versão genérica daquilo que o mundo aprende com suas experiências e memórias acumuladas. Quinn e Holland (*apud* FELTES, 2018) acrescentam que, modelos culturais são modelos de mundo aceitos pelos membros de uma sociedade e que são amplamente compartilhados e que alguns antropólogos admitem que um programa de pesquisa exclusivamente com base nos comportamentos linguísticos para validar modelos culturais é uma metodologia limitada.

Heloísa Feltes (2018), em seu artigo *Modelos Culturais: Teoria, Estudos e Métodos*, faz uma revisão sobre as definições de modelos culturais como construtos, investigando suas definições no âmbito da Antropologia Cognitiva, Linguística Cognitiva e Linguística Antropológica. Feltes (2018) descreve a concepção do conceito na perspectiva de vários autores, entre eles os citados anteriormente no início deste tópico. Através das diversas noções apresentadas por ela, é possível perceber que muitos dos principais antropólogos cognitivos

entendem os modelos culturais como constituídos de complexos esquemas de conteúdo cultural amplamente compartilhados por um grupo social. Entre as perspectivas exploradas pela a autora em seu artigo, há a proposição de Bennardo e Munck de que modelos culturais podem ser entendidos como

[...] representações ou configurações mentais de conteúdo cultural [...], compartilhadas por membros de uma cultura, as quais funcionam no sentido de dar sentido e interpretar *inputs* sensoriais, assim como produzir e dar forma a comportamentos intencionais e comunicativos. [...] A hipótese é a de que modelos culturais desempenham um papel importante na geração de comportamentos, e tais comportamentos são geralmente interpretados pelos outros como intencionais. Além disso, os autores defendem que modelos culturais são unidades fundamentais de análise para uma abordagem da cultura que vai além da dicotomia entre o indivíduo (a cultura apenas na mente) e o coletivo (cultura só no domínio social). (FELTES, 2018, p. 194).

Além dessa definição, os autores entendem que os modelos culturais são utilizados pelos membros de um grupo social para “ler intenções, atitudes, emoções e contexto social” (FELTES, 2018, p. 194), sendo eles flexíveis, fluídos e utilizados em uma ampla gama de situações por indivíduos com diversos perfis psicológicos e com diferentes visões de mundo. Neste sentido, acreditam que é possível observar e categorizar eventos como característicos de um mesmo modelo cultural, mesmo que as ocorrências possuam ligeiras diferenças.

Sobre a ideia de conhecimentos compartilhados, William Dressler (2017, p. 2), por meio de uma revisão das obras de Roy D’Andrade, observa que eles consistem em quatro funções primárias, sendo elas: “(a) para literalmente criar ou construir o que acreditamos como nosso mundo real; (b) prover representações coletivas e individuais dessa realidade; (c) direcionar a ação no mundo; e (d) evocar sentimentos e emoções.” (livre tradução)¹. Dressler (2017) aponta que na teoria de D’Andrade as pessoas carregam representações culturais em suas mentes e compartilham um acordo tácito entre os membros codificados em um modelo, além disso, somos motivados a agir conforme essas convenções pois, entre outros motivos, as demais pessoas estão agindo de acordo com eles e nós evitamos reações negativas de outros indivíduos. Além disso, Feltes (2018, p. 195) explica que para D’Andrade, um esquema oferece “uma organização abstrata da experiência” e que “podem dar conta de como a cultura se relaciona com a ação e defende que formas de motivação fazem a ligação entre cultura e ação.

¹ (a) to quite literally create or construct what we regard as real in the world; (b) to provide collective and individual representations of that reality; (c) to direct action in the world; and (d) to evolve feeling and sentiment.

Para refletir um pouco sobre a existência desses diferentes sistemas de significação cultural, vamos pensar alguns exemplos bem simples, apenas para ilustração. O primeiro exemplo está relacionado à uma comparação em diferentes lugares e tempos históricos sobre o abandono de recém-nascidos. O segundo faz uma reflexão sobre conflitos entre distintos modelos educacionais existentes na atualidade.

O abandono de uma criança recém-nascida é uma prática existente desde as grandes civilizações da Antiguidade, sendo um costume frequentemente regulamentado e justificado através do poder dos pais sobre seus filhos (SANTOS, 2010). Assim, o poder do pai ou chefe de família sobre os bebês permitia que os recém-nascidos pudessem ser vendidos, expostos², rejeitados ou, até mesmo, mortos, principalmente quando a criança apresentava alguma deformidade ao nascer (SANTOS, 2010). Desta forma, é possível perceber a presença de uma visão de mundo em que os sentidos dessa ação não configuravam nestas sociedades, ao menos juridicamente neste exemplo, uma ação condenável ou violenta, pois os esquemas culturais vigentes não significavam esse comportamento de tal forma.

Porém, essa situação não é a mesma no Brasil contemporâneo, no qual os códigos legais garantem o direito à vida, a proteção e a tutela e a violação de seus direitos é passível de punição para os responsáveis, com agravantes no caso de menores incapazes, como é possível observar através do art. 133 do Código Penal Brasileiro e do art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O exemplo é superficial e está considerando situações bem distintas apenas através das diferenças jurídicas, mas com o objetivo de demonstrar por meio de um contraste que a classificação do que é considerado como violento é algo específico do espaço-tempo em que este modelo pode ser identificado, pois os modelos são sociais e historicamente situados e construídos (FELTES, 2018; MARINELI E PIETROCOLA, 2016).

Para se pensar as relações e conflitos que podem existir entre os diversos esquemas culturais, os espaços escolares se tornam um interessante meio para a reflexão, já que é um setor da vida social utilizado com um complexo instrumento de transmissão, produção e reprodução de cultura através da educação, que é impulsionada de indivíduos sociais para outros indivíduos sociais (PORTELA, 1992; MARINELI E PIETROCOLA, 2016). Neste espaço plural e de multi-relações, Garcia *et al* (2007) fazem uma crítica denunciando um vácuo entre o modelo educacional do sistema de ensino e o dos modelos culturais dos alunos na Espanha, e acusam que os sistemas de ensino ignoram que os jovens estão imersos em

² Exposição de crianças frequentemente foi utilizado no passado como expressão análoga à abandono.

outro processo de socialização, diferente do que foi há anos. Para eles, sempre existiu uma “brecha” entre a cultura escolar e a dos alunos, contudo, no passado ela era coberta por sistemas coercitivos que mantinham os desajustes em determinados limites, tornando o problema invisível. Mas mesmo com as intensas transformações sociais, as escolas mantêm uma prática tradicional e obsoleta de educação, aumentando esta brecha.

Os autores veem que na contemporaneidade há um grande modelo que se expande através dos meios de comunicação em massa e afirmam que “apesar dos particularismos, os nacionalismos e os folclorismos, os estilos de vida estão cada vez mais próximos do modelo ocidental” (GARCIA *et al*, 2007, p. 218). Entretanto, ressaltam que esta tendência de uniformidade não entra em conflito com a diversidade, no sentido de procurar extingui-la, pois a mudança constante tornou o mundo uma “desordem organizada” (ibidem), em que uma variedade grande de atitudes, crenças, pessoas e formas de agir e pensar se encaixam na sociedade, inclusive valorizando certas diferenças. Com a existência desse grande modelo, os autores salientam que o aumento da brecha não se deu por algum tipo de degeneração das novas gerações, mas sim pela imobilização da cultura acadêmica, que procura manter formas tradicionais de políticas de ensino não acompanhando o ritmo da sociedade e sua cultura. Esse novo modelo social está imerso em constantes mudanças e transformações, fazendo com que as pessoas vivam em uma sociedade formada em uma nova cultura dinâmica e “multicultural” (GARCIA *et al*, 2007, p. 218).

Este modelo cultural ocidental, que os autores revelam, está pautado pela grande transmissão e circulação de informações entre os indivíduos através das novas tecnologias em uma sociedade do consumo, de uma cultura da superficialidade, do imediatismo e do multiculturalismo. Com esta quantidade exorbitante de informações as pessoas não encontram tempo para refletir e criar argumentos, ou seja, de processá-las propriamente, tudo se dá com extrema velocidade e estes dados são poucos estruturados, muitas vezes fragmentados. Também, neste sistema, os planos, trabalhos e intenções dos indivíduos são criados através da perspectiva imediatista e não de longo prazo. Os autores julgam que a escola não tem correspondência com esse novo modelo cultural, afirmando que a “cultura ‘oficial’ não entende e rejeita a cultura jovem” e os professores vivem na contradição de atender as novas demandas sociais e atender ao modelo educacional, radicalmente afastado da realidade social (GARCIA *et al*, 2007, p. 229).

Esse exemplo demonstra que distintos modelos coexistem e não necessariamente se excluem, podendo estar em conflitos. Esses atritos podem ou não causar mudanças sociais

com o tempo, mas estes modelos podem ser transformados e ressignificados de diversas formas. Sobre a educação, Garcia *et al* (2017) acreditam que é imprescindível que outros modelos educativos sejam desenvolvidos para tratar os desajustes entre os jovens nas escolas. No que concerne a reflexão feita aqui, é preciso pensar se existe a possibilidade de atingir esses distintos universos mentais através da análise histórica.

Considerações Metodológicas Sobre Modelos Culturais Como Análise Histórica

Retornando ao conceito de cultura de Geertz, Sewell Jr. (2017, p. 187 e 196), destaca que a análise cultural do antropólogo constantemente reforça a ideia de cultura como “sistemas entrelaçados e mutuamente sustentadores de significado”, que rompem com a ideia de cultura como bloco homogêneo, e que a “a ‘realidade social’, como insistira Geertz, é produzida ao moldar a ação humana no mundo de acordo com modelos culturais”. É possível relacionar essa perspectiva de sistemas modeladores da ação humana conforme os modelos culturais postulados anteriormente pela perspectiva da Antropologia Cognitiva. No entanto, como defende Sewell Jr. referente aos sistemas culturais de Geertz, uma análise feita desta forma é um procedimento essencialmente sincrônico, ou seja, em que

o tempo é *suspense* ou *abolido* analiticamente de modo que as coisas que na verdade ocorrem no fluxo do tempo sejam tratadas como parte de um momento ou época uniforme no qual simplesmente coexistem. (SEWELL JR., 2017, p. 188, grifos do autor).

Apesar deste caráter sincrônico, essa suspensão do tempo não caracteriza uma impossibilidade de análise para a História, muito pelo contrário. Para Sewell Jr. (2017, p. 188) este é um procedimento rico para historiadores realizarem investigações e argumenta que, em sua opinião, qualquer análise feita sobre uma transformação histórica deve ser feita com o pensamento sincrônico e diacrônico por meio de uma oscilação dialética. O autor também expõe a diferença entre o trabalho de um etnólogo e de um historiador, pois no campo da história que, em grande medida, se estuda os mortos através dos documentos não é possível observar, experienciar e compartilhar as ações com aqueles que fazem parte do seu estudo do mesmo modo que um etnólogo.

Contudo, isso também não constitui um empecilho para a incorporação metodológica sincrônica na análise histórica, pois, como o próprio autor explicita,

algumas das formas simbólicas por meio das quais os mortos experienciaram seu mundo estão disponíveis para nós nos documentos que sobreviveram –

muitas vezes fragmentados e de segunda mão, certamente, mas de modo algum irrecuperáveis. (SEWELL JR., 2017, p. 187)

Um excelente exemplo de uma proposta de análise etnográfica utilizando documentos está presente no famoso ensaio de Robert Darton, *O Grande Massacre de gatos*. Na apresentação de sua obra, Darton (1988) explica que sua intenção é compreender como as pessoas no passado pensavam, assim como elas interpretavam e conferiam significado ao mundo, tentando descobrir sua cosmologia e organização de sua realidade expressada em sua mente e em seus comportamentos. Para isso, o autor traz a ideia do “historiador etnográfico” que procura compreender essas questões conduzidas pela história das mentalidades ou história cultural, da mesma forma que os antropólogos estudam as culturas exóticas, porém através dos documentos (DARTON, 1988).

Segundo Darton (1988, p. XVIII), o historiador deveria ser capaz de extrair significações dos documentos e abrir caminhos para o estranho universo mental do passado, percebendo “como as culturas formulam maneiras de pensar”. Desta forma, ele acredita que através de uma profunda análise das fontes documentais, e observando onde ela é mais estranha ou opaca, existe a possibilidade de o historiador encontrar um novo e estranho sistema de significados. Para ele, a “vegetação rasteira da mente pode ser tão impenetrável no campo quanto na biblioteca” (DARTON, 1988, p. XIV) e assegura que não devemos cair na ilusão de que o antropólogo não se depara com opacidades e silêncios em seu trabalho, sendo necessário um método interpretativo dos pensamentos e símbolos dos nativos.

De acordo com Geertz (1973, p. 68), esses sistemas simbólicos de significação representam fontes extrínsecas de informação, presentes em sistemas ou complexos de símbolos que não são moldados somente por elementos intrínsecos aos seres humanos, mas também por referências externas “em um mundo intersubjetivo de compreensões comuns no qual nascem todos os indivíduos”. Essas informações oferecem para o sujeito um diagrama ou gabarito que os auxiliam em suas tomadas de decisões, existindo antes de seu nascimento e prosseguindo após sua morte, mas não necessariamente inalterados, já que os indivíduos podem ou não realizar acréscimos e alterações neste sistema. Sewell Jr. (2017) enfatiza e defende a existência de uma pluralidade de diferentes mundos de significações, que coexistem e se relacionam, não necessariamente de forma harmoniosa, e que há uma “coerência fina” entre os sistemas, podendo ocorrer reconfigurações ou modificações nas estruturas existentes por meio de inovações e improvisações das pessoas. Ou seja, por esta ótica podemos afirmar que existem características presentes no contexto social no qual são compartilhados pelos

sujeitos em diferentes modelos que servem como referências para o seu repertório, seja cognitivo ou de ação, e, como entendido por Rossi (2011, p. 46), esses modelos

funcionam como ferramentas cognitivas mais ou menos estáveis que permitem às pessoas dar sentido ao mundo que as cerca, pois organizam a compreensão dos indivíduos e reduzem a dissonância cognitiva.

Com isso não se pretende afirmar que os seres humanos são absolutamente determinados por sua cultura ou agem com exclusividade de acordo com modelos culturais. Nesta abordagem considero que há uma pluralidade de sistemas que oferecem respostas e auxílios para os sujeitos, que se diferem justamente pela diversidade humana e cultural, mas que não obrigam as pessoas a seguirem tais preceitos. Porém, como Geertz enfatiza, os seres humanos possuem uma dependência em relação aos símbolos e seus sistemas, e que viveriam sem sentido sem a assistências dos padrões culturais, tornando-os funcionalmente incompletos, até mesmo sem autocontrole e vivendo por meio de impulsos espasmódicos e emoções vagas (GEERTZ, 1973; SEWELL JR., 2017).

Isso também não implica que Geertz (1973, p. 32) acredita que a cultura funcione como um padrão concreto de comportamento, ele ressalta que a cultura é melhor vista como um “conjunto de mecanismos de controle”, como planos e receitas. Nesta mesma lógica, pensar modelos culturais não significa pensar estruturas fechadas que determinam os comportamentos, pois, como sintetiza Rossi (2011, p. 46, grifos do autor), “o indivíduo age *predominantemente* com base em um modelo cultural, não *exclusivamente* com base nele”.

Para o historiador a ideia de modelos também pode ser pensada como construtos baseados em modelos culturais como informações compartilhadas entre os sujeitos e que muito podem influenciar as suas ações, decisões e, conseqüentemente, seus processos históricos. Com as propostas e a própria experiência realizada pelo trabalho de Darton sobre o historiador etnográfico e as revisões de Sewell Jr., abordando cultura ou estruturas nos grupos sociais como plurais e não como singulares³, é possível investir e pensar em metodologias para a elaboração destes modelos para que se possa pensar e investigar um recorte histórico da realidade humana. Isso de forma análoga como foi feito por Darton com a teoria geertziana,

³ Assim como faz uma reflexão sobre a obra de Geertz no capítulo 6 de seu livro *Lógicas da História: Teoria social e da transformação social*, Sewell Jr., também analisa a “Teoria Possível da História” de Marshall Sahlins, em que aponta problemas na concepção de estrutura como singular e faz uma proposta plural da ideia de estrutura, como uma perspectiva para aprimorar a teoria dos acontecimentos e eventos presentes em Sahlins.

levando em consideração que tais modelos são complexos, diversos, imprevisíveis, permeáveis e não podemos desconsiderar a individualidade dos sujeitos e suas próprias significações nestas análises coletivas (BENNARDO; MUNCK *apud* FELTES, 2017).

Assim, por meio da ideia de diversos esquemas presentes em uma sociedade e de uma complexa relação entre eles, que podem ser observadas pelos documentos e transformadas em construtos que observem essas teias de relações, é possível levantar, até mesmo, modelos de generalizações ou estereótipos de um grupo social analisado em seu tempo-espaço. No entanto, esse modelo de estereótipo estaria relacionado aos “elementos filtrados” por aquilo que vários indivíduos de um mesmo grupo social entraram em contato – as diversas referências culturais de seu meio social – e compartilharam entre si, com finalidades analíticas e de forma contextualizada.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi explorar o conceito de modelos culturais buscando refletir a respeito das possibilidades de utilizá-los através da elaboração de construtos metodológicos na análise histórica. No entanto, apesar de não ser incomum encontrar em textos, principalmente quando há alguma abordagem cultural com a noção de modelos socialmente construídos, muitas vezes até mesmo utilizando o termo modelos culturais, o debate conceitual sobre sua definição é realizado e aprofundado, nomeadamente, por antropólogos cognitivos norte-americanos.

Assim, por meio do debate antropológico sobre cultura como modelos, podemos considerar que os sujeitos configuram conhecimentos compartilhados entre si em meio a uma teia de significados na qual estão inseridos e fornecem um número diversificado de informações para construir suas visões de mundo. Essa perspectiva de realidade varia de indivíduo para indivíduo de acordo com as formas que eles se relacionam com essa teia cultural, mas é possível estabelecer modelos que pensem a propensão de uma atitude social.

Desta forma, de modo análogo ao que foi feito por Robert Darton em *O Grande Massacre de Gatos*, a proposta é que seja possível elaborar modelos que se utilizem de aproximação com os conceitos antropológicos que permitam historiadores a alcançar os conhecimentos, signos e símbolos compartilhados entre membros de um determinado grupo, ou até mesmo indivíduo, através de uma investigação das diversas fontes utilizadas no trabalho historiográfico, como os documentos.

Referências Bibliográficas

BENNARDO, G. **Language, Space, and Social Relationships: A Foundational Cultural Model in Polynesia**. New York, NY: Cambridge University Press, 2009.

BROWN, Penelope. Cognitive Anthropology. In: **Studies in the social and cultural foundations of language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006, p. 96-114.

D'ANDRADE, R. G. Schemas and motivation. In: D'ANDRADE; STRAUSS (orgs.). **Human motives and cultural models**. New York, NY: Cambridge University Press, 1992, pp. 23-44.

DARTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DRESSLER, W. **Culture and the Individual: Theory and Method of Cultural Consonance**. New York, NY: Routledge, 2018.

_____. **Culture and the Individual: Models, Consonance, and Roy D'Andrade**. Research Gate, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321715566_Culture_and_the_Individual_Models_Consonance_and_Roy_D'Andrade>. Acesso em 18 de out. de 2018.

FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Modelos Culturais: teoria, estudos e métodos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, pp. 193-213, jan./abr. 2018.

GARCIA, J. *et al.* Cultura Escolar e Novos Modelos Culturais: Duas Realidades Incompatíveis? **Revista Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 2, jul-dez. de 2010, pp. 215-232.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

HOLLAND, D; QUINN, N. **Cultural Models in Language and Thought**. New York, NY: Cambridge University Press, 1987

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARINELI, Fábio.; PIETROCOLA, Maurício. Estruturas Culturais, Esquemas e Recursos: Como Licenciados em Física Concebem e Justificam o Status Ontológico de Entidades Em Diferentes Contextos. **Revista IENCI: Investigações em Ensino de Ciências**, v. 21, n.3, pp. 109-126, dez de 2016.

MUNCK, V. **Cultural Models: Genesis, Methods, and Experiences**. New York, NY: Oxford University Press, 2014.

PORTELLA, E. M. Condições culturais da educação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 16, 1992, pp. 65-72.

ROSSI, Patrícia da Camara. **Modelos Culturais e o Comportamento de Retaliação do Consumidor**. Dissertação (Mestrado em administração) – UFRGS. Porto Alegre, RS, 2011.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. Maringá, v. 32, n. 1, pp. 63-72, 2010.

SEWELL JR., William Hamilton. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

STRAUSS, C.; QUINN, N. **A Cognitive theory of cultural meaning**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

Caça aos “Tesouros Transmitidos pela Tradição Oral”

Fabricio Emanuel Silva Vailante

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
fabriciovailante@hotmail.com

Roberth Daylon dos Santos Freitas

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
roberthdaylon@gmail.com

Resumo: Esse resumo tem como objetivo discutir a aplicabilidade de metodologias próprias da análise do discurso e do fazer histórico da História Oral para as tradições orais africanas. Chama-se Tradição Oral histórias e narrativas africanas que tem como principal suporte a oralidade. Essas narrativas de diversas naturezas são por vezes legitimações de estruturas sociais, organizações políticas, ou mesmo explicações de fenômenos da natureza. Apesar de serem ricas fontes históricas, essas tradições foram durante muito tempo negligenciadas na pesquisa em história da África por não ser atribuído a elas o caráter de confiabilidade. Considerando isso, nossa apresentação tem como um de seus objetivos, demonstrar os usos possíveis da tradição oral na produção historiográfica sobre o continente africano, mais especificamente sobre a região da Senegâmbia, na porção noroeste do continente. As tradições orais africanas não são exclusivamente transmitidas pelos griots, genealogistas e músicos/poetas comumente associados a manutenção dessas narrativas. Nossa apreensão dessas tradições, por exemplo, se dá a partir das mobilizações que delas fizeram os viajantes europeus nas extensas literaturas de viagem. As transcrições dos viajantes nestes relatos baseiam-se minimamente no ouvir – por vezes observar - e traduzir o que se obtêm para as margens própria fronteira cultural. Esse exercício de alteridade com limites em um prospecto ocidental de observação gera resultados descritivos que soam como zombaria e/ou exotizando de alguns aspectos e acabam até mesmo por criar interpretações próprias dos viajantes sobre essas tradições. Acreditamos que o uso das metodologias da História Oral nos permitiria acessar essas tradições e fazer sua análise história apesar do mediador europeu e do suporte escrito através do qual algumas tradições se apresentam. Em suma, pretendemos trazer ao simpósio as potencialidades dos usos das tradições orais, mesmo as adquiridas em relatos de viagens europeus, na produção de História da África e apreender metodologias que permitam que essa produção se valha não só das metodologias típicas dos Estudos Africanos mas também de metodologias que melhor auxilie a abordagem da oralidade.

Palavras-chave: Tradição oral, metodologia, meta-memória, Senegâmbia.

Introdução

O presente trabalho foi, como indica o resumo, inicialmente pensado enquanto apresentação para o Simpósio Temático sobre História Oral em que, tentaríamos em diálogo com pesquisadores da área, buscar novas abordagens metodológicas para a utilização da

tradição na produção historiográfica sobre o continente africano e seus habitantes. A transferência para modalidade de Comunicação Livre e a inclusão em uma mesa sobre Teoria e Metodologia da História apresentou ao mesmo tempo novos desafios e possibilidades para as abordagens do trabalho. Do exercício de adaptação da comunicação surgiram novas questões que aproximaram a relação entre Tradição Oral e História à relação, tão referenciada, entre História e Memória, ou mais especificamente a Memória Coletiva. Nossa primeira abordagem que tinha um caráter um tanto indagativo deu lugar a uma abordagem mais propositiva em que mobilizaremos o conceito de metamemória _ ou o uso que dele faz Fernando Catroga_ enquanto ferramenta de compreensão das tradições orais em sua complexidade.

Nossos recortes e fontes por outro lado não sofreram alteração. Continuaremos tratando da região do Noroeste Africano nominada Região dos Rios da Guiné, Guiné e/ou Senegâmbia, termo que utilizaremos com mais frequência. A abundância de nomes para a região está associada a um mesmo número de representações que dela fizeram viajantes europeus (principalmente portugueses), cabo-verdianos e africanos da costa. Sua extensão geográfica é delimitada pelo Rio Senegal (ao Norte) e pelo cabo do Monte ao Sul. À Oeste o Oceano Atlântico lhe faz fronteira e à Leste a região do Futa Djalon onde se encontram as nascentes de importantes Rios da região, como o Rio Gâmbia e o próprio Senegal supracitado (HORTA, 2005¹). Apesar dos debates, consideramos em nosso recorte a inclusão da Região de Serra Leoa², por concordarmos com Eduardo Dias e José da Silva Horta quanto a sua integração “comercial, política e sociocultural com as regiões ao norte” (DIAS; HORTA, 2007).

A Inclusão das Tradições Orais na Historiografia Africanista

Em um colóquio em Lisboa no ano de 1995, Carlos Lopes elabora uma breve história da historiografia africana em apresentação denominada “A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana Feita por Africanos”. Sua síntese divide a produção historiográfica africana em três grandes momentos, ou nos termos do autor, três grandes correntes

¹ Para auxiliar na historicização das obras historiográficas trabalhadas, optamos por incluir entre os parênteses as datas de publicação original. Apesar disso as referências bibliográficas indicam as edições das obras lidas pelos autores e para as quais são indicadas as referências paginiais quando diferirem da data original de publicação.

² Região que nos séculos XVI e XVII no qual se inserem nossas fontes estendia-se da Ilha dos Ídolos (Ilha de Los) até o Cabo do Monte, extrapolando as fronteiras de Serra Leoa pós-Independência (sec. XX) e ocupando espaços que hoje são territórios de Guiné-Conacri e da Libéria.

historiográficas africanas: “da Inferioridade” Africana (até 1945), “da Superioridade Africana” (1945-1980) e a “de Emoções Controladas” (1980-presente).

Seu trabalho se preocupa em historicizar cada um desses momentos da produção historiográfica sobre o continente africano apontando suas contribuições e contradições para o campo da História da África. Interessa-nos principalmente pensar as duas últimas correntes historiográficas pensadas pelo autor.

A corrente da Superioridade Africana que se inicia em 1945 como principais expoentes intelectuais africanos que se opuseram às ideias de que a África era um continente sem história até a chegada dos europeus. O argumento contra o que lutavam era o de que só se podia produzir história a partir de fontes escritas, raras entre os africanos, principalmente da porção Oeste do continente, antes da presença europeia ou árabe-muçulmana. Seus esforços se centraram em novas interpretações dos documentos escritos e na busca de novas fontes e da legitimação das Tradições Oraís enquanto meios confiáveis de se produzir História da África.

Boubacar Barry (2000), ressalta a importância das publicações sobre o Egito Negro de Cheik Anta Diop, e da criação do Centro de estudos das civilizações de Dacar, nesse período e, assim como Lopes, reconhece e explicita as proximidades dessas ações de intelectuais com os processos independências africanas já em andamento. Esses esforços são responsáveis pela “*Virada para as Tradições Oraís*”³ que atingem seu ápice, durante a década de 1960. A publicação de *Sundjata ou l'épopée mandingue* por Djibril Tamsir Niane (1960) é simbólica nesse contexto, por utilizar apenas tradições orais como fontes para construir uma narrativa de História da África.

Ainda nessa década, se iniciam os esforços para a produção, em parceria com a UNESCO, do que pode ser tomado como insígnia dessa corrente historiográfica, a coleção “História Geral da África”, publicada em 1980. O Volume I dessa coleção, organizado por J. Ki-Zerbo apresenta importantes autores inseridos nessa corrente historiográfica, alguns dos quais trabalharemos em breve, à saber, J. Vansina e A. Hampaté-Bá.

O caráter demasiadamente político dessas produções e pelo qual ela foi duramente criticada é sintetizado por Barry, na seguinte citação.

Ela [A produção historiográfica de Dacar, da primeira geração] entra no contexto da descolonização da história africana e é sobretudo uma história política, que privilegiou as tradições dinásticas, mesmo se, sob certos

³ Termo de Manuel Bívar (2018, p. 4).

aspectos, se interessa pelas transformações econômicas e sociais – pela realidade do tráfico negreiro e da colonização (BARRY, 2000,p. 26)

A utilização de conceitos e modelos da história europeia para a descrição das realidades africanas foi outra das críticas direcionadas à essas obras. Manuel Bívar é um grande crítico dos usos que a tradição oral recebeu nos trabalhos desse período. Em tese de doutorado defendida em 2018 aponta como as narrativas dos griots eram utilizadas para uma história do Estado na Senegâmbia, legitimadora as instituições e os poderes estabelecidos no pós-independência e de uma coesão nacional que não corresponde à realidade histórica da região. Sua narrativa indica como na historiografia sobre o Kaabu⁴, e nas tradições orais que ela utiliza, mulheres, figuras religiosas não muçulmanas e agentes de grupos identitários não Mandé⁵, foram silenciados ou tiveram sua importância esvaziada em prol de um projeto de sociedade e principalmente um projeto de Estado-Nação já aos moldes do século XIX.

Lopes afirma que por ser alvo de tantas críticas e em grande parte por terem grande parte dos Estados africanos conseguido sua independência até a década de 1980, tal corrente historiográfica da superioridade africana deu lugar a outra, menos política e mais atenta ao rigor metodológico que se devia direcionar às tradições orais. Essa nova corrente, que ele chama de “Emoções Controladas”, não tendo mais que legitimar os processos de independência das nações em que se desenvolveram pode, a partir dos legados deixados pela corrente anterior, tornar ainda mais complexos os estudos sobre o continente africano.

É nessa corrente que se enquadram alguns trabalhos de já citamos, como os de Manuel Bívar (2018), Boubacar Barry (2000), José da Silva Horta (2005; 2007) e trabalhos com os quais trabalharemos, como os de Thiago Mota (2014), Jeocasta Freitas (2016), José d’Assumpção Barros (2012), dentre outros.

Superando a história dos grandes impérios e atentando-se à recortes menores e abordagens que superassem àquelas políticas e econômicas apontadas por Barry, os pesquisadores dessa nova corrente buscam novas epistemologias para a produção de conhecimento sobre África e os africanos, acreditando que as sobreposições indistintas dos

⁴ Organização Política classicamente definida como um Estado Soninqué (Mandé não muçulmana) que exerceu grande domínio político e cultural sobre grande território ao Sul do rio Gâmbia até o Rio Nunes_ ainda dentro da região da Grande Senegâmbia _ entre os séculos XVI e XVIII e para o qual foi despedido grande esforço historiográfico no fim do século passado, 1980 principalmente. Dentre as principais obras sobre o Kaabu podemos citar: Sékéné Mody Cissoko (1969); Bakary Sidibé (1972); Mamadou Mané (1979); Noah Cissé (1978); Carlos Lopes(1999).

⁵ Termo que designa diferentes grupos identitários no Noroeste africano, falantes da língua Mandé e associados ao império do Mali, como os Mandinga no Gâmbia, ou Susus em Casamance e os Bamana (Bambara) da Costa do Marfim (Ver LOPES, 1999:70)

conceitos europeus acabam por impossibilitar um estudo não etnocêntrico sobre o continente e seus habitantes. Seus estudos tentam ressaltar a agência dos indivíduos africanos, grupos étnicos (nações) com pouco contatos com os estrangeiros europeus e muçulmanos, as dinâmicas culturais do continente e sua complexidade, além da diversidade político-econômica. Temas e grupos por vezes preteridos nas correntes historiográficas que os precederam.

Essas novas abordagens para a História da África_ na segunda e terceira corrente de Lopes_ implicaram na elaboração/aplicação de novas metodologias para a produção historiográfica. Nos ateremos às metodologias direcionadas à explorar as potencialidades e viabilizar os usos das Tradições Oraís enquanto fontes históricas.

Metodologias para os Estudos das Tradições Oraís

Assim como deve-se à corrente da “superioridade africana” os primeiros usos da tradição oral na historiografia africana, igualmente deve-se á eles os primeiros esforços para sistematizar metodologias de definição, recolha e análise dessas tradições. No Volume I da coleção “História Geral da África (HGA), “Metodologia e Pré-História da África” dois textos nos possibilitam pensar esse esforço dos historiadores e seus resultados. São eles “A Tradição Viva” de A. Hampaté-Bá e “Tradição Oral e sua Metodologia” de J. Vansina.

A argumentação dos dois autores gira em torno da definição das sociedades africanas enquanto *Sociedades Oraís*. Apesar do conceito só aparecer no texto de Vansina seus significados também estão presentes na obra de Hampaté Bá. Sociedades orais, não podem ser reduzidas à ausência de escrita. Pelo contrário, elas devem ser compreendidas enquanto sociedades que se estruturam em torno da oralidade. Outro ponto comum para os autores é o caráter ativo da oralidade. Mais que um meio de comunicação, a oralidade é elemento transformador nas relações sociais e, diria Hampaté Bá, da própria natureza.

A Palavra é divina e divinizada. É o que distingue os homens das demais criações, criaturas. Por meio dela tudo foi criado e ela concentra em si o poder de criar e destruir. Seu domínio é motivo de distinção, mesmo depois da morte. E seu desconhecimento é desagregador, indica um não pertencimento social.

A dificuldade em perceber tantas nuances que a palavra falada adquire nessas sociedades orais justifica a cobrança que os autores fazem aos estudiosos da História da África que se insiram (“*sejam iniciados*”), antes de realizar seus estudos, em toda a lógica de

pensamento dessas sociedades. Oralidade e as tradições orais ocupam um lugar tão central, que Hampaté Bá afirma que “Nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito (História) dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos” (HAMPATÉ BÁ, 1981, p. 167).

Definidas as Sociedades Orais os autores passam a tratar da definição das tradições orais. A transmissão, é elemento central na visão dos autores para caracterizar uma tradição e para garantir sua legitimidade. Poderíamos dizer que uma tradição oral é uma “mensagem” _para Vansina_ ou um “saber” para Hampaté Bá_ transmitido geracionalmente por meio de cerimônias e protocolos que lhes asseguram confiabilidade.

Hampaté Bá, reforçando ainda esse aspecto de confiabilidade, enxerga as tradições orais não como recordação, mas como um exercício de “trazer o passado ao presente” (HAMPATÉ-BÁ, 1981, p. 208). Portanto, o maior desafio do historiador em sua lógica é o de colher e enxergar essas fontes sem projetar sobre elas o etnocentrismo ocidental. Outro ponto importante, na opinião do autor, é que as tradições orais devem ser procuradas entre os guardiões e transmissores socialmente legitimados para o fazer, *os domas* ou tradicionalista.

Em trabalho mais recente Boubacar Barry contraria essa perspectiva anterior. Ele reconhece nas tradições orais três importantes aspectos nas sociedades orais: Seu caráter de manutenção da ordem estabelecida, A responsabilidade com o não esquecimento e a pretensão de verdade (BARRY, 2000:11). Isso não significa, porém, que o autor desconsidere as rupturas presentes nas tradições orais, ele aponta por exemplo como mudanças em regimes políticos podem afetar as tradições na medida em que passam a legitimar e ajudam a consolidar uma “nova ordem”. Essa nova perspectiva faz com que o autor olhe para a produção anterior de Dacar e identifique equívocos no tratamento das tradições orais na medida em que as percebe tratadas anteriormente tratadas metodologicamente como as fontes escritas ou como complementares à essas fontes. Sua proposta é que as tradições sejam vistas enquanto discursos históricos que devem ser trabalhados considerando seus usos e intencionalidades (Barry, 2000, p. 31).

Bivar, como já tratamos, tentou em sua tese, utilizar tradições orais que não lhe fossem transmitidas pelos griots. Segundo o autor os embates narrativos entre essas versões canônicas –geralmente associadas ao Estado ou grupo dominante– e outras versões –difundidas em âmbito mais familiar ou em pequenos grupos– tensionam as narrativas historiográficas que se estruturam sobre as tradições orais, geralmente sobre essas versões canonizadas. Valendo-se

dessas tensões o autor demonstrou como as diversas tradições orais sobre o Kaabu, se diferenciam entre si ora evidenciando e/ou silenciando agentes e até mesmo modificando-os a partir de demandas sociais diversas. Com aumento da influência do islã entre os Mansas do Kaabu, por exemplo, foram incluídos sacerdotes muçulmanos – marabutos ou bexerins— às tradições sobre a origem dos nyatcho⁶. Em contrapartida, as mulheres passaram a ser representadas em posições comumente depreciativas – a mulher selvagem e/ou a mulher enganadora— a sua participação política, anteriormente ativa e legitimada, foi restringida à maternidade da elite política nas tradições difundidas após a expansão muçulmana do séc. XVIII e na historiografia produzida a partir de meados do século XIX.

As dissertações de Jeocasta Freitas (2016) e Thiago Mota (2014) indicam que fenômeno semelhante ocorreu com as tradições orais dos Jalofo devido ao aumento da influência muçulmana. Em algumas tradições, um senhor Jalofo adoentado procura um Jabacouce que lhe indica como proceder para se curar, já outras apresentam os Jabacouces como incapazes de curar o mandatário Jalofo que procura, então, um bexerim que lhe dá as instruções para curar-se de sua moléstia. Nesse caso, os Jabacouces (importantes figuras do universo político-religioso do Norte da Senegâmbia) foram substituídos na tradição oral que justificava a matrilinearidade pela figura dos bexerins.

Apesar disso, diferente de Manuel Bívar, Mota e Freitas acessaram as diferentes versões da tradição oral que analisaram pelos relatos de viagem portugueses de quem tiveram acesso. José D'Assumpção Barros (2012) dá importantes ferramentas para a análise desse material, a partir da conceitualização das “fontes dialógicas”. Barros evidencia como é possível perceber nessas fontes dialógicas vozes de outros agentes além do autor. Thiago Mota em breve análise (2014), demonstra como essas vozes sociais diversas nas fontes escritas (dialogismos) apresentam, por vezes, indícios de oralidade e podem inclusive ser trechos ou versões de tradições orais. As metodologias propostas por Barros se mostraram importantes recursos para a análise das tradições orais nos casos acima.

A teorização de Barros não se restringe as narrativas em suporte escrito, acreditamos que mesmo as tradições orais podem ser lidas a partir de uma perspectiva dialógica. Isso possibilita-nos, atentando-nos aos alertas de Bivar, utilizar mesmo as tradições de griots como ferramentas de compreensão dos poderes estabelecidos, mas também das vozes sociais que eles tentam silenciar ou ofuscar.

⁶ Elite política do Kaabu a quem se restringia, em tese, as posições de mando. Apesar de não serem endógenas como a classe dos artesãos, os nyatcho se inserem na mesma lógica Mandé de estratificação social.

Percebe-se a partir desses exemplos, como a perspectiva de Barry parece mais correta quanto à complexidade das tradições orais e sua historicidade. Compreendemos os esforços de Hampaté-Bá em tentar atribuir às fontes orais a credibilidade das escritas hierarquizando-as no mesmo nível. Porém, como ressalta Barry, esse erro comum levou a uma não compreensão das dinâmicas de recordação e esquecimento das tradições orais. Acreditamos que a pretensão das Tradições Oraís é o que põe as tradições orais nessa dimensão de discurso e não de fontes históricas. Essa compreensão exige novos conceitos e ferramentas metodológicas para o estudo dessas importantes narrativas, ou parafraseando Hampaté-Bá, novas ferramentas para a caça aos “tesouros do conhecimento transmitidos pela tradição oral.” (HAMPATÉ-BÁ, 1981, p. 168).

O conceito de metamemória como uma ferramenta para “caça ao tesouro”

Ao tentar pensar as tradições orais sua dimensão de discursos históricos nos deparamos com questões que aproximaram a relação entre História e Tradição Oral à relação, tão referenciada, entre História e Memória. Acreditamos que as tradições orais são narrativas de uma memória que se pretende coletiva. E, por isso, pensamos em utilizar, como ferramenta de auxílio teórico metodológico, o conceito de meta-memória como repensado por Fernando Catroga em obra de 2001.

Para Catroga, a rememoração é um exercício de alteridade. Seu argumento utiliza-se das elaborações de Paul Ricoeur, de que a memória tem em si a exigência de fidelidade que lhe é comumente atribuída pelo outro. Para o autor português, o exercício de alteridade se complexifica na medida em que o passado se torna um outro estranho ao presente. E os indivíduos do presente tentam no exercício de rememoração traduzir esse passado a seu limite de alteridade. Rememorar então, nunca é se lembrar completamente de algo que aconteceu, mas se lembrar de eventos do passado condicionando-os ao presente.

Sendo assim, a rememoração é uma construção seletiva em que as memórias são modificadas e seus agentes lidos e representados a partir dos valores, demandas, e arcabouços culturais do presente de quem se recorda. Esse fenômeno pode se dar de forma inconsciente, geralmente em âmbito individual, mas também de forma consciente, quando se mobiliza uma memória para determinado objetivo, geralmente quando se dá em âmbito de memórias compartilhadas, públicas, coletivas. A dimensão seletiva da memória faz com que diferente de como a define Hampaté-Bá a memória não seja um registro, mas uma *representação*. Destrinchando o termo uma representação – “tradução mental” (HORTA, 1991) – do passado

a partir de um contexto sociocultural do presente. Essas memórias representadas são o que Catroga caracterizou enquanto meta-memória partindo do conceito de Joel Candau.

Os exemplos Jalofo (da matrilinearidade) e Kaabunké (da origem dos nyatcho) indicam como as tradições orais foram modificadas a partir da lógica muito semelhante à proposta por Catroga. Acreditamos, por isso, que esse conceito comumente associado à uma memória coletiva (Catroga, 2001) pode ser aplicado às tradições orais e assim evidenciar seu caráter de representação e sua dimensão enquanto discurso Histórico.

Essa nova ferramenta – aliada ao dialogismo das fontes proposto por Barros, e às leituras críticas das traduções propostas por Bívar – parece-nos útil para interpretar as tradições orais, mesmo àquelas que encontramos nos relatos de viagem. Pensar a historicidade de cada uma dessas tradições, como propõe Barry, também é elemento essencial para uma boa análise desses discursos. A aplicabilidade do conceito de meta-memória ainda se apresenta a nós enquanto desafio, mas tendemos a acreditar que as relações entre memória e esquecimento, a relação direta entre memória e identidade e as aproximações entre Meta-memória e Historiografia cabem à análise das Tradições Orais, ao menos no recorte em que propusemos.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Manuel Portugal Almeida de Bívar. *Kaabu, história de um império do início ao fim*. Tese (Doutorado em História) -. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2018.

BARRY, Boubacar, Reflexão sobre os discursos históricos das tradições orais em Senegâmbia, In: **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos d UCAM, 2000. p. 5-34.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 43-69.

DIAS, Eduardo Costa; HORTA, José da Silva. La Sénégambie: un concept historique et socioculturel et un object d'étude réévalués. **Mande Studies**, n. 9, 2007.

FREITAS, Jeocasta Juliet Oliveira Martins de. A religião dos barbamins, casangas, banhuns e papéis nos relatos de viagem na Guiné (1560-1625). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (coord.) **História Geral da África. I. Metodologia e Pré-História da África**. São Paulo: UNESCO; 2010 (Online).

HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI- XVII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: poderes e sociedades, Lisboa, 2005. **Actas...**, Lisboa, p. 1-14, 2005.

_____. A representação do africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). **Mare Liberum**, Lisboa, n. 2, p. 209-338, 1991.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida: Historiografia africana feita por africanos. In: COLÓQUIO CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA; GRUPO de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1994**. Lisboa: Governo Português, 1995. p. 21-30.

MOTA, Thiago. **A outra cor de Mafamede**: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. 2014. 281f

_____. Oralidades africanas e/em escritas europeias Considerações metodológicas para a escrita da história do noroeste africano. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho. **Anais...**, 2014. Disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400521699_ARQUIVO_Oralidadesafricanase-emreescritaseuropeias.pdf Acesso: 03/7/2019

VANSINA, J. A Tradição Oral e sua Metodologia. In: THOMPSON, E. Paul. **A voz do passado** – História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013 [1992].

Lei 10.639/03 - a educação contra os alicerces do racismo

Fernando Lana Ferreira

Mestrando e cotista autodeclarado negro em Psicologia Social
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lana.psicologia@gmail.com

Resumo: A Lei 10.639/03 estabelece há quase duas décadas a obrigatoriedade do ensino de temas relacionados às relações étnico-raciais e da história das culturas africanas e afro-brasileiras. Para se combater a estrutura que continua sustentando o racismo, é necessário entender como ele foi fundado. Alicerçado numa suposta superioridade eurocêntrica, o racismo criou uma imagem distorcida dos povos africanos – fato pouco discutido ainda nos dias de hoje. No entanto, mesmo com a obrigatoriedade garantida pela mencionada Lei, a história da África continua sendo mal contada. A educação nacional quase sempre detalhou a história do continente europeu, negando aos brasileiros e principalmente à sua população afrodescendente a chance de conhecer a verdadeira história de seus ancestrais e de seu continente de origem. Não podemos ignorar ainda a disseminação de uma estratégia ideológica, que tenta se apoiar exatamente na História, para culpar o próprio africano pela escravidão que sofreu. Como empecilhos para efetivar a Lei 10.639/03, da educação infantil até o ensino superior, destacamos a desaprovação de parte da sociedade com a adoção dessas determinações; descaso de certos professores que alegam que essas medidas são apenas reivindicações do Movimento Negro; despreparo de alguns educadores – mesmo dentre aqueles que querem participar dos debates sobre o tema – por precisarem ensinar um conteúdo que desconhecem. Além disso, falta de material didático adequado sobre a temática étnico-racial pode ser mais um obstáculo à implementação da Lei 10.639/03. Isso dificulta a desconstrução de ideias que circulam na sociedade e dentro das escolas que folclorizam, quando não demonizam, a cosmovisão e as práticas culturais originadas da África. Sublinhamos que, se bem implantada, alunos e todos que trabalham no contexto educacional teriam oportunidade de entender as relações raciais no Brasil, de discutir sobre as manifestações próprias do nosso racismo e de desenvolver formas de combater os efeitos da discriminação racial.

Palavras-chave: Educação, História, Racismo.

História e cultura africanas e afrodescendentes nos currículos escolares

Como instituição social, a escola tem um dos papéis mais importantes na luta contra o racismo. A escola é responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura dentro de uma sociedade. Quanto à discriminação racial, pesquisas revelam que as instituições de ensino são um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. Desta forma, há a necessidade de reconhecermos que elas

também podem formar o local ideal para que os preconceitos possam ser superados (GOMES, 2003, p. 77).

Diante dos problemas causados pelo racismo e da capacidade transformadora da educação, um conjunto de dispositivos legais foi criado para incentivar o estudo da diversidade cultural humana e de uma Educação das Relações Étnico-raciais nas escolas. A efetivação dessa legislação foi fruto de pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com aliados da luta antirracista. A Lei 10.639/2003 (GOMES; JESUS, 2013, p. 21-22).

Os brasileiros de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências, permaneceram por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Após 115 anos da abolição de escravatura, a Lei 10.639 veio para tentar reparar essa história esquecida e deformada que pertence a todos nós (MUNANGA, GOMES, 2016, p.19).

É oportuno ressaltar que a lei não recomenda que o assunto seja integrado às aulas de História, mas torna obrigatória a inclusão da temática étnico-racial e dos valores históricos e culturais africanos e afrodescendentes nos currículos, conteúdos e práticas pedagógicas de todos os níveis educacionais, da educação infantil até o nível superior, e não somente nos ensinos fundamental e médio (EUCLÊNIO, 2008, p. 268).

É fundamental que a política envolva também o ensino superior, pois há a necessidade de capacitar todos os professores. Na concepção da lei já havia ficado nítido que o sucesso da inclusão dos conteúdos previstos dependeria da abordagem nas escolas normais, nos cursos de Pedagogia, nas faculdades de Educação e nos programas de pesquisa e pós-graduação (NASCIMENTO, 2008a, p. 207).

Importante sublinhar que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens quanto aos adultos a chance de questionar e desconstruir as ideias de superioridade e de inferioridade entre os grupos humanos. Embora o combate ao racismo exija a participação de várias frentes de combate, é indubitável que a educação tem um papel fundamental nesta luta (MUNANGA, 2005, p. 17).

Dificuldades para efetivar a Lei 10.639/03

Para tentarmos entender a dimensão do problema, é necessária uma visita ao século XIX. A História, como uma disciplina escolar no Brasil, foi efetivada com a criação do *Colégio Dom Pedro II* em 1837 e tinha como meta formar os filhos da nobreza da Corte do

Rio de Janeiro e aparelha-los para o exercício do poder. O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) foi criado no mesmo ano com intuito de dar uma identidade à nação brasileira. Os membros do *Instituto* eram os professores do *Colégio Dom Pedro II* e suas resoluções sobre a História afetavam diretamente o trabalho na escola (PEREIRA, 2019, p. 125).

Esses professores não tinham qualquer interesse nas camadas populares, formada muitas vezes pelos descendentes de africanos e indígenas. A organização daquele conhecimento escolar era apenas para a formação da elite encarregada de dirigir a nação. Naquele período, estava sendo fundado um ensino de História absolutamente eurocêntrico, e que se firmou ao longo dos anos em uma verdadeira tradição da educação brasileira. A identidade nacional que se disseminava por meio das escolas tinha uma relação genealógica com a Europa, já que a descoberta do Brasil pela monarquia portuguesa correspondia ao nascimento de uma nação que só seria valorizada se fosse vista como branca, europeia e cristã (PEREIRA, 2019, p. 125).

Por isso, é necessário rechaçar o ideal de ego branco e as identidades estereotipadas impostas pela cultura hegemônica. Para que a educação atenda às necessidades dos brasileiros, particularmente de nossas crianças, é crucial o desenvolvimento de referências para fundamentar a construção de identidades positivas, capazes de favorecer a agência e o real exercício da cidadania por parte de todos (NASCIMENTO, 2008a, p. 213).

Euclênio (2008, p. 274) testemunhou que alguns educadores comprometidos com os objetivos das Diretrizes Curriculares enfrentaram problemas para promover condições para que a questão racial deixasse de ser assunto apenas para o mês de novembro. As dificuldades eram percebidas porque alguns dos outros professores tratavam o assunto com descaso. Nestas raras ocasiões de discussão, era possível flagrar profissionais aproveitando para descansar ou para atualizar suas atividades, enquanto ativistas do Movimento Negro adentravam as escolas para palestrarem.

O material didático presente em nossas escolas também é um expressivo problema para uma educação antirracista. Araújo (2010, p. 23) reuniu um conjunto de estudos sobre os livros infantis em nossas bibliotecas e constatou que muitos livros difundem uma hierarquia entre brancos e negros e continuavam disseminando estereótipos como o da mulher negra como empregada doméstica, da mulata sensual, associação da cor negra com sujeira, tragédia, escravidão, desejo de embranquecimento de personagens negras, etc.

Muitos estereótipos contidos na literatura didática retratam ainda o índio como primitivo. Teriam contribuído apenas com a criação de lendas e danças; ensinado o uso de certos instrumentos musicais e o preparo de alimentos. Os portugueses são nomeados como os fundadores e os governantes do país, contribuindo para cultura material e espiritual. Isso auxilia para sustentar a noção de que todo o conhecimento instrumental técnico, científico e artístico veio exclusivamente da Europa – além das leis, idioma, fé cristã, festas populares e organização social. Os negros teriam contribuído com a mão-de-obra, já que a experiência de escravizar o indígena havia fracassado. Os africanos teriam contribuído ainda com a alimentação, com a música, vocabulário, no vestuário e com as religiões baseadas nas crenças africanas (NASCIMENTO, 2008a, p. 253).

De mais a mais, também reconhecemos que a história do combate ao racismo no Brasil é pouco difundida e praticamente ausente dos currículos escolares. As lutas dos brasileiros negros são simbolizadas quase que exclusivamente pela imagem de Zumbi dos Palmares e de alguns outros abolicionistas, propagando uma falsa impressão de que os descendentes de africanos desse país foram incapazes de serem atores transformadores de suas próprias histórias (NASCIMENTO, 2003, p. 222).

A identidade afro-brasileira pode ser potencialmente fortalecida se ensinarmos a experiência dos povos de origem africana em todo o mundo. Devemos demonstrar que ela pertence a uma matriz mais ampla e global. Desta maneira aumentamos o referencial de nossas crianças, ofertando a elas uma identidade coletiva que possibilita uma localização no mundo (NASCIMENTO, 2008b, p. 53).

Temos que considerar que o papel da escola não se restringe apenas a ensinar. Além da oportunidade de formação profissional, a formação básica envolve a construção da personalidade e da identidade. Expor as crianças a uma literatura racista contribui para a construção de uma baixa autoestima atribuída à criança negra através de preconceitos, ao mesmo tempo em que constrói uma arrogância que o supremacismo branco inculca nas crianças brancas (NASCIMENTO, 2008a, p. 212).

Crianças negras e brancas estão expostas a um ambiente de gozação dentro das escolas. Vários estereótipos raciais são utilizados para ridicularizar os jovens negros. Estas práticas menosprezadas pelos adultos, consideradas apenas como brincadeiras de criança, fazem parte de uma atmosfera ideal para aquisição, consolidação e objetivação de uma hierarquia social preconceituosa (FAZZI, 2012, p. 168).

Além do conteúdo preconceituoso de livros didáticos e de relacionamentos hostis entre alunos de diferentes origens étnicas e sociais, os professores podem contribuir para o coeficiente de repetência e de abandono dos estudantes negros, comparativamente maiores do que dos alunos brancos. Os profissionais muitas vezes demonstram incapacidade em lidar adequadamente com a diversidade e com essas situações de humilhação que parte dos alunos sofre nas escolas (MUNANGA, 2005, p. 16).

O Caso Ari, foi um dos eventos de maior evidência de discriminação racial dentro de uma instituição de ensino em nosso país e que demonstra o quanto um educador pode interferir na trajetória de um estudante. Os fatos aconteceram em 1999 na *Universidade de Brasília*. Arivaldo Alves foi o primeiro doutorando negro em Antropologia na instituição e logo no primeiro semestre, em circunstâncias muito contestáveis, foi reprovado em uma disciplina obrigatória. Era a primeira vez que isso acontecia nos 20 anos da existência do curso (CARVALHO, 2005, p. 239).

Arivaldo questionou a nota que recebeu e o professor da disciplina afirmou que não iria reavaliar a nota que havia lançado. O orientador de Ari sofreu hostilizações por ficar ao lado do aluno e a coordenadora do curso de Pós-Graduação, Rita Segato, foi demitida por também ter ficado ao lado do estudante. Depois de um desgastante processo que demorou mais de dois anos, Ari conseguiu provar que estava sendo reprovado injustamente e sendo alvo de uma atitude racista. Sua nota foi corrigida e ele foi aprovado. Graças à luta do estudante, a universidade resolveu instituir uma proposta de ação afirmativa para negros, pois reconheceu a necessidade de combate ao racismo na instituição (CARVALHO, 2005, p. 239).

Potencialidade de educar sobre a diversidade

Na década de 1980, o Movimento Negro brasileiro atuou de forma decisiva na disputa em torno do currículo escolar durante a redemocratização do país e algumas conquistas significativas aconteceram. Destaco como exemplo, o parágrafo 1º do artigo 242 da Constituição Federal de 1988, que já declarava que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (PEREIRA, 2019, p. 137).

Foi o Movimento Negro o motivador das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, questionando inclusive, toda a construção das teorias raciais do século XIX que ainda influenciam o nosso imaginário cotidiano e

pedagógico. Isso demonstra a importância dos movimentos sociais, que atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais (GOMES, 2017, p. 17).

O Movimento Negro também foi o responsável por trazer a arte, a corporeidade, o cabelo crespo, as cores africanas para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade. É importante destacar que mesmo aquelas pessoas que não atuam necessariamente em uma entidade ou organização específica, fazem parte do Movimento Negro. Artistas, intelectuais, educadoras, operários, ou seja, pessoas que possuem uma consciência racial afirmativa e que batalham contra o racismo e pela democracia (GOMES, 2017, p. 19).

No contexto das nossas instituições de Ensino, podemos vislumbrar com algum otimismo a relevância que o alunado dá para os estudos sobre o racismo e sobre suas consequências. Silveira (2009, p. 177) relatou que nos anos 2000 iniciou-se um movimento crescente na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de muitos alunos que ficaram interessados em frequentar uma disciplina ofertada chamada “Relações Raciais e Educação no Curso de Letras”. A disciplina ofertada para todos os cursos contemplava estudos sobre a sociedade Brasileira e relações étnico-raciais; o mito da democracia racial brasileira; legados da cultura africana; Ações Afirmativas e a Lei 10.639/2003.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Débora Cristina. **Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em Educação. Curitiba. 2010.

CARVALHO, José Jorge de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UNB. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan./jun. 2005.

EUCLÊNIO, Silvano. Projeto Baobá: Ribeirão Preto educando para a igualdade étnico-racial In: NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.). **Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p.265-276.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, mai./ago. 2003.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política

educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Ed. UFPR, n. 47, p. 19-33, 2013

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

_____. (Org.). **Cultura em Movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008a.

_____. (Org.). **A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008b.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Black Lives Matter nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, abr./jun. 2019.

SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias Da. **O movimento social negro**: da contestação as políticas de ações afirmativas e a implicação da Lei Federal 10.639/03 – o caso da rede municipal de ensino de Santa Maria - RS, Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador. 2009.

Perspectivas de futuro profissional dos (as) alunos (as) do ensino médio

Icaro Assis Cruz

Graduando em Licenciatura em História
UFOP
icaro_assis@outlook.com

Floriza Beatriz de Sena Paula

Graduanda em Licenciatura em História
UFOP
florizabeatriz@gmail.com

Resumo: A conclusão do ensino médio é um momento delicado para os estudantes de camadas populares, pois suas decisões irão interferir diretamente no seu futuro profissional. A pesquisa a ser apresentada tencionará os pressupostos que permeiam a trajetória de alunos egressos do ensino médio da escola pública, enfatizando as influências da hierarquização socioeconômica e escolar nas expectativas desses alunos nos projetos futuros. Pretende-se, desse modo, repensar as influências concretas que interferem nas possibilidades de inserção no ensino superior. Quais os projetos profissionais que os alunos têm no final do ensino médio. A escolha profissional dos alunos é influenciada pelo contexto em que estão inseridos. Investigar os projetos de futuros dos alunos concluintes do ensino médio. Analisar se a escola atingiu as expectativas dos jovens. A reflexão sobre os projetos de futuro dos estudantes do ensino médio da escola pública permite um maior conhecimento sobre quem são esses jovens e qual o sentido da escola na vida deles. Além disso, também contribui para os estudos da educação ao possibilitar uma melhor compreensão de como a família, o meio social e a escola participam da formação dos sujeitos para a sociedade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apoiada em autores que estudam ensino médio e juventude. Entre eles estão: Charles; Arias; (2015), Coutrim; Cunha; Assis; Aleixo (2011) e Bourdieu (2001). A partir de dados levantados, percebe-se que mesmo com o reconhecimento das dificuldades os jovens ainda têm perspectiva de ingressar no ensino superior. A questão socioeconômica em conjunto com a instituição família, são fatores que contribuem para os projetos futuros, mas que não são em sua totalidade determinantes. Apesar das dificuldades e interferências do meio socioeconômico nas escolas, os jovens ainda tentam driblar as dificuldades encontradas na trajetória do ensino superior, de modo que por um lado há um reconhecimento dos percalços e por outro uma tentativa de superá-los.

Palavras-chave: Ensino Médio, Projeto profissional, Juventude.

Analisar questões acerca da vida de jovens egressos do ensino médio e discorrer sobre elas é objetivado nesse trabalho, e com isso produzir um material que transcenda o ambiente escolar e busque aprofundar-se no lado mais íntimo e pessoal da vida destes indivíduos. Tais observações amostrais realizadas coletaram dados que fornecem um vislumbre real das

condições que constituem a trajetória dos estudantes de ensino médio, como o contexto familiar e escolar, com todas as *interseccionalidades*¹, por exemplo.

É possível afirmar que as escolhas destes jovens no que diz respeito ao seu futuro estão sob íntima influência do meio social no qual estão inseridos, bem como as instituições que os circundam. De forma primeva, discutiremos a respeito da instituição família e seu papel na vida destes jovens. Sendo esta considerada sob um topos como a principal instituição responsável pela formação de um indivíduo, ao observar sobretudo as camadas sociais menos favorecidas na sociedade brasileira, há um déficit considerável: famílias de bases desestruturadas, precárias condições financeiras e reduzido incentivo à educação e à cultura concebem crianças e jovens desestimulados e impossibilitados de acessar uma educação adequada, onde por vezes é necessário que ingressem em atividades que gerem retornos financeiros mais imediatistas para que seja possível a própria subsistência e também familiar.

Nesse contexto, quanto ao horizonte de expectativas a que essa juventude de ensino médio de camadas populares se lança, logo concebemos um ideário de que as projeções são altas para o mercado de trabalho imediato e baixas para com a continuidade dos estudos. No entanto, é comprovado por pesquisa (SOUZA e VASQUEZ; 2015) que mesmo sendo afetados por inúmeras variáveis, como raça, escolaridade dos pais e renda familiar, formatadas em desigualdades entre os sujeitos, ainda há um otimismo e expectativa de ascensão social e sucesso profissional entre os estudantes ao optarem por seguir com os estudos e fazerem ensino superior.

Tal contexto otimista que estaria impregnando as camadas populares do Brasil é marcado por um *dilema tautológico*, uma vez que é de grande dificuldade conciliar trabalho e estudo. Não que seja impossível estudar e trabalhar, mas as dificuldades encontradas a serem dribladas são quantitativamente maiores e a expectativa de sucesso e ascensão se torna cada vez mais distante. Problematicamos aqui a ideia de ‘esforço individual’ disseminada e a saturação e autosabotagem consequentes dessa lógica mercadológica do mérito e do dom.

Assim, aos que resistem e são possibilitados de completarem o ciclo básico educacional (finalizando o ensino médio) já se encontram em lugar de vantagem sob uma grande parcela populacional do país, tendo, assim, mais vantagens de acesso às informações para uma possível continuidade nos estudos. O sistema de cotas raciais é extremamente potente como ponte de acesso e inclusão educacional para todos os seguimentos

¹ Sobre isso, ver: SANTOS; AKOTIRENE, 2018.

populacionais da sociedade brasileira, cujo modelo político de ação afirmativa busca reparação histórica aos sujeitos socialmente marcados por violência e exclusão – mas, mesmo que o ensino superior seja acessado, há o dilema da permanência que deve ser mediado mais atentamente.

Não essencializando esse fato daqueles que conseguem entrar no ensino superior como regra, é necessário enfatizar que ainda não é amplo o processo de conclusão do ensino médio, e muito menos difundidas são as informações no tocante acesso ao ensino superior – gratuito e de qualidade – além das altas taxas de analfabetismo funcional.

Por outro lado, ao pensar a realidade de jovens com condições socioeconômicas melhores, automaticamente já concebemos a pré-existência de um meio familiar com certa estabilidade. Assim, ocorre o acesso de forma mais privilegiada à educação, porém estes ainda não possuem a garantia de ingresso ao ensino superior, onde as influências do seio familiar atuam mais uma vez: pensando que a educação superior no Brasil durante muitas décadas se manteve restrita a uma pequena parcela privilegiada, e dificilmente estes terão trajetória escolar desviante da norma (estamos falando da classe média mais favorecida e seus conseqüentes),

Nas famílias mais abastadas de capital econômico e capital cultural de prestígio, ainda não existe uma devida valorização ou até mesmo acesso à informação acerca do que seja o ensino superior e seu poder de transformação na vida dos cidadãos. Sendo assim, estes jovens concluem o ensino médio e suas opções tendem, na maioria dos casos, para o direcionamento ao mercado de trabalho, ou ainda, à cursos técnicos e profissionalizantes, e em uma minoria reservada, ao ingresso na universidade – apesar do otimismo envolto na ascensão social advinda do ‘sucesso intelectual’.

Quanto ao capital cultural e ao econômico transmitido de pais para filhos, muitas das vezes, por via indireta, é perpassado por uma norma dos ‘bons costumes’ que detém o poder de delimitar quais grupos sociais que serão incluídos e excluídos nos espaços, e essa desigualdade entre os sujeitos das diferentes classes sociais é rigorosa no que tange às oportunidades de acesso a um ensino de qualidade, sustentado por vários mecanismos que fazem com que o capital cultural e econômico seja tão determinantes. Dentre os mecanismos que tocam o íntimo desses alunos, o nível desigual de êxito dos pais influencia, a categoria socioprofissional dos graus de antecedência também, além do tamanho da família, do domínio da norma culta e saberes – isso mantém um alto nível cultural global da família, e é essa

herança cultural de prestígio que alimenta o obstáculo das desigualdades frente à continuidade dos estudos e ao ingresso no mercado de trabalho.

Já no que diz respeito às aspirações para com o futuro profissional dos estudantes de ensino médio, quando nele chegam, a influência geracional é significativa na escolha entre mercado de trabalho iminente ou dar prosseguimento à vida estudantil. Como já trazido, há uma dificuldade enorme para famílias pobres manterem os jovens no ambiente escolar, principalmente se analisarmos dentro de uma noção racial. O índice de analfabetismo no Brasil é duas vezes maior entre negros do que brancos, como aponta pesquisa sobre educação de 2018 feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Os dados reforçam a permanência da desigualdade de acordo com a raça. A população negra do Brasil, uma parcela grandiosamente significativa, tem índices inferiores ao dos brancos em relação aos anos de estudo, alfabetização e frequência à escola.

Essa realidade comprova o fato da escola não só conservar as desigualdades, mas as reproduzir e as legitimar, de modo a concebê-las um ar de naturalidade – é evidente que a escola é uma extensão social, carregando consigo todas as mazelas do meio externo. E no que tange o mercado de trabalho e o futuro profissionalizante, a educação se encontra inteiramente atrelada ao capital econômico, e é desse modo que o neoliberalismo tem ganhado espaço – quando a educação deixa de formar cidadãos humanizados para formar profissionais – bem capacitados, de preferência.

De fato, na contemporaneidade de uma era de prosperidade europeia e estadunidense, tudo tem um valor, e valor de mercado, o que fomenta a utopia das pessoas em encontrarem emancipação econômica a partir do esforço intelectual, e aos que não se empenharem, não terão mérito para tanto – com todas as críticas ao mito da meritocracia. É possível verificar que posses diferentes de capital econômico e cultural distinguem os que fazem os cursos menos privilegiados dos de maior visibilidade, alguns jovens terem menor desempenho na escola e outros terem mais, por exemplo.

Visto isso, a importância desse capital cultural seria bagagem que, para Pierre Bourdieu (1998), teria maior peso sobre os destinos escolares, visto que, quem entra na escola pobre, tende a sair pobre, de classe média e da elite, proporcionalmente mantendo seu *status*:

Assim, compreende-se por que a pequena burguesia, classe de transição, adere mais fortemente aos valores escolares, pois a escola lhe oferece chances razoáveis de satisfazer a todas suas expectativas, confundindo os

valores do êxito social com os de prestígio social. Diferentemente das crianças oriundas das classes populares, que são duplamente prejudicadas no que respeita à facilidade de assimilar a cultura e a propensão para adquiri-la, as crianças das classes médias devem à sua família não só os encorajamentos e exortações ao esforço escolar, mas também um *ethos* de ascensão social e de aspiração ao êxito na escola e pela escola, que lhes permite compensar a privação cultural com a aspiração fervorosa à aquisição de cultura.

É fundamental na vida dos jovens o contato com a educação, este que ocorre desde a mais importante etapa, a escola primária. Ali, onde são estruturadas as bases educacionais dos seres, é onde deve-se concentrar a preocupação principal, afinal a formação da consciência é um processo contínuo, onde precisa-se construir uma base estável o suficiente que apoie um futuro promissor.

Sendo assim, voltamos à realidade do nosso país, onde a Educação é minada e sucateada de forma a criar uma crise que parece insolúvel em âmbitos gerais, que afeta diretamente a vida de cada jovem e suas relações com o meio educacional. É através da escola que os indivíduos podem construir a mentalidade que favorece e prioriza a educação em suas vidas, contato este que é intermediado pelos professores das redes de educação, sobretudo e fundamentalmente; a rede pública.

Logo, podemos estabelecer a segunda instituição que mais influencia o jovem em suas escolhas acerca de seu futuro: a escola. Desde as fases iniciais do processo de formação educacional até o ensino médio, o jovem está em constante formação e evolução de suas faculdades pessoais, portanto, o déficit na instituição escolar acarreta diretamente em um déficit de formação da mentalidade populacional e no *fracasso escolar*.

Sob as óticas dos pontos abordados, é perceptível os incontáveis percalços que jovens de classe média baixa enfrentam em sua caminhada no âmbito escolar, e ainda que haja uma constante romantização daqueles que, sob tais obstáculos, ainda assim alcançam o ensino superior, é necessário destacar que estes representam uma parcela mínima dentro da realidade brasileira, não representando a maioria crescente daqueles que seguem com baixas ou nulas perspectivas de uma mudança.

O presente trabalho, ainda em fases iniciais busca compreender as bases de sustentação e influência das expectativas dos jovens egressos do ensino médio. Como visto, mas frisando, busca-se uma reflexão sobre a potência das instituições família e escola na escolha dos estudantes em se lançarem para o mercado de trabalho ou em dar continuidade aos estudos.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 41-64.

COUTRIM, Roa Maria da Exaltação; CUNHA, Maria Amália de Almeida; ASSIS, Cristina Ferreira; ALEIXO, Vitor Corrêa. Entre o Passado e o Presente: a influência geracional nas perspectivas de futuro profissional dos jovens. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 9, n. 18. 2011.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; CUNHA, Maria Amália de Almeida; MATOS, Daniel Abud Seabra. A difícil transição: a participação da família na escolha profissional de jovens egressos do ensino médio. **Revista da FAEEDBA - Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n.47, p. 173-186, set./dez.2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação 2018**. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A Queiroz, 1990.

SANTOS, C. A. S.; AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade?** 1ª. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu; VAZQUEZ, Daniel Arias. Expectativa de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-426, abr./jun.2015.

Trabalhadores do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva-PR (1920-1940)

Francielle Uchak

Mestranda em História

Universidade Federal Fluminense

francielleuchak@hotmail.com

Resumo: A presente comunicação tem o intuito de demonstrar as experiências de trabalho e atuação dos trabalhadores que exerceram suas funções entre 1920-1945 nas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, uma das maiores indústrias que se instalaram no Estado do Paraná na segunda década do século XX. Focando demonstrar as relações de trabalho entre no Frigorífico Matarazzo instalado em 1922 – na cidade de Jaguariaíva, localizada geograficamente no Centro-Oriental paranaense. Outro objetivo é ser demonstrado os conflitos no espaço da fábrica, o regime de trabalho, os interesses, acidentes e como os trabalhadores agiram em relação a eles e quais as suas formas de ação e reivindicação. Além disso, procuro problematizar, através de ações trabalhistas, as demandas desses trabalhadores e a maneira como acionaram a Justiça do Trabalho para reivindicar férias, reclamar direitos e conquistas trabalhistas como indenizações por demissão sem justa causa e acidentes de trabalho.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Sociabilidades; Paraná.

Até o início do século XX o Paraná era visto como atrasado industrialmente quando comparado a região sudeste do Brasil. Enquanto na região mencionada os inúmeros processos de inovações industriais ocorriam, o Paraná assistia lentamente seu processo de modernização e a medida em que as estradas de ferro se desenvolviam no interior do estado, o desenvolvimento econômico começa a transformar o cenário urbano de pequenas cidades.

Nessa conjuntura, a cidade de Jaguariaíva foi vista como um local promissor para a instalação do maior complexo industrial da América Latina no século XX, as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Essa localidade tinha como sua principal atividade econômica a criação de suínos, desenvolvida principalmente por moradores locais. A escolha de Jaguariaíva para fixar o frigorífico Matarazzo, deu-se primeiramente pela sua privilegiada localização, a existência do rio Capivari, a instalação da estrada de ferro e sua fácil saída para o Estado de São Paulo (BRANDÃO, 2006).

O intuito do fundador das I.R.F.M, o italiano Francesco Matarazzo, era expandir seus negócios para além do Estado de São Paulo, e uma unidade frigorífica deveria ser abrigada em uma local que houvesse todas as condições necessárias para o desenvolvimento das

atividades do mercado de carnes. Mas de acordo com algumas reuniões que aparecem nas atas da Câmara de Vereadores de Jaguariáiva, houve inúmeras questões que levaram a instalação do frigorífico, não ficando apenas nas primeiras impressões sobre o potencial da cidade para sediar a indústria e em meados de 1919 inicia a construção do edifício que iria abrigar o frigorífico e no de ano 1922 começa as atividades que só cessariam em meados da década de 1970, quando o espaço passou a ser ocupado pela indústria têxtil.

A produção do frigorífico era voltada para produtos como salame, mortadela, presuntos cozidos, linguiças e enlatados. De acordo com Ângela Brandão “ o frigorífico foi instalado com maquinário importado, provavelmente o que havia de mais moderno para a época e manteve praticamente inalterado seu equipamento durante todos os anos de funcionamento” (BRANDÃO, 2006. P. 96). Além do espaço industrial, houve a construção da vila operária chamada de Bairro Matarazzo, a construção de uma escola para os filhos dos empregados, um armazém com produtos do frigorífico e um palacete¹ que servia como local de estadia para quando o Conde Matarazzo estivesse em passagem pela região.

Com a instalação da indústria um número expressivo de trabalhadores são admitidos no frigorífico, grande parte estrangeiros como portugueses, alemães, poloneses e italianos [na sua maioria]. Nesse contexto, em 1933 há uma informação demonstrada no jornal Correio do Paraná² que havia cerca de 310 operários, 30 chefes de escritório e 53 condutores de porcos pelas estradas entre as cidades de Tibagi e São Jerônimo³.

Eram diversas as funções em que esses trabalhadores exerciam como cargos de chefe de escritório, salameiro, carpinteiro, escriturário, matança de porcos, compradores de porcos brancos entre outros. Esses sujeitos acabam mudando a dinâmica da cidade de Jaguariáiva, mas é importante salientar que não faziam apenas parte da paisagem urbana, eram sujeitos carregados de experiências e vivências que estavam presentes em seu cotidiano dentro e fora da indústria.

Um breve balanço e considerações sobre os estudos do trabalho.

A historiografia do trabalho tem se renovado com o passar das décadas, e os embates que são propostos abrem uma pluralidade de análises a serem desvendadas, não se detendo a um ou outro aspecto apenas, mas diversificando o campo de possibilidades para entender os

¹ Atualmente o Palacete Matarazzo foi transformado em um museu municipal da cidade de Jaguariáiva.

² Noticiado pelo Jornal “ O Correio do Paraná”. Edição 0024. P. 1. 10/02/1933. Ano II.

³ Cidades localizadas na região centro oriental do Paraná, próximas à Jaguariáiva e na época também umas das principais criadoras de suínos do estado.

mundos do trabalho. Claudio Batalha aponta que “os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade” (BATALHA, 2006, p. 89).

Batalha (2006) demonstra que ao pensarmos nessa diversificação de análises, a historiografia do trabalho expandiu quanto aos recortes a serem pesquisados não se detendo apenas ao eixo Rio-São Paulo, mesmo que a produção nesses locais são referências para os estudos sobre trabalho e onde os processos de industrialização e movimento operário tiveram mais força no início do século XX.

Nesse contexto de ampliação de debates, locais que poderiam passar despercebidos começam a ganhar relevância e visibilidade sobre o processo de industrialização e os papéis assumidos pela classe trabalhadora em seus mais variados ambientes (BATALHA, 2001). Nesse processo de sair do eixo tradicional e compreender outros espaços geográficos que permeiam sobre os mundos do trabalho, é que os estudos sobre os trabalhadores do frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, no interior do Paraná, modificou-se ao ganhar um número significativo de trabalhadores para exercer suas funções em uma das maiores empresas que se instalam no Paraná nas primeiras décadas do século XX.

Desse modo, dentro das perspectivas da História Social, torna-se primordial atentar-se as metodologias propostas pela micro história. Carlo Ginzburg (1989) através de suas análises sobre o “paradigma indiciário”, nos ressalta que em uma pesquisa é possível comparar os fios que compõem as inúmeras indagações aos fios de um tapete que nos leva a conhecer a sua composição, em suas tramas horizontais e verticais, densa e heterogênea, tendo por fim o nexo de tal desenho que pode ser verificável ao percorrer o tapete em várias direções.

Sendo assim, Ginzburg (1989) fornece um sinal que nos remete a muitos outros sinais, nos mostra que é possível compreender a vida cotidiana, no caso dos operários, através das entrelinhas e de pequenos indícios, abrindo espaço para que o pesquisador valorize sua intuição irradiando-se na experiência de seu objeto de estudo, no nosso caso, o modo de vida dos trabalhadores do frigorífico em Jaguariaíva.

Ainda no contexto de análise sobre os trabalhadores, partindo das discussões de E. P. Thompson (1998), compreendemos que a experiência torna a história uma expressão viva. E nos faz perceber que os trabalhadores das Indústrias Matarazzo Jaguariaíva como sujeitos históricos e sociais capazes de construir e reinventar o seu cotidiano.

Isso também nos remete aos embates culturais dos indivíduos. Thompson faz sua discussão em relação a cultura, apontando que essa definição se torna concreta quando situado dentro de um equilíbrio particular “de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência.” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Esses espaços são traçados quando se detém o olhar cultural sobre a classe trabalhadora presente em Jaguariáiva nas décadas de 1920-1940, grande parte pertencentes ao Frigorífico Matarazzo. Thompson incomparavelmente mudou a maneira de se fazer história na Inglaterra com “*The Making of the English Working Class*”, onde a tradição fortemente recupera a história daqueles que não foram vistos como vencedores. Thompson (2012) traz à tona aqueles que não tiveram suas vozes entoadas ao longo dos séculos, a história “vista de baixo”, marcando profundamente a historiografia e não se limitando apenas a inglesa. Podemos dizer que os estudos globais sobre os mundos do trabalho não foram mais os mesmos depois do olhar atento de Thompson sobre as manifestações culturais quando buscou” resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Para Thompson a definição de cultura se torna concreto quando situado dentro de um equilíbrio particular “de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência.” (THOMPSON, 1998, p. 17). O historiador inglês demonstra que a cultura corresponde à experiência e não são contempladas somente nos planos das ideias, mas é experimentada como sentimento e parte integrante da vida cotidiana, como por exemplo, quando os operários convidam seus filhos (as) para trabalharem na mesma fábrica/indústria.

Nessa situação aparentemente banal, podemos perceber que a experiência e o aprendizado se expressa por gerações. Segundo E. P. Thompson, “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes” (THOMPSON, 1998, p. 18).

Por isso, ao estudarmos o modo de vida dos trabalhadores do Frigorífico das Indústrias Matarazzo no Paraná, sempre será necessário dialogar com todas as perspectivas historiográficas, que não se limitam nesse texto, proposta pela História Social do Trabalho para assim adentrar em um mundo de sujeitos que estavam ativos em sua vivência tanto no

ambiente da fábrica quanto fora dela. Partindo dessas discussões, é possível analisar o período que tais trabalhos foram empreendidos, bem como estreitar questionamentos sobre o objeto de estudo analisado, abrindo vertentes cada vez maiores para o aprofundamento das questões sobre a história dos trabalhadores.

A Justiça do Trabalho e suas articulações

Em meio a um universo de possibilidades de análise da classe trabalhadora, percebe-se que as fontes para investigação começam a ser olhadas com mais refinamento, como é o caso de processos da Justiça do Trabalho que mesmo havendo certa limitação devido ao descaso dessa mesma justiça com essa documentação.

Os processos trabalhistas podem auxiliar no acesso a entender a individualidade do trabalhador (a), além do mais, a análise se concentra em torno do mesmo pelo fato de entendermos, que os detalhes do cotidiano das fábricas e oficinas permanece nos subterrâneos de uma história bem conhecida em termos de conjunto da classe trabalhadora mas, nebulosa demais no que diz respeito às singularidades que teriam permeado o dia-a-dia dos trabalhadores. Portanto, o processo observado, demonstra-se como um aspecto do cotidiano da fábrica que pode revelar as diversas formas pelas quais se davam as relações de trabalho num momento em que surgiam as primeiras leis para regulamentação deste meio.

Nesse sentido, é importante ressaltar que é impossível falar de ações trabalhistas desse período sem refletir sobre a “legislação social”, que via naquele momento os debates de seus primeiros artigos. As obras clássicas sobre essa temática, da historiadora Ângela de Castro Gomes *A Invenção do Trabalhismo e Trabalho e Burguesia no Brasil* demonstra a criação e os embates destas leis no período que segue entre 1917 e 1937.

Gomes (1979) demonstra que juntamente com a pressão feita pelo movimento operário na reivindicação por tais direitos – a burguesia comercial e industrial do período não apenas esteve presente na construção deste conjunto de leis por parte do Estado, como também participou ativamente através de seus representantes nos órgãos competentes, bem como por meio das associações e impressos periódicos.

Assim sendo, uma das particularidades se encontra no fato de tratar mapear em um só tempo a influência da legislação social – principalmente a regulamentação da primeira legislação acidentária no Brasil de acidentes de trabalho (decreto 3.724), de 15 de janeiro de 1919. A qual tornou-se um importante instrumento de amparo aos trabalhadores que

sofreram acidentes durante seu ofício. Vários acidentes ocorreram no interior do Frigorífico Matarazzo, a documentação consultada dos anos 1920, demonstram que toda a tramitação dos inquéritos abertos para investigar os acidentes, estavam aparados por esse decreto.

Nesse momento de efervescência política e social o principal passo que se dá é então o decreto 3.724 de 1919 sobre os Acidentes de Trabalho pois tendo como influência a “teoria do risco profissional”, criado por Félix Faure, em 1883, passou-se a entender que “assim como o empregador suporta o desgaste e a destruição de seu material, bem como os gastos de amortização do que lhe é útil, como os riscos de incêndio, responsabilidade civil, etc, deve igualmente suportar a responsabilidade pelos acidentes ocorridos no trabalho realizado em seu proveito⁴” .

Colovan e Dias ressaltam que “a impossibilidade de acordo no Congresso quanto ao Código do Trabalho levaria à decisão de aprovar apenas a Lei de Acidente de Trabalho em 1919, já que sobre o tema havia mais consenso, esperando-se diminuir as reivindicações dos movimentos sociais operários” (COLOVAN; DIAS, 2018, p. 7)

Importantes figuras fizeram parte da discussão sobre o estabelecimento da Legislação sobre Acidentes de Trabalho no Brasil, como Evaristo de Moraes (2009) primeiro consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual defendia que com as modernizações ocorridas na área industrial e com o trabalho realizado com o uso de máquinas, fazia com que as atividades se tornassem perigosas e inseguras para os operários, acarretando em um risco alto de acidentes.

Evaristo defendia que nada seria mais certo do que o pagamento de indenizações ao acidentado pois esse, durante o seu labor estaria gerando lucro para o empregador, ou seja, o risco em que se submete deveria ser amparado caso houvesse algum acidente o qual o patrão deveria assumir todas as responsabilidades desde o socorro médico e farmacêutico ao pagamento de indenizações.

Essa legislação acidentária foi percebida, como já mencionado, em alguns casos que ocorreram no interior do Frigorífico Matarazzo em Jaguariáiva entre 1920-1930. O principal espaço em que eram resolvidas as questões acidentárias era na Delegacia de Polícia, pois os inquéritos de acidentes de trabalho iniciavam suas investigações nesse local o qual tornou-se

⁴ Disponível: Enciclopédia Jurídica Soibelman. In: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6662>. Acesso em 17/05/2019.

um espaço em que vários personagens apareciam: delegado, escrivão, testemunhas e o trabalhador acidentado.

Outras demandas trabalhistas ocorreram em meados de 1930-1940 em que os personagens eram os trabalhadores do frigorífico. Período histórico onde os embates sobre a criação do Ministério do Trabalho tornaram-se intensos. Essa principal instituição de amparo aos trabalhadores foi criada com a Constituição de 1934, iniciando suas atividades somente em 1º de Maio de 1941. O espaço judicial tornou-se fundamental para atender as demandas trabalhistas que estavam sendo levadas para o campo de disputas entre patrões e empregados, sendo o principal meio em que os trabalhadores pudessem ser amparados pela lei e reivindicassem seus direitos.

O pano de fundo demonstrado nesse texto, o Frigorífico Matarazzo instalado na cidade de Jaguariaíva, foi o espaço em que pudemos entender o papel dos trabalhadores que exerceram suas funções nesse local, desde a vida cotidiana dentro e fora do exercício do trabalho, como os principais aspectos que demonstram que mesmo o processo de industrialização e o movimento operário estar localizado principalmente na região Sudeste do Brasil nas primeiras décadas da I República, uma cidade interiorana do Estado Paraná transformou-se com a chega de um grande empreendimento, trazendo junto consigo sujeitos históricos que não devem ser esquecidos, pelo contrário, devem ter suas histórias, lutas e resistência colocado em destaque nos estudos sobre o trabalho, principalmente dentro da historiografia paranaense.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan. /dez. 2006;

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M.C. (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, pp.145-158, p.146-8.

COLOVAN, F; DIAS, C.E. **História da legislação social brasileira**: os acidentes de trabalho entre 1919 e 1940. *Prim@ facie João Pessoa*: PPGCJ, v.17, n. 35, 2018. P. 7

GINZBURG, Carlo. **Sinais**: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras.1989

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Burguesia e trabalho no Brasil.** Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MORAES, Evaristo. **Os acidentes no trabalho e sua reparação.** Edição fac-similada de 1919. São Paulo: LTr, 2009.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária Inglesa;** tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Conteúdo: V.1. A árvore da liberdade.

_____. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos/** E.P. Thompson; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. -2ª ed- Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

_____. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Confortavelmente entorpecido: os romances de folhetim Rocambole como estudo base na caracterização do início de uma cultura de entretenimento em massa

Gleyzer Omar Almeida Ferreira

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

gleyzer.omar@gmail.com

Resumo: A nossa proposta com esse projeto é tentar analisar e responder uma lacuna que nos deparamos com relação à problemática de uma cultura de entretenimento em massa. Mais especificamente, em relação ao que poderíamos considerar efetivamente como o início de uma cultura de entretenimento em massa. Neste caso, como foco para nossa investigação, utilizaremos a série de romances *Os Dramas de Paris*, originalmente escrito pelo francês Ponson du Terrail (1829-1871) entre os anos 1857 e 1870. Este romance que conta as aventuras e peripécias do protagonista Rocambole obteve ótima aceitação do público leitor, inclusive sendo vendido de forma massificada pelos jornais que publicavam o tão apaixonante Rocambole. Para termos uma ideia, na década de 1860, dois periódicos parisienses publicaram *Os Dramas de Paris*, o *Le Petit Journal* (1865-1866) e, posteriormente, o *La Petite Presse* (1866-1870), sendo que o primeiro deles manteve uma média diária de 250 mil cópias ao publicar o inédito romance de Terrail; esta foi a maior tiragem e o maior consumo entre todos os jornais franceses da época. A partir dessas ideias, pretendemos estudar o contexto com que a obra foi publicada (na qual se trata do Segundo Império francês (1852-1870), período de grande investimento industrial e urbano, proporcionando a ascensão de novas classes consumidoras) e tentar identificar o efetivo início de uma cultura de se entreter de forma realmente massificada, tendo em vista os elementos que fizeram *Os Dramas de Paris* se tornar um verdadeiro fenômeno no período em que foi impresso nos rodapés dos jornais. De forma mais clara e objetiva, pretendemos mostrar aqui que existe uma especificidade no século XIX que diferencia a produção e o consumo da literatura dos demais períodos históricos. Temos em mente que a imprensa é um fenômeno anterior a este contexto, como é o caso da *Bibliothèque Bleue*, entretanto, não é qualquer impresso que vai se tornar uma cultura de massa. Aqui, como hipótese de fundo de nosso trabalho, pretendemos demonstrar que é possível pensarmos a cultura de massa a partir dos romances *Os Dramas de Paris*, de Ponson du Terrail, devido a todo o contexto social e político em que ele estava inserido (como a utilização da prensa mecânica a vapor, a diminuição do preço dos jornais e o surgimento de novas classes consumidoras) e às diversas características narrativas que despertou a paixão e o grande consumo de suas obras.

Palavras-chave: Ponson du Terrail, Romance de folhetim, Rocambole, Cultura de massa.

Apresentação do tema

Numa visão geral, do início para a metade do século XIX, os jornais já haviam se concretizado como um produto de grande vendagem, mas esbarravam numa limitação

tecnológica, eles ainda eram impressos em prensas de madeira, o que limitava o número de tiragem e fazia com que o preço fosse um pouco elevado. Um dos elementos que contribuíam para o consumo dos jornais eram os assuntos de entretenimento, como moda e culinária, que vinham impressos na primeira página e no rodapé.

O romance de folhetim era uma dessas temáticas de entretenimento, que tinha caráter de distração, de ser consumido nas horas vagas com objetivo recreativo. A busca por esses romances por parte dos consumidores fez surgir uma grande variedade de jornais interessados em publicar esse tipo de produto. A alta procura pelos romances fez crescer a variedade de publicações pelos jornais e também fez crescer o número de escritores romanescos, conhecidos como folhetinistas.

A popularidade dos romances de folhetim fez surgir uma gama de jovens escritores que eram financiados por diretores para escrever no rodapé de seus jornais. Como muitos escritores estavam em início de carreira, os editores de livros não os financiavam com receio de suas obras não gerarem lucro. Entretanto, após seu sucesso nos folhetins, em boa parte dos casos, suas obras eram publicadas em livros, como foi o caso de Eugène Sue, com a obra *Os mistérios de Paris* (1842), e de Alexandre Dumas, com *O conde de Monte Cristo* (1844)¹; desta forma, o lucro com a vendagem era garantido para o editor. Como a profissão de escritor vinha se consolidando cada vez mais, muitos literatos sentiam-se atraídos em vender suas obras ou escrever em troca de dinheiro².

Os romances de folhetim tinham por características a produção em grande escala, linguagem simples para que fosse acessível a todos os tipos de leitores, pois os jornais atendiam um público bem variado, desde trabalhadores rurais e urbanos, a pequenos e grandes burgueses. Outra característica era a redundância desses romances, ou seja, sempre ficavam relembrando algo passado na história para alertar aos leitores distraídos em relação ao fato ocorrido. Este aspecto é bem compreensível, já que o romance de folhetim era destinado como uma leitura para entreter o consumidor.

¹ As datas estão de acordo com a primeira publicação dos romances no rodapé dos jornais. Ambos foram publicados pelo *Journal des Débats*.

² A Lei de Direitos Autorais foi implantada na Inglaterra em 1709 (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 63) e se espalhou para diversos outros países. Com a lei em prática, o autor fazia contratos de exclusividade com alguns editores em troca de uma maior quantidade de dinheiro, seja por edição impressa ou por volumes impressos. A lei implantada contribuiu para que os autores pudessem vender cada vez mais seus escritos para os editores, pois assim eles teriam garantia de que iriam receber a devida remuneração por suas obras e por novas edições publicadas. Nesse caso, cada vez mais escritores sentiam-se incentivados a escrever e vender suas obras, consolidando o ato de escrever como profissão.

Uma autora de extrema importância para nosso trabalho será Marlyse Meyer com sua obra *Folhetim* (MEYER, 1996), que trará para discussão diversas características do romance de folhetim, dentre elas a capacidade que esses romances tinham de distrair e entorpecer seus leitores, fazendo com que eles idealizassem um tipo de vida a partir das histórias fantásticas que liam.

Os tradicionais folhetos “invadiram tanto a seleta da mulher rica quanto a choupana da pobre dona de casa, é com esse romance de quatro *sous* que elas aprendem a ter vergonha de seus pais, de seus maridos, a se aborrecer com a existência uniforme, mas honesta e tranqüila, e a sonhar com as doçuras ou tempestades de uma paixão satisfeita ou contrariada.” (MEYER, 1996, p. 96).

O historiador Peter Burke (2006) em sua obra nos traz a leitura feita por Samuel Johnson em relação à nova ficção, em que diz:

Samuel Johnson (1709-84) [...] fez uma distinção específica entre a nova ficção e os antigos “romances heróicos”, dominados por “gigantes, cavaleiros e castelos imaginários”. “As obras de ficção que a geração atual parece mais apreciar são aquelas que exibem a vida em seu estado natural, com variação apenas nos acidentes do dia-a-dia”. Foi Johnson quem sugeriu que “nenhum homem lê um livro de ciência por pura inclinação. Os livros que lemos com prazer são composições leves, contendo rápida sucessão de eventos”. (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 118).

As histórias presentes nos romances de folhetim seguem exatamente essa temática, em que o personagem principal tem uma vida simples, mas repletas de aventuras, até mesmo para prender a atenção do leitor e não ficar uma narrativa entediante. O protagonista geralmente sofre de amor, tem relações conturbadas com a família, sofre traições, dentre vários outros elementos que tornam a trama cada vez mais próxima do leitor e que ele possa se identificar com o enredo.

Para Eco, outro autor fundamental para nosso trabalho, as produções de entretenimento em massa “tendem a provocar emoções intensas e não imediatas; em outros termos, ao invés de simbolizarem uma emoção, de representá-la, entregam-na; ao invés de sugerirem, entregam-na já confeccionada” (ECO, 1975, p. 40). Essa era a grande característica que os folhetinistas utilizavam para cativar a atenção e o consumo do público, provocando sentimentos passionais e modelando seus sentimentos de acordo com cada cena e personagem narrado, dessa forma o leitor ficava confortável lendo a obra e não precisava refletir muito para entender o desenrolar da trama.

O modo com que o autor modelava os sentimentos do leitor não era meramente casual, como os folhetinistas dependiam de sua escrita para sobreviver, eles provocavam e

modelavam os sentimentos dos consumidores de forma que o leitor se interessasse em comprar o jornal no dia seguinte para saber a continuidade da história.

Com relação a essa ideia de modelar os sentimentos do leitor perante a obra, Eco (1975, p. 119-24) tenta nos elucidar dialogando com relação ao escritor romanesco, em que o autor descreve longamente uma personagem para cativar o afeto do leitor, fazendo-o ter simpatia ou repulsa pelo figurante/protagonista, como por exemplo, descrevendo personagens de forma genérica, como de cabelos claros e compridos, pele “rosada”, olhos claros, dentre várias outras descrições físicas. Eco lembra que o folhetinista descreve longamente essas personagens, atentando para caracteres físicos e sem personalidade própria justamente para se encaixar com a realidade de cada leitor, para que ele possa se enxergar na personagem. Outra característica dos romances de folhetim que Eco (1975, p. 194) chama atenção, seria para o fato de que esses romances conservam as características narrativas difundidas por Aristóteles em sua obra *Poética*, que teriam como estrutura: início, tensão, ponto culminante, desenlace e catarse.

Mas devemos realizar agora os cortes e procurar a abordagem mais adequada para a nossa investigação.

Tendo como recorte de estudo e tomando como um dos princípios de análise o escritor francês Ponson du Terrail, e seu romance de folhetim *Rocamboles*, vemos a necessidade de contextualizar a época em que foram publicadas suas obras, 1857 a 1870. Partiremos do seguinte questionamento: por que deveríamos considerar a obra *Rocamboles* como tendo papel fundador de uma cultura de entretenimento em massa?

A primeira obra de Ponson foi publicada no rodapé do jornal *La Patrie* no ano de 1857 e se chamava *L'héritage mystérieux (A herança misteriosa)*, que faz parte da saga de romances *Os dramas de Paris*. O sucesso de sua obra chamou a atenção de vários outros diretores de jornais, convidando-o para escrever para eles. Como a escrita era a forma que Ponson tinha para ganhar dinheiro, ele não recusou nenhum dos convites³.

O sucesso das obras de Terrail se deve muito ao contexto de sua época, principalmente da metade do século XIX em diante. Terrail escreve sob o regime político de Napoleão III que estimulou a industrialização do território francês, principalmente de sua capital. A modernização de Paris fez surgir uma nova classe social, a classe média baixa, que não se

³ Ponson du Terrail teve suas obras publicadas por cinco jornais diferentes: *Le Petit Journal*, *La Petite Presse*, *L'Opinion Nationale*, *Le Moniteur* e *La Patrie* (MEYER, 1996).

confundiam com os operariados. Essa nova classe emergiu para suprir o luxo da alta burguesia, eram trabalhadores que executavam serviços bancários, costureiras e lojistas. Essas pessoas possuíam melhores condições de vida e conseguiam ter maior acesso ao mundo do consumo e do entretenimento oferecidos pela cidade de Paris, como maior acesso aos cafés, bares e a leitura. No Segundo Império francês, a capital Paris teve um aumento populacional chegando a dois milhões de moradores.

A industrialização incentivada pelo Segundo Império proporcionou, como já dito, um grande povoamento das cidades e propiciou algo “revolucionário” para a imprensa: a utilização da prensa mecânica a vapor. Através dela era possível imprimir cerca de cem vezes mais jornais. O aumento da produção de jornal foi de extrema importância para satisfazer as necessidades de consumo dos romances de folhetim. A maior tiragem de jornais facilitava o acesso da população consumidora de entretenimento a este tipo de veículo e ocasionou também a diminuição do preço dos jornais. O grande aumento da produção juntamente com a grande concorrência e a busca por atingir o maior público consumidor possível, proporcionaram a criação do *journal à un sou*, o jornal de um toão ou cinco centavos. A um preço módico, esses impressos se tornaram acessíveis para grande parte da população, isso fez aumentar de forma considerável o consumo dos romances de folhetim, principalmente os de Ponson du Terrail.

Uma diferença fundamental entre Terrail e seus grandes antecessores Sue e Dumas, foi a utilização da prensa a vapor que proporcionava a impressão em grande escala dos folhetins. Terrail teve seus primeiros escritos já publicados na prensa a vapor, enquanto que Sue e Dumas tiveram apenas seus últimos escritos publicados nessa nova prensa, eles sempre foram publicados na prensa de madeira, o que limitava muito no número de cópias e não permitia que o preço fosse tão baixo quanto na época de Terrail. Desse modo, podemos perceber como os escritos de Ponson du Terrail foram mais acessíveis e difundidos que os de Sue e Dumas, dando ainda mais características massificadas a seus romances.

Para Eco (1975, p. 285), o romance de folhetim é produto industrial de puro consumo de massa, pois tem suas estruturas sempre modificadas, seja pelo diretor de jornais, ou por um grupo de edição para modelar a história de acordo com o gosto do público. Um grande exemplo da influência que os diretores de jornais exerciam sobre os folhetinistas, é um trecho trazido por Meyer (1996, p. 147) com relação a um fragmento da obra de Terrail em que o autor relata com detalhes como eram os incentivos para ele dar prosseguimento à saga *Os dramas de Paris*. Num trecho interessantíssimo para nosso trabalho, Ponson du Terrail relata

uma conversa sua com um dos editores de suas obras em relação ao personagem Rocambole, que despertava a paixão do público consumidor:

- É necessário escrever a quarta parte.
 - É impossível – respondi eu.
 - Por quê?
 - Porque eu já não tenho mais apontamentos em meu poder.
 - E daí?
 - Deixei Rocambole na galé.
 - Pois faça-o sair de lá.
 - Mas é que...
 - Não há mais nem menos mais – disse-me o diretor de *La Patrie* em tom imperioso; – os nossos assinantes e a venda da rua tem aumentado, por conseguinte necessitamos de mais Rocambole. Se com o verdadeiro já não pode fazer nada, invente outro.
- Não tive ânimo para resistir e aparei a pena para escrever Os cavaleiros do luar. (TERRAIL, 1931 Apud MEYER, 1996, p. 147).

Previamente, tentamos fazer alguns apontamentos com relação aos romances de folhetim franceses da segunda metade do século XIX. Nossa hipótese de fundo seria tentar tomar a saga Rocambole como o romance “fundador” para pensarmos efetivamente o início de uma cultura de entretenimento em massa, tendo como base todas as características que proporcionaram isso à Ponson du Terrail, como a industrialização e a urbanização do território francês, a utilização da prensa mecânica a vapor, a diminuição do preço dos jornais e o surgimento de novas classes consumidoras.

Fontes e Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: A teoria do romance**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador**. São Paulo: UNESP, 1988.

_____. **A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII.** 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** 2ª ed. Algés: DIFEL, 2002.

_____. (org). **História da Vida Privada, v. 3: Da Renascença ao Século das Luzes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (orgs.). **História da Leitura no Mundo Ocidental, vol. 2.** São Paulo: Ática, 1999.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural.** 35ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC, 1999.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **Sobre os Espelhos e Outros Ensaios.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. **O Super-Homem de Massa.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e Vida Nacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: Uma História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLLIER, Jean-Yves. **A Leitura e seu Público no Mundo Contemporâneo: Ensaio sobre História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Best-Seller: A Literatura de Mercado.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

TERRAIL, Punson du. **Rocambole: A Herança Misteriosa (sic).** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931^a.

_____. **Rocambole: O Clube dos Valetes de Copas.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931b.

_____. **Rocambole: As Proezas de Rocambole.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931c.

_____. **Rocambole: A Desforra de Baccarat.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931d.

_____. **Rocambole: Os Cavaleiros do Luar.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931e.

_____. **Rocambole: O testamento do Grão de Sal.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931f.

_____. **Rocambole: A Ressurreição de Rocambole.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931g.

_____. **Rocambole: A Última Palavra de Rocambole.** Rio de Janeiro: João do Rio, 1931h.

Isotopias e heterotopias no Livro III da *Geografia*, de Estrabão

Guilherme de Aquino Silva

Mestrando em História

Universidade Federal do Espírito Santo

guilhermeaquino@gmail.com

Resumo: na presente comunicação, buscaremos discutir a maneira pela qual Estrabão representa os espaços da Hispânia, no contexto da romanização, sobretudo entre os sécs. I a.C. e I d.C. Estrabão, na sua *Geografia*, pretende descrever o mundo conhecido, tendo como base aspectos geográficos das diferentes regiões do Império Romano, bem como características culturais dos povos que as habitavam. Centraremos nossas análises no Livro III da *Geografia*, no qual Estrabão representa os espaços físicos e culturais da Hispânia romana e pré-romana. Nosso objetivo é mostrar, à luz dos conceitos de isotopia e heterotopia, a polarização feita pelo geógrafo entre o norte e o sul da Hispânia.

Palavras-chave: Romanização, Hispânia, Estrabão.

Introdução

A presente comunicação visa a apresentar a maneira pela qual Estrabão, no Livro III da sua *Geografia*, representa o território da Hispânia, também conhecida como Ibéria, no contexto de consolidação do domínio romano sobre aquela região. Para empreendermos a análise do Livro III, utilizamos como método a Análise de Conteúdo, tal como formulado por Laurence Bardin (2011). A exploração da obra nos levou à construção de dois complexos categoriais, um voltado para questões físicas e geográficas e outro para características etnográficas. Com base nos dados retirados da fonte, apresentaremos, a seguir, a polarização feita por Estrabão entre o sul da Hispânia, considerado como isotopia, e o norte da Península, visto como uma heterotopia.

Ao lermos o Livro III da *Geografia*, notamos que Estrabão utiliza aspectos físicos e culturais para criar uma polarização entre as regiões norte e sul da Hispânia. Para entendermos essa dicotomia entre as duas regiões, empregamos os conceitos de isotopia e heterotopia, conforme indicado por Henri Lefebvre (1999, p. 45, 120). Segundo Lefebvre, o lugar (ou *topos*) é formado por um conjunto de características, sejam elas físicas ou simbólicas, além de ser ocupado por indivíduos que possuem uma mesma identidade. Tudo o que caracteriza este lugar ou se assemelha com ele pode ser considerado isotopia. Assim como há “lugares mesmos”, há lugares que se diferenciam no tocante a características físicas

e simbólicas. Em tais espaços encontra-se a alteridade, o “outro”, podendo assim ser considerado como uma heterotopia. Desse modo, podemos enxergar o sul da Hispânia como uma isotopia, pois ali verifica-se a presença do *ethos* greco-romano, enquanto o norte pode ser visto como uma heterotopia, pois se afasta em muitas características do ideal de civilização representado pelo mundo greco-romano, ao qual Estrabão pertence.

Antes de partirmos para os resultados da análise do Livro III, trataremos de algumas questões acerca da vida e obra de Estrabão. Sabemos que Estrabão é um geógrafo grego que nasceu na cidade de Amásia, no reino do Ponto, onde hoje se localiza a Turquia. O que sabemos sobre sua vida provém de seus próprios relatos (GARCÍA BLANCO, 1991, p. 7). Alguns autores, dentre os quais se encontram Claude Nicolet, François Lassere e Benedict Niese afirmam que Estrabão nasceu em 64 ou 63 a.C. Porém, outros pesquisadores, como Sarah Pothecary e Katherine Clarke, adotam 50 a.C. como sendo o ano de nascimento de Estrabão (SILVA, 2010, p. 74). Todos os autores afirmam que Estrabão morreu após o ano 23 d.C., pois o último evento descrito pelo geógrafo é a morte de Juba II, rei da Mauritânia e da Líbia, ocorrida neste ano (DESERTO; PEREIRA, 2016, p. 17-18).

Estrabão é proveniente de uma família abastada do Ponto, que era ligada à política daquela região. Desse modo, podemos dizer que Estrabão recebeu uma educação de qualidade, sendo instruído na escrita, na leitura e na arte clássica, tendo ele frequentado, portanto, as escolas dos gramáticos, retores e filósofos, dentre os quais podemos citar Aristodemo de Nisa, Tirânio e Boeto de Sídon (DESERTO; PEREIRA, 2016, p. 14). Além de ter sido educado nos moldes da elite grega, as riquezas da família de Estrabão possibilitaram que ele fizesse várias viagens pelo Mediterrâneo, de modo que Katherine Clarke (1999, p. 193) defende que ele transitou entre os mundos grego e romano, principalmente no interior da elite.

Todo conhecimento adquirido por Estrabão o ajudou a compor duas obras. A primeira delas é um tratado historiográfico, denominado *Comentários Históricos*, composto por 47 livros, todos perdidos. Estes livros continham a descrição dos principais acontecimentos históricos, como uma espécie de continuação à obra de Políbio (CLARKE, 1999, p. 194). A segunda obra, *Geografia*, como o próprio nome indica, é de caráter geográfico. Possui 17 livros, todos eles preservados, tendo apenas algumas lacunas na altura do Livro VII (SILVA, 2011, p. 8).

Os tratados geográficos na Antiguidade tinham por objetivo a descrição das regiões do ponto de vista físico e etnográfico, ou seja, ao mesmo tempo em que os geógrafos analisavam o solo, o clima, a fauna e a flora de determinada região, também teciam comentários acerca dos grupos humanos que ali habitavam. Destacamos que, desde que os gregos se lançaram pelo Mediterrâneo, para fins comerciais, tornou-se importante para eles o conhecimento da geografia dos espaços com os quais entravam em contato. Nesse sentido, o conhecimento geográfico pode ser considerado uma tradição entre os gregos e, posteriormente, entre os romanos, principalmente porque possuía fins práticos, ligados à conquista de novos territórios (GARCÍA BLANCO, 1991, p. 55-56).

Na *Geografia*, Estrabão trata de diferentes territórios do Império Romano, como a Hispânia, a Índia, a Etiópia, a Bretanha, entre outros. Os primeiros dois livros da *Geografia* são dedicados a uma introdução na qual Estrabão trata dos seus objetivos em escrever a obra. O público-alvo da *Geografia* seria composto, de acordo com Dueck (2010, p. 237-238), por governantes, administradores, homens ligados a ações práticas (estratégias militares), além daqueles que se valiam de suas informações para obter conhecimento sobre o mundo.

O Livro III da *Geografia*

Do Livro III em diante, Estrabão se dedica às regiões de maneira específica, começando pelo território da Hispânia. Estrabão escreve sobre a Hispânia no contexto em que Roma empreendeu a conquista total daquele território. Tal conquista foi lenta e difícil, tendo sido iniciada em 218 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, quando as tropas de Gneu Cipião desembarcaram na cidade de Ampúrias, na costa leste da Península. A princípio, os romanos visavam à defesa de seu território contra os inimigos cartagineses. No entanto, a presença romana na Hispânia se manteve, até que, em 19 a.C., com a vitória romana na guerra contra os cântabros e ástures, povos que habitavam o norte da Hispânia, foi consolidado o domínio romano sobre toda a região.

Tendo em vista que Estrabão não visitou a Hispânia, acreditamos que ele tenha como principais fontes de informação os relatos de viajantes romanos que visitaram aquela região, além de obras provenientes da tradição grega. No Livro III, verificamos citações diretas, seja para concordar ou criticar, a Artemidoro de Éfeso (séc. II-I a.C.), Éforo (Ásia Menor, séc. IV a.C.), Posidônio de Apameia (séc. II-I a.C.), Políbio (séc. II-I a.C.), entre outros (Str., *Geo*, III, p. 37-39).

O Livro III está dividido em cinco capítulos. O primeiro trata de aspectos gerais da Hispânia e introduz as discussões sobre o sul da Península, também conhecido como Turdetânia. No segundo capítulo, Estrabão enfatiza as características da Turdetânia. Já no terceiro capítulo, o autor trata das regiões oeste e norte da Península. No penúltimo capítulo, Estrabão descreve a região compreendida entre as Colunas de Hércules e os Pirineus, ou seja, a costa leste. No quinto e último capítulo, Estrabão faz referência às ilhas banhadas pelo Mediterrâneo, que estão próximas à costa da Hispânia. Contudo, mantemos nossa análise apenas sobre os territórios do Continente.

A representação do sul da Hispânia

Estrabão inicia o Livro III da *Geografia* abordando aspectos da região sul da Hispânia, que era habitada pelos turdetanos. Ao descrever o sul, Estrabão destaca sua riqueza natural. Segundo ele, a região era atravessada por rios importantes para o escoamento dos produtos do interior em direção ao Mediterrâneo. Nas proximidades dos rios, estuários e do mar, se desenvolveram grandes *póleis*, como Córdoba, por exemplo. Estrabão atribui a prosperidade de outra cidade, Gades, à navegação e às alianças entre seus cidadãos e os romanos (Str., *Geo.*, III, p. 43).

Os turdetanos já haviam entrado em contato com diversos povos, como fenícios, gregos, cartagineses e romanos. No início do Principado, quando Estrabão escreve sua *Geografia*, o *ethos* greco-romano era evidente na região sul. Nas palavras de Estrabão, os turdetanos eram um povo culto, visto que possuíam uma escrita e guardavam registros da sua história, poemas e leis em verso de até 6 mil anos (Str., *Geo.*, III, p. 39).

Quando Estrabão descreve a paisagem do sul, ele aponta a presença de uma grande variedade de cultivares, além de bosques que embelezavam a região. A Turdetânia, segundo ele, possuía grandes planícies, elevadas, férteis, com grandes árvores e abundantes pastagens (Str., *Geo.*, III, p. 44-45). Havia também, naquela região, uma grande quantidade de minerais de qualidade, como o ouro, a prata, o chumbo e o sisapão (Str., *Geo.*, III, p. 50).

Estrabão afirma que os turdetanos adotaram por inteiro o *modus vivendi* romano, de modo que sequer recordavam da sua língua original. Estrabão tece uma comparação entre turdetanos e célticos, dizendo que ambos alcançaram progresso civilizacional e político, mas que esse progresso foi em menor escala para os célticos, visto que este povo continuava habitando em aldeias. Nesse sentido, podemos afirmar que a *pólis* era, para Estrabão, um marcador civilizacional, contrastando com o modo de vida aldeão (Str., *Geo.*, III, p. 58).

A representação do norte da Hispânia

Diferente do que diz acerca do sul da Hispânia, Estrabão, ao comentar sobre as características físicas e simbólicas do norte da Península, evidencia aspectos negativos. Vale ressaltar que o norte da Hispânia ficou, durante muito tempo, sem influência dos romanos, até que, no início do Principado, Augusto empreendeu a conquista daquela região, o que veio a ocorrer somente com a derrota dos povos ástures e cântabros, em 19 a.C. Estrabão tece elogios à conquista da região norte, por Augusto, e a continuidade da política de ocupação do território durante o governo de Tibério (Str., *Geo.*, III, p. 66).

Para Estrabão, o solo da região norte era fecundo nas planícies, porém, pobre nas regiões de maior altitude, onde habitava o que ele chama de forma genérica de “povos montanheses”. Segundo Estrabão, a Lusitânia era atravessada por grandes rios, como o Tejo, onde havia ouro em abundância, e, nas suas margens, havia belas vinhas. Entretanto, ao tratar dos lusitanos, Estrabão confere a eles um caráter belicoso e selvagem. Além disso, os lusitanos foram o povo por mais tempo combatido pelos romanos, enquanto os galaicos, que ocupavam o noroeste peninsular, eram os mais difíceis de combater (Str., *Geo.*, III, p. 60).

Acerca do comércio, Estrabão diz que os montanheses não utilizavam moeda, mas trocavam produtos *in natura* ou cortavam uma lasca de prata e davam como forma de pagamento (Str., *Geo.*, III, p. 65). Estrabão afirma que na região norte havia muitas riquezas, como frutos, gado e minerais, mas, ao mesmo tempo, diz que o povo que ali habitava abandonou a exploração da terra para se dedicar à pirataria e a guerras entre si (Str., *Geo.*, III, p. 62-63).

A alimentação também é uma forma de Estrabão apontar a diferença entre os povos do norte e do sul. Enquanto os romanos utilizavam cereais, dentre os quais, o trigo, os povos do norte da Hispânia se valiam de uma espécie de bolota, oriunda de uma planta local, para fazer o pão. Ademais, os povos setentrionais substituíram o vinho pela cerveja e o azeite por manteiga (Str., *Geo.*, III, p. 64).

A maneira de se vestir e de dormir, e os aspectos físicos, também são meios de diferenciação. Estrabão diz que as mulheres montanhesas usavam vestidos floridos e uma capa preta. Segundo o geógrafo, todos os montanheses dormiam no chão. Em outro momento, Estrabão afirma que os montanheses se deitavam com saios em camas de folhagem. Seus homens possuíam o cabelo grande, semelhante às mulheres (Str., *Geo.*, III, p. 63-65).

De acordo com Estrabão, o caráter belicoso e o isolamento em que se encontravam os povos do norte são os fatores responsáveis por sua selvageria. Entretanto, para ele, essa situação mudou após a conquista romana, empreendida nos tempos de Augusto, pois, em decorrência da permanência das tropas romanas naquele território, os povos locais mudaram de comportamento (Str., *Geo.*, III, p. 66).

Considerações finais

Acreditamos que a polarização feita por Estrabão entre os espaços do norte, considerados como heterotopias, e os do sul, tidos como isotopias, visa a propagar aos membros da elite romana o ideal de civilidade representado por eles, além de ressaltar a importância da conquista e transformação do espaço do norte da Hispânia, que, apesar de ser uma região com potenciais econômicos, era ocupada por povos bárbaros, que não investem na exploração das riquezas naturais.

Estrabão representa as duas regiões sempre tendo a cultura greco-romana como modelo. Para o geógrafo, o sul da Hispânia é um lugar onde podemos observar os principais traços da identidade romana, logo, a Turdetânia é uma isotopia, o lugar do mesmo. Com base nisso, Estrabão aponta para a prosperidade levada pelos romanos à região sul, fato que, na visão do geógrafo, deveria se estender também para o norte da Hispânia. Para Estrabão, a transformação do espaço deveria ter como eixo principal a vida urbana. Nesse sentido, a substituição de um modo de vida aldeão pela vida na *pólis*, significa, para ele, a passagem de uma condição de barbárie para um estágio de civilização, do qual Roma era o principal modelo.

Referências Bibliográficas

Documentação primária

ESTRABÃO. **Geografia**: Livro III. Introdução, tradução e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Bibliografia instrumental

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Ed. 70, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Obras de apoio

CLARKE, K. **Between Geography and History**: Hellenistic Constructions of the Roman World. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora Marques. Nota prévia e introdução. In: Estrabão. **Geografia**: Livro III. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 11-31.

DUECK, Daniela. The Geographical Narrative of Strabo of Amasia. In: RAAFLAUB, Kurt Arnold; TALBERT, Richard John Alexander (Org.). **Geography and Ethnography**: perceptions of the world in pre-modern societies. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

GARCÍA BLANCO, J. Introducción general. In: Estrabón. **Geografía**: Libros I-II. Introducción general de J. García Blanco, traducción y notas de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991, p. 7-187.

SILVA, Bruno dos Santos. Introdução aos estudos sobre a *Geografia*, de Estrabão. **Mare Nostrum**, v. 1, n. 1, p. 71-83, 2010.

SILVA, Bruno dos Santos. Nas margens do mundo antigo: a questão da Romanização e os estudos sobre Antiguidade. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

Rap e resistência: o rap como forma de resistência a violência institucional e policial contra a população afro-americana (1985-1996)

Gustavo Martins Mota¹

Mestrando em História

UNIMONTES

gustavo.mota@outlook.com

Resumo: Com a presente comunicação, temos como objetivo apresentar a conjuntura vivenciada pela população afro-americana nos Estados Unidos entre os anos de 1986 e 1996. Para tal, esse trabalho se baseia nas relações de resistências no cenário de violência policial e institucional vivenciada pelas populações negras, valendo-se do estilo musical Gangsta Rap como objeto de estudo. Assumimos que o estilo musical citado acima é de grande relevância na relação de violência latente sofrida pela parcela negra da população daquele país. A invisibilidade, a violência institucional e a má conduta empregadas pela justiça e pelas forças de segurança não é algo necessariamente novo nos Estados Unidos. Contudo, o Gangsta Rap dá uma nova voz de resistência à população negra nesse processo, quando grupos como N.W.A. (Niggaz Wit Attitudes ou Negros com atitude, em português) por exemplo, cantam sobre a violência policial experienciada em seu cotidiano. Ademais, nossa pesquisa busca analisar, a partir de álbuns selecionados do Grupo N.W.A e dos artistas 2Pac e Ice T, como a violência policial e institucional é apresentada por esses artistas e como o Rap atua como um mecanismo a de resistência para a população afro-americana. Apoiamo-nos metodologicamente na experiência da professora Tricia Rose, professora pela Universidade Brown, que tem uma vasta bibliografia envolvendo o estudo do movimento Hip-Hop e suas implicações na cultura e sociedade afro-americana. Em seu livro “Black Noise”, a autora fornece ferramentas importantes para a utilização do rap como fonte, como o conceito de escritas ocultas, que implica nas interpretações ocultas nas superfícies agressivas do Rap.

Palavras-chave: História Social, cultura, afro-americanos.

A população afro-americana vem sendo vítima de um contundente processo de segregação dentro dos Estados Unidos (ALEXANDER, 2017 p. 12-13). Mesmo com as conquistas advindas da luta pelos direitos civis ou até mesmo com a concatenação das lutas sociais do povo negro desde o começo do Séc. XX realizadas pela NAACP, o que percebemos é a persistência de um processo latente de marginalização e invisibilidade do povo negro nos Estados Unidos e isso se dá de diversas formas. A população negra, ano após ano, vem sofrendo com casos de violência institucional e policial e esse processo tem como consequência o aumento dos números de vítimas de violência por parte das forças de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

segurança daquele país, e que em muitos dos casos essa violência acaba em morte e num processo latente de encarceramento em massa (ALEXANDER, 2017) (WACQUANT, 1999).

Para entender esse processo de violência policial e institucional presente no cotidiano da população afro-americana, recorreremos a um tipo de fonte que seja capaz de dialogar com esse dito cotidiano: o Rap. Esse estilo musical, que faz parte de um movimento cultural mais amplo, o *Hip-hop*, está totalmente conectado ao estilo de vida de boa parte da população negra nos Estados Unidos. Com rimas agressivas organizadas em uma batida muito peculiar, o Rap opera como um dos principais canais de denúncia da violência sofrida pela população afro-americana.

Nos Estados Unidos, em especial no caso dos afro-americanos, temos a música como característica inexorável do seu dia-a-dia e essas manifestações tem origens que remontam o tempo da escravidão com as *músicas de trabalho*². Esse cenário se altera ao longo do tempo, as músicas de trabalho dão lugar ao Blues, que se torna Jazz, passando pela Disco chegando ao Rap. E, nessa perspectiva, temos uma música que engloba diversos aspectos da cultura e sociedade da população negra nos Estados Unidos. A respeito do Jazz, Marcos Napolitano aponta que, no final do séc. XIX, com o surgimento da chamada *Cultura de Massas*, a cena musical estadunidense modificara-se, e nesse contexto temos o surgimento desse estilo (NAPOLITANO, 2002, p. 13).

Ao longo do tempo, conforme Sean Purdy (2007), a dinâmica social na qual o negro encontrava-se inserido sofre alterações, sobretudo após a *Guerra De Secessão*, onde as antigas músicas de trabalho ganham novos contornos, numa amalgama entre sons e melodias africanas com instrumentalização. Nesse momento, a música negra representada pelo *blues* evocava a situação do negro nos EUA no final do séc. XIX e começo do Séc. XX, que apesar do final da escravidão, o cenário cotidiano do afro-americano pouco se modificou. Temos os negros sendo oprimidos no sul por um estado de segregação social e institucional construído após a *Guerra de Secessão* pela *Jim Crow Laws* e, no norte, temos os negros que sofreram com a *Grande Migração*, que apesar de longe das leis segregatícias estavam à mercê da desigualdade racial e social (PURDY, 2007, p. 184).

Com o advento do movimento pelos direitos civis entre as décadas de 1950 e 1960, temos uma profunda alteração da situação social do negro nos EUA, fazendo com que em

² Para a cultura estadunidense, assumimos como canções de trabalho a perspectiva de Miles Marks Fisher, no qual se refere a canções que eram entoadas pelos escravos durante a sua rotina de trabalho, geralmente contando sobre seu cotidiano (FISHER apud TERRA, 2003, p. 5-6).

certo sentido tenhamos um processo de “amenização” da situação de segregação vivida naquele país. Desde o direito de registro ao voto, passando pelo fim das leis segregatícias sulistas incluindo a integração escolar, o movimento negro fora bastante ativo nesse momento histórico. E esse processo abre muitas portas para a cultura afro-americana ser assimilada pela lógica capitalista, nesse sentido, não só temos produções de diversos ramos da indústria cultural inserindo como protagonista em suas produções (sejam elas fonográficas ou audiovisuais) mas também temos a comunidade afro-americana sendo inserida como mercado consumidor em potencial nos Estados Unidos. Nesse sentido, pode-se observar a mudança no papel do negro no mercado consumidor durante a década de 1970, onde ocorre inicialmente o fenômeno de expansão do poder de compra, sobretudo entre os mais jovens, o que coloca a população afro-americana como uma parcela importante da sociedade de consumo (SMITH, WELCH 1977, p. 234).

As mudanças indicadas por Smith e Welch (1977) são de relevante importância para compreender o processo em que se insere o afro-americano. Agora essa parte da população é considerada pelo capital como mercadologicamente aceitáveis, abrindo espaço cada vez mais amplo para grandes nomes da música negra ganhassem espaço no *mainstream*, ao contrário do que o havia ocorrido na década de 1960, onde alguns artistas perderam espaços devido ao seu engajamento com o movimento pelos direitos civis. Contudo, apesar do espaço grande dado pela mídia a artistas afro-americanos, existe uma corrente que surgia marginalmente dentro do cenário negro dos Estados Unidos: O Hip-Hop. Paralelo ao sucesso que a *Disco* e *Soul Music* conquistava, no meio do caos social vivenciado em Nova York surgia um estilo musical que misturava rimas ácidas e batidas construídas sobre canções já consagradas, esse estilo musical logo ganhou o gosto dos jovens norte-americanos (negros e brancos) atingindo grande popularidade.

Paralelo ao surgimento e estabelecimento do Rap, a população afro-americana fora vítima de uma forte reação aos progressos conquistados na conjuntura social vivenciada pelos mesmos durante década de 1960. Nesse sentido, temos autores como James Ciment que apontam como esses avanços foram perdendo força as décadas de 1970 e 1980. Segundo o autor, o sistema judiciário estadunidense, sobretudo no final do séc. XX vem atuando de forma a desestruturar as conquistas de direitos por parte dos afro-americanos, ocorridas durante a década de 1960 com o *Civil Rights Movement*. Ciment aponta que no final do XX, ocorre um fenômeno de invalidação das leis afirmativas endereçadas a garantia de direito por parte das minorias étnico-raciais em várias instituições (CIMENT, 2007, p. 189).

James Ciment, PhD em História pela *City University of New York*, é bem elucidativo no que tange o cenário vivenciado pela população afro-americana a partir da década de 1970. Onde a atuação efetiva no campo judiciário, mas não somente nele, colocara a população negra em uma situação delicada, sofrendo em várias estâncias com um preconceito institucionalizado e marginalização, fruto de uma violência racial deliberada. Esse tipo de temática é cada vez mais presente nos debates da sociedade e universidades estadunidense e é um tema pouco tratado na academia brasileira. Mas qual o impacto desse processo na produção de cultura nesse país?

O Rap vem ocupando um grande papel junto do cinema, como ferramenta de denúncia da situação de desigualdade racial nos EUA. Esse panorama construído pelas relações institucionais estadunidense são responsáveis por propagar o quadro de racismo deliberado sofrido pelas minorias étnicas, em especial os negros. Desde seu surgimento, em meados dos anos 1970, o citado estilo musical tem exercido papel fundamental de apresentar e denunciar a situação vivida pela população afro-americana. Esse papel de denuncia se intensifica com o progressivo estado de violência vivida por essa parte da população, que ano após anos vem sendo assolada com casos cada vez mais grave de violência racial causada pelas forças de segurança e pelas instituições públicas.

Desde a década de 1960 presencia-se nos Estados Unidos um processo de criminalização da população afro-americana e tal ação foi cimentada em uma base fundamental: *A Guerra Contra as Drogas*, iniciada pelo Presidente Nixon em 1963 e reforçada na administração Reagan em 1982. Na Perspectiva de Lóic Wacquant, professor de sociologia pela *University of California at Berkley*, pode-se destacar que as medidas tomadas para combater utilização e comercialização de narcóticos nos Estados Unidos mostrou-se um fracasso. O maior impacto da luta contra as drogas fora sofrido pelas minorias étnicas mais carentes, que sumariamente foram encarceradas, gerando a maior população carcerária do mundo (WACQUANT, 1999).

Assumimos a hipótese que as canções são os principais porta-vozes da conjuntura vivida pelos afro-americanos, sobretudo entre os anos de 1986 a 1996, onde o estado da Califórnia viveu episódios intensos de violência policial³, e esses casos são indispensáveis

³ Entre 1987 e 1992, importantes casos sobre violência policial ocorreram nos Estados Unidos, esses casos inflamaram a opinião pública, sobretudo por parte dos afro-americanos, podemos destacar por exemplo, que em 1987, a divisão contra criminalidade urbana da polícia de Los Angeles (C.R.A.S.H. em inglês) deflagrou a operação *HAMMER*, operação para acabar com a violência entre gangues na região de Los Angeles, a operação

para a escolha desse recorte. Grupos como N.W.A., e *Rappers* como Ice-T e 2Pac são os principais expoentes do estilo musical conhecido como *Gangsta Rap*, muito popular entre os anos de 1986 a 1996, com um discurso agressivo sobretudo contra as forças de segurança. Então, com base nas músicas e performance desses artistas, buscaremos elucidar como o Rap funciona como mecanismo de resistência a violência sofrida pela população afro-americana por parte das forças de segurança e pelas instituições estadunidense.

O presente trabalho pauta-se, em primeiro lugar, na ausência de trabalhos realizados sobre Estados Unidos na academia brasileira, os poucos trabalhos existentes estão, em sua maioria, focados na escravidão americana e no movimento pelos direitos civis. A temática racial nos Estados Unidos tem, nos últimos anos focado seus esforços em compreender as questões relacionadas a violência policial e racismo institucional praticado pelo governo Estadunidense. Pode-se citar como exemplo, os trabalhos de Michelle Alexander, Lóic Wacquant e David Ladipo como grandes contribuições em português a respeito da temática. Outra justificativa relevante é a influência que o movimento negro brasileiro que encontra-se intimamente ligado a perspectiva estadunidense. Gomes (2001) infere que as bases do movimento negro na atualidade foram construídas durante a década de 1970, se embasando profundamente nas lutas do *Black Power* e dos Movimentos pelos Direitos Civis (GOMES 2001, p. 135 apud HASENBALG 1984, p. 144-145).

Pensar a cultura do Rap nos Estados Unidos é necessário para entender o cenário cultural das periferias do Brasil. Para isso, Joel Zito de Araújo, a partir do seu conceito de *mundialização da cultura*, nos apresenta uma ferramenta que justifica a utilização dessa temática em nosso objeto de estudo. Na perspectiva de Araújo (2002), devemos perceber o fenômeno midiático na atualidade supera as barreiras físicas, tornando-se um produto de influência global (ARAÚJO 2002, p. 89-95).

Por fim, é perceptível o crescimento de casos de violência policial nos Estados Unidos nos últimos anos, e com isso, o surgimento de inúmeros movimentos e grupos para a luta dos direitos da população afro-americana, dentre os quais podemos citar o grupo *Black Lives Matters*⁴, grupo de grande repercussão em solo estadunidense que foca em denunciar o atual cenário de violência racial. Esse tipo de assunto está constantemente em pauta nos noticiários

foi um fracasso pois a violência entre gangues aumentou durante e após a operação (MEYER, 1999, disponível em: <http://articles.latimes.com/1990-09-14/local/me-132_1_operation-hammer>).

⁴ O grupo *Blacks Lives Metter* foi formado em 2013 por ativistas negros estadunidenses com o movimento de organizar e denunciar os constantes abusos contra as vidas da população afro-americana. O grupo conta com ativismo on-line e militância urbana, além de ações em prol da vida nas comunidades negras.

nacionais e internacionais, então a temática é presente e faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada sobre a situação racial naquele país focando na utilização da história social para tal.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender, a partir do discurso e performance do N.W.A. e dos cantores Ice – T e 2Pac como o rap entre, os anos de 1986 e 1996, apresenta-se como forma de resistência as violências sofridas pelas populações afro-americanas, sobretudo no estado da Califórnia. Além disso, buscamos analisar o processo de violência policial e institucional vividas pelas minorias afro-americana em Los Angeles entre os anos de 1985 e 1996. Outro ponto relevante desse trabalho é o de entender, a partir da produção dos grupos de Rap a percepção do cotidiano vivido pelas população afro-americana. Também se faz necessário refletir sobre a forma em que o Rap influencia e foi influenciado pelas lutas do movimento negro nos Estados Unidos. Por fim, buscamos avaliar a relação do RAP e a opinião pública, contrapondo as posições da imprensa tradicional com a produção cultural realizadas pelos grupos musicais analisados.

As mudanças vividas pela historiografia no último século tem possibilitado uma amplitude nos objetos e fontes trabalhadas pelos historiadores. Essa gama de fontes é de fundamental importância para academia, que na atualidade goza de riqueza e diversidade sob influência da *Nova História*. Conforme Peter Burke (1992), o termo A Nova História está relacionado ao historiador francês Jacques Le Goff, pioneiro na utilização em seu livro *Le Nouvelle Histoire* (1972). A utilização desse termo está relacionada as renovações do campo historiográfico que surgira com a *Escola dos Annales*, que impactara profundamente as concepções científicas da história no último século (BURKE, 1992). Nesse sentido a fala do historiador francês Jacques Le Goff é pontual e nos auxilia a compreender melhor essa nova ideia de fonte - “há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1990, p.540).

Essa amplitude do entendimento de documento possibilitou a entrada mais contundente de determinados tipos de fontes no panorama historiográfico contemporâneo, dentre os quais, podemos citar a música, importante ferramenta para nossa análise. No texto história depois do papel, o historiador Marcos Napolitano faz alguns apontamentos a respeito da utilização da música como objeto de estudo em história. No capítulo “A História Depois Do Papel”, Napolitano faz uma série de apontamentos sobre as fontes audiovisuais, dando destaque para o cinema, a televisão e a música. Pensando em um panorama voltado para o

campo brasileiro, o autor infere sobre os métodos de utilização da música popular como objeto de estudo em história.

Em linhas gerais, Napolitano faz importantes colocações a respeito das diferentes formas de análise da música, que pode variar de acordo com a necessidade do objeto trabalhado. Seguindo essa linha, a presente pesquisa buscará através da análise das letras de algumas músicas em determinados álbuns da cena Rap de Los Angeles, salientando a música como processo de resistência. Outro critério que será levado em consideração a esfera performática em determinadas músicas selecionadas previamente para essa pesquisa.

Para realização dessa pesquisa, levaremos em consideração alguns álbuns dos principais nomes da cena Rap de Los Angeles. Optamos pela escolha de três nomes preponderantes N.W.A, ICE-T, 2PAC, nos quais álbuns, performances e entrevistas serão analisados. A escolha dos álbuns e música a serem analisadas nessa pesquisa foram pensadas a luz de Michel de Certeau, em seu texto “A invenção das tradições” onde o autor postula seu pensamento a luz do conceito de estratégias e táticas. Sobre as ditas estratégias, Michel De Certeau assume que:

Chamo de *estratégia* o cálculo ou manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) poder ser isolado. A *estratégia* postula um lugar suscetível de ser circunscrito com *algo próprio* e ser base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (DE CERTEAU, 1998, p.99, grifo do autor).

Pensando na definição de estratégia, assumiremos que o Rap é uma forma de resistência do povo negro ao cenário latente de violência e racismo vivenciado cotidianamente, sobretudo na região de Los Angeles entre os anos de 1986 e 1996 onde a relação com entre as forças de segurança se apresentavam de maneira brutal. O Rap trata direta e indiretamente do cotidiano de Los Angeles, então faz-se necessário uma leitura teórica que nos aproxime de maneira mais contundente a especialidade do nosso objeto, e para tal, as obras *Planeta favela* (2006) e *Cidade de Quartzos* (2006) do historiador Mike Davis dão o aporte teórico necessário para pensar Los Angeles, analisando o lugar social de fala do negro naquela cidade.

Em *City of Quartz*, Davis desenvolve uma relação com a juventude suburbana de Los Angeles e constrói uma argumentação pertinente, ligando a invisibilidade das minorias raciais com a criações de gangues, como forma de acolhida nos jovens desamparados e em certo sentido, essas atividades foram responsáveis pela formação de um grupo de defesa ao racismo

e violência policial acometida pela abusiva polícia da cidade de Los Angeles (Davis 2006, p.293-296).

A respeito da utilização do Rap como objeto de estudo, baseamo-nos em três bibliografias fundamentais que serão de vital importância para a concepção desse trabalho: *A Cultura da Mídia* (2002) por Douglas Kellner; *A World Of Gangs* (2008) por John M. Hagedorn; e *Black Noise* (1994) por Tricia Rose. No sentido da análise do Rap como meio midiático, valemo-nos da produção do filósofo Douglas Kellner, bastante expressiva para essa temática. Em seu título “A Cultura da Mídia”, Kellner dedica parte considerável de sua obra a analisar traços da cultura afro-americana, em especial o cinema do diretor Spike Lee e algumas letras de Rap, onde o autor concatena de maneira contundente aspectos sociais e culturais do Rap e cinema. Sobre a utilização do Rap, Kellner infere que, tanto o cinema negro quanto o Rap apresentam uma visão sobre a sociedade estadunidense a partir da *cultura da mídia*, e nesse sentido, a mídia atua como uma ferramenta de resistência cultural e de contestação (KELLNER, 2002. P. 203).

A ideia de cultura e resistência por parte do povo negro apresentado por Kellner nos é bastante pertinente e será admitido como material de grande contribuição para o desenvolvimento dessa pesquisa. Contudo, essa contribuição sem o auxílio de outras bibliografias fundamentais, sobretudo conectando o Rap com a juventude marginalizada torna-se incipiente fazendo-se necessário uma análise mais profunda. E nesse sentido, a produção do teórico John M. Hagedorn é bastante reveladora (KELLNER, 2002).

Em seu livro *A World Of Gangs*, o professor da *University of Illinois* concatena um profundo estudo relacionando culturalmente as minorias raciais favelizadas nos Estados Unidos e desenvolve de maneira mais ampla a relação de resistência presente no movimento Rap nessas situações de vulnerabilidade social. O texto de Hagedorn lança mão de vários pontos, mas o mais importante para essa pesquisa encontra-se no Tomo II de seu livro, onde ele concatena a questão das gangues norte americana, na qual o autor demonstra como o ato de ser membro de uma gangue está muitas vezes relacionado a questão de falta de oportunidades, e nesse sentido o Rap é apresentado como um grito dessas minorias por voz e resistência a violência cotidiana (HAGEDORN, 2008).

Por fim, não podemos esquecer das contribuições sobre hip-hop e a cultura apresentadas pela professora Tricia Rose responsável pelo departamento de estudos étnicos da *Brown University*. Rose, em seu livro *Black Noise* faz uma análise cultural do movimento hip-hop estadunidense. Na perspectiva da autora o Rap opera como uma espécie de escrita oculta.

Essa escrita é utilizada para disfarçar códigos culturais, para desafiar o *status quo*. Rose (1994) infere que nem todas as formas de dominação são criticadas por essa técnica, contudo, essas transcrições ocultas funcionam como um mecanismo de engajamento simbólico e ideológico para combater as instituições que oprimem categoricamente a população afro-americana. Nessa perspectiva, o rap inverte a ordem social estabelecida, construindo narrativas sobretudo sobre as instituições policiais, apresentando uma visão sobre o cotidiano vivenciado por essa parte da população (ROSE, 1994, p. 100-101).

Rose (1994) nos aponta que, para analisar uma canção de rap é necessário fazer uma fragmentação da canção, de forma a entender os pontos de inversão da lógica de poder presente nas sociedades dominantes. Essa tática é muito válida quando analisamos um fragmento da música *Fuck Police*, do grupo N.W.A. Optamos por utilizar o fragmento no idioma vernáculo, uma vez que traduzir a letra comprometeria o trabalho de interpretar a canção.

Right about now, N.W.A. court is in full effect
 Judge Dre presiding
 In the case of N.W.A. vs. the Police Department
 Prosecuting attorneys are: MC Ren, Ice Cube,
 And Eazy motherfuckin E
 Order, order, order
 Ice Cube, take the motherfuckin stand
 Do you swear to tell the truth, the whole truth
 And nothin but the truth so help your black ass?
 You god damn right!
 Well won't you tell everybody what the fuck you gotta say?
 Fuck the police comin' straight from the underground
 A young nigga got it bad 'cause I'm brown
 And not the other color so police think
 They have the authority to kill a minority
 Fuck that shit, 'cause I ain't the one
 For a punk motherfucker with a badge and a gun
 To be beatin' on, and thrown in jail [...]
 (N.W.A. Straight Outta Compton, 1988).

Seguindo o método de análise apresentado por Rose (1994), o a letra apresenta elementos ocultos e explícitos de crítica ao *status quo* vividos pelas minorias afro-americanas nos estados Unidos. No primeiro momento, os membros do grupo conclamam um tribunal com os membros do grupo (Juiz Dr. Dre e promotores Eazy-E, MC Ren e Ice Cube). Essa subversão faz sentido se pensarmos nos casos de violência institucional sofrida pelas populações afro-americana que diariamente são presas e condenadas (muitas vezes com penas e até julgamentos distintos dos brancos), colocando-se no lugar das instituições dominantes, no caso as cortes americanas. *Fuck tha police* coloca a polícia no banco dos réus por seus

crime de agressão as minorias, denunciando assim as falhas cometidas por essa instituição e questionado a impunidade que essa classe goza no contexto estadunidense.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação: Racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017. 376 p.

ARAÚJO, Joel Zito. Tevê e Identidade Negra Diante da Mundialização da Cultura. In: KUNSH, Margarida Maria Krohling; FISCHMANN, Roseli (Org.). **Mídia e Tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo: Ediusp, 2002. p. 89-100.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. 360 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIMENT, James. **Atlas of African-american History**. New York: Facts On File, 2007.

DAVIS, Mike. **City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles**. Londres: Verso, 2006.

_____. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: [S.i], 2003. 169 p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 10, n. 18, p.133-154, 27 abr. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). < <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133> >.

HAGEDORN, John M. **A World of Gangs: Armed Young Men and Gangsta Culture**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2008.

KELLNER, Douglas. **A Cultura Da mídia: Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno**. Bauru SP: Edusc, 2001. 454 p. Tradução de: Ivone Castilho Benedetti.

LADIPO, David. O retrocesso da liberdade: contabilizando o custo da tradição prisional americana. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.223-253, jan./jun. 2001. Semestral.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LYNCH, Mona. **Theorizing the role of the 'war on drugs' in US punishment**. Theoretical Criminology, [s.l.], v. 16, n. 2, p.175-199, maio 2012. SAGE Publications.

MEYER, Josh. **Gang Violence Rises in Hollywood as Six People Die in Recent Weeks: Crime: A police Operation Hammer sweep is less successful than expected, apparently**

because word of it hit the street first. 1990. Disponível em: <http://articles.latimes.com/1990-09-14/local/me-132_1_operation-hammer>. Acesso em: 09 fev. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-290.

PURDY, Robert Sean. Racismo e a grande migração de afro-americanos. In: KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao séc. XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 181-184.

ROSE, Tricia. **Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America** Muisic/Culture. Estados Unidos: Wesleyan University Press, 1994.

SMITH, James P.; WELCH, Finis R. Black/White Male Earnings and Employment: 1960-70. In: JUSTER, F. Thomas (Ed.). **Distribution of Economic Well-Being**. [S.I.]: Nber, 1977. p. 233-302.

TERRA, Paulo Cruz. Músicas de trabalho no mundo atlântico. **Outros Tempos**, São Luiz, v. 3, n. 3, p.1-17, nov. 2006. Semestral.

WACQUANT, Loïc. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p.39-50, nov. 1999. trimestral. Dossiê Cidadania e violência.

_____. O retorno do recalcado: Violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. 1993. Conferência pronunciada na 17º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1993. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.9 n.24 fev. 1994 Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_02.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

A relação *Homo sapiens* e *Aedes aegypt* em perspectiva historiográfica: uma história de vários *frames* no Brasil

Huener Silva Gonçalves

Doutorando em História

UFMG

huener@cefetmg.br

Resumo: Transmissor de quatro arboviroses conhecidas, o mosquito *Aedes aegypt* se constitui em um velho problema de saúde pública nacional. Sua relação conflituosa com os humanos foi registrada, no decorrer do tempo, em sortida documentação, proporcionando a produção de variadas análises acadêmicas. As doenças, resultado da interação entre humanos e o inseto, tornaram-se escopo privilegiado desses trabalhos. Consolidada como temática da História Social das Doenças e da Saúde Pública, a doença possibilita levantar e revelar cenários ou *frames* que abrangem estruturas e mudanças sociais, a dinâmica demográfica e de deslocamento populacional, reações sociais e estatais, construção de identidades individuais e coletivas, e a constituição de campos de saber e de disciplinas. Deste modo, este trabalho sugere que o percurso histórico da relação vírus-mosquitos-humanos pode ser abordado em *frames* diferentes, todavia, complementares, quando se tratar da trajetória do *Aedes aegypt*. Para traçar a trajetória desse inseto por cada *frame*, foram selecionadas produções historiográficas que tiveram como foco a febre amarela, a dengue, a chikungunya e a febre zika. Ênfase será dada aos aspectos contextuais, o papel do mosquito, a problemática científica e, de forma breve, como noções de teóricos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência foram utilizados pelos autores.

Palavras-chave: Aedes Aegypt, Frames, Historiografia

Introdução

Objeto da História Social das Doenças e da Saúde, a doença permite iluminar quadros ou *frames* que abarcam estruturas sociais, a dinâmica demográfica e de deslocamento populacional, reações sociais e estatais, construção de identidades individuais e coletivas, e a constituição de campos de saber e de disciplinas (ROSENBERG, 1992; SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004). Destarte, este artigo sugere que a trajetória histórica da relação vírus-*Aedes aegypt*-humanos pode ser abordada em *frames* distintos, porém, complementares. Com esse propósito, foram eleitas obras historiográficas que tiveram como foco a febre amarela, a dengue, a chikungunya e a febre zika. Destaque será dado aos aspectos contextuais, o papel do mosquito, a problemática científica e, de forma breve, como noções de teóricos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência foram apropriadas pelos autores.

Historiografia nacional da Febre Amarela: ênfase nas epidemias e no quadro de desenvolvimento científico e de políticas de saúde pública

A trajetória histórica do *Aedes aegypt* está associada na historiografia nacional e internacional à história da febre amarela que, ao longo do século XX, se constituiu como importante problema da saúde pública brasileira e mundial. Tradicional como tema da História das Ciências da Saúde, a febre amarela motivou reflexões enquanto epidemia, relacionando-se a transformações no conhecimento científico, nas políticas de saúde pública e, transversalmente, como endemia.

Pioneiro na escrita de uma história da doença no país, o médico Odair Franco (1969), produziu uma narrativa cronológica linear, de tom memorialista e triunfalista da ciência sobre a doença, tendo como limites temporais o desembarque europeu nas Américas, no século XVI, e a declaração de sua erradicação no Brasil, na XV Conferência Sanitária Pan-Americana, em 1958¹. Citada em vários estudos posteriores sobre a febre amarela e o *Aedes aegypt*, a obra é valiosa contribuição quanto ao denso arrolamento bibliográfico e de fontes sobre a temática.

Um dos primeiros focos dos trabalhos produzidos sobre a doença se concentrou na consolidação do Paradigma Microbiológico e na recepção controversa da Teoria Havanesa (Mosquito-vetor), proposta pelo cientista cubano Carlos Finlay, em 1880, e ratificada pela comissão liderada pelo médico estadunidense Walter Reed, no início do século XX, em instituições, fóruns científicos e na produção de políticas sanitárias públicas em São Paulo e Rio de Janeiro. Os trabalhos de Telarolli Junior (1993), Almeida (2000), Teixeira (2001), Dantes (2001), Lódola e Góis Junior (2015) tiveram como foco a chegada da Teoria Havanesa no cenário paulista. Já os trabalhos de Benchimol (1999, 2001) focaram a sua controversa chegada no Rio de Janeiro.

Rodolpho Telarolli Junior (1993) enfatizou o papel das epidemias no desenvolvimento da enfermidade como importante adversário de interesses econômicos, sobretudo, da elite cafeeira, que perdia grande número de trabalhadores imigrantes europeus por conta da doença, entre os fins do século XIX e início do XX. Tal interesse e os debates entre atores da ciência e da administração pública em torno das novas teorias colaboraram para moldar as transformações ocorridas na saúde pública e na prática da ciência da saúde paulista naquela época. Para além dos interesses das elites cafeeiras, interessadas nos ganhos

¹ Franco foi dirigente do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e ex-coordenador do Programa de Combate à Febre Amarela.

que as novas teorias poderiam proporcionar ao amenizar os prejuízos trazidos pela doença, com a eliminação do vetor, pesquisas posteriores aprofundaram a investigação do acolhimento conflituoso da Teoria Havanesa no campo científico nesse cenário (TELAROLLI JR, 1993).

A perspectiva de campo da ciência traçada por Pierre Bourdieu (1983), enquanto ambiente relacional marcado por tensões entre seus agentes e grupos por capital científico, que buscam legitimar suas teorias, possibilitou analisar os embates ocorridos na *Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo* e em jornais, como o *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Comércio de São Paulo*, entre os cientistas e médicos defensores das novas teorias, como Adolpho Lutz, Emílio Ribas, Luís Pereira Barreto, e seus adversários, defensores da teoria miasmática e defensora da transmissão hídrica (TEIXEIRA, 2001; LÓDOLA e GÓIS JUNIOR, 2015). Por outro lado, ao se fundamentar no papel desempenhado pelos laboratórios, observado por Latour (1983) e Latour e Woolgar (1997), como importante variável na acomodação de uma “ciência normal”, a la Thomas Kuhn (1997 [1962]), Almeida (2000) observou que o *Hospital de Isolamento* de São Paulo, dirigido por Emílio Ribas, ao desenvolver experiências associando o *Aedes aegypt* e a febre amarela, se constituiu como importante instância de legitimação das novas teorias em controvérsias em outros espaços acadêmicos e na produção de políticas sanitárias no *Serviço Sanitário* de São Paulo. A partir dos trabalhos de Dantes (2001) e Benchimol e Sá (2005), infere-se que o *Instituto Bacteriológico* de São Paulo, fundado por Adolpho Lutz, teve papel semelhante ao hospital na mesma conjuntura.

No mesmo período, o Rio de Janeiro, vivenciou processo semelhante ao paulista, conforme pode ser conferido nos trabalhos de Benchimol (1999, 2001). Perseguindo controvérsias envolvendo laboratórios, micróbios e cientistas, verificaram-se como essas, em diálogo com os conhecimentos da prática da ciência da saúde e políticas sanitárias, colaboraram na sedimentação dos postulados da Revolução Pasteuriana no Brasil, propiciando a emergência do *Instituto de Manguinhos* e de Oswaldo Cruz, que se constituíram como “mito de fundação da tecnociência brasileira” e marcos de um projeto de modernização sanitária republicana das cidades brasileiras. Para o reexame do aludido mito, examinou-se a introdução do paradigma pasteuriano no país a partir da competição pela descoberta do agente etiológico e do modo de transmissão da febre amarela entre 1880 e 1900. Nesta competição, destacaram-se as controvérsias envolvendo os bacteriologistas Domingos José Freire e João Batista de Lacerda, a criação de “laboratórios” para a fundamentação de suas práticas científicas e quais os outros meios acionados pelos *actantes*

para fortalecer seus posicionamentos². A narrativa, impregnada de conceitos latourianos e kuhnianos, privilegiou a crise vivida pela teoria miasmática causada pela chegada dos postulados da Revolução Pasteuriana, tendo, como seu golpe de misericórdia, o estabelecimento da Teoria Havanesa, que poria fim às controvérsias relacionadas à vacina de Freyre. Inauguravam-se novas controvérsias, tendo como um de seus atores o médico Oswaldo Cruz, que se tornou Diretor Geral de Saúde Pública, e o *Instituto de Manguinhos*, e que ajudou a formatar o *Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela* e as campanhas desenvolvidas no Rio de Janeiro ao combate ao mosquito.

Tendo como ponto de partida o contexto inaugurado pelo surgimento do *Instituto de Manguinhos*, Labra (1985), Löwy (2006) e Magalhães (2016) abordaram a parceria estabelecida entre a *Fundação Rockefeller* e o Governo Brasileiro na implantação da Campanha Mundial de Erradicação da Febre Amarela, objetivando eliminação da doença no Brasil, seja pela via da redução da infestação do vetor, seja por seu completo extermínio. Labra (1985) ressaltou que o interesse da *Fundação Rockefeller* de combater a doença na América Latina integrava o repertório imperialista de hegemonia do capital estadunidense na região, após a Primeira Guerra Mundial. Amparando-se na noção kuhniana de paradigma, a autora examinou como a tentativa de imposição de conhecimentos de combate à doença pelos pesquisadores que, apesar das resistências brasileiras, se sobrepôs ao paradigma nacional, tributário de Oswaldo Cruz e do *Instituto de Manguinhos*. Entretanto, essa tentativa foi prejudicada pelo abandono da teoria dos focos-chaves, frente à epidemia no Rio de Janeiro, entre 1928 e 1929, e a comprovação da hipótese brasileira da forma endêmica interiorana da doença na década de 1930³. Enfim, tais circunstâncias adiaram o projeto de erradicação da enfermidade traçado pela Fundação para a América Latina, obrigando seus representantes adensarem suas relações com os conhecimentos dos cientistas brasileiros.

Ao tratar a doença como fenômeno biocultural, importante fator de gênese e circulação assimétrica do conhecimento em um contexto de saúde internacional, Löwy (2006) verificou como as pesquisas em torno da febre amarela ajudaram a estabelecer a Microbiologia e a

² Conforme Benchimol (1991, p. 310), a noção latouriana de *actante* “reforçaria a analogia entre os mundos da ciência e da política e o caráter simulado das situações que reúnem o ator-cientista e os “fatos” em nome dos quais ele age”.

³ Desenvolvida pelo médico Henry Rose Carter, a teoria dos focos-chaves prometia a erradicação natural da febre amarela a partir do controle de lavrários e alados, reduzindo o índice para abaixo de 5% em cidades pólos, de maior população e com grandes epidemias (MAGALHÃES, 2016). Importante contribuição para a compreensão do desenvolvimento da controvérsia envolvendo os cientistas estadunidenses, áduos escudeiros da teoria, e os brasileiros, que defendiam a hipótese da endemicidade da febre amarela no interior, é encontrada em Silva (2017), que analisou as repercussões entre os dois grupos do “Incidente de Aldeia Velha”, em Pernambuco, e do “Caso Jacaraú”, na Paraíba, na década de 1920.

Medicina Tropical no Brasil, a partir do diálogo, nem sempre amistoso, entre cientistas brasileiros e da Fundação Rockfeller, na primeira metade do século XX. Servindo-se de noções dos *Science Studies* e de Ludwik Fleck (1935), como a de tecno-fenômenos, a historiadora ressaltou como esse trânsito internacional de pesquisadores possibilitou o diálogo entre as pesquisas desenvolvidas em campo e em laboratórios vinculados a Fundação estadunidense no Brasil e em outras partes do mundo. Essa associação entre pesquisadores e seus experimentos propiciaram uma melhor compreensão da etiologia da doença – o reconhecimento de se tratar de enfermidade viral transmitida por mosquitos –, do diagnóstico – a criação do viscerótomo e dos testes com soro de camundongos, que aumentaram a visibilidade da doença –, e da epidemiologia, ao se reconhecer, na década de 1930, que a doença tinha outros repositórios naturais, poderia ser transmitida por outros tipos de mosquitos e era endêmica em zonas rurais. Por conta desse último aspecto, ganhou força no meio científico e na saúde pública a defesa da completa eliminação do *Aedes aegypti* nas áreas urbanas e o desenvolvimento de uma vacina para o meio rural. Esses desenvolvimentos colaboraram para mudanças na formatação das campanhas levadas a cabo contra o vetor internacionalmente. Em suma, esses conhecimentos, amparados no desenvolvimento da Medicina Tropical, com ênfase no estudo dos vetores, e na ciência pasteuriana, permitiria proteger o “mundo civilizado” dos males estrangeiros e os seus nacionais em suas intervenções externas.

Utilizando os mesmos marcos temporal e espacial de Löwy (2006) e considerando que as campanhas desenvolvidas pela *Fundação Rockfeller* (1918-1947) e *Organização Sanitária Pan-Americana* (1947-1968) contra a febre amarela e o *Aedes aegypti*, na América Latina, deveriam ser tratadas como uma única campanha, Magalhães (2016) enfatizou a doença enquanto um problema de saúde global, ou seja, atravessava fronteiras, exigindo cooperação entre os países afetados, o que colaborou para a construção de redes científicas transnacionais. Para sustentar sua tese, o historiador lançou mão de três argumentos: o papel do cientista Frederick Soper em costurar uma rede formada por instituições, laboratórios, pesquisadores, insetos, vírus, governos, políticos que bancassem a campanha; a erradicação como diretriz das campanhas, com ênfase na doença e, depois, no vetor; e o papel de destaque dos médicos e sanitaristas brasileiros do *Serviço Nacional de Febre Amarela*. Como Löwy (2006), e considerando os trabalhos de Stephan (2011) e Cueto e Palmer (2016), realçou a discussão em torno das transformações do conceito de erradicação e da epidemiologia de uma doença e como essas direcionam as políticas governamentais e a produção científica. Essas

transformações resultaram do reconhecimento da existência da febre amarela silvestre no Brasil na década de 1930 como, também, do sucesso da erradicação da malária e do tifo a partir da aniquilação de seus vetores no Brasil, Itália e Egito na década de 1940, destacando-se a introdução do uso, em larga escala, do *dicloro-difenil-tricloroetano* (DDT) nas ações promovidas nos dois últimos países. Tais eventos reforçaram os argumentos daqueles que defendiam, com destaque para Soper, a erradicação do *Aedes aegypt* no meio urbano e o desenvolvimento de uma vacina privilegiando a população rural. Por conseguinte, exterminar o inseto se tornou sinônimo de erradicar a doença.

Literatura nacional sobre a Dengue no Brasil: a doença pensada enquanto epidemia

Se a febre amarela se tornou tradicional objeto na historiografia, o mesmo não se pode dizer da dengue. Entre os poucos estudos estão as análises de Benchimol (2001) e Bechler (2014), que possibilitam avaliar como a experiência de combate à febre amarela urbana foi apropriada nas políticas preventivas de saúde pública e de pesquisa focadas na dengue, tendo na *Fundação Oswaldo Cruz* importante referencial no estudo do transmissor e dos vírus de ambas as doenças. Por sua vez, ao analisar as epidemias ocorridas no Rio de Janeiro entre 1986 e 2002, o trabalho de Nascimento et al (2010) apresenta apontamentos em torno de como as políticas públicas para a doença foram influenciadas pela mudança do perfil epidemiológico da doença, a partir da introdução do vírus DEN-2, em 1991, e sua consolidação em 2002, e pelo processo de formação do *Sistema Único de Saúde (SUS)*, principalmente no que se refere aos papéis dos governos federal, estadual e municipal. As referências a documentos oficiais e atores envolvidos na criação dos programas federais de combate à doença é também outra importante contribuição do estudo.

O viés da epidemia também produziu análises nas Ciências da Saúde, Antropologia e Comunicação Social sobre a enfermidade. A tese de doutorado nas Ciências Médicas de Donalísio (1995) realçou que o exame de uma epidemia da dengue deve articular aspectos biomédicos, sociais, culturais e políticos. Sua pesquisa fornece importantes contribuições no que se refere à cronologia das pesquisas sobre a doença no século XX, destacando-se a sugestão de sua etiologia viral, em 1907, a identificação de seus vetores, o *Aedes aegypt*, em 1919, e o *Aedes albopictus*, em 1930, e o isolamento dos tipos de vírus causadores a partir da década de 1950. Ademais, sublinhou os fundamentos do controle das epidemias da doença e avaliação do processo de municipalização da vigilância epidemiológica e controle de vetores

na década de 1990, como parte das políticas de descentralização do *SUS*.

Em sua dissertação de mestrado em Antropologia, Fagundes (2004) observou que os jornais locais, ao cobrir a epidemia de dengue ocorrida no Rio de Janeiro em 2002, se transformaram em um território de tensão entre vários grupos sociais, desenterrando antigas polêmicas sanitárias. Sessões como editorial, noticiário, caderno de saúde e carta de leitores se tornaram espaços de explicitação das dificuldades vividas pela população quanto ao atendimento na rede de saúde pública carioca, de relatos da participação popular no combate à doença, das manifestações entre adversários políticos e de busca por culpados e responsáveis pelos problemas expostos pela epidemia. Dinâmica semelhante para Belo Horizonte seria observada pelos trabalhos de Siqueira (2002) e França, Abreu e Siqueira (2004).

Ao avaliar a cobertura da epidemia de dengue, que assolou a capital mineira em 1998, pelo jornal Estado de Minas, Siqueira (2002), em sua dissertação de mestrado em Comunicação Social, relacionou o quantitativo de matérias produzidas à incidência da doença por mês. Ainda tendo o mesmo periódico como fonte, ampliando o corte temporal de análise para o período entre 1996 e 2000, França, Abreu e Siqueira (2004) reafirmaram a relação apresentada pela pesquisa anterior e sugeriram uma tipificação das fontes a partir dos enfoques dos títulos e dos conteúdos das notícias. Ao fim, observaram que a epidemia era tratada como mais um problema cotidiano da saúde enquanto estava circunscrita à periferia da capital mineira.

O mesmo mosquito, novos dramas na saúde pública? As epidemias de chikungunya e Febre Zika no Brasil

Os anos de 2013 e 2014 marcaram a chegada de duas novas ameaças à saúde dos brasileiros: os vírus da chikungunya e zika. *Frame* recente na trajetória do mosquito, a última epidemia chamou a atenção de historiadores e antropólogos, entre os quais encontramos as análises de Débora Diniz (2016) e Ilana Löwy (2016, 2017).

Utilizando-se de noções kuhnianas, Diniz (2016) indagou como a ciência trataria a descoberta da transmissão vertical, via gravidez, do vírus Zika na epidemia aflorada em 2015 no nordeste brasileiro, como reviravolta científica ou como acomodação em uma ciência normal. Tendo como eixos de análise a notícia da chegada da virose naquela região e o processo de emergência científica da questão a partir da proliferação de casos de microcefalia em recém-nascidos e da síndrome de Guillain-Barré, em adultos, em áreas de grande infestação

de *Aedes aegypti*, a antropóloga desenvolveu uma etnografia do contexto epidêmico tendo como atores cientistas brasileiros, enfermos e mães de crianças que nasceram com a anomalia. Outro aspecto que a autora ressaltou é o fato de que tal conjuntura permitiu a emergência de cientistas nordestinos controversa envolvendo a doença, o que incomodou seus pares no pólo tradicional de produção científica no país, o centro-sul. Vários desses cientistas nordestinos “eram clínicos, professores e cuidadores de gente doente, mas não cientistas nos termos quantificados pela ciência dos currículos das publicações internacionais e com fator de impacto para Prêmio Nobel de Medicina” (DINIZ, 2016, p. 16). Dessa forma, o trabalho colabora em problematizar como as regionalidades podem se constituir como fator de diferenciação da produção científica brasileira. Enfim, concluiu que o ocorrido representou uma acomodação das descobertas aos modos de fazer medicina cotidiana – ciência normal. Isto é, o processo de descoberta acabou utilizando dos procedimentos laboratoriais disponíveis e a prevenção à doença se centrou no combate ao mosquito, o que já vinha sendo feito nas campanhas contra a dengue, e o incentivo ao uso de preservativos em áreas de risco, uma vez detectada a possibilidade de transmissão do vírus por transmissão sexual. Em suma, para Diniz,

se o zika era a palavra que definia a doença recém-chegada, o *Aedes aegypti*, vetor que carrega e transmite o vírus, era alguém de casa fazia mais de quarenta anos, quando houve a última política eficaz de eliminação do mosquito no Brasil. Não por outra razão, a primeira tese para o novo tipo de adoecimento pelo zika foi descrita como dengue fraca. A surpresa, definitivamente, não foi a febre do zika, mas a microcefalia nos fetos (DINIZ, 2016, p. 12-13).

Ao lançar luz sobre esse dramático evento, Löwy (2016) comparou a situação ocasionada pela epidemia de zika ao cenário imposto pela rubéola e pelo escândalo da Talidomida em meados do século XX, como agravos que ameaçaram a saúde das gestantes e dos fetos, sobretudo, por motivar malformações. Em comum, a historiadora observou que esses problemas de saúde favoreceram a emergência da controvérsia sobre a permissão do aborto por risco de malformação fetal, entre médicos, políticos, religiosos e atores de outros setores sociais. No caso brasileiro, ressaltou-se o fato do Estado brasileiro buscar evitar tal discussão ao focar na busca pela vacina contra o vírus e no aprimoramento do combate ao mosquito transmissor. Porém, mulheres diagnosticadas com a doença têm buscado o direito de abortar no poder judiciário, levando a judicialização da questão. Outras, por sua vez, buscam o aborto em clínicas em que os médicos possam fazê-la, o que de certa forma já ocorrera no passado quanto à rubéola e a talidomida. Por fim, Löwy levantou uma forte indagação ética sobre a questão no Brasil:

A relutância dos médicos brasileiros em considerar intervenções além do estrito limites de legalidade refletem fortes convicções, ou é (também) afetada pelo fato de que a maioria das mulheres com alto risco de dar à luz crianças com microcefalia e outros defeitos congênitos induzidos pelo zika vivem em áreas pobres, muitas vezes negligenciadas? (LÖWY, 2016, p. 17)

Em outra abordagem do tema, Löwy (2017) fez uma breve retrospectiva do tratamento dado pelas autoridades brasileiras ao *Aedes aegypt* nos cenários da febre amarela e dengue. Nela, procurou discutir as razões de insucessos das medidas estatais de contenção do mosquito na longa duração, da década de 1920 até 2016, ano em que o Ministro da Saúde brasileiro admitia a possibilidade de perda da guerra contra o inseto. Para além da epidemia de zika, o descontrole em relação ao mosquito está consolidado pelas repetitivas epidemias de dengue e pela, também, recente epidemia de chikungunya no país. Por fim, apontou que a urgência do problema levou às autoridades de saúde estadunidense a tratá-lo como problema de saúde global e que demanda maiores investimentos no desenvolvimento de soluções tecnológicas e científicas, como em pesquisas de vacinas ou estratégias de neutralização do transmissor, como também de soluções organizacionais relacionadas à saúde pública. Tais ações, para ela, demarcaram um retorno às preocupações científicas, políticas e sociais presentes nas campanhas contra o mesmo vetor na década de 1920.

***Aedes aegypt*: uma história entre frames, paradigmas, actantes, tecno-fenômenos...**

Ao viajar pelos *frames*, a partir do que foi produzido pela historiografia, nota-se que se fez necessário às análises o amparo em noções de teóricos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência. As noções kuhnianas de paradigma, revolução e ciência normal foram mobilizadas para se pensar frames como febre amarela e febre zika, que apensar de distantes no tempo, estão relacionados ao mesmo vetor (BENCHIMOL, 1999; LABRA, 1985; DINIZ, 2016). Essas mesmas noções possibilitaram Benchimol (1999, 2001) e Almeida (2000) pensar a história da doença antes e depois da consolidação da Teoria dos Mosquitos, o que permite, por exemplo, pensar a história da dengue antes de estabelecida sua relação com o *Aedes aegypt* no Brasil. Por outro lado, as controvérsias em torno da recepção e negação de teorias em fóruns como laboratórios, institutos, imprensa e construção da política de saúde pública se fizeram presentes pelo diálogo com o campo científico bourdiano (TEIXEIRA, 2001; LÓDOLA e GÓIS JUNIOR, 2015) ou com a teoria latouriana de ator-rede (BENCHIMOL, 1999, 2001; ALMEIDA, 2000). Seguindo a linha da última perspectiva, que se insere nos *Social Studies of Science*, e fundamentada em Fleck (1935), os trabalhos de

Löwy (2006, 2016 e 2017) reforçaram a importância de se pensar os *frames* permeados por *estilos de pensamentos*, constituídos por redes multidimensionais, que integraram mosquitos, vírus, cientistas, políticos, laboratórios, mídia entre outros, representantes de aspectos e demandas sociais, culturais, naturais e políticas. Tal perspectiva sugere pensar o mosquito enquanto importante vínculo e nó dos conhecimentos e saberes produzidos em torno das moléstias por ele transmitidas (LATOUR, 2001).

Apesar de escolhas teóricas ora semelhantes, ora distintas, os estudos selecionados mostraram que a construção de um problema científico é, também, a construção de um problema de saúde pública, setor que relaciona ciência, política e sociedade.

Por fim, é importante dizer que o recorte escolhido neste trabalho é apenas um dos possíveis para se pensar a trajetória histórica da relação humanidade e *Aedes aegypt*. Em análises de que associam ciência, meio ambiente e movimentos sociais, como as de Patterson (2004, 2009), este mosquito é mais um na história dos mosquitos e sua conflituosa relação com os seres humanos. Por sua vez, é crescente o volume de análises que enquadram as doenças transmitidas pelo vetor como problema de saúde global (PACKARD, 2016; CUETO, PALMER, 2016). Porém, as pesquisas referentes às epidemias de dengue no Rio de Janeiro e da febre zika no Nordeste sugerem que há espaço para estudos históricos que examinem como se configuraram essas e outras doenças transmitidas pelo *Aedes aegypt* no âmbito local e regional, sem perder a interdependência com a ciência e as decisões relativas construídas no nível macro. Enfim, tal possibilidade favoreceria, também, a uma análise comparativa entre regiões assoladas por uma mesma epidemia em igual período ou por epidemias da mesma doença, no mesmo território, em épocas distintas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marta de. Combates sanitários e embates científicos: Emílio Ribas e a febre amarela em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2000, vol.6, n.3, pp.577-607.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Editora UFRJ, 1999

_____. **Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SÁ, Magali Romero (Org.) **Adolpho Lutz, Obra Completa, volume II, livro 1: Febre amarela, malária & protozoologia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

BECHLER, Reinaldo Guilherme. O Combate à Dengue e ao *Aedes aegypti* sob perspectiva histórica. In: NASCIMENTO, Sylvania Souza; CAETANO, Polyana Lobo; BAPTISTA, Mara Regina. (Org.). **Dengue: Comunicação e Educação**. Belo Horizonte: Editora Gíria, 2014, v. , p. 43-59.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp.123-155.

CUETO, Marcos; PALMER, Steven. **Medicina e saúde pública na América Latina: uma história**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016.

DANTES, Maria Amélia. O Serviço Sanitário de São Paulo, a Saúde Pública e a Microbiologia. In: _____ (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2001, p. 135-155.

DINIZ, Débora. **Zika: Do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DONALISIO, Maria Rita de Camargo. **O enfrentamento de epidemias: as estratégias e perspectivas do controle do dengue**. 1995. 194f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000095242>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FAGUNDES, Ana Maria de Souza. **O processo denunciador: retóricas, fobias e jocosidades na Construção Social do Dengue em 2002**. Tese de Mestrado em Antropologia e Ciência Política, UFF, Niterói, 2004.

FRANÇA, Elisabeth; ABREU, Daisy; SIQUEIRA, Márcia. Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1334-1341, Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000500028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Mar. 2018.

FRANCO, Odair. **História da Febre Amarela no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 [1935].

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997 [1962].

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

_____. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Give me a laboratory and i will raise the world. In. KNORR CETINA, Karin;

MULKAY, Michael (ed.). **Science Observed: Perspectives on the Social Studies of Science.** London: SAGE, 1983.

LÓDOLA, Soraya; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Teorias sobre a propagação da febre amarela: um debate científico na imprensa paulista, 1895-1903. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p. 687-704.

LÖWY, Ilana. Leaking Containers: Success and Failure in Controlling the Mosquito *Aedes aegypti* in Brazil, **American Journal of Public Health** 107, no. 4 (April 1, 2017): pp. 517-524.

_____. Zika and Microcephaly: can we learn from history?. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 11-21, Mar. 2016.

_____. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. **A Erradicação do *Aedes Aegypti*: Febre Amarela, Fred Soper e Saúde Pública nas Américas (1918-1968).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do et al. Dengue: uma sucessão de epidemias esperadas. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças.** Volume 3. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 211-232.

PACKARD, Randall M. **A History of Global Health: Interventions into the Lives of Other Peoples.** Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2016.

PATTERSON, Gordon. **The Mosquito Wars: A History of Mosquito Control in Florida,** University Presses of Florida, 2004.

_____. **The Mosquito Crusades: A History of the American Anti-Mosquito Movement from the Reed Commission to the First Earth Day,** Rutgers University Press, 2009.

SILVA, Paloma Porto. Prelúdios de uma epidemia: controvérsias entre médicos brasileiros e da Fundação Rockefeller em torno do diagnóstico de febre amarela (1923 – 1930). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do Nascimento; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Uma História Brasileira das Doenças.** Belo Horizonte: Fino Traço, vol. 7, 2017, p. 267-293.

ROSENBERG, Charles Ernest. Framing Disease: Illness, Society, and History. In: ROSENBERG, Charles Ernest.; GOLDEN, Janet (eds). **Framing disease.** Studies in cultural history. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1992, p. XIII- XXVI.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças.** Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

SIQUEIRA, Márcia Maria de. **A cidade e os mosquitos: história, saúde e doença nas páginas do jornal.** Uma análise da cobertura do Estado de Minas sobre a epidemia de dengue em Belo Horizonte (MG), em 1998. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Escola de Comunicações e

Artes, Universidade de São Paulo; 2002.

STEPAN, Nancy Leys. **Eradication**: Ridding the World of Diseases Forever? Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2011.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da transmissão hídrica à culicidiana: a febre amarela na sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v.21, n.41, p.217-242. 2001.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde**: a República, a febre amarela e a formação dos serviços sanitários no estado de São Paulo. (1993) Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2 vols. (mimeo.)

“Relatório Figueiredo”: disputas de memória

Letícia Costa Marcolan

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

lmarcolan@gmail.com

Juliana de Souza Soares

Mestre em Educação

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

jusouzahist@gmail.com

Resumo: Desde a “descoberta” desta terra que denominamos Brasil as populações indígenas sofrem diversas e graves violações. Nessa comunicação, utilizaremos como fonte o “Relatório Figueiredo”, documento produzido pelo Estado brasileiro a partir da década de 1960, após a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que objetivava averiguar casos de corrupção no Serviço Nacional do Índio, e cujo texto contempla uma série de denúncias sobre crimes cometidos pela ditadura contra populações indígenas. Segundo Guimarães (2015), em 1968, o “Relatório Figueiredo” tornou-se público gerando grande repercussão tanto na imprensa brasileira como no exterior. Entretanto, nesse mesmo ano, o governo brasileiro promulgou o AI n°5, o que possivelmente contribuiu para o arquivamento e oportunamente “esquecimento” desse documento. Somente em 2012 a documentação é “redescoberta” pela Comissão da Verdade em um contexto de investigações de violações de direitos humanos. Em um momento de relativizações, revisionismos e até negacionismos sobre a História da ditadura civil-militar brasileira, acreditamos que seja necessário trazer para o debate o referido documento. Marcos Napolitano (2014), por exemplo, alerta que o processo de construção da memória da ditadura civil-militar brasileira começou durante a vigência do regime e encontra-se dinâmico e aberto, longe de estar sedimentado do debate público, na memória social ou mesmo na memória histórica. Nessa mesma perspectiva, Lilia Schwarcz (in: ANDERSON, 2008) considera que a nacionalidade brasileira é marcada pela “falta”, pelos esquecimentos. Diante do exposto, o presente trabalho buscará reforçar a importância do “Relatório Figueiredo” como um importante testemunho para a historiografia brasileira em um contexto de construção de uma “nova” ideia de nação a partir da ascensão da extrema direita no Brasil.

Palavras-chave: Relatório Figueiredo; Indígenas; Memória.

Introdução

Desde a “descoberta” desta terra que denominamos Brasil as populações nativas sofrem com diversas e graves violações. De acordo com reportagem do Jornal *El País*, apenas nos cem primeiros dias de governo o presidente Jair Bolsonaro com sua administração “está lançando abertamente um ataque sem precedentes contra os povos indígenas do Brasil” (WATSON, 2019, on-line).

Em seu primeiro dia de mandato presidencial, Bolsonaro retirou da Fundação Nacional do Índio (Funai) a responsabilidade pela demarcação de regulação dos terras indígenas, e transferiu para o Ministério da Agricultura. Além disso, o presidente também propôs acabar com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), e ameaçou retirar o Brasil da Convenção 169, um tratado internacional sobre os direitos dos povos indígenas. É importante lembrarmos que, apesar de algumas dessas decisões ainda não estarem definidas em lei, como lembra Watson (2019, on-line) “os invasores ilegais de terras não esperam pela aprovação da lei ou pela decisão dos juízes”.

Nessa pesquisa, contemplaremos apenas uma parte dessas violações e em um determinado espaço de tempo a partir da análise da documentação do chamado “Relatório Figueiredo”, a fonte principal de denúncia sobre crimes cometidos pela ditadura contra populações indígenas.

Lilia Schwarcz (in: ANDERSON, 2008) considera que a nacionalidade brasileira é marcada pela “falta”, pelos esquecimentos. Nessa mesma perspectiva, Marcos Napolitano (2014), alerta que o processo de construção da memória da ditadura civil-militar brasileira começou durante a vigência do regime e encontra-se dinâmico e aberto, longe de estar sedimentado do debate público, na memória social ou mesmo na memória histórica.

Diante disso, o presente trabalho buscará reforçar a importância do “Relatório Figueiredo” como um importante testemunho para a historiografia brasileira em um contexto de construção de uma “nova” ideia de nação a partir da ascensão da extrema direita no Brasil.

O Relatório

Conhecido como “Relatório Figueiredo” esse documento é o mais importante em relação a denúncias de crimes cometidos contra populações indígenas durante o período de ditadura civil-militar no Brasil. Foi produzido pelo próprio Estado brasileiro a partir da década de 1960, após a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o intuito de averiguar casos de corrupção no Serviço Nacional do Índio – o órgão indigenista oficial brasileiro que antecedeu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). De acordo com Starling (200-?) o procurador geral Jader de Figueiredo Correia, percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros, visitando 130 postos indígenas em todo o país.

O resultado das investigações transformou-se em cerca de sete mil páginas, onde é possível encontrar relatos de assassinato de indígenas, prostituição de índias, sevícias,

trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena, matanças de tribos inteiras, torturas e todo o tipo de crueldades que foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado (STARLING, 200-?).

Figueiredo também apurou denúncias sobre a existência de caçadas humanas de indígenas feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, as inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e as doações de açúcar misturado a estricnina. Guimarães (2015) nos ajuda a entender melhor o teor da documentação:

O conjunto documental é formado por trinta volumes, dos quais foram recuperados vinte e nove. Os volumes 1 até parte do 4 são formados por cópias de documentos e depoimentos prestados à CPI de 1963. Do volume 5 ao 20, encontram-se os termos de inquirição e demais documentos, produzidos no decorrer dos trabalhos da Comissão de Inquérito de 1967. O vigésimo volume contém o relatório final, redigido por Jáder de Figueiredo Correia [...] em que encaminha ao Ministro do Interior a relação de pessoas identificadas como “infratoras das normas legais”, recomendando que estas fossem indiciadas. (GUIMARÃES, 2015, p. 27)

Guimarães (2015) acrescenta que o Relatório classifica os crimes em nove tipos:

O primeiro e mais extenso relativo a crimes contra a pessoa e a propriedade do índio. Os demais são desvios financeiros e irregularidades administrativas, como adulteração de documentos, fraudes em processos de comprovação de contas, desvio de verba orçamentária, aplicação irregular de dinheiro público, omissões dolosas, admissões fraudulentas de funcionários e incúria administrativa. (2015, p. 28)

É importante destacar que como se tratava de um Inquérito Administrativo, as denúncias são restringidas aos agentes do Estado, de chefes de posto a diretores do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). No entanto, como ressalta Guimarães (2015) alguns depoimentos apontam crimes cometidos por grileiros e fazendeiros. Além disso, a maior parte das irregularidades e crimes são, fruto de coligações entre funcionários do serviço com agentes econômicos e políticos locais. A autora cita ainda entre as práticas consideradas mais terríveis a do uso do “tronco” como instrumento de castigo e tortura:

Este, segundo Jáder, “consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente”. Este recurso era utilizado em diversos postos, mas principalmente na 7ª Inspeção Regional, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. (GUIMARÃES, 2015, p. 28)

Essa documentação ficou desaparecida por mais de quarenta anos, sendo a alegação oficial, de acordo com Starling (200-?), de que o Relatório havia sido perdido em um

incêndio. Entretanto, obviamente a informação não procede, essa importantíssima fonte foi encontrada praticamente intacta por pesquisadores independentes no ano de 2013, através das pesquisas empreendidas pela Comissão da Verdade. Após serem encontrados, estes documentos foram digitalizados e estão separados em vinte e nove volumes, é possível ter acesso no site Brasil Doc., um arquivo digital construído pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Entre memórias: a ditadura e o relatório

Napolitano (2014) alerta que o processo de construção da memória do regime civil-militar brasileiro começou durante a vigência do regime e ainda se encontra dinâmico e aberto, longe de estar sedimentado do debate público, na memória social ou mesmo na memória histórica. Para o autor até fins de de 2014 existiriam pelo menos quatro fases desse processo. A primeira fase é compreendida entre os anos de 1964 a 1974, destacando-se os seguintes processos e eventos:

O golpe de Estado, a derrota do reformismo de esquerda, as vicissitudes do governo Castelo Branco (oscilando entre o legalismo e a construção da nova ordem autoritária), as primeiras dissidências liberais, a luta armada de esquerda, as manifestações estudantis de 1968, a censura prévia, o ‘milagre econômico e a disseminação do terror de Estado como métodos repressivos após o AI-5. (NAPOLITANO, 2014, p. 20)

De acordo com Napolitano (2014) foram esses eventos que deram novos sentido ao golpe obrigando uma autocrítica de muitos liberais que o apoiaram veementemente e até o próprio governo Castelo, demarcando uma memória da fase “branda” da ditadura, supostamente interrompida pela “linha dura” militar. Entretanto, o autor explica que essa visão vai de encontro com as interpretações de época, disseminadas pela imprensa liberal inclusive, nas quais: “Castelo Branco terminou seu mandato qualificado como “ditador”, enquanto Costa e Silva era aclamado como porta-voz de um grupo renovador do regime e aberto ao diálogo com a sociedade, ao menos no início do seu mandato.” (Idem, p. 21)

A segunda fase (1974-1994) é entendida como primordial para o autor, seu início é marcado pelo governo Geisel e suas promessas de liberalização. A oposição tanto liberal quanto de esquerda consolida o tema da democracia como central no processo da “resistência” (NAPOLITANO, 2014). Ainda dentro deste período, o autor lembra que com o “fim da bonança consumista do milagre econômico e a volta da inflação, tornaram a percepção do arrocho salarial uma das pautas de memória, que logo se adensou pelas denúncias de

corrupção durante o governo Geisel e Figueiredo” (Idem, p. 22), a classe média escolarizada e os movimentos sociais tornam-se protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-lo perante a opinião pública.

Os anos de 1979 a 1985 são de extrema importância para a fixação de uma memória crítica ao regime, para Napolitano, nesse período ocorreram grandes protestos de rua e o movimento das Diretas Já. Com o fim do regime o autor ressalta que “fixou-se a memória da ditadura como ‘lacuna histórica’, como ‘usurpação’ do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada” (Idem, p. 23).

Na terceira fase (1995-2004) o autor destaca um predomínio de uma memória hegemônica crítica ao regime, que traduziu-se em políticas do Estado como “reparações e recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo em que tem promovidos ações institucionais e simbólicas situadas no campo da memória hegemônica crítica à ditadura”, Napolitano destaca a instauração da Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2012, como um exemplo desta política.

Entretanto, Napolitano (Idem, p. 26) ressalta que setores importantes assumiram uma posição de quietude. O Exército, por exemplo prefere o silêncio público como posicionamento oficial. Além disso, a justiça não tratou de uma devida revisão da Lei da Anistia (lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995). Para Napolitano isso significa que “independentemente de qualquer questão técnica ou doutrina jurídica, o fato é que a suprema corte brasileira entende que não houve ruptura jurídica severa entre o regime militar e a democracia posterior” (Ibdi, p. 28). O Estado, nesse sentido não criou os devidos instrumentos de investigação sobre as responsabilidades das mortes e desaparecimentos. Dessa forma, em conformidade com Napolitano (Idem, p. 29) acreditamos que “a memória hegemônica que triunfa na área de direitos humanos, não se traduziu em políticas efetivas de investigação criminal sobre seus violadores, posto que é matizada na área jurídica e vetada pela área de segurança”.

Em 2015 Napolitano escrevia que para sorte da democracia brasileira, estas memórias (saudosas da ditadura) ainda não têm a hegemonia dos espaços de formatação e reprodução da memória socialmente legítima da sociedade, como a universidade, imprensa, meios de comunicação legitimados. Entretanto, apenas três anos depois, em 2018, o presidente eleito do Brasil é Jair Messias Bolsonaro, um militar da reserva defensor aberto da ditadura. Em meio a tantas frases polêmicas ditas pelo presidente, destacamos "o erro da Ditadura foi torturar e não

matar"¹. Entretanto, Napolitano (2015, p. 34) já alertava “as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais e blogs”.

É importante destacar que para o discurso historiográfico, ainda é cedo para avaliar o grau de apropriação das novas perspectivas historiográficas, além disso, alguns autores estão preocupados com alavancar visões de direita do que propor novas perspectivas historiográficas para o período. Nesse sentido Napolitano cita:

Um dos livros de divulgação do revisionismo histórico de direita mais bem sucedidos no mercado editorial usa e abusa deste tipo de procedimento, trata-se de NARLOCH, 2009. Por outro lado, o recente debate sobre a duração da ditadura parece ser o elo entre o revisionismo historiográfico e o revisionismo ideológico, a exemplo de VILLA, 2014 e REIS FILHO, 2014. O primeiro sugere que a ditadura, a rigor, durou entre 1968 e 1978, portanto, durante a vigência do AI-5. O segundo aponta para 1979 como o fim da ditadura enquanto “estado de exceção”, inaugurando-se um tempo de transição até 1988. Ficam patentes as armadilhas que o uso do termo “ditadura” tout court, pode trazer para o debate sobre o regime militar, escamoteando a sua natureza e suas dinâmicas autoritárias que já eram explícitas desde 1964 e não cessaram em 1979. Neste sentido, não se deve explicar o autoritarismo do regime e seu tacão sobre a sociedade e sobre o sistema político, a partir do período de pleno vigor do AI-5 ou do “terror de Estado”, suas expressões mais contundentes, mas não desconectadas da sua natureza política. (NAPOLITANO, 2015, p. 33)

Em entrevista recente ao Jornal Nexo, Napolitano (2018) fala sobre a relativização dos crimes cometidos no regime de exceção de 1964 a 1985, para o historiador os debates historiográficos são legítimos e importantes para o avanço do conhecimento. Contudo, Napolitano alerta que esse se debate parte de um princípio puramente ideológico fechado em si mesmo, carregado de certezas a priori, e vai de encontro às evidências documentais — materiais ou testemunhais —, à própria ideia de veracidade do fato histórico, estamos no território da pura e simples disputa por memória em torno de um período, que muitas vezes nega a verdade, o sentido e a evidência dos processos históricos. Nesse ponto o revisionismo se transforma em negacionismo.

Já em relação às interpretações relativas ao relatório Guimarães (2015) nos ajuda a entendê-las:

Em 20 de março de 1968 o Ministro do Interior, Gen. Albuquerque Lima, deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro, onde tornou público o

¹Defensor da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. Jovem Pan, São Paulo - SP: 08 Jul. 2016. Disponível em: <<http://jovempanfm.uol.com.br/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>>. Acesso em: 16 de Nov. 2018

resultado do Relatório Figueiredo. A imprensa nacional e internacional dá repercussão às denúncias, e a imprensa da época divulga o relatório como sendo “o escândalo” do século. (GUIMARÃES, 2015, p. 51)

Guimarães (2015) ressalta a grande repercussão que o Relatório teve tanto na imprensa brasileira como no exterior, citando o documento na primeira página do New York Times (EUA) e como tema em edições do Los Angeles Times (EUA), Sunday Times (Inglaterra), Neue Revue (Alemanha), L’Express e Le monde (França) e Limen (Romênia).

No L’Express, a abertura da matéria Genocídio na Amazônia é falando sobre os ‘três meses de inquérito que acabam em um enorme escândalo’. E a Lumen, revista romena, órgão oficial dos Jornalistas da Romênia, pediu à Agência JB, ‘o noticiário completo sobre o inquérito-escândalo. (GUIMARÃES, 2015, p. 52)

No Brasil, a autora cita o Jornal do Brasil que em 28 de março de 1968 publica em seu editorial e em uma matéria de página inteira, um texto que demonstra a indignação da opinião pública e da imprensa internacional. Entretanto, não podemos esquecer o ano do “escândalo”, ele é 1968. O relatório conclusivo foi publicado no Diário Oficial em setembro e em dezembro do mesmo ano é promulgado o Ato Institucional nº5.

Assim sendo, para Guimarães (2015, p. 53) a hipótese é de que nesta ocasião os documentos foram arquivados e oportunamente “esquecidos”. Além disso, no mesmo ano foi instaurada pela Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a chamada “CPI do Índio”. Todavia, a CPI foi suspensa com a cassação de alguns dos deputados, e arquivada com a instauração do AI-5.

No Brasil a ideia a ser passada era de que os crimes não deveriam ser associados ao atual governo, como fica evidente na publicação do Jornal do Brasil em Março de 1968, mas sim que os crimes haviam sido cometidos por funcionários corruptos, o que seria uma consequência da incompetência do Estado nos anos pré golpe militar. Nesse sentido, com o intuito construir uma “boa” a imagem do Brasil na época foi proposta a extinção do SPI e criação da Fundação Nacional do Índio, como se esta ideia fosse algo gestado pelos militares como solução e redenção para os problemas dos índios (GUIMARÃES, 2015).

Em 12 de maio de 2010 o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), encaminha ao Congresso Nacional, o projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. De acordo com o próprio site da Comissão:

Comissão Nacional da Verdade (CNV) soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988,

a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira. (CNV, Cap.1, p. 20)

Já em 2011, Guimarães cita a crítica do missionário Egydio Schwade, pelo fato de a criação da CNV não prever a investigação dos crimes contra os índios. “É justo e necessário o país se mobilizar pelos desaparecidos políticos da Ditadura Militar no Brasil. Entretanto, por que não há o mesmo interesse na busca dos índios desaparecidos durante a ditadura militar por se oporem à política do governo sobre seus territórios?” (GUIMARÃES, 2015, p. 109 apud SCHWADE, 2011). Além disso, em 2012, o Grupo Tortura Nunca Mais/SP, recebe uma demanda dos próprios indígenas.

Dessa forma, em 2012 é criado um eixo de investigação da Comissão Nacional da Verdade, o grupo de trabalho “Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas”, em que são investigadas as “Violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra ou cometidas contra os povos indígenas por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”². E em 2012 o “Relatório Figueiredo” é encontrado pelo Grupo Tortura Nunca Mais/SP.

Guimarães, em um esforço comparativo analisa mais uma vez a repercussão da “redescoberta” dessa documentação. A autora cita a reportagem da BBC que caracterizou como “uma das oito descobertas mais importantes da Comissão Nacional da Verdade”. E o jornal Estado de Minas, que publicou uma série de reportagens a respeito do relatório.

Para a autora a documentação e a “revelação” dessas memórias podem servir de instrumentos para a reparação de injustiças históricas, e sobretudo, para a demarcação de terras, pois “os depoimentos fornecem informações acerca de diversas irregularidades no processo de arrendamento de terras.” (GUIMARÃES, 2015, p. 119)

Considerações finais

Rodrigo Patto Sá Motta em seu texto “Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira” cita uma pesquisa de opinião realizada em 2010 em quatro estados brasileiros (DF, MG, PE, PB). O autor ressalta que a pesquisa teve muitas variantes e cita apenas o resultado da primeira pergunta: “O que aconteceu na política brasileira em 1964?”.

² Guimarães (2015, p. 110) cita uma publicação da revista Carta Capital de 26/03/2014, em que Marcelo Zelic denuncia a participação de Itamar Simões, um dos acusados de crimes de maus tratos e torturas contra índios. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-ha-conflito-de-interesse-para-a-producao-do-relatorio-diz-mariarita-kehl-2983.html>>. Acesso em: 27 Mar. 2014.

O historiador (MOTTA, 2015, p. 8) revela dados preocupantes “nos quatro estados, somente entre 10% e 20% dos pesquisados conseguiram dar resposta satisfatória à pergunta, mencionando golpe, revolução ou ditadura (vocábulo que revelam, é claro, opiniões políticas diferentes em relação ao evento).” Além disso, mais de 60% dos entrevistados nessa pesquisa não tinha memória nem conhecimento sobre o período vivido pelo país entre 1964 e 1985.

Essa pesquisa é sintomática e pode nos ajudar a entender o momento que vivemos: 2018 pós-eleição. É claro que não chegamos aqui porque as pessoas simplesmente não possuem uma “boa memória”, memórias são construídas, e a partir delas ideias de nação, nesse sentido, Lilia Schwarcz chama as nacionalidades de verdadeiras políticas coletivas.

O Brasil vive uma ascensão da extrema direita, grupo que busca discursos (as tais políticas coletivas), para a construção de uma nação. Nesse sentido, em pesquisas posteriores tentaremos problematizar como esse grupo que chega definitivamente ao poder após as eleições de 2018, poderá tratar documentos como o Relatório Figueiredo, e sobretudo, sua memória, uma vez que este trata de aspectos extremamente sensíveis: a ditadura e os indígenas. Para isso, alguns questionamentos são necessários: Que grupo é esse? Quem são essas pessoas e/ou instituições? O que eles imaginam como nação brasileira? Quais são as suas estratégias para a construção dessa nação? Como os indígenas são vistos nesse contexto?

Nesse momento, afirmamos a importância do estudo do “Relatório Figueiredo” como um testemunho essencial para a historiografia brasileira em um contexto de construção de uma “nova” ideia de nação a partir da ascensão da extrema direita no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões** sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denisse Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHARLEAUX, João Paulo. **Por que há uma onda revisionista das ditaduras sul-americanas.** Nexo. [S.I.], 02 Set. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/09/02/Por-que-h%C3%A1-uma-onda-revisionista-das-ditaduras-sul-americanas>> Acesso em: 06 Nov. 2018

CNV. **Cap. I - A criação da comissão nacional da verdade.** Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 01 Nov. 2018

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias.** 2015. 203fl. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2015..

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: os dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Rev. Antíteses [online]**, Londrina/PR 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: 10 de Nov. 2018

STARLING, Heloísa. **Ditadura militar e populações Indígenas**. Acervo Digital Brasil Doc. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/>>. Acesso em: 01 de Nov. 2018.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 9, n. 22, jan. 2017.

WATSON, Fiona. **Bolsonaro**: 100 dias de guerra contra os povos indígenas. Nexo, 16/04/19. Disponível: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html>. Acesso em: 11 Mai. 2019.

Justiça estatal e justiça negociada: furto de gado, ação penal e justiça não estatal no Brasil (1860-1899)

Lucas Ribeiro Garro Lourenço
Mestrando em História do Direito
Universidade Federal de Minas Gerais
lucasrgarro@gmail.com

Resumo: Em meados do século XIX e durante o XX o Estado brasileiro buscou concentrar o aparato de justiça institucional e combater práticas de justiça não institucionais. Dentre as ferramentas utilizadas para combater o protagonismo das partes destacam-se as mudanças na ação penal. Uma destas inovações se mostra bastante interessante, pois conjugou a participação do ofendido e do Estado. Nesse sentido, em 1892 nasce a ação penal pública condicionada à representação, na qual o Estado só iniciaria a ação penal se o ofendido quisesse, cabendo ao Estado o controle da ação, caso ela fosse iniciada, sem eliminar por completo o protagonismo das partes, combinando, assim, a justiça estatal e a negociação entre as partes. Ainda mais curioso é o fato desta ação ter surgido vinculada a um crime específico comum em regiões mais afastadas do poder estatal: o furto de gado. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender o surgimento da ação condicionada à representação e sua relação com o crime de furto de gado, tendo por recorte temporal os anos de 1860, ano de nascimento deste crime, e 1899, ano em que esta ação deixa de ser aplicada a este delito. Esta análise levará em consideração o contexto jurídico nacional e o internacional, por meio de uma perspectiva histórico-comparada, contextualizando os discursos sobre esta ação e sobre o crime de furto de gado no âmbito nacional e internacional. Uma pesquisa que propõe, assim, uma nova análise sobre a construção da ação penal no Brasil, que, além de tratar de um tema muito pouco estudado, o faz a partir de um ponto de vista pouco usual. Para tanto serão mobilizados conceitos historiográficos como o de entrelaçamento para analisar as interações entre as concepções intelectuais que muitas vezes extrapolam os limites das nações. Serão utilizados, também, os conceitos historiográfico-jurídicos de justiça negociada, parajustiza e infrajustiza que, embora apresentem perspectivas diferentes, são importantes para compreender a justiça não estatal, em particular a possível relação entre a ação penal pública condicionada e as práticas de negociação entre as partes. A partir dessas perspectivas, serão analisados os debates parlamentares, assim como as doutrinas nacionais e internacionais sobre ação penal. Além de tais fontes, também serão analisados processos penais da época disponíveis no acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para averiguar os eventuais usos do poder judiciário estatal como elemento de barganha.

Palavras-chave: História do direito, justiça negociada, negociações.

Introdução

Durante a modernidade a justiça criminal buscou substituir práticas de justiça não estatal por práticas de justiça estatais e assim concentrar o poder de punir. No caso brasileiro, essa busca por concentração do aparato de justiça institucional se deu em meados do século

XIX e durante o século XX, período no qual o Estado procurou coibir as práticas de justiça não institucionais. Dentre as ferramentas utilizadas para combater o protagonismo das partes destacam-se as mudanças na ação penal, que tinham como regra geral no código de 1832 (BRASIL, 1832). a ação penal privada, segundo o artigo 75 desta lei apresentava em seus parágrafos as situações em que se aplicaria a ação penal pública.

Assim, durante os anos de vigência desta lei processual era dever do ofendido investigar, levantar indícios, produzir provas e, então, dar início à ação penal por meio da apresentação de uma queixa a uma autoridade judiciária, passando a atuar como autor da ação penal. Com isso, percebemos que durante esse período era, em regra, dever do ofendido, nosterms do artigo 73, “perseguir o crime” (BRASIL, 1832, p. 5) e não do Estado.

Já em 1890, logo após o advento da república, o novo código penal promulgado em 1890 trouxe uma alteração profunda na ação penal. Com o advento da república, houve a promulgação de um novo código penal em 1890, que trouxe uma profunda alteração na ação penal. A regra geral se inverte, a ação privada deixou de ser a principal forma de ação, passando ao Estado o dever de perseguir e processar a maior parte dos crimes. O artigo 407 deste diploma normativo ordenava que “Haverá lugar a ação penal: (...) §2º Por denuncia do ministério publico, em todos os crimes e contravenções” (BRASIL, 1890, p.58). Trazia consigo, entretanto, exceções, ou seja, os casos em que caberia ação privada, delegando assim ao ofendido ou a seus familiares o dever de perseguir e iniciar a ação penal

Exceptuam-se:

1º, os crimes de furto e damno, não tendo havido prisão em flagrante;

2º, os crimes de violencia carnal, rapto, adulterio, parto supposto, calumnia e injuria, em que sómente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274.

§ 3º Mediante procedimento ex-officio nos crimes inafiançaveis, quando não for apresentada a denuncia nos prazos da lei (BRASIL, 1890, p.58).

A primeira dessas exceções é o crime de furto, cabendo ao poder público a titularidade da ação penal apenas nos casos de flagrante, em todas os demais casos deveria ser o ofendido o titular do direito de adentrar em juízo. A manutenção do crime de furto como de ação privada é muito interessante, ainda mais quando analisamos que ele apresenta relação com o surgimento de uma nova ação penal de titularidade mista, na qual tanto o Estado quanto o particular teriam participação.

Essa nova ação surge em 1892 (BRASIL, 1892), ano em que pela primeira vez na legislação penal brasileira o termo “mediante representação” é usado para tratar de uma ação

penal. Nasce assim, a ação penal pública condicionada à representação, na qual o Estado, embora detentor da titularidade, necessitaria de uma autorização, ou seja, representação da parte ofendida para poder dar início ao processo penal.

Além desta representação, a parte também possuía a possibilidade de interferir e participar do processo atuando como uma espécie de subsidiário do Estado, podendo apresentar provas e até mesmo assumir a ação caso o Estado não o fizesse. Outro aspecto importante e interessante desta inovação na legislação penal era a sua aplicação. Esta ação penal não era aplicável a vários crimes, mas apenas a um (crime) bem específico, o crime de furto de gado cavallar e muar. Este surge em 1860 (CÂMARA DE DEPUTADOS, 1860, p. 489), a partir de uma demanda de habitantes e autoridades de cidades e vilas do interior do país, que reivindicavam, junto ao Estado, uma medida para combater essa prática delituosa que se mostrava muito comum.

Como resposta a estas reivindicações os legisladores decidiram criar um novo tipo penal, por meio de uma lei esparsa. Esse tipo penal era totalmente separado do crime de furto, mesmo possuindo apenas uma diferença entre eles, o modo de se processar.

Diante de tais fatos, o presente trabalho busca compreender o surgimento da ação pública condicionada à representação e sua relação com o crime de furto de gado e sua conexão com as práticas de justiça não estatais no Brasil do século XIX. Busca também compreender como os juristas brasileiros e os parlamentares da época se utilizavam de argumentos comparatistas para explicar, justificar e legitimar a adoção deste tipo específico de ação penal, contextualizando seus discursos sobre a ação penal pública condicionada, assim como do crime de furto de gado frente a seus interlocutores internacionais.

Nesse sentido, este trabalho parte de uma perspectiva histórico-comparada (PIHLAJAMÄKI, 2015), buscando estabelecer diálogos e permitir novas conclusões e observações acerca do tema e das fontes trabalhadas, fontes essas que são, principalmente, os debates parlamentares das legislações que trataram do crime de furto de gado e da ação penal pública condicionada à representação, doutrinas processuais nacionais e internacionais e, por fim, processos judiciais da época.

Metodologia e fontes

Assim sendo, o presente trabalho, partindo da História do Direito, busca analisar o processo histórico do aparecimento da ação pública condicionada à representação no Brasil

em finais do século XIX, além da relação existente entre a mesma e o crime de furto de gado. Tal investigação se utilizará dos debates de parlamentares e jurídicos da época que participaram da construção da cultura jurídica e de todo um imaginário sociojurídico relativo à ação penal e ao furto de gado.

Serão utilizados conceitos como os de parajustiça de infrajustiça que buscam traduzir uma forma de se relacionar com o direito penal que era externa ao Estado, mas que a ele influenciava, se estruturando por meio da reconciliação e do perdão, possuindo suas próprias maneiras de negociar e resolver os conflitos, evitando ao máximo o uso da violência típica da atividade Estatal.

Também é fundamental para esta pesquisa o conceito de justiça negociada desenvolvido por Sbricolli (2009). Esse conceito também se dedica a analisar as práticas de justiça não institucionalizada, mas diferentemente do proposto por Garnôt (2005), a ideia de uma justiça negociada trata estas negociações como forma de se fazer justiça e não como elementos externos à justiça, como entende Garnôt (2005). Para Sbricolli (2009) a justiça negociada possui uma força e um significado que lhe confere um lugar de igualdade com a justiça estatizada.

Apesar da tensão entre esses conceitos, a ideia do trabalho é analisá-los em conjunto e a partir destas propostas desenvolver uma ferramenta de análise que se adapte à realidade brasileira da época, muito diferente da realidade estudada pelos autores. Assim, buscamos desta tensão e diferença de interpretação um conceito que permita entender a realidade estudada de acordo com sua especificidade.

O trabalho também dialoga constantemente um com a historiografia e com fontes internacionais que tratam sobre o tema, tendo em vista a forte presença de autores e produções internacionais tanto nos debates parlamentares, quanto nas produções doutrinárias, evidenciando um importante diálogo entre nações em relação à ciência jurídica, que não pode ser ignorado.

Para tanto, será utilizado o conceito de entrelaçamento proposto por Duve (2014), com o objetivo de se analisar as relações e interações que se dão entre as concepções intelectuais que muitas vezes extrapolam os limites das nações. Tal conceito se mostra interessante por propor uma análise com foco no diálogo e nas trocas que formam redes que ultrapassam limites territoriais, uma vez que entende a história do direito como “redes complexas

entrelaçadas, sem início nem fim, e uma dificuldade para determinar seu próprio ponto de partida” (DUVE, 2014, p. 18).

Desta forma, a perspectiva metodológica deste trabalho não se limitou às fronteiras nacionais, tendo em vista que diversos fenômenos, principalmente no campo do direito, não encontram limites em divisões político-geográficas (HESPANHA, 1993). Tal fato ocorre devido à própria natureza do conhecimento jurídico, que como demais concepções intelectuais e formas de conhecimento, se constrói por meio do diálogo que extrapola e relaciona nações, muitas vezes guiado pelas posições internacionais que cada nação ocupa, fazendo dos discursos e produções das nações “civilizadas”, meio de legitimação de certos conhecimentos.

A metodologia também se valeu dos conceitos e das fontes a partir de sua contextualização, buscando evidenciar as continuidades, assim como das rupturas entre passado e presente. Neste sentido, apresenta os conceitos jurídicos da época a partir dos paradigmas políticos e filosóficos próprios do período em que eram mobilizados, ou seja, como eram conceituados de forma que permitiam um melhor entendimento e percepção de tais conceitos. Essa contextualização, que deve ir além de uma análise apenas do meio social, deve ser considerada também como “uma contextualização cultural, que tenha em conta os sistemas cognitivos e axiológicos próprios desses grupos” (HESPANHA, 1998, p. 58). Assim, buscaremos trabalhar as estruturas políticas e sociais, buscando o diálogo internacional, que como as próprias fontes evidenciam, é fundamental para se compreender e analisar as questões aqui propostas.

Tal metodologia se aplicará à análise das fontes, dentre as quais estão todos os textos normativos que trataram da ação penal e também do furto de gado. Somado a estes textos normativos, as discussões realizadas no Congresso Nacional que culminaram com a aprovação dos mesmos também serão tratadas como fontes na presente pesquisa. Elas se fazem necessárias por conterem elementos que evidenciam argumentos usados pelos parlamentares, ou seja, importantes membros das elites políticas do período, para validar e legitimar, além de justificar a adoção dessas inovações no direito penal brasileiro da época.

Será com esta mesma finalidade que as doutrinas jurídicas configuraram como fontes neste trabalho, tanto livros quanto periódicos jurídicos. Entretanto elas permitirão a percepção e análise dos argumentos que os juristas produziam relativo ao tema, quais eram suas posições e como estabeleciam e mobilizaram os diálogos entre o nacional e o internacional.

Nesse sentido, os trabalhos internacionais configuraram como um importante elemento para a pesquisa, uma vez que ela busca olhar a história do direito por meio de uma visão que ultrapassa fronteiras, logo, também são importantes os trabalhos internacionais com os quais as produções nacionais dialogam, mesmo que não diretamente. Sendo assim, serão analisadas obras de juristas franceses e italianos, dentre outros, que possuíam projeção internacional no mesmo período, ou em momentos próximos se preocupavam em discutir sobre a ação penal.

Todo este conjunto de fontes servirá também como forma de contextualizar o discurso nacional relativo tanto ao tema da ação penal quanto do crime de furto de gado muar, cavallar e outros frente a interlocutores internacionais. Contribuindo para um entendimento mais amplo de questão, o que pode ser obtido quando se analisa o direito para além das delimitações das fronteiras geográficas.

Por fim, também terão um papel importante na presente pesquisa os processos penais e inais relativas ao furto de gado, ocorridos em Minas Gerais antes e depois da adoção da ação penal condicionada à representação que fazem parte do acervo histórico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Por meio dessas fontes, procuraremos perceber a relação das vítimas, dos autores e dos aplicadores da lei em relação a este delito e à sua ação, que embora pública dependerá da representação do ofendido para que de fato se proceda.

Através delas, tentaremos captar e analisar a presença de uma justiça negociada que já existia em relação ao delito aqui estudado e que buscava ser combatida com a adoção dessa nova forma processual de proceder, fato reforçado pela determinação legal de caberia ao ofendido o pagamento das custas processuais caso realizasse a representação e depois desistisse da ação.

Resultados parciais

Atualmente a pesquisa se encontra em sua fase final, já foram analisados tantos os debates parlamentares quanto doutrinas nacionais e internacionais, restando agora os processos judiciais.

Todas as fontes deixam claro que há uma forte conexão entre a publicização da ação penal no Brasil e o combate às práticas não institucionalizadas de justiça, chamadas de negociações, tanto pelos parlamentares, quanto pelos doutrinadores. Assim, fica evidente que no Brasil, foi necessário combater práticas de justiça não estatais de forma a garantir a efetivação e o funcionamento do aparato institucional de justiça. Era preciso garantir que se

extirpassem as práticas de vingança entre as partes; era necessário que se concentrasse no Estado o direito e a força de punir, retirando das partes o poder e a possibilidade realizar formas de justiças não institucionalizadas.

No caso italiano, houve uma institucionalização da participação dos ofendidos no aparato judicial através da adoção de um sistema que privilegiava a ação penal privada. Entretanto, a tradição francesa buscou combater tais práticas por meio da ampliação do aparato estatal, dando ao Ministério Público o dever de atuar no combate de todos os crimes limitando e dificultando a atuação do ofendido nas questões de direito penal.

Os juristas e parlamentares brasileiros parecem ter se espelhado na tradição francesa e buscaram, por meio de uma legislação mais combativa, extirpar as práticas de negociações, a fim de manter a hegemonia da nascente justiça brasileira. Entretanto, as recorrentes mudanças na legislação e as falas dos próprios parlamentares evidenciam que tal proposta não logrou êxito e trouxe outra questão, o uso da justiça penal.

Assim, é possível levantar a hipótese, a ser aprofundada na continuação desta pesquisa, de que a publicização da ação penal relativa ao furto de gado não impediu a barganha entre as partes, que continuou existindo a despeito da atuação estatal, de forma que a justiça institucional passou a ser uma ferramenta das negociações, assim, os ofendidos poderiam se utilizar da mobilização do aparato institucional como forma de pressionar e chantagear os criminosos. Com isso, além de não resolver a questão da impunidade e das negociações, a ação contribuía para a realização de negociações e a máquina estatal acabava sendo mobilizada como parte dessas negociações.

Assim, o Brasil se mostrava à procura de acompanhar a tradição moderna do direito penal, tradição essa que, durante toda a modernidade buscou “monopolizar totalmente os campos dos conflitos graves” (ALESSI, 2011, p.174), a assim como reduzir “enormemente os espaços de acordo em matéria penal, [debilitando] o papel da mediação social na solução dos conflitos, impondo a ideia de que não existe justiça sem a punição do culpado” (ALESSI, 2011, p.174). A ação penal pública condicionada à representação se apresenta como uma tentativa de aplicar as teorias penais da modernidade em terras brasileiras, efetivando e fortalecendo a atuação da justiça institucional sobre quaisquer outras formas de justiça.

Entretanto, apesar de poder ser incluída nesse modelo comum à modernidade, a justiça penal brasileira esbarrou em problemas e práticas próprias de sua realidade econômica e social, que impossibilitava o combate às práticas de negociações de maneira direta.

Provavelmente a grande extensão territorial e a falta de uma capilaridade do aparato de justiça que se formava tornava impossível a substituição dessas práticas de negociações por uma atuação do aparato institucional.

A observação a partir de uma inserção internacional do objeto revelou que a saída brasileira para lidar com o problema das negociações foi adotar um instituto penal que permitisse a inserção das negociações dentro do aparato jurídico, de forma a serem tuteladas ou resguardadas pela autoridade estatal, e, com isso, temos o nascimento da ação penal pública condicionada à representação.

Essa nova modalidade de ação penal surgia como uma forma de controlar a atuação das partes, tendo em vista a dificuldade de impedi-la. A função da ação penal pública condicionada à representação era a de evitar uma apropriação da justiça, muito relacionada às formas que Digens (2001) observou na primeira metade da idade moderna na Europa, qual seja, a resignificação do aparato institucional que buscava suprimir as negociações, de forma a torna-lo parte das próprias barganhas, tendo resultado contrário ao esperado: ao invés de impedirem as negociações, esse aparato acabou servindo como forma de obter melhores negociações.

Nesse sentido, o surgimento da ação penal pública condicionada à representação no Brasil é indissociável do combate às negociações. Ela se mostra como uma saída criativa, não só para as práticas de negociações, mas para outra problemática que nasce junto com formação de um aparato institucional de justiça que são os usos e apropriações que a população faz dele.

Assim, a adoção de uma ação penal condicionada à representação se baseou no modelo de ação penal condicionada francês, mas se diferenciou bastante dele. No caso brasileiro, nós não seguimos o exemplo francês de buscar suprimir as práticas de justiça não institucionais por meio da ampliação da força e da presença do aparato estatal. Nossa opção foi adotar um sistema mais conciliatório que garantisse a aplicação da punição estatal ao mesmo tempo em que inseria no meio institucional a participação do ofendido. Nesse sentido, a ação penal pública condicionada no Brasil era mais permissiva garantindo um maior espaço de atuação para os ofendidos.

Referências Bibliográficas

ALESSI, Giorgia. **Processo penale**: profilo storico. Roma-Bari: Laterza, 2011.

BRASIL. **Anais da Câmara de Deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1860
Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp> Consultado em 20/06/2019

_____. **Decreto Lei 121 de 1892**: Providencia sobre a penalidade e processo de crimes de furto de productos da lavoura e industria. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1892

_____. **Decreto 847 de 1890**: Promulga o Codigo Penal. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1890.

_____. **Lei de 29 de Novembro de 1832**: Promulga o Codigo do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1832

DINGES, M. Usi della giustizia come elemento di controllo sociale nella prima età moderna. BELLABARBA, M; SCHWERHOFF, A; ZORZI (Org) **Criminalità e giustizia in Germania e in Italia**. Bologna: Duncker & Humblot, 2001. p. 285-324.

GARNOT Benoît. Justice et société dans la France du 18e siècle. **Dix-huitième Siècle**, Paris, n. 37, 2005. Disponível em: <www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_2005_num_37_1_2657> Acessado em: 22/06/2019

HESPANHA, Antônio Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 1998

_____. Da “iustiticia” à “disciplina: Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: **Justiça e litiosidade**: História e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history. Are we all comparatists now? **Seqüência**, Florianópolis, n. 70. junho de 2015, p. 57-75.

SBRICCOLI, Mario. Il furto campestre nell'Italia mezzadrile. In: **Storia del Diritto Penale e Della Giustizia**: Scritti editi e inediti (1972 – 2007). Milano: Giuffrè Editore, 2009, p. 419 - 429.

Opulência e ruínas: a fazenda do Mau Cabelo num contexto de longa duração

Márcio Mota Pereira

Doutor em História

Universidade Federal de Minas Gerais

drmmota@yahoo.com.br

Resumo: Estabelecida às margens do Caminho Novo da Estrada Real, nas proximidades do encontro deste com o Caminho Velho, a antiga Fazenda do Mau Cabelo foi, nas primeiras décadas das atividades mineradoras, um dos principais estabelecimentos destinados ao pouso, descanso e reabastecimento dos viajantes que percorriam os caminhos de Minas com direção à região de Vila Rica e Vila do Carmo, bem como o fluxo que se dava no sentido contrário. Ao longo de todo o século XVIII, assistiu a um grande período de opulência, transformando-se em propriedade produtora de gêneros alimentícios que tinham como destino as vilas do ouro. Mais para o fim do século, foi adquirida por um importante naturalista luso-brasileiro, Joaquim Veloso de Miranda, que a partir de seu cabedal intelectual a transformou em um grade laboratório para o estudo de distintos gêneros da História Natural. Ao longo do século XIX, a opulência que durante tanto tempo caracterizou tal propriedade deu lugar ao abandono, que culminou com o fim da propriedade em tempos mais recentes. É, pois, objetivo deste estudo analisar a importância da antiga fazenda do Mau Cabelo no contexto da produção de gêneros para as regiões mineradoras, bem como constatar os motivos que levaram ao colapso desta importante propriedade rural mineira.

Palavras-chave: Estrada Real, Fazenda do Mau Cabelo, Fazendas Históricas.

Introdução

Esta pesquisa decorre de outra, de maior vulto, que culminou com a defesa da Tese de Doutorado *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em História Natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*, onde procurou-se contextualizar a atuação do naturalista em questão com a prática das indagações filosóficas em História Natural, sobretudo em Botânica, na então capitania mineira.

Das várias fases de sua vida de homem letrado colonial e dos lugares por onde transitou e se fixou, a última é aquela que assinala a sua fuga de Vila Rica, quando passa a se dedicar aos assuntos que eram de seu interesse, de vieses econômicos e ilustrados. Para tanto,

refugia-se em sua propriedade rural, a fazenda do Mau Cabelo, distante não muitas léguas de Vila Rica, mas o suficiente para que não fosse necessária uma maior atenção de sua pessoa para com os assuntos que não aqueles do seu particular interesse.

Uma fase de opulência

A mais antiga referência documental sobre a região que compreendia a Fazenda do Mau Cabelo data de 1717, quando um tal José Duarte recebeu sua Carta de Sesmaria, a qual viria a ser confirmada no ano de 1722. Por essa época a fazenda fazia parte da freguesia de Itatiaia, e era conhecido pelo que “*Mao Cabello*”.

O *Itinerário Geographico com a verdadeira descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Citios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que há da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*, atribuído a Francisco Tavares de Brito e publicado na primeira metade do século XVIII, mais precisamente em 1732, fez referência à fazenda do Mau Cabelo quando o autor se refere ao *Macabelo*, situava à época no então caminho do *Callanday*, um dos ramos do Caminho Novo da Estrada Real.

Sobre sua denominação Augusto de Lima Júnior (1978: p. 135) afirma que,

esse nome quer dizer cristão novo judaizante e disposto a enfrentar o Santo Ofício. Da relação publicada por Varnhagen, de judeus remetidos à inquisição de Lisboa nesse tempo, constam vários da região. Um deles deverá ter sido esse corajoso que deu nome ao lugar. *Macabelo* deriva de *Macabeu*.

Também Maria Antonieta Cohen (2006, p. 81) discorre sobre a origem cristã-nova do topônimo, associando-o às passagens bíblicas que versam sobre a perseguição dos povos hebreus pelos selêucidas, encontrando diversas variações do termo, como *Macabelo*, *Macabello*, *Mao Cabello*, *Mao Cabelo*, *Mau Cabello* e sua forma atual, *Mau Cabelo*, ainda utilizada para designar o local da antiga fazenda, terras hoje situadas no município de Santana dos Montes.

Disposta ao longo do Caminho Novo da Estrada Real, a fazenda do Mau Cabelo era passagem obrigatória para aqueles que transitavam entre as Minas e o litoral, e aparece em

A cartografia da época obviamente não era precisa, e indicava Mau Cabelo ora a Oeste de Ouro Branco, ora ao Sul, sendo esta a posição mais correta, para os lados do antigo arraial minerador de Itaverava, hoje cidade próxima à Santana dos Montes.

Ao longo do Setecentos a propriedade foi responsável pela produção de gêneros alimentícios que eram consumidos nas regiões mineradoras de Itaverava, Ouro Branco, Vila Rica e Congonhas, sendo possível que também tenha produzido queijo, regularmente vendido no Rio de Janeiro.

Já para o fim do século XVIII não é possível constatar quem era o seu proprietário nem o que a propriedade produzia, mas é fato que em 1797, após ser incumbido de pesquisar a existência de lavras naturais de nitro, mineral do qual é extraído o salitre, um dos componentes da pólvora, o naturalista mineiro Joaquim Veloso de Miranda respondeu à Corte afirmando que havia encontrado um local próximo à Vila Rica que era considerado propício para esta produção; a Fazenda do Mau Cabelo. É provável que de posse dessas informações privilegiadas, tenha adquirido a propriedade.

Filho de pai minhoto que casou-se com a filha de um rico minerador português da região do Inficionado, em Mariana, Joaquim Veloso de Miranda era sobrinho do Frei Santa Rita Durão, autor de Caramuru, e formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, retornando às Minas em 1780 onde passou a realizar pesquisas em História Natural para a Coroa portuguesa, tornando-se o mais destacado naturalista dedicado à botânica nas Minas Gerais setecentistas.

No Mau Cabelo, Veloso de Miranda criou um empreendimento oficial chamado “Nitreiras e Fábrica de Pólvora da Capitania das Minas”, que deveria ser responsável por realizar uma produção de salitre que sanasse a dependência que a América portuguesa tinha para com o salitre importado (PEREIRA, 2014, p. 516). No entanto, o planejamento de Velos de Miranda não se mostrou eficaz, e a fábrica não produziu o volume de salitre esperado, tanto pela dificuldade em se produzir uma maior monta do produto, tanto pela produção ser tão dispendiosa quanto a importação do mesmo produto.

Após afastar-se das atividades de filósofo naturalista, Velos de Miranda utilizou de

seus conhecimentos em Ciências Naturais para instalar várias culturas e indústrias em sua fazenda, como a criação de gado para a produção de leite, de ovelhas para lã, o cultivo de roças de milho, mandioca e cana, de onde produzia inúmeros gêneros de fácil consumo nas minas, como farinhas, fubá, rapadura e aguardente, como é possível constatar a partir dos implementos que eram encontrados na fazenda. Veloso de Miranda plantava ainda algodão, produzindo matéria prima para mover uma pequena fábrica de “chapéu de mineiro”, um tipo de chapéu que era tradicionalmente utilizado apenas em Minas Gerais, como observou Saint-Hialire (2004, p. 76), e outra de tecidos finos, em que aplicava cores diversas, inclusive o carmim, extraída a partir de sua criação de cochonilhas, tudo isso movido por um plantel que alcançava 24 escravos, quando da morte de Veloso de Miranda, em 1816.

Neste mesmo ano se deu o inventário desde proprietário. Como não tinha filhos, essa propriedade foi herdada por seu irmão, Antônio Veloso de Miranda, que rapidamente dela se desfez.

A decadência e as ruínas

Desde então, foi possível ter notícias da fazenda Mau Cabelo apenas no ano de 1855, quando o Registro de Terras Públicas e Escrituras da Villa de Queluz de Minas (1854-1857, fl. 26) situava a propriedade como sendo pertencente ao distrito de Santa Anna do Morro do Chapéu, ou seja, já desvinculada do território de Ouro Branco. Nessa ocasião, era propriedade por herança e compra de um tal José Francisco Teixeira Penna, fazendo divisas com as propriedades de Dona Ignez, dos filhos do finado Vigário Francisco Pereira de Assis e com aquela pertencente ao Comendador Joaquim Baeta Neves e de José Barbosa.

Ao cotejar as informações fornecidas nesses documentos foi possível situar o local exato em que se encontrava a antiga fazenda do Mau Cabelo. Também o naturalista alemão Wilhelm von Eschwege (1897, p. 153) legou comentários acerca da fazenda em que vivia Veloso de Miranda, situando a mesma em terras “mais a leste de Ouro Branco”, nas proximidades do “mais acantilado dos rochedos”, referência a um local comumente conhecido como Pedreira, localizado entre a outrora sede da Fazenda do Mau Cabelo e a Fazenda do Santinho, ainda existente e em ótimo estado de conservação.

Imagem 3: “Foto do “mais alcantilado dos rochedos”.



“Mais alcantilado dos rochedos” foi uma expressão utilizada por Eschwege para designar uma eflorescência rochosa localizada entre a Fazenda da Cachoeira do Santinho e a antiga Fazenda do Mau Cabelo (Coordenadas Geográficas: -20.77141°, -43.71344°). Foto do autor. Julho de 2017.

Em 1880, ainda que pertencendo a José Francisco Teixeira Penna, a fazenda do Mau Cabelo foi descrita como uma área muito menor que outrora, ressaltando sua fragmentação. Após o falecimento desse proprietário, as terras da fazenda passaram às mãos de seu filho, Josino Teixeira, sendo posteriormente transmitida ao filho deste, Josino Teixeira Filho, já falecido, e que era conhecido na região como Neném do Mau Cabelo. Este era, por sua vez, pai do senhor Josino Teixeira Neto, que entrevistamos ao longo da redação da Tese que Doutorado, do qual esta pesquisa é desdobramento. No ano de 2017, o senhor Josino Teixeira Neto contava 75 anos.

Disse o entrevistado que no ano de 1972 contraiu matrimônio e manteve sua morada na fazenda do Mau Cabelo, onde fazia companhia a seu pai. Segundo ele, à época, a fazenda já estava muito deteriorada, mas ainda habitável. Após o falecimento de seu pai, alguns anos depois, e somando-se o estado precário de conservação da propriedade, da falta de condições financeiras da família para recuperar e manter a casa grande e da decisão dos outros herdeiros em vender a propriedade, o senhor Josino Teixeira Neto decidiu-se mudar desde a fazenda para núcleo urbano de Santana dos Montes, acompanhado da esposa e filhas. “Pouco tempo”

depois, ainda na década de 1980, a casa sede da fazenda colapsou.

Segundo o Sr. Josino Teixeira Neto, passados poucos anos, a estrutura que sobrou da fazenda, composta pelas madeiras, pelos muros de pedra e pela escada, também de pedra, que dava acesso ao andar superior da propriedade foram vendidas pelos herdeiros e adquiridas pelo proprietário de outra centenária fazenda da região, chamada Fonte Limpa. Segundo o Sr. Josino Neto, foram necessários vários meses para que os escombros que restaram da fazenda do Mau Cabelo fossem transportados para a nova propriedade, o que demonstra que sua estrutura era considerável. Com parte deste material, a Fazenda Fonte Limpa foi amplamente restaurada tendo sido, em 1998, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Atualmente, é esta uma propriedade dedicada ao turismo de base rural, comum à região, de propriedade de um senhor chamado Bruno, neto do historiador mineiro Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos.

Infelizmente o Sr. Josino afirmou não possuir fotos da fazenda do Mau Cabelo quando de sua existência, conquanto afirme que ela era muito grande, e que possuía perfil similar à Fazenda Cachoeira do Santinho, ainda hoje bem preservada, com um amplo “porão” no andar de baixo, onde “se podia entrar montado a cavalo”, ressaltando a altura do pé direito da edificação, e grades de ferro nas janelas (resquícios de uma antiga senzala?). No andar superior, segundo ele, haviam muitas divisões (não se lembra quantas), mas afirmou que a sala equivalia a quatro cômodos contemporâneos, e que haviam muitos quartos, uma grande cozinha e uma varanda. No quintal, ao redor da casa, estavam dispostas várias estruturas, como um engenho de moer cana, um moinho para grãos e um paiol, todos cobertos com telhas de barro, além de um curral, várias culturas, um grande cafezal e outras tantas árvores frutíferas. Há alguns metros de onde estava a casa corre um córrego, conhecido na região como Mau Cabelo, e que “vem dos lados do Alvarenga” para, depois, seguir em direção à cidade de Santana dos Montes.

Atualmente, apenas alguns poucos muros de pedra delimitam parte da área que outrora havia construída na Fazenda do Mau Cabelo. No exato local onde havia construída a casa grande consta hoje uma pequena habitação, pertencente a outro proprietário, erguida com blocos de cimento e coberta com telhas em estilo colonial, nada lembrando a propriedade que

foi um dia, a não ser uma velha canga de carro de boi fixada sobre a porta de entrada, de ponta cabeça, na qual foi escrito aparentemente com carvão o nome “Mau Cabelo”, como “antigamente”.

Há poucos metros desta se faz presente um moinho, sendo este um dos dois que havia na propriedade de Veloso de Miranda. No caminho entre as fazendas Cachoeira do Santinho e Mau Cabelo, nas proximidades do “mais acantilado dos rochedos”, em terreno de outro proprietário, ainda consta outro moinho que há muito foi da fazenda de Veloso de Miranda, já muito deteriorado.

Considerações Finais

Apesar de restarem hoje apenas as ruínas, buscou-se a partir dessa pesquisa trazer à luz da historiografia o esplendor e a glória dos tempos pretéritos da fazenda do Mau Cabelo, quando diretamente esteve envolvida no processo de ocupação da região das minas do ouro e contribuindo, assim, para o desenvolvimento da economia mineira, estando inserida desde os primeiros tempos da ocupação do território, em ações que envolviam o movimento das tropas de muares, dos homens, do ouro e dos produtos de primeira necessidade que percorriam a Estrada Real ora no sentido do cerne da mineração, ora no sentido do litoral.

Posteriormente, quando a produção do ouro já havia alcançado o seu auge e, desde então, diminuía ano após ano, a fazenda do Mau Cabelo já não era tão essencial na concretização desse movimento de gentes e produtos, afinal, nem mesmo a Estrada Real foi mantida em apenas um eixo, surgindo novos caminhos que encurtavam distâncias, processo que distanciou ainda mais esta propriedade de sua função de outrora.

Quando da virada do século oitocentista para o posterior, buscou-se a institucionalização de outra atividade, a qual deveria ser responsável por ajudar a manter a integridade da capitania e aliviar as despesas com consumíveis bélicos, como a pólvora. A desejosa produção de salitre, no entanto, não se concretizou da forma que se esperava, e novamente Mau Cabelo foi abandonada à luz do tempo, até seu esfacelamento pouco mais de 250 anos após sua fundação.

Referências Bibliográficas:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Registro Paroquial de Terras do Termo da Vila de Queluz**, Livro N° 177, 1854-1857. Relação dos possuidores de terras registradas na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Queluz, assento n° 247.

BLAKE, Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRITO, Francisco Tavares de. **Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Citios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que há da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro**. Sevilha: Na Officina de Antonio da Sylva, 1732. Disponível em versão digitalizada no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/150>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. A Toponímia mineira: o caso de Macabelo. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Contribuições para a geognostica do Brasil, com quatro cartas geognosticas e petrographicas e secções de perfil**. Rio de Janeiro: S/E, 1932, *apud* XAVIER DA VEIGA, José Pedro. **Ephemérides Mineiras**. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1897, Vol. 3.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Cartografia. ARC. 030, 03, 019. **Mapa da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco**. [S.l.: s.n.]. [17--]. Medida: 52,5 x 64cm.

_____. Acervo Cartográfico. ARC. 030, 03, 018. **Mapa da Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco**. [S.l.: s.n.]. [17--]. Medida: 56 x 65,5 cm. Localização: ARC. 030, 03, 018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta SF-23-X4-VI-4, **Capela Nova**, Escala 1:50.000, 1976.

LIMA JÚNIOR, Augusto. **A Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1978.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, Vol. 15, N° 29, Jul./Dez. 2014, p. 516.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora ITATIAIA. 2ª ed. 2004.

Paz e guerra expressas no discurso da carta de Cristóvão Colombo

Maria Fernanda Melgaço Almeida
Graduanda

Universidade Federal de Minas Gerais
maria.fma@outlook.com

Resumo: A chegada à América, em 1492, abriu para o mundo oportunidades e um novo rumo para a história. Embora não pela primeira vez, o europeu teve a chance de conhecer nações e culturas bem distintas das suas. Entretanto, como constata Tzvetan Todorov, o europeu descobriu a América no ano de 1492, mas, perdeu a oportunidade de descobrir o outro. Daí, surgiu um embate que envolvia o material e o imaterial e que acompanhou as relações entre europeu e nativo no início da Modernidade. Esse conflito fez-se presente nas capturas, catequizações e demais europeizações forçadas, mas, originou-se no campo psicológico. Ou seja, a guerra física entre europeu e nativo eclodiu a partir da incompreensão da diferença cultural por parte daquele. Nesse aspecto, o presente trabalho tem como propósito analisar a Carta de Cristóvão Colombo a Santangel a partir de suas nuances discursivas acerca do tema “Guerra e paz”. Para tanto, é necessário localizar o primeiro contato dos dois mundos, a cultura incompreendida, a incipiente identidade espanhola e o etnocentrismo. Percebe-se, assim, que a carta revela o conflito psicológico que se fundamenta na falta de alteridade. Outrossim, existem interesses por de trás de toda narrativa e, portanto, também se localiza a necessidade discursiva do autor, expressas na afirmação do imaginário e enaltecimento da terra apropriada. A necessidade de inventar uma América a partir do que, então, queria ser visto ou encontrado, bem como, o que o destinatário queria ler. Em suma, tem-se um incipiente trabalho de localização do conflito presente na carta, além da busca pela causa de tais conflitos. Ademais, há a tentativa de conhecer melhor o autor e seu contexto para encontrar suas omissões e demais estratégias discursivas. Tenta-se, então, perceber como o conflito psicológico é expresso no discurso europeu e, principalmente, como ele dialoga com o conflito físico, uma vez que a incompreensão cultural foi a causa de um posterior genocídio. Assim, vê-se que ainda há muito a se compreender das narrativas de Colombo, a fim de perceber como a dificuldade de reconhecer e respeitar a diferença é tão presente até os dias de hoje.

Palavras-chave: Conflito, Cultura, Colombo.

Entre linhas: O conflito nas entrelinhas

O trabalho tem como objetivo analisar o primeiro contato entre europeus e os povos nativos da América. Para tanto, uma das cartas de Cristóvão Colombo foi escolhida por suas nuances discursivas, a fim de perceber, pela visão do almirante, até que ponto houve conflito entre Velho e Novo Mundo, por quais motivos tal conflito se justifica e, principalmente, como ele se aloca não só no campo físico, mas também, coexiste no campo psicológico. Cabe ressaltar que o espaço-tempo aqui trabalhado é, estritamente, o primeiro contato e, portanto, não se pretende caracterizá-lo como permanente em toda a história da América-espanhola. Além disso, por ter a carta de Colombo como fonte, tem-se uma percepção restrita e, possivelmente, distorcida dos acontecimentos, um traço retórico – muitas vezes

imperceptível – que este trabalho se propõe a analisar. Ou seja, os silêncios (omissões) da carta e as suposições possuem, aqui, um importante papel.

A carta, datada de 15 de fevereiro de 1493, quando da chegada espanhola ao continente americano, traz percepções que se configuram como a primeira impressão europeia das novas terras. Hoje, a versão manuscrita original do documento se encontra conservada no *Real Archivo de Simancas*, mas, para facilitar o acesso, existem cópias que já foram transcritas como a aqui utilizada (NAVARRETE, 1825, p. 167-176). A carta em questão tem como destinatário Santangel, o maior apoiador de Colombo, que conseguiu convencer a Coroa Espanhola a patrocinar a expedição desse almirante (KIRKPATRICK, 2004, p. 11-39), o que evidencia o caráter de débito em que tal foi escrita. Mesmo assim, ela é de grande relevância, uma vez que registra a percepção de Colombo sobre a situação como um todo, ou seja, como ele compreendia o processo de apropriação de um novo território.

Em um primeiro momento, a carta foi lida à procura de narrativas de batalhas, pensando que a presença delas daria ao contato entre os dois mundos um caráter de guerra. Do contrário, a ausência de tais conflitos configuraria a relação intercontinental como pacífica. No entanto, após essa leitura inicial, percebeu-se a ausência de conflitos militares, mas, isso não se fez determinante no caráter da dominação. Embora o termo pareça forte demais, é importante ressaltar que o almirante exercia, conscientemente, uma dominação, pois, desde o princípio da carta, trata as terras encontradas como posses. Na mentalidade de Colombo, ele teria total direito de fazê-lo, visto que se utilizou de “pregão e bandeira Real estendida” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 167, tradução nossa), mecanismos jurídicos europeus para apropriação, caracterizando o ato de dominar como legal e legítimo (GREENBLATT, 1989, p. 43-67). Segundo Greenblatt (1989) tais mecanismos eram regidos pelas *Institutiones de Justiniano* (parte constituinte do Direito Romano), as quais diziam ser natural [sic] a cessão de uma terra a um outro proprietário. Porém, para haver uma cessão seria necessário consentimento, o que leva o almirante, logo após a descrição da apropriação, a ressaltar “não me contradisseram” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 167, tradução nossa). Aqui, nota-se que essa legitimidade é questionável, porque o nativo (outro lado da negociação) sequer conhecia ou tinha consciência desse processo jurídico e, portanto, estava impossibilitado de se colocar contra ou a favor dessa cessão de terras. Além disso, ao se utilizar de mecanismos jurídicos europeus, Colombo trata a sua cultura como universal, ou seja, age de forma etnocêntrica.

Além de se utilizar da justiça europeia, outros etnocentrismos são recorrentes ao

longo de toda a carta, ao considerar etnocentrismo como o estabelecimento de um parâmetro ideal, “a dedução do universal a partir de um particular” (TODOROV, 1993, p. 31). Vê-se, então, que esse parâmetro particular para o autor era a Europa e, assim, a América e seus povos são descritos em constante comparação com países e costumes europeus. Cabe dizer que comparações eram necessárias para que o destinatário compreendesse um mundo desconhecido. Dessa forma, encontra-se na fonte passagens comparativas como “esta ilha [Juana] é maior que a Inglaterra e a Escócia juntas” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 171, tradução nossa). Contudo, a comparação se torna nociva quando acompanhada de inferiorização da cultura nativa. Visto isso, o fato de os povos andarem desnudos e, segundo o almirante, não possuírem “nem ferro nem aço: armas, nem som para isso” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 169, tradução nossa), automaticamente, os configuraria como inferiores. Por sua vez, essa suposta superioridade europeia também é sustentada na carta pela condição bélica e procedência divina atribuída aos europeus. Esta diz respeito à forma pela qual os nativos viam o espanhol, ou seja, Colombo escreve que “acreditavam firmemente que eu, com estes navios e pessoas, vinha do céu” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 170, tradução nossa). Ademais, a superioridade bélica europeia foi justificada, na fonte, por não haver armas de aço ou ferro no Novo Mundo, pela visão do autor, não por incapacidade física dos povos, “mas porque são temerosos ao extremo” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 169, tradução nossa). Nesse aspecto, é notável que a ausência de armamentos iguais aos europeus dentre os nativos, que deveria ser reconhecida como diferença cultural, é atribuída a uma qualidade identitária baseada em juízo de valor: a covardia.

Associa-se à universalização do mundo e dos valores europeus pelo autor, a necessidade de se europeizar os novos domínios. Necessidade tal que se expressa na afirmação de Colombo a respeito da potencialidade das terras americanas “para plantar e semear, para criar gados de todas as sortes, para edificação de vilas e povoados” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 169, tradução nossa). Nesse trecho, nota-se que o autor desconsidera a organização social já existente, novamente, pela imposição de uma sociedade nos moldes europeus. Outra dessas europeizações se manifesta na fonte pelo imperativo de catequização dos povos presente na passagem em que o almirante afirma “espero de suas Altezas determinação para a conversão deles à nossa Santa Fé, a qual são muito dispostos” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 171, tradução nossa). Dessa forma, fica clara a intolerância a ou negligência para com a diferença cultural, uma vez

que a suposta superioridade espanhola justifica, para Colombo, europeizações. Então, pode-se afirmar que o conflito alocado no campo psicológico transborda para o campo físico.

Contudo, embora apresente conflitos físicos, a carta não registra nenhum conflito militar, batalha. Pode-se pensar nessa ausência como uma omissão discursiva, ou seja, a necessidade do autor de descrever a dominação o mais tranquila, próspera e bem-sucedida possível. A mesma necessidade levaria o almirante a narrar a passagem “muitas vezes, me aconteceu enviar à terra dois ou três homens à alguma vila para estabelecer fala, e sair deles sem número, e depois que os viam chegar fugiam a não aguardar pai ao filho” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p.169, tradução nossa), visto que uma constante fuga por parte do nativo o coloca como submisso, medroso. Por ser covarde, o nativo não teria, para Colombo, capacidade de governar aquelas terras. Por outro lado, a covardia e a superioridade espanhola narradas colocam o indígena como incapaz de enfrentar o europeu e, portanto, não visto como inimigo ou ameaça. Soma-se a isso, a frase inicial da carta “Senhor: Porque sei que terá prazer da grande vitória que nosso Senhor me deu em minha viagem” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 167, tradução nossa), uma vez que, por tratar essa investida como vitória, é provável que o autor julgava – desde o início – desnecessária a guerra para se efetivar a dominação. Vale dizer que o inimigo em potencial viria de fora, o que leva Colombo a construir uma fortaleza em uma das ilhas encontradas, a única construção por ele citada na fonte (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 172). Visto isso, a não existência de guerras, não isenta a dominação de conflitos físicos. Além da construção efetuada, outro embate físico se evidencia na passagem “Tomei por força alguns deles para que se separassem e me dessem notícias do que havia naquelas partes” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 170, tradução nossa), em que Colombo narra a captura forçada de nativos para ajudarem no reconhecimento territorial. Percebe-se, assim, diferentes abusos espanhóis, abusos esses que apenas se suavizaram pela tentativa espanhola de ganhar a confiança dos povos, segundo Colombo, “dava atrativas coisas boas que levava para que tomen amor; e além disto se façam cristãos, que se inclinam ao amor e serviço de suas Altezas e de toda a nação casteliana” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 170, tradução nossa).

Por outro lado, pode-se pensar a existência de uma tensão de conflito devido ao reforço armamentício feito por Colombo na ilha de Navidad, em que o almirante diz ter “deixado nela gente que basta para semelhante função [de força] com armas e artilharias e mantimentos para mais de um ano, e fusta e mestre de mar em todas artes” (COLOMBO,

1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 172, tradução nossa). Tal reforço, então, demonstra certa insegurança na apropriação espanhola. Certamente, ele seria útil contra um possível invasor, mas também leva à reflexão sobre a ameaça indígena. Para que a dominação se efetivasse, seria necessário suprimir à força a cultura então presente no Novo Mundo, daí viria a utilidade das armas e pessoas deixadas em Navidad. Além disso, esse reforço armamentício enfatiza, novamente, a necessidade discursiva do autor, ou seja, necessidade de mostrar ao seu destinatário – que patrocinou a expedição – segurança, sucesso, estabilidade e, principalmente, efetivação da apropriação. Fato esse que levaria Colombo a omitir ameaças e guerras, narrando uma situação de total prosperidade no Novo Mundo. Outrossim, essa necessidade discursiva mostra-se presente em vários trechos da carta, por exemplo, na forma como Colombo se descreve bom almirante e, notavelmente, um homem bondoso. Ser bom era identificar-se como um seguidor dos valores cristãos, um atributo interessante para o remetente, visto que Colombo era genovês e a Coroa Espanhola, a mando de quem ele viajava, tinha os Reis Católicos no poder. Vale dizer que “a nacionalidade espanhola se ergueu sobre pureza de sangue e ortodoxia da fé” (FUENTES, 2001, p. 87). Logo, Colombo precisava se configurar em tais moldes para ser reconhecido e legítimo no posto de almirante da Coroa.

Ademais, a necessidade discursiva se mescla, ao longo da carta, com a necessidade de afirmação do imaginário. Como ocorre em muitas cartas de viajantes, há descrições claramente ficcionais feitas por Colombo como “[...] uma das quais chamam Avan, aonde nasce gente com rabo” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 171, tradução nossa). Outras descrições podem ser comparadas a narrativas mitológicas, a exemplo da passagem “[...] na qual não há nenhum homem. Elas [mulheres indígenas] não praticam exercício feminino, [...], e se armam e protegem com lâminas de cobre [alambre], de que têm muito.” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 173, tradução nossa), em que o autor descreve povoações de mulheres guerreiras, tal qual as amazonas. Essas descrições, de teor claramente ficcional e mitológico, advém do imaginário da época, e servem na carta como afirmação do que quer ser visto pelo autor. Ao mesmo tempo, há uma constante repetição, pelo remetente, de que, nas palavras do autor, “Nestas ilhas até aqui não encontrei homens monstruosos como muitos pensavam” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 172, tradução nossa). Com isso, vê-se a gradual quebra de expectativa do que se esperava encontrar, embora haja uma dificuldade do autor em romper por completo com o mundo imaginário. Portanto, existe uma constante manutenção e associação entre o

imaginário e o real, além da reafirmação da possibilidade de se encontrar o imaginário nas partes, até então, desconhecidas do Novo Mundo. Contudo, o que, segundo o autor, poderia ser colocado como maldade ou monstrosidade, como o canibalismo cultural, é descrito como mais uma característica identitária indígena. Quando Colombo descreve povos canibais, ele afirma “eu não os tenho em nada mais que os outros”, ou seja, ele identifica todos os povos como igualmente inferiores. Assim, é possível analisar as generalizações feitas pelo autor, que trata os povos indígenas como homogêneos. A exemplo disso, acentua-se a passagem em que Colombo afirma, indistintamente, “Em todas estas ilhas não vi muita diversidade da feição da gente, nem nos costumes, nem na língua, salvo que todos se entendem, que é coisa muito singular” (COLOMBO, 1493, *apud* NAVARRETE, 1825, p. 171, tradução nossa). A suposta unidade linguística é posta como uma característica que, segundo ele, facilitaria o processo de cristianização. Contudo, percebe-se que a unidade é uma generalização que, por sua vez, é outra característica discursiva pautada na construção polarizada do europeu e o Outro, como partes homogêneas. Construção de polos que também é feito por Colombo como eu/Outro, bom/mau, superior/inferior, corajoso/covarde, dominador/dominado, Ocidente/Resto (HALL, 2016, p. 314-361). Dessa forma, a dominação europeia pode ser caracterizada como um conflito psicológico, por parte de Colombo, advindo da desconsideração do Outro como ser humano. Segundo Todorov (1984), “Colombo descobriu a América, mas não os americanos”, ou seja, houve uma total falta de alteridade por parte do almirante.

Desfecho: o início de uma guerra

Em suma, a Carta de Cristóvão Colombo traz reflexões muito interessantes por descrever o primeiro contato entre Velho e Novo Mundo. Visto isso, é possível dizer que a apropriação relatada por Colombo é permeada de conflitos físicos e psicológicos que dialogam entre si. A partir do etnocentrismo, Colombo legitima suas ações, logo, o conflito psicológico se converte em conflito físico. Ao mesmo tempo, esse embate psicológico inibe certos atos, como se evidencia ao tratar a dominação como vitória, considerando-a inevitável, devido à suposta superioridade europeia. Contudo, a história provou que o conflito não estava ganho, uma vez que foram necessários anos de resistência indígena e conquista para que a dominação se efetivasse. Afirma-se, então, que a guerra presente no discurso de Colombo, diferente do que se esperava quando do início da pesquisa, não foi uma hegemonia do conflito físico, mas sim, a hegemonia do conflito psicológico pautado na incompreensão da alteridade. Pelo dicionário, uma das definições de guerra é “oposição; luta” (FERREIRA, 2018). Com

isso, é possível dizer que Colombo registra sim uma guerra, não um conflito militar, mas, uma guerra interna de afirmação cultural ocasionada pela oposição entre o já conhecido, o novo e o imaginário. Ao conhecer o contexto de início da Modernidade, é possível dizer que a afirmação cultural era interessante à Espanha que tentava se unificar em uma identidade, para surgir como um só Estado influente no cenário geopolítico da época. O presente trabalho, então, ressalta o papel de Colombo como precursor dessa investida espanhola.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/guerra> Acesso em 7 de julho de 2019 às 20:20.

FUENTES, Carlos. **O Espelho Enterrado** - Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GREENBLATT, Stephen. Maravilhosas possessões. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 43-62, 1989.

HALL, Stuart. O ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, p. 314-361, mai-ago. 2016.

KIRKPATRICK, F.A. **Los Conquistadores Espanoles**. Madrid: Rialp, 2004.

NAVERRETE, Martín Fernández de. **Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles**. Madrid: Imprenta Real, 1825. p. 167-176.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. New York: Harper Torchbooks, 1984.

_____. **Nós e os outros**. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993. 194 pp.

“Pé do meu samba, chão do meu terreiro”: a África que resiste no samba brasileiro

Patrícia Nogueira Silva
Doutoranda em História
Universidade de Brasília
nogpatricia@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar os resultados parciais de pesquisa de doutorado que analisa discursos que conferem ao samba uma identidade diaspórica, marcada pelos vínculos estabelecidos com uma África que existe e resiste em suas dimensões musicais, históricas, sociais e culturais. Compromissada com a descolonização do conhecimento e tendo a interdisciplinaridade como princípio norteador, adota como referencial teórico a perspectiva latino-americana da decolonialidade e do pensamento negro. A investigação analisa um conjunto de sambas cariocas gravados a partir da década de 70, priorizando o conteúdo de suas letras e os sentidos implicados em seus textos. Esse gênero musical e manifestação cultural situa-se como importante elemento de expressão cultural da população negra do Rio de Janeiro e poderoso núcleo de resistência cultural.

Palavras-chave: Samba; África; História.

O nosso samba, humilde samba

*Os tempos idos, Nunca esquecidos
Trazem saudades ao recordar
É com tristeza que eu relembro
Coisas remotas que não vêm mais
Uma escola na Praça Onze
Testemunha ocular
(Cartola, 1977)¹*

Considerando que sua “certidão de nascimento” foi a gravação de “Pelo Telefone”², em 1917, o samba completaria um século de existência em 2017. Se esta marcação temporal, tendo por referência sua entrada no mercado fonográfico, estabelece o nascimento desse gênero musical carioca como fenômeno cultural, suas origens remontam outras temporalidades e territórios. “É que o samba nasceu lá na Bahia”³, já dizia o poeta Vinícius de

¹ Tempos Idos, Cartola/ Carlos Cachaca, LP “Fala Mangueira- Cartola, Carlos Cachaca, Clementina de Jesus, Nelson Cavaquinho e Odete, Gravadora: Odeon, intérprete Odete Amaral. 1968. <http://immub.org/album/fala-mangueira-cartola-carlos-cachaca-clementina-de-jesus-nelson-cavaquinho-e-odete-amaral>. Música disponível em: <http://immub.org/album/verde-que-te-quero-rosa> (com Cartola, em 1977).

² Considerado o primeiro samba a ser gravado no Brasil, com registro na Biblioteca Nacional. A autoria atribuída a Donga (Ernesto dos Santos) e Mauro de Almeida foi contestada por sambistas que afirmaram ter sido esta uma composição coletiva oriunda dos encontros na casa da Tia Ciata (NETO, 2017).

³ Samba da Benção – Baden Powell e Vinícius de Moraes, LP Vinícius: Poesia e Canção vol. I, Gravadora Forma, 1966. Música disponível em: <http://immub.org/album/vinicius-de-morais-maximo-da-bossa>

Moraes em seu “Samba da Benção” (1966), ao lembrar como o surgimento deste antecede seu ingresso no sistema de produção capitalista da indústria fonográfica.

O samba é, num primeiro momento, um estrangeiro no Rio de Janeiro, não apenas por sua localização social na roça, que se opõe à cidade e em particular a capital federal que era precisamente o Rio, mas também por sua localização geográfica no “Norte” (especialmente na Bahia) (SANDRONI, 2001, p. 87).

Objeto de disputa tanto na literatura especializada quanto nas letras de samba, seu local de origem transitou entre muitos polos: Rio/ Bahia, rural/ urbano, morro/ cidade. O fato é que, inegavelmente, ele seria outro a partir desses deslocamentos, sofrendo transformações que preocuparam sambistas e instigaram muitas pesquisas. A canção que dá título à tese em desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em História da *Universidade de Brasília*, “Pé do meu samba” (2002), recupera várias passagens, lugares e personagens da história do samba, revelando sua penetração no meio social. Do terreiro para outros espaços sociais, ele transita e se modifica, ao mesmo tempo que mantém com o passado uma relação viva e constantemente atualizada. Como poetizou Cartola, o samba dialoga com a tradição, com as “coisas remotas” da Praça Onze⁴, “onde os malandros iam sambar”. Mas também se reinventa, “entrando pelos salões da sociedade”. Esse percurso despertou interesse em estudiosos de diversas áreas. Apreendido em múltiplos campos, continua a percorrer infindáveis discussões, como a que aqui se desenvolve no âmbito da história.

A pesquisa, cujos resultados parciais são aqui apresentados, tem por objetivo investigar como os discursos sobre o samba lhe conferem uma identidade que restitui, preserva e reforça elos solapados por sucessivas tentativas de desafricanização por ele sofridas. Incursiono na história do samba atenta ao processo que constrói para este uma identidade diaspórica, marcada pelos vínculos estabelecidos com uma África que existe e resiste em suas dimensões musicais, históricas, sociais e culturais. Partindo do pressuposto de que alguns/algumas sambistas tiveram centralidade nesse processo, a partir da constituição de um repertório e uma trajetória artística marcados por esse vínculo, estes(as) tornam-se aqui interlocutores(as) privilegiados(as). Defendo a hipótese de que, se essa África existe no

⁴ A praça Onze ficaria imortalizada como sede do Carnaval popular e do samba no início do século XX. No século XVIII, chamada de Rossio Pequeno, era local aberto de uso comum junto aos mangues onde a população jogava seu lixo, como o Rossio Grande, atual praça Tiradentes. Com o desenvolvimento do bairro, a praça é urbanizada em 1846, quando são plantadas árvores e colocado em seu centro um chafariz projetado por um arquiteto francês. “A partir da Ocupação da Cidade Nova pela gente pobre deslocada pelas obras, que a superpovoada na virada do século, a praça se tornaria ponto de convergência desses novos moradores, local onde se desenrolariam encontros de capoeiras, malandros, operários do meio popular carioca, músicos, compositores e dançarinos, dos blocos e ranchos carnavalescos, da gente do candomblé ou dos cultos islâmicos dos baianos, de portugueses, italianos e espanhóis” (MOURA, 1995, p. 58).

samba, desde suas mais remotas origens, ela passa a resistir e (re)existir de forma mais evidente a partir dos anos 70, num contexto marcado pela politização das questões culturais, com o fortalecimento do movimento negro e de revalorização de uma cultura negra no Brasil.

A reaproximação da África, como fundamento desse processo de “reafricanização”⁵ do samba carioca, é parte de um movimento maior no âmbito cultural do qual participam o carnaval baiano, o candomblé e a capoeira⁶. Vivenciando processos particulares e distintos, estes guardam, porém, em comum, a celebração e revisita da África em seus múltiplos aspectos. Tais manifestações culturais brasileiras, cujo histórico de perseguição é marcado por estratégias de resistência, foram africanizadas ao buscar na evocação do passado a reaproximação de suas “origens” ou de suas “raízes africanas”. O samba não é apenas testemunha desse “resistir” e “(re)existir”, mas “signo sublime de resistência” (FERNANDES, 2014, p. 133).

O sociólogo Osmundo Pinho afirma que essa “reafricanização pode ser considerada como uma máquina de guerra que institui seu próprio teatro de operações discursivas e sociais” (PINHO, 2005, p. 128). Nesse sentido, os sambas selecionados nesta pesquisa são parte desse teatro, inseridos num campo de disputa ou de “guerra”, como denominou Pinho, no qual identidades, posições dos sujeitos e subjetividades são reinventadas discursivamente com repercussões sociais. O samba estará inevitavelmente imerso nessa arena de embates, claramente racializados, no qual o fará oscilar entre “africano/ negro” e “brasileiro/mestiço”, sendo sua identidade objeto de disputa por instâncias discursivas brancas ou europeizadas e negras ou africanizadas, que constroem sentidos ao forjar distintas representações.

“África” e “samba”, cujos vínculos são aqui investigados, são conceitos melhor apreendidos no plural, evidenciando a pluralidade de sentidos que os constitui. Cabe ainda situar meu lugar de fala diante desses objetos, para posteriormente discorrer sobre o referencial teórico adotado e a organização metodológica desta pesquisa.

Lugar de Fala: Samba e África

O samba vem de muito longe
De antes da Praça Onze

⁵ Osmundo Pinho, em sua tese de doutorado, explica o termo forjado por Antônio Risério, na década de 80, para referir-se ao processo de afirmação da identidade negra no carnaval de Salvador (O carnaval Ijexá). A construção da reafricanização como um objeto para a reflexão crítica é o objetivo da tese de Pinho, tomando a narrativa de Risério como ponto de partida. (PINHO, 2003).

⁶ Vários estudos já foram realizados sobre a reafricanização do carnaval baiano, do candomblé e da capoeira, podendo citar, dentre eles, os de Antônio Risério (1981), Aislán Vieira Melo (2011) e Álvaro Machado Andrade (2005), respectivamente.

De emoções ancestrais
Candeia por sinal já dizia
Que ele é filosofia
Não é moda fugaz
O samba é uma coisa de dentro
Tem os seus fundamentos
Os seus rituais
E a gente só penetra essa seita
É em seu colo se deita
Quando sabe o que faz.⁷

Em seu “Samba de Fundamento” (2012), Nei Lopes busca nas “origens” ou raízes “autênticas” do samba sua essência, esta marcada pela ancestralidade africana. Para o sambista, o samba é “coisa de dentro”, é “seita” e adquire caráter sagrado em seus “fundamentos” e “rituais”. O militante negro, sambista e estudioso do samba revela, em seus estudos e composições, assume este lugar de fala que conecta suas trajetórias pessoal, acadêmica e artística. Cantor, compositor, poeta, escritor e pesquisador, Nei é ativista na luta contra o racismo, contra o apagamento da história e da cultura africana revelado nos processos de desafricanização, como o sofrido no samba. Sua vasta produção traz esta militância na evocação das raízes africanas do samba, identificando-o como uma música da diáspora.

Djamila Ribeiro, em publicação recente, indagou: *O que é lugar de fala?* (RIBEIRO, 2017). Ao problematizar a questão, a filósofa afirma que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2017, p. 86). Por esse viés, pensar o *lugar de fala* é romper com o silêncio instituído, é uma postura ética, compromissada com a descolonização do conhecimento, é um convite, aqui aceito, no desenvolvimento desta pesquisa e na reflexão sobre meu percurso. Nesse sentido, busco nessa pesquisa situar o lugar de fala de cada um(a) dos pesquisadores(as) que se debruçaram sobre a história do samba e dos(as) sambistas cuja obra é analisada. Antes disso, reflito sobre o meu lugar diante deste objeto que também é fonte de pesquisa histórica.

No decorrer dessa pesquisa, minha “branquitude”⁸ foi problematizada sob o impacto dos debates e tensões que hoje cercam uma universidade mais “diversa”⁹, o que levou-me a

⁷ Samba de Fundamento, Nei Lopes, Gravadora Fina Flor, 2012. Música disponível em: <https://www.letras.mus.br/nei-lobes/1805665/>

⁸ *Branquitude* é um conceito teórico utilizado para refletir sobre privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, usufruídos por pessoas marcadas pela identidade branca (CARDOSO, 2010). O Historiador Lourenço Cardoso, estudioso dedicado ao tema, reflete que o movimento negro, ao provincializar o branco, tornando-o objeto de análise, questiona a suposta humanidade exclusiva do branco, reivindica seu caráter de pessoa, luta pela

construir um trabalho mais dilatado - visto que incorpora vozes - diversas, e menos colonizado, pois mais consciente da colonização do conhecimento. Marcada pelos *lugares de fala* e de *escuta*, este trabalho, ao evidenciar o *lócus* de enunciação, assinala uma opção acadêmica e política no diálogo estabelecido com perspectivas críticas ao eurocentrismo e a inclusão de agentes e narrativas históricas tradicionalmente silenciados. Acreditando que a incorporação de “outras vozes” busca libertar as pesquisas acadêmicas das linhas demarcatórias das disciplinas, a interdisciplinaridade é assumida como princípio norteador.

A escolha do samba, como objeto de pesquisa, enseja situar-me diante deste. Não sou sambista, sequer nasci perto do “berço do samba”, diferente de muitos estudiosos, que a ele se dedicam (SODRÉ, 1998; SANDRONI, 2001; VIANNA, 2002; LOPES, 2008; DINIZ, 2012; CUNHA, 2015; LOPES e SIMAS, 2017). Guardo, entretanto, como muitos deles, uma relação antiga e, por que não dizer, afetiva, com esse gênero musical. Embora o Rio de Janeiro, que abriga boa parte dessas pesquisas, e o samba carioca ocupem centralidade nesta investigação, falo de outro lugar geográfico. Diferente daquele espaço urbano, marcado pela presença africana e pela cultura negra, onde o samba se desenvolve, falo da “capital do rock”, terra de Legião Urbana e tantas outras bandas que aqui iniciaram sua trajetória (CARVALHO, 2015).

Tão importante quanto assinalar essa localização é situar meu lugar social e epistêmico¹⁰ diante de temas como África e africanidades¹¹, que permeiam os estudos sobre o samba. Estes foram incorporados, em minhas preocupações analíticas, muito recentemente. Embora a lei 10639/03¹² esteja debutando, o estudo da história da África e das culturas africanas e afro-brasileiras encontra grandes dificuldades para ser efetivado nas escolas brasileiras. E foi nesse espaço, e não na universidade, que iniciei meus estudos e reflexões

igualdade com o reconhecimento da diferença. Ao questionar os privilégios do sujeito branco, o retira do lugar confortável, fazendo-o pensar sobre sua posição e seu lugar de poder (CARDOSO, 2011).

⁹ Refiro-me aqui à universidade que ingressei no curso de doutorado, em 2016, muito diferente da que deixei ao fim da graduação, em 2005. Mais diversa, graças às políticas de ações afirmativas que ampliaram a presença negra e indígena na formulação do conhecimento, a Universidade de Brasília teria sua produção e espaço acadêmico inevitavelmente reconfigurados. A UnB foi a primeira instituição federal de ensino superior brasileira a aprovar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas, em 2003 (SANTOS, 2014).

¹⁰ A distinção conceitual é realizada por Ramon Grosfoguel (2008).

¹¹ Africanidade é um conceito bastante explorado por inúmeros autores. Kabengele Munanga o explica, metaforicamente, como o rosto cultural que a África oferece ao mundo, a África ao sul do Saara. A experiência da diáspora e as ações de resistência são determinantes para o sentimento de pertença à essa comunidade cultural, estando relacionado à historicidade, às ações de liberdade e ao sentimento de desenraizamento (MUNANGA, 2009).

¹² A referida lei, conquista das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, alterou a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira, incluindo a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e a cultura negra brasileira (SANTOS, 2005).

sobre África, suprimindo uma evidente lacuna em minha formação inicial e buscando romper com o silenciamento dessas temáticas.

Ao marcar meu *lugar de fala* e posicionar-me diante deste objeto, assumo o compromisso com a descolonização do conhecimento incorporando, a partir de produções diversas, as perspectivas do latino-americana da *decolonialidade* e do *pensamento negro*.

Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder (GOETHE, 2016, p. 7-8).

Reconhecer que todo conhecimento é epistemologicamente situado e marcar os lugares epistêmicos e sociais dos sujeitos desse conhecimento é o início dessa desconstrução. Considerar os enunciados dos(as) sambistas como vozes privilegiadas nesta investigação é evidenciar a geopolítica do conhecimento, optando por uma narrativa construída a partir do lugar estrutural que estes ocupam na história do samba. Questionar os marcos temporais da história do samba, construídos a partir de sua inserção no mercado fonográfico e na indústria cultural é também um deslocamento de perspectiva. Daí, a pertinência na aproximação dos estudos pós-coloniais e decoloniais, entendendo estes últimos não apenas como um caminho teórico, mas como uma postura de recusa da objetividade eurocentrada, de crítica ao eurocentrismo, “às hierarquias raciais e aos processos culturais ideológicos que fomentam a subordinação da periferia no sistema-mundo capitalista” (GROSGOUEL, 2008, p. 128).

Delimitado o referencial teórico, discorro agora sobre as escolhas teórico-metodológicas voltadas para a análise documental, elencando algumas categorias utilizadas e problematizando, brevemente, alguns dos dilemas, diante dos quais, historiadores(as) são confrontados na articulação entre a História e a Música.

História e Música: caminhos metodológicos

O *corpus* adotado foi constituído por letras de sambas selecionadas a partir de ampla pesquisa no repertório disponível. Essa pesquisa foi realizada no acervo musical disponibilizado, em formato digital, pelo Instituto Memória Musical Brasileira (IMMuB)¹³. A

¹³ “O Instituto Memória Musical Brasileira (IMMuB) é uma organização sem fins lucrativos sediada em Niterói – RJ, que é voltada para a pesquisa, preservação e promoção da Música Popular Brasileira. (...) Fundado em 2006, o IMMuB conseguiu mapear e catalogar mais de 82 mil discos produzidos no país. Isto equivale a aproximadamente 580 mil fonogramas, reunindo mais de 91 mil compositores e intérpretes. Fruto de 25 anos de

seleção das letras foi antecipada por uma cuidadosa revisão de literatura, buscando nas produções existentes sobre o tema, indícios de sambas e sambistas cujas trajetórias e obras estivessem articuladas aos problemas colocados pela pesquisa. Quais sambistas e obras trazem em seu repertório a evocação dessas “raízes africanas” e do passado do samba? Quais deles/ delas tiveram sua trajetória artística marcada pela essa associação Samba/África e a partir de quais elementos (musicais, rítmicos, poéticos, performáticos...)? Como estes sambas dialogam e se entrelaçam no tempo, constituindo para o samba uma identidade diáspórica? Em que contextos estes sambas foram gravados e veiculados e como dialogam com questões sociais que lhe são contemporâneas, especialmente as questões identitárias a partir da década de 70? Estas foram algumas das questões que nortearam a constituição do *corpus* no qual, preponderou o samba urbano carioca, bem como seus sambistas.

Centrada na análise das letras de samba, a partir dos discursos que destas ecoam, esta investigação aproxima-se da linguística e recorre a fundamentos da Análise do Discurso. Nesse sentido, a análise do texto demanda situar o contexto sócio-político ao qual está atrelado a produção de sua letra. Desenvolve-se assim tanto a análise textual quanto contextual, determinantes para a compreensão dos sentidos construídos no discurso do samba. No entanto, o sentido deste não é fixo, pois muda em função do contexto, da ordem e da forma de construção.

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 2002, p. 63).

Cabe ainda ressaltar a condição marginal que meu objeto e fontes ainda ocupam no cenário atual a despeito da crescente produção voltada para sua perspectiva sociocultural. Música é aqui compreendida em sua acepção mais ampla, como fenômeno cultural cuja inserção social é reveladora do contexto do qual participa. O etnomusicólogo Tiago de Oliveira Pinto, ao ampliar esse conceito, considera a música como uma manifestação social de crenças e identidades, e afirma que esta

raras vezes é apenas uma organização sonora no decorrer de limitado espaço de tempo. É som e movimento num sentido lato (seja ligado a produção musical ou então à dança) e está quase sempre em estreita conexão com outras formas de cultura expressiva” (PINTO, 2001, p. 222).

pesquisa, a catalogação abrange toda a história da música brasileira, desde a primeira gravação em 1902 até os lançamentos mais recentes.” Disponível em: <http://immub.org/p/o-instituto>. Acessado em 17/09/2018.

Diante das inúmeras possibilidades oferecidas por esse “documento”, cabem algumas considerações acerca do caminho metodológico aqui trilhado. São recorrentes as críticas a certos “vícios” de abordagem da música popular que se restringem à análise de suas letras (NAPOLITANO, 2002). Parece-me que, no conjunto de produções acadêmicas sobre o samba e outros gêneros musicais, há uma polarização entre aqueles que optam pela análise linguístico-literária, ou delas derivadas, e no seu oposto, os que recorrem ao arsenal analítico musical e musicológico. A dificuldade de “diálogo” entre essas abordagens, que aproximariam nas análises os dois elementos da canção – letra e melodia - deve-se, a meu ver, às especificidades das áreas de conhecimento nas quais essas abordagens se originam¹⁴.

Consciente desse problema, e embora ainda incomodada, desenvolvo essa investigação priorizando o conteúdo das letras dos sambas e os sentidos implicados nos textos deste que é também um “gênero textual” (CONFORTE, 2007). O samba, enquanto canção brasileira, compreendido a partir do binômio letra + melodia (TATIT, 1986), é unidade de discurso que comporta outras muitas unidades discursivas (BASTOS, 1996). Como linguagem portadora de significados, tornou-se foro privilegiado dos estudos identitários, neste caso, de sua própria identidade. Mais que gêneros musicais, refiro-me aos sambas como “formas de expressão, modos de socialização e referenciais de pertencimento” (CCC (CENTRO CULTURAL CARTOLA), IPHAN/DPI, 2015, p. 19).

O samba é som, sendo este imprescindível na composição de sua identidade musical. Mas também é letra e nela reside as possibilidades de estudo das representações que constroem um discurso sobre sua identidade diaspórica, que aqui nos interessa. A ênfase na categoria “diáspora” remete ao processo de dispersão vivido por africanos, a partir do século XVI. A diáspora africana, entendida como um processo de longa duração, dentro do qual sujeitos históricos, expressões culturais e movimentos sociais foram constituídos, torna-se uma categoria geo-histórica (HALL, 2003). Esta implica a colonialidade vivida por estes povos que ainda persiste nas dimensões culturais, socioeconômicas, políticas, epistêmicas e existenciais (LAO-MONTES, 2007).

¹⁴ Dmitri C. Fernandes confirma essa visão, ao pontuar o mesmo dilema no âmbito das Ciências Sociais, relacionado à essas “cisões, ausência e mal entendidos que tornaram a tarefa das ciências sociais e históricas dura e inacabada” (FERNANDES e SANDRONI, 2016, p. 22). Considerando este o principal complicador, ele destaca que, para superar os abismos estruturais que separam esses tipos de saberes, é preciso mais que boa vontade, formação cultural e algum tempo despendido. Com respeito à música. “seriam necessários anos de aprendizado para que um neófito adquirisse a competência mínima de compreender os sinais e as combinações que codificam as práticas, escrita e composição musical”. (FERNANDES e SANDRONI, 2016, p. 23).

Nesse processo, apresentam-se os discursos e práticas de subalternização e inferiorização dos membros da diáspora, bem como suas lutas de resistência e autoafirmação. O samba é parte dessa luta e suas letras carregam vestígios de um discurso subversivo, contra-hegemônico que descoloniza e subverte as representações vinculadas a esta persistente colonialidade. Tais letras acionam categorias fundamentais para os propósitos dessa pesquisa que as adota como fontes históricas. Nelas, encontramos o registro da vida cotidiana, de valores, questões e preocupações que cercam a época na qual foram produzidas e veiculadas. Residem, em suas narrativas, as possibilidades de explorar o percurso histórico que possibilitou a construção identitária deste fenômeno cultural e gênero musical, a partir da percepção dos/das sambistas, sujeitos desse processo.

Samba, sambistas e territórios musicais

Antecedendo a análise do repertório selecionado, foram retomados os primeiros estudos que, considerados parte de um discurso “sobre o samba”, lhe conferem distintas identidades. Realizados desde o início do século XX, bem como em pesquisas posteriores do campo historiográfico e afins, estes percorrem, em diálogo como o conteúdo de letras de samba, as discussões sobre suas “origens” que tanto preocupou sambistas e pesquisadores(as). Início esse percurso com as obras de Francisco Guimarães (o Vagalume) e Orestes Barbosa, dois jornalistas e cronistas que, já na década de 1930, demonstravam preocupação com o destino daquele samba, recém-consagrado gênero musical. Na sequência, retomo pesquisas historiográficas e de áreas diversas voltadas para a questão que preocupava estes primeiros admiradores do samba. Quatro obras selecionadas na vasta publicação de José Ramos Tinhorão são brevemente analisadas, enfatizando as origens “populares” dessa música. Em seguida, os argumentos de Mário de Andrade, Muniz Sodré e Carlos Sandroni, sobre as “origens africanas” da síncopa do samba, são articulados. Alguns estudos do pesquisador e sambista Nei Lopes são revisitados destacando seus argumentos sobre as “raízes bantas” do samba. Por fim, analiso os argumentos de Maria Clementina Pereira Cunha, desconstruindo alguns “mitos” da história do samba e problematizando a questão das “origens”.

Sambistas de épocas distintas também alocaram em suas composições algumas das inquietações presentes nessas pesquisas. Em suas letras ficaram registradas angústias, receios e preocupações em se preservar um passado, uma tradição e a “autenticidade” de um samba em constante ameaça pelo inevitável processo de transformação. No repertório selecionado

foram evidenciadas as vozes dos sambistas, protagonistas nessa narrativa, e as conexões históricas, musicais, culturais e sociais estes estabeleceram entre samba e África.

Dez na maneira e no tom,
Você é o cheiro bom
Da madeira do meu violão
Você é a Festa da Penha,
A Feira de São Cristóvão,
É a Pedra do Sal
Você é a Intrépida Trupe,
A Lona de Guadalupe,
Você é o Leme e o Pontal
Nunca me deixa na mão
Você é a canção que consigo
Escrever afinal
Você é o Buraco Quente,
A Casa da Mãe Joana,
Você é Vila Isabel
Você é o Largo Do Estácio,
Curva de Copacabana
Tudo o que o Rio me deu!
Pé do meu samba
Chão do meu terreiro
Mão do meu carinho,
Glória em meu outeiro
Tudo para o coração
De um brasileiro¹⁵

Na geografia do samba carioca, o músico e compositor Caetano Veloso define o samba a partir da relação deste com importantes redutos ou territórios musicais como: a Festa da Penha, a Pedra do Sal, o Buraco Quente, além dos bairros de Vila Isabel e do Estácio de Sá. Consagrado na voz da sambista Mart'nália, filha do também sambista Martinho da Vila, este samba exemplifica, dentre outros tantos analisados, como os sentidos atribuídos ao samba ganham distintos contornos em cada época. São dessas vozes que se extrai a definição do samba como dança, batucada, festa e música que dá prazer, que evoca o corpo e o impele a “mexer”. Seus versos são espaço para expressão de sentimentos e preocupações com o destino dessa música, cujo afeto por ela construído dá sentido à existência do sambista. Valorizado em sua poesia, o samba tem seu passado revisitado, seus sambistas rememorados e sua presença no cotidiano celebrada.

Analisando os sentidos construídos em seus textos, essa pesquisa busca situar o samba como importante elemento de expressão cultural da população negra do Rio de Janeiro e como poderoso núcleo de resistência cultural. É no reconhecimento da importância simbólica,

¹⁵ Pé do Meu Samba - Caetano Veloso, CD “Pé do meu samba”, Gravadora Natasha, Mart'nália, 2002. <http://immub.org/album/pe-do-meu-samba> Música disponível em: <https://youtu.be/RTfhWgGRTTs> (Com Caetano Veloso e Mart'nália).

cultural e social que o samba adquire valor para diferentes sambistas que ingressaram nessa militância. Defender o samba é defender a si próprio e, por isso, as recorrentes canções de amor ao samba tornam-se parte de um discurso estratégico. A partir dos anos 1970, com o fortalecimento do movimento negro no Brasil, a afirmação identitária de um samba, africano em sua origem, é acionada como forma de reestabelecer o vínculo com a África, num processo marcado pela busca de suas raízes, pela exaltação de uma ancestralidade e, conseqüentemente, pelo enegrecimento do samba.

Os sambistas são a voz que conduzem esse movimento e essa pesquisa se desenvolve pelos seus rastros poéticos.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. D. **Aspectos da Música Brasileira**. 2ª. ed. São Paulo: Martins, 1975.
- BARBOSA, F. D. A. Léxico e música popular: um estudo que dá samba. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRJ**, Rio de Janeiro, 18, n. 28, 2011.
- BARBOSA, O. Samba: sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores. 2ª. ed. [S.l.]: FUNARTE, 1978.
- BASTOS, R. J. D. M. A "origem do samba" como invenção do Brasil: sobre o Feitio de Oração de Vadico e Noel Rosa (Porque as Canções Tem Música?). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 31, 1996. 156-177.
- CARVALHO, G. P. Identidade, cultura e música em Brasília. **Ciências Sociais Unisinos**, 51, 2015. 10-18.
- CCC (CENTRO CULTURAL CARTOLA), IPHAN/DPI. **Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro, samba-enredo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.
- CONFORTE, A. N. **As metalinguagens do samba**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [S.l.]. 2007.
- CUNHA, M. C. P. **"Não tá sopa": sambas e sambistas no Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- DINIZ, A. **Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- FERNANDES, D. C. A negra essencialização do samba. **Luso-Brazilian Review**, 51, n. 1, 2014. 132-156.
- FERNANDES, D. C.; SANDRONI, C. **Música e Ciências Sociais: para além do descompasso**. Curitiba: Prisma, 2016.

GELEDÉS Instituto da Mulher negra. "**O Brasil ainda é extremamente colonial**", 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-brasil-ainda-e-extremamente-colonial/>>. Acesso em: jun. 2018.

GOETHE, I. **Descolonizando o Conhecimento**. Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba, 2016. Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em: 18 junho 2018.

GROSGOUEL, R. Para Descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e comlonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008. 115-147.

GUIMARÃES, F. **Na roda do samba**. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1933.

HALL, S. **The Work of Representation**. [S.l.]: Sage/ Open University: London/ Thousand Oaks/ New Delhi, 1997.

_____. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LAO-MONTES, A. Hilos descoloniales. Trans-localizando los espacios de la diáspora africana. **Tábula Rasa**, n. 7, 2007. 47-79.

NAPOLITANO, M. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LOPES, N. **Bantos, Malês e Identidade Negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. ; SIMAS, L. A. **Dicionário da História Social do Samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PINHO, O. D. A. Etnografias do Brau: Corpo, Masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro- abril 2005. 127- 145.

PINTO, T. D. O. Som e Música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 44, n. 1, 2001. 222-286.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANDRONI, C. **Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 2001.

SODRÉ, M. **Samba, o dono do corpo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TATIT, L. **A canção, eficácia e encanto**. [S.l.]: Atual, 1986.

TINHORÃO, J. R. **Música popular de índios, negros e mestiços**. Petrópolis: Vozes, 1972.

VIANNA, H. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. UFRJ, 2002.

A Revista Prisma como veículo de difusão dos discursos dos delegados de polícia federal (1988-1994)

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
Mestranda em História
UFMG
pollyannahistoria@gmail.com

Resumo: O *Departamento de Polícia Federal* (DPF) é um importante órgão no Governo Federal que após os anos 2000, destacou-se após as bem-sucedidas operações contra o “crime do colarinho branco” levando esta instituição a ter a simpatia do grande público. Entretanto há poucos estudos sobre o Departamento e os profissionais que atuam nela. Tendo em vista esta defasagem, temos como objeto de pesquisa os discursos dos delegados da Polícia Federal do Brasil relacionados ao seu papel dentro da instituição. O principal objetivo deste trabalho é compreender a histórica disputa interna existente dentro do *Departamento de Polícia Federal* (DPF), envolvendo a implementação da Lei Orgânica que define as atribuições de cada cargo ali existente: agentes, escrivães, papiloscopistas, peritos e delegados. Este debate iniciou com a Constituição de 1988 e teve seu ápice com os desdobramentos da maior greve da história da Polícia Federal, realizada em 2012. A *Revista Prisma*, a fonte principal desta investigação, foi um periódico publicado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), entre os anos de 1988 a 2015, e veiculou muitos discursos e ideias dos delegados federais. Como nossa pesquisa está no início, analisaremos nas suas primeiras edições que compreende o período de 1988 a 1994, o envolvimento dos delegados em questões políticas que envolviam o DPF, como, por exemplo, o impeachment de Fernando Collor.

Palavras-chave: Polícia; Delegados; Prisma.

Esse trabalho é o início da nossa pesquisa de dissertação de mestrado. Temos como objetivo mostrarmos os dados que foram coletados e a maneira como pretendemos trabalhar com eles. Nossa pesquisa tem como objeto a *Revista Prisma*, que foi publicada pela Associação Nacional de Delgados de Polícia Federal (ADPF) entre 1988 a 2015. E tem como objetivo: compreender a histórica disputa interna existente dentro do Departamento de Polícia Federal (DPF), envolvendo a implementação da Lei Orgânica que define as atribuições de cada cargo ali existente: agentes, escrivães, papiloscopistas, peritos e delegados¹ e entender a maneira como os Delegados, representados pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), entendiam o período que a instituição foi criada e também o contexto de criação da mesma.

¹ Este debate iniciou com a Constituição de 1988 e teve seu ápice com os desdobramentos da maior greve da história da Polícia Federal, realizada em 2012.

A *Revista Prisma*, desde sua primeira publicação, tinha como objetivo “a difusão à uma selecionada elite de leitores de artigos realmente interessantes que propiciarão a todos que nos conheçam melhor.”². Neste trecho podemos destacar dois pontos: 1) a revista sendo utilizada como uma forma de os delegados projetarem à sociedade uma imagem de si, e como eles se veem como uma “elite” dentro da instituição. (BRETAS, 2016, p. 2). Este sentimento é problemático, uma vez que constitucionalmente o Departamento de Polícia Federal é organizado em carreira, no singular. Importante destacarmos que revistas policiais não são novidade, há registros desse tipo de publicação desde o século XIX, no Brasil esse tipo de publicação surgiu no início do século XX. Estas publicações tinham como objetivo mostrar o trabalho policial, difundir técnicas novas de investigação, bem como relatar de crimes cometidos. Não muito diferente do que encontramos até o momento na *Revista Prisma*.

Desde sua primeira edição encontramos reportagens e artigos que tratam do trabalho da Polícia Federal: o que precisa melhorar; tecnologias necessárias para o funcionamento da instituição; a maneira como o Delegado deve ser portar. Como exemplo citamos o título de uma matéria publicada na edição número 3 (1989) “E nós, Delegados de Polícia Federal, o que temos feito, nesses quase 26 (vinte e seis) anos do DPF, com relação a nossa ética profissional?” e “A função constitucional da Polícia Federal”, publicado na mesma edição. É importante salientar que nas primeiras edições havia muitos artigos que traziam reflexões sobre a papel do *Departamento de Polícia Federal* (DPF), no novo regime de Estado.

A crença de pertencer a uma casta privilegiada acirra uma disputa interna que provoca uma série de prejuízos para a sociedade, na medida em que os delegados não hesitam em prejudicar as outras funções, independentemente da qualificação que possuem. O ápice deste conflito ficou evidente com as represálias desencadeadas pelos delegados contra os EPAs após a greve de 2012, que resultou em vários processos judiciais de acusação de acesso moral contra os delegados³.

Essa greve foi um movimento que os Escrivães, Papiloscopistas e Agentes (EPA's) promoveram entre Agosto de 2012 e Outubro de 2012 e foi a maior greve da história da instituição, com duração de 70 dias. Além de os grevistas exigirem melhorias salariais, reivindicaram a reformulação do plano de carreira das categorias já previstas pela Constituição de 1988, a qual propõe regulamentar a profissão e adequá-la aos níveis de

² Revista ADPF (Prisma), ano I, n. 1, maio-jul. 1988, p. 3.

³ RELATÓRIO das represálias contra os agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal de Minas Gerais em razão da greve em 2012. Sindicato dos Policiais Federais de Minas Gerais- SINPEFMG. Janeiro 2013.

exigência dos concursos⁴. Esta reivindicação trouxe à tona uma rivalidade interna até então imperceptível à sociedade, mas capaz de lhe provocar muitos danos.

Os delegados, a princípio, apoiaram o movimento, chegando a paralisar suas atividades em algumas ocasiões, reivindicando aumento salarial. Porém esse apoio não durou muito tempo, pois na medida em que crescia, o movimento pedia melhorias nos processos de trabalho, que prejudicavam a eficiência nas investigações. Essa melhoria incluía a elaboração de um projeto de reestruturação orgânica compatível com os interesses do conjunto da instituição, pois até então, todas as propostas de Lei Orgânica⁵ apresentada pelos delegados que foram Diretores Gerais, privilegiavam a função de delegado. Os grevistas também questionavam a real eficiência dos Inquéritos Policiais, processo de investigação extra-judicial dependente do poder discricionário de um delegado, e que além de promover morosidade no andamento da investigação, pode ser totalmente anulado pelo Ministério Público. O Inquérito Policial é um instituto vigente em raros países, a maioria de colonização portuguesa.

Com uma pauta que foi além do aumento salarial e que questionava a existência dos Inquéritos Policiais, os delegados sentiram-se diretamente atacados, já que a condução de tais inquéritos é de responsabilidade exclusiva deles. Desta forma passaram a perseguir os grevistas, transferindo-os de seus cargos de origens para funções burocráticas e consideradas de “menos valor” dentro da instituição, e em alguns casos promovendo Processos Administrativos (PAD’s) e tentativas de expulsão de EPAs (SINPEF-MG, 2013).

A *Associação de Delegados de Polícia Federal* (ADPF) foi criada em 1976 pelo dirigente do DPF, o Comandante da Marinha Clemente José Monteiro Filho⁶, com a função de atuar como uma associação formadora de opinião. Em 1988 a ADPF criou a sua própria revista, a qual funcionaria como um veículo de divulgação dos seus interesses, demandas, e um espaço de interlocução entre pares. A partir da sua edição de nº 5 passou a se chamar *Revista Prisma*. O discurso da ADPF, divulgado por meio da revista, estava em sua maioria relacionando ao processo de aperfeiçoamento profissional e dos interesses políticos da

⁴ Para o concurso para EPAs também é exigido nível superior, mas estas três funções não são consideradas de nível superior junto ao Ministério do Planejamento, o que provoca uma trava salarial imensa entre a carreira dos EPA’s e dos delegados, sendo que para as duas o nível de exigência de entrada é o mesmo.

⁵ Lei Orgânica é um conjunto de leis que organiza determinada instituição. Na Polícia Federal o que vigora é a Lei 9.266/96, que organiza o funcionamento do Departamento, além das atribuições de cada cargo. Entretanto, ao longo dos anos, os Delegados, propuseram outras Leis Orgânicas, como por exemplo a “Lei Orgânica de 2001”, proposta na gestão de Dr. Agílio Monteiro e a “Projeto de Lei nº 6493/09”, proposta durante a gestão do Dr. Paulo Lacerda. Nessas propostas fica visível como os Delegados querem monopolizar os cargos de chefia dentro da instituição.

⁶ <http://www.adpf.org.br/adpf/portal/institucional/associacao.wsp>, acessado em 10 de setembro de 2018.

categoria. Assim sendo, além da busca por influência, a revista pode ser vista como uma forma de os delegados constituírem uma identidade profissional, uma maneira de reafirmarem entre si e para seus pares, a importância de seus cargos. Como exemplo citamos o artigo *Prossegue a luta judícia, em defesa da isonomia salarial dos Delegados da Polícia Federal com o Ministério Público*, esta reportagem é um trecho do parecer judiciário a favor da isonomia salarial⁷ e foi publicado na edição de nº 8, no ano de 1991.

Outro discurso presente na *Revista Prisma* é o do combate a corrupção. No editorial da segunda edição em 1988 destacamos o seguinte trecho:

A Nação brasileira atravessa momento em que se generaliza o descrédito de seus agentes públicos junto à população, cujo sentimento em relação aos poderes públicos está quase sempre associado à corrupção e à impunidade. A Nação existe sem o Estado, porém este só tem existência real quando consubstanciado na pessoa de seus funcionários. É nesse sentido que se começa a dizer que o Estado brasileiro está falido. Nesse contexto desponta o nosso DPF como quase uma exceção, considerando o alto índice de credibilidade e respeito de que goza junto ao público. (PAULINO, 1988, p. 1)

Além do discurso anticorrupção, nota-se um discurso que coloca o *Departamento de Polícia Federal* (DPF) como a única instituição não corrupta e que tem a capacidade de combater esse “mal” que assolava o Estado brasileiro naquele momento. Interessante, que esse discurso sempre esteve presente na instituição desde a sua criação. Uma vez que uma de suas funções é a “[...] apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses(sic) da União[...]⁸”.

No trabalho que estamos realizando com a *Prisma* usaremos como referencial a obra de Pablo Rocca. Na obra *Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano)*, o autor demonstra que a revista está atrelada ao seu tempo, por mais que tenha um discurso voltado para o futuro (ROCCA, 2006). As revistas do início do século XX, por exemplo, traziam forte discurso sobre o progresso, mas ainda assim elas são atreladas ao momento em que foram publicadas: “Aun viviendo en el presente la revista apunta siempre al futuro. Tiene, por decirlo así, una suerte de mirada bifocal: construye el presente y levanta la cabeza para tratar de ver el futuro.” (ROCCA, 2006). Nesse sentido, ao trabalharmos com a *Revista Prisma* procuramos mostrar como os delegados, principalmente nas primeiras edições da publicação, mostravam os avanços que as operações e equipamentos

⁷ A isonomia salarial é um tema recorrente nas publicações da *Revista Prisma*.

⁸ Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

produziam na instituição, mas estavam mais interessados em se firmar enquanto um cargo relevante e necessário dentro da instituição. Na sua primeira edição a revista apresenta artigos que mostram inovações em relação a práticas que inovariam a atividade policial: como a utilização de código de barras em passaportes e uso de cães para farejar drogas.

Utilizamos, também, em nossa pesquisa os autores Eric Hersherberg e Felipe Agüero, que escreveram *Las fuerzas armadas y las memorias de la represión en el Cono Sur*. Este está presente no livro *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa em ditadura y democracia* (2005), a organização é dos mesmos autores e além do capítulo citado, traz outros textos de outros pesquisadores que têm como tema a ditadura militar no Cone Sul. Voltando ao capítulo de Hersherberg e Agüero, nesse capítulo eles mostram que a “[...] las instituciones, que a veces no difieren mucho de los individuos em su acionar, buscan formular narrativas plausibles acerca de sí mismas y del rumbo de los controvertidos acontecimientos em los cuales ellas mismas tuvieron un papel destacado.” (HERSHERBERG; AGÜERO, 2005 p. 1), justamente o que buscamos entender em nosso trabalho. Como o Departamento de Polícia Federal, por meio de seus membros tentou se posicionar na sociedade do pós-redemocratização. Embora os autores estejam falando das Forças Armadas, podemos adaptar sua análise ao DPF, uma vez que a estruturação da instituição ocorreu durante o período militar.

O estudo de instituições e sujeitos que de alguma forma contribuíram para o sistema repressivo e burocrático da Ditadura Militar brasileira, é importante para construirmos de fato uma memória social do período. Segundo Agüero e Hershberg (2005, p. 5)

Una comprensión satisfactoria de la memoria social no puede surgir del análisis de la cultura a expensas de la exclusión de las instituciones, ni tampoco de las prácticas y de las normas con exclusión de identidades y subjetividades. El desafío intelectual consiste precisamente en conectar estas dicotomias, infundiéndoles la tensión y ambivalencia propias de los procesos que tienen lugar en el mundo real.

Mais do que nunca haja vista o contexto atual que vivemos, onde há uma negação, por uma parcela da população brasileira, sobre ter tido ou não a Ditadura Brasileira ou até mesmo relativizando a repressão sofrida pelos opositores ao regime. Reafirmamos a importância de estudarmos essas instituições e os sujeitos que faziam parte dela.

Em artigo publicado na edição de nº 3 de 1988, com o nome “A polícia Federal na Nova Constituição”, de autoria da Delegada Maria do Rosário Gentil Corrêa Gomes, destacamos o seguinte trecho:

Aliás, a instituição da Polícia Federal nos termos em que atualmente se encontra funcionando é um dos sintomas do regime de concentração de poderes que se seguiu à Revolução de 1964. Em síntese, por ser um instrumento excepcional, deve se conter nos estritos limites da Constituição, sob pena de invasão indevida da autonomia dos Estados (GOMES, 1988, p.7)

Notamos que a autora era simpática ao regime ditatorial, percebemos pelos termos utilizados (Revolução de 1964). Na mesma edição temos o artigo “Direitos Individuais na Constituição Face à Dinâmica da Polícia Civil”, escrita pelo Dr. Luiz Coelho de Carvalho – delegado de Polícia e Professor da Academia de Polícia do Estado do Ceará: “Decorridos 24 anos da implantação do Estado de Exceção, imposto pela ‘Revolução de 31 de Março’, daquele ano de 1964 [...]”. Notamos que nem todo delegado que escrevia para a revista, partilhavam da mesma opinião.

Tentamos mostrar um pouco sobre o que conseguimos levantar até o momento. Ademais, o estudo da polícia a partir de revista é importante, uma vez que essas publicações são padronizadoras e divulgadoras de imagens sociais (BRETAS, 2016). Sendo assim, devemos pensar a *Revista Prisma* como uma divulgadora da imagem que Associação dos Delegados de Polícia Federal queria passar para a sociedade, para os seus associados. Além de tentar padronizar a conduta que os delegados devem ter em relação aos temas específicos da profissão e assuntos sociais, que de alguma maneira os afeta (BRETAS, 2016).

Referência Bibliográfica

BONELLI, Maria da Glória. Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000. **Latin American Studies Association**, Dallas-Texas, March, 27-29, 2003.

_____. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In SADEK, MT. (org). **Delegados de polícia** - [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 22-50.

BRETAS, Marcos Luiz. Revistas Policiais no Rio de Janeiro (1903-1920). In: GALEANO, Diego y BRETAS, Marcos Luiz (coord.). **Polícias Escritores, delitos impresos**. Revistas policiales em América del Sur. La Plata: Diego Antonio Galeano, 2016. P. 137- 160.

_____. La policía de la capital del Imperio Brasileiro. In: KAMINSKY, Gregorio. y GALEANO, Diego. (coord). **Mirada (de) uniforme: Historia y crítica de la razón policial**. Buenos Aires: Teseo, 1ª edição, 2011. P. 87- 110.

HERSHERBERG, Eric y AGÜERO, Felipe. Las fuerzas armadas y las memorias de la represión em el Cono Sur. In: HERSHERBERG, Eric y AGÜERO, Felipe (comps.). **Memorias militares sobrela represión en el Cono Sur: visiones em disputa em ditadura y democracia**. Col. Memorias de la Represión. Madrid: Siglo Veintiuno de España Ed., 2005.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). **Hispanica**, año XXXIII, n. 99, diciembre de 2004, p. 3–20.

Entre o “interior” e a capital: a trajetória biográfica do literato mineiro Belmiro Braga (1872-1937)

Sérgio Augusto Vicente

Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

savhist@yahoo.com.br

Resumo: A referida pesquisa se debruça sobre a trajetória biográfica do literato mineiro Belmiro Braga, analisando suas redes de sociabilidade e a recepção de sua obra pelo público durante as três primeiras décadas do século XX. Autorrepresentando-se como um “trovador popular” e “tabelião-poeta” atento às culturas do cotidiano, o literato destacou-se na produção de versos, crônicas e peças teatrais cujas representações deixam entrever seus olhares para a modernidade. Através de uma análise histórico-sociológica de sua trajetória, pretende-se não apenas dar continuidade ao resgate e à análise de sua produção nos periódicos, mas compreender as estratégias que levaram à projeção e popularização de sua produção para além do âmbito regional e da relação com os pares no campo intelectual.

Palavras-chave: Trajetória biográfica, Redes de sociabilidade, Literatura.

Introdução

Convencionalmente rotulado como “pré-moderno” e supostamente marcado pela “estagnação” e “esterilidade criativa” (GONTIJO, 2005, p. 269), o período anterior à década de 1920 no Brasil ressentiu, durante muito tempo, a falta de pesquisas que o compreendessem em profundidade, a partir de seus próprios termos. (DE LUCA, 1999, p. 22). Muitos dos que ingressaram no universo das letras nesse período ficaram comprimidos entre os “feitos” dos personagens diretamente envolvidos com a geração de 1870 e o “ímpeto renovador” da geração engajada na Semana de Arte Moderna de 1922 (DE LUCA, 1999, p. 24). Estudos produzidos nas últimas décadas contribuíram para disseminar, em diferentes regiões do país, o interesse pela história social e cultural do Brasil no início do século XX.

Em Juiz de Fora (MG), no início da década de 1990, Maraliz Christo investigou o grupo fundador da Academia Mineira de Letras, inaugurada naquela cidade em 1909. A partir da biografia coletiva dos doze fundadores da AML, a autora conseguiu articulá-los ao projeto de modernização que ali se desenvolvia. O objetivo era entender “como esse projeto de modernização do município interferiu na educação local, fazendo com que elementos oriundos das camadas médias urbanas se tornassem intelectuais orgânicos da classe dominante” (CHRISTO, 1994, p. 1). Embora datada, sua análise se debruçou sobre a

formação social da intelectualidade juiz-forana a partir de um olhar histórico-sociológico, contribuindo para romper os limites das narrativas regionais de cunho laudatório.

Essa pesquisa de doutorado, ainda em fase inicial, propõe-se a verticalizar a análise da trajetória biográfica de um dos literatos que integraram esse grupo fundador da AML, Belmiro Belarmino de Barros Braga. Nascido em 1872 e falecido em 1937, sua trajetória percorreu os anos finais do Império e todo o período da Primeira República. Amplamente conhecido pelos contemporâneos, destacou-se por sua popularidade na imprensa, no teatro e nos mais diversos espaços de sociabilidade – sobretudo de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Tabelião-poeta ou poeta-tabelião? As múltiplas facetas do literato...

Natural de Vargem Grande, então distrito de Juiz de Fora, Belmiro Braga viveu uma infância modesta ao lado do pai, trabalhando em um balcão de venda de roça, à beira da estrada. Sua experiência com o ensino regular formal se resumiu aos 11 meses em que frequentou o Ateneu Mineiro, em Juiz de Fora. Com a morte da mãe, que se tornou um fator de “dilapidação social” em sua trajetória, abandonou os estudos para ajudar o pai no comércio. Autodidata, Belmiro era um dos literatos de seu tempo que teriam alcançado a “reconversão social” através da inserção no universo das letras (CHRISTO, 1994, p. 51).

Na trajetória do carioca Lima Barreto, a doença do pai também significou um fator de “dilapidação social”, uma vez que o escritor precisou abandonar os estudos na Escola Politécnica para conseguir sustentar os irmãos mais novos. A conseqüente queda no poder aquisitivo da família o levou a se mudar para o subúrbio carioca e ocupar o modesto cargo de amanuense no Ministério da Guerra. Na busca pela sobrevivência, o literato conciliou a burocracia do serviço público com a ativa vida literária na imprensa, o que era motivo de insatisfação e inquietude para o escritor (SCHWARCZ, 2017).

A expansão do jornalismo absorvia quase toda a atividade intelectual nesse período, abrindo a oportunidade de recrutamento de vários jovens literatos de origem menos abastada. A necessidade da profissionalização, porém, impunha grandes desafios à categoria. Embora lhes oferecesse prestígio social, a profissão não lhes garantia a sobrevivência. As remunerações eram baixas e os vínculos empregatícios precários, o que os obrigava a ocupar múltiplas funções ao mesmo tempo. Aparelhado com o processo de aburguesamento e

mercantilização na cidade, o jornalismo também sofria com a “dissolução das formas tradicionais de solidariedade social” (SEVCENKO, 2003, p. 55).

Belmiro acumulou múltiplas funções ao longo da vida (comerciante, vereador, juiz de paz, tabelião, inspetor escolar, jornalista, candidato a deputado e agente de companhia de seguros). Mas a função que mais se associou às representações de sua imagem de literato na imprensa foi a de tabelião, daí a expressão “poeta-tabelião” – conforme muitos contemporâneos se referiam a ele. Quando questionado sobre sua “verdadeira vocação”, numa entrevista concedida à revista *Fon-Fon*, respondeu ironicamente: “Dizem os tabeliães que eu nasci poeta e dizem os poetas que nasci... tabelião”.¹

Em 1895, após longa passagem por Muriaé e Carangola, por onde se aventurou como caixeiro e guarda-livros, estabeleceu-se em Cotegipe, distrito de Juiz de Fora. Foi quando se tornou gerente de um estabelecimento comercial na estação da *Estrada de Ferro Central do Brasil*. Lugar de passagem de grande fluxo de pessoas e mercadorias, a estação o mantinha em contato permanente com pessoas dos mais diversos segmentos sociais, inclusive com homens influentes que teriam descoberto seu talento para as letras, como o escritor cearense Antonio Salles – então colaborador da *Revista Brasileira* e amigo de José Veríssimo e de outros intelectuais ligados à ABL – e o médico e escritor carioca Fernandes Figueira. Ambos são enaltecidos em suas memórias como os responsáveis por alavancar sua carreira no universo das letras. De Cotegipe Belmiro também se correspondia com o escritor Machado de Assis, de cujas obras se dizia leitor assíduo e grande admirador (ABL, 2011).

Em 1902, publicou seu primeiro livro de poesias, *Montezinas*, editado e impresso em Portugal, na Tipografia Universal do Porto. A publicação, impulsionada pela influência de Antonio Salles, chegou ao conhecimento dos círculos literários cariocas, sendo comentada, já em 1905, no livro *Estudos de Literatura Brasileira*, do consagrado crítico José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1905, p. 195-196). A partir daí, tornou-se ainda mais conhecido e comentado em diversos jornais de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco.

Em 1903, tomou posse do cargo de tabelião na cidade de Juiz de Fora, função que exerceu até 1920. Em 1904, transferiu sua residência para a sede do município, tornando-se inspetor escolar, função que, juntamente com as demais que exercia, garantiu-lhe a aquisição do *status quo* da elite. Foi também nesse início de século que o literato passou a atuar mais sistematicamente na imprensa, colaborando em diversos jornais e revistas regionais.

¹ Ver: Reportagens Íntimas. In: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1917, p. 2.

Ao longo de sua carreira, Belmiro investiu permanentemente em estratégias de aproximação com um público mais amplo, através de uma escrita acessível, simples, rápida e direta, que agradava diversos segmentos sociais, inclusive as camadas menos letradas. Suas publicações oscilavam entre as verves lírica e satírica, tendo como foco o cotidiano, a vida na roça, a cultura popular, as memórias do passado, os costumes sociais, as críticas políticas, etc. Escolheu, desde o início de sua carreira, autorrepresentar-se nas páginas dos jornais como “trovador popular”, de origem simples, autodidata, de formação “rudimentar”, desprovido de diploma de bacharel e com pouca afeição pelos formalismos acadêmicos.²

A partir de 1903, Belmiro deu início à publicação de variadas séries cronísticas no *Jornal do Commercio*³, as quais ainda permanecem inexploradas pela historiografia. Nesse espaço, o literato comentava as chamadas “cousas miúdas” (CHALHOUB, 2005, p. 14) do cotidiano, como memórias, publicações de livros, correspondências recebidas, visita de intelectuais, artistas e políticos ao município, problemas sociais, formação do espaço urbano, etc. Destacam-se nessa produção cronística suas idiossincrasias acerca da vida cultural na “Atenas Mineira” e dos dilemas trazidos pela modernidade, como os efeitos da industrialização e da “onda” do progresso. Belmiro também opinava sobre o papel do intelectual na sociedade e defendia a institucionalização das letras em seu município, dando início a uma longa campanha na imprensa local, em que reclamava constantemente sobre a falta de união entre os literatos.⁴

A partir da década de 1910, Belmiro também se dedicou à escrita de textos dramáticos, gênero que o levou a percorrer várias cidades brasileiras, juntamente com suas palestras e conferências.⁵ De caráter humorístico e de curta duração, essas peças eram classificadas como “gênero ligeiro”, que, desde o final do século XIX, adaptava a linguagem e a estética à necessidade de ampliar a comunicação e o diálogo com plateias heterogêneas. Explorando variadas temáticas e sendo consideradas um tipo de crônica sobre o cotidiano, tais peças dividiam a crítica entre os “modernos”, que procuravam se adequar às demandas da modernidade, e os “tradicionais”, que lhes atribuíam a culpa pelo que chamavam de

² Em diversas publicações na imprensa, Belmiro Braga fez crítica à política dos pares no campo intelectual, cunhada por ele de “confraria do elogio mútuo”. Ver: *O Pharol*, Juiz de Fora, 06 jan. 1915, p.1.

³ Trata-se do *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora, e não o homônimo que circulava no Rio de Janeiro.

⁴ Considerando essa ativa participação de Belmiro Braga na imprensa para aglutinar os literatos locais, torna-se necessário que essa pesquisa dimensione seu papel na fundação da Academia Mineira de Letras, em 1909.

⁵ Os principais títulos são os seguintes: *Na Roça; Na Cidade, O divórcio; Porto, Madeira e Collares; Que Trindade!; Medo de Mulher; Um juiz de fora em Juiz de Fora; O voto secreto; Zás-Traz; Todo Marido; Sete Nomes; Casamento do Pindoba; Os candidatos*. (COLEÇÃO “Juiz de Fora”..., 1982, p. 52).

“decadência do teatro nacional”. Andrea Marzano identifica nesse embate um incipiente e “conflituoso processo de massificação da cultura carioca” (MARZANO, 2005, p. 353).

A popularização de Belmiro através do teatro e da literatura lhe rendeu diversas homenagens em vida, como a criação do *Grêmio Literário Belmiro Braga*, em Cataguases (1915), e da *Associação Dramática Belmiro Braga*, em Juiz de Fora (1917), dos quais era patrono.⁶ Essa popularidade como literato o levou, em 1915, a candidatar-se ao cargo de deputado estadual em Minas Gerais, sendo um dos mais votados do Estado. Contudo, por razões que ainda precisam ser investigadas, desistiu de tomar posse. Sua influência em Minas Gerais era requisitada, inclusive, por literatos da capital federal. Lima Barreto, por exemplo, numa das correspondências trocadas com Belmiro, em que o chamava de “Bilac da Princesa do Paraibuna”, solicitava-lhe um espaço na imprensa literária juiz-forana para o amigo Humberto Moraes.⁷ Por diversas vezes mediou as visitas de consagrados artistas e intelectuais à Juiz de Fora, apresentando-os às autoridades e proprietários dos jornais locais. Belmiro também contribuía para a promoção de jovens escritores mineiros na capital federal, estratégia que parece ter elevado ainda mais seu “poder simbólico” (BOURDIEU, 2007, p. 14-15).

O Rio de Janeiro, como se sabe, era o grande ponto de encontro de intelectuais oriundos das mais diversas regiões do país, em busca de oportunidades de projeção no campo literário. Assim, a cidade não apenas “absorvia as diversidades regionais vindas de todos os estados”, como também funcionava como “poderoso polo irradiador de culturas” (VELLOSO, 2006, p. 363).

A partir da primeira década do século XX, Belmiro foi se tornando, progressivamente, uma “peça” importante nesse intercâmbio entre Juiz de Fora, as demais cidades mineiras e os grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. De 1916 até o início da década de 1920, fixou residência no Rio de Janeiro, momento em que aprofundou e consolidou sua inserção nos mais diversos periódicos cariocas, especialmente no universo das revistas ilustradas, como *Fon-Fon*, *O Malho*, *D. Quixote* e *Revista da Semana*, bem como em vários outros jornais famosos e de ampla circulação, como *Gazeta de Notícias* e *A Noite*, no qual assinava uma coluna humorística a partir de 1917. Fundado em 1911 por Irineu Marinho e priorizando notícias de interesse mais amplo, o jornal *A Noite* já era considerado um dos mais populares e

⁶ *O Pharol*, Juiz de Fora, 15 mai. 1915, p. 2; *O Pharol*, Juiz de Fora, 10 jun. 1917, p. 2.

⁷ Carta de Lima Barreto para Belmiro Braga, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1911. Acervo pessoal de Leila Maria Fonseca Barbosa.

prestigiados da cidade, garantindo aos seus colaboradores a publicação em várias outras folhas da capital federal (PEREIRA, 2005, p. 222-223).

Mas eram as revistas ilustradas que constituíam o produto mais típico e refinado do mercado de bens culturais. Engajadas na difusão de um modelo de cidade ideal, associado aos padrões do que era visto como moderno, elegante, civilizado e cosmopolita, tinham como foco atingir um público leitor mais amplo. Tal objetivo, porém, chocava-se com uma realidade social paradoxalmente marcada por elevado índice de analfabetismo. Adotando diversas estratégias para ampliar esse mercado, as editoras apostavam em novos formatos, técnicas de impressão e linguagem leve, agradável e irreverente. A ênfase nas ilustrações e a intensa utilização do humor e das crônicas leves, curtas e rápidas buscavam atrair os olhares de um público heterogêneo, inclusive aqueles mais distantes do mundo das letras (DIOGO, 2005, 485-498).

Tais periódicos destacavam a participação ativa de Belmiro em múltiplos espaços de sociabilidade cariocas, como o *Salão dos Humoristas*, a *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais*, o *Instituto Benjamin Constant*, a *Associação dos Empregados do Comércio*, o *Club Fraternidade Lusitânia*, o *Centro Mineiro*, etc. A *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais*, fundada em 1917, refletia o movimento de organização dos literatos em defesa dos interesses de classe, sobretudo na luta pelo reconhecimento dos direitos autorais. O *Centro Mineiro*, por sua vez, destacava-se como um espaço de representação da cultura e dos interesses de artistas, literatos, políticos e comerciantes mineiros na capital federal.

Em 1926, Belmiro inscreveu-se para concorrer à vaga do falecido escritor Mário de Alencar, mas, vislumbrando a impossibilidade de disputar votos em condições de igualdade com os demais candidatos, retirou a sua candidatura. Embora investisse numa autorrepresentação refratária ao academicismo, o literato não deixou de ambicionar um ingresso naquela que era considerada o “reduto de estabilidade” dos literatos brasileiros (SEVCENKO, 2003, p. 128). Não logrando sucesso nessa empreitada, viu-se motivado a transformar a ABL e vários de seus membros em alvo direto de sátiras e ironias.⁸

Apropriando-se dos códigos culturais das elites de seu tempo, pautou sua produção literária no profundo diálogo com as culturas populares do interior mineiro. Ao mesmo tempo em que se intitulava um “humilde escritor de província”, investiu na imagem de homem

⁸ Supostamente em meados da década de 1930, Belmiro Braga redigiu um manuscrito intitulado *Soda Cáustica*, em que atacava a Academia Brasileira e vários de seus membros com humor cáustico. Tal produção não chegou a ser publicada.

“elegante”, bem vestido, sensível, frequentador dos espaços de sociabilidade das elites e antenado com o estilo moderno estampado nas páginas das revistas ilustradas da *belle époque*. Ávido crítico dos vícios políticos da República e das etiquetas sociais, investiu também no gênero lírico, sendo aclamado e homenageado por diversos segmentos sociais.

Eivada de conflitos, contradições, ambivalências e vicissitudes, a trajetória de Belmiro, assim como a de qualquer outro personagem histórico, requer análises despojadas de rótulos e classificações. Rita Paiva, na tentativa de reforçar um suposto pioneirismo de Belmiro em relação ao “movimento modernista de 1922”, definiu-o como um “inovador, um homem à frente de seu tempo” (PAIVA, 2008, p. 85). Tais epítetos explicitam uma interpretação teleológica do personagem, num esforço de entendê-lo como antecipação de uma novidade futura.

Faltou à autora articular o conceito de modernismo a uma perspectiva mais ampla no tempo e no espaço. Monica Velloso, por exemplo, defende que o modernismo não seja visto como um movimento pertencente a um grupo formal, de caráter unívoco e hermético, concentrado na Semana de Arte Moderna paulista de 1922. Velloso o considera uma manifestação difusa e espontânea pelo país afora, presente na cultura do cotidiano, nas variadas formas de sociabilidade e nos personagens que transitam por diferentes mundos sociais (VELLOSO, 2006, p. 370).

Faz-se necessário, portanto, analisar e articular as redes de sociabilidade que conectaram o literato com influências e tendências diversas, dentro e fora do âmbito regional, como demonstra sua próxima relação com o padre e poeta Correia de Almeida (1820-1905). O padre-poeta, além de integrar a rede de sociabilidade de Belmiro Braga, foi uma de suas expressivas referências no gênero satírico. Maria Marta Araújo o considerou um “bom guia para se compreender o desejo de modernidade do período e os impasses e dúvidas que tal desejo produzia”. A historiadora defende que ele foi “moderno à sua maneira, inclusive quando desafiava os modelos de moderno que se queriam consagrar” (ARAÚJO, 2007, p. 14).

A ambígua relação com a modernidade

No grupo fundador da AML, em Juiz de Fora, Maraliz identificou a predominância da cooptação ou vinculação desses intelectuais com o poder local, em detrimento da manifestação de formas de resistência (CHRISTO, 1994, p. 2). No entanto, as fontes consultadas na ocasião levaram a autora a uma abordagem mais quantitativa e genérica do que

qualitativa dos literatos, deixando em aberto a necessidade de outros problemas e investigações futuras (CHRISTO, 1994, p. 18).

Embora não se procure aqui prescindir das discussões sobre a adesão, resignação ou resistência de Belmiro em relação ao poder, considera-se mais produtivo indagar como o literato se inseriu no mercado de produção cultural brasileiro nesse início do século XX. Não se trata de circunscrever sua trajetória a uma lógica rígida de produção intelectual, pautada numa relação unilateral e unívoca com o poder do Estado, com as oligarquias ou com o mercado. Trata-se de apreendê-lo num campo intelectual relativamente autônomo, sem perder de vista as condições sociais de produção cultural e seus vínculos com o campo político mais amplo.

A partir do final do século XIX, o reconhecimento do público passou a constituir um importante capital para a ascensão profissional dos intelectuais. Segundo Débora El-Jaick Andrade, os “espaços simbólicos e de sociabilidade” configurados pelos jornais – enquanto locais de efetuação de contatos – diferenciavam-se da “troca de favores e sinecuras operadas nos salões, no Paço e nas festas palacianas, que dependiam da proximidade com a aristocracia, da bajulação e da influência” (ANDRADE, 2015, p. 14). Se, no Império, a intelectualidade integrava-se à elite monárquica e se posicionava no topo da hierarquia social, na transição do século XIX para o XX, ela se torna uma categoria social que “disputa a sobrevivência no concorrido mercado urbano recém-ativado e a participação no sistema de hegemonia no espaço público da nova república” (SEVCENKO, 2003, p. 129-132).

Para Sérgio Miceli, no início do século XX, desenvolveram-se condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual no Brasil. O autor atribui essa mudança às “exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação”, demonstrando que essa intelectualidade provinha majoritariamente da oligarquia decadente e que a crise oligárquica teria sido propícia à expansão do mercado de trabalho intelectual até 1937 (MICELI, 1979, p. 13-14).

A vida literária carioca no início do século XX assistiu a uma forte tendência ao despojamento dos projetos coletivos e ao distanciamento das decisões políticas. Sevcenko, assim, delineou dois perfis para a intelectualidade do período: os “vencedores” e os “proscritos” – subdivididos em “resignados” e “inconformados” (SEVCENKO, 2003, p. 129-132), abrindo espaço à reflexão sobre as diferentes formas da intelectualidade vivenciar, enfrentar e inserir-se nas novas condições históricas da modernidade.

Quando se fala no enraizamento social da produção de Belmiro Braga, é inevitável destacar o intenso diálogo estabelecido entre cultura popular e cultura erudita. Através da “circularidade cultural” (GINZBURG, 1987, p. 15-34) e do estilo acessível de escrita, é provável que Belmiro não tenha apenas ampliado suas redes de interlocução para além do diálogo horizontal com os pares, mas também despertado o interesse de periódicos que apostavam em projetos de aproximação com um público mais amplo.

É possível que sua popularidade no teatro, nas palestras e nas conferências tenha contribuído para torná-lo ainda mais conhecido *pela* imprensa e *na* imprensa. Essa interrelação entre teatro e jornalismo se torna especialmente relevante devido à importância da difusão oral dos conteúdos publicados. Segundo Chalhoub, práticas como teatros de revista e leituras em voz alta tornavam os periódicos, desde o final do século XIX, “capazes de atingir, com sua influência, os mais diversos grupos sociais”, apesar das altas taxas de analfabetismo que marcavam a sociedade brasileira (CHALHOUB, 2005, p. 18).

Obviamente, não se pode negligenciar o papel de sua complexa e heterogênea rede de sociabilidade nesse processo de popularização, reconhecimento e inserção em periódicos, editoras e companhias teatrais. Através das redes de sociabilidade construídas na política, na relação com as oligarquias regionais, nos salões das elites, no cartório, no comércio, nas escolas, nas ruas e nos círculos de sociabilidade intelectual – como as agremiações de variados tipos e as próprias redações dos jornais –, articulou contatos e experiências dentro e fora do estado de Minas Gerais, tornando sua produção conhecida a partir do contato pessoal com um amplo universo social. Além disso, as interlocuções que estabelecia através das crônicas publicadas nos jornais não apenas conferiam coesão a essa grande teia de relações sociais, como a ampliava.

Belmiro transitava por lugares de poder frequentados por parcelas da elite vinculadas à missão de “civilizar” o país e sintonizá-lo com a modernidade europeia. Ao mesmo tempo, porém, era um ávido frequentador e observador das ruas da cidade e da vida rural, explorando as “culturas do cotidiano” (VELLOSO, p. 356-359), descortinando universos socioculturais múltiplos e muitas vezes conflitantes, marcados pela “carnavalização” e o “grotesco” (BAKHTIN, 2002). Embora distintos, esses espaços de sociabilidade não se excluem. Conforme demonstra Angela de Castro Gomes, “o processo responsável por instaurar a missão civilizadora [...] é o mesmo que alimenta o florescimento de lugares sociais que questionam de forma cética e satírica, embora ambígua, esta mesma vocação” (GOMES, 1999, p. 27).

Considerações finais

Não é novidade dizer que o caráter ambíguo e contraditório da modernidade imprimiu marcas nas produções dos artistas e intelectuais desse período, que dialogaram constantemente com o moderno e o tradicional, a adesão às reformas e a crítica a elas. Nas primeiras crônicas publicadas no *Jornal do Commercio*, por exemplo, Belmiro coadunava um discurso “civilizador” e “hierarquizante” sobre a cultura popular com o despertar daquilo que Mônica Velloso chama de “sensibilidade modernista” (BAKHTIN, 2002).

Essa ambígua relação com a cultura popular tem referências na perspectiva de autores contemporâneos, como a do consagrado escritor carioca Coelho Netto, com quem Belmiro dialogou em suas crônicas e atuou no jornal *A Noite*. Apesar de criticado pelos diversos livros verborrágicos e rebuscados que escrevia, Netto tornou-se um autor mais publicado, lido e popular do que boa parte de seus críticos. Investigando sobre essa aparente contradição, Leonardo A. Pereira encontrou em suas crônicas jornalísticas a resposta para a questão. Classificando-as como “gênero menor”, distante do que considerava a “verdadeira literatura”, Netto via nas crônicas apenas um instrumento “civilizador”, capaz de aproximá-lo de um público que julgava “atrasado” e “despreparado”. Através das crônicas, porém, Netto dialogou com aspirações e culturas diferentes das suas, o que acabou por imprimir um “profundo enraizamento social” em parte significativa de sua prosa (PEREIRA, 2005, p. 232).

Nesse mesmo período, Raul Pederneiras também deixou evidências de uma ambígua relação com a modernidade em sua produção. Participando de iniciativas modernizadoras, Pederneiras estabelecia uma dúbia e tensa relação entre a figura do bacharel e a do caricaturista, entre a perspectiva crítica do artista múltiplo e o vínculo com os valores burgueses da República (NERY, 2005, p. 453).

Apesar de abertos à diversidade de representações do cotidiano, muitos autores da *belle époque* deixavam opaco seus próprios juízos sobre as questões polêmicas que abordavam. Tal postura ainda impõe ao pesquisador o desafio de debater até que ponto estes apoiavam ou condenavam as medidas conservadoras e autoritárias que as reformas modernizadoras impunham às diversas manifestações da cultura popular e da memória social.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: o Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. In: ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flavia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna (orgs.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015.

ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma República?** Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Correspondência de Machado de Assis**: tomo III, 1890-1900. Coordenação e orientação de Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Silvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rebelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca. **Belmiro Braga**: Sacrário (versos íntimos). Texto e avaliação. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo Affonso de Mirnada (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (orgs.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres**: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COLEÇÃO “Juiz de Fora” – Prosadores. Juiz de Fora: Funalfa, 1982. v. 1. p. 52

ENGEL, Magali Gouveia (org.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio...** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; et alii (orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-278.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

MARZANO, Andrea. “Scenas Cômicas”: Francisco Correa Vasquez e a identidade do ator teatral. In: CHALHOUB, S.; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

NERY, Laura. Cenas da vida carioca: o Rio no traço de Raul Pederneiras. In: CHALHOUB, S.; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

PAIVA, Rita de Cássia Matos Leite de. **Belmiro Braga**: entre o caminho novo e a modernidade. Dissertação (Mestrado em Letras), Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PEREIRA, Leonardo Affonso de M.. Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, S.; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

DIOGO, Marcia Cezar. O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, S.; NEVES, Margarida; PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (v. 1)

VIII
EPHIS UFMG
2019
ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA